



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1770

Quinta-feira - 25 de Junho de 2015

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Abdon Batista .....	2	Fraiburgo.....	398	Passo de Torres.....	874
Água Doce.....	3	Frei Rogério .....	403	Paulo Lopes .....	875
Alto Bela Vista.....	62	Galvão.....	404	Penha.....	876
Anchieta .....	74	Garopaba.....	405	Peritiba.....	879
Antônio Carlos .....	172	Gaspar .....	432	Pinheiro Preto .....	880
Arroio Trinta.....	174	Governador Celso Ramos .....	433	Ponte Serrada .....	883
Atalanta.....	175	Guaraciaba .....	434	Porto União.....	885
Balneário Rincão .....	176	Guarujá do Sul .....	435	Pouso Redondo .....	888
Barra Velha.....	213	Herval d'Oeste .....	436	Presidente Castello Branco .....	889
Biguaçu .....	221	Ibiam .....	441	Rio dos Cedros.....	901
Blumenau .....	223	Ilhota .....	473	Rio do Sul.....	890
Bom Jesus do Oeste .....	246	Imbituba .....	476	Salto Veloso.....	902
Bom Retiro .....	249	Indaial.....	666	Santiago do Sul.....	903
Botuvera.....	252	Iomerê .....	667	São Bento do Sul.....	909
Braço do Trombudo .....	254	Ipumirim .....	668	São Domingos.....	916
Brunópolis .....	264	Irineópolis .....	670	São Joaquim .....	917
Brusque.....	292	Itapiranga.....	671	São José.....	918
Caçador.....	297	Itapoá .....	673	São Lourenço do Oeste.....	925
Camboriú.....	298	Ituporanga .....	680	São Miguel da Boa Vista .....	926
Campo Alegre .....	299	Jacinto Machado .....	719	São Miguel do Oeste.....	927
Campo Erê.....	311	Joaçaba .....	720	São Pedro de Alcântara.....	934
Canelinha .....	312	Lages .....	722	Schroeder .....	941
Canoinhas .....	313	Laguna .....	729	Tigrinhos .....	950
Capinzal .....	322	Leoberto Leal.....	734	Timbó .....	956
Catanduvas.....	329	Lindóia do Sul .....	737	Trombudo Central.....	1033
Caxambu do Sul.....	330	Luzerna .....	739	Tunápolis.....	1034
Celso Ramos.....	331	Maracajá .....	742	Turvo .....	1035
Chapadão do Lageado .....	333	Maravilha.....	840	Urussanga .....	1036
Cocal do Sul.....	375	Massaranduba.....	841	Vargeão.....	1046
Concórdia .....	376	Meleiro .....	842	Videira.....	1047
Cordilheira Alta .....	378	Modelo .....	844	Vitor Meireles.....	1049
Coronel Martins.....	380	Morro da Fumaça .....	845	Xanxerê.....	1055
Corupá .....	381	Navegantes.....	846	Xavantina .....	1057
Curitibanos .....	382	Nova Trento .....	850	Xaxim.....	1183
Forquilha.....	397	Palhoça .....	852		

### Associações

AMURC.....	1184
------------	------

### Consórcios

CIGA .....	1186
CIMCATARINA.....	1187
CIS/AMARP.....	1188
CIS/AMMVI.....	1189
CIS/AMOSC.....	1190

# Abdon Batista

## PREFEITURA

### **CREDENCIAMENTO Nº 001/2015**

MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABDON BATISTA  
AVISO LICITAÇÃO  
Modalidade CREDENCIAMENTO Nº 001/15

O MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA torna público aos interessados que se encontra aberto o processo cujo objeto é o CREDENCIAMENTO DE LABORATÓRIOS DE ANÁLISES CLÍNICAS, PARA A REALIZAÇÃO DE EXAMES CLÍNICOS, COMPREENDENDO A COLETA E A ANÁLISE CLÍNICA LABORATORIAL, DE PROCEDIMENTOS REALIZADOS NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, CONFORME ENCAMINHAMENTO MÉDICO E AUTORIZAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, para o atendimento das necessidades das pessoas do Município, cujo objeto é atender aos munícipes na área médica, através de consultas e/ou exames, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: A partir do dia 30/06/2015 até 20/07/2015.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Abdon Batista, Rua Joao Santin, e também no site <http://www.abdonbatista.sc.gov.br>

HORARIO: das 08h às 12hs e das 13h às 17hs

Telefone (49) 3545-1133

Abdon Batista, 22 de Junho de 2015  
LUCIMAR ANTONIO SALMORIA  
PREFEITO MUNICIPAL

### **PREGÃO PRESENCIAL 64/2015**

MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA – SC  
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 79/2015  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 64/2015  
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES DE ACORDO COM ANEXO I DO EDITAL.  
TIPO :Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 10:00hs. do dia 09 de julho de 2015 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município [www.abdonbatista.sc.gov.br](http://www.abdonbatista.sc.gov.br)

Abdon Batista, SC,15 de junho de 2015.  
Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

### **PREGÃO PRESENCIAL 68/2015**

MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA – SC  
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 83/2015  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 68/2015  
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA PARA OS SERVIDORES MUNICIPAIS.

TIPO :Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 09 de julho de 2015 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município [www.abdonbatista.sc.gov.br](http://www.abdonbatista.sc.gov.br)

Abdon Batista, SC,18 de junho de 2015.  
Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

### **TOMADA DE PREÇOS 07 /2015 SAUDE**

MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA – SC  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 14/2015  
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS 07 /2015

Objeto: TOMADA DE PREÇOS PARA MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE PROJETO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA SALA DE RAIOS X NA UNIDADE BASICA DE SAUDE JOSE MOCELIN DE ACORDO COM PLANILHAS E MEMORIAL DESCRITIVO.

TIPO : Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 13/07/2015. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal, sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs.

Abdon Batista, SC, 18 de junho de 2015.  
Lucimar Antônio Salmoria  
Prefeito Municipal

# Água Doce

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 34/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 34/2015 DE 23/06/2015

Pelo presente instrumento de contrato, o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Praça João Macagnan, 322, CNPJ nº. 82.939.398/0001-90 neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Exmo. Sr. NOVELLI SGANZERLA, brasileiro, casado, residente e domicilia do neste Município, portador do CPF nº 160.789.509-91, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa ODETE ANA LOPES DE LIMA – TROP EVENTOS pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 17.849.127/0001-82 com sede a Rua Antonio Carlos Konder Reis, 240, na cidade de Treze Tílias, neste ato representada pela Sra. ODETE ANA LOPES DE LIMA, brasileira, inscrita no CPF sob N.º 825.935.109-10, de ora em diante denominada de Contratada, tem entre si as seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

I – Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação, antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

I – O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa para organização, captação e motivação do comércio local para participarem da I EXPOÁGUA, a realizar-se nos dias 17, 18 e 19 de julho de 2015, motivando e atraindo público para o evento, que faz parte da programação festiva dos 57 anos de emancipação político-administrativa de Água Doce.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E PRAZO

I – Os serviços serão prestados na sede da empresa e no município de Água Doce.

II – Dos Prazos e Vigência – O presente contrato passa a ter início no ato da assinatura do respectivo Contrato e término previsto para 31/07/2015.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

I – O preço total ajustado para a prestação dos serviços é de R\$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais) divididos em 2 parcelas de R\$ 3.950,00 (três mil novecentos e cinquenta reais) pagas nos dias 15/07/2015 e 29/07/2015.

O pagamento e liquidação das notas fiscais, através de crédito em conta, no banco indicado pela Contratada. O pagamento será efetuado mediante o recebimento da nota fiscal acompanhada do relatório dos serviços prestados pela contratada, emitido pela Secretaria da Educação. Em sendo pessoa jurídica, deverá apresentar a folha de pagamento quitada dos empregados, GFIP quitada do mesmo período e pagamento da Previdência do período correspondente, respeitando-se ainda a legislação vigente nos aspectos previdenciários.

II – A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos produtos, conforme item, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE

I – Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea “d”, do inciso II, do artigo 65, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, que dispõe:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...);

II - por acordo das partes:

(...);

d) para restabelecer a relação que as parte pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

(...).

II – Os preços somente serão revisados mediante ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo, inciso e alínea supra citado da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, devidamente comprovado e aceito pela Administração.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

I – Na eventualidade do Município não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

I – Os recursos financeiros serão os provenientes de recursos próprios do Município.

II – As despesas decorrentes na execução do Contrato relativo ao presente Edital correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2015:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

02 – DEPARTAMENTO DE CULTURA

2.033 – Promoção de Eventos

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/90 – Aplicações Diretas

#### CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Parágrafo Primeiro – Constituem direitos do CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Segundo – Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Efetuar o pagamento ajustado,

- b) Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato, e
- c) Fornecer informações úteis, boas e necessárias para a perfeita entrega dos produtos com vistas à execução do objeto deste Contrato.

**Parágrafo Terceiro – Constituem obrigações da CONTRATADA:**

- a) Prestar os serviços na forma ajustada;
- b) Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato, ficando o CONTRATANTE isento de qualquer vínculo empregatício com os funcionários da CONTRATADA, bem como de quaisquer obrigações tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento deste instrumento contratual;
- c) Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.
- d) É responsável também em arcar com eventuais prejuízos, indenizações e demais responsabilidades, causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência, negligência, imperícia, imprudência ou irregularidades cometidas na execução do Contrato.
- e) A CONTRATADA cumprirá o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999.

**CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES**

I – A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% sobre o valor da proposta;
- c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração Municipal pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- e) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza a Contratada.

II – Ainda nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES**

I – A contratada se obriga a manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

I – Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

I – A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do CONTRATANTE, nos termos do art. 67 da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LIBERAÇÃO**

I – Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no art. 65 da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, sempre através de Termo Aditivo, numerado sempre em ordem crescente.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO**

I – O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Nona.

II – O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

I. o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;

II. prestar o serviço fora das especificações constantes no Objeto deste edital;

III. a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

IV. o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

V. o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

VI. a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

VII. a dissolução da empresa;

VIII. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

IX. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e



exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

X. a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

III - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

IV - Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

I – O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n. 10.520, de 17 de julho de 2002. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

I – Este Contrato está vinculado a Dispensa de Licitação 5/2015, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões, Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal n. 003/2005 de 14 de janeiro de 2005.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

### DECRETO Nº 069/2015

DECRETO Nº 069/2015 - DE 19 DE JUNHO DE 2015

“INSTITUI O MANUAL DE GESTÃO DE PATRIMÔNIO MÓVEL QUE REGULAMENTA O SISTEMA DE CONTROLE DE BENS PATRIMONIAIS MÓVEIS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO PODER EXECUTIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE, no exercício de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 72, itens VIII E XXXI da Lei Orgânica do Município de Água Doce, e

CONSIDERANDO o que estabelecem as Leis Federais nº 4.320 de 17 de março de 1964 e nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, e

CONSIDERANDO, ainda a necessidade de regulamentar os critérios de controle e racionalização dos procedimentos administrativos dos Bens Patrimoniais Móveis utilizados pelos Órgãos da Administração Direta do Município de Água Doce.

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituído e aprovado o Manual de Gestão de Patrimônio Móvel, em anexo, elaborado pela Comissão de Avaliação e Reavaliação de Bens.

Art. 2º. Os Procedimentos reguladores do Sistema de Controle de Bens Patrimoniais Móveis da Administração Direta do poder Executivo Municipal, são as constantes no Manual de Gestão de Patrimônio Móvel.

Parágrafo Único: Compete à Secretaria de Administração do Município (SAM), através da equipe Central de Administração de Material e Patrimônio e a Comissão de Avaliação e Reavaliação de Bens, atualizar o Manual a que se refere o caput deste artigo.

Art. 3º. O responsável pela Área Patrimonial dos Órgãos da Administração direta, deverá, obrigatoriamente, ser comunicado, sempre que ocorrer aquisição de bens, independente da fonte de recursos a fim de efetuar o tombamento.

Art. 4º. As Secretarias Executivas Municipais deverão informar através do preenchimento dos formulários de Cadastro de Bens Móveis e Inventário, os bens móveis adquiridos com recursos provenientes dos FUNDOS ESPECIAIS, de maneira que facilite a identificação e localização dos mesmos.

Parágrafo Único – As Secretarias Executivas Municipais deverão manter atualizado o acervo de bens patrimoniais alocados nas unidades de sua competência.

Art. 5º. O inventário físico dos Bens Móveis deverá ser feito anualmente e enviado à Secretaria de Administração até o dia 30 de novembro do ano em curso.

Art. 6º. A transferência, permuta e cessão de bens de um órgão para outro somente serão efetuadas pelo Responsável da Área Patrimonial, com prévia autorização do Titular da pasta.

Art. 7º. A doação de bens, só acontecerá através da Secretaria de Administração Municipal e quando solicitada diretamente no órgão, este encaminhará o processo à Secretaria de Administração para análise, e deverá obedecer os requisitos da Lei 8.666 de 21/06/93.

I – Este Contrato é intransferível, não podendo a CONTRATADA, de forma alguma, sem anuência do contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

I – Fica eleito o foro da Comarca de Joaçaba, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional n.º 19/98.

II - E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Água Doce, 23 de junho de 2015

NOVELLI SGANZERLA ODETE

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

ANA LOPES DE LIMA

Odete Ana Lopes de Lima – Trop Eventos

CONTRATADA

Testemunhas:

Cristiano Savaris da Silva

CPF: 005.614.419-95

Gláucia Regina Varaschin

CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica

SCHEILA MARA CORSO GIORDANI

OAB 27419

Art. 8º. A constatação de falta ou má conservação de bens, será de imediato, comunicada ao titular da pasta para adoção das providências necessárias.

Art. 9º. É indispensável a utilização dos formulários constantes no Manual de Patrimônio Móvel.

Parágrafo Único – Em caso do órgão possuir sistema informatizado, os relatórios deverão obedecer o padrão definido pelo referido manual.

Art. 10. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce – SC, 19 de junho de 2015.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

MANUAL DE GESTÃO DE PATRIMÔNIO MÓVEL

1ª EDIÇÃO

ÁGUA DOCE, JUNHO DE 2015

Novelli Sganzerla

PREFEITO DE ÁGUA DOCE

Juciana Souza Araújo Soares

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Vera Lúcia Darós Balestrin

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO E MATERIAL

COLABORAÇÃO

Comissão de Avaliação e Reavaliação de Bens

APRESENTAÇÃO

O Manual de Gestão de Patrimônio que estamos apresentando trata-se de atualização sugerida pelo Decreto Municipal nº 063, de 31 de Maio de 2012. O trabalho tem o objetivo de reavaliar os fluxos, rotinas e procedimentos ligados à gestão do patrimônio do Município de Água Doce e traz conceitos, regras e normas, numa busca por padronização de ações.

Toda a obra está pautada com vistas à observância do caput do artigo 37 da Constituição Federal de 1988, no qual se faz alusão aos princípios que devem ser observados pela Administração Pública no tocante à execução de atos administrativos.

Os princípios da legalidade, impessoalidade, publicidade, eficácia e eficiência são os imediatamente atendidos quando da elaboração deste manual, no entanto, estamos certos de que a transparência, a efetividade e o controle também são atributos que podem ser facilmente identificados nesta obra.

Os capítulos estão distribuídos de maneira didática. Esta afirmação pode ser observada quando do detalhamento e conceituação dos procedimentos que hoje são adotados para a gestão patrimonial do município de Água Doce.

No primeiro capítulo, a introdução transcorre numa breve discussão acerca da evolução do controle de bens patrimoniais por parte do poder público, logo em seguida, no segundo capítulo, apresentamos os conceitos básicos da gestão de patrimônio e o terceiro capítulo vem mostrar as ferramentas e instrumentos que o município de Fortaleza adota para a gestão do patrimonial.

O quarto capítulo trás as atribuições, competências e responsabilidades de cada ente que compõe a estrutura organizacional da gestão patrimonial do município, deixando claro, ainda, a legislação que ampara a apuração de responsabilidades, quando do mau uso e gestão dos bens patrimoniais.

O quinto capítulo mostra as formas de aquisição de bens patrimoniais pelo município, e o capítulo sexto complementa estas informações com os procedimentos que são adotados para que ocorra de fato o tombamento de um bem.

A movimentação é assunto do capítulo sete, no qual encontraremos conceitos relacionados aos tipos de movimentação de bens tanto fora quanto dentro do âmbito da prefeitura.

No capítulo oito serão apresentadas as formas de desincorporação de bens do patrimônio do município, tema nomeado como baixa.

O capítulo nove é destinado às orientações que devem ser observadas quando da realização de inventários e os capítulos dez, onze e doze estão destinados às informações complementares a este trabalho.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 7

2. CONCEITOS BÁSICO 8

2.1. PATRIMÔNIO PÚBLICO 8

2.2. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS 8

2.2.1. Quanto ao domínio 8

2.2.1.1. Bens próprios contabilizados 8

2.2.1.2. Bens de terceiros 8

2.2.2. Quanto à natureza 8

2.2.3. Quanto ao estado físico dos bens 9

2.2.3.1. Bens servíveis 9

2.2.3.2. Bens inservíveis 9

2.2.3.3. Bens obsoletos 9

- 2.2.3.4. Bens ociosos 9
- 2.2.3.5. Bens antieconômicos 9
- 2.2.3.6. Bens irrecuperáveis 9
- 2.2.3.7. Outros tipos de classificação de bens 10
- 3. CONTROLE PATRIMONIAL 11
  - 3.1. Instrumentos de Controle de Patrimônio 11
    - 3.1.1. Etiqueta de Identificação 11
    - 3.1.2. Termo de Responsabilidade 11
    - 3.1.3. Termo de Transferência 11
    - 3.1.4. Termo de doação 11
    - 3.1.5. Termo de vistoria de veículo 12
    - 3.1.6. Termo de conclusão de Inventário 12
    - 3.1.7. Termo de Baixa 12
    - 3.1.8. Sistema Eletrônico de Patrimônio 12
- 4. ESTRUTURA, ATRIBUIÇÕES, COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES DA GESTÃO DO PATRIMÔNIO 13
  - 4.1. Atribuições e Competências do Departamento de Patrimônio e Material 13
  - 4.2. Suporte Tecnológico ao Sistema Eletrônico de Patrimônio 13
  - 4.3. Atribuições e Competências da Unidades Gestoras 14
  - 4.4. Responsabilidades do Servidor Público Municipal com o Patrimônio 14
  - 4.5. Organograma da Gestão do Patrimônio Móvel 15
  - 4.6. Estrutura da Gestão de Patrimônio 15
    - 4.6.1. SAM 15
    - 4.6.2. DPM 15
    - 4.6.3. UG – Unidade Gestora 15
    - 4.6.4. UA – Unidade Administrativa 15
- 5. ENTRADA DE BENS NO ACERVO PATRIMONIALE INCORPORAÇÃO DE BENS 16
  - 5.1. Entrada de bens no acervo patrimonial 16
  - 5.2. Tipos de entrada – origens dos bens, formas de aquisição: Adjudicação 16
    - 5.2.1. Bens patrimoniais antigos 16
    - 5.2.2. Compensatória 16
    - 5.2.3. Compra com empenho 16
    - 5.2.4. Doação 16
    - 5.2.5. Empenhos de exercícios anteriores 16
    - 5.2.6. Permuta 16
    - 5.2.7. Retificação de empenhos 17
  - 5.3. Incorporação de bens 17
- 6. TOMBAMENTO 18
  - 6.1. Afixação de plaqueta 18
    - 6.1.1. Tipos de plaquetas 18
    - 6.1.2. Número patrimonial 18
  - 6.2. Regras de tombamento 18
    - 6.2.1. Tipos de plaquetas 18
    - 6.2.2. Número patrimonial 19
    - 6.2.3. Bens de terceiros 19
  - 6.3. Legislação 19
- 7. MOVIMENTAÇÃO 20
  - 7.1. Tipos de movimentação 20
    - 7.1.1. Transferência interna 20
    - 7.1.2. Transferência externa 20
  - 7.2. Regras de Transferência do Bem 21
  - 7.3. Termos de Responsabilidade e de Transferência 22
  - 7.4. Reaproveitamento do Bem 22
  - 7.5. Acompanhamento da movimentação de bens 23
  - 7.6. Recolhimento ao Depósito 23
- 8. BAIXA 24
  - 8.1. Tipos de Baixa 24
    - 8.1.1. Baixa por extravio, sinistro, perda, furto ou roubo 24
    - 8.1.2. Baixa por Alienação 24
    - 8.1.3. Baixa por cadastramento indevido 26
    - 8.1.4. Baixa por mudança de permanente para consumo 27
    - 8.1.5. Baixa por inutilização de bens que não devem ser alienados 27
- 9. INVENTÁRIO 29
  - 9.1. Conceito de Inventário 29
  - 9.2. Orientações à realização do inventário 29
    - 9.2.1. Comissão de Inventário 29
    - 9.2.2. Compete à Comissão de Inventário 30
    - 9.2.3. Compete ao setor responsável pelo controle patrimonial da Unidade Gestora 31
    - 9.2.4. Rotina de elaboração de Inventário 32
    - 9.2.5. Termo de Conclusão de Inventário 33

- 10. GLOSSÁRIO 34
- 11. LISTA DE SIGLAS 35
- 12. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 36
- 13. ANEXOS 37

## 1 INTRODUÇÃO

A Administração Pública passou a conviver com normas e leis mais rígidas a partir da vigência da Constituição de 1988. Sendo assim, ficou mais evidente o controle financeiro, orçamentário e contábil, bem como o patrimonial.

Considerando as diretrizes do Governo Federal, os municípios passaram a valer-se de políticas mais intensivas e rigorosas de controle, dentre as quais a adoção de Sistema Integrado de Administração Financeira e a maior obediência ao que preceitua a legislação vigente.

Devido a tais mudanças, os órgãos municipais estão mais bem aparelhados, tanto do ponto de vista administrativo quanto tecnológico, e têm atuado de forma mais rigorosa na fiscalização do uso e conservação do patrimônio público.

O projeto de Organização do Sistema Central de Patrimônio do Município, sob a coordenação do Departamento de Patrimônio e Materiais da Secretaria de Administração e Fazenda do Município de Água Doce, tem por objeto reavaliar fluxos, rotinas e procedimentos próprios da área, bem como a atualização do Manual de Normas e Procedimentos, proporcionando a melhoria de desempenho das pessoas envolvidas com o Sistema de Patrimônio nas diversas Unidades Gestoras (UG's) da Prefeitura Municipal de Água Doce, visando mantê-las atualizadas com as modificações vigentes e favorecer a racionalização de suas atividades.

É através do Departamento de Patrimônio e Materiais, que a Secretaria de Administração e Fazenda do Município reúne meios para responder, no âmbito da Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Água Doce, por iniciativas pertinentes à normatização, planejamento e execução das atividades referentes à gestão do patrimônio móvel municipal.

Com o fito de assegurar um melhor gerenciamento do Sistema de Patrimônio faz-se necessária a permanente atualização deste, recorrendo a procedimentos e rotinas operacionais de controle.

Este documento apresenta conceitos e princípios que devem ser incorporados para uma gestão patrimonial adequada. O conhecimento desses conceitos e princípios permitirá compreender a importância do controle patrimonial.

## 2 CONCEITOS BÁSICOS

### 2.1 Patrimônio Público

A Resolução nº 1.129/08 do Conselho Federal de Contabilidade a qual trata das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, adota a seguinte definição:

“Patrimônio Público é o conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações.”

### 2.2 Classificação dos Bens

Neste manual, os bens patrimoniais recebem uma classificação pertinente ao domínio por parte do ente público municipal, de acordo com a natureza e estado físico do bem.

#### 2.2.1 Quanto ao domínio

##### 2.2.1.1 Bens Próprios Contabilizados

São aqueles para os quais deve ser gerado um número de tombamento e incorporado ao patrimônio da Prefeitura, tendo este sido obtido por modalidades de aquisição como compra por empenho, doação, permuta, adjudicação, dentre outros.

##### 2.2.1.2 Bens de Terceiros

São aqueles recebidos em comodato, empréstimo, ou locação e que não compõem o acervo patrimonial do Município de Fortaleza.

#### 2.2.2 Quanto à natureza

##### · Bens Tangíveis

o Bens Móveis: são bens permanentes e de consumo.

§ Bens permanentes: são aqueles que, em razão de seu uso corrente, têm durabilidade e utilização superior a dois anos, conforme artigo 15 § 2º da Lei nº 4.320 de 1964 e portaria STN nº 448/02.

§ Bens de consumo: são aqueles que, em razão de seu uso corrente, perdem sua identidade física em dois anos e/ou têm sua utilização limitada a esse período, conforme Lei nº 4320/64 e portaria STN nº 448/02.

o Bens Imóveis: são bens vinculados ao terreno, que não podem ser retiradossem destruição ou dano. Não podem ser transportados, por estarem agregados ao solo ou por comporem bens imobilizados.

· Bens Intangíveis: são constituídos por patrimônio não mensurável fisicamente, como linhas telefônicas, marcas e patentes.

### 2.2.3 Quanto ao estado físico dos bens

#### 2.2.3.1 Bens servíveis

São bens móveis ou imóveis que integram o acervo patrimonial da Prefeitura, os quais são de uso indispensável à prestação do serviço público.

De acordo com a sistemática adotada no estabelecimento do status de cada bem dentro do sistema eletrônico de patrimônio, os bens servíveis, para fins de inventário, anualmente podem ainda ser classificados como novo, bom ou ótimo, a depender do estado de conservação destes bens.

#### 2.2.3.2 Bens inservíveis

São bens que perderam a serventia para a administração pública, por se tornarem inviáveis na utilização em qualquer atividade relacionada ao serviço prestado. Estes bens, ao adquirirem esse tipo de classificação ou status, estão aptos a serem recolhidos ao depósito e sofrerem alienação.

Esses bens podem ainda ser alienados através de venda ou doação, sendo que a venda somente poderá ocorrer por leilão, o qual é realizado em média duas vezes ao ano pelo órgão responsável no Município, a SAM.

#### 2.2.3.3 Bens obsoletos

São aqueles tidos como arcaicos, levando em consideração os avanços tecnológicos, razão pela qual caíram em desuso.

#### 2.2.3.4 Bens ociosos

São aqueles que se encontram em perfeitas condições de uso, mas não estão sendo utilizados.

#### 2.2.3.5 Bens antieconômicos

São aqueles de manutenção onerosa, ou com rendimento precário, em virtude de uso prolongado ou desgaste prematuro.

#### 2.2.3.6 Bens irrecuperáveis

São aqueles que não podem mais ser utilizados para o fim a que se destinavam devido à perda de suas características.

#### 2.2.3.7 Outros tipos de classificação de bens

O Sistema Eletrônico de Gestão de Patrimônio traz ainda outros formas de classificar os bens quanto ao seu estado de conservação: recuperáveis, regulares, precários, ruins e danificados. Em suma, a classificação aqui apresentada, tem como objetivo auxiliar os gestores e operadores da área patrimonial no controle e monitoramento dos bens.

## 3 CONTROLE PATRIMONIAL

Com o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal e as normas de contabilidade para gestão pública, os governos mudaram o enfoque da gestão, o qual deixou de ser apenas orçamentário e passou a ser também patrimonial, exigindo assim um maior controle quantitativo e qualitativo dos bens públicos.

O controle patrimonial se dá através do registro adequado de todos os bens móveis e imóveis, adquiridos por recursos orçamentários e não orçamentários que estão à disposição da Prefeitura Municipal de Água Doce para a realização de suas atividades.

Para a eficácia do controle patrimonial é fundamental o ajustamento constante dos registros de entrada, atualização, movimentação e saída de bens do acervo patrimonial.

Visando preservar a qualidade das informações, todo bem permanente deverá ser identificado individualmente, estar vinculado a um local específico e sob a responsabilidade de um servidor da Prefeitura Municipal de Água Doce. A verificação dessas informações, bem como da qualidade do serviço executado pelos Setores de Patrimônio, é feita através da realização de Inventários.

Todo o acervo patrimonial da Prefeitura Municipal de Água Doce deve ser controlado, seja de bens móveis ou imóveis, assim como todo bem não pertencente ao acervo, mas colocado à sua disposição.

### 3.1 Instrumentos de Controle de Patrimônio

São os meios utilizados pela unidade de patrimônio para que esta obtenha um controle efetivo dos bens móveis. Dentre os instrumentos



de controle utilizados destacamos:

#### 3.1.1 Etiqueta de Identificação

É o instrumento de identificação física do bem contendo o número de registro patrimonial;

#### 3.1.2 Termo de Responsabilidade

É o documento que identifica os bens por unidade dentro de um órgão, assim como o responsável por estes bens (Anexo I);

#### 3.1.3 Termo de Transferência

É o documento que registra e controla os deslocamentos definitivos ou temporários dos bens entre as unidades administrativas de um órgão (Unidade Administrativa- UA) ou entre órgãos (Unidades Gestoras-UG) da Administração Municipal, assim como as movimentações externas (Anexo II);

#### 3.1.4 Termo de doação

É o documento utilizado para formalizar as doações de bens que são realizadas pela Prefeitura de Fortaleza, tendo sempre como receptoras instituições filantrópicas ou organizações sem fins lucrativos;

#### 3.1.5 Termo de vistoria de veículo

É o documento utilizado para fins de apuração do estado físico de veículos. Este documento deve ser emitido sempre que houver inventário ou movimentação de veículo (Anexo III);

#### 3.1.6 Termo de conclusão de Inventário

É o documento que tem por finalidade apresentar todos os bens que estão sob a guarda de cada órgão através da identificação física destes, com seus respectivos valores monetários (Anexo IV);

#### 3.1.7 Termo de Baixa

Este documento é emitido quando da baixa de bens. Em caso de baixa por inutilização, extravio, furto, roubo, ou qualquer outro tipo de baixa que fomente a instrução processual, este termo deve ser anexado ao processual (Anexo V);

#### 3.1.8 Sistema Eletrônico de Patrimônio

Trata-se de software utilizado para registrar e controlar os bens patrimoniais, tendo como principais funcionalidades as movimentações, a baixa de bens por alienações e doações, dentre outras. Devido ao grande volume de bens integrantes do patrimônio da Prefeitura, este Sistema possibilita maior segurança à prestação de informações sobre o acervo existente.

### 4 ESTRUTURA, ATRIBUIÇÕES, COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES DA GESTÃO DO PATRIMÔNIO

#### 4.1 Atribuições e Competências do Departamento de Patrimônio e Material

O Departamento de Patrimônio e Material é responsável pelo controle de todo patrimônio do município, formulando diretrizes, orientando e coordenando a gestão de bens móveis e imóveis da Prefeitura Municipal de Água Doce.

Este Departamento tem competências específicas que encontram-se listadas na Lei Complementar nº 058, de 09 de junho de 2009, a saber:

- I. administrar o patrimônio municipal;
- II. promover o cadastro dos bens municipais, realizando inventários periódicos;
- III. providenciar o competente registro legal do tombamento de objetos móveis e imóveis considerados de interesse artístico, cultural ou de valor histórico para o Município;
- IV. solicitar compras ou aquisições, vendas ou alienações, na forma prevista na legislação pertinente;
- V. providenciar a documentação legal das doações ativas e passivas;
- VI. promover os atos bons e necessários à escrituração e registro dos bens imóveis;
- VII. promover o recebimento, tombamento, identificação, cadastro, avaliação, reavaliação, incorporação, carga e descarga de bens patrimoniais;
- VIII. administrar e controlar o almoxarifado municipal;
- IX. promover a execução dos laudos de avaliação dos bens e materiais inservíveis, promovendo a devida alienação, na forma da lei;
- X. realizar outras atividades relativas à administração de material e patrimônio que lhe forem cometidas na forma desta Lei.

Além destas competências, o Departamento de Patrimônio e Material deve ainda:

- Manter atualizado o banco de dados de usuários do Sistema Eletrônico de Patrimônio;
- Realizar o cadastro de usuários do Sistema Eletrônico de Patrimônio;
- Autorizar o cadastro de material no Sistema Eletrônico de Patrimônio.

#### 4.2 Suporte Tecnológico ao Sistema Eletrônico de Patrimônio

Compete à empresa contratada para fornecimento do Sistema Eletrônico de Patrimônio prestar suporte, realizar customizações e melhorias nos sistemas corporativos, bem como o monitorar estes sistemas, afora o cadastro e o resgate de senhas dos usuários.

Especificamente, no tocante ao Sistema Eletrônico de Patrimônio, ficam designados os servidores do departamento de patrimônio e o técnico de informática para:

- Cadastro de material, modelo e marca;
- Cadastro, alteração dos dados de fornecedores;
- Cadastro de País, Região, Estado e Cidade;
- A criação dos perfis, que liberam os acessos específicos ao sistema;
- Backup diário, a atualização de versão e ajustes no banco de dados do sistema;
- O departamento de Patrimônio fica responsável pelo recebimento de dúvidas relacionadas ao uso do Sistema. Quando tais dúvidas envolverem modificações em processos administrativos, elas serão solucionadas em conjunto com a Célula de Administração e Controle de Material e Patrimônio.

#### 4.2 Atribuições e Competências das Unidades Gestoras

Conforme descrito neste manual, a gestão do patrimônio da Prefeitura de Água Doce é estruturada tendo a SAM como órgão orientador de diretrizes, e os demais órgãos como Unidades Gestoras (UG), detentoras da titularidade do patrimônio. A seguir são descritas as responsabilidades ou atribuições das UG na gestão do patrimônio:

- Os responsáveis pelo Patrimônio da Unidade Gestora deverão manter o banco de dados do Sistema de Patrimônio atualizado diariamente, registrando, tombando e redistribuindo os bens que são adquiridos em cadamês, não deixando saldo remanescente para o mês posterior;
- Os responsáveis pelo Patrimônio da Unidade Gestora também deverão se manter atentos ao fechamento do relatório anual, procedendo com a liquidação, no Sistema, dos saldos de bens adquiridos, bem como com o inventário anual.

#### 4.4 Responsabilidades do Servidor Público Municipal com o Patrimônio

É obrigação de todo servidor zelar pela boa conservação dos bens patrimoniais que estão sob sua guarda ou uso. O mesmo será responsabilizado pelo desaparecimento de um bem que lhe tenha sido confiado, assim como por qualquer dano que causar ou para o qual contribuir, por ação ou omissão;

Nenhum servidor poderá movimentar um bem patrimonial sem a devida autorização do Departamento de Patrimônio e Material do respectivo órgão, sendo vedada a utilização de qualquer bem patrimonial do Município para fins particulares;

Os servidores, responsáveis pela utilização dos bens patrimoniais deverão atentar para o uso de equipamentos, levando-se em conta as recomendações do fabricante, de forma a evitar o mau funcionamento e o sucateamento precoce dos mesmos.

Qualquer prejuízo ao patrimônio do Município, decorrente de dolo ou culpa do servidor, poderá importar, além da reposição do bem, na aplicação de penalidades disciplinares, se for o caso, conforme disposto na Lei Complementar nº. 081/2013, de 23 de abril de 2013.

#### 4.5 Organograma da Gestão do Patrimônio Móvel

##### 3.6 Estrutura da Gestão de Patrimônio

4.6.1 SAM – Secretaria de Administração do Município, a gestora maior das diretrizes da Gestão de Patrimônio.

4.6.2 DPM – Departamento de Patrimônio e Material, responsável operacional pelo controle efetivo da gestão de patrimônio no Município.

4.6.3 UG - Unidade Gestora – Prefeitura Municipal de Água Doce, detentora de patrimônio próprio.

3.5.4 UA - Unidade Administrativa – São os departamentos que compõem cada Órgão ou Entidade.

#### 5 ENTRADA DE BENS NO ACERVO PATRIMONIAL E INCORPORAÇÃO DE BENS

##### 5.1 Entrada de bens no acervo patrimonial

É o registro de bens ao acervo patrimonial, através do cadastro destes no Sistema Eletrônico de Patrimônio, sendo a origem dos bens comprovada por meio de documentos como nota fiscal, nota de empenho, termo de doação ou cessão, termo ou documento que comprove a permuta de bens, dentre outros. A entrada de bens pode ser documentada através do termo de entrada de bens conforme anexo VII.

##### 5.2 Tipos de entrada – origem dos bens, formas de aquisição: Adjudicação

No Direito Processual, adjudicar é o ato de transferência de bens, sobre os quais incide uma execução, ao exequente ou terceira pessoa. Corresponde à determinação, dada por sentença judicial, para que um bem particular seja incorporado ao patrimônio público, de forma a garantir a quitação de débitos junto ao erário municipal.

#### 5.2.1 Bens patrimoniais antigos

São bens que já estão sendo utilizados como próprios do município de Fortaleza, mas dos quais se desconhece a origem ou inexistem documentos que comprovem a sua origem.

#### 5.2.2 Compensatória

É a incorporação de um bem diretamente ou cuja verba de aquisição é proveniente de pagamento de multas ou dívidas perante as quais o município de Fortaleza é credor.

#### 5.2.3 Compra com empenho

É a incorporação de um bem adquirido pela UG de acordo com os critérios estabelecidos em instrumentos legais que regem o assunto;

#### 5.2.4 Doação

É a incorporação de um bem doado por terceiros à Prefeitura Municipal de Fortaleza, em caráter definitivo. A doação deve ser acompanhada de termo, no qual esteja especificado o sujeito doador, as características e o estado físico do bem doado, bem como o órgão ou instituição recebedor da doação e o valor do bem.

#### 5.2.5 Empenhos de exercícios anteriores

Esta opção de entrada está relacionada ao cadastro de bens adquiridos através de notas de empenho de exercícios anteriores.

Vale salientar que a liquidação (recebimento) do bem ocorreu também em exercícios anteriores. Neste sentido, a entrada do bem está condicionada à nota de empenho.

#### 5.2.6 Permuta

É a incorporação ao acervo patrimonial de um bem que tenha sido permutado com entidade para além do âmbito do Município, em decorrência de troca. A esta entrada está sempre associada uma baixa de bens por permuta.

#### 5.2.7 Retificação de empenhos

Esta opção é utilizada para cadastrar novamente um bem que tenha entrado no sistema com valor errado. Para que ocorra esta retificação, o bem deverá ser baixado como cadastro indevido.

#### 5.3 Incorporação de bens

Este procedimento é utilizado quando existe a necessidade de reunir bens já tombados. A este procedimento podemos citar como exemplo, uma unidade de CD-ROM que deve ser incorporado em um microcomputador.

Representa-se a inclusão, edição ou exclusão de registros que formalizam a incorporação de um bem a um outro principal.

### 6 TOMBAMENTO

É o ato de destinação de numeração ao bem. O bem, logo após tombado, deve adquirir marcação física (quando necessário e possível), ou seja, ter afixada uma plaqueta, sendo o número de tombamento único e intransferível, e mesmo com a exclusão de um determinado bem, a numeração não poderá ser reutilizada.

O tombamento deve ser feito, preferencialmente, na entrada física do bem (nos casos de bem móvel) na unidade contábil do cadastramento. A fixação de placas para marcação física deve estar em local visível.

Sendo a marcação impossível, por inconveniência física ou de funcionamento ou por emplacamento desfavorável (caso o custo seja maior que o valor do bem ou sua troca), o controle será feito à parte, cabendo à unidade gestora marcar o objeto e exercer controle diferenciado sobre sua vida patrimonial.

#### 6.1 Afixação de plaqueta

A plaqueta deve ser afixada, preferencialmente, logo após o processo de tombamento, sendo atividade executada sob a responsabilidade do chefe do controle de patrimônio. Deve ser afixada em local bem visível – recomenda-se próximo à marca do bem – e de fácil acesso.

##### 6.1.1 Tipos de plaquetas

- Metal.
- Adesivo laminado com código de barras.

##### 6.1.2 Número patrimonial

Todo bem componente do acervo patrimonial deve ser identificado individualmente no momento do seu tombamento. Essa identificação consiste na atribuição de um número patrimonial exclusivo e deve permitir aos agentes do controle patrimonial coletar informações relativas à localização, estado de conservação, situação desse bem face ao acervo, bem como o responsável por sua guarda e conservação. A numeração de novos bens será feita pelo próprio Sistema Eletrônico de Patrimônio.

## 6.2 Regras de tombamento

### 6.2.1 Entrada ou Registro do Bem no Sistema Eletrônico de Patrimônio

Os bens adquiridos deverão ser registrados no sistema eletrônico de patrimônio de acordo com o valor do documento comprobatório de aquisição, os projetados ou fabricados por encomenda deverão ser registrados somando-se o valor de aquisição do material e o valor do serviço de fabricação.

Todos os bens adquiridos deverão ser contabilizados pela data do atesto do recebimento do mesmo.

### 6.2.2 Bens nos quais não será afixada plaqueta

Alguns bens precisam ser controlados de forma mais flexibilizada, o que gera algumas vezes, por conta de características físicas ou funcionais do próprio bem, uma impossibilidade ou uma dificuldade de emplaquetamento.

O bem continua sendo controlado pelo setor de patrimônio apenas através de número virtual e o responsável pelo controle deve avaliar a necessidade da afixação da plaqueta, levando-se em consideração atributos do bem como dimensão, funcionalidade, mobilidade, valor artístico ou histórico e dificuldade de acesso.

### 6.2.2 Bens de terceiros

Todo bem que não tem a titularidade da administração pública municipal e que está sendo utilizado por esta, pode ser considerado de terceiros.

Estes bens ao estarem fisicamente localizados em unidades administrativas, nas unidades gestoras, devem ser registrados no Sistema Eletrônico de Patrimônio, recebendo um número de controle que deve ser afixado no bem, através de etiqueta simples.

## 6.3 Legislação

O tombamento do patrimônio histórico rege-se-á pela Lei Municipal nº.2.149/2012 de 27 de novembro de 2012.

## 7 MOVIMENTAÇÃO

É todo procedimento onde os bens patrimoniais incorporados no Sistema são transferidos de responsabilidade ou movimentados fisicamente, seja dentro da própria unidade gestora ou entre unidades gestoras ou terceiros. Isso engloba todos os procedimentos de distribuição ou remanejamento, transferência permanente ou temporária, saída provisória, dentre outros, durante o período de vida patrimonial.

### 7.1 Tipos de movimentação

**7.1.1 Transferência Interna:** É a transferência de patrimônio realizada entre Unidades Gestoras e, no âmbito destas, entre suas Unidades Administrativas. São dois os tipos:

- **Transferência Permanente:** O bem é transferido de uma UG a outra em caráter definitivo. Ainda que o bem esteja sendo cedido a pedido de outro órgão, a operação não pode ser conceituada como doação, devendo ser registrada como transferência permanente.
- **Transferência Temporária:** O bem é transferido com prazo para retorno. Este tipo de transferência pode ser considerada como sinônimo de empréstimo, no entanto, por ser interna à Prefeitura Municipal de Água Doce, deve ser classificada como transferência temporária.

Sempre que houver transferência interna entre UG's, a UG recebedora receberá um comunicado informando que a operação foi efetuada, e para ser tida como concluída, deverá na sequência, ser efetuado o aceite no sistema.

**7.1.2 Transferência Externa:** É a transferência registrada no sistema quando o bem é movimentado para além dos órgãos que compõem a estrutura administrativa do município.

- **Manutenção:** É a movimentação que ocorre quando o bem necessita de serviços de manutenção ou reparo em local fora do âmbito municipal. Neste caso, o Departamento de Patrimônio e Material, para efeito de controle, deverá emitir o Termo de Movimentação de Bens Móveis, sendo indicada a razão da movimentação, como Manutenção ou Reparo. Este Termo deverá ser emitido em duas vias ficando uma com a unidade de patrimônio do órgão e outra com a unidade de localização do bem, quando essa atividade exceder o prazo de 5 dias úteis. O Departamento de Patrimônio e Material deve acompanhar a entrega do bem ao responsável pela execução do serviço através da emissão do Termo de Manutenção/Reparo de Bens Móveis, em duas vias, ficando uma com a unidade de patrimônio do órgão e a outra com a empresa responsável pela manutenção ou reparo.

- **Comodato:** Tem previsão no Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002) em seus artigos 579 a 585 e é um contrato unilateral, gratuito, pelo qual alguém (comodante) entrega a outrem (comodatário) coisa infungível, para ser usada temporariamente e

depois restituída. Uma vez que a coisa é infungível, gera para o comodatário a obrigação de restituir um corpo certo. Difere-se assim do mútuo, que é de coisa fungível, consumível em que a restituição é de coisa do mesmo gênero e quantidade;

- **Conserto:** sempre que houver necessidade de conserto do bem, deve ser verificado o termo de garantia. Caso esta esteja vencida, a saída do bem deve ser cadastrada na modalidade apenas conserto;
- **Conserto na Garantia:** nesta situação, deve ser identificado o documento (nota fiscal, cupom fiscal ou outro) que comprove estar o bem na garantia;
- **Empréstimo:** Saída de um bem de seu local de guarda para outrem, fora do âmbito do município. Obrigatoriamente deverá existir uma data de devolução, caso contrário deve-se proceder à doação do mesmo, de acordo com os preceitos legais. É obrigatória assinatura de termo de responsabilidade para conservação e devolução do bem. O empréstimo só pode ser de coisa fungível, sendo necessário a restituição de coisa do mesmo gênero e quantidade;
- **Evento:** neste tipo de movimentação, o bem está sendo deslocado pela própria Prefeitura Municipal de Água Doce, paratemporariamente estar sendo utilizado em evento;
- **Exposição Externa:** modalidade de movimentação similar a evento, no entanto, o bem estará sendo utilizado para exposição;
- **Reforma:** Similar ao conceito de manutenção, é a movimentação que ocorre quando o bem necessita ser reformado, o que garante maior tempo de utilização deste bem.
- **Serviços Externos:** este tipo de transferência externa pode ser utilizada quando não houver enquadramento em nenhuma outra acima descrita, no entanto, deve ser evitada, pois é um tipo genérico e não agrega valor à real necessidade de gestão do patrimônio móvel.

## 7.2 Regras de Transferência do Bem

- Ao se efetuar a transferência de bens entre Unidades Gestoras, os mesmos deverão permanecer com o número de tombamento a fim de que seja preservado o seu histórico.
- A transferência deverá ser efetuada, dentro do Sistema Eletrônico de Patrimônio, para a outra Unidade Administrativa – Bens a Remanejar.
- O responsável pela Unidade de Patrimônio deverá consultar diariamente os bens recebidos nessa Unidade Administrativa e encaminhá-los para os locais adequados. O bem, em hipótese alguma deve permanecer na conta estoque do Sistema Eletrônico de Patrimônio, sendo necessária sua distribuição à unidade requisitante, preferencialmente dentro do mesmo mês em que foi tombado.
- A transferência entre UG's, em hipótese alguma deve ser efetuada sem o consentimento do órgão recebedor, sendo necessária a confirmação do recebimento através da operação de aceite realizada no próprio Sistema Eletrônico de Patrimônio, havendo a emissão do termo de transferência.
- O reaproveitamento de bens deve ser formalizado por pedido da UG que requeira o bem através de ofício, sendo concluído o reaproveitamento através da operação de transferência interna.
- Em caso de transferência interna de bens infungíveis, a UG cedente deverá emitir termo de comodato, mesmo que esta opção não esteja disponível no Sistema. O termo de comodato é utilizado para bens como veículos, o que vem garantir ao recebedor do bem, flexibilidade para tocar problemas como regularização de documentação.

## 6.3 Termos de Responsabilidade e de Transferência

- Nenhum equipamento ou material permanente poderá ser distribuído à unidade requisitante sem a respectiva carga, que se efetiva com o competente Termo de Responsabilidade, assinado pelo chefe de patrimônio e pelo recebedor do bem na unidade requisitante ou administrativa.
- Os Termos de Responsabilidade/Transferência (Anexo VII) devem ser emitidos pelo Setor de Patrimônio, em três vias, e assinados pelo Chefe do Patrimônio, pelo Cedente, e pelo Recebedor, a saber:

o Primeira via – Unidade de Patrimônio  
o Segunda via – Unidade Expedidora  
o Terceira via – Unidade Recebedora

- Os Termos de Responsabilidade/Transferência serão emitidos sempre que ocorrer:

o Tombamento de bens;  
o Mudança de responsável pela guarda de bens;  
o Mudança de localização de bens; e.  
o Inventário anual.

- Ao deixar um departamento, o chefe, gerente ou gestor deve junto ao setor de patrimônio do órgão, realizar conferência de todos os bens que estão sob sua responsabilidade e assinar o termo de transferência



• Levando-se em consideração o item anterior, ao assumir um departamento, o novo gestor deve tomar conhecimento, através do setor de patrimônio, da lista de bens que passarão a estar sob sua responsabilidade e assinar termo.

#### 6.4 Reaproveitamento do Bem

O bem móvel, sem serventia para o órgão ou entidade que detém sua posse, pode ser reaproveitado por outro órgão da Prefeitura Municipal de Água Doce, desde que este, antes de tornar-se inservível, seja classificado como ocioso ou obsoleto e permaneça nesta condição por 15 dias, período em que as outras secretarias poderão avaliar se o bem pode ser reaproveitado e solicitar transferência permanente através de formalização devida.

A disponibilidade do bem deve ser informada aos demais órgãos usando-se o Sistema Eletrônico de Patrimônio, caso os bens disponibilizados não sejam reaproveitados no prazo de 15 (quinze) dias, deverão ser transferidos para o depósito, na condição de inservível.

#### 7.5 Acompanhamento da movimentação de bens

O Sistema Eletrônico de Patrimônio permite ao responsável pelo patrimônio da Unidade Gestora, acompanhar a movimentação dos bens.

#### 7.6 Recolhimento ao Depósito

Os bens que, não tendo como serem reaproveitados por outras unidades gestoras de patrimônio, devido ao seu estado de conservação ou sua utilidade em uma das atividades relacionadas ao serviço prestado pela Administração Pública, deverão ser recolhidos ao Depósito na condição de inservível.

No ato da identificação de bens inservíveis, deverá ser modificada a situação física do bem no Sistema e efetuada sua transferência para o Depósito.

Os bens, na condição de inservíveis, deverão estar aptos a serem alienados e via de regra não deverão ser reaproveitados por requisição dos órgãos no âmbito do município.

Os bens deverão ser encaminhados ao Depósito, juntamente com uma via impressa do termo de transferência para conferência.

Nos casos em que o bem não esteja cadastrado no sistema, deverá ser composta listagem com dados do bem, para conferência.

Em se tratando de veículos, estes deverão ser encaminhados com o Termo de Vistoria – Veículos, devidamente preenchido e assinado, conforme Anexo VIII.

O Veículo com perda total, antes de ser transferido ao Depósito deve-se proceder com a baixa do veículo no DETRAN.

### 8 BAIXA

É a desincorporação ou retirada de um bem do acervo patrimonial do Município. Com isto o número de patrimônio do bem que recebeu baixa não poderá ser utilizado por outro bem.

A baixa patrimonial, por ser processo de desincorporação, somente será realizada pela Unidade Gestora (UG) do patrimônio em cada órgão ou entidade, após autorização do Departamento de Patrimônio e Material da Secretaria de Administração e Fazenda, diante de justificativa fundamentada de acordo com o tipo de baixa a ser realizada.

O registro no Sistema Patrimonial será efetivado com base no Termo de Baixa de Bens (Anexo V).

#### 8.1 Tipos de Baixa

##### 8.1.1 Baixa por extravio, sinistro, perda, furto ou roubo

Dada a ocorrência de extravio, sinistro, perda, furto ou roubo, o detentor do bem ou responsável, deverá imediatamente, informar à área de gestão de patrimônio do órgão ou entidade e estará registrar Boletim de Ocorrência em instituição competente e abrir processo no Sistema de Protocolo da Prefeitura Municipal de Água Doce. O processo deve ser aberto com cópia para o Departamento de Patrimônio e Material e Secretaria de Administração e Fazenda, e ser encaminhado para a Gerência ou gestão superior do Órgão ou Entidade.

Dado conhecimento do processo pela Gerência ou gestão superior do Órgão ou Entidade, este deverá ser encaminhado à Assessoria Jurídica do órgão onde será realizada a sindicância para apurar os fatos.

O trâmite de todo o processo deverá ter duração de 30 dias, desde a data em que for aberto via Protocolo. O Departamento de Patrimônio e Material estará acompanhando todo o trâmite do processo, assim como o prazo para conclusão do mesmo para que possa, de acordo com a decisão proferida, autorizar a baixa do bem pelo chefe do setor de gestão de patrimônio do órgão ou entidade.

##### 8.1.2 Baixa por Alienação

O bem, após ter sido disponibilizado durante quinze dias para que outros órgãos possam manifestar interesse em reaproveitá-lo, caso não haja reaproveitamento, deverá ser classificado como inservível e transferido para o depósito.

A partir da transferência para o CSA, a forma de desfazimento ou baixa do bem será através de alienação, venda por leilão ou doação.

A alienação é procedimento através do qual os órgãos ou entidades se desfazem de seus bens patrimoniais, previsto no artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal de 1988 e caput do artigo 17 da Lei nº 8.666 de 1993.

Consiste na operação de transferência do direito de propriedade do bem, mediante venda ou doação.

#### Leilão-Venda

A modalidade de alienação através de venda de bens é o leilão, medida imposta pela lei 8.666/93, art.7º § 6º em que os bens são leiloados por profissionais cadastrados na junta comercial ou por Leiloeiro e equipe designados pelo Município, os quais assumem toda a responsabilidade de destinação do bem após a venda.

Sempre que houver leilão, o Departamento de Patrimônio e Material comunicará aos órgãos ou entidades da Prefeitura Municipal de Água Doce (UG's), para que disponham dos bens que não foram reaproveitados pelos demais órgãos e estão classificados como inservíveis.

O Departamento de Patrimônio e Material, por meio de ofício e outros meios de comunicação oficiais, indicará prazo para que seja feito o recolhimento dos bens inservíveis ao depósito. Após encerramento do prazo de envio de bens para leilão o Sistema Eletrônico de Patrimônio ficará bloqueado para envio de bens, até que todo o procedimento do leilão seja finalizado.

O sistema Eletrônico de Patrimônio bloqueia e habilita o recebimento de bens para leilão na data estipulada pela Departamento de Patrimônio e Material. Os gestores das UG's devem aguardar a liberação do Sistema para enviarem bens novamente ao depósito.

Os bens móveis que não forem alienados em leilão retornarão ao acervo patrimonial do depósito e ficarão em status inservível até que ocorra novo leilão.

#### Doação

Modalidade de alienação, através da qual os órgãos públicos se desfazem de seus bens patrimoniais, em favor de instituições filantrópicas, sem fins lucrativos ou de outros órgãos públicos.

A doação de bens só acontecerá através da Secretaria de Administração Municipal – SAM e quando solicitada diretamente no órgão, este encaminhará o processo à SAM para análise. No caso de doação, a posse e a propriedade do bem passarão definitivamente do órgão de origem para entidades de atividades sócio-filantrópicas, conforme o que preceitua o artigo 17, inciso II, alínea "a", da Lei 8.666, de 21.06.93.

Quando tratar-se de doação de veículo, o órgão ou entidade recebedora deverá fazer a transferência de propriedade do mesmo em até 30 (trinta) dias, como estabelece o inciso 1º, do artigo 123, da Lei Federal 9.503 de 23 de setembro de 1997 (Código Nacional de Trânsito).

Convém ressaltar que são proibidas as doações em ano eleitoral, conforme inciso 10, do artigo 73, da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 e pela Lei nº 11.300 de 10 de maio de 2006.

O documento que caracteriza a doação é o Termo de Doação de bens Móveis, o qual deverá ser emitido em duas vias ficando uma com a unidade de patrimônio do órgão/entidade recebedora do bem e outra com a unidade de patrimônio do órgão doador.

O Termo de Doação deve ser emitido pela entidade doadora e deve apresentar todos os elementos identificadores do bem, tais como descrição detalhada, valor de aquisição, data de aquisição ou de entrega do bem pela UG responsável.

O patrimônio a ser doado deverá ser requerido através de abertura de processo no departamento de patrimônio e materiais, ao qual será anexada toda documentação necessária à aquisição do bem:

- Estatuto da Entidade requerente;
- CNPJ da Entidade requerente;
- Ata de Nomeação do Presidente ou Titular da Entidade Requerente;
- Certificado de Entidades de Fins Filantrópicos, expedido pelo Conselho Municipal de Assistência Social;
- Publicação da Lei que torna a Instituição de Utilidade Pública;
- Nº de tombamento e especificação do bem a ser doado.

O processo poderá ter início no órgão de onde o bem será desincorporado para doação, no entanto, a baixa e finalização do processo somente ocorrerá após o deferimento da SAM.

Para que haja a baixa do bem através de doação, este terá sua situação física alterada para Inservível e deverá ser transferido no Sistema Eletrônico de Patrimônio.

### 8.1.3 Baixa por cadastramento indevido

Caso ocorra cadastramento de bem no sistema de forma indevida, provocando, por exemplo: duplo tombamento, material de consumo cadastrado como permanente, bem como outras inconsistências, este bem poderá ser baixado, motivando a perda do número do tombamento.

### 8.1.4 Baixa por mudança de permanente para consumo

Devido à forma de utilização, alguns bens podem mudar de permanente para consumo.

As características do bem, levando-se em consideração também as formas de utilização, serão determinantes para estabelecer em que tipo de classificação se enquadra, como de consumo ou permanente. Esta classificação pode ser feita de acordo com a portaria STN nº 448/02 e a Lei nº. 4320/64.

### 8.1.5 Baixa por inutilização de bens que não devem ser alienados

Esta modalidade de baixa consiste na destruição parcial ou total do bem que ofereça ameaça vital para pessoas, risco de prejuízo ecológico ou operacional ou inconveniências de qualquer natureza.

Na avaliação dos bens a serem inutilizados deve-se levar em consideração as seguintes características:

- a) Contaminação por agentes patológicos, sem possibilidade de recuperação por assepsia;
- b) Infestação por insetos nocivos, com risco para outros materiais;
- c) Natureza tóxica ou venenosa;
- d) Contaminação por radioatividade.
- e) Perigo irremovível de utilização fraudulenta por terceiros.

Estes materiais devem ser inutilizados desde que:

- a) Verificada a impossibilidade ou a inconveniência da alienação ou de reaproveitamento do bem, a autoridade competente determinará sua descarga. Em caso de destruição parcial, a inutilização do bem somente ocorrerá após a retirada das partes aproveitáveis, porventura existentes, que poderão ser incorporadas ao patrimônio através da modalidade adição a bem principal;
- b) A inutilização, sempre que necessária, será feita mediante audiência de setores especializados e obedecida a legislação específica, de forma a ter sua eficácia assegurada;
- c) Os símbolos nacionais, armas, munições e materiais pirotécnicos serão inutilizados em conformidade com a legislação específica. Símbolos nacionais – Lei Federal nº 5.700, de 01 de setembro de 1971, art. 32, Armas – Portaria Ministerial nº 341, de 02 de abril de 1981, Coletes – Portaria Ministerial nº 18, de 19 de dezembro de 2006, art. 35 ao art. 41.
- d) A inutilização de material será documentada mediante Termos de Baixa (Anexo V), os quais integrarão o respectivo processo de baixa;
- e) Os processos de inutilização de bens serão formalizados e instruídos pela Comissão de Avaliação, contendo justificativa circunstanciada e detalhada quanto à medida proposta, após receber autorização competente por meio do processo de desfazimento;

Concluído o processo de baixa de bens inutilizáveis, a Unidade de Administração Patrimonial adotará os seguintes procedimentos:

- 1. Emissão do Termo de Baixa de bens (Anexo V);
- 2. Assinatura dos documentos;
- 3. Numeração de páginas;
- 4. Retirada de cópias para arquivo próprio e juntada ao processo;
- 5. Baixa do bem inutilizado junto ao Sistema Eletrônico de Patrimônio, na modalidade "bens inutilizáveis".

O recolhimento de material radioativo é de competência da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN);

## 9 INVENTÁRIO

### 9.1 Conceito de Inventário

É o instrumento de controle que permite o ajuste dos dados escriturais com o saldo físico do acervo patrimonial em cada unidade gestora, o levantamento da situação dos bens em uso e a necessidade de manutenção ou reparos, a verificação da disponibilidade dos bens da unidade, bem como o saneamento do acervo.

Tem também a função de analisar o desempenho das atividades do setor de patrimônio através dos resultados obtidos no levantamento físico.

O inventário poderá ser realizado a qualquer tempo, a depender das necessidades de controle ou de atendimento de legalidade por parte da unidade patrimonial. Neste sentido, descrevemos abaixo as ocasiões em que poderá ser realizado o inventário:

- Anual: destinado a comprovar a quantidade dos bens patrimoniais do acervo de cada unidade gestora, existente em 31 de dezembro de cada exercício – constituído do inventário anterior e das variações patrimoniais ocorridas durante o exercício (tombamentos, baixas, transferências);
- Inicial: realizado quando da criação de uma unidade gestora, para identificação e registro dos bens sob sua responsabilidade;
- De transferência de responsabilidade: realizado quando da mudança do dirigente de uma unidade gestora;
- De extinção ou transformação: realizado quando da extinção ou transformação da unidade gestora;
- Eventual: realizado em qualquer época, por iniciativa do dirigente da unidade gestora ou por iniciativa da unidade gestora fiscalizadora.

## 9.2 Orientações à realização do inventário

### 9.2.1 Comissão de Inventário

A comissão inventariante é a comissão que deve executar o inventário físico dos bens permanentes. Ela deve ser formada por, no mínimo, três servidores do quadro permanente e não ter em sua formação servidores e/ou funcionários lotados no setor de patrimônio. Sendo que haverá uma Comissão de Inventário para cada Secretaria da Unidade Gestora.

A Comissão de Inventário deverá ser composta por um número ímpar de integrantes suficiente para que ocorra a conclusão no tempo determinado. A comissão não poderá ser formada por um número inferior a 03 (três) membros, sendo, no mínimo, dois pertencentes ao quadro da Unidade Gestora.

### 9.2.2 Compete à Comissão de Inventário:

- A verificação da localização física de todos os bens patrimoniais da unidade de controle patrimonial;
  - A classificação dos bens de acordo com status:
    - o Disponíveis: para aqueles bens que ainda se encontram em almoxarifado, aguardando serem requisitados ou distribuídos;
    - o Indisponíveis: para aqueles bens que não estão podendo ser utilizados devido a estarem em conserto, emprestados, etc;
    - o Utilizados: para bens que estão em utilização nos departamentos do órgão;
    - o Extraviados: para bens que não foram localizados, mesmo depois de ter sido feita varredura destes em outros órgãos ou entidades da Prefeitura Municipal de Água Doce.
  - A identificação dos bens pertencentes a outras unidades gestoras ou unidades administrativas e que ainda não foram transferidos para sua unidade de controle patrimonial;
  - A identificação de bens permanentes eventualmente não tombados;
  - A identificação de bens patrimoniais que eventualmente não foram localizados;
  - A emissão de Termo de Conclusão de Inventário (anexo IV), no qual constam observações registradas ao longo do processo do inventário, com informações quanto aos procedimentos realizados, à situação geral do patrimônio da unidade gestora e as recomendações para corrigir as irregularidades apontadas, assim como eliminar ou reduzir o risco de sua ocorrência futura, se for o caso.
  - A avaliação do estado de conservação destes bens, realizando o levantamento físico dos bens, alterando, quando necessário, os registros relativos ao estado de conservação e localização dos mesmos. Esta classificação deverá ser feita de acordo com o item 2.2.3 deste manual, e podem ser considerados inservível, precário, ruim, antieconômico, danificado, recuperável, irrecuperável, bom, regular, ótimo, servível e novo.
  - Fazer constar no inventário todos os bens móveis sob a responsabilidade da Unidade Gestora;
  - Registrar os bens que porventura sejam encontrados sem a plaqueta de tombamento, por motivo de extravio da mesma;
  - Relacionar os bens inservíveis para desativação a fim de que sejam encaminhados ao depósito da Secretaria de Administração do Município;
  - Relacionar por Unidade Administrativa os bens não localizados, inclusive os furtados.
  - Concluir o levantamento físico dos bens até 30 de novembro de cada exercício;
- ### 9.2.3 Compete ao setor responsável pelo controle patrimonial da Unidade Gestora:
- Providenciar a atualização dos dados no Sistema e emissão dos "Termos de responsabilidades";

- Emitir relatório relacionando todos os bens não localizados, inclusive os furtados, para as providências de abertura de processos administrativo ou Sindicâncias;
- Encaminhar os bens obsoletos ou inservíveis para o depósito da Secretaria de Administração do Município;
- Manter atualizadas as informações de forma que em 10 de Dezembro esteja concluído o Inventário do Município;
- Deverá ser informado oficialmente, via sistema de Protocolo, a conclusão do Inventário Geral ao Departamento de Patrimônio e Material.

Após a conclusão do inventário de todos os órgão/entidades, o Departamento de Patrimônio e Material comunicará ao Departamento de Contabilidade a disponibilidade do relatório da carga patrimonial para envio ao TCE (Tribunal de Contas do Estado).

Durante a realização do inventário fica vedada toda e qualquer movimentação física dos bens localizados nas unidades administrativas, exceto mediante autorização da unidade de patrimônio do órgão.

#### 9.2.4. Rotina de elaboração de inventário:

Seq.	Responsável	Atividade	Prazo
1	Gestor do órgão ou instituição	Nomeação e publicação das Comissões de Inventário, através de Decreto	03 dias
2	Gestor do Patrimônio	Impressão da lista de bens que constam no sistema eletrônico de patrimônio, para conferência, por unidade administrativa	-
3	Comissão de Inventário	Conciliação das informações do sistema com a realidade física do bem	30 dias
3.1	Comissão de Inventário	Atualização do status do bem como: Disponível, Utilizado, Indisponível ou Extraviado	-
3.2	Comissão de Inventário	Atualização da situação física do bem como: Inservível, Precário, Ruim, Antieconômico, Irrecuperável, Bom, Regular, Ótimo, Servível, Novo ou Danificado	-
3.3	Gestor do Patrimônio	Atualização da localização, situação física e do status do bem no sistema eletrônico de patrimônio	-
4	Gestor do Patrimônio	Encaminhar informe, através de Comunicação Interna (CI) ou Memorando, para os setores ou departamento que tiverem bens não localizados pela Comissão de Inventário	02 dias (prazo de retorno)
5	Gestor do Patrimônio	Atualizar sistema com as informações sobre os bens que foram localizados ou repostos	05 dias
6	Gestor do Patrimônio	Conclusão do Inventário com geração e envio para o Departamento de Contabilidade, dos seguintes documentos: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Termo de Conclusão de Inventário</li> <li>• Relatório Analítico de Inventário</li> <li>• Relatório Resumido de Inventário</li> </ul>	Total: 40 dias
7	Gestor do Patrimônio	Abrir Processo Administrativo para apuração e responsabilização acerca dos bens não localizados e encaminhar para Assessoria Jurídica do órgão, com cópia para a Secretaria de Administração e Fazenda	Até 03 dias da conclusão do inventário
8	Assessoria Jurídica do órgão ou instituição	Conclusão do Processo de apuração e indicação de responsabilização ou não, acerca de bens não localizados em inventário	30 dias após a abertura do processo

Para elaboração do inventário, deverá ser utilizado "Formulário de apoio à elaboração de inventário" (Anexo VII).

#### 9.2.5. Termo de Conclusão de Inventário

Ao final do processo de inventário, o Termo de Conclusão de Inventário (Anexo IV), deverá ser gerado, assinado pelo Gestor do órgão ou entidade, Gestor da unidade de patrimônio e encaminhado ao Departamento de Patrimônio e Material dentro do prazo determinado para a elaboração do inventário.

Em posse do Termo de Conclusão de Inventário o Departamento de Patrimônio e Material, juntamente com os gestores do órgão ou entidade estará dando encaminhamento para as providências a serem tomadas em vista das ocorrências levantadas durante a realização do inventário.



## 10 GLOSSÁRIO

Alienação: transferência do direito de propriedade do material, mediante venda, permuta ou doação;

Bens fungíveis: Fungibilidade é o atributo pertencente aos bens que podem ser substituídos por outros da mesma espécie, qualidade ou quantidade.

Bens infungíveis: Por oposição, infungibilidade é o princípio que define os bens que não podem ser substituídos por outros da mesma espécie, quantidade e qualidade. Logo, todo bem móvel único é infungível, assim como todo bem imóvel. São infungíveis as obras de arte, bens produzidos em série que foram personalizados, objetos raros dos quais restam um único exemplar, etc.

## 11 LISTA DE SIGLAS

DPM: Departamento de Patrimônio e Material

CNEN – Comissão Nacional de Energia Nuclear

NBCT: Norma Brasileira de Contabilidade

PMAD: Prefeitura Municipal de Água Doce

RP: Registro Patrimonial

TCE: Tribunal de contas do Estado

UA: Unidade Administrativa

UG: Unidade Gestora

## 12 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, Manual de Gestão de Patrimônio Móvel, Dezembro de 2012

BRASIL, Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil.

BRASIL, Lei 4320 de 17 de Março de 1964. Institui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e Distrito Federal, Brasília 1964.

BRASIL, Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993.

BRASIL, Portaria nº 437, de .....

BRASIL, Portaria nº 448, de 13 de Setembro de 2002, Secretaria do Tesouro Nacional.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE, Lei Complementar nº 058 de 09 de junho de 2009.

\_\_\_, Lei nº 712 de 02 de abril de 1991.

\_\_\_, Lei nº 2.149 de 27 de novembro de 2012.

\_\_\_, Lei Complementar nº 081 de 23 de abril de 2013.

\_\_\_, Decreto nº 063 de 31 de maio de 2012.

\_\_\_, Lei Orgânica do Município.

NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE-NBCT 16.10

## 13 ANEXOS

Termo de Responsabilidade (Anexo I);

Termo de Transferência (Anexo II);

Termo de vistoria de veículo (Anexo III);

Termo de conclusão de Inventário (Anexo IV); Termo de Baixa (Anexo V).

Termo de entrada de bens (Anexo VI)

Formulário de Apoio à elaboração de inventário (Anexo VII)

## ANEXO I – TERMO DE RESPONSABILIDADE

Prefeitura Municipal de Água Doce

Setor de Patrimônio

TERMO DE RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL – TRP Nº

Unidade Administrativa:			
Órgão Usuário:			
Responsável:			
Co-responsável:			
Item	Nº Cadastro	Especificação do Bem	Valor R\$

## DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO E RESPONSABILIDADE

Pelo presente instrumento e de acordo com a legislação municipal, assumo total responsabilidade pelos bens patrimoniais acima relacionados, comprometendo-me a informar de imediato quaisquer alterações e/ou irregularidades ocorridas, bem como zelar pela guarda e o bom uso do patrimônio público.

Local/Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Unidade Administrativa Usuário

Co-responsável Responsável pelo Patrimônio

## ANEXO II – TERMO DE TRANSFERÊNCIA INTERNA

Prefeitura Municipal de Água Doce  
Setor de Patrimônio

## TERMO DE TRANSFERÊNCIA INTERNA DE BENS PATRIMONIAIS Nº

Data de Movimentação:  
Situação: Efetivada

Cedente:  
Origem:  
Endereço:  
Responsável:

Recebedor:  
Destino:  
Endereço:  
Responsável:

Item	Patrimônio	Descrição	Situação	Valor
Total				

Autorizo a movimentação do bem Patrimonial:  Em ____/____/____  Patrimônio Ass(Carimbo)	Em ____/____/____  Cedente Ass(Carimbo)	Atesto que recebi o bem patrimonial contido neste Termo, assim os quais assumo tal responsabilidade pela guarda e zelo dos mesmos.  Em ____/____/____  Recebedor Ass(Carimbo)
---	---	---

## ANEXO III – TERMO DE VISTORIA DE VEÍCULO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE  
TERMO DE VISTORIA DE VEÍCULO



ÓRGÃO/ENTIDADE:														
TIPO:	MARCA:	MODELO:	ANO/MO-DELO:											
COR:	PLACA:	QUILOME-TRAGEM:	AVALIA-ÇÃO:											
CHASSIS:		MOTOR:												
LEGENDA: B=BOMR=RE-GULAR I=IRRECUPERÁVEL F=FALTANDO														
ÍTENS	B	R	I	F	ÍTENS	B	R	I	F	ÍTENS	B	R	I	F
1-MOTOR					Volante					Tacógrafo				
2-ALIMENTAÇÃO					Braços de direção					Marcador/gasolina				
Tanque de combustível					9-FREIOS					14-ESTOF/FORRO				
Filtro de ar					Estacionamento					Bancos dianteiros				
Filtro de combustível					Marcha					Tetos e laterais				
Filtro lubrificante					10- RODAS					Bancos traseiros				
Bomba de gasolina					Aros					Tapetes				
Carburador					Pneu					15-VIDROS				
Bomba Injetora					Estepe					Dianteiros				
Injetores					11-IGNIÇÃO					Traseiros				
3-ARREFECIMENTO					Chaves					Laterais				
Sistema de água					Velas					Espelhos retrovisores				
Sistema de ar					Bobina					16- LATARIA				
Tubos e mangueiras					Distribuidor					Portas				
Radiador					12-EQUIP.ELÉTRIC.					Pára-lamas				
4- EXAUSTÃO					Dínamo/alternador					Pára-choques				
Tubos e silencioso					Bateria					Capuz				
5-TRANSMISSÃO					Motor de partida					Teto				
Caixa marcha					Fiação					17- FERRAMENTAS				
Caixa transmissão					Regulador					18- EXTINTOR				
Diferencial					Lanternas					19-TRIANGULO				
6- EMBREAGEM					Faróis					20-CINTO SEGURANÇ.				
7-SUSPENSÃO					Buzinas					21-PARA SOL				
Eixo dianteiro					Sinaleiras de direção					22- PINTURA				
Eixo traseiro					Limp. depára-brisas					23- MACACO				
Molas					13-INSTRUMENTOS					24-CHAVE RODA				
Amortecedores					Velocímetro					25- AR CONDICION.				
8- DIREÇÃO					Marcador/óleo					26- SOM				
Caixa de direção					Marcador/tempe-ratura									
Observações:														

## ANEXO IV – TERMO DE CONCLUSÃO DE INVENTÁRIO

Prefeitura Municipal de Água Doce  
Setor de Patrimônio

## TERMO DE CONCLUSÃO DE INVENTÁRIO

Unidade Gestora:

Chefe da Unidade de patrimônio no Órgão ou Entidade:

Membros da Comissão de Inventário:	Portaria de Publicação da Comissão de		
Inventário:			
Nº: _____			
Data: ____/ ____/ ____			
SEQ.	UNIDADE ADMINSTRATIVA	QUANTIDADE DE BENS POR STATUS	

DISPON. UTILIZ. INDIS. EXTRA. TOTAIS

Declaramos que os totais acima registrados são verdadeiros e que as providências cabíveis serão tomadas para que ocorra devido tratamento aos bens extraviados.

Em ____/____/____	Em ____/____/____	Em ____/____/____
-------------------	-------------------	-------------------

Gestor do Órgão	Diretor do DAF	Chefe do Patrimônio
-----------------	----------------	---------------------

Prefeitura Municipal de Água Doce  
Setor de Patrimônio

Nº do Termo:  
Tipo de Baixa:  
Unidade Gestora:  
Destinatário:

[illegible]

\_\_\_\_\_

Visto – Patrimônio Emitente Recebedor

Prefeitura Municipal de Água Doce  
Setor de Patrimônio

## Entrada de Materiais

Tipo de Entrada: Nota de Recebimento:  
U.Gestora: Data de Recebimento:  
Fornecedor:  
Tipo do Bem: Data Contábil:

Tipo de Documento	Nº Documento	Data
01 – Empenho		
02 – Nota Fiscal		

Item	Qtde.	Descrição do Material	Valor da Aquisição(R\$)
		Total da Nota de Recebimento	

Atestamos que esta Coordenação incorporou ao patrimônio os materiais acima relacionados.

\_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

Assinatura

## ANEXO VII – FORMULÁRIO DE APOIO À ELABORAÇÃO DE INVENTÁRIO

## FORMULÁRIO DE APOIO À ELABORAÇÃO DE INVENTÁRIO

		ANDAR: 1		
Setores	Bens com plaqueta não identificada no sistema	Bens sem plaqueta	Bens não localizados	Bens de terceiros (particulares)
A				
B				
C				
		ANDAR: 2		
Setores	Bens com plaqueta não identificada no sistema	Bens sem plaqueta	Bens não localizados	Bens de terceiros (particulares)
D				
E				
F				

## Observações:

1-Para os bens com plaqueta não identificada no sistema, deve-se proceder com a incorporação deste. A modalidade de entrada deverá ser bem patrimonial antigo, conservando-se o número de tombamento do bem.

2-Os bens sem plaqueta também devem ser incorporados ao acervo patrimonial do órgão, verificado o tipo de entrada no qual se enquadra

**DECRETO Nº 070/2015**

DECRETO Nº 070/2015 – DE 19 DE JUNHO DE 2015

“NOMEIA COMISSÃO PARA ORGANIZAÇÃO DOS FESTEJOS DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e demais normas legais aplicáveis à matéria,

## DECRETA:

Art. 1º. Nomear as seguintes pessoas para fazerem parte da Comissão Central Organizadora dos Festejos do Município, inclusive para organização da I EXPOÁGUA” Feira de Negócios – Indústria e Comércio no exercício de 2015:

Presidente: ELIAS VIECELI

Tesoureiro: JUCIANA SOUZA DE ARAÚJO SOARES

Membros: ROSANE PUTTON FERREIRA HARTCOFF

LUCIANI CRISTINA ALVES

VALTER VALENTIN RAMPAZZO

ORLANDO FÁVERO

VANIR PUTTON

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam – se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 19 de junho de 2015.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal



**DECRETO Nº 071/2015**

DECRETO Nº 071/2015 – DE 19 DE JUNHO DE 2015

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 18 da Lei nº 2.329 de 09 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.329 de 09 de dezembro de 2014, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para Manutenção do Fundo Municipal de Água Doce e aplicação de recursos vinculados.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa Aplicações Direta com a seguinte classificação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE	
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE	
10.301.0042.2.052MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS ESTADUAIS E FEDERAIS	
3.3.90.00.0.3.0080.0/62 Aplicações Diretas .....	R\$ 35.000,00
TOTAL .....	R\$ 35.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto fica utilizado o superávit financeiro do exercício de 2014 verificado na rubrica: 0.1.0043 Recursos do Co - financiamento.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 19 de junho de 2015.  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 072/2015**

DECRETO Nº 072/2015 – DE 23 DE JUNHO DE 2015

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, ANULA PARCIAL E TOTAL E TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.360, de 23 de junho de 2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) para o Fundo Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para a pagamento de pessoal e encargos do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa: 3.1.90.00.0.1.000.0/31 Aplicações Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

10 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE	
01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE	
08.244.0045.2.062 PROGRAMA DE ATENDIMENTO ESTADUAL E FEDERAL – IGD/PETTI e Outros	
3.1.90.00.0.1.0000.0/31 Aplicações Diretas .....	R\$ 8.000,00
TOTAL .....	R\$ 8.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto ficam anulados parcial e totalmente os recursos das seguintes dotações orçamentárias:

10 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE	
01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE	
08.244.0045.2.056 MANUTENÇÃO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
3.3.90.00.0.1.0000.0/4 Aplicações Diretas .....	R\$ 7.000,00
4.4.90.00.0.1.0000.0/5 Aplicações Diretas .....	R\$ 1.000,00
TOTAL .....	R\$ 8.000,00

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 23 de junho de 2015.  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

**LEI COMPLEMENTAR Nº 098/2015**

LEI COMPLEMENTAR Nº 098/2015 – DE 23 DE JUNHO DE 2015

“REVOGA LEI MUNICIPAL 2.118/2012 DE 18 DE OUTUBRO DE 2012, QUE INSTITUIU PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E INSTITUI NOVO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito do Município de Água Doce, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Fica revogada a Lei Municipal nº 2.118/2012 que Instituiu o Plano Municipal de Educação.

Art. 2º. Fica instituído o novo Plano Municipal de Educação – PME, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo, parte integrante desta lei, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 8º da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014.

Art. 3º. São diretrizes do PME:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - valorização dos (as) profissionais da educação;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 4º. As metas e estratégias contidas no Anexo desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 5º. As metas e estratégias previstas no Anexo desta Lei estão referenciadas no Diagnóstico elaborado pela Equipe Técnica (Comissão Executiva do PME) com base nos dados divulgados por Órgãos Oficiais e demais levantamentos realizados pela Secretaria Municipal de Educação e Unidade Escolares e, compondo o mesmo documento.

Art. 6º. A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas realizadas pelas seguintes instâncias:

I - Secretaria Municipal de Educação;

II - Comissão de Educação, Saúde e Ação Social;

III- Conselho Municipal de Educação – CME;

IV - Fórum Municipal de Educação;

§ 1º. Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:

I - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;

II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;

III - analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§ 2º. Ao longo do período de vigência deste PME, observar-se-ão os resultados dos estudos publicados a cada 2 (dois) anos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas.

§ 3º. A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência do PME e poderá ser ampliada por meio de lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

§ 4º. O investimento público em educação a que se refere a meta 20 do Anexo desta Lei engloba os recursos aplicados na forma do art. 212 da Constituição Federal, do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como do art. 213 da Constituição Federal.

§ 5º. Será destinada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, além de outros recursos previstos em lei, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e de gás natural, na forma de lei específica, com a finalidade de assegurar o cumprimento da meta prevista no inciso VI do art. 214 da Constituição Federal..

Art. 7º. O Município promoverá a realização de pelo menos 2 (duas) conferências municipais de educação até o final do decênio, precedidas de amplo debate e coordenadas pelo Fórum Municipal de Educação.

§ 1º. O Fórum Municipal de Educação, além da atribuição referida no caput:

I - acompanhará a execução do PME e o cumprimento de suas metas;

II - promoverá a articulação da conferência municipal com as conferências estadual e nacional de educação.

§ 2º. As conferências municipais de educação realizar-se-ão com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução do Plano Nacional de Educação – PNE, do Plano Estadual de Educação – PEE, bem como deste Plano Municipal e subsidiar a

elaboração dos planos de educação para o decênio subsequente.

Art. 8º. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano, na forma da lei.

§ 1º. Caberá aos gestores federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PME.

§ 2º. As estratégias definidas no Anexo desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

§ 3º. O sistema de ensino municipal criará mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas do PME.

§ 4º. Haverá regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios étnico-educacionais e a utilização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada a consulta prévia e informada a essa comunidade.

§ 5º. O fortalecimento do regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município incluirá a instituição de instâncias permanentes de negociação, cooperação e pactuação.

§ 6º. O fortalecimento do regime de colaboração entre os Municípios dar-se-á, inclusive, mediante a adoção de arranjos de desenvolvimento da educação.

Art. 9º. O Município, no prazo de 2 (dois) anos contados da publicação da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, deverá adequar a legislação local, disciplinando a gestão democrática da educação pública em conformidade com o disposto na referida Lei, bem como neste PME.

Art. 10. O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 11. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

Art. 12. Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PME, o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 23 de junho de 2015

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

DECÊNIO 2015-2024

ÁGUA DOCE - SC

JUNHO 2015

PREFEITO MUNICIPAL

NOVELLI SGANZERLA

VICE – PREFEITO

VALTER VALENTIN RAMPAZZO

PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES

MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

JUCIANA SOUZA DE ARAUJO SOARES

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ROSANE PUTTON FERREIRA HARTCOPF

COMISSÃO EXECUTIVA REVISORA DO PME (ANEXO)

FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME (ANEXO)

## CONSULTORIA

## SUMÁRIO

1. HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE .....	03
2. HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE .....	04
3. APRESENTAÇÃO .....	06
4. EIXO I – UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA .....	
• Diagnóstico .....	07
• Universalização da Educação Infantil .....	10
• Universalização do Ensino Fundamental .....	13
• Universalização do Ensino Médio .....	17
• Educação Inclusiva .....	20
5. EIXO II – QUALIDADE DA EDUCAÇÃO .....	
• Diagnóstico .....	23
• Ciclo de Alfabetização .....	25
• Educação em Tempo Integral .....	27
• Qualidade da Educação Básica .....	29
• Escolaridade Média da População Adulta .....	35
• Taxa de Analfabetismo .....	37
6. EIXO III – FORMAÇÃO HUMANÍSTICA, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DO MUNICÍPIO .....	
• Diagnóstico .....	40
7. EIXO IV – VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO .....	
• Diagnóstico .....	46
• Qualificação dos Profissionais da Educação .....	48
• Equiparação Salarial aos demais Profissionais com Escolaridade Equivalente .....	52
• Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério .....	54
8. EIXO V – GESTÃO E FINANCIAMENTO .....	
• Gestão Democrática .....	56
• Financiamento da Educação .....	58
9. ANEXOS .....	
• Listagem de Siglas e Acrônimos .....	61
• Lista de Tabelas, Quadros, Gráficos e Figuras .....	64
• Decreto de Instituição do FME .....	66
• Decreto de nomeação da Comissão Executiva do PME .....	70
• Decreto (s) de nomeação dos Membros do FME .....	71
• Agradecimentos .....	74
10. FONTES DE INFORMAÇÕES E CONSULTAS .....	75

## HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

O município de Água Doce, conhecido como Capital Catarinense da Energia Eólica localiza-se na microrregião do meio oeste catarinense e pertence à Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense - AMMOC, 7ª SDR – Secretaria de Desenvolvimento Regional de Joaçaba e 9ª GERED – Gerência Regional de Educação. É o 5º município do Estado em extensão territorial, com área de 1.314,3 Km², sendo que a maior parte de suas terras é formada por campos com belíssimas fazendas e natureza exuberante, conhecido como os Campos de Palmas. As terras que compreendem o município já fizeram parte de reivindicações entre Brasil e Argentina, além de terem sido contestadas pelos Estados do Paraná e Santa Catarina. Em 1916, passaram a pertencer à Joaçaba, tendo por denominação Encruzilhada, tornando-se Distrito por volta de 1943, com o nome de Água Doce.

Em 21 de junho de 1958, o Município de Água Doce foi desmembrado do Município de Joaçaba e instalado no dia 25 de julho do mesmo ano. E foi a partir da segunda década do século XX que chegaram os imigrantes italianos e descendentes, vindos do Rio Grande do Sul, dando continuidade ao processo histórico.

Foi de um pequeno incidente que surgiu o nome escolhido "Água Doce". Em uma das viagens em busca de alimentos, a mula do tropeiro João Líbia que carregava açúcar, caiu no rio perdendo toda sua carga, dando a denominação ao rio e ao município. O incidente não poderia ser mais oportuno, em razão de Água Doce possuir um dos maiores potenciais hídricos de Santa Catarina, com nascentes de dezenas de rios importantes que abastecem várias micro e macrobacias hidrográficas, como por exemplo: Rio Chapecó, Chapecozinho, Roseira, Rio do Mato, Irani, Água Doce, entre tantos outros.

Água Doce possui atualmente uma população de 7.121 habitantes sendo 3.511 na área urbana e 3.610 no meio rural.

Pela grande extensão territorial, seu relevo apresenta variações significativas, sendo muito acidentado com montanhas e vales mais ao sul e vastas planícies ao norte, conhecido como os Campos de Palmas.

O Clima é temperado (sendo quente no verão e frio no inverno, onde há ocorrência de geadas e neve, principalmente na região dos campos).

Sua economia é basicamente primária, estando o Município entre os maiores produtores de milho, soja, maçã e frutas de caroço (pêssego, nectarina e ameixa) do Estado. Destaca-se também na criação de gado bovino, suínos, aves e ovinos.

Devido à extensão territorial, o município foi gradativamente recebendo famílias através do INCRA, dando origem aos Assentamentos. Atualmente Água Doce, possui cinco Assentamentos.

## HISTÓRICO EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

Mesmo antes de sua emancipação em 1958, já existiam Escolas Isoladas que eram geridas pelo Estado através da SLE (Supervisão Local de Educação), mais tarde denominada CLE (Coordenadoria Local de Educação). Nesta época existiam aproximadamente 35 Escolas Isoladas. Por volta de 1974 com a criação da Divisão de Ensino Municipal (DEM), o primeiro diretor nomeado foi o Senhor Luiz Bedin, responsável por todas as Escolas Municipais. Antes disso a Irmã Maria Rosa Zancanaro era responsável pelas Escolas Isoladas do município. Independente desta divisão de Ensino o trabalho na educação sempre foi integrado, em conjunto com o Estado visando sempre o crescimento da Educação no Município.

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte teve como primeira Secretária a Senhora Eliane Salete Filippim.

Em 1998 as Escolas Isoladas atendidas pelo Estado foram Municipalizadas por meio da Lei 1.026/98 de 22 de abril de 1998.

Com o passar dos anos as escolas foram sendo polarizadas ou nucleadas com o objetivo de proporcionar melhores condições de trabalho e qualidade na educação.

O município possui atualmente a seguinte estrutura educacional:

- Centro de Educação Infantil Estrelinha Azul – Localizado na sede, atende alunos nas modalidades Creche e Pré-Escolar. O atendimento da modalidade creche iniciou em 2012.

- Centro Educacional Municipal Frei Silvano – atende 335 crianças de 1º ao 5º ano oriundas das comunidades mais próximas da sede do Município, sendo que a partir de 2012 a Educação Municipal assumiu a responsabilidade de atender gradativamente todos os alunos do município na modalidade de Ensino Fundamental, sendo que em 2015 assumimos o 4º Ano.

- Centro Educacional Marcelino Ivo Dalla Costa localizado a 41 km da sede na Comunidade de Três Pinheiros que atende as crianças da Pré-Escola ao 9º ano. Neste centro temos agregado um Polo do PRODERAD que atende os alunos do 6º ao 9º ano.

- Escola Municipal Lageado Bonito- Localizada no Assentamento 09 de Novembro, a 22 km da sede. Atende alunos de Pré-escolar ao 5º ano.

- Escola Municipal Assentamento Oziel Alves Pereira- Localizada no Assentamento Oziel Alves Pereira, a 35 km da sede. Atende alunos de Pré-escolar ao 5º ano.

- Escola Municipal Assentamento 1º de Agosto- localizada na comunidade de Paiol do Campo, a 18 km da sede. Atende alunos de Pré-escolar ao 5º ano.

- Escola Municipal Núcleo de Colonização Jesuíno Mendes- localizada a 85 km da sede na comunidade de mesmo nome, atende alunos de 1º ao 5º ano.

- Escola Municipal Lindaura Eleutério da Luz- Localizada na comunidade de Vista Alegre, a 19 km da sede, atende alunos de Pré-escolar ao 5º ano.

- PRODERAD (Projeto de Educação Rural de Água Doce) - Polo localizado na comunidade de Herciliópolis, a 25 km da sede, atende alunos de 6º ao 9º ano.

- CEA – Centro de Educação de Adultos Dr. Alvino Raittz - Localizado na sede, atende Adultos nas Modalidades de Alfabetização e Ensino Fundamental.

- NAES – Núcleo Avançado de Ensino Supletivo – Localizado na sede, atende alunos do Ensino Médio, em parceria com o Governo do Estado.

- Escola de Educação Básica Ruth Lebarbechon - Localizada na sede, atende alunos da Rede Estadual, nas Modalidades de Ensino Fundamental e Médio.

- CEDUP – Centro de Educação Profissional Professor Jaldyr Bhering Faustino da Silva – localizado na Linha Macagnan, próximo à sede do município, atende alunos nas Modalidades Médio e Médio Profissionalizante.

- TREINAR CURSOS PROFISSIONALIZANTES – Empresa Particular que oferece diversos cursos de Graduação e Pós-Graduação.

Nesse contexto, é válido ressaltar que o município de Água Doce em decorrência de sua vasta extensão territorial apresenta um diferencial, no que se refere ao transporte escolar local, em relação aos demais municípios do Meio Oeste Catarinense. Percorre, diariamente, em torno de 4.200 km para garantir acesso à sua população de estudantes.

## APRESENTAÇÃO

Por meio da Lei 13.005 de 25 de junho de 2014, fora aprovado o Plano Nacional de Educação o qual determina que todos os municípios deveriam adequar ou elaborar seus planos até um ano depois de sua publicação. O trabalho a ser feito envolve levantamento de dados, informações, estudos, análises, consultas públicas, decisões.

Em nosso Município fora formada uma Comissão para elaboração, sistematização e readequação do Plano Municipal de Educação, bem como a realização de várias reuniões para a sua efetiva readequação.

Nesse caso, cito o termo “readequação” tendo em vista que em 18 de outubro de 2012, por meio da Lei 2.118/2012, foi instituído o Plano Municipal de Educação de Água Doce. No entanto, como esta Lei fora aprovada antes da Lei Nacional, evidenciou-se a necessidade de sua readequação a partir de metas e estratégias, com o intuito de ajustar o Plano Municipal em consonância com a Lei Nacional.

O Plano Municipal de Educação deve abranger toda a população do Município, portanto, todas as necessidades educacionais do cidadão devem estar presentes nele. Isso vai muito além das possibilidades de oferta educacional direta do Município, e não se trata de um Plano da Administração Municipal por meio da Secretaria Municipal de Educação, vai além desta Administração, deverá abranger outros mandatos de prefeitos e dirigentes municipais de educação. Dessa forma, o trabalho pressupõe o envolvimento das três esferas de Gestão (Federal, Estadual e Municipal), além de representações dos diversos segmentos da sociedade.

Assim, a fim de cumprir as normas previstas também fora constituído o Fórum Municipal da Educação, e realizado no dia 13 de maio de 2015, o Fórum/ Convenção com representatividade de diversas entidades e órgãos vinculados ao setor da Educação, com o intuito de analisar e readequar se necessário, o documento base. Cabe aqui ressaltar a significativa presença dos vereadores desta casa de Lei no Fórum Municipal o que nos tranquiliza, pois a maioria já tem conhecimento das metas e estratégias elencadas no Plano e de sua importância para todo o Município de Água Doce.

Dado o exposto, trata-se, pois, de um importante instrumento contra a descontinuidade de políticas públicas educacionais, fortalecendo a



ação planejada e contribuindo para que a sociedade exerça um melhor controle social em relação ao Poder Público.

ROSANE PUTTON FERREIRA HARTCOPF

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte

EIXO I – UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

## DIAGNÓSTICO

O atendimento da demanda da Educação Básica no município de Água Doce é realizado por meio de 13 unidades escolares (06 urbanas e 07 rurais), cujas matrículas 2015, por modalidade de ensino, localização e rede estão dispostas na tabela a seguir:

Tabela 01: Matrículas da Educação Básica no município de Água Doce - 2015

Unidade Escolar	Rede	Zona	Creche	Pré-E	AI	AF	EM	EJA Méd.	Total
E.E.B. Ruth Lebarbechon	Est.	Urb.	-	-	42	358	171	-	571
CEDUP Prof. Jaldyr da Silva	Est.	Urb.	-	-	-	-	159	-	159
NAES	Est.	Urb.	-	-	-	-	-	22	22
C.E.M. Frei Silvano	Mun.	Urb.	-	-	335	-	-	-	335
C.E.I. Estrelinha Azul	Mun.	Urb.	92	119	-	-	-	-	211
CEA Dr. Alvino Raittz	Mun.	Urb.	-	-	-	39	-	-	39
Total Zona Urbana			92	119	377	397	330	22	1337
C.E.M. Marcelino Ivo Dalla Costa com PRODERAD	Mun.	Rur.	-	15	49	56	-	-	120
PRODERAD (Herciliópolis)	Mun.	Rur.	-	-	-	31	-	-	31
EM Lindaura Eleutério Da Luz	Mun.	Rur.	-	14	35	-	-	-	49
EM Assent. Oziel Alves Pereira	Mun.	Rur.	-	-	18	-	-	-	18
EM Assent. 1º de Agosto	Mun.	Rur.	-	09	30	-	-	-	39
EIM Lageado Bonito	Mun.	Rur.	-	23	32	-	-	-	55
EIM Núcleo de Colonização Jesuíno Mendes	Mun.	Rur.	-	-	13	-	-	-	13
Total Zona Rural			-	61	177	87	-	-	325
TOTAL GERAL			92	180	554	445	369	22	1662

Fonte: Unidades Escolares/SME

As características das matrículas iniciais atendidas no ano letivo de 2015 são as seguintes:

- Educação Infantil: Creche (92 urbana) e Pré-escola (119 urbana e 61 rural);
- Ensino Fundamental: Anos Iniciais (377 urbana e 177 rural) e Anos Finais (397 urbana e 87 rural);
- Ensino Médio: (369 urbana);
- Zoneamento das matrículas da Educação Básica: 1.337 urbana e 325 rural, o que corresponde a 80,4% urbana e 19,6% rural.

O município de Água Doce tem uma população estimada de 7.121 habitantes (IBGE 2014) e 1.314,3 km² de área territorial (5ª maior extensão territorial de SC), mantendo um relativo equilíbrio entre população urbana e rural (49,3% urbana e 50,7% rural), concentrando as matrículas na área urbana (80,4%), bem como em polos rurais, apesar da vasta extensão territorial. Tal condicionante exige uma complexa logística de transporte escolar e vultosos recursos financeiros.

Segundo dados do cadastro do PNATE, em 2014 foram transportados 689 alunos (401 da rede municipal e 288 da rede estadual), por meio de 22 trajetos/trechos (09 Próprios e 13 Terceirizados) e 26 veículos (13 Próprios e 13 Terceirizados). Atualmente o transporte escolar conta com a seguinte frota ativa:

- Próprios (02 ônibus, 03 micro-ônibus, 01 "micrão", 02 vans e 05 Kombis);
- Terceirizados (03 ônibus, 03 micro-ônibus, 01 "micrão", 03 vans e 03 kombis).

A distância total percorrida diariamente corresponde a aproximadamente 4.225 km, sendo 1.317 km pelos veículos próprios e 2.908 km pelos veículos terceirizados.

Além do transporte escolar entre comunidades rurais (polos) e rurais para a sede do município, é oferecido o transporte escolar urbano para todos os alunos da Rede Municipal do Pré-escolar ao 5º Ano.

Com base nos dados do Educacenso, no ano de 2000, logo após ter efetivamente iniciado a retenção do Fundef (atual Fundeb), o município apresentava uma matrícula de 1.256 alunos no Ensino Fundamental, 49% na rede municipal e 51% na rede estadual. Se compararmos com as matrículas iniciais do Ensino Fundamental em 2015, que correspondem a 1.038 alunos, sendo 61,5% na rede municipal e 38,5% na rede estadual, constata-se uma tendência à municipalização destas matrículas, e ainda, uma redução significativa no quantitativo de alunos, ou seja, atende-se atualmente 17,3% matrículas a menor das que havia em 2000. Vários fatores podem ter contribuído para esta redução no quantitativo de alunos, porém a mais significativa é a redução do número de filhos por família. Os gráficos a seguir, da Pirâmide Etária da população de Água Doce, divulgados pelo IBGE, relativos aos censos de 2000 e 2010 comprovam as constatações acima:

Gráficos 01 e 02: Pirâmide Etária – Água Doce em 2000 e 2010

Fonte: IBGE

Para o letivo de 2015 a Rede Municipal de Ensino de Água Doce atende 100% das matrículas da Educação Infantil, 92,4% dos Anos Iniciais, 26,0% dos Anos Finais (com EJA fundamental) e 55,8% do total da Educação Básica, conforme levantamento apresentado na tabela 02 abaixo:



Tabela 02: Atendimento das matrículas iniciais da Educação Básica por Rede e Modalidade de Ensino – Matrículas 2015

Rede	Creche	Pré-escola	Anos Iniciais	Anos Finais	Ensino Médio	EJA	Total	%		
					Regular	Téc. Prof.	Fund.	Médio		
Municipal	92	180	512	87	-	-	39	-	910	55,8
Estadual	-	-	42	358	171	159	-	22	752	45,2
Total	92	180	554	445	171	159	39	22	1662	100,0

Fonte: Unidades Escolares/SME

O quadro abaixo apresenta o levantamento realizado pela Secretaria Municipal de Educação em relação a alunos locais, da Educação Básica, atendidos em municípios circunvizinhos:

Município	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Total
Luzerna	-	26	22	48
Joaçaba	1	9	6	16
Palmas	-	9	2	11
Catanduvas	2	6	-	8
Vargem Bonita	-	5	2	7
Macieira	1	-	4	5
Ibicaré	-	1	-	1
Total	4	56	36	96

Quadro 01: Matrículas da Educação Básica atendida em outros municípios - 2015

Fonte: SME

Existem dois fatores que justificam a situação dos dados apresentados acima:

1. A grande extensão territorial do município e o posicionamento geográfico da sua sede urbana, ao extremo sul do seu território, facilita o atendimento destes alunos por outros municípios, pela proximidade, como é o caso de: Palmas, Catanduvas, Vargem Bonita, Macieira e Ibicaré;

2. A proximidade com os municípios de Luzerna e Joaçaba, facilita a opção dos pais e/ou alunos em buscar ensino público ou particular nestas localidades, por preferência.

Ambas as situações ocasionam perdas na contabilização destas matrículas nos dados estatísticos e no retorno de recursos per capita para o município.

#### UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

O município de Água Doce atende a demanda da Educação Infantil nas dependências do Centro de Educação Infantil Estrelinha Azul e em 04 escolas rurais.

Tabela 03: Atendimento da demanda na Educação Infantil 2015

Educação Infantil								
Creche (>3 meses a 3 anos)	Pré-escola (4 a 6 anos após 31/03)	Total (>3 m. a 6 a. após 31/03)						
Pop. (*)	Matr.	%	Pop. (*)	Matr.	%	Pop. (*)	Matr.	%
374	92	24,6	296	180	60,8	670	272	40,6

Fonte: IBGE, Unidades Escolares/SME

Obs.: (\*) População estimada (IBGE 2012)

Com base nos dados da tabela 03, o município de Água Doce atende 24,6% da população estimada para a faixa etária de Creche, 60,8% da Pré-escola e 40,6% do total da Educação Infantil. Para atender a Meta 1 de universalizar o atendimento, até 2016, da população de 4 a 5 anos e dos 6 anos após a data corte de 31/03, o município deverá empreender esforços significativos, para localizar, atender e ajustar toda a logística de transporte e de espaço físico para a demanda que os números apontam que ainda não está sendo atendida. A busca ativa pelas crianças de 4 e 5 anos, especialmente na área rural, será primordial para se atingir a universalização pretendida. Vale destacar que a Rede Municipal de Ensino não faz contingenciamento de vagas na etapa do Pré-escolar, para a demanda que se apresenta.

Em relação à Creche, os dados apontam um atendimento atual de aproximadamente 25%, o que levou o município a estabelecer o mesmo percentual de atendimento, conforme prevê o Plano Nacional para esta etapa de escolaridade até 2024.

EIXO I – UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA – Meta 1 e Estratégias de Implementação			
META 1: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar à população de 4 e 5 anos, e ampliar até 2024, a oferta de educação infantil de forma a atender 50% da população de até 3 anos.			

ESTRATÉGIAS	ATRIBUIÇÃO	PRAZO/ PERIODICIDADE	RECURSOS
1.1 - Construir uma Creche "Tipo C", já aprovada pelo FNDE, com capacidade para atender 60 crianças em período integral ou 120 em período parcial, na Rua Basílio Cavalet, próximo ao Bairro Bom Jesus.	SME, FNDE	2015/2018	FNDE e Próprios
1.2 – Ampliar a infraestrutura física do C.E.M. Marcelino Ivo Dalla Costa (rural).	SME	2016/2024	FNDE/PAR, Estado/ Próprios
1.3 – Buscar junto a Secretaria da Saúde (Agentes de Saúde), auxílio no sentido de levantar o número exato de crianças de 4 meses a 6 anos (até a data corte), da área urbana e rural, atendidas ou não em creches.	SME e Secretaria Municipal de Saúde	2015	Próprios
1.4 - Atender no mínimo 50% das crianças de 0 a 3 anos, ampliando a estrutura física e recursos humanos, proporcionando aumento progressivo do atendimento em turno integral, nas instituições de Educação Infantil da rede pública.	SME	2024	FNDE e Próprios
1.5 - Adequar o espaço físico do C.E.I. Estrelinha Azul, após a conclusão da nova Creche "Tipo C", para atender crianças da faixa etária de 3 a 6 anos (até a data corte).	SME	2016/2024	Próprios
1.6 – Empreender esforços no sentido de atender a demanda residual de crianças de 4 a 6 anos (até a data corte) do município, para universalizar a Pré-escola.	SME e Unidades Escolares	2016	Próprios
1.7 – Otimizar recursos humanos e financeiros como meio de possibilitar a ampliação do atendimento da demanda na educação infantil na área rural e urbana.	SME	Anual	Próprios e Conveniados
1.8 - Assegurar a existência de uma política municipal articulada com as áreas da Saúde, Assistência Social, Justiça, Direitos Humanos, Cultura e Diversidade e outras organizações da sociedade civil, priorizando uma Educação Infantil Pública de qualidade.	Secretarias Municipais, Estaduais, Justiça e outras	Anual	Próprios e Conveniados
1.9 - Adquirir equipamentos e materiais para a rede escolar pública de educação infantil.	SME e Unidades Escolares	Anual	FNDE/PAR e Próprios
1.10 - Assegurar a qualidade na Educação infantil por meio do estabelecimento de parâmetros de qualidade, que ofereçam subsídios para a Secretaria Municipal de Educação, o Conselho Municipal de Educação e a comissão de pais para acompanhar, supervisionarem e autorizarem o funcionamento da Educação Infantil do município.	SME e CME	Anual	Próprios
1.11 - Avaliar a educação infantil com base em instrumentos nacionais, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal e os recursos pedagógicos e de acessibilidade empregados na creche e na pré-escola.	SME, CME e Conselhos Escolares	Anual	Próprios
1.12 - Assegurar que no processo pedagógico da Educação Infantil se considere as crianças, sua totalidade, observando suas especificidades e garantindo-lhes o direito à brincadeira, atenção adequada, ambiente aconchegante, seguro e estimulante, higiene e saúde, alimentação saudável, proteção, afeto e amizade, contato com a natureza, possibilitando o movimento e a expressão de seus sentimentos, favorecendo assim o desenvolvimento da curiosidade, imaginação e identidade cultural, racial e religiosa (Diretrizes Curriculares da Educação Infantil).	SME, Unidades Escolares e Conselho Escolar	Anual	Próprios
1.13 - Ampliar gradativamente e / ou assegurar a acessibilidade, qualidade dos espaços físicos, brinquedos dos parques prevendo espaços externos adequados, de acordo com os padrões estabelecidos na legislação vigente, nas Instituições de Educação infantil.	SME, Unidades Escolares	2015/2024	FNDE e Próprios
1.14 – Assegurar a contratação de profissionais com as habilitações mínimas exigidas para os cargos em provimento efetivo e ACT (temporário) para atuar na Educação Infantil.	SME	Anual	Próprios
1.15 - Assegurar a existência e atualização do PPP das Unidades Escolares da Educação Infantil.	SME, Unidades Escolares, CME e Conselhos Escolares	Anual	Próprios
1.16 – Assegurar a oferta de transporte escolar para a Educação Infantil, com qualidade e segurança, na pré-escola.	SME, FNDE	Anual	Próprios e FNDE/PAR
1.17 - Contemplar a oferta do atendimento educacional especializado nessa etapa da educação básica.	SME	Anual	Próprios e Conveniados

1.18 - Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância.	SME, Unidades Escolares, Conselho Tutelar	Anual	Próprios e Conveniados
1.19 - Ofertar acesso à educação infantil em tempo integral, para crianças de 0 a 3 anos, prioritariamente, para mães que trabalham fora de casa, à medida que o município seja contemplado com a infraestrutura necessária.	SME	2016/2024	Próprios e Conveniados
1.20 – Manter controle e vigilância em torno dos alunos residentes no município e que são atendidos na educação infantil, nos municípios circunvizinhos.	SME, SMSAS e Agentes de Saúde	Anual	Próprios e Conveniados

#### UNIVERSALIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Os dados levantados quando ao atendimento no Ensino Fundamental, no ano letivo de 2015, tabela 04 (abaixo), apresenta taxa bruta de atendimento de 95,7%, o qual considera as matrículas totais, incluindo alunos que possam ter idade acima de 14 anos, como é o caso dos alunos da EJA Fundamental.

Tabela 04: Atendimento da demanda no Ensino Fundamental 2015

Ensino Fundamental (6 anos até data corte de 31/03 a 14 anos)		
População estimada (*) (6 a 14 anos)	Matrícula Total (**)	% atendimento
1085	1038	95,7

Fonte: IBGE, Unidades Escolares/SME

Obs.: (\*) População estimada IBGE 2012; (\*\*) Incluindo alunos da EJA Fundamental

Vale lembrar que o levantamento realizado pela Secretaria Municipal de Educação, conforme Quadro 01 anterior, aponta que 56 alunos buscam Ensino Fundamental fora do município, os quais contabilizados nesta estatística, atenderia a prerrogativa de 100% no atendimento para esta modalidade de ensino, em termos de taxa bruta de atendimento.

A distorção idade-série, deve ser levada em consideração nas análises do atendimento da demanda no Ensino Fundamental, a fim de não gerar um conformismo na promoção da busca ativa por alunos que potencialmente possam estar fora da escola. Abaixo segue a distorção idade-série para as Escolas de Água Doce, registradas no Educacenso em 2013:

Escola Distorção idade-série

E.M. Assentamento Oziel Alves Pereira 50%

C.E.M. Marcelino Ivo Dalla Costa 22%

E.M. Assentamento 1º de Agosto 18%

E.M. Lindaura Eleutério da Luz 14%

E.E.B. Ruth Lebarbechon 8%

C.E.M. Frei Silvano 7%

E.M.E.I. Lageado Bonito 7%

E.E.I. Núcleo de Colonização Jesuíno Mendes 0%

A distorção idade-série geral, por etapa escolar no município, está disposta na tabela 05:

Tabela 05: Distorção idade-série por etapa escolar de Água Doce em 2013

Etapa Escolar	Distorção Idade-Série	Maior incidência
Anos Iniciais (1º ao 5º Ano)	11%	31% no 5º Ano
Anos Finais (6º ao 9º Ano)	26%	35% no 7º Ano

Fonte: INEP/QEdu

O Censo 2010 (IBGE) apontava que 2,10% das crianças de 6 a 14 anos estavam fora da escola na época. Neste sentido, a busca ativa por alunos fora da escola por meio dos Programas Bolsa Escola (nacional) e APOIA-Aviso por Infrequência de Aluno (estadual) vêm contribuindo sobremaneira para a permanência dos alunos na escola.

EIXO I – UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA – Meta 2 e Estratégias de Implementação			
META 2: Universalizar o ensino fundamental de 9 anos para toda a população de 6 a 14 anos, garantindo que 95% dos alunos concluam a etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.			
ESTRATÉGIAS	ATRIBUIÇÃO	PRAZO/ PERIODICIDADE	RECURSOS

2.1 – Ampliar a infraestrutura física do C.E.M. Frei Silvano (urbana).	Secretaria Municipal e Estadual de Educação	2016/2024	FNDE/PAR, Estado, Próprios
2.2 – Concluir as obras de construção da Escola Fazenda Perdis no Assentamento 9 de Novembro, com recursos do PAR.	Município	2015/2017	FNDE/PAR e Próprios
2.3 – Inserir no PAR a solicitação de uma nova escola de Educação Básica, para atendimento da demanda dos Anos Finais, na área rural, junto à comunidade de Hercilópolis.	SME	2015/2024	FNDE/PAR e Próprios
2.4 – Ampliar gradativamente o atendimento da demanda nos Anos Finais, junto a Rede Municipal de Ensino de acordo com a provisão de recursos financeiros.	Secretaria Municipal e Estadual de Educação	2016/2024	FNDE/PAR, Estado, Próprios
2.5 - Assegurar a existência de uma política municipal articulada com as áreas da Saúde, Assistência Social, Justiça, Direitos Humanos, Cultura e Diversidade e outras organizações da sociedade civil, viabilizando uma Educação Fundamental pública de qualidade.	Secretarias Municipais, Estaduais, Justiça e outras.	Anual	Próprios e Conveniados
2.6 - Garantir aos profissionais do Ensino Fundamental, a qualidade das condições de trabalho e programas de Formação continuada.	Secretaria Municipal e Estadual de Educação	Anual	FNDE, Estado, Próprios
2.7 – Assegurar a contratação de profissionais com as habilitações mínimas exigidas para os cargos em provimento efetivo e ACT (temporário) para atuar no Ensino Fundamental.	SME e Estado	Anual	Próprios, Estado
2.8 - Assegurar a qualidade no Ensino Fundamental por meio do estabelecimento de parâmetros de qualidade, na estrutura física e pedagógica, que ofereçam subsídios para a Secretaria Municipal e Estadual de Educação e Conselho de Educação para acompanharem, supervisionarem e autorizarem o funcionamento das instituições de Ensino Fundamental no município.	Secretaria Municipal e Estadual de Educação e CME	Anual	Estado, Próprios
2.9 – Estabelecer programas educacionais que, efetivamente, promovam a correção das distorções idade/série com qualidade, promovendo ao educando as condições de inserção e acompanhamento nas séries posteriores	Secretaria Municipal e Estadual de Educação	2015/2024	Estado, Próprios e Conveniados
2.10 - Promover a busca ativa de crianças fora da escola, em parceria com o conselho tutelar, ECA e áreas de assistência social e saúde.	Secretaria Municipal e Estadual de Educação, Secretaria Municipal de Saúde, Conselho Tutelar e Ministério Público	Anual	Estado, Próprios
2.11 - Reduzir a evasão escolar da educação do campo, garantindo melhoria e maior segurança no transporte intra-campo e do campo para a cidade, de forma a reduzir o tempo médio dos estudantes em deslocamento, onde for possível realizar.	SME	Anual	FNDE/PAR, Estado, Próprios
2.12 – Renovação da frota de veículos do transporte escolar.	SME e FNDE	2015/2024	FNDE/PAR, Estado, Próprios
2.13 – Buscar em regime de colaboração com a União e o Estado, a ampliação dos valores per capita dos alunos transportados.	SME	Anual	União e Estado
2.14 - Adquirir equipamentos e materiais didáticos para as escolas do Ensino Fundamental.	Secretaria Municipal e Estadual de Educação, Unidades Escolares	Anual	FNDE/PAR, Estado, Próprios
2.15 – Melhorar as condições de infraestrutura de acesso aos meios tecnológicos das escolas do campo.	SME e FNDE	2015/2024	FNDE e Próprios
2.16 - Oferecer atividades extracurriculares de incentivo aos estudantes e de estímulo a habilidades, inclusive mediante certames e concursos nacionais.	Secretaria Municipal e Estadual de Educação	Anual	FNDE, Estado e Próprios
2.17 - Viabilizar o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e aumentar a relação computadores/estudante nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação (multimeios didáticos).	Secretaria Municipal e Estadual de Educação e FNDE	2015/2024	FNDE, Estado e Próprios
2.18 – Garantir a implementação da Proposta Curricular das Redes Públicas de Ensino de maneira a assegurar a formação básica comum respeitando os valores culturais e artísticos nas diferentes etapas e modalidades da educação.	Secretaria Municipal e Estadual de Educação	2015/2024	Estado e Próprios
2.19 - Assegurar a autorização e o funcionamento das Instituições de Ensino Fundamental, públicas e privadas, a partir dos parâmetros estabelecidos pelo Sistema Municipal e Estadual de Ensino e demais legislações vigentes.	Secretaria Municipal e Estadual de Educação	2015/2024	Estado e Próprios

2.20 – Adequar à infraestrutura escolar do município de acordo com as normas vigentes de acessibilidade.	Secretaria Municipal e Estadual de Educação	2015/2018	FNDE, Estado e Próprio
2.21 – Assegurar a contratação de profissionais com as habilitações mínimas exigidas para os cargos em provimento efetivo e ACT (temporário) para atuar no Ensino Fundamental.	Secretaria Municipal e Estadual de Educação	Anual	Próprios e Estado
2.22 – Manter e aprimorar as estratégias metodológicas que contemplem a realidade dos alunos oriundos de famílias itinerantes, minimizando a defasagem da aprendizagem.	Secretaria Municipal e Estadual de Educação	Anual	Próprios e Estado
2.23 – Garantir a inclusão de pessoas com deficiência nas instituições escolares do ensino regular, com adaptação dos meios físicos e capacitação dos recursos humanos, assegurando o desenvolvimento do seu potencial cognitivo, emocional e social, ofertando Atendimento Educacional Especializado.	Secretaria Municipal e Estadual de Educação	Anual	Próprios e Estado
2.24 – Manter controle e vigilância em torno dos alunos residentes no município e que são atendidos no Ensino Fundamental, nos municípios circunvizinhos.	SME, SMSAS e Agentes de Saúde	Anual	Próprios e Conveniados

### UNIVERSALIZAÇÃO DO ENSINO MÉDIO

O Ensino Médio local é de responsabilidade da Rede Estadual, cuja demanda é atendida na sede urbana, com a oferta de Ensino Médio Regular na E.E.B. Ruth Lebarbechon, Ensino Médio concomitante ao Profissionalizante no CEDUP Prof. Jaldyr Behring Faustino da Silva e Ensino Médio na modalidade da EJA no NAES (o qual atende 22 alunos com idade fora da faixa etária analisada nesta meta), cabendo ao município realizar o transporte escolar para estes alunos.

Tabela 06: Atendimento da demanda no Ensino Médio 2015

Ensino Médio				
População estimada (*) (15 aos 17 anos)	Modalidade	Matrícula	% atendimento (sobre população est.)	
		Nº	Σ Matrícula	
399	Regular	171	171	42,9
	Profissionalizante	159	330	82,7
	Total	330	-	-

Fonte: IBGE, Unidades Escolares/SEMED

Obs.: (\*) População estimada IBGE 2012

Para o Ensino Médio, são vários os aspectos a serem considerados para não gerar dúvidas e interpretações errôneas quanto ao atendimento da demanda para a faixa etária adequada a esta modalidade de ensino (15 aos 17 anos) à população local, ou seja:

- Na tabela 06, a taxa bruta de atendimento é de 82,7% se considerarmos os dois cursos ofertados no município, porém, faz-se necessário ponderar que as matrículas no Ensino Médio Concomitante ao Profissionalizante atende um número bem maior de alunos de outros municípios do que de Água Doce, o que reduziria consideravelmente esta taxa de atendimento;
- Uma segunda situação em relação a esta questão são os 36 alunos locais que buscam Ensino Médio Regular nos municípios circunvizinhos, conforme levantamento apresentando no quadro 01, bem como os alunos do Ensino Médio Profissionalizante do IFC e SENAI (35 alunos) que o município oferece transporte terceirizado gratuito.

Nesse contexto, fica difícil prever com exatidão, qual é a taxa real de atendimento no Ensino Médio, para a população da faixa etária adequada, para os jovens de Água Doce. No entanto, é do conhecimento de todos que não há limitação de vagas para quem desejar cursar o Ensino Médio. Porém, os pontos limitantes em relação a esta oferta podem estar assim configurados:

1. Não há oferta local de Ensino Médio Regular no período noturno para alunos com vínculo trabalhista (legal) acima dos 16 anos;
2. Dificuldades do atendimento da população rural nesta faixa etária, em função da extensão territorial e da não oferta de ensino médio rural;
3. Valorização ou necessidade de trabalhar em detrimento dos estudos.

A taxa líquida de matrículas considera apenas os alunos atendidos e que correspondem a faixa etária adequada para aquela modalidade de ensino. Assim sendo, o Ensino Médio como a última etapa da Educação Básica, é a modalidade de ensino onde supostamente a distorção idade-série teria seu maior impacto, a qual vai se acentuando em razão da reprovação, abandono e evasão. A tabela 07 a seguir mostra a distorção idade-série nos Anos Iniciais, Finais e Ensino Médio para Água Doce em comparação com o Estado e Brasil em 2013, ficando evidenciado que neste indicador o município se aproxima mais da realidade do Estado do que do Brasil, porém, é nos Anos Finais que a distorção se apresentou mais acentuada e, principalmente, na Rede Municipal. A questão é, esses alunos estão concluindo o Ensino Fundamental? Esses alunos ao concluírem o Ensino fundamental ingressam no Ensino Médio?. Respondendo com maior propriedade estas indagações, é que conseguiremos atingir com maior efetividade as metas estabelecidas quanto as taxas líquidas de matrículas na Educação Básica.

Tabela 07: Distorção Idade-Série 2013 por Rede – Água Doce, Santa Catarina e Brasil

Nível Ensino	Rede Municipal	Rede Estadual	Rede Pública						
--------------	----------------	---------------	--------------	--	--	--	--	--	--



	Á. Doce	SC	Brasil	Á. Doce	SC	Brasil	Á. Doce	SC	Brasil
Anos Iniciais	12%	9%	19%	8%	10%	13%	11%	9%	18%
Anos Finais	40%	19%	36%	22%	17%	26%	26%	18%	31%
Ensino Médio	-	12%	30%	17%	19%	33%	17%	18%	33%

Fonte: INEP/QEdu

Obs.: A distorção idade-série corresponde ao aluno com 2 anos ou mais de atraso escolar.

EIXO I – UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA – Meta 3 e Estratégias de Implementação			
META 3 - Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até 2024 a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%, nesta faixa etária.			
ESTRATÉGIAS	ATRIBUIÇÃO	PRAZO/ PERIODICIDADE	RECURSOS
3.1 - Garantir a oferta do ensino médio, preferencialmente na faixa dos 15 aos 17 anos, oferecendo qualidade e continuidade de estudos.	SED e GERED	Anual	Estado
3.2 – Incentivar que a Rede Estadual local implante, mantenha e amplie programas e ações que permitam melhorias e inovações no ensino médio, propostas pelo MEC e SED (PENOA, SISMédio e outros).	SME e Rede Estadual	Anual	União e Estado
3.3 – Propiciar o acesso ao ensino médio para as populações do campo, ampliando o regime de colaboração entre o município o estado e a união, com a oferta e manutenção do transporte escolar.	União, Estado e Município	2015/2024	Conveniados e Próprios
3.4 – Firmar parcerias quanto à viabilidade da oferta de educação profissional técnica de nível médio local (SENAI, Pronatec, SENAC, CEDUP e outros).	SME e Entidades Educacionais	2015/2024	Próprios e Conveniados
3.5 - Promover a busca ativa da população de 15 a 17 anos fora da escola, bem como as razões desta infrequência.	SME, Rede Estadual, SMSAS, Conselho Tutelar e Ministério Público	Anual	Estado e Próprios
3.6 - Universalizar o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e aumentar a relação computadores/estudante nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação nas escolas da rede pública urbana de ensino médio.	Rede Estadual de Ensino	Anual	FNDE e Estado
3.7 - Garantir aos profissionais do Ensino Médio, a qualidade das condições de trabalho e Programas de Formação Continuada em suas áreas de atuação e utilização das novas tecnologias.	Rede Estadual de Ensino	Anual	Estado
3.8 – Criar mecanismos que favoreçam o acesso e permanência de profissionais devidamente habilitados, nas vagas em caráter temporário, evitando o preenchimento da vaga por pessoas sem habilitação.	SED, GERED e Unidades Escolares	Anual	Estado
3.9 - Assegurar que no processo pedagógico do Ensino Médio considerem o jovem em sua totalidade, observando suas especificidades, garantindo-lhe o direito a um ambiente acolhedor, aulas significativas, motivação no sentido do trabalho e crescimento pessoal.	SED, GERED, Instituições de Ensino.	Anual	Estado e Instituições de Ensino
3.10 – Incentivar os alunos a participarem do ENEM e ofertar o transporte gratuito no local mais próximo.	SME, Unidades Escolares	Anual	Próprios
3.11 – Manter controle e vigilância em torno dos alunos residentes no município e que são atendidos no Ensino Médio, nos municípios circunvizinhos.	SME, SMSAS e Agentes de Saúde	Anual	Próprios e Conveniados

## EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Neste aspecto, tanto a Rede Municipal quanto a Rede Estadual já estão promovendo ações que contemplam a perspectiva da Educação Inclusiva, com adaptações em seus PPP's, condições de atendimento, segundo professor e/ou auxiliar e Equipe Multiprofissional.

A Escola Municipal Frei Silvano é a única da Rede que dispõe de Sala de AEE Tipo 1, servindo como Centro de Referência às demais e a Escola Estadual Ruth Lebarbechon possui sala do SAED.

A Secretaria Municipal de Educação mantém uma equipe multiprofissional para atender as demais escolas da Rede nas especialidades de Fonoaudiologia, Psicopedagogia e Psicologia.

No Educacenso de 2014, a Rede Municipal de Ensino havia cadastrado 24 alunos de Educação Especial com 09 de Atendimento Educacional Especializado.



O quadro a seguir mostra o levantamento de alunos e de suas deficiências/síndromes, por Rede de Ensino no Ano Letivo de 2015.

SÍNDROME	Rede Municipal	Rede Estadual	APAE	TOTAL
Deficiência Mental Leve	02	03	-	05
Quadro de TDAH-Transtorno Déficit Atenção	-	01	01	02
Deficiência Mental Leve com Dislexia	01	-	-	01
Deficiência Mental Leve/Dislexia/Déficit Atenção	-	02	-	02
Deficiência Mental Moderada com Grave Disfemia	01	-	01	02
Deficiência Mental Moderada	02	02	09	13
Deficiência Mental Leve/Hiperatividade	-	01	-	01
Deficiência Mental Moderada/Física	-	01	01	02
Deficiência Mental Moderada/Síndrome do X-Frágil	-	01	01	02
Deficiência Mental Moderada/Neurofibromatose Tipo 1	-	01	01	02
Deficiência Mental Moderada/Epilepsia Difícil Controle	-	-	01	01
Deficiência Mental Grave	-	-	08	08
Déficit de Atenção	01	01	-	02
Deficiência Múltipla	02	01	03	03
Deficiência Mental Não especificada	03	-	03	06
Epilepsia e Hiperatividade	01	-	-	01
Epilepsia e Síndrome de Goldenhar	01	-	01	02
Hiperatividade	02	-	-	02
Hiperatividade/Déficit Atenção	-	01	-	01
Dislexia	-	02	-	02
Dislexia e Déficit de Atenção	06	02	-	08
Quadro Grave de Dislexia e Déficit de Atenção	-	01	-	01
Autismo	01	01	-	02
Síndrome Silver-Russel	01	-	01	02
Paraplégico	-	01	-	01
Autismo com Paralisia Cerebral	-	01	01	02
Surdez	-	01	-	01
Transtorno Ansioso e Depressivo sem especificação	01	-	-	01
Epilepsia e Atraso Intelectual Leve	-	01	-	01
Síndrome de Down	01	-	-	01
Paralisia Cerebral com Inabilidade na Linguagem	01	-	-	01
Paralisia Cerebral com Epilepsia e Hipoacusia	-	01	01	02
Síndrome Hallervoden-Spatz (atraso no desenvolvimento neuropsicomotor)	01	-	01	02
TOTAL POR REDE	28	26	34 (*)	88

Quadro 02: Educação Especial - Atendimento por Rede 2015

Fonte: Unidades Escolares/SME

Obs.: (\*) Dos 34 alunos da APAE, 20 frequentam o Ensino Regular.

EIXO I – UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA – Meta 4 e Estratégias de Implementação			
META 4 - Universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotados na rede regular de ensino.			
ESTRATÉGIAS	ATRIBUIÇÃO	PRAZO/PERIODICIDADE	RECURSOS
4.1 - Garantir educação com qualidade na educação especial, para os alunos desta faixa etária, nas diferentes modalidades de ensino, assegurando o "Direito de Todos à Educação".	Redes de Ensino	Anual	FNDE, Estado e Próprios
4.2 – Oferecer cursos de formação continuada para os profissionais que atuam diretamente nos casos de inclusão, de acordo com a demanda que se apresenta.	SME, SED e Unidades Escolares	Anual	FNDE, Estado e Próprios
4.3 - Assegurar a adequação dos espaços e instalações escolares, com garantias da acessibilidade.	SME, SED e Unidades Escolares	2015/2024	FNDE, Estado e Próprios
4.4 - Garantir atendimento prioritário prestado por equipe multidisciplinar em parceria com Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social aos alunos que necessitem deste atendimento.	SME, SED, SMSAS e Unidades Escolares	2015/2024	Estado, Próprios e Conveniados
4.5 – Atender alunos com deficiência e transtorno global do desenvolvimento, conforme orientações do MEC/SECADI.	Rede Municipal e Estadual de Ensino	2015/2024	União, Estado e Próprios

4.6 – Adequar os PPP's das unidades escolares, em relação à legislação vigente quanto ao atendimento educacional especializado e os direitos de aprendizagem.	Redes de Ensino	Anual	Próprios
4.7 – Adaptar transporte escolar aos alunos que apresentem dificuldades de locomoção, conforme legislação vigente.	SME	Anual	FNDE, Estado e Próprios
4.8 – Buscar parcerias na realização de testes de acuidade visual e auditiva, para os alunos da Educação Básica.	Rede Municipal e Estadual de Ensino e Entidades parceiras	Anual	Estado, Próprios e Conveniados
4.9 - Contabilizar, para fins do repasse do FUNDEB, as matrículas dos estudantes da educação regular da rede pública que recebem atendimento educacional especializado complementar.	SME e Unidades Escolares	Anual	Próprios
4.10 - Implantar salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores e demais profissionais da educação para o atendimento educacional especializado complementar nas escolas.	Secretaria Municipal e Estadual de Educação	2015/2024	FNDE, Estado e Próprios
4.11 – Garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, a todos os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o aluno.	Secretaria Municipal e Estadual de Educação	2015/2024	FNDE, Estado e Próprios
4.12 – Analisar a adesão aos programas nacionais lançados sobre acessibilidade nas escolas públicas para adequação arquitetônica, oferta de transporte acessível, disponibilização de material didático acessível e recursos de tecnologia assistida, além de oportunizar a oferta de educação bilíngue em Língua Portuguesa e Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.	Secretaria Municipal e Estadual de Educação	2015/2024	FNDE, Estado e Próprios
4.13 - Fomentar a educação inclusiva, promovendo a articulação entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado complementar, ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas, possibilitando esse atendimento aos alunos com transtornos de aprendizagem.	Secretaria Municipal e Estadual de Educação	Anual	FNDE, Estado e Próprios
4.14 – Criar Lei Municipal que normatize o Atendimento Educacional Especializado nas escolas da Rede Municipal.	SEMED e Prefeitura	2015/2016	Próprios

## EIXO II – QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

### DIAGNÓSTICO

A qualidade educacional que um município apresenta, está diretamente ligada aos seus aspectos sócio históricos, econômicos e culturais. Para o município de Água Doce, os indicadores educacionais, de ordem geral, apontam avanços com o passar dos anos. Em se tratando especificamente da Educação Básica, a partir de 2007, o Ministério da Educação passou a aplicar avaliações externas (Prova Brasil) a cada dois anos, nos 5ºs e 9ºs Anos das redes públicas. Os resultados históricos do IDEB para a Rede Pública (Municipal/Estadual) de Água Doce e seus comparativos com os resultados de Santa Catarina e do Brasil podem ser observados nos gráficos a seguir:

Gráfico 03: IDEB 2007 a 2013 – Anos Iniciais Rede Pública do BR, SC e Água Doce

Fonte: INEP

Os dados históricos do IDEB, para os Anos Iniciais das Redes Públicas, apontam que Água Doce apresenta um desempenho próximo aos da média estadual, com um pequeno declínio na última avaliação e, superior aos da média nacional (o gráfico 04 abaixo permite uma melhor visualização e comparação dos resultados do IDEB 2013 entre as Redes).

Gráficos 04: IDEB Anos Iniciais 2013 por Rede – Água Doce, SC e BR

Gráfico 05: IDEB 2007 a 2013 – Anos Finais Rede Pública do BR, SC e Água Doce

Fonte: INEP

Os dados apontam historicamente, para os Anos Finais das Redes Públicas, que o IDEB de Água Doce apresentou um desempenho próximo aos da média estadual, com certo declínio na última avaliação, ocasionando a aproximação à média nacional (o gráfico 06 abaixo permite uma melhor visualização e comparação dos resultados do IDEB 2013 entre as Redes).

Gráficos 06: IDEB Anos Finais 2013 por Rede – Água Doce, Santa Catarina e Brasil

### CICLO DE ALFABETIZAÇÃO

Em se tratando do ciclo da alfabetização, a Secretaria Municipal de Educação sempre aderiu aos últimos programas federais oferecidos para etapa importante etapa da aprendizagem, como: Proletramento, Programa de Aceleração e o recente PNAIC-Pacto Nacional pela

Alfabetização na Idade Certa, no qual 17 professores participaram e aguardam continuidade do programa.

O resultado da avaliação externa ANA (Avaliação Nacional da Alfabetização) mostra o desempenho dos alunos dos 3ºs Anos da Rede Municipal de Ensino em 2013, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 07: Níveis de Proficiência em Leitura, Escrita e Matemática - Prova ANA 2013

Fonte: MEC

Depurando-se as informações da Prova ANA, é possível constatar que:

- Foi na escrita que os alunos atingiram o nível mais avançado de desempenho e o melhor alinhamento na aprendizagem;
- Na leitura, a grande maioria dos alunos atingiram nível 3, que corresponde à etapa intermediária de aprendizagem;
- Em matemática, quase a metade dos alunos atingiram o nível 4 (o mais avançado) e 44,4% dos alunos ficaram nos níveis 2 e 3, que correspondem a níveis intermediários de aprendizagem.

EIXO II – QUALIDADE DA EDUCAÇÃO – Meta 5 e Estratégias de Implementação			
META 5: Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3o (terceiro) ano do ensino fundamental.			
ESTRATÉGIAS	ATRIBUIÇÃO	PRAZO/ PERIODICIDADE	RECURSOS
5.1 – Manter a estruturação do ensino fundamental de nove anos com foco na organização de ciclo de alfabetização com duração de três anos, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças, no máximo, até o final do terceiro ano.	SME e Unidades Escolares	2015/2024	Próprios e Conveniados
5.2 – Apoiar e acompanhar a avaliação do ciclo de alfabetização (ANA e Provinha Brasil).	SME e Unidades Escolares	2015/2024	Próprios
5.3 – Priorizar as tecnologias educacionais para alfabetização de crianças, certificadas pelo MEC, assegurando a diversidade de métodos e propostas pedagógicas.	SME e Unidades Escolares	Anual	FNDE e Próprios
5.4 – Acompanhar e usufruir do desenvolvimento de tecnologias educacionais e de inovação das práticas pedagógicas nos sistemas de ensino que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade.	SME e Unidades Escolares	Anual	Próprios
5.5 – Dar continuidade na adesão ao PNAIC-Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa, bem como aderir a outros programas de formação continuada.	SME	2015/2024	Próprios
5.6 - Apoiar a alfabetização de crianças do campo e populações itinerantes, com a produção de materiais didáticos específicos.	SME	2015/2024	Próprios e Conveniados
5.7 - Apoiar a alfabetização dos alunos com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue para surdos, sem estabelecimento de terminalidade temporal, dentro da faixa etária correspondente a educação básica.	SME	2015/2024	Próprios e Conveniados

#### EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

Dados levantados pela Secretaria Municipal de Educação demonstram na Tabela 08 (abaixo), que para o Ano Letivo de 2015 o município consegue atender 17,1% do total dos alunos da Educação Básica em tempo integral (Rede Municipal atende 13,1% e a Rede Estadual 21,8% dos seus alunos).

Na Educação Infantil apenas 9,9% das crianças são atendidas em período integral, sendo todas na etapa de Creche (1/3 das crianças de 0 a 3 anos são atendidas em período integral).

No Ensino Fundamental, os 14,5% dos alunos atendidos em tempo integral fazem parte do PRODERAD – Projeto De Educação Rural de Água Doce (87 alunos em 2015).

A Rede Estadual local oferece educação integral apenas no CEDUP, para 100% dos seus alunos, por meio do curso de Técnico em Agropecuária concomitante ao Ensino Médio.

Tabela 08: Oferta de Educação Integral no Ensino Regular por Rede – Matrículas 2015

Rede	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio Regular e Profis. Concomit.	Total Educação Básica								
	Matrícula Total	Tempo Integral	%	Matrícula total	Tempo Integral	%	Matrícula total	Tempo Integral	%	Matrícula total	Tempo Integral	%

Municipal	272	27	9,9	599	87	14,5	-	-	-	871	114	13,1
Estadual	-	-	-	400	-	-	330	159	48,2	730	159	21,8
Total	272	27	9,9	999	87	8,7	330	159	48,2	1601	273	17,1

Fonte: Unidades Escolares e SME

EIXO II – QUALIDADE DA EDUCAÇÃO – Meta 6 e Estratégias de Implementação			
META 6 - Oferecer educação em tempo integral a 25% dos alunos das escolas públicas de educação básica, até o final da vigência deste plano.			
ESTRATÉGIAS	ATRIBUIÇÃO	PRAZO/ PERIODICIDADE	RECURSOS
6.1 - Estender progressivamente o alcance do programa nacional de ampliação da jornada escolar, mediante oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e interdisciplinares, de forma que o tempo de permanência de crianças, adolescentes e jovens na escola ou sob sua responsabilidade passe a ser igual ou superior a sete horas diárias durante todo o ano letivo, buscando atender pelo menos 25% dos alunos matriculados nas escolas contempladas pelo programa, mediante avaliação da infraestrutura disponível e do quadro de profissionais.	Secretaria Municipal e Estadual de Educação	2015/2024	FNDE, Estado e Próprios
6.2 – Promover a busca de programas nacionais de ampliação e reestruturação das escolas públicas para promover a instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros setores, bem como a produção de material didático e de formação de recursos humanos para a educação em tempo integral.	Secretaria Municipal e Estadual de Educação	2015/2024	FNDE, Estado e Próprios
6.3 - Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos e equipamentos públicos e conveniados, como centros comunitários, ginásios, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros e cinemas, na promoção da Educação Integral.	Secretaria Municipal e Estadual de Educação, Unidades Escolares e entidades parceiras	2015/2024	FNDE, Estado e Próprios
6.4 – Viabilizar para os alunos de período integral, a alimentação adequada e elaborada por nutricionista.	Rede Municipal e Estadual de Ensino	2015/2024	FNDE, Estado e Próprios
6.5 – Incentivar que a E.E.B. Ruth Lebarbechon estude a possibilidade da implantação do Ensino Médio Inovador, viabilizando para isso, as melhorias necessárias na infraestrutura da escola com recursos do estado.	SME, GERED, CME, Conselho Escolar e Unidades Escolares	2015/2024	Estado
6.6 – Redimensionar a logística do transporte escolar, no transcorrer da vigência deste Plano, na perspectiva do atendimento da demanda da educação em tempo integral.	SME	2015/2024	FNDE, Estado e Próprios

## QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA

O principal mecanismo de avaliação da qualidade da educação básica para o Ensino Fundamental é o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) e para o Ensino Médio é o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio). A partir das primeiras avaliações realizadas pelo SAEB (INEP/MEC), foram estipuladas metas do IDEB para as Escolas e Redes.

As tabelas a seguir mostram os resultados obtidos no IDEB e as metas estabelecidas para a Rede Municipal, Estadual e Pública (municipal/estadual) para os Anos Iniciais e Finais.

Tabela 09: Resultados do IDEB Anos Iniciais por Rede, Indicadores e Metas Projetadas

Anos Iniciais	Indicadores	2007	2009	2011	2013
Rede Municipal	IDEB	4,2	5,1	6,9	5,6
	Proficiência X Fluxo	4,77 X 0,89	5,44 X 0,95	7,11 X 0,97	5,77 X 0,97
	Meta	3,8	4,2	4,6	4,8
Rede Estadual	IDEB	5,1	4,9	5,5	5,2
	Proficiência X Fluxo	5,43 X 0,94	5,07 X 0,97	5,60 X 0,97	5,47 X 0,96
	Meta	4,9	5,3	5,6	5,9
Rede Pública	IDEB	4,7	5,0	5,8	5,5
	Proficiência X Fluxo	5,11 X 0,91	5,20 X 0,96	6,00 X 0,97	5,64 X 0,97
	Meta	4,3	4,7	5,1	5,3

Fonte: INEP

Os resultados do IDEB nos Anos Iniciais mostram que a Rede Municipal vem atingindo as metas estabelecidas pelo MEC, enquanto que a

Rede Estadual desde 2009 não vem atingindo as suas. Quando são contabilizadas as duas Redes (Rede Pública), o município fica acima das metas estipuladas. Vale ressaltar que a Rede Estadual local está em processo de fechamento gradativo do Ensino Fundamental I.

Tabela 10: Resultados do IDEB Anos Finais Rede Pública, Indicadores e Metas Projetadas.

Anos Finais	Indicadores	2007	2009	2011	2013
Rede Pública	IDEB	3,9	4,6	5,0	4,1
	Proficiência X Fluxo	4,73 X 0,82	5,22 X 0,87	5,32 X 0,95	4,85 X 0,84
	Meta	3,8	3,9	4,2	4,6

Fonte: INEP

Para os Anos Finais, contata-se que o IDEB cai consideravelmente em relação aos Anos Iniciais, na mesma série histórica analisada, posto que, em 2013, a meta estabelecida pelo MEC sequer foi atingida. Para o IDEB dos Anos Finais, apenas a Escola Estadual vem sendo avaliada pela Prova Brasil, porém, o fluxo da Rede Municipal é contabilizado para compor os indicadores da Rede Pública (conforme tabela 10).

Para avançar de forma significativa e consistente, ambas as redes devem levar em consideração os micro dados das avaliações externas e de forma especial, os níveis de proficiência. A tabela 11 a seguir, permite avaliar e comparar o desempenho por Rede:

Tabela 11: Níveis de Proficiência Educacional dos Anos Iniciais e Finais de Água Doce por Rede – SAEB/2013

Modalidade	Rede	Insuficiente	Básico	Proficiente	Avançado				
		L. Port.	Matem.	L. Port.	Matem.	L. Port.	Matem.	L. Port.	Matem.
Anos Iniciais	Municipal	18%	23%	27%	34%	34%	29%	21%	14%
	Estadual	12%	29%	51%	31%	28%	23%	9%	17%
	Pública	15%	26%	37%	33%	32%	26%	16%	15%
	Rede Púb. SC	13%	16%	31%	33%	35%	34%	21%	17%
Anos Finais	Municipal	-	-	-	-	-	-	-	-
	Estadual	17%	33%	60%	56%	17%	10%	6%	1%
	Pública	17%	33%	60%	56%	17%	10%	6%	1%
	Rede Púb. SC	22%	32%	54%	57%	21%	10%	3%	1%

Fonte: QEDu

De acordo com parâmetros do SAEB, a proficiência educacional engloba os níveis proficiente e avançado, cujos resultados em 2013, apurados da tabela 12, foram os seguintes por Rede:

Figura 01: Proficiência Educacional por Rede de Ensino – SAEB 2013

Fonte: Portal QEDu/INEP

A partir dos dados da proficiência apresentados acima é possível depurar que:

- A disciplina de Matemática apresenta Proficiência inferior a de Português em todos os casos analisados, exceto para o 5º Ano da Rede Estadual Local;
- A Proficiência da Rede Municipal no 5º Ano é superior em Português e Matemática a da Rede Estadual Local e praticamente igual em Português e inferior em Matemática em relação a da Rede Pública Estadual;
- A Proficiência da Rede Estadual Local é inferior a da Rede Pública Estadual, nas duas disciplinas e níveis de escolaridade.

O fluxo escolar, o qual corresponde à aprovação líquida (excluídos os abandonos e reprovações), é o indicador que reduz a nota da Proficiência na Prova Brasil e, consequentemente, o IDEB. A tabela a seguir mostra os resultados do fluxo escolar de 2010 a 2013 apresentados pelas redes no município.

Tabela 12: Fluxo Escolar por Rede e Modalidade de Ensino – Água Doce 2010 a 2013

	Rede	2010	2011	2012	2013
Anos Iniciais	Municipal	93,3%	97,1%	95,9%	97,4%
	Estadual	95,2%	97,6%	96,4%	95,9%
	Total	93,9%	97,2%	96,0%	97,1%
Anos Finais	Municipal	94,1%	88,8%	84,5%	90,2%
	Estadual	95,3%	97,5%	90,1%	81,6%
	Total	95,1%	95,2%	89,2%	83,6%
Ensino Médio	Estadual	89,2%	92,5%	88,9%	86,2%

Fonte: INEP/QEDu

A taxa de aprovação nos Anos Iniciais é bastante elevada, apresentando certa estabilidade nos últimos anos, ficando acima de 95%. Nos Anos Finais, a aprovação em média é inferior a dos Anos Iniciais, apresentando-se oscilante na Rede Municipal e, com queda acentuada nos últimos anos na Rede Estadual. No Ensino Médio, apesar da tendência do fluxo ser menor que nas etapas do Ensino Fundamental, nos últimos anos a aprovação tem ficado próxima a dos Anos Finais.

Em 2013, os índices de reprovação e abandono que interferem no fluxo (aprovação), ficaram assim consolidados, com base em dados do INEP/QEDu:

- Anos Iniciais: Rede Municipal - Reprovação 2,1% e Abandono 0,6% / Rede Estadual – Reprovação 3,3% e Abandono 0,8%;

- Anos Finais: Rede Municipal - Reprovação 9,8% e Abandono 0,0% / Rede Estadual – Reprovação 17,5% e Abandono 0,9%;
- Ensino Médio: Reprovação 9,9% e Abandono 3,9%.

EIXO II – QUALIDADE DA EDUCAÇÃO – Meta 7 e Estratégias de Implementação				
Meta 7: Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem (escala de proficiência) da Rede Pública, de modo a atingir as metas projetadas no IDEB:				
Rede Pública	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais	5,6	5,9	6,1	6,4
Anos Finais	5,0	5,2	5,5	5,7
ESTRATÉGIAS		ATRIBUIÇÃO	PRAZO/ PERIODICIDADE	RECURSOS
7.1 – Formalizar e executar o Plano de Ações Articuladas (PAR) dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolar, ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar.		Secretaria Municipal e Estadual de Educação	2015/2024	FNDE, Estado e Próprios
7.2 - Fixar, acompanhar e divulgar os resultados do IDEB das escolas, das redes públicas de educação básica, assegurando a contextualização desses resultados, com relação a indicadores sociais relevantes, como os de nível socioeconômico das famílias dos alunos, e a transparência e o acesso público às informações técnicas de concepção e operação do sistema de avaliação.		Secretaria Municipal e Estadual de Educação	2015/2024	Próprios e Conveniados
7.3 – Manter, melhorar e ampliar a logística e a segurança do transporte escolar, respeitando o zoneamento, mediante renovação integral da frota de veículos como determina as especificações definidas pelo Inmetro, em regime de colaboração com o Estado e União.		Secretaria Municipal e Estadual de Educação	2015/2024	FNDE, Estado e Próprios
7.4 – Acompanhar e usufruir do desenvolvimento de tecnologias educacionais e de inovação das práticas pedagógicas nos sistemas de ensino que assegurem e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade em cada sistema de ensino.		Secretaria Municipal e Estadual de Educação, Unidades Escolares	Anual	Próprios
7.5 - Oportunizar a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos proveniente do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE e do efetivo desenvolvimento da gestão democrática.		Secretaria Municipal e Estadual de Educação, Unidades Escolares, Conselhos Escolares e APP's	Anual	Próprios
7.6 – Analisar a adesão a programas federais e estaduais suplementares de equipamentos e recursos tecnológicos digitais, material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde e aprofundar ações de atendimento ao estudante, em todas as etapas da educação básica.		Secretaria Municipal e Estadual de Educação	Anual	FNDE, Estado e Próprios
7.7 - Dar continuidade na aquisição de equipamentos e recursos tecnológicos, bem como sua manutenção e capacitação quanto a operacionalização para os profissionais da educação, visando melhorias da aprendizagem.		SME e Unidades Escolares	2015/2024	Próprios e Conveniados
7.8 - Estabelecer diretrizes pedagógicas para a educação básica em consonância com os parâmetros curriculares nacionais comuns, respeitada a diversidade local, regional e estadual.		Secretaria Municipal e Estadual de Educação	2015/2024	FNDE, Estado e Próprios
7.9 – Analisar a adesão e/ou manutenção de programas nacional, estadual ou municipal de formação inicial e continuada para o pessoal técnico das unidades escolares e da secretaria de educação.		SME e Unidades Escolares	2015/2024	FNDE, Estado e Próprios
7.10 - Fomentar políticas de combate à violência na escola e construção de uma cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade escolar.		Secretaria Municipal e Estadual de Educação e Ministério Público	Anual	FNDE, Estado e Próprios



7.11 - Implementar políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando-se os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente de que trata a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, buscando suporte de entidades competentes.	Secretaria Municipal e Estadual de Educação e Conselho Tutelar, CRAS, SMSAS, Promotoria Pública	Anual	FNDE, Estado e Próprios
7.12 - Garantir o ensino da história e cultura afro-brasileira, nos termos da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e da Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, por meio de ações colaborativas.	Secretaria Municipal e Estadual de Educação	Anual	FNDE, Estado e Próprios
7.13 - Incentivar a educação do campo a partir de uma visão articulada ao desenvolvimento sustentável e à preservação da identidade cultural.	SME	2015/2024	Próprios e Conveniados
7.14 – Estabelecer em regime de colaboração com a União e o Estado, que as escolas públicas de educação básica, tenham acesso à água potável, saneamento básico; energia elétrica; à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade; acessibilidade à pessoa com deficiência; a bibliotecas; a espaços para prática de esportes; a bens culturais e à arte; e equipamentos e laboratórios de ciências.	União, Estado e Município	2015/2024	FNDE, Estado e Próprios
7.15 – Acompanhar a mobilização das famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais.	SME, Sociedade Civil Organizada, Unidades Escolares	2015/2024	Próprios e Conveniados
7.16 - Promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte, cultura, garantindo melhores condições para o aprendizado dos estudantes.	Secretaria Municipal e Estadual de Educação, Secretaria Estadual e Municipal de Saúde	2015/2024	Próprios e Conveniados
7.17 - Estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade do ensino.	Secretaria Municipal e Estadual de Educação, Secretaria Estadual e Municipal de Saúde	2015/2024	Próprios e Conveniados
7.18 – Conhecer e estudar os mecanismos de avaliação externa utilizadas pelo MEC/INEP (ANA, Provinha Brasil, Prova Brasil e ENEM), como meio de alavancar a proficiência educacional em todos os níveis de escolaridade.	Secretaria Municipal e Estadual de Educação, Unidades Escolares, Profissionais da Educação	2015/2024	Próprios e Conveniados

### ESCOLARIDADE MÉDIA DA POPULAÇÃO ADULTA

Por mais lento que possa parecer, quando avaliamos por meio de uma série histórica, é significativo o avanço educacional que os indicadores apontam de década a década em relação aos aspectos educacionais da sociedade. A tabela 13 a seguir, demonstra esses avanços, aferidos pelos censos de 1991, 2000 e 2010.

Tabela 13: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes – Água Doce

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Geral (Renda, Saúde e Educação)	0,446	0,627 (□41%)	0,698 (□11%)
IDHM Educação	0,214	0,450 (□110%)	0,574 (□28%)
% de 18 anos ou mais com Ensino Fundamental completo	22,37	29,60	40,98
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	8,88	68,70	91,85
% de 11 a 13 anos frequentando Ensino Fundamental II	48,59	58,47	91,09
% de 15 a 17 anos com Ensino Fundamental completo	16,56	69,33	51,69
% de 18 a 20 anos com Ensino Médio completo	9,47	25,61	37,30
% de 6 a 17 anos frequentando Educação Básica regular, com até 2 anos de defasagem idade-série	78,10	86,40	84,97
% de 18 a 24 anos frequentando o Ensino Superior	4,90	13,58	17,57
Expectativa de anos de estudo da população até os 18 anos	9,22	9,61	10,43

Fonte: PNUD, IPEA e FJP

O município de Água Doce apresentou um crescimento no IDHM nas últimas décadas, sendo que no IDHM-Educação o crescimento foi ainda mais significativo (110% de 1991 para 2000 e 28% de 2000 para 2010), em função dos indicadores de qualidade educacional da população ter melhorado em todos os aspectos representados na tabela acima.

Apesar do crescimento obtido no IDHM, Água Doce ficou na 100ª posição, no ranking 2010, entre os 293 municípios pesquisados em Santa Catarina e 1.969ª posição em relação aos 5.565 municípios pesquisados no Brasil. Em relação ao IDHM-Educação a classificação ficou 250ª em SC e 2.475ª no Brasil, o que revela a necessidade de se manter e ampliar os avanços nos indicadores educacionais locais, fazendo frente

aos indicadores econômicos e de saúde.

A tabela 14 a seguir, confirma que em comparação com a média estadual, os indicadores de escolaridade da população adulta com 25 anos ou mais (IBGE 2010), para o município de Água Doce, demonstram certas fragilidades que precisam ser melhoradas com o esforço individual e coletivo de toda a comunidade.

Tabela 14: Escolaridade da população com 25 anos ou mais – 2010

Indicador	SC	Água Doce
- Fundamental incompleto ou analfabeto	5,1%	8,94%
- Fundamental completo e alfabetizado	41,11%	54,73%
- Fundamental completo e Ensino Médio incompleto	16,75%	13,02%
- Ensino Médio completo e Superior incompleto	24,50%	13,79%
- Superior completo	12,53%	9,5%

Fonte: PNUD, IPEA e FJP

EIXO II – QUALIDADE DA EDUCAÇÃO – Meta 8 e Estratégias de Implementação			
META 8: Elevar a escolaridade média da população adulta, em todas as faixas etárias, e especialmente dos 18 a 29 anos, de modo a alcançar 12 (doze) anos ou mais de estudo no último ano de vigência deste Plano.			
ESTRATÉGIAS	ATRIBUIÇÃO	PRAZO/ PERIODICIDADE	RECURSOS
8.1- Realizar um censo da clientela em potencial para a Educação de Jovens e Adultos em todo o território do município, buscando o melhor mecanismo em atendê-los, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude.	SME, SMSAS, Agentes de Saúde, Conselho Tutelar	2015	Próprios
8.2 – Avaliar o atual sistema de oferta da Educação de Jovens e Adultos no município, pelo CEA e NAES.	SME, GERED, Unidades Escolares	2015	Próprios e Conveniados
8.3 - Fomentar programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e que possam levar em consideração os fatores que limitam o seu acesso.	Secretaria Municipal e Estadual de Educação	2015/2024	Próprios e Conveniados
8.4 - Garantir acesso gratuito nos exames de certificação da conclusão do ensino fundamental e médio, no polo regional.	Secretaria Municipal e Estadual de Educação	Anual	Próprios e Conveniados
8.5 - Fomentar a expansão da oferta de matrículas gratuitas de educação profissional técnica por parte das entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculada ao sistema sindical, de forma concomitante ao ensino público, para os segmentos populacionais considerados.	Secretaria Municipal e Estadual de Educação, Sistema "S" e IFC	2015/2024	Próprios e Conveniados
8.6 - Fortalecer acompanhamento e monitoramento de acesso à escola identificando motivos de ausência e baixa frequência, incentivando a permanência e garantindo o apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses estudantes na rede pública regular de ensino ou da educação de jovens e adultos.	Secretaria Municipal e Estadual de Educação, Unidades Escolares, CRAS	Anual	Próprios e Conveniados
8.7 – Manter a oferta de transporte escolar intramunicipal e intermunicipal já institucionalizados, como meio de incentivar o acesso aos estudos para estas faixas etárias (população adulta).	Município	2015/2024	Próprios e Conveniados

#### TAXA DE ANALFABETISMO

Apesar dos avanços educacionais, o analfabetismo absoluto ainda persiste em nossa sociedade, concentrando-se nas faixas etárias mais avançadas, as quais não tiveram oportunidades de estudo no tempo adequado. A tabela 15 a seguir, mostra que em 2010 o índice de analfabetismo no município era de 7,2% para a população com mais de 15 anos, acima da média estadual de 4,0%. Dados mais recentes de analfabetismo, levantados pelas agentes de saúde e registrados no Siab/Datasus apontam que 95,90% das pessoas com 15 anos ou mais são alfabetizadas, ou seja, 4,1% são analfabetos.

Tabela 15: Analfabetismo e Escolaridade pessoas de 15 anos ou mais – 2010

Indicador	SC	Água Doce
- Taxa de analfabetismo 15 anos ou mais	4,0%	7,2%
- Sem instrução / 1º ciclo do fundamental incompleto	18,75%	26,38%
- 1º ciclo do fundamental completo / 2º ciclo incompleto	13,32%	15,63%
- 2º ciclo completo ou mais	58,05%	41,27%
- Não determinada	9,88%	16,72%

Fonte: IBGE

Fragilidades nos indicadores do nível de escolaridade da população de 15 anos ou mais, conforme se observa na tabela anterior, em relação

aos percentuais aferidos nos níveis mais baixos de escolaridade, são indicadores em potencial do analfabetismo funcional. Por definição, o analfabetismo funcional aplica-se a indivíduos que, mesmo capazes de identificar letras e números, não conseguem interpretar textos e realizar operações matemáticas mais elaboradas. Tal condição pode dificultar a atuação desses indivíduos no fazer profissional e social. A tabela 16 a seguir, retrata a vulnerabilidade da população adulta quanto às relações de trabalho e ocupações, onde se observa que a vulnerabilidade local quanto aos indicadores avaliados pelo IBGE em 2010, são mais acentuados em comparação com a média estadual.

Tabela 16: Vulnerabilidade Sócio educacional do Município e Estado em 2010

Indicadores	Água Doce	Santa Catariana
% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população dessa faixa	8,05%	3,75%
% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	40,83%	26,87%

Fonte: PNUD, IPEA e FJP

EIXO II – QUALIDADE DA EDUCAÇÃO – Meta 9 e Estratégias de Implementação			
META 9: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e minimizar ao máximo, até 2024, o analfabetismo absoluto e o analfabetismo funcional.			
ESTRATÉGIAS	ATRIBUIÇÃO	PRAZO/ PERIODICIDADE	RECURSOS
9.1 - Assegurar a oferta e continuidade gratuita da educação de jovens e adultos, nas etapas de alfabetização e nivelamento, a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria.	Secretaria Municipal e Estadual de Educação.	2015/2024	Próprios e Conveniados
9.2 – Participar quando da realização de chamadas públicas, em regime de colaboração com o Estado e União, na avaliação de alfabetização por meio de exames específicos, que permitam aferição do grau de analfabetismo de jovens e adultos com mais de 15 anos de idade.	União, Estado e Município	2015/2024	Próprios e Conveniados
9.3 – Avaliar a melhor estratégia quanto à oferta da merenda escolar para os alunos da Educação de Jovens e Adultos, considerando seu deslocamento e horário de trabalho.	Secretaria Municipal e Estadual de Educação.	2015/2024	Próprios e Conveniados
9.4 – Executar, em regime de colaboração, ações de atendimento ao estudante da educação de jovens e adultos por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos, em articulação com a área da saúde.	União, Estado e Município	2015/2024	Próprios e Conveniados
9.5 - Estabelecer mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados, e os sistemas de ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos empregados e das empregadas com a oferta das ações de alfabetização e de educação de jovens e adultos.	SME, Unidades Escolares e CDL	2015/2024	Próprios e Conveniados
9.6 – Incentivar, em regime de colaboração, a implementação de programas de capacitação tecnológica da população jovem e adulta, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal e para os alunos com deficiência, articulando os sistemas de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, as universidades, as cooperativas e as associações, por meio de ações de extensão desenvolvidas em centros vocacionais tecnológicos, com tecnologias assistivas que favoreçam a efetiva inclusão dessa população.	Município, Estado e União	2015/2024	Conveniados

### EIXO III – FORMAÇÃO HUMANÍSTICA, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DO MUNICÍPIO

#### DIAGNÓSTICO

Em relação à formação da população adulta, o município de Água Doce oferece as seguintes opções em nível local:

- Educação de Jovens e Adultos no Ensino Fundamental (Rede Municipal) por meio do CEA – Centro de Educação de Jovens e Adultos com matrícula inicial de 39 alunos em 2015;
- Educação de Jovens e Adultos no Ensino Médio por meio do NAES, com matrícula inicial de 22 alunos em 2015, onde o município mantém parceria com o estado, disponibilizando espaço físico, pessoal administrativo e inclusive professores;
- Ensino Médio Profissionalizante, onde o município conta historicamente com uma das unidades do CEDUP Estadual para atender a macrorregião, com a oferta do Curso de Técnico em Agropecuária, contando com matrícula inicial de 169 alunos em 2015;
- Ensino Superior – Existe a oferta local de ensino superior por meio de um polo particular (Treinar Cursos Profissionalizantes) que formaliza parcerias com diversas instituições de Ensino Superior, oferecendo cursos de graduação e pós-graduação, de acordo com a demanda

apresentada.

Além do que é oferecido em nível local, a estratégia utilizada historicamente pelo município para atender a demanda manifesta para o Ensino Médio Profissionalizante, Pós-médio, Ensino Superior, Pós-graduação e outros, compreende na parceria que a Prefeitura mantém com empresa particular de transporte coletivo (Empresa Joaçabense de Transportes Coletivos), por meio de passe gratuito aos alunos cadastrados conforme quadro abaixo:

Local	Entidade	Ensino Superior	Técnico Profis. e outros de Qualificação Profis.	Pós-graduação	Total
Joaçaba	UNOESC	76	-	01	85
	UDESC	01	-	-	
	SENAI	-	01	-	
	CETESC	-	03	-	
	ÊXITO	-	03	-	
Herval D'Oeste	UNIASSELVI	22	-	-	22
Luzerna	SENAI	-	28	-	34
	IFC	-	06	-	
TOTAL		99	41	01	141

Quadro 03: Transporte escolar intermunicipal Março/2015

Fonte: SEMED

Para atender a demanda apresentada de 141 alunos em março de 2015 (99 alunos do Ensino Superior, 41 alunos do Ensino Médio Profissionalizante e outros e 01 aluno de Pós-graduação), para as cidades de Luzerna, Joaçaba e Herval D'Oeste, a empresa prestadora dos serviços mantém linhas que atendem a demanda nos três períodos e em diversos horários.

EIXO III – FORMAÇÃO HUMANÍSTICA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DO MUNICÍPIO – Meta 10 e Estratégias de Implementação			
Meta 10: Oferecer condições de acesso às matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio regular ou na forma integrada à educação profissional em nível local e/ou regional.			
ESTRATÉGIAS	ATRIBUIÇÃO	PRAZO/PERIODICIDADE	RECURSOS
10.1 – Concluir a pesquisa e implementar ações quanto ao nível de formação da população de jovens e adultos não atendidos.	SME, Agentes de Saúde	2015	Próprios
10.2 – Manter, ampliar e valorizar a oferta da Educação de Jovens e Adultos em nível local, no ensino fundamental, por meio do CEA-Centro de Educação de Adultos Dr. Alvino Raittz, bem como o NAES para o ensino médio.	SME, GERED	Anual	Próprios e Conveniados
10.3 – Estudar a viabilidade de municipalizar a EJA de nível médio.	SME, Poder público municipal	2015/2016	Próprios
10.4 – Estudar a viabilidade da oferta da EJA de nível médio nas comunidades do interior, de acordo com a demanda manifesta, bem como dos aspectos legais que favoreçam o ingresso e permanência desse aluno.	SME, GERED, Câmara de Vereadores	2015/2024	Próprios e Estado
10.5 - Promover campanhas para busca ativa de jovens e adultos fora das escolas pertencentes aos segmentos considerados, em parceria com as áreas de assistência social e saúde.	Secretaria Municipal e Estadual de Educação, Secretaria Estadual e Municipal de Saúde e Sociedade Civil Organizada.	Anual	FNDE, Estado e Próprios
10.6 – Oferecer vaga no transporte escolar intermunicipal institucionalizado, de acordo com as condições físico/financeiras do município, quanto ao acesso dos alunos da modalidade da EJA integrada à educação profissional.	Prefeitura, SME	Anual	Próprios e Conveniados
EIXO III – FORMAÇÃO HUMANÍSTICA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DO MUNICÍPIO – Meta 11 e Estratégias de Implementação			
Meta 11: Incentivar a busca pela formação profissional técnica de nível médio local e regional.			
ESTRATÉGIAS	ATRIBUIÇÃO	PRAZO/PERIODICIDADE	RECURSOS

11.1 – Manter o convênio com a CEJEL, dentro das condições financeiras do município, como incentivo aos jovens do município a buscarem formação no Centro de Educação Profissional Professor Jaldyr Bhering Faustino da Silva-CEDUP.	Poder público municipal, SME, CEDUP, CEJEL	Anual	Município
11.2 – Manter e ampliar, de acordo com as condições físico/financeiras do município, a oferta de transporte escolar intermunicipal institucionalizado, para formação técnica de nível médio.	Prefeitura, SME	Anual	Próprios e Conveniados
11.3 - Buscar parcerias com a iniciativa privada e órgãos públicos quanto à implantação e ampliação das possibilidades de educação profissional em nível local e regional.	Secretaria Municipal e Estadual de Educação, Iniciativa Privada	2015/2024	Próprios e Conveniados
11.4 – Incentivar parcerias, além do transporte escolar já oferecido, com SENAI, IFC e outros.	SME, Prefeitura, Entidades parceiras	2015/2024	Próprios e Conveniados
11.5 – Incentivar a busca pela qualificação profissional junto aos programas oferecidos pelo CRAS e Sindicato Rural de Água Doce.	SME, Unidades Escolares, SMSAS, CRAS, Agentes de Saúde	Anual	Próprios e Conveniados
11.6 – Buscar apoio financeiro, junto a União e o Estado, quanto aos custos do transporte escolar intermunicipal no atendimento da demanda pela educação profissional de nível médio.	Poder público municipal, Colegiado da Educação da AMMOC, Undime e Fecam	2015/2024	Próprios e Conveniados
11.7 - Mobilizar por meio de campanhas a iniciativa privada e escolas técnicas para que haja acesso aos cursos já existentes e ampliação à demanda apresentada.	Secretaria Municipal e Estadual de Educação.	2018	Estado e Próprios
11.8 – Incentivar o CEDUP local a implantar novos cursos de acordo com a demanda apresentada.	SME, Unidades Escolares, GERED, CEDUP	2015/2024	Próprios e Conveniados
11.9 – Colaborar com a realização de estágio na educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do aluno, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude.	Prefeitura, SME, GERED, Unidades Escolares, Empresas	Anual	Próprios e Conveniados

<b>EIXO III – FORMAÇÃO HUMANÍSTICA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DO MUNICÍPIO – Meta 12 e Estratégias de Implementação</b>			
Meta 12: Incentivar o ingresso no ensino superior para a população de 18 a 24 anos e demais faixas etárias posteriores, principalmente em instituições públicas.			
<b>ESTRATÉGIAS</b>	<b>ATRIBUIÇÃO</b>	<b>PRAZO/PERIODICIDADE</b>	<b>RECURSOS</b>
12.1 – Manter e ampliar, de acordo com as condições físico/financeiras do município, a oferta de transporte escolar intermunicipal institucionalizado, para formação em nível superior.	Prefeitura, SME	Anual	Próprios e Conveniados
12.2 – Buscar apoio financeiro, junto a União e o Estado, quanto aos custos do transporte escolar intermunicipal no atendimento dos alunos do ensino superior.	Poder público municipal, Colegiado da Educação da AMMOC, Undime, Fecam	2015/2024	Próprios e Conveniados
12.3 – Incentivar e dar condições de acesso (transporte para o local mais próximo) na realização do exame nacional do ENEM para ingresso no ensino superior.	SME, GERED, Unidades Escolares	Anual	Próprios e Conveniados
12.4 – Divulgar e incentivar que os alunos busquem vagas nas universidades públicas regionais.	SME, GERED, Unidades Escolares	Anual	Próprios
12.5 - Estimular a oferta de novos cursos de graduação, nas universidades públicas regionais e IFC, em licenciatura e bacharelado, por meio do Colegiado de Educação da AMMOC, Undime e Fecam.	SME, GERED, Colegiado da Educação da AMMOC, Undime, Fecam	2015/2024	Próprios e Conveniados
12.6 - Estimular os universitários do município realizem projetos de pesquisa e trabalhos acadêmicos, tendo como foco questões de relevância no desenvolvimento econômico, cultural e social da comunidade, bem como projetos direcionados a melhorias ao meio ambiente e sustentabilidade do município, através de parcerias com instituições de ensino superior.	SME e Instituições de Ensino Superior	Anual	Próprios e Conveniados
12.7 – Divulgar e incentivar o acesso dos alunos aos mecanismos de financiamento para o ensino superior (FIES, PROUNI, SISU e outros).	SME, GERED, Unidades Escolares	Anual	Próprios e Conveniados



12.8 – Contribuir quando da realização de mapeamento da demanda para a oferta de formação de pessoal de nível superior considerando as necessidades da região, a inovação tecnológica e a melhoria da educação.	SME, GERED, Unidades Escolares	2015/2024	Próprios e Conveniados
<b>EIXO III – FORMAÇÃO HUMANÍSTICA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DO MUNICÍPIO – Meta 13 e Estratégias de Implementação</b>			
<b>META 13:</b> Elevar a qualidade da educação superior pública e privada oferecida regionalmente, utilizando o Colegiado de Educação da AMMOC, UNDIME e outras, como instrumento de cobrança da qualidade dos cursos oferecidos, com base na Avaliação do ENADE.			
<b>ESTRATÉGIAS</b>	<b>ATRIBUIÇÃO</b>	<b>PRAZO/ PERIODICIDADE</b>	<b>RECURSOS</b>
13.1 - Monitorar as políticas de avaliação da qualidade do Ensino Superior, oferecido regionalmente (ENADE), por meio do Colegiado de Educação da AMMOC e Undime/SC.	SME, Colegiado da Educação da AMMOC e Undime/SC	2015/2024	Próprios e AMMOC/Undime
13.2 - Cobrar e monitorar a melhoria da qualidade dos cursos de pedagogia e licenciaturas, por meio da aplicação de instrumento próprio de avaliação aprovado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior CONAES, integrando-os às demandas e necessidades das redes de educação básica, de modo a permitir aos graduandos a aquisição das qualificações necessárias a conduzir o processo pedagógico de seus futuros alunos, combinando formação geral e específica com a prática didática, além da educação para as relações étnico-raciais, a diversidade e as necessidades das pessoas com deficiência.	SME, GERED, Unidades Escolares, Colegiado de Educação da AMMOC	2015/2024	Próprios e Conveniados
<b>EIXO III – FORMAÇÃO HUMANÍSTICA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DO MUNICÍPIO – Meta 14 e Estratégias de Implementação</b>			
<b>Meta 14:</b> Incentivar a busca pela formação na pós-graduação nas modalidades lato sensu e stricto sensu.			
<b>ESTRATÉGIAS</b>	<b>ATRIBUIÇÃO</b>	<b>PRAZO/ PERIODICIDADE</b>	<b>RECURSOS</b>
14.1 – Viabilizar parcerias com instituições de ensino superior para instalação de cursos de pós-graduação em nível local.	SME, Unidades Escolares, CDL	2015/2024	Próprios e Conveniados
14.2 – Regular o transporte escolar institucionalizado, considerando a possibilidade em atender possíveis demandas da pós-graduação.	SME	2015/2016	Próprios
14.3 – Formalizar parcerias entre União, Estado e entidades privadas, que possibilitem incentivos à formação continuada em nível de pós-graduação.	União, Estado e Município	2015/2024	União, Estado e Município

#### EIXO IV – VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

##### DIAGNÓSTICO

A partir da Lei Federal nº 9.424/1991 que criou o FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério e a posterior Lei nº 11.494/2007 que regulamentou o FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério, muitas mudanças ocorreram na estrutura organizacional e financeira da educação brasileira. A vinculação dos recursos resultantes dos impostos diretamente ao alunado e as condicionantes do seu atendimento (urbano, rural, integral, nível de escolaridade, educação especial e outros), de forma per capita, permitiu a redistribuição de recursos para onde o aluno público está sendo efetivamente atendido, havendo, por conseguinte, o compartilhamento de 20% dos impostos repassados aos municípios e estados e 18% dos impostos da União.

A lei do Fundeb aliada a LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei complementar nº 101/2000), que regulamentou obrigações frente aos recursos educacionais dos entes federados, em que, estados e municípios obrigatoriamente precisam investir, anualmente, no mínimo 25% das receitas dos impostos na educação, de acordo com a função redistributiva, e 60% dos recursos do FUNDEB com a remuneração dos profissionais do magistério, estruturaram as políticas de valorização do magistério. Porém, têm sido a Lei Federal nº 11.738/2008 que regulamenta o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, que tem agitado e mobilizado gestores, profissionais da educação e poder público para que a efetiva valorização do magistério possa ocorrer e virar realidade até o final da vigência do presente plano decenal, a qual dificilmente poderá se consolidar sem que a União realmente cumpra o seu papel de financiador, elevando os investimentos para 7% e posteriormente para 10% do PIB, conforme preconiza a Lei Federal nº 13.005/2014 do Plano Nacional de Educação.

Tabela 17: Evolução do Piso Nacional do Magistério Professores 40 horas (Lei nº 11.738/2008)



ANO	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Valor R\$	950,00	1.024,67	1.187,14	1.451,00	1.567,00	1.697,39	1.917,78
Crescimento	-	7,86%	15,86%	22,22%	7,97%	8,32%	13,01%

Fonte: MEC

Com base nas informações da tabela 17, o piso nacional do magistério cresceu 101,87% de 2009 para 2015, atendendo a Lei 11.494/07 que vincula o crescimento do piso ao avanço dos valores per capita do Fundeb a nível nacional.

O valor base do piso da Rede Municipal de Ensino do município de Água Doce em 2015, para professor com formação em nível superior, corresponde a R\$ 2.025,13 (dois mil e vinte e cinco reais e treze centavos), 5,6% maior que o mínimo nacional.

Em relação à remuneração do magistério público municipal, o município vem aplicando nos últimos anos, um percentual bem acima do mínimo de 60% dos recursos do Fundeb exigidos pela LRF. O gráfico abaixo mostra que nos últimos três exercícios, os gastos com a folha do magistério público municipal manteve-se acima de 90%.

Gráfico 08: Fundeb e a folha dos Profissionais da Educação

Fonte: Contabilidade Prefeitura

### QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Nos últimos anos a formação inicial dos docentes tem melhorado muito, em função das exigências contratuais/legais por meio de processo seletivo ou por concurso público, os quais condicionam a ocupação das vagas com formação superior na área de atuação. Mesmo assim, constata-se carências local e regional em áreas específicas de formação (licenciaturas em disciplinas específicas), em que a carência desses profissionais, tanto pela falta quanto pelo número reduzido, acaba por dificultar tais contratações, elevar a rotatividade e inclusive recair na ocupação da vaga por pessoas sem a habilitação adequada requerida.

O governo estadual não realiza concurso de efetivação para professores há muitos anos e, por esta razão, os contratos em caráter temporário na sua Rede têm aumentado consideravelmente ano a ano, tanto pela aposentadoria dos profissionais de carreira, quanto pela pressão ocasionada com a crescente municipalização do Ensino Fundamental, razão principal de sua prudência quanto a esta política.

A tabela 18 a seguir, apresenta aspectos da situação contratual e qualificação profissional dos profissionais da educação por rede e modalidade de ensino.

Tabela 18: Situação Contratual e Nível de Formação dos Profissionais da Educação por Rede e Modalidade de Ensino – Ano Letivo de 2015

Rede	Situação	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Total Educ. Básica											
		Sem Licenciatura	Cursando Licenciatura	Licenciatura Completa	Com Pós-grad.	Sem Licenciatura	Cursando Licenciatura	Licenciatura Completa	Com Pós-grad.	Sem Licenciatura	Cursando Licenciatura	Licenciatura Completa	Com Pós-grad.	Situação: Efetivo e ACT	Com Pós-grad.	% Pós-grad.
Municipal	Efetivo	-	-	17	17	01	-	39	39	-	-	-	-	57	56	98%
	ACT	-	-	04	04	-	-	02	01	-	-	-	-	06	05	83%
	Total	-	-	21	21	01	-	41	40	-	-	-	-	63	61	97%
Estadual	Efetivo	-	-	-	-	-	-	14	14	-	-	16	16	30	30	100%
	ACT	-	-	-	-	-	03	15	06	-	05	09	-	32	06	19%
	Total	-	-	-	-	-	03	29	20	-	05	25	16	62	36	58%
Total Geral	-	-	21	21	01	03	70	60	-	05	25	16	125	97	78%	

Fonte: Unidades Escolares/SEMED

Analisando as informações da tabela acima, do total de profissionais da educação com vínculo em qualquer modalidade de ensino ou Rede da Educação Básica, observa-se que:

1. Quanto ao nível de formação:

- 92,8% possui licenciatura completa (98,4% rede municipal e 87,1% rede estadual);
- 6,4% estão cursando licenciatura (08 profissionais do estado);
- 0,8% não possui licenciatura (01 profissional do município).

2. Quanto a Pós-graduação lato sensu:

- 78% do total dos profissionais da educação do município são pós-graduados (97% da rede municipal e 58% da rede estadual);
- 28,9% dos professores ACT são pós-graduados (83% da rede municipal e 19% da rede estadual);
- 98,9% dos profissionais efetivos da educação são pós-graduados (98% da rede municipal e 100% da rede estadual).

3. Quanto à situação contratual:

- 30,4% dos profissionais da educação possuem contrato temporário de trabalho-ACT (9,5% no município e 51,6% no estado).

Os dados acima confirmam uma tendência do crescimento de profissionais atuando em regime temporário na Rede Estadual, sendo que em nível local esta proporção é de 51,6% de ACT's e 48,4% efetivos.

EIXO IV – VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO – Meta 15 e Estratégias de Implementação			
META 15: Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados e os Municípios, que se cumpram nos prazos estabelecidos, a política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, como também, oportunizar a formação continuada.			
ESTRATÉGIAS	ATRIBUIÇÃO	PRAZO/ PERIODICIDADE	RECURSOS
15.1 - Manter um cadastro atualizado da necessidade de formação dos docentes não habilitados que atuam nas Rede Municipal e Estadual de Ensino.	Secretaria Municipal e Estadual de Educação	Anual	Município e Estado
15.2 - Divulgar e incentivar a busca pelo financiamento estudantil a estudantes matriculados em cursos de licenciatura com avaliação positiva pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, na forma da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.	Secretaria Municipal e Estadual de Educação	2015/2024	Município e Estado
15.3 - Criar condições para a utilização da plataforma eletrônica, através de ações entre o MEC, Secretaria de Educação e professores da Educação Básica, para organizar a oferta, a demanda das matrículas e a participação em cursos de formação inicial e continuada de professores, bem como para divulgação e atualização dos currículos eletrônicos dos docentes.	Secretaria Municipal e Estadual de Educação	Anual	União, Estado e Município
15.4 - Incentivar a busca por formação em cursos de licenciatura nas áreas de maior carência na docência.	Secretaria Municipal e Estadual de Educação	2015/2024	Estado e Município
15.5 - Incentivar a formação continuada dos profissionais do magistério que atuam em todas as modalidades de ensino.	SME	Anual	Próprios, União, Estado e Conveniados
15.6 – Adedir ao programa de concessão de bolsas de estudo, a ser instituído pela União, para que os professores de idiomas das escolas públicas de educação básica realizem estudos de imersão e aperfeiçoamento nos países que tenham como idioma nativo as línguas que lecionem.	SME	2015/2024	Próprios e União
EIXO IV – VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO – Meta 16 e Estratégias de Implementação			
META 16: Incentivar a formação dos professores da Educação Básica em nível de pós-graduação lato senso de modo a atingir um índice de 80% até o último ano de vigência deste PME, e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.			
ESTRATÉGIAS	ATRIBUIÇÃO	PRAZO/ PERIODICIDADE	RECURSOS
16.1 - Realizar, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para dimensionamento da demanda por formação continuada e fomentar a respectiva oferta por parte das instituições públicas de educação superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação do Município, Estado e União.	Secretaria Municipal e Estadual de Educação	2015/2024	União, Estado e Município
16.2 – Viabilizar parcerias para a instalação de cursos de pós-graduação em nível local para os profissionais do magistério.	SME e Entidades parceiras	2015/2024	Próprios e Conveniados
16.3 - Regular o transporte escolar institucionalizado, considerando a possibilidade em atender possíveis demandas da pós-graduação para os profissionais da educação.	SME, CME	2015/2016	Próprios
16.4 - Divulgar e otimizar o programa de composição de acervo de livros didáticos, paradidáticos, de literatura e dicionários, para os professores das escolas da rede pública de educação básica, advindos da União.	Secretaria Municipal e Estadual de Educação	Anual	União, Estado e Município
16.5 – Promover a utilização do portal eletrônico para subsidiar o professor na preparação de aulas, disponibilizando gratuitamente roteiros didáticos e material suplementar.	Secretaria Municipal e Estadual de Educação	Anual	União, Estado e Município

16.6 – Divulgar a oferta de bolsas de estudo para pós-graduação aos professores e demais profissionais da educação básica, oferecidas pelo MEC.	Secretaria Municipal e Estadual de Educação	Anual	União, Estado e Município
---	---	-------	---------------------------

#### EQUIPARAÇÃO SALARIAL AOS DEMAIS PROFISSIONAIS COM ESCOLARIDADE EQUIVALENTE

Indubitavelmente, a equiparação salarial aos demais profissionais com escolaridade equivalente será uma das principais lutas dos defensores da valorização dos profissionais do magistério público da educação básica até o final da vigência do Plano Nacional, Estadual e Municipal de Educação em 2024.

O quadro abaixo mostra o estudo realizado pelo MEC em 2013 quanto à equiparação salarial a que se refere a presente meta. No estudo fica evidente que a defasagem salarial é praticamente de 50% em relação à equiparação pretendida.

Média salarial NACIONAL		
Rede Municipal	Rede Estadual	Demais profissionais com nível superior
R\$ 2.024,00 □54,0%	R\$ 2.633,00 □40,2%	R\$ 4.400,00*

Quadro 04: Comparativo entre a média salarial profissionais da educação e profissionais com escolaridade equivalente

\*Salário médio de profissionais com nível superior em outras áreas.

EIXO IV – VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO – Meta 17 e Estratégias de Implementação			
Meta 17: Valorizar os profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, de forma a considerar seu rendimento salarial médio, equivalente aos demais profissionais com o mesmo nível de escolaridade, dentro do prazo de vigência deste PME.			
ESTRATÉGIAS	ATRIBUIÇÃO	PRAZO/ PERIODICIDADE	RECURSOS
17.1 - Cumprir a Lei do Piso Nacional e de valorização do magistério público municipal, ajustando as legislações municipais.	Prefeitura, Câmara de Vereadores	Anual	FUNDEB e Próprios
17.2 - Promover, em regime de colaboração, estudo de viabilidade quanto à equiparação do rendimento médio dos profissionais do magistério aos demais profissionais com escolaridade equivalente, segundo parâmetros nacionais de salários a serem levantados e definidos pelo MEC e SED.	União, Estado e Município	2015/2024	Próprios e Conveniados
17.3 - Assegurar o mínimo de 40 horas anuais de capacitação continuada aos profissionais da Rede Municipal de ensino e demais envolvidos no processo educacional, através de seminários, palestras, cursos, conferências e grupos de estudo, garantindo uma constante discussão sobre a prática educativa.	SME	Anual	Próprio
17.4 - Garantir condições adequadas de trabalho para os professores e demais profissionais da educação, de acordo com a LDB 9394/96, art. 67, inciso VI, visando à prevenção de problemas advindos da função.	Secretaria Municipal e Estadual de Educação e Secretária de Saúde	Anual	Município, Estado e Conveniados
17.5 - Divulgar e garantir o cumprimento do art. 13 da Lei nº 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação, que trata das incumbências dos docentes.	Secretaria Municipal e Estadual de Educação, CME, Unidades Escolares	Anual	Próprios e Conveniados
17.6 - Mobilizar forças políticas e de interesse de classe quanto à desvinculação das políticas de valorização do magistério público municipal, dos limites estabelecidos na LRF nº 101/2000, Art. 20, inciso III, alínea "b", dos gastos com pessoal no setor público pelo poder executivo em 54%, a fim de permitir que potenciais recursos do Fundeb possam ser utilizados na efetiva valorização dos profissionais do magistério, independentemente dos limites de gastos com pessoal por parte do executivo municipal.	Poder Executivo e Legislativo Municipal, Estadual e Federal. Entidades de Classe da área educacional	2015/2024	Próprios e Conveniados

#### PLANO DE CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO

O Plano de Carreira do Magistério Público Municipal de Água Doce foi aprovado em 09/12/1998, pela Lei Complementar nº 011/1998, o qual contempla as seguintes progressões e gratificações:

##### a) Progressões:

- Vertical – Licenciatura Plena e Pós-graduação, com ascensão de 25%;
- Horizontal – 1,5% anual até 14 interstícios, até o teto de 21% (um ano por cursos de aperfeiçoamento e outro por avaliação de desempenho).

##### b) Gratificações:

- Regência de classe – 10% sobre o salário base;
- Adicional contratual – 1/4 da carga horária para professores com vínculo contratual de atuação na área rural;
- Especialista – Adicional de 15% sobre o salário base;
- Assessor de Direção – Adicional de 15% a 25% por faixa do quantitativo de alunos na UE;

- Diretor Escolar – 30% a 50% por faixa do quantitativo de alunos na UE.

EIXO IV – VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO – Meta 18 e Estratégias de Implementação			
Meta 18: Assegurar a existência e reformulação dos planos de Carreira para os profissionais da educação básica de todos os sistemas de ensino e, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.			
ESTRATÉGIAS	ATRIBUIÇÃO	PRAZO/ PERIODICIDADE	RECURSOS
18.1 - Promover a organização da Rede Municipal de Ensino, de forma a manter em seu quadro de profissionais, dentro da vigência deste plano, 90%, no mínimo, dos respectivos profissionais do magistério e 50%, no mínimo, dos respectivos profissionais da educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontrem vinculados.	SME, CME, Poder público municipal	2015/2024	Próprios
18.2 - Manter e aprimorar os mecanismos de acompanhamento do estágio probatório e de progressão na carreira.	Secretaria Municipal de Estadual de Educação	Anual	Próprios
18.3 - Aderir à utilização nota da prova nacional de admissão de docentes a fim de subsidiar a realização de concursos públicos de admissão temporária ou efetiva pelo Município.	Secretaria Municipal e Estadual de Educação.	2015/2024	Próprios e Conveniados
18.4 - Fazer cumprir e reavaliar periodicamente o plano de carreira do magistério público e demais profissionais da Educação, contemplando níveis de remuneração de acordo com as normativas do Conselho Nacional de Educação-CNE e legislações vigentes.	Secretaria Municipal e Estadual de Educação.	2015/2024	Próprios e Conveniados
18.5 – Criar e estimular comissões permanentes de profissionais da educação da Rede Municipal de Ensino, para subsidiar os órgãos competentes na elaboração, reestruturação dos planos de carreira, contemplando a participação dos vários segmentos dos profissionais do magistério, sindicato da categoria e outros.	Entidades Classe, CME, SME	2015/2016	Próprios e Conveniados

## EIXO V – GESTÃO E FINANCIAMENTO

### DIAGNÓSTICO

### GESTÃO DEMOCRÁTICA

No tocante a gestão democrática da educação, cabe ao município implementar ações que promovam o avanço nesta perspectiva, valorizando aspectos importantes e que pouco a pouco estão fazendo parte da pauta de critérios na liberação de recursos voluntários pela União e, principalmente, no Ministério da Educação, o qual vem atuando cada vez mais na perspectiva técnica para a liberação de recursos para programas e projetos, em detrimento de questões de ordem política. Sendo assim é muito importante que o poder público municipal passe a alinhar suas ações na mesma perspectiva, contemplando a valorização e autonomia dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social (CACS), CME-Conselho Municipal de Educação, Conselhos Escolares, Fórum Municipal de Educação, entre outros, bem como a regulamentação da escolha da função de direção escolar.

Vale ressaltar que as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino já dispõe de Conselhos Escolares, além das já tradicionais APP's, para atuarem como conselho consultivo e deliberativo das ações referentes à gestão e melhoria da qualidade educacional das escolas e do município. Outra questão que requer empenho sociopolítico é uma melhor criterização (regulamentação) da escolha ao cargo de direção escolar, vez que atualmente, os diretores escolares são indicados pelo poder executivo municipal, respeitando-se o critério estabelecido no Plano de Carreira de que os mesmos devem pertencer ao quadro de profissionais do magistério público municipal.

EIXO V – GESTÃO E FINANCIAMENTO – Meta 19 e Estratégias de Implementação			
Meta 19: Assegurar condições, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar.			
ESTRATÉGIAS	ATRIBUIÇÃO	PRAZO/ PERIODICIDADE	RECURSOS

19.1 - Adequar à legislação local, frente às prerrogativas de priorização do repasse de transferências voluntárias da União, na área da educação, para os entes federados que tenham aprovado legislação específica que regulamente a matéria na área de sua abrangência, para a nomeação dos diretores de escola, por meio de critérios técnicos de mérito e desempenho, bem como a participação da comunidade escolar.	SME, CME, Poder Público Municipal	2015/2016	Próprios
19.2 – Incentivar a busca por formação na área de gestão escolar, por meio das plataformas oferecidas pelo MEC e instituições de Ensino Superior.	GERED, SME	2015/2024	Federal, Estadual, Municipal
19.3 - Valorizar e incentivar a qualificação dos conselheiros escolares e dos conselhos de acompanhamento e controle social e de gestão democrática (Conselhos Escolares, Grêmios Estudantis, APP, Fundeb, CAE, CME e outros).	SME, Unidades Escolares, Administração Municipal	2015/2024	Próprios e Conveniados
19.4 – Incentivar e mobilizar o Fórum Municipal de Educação-FME, com o intuito de coordenar as conferências de educação, municipal, estadual e nacional, em nível local, bem como efetuar o acompanhamento da execução e atualização do Plano Municipal de Educação.	SME, CME, Unidades Escolares, GERED, FME	2015/2024	Próprios e Conveniados
19.5 - Favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira dos recursos pertinentes aos estabelecimentos de ensino.	SME, CME, Unidades Escolares, Conselhos Escolares	2015/2024	Próprios

## FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

Nos últimos anos a Prefeitura Municipal de Água Doce vem contabilizando em relação à participação relativa dos recursos provenientes de impostos aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino, gastos crescentes chegando a ultrapassar o patamar de 30% nos últimos dois exercícios, bem acima do limite mínimo de 25% exigidos pela LRF, conforme se pode visualizar no gráfico 09:

Gráfico 09: Recursos aplicados na Educação de Água Doce

Fonte: Contabilidade Prefeitura

A participação relativa de cada uma das despesas com ações típicas de manutenção e desenvolvimento do ensino no exercício de 2014, segundo informações contábeis dispostas no relatório resumido da execução orçamentária ficou assim integralizada:

Tabela 19: Participação relativa das despesas com ações típicas de MDE-2014

AÇÕES	DESPESAS R\$	% RELATIVA
Educação Infantil	1.171.558,24	16,2
Ensino Fundamental	5.820.440,51	80,5
Ensino Médio	74.816,86	1,0
Ensino Superior	162.197,98	2,3
Ensino Profis. não regular	0,00	-
Outras	0,00	-
Total	7.229.013,59	100,0

Fonte: Relatório resumido da execução orçamentária 2014

Os dados acima permitem avaliar que no ordenamento das despesas o Ensino Fundamental recebe o grande montante dos investimentos com 80,5% e a Educação Infantil com 16,2%. As demais ações apresentaram, no período analisado, percentuais menos expressivos.

Os recursos diretos/não voluntários repassados pela União no exercício de 2014 corresponderam aos seguintes valores nominais e per capita aluno:

- Salário Educação ..... R\$ 300.238,15 (R\$ 354,47 per capita aluno ano)
- Transporte Escolar (PNATE) ..... R\$ 91.522,88 (R\$ 132,83 per capita aluno ano)
- Alimentação Escolar (PNAE) ..... R\$ 84.844,00 (R\$ 100,17 per capita aluno ano)
- Brasil Carinhoso ..... R\$ 28.798,18

O principal recurso da educação está vinculado ao FUNDEB, cujos valores restituídos estão diretamente vinculados às matrículas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental que o município contabiliza anualmente através do Educacenso.

O quadro abaixo mostra o comportamento histórico dos 20% dos recursos de impostos (federal e estadual), de direito do município, retidos automaticamente na conta estadual do Fundeb, com o princípio da função redistributiva, de 2001 a 2014:

ANO	TRANSFERÊNCIAS	DESCONTOS	DIFERENÇA	DIFERENÇA (%)
2001	448.742,36	216.870,58	231.871,78	51,60%
2002	475.729,44	266.995,98	208.733,46	43,80%
2003	528.006,87	278.845,35	249.161,52	47,10%



2004	606.226,63	305.006,06	301.220,57	49,60%
2005	753.353,41	835.023,29	-81.669,88	-10,80%
2006	878.051,77	925.405,89	-47.354,12	-5,30%
2007	962.913,18	1.172.732,96	-209.819,78	-21,70%
2008	1.516.069,60	1.623.141,75	-107.072,15	-7,00%
2009	1.668.474,59	1.871.967,06	-203.492,47	-12,10%
2010	2.064.243,72	2.274.805,84	-210.562,12	-10,20%
2011	2.277.986,68	2.711.253,31	-433.266,63	-19,00%
2012	2.461.450,66	2.764.789,58	-303.338,92	-12,30%
2013	2.472.815,23	2.956.628,83	-483.813,60	-19,50%
2014	2.887.121,10	3.166.841,34	-279.720,24	-9,60%
TOTAL	20.001.185,24	21.370.307,82	-1.369.122,58	-6,85%

#### Quadro 05: Retenção e Restituição dos recursos do FUNDEB de Água Doce

Fonte: Portal das transferências da FECAM

Fica evidenciado que o município de Água Doce apresenta no geral, certo equilíbrio entre os valores retidos e restituídos na conta estadual do Fundeb, em função do número de alunos que atende em sua Rede, apresentando uma perda geral na série analisada de 6,85% em relação ao total restituído. Para o ano de 2015, de janeiro a abril, os valores retidos no Fundeb foram de R\$ 1.123.546,94 e restituídos R\$ 991.453,49, apresentando um saldo negativo de R\$ 132.093,45, correspondendo à perda de 13,32% em relação ao restituído.

EIXO V – GESTÃO E FINANCIAMENTO – Meta 20 e Estratégias de Implementação			
META 20: Centrar e otimizar os investimentos na educação municipal, na faixa de 30%, dentro da vigência deste Plano e pleitear, em regime de colaboração, a obtenção de recursos e programas, junto ao Estado e União.			
ESTRATÉGIAS	ATRIBUIÇÃO	PRAZO/ PERIODICIDADE	RECURSOS
20.1 - Investir constantemente em novas tecnologias educacionais e multimeios didáticos.	GERED, SME	2015/2024	Federal, Estadual, Municipal
20.2 - Participar efetivamente do PPA, LDO, LOA e Audiências Públicas.	SME, Unidades Escolares, CME, Conselhos Escolares e outros	2015/2024	Próprios
20.3 - Manter a organização e autonomia da Secretaria Municipal de Educação no ordenamento das despesas do setor educacional.	SME, Conselhos, Prefeitura	2015/2024	Próprios
20.4 - Garantir fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica (FUNDEB, Salário-educação, PNATE, PNAE, PDDE e outros), observando-se as políticas de colaboração entre os entes federados e o que consta no PNE e PEE.	União, Estado e Município	Anual	União, Estado e Município
20.5 - Cobrar da União e Estado à regulamentação do regime de colaboração entre os entes federados, previstos na Constituição Federal.	SME, Conselhos e Câmara de Vereadores	Anual	Próprios
20.6 - Manter e fazer adesão aos atuais e futuros programas e projetos do MEC/FNDE, que venham a contribuir com recursos e benefícios para a municipalidade.	SME e Unidades Escolares	Anual	Próprios
20.7 - Apoiar a aprovação e aplicação da Lei de Responsabilidade Educacional, assegurando padrão de qualidade na educação básica, em cada sistema e rede de ensino, aferida pelo processo de metas de qualidade mensuradas por institutos oficiais de avaliação educacionais.	SME, Conselhos, Câmara de Vereadores e GERED	Anual	Próprios

#### ANEXOS

##### LISTAGEM DE SIGLAS E ACRÔNIMOS

ACT – Admissão em Caráter Temporário  
AEE – Atendimento Educacional Especializado  
AMMOC – Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense  
ANA – Avaliação Nacional da Alfabetização  
APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais  
APAS – Associação de pais e Amigos dos Surdos  
APP – Associação de Pais e Professores  
APOIA – Aviso por Infrequência de Aluno  
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
CAE – Conselho de Alimentação Escolar  
CDL – Clube dos Diretores Lojistas  
CE – Conselho Escolar



CEA – Centro de Educação de Adultos  
CE's – Conselhos Escolares  
CEDUP – Centro de Educação Profissional  
CEJA – Centro de Educação de Jovens e Adultos  
CEJEL – Cooperativa Escola Jovens Estudantes Ltda.  
CME – Conselho Municipal de Educação  
CONAE – Conferência Nacional de Educação  
CONAES – Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior  
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social  
DATASUS – Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde  
DICOPE - Diretoria de Cooperação e Planos de Educação  
Educacenso - Sistema informatizado de levantamento de dados do Censo Escolar  
EE – Educação Especial  
E.E.B. – Escola de Educação Básica  
EJA – Educação de Jovens e Adultos  
ENADE – Exame Nacional de Desempenho de Estudantes  
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio  
FECAM – Federação Catarinense dos Municípios  
FIES – Fundo de Financiamento Estudantil  
FME – Fórum Municipal de Educação  
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação  
FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação  
GERED – Gerência Regional de Educação  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica  
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal  
IFC – Instituto Federal Catarinense  
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira  
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
LDB – Lei das Diretrizes e Bases da Educação  
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias  
LOA – Lei Orçamentária Anual  
LRE – Lei de Responsabilidade Educacional  
LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal  
MEC – Ministério da Educação e Cultura  
PAC – Plano de Aceleração do Crescimento  
PAR – Plano de Ações Articuladas  
PARFOR - Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica  
PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola  
PEE – Plano Estadual de Educação  
PME – Plano Municipal de Educação  
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar  
PNAIC – Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa  
PNATE – Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar  
PNE – Plano Nacional de Educação  
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PPA – Plano Plurianual  
PROFA – Programa de Formação de Professores Alfabetizadores  
PROLETRAMENTO - Programa de formação continuada de professores para a melhoria da qualidade de aprendizagem da leitura/escrita e matemática nos anos/séries iniciais do ensino fundamental  
PROUNI – Programa Universidade para Todos  
PROINFÂNCIA - Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil  
PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego  
QEdu – Portal eletrônico que organiza dados da qualidade da educação brasileira a partir da Prova Brasil  
SAEB – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica  
SAED – Serviço de Apoio ao Estudante com Deficiência  
SASE - Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino  
SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão  
SED – Secretaria de Estado da Educação  
SME – Secretaria Municipal de Educação  
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial  
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial  
SIAB – Sistema de Informação da Atenção Básica  
SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior  
Sistema "S" – São instituições/organização não públicas, do setor produtivo, ligadas a Confederação Nacional da Indústria ou a Federação do Comércio  
SISU – Sistema de Seleção Unificada  
SMSAS – Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social  
UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina

UE – Unidade Escolar  
UE's – Unidades Escolares  
UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais  
UNOESC – Universidade do Oeste de Santa Catarina

## LISTA DE TABELAS, QUADROS E GRÁFICOS

### 1. TABELAS:

- Tabela 01: Matrículas da Educação Básica no município de Água Doce – 2015
- Tabela 02: Atendimento das matrículas iniciais da Educação Básica por Rede e Modalidade de Ensino – Matrículas 2015
- Tabela 03: Atendimento da demanda na Educação Infantil 2015
- Tabela 04: Atendimento da demanda no Ensino Fundamental 2015
- Tabela 05: Distorção idade-série por etapa escolar de Água Doce em 2013
- Tabela 06: Atendimento da demanda no Ensino Médio 2015
- Tabela 07: Distorção Idade-Série 2013 por Rede – Água Doce, Santa Catarina e Brasil
- Tabela 08: Oferta de Educação Integral no Ensino Regular por Rede – Matrículas 2015
- Tabela 09: Resultados do IDEB Anos Iniciais por Rede, Indicadores e Metas Projetadas
- Tabela 10: Resultados do IDEB Anos Finais Rede Pública, Indicadores e Metas Projetadas
- Tabela 11: Níveis de Proficiência Educacional dos Anos Iniciais e Finais de Água Doce por Rede – SAEB/2013
- Tabela 12: Fluxo Escolar por Rede e Modalidade de Ensino – Água Doce 2010 a 2013
- Tabela 13: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes – Água Doce
- Tabela 14: Escolaridade da população com 25 anos ou mais – 2010
- Tabela 15: Analfabetismo e Escolaridade pessoas de 15 anos ou mais – 2010
- Tabela 16: Vulnerabilidade Sócio educacional do Município e Estado em 2010
- Tabela 17: Evolução do Piso Nacional do Magistério Professores 40 horas (Lei nº 11.738/2008)
- Tabela 18: Situação Contratual e Nível de Formação dos Profissionais da Educação por Rede e Modalidade de Ensino – Ano Letivo de 2015
- Tabela 19: Participação relativa das despesas com ações típicas de MDE-2014

### 2. QUADROS:

- Quadro 01: Matrículas da Educação Básica atendida em outros municípios - 2015
- Quadro 02: Educação Especial - Atendimento por Rede 2015
- Quadro 03: Transporte escolar intermunicipal março/2015
- Quadro 04: Comparativo entre a média salarial profissionais da educação e profissionais com escolaridade equivalente
- Quadro 05: Retenção e Restituição dos recursos do FUNDEB de Água Doce

### 3. GRÁFICOS:

- Gráficos 01 e 02: Pirâmide Etária – Água Doce em 2000 e 2010
- Gráfico 03: IDEB 2007 a 2013 – Anos Iniciais Rede Pública do BR, SC e Água Doce
- Gráficos 04: IDEB Anos Iniciais 2013 por Rede – Água Doce, SC e BR
- Gráfico 05: IDEB 2007 a 2013 – Anos Finais Rede Pública do BR, SC e Água Doce
- Gráficos 06: IDEB Anos Finais 2013 por Rede – Água Doce, Santa Catarina e Brasil
- Gráfico 07: Níveis de Proficiência em Leitura, Escrita e Matemática - Prova ANA 2013
- Gráfico 08: Fundeb e a folha dos Profissionais da Educação
- Gráfico 09: Recursos aplicados na Educação de Água Doce

### 4. FIGURAS:

- Figura 01: Proficiência Educacional por Rede de Ensino – SAEB 2013

## DECRETO DE INSTITUIÇÃO DO FME

DECRETO Nº 026/2015 - DE 02 DE MARÇO DE 2015

“INSTITUI O FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ÁGUA DOCE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE ÁGUA DOCE, VALTER VALENTIN RAMPAZZO, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Água Doce,

### DECRETA:

Art. 1º. Instituir o Fórum Municipal de Educação, que tem por finalidade realizar a Conferência Municipal de Educação de Água Doce, para elaborar, acompanhar e avaliar o Plano Municipal de Educação, bem como, a implementação de suas deliberações e promover as articulações necessárias entre os correspondentes do Fórum Estadual e Nacional de Educação.

Parágrafo único – O Fórum Municipal de Educação é um órgão permanente, constituído por representantes de órgão e entidades públicas governamentais e não governamentais e da sociedade civil, com atuação e abrangência no município de Água Doce.

Art. 2º. Compete ao Fórum Municipal de Educação, devidamente assessorado pela Comissão Executiva do PME, nomeado por portaria específica:

I – Participar do processo de concepção, implementação e avaliação da política municipal de educação;

II – Acompanhar, junto a Câmara Municipal, a tramitação de projetos de leis referentes à política municipal de educação, em especial a de

projetos de leis dos planos decenais de educação definidos no artigo 214 da Constituição Federal, com alterações da Emenda à Constituição 59/2009;

III – Elaborar seu Regimento Interno e aprovar “ad referendum” o Regimento Interno da conferência municipal de educação;

IV- Zelar para que o fórum e a conferência de educação do Município estejam articulados à Conferência Nacional de Educação;

V - Planejar e coordenar a realização da conferência municipal de educação, bem como divulgar as suas deliberações;

VI – Colaborar na elaboração do Plano Municipal de Educação, no acompanhamento de sua implementação e na avaliação de seus processos e resultados;

VII - Convocar, planejar e coordenar a realização da Conferência Municipal de Educação e mobilizar escolas e sociedade civil no que couber, em relação à Conferência Municipal de Educação;

VIII – Oferecer suporte técnico para organização e realização da Conferência Municipal de Educação;

IX – Acompanhar indicadores educacionais, articulando-se com observatórios de monitoramento de indicadores disponíveis;

X – Planejar e organizar espaços de debates sobre as políticas de educação;

XI – Coordenar a discussão e sistematizar as contribuições sobre temáticas relevantes à educação por ocasião de reuniões do fórum, sessões especiais e outros eventos;

XII – Contribuir na organização da Conferência Municipal e na elaboração do Plano Municipal de Educação;

XIII – Acompanhar e avaliar a implementação das deliberações da Conferência Municipal de Educação;

XIV – Realizar outras ações pertinentes.

Art. 3º. O Fórum terá acesso às informações e estatísticas educacionais, necessárias para o bom desempenho de seu trabalho.

Art. 4º. O Fórum Municipal de Educação será integrado pelas seguintes representatividades:

a) Secretaria Municipal de Educação – SMD:

- Secretário (a) Municipal de Educação;

- Diretores Escolares da Rede Municipal de Ensino;

- Representante do Transporte Escolar Municipal.

- Orientação escolar

b) Câmara Municipal de Vereadores:

- Membros da Comissão de Educação.

c) Conselho Municipal de Educação:

- Dois membros titulares do CME.

d) Conselho do FUNDEB:

- Dois membros titulares do FUNDEB.

e) Conselho Municipal de Alimentação Escolar:

- Dois membros titulares do CAE.

f) Conselhos Escolares:

- Um membro de cada Conselho Escolar.

g) Representante dos profissionais da educação:

- Nomeação de dois representantes de cada nível de escolaridade ofertado, da Rede Municipal e Estadual de Ensino (Educação Infantil, Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II e Ensino Médio).

h) Educação Especial:

- Dois pais de aluno.

i) Conselho Tutelar:

- Todos os conselheiros ativos.

j) Ensino Superior:

- Dois representantes dos alunos universitários.

k) Ensino Técnico Profissionalizante:

- Dois representantes dos alunos do ensino técnico.

l) Secretaria Municipal da Saúde e Promoção Social:

- Um representante de coordenação dos programas de saúde da família;

- Dois representantes dos agentes de saúde.

m) Secretaria Municipal de Administração e Finanças

- Dois representantes.

n) (outros).

§ 1º - Demais órgãos ou entidades interessadas em participar, poderão inscrever-se, de acordo com as normas constantes no Regimento Interno.

§ 2º - Os alunos da Educação Básica, por serem menor de idade, serão convidados a fazer parte do fórum, através de mobilização a ser coordenada pela equipe de planejamento e coordenação do PME, na quantidade e representatividade a ser definida pela mesma.

Art. 5º. Os representantes de que trata o art. 4º deste Decreto, serão indicados pelos dirigentes/responsáveis dos órgãos, entidades e representatividades a que pertencem. e nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 6º. Os representantes de que trata o art. 4º deste decreto não serão remunerados por sua atuação, a qualquer título, sendo o exercício de suas atividades considerado de relevante interesse público.

Art. 7º. A estrutura e os procedimentos operacionais do Fórum Municipal de Educação constarão do seu Regimento Interno, aprovado em reunião convocada para esse fim, observadas as disposições deste decreto.

Art. 8º. O cronograma de ação para realização do Fórum Municipal de Educação e de elaboração do Plano Municipal de Educação terá a

seguinte organização:

ETAPA	PERÍODO DE EXECUÇÃO
I – Portaria de nomeação da Comissão de Coordenação, Sistematização e Readequação do PME.	Dezembro de 2014
II – Decreto de Instituição do Fórum Municipal de Educação	Março de 2015
III – Portaria de composição dos representantes do Fórum Municipal de Educação	Março de 2015
IV – Trabalhos de readequação e revisão do PME em relação ao novo PNE, com a Comissão de Coordenação	Março de 2015
V – Assembleia do Fórum Municipal de Educação para definição das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação.	Abril de 2015
VI – Trabalho de sistematização do Plano Municipal de Educação para envio ao Poder Legislativo	Abril e Maio de 2015

Art. 9º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Água Doce (SC), em 02 de março de 2015.

VALTER VALENTIN RAMPAZZO

Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO DE NOMEAÇÃO DA COMISSÃO EXECUTIVA DO PME

DECRETO Nº 149/2014 - DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

“CONSTITUI COMISSÃO PARA COORDENAR, SISTEMATIZAR E READEQUAR O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO”.

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em Conformidade com artigo 72 inciso VIII da Lei Orgânica do Município,  
DECRETA:

Art. 1º. Constitui comissão para coordenar, sistematizar e readequar o Plano Municipal de Educação de Água Doce ao Plano Nacional de Educação aprovado pela Lei nº13005 de 25 de junho de 2014, conforme exigência do Art. 8:

“Art. 8 - Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE, no prazo de 1 (um) ano contado da publicação desta Lei”.

Art. 2º. A comissão será composta pelos seguintes membros representantes de segmentos educacionais do Município sendo:

- ROSANA MARCOLINO BALESTRIN – Representante do Ensino Médio
- ELISABETE SALVADOR HEBERLE – Representante da Educação Infantil
- MAIRA RAMOS – Representante do Ensino Fundamental 1º ao 5º Ano
- CLAITON LUIZ DE SOUZA PINTO – Representante do Conselho Municipal de Educação
- MARJORIE JEANE SETTI DE OLIVEIRA – Representante do NAES – Ensino Médio
- CLÁUDIA ELIZABET FÁVERO BOCCALON – Representante da Secretaria Municipal de Educação
- RAQUEL HEBERLE – Representante do Ensino Fundamental 6º ao 9º Ano
- TATIANA GUERRA DE BARROS – Representante do Ensino Fundamental 1º ao 5º Ano
- ADRIANA MINATTI SARI – Representante de Pais

Art. 3º. Designar CLÁUDIA ELIZABET FÁVERO BOCCALON como coordenadora Geral do Plano Municipal de Água Doce, a quem compete conduzir, distribuir atividades e praticar atos necessários ao desempenho dos trabalhos.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 16 de dezembro de 2014.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

DECRETO (S) DE NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO FME

DECRETO Nº 046/2015 – DE 23 DE ABRIL DE 2015

“NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ÁGUA DOCE/SC”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito

Municipal de Água Doce – SC. No uso de

suas atribuições legais e em conformidade

pelo Decreto nº 026/2015, de 02 de março de 2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituído o Fórum Municipal de Educação de Água Doce, assim composto:

a) Secretaria Municipal de Educação:

- Rosane Ferreira Putton Hartcopf
- Gissele Brezolin
- Raquel Heberle
- Marivete Toigo
- Hilda Vieira
- Tatiane Guerra de Barros
- Marínes Lúcia Casagrande Tonal
- Claudia Elizabet Fávero Boccalon

b) Câmara Municipal de Vereadores

- Denise Aparecida Celso Putton
- Jorge Rone Haslinger
- Helioberto Marcel Ramos

c) Conselho Municipal de Educação

- Claiton Luiz de Souza Pinto
- Claudete Dulcinéia Dall' Acosta

d) Conselho do FUNDEB

- Elisabete Salvador Heberle
- Maira Ramos

e) Conselho Municipal de Alimentação Escolar

- Paula Cristina Mendes Gatelli
- Carmen Guisleni da Fonseca

f) Conselhos Escolares

- Dayane de Moraes
- Marcia Johann Simão
- Marisa Fátima Saretto Oliveira
- Jair Carlos da Silva
- Andrina Wensel Totti
- Salete Zarpelon Parenti
- Marjorie Jeane Setti de Oliveira
- Rogério Alves Paz
- Arlete Lúcia Venturin dos Santos

g) Representante dos Profissionais da Educação

- Gládis Miranda Cavichioli Menegat
- Nádia Salvador
- Gissele Brezolin
- Tatiana Guerra de Barros
- Rosana Aparecida Marcolino
- Noeli Krause Gemelli

h) Educação Especial

- Ivanir Alves de Lima
- Marinês Lucia Fioreze

i) Conselho Tutelar

- Claudete Aparecida Lopes Pinto

j) Ensino Superior

- Evandro Luiz Tonet
- Marinéia Beviláqua

k) Ensino Técnico Profissionalizante

- Johnathan Marcos Brugnara Zanata
- Renata Arieli Moraes Moreira

l) Secretaria Municipal da Saúde e Promoção Social

- Sílvia Mônica Bortolini
- Rose Marcante
- Solange dos Passos

m) Secretaria Municipal de Administração

- Juciana Souza de Araujo Soares
- Joseli Aparecida dos Santos Moura Rosa Trento

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 23 de abril de 2015.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 051/2015 – DE 05 DE MAIO DE 2015

“INCLUI MEMBROS PARA COMPOR O FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ÁGUA DOCE - SC”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade pelo Decreto nº 026/2015, de 02 de março de 2015,

DECRETA:

Art. 1º. Inclui-se membros para compor o Fórum Municipal de Educação de Água Doce, constituído pelo Decreto nº 046/2015 de 23 de abril de 2015:

n) Outras Entidades (SINSEADRE – Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Água Doce e Região)

- Luci Mara Anssolin Luchese

- James Francisco Beal

Art. 2º. Ficam mantidos os demais membros para cumprimento das suas atribuições no prazo legal.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 05 de maio de 2015.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

#### AGRADECIMENTOS

A Secretaria Municipal de Educação de Água Doce agradece a Equipe Regional de Coordenação dos Planos Municipais de Educação da AM-MOC e GERED, pelo incentivo, apoio técnico e participação durante a Revisão do Plano Municipal de Educação de Água Doce para o decênio 2014-2024.

Edna Correa Batistotti

Coordenadora Estadual - MEC/SASE/DICOPE - SED/SC e UNDIME

João Carlos da Gama

Avaliador Educacional – Supervisor - MEC/SASE/DICOPE - SED/SC e UNDIME

Rosangela Maria Dalagnol Parizzi

Avaliador Técnico - MEC/SASE/DICOPE - SED/SC e UNDIME

Neusa de Matos Barbosa

Articuladora de Rede Estadual

#### FONTES DE INFORMAÇÕES E CONSULTAS

- Controle Interno da Prefeitura Municipal
- Lei Complementar nº 101/2000 (LRF)
- Lei Federal nº 11.494/2007 (FUNDEB)
- Lei Federal nº 11.738/2008 (Piso nacional)
- Lei Federal nº 13.005/2014 (PNE)
- Lei Federal nº 9.424/1996 (FUNDEF)
- PEE: Versão preliminar
- Portal QEdú ([www.qedu.org.br/cidade/](http://www.qedu.org.br/cidade/))
- Secretaria Municipal da Saúde
- Secretaria Municipal de Educação
- Setor Contábil da Prefeitura Municipal
- [www.aguadoce.sc.gov.br](http://www.aguadoce.sc.gov.br)
- [www.atlasbrasil.org.br/2013/](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/)
- [www.ebc.com.br/educacao/2015/01/entenda-o-piso-salarial-do-magisterio](http://www.ebc.com.br/educacao/2015/01/entenda-o-piso-salarial-do-magisterio)
- [www.fecam.org.br](http://www.fecam.org.br) (portal das transferências)
- [www.fnde.gov.br](http://www.fnde.gov.br)
- [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)
- [www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br)
- [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)
- [www.observatoriodopne.org.br](http://www.observatoriodopne.org.br)
- [www.sed.sc.gov.br](http://www.sed.sc.gov.br)
- [www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0206](http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0206)



**LEI Nº 2.358/2015**

LEI Nº 2.358/2015 – DE 23 DE JUNHO DE 2015

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL PARA A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ÁGUA DOCE – APAE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção social, a título de auxílio financeiro, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), para a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ÁGUA DOCE - APAE inscrita no CNPJ sob o nº 78.487.238/0001-80, com o objetivo de auxiliar na manutenção dos serviços prestados pela entidade.

Art. 2º. O valor da subvenção social de que trata o artigo 1º será repassado em 03 parcelas mensais, com o primeiro vencimento em até 10 dias após a assinatura do termo de convênio e demais parcelas nos meses subsequentes.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução da presente lei serão empenhadas para pagamento por conta das seguintes dotações orçamentárias:

**05 SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE****01 DEPARTAMENTO DE ENSINO**

12.367.0014.2.031 APOIO A APAE

3.3.50.00.00.0679/86 Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos

3.3.50.00.00.0679/191 Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos

Art. 4º. A entidade beneficiada deverá apresentar regularidade funcional e fiscal no ato de recebimento da parcela, bem como prestar contas no prazo de trinta dias do recebimento, na forma da Lei Municipal nº 1.812/2009.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 23 de junho de 2015.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

**LEI Nº 2.359/2015**

LEI Nº 2.359/2015 – DE 23 DE JUNHO DE 2015

“AUTORIZA O MUNICÍPIO A RECEBER EM DOAÇÃO BENS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber, por doação da APP do Centro de Educação Infantil Estrelinha Azul, bens adquirido(s) ou produzido(s) com recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e Recursos Próprios ao Município de Água Doce, para que sejam tombados e incorporados ao seu patrimônio público e destinados à escola identificada, à qual cabe a responsabilidade pela guarda e conservação dos mesmos.

**BENS ADQUIRIDOS PROG. DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA (PDDE)**

01 LIQUIDIFICADOR LS 4 MB-N INOX MARCA SKYMSSEN R\$ 880,00

01 PORTÃO ELETRÔNICO DESLIZANTE R\$ 395,00

**BENS ADQUIRIDOS RECURSOS PRÓPRIOS**

01 COMPUTADOR CORE I3 4GB 5000GB R\$ 1.434,52

01 MONITOR SAMSUNG 18,5 LED R\$ 419,00

01 RÁDIO C/CD VICINI VC 330 MP3/USB LJ R\$ 169,00

01 DVD BRITÂNIA BRG150 GAME KARAOKE USB R\$ 169,00

01 IMPRESSORA MULTIF. JATO HP 1516 R\$ 299,00

02 RÁDIOS PHILCO C/CD PB 120-PB 129 R\$ 265,00 R\$ 530,00

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta do município de Água Doce, inclusive as diretamente relacionadas com transferência e instalação dos bens, através de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Água Doce – SC, 23 de junho de 2015.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

**LEI Nº 2.360/2015**

LEI Nº 2.360/2015 – DE 23 DE JUNHO DE 2015

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, ANULAR PARCIAL E TOTAL E TRANSFERIR DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) para o Fundo Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para a pagamento de pessoal e encargos do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa: 3.1.90.00.0.1.000.0/31 Aplicações Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

**10 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE****01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE**

08.244.0045.2.062 PROGRAMA DE ATENDIMENTO ESTADUAL E FEDERAL – IGD/PETTI e Outros

3.1.90.00.0.1.0000.0/31 Aplicações Diretas .....

..... R\$ 8.000,00

TOTAL .....R\$ 8.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Lei ficam anulados parcial e totalmente os recursos das seguintes dotações orçamentárias:

**10 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE****01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE**

08.244.0045.2.056 MANUTENÇÃO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

3.3.90.00.0.1.0000.0/4 Aplicações Diretas .....

..... R\$ 7.000,00

4.4.90.00.0.1.0000.0/5 Aplicações Diretas .....

..... R\$ 1.000,00

TOTAL .....R\$ 8.000,00

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 23 de junho de 2015.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

# Alto Bela Vista

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATOS PMABV

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : I TA - 115/2014 - Contrato Nº: 115/2014  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
Contratada...: NUBES TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA  
Valor ..... : 0,00 (zero)  
Vigência ..... : Início: 10/04/2015 Término: 10/06/2015  
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 7/2014  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Contratação de empresa especializada para realização de concurso público.

Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015  
Contrato Nº.: 001/2015  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
Contratada...: ADM SISTEMAS LTDA.  
Valor ..... : 2.538,00 (dois mil quinhentos e trinta e oito reais)  
Vigência ..... : Início: 02/01/2015 Término: 31/03/2015  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Serviços de Locação de Sistema Integrado de Gestão Tributária.  
Contratada...: ADM SISTEMAS LTDA.  
Vigência ..... : Início: 02/01/2015 Término: 31/03/2015  
Recursos ..... : Dotação:

Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015  
Contrato Nº.: 002/2015  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
Contratada...: ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE FREI ROGERIO  
Valor ..... : 9.480,00 (nove mil quatrocentos e oitenta reais)  
Vigência ..... : Início: 05/01/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 5/2014  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Contratação de prestação de serviços de internamento para Idalina Oldenburg, destinada a domicilio coletivo de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, com vínculo familiar, em condições de liberdade, dignidade e cidadania, em conformidade com o que estabelece a lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003 - Estat

Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015  
Contrato Nº.: 003/2015  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
Contratada...: GRAFATO-Manutenção e Treinamento LTDA ME  
Valor ..... : 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais)  
Vigência ..... : Início: 05/01/2015 Término: 31/12/2015  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Prestação de serviços técnico-profissionais no tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet, manutenção e assistência técnica em hardwares e softwares.  
Contratada...: GRAFATO-Manutenção e Treinamento LTDA ME  
Vigência ..... : Início: 05/01/2015 Término: 31/12/2015

Recursos ..... : Dotação:

Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015  
Contrato Nº.: 004/2015  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
Contratada...: CONTROLER TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA  
Valor ..... : 2.933,76 (dois mil novecentos e trinta e três reais e seis centavos)  
Vigência ..... : Início: 05/01/2015 Término: 31/12/2015  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Locação de Software para controle de frequência escolar.  
Contratada...: CONTROLER TECNOLOGIA E SISTEMAS DE  
Vigência ..... : Início: 05/01/2015 Término: 31/12/2015  
Recursos ..... : Dotação:

Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 005/2015  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
Contratada...: EDUARDO MIOTTO  
Valor ..... : 6.000,00 (seis mil reais)  
Vigência ..... : Início: 05/01/2015 Término: 06/03/2015  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Contratação de Serviços Técnicos Profissionais de assessoria em Engenharia Civil.  
Contratada...: EDUARDO MIOTTO  
Vigência ..... : Início: 05/01/2015 Término: 06/03/2015  
Recursos ..... : Dotação:

Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015  
Contrato Nº.: 006/2015  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
Contratada...: VILMAR BERNARDI  
Valor ..... : 4.000,00 (quatro mil reais)  
Vigência ..... : Início: 13/01/2015 Término: 13/02/2015  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Prestação de Serviços Técnicos Profissionais de Médico Veterinário.  
Contratada...: VILMAR BERNARDI  
Vigência ..... : Início: 13/01/2015 Término: 13/02/2015  
Recursos ..... : Dotação:

Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015  
Contrato Nº.: 007/2015  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
Contratada...: CONSORCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL  
Valor ..... : 3.540,00 (três mil quinhentos e quarenta reais)  
Vigência ..... : Início: 13/01/2015 Término: 31/12/2015  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Alto Bela Vista.  
Contratada...: CONSORCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA

Vigência ..... : Início: 13/01/2015 Término: 31/12/2015  
Recursos ..... : Dotação:  
Contrato Nº.: 008/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
Contratada....: CONSORCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA  
MUNICIP  
Valor ..... : 2.040,00 (dois mil e quarenta reais)  
Vigência ..... : Início: 13/01/2015 Término: 31/12/2015  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Prestação de serviços de tecnologia da informação as disposições da Lei Federal nº 11.107/05, do Decreto Federal nº 6.017/07 e da Lei Municipal nº 407, de 31/07/2008.  
Contratada....: CONSORCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA  
Vigência ..... : Início: 13/01/2015 Término: 31/12/2015  
Recursos ..... : Dotação:

Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015  
Contrato Nº.: 009/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
Contratada....: LUCAS PEREIRA CONSTRUTORA - ME  
Valor ..... : 850.856,42 (oitocentos e cinquenta mil oitocentos e cinquenta e seis reais e quarenta e dois centavos)  
Vigência ..... : Início: 22/01/2015 Término: 22/12/2015  
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 8/2014  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Contratação de empresa do ramo de engenharia, arquitetura e/ou construção civil para execução de obra de construção de espaço educativo urbano II - modelo FNDE.

Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015  
Contrato Nº.: 010/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
Contratada....: POSTO BELAVISTENSE LTDA.  
Valor ..... : 974.066,00 (novecentos e setenta e quatro mil e sessenta e seis reais)  
Vigência ..... : Início: 27/01/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2015  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Aquisição de álcool, gasolina comum, diesel comum e diesel S10, conforme a necessidade, para abastecimento da Frota de veículos e máquinas do Fundo Municipal de Saúde e do Município.

Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 011/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
Contratada....: D. M. Produções Ltda. - ME  
Valor ..... : 48.400,00 (quarenta e oito mil e quatrocentos reais)  
Vigência ..... : Início: 03/02/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 6/2015  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos de professor de música para atuar junto ao Centro Cultural.

Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015  
Contrato Nº.: 012/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
Contratada....: EDITORA POSITIVO LTDA  
Valor ..... : 67.690,50 (sessenta e sete mil seiscentos e noventa reais e cinquenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 06/02/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 1/2015  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Aquisição de livros didáticos do Sistema de Ensino Aprende Brasil e Assessoramento Pedagógico.

Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015  
Contrato Nº.: 013/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
Contratada....: AIRTON HUGO HENN - ME  
Valor ..... : 20.000,00 (vinte mil reais)  
Vigência ..... : Início: 10/02/2015 Término: 10/02/2017  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : O Mutuante e o Mutuário contratam o financiamento para CAPITAL DE GIRO, conforme art. 4º. do decreto 1.962/2015.  
Contratada....: AIRTON HUGO HENN - ME  
Vigência ..... : Início: 10/02/2015 Término: 10/02/2017  
Recursos ..... : Dotação:

Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015  
Contrato Nº.: 014/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
Contratada....: TRANSPORTES J. A. SCHNEIDER LTDA. - EPP  
Valor ..... : 20.000,00 (vinte mil reais)  
Vigência ..... : Início: 11/02/2015 Término: 11/02/2017  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : O Mutuante e o Mutuário contratam o financiamento para CAPITAL DE GIRO conforme art. 4º. do decreto 1.962/2015.  
Contratada....: TRANSPORTES J. A. SCHNEIDER LTDA. - EPP  
Vigência ..... : Início: 11/02/2015 Término: 11/02/2017  
Recursos ..... : Dotação:

Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015  
Contrato Nº.: 015/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
Contratada....: TRANSPORTES RODOVANI LTDA - ME  
Valor ..... : 20.000,00 (vinte mil reais)  
Vigência ..... : Início: 11/02/2015 Término: 11/02/2017  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : O Mutuante e o Mutuário contratam o financiamento para CAPITAL DE GIRO conforme art. 4º. do decreto 1.962/2015  
Contratada....: TRANSPORTES RODOVANI LTDA - ME  
Vigência ..... : Início: 11/02/2015 Término: 11/02/2017  
Recursos ..... : Dotação:

Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015  
Contrato Nº.: 016/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
Contratada....: CARLOS ROBERTO HORN - ME  
Valor ..... : 38.080,00 (trinta e oito mil e oitenta reais)  
Vigência ..... : Início: 18/02/2015 Término: 18/02/2017  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : O Mutuante e o Mutuário contratam o financiamento para INVESTIMENTO, conforme art. 3º. do decreto 1.962/2015.  
Contratada....: CARLOS ROBERTO HORN - ME  
Vigência ..... : Início: 18/02/2015 Término: 18/02/2017

Recursos ..... : Dotação:

-----  
 Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015  
 ESTADO DE SANTA CATARINA  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
 EXTRATO CONTRATUAL  
 -----

Contrato Nº.: 017/2015  
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
 Contratada....: AGROCOMERCIAL BELA VISTA LTDA. - EPP  
 Valor ..... : 20.000,00 (vinte mil reais)  
 Vigência ..... : Início: 18/02/2015 Término: 18/02/2017  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : O Mutuante e o Mutuário contratam o financiamento para  
 CAPITAL DE GIRO, conforme art. 4º do decreto 1.962/2015.  
 Contratada....: AGROCOMERCIAL BELA VISTA LTDA. - EPP  
 Vigência ..... : Início: 18/02/2015 Término: 18/02/2017  
 Recursos ..... : Dotação:

-----  
 Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015  
 Contrato Nº.: 018/2015  
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
 Contratada....: CENTRAL DAS COOPERATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR -  
 Valor ..... : 11.131,25 (onze mil cento e trinta e um reais e vinte e cinco centavos)  
 Vigência ..... : Início: 18/02/2015 Término: 31/12/2015  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : É objeto desta contratação o fornecimento de GÊNEROS  
 ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação fundamental e infantil, verba  
 FNDE/PNAE/PNAC, 1º e 2º Semestres de 2015, descritos nos itens nº 04, 16, 17, 27 e 29, todos de acordo com a chamada pública n.º 001/2015, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.  
 Contratada....: CENTRAL DAS COOPERATIVAS DA AGRICULTURA  
 Vigência ..... : Início: 18/02/2015 Término: 31/12/2015  
 Recursos ..... : Dotação:

-----  
 Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015  
 Contrato Nº.: 019/2015  
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
 Contratada....: Cooperativa de Produção Agroindustrial Familiar de  
 Valor ..... : 21.892,50 (vinte e um mil oitocentos e noventa e dois reais e cinquenta centavos)  
 Vigência ..... : Início: 18/02/2015 Término: 31/12/2015  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : É objeto desta contratação o fornecimento de GÊNEROS  
 ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação fundamental e infantil, verba  
 FNDE/PNAE/PNAC, 1º e 2º Semestres de 2015, descritos nos itens nº 01, 02, 03, 05, 07, 08, 12, 13, 14, 15, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 30 e 31, todos de acordo com a chamada pública n.º 001/2015, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.  
 Contratada....: Cooperativa de Produção Agroindustrial Familiar de

Vigência ..... : Início: 18/02/2015 Término: 31/12/2015  
 Recursos ..... : Dotação:

-----  
 Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015  
 Contrato Nº.: 020/2015  
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
 Contratada....: KARINA AKAUANA BERNARDI - ME  
 Valor ..... : 20.000,00 (vinte mil reais)  
 Vigência ..... : Início: 27/02/2015 Término: 27/02/2017  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : O Mutuante e o Mutuário contratam o financiamento para  
 CAPITAL DE GIRO, conforme art. 4º do decreto 1.962/2015.  
 Contratada....: KARINA AKAUANA BERNARDI - ME  
 Vigência ..... : Início: 27/02/2015 Término: 27/02/2017  
 Recursos ..... : Dotação:

-----  
 Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015  
 Contrato Nº.: 021/2015  
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
 Contratada....: MERCADO VALIANE LTDA. - ME  
 Valor ..... : 90.000,00 (noventa mil reais)  
 Vigência ..... : Início: 27/02/2015 Término: 27/02/2015  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : O Mutuante e o Mutuário contratam o financiamento para  
 INVESTIMENTO, conforme art. 3º do decreto 1.962/2015.  
 Contratada....: MERCADO VALIANE LTDA. - ME  
 Vigência ..... : Início: 27/02/2015 Término: 27/02/2015  
 Recursos ..... : Dotação:

-----  
 Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015  
 ESTADO DE SANTA CATARINA  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
 EXTRATO CONTRATUAL  
 -----

Contrato Nº.: 022/2015  
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
 Contratada....: PAULO JOSE GOSENHEIMER & CIA. LTDA.  
 Valor ..... : 80.000,00 (oitenta mil reais)  
 Vigência ..... : Início: 27/02/2015 Término: 27/02/2017  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : O Mutuante e o Mutuário contratam o financiamento para  
 INVESTIMENTO, conforme art. 3º do decreto 1.962/2015.  
 O Mutuante e o Mutuário contratam o financiamento para INVESTIMENTO,  
 conforme art. 3º do decreto 1.962/2015.  
 O Mutuante e o Mutuário contratam o financiamento para INVESTIMENTO,  
 conforme art. 3º do decreto 1.962/2015.  
 Contratada....: PAULO JOSE GOSENHEIMER & CIA. LTDA.  
 Vigência ..... : Início: 27/02/2015 Término: 27/02/2017  
 Recursos ..... : Dotação:

-----  
 Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015  
 Contrato Nº.: 023/2015  
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
 Contratada....: MÓVEIS KERBER LTDA ME  
 Valor ..... : 71.900,00 (setenta e um mil e novecentos reais)  
 Vigência ..... : Início: 27/02/2015 Término: 27/02/2017  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : O Mutuante e o Mutuário contratam o financiamento para  
 INVESTIMENTO, conforme art. 3º do decreto 1.962/2015.  
 O Mutuante e o Mutuário contratam o financiamento para INVESTIMENTO,  
 conforme art. 3º do decreto 1.962/2015.  
 O Mutuante e o Mutuário contratam o financiamento para



INVESTIMENTO,  
conforme art. 3º do decreto 1.962/2015.  
Contratada...: MÓVEIS KERBER LTDA ME  
Vigência ..... : Início: 27/02/2015 Término: 27/02/2017  
Recursos ..... : Dotação:

-----  
Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015

Contrato Nº...: 024/2015  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
Contratada...: CERTA EDITORA DE JORNAIS LTDA-ME  
Valor ..... : 12.600,00 (doze mil seiscentos reais)  
Vigência ..... : Início: 05/03/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2015  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Contratação de empresas para prestação de serviço de publicações legais relativas a processos licitatórios e administrativos e publicações institucionais de interesse da Administração Municipal.

-----  
Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015

Contrato Nº...: 025/2015  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
Contratada...: EMPRESA EDITORA CONCÓRDIA LTDA.  
Valor ..... : 23.970,00 (vinte e três mil novecentos e setenta reais)  
Vigência ..... : Início: 05/03/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2015  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Contratação de empresas para prestação de serviço de publicações legais relativas a processos licitatórios e administrativos e publicações institucionais de interesse da Administração Municipal.

-----  
Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015

Contrato Nº...: 029/2015  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
Contratada...: ADEMIR CARLOS ENGEL & CIA LTDA.  
Valor ..... : 9.133,08 (nove mil cento e trinta e três reais e oito centavos)  
Vigência ..... : Início: 13/03/2015 Término: 13/03/2017  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : O Mutuante e o Mutuário contratam o financiamento para INVESTIMENTO, conforme art. 3º. do decreto 1.962/2015.  
Contratada...: ADEMIR CARLOS ENGEL & CIA LTDA.  
Vigência ..... : Início: 13/03/2015 Término: 13/03/2017  
Recursos ..... : Dotação:

-----  
Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
EXTRATO CONTRATUAL

-----  
Contrato Nº...: 026/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
Contratada...: CPL ASSESSORIA E DESENVOLVIMENTO LTDA  
Valor ..... : 4.425,00 (quatro mil quatrocentos e vinte e cinco reais)  
Vigência ..... : Início: 10/03/2015 Término: 31/03/2016  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Locação de software informatizado para controle e registro de atendimentos a pessoas realizados pelos técnicos e profissionais das diversas gerências, envolvendo a integração e compilação das informações com abertura de solicitações, autorizações e execuções,

informações estratégicas com gráficos e relatórios configuráveis, além de outros serviços pertinentes à especialidade do software.  
Contratada...: CPL ASSESSORIA E DESENVOLVIMENTO LTDA  
Vigência ..... : Início: 10/03/2015 Término: 31/03/2016  
Recursos ..... : Dotação:

-----  
Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015

Contrato Nº...: 027/2015  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
Contratada...: EPAGRI-EMP.DE PESQ.AGROP.E E.RURAL DE SC  
Valor ..... : 20.000,00 (vinte mil reais)  
Vigência ..... : Início: 13/03/2015 Término: 31/12/2015  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pela EPAGRI  
Contratada...: EPAGRI-EMP.DE PESQ.AGROP.E E.RURAL DE SC  
Vigência ..... : Início: 13/03/2015 Término: 31/12/2015  
Recursos ..... : Dotação:

-----  
Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015

Contrato Nº...: 028/2015  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
Contratada...: OHLWEILER & CIA. LTDA. - ME  
Valor ..... : 20.000,00 (vinte mil reais)  
Vigência ..... : Início: 13/03/2015 Término: 13/03/2017  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : O Mutuante e o Mutuário contratam o financiamento para CAPITAL DE GIRO, conforme art. 4º do decreto 1.962/2015.  
Contratada...: OHLWEILER & CIA. LTDA. - ME  
Vigência ..... : Início: 13/03/2015 Término: 13/03/2017  
Recursos ..... : Dotação:

-----  
Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015

Contrato Nº...: 030/2015  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
Contratada...: CLAUDIO OHLWEILER & CIA LTDA.  
Valor ..... : 20.000,00 (vinte mil reais)  
Vigência ..... : Início: 13/03/2015 Término: 13/03/2017  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : O Mutuante e o Mutuário contratam o financiamento para CAPITAL DE GIRO, conforme art. 4º. do decreto 1.962/2015.  
Contratada...: CLAUDIO OHLWEILER & CIA LTDA.  
Vigência ..... : Início: 13/03/2015 Término: 13/03/2017  
Recursos ..... : Dotação:

-----  
Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015

Contrato Nº...: 031/2015  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
Contratada...: DAMARI'S - ALESSANDRA MANFÉ - MEI  
Valor ..... : 20.000,00 (vinte mil reais)  
Vigência ..... : Início: 13/03/2015 Término: 13/03/2017  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : O Mutuante e o Mutuário contratam o financiamento para CAPITAL DE GIRO, conforme art. 4º. do decreto 1.962/2015.  
Contratada...: DAMARI'S - ALESSANDRA MANFÉ - MEI  
Vigência ..... : Início: 13/03/2015 Término: 13/03/2017  
Recursos ..... : Dotação:

-----  
Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015

Contrato Nº...: 032/2015  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
Contratada...: CERTA EDITORA DE JORNAIS LTDA-ME  
Valor ..... : 6.930,00 (seis mil novecentos e trinta reais)  
Vigência ..... : Início: 18/03/2015 Término: 31/12/2015

Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Assinatura de jornal com publicação diária, para desenvolvimento das atividades pedagógicas e projeto de leitura com alunos do Ensino Fundamental.  
Contratada...: CERTA EDITORA DE JORNAIS LTDA-ME  
Vigência ..... : Início: 18/03/2015 Término: 31/12/2015  
Recursos ..... : Dotação:

-----  
Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
EXTRATO CONTRATUAL

-----  
Contrato Nº.: 033/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
Contratada...: GISELDA FRANK  
Valor ..... : 7.624,00 (sete mil seiscentos e vinte e quatro reais)  
Vigência ..... : Início: 20/03/2015 Término: 31/08/2015  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Prestação de serviços de coordenação, realização de reuniões, diagnóstico e proposição para confecção do Plano Municipal de Educação de Alto Bela Vista (PME).  
Contratada...: GISELDA FRANK  
Vigência ..... : Início: 20/03/2015 Término: 31/08/2015  
Recursos ..... : Dotação:

-----  
Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015  
Contrato Nº.: 034/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
Contratada...: SOLUÇÃO ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE LTDA  
Valor ..... : 5.922,00 (cinco mil novecentos e vinte e dois reais)  
Vigência ..... : Início: 20/03/2015 Término: 31/12/2015  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Prestação de serviços de responsabilidade técnica sobre o acompanhamento da qualidade da água de poços artesianos do sistema de abastecimento do centro da cidade de Alto Bela Vista.  
Contratada...: SOLUÇÃO ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE LTDA  
Vigência ..... : Início: 20/03/2015 Término: 31/12/2015  
Recursos ..... : Dotação:

-----  
Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015  
Contrato Nº.: 035/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
Contratada...: RONALDO LOVATO  
Valor ..... : 4.106,61 (quatro mil cento e seis reais e sessenta e um centavos)  
Vigência ..... : Início: 20/03/2015 Término: 31/12/2015  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Prestação de serviços de fiscalização dos contratos de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos urbanos e de resíduos da área da saúde  
Contratada...: RONALDO LOVATO  
Vigência ..... : Início: 20/03/2015 Término: 31/12/2015  
Recursos ..... : Dotação:

-----  
Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015  
Contrato Nº.: 036/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
Contratada...: AIRTON ALTAIR LINO 36918563904  
Valor ..... : 28.000,00 (vinte e oito mil reais)  
Vigência ..... : Início: 20/03/2015 Término: 31/12/2015

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2015  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos para desenvolvimento do projeto "Futsal do Futuro - Aluno Nota 10"

-----  
Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015  
Contrato Nº.: 037/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
Contratada...: TRANSPORTES BELAVISTENSE LTDA  
Valor ..... : 20.000,00 (vinte mil reais)  
Vigência ..... : Início: 20/03/2015 Término: 20/03/2017  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : O Mutuante e o Mutuário contratam o financiamento para CAPITAL DE GIRO, conforme art. 4º. do decreto 1.962/2015.  
Contratada...: TRANSPORTES BELAVISTENSE LTDA  
Vigência ..... : Início: 20/03/2015 Término: 20/03/2017  
Recursos ..... : Dotação:

-----  
Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
EXTRATO CONTRATUAL

-----  
Contrato Nº.: 038/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
Contratada...: VILMAR BERNARDI  
Valor ..... : 700,00 (setecentos reais)  
Vigência ..... : Início: 24/03/2015 Término: 31/03/2015  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Prestação de Serviços Técnicos Profissionais de Médico Veterinário por caráter temporário em virtude do período de afastamento do veterinário efetivo do Município.  
Contratada...: VILMAR BERNARDI  
Vigência ..... : Início: 24/03/2015 Término: 31/03/2015  
Recursos ..... : Dotação:

-----  
Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015  
Contrato Nº.: 039/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
Contratada...: ASSOCIAÇÃO DOS MUSICOS PROFISSIONAIS DE POMERODE -  
Valor ..... : 5.000,00 (cinco mil reais)  
Vigência ..... : Início: 01/04/2015 Término: 30/04/2015  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Apresentações Artísticas (Conjunto Artístico Musical) para animação de show que acontecerá no dia 09 de abril de 2015, com início as 20:30h e término previsto para as 23:30h, nas dependências do Centro de Cultura do município de Alto Bela Vista.  
Contratada...: ASSOCIAÇÃO DOS MUSICOS PROFISSIONAIS DE  
Vigência ..... : Início: 01/04/2015 Término: 30/04/2015  
Recursos ..... : Dotação:

-----  
Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015  
Contrato Nº.: 040/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
Contratada...: ARTE DE CRIAR CONSULTORIA LTDA ME  
Valor ..... : 58.400,00 (cinquenta e oito mil e quatrocentos reais)  
Vigência ..... : Início: 01/04/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 10/2015



Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : Contratação de empresa especializada para prestação de serviços consultoria e assessoria no planejamento e desenvolvimento turístico do município, consultoria, capacitação e treinamento para trade turístico e na elaboração de projetos de captação de recursos turísticos governamentais.

Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015  
 Contrato Nº.: 041/2015  
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
 Contratada...: Neusa da Silva Fantin ME  
 Valor ..... : 37.800,00 (trinta e sete mil e oitocentos reais)  
 Vigência ..... : Início: 02/04/2015 Término: 31/12/2015  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 9/2015  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : Contratação de empresa para prestação de serviços de arbitragem para os campeonatos municipais de Futsal e Futebol Sete.

Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015  
 Contrato Nº.: 042/2015  
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
 Contratada...: JOSE CASTRO  
 Valor ..... : 2.200,00 (dois mil e duzentos reais)  
 Vigência ..... : Início: 06/04/2015 Término: 31/12/2015  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : Extração de cascalho para utilização em recuperação e manutenção das rodovias municipais.  
 Contratada...: JOSE CASTRO  
 Vigência ..... : Início: 06/04/2015 Término: 31/12/2015  
 Recursos ..... : Dotação:

Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015  
 ESTADO DE SANTA CATARINA  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
 EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 043/2015  
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
 Contratada...: CONSELHO COMUNITARIO DE ALTO BELA VISTA  
 Valor ..... : 6.000,00 (seis mil reais)  
 Vigência ..... : Início: 09/03/2015 Término: 31/12/2015  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : Locação da quadra de esportes do Conselho Comunitário de Alto Bela Vista, para ministrar aulas de cação física dos alunos da rede municipal de ensino e para prática de esportes de treinos de escolinha de futsal, para o desenvolvimento do esporte amador do município e eventos culturais vinculados aos setores da administração municipal.  
 Contratada...: CONSELHO COMUNITARIO DE ALTO BELA VISTA  
 Vigência ..... : Início: 09/03/2015 Término: 31/12/2015  
 Recursos ..... : Dotação:

Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015  
 Contrato Nº.: 044/2015  
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
 Contratada...: ORQUESTRA CONTINENTAL DE SANTA CATARINA LTDA ME  
 Valor ..... : 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)  
 Vigência ..... : Início: 10/04/2015 Término: 30/04/2015  
 Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Contratação de apresentações Artísticas (Conjunto Artístico Musical) para animação em comemoração ao 88ºKerb de Alto Bela Vista que acontecerá no dia 26 de abril de 2015, com início as 14:00h e término as 18:00h  
 Contratada...: ORQUESTRA CONTINENTAL DE SANTA CATARINA  
 Vigência ..... : Início: 10/04/2015 Término: 30/04/2015  
 Recursos ..... : Dotação:

Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015  
 Contrato Nº.: 046/2015  
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
 Contratada...: LOTTI Promoções de Eventos Musicais Ltda. - ME  
 Valor ..... : 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)  
 Vigência ..... : Início: 15/04/2015 Término: 05/05/2015  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : contratação de apresentações Artísticas (Conjunto Artístico Musical Banda Silver Som) para animação em comemoração ao 88º KERB FEST para 3ª Idade de Alto Bela Vista que acontecerá no dia 28 de abril de 2015, com início às 14h e término às 17h30min.  
 Contratada...: LOTTI Promoções de Eventos Musicais Ltda. - ME  
 Vigência ..... : Início: 15/04/2015 Término: 05/05/2015  
 Recursos ..... : Dotação:

Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015  
 Contrato Nº.: 045/2015  
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
 Contratada...: MAGA ENGENHARIA LTDA ME  
 Valor ..... : 27.838,00 (vinte e sete mil oitocentos e trinta e oito reais)  
 Vigência ..... : Início: 13/04/2015 Término: 31/12/2015  
 Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 2/2015  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou arquitetura para prestação de serviços de fiscalização da obra da Escola nova a ser edificada no Município.

Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015  
 Contrato Nº.: 047/2015  
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
 Contratada...: MERCADO VALIANE LTDA. - ME  
 Valor ..... : 14.260,00 (quatorze mil duzentos e sessenta reais)  
 Vigência ..... : Início: 29/04/2015 Término: 30/05/2015  
 Licitação ..... : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2015  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : Aquisição de cestas básicas concedidas aos servidores públicos municipais.

Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015  
 ESTADO DE SANTA CATARINA  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
 EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 048/2015  
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
 Contratada...: DIMO CONSTRUÇÕES LTDA  
 Valor ..... : 20.000,00 (vinte mil reais)  
 Vigência ..... : Início: 29/04/2015 Término: 29/04/2017  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : O Mutuante e o Mutuário contratam o financiamento

para  
CAPITAL DE GIRO, conforme art. 4º do decreto 1.962/2015.  
Contratada...: DIMO CONSTRUÇÕES LTDA  
Vigência ..... : Início: 29/04/2015 Término: 29/04/2017  
Recursos ..... : Dotação:

Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015  
Contrato Nº...: 049/2015  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
Contratada...: AGROCOMERCIAL B.S. LTDA - ME  
Valor ..... : 20.000,00 (vinte mil reais)  
Vigência ..... : Início: 29/04/2015 Término: 29/04/2017  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : O Mutuante e o Mutuário contratam o financiamento para  
CAPITAL DE GIRO, conforme art. 4º do decreto 1.962/2015.  
Contratada...: AGROCOMERCIAL B.S. LTDA - ME  
Vigência ..... : Início: 29/04/2015 Término: 29/04/2017  
Recursos ..... : Dotação:

Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015  
Aditivo Nº ..... : I TA - 96/2014 - Contrato Nº: 96/2014  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
Contratada...: GENTE SEGURADORA S/A  
Valor ..... : 1.221,62 (um mil duzentos e vinte e um reais e sessenta e dois centavos)  
Vigência ..... : Início: 27/01/2015 Término: 12/11/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 41/2014  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Contratação de seguradora para firmar contrato de seguro de veículos da Frota do Município e Fundo Municipal de Saúde de Alto Bela Vista.

Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015  
Aditivo Nº ..... : I TA - 10/2015 - Contrato Nº: 010/2015  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
Contratada...: POSTO BELAVISTENSE LTDA.  
Valor ..... : 52.875,00 (cinquenta e dois mil oitocentos e setenta e cinco reais)  
Vigência ..... : Início: 13/02/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2015  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Aquisição de álcool, gasolina comum, diesel comum e diesel S10, conforme a necessidade, para abastecimento da Frota de veículos e máquinas do Fundo Municipal de Saúde e do Município.

Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015  
Aditivo Nº ..... : I TA - 01/2015 - Contrato Nº: 001/2015  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
Contratada...: ADM SISTEMAS LTDA.  
Valor ..... : 846,00 (oitocentos e quarenta e seis reais)  
Vigência ..... : Início: 31/03/2015 Término: 30/04/2015  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Serviços de Locação de Sistema Integrado de Gestão Tributária.  
Contratada...: ADM SISTEMAS LTDA.  
Vigência ..... : Início: 31/03/2015 Término: 30/04/2015  
Recursos ..... : Dotação:

Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA

## EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº...: ATA 01/2015  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
Contratada...: SUPERA UNIFORMES IND. E COM. TEXTIL LTDA ME  
Valor ..... : 49.790,00 (quarenta e nove mil setecentos e noventa reais)  
Vigência ..... : Início: 30/01/2015 Término: 30/01/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2015  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Registro de preços para possível aquisição de agasalhos, camisetas e uniforme escolares, destinados aos projetos atendidos pela Assistência Social e a Rede Municipal de Ensino Infantil e Fundamental do Município.

Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015  
Contrato Nº...: ATA 002/2015  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
Contratada...: OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME  
Valor ..... : 7.040,40 (sete mil e quarenta reais e quarenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 30/01/2015 Término: 30/01/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2015  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Possível aquisição de materiais escolares destinados à Rede Municipal de Ensino Infantil e Fundamental do Município

Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015  
Contrato Nº...: ATA 003/2015  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
Contratada...: BABINSKI BOLSAS EIRELI EPP  
Valor ..... : 17.191,30 (dezessete mil cento e noventa e um reais e trinta centavos)  
Vigência ..... : Início: 30/01/2015 Término: 30/01/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2015  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Possível aquisição de materiais escolares destinados à Rede Municipal de Ensino Infantil e Fundamental do Município

Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015  
Contrato Nº...: ATA 004/2015  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
Contratada...: ERNANI BERVIAN & CIA. LTDA. - ME  
Valor ..... : 7.620,00 (sete mil seiscentos e vinte reais)  
Vigência ..... : Início: 30/01/2015 Término: 30/01/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2015  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Possível aquisição de materiais escolares destinados à Rede Municipal de Ensino Infantil e Fundamental do Município

Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015  
Contrato Nº...: ATA 005/2015  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
Contratada...: AP OESTE COMÉRCIO LTDA EPP  
Valor ..... : 22.254,05 (vinte e dois mil duzentos e cinquenta e quatro reais e cinco centavos)  
Vigência ..... : Início: 06/02/2015 Término: 06/02/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2015  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Registro de Preços para possível aquisição de gêneros

alimentícios da merenda escolar destinados à Rede Municipal de Ensino  
Infantil e Fundamental do Município

Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: ATA 006/2016  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
Contratada...: MERCADO VALIANE LTDA. - ME  
Valor ..... : 25.059,15 (vinte e cinco mil e cinquenta e nove reais e

quinze centavos)  
Vigência ..... : Início: 06/02/2015 Término: 06/02/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2015  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Registro de Preços para possível aquisição de gê-  
neros

alimentícios da merenda escolar destinados à Rede Municipal de Ensino  
Infantil e Fundamental do Município

Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015  
Contrato Nº.: ATA 007/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
Contratada...: PAULO JOSE GOSENHEIMER & CIA. LTDA.  
Valor ..... : 3.990,60 (três mil novecentos e noventa reais e sessenta centavos)

Vigência ..... : Início: 06/02/2015 Término: 06/02/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2015  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Registro de Preços para possível aquisição de gê-  
neros

alimentícios da merenda escolar destinados à Rede Municipal de Ensino  
Infantil e Fundamental do Município

Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015  
Contrato Nº.: ATA 008/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
Contratada...: CARLOS ROBERTO HORN - ME  
Valor ..... : 23.541,55 (vinte e três mil quinhentos e quarenta e um

reais e cinquenta e cinco centavos)  
Vigência ..... : Início: 06/02/2015 Término: 06/02/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2015  
Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Registro de Preços para possível aquisição de gê-  
neros  
alimentícios da merenda escolar destinados à Rede Municipal de Ensino  
Infantil e Fundamental do Município

Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015  
Contrato Nº.: ATA 009/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
Contratada...: MODELO PNEUS LTDA.

Valor ..... : 57.022,00 (cinquenta e sete mil e vinte e dois reais)  
Vigência ..... : Início: 18/02/2015 Término: 18/02/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2015  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Registro de Preços para possível aquisição de  
pneus novos  
para a frota de veículos e máquinas do Município e Fundo de Saúde.

Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015  
Contrato Nº.: ATA 010/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
Contratada...: RODA BRASIL DISTRIB. DE AUTO PEÇAS E ACES. LTDA.

Valor ..... : 130.750,00 (cento e trinta mil setecentos e cin-  
quenta reais)  
Vigência ..... : Início: 18/02/2015 Término: 18/02/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2015  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Registro de Preços para possível aquisição de  
pneus novos  
para a frota de veículos e máquinas do Município e Fundo de Saúde.

Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: ATA 011/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
Contratada...: SALI M DE ALMEIDA ME  
Valor ..... : 100.180,00 (cem mil cento e oitenta reais)  
Vigência ..... : Início: 23/03/2015 Término: 20/03/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 11/2015  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Registro de Preços para possível aquisição de adu-  
bo  
químico, adubo orgânico e sementes de pastagem.

Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015  
Contrato Nº.: ATA 012/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
Contratada...: COOPERATIVA DE PRODUCAO E CONSUMO CON-  
COR  
Valor ..... : 101.400,00 (cento e um mil quatrocentos reais)  
Vigência ..... : Início: 23/03/2015 Término: 23/03/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 11/2015  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Registro de Preços para possível aquisição de Ge-  
neros  
Alimentícios destinados a rede municipal de ensino infantil e fun-  
damental  
de Alto Bela Vista.

Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015  
Contrato Nº.: ATA 013/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
Contratada...: CARLOS ROBERTO HORN - ME  
Valor ..... : 11.120,00 (onze mil cento e vinte reais)  
Vigência ..... : Início: 24/04/2015 Término: 24/04/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 12/2015  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Registro de Preços para possível aquisição de Ge-  
neros  
Alimentícios destinados a rede municipal de ensino infantil e fun-  
damental  
de Alto Bela Vista.

Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015  
Contrato Nº.: 014/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
Contratada...: MERCADO VALIANE LTDA. - ME  
Valor ..... : 9.333,20 (nove mil trezentos e trinta e três reais e vinte centavos)  
Vigência ..... : Início: 24/04/2015 Término: 24/04/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 12/2015

Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Registro de Preços para possível aquisição de Gen-  
neros  
Alimentícios destinados a rede municipal de ensino infantil e fun-  
damental  
de Alto Bela Vista.

-----  
Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015  
Contrato Nº.: ATA 015/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
Contratada...: COOPERATIVA DE PRODUCAO E CONSUMO CON-  
COR  
Valor ..... : 1.155,36 (um mil cento e cinquenta e cinco reais e  
seis centavos)  
Vigência ..... : Início: 24/04/2015 Término: 24/04/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 13/2015  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Registro de Preços para possível aquisição de ma-  
teriais de  
consumo, higiene e limpeza, destinados as unidades administrati-  
vas do  
Município de Alto Bela Vista.

-----  
Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
EXTRATO CONTRATUAL

-----  
Contrato Nº.: ATA 016/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
Contratada...: MERCADO VALIANE LTDA. - ME  
Valor ..... : 20.414,20 (vinte mil quatrocentos e quatorze reais e  
vinte  
centavos)  
Vigência ..... : Início: 24/04/2015 Término: 24/04/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 13/2015  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Registro de Preços para possível aquisição de ma-  
teriais de  
consumo, higiene e limpeza, destinados as unidades administrati-  
vas do  
Município de Alto Bela Vista.

-----  
Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015  
Contrato Nº.: ATA 017/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
Contratada...: AP OESTE COMÉRCIO LTDA EPP  
Valor ..... : 14.767,14 (quatorze mil setecentos e sessenta e  
sete reais  
e quatorze centavos)  
Vigência ..... : Início: 24/04/2015 Término: 24/04/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 13/2015  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Registro de Preços para possível aquisição de ma-  
teriais de  
consumo, higiene e limpeza, destinados as unidades administrati-  
vas do  
Município de Alto Bela Vista.

-----  
Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015  
Contrato Nº.: ATA 018/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA  
Contratada...: OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME  
Valor ..... : 8.565,80 (oito mil quinhentos e sessenta e cinco  
reais e  
oitenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 24/04/2015 Término: 24/04/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 13/2015

Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Registro de Preços para possível aquisição de ma-  
teriais de  
consumo, higiene e limpeza, destinados as unidades administrati-  
vas do  
Município de Alto Bela Vista.

-----  
Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015

### EXTRATOS DE CONTRATOS FMS ABV

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALTO BELA VISTA  
EXTRATO CONTRATUAL

-----  
Contrato Nº.: 02/2015  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALTO BELA VISTA  
Contratada...: ATITUDE AMBIENTAL LTDA  
Valor ..... : 13.200,00 (treze mil duzentos reais)  
Vigência ..... : Início: 08/01/2015 Término: 07/01/2016  
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.:  
2/2014  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Contratação de empresa do ramo de engenharia  
sanitária  
e/ou ambiental para prestação de serviços de coleta, transporte,  
armazenamento, tratamento e destinação final de resíduos sólidos  
de  
saúde.

-----  
Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015  
Contrato Nº.: 04/2015  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALTO BELA VISTA  
Contratada...: LABORATÓRIO PERITIBA LTDA  
Valor ..... : 100.000,00 (cem mil reais)  
Vigência ..... : Início: 24/02/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 1/2015  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Credenciamento de empresa(s) especializada(s)  
na  
realização de exames laboratoriais especificados no Anexo "B" do  
Edital  
de Credenciamento 001/2015

-----  
Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015  
Contrato Nº.: 01/2015  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALTO BELA VISTA  
Contratada...: GRAFATO- Manutenção e Treinamento LTDA ME  
Valor ..... : 6.120,00 (seis mil cento e vinte reais)  
Vigência ..... : Início: 05/01/2015 Término: 31/12/2015  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : prestação de serviços técnico-profissionais, pela  
CONTRATADA, de tratamento de dados, provedores de serviços de  
aplicação e serviços de hospedagem na internet, manutenção e  
assistência técnica em hardwares e softwares pertinentes ao Fundo  
Municipal de Saúde de Alto Bela Vista.  
Contratada...: GRAFATO- Manutenção e Treinamento LTDA ME  
Vigência ..... : Início: 05/01/2015 Término: 31/12/2015  
Recursos ..... : Dotação:

-----  
Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015  
Contrato Nº.: 03/2015  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALTO BELA VISTA  
Contratada...: Beneficência Camiliana Sul - Hospital São Roque  
Valor ..... : 9.566,40 (nove mil quinhentos e sessenta e seis  
reais e  
quarenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 08/01/2015 Término: 31/12/2015  
Recursos ..... : Dotação:



Objeto ..... : O presente Contrato tem por objeto o estabelecimento de um sistema de cooperação técnico-financeira entre o Município de Alto Bela Vista através do Fundo Municipal de Saúde e o Hospital São Francisco, objetivando a manutenção de atendimento médico de urgência e emergência aos habitantes do Município/FMS, em regime de sobreamo, no Pronto Socorro do Hospital.  
 Contratada...: Beneficência Camiliana Sul - Hospital São Roque  
 Vigência ..... : Início: 08/01/2015 Término: 31/12/2015  
 Recursos ..... : Dotação:

-----  
 Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015  
 ESTADO DE SANTA CATARINA  
 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALTO BELA VISTA  
 EXTRATO CONTRATUAL

-----  
 Contrato Nº.: 05/2015  
 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALTO BELA VISTA  
 Contratada...: ANDRADE E PASSINI COMERCIO DE MATERIAS LTDA ME  
 Valor ..... : 3.243,00 (três mil duzentos e quarenta e três reais)  
 Vigência ..... : Início: 26/02/2015 Término: 25/05/2015  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2015  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : Aquisição de climatizador, lavadora de roupas, fogão a gás e secadora de roupas, destinados ao Fundo Municipal de Saúde de Alto Bela Vista.

-----  
 Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015  
 Contrato Nº.: 06/2015  
 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALTO BELA VISTA  
 Contratada...: CPL - ASSESSORIA E DESENVOLVIMENTO LTDA  
 Valor ..... : 5.000,00 (cinco mil reais)  
 Vigência ..... : Início: 10/03/2015 Término: 31/12/2015  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : locação de software informatizado para controle e registro de atendimentos a pessoas realizados pelos técnicos e profissionais da Secretaria de Saúde, envolvendo a integração e compilação das informações com abertura de solicitações, autorizações e execuções, informações estratégicas com gráficos e relatórios configuráveis, além de outros serviços pertinentes à especialidade do software.  
 Contratada...: CPL - ASSESSORIA E DESENVOLVIMENTO LTDA  
 Vigência ..... : Início: 10/03/2015 Término: 31/12/2015  
 Recursos ..... : Dotação:

-----  
 Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015  
 Contrato Nº.: 07/2015  
 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALTO BELA VISTA  
 Contratada...: EDUARDO MIOTTO  
 Valor ..... : 3.300,00 (três mil e trezentos reais)  
 Vigência ..... : Início: 10/03/2015 Término: 10/06/2015  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : Elaboração de projeto básico para adequação de acessibilidade do Posto de Saúde de Volta Grande e do Posto de Saúde de Linha Araraquara, contendo memoriais descritivos, plantas, planilhas, quantitativas/orçamentárias, bem como, o serviço de fiscalização das

futuras obras  
 Contratada...: EDUARDO MIOTTO  
 Vigência ..... : Início: 10/03/2015 Término: 10/06/2015  
 Recursos ..... : Dotação:  
 -----  
 Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015  
 Contrato Nº.: 08/2015  
 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALTO BELA VISTA  
 Contratada...: EMPRESA JORNAL COMUNIDADE LTDA. - ME  
 Valor ..... : 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais)  
 Vigência ..... : Início: 01/04/2015 Término: 31/12/2015  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : fornecimento de 20 (vinte) assinaturas do periódico "COMUNIDADES", com uma edição semanal, para o desenvolvimento dos programas de saúde do Município.  
 Contratada...: EMPRESA JORNAL COMUNIDADE LTDA. - ME  
 Vigência ..... : Início: 01/04/2015 Término: 31/12/2015  
 Recursos ..... : Dotação:

-----  
 Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015  
 Contrato Nº.: ATA 001/2015  
 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALTO BELA VISTA  
 Contratada...: KARINA AKAUANA BERNARDI - ME  
 Valor ..... : 8.115,00 (oito mil cento e quinze reais)  
 Vigência ..... : Início: 06/01/2015 Término: 01/06/2016  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 9/2014  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE FRALDAS, LEITES E COMPLEMENTOS ALIMENTARES DESTINADOS AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALTO BELA VISTA

-----  
 Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015  
 ESTADO DE SANTA CATARINA  
 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALTO BELA VISTA  
 EXTRATO CONTRATUAL

-----  
 Contrato Nº.: ATA 002/2015  
 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALTO BELA VISTA  
 Contratada...: NUTRIPORT COMERCIAL LTDA  
 Valor ..... : 17.223,00 (dezesete mil duzentos e vinte e três reais)  
 Vigência ..... : Início: 06/01/2015 Término: 01/06/2016  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 9/2014  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE FRALDAS, LEITES E COMPLEMENTOS ALIMENTARES DESTINADOS AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALTO BELA VISTA

-----  
 Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015  
 Contrato Nº.: ATA 003/2015  
 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALTO BELA VISTA  
 Contratada...: OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME  
 Valor ..... : 1.480,00 (um mil quatrocentos e oitenta reais)  
 Vigência ..... : Início: 06/01/2015 Término: 06/01/2016  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 9/2014  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE FRALDAS, LEITES E COMPLEMENTOS ALIMENTARES DESTINADOS AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALTO BELA VISTA

-----  
 Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015  
 Contrato Nº.: ATA 004/2015  
 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALTO BELA VISTA

Contratada...: P F G COMERCIAL LTDA - ME  
Valor ..... : 1.191,00 (um mil cento e noventa e um reais)  
Vigência ..... : Início: 06/01/2015 Término: 06/01/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 9/2014  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE  
FRALDAS, LEITES E COMPLEMENTOS ALIMENTARES DESTINADOS  
AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALTO BELA VISTA

Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015  
Contrato Nº.: ATA 005/2015  
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALTO BELA VISTA  
Contratada...: ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA  
Valor ..... : 16.047,50 (dezesesseis mil e quarenta e sete reais e cinquenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 13/01/2015 Término: 13/01/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2014  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Registro de Preços para possível aquisição de medicamentos destinados ao Fundo Municipal de Saúde.

Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015  
Contrato Nº.: ATA 006/2015  
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALTO BELA VISTA  
Contratada...: ALTERMED MATERIAIS MEDICOS HOSPITALARES LTDA  
Valor ..... : 3.519,33 (três mil quinhentos e dezenove reais e trinta e três centavos)  
Vigência ..... : Início: 13/01/2015 Término: 13/01/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2014  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Registro de Preços para possível aquisição de medicamentos destinados ao Fundo Municipal de Saúde.

Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALTO BELA VISTA  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: ATA 007/2015  
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALTO BELA VISTA  
Contratada...: ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA  
Valor ..... : 11.924,65 (onze mil novecentos e vinte e quatro reais e sessenta e cinco centavos)  
Vigência ..... : Início: 13/01/2015 Término: 13/01/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2014  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Registro de Preços para possível aquisição de medicamentos destinados ao Fundo Municipal de Saúde.

Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015  
Contrato Nº.: ATA 008/2015  
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALTO BELA VISTA  
Contratada...: ANGEOMED COM. DE PROD. MEDICOS HOSP. EIRELI  
EPP  
Valor ..... : 8.437,03 (oito mil quatrocentos e trinta e sete reais e três centavos)  
Vigência ..... : Início: 13/01/2015 Término: 13/01/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2014  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Registro de Preços para possível aquisição de medicamentos destinados ao Fundo Municipal de Saúde.

Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015  
Contrato Nº.: ATA 009/2015  
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALTO BELA VISTA  
Contratada...: CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.  
Valor ..... : 48.068,10 (quarenta e oito mil e sessenta e oito reais e dez centavos)  
Vigência ..... : Início: 13/01/2015 Término: 13/01/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2014  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Registro de Preços para possível aquisição de medicamentos destinados ao Fundo Municipal de Saúde.

Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015  
Contrato Nº.: ATA 010/2015  
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALTO BELA VISTA  
Contratada...: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA  
Valor ..... : 3.870,00 (três mil oitocentos e setenta reais)  
Vigência ..... : Início: 13/01/2015 Término: 13/01/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2014  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Registro de Preços para possível aquisição de medicamentos destinados ao Fundo Municipal de Saúde.

Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015  
Contrato Nº.: ATA 011/2015  
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALTO BELA VISTA  
Contratada...: COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA  
Valor ..... : 8.709,00 (oito mil setecentos e nove reais)  
Vigência ..... : Início: 13/01/2015 Término: 13/01/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2014  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Registro de Preços para possível aquisição de medicamentos destinados ao Fundo Municipal de Saúde.

Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALTO BELA VISTA  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: ATA 012/2015  
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALTO BELA VISTA  
Contratada...: DALMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA  
Valor ..... : 3.568,60 (três mil quinhentos e sessenta e oito reais e sessenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 13/01/2015 Término: 13/01/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2014  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Registro de Preços para possível aquisição de medicamentos destinados ao Fundo Municipal de Saúde.

Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015  
Contrato Nº.: ATA 013/2015  
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALTO BELA VISTA  
Contratada...: DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA  
Valor ..... : 740,00 (setecentos e quarenta reais)  
Vigência ..... : Início: 13/01/2015 Término: 13/01/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2014  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Registro de Preços para possível aquisição de medicamentos destinados ao Fundo Municipal de Saúde.

Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015  
Contrato Nº.: ATA 014/2015  
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALTO BELA VISTA  
Contratada...: KARINA AKAUANA BERNARDI - ME



Valor ..... : 3.214,80 (três mil duzentos e quatorze reais e oitenta centavos)

Vigência ..... : Início: 13/01/2015 Término: 13/01/2016

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2014

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Registro de Preços para possível aquisição de medicamentos destinados ao Fundo Municipal de Saúde.

Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015

Contrato Nº.: ATA 015/2015

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALTO BELA VISTA

Contratada...: KFMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

Valor ..... : 7.667,79 (sete mil seiscentos e sessenta e sete reais e

setenta e nove centavos)

Vigência ..... : Início: 13/01/2015 Término: 13/01/2016

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2014

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Registro de Preços para possível aquisição de medicamentos destinados ao Fundo Municipal de Saúde.

Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015

Contrato Nº.: ATA 016/2015

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALTO BELA VISTA

Contratada...: L A DALLA PORTA JUNIOR

Valor ..... : 3.265,85 (três mil duzentos e sessenta e cinco reais e

oitenta e cinco centavos)

Vigência ..... : Início: 13/01/2015 Término: 13/01/2016

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2014

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Registro de Preços para possível aquisição de medicamentos destinados ao Fundo Municipal de Saúde.

Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALTO BELA VISTA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: ATA 017/2015

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALTO BELA VISTA

Contratada...: MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

Valor ..... : 16.011,50 (dezesesseis mil e onze reais e cinquenta centavos)

Vigência ..... : Início: 13/01/2015 Término: 13/01/2016

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2014

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Registro de Preços para possível aquisição de medicamentos destinados ao Fundo Municipal de Saúde.

Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015

Contrato Nº.: ATA 018/2015

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALTO BELA VISTA

Contratada...: PROFARMA SPECIALTY S/A

Valor ..... : 11.666,00 (onze mil seiscentos e sessenta e seis reais)

Vigência ..... : Início: 13/01/2015 Término: 13/01/2016

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2014

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Registro de Preços para possível aquisição de medicamentos destinados ao Fundo Municipal de Saúde.

Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015

Contrato Nº.: ATA 019/2015

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALTO BELA VISTA

Contratada...: PROSAUDE-DISTRIB.DE MEDICAMENTOS - EPP

Valor ..... : 2.363,80 (dois mil trezentos e sessenta e três reais

e oitenta centavos)

Vigência ..... : Início: 13/01/2015 Término: 13/01/2016

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2014

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Registro de Preços para possível aquisição de medicamentos destinados ao Fundo Municipal de Saúde.

Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015

Contrato Nº.: ATA 020/2015

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALTO BELA VISTA

Contratada...: S & R Distribuidora LTDA

Valor ..... : 52.526,60 (cinquenta e dois mil quinhentos e vinte e seis

reais e sessenta centavos)

Vigência ..... : Início: 13/01/2015 Término: 13/01/2016

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2014

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Registro de Preços para possível aquisição de medicamentos destinados ao Fundo Municipal de Saúde.

Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015

Contrato Nº.: ATA 021/2015

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALTO BELA VISTA

Contratada...: ETC LABORATÓRIO DE PRÓTESE DENTÁRIA

Valor ..... : 151.500,00 (cento e cinquenta e um mil e quinhentos reais)

Vigência ..... : Início: 23/02/2015 Término: 23/02/2016

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2015

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Registro de Preços para possível contratação de laboratório

para prestar de serviços de confecção de próteses dentárias para atender

as demandas da população do Município.

Alto Bela Vista, 24 de Junho de 2015

# Anchieta

## PREFEITURA

### Decreto 048/2015

DECRETO Nº. 048/2015, de 04 de março de 2015

ALTERA MEMBROS DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL – CDM - E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 026 de 21 de dezembro de 2011 e Lei Municipal nº. 1.885 de 28 de novembro de 2011;

CONSIDERANDO a alterações de membros do Conselho de Desenvolvimento Municipal – CDM;

#### DECRETA

Art. 1º. Os membros, titulares e suplentes, do Conselho de Desenvolvimento Municipal – CDM – em conformidade com o disposto no art. 3º, da Lei Municipal nº. 1.885/2011 passa a ser os que seguem com mandato de 04 de março de 2015 a 04 de março de 2017:

I - Representantes dos Órgãos do Poder Executivo Municipal, a saber:

- a) Secretaria de Administração e Gestão (SAG): Andréia Marafão (Titular) e Angie S. Lago (Suplente);
- b) Secretaria de Saúde Pública (SES): Guilherme Flach (Titular) e Gessi de Fátima Meneghini (Suplente);
- c) Secretaria de Educação, Cultura, Esportes (SED): Camila Signor (Titular) e Lúcia Anita Foresti Cocco (Suplente);
- d) Secretaria de Infraestrutura (SIE): Vilson Luiz Rossato (Titular) e Carlinhos Cali (Suplente);
- e) Secretaria de Agricultura (SAG): Carlos Augusto Antonietti (Titular) e Mário Luiz Signor (Suplente);
- f) Secretaria de Assistência Social (SAS): Rosane Provin (Titular) e Dayanna Perozzo (Suplente);
- g) Secretaria de Desenvolvimento Local (SDL): Nelson Claudiomiro Duarte (Titular) e Mateus Poloniato (Suplente);

II – Representantes da Sociedade Civil:

- a) Associação Comercial, Industrial e Serviços de Anchieta (ACISA): Aldomar Antonio Moscon (Titular) e Débora Dalmoro (Suplente);
- b) Cooperativa da Agricultura Familiar Camponesa e Economia Solidária de Anchieta (COOPERANCHIETA): Vilmar Piovezani (Titular) e Mauri Prochnow (Suplente);
- c) Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar – SIN-TRAF: Ventura Wolff (Titular) e Valdeci Luiz Cella (Suplente);
- d) Profissionais de Engenharia: Evandro Buratti (Titular) e Alexandre Ribeiro (Suplente);
- e) Associação dos Catadores Anchietaense e Amigos do Meio Ambiente (ACAAMA): Ivan José Canci (Titular) e Benício Wildner (Suplente);
- f) Associação Anchietaense de Universitários (ASANUN): Mônica Schaeffer (Titular) e Andrieli Granville (Suplente);
- g) Associação de Pais e Professores (APP): Fernando Prevedello (Titular) e Fernanda R. F. Prevedello (Suplente);

Art. 2º O mandato dos membros do Conselho de Desenvolvimento Municipal será exercido gratuitamente, ficando expressamente vedada à concessão de qualquer tipo de remuneração, vantagem ou

benefício de natureza pecuniária.

Parágrafo único. O mandato dos membros do Conselho de Desenvolvimento Municipal será de dois anos, podendo ser reconduzidos por igual período.

Art. 3º Os membros do Conselho de Desenvolvimento Municipal deverão reunir-se mensalmente ou conforme dispuser o Regimento Interno.

Art. 4º O Conselho de Desenvolvimento Municipal poderá contar com a estrutura e logística da Administração Municipal, necessários para o correto e eficaz desempenho de suas atribuições.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogando-se na íntegra no Decreto nº 093/2014, de 16 de julho de 2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMpra-SE.

Prefeitura Municipal de Anchieta – SC, 04 de março de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei.

Em 04 de março de 2015.

Andréia Marafão

Secretária de Administração e Gestão

### Decreto 049/2015

DECRETO Nº. 049/2015, de 04 de março de 2015

	SUBSTITUI MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (C.M.H.I.S), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
--	---

ARI PRESTES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no art. 4º da Lei Municipal nº 1.806 de 10 de setembro de 2010;

#### DECRETA

Art. 1º. Os membros, titulares e suplentes, do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social (CMHIS), em conformidade com o art. 4º da Lei Municipal nº 1.806/2010, passam a ser os que seguem, com mandato de 04 de março de 2015 a 04 de março de 2017, podendo ser reconduzido uma única vez por igual período:

I - Representantes dos Órgãos do Poder Executivo Municipal, a saber:

- a) Secretaria de Administração e Gestão (SAG): Andréia Marafão (Titular) e Mônica Schaeffer (Suplente);
- b) Secretaria de Saúde Pública (SES): Rosângela Dondoefer Teixeira (Titular) e Janice T. Stefanello (Suplente);
- c) Secretaria de Infraestrutura (SIE): Vilson Luiz Rossato (Titular) e Othar Rostirolla (Suplente);

d) Secretaria de Desenvolvimento Local (SDL): Nelson Claudiomiro Duarte (Titular) e Mateus Poloniato (Suplente);

## II – Representantes da Sociedade Civil:

- a) Grupo de Idosos: Odilo Garlet (Titular) e Lourdes Lago Garlet (Suplente);
- b) Associação de Pais e Professores: Valnei Carlos Stanga (Titular) e Célia T. Hubert Stanga (Suplente);
- c) Igreja Católica: Ary Picoli (Titular) e Nelson A. LibanoLuiz Ambrozi (Suplente);
- d) Associação Comercial e Industrial – ACISA: Gilberto Rossato (Titular) e Débora Dalmoro (Suplente);
- e) Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar: Valdeci L. Cella (Titular) e Ventura Wolff (Suplente);
- f) Igrejas Evangélicas: Alípio Kossmann (Titular) e Tiago Moserle (Suplente).

Art. 2º O mandato dos membros do Conselho será exercido gratuitamente, ficando expressamente vedada à concessão de qualquer tipo de remuneração, vantagem ou benefício de natureza pecuniária.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogando-se na íntegra no Decreto nº 030/2013, de 22 de fevereiro de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Anchieta – SC, 04 de março de 2015.  
ARI PRESTES DE OLIVEIRA  
Prefeito

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei.

Em 04 de março de 2015.  
Andréia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão

### Decreto 050/2015

DECRETO Nº. 050/2015, de 04 de março de 2015

SUBSTITUI MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ANCHIETA - CMAS, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 3º, incisos I e II da Lei Municipal nº. 1.759/10 de 19 de fevereiro de 2010 e, Art. 62 da Lei Complementar nº 032/2011;

CONSIDERANDO a alterações de membros do Conselho Municipal de Assistência Social;

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam substituídos membros do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, que a partir desta data passa a vigorar com a seguinte constituição, com mandato de 04 de março de 2015 a 04 de março de 2017:

#### REPRESENTANTES DAS ENTIDADES GOVERNAMENTAIS:

Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Telma Aline Corti

Suplente: Rosangela Teixeira  
Secretaria de Assistência Social:  
Titular: Dayanna Basso Perozzo  
Suplente: Ana Paula Sikorski

Representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo:  
Titular: Aline de Giacometti  
Suplente: Sandra Scholtze

Secretaria Municipal de Administração:  
Titular: Idenes Schena  
Suplente: Eduardo Scholtze

#### REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CÍVIL:

Representante das organizações Comunitárias:  
Titular: Claci Maria Mapelli  
Suplente: Benilde Forgiarini

Representante da APAE- Associação de Pais e Alunos dos Excepcionais:  
Titular: Vera Junges  
Suplente: Zenaide Ines Schawaab de Brito

Representante dos Programas Assistenciais do Município de Anchieta:  
Titular: Maria Scheffer Sufredini  
Suplente: Severina de Brito Danete

Representante dos Idosos:  
Titular: Lourdes Lago Garlet  
Suplente: Lurdes Wildner

Art. 2º. – Por tratar-se de serviços de relevância comunitária os membros do Conselho não receberão qualquer remuneração.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto nº. 181/2013, de 02 de dezembro de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Anchieta – SC, 04 de março de 2015.  
ARI PRESTES DE OLIVEIRA  
Prefeito

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei.

Em 04 de março de 2015.  
Andréia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão

### Decreto 051/2015

DECRETO Nº. 051/2015, de 11 DE MARÇO DE 2015.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE ATÉ R\$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS) E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
---	--

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº. 2.150, de 11 de março de 2015 e

demaís dispositivos constitucionais e legais,  
DECRETA:

**TÍTULO I**  
**CAPÍTULO I**  
**DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Art. 1º Fica alterada a Lei Orçamentária Anual, Lei nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), em conformidade com os prescritos neste Decreto, instituindo-se para tal na matéria orçamentária em execução o Projeto/Atividade 10.301.0428.1055 – Equipamentos e Material Permanente – FNS/MINISTÉRIO SAÚDE / PROPOSTA Nº. 11243.5520000/1130-4 – na Modalidade de despesas sob o código nº. 4.4.90.00 – Aplicações Diretas, em conformidade com a Proposta 11243.552000/1130-04, que tem como finalidade a aquisição de Equipamentos e Material Permanente que consiste em 02 (dois) Ares-Condicionados para desenvolver as atividades em saúde, de responsabilidade deste Ente Federado.

**CAPÍTULO II**  
**DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA**

Art. 2º. Em conformidade com o disposto no artigo anterior deste Decreto, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder, por ato próprio, a Abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) no Orçamento Geral do Município (LOA), conforme abaixo especificado a saber:

09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA  
01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0428.1.055 – Aquisição de Equipamentos e Material Permanente  
FNS / MINISTÉRIO SAÚDE / PROPOSTA Nº.  
11243.5520000/1130-04.  
( ..... ) 4.4.90.00.00.00.00.00.2720-Aplicações Diretas R\$ 2.013,00  
( ..... ) 4.4.90.00.00.00.00.00.2295-Aplicações Diretas R\$ 2.987,00  
Total R\$ 5.000,00

Parágrafo Único: Fica instituída a Fonte de Recursos 2720 (00.03.0720) intitulada como Outras Transferências de Convênios FNS – Ministério da Saúde - Superávit Financeiro.

Art. 3º Para atendimento parcial da Abertura de Crédito de que trata o presente ato, fica igualmente autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a utilizar a importância de R\$ 2.013,00 ( dois mil e treze reais), concernente ao Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2014, relativamente Conta Bancária "Banco do Brasil S/A, sob nº 12.475-3 – Rubrica nº 4.2.4.7.1.99.12.00.00 – Outras Transferências da União – Equipamentos do Posto de Saúde, na fonte de Recursos 2720 (00.03.0720) Outras Transferências de Convênios FNS – Ministério da Saúde - Superávit Financeiro, como fonte de abertura do respectivo crédito, em conformidade com o disposto no art.43, §1º, I da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais pertinentes.

Art. 4º. Para a cobertura Complementar do Crédito autorizado no artigo anterior deste ato e correspondente a parte deste Ente Federado, fica autorizado a proceder a redução da seguinte conta orçamentária:

09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA  
01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0428.2.101 – ADMINISTRAÇÃO GERAL DOS BENS E SERVIÇOS  
DE ATENÇÃO BÁSICA  
(49) 3.3.90.00.00.00.00.00.2295-Aplicações Diretas R\$ 2.987,00

**CAPÍTULO III**

**DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL**

Art. 5º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.122, de 14 de novembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e redução introduzidas neste texto legal.

**CAPÍTULO IV**

**DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Art. 6º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2133 de 11 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e redução introduzidas no presente Decreto.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA,  
Em 11 de março de 2015.  
ARI PRESTES DE OLIVEIRA  
Prefeito

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei.

Em 11 de março de 2015.  
Andréia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão

**Decreto 052/2015**

DECRETO Nº. 052/2015, de 11 DE MARÇO DE 2015.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DA LEI ORÇAMENTÁRIA ATRAVÉS DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE ATÉ R\$ 5.400,00 (CINCO MIL E QUATROCENTOS REAIS) E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
--	--

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº. 2.151, de 11 de março de 2015 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:

**TÍTULO I**  
**CAPÍTULO I**  
**DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Art. 1º Fica alterada a Lei Orçamentária Anual Lei nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), no Órgão 09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA, Unidade 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais), em conformidade com o prescrito neste Decreto, instituindo-se para tal na matéria orçamentária em execução o Projeto/Atividade 10.304.0434.1.057 – Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para as Atividades da Vigilância Sanitária, na Modalidade de despesas sob o código nº. 4.4.90.00 – Aplicações Diretas, que consiste em: 01 (um) computador completo, 01 (um) nobreak, 01 (uma) impressora e 01(um) estabilizador para desenvolver as atividades da vigilância sanitária



de responsabilidade deste Ente Federado.

## CAPÍTULO II

### DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º. Em conformidade com o disposto no artigo anterior deste Decreto, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder, por ato próprio, a Abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais) no Orçamento Geral do Município (LOA), conforme abaixo especificado a saber:

#### 09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

##### 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.304.0434.1.057 – Aquisição de Equipamentos e Material Permanente

para as Atividades da Vigilância Sanitária

(....)4.4.90.00.00.00.00.00.3237-Aplicações

Diretas

..... R\$ 5.400,00

Total ..... R\$ 5.400,00

Art. 3º Para a cobertura do crédito permitido neste Decreto fica, igualmente, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à redução das seguintes dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes da mesma matéria orçamentária:

#### 09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

##### 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.304.0434.2.105 – ADMINISTRAÇÃO GERAL DOS BENS E SERVIÇOS

DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE / SANITÁRIA

(43)4.4.90.00.00.00.00.00.3237-Aplicações

Diretas

..... R\$ 5.400,00

Total ..... R\$ 5.400,00

## CAPÍTULO III

### DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.122, de 14 de novembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e redução introduzida neste texto legal.

## CAPÍTULO IV

### DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.132, de 11 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzida no presente Decreto.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA,

Em 11 de março de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei.

Em 11 de março de 2015.

Andréia Marafão

Secretária de Administração e Gestão

## Decreto 053/2015

DECRETO Nº. 053/2015, de 12 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA OS MEMBROS DO ÓRGÃO EXECUTIVO DE TRÂNSITO NO MUNICÍPIO DE ANCHIETA/SC – ORTRAMAN E SEUS RESPECTIVOS SUPLENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art.84, inciso III da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei nº 1.246, de 18 de Junho de 2001;

DECRETA:

Art. 1º. – Ficam nomeados os membros titulares e suplentes do Órgão Executivo de Trânsito no Município de Anchieta – SC – ORTRAMAN, composto pelas seguintes pessoas:

I – Assessor Jurídico Municipal: Andriéli Cristina de Campos

II – Assessoria de Planejamento: Eduardo Scholtze

III – Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar:

a) Titular: Valdeci Luiz Cella

b) Suplente: Ventura Wolff

IV – Polícia Militar:

a) Titular: Josemar Daltoé

b) Suplente: Franciel Luis Biazussi

V – Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE:

a) Titular: Celso Antônio Rodrigues da Costa

b) Suplente: Zenaide Inês S. de Brito

VI – Câmara de Vereadores:

a) Titular: Gilmar de Souza

b) Suplente: Jussara Santin

VII – Associação de Pais e Professores:

a) Titular: Andréia Marafão

b) Suplente: Cerlei Maria Prevedello

VIII – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente:

a) Titular: Camila Signori

b) Suplente: Sandra B. S. Scholtze

IX – Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes:

a) Titular: Lúcia Anita Foresti Cocco

b) Suplente: Leonita de Souza

X – Polícia Civil:

a) Titular: Luciano Basso

b) Suplente:

XI – Secretaria Municipal de Transporte e Obras:

a) Titular: Vilson Luiz Rossato

b) Suplente: Enio Wolfart

XII – Associação Comercial, Industrial e Serviços Anchieta de (ACISA)

a) Titular: Aldomar Antonio Moscon

b) Suplente: Débora Dalmoro

Art. 2º. – O mandato dos membros do Órgão Executivo de Trânsito será de 02 (dois) anos, compreendendo o período de março de 2015 a março de 2017.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Fica revogado na íntegra o Decreto nº. 100/2013, de 25 de junho de 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA,  
Em 12 de março de 2015.  
ARI PRESTES DE OLIVEIRA  
Prefeito

CERTIFICO, que o presente Decreto foi  
publicado nesta data e na forma da Lei.

Em 12 de março de 2015.  
Andréia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão

### **Decreto 054/2015**

DECRETO Nº. 054/2015, de 12 de março de 2015

Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 1.935,24 (um mil, novecentos e trinta e cinco reais e vinte e quatro centavos) e contém outras providências. O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.133, de 11 de dezembro de 2014 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA :

TITULO I

#### **CAPÍTULO I** **DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 1.935,24 (um mil, novecentos e trinta e cinco reais e vinte e quatro centavos), distribuídos em conformidade com os prescritos neste ato.

#### **CAPÍTULO II** **DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA**

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 1.935,24 (um mil, novecentos e trinta e cinco reais e vinte e quatro centavos), destinado a reforçar as dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes do Orçamento Geral do Município, nas seguintes contas, a saber:

11 – FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

01 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE 08.243.0021.2.300 – Administração Geral dos Bens e Serviços Criança e Adolescente

(04) 3.3.90.00.00.00.00.00.2131 -Aplicações Diretas .....

..... R\$ 1.935,24

Total .....R\$ 1.935,24

Parágrafo Único. Fica instituído para fins de lançamento contábil e geração de informações para o Tribunal de Contas deste Estado, a fonte de recursos sob nº. 2131(00.03.0131) Recursos Ordinários – Orçamentos Municipal-Superavit Financeiro, em conformidade com o disposto deste ato.

Art. 3º Para atendimento da abertura do Crédito constante deste ato fica utilizada a importância de até R\$ 1.935,24 (um mil, novecentos e trinta e cinco reais e vinte e quatro centavos), concernente ao Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2014, relativamente a Conta Bancária

"Banco do Brasil S/A, sob nº 5.669-3 – a fonte de recursos sob nº. 2131 (00.03.0131) Recursos Ordinários – Orçamentos Municipal - Superavit Financeiro, em conformidade com o disposto no art. 43, §1º, I, da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais pertinentes.

#### **CAPÍTULO III** **DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Art. 4º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.132, de 11 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Ato, relativamente às suplementações e reduções introduzidas ao presente ato.

Art. 5º Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
12 de março de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA  
Prefeito municipal

CERTIFICO que o presente ato  
foi registrado e publicado nesta  
mesma data e na forma da Lei.

Anchieta – (SC), 12/03/2015.  
Andreia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão

### **Decreto 055/2015**

DECRETO Nº. 055/2015, de 12 de março de 2015

ALTERA A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E LEI ORÇAMENTÁRIA ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA IMPORTÂNCIA DE ATÉ R\$ 99,16 ( NOVENTA E NOVE REAIS E DEZESSEIS CENTAVOS) E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS. O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.133, de 11 de dezembro de 2014 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA :

TITULO I

#### **CAPÍTULO I** **DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 99,16 ( noventa e nove reais e dezesseis centavos), distribuídos em conformidade com os prescritos neste ato.

#### **CAPÍTULO II** **DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA**

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 99,16 ( noventa e nove reais e dezesseis centavos), destinado a reforçar as dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes do Orçamento Geral do Município, nas seguintes contas, a saber:

13 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

01 - DESENVOLVIMENTO LOCAL

04.122.0021.2.050 – Administração Geral dos Bens e Serviços



Desenvolvimento Local  
(148) 3.3.90.00.00.00.00.3711 -Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 99,16  
Total .....R\$ 99,16

Parágrafo Único. Fica instituído para fins de lançamento contábil e geração de informações para o Tribunal de Contas deste Estado, a fonte de recursos sob nº. 3711(00.03.0728) Recursos Fundo de Habitação - COHAB - SUPERAVIT FINANCEIRO, em conformidade com o disposto deste ato.

Art. 3º Para atendimento da abertura do Crédito constante deste ato fica utilizada a importância de até R\$ 99,16 ( noventa e nove reais e dezesseis centavos), concernente ao Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2014, relativamente a Conta Bancária "Banco do Brasil S/A, sob nº 12.613-6 – a fonte de recursos sob nº. 3711(00.03.0728) Recursos Fundo de Habitação - COHAB - SUPERAVIT FINANCEIRO, em conformidade com o disposto no art. 43, §1º, I, da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais pertinentes.

### CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 4º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.132, de 11 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Ato, relativamente às suplementações e reduções introduzidas ao presente ato.

Art. 5º Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
12 de março de 2015.  
ARI PRESTES DE OLIVEIRA  
Prefeito municipal

CERTIFICO que o presente ato  
foi registrado e publicado nesta  
mesma data e na forma da Lei.

Anchieta – (SC), 12/03/2015.  
Andreia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão

### **Decreto 056/2015**

DECRETO Nº. 056/2015, de 27 de março de 2015

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE ATÉ R\$ 2.200,00 (DOIS MIL E DUZENTOS REAIS) E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS. O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº. 2.152, de 27 de março de 2015 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA :

### TÍTULO I CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei Orçamentária Anual Lei nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais),

em conformidade com os prescritos neste Decreto, instituindo-se para tal na matéria orçamentária em execução o Projeto / Atividade 10.301.0428.1058 – Equipamentos e Material Permanente para Atenção Básica, na Modalidade de despesas sob o código nº. 4.4.90.00 – Aplicações Diretas, tem como finalidade a aquisição de Equipamentos e Material Permanente , mais precisamente 04 (quatro) Impressoras para desenvolver as atividades na atenção básica em saúde de responsabilidade deste Ente Federado.

### CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Em conformidade com o disposto no artigo anterior deste Decreto, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à Abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais) no Orçamento Geral do Município (LOA), conforme abaixo especificado a saber:

09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA  
01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0428.1.058 – Aquisição de Equipamentos e Material Permanente  
Para Atenção Básica  
( ..... )4.4.90.00.00.00.00.0295-Aplicações Diretas R\$ 2.200,00  
Total R\$ 2.200,00

Art. 3º Para a cobertura do crédito permitido neste Decreto fica, igualmente, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à redução das seguintes dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes da mesma matéria orçamentária:

09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA  
01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0428.2.101 – Administração Geral dos Bens e Serviços de Atenção Básica  
(14) 3.3.90.00.00.00.00.0295-Aplicações Diretas R\$ 2.200,00  
Total R\$ 2.200,00

### CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4 Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.122, de 14 de novembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e redução introduzidas neste texto legal.

### CAPÍTULO IV DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.132 de 11 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e redução introduzidas no presente Decreto.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
27 de março de 2015.  
ARI PRESTES DE OLIVEIRA  
Prefeito municipal

CERTIFICO que o presente ato  
foi registrado e publicado nesta  
mesma data e na forma da Lei.

Anchieta – (SC), 27/03/2015.  
Andreia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão

**Decreto 057/2015**

DECRETO Nº. 057/2015, de 27 de março de 2015

Autoriza a Alteração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 1.650,00 (um mil, seiscentos e cinquenta reais) e contém outras providências. O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº. 2.153, de 27 de março de 2015 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA :

## TÍTULO I

## CAPÍTULO I

## DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei Orçamentária Anual Lei nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 1.650,00 (um mil, seiscentos e cinquenta reais), em conformidade com os prescritos neste Decreto, instituindo-se para tal na matéria orçamentária em execução o Projeto / Atividade 10.01.08.244.0485.1.059 – Equipamentos e Material Permanente para Atividade do Programa Bolsa Família, na Modalidade de despesas sob o código nº. 4.4.90.00 – Aplicações Diretas, tem como finalidade a aquisição de 01 impressora para as atividade do Programa Bolsa Família e o Projeto / Atividade 10.01.08.244.0485.1.061- Equipamentos e Material Permanente para Atividade do Conselho Tutelar, na Modalidade de despesas sob o código nº. 4.4.90.00 – Aplicações Diretas, tem como finalidade a aquisição de 01 impressora para as atividade do Conselho Tutelar.

## CAPÍTULO II

## DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Em conformidade com o disposto no artigo anterior deste Decreto, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à Abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 1.650,00 (um mil, seiscentos e cinquenta reais) no Orçamento Geral do Município (LOA), conforme abaixo especificado a saber:

## 10 – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

## 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.244.0485.1.059 – Equipamentos e Material Permanente para Atividade do Programa Bolsa Família

( ..... ) 4.4.90.00.00.00.00.00.2232-Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

## 02 – CRIANÇA E ADOLESCENTE

08.244.0485.1.061- Equipamentos e Material Permanente para Atividade do Conselho Tutelar

( ..... ) 4.4.90.00.00.00.00.00.0131-Aplicações Diretas R\$ 650,00  
Total R\$ 1.650,00

Art. 3º Para a cobertura do crédito permitido neste Decreto fica, igualmente, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à redução das seguintes dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes da mesma matéria orçamentária:

## 10 – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

## 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.244.0485.2207 – Administração Geral dos Bens e Serviços do Programa IGD / PBF E SUAS

(21) 3.3.90.00.00.00.00.00.2232-Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

## 02 – CRIANÇA E ADOLESCENTE

08.243.0021.2.303 - Administração Geral dos Bens e Serviços do Conselho Tutelar

(19) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131-Aplicações Diretas R\$ 650,00

Total R\$ 1.650,00

## CAPÍTULO III

## DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4 Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.122, de 14 de novembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e reduções introduzidas na presente Lei.

## CAPÍTULO IV

## DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.132 de 11 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e reduções introduzidas na presente Lei.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
27 de março de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito municipal

CERTIFICO que o presente ato  
foi registrado e publicado nesta  
mesma data e na forma da Lei.

Anchieta – (SC), 27/03/2015.

Andreia Marafão

Secretária de Administração e Gestão

**Decreto 058/2015**

DECRETO Nº. 058/2015, DE 30 DE MARÇO DE 2015.

	DESIGNA PREGOEIROS E COMPÕE EQUIPE DE APOIO PARA ATUAREM EM LICITAÇÕES NA MODALIDADE DE PREGÃO NO ÂMBITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
--	--

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Designa Comissão para atuarem como pregoeiros em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da prefeitura Municipal de Anchieta – SC, os seguintes servidores:

I – MATEUS POLONIATO

II – SANDRA BARBOSA DOS SANTOS SCHOLTZE

Parágrafo único. O Edital indicará em cada certame licitatório o Pregoeiro e seu substituto.

Art. 2º Ficam designados para atuarem como membros da Equipe de Apoio em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Anchieta – SC, os seguintes servidores:

I – IDENES MARIA FIORENTIN SCHENA  
II – DANIELA PAULA FOLETO  
III – NEORI HOPPE

Parágrafo único. O Edital indicará os membros da Equipe de Apoio para atuarem no certame, com um mínimo de três integrantes.

Art. 3º As funções de pregoeiro e Equipe de Apoio para atuarem em licitações na modalidade de pregão serão exercidas no horário de expediente da administração, não sendo remunerada.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revoga-se o Decreto n.º 022/2015, de 06 de janeiro de 2015, bem como as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC),  
Em 30 de março de 2015.  
ARI PRESTES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei.

Em 30 de março de 2015.

Andréia Marafão-Secretária de Administração e Gestão

### **Decreto 059/2015**

DECRETO Nº. 059/2015, de 30 de março de 2015.

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO LOTEAMENTO "ALTOS DA COLINA", DE PROPRIEDADE DE LOTEADORA E INCORPORADORA ANCHIETA LTDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pela Lei Complementar n. 026/2010, em seu art. 55 e seguintes;

Considerando o projeto do FUTURO LOTEAMENTO "ALTOS DA COLINA", que será constituído por parte das chácaras nº 67, 68 e 69 com área total de 31.870,06 m2, sem benfeitorias, situadas na Zona Urbana desta cidade, matriculado no registro de imóveis sob o nº05.334, Comarca de Anchieta, Estado de Santa Catarina, de propriedade de LOTEADORA E INCORPORADORA ANCHIETA LTDA, com o respectivo memorial descritivo e ART, aprovado pela área técnica do Município;

### **DECRETA**

Art. 1º. Fica aprovado o LOTEAMENTO "ALTOS DA COLINA", que será constituído por parte das chácaras nº 67, 68 e 69 com área total de 31.870,06 m2, sem benfeitorias, situadas na Zona Urbana desta cidade, matriculado no registro de imóveis sob o nº 05.334, Comarca de Anchieta, Estado de Santa Catarina, de propriedade de LOTEADORA E INCORPORADORA ANCHIETA LTDA, representada por Joanival Camargo, portador do CPF nº 777.649.279-53 e RG nº 2644252, brasileiro, corretor de imóveis, residente e domiciliado na cidade de Anchieta/SC.

§1º As áreas do loteamento serão dispostas da seguinte forma:

#### **I- ÁREAS CONFRONTANTES:**

NOROESTE: Com parte da chacara nº67 na ext. de 153,090m  
NORDESTE: Com parte da chacara nº67 na ext. de 54,064m, com parte da chacara nº68 na ext. de 77,881m e com parte da chacara nº69 na ext. de 83,835m

SUDOESTE: Com parte da chacara nº64 de Ivo José Scholtze na ext. de 164,176m e por uma Estrada geral

SUDESTE: Com parte da chacara nº70 de João Lourenço na ext. de 93,283m

#### **II - LOTEAMENTO**

##### **QUADRA Nº01**

##### **1 – LOTE URBANO Nº01 COM ÁREA TOTAL DE 406,33 M2**

NOROESTE; Com a Rua A na ext. de 14,001m

NORDESTE; Com uma Área Verde na ext. de 30,469m

SUDOESTE; Com o lote urbano nº02 na ext. de 29,728m

SUDESTE; Com parte da chacara nº69 na ext. de 13,532m

##### **2 – LOTE URBANO Nº02 COM ÁREA TOTAL DE 396,82 M2**

NOROESTE; Com a Rua A na ext. de 13,501m

NORDESTE; Com o lote urbano nº01 na ext. de 29,728m

SUDOESTE; Com o lote urbano nº03 na ext. de 29,059m

SUDESTE; Com parte da chacara nº69 na ext. de 13,527m

##### **3 – LOTE URBANO Nº03 COM ÁREA TOTAL DE 632,47 M2**

NOROESTE; Com a Rua A na ext. de 37,419m

NORDESTE; Com o lote urbano n.º 02 na ext. de 29,059m

SUDOESTE; Com a Estrada Geral na ext. de 41,362m

SUDESTE; Com parte da chacara nº69 na ext. de 7,931m

##### **QUADRA Nº02**

##### **1 - LOTE URBANO Nº01 COM ÁREA TOTAL DE 533,18M2**

NOROESTE; Com a Rua C na ext. de 23,475m

NORDESTE; Com uma Área de Preservação Permanente com o desenvolvimento em arco na ext. de 17,444m

SUDOESTE; Com a Rua D na ext. de 33,733m

SUDESTE; Com uma Área de Preservação Permanente com o desenvolvimento em arco na ext. de 27,679m

##### **2 - LOTE URBANO Nº02 COM ÁREA TOTAL DE 694,50M2**

NOROESTE; Com uma Área de Preservação Permanente com o desenvolvimento em arco na ext. de 32,656m

NORDESTE; Com parte da chacara nº69 na ext. de 19,463m

SUDOESTE; Com a Rua D na ext. de 36,701m

SUDESTE; Com a Rua A na ext. de 26,513m

##### **QUADRA Nº03**

##### **1 – LOTE URBANO Nº01 COM ÁREA TOTAL DE 450,00M2**

NOROESTE; Com o lote urbano nº18 na ext. de 15,00m

NORDESTE; Com a Rua D na ext. de 30,00m

SUDOESTE; Com o lote urbano nº02 na ext. de 30,00m

SUDESTE; Com a Rua A na ext. de 15,00m

##### **2 – LOTE URBANO Nº02 COM ÁREA TOTAL DE 360,00M2**

NOROESTE; Com o lote urbano nº17 na ext. de 12,00m

NORDESTE; Com o lote urbano nº01 na ext. de 30,00m

SUDOESTE; Com o lote urbano nº03 na ext. de 30,00m

SUDESTE; Com a Rua A na ext. de 12,00m

##### **3 – LOTE URBANO Nº03 COM ÁREA TOTAL DE 360,00M2**

NOROESTE; Com o lote urbano nº16 na ext. de 12,00m

NORDESTE; Com o lote urbano nº02 na ext. de 30,00m

SUDOESTE; Com o lote urbano nº04 na ext. de 30,00m  
SUDESTE; Com a Rua A na ext. de 12,00m

**4 – LOTE URBANO Nº04 COM ÁREA TOTAL DE 360,00M2**

NOROESTE; Com o lote urbano nº15 na ext. de 12,00m  
NORDESTE; Com o lote urbano nº03 na ext. de 30,00m  
SUDOESTE; Com o lote urbano nº05 na ext. de 30,00m  
SUDESTE; Com a Rua A na ext. de 12,00m

**5 – LOTE URBANO Nº05 COM ÁREA TOTAL DE 360,00M2**

NOROESTE; Com o lote urbano nº14 na ext. de 12,00m  
NORDESTE; Com o lote urbano nº04 na ext. de 30,00m  
SUDOESTE; Com o lote urbano nº06 na ext. de 30,00m  
SUDESTE; Com a Rua A na ext. de 12,00m

**6 – LOTE URBANO Nº06 COM ÁREA TOTAL DE 360,00M2**

NOROESTE; Com o lote urbano nº13 na ext. de 12,00m  
NORDESTE; Com o lote urbano nº05 na ext. de 30,00m  
SUDOESTE; Com o lote urbano nº07 na ext. de 30,00m  
SUDESTE; Com a Rua A na ext. de 12,00m

**7 – LOTE URBANO Nº07 COM ÁREA TOTAL DE 360,00M2**

NOROESTE; Com o lote urbano nº12 na ext. de 12,00m  
NORDESTE; Com o lote urbano nº06 na ext. de 30,00m  
SUDOESTE; Com o lote urbano nº08 na ext. de 30,00m  
SUDESTE; Com a Rua A na ext. de 12,00m

**8 – LOTE URBANO Nº08 COM ÁREA TOTAL DE 360,00M2**

NOROESTE; Com o lote urbano nº11 na ext. de 12,00m  
NORDESTE; Com o lote urbano nº07 na ext. de 30,00m  
SUDOESTE; Com o lote urbano nº09 na ext. de 30,00m  
SUDESTE; Com a Rua A na ext. de 12,00m

**09 – LOTE URBANO Nº09 COM ÁREA TOTAL DE 440,53M2**

NOROESTE; Com o lote urbano nº10 na ext. de 14,667m  
NORDESTE; Com o lote urbano nº08 na ext. de 30,00m  
SUDOESTE; Com parte da chácara nº64 na ext. de 30,00m  
SUDESTE; Com a Rua A na ext. de 14,702m

**10 – LOTE URBANO Nº10 COM ÁREA TOTAL DE 439,48M2**

NOROESTE; Com a Rua B na ext. de 14,632m  
NORDESTE; Com o lote urbano nº11 na ext. de 30,00m  
SUDOESTE; Com parte da chácara nº64 na ext. de 30,00m  
SUDESTE; Com o lote urbano nº09 na ext. de 14,667m

**11 – LOTE URBANO Nº11 COM ÁREA TOTAL DE 360,00M2**

NOROESTE; Com a Rua B na ext. de 12,00m  
NORDESTE; Com o lote urbano nº12 na ext. de 30,00m  
SUDOESTE; Com o lote urbano nº10 na ext. de 30,00m  
SUDESTE; Com o lote urbano nº08 na ext. de 12,00m

**12 – LOTE URBANO Nº12 COM ÁREA TOTAL DE 360,00M2**

NOROESTE; Com a Rua B na ext. de 12,00m  
NORDESTE; Com o lote urbano nº13 na ext. de 30,00m  
SUDOESTE; Com o lote urbano nº11 na ext. de 30,00m  
SUDESTE; Com o lote urbano nº07 na ext. de 12,00m

**13 – LOTE URBANO Nº13 COM ÁREA TOTAL DE 360,00M2**

NOROESTE; Com a Rua B na ext. de 12,00m

NORDESTE; Com o lote urbano nº14 na ext. de 30,00m  
SUDOESTE; Com o lote urbano nº12 na ext. de 30,00m  
SUDESTE; Com o lote urbano nº06 na ext. de 12,00m

**14 – LOTE URBANO Nº14 COM ÁREA TOTAL DE 360,00M2**

NOROESTE; Com a Rua B na ext. de 12,00m  
NORDESTE; Com o lote urbano nº15 na ext. de 30,00m  
SUDOESTE; Com o lote urbano nº13 na ext. de 30,00m  
SUDESTE; Com o lote urbano nº05 na ext. de 12,00m

**15 – LOTE URBANO Nº15 COM ÁREA TOTAL DE 360,00M2**

NOROESTE; Com a Rua B na ext. de 12,00m  
NORDESTE; Com o lote urbano nº16 na ext. de 30,00m  
SUDOESTE; Com o lote urbano nº14 na ext. de 30,00m  
SUDESTE; Com o lote urbano nº04 na ext. de 12,00m

**16 – LOTE URBANO Nº16 COM ÁREA TOTAL DE 360,00M2**

NOROESTE; Com a Rua B na ext. de 12,00m  
NORDESTE; Com o lote urbano nº17 na ext. de 30,00m  
SUDOESTE; Com o lote urbano nº15 na ext. de 30,00m  
SUDESTE; Com o lote urbano nº03 na ext. de 12,00m

**17 – LOTE URBANO Nº17 COM ÁREA TOTAL DE 360,00M2**

NOROESTE; Com a Rua B na ext. de 12,00m  
NORDESTE; Com o lote urbano nº18 na ext. de 30,00m  
SUDOESTE; Com o lote urbano nº16 na ext. de 30,00m  
SUDESTE; Com o lote urbano nº02 na ext. de 12,00m

**18 – LOTE URBANO Nº18 COM ÁREA TOTAL DE 450,00M2**

NOROESTE; Com a Rua B na ext. de 15,00m  
NORDESTE; Com a Rua D na ext. de 30,00m  
SUDOESTE; Com o lote urbano nº17 na ext. de 30,00m  
SUDESTE; Com o lote urbano nº01 na ext. de 15,00m

**QUADRA Nº04**

**1 – LOTE URBANO Nº01 COM ÁREA TOTAL DE 450,00M2**

NOROESTE; Com o lote urbano nº18 na ext. de 15,00m  
NORDESTE; Com a Rua D na ext. de 30,00m  
SUDOESTE; Com o lote urbano nº02 na ext. de 30,00m  
SUDESTE; Com a Rua B na ext. de 15,00m

**2 – LOTE URBANO Nº02 COM ÁREA TOTAL DE 360,00M2**

NOROESTE; Com o lote urbano nº17 na ext. de 12,00m  
NORDESTE; Com o lote urbano nº01 na ext. de 30,00m  
SUDOESTE; Com o lote urbano nº03 na ext. de 30,00m  
SUDESTE; Com a Rua B na ext. de 12,00m

**3 – LOTE URBANO Nº03 COM ÁREA TOTAL DE 360,00M2**

NOROESTE; Com o lote urbano nº16 na ext. de 12,00m  
NORDESTE; Com o lote urbano nº02 na ext. de 30,00m  
SUDOESTE; Com o lote urbano nº04 na ext. de 30,00m  
SUDESTE; Com a Rua B na ext. de 12,00m

**4 – LOTE URBANO Nº04 COM ÁREA TOTAL DE 360,00M2**

NOROESTE; Com o lote urbano nº15 na ext. de 12,00m  
NORDESTE; Com o lote urbano nº03 na ext. de 30,00m  
SUDOESTE; Com o lote urbano nº05 na ext. de 30,00m  
SUDESTE; Com a Rua B na ext. de 12,00m



**5 – LOTE URBANO Nº05 COM ÁREA TOTAL DE 360,00M2**

NOROESTE; Com o lote urbano nº14 na ext. de 12,00m  
 NORDESTE; Com o lote urbano nº04 na ext. de 30,00m  
 SUDOESTE; Com o lote urbano nº06 na ext. de 30,00m  
 SUDESTE; Com a Rua B na ext. de 12,00m

**6 – LOTE URBANO Nº06 COM ÁREA TOTAL DE 360,00M2**

NOROESTE; Com o lote urbano nº13 na ext. de 12,00m  
 NORDESTE; Com o lote urbano nº05 na ext. de 30,00m  
 SUDOESTE; Com o lote urbano nº07 na ext. de 30,00m  
 SUDESTE; Com a Rua B na ext. de 12,00m

**7 – LOTE URBANO Nº07 COM ÁREA TOTAL DE 375,00M2**

NOROESTE; Com o lote urbano nº12 na ext. de 12,50m  
 NORDESTE; Com o lote urbano nº06 na ext. de 30,00m  
 SUDOESTE; Com o lote urbano nº08 na ext. de 30,00m  
 SUDESTE; Com a Rua B na ext. de 12,50m

**8 – LOTE URBANO Nº08 COM ÁREA TOTAL DE 375,00M2**

NOROESTE; Com o lote urbano nº11 na ext. de 12,50m  
 NORDESTE; Com o lote urbano nº07 na ext. de 30,00m  
 SUDOESTE; Com o lote urbano nº09 na ext. de 30,00m  
 SUDESTE; Com a Rua B na ext. de 12,50m

**09 – LOTE URBANO Nº09 COM ÁREA TOTAL DE 408,00M2**

NOROESTE; Com o lote urbano nº10 na ext. de 13,582m  
 NORDESTE; Com o lote urbano nº08 na ext. de 30,00m  
 SUDOESTE; Com parte da chácara nº64 na ext. de 30,00m  
 SUDESTE; Com a Rua B na ext. de 13,618m

**10 – LOTE URBANO Nº10 COM ÁREA TOTAL DE 406,95M2**

NOROESTE; Com a Rua C na ext. de 13,547m  
 NORDESTE; Com o lote urbano nº11 na ext. de 30,00m  
 SUDOESTE; Com parte da chácara nº64 na ext. de 30,00m  
 SUDESTE; Com o lote urbano nº09 na ext. de 13,582m

**11 – LOTE URBANO Nº11 COM ÁREA TOTAL DE 375,00M2**

NOROESTE; Com a Rua C na ext. de 12,50m  
 NORDESTE; Com o lote urbano nº12 na ext. de 30,00m  
 SUDOESTE; Com o lote urbano nº10 na ext. de 30,00m  
 SUDESTE; Com o lote urbano nº08 na ext. de 12,50m

**12 – LOTE URBANO Nº12 COM ÁREA TOTAL DE 375,00M2**

NOROESTE; Com a Rua C na ext. de 12,50m  
 NORDESTE; Com o lote urbano nº13 na ext. de 30,00m  
 SUDOESTE; Com o lote urbano nº11 na ext. de 30,00m  
 SUDESTE; Com o lote urbano nº07 na ext. de 12,50m

**13 – LOTE URBANO Nº13 COM ÁREA TOTAL DE 360,00M2**

NOROESTE; Com a Rua C na ext. de 12,00m  
 NORDESTE; Com o lote urbano nº14 na ext. de 30,00m  
 SUDOESTE; Com o lote urbano nº12 na ext. de 30,00m  
 SUDESTE; Com o lote urbano nº06 na ext. de 12,00m

**14 – LOTE URBANO Nº14 COM ÁREA TOTAL DE 360,00M2**

NOROESTE; Com a Rua C na ext. de 12,00m  
 NORDESTE; Com o lote urbano nº15 na ext. de 30,00m  
 SUDOESTE; Com o lote urbano nº13 na ext. de 30,00m  
 SUDESTE; Com o lote urbano nº05 na ext. de 12,00m

**15 – LOTE URBANO Nº15 COM ÁREA TOTAL DE 360,00M2**

NOROESTE; Com a Rua C na ext. de 12,00m  
 NORDESTE; Com o lote urbano nº16 na ext. de 30,00m  
 SUDOESTE; Com o lote urbano nº14 na ext. de 30,00m  
 SUDESTE; Com o lote urbano nº04 na ext. de 12,00m

**16 – LOTE URBANO Nº16 COM ÁREA TOTAL DE 360,00M2**

NOROESTE; Com a Rua C na ext. de 12,00m  
 NORDESTE; Com o lote urbano nº17 na ext. de 30,00m  
 SUDOESTE; Com o lote urbano nº15 na ext. de 30,00m  
 SUDESTE; Com o lote urbano nº03 na ext. de 12,00m

**17 – LOTE URBANO Nº17 COM ÁREA TOTAL DE 360,00M2**

NOROESTE; Com a Rua C na ext. de 12,00m  
 NORDESTE; Com o lote urbano nº18 na ext. de 30,00m  
 SUDOESTE; Com o lote urbano nº16 na ext. de 30,00m  
 SUDESTE; Com o lote urbano nº02 na ext. de 12,00m

**18 – LOTE URBANO Nº18 COM ÁREA TOTAL DE 450,00M2**

NOROESTE; Com a Rua C na ext. de 15,00m  
 NORDESTE; Com a Rua D na ext. de 30,00m  
 SUDOESTE; Com o lote urbano nº17 na ext. de 30,00m  
 SUDESTE; Com o lote urbano nº01 na ext. de 15,00m

**QUADRA Nº05****01 – LOTE URBANO Nº01 COM ÁREA TOTAL DE 450,40M2**

NOROESTE; Com parte da chácara nº67 na ext. de 21,926m  
 NORDESTE; Com a Rua D na ext. de 20,586m  
 SUDOESTE; Com o lote urbano nº02 na ext. de 20,486m  
 SUDESTE; Com a Rua D na ext. de 21,941m

**02 – LOTE URBANO Nº02 COM ÁREA TOTAL DE 410,85M2**

NOROESTE; Com parte da chácara nº67 na ext. de 20,101m  
 NORDESTE; Com o lote urbano nº01 na ext. de 20,486m  
 SUDOESTE; Com o lote urbano nº03 na ext. de 20,395m  
 SUDESTE; Com a Rua C na ext. de 20,102m

**03 – LOTE URBANO Nº03 COM ÁREA TOTAL DE 425,25M2**

NOROESTE; Com parte da chácara nº67 na ext. de 20,901m  
 NORDESTE; Com o lote urbano nº02 na ext. de 20,395m  
 SUDOESTE; Com o lote urbano nº04 na ext. de 20,299m  
 SUDESTE; Com a Rua C na ext. de 20,902m

**04 – LOTE URBANO Nº04 COM ÁREA TOTAL DE 364,65M2**

NOROESTE; Com parte da chácara nº67 na ext. de 18,001m  
 NORDESTE; Com o lote urbano nº03 na ext. de 20,299m  
 SUDOESTE; Com a Área Pública na ext. de 20,217m  
 SUDESTE; Com a Rua C na ext. de 18,002m

**05 – LOTE URBANO Nº06 COM ÁREA TOTAL DE 361,21M2**

NOROESTE; Com parte da chácara nº67 na ext. de 18,001m  
 NORDESTE; Com a Área Pública na ext. de 20,108m  
 SUDOESTE; Com o lote urbano nº06 na ext. de 20,026m  
 SUDESTE; Com a Rua C na ext. de 18,002m

**06 – LOTE URBANO Nº06 COM ÁREA TOTAL DE 361,52M2**

NOROESTE; Com parte da chácara nº67 na ext. de 18,084m  
 NORDESTE; Com o lote urbano nº05 na ext. de 20,026m  
 SUDOESTE; Com parte da chácara nº64 na ext. de 19,943m

SUDESTE; Com a Rua C na ext. de 18,096m

### III- ÁREA VERDE COM ÁREA TOTAL DE 2.346,23 M2

NOROESTE; Com a Rua A na ext. de 66,280m

NORDESTE; Com parte da chácara nº69 na ext. de 36,129m

SUDOESTE; Com uma Área Pública na ext. de 30,469m e com parte da chácara nº69 na ext. de 5,60m

SUDESTE; Com parte da chácara nº69 na ext. de 9,45m e com parte da chácara nº70 na ext. de 56,303m

### IV- ÁREA PÚBLICA COM ÁREA TOTAL DE 483,91M2

NOROESTE; Com parte da chácara nº67 na ext. de 24,001m

NORDESTE; Com o lote urbano nº04 na ext. de 20,217m

SUDOESTE; Com o lote urbano nº05 na ext. de 20,108m

SUDESTE; Com a Rua C na ext. de 24,002m

Art. 2º. As despesas decorrentes para a execução do presente Decreto correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento municipal, vigente em cada exercício financeiro.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revoga-se o Decreto n.º 170/2013, de 07 de novembro de 2013.

Prefeitura Municipal de Anchieta (SC), 30 de março de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei em 30 de março de 2015.

Andréia Marafão Secretária de Administração e Gestão

## Decreto 060/2015

DECRETO Nº. 060/2015, de 08 de abril de 2015.

<p>Autoriza a Alteração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual através da abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 12.400,00 (doze mil e quatrocentos reais) e contém outras providências.</p>	
--	--

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº. 2.156, de 08 de abril de 2015 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:

### TÍTULO I

#### CAPÍTULO I

#### DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei Orçamentária Anual Lei nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 12.400,00 (doze mil e quatrocentos reais), objetivando suplementar dotações orçamentárias para o exercício em curso, no atendimento de despesas com aquisição de Equipamentos e Material Permanente, mais precisamente para aquisição de ares condicionados e mobiliários em geral para ser utilizados em diversos setores da Administração Municipal.

### CAPÍTULO II

### DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Em conformidade com o disposto no artigo anterior deste Decreto, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 12.400,00 (doze mil e quatrocentos reais) no Orçamento Geral do Município (LOA), conforme abaixo especificado a saber:

#### 02 - PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

##### 01 – GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

04.122.0043.2004 – Administração Geral dos Bens e Serviços do Gabinete do Prefeito

(06) 4.4.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas .....  
R\$ 1.800,00

#### 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

##### 02 – LICITAÇÕES E CONTRATOS

04.122.0021.2009 – Administração Geral dos Bens e Serviços De Licitações e Contratos

(19) 4.4.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas .....  
R\$ 700,00

#### 04 – SECRETARIA DA FAZENDA

##### 01 – FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

04.129.0030.2010 – Administração Geral dos Bens e Serviços Da Unidade Finanças, Tributação e Fiscalização

(23) 4.4.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas .....  
R\$ 7.900,00

#### 02 – CONTADORIA GERAL

04.124.0032.2012 – Administração Geral dos Bens e Serviços Da Contadoria Geral do Município

(27) 4.4.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas .....  
R\$ 1.800,00

Total ..... R\$ 12.400,00

Art. 3º Para a cobertura do crédito permitido neste Decreto fica, igualmente, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à redução das seguintes dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes da mesma matéria orçamentária:

#### 02 - PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

##### 01 – GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

04.122.0043.2004 – Administração Geral dos Bens e Serviços do Gabinete do Prefeito

(05) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas .....  
R\$ 1.800,00

#### 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

##### 01 – ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

04.122.0021.2008 – Administração Geral dos Bens e Serviços Da Secretaria de Administração

(16) 4.4.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas .....  
R\$ 5.000,00

#### 02 – LICITAÇÕES E CONTRATOS

04.122.0021.2009 – Administração Geral dos Bens e Serviços De Licitações e Contratos

(18) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas .....  
R\$ 700,00

#### 04 – SECRETARIA DA FAZENDA

##### 01 – FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

04.129.0030.2010 – Administração Geral dos Bens e Serviços Da Unidade Finanças, Tributação e Fiscalização

(21) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas .....  
R\$ 2.900,00

#### 02 – CONTADORIA GERAL



04.124.0032.2012 – Administração Geral dos Bens e Serviços  
Da Contadoria Geral do Município  
(26) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas .....  
R\$ 1.800,00  
Total ..... R\$ 12.400,00

### CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.122, de 14 de novembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e redução introduzidas neste texto legal.

### CAPÍTULO IV DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.132 de 11 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e reduções introduzidas no presente Decreto.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA,  
Em 08 de abril de 2015.  
ARI PRESTES DE OLIVEIRA  
Prefeito

CERTIFICO, que o presente Decreto foi  
publicado nesta data e na forma da Lei.

Em 08 de abril de 2015.  
Andréia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão

## Decreto 061/2015

DECRETO Nº. 061/2015, de 08 de abril de 2015.

<p>AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE ATÉ R\$ 3.500,00 (TRÊS MIL QUINHENTOS REAIS) E CONTEM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p>	
--	--

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº. 2.158, de 08 de abril de 2015 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:

### TÍTULO I CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei Orçamentária Anual Lei nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 3.500,00 (três mil quinhentos reais), em conformidade com os prescritos neste Decreto, instituindo-se para tal na matéria orçamentária em execução o Projeto / Atividade 09.01.10.304.0434.1062 – Equipamentos e Material Permanente – Portaria 2.363/2012 – na Modalidade de despesas sob o código

nº. 4.4.90.00 – Aplicações Diretas, tem como finalidade a aquisição de Equipamentos e Material Permanente que consiste em 01 (um) Computador para desenvolver as atividades no setor de vigilância epidemiológica de responsabilidade deste Ente Federado.

### CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Em conformidade com o disposto no artigo anterior deste Decreto, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à Abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 3.500,00 (três mil quinhentos reais) no Orçamento Geral do Município (LOA), conforme abaixo especificado a saber:

#### 09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

##### 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.304.0434.1.062 – Aquisição de Equipamentos e Material Permanente

Cfe. Portaria 2.363/2012

( ..... )4.4.90.00.00.00.00.00.0141 - Aplicações Diretas R\$ 2.200,00

( ..... )4.4.90.00.00.00.00.00.2234-Aplicações Diretas R\$ 1.300,00

Total R\$ 3.500,00

Parágrafo Único: Fica instituída a Fonte de Recursos 0141 (00.01.0141) intitulada de Transferência de Recursos Estado Saúde - Port. Nº. 2363/2012 e a Fonte de Recursos 2234 (00.03.0234) intitulada como Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS-VIG.SAN-AÇOES ESTRUTURANTES - Superavit Financeiro.

Art. 3º Para atendimento parcial da Abertura de Crédito de que trata o presente ato, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal permitido a utilizar o produto do excesso de arrecadação de recursos provenientes do Fundo Estadual de Saúde, através da Portaria GM/MS Nº 2.363, de 18 de outubro de 2012, no valor de R\$ 2.200,00(dois mil e duzentos reais), concernente a nova fonte receitaria sob código 4.2.4.72.99.03 – Outras Transferências de Convenio dos Estados – Portaria Nº. 2.363.2012 - saúde, Recurso sob código nº. 0141 – (00.01.0141), conforme disposto no inciso II do § 1º, e § 3º da Lei Federal 4.320/64 e demais Constitucionais e Legais vigentes.

Art. 4º Para a cobertura Complementar do Crédito autorizado no artigo anterior deste ato e correspondente a parte deste Ente Federado fica autorizado a proceder a redução da seguinte conta orçamentária

#### 09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

##### 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.304.0434.2.105 – ADMINISTRAÇÃO GERAL DOS BENS E SERVIÇOS

DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE / SANITÁRIA

(46) 3.3.90.00.00.00.00.00.2234-Aplicações Diretas R\$ 1.300,00

### CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 5º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.122, de 14 de novembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e redução introduzidas neste texto legal.

### CAPÍTULO IV DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 6º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.132 de 11 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e redução introduzidos no presente Decreto.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA,  
Em 08 de abril de 2015.  
ARI PRESTES DE OLIVEIRA  
Prefeito

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei.

Em 08 de março de 2015.  
Andréia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão

## **Decreto 062/2015**

DECRETO Nº. 062/2015, de 08 de abril de 2015.

Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 12.200,00 (doze mil e duzentos reais) e contém outras providências. O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.133, de 11 de dezembro de 2014 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA :

### **TÍTULO I**

#### **CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 12.200,00 (doze mil e duzentos reais), distribuídos em conformidade com os prescritos neste ato.

#### **CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA**

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 12.200,00 (doze mil e duzentos reais), destinado a reforçar as dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes do Orçamento Geral do Município, nas seguintes contas, a saber:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
03 – ENSINO INFANTIL  
12.365.0427.2.022 – Administração Geral dos Bens e Serviços Programa de Alimentação Escolar no Ensino Infantil  
(62) 3.3.90.00.00.00.00.0117 -Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 6.600,00

12.365.0427.2.023 – Administração Geral dos Bens e Serviços Programa de Alimentação Escolar - CRECHE  
(65) 3.3.90.00.00.00.00.0117 -Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 5.600,00  
Total .....R\$ 12.200,00

Art. 3º Para o atendimento do Crédito aberto no artigo anterior deste ato fica utilizado o produto do provável Excesso de Arrecadação no exercício financeiro de 2014, no valor de até R\$ 12.200,00 (doze mil e duzentos reais), atinente a execução orçamentária do Orçamento Geral deste Ente Federado, concernente a nova

fonte receitaria sob código 4.1.2.1.35.03 –Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE, Recurso sob nº.117 (00.01.0117), Banco do Brasil S/A, Conta Corrente nº. 10.921-5, em conformidade com o disposto no art. 9º, da Lei Municipal nº Lei Orçamentária nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, Lei Federal nº. 4.320/64 art. 43, inciso II do § 1º e § 3º, e demais dispositivos constitucionais e legais em vigência.

#### **CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Art. 4º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.132, de 11 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Ato, relativamente às suplementações e reduções introduzidas ao presente ato.

Art. 5º Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
08 de abril de 2015.  
ARI PRESTES DE OLIVEIRA  
Prefeito municipal

CERTIFICO que o presente ato foi registrado e publicado nesta mesma data e na forma da Lei.

Anchieta – (SC), 08/04/2015  
Andreia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão

## **Decreto 063/2015**

DECRETO Nº. 063/2015, de 23 de abril de 2015.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA IMPORTÂNCIA DE ATÉ R\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS) E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
--

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº. 2.162, de 23 de abril de 2015 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:

#### **TÍTULO I CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Art. 1º Fica alterada a Lei Orçamentária Anual Lei nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), objetivando suplementar dotações orçamentárias para o exercício em curso, no atendimento de despesas com aquisição de Imóvel para área Industrial do Município.

#### **CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA**

Art. 2º Em conformidade com o disposto no artigo anterior deste Decreto, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) no Orçamento Geral do Município (LOA), conforme abaixo especificado a saber:

#### 13 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

##### 01 – DESENVOLVIMENTO LOCAL

22.661.0349.1.046 – AQUISIÇÃO DE IMÓVEL PARA ÁREA INDUSTRIAL

##### DO MUNICÍPIO

(117) 4.4.90.00.00.00.00.0294 - Aplicações Diretas  
..... R\$ 150.000,00

Total ..... R\$ 150.000,00

Art. 3º Para a cobertura do crédito permitido neste Decreto fica, igualmente, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à redução das seguintes dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes da mesma matéria orçamentária:

#### 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

##### 02 – ENSINO FUNDAMENTAL

12.361.0188.1.045 – AQUISIÇÃO DE IMÓVEL PARA CONSTRUÇÃO DE ESCOLA DO ENSINO FUNDAMENTAL

(33) 4.4.90.00.00.00.00.0294 - Aplicações Diretas  
..... R\$ 150.000,00

Total ..... R\$ 150.000,00

#### CAPÍTULO III

##### DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.122, de 14 de novembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e reduções introduzidas neste texto legal.

#### CAPÍTULO IV

##### DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.132 de 11 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e reduções introduzidas no presente Decreto.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA,

Em 23 de abril de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei.

Em 23 de março de 2015.

Andréia Marafão

Secretária de Administração e Gestão

#### **Decreto 064/2015**

DECRETO Nº. 64/2015, de 23 de abril de 2015

Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 114.580,85 (cento e quatorze mil, quinhentos e oitenta reais e oitenta e cinco centavos) e contém outras providências. O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Or-

çamentária Municipal sob nº 2.133, de 11 de dezembro de 2014 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA :

#### TÍTULO I

##### CAPÍTULO I

##### DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 114.580,85 (cento e quatorze mil, quinhentos e oitenta reais e oitenta e cinco centavos), distribuídos em conformidade com os prescritos neste ato.

##### CAPÍTULO II

##### DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 114.580,85 (cento e quatorze mil, quinhentos e oitenta reais e oitenta e cinco centavos), destinado a reforçar as dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes do Orçamento Geral do Município, nas seguintes contas, a saber:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

02 – ENSINO FUNDAMENTAL

12.361.0188.2.014 – Administração Geral Bens e Serviços do Ensino Fundamental

(149) 3.3.90.00.00.00.00.1115 -Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 86.641,20

03 – ENSINO INFANTIL

12.365.0185.2.019 – Administração Geral Bens e Serviços do Ensino Infantil

(150) 3.3.90.00.00.00.00.1115 -Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 27.939,65

Total .....R\$ 114.580,65

Parágrafo Único. Fica instituído para fins de lançamento contábil e geração de informações para o Tribunal de Contas deste Estado, a fonte de recursos sob nº. 1115 - (00.03.0115) Transferências Direta do FNDE – Salário Educação - Superavit, em conformidade com o disposto deste ato.

Art. 3º Para atendimento da abertura do Crédito constante deste ato fica utilizada a importância de até R\$ 114.580,85 (cento e quatorze mil, quinhentos e oitenta reais e oitenta e cinco centavos ), concernente ao Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2014, relativamente a Conta Bancária "Banco do Brasil S/A, sob nº 8.952-4 – Rubrica nº 4.1.7.21.35.01 – Transferência Direta do FNDE – SALARIO EDUCAÇÃO sob a fonte de recursos sob nº. 1115 - (00.03.0115) Transferência Direta do FNDE – SALARIO EDUCAÇÃO – Superavit Financeiro em conformidade com o disposto no art. 43, §1º, I, da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais pertinentes.

##### CAPÍTULO III

##### DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.132, de 11 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Ato, relativamente às suplementações e reduções introduzidas ao presente ato.

Art. 6º Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
23 de abril de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito municipal

CERTIFICO que o presente ato  
foi registrado e publicado nesta  
mesma data e na forma da Lei.

Anchieta – (SC), 23/04/2015.

Andreia Marafão

Secretária de Administração e Gestão

### Decreto 065/2015

DECRETO Nº 065/2015, DE 30 DE ABRIL DE 2015.

HOMOLOGA O DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES RELATIVAS AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais e de conformidade com os dispositivos da Lei Orgânica;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o deferimento e indeferimento das inscrições dos candidatos abaixo relacionados, referente ao Concurso Público n. 001/2015 da Prefeitura Municipal de Anchieta – SC, conforme segue:

ADVO- GADO - Mo- dali- dade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
77130	Adalberto Luiz Klauck	DEFERIDA
75822	Adriane Cristine Cenci	DEFERIDA
75814	Alexsandro Santin Martins	DEFERIDA
76905	Aline Lamberty	DEFERIDA
76873	Ana Elise Morais Marques	DEFERIDA
78390	Barbara Scheibe	DEFERIDA
75411	Carla Roberta Schwantes Hachmann	DEFERIDA
78770	Carlos Alexandre Paulino Sasamine	DEFERIDA
75807	Cynthia Maria Schroeder	DEFERIDA
78772	Danielli Mayer Cassol	DEFERIDA
78606	Edilene Rodrigues	DEFERIDA
76816	Elisangela Fetter	DEFERIDA
78707	Elmo Moscon	DEFERIDA
76462	Fernanda De Vargas	DEFERIDA
75803	Giovani Spinelli De Almeida	DEFERIDA
78295	Janeska Madalosso De Souza	DEFERIDA
78778	Janieli Pereira	DEFERIDA
78724	Jean Carlos Ribeiro	DEFERIDA
76365	Jonatan Walker	DEFERIDA
76415	Juliane Maria Pedan	DEFERIDA
78030	Kamila Salvi	DEFERIDA
78719	Karoline Buss Gesser	DEFERIDA
71133	Keli Cristina Maldaner	DEFERIDA
78791	Luana Egide Vezaro	DEFERIDA

75961	Marcelo Luiz Schmitt	DEFERIDA
77074	Michele Beal	DEFERIDA
78191	Narjara Soder	DEFERIDA
78757	Natani Christani	DEFERIDA
76181	Paula Pires Da Silva	DEFERIDA
78643	Priscila De Mattos	DEFERIDA
76978	Ricardo Jose De Souza	DEFERIDA
78734	Ricardo Papaleo Berwanger	DEFERIDA
78717	Rodrigo Antunes Paris	DEFERIDA
76960	Sirlei Veiga Hamerschmitt	DEFERIDA
77199	Tatiane Julia Daneluz Alberton	DEFERIDA

Art. 2º - Por este instrumento ficam indeferidas, por não atenderem as instruções contidas no Edital de Concurso Público n. 001/2015, do Município de Anchieta - SC, as seguintes inscrições:

ADVO- GADO - Modali- dade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
76346	Alexandre Miguel Gavazini	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
76512	Ana Cristina Fogaca	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
77766	Andreia Marafao Garlet	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
77953	Camila Baronio	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
76373	Claudemir Luiz Parmigiani	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
77060	Cristiane Meichein Macaneiro	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
76393	Cristiane Villasanti Fagundes	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
78658	Cristiano Antonio De Campos	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
78155	Cristiano Da Silva	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
76247	Daiane Pagno	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
77692	Daniel Antonio Cunico	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital



77334	Daniela Vargas Kummer	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
78193	Diego Assumpcao Piha	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
77177	Guilherme Carlesso	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
76671	Jackeline Azevedo De Araujo	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
76941	Jean Carlos Arruda De Souza	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
77178	Jean Carlos Carlesso	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
76863	Juliana Guimaraes Pimentel	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
78293	Lucas Bianco Antunes Zanrosso	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
78214	Lucas Felberg	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
76015	Luiz Fernando Oliveira	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
70060	Luiz Henrique Zordan	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
77499	Maiko Daniel Bonamigo	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
76897	Marceli Zanella Bissani	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
76388	Nelita Muller	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
76265	Paula Izack	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital

Art. 3º - Os candidatos com inscrição indeferida terão do dia 01 a 05 de maio de 2015 para realizarem recurso, pela internet no site: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br)

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA SC.

Em 30 de abril de 2015.

Ari Prestes de Oliveira

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado na  
Presente data

Eduardo Scholtze

Secretário Municipal da Fazenda

### Decreto 066/2015

DECRETO Nº. 066/2015, de 30 de abril de 2015.

DESIGNA RESPONSÁVEIS E GESTORES DOS FUNDOS E AUTARQUIA DO MUNICÍPIO DE ANCHIETA, ESTADO DE SANTA CATARINA, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Constituição Federal, Estadual e Lei Orgânica Municipal e demais disposições constitucionais e legais vigentes.

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam designados como responsáveis e Gestores dos Fundos e Hospital do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o disposto neste Ato e demais disposições constitucionais e legais vigentes, conforme abaixo especificados, a saber:

#### UNIDADES GESTORAS GESTORES RESPONSÁVEIS

Fundo Municipal de Saúde Magli Roscete

Fundo Municipal de Assistência Social Rozane Maria Provin

Fundo Mun. dos Direitos da Criança e Adolescente Rozane Maria Provin

Hospital Municipal Anchietaense Rita Bressan de Lima

Art. 2º Este Decreto terá efeito retroativo ao dia 01 de abril do ano de 2015 para a Gestora Rozane Maria Provin e passará a ter efeito no dia 01 de maio para a Gestora Magli Roscete.

Art. 3º Aos titulares pelas Unidades Gestoras e Hospital Municipal deste Ente Federado, são responsáveis como ordenadores primários e sujeitos a tomada de contas na forma da legislação vigente e perante o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Os Gestores, Servidores integrantes do Quadro de Pessoal deste Município, exercerão as atribuições ora lhes determinadas, sem quaisquer ônus ao Erário Público Municipal.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução deste Ato, correrão à conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 6º Ficam revogados os Decretos nº. 119/2013, de 30 de julho de 2013 e n.º 038/2014, de 02 de abril de 2014.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Anchieta, 30 de abril de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei em 30 de abril de 2015.

Andréia Marafão

Secretária de Administração e Gestão

**Decreto 067/2015**

DECRETO Nº. 067/2015, de 07 de maio de 2015.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DA LEI ORÇAMENTÁRIA ATRAVÉS DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE ATÉ R\$ 22.530,00 (VINTE E DOIS MIL, QUINHENTOS E TRINTA REAIS) E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
---

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº. 2.164, de 07 de maio de 2015 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º. Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária Anual Lei nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, no Orçamento Geral do Município de Anchieta (SC), através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 22.530,00 (vinte e dois mil, quinhentos e trinta reais) em conformidade com os prescritos neste Decreto, incluindo-se na matéria orçamentária em execução no Projeto nº. 09.01 – 10.301.0428.2.117 – Manutenção dos Programas Assistência Médica Sanitária – Consultas Especializadas, na Modalidade de despesas sob o código nº. 3.3.90.00 – Aplicações Diretas, objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente para desenvolver serviços do Programa de responsabilidade deste Ente Federado.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º. Em conformidade com o disposto no artigo anterior deste Decreto, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 22.530,00 (vinte e dois mil, quinhentos e trinta reais) no Orçamento Geral do Município, conforme abaixo especificado a saber:

09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0428.2.117 – Manutenção dos Programas Assistência Médica

Sanitária – Consultas Especializadas

( ..... ) 3.3.90.00.00.00.00.0735 -Aplicações Diretas

..... R\$ 13.021,22

( ..... ) 3.3.90.00.00.00.00.00.1735 -Aplicações Diretas

..... R\$ 9.508,78

Total ..... R\$ 22.530,00

Parágrafo Único: Fica instituída a fonte de Recursos 0735 (00.01.0735), Transferências de Recursos FNS/MS-Mac/Consultas Especializadas.

Art. 3º Para o atendimento parcial ao Crédito autorizado, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal permitido a utilizar o produto do provável excesso de arrecadação no exercício de 2014, provenientes do FNS – Fundo Nacional da Saúde, no valor de até R\$ 13.021,22 (treze mil, setecentos e vinte e um reais e vinte e dois centavos), atinente a execução orçamentária do Orçamento Geral do Município deste Ente Federado, concernente a nova fonte receitaria sob código 4.1.7.2.1.33.15 – Transferências Recursos FNS/MS-Mac/Consultas Especializadas, Recurso sob código nº. 0735 – (00.01.0735), Banco do Brasil S/A, Conta Corrente nº. 12.443-5 – Banco do Brasil S/A, em conformidade com o disposto no art. 9º, da Lei Orçamentária Anual Lei nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, Lei Federal nº. 4.320/64 art. 43, inciso II do § 1º e § 3º e

demais dispositivos constitucionais e legais em vigência.

Art. 4º Para a complementação do crédito permitido neste Decreto fica, igualmente, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder a redução das seguintes dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes da mesma matéria orçamentária:

09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0428.2.104 – Administração Geral dos Bens e Serviços Media e Alta Complexidade

(51) 3.3.90.00.00.00.00.1735 -Aplicações Diretas

..... R\$ 9.508,78

Parágrafo Único: Fica instituída a fonte de Recursos 1735 (00.03.735) Transferências de Recursos FNS/MS-Mac/Consultas Especializadas – Superavit Financeiro

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.132, de 11 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e redução introduzida neste texto legal..

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA,

Em 07 de maio de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei.

Em 07 de maio de 2015.

Andréia Marafão

Secretária de Administração e Gestão

**Decreto 068/2015**

DECRETO Nº. 068/2015, de 07 de maio de 2015.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a firmar convênio entre o Município de Anchieta (SC) e a Associação Campoerense de Futebol - ACEF, e altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual, através da abertura de crédito adicional especial na importância de até R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais), a fim de proceder a concessão de transferência de recursos financeiros e contém outras providências.
--

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº. 2.163, de 07 de maio de 2015 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado em nome do Município de Anchieta Estado de Santa Catarina, a firmar Convênio com a Associação Campoerense de Futebol – ACEF, portadora do CNPJ sob o nº. 10.650.850/0001-99, com Sede na Rua Claudino Crestani, nº. 1338, na cidade de Campo Ere (SC), Cep 89.980-000, entidade sem fins lucrativos, Declarada de Utilidade Pública no Município de Campo Ere através da Lei Municipal nº.



1.406, de 02 de março de 2009, e a proceder a transferência de recursos financeiros na importância de até R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais) no ano, sendo este valor repassado em parcelas mensais e sucessivas num limite máximo de até R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais mensais), da assinatura do Convenio até 31 de Dezembro de 2015, objetivando o repasse de recursos financeiros para pagamento de transporte de atletas do Município de Anchieta para treinamento no centro de treinamento na escolinha de futebol da ACEF, localizada em Campo Ere – SC.

Art. 2º É obrigatório o depósito dos recursos financeiros em conta corrente individualizada e vinculada junto a Bancos Oficiais, movimentados por cheques nominais e individuais por credor.

Art. 3º A entidade terá o prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data do recebimento dos recursos, para proceder à devida comprovação de sua aplicação, em conformidade com a legislação vigente.

Art. 4º As despesas impugnadas pelo Executivo Municipal, em razão das normas preconizadoras, serão obrigatoriamente corrigidas na forma da legislação, acrescida de juros legais e recolhida em favor do erário municipal.

Art. 5º Os saldos não aplicados no prazo previsto nesta lei, deverão obrigatoriamente ser recolhidos em favor do Erário Municipal.

Art. 6º Ficam responsáveis pela aplicação e comprovação dos recursos recebidos, o Ordenador Primário – Presidente e o Ordenador Secundário – Tesoureiro.

Art. 7º. A prestação de contas dos recursos recebidos será apresentada ao Executivo Municipal, em uma via, dentro dos prazos previstos nesta lei, instruída com os seguintes documentos:

- a) Ofício encaminhando a prestação de contas;
- b) Balancete de Prestação de Contas na modalidade da Resolução TC-28 e demais vigentes;
- c) Extrato bancário de conta especial e conciliação do saldo restante se houver;
- d) Fotocópia dos documentos suportes das despesas; e,
- e) Declaração de lançamentos contábeis da entidade.

§ 1º As cópias e/ou documentos anexos à prestação de contas da entidade, deverão estar rigorosamente legíveis, ou seja, sem rasuras ou entrelinhas.

§ 2º As cópias e/ou documentos, parte integrantes da prestação de contas, deverão obrigatoriamente comprovar a boa e regular aplicação dos recursos, além de estarem vistados pelos Ordenadores.

Art. 8º Fica, igualmente, o Executivo Municipal, autorizado a regulamentar por ato, se necessário for, o processo da aplicação e tomada de conta dos recursos transferidos, visando o bom emprego do dinheiro público.

## TÍTULO I

### CAPÍTULO I

#### DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 9º Fica alterada a Lei Orçamentária Anual Lei nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais), em conformidade com os prescritos nesta Lei, instituindo-se a Atividade nº 05.08.27.812.0224.2.067 - Contribuição Financeira a Associação Campoerense de Futebol - ACEF, e o Elemento de Despesa nº 3.3.50.00.00.00.00.0131 – objetivando o atendimento das despesas do Convenio relativamente ao repasse de recursos financeiros para pagamento de transporte de atletas do Município de Anchieta para treinamento no centro de treinamento na escolinha

de futebol da ACEF, localizada em Campo Ere – SC.

## CAPÍTULO II

### DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 10º Em conformidade com o disposto no artigo anterior desta lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais), no Orçamento Geral do Município, conforme abaixo especificado nesta Lei e a saber:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
08 – ESPORTE E LAZER  
27.812.0224.2.067- Contribuição Financeira a Associação Campoerense de Futebol - ACEF  
(....)3.3.50.00.00.00.00.00.0131 – Aplicações Diretas  
..... R\$ 10.800,00 Total .....  
..... R\$ 10.800,00

Art. 11º Para o atendimento dos Créditos autorizados no artigo anterior deste ato, fica igualmente o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder à redução das dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constante do Orçamento do Município, mais precisamente conforme abaixo:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
08 – ESPORTE E LAZER  
27.812.0224.2.124 – Adm. Geral dos Bens e Serv. do Esporte Amador  
(123)3.3.50.00.00.00.00.00.0131 – Aplicações Diretas  
..... R\$ 10.000,00  
(124)3.3.90.00.00.00.00.00.0131 – Aplicações Diretas  
..... R\$ 800,00  
Total ..... R\$ 10.800,00

## CAPÍTULO III

### DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 12º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.132 de 11 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e reduções introduzidas na presente Lei.

Art. 13º O prazo de vigência do instrumento autorizado será até 31 de dezembro de 2015, à partir da data de assinatura do Convênio.

Art. 14º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA,  
Em 07 de maio de 2015.  
ARI PRESTES DE OLIVEIRA  
Prefeito

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei.

Em 07 de maio de 2015.  
Andréia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão

**Decreto 069/2015**

DECRETO Nº 069/2015, DE 11 DE MAIO DE 2015.

HOMOLOGA AS INSCRIÇÕES RELATIVAS AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais e de conformidade com os dispositivos da Lei Orgânica;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam homologadas as inscrições dos candidatos abaixo relacionados, referente ao Concurso Público n. 001/2015 da Prefeitura Municipal de Anchieta – SC, conforme segue:

ADVOGADO - Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
77130	Adalberto Luiz Klauck	HOMOLOGADA
75822	Adriane Cristine Cenci	HOMOLOGADA
75814	Alexsandro Santin Martins	HOMOLOGADA
76905	Aline Lamberty	HOMOLOGADA
76873	Ana Elise Moraes Marques	HOMOLOGADA
77766	Andreia Marafao Garlet	HOMOLOGADA
78390	Barbara Scheibe	HOMOLOGADA
77953	Camila Baronio	HOMOLOGADA
75411	Carla Roberta Schwantes Hachmann	HOMOLOGADA
78770	Carlos Alexandre Paulino Sasamine	HOMOLOGADA
76373	Claudemir Luiz Parmigiani	HOMOLOGADA
78155	Cristiano Da Silva	HOMOLOGADA
75807	Cynthia Maria Schroeder	HOMOLOGADA
76247	Daiane Pagno	HOMOLOGADA
77692	Daniel Antonio Cunico	HOMOLOGADA
78772	Danielli Mayer Cassol	HOMOLOGADA
78606	Edilene Rodrigues	HOMOLOGADA
76816	Elisangela Fetter	HOMOLOGADA
78707	Elmo Moscon	HOMOLOGADA
76462	Fernanda De Vargas	HOMOLOGADA
75803	Giovani Spinelli De Almeida	HOMOLOGADA
77177	Guilherme Carlesso	HOMOLOGADA
78295	Janeska Madalosso De Souza	HOMOLOGADA
78778	Janieli Pereira	HOMOLOGADA
77178	Jean Carlos Carlesso	HOMOLOGADA
78724	Jean Carlos Ribeiro	HOMOLOGADA
76365	Jonatan Walker	HOMOLOGADA
76415	Juliane Maria Pedan	HOMOLOGADA
78030	Kamila Salvi	HOMOLOGADA
78719	Karoline Buss Gesser	HOMOLOGADA
71133	Keli Cristina Maldaner	HOMOLOGADA
78791	Luana Egide Vezzaro	HOMOLOGADA
78214	Lucas Felberg	HOMOLOGADA
77499	Maiko Daniel Bonamigo	HOMOLOGADA
75961	Marcelo Luiz Schmitt	HOMOLOGADA
77074	Michele Beal	HOMOLOGADA
78191	Narjara Soder	HOMOLOGADA
78757	Natani Christani	HOMOLOGADA
76265	Paula Izack	HOMOLOGADA
76181	Paula Pires Da Silva	HOMOLOGADA
78643	Priscila De Mattos	HOMOLOGADA
76978	Ricardo Jose De Souza	HOMOLOGADA
78734	Ricardo Papaleo Berwanger	HOMOLOGADA
78717	Rodrigo Antunes Paris	HOMOLOGADA
76960	Sirlei Veiga Hamerschmitt	HOMOLOGADA
77199	Tatiane Julia Daneluz Alberton	HOMOLOGADA

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA SC.

Em 11 de maio de 2015.

Ari Prestes de Oliveira

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado na

Presente data

Eduardo Scholtze

Secretário Municipal da Fazenda

**Decreto 070/2015**

DECRETO Nº. 070/2015, de 13 de maio de 2015.

FIXA DATA, LOCAL E HORÁRIO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA, A SER REALIZADA NESTE MUNICÍPIO PARA DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. O PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso III, do artigo 84, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990.

DECRETA:

Art. 1º Fica fixada a data de 29 de maio do corrente exercício financeiro, na Câmara de Vereadores de Anchieta, localizado na Rua Vereador Geraldo Garlet nº 01, cidade de Anchieta, Centro, Estado de Santa Catarina, com início às 14 horas, para realização da Audiência Pública, referida no artigo 9º, parágrafo 4º. da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000 e no artigo 166, parágrafo 1º da Constituição Federal, mais especificamente no que tange ao 1º. Quadrimestre do Exercício Financeiro de 2015.

Art. 2º Fica fixada a mesma data para a divulgação dos dados relativos ao 1º Quadrimestre de 2015 do Fundo Municipal de Saúde, conforme §4º do artigo 36 da Lei Complementar 141/2012.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução deste ato correrão à conta dos créditos orçamentários vigentes.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Anchieta, em 13 de maio de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei.

Em 13 de maio de 2015.

Andréia Marafão

Secretária de Administração e Gestão

**Decreto 071/2015**

DECRETO Nº. 071/2015, de 14 de maio de 2015.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DA LEI ORÇAMENTÁRIA ATRAVÉS DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 22.000,00 (VINTE E DOIS MIL REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº. 2.165, de 14 de maio de 2015 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:

TÍTULO I  
CAPÍTULO I  
DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), no exercício financeiro de 2014, através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), em conformidade com os prescritos nesta Lei, instituindo-se para tal na matéria orçamentária em execução o Projeto / Atividade 05.03.12.365.0190.1.063 – Instalação do Telhado P/ Adequação da Creche Municipal, na Modalidade de despesas sob o código nº. 4.4.90.00 – Aplicações Diretas, tem como finalidade a Instalação do Telhado P/ Adequação da Creche Municipal deste Ente Federado.

CAPÍTULO II  
DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, a proceder por ato próprio, a abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), com o objetivo de suplementar as seguintes dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes da mesma matéria em execução:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
03 – ENSINO INFANTIL  
12.365.0190.1.063 - Instalação do Telhado P/ Adequação da Creche Municipal  
( ..... ) 3.3.90.00.00.00.00.1115 -Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 22.000,00  
Total ..... R\$ 22.000,00

Parágrafo Único. Fica instituído para fins de lançamento contábil e geração de informações para o Tribunal de Contas deste Estado, a fonte de recursos sob nº. 1115 - (00.03.0115) Transferências Direta do FNDE – Salário Educação - Superavit, em conformidade com o disposto deste ato.

Art. 3º Para atendimento da abertura do Crédito constante deste ato fica utilizada a importância de até R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), concernente ao Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2014, relativamente Conta Bancária "Banco do Brasil S/A, sob nº 8.952-4 – Rubrica nº 4.1.7.21.35.01 – Transferência Direta do FNDE – SALARIO EDUCAÇÃO sob a fonte de recursos sob nº. 1115 - (00.03.0115) Transferência Direta do FNDE – SALARIO EDUCAÇÃO – Superavit Financeiro, em conformidade com o disposto no art. 43, §1º, I, da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais pertinentes.

CAPÍTULO III  
DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.122, de 14 de novembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e redução introduzida neste texto legal.

CAPÍTULO IV  
DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.132, de 11 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e redução introduzida neste texto legal.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA,  
Em 14 de maio de 2015.  
ARI PRESTES DE OLIVEIRA  
Prefeito

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei.

Em 14 de maio de 2015.  
Andréia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão

**Decreto 072/2015**

DECRETO Nº. 072/2015, de 15 DE MAIO DE 2015.

CRIA PROTOCOLO UNIFICADO PARA O RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS NA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, em especial em seus arts. 84, I, IV, XVI e,

Considerando a necessidade de termos um local único para o recebimento de documentos enviados aos setores que se encontram no prédio da Prefeitura de Anchieta;

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado o Protocolo Unificado para o recebimento de documentos enviados aos setores que se encontram localizados na sede da Prefeitura Municipal de Anchieta/SC.

Art. 2º O responsável pelo recebimento, protocolo e distribuição de tais documentos será o funcionário da prefeitura que prestar os serviços de telefonista e/ou recepcionista.

Parágrafo único. Será de inteira responsabilidade deste funcionário o recebimento, protocolo e destinação corretos dos documentos recebidos, sendo que o extravio acarretará em sua responsabilização.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA,  
Em 15 de maio de 2015.  
ARI PRESTES DE OLIVEIRA  
Prefeito

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei.

Em 15 de maio de 2015.  
Andréia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão

**Decreto 073/2015**

DECRETO Nº. 073/2015, de 21 DE MAIO DE 2015.

DECRETA PONTO FACULTATIVO EM TODAS AS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, em especial em seus Arts. 84, I, IV, XVI e,

Considerando que no dia 04 de junho de 2015 é Feriado Nacional de Corpus Christi,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica decretado ponto facultativo em todas as Repartições Públicas Municipais do Município de Anchieta, no dia 05 de junho de 2015 (sexta-feira).

Art. 2º Os serviços emergenciais na área de Saúde Pública serão atendidos na Unidade Básica de Saúde Atendimento 24 horas, pelos profissionais em regime de plantão.

Parágrafo único. Cabe a Diretora Administrativa da Unidade Básica de Saúde Atendimento 24 horas adotar as medidas para a organização do atendimento de plantão de que trata este artigo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA,  
Em 21 de maio de 2015.

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei.

Em 21 de maio de 2015.  
Andréia Marafão  
Secretária de Administração

**Decreto 074/2015**

DECRETO Nº. 074/2015, de 21 de maio de 2015

Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 800,00 (oitocentos reais) e contém outras providências. O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.133, de 11 de dezembro de 2014 e demais dispositivos constitucionais e legais,

**DECRETA :**

**TÍTULO I**  
**CAPÍTULO I**

**DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 800,00 (oitocentos reais), distribuídos em conformidade com os prescritos neste ato.

**CAPÍTULO II****DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA**

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 800,00 (oitocentos reais), destinado a reforçar as dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes do Orçamento Geral do Município, nas seguintes contas, a saber:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
08- ESPORTES E LAZER  
27.812.0224.2.124 - Adm. Geral dos Bens e Serv. Desporto Amador (124) 3.3.90.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas ..... R\$ 800,00  
Total ..... R\$ 800,00

Art. 3º Para atendimento da abertura do Crédito constante neste

ato fica autorizado à redução da dotação na importância de até R\$ 800,00 (oitocentos reais), em conformidade com as seguintes contas, a saber:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
08- ESPORTES E LAZER  
27.812.0224.2.124 - Adm. Geral dos Bens e Serv. Desporto Amador (122) 3.1.90.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas ..... R\$ 800,00  
Total ..... R\$ 800,00

**CAPÍTULO III****DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Art. 4º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.132, de 11 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Ato, relativamente às suplementações e reduções introduzidas ao presente ato.

Art. 5º Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
21 de maio de 2015.  
ARI PRESTES DE OLIVEIRA  
Prefeito municipal

CERTIFICO que o presente ato foi registrado e publicado nesta mesma data e na forma da Lei.

Anchieta – (SC), 21 /05/2015.  
Andreia Marafão  
Secretário de Administração e Gestão



**Decreto 075/2015**

DECRETO Nº 075/2015, DE 27 DE MAIO DE 2015.

HOMOLOGA RESULTADO PRELIMINAR DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais e de conformidade com os dispositivos da Lei Orgânica;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o Resultado Preliminar (Antes dos Recursos) referente ao Concurso Público n. 001/2015 da Prefeitura Municipal de Anchieta – SC, conforme segue:

ADVO- GADO   Modali- dade A							
Ident.	Inscrição - Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
31	75803 - Giovani Spinelli De Almeida	14/09/1992	4,55	2,00	0,60	7,15	1º
25	78295 - Janeska Madalosso De Souza	06/07/1987	4,90	1,40	0,60	6,90	2º
45	75822 - Adriane Cristine Cenci	04/12/1989	4,20	1,60	1,00	6,80	3º
40	77177 - Guilherme Carlesso	22/10/1989	4,55	1,60	0,60	6,75	4º
30	75814 - Alessandro Santin Martins	24/11/1981	4,90	1,40	0,40	6,70	5º
17	76960 - Sirlei Veiga Hamerschmitt	27/08/1974	4,20	1,80	0,60	6,60	6º
14	77074 - Michele Beal	06/06/1980	5,60	0,60	0,20	6,40	7º
21	75961 - Marcelo Luiz Schmitt	07/03/1987	4,20	1,60	0,60	6,40	8º
32	78770 - Carlos Alexandre Paulino Sasamine	30/07/1979	4,20	1,40	0,80	6,40	9º
1	78030 - Kamila Salvi	30/04/1991	4,55	1,40	0,40	6,35	10º
15	78724 - Jean Carlos Ribeiro	13/09/1990	4,55	1,20	0,60	6,35	11º
2	78717 - Rodrigo Antunes Paris	20/04/1993	4,90	1,00	0,40	6,30	12º
5	78734 - Ricardo Papaleo Berwanger	18/09/1980	4,20	1,40	0,60	6,20	13º
36	77766 - Andreia Marafao Garlet	17/04/1980	4,20	1,20	0,80	6,20	14º
24	78606 - Edilene Rodrigues	20/02/1990	4,20	1,20	0,40	5,80	15º
42	77692 - Daniel Antonio Cunico	28/10/1988	4,20	0,80	0,80	5,80	16º
29	77130 - Adalberto Luiz Klauck	24/01/1988	3,50	1,40	0,80	5,70	17º
20	76181 - Paula Pires Da Silva	18/09/1991	3,50	1,40	0,80	5,70	18º
44	75807 - Cynthia Maria Schroeder	02/06/1986	3,85	1,00	0,80	5,65	19º
39	78707 - Elmo Moscon	03/11/1965	4,20	1,40	0,00	5,60	20º
16	78214 - Lucas Felberg	16/05/1987	3,50	1,40	0,60	5,50	21º
12	78719 - Karoline Buss Gesser	22/06/1992	3,50	1,20	0,80	5,50	22º
23	76265 - Paula Izack	18/04/1989	3,85	1,20	0,40	5,45	23º
19	78191 - Narjara Soder	04/02/1991	3,85	1,20	0,40	5,45	24º
13	78791 - Luana Egide Vezzaro	30/07/1990	2,80	1,80	0,20	4,80	Desc.
4	78778 - Janieli Pereira	18/11/1980	2,80	1,40	0,60	4,80	Desc.
22	77178 - Jean Carlos Carlesso	21/11/1989	3,15	1,40	0,20	4,75	Desc.
35	76905 - Aline Lamberty	26/05/1989	3,50	1,00	0,20	4,70	Desc.
28	75411 - Carla Roberta Schwantes Hachmann	14/11/1975	2,80	1,20	0,40	4,40	Desc.
43	76873 - Ana Elise Moraes Marques	12/03/1983	2,80	1,20	0,20	4,20	Desc.
33	78155 - Cristiano Da Silva	18/10/1982	2,80	0,60	0,60	4,00	Desc.
3	76415 - Juliane Maria Pedan	08/01/1985	2,10	0,80	0,60	3,50	Desc.
18	71133 - Keli Cristina Maldaner	20/06/1990	1,75	1,00	0,60	3,35	Desc.
41	76462 - Fernanda De Vargas	05/01/1991	2,10	0,80	0,20	3,10	Desc.
46	76373 - Claudemir Luiz Parmigiani	08/11/1980	2,45	0,60	0,00	3,05	Desc.
37	77953 - Camila Baronio	24/02/1991	2,10	0,60	0,20	2,90	Desc.
34	78390 - Barbara Scheibe	04/10/1989	1,05	1,60	0,20	2,85	Desc.

Art. 2º - Os desempates estão de acordo com o item 7 do Edital.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA - SC.

Em 27 de maio de 2015.

Ari Prestes de Oliveira

Prefeito Municipal



Este Decreto foi publicado na Presente data.

Eduardo Scholtze  
Secretário Municipal da Fazenda

## Decreto 076/2015

DECRETO Nº. 076/2015, de 28 de maio de 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO REVOGAR OS ARTIGOS 2º E 3º, BEM COMO SEUS INCISOS, DA LEI MUNICIPAL N.º 2.062/2014, QUE TRATA SOBRE O PROGRAMA MAIS MÉDICOS E DAR NOVA REDAÇÃO A MESMA LEI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
--	--

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº. 2.169, de 28 de maio de 2015 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam os artigos 2º e 3º, bem como seus incisos, da Lei Municipal 2.062/2014, revogados.

Art. 2º. Inclui-se na mesma Lei a seguinte redação:

"Art.2º. Para custear as despesas do "Bolsa Auxílio Moradia" e do "Bolsa Auxílio Alimentação" será concedida ajuda pecuniária no valor de até R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) mensais aos profissionais vinculados ao Programa.

Art. 3º. O "Bolsa Auxílio Moradia" e "Bolsa Auxílio Alimentação" terão prazo de vigência enquanto o profissional vinculado ao Programa Mais Médicos atuar na cidade de Anchieta, desde que mantida a necessidade do benefício e que haja disponibilidade financeira e orçamentária.

§1º. O "Bolsa Auxílio Alimentação" deverá ser empregado na locação ou outro meio de obtenção de moradia pelo beneficiário."

Art. 4º. Fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a proceder por ato próprio, a abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 17.500,00 (dezesete mil e quinhentos reais), no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, alterando a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, objetivando ao atendimento de despesas de Serviços de Terceiros – Pessoa física, conforme abaixo especificado a saber:

09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA  
01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0428.2.125 – Manutenção do Programa Mais Médicos  
( ..... ) 3.3.90.00.00.00.00.00.0335 – Aplicações Diretas  
..... R\$ 17.500,00  
Total ..... R\$ 17.500,00

Art. 5º. Para a cobertura total do Crédito autorizado no artigo anterior deste ato e correspondente a recursos próprios deste Ente Federado fica autorizado a proceder a redução da seguinte conta orçamentária, a saber:

09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA  
01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0428.2.101 – Adm. Geral Bens e Serv. da Atenção Básica  
(15) 33.90.00.00.00.00.00.0335 – Aplicações Diretas  
..... R\$ 17.500,00  
Total ..... R\$ 17.500,00"

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA,  
Em 28 de maio de 2015.  
ARI PRESTES DE OLIVEIRA  
Prefeito

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei.

Em 28 de maio de 2015.  
Andréia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão

## Decreto 077/2015

DECRETO Nº. 077/2015, de 28 de maio de 2015.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE ANCHIETA – (SC), A FIRMAR CONVENIO E PROCEDER A CONCESSÃO DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS A ASSOCIAÇÃO DA CASA FAMILIAR RURAL DE GUARACIABA - CFR, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
--	--

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº. 2.167, de 28 de maio de 2015 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Autorizado a Firmar o Convênio entre o Município de Anchieta – (SC) e a CFR – Casa Familiar Rural de Guaraciaba, (SC), bem como a proceder à Transferência de Recursos Financeiros para a CFR – Associação da Casa Familiar Rural de Guaraciaba, entidade sem fins lucrativos, com sede no Município de Guaraciaba/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 00.795.077/0001-03, sob Código de Atividade Econômica 85.41-4-00 – Educação Profissional de Nível Técnico, na importância de até R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), sendo este valor repassado em parcelas mensais e sucessivas, a partir da assinatura do Convênio até 31 de dezembro de 2015, objetivando atender ao custeio de 7 alunos matriculados e frequentando o educandário de Ensino Médio com Qualificação em Agricultura Familiar.

Art. 2º A Concessão será efetuada através de depósito dos recursos financeiros em conta corrente específica, individualizada e vinculada para esse fim, junto a Bancos Oficiais, movimentados por cheques nominais e individuais por credor.

Art. 3º A entidade terá o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento dos recursos, para proceder à devida comprovação de sua aplicação, em conformidade com a legislação vigente.

Art. 4º As despesas impugnadas pelo Executivo Municipal, em razão das normas preconizadoras, serão obrigatoriamente corrigidas na forma da legislação, acrescida de juros legais e recolhida em favor do erário municipal.

Art.5º Os saldos não aplicados no prazo previsto neste Decreto, deverão obrigatoriamente ser recolhidos em favor do Erário Municipal.

Art. 6º Ficam responsáveis pela aplicação e comprovação dos recursos recebidos, o Ordenador Primário – Presidente e o Ordenador

Secundário – Tesoureiro.

Art. 7º. A prestação de contas dos recursos recebidos será apresentada ao Executivo Municipal, em uma via, dentro dos prazos previstos nesta lei, instruída com os seguintes documentos:

- Ofício encaminhando a prestação de contas;
- Balancete de Prestação de Contas na modalidade da Resolução TC-28 e demais vigentes;
- Extrato bancário de conta especial e conciliação do saldo restante se houver;
- Fotocópia dos documentos suportes das despesas; e,
- Declaração de lançamentos contábeis da entidade.

§ 1º - A Entidade conveniente, além dos documentos acima citados, deverá apresentar demais comprovantes em cumprimento a Instrução Normativa nº TC – 14/2012 do egrégio Tribunal de Contas de Santa Catarina.

§ 2º As cópias e/ou documentos anexos à prestação de contas da entidade, deverão estar rigorosamente legíveis, ou seja, sem rasuras ou entrelinhas.

§ 3º As cópias e/ou documentos, parte integrantes da prestação de contas, deverão obrigatoriamente comprovar a boa e regular aplicação dos recursos, além de estarem assinados pelos Ordenadores.

Art. 8º Fica, igualmente, o Executivo Municipal, autorizado a regulamentar por ato próprio, se necessário for, o processo da aplicação e tomada de conta dos recursos transferidos, visando o bom emprego do dinheiro público.

Art. 9. As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta do Orçamento Vigente na seguintes dotações: 05.04.12.362.0197.2.017 - (67) 3.3.50.00.00.00.00.00.0131 – Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA,  
Em 28 de maio de 2015.  
ARI PRESTES DE OLIVEIRA  
Prefeito

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei.

Em 28 de maio de 2015.  
Andréia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão

## Decreto 078/2015

DECRETO Nº. 078/2015, de 28 de maio de 2015.

Autoriza a Alteração Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual através da abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 7.762,63 (sete mil, setecentos e sessenta e dois reais e sessenta e três centavos) e contém outras providências.	
--	--

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº. 2.168, de 28 de maio de 2015 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:

## TÍTULO I

### CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei Orçamentária Anual Lei nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 7.762,63 (sete mil, setecentos e setenta e dois reais e sessenta e três centavos), objetivando suplementar dotações orçamentárias para o exercício em curso, no atendimento a despesas de manutenção dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

## CAPÍTULO II

### DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Em conformidade com o disposto no artigo anterior deste Decreto, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 7.762,63 (sete mil, setecentos e sessenta e dois reais e sessenta e três centavos) no Orçamento Geral do Município (LOA), conforme abaixo especificado a saber:

#### 10 – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

##### 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.243.0485.2206 – Manutenção dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

( ..... ) 3.3.90.00.00.00.00.00.2281-Aplicações Diretas R\$ 7.762,63  
Total ..... R\$ 7.762,63

Art. 3º Para a cobertura do crédito permitido neste Decreto fica, igualmente, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à redução das seguintes dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes da mesma matéria orçamentária:

#### 10 – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

##### 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.241.0485.2201 – Administração Geral dos Bens e Serviços de Assistência ao Idoso

(25) 3.3.90.00.00.00.00.00.2281-Aplicações Diretas R\$ 3.381,63

08.243.0483.2203 – Manutenção da proteção Social Básica e Benefícios Eventuais

(26) 3.3.90.00.00.00.00.00.2281-Aplicações Diretas R\$ 3.381,00  
Total ..... R\$ 7.762,63

## CAPÍTULO III

### DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 4º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.132 de 11 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e reduções introduzidas na presente Lei.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA,  
Em 28 de maio de 2015.  
ARI PRESTES DE OLIVEIRA  
Prefeito

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei.

Em 28 de maio de 2015.  
Andréia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão

**Decreto 079/2015**

DECRETO Nº 079/2015, de 08 de junho de 2015.

REGULAMENTA A LEI 2.078/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
--

ARI PRESTES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso LXVII do artigo 18 da Lei Orgânica do Município,

**CONSIDERANDO:**

I – As regras do Plano Diretor de Anchieta/SC e a padronização das ruas;

II – O erro material nas medidas feitas para o prolongamento da Rua Caçador, onde constava a medida de 9 (nove) metros de largura, sendo que a medida da rua existente é de 7 (sete) metros de largura;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica alterada a medida da largura do prolongamento da Rua Caçador de 9 (nove) metros para 7 (sete) metros, conforme Planta Topográfica de Localização, anexo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Anchieta – SC, 08 de junho de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicada nesta data e na forma da Lei.

Em 08 de junho de 2015.

Andréia Marafão

Secretária de Administração e Gestão

**Decreto 080/2015**

DECRETO Nº. 080/2015, de 08 de junho de 2015

Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 2.463,05 (dois mil, quatrocentos e sessenta e três reais e cinco centavos) e contém outras providências. O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.133, de 11 de dezembro de 2014 e demais dispositivos constitucionais e legais,

**DECRETA :****TÍTULO I****CAPÍTULO I****DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 2.463,05 (dois mil, quatrocentos e sessenta e três reais e cinco centavos), distribuídos em conformidade com os prescritos neste ato.

**CAPÍTULO II****DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA**

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 2.463,05 (dois mil, quatrocentos e sessenta e três reais e cinco centavos), destinado a reforçar as dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes do Orçamento Geral do Município, nas seguintes contas, a saber:

**09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA****01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

10.301.0428.2.101 – Adm. Geral dos Bens e Serv. Atenção Básica (63) 3.3.90.00.00.00.00.1132 -Aplicações Diretas .....

..... R\$ 2.463,05

Total ..... R\$ 2.463,05

Parágrafo Único. Fica instituído para fins de lançamento contábil e geração de informações para o Tribunal de Contas deste Estado, a fonte de recursos sob nº. 1132(00.03.0132) Transferência do Sistema Unico de Saúde-SUS-Vigilância Sanitária e Prevenção de Violência e Acidente de Transito – Superávit, em conformidade com o disposto deste ato.

Art. 3º Para atendimento da abertura do Crédito constante deste ato fica utilizada a importância de até R\$ 2.463,05 (dois mil, quatrocentos e sessenta e três reais e cinco centavos), concernente ao Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2014, relativamente Conta Bancária "Banco do Brasil S/A, sob nº 12.185-1 – Rubrica nº 4.1.7.21.33.18 – Transferência do Sistema Unico de Saúde-SUS-Vigilância Sanitária e Prevenção de Violência e Acidente de Transito - Recurso sob nº. 1132(00.03.0132), em conformidade com o disposto no art. 43, §1º, I, da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais pertinentes.

**CAPÍTULO III****DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Art. 4º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.132, de 11 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente às suplementações e reduções introduzidas ao presente ato.

Art. 5º Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
08 de junho de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito municipal

CERTIFICO que o presente ato foi registrado e publicado nesta mesma data e na forma da Lei.

Anchieta – (SC), 08/06/2015.

Andreia Marafão

Secretária de Administração e Gestão

**Decreto 081/2015**

DECRETO Nº. 081/2015, de 08 de junho de 2015.

Autoriza a Alteração Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual através da abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 12.000,00 (doze mil reais) e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº. 2.170, de 08 de junho de 2015 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:

**TÍTULO I**  
**CAPÍTULO I**  
**DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Art. 1º Fica alterada a Lei Orçamentária Anual Lei nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 12.000,00 (doze mil reais), objetivando suplementar dotações orçamentárias para o exercício em curso, no atendimento a contribuição a FECAM – Federação Catarinense de Municípios.

**CAPÍTULO II**  
**DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA**

Art. 2º Em conformidade com o disposto no artigo anterior deste Decreto, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 12.000,00 (doze mil reais) no Orçamento Geral do Município (LOA), conforme abaixo especificado a saber:

08 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO  
 01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO  
 04.122.0031.2043 – CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES S/ FINS LUCRATIVOS  
 AMEOSC / FECAM / CMN  
 (100) 3.3.50.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas  
 ..... R\$ 12.000,00  
 Total ..... R\$ 12.000,00

Art. 3º Para a cobertura do crédito permitido neste Decreto fica, igualmente, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à redução das seguintes dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes da mesma matéria orçamentária:

03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO  
 01 – ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO  
 04.122.0021.2008 – Administração Geral dos Bens e Serviços  
 Da Secretaria de Administração  
 (15) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas .....  
 R\$ 12.000,00  
 Total ..... R\$ 12.000,00

**CAPÍTULO III**  
**DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Art. 4º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.132 de 11 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e reduções introduzidas na presente Lei.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA,  
 Em 08 de junho de 2015.  
 ARI PRESTES DE OLIVEIRA  
 Prefeito

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei.

Em 08 de junho de 2015.  
 Andréia Marafão  
 Secretária de Administração e Gestão

**Decreto 082/2015**

DECRETO Nº. 082/2015, de 10 de junho de 2015.

DESIGNA RESPONSÁVEL PELA MOVIMENTAÇÃO DE CONTA BANCÁRIA, REFERENTE AO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE ANCHIETA/SC, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Constituição Federal, Estadual e Lei Orgânica Municipal e demais disposições constitucionais e legais vigentes.

DECRETA:

Art. 1º Fica designado como responsável pela movimentação da Conta n.º 12.718-3, Agência 1439-7, do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, CNPJ n.º 18.773.484/0001-77, o Sr. Ari Prestes de Oliveira, CPF n.º 664.819.969-53 e RG n.º 13/R1.947.120.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Anchieta, 10 de junho de 2015.  
 ARI PRESTES DE OLIVEIRA  
 Prefeito

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei em 10 de junho de 2015.  
 Andréia Marafão  
 Secretária de Administração e Gestão

**Decreto 083/2015**

DECRETO Nº. 083/2015, de 11 de junho de 2015.

Autoriza a Alteração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos reais) e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº. 2.171, de 11 de junho de 2015 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:

**TÍTULO I**  
**CAPÍTULO I**  
**DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**



Art. 1º Fica alterada a Lei Orçamentária Anual, Lei nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), no Órgão 05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, Unidade 07 - CULTURA, através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos reais), em conformidade com os prescritos neste Decreto, instituindo-se para tal na matéria orçamentária em execução o Projeto Atividade 13.392.247.1.115 - Execução de Obras na Praça Municipal Orestes Gheller, na Modalidade de despesas sob o código nº. 4.4.90.00 - Aplicações Diretas, na importância de até R\$ 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos reais), em conformidade com o SICONV Nº. 015023/2012, tem como finalidade conclusão da obras da quadra coberta da Praça Municipal.

## CAPÍTULO II

### DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Em conformidade com o disposto no artigo anterior deste Decreto, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à Abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos reais) no Orçamento Geral do Município (LOA), conforme abaixo especificado a saber:

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

07 - CULTURA

13.392.0247.1.115 - Execução de Obras na Praça Municipal Orestes Gheller

( ..... ) 4.4.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 18.500,00

Total ..... R\$ 18.500,00

Art. 3º Para a cobertura do crédito permitido nesta Lei fica, igualmente, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à redução das seguintes dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes da mesma matéria orçamentária:

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

07 - CULTURA

13.392.0247.2.123 - Administração Geral dos Bens e Serviços Culturais,

Biblioteca e Festividades do Município

(120) 3.3.50.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

(121) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 3.500,00

Total ..... R\$ 18.500,00

## CAPÍTULO III

### DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.122, de 14 de novembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e redução introduzidas neste texto legal.

## CAPÍTULO IV

### DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2132 de 11 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e redução introduzidas no presente Decreto.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA,

Em 11 de junho de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei.

Em 11 de junho de 2015.

Andréia Marafão

Secretária de Administração e Gestão

## Decreto 084/2015

DECRETO Nº. 084/2015, de 11 de junho de 2015.

Autoriza a alteração da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual através da abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº. 2.172, de 11 de junho de 2015 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:

## TÍTULO I

### CAPÍTULO I

#### DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei Orçamentária Anual Lei nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), objetivando suplementar dotações orçamentárias para o exercício em curso, no atendimento despesas com o desporto amador de responsabilidade deste ente Federado.

## CAPÍTULO II

### DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Em conformidade com o disposto no artigo anterior deste Decreto, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) no Orçamento Geral do Município (LOA), conforme abaixo especificado a saber:

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

08 - ESPORTE E LAZER

27.812.0224.2.124 - Administração Geral dos Bens e Serviços do Desporto Amador

(124) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas

..... R\$ 25.000,00

Total R\$ 25.000,00

Art. 3º Para a cobertura do Crédito autorizado no artigo anterior deste ato e correspondente a parte deste Ente Federado, fica autorizado a proceder a redução da seguinte conta orçamentária

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

07 - CULTURA

13.392.0247.2.123 - Administração Geral dos Bens e Serviços Culturais,

Biblioteca e Festividades do Município

(121) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Total ..... R\$ 25.000,00

## CAPÍTULO III

### DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS



Art. 4º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.132 de 11 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e reduções introduzidas no presente Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA,  
Em 11 de junho de 2015.  
ARI PRESTES DE OLIVEIRA  
Prefeito

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei.

Em 11 de junho de 2015.  
Andréia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão

### **Decreto 085/2015**

DECRETO Nº. 085/2015, de 11 de junho de 2015.

Autoriza a alteração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 500,00 (quinhentos reais), e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº. 2.173, de 11 de junho de 2015 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:

#### **TÍTULO I** **CAPÍTULO I** **DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), no exercício financeiro de 2014, através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 500,00 (quinhentos reais), em conformidade com os prescritos neste Decreto, instituindo-se para tal na matéria orçamentária em execução o Projeto / Atividade 08.01.06.181.0174.1064 – Aquisição de Equipamentos e material Permanente para Polícia Civil / Convenio de Transito, na Modalidade de despesas sob o código nº. 4.4.90.00 – Aplicações Diretas, tem como finalidade aquisição de 01 (um) cortador de grama para limpeza do pátio da Delegacia de Polícia da Comarca.

#### **CAPÍTULO II** **DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA**

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder, por ato próprio, à abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 500,00 (quinhentos reais), com o objetivo de suplementar as seguintes dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes da mesma matéria em execução:

08 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO  
01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO  
06.181.0174.1064 - Aquisição de Equipamentos e material Permanente para  
Polícia Civil / Convenio de Transito  
( ..... ) 4.4.90.00.00.00.00.00.3707 – Aplicações Diretas R\$ 500,00  
Total ..... R\$ 500,00

Parágrafo Único. Fica instituído para fins de lançamento contábil e geração de informações para o Tribunal de Contas deste Estado, a fonte de recursos sob nº. 3707 (00.03.2707) Convênio Trânsito Polícia Civil - Superávit, em conformidade com o disposto deste ato.

Art. 3º Para a cobertura do crédito permitido neste Decreto, fica, igualmente, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à redução das seguintes dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes da mesma matéria orçamentária:

08 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO  
01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO  
06.181.0174.2045 – Administração Geral dos Bens e Serviços Policiamento  
Polícia Civil / Convenio de Transito  
(133) 3.3.90.00.00.00.00.00.3707 – Aplicações Diretas R\$ 500,00  
Total ..... R\$ 500,00

#### **CAPÍTULO III** **DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL**

Art. 4º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.122, de 14 de novembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e redução introduzida neste texto legal.

#### **CAPÍTULO IV** **DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.132, de 11 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e redução introduzida no presente Decreto.  
Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA,  
Em 11 de junho de 2015.  
ARI PRESTES DE OLIVEIRA  
Prefeito

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei.

Em 11 de junho de 2015.  
Andréia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão

### **Decreto 086/2015**

DECRETO Nº. 086/2015, de 12 de junho de 2015.

#### **CONVOCA A V CONFERÊNCIA MUNICIPAL SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ANCHIETA – SC.**

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Constituição Federal, Estadual e Lei Orgânica Municipal e demais disposições constitucionais e legais vigentes.

DECRETA:

Artigo 1º - A Conferência Municipal de Saúde é o fórum máximo de deliberação da Política de Saúde, conforme dispõe a Lei Federal 8.142/90.

Artigo 2º - Conforme decisão do Conselho Municipal de Saúde, fica convocada a V Conferência de Saúde do Município para o dia 15 de julho de 2015.

Artigo 3º - O tema central da Conferência será, "Saúde Pública de qualidade para atender bem das pessoas" e eixo, "Direito do Povo Brasileiro"

Artigo 4º - A Conferência de Saúde, será realizada no Centro de Convivência dos Idosos Sempre Unidos

Artigo 5º - A Conferência será presidida pelo Secretário Municipal de Saúde e coordenada pela comissão organizadora.

Artigo 6º - A Conferência terá uma Comissão Organizadora que se responsabilizará por todas as atividade de sua execução.

Artigo 7º - A Comissão Organizadora terá a seguinte composição:

Presidente: MAGLI GISELE ROSCETE

Coordenadora Geral: ANALINE PICCOLI MEOTTI

Secretária Executiva: ROSANGELA DONDOERFER TEIXEIRA

Secretaria de Divulgação e Comunicação: BENILDE FORGIARINI

Relatores: MARIANA COMASSETTO DE AGUIRRE E DEBORA PRE-VEDELLO

Secretária recursos materiais: SAULO SOMAVILLA

Secretária articulação e mobilização: VERA JUNGES

Artigo 8º - Os delegados para V Conferência Municipal Saúde serão indicados pelas entidades legalmente constituídas no Município, sendo 30 delegados segmento usuário, 15 delegados segmento gestor e prestador de serviço e 15 delegados segmento trabalhador de saúde.

Artigo 9º - A Secretaria Municipal de Saúde dará o apoio necessário ao desenvolvimento das atividades da Comissão.

Artigo 10º - Publique-se, divulgue-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Anchieta, 12 de junho de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito

CERTIFICO, que o presente Decreto foi

publicado nesta data e na forma da Lei em 12 de junho de 2015.

Andréia Marafão

Secretária de Administração e Gestão

## Decreto 087/2015

DECRETO Nº 087/2015, DE 12 DE JUNHO DE 2015.

HOMOLOGA RESULTADO FINAL DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais e de conformidade com os dispositivos da Lei Orgânica;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o Resultado Final (Após os Recursos) referente ao Concurso Público n. 001/2015 da Prefeitura Municipal de Anchieta – SC, conforme segue:

ADVO- GADO   Modali- dade A							
Ident.	Inscrição - Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
25	78295 - Janeska Madalosso De Souza	06/07/1987	5,60	1,60	0,80	8,00	1º
31	75803 - Giovani Spinelli De Almeida	14/09/1992	5,25	2,00	0,60	7,85	2º
30	75814 - Alexsandro Santin Martins	24/11/1981	5,60	1,60	0,60	7,80	3º
40	77177 - Guilherme Carlesso	22/10/1989	5,25	1,60	0,80	7,65	4º
14	77074 - Michele Beal	06/06/1980	6,30	0,80	0,40	7,50	5º
17	76960 - Sirlei Veiga Hamerschmitt	27/08/1974	4,90	2,00	0,60	7,50	6º
45	75822 - Adriane Cristine Cenci	04/12/1989	4,90	1,60	1,00	7,50	7º
1	78030 - Kamila Salvi	30/04/1991	5,25	1,60	0,60	7,45	8º
21	75961 - Marcelo Luiz Schmitt	07/03/1987	4,90	1,60	0,80	7,30	9º
15	78724 - Jean Carlos Ribeiro	13/09/1990	5,25	1,40	0,60	7,25	10º
2	78717 - Rodrigo Antunes Paris	20/04/1993	5,60	1,20	0,40	7,20	11º
32	78770 - Carlos Alexandre Paulino Sasamine	30/07/1979	4,55	1,60	1,00	7,15	12º
36	77766 - Andreia Marafao Garlet	17/04/1980	4,90	1,40	0,80	7,10	13º
24	78606 - Edilene Rodrigues	20/02/1990	4,90	1,40	0,60	6,90	14º
42	77692 - Daniel Antonio Cunico	28/10/1988	4,90	1,00	0,80	6,70	15º
16	78214 - Lucas Felberg	16/05/1987	4,20	1,60	0,80	6,60	16º
29	77130 - Adalberto Luiz Klauck	24/01/1988	4,20	1,60	0,80	6,60	17º
5	78734 - Ricardo Papaleo Berwanger	18/09/1980	4,55	1,40	0,60	6,55	18º
23	76265 - Paula Izcak	18/04/1989	4,55	1,40	0,60	6,55	19º
19	78191 - Narjara Soder	04/02/1991	4,55	1,40	0,60	6,55	20º
44	75807 - Cynthia Maria Schroeder	02/06/1986	4,55	1,20	0,80	6,55	21º
39	78707 - Elmo Moscon	03/11/1965	4,55	1,60	0,20	6,35	22º
20	76181 - Paula Pires Da Silva	18/09/1991	3,85	1,60	0,80	6,25	23º
12	78719 - Karoline Buss Gesser	22/06/1992	4,20	1,20	0,80	6,20	24º
13	78791 - Luana Egide Vezzaro	30/07/1990	3,50	2,00	0,40	5,90	25º
22	77178 - Jean Carlos Carlesso	21/11/1989	3,85	1,60	0,40	5,85	26º
28	75411 - Carla Roberta Schwantes Hachmann	14/11/1975	3,50	1,40	0,60	5,50	27º

35	76905 - Aline Lamberty	26/05/1989	3,85	1,20	0,40	5,45	28º
4	78778 - Janieli Pereira	18/11/1980	3,15	1,40	0,80	5,35	29º
43	76873 - Ana Elise Moraes Marques	12/03/1983	3,50	1,40	0,40	5,30	30º
33	78155 - Cristiano Da Silva	18/10/1982	3,15	0,80	0,80	4,75	Desc.
3	76415 - Juliane Maria Pedan	08/01/1985	2,80	1,00	0,60	4,40	Desc.
46	76373 - Claudemir Luiz Parmigiani	08/11/1980	3,15	0,80	0,20	4,15	Desc.
18	71133 - Keli Cristina Maldaner	20/06/1990	2,10	1,20	0,80	4,10	Desc.
41	76462 - Fernanda De Vargas	05/01/1991	2,45	1,00	0,40	3,85	Desc.
37	77953 - Camila Baronio	24/02/1991	2,45	0,80	0,40	3,65	Desc.
34	78390 - Barbara Scheibe	04/10/1989	1,40	1,60	0,40	3,40	Desc.

Art. 2º - Os desempates estão de acordo com o item 7 do Edital.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA - SC.

Em 12 de junho de 2.015.

Ari Prestes de Oliveira

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado na Presente data.

Eduardo Scholtze

Secretário Municipal da Fazenda

## Decreto 088/2015

DECRETO Nº. 088/2015, de 12 de junho de 2015

Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) e contém outras providências. O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.133, de 11 de dezembro de 2014 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA :

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), distribuídos em conformidade com os prescritos neste ato.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), destinado a reforçar as dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes do Orçamento Geral do Município, nas seguintes contas, a saber:

06 – SECRETARIA DE AGRICULTURA

01 - AGRICULTURA

20.122.0021.2031 - Adm. Geral dos Bens e Serv. da Agricultura

(75) 3.3.90.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas ..... R\$ 30.000,00

Total ..... R\$ 30.000,00

Art. 3º Para atendimento da abertura do Crédito constante neste ato fica autorizado à redução da dotação na importância de até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), em conformidade com as seguintes contas, a saber:

06 – SECRETARIA DE AGRICULTURA

01 - AGRICULTURA

20.122.0021.2031 - Adm. Geral dos Bens e Serv. da Agricultura

(74) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas .....  
R\$ 30.000,00  
Total ..... R\$ 30.000,00

### CAPÍTULO III

#### DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 4º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.132, de 11 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Ato, relativamente às suplementações e reduções introduzidas ao presente ato.

Art. 5º Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
12 de junho de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA  
Prefeito municipal

CERTIFICO que o presente ato  
foi registrado e publicado nesta  
mesma data e na forma da Lei.

Anchieta – (SC), 12 /06/2015.  
Andreia Marafão  
Secretário de Administração e Gestão

#### Decreto 089/2015

DECRETO Nº. 089/2015, de 16 de junho de 2015.

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DE RETIFICAÇÃO DE PARTE DA CHÁCARA 407, DE PROPRIEDADE DE FLÁVIO JEAN GARLET, SANDRA MARA SANTIN GARLET, FRANCIS PAULO GARLET E JOSIANE HEINRICH GARLET E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pela Lei Complementar n. 026/2010, em seu art. 55 e seguintes;

Considerando a diferença nas medidas da área registrada sob a Matrícula n.º 2.812, bem como o respectivo memorial descritivo e ART, aprovado pela área técnica do Município;

#### DECRETA

Art. 1º. Fica aprovada a retificação de parte da Chácara 407, de propriedade de Flávio Jean Garlet, Sandra Mara Santin Garlet, Francis Paulo Garlet e Josiane Heinrich Garlet, com área constante na Matrícula n.º 2.812, do Cartório de Registro de Imóveis de Anchieta/SC de 21.594,00 m2 (vinte e um mil, quinhentos e noventa e quatro metros quadrados), sendo a área total medida de 19.273,76 m2 (dezenove mil, duzentos e setenta e três com setenta e seis metros quadrados), sito na Fazenda Sargento, Linha São Paulo, atual perímetro urbano do Município e Comarca e de Anchieta/SC, com as seguintes confrontações:

1- Norte: Com parte da Chácara n.º 111, matrícula n.º 3.907 CRI/Anchieta/SC, de propriedade de Indústria e Comércio de Móveis Parpinelli LTDA, por travessão, numa extensão de 98,89 metros. Com parte da Chácara 110, matrícula n.º 5.360 CRI/Anchieta/SC, de propriedade de Itacir Fiorentin e Terezinha Fiorentin, por travessão, numa extensão de 24,13 metros.

2 - Sul: Com parte da Chácara n.º 407, matrícula n.º 5.712 CRI/Anchieta/SC, de propriedade de Cleber Evandro Cavasini, por linha seca de 93,69 metros.

3- Leste: Com parte de parte da gleba n.º 34, matrícula n.º 5.493 CRI/Anchieta/SC, de propriedade de Flávio Jean Garlet, Sandra

Mara Santin Garlet, Francis Paulo Garlet e Josiane Heinrich Garlet, por travessão, numa extensão de 180,08 metros.

4 – Oeste: Com parte da Chácara n.º 406, matrícula n.º 5.712 CRI/Anchieta/SC, de propriedade de Cleber Evandro Cavasini, por linha seca de 177,06 metros.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Anchieta, 16 de junho de 2015.  
ARI PRESTES DE OLIVEIRA  
Prefeito

CERTIFICO, que o presente Decreto foi  
publicado nesta data e na forma da Lei em  
16 de junho de 2015..

Andréia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão

#### Decreto 090/2015

DECRETO Nº. 090/2015, de 16 de junho de 2015.

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DE RETIFICAÇÃO DE PARTE DA GLEBA N. 34, DE PROPRIEDADE DE FLÁVIO JEAN GARLET, SANDRA MARA SANTIN GARLET, FRANCIS PAULO GARLET E JOSIANE HEINRICH GARLET E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pela Lei Complementar n. 026/2010, em seu art. 55 e seguintes;

Considerando a diferença nas medidas da área registrada sob a Matrícula n.º 5.493, bem como o respectivo memorial descritivo e ART, aprovado pela área técnica do Município;

#### DECRETA

Art. 1º. Fica aprovada a retificação de parte da Gleba n. 34, de propriedade de Flávio Jean Garlet, Sandra Mara Santin Garlet, Francis Paulo Garlet e Josiane Heinrich Garlet, com área constante na Matrícula n.º 5.493, do Cartório de Registro de Imóveis de Anchieta/SC de 4.935,00 m2 (quatro mil, novecentos e trinta e cinco metros quadrados), sendo a área total medida de 5.276,22 m2 (cinco mil, duzentos e setenta e seis com vinte e dois metros quadrados), sito na Linha São Paulo, atual perímetro urbano do Município e Comarca e de Anchieta/SC, com as seguintes confrontações:

1- Norte: Com parte da Chácara n.º 110, matrícula n.º 5.360 CRI/Anchieta/SC, de propriedade de Itacir Fiorentin e Terezinha Fiorentin, por travessão, numa extensão de 29,58 metros.

2 - Sul: Com parte da Gleba n.º 34, matrícula n.º 5.712 CRI/Anchieta/SC, de propriedade de Cleber Evandro Cavasini, por linha seca de 51,96 metros.

3- Leste: Com parte de parte da gleba n.º 34, matrícula n.º 5.652 CRI/Anchieta/SC, de propriedade de Alcir Cavalli, Neocila da Rosa Cavalli, Iradi José Scortegagna, Bernardete Uliana Scortegagna, por uma estrada municipal.

4 – Oeste: Com parte da Chácara n.º 407, matrícula n.º 2.812 CRI/Anchieta/SC, de propriedade de Flávio Jean Garlet, Sandra Mara Santin Garlet, Francis Paulo Garlet e Josiane Heinrich Garlet, numa extensão de 180,08 metros.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.



Prefeitura Municipal de Anchieta, 16 de junho de 2015.  
ARI PRESTES DE OLIVEIRA  
Prefeito

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei em 16 de junho de 2015.

Andréia Marafão

Secretária de Administração e Gestão

## Decreto 091/2015

DECRETO Nº. 091/2015, de 22 de junho de 2015.

Autoriza a Alteração Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual através da abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 587.790,00 (quinhentos e oitenta e sete mil, setecentos e noventa reais) e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº. 2.176, de 22 de junho de 2015 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:

### TÍTULO I CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei Orçamentária Anual Lei nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 587.790,00 (quinhentos e oitenta e sete mil, setecentos e noventa reais), objetivando suplementar dotações orçamentárias para o exercício em curso, no atendimento despesas com Os Plantões Médicos, com pessoal e encargos sociais do Fundo Municipal de Saúde e do Fundo Municipal de Assistência Social e Secretaria de Educação de responsabilidade deste ente Federado.

### CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Em conformidade com o disposto no artigo anterior deste Decreto, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 587.790,00 (quinhentos e oitenta e sete mil, setecentos e noventa reais) no Orçamento Geral do Município (LOA), conforme abaixo especificado a saber:

#### PARTE PREFEITURA MUNICIPAL

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

03 – ENSINO INFANTIL

12.365.0185.2.019 - Administração Geral dos Bens e Serviços Do Ensino Infantil

(50) 3.1.90.00.00.00.00.00.0334 -Aplicações Diretas ..... R\$ 100.000,00

#### PARTE FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

10 – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.243.0485.2206 – Manutenção dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

(08) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131-Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

08.244.0488.2.302 – Manutenção dos Serviços do Programa CRAS / PAINF

(15) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131-Aplicações Diretas R\$ 19.000,00

#### PARTE FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE PÚBLICA

09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.122.0021.2100 - Administração Geral dos Bens e Serviços Da Unidade Administrativa da Secretária de Saúde

(01) 3.1.90.00.00.00.00.00.0335 -Aplicações Diretas ..... R\$ 206.790,00

#### PARTE DO HOSPITAL MUNICIPAL

12 – HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE

02 –SETOR DE SERVIÇOS DO HOSPITAL MUNICIPAL

10.302.0428.2.401 - Administração Geral dos Bens e Serviços da Unidade de Assistência Medico Sanitária

(06) 3.3.90.00.00.00.00.00.0335 -Aplicações Diretas ..... R\$ 242.000,00

Total ..... R\$ 587.790,00

Art. 3º Para a cobertura do crédito permitido neste Decreto fica, igualmente, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à redução das seguintes dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes da mesma matéria orçamentária:

#### PARTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0428.2.101 – Adm. Geral dos Bens e Serv. Atenção Básica

(08) 3.1.90.00.00.00.00.00.0335 -Aplicações Diretas ..... R\$ 170.000,00

(10) 3.3.50.00.00.00.00.00.0335 -Aplicações Diretas ..... R\$ 6.790,00

10.301.0428.2.102 – Adm. Geral dos Bens e Serv. da Farmácia Básica

(22) 3.3.90.00.00.00.00.00.0335 -Aplicações Diretas ..... R\$ 30.000,00

#### PARTE DO HOSPITAL MUNICIPAL

12 – HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE

01- ADMINISTRAÇÃO GERAL DO HOSPITAL MUNICIPAL

10.122.0021.2400 - Administração Geral dos Bens e Serviços Administrativa do Hospital Municipal

(01) 3.1.90.00.00.00.00.00.0335 -Aplicações Diretas ..... R\$ 45.000,00

(02) 3.3.90.00.00.00.00.00.0335 -Aplicações Diretas ..... R\$ 15.000,00

#### 02 –SETOR DE SERVIÇOS DO HOSPITAL MUNICIPAL

10.302.0428.2.401 - Administração Geral dos Bens e Serviços

Unidade de Assistência Médico Sanitária

(05) 3.1.90.00.00.00.00.00.0335 -Aplicações Diretas ..... R\$ 40.000,00

10.306.0427.2.402 – Alimentação e Nutrição a Pacientes Internados

(09) 3.3.90.00.00.00.00.00.0335 -Aplicações Diretas ..... R\$ 38.000,00

#### PARTE DA PREFEITURA MUNICIPAL

02 – PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

03 – JUNTA DO SERVIÇO MILITAR

05.153.0200.2.006 - Administração Geral dos Bens e Serviços Da Junta Militar

(10) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 – Aplicações Diretas R\$ 14.000,00

#### 04 – SECRETARIA DA FAZENDA

01 – FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

28.843.0033.3.001 – Pagamento da Dívida Interna Municipal

(29) 4.6.90.00.00.00.00.00.0131 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00



05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
 07 - CULTURA  
 13.392.0247.2.123 – Administração Geral dos Bens e Serviços Culturais,  
 Biblioteca e Festividades do Município  
 (121) 3.3.90.00.00.00.00.0131 – Aplicações Diretas R\$ 80.000,00  
 \*

04 – SECRETARIA DA FAZENDA  
 01 – FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO  
 28.843.0033.3.001 – Pagamento da Dívida Interna Municipal  
 (29) 4.6.90.00.00.00.00.0131 – Aplicações Diretas R\$ 39.000,00

\*  
 05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
 02 – ENSINO FUNDAMENTAL  
 12.361.0427.2.016 - Administração Geral dos Bens e Serviços  
 Do Programa de Alimentação Escolar – Ens. Fundamental  
 (44) 3.1.90.00.00.00.00.0334 -Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 28.000,00

03 – ENSINO INFANTIL  
 12.365.0190.2.020 - Administração Geral dos Bens e Serviços de Creche  
 (55) 3.1.90.00.00.00.00.0334 -Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 35.000,00  
 12.365.0239.2.021 - Administração Geral dos Bens e Serviços do Transporte Escolar – Ensino Infantil  
 (59) 3.1.90.00.00.00.00.0334 -Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 12.000,00  
 12.365.00427.2.023 - Administração Geral dos Bens e Serviços do Programa de Alimentação Escolar - Creche  
 (64) 3.1.90.00.00.00.00.0334 -Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 25.000,00  
 Total ..... R\$ 587.790,00

### CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 4º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.132 de 11 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e reduções introduzidas no presente Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA,  
 Em 22 de junho de 2015.  
 ARI PRESTES DE OLIVEIRA  
 Prefeito

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei.

Em 22 de junho de 2015.  
 Andréia Marafão  
 Secretária de Administração e Gestão

## Lei 2.150/2015 LEI Nº. 2.150/2015.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE ATÉ R\$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS) E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

### TÍTULO I

#### CAPÍTULO I

#### DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei Orçamentária Anual, Lei nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), em conformidade com os prescritos nesta Lei, instituindo-se para tal na matéria orçamentária em execução o Projeto/Atividade 10.301..0428.1055 – Equipamentos e Material Permanente – FNS/MINISTÉRIO SAÚDE / PROPOSTA Nº. 11243.5520000/1130-4 – na Modalidade de despesas sob o código nº. 4.4.90.00 – Aplicações Diretas, em conformidade com a Proposta 11243.552000/1130-04, que tem como finalidade a aquisição de Equipamentos e Material Permanente que consiste em 02 (dois) Ares-Condicionados para desenvolver as atividades em saúde, de responsabilidade deste Ente Federado.

#### CAPÍTULO II

#### DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º. Em conformidade com o disposto no artigo anterior desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder, por ato próprio, a Abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) no Orçamento Geral do Município (LOA), conforme abaixo especificado a saber:

09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA  
 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
 10.301.0428.1.055 – Aquisição de Equipamentos e Material Permanente  
 FNS / MINISTÉRIO SAÚDE / PROPOSTA Nº.  
 11243.5520000/1130-04.  
 ( ..... )4.4.90.00.00.00.00.00.2720-Aplicações Diretas R\$ 2.013,00  
 ( ..... )4.4.90.00.00.00.00.00.2295-Aplicações Diretas R\$ 2.987,00  
 Total R\$ 5.000,00

Paragrafo Único: Fica instituída a Fonte de Recursos 2720 (00.03.0720) intitulada como Outras Transferências de Convênios FNS – Ministério da Saúde - Superávit Financeiro.

Art. 3º Para atendimento parcial da Abertura de Crédito de que trata o presente ato, fica igualmente autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a utilizar a importância de R\$ 2.013,00 ( dois mil e treze reais), concernente ao Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2014, relativamente Conta Bancária "Banco do Brasil S/A, sob nº 12.475-3 – Rubrica nº 4.2.4.7.1.99.12.00.00 – Outras Transferências da União – Equipamentos do Posto de Saúde, na fonte de Recursos 2720 (00.03.0720) Outras Transferências de Convênios FNS – Ministério da Saúde - Superávit Financeiro, como fonte de abertura do respectivo crédito, em conformidade com o disposto no art.43, §1º, I da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais pertinentes.

Art. 4º. Para a cobertura Complementar do Crédito autorizado no artigo anterior deste ato e correspondente a parte deste Ente Federado, fica autorizado a proceder a redução da seguinte conta orçamentária:

09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA  
01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0428.2.101 – ADMINISTRAÇÃO GERAL DOS BENS E SERVIÇOS  
DE ATENÇÃO BÁSICA  
(49) 3.3.90.00.00.00.00.00.2295-Aplicações Diretas R\$ 2.987,00

### CAPÍTULO III

#### DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 5º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.122, de 14 de novembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzidas neste texto legal.

### CAPÍTULO IV

#### DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 6º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2133 de 11 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzidas na presente Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), em 11 de março de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA  
Prefeito

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei.

Em 11 de março de 2015.

Andréia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão

## Lei 2.152/2015

LEI Nº. 2.152/2015.

Autoriza a Alteração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais) e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

### TÍTULO I

#### CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei Orçamentária Anual Lei nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais), em conformidade com os prescritos nesta Lei, instituindo-se para tal na matéria orçamentária em execução o Projeto / Atividade 10.301.0428.1058 – Equipamentos e Material Permanente para

Atenção Básica, na Modalidade de despesas sob o código nº. 4.4.90.00 – Aplicações Diretas, tem como finalidade a aquisição de Equipamentos e Material Permanente, mais precisamente 04 (quatro) Impressoras para desenvolver as atividades na atenção básica em saúde de responsabilidade deste Ente Federado.

### CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Em conformidade com o disposto no artigo anterior desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à Abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais) no Orçamento Geral do Município (LOA), conforme abaixo especificado a saber:

09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA  
01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0428.1.058 – Aquisição de Equipamentos e Material Permanente  
Para Atenção Básica  
( ..... ) 4.4.90.00.00.00.00.00.0295-Aplicações Diretas R\$ 2.200,00  
Total R\$ 2.200,00

Art. 3º Para a cobertura do crédito permitido nesta Lei fica, igualmente, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à redução das seguintes dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes da mesma matéria orçamentária:

09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA  
01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0428.2.101 – Administração Geral dos Bens e Serviços de Atenção Básica  
(14) 3.3.90.00.00.00.00.00.0295-Aplicações Diretas R\$ 2.200,00  
Total R\$ 2.200,00

### CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4 Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.122, de 14 de novembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzidas neste texto legal.

### CAPÍTULO IV DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.132 de 11 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzidas na presente Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), em 27 de março de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA  
Prefeito

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei.

Em 27 de março de 2015.  
Andréia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão

**Lei 2.154/2015**

LEI Nº. 2.154/2015.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER EM NOME DO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANCHIETA (SC), AUXÍLIO FINANCEIRO AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ÊRE (SC), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Autorizado a Firmar o Termo de Cooperação Técnica entre os Municípios de Campo Erê, São Bernardino, Saltinho, Santa Terezinha do Progresso e Anchieta os quais compõem o CAPS I – Microrregional com a Sede na Cidade de Campo Erê – SC, conforme Portaria nº. 336 de 19 de fevereiro de 2002 do Ministério da Saúde.

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, em nome do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANCHIETA, autorizado a conceder o Auxílio Financeiro ao FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ERÊ, inscrito no CNPJ nº. 11.307.776/0001-75, com sede na Rua Bandeirantes, nº. 48, Município de Campo Erê (SC), Cep: 89980-000, a importância de até R\$ 23.208,00 (vinte e três mil e duzentos e oito reais), sendo o valor de até 2.320,80 (dois mil, trezentos e vinte reais e oitenta centavos) mensais, a partir da assinatura do Termo de Cooperação Técnica até 31 de dezembro de 2015, para manutenção das atividades do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, em conformidade com o Termo de Cooperação.

Art. 3º A Concessão será efetuada através de depósito dos recursos financeiros em conta corrente individualizada e vinculada junto a Bancos Oficiais, movimentados por cheques nominais e individuais por credor.

Art. 4º A entidade terá o prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data do recebimento dos recursos, para proceder à devida comprovação de sua aplicação, em conformidade com a legislação vigente.

Art. 5º As despesas impugnadas pelo Executivo Municipal, em razão das normas preconizadoras, serão obrigatoriamente corrigidas na forma da legislação, acrescida de juros legais e recolhida em favor do erário municipal.

Art. 6º Os saldos não aplicados no prazo previsto nesta lei, deverão obrigatoriamente ser recolhidos em favor do Erário Municipal.

Art. 7º Ficam responsáveis pela aplicação e comprovação dos recursos recebidos, o Ordenador Primário – Presidente e o Ordenador Secundário – Tesoureiro.

Art. 8º A prestação de contas dos recursos recebidos será apresentada ao Executivo Municipal, em uma via, dentro dos prazos previstos nesta lei, instruída com os seguintes documentos:

- Ofício encaminhando a prestação de contas;
- Balancete de Prestação de Contas na modalidade da Resolução TC-28 e demais vigentes;
- Extrato bancário de conta especial e conciliação do saldo restante se houver;
- Fotocópia dos documentos suportes das despesas; e,

e) Declaração de lançamentos contábeis da entidade.

§ 1º - A Entidade conveniente além dos documentos acima citados deverá apresentar demais comprovantes em cumprimento a Instrução Normativa nº TC – 14/2012 do egrégio Tribunal de Contas de Santa Catarina.

§ 2º As cópias e/ou documentos anexos à prestação de contas da entidade, deverão estar rigorosamente legíveis, ou seja, sem rasuras ou entrelinhas.

§ 3º As cópias e/ou documentos, parte integrantes da prestação de contas, deverão obrigatoriamente comprovar a boa e regular aplicação dos recursos, além de estarem vistados pelos Ordenadores.

Art. 9º Fica, igualmente, o Executivo Municipal, autorizado a regulamentar por ato próprio, se necessário for, o processo da aplicação e tomada de conta dos recursos transferidos, visando o bom emprego do dinheiro público.

Art. 10 As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta do Orçamento Vigente as seguintes dotações: 09.01.10.301.0428.2.101 - (10) 3.3.50.00.00.00.00.0335 – Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos.

Art. 11 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), em 27 de março de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei.

Em 27 de março de 2015.

Andréia Marafão

Secretária de Administração e Gestão

**Lei 2.155/2015**

LEI Nº. 2.155/2015.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL PROMOVER A RETIRADA DE ENCARGOS ADVINDOS DE DOAÇÃO DE BEM IMÓVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover a retirada dos encargos referentes à doação de parte da Chácara nº. 41, com área de 953,42 m2 (novecentos e cinquenta e três vírgula quarenta e dois metros quadrados) e parte da Chácara nº. 42, com área de 2.080,00 m2 (dois mil e oitenta metros quadrados), totalizando em conjunto uma área de 3.033,42 m2 (três mil e trinta e três vírgula quarenta e dois metros quadrados), gravados na Matrícula nº. 4.147, à empresa DI QUALITÁ ESTOFADOS LTDA, com CNPJ nº. 06.991.666/0001-35.

Art. 2º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), em 27 de março de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei.

Em 27 de março de 2015.

Andréia Marafão

Secretária de Administração e Gestão

## Lei 2.156/2015

LEI Nº. 2.156/2015.

<p>Autoriza a Alteração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual através da abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 12.400,00 (doze mil e quatrocentos reais) e contém outras providências.</p>	
--	--

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

### TÍTULO I

#### CAPÍTULO I

##### DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei Orçamentária Anual Lei nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 12.400,00 (doze mil e quatrocentos reais), objetivando suplementar dotações orçamentárias para o exercício em curso, no atendimento de despesas com aquisição de Equipamentos e Material Permanente; mais precisamente para aquisição de ares condicionados e mobiliários em geral para ser utilizados em diversos setores da Administração Municipal.

#### CAPÍTULO II

##### DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Em conformidade com o disposto no artigo anterior desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 12.400,00 (doze mil e quatrocentos reais) no Orçamento Geral do Município (LOA), conforme abaixo especificado a saber:

##### 02 - PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

###### 01 – GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

04.122.0043.2004 – Administração Geral dos Bens e Serviços do Gabinete do Prefeito

(06) 4.4.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas ..... R\$ 1.800,00

##### 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

###### 02 – LICITAÇÕES E CONTRATOS

04.122.0021.2009 – Administração Geral dos Bens e Serviços De Licitações e Contratos

(19) 4.4.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas ..... R\$ 700,00

##### 04 – SECRETARIA DA FAZENDA

###### 01 – FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

04.129.0030.2010 – Administração Geral dos Bens e Serviços Da Unidade Finanças, Tributação e Fiscalização

(23) 4.4.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas ..... R\$ 7.900,00

##### 02 – CONTADORIA GERAL

04.124.0032.2012 – Administração Geral dos Bens e Serviços Da Contadoria Geral do Município

(27) 4.4.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas ..... R\$ 1.800,00

Total ..... R\$ 12.400,00

Art. 3º Para a cobertura do crédito permitido nesta Lei fica, igualmente, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à redução das seguintes dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes da mesma matéria orçamentária:

##### 02 - PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

###### 01 – GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

04.122.0043.2004 – Administração Geral dos Bens e Serviços do Gabinete do Prefeito

(05) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas ..... R\$ 1.800,00

##### 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

###### 01 – ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

04.122.0021.2008 – Administração Geral dos Bens e Serviços Da Secretaria de Administração

(16) 4.4.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas ..... R\$ 5.000,00

##### 02 – LICITAÇÕES E CONTRATOS

04.122.0021.2009 – Administração Geral dos Bens e Serviços De Licitações e Contratos

(18) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas ..... R\$ 700,00

##### 04 – SECRETARIA DA FAZENDA

###### 01 – FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

04.129.0030.2010 – Administração Geral dos Bens e Serviços Da Unidade Finanças, Tributação e Fiscalização

(21) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas ..... R\$ 2.900,00

##### 02 – CONTADORIA GERAL

04.124.0032.2012 – Administração Geral dos Bens e Serviços Da Contadoria Geral do Município

(26) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas ..... R\$ 1.800,00

Total ..... R\$ 12.400,00

#### CAPÍTULO III

##### DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.122, de 14 de novembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzidas neste texto legal.

#### CAPÍTULO IV

##### DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.132 de 11 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e reduções introduzidas na presente Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), em 08 de abril de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA  
Prefeito

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei.

Em 08 de abril de 2015.  
Andréia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão

### Lei 2.157/2015

LEI Nº. 2.157/2015.

<p>AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE ANCHIETA – (SC), A FIRMAR CONVÊNIO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE SAÚDE E DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, COM A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE HOSPITALAR SÃO LUCAS DE GUARACIABA-SC, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p>	
--	--

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, em nome do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, autorizado a firmar convênio, por intermédio da Secretaria de Saúde e do Fundo Municipal de Saúde, com a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE HOSPITALAR SÃO LUCAS, entidade legalmente constituída, inscrita no CNPJ sob nº. 86.245.982/0001-05 com sede na Rua D. Pedro I, 865, cidade de Guaraciaba – SC, com a finalidade de atender os pacientes do Município de Anchieta/SC que necessitarem de internação por um período maior que às 24 horas ofertadas pelo Pronto Atendimento do Município.

Art. 2º A referida internação se dará através do Sistema Único de Saúde – SUS, sendo que para se efetivar tal internação o médico responsável pelo paciente entrará em contato com a Associação Beneficente Hospital São Lucas, e solicitará o atendimento.

Art. 3º O Município de Anchieta somente se responsabiliza pelos pacientes encaminhados da Unidade Básica de Saúde - UBS ou do Pronto Atendimento PA, conforme especificado no artigo anterior.

Art. 4º O pagamento pela prestação do referido serviço se dará pela Secretaria de Estado da Saúde, através de transferência da PPI (Programação Pactuada e Integrada) Hospitalar, no valor de R\$ 5.255,00 (cinco mil duzentos e cinquenta e cinco reais) mensais à Associação Beneficente Hospitalar São Lucas.

Art. 5º O Termo de Convênio, anualmente, definirá a forma e critérios para transferências destes recursos.

Art. 6º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta própria consignadas no orçamento vigente.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), em 08 de abril de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA  
Prefeito

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei.

Em 08 de abril de 2015.  
Andréia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão

### Lei 2.158

LEI Nº. 2.158/2015.

<p>AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE ATÉ R\$ 3.500,00 (TRÊS MIL QUINHENTOS REAIS) E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p>	
--	--

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

#### TÍTULO I

#### CAPÍTULO I

#### DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei Orçamentária Anual Lei nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 3.500,00 (três mil quinhentos reais), em conformidade com os prescritos nesta Lei, instituindo-se para tal na matéria orçamentária em execução o Projeto / Atividade 09.01.10.304.0434.1062 – Equipamentos e Material Permanente – Portaria 2.363/2012 – na Modalidade de despesas sob o código nº. 4.4.90.00 – Aplicações Diretas, tem como finalidade a aquisição de Equipamentos e Material Permanente que consiste em 01 (um) Computador para desenvolver as atividades no setor de vigilância epidemiológica de responsabilidade deste Ente Federado.

#### CAPÍTULO II

#### DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Em conformidade com o disposto no artigo anterior desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à Abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 3.500,00 (três mil quinhentos reais) no Orçamento Geral do Município (LOA), conforme abaixo especificado a saber:

09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.304.0434.1.062 – Aquisição de Equipamentos e Material Permanente

Cfe. Portaria 2.363/2012

( ..... ) 4.4.90.00.00.00.00.00.0141 - Aplicações Diretas R\$ 2.200,00

( ..... ) 4.4.90.00.00.00.00.00.2234-Aplicações Diretas R\$ 1.300,00

Total R\$ 3.500,00

Parágrafo Único: Fica instituída a Fonte de Recursos 0141 (00.01.0141) intitulada de Transferência de Recursos Estado Saúde



- Port. Nº. 2363/2012 e a Fonte de Recursos 2234 (00.03.0234) intitulada como Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS-VIG. SAN-AÇÕES ESTRUTURANTES - Superavit Financeiro.

Art. 3º Para atendimento parcial da Abertura de Crédito de que trata o presente ato, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal permitido a utilizar o produto do excesso de arrecadação de recursos provenientes do Fundo Estadual de Saúde, através da Portaria GM/MS Nº 2.363, de 18 de outubro de 2012, no valor de R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais), concernente a nova fonte receitaria sob código 4.2.4.72.99.03 – Outras Transferências de Convenio dos Estados – Portaria Nº. 2.363.2012 - saúde, Recurso sob código nº. 0141 – (00.01.0141), conforme disposto no inciso II do § 1º, e § 3º da Lei Federal 4.320/64 e demais Constitucionais e Legais vigentes.

Art. 4º Para a cobertura Complementar do Crédito autorizado no artigo anterior deste ato e correspondente a parte deste Ente Federado fica autorizado a proceder a redução da seguinte conta orçamentária

09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA  
01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.304.0434.2.105 – ADMINISTRAÇÃO GERAL DOS BENS E SERVIÇOS  
DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE / SANITÁRIA  
(46) 3.3.90.00.00.00.00.2234-Aplicações Diretas R\$ 1.300,00

### CAPÍTULO III

## Lei 2.159/2015

LEI Nº. 2.159/2015.

AUTORIZA A ALIENAÇÃO DE VEÍCULOS PERTENCENTES À MUNICIPALIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.		
--	--	--

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, autorizado a alienar, mediante processo licitatório na modalidade de Leilão, os bens móveis constantes no Anexo I desta Lei, os quais foram levantados pela Comissão para Desfazimento de Bens, nomeada pela Portaria n.º 160/2015, de 19 de março de 2015.

Art. 2º. O processo licitatório para a alienação dos bens descritos na presente Lei obedecerão os critérios estabelecidos pela Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revoga-se na íntegra a Lei nº. 2.000, de 28 de agosto de 2013 e demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), em 08 de abril de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA  
Prefeito

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei.

Em 08 de abril de 2015.  
Andréia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão

### ANEXO I

Bem	Ano	Marca	Modelo	Nº Patrimônio	Placa
Retro Escavadeira	2006	JCB	214 – E	02305	***
Trator de Esteiras	1982	Fiatallis	AD7B	02305	***
Caminhão c/ caçamba	1977/77	Mer. Benz	1113	02282	MAG8661

### DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 5º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.122, de 14 de novembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzidas neste texto legal.

### CAPÍTULO IV

### DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 6º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.132 de 11 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzidas na presente Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), em 08 de abril de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA  
Prefeito

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei.

Em 08 de abril de 2015.  
Andréia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão

Camionete	1996/96	VW	Saveiro SL	02299	LYT 0469
Kombi	2001/01	VW	Lotação	2286	MBV3638
Kombi	2005/06	VW	Escolar	02451	MFY 8292
Uno Mille	2007/08	Fiat	Fire Flex	02435	ME S6418
Gol	2205/06	VW	1.6 POWER	03824	MFA 8721
Gol (Conselho Tutelar)	1995/96	VW	CLI	02045	HZK 9161
Ford Focus Sedã	2008/09	Ford	Focus 2.0 L FC (sedã)	03783	MGA 2523
Carroceria Prancha p/ transp. De maq.	Não visualizado	Não visualizado	Prancha 2,80x4,60 metros	Não visualizado	***
Corsa	1999/00	GM	WIND	03844	IJC 5698
Santana	1996/97	VW	2000 MI	03843	CIY 6590
Compressor de Ar	Não visualizado	Wayne Wetzel	W20/60 SD	2943	***
Distribuidor de Adubo Orgânico	Não visualizado	Mepel	3.000 Lts	02271	***
Distribuidor de Calcário	Não visualizado	Isol	***	02269	***
Ensiladeira	Não visualizado	Nogueira	Pecus -9004 - III	02272	***
Ensiladeira	2008	Pinheiro	Max - 10	02268	***
Ensiladeira	2008	Pinheiro	Max - 10	03822	***
Ensiladeira	2012	Cremasco	Custom 930 C II	03823	***
Carretão Agrícola Madeira	Não visualizado	Triton/Azul	Pica Pau	2273	***
Carretão Agrícola Madeira	Não visualizado	Triton/Amarelo	Tenden	2270	***
Caçamba Vascular com chassis	2009	Fachini	12 m³	Não visualizado	***
Caçamba Vascular com Chassis	2010	Fachini	12 m³ SCF CB	Não visualizado	***
Madeira de Demolição Aprox. 60 m³.		Assoalhos, divisórias, forros, aberturas e madeira quadrada (barrotes)			
Aprox. 3000 Unid. De Telhas de barro usadas.		Cerâmica São José - RS			

**Lei 2.160/2015**

LEI Nº. 2.160/2015.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A RATIFICAR O 1º TERMO ADITIVO AO CONVENIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA Nº 002/2014 E CONCEDER EM NOME DO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANCHIETA (SC), AUXÍLIO FINANCEIRO AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ÊRE (SC), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Autorizado a Ratificar o 1º. Termo Aditivo ao Convenio de Cooperação Técnica e Financeira nº 002/2014, firmado entre os Municípios de Campo Erê, São Bernardino, Saltinho, Santa Terezinha do Progresso e Anchieta os quais compõem o CAPS I – Microrregional com a Sede na Cidade de Campo Erê – SC, conforme Portaria nº. 336 de 19 de fevereiro de 2002 do Ministério da Saúde.

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, em nome do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANCHIETA, autorizado a conceder o Auxílio Financeiro ao FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ERÊ, inscrito no CNPJ nº. 11.307.776/0001-75, com sede na Rua Bandeirantes, nº. 48, Município de Campo Erê (SC), Cep: 89980-000, a importância de até R\$ 23.208,00 (vinte e três mil e duzentos e oito reais) no exercício corrente, o valor acima descrito será dividido em parcelas mensais iguais repassadas consecutivamente a partir do mês de abril até 31 de dezembro de 2015, para manutenção das atividades do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, em conformidade com o Termo de Cooperação.

Art. 3º A Concessão será efetuada através de depósito dos recursos financeiros em conta corrente individualizada e vinculada junto a Bancos Oficiais, movimentados por cheques nominiais e individuais por credor.

Art. 4º A entidade terá o prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data do recebimento dos recursos, para proceder à devida comprovação de sua aplicação, em conformidade com a legislação vigente.

Art. 5º As despesas impugnadas pelo Executivo Municipal, em razão das normas preconizadoras, serão obrigatoriamente corrigidas na forma da legislação, acrescida de juros legais e recolhida em favor do erário municipal.

Art. 6º Os saldos não aplicados no prazo previsto nesta lei, deverão obrigatoriamente ser recolhidos em favor do Erário Municipal.

Art. 7º Ficam responsáveis pela aplicação e comprovação dos recursos recebidos, o Ordenador Primário – Presidente e o Ordenador Secundário – Tesoureiro.

Art. 8º A prestação de contas dos recursos recebidos será apresentada ao Executivo Municipal, em uma via, dentro dos prazos previstos nesta lei, instruída com os seguintes documentos:

- a) Ofício encaminhando a prestação de contas;
- b) Balancete de Prestação de Contas na modalidade da Resolução TC-28 e demais vigentes;
- c) Extrato bancário de conta especial e conciliação do saldo restante se houver;

d) Fotocópia dos documentos suportes das despesas; e,

e) Declaração de lançamentos contábeis da entidade.

§ 1º - A Entidade conveniente além dos documentos acima citados deverá apresentar demais comprovantes em cumprimento a Instrução Normativa nº TC – 14/2012 do egrégio Tribunal de Contas de Santa Catarina.

§ 2º As cópias e/ou documentos anexos à prestação de contas da entidade, deverão estar rigorosamente legíveis, ou seja, sem rasuras ou entrelinhas.

§ 3º As cópias e/ou documentos, parte integrantes da prestação de contas, deverão obrigatoriamente comprovar a boa e regular aplicação dos recursos, além de estarem vistados pelos Ordenadores.

Art. 9º Fica, igualmente, o Executivo Municipal, autorizado a regulamentar por ato próprio, se necessário for, o processo da aplicação e tomada de conta dos recursos transferidos, visando o bom emprego do dinheiro público.

Art. 10 As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta do Orçamento Vigente as seguintes dotações: 09.01.10.301.0428.2.101 - (10) 3.3.50.00.00.00.00.0335 – Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos.

Art. 11 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12 Fica revogada na íntegra a Lei nº.2.154, de 27 de março de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), em 08 de abril de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA  
Prefeito

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei.

Em 08 de abril de 2015.  
Andréia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão

## Lei 2.161/2015

LEI Nº. 2.161/2015.

PROMOVE A REVISÃO GERAL ANUAL DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES E AGENTES POLÍTICOS DESTA ENTIDADE FEDERADA, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS. O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Em conformidade com o disposto no Art. 37, Inciso X, da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, fica concedido reajuste a título de revisão geral anual, aos vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal, bem como, do Poder Legislativo, incluído os subsídios dos Agentes Políticos deste Ente Federado, em 8,00 % (oito vírgula zero por cento), a partir do mês de Abril de 2015, correspondendo ao índice do IPC/FGV do período dos últimos 12 (doze) meses.

§ 1º A revisão concedida aos Servidores com base nesta Lei é extensiva a todas as categorias funcionais compreendidos os Ativos, Inativos e Pensionistas do Poder Executivo e do Poder Legislativo Municipal, exceto o constante da Categoria Funcional pertencente a Classe do Magistério, regulamentado pelo Piso Nacional de Carreira do Magistério com base no estatuto próprio.

§ 2º Concomitantemente, da mesma forma, a revisão é extensiva a todos os Agentes Políticos deste Ente Federado, abrangendo o Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e Secretários Municipais.

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à atualização das Tabelas e/ou Anexos de vencimentos e remunerações dos Servidores do Quadro de Pessoal alcançados por esta Lei.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta do orçamento vigente em cada exercício financeiro.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.  
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), em 23 de abril de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA  
Prefeito

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei.

Em 23 de abril de 2015.  
Andréia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão

## Lei 2.162/2015

### LEI Nº. 2.162/2015.

Autoriza a Alteração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual através da abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

#### TÍTULO I

#### CAPÍTULO I

##### DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei Orçamentária Anual Lei nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), objetivando suplementar dotações orçamentárias para o exercício em curso, no atendimento de despesas com aquisição de Imóvel para área Industrial do Município.

#### CAPÍTULO II

##### DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Em conformidade com o disposto no artigo anterior desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) no Orçamento Geral do Município (LOA), conforme abaixo especificado a saber:

#### 13 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

##### 01 – DESENVOLVIMENTO LOCAL

##### 22.661.0349.1.046 – AQUISIÇÃO DE IMÓVEL PARA ÁREA INDUSTRIAL

##### DO MUNICÍPIO

(117)	4.4.90.00.00.00.00.0294	-	Aplicações	Diretas
.....	R\$ 150.000,00			

Total .....	R\$ 150.000,00
-------------	----------------

Art. 3º Para a cobertura do crédito permitido nesta Lei fica, igualmente, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à redução das seguintes dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes da mesma matéria orçamentária:

#### 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

##### 02 – ENSINO FUNDAMENTAL

##### 12.361.0188.1.045 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEL PARA CONSTRUÇÃO DE ESCOLA DO ENSINO FUNDAMENTAL

(33)	4.4.90.00.00.00.00.0294	-	Aplicações	Diretas
.....	R\$ 150.000,00			

Total .....	R\$ 150.000,00
-------------	----------------

#### CAPÍTULO III

##### DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.122, de 14 de novembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzidas neste texto legal.

#### CAPÍTULO IV

##### DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.132 de 11 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e reduções introduzidas na presente Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), em 23 de abril de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei.

Em 23 de abril de 2015.

Andréia Marafão

Secretária de Administração e Gestão

## Lei 2.163/2015

### LEI Nº. 2.163/2015.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a firmar convênio entre o Município de Anchieta (SC) e a Associação Campoerense de Futebol - ACEF, e altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual, através da abertura de crédito adicional especial na importância de até R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais), a fim de proceder a concessão de transferência de recursos financeiros e contém outras providências. O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado em nome do Município de Anchieta Estado de Santa Catarina, a firmar Convênio com a Associação Campoerense de Futebol – ACEF, portadora do CNPJ sob o nº. 10.650.850/0001-99, com Sede na Rua Claudino Crestani, nº. 1338, na cidade de Campo Ere (SC), Cep 89.980-000, entidade sem fins lucrativos, Declarada de Utilidade Pública no Município de Campo Ere através da Lei Municipal nº. 1.406, de 02 de março de 2009, e a proceder a transferência de recursos financeiros na importância de até R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais) no ano, sendo este valor repassado em parcelas mensais e sucessivas num limite máximo de até R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais mensais), da assinatura do Convênio até 31 de Dezembro de 2015, objetivando o repasse de recursos financeiros para pagamento de transporte de atletas do Município de Anchieta para treinamento no centro de treinamento na escolinha de futebol da ACEF, localizada em Campo Ere – SC.

Art. 2º É obrigatório o depósito dos recursos financeiros em conta corrente individualizada e vinculada junto a Bancos Oficiais, movimentados por cheques nominais e individuais por credor.

Art. 3º A entidade terá o prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data do recebimento dos recursos, para proceder à devida comprovação de sua aplicação, em conformidade com a legislação vigente.

Art. 4º As despesas impugnadas pelo Executivo Municipal, em razão das normas preconizadoras, serão obrigatoriamente corrigidas na forma da legislação, acrescida de juros legais e recolhida em favor do erário municipal.

Art. 5º Os saldos não aplicados no prazo previsto nesta lei, deverão obrigatoriamente ser recolhidos em favor do Erário Municipal.

Art. 6º Ficam responsáveis pela aplicação e comprovação dos recursos recebidos, o Ordenador Primário – Presidente e o Ordenador Secundário – Tesoureiro.

Art. 7º. A prestação de contas dos recursos recebidos será apresentada ao Executivo Municipal, em uma via, dentro dos prazos previstos nesta lei, instruída com os seguintes documentos:

a) Ofício encaminhando a prestação de contas;

b) Balancete de Prestação de Contas na modalidade da Resolução TC-28 e demais vigentes;

c) Extrato bancário de conta especial e conciliação do saldo restante se houver;

d) Fotocópia dos documentos suportes das despesas; e,

e) Declaração de lançamentos contábeis da entidade.

§ 1º As cópias e/ou documentos anexos à prestação de contas da entidade, deverão estar rigorosamente legíveis, ou seja, sem rasuras ou entrelinhas.

§ 2º As cópias e/ou documentos, parte integrantes da prestação de contas, deverão obrigatoriamente comprovar a boa e regular aplicação dos recursos, além de estarem vistados pelos Ordenadores.

Art. 8º Fica, igualmente, o Executivo Municipal, autorizado a regulamentar por ato, se necessário for, o processo da aplicação e tomada de conta dos recursos transferidos, visando o bom emprego do dinheiro público.

## TÍTULO I

### CAPÍTULO I

#### DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 9º Fica alterada a Lei Orçamentária Anual Lei nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais), em conformidade com os prescritos nesta Lei, instituindo-se a Atividade nº 05.08.27.812.0224.2.067 - Contribuição Financeira a Associação Campoerense de Futebol - ACEF, e o Elemento de Despesa nº 3.3.50.00.00.00.00.0131 – objetivando o atendimento das despesas do Convenio relativamente ao repasse de recursos financeiros para pagamento de transporte de atletas do Município de Anchieta para treinamento no centro de treinamento na escolinha de futebol da ACEF, localizada em Campo Ere – SC.

### CAPÍTULO II

#### DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 10º Em conformidade com o disposto no artigo anterior desta lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais), no Orçamento Geral do Município, conforme abaixo especificado nesta Lei e a saber:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

08 – ESPORTE E LAZER

27.812.0224.2.067- Contribuição Financeira a Associação Campoerense

de Futebol - ACEF

(....)3.3.50.00.00.00.00.00.0131 – Aplicações Diretas

..... R\$ 10.800,00 Total .....

..... R\$ 10.800,00

Art.11º Para o atendimento do Créditos autorizados no artigo anterior deste ato, fica igualmente o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder à redução das dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constante do Orçamento do Município, mais precisamente conforme abaixo:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

08 – ESPORTE E LAZER

27.812.0224.2.124 – Adm. Geral dos Bens e Serv. do Esporte Amador

(123)3.3.50.00.00.00.00.00.0131 – Aplicações Diretas

..... R\$ 10.000,00

(124)3.3.90.00.00.00.00.00.0131 – Aplicações Diretas

..... R\$ 800,00

Total ..... R\$ 10.800,00

## CAPÍTULO III

### DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 12º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.132 de 11 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e reduções introduzidas na presente Lei.

Art. 13º O prazo de vigência do instrumento autorizado será até 31 de dezembro de 2015, à partir da data de assinatura do Convênio.

Art. 14º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), em 07 de maio de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei.

Em 07 de maio de 2015.

Andréia Marafão

Secretária de Administração e Gestão

## Lei 2.164/2015

LEI Nº. 2.164/2015.

Autoriza a alteração da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 22.530,00 (vinte e dois mil, quinhentos e trinta reais) e contém outras providências.
---

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

## TÍTULO I

### CAPÍTULO I

#### DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º. Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária Anual Lei nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, no Orçamento Geral do Município de Anchieta (SC), através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 22.530,00 (vinte e dois mil, quinhentos e trinta reais) em conformidade com os prescritos nesta Lei, incluindo-se na matéria orçamentária em execução no Projeto nº. 09.01 – 10.301.0428.2.117 – Manutenção dos Programas Assistência Médica Sanitária – Consultas Especializadas, na Modalidade de despesas sob o código nº. 3.3.90.00 – Aplicações Diretas, objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente para desenvolver serviços do Programa de responsabilidade deste Ente Federado.

## CAPÍTULO II



## DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º. Em conformidade com o disposto no artigo anterior desta lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 22.530,00 (vinte e dois mil, quinhentos e trinta reais) no Orçamento Geral do Município, conforme abaixo especificado a saber:

09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0428.2.117 – Manutenção dos Programas Assistência Médica

Sanitária – Consultas Especializadas

( ..... ) 3.3.90.00.00.00.00.00.0735 -Aplicações Diretas  
..... R\$ 13.021,22

( ..... ) 3.3.90.00.00.00.00.00.1735 -Aplicações Diretas  
..... R\$ 9.508,78

Total ..... R\$ 22.530,00

Parágrafo Único: Fica instituída a fonte de Recursos 0735 (00.01.0735), Transferências de Recursos FNS/MS-Mac/Consultas Especializadas.

Art. 3º Para o atendimento parcial ao Crédito autorizado, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal permitido a utilizar o produto do provável excesso de arrecadação no exercício de 2014, provenientes do FNS – Fundo Nacional da Saúde, no valor de até R\$ 13.021,22 (treze mil, setecentos e vinte e um reais e vinte e dois centavos), atinente a execução orçamentária do Orçamento Geral do Município deste Ente Federado, concernente a nova fonte re-ceitaria sob código 4.1.7.2.1.33.15 – Transferências Recursos FNS/MS-Mac/Consultas Especializadas, Recurso sob código nº. 0735 – (00.01.0735), Banco do Brasil S/A, Conta Corrente nº. 12.443-5 – Banco do Brasil S/A, em conformidade com o disposto no art. 9º, da Lei Orçamentária Anual Lei nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, Lei Federal nº. 4.320/64 art. 43, inciso II do § 1º e § 3º, e demais dispositivos constitucionais e legais em vigência.

Art. 4º Para a complementação do crédito permitido nesta Lei fica, igualmente, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder a redução das seguintes dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes da mesma matéria orçamentária:

09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0428.2.104 – Administração Geral dos Bens e Serviços Média e Alta Complexidade

(51) 3.3.90.00.00.00.00.00.1735 -Aplicações Diretas  
..... R\$ 9.508,78

Parágrafo Único: Fica instituída a fonte de Recursos 1735 (00.03.735) Transferências de Recursos FNS/MS-Mac/Consultas Especializadas – Superavit Financeiro

## CAPÍTULO III

## DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.132, de 11 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzida neste texto legal..

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), em 07 de maio de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei.

Em 07 de maio de 2015.

Andréia Marafão Secretária de Administração e Gestão

## Lei 2.165/2015

LEI Nº. 2.165/2015.

Autoriza a alteração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), e contém outras providências.	
--	--

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

## TÍTULO I

## CAPÍTULO I

## DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), no exercício financeiro de 2014, através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), em conformidade com os prescritos nesta Lei, instituindo-se para tal na matéria orçamentária em execução o Projeto / Atividade 05.03.12.365.0190.1.063 – Instalação do Telhado P/ Adequação da Creche Municipal, na Modalidade de despesas sob o código nº. 4.4.90.00 – Aplicações Diretas, tem como finalidade a Instalação do Telhado P/ Adequação da Creche Municipal deste Ente Federado.

## CAPÍTULO II

## DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, a proceder por ato próprio, à abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), com o objetivo de suplementar as seguintes dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes da mesma matéria em execução:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

03 – ENSINO INFANTIL

12.365.0190.1.063 - Instalação do Telhado P/ Adequação da Creche Municipal

( ..... ) 3.3.90.00.00.00.00.00.1115 -Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 22.000,00

Total ..... R\$ 22.000,00

Parágrafo Único. Fica instituído para fins de lançamento contábil e geração de informações para o Tribunal de Contas deste Estado, a fonte de recursos sob nº. 1115 - (00.03.0115) Transferências Direta do FNDE – Salário Educação - Superavit, em conformidade com o disposto deste ato.

Art. 3º Para atendimento da abertura do Crédito constante deste ato fica utilizada a importância de até R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), concernente ao Superavit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2014, relativamente Conta Bancária "Banco do Brasil S/A, sob nº 8.952-4 – Rubrica nº 4.1.7.21.35.01 – Transferência Direta do FNDE – SALARIO EDUCAÇÃO sob a fonte de recursos sob nº. 1115 - (00.03.0115)

Transferência Direta do FNDE – SALARIO EDUCAÇÃO – Superavit Financeiro, em conformidade com o disposto no art. 43, §1º, I, da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais pertinentes.

### CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.122, de 14 de novembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzida neste texto legal.

### CAPÍTULO IV DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.132, de 11 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzida neste texto legal.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), em 14 de maio de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA  
Prefeito

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei.

Em 14 de maio de 2015.  
Andréia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão

### Lei 2.166/2015 LEI Nº. 2.166/2015.

RATIFICA TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM MÓVEL CELEBRADO ENTRE O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DA PESCA E ESTE MUNICÍPIO – RECURSOS DO CONTRATO DE REPASSE N.º 785185/2013 MAPA/MDA/SAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina,

Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica ratificado o "TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM MÓVEL", assinado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal em nome do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, com o Estado de Santa Catarina por meio da SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DA PESCA, objetivando a permitente, a título gratuito da permissionária, fazer uso de 01 Trator Agrícola, Marca Valtra, Modelo A750L, 4x4, ano 2014, Série n.º V750395414, Pat/SAR n.º 17488 e uma Ensiladeira Colhedora de Forragens, Marca Custon 930 CIII, com 10 facas, Série n.º 4686, Pat/SAR n.º 18153, juntamente com seus manuais de operação, manutenção e garantia, destinados aos serviços públicos deste Ente Federado.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), em 19 de maio de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA  
Prefeito

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei.

Em 19 de maio de 2015.  
Andréia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão

### Lei 2.167/2015 LEI Nº. 2.167/2015.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE ANCHIETA – (SC), A FIRMAR CONVENIO E PROCEDER A CONCESSÃO DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS A ASSOCIAÇÃO DA CASA FAMILIAR RURAL DE GUARACIABA - CFR, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
--	--

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Autorizado a Firmar o Convênio entre o Município de Anchieta – (SC) e a CFR – Casa Familiar Rural de Guaraciaba, (SC), bem como a proceder à Transferência de Recursos Financeiros para a CFR – Associação da Casa Familiar Rural de Guaraciaba, entidade sem fins lucrativos, com sede no Município de Guaraciaba/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 00.795.077/0001-03, sob Código de Atividade Econômica 85.41-4-00 – Educação Profissional de Nível Técnico, na importância de até R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), sendo este valor repassado em parcelas mensais e sucessivas, a partir da assinatura do Convênio até 31 de dezembro de 2015, objetivando atender ao custeio de 7 alunos matriculados e frequentando o educandário de Ensino Médio com Qualificação em Agricultura Familiar.

Art. 2º A Concessão será efetuada através de depósito dos recursos financeiros em conta corrente específica, individualizada e vinculada para esse fim, junto a Bancos Oficiais, movimentados por cheques nominais e individuais por credor.

Art. 3º A entidade terá o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento dos recursos, para proceder à devida comprovação de sua aplicação, em conformidade com a legislação vigente.

Art. 4º As despesas impugnadas pelo Executivo Municipal, em razão das normas preconizadoras, serão obrigatoriamente corrigidas na forma da legislação, acrescida de juros legais e recolhida em favor do erário municipal.

Art. 5º Os saldos não aplicados no prazo previsto nesta lei, deverão obrigatoriamente ser recolhidos em favor do Erário Municipal.

Art. 6º Ficam responsáveis pela aplicação e comprovação dos recursos recebidos, o Ordenador Primário – Presidente e o Ordenador Secundário – Tesoureiro.

Art. 7º A prestação de contas dos recursos recebidos será apresentada ao Executivo Municipal, em uma via, dentro dos prazos previstos nesta lei, instruída com os seguintes documentos:

- Ofício encaminhando a prestação de contas;
- Balancete de Prestação de Contas na modalidade da Resolução TC-28 e demais vigentes;
- Extrato bancário de conta especial e conciliação do saldo restante

se houver;  
d) Fotocópia dos documentos suportes das despesas; e,  
e) Declaração de lançamentos contábeis da entidade.

§ 1º - A Entidade conveniente além dos documentos acima citados deverá apresentar demais comprovantes em cumprimento a Instrução Normativa nº TC – 14/2012 do egrégio Tribunal de Contas de Santa Catarina.

§ 2º As cópias e/ou documentos anexos à prestação de contas da entidade, deverão estar rigorosamente legíveis, ou seja, sem rasuras ou entrelinhas.

§ 3º As cópias e/ou documentos, parte integrantes da prestação de contas, deverão obrigatoriamente comprovar a boa e regular aplicação dos recursos, além de estarem assinados pelos Ordenadores.

Art. 8º Fica, igualmente, o Executivo Municipal, autorizado a regulamentar por ato, se necessário for, o processo da aplicação e tomada de conta dos recursos transferidos, visando o bom emprego do dinheiro público.

Art. 9. As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta do Orçamento Vigente na seguintes dotações: 05.04.12.362.0197.2.017 - (67) 3.3.50.00.00.00.00.0131 – Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), em 28 de maio de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA  
Prefeito

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei.

Em 28 de maio de 2015.  
Andréia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão

## Lei 2.168/2015

LEI Nº. 2.168/2015.

Autoriza a Alteração Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual através da abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 7.762,63 (sete mil, setecentos e sessenta e dois reais e sessenta e três centavos) e contém outras providências.	
--	--

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

### TÍTULO I

#### CAPÍTULO I

#### DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei Orçamentária Anual Lei nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 7.762,63 (sete mil, setecentos e setenta e dois reais e sessenta e três centavos), objetivando suplementar dotações

orçamentárias para o exercício em curso, no atendimento a despesas de manutenção dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

### CAPÍTULO II

#### DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Em conformidade com o disposto no artigo anterior desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 7.762,63 (sete mil, setecentos e sessenta e dois reais e sessenta e três centavos) no Orçamento Geral do Município (LOA), conforme abaixo especificado a saber:

10 – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL  
01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
08.243.0485.2206 – Manutenção dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos  
( ..... ) 3.3.90.00.00.00.00.2281-Aplicações Diretas R\$ 7.762,63  
Total ..... R\$ 7.762,63

Art. 3º Para a cobertura do crédito permitido nesta Lei fica, igualmente, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à redução das seguintes dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes da mesma matéria orçamentária:

10 – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL  
01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
08.241.0485.2201 – Administração Geral dos Bens e Serviços de Assistência ao Idoso  
(25) 3.3.90.00.00.00.00.2281-Aplicações Diretas R\$ 3.381,63  
08.243.0483.2203 – Manutenção da proteção Social Básica e Benefícios Eventuais  
(26) 3.3.90.00.00.00.00.2281-Aplicações Diretas R\$ 3.381,00  
Total ..... R\$ 7.762,63

### CAPÍTULO III

#### DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 4º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.132 de 11 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e reduções introduzidas na presente Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), em 28 de maio de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA  
Prefeito

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei.

Em 28 de maio de 2015.  
Andréia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão

**Lei 2.169/2015**

LEI Nº. 2.169/2015.

<p>AUTORIZA O PODER EXECUTIVO REVOGAR OS ARTIGOS 2º E 3º, BEM COMO SEUS INCISOS, DA LEI MUNICIPAL N.º 2.062/2014, QUE TRATA SOBRE O PROGRAMA MAIS MÉDICOS E DAR NOVA REDAÇÃO A MESMA LEI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p>	
---	--

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam os artigos 2º e 3º, bem como seus incisos, da Lei Municipal 2.062/2014, revogados.

Art. 2º. Inclui-se na mesma Lei a seguinte redação:

“Art.2º. Para custear as despesas do “Bolsa Auxílio Moradia” e do “Bolsa Auxílio Alimentação” será concedida ajuda pecuniária no valor de até R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) mensais aos profissionais vinculados ao Programa.

Art. 3º. O “Bolsa Auxílio Moradia” e “Bolsa Auxílio Alimentação” terão prazo de vigência enquanto o profissional vinculado ao Programa Mais Médicos atuar na cidade de Anchieta, desde que mantida a necessidade do benefício e que haja disponibilidade financeira e orçamentária.

§1º. O “Bolsa Auxílio Alimentação” deverá ser empregado na locação ou outro meio de obtenção de moradia pelo beneficiário.”

Art. 4º. Fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a proceder por ato próprio, a abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 17.500,00 (dezesete mil e quinhentos reais), no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, alterando a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, objetivando ao atendimento de despesas de Serviços de Terceiros – Pessoa física, conforme abaixo especificado a saber:

09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0428.2.125 – Manutenção do Programa Mais Médicos

( ..... ) 3.3.90.00.00.00.00.00.0335 – Aplicações Diretas .....

..... R\$ 17.500,00

Total ..... R\$ 17.500,00

Art. 5º. Para a cobertura total do Crédito autorizado no artigo anterior deste ato e correspondente a recursos próprios deste Ente Federado fica autorizado a proceder a redução da seguinte conta orçamentária, a saber:

09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0428.2.101 – Adm. Geral Bens e Serv. da Atenção Básica

(15) 33.90.00.00.00.00.00.0335 – Aplicações Diretas .....

..... R\$ 17.500,00

Total ..... R\$ 17.500,00”

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), em 28 de maio de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA  
Prefeito

CERTIFICO, que a presente Lei foi

publicada nesta data e na forma da Lei.

Em 28 de maio de 2015.

Andréia Marafão

Secretária de Administração e Gestão

**Lei 2.170/2015**

LEI Nº. 2.170/2015.

<p>Autoriza a Alteração Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual através da abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 12.000,00 (doze mil reais) e contém outras providências.</p>	
---	--

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**TÍTULO I****CAPÍTULO I****DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Art. 1º Fica alterada a Lei Orçamentária Anual Lei nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 12.000,00 (doze mil reais), objetivando suplementar dotações orçamentárias para o exercício em curso, no atendimento a contribuição a FECAM – Federação Catarinense de Municípios.

**CAPÍTULO II****DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA**

Art. 2º Em conformidade com o disposto no artigo anterior desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 12.000,00 (doze mil reais) no Orçamento Geral do Município (LOA), conforme abaixo especificado a saber:

08 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

04.122.0031.2043 – CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES S/ FINS LUCRATIVOS

AMEOSC / FECAM / CMN

(100) 3.3.50.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas .....

..... R\$ 12.000,00

Total ..... R\$ 12.000,00

Art. 3º Para a cobertura do crédito permitido nesta Lei fica, igualmente, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à redução das seguintes dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes da mesma matéria orçamentária:

03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

01 – ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

04.122.0021.2008 – Administração Geral dos Bens e Serviços Da Secretaria de Administração

(15) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas .....

R\$ 12.000,00

Total ..... R\$ 12.000,00

**CAPÍTULO III****DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**



Art. 4º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.132 de 11 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e reduções introduzidas na presente Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), em 08 de junho de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei.

Em 08 de junho de 2015.

Andréia Marafão

Secretária de Administração e Gestão

## Lei 2.171/2015

LEI Nº. 2.171/2015.

Autoriza a Alteração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos reais) e contém outras providências.	
---	--

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

### TÍTULO I

#### CAPÍTULO I

##### DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei Orçamentária Anual, Lei nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), no Órgão 05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, Unidade 07 - CULTURA, através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos reais), em conformidade com os prescritos nesta Lei, instituindo-se para tal na matéria orçamentária em execução o Projeto Atividade 13.392.247.1.115 - Execução de Obras na Praça Municipal Orestes Gheller, na Modalidade de despesas sob o código nº. 4.4.90.00 - Aplicações Diretas, na importância de até R\$ 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos reais), em conformidade com o SICONV Nº. 015023/2012, tem como finalidade conclusão da obras da quadra coberta da Praça Municipal.

#### CAPÍTULO II

##### DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Em conformidade com o disposto no artigo anterior desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à Abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos reais) no Orçamento Geral do Município (LOA), conforme abaixo especificado a saber:

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

07 - CULTURA

13.392.0247.1.115 - Execução de Obras na Praça Municipal Orestes Gheller

( ..... ) 4.4.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$

18.500,00

Total ..... R\$ 18.500,00

Art. 3º Para a cobertura do crédito permitido nesta Lei fica, igualmente, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à redução das seguintes dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes da mesma matéria orçamentária:

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

07 - CULTURA

13.392.0247.2.123 - Administração Geral dos Bens e Serviços Culturais,

Biblioteca e Festividades do Município

(120) 3.3.50.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

(121) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 3.500,00

Total ..... R\$ 18.500,00

#### CAPÍTULO III

##### DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.122, de 14 de novembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzidas neste texto legal.

#### CAPÍTULO IV

##### DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.132 de 11 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzidas na presente Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), em 11 de junho de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei.

Em 11 de junho de 2015.

Andréia Marafão

Secretária de Administração e Gestão

## Lei 2.172/2015

LEI Nº. 2.172/2015.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA IMPORTÂNCIA DE ATÉ R\$ 25.000,00 (VINTE E CINCO MIL REAIS) E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
--	--

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

### TÍTULO I

#### CAPÍTULO I



## DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei Orçamentária Anual Lei nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), objetivando suplementar dotações orçamentárias para o exercício em curso, no atendimento despesas com o desporto amador de responsabilidade deste ente Federado.

## CAPÍTULO II

## DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Em conformidade com o disposto no artigo anterior desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) no Orçamento Geral do Município (LOA), conforme abaixo especificado a saber:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
 08 – ESPORTE E LAZER  
 27.812.0224.2.124 – Administração Geral dos Bens e Serviços do Desporto Amador  
 (124) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas  
 ..... R\$ 25.000,00  
 Total R\$ 25.000,00

Art. 3º Para a cobertura do Crédito autorizado no artigo anterior deste ato e correspondente a parte deste Ente Federado fica autorizado a proceder a redução da seguinte conta orçamentária

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
 07 - CULTURA  
 13.392.0247.2.123 – Administração Geral dos Bens e Serviços Culturais,  
 Biblioteca e Festividades do Município  
 (121) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 – Aplicações Diretas R\$ 25.000,00  
 Total ..... R\$ 25.000,00

## CAPÍTULO III

## DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 4º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.132 de 11 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e reduções introduzidas na presente Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), em 11 de junho de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA  
 Prefeito

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei.

Em 11 de junho de 2015.  
 Andréia Marafão  
 Secretária de Administração e Gestão

## Lei 2.173/2015

LEI Nº. 2.173/2015.

Autoriza a alteração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 500,00 (quinhentos reais), e contém outras providências.	
---	--

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

## TÍTULO I

## CAPÍTULO I

## DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), no exercício financeiro de 2014, através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 500,00 (quinhentos reais), em conformidade com os prescritos nesta Lei, instituindo-se para tal na matéria orçamentária em execução o Projeto / Atividade 08.01.06.181.0174.1064 – Aquisição de Equipamentos e material Permanente para Polícia Civil / Convenio de Transito, na Modalidade de despesas sob o código nº. 4.4.90.00 – Aplicações Diretas, tem como finalidade aquisição de 01 (um) cortador de grama para limpeza do pátio da Delegacia de Polícia da Comarca.

## CAPÍTULO II

## DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, a proceder por ato próprio, à abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 500,00 (quinhentos reais), com o objetivo de suplementar as seguintes dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes da mesma matéria em execução:

08 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO  
 01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO  
 06.181.0174.1064 - Aquisição de Equipamentos e material Permanente para  
 Polícia Civil / Convenio de Transito  
 ( ..... ) 4.4.90.00.00.00.00.00.3707 – Aplicações Diretas R\$ 500,00  
 Total ..... R\$ 500,00

Parágrafo Único. Fica instituído para fins de lançamento contábil e geração de informações para o Tribunal de Contas deste Estado, a fonte de recursos sob nº. 3707 (00.03.2707) Convênio Trânsito Polícia Civil - Superávit, em conformidade com o disposto deste ato.

Art. 3º Para a cobertura do crédito permitido nesta Lei fica, igualmente, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à redução das seguintes dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes da mesma matéria orçamentária:

08 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO  
 01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO  
 06.181.0174.2045 – Administração Geral dos Bens e Serviços Policiamento  
 Polícia Civil / Convenio de Transito  
 (133) 3.3.90.00.00.00.00.00.3707 – Aplicações Diretas R\$ 500,00  
 Total ..... R\$ 500,00

## CAPÍTULO III

## DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.122, de 14 de novembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzida neste texto legal.

#### CAPÍTULO IV DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.132, de 11 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzida a presente Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), em 11 de junho de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito

CERTIFICO, que a presente Lei foi  
publicada nesta data e na forma da Lei.

Em 11 de junho de 2015.

Andréia Marafão

Secretária de Administração e Gestão

### Lei 2.174/2015

LEI Nº. 2.174/2015.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO DO RIO SARGENTO DE INTEGRAÇÃO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterada a carga horária e o respectivo vencimento, do cargo de Secretário Executivo, constante na Cláusula Primeira, do Anexo I, do Protocolo de Intenções, do CRESIM – CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO DO RIO SARGENTO DE INTEGRAÇÃO MUNICIPAL, ratificado pela Lei Municipal nº 2.123/2014, o qual passa a ter a seguinte redação:

Cargo	Vaga	Carga Horária	Grau Escolaridade	Tipo Cargo	Salário
Secretário Executivo	01	20 h Semanais	Ensino Médio Completo ou Nível Superior	CC	R\$ 2.500,00

Parágrafo Único – Os demais cargos previstos na Cláusula Primeira, do Anexo I do Protocolo de Intenções, permanecem inalterados.

Art. 2º. Fica incluída a Cláusula Segunda – Quadro de Cargos e Salários da Casa Lar”, no Anexo I, do Protocolo de Intenções, do CRESIM – CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO DO RIO SARGENTO DE INTEGRAÇÃO MUNICIPAL, ratificado pela Lei Municipal nº 2.123/2014, o qual passa a ter a seguinte redação:

#### CLÁUSULA SEGUNDA – QUADRO DE CARGOS E SALÁRIOS DA CASA LAR

Cargos	Vagas	Carga Horária	Grau Escolaridade	Tipo Cargo	Salário
Coordenador	01	20 horas Semanais	Nível Superior – com experiência em função congênere	CC	R\$ 1.700,00
Psicólogo	01	20 horas Semanais	Nível Superior	CT	R\$ 1.700,00
Assistente Social	01	20 horas Semanais	Nível Superior	CT	R\$ 1.700,00
Cuidador/Educador	04	44 horas Semanais	Alfabetizado	CT	R\$ 1.200,00
Auxiliar de Serviços Gerais	01	44 horas Semanais	Alfabetizado	CT	R\$ 900,00

CC = Cargo Comissionado de livre nomeação e exoneração

CT = Cargo Transitório (limitada à existência ativa da Casa Lar).

Parágrafo Único – A forma de provimento dos cargos, se dará nos termos da Cláusula Primeira do Anexo II do Protocolo de Intenções, do CRESIM – CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO DO RIO SARGENTO DE INTEGRAÇÃO MUNICIPAL.

Art. 3º. O cargo de Coordenador poderá ser desempenhado de forma cumulativa, por Servidor provido no cargo de Psicólogo ou de Assistente Social, desde que aceito por ambas as partes, podendo para tal acumular a respectiva remuneração.

Art. 4º. Ficam incluídos no § 3º Atribuições dos Cargos, da Cláusula Primeira do Anexo II do Protocolo de Intenções, do CRESIM – CONSÓRCIO

PÚBLICO DA REGIÃO DO RIO SARGENTO DE INTEGRAÇÃO MUNICIPAL, ratificado pela Lei Municipal nº 2.123/2014, a descrição analítica dos cargos para provimento na "Casa Lar", conforme segue:

a) **COORDENADOR:** Ao Coordenador cabe a função de dirigir e coordenar o órgão ou a unidade específica da Casa Lar, processar, executar e opinar sobre assuntos legais, assessorar na realização das políticas públicas e institucionais da unidade, além da participação de grupos e/ou comissões de nível estratégico.

Representar a Unidade Casa Lar, assumir funções de ordenador de despesas quando delegada, supervisionar as demais atividades administrativas, assessorar nos trabalhos de divulgação das atividades, no planejamento, no relacionamento com os Consorciados, Poder Judiciário, nas ações de cunho comunitário, no controle financeiro, nas relações com a sociedade no desenvolvimento de atividades educacionais, no assessoramento pedagógico e cultural na atividade geral, voltada à comunidade. Supervisionar os trabalhos dos profissionais da Casa Lar, além de proporcionar capacitação e treinamentos.

b) **PSICÓLOGO:** ao cargo de psicólogo compete:

I - Executar atividades profissionais típicas, correspondentes à habilitação em Psicologia;

II - Promover atendimento terapêutico individual e em grupo;

III - Orientar e encaminhar clientela para atendimento curativo e/ou preventivo no âmbito da saúde mental;

IV - Orientar pais e responsáveis sobre processos de integração em unidades sociais e programas de atendimento específicos de crianças e adolescentes;

V - Realizar diagnóstico e atendimento psicológico;

VI - Elaborar laudos psicológicos;

VII - Promover ações de prevenção da excepcionalidade;

VIII - Orientar e participar da elaboração de programas nos aspectos de desenvolvimento emocional e relações humanas das pessoas envolvidas;

IX - Desenvolver programas de atendimento a pacientes e familiares;

X - Fazer supervisão e observar casos individuais com dificuldades específicas;

XI - Realizar diagnóstico psicológico em pacientes;

XII - Acompanhamento psicossocial dos usuários e suas respectivas famílias, com vistas à reintegração familiar;

XIII - Possuir conhecimentos e noções básicas sobre:

- Constituição Federal;

- Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS;

- Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA;

- Política Nacional de Assistência Social;

- Política Nacional do Idoso;

- Política Nacional de Integração da Pessoa com Deficiência;

- Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB SUAS;

- Leis, decretos e Portarias do MDS;

- Fundamentos éticos, legais, teóricos e metodológicos do trabalho social com e para famílias, seus membros e indivíduos;

XIII - Executar demais atribuições afins.

c) **ASSISTENTE SOCIAL:** ao cargo de psicólogo compete:

I – Planejar, coordenar, controlar e avaliar programas e projetos na área do Serviço Social;

II – Elaborar e/ou participar de projetos de pesquisas, visando à implantação e ampliação de serviços sociais desenvolvidos na unidade Casa Lar;

III – Participar no desenvolvimento de trabalhos médico-sociais e interpretar a situação social do indivíduo e sua família;

IV – Fornecer dados sociais para a elucidação de diagnósticos médicos e periciais;

V – Diagnosticar e tratar problemas sociais que envolvam crianças e adolescentes;

VI – Desenvolver atividades que visem à promoção e proteção das crianças e adolescentes, ocupando-se de aplicações sociais, através da mobilização e desenvolvimento das potencialidades humanas e sociais;

VII – Mobilizar recursos da comunidade para que sejam devidamente utilizados e para que possam proporcionar os benefícios necessários às crianças e adolescentes;

VIII – Prover, adequar e capacitar recursos humanos institucionais e/ou comunitários, necessários para à realização de atividades na área do Serviço Social;

IX – Participar de programas de treinamento de pessoal técnico a auxiliar para o desenvolvimento das ações de educação em saúde;

X – Participar das ações que visem à participação de promoção social da instituição;

XII – Desempenhar demais tarefas inerentes à função de Assistente Social.

d) **CUIDADOR/EDUCADOR:** ao cargo de Cuidador/Educador compete:

I – Desenvolver cuidados básicos com alimentação, higiene e proteção das crianças e/ou adolescentes da Casa Lar;

II – Manter uma relação afetiva personalizada e individualizada com cada criança e/ou adolescente;

III – Organizar o ambiente (espaço físico e atividades adequadas ao grau de desenvolvimento de cada criança ou adolescente);

IV – Auxiliar a criança e ao adolescente para lidar com sua história de vida, fortalecimento da autoestima e construção da identidade;

V – Organizar registros individuais sobre o desenvolvimento de cada criança e/ou adolescente, de modo a preservar sua história de vida.

VI – Acompanhar a criança e/ou adolescente nos serviços de saúde, escola e outros serviços requeridos no cotidiano. Quando se mostrar necessário e pertinente, um profissional de nível superior (psicólogo ou assistente social) deverá também participar deste acompanhamento apoio na preparação da criança ou adolescente para o desligamento, sendo para tanto orientado e supervisionado por um profissional de nível superior (psicólogo ou assistente social);

- VII – Cuidar da moradia e alimentação (organização e limpeza do ambiente e preparação dos alimentos, dentre outros);  
VIII – Desenvolver atividades com as crianças e adolescentes, visando garantir o respeito e a organização dos ambientes da Casa Lar.  
IX – Desenvolver outras atividades que lhe forem atribuídas pela coordenação, relativo aos cuidados e educação das crianças e adolescentes.

e) AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS: ao cargo de Auxiliar de Serviços Gerais compete:

- I – Auxiliar na manutenção das instalações, mobiliários e equipamentos do órgão;  
II – Executar trabalhos braçais;  
III – Executar serviços de limpeza nas dependências internas e externas do órgão, jardins, garagens e outros ambientes;  
IV – Executar serviços de copa, cozinha e lavanderia com atendimento às Crianças e Adolescentes da instituição Casa Lar;  
V – Requisitar material necessário aos serviços;  
VI – Receber, protocolar e entregar correspondência interna e externa;  
VII – Processar cópia de documentos;  
VIII – Receber, orientar e encaminhar o público, informando sobre localização de pessoas ou dependência do órgão;  
IX – Receber e transmitir mensagens;  
X – Encarregar-se da abertura e fechamento das dependências do órgão;  
XI – Executar outras tarefas afins, de acordo com as necessidades peculiares da Unidade Casa Lar.

Art. 5º. Fica ratificado o protocolo de intenções, do CRESIM – CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO DO RIO SARGENTO DE INTEGRAÇÃO MUNICIPAL, bem como as convenções ora incluídas.

Art. 6º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta do Orçamento vigente em cada exercício financeiro.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), em 22 de junho de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA  
Prefeito

CERTIFICO, que a presente Lei foi  
publicada nesta data e na forma da Lei.

Em 22 de junho de 2015.  
Andréia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão

## **Lei 2.175/2015**

LEI Nº. 2.175/2015.

APROVA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Educação – PME, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma dos Anexos I e II, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 8º da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014.

Art. 2º São diretrizes do PME:

- I - erradicação do analfabetismo;  
II - universalização do atendimento escolar;  
III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;  
IV - melhoria da qualidade da educação;  
V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;  
VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;  
VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;  
VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;  
IX - valorização dos (as) profissionais da educação;  
X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º As metas previstas no Anexo I desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4º As metas previstas no Anexo I desta Lei deverão ter como referência o Anexo II – Diagnóstico elaborado pela Equipe Técnica com base nos dados divulgados por Órgãos Oficiais.

Art. 5º A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas realizados pelas seguintes instâncias:

- I - Secretaria Municipal de Educação;  
II – Fórum Municipal de Educação Permanente  
III - Conselho Municipal de Educação – CME;  
§ 1º Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:

- I - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;
- II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;
- III - analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§ 2o Ao longo do período de vigência deste PME, observar-se-ão os resultados dos estudos publicados a cada 2 (dois) anos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Anexo I.

§ 3o A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência do PME e poderá ser ampliada por meio de lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

§ 4o O investimento público em educação a que se refere a meta XX do Anexo I desta Lei engloba os recursos aplicados na forma do art. 212 da Constituição Federal, do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como do art. 213 da Constituição Federal.

§ 5o Será destinada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, além de outros recursos previstos em lei, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e de gás natural, na forma de lei específica, com a finalidade de assegurar o cumprimento da meta prevista no inciso VI do art. 214 da Constituição Federal.

Art. 6o O Município promoverá a realização de pelo menos 2 (duas) conferências municipais de educação até o final do decênio, precedidas de amplo debate e coordenadas pelo Fórum Municipal de Educação.

§ 1o O Fórum Municipal de Educação, além da atribuição referida no caput:

- I - acompanhará a execução do PME e o cumprimento de suas metas;
- II - promoverá a articulação da conferência municipal com as conferências estadual e nacional de educação.

§ 2o As conferências municipais de educação realizar-se-ão com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução do Plano Nacional de Educação – PNE, do Plano Estadual de Educação – PEE, bem como deste Plano Municipal e subsidiar a elaboração dos planos de educação para o decênio subsequente.

Art. 7o A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano, na forma da lei.

§ 1o Caberá aos gestores federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PME.

§ 2o As estratégias definidas no Anexo I desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

§ 3o O sistema de ensino municipal criará mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas do PME.

§ 4o Haverá regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios étnico-educacionais e a utilização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada a consulta prévia e informada a essa comunidade.

§ 5o O fortalecimento do regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município incluirá a instituição de instâncias permanentes de negociação, cooperação e pactuação.

§ 6o O fortalecimento do regime de colaboração entre os Municípios dar-se-á, inclusive, mediante a adoção de arranjos de desenvolvimento da educação.

Art. 8o O Município, no prazo de 2 (dois) anos contados da publicação da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, deverá adequar a legislação local, disciplinando a gestão democrática da educação pública em conformidade com o disposto na referida Lei, bem como neste PME.

Art. 9o O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 10. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

Art. 11. Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PME, o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), em 22 de junho de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei.

Em 22 de junho de 2015.

Andréia Marafão

Secretária de Administração e Gestão

## ANEXO 1

### 3. METAS E ESTRATÉGIAS

#### 3.1 META 1

Universalizar, até 2016, o atendimento da Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos e ampliar a oferta de Educação infantil em creches de forma a atender 60% (sessenta por cento) das crianças até 3(três) anos até o final da vigência do plano.

3.1.1 Garantir vaga e permanência das crianças de 04(quatro) a 05(cinco) anos na Educação Infantil, observando a frequência escolar mínima de 60% (sessenta por cento) e acionando o Sistema APOIA sempre que necessário.

3.1.2 Construir e ou ampliar com recursos da União em colaboração do município, segundo padrão nacional de qualidade, centros de



educação infantil, de acordo a necessidade Municipal até o final da vigência do plano.

3.1.3 Elaborar sub ação no PAR – Plano de Ações Articuladas visando a captação de recursos para construção e ampliação novas salas para atender demandas de crianças até 03 (três) anos, atendendo gradativamente em período integral.

3.1.4 Adequar gradativamente a partir de 2016, transporte coletivo para atender crianças até 03(três) anos.

3.1.5 Dispor de um Monitor de Transporte Escolar gradativamente para responsabilizar-se pelo cuidado das crianças no transporte escolar a partir de 2017.

3.1.6 Criar indicadores para avaliação da Educação Infantil da rede, a cada dois anos, observando os aspectos: qualidade, gestão, recursos, acessibilidade, infraestrutura física e de pessoal até o final da vigência do plano.

3.1.7 Equipar as escolas de Educação Infantil com brinquedos e instrumentos pedagógicos adequados aos níveis de desenvolvimento de cada faixa etária contemplando todos os aspectos que levem ao desenvolvimento integral da criança. Até o final da vigência deste PME através da SME e União.

3.1.8 Garantir o atendimento necessário com especialistas de saúde para as crianças com necessidades especiais, em parceria com a Secretaria de Saúde e Assistência Social.

3.1.9 Estabelecer parcerias com as diversas Secretarias Municipais e Organizações não governamentais com vistas a promover maior atendimento às necessidades educacionais e aos direitos das crianças.

## 3.2 META 2

Universalizar o Ensino Fundamental de 09(nove) anos para toda população de 06(seis) a 14(quatorze) anos e garantir que 95%(noventa por cento) conclua essa etapa na idade recomendada até o último ano da vigência do plano.

3.2.1 Oferecer atendimento individualizado para superar as dificuldades de aprendizagem, com maior permanência na escola e acompanhamento de profissional habilitado.

3.2.2 Disponibilizar em parceria com o Estado e União formação continuada aos professores, voltada à superação das dificuldades e necessidades percebidas durante o processo ensino aprendizagem.

3.2.3 Reorganizar a base curricular, considerando a Base Nacional Comum, contemplando, na parte diversificada, a realidade local/regional o respeito à cultura do educando.

3.2.4 Implantar no município a sala de recursos multifuncional para atender os alunos com dificuldades/necessidades diferenciadas de ensino, com profissionais especializados.

3.2.5 Estabelecer parcerias com as demais Secretarias, Fórum e Conselho Tutelar para realizar visitas, orientação e apoio às famílias visando à garantia do atendimento aos direitos das crianças/adolescentes.

3.2.6 Equipar as escolas de Ensino Fundamental com aparelhos tecnológicos, multimídia, materiais pedagógicos, didáticos e de pesquisa.

3.2.7 Aumentar a oferta na rede Municipal de Ensino, de maior tempo de permanência na escola e no contra turno oferecer aulas de línguas, artesanato, teatro, dança música e informática até o final da vigência do Plano.

3.2.8 Aumentar a oferta de anos finais do Ensino Fundamental na Rede Municipal de Ensino, de forma gradativa, durante a vigência do plano.

3.2.9 Ampliar o espaço físico (salas de aulas) no Centro Municipal de Educação até 2017, em parceria com a União.

3.2.10 Promover monitoramento de todas as pessoas em idade escolar, garantindo o acesso e a permanência na escola, em parceria com área da saúde e social.

3.2.11 Incentivar a participação das famílias no acompanhamento da vida escolar de seus filhos.

## 3.3 META 3

Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos de idade e elevar, até o final do período de vigência deste Plano, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 90% (noventa por cento).

3.3.1 Formar parceria com instituições que ofereçam ensino profissionalizante, com a regulamentações da parceria firmada em documento próprio.

3.3.2 Fazer a adequação/ampliação do espaço físico da escola para melhor atender as necessidades e diversificar as atividades oferecidas com recursos do Estado e União.

3.3.3 Firmar consórcio entre municípios próximos visando a oferta de cursos técnicos profissionalizantes em Escolas Federais, Estado ou União, atendendo à realidade regional.

3.3.4 Oportunizar atividades diversificadas e que venham de encontro com o interesse dos educandos e seus familiares, sendo ministradas por profissionais habilitados na área de atuação.

3.3.5 Abrir espaços culturais e esportivos nos finais de semana na comunidade local, envolvendo os vários segmentos da comunidade (Secretaria de Esporte e Cultura, CRAS, CDL, ACISA, escolas, Lareira, ADEC, CTG, idosos, Fórum, AMASC e outros grupos organizados).

3.3.6 Manter o Ensino Médio Inovador e incluir o Ensino Profissionalizante em nosso município em parceria com Estado e União.

## 3.4 META 4

Universalizar, para a população de 04(quatro) a 17(dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

3.4.1 Manter a política de atendimento para os alunos matriculados no ensino regular e contratação de novos professores através da Fundação Catarinense de Educação Especial e da SED ou SME, quando for necessário.

3.4.2 Criar critérios diferenciados para avaliação dos alunos com deficiências ou necessidades especiais, para o atendimento extraclasse e, se for o caso, do segundo professor.

3.4.3 Manter apoio financeiro repassado para a APAE conforme convênio entre município e escola, com adequação anual de valores, conforme IPC.

3.4.4 Adaptar a estrutura física e condições de acessibilidade nas instituições públicas e privadas de ensino até o final da vigência deste Plano.

3.4.5 Adequar o transporte escolar para alunos com deficiência ou necessidades especiais de forma gradativa.

3.4.6 Dar continuidade e ampliar os convênios com os órgãos públicos e privados para a manutenção do atendimento na educação especial (merenda escolar, transporte, entre outros).

3.4.7 Ampliar a idade limite para o atendimento na turma de Estimulação Essencial, de 03(três) anos e 11(once) meses para 05(cinco) anos e 11(once) meses, com atendimento individualizado para cada criança por meio da Fundação Catarinense de Educação Especial, SED, MEC, e APAE.

3.4.8 Reorganizar o currículo para melhor atender às especificidades de cada educando, em consonância com a política nacional.

3.4.9 Ampliação/adequação estrutura física da Escola Especial com recursos do Estado e União, prevendo piscina, ginásio de esportes entre outros.

3.4.10 Fomentar a pesquisa para identificar as necessidades da população que necessita de atendimento especializado.

3.4.11 Em parceria com a união e o estado, disponibilizar recursos de tecnologia assistiva e formação continuada de professores para atendimento especializado nas escolas.

3.4.12 Garantir oferta de educação bilíngue (Língua Brasileira de Sinais- Libras) aos estudantes com deficiência auditiva, adoção do sistema Braille para estudantes cegos, recursos ópticos e não ópticos para estudantes com baixa visão e metodologia adaptada para estudantes surdocegos, com idade de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos.

### 3.5 META 5

Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

3.5.1. - Estruturar os processos pedagógicos a fim de garantir a alfabetização plena a todas as crianças até o final do terceiro ano do ensino fundamental.

3.5.2. - Proporcionar capacitação aos educadores, sobre tecnologias educacionais e sobre as propostas pedagógicas definidas, assegurando a diversidade de métodos, bem como, com acompanhamento de todo processo educacional e, os resultados alcançados nas escolas, devem ser disponibilizados, preferencialmente, como recursos educacionais abertos.

3.5.3. - Promover e estimular a capacitação, especialização e formação continuada dos professores para a alfabetização das crianças.

3.5.4 - Promover, em consonância com as Diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, à formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários e agentes da comunidade para atuarem como mediadores da leitura.

### 3.6 META 6

Oferecer até o final da vigência deste Plano, educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica.

3.6.1 Construção e ampliação de espaço para a implantação do programa "Mais Educação", atendendo as necessidades dos educandos que permanecerão na escola em tempo integral. Buscar recursos nas esferas Federal, Estadual e Municipal.

3.6.2 Valorização do espaço já existente das escolas do campo, com estrutura e tecnologia adequada.

3.6.3 Adequar às estruturas físicas para programas voltados aos alunos com necessidades de um atendimento especial.

3.6.4 Otimizar o tempo de permanência na escola, combinando as atividades em sala de aula com atividades recreativas, esportivas e culturais.

### 3.7 META 7

Proporcionar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb: 6,4 nos anos iniciais do ensino fundamental; 6,0 nos anos finais do ensino fundamental e 5,2 no ensino médio.

3.7.1 Rever a partir de 2016, as diretrizes pedagógicas para a Educação básica, com base nos parâmetros curriculares nacionais, com direitos e objetivos de aprendizagem, a partir do desenvolvimento dos educandos e da diversidade local, regional e estadual.

3.7.2 Incluir no currículo a discussão de igualdade de gênero em todas as escolas municipais e estaduais, a partir de 2016.

3.7.3 Garantir o transporte gratuito aos educandos da rede, renovando e ampliando a frota de veículos próprios, assegurando gradativamente a adequação do transporte para crianças da educação infantil.

3.7.4 Oferecer um currículo específico para as escolas do campo, atendendo às exigências legais caracterizadoras das escolas de campo, por ações das SME, SEE, MEC, professores e comunidade escolar.

3.7.5 Equipar as escolas com salas informatizadas, bons computadores, sinal de internet rápida e de excelente qualidade através do Município, Estado e União.

3.7.6 Contribuir para a melhoria do desempenho dos estudantes da educação básica nas avaliações externas como Prova Brasil, ANA, ENEM, PISA.

3.7.7 Incentivar práticas pedagógicas inovadoras que contribuem para a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem.

3.7.8 Garantir nos currículos escolares, conteúdos sobre a história e a cultura afro-brasileira e indígena nos termos das Leis 10639/2003 e 11645/2008.

3.7.9 Incentivar a participação das famílias para que a educação seja assumida como responsabilidade de todos.

### 3.8 META 8

Apoiar as iniciativas para elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no Município e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

3.8.1 Construir estruturas físicas adequadas para desenvolver os cursos profissionalizantes através de parcerias com a União e o Estado.

3.8.2 Expandir a oferta de cursos profissionalizantes rotativos que atendam às necessidades locais (oferta/procura).

3.8.3 Realizar chamadas públicas regulares para educação de jovens e adultos, promovendo busca ativa em regime de colaboração entre o Estado e os Municípios em parceria com organizações da sociedade civil.

3.8.4- Buscar parcerias juntamente com os profissionais da Estratégia Saúde da Família, as empresas e outros setores do município para levantamento do número de jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompleto, possibilitando a finalização da educação básica através de formas alternativas até o final da vigência do plano.

### 3.9 META 9

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15(quinze) anos ou mais para 95%(noventa e cinco por cento) até 2018 e, até o final da vigência deste PME, reduzir em 5%(cinco por cento) o analfabetismo absoluto e reduzir em 50%(cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional, em colaboração entre todos os entes federativos e a comunidade até o final da vigência deste PME.

3.9.1 Monitorar o funcionamento do APOIA on line para a eficiente ação dos órgãos responsáveis no retorno do adolescente à Escola.

3.9.2 Implantar programa de Novas Oportunidades de Aprendizagem como meio de superação das dificuldades dos alunos e a aprovação dos mesmos.

3.9.3 Implantar nas escolas aonde houver necessidade, turmas para correção de fluxo (idade-série) visando amenizar a evasão escolar de alunos com 18 anos que não concluíram a educação básica.

#### 3.10 META 10

Oferecer, no mínimo, 5% (cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

3.10.1 Buscar fomento com o Estado e União para subsidiar o aluno matriculado e que frequentar em tempo integral a educação de jovens e adultos até a conclusão do curso.

#### 3.11 META 11

Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

3.11.1 Apoiar as iniciativas do Estado e da União no processo de ensino técnico profissional e científico em tempo integral, para o município.

3.11.2 Construir laboratórios e equipá-los com aparelhos tecnológicos de forma a garantir a qualidade dos cursos.

3.11.3 Incentivar a formação inicial para professores com interesse em atuar na educação profissional.

#### 3.12 META 12

Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão das vagas no segmento público, comunitário e privado.

3.12.1 Incentivar os alunos a fazer o exame do ENEM para concorrer às vagas disponibilizadas ao PROUNI.

3.12.2 Manter o repasse financeiro pelo Município para a associação de universitários, visando subsidiar parte do transporte escolar aos Universitários.

#### 3.13 META 13

Incentivar, com os Estados e a União a elevação da qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

3.13.1 Município e Estado firmar consórcio entre municípios próximos visando a oferta de curso superior em Escolas Federais atendendo a realidade regional e local.

3.13.2 Buscar convênios com instituições públicas do ensino superior, auxiliar financeiramente nos custos com transporte e oportunizar estágios remunerados no município.

#### 3.14 META 14

Apoiar, em articulação com a União e estado, a elevação gradual do número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 2.400 (dois mil e quatrocentos) mestres e 900 (novecentos) doutores, até ao final da vigência do Plano.

3.14.1 Elevar o percentual de profissionais do quadro de funcionários efetivos do magistério público, de modo que alcance 90% (noventa por cento) dos profissionais com especialização, 3%(três por cento) com mestrado e 1%(um por cento) com doutorado.

3.14.2 Conceder afastamento de 50% da carga horária remunerada para cursar mestrado ou doutorado para os profissionais do quadro efetivo do magistério público, regulamentado por lei ordinária, até o máximo de 03 profissionais por ano de cada rede.

#### 3.15 META 15

Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, até o final deste Plano, a inserção na política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

#### 3.16 META 16

Incentivar a formação em nível de pós-graduação, visando a elevação do índice para 85% (oitenta e cinco por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino. Através da SME, SED e educadores em parceria com o MEC.

3.16.1 Expandir os cursos de graduação (2ª licenciatura e pós-graduação) voltados aos professores não habilitados que atuam na educação pública, financiados pela União e o estado.

#### 3.17 META 17

Garantir a valorização dos (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.

3.17.1 Garantir a implantação de Plano de Carreira na rede estadual, com incentivo financeiro a formação inicial e continuada, a valorização do tempo de serviço e a correção anual do piso nacional dos professores.

#### 3.18 META 18

Assegurar o cumprimento do plano de carreira para os(as) profissionais do magistério público e, tomando como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

3.18.1 Incluir no plano de cargos e salários dos profissionais de educação do município, a partir de 2017, um acréscimo na remuneração dos professores que atuam nas escolas do campo, a título de "difícil acesso" regulamentado por lei.

**3.19 META 19**

Assegurar condições, no prazo de 03(três) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho atendendo à legislação municipal vigente e à consulta pública à comunidade escolar no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

3.19.1 Implementar, a partir dos critérios definidos por Lei, a escolha do gestor escolar.

3.19.2 Incentivar e proporcionar a participação dos representantes das APP, Conselhos Deliberativos e Grêmios Estudantis em cursos ofertados com recursos oriundos da União, Estado e Município.

3.19.3 Incentivar a participação dos pais e familiares nas Assembleias, Conselhos de classes e demais atividades escolares.

**3.20 META 20**

Acompanhar o aumento gradativo do investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto – PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

3.20.1 Viabilizar mediante pactuação com a União recursos oriundos dos royalties do pré-sal para investimento na educação;

3.20.2 O Município deve aplicar, anualmente, nunca menos de 25% (vinte e cinco por cento) do resultante da receita de impostos, compreendidas as transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino público municipal, na forma do Título VII, da Lei Complementar 003/99, de 17 de dezembro de 1999, satisfazendo, com isso, os padrões de infraestrutura e condições didático-pedagógicas, considerando a obrigatoriedade e o crescimento da demanda em educação básica, oferecidas pelo Município. A partir da aprovação desta Lei.

**ANEXO 02**

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE ANCHIETA (SC), MAIO DE 2015.

**INTRODUÇÃO**

A elaboração do Documento Base do PME, passou a ser uma das prioridades neste município a partir da aprovação do PNE. Primeiro por ser exigência de Lei Federal 13.005/2014 que determina aos municípios a construção de seus planos decenais de educação até junho de 2015; Segundo porque as bases educacionais municipais sentem a necessidade de estabelecer metas e estratégias norteadoras de ações que possibilitem garantir o direito a educação de todos os municípios.

Partindo dos pressupostos acima, a Secretaria de Educação munida de orientações vindas de instâncias designadas para este fim, define um roteiro de trabalho que inicia com a verificação do DECRETO Nº. 069/2013, DE 23 DE ABRIL DE 2013 aonde constitui um Fórum Municipal de Educação Permanente e, constatando então, que este Fórum não tem a incumbência de elaborar o Plano Municipal de Educação. Tomando conhecimento disto, o Prefeito Municipal, altera parcialmente o referido Documento com a edição do DECRETO 162/2014 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014, dando a atribuição a este Fórum de elaborar o Plano Municipal de Educação.

O grupo que constitui o Fórum Municipal de Educação Permanente é formado por representantes das diversas instituições educacionais do município, estado, entidades não governamentais, associações, entidades civis organizadas.

O Fórum definiu como meio de participação ampla de todos os seguimentos para expressão de seus anseios para a educação municipal no município, a aplicação de uma pesquisa, por meio de questionário abrangente enfocando todos os aspectos educacionais do físico ao pedagógico com profissionais da educação, estudantes, pais, comunidade de modo geral.

As respostas de todas as questões foram sistematizadas e serviram de base fundamental para a elaboração das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação.

O Plano Municipal de Educação, com suas metas alinhadas aos Planos Federal e Estadual, é composto de 20 metas.

**FUNDAMENTOS LEGAIS PARA A CONSTRUÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE ANCHIETA**

Planejar é um requisito fundamental para a realização de ações, um princípio das atuações humanas. Na educação, a construção de documentos que dão rumo ao processo é fundamental para que possamos perceber o que temos construído até o momento e o que sonhamos fazer no futuro. Demonstrar o que temos e estabelecer metas e estratégias para o futuro é o que está presente neste documento.

A elaboração do Plano Decenal de Educação no município de Anchieta parte dos pressupostos previstos na Lei 13.005 de 2014, lei que teve sanção presidencial em 25 de junho, a qual institui o Plano Decenal de Educação para 10 anos com 10 diretrizes e 20 metas com suas diversas estratégias. No art. 8º do PNE está previsto que os municípios deverão aprovar seus planos municipais de Educação no prazo de um ano a partir da sanção da Lei federal.

O princípio da democracia do Ensino Público propõe que a elaboração de documentos que fundamentem a educação, seja realizada com ampla participação social. Na Constituição Federal de 1998, consta no art. 206, parágrafo VI como um dos princípios o da gestão democrática e esse princípio também está presente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal, Lei nº 03/99. Este plano municipal de educação, nos seus diferentes momentos de construção, contou com a participação da população em assembleias de famílias nas escolas, reuniões de educadores e outros espaços de participação, assegurando sua construção democrática.

A coordenação da realização do Plano Municipal de Educação foi feita pela equipe da Secretaria Municipal de Educação. O município de Anchieta instituiu, em forma de decreto, a equipe de elaboração do plano com participação de vários setores da comunidade e com a representação de todas as escolas em funcionamento no município.

As instituições educativas do município pautam suas ações e práticas pedagógicas nas diferentes legislações vigentes a nível nacional, estadual e municipal, na perspectiva de melhorar a qualidade da educação, procurando atender de forma igualitária a demanda educacional existente. A construção do presente plano se insere nesta perspectiva.

**2. DIAGNÓSTICO****2.1 PERFIL DEMOGRÁFICO E SÓCIO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO****2.1.1 Anchieta, porque assim te chamo.**

Até parece, mas o Padre José de Anchieta não passou por aqui. O nome do município se deve ao trabalho dos padres Pedro Rubin e Afonso Correia, que na época atendiam a região e passaram pelo território anchietense celebrando. Como o trabalho era semelhante ao do Padre



José de Anchieta, assim passou a ser denominado o município que foi emancipado em 20 de março de 1963. Antes de ser município o território anchietense pertenceu a Chapecó, São Miguel do Oeste e Guaraciaba.

#### 2.1.2 Origem populacional.

Pelos objetos fosseis encontrados no território de Anchieta, fica evidente que grupos indígenas foram os primeiros povos que viveram aqui de forma seminômade ou usando a natureza anchietense como parte dos caminhos intertribais da época.

Por volta da metade do século XX já se instalaram nas matas nativas donde é hoje território de Anchieta, muitas famílias de caboclos vindas das regiões próximas do Paraná e do Rio Grande do Sul, por volta das décadas de 1930 e 1940 muitas famílias viviam aqui.

Com a chegada da Colonizadora Pinho & Terras LTDA, através do seu representante regional Olímpio Dal Magro, as terras do município, foram divididas em colônias que eram vendidas às famílias de agricultores vindos, na sua maioria do Rio Grande do Sul. As famílias de caboclos que aqui viviam há mais de 20 anos, se não tivessem dinheiro para comprar suas próprias terras eram despejados judicialmente. A partir de 1950, começaram a chegar ao território de Anchieta imigrantes italianos vindos dos municípios vizinhos, Guaraciaba, São Miguel do Oeste, Joaçaba e de regiões do Rio Grande do Sul, de onde veio a maior parte da população de Anchieta. Em busca de terras para produzir e de novas riquezas naturais, como madeira, na época.

A ocupação populacional chegou ao auge nos meados de 1980, quando contávamos com uma população de cerca de 11.000 habitantes. Sendo 75% desta população residente no campo.

Censo populacional	Total de habitantes	Localidade	
		Rural	Urbano
1970	5.604	4.392	1.212
1980	10.111	7.229	2.882
1991	9.599	7.214	2.385
2000	7.133	4.690	2.443
2007	6.587	3.955	2.610
2010	6.380	3.794	2.586
2014	6.066		

A partir de então, toda uma conjuntura desfavorável à agricultura e produção camponesa se dá início a uma das maiores evasões ou êxodo rural, em todos os municípios da região, famílias mais jovens, filhos de habitantes do município, partem para outras regiões do país e até para o perímetro urbano do município para trabalharem nas empresas que aqui começaram a instalar-se na época.

#### 2.1.3 Caracterização física do município.

O território do município de Anchieta possui área de 229,53 km<sup>2</sup> de extensão, está situado a 26° 30' de latitude sul e 50° 30' de atitude oeste do Meridiano de Greenwich. A latitude média de Anchieta é de 710 metros, com variação de 500 a 950 metros. Em 75% da área do município o relevo é acidentado. O clima classifica-se como mesotérmico úmido com verão quente, temperatura média de 18° C, precipitações média de 2000 mm anuais.

Anchieta situa – se na Bacia do Rio Uruguai. No início da colonização, 15% das terras do município possuía nativamente a floresta de araucária, os outros 80% são da floresta decidual. As práticas de agricultura e bovinocultura, a forma de perceber a natureza quando da colonização das terras até hoje, foi destruindo a vegetação natural do município. As consequências ambientais foram aparecendo e preocupando as pessoas, muitas ações com relação ao meio ambiente passaram a acontecer nas escolas e na sociedade. Em 2006 foi organizado o Programa Esperança Para o Futuro que abrange várias entidades públicas e outras organizações e prevê a recuperação da mata ciliar das sangas, córregos e rios do município. Dentro do programa foram executadas várias ações com a participação dos educandos nas escolas. O município de Anchieta está organizado em comunidades, bairros e centro da cidade. São 33 comunidades, três bairros e a cidade. A maior parte das comunidades foi organizada a partir de igrejas e escolas instaladas no local, porém é a religiosidade das pessoas que determina a organização em torno de uma comunidade que na sua maioria têm nomes de santos.

#### 2.1.4 Aspectos sócio econômicos e de produção do município.

A produção agropecuária no município, desde o início da colonização foi da agricultura para a subsistência e o excedente para a comercialização, a partir dos anos 80 ocorreu uma grande expansão da criação de bovinos para leite. A atividade leiteira está presente em praticamente todas as propriedades, também aumenta a quantidade de terras cercadas utilizadas para a criação de gado de corte. A criação de aves e suínos, como exceção de pequeno número de propriedades, acontece apenas para consumo de famílias.

As atividades agrícolas, produção e cultivo da terra acontecem para o pastoreio de bovinos de leite e na produção de grãos se destaca o milho, utilizado para a venda em grãos, produção da farinha de milho e silagem para vacas leiteiras. Na maioria das propriedades há área de terras destinada ao plantio de alimentos para o consumo da família. Algumas propriedades mais planas e com maior extensão de terras situadas na comunidade de Santa Rita também cultivam soja, que são vendidas em forma de grãos.

É importante destacar a produção de sementes de milho crioulas que são produzidas pelos agricultores em nosso município e que são a expressão do acúmulo cultural dos sistemas de cultivo, uso e seleção pensados pelos camponeses e suas comunidades em todo o mundo. Estas sementes foram desenvolvidas ao longo do tempo passando de geração para geração, sendo produzidas, multiplicadas, selecionadas e conservadas pelas famílias camponesas. Atualmente há um banco de sementes crioulas que funciona junto ao Sintraf de Anchieta, com o intuito da preservação das espécies e a troca com os agricultores.

A produção de alimentos para o autoconsumo da família tem importância nas propriedades rurais do município porque, proporcionam bem estar social com boas condições de saúde: baixos custos de produção em relação ao modelo tecnológico colocado pela lógica capitalista de produção; fuga da exploração das multinacionais do agronegócio; afirmação da cultura camponesa; aumento da autoestima dos camponeses em produzir e consumir alimentos de alta qualidade. O Índice de Desenvolvimento Humano de Anchieta é 0,699 (IBGE 2010), sendo considerado nível de desenvolvimento médio.

As atividades industriais do município de Anchieta têm diversificado bastante. Das serrarias que iniciaram as atividades industriais, até o momento atual, quatro fábricas de móveis de madeira, uma de médio porte para exportação, as outras de móveis sob medida e uma fábrica de esquadrias de madeiras. Duas fábricas atuam na manufatura de madeira, na fábrica de cabos, compensado e portas. Há duas fábricas de estofados.

O ramo metal mecânico está presente no município com uma fábrica de máquinas para o beneficiamento de madeiras e outra indústria com



produtos destinados à fabricação de peças de fibra de vidro e de plásticos para caminhões. Há também duas fábricas de esquadrias de ferro e alumínio, uma de móveis artesanais de ferro e três de produção artesanal de ferramentas para o setor agrícola.

Para a transformação de matérias primas, temos a existência de duas indústrias de abates de gado e suíno para fabricação de embutidos e carnes, um moinho de farinha de milho crioulo e de trigo, três fábricas de confecções para vestuário, cama, mesa e banho. Ainda há duas agroindústrias no setor da cana, uma de geleias, conservas, duas de queijos e uma de criação e filetagem de peixes.

O comércio é bem diversificado. O setor de serviços conta com bares, restaurantes, pizzarias, um hotel, um motel, dois estúdios fotográficos, reformas de eletrodomésticos, telefone, energia elétrica, exames laboratoriais, dentistas e médicos públicos e particulares, contabilidades, advogados, salões de beleza, academia, oficinas mecânicas, gráfica, três postos de combustíveis, agropecuárias, farmácias, floriculturas, funerárias, lojas de materiais de construções, lojas de calçados, confecções e supermercados, borracharias, lojas de vendas e de prestações de serviços de informática e telefonia celular e empresa de coleta de lixo.

Anchieta é servida por serviços públicos na área financeira com quatro bancos entre agências e postos. Existe um cartório de registro civil e um tabelionato de notas. O município é sede da comarca com Ministério Público e Tribunal de Justiça. A cidade e seus arredores são servidos por água tratada pela CASAN, Correios, Epagri, Cartório Eleitoral, dois postos de saúde: um na cidade e outro no interior; serviços odontológicos, ambulatórios e consultas médicas e um pronto atendimento. Ainda conta com atendimento de Organizações Não Governamentais: ACISA, CDL, ADEC, AMASC, Doadores de Sangue, Grupo do Orquídeófilos, Asanum, Sindicatos, Mulheres Camponesas, Conselhos de Comunidades, APP, de Clubes de Mães, de Idosos, Esportivos... e organizações dos setores públicos: Casa Lar, CRAS, Conselho Tutelar, SCFV. Os serviços de educação são exclusivamente públicos, desde a educação infantil até o ensino médio. Existem alguns cursos oferecidos à população por empresas privadas ou conveniadas como: SEBRAE, SENAI, PRONATEC, SESI, Casa Familiar Rural e Colégio Agrícola.

#### 2.1.5 Aspectos Culturais.

Falar da cultura do município de Anchieta é complexo, pois se entende que culturas não são apenas eventos grandiosos em que poucos têm acesso, mas, tudo o que as pessoas humanas produzem, isto é, que não são inatos. Objetos, formas de viver, relacionar – se com as pessoas, com a fauna e a flora e enfim, por cultura entende – se tudo o que é criado e melhorado através da cooperação e comunicação dos indivíduos em sociedade.

Em Anchieta os aspectos culturais são de uma pequena comunidade que não dissocia as vivências da produção, de alimentos, do lazer, do consumo, isto se dá não só pelo tamanho do município, mas também porque a agricultura ainda é principal atividade de ligação com a terra. O artesanato produzido aqui tem o aspecto de produção que visa sanar as necessidades. Existem alguns agricultores que produzem chapéus e “esportas” de palha de trigo, cestas de palha de milho, cestas de vime, objetos de madeiras e ferragens para à prática da agricultura. Há também muitas pessoas que aprenderam a técnica da pintura em tela, toalhas, a partir de cursos realizados.

As atividades de esporte e lazer realizados no município são organizadas tanto pelo Departamento de Esportes e Cultura, quanto pelas comunidades e instituições (clubes, associações). No esporte: campeonato de bochas, truco, futebol, futsal, de campo, suíço, areia, bolão-zinho, vôlei, canastra, sinuca, quarenta e oito e eventos regionais.

Está muito presente em nosso município a realização de festas e bailes promovidos pelas comunidades, organizações, associações, CTG com danças, cavalgadas, rodeios, bailes típicos os quais possibilitam o lazer e ao mesmo tempo visa angariar recursos para a sobrevivência das associações e entidades. As atividades religiosas têm encontros ecumênicos que reverenciam talentos e apresentações das diferentes igrejas de nosso município. Podemos citar que a religião predominante é a católica e se destacam as igrejas evangélicas: Assembleia de Deus, Evangelho Quadrangular, só o Senhor é Deus, Luterana; dentre outras.

Os idosos de Anchieta se organizam através de grupos para encontros, atividades, bailes e viagens.

É organizada todos os anos, a partir de 1998, a Maratoninha no dia 20 de março – dia de emancipação do município, festas da colheita e juninas pelas escolas municipais e estaduais. As escolas realizam diversas atividades culturais enfocando a literatura, o chá literário, momento gaúcho, tê literário e peças de teatro. Um festival da canção é realizado todos os anos pela Escola Professor Osni Paulino da Silva. Nas escolas são realizados momentos culturais. O Centro de Tradições Gaúchas – Alto da Querência do nosso município, realiza o Rodeio Crioulo. Todo ano é realizado tiro de laço, celebração e a tradicional cavalgada realizada toda semana, lembrando também nossas raízes culturais.

A partir do trabalho das indústrias, da agricultura e do comércio, temos a Expo Anchieta, que acontece a cada dois anos e congrega artesanato, músicas, sementes, máquinas, equipamentos, serviços e comércio do município e da Região.

A partir do trabalho da agroecologia, produção de sementes crioulas, temos a festa Nacional das Sementes Crioulas – FENAMIC, que acontece em data sempre definida pela organização/comissão regional que congrega artesanato, danças, músicas, sementes e costumes de todas as regiões do país.

As tradições de produção e tratamento com ervas medicinais, hábitos alimentares, cuidado com as pessoas, formas de lazer, costumes de fazer visitas, danças educativas, histórias, herdamos em grande parte do Rio Grande (estado do qual a maioria das famílias colonizadoras procedem) outras dos caboclos que aqui vivem e, nessa diversidade construímos a nossa identidade acolhedora e o jeito de construir coletivamente.

#### 2.1.6 Pontos turísticos de belezas naturais do município

A exuberância natural e construída pelas pessoas no município de Anchieta é grande. Existem muitas possibilidades turísticas e de fato recebemos muitas pessoas que residem em outras localidades e que chegam até Anchieta com diferentes objetivos.

Em feriados nacionais ou férias escolares, Anchieta tem muitas visitas de pessoas que residem em outras localidades e que vem até aqui para visitar familiares e conhecidos. Atualmente com a procura pelos esportes radicais tem muitas pessoas que vem até nosso município para realizar voos de parapente – esporte que vem sendo realizado por muitos municípios aproveitando a existência da declividade de nosso relevo. A exploração de cachoeiras permanece na mesma lógica dos esportes radicais.

Uma edificação que chama a atenção de muitas pessoas que chegam até a cidade de Anchieta é o moinho, situado em um dos acessos principais da cidade. O prédio é todo construído em madeira, preservando aspectos da arquitetura da época da colonização e ainda têm em seu interior as máquinas importadas da Alemanha, na época, e que permanecem até hoje funcionando.

O desafio maior com relação ao turismo é o desenvolvimento de políticas públicas municipais para a divulgação dos aspectos turísticos do município, a organização e planejamento de projetos referentes ao turismo, conhecimento e viabilidade dos programas nacionais de apoio ao turismo além de investimentos públicos e privados em infraestrutura para que as pessoas possam usufruir das belezas naturais e modificadas existentes no município. Há ainda que se investir na divulgação do turismo como mais uma possibilidade de geração de renda e emprego no município. Sabe-se que tais condições praticamente inexistem na maioria dos municípios de nossa região.

Comunidade	Local	Proprietário
Santo Inácio	Rio das Antas	Els0 Kraemer
	Mato da comunidade	Comunidade
Prateleira	Fábrica de queijos	Arlindo Heberle
	Rio Garça Branca	Sildo Watte
	Gruta	Zuppa
	Mel, Própolis, Pólen e indústria de bolachas, pães e cucas.	Jandir Junges
São Judas	Área para acampar	Joel Lorenzetti
Seara	Rio das Antas	
São Domingos	Acesso Rio Capetinga	
	Agroindústria de Açúcar de cana, Cachaça, rapadura.	
São Roque	Foz do Rio Leãozinho	Leonir Vidori
	Cachoeira	Luiz Zatera
	Muda de Jaboticaba	Zanella
Santa Rita	Jaboticabal	Marcos e Nilse Casalli
	Chás	Sônia Dalla Vechia
São Luiz	Rio	Antonio Stefanello
Gaúcha	Lagoa	Nilo Barbieri
	Venda de legumes, frutas e verduras	Leonel Facco
Café Filho	Açude/matinho	Luiz Ambrozi
São Cristóvão	Hidroelétrica	
Cidade	Gruta Nossa Senhora da Salete	
	Moinho	Decio Hoffmann
	Hotel Belvedere	Hélio e Valéria Cristófolli
Primavera	Cachoeira do Arroio Monjolo.	
Vargem/Unida	Poço do Sabão – Rio Sargento	
Linha Gaúcha	Morro do Sol	
	Três quedas	Valdir de Souza
	Ervas medicinais, bioenergéticos, farinha de trigo e centeio integral e orgânico	Inês Carpeggiani
	Uva/vinho	Valdomiro de Césare
Saúde	Mato – saíta centenária	Atanaer
São Paulo	Salto 1º de janeiro	Ildo e Ari Cavalli
	Agroindústria de Embutidos de carne	Rosângela Pavan
	Barragem que abastece a cidade – CASAN	
	Produtos coloniais	Araldi
São José	Igreja construída em madeira	
	Agroindústria de conservas	
	Agroindústria Filé de peixe tilápia.	Mauri Prochnow
São Pedro	Vinho, vinagre e uvas.	Buchi
Salete	Chapéu de trigo	Ana Garlet
	Jaboticabal	Ari Cavagnoli
	Uva, vinho e vinagre	Chini
Aparecida	Árvore centenária oca	
	Projeto esperança para o futuro	
	Melancias	Valdecir Cella
	Trilha na beira do rio	Mocelin e Mittmann
União da Vitória	Área de lazer	
Santa Rita	Cachoeiras, trilha e área de lazer.	Zanin
São Paulo Alto	Área de trilhas para corrida de moto.	Pedro Pavan

O quadro acima foi construído em um esforço de demonstrar os pontos para turismo em nosso município e que devem ser aos poucos potencializados para levar pessoas a realizar passeios por eles com diferentes objetivos.

#### 2.1.7 Da organização política e administrativa:

As pessoas que viveram e vivem no território anchietense se organizaram politicamente de diferentes formas no decorrer da história do município. Antes de Anchieta ser município a população votava em seus representantes nos municípios a que pertencia. No final da década de 1950, o então distrito de Anchieta teve representação em Guaraciaba com um vereador eleito, O Sr. Adelino Piccoli.

A partir da emancipação do município, em 20 de março de 1963, houve a indicação do primeiro prefeito Sr. David Perin, que assumiu o cargo interinamente. Os demais prefeitos e prefeita que assumiram o executivo municipal foram eleitos democraticamente pela população. A organização administrativa do executivo municipal tem em lei prevista a existência de secretarias para atuar nos diversos setores estratégicos para o município.

O Poder Legislativo municipal é composto por nove vereadores, que são eleitos em eleição conjunta à eleição para o executivo municipal. Os vereadores atuam representando a população nas necessidades servindo de interlocutores, fiscalizando as ações do executivo municipal, legislando, aprovando e propondo leis que vão organizando a vida da comunidade.

As lideranças eleitas para os cargos do legislativo e executivo fazem parte de organizações partidárias, assim como nos demais municípios do Brasil. A democracia representativa construída em nosso país necessita das organizações partidárias que, em nosso município são representados pelos seguintes partidos: Partido dos Trabalhadores, Partido do Movimento Democrático Brasileiro, Partido Social Democrático Brasileiro, Partido da Social Democracia, Partido da República, Partido Democrático Trabalhista, Partido Popular Socialista e Partido Progressista.

#### 2.1.8 Da medicina tradicional às especialidades médicas no município

A necessidade da busca da saúde é uma constante. Durante as épocas em que as pessoas viviam a partir do que a natureza oferecia, sem muita dependência das indústrias, a cura brotava da natureza a partir do conhecimento dos princípios das ervas e métodos de curas que eram passados de geração em geração. Inclusive o nascimento das pessoas se dava pelas mãos das parteiras que aprendiam as técnicas e auxiliavam as famílias nestes momentos.

Com as mudanças na organização da vida das pessoas e o advento das pesquisas científicas e produções industriais a medicina passou a ter outra lógica e tivemos em nosso município o Hospital Municipal Anchietaense que passou a cuidar das doenças e dos nascimentos. No sentido da saúde curativa temos em Anchieta dois postos de saúde, um na cidade e outro na comunidade de João Café Filho. Está em funcionamento também o Hospital Municipal Anchietaense, como Unidade de Pronto Atendimento, para realizar os primeiros atendimentos nos casos de doenças.

Trabalham em nosso município vários profissionais da saúde que vendem seus serviços, dentre eles: dentistas, psicólogos, psiquiatras, fisioterapeuta, e outros, que atuam de forma que as pessoas pagam pelos serviços ou conveniados com o poder público.

Mesmo com o advento da indústria dos medicamentos, muitas pessoas seguem tratando das doenças com chás e alimentos naturais. As mulheres integrantes do MMC, na Anchieta e região, desenvolvem muitas atividades com relação à medicina natural, inclusive construíram e cultivam um horto de ervas medicinais (junto ao SINTRAF) com o intuito de resgatar e preservar o cuidado da saúde com produtos naturais.

#### 2.1.9 Das organizações e dos movimentos sociais existentes

No Brasil em 1930, já ocorria muitas revoltas no campo, inclusive em Santa Catarina, com a revolta de Canudos e do Contestado. As ligas camponesas e sindicatos auxiliavam a organização dos povos do campo contra as injustiças sociais existentes naquela época.

No Oeste catarinense, os movimentos sociais se organizaram principalmente após a década de 1980. Nessa mesma época em Anchieta, organizaram-se o MMA – movimento das mulheres agricultoras – que mais tarde transformou-se em MMC (Movimento de Mulheres Camponesas) o MST – Movimento dos Sem Terra e o MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores.

O movimento de Mulheres Camponesas sonha com uma educação que contemple um currículo voltado ao campo – teórico e prático, aonde se ensine – as diferenças de gênero e o respeito da vida como um todo: cuidado da água, da mãe terra, das plantas medicinais, das sementes crioulas. Trabalhar os conhecimentos populares que são centenários, ouvindo mais a terceira idade sem deixar de ouvir os sonhos dos jovens e das crianças, com o objetivo de construir uma sociedade de novas relações.

Os movimentos sociais em Anchieta constituíram-se após a organização de outros movimentos sociais fortemente atuantes no Brasil, principalmente nas décadas de 60, 70 e 80. A organização em movimentos sociais visa o bem comum, com objetivos específicos de um grupo ou categoria. Objetiva a mudança nas relações sociais e no sistema político-econômico de um povo.

Em Anchieta, no ano de 1970, foi fundado o Sindicato Rural de Agricultores ou Sindicato dos Empregadores rurais. Entendia-se que todos que moravam e viviam no campo eram empregadores rurais e, por isso, poderiam participar do sindicato para reivindicar direitos. Hoje o Sindicato que representa os trabalhadores do campo denomina-se SINTRAF – Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar.

Há alguns anos existem organizados no município a CDL – Câmara dos Dirigentes Logistas, a ACISA – Associação Comercial Industrial e Serviços de Anchieta e o Sindicato dos Funcionários Públicos - SINDI, instituições que ajudam na organização dos empregadores e trabalhadores urbanos. Não existem sindicatos organizados de trabalhadores empregados no comércio ou na indústria privados em nosso município. Além dos movimentos sociais ainda temos presente em nosso município Organizações Não Governamentais: ADEC – Associação Esportiva, AMASC – Associação de mulheres voluntárias, Doadores de Sangue, Grupo do Orquidófilos, Asanum – Associação de universitários, Conselhos de Comunidades, APP – Associação de Pais e Professores de Escolas, de Clubes de Mães, de Idosos, Esportivos.

#### 2.1.10 Administração da Educação Municipal

As escolas em funcionamento no município possuem dependência administrativa estadual ou municipal.

As escolas estaduais são ligadas às Gerências Regionais de Educação, que por sua vez possuem dependência administrativa da Secretaria Estadual de Educação, as gerências provêm recursos humanos, materiais de que as escolas necessitam para a atuação. No município de Anchieta são três escolas estaduais que atuam no Ensino Fundamental e Médio, mais a APAE e o NAES – Núcleo Avançado de Ensino Supletivo (dependência administrativa mista) – município trabalha com alfabetização, nivelamento, preparação do lanche, limpeza, organização e a coordenação da escola; Ensino Fundamental e Médio é organizado pela Gerência Regional.

As escolas municipais que atuam na educação das crianças e adolescentes têm dependência administrativa da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura, ligada à Prefeitura Municipal. A Secretaria Municipal de Educação possui no seu quadro administrativo, uma secretária municipal, uma auxiliar de secretaria, uma nutricionista, uma professora coordenadora administrativo-pedagógica, uma orientadora de estudos, uma orientadora pedagógica, uma diretora de departamento, uma diretora de alimentação escolar e um coordenador de transporte escolar. Esses profissionais atuam na coordenação pedagógica e administrativa das escolas – Censo Escolar, Projeto Série, Projeto Presença, compra e distribuição da merenda escolar, elaboração de cardápio e acompanhamento nutricional, compra local, prestação de contas e encaminhamentos de licitações. As orientações pedagógicas são efetuadas em encontros de formação continuada ou no período de planejamento dos professores.

Nas unidades escolares que possuem mais de 50 alunos tem um diretor escolar que faz toda gestão escolar, dá os encaminhamentos necessários e toma decisões em conjunto com a secretaria, as APP e seu corpo docente quando for o caso. No setor de esporte tem um Diretor de departamento.

É o Executivo que indica os diretores escolares, observando porém, o que determina o Plano de Cargos e Salários do Magistério Público Municipal: deve ser profissional do quadro efetivo, ter formação específica de licenciatura.

O município de Anchieta conta com treze escolas: APAE, NAES, 03(três) Estaduais, dentre as quais 01(uma) com Ensino Médio, 08(oito) Municipais, sendo que: 01(uma) é somente de Ensino Fundamental; 03(três) somente de Educação Infantil e 04(quatro) atendem as duas etapas, ou seja, de Educação Infantil e Ensino Fundamental. São elas: Escola de Educação Básica Professor Osni Paulino da Silva, Escola de Ensino Fundamental Padre Reinaldo Stein, Escola de Ensino Fundamental João Café Filho, Escola de Educação Infantil Pequeno Exemplo, Escola de Educação Infantil e Fundamental Xavantes, Centro Municipal de Educação Infantil e Fundamental, Creche Pró Infância, Escola Municipal Nº 10, situada na Linha Salete, Escola Municipal Nº 05, situada na Linha São Paulo, Escola Municipal nº 21 - Linha Nossa Senhora

da Saúde, Escola Municipal Infantil Menino Jesus – situada na Linha Prateleira.

Existem conselhos municipais que atuam junto à Secretaria Municipal de Educação, quais sejam; CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – trata de questões ligadas ao funcionamento da Educação Municipal. CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – acompanha a compra, qualidade e distribuição da merenda escolar, tem caráter fiscalizador. CONSELHO MUNICIPAL DO FUNDEB – acompanha e fiscaliza a aplicação dos recursos destinados ao FUNDEB, tem caráter fiscalizador. CONSELHO DO TRANSPORTE ESCOLAR- Acompanha, orienta e fiscaliza, juntamente com a comissão do transporte escolar, as questões pertinentes a este setor.

A escola, por sua vez, tem na sua maioria organizada as APP – Associação de Pais e Professores que atuam nas escolas auxiliando nos trabalhos de organização e captação de recursos para o bom atendimento das escolas. Auxiliam nas promoções e ajudam a planejar os trabalhos das escolas.

## 2.2 EDUCAÇÃO BÁSICA

### 2.2.1 Etapas da Educação Básica

#### 2.2.1.1 Educação Infantil

A expansão da Educação Infantil no Brasil e no mundo tem ocorrido de forma crescente nas últimas décadas, acompanhando a intensificação da urbanização, a participação da mulher no mercado de trabalho e as mudanças na organização e estrutura das famílias. Por outro lado, a sociedade está mais consciente da importância das experiências na primeira infância, o que motiva demandas por uma educação institucional para crianças de zero a cinco anos.

Esses fatores deram início a um movimento da sociedade civil e de órgãos governamentais para que o atendimento às crianças de zero a cinco anos fosse reconhecido na Constituição Federal de 1988. A partir de então, a educação infantil em creches e pré-escolas passou a ser, ao menos do ponto de vista legal, um dever do Estado e um direito da criança (artigo 208, inciso IV). O Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, destaca também o direito da criança a este atendimento.

Em abril de 2013 foi publicada a Lei nº 12.796 que determina que os pais matriculem os filhos na escola quando completarem 4(quatro) anos, e não mais a partir dos 6(seis) anos. Exige também o controle de frequência na pré-escola que deve ser de, no mínimo, 60% (sessenta por cento) das 800(oitocentas) horas, distribuídas por um mínimo de 200(duzentos) dias de trabalho educacional. Desta forma, a educação básica passa a ser obrigatória dos 4(quatro) aos 17(dezessete) anos, incluindo a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Médio. Esta alteração foi incorporada à Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, de acordo com o Ministério da Educação.

A Educação Infantil, considerada primeira etapa da Educação Básica, que tem como objetivo proporcionar condições adequadas para promover o bem estar da criança, seu desenvolvimento físico, emocional, intelectual, moral e social, a ampliação de suas experiências e estimular o interesse da criança pelo processo de conhecimento do ser humano, da natureza e da sociedade.

Para garantir que este objetivo geral seja efetivado, a ação educativa é planejada com base nos Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Infantil, documento este que traz um conjunto de referências – eixos – (Movimento, Artes visuais, Música, Linguagem oral e escrita, Natureza e sociedade, Matemática) e orientações pedagógicas que visam contribuir com a implantação ou implementação de práticas educativas de qualidade que possam promover e ampliar as condições necessárias para o exercício da cidadania das crianças. A partir deste documento e de um estudo/percepção da realidade/necessidade foram construídos pelos professores da rede municipal os Conceitos Essenciais a serem trabalhados nesta etapa de ensino, visto que em Anchieta é atendida exclusivamente pelo Poder Público Municipal.

Atualmente contamos com 22 turmas, que estão distribuídas em 07 escolas com 281 educandos. A rede municipal está atendendo toda demanda de Educação Infantil não havendo crianças em espera. Veja a situação do município de Anchieta segundo os dados obtidos através do MEC:

Em 2014, foram investidos R\$ 1470.081,00, perfazendo um total de R\$ 5122,00 custo aluno/ano.

Veja a evolução das matrículas na Educação Infantil nos últimos anos:

Ano	Creche	Pré-escola	Ano	Creche	Pré-escola
2002	29	285	2003	30	293
2004	15	350	2005	15	351
2006	39	257	2007	24	266
2008			2009	34	241
2010	108	195	2011	80	217
2014	95	192	2015	96	185

Atualmente, são 07(sete) escolas de Educação Infantil, quais sejam:

ü Jardim de Infância Chapeuzinho Vermelho, situado no centro da cidade de Anchieta, que atende 05(cinco) turmas de pré-escolar, totalizando 89(oitenta e nove) crianças.

Conta com 01(uma) diretora que atua 40 horas semanais, 04(quatro) professoras, 01(uma) merendeira e 01(uma) auxiliar de serviços gerais. A escola funciona junto ao Centro Municipal de Educação, nos turnos matutino e vespertino;

ü Jardim de Infância Branca de Neve, situado no Bairro Xavantes, funciona junto à escola municipal de Ensino Fundamental Xavantes. Nas turmas de educação infantil da escola trabalha 04(quatro) professoras. A escola funciona nos turnos matutino e vespertino, atende 04(quatro) turmas totalizando 41(quarenta e um) alunos.

ü Jardim de Infância Menino Jesus, Linha Prateleira, tem atuado 01(uma) professora e 01(uma) funcionária na limpeza e preparação do lanche permanecendo na escola da Linha Prateleira, cuidando dos alunos no início e após o término da aula até a vinda do transporte escolar, no turno vespertino. Atende 15(quinze) crianças em 01(uma) única turma.

ü Jardim de infância Pequeno Exemplo, Linha João Café filho, funciona junto à Escola de Ensino Fundamental João Café Filho, atuam na Escola 01(uma) professora. O lanche e a limpeza são feitas por 01(uma) merendeira que permanece na escola, cuidando dos alunos após o término da aula até a vinda do transporte escolar. A Escola funciona nos turnos matutinos e vespertinos, atende 28(vinte e oito) crianças distribuídas em 02(duas) turmas.

ü Jardim de Infância Pequeno Príncipe, Linha Salete, funciona junto à Escola da comunidade. Conta com 01(uma) professora e 01(uma) auxiliar de serviços gerais na merenda e limpeza. A Educação Infantil funciona no período vespertino. Atende 10(dez) crianças em 01(uma) única turma.

ü Jardim de Infância Cantinho da Alegria, Linha Saúde, funciona junto à Escola da comunidade, no turno vespertino e trabalha 01(uma) professora e 01(uma) auxiliar de serviços gerais que se encarrega da merenda e também da limpeza da Escola. São 13 (treze) crianças



atendidas em 01(uma) única turma.

ü Creche Pró Infância, funciona na Rua Dom José Gomes, no Bairro Guarani, nos turnos matutino e vespertino, atende 85(oitenta e cinco) crianças de 04(quatro) meses a 03(três) anos e 11(onze) meses, distribuídas em 08(oito) turmas. Conta com 07(sete) professoras, 06(seis) monitoras de creche, 01(uma) diretora 40 horas semanais, 01(uma) merendeira e 02(duas) auxiliares de serviços gerais.

Número de alunos das escolas do campo:

2014	67
2015	66

### 2.2.1.2 Ensino Fundamental

O Ensino Fundamental em Anchieta é oferecido pela rede municipal em 05(cinco) unidades escolares e pela rede estadual de ensino em 04(quatro) unidades escolares.

O Ensino fundamental acontece a partir do 1º ano até o 9º ano, considerando 06(seis) anos completos até 31 de março do referente ano letivo, como idade mínima, para ingresso neste nível. Foi a partir do ano de 2007 que o Ensino Fundamental, neste município, passou a ser ministrado em 09(nove) anos. No ano de 2014, o investimento com a educação no município atingiu 31%(trinta e um por cento) do orçamento municipal, sendo que destes o valor de R\$ 3003.823,00 foi aplicado no Ensino Fundamental demonstrando com isso um valor custo aluno/ano de R\$ 8.939,00.

A fundamentação teórica da proposta política pedagógica das escolas estaduais do município de Anchieta-SC está embasada na proposta curricular do estado de Santa Catarina, a qual segue a linha sócio interacionista do pensador Vygotsky. Nesta perspectiva, os elementos constituintes do processo de elaboração do conhecimento são a linguagem, a mediação, a interação e a apropriação do conhecimento, que tem como eixos norteadores as relações sócio culturais, temporais, espaciais e a relação com a natureza.

O processo ensino-aprendizagem deste plano se dá pelo conjunto de operações teóricas e práticas numa tarefa de contínua relação e transformação da realidade, que considera as condições históricas e culturais, produto da interação homem e homem-meio. Neste sentido, estas escolas propiciam ao educando a interação com o outro e com a realidade social, para que ele se torne sujeito do processo educacional, capaz de apropriar-se dos conhecimentos historicamente acumulados, melhorando o meio em que vive.

Nesta proposta a função principal social da escola é aprofundar a apropriação e elaboração dos conceitos científicos como meio de exercício da cidadania, voltados para a participação, democratização rumo a transformação da sociedade, em que o educando é a razão de ser da escola.

Neste contexto o educador precisa estar constantemente se questionando: escola para quê e para quem, pois a luta da mesma deve estar voltada para superação das desigualdades sociais, levando em conta currículo, recursos didáticos, humanos, financeiros, metodológicos, etc., espaço físico, estrutura de funcionamento, pessoas envolvidas, PPP etc. Seus objetivos, no entanto, são assegurar a cada educando o desenvolvimento de suas capacidades, como também garantir a aquisição de um nível mínimo de conhecimento e habilidades indispensáveis ao exercício da cidadania; ação pedagógica voltada às experiências concretas do educando para que a aprendizagem ocorra; cumprir com a tarefa de ensinar, viabilizando o melhor domínio do conhecimento, voltado para a transformação social.

Segue abaixo a caracterização das escolas de ensino fundamental da rede estadual.

Escola de Ensino Básico Professor Osni Paulino da Silva

A educação é um processo contínuo e permanente que ocorre à medida que o homem adquire e aprofunda o conhecimento, desenvolve e organiza o pensamento, situa-se no meio em que vive, envolvendo toda a experiência humana em seu sentido amplo.

O conhecimento se dá em relação direta com a realidade, isto é, explorando, desenvolvendo e aprofundando as possibilidades de interação com o meio. Este conhecimento não é só teoria enquanto saber elaborado. É também a prática, a ação desenvolvida pelo homem na sua vida em grupo, conservando o meio, aproveitando-o e transformando-o com o seu trabalho. Esta relação da teoria com a prática forma a unidade do conhecimento num processo contínuo de relação e transformação da realidade.

Na escola, a forma de se aprender o conhecimento se faz pelo conjunto de diversas operações teóricas e práticas que levam a aquisição do mesmo. Esse processo de aprendizagem é tarefa constante e não algo que termina quando o aluno deixa a escola.

A educação é um contínuo movimento diretamente envolvido na construção da cultura e, consequentemente, da história, uma vez que a cultura é um produto de interação homem-homem e homem-meio. Assim sendo esta escola fará com que a história seja produto de interação social e em seu sentido mais amplo, através do "DESENVOLVIMENTO DO EXERCÍCIO DA CIDADANIA, PELA VIA DO SABER, DO SENSO CRÍTICO E DA RESPONSABILIDADE", pois o sujeito da história é o homem na sua totalidade. E, nesta dimensão da história está inserido o aluno. Ele é o agente da sua educação e está consequentemente atuando em seu contexto. A educação cabe propiciar que o aluno participe com os outros na construção da realidade social, influenciando o seu meio e dele recebendo influências.

A criança, ao ingressar na escola, é, antes de tudo, um sujeito histórico no processo de atuação social. Deve ser um indivíduo ativo, capaz de repassar, de refletir e analisar a carga de informações que recebe no ambiente que o rodeia.

O conteúdo é o conhecimento que, por sua vez, é produto da cultura e da história e se dão concomitantemente. Daí, a necessidade do professor considerar o aluno e a realidade em que ele vive como o referencial para o ensino, desenvolvendo o pensamento reflexivo crítico pela proposição de situações de aprendizagem para que a dimensão histórica se evidencie e para que a atuação social se realize.

A educação é um fenômeno cultural, e resulta da relação entre os indivíduos na família, na sociedade e, sobretudo na escola. Ela é uma prática social, que acontece dentro de uma dimensão, de um espaço de um determinado tempo e a escola ocupa papel privilegiado pela sua função intrínseca, isto é, por ser agência socializadora do conhecimento acumulado pelo homem no passar dos tempos, tendo como compromisso a função social de desenvolver através da sua prática, a formação integral dos indivíduos que a ela têm acesso, formando cidadãos conscientes e aptos ao exercício da cidadania, capazes de atuar em seu meio social, melhorando-o. Diante do exposto a escola tem como objetivo geral: "construir uma sociedade justa e igualitária exercitando o desenvolvimento da cidadania, pela via do saber, do senso crítico e da responsabilidade e a busca do comprometimento com a formação intelectual e cultural do povo e que a escola possua educadores valorizados e competentes para mediar a aprendizagem que resultará em perspectiva de trabalho e melhoria da qualidade de vida".

A Unidade Escolar situada na Avenida Brasil, nº 330, centro do município de Anchieta, SC possui 4.825m² de área construída, composta de quatorze salas de aula de 48m², uma biblioteca, uma sala de vídeo, dois laboratórios de Informática, um laboratório de Biologia, sala dos Professores, salas administrativas, sala Multifuncional, banheiros e Ginásio de esportes Poli Esportivo. O funcionamento ocorre nos turnos matutino, vespertino e noturno.

Atualmente a escola oferece o Ensino Fundamental de 09 anos sendo constituído de 02(duas) turmas de Séries Iniciais, totalizando 38(trinta e oito alunos); 10(dez) turmas de Series Finais, 255(duzentos e cinquenta e cinco) alunos. É oferecido 01(uma) turma do PENOA – Programa



Estadual de Novas Oportunidade de Aprendizagem para alunos reprovados no ano anterior do Ensino Fundamental. Compõe a turma 12(doze) alunos que frequentam as aulas no contra turno nas terças e quartas-feiras à tarde. 02(dois) alunos são atendidos na turma do SAEDE- Serviço de Atendimento Especializado de Educação, também no contra turno, seja, terças e quintas-feiras de manhã. No Ensino regular há 01(um) aluno no 7º ano, 01(um) no 8º ano e 02(dois) no 9º ano totalizando 04(quatro) alunos que dispõem do atendimento de Segundo Professor. No Ensino Fundamental são atendidos 293(duzentos e noventa e três) educandos, porém, o educandário conta com 491(quatrocentos e noventa e um) alunos, pois atende o Ensino Médio também. Desses, 170(cento e setenta) alunos ( 34,7%) usufruem do Transporte Escolar provenientes na maioria do meio rural.

Na escola há uma equipe de 15(quinze) professores efetivos, desses, 14(quatorze) são lotados na Unidade, ambos especialistas, exceto 01(um). Compõe também o quadro, 18(dezoito) professores admitidos em caráter temporário, especialistas, exceto 02(dois) profissionais apenas com licenciatura e 03(três) cursando Ensino Superior na área. Dos contratados, 02(dois) atuam na área de Informática, 02(dois) no horário de Convivência, 05(cinco) na Educação Especial (Segundo Professor e SAEDE). Também trabalham na escola 01(um) Assistente Técnico Pedagógico, 01(um) Assistente de Educação, 02(dois) Assessores de Direção e 01(um) Diretor Geral.

No educandário a exemplo de todas as escolas da rede estadual de Santa Catarina a alimentação oferecida é de empresa terceirizada. São servidos lanches, refeições salgadas e almoços preparados por 05(cinco) cozinheiras contratadas pela empresa Nutriplus. Destacamos que o cardápio é elaborado por nutricionista da empresa e o acompanhamento in loco também é feito por profissional da área. A escola dispõe de 04(quatro) auxiliares de Serviços Gerais que atuam na limpeza da escola, contratados pela APP – Associação de Pais e Professores.

Quadro de matrículas da escola:

Ano	Matrículas	Reprovados	Desistentes
2003	561	75	10
2004	511	52	02
2005	481	54	06
2006	507	50	08
2014	596	57	16
2015	491	-	-

Alguns indicadores educacionais da escola:

ANO	APROVADOS	REPROVA- DOS	DESISTEN- TES	TRANSF.	TOTAL				
	Nº alunos	%	Nº alunos	%	Nº alunos	%	Nº alunos	%	
2009	639	86%	60	8%	15	2%	30	4%	744
2010	666	90.7%	38	5%	10	1.4%	20	27%	734
2011	545	83%	13	2%	7	1.07%	88	13.4%	653
2012	584	91.7%	29	4.5%	8	1.2%	15	2.3%	637
2013	539	90.4%	26	4.3%	10	1.7%	22	3.7%	597
2014	437	73,4%	57	9,6%	16	2,7%	86	14,5%	596

#### IDEB

Anos iniciais do Ensino Fundamental

2005	2007	2009	2011	2013-Meta
4.8	4.4	5.5	6.8	5.8

Anos finais do Ensino fundamental

2005	2007	2009	2011	2013-Meta
4.6	4..8	4.4	5.0	5.4

#### Escolas Estaduais do Campo

Escola de Ensino Fundamental Pe. Reinaldo Stein- Linha Prateleira

Em 1963 foi construída a primeira igreja de madeira na comunidade na terra doada por Leopoldo Werlang. Sua inauguração ocorreu em Março do mesmo ano, onde realizavam a reza do terço nos domingo, tendo como celebrante o Sr. Arlindo Junges. Essa igreja serviu também como escola, sua primeira professora foi a Sra Maria Rauber e depois vieram as seguintes professoras Luiza Célia, Odila Vidaletti, Mari Vidaletti, Gladis Rauber, de acordo com o depoimento de alguns pioneiros.

Em 1993 foi criada a Escola de Ensino Fundamental Padre Reinaldo Stein em Linha Prateleira, Anchieta. Esse nome foi dado em homenagem ao Padre Reinaldo Stein, devido à sua coragem, simpatia, seus ensinamentos e por ser um homem zeloso, alegre e de espírito comunitário. Hoje felizmente, estamos despertando para a realidade dos fatos. Começamos a estudar a possibilidade de em um futuro próximo, voltarmos à agricultura orgânica e saudável. Isso é resultado de nossa conscientização. Não queremos um modelo agrícola vinculado ao exterior. Queremos nós mesmos fazer a agricultura voltada para a sociedade, onde todos têm o direito de plantar e colher um produto saudável, sem agrotóxicos que contaminam o solo e o nosso organismo. Sem a transgenicalização de nossa agricultura.

Quase todos os alunos ajudam os pais no serviço da roça e muitas meninas têm a seu encargo o serviço da casa e também a tarefa de cuidar dos irmãos menores, ainda lhes sobra tempo para se dedicar aos estudos, mesmo assim alguns possuem uma grande dificuldade na aprendizagem, sendo necessário que todos os professores trabalhem em conjunto para sanar as dificuldades de aprendizagem dos alunos. O Projeto Político Pedagógico é um instrumento que permite o desenvolvimento e a avaliação do processo educacional, a qualidade e o respeito aos direitos e deveres da comunidade escolar. Também possibilita condições de igualdade, no acesso à totalidade dos bens públicos, entre eles, o conjunto dos conhecimentos socialmente relevantes.

De acordo com o Parecer Nº 405 da Lei Nacional Nº 9394/96 que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional coadunado com a Lei Complementar Estadual Nº 170/98 e deliberado em 14/12/2004 ficou estabelecido as Diretrizes para elaboração do PPP dos estabelecimentos

de Ensino.

O Projeto Político Pedagógico da Escola de Ensino Fundamental Padre Reinaldo Stein, tem como objetivo desenvolver um processo educativo democrático, abrangente e capaz de conferir identidade à escola. Este projeto é uma síntese de todo trabalho realizado coletivamente com discussões, levantamento de dados e a construção do documento.

O projeto busca uma linha de ação coerente com a prática do cotidiano escolar, partindo sempre da realidade de cada aluno, direcionado para entendimento crítico da sociedade em que está inserido, buscando sempre a totalidade do processo educativo. Busca também superar a fragmentação da educação.

Direciona o compromisso de todos os segmentos da escola, onde os mesmos serão corresponsáveis pelo processo de construção do conhecimento.

A escola deverá cumprir sua função com competência, para que os que por ela passarem, possam apropriar-se dos conhecimentos e habilidades significativas e assim sejam sujeitos atuantes e determinantes do processo de transformação social.

Propõe-se um trabalho de mudança e de aperfeiçoamento em todas as atividades pedagógicas. Destaca-se a importância do diálogo e da participação de todos os envolvidos no processo educacional. Visa também um planejamento integrado baseado nas necessidades da escola. Os recursos humanos são fatores essenciais neste processo. Assim é de fundamental importância oportunizar discussões que abrangem as seguintes questões pertinentes:

- Educar para quê?
- Que cidadão a escola quer formar?
- Que tipo de sociedade almeja este cidadão?
- O trabalho realizado, atualmente, levará a formação deste homem?

Neste contexto apresenta as seguintes concepções:

A escola que queremos (temos) trabalha numa instância de ação, a partir das necessidades históricas da humanidade, em que todos os nossos ideais educacionais podem se transformar em práticas pedagógicas, sociais e políticas.

O meio escolar tem de ser um lugar que propicie todas as condições possíveis que facilite o desenvolvimento afetivo e cognitivo dos educadores e educandos.

A metodologia proposta se encaminha numa perspectiva dialética em que o conhecimento é construído num processo dinâmico e participativo, para que o homem seja agente do processo histórico social.

O planejamento tem sua organização a partir de um conjunto de experiências educacionais planejadas e vivenciadas pelos educandos para atingir os objetivos propostos.

A UE possui uma área de 4247 m<sup>2</sup>, destes 445m<sup>2</sup> de construção, divididos em 01(uma) área coberta, 01(uma) cozinha, 01(uma) sala dos professores, 06(seis) banheiros, 01(um) banheiro para acessibilidade, 01(uma) sala para consultório odontológico, 01(uma) biblioteca, 01(um) laboratório de informática, 05(cinco) salas de aula, 01(uma) área de serviço e 01(um) almoxarifado e o restante de pátio com grama e árvores.

A equipe escolar é composta por 18(dezoito) professores, destes 06(seis) são do 1º ao 5º ano, 02(duas) efetivas, 03(três) ACT e 01(uma) professora de Artes, e 11(onze) professores atuando no ensino fundamental anos finais, todos habilitados em suas respectivas áreas de atuação com especialização, 01(uma) coordenadora do Programa Mais Educação. 01(uma) diretora, 01(uma) Assistente de Educação, 01(uma) Assistente Técnico Pedagógico, 01(uma) auxiliar de serviços gerais e 01(uma) merendeira terceirizada.

São atendidos 106(cento e seis) alunos, 53(cinquenta e três) nos anos iniciais em 05(cinco) turmas e 53(cinquenta e três) nos anos finais em 04(quatro) turmas. Destes 96(noventa e seis) são beneficiados pelo transporte escolar.

A escola oferta também o Programa Mais Educação, que objetiva oferecer a educação integral, aos alunos interessados, proporcionando assim uma educação de mais qualidade, fortalecendo os vínculos de amizade e coleguismo no ambiente escolar. Dentro do programa são oferecidas as oficinas de Acompanhamento Pedagógico, nos três dias, Teatro, Futebol e Violão nos seguintes dias: segunda feira, terça feira e quinta feira, respectivamente. A UE dispõe de atendimento do 2º professor no 6º ano para 01(uma) aluna e no 7º ano para 02(dois) alunos, totalizando assim 03(três) alunos atendidos por esses profissionais. O índice do IDEB Anos Finais Ensino Fundamental é 5,4.

Quadro de matrículas da escola:

Ano	Matrículas	Reprovados	Desistentes
2003	177	05	03
2004	165	17	00
2005	153	23	00
2006	144	13	03
2014	93	1%	1%
2015	106	-	-

Alguns indicadores educacionais da escola:

2012

Dados	1ª a 5ª	6ª a 8ª
Repetência	0,8%	0,0%
Evasão	0%	0%

2013

Dados	1ª a 5ª	6ª a 8ª
Repetência	0%	0,5%
Evasão	0%	1%

2014

Dados	1ª a 5ª	6ª a 8ª
Repetência	1%	0,0%

Evasão	0%	1%
--------	----	----

#### Escola de Ensino fundamental João Café Filho – Linha João Café Filho

Nossa escola situa-se no município de Anchieta, na comunidade de Linha João Café Filho, as famílias que compõem a comunidade escolar são na maioria pequenos proprietários onde a atividade predominante é a produção leiteira, celetistas, funcionários públicos e algumas famílias carentes que sobrevivem da Bolsa Família. A renda familiar varia de acordo com o tamanho da propriedade e também do clima que influencia na produção. Como todo estado, também temos os mais variados grupos étnicos formadores da população alemães, italianos, poloneses e afrodescendentes. Os educandos vêm das comunidades próximas sendo estas pequenas e com poucas famílias, por conseguinte podemos conhecer cada família favorecendo o trabalho a ser desenvolvido pela escola.

A comunidade recebeu esse nome, pois, no dia da posse do Presidente João Café Filho, em 24/08/1954. Quando os primeiros colonizadores estavam efetuando os trabalhos de abertura da referida estrada, ficaram sabendo da notícia da posse de João Café Filho, pelo rádio a bateria que traziam consigo, e resolveram dar esse nome a comunidade para homenagear o novo presidente.

Posteriormente, em 23/03/1976 foi criada a Escola Básica João Café Filho, pelo Decreto nº 307, que recebeu esse nome, por situar-se na Comunidade Linha João Café Filho.

O Projeto Político Pedagógico foi construído de acordo com o que estabelece a Resolução Nº 17/99 do Conselho Estadual de Educação, baseados na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente. Tem presente também os princípios e os fins da educação expressos na Lei 9394/96, na Lei complementar 170/98, na Resolução Nº158, na Normativa 040.

Cabe à escola cumprir de forma competente a sua função social e que a passagem dos educandos por ela resulte na apropriação do conhecimento e habilidades significativas não apenas para participar da sociedade, mas para serem atuantes e determinantes no processo de transformação desta.

A Escola de Ensino Fundamental João Café Filho tem como meta desenvolver seu plano de ação fundamentada nos princípios da Proposta Curricular de Santa Catarina da Constituição Federal e Estadual, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e do Estatuto da Criança e do Adolescente, ministrando o ensino fundamental, de forma coletiva, democrática com base concreta nas reais condições estruturais, organizacionais e principalmente observando às aspirações dos educandos que estão frequentando a escola.

Os propósitos da escola são de que o aluno consiga desenvolver seus conhecimentos numa dimensão de totalidade, onde todos consigam espaço para divulgar e apropriar-se dos diversos saberes de forma alegre, criativa e interessante. Os valores devem dar rumo à pedagogia, onde o erro não seja valorizado e sim todas as conquistas que os alunos possam fazer. Acreditamos que a dignidade e o respeito mútuo sejam fundamentais na formação da cidadania em que o sujeito faz parte de uma organização sistêmica que torne a pedagogia do sucesso, de trabalho, onde todos tenham clareza dos propósitos educacionais da escola, desenvolvendo um trabalho cooperativo, voltado para a formação que dignifique o cidadão verdadeiramente solidário, comprometido na valorização do ser humano capaz de contribuir para uma sociedade mais igualitária.

A unidade escolar objetiva uma ação educativa, fundamentada nos princípios da universalização de igualdade do acesso e permanência na escola, propondo uma escola de qualidade, democrática, participativa e comunitária, como espaço cultural e de socialização do desenvolvimento do educando, preparando-o para o exercício de seus direitos e o cumprimento de seus deveres enquanto cidadãos.

No decorrer do ano letivo nossa escola se propõe a contribuir e a buscar os conhecimentos de forma que o educando seja o centro das atividades pedagógicas realizadas, visando a criatividade e o senso crítico, proporcionado através de um trabalho coletivo e integrado.

Durante o ano de 2014, tivemos apenas 0,8% de reprovação, nenhum registro de evasão escolar. Os alunos participam das avaliações externas apresentando bons resultados, com nota de 5,7 no IDEB, com medalha de bronze na obmep e destaque na OLP regional.

A unidade escolar tem prédio próprio com 06(seis) salas de aula, sala de informática, biblioteca, sala de professores, sala de materiais, sanitários feminino e masculino, sala de direção, sala de secretaria, sala de depósito de materiais de higiene e limpeza, 02(duas) cozinhas, 01(um) ginásio de esporte e amplo espaço físico.

A EEF João Café Filho conta atualmente com 124(cento e vinte e quatro) alunos, matriculados no ensino fundamental de 09(nove) anos; sendo 68(sessenta e oito) matriculados nas séries iniciais e 57(cinquenta e sete) nas séries finais. Em 2015 a escola passou a oferecer ensino em tempo integral com o programa Mais Educação atendendo um total de 80(oitenta) alunos.

O corpo docente da UE é formado por 14(quatorze) funcionários sendo 07(sete) professores ACT e 07(sete) professores efetivos, todos esses possuem graduação e pós na sua área de atuação. O corpo administrativo é formado por 03(três) pessoas: 01(uma) diretora, 01(uma) Assistente de Educação e 01(uma) Administradora Escolar; temos ainda 02(duas) agentes de serviços gerais e 02(duas) merendeiras.

O processo de gestão ocorre de forma democrática onde todos os segmentos da Unidade Escolar participam de toda e qualquer tomada de decisão. A escolha do Gestor escolar no ano de 2014 ocorreu por meio da apresentação de um plano de gestão escolar, onde os membros da Associação de Pais e Professores e do Conselho Deliberativo analisaram e aprovaram e posteriormente toda a comunidade escolar realizou aprovação do Plano de Gestão escolar. Neste ano de 2015 ocorrerão eleições para gestores, onde devem candidatar-se e postar o seu plano de gestão escolar e posteriormente ocorrerá processo de eleição por meio de votação, onde pais, professores e alunos terão direito a voto. A escola é um órgão sem fins lucrativos e portando um espaço dedicado ao processo da apropriação e construção do conhecimento, porém necessita também de recursos financeiros para que possamos ofertar plenas condições de trabalho a todos que estão inseridos neste processo. Os recursos que recebemos são provenientes do PDDE. Para a aplicação destes recursos são ouvidos os vários segmentos da Comunidade Escolar, analisadas as necessidades que a UE possui definindo assim as prioridades e obedecendo aos critérios existentes para a sua aplicação, proporcionalmente aos recursos de capital e custeio.

A escola trabalha com turmas do Ensino Fundamental completo, recebendo alunos de diversas comunidades situadas nas proximidades da escola. Das séries iniciais a escola recebe alunos das Linhas São Cristóvão, Café filho, Santa Rita e São Dimas. Nas séries finais do Ensino Fundamental recebe alunos das Linhas Cordilheira, Unida, Medianeira, Primavera, Gaiola, São Cristóvão, Café filho, Santa Rita e São Dimas.

Quadro de matrículas da escola:

Ano	Matrículas	Reprovados	Desistentes
2002	273	15	12
2003	276	15	04
2004	249	23	03
2005	214	25	05
2006	199	17	08
2014	111	0,8%	-

2015	124	-	-
------	-----	---	---

Na rede municipal de ensino foi adotada a metodologia de projetos por decisão da Secretaria Municipal de Educação juntamente com os professores da rede Municipal de Educação.

Os Parâmetros curriculares nacionais do Ensino Fundamental são os documentos que norteiam os conteúdos mínimos e aprendizagens mínimas a serem trabalhados nas escolas. Durante o decorrer das atividades educacionais em nosso município, a partir dos parâmetros curriculares nacionais, da Lei 10.639/2003 e da realidade da comunidade, foram definidos os conceitos essenciais para o trabalho em cada nível ou ano das escolas. Todos os anos no início ou no decorrer do ano letivo, conforme a realidade e necessidade são definidos temas para o desenvolvimento de projetos de aprendizagem, a partir do olhar que a comunidade escolar tem sobre o que é mais importante a ser trabalhado naquele momento com os estudantes. Dentro destes grandes temas são desenvolvidos os conceitos fundamentais de direito de cada estudante dos diferentes níveis.

As práticas pedagógicas curriculares do 1º ao 3º ano do ensino fundamental consideram como primordial o atendimento dos eixos e direitos de aprendizagem do Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa, programa de formação continuada vigente em todos os estados do país, assim como os conceitos essenciais de cada ano de escolarização. Os direitos de aprendizagem integram as diferentes áreas do saber. O trabalho nas turmas de 4º e 5º anos, fundamenta-se no aprofundamento dos objetivos de aprendizagem a serem atendidos do 1º ao 3º ano, além da grade nacional comum para essa etapa de ensino. Além dos conceitos fundamentais já construídos pelos profissionais da rede municipal.

A escola é um espaço destinado pela sociedade atual para a socialização do conhecimento que historicamente a humanidade produziu. As crianças e jovens frequentam a escola para conhecerem e aprenderem formas de compreender a dinâmica da sociedade atual, bem como, compará-la com as formas como a humanidade se organizou nos diferentes aspectos no decorrer da história.

Para que este trabalho aconteça há uma prática de ajuda mútua entre, coordenação, funcionários, professores, alunos. A escola é percebida como um dos melhores lugares de aprendizagens, encontros e vivências entre as crianças/adolescentes.

As escolas da rede municipal de Educação de Anchieta, nos diferentes trabalhos realizados, praticam e cobram o respeito, a igualdade e a inclusão. O combate a todas as formas de discriminação, provenientes de qualquer diferença, é um assunto muito trabalhado nas escolas. A aceitação e a valorização das diferenças de proveniência, de culturas, etnias, costumes, valores, tempos de aprendizagem, acontece na condução dos trabalhos em sala de aula, na avaliação e nos momentos de convivência, bem como, nos serviços de apoio oferecidos aos estudantes que demonstrarem necessidade, para que as diferenças não se tornem defasagens.

No ano de 2014, foram atendidos 26(vinte e seis) alunos em aulas de apoio pedagógico. Estes, que frequentavam as escolas Municipais de Ensino Fundamental e Infantil Xavantes e o Centro Municipal de Educação, apresentavam limitações na leitura, escrita e interpretação. Algumas dificuldades também em matemática. Alguns alunos apresentavam laudos médicos de atraso mental e dislexia. Com exceção de 01(uma) criança, todas as demais avançaram nos níveis de conhecimento (os que não conheciam as letras e sons começam a juntar os sons e ler as sílabas. Aqueles que conheciam as letras, mas não liam estão realizando a leitura de palavras, frases e textos. O grupo que já lia, mas de maneira lenta, melhorou a fluência na leitura. Todos melhoraram na escrita e compreensão do uso social da mesma).

As atividades foram focalizadas na leitura, escrita e interpretação. Ocorreram várias produções de textos, de segmentação de palavras, frases e textos. Também muitos momentos de jogos, brincadeiras e cantigas envolvendo a leitura e escrita. Para trabalhar as questões de matemática foram usados jogos e atividades de resolução de problemas.

**Encaminhamentos dos alunos com dificuldades de aprendizagem e deficiência**

As dificuldades de aprendizagem apresentadas pelas crianças, estudantes das escolas municipais ocorrem por questões emocionais, recusa ao aprendizado e deficiências intelectuais, os casos são poucos, mas merecem grande atenção pelas instituições de ensino que compõem a rede municipal de Ensino, já que as dificuldades interferem na aprendizagem e a construção do conhecimento é a maior meta das escolas. A identificação de uma deficiência no aprendizado, quando a criança não vem para a escola com o diagnóstico da mesma, acontece primeiramente pelos educadores que acompanham o desenvolvimento da criança a partir das semelhanças e diferenças com os demais. Quando houver suspeita de alguma deficiência é realizada uma avaliação conjuntamente professora da turma e orientadora pedagógica com parecer pedagógico das dificuldades apresentadas.

Com o parecer pedagógico as crianças são encaminhadas, conforme o caso, para o serviço psicológico, para neurologista ou fonoaudiologia do município, se houver suspeita de deficiência mental a avaliação é encaminhada para a equipe multiprofissional do SUS que funciona na APAE do município, a equipe compreende médica psiquiatra, psicóloga, fisioterapeuta e terapeuta ocupacional. Esta equipe, por sua vez, realiza o diagnóstico que retorna para a família e para a escola a fim de que possamos realizar ações e intervenções mais efetivas, conforme a necessidade, para propiciar o desenvolvimento.

Durante o ano de 2014, da Educação infantil e fundamental, 14(quatorze) alunos foram encaminhados para atendimento psicológico, 14(quatorze) alunos foram encaminhados para atendimento fonológico, 03(três) alunos para triagem com a equipe multiprofissional do SUS. 02(dois) alunos foram encaminhados para psicólogo e médico em função de suspeita de carência nutricional, 01(um) aluno foi encaminhado para o CRAS – com sugestão de negligência da família.

Destes alunos encaminhados pelas escolas para os serviços descritos acima foi solicitado vaga para 05(cinco) alunos na turma do SAEDE – Serviço de Atendimento Educacional Especializado que funcionava na Escola POPS e 02(dois) alunos foram encaminhados para avaliação com profissional neurologista.

Os dados descritos no decorrer do texto referem-se ao ano de 2014, no ano letivo de 2015 já iniciamos o processo de avaliação dos níveis de escrita e desenvolvimento do raciocínio lógico concreto e abstrato dos alunos acompanhados no ano passado e também das crianças que apresentaram dificuldades no desenvolver das atividades neste ano.

O controle da presença se dá pela chamada, que é realizada todos os dias pelos professores que registra as presenças e ausências. As ausências são acompanhadas com atenção, ao perceberem que o aluno faltou mais que uma vez seguidamente, realiza-se comunicado à Secretaria de Educação que, por sua vez, comunica-se com a família para saber o motivo das faltas. Se as faltas persistirem a família é chamada, se não resolver é acionado o grupo de apoio (APOIA), conselho Tutelar, Promotoria Pública, a fim de que o direito de educação para todos seja garantido.

A avaliação é parte do processo de aprendizagem e serve para reorientar o trabalho pedagógico. Trabalho este que tem como objetivo maior o desenvolvimento de pessoas mais questionadoras e críticas, por meio de um currículo voltado à realidade do/a educando/a, às suas necessidades e da comunidade escolar.

Considerando que a avaliação é um dos aspectos importantes nesse processo, as escolas municipais realizam avaliação da aprendizagem



do aluno, de forma descritiva, numérica e/ou através de formulário com conceitos fundamentais até o 5º ano. No 1º ano há um formulário para a realização da descrição; a partir do 2º ao 5º ano é utilizado um formulário com os conceitos mínimos a serem trabalhados em cada disciplina e atribuição de nota numérica de 01 a 10; nas turmas do 6º ao 9º ano a avaliação do aluno é apenas numérica.

As instituições municipais de educação avaliam o aluno em todos os aspectos, descrevem o que ele sabe fazer, o que consegue comunicar, calcular, falar, ler, estudar em grupo, pesquisar, desenhar, representar, brincar, jogar, criticar, interpretar e consequentemente percebe mais claramente suas dificuldades, ponto de partida para o planejamento de suas atividades, a fim de sanar as dificuldades apontadas.

A avaliação da aprendizagem é feita pelas atividades em grupo e individual considerando as características de cada um, facilidades e dificuldades. O professor da turma avalia cada aluno, mas ao final de cada bimestre reúnem-se com todos os professores e gestores da Unidade Escolar para avaliar (pensar) o desempenho da Escola, o desenvolvimento do aluno, a participação da família e as dificuldades encontradas pelo professor no desenvolvimento de suas aulas e principalmente o que e como fazer para superar as dificuldades encontradas em Conselho de classe.

A aprendizagem do 6º ao 9º ano, embora ainda não aconteça de forma descritiva, a avaliação segue nos moldes das primeiras séries, ou seja, antes de se entregar uma nota (um número) na Secretaria, a orientação da Secretaria de Educação e Gestores das Escolas é que deva ocorrer um grande trajeto desde um currículo voltado à realidade do educando, consideração do que o aluno conhece de sua cultura, respeito ao seu ritmo de aprender, suas aptidões e limitações. Procurar avaliar de forma abrangente, contínua, humana.

Os índices de avaliação a partir de instrumentos internos e externos para perceber a aprendizagem de modo geral também são realizados nas escolas da rede Municipal de Ensino e seus resultados são utilizados para perceber o que é necessário para a continuidade com qualidade cada vez maior do processo educativo.

Índices educacionais do IDEB e Provinha Brasil

Considera-se também para fins de diagnóstico da rede municipal de ensino os resultados das avaliações em larga escala. O IDEB da rede municipal é de 5.8 e da rede estadual é 6.9. Os dados da ANA da rede municipal de ensino revelam os índices de proficiência:

#### EM LEITURA

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4
Total Estado	9.42 %	28.08 %	45.94 %	16.56 %
Total Município	11.6 %	27.36 %	41.79 %	19.25 %
Sua escola	17.08 %	28.06 %	42.64 %	12.22 %

#### EM ESCRITA

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4
Total Estado	8.82 %	12.24 %	32.59 %	44.99 %
Total Município	6.6 %	0 %	36.32 %	52.92 %
Sua escola	9.72 %	0 %	40.28 %	43.89 %

#### EM MATEMÁTICA

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4
Total Estado	8.04 %	28.46 %	22.99 %	40.52 %
Total Município	0 %	22.22 %	12.79 %	64.99 %
Sua escola	0 %	32.72 %	12.35 %	54.94 %

No início e no final do ano letivo todas as turmas da rede municipal de ensino que estão no segundo ano realizam a PROVINCIA BRASIL, os níveis observados são dados a partir da média de acertos da turma na prova e vão de 01(um) a 05(cinco). Os dados revelados pela prova levantados no início de 2014, revelaram que 02(duas) turmas estavam no nível 03(três) e 05(cinco) turmas no nível 04(quatro) de Leitura. Em Matemática havia 01(uma) turma no nível 03(três), 04(quatro) turmas no nível 04(quatro) e 02(duas) turmas no nível 05(cinco).

Na provinha Brasil realizada ao final do ano letivo, observamos que todas as turmas obtiveram nível 05(cinco) em matemática e na leitura 02(duas) turmas obtiveram o nível 04(quatro) enquanto 05(cinco) turmas demonstraram estar no nível 05(cinco).

Após a compilação dos dados, cada professora das turmas recebeu orientações sobre o aprofundamento e a continuidade do trabalho em cada turma conforme as dificuldades apresentadas, tanto na área da linguagem, quanto na matemática. Um dado que chamou a atenção na provinha Brasil de 2014, foi o nível mais elevado das turmas no conhecimento lógico matemático. Também observamos o aumento do número de acertos na prova do início para o final do ano.

Segue abaixo a caracterização das escolas de ensino fundamental da rede municipal.

#### Centro Municipal de Educação

Escola Centro Municipal de Educação, Rua Primeiro de Maio, próximo ao Ginásio Municipal Esportes Hilário Pompermayer, atende alunos de 1º a 5º ano escolar do Ensino Fundamental. Existem 11(once) turmas em funcionamento na escola, sendo 02(duas) turmas de 1º, 2º, 4º e 5º ano e 03(três) turmas de 3º ano. Na escola trabalham 01(uma) diretora 40 horas semanais, 10(dez) professoras titulares todas com graduação e especialização na área de atuação, 02(duas) professoras de Artes, 01(uma) professora de Língua Espanhola, 02(dois) professores de Educação Física. Na limpeza e merenda atuam 01(uma) merendeira e 04(quatro) auxiliares de serviços gerais. Também atuam na escola 01(uma) orientadora pedagógica, 01(uma) atendente de biblioteca, 01(uma) orientadora de estudos e 01(um) monitor de informática.

Quadro de matrículas da escola:

Ano	Matrículas	Reprovados	Desistentes
2004	107	09	00
2005	148	09	00
2006	128	06	00
2007	159	31	00



2008	155	17	00
2009	150	04	00
2010	144	02	00
2011	170	02	00
2014	217	7	-
2015	208	-	-

#### Escola Municipal de Ensino Fundamental Xavantes – Bairro Xavantes

Atende educandos desde o 1º ano até o 9º ano do Ensino Fundamental. Trabalha na escola 01(uma) diretora 40(quarenta) horas semanais, 04(quatro) professores de anos iniciais com graduação e especialização na área de atuação, 01(uma) merendeira, 02(duas) auxiliares de serviços gerais, 10(dez) professores de 6º ao 9º ano com graduação e especialização na área de atuação, nas áreas de matemática, língua portuguesa, língua espanhola, língua inglesa, artes, educação física, ciências, história, geografia e religião. Funcionam junto à escola, 04 turmas de educação infantil.

Quadro de matrículas da escola:

Ano	Matrículas	Reprovados	Desistentes
2002	173	20	00
2003	187	45	00
2004	168	28	00
2005	143	27	00
2006	125	12	00
2007	131	30	
2008	119	18	
2009	106	12	
2010	96	05	
2011	86	19	03
2014	81	-	-
2015	70	-	-

#### Escolas Municipais do Campo

##### Escola Isolada Municipal nº 21- Linha Nossa Senhora da Saúde

A escola está situada na Linha Nossa Senhora da Saúde e atende alunos da própria comunidade, bem como, da Linha Vargem Bonita, Linha Cordilheira e Linha Unida. Tem 01(uma) turma multisseriada (1º ao 4º ano dos anos iniciais), contando com 12(doze) alunos, 01(uma) professora e 01(uma) auxiliar de serviços gerais que permanece na escola, cuidando dos alunos após o término da aula até a vinda do transporte escolar. (a mesma que atende a Ed. Infantil).

##### Escola Isolada Municipal nº 05 – Linha São Paulo

A escola funciona com 01(uma) turma multisseriada, recebe alunos da comunidade de Linha São Paulo e São Geraldo. Atende 07(sete) alunos no turno vespertino. São atendidos por 01(uma) professora e 01(uma) auxiliar de serviços gerais na limpeza e preparação do lanche e permanece na escola, cuidando dos alunos após o término da aula até a vinda do transporte escolar.

##### Escola Isolada Municipal nº 10 – Linha Saleté

A escola atende 01(uma) turma multisseriada, recebe alunos da comunidade e da Linha Aparecida, somando neste ano (2015) 13(treze) alunos. Tem 01(uma) professora e 01(uma) auxiliar de serviços gerais que faz o lanche e a limpeza da escola e permanece na escola, cuidando dos alunos após o término da aula até a vinda do transporte escolar.

O número na tabela abaixo, dos anos de 2002 a 2011 e 2014 a 2015 é referente à soma de todas as escolas do campo citadas acima:

Ano	Matrículas	Reprovados	Desistentes
2002	150	11	00
2003	129	14	00
2004	121	04	00
2005	118	08	00
2006	120	05	00
2007	93	08	00
2008	87	06	00
2009	74	01	00
2010	57	00	00
2011	52	02	00
2014	39	-	-
2015	32	-	-

Com base neste gráfico, percebe-se que falta apenas 0,2% para cumprirmos a primeira parte da meta 02 – universalizar o ensino fundamental de 09(nove) anos para toda a população de 06(seis) a 14(quatorze) anos.

A segunda parte da meta 02 – garantir que pelo menos 90% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada percebemos que precisamos um esforço maior para alcançá-la, pois estamos em 79% segundo o gráfico abaixo:

#### Número de alunos por ano/série:

Nº de alunos	Estado	Município	Total
1º ano	24	58	82
2º ano	18	50	68

3º ano	19	74	93
4º ano	42	51	93
5º ano	56	45	101
6º ano	92	8	100
7º ano	89	8	97
8º ano	77	9	86
9º ano	105	7	112
		TOTAL	832

### 2.2.1.3 Ensino Médio

No município de Anchieta, os alunos de todas as comunidades e centro da cidade, quando atingem o Ensino Médio, são atendidos na Escola de Ensino Básico Professor Osni Paulino da Silva, única escola estadual no município que oferece Ensino Médio, oferecido nas modalidades Ensino Médio Educação Geral, 03(três) turmas no período noturno, com 44(quarenta e três) alunos e o Ensino Médio Inovador, 06(seis) turmas, perfazendo um total de 154(cento e cinquenta e quatro) alunos. Este último consiste em, os alunos frequentarem a escola no período matutino e duas tardes, seja, dois dias da semana os alunos permanecem na escola em tempo integral, envolvidos em grade curricular específica das matrizes 9000 e 2550. Também possui 01(um) aluno no 3º ano do Ensino Médio Inovador que dispõe do atendimento de Segundo Professor. Portanto, a escola atende neste ano de 2015, 198(cento e noventa e oito) alunos no Ensino Médio.

Os alunos do período diurno utilizam transporte escolar para se locomoverem de suas residências até a escola. Apenas 01(um) aluno do período noturno utiliza transporte por problemas de saúde.

Veja as matrículas, repetências e desistências neste nível de ensino desde o ano de 2002:

Ano	Matrículas	Reprovados	Desistentes
2003	407	16	18
2004	301	14	36
2005	314	15	13
2006	293	18	46
2015	198	-	-

Alguns indicadores educacionais da escola:

#### ENEM 2012

Concluintes	Participantes ENEM	% participação
80	47	58%

#### ENEM 2012

Ling. e Códigos	Matemática	C. Humanas	C. natureza	Redação
488,53	537,57	533,01	505,21	504,26

O município de Anchieta mantém, na etapa Ensino Médio, convênio com a Casa Familiar Rural de São José do Cedro, que atende neste ano 09(nove) alunos do nosso município e efetua o transporte semanal de estudantes residentes em nosso município para o Colégio Agrícola de Campo Êre.

Fazendo uma análise dos gráficos abaixo, observa-se que no ensino médio precisamos aumentar a atenção para atingirmos as metas.

### 2.2.2 Modalidades da Educação Básica

#### 2.2.2.1 Educação Especial

Por muito tempo a Educação Especial atendeu as pessoas com deficiência, substituindo o atendimento no ensino regular e atuando de forma paralela ao ensino. Com a Política Nacional de Educação na Perspectiva da Educação Inclusiva, reafirmando o direito de todos os alunos à educação no ensino regular, o atendimento dos alunos com deficiência se tornou obrigatório no ensino comum, recebendo o Atendimento Educacional Especializado no contra turno.

O movimento de inclusão surgiu no final da década de 80, baseando-se no princípio de igualdade de oportunidades nos sistemas sociais, incluindo a instituição escolar. Sendo que todos os alunos têm o direito a frequentarem a escola regular e a valorização da diversidade, de forma que as diferenças passem a ser parte do estatuto da instituição e todas as formas de aprendizagem sejam consideradas no espaço escolar. Todos são capazes de aprender, embora com ritmos e estilos de aprendizagem diferentes. Precisamos deixar de pensar em limites e procurar pensar em singularidades e potencialidades de cada aluno com deficiência.

Muitas leis asseguram a inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular. Na inclusão todos os alunos devem receber o atendimento escolar adequado instigando-os para desenvolver suas potencialidades. O papel da escola é fundamental no processo de inclusão escolar dos alunos com deficiência não só desenvolvendo com eles habilidades essenciais para a conquista de uma maior autonomia, mas na possibilidade de poder contribuir com a sua evolução como pessoas.

A inclusão escolar é um processo de adequação da escola às necessidades individuais dos alunos para que possam estudar, aprender, desenvolver-se e exercer permanentemente a sua cidadania.

Inclusão é efetivar o direito à educação, a igualdade e oportunidade de participação e esse direito encontra-se consagrado na Declaração dos Direitos Humanos e reiterado nas políticas educacionais dos países. O direito à educação é aprender a desenvolver-se plenamente como pessoa, é assegurar a igualdade de oportunidades, dentro de suas características e necessidades individuais.

A educação inclusiva é uma atitude de aceitação das diferenças, não uma simples colocação em sala de aula. A inclusão é a possibilidade de inserção e participação das pessoas com deficiência no espaço escolar.

As práticas inclusivas na escola para dar certo precisam do envolvimento dos pais, colaboração de toda a equipe pedagógica, aceitar as diferenças incondicionalmente, ressignificar os métodos de avaliação, além de receber os apoios necessários para a inclusão, muita cooperação e colaboração e não competição.

Incluir é promover aprendizagens significativas, sendo que a deficiência não é tanto de caráter biológico, como social.

O plano político pedagógico da Escola Especial, que descende da proposta curricular do estado de Santa Catarina, considera em sua proposta curricular as várias dimensões da sociedade- social, econômico, político, religioso e educacional – com enfoque especial para a questão da inclusão do educando nos diversos setores e espaços da sociedade.

Compreende-se que a educação não é a única possibilidade no processo de transformação, mas resulta da relação entre família, sociedade e, sobretudo, a escola. Para tanto, a escola tem como objetivo:

- ü Receber todos os educandos e assegurar o direito a uma educação especial;
- ü Adequar à ação pedagógica e didática às limitações e necessidades dos educandos;
- ü Cumprir efetivamente a tarefa de ensinar;
- ü Ter consciência que a construção da escola democrática é um projeto coletivo que requer ação coordenada e participativa da comunidade escolar;
- ü Acreditar na capacidade e trabalhar para que os alunos especiais desenvolvam suas habilidades;
- ü Oferecer apoio, proporcionado uma inclusão em que os direitos das pessoas com deficiências sejam respeitados.

A educação Especial nestes últimos anos tem procurado cada vez mais, envolver a escola, pais e sociedade, construindo e buscando juntos, possibilidades para a integração e inclusão dos educandos com os demais grupos sociais.

Para que realmente aconteça a inclusão o Estado disponibiliza 01(um) educador que desenvolve um trabalho com a turma do SAEDE- Serviço de Atendimento Educacional Especializado-, programa este que tem como objetivos a pesquisa, estratégias pedagógicas de elaboração conceitual, assessoria e acompanhamento aos educandos que estão incluídos no ensino regular.

Enfim, é fundamental a mobilização da comunidade no processo de planejamento e operacionalização do processo pedagógico, bem como a reivindicação de condições dignas de trabalho junto aos órgãos competentes.

Em Anchieta a Educação Especial é ofertada pela Escola Especial Padre Martinho Burger que foi fundada em 26 de novembro de 1983 pela iniciativa de algumas professoras, preocupadas com a situação de uma pessoa com deficiência visual que vivia isolada e não frequentava a escola. Com o apoio da comunidade anchietense, a escola iniciou suas atividades em 13 de março de 1984, com um total de 13 alunos. O trabalho desenvolvido era mais voltado à assistência de pessoas com deficiência. Somente mais tarde é que se passou a ver a Educação Especial de forma Educacional.

A Escola Especial é mantida pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE e está cadastrada sob o CNPJ-MF nº 78.483.039/0001-02, situada a Rua Olímpio Dal Magro, nº 333, Centro de Anchieta-SC, com o telefone (49) 3653-0047, e-mail: apaeanchieta@hotmail.com, sendo que a mesma pertence à 30ª SDR de Dionísio Cerqueira.

Atualmente a Escola Especial Padre Martinho Burger atende 55(cinquenta e cinco) alunos (40 matriculados e 15 que são atendidos só pela equipe do SUS e frequentam escolas do ensino regular), oriundos da cidade e de várias comunidades do município de Anchieta, também temos 03(três) alunos que são oriundos do município da Barra Bonita e 04(quatro) do município de Palma Sola. Os alunos estão assim distribuídos nas turmas: Oficina Protegida Terapêutica, com 12(doze) alunos, que frequentam a aula em período integral; Serviço Pedagógico Específico/Ocupacional, 03(três) turmas, 01(uma) matutino e 02(duas) vespertino, com 07(sete), 06(seis) e 04(quatro) alunos; Serviço Pedagógico Específico/TGD/TEACCH, vespertino, com 03(três) alunos, SAEDE/DM matutino, com 06(seis) alunos e Estimulação Essencial, matutino com 02(dois) alunos.

Caracterização das turmas:

#### SERVIÇO PEDAGÓGICO ESPECÍFICO/OCUPACIONAL-3 turmas

O objetivo para essas turmas é oportunizar aos alunos o convívio em grupo, a aquisição de conhecimentos, o desenvolvimento de capacidades/habilidades para sua autonomia e aptidões para as atividades da vida diária. Os atendimentos são realizados em grupos sob a regência de professores, de segunda à sexta-feira nos períodos matutino e vespertino num total de quatro horas diárias, sendo que alguns alunos frequentaram em dias alternados devido as suas especificidades.

Os alunos atendidos são com idade acima dos 16 anos, sendo três turmas, com grau de deficiência intelectual moderada a severa, nessas turmas são desenvolvidas atividades que perpassam os quatro eixos: convivência, saúde, lazer e socialização.

Público-alvo: Alunos com idade igual ou superior a 16 anos, que apresentam Deficiência Intelectual (moderada ou severa) e/ou Múltipla e que não apresentam habilidades para o desenvolvimento do trabalho competitivo.

#### SAEDE/DM-SERVIÇO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO/DEFICIÊNCIA MENTAL

O SAEDE/DM é o atendimento educacional especializado que tem caráter complementar sendo disponibilizado exclusivamente em período oposto das aulas das escolas comuns, com objetivos, metas e procedimentos educacionais diferenciados. O SAEDE/DM foi criado em 2006 para ser um espaço de investigação e de produção de alternativas pedagógicas no processo de ensino e aprendizagem, que possibilitem aos alunos a construção, ampliação e apropriação do conhecimento científico. É um serviço que segue as diretrizes da Política de Educação Especial e do Programa Pedagógico do Estado de Santa Catarina. Tem como objetivos possibilitar aos alunos com diagnóstico de deficiência mental, matriculados no ensino regular, avanços significativos no processo de ensino e aprendizagem, trabalhando pesquisas e estratégias que possibilitem a elaboração conceitual, também investigar e desenvolver estratégias pedagógicas que possibilitem a organização do pensamento do aluno com deficiência mental, possibilitando a melhora no processo de aprendizagem. Esse serviço orienta, assessora e acompanha a escola do ensino regular onde o aluno está incluído,

Público-alvo: Alunos com diagnóstico de Deficiência Intelectual, frequentando níveis e modalidades do Ensino Comum – a partir de 4 anos de idade.

#### TRANSTORNOS INVASIVOS DO DESENVOLVIMENTO – Método TEACCH.

O método TEACCH tem a finalidade de oferecer atendimento educacional especializado para pessoas com autismo e outros transtornos invasivos no desenvolvimento (TID). O atendimento do aluno com diagnóstico de autismo, de acordo com o método TEACCH, visa desenvolver o máximo de potencialidades desse aluno, encorajando-o a pensar, em detrimento da mera reprodução do fazer.

São desenvolvidas atividades educacionais específicas relacionadas ao ensino fundamental, sendo que esses alunos têm dificuldades na coordenação motora, tem dificuldade para escrever, têm dificuldades na fala e as atividades desenvolvidas são variadas e diferenciadas e de curta duração devido a pouca concentração que os mesmos possuem.

Público Alvo: Alunos de 23 a 40 anos com diagnóstico de Transtorno Invasivo do Desenvolvimento.

#### OFICINA PROTEGIDA TERAPÊUTICA.

A inclusão da pessoa com deficiência intelectual na sociedade, através do trabalho, permite o exercício da cidadania colaborando com sua inclusão, participação e aceitação na sociedade. O serviço tem como objetivo desenvolver atividades que os alunos possam produzir e comercializar peças em M.D.F., madeira, canudo de papel, bordado, pintura e decoração em geral.

Turma com 12 alunos, entre 17 e 52 anos, com deficiência intelectual moderada.

**Público-alvo:** Alunos na faixa etária de 17 a 52 anos, que apresentam diagnóstico de Deficiência Intelectual ou Múltipla moderada. **ESTIMULAÇÃO ESSENCIAL.**

Levando-se em conta que nos primeiros anos de vida ocorre o maior desenvolvimento do cérebro, as experiências pelas quais as crianças passam neste período são fundamentais para o seu desenvolvimento, especialmente para aquelas que precisam de uma intervenção maior, para que se desenvolvam plenamente. A estimulação essencial através de atividades realizadas em grupos, e individualmente, visa desenvolver a estimulação essencial com estímulos e treinamentos adequados a idade da criança, para que a mesma desenvolva suas potencialidades e tenha uma evolução tão normal quanto possível, visa promover o desenvolvimento global das crianças através de procedimentos que proporcionem o desenvolvimento nas áreas socioafetiva, senso-perceptivo-cognitiva, da linguagem e psicomotora.

As crianças são atendidas em espaço físico devidamente organizado para esse fim. Este serviço visa o desenvolvimento integral da criança, envolvendo as áreas motora, sensorio-perceptiva, sócio-afetiva, cognitiva e da linguagem, centrando maior atenção nos aspectos que evidenciaram maior defasagem, na qual a criança foi estimulada de forma global, como ser único e íntegro.

**Público-alvo:** Crianças de zero a três anos e onze meses com atraso no desenvolvimento neuropsicomotor e/ou de alto risco (baixo peso ao nascer, prematuridade, etc.), decorrentes de fatores genéticos, orgânicos e/ou ambientais.

Observando o gráfico abaixo constata-se que falta pouco, 6,5% para chegarmos a meta 04 – universalizar o atendimento para a população de 04(quatro) a 17(dezessete)anos, preferencialmente na rede regular de ensino, para pessoas com necessidades especiais.

Quadro de matrícula da escola:

Ano	Número	Ano	Número
2002	38	2003	34
2004	32	2005	33
2006	32	2007	33
2015	55		

Nos recursos humanos a escola dispõe de 06(seis) professoras de sala, com pós-graduação, 01(uma) professora de Educação Física graduada, 01(uma) professora de Informática Educativa, graduanda e 01(um) professor de Artes graduado. Estes profissionais são pagos pela Secretaria Estadual de Educação conveniado à Fundação Catarinense de Educação Especial. Também a escola conta com 01(uma) professora pós-graduada, responsável pela orientação pedagógica e 01(uma) professora pós-graduada, responsável pelas tarefas burocráticas, administrativas e pedagógicas no cargo de direção e secretária. Para os serviços de limpeza e merenda, a escola dispõe de 01(uma) merendeira, 01(uma) agente de serviços gerais e de 01(um) motorista, que além de efetuar o transporte escolar, auxilia nas diversas tarefas de manutenção e conservação da instituição. Ambos são admitidos pelo regime CLT. A escola conta agora com a equipe do SUS – Equipe multiprofissional com Psicóloga, Terapeuta Ocupacional, Médica Psiquiatra, Fonoaudióloga e Fisioterapeuta, que prestam atendimentos de habilitação e reabilitação aos alunos.

Os recursos para a manutenção da escola são provenientes de convênios firmados com a Prefeitura de Anchieta e de Barra Bonita, convênio com a CELESC, repasse do Fundo Social, repasse anual do Governo Federal FNDE/PDDE e EADE - Assistência Social, SUS, promoções e doações.

A Escola conta com um grupo de mulheres voluntárias que colaboram prestando serviços em todas as atividades desenvolvidas pela Escola. A Diretoria da APAE é composta por 23(vinte e três) pessoas que trabalham voluntariamente em prol da associação. A atual diretoria assumiu em janeiro de 2014 e terá 03(três) anos de mandato.

A escola desenvolve atividades nas 03(três) áreas: Educação, Saúde e Assistência Social, com o objetivo de assegurar, promover e proteger o educando, seu desenvolvimento integral, proporcionando-lhe condições de igualdade dos direitos, visando sua inclusão participativa, plena e efetiva na sociedade. A concepção filosófica da APAE de Anchieta-SC e consequentemente da nossa escola esta voltada à defesa de direitos, ao envolvimento das famílias e das próprias pessoas com deficiência, bem como a prestação de serviços.

A escola possui prédio próprio com área de 600,60 metros quadrados, possui uma Kombi ano 2005 e agora através de convênio com o Instituto Guga Kuerten, adquiriu um Pálio 0 km, para fazer os atendimentos, visitas, participar de reuniões, cursos, etc.

#### 2.2.2.2 Educação de jovens e adultos

No ano 2000, a partir dos dados do IBGE, Anchieta ainda possuía 11,31% de analfabetos índices que colocava o município no vigésimo décimo oitavo lugar no estado. Preocupados com este índice, no ano de 2005 firmamos parceria com o Governo Federal e organizamos 07(sete) turmas do Brasil Alfabetizados em diferentes comunidades do município, no ano de 2006 organizamos 01(uma) turma do Brasil Alfabetizado e no ano de 2007 foram 05(cinco) turmas do Brasil Alfabetizado. Porém, é grande a dificuldade pelo grande número de desistências no decorrer do trabalho.

No Núcleo Avançado de Ensino Supletivo – NAES - estudam os adultos que não completaram seus estudos na idade própria. Na Educação de jovens e adultos, no ensino fundamental estudam alunos de 16 anos acima e no ensino médio os alunos de 18 anos acima. A taxa de alfabetização de adultos em Anchieta (IBGE 2010) é de 92,8%.

No Ensino Fundamental, de 6º ao 9º ano, frequentam as disciplinas, alunos que terminaram o 5º ano na escola formal ou o nivelamento no NAES. A maior dificuldade encontrada na educação dos jovens e adultos continua sendo a evasão muito grande dos adultos matriculados, que acabam frequentando algumas disciplinas e desistem logo após.

O NAES é uma parceria entre Governo Estadual e Municipal sendo que o Estado dispõe os professores e o município disponibiliza a coordenação e o serviços gerais. Neste ano de 2015 o NAES atende 01(uma) turma de Ensino Fundamental e 01(uma) de Ensino Médio.

O número de alunos matriculados em cada turma, porém frequentando diferentes disciplinas, são os que seguem na tabela abaixo:

Ano	Alfabetização	Nivelamento	Fundamental	Médio	Total
2002	47	8	260	X	315
2003	18	06	114	139	277

Ano	Matricula inicial	Admitidos	Evadidos	Transferidos	Matricula final
2004	100	40	15	5	120
2005					138
2006					232
2014					40

2015				25
------	--	--	--	----

### 2.2.2.3 Educação Profissional Tecnológica

O município tem convênio com algumas instituições através da Assistência Social e escolas como: SENAI, SESI, PRONATEC, SEBRAE...

### 2.2.2.4 Educação Escolar Indígena

O município não dispõe desta modalidade de educação.

### 2.2.2.5 Educação Quilombola

O município não dispõe desta modalidade de educação.

### 2.2.2.6 Educação Escolar do Campo/Rural

O município mantém convênio com a Casa Familiar Rural de São José do Cedro, conforme já citado.

### 2.2.3 Educação em Tempo Integral

Esta modalidade de ensino já é oferecida pelas 03(três) escolas estaduais conforme descrito em cada uma delas e no município estamos em processo de adequações de recursos físicos, materiais e humanos para que possamos oferecer em 02(duas) escolas do Ensino Fundamental o Programa Mais Educação.

Na Educação Infantil, temos 02(duas) escolas que disponibilizam esta modalidade. O Jardim de Infância Branca de Neve, no Bairro Xavant, com 06(seis) crianças sendo atendidas por 10(dez) horas sem intervalo para o almoço e na Creche Pró Infância, no Bairro Guarani, atendendo 04(quatro) crianças por 10(dez) horas e 20(vinte) minutos com intervalo para o almoço. Porém, sabe-se que ainda é insuficiente este número de vagas necessitando de ampliação das mesmas, visto que a meta 06 relata 50% das escolas públicas e, pelo menos, 25% dos alunos de educação básica deverão ser atendidos nesta modalidade de ensino. Os gráficos abaixo demonstram como está a situação nos diferentes entes federativos:

### 2.3 Educação Superior

Não temos cursos de Educação Superior em nosso município, porém a prefeitura repassa para a ASANUM – Associação dos Universitários o valor de R\$20.000,00/anual para colaborar com o transporte dos mesmos até o município vizinho de São Miguel do Oeste.

### 2.4 PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

A valorização dos profissionais que atuam na educação faz parte do processo de construção da qualidade no ensino.

Foram construídos muitos processos e lutas pela valorização docente no decorrer da história dos municípios e a nível de país, mas ressalta-se a aprovação da Lei Nacional Nº11.738/2008 que fixou o Piso Nacional de valorização do magistério e no município o Piso Mínimo Nacional está instituído com outros direitos dos profissionais do magistério na Lei 033/2011 que estabeleceu a Política Municipal de Administração e Remuneração de Pessoal.

Estes instrumentos legais que definem os valores a serem pagos aos educadores com os acréscimos do tempo de serviço e dos outros avanços adquiridos no decorrer da carreira estão também em constante atualização, observando-se sempre as leis nacionais que regem o assunto.

A realização de cursos de formação continuada, acontece anualmente para os profissionais da educação da Rede Municipal de Ensino, são oferecidos pela Secretaria Municipal de Educação que por sua vez os planeja, a partir das demandas apresentadas pelas Escolas e profissionais da educação.

Nos anos de 2013 e 2014 aconteceu uma formação continuada, do Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa, destinada aos educadores atuantes nas turmas de 1º ao 3º ano. Este programa é oferecido pelo Ministério da Educação e cada município adere ao programa com o compromisso de disponibilizar de professor orientador de estudos e organizar a demanda, isto é, a inscrição dos educadores, que por sua vez, tem direito a receber do MEC ajuda de custo. O PNAIC em nosso município foi avaliado como uma grande oportunidade de formação e aprendizagem dos educadores que estão em exercício nas escolas.

Atendendo às necessidades de planejamento, organização e estudos pedagógicos e, ao mesmo tempo, cumprindo a Lei nº 11738/08, no Ensino Fundamental, as aulas de Artes, Educação Física e Língua Espanhola são ministradas por professores habilitados nestas áreas, enquanto os professores titulares das turmas fazem seu planejamento acompanhado da orientadora pedagógica e de estudos, destinando 33%(trinta e três por cento) da sua carga horária.

Nas escolas de Educação Infantil trabalham as professoras itinerantes (professoras habilitadas na área, que desenvolvem brincadeiras e outras atividades pertinentes a esta idade), que assumem as turmas 06(seis) horas semanais a cada 20(vinte) horas enquanto as professoras titulares planejam suas atividades e o desenvolvimento das aulas, cumprindo assim os 33%(trinta e três por cento) de planejamento conforme a Lei nº 11.738/08.

Rede Municipal

Profissionais da Educação Infantil

Não habilitado	Magistério	Licenciatura	Pós-graduado	Mestre
02	01	-	26	-

Ensino Fundamental – anos iniciais

Não habilitado	Magistério	Licenciatura	Pós-graduado	Mestre
01	01	-	24	02

Ensino Fundamental – anos finais

Não habilitado	Magistério	Licenciatura	Pós-graduado	Mestre
-	-	01	09	-

Obs.: 03(três) professores atuam na educação infantil e nas séries iniciais e 04(quatro) professores atuam nas séries iniciais e finais.

Rede Estadual

Ensino Fundamental – anos iniciais

Não habilitado	Magistério	Licenciatura	Pós-graduado	Mestre
01	-	-	16	-



**Ensino Fundamental – anos finais**

Não habilitado	Magistério	Licenciatura	Pós-graduado	Mestre
02	-	07	26	-

**Ensino médio**

Não habilitado	Magistério	Licenciatura	Pós-graduado	Mestre
03	-	13	09	-

Obs.: 11(onze) professores trabalham tanto no ensino fundamental como no ensino médio e 04(quatro) professores nas séries iniciais e finais.

**2.5 GESTÃO DEMOCRÁTICA**

Nas unidades escolares que possuem mais de 50 alunos tem um diretor escolar que faz toda gestão escolar, dá os encaminhamentos necessários e toma decisões em conjunto com a secretaria, as APP e seu corpo docente quando for o caso.

É o Executivo que indica os diretores escolares, observando porém, o que determina o Plano de Cargos e Salários do Magistério Público Municipal (Lei Complementar nº033/2011, Capítulo III, Seção I, Art. 46, §1º): deve ser profissional do quadro efetivo e ter formação específica em licenciatura.

**2.6 FINANCIAMENTO**

A educação neste município investiu em 2014 31%(trinta e um por cento) do seu orçamento. Salientando que embora a legislação determina o investimento mínimo de 25%(vinte e cinco por cento) do orçamento municipal, o que seria necessário permanecer neste percentual mínimo haja vista o tamanho das responsabilidades municipais nos outros setores da municipalidade, é impossível fazer uma educação de qualidade sem ultrapassar longe este percentual.

Demonstrando assim o exposto acima, segue a exposição dos recursos municipais disponíveis:

Previsão arrecadação	Comprometido até 16/04/15
Fundeb R\$ 2.202.200,00	R\$ 514.076,61
PDDE R\$ 9.100,00	R\$ 2.158,50
Salário Ed. R\$ 250.000,00	R\$ 17.270,51
PNAE R\$ 44.000,00	R\$ 25.347,52
PNATE R\$ 71.000,00	R\$ 70.995,90
Transp. Estado R\$ 335.500,00	R\$ 335.496,60
25% Educação R\$ 814.650,00	R\$ 796.407,71

Há que se destacar que embora neste primeiro quadrimestre ainda não se atingiu os 25%(vinte e cinco por cento) do orçamento, nos próximos quadrimestres estes valores podem ultrapassar este percentual, a exemplo de anos anteriores; e também devido às orientações financeiras de outros entes federativos quanto à situação atual que está passando a economia brasileira.

O PIB municipal é de R\$ 95.926.355,00(IBGE 2011).

LEI Nº. 2.175/2015.

APROVA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Educação – PME, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma dos Anexos I e II, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 8º da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014.

Art. 2º São diretrizes do PME:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - valorização dos (as) profissionais da educação;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º As metas previstas no Anexo I desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4º As metas previstas no Anexo I desta Lei deverão ter como referência o Anexo II – Diagnóstico elaborado pela Equipe Técnica com base nos dados divulgados por Órgãos Oficiais.

Art. 5º A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas realizados pelas seguintes instâncias:

I - Secretaria Municipal de Educação;

II – Fórum Municipal de Educação Permanente

III - Conselho Municipal de Educação – CME;

§ 1º Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:

I - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;

II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;

III - analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§ 2o Ao longo do período de vigência deste PME, observar-se-ão os resultados dos estudos publicados a cada 2 (dois) anos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Anexo I.

§ 3o A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência do PME e poderá ser ampliada por meio de lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

§ 4o O investimento público em educação a que se refere a meta XX do Anexo I desta Lei engloba os recursos aplicados na forma do art. 212 da Constituição Federal, do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como do art. 213 da Constituição Federal.

§ 5o Será destinada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, além de outros recursos previstos em lei, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e de gás natural, na forma de lei específica, com a finalidade de assegurar o cumprimento da meta prevista no inciso VI do art. 214 da Constituição Federal.

Art. 6o O Município promoverá a realização de pelo menos 2 (duas) conferências municipais de educação até o final do decênio, precedidas de amplo debate e coordenadas pelo Fórum Municipal de Educação.

§ 1o O Fórum Municipal de Educação, além da atribuição referida no caput:

I - acompanhará a execução do PME e o cumprimento de suas metas;

II - promoverá a articulação da conferência municipal com as conferências estadual e nacional de educação.

§ 2o As conferências municipais de educação realizar-se-ão com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução do Plano Nacional de Educação – PNE, do Plano Estadual de Educação – PEE, bem como deste Plano Municipal e subsidiar a elaboração dos planos de educação para o decênio subsequente.

Art. 7o A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano, na forma da lei.

§ 1o Caberá aos gestores federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PME.

§ 2o As estratégias definidas no Anexo I desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

§ 3o O sistema de ensino municipal criará mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas do PME.

§ 4o Haverá regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios étnico-educacionais e a utilização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada a consulta prévia e informada a essa comunidade.

§ 5o O fortalecimento do regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município incluirá a instituição de instâncias permanentes de negociação, cooperação e pactuação.

§ 6o O fortalecimento do regime de colaboração entre os Municípios dar-se-á, inclusive, mediante a adoção de arranjos de desenvolvimento da educação.

Art. 8o O Município, no prazo de 2 (dois) anos contados da publicação da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, deverá adequar a legislação local, disciplinando a gestão democrática da educação pública em conformidade com o disposto na referida Lei, bem como neste PME.

Art. 9o O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 10. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

Art. 11. Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PME, o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), em 22 de junho de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei.

Em 22 de junho de 2015.

Andréia Marafão

Secretária de Administração e Gestão

## ANEXO 1

### 3. METAS E ESTRATÉGIAS

#### 3.1 META 1

Universalizar, até 2016, o atendimento da Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos e ampliar a oferta de Educação infantil em creches de forma a atender 60% (sessenta por cento) das crianças até 3(três) anos até o final da vigência do plano.

3.1.1 Garantir vaga e permanência das crianças de 04(quatro) a 05(cinco) anos na Educação Infantil, observando a frequência escolar mínima de 60% (sessenta por cento) e acionando o Sistema APOIA sempre que necessário.

3.1.2 Construir e ou ampliar com recursos da União em colaboração do município, segundo padrão nacional de qualidade, centros de educação infantil, de acordo a necessidade Municipal até o final da vigência do plano.

3.1.3 Elaborar sub ação no PAR – Plano de Ações Articuladas visando a captação de recursos para construção e ampliação novas salas para atender demandas de crianças até 03 (três) anos, atendendo gradativamente em período integral.

3.1.4 Adequar gradativamente a partir de 2016, transporte coletivo para atender crianças até 03(três) anos.

3.1.5 Dispor de um Monitor de Transporte Escolar gradativamente para responsabilizar-se pelo cuidado das crianças no transporte escolar a partir de 2017.

3.1.6 Criar indicadores para avaliação da Educação Infantil da rede, a cada dois anos, observando os aspectos: qualidade, gestão, recursos, acessibilidade, infraestrutura física e de pessoal até o final da vigência do plano.

3.1.7 Equipar as escolas de Educação Infantil com brinquedos e instrumentos pedagógicos adequados aos níveis de desenvolvimento de cada faixa etária contemplando todos os aspectos que levem ao desenvolvimento integral da criança. Até o final da vigência deste PME através da SME e União.

3.1.8 Garantir o atendimento necessário com especialistas de saúde para as crianças com necessidades especiais, em parceria com a Secretaria de Saúde e Assistência Social.

3.1.9 Estabelecer parcerias com as diversas Secretarias Municipais e Organizações não governamentais com vistas a promover maior atendimento às necessidades educacionais e aos direitos das crianças.

## 3.2 META 2

Universalizar o Ensino Fundamental de 09(nove) anos para toda população de 06(seis) a 14(quatorze) anos e garantir que 95%(noventa por cento) conclua essa etapa na idade recomendada até o último ano da vigência do plano.

3.2.1 Oferecer atendimento individualizado para superar as dificuldades de aprendizagem, com maior permanência na escola e acompanhamento de profissional habilitado.

3.2.2 Disponibilizar em parceria com o Estado e União formação continuada aos professores, voltada à superação das dificuldades e necessidades percebidas durante o processo ensino aprendizagem.

3.2.3 Reorganizar a base curricular, considerando a Base Nacional Comum, contemplando, na parte diversificada, a realidade local/regional o respeito à cultura do educando.

3.2.4 Implantar no município a sala de recursos multifuncional para atender os alunos com dificuldades/necessidades diferenciadas de ensino, com profissionais especializados.

3.2.5 Estabelecer parcerias com as demais Secretarias, Fórum e Conselho Tutelar para realizar visitas, orientação e apoio às famílias visando à garantia do atendimento aos direitos das crianças/adolescentes.

3.2.6 Equipar as escolas de Ensino Fundamental com aparelhos tecnológicos, multimídia, materiais pedagógicos, didáticos e de pesquisa.

3.2.7 Aumentar a oferta na rede Municipal de Ensino, de maior tempo de permanência na escola e no contra turno oferecer aulas de línguas, artesanato, teatro, dança música e informática até o final da vigência do Plano.

3.2.8 Aumentar a oferta de anos finais do Ensino Fundamental na Rede Municipal de Ensino, de forma gradativa, durante a vigência do plano.

3.2.9 Ampliar o espaço físico (salas de aulas) no Centro Municipal de Educação até 2017, em parceria com a União.

3.2.10 Promover monitoramento de todas as pessoas em idade escolar, garantindo o acesso e a permanência na escola, em parceria com área da saúde e social.

3.2.11 Incentivar a participação das famílias no acompanhamento da vida escolar de seus filhos.

## 3.3 META 3

Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos de idade e elevar, até o final do período de vigência deste Plano, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 90% (noventa por cento).

3.3.1 Formar parceria com instituições que ofereçam ensino profissionalizante, com a regulamentações da parceria firmada em documento próprio.

3.3.2 Fazer a adequação/ampliação do espaço físico da escola para melhor atender as necessidades e diversificar as atividades oferecidas com recursos do Estado e União.

3.3.3 Firmar consórcio entre municípios próximos visando a oferta de cursos técnicos profissionalizantes em Escolas Federais, Estado ou União, atendendo à realidade regional.

3.3.4 Oportunizar atividades diversificadas e que venham de encontro com o interesse dos educandos e seus familiares, sendo ministradas por profissionais habilitados na área de atuação.

3.3.5 Abrir espaços culturais e esportivos nos finais de semana na comunidade local, envolvendo os vários segmentos da comunidade (Secretaria de Esporte e Cultura, CRAS, CDL, ACISA, escolas, Lareira, ADEC, CTG, idosos, Fórum, AMASC e outros grupos organizados).

3.3.6 Manter o Ensino Médio Inovador e incluir o Ensino Profissionalizante em nosso município em parceria com Estado e União.

## 3.4 META 4

Universalizar, para a população de 04(quatro) a 17(dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

3.4.1 Manter a política de atendimento para os alunos matriculados no ensino regular e contratação de novos professores através da Fundação Catarinense de Educação Especial e da SED ou SME, quando for necessário.

3.4.2 Criar critérios diferenciados para avaliação dos alunos com deficiências ou necessidades especiais, para o atendimento extraclasse e, se for o caso, do segundo professor.

3.4.3 Manter apoio financeiro repassado para a APAE conforme convênio entre município e escola, com adequação anual de valores, conforme IPC.

3.4.4 Adaptar a estrutura física e condições de acessibilidade nas instituições públicas e privadas de ensino até o final da vigência deste Plano.

3.4.5 Adequar o transporte escolar para alunos com deficiência ou necessidades especiais de forma gradativa.

3.4.6 Dar continuidade e ampliar os convênios com os órgãos públicos e privados para a manutenção do atendimento na educação especial

(merenda escolar, transporte, entre outros).

3.4.7 Ampliar a idade limite para o atendimento na turma de Estimulação Essencial, de 03(três) anos e 11(onze) meses para 05(cinco) anos e 11(onze) meses, com atendimento individualizado para cada criança por meio da Fundação Catarinense de Educação Especial, SED, MEC, e APAE.

3.4.8 Reorganizar o currículo para melhor atender às especificidades de cada educando, em consonância com a política nacional.

3.4.9 Ampliação/adequação estrutura física da Escola Especial com recursos do Estado e União, prevendo piscina, ginásio de esportes entre outros.

3.4.10 Fomentar a pesquisa para identificar as necessidades da população que necessita de atendimento especializado.

3.4.11 Em parceria com a união e o estado, disponibilizar recursos de tecnologia assistiva e formação continuada de professores para atendimento especializado nas escolas.

3.4.12 Garantir oferta de educação bilíngue (Língua Brasileira de Sinais- Libras) aos estudantes com deficiência auditiva, adoção do sistema Braille para estudantes cegos, recursos ópticos e não ópticos para estudantes com baixa visão e metodologia adaptada para estudantes surdocegos, com idade de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos.

### 3.5 META 5

Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

3.5.1. - Estruturar os processos pedagógicos a fim de garantir a alfabetização plena a todas as crianças até o final do terceiro ano do ensino fundamental.

3.5.2. - Proporcionar capacitação aos educadores, sobre tecnologias educacionais e sobre as propostas pedagógicas definidas, assegurando a diversidade de métodos, bem como, com acompanhamento de todo processo educacional e, os resultados alcançados nas escolas, devem ser disponibilizados, preferencialmente, como recursos educacionais abertos.

3.5.3. - Promover e estimular a capacitação, especialização e formação continuada dos professores para a alfabetização das crianças.

3.5.4 - Promover, em consonância com as Diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, à formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários e agentes da comunidade para atuarem como mediadores da leitura.

### 3.6 META 6

Oferecer até o final da vigência deste Plano, educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica.

3.6.1 Construção e ampliação de espaço para a implantação do programa "Mais Educação", atendendo as necessidades dos educandos que permanecerão na escola em tempo integral. Buscar recursos nas esferas Federal, Estadual e Municipal.

3.6.2 Valorização do espaço já existente das escolas do campo, com estrutura e tecnologia adequada.

3.6.3 Adequar às estruturas físicas para programas voltados aos alunos com necessidades de um atendimento especial.

3.6.4 Otimizar o tempo de permanência na escola, combinando as atividades em sala de aula com atividades recreativas, esportivas e culturais.

### 3.7 META 7

Proporcionar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb: 6,4 nos anos iniciais do ensino fundamental; 6,0 nos anos finais do ensino fundamental e 5,2 no ensino médio.

3.7.1 Rever a partir de 2016, as diretrizes pedagógicas para a Educação básica, com base nos parâmetros curriculares nacionais, com direitos e objetivos de aprendizagem, a partir do desenvolvimento dos educandos e da diversidade local, regional e estadual.

3.7.2 Incluir no currículo a discussão de igualdade de gênero em todas as escolas municipais e estaduais, a partir de 2016.

3.7.3 Garantir o transporte gratuito aos educandos da rede, renovando e ampliando a frota de veículos próprios, assegurando gradativamente a adequação do transporte para crianças da educação infantil.

3.7.4 Oferecer um currículo específico para as escolas do campo, atendendo às exigências legais caracterizadoras das escolas de campo, por ações das SME, SEE, MEC, professores e comunidade escolar.

3.7.5 Equipar as escolas com salas informatizadas, bons computadores, sinal de internet rápida e de excelente qualidade através do Município, Estado e União.

3.7.6 Contribuir para a melhoria do desempenho dos estudantes da educação básica nas avaliações externas como Prova Brasil, ANA, ENEM, PISA.

3.7.7 Incentivar práticas pedagógicas inovadoras que contribuam para a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem.

3.7.8 Garantir nos currículos escolares, conteúdos sobre a história e a cultura afro-brasileira e indígena nos termos das Leis 10639/2003 e 11645/2008.

3.7.9 Incentivar a participação das famílias para que a educação seja assumida como responsabilidade de todos.

### 3.8 META 8

Apoiar as iniciativas para elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no Município e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

3.8.1 Construir estruturas físicas adequadas para desenvolver os cursos profissionalizantes através de parcerias com a União e o Estado.

3.8.2 Expandir a oferta de cursos profissionalizantes rotativos que atendam às necessidades locais (oferta/procura).

3.8.3 Realizar chamadas públicas regulares para educação de jovens e adultos, promovendo busca ativa em regime de colaboração entre o Estado e os Municípios em parceria com organizações da sociedade civil.

3.8.4- Buscar parcerias juntamente com os profissionais da Estratégia Saúde da Família, as empresas e outros setores do município para levantamento do número de jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompleto, possibilitando a finalização da educação básica através de formas alternativas até o final da vigência do plano.

### 3.9 META 9

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15(quinze) anos ou mais para 95%(noventa e cinco por cento) até 2018 e, até o final da



vigência deste PME, reduzir em 5%(cinco por cento) o analfabetismo absoluto e reduzir em 50%(cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional, em colaboração entre todos os entes federativos e a comunidade até o final da vigência deste PME.

3.9.1 Monitorar o funcionamento do APOIA on line para a eficiente ação dos órgãos responsáveis no retorno do adolescente à Escola.

3.9.2 Implantar programa de Novas Oportunidades de Aprendizagem como meio de superação das dificuldades dos alunos e a aprovação dos mesmos.

3.9.3 Implantar nas escolas aonde houver necessidade, turmas para correção de fluxo (idade-série) visando amenizar a evasão escolar de alunos com 18 anos que não concluíram a educação básica.

#### 3.10 META 10

Oferecer, no mínimo, 5% (cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

3.10.1 Buscar fomento com o Estado e União para subsidiar o aluno matriculado e que frequentar em tempo integral a educação de jovens e adultos até a conclusão do curso.

#### 3.11 META 11

Triplificar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

3.11.1 Apoiar as iniciativas do Estado e da União no processo de ensino técnico profissional e científico em tempo integral, para o município.

3.11.2 Construir laboratórios e equipá-los com aparelhos tecnológicos de forma a garantir a qualidade dos cursos.

3.11.3 Incentivar a formação inicial para professores com interesse em atuar na educação profissional.

#### 3.12 META 12

Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão das vagas no segmento público, comunitário e privado.

3.12.1 Incentivar os alunos a fazer o exame do ENEM para concorrer às vagas disponibilizadas ao PROUNI.

3.12.2 Manter o repasse financeiro pelo Município para a associação de universitários, visando subsidiar parte do transporte escolar aos Universitários.

#### 3.13 META 13

Incentivar, com os Estados e a União a elevação da qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

3.13.1 Município e Estado firmar consórcio entre municípios próximos visando a oferta de curso superior em Escolas Federais atendendo a realidade regional e local.

3.13.2 Buscar convênios com instituições públicas do ensino superior, auxiliar financeiramente nos custos com transporte e oportunizar estágios remunerados no município.

#### 3.14 META 14

Apoiar, em articulação com a União e estado, a elevação gradual do número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 2.400 (dois mil e quatrocentos) mestres e 900 (novecentos) doutores, até ao final da vigência do Plano.

3.14.1 Elevar o percentual de profissionais do quadro de funcionários efetivos do magistério público, de modo que alcance 90% (noventa por cento) dos profissionais com especialização, 3%(três por cento) com mestrado e 1%(um por cento) com doutorado.

3.14.2 Conceder afastamento de 50% da carga horária remunerada para cursar mestrado ou doutorado para os profissionais do quadro efetivo do magistério público, regulamentado por lei ordinária, até o máximo de 03 profissionais por ano de cada rede.

#### 3.15 META 15

Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, até o final deste Plano, a inserção na política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

#### 3.16 META 16

Incentivar a formação em nível de pós-graduação, visando a elevação do índice para 85% (oitenta e cinco por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino. Através da SME, SED e educadores em parceria com o MEC.

3.16.1 Expandir os cursos de graduação (2ª licenciatura e pós-graduação) voltados aos professores não habilitados que atuam na educação pública, financiados pela União e o estado.

#### 3.17 META 17

Garantir a valorização dos (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.

3.17.1 Garantir a implantação de Plano de Carreira na rede estadual, com incentivo financeiro a formação inicial e continuada, a valorização do tempo de serviço e a correção anual do piso nacional dos professores.

#### 3.18 META 18

Assegurar o cumprimento do plano de carreira para os(as) profissionais do magistério público e, tomando como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

3.18.1 Incluir no plano de cargos e salários dos profissionais de educação do município, a partir de 2017, um acréscimo na remuneração dos professores que atuam nas escolas do campo, a título de "difícil acesso" regulamentado por lei.



**3.19 META 19**

Assegurar condições, no prazo de 03(três) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho atendendo à legislação municipal vigente e à consulta pública à comunidade escolar no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

3.19.1 Implementar, a partir dos critérios definidos por Lei, a escolha do gestor escolar.

3.19.2 Incentivar e proporcionar a participação dos representantes das APP, Conselhos Deliberativos e Grêmios Estudantis em cursos ofertados com recursos oriundos da União, Estado e Município.

3.19.3 Incentivar a participação dos pais e familiares nas Assembleias, Conselhos de classes e demais atividades escolares.

**3.20 META 20**

Acompanhar o aumento gradativo do investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto – PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

3.20.1 Viabilizar mediante pactuação com a União recursos oriundos dos royalties do pré-sal para investimento na educação;

3.20.2 O Município deve aplicar, anualmente, nunca menos de 25% (vinte e cinco por cento) do resultante da receita de impostos, compreendidas as transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino público municipal, na forma do Título VII, da Lei Complementar 003/99, de 17 de dezembro de 1999, satisfazendo, com isso, os padrões de infraestrutura e condições didático-pedagógicas, considerando a obrigatoriedade e o crescimento da demanda em educação básica, oferecidas pelo Município. A partir da aprovação desta Lei.

**ANEXO 02**

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE ANCHIETA (SC), MAIO DE 2015.

**INTRODUÇÃO**

A elaboração do Documento Base do PME, passou a ser uma das prioridades neste município a partir da aprovação do PNE. Primeiro por ser exigência de Lei Federal 13.005/2014 que determina aos municípios a construção de seus planos decenais de educação até junho de 2015; Segundo porque as bases educacionais municipais sentem a necessidade de estabelecer metas e estratégias norteadoras de ações que possibilitem garantir o direito a educação de todos os municípios.

Partindo dos pressupostos acima, a Secretaria de Educação munida de orientações vindas de instâncias designadas para este fim, define um roteiro de trabalho que inicia com a verificação do DECRETO Nº. 069/2013, DE 23 DE ABRIL DE 2013 aonde constitui um Fórum Municipal de Educação Permanente e, constatando então, que este Fórum não tem a incumbência de elaborar o Plano Municipal de Educação. Tomando conhecimento disto, o Prefeito Municipal, altera parcialmente o referido Documento com a edição do DECRETO 162/2014 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014, dando a atribuição a este Fórum de elaborar o Plano Municipal de Educação.

O grupo que constitui o Fórum Municipal de Educação Permanente é formado por representantes das diversas instituições educacionais do município, estado, entidades não governamentais, associações, entidades civis organizadas.

O Fórum definiu como meio de participação ampla de todos os seguimentos para expressão de seus anseios para a educação municipal no município, a aplicação de uma pesquisa, por meio de questionário abrangente enfocando todos os aspectos educacionais do físico ao pedagógico com profissionais da educação, estudantes, pais, comunidade de modo geral.

As respostas de todas as questões foram sistematizadas e serviram de base fundamental para a elaboração das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação.

O Plano Municipal de Educação, com suas metas alinhadas aos Planos Federal e Estadual, é composto de 20 metas.

**FUNDAMENTOS LEGAIS PARA A CONSTRUÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE ANCHIETA**

Planejar é um requisito fundamental para a realização de ações, um princípio das atuações humanas. Na educação, a construção de documentos que dão rumo ao processo é fundamental para que possamos perceber o que temos construído até o momento e o que sonhamos fazer no futuro. Demonstrar o que temos e estabelecer metas e estratégias para o futuro é o que está presente neste documento.

A elaboração do Plano Decenal de Educação no município de Anchieta parte dos pressupostos previstos na Lei 13.005 de 2014, lei que teve sanção presidencial em 25 de junho, a qual institui o Plano Decenal de Educação para 10 anos com 10 diretrizes e 20 metas com suas diversas estratégias. No art. 8º do PNE está previsto que os municípios deverão aprovar seus planos municipais de Educação no prazo de um ano a partir da sanção da Lei federal.

O princípio da democracia do Ensino Público propõe que a elaboração de documentos que fundamentem a educação, seja realizada com ampla participação social. Na Constituição Federal de 1998, consta no art. 206, parágrafo VI como um dos princípios o da gestão democrática e esse princípio também está presente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal, Lei nº 03/99. Este plano municipal de educação, nos seus diferentes momentos de construção, contou com a participação da população em assembleias de famílias nas escolas, reuniões de educadores e outros espaços de participação, assegurando sua construção democrática.

A coordenação da realização do Plano Municipal de Educação foi feita pela equipe da Secretaria Municipal de Educação. O município de Anchieta instituiu, em forma de decreto, a equipe de elaboração do plano com participação de vários setores da comunidade e com a representação de todas as escolas em funcionamento no município.

As instituições educativas do município pautam suas ações e práticas pedagógicas nas diferentes legislações vigentes a nível nacional, estadual e municipal, na perspectiva de melhorar a qualidade da educação, procurando atender de forma igualitária a demanda educacional existente. A construção do presente plano se insere nesta perspectiva.

**2. DIAGNÓSTICO****2.2 PERFIL DEMOGRÁFICO E SÓCIO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO****2.1.1 Anchieta, porque assim te chamo.**

Até parece, mas o Padre José de Anchieta não passou por aqui. O nome do município se deve ao trabalho dos padres Pedro Rubin e Afonso Correia, que na época atendiam a região e passaram pelo território anchietense celebrando. Como o trabalho era semelhante ao do Padre

José de Anchieta, assim passou a ser denominado o município que foi emancipado em 20 de março de 1963. Antes de ser município o território anchietense pertenceu a Chapecó, São Miguel do Oeste e Guaraciaba.

#### 2.1.2 Origem populacional.

Pelos objetos fosseis encontrados no território de Anchieta, fica evidente que grupos indígenas foram os primeiros povos que viveram aqui de forma seminômade ou usando a natureza anchietense como parte dos caminhos intertribais da época.

Por volta da metade do século XX já se instalaram nas matas nativas donde é hoje território de Anchieta, muitas famílias de caboclos vindas das regiões próximas do Paraná e do Rio Grande do Sul, por volta das décadas de 1930 e 1940 muitas famílias viviam aqui.

Com a chegada da Colonizadora Pinho & Terras LTDA, através do seu representante regional Olímpio Dal Magro, as terras do município, foram divididas em colônias que eram vendidas às famílias de agricultores vindos, na sua maioria do Rio Grande do Sul. As famílias de caboclos que aqui viviam há mais de 20 anos, se não tivessem dinheiro para comprar suas próprias terras eram despejados judicialmente. A partir de 1950, começaram a chegar ao território de Anchieta imigrantes italianos vindos dos municípios vizinhos, Guaraciaba, São Miguel do Oeste, Joaçaba e de regiões do Rio Grande do Sul, de onde veio a maior parte da população de Anchieta. Em busca de terras para produzir e de novas riquezas naturais, como madeira, na época.

A ocupação populacional chegou ao auge nos meados de 1980, quando contávamos com uma população de cerca de 11.000 habitantes. Sendo 75% desta população residente no campo.

Censo populacional	Total de habitantes	Localidade	
		Rural	Urbano
1970	5.604	4.392	1.212
1980	10.111	7.229	2.882
1991	9.599	7.214	2.385
2000	7.133	4.690	2.443
2007	6.587	3.955	2.610
2010	6.380	3.794	2.586
2014	6.066		

A partir de então, toda uma conjuntura desfavorável à agricultura e produção camponesa se dá início a uma das maiores evasões ou êxodo rural, em todos os municípios da região, famílias mais jovens, filhos de habitantes do município, partem para outras regiões do país e até para o perímetro urbano do município para trabalharem nas empresas que aqui começaram a instalar-se na época.

#### 2.1.3 Caracterização física do município.

O território do município de Anchieta possui área de 229,53 km<sup>2</sup> de extensão, está situado a 26° 30' de latitude sul e 50° 30' de atitude oeste do Meridiano de Greenwich. A latitude média de Anchieta é de 710 metros, com variação de 500 a 950 metros. Em 75% da área do município o relevo é acidentado. O clima classifica-se como mesotérmico úmido com verão quente, temperatura média de 18° C, precipitações média de 2000 mm anuais.

Anchieta situa – se na Bacia do Rio Uruguai. No início da colonização, 15% das terras do município possuía nativamente a floresta de araucária, os outros 80% são da floresta decidual. As práticas de agricultura e bovinocultura, a forma de perceber a natureza quando da colonização das terras até hoje, foi destruindo a vegetação natural do município. As consequências ambientais foram aparecendo e preocupando as pessoas, muitas ações com relação ao meio ambiente passaram a acontecer nas escolas e na sociedade. Em 2006 foi organizado o Programa Esperança Para o Futuro que abrange várias entidades públicas e outras organizações e prevê a recuperação da mata ciliar das sangas, córregos e rios do município. Dentro do programa foram executadas várias ações com a participação dos educandos nas escolas. O município de Anchieta está organizado em comunidades, bairros e centro da cidade. São 33 comunidades, três bairros e a cidade. A maior parte das comunidades foi organizada a partir de igrejas e escolas instaladas no local, porém é a religiosidade das pessoas que determina a organização em torno de uma comunidade que na sua maioria têm nomes de santos.

#### 2.2.4 Aspectos sócio econômicos e de produção do município.

A produção agropecuária no município, desde o início da colonização foi da agricultura para a subsistência e o excedente para a comercialização, a partir dos anos 80 ocorreu uma grande expansão da criação de bovinos para leite. A atividade leiteira está presente em praticamente todas as propriedades, também aumenta a quantidade de terras cercadas utilizadas para a criação de gado de corte. A criação de aves e suínos, como exceção de pequeno número de propriedades, acontece apenas para consumo de famílias.

As atividades agrícolas, produção e cultivo da terra acontecem para o pastoreio de bovinos de leite e na produção de grãos se destaca o milho, utilizado para a venda em grãos, produção da farinha de milho e silagem para vacas leiteiras. Na maioria das propriedades há área de terras destinada ao plantio de alimentos para o consumo da família. Algumas propriedades mais planas e com maior extensão de terras situadas na comunidade de Santa Rita também cultivam soja, que são vendidas em forma de grãos.

É importante destacar a produção de sementes de milho crioulas que são produzidas pelos agricultores em nosso município e que são a expressão do acúmulo cultural dos sistemas de cultivo, uso e seleção pensados pelos camponeses e suas comunidades em todo o mundo. Estas sementes foram desenvolvidas ao longo do tempo passando de geração para geração, sendo produzidas, multiplicadas, selecionadas e conservadas pelas famílias camponesas. Atualmente há um banco de sementes crioulas que funciona junto ao Sintraf de Anchieta, com o intuito da preservação das espécies e a troca com os agricultores.

A produção de alimentos para o autoconsumo da família tem importância nas propriedades rurais do município porque, proporcionam bem estar social com boas condições de saúde: baixos custos de produção em relação ao modelo tecnológico colocado pela lógica capitalista de produção; fuga da exploração das multinacionais do agronegócio; afirmação da cultura camponesa; aumento da autoestima dos camponeses em produzir e consumir alimentos de alta qualidade. O Índice de Desenvolvimento Humano de Anchieta é 0,699 (IBGE 2010), sendo considerado nível de desenvolvimento médio.

As atividades industriais do município de Anchieta têm diversificado bastante. Das serrarias que iniciaram as atividades industriais, até o momento atual, quatro fábricas de móveis de madeira, uma de médio porte para exportação, as outras de móveis sob medida e uma fábrica de esquadrias de madeiras. Duas fábricas atuam na manufatura de madeira, na fábrica de cabos, compensado e portas. Há duas fábricas de estofados.

O ramo metal mecânico está presente no município com uma fábrica de máquinas para o beneficiamento de madeiras e outra indústria com

produtos destinados à fabricação de peças de fibra de vidro e de plásticos para caminhões. Há também duas fábricas de esquadrias de ferro e alumínio, uma de móveis artesanais de ferro e três de produção artesanal de ferramentas para o setor agrícola.

Para a transformação de matérias primas, temos a existência de duas indústrias de abates de gado e suíno para fabricação de embutidos e carnes, um moinho de farinha de milho crioulo e de trigo, três fábricas de confecções para vestuário, cama, mesa e banho. Ainda há duas agroindústrias no setor da cana, uma de geleias, conservas, duas de queijos e uma de criação e filetagem de peixes.

O comércio é bem diversificado. O setor de serviços conta com bares, restaurantes, pizzarias, um hotel, um motel, dois estúdios fotográficos, reformas de eletrodomésticos, telefone, energia elétrica, exames laboratoriais, dentistas e médicos públicos e particulares, contabilidades, advogados, salões de beleza, academia, oficinas mecânicas, gráfica, três postos de combustíveis, agropecuárias, farmácias, floriculturas, funerárias, lojas de materiais de construções, lojas de calçados, confecções e supermercados, borracharias, lojas de vendas e de prestações de serviços de informática e telefonia celular e empresa de coleta de lixo.

Anchieta é servida por serviços públicos na área financeira com quatro bancos entre agências e postos. Existe um cartório de registro civil e um tabelionato de notas. O município é sede da comarca com Ministério Público e Tribunal de Justiça. A cidade e seus arredores são servidos por água tratada pela CASAN, Correios, Epagri, Cartório Eleitoral, dois postos de saúde: um na cidade e outro no interior; serviços odontológicos, ambulatórios e consultas médicas e um pronto atendimento. Ainda conta com atendimento de Organizações Não Governamentais: ACISA, CDL, ADEC, AMASC, Doadores de Sangue, Grupo do Orquídeas, Asanum, Sindicatos, Mulheres Camponesas, Conselhos de Comunidades, APP, de Clubes de Mães, de Idosos, Esportivos... e organizações dos setores públicos: Casa Lar, CRAS, Conselho Tutelar, SCFV. Os serviços de educação são exclusivamente públicos, desde a educação infantil até o ensino médio. Existem alguns cursos oferecidos à população por empresas privadas ou conveniadas como: SEBRAE, SENAI, PRONATEC, SESI, Casa Familiar Rural e Colégio Agrícola.

#### 2.2.5 Aspectos Culturais.

Falar da cultura do município de Anchieta é complexo, pois se entende que culturas não são apenas eventos grandiosos em que poucos têm acesso, mas, tudo o que as pessoas humanas produzem, isto é, que não são inatos. Objetos, formas de viver, relacionar – se com as pessoas, com a fauna e a flora e enfim, por cultura entende – se tudo o que é criado e melhorado através da cooperação e comunicação dos indivíduos em sociedade.

Em Anchieta os aspectos culturais são de uma pequena comunidade que não dissocia as vivências da produção, de alimentos, do lazer, do consumo, isto se dá não só pelo tamanho do município, mas também porque a agricultura ainda é principal atividade de ligação com a terra. O artesanato produzido aqui tem o aspecto de produção que visa sanar as necessidades. Existem alguns agricultores que produzem chapéus e “esportas” de palha de trigo, cestas de palha de milho, cestas de vime, objetos de madeiras e ferragens para a prática da agricultura. Há também muitas pessoas que aprenderam a técnica da pintura em tela, toalhas, a partir de cursos realizados.

As atividades de esporte e lazer realizados no município são organizadas tanto pelo Departamento de Esportes e Cultura, quanto pelas comunidades e instituições (clubes, associações). No esporte: campeonato de bochas, truco, futebol, futsal, de campo, suíço, areia, bolão-zinho, vôlei, canastra, sinuca, quarenta e oito e eventos regionais.

Está muito presente em nosso município a realização de festas e bailes promovidos pelas comunidades, organizações, associações, CTG com danças, cavalgadas, rodeios, bailes típicos os quais possibilitam o lazer e ao mesmo tempo visa angariar recursos para a sobrevivência das associações e entidades. As atividades religiosas têm encontros ecumênicos que reverenciam talentos e apresentações das diferentes igrejas de nosso município. Podemos citar que a religião predominante é a católica e se destacam as igrejas evangélicas: Assembleia de Deus, Evangelho Quadrangular, só o Senhor é Deus, Luterana; dentre outras.

Os idosos de Anchieta se organizam através de grupos para encontros, atividades, bailes e viagens.

É organizada todos os anos, a partir de 1998, a Maratoninha no dia 20 de março – dia de emancipação do município, festas da colheita e juninas pelas escolas municipais e estaduais. As escolas realizam diversas atividades culturais enfocando a literatura, o chá literário, momento gaúcho, tê literário e peças de teatro. Um festival da canção é realizado todos os anos pela Escola Professor Osni Paulino da Silva. Nas escolas são realizados momentos culturais. O Centro de Tradições Gaúchas – Alto da Querência do nosso município, realiza o Rodeio Crioulo. Todo ano é realizado tiro de laço, celebração e a tradicional cavalgada realizada toda semana, lembrando também nossas raízes culturais.

A partir do trabalho das indústrias, da agricultura e do comércio, temos a Expo Anchieta, que acontece a cada dois anos e congrega artesanato, músicas, sementes, máquinas, equipamentos, serviços e comércio do município e da Região.

A partir do trabalho da agroecologia, produção de sementes crioulas, temos a festa Nacional das Sementes Crioulas – FENAMIC, que acontece em data sempre definida pela organização/comissão regional que congrega artesanato, danças, músicas, sementes e costumes de todas as regiões do país.

As tradições de produção e tratamento com ervas medicinais, hábitos alimentares, cuidado com as pessoas, formas de lazer, costumes de fazer visitas, danças educativas, histórias, herdamos em grande parte do Rio Grande (estado do qual a maioria das famílias colonizadoras procedem) outras dos caboclos que aqui vivem e, nessa diversidade construímos a nossa identidade acolhedora e o jeito de construir coletivamente.

#### 2.1.6 Pontos turísticos de belezas naturais do município

A exuberância natural e construída pelas pessoas no município de Anchieta é grande. Existem muitas possibilidades turísticas e de fato recebemos muitas pessoas que residem em outras localidades e que chegam até Anchieta com diferentes objetivos.

Em feriados nacionais ou férias escolares, Anchieta tem muitas visitas de pessoas que residem em outras localidades e que vem até aqui para visitar familiares e conhecidos. Atualmente com a procura pelos esportes radicais tem muitas pessoas que vem até nosso município para realizar voos de parapente – esporte que vem sendo realizado por muitos munícipes aproveitando a existência da declividade de nosso relevo. A exploração de cachoeiras permanece na mesma lógica dos esportes radicais.

Uma edificação que chama a atenção de muitas pessoas que chegam até a cidade de Anchieta é o moinho, situado em um dos acessos principais da cidade. O prédio é todo construído em madeira, preservando aspectos da arquitetura da época da colonização e ainda têm em seu interior as máquinas importadas da Alemanha, na época, e que permanecem até hoje funcionando.

O desafio maior com relação ao turismo é o desenvolvimento de políticas públicas municipais para a divulgação dos aspectos turísticos do município, a organização e planejamento de projetos referentes ao turismo, conhecimento e viabilidade dos programas nacionais de apoio ao turismo além de investimentos públicos e privados em infraestrutura para que as pessoas possam usufruir das belezas naturais e modificadas existentes no município. Há ainda que se investir na divulgação do turismo como mais uma possibilidade de geração de renda e emprego no município. Sabe-se que tais condições praticamente inexistem na maioria dos municípios de nossa região.

Comunidade	Local	Proprietário
------------	-------	--------------

Santo Inácio	Rio das Antas	Els0 Kraemer
	Mato da comunidade	Comunidade
Prateleira	Fábrica de queijos	Arlindo Heberle
	Rio Garça Branca	Sildo Watte
	Gruta	Zuppa
	Mel, Própolis, Pólen e indústria de bolachas, pães e cucas.	Jandir Junges
São Judas	Área para acampar	Joel Lorenzetti
Seara	Rio das Antas	
São Domingos	Acesso Rio Capetinga	
	Agroindústria de Açúcar de cana, Cachaça, rapadura.	
São Roque	Foz do Rio Leãozinho	Leonir Vidori
	Cachoeira	Luiz Zatera
	Muda de Jaboticaba	Zanella
Santa Rita	Jaboticabal	Marcos e Nilse Casalli
	Chás	Sônia Dalla Vechia
São Luiz	Rio	Antonio Stefanello
Gaúcha	Lagoa	Nilo Barbieri
	Venda de legumes, frutas e verduras	Leonel Facco
Café Filho	Açude/matinho	Luiz Ambrozi
São Cristóvão	Hidroelétrica	
Cidade	Gruta Nossa Senhora da Salete	
	Moinho	Decio Hoffmann
	Hotel Belvedere	Hélio e Valéria Cristófolli
Primavera	Cachoeira do Arroio Monjolo.	
Vargem/Unida	Poço do Sabão – Rio Sargento	
Linha Gaúcha	Morro do Sol	
	Três quedas	Valdir de Souza
	Ervas medicinais, bioenergéticos, farinha de trigo e centeio integral e orgânico	Inês Carpeggiani
	Uva/vinho	Valdomiro de Césare
Saúde	Mato – saíta centenária	Atanaer
São Paulo	Salto 1º de janeiro	Ildo e Ari Cavalli
	Agroindústria de Embutidos de carne	Rosângela Pavan
	Barragem que abastece a cidade – CASAN	
	Produtos coloniais	Araldi
São José	Igreja construída em madeira	
	Agroindústria de conservas	
	Agroindústria Filé de peixe tilápia.	Mauri Prochnow
São Pedro	Vinho, vinagre e uvas.	Buchi
Salete	Chapéu de trigo	Ana Garlet
	Jaboticabal	Ari Cavagnoli
	Uva, vinho e vinagre	Chini
Aparecida	Árvore centenária oca	
	Projeto esperança para o futuro	
	Melancias	Valdecir Cella
	Trilha na beira do rio	Mocelin e Mittmann
União da Vitória	Área de lazer	
Santa Rita	Cachoeiras, trilha e área de lazer.	Zanin
São Paulo Alto	Área de trilhas para corrida de moto.	Pedro Pavan

O quadro acima foi construído em um esforço de demonstrar os pontos para turismo em nosso município e que devem ser aos poucos potencializados para levar pessoas a realizar passeios por eles com diferentes objetivos.

#### 2.1.7 Da organização política e administrativa:

As pessoas que viveram e vivem no território anchietense se organizaram politicamente de diferentes formas no decorrer da história do município. Antes de Anchieta ser município a população votava em seus representantes nos municípios a que pertencia. No final da década de 1950, o então distrito de Anchieta teve representação em Guaraciaba com um vereador eleito, O Sr. Adelino Piccoli.

A partir da emancipação do município, em 20 de março de 1963, houve a indicação do primeiro prefeito Sr. David Perin, que assumiu o cargo interinamente. Os demais prefeitos e prefeita que assumiram o executivo municipal foram eleitos democraticamente pela população. A organização administrativa do executivo municipal tem em lei prevista a existência de secretarias para atuar nos diversos setores estratégicos para o município.

O Poder Legislativo municipal é composto por nove vereadores, que são eleitos em eleição conjunta à eleição para o executivo municipal. Os vereadores atuam representando a população nas necessidades servindo de interlocutores, fiscalizando as ações do executivo municipal, legislando, aprovando e propondo leis que vão organizando a vida da comunidade.

As lideranças eleitas para os cargos do legislativo e executivo fazem parte de organizações partidárias, assim como nos demais municípios



do Brasil. A democracia representativa construída em nosso país necessita das organizações partidárias que, em nosso município são representados pelos seguintes partidos: Partido dos Trabalhadores, Partido do Movimento Democrático Brasileiro, Partido Social Democrático Brasileiro, Partido da Social Democracia, Partido da República, Partido Democrático Trabalhista, Partido Popular Socialista e Partido Progressista.

#### 2.1.8 Da medicina tradicional às especialidades médicas no município

A necessidade da busca da saúde é uma constante. Durante as épocas em que as pessoas viviam a partir do que a natureza oferecia, sem muita dependência das indústrias, a cura brotava da natureza a partir do conhecimento dos princípios das ervas e métodos de curas que eram passados de geração em geração. Inclusive o nascimento das pessoas se dava pelas mãos das parteiras que aprendiam as técnicas e auxiliavam as famílias nestes momentos.

Com as mudanças na organização da vida das pessoas e o advento das pesquisas científicas e produções industriais a medicina passou a ter outra lógica e tivemos em nosso município o Hospital Municipal Anchiense que passou a cuidar das doenças e dos nascimentos. No sentido da saúde curativa temos em Anchieta dois postos de saúde, um na cidade e outro na comunidade de João Café Filho. Está em funcionamento também o Hospital Municipal Anchiense, como Unidade de Pronto Atendimento, para realizar os primeiros atendimentos nos casos de doenças.

Trabalham em nosso município vários profissionais da saúde que vendem seus serviços, dentre eles: dentistas, psicólogos, psiquiatras, fisioterapeuta, e outros, que atuam de forma que as pessoas pagam pelos serviços ou conveniados com o poder público.

Mesmo com o advento da indústria dos medicamentos, muitas pessoas seguem tratando das doenças com chás e alimentos naturais. As mulheres integrantes do MMC, na Anchieta e região, desenvolvem muitas atividades com relação à medicina natural, inclusive construíram e cultivam um horto de ervas medicinais (junto ao SINTRAF) com o intuito de resgatar e preservar o cuidado da saúde com produtos naturais.

#### 2.1.9 Das organizações e dos movimentos sociais existentes

No Brasil em 1930, já ocorria muitas revoltas no campo, inclusive em Santa Catarina, com a revolta de Canudos e do Contestado. As ligas camponesas e sindicatos auxiliavam a organização dos povos do campo contra as injustiças sociais existentes naquela época.

No Oeste catarinense, os movimentos sociais se organizaram principalmente após a década de 1980. Nessa mesma época em Anchieta, organizaram-se o MMA – movimento das mulheres agricultoras – que mais tarde transformou-se em MMC (Movimento de Mulheres Camponesas) o MST – Movimento dos Sem Terra e o MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores.

O movimento de Mulheres Camponesas sonha com uma educação que contemple um currículo voltado ao campo – teórico e prático, aonde se ensine – as diferenças de gênero e o respeito da vida como um todo: cuidado da água, da mãe terra, das plantas medicinais, das sementes crioulas. Trabalhar os conhecimentos populares que são centenários, ouvindo mais a terceira idade sem deixar de ouvir os sonhos dos jovens e das crianças, com o objetivo de construir uma sociedade de novas relações.

Os movimentos sociais em Anchieta constituíram-se após a organização de outros movimentos sociais fortemente atuantes no Brasil, principalmente nas décadas de 60, 70 e 80. A organização em movimentos sociais visa o bem comum, com objetivos específicos de um grupo ou categoria. Objetiva a mudança nas relações sociais e no sistema político-econômico de um povo.

Em Anchieta, no ano de 1970, foi fundado o Sindicato Rural de Agricultores ou Sindicato dos Empregadores rurais. Entendia-se que todos que moravam e viviam no campo eram empregadores rurais e, por isso, poderiam participar do sindicato para reivindicar direitos. Hoje o Sindicato que representa os trabalhadores do campo denomina-se SINTRAF – Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar.

Há alguns anos existem organizados no município a CDL – Câmara dos Dirigentes Logistas, a ACISA – Associação Comercial Industrial e Serviços de Anchieta e o Sindicato dos Funcionários Públicos - SINDI, instituições que ajudam na organização dos empregadores e trabalhadores urbanos. Não existem sindicatos organizados de trabalhadores empregados no comércio ou na indústria privados em nosso município.

Além dos movimentos sociais ainda temos presente em nosso município Organizações Não Governamentais: ADEC – Associação Esportiva, AMASC – Associação de mulheres voluntárias, Doadores de Sangue, Grupo do Orquídeas, Asanum – Associação de universitários, Conselhos de Comunidades, APP – Associação de Pais e Professores de Escolas, de Clubes de Mães, de Idosos, Esportivos.

#### 2.1.10 Administração da Educação Municipal

As escolas em funcionamento no município possuem dependência administrativa estadual ou municipal.

As escolas estaduais são ligadas às Gerências Regionais de Educação, que por sua vez possuem dependência administrativa da Secretaria Estadual de Educação, as gerências provêm recursos humanos, materiais de que as escolas necessitam para a atuação. No município de Anchieta são três escolas estaduais que atuam no Ensino Fundamental e Médio, mais a APAE e o NAES – Núcleo Avançado de Ensino Supletivo (dependência administrativa mista) – município trabalha com alfabetização, nivelamento, preparação do lanche, limpeza, organização e a coordenação da escola; Ensino Fundamental e Médio é organizado pela Gerência Regional.

As escolas municipais que atuam na educação das crianças e adolescentes têm dependência administrativa da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura, ligada à Prefeitura Municipal. A Secretaria Municipal de Educação possui no seu quadro administrativo, uma secretária municipal, uma auxiliar de secretaria, uma nutricionista, uma professora coordenadora administrativo-pedagógica, uma orientadora de estudos, uma orientadora pedagógica, uma diretora de departamento, uma diretora de alimentação escolar e um coordenador de transporte escolar. Esses profissionais atuam na coordenação pedagógica e administrativa das escolas – Censo Escolar, Projeto Série, Projeto Presença, compra e distribuição da merenda escolar, elaboração de cardápio e acompanhamento nutricional, compra local, prestação de contas e encaminhamentos de licitações. As orientações pedagógicas são efetuadas em encontros de formação continuada ou no período de planejamento dos professores.

Nas unidades escolares que possuem mais de 50 alunos tem um diretor escolar que faz toda gestão escolar, dá os encaminhamentos necessários e toma decisões em conjunto com a secretaria, as APP e seu corpo docente quando for o caso. No setor de esporte tem um Diretor de departamento.

É o Executivo que indica os diretores escolares, observando porém, o que determina o Plano de Cargos e Salários do Magistério Público Municipal: deve ser profissional do quadro efetivo, ter formação específica de licenciatura.

O município de Anchieta conta com treze escolas: APAE, NAES, 03(três) Estaduais, dentre as quais 01(uma) com Ensino Médio, 08(oito) Municipais, sendo que: 01(uma) é somente de Ensino Fundamental; 03(três) somente de Educação Infantil e 04(quatro) atendem as duas etapas, ou seja, de Educação Infantil e Ensino Fundamental. São elas: Escola de Educação Básica Professor Osni Paulino da Silva, Escola de Ensino Fundamental Padre Reinaldo Stein, Escola de Ensino Fundamental João Café Filho, Escola de Educação Infantil Pequeno Exemplo, Escola de Educação Infantil e Fundamental Xavantes, Centro Municipal de Educação Infantil e Fundamental, Creche Pró Infância, Escola Municipal Nº 10, situada na Linha Salete, Escola Municipal Nº 05, situada na Linha São Paulo, Escola Municipal nº 21 - Linha Nossa Senhora da Saúde, Escola Municipal Infantil Menino Jesus – situada na Linha Prateleira.



Existem conselhos municipais que atuam junto à Secretaria Municipal de Educação, quais sejam; CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – trata de questões ligadas ao funcionamento da Educação Municipal. CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – acompanha a compra, qualidade e distribuição da merenda escolar, tem caráter fiscalizador. CONSELHO MUNICIPAL DO FUNDEB – acompanha e fiscaliza a aplicação dos recursos destinados ao FUNDEB, tem caráter fiscalizador. CONSELHO DO TRANSPORTE ESCOLAR- Acompanha, orienta e fiscaliza, juntamente com a comissão do transporte escolar, as questões pertinentes a este setor.

A escola, por sua vez, tem na sua maioria organizada as APP – Associação de Pais e Professores que atuam nas escolas auxiliando nos trabalhos de organização e captação de recursos para o bom atendimento das escolas. Auxiliam nas promoções e ajudam a planejar os trabalhos das escolas.

### 2.3 EDUCAÇÃO BÁSICA

#### 2.2.1 Etapas da Educação Básica

##### 2.2.1.1 Educação Infantil

A expansão da Educação Infantil no Brasil e no mundo tem ocorrido de forma crescente nas últimas décadas, acompanhando a intensificação da urbanização, a participação da mulher no mercado de trabalho e as mudanças na organização e estrutura das famílias. Por outro lado, a sociedade está mais consciente da importância das experiências na primeira infância, o que motiva demandas por uma educação institucional para crianças de zero a cinco anos.

Esses fatores deram início a um movimento da sociedade civil e de órgãos governamentais para que o atendimento às crianças de zero a cinco anos fosse reconhecido na Constituição Federal de 1988. A partir de então, a educação infantil em creches e pré-escolas passou a ser, ao menos do ponto de vista legal, um dever do Estado e um direito da criança (artigo 208, inciso IV). O Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, destaca também o direito da criança a este atendimento.

Em abril de 2013 foi publicada a Lei nº 12.796 que determina que os pais matriculem os filhos na escola quando completarem 4(quatro) anos, e não mais a partir dos 6(seis) anos. Exige também o controle de frequência na pré-escola que deve ser de, no mínimo, 60% (sessenta por cento) das 800(oitocentas) horas, distribuídas por um mínimo de 200(duzentos) dias de trabalho educacional. Desta forma, a educação básica passa a ser obrigatória dos 4(quatro) aos 17(dezessete) anos, incluindo a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Médio. Esta alteração foi incorporada à Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, de acordo com o Ministério da Educação.

A Educação Infantil, considerada primeira etapa da Educação Básica, que tem como objetivo proporcionar condições adequadas para promover o bem estar da criança, seu desenvolvimento físico, emocional, intelectual, moral e social, a ampliação de suas experiências e estimular o interesse da criança pelo processo de conhecimento do ser humano, da natureza e da sociedade.

Para garantir que este objetivo geral seja efetivado, a ação educativa é planejada com base nos Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Infantil, documento este que traz um conjunto de referências – eixos – (Movimento, Artes visuais, Música, Linguagem oral e escrita, Natureza e sociedade, Matemática) e orientações pedagógicas que visam contribuir com a implantação ou implementação de práticas educativas de qualidade que possam promover e ampliar as condições necessárias para o exercício da cidadania das crianças. A partir deste documento e de um estudo/percepção da realidade/necessidade foram construídos pelos professores da rede municipal os Conceitos Essenciais a serem trabalhados nesta etapa de ensino, visto que em Anchieta é atendida exclusivamente pelo Poder Público Municipal.

Atualmente contamos com 22 turmas, que estão distribuídas em 07 escolas com 281 educandos. A rede municipal está atendendo toda demanda de Educação Infantil não havendo crianças em espera. Veja a situação do município de Anchieta segundo os dados obtidos através do MEC:

Em 2014, foram investidos R\$ 1470.081,00, perfazendo um total de R\$ 5122,00 custo aluno/ano.

Veja a evolução das matrículas na Educação Infantil nos últimos anos:

Ano	Creche	Pré-escola	Ano	Creche	Pré-escola
2002	29	285	2003	30	293
2004	15	350	2005	15	351
2006	39	257	2007	24	266
2008			2009	34	241
2010	108	195	2011	80	217
2014	95	192	2015	96	185

Atualmente, são 07(sete) escolas de Educação Infantil, quais sejam:

ü Jardim de Infância Chapeuzinho Vermelho, situado no centro da cidade de Anchieta, que atende 05(cinco) turmas de pré-escolar, totalizando 89(oitenta e nove) crianças.

Conta com 01(uma) diretora que atua 40 horas semanais, 04(quatro) professoras, 01(uma) merendeira e 01(uma) auxiliar de serviços gerais. A escola funciona junto ao Centro Municipal de Educação, nos turnos matutino e vespertino;

ü Jardim de Infância Branca de Neve, situado no Bairro Xavantes, funciona junto à escola municipal de Ensino Fundamental Xavantes. Nas turmas de educação infantil da escola trabalha 04(quatro) professoras. A escola funciona nos turnos matutino e vespertino, atende 04(quatro) turmas totalizando 41(quarenta e um) alunos.

ü Jardim de Infância Menino Jesus, Linha Prateleira, tem atuado 01(uma) professora e 01(uma) funcionária na limpeza e preparação do lanche permanecendo na escola da Linha Prateleira, cuidando dos alunos no início e após o término da aula até a vinda do transporte escolar, no turno vespertino. Atende 15(quinze) crianças em 01(uma) única turma.

ü Jardim de infância Pequeno Exemplo, Linha João Café filho, funciona junto à Escola de Ensino Fundamental João Café Filho, atuam na Escola 01(uma) professora. O lanche e a limpeza são feitas por 01(uma) merendeira que permanece na escola, cuidando dos alunos após o término da aula até a vinda do transporte escolar. A Escola funciona nos turnos matutinos e vespertinos, atende 28(vinte e oito) crianças distribuídas em 02(duas) turmas.

ü Jardim de Infância Pequeno Príncipe, Linha Salete, funciona junto à Escola da comunidade. Conta com 01(uma) professora e 01(uma) auxiliar de serviços gerais na merenda e limpeza. A Educação Infantil funciona no período vespertino. Atende 10(dez) crianças em 01(uma) única turma.

ü Jardim de Infância Cantinho da Alegria, Linha Saúde, funciona junto à Escola da comunidade, no turno vespertino e trabalha 01(uma) professora e 01(uma) auxiliar de serviços gerais que se encarrega da merenda e também da limpeza da Escola. São 13 (treze) crianças atendidas em 01(uma) única turma.

ü Creche Pró Infância, funciona na Rua Dom José Gomes, no Bairro Guarani, nos turnos matutino e vespertino, atende 85(oitenta e cinco) crianças de 04(quatro) meses a 03(três) anos e 11(onze) meses, distribuídas em 08(oito) turmas. Conta com 07(sete) professoras, 06(seis) monitoras de creche, 01(uma) diretora 40 horas semanais, 01(uma) merendeira e 02(duas) auxiliares de serviços gerais.

Número de alunos das escolas do campo:

2014	67
2015	66

#### 2.2.1.2 Ensino Fundamental

O Ensino Fundamental em Anchieta é oferecido pela rede municipal em 05(cinco) unidades escolares e pela rede estadual de ensino em 04(quatro) unidades escolares.

O Ensino fundamental acontece a partir do 1º ano até o 9º ano, considerando 06(seis) anos completos até 31 de março do referente ano letivo, como idade mínima, para ingresso neste nível. Foi a partir do ano de 2007 que o Ensino Fundamental, neste município, passou a ser ministrado em 09(nove) anos. No ano de 2014, o investimento com a educação no município atingiu 31%(trinta e um por cento) do orçamento municipal, sendo que destes o valor de R\$ 3003.823,00 foi aplicado no Ensino Fundamental demonstrando com isso um valor custo aluno/ano de R\$ 8.939,00.

A fundamentação teórica da proposta política pedagógica das escolas estaduais do município de Anchieta-SC está embasada na proposta curricular do estado de Santa Catarina, a qual segue a linha sócio interacionista do pensador Vygotsky. Nesta perspectiva, os elementos constituidores do processo de elaboração do conhecimento são a linguagem, a mediação, a interação e a apropriação do conhecimento, que tem como eixos norteadores as relações sócio culturais, temporais, espaciais e a relação com a natureza.

O processo ensino-aprendizagem deste plano se dá pelo conjunto de operações teóricas e práticas numa tarefa de contínua relação e transformação da realidade, que considera as condições históricas e culturais, produto da interação homem e homem-meio. Neste sentido, estas escolas propiciam ao educando a interação com o outro e com a realidade social, para que ele se torne sujeito do processo educacional, capaz de apropriar-se dos conhecimentos historicamente acumulados, melhorando o meio em que vive.

Nesta proposta a função principal social da escola é aprofundar a apropriação e elaboração dos conceitos científicos como meio de exercício da cidadania, voltados para a participação, democratização rumo a transformação da sociedade, em que o educando é a razão de ser da escola.

Neste contexto o educador precisa estar constantemente se questionando: escola para quê e para quem, pois a luta da mesma deve estar voltada para superação das desigualdades sociais, levando em conta currículo, recursos didáticos, humanos, financeiros, metodológicos, etc., espaço físico, estrutura de funcionamento, pessoas envolvidas, PPP etc. Seus objetivos, no entanto, são assegurar a cada educando o desenvolvimento de suas capacidades, como também garantir a aquisição de um nível mínimo de conhecimento e habilidades indispensáveis ao exercício da cidadania; ação pedagógica voltada às experiências concretas do educando para que a aprendizagem ocorra; cumprir com a tarefa de ensinar, viabilizando o melhor domínio do conhecimento, voltado para a transformação social.

Segue abaixo a caracterização das escolas de ensino fundamental da rede estadual.

Escola de Ensino Básico Professor Osni Paulino da Silva

A educação é um processo contínuo e permanente que ocorre à medida que o homem adquire e aprofunda o conhecimento, desenvolve e organiza o pensamento, situa-se no meio em que vive, envolvendo toda a experiência humana em seu sentido amplo.

O conhecimento se dá em relação direta com a realidade, isto é, explorando, desenvolvendo e aprofundando as possibilidades de interação com o meio. Este conhecimento não é só teoria enquanto saber elaborado. É também a prática, a ação desenvolvida pelo homem na sua vida em grupo, conservando o meio, aproveitando-o e transformando-o com o seu trabalho. Esta relação da teoria com a prática forma a unidade do conhecimento num processo contínuo de relação e transformação da realidade.

Na escola, a forma de se aprender o conhecimento se faz pelo conjunto de diversas operações teóricas e práticas que levam a aquisição do mesmo. Esse processo de aprendizagem é tarefa constante e não algo que termina quando o aluno deixa a escola.

A educação é um contínuo movimento diretamente envolvido na construção da cultura e, conseqüentemente, da história, uma vez que a cultura é um produto de interação homem-homem e homem-meio. Assim sendo esta escola fará com que a história seja produto de interação social e em seu sentido mais amplo, através do "DESENVOLVIMENTO DO EXERCÍCIO DA CIDADANIA, PELA VIA DO SABER, DO SENSO CRÍTICO E DA RESPONSABILIDADE", pois o sujeito da história é o homem na sua totalidade. E, nesta dimensão da história está inserido o aluno. Ele é o agente da sua educação e está conseqüentemente atuando em seu contexto. A educação cabe propiciar que o aluno participe com os outros na construção da realidade social, influenciando o seu meio e dele recebendo influências.

A criança, ao ingressar na escola, é, antes de tudo, um sujeito histórico no processo de atuação social. Deve ser um indivíduo ativo, capaz de repassar, de refletir e analisar a carga de informações que recebe no ambiente que o rodeia.

O conteúdo é o conhecimento que, por sua vez, é produto da cultura e da história e se dão concomitantemente. Daí, a necessidade do professor considerar o aluno e a realidade em que ele vive como o referencial para o ensino, desenvolvendo o pensamento reflexivo crítico pela proposição de situações de aprendizagem para que a dimensão histórica se evidencie e para que a atuação social se realize.

A educação é um fenômeno cultural, e resulta da relação entre os indivíduos na família, na sociedade e, sobretudo na escola. Ela é uma prática social, que acontece dentro de uma dimensão, de um espaço de um determinado tempo e a escola ocupa papel privilegiado pela sua função intrínseca, isto é, por ser agência socializadora do conhecimento acumulado pelo homem no passar dos tempos, tendo como compromisso a função social de desenvolver através da sua prática, a formação integral dos indivíduos que a ela têm acesso, formando cidadãos conscientes e aptos ao exercício da cidadania, capazes de atuar em seu meio social, melhorando-o. Diante do exposto a escola tem como objetivo geral: "construir uma sociedade justa e igualitária exercitando o desenvolvimento da cidadania, pela via do saber, do senso crítico e da responsabilidade e a busca do comprometimento com a formação intelectual e cultural do povo e que a escola possua educadores valorizados e competentes para mediar a aprendizagem que resultará em perspectiva de trabalho e melhoria da qualidade de vida".

A Unidade Escolar situada na Avenida Brasil, nº 330, centro do município de Anchieta, SC possui 4.825m² de área construída, composta de quatorze salas de aula de 48m², uma biblioteca, uma sala de vídeo, dois laboratórios de Informática, um laboratório de Biologia, sala dos Professores, salas administrativas, sala Multifuncional, banheiros e Ginásio de esportes Poli Esportivo. O funcionamento ocorre nos turnos matutino, vespertino e noturno.

Atualmente a escola oferece o Ensino Fundamental de 09 anos sendo constituído de 02(duas) turmas de Séries Iniciais, totalizando 38(trinta e oito alunos); 10(dez) turmas de Series Finais, 255(duzentos e cinquenta e cinco) alunos. É oferecido 01(uma) turma do PENOA – Programa Estadual de Novas Oportunidade de Aprendizagem para alunos reprovados no ano anterior do Ensino Fundamental. Compõe a turma

12(doze) alunos que frequentam as aulas no contra turno nas terças e quartas-feiras à tarde. 02(dois) alunos são atendidos na turma do SAEDE- Serviço de Atendimento Especializado de Educação, também no contra turno, seja, terças e quintas-feiras de manhã. No Ensino regular há 01(um) aluno no 7º ano, 01(um) no 8º ano e 02(dois) no 9º ano totalizando 04(quatro) alunos que dispõem do atendimento de Segundo Professor. No Ensino Fundamental são atendidos 293(duzentos e noventa e três) educandos, porém, o educandário conta com 491(quatrocentos e noventa e um) alunos, pois atende o Ensino Médio também. Desses, 170(cento e setenta) alunos ( 34,7%) usufruem do Transporte Escolar provenientes na maioria do meio rural.

Na escola há uma equipe de 15(quinze) professores efetivos, desses, 14(quatorze) são lotados na Unidade, ambos especialistas, exceto 01(um). Compõe também o quadro, 18(dezoito) professores admitidos em caráter temporário, especialistas, exceto 02(dois) profissionais apenas com licenciatura e 03(três) cursando Ensino Superior na área. Dos contratados, 02(dois) atuam na área de Informática, 02(dois) no horário de Convivência, 05(cinco) na Educação Especial (Segundo Professor e SAEDE). Também trabalham na escola 01(um) Assistente Técnico Pedagógico, 01(um) Assistente de Educação, 02(dois) Assessores de Direção e 01(um) Diretor Geral.

No educandário a exemplo de todas as escolas da rede estadual de Santa Catarina a alimentação oferecida é de empresa terceirizada. São servidos lanches, refeições salgadas e almoços preparados por 05(cinco) cozinheiras contratadas pela empresa Nutriplus. Destacamos que o cardápio é elaborado por nutricionista da empresa e o acompanhamento in loco também é feito por profissional da área. A escola dispõe de 04(quatro) auxiliares de Serviços Gerais que atuam na limpeza da escola, contratados pela APP – Associação de Pais e Professores.

Quadro de matrículas da escola:

Ano	Matrículas	Reprovados	Desistentes
2003	561	75	10
2004	511	52	02
2005	481	54	06
2006	507	50	08
2014	596	57	16
2015	491	-	-

Alguns indicadores educacionais da escola:

ANO	APROVADOS	REPROVA- DOS	DESISTEN- TES	TRANSF.	TOTAL				
	Nº alunos	%	Nº alunos	%	Nº alunos	%	Nº alunos	%	
2009	639	86%	60	8%	15	2%	30	4%	744
2010	666	90.7%	38	5%	10	1.4%	20	27%	734
2011	545	83%	13	2%	7	1.07%	88	13.4%	653
2012	584	91.7%	29	4.5%	8	1.2%	15	2.3%	637
2013	539	90.4%	26	4.3%	10	1.7%	22	3.7%	597
2014	437	73,4%	57	9,6%	16	2,7%	86	14,5%	596

#### IDEB

Anos iniciais do Ensino Fundamental

2005	2007	2009	2011	2013-Meta
4.8	4.4	5.5	6.8	5.8

Anos finais do Ensino fundamental

2005	2007	2009	2011	2013-Meta
4.6	4.8	4.4	5.0	5.4

#### Escolas Estaduais do Campo

Escola de Ensino Fundamental Pe. Reinaldo Stein- Linha Prateleira

Em 1963 foi construída a primeira igreja de madeira na comunidade na terra doada por Leopoldo Werlang. Sua inauguração ocorreu em Março do mesmo ano, onde realizavam a reza do terço nos domingo, tendo como celebrante o Sr. Arlindo Junges. Essa igreja serviu também como escola, sua primeira professora foi a Sra Maria Rauber e depois vieram as seguintes professoras Luiza Célia, Odila Vidaletti, Mari Vidaletti, Gladis Rauber, de acordo com o depoimento de alguns pioneiros.

Em 1993 foi criada a Escola de Ensino Fundamental Padre Reinaldo Stein em Linha Prateleira, Anchieta. Esse nome foi dado em homenagem ao Padre Reinaldo Stein, devido à sua coragem, simpatia, seus ensinamentos e por ser um homem zeloso, alegre e de espírito comunitário. Hoje felizmente, estamos despertando para a realidade dos fatos. Começamos a estudar a possibilidade de em um futuro próximo, voltarmos à agricultura orgânica e saudável. Isso é resultado de nossa conscientização. Não queremos um modelo agrícola vinculado ao exterior. Queremos nós mesmos fazer a agricultura voltada para a sociedade, onde todos têm o direito de plantar e colher um produto saudável, sem agrotóxicos que contaminam o solo e o nosso organismo. Sem a transgenicalização de nossa agricultura.

Quase todos os alunos ajudam os pais no serviço da roça e muitas meninas têm a seu encargo o serviço da casa e também a tarefa de cuidar dos irmãos menores, ainda lhes sobra tempo para se dedicar aos estudos, mesmo assim alguns possuem uma grande dificuldade na aprendizagem, sendo necessário que todos os professores trabalhem em conjunto para sanar as dificuldades de aprendizagem dos alunos. O Projeto Político Pedagógico é um instrumento que permite o desenvolvimento e a avaliação do processo educacional, a qualidade e o respeito aos direitos e deveres da comunidade escolar. Também possibilita condições de igualdade, no acesso à totalidade dos bens públicos, entre eles, o conjunto dos conhecimentos socialmente relevantes.

De acordo com o Parecer Nº 405 da Lei Nacional Nº 9394/96 que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional coadunado com a Lei Complementar Estadual Nº 170/98 e deliberado em 14/12/2004 ficou estabelecido as Diretrizes para elaboração do PPP dos estabelecimentos de Ensino.

O Projeto Político Pedagógico da Escola de Ensino Fundamental Padre Reinaldo Stein, tem como objetivo desenvolver um processo educativo democrático, abrangente e capaz de conferir identidade à escola. Este projeto é uma síntese de todo trabalho realizado coletivamente com discussões, levantamento de dados e a construção do documento.

O projeto busca uma linha de ação coerente com a prática do cotidiano escolar, partindo sempre da realidade de cada aluno, direcionado para entendimento crítico da sociedade em que está inserido, buscando sempre a totalidade do processo educativo. Busca também superar a fragmentação da educação.

Direciona o compromisso de todos os segmentos da escola, onde os mesmos serão corresponsáveis pelo processo de construção do conhecimento.

A escola deverá cumprir sua função com competência, para que os que por ela passarem, possam apropriar-se dos conhecimentos e habilidades significativas e assim sejam sujeitos atuantes e determinantes do processo de transformação social.

Propõe-se um trabalho de mudança e de aperfeiçoamento em todas as atividades pedagógicas. Destaca-se a importância do diálogo e da participação de todos os envolvidos no processo educacional. Visa também um planejamento integrado baseado nas necessidades da escola. Os recursos humanos são fatores essenciais neste processo. Assim é de fundamental importância oportunizar discussões que abranjam as seguintes questões pertinentes:

e) Educar para quê?

f) Que cidadão a escola quer formar?

g) Que tipo de sociedade almeja este cidadão?

h) O trabalho realizado, atualmente, levará a formação deste homem?

Neste contexto apresenta as seguintes concepções:

A escola que queremos (temos) trabalha numa instância de ação, a partir das necessidades históricas da humanidade, em que todos os nossos ideais educacionais podem se transformar em práticas pedagógicas, sociais e políticas.

O meio escolar tem de ser um lugar que propicie todas as condições possíveis que facilite o desenvolvimento afetivo e cognitivo dos educadores e educandos.

A metodologia proposta se encaminha numa perspectiva dialética em que o conhecimento é construído num processo dinâmico e participativo, para que o homem seja agente do processo histórico social.

O planejamento tem sua organização a partir de um conjunto de experiências educacionais planejadas e vivenciadas pelos educandos para atingir os objetivos propostos.

A UE possui uma área de 4247 m<sup>2</sup>, destes 445m<sup>2</sup> de construção, divididos em 01(uma) área coberta, 01(uma) cozinha, 01(uma) sala dos professores, 06(seis) banheiros, 01(um) banheiro para acessibilidade, 01(uma) sala para consultório odontológico, 01(uma) biblioteca, 01(um) laboratório de informática, 05(cinco) salas de aula, 01(uma) área de serviço e 01(um) almoxarifado e o restante de pátio com grama e árvores.

A equipe escolar é composta por 18(dezoito) professores, destes 06(seis) são do 1º ao 5º ano, 02(duas) efetivas, 03(três) ACT e 01(uma) professora de Artes, e 11(onze) professores atuando no ensino fundamental anos finais, todos habilitados em suas respectivas áreas de atuação com especialização, 01(uma) coordenadora do Programa Mais Educação. 01(uma) diretora, 01(uma) Assistente de Educação, 01(uma) Assistente Técnico Pedagógico, 01(uma) auxiliar de serviços gerais e 01(uma) merendeira terceirizada.

São atendidos 106(cento e seis) alunos, 53(cinquenta e três) nos anos iniciais em 05(cinco) turmas e 53(cinquenta e três) nos anos finais em 04(quatro) turmas. Destes 96(noventa e seis) são beneficiados pelo transporte escolar.

A escola oferta também o Programa Mais Educação, que objetiva oferecer a educação integral, aos alunos interessados, proporcionando assim uma educação de mais qualidade, fortalecendo os vínculos de amizade e coleguismo no ambiente escolar. Dentro do programa são oferecidas as oficinas de Acompanhamento Pedagógico, nos três dias, Teatro, Futebol e Violão nos seguintes dias: segunda feira, terça feira e quinta feira, respectivamente. A UE dispõe de atendimento do 2º professor no 6º ano para 01(uma) aluna e no 7º ano para 02(dois) alunos, totalizando assim 03(três) alunos atendidos por esses profissionais. O índice do IDEB Anos Finais Ensino Fundamental é 5,4.

Quadro de matrículas da escola:

Ano	Matrículas	Reprovados	Desistentes
2003	177	05	03
2004	165	17	00
2005	153	23	00
2006	144	13	03
2014	93	1%	1%
2015	106	-	-

Alguns indicadores educacionais da escola:

2012

Dados	1ª a 5ª	6ª a 8ª
Repetência	0,8%	0,0%
Evasão	0%	0%

2013

Dados	1ª a 5ª	6ª a 8ª
Repetência	0%	0,5%
Evasão	0%	1%

2014

Dados	1ª a 5ª	6ª a 8ª
Repetência	1%	0,0%
Evasão	0%	1%



### Escola de Ensino fundamental João Café Filho – Linha João Café Filho

Nossa escola situa-se no município de Anchieta, na comunidade de Linha João Café Filho, as famílias que compõe a comunidade escolar são na maioria pequenos proprietários onde a atividade predominante é a produção leiteira, celetistas, funcionários públicos e algumas famílias carentes que sobrevivem da Bolsa Família. A renda familiar varia de acordo com o tamanho da propriedade e também do clima que influencia na produção. Como todo estado, também temos os mais variados grupos étnicos formadores da população alemães, italianos, poloneses e afrodescendentes. Os educandos vêm das comunidades próximas sendo estas pequenas e com poucas famílias, por conseguinte podemos conhecer cada família favorecendo o trabalho a ser desenvolvido pela escola.

A comunidade recebeu esse nome, pois, no dia da posse do Presidente João Café Filho, em 24/08/1954. Quando os primeiros colonizadores estavam efetuando os trabalhos de abertura da referida estrada, ficaram sabendo da notícia da posse de João Café Filho, pelo rádio a bateria que traziam consigo, e resolveram dar esse nome a comunidade para homenagear o novo presidente.

Posteriormente, em 23/03/1976 foi criada a Escola Básica João Café Filho, pelo Decreto nº 307, que recebeu esse nome, por situar-se na Comunidade Linha João Café Filho.

O Projeto Político Pedagógico foi construído de acordo com o que estabelece a Resolução Nº 17/99 do Conselho Estadual de Educação, baseados na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente. Tem presente também os princípios e os fins da educação expressos na Lei 9394/96, na Lei complementar 170/98, na Resolução Nº158, na Normativa 040.

Cabe à escola cumprir de forma competente a sua função social e que a passagem dos educandos por ela resulte na apropriação do conhecimento e habilidades significativas não apenas para participar da sociedade, mas para serem atuantes e determinantes no processo de transformação desta.

A Escola de Ensino Fundamental João Café Filho tem como meta desenvolver seu plano de ação fundamentada nos princípios da Proposta Curricular de Santa Catarina da Constituição Federal e Estadual, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e do Estatuto da Criança e do Adolescente, ministrando o ensino fundamental, de forma coletiva, democrática com base concreta nas reais condições estruturais, organizacionais e principalmente observando às aspirações dos educandos que estão frequentando a escola.

Os propósitos da escola são de que o aluno consiga desenvolver seus conhecimentos numa dimensão de totalidade, onde todos consigam espaço para divulgar e apropriar-se dos diversos saberes de forma alegre, criativa e interessante. Os valores devem dar rumo à pedagogia, onde o erro não seja valorizado e sim todas as conquistas que os alunos possam fazer. Acreditamos que a dignidade e o respeito mútuo sejam fundamentais na formação da cidadania em que o sujeito faz parte de uma organização sistêmica que torne a pedagogia do sucesso, de trabalho, onde todos tenham clareza dos propósitos educacionais da escola, desenvolvendo um trabalho cooperativo, voltado para a formação que dignifique o cidadão verdadeiramente solidário, comprometido na valorização do ser humano capaz de contribuir para uma sociedade mais igualitária.

A unidade escolar objetiva uma ação educativa, fundamentada nos princípios da universalização de igualdade do acesso e permanência na escola, propondo uma escola de qualidade, democrática, participativa e comunitária, como espaço cultural e de socialização do desenvolvimento do educando, preparando-o para o exercício de seus direitos e o cumprimento de seus deveres enquanto cidadãos.

No decorrer do ano letivo nossa escola se propõe a contribuir e a buscar os conhecimentos de forma que o educando seja o centro das atividades pedagógicas realizadas, visando a criatividade e o senso crítico, proporcionado através de um trabalho coletivo e integrado.

Durante o ano de 2014, tivemos apenas 0,8% de reprovação, nenhum registro de evasão escolar. Os alunos participam das avaliações externas apresentando bons resultados, com nota de 5,7 no IDEB, com medalha de bronze na obmep e destaque na OLP regional.

A unidade escolar tem prédio próprio com 06(seis) salas de aula, sala de informática, biblioteca, sala de professores, sala de materiais, sanitários feminino e masculino, sala de direção, sala de secretaria, sala de depósito de materiais de higiene e limpeza, 02(duas) cozinhas, 01(um) ginásio de esporte e amplo espaço físico.

A EEF João Café Filho conta atualmente com 124(cento e vinte e quatro) alunos, matriculados no ensino fundamental de 09(nove) anos; sendo 68(sessenta e oito) matriculados nas séries iniciais e 57(cinquenta e sete) nas séries finais. Em 2015 a escola passou a oferecer ensino em tempo integral com o programa Mais Educação atendendo um total de 80(oitenta) alunos.

O corpo docente da UE é formado por 14(quatorze) funcionários sendo 07(sete) professores ACT e 07(sete) professores efetivos, todos esses possuem graduação e pós na sua área de atuação. O corpo administrativo é formado por 03(três) pessoas: 01(uma) diretora, 01(uma) Assistente de Educação e 01(uma) Administradora Escolar; temos ainda 02(duas) agentes de serviços gerais e 02(duas) merendeiras.

O processo de gestão ocorre de forma democrática onde todos os segmentos da Unidade Escolar participam de toda e qualquer tomada de decisão. A escolha do Gestor escolar no ano de 2014 ocorreu por meio da apresentação de um plano de gestão escolar, onde os membros da Associação de Pais e Professores e do Conselho Deliberativo analisaram e aprovaram e posteriormente toda a comunidade escolar realizou aprovação do Plano de Gestão escolar. Neste ano de 2015 ocorrerão eleições para gestores, onde devem candidatar-se e postar o seu plano de gestão escolar e posteriormente ocorrerá processo de eleição por meio de votação, onde pais, professores e alunos terão direito a voto. A escola é um órgão sem fins lucrativos e portando um espaço dedicado ao processo da apropriação e construção do conhecimento, porém necessita também de recursos financeiros para que possamos ofertar plenas condições de trabalho a todos que estão inseridos neste processo. Os recursos que recebemos são provenientes do PDDE. Para a aplicação destes recursos são ouvidos os vários segmentos da Comunidade Escolar, analisadas as necessidades que a UE possui definindo assim as prioridades e obedecendo aos critérios existentes para a sua aplicação, proporcionalmente aos recursos de capital e custeio.

A escola trabalha com turmas do Ensino Fundamental completo, recebendo alunos de diversas comunidades situadas nas proximidades da escola. Das séries iniciais a escola recebe alunos das Linhas São Cristóvão, Café filho, Santa Rita e São Dimas. Nas séries finais do Ensino Fundamental recebe alunos das Linhas Cordilheira, Unida, Medianeira, Primavera, Gaiola, São Cristóvão, Café filho, Santa Rita e São Dimas. Quadro de matrículas da escola:

Ano	Matrículas	Reprovados	Desistentes
2002	273	15	12
2003	276	15	04
2004	249	23	03
2005	214	25	05
2006	199	17	08
2014	111	0,8%	-
2015	124	-	-



Na rede municipal de ensino foi adotada a metodologia de projetos por decisão da Secretaria Municipal de Educação juntamente com os professores da rede Municipal de Educação.

Os Parâmetros curriculares nacionais do Ensino Fundamental são os documentos que norteiam os conteúdos mínimos e aprendizagens mínimas a serem trabalhados nas escolas. Durante o decorrer das atividades educacionais em nosso município, a partir dos parâmetros curriculares nacionais, da Lei 10.639/2003 e da realidade da comunidade, foram definidos os conceitos essenciais para o trabalho em cada nível ou ano das escolas. Todos os anos no início ou no decorrer do ano letivo, conforme a realidade e necessidade são definidos temas para o desenvolvimento de projetos de aprendizagem, a partir do olhar que a comunidade escolar tem sobre o que é mais importante a ser trabalhado naquele momento com os estudantes. Dentro destes grandes temas são desenvolvidos os conceitos fundamentais de direito de cada estudante dos diferentes níveis.

As práticas pedagógicas curriculares do 1º ao 3º ano do ensino fundamental consideram como primordial o atendimento dos eixos e direitos de aprendizagem do Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa, programa de formação continuada vigente em todos os estados do país, assim como os conceitos essenciais de cada ano de escolarização. Os direitos de aprendizagem integram as diferentes áreas do saber. O trabalho nas turmas de 4º e 5º anos, fundamenta-se no aprofundamento dos objetivos de aprendizagem a serem atendidos do 1º ao 3º ano, além da grade nacional comum para essa etapa de ensino. Além dos conceitos fundamentais já construídos pelos profissionais da rede municipal.

A escola é um espaço destinado pela sociedade atual para a socialização do conhecimento que historicamente a humanidade produziu. As crianças e jovens frequentam a escola para conhecerem e aprenderem formas de compreender a dinâmica da sociedade atual, bem como, compará-la com as formas como a humanidade se organizou nos diferentes aspectos no decorrer da história.

Para que este trabalho aconteça há uma prática de ajuda mútua entre, coordenação, funcionários, professores, alunos. A escola é percebida como um dos melhores lugares de aprendizagens, encontros e vivências entre as crianças/adolescentes.

As escolas da rede municipal de Educação de Anchieta, nos diferentes trabalhos realizados, praticam e cobram o respeito, a igualdade e a inclusão. O combate a todas as formas de discriminação, provenientes de qualquer diferença, é um assunto muito trabalhado nas escolas. A aceitação e a valorização das diferenças de proveniência, de culturas, etnias, costumes, valores, tempos de aprendizagem, acontece na condução dos trabalhos em sala de aula, na avaliação e nos momentos de convivência, bem como, nos serviços de apoio oferecidos aos estudantes que demonstrarem necessidade, para que as diferenças não se tornem defasagens.

No ano de 2014, foram atendidos 26(vinte e seis) alunos em aulas de apoio pedagógico. Estes, que frequentavam as escolas Municipais de Ensino Fundamental e Infantil Xavantes e o Centro Municipal de Educação, apresentavam limitações na leitura, escrita e interpretação. Algumas dificuldades também em matemática. Alguns alunos apresentavam laudos médicos de atraso mental e dislexia. Com exceção de 01(uma) criança, todas as demais avançaram nos níveis de conhecimento (os que não conheciam as letras e sons começam a juntar os sons e ler as sílabas. Aqueles que conheciam as letras, mas não liam estão realizando a leitura de palavras, frases e textos. O grupo que já lia, mas de maneira lenta, melhorou a fluência na leitura. Todos melhoraram na escrita e compreensão do uso social da mesma).

As atividades foram focalizadas na leitura, escrita e interpretação. Ocorreram várias produções de textos, de segmentação de palavras, frases e textos. Também muitos momentos de jogos, brincadeiras e cantigas envolvendo a leitura e escrita. Para trabalhar as questões de matemática foram usados jogos e atividades de resolução de problemas.

**Encaminhamentos dos alunos com dificuldades de aprendizagem e deficiência**

As dificuldades de aprendizagem apresentadas pelas crianças, estudantes das escolas municipais ocorrem por questões emocionais, recusa ao aprendizado e deficiências intelectuais, os casos são poucos, mas merecem grande atenção pelas instituições de ensino que compõe a rede municipal de Ensino, já que as dificuldades interferem na aprendizagem e a construção do conhecimento é a maior meta das escolas. A identificação de uma deficiência no aprendizado, quando a criança não vem para a escola com o diagnóstico da mesma, acontece primeiramente pelos educadores que acompanham o desenvolvimento da criança a partir das semelhanças e diferenças com os demais. Quando houver suspeita de alguma deficiência é realizada uma avaliação conjuntamente professora da turma e orientadora pedagógica com parecer pedagógico das dificuldades apresentadas.

Com o parecer pedagógico as crianças são encaminhadas, conforme o caso, para o serviço psicológico, para neurologista ou fonoaudiologia do município, se houver suspeita de deficiência mental a avaliação é encaminhada para a equipe multiprofissional do SUS que funciona na APAE do município, a equipe compreende médica psiquiatra, psicóloga, fisioterapeuta e terapeuta ocupacional. Esta equipe, por sua vez, realiza o diagnóstico que retorna para a família e para a escola a fim de que possamos realizar ações e intervenções mais efetivas, conforme a necessidade, para propiciar o desenvolvimento.

Durante o ano de 2014, da Educação infantil e fundamental, 14(quatorze) alunos foram encaminhados para atendimento psicológico, 14(quatorze) alunos foram encaminhados para atendimento fonológico, 03(três) alunos para triagem com a equipe multiprofissional do SUS. 02(dois) alunos foram encaminhados para psicólogo e médico em função de suspeita de carência nutricional, 01(um) aluno foi encaminhado para o CRAS – com sugestão de negligência da família.

Destes alunos encaminhados pelas escolas para os serviços descritos acima foi solicitado vaga para 05(cinco) alunos na turma do SAEDE – Serviço de Atendimento Educacional Especializado que funcionava na Escola POPS e 02(dois) alunos foram encaminhados para avaliação com profissional neurologista.

Os dados descritos no decorrer do texto referem-se ao ano de 2014, no ano letivo de 2015 já iniciamos o processo de avaliação dos níveis de escrita e desenvolvimento do raciocínio lógico concreto e abstrato dos alunos acompanhados no ano passado e também das crianças que apresentaram dificuldades no desenvolver das atividades neste ano.

O controle da presença se dá pela chamada, que é realizada todos os dias pelos professores que registra as presenças e ausências. As ausências são acompanhadas com atenção, ao perceberem que o aluno faltou mais que uma vez seguidamente, realiza-se comunicado à Secretaria de Educação que, por sua vez, comunica-se com a família para saber o motivo das faltas. Se as faltas persistirem a família é chamada, se não resolver é acionado o grupo de apoio (APOIA), conselho Tutelar, Promotoria Pública, a fim de que o direito de educação para todos seja garantido.

A avaliação é parte do processo de aprendizagem e serve para reorientar o trabalho pedagógico. Trabalho este que tem como objetivo maior o desenvolvimento de pessoas mais questionadoras e críticas, por meio de um currículo voltado à realidade do/a educando/a, às suas necessidades e da comunidade escolar.

Considerando que a avaliação é um dos aspectos importantes nesse processo, as escolas municipais realizam avaliação da aprendizagem do aluno, de forma descritiva, numérica e/ou através de formulário com conceitos fundamentais até o 5º ano. No 1º ano há um formulário para a realização da descrição; a partir do 2º ao 5º ano é utilizado um formulário com os conceitos mínimos a serem trabalhados em cada

disciplina e atribuição de nota numérica de 01 a 10; nas turmas do 6º ao 9º ano a avaliação do aluno é apenas numérica.

As instituições municipais de educação avaliam o aluno em todos os aspectos, descrevem o que ele sabe fazer, o que consegue comunicar, calcular, falar, ler, estudar em grupo, pesquisar, desenhar, representar, brincar, jogar, criticar, interpretar e consequentemente percebe mais claramente suas dificuldades, ponto de partida para o planejamento de suas atividades, a fim de sanar as dificuldades apontadas.

A avaliação da aprendizagem é feita pelas atividades em grupo e individual considerando as características de cada um, facilidades e dificuldades. O professor da turma avalia cada aluno, mas ao final de cada bimestre reúnem-se com todos os professores e gestores da Unidade Escolar para avaliar (pensar) o desempenho da Escola, o desenvolvimento do aluno, a participação da família e as dificuldades encontradas pelo professor no desenvolvimento de suas aulas e principalmente o que e como fazer para superar as dificuldades encontradas em Conselho de classe.

A aprendizagem do 6º ao 9º ano, embora ainda não aconteça de forma descritiva, a avaliação segue nos moldes das primeiras séries, ou seja, antes de se entregar uma nota (um número) na Secretaria, a orientação da Secretaria de Educação e Gestores das Escolas é que deva ocorrer um grande trajeto desde um currículo voltado à realidade do educando, consideração do que o aluno conhece de sua cultura, respeito ao seu ritmo de aprender, suas aptidões e limitações. Procurar avaliar de forma abrangente, contínua, humana.

Os índices de avaliação a partir de instrumentos internos e externos para perceber a aprendizagem de modo geral também são realizados nas escolas da rede Municipal de Ensino e seus resultados são utilizados para perceber o que é necessário para a continuidade com qualidade cada vez maior do processo educativo.

Índices educacionais do IDEB e Provinha Brasil

Considera-se também para fins de diagnóstico da rede municipal de ensino os resultados das avaliações em larga escala. O IDEB da rede municipal é de 5.8 e da rede estadual é 6.9. Os dados da ANA da rede municipal de ensino revelam os índices de proficiência:

#### EM LEITURA

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4
Total Estado	9.42 %	28.08 %	45.94 %	16.56 %
Total Município	11.6 %	27.36 %	41.79 %	19.25 %
Sua escola	17.08 %	28.06 %	42.64 %	12.22 %

#### EM ESCRITA

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4
Total Estado	8.82 %	12.24 %	32.59 %	44.99 %
Total Município	6.6 %	0 %	36.32 %	52.92 %
Sua escola	9.72 %	0 %	40.28 %	43.89 %

#### EM MATEMÁTICA

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4
Total Estado	8.04 %	28.46 %	22.99 %	40.52 %
Total Município	0 %	22.22 %	12.79 %	64.99 %
Sua escola	0 %	32.72 %	12.35 %	54.94 %

No início e no final do ano letivo todas as turmas da rede municipal de ensino que estão no segundo ano realizam a PROVINCIA BRASIL, os níveis observados são dados a partir da média de acertos da turma na prova e vão de 01(um) a 05(cinco). Os dados revelados pela prova levantados no início de 2014, revelaram que 02(duas) turmas estavam no nível 03(três) e 05(cinco) turmas no nível 04(quatro) de Leitura. Em Matemática havia 01(uma) turma no nível 03(três), 04(quatro) turmas no nível 04(quatro) e 02(duas) turmas no nível 05(cinco).

Na provinha Brasil realizada ao final do ano letivo, observamos que todas as turmas obtiveram nível 05(cinco) em matemática e na leitura 02(duas) turmas obtiveram o nível 04(quatro) enquanto 05(cinco) turmas demonstraram estar no nível 05(cinco).

Após a compilação dos dados, cada professora das turmas recebeu orientações sobre o aprofundamento e a continuidade do trabalho em cada turma conforme as dificuldades apresentadas, tanto na área da linguagem, quanto na matemática. Um dado que chamou a atenção na provinha Brasil de 2014, foi o nível mais elevado das turmas no conhecimento lógico matemático. Também observamos o aumento do número de acertos na prova do início para o final do ano.

Segue abaixo a caracterização das escolas de ensino fundamental da rede municipal.

Centro Municipal de Educação

Escola Centro Municipal de Educação, Rua Primeiro de Maio, próximo ao Ginásio Municipal Esportes Hilário Pompermayer, atende alunos de 1º a 5º ano escolar do Ensino Fundamental. Existem 11(onze) turmas em funcionamento na escola, sendo 02(duas) turmas de 1º, 2º, 4º e 5º ano e 03(três) turmas de 3º ano. Na escola trabalham 01(uma) diretora 40 horas semanais, 10(dez) professoras titulares todas com graduação e especialização na área de atuação, 02(duas) professoras de Artes, 01(uma) professora de Língua Espanhola, 02(dois) professores de Educação Física. Na limpeza e merenda atuam 01(uma) merendeira e 04(quatro) auxiliares de serviços gerais. Também atuam na escola 01(uma) orientadora pedagógica, 01(uma) atendente de biblioteca, 01(uma) orientadora de estudos e 01(um) monitor de informática.

Quadro de matrículas da escola:

Ano	Matrículas	Reprovados	Desistentes
2004	107	09	00
2005	148	09	00
2006	128	06	00
2007	159	31	00
2008	155	17	00
2009	150	04	00

2010	144	02	00
2011	170	02	00
2014	217	7	-
2015	208	-	-

#### Escola Municipal de Ensino Fundamental Xavantes – Bairro Xavantes

Atende educandos desde o 1º ano até o 9º ano do Ensino Fundamental. Trabalha na escola 01(uma) diretora 40(quarenta) horas semanais, 04(quatro) professores de anos iniciais com graduação e especialização na área de atuação, 01(uma) merendeira, 02(duas) auxiliares de serviços gerais, 10(dez) professores de 6º ao 9º ano com graduação e especialização na área de atuação, nas áreas de matemática, língua portuguesa, língua espanhola, língua inglesa, artes, educação física, ciências, história, geografia e religião. Funcionam junto à escola, 04 turmas de educação infantil.

Quadro de matrículas da escola:

Ano	Matrículas	Reprovados	Desistentes
2002	173	20	00
2003	187	45	00
2004	168	28	00
2005	143	27	00
2006	125	12	00
2007	131	30	
2008	119	18	
2009	106	12	
2010	96	05	
2011	86	19	03
2014	81	-	-
2015	70	-	-

#### Escolas Municipais do Campo

##### Escola Isolada Municipal nº 21- Linha Nossa Senhora da Saúde

A escola está situada na Linha Nossa Senhora da Saúde e atende alunos da própria comunidade, bem como, da Linha Vargem Bonita, Linha Cordilheira e Linha Unida. Tem 01(uma) turma multisseriada (1º ao 4º ano dos anos iniciais), contando com 12(doze) alunos, 01(uma) professora e 01(uma) auxiliar de serviços gerais que permanece na escola, cuidando dos alunos após o término da aula até a vinda do transporte escolar. (a mesma que atende a Ed. Infantil).

##### Escola Isolada Municipal nº 05 – Linha São Paulo

A escola funciona com 01(uma) turma multisseriada, recebe alunos da comunidade de Linha São Paulo e São Geraldo. Atende 07(sete) alunos no turno vespertino. São atendidos por 01(uma) professora e 01(uma) auxiliar de serviços gerais na limpeza e preparação do lanche e permanece na escola, cuidando dos alunos após o término da aula até a vinda do transporte escolar.

##### Escola Isolada Municipal nº 10 – Linha Salete

A escola atende 01(uma) turma multisseriada, recebe alunos da comunidade e da Linha Aparecida, somando neste ano (2015) 13(treze) alunos. Tem 01(uma) professora e 01(uma) auxiliar de serviços gerais que faz o lanche e a limpeza da escola e permanece na escola, cuidando dos alunos após o término da aula até a vinda do transporte escolar.

O número na tabela abaixo, dos anos de 2002 a 2011 e 2014 a 2015 é referente à soma de todas as escolas do campo citadas acima:

Ano	Matrículas	Reprovados	Desistentes
2002	150	11	00
2003	129	14	00
2004	121	04	00
2005	118	08	00
2006	120	05	00
2007	93	08	00
2008	87	06	00
2009	74	01	00
2010	57	00	00
2011	52	02	00
2014	39	-	-
2015	32	-	-

Com base neste gráfico, percebe-se que falta apenas 0,2% para cumprirmos a primeira parte da meta 02 – universalizar o ensino fundamental de 09(nove) anos para toda a população de 06(seis) a 14(quatorze) anos.

A segunda parte da meta 02 – garantir que pelo menos 90% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada percebemos que precisamos um esforço maior para alcançá-la, pois estamos em 79% segundo o gráfico abaixo:

#### Número de alunos por ano/série:

Nº de alunos	Estado	Município	Total
1º ano	24	58	82
2º ano	18	50	68
3º ano	19	74	93
4º ano	42	51	93

5º ano	56	45	101
6º ano	92	8	100
7º ano	89	8	97
8º ano	77	9	86
9º ano	105	7	112
		TOTAL	832

### 2.2.1.3 Ensino Médio

No município de Anchieta, os alunos de todas as comunidades e centro da cidade, quando atingem o Ensino Médio, são atendidos na Escola de Ensino Básico Professor Osni Paulino da Silva, única escola estadual no município que oferece Ensino Médio, oferecido nas modalidades Ensino Médio Educação Geral, 03(três) turmas no período noturno, com 44(quarenta e três) alunos e o Ensino Médio Inovador, 06(seis) turmas, perfazendo um total de 154(cento e cinquenta e quatro) alunos. Este último consiste em, os alunos frequentarem a escola no período matutino e duas tardes, seja, dois dias da semana os alunos permanecem na escola em tempo integral, envolvidos em grade curricular específica das matrizes 9000 e 2550. Também possui 01(um) aluno no 3º ano do Ensino Médio Inovador que dispõe do atendimento de Segundo Professor. Portanto, a escola atende neste ano de 2015, 198(cento e noventa e oito) alunos no Ensino Médio.

Os alunos do período diurno utilizam transporte escolar para se locomoverem de suas residências até a escola. Apenas 01(um) aluno do período noturno utiliza transporte por problemas de saúde.

Veja as matrículas, repetências e desistências neste nível de ensino desde o ano de 2002:

Ano	Matrículas	Reprovados	Desistentes
2003	407	16	18
2004	301	14	36
2005	314	15	13
2006	293	18	46
2015	198	-	-

Alguns indicadores educacionais da escola:

#### ENEM 2012

Concluintes	Participantes ENEM	% participação
80	47	58%

#### ENEM 2012

Ling. e Códigos	Matemática	C. Humanas	C. natureza	Redação
488,53	537,57	533,01	505,21	504,26

O município de Anchieta mantém, na etapa Ensino Médio, convênio com a Casa Familiar Rural de São José do Cedro, que atende neste ano 09(nove) alunos do nosso município e efetua o transporte semanal de estudantes residentes em nosso município para o Colégio Agrícola de Campo Êre.

Fazendo uma análise dos gráficos abaixo, observa-se que no ensino médio precisamos aumentar a atenção para atingirmos as metas.

### 2.2.2 Modalidades da Educação Básica

#### 2.2.2.1 Educação Especial

Por muito tempo a Educação Especial atendeu as pessoas com deficiência, substituindo o atendimento no ensino regular e atuando de forma paralela ao ensino. Com a Política Nacional de Educação na Perspectiva da Educação Inclusiva, reafirmando o direito de todos os alunos à educação no ensino regular, o atendimento dos alunos com deficiência se tornou obrigatório no ensino comum, recebendo o Atendimento Educacional Especializado no contra turno.

O movimento de inclusão surgiu no final da década de 80, baseando-se no princípio de igualdade de oportunidades nos sistemas sociais, incluindo a instituição escolar. Sendo que todos os alunos têm o direito a frequentarem a escola regular e a valorização da diversidade, de forma que as diferenças passem a ser parte do estatuto da instituição e todas as formas de aprendizagem sejam consideradas no espaço escolar. Todos são capazes de aprender, embora com ritmos e estilos de aprendizagem diferentes. Precisamos deixar de pensar em limites e procurar pensar em singularidades e potencialidades de cada aluno com deficiência.

Muitas leis asseguram a inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular. Na inclusão todos os alunos devem receber o atendimento escolar adequado instigando-os para desenvolver suas potencialidades. O papel da escola é fundamental no processo de inclusão escolar dos alunos com deficiência não só desenvolvendo com eles habilidades essenciais para a conquista de uma maior autonomia, mas na possibilidade de poder contribuir com a sua evolução como pessoas.

A inclusão escolar é um processo de adequação da escola às necessidades individuais dos alunos para que possam estudar, aprender, desenvolver-se e exercer permanentemente a sua cidadania.

Inclusão é efetivar o direito à educação, a igualdade e oportunidade de participação e esse direito encontra-se consagrado na Declaração dos Direitos Humanos e reiterado nas políticas educacionais dos países. O direito à educação é aprender a desenvolver-se plenamente como pessoa, é assegurar a igualdade de oportunidades, dentro de suas características e necessidades individuais.

A educação inclusiva é uma atitude de aceitação das diferenças, não uma simples colocação em sala de aula. A inclusão é a possibilidade de inserção e participação das pessoas com deficiência no espaço escolar.

As práticas inclusivas na escola para dar certo precisam do envolvimento dos pais, colaboração de toda a equipe pedagógica, aceitar as diferenças incondicionalmente, ressignificar os métodos de avaliação, além de receber os apoios necessários para a inclusão, muita cooperação e colaboração e não competição.

Incluir é promover aprendizagens significativas, sendo que a deficiência não é tanto de caráter biológico, como social.

O plano político pedagógico da Escola Especial, que descende da proposta curricular do estado de Santa Catarina, considera em sua proposta curricular as várias dimensões da sociedade- social, econômico, político, religioso e educacional – com enfoque especial para a questão da inclusão do educando nos diversos setores e espaços da sociedade.



Compreende-se que a educação não é a única possibilidade no processo de transformação, mas resulta da relação entre família, sociedade e, sobretudo, a escola. Para tanto, a escola tem como objetivo:

- ü Receber todos os educandos e assegurar o direito a uma educação especial;
- ü Adequar à ação pedagógica e didática às limitações e necessidades dos educandos;
- ü Cumprir efetivamente a tarefa de ensinar;
- ü Ter consciência que a construção da escola democrática é um projeto coletivo que requer ação coordenada e participativa da comunidade escolar;
- ü Acreditar na capacidade e trabalhar para que os alunos especiais desenvolvam suas habilidades;
- ü Oferecer apoio, proporcionado uma inclusão em que os direitos das pessoas com deficiências sejam respeitados.

A educação Especial nestes últimos anos tem procurado cada vez mais, envolver a escola, pais e sociedade, construindo e buscando juntos, possibilidades para a integração e inclusão dos educandos com os demais grupos sociais.

Para que realmente aconteça a inclusão o Estado disponibiliza 01(um) educador que desenvolve um trabalho com a turma do SAEDE- Serviço de Atendimento Educacional Especializado-, programa este que tem como objetivos a pesquisa, estratégias pedagógicas de elaboração conceitual, assessoria e acompanhamento aos educandos que estão incluídos no ensino regular.

Enfim, é fundamental a mobilização da comunidade no processo de planejamento e operacionalização do processo pedagógico, bem como a reivindicação de condições dignas de trabalho junto aos órgãos competentes.

Em Anchieta a Educação Especial é ofertada pela Escola Especial Padre Martinho Burger que foi fundada em 26 de novembro de 1983 pela iniciativa de algumas professoras, preocupadas com a situação de uma pessoa com deficiência visual que vivia isolada e não frequentava a escola. Com o apoio da comunidade anchietense, a escola iniciou suas atividades em 13 de março de 1984, com um total de 13 alunos. O trabalho desenvolvido era mais voltado à assistência de pessoas com deficiência. Somente mais tarde é que se passou a ver a Educação Especial de forma Educacional.

A Escola Especial é mantida pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE e está cadastrada sob o CNPJ-MF nº 78.483.039/0001-02, situada a Rua Olímpio Dal Magro, nº 333, Centro de Anchieta-SC, com o telefone (49) 3653-0047, e-mail: apaeanchieta@hotmail.com, sendo que a mesma pertence à 30ª SDR de Dionísio Cerqueira.

Atualmente a Escola Especial Padre Martinho Burger atende 55(cinquenta e cinco) alunos (40 matriculados e 15 que são atendidos só pela equipe do SUS e frequentam escolas do ensino regular), oriundos da cidade e de várias comunidades do município de Anchieta, também temos 03(três) alunos que são oriundos do município da Barra Bonita e 04(quatro) do município de Palma Sola. Os alunos estão assim distribuídos nas turmas: Oficina Protegida Terapêutica, com 12(doze) alunos, que frequentam a aula em período integral; Serviço Pedagógico Específico/Ocupacional, 03(três) turmas, 01(uma) matutino e 02(duas) vespertino, com 07(sete), 06(seis) e 04(quatro) alunos; Serviço Pedagógico Específico/TGD/TEACCH, vespertino, com 03(três) alunos, SAEDE/DM matutino, com 06(seis) alunos e Estimulação Essencial, matutino com 02(dois) alunos.

Caracterização das turmas:

**SERVIÇO PEDAGÓGICO ESPECÍFICO/OCUPACIONAL-3 turmas**

O objetivo para essas turmas é oportunizar aos alunos o convívio em grupo, a aquisição de conhecimentos, o desenvolvimento de capacidades/habilidades para sua autonomia e aptidões para as atividades da vida diária. Os atendimentos são realizados em grupos sob a regência de professores, de segunda à sexta-feira nos períodos matutino e vespertino num total de quatro horas diárias, sendo que alguns alunos frequentaram em dias alternados devido às suas especificidades.

Os alunos atendidos são com idade acima dos 16 anos, sendo três turmas, com grau de deficiência intelectual moderada a severa, nessas turmas são desenvolvidas atividades que perpassam os quatro eixos: convivência, saúde, lazer e socialização.

Público-alvo: Alunos com idade igual ou superior a 16 anos, que apresentam Deficiência Intelectual (moderada ou severa) e/ou Múltipla e que não apresentam habilidades para o desenvolvimento do trabalho competitivo.

**SAEDE/DM-SERVIÇO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO/DEFICIÊNCIA MENTAL**

O SAEDE/DM é o atendimento educacional especializado que tem caráter complementar sendo disponibilizado exclusivamente em período oposto das aulas das escolas comuns, com objetivos, metas e procedimentos educacionais diferenciados. O SAEDE/DM foi criado em 2006 para ser um espaço de investigação e de produção de alternativas pedagógicas no processo de ensino e aprendizagem, que possibilitem aos alunos a construção, ampliação e apropriação do conhecimento científico. É um serviço que segue as diretrizes da Política de Educação Especial e do Programa Pedagógico do Estado de Santa Catarina. Tem como objetivos possibilitar aos alunos com diagnóstico de deficiência mental, matriculados no ensino regular, avanços significativos no processo de ensino e aprendizagem, trabalhando pesquisas e estratégias que possibilitem a elaboração conceitual, também investigar e desenvolver estratégias pedagógicas que possibilitem a organização do pensamento do aluno com deficiência mental, possibilitando a melhora no processo de aprendizagem. Esse serviço orienta, assessora e acompanha a escola do ensino regular onde o aluno está incluído,

Público-alvo: Alunos com diagnóstico de Deficiência Intelectual, freqüentando níveis e modalidades do Ensino Comum – a partir de 4 anos de idade.

**TRASNTORNOS INVASIVOS DO DESENVOLVIMENTO – Método TEACCH.**

O método TEACCH tem a finalidade de oferecer atendimento educacional especializado para pessoas com autismo e outros transtornos invasivos no desenvolvimento (TID). O atendimento do aluno com diagnóstico de autismo, de acordo com o método TEACCH, visa desenvolver o máximo de potencialidades desse aluno, encorajando-o a pensar, em detrimento da mera reprodução do fazer.

São desenvolvidas atividades educacionais específicas relacionadas ao ensino fundamental, sendo que esses alunos têm dificuldades na coordenação motora, tem dificuldade para escrever, têm dificuldades na fala e as atividades desenvolvidas são variadas e diferenciadas e de curta duração devido a pouca concentração que os mesmos possuem.

Público Alvo: Alunos de 23 a 40 anos com diagnóstico de Transtorno Invasivo do Desenvolvimento.

**OFICINA PROTEGIDA TERAPÊUTICA.**

A inclusão da pessoa com deficiência intelectual na sociedade, através do trabalho, permite o exercício da cidadania colaborando com sua inclusão, participação e aceitação na sociedade. O serviço tem como objetivo desenvolver atividades que os alunos possam produzir e comercializar peças em M.D.F., madeira, canudo de papel, bordado, pintura e decoração em geral.

Turma com 12 alunos, entre 17 e 52 anos, com deficiência intelectual moderada.

Público-alvo: Alunos na faixa etária de 17 a 52 anos, que apresentam diagnóstico de Deficiência Intelectual ou Múltipla moderada.

**ESTIMULAÇÃO ESSENCIAL.**

Levando-se em conta que nos primeiros anos de vida ocorre o maior desenvolvimento do cérebro, as experiências pelas quais as crianças



passam neste período são fundamentais para o seu desenvolvimento, especialmente para aquelas que precisam de uma intervenção maior, para que se desenvolvam plenamente. A estimulação essencial através de atividades realizadas em grupos, e individualmente, visa desenvolver a estimulação essencial com estímulos e treinamentos adequados a idade da criança, para que a mesma desenvolva suas potencialidades e tenha uma evolução tão normal quanto possível, visa promover o desenvolvimento global das crianças através de procedimentos que proporcionem o desenvolvimento nas áreas socioafetiva, senso-perceptivo-cognitiva, da linguagem e psicomotora.

As crianças são atendidas em espaço físico devidamente organizado para esse fim. Este serviço visa o desenvolvimento integral da criança, envolvendo as áreas motora, sensorio-perceptiva, sócio-afetiva, cognitiva e da linguagem, centrando maior atenção nos aspectos que evidenciaram maior defasagem, na qual a criança foi estimulada de forma global, como ser único e íntegro.

Público-alvo: Crianças de zero a três anos e onze meses com atraso no desenvolvimento neuropsicomotor e/ou de alto risco (baixo peso ao nascer, prematuridade, etc.), decorrentes de fatores genéticos, orgânicos e/ou ambientais.

Observando o gráfico abaixo constata-se que falta pouco, 6,5% para chegarmos a meta 04 – universalizar o atendimento para a população de 04(quatro) a 17(dezessete)anos, preferencialmente na rede regular de ensino, para pessoas com necessidades especiais.

Quadro de matrícula da escola:

Ano	Número	Ano	Número
2002	38	2003	34
2004	32	2005	33
2006	32	2007	33
2015	55		

Nos recursos humanos a escola dispõe de 06(seis) professoras de sala, com pós-graduação, 01(uma) professora de Educação Física graduada, 01(uma) professora de Informática Educativa, graduanda e 01(um) professor de Artes graduado. Estes profissionais são pagos pela Secretaria Estadual de Educação conveniado à Fundação Catarinense de Educação Especial. Também a escola conta com 01(uma) professora pós-graduada, responsável pela orientação pedagógica e 01(uma) professora pós-graduada, responsável pelas tarefas burocráticas, administrativas e pedagógicas no cargo de direção e secretária. Para os serviços de limpeza e merenda, a escola dispõe de 01(uma) merendeira, 01(uma) agente de serviços gerais e de 01(um) motorista, que além de efetuar o transporte escolar, auxilia nas diversas tarefas de manutenção e conservação da instituição. Ambos são admitidos pelo regime CLT. A escola conta agora com a equipe do SUS – Equipe multiprofissional com Psicóloga, Terapeuta Ocupacional, Médica Psiquiatra, Fonoaudióloga e Fisioterapeuta, que prestam atendimentos de habilitação e reabilitação aos alunos.

Os recursos para a manutenção da escola são provenientes de convênios firmados com a Prefeitura de Anchieta e de Barra Bonita, convênio com a CELESC, repasse do Fundo Social, repasse anual do Governo Federal FNDE/PDDE e EADE - Assistência Social, SUS, promoções e doações.

A Escola conta com um grupo de mulheres voluntárias que colaboram prestando serviços em todas as atividades desenvolvidas pela Escola. A Diretoria da APAE é composta por 23(vinte e três) pessoas que trabalham voluntariamente em prol da associação. A atual diretoria assumiu em janeiro de 2014 e terá 03(três) anos de mandato.

A escola desenvolve atividades nas 03(três) áreas: Educação, Saúde e Assistência Social, com o objetivo de assegurar, promover e proteger o educando, seu desenvolvimento integral, proporcionando-lhe condições de igualdade dos direitos, visando sua inclusão participativa, plena e efetiva na sociedade. A concepção filosófica da APAE de Anchieta-SC e consequentemente da nossa escola esta voltada à defesa de direitos, ao envolvimento das famílias e das próprias pessoas com deficiência, bem como a prestação de serviços.

A escola possui prédio próprio com área de 600,60 metros quadrados, possui uma Kombi ano 2005 e agora através de convênio com o Instituto Guga Kuerten, adquiriu um Pálio 0 km, para fazer os atendimentos, visitas, participar de reuniões, cursos, etc.

#### 2.2.2.2 Educação de jovens e adultos

No ano 2000, a partir dos dados do IBGE, Anchieta ainda possuía 11,31% de analfabetos índices que colocava o município no vigésimo décimo oitavo lugar no estado. Preocupados com este índice, no ano de 2005 firmamos parceria com o Governo Federal e organizamos 07(sete) turmas do Brasil Alfabetizados em diferentes comunidades do município, no ano de 2006 organizamos 01(uma) turma do Brasil Alfabetizado e no ano de 2007 foram 05(cinco) turmas do Brasil Alfabetizado. Porém, é grande a dificuldade pelo grande número de desistências no decorrer do trabalho.

No Núcleo Avançado de Ensino Supletivo – NAES - estudam os adultos que não completaram seus estudos na idade própria. Na Educação de jovens e adultos, no ensino fundamental estudam alunos de 16 anos acima e no ensino médio os alunos de 18 anos acima. A taxa de alfabetização de adultos em Anchieta (IBGE 2010) é de 92,8%.

No Ensino Fundamental, de 6º ao 9º ano, frequentam as disciplinas, alunos que terminaram o 5º ano na escola formal ou o nivelamento no NAES. A maior dificuldade encontrada na educação dos jovens e adultos continua sendo a evasão muito grande dos adultos matriculados, que acabam frequentando algumas disciplinas e desistem logo após.

O NAES é uma parceria entre Governo Estadual e Municipal sendo que o Estado dispõe os professores e o município disponibiliza a coordenação e o serviços gerais. Neste ano de 2015 o NAES atende 01(uma) turma de Ensino Fundamental e 01(uma) de Ensino Médio.

O número de alunos matriculados em cada turma, porém frequentando diferentes disciplinas, são os que seguem na tabela abaixo:

Ano	Alfabetização	Nivelamento	Fundamental	Médio	Total
2002	47	8	260	X	315
2003	18	06	114	139	277

Ano	Matricula inicial	Admitidos	Evadidos	Transferidos	Matricula final
2004	100	40	15	5	120
2005					138
2006					232
2014					40
2015					25

#### 2.2.2.3 Educação Profissional Tecnológica

O município tem convênio com algumas instituições através da Assistência Social e escolas como: SENAI, SESI, PRONATEC, SEBRAE...

#### 2.2.2.4 Educação Escolar Indígena

O município não dispõe desta modalidade de educação.

#### 2.2.2.5 Educação Quilombola

O município não dispõe desta modalidade de educação.

#### 2.2.2.6 Educação Escolar do Campo/Rural

O município mantém convênio com a Casa Familiar Rural de São José do Cedro, conforme já citado.

#### 2.2.3 Educação em Tempo Integral

Esta modalidade de ensino já é oferecida pelas 03(três) escolas estaduais conforme descrito em cada uma delas e no município estamos em processo de adequações de recursos físicos, materiais e humanos para que possamos oferecer em 02(duas) escolas do Ensino Fundamental o Programa Mais Educação.

Na Educação Infantil, temos 02(duas) escolas que disponibilizam esta modalidade. O Jardim de Infância Branca de Neve, no Bairro Xavan-tes, com 06(seis) crianças sendo atendidas por 10(dez) horas sem intervalo para o almoço e na Creche Pró Infância, no Bairro Guarani, atendendo 04(quatro) crianças por 10(dez) horas e 20(vinte) minutos com intervalo para o almoço. Porém, sabe-se que ainda é insuficiente este número de vagas necessitando de ampliação das mesmas, visto que a meta 06 relata 50% das escolas públicas e, pelo menos, 25% dos alunos de educação básica deverão ser atendidos nesta modalidade de ensino. Os gráficos abaixo demonstram como está a situação nos diferentes entes federativos:

#### 2.3 Educação Superior

Não temos cursos de Educação Superior em nosso município, porém a prefeitura repassa para a ASANUM – Associação dos Universitários o valor de R\$20.000,00/anual para colaborar com o transporte dos mesmos até o município vizinho de São Miguel do Oeste.

#### 2.4 PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

A valorização dos profissionais que atuam na educação faz parte do processo de construção da qualidade no ensino.

Foram construídos muitos processos e lutas pela valorização docente no decorrer da história dos municípios e a nível de país, mas ressalta-se a aprovação da Lei Nacional Nº11.738/2008 que fixou o Piso Nacional de valorização do magistério e no município o Piso Mínimo Nacional está instituído com outros direitos dos profissionais do magistério na Lei 033/2011 que estabeleceu a Política Municipal de Administração e Remuneração de Pessoal.

Estes instrumentos legais que definem os valores a serem pagos aos educadores com os acréscimos do tempo de serviço e dos outros avanços adquiridos no decorrer da carreira estão também em constante atualização, observando-se sempre as leis nacionais que regem o assunto.

A realização de cursos de formação continuada, acontece anualmente para os profissionais da educação da Rede Municipal de Ensino, são oferecidos pela Secretaria Municipal de Educação que por sua vez os planeja, a partir das demandas apresentadas pelas Escolas e profissionais da educação.

Nos anos de 2013 e 2014 aconteceu uma formação continuada, do Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa, destinada aos educadores atuantes nas turmas de 1º ao 3º ano. Este programa é oferecido pelo Ministério da Educação e cada município adere ao programa com o compromisso de disponibilizar de professor orientador de estudos e organizar a demanda, isto é, a inscrição dos educadores, que por sua vez, tem direito a receber do MEC ajuda de custo. O PNAIC em nosso município foi avaliado como uma grande oportunidade de formação e aprendizagem dos educadores que estão em exercício nas escolas.

Atendendo às necessidades de planejamento, organização e estudos pedagógicos e, ao mesmo tempo, cumprindo a Lei nº 11738/08, no Ensino Fundamental, as aulas de Artes, Educação Física e Língua Espanhola são ministradas por professores habilitados nestas áreas, enquanto os professores titulares das turmas fazem seu planejamento acompanhado da orientadora pedagógica e de estudos, destinando 33%(trinta e três por cento) da sua carga horária.

Nas escolas de Educação Infantil trabalham as professoras itinerantes (professoras habilitadas na área, que desenvolvem brincadeiras e outras atividades pertinentes a esta idade), que assumem as turmas 06(seis) horas semanais a cada 20(vinte) horas enquanto as professoras titulares planejam suas atividades e o desenvolvimento das aulas, cumprindo assim os 33%(trinta e três por cento) de planejamento conforme a Lei nº 11.738/08.

Rede Municipal

Profissionais da Educação Infantil

Não habilitado	Magistério	Licenciatura	Pós-graduado	Mestre
02	01	-	26	-

Ensino Fundamental – anos iniciais

Não habilitado	Magistério	Licenciatura	Pós-graduado	Mestre
01	01	-	24	02

Ensino Fundamental – anos finais

Não habilitado	Magistério	Licenciatura	Pós-graduado	Mestre
-	-	01	09	-

Obs.: 03(três) professores atuam na educação infantil e nas séries iniciais e 04(quatro) professores atuam nas séries iniciais e finais.

Rede Estadual

Ensino Fundamental – anos iniciais

Não habilitado	Magistério	Licenciatura	Pós-graduado	Mestre
01	-	-	16	-

Ensino Fundamental – anos finais

Não habilitado	Magistério	Licenciatura	Pós-graduado	Mestre
----------------	------------	--------------	--------------	--------

02	-	07	26	-
----	---	----	----	---

## Ensino médio

Não habilitado	Magistério	Licenciatura	Pós-graduado	Mestre
03	-	13	09	-

Obs.: 11(onze) professores trabalham tanto no ensino fundamental como no ensino médio e 04(quatro) professores nas séries iniciais e finais.

## 2.5 GESTÃO DEMOCRÁTICA

Nas unidades escolares que possuem mais de 50 alunos tem um diretor escolar que faz toda gestão escolar, dá os encaminhamentos necessários e toma decisões em conjunto com a secretaria, as APP e seu corpo docente quando for o caso.

É o Executivo que indica os diretores escolares, observando porém, o que determina o Plano de Cargos e Salários do Magistério Público Municipal (Lei Complementar nº033/2011, Capítulo III, Seção I, Art. 46, §1º): deve ser profissional do quadro efetivo e ter formação específica em licenciatura.

## 2.6 FINANCIAMENTO

A educação neste município investiu em 2014 31%(trinta e um por cento) do seu orçamento. Salientando que embora a legislação determina o investimento mínimo de 25%(vinte e cinco por cento) do orçamento municipal, o que seria necessário permanecer neste percentual mínimo haja vista o tamanho das responsabilidades municipais nos outros setores da municipalidade, é impossível fazer uma educação de qualidade sem ultrapassar longe este percentual.

Demonstrando assim o exposto acima, segue a exposição dos recursos municipais disponíveis:

Previsão arrecadação	Comprometido até 16/04/15
Fundeb R\$ 2.202.200,00	R\$ 514.076,61
PDDE R\$ 9.100,00	R\$ 2.158,50
Salário Ed. R\$ 250.000,00	R\$ 17.270,51
PNAE R\$ 44.000,00	R\$ 25.347,52
PNATE R\$ 71.000,00	R\$ 70.995,90
Transp. Estado R\$ 335.500,00	R\$ 335.496,60
25% Educação R\$ 814.650,00	R\$ 796.407,71

Há que se destacar que embora neste primeiro quadrimestre ainda não se atingiu os 25%(vinte e cinco por cento) do orçamento, nos próximos quadrimestres estes valores podem ultrapassar este percentual, a exemplo de anos anteriores; e também devido às orientações financeiras de outros entes federativos quanto à situação atual que está passando a economia brasileira.

O PIB municipal é de R\$ 95.926.355,00(IBGE 2011).

**Lei 2.176/2015**

LEI Nº. 2.176/2015.

Autoriza a Alteração Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual através da abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 587.790,00 (quinhentos e oitenta e sete mil, setecentos e noventa reais) e contém outras providências.	
--	--

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

## TÍTULO I

## CAPÍTULO I

## DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei Orçamentária Anual Lei nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 587.790,00 (quinhentos e oitenta e sete mil, setecentos e noventa reais), objetivando suplementar dotações orçamentárias para o exercício em curso, no atendimento despesas com Os Plantões Médicos, com pessoal e encargos sociais do Fundo Municipal de Saúde e do Fundo Municipal de Assistência Social e Secretaria de Educação de responsabilidade deste ente Federado.

## CAPÍTULO II

## DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Em conformidade com o disposto no artigo anterior desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 587.790,00 (quinhentos e oitenta e sete mil, setecentos e noventa reais) no Orçamento Geral do Município (LOA), conforme abaixo especificado a saber:

## PARTE PREFEITURA MUNICIPAL

## 05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

**03 – ENSINO INFANTIL**

12.365.0185.2.019 - Administração Geral dos Bens e Serviços  
Do Ensino Infantil  
(50) 3.1.90.00.00.00.00.00.0334 -Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 100.000,00

**PARTE FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL****10 – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL****01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**

08.243.0485.2206 – Manutenção dos Serviços de Convivência e  
Fortale-

cimento de Vínculos

(08) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131-Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

08.244.0488.2.302 – Manutenção dos Serviços do Programa CRAS  
/ PAINF

(15) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131-Aplicações Diretas R\$ 19.000,00

**PARTE FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA****09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA****01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

10.122.0021.2100 - Administração Geral dos Bens e Serviços  
Da Unidade Administrativa da Secretária de Saúde

(01) 3.1.90.00.00.00.00.00.0335 -Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 206.790,00

**PARTE DO HOSPITAL MUNICIPAL****12 – HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE****02 – SETOR DE SERVIÇOS DO HOSPITAL MUNICIPAL**

10.302.0428.2.401 - Administração Geral dos Bens e Serviços da  
Unidade de Assistência Médico Sanitária

(06) 3.3.90.00.00.00.00.00.0335 -Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 242.000,00

Total ..... R\$ 587.790,00

Art. 3º Para a cobertura do crédito permitido nesta Lei fica, igual-  
mente, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proce-  
der à redução das seguintes dotações orçamentárias abaixo discri-  
minadas e constantes da mesma matéria orçamentária:

**PARTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE****09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA****01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

10.301.0428.2.101 – Adm. Geral dos Bens e Serv. Atenção Básica  
(08) 3.1.90.00.00.00.00.00.0335 -Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 170.000,00

(10) 3.3.50.00.00.00.00.00.0335 -Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 6.790,00

10.301.0428.2.102 – Adm. Geral dos Bens e Serv. da Farmácia  
Básica

(22) 3.3.90.00.00.00.00.00.0335 -Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 30.000,00

**PARTE DO HOSPITAL MUNICIPAL****12 – HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE****01- ADMINISTRAÇÃO GERAL DO HOSPITAL MUNICIPAL**

10.122.0021.2400 - Administração Geral dos Bens e Serviços  
Administrativa do Hospital Municipal

(01) 3.1.90.00.00.00.00.00.0335 -Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 45.000,00

(02) 3.3.90.00.00.00.00.00.0335 -Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 15.000,00

**02 – SETOR DE SERVIÇOS DO HOSPITAL MUNICIPAL**

10.302.0428.2.401 - Administração Geral dos Bens e Serviços  
Unidade de Assistência Médico Sanitária

(05) 3.1.90.00.00.00.00.00.0335 -Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 40.000,00

10.306.0427.2.402 – Alimentação e Nutrição a Pacientes Interna-  
dos

(09) 3.3.90.00.00.00.00.00.0335 -Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 38.000,00

**PARTE DA PREFEITURA MUNICIPAL****02 – PODER EXECUTIVO MUNICIPAL****03 – JUNTA DO SERVIÇO MILITAR**

05.153.0200.2.006 - Administração Geral dos Bens e Serviços  
Da Junta Militar

(10) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 – Aplicações Diretas R\$ 14.000,00

**04 – SECRETARIA DA FAZENDA****01 – FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO**

28.843.0033.3.001 – Pagamento da Dívida Interna Municipal

(29) 4.6.90.00.00.00.00.00.0131 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

**05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE****07 - CULTURA**

13.392.0247.2.123 – Administração Geral dos Bens e Serviços Cul-  
turais,

Biblioteca e Festividades do Município

(121) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 – Aplicações Diretas R\$  
80.000,00

\*

**04 – SECRETARIA DA FAZENDA****01 – FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO**

28.843.0033.3.001 – Pagamento da Dívida Interna Municipal

(29) 4.6.90.00.00.00.00.00.0131 – Aplicações Diretas R\$ 39.000,00

\*

**05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE****02 – ENSINO FUNDAMENTAL**

12.361.0427.2.016 - Administração Geral dos Bens e Serviços

Do Programa de Alimentação Escolar – Ens. Fundamental

(44) 3.1.90.00.00.00.00.00.0334 -Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 28.000,00

**03 – ENSINO INFANTIL**

12.365.0190.2.020 - Administração Geral dos Bens e Serviços de  
Creche

(55) 3.1.90.00.00.00.00.00.0334 -Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 35.000,00

12.365.0239.2.021 - Administração Geral dos Bens e Serviços do  
Transporte Escolar – Ensino Infantil

(59) 3.1.90.00.00.00.00.00.0334 -Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 12.000,00

12.365.00427.2.023 - Administração Geral dos Bens e Serviços do  
Programa de Alimentação Escolar - Creche

(64) 3.1.90.00.00.00.00.00.0334 -Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 25.000,00

Total ..... R\$ 587.790,00

**CAPÍTULO III****DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Art. 4º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orça-  
mentárias nº. 2.132 de 11 de dezembro de 2014, em conformidade  
com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao  
Crédito e reduções introduzidas na presente Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), em 22  
de junho de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA  
Prefeito

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei.

Em 22 de junho de 2015.  
Andréia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão

## Lei 26153/2015

LEI Nº. 2.153/2015.

Autoriza a Alteração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 1.650,00 (um mil, seiscentos e cinquenta reais) e contém outras providências.	
--	--

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

### TÍTULO I

#### CAPÍTULO I

##### DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei Orçamentária Anual Lei nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 1.650,00 (um mil, seiscentos e cinquenta reais), em conformidade com os prescritos nesta Lei, instituindo-se para tal na matéria orçamentária em execução o Projeto / Atividade 10.01.08.244.0485.1.059 – Equipamentos e Material Permanente para Atividade do Programa Bolsa Família, na Modalidade de despesas sob o código nº. 4.4.90.00 – Aplicações Diretas, tem como finalidade a aquisição de 01 impressora para as atividade do Programa Bolsa Família e o Projeto / Atividade 10.01.08.244.0485.1.061- Equipamentos e Material Permanente para Atividade do Conselho Tutelar, na Modalidade de despesas sob o código nº. 4.4.90.00 – Aplicações Diretas, tem como finalidade a aquisição de 01 impressora para as atividade do Conselho Tutelar.

#### CAPÍTULO II

##### DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Em conformidade com o disposto no artigo anterior desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à Abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 1.650,00 (um mil, seiscentos e cinquenta reais) no Orçamento Geral do Município (LOA), conforme abaixo especificado a saber:

10 – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL  
01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.244.0485.1.059 – Equipamentos e Material Permanente para Atividade do Programa Bolsa Família  
( ..... ) 4.4.90.00.00.00.00.00.2232-Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

#### 02 – CRIANÇA E ADOLESCENTE

08.244.0485.1.061- Equipamentos e Material Permanente para Atividade do Conselho Tutelar  
( ..... ) 4.4.90.00.00.00.00.00.0131-Aplicações Diretas R\$ 650,00  
Total R\$ 1.650,00

Art. 3º Para a cobertura do crédito permitido nesta Lei fica, igualmente, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à redução das seguintes dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes da mesma matéria orçamentária:

#### 10 – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

##### 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.244.0485.2207 – Administração Geral dos Bens e Serviços do Programa IGD / PBF E SUAS  
(21) 3.3.90.00.00.00.00.00.2232-Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

#### 02 – CRIANÇA E ADOLESCENTE

08.243.0021.2.303 - Administração Geral dos Bens e Serviços do Conselho Tutelar  
(19) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131-Aplicações Diretas R\$ 650,00  
Total R\$ 1.650,00

#### CAPÍTULO III

##### DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4 Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.122, de 14 de novembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e reduções introduzidas na presente Lei.

#### CAPÍTULO IV

##### DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.132 de 11 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e reduções introduzidas na presente Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), em 27 de março de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA  
Prefeito

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei.

Em 27 de março de 2015.  
Andréia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão



**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA 015/2015**

PORTARIA Nº 015/2015

CONCEDE FÉRIAS ANUAIS À SERVIDOR DO PODER LEGISLATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Anchieta, do Estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, promulgada em 05 de abril de 1990 e o Regimento Interno:

Art. 1º Fica concedida férias anuais ao Servidor Gilmar de Souza, ocupante do cargo de Advogado do Legislativo referente ao período aquisitivo de 01 de outubro de 2013 a 30 de setembro de 2013, a serem gozadas no período de 11º a 31 de julho de 2015.

Art. 2º. Fica convertido em pecúnia os dez dias de férias não gozados, pelo interesse do serviço público, na forma da lei.

Art. 3º. Determino ao Departamento de Contabilidade para que providencie o assentamento e pagamento competente.

Art. 4º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Gabinete do Presidente da Câmara de Vereadores de Anchieta – SC.

Em 24 de junho de 2015.

Vereador Valderéz Izotton

Presidente da Câmara de Vereadores de Anchieta – SC.

Certifico que a presente Portaria foi

Publicada na forma da Lei, na data acima.

Jussara Santin

Secretária do Legislativo

# Antônio Carlos

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 064/2015

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 064/2015; Modalidade: Pregão Presencial nº 042/2015 (Registro de Preço); Tipo: Menor Preço Por Item; Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição parcelada de gasolina comum para abastecimento da frota de veículos da Prefeitura, com fornecimento diário, quando estiverem, na sede municipal de Antônio Carlos S/C. Entrega dos envelopes e abertura: Dia 08 de julho 2015 às 09:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 das 13:00 as 17:00 horas, fone (48) 3272-1123 ou (48) 3272-8617, pelo email [licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br](mailto:licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br) ou [administracao@antoniocarlos.sc.gov.br](mailto:administracao@antoniocarlos.sc.gov.br).

Antônio Carlos, 25 de junho de 2015.  
ANTÔNIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO - ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 109/2015

#### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº. 109/2015; Origem: Processo Licitatório: nº 058/2015 - Pregão Presencial nº 037/2015; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: TRANSPORTES ÁVILA LTDA.; Objeto: Aquisição parcelada de combustíveis (gasolina comum e óleo diesel bs10) para abastecimento da frota de veículos e máquinas da prefeitura, com fornecimento diário, quando estiverem, na sede municipal de Antônio Carlos S/C; Valor: R\$ 918.400,00 (Novecentos e Dezoito Mil e Quatrocentos Reais). Prazo: 24/06/2015 - 24/06/2015.

Antônio Carlos, 25 de junho de 2015.  
ANTÔNIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 108/2015

#### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº. 108/2015; Origem: Processo Licitatório: nº 057/2015 - Pregão Presencial nº 036/2015; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: SANDRO VILMAR PIRES ME; Objeto: Aquisição parcelada de microcomputadores completos, montados e com licença do sistema operacional, para uso de todas as secretarias da Prefeitura de Antônio Carlos S/C.; Valor: R\$ 21.450,00 (vinte e um mil, quatrocentos e quarenta reais). Prazo: 23/06/2015 - 23/06/2015.

Antônio Carlos, 25 de junho de 2015.  
ANTÔNIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ATA Nº 102, 103, 104, 105, 106 E 107.

#### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº. 102/2015; Origem: Processo Licitatório: nº 056/2015 - Pregão Presencial nº 035/2015; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: MÁRIO PRIM - EPP; Objeto: aquisição parcelada de gêneros alimentícios, material de limpeza, higiene, gás e água para uso da Secretaria de Obras e Serviços Públicos e Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do município de Antônio Carlos/SC.; Valor: R\$ 8.959,10 (Oito Mil e Novecentos e Cinquenta Nove Reais e Dez Centavos). Prazo: 23/06/2015 - 23/06/2015.

Ata de Registro de Preço nº. 103/2015; Origem: Processo Licitatório: nº 056/2015 - Pregão Presencial nº 035/2015; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: JLM DISTRIBUIDORA BR LTDA - ME; Objeto: aquisição parcelada de gêneros alimentícios, material de limpeza, higiene, gás e água para uso da Secretaria de Obras e Serviços Públicos e Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do município de Antônio Carlos/SC.; Valor: R\$ 2.004,24 (Dois mil e Quatro Reais e Vinte e Quatro Centavos). Prazo: 23/06/2015 - 23/06/2015.

Ata de Registro de Preço nº. 104/2015; Origem: Processo Licitatório: nº 056/2015 - Pregão Presencial nº 035/2015; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: DANDARA FREIBERGER - ME; Objeto: aquisição parcelada de gêneros alimentícios, material de limpeza, higiene, gás e água para uso da Secretaria de Obras e Serviços Públicos e Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do município de Antônio Carlos/SC.; Valor: R\$ 4.601,30 (Quatro mil e Seiscentos e Hum Reais e Trinta Centavos). Prazo: 23/06/2015 - 23/06/2015.

Ata de Registro de Preço nº. 105/2015; Origem: Processo Licitatório: nº 056/2015 - Pregão Presencial nº 035/2015; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: ALFREDO COMÉRCIO VAREJISTA -ME; Objeto: aquisição parcelada de gêneros alimentícios, material de limpeza, higiene, gás e água para uso da Secretaria de Obras e Serviços Públicos e Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do município de Antônio Carlos/SC.; Valor: R\$ 2.065,40 (Dois Mil e Setecentos e Sessenta e Cinco Reais e Quarenta Centavos). Prazo: 23/06/2015 - 23/06/2015.

Ata de Registro de Preço nº. 106/2015; Origem: Processo Licitatório: nº 056/2015 - Pregão Presencial nº 035/2015; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: ELO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME; Objeto: aquisição parcelada de gêneros alimentícios, material de limpeza, higiene, gás e água para uso da Secretaria de Obras e Serviços Públicos e Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do município de Antônio Carlos/SC.; Valor: R\$ 1.113,90 (Um Mil e Cento e Treze Reais e Noventa Centavos). Prazo: 23/06/2015 - 23/06/2015.

Ata de Registro de Preço nº. 107/2015; Origem: Processo Licitatório: nº 056/2015 - Pregão Presencial nº 035/2015; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: CLEITON DE SOUZA - 07205150922; Objeto: aquisição parcelada de gêneros alimentícios, material de limpeza, higiene, gás e água para uso da Secretaria de Obras e Serviços Públicos e Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do município de Antônio Carlos/SC.; Valor: R\$ 1.300,00 (Um mil e Trezentos Reais). Prazo: 23/06/2015

- 23/06/2015.

Antônio Carlos, 25 de junho de 2015.  
ANTÔNIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

### **LEI Nº 1.480/2015**

LEI Nº 1.480/2015

Fixa As tarifas cobradas no serviço de táxi explorados dentro do território municipal, e da outras providências.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica fixado as tarifas cobradas no serviço de táxi explorados dentro do município de Antônio Carlos, com uso obrigatório de taxímetro, de acordo com a tabela abaixo delineada:

Bandeirada	R\$ 4,20
Bandeira I	R\$ 2,25
Bandeira II	R\$ 2,65
Hora Parada	R\$ 20,00

Art. 2º A utilização de Bandeira II fica restrita ao período compreendido entre 20h00 e 06h00 de segunda à sexta-feira, e a partir das 14h00 de sábado, e aos domingos e feriados em tempo integral até às 06h00 do dia subsequente.

Art. 3º A tabela descrita no artigo 1º deverá obrigatoriamente estar em local visível no automóvel que explorar a atividade de táxi.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 23 de junho de 2015.  
ANTÔNIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

# Arroio Trinta

## PREFEITURA

### ERRATA - PREGÃO Nº 0014/2015

#### ERRATA

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua XV de Novembro, nº 26, Centro, CEP 89.590-000, inscrito no CNPJ sob nº 82.826.462/0001-27, vem a público retificar o item nº 01 da Proposta de Preços do Edital de Pregão Nº 0014/2015, tendo como objeto: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO MICROONIBUS USADO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA.

Onde se Lê: Aquisição de veículo tipo micro ônibus Executivo usado, de fabricação nacional, em bom estado de conservação, pneus novos ou em bom estado, garantia de no mínimo 5 meses, atestado de revisão de motor, caixa e diferencial em agência autorizada da marca, com data não superior a 30 dias, capacidade mínima de 28 passageiros sentados, poltronas individuais reclinável, em tecido, com cintos de segurança individual, cortinas nas janelas, motor diesel, com potência mínima de 110 cv, direção hidráulica, 05 marchas a frente e 01 à ré, equipado com ar condicionado, porta pacotes, bagageiro traseiro, extintor de incêndio, tacógrafo, macaco, chave de rodas, triângulo, pneu stepe em condição de segurança, na mesma medida dos pneus de uso, ano de fabricação de 2008 acima, com dístico de escolar conforme resolução da legislação de trânsito.

Leia-se: Aquisição de veículo tipo micro ônibus Executivo usado, de fabricação nacional, em bom estado de conservação, pneus novos ou em bom estado, garantia de no mínimo 5 meses, atestado de revisão de motor, caixa e diferencial de mecânica especializada devidamente registrada nos órgãos competentes, com data não superior a 30 dias, capacidade mínima de 28 passageiros sentados, poltronas individuais reclinável, em tecido, com cintos de segurança individual, cortinas nas janelas, motor diesel, com potência mínima de 110 cv, direção hidráulica, 05 marchas a frente e 01 à ré, equipado com ar condicionado, porta pacotes, bagageiro traseiro, extintor de incêndio, tacógrafo, macaco, chave de rodas, triângulo, pneu stepe em condição de segurança, na mesma medida dos pneus de uso, ano de fabricação de 2008 acima, com inspeção veicular e com dístico de escolar conforme resolução da legislação de trânsito.

#### OBSERVAÇÕES:

a) A empresa que sagrar-se vencedora deverá apresentar os veículos ofertados, no prazo de 8(oito)dias contados da data de solicitação da entrega, para vistoria e aprovação das suas condições de uso e de conservação, não sendo admitidos veículos com avarias na lataria e pintura, suspensão do motor, deterioração dos bancos, tapetes, piso, borrachas em geral e outros.

b) A vistoria será realizada na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Secretaria Municipal de Educação do Município de Arroio Trinta, onde serão verificadas as condições de mecânica, funilaria, pintura e outros itens necessários ao bom funcionamento do veículo.

Ficam mantidas as demais condições do edital e seus anexos integrantes.

Arroio Trinta - SC, 24 de junho de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

# Atalanta

## PREFEITURA

### 001/2015

EDITAL Nº 01/2015- CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015

O Município de Atalanta, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, o Senhor Tarcisio Polastri, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar Concurso Público destinado ao provimento de cargos/empregos públicos de Agente de Serviços Gerais, Assistente Social, Coordenador do CRAS, Engenheiro Civil, Orientador Social, Técnico de Enfermagem e Agente Comunitário de Saúde-Rio Caçador do quadro de servidores dos Poderes Executivo, regido pelas disposições deste edital e legislação vigente, especialmente o artigo 37 da Constituição Federal e Lei Orgânica do Município, cujas inscrições estarão abertas no período compreendido entre 30/06 a 30/07/2015. A íntegra do edital e demais informações estão disponíveis no quadro mural oficial da Prefeitura e nos sites [www.atalanta.sc.gov.br](http://www.atalanta.sc.gov.br) e [www.actio.srv.br](http://www.actio.srv.br).

Atalanta - SC, 24 de junho de 2015.

Tarcisio Polastri Simoni Antunes

Prefeito Municipal Presidente da Comissão do Concurso

Decreto nº 025/2015

### DECRETO Nº 025/2015

DECRETO Nº 025/2015

“Institui a Comissão Municipal Coordenadoria do Concurso Público nº 01/2015 da Prefeitura Municipal de Atalanta e Estabelece Outras Providências”.

Prefeito Municipal do município de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto na Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA

Art. 1º - Fica instituída a Comissão Municipal Coordenadora do Concurso Público nº 01/2015 da Prefeitura Municipal de Atalanta.

Art. 2º - A Comissão de que trata o artigo primeiro deste Decreto, fica assim composta:

Presidente: Simoni Antunes

Secretário: Regiane Cristina Bunn Kuhnen

Membro: Lilian Sebold Maciel

Membro: Alessandra Zanelato Tavares

Membro: Gigliola Vanessa Mohr

§ 1º - O Presidente e o Secretário terão obrigatoriamente seus respectivos suplentes que serão nominados na ata da primeira reunião da Comissão Municipal Coordenadora do Concurso Público, para atuarem no impedimento ou ausência dos titulares.

§ 2º - A Comissão Municipal Coordenadora do Concurso Público poderá funcionar somente com a maioria absoluta de seus membros.

Art. 3º - A Comissão Municipal Coordenadora do Concurso Público compete promover a realização das provas escritas, práticas e de títulos, exarar decisões em recursos e deliberar sobre os casos omissos.

§ 1º - Compete também à Comissão Coordenadora do Concurso Público, adotar todas as medidas necessárias ao bom andamento do processo de concurso, incluindo a exclusão de candidatos por infringência dos termos do edital.

§ 2º - Compete ainda à Comissão avaliar e submeter à homologação

do Chefe do Poder Executivo o resultado do Concurso.

§ 3º - Poderá, a juízo da Comissão Municipal Coordenadora do Concurso Público e com a anuência do Chefe do Poder Executivo, ser contratada empresa especializada para a elaboração, aplicação e correção das provas, em cuja hipótese caberá à Comissão Coordenadora, a fiscalização da aplicação das provas.

Art. 4º - As decisões da Comissão Municipal Coordenadora do Concurso Público nº 01/2015 serão tomadas por maioria absoluta de votos, cabendo ao Presidente o voto de desempate, quando for necessário.

Art. 5º - Compete ao Presidente da Comissão Municipal Coordenadora do Concurso Público nº 01/2015 presidir as reuniões.

Art. 6º - Compete ao Secretário da Comissão Municipal Coordenadora do Concurso Público:

I - lavrar as atas dos trabalhos da Comissão, assinando-as em conjunto com os demais membros;

II - coordenar o exame da documentação apresentada pelos candidatos;

III - propor ao Presidente as medidas adequadas ao bom andamento dos trabalhos da Comissão;

IV - elaborar os relatórios, assinando-os em conjunto com os demais membros;

Art. 7º - Revogam-se o decreto nº 022/2015 e demais disposições em contrário.

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Atalanta, 24 de junho de 2015.

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal



# Balneário Rincão

## PREFEITURA

### LEI Nº 203/2015

LEI Nº 203, de 23 de junho de 2015.

INSERE PARÁGRAFO 3º E ALTERA O §1º DO ART. 5º DA LEI MUNICIPAL Nº 06 DE JANEIRO DE 2013, QUE INSTITUIU O CUSTEIO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Décio Gomes Góes, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faz saber que a Câmara Municipal de Balneário Rincão aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Art. 5º da Lei Municipal nº 06 de janeiro de 2013, passa a vigorar acrescido do §3º com a seguinte redação: "Os valores da Tabela I, serão reajustados anualmente pelo INPC, com efeito a partir da data da publicação desta lei."

Art. 2º - O §1º, do art. Art. 5º da Lei Municipal nº 06 de janeiro de 2013, passa a vigorar com seguinte redação: "Estão isentos da contribuição os consumidores moradores com residência fixa no imóvel, que comprovem a baixa renda e com consumo inferior a 50KW/H, e da classe rural com 50KW/H".

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 23 de junho de 2015.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

**LEI Nº 206/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO  
GABINETE DO PREFEITO

**LEI Nº 206 de 24 de junho de 2015.**

**APROVA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO -  
PME E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É aprovado o Plano Municipal de Educação - PME, com vigência por 09 (nove) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 8 da lei 13005 de 25 de junho de 2014 e do art. 178 da Lei Orgânica Municipal.

Art.2º São diretrizes do PME:

- I - Melhoria da qualidade da educação;
- II - Valorização dos profissionais da educação;
- III - Infraestrutura adequada e condições de acessibilidade nas escolas municipais;
- IV - Atendimento da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental pela Rede Municipal de Educação;
- V - Promoção do princípio da gestão democrática da educação pública.

Art.3º O Plano Municipal de Educação foi elaborado com participação da sociedade civil e governamental, sob a Coordenação da Comissão de Coordenação do Processo de Elaboração do PME de Balneário Rincão, nomeada sob a Portaria nº 2/15/SED de 3 de março de 2015, juntamente com a Equipe Técnica do Processo de Elaboração do PME de Balneário Rincão, conforme Portaria nº 01/15/SED de 5 de janeiro de 2015; subsidiado pela Secretaria Municipal de Educação de Balneário Rincão.

Art.4º O Plano Municipal de Educação de Balneário Rincão, foi elaborado em conformidade com o Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014 e parágrafo único do art. 178 da Lei Orgânica Municipal de 16 de dezembro de 2013.

Art. 5º As metas previstas no Anexo desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 6º A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas, realizados pelas seguintes instâncias:

I – Secretaria de Educação e Cultura - SED;

II – Câmara de Vereadores;

III – Conselho Municipal de Educação – CME;

IV – Fórum Municipal de Educação.

§ 1º Compete, ainda, às instâncias referidas no caput.

I - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;

II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;

III - analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

Art. 7º Fica criado o fórum municipal de educação que será regulamentado via decreto do prefeito municipal, no prazo de 1 (um) ano contado da publicação desta Lei.

Art. 8º O Município promoverá a realização de pelo menos 2 (duas) conferências municipais de educação até o final do decênio, articuladas e coordenadas pelo Fórum Municipal de Educação, instituído nesta Lei, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

§ 1º O Fórum Municipal de Educação, além da atribuição referida no caput:

I - acompanhará a execução do PME e o cumprimento de suas metas;

II - promoverá a articulação das conferências municipais de educação com as conferências regionais, estaduais e nacionais que as sucedem.

§ 2º As conferências municipais de educação realizar-se-ão com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução deste PME e subsidiar a elaboração do plano municipal de educação para o decênio subsequente.

Art. 9º A União, o Estado e o Município atuarão em regime de colaboração, visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano.

§ 1º Caberá aos gestores federais, estaduais e municipais a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PME.

§ 2º As estratégias definidas no Anexo desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

§ 3º O Sistema Municipal de Educação criará mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas do PNE e deste PME.

§ 4º Os processos de elaboração e adequação dos planos de educação dos Estados e do Município, de que trata o *caput* deste artigo, serão realizados com ampla participação de representantes da comunidade educacional e da sociedade civil.

Art. 10º O Município deverá aprovar leis específicas para o seu sistema de ensino, disciplinando a gestão democrática da educação pública no respectivo âmbito de atuação, no prazo de 1 (um) ano da publicação desta Lei.

Art. 11º O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PME e com os respectivos planos de educação, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 12º O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

§ 1º O sistema de avaliação a que se refere o *caput* produzirá, no máximo a cada 2 (dois) anos:

I - indicadores de avaliação institucional, relativos a características como o perfil do alunado e do corpo dos (as) profissionais da educação, as relações entre dimensão do corpo docente, do corpo técnico e do corpo discente, a infraestrutura das escolas, os recursos pedagógicos disponíveis e os processos da gestão, entre outras relevantes.

Art. 13º Até o final do primeiro semestre do oitavo ano de vigência deste PME, o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 14º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 24 de junho de 2015.

**DÉCIO GOMES GÓES**

**Prefeito Municipal**

## ANEXOS

### ANEXO A - METAS E ESTRATÉGIAS

**Meta 1:** universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência do PNE.

#### *Estratégias:*

1.1) realizar, periodicamente, em parceria com as Secretarias de Saúde e de Assistência Social, levantamento da demanda por creche para a população de até 3 (três) anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta;

1.2) implementar, em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 3 (três) anos de idade;

1.3) construir, até 2016, em regime de colaboração com a união através do programa Proinfância a primeira instituição de ensino dedicada ao atendimento de crianças de 0 a 3 anos do município;

1.4) priorizar, para crianças de 0 a 3 anos beneficiárias dos programas de transferência de renda e mediante análise do perfil socioeconômico a oferta de vagas nas creches municipais, fazendo uso do programa Brasil Carinhoso que repassa 50% (cinquenta por cento) mais recursos por vaga ocupada por crianças beneficiárias do Bolsa Família;

1.5) garantir que, ao final da vigência deste PME, seja inferior a 10% (dez por cento) a diferença entre as taxas de frequência à educação infantil das crianças de até 3 (três) anos oriundas do quinto de renda familiar *per capita* mais elevado e as do quinto de renda familiar *per capita* mais baixo;

1.6) participar em regime de colaboração e respeitadas as normas de acessibilidade, dos programas nacionais de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil;

1.7) estimular a articulação entre pós-graduação, graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de



currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento da população de 0 (zero) a 5 (cinco) anos;

1.8) preservar as especificidades da educação infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte;

1.9) estimular o acesso à educação infantil em tempo integral, para todas as crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil;

1.10) implementar espaços lúdicos de interatividade considerando a diversidade étnica, de gênero e sociocultural, tais como: brinquedoteca, sala de leitura infantil e parque infantil;

1.11) respeitar a proporção de 13 (treze) alunos por classe nas creches e de 22 (vinte e dois) alunos por classe na pré-escola, conforme sejam implementados os parâmetros de financiamento do Custo Aluno Qualidade (CAQ) pelo governo federal;

1.12) separar progressivamente por faixa etária as turmas da educação infantil;

1.13) organizar progressivamente os horários dos Centros de Educação Infantil de acordo com o horário de trabalho dos pais e mães das crianças;

1.14) implantar até o final da vigência do Plano Municipal de Educação o acesso à laboratórios de informática aos alunos dos Centros de Educação Infantil, realizando parcerias com as escolas de ensino fundamental da Rede Municipal de Educação;

1.15) ampliar e fixar a escola de férias com local adequado para as mães deixarem seus filhos enquanto trabalham no período de alta temporada.

**Meta 2:** universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.

*Estratégias:*

2.1) desenvolver em parceria com outros órgãos públicos de assistência social e saúde um levantamento visando saber a quantidade de crianças e jovens de 6 a 14 anos que estão fora da escola, e promover a busca ativa dessas crianças e adolescentes inclusive utilizando o art. 246 do decreto-lei 2848, de 7 de dezembro de 1940;

2.2) fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos (as) alunos (as), em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;

2.3) disciplinar, no âmbito do Sistema Municipal de Educação, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região;

2.4) promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos (as) alunos (as) dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural;

2.5) incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias;

2.6) oferecer atividades extracurriculares de incentivo aos (às) estudantes e de estímulo a habilidades, inclusive mediante participação em certames e concursos nacionais;

2.7) ofertar na própria escola aulas de reforço no contraturno escolar para os alunos com dificuldades de aprendizagem;

2.8) garantir o acesso e permanência dos estudantes na educação pública, viabilizando transporte escolar acessível com segurança, laboratórios didáticos e biblioteca informatizada com acervo atualizado, visando a inclusão das diferentes etnias;

2.9) Implantar programas de incentivo à leitura, assegurando a renovação, manutenção e criação de salas de leitura em todas as escolas, inclusive a sala de leitura virtual com equipamentos, espaços, acervos bibliográficos, bem como profissionais especializados, como condição para a melhoria do processo ensino/aprendizagem, até 2018;

2.10) respeitar a proporção de 24 (vinte e quatro) alunos por classe nos anos iniciais, conforme sejam implementados os parâmetros de financiamento do Custo Aluno Qualidade (CAQ) pelo governo federal;

2.11) alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do terceiro ano do ensino fundamental;

2.12) estruturar os processos pedagógicos de alfabetização, nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos (as) professores (as) alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças;

2.13) Colaborar e aderir aos instrumentos de avaliação nacional periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, e com base nesses dados implementar medidas pedagógicas para garantir a alfabetização plena de todas as crianças até o final do terceiro ano do ensino fundamental;

2.14) apoiar a alfabetização, com o incentivo à produção de materiais didáticos específicos da cultura local, e que valorizem a identidade cultural dos estudantes;

2.15) apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal;

2.16) garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado;

2.17) em colaboração com os outros entes federados garantir o acesso e permanência dos alunos com deficiência, por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva;

2.18) ampliar gradativamente o atendimento da rede municipal nos anos finais do ensino fundamental após atender plenamente a demanda dos anos iniciais e educação infantil.

**Meta 3:** universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste plano, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

*Estratégias:*

3.1) garantir espaços públicos de fruição cultural, para jovens de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos junto ao governo estadual;

3.2) promover a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos fora da escola, em articulação com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude;

3.3) articular com o governo estadual e federal o redimensionamento da oferta de ensino médio nos turnos diurno e noturno, bem como a distribuição territorial das escolas de ensino médio, de forma a atender a toda a demanda, de acordo com as necessidades específicas dos (as) alunos (as);

3.4) articular com o governo federal a implantação de um polo ou campi do instituto federal no município com oferta de ensino médio técnico e profissionalizante;

3.5) articular com o governo estadual uma escola de ensino médio técnico ou profissionalizante no município;

**Meta 4:** manter a educação em tempo integral nas escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 40% (quarenta por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica.

*Estratégias:*

4.1) promover, com o apoio da União, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos (as) alunos (as) na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola;

4.2) construir e inaugurar até 2016, em regime de colaboração com os outros entes federados a primeira escola com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, prioritariamente aos beneficiários de programas de transferência de renda;

4.3) institucionalizar e manter, em regime de colaboração, programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras

poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, sala de artes, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos;

4.4) fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, e cinemas;

4.5) garantir a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na faixa etária de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos, assegurando atendimento educacional especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas;

4.6) Implantar gradativamente 50% da carga horária dos professores em atividades de docência, 17% em reforço individualizado além do desenvolvimento de projetos para atender os alunos e 33% sem interação com alunos.

**Meta 5:** Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB:

**Tabela 1- Média Nacional para IDEB**

IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais	5,2	5,5	5,7	6
Anos finais	4,7	5	5.2	5,5
Ensino Médio	4,3	4,7	5	5,2

Fonte: PNE, 2014

*Estratégias:*

5.1) formalizar e executar os planos de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e professoras e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar;

5.2) Universalizar, em colaboração com a União, Estado e Municípios até o quarto ano de vigência do PME, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de



alta velocidade, e promover a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação;

5.3) garantir que até 2017 cada instituição de ensino fundamental municipal possua sala de leitura própria com espaço adequado para leitura e pesquisa com profissional capacitado;

5.4) garantir transporte gratuito com acessibilidade para os estudantes da rede municipal dentro dos limites territoriais do município, visando reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento;

5.5) Garantir em legislação específica, aprovada em âmbito municipal, no prazo de 1(um) ano a regulamentação do transporte escolar municipal;

5.6) aderir ao programa Caminhos da Escola do FNDE para receber bicicletas como opção complementar ou alternativa de transporte e criar bicicletários nas escolas municipais;

5.7) estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos (das) profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

5.8) promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e leitoras e a capacitação de professores e professoras, bibliotecários e bibliotecárias e agentes da comunidade para atuar como mediadores e mediadoras da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem;

5.9) implementar e consolidar até 2017 o Projeto Político Pedagógico (PPP) das unidades de ensino, identificando como concepção uma escola criativa, democrática, inclusiva, assegurando a autonomia da escola na sua elaboração, assim como a gerencia de recursos mínimos para a manutenção do cotidiano escolar;

5.10) apoiar e incentivar as organizações estudantis, como espaço de participação e exercício da cidadania;

5.11) criar o programa mala do livro com minibibliotecas (caixas-estantes), instaladas em residências de Agentes Comunitários de Leitura, para empréstimo à vizinhança;

5.12) adotar os parâmetros curriculares nacionais: meio ambiente, saúde de 1997 como base para a construção das diretrizes curriculares do município; assim como ensinar práticas de alimentação saudável.

5.13) garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nos 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e 11.645, de 10 de março de 2008, assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil;

**Meta 6:** elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no município e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

*Estratégias:*

6.1) aderir aos programas e tecnologias nacionais para correção de fluxo, para acompanhamento pedagógico individualizado e para recuperação e progressão parcial, bem como priorizar estudantes com rendimento escolar defasado, considerando as especificidades populacionais dos segmentos considerados;

6.2) implementar programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial;

6.3) aderir aos programas ofertados para garantir o acesso gratuito a exames de certificação da conclusão dos ensinos fundamental e médio;

6.4) firmar parcerias junto as entidades públicas e privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de forma a oferecer educação técnica profissional gratuita concomitante ao ensino ofertado na rede escolar pública para os segmentos populacionais aqui considerados;

6.5) promover, em parceria com as áreas de saúde e assistência social, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola, identificar motivos de absenteísmo,

de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses (as) estudantes na rede pública regular de ensino;

6.6) promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar, na educação de jovens e adultos, das pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida;

6.7) estipular um calendário de ensino de jovens e adultos pescadores que seja adequado ao período de maior incidência de pesca (maio/agosto);

6.8) aderir aos programas nacionais e estaduais de educação de jovens e adultos.

**Meta 7:** universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

*Estratégias:*

7.1) implantar, ao longo deste plano, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores e professoras para o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas, e do campo;

7.2) garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, a todos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o aluno;

7.3) garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos (às) alunos (as) surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do [art. 22 do Decreto](#)

nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdos-cegos;

7.4) fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação beneficiários (as) de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude;

7.5) aderir aos programas nacionais e estaduais para a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos (das) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores (as) do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores (as) e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdos-cegos, professores de Libras, prioritariamente surdos, e professores bilíngues;

7.6) promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar integral das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculadas nas redes públicas de ensino;

7.7) promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando um intercâmbio de informações sobre as especificidades dos estudantes que frequentam essas instituições, e o sistema público de ensino;

7.8) pressionar o governo estadual para que cumpra ação 4.1 do Programa Pedagógico da Fundação Catarinense de Educação Especial de 2009.

**Meta 8:** elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da

vigência deste plano, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

*Estratégias:*

8.1) assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria;

8.2) desenvolver em parceria com outros órgãos públicos de assistência social mecanismos para realizar diagnóstico dos jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos;

8.3) adotar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica;

8.4) executar ações de atendimento ao (à) estudante da educação de jovens e adultos por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde;

8.5) considerar, nas políticas públicas de jovens e adultos, as necessidades dos idosos, com vistas à promoção de políticas de erradicação do analfabetismo, ao acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas, à implementação de programas de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiência dos idosos e à inclusão dos temas do envelhecimento e da velhice nas escolas.

**Meta 9:** oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional em parceria com o governo estadual e federal.

*Estratégias:*

9.1) firmar convênios e parcerias para expandir as matrículas na educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador(a);

9.2) fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características da população;



9.3) ampliar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;

9.4) firmar parcerias junto às empresas privadas estimulando a entrada desses estudantes provenientes do EJA articulado à formação profissional, no mercado de trabalho;

**Meta 10:** apoiar a expansão das matrículas da educação profissional técnica de nível médio no município como contribuição para que seja atingida a meta 11 do plano nacional de educação.

*Estratégias:*

10.1) pressionar para que a interiorização da educação profissional se dê em nosso município, com matrículas de educação profissional técnica de nível médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, em nosso território, levando em consideração os arranjos produtivos, sociais e culturais locais, tendo o turismo e a atividade pesqueira como eixos de organização da oferta de cursos;

10.2) solicitar ao poder público estadual a oferta de educação profissional técnica de nível médio em sua rede de ensino, nas instituições que se situam no município;

10.3) buscar parcerias para expandir a oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso à educação profissional pública e gratuita, assegurado padrão de qualidade;

10.4) solicitar a ampliação da oferta de matrículas gratuitas de educação profissional técnica de nível médio pelas entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade;

10.5) ampliar as parcerias com outros entes federados visando expandir o atendimento do ensino médio gratuito integrado à formação profissional para as populações do campo, de acordo com os seus interesses e necessidades;

10.6) Levantar as demandas percebidas pela população por meio de pesquisa da secretaria de educação em conjunto com a secretaria de saúde e assistência social sobre cursos profissionalizantes e encaminhar aos Institutos Federais.

**Meta 11:** cooperar para o cumprimento da meta nacional de elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

*Estratégias:*

11.1) garantir o transporte gratuito para estudantes do Ensino Superior residentes no município, de acordo com os critérios sociais estipulados por legislação específica;

11.2) articular junto com os outros entes federados a vinda de um campi, por meio da expansão e interiorização da rede federal de educação superior, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e do sistema Universidade Aberta do Brasil, considerando as características da região e as demandas do projeto de cidade voltada ao turismo;

11.3) firmar parcerias com as Instituições de Ensino Superior para receber estagiários;

11.4) articular a instalação de universidades comunitárias no município.

**Meta 12:** assegurar que todos os profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da lei no 8.394, de 20 de dezembro de 1996, possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, e que 75% tenham formação em nível de pós-graduação e garantir a todos (as) os (as) demais profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação.

*Estratégias:*

12.1) articular parcerias com universidades locais para receber programa permanente de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, afim de aprimorar a formação de profissionais para atuar no magistério da educação básica;

12.2) fomentar a oferta de cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior destinados à formação, nas respectivas áreas de atuação, dos (as) profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério;

12.3) possibilitar a participação em programa federal de concessão de bolsas de estudos para que os professores de idiomas das escolas públicas de educação básica municipal realizem estudos de imersão e aperfeiçoamento nos países que tenham como idioma nativo as línguas que lecionem;

12.4) criar um programa permanente definido em legislação e previsto no plano de carreira dos profissionais da educação licenças remuneradas e incentivos para qualificação profissional, inclusive em nível de pós-graduação strictu sensu;

**Meta 13:** Valorizar os profissionais do Magistério da rede pública de educação básica municipal, assegurando no prazo de 2 (dois) anos a existência de plano de carreira, tendo como referência o piso nacional, definido em lei federal, nos termos do Inciso VIII, do Artigo 206, da Constituição Federal, a fim de equiparar o rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do 6º (sexto) ano da vigência deste Plano.

*Estratégias:*

13.1) estruturar a rede pública de educação básica municipal de modo que, até o início do terceiro ano de vigência do PNE, 90% (noventa por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais do magistério e 50% (cinquenta por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais da educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontrem vinculados;

13.2) implementar o plano de carreira para os profissionais do magistério da rede pública de educação básica municipal observados os critérios da Lei no 11.738, de 16 de julho de 2008, e da resolução nº 5, de 3 de agosto de 2010, com implantação gradual do cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar;

13.3) aderir a prova nacional de iniciativa do Ministério da Educação, para subsidiar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, na realização de concursos públicos de admissão de profissionais do magistério da educação básica pública;

13.4) Constituir como tarefa do Fórum Municipal de Educação, o acompanhamento da evolução salarial por meio de indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, periodicamente divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);

13.5) implantar, na rede pública de educação básica municipal, acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar, com base nos programas de acompanhamento, por meio de avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório e oferecer, durante este período, curso de aprofundamento de estudos na área de atuação do professor, com destaque para os conteúdos a serem ensinados e as metodologias de ensino de cada disciplina;

13.6) garantir que o § 4º do art. 2 da Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, e do § 2º do art. 184 da Lei Orgânica Municipal sejam cumpridos em sua integridade, considerando como base de cálculo a hora/aula;

13.7) garantir um espaço adequado, dentro de cada unidade educativa, para planejamento e estudo dos professores, com acesso a rede mundial de computadores, um computador por professor que estiver em sua hora/atividade, mesa, cadeiras, fotocopiadora, impressora colorida, e material de consulta;

13.8) criar o cargo de auxiliar administrativo ou similar para escolas com mais de 200 alunos;

13.9) garantir a existência de um banheiro exclusivo para os professores e demais funcionários da escola.

**Meta 14:** Oferecer condições de trabalho adequadas aos profissionais da educação que não professores, tais como equiparação salarial com os municípios vizinhos e adequação de número de alunos por profissional.

*Estratégias:*

14.1) equiparar os salários com os demais municípios da região em até três anos da promulgação dessa lei;

14.2) respeitar o número máximo de 100 alunos por agente de serviços gerais nas instituições de ensino municipais;

14.3) no prazo de até dois anos da promulgação desta lei todas as escolas do ensino fundamental do município estarão com cozinhas equipadas de acordo com as resoluções, RDC 216, de 15 de setembro de 2004 e RDC 275, de 21 de outubro de 2002, assim como todas às de Educação Infantil no prazo de cinco anos;

14.4) melhorar a logística dos insumos básicos para garantir que não falem materiais de limpeza nas instituições;

14.5) resolver os problemas de ordem sanitária como fossa;

14.6) até um ano da promulgação dessa lei toda instituição deve possuir um número maior de xícaras, canecas, colheres entre outros materiais de uso individual, do que o número de alunos;

14.7) criar um programa de prevenção de acidentes de trabalho, boas condições de trabalho e saúde do trabalhador com registro dos acidentes ocorridos mensalmente nas unidades;

14.8) cumprir o art. 10 da Resolução nº 465/2010 do Conselho Federal de Nutrição.

**Meta 15:** Garantir em legislação específica, aprovada em âmbito municipal, no prazo de 1(um) ano condições para a efetivação da gestão democrática, na educação básica pública, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar.

*Estratégias:*

15.1) aprovar legislação específica para a nomeação dos diretores e diretoras de escola, considerando conjuntamente critérios técnicos de mérito e desempenho, bem como a participação da comunidade escolar por meio de eleições diretas, sendo vedada a reeleição ao cargo de direção;

15.2) somente poderão concorrer e exercer o cargo de diretor das unidades educativas professores com cargo efetivo e que estejam atuando em sala de aula na Rede Municipal de Educação;

15.3) constituir o Fórum Municipal Permanente de Educação, com o intuito de coordenar as conferências municipais, bem como efetuar o acompanhamento da execução do PNE e deste PME;



15.4) estimular, em todas as redes de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-se-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações;

15.5) estimular a constituição e o fortalecimento de conselhos escolares e conselhos municipais de educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo;

15.6) garantir a participação efetiva da comunidade escolar e local na formulação e acompanhamento dos projetos político-pedagógico, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, possibilitando as condições objetivas necessárias à operacionalização desta participação;

15.7) assegurar a participação das crianças provenientes de famílias de baixa renda matriculadas na educação infantil, nos programas sociais vinculados ao poder público municipal, estadual e federal;

15.8) favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira, via Programa Dinheiro Direto na Escola, nos estabelecimentos de ensino, em consonância com a proposta pedagógica municipal;

15.9) fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas e a criação de portais eletrônicos de transparência;

15.10) assegurar a implantação de conselhos escolares e outras formas de participação da comunidade escolar nas instituições de educação infantil a fim de tornar sua gestão participativa e democrática, bem como para o acompanhamento e o controle dos recursos financeiros recebidos e executados pelas instituições;

15.11) criar comissões de acompanhamento do Plano de Ações Articuladas (PAR), para monitorar e dar visibilidade às ações planejadas em suas respectivas esferas;

15.12) aprimorar os mecanismos de acompanhamento, fiscalização e avaliação dos gastos com educação pela sociedade, pelos Conselhos Escolares e Associação de Pais e Professores, viabilizando ou promovendo ampla divulgação do orçamento público, efetiva transparência nas rubricas orçamentárias e o estabelecimento de ações de controle e articulação entre os órgãos responsáveis, assegurando o gerenciamento e fiscalização dos recursos públicos destinados às escolares;

15.13) definir critérios técnicos para o provimento dos cargos comissionados, objetivando chegar ao mínimo necessário e que estes sejam ocupados por profissionais habilitados na área da educação;

15.14) ampliar os programas de apoio e formação aos (às) conselheiros (as) dos conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB, dos conselhos de alimentação escolar, dos conselhos regionais e de outros e aos (às) representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses colegiados recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções;

15.15) instituir convênios entre a prefeitura municipal e as associações de pais e professores para repasse de recursos diretamente à escola com critérios definidos em lei.

15.16) criar a escola de pais em parceria com as associações de pais e professores para ofertar atividades atrativas que propiciem o engajamento dos pais no cotidiano escolar.

**Meta 16:** investir, no mínimo, o patamar de 30% (tinta por cento), da receita resultante de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme art. 186 da lei orgânica municipal.

*Estratégias:*

16.1) regulamentar por lei específica de acordo com § 5 do art.69 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o repasse diretamente à secretaria de educação, das verbas da educação do município;

16.2) fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem, nos termos do parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB, com a colaboração entre o Ministério da Educação, as Secretarias de Educação dos Estados e dos Municípios e os Tribunais de Contas da União, dos Estados e dos Municípios;

16.3) atualizar a Lei Orgânica nos parágrafos terceiro e quarto do art. 186 para adequar à legislação federal relativa ao § 2º do art. 5 e inciso I do art. 4 da Lei 9.394 de 20 de

dezembro de 1996, e ao § 3º do art. 212 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1998;

16.4) buscar com o governo federal complementação ao município via FUNDEB para o ano de 2016 com a inauguração da escola da Zona Sul;

16.5) estabelecer com o governo do estado uma estratégia para a vinda dos alunos da Rede Estadual dos anos iniciais para a Rede Municipal incluindo repasse por parte do estado do valor por aluno pago via FUNDEB.

## **ANEXO B - POR QUE PLANEJAR OS PRÓXIMOS DEZ ANOS DA EDUCAÇÃO DE BALNEÁRIO RINCÃO?**

Porque resumidamente [...] “a política educacional brasileira até os dias de hoje se apresenta com características condensadas nas seguintes palavras: filantropia, protelação, fragmentação e improvisação” (SAVIANI, 2014, p.37). Isso faz com que os problemas de analfabetismo e universalização do ensino se arrastem pelo século XXI em nosso país, conquanto em nossos vizinhos latino-americanos já estejam resolvidos.

Portanto, pensar em forma de Sistema de Ensino nos leva a planejar a educação nacional e materializar esse pensamento no Plano Nacional de Educação (PNE). Seguido dos Planos Estaduais de Educação (PEE) e Planos Municipais de Educação (PME). Desta forma o PME é o terceiro planejamento em termos de hierarquia e deve respeitar os superiores em sua concepção.

Para a elaboração do Plano Municipal de Educação do Município de Balneário Rincão foram utilizadas informações dos órgãos sugeridos pelo Ministério da Educação (MEC) (BRASIL, 2014). No entanto, por ser um município recém-emancipado, houve dificuldades e limitações nesse quesito. Por exemplo: O censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi realizado no ano de 2010, período em que o município era considerado distrito de Içara, por conseguinte os dados populacionais são aproximados, portanto não plausíveis de serem utilizados como parâmetro.

O município conta hoje com dezesseis instituições de ensino, sendo todas públicas. Nas etapas de educação infantil (oito), ensino fundamental (quatro), ensino fundamental e ensino médio (uma), nas modalidades de Educação de Jovens e Adultos (EJA), (uma municipal e uma estadual) e educação integral<sup>1</sup> (uma). A educação infantil é atendida em sua totalidade pela rede de ensino municipal, já o ensino fundamental conta com três escolas municipais voltadas somente aos anos iniciais e duas escolas estaduais, sendo uma com anos iniciais e finais e outra que engloba também o ensino médio. Iniciaram no ano de 2014 cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) os quais ocorrem em uma das escolas municipais.

---

<sup>1</sup> Escola integradora – atende no contra turno escolar alunos da rede municipal e estadual de ensino com atividades esportivas e culturais.

## EDUCAÇÃO INFANTIL

De acordo com os dados da versão preliminar do PEE (2014), o estado de Santa Catarina no ano de 2013 fornecia atendimento para 37,4% das crianças com idade de creche (0 a 3 anos), e 84,6% para crianças em idade de pré-escola (de 4 e 5 anos). Em nível nacional esse índice era de 23,5% para creche e 82,2% para a pré-escola, segundo a fonte do IBGE/PNAD (2015).

O Município de Balneário Rincão não conta hoje com atendimento especializado para a faixa etária de 0 a 3 anos, embora atenda 145 crianças de 2 e 3 anos em instituições de pré-escola. Quanto à Pré-Escola existem oito instituições na rede municipal, duas delas na modalidade de Escola do Campo. Duas delas funcionam em anexos a escolas, dividindo espaços e direção.

**Tabela 2 - Matrículas na Educação Infantil de Balneário Rincão**

	2010	2011	2012	2013	2014
CRECHE	0	76	65	145	108
PRÉ-ESCOLA	387	338	398	305	306
TOTAL	387	414	463	450	414

Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP

## ENSINO FUNDAMENTAL

De acordo com o IBGE/PNAD (2015), 92,4% dos jovens de 6 a 14 anos de Santa Catarina (SC) estão matriculados no ensino fundamental, e no Brasil 93,8%. Dos jovens com 16 anos 79,1% já concluíram o ensino fundamental em SC, e 67,4% no Brasil.

O município de Balneário Rincão possui cinco escolas de ensino fundamental, sendo três delas municipais e duas estaduais. Dentre as escolas municipais, uma delas se qualifica na modalidade de Escola do Campo. As escolas municipais atendem somente aos anos iniciais do ensino fundamental (1º - 5º ano), restando para as escolas estaduais a exclusividade de atender também aos anos finais (6º - 9º ano).

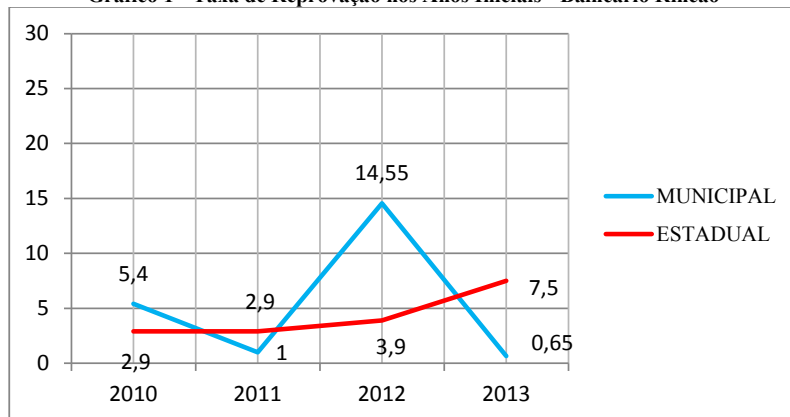
Os números iniciais de matrículas no início de 2014 nos anos iniciais eram de 426 na rede municipal, 419 na rede estadual, chegando ao final do ano com 467 e 456 respectivamente. Já nos anos finais as matrículas iniciais eram de 489 no início do ano letivo na rede estadual, e no final do ano esse número chegou a 516 matrículas.



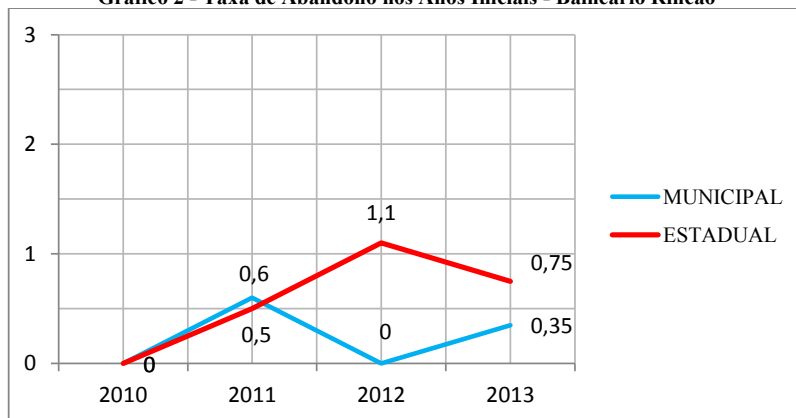
**Tabela 3 - Matrículas nos Anos Iniciais e Finais - Balneário Rincão**

ANO	ANOS INICIAS			ANOS FINAIS	
	MUNICIPAL	ESTADUAL	TOTAL	MUNICIPAL	ESTADUAL
2010	149	526	675	-	699
2011	145	705	850	-	542
2012	195	583	778	-	570
2013	205	578	783	-	490
2014	426	419	923	-	489

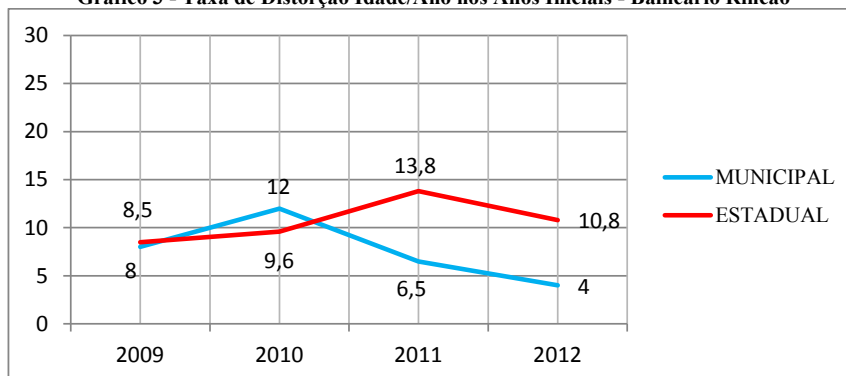
Fonte: INEP

**Gráfico 1 - Taxa de Reprovação nos Anos Iniciais - Balneário Rincão**

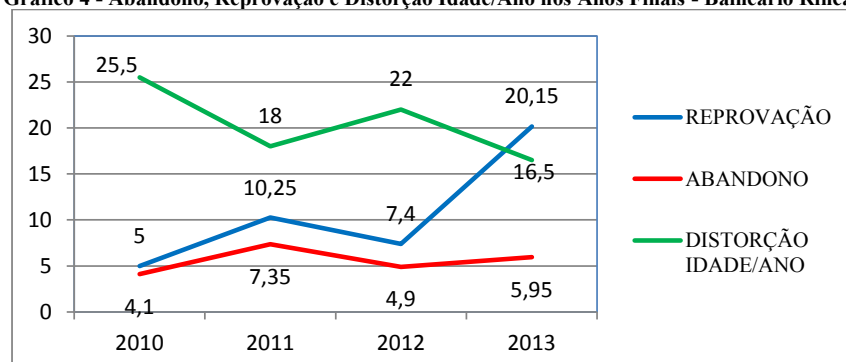
Fonte: QEDU

**Gráfico 2 - Taxa de Abandono nos Anos Iniciais - Balneário Rincão**

Fonte: QEDU

**Gráfico 3 - Taxa de Distorsão Idade/Ano nos Anos Iniciais - Balneário Rincão**

Fonte: QEDU

**Gráfico 4 - Abandono, Reprovação e Distorsão Idade/Ano nos Anos Finais - Balneário Rincão**

Fonte: QEDU

Balneário Rincão aderiu ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) em 2014. Como parâmetro avaliativo desse programa existe a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) realizada anualmente desde 2013, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que tem o objetivo de diagnosticar os níveis de alfabetização e letramento em língua portuguesa, e alfabetização matemática das crianças do terceiro ano do ensino fundamental. Considerando as notas como menores o Nível 1 considerado o nível mais baixo de proficiência e o Nível 4 o nível mais elevado.

**Tabela 4 - Taxa de Proficiência da Prova ANA 2013**

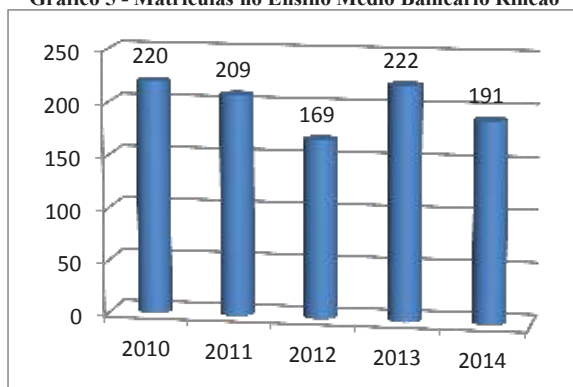
	LEITURA		ESCRITA		MATEMÁTICA	
	RINCÃO	SC	RINCÃO	SC	RINCÃO	SC
< 425	9,91	9,42	16,97	8,82	17,78	8,04
426 - 525	45,28	28,08	4,72	12,24	16,67	28,46
526 - 625	39,63	45,94	41,52	32,59	37,41	22,29
> 625	5,19	16,56	36,79	44,99	28,15	40,52

Fonte: SIMEC

## ENSINO MÉDIO

O número de matrículas de jovens de 15 a 17 anos no Brasil em 2014 atingiu os 81,2% sendo que somente 54,4% estão matriculados no ensino médio. O município conta com uma escola estadual que oferece ensino médio, localizada na região central da cidade, e não possui ensino técnico e profissionalizante integrado ao ensino médio.

Gráfico 5 - Matrículas no Ensino Médio Balneário Rincão



Fonte: INEP

## ENSINO INTEGRAL

A rede pública de ensino Brasileira<sup>2</sup> oferece 34,7% de matrículas de educação em tempo integral em 12,3% das escolas. O município de Balneário Rincão não conta com instituições com estrutura física para atender em tempo integral, embora exista um projeto chamado Escola Integradora no qual as crianças matriculadas nas escolas regulares participam de atividades esportivas, culturais, oficinas, e aulas de reforço dos conteúdos escolares, em período de contra turno.

Conforme informações da Secretaria de Educação (SED) de Balneário Rincão existem duas escolas em construção com estrutura física adequada ao atendimento em tempo integral. Também foi iniciado o programa Mais Educação em 2015.

<sup>2</sup> Disponível em <<http://www.observatoriodopne.org.br/metaspne/6-educacao-integral>> acesso em 13/01/2015.

Tabela 5- Matrículas em Período Integral - Balneário Rincão 2014

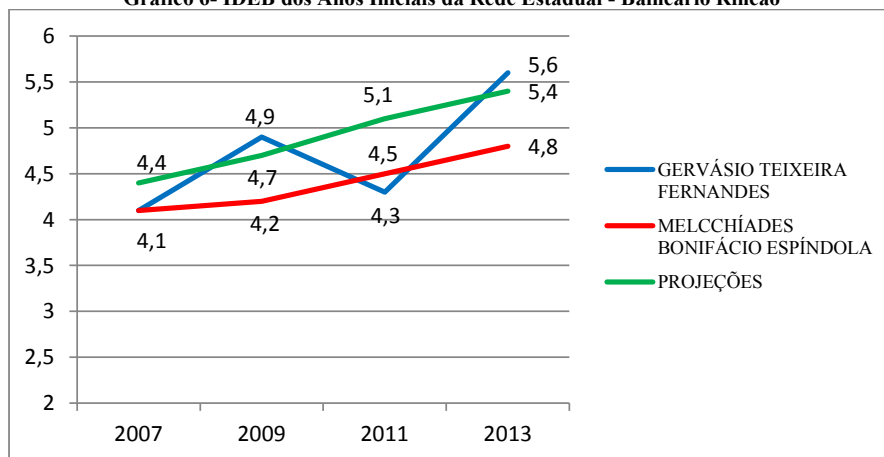
	TOTAL	INTEGRAL	NORMAL	TAXA INTEGRAL
AMELIA	87	37	50	42,53%
A PEQUENA SEREIA	37	14	23	37,84%
ARROIO	220	34	186	15,45%
BALANÇO DAS ONDAS	50	23	27	46,00%
CANTINHO DO RINCÃO	14	9	5	64,29%
JOSE REUS	166	15	151	9,04%
MUNDO MÁGICO	84	23	61	27,38%
NAVEGANDO NO SABER	27	7	20	25,93%
PEIXINHO DOURADO	116	19	97	16,38%
PÔR DO SOL	30	10	20	33,33%
SONHO INFANTIL	119	14	105	11,76%
REDE ESTADUAL	1181	121	1060	10,25%
<b>TOTAL</b>	<b>2131</b>	<b>326</b>	<b>1805</b>	<b>15,30%</b>

Fonte: SED

### ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - IDEB

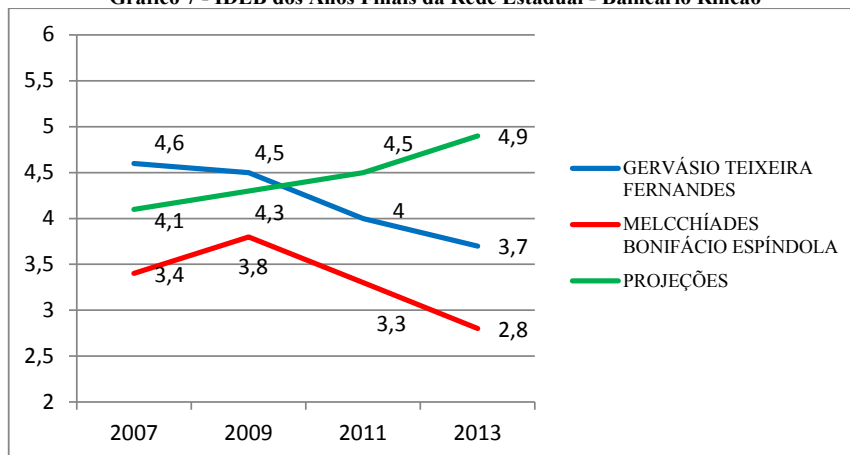
Embora SC tenha bons índices no IDEB em relação ao resto do Brasil no Balneário Rincão, a média das escolas estaduais vem decaindo nos anos finais e obteve uma melhora nos anos iniciais. Quanto à rede municipal até o presente momento, não existem aferições dessa medida de avaliação.

Gráfico 6- IDEB dos Anos Iniciais da Rede Estadual - Balneário Rincão



Fonte: QEDU

Gráfico 7 - IDEB dos Anos Finais da Rede Estadual - Balneário Rincão



Fonte: QEDU

## EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Por não haver dados confiáveis para aferição da população não alfabetizada de 15 anos ou mais, fica inviável quantificar a média de escolaridade da população do município, que conta com uma unidade do EJA e uma unidade do CEJA. A unidade do EJA é mantida exclusivamente pelo Município e o CEJA funciona com parceria entre Estado e Município. No último ano foram atendidas 43 pessoas no EJA.

De acordo com o cadastro da colônia de pescadores do município, dos 902 pescadores e pescadoras somente 17,7 % concluiu o quinto ano (antiga quarta série) do ensino fundamental.

Para nos articularmos ao Plano Nacional de Educação na elevação dos anos de estudo da população brasileira é nosso papel enquanto município agir com esse público, viabilizando e dialogando com sua entidade representativa e melhor alternativa para vencer as barreiras estruturais que ainda inviabilizam que isto ocorra. Urge então pensar em estratégias de atendimento à essa população na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, adequando tanto o calendário à época de sua atividade produtiva, assim como a viabilização das aulas ocorrerem até mesmo no próprio sindicato ou articuladas com a Colônia de pescadores Z-33.

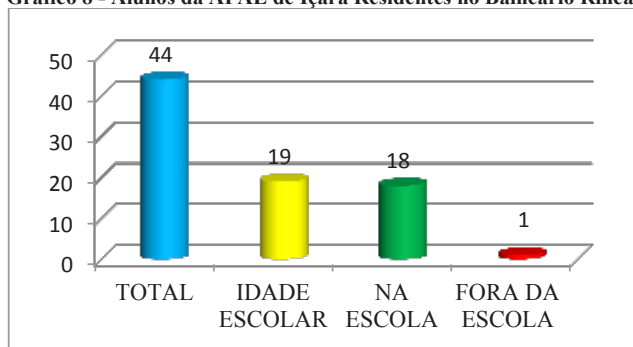


## EDUCAÇÃO ESPECIAL

Os alunos com deficiências que residem no município e frequentam a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), hoje estão sendo atendidos no município de Içara. No Brasil (2013) 76,9% das pessoas entre 4 e 17 anos com deficiência estão matriculados no ensino regular.

No Balneário Rincão apenas uma instituição de ensino conta com sala de Atendimento Especializado (AE), a qual atende toda a rede escolar municipal. As instituições de ensino do Município não estão em acordo com os padrões do decreto lei 5.296/04 de 02 de dezembro de 2004, embora determinadas instituições possuam algumas dependências acessíveis, como podemos observar na tabela abaixo:

**Gráfico 8 - Alunos da APAE de Içara Residentes no Balneário Rincão**



Fonte: APAE IÇARA

**Tabela 6- Acessibilidade das Instituições Educacionais - Balneário Rincão**

INSTITUIÇÃO	É ACESSÍVEL	DEPENDÊNCIAS ACESSÍVEIS	BANHEIRO ACESSÍVEL	POSSUI SALA AE
A PEQUENA SEREIA	Não	Não	Não	Não
ARROIO RINCÃO	Não	Sim	Sim	Não
BALANÇO DAS ONDAS	Não	Não	Não	Não
CANTINHO DO RINCÃO	Não	Não	Não	Não
GERVÁSIO TEIXEIRA FERNANDES	Não	Não	Não	Não
JOSÉ RÉUS	Não	Sim	Não	Não
MELCHIADES BONIFÁCIO ESPÍNDOLA	Não	Não	Não	Não
MUNDO MÁGICO	Não	Não	Não	Não
NAVEGANDO NO SABER	Não	Não	Não	Não
PEIXINHO DOURADO	Não	Não	Não	Sim
PÔR DO SOL	Não	Não	Não	Não
PROFESSORA AMÉLIA DE SOUZA	Não	Não	Não	Não
SONHO INFANTIL	Não	Não	Não	Não

Fonte: QEDU/SED

## ALFABETIZAÇÃO

Não existindo dados precisos referentes ao número de analfabetos do Balneário Rincão, os dados encontrados são referentes ao município de Içara segundo o censo do IBGE do ano de 2010, onde 3,8% da população Içarense eram analfabetos. Em SC atualmente, de acordo com os dados da versão preliminar do PEE, 3,2% da população com mais de quinze anos é analfabeta. Já a taxa de analfabetismo funcional é de 11,2%.

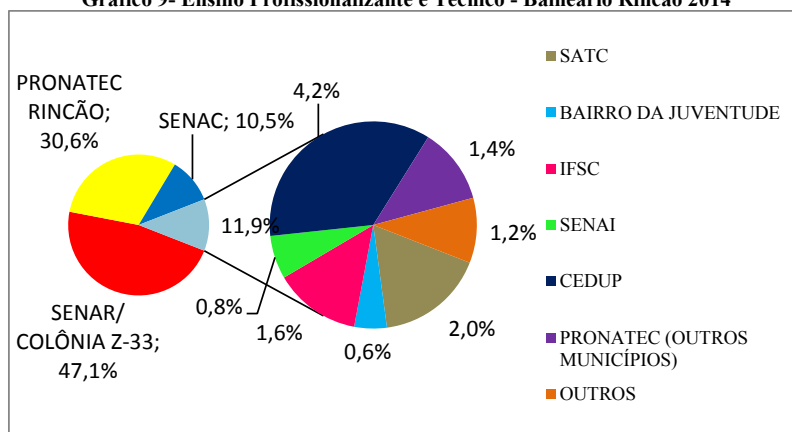
No Brasil o IBGE/PNAD aponta em 2013 8,5% de analfabetos em 2013, com a meta parcial de 7% para 2015. Já o índice de analfabetismo funcional 2011 indica 27% e meta de reduzir esse número pela metade até 2024.

## EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Não existe hoje no Balneário Rincão nenhuma escola de EJA que possua ensino fundamental ou médio integrado à educação profissional. No Brasil segundo os dados do Censo Escolar de 2013 0,8% das matrículas do EJA eram no ensino fundamental, e 3,1% do EJA no ensino médio, eram integradas à educação profissional.

O município não conta com uma escola específica com ensino profissionalizante integrada ao ensino médio, porém oferece alguns cursos profissionalizantes para jovens e adultos em parceria com outras instituições, e transporte escolar gratuito para os jovens que fazem curso profissionalizante em outro município. No total foram 497 matrículas nos mais diversos cursos em 2014.

**Gráfico 9- Ensino Profissionalizante e Técnico - Balneário Rincão 2014**



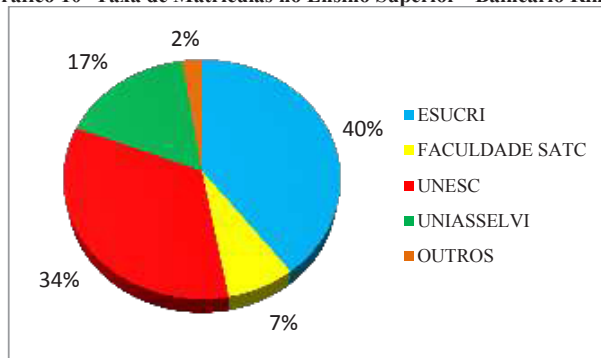
Fonte: SED/COLÔNIA Z-33

## ENSINO SUPERIOR

Do total de jovens de 18 a 24 anos no Brasil que estão na escola, 30,2% estão matriculados no ensino superior. Se analisarmos o número geral incluindo os jovens da mesma faixa etária e que estão fora da escola, essa taxa cai para 15,4% de matrículas. Já a taxa de matrículas novas na rede pública de ensino superior comparada ao total de matrículas novas é de 13,1%. Dados encontrados no IBGE/PNAD, MEC e CENSO SUPERIOR.

Balneário Rincão ainda não possui nenhuma instituição de ensino superior. O município fornece transporte gratuito para os estudantes que estudam na universidade em outros municípios, que em 2014 foram 121 alunos matriculados.

Gráfico 10- Taxa de Matrículas no Ensino Superior - Balneário Rincão



Fonte: SED

## FORMAÇÃO DOCENTE

A situação no Brasil mostra que a taxa de professores na educação básica com formação em curso superior em 2013 era de 75%, os professores dos anos finais que possuem licenciatura na área de atuação, 32,8%, e os de ensino médio com licenciatura 48,3% de acordo com o MEC. Em todas essas situações a meta nacional é de atingir a taxa de 100% até 2024. Quando se fala em pós-graduação a taxa de professores da educação básica com esse tipo de formação era de 30%, com meta para elevar essa taxa a 75% até 2024.

**Tabela 7- Formação dos Professores da Rede Municipal de Educação - Balneário Rincão 2014**

CARGO	QUANTIDADE	FORMAÇÃO	PERCENTUAL
GESTOR ESCOLAR		NÍVEL	
	7	SUPERIOR	6,8
PROFESSOR NÍVEL II ED. INFANTIL E ENS. FUNDAMENTAL.	54	NÍVEL SUPERIOR	52,4
		NÍVEL	
PROFESSOR NÍVEL III ED. FÍSICA E ARTE	26	SUPERIOR	25,2
		NÍVEL	
PROFESSOR NÍVEL IV NÃO FORMADO	16	MÉDIO	15,5
TOTAL	103		

Fonte: SED

## VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

No Brasil os profissionais da educação recebem em média 51,7% do que recebem outros profissionais com o mesmo nível de escolaridade de acordo com os dados do IBGE/PNAD (2013). A meta nacional é igualar o salário dos professores com os demais profissionais com o mesmo nível de formação até 2024.

## GESTÃO DEMOCRÁTICA

A partir da contratação dos docentes efetivos poderá ser viabilizada a realização de consulta pública para a direção das escolas. Haja vista que por estar em implementação o município, algumas questões estão pendentes como a escolha dos cargos de direção das escolas que hoje é por indicação da Secretaria da Educação.

É sabido que a participação da comunidade na escolha da direção escolar é uma gestão democrática é vantagem técnica e melhora até mesmo a infraestrutura das escolas. De acordo com CODO (2006, p.200) “é uma vantagem técnica da democracia e participação nas escolas a presença destas condições: melhora a produtividade, diminui a violência, melhora a infraestrutura”. A conclusão de que a eficiência das escolas melhora com a participação da comunidade nas decisões foi feita a partir de um estudo que envolveu 1440 escolas brasileiras. Sendo então um princípio não somente político, como também técnico a decisão de haver eleições diretas para escolha da direção escolar.

## FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

No ano de 2014 o repasse do FUNDEB para o município de Balneário Rincão foi de 1.952.931,31 reais. Quanto ao ano de 2015 a estimativa é de que o repasse seja de 3.107.597,65 reais. O crescimento será em torno de 1.155.665,74 reais na receita, um crescimento de 59,12%. Esse valor é repassado de acordo com o número de alunos cadastrados no censo escolar do ano anterior.

No ano passado com o FUNDEB, o município “perdeu” por volta de 200 mil reais, porém nesse ano a perspectiva é de um incremento de 900 mil reais em relação à receita para a educação. Para entender como funciona esse repasse é só pensar que 20% (vinte por cento) de tudo que é arrecadado no município vai para um fundo estadual, no qual somam-se as receitas do estado e dos demais municípios, depois, o valor total do fundo é dividido pelo número de alunos matriculados na rede estadual e redes municipais e assim repassado de acordo com o número de matrículas de cada rede. Esse incremento se deve à nova escola instalada no município e as novas matrículas geradas com a mesma.

Dado que existem duas escolas de ensino fundamental em construção no município e que o repasse de verbas é relacionado ao censo escolar do ano anterior, haverá um problema de finanças no município quando este assumir de fato a população dos anos iniciais do ensino fundamental. Com a inauguração das novas escolas da Zona Sul e da Barra Velha (previstas para o próximo ano) será duplicado o número de alunos atendidos pela Rede Municipal com a vinda dos cerca de 456 alunos provenientes da rede estadual. O município não terá condições de arcar sozinho por um ano com essa conta. Propõe-se que o governo do estado repasse o valor referente a esses alunos ou que o governo federal complemente o valor por aluno para que o município possa atender a esse público com condições adequadas.

O fortalecimento da educação como um dos alicerces da rede de proteção social, depende do aprimoramento contínuo do regime de colaboração entre união, estados e municípios e entes da mesma esfera federativa o que se torna possível através de fóruns e planejamentos interestaduais, regionais e municipais, portanto na Lei Orgânica Municipal de 2013, em seu artigo 186 consta que: “O Município aplicará, anualmente, nunca menos de trinta por cento” na educação. Garantir que isso seja cumprido já seria um importante passo para o financiamento da educação.

Faz-se necessária a revisão do parágrafo terceiro e quarto do art. 186 da Lei Orgânica Municipal, pois, poderiam inviabilizar o funcionamento da educação infantil se



realizados no município. Dentro dessa perspectiva, para concretizar a educação que o município almeja se propõe a meta número16.

**SAMAE - BALNEÁRIO RINCÃO****AVISO DE PREGÃO 016/SAMAE/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 016/SAMAE/2015.

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM.

Data e horário da sessão de abertura: 08/07/2015 às 10:00 hrs.

Local: Samae de Balneario Rincão/SC, situado na Rua Paraná, 389, Centro, do Município de Balneario Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de limpeza com fornecimento de materiais compreendendo o número mínimo de 12 pessoas e um coordenador dos serviços e, a locação de banheiros químicos, durante toda a programação da XXI Festa da Tainha nos dias 17, 19 e 19 de Julho de 2015. Fone/Fax: (48) 3468--7800 e-mail: licitacao.samaebr@gmail.com

Balneário Rincão – SC 10 de junho de 2015.

Pregoeira

RENATA DAROS TORRES

# Barra Velha

## PREFEITURA

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PARA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIAS Nº 002/2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PARA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIAS Nº 002/2015

O Município de Barra Velha, por intermédio do Sr. Prefeito Municipal Claudemir Matias Francisco, do Sr. Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano João da Silva Júnior e Sr. Secretário Municipal de Administração e Finanças Rui José Machado Júnior, em conformidade com as atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 145, III da Constituição Federal c/c arts. 81 e 82 do Código Tributário Nacional, Decreto Lei Federal nº 195 de 24.02.1967, e da Lei Complementar 11/2011 (Código Tributário Municipal) e da Lei Municipal nº 1391, de 12.09.14, TORNA PÚBLICO a quem interessar possa, em especial aos proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título dos imóveis com frente (ou testada) para os trechos de rua do perímetro urbano identificada neste Edital, que serão executadas pelo Município as obras de melhorias de que trata este Edital, apresentando-se a estimativa de custo, bem como a avaliação dos imóveis dos antes da execução das obras para fins de possível cobrança de Contribuição de Melhoria decorrente de obra de pavimentação nas vias públicas da cidade, identificadas no item 2, conforme segue:

#### 1. DO FATO GERADOR DO TRIBUTO:

A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador a obra pública de pavimentação e drenagem pluvial, limitada a cobrança à valorização que sobreviver ao imóvel ou ao custo da obra rateada entre os beneficiados, observando o menor valor.

#### 2. DO LOCAL DAS OBRAS:

TRECHO: Extensão de 324m da Rua Cecílio Manoel da Cruz

#### 3. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA:

Constatada a ocorrência do fato gerador, a Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pelas obras, ou seja, dos imóveis confrontantes com o trecho da rua mencionada no item 2 que sofrerem valorização, conforme planta de localização constante do Anexo I.

#### 4. MEMORIAL DESCRITIVO:

O Memorial Descritivo integra o presente edital na forma de Anexo II e se presta a traçar diretrizes para a execução dos serviços de pavimentação, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução das obras de pavimentação que, exemplificadamente, podem ser: serviços de topografia, alinhamento, nivelamento com caixas coletoras de água pluviais (boca-de-lobo), escavação, compactação, drenagem, abertura mecânica de valas, assentamento de tubos, serviços de terraplanagem como cortes e aterros, pavimentação em paralelepípedo, meio-fio, sinalização vertical e horizontal, pintura, inclusive compactação destes.

#### 5. ORÇAMENTO DE CUSTO DAS OBRAS:

O custo das obras descritas no presente Edital (Anexo III), referente a execução da pavimentação, está distribuído da seguinte forma:

TRECHO: Rua Cecílio Manoel da Cruz, com uma extensão de 324m e largura de 6m, totalizando 1944 m<sup>2</sup>.

- A) Obras Preliminares: R\$ 9.553,19
- B) Pavimentação Lajota Sextavada: R\$ 103.032,00
- B.1) Pavimentação Comunitária: (1707m<sup>2</sup>) = R\$ 90.471,00
- B.2) Contribuição de Melhoria: (237m<sup>2</sup>) = R\$ 12.561,00
- C) Drenagem Pluvial: R\$ 34.616,66

TOTAL: R\$ 147.201,85

O Município participará com o total da importância orçada para os itens A e C, R\$ 44.169,85. O item B.1 será absorvido pela pavimentação comunitária.

O Município buscará se ressarcir do item B.2 acima descrito, observando como limite individual a valorização de cada imóvel beneficiário em decorrência das obras.

#### 6. PARCELA DEVIDA POR CADA CONTRIBUINTE E DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO:

A base de cálculo será estabelecida pelo quantum de valorização experimentado por cada imóvel, cujo valor será obtido pelo comparativo dos sois laudos de avaliação, o primeiro elaborado antes do início dos trabalhos (Anexo IV), e se encontra à disposição dos interessados junto à Municipalidade e o segundo ao seu término.

Os laudos serão elaborados por comissão integrada pelos servidores profissionais técnicos do Município, composta de engenheiro(s) ou arquiteto(s) e coordenador, definidos na Portaria nº 575/2015.

Os laudos de avaliação gozam de presunção de veracidade e legitimidade, admitida prova em contrário, e não serão utilizados para cobrança de tributo diverso da Contribuição de Melhoria. Constatada a ocorrência do fato gerador, a alíquota incidente para fins de cobrança da Contribuição de melhorias é de no máximo 25% do custo final da obra.

Correrão por conta do Município de Barra Velha: a) as cotas relativas aos imóveis pertencentes ao patrimônio do Município ou isentos de Contribuição de Melhorias; b) as importâncias que se referirem à área de benefício comum.

#### 7. FORMA DE PAGAMENTO

O contribuinte poderá a seu critério, optar pela forma de pagamento que melhor lhe convier, respeitando o Código Tributário e a Lei de Contribuição de Melhoria.

#### 8. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Integra o presente Edital o primeiro laudo de avaliação, anterior à realização da obra.

Comprovado o legítimo interesse, poderão ser impugnados quaisquer elementos constantes do Edital e seus anexos (inclusive do laudo de avaliação prévio), dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados de sua publicação.

A impugnação deverá ser entregue no protocolo geral da Prefeitura Municipal e dirigida à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, por meio de petição, que servirá para início do processo administrativo, no local o interessado poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos, custo da obra dentre outros elementos.

A impugnação não obstará o início ou o prosseguimento da obra ou a prática dos atos necessários à arrecadação do tributo, e sua decisão terá efeito somente para o recorrente.

#### 9. DA RECLAMAÇÃO QUANTO AO LANÇAMENTO

Após a elaboração do segundo laudo de avaliação, o lançamento do tributo e a notificação do contribuinte, este poderá, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da notificação, apresentar reclamação que suspenderá os efeitos do lançamento e a decisão sobre ela manterá ou anulará os valores lançados.

Mantido o valor do lançamento, retoma-se do movimento em que havia sido suspenso o prazo fixado para pagamento da contribuição de melhoria, desde a data da ciência do contribuinte.

A anulação do primeiro lançamento não elide a efetivação de novo lançamento, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação.

#### 10. DOS ANEXOS

Integram o presente Edital, sendo parte integrante do mesmo para todos os fins, os seguintes anexo:

ANEXO I – PLANTA DE SITUAÇÃO

ANEXO II – MEMORIAL DESCRITIVO

ANEXO III – ORÇAMENTO DE CUSTOS DAS OBRAS

ANEXO IV – RELAÇÃO DE PROPRIETÁRIOS E LAUDOS DE AVALIAÇÃO PRÉVIA

#### 11. DISPOSIÇÕES FINAIS

Demais informações poderão ser obtidas no Setor de Desenvolvimento Urbano da Prefeitura Municipal de Barra Velha, no horário das 08:00 as 12:00 as 13:30 as 17:30.

Barra Velha, 23 de Junho de 2015.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO  
Prefeito Municipal de Barra Velha

JOÃO DA SILVA JÚNIOR  
Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano

RUI JOSÉ MACHADO JÚNIOR  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Anexo I

DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA

Segue abaixo a delimitação da zona de influência que será beneficiada pela obra de pavimentação na Rua Cecílio Manoel da Cruz, Centro, Barra Velha. O trecho é compreendido por 324m de extensão por 6m de largura e está situado entre a Avenida Governador Celso Ramos e a Rua Ipiranga.

## Anexo II

### MEMORIAL DESCRITIVO

#### TERRAPLENAGEM

O projeto de terraplenagem tem por objetivo definir e preparar a seção geométrica, mediante a execução de cortes ou aterros, localização e distribuição dos volumes destinados à conformação do greide e da plataforma, conforme elementos definidos.

#### ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE DE MATERIAIS – EXECUÇÃO DO CORPO ESTRADAL

Consiste em um conjunto de operações cuja finalidade é construir o corpo da via, tomando como referência as cotas do greide projetado de terraplenagem, onde será marcado através dos offsets.

#### ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE DO MATERIAL DE CORTE

Consiste em desmontar por ação mecânica o maciço (corte) pré-definido, dentro das normas e especificações rodoviárias de modo que permita a execução da Rodovia.

#### Execução:

- Escavar os segmentos da via (cortes), cuja implantação requer escavação e transporte do material constituinte do terreno natural ao longo do eixo e no interior dos limites dos offsets que definem o corpo da via;
- A operação de execução limita-se em escavar até atingir as cotas e larguras levando em consideração as declividades dos taludes;
- O material escavado será destinado e transportado para os locais de aterros quando atender as especificações técnicas estabelecidas, ou serão destinados a locais previamente definidos e designados pela equipe de fiscalização (bota-fora);
- Todo material extraído dos cortes serão classificados por técnicos da equipe de fiscalização obedecendo às seguintes definições: 1ª categoria, 2ª categoria e 3ª categoria. Pois para cada grandeza e resistência do solo existem preços diferenciados de acordo com o grau de dificuldade no processo de escavação.

#### a) 1ª categoria:

Compreende os solos em geral do tipo argila, rocha em adiantado estágio de decomposição e seixos rolados ou não rolados com diâmetros máximos inferiores a 15 cm, qualquer que seja o teor de umidade que apresentem.

- Após a execução da terraplenagem será colocado material de jazida que servirá como reforço do sub-leito.

#### CORPO DE ATERROS – LANÇAMENTO E COMPACTAÇÃO EM CAMADAS

A camada final da terraplenagem será em areia. A liberação da compactação se fará visualmente com rolo vibratório com energia de compactação máxima. Deverá ser também observada a sanidade, deste material, evitando deste modo a presença de argilas, material orgânico etc., quando da execução da camada. Deverá ser liberada pela topografia a parte geométrica.

#### PAVIMENTAÇÃO COM REVESTIMENTO EM BLOCO DE CONCRETO (LAJOTA)

Regularização – Todo o subleito deverá ser regularizado e nivelado tanto no sentido longitudinal quanto no transversal e compactado. Caso forem constatados pontos com solos de características inservíveis como subleito, os mesmos serão removidos e substituídos pela CONTRATADA.

Colchão de Assentamento – O colchão para assentamento dos blocos de concreto deverá ser constituído de pó de pedra ou areia média, com espessura de 0,06m. A areia deverá ser constituída de partículas limpas, duras, isentas de materiais orgânicos, torrões de argila e outros materiais. O material fino não poderá ser superior a 12% em peso do material passante na peneira nº 200. O pó de pedra deverá ter granulometria de 0 a 4,5 mm.

Assentamento dos Blocos de Concreto - O bloco de concreto será do tipo lajota sextavada com espessuras de 0,08m e uma resistência à compressão de 35Mpa aos 28 dias, fornecidos pela CONTRATADA. As peças pré-moldadas terão que ser perfeitas de tal modo que depois de assentadas, a distância média entre elas seja de 2 a 3 mm, nunca superior a 5mm. Deverá ser mantido um espaçamento uniforme entre as peças para preenchimento com areia fina. O acabamento será feito com blocos serrados e rejuntado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3 na espessura do bloco de pavimentação. O rejunte junto ao meio fio será feito com argamassa de cimento e areia no traço 1:3 na espessura do bloco de pavimentação. Deverá ser passada a placa vibratória sobre as peças para corrigir possíveis irregularidades do piso. Caso alguma peça apresente qualquer defeito, ou ocorra o afundamento de peça, estas deverão ser imediatamente substituídas. Em seguida deverá ser espalhado areia fina para selar as juntas. Para facilitar a penetração a areia precisa estar bem seca. Deverá ser utilizado



vassourão ou rodo para o espalhamento da areia sobre as peças. Após, passar novamente a placa vibratória, intercalando uma passada sobre a outra. Para a liberação da lajota, a empresa executora terá que apresentar o ensaio a compressão para fiscalização.

## OBRAS DE ARTES CORRENTES E DRENAGEM

### Galerias De Águas Pluviais

A escavação da vala será executada pela Prefeitura Municipal de Barra Velha de jusante para montante e o material que não for reutilizado para o reaterro, será transportado para local pré-determinado. Os tubos deverão ser assentados em perfeito alinhamento e nivelamento, e rejuntados externamente em argamassa de cimento e areia, no traço 1:3 desde a base até o topo. O reaterro deverá ser feito com material de boa qualidade, em camadas de 0,20 m compactadas manualmente até a geratriz superior do tubo. Toda limpeza e sobra de materiais deverá ser transportado para locais previamente determinados e aprovado pela fiscalização.

### Confecção de Caixas Coletoras de Águas Pluviais

Serão executadas 16 caixas com blocos de concreto, rejuntados com argamassa de cimento e areia no traço 1:6, com dimensão de 0,50x0,70x0,40m tanto no lado esquerdo quanto no lado direito da via para seguir um padrão. O reboco interno das paredes deverá ser com argamassa de cimento e areia no traço 1:3. A laje do fundo deverá ser em concreto com espessura mínima de 0,07m e resistência de 11MPa. A tampa superior da caixa deverá ser em concreto bem nivelado e desempenado, no traço 1:2:2, cimento, areia, brita. A ligação da caixa com bueiro executado deverá ser com tubo de concreto, com acabamento interno e rejuntado com argamassa de cimento e areia no traço 1:6.

### Assentamento do Meio Fio em Concreto Pré-Moldado

Os meios fios deverão estar num alinhamento perfeito e assentes sobre uma base regularizada, devendo o espaçamento (junta) entre meio fio não ultrapassar a 0,015 m. O rejuntamento será com cimento e areia no traço 1:4, desde a base até o topo do meio fio, devendo as juntas estar limpas de impurezas e molhadas. O meio fio será protegido com encosto de argila, ficando 11 cm abaixo da geratriz superior do meio fio, e nivelada transversalmente com declividade de 2% para a pista e compactado manualmente. O material de aterro para o encosto será fornecido pela CONTRATADA.

### Características Técnicas dos Pré-Moldados

Os meio fios serão em concreto pré-moldado com resistência mínima de 25 MPa aos 28 dias. No processo de fabricação deverão ser asseguradas que as peças sejam homogêneas e compactas para obedecerem às exigências previstas, e não possuírem trincas, fraturas ou outros defeitos que possam prejudicar o assentamento ou mesmo afetar a resistência e durabilidade do pavimento. As dimensões serão adotadas pela CONTRATADA, tendo em vista a rapidez na execução e a facilidade no manuseio. Os materiais utilizados na fabricação dos pré-moldados deverão satisfazer as seguintes condições:

- cimento: obedecer às exigências da ABNT e ABCP;
- agregados: obedecer às exigências da ABNT-EB-4;
- água: estar isenta de elementos prejudiciais às reações do cimento.

## SINALIZAÇÃO

### Sinalização Vertical

#### Materiais:

Deverão ser empregados tubos de aço preto com costura din 2440/NBR 5580 Classe Media DN 50mm

#### Placas e acessórios:

As chapas para as placas de sinalização deverão ser zincadas (mínimo de 270g de zinco m<sup>2</sup>) e terão uma face pintada na cor preta semi-fosca e outra na cor padrão. As letras e símbolos e números poderão ser confeccionados de acordo com um dos seguintes procedimentos:

- Películas refletivas coladas sobre as chapas metálicas pintadas;
- Por serigrafia sobre película refletiva de fundo das chapas metálicas.
- Para a fixação das placas aos suportes, deverão ser utilizados parafusos zincados presos por arruelas e porcas. E a sinalização composta por placas, painéis e dispositivos auxiliares, situados na posição vertical e localizados à margem da via ou suspensa sobre ela, com as seguintes características:
- Posicionamento dentro do campo visual do usuário;
- Legibilidade das mensagens e símbolos;
- Mensagens simples e claras;
- Padronização.

Como regra geral, para todos os sinais posicionados lateralmente à via, é dada uma pequena deflexão horizontal (3º), em relação à direção ortogonal ao trajeto dos veículos que se aproximam de forma a minimizar problemas de reflexo. Pelo mesmo motivo, os sinais são inclinados em relação à vertical, para frente ou para trás, conforme a rampa seja ascendente ou descendente, também no valor de 3º.

A classificação da sinalização vertical, segundo sua categoria funcional e a padronização por meio de cores é a seguinte:

- Sinais de Regulamentação - vermelho;
- Sinais de Advertência - amarelo;
- Sinais de Indicação - verde;
- Sinais de Serviços Auxiliares - azul;
- Sinais de Educação - branco.

As dimensões adotadas e a execução da sinalização atende às especificação das normas - ABNT – e Manuais do Contran/Denatran.

#### Sinalização de Obras

A sinalização das obras da rua visa a segurança do usuário e do pessoal da obra, quando em serviço, sendo constituída de sinalização horizontal, vertical, bem como, dispositivos de canalização e segurança. A sinalização das obras será constituída basicamente por:

- Placas;
- Cones de borracha ou plásticos;
- Dispositivos de luz intermitente;
- Bandeiras.

#### SERVIÇOS COMPLEMENTARES

##### Calçadas e Rampas

No segmento urbanizado, foi previsto calçada no bordo direito e esquerdo da pista. Os serviços de regularização das calçadas serão executados no segmento conforme determinação prévia. As calçadas deverão ser executadas sobre um lastro de brita de 3/4" (Tipo 01) com 4,0 cm de espessura, tendo por objetivo drenar possíveis filtrações de água. As juntas de dilatação devem ter 0,01 m de espessura e espaçadas a cada 2,00 m. O concreto deve ter resistência de 20 Mpa com espessura de 7,0 cm. O espalhamento será manual e o acabamento será reguado e desempenado, sempre observando uma inclinação de 2% em direção a pista. Onde existem entradas de veículos serão executadas calçadas rebaixadas com 4 cm de brita 3/4" (Tipo 01) e 7,0 cm de concreto armado com ferragem Ø 5 mm CA-60, formando uma malha de 15 x 15 cm. As rampas de acessibilidade deverão obedecer rigorosamente o disposto na ABNT NBR 9050/2004. Não deverá haver desnível entre a parte inferior da rampa e a pista de rolamento.

Entre o alinhamento do terreno (muro ou cerca, etc.) e a parte superior da calçada, deve-se deixar um espaçamento não inferior a 0,60 m para colocação do piso tátil direcional. As rampas deverão ser executadas em concreto reguado e sinalizadas com piso tátil de alerta (de 30 x 30 cm), quando modificar a inclinação do piso, ou seja nas bordas da rampa. Os elementos de acessibilidade (rampas de veículos) deverão ser executados sobre um subleito compactado, de base de brita com 0,10 m de espessura, que também atuará como camada drenante, compactação deverá ser com equipamento adequado.

A liberação da cancha será feita após a validação da topografia e da análise dos ensaios de laboratório. O piso tátil será executado junto com a calçada para que fique no mesmo nível.

#### Anexo III

	PLANILHA A 1				
PLANILHA DE ORÇAMENTO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA					
MUNICÍPIO: BARRA VELHA	FOLHA No				
PROJETO:	DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO DE LAJOTA	DATA :			
		23/06/2015			
LOCALIZAÇÃO:	RUA CECÍLIO MANOEL DA CRUZ - Extensão 324,00 m				
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNITÁRIO	PREÇO DO SERVIÇO
1	OBRAS PRELIMINARES	R\$ 9.553,19			
1.1	Regularização E Compactação De Subleito Ate 20 Cm De Espessura	m²	1.944,00	1,11	R\$ 2.157,84
1.2	Escavacao e Reaterro Mec Vala N Escor Mat 1A Cat C/Retroescav Ate 1,50M Excl Esgotamento	m³	583,20	5,75	R\$ 3.353,40
1.3	Material para Reaterro de Vala e Compactação de Subleito até 20cm de espessura	m³	146,98	27,50	R\$ 4.041,95
2	PAVIMENTAÇÃO	R\$ 103.032,00			
2.1	Meio-fio de concreto pre-moldado 12x30 cm, sobre base de concreto simples e rejuntado com argamassa traco 1:3 (cimento e areia)	m²	1.944,00	4,40	R\$ 8.553,60

2.2	Piso Em Bloco Sextavado 30X30Cm, Espessura 8Cm, Assentado Sobre Colchao De Areia Espessura 6Cm	m²	1.944,00	30,00	R\$ 58.320,00
2.3	Areia Para Assentamento de Piso em Bloco Sextavado	m²	1.944,00	4,80	R\$ 9.331,20
2.4	Mão de Obra para Assentamento de Piso em Bloco Sextavado	m²	1.944,00	10,00	R\$ 19.440,00
2.5	Transporte de material (Piso em Bloco, Areia e Meio-fio)	m²	1.944,00	3,80	R\$ 7.387,20
3	DRENAGEM	R\$ 34.616,66			
3.1	Caixa Coletora, 0,50X0,70X0,40m, Com Fundo E Tampa De Concreto E Paredes Em Alvenaria	un	16,00	299,00	R\$ 4.784,00
3.2	Assentamento De Tubos De Concreto Diametro = 400Mm, Simples Ou Armado, Junta Em Argamassa 1:3 Cimento:Areia	m	54,00	14,55	R\$ 785,70
3.3	Assentamento De Tubos De Concreto Diametro = 600Mm, Simples Ou Armado, Junta Em Argamassa 1:3 Cimento:Areia	m	324,00	19,70	R\$ 6.382,80
3.4	Tubo Concreto Simples Classe -Ps1 Pb Nbr-8890 Dn 400 Mm P/ Aguas Pluviais	m	54,00	25,10	R\$ 1.355,40
3.5	Tubo Concreto Simples Classe -Ps1 Pb Nbr-8890 Dn 600 Mm P/ Aguas Pluviais	m	324,00	50,00	R\$ 16.200,00
3.6	Reaterro Manual Com Apiloamento Mecanico	m³	146,98	4,55	R\$ 668,76
3.7	Retroescavadeira para abertura de Valas até 1,50m	h	24,00	185,00	R\$ 4.440,00
VALOR TOTAL R\$	R\$ 147.201,85				
DATA: 23/06/2015	NOME: JOÃO DA SILVA JÚNIOR	ASSINATURA:			
	Nº CREA / CAU: 118.853-5				

## Anexo IV

Barra Velha, 23 de Junho de 2015.

COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO IMOBILIÁRIA  
VALOR DE AVALIAÇÃO – IMÓVEL COM INSCRIÇÃO nº 01.02.080.0106.001

Conforme verificação realizada "in loco", pelo presente, a Prefeitura de Barra Velha, através de sua Comissão Especial de Avaliação Imobiliária (Portaria nº 575/2015), vem informar o seguinte:

O imóvel com inscrição nº 01.02.080.0106.001, situado na Rua Cecílio Manoel da Cruz, Bairro Centro, neste município, de propriedade de Victor Mario Vilcapona Zaga, possui o seguinte valor de avaliação (foto em anexo):

VALOR DE AVALIAÇÃO R\$ 40.000,00

E por ser verdade, sendo o que tínhamos a relatar, firmamos o presente valor de avaliação.  
Atenciosamente,

João da Silva Júnior Engenheiro Civil – CREA/SC 118853-5 Presidente da Comissão	José Roberto Azevedo Membro da Comissão	Claudemar Madruga de Souza Membro da Comissão
---	--	--

IMÓVEL COM INSCRIÇÃO nº 01.02.080.0106.001

Barra Velha, 23 de Junho de 2015.

COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO IMOBILIÁRIA  
VALOR DE AVALIAÇÃO – IMÓVEL COM INSCRIÇÃO nº 01.02.080.0145.001

Conforme verificação realizada "in loco", pelo presente, a Prefeitura de Barra Velha, através de sua Comissão Especial de Avaliação Imobiliária (Portaria nº 575/2015), vem informar o seguinte:

O imóvel com inscrição nº 01.02.080.0145.001, situado na Rua Cecílio Manoel da Cruz, Bairro Centro, neste município, de propriedade de Sebastião Schwambach, possui o seguinte valor de avaliação (foto em anexo):

VALOR DE AVALIAÇÃO R\$ 135.000,00

E por ser verdade, sendo o que tínhamos a relatar, firmamos o presente valor de avaliação.  
Atenciosamente,

João da Silva Júnior Engenheiro Civil – CREA/SC 118853-5 Presidente da Comissão	José Roberto Azevedo Membro da Comissão	Claudemar Madruga de Souza Membro da Comissão
---	--	--

IMÓVEL COM INSCRIÇÃO nº 01.02.080.0145.001

Barra Velha, 23 de Junho de 2015.

COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO IMOBILIÁRIA  
VALOR DE AVALIAÇÃO – IMÓVEL COM INSCRIÇÃO nº 01.02.081.0262.001

Conforme verificação realizada “in loco”, pelo presente, a Prefeitura de Barra Velha, através de sua Comissão Especial de Avaliação Imobiliária (Portaria nº 575/2015), vem informar o seguinte:

O imóvel com inscrição nº 01.02.081.0262.001, situado na Rua Cecílio Manoel da Cruz, Bairro Centro, neste município, de propriedade de Silvia Bernardi ME, possui o seguinte valor de avaliação (foto em anexo):

VALOR DE AVALIAÇÃO R\$ 100.000,00

E por ser verdade, sendo o que tínhamos a relatar, firmamos o presente valor de avaliação.  
Atenciosamente,

João da Silva Júnior Engenheiro Civil – CREA/SC 118853-5 Presidente da Comissão	José Roberto Azevedo Membro da Comissão	Claudemar Madruga de Souza Membro da Comissão
---	--	--

IMÓVEL COM INSCRIÇÃO nº 01.02.081.0262.001

Barra Velha, 23 de Junho de 2015.

COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO IMOBILIÁRIA  
VALOR DE AVALIAÇÃO – IMÓVEL COM INSCRIÇÃO nº 01.02.081.0277.001

Conforme verificação realizada “in loco”, pelo presente, a Prefeitura de Barra Velha, através de sua Comissão Especial de Avaliação Imobiliária (Portaria nº 575/2015), vem informar o seguinte:

O imóvel com inscrição nº 01.02.081.0277.001, situado na Rua Cecílio Manoel da Cruz, Bairro Centro, neste município, de propriedade de Caue Ariel Branco, possui o seguinte valor de avaliação (foto em anexo):

VALOR DE AVALIAÇÃO R\$ 110.000,00

E por ser verdade, sendo o que tínhamos a relatar, firmamos o presente valor de avaliação.  
Atenciosamente,

João da Silva Júnior Engenheiro Civil – CREA/SC 118853-5 Presidente da Comissão	José Roberto Azevedo Membro da Comissão	Claudemar Madruga de Souza Membro da Comissão
---	--	--

IMÓVEL COM INSCRIÇÃO nº 01.02.081.0277.001

	EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA 002/2015			
	PARCELA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	R\$ 12.561,00		
	PARCELA ABSORVIDA PELA PREFEITURA DE BARRA VELHA	R\$ 44.169,85		
	PARCELA ABSORVIDA PELO PAVIMENTAÇÃO COMUNITÁRIA	R\$ 90.471,00		
	CUSTO TOTAL DA OBRA	R\$ 147.201,85		

Nome do Proprietário	Endereço	Área do imóvel (m²)	Inscrição Imobiliária	Valor do Imóvel Antes da Execução da Obra (R\$)
Victor Mario Vilcapona Zaga	Rua Cecílio Manoel da Cruz, nº 733	131,00	01.02.080.0106.001	R\$ 40.000,00
Sebastião Schwambach	Rua Cecílio Manoel da Cruz, nº 668	294,00	01.02.080.0145.001	R\$ 135.000,00
Silvia Bernardi ME	Rua Cecílio Manoel da Cruz, nº 734	371,00	01.02.081.0262	R\$ 100.000,00
Caue Ariel Branco	Rua Cecílio Manoel da Cruz, nº 746	261,00	01.02.081.0277.001	R\$ 110.000,00
* O valor da Contribuição de Melhoria será feito com base na valorização dos imóveis ou no custo da obra, observando o menor valor.				

**PP 043/2015 PMBV**

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 057/2015 - Pregão Presencial nº 043/2015

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por Lote para aquisição de semáforo incluindo serviço de instalação, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 10/07/2015 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 10/07/2015 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeiro Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 8:00 às 12:00 horas e 13:30 às 17:00 horas, ou no site [www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br). Barra Velha, 24 de junho de 2015. CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO – Prefeito.

**PP 044/2015 PMBV**

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 054/2015 - Pregão Presencial nº 044/2015

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por Lote para Serviços de Consultoria em Engenharia para Estudos e Projetos Executivos, obras de Contenções para fixação da barra e desassoreamento do Rio Itajuba, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 10/07/2015 às 14:00 horas. Data da Sessão Pública: 10/07/2015 às 14:30 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeiro Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 8:00 às 12:00 horas e 13:30 às 17:00 horas, ou no site [www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br). Barra Velha, 24 de junho de 2015. CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO – Prefeito.

**TP 003/2015 - PMBV**

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 056/2015

Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia nº 003/2015

O Prefeito de Barra Velha, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, Torna Público que fará realizar Licitação na modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia, tipo menor preço global, para Obra de revitalização da Praça da Bíblia, em estrita observância aos memoriais, planilhas e projetos anexos ao Processo. Cadastro na Prefeitura: até 14/07/2015. Data/horário recebimento envelopes: 17/07/2015 até 14:00 horas. Data/horário abertura envelopes: 17/07/2015 às 14:30 horas, nesta Prefeitura, na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria de Administração, no endereço supra, no horário das 8:00 às 12:00h e 13:30 às 17:30 horas, ou no site [www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br).

Barra Velha, 24 de junho de 2015.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO – Prefeito



# Biguaçu

## PREFEITURA

### PORTARIA 1717/2015

PORTARIA nº 1.717 de 2015

Institui nova Comissão Especial de Licitação – Comissão de Seleção nos termos do Decreto n. 165/2012 e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Leandro Adriano de Barros, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 116, incisos I e V, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu, Estado de Santa Catarina,

#### RESOLVE:

Art. 1º Nos termos do Decreto 165/2012, fica instituída a Comissão Especial de Licitação - Comissão de Seleção para contratação de Organização Social para gestão da Unidade de Pronto Atendimento – UPA – do Município de Biguaçu, composta pelos seguintes membros/servidores efetivos:

- I – Iraci Anita Rocha – Médica Plantonista;
- II – Karolina Polucenio – Enfermeira;
- III – Clemilson Augusto de Souza – Escriturário.

Art. 2º Designa-se como Presidente da Comissão Especial de Licitação – Comissão de Seleção a servidora Iraci Anita Rocha.

Art. 3º Compete à Comissão Especial de Licitação - Comissão de Seleção:

I- receber os documentos e programas de trabalho propostos no processo de seleção;

II - analisar, julgar e classificar os programas de trabalho apresentados, em conformidade com as regras e critérios estabelecidos no edital, bem como declarar a Organização Social vencedora do processo de seleção;

III - julgar os requerimentos apresentados no âmbito do processo de seleção e processar os recursos;

IV - dirimir ou esclarecer eventuais dúvidas ou omissões.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 24 de junho de 2015.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal de Biguaçu

### RETIFICAÇÃO PP 170/2015 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPAL DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

RETIFICAÇÃO DO PP 170/2015 PMB

Comunicamos às empresas interessadas no PP 170/2015 PMB, que tem como objeto “a aquisição de pneus para os veículos do transporte escolar e da Secretaria Municipal de Educação”, que devido ao pedido de impugnação impetrado pela Empresa Turbo Auto Peças e Acessórios Ltda, em relação à exigência dos produtos relacionados no Anexo I do edital sejam de fabricação nacional, o Parecer emitido pela Comissão de Pregão, através de seu pregoeiro, é FAVORÁVEL para que não se mantenha restrição contra produtos estrangeiros, DEFERINDO a impugnação formulada pela referida empresa.

Diante do exposto, fica republicado o referido processo para a seguinte data:

Data de Recebimento da Documentação e Proposta de Preços: dia 09/07/2015, até 13:45 horas no setor de licitação da PMB.

Data de Abertura da Documentação e Proposta de Preços: Dia 09/07/2015, às 14:00 horas no setor de licitação da PMB.

Biguaçu, 24 de junho de 2015.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

## CÂMARA MUNICIPAL

### EXTRATO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 001/2015

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 01/2015

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

OBJETO: aquisição de 1 (uma) assinatura do Jornal Diário Catarinense, com entrega diária pelo período de 13/07/2015 a 31/12/2015; e aquisição 1 (uma) assinatura do Jornal Notícias do Dia, com entrega diária pelo período de 26/06/2015 a 31/12/2015, a fim de atender as necessidades da Câmara Municipal de Biguaçu.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, caput, da Lei Federal n. 8.666/93.

VALOR GLOBAL: R\$ 477,50 (quatrocentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos) em favor da RBS Zero Hora Editora Jornalística S/A; e R\$ 300,00 (trezentos reais) em favor da Editora Notícias do Dia Ltda.

RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO: 15/06/2015.

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Biguaçu.

CONTRATADAS: RBS Zero Hora Editora Jornalística S/A (CNPJ n. 92.821.701/0001-00) e

Editora Notícias do Dia Ltda (CNPJ n. 00.481.841/0001-68).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.00.0.

Biguaçu/SC, 23 de junho de 2015.

Salete Orlandina Cardoso

Presidente da Câmara de Vereadores de Biguaçu

**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 021/2015**

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 021/2015

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

OBJETO: contratação de empresa especializada em recarga e fornecimento de extintores de incêndio; aquisição de materiais elétricos, de manutenção e de segurança; bem como serviços de mão de obra para manutenção, a fim de atender as necessidades da Câmara Municipal de Biguaçu.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, II, da Lei Federal n. 8.666/93.

VALOR GLOBAL ESTIMADO: R\$ 4.290,55 (quatro mil, duzentos e noventa reais e cinquenta e cinco centavos).

RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO: 23/06/2015.

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Biguaçu.

CONTRATADAS: Claudio Alves & Cia ME (CNPJ n. 04.553.529/0001-93); J M C – Junkes Materiais de Construção LTDA EPP (CNPJ n. 04.484.251/0001-40); Tecnoseg Comércio e Serviços de Equipamentos de Segurança e Informática Ltda (CNPJ n. 08.101.912/0001-61) e Luiz Antonio Santana (CPF n. 763.366.209-30).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.00.0.

VIGÊNCIA: da assinatura do contrato, pelas partes, até o dia 31/12/2015.

Biguaçu/SC, 24 de junho de 2015.

Salete Orlandina Cardoso

Presidente da Câmara de Vereadores de Biguaçu

# Blumenau

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 10.655/2015

DECRETO Nº 10.655, DE 22 DE JUNHO DE 2015.

CONVOCA A X CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, I, "o", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990,

CONSIDERANDO a Resolução CNAS nº 4, de 13 de abril de 2015 que dispõe sobre a realização das Conferências de Assistência Social;

CONSIDERANDO o Informe CNAS nº 02/2015, que orienta e subsidia o planejamento e a forma de realização da Conferência de Assistência Social;

CONSIDERANDO a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a continuidade da Política de Assistência Social no Município;

CONSIDERANDO a deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, através da Resolução nº 18, de 29 de maio de 2015,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a X Conferência Municipal de Assistência Social a ser realizada na cidade de Blumenau - SC, nos dias 28, 29 e 30 de julho de 2015, conforme deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social e sob a coordenação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMUDES – e terá como tema central: "CONSOLIDAR O SUAS DE VEZ RUMO A 2026."

Parágrafo Único - a Conferência Municipal de Assistência Social será coordenada em conjunto pela Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, e pelo Gestor da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMUDES.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotações próprias no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 22 de junho de 2015.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 18.866/2015

PORTARIA Nº 18.866, DE 22 DE JUNHO DE 2015.

CONSTITUI O COMITÊ GESTOR DE REDUÇÃO DE DESPESAS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

CONSTITUIR o Comitê Gestor de Redução de Despesas com a finalidade de adequar as diretrizes providenciais em cumprimento ao Decreto nº 10.638, de 20/05/2015, composto pelos seguintes membros:

EDER ANTÔNIO BORON, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor Geral, lotado no Gabinete do Prefeito - GAPREF;

PÂMELA MEDEIROS REIS, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento em comissão de Gerente de Expediente, lotada no Gabinete do Prefeito - GAPREF;

PAULO EDUARDO DE OLIVEIRA COSTA, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal de Gestão Governamental - SEGG;

SUSANA RAQUEL BATISTA HESSMANN, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Orçamento, lotada na Secretaria Municipal de Gestão Governamental - SEGG;

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal de Administração - SEDEAD;

ANDERSON ROSA, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor Geral, lotado na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD;

JOSÉ ABEL DO NASCIMENTO, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor Geral, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda - SEFAZ;

CLEYTON LUIZ GRIESHABER, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Contador, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda – SEFAZ.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 22 de junho de 2015.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 18.867/2015

PORTARIA Nº 18.867, DE 22 DE JUNHO DE 2015.

RECONDUZ MEMBRO PARA A PRIMEIRA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES – JARI – I, DO MUNICÍPIO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e nos termos da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, da Lei Complementar Municipal nº 438, de 22 de dezembro de 2003, do Decreto nº 6.156, de 15 de junho de 1998 e alterações posteriores, e do art. 5º do Decreto nº 8.310, de 04 de dezembro de 2006, resolve:

RECONDUZIR,

para a Primeira Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI I, do Município com as atribuições previstas no art. 17, da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 e no Decreto nº 8.310, de 04 de dezembro de 2006, para o período de 01 (um) ano, a contar de 01 de junho de 2015:

ALEXANDRE WOHL, representante titular do Poder Executivo

Municipal, designado pela Portaria nº 17.931, de 30 de junho de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 22 de junho de 2015.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 18.875/2015**

PORTARIA Nº 18.875, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

DEMITE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL M.A.B.C.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 201, I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 185, III, do mesmo diploma legal, resolve:

DEMITIR

M.A.B.C., matrícula nº 20311-4, do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração, por ter infringido os artigos 176, VI; 177, XIII, XXII, da Lei Complementar nº 660/07, bem como os artigos 9º, XII e 11 e inciso I, da Lei Federal n. 8.429/92, à vista do que consta do Relatório Final e do Julgamento prolatado nos autos do Processo Administrativo Disciplinar – PAD nº 03/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 23 de junho de 2015.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 18.876/2015**

PORTARIA Nº 18.876, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

DESIGNA DAGMAR MARLA ZIMMERMANN PARA CONSTITUIR A COMISSÃO DE EXONERAÇÃO - COMEX E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 17, da Lei Complementar 740, de 18 de janeiro de 2010, resolve:

Art. 1º Designar, a contar desta data, DAGMAR MARLA ZIMMERMANN, matrícula nº 186406, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Procuradoria-Geral do Município, para constituir a Comissão de Exoneração - COMEX, instituída pela Lei Complementar nº 740, de 18 de janeiro de 2010, e com as atribuições nela previstas, em substituição a MARCELO DOS SANTOS LONGEN, designado pela Portaria nº 14.305, de 29 de novembro de 2010.

Art. 2º Conceder à servidora indicada no art. 1º desta Portaria, gratificação por processo conduzido, de valor correspondente a 40% (quarenta por cento) sobre o Padrão de vencimento "A", da categoria 7, jornada de trabalho de 40 horas semanais, do Quadro Permanente de Pessoal, que constitui o Anexo I da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 23 de junho de 2015.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 18.877/2015**

PORTARIA Nº. 18.877, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

DETERMINA O ARQUIVAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO – PA Nº. 001/2014, QUE TRAMITOU PERANTE A COMISSÃO DE ÉTICA PARA OS CONSELHOS TUTELARES.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com a Lei Complementar nº. 419, de 24 de outubro de 2003, resolve:

DETERMINAR

o arquivamento do Processo Administrativo – PA nº. 001/2014, que tramitou perante a Comissão de Ética para os Conselhos Tutelares, instaurado pela Portaria nº 17.715, de 04 de abril de 2014, em face da Conselheira Tutelar E.A.M, matrícula nº. 229688, de acordo com a decisão proferida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 23 de junho de 2015.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**EXTRATO 4º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 003/2014**

EXTRATO – 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 003/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

CONSÓRCIO RUAS DE BLUMENAU.

OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ELABORAÇÃO DE ESTUDOS TÉCNICOS E PROJETOS PARA COMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS BÁSICOS, PARA PAVIMENTAÇÃO DE DIVERSAS RUAS.

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº. 017/2013.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual até o dia 26 de novembro de 2015.

DATA: 12 de junho de 2015.

**EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 052/2015**

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 052/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

ASSOCIAÇÃO FRANCISCANA DE ENSINO SENHOR BOM JESUS.

OBJETO: SERVIÇOS DE CURSO/TREINAMENTO PARA OS SERVIDORES EFETIVOS DA FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA, NAS ÁREAS DE AUDITORIA E CONTABILIDADE TRIBUTÁRIAS, DIREITO TRIBUTÁRIO, DIREITO ADMINISTRATIVO E REGIME DO SIMPLES NACIONAL – CURSO DE GESTÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-11/15.

PREÇO: Acrescenta a quantia de R\$ 8.900,00 (oito mil e novecentos reais), ou seja, 5,4% a mais que o valor inicialmente previsto, em decorrência da ampliação do número de vagas ofertadas.

DATA: 04 de maio de 2015.

#### **EXTRATO 2º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 079/2014**

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 079/2014.

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O

SR. VALDEMIRO JOSÉ FRUCTUOSO.

OBJETO: LOCAÇÃO DE UM TERRENO, EDIFICADO COM UMA CASA DE CONSTRUÇÃO, LOCALIZADO NA RUA CASEMIRO DE ABREU, Nº 235, BAIRRO VILA NOVA, BLUMENAU/SC, DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DE BASES DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA DE BLUMENAU – SAMU.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-069/14.

PREÇO: Reajusta o valor da locação para R\$ 4.334,17 (quatro mil, trezentos e trinta e quatro reais e dezesseis centavos) mensais, a contar do dia 15 de abril de 2015.

DATA: 12 de junho de 2015.

#### **EXTRATO 5º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 122/2011**

EXTRATO – 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 122/11.

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

SRA. ELISE STODIECK.

OBJETO: LOCAÇÃO DE UMA CASA DE ALVENARIA DESTINADA AO FUNCIONAMENTO DO C.E.I. PROF. TEREZA RAQUEL SABEL DE ARAÚJO.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-086/2014.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 1º de junho de 2015 até 31 de maio de 2016.

PREÇO: Renova o valor da locação que se mantém em R\$ 1.524,00 (mil, quinhentos e vinte e quatro reais) mensais, totalizando o valor do contrato em R\$ 18.288,00 (dezoito mil duzentos e oitenta e oito reais).

DATA: 22 de maio de 2015.

#### **EXTRATO CONTRATO Nº 131/2015**

EXTRATO – CONTRATO Nº. 131/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

CONSULTORIA E PUBLICIDADE LTDA – EPP.

OBJETO: Contratação de empresa para execução de Trabalho Técnico Social (Programa Minha Casa Minha Vida) junto ao Residencial Hamburgo, localizado a Rua Heinrich Hemmer, nº 1583, Bairro Badenfurt, Blumenau SC.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão presencial nº 06-028/2015.

PREÇO: O valor total estimado para o serviço ora contratado é de R\$ 98.000,00 (noventa e oito mil reais).

PRAZO: 12 meses (Vide Apenso 02 – Cronograma de Atividades) a contar da data de assinatura do contrato.

DATA: 21 de maio de 2015.

#### **EXTRATO CONTRATO Nº 134/2015**

EXTRATO – CONTRATO Nº 134/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA

LA DUARTE COMÉRCIO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO EIRELI ME.

OBJETO: Permissão de uso de bem público, por ato unilateral, a título precário e remunerado, de espaços e áreas pertencentes ao patrimônio do Município e que são administrados pela PROEB, para exploração comercial dos pontos de souvenir, durante as edições da Oktoberfest 2015 e 2016 - PROEB.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº 03-009/2015.

PREÇO: O valor total estimado para o serviço ora contratado é de R\$ 98.000,00 (noventa e oito mil reais).

PRAZO: O prazo de vigência do presente contrato será contado a partir de sua assinatura até o dia 31 de dezembro de 2016.

DATA: 27 de maio de 2015.

#### **EXTRATO CONTRATO Nº 142/2015**

EXTRATO – CONTRATO Nº. 142/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA SC ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto executivo turístico para o Parque Nacional da Serra do Itajaí (acesso Nova Rússia) infra-estrutura urbanística e sinalização (Deck, mobiliário, abrigo de ônibus, totens, sinalização viária), conforme especificação constante no edital - Ministério do Turismo/Convênio nº. 798633/2013 - SECTUR.

FUNDAMENTO LEGAL: Convite nº 007/15.

PREÇO: O valor total estimado para o serviço ora contratado é de R\$ 36.385,60 (trinta e seis mil, trezentos e oitenta e cinco reais e sessenta centavos).

PRAZO: O presente contrato terá vigência até 31/12/2015, a contar de sua assinatura.

DATA: 05 de junho de 2015.



**EXTRATO CONTRATO Nº 143/2015**

EXTRATO – CONTRATO Nº 143/15

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA

TECNOPRINT TECNOLOGIA DA IMPRESSÃO LTDA ME.

OBJETO: Serviço de editoração, diagramação e impressão de 2.100 (dois mil e cem) exemplares da revista Blumenau em cadernos, distribuídas em 06 (seis) edições anuais, bimestrais (pelo período de 01 ano) conforme termo de referência e demais especificações constantes no edital – FCB

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 049/2015.

PREÇO: O valor total estimado a ser pago à CONTRATADA pela execução dos serviços objeto deste contrato é de R\$ 23.880,00 (vinte e três mil reais e oitocentos e oitenta reais), sendo o valor unitário R\$ 3.880,00 (três mil oitocentos e oitenta reais).

PRAZO: 1 (um) ano, contado a partir da assinatura do contrato

DATA: 05 de junho de 2015.

**EXTRATO 2º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 159/2014**

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 159/14.

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA GREIDE ENGENHARIA LTDA.

OBJETO: ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE TERRAPLANAGEM, DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA PARA 22 (VINTE E DUAS) RUAS DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU/SC.

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 013/2014.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 90 (noventa) dias, ou seja, até o dia 22 de julho de 2015.

DATA: 15 de maio de 2015.

**EXTRATO CONTRATO Nº 159/2015**

EXTRATO – CONTRATO Nº 159/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA ELISEU DA ROSA ME.

OBJETO: Contratação de empresa para reforma em geral a ser realizada no 1º andar do Paço Municipal, conforme especificações constantes no memorial descritivo, planilhas e outros anexos – SEDECI.

FUNDAMENTO LEGAL: Convite nº 008/2015.

PREÇO: Pelos serviços prestados será pago à CONTRATADA o valor total de R\$ 128.865,45 (cento e vinte e oito mil oitocentos e sessenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos).

PRAZO: 90 (noventa) dias, a contar da assinatura do instrumento contratual.

DATA: 12 de junho de 2015.

**NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 194/2015 - SEFAZ**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
DIRETORIA DE RECEITA  
GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

**NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 194/2015**

CONTRIBUINTE : NW'S REPRESENTAÇÕES LTDA – ME  
ENDEREÇO: RUA Francisco Vahldieck, 1800 – Fortaleza – BLUMENAU - SC  
Inscrição no CMC: 74.887 CNPJ: 01.784.006/0001-60  
Processo Fiscal : 2015/485  
Sócios: NILTON CARLOS FORMENTO e SANDRA REGINA REINERT FORMENTO

Notifica-se o sujeito passivo, com fundamento nos artigos 70, V e 151 da LC 632/2007, intimando-o para no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir do primeiro dia útil seguinte à ciência desta notificação recolher à Fazenda Municipal o valor referente ao débito do ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza a seguir discriminado, facultada a reclamação contra este lançamento nos termos do Art. 207 da mesma lei e Art. 49 do Decreto 8.664/2008:

**DEMONSTRATIVO DOS VALORES APURADOS:**

Base de Cálculo	
Imposto a Recolher	558,29
Atualização Monetária	98,07
Juros de Mora	202,79
Multa p/ infração	328,18
Total Geral	1.187,34

**DESCRIÇÃO DOS FATOS**

1.1) Apurada a emissão de notas fiscais eletrônicas, consoante o portal NOTABLU, FOI CONSTATADO A pendência dos recolhimentos do ISSQN.

1.2) Não foi identificado no sistema eletrônico NOTABLU pagamentos referentes as mesmas notas.

**2) DA INCIDÊNCIA DO ISSQN**

2.1 Os serviços de REPRES. COMLS., estão sujeitos ao ISSQN conforme Lista de Serviços da LC Federal 116/03 e Art. 276 da LC 632/2007, item: 10.09 – Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.

**3) DA INFRAÇÃO**

3.1 O sujeito passivo deixou de cumprir a obrigação de recolher o ISSQN apurado nas NFS-e indicadas, infringindo a legislação tributária municipal (Art. 295, § 1º da LC 632/2007).

**4) DA COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO**

4.1) A base de cálculo da presente notificação compõe-se dos valores das NFS-e nºs : 02 a 17, emitidas pelo próprio sujeito passivo e ISSQN devido pelo prestador sem comprovação de recolhimento.

4.2) O detalhamento mensal e anual da base de cálculo, apresentado nos anexos Mapas de Levantamento Fiscal e Cálculo, que integram a presente notificação.

**5) DO CÁLCULO DO VALOR A PAGAR**

5.1) Sobre a base de cálculo apurada foi aplicada a alíquota de: 2% conforme Art. 276 LC 632/2007.

5.2) Sobre o valor histórico do imposto incidiram, com fundamento no art. 82 da LC 632/2007: juros de mora de 1% ao mês e atualização monetária pelo INPC, com índices fixado nos Decretos nºs 9313/2010, nº 9551/2011, nº 9876/2012, nº 10223/2013 e nº 10502/2014.

5.3) Sobre o valor atualizado do imposto, foi aplicada multa de 50% (cincoenta por cento), cfe. Art. 305 da LC 632/2007.

**6) Observações:**

6.1) Dentro do prazo estipulado, esta Notificação poder ser quitada ou parcelada nas condições previstas nos artigos 171 e 172 da LC 632/2007.

6.2) Vencidos os prazos para pagamentos ou reclames, será o débito inscrito em Dívida Ativa e terão início os procedimentos de cobrança.

6.3) Esta Notificação Fiscal não implica em homologação, podendo o sujeito passivo sofrer fiscalização relativo ao período a que se referem os documentos inclusos nesta Notificação Fiscal.

ROGÉRIO DEGLMANN  
AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIA  
Matrícula 13.067-2

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
DIRETORIA DE RECEITA  
GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

TERMO DE FISCALIZAÇÃO  
MAPA DE LEVANTAMENTO FISCAL E CÁLCULO

ANEXO À NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº: 194/2015 - NW'S REPRESENTAÇÕES LTDA – ME

Exercício 2012	Receita	Imposto Devido	Imposto a Pagar	Imposto	Atualização	Juros de	Valor Total
Meses	Fat Bruto	Vlr.Histórico	Vlr.Histórico	Atualizado	Monetária	Mora	Apurado
Agosto		89,17	89,17	106,07	16,90	36,06	142,13
Setembro		66,70	66,70	79,34	12,64	26,18	105,52
Outubro		79,42	79,42	94,47	15,05	30,23	124,70
Novembro		97,34	97,34	115,78	18,44	35,89	151,68
Dezembro		110,38	110,38	131,29	20,91	39,39	170,68
2013							
Janeiro		10,78	10,78	12,10	1,32	3,51	15,61
Fevereiro		23,36	23,36	26,22	2,86	7,34	33,57
Março		44,51	44,51	49,97	5,46	13,49	63,46
Abril		36,63	36,63	41,12	4,49	10,69	51,81
Total		558,29	558,29	656,36	98,07	202,79	859,15

ROGÉRIO DEGLMANN  
AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIA  
Matrícula 13.067-2

### HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 065/2015

HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 065/2015 – Data da Homologação: 12 de junho de 2015

OBJETO: Aquisição de relógio ponto, com bobina de impressão, conforme Lei nº 1.510/09 e demais especificações constantes no edital. - SEMUS/FMS - SEMED.

Critério de Julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL.

Empresa: TIME TEC CONTROLE DE PONTO /ACESSO LTDA ME - Valor total R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)

Base Legal: Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2.002, que regulamenta a modalidade Pregão, Decreto Municipal nº 7.732/04, Leis Complementares 123/06, 147/14 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 e alterações.

### PORTARIA Nº 4816/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4816/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL GEOVANI ZANELLA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de GEOVANI ZANELLA, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Químico, lotada na FURB- Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00064/12-6, em 23/04/2012, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Tapajós Têxtil Ltda.	01/03/1982 a 16/03/1988
Comércio de Metais Marna Ltda.- ME	17/03/1988 a 28/02/1989
Transportadora Itapemirim S.A.	16/03/1989 a 26/03/1990
Estado de Santa Catarina	01/04/1996 a 30/06/1998
FURB- Fundação Universidade Regional de Blumenau	26/03/1990 a 02/08/1998
Contribuinte Individual	01/09/2004 a 30/09/2004
	01/01/2011 a 31/01/2011
	01/12/2011 a 31/12/2011

Totaliza o tempo de 6067 (seis mil, sessenta e sete) dias, correspondente a 16 (dezesseis) anos, 7 (sete) meses, e 17 (dezessete) dias, conforme Processo n.º 01988/06/2015.

Blumenau, 3 de junho de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 4817/2015 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 4817/2015

RETIFICA A PORTARIA N.º 4766/2015 QUE CONCEDEU APOSENTADORIA POR IDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL JOCELI APARECIDA DUARTE.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000,

CONSIDERANDO o disposto no art. 1º, incisos III e II, da Lei Complementar nº 932, de 18 de julho de 2014, que concedeu aos servidores públicos do Município, suas Autarquias e Fundações, exceto a FURB, o reajuste de 1% (um por cento), incidente sobre a remuneração do mês de abril de 2015, a título de aumento real, e a variação acumulada do INPC no período compreendido entre maio de 2014 e abril de 2015, correspondente a 8,34% (oito vírgula trinta e quatro por cento), a título de revisão geral anual, ambos com efeitos financeiros a contar de 1º de maio de 2015, resolve

RETIFICAR,

A Portaria N.º 4766/2015, de 28 de abril de 2015, que concedeu aposentadoria por idade à JOCELI APARECIDA DUARTE, servidora pública municipal, aposentada no cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, sob o Regime Jurídico Estatutário, alterando os proventos proporcionais e mensais de R\$ 830,38 (Oitocentos e trinta reais e trinta e oito centavos), para R\$ 907,94 (Novecentos e sete reais e noventa e quatro centavos), a contar de 4 de maio de 2015.

Blumenau, 3 de junho de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 4818/2015 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 4818/2015

RETIFICA A PORTARIA N.º 4772/2015 QUE CONCEDEU APOSENTADORIA POR IDADE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ARIANO GOERLL.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000,

CONSIDERANDO o disposto no art. 1º, incisos III e II, da Lei Complementar nº 932, de 18 de julho de 2014, que concedeu aos servidores públicos do Município, suas Autarquias e Fundações, exceto a FURB, o reajuste de 1% (um por cento), incidente sobre a remuneração do mês de abril de 2015, a título de aumento real, e a variação acumulada do INPC no período compreendido entre maio de 2014 e abril de 2015, correspondente a 8,34% (oito vírgula trinta e quatro por cento), a título de revisão geral anual, ambos com efeitos financeiros a contar de 1º de maio de 2015, resolve

RETIFICAR,

A Portaria N.º 4772/2015, de 30 de abril de 2015, que concedeu aposentadoria por idade a ARIANO GOERLL, servidor público municipal, aposentado no cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, alterando os proventos proporcionais e mensais de R\$

830,38 (Oitocentos e trinta reais e trinta e oito centavos), para R\$ 907,94 (Novecentos e sete reais e noventa e quatro centavos), a contar de 4 de maio de 2015.

Blumenau, 3 de junho de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 4819/2015 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 4819/2015

RETIFICA A PORTARIA N.º 4760/2015 QUE CONCEDEU APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SUZANA ROSSATO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000,

CONSIDERANDO o disposto no art. 1º, incisos III e II, da Lei Complementar nº 932, de 18 de julho de 2014, que concedeu aos servidores públicos do Município, suas Autarquias e Fundações, exceto a FURB, o reajuste de 1% (um por cento), incidente sobre a remuneração do mês de abril de 2015, a título de aumento real, e a variação acumulada do INPC no período compreendido entre maio de 2014 e abril de 2015, correspondente a 8,34% (oito vírgula trinta e quatro por cento), a título de revisão geral anual, ambos com efeitos financeiros a contar de 1º de maio de 2015, resolve

RETIFICAR,

A Portaria N.º 4760/2015, de 29 de abril de 2015, que concedeu aposentadoria por tempo de contribuição à SUZANA ROSSATO, servidora pública municipal, aposentada no cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, alterando os proventos integrais e mensais de R\$ 883,62 (Oitocentos e oitenta e três reais e sessenta e dois centavos), para R\$ 966,15 (Novecentos e sessenta e seis reais e quinze centavos), a contar de 4 de maio de 2015.

Blumenau, 3 de junho de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 4820/2015 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 4820/2015

RETIFICA A PORTARIA N.º 4783/2015 QUE CONCEDEU APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL VANDA CRISTINA DAEUBLE GIRARDI.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000,

CONSIDERANDO o disposto no art. 1º, incisos III e II, da Lei Complementar nº 932, de 18 de julho de 2014, que concedeu aos servidores públicos do Município, suas Autarquias e Fundações, exceto a FURB, o reajuste de 1% (um por cento), incidente sobre a remuneração do mês de abril de 2015, a título de aumento real, e a variação acumulada do INPC no período compreendido entre maio de 2014 e abril de 2015, correspondente a 8,34% (oito vírgula trinta e quatro por cento), a título de revisão geral anual, ambos com

efeitos financeiros a contar de 1º de maio de 2015, resolve

RETIFICAR,

A Portaria N.º 4783/2015, de 11 de maio de 2015, que concedeu aposentadoria por tempo de contribuição à VANDA CRISTINA DAEUBLE GIRARDI, servidora pública municipal, aposentada no cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, alterando os proventos integrais e mensais de R\$ R\$ 4.490,48 (Quatro mil, quatrocentos e noventa reais e quarenta e oito centavos), para R\$ 4.909,89 (Quatro mil, novecentos e nove reais e oitenta e nove centavos), a contar de 11 de maio de 2015.

Blumenau, 3 de junho de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

#### **PORTARIA Nº 4821/2015 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 4821/2015

RETIFICA A PORTARIA N.º 4765/2015 QUE CONCEDEU APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL VERA LUCIA KLOCK BERKENBROCK.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000,

CONSIDERANDO o disposto no art. 1º, incisos III e II, da Lei Complementar nº 932, de 18 de julho de 2014, que concedeu aos servidores públicos do Município, suas Autarquias e Fundações, exceto a FURB, o reajuste de 1% (um por cento), incidente sobre a remuneração do mês de abril de 2015, a título de aumento real, e a variação acumulada do INPC no período compreendido entre maio de 2014 e abril de 2015, correspondente a 8,34% (oito vírgula trinta e quatro por cento), a título de revisão geral anual, ambos com efeitos financeiros a contar de 1º de maio de 2015, resolve

RETIFICAR,

A Portaria N.º 4765/2015, de 29 de abril de 2015, que concedeu aposentadoria por tempo de contribuição à VERA LUCIA KLOCK BERKENBROCK, servidora pública municipal, aposentada no cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, alterando os proventos integrais e mensais de R\$ 3.531,79 (Três mil, quinhentos e trinta e um reais e setenta e nove centavos), para R\$ 3.861,66 (Três mil, oitocentos e sessenta e um reais e sessenta e seis centavos), a contar de 4 de maio de 2015.

Blumenau, 3 de junho de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

#### **PORTARIA Nº 4822/2015 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 4822/2015

RETIFICA A PORTARIA N.º 4759/2015 QUE CONCEDEU APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ISABEL MARIA LEAL.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições

que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000,

CONSIDERANDO o disposto no art. 1º, incisos III e II, da Lei Complementar nº 932, de 18 de julho de 2014, que concedeu aos servidores públicos do Município, suas Autarquias e Fundações, exceto a FURB, o reajuste de 1% (um por cento), incidente sobre a remuneração do mês de abril de 2015, a título de aumento real, e a variação acumulada do INPC no período compreendido entre maio de 2014 e abril de 2015, correspondente a 8,34% (oito vírgula trinta e quatro por cento), a título de revisão geral anual, ambos com efeitos financeiros a contar de 1º de maio de 2015, resolve

RETIFICAR,

A Portaria N.º 4759/2015, de 29 de abril de 2015, que concedeu aposentadoria por tempo de contribuição à ISABEL MARIA LEAL, servidora pública municipal, aposentada no cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, alterando os proventos integrais e mensais de R\$ 4.338,84 (Quatro mil, trezentos e trinta e oito reais e oitenta e quatro centavos), para R\$ 4.744,09 (Quatro mil, setecentos e quarenta e quatro reais e nove centavos), a contar de 4 de maio de 2015.

Blumenau, 3 de junho de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

#### **PORTARIA Nº 4823/2015 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 4823/2015

RETIFICA A PORTARIA N.º 4763/2015 QUE CONCEDEU APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL IVANILDA RAMOS DA SILVA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000,

CONSIDERANDO o disposto no art. 1º, incisos III e II, da Lei Complementar nº 932, de 18 de julho de 2014, que concedeu aos servidores públicos do Município, suas Autarquias e Fundações, exceto a FURB, o reajuste de 1% (um por cento), incidente sobre a remuneração do mês de abril de 2015, a título de aumento real, e a variação acumulada do INPC no período compreendido entre maio de 2014 e abril de 2015, correspondente a 8,34% (oito vírgula trinta e quatro por cento), a título de revisão geral anual, ambos com efeitos financeiros a contar de 1º de maio de 2015, resolve

RETIFICAR,

A Portaria N.º 4763/2015, de 29 de abril de 2015, que concedeu aposentadoria por tempo de contribuição à IVANILDA RAMOS DA SILVA, servidora pública municipal, aposentada no cargo de provimento efetivo de Educador, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, alterando os proventos integrais e mensais de R\$ 2.676,94 (Dois mil, seiscentos e setenta e seis reais e noventa e quatro centavos), para R\$ 2.926,97 (Dois mil, novecentos e vinte e seis reais e noventa e sete centavos), a contar de 4 de maio de 2015.

Blumenau, 3 de junho de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente



**PORTARIA Nº 4824/2015 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 4824/2015

RETIFICA A PORTARIA N.º 4781/2015 QUE CONCEDEU APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL RUTH KRIEGER.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000,

CONSIDERANDO o disposto no art. 1º, incisos III e II, da Lei Complementar nº 932, de 18 de julho de 2014, que concedeu aos servidores públicos do Município, suas Autarquias e Fundações, exceto a FURB, o reajuste de 1% (um por cento), incidente sobre a remuneração do mês de abril de 2015, a título de aumento real, e a variação acumulada do INPC no período compreendido entre maio de 2014 e abril de 2015, correspondente a 8,34% (oito vírgula trinta e quatro por cento), a título de revisão geral anual, ambos com efeitos financeiros a contar de 1º de maio de 2015, resolve

RETIFICAR,

A Portaria N.º 4781/2015, de 8 de maio de 2015, que concedeu aposentadoria por tempo de contribuição à RUTH KRIEGER, servidora pública municipal, aposentada no cargo de provimento efetivo de Educador, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, alterando os proventos integrais e mensais de R\$ 2.440,74 (Dois mil, quatrocentos e quarenta reais e setenta e quatro centavos), para R\$ 2.668,71 (Dois mil, seiscentos e sessenta e oito reais e setenta e um centavos), a contar de 11 de maio de 2015.

Blumenau, 3 de junho de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 4825/2015 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 4825/2015

RETIFICA A PORTARIA N.º 4780/2015 QUE CONCEDEU APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARCIA TERESINHA SCHNEIDER.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000,

CONSIDERANDO o disposto no art. 1º, incisos III e II, da Lei Complementar nº 932, de 18 de julho de 2014, que concedeu aos servidores públicos do Município, suas Autarquias e Fundações, exceto a FURB, o reajuste de 1% (um por cento), incidente sobre a remuneração do mês de abril de 2015, a título de aumento real, e a variação acumulada do INPC no período compreendido entre maio de 2014 e abril de 2015, correspondente a 8,34% (oito vírgula trinta e quatro por cento), a título de revisão geral anual, ambos com efeitos financeiros a contar de 1º de maio de 2015, resolve

RETIFICAR,

A Portaria N.º 4780/2015, de 8 de maio de 2015, que concedeu aposentadoria por tempo de contribuição à MARCIA TERESINHA SCHNEIDER, servidora pública municipal, aposentada no cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, lotada na

Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, alterando os proventos integrais e mensais de R\$ 5.646,09 (Cinco mil, seiscentos e quarenta e seis reais e nove centavos), para R\$ 6.173,43 (Seis mil, cento e setenta e três reais e quarenta e três centavos), a contar de 11 de maio de 2015.

Blumenau, 3 de junho de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 4826/2015 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 4826/2015

RETIFICA A PORTARIA N.º 4778/2015 QUE CONCEDEU APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELIZABET MARIA BITTELBRUNN.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000,

CONSIDERANDO o disposto no art. 1º, incisos III e II, da Lei Complementar nº 932, de 18 de julho de 2014, que concedeu aos servidores públicos do Município, suas Autarquias e Fundações, exceto a FURB, o reajuste de 1% (um por cento), incidente sobre a remuneração do mês de abril de 2015, a título de aumento real, e a variação acumulada do INPC no período compreendido entre maio de 2014 e abril de 2015, correspondente a 8,34% (oito vírgula trinta e quatro por cento), a título de revisão geral anual, ambos com efeitos financeiros a contar de 1º de maio de 2015, resolve

RETIFICAR,

A Portaria N.º 4778/2015, de 8 de maio de 2015, que concedeu aposentadoria por tempo de contribuição à ELIZABET MARIA BITTELBRUNN, servidora pública municipal, aposentada no cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, alterando os proventos integrais e mensais de R\$ 1.349,77 (Mil, trezentos e quarenta e nove reais e setenta e sete centavos), para R\$ 1.475,84 (Mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos), a contar de 11 de maio de 2015.

Blumenau, 3 de junho de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 4827/2015 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 4827/2015

RETIFICA A PORTARIA N.º 4788/2015 QUE CONCEDEU APOSENTADORIA COMPULSÓRIA AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL GERALDO RABELLO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000,

CONSIDERANDO o disposto no art. 1º, incisos III e II, da Lei Complementar nº 932, de 18 de julho de 2014, que concedeu aos servidores públicos do Município, suas Autarquias e Fundações, exceto a FURB, o reajuste de 1% (um por cento), incidente sobre a remuneração do mês de abril de 2015, a título de aumento real, e a

variação acumulada do INPC no período compreendido entre maio de 2014 e abril de 2015, correspondente a 8,34% (oito vírgula trinta e quatro por cento), a título de revisão geral anual, ambos com efeitos financeiros a contar de 1º de maio de 2015, resolve

RETIFICAR,

A Portaria N.º 4788/2015, de 15 de maio de 2015, que concedeu aposentadoria compulsória a GERALDO RABELLO, servidor público municipal, aposentado no cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, sob o Regime Jurídico Estatutário, alterando os proventos proporcionais e mensais de R\$ 830,38 (Oitocentos e trinta reais e trinta e oito centavos), para R\$ 907,94 (Novecentos e sete reais e noventa e quatro centavos), a contar de 11 de maio de 2015.

Blumenau, 3 de junho de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

#### **PORTARIA Nº 4828/2015 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 4828/2015

RETIFICA A PORTARIA N.º 4776/2015 QUE CONCEDEU APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL SIEGFRIED GREUEL.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000,

CONSIDERANDO o disposto no art. 1º, incisos III e II, da Lei Complementar nº 932, de 18 de julho de 2014, que concedeu aos servidores públicos do Município, suas Autarquias e Fundações, exceto a FURB, o reajuste de 1% (um por cento), incidente sobre a remuneração do mês de abril de 2015, a título de aumento real, e a variação acumulada do INPC no período compreendido entre maio de 2014 e abril de 2015, correspondente a 8,34% (oito vírgula trinta e quatro por cento), a título de revisão geral anual, ambos com efeitos financeiros a contar de 1º de maio de 2015, resolve

RETIFICAR,

A Portaria N.º 4776/2015, de 5 de maio de 2015, que concedeu aposentadoria por tempo de contribuição a SIEGFRIED GREUEL, servidor público municipal, aposentado no cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, sob o Regime Jurídico Estatutário, alterando os proventos integrais e mensais de R\$ 1.288,82 (Mil, duzentos e oitenta e oito reais e oitenta e dois centavos), para R\$ 1.409,20 (Mil, quatrocentos e nove reais e vinte centavos), a contar de 11 de maio de 2015.

Blumenau, 3 de junho de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

#### **PORTARIA Nº 4829/2015 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 4829/2015

RETIFICA A PORTARIA N.º 4796/2015 QUE CONCEDEU PENSÃO VITALÍCIA A ADEMIR RODRIGUES.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições

que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000,

CONSIDERANDO o disposto no art. 1º, inciso II, da Lei Complementar nº 932, de 18 de julho de 2014, que concedeu aos servidores públicos do Município, suas Autarquias e Fundações, exceto a FURB, a variação acumulada do INPC no período compreendido entre maio de 2014 e abril de 2015, correspondente a 8,34% (oito vírgula trinta e quatro por cento), a título de revisão geral anual, com efeitos financeiros a contar de 1º de maio de 2015, resolve

RETIFICAR,

A Portaria N.º 4796/2015, de 20 de maio de 2015, que concedeu pensão vitalícia a ADEMIR RODRIGUES, cônjuge de VELAMARI ANA MOTTA RODRIGUES, servidora pública municipal, aposentada no cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, alterando os proventos de R\$ 2.348,05 (Dois mil, trezentos e quarenta e oito reais e cinco centavos), para R\$ 2.543,88 (Dois mil, quinhentos e quarenta e três reais e oitenta e oito centavos), a contar de 16 de maio de 2015.

Blumenau, 3 de junho de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

#### **PORTARIA Nº 4830/2015 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 4830/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ANGELINA PERON.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de ANGELINA PERON, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão N.º 3327/2010, de 28/10/2010, expedida pela Secretaria de Estado de Administração do Estado de Mato Grosso, nos períodos de 05/05/1986 a 31/01/1987, 07/04/1987 a 30/07/1987, e 22/02/1988 a 15/08/1995, um total de 3117 (três mil, cento e dezessete) dias, correspondente a 8 (oito) anos, 6 (seis) meses, e 17 (dezessete) dias, conforme Processo n.º 02006/06/2015.

Blumenau, 5 de junho de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 4831/2015 - ISSBLU**

PORTARIA Nº 4831/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SONIA BENILDA PACHER.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 61, 62, 63, 99, 104, anexos I, e V, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, com redação alterada pela Lei Complementar n.º 839, de 19 de dezembro de 2011, e artigo 6.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

SONIA BENILDA PACHER, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 3.569,26 (Três mil, quinhentos e sessenta e nove reais e vinte e seis centavos), a partir de 8 de junho de 2015, conforme Processo nº 01457/02/2015.

Blumenau, 5 de junho de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 4832/2015 - ISSBLU**

PORTARIA Nº 4832/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARILENE BEATRIZ BIAVATTI GROHS.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 61, 62, 63, 99, 104, anexos I, e V, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, artigo 26, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, combinado com o artigo 39, inciso IV, § 3.º, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redações determinadas pelas Leis Complementares n.os 732, de 19 de outubro de 2009, e 839, de 19 de dezembro de 2011, e artigo 6.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

MARILENE BEATRIZ BIAVATTI GROHS, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 2.795,18 (Dois mil, setecentos e noventa e cinco reais e dezoito centavos), a partir de 8 de junho de 2015, conforme Processo nº 01789/04/2015.

Blumenau, 5 de junho de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 4833/2015 - ISSBLU**

PORTARIA Nº 4833/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SHIRLEY STUEPP HASS.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 61, 62, 63, 99, 104, anexos I, e V, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, com redação alterada pela Lei Complementar n.º 839, de 19 de dezembro de 2011, e artigo 6.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

SHIRLEY STUEPP HASS, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 5.411,97 (Cinco mil, quatrocentos e onze reais e noventa e sete centavos), a partir de 8 de junho de 2015, conforme Processo nº 01853/05/2015.

Blumenau, 5 de junho de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 4834/2015 - ISSBLU**

PORTARIA Nº 4834/2015

CONCEDE PENSÃO VITALÍCIA À IONE ROSA CORREA DE LYRA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER PENSÃO VITALÍCIA,

De acordo com os artigos 17, e 18, inciso I, alínea "a", da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, combinado com o artigo 16, inciso I, do mesmo diploma legal, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, e artigo 40, § 7º, inciso II, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

IONE ROSA CORREA DE LYRA, cônjuge de JURANDIR CORREA DE LYRA, servidor público municipal, aposentado no cargo de provimento efetivo de Geógrafo, lotado no SAMAE- Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, sob o Regime Jurídico Estatutário, falecido em 21 de maio de 2015, devendo perceber, mensalmente, o valor de R\$ 9.963,74 (Nove mil, novecentos e sessenta e três reais e setenta e quatro centavos), a contar da data do óbito.

Blumenau, 5 de junho de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

### **PORTARIA Nº 4835/2015 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 4835/2015

CONCEDE O BENEFÍCIO DO SALÁRIO MATERNIDADE ÀS SERVIDORAS PÚBLICAS MUNICIPAIS.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER O BENEFÍCIO DO SALÁRIO MATERNIDADE,

Nos termos dos artigos 14, inciso I, e 15, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, às servidoras públicas municipais:

CADASTRO	NOME	INICIO	TERMINO
005352	CANDICE NARDELLI REIF	25/05/2015	21/09/2015
224928	JOICE DOS SANTOS SPEROTTO	25/05/2015	21/09/2015
201448	JOSIANE SCHWABE JUNKGLAUS	25/05/2015	21/09/2015
228181	MICHELE MURAOKA DOMINONI	22/05/2015	18/09/2015
229933	SIMONE FLORES MARTINS	28/05/2015	24/09/2015

Blumenau, 11 de junho de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

### **PORTARIA Nº 4836/2015 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 4836/2015

CONCEDE O BENEFÍCIO DE AUXÍLIO DOENÇA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER O BENEFÍCIO DE AUXÍLIO DOENÇA,

Nos termos dos artigos 9.º, § único, e 10, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000:

Cadastro	Nome	INICIO	TERMINO
203289	ADELZA NUNES LIBORIO	21/05/2015	03/07/2015
088692	ADRIANA RAIMUNDO DA SILVA	24/05/2015	08/07/2015
212580	AGUIDA DE SOUZA KRATZ	02/06/2015	16/06/2015
228662	ALEXANDRA FRANZ	09/06/2015	08/07/2015
208027	ALMIR HASKEL	25/05/2015	19/06/2015
228469	ANA LUZIA ZABEL	22/05/2015	23/06/2015
191655	ANA REGINA MULLHER DESCHAMPS	21/05/2015	03/06/2015
211796	ANDREA APARECIDA DE SOUZA KONELL	26/05/2015	29/06/2015
229776	ANDREIA HANAUER	27/05/2015	12/06/2015
185000	ANESIA CLARICE GEBIEN SCHMITT	20/05/2015	29/05/2015
212300	CELIDIA DE FRANCA	19/05/2015	03/06/2015
184764	CLEIA APARECIDA PEREIRA DUARTE	29/05/2015	29/05/2015
199605	CLEIDE REGINA FURLANI POMPERMAIER	05/05/2015	29/05/2015
229491	DAIANA CARDOSO	02/06/2015	26/06/2015
003237	DAVILSON MARQUES VIEIRA	08/05/2015	26/06/2015
207500	DILMA ALVES DE JESUS	28/05/2015	26/06/2015
145467	DILMA ROLING JUNKES	09/06/2015	23/06/2015
209384	DIVA SALETE DE OLIVEIRA DOS SANTOS	09/06/2015	09/06/2015
203742	DORLI IDA DA SILVA	19/05/2015	17/07/2015
194174	EDEMILSON FLORIANO PEDRINI	06/06/2015	10/07/2015
170488	ELIANE APARECIDA HERAT KRAUZER	30/05/2015	03/07/2015
218758	ELISABETE APARECIDA FARIAS	21/05/2015	29/05/2015
200212	ELPIDIO MARCOS	14/05/2015	30/06/2015
198161	ESTER MAES CANZIANI	20/05/2015	12/06/2015



207098	EVANDINA WILHELMS	05/06/2015	08/06/2015
094234	EVANDO FARIAS DOS SANTOS	16/05/2015	29/05/2015
170755	GIOVANA REGINA DA SILVA	15/05/2015	29/05/2015
228992	INORATA DE SOUZA	28/05/2015	12/06/2015
153850	IRACI WICKERT DESCHAMPS	07/05/2015	29/05/2015
199427	ISOLDETE MULLER SANTOS	05/05/2015	19/05/2015
229191	JACKELINE MEDINA REZZA	26/05/2015	10/07/2015
208310	JANICE VIGARANI CABRAL E SILVA	21/05/2015	08/06/2015
203475	JEANE DE SOUZA SANTOS	09/06/2015	19/06/2015
003857	JOAQUIM DOMINGOS DONINE	09/06/2015	15/06/2015
210439	JOSE MESSIAS ANDRADE DE MOURA	26/05/2015	31/07/2015
212490	JUCEMARA APARECIDA RIBEIRO DIAS MORAES	30/05/2015	15/06/2015
201421	JULIAN GILMARA ISENSEE	01/06/2015	17/06/2015
214787	JURANDI DE SOUZA LIMA	20/05/2015	29/05/2015
219860	KATIA PICKLER BAESSO DE ALCANTARA	27/05/2015	10/07/2015
164747	LEANDRA PELLEGRIN	21/05/2015	13/11/2015
003520	LENIR BERTO	16/05/2015	29/05/2015
000532	LEONEL LUIZ DA CUNHA JUNIOR	30/05/2015	12/06/2015
132055	LIAMARA FIETZ PASSOS	05/06/2015	03/07/2015
229515	LUIZA PAULA TORRES	28/05/2015	22/06/2015
206881	LUZIA CUSTODIO NUNES PROCHNOW	05/06/2015	08/06/2015
188182	MADALENA ROSA VICENTINI	22/05/2015	29/05/2015
229400	MARA CRISTIANE BORMANIERI	26/05/2015	10/07/2015
206725	MARIA DE LOURDES DE LIMA	02/05/2015	20/05/2015
229969	MARIA MAERCIDES COTTA FELSKI	22/05/2015	05/06/2015
143200	MARIA MARLENI ORSI BOOS	20/05/2015	24/05/2015
210889	MARIA ROSIMERI LEITE	28/05/2015	19/06/2015
150347	MARIA SALETE ALVES CARNEIRO BECHEL	06/06/2015	19/06/2015
173347	MARIA TERESA PRADE FRONZA	27/05/2015	03/07/2015
210277	MARIA TERESINHA PEREIRA	30/05/2015	14/08/2015
116173	MARINALDA DIONIZIO CORREA	13/05/2015	03/07/2015
203998	MARIO ANTONIO ROCHA FARIAS	16/05/2015	31/07/2015
139912	MARLI NAWASKY DICKMANN	05/06/2015	01/08/2015
228577	MARLISE SEVERINO WILHELMS	20/05/2015	21/05/2015
170429	MIRIAM TERESA THEWIS	04/06/2015	17/07/2015
229330	NAIRA CRISTINE DE OLIVEIRA	02/06/2015	05/06/2015
174033	NEIDE WILLEMANN WIGGERS	22/05/2015	03/07/2015
138533	NEUSA MARIA FIDELIX DE MORAES	22/05/2015	22/05/2015
148571	NILZA LUCIA DE SOUZA	21/05/2015	10/07/2015
181064	NILZA SCHNAIDER	28/05/2015	30/06/2015
192503	PATRICIA KNISS DE SOUZA	25/04/2015	15/06/2015
229489	RAQUEL DA SILVA TABORDA	30/05/2015	03/06/2015
146161	RICARDO LUIZ BEDUSCHI	08/05/2015	19/06/2015
206300	RITA DE CASSIA ANDRADE	24/05/2015	07/06/2015
106291	ROLF GESKE	29/05/2015	13/07/2015
229014	ROSALINA JULIA CORREA SANTOS	13/04/2015	26/06/2015
212466	ROSANE BALLMANN	02/06/2015	12/06/2015
203564	ROSEMARIE DOLORES FRANCO	09/05/2015	26/06/2015
204056	ROSITA PAGELKOPF	04/05/2015	03/07/2015
160750	SERGIO LUIZ ROMUALDO	19/05/2015	03/07/2015
178306	SILVANA NADIR ZIMMERMANN REIS	21/05/2015	22/05/2015
229476	SILVANA WALTRICK RODRIGUES	20/05/2015	07/08/2015
226823	SILVIA REGINA DORINI	19/05/2015	03/07/2015
229822	SIMONE JUSSARA MORITZ PINTO	26/05/2015	26/06/2015
224600	SONIA SUELI EBEL	20/05/2015	21/05/2015
009407	TAMIRA MANTAU SCHUMCKE	08/05/2015	19/06/2015
113271	VERA BITTENCOURT	23/05/2015	05/06/2015
132721	ZELIA LONGO	30/04/2015	28/06/2015
210714	ZENAIDE RAMOS	20/05/2015	06/07/2015
000079	ZILMA ANTONIO SARTORITT	01/06/2015	17/06/2015

Blumenau, 11 de junho de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente





**PORTARIA Nº 4837/2015 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 4837/2015

PRORROGA O BENEFÍCIO DE AUXÍLIO DOENÇA CONCEDIDO ATRAVÉS DAS PORTARIAS N.ºS 4758/2015 4791/2015 E 4792/2015 .

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

PRORROGAR O BENEFÍCIO DE AUXÍLIO DOENÇA,

CADASTRO	NOME	INICIO	TERMINO
223948	ADELIA GLATZ	04/06/2015	30/06/2015
229351	ALEXANDRA DA SILVA WOLF	19/05/2015	19/06/2015
228465	ANDREZA RENATE ROCHA DA COSTA	29/05/2015	03/06/2015
207896	APARECIDA DONIZETI MARTINS	26/05/2015	08/07/2015
177067	CARLA BEATRIZ SCHMITZ DA ROCHA	23/05/2015	19/06/2015
217310	CARLA FERNANDA DA SILVA DONINE	04/06/2015	26/06/2015
228153	CLARISSA AMELIA PEIXOTO DOS SANTOS	16/05/2015	19/05/2015
116904	CLEOCI KOLOSQUE DA CONCEIÇÃO	01/05/2015	15/05/2015
209970	CRISTIANA NEUHAUS	25/04/2015	03/06/2015
208299	DENISE CORREA	30/05/2015	03/06/2015
211265	DOLORES REGINA ALVEZ PADILHA	23/05/2015	10/07/2015
201332	ELENIR MARIA CONSTANTINO DA SILVA	02/06/2015	10/07/2015
000324	GEDIAO ANTONIO LEMOS	04/06/2015	01/07/2015
004674	GEOVANA ALZIRA HILLESHEIM HENNING	04/06/2015	17/07/2015
178047	GEOVANA ALZIRA HILLESHEIM HENNING	04/06/2015	17/07/2015
155659	GLAUCIA BEATRIZ NUNES ROCHA NAVES	19/05/2015	02/07/2015
137430	HELENA CARMEN FLORIANI	16/05/2015	05/06/2015
157465	IRACI TERESINHA MACANEIRO NOVAES	23/05/2015	22/06/2015
210307	IRDE TERESINHA DOMO	23/05/2015	30/06/2015
171433	IRENE DA SILVA MACHADO	15/05/2015	12/06/2015
229301	JOISIANE KANSZEWSKI	30/05/2015	27/07/2015
190128	JOSUE CARDOSO	29/05/2015	28/07/2015
000155	LIGIA ASSINI	26/05/2015	29/06/2015
228257	LIGIA KNISS DE SOUZA	06/06/2015	31/07/2015
115401	LUCIANA LULIAN ROSA	03/06/2015	04/08/2015
205982	LUZIA MATYSZIM	27/05/2015	24/07/2015
170054	MAGALI KRAMER DOS SANTOS	20/05/2015	30/06/2015
196649	MARCIA REGINA FEHRLE	05/06/2015	26/06/2015
199109	MARIA GERTRUDES SOARES	30/05/2015	08/06/2015
229254	MARILENE APARECIDA DE MORAES	23/05/2015	19/06/2015
207659	MARLENE WESSNER	10/06/2015	10/07/2015
203467	NELIA MARIA SOARES DA SILVA	15/05/2015	19/06/2015
138533	NEUSA MARIA FEDELIX DE MORAES	22/05/2015	22/05/2015
000282	ODETE CRISTINA CARDOSO CARRARO	16/05/2015	14/07/2015
218561	OLIMPIA HOSTIN	27/05/2015	14/08/2015
212318	OLINDA DE FATIMA CORREA JENDIK	01/06/2015	22/06/2015
177172	OSNI JACINTO	29/05/2015	30/05/2015
117196	PATRICIA LONGO	23/05/2015	25/06/2015
100684	PAULINO IGNACIO JACQUES NETO	23/05/2015	25/06/2015
000183	REGINA BALLMANN	23/05/2015	23/06/2015
086630	ROMILDA RAUTENBERG	14/05/2015	19/06/2015
150762	ROSA MARIA BRANDALISE	03/02/2015	22/06/2015
191256	ROSANE SALVADOR RODRIGUES	06/06/2015	07/08/2015
229023	ROSANGELA PEREIRA	30/05/2015	02/06/2015
192457	ROSELI DE MEDEIROS DA SILVA	23/05/2015	26/06/2015
211877	ROSEMARI TERESINHA HOFSHNEIDER	28/05/2015	07/08/2015
228731	RUBENS RAULINO	16/05/2015	31/07/2015
229484	RUTH DE SOUZA E SILVA	13/05/2015	22/05/2015
228725	SEBASTIÃO TADEU WOLF DA COSTA	04/06/2015	08/06/2015
108332	SALUA MARIA CURI	20/05/2015	10/07/2015
229452	SALVELI TERESINHA BOOL BARCELOS	23/05/2015	10/07/2015
118354	SANDRA MARA UECKERT ROWEDER	10/06/2015	07/08/2015

116360	SANDRA REGINA DE ZUTTER	30/05/2015	01/07/2015
002297	SERGIO LUIZ PEREIRA	23/05/2015	04/06/2015
217530	SHEILA PRATIS HUSCHER	16/05/2015	17/07/2015
130001	SONIA BENILDA PACHER	19/05/2015	19/06/2015
000961	SONIA MARIA ZIMMERMANN	16/05/2015	14/07/2015
214051	SONIA REGINA CORDEIRO	23/05/2015	26/06/2015
217859	TULIO MORITZ JUNIOR	23/05/2015	24/07/2015
177873	VALMIR KLOEPFEL	30/05/2015	09/06/2015
225029	VERA LUCIA LAGOS MORAIS DA SILVA	28/05/2015	28/05/2015
115940	WILSON ANTONIO ADÃO	29/05/2015	21/08/2015

Blumenau, 12 de junho de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

### **PORTARIA Nº 4838/2015 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 4838/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL WALTER GIELAND.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de WALTER GIELAND, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Especiais, lotado no SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00098/15-2, em 11/06/2015, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Kuala S.A.	05/04/1977 a 03/04/1979
Cia. Hering	13/09/1979 a 11/12/1979
A L Altenburg – ME	09/01/1980 a 30/04/1980
Prefeitura Municipal de Blumenau	01/07/1980 a 22/06/1995

Totaliza o tempo de 6397 (seis mil, trezentos e noventa e sete) dias, correspondente a 17 (dezessete) anos, 6 (seis) meses, e 12 (doze) dias, conforme Processo n.º 02051/06/2015.

Blumenau, 12 de junho de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

### **PORTARIA Nº 4839/2015 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 4839/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARGARETH RUEDIGER.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de MARGARETH RUEDIGER, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00083/15-5, em 29/05/2015, prestado à Prefeitura Municipal de Blumenau, no período de 04/03/1985 a 21/02/1994, um total de 3268 (três mil, duzentos e sessenta e oito) dias, correspondente a 8 (oito) anos, 11 (onze) meses, e 18 (dezoito) dias, conforme Processo n.º 02053/06/2015.

Blumenau, 12 de junho de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 4840/2015 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 4840/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR IDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LUZIA GONÇALVES PEREIRA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve

**CONCEDER APOSENTADORIA POR IDADE**

De acordo com os artigos 4.º, inciso III, § 2.º, e 28, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, combinado com o artigo 7.º, § 1.º, do mesmo diploma legal, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 2º, inciso I, anexo I, 54, e 64, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, e artigo 40, §§ 1.º, inciso III, alínea "b", e 3º, da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional 41, de 19 de dezembro de 2003, à

LUZIA GONÇALVES PEREIRA, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos proporcionais e mensais de R\$ 907,94 (Novecentos e sete reais e noventa e quatro centavos), a partir de 15 de junho de 2015, conforme Processo n.º 02003/06/2015.

Blumenau, 12 de junho de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 4841/2015 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 4841/2015

REVERTE A APOSENTADORIA POR INVALIDEZ CONCEDIDA AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ELOIR JOSÉ MACHADO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, e em observância ao disposto no artigo 32, da Lei Complementar n.º 660, de 28 de novembro de 2007, resolve

**REVERTER**

a aposentadoria por invalidez concedida a ELOIR JOSÉ MACHADO, pela Portaria N.º 1498/2008, de 14 de agosto de 2008, tendo em vista a insubsistência dos motivos determinantes através de Laudo Pericial.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo efeitos a partir de 30 de junho de 2015.

Blumenau, 15 de junho de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 4842/2015 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 4842/2015

CONCEDE PENSÃO VITALÍCIA A DALTRO JOSÉ DA SILVA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve

**CONCEDER PENSÃO VITALÍCIA**

De acordo com os artigos 17, e 18, inciso I, alínea "c", da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, combinado com o artigo 16, inciso II, do mesmo diploma legal, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, e artigo 40, § 7º, inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, a

DALTRO JOSÉ DA SILVA, companheiro de VERÔNICA FELDMANN, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Educador, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, falecida em 20 de dezembro de 2003, devendo perceber, mensalmente, o valor de R\$ 1.906,11 (Mil, novecentos e seis reais e onze centavos), a partir de 12 de junho de 2015, conforme AÇÃO DECLARATÓRIA DE UNIÃO ESTÁVEL PARA FINS PREVIDENCIÁRIOS, e Processo nº 02057/06/2015.

Blumenau, 16 de junho de 2015.

ELOI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 4843/2015 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 4843/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LURDETE ADELIA BATISTA DO ROSARIO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve

**MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de LURDETE ADELIA BATISTA DO ROSARIO, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo, lotada na FURB – Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00268/14-7, em 08/09/2014, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Alimentos Naturais Blumenau Ltda. - ME	03/01/1983 a
	21/06/1985
	01/08/1985 a
	14/05/1986
FURB – Fundação Universidade Regional de Blumenau	23/06/1986 a 28/02/1993
Contribuinte Individual	01/06/2010 a 30/06/2010

Totaliza o tempo de 3661 (três mil, seiscentos e sessenta e um) dias, correspondente a 10 (dez) anos, e 11 (onze) dias, conforme Processo n.º 02063/06/2015.

Blumenau, 16 de junho de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

### **PORTARIA Nº 4844/2015 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 4844/2015

CONCEDE PENSÃO VITALÍCIA A ILCA COSTA PEREIRA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve

#### **CONCEDER PENSÃO VITALÍCIA**

De acordo com os artigos 17, e 18, inciso I, alínea "a", da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, combinado com o artigo 16, inciso I, do mesmo diploma legal, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, e artigo 40, § 7º, inciso II, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

ILCA COSTA PEREIRA, cônjuge de MARCILIO RODRIGUES PEREIRA, servidor público municipal, aposentado no cargo de provimento efetivo de Maestro, lotado na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, sob o Regime Jurídico Estatutário, falecido em 19 de maio de 2015, devendo perceber, mensalmente, o valor de R\$ 1.687,01 (Mil, seiscentos e oitenta e sete reais e um centavo), a contar da data do óbito.

Blumenau, 16 de junho de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

### **PORTARIA Nº 4845/2015 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 4845/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MIRIAM TERESA THEWIS.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve

#### **MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de MIRIAM TERESA THEWIS, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal da Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00001/14-0, em 06/01/2014, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
---------	---------

Dubon Administradora de Bens Ltda. - ME	10/12/1981 a 20/10/1983
Califa Mor Indústria Comércio e Representações Ltda.	01/11/1983 a 29/01/1984
Scriba Propaganda Ltda.	02/05/1984 a 29/06/1984
ACIMPEV - Associação Comercial e Industrial da Micro e Pequena Empresa do Vale do Itajaí	01/11/1984 a 20/04/1985
Ábaco Representações Ltda. - ME	02/05/1985 a 05/08/1985
Induscabos Condutores Elétricos Ltda.	21/10/1985 a 15/07/1986
Banco Bradesco S.A.	25/08/1986 a 10/10/1986
Herco Consultoria de Riscos Ltda.	13/10/1986 a 29/01/1988
Panificadora Guadalajara Ltda. - ME	01/07/1988 a 21/07/1988
Vivenda Cortinas e Decorações Ltda.	12/09/1988 a 09/12/1988
Dorly Hostins	01/02/1992 a 05/03/1993
Prefeitura Municipal de Blumenau	13/08/1993 a 31/12/1993

Totaliza o tempo de 2532 (dois mil, quinhentos e trinta e dois) dias, correspondente a 6 (seis) anos, 11 (onze) meses, e 12 (doze) dias, conforme Processo n.º 02066/06/2015.

Blumenau, 16 de junho de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

### **PORTARIA Nº 4846/2015 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 4846/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PAULO LUÍS SCHMITT.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve

#### **MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de PAULO LUÍS SCHMITT, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na FURB- Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00074/15-6, em 21/05/2015, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Contribuinte Individual	01/01/1980 a 31/05/1980
	01/07/1980 a 31/07/1980
	01/09/1980 a 31/01/1981
	01/04/1981 a 31/05/1981

FURB- Fundação Universidade Regional de Blumenau	01/09/1981 a 28/02/1993
Prefeitura Municipal de Gaspar	03/04/1989 a 28/02/1991 01/01/1992 a 31/12/1992 01/01/1995 a 31/12/1996

Totaliza o tempo de 5320 (cinco mil, trezentos e vinte) dias, correspondente a 14 (quatorze) anos, e 7 (sete) meses, conforme Processo n.º 02065/06/2015.

Blumenau, 17 de junho de 2015.  
ELÓI BARNI  
Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 4847/2015 - ISSBLU**  
PORTARIA N.º 4847/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ANDRÉA KLEMM SCHMITT.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve

**MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de ANDRÉA KLEMM SCHMITT, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal da Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00067/15-0, em 07/05/2015, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Malharia Taeschner Ltda.	16/06/1986 a 24/10/1986
Transportes Thomsen Ltda. – ME	07/03/1987 a 30/11/1988
Souvenir Comercial Ltda. – ME	03/04/1989 a 28/03/1990
Servipost Assessoria e Representações Ltda. – ME	02/07/1990 a 22/07/1992

Totaliza o tempo de 1875 (mil, oitocentos e setenta e cinco) dias, correspondente a 5 (cinco) anos, 1 (um) mês, e 20 (vinte) dias, conforme Processo n.º 02073/06/2015.

Blumenau, 17 de junho de 2015.  
ELÓI BARNI  
Diretor Presidente

**CÂMARA MUNICIPAL**

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 853**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 853  
CONCEDE TÍTULO DE "CIDADÃO BLUMENAUENSE" AO SENHOR NELSON JULIANO SCHAEFER MARTINS.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga o seguinte decreto legislativo:

Art. 1º É concedido o título de Cidadão Blumenauense ao Senhor Nelson Juliano Schaefer Martins, pelos relevantes serviços prestados ao município de Blumenau.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 18 DE JUNHO DE 2015.

Mário Hildebrandt      Marcos da Rosa  
Presidente              Vice-Presidente

Célio Dias              Marco Antonio Wanrowsky  
1º Secretário          2º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 854**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 854  
CONCEDE TÍTULO DE "CIDADÃ EMÉRITA" À SENHORA YARA LUEF.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga o seguinte decreto legislativo:

Art. 1º É concedido o título de Cidadã Emérita à Senhora Yara Luef, pelos relevantes serviços prestados à coletividade Blumenauense.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 18 DE JUNHO DE 2015.

Mário Hildebrandt      Marcos da Rosa  
Presidente              Vice-Presidente

Célio Dias              Marco Antonio Wanrowsky  
1º Secretário          2º Secretário



**DECRETO LEGISLATIVO Nº 855**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 855

CONCEDE TÍTULO DE "CIDADÃO BLUMENAUENSE" AO SENHOR VITOR DUMKE FILHO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga o seguinte decreto legislativo:

Art. 1º É concedido o título de Cidadão Blumenauense ao Senhor Vitor Dumke Filho, pelos relevantes serviços prestados ao município de Blumenau.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 18 DE JUNHO DE 2015.

Mário Hildebrandt

Marcos da Rosa

Presidente

Vice-Presidente

Célio Dias

Marco Antonio Wanrowsky

1º Secretário

2º Secretário

**LEI COMPLEMENTAR Nº 988, DE 18 DE JUNHO DE 2015**

LEI COMPLEMENTAR Nº 988, DE 18 DE JUNHO DE 2015

ACRESCENTA ARTIGO 32-A À LEI COMPLEMENTAR Nº 530, DE 27 DE JULHO DE 2005.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 42, parágrafo 6º, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º À Lei Complementar nº 530, de 27 de julho de 2005, que "Dispõe sobre o controle e a proteção de populações animais e determina providências correlatas", é acrescentado o artigo 32-A, com a seguinte redação:

"Art. 32-A. É obrigatória a fixação de placa informativa, visível ao público, sobre crime contra animais, nos seguintes locais:

I – clínicas, prontos-socorros e hospitais veterinários;

II – estabelecimentos que comercializam produtos, medicamentos e alimentos para animais;

III – pet shops;

IV – estabelecimentos de banho e tosa de animais.

§ 1º A placa informativa, com tamanho mínimo de 50 cm x 50 cm, com layout a ser definido na regulamentação deste artigo, deverá ter os seguintes dizeres:

‘É crime praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos. Pena: detenção e multa (art. 32, da Lei Federal nº 9.605/1998).

DENUNCIE: 190 – Polícia Militar/Polícia Ambiental  
0800-618080 – Linha Verde do IBAMA’.

§ 2º O descumprimento ao disposto neste artigo sujeita o infrator às seguintes sanções administrativas:

I – advertência por escrito, na primeira infração, com prazo para

regularização;

II – multa, no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), na segunda infração, a ser aplicada em dobro na reincidência.

III – interdição total ou parcial, temporária ou permanente de locais ou estabelecimentos, a partir da terceira infração, sem prejuízo da aplicação das multas previstas no inciso II.”

Art. 2º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, EM 18 DE JUNHO DE 2015.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente da Câmara

**RESOLUÇÃO MD Nº 2347**

RESOLUÇÃO MD Nº 2347

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO EFETIVO PARA FORMALIZAÇÃO E INSTAURAÇÃO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL NA CÂMARA MUNICIPAL.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É designado, em 1º de junho de 2015, o servidor público efetivo Jaison Joni Pereguda, para realizar a formalização e instauração de procedimento de Tomada de Contas Especial, na Câmara Municipal de Blumenau, conforme orientação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (Ofício TC/GAB n. 7538/2015, em resposta ao Ofício CMB/GP n. 047/2015, protocolado sob n. 007786/2015, no TC).

Parágrafo único. No procedimento de Tomada de Contas Especial, o servidor designado será auxiliado pela Controladoria Interna da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 2º O procedimento de que trata esta Resolução deverá ser concluído no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 3º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas da Câmara Municipal que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público ora designado.

Art. 4º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 1º DE JUNHO DE 2015.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

Célio Dias

1º Secretário

Marco Antonio Wanrowsky

2º Secretário

**RESOLUÇÃO MD Nº 2.348**

RESOLUÇÃO MD Nº 2.348

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É exonerado, em 8 de junho de 2015, o servidor público Cleiton Gieseler, ocupante do cargo de Chefe de Gabinete de Vereador, de provimento em comissão, lotado no gabinete do Vereador Robinsom Fernando Soares – do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 8 DE JUNHO DE 2015.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

Célio Dias

1º Secretário

Marco Antonio Wanrowsky

2º Secretário

**RESOLUÇÃO MD Nº 2.349**

RESOLUÇÃO MD Nº 2.349

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É exonerado, em 8 de junho de 2015, o servidor público Alfonso Espindola, ocupante do cargo de Assessor Político, de provimento em comissão, lotado no gabinete do Vereador Robinsom Fernando Soares – do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 8 DE JUNHO DE 2015.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

Célio Dias

1º Secretário

Marco Antonio Wanrowsky

2º Secretário

**RESOLUÇÃO MD Nº 2.350**

RESOLUÇÃO MD Nº 2.350

NOMEIA ALFONSO ESPINDOLA EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É nomeado, em 9 de junho de 2015, Alfonso Espindola, no cargo de Chefe de Gabinete de Vereador, de provimento em comissão, lotado no gabinete do Vereador Robinsom Fernando Soares – do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau, nos termos da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 9 DE JUNHO DE 2015.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

Célio Dias

1º Secretário

Marco Antonio Wanrowsky

2º Secretário

**RESOLUÇÃO MD Nº 2.351**

RESOLUÇÃO MD Nº 2.351

AUTORIZA PARTICIPAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA EM EVENTO TÉCNICO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica autorizada a participação da servidora pública Tatiane Kulpa, no Curso de Rotinas Funcionais dos Servidores Públicos, em Florianópolis (SC), nos dias 15 e 16 de junho de 2015.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento das despesas de taxa de inscrição no evento, no valor de R\$ 790,00 (setecentos e noventa reais) e de uma diária "A" e uma diária "B", conforme tabela própria, à servidora pública participante.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de verbas próprias consignadas no orçamento vigente da Câmara Municipal.

Art. 4º Após o retorno, a servidora pública deverá apresentar à Mesa Diretora, um relatório sobre a sua participação no evento técnico.

Art. 5º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 9 DE JUNHO DE 2015.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA  
Vice-Presidente

Célio Dias  
1º Secretário

Marco Antonio Wanrowsky  
2º Secretário

### **RESOLUÇÃO MD Nº 2.352**

RESOLUÇÃO MD Nº 2.352

AUTORIZA PARTICIPAÇÃO DE VEREADOR EM EVENTO TÉCNICO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica autorizada a participação do Vereador Vanderlei Paulo de Oliveira, na 45ª Reunião do Conselho das Cidades, em Brasília (DF), nos dias 15 a 18 de junho de 2015.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento das despesas de transporte aéreo de ida e volta e de quatro diárias "A" e uma diária "B", conforme tabela própria, ao Vereador participante.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de verbas próprias consignadas no orçamento vigente da Câmara Municipal.

Art. 4º Após o retorno, o Vereador deverá apresentar ao Plenário, um relatório sobre a sua participação no evento técnico.

Art. 5º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 9 DE JUNHO DE 2015.

MÁRIO HILDEBRANDT  
Presidente

MARCOS DA ROSA  
Vice-Presidente

Célio Dias  
1º Secretário

Marco Antonio Wanrowsky  
2º Secretário

### **RESOLUÇÃO MD Nº 2.353**

RESOLUÇÃO MD Nº 2.353

AUTORIZA REALIZAÇÃO DE DESPESA PARA AQUISIÇÃO DE COFFEE BREAK DURANTE CURSO DE REDAÇÃO OFICIAL.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica autorizada a realização de despesa, no valor de até R\$ 2.000,00 (dois mil reais), para aquisição de coffee break durante a realização do Curso de Redação Oficial, oferecido pela Escola do Legislativo Fritz Müller, nos dias 22 e 23 de junho de 2015, no Auditório da Cruz Azul, em Blumenau (SC).

Parágrafo único. A despesa prevista neste artigo será comprovada mediante apresentação de notas fiscais.

Art. 2º As despesas com a execução desta Resolução da Mesa Diretora correrão por conta de dotações próprias, consignadas no orçamento anual da Câmara Municipal.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de

sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 11 DE JUNHO DE 2015.

MÁRIO HILDEBRANDT  
Presidente

MARCOS DA ROSA  
Vice-Presidente

Célio Dias  
1º Secretário

Marco Antonio Wanrowsky  
2º Secretário

### **RESOLUÇÃO MD Nº 2.354**

RESOLUÇÃO MD Nº 2.354

ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 2º, DA RESOLUÇÃO MD Nº 2.337, DE 21 DE MAIO DE 2015.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º O artigo 2º, da Resolução MD nº 2.337, de 21 de maio de 2015, que "Ratifica cessão de servidora pública do Poder Executivo e concede gratificação de função à servidora pública Andréia Roncaglio Geraldo", passa a vigorar com a seguinte redação;

"Art. 2º É concedida, a partir de 18 de maio de 2015, Gratificação de Função de Coordenador Pedagógico da Escola do Legislativo à servidora pública efetiva Andréia Roncaglio Geraldo, de 50% (cinquenta por cento) do valor do vencimento da referência 60 (sessenta) do quadro de Referências de Vencimento da Câmara Municipal de Blumenau, lotada na Diretoria Geral, para exercer as funções previstas no art. 4º, da Resolução nº 431, de 27 de março de 2014, alterado pela Resolução nº 441, de 26 de março de 2015 e nos termos da Lei Complementar nº 393, de 25 de março de 2003 e da Lei Complementar nº 889, de 21 de maio de 2013 e suas alterações." (NR)

Art. 3º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas da Câmara Municipal que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 4º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 12 DE JUNHO DE 2015.

MÁRIO HILDEBRANDT  
Presidente

MARCOS DA ROSA  
Vice-Presidente

Célio Dias  
1º Secretário

Marco Antonio Wanrowsky  
2º Secretário

**RESOLUÇÃO Nº 451****RESOLUÇÃO Nº 451**

ACRESCENTA E ALTERA DISPOSITIVOS DA RESOLUÇÃO Nº 423, DE 16 DE MAIO DE 2013, PARA INSTITUIR A COORDENAÇÃO DE ESTUDO E APOIO SOCIAL, NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU.

MARIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, inciso VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica instituída, nos termos desta Resolução, observadas as legislações de regência, a Coordenação de Estudo e Apoio Social, no âmbito da Câmara Municipal, com a finalidade de atender às demandas sociais dos servidores públicos, exigidas pela legislação estatutária e apresentadas pela unidade de Gestão de Pessoas e prestar consultoria técnica à Comissão Legislativa Permanente de Educação, Ciência, Comunicação, Cultura, Desporto, Saúde Pública e Assistência Social, às Comissões Temporárias e às Frentes Parlamentares, nas matérias assistenciais.

Art. 2º No artigo 2º, da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013, que "Dispõe sobre a organização da Estrutura Administrativa da Câmara Municipal e determina providências conexas", fica acrescentado o item 10, à alínea "a" do inciso V, passando a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 2º .....  
..

V – Unidades de Coordenação de Serviços:

a) vinculadas à Diretoria Geral:

.....  
....

10 – Coordenação de Estudo e Apoio Social."

Art. 3º No Capítulo III, da Resolução nº 423/ 2013, fica acrescentado após o artigo 20, a Subseção VII, e os artigos 20-I e 20-J, com as seguintes redações:

"Subseção VII

Da Coordenação de Estudo e Apoio Social

Art. 20-I. A Coordenação de Estudo e Apoio Social, no âmbito da Câmara Municipal, é unidade de coordenação de serviços, vinculada à Diretoria Geral, que tem por finalidade atender as demandas sociais dos servidores públicos, exigidas pela legislação estatutária e apresentadas pela unidade de Gestão de Pessoas e prestar consultoria técnica à Comissão Legislativa Permanente de Educação, Ciência, Comunicação, Cultura, Desporto, Saúde Pública e Assistência Social, às Comissões Temporárias e às Frentes Parlamentares, nas matérias assistenciais.

Art. 20-J. Ao ocupante da Função Gratificada de Coordenador de Estudo e Apoio Social aos Servidores Públicos, servidor efetivo com formação em Assistência Social, sob orientação e acompanhamento do Diretor Geral, compete atender as demandas sociais dos servidores públicos, exigidas pela legislação estatutária e apresentadas pela unidade de Gestão de Pessoas e prestar consultoria técnica à Comissão Legislativa Permanente de Educação, Ciência, Comunicação, Cultura, Desporto, Saúde Pública e Assistência Social, às Comissões Temporárias e as Frentes Parlamentares, nas matérias assistenciais, exarando pareceres quando solicitados."

Art. 4º As despesas com a execução desta Resolução correrão por conta de dotações próprias consignadas no orçamento anual da Câmara Municipal.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 16 DE JUNHO DE 2015.

Mário Hildebrandt  
Presidente

Marcos da Rosa  
Vice-Presidente

Célio Dias  
1º Secretário

Marco Antonio Wanrowsky  
2º Secretário

**RESOLUÇÃO Nº 452****RESOLUÇÃO Nº 452**

ACRESCENTA E ALTERA DISPOSITIVOS DA RESOLUÇÃO Nº 423, DE 16 DE MAIO DE 2013, PARA INSTITUIR A COORDENAÇÃO DE CONTROLE E REVISÃO DE ATIVIDADES LEGISLATIVAS NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU.

MARIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, inciso VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica instituída, nos termos desta Resolução, observadas as legislações de regência, a Coordenação de Controle e Revisão de Atividades Legislativas, vinculada à Diretoria Legislativa, como unidade de coordenação de serviços, com o objetivo de coordenar as atividades legislativas.

Art. 2º No artigo 2º, da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013, que "Dispõe sobre a organização da Estrutura Administrativa da Câmara Municipal e determina providências conexas", fica acrescentado o item 9, à alínea "b" do inciso V, passando a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 2º .....  
.....

.....  
.....

V – Unidades de Coordenação de Serviços:

b) vinculadas à Diretoria Legislativa:

.....  
.....

9 – Coordenação de Controle e Revisão de Atividades Legislativas."

Art. 3º No Capítulo III, da Resolução nº 423/2013, fica acrescentado após o artigo 26, a Subseção IX e os artigos 26-M e 26-N, com as seguintes redações:

"Subseção IX

Da Coordenação de Controle e Revisão de Atividades Legislativas

Art. 26-M. A Coordenação de Controle e Revisão de Atividades Legislativas é unidade de coordenação de serviços, vinculada à Diretoria Legislativa, com o objetivo de coordenar as atividades legislativas dispostas no artigo art. 26-N.

Art. 26-N. Ao ocupante da Função Gratificada de Coordenador de

Controle e Revisão de Atividades Legislativas, servidor efetivo, sob orientação e acompanhamento da Diretoria Legislativa, compete:

I – coordenar as medidas de publicidade, atualização, catalogação e consolidação da legislação municipal;

II – coordenar o arquivo físico e digital das proposições, buscando alternativas para a redução do uso de papel e fomentando a digitalização dos procedimentos;

III – coordenar a revisão textual de documentos oficiais, adequando-os à norma culta e aos princípios da clareza e objetividade;

IV – supervisionar a elaboração de requerimentos, indicações e moções e das atas das reuniões plenárias, das audiências públicas e das comissões.”

Art. 4º Os artigos 33 e 34, da Resolução nº 423/2013, passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 33. A Coordenação de Serviços Internos e Pesquisas Legislativas e Jurídicas é unidade de coordenação de serviços, vinculada à Procuradoria Geral, que tem por objetivo assessorar o Procurador Geral no gerenciamento interno da Procuradoria Geral, bem como coordenar e executar estudos e pesquisas legislativas e jurídicas, e, em especial, a elaboração, edição e atualização da Lei Orgânica do Município anotada, a ser publicada pela Câmara Municipal.

Art. 34. Ao ocupante da Função Gratificada de Coordenador de Serviços Internos e Pesquisas Legislativas e Jurídicas compete prestar, sempre que solicitado, assistência direta ao Procurador Geral, e, ainda, sob a orientação e acompanhamento deste:

I – coordenar o recebimento, registro, distribuição e movimentação interna de processos;

II – aprovar e encaminhar aos órgãos consulentes os pareceres exarados pela Procuradoria, nas hipóteses de impedimentos, férias e ausências do Procurador Geral;

III – desempenhar outras atribuições de gerenciamento e assessoramento que forem determinadas pelo Procurador Geral;

IV – coordenar as atividades de estudos e pesquisas legislativas e jurídicas, em especial a elaboração, edição e atualização da Lei Orgânica do Município de Blumenau anotada.”

Art. 5º As despesas com a execução desta Resolução correrão por conta de dotações próprias consignadas no orçamento anual da Câmara Municipal.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 18 DE JUNHO DE 2015.

Mário Hildebrandt  
Presidente

Marcos da Rosa  
Vice-Presidente

Célio Dias  
1º Secretário

Marco Antonio Wanrowsky  
2º Secretário



# Bom Jesus do Oeste

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº. 101/2015

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 101/2015

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: GOVERNANÇA BRASIL S/A TECNOLOGIA E GESTÃO DE SERVIÇOS.

Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº 1341/2015

Objeto: Fornecimento da licença de uso de software por prazo determinado (locação), com atualização mensal, que garanta as alterações legais, corretivas e evolutivas, incluindo, conversão, implantação, treinamento, suporte e atendimento técnico.

Valor: R\$ 29.658,00 (Vinte e nove mil seiscientos e cinquenta e oito reais).

Vigência: 01 de Julho de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Assinatura: 23 de Junho de 2105.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº. 4723/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

DECRETO Nº 4723/2015 de 23 de Junho de 2015.

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº 01341/2015, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei nº: 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94;

DECRETA: Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto nº 4477/14 de 02 de Janeiro de 2.014, sob o Processo de Licitação nº 01341/2015, que tem por objeto Contratação de empresa para fornecimento da licença de uso de software por prazo determinado (locação), com atualização mensal, que garanta as alterações legais, corretivas e evolutivas, incluindo, conversão, implantação, treinamento, suporte e atendimento técnico para o Exercício de 2015.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant	Valor (R\$)
1	GovernançaBrasil Tecnologia e Gestão em serviços Ltda	Sistema de Contabilidade Pública	7,00	1.330,00
2	GovernançaBrasil Tecnologia e Gestão em serviços Ltda	Sistema de Atendimento a Lei de Responsabilidade Fiscal	7,00	1.085,00
3	GovernançaBrasil Tecnologia e Gestão em serviços Ltda	Sistema de Prestação de Contas para o TCE- SC	7,00	1.085,00
4	GovernançaBrasil Tecnologia e Gestão em serviços Ltda	Sistema de Tesouraria	7,00	945,00
5	GovernançaBrasil Tecnologia e Gestão em serviços Ltda	Sistema de Controle Interno	7,00	1.085,00
6	GovernançaBrasil Tecnologia e Gestão em serviços Ltda	Sistema de Recursos Humanos	7,00	3.220,00
7	GovernançaBrasil Tecnologia e Gestão em serviços Ltda	Sistema Tributário	7,00	1.330,00
8	GovernançaBrasil Tecnologia e Gestão em serviços Ltda	Atendimento ao Cidadão WEB	7,00	5.481,00
9	GovernançaBrasil Tecnologia e Gestão em serviços Ltda	Sistema de Licitações e Contratos	7,00	1.085,00
10	GovernançaBrasil Tecnologia e Gestão em serviços Ltda	Sistema de Almoxarifado	7,00	1.085,00

11	Governança Brasil Tecnologia e Gestão em serviços Ltda	Sistema de Patrimônio Público	7,00	1.085,00
12	Governança Brasil Tecnologia e Gestão em serviços Ltda	Sistema de Administração de Frotas	7,00	945,00
13	Governança Brasil Tecnologia e Gestão em serviços Ltda	Sistema para Atendimento a Lei Complementar nº 131/2009	7,00	4.690,00
14	Governança Brasil Tecnologia e Gestão em serviços Ltda	Sistema de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica	7,00	3.115,00
15	Governança Brasil Tecnologia e Gestão em serviços Ltda	Sistema de Controle do ISSQN Eletrônico	7,00	2.345,00
16	Governança Brasil Tecnologia e Gestão em serviços Ltda	Sistema de Administração de biblioteca	7,00	945,00
17	Governança Brasil Tecnologia e Gestão em serviços Ltda	Sistema de Controle e Elaboração do Orçamento Público ( PPA - LDO - LOA)	7,00	1.995,00
18	Governança Brasil Tecnologia e Gestão em serviços Ltda	Valor Unico de implantação para o Item 09 - Atendimento ao Cidadão WEB	1,00	1.500,00

trinta e quatro mil trezentos e cinquenta e um reais

34.351,00

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste – SC,  
aos 23/06/15.

AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito Municipal

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1447/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1447/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 040/2015

O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal Sr. Airton Antonio Reinehr, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 08:30 horas do dia 07 de Julho de 2015, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial, tendo como objeto a aquisição de rodas de aço aro 24 para Motoniveladora caterpillar 120 k.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste – SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: [compras@bomjesus-dooeste.sc.gov.br](mailto:compras@bomjesus-dooeste.sc.gov.br) ou pelo site [www.bomjesusdooeste.sc.gov.br](http://www.bomjesusdooeste.sc.gov.br).

Bom Jesus do Oeste – SC, aos 25 de Junho de 2015.

Airton Antonio Reinehr  
Prefeito Municipal

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1448/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1448/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 041/2015

O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu

Prefeito Municipal Sr. Airton Antonio Reinehr, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 10:15 horas do dia 07 de Julho de 2015, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial, tendo como objeto a Contratação de empresas especializadas para prestação de serviços ambulatoriais e hospitalares na área da saúde no exercício de 2015.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste – SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: [compras@bomjesus-dooeste.sc.gov.br](mailto:compras@bomjesus-dooeste.sc.gov.br) ou pelo site [www.bomjesusdooeste.sc.gov.br](http://www.bomjesusdooeste.sc.gov.br).

Bom Jesus do Oeste – SC, aos 25 de Junho de 2015.  
Airton Antonio Reinehr  
Prefeito Municipal

### **TOMADA DE PREÇOS Nº 1459/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 1459/2015  
EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 04/2015  
O MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu  
Prefeito Municipal Sr. Airton Antonio Reinehr, TORNA PÚBLICO,  
para o conhecimento dos interessados que às 08:30 horas do dia  
10 de Julho de 2015, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Tomada de Preço, tendo como objeto a Execução de rotatória no em ruas e avenidas do perímetro urbano do Município.  
O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.  
A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste – SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: [compras@bomjesusdoeste.sc.gov.br](mailto:compras@bomjesusdoeste.sc.gov.br) ou pelo site [www.bomjesusdoeste.sc.gov.br](http://www.bomjesusdoeste.sc.gov.br).

Bom Jesus do Oeste – SC, aos 25 de Junho de 2015.  
Airton Antonio Reinehr  
Prefeito Municipal

# Bom Retiro

## PREFEITURA

### 43.15 DEC. SUPLEMENTAÇÃO SUPERÁVIT. EDUC. PAR.CAMINHOS ESCOLA

Decreto N.º 43/15 de 24 de junho de 2015.

SUPLEMENTA RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO, EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015, PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado no art. 5º, II da Lei n.º 2262/14 de 09 de dezembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias:

04.01- SECR. MUN. EDUCAÇÃO,CULTURA E ESPORTE  
12.361.0018.2013 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR  
4.0.00.00 - DESPESAS CAPITAL  
4.4.90.00 - Aplicações Diretas  
Recurso 03.32.0000 (Transf.Conv.União-Educação - Exercício Anterior) R\$ 10.455,15  
Sub Total R\$ 10.455,15

Total Geral da Suplementação R\$ 10.455,15

Art. 2º - Para fazer face a presente suplementação, apresenta-se como fonte de recurso o superávit financeiro do exercício anterior das respectivas fontes de recursos apurado no demonstrativo da apuração dos saldos das disponibilidades de recursos, excluído daqueles saldos os restos a pagar empenhados naquelas fontes.

I) R\$ 9.358,68 referente a Transferência Direta FNDE - PAR n.º 4025/2012, c/c 12.977-1.

II) R\$ 1.096,47 referente a Transferência Direta FNDE - Caminhos da Escola, c/c 13.834-7.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 24 de junho de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Administração e Fazenda

### 604.06.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ELIANA AP. ALVES

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 604/15 de 24.06.15

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 19 de junho de 2015, a funcionária Eliana Aparecida Alves, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I - Nível 22, do Quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
24 de junho de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

### 605.06.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE LENI FRANÇA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 605/15 de 24.06.15

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 03 (três) dias de licença para realizar tratamento de saúde nos dias 22, 23 e 24 de junho de 2015, a funcionária Leni França, ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 - Nível 01, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
24 de junho de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

### 606.06.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE OLAVIO ROVARIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 606/15 de 24.06.15

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 23 de junho de 2015, ao funcionário Olávio Rovaris, ocupante do cargo de Assistente Administrativo – Padrão I – Nível 6, do Quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
24 de junho de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA      DARIO CESAR DE LINS  
Prefeito Municipal                      Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

#### **607.06.15 - P. FÉRIAS AIRTON SANGALETTI**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 607/15 de 24.06.15  
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

#### **RESOLVE:**

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2014 (Dois Mil e Quatorze) a 2015 (Dois Mil Quinze) ao funcionário Ailton Sangaletti, Ocupante do cargo de Carpinteiro, Padrão I – Nível 4, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, sendo que 10 dias serão pagos em pecúnia, conforme requerimento n.º 042/2015 de 24 de junho de 2015, para gozá-las a contar de 24 de junho com término no dia 23 de julho de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
24 de junho de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA      DARIO CESAR DE LINS  
Prefeito Municipal                      Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

#### **608.06.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE NELSON G. DUTRA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 608/15 de 24.06.15  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

#### **RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 07 (sete) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 22 de junho com término no dia 28 de junho de 2015, ao funcionário Nelson Gilberto Dutra, Ocupante do cargo de Pedreiro - Padrão 1 – Nível 04, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
24 de junho de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA      DARIO CESAR DE LINS  
Prefeito Municipal                      Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

#### **609.06.15 - P.LIC. MOT. P. FAM. VILMAIR F. R. SCHWANBACH**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 609/15 de 24.06.15

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

#### **RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 30 (trinta) dias de licença para acompanhar familiar em tratamento de saúde, a contar do dia 17 de junho com término no dia 16 de julho de 2015, a funcionária Vilmair Fabiane Rosa Schwambach, ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 – Nível 01, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Escola do Campo Cambará.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
24 de junho de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA      DARIO CESAR DE LINS  
Prefeito Municipal                      Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

#### **610.06.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE PAMELA D. JUSTINA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 610/15 de 24.06.15

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

#### **RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 14 (quatorze) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 16 de junho com término no dia 29 de junho de 2015, a funcionária Pâmela Della Justina, Ocupante do cargo de Servente - Padrão I – Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
24 de junho de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA      DARIO CESAR DE LINS  
Prefeito Municipal                      Sec. Mun. de Adm. e Fazenda



**611.06.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE SCHIRLEI AP. C. CABRAL**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 611/15 de 24.06.15

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 03 (três) dias de licença para realizar tratamento de saúde nos dias 22, 23 e 14 de junho de 2015, a funcionária Schirlei Aparecida da Cunha Cabral, ocupante do cargo de Professor I - 3 – Padrão I – Nível 22, do Quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal Educação, Cultura e Esporte – Núcleo Municipal Henrique Hemkmaier.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
24 de junho de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**612.06.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ELIANE E. R. ROVARIS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 612/15 de 24.06.15

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 23 de junho de 2015, a funcionária Eliane Eleusa Rosar Rovaris, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Núcleo Municipal Henrique Hemkmaier.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
24 de junho de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**613.06.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ELISIANE L. MENEGAZ**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 613/15 de 24.06.15

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 23 de junho de 2015, a funcionária Elisiane de Lins Menegaz, ocupante do cargo de Professor I - 3 – Padrão I – Nível 22, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal do Bem Estar Social - CRAS.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
24 de junho de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

# Botuvera

## PREFEITURA

### LEI Nº 1.301/2015

LEI Nº 1.301/2015

“Aprova o Plano Municipal de Educação de Botuverá/SC e dá outras providências”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ,

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores de Botuverá, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aprovado o Plano Municipal de Educação – PME de Botuverá com Vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta lei, na forma do Anexo (documento base), com vistas ao cumprimento do disposto na Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014.

Art. 2º - O Município de Botuverá, em articulação com a sociedade civil, procederá as avaliações periódicas da implementação do Plano Municipal de Educação.

§ 1º - O Poder Legislativo, por intermédio da Comissão de Educação, acompanhará a execução do Plano Municipal de Educação.

§ 2º - A avaliação realizar-se-á bianualmente, a partir de vigência desta Lei, por meio do Conselho Municipal de Educação e/ou Fórum Permanente de Educação de Botuverá em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, cabendo à Câmara de Vereadores aprovar as medidas legais decorrentes, com vistas à correção de deficiências e distorções.

§ 3º - As alterações decorrentes dos processos de monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação de Botuverá, deverão estar alinhadas com as determinações das metas e estratégias nacionais definidas no Plano Nacional de Educação em vigor.

Art. 3º - O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais do Município serão elaborados de modo a dar suporte às metas constantes do Plano Municipal de Educação.

Art. 4º - Os Poderes Municipais, Executivo e Legislativo, empenhar-se-ão na divulgação deste Plano e da progressiva realização de seus objetivos e metas, para que a sociedade o conheça amplamente e acompanhe sua implementação.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Botuverá, 24 de junho de 2015.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal de Botuverá/SC

### LEI Nº 1.302/2015

LEI Nº 1.302/2015

Autoriza o Poder Executivo Municipal a aderir ao Programa Badesc Cidades e tomar empréstimo junto ao BADESC – AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, no uso de suas atribuições, de acordo com as competências que lhe são atribuídas, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa Badesc Cidades.

Art. 2º - A adesão ao Programa Badesc Cidades propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de Pavimentação Asfáltica de vias do Bairro Centro.

Art. 3º - Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa Badesc Cidades, até o montante de R\$ 600.000,00 (Seiscientos mil reais).

Parágrafo único - Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste Artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito.

Art. 4º - Para dar continuidade ao Programa Badesc Cidades, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subsequentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º - Por conta dos financiamentos estabelecidos no Artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 5,5% (cinco vírgula cinco por cento) ao ano, acrescido da taxa SELIC (variação acumulada das taxas médias apuradas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, divulgada pelo Banco Central do Brasil), ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 7º Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 8º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Botuverá/SC, 24 de junho de 2015.  
JOSÉ LUIZ COLOMBI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 130/2015**

PORTARIA 130/2015

“Determina extinção de Processo Administrativo Disciplinar e dá outras providências”

JOSÉ LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 104, II, c da Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art. 1º - Determinar a extinção do Processo Administrativo Disciplinar para apurar os fatos narrados pelo Assessor Jurídico envolvendo o Empregado Público Municipal, FERNANDO JOSÉ PIMENTEL, brasileiro, ocupante do cargo de professor de educação física, em atendimento à liminar concedida pela Vara da Fazenda da Comarca de Brusque:

Defiro o benefício da Justiça Gratuita (Lei n. 1.060/50). 2. Os fatos narrados na "Portaria 122/2015", salvo melhor juízo, não têm a suficiente especificidade. Com o que ali narrado – há gravidade nos fatos! – o impetrante não tem como apresentar defesa: qual testemunha arrolar para, então, contrapor o que ainda não foi dito por qualquer pessoa? Tanto que o documento de fls. 10-11 refere a necessidade de identificação e oitiva de pessoas. O Município de Botuverá deve, portanto, sindicá-los fatos, e, em seguida, abrir o processo administrativo. Aí, pois, o *fumus boni juris*. E o *periculum in mora* também está presente, justo que o andamento do processo administrativo, nesse estado, acaba por vulnerar o devido processo legal, atravancando a defesa do impetrante em procedimento que, levado a cabo, pode acarretar sua demissão. Esse o quadro, defiro a liminar para suspender o processo administrativo, lembrando que, em caso de abertura de sindicância, o processo administrativo, após a finalização daquela, pode ser iniciado. Notifique-se a autoridade coatora para prestar informações. Cientifique-se o órgão de representação judicial do Município de Botuverá. Após, ao Ministério Público. Depois disso, imediata conclusão. 3. Publique-se e intime-se as partes e o Ministério Público [este, em especial, sobre o que narrado na portaria (agressão verbal e física à criança ou adolescente)]. Brusque (SC), 18 de junho de 2015.

Art. 2º - Fica extinta por consequência a Comissão nomeada pela Portaria 123/2015 para processar o procedimento administrativo.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Botuverá (SC), 23 de junho de 2015  
José Luiz Colombi  
Prefeito do Município de Botuverá

## Braço do Trombudo

### PREFEITURA

#### RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 08/2015 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO Nº 08/2015 FMS

O pregoeiro oficial do Município de Braço do Trombudo torna público o resultado de julgamento do Pregão Presencial 08/2015 Processo licitatório 12/2015. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de seguros para os Veículos da Frota do Fundo Municipal de Saúde de Braço do Trombudo. Após análise e julgamento das propostas, foi declarada vencedora do certame a empresa a seguir: GENTE SEGURADORA AS CNPJ 90.180.605/0001-02, LOTE 1, no valor total de R\$ 10.000,00, tornando-se, dessa forma, divulgado o resultado de julgamento do supracitado pregão. Assinatura. Alair Franz Hein Pregoeira Oficial do Município de Braço do Trombudo. Em 24/06/2015.

#### RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 24/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO Nº 24/2015

O pregoeiro oficial do Município de Braço torna público o resultado de julgamento do Pregão Presencial 24/2015 Processo licitatório 302015. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de seguros para os Veículos e Máquinas da Frota Municipal de Braço do Trombudo. Após análise e julgamento das propostas, foram declaradas vencedoras do certame as empresas a seguir: MAPFRE SEGUROS: 61.074.175/0001-38 LOTES: 1 E 2, no valor total de R\$ 10.890,00; GENTE SEGURADORA AS CNPJ 90.180.605/0001-02, LOTES 3, 4, 5, 6, 7, 8, no valor total de R\$ 9.540,00, ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDENCIA AS CNPJ 08.816.067/0001-00 LOTES: 9 E 10, no valor total de R\$ 2.150,00, tornando-se, dessa forma, divulgado o resultado de julgamento do supracitado pregão. Assinatura. Alair Franz Hein Pregoeira Oficial do Município de Braço do Trombudo. Em 24/06/2015.

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23 2014 PMBT

Página: 1/3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2014**

Número do Registro de Preços: 23/2014			Data do Registro: 24/09/2014		Válido até: 24/09/2015		
Objeto da Compra:			Registro de Preços para Aquisição de Óleo Lubrificante, graxa e fluido de freio Com o objetivo de Manter a Frota de Caminhões, Veículos de Pequeno Porte, Máquinas e Tratores Agrícolas    Secretária Obras e Serviços Urbanos e Agropecuários				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	óleo mineral 15w40, API CI-4/SL, ACEA-E-704, que atende as normas MB-228.3, VOIVO VDS-3 e CUMMINS CES-20078, a granel em tanque de 400 lts com bacia de coleta, controle de consumo com bomba digital e acompanhamento de frota. (14545)	LTS	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(7958) PETRONAS	0	8,5700	1
2	óleo mineral 20w30, multifuncional (transmissão-diferencial-Hidraulico), que atende as normas MF-1135 e new holland ESN-M2C 134-D, ou Similar (14546)	BD	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(7958) PETRONAS	0	250,3000	1
3	óleo mineral para sistemas hidráulicos, viscosidade 68, API HPL. (14547)	BD	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(7958) PETRONAS	0	198,7000	1
4	óleo mineral para transmissões, 85w140, API GL-5, MIL-2105-D, com aditivos de extrema pressão. (14548)	BD	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(7958) PETRONAS	0	208,3000	1
5	óleo mineral ATF, tipo A, que atende a especificação MB-236--2 e caterpillar TO-2. (14549)	BD	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(7958) PETRONAS	0	307,5000	1
6	óleo mineral para sistemas hidráulicos, 10W, API CF e e Allison C-4. (14550)	BD	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(7958) PETRONAS	0	205,8000	1
7	graxa para rolamento a base de sabão de lítio (balde 20 kg) (14551)	BD	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(7958) PETRONAS	0	268,3000	1
8	fluido sintético para freio DOT-3 30x500. (14552)	CX	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(7958) PETRONAS	0	373,0000	1
9	óleo para motores gasolina/etanol/gnv API SJ 20w30 (14553)	LTS	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(7958) PETRONAS	0	11,0500	1
10	óleo mineral para transmissões, 85w90, API GL-5, MIL-2105-D, com aditivos de extrema pressão. Ou similar. (14554)	BD	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(7958) PETRONAS	0	280,4500	1



Página: 2/3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2014**

**Número do Registro de Preços: 23/2014      Data do Registro: 24/09/2014      Válido até: 24/09/2015**

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para Aquisição de Óleo Lubrificante, graxa e fluido de freio Com o objetivo de Manter a Frota de Caminhões, Veículos de Pequeno Porte, Máquinas e Tratores Agrícolas Secretaria Obras e Serviços Urbanos e Agropecuários

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

11	aria 32 (14555)	BD	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	ECOTEC	0	53,9000	1
----	-----------------	----	---	--------	---	---------	---

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 23/2014

Número do Registro de Preços: 23/2014		Data do Registro: 24/09/2014		Válido até: 24/09/2015				
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Óleo Lubrificante, graxa e fluido de freio Com o objetivo de Manter a Frota de Caminhões, Veículos de Pequeno Porte, Máquinas e Tratores Agrícolas Secretaria Obras e Serviços Urbanos e Agropecuários								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor		Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS N° 23/2014  
PROCESSO N° 39/2014  
(7958) - SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA

Braço do Trombudo, 24 de Setembro de 2014.

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 24 2014 PMBT

Página: 1/6

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2014**

Número do Registro de Preços: 24/2014		Data do Registro: 24/09/2014		Válido até: 24/09/2015			
Objeto da Compra:		Registro de preços para aquisição de Mão de Obra em Conserto de pneus para manutenção da Frota de Tratores, Máquinas, caminhões e Veículos da Frota do município de Braço do Trombudo					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Conserto pneu furo externo (tarugo) pneu 185/60r 14 (13839)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	11,5000	1
2	Conserto pneu Furo interno (Tip Top) pneu 185/60 r14 (13840)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	13,5000	1
3	Conserto pneu corte (Vulcanizo) pneu 185/60r 14 (13841)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	32,5000	1
4	Balanceamento. (10791)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	5,0000	1
5	conserto de pneu corte (vulcanizado) 225/70 roda 15 C liso (13842)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	34,0000	1
6	Conserto do pneu interno (tip top 225/70 roda 15c liso. (13843)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	13,5000	1
7	Conserto de Pneu corte (vulcanizado) 185/60 Roda 14 (13844)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	32,5000	1
8	Conserto de Pneu Interno (tip top) 185/60 roda 14 (13845)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	13,5000	1
9	Conserto de pneu furo externo (tarugo) pneu 175/70 R 14 (13846)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	11,5000	1
10	Conserto de pneu interno (tip top) pneu 175/70 r 14 (13847)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	13,5000	1
11	Conserto de pneu corte (Vulcanizado) pneu 175/70 R 14 (13848)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	32,5000	1
12	Conserto de pneu externo (tarugo), pneu 185/60 r 14 (13868)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	11,5000	1

Página: 2/6

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2014**

**Número do Registro de Preços: 24/2014      Data do Registro: 24/09/2014      Válido até: 24/09/2015**

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de Mão de Obra em Conserto de pneus para manutenção da Frota de Tratores, Máquinas, caminhões e Veículos da Frota do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	Conserto de pneu interno (tip top) pneu 185/6 R 14 (13850)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	13,5000	1
14	Conserto de pneu corte vulcanizado pneu 185/60 R 14 (13851)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	32,5000	1
15	Conserto pneu 18,4 x30 trator traseiro (13852)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	47,5000	1
16	Conserto de pneu 750x16 dianteiro (13853)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	17,5000	1
17	Conserto pneu 14,9 x 28 trator traseiro (13854)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	47,5000	1
18	Conserto dianteiro de pneu 12,4x24 trator dianteiro (13855)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	32,5000	1
19	Conserto pneu 185 R 16 (13856)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	13,5000	1
20	Conserto pneu 185/60 R 14 (13857)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	11,5000	1
21	Conserto pneu 175/70 R 13 (13858)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	11,5000	1
22	Tip Top numero 2. (10808)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	15,0000	1
23	Tip Top numero 3. (10809)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	15,0000	1
24	Tip Top numero 4. (10810)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	20,0000	1

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2014

Página: 3/6

Número do Registro de Preços: 24/2014			Data do Registro: 24/09/2014			Válido até: 24/09/2015		
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de Mão de Obra em Conserto de pneus para manutenção da Frota de Tratores, Máquinas, caminhões e Veículos da Frota do município de Braço do Trombudo								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
25	Tip Top Numero 5. (10811)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	30,0000	1	
26	Tip Top numero 6. (10812)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	42,5000	1	
27	Conserto Pneu 1400x24 com 16 lonas convencional. (10813)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	40,0000	1	
28	Conserto pneu 1300x24 com 16 lonas convencional. (10814)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	40,0000	1	
29	Conserto pneu 17,5x25 com 16 lonas convencional. (10815)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	55,0000	1	
30	Conserto pneu 18,4x34 com 12 lonas convencional. (10816)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	52,5000	1	
31	Conserto pneu 11L 16TL F3 com 12 lonas convencional. (10817)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	35,0000	1	
32	Conserto pneu 750x18 F2 com 08 lonas trator dianteiro. (10818)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	20,0000	1	
33	Conserto pneu 16,9x24. (10819)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	32,5000	1	
34	Conserto pneu 12,5/80-R 18 (13870)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	25,0000	1	
35	Conserto de pneu fuuro interno (lip top), pneu 185 R 14C. (10825)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	11,5000	1	
36	Conserto pneu radial 1000x20, borrachudo, 16 lonas. (10822)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	26,0000	1	



Página: 4/6

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2014**

Número do Registro de Preços: 24/2014		Data do Registro: 24/09/2014		Válido até: 24/09/2015			
Objeto da Compra:		Registro de Preços para aquisição de Mão de Obra em Conserto de pneus para manutenção da Frota de Tratores, Máquinas, caminhões e Veículos da Frota do município de Braço do Trombudo					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
37	Conserto pneu borrachudo 900x20, 14 lonas. (10823)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	25,0000	1
38	Conserto pneu furo externo (tarugo) pneu externo 185 R 14 C (13859)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	11,5000	1
39	Coserto pneu (tip top), pneu 185 R 14C (13860)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	28,5000	1
40	Conserto de Pneu corte (vulcanizado) pneu 185 R 14 C (13861)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	20,0000	1
41	Conserto pneu furo externo tarugo pneu 185 R 14 C (13862)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	11,5000	1
42	Conserto pneu furo interno tip top, pneu 185 R 14 C (13863)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	13,5000	1

Página: 5/6

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2014**

**Número do Registro de Preços: 24/2014      Data do Registro: 24/09/2014      Válido até: 24/09/2015**

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de Mão de Obra em Conserto de pneus para manutenção da Frota de Tratores, Máquinas, caminhões e Veículos da Frota do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

43    Conserto pneu corte vulcanizo, pneu 185 R 10 C (13864)

UND    Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)

0

32,5000

1

Página: 6/6

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2014**

Número do Registro de Preços: 24/2014		Data do Registro: 24/09/2014		Válido até: 24/09/2015				
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de Mão de Obra em Conserto de pneus para manutenção da Frota de Tratores, Máquinas, caminhões e Veículos da Frota do município de Braço do Trombudo								
Item	Especificação		Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

**(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**

**REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2014**

**PROCESSO Nº 43/2014**

(9309) - Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME

Braço do Trombudo, 24 de Setembro de 2014.

# Brunópolis

## PREFEITURA

### LEI MUN. Nº 840

Lei nº 840, de 23 de Junho de 2015.

Aprova o Plano Municipal de Educação – PME e dá outras providências.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA, Prefeito Municipal de Brunópolis Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições, FAZ saber a todos os habitantes que os Vereadores votaram e aprovaram e ELE sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Educação – PME, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma dos Anexos I e II, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 8º da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014.

Art. 2º São diretrizes do PME:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - valorização dos (as) profissionais da educação;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º As metas previstas no Anexo I desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4º As metas previstas no Anexo I desta Lei deverão ter como referência o Anexo II – Diagnóstico elaborado pela Equipe Técnica com base nos dados divulgados por Órgãos Oficiais.

Art. 5º A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas realizados pelas seguintes instâncias:

I - Secretaria Municipal de Educação;

II - Conselho Municipal de Educação – CME;

§ 1º Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:

I - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;

II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;

III - analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§ 2º Ao longo do período de vigência deste PME, observar-se-ão os resultados dos estudos publicados a cada 2 (dois) anos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Anexo I.

§ 3º A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência do PME e poderá ser ampliada por meio de lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

§ 4º O investimento público em educação a que se refere a meta prevista no Anexo I desta Lei engloba os recursos aplicados na forma do art. 212 da Constituição Federal, do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como do art. 213 da Constituição Federal.

§ 5º Será destinada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, além de outros recursos previstos em lei, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e de gás natural, na forma de lei específica, com a finalidade de assegurar o cumprimento da meta prevista no inciso VI do art. 214 da Constituição Federal.

Art. 6º O Município promoverá a realização de pelo menos 2 (duas) conferências municipais de educação até o final do decênio, precedidas de amplo debate e coordenadas pelo Conselho Municipal de Educação

§ 1º O Conselho Municipal de Educação, além da atribuição referida no caput:

I - acompanhará a execução do PME e o cumprimento de suas metas;

II - promoverá a articulação da conferência municipal com as conferências estadual e nacional de educação.

§ 2º As conferências municipais de educação realizar-se-ão com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução do Plano Nacional de Educação – PNE, do Plano Estadual de Educação – PEE, bem como deste Plano Municipal e subsidiar a elaboração dos planos de educação para o decênio subsequente.

Art. 7º A União, o Estado, e o Município atuarão em regime de colaboração visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano, na forma da lei.

§ 1º Caberá aos gestores federal, estadual e municipal a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PME.

§ 2º As estratégias definidas no Anexo I desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

§ 3o O sistema de ensino municipal criará mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas do PME.

§ 4o Haverá regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios étnico-educacionais e a utilização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada a consulta prévia e informada a essa comunidade.

§ 5o O fortalecimento do regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município incluirá a instituição de instâncias permanentes de negociação, cooperação e pactuação.

§ 6o O fortalecimento do regime de colaboração entre o Município dar-se-á, inclusive, mediante a adoção de arranjos de desenvolvimento da educação.

Art. 8o O Município, no prazo de 2 (dois) anos contados da publicação da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, deverá adequar a legislação local, disciplinando a gestão democrática da educação pública em conformidade com o disposto na referida Lei, bem como neste PME.

Art. 9o O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 10. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

Art. 11. Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PME, o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brunópolis/SC, em 24 de Junho de 2015.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA

Prefeito Municipal de Brunópolis

ANDREIA APARECIDA FONTANA DEMENECK

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto

JOSE THIERES ALVES RIBEIRO

Secretário de Administração, Planejamento e Fazenda

Publicado o presente decreto no Diário Oficial dos Municípios.

## ANEXO I

### METAS E ESTRATÉGIAS DO PME DE BRUNÓPOLIS 2015-2025

#### META 1

Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PME.

#### ESTRATÉGIAS

1.1 - Definir, em regime de colaboração entre a União e Estado e Município, metas de expansão das respectivas redes públicas de educação infantil segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais;

1.2 - Garantir que, ao final da vigência deste PME, seja inferior a 10% (dez por cento) a diferença entre as taxas de frequência à educação infantil das crianças de até 3 (três) anos oriundas do quinto de renda familiar per capita mais elevado e as do quinto de renda familiar per capita mais baixo;

1.3 - Realizar, periodicamente, em regime de colaboração, levantamento da demanda por creche para a população de até 3 (três) anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta;

1.4 - Estabelecer, no primeiro ano de vigência do PME, normas, procedimentos e prazos para definição de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches;

1.5 - Manter e ampliar, em regime de colaboração, programa de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil, respeitando, inclusive, as normas de acessibilidade.

1.6 - Implantar, até o segundo ano de vigência do Plano, avaliação da educação infantil articulada entre os setores da educação, a ser realizada a cada 2 (dois) anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes.

1.7 - Ampliar a oferta de matrículas gratuitas em creches, com a expansão da oferta na rede pública até 2016;

1.8 - Fomentar o atendimento às populações do campo nas respectivas comunidades, por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta, limitando a nucleação de escolas e o deslocamento de crianças, de forma a atender às especificidades dessas comunidades, garantido consulta prévia e informada.



1.9 - Priorizar o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos estudantes com deficiência, transtornos do espectro do autismo, transtorno do déficit de atenção com hiperatividade e altas habilidades/superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica.

1.10 - Implementar, em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 3 (três) anos de idade.

1.11 - Preservar as especificidades da educação infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade e a articulação com a etapa escolar seguinte.

1.12 - Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância.

1.13 - Promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à educação infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos de idade.

1.14 - O Município, com a colaboração da União e do Estado, realizarão e publicarão, a cada ano, levantamento da demanda manifesta por educação infantil em creches e pré-escolas, como forma de planejar e verificar o atendimento.

1.15 - Estimular o acesso à educação infantil em tempo integral, para todas as crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

1.16 - Promover parcerias com instituições especializadas, conveniadas com o poder público, visando à ampliação da oferta de formação continuada para os profissionais envolvidos no atendimento a Educação Infantil.

## META 2

Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos de idade e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos estudantes concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste Plano.

## ESTRATÉGIAS

2.1 - Pactuar entre a União, o Estado e o Município, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do Art. 7º, da Lei no 13.005/2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino fundamental.

2.2 - Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como o controle das situações de discriminação, preconceito e violência na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos estudantes, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.

2.3 - Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, o acompanhamento e o monitoramento de acesso e permanência na escola, em parceria com as áreas de saúde e assistência social.

2.4 - Aplicar tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, à organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial, das escolas do campo.

2.5 - Disciplinar, no âmbito dos sistemas de ensino, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região.

2.6 - Promover o relacionamento das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos estudantes dentro e fora dos espaços escolares, assegurando, ainda, que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural.

2.7 - Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias.

2.8 - Expandir o atendimento específico às populações do campo, garantindo a permanência, conclusão, bem como a formação de profissionais para atuação junto a essas populações.

2.9 - Desenvolver formas alternativas de oferta do ensino fundamental, garantindo a qualidade, para atender aos filhos de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante.

2.10 Promover atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas, interligando-as a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo regional, estadual e nacional.

2.11 - Efetivar, com as áreas de saúde, ação social e cidadania, rede de apoio ao sistema municipal de ensino para atender o público da educação especial.

2.12 - Garantir o acesso e permanência dos estudantes na educação pública, viabilizando transporte escolar acessível com segurança, material escolar, laboratórios didáticos e biblioteca informatizada com acervo atualizado, visando a inclusão das diferentes etnias.

2.13 - Garantir a oferta da alimentação escolar, com segurança alimentar e nutricional, preferencialmente com produtos da região.

2.14 - Assegurar a renovação, manutenção e criação das bibliotecas, inclusive a biblioteca virtual com equipamentos, espaços, acervos bibliográficos, bem como profissionais especializados, como condição para a melhoria do processo ensino/aprendizagem.

2.15 - Criar mecanismos que garantam a organização pedagógica, o currículo e as práticas pedagógicas, evitando o transporte de crianças dos anos iniciais do ensino fundamental do campo, para escolas nucleadas ou para a cidade.

2.16 - Manter e ampliar, em regime de colaboração, programa de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas do ensino fundamental, respeitando, inclusive, as normas de acessibilidade.

2.17 - Promover parcerias com instituições especializadas, conveniadas com o poder público, visando à ampliação da oferta de formação continuada para os profissionais envolvidos no atendimento a Educação Infantil.

### META 3

Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

### ESTRATÉGIAS

3.1 - Apoiar e incentivar a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos estudantes dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural e prática desportiva, integrada ao currículo escolar.

3.2 - Apoiar a universalização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), fundamentado em matriz de referência do conteúdo curricular do ensino médio e em técnicas estatísticas e psicométricas que permitam comparabilidade de resultados, articulando-o com o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), e promover sua utilização como instrumento de avaliação sistêmica, para subsidiar políticas públicas para a educação básica, de avaliação certificadora, possibilitando aferição de conhecimentos e habilidades adquiridos dentro e fora da escola, e de avaliação classificatória, como critério de acesso à educação superior.

3.3 - Apoiar a expansão das matrículas gratuitas de ensino médio integrado à educação profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo e das pessoas público da educação especial.

3.4 - Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos jovens beneficiários de programas de transferência de renda, bem como dos sujeitos em situações de discriminação, preconceito e violência, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, buscando a colaboração com as famílias, de forma Inter setorial.

3.5 - Promover a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos fora da escola, de forma Intersetorial com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude.

3.6 - Fomentar programas de educação e de cultura para a população urbana e do campo, de jovens, na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, e de adultos, visando à qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar.

3.7 – Apoiar a oferta de ensino médio nos turnos diurno e noturno, bem como a distribuição territorial das escolas de ensino médio, de forma a atender a toda a demanda, de acordo com as necessidades específicas dos estudantes.

3.8 - Desenvolver formas alternativas de oferta do ensino médio, garantindo a qualidade, para atender aos filhos de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante.

3.9 - Apoiar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou por quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas à exclusão.

3.10 - Estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas.

### META 4

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

**ESTRATÉGIAS**

4.1 - Contribuir na contabilização, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), as matrículas dos estudantes da educação regular da rede pública que recebam atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular, e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na educação especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o Poder Público e com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei nº 11.494/2007.

4.2 - Promover, no prazo de vigência deste Plano, a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos de idade com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

4.3 - Buscar recursos para implantar, implementar e manter ao longo deste Plano, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores para o ensino regular e para o atendimento educacional especializado nas escolas regulares e nas instituições especializadas públicas e conveniadas.

4.4 - Garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, preferencialmente em escolas da rede regular de ensino ou em instituições especializadas, públicas ou conveniadas, nas formas complementar ou suplementar, a todos os estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, matriculados em escolas de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o estudante.

4.5 - Estimular a criação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas, conveniados com a Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE) e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia, para apoiar o trabalho dos professores da educação básica com estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação..

4.6 - Buscar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível, da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, da alimentação escolar adequada a necessidade do estudante, garantindo a segurança alimentar e nutricional, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos estudantes com altas habilidades ou superdotação.

4.7 - Garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos estudantes surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos, em escolas inclusivas, nos termos do Art. 22 do Decreto nº 5.626/2005, e dos Arts. 24 e 30, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille para cegos e surdo-cegos.

4.8 - Garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado;

4.9 - Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação beneficiários de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude

4.10 - Fomentar pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação.

4.11 - Acompanhar o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais que atendam as especificidades educacionais de estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação que requeiram medidas de atendimento especializado.

4.12 - Promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar na educação de jovens e adultos das pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida.

4.13 - Apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores do atendimento educacional especializado, segundo professor de turma, cuidadores, professores de áreas específicas, tradutores e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdos cegos, professores de Libras e professores bilíngues.

4.14 - Promover junto a secretaria de saúde e assistência social, a obtenção de informação detalhada sobre o perfil das pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação de 0 (zero) a 17 (dezesete)anos.

4.15 - Incentivar a inclusão nos cursos de licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da educação, inclusive em nível de pós-graduação, observado o disposto no caput do art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.16 - Promover parcerias com instituições especializadas, conveniadas com o poder público, visando à ampliação da oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino.

4.17 - Garantir que as escolas de educação básica promovam espaços para participação das famílias na elaboração do projeto político pedagógico na perspectiva da educação inclusiva.

4.18 - Disponibilizar recursos de tecnologia assistiva, serviços de acessibilidade e formação continuada de professores, para o atendimento educacional especializado complementar nas escolas.

#### META 5

Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental com no máximo 8 anos de idade.

#### ESTRATÉGIAS

5.1 - Estruturar os processos pedagógicos de alfabetização, nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos(as) professores(as) alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças;

5.2 - Criar política de alfabetização que garanta a permanência dos professores alfabetizadores para os três primeiros anos do ensino fundamental.

5.3 - Instituir instrumentos de avaliação sistêmica, periódica e específica, para aferir a alfabetização das crianças, bem como estimular os sistemas de ensino e as escolas a criar os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento.

5.4 - Selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, asseguradas a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como recursos educacionais abertos.

5.5 - Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade.

5.6 - Garantir a alfabetização de crianças do campo e de populações itinerantes, com a produção de materiais didáticos específicos, e desenvolver instrumentos de acompanhamento .

5.7- Estimular a formação continuada de professores para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação stricto sensu e ações de formação continuada de professores para a alfabetização.

5.8 - Apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal.

5.9 - Promover, em consonância com as Diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários e agentes da comunidade para atuarem como mediadores da leitura.

5.10 - Implantar programas de incentivo à leitura.

#### META 6

Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica.

#### ESTRATÉGIAS

6.1 - Promover, com o apoio da União, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos(as) alunos(as) na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola;

6.2 - Instituir, em regime de colaboração, programa de construção de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças em situação de vulnerabilidade social;

6.3 - Aderir, em regime de colaboração, ao programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios cobertos, depósitos adequados para armazenar gêneros alimentícios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral.

6.4 - Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas e planetários;

6.5 - Estimular a oferta de atividades voltadas à ampliação da jornada escolar de alunos(as) matriculados nas escolas da rede pública de educação básica por parte das entidades privadas de serviço social vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino;

6.6 - Atender às escolas do campo oferta de educação em tempo integral, com base em consulta prévia e informada, considerando-se as peculiaridades locais;

6.7 - Garantir a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na faixa etária de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos, assegurando atendimento educacional especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas;

6.8 - Adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos estudantes na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas, culturais e ações de educação nutricional.

6.9 - Assegurar alimentação escolar que contemple a necessidade nutricional diária dos estudantes que permanecem na escola em tempo integral, conforme legislação específica.

#### META 7

Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias municipais para o IDEB:

METAS PROJETADAS REDE ESTADUAL			
	Metas - Anos Iniciais		
2015	2017	2019	2021
5,4	5,7	6,0	6,2
	Metas - Anos Finais		
2015	2017	2019	2021
4,7	5,0	5,2	5,5
METAS PROJETADAS – REDE MUNICIPAL			
	Metas Anos Iniciais		
2015	2017	2019	2021
6,0	6,5	7,0	7,5

#### ESTRATÉGIAS

7.1 - Estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos(as) alunos(as) para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitada a diversidade regional, estadual e municipal;

7.2 - Assegurar que:

a) no quinto ano de vigência deste Plano, pelo menos, 70% (setenta por cento) dos estudantes do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável;

b) no último ano de vigência deste Plano, todos os estudantes do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável.

7.3 - Constituir, em colaboração entre a União, os Estado, e o Município, um conjunto nacional de indicadores de avaliação institucional com base no perfil do alunado e do corpo de profissionais da educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades.



7.4 - Induzir processo contínuo de autoavaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos(as) profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática;

7.5 - Manter e ampliar programas e aprofundar ações de atendimento ao estudante, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

7.5 - Formalizar e executar os planos de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e professoras e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar;

7.6 - Colaborar no desenvolvimento de indicadores específicos de avaliação da qualidade da educação especial, bem como da qualidade da educação bilíngue para surdos.

7.7 - Contribuir para a melhoria do desempenho dos estudantes da educação básica nas avaliações da aprendizagem no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA.

7.8 - Selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio e incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas;

7.9 - Garantir transporte gratuito, por meio de convênio entre Secretaria Municipal da Educação com acessibilidade para todos os estudantes da educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e financiamento compartilhado, com participação da União proporcional às necessidades dos entes federados, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local.

7.10 - Participar do desenvolvimento de pesquisas de modelos alternativos de atendimento escolar para a população do campo que considerem tanto as especificidades locais quanto as boas práticas nacionais e internacionais.

7.11 - Universalizar, em colaboração com a União, Estado e Município até o quinto ano de vigência deste Plano, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e triplicar, até o final da década, a relação computador/estudante nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação

7.12 - Garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática;

7.13 - Ampliar programas e aprofundar ações de atendimento ao(a) aluno(a), em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

7.14 - Assegurar a todas as escolas públicas de educação básica o acesso a energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos, garantir o acesso dos alunos a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de ciências e, em cada edifício escolar, garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência;

7.15 - Buscar, em regime de colaboração, programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas, visando à equalização regional das oportunidades educacionais;

7.16 - Prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais, em regime de colaboração entre União, Estado e Municípios, para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas, nas instituições educacionais, com acesso as redes digitais de computadores, inclusive a internet.

7.17 - Aderir, colaborar e participar em regime de colaboração com a União, o Estado e o Município, na elaboração dos parâmetros mínimos de qualidade dos serviços da educação básica, a serem utilizados como referência para infraestrutura das escolas e para recursos pedagógicos, entre outros insumos relevantes, e como instrumento para adoção de medidas para a melhoria da qualidade do ensino.

7.18 - Informatizar a gestão das escolas públicas e da secretaria de educação, bem como manter programa de formação continuada para o pessoal técnico.

7.19 - Garantir políticas de prevenção à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais e de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade.

7.20 - Garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil.

7.21 - Consolidar a educação escolar no campo, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários e garantindo: o desenvolvimento sustentável e a preservação da identidade cultural; a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições, consideradas as práticas socioculturais, e as formas particulares de organização do tempo; a reestruturação e a aquisição de equipamentos; a oferta de programa para a formação e continuada de profissionais da educação; e o atendimento em educação especial.

7.22 - Desenvolver currículos e propostas pedagógicas nas escolas do campo, incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades e considerando o fortalecimento das práticas socioculturais, produzindo e disponibilizando materiais didáticos específicos, inclusive para os estudantes com deficiência.

7.23 - Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, com o propósito de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais.

7.24 - Promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

7.25 - Universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde.

7.26 - Estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

7.27 - Aderir o sistema estadual de avaliação da educação básica, para orientar as políticas públicas e as práticas pedagógicas, com o fornecimento das informações às escolas e à sociedade.

7.28 - Promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários e agentes da comunidade para atuar como mediadores da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem.

7.29 - Estabelecer políticas de acompanhamento às escolas com relação ao desempenho no IDEB.

7.30 - Orientar as políticas das redes e sistemas de ensino, de forma a buscar atingir as metas do IDEB, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e a média municipal, garantindo equidade da aprendizagem e reduzindo pela metade, até o último ano de vigência deste Plano, as diferenças entre as médias dos índices do Municípios.

#### META 8

Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

#### ESTRATÉGIAS

8.1 - Aderir programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais aqui considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial.

8.2 - Estimular a participação em exames de certificação e conclusão dos ensinos fundamental e médio e garantir acesso gratuito a esses exames.

8.3 - Fomentar a oferta gratuita de educação profissional por parte das entidades públicas, para os segmentos populacionais aqui considerados.

8.4 - promover, em parceria com as áreas de saúde e assistência social, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola específicos para os segmentos populacionais considerados, identificar motivos de absenteísmo e colaborar, para a garantia de frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses(as) estudantes na rede pública regular de ensino;

8.5 - Promover busca ativa de jovens fora da escola pertencentes aos segmentos populacionais considerados, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude.

#### META 9

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PME, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

#### ESTRATÉGIAS

- 9.1 - Assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria;
- 9.2 - Realizar diagnóstico dos jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos;
- 9.3 - Buscar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica;
- 9.4 - Executar ações de atendimento ao(à) estudante da educação de jovens e adultos por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos, em articulação com a área da saúde;
- 9.5 - Apoiar técnica e financeiramente projetos inovadores na educação de jovens e adultos que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses(as) alunos(as);
- 9.6 - Estabelecer mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados, e os sistemas de ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos empregados e das empregadas com a oferta das ações de alfabetização e de educação de jovens e adultos;
- 9.7 - Aderir a programas de capacitação tecnológica da população de jovens e adultos, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal.

#### META 10

Oferecer, no mínimo, 10% (dez por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional, até ao final da vigência do Plano.

#### ESTRATÉGIAS

- 10.1 - Aderir e participar de Programa Nacional de Integração da Educação Básica à Educação Profissional na modalidade de educação de jovens e adultos, na perspectiva da educação inclusiva.
- 10.2 - Colaborar na expansão das matrículas na educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador e da trabalhadora.
- 10.3 - Fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos e considerando as especificidades das populações itinerantes e do campo, inclusive na modalidade de educação a distância;
- 10.4 - Ampliar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à educação de jovens e adultos articulada à educação profissional.
- 10.5 - Aderir programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência.
- 10.6 - Estimular a diversificação do currículo da educação de jovens e adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógico adequando-os às características desses estudantes.
- 10.7 - Apoiar a formação continuada e tecnológica digital de docentes das escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos articulada à educação profissional.
- 10.8 - Fomentar a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores e trabalhadoras articulada à educação de jovens e adultos, em regime de colaboração e com apoio de entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e de entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade;
- 10.9 - Aderir ao Programa Nacional de Assistência ao Estudante, desenvolvendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos articulada à educação profissional.

#### META 11

Incentivar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta.

#### ESTRATÉGIAS

- 11.1 - Apoiar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso à educação profissional pública e gratuita, ampliando a oferta de programas de reconhecimento de saberes para fins da certificação profissional em nível técnico.
- 11.2 - Acompanhar e divulgar a oferta de financiamento estudantil à educação profissional técnica de nível médio oferecida em instituições

privadas de educação superior, elevando o atendimento do ensino médio integrado à formação profissional para os povos do campo, de acordo com os seus interesses e necessidades.

11.3 - Estimular a expansão do estágio na educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do aluno, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude;

11.4 - Apoiar políticas que elevem gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos técnicos de nível médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica para 90% (noventa por cento) e elevar, nos cursos presenciais, a relação de alunos(as) por professor para 20 (vinte);

#### META 12

Garantir através de parcerias público/privada a melhoria na qualidade na educação superior através de ações que visem ampliar a taxa de matrícula da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta, de preferencia no segmento público, e proporcionar o aumento gradativo do número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a incentivar os professores municipais a buscarem titulação de mestres e doutores.

#### ESTRATÉGIAS

12.1 - Incentivar a oferta de educação superior pública e gratuita prioritariamente para a formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, bem como para atender ao déficit de profissionais em áreas específicas.

12.2 - Manter transporte, assegurando a acessibilidade nas instituições de educação superior em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito municipal, tendo em vista o enriquecimento da formação de nível superior.

12.3 – Incentivar os docentes em efetivo exercício a formação em graduação, pós-graduação e mestrado.

12.4 - Acompanhar programas e financiamentos, de forma a incentivar os jovens a se formarem em agronomia, agropecuária e demais cursos convergentes ao perfil econômico do município.

12.5 - Incentivar o intercâmbio científico e tecnológico entre as instituições de ensino, pesquisa e extensão, através de convênio de estágio.

12.6 - Auxiliar na articulação com a União e o Estado, a expansão e a descentralização da oferta de educação superior pública e gratuita.

12.7 - Incentivar através de parcerias com os entes federados ou com instituições privadas/comunitárias/filantrópicas a implantação de cursos de graduação presencial, semipresencial e a distância no município considerando as necessidades locais.

#### META 13

Garantir, em regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município, no prazo de um ano de vigência deste Plano, política municipal de formação inicial e continuada, com vistas à valorização dos profissionais da educação, assegurando que todos os professores da educação básica e suas modalidades possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, bem como a oportunização, pelo poder público, de periódica participação em cursos de formação continuada.

#### ESTRATÉGIAS

13.1 - Promover, em regime de cooperação entre União, o Estado e o Município, ações conjuntas a fim de organizar a oferta de cursos de formação inicial diante do diagnóstico das necessidades de formação dos profissionais da educação, envolvendo as instituições públicas de nível superior, sincronizando a oferta e a demanda de formação de profissionais da Educação.

13.2 - Ampliar a oferta de programas de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de graduação, a fim de aprimorar a formação dos profissionais para atuarem no magistério da Educação Básica de acordo com a necessidade por área de conhecimento.

13.3 - Apoiar o acesso ao financiamento estudantil a estudantes matriculados em cursos de licenciatura com avaliação positiva pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), na forma da Lei nº 10.861/2004, inclusive a amortização do saldo devedor pela docência efetiva na rede pública de educação básica.

13.4 - Participar programas específicos de formação, a nível de licenciatura, para profissionais que atuam nas escolas do campo, educação especial e, extratos historicamente excluídos.

13.5 - Valorizar as práticas de ensino e os estágios nos cursos de formação de nível médio e superior dos profissionais da educação, visando ao trabalho sistemático de articulação entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica;

13.6 - Apoiar programas de formação superior para docentes não habilitados na área de atuação em efetivo exercício nas redes públicas.

13.7 - Assegurar a todos os profissionais da educação básica formação continuada em serviços, em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos respectivos sistemas de ensino.

13.8 - Fomentar a oferta de cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior destinados à formação, nas respectivas áreas de atuação, dos profissionais da educação de outros segmentos que não os do Magistério

13.9 - Garantir oferta de formação continuada a todos os profissionais da educação básica, fundamentada numa concepção político-pedagógica que assegure a articulação teórica e prática, a pesquisa e a extensão.

13.10 - Fomentar a produção de material didático, a criação de metodologias específicas e a elaboração de instrumentos de avaliação, garantindo o acesso a equipamentos e laboratórios e a formação inicial e continuada de docentes da rede pública

13.11 - Possibilitar a participação em programa federal de concessão de bolsas de estudos para que os professores de idiomas das escolas públicas de educação básica realizem estudos de imersão e aperfeiçoamento nos países que tenham como idioma nativo as línguas que lecionam.

#### META 14

Formar 75% (setenta e cinco por cento) dos professores da educação básica em nível de pós-graduação até o último ano de vigência deste Plano, e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualização dos sistemas de ensino.

#### ESTRATÉGIAS

14.1 - Realizar, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para dimensionamento da demanda por formação continuada e fomentar a respectiva oferta por parte das instituições públicas de educação superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação do Estado e da União;

14.2 - Consolidar política municipal de formação de professores e professoras da educação básica, definindo diretrizes municipais, áreas prioritárias, instituições formadoras e processos de certificação das atividades formativas;

14.3 - Inserir no município, em regime de colaboração e cooperação, o Programa de Formação de Professores e demais profissionais da Educação Básica e suas modalidades, a oferta de cursos de pós-graduação - lato sensu e stricto sensu - vagas, acesso, condições de permanência nas IES públicas e aprendizagem.

#### META 15

Valorizar os profissionais do Magistério da rede pública de educação básica, assegurando revisões periódicas do plano de carreira, que tem como referência o piso nacional, definido em lei federal, nos termos do Inciso VIII, do Artigo 206, da Constituição Federal, a fim de equiparar o rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do 6º (sexto) ano da vigência deste Plano.

#### ESTRATÉGIAS

15.1 - Revisar periodicamente o plano de carreira para os profissionais da educação básica pública em todos os sistemas de ensino, tendo como referência o Piso Salarial Nacional Profissional, definido em lei federal, nos termos do Inciso VIII, do Art. 206, da Constituição Federal.

15.2 - Proporcionar condições de trabalho, valorização dos profissionais da educação e concretização das políticas de formação, como forma de garantia da qualidade na educação.

15.3 - Estabelecer ações especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

15.4 - Estruturar as redes públicas de educação básica, de modo a que pelo menos 80% (oitenta por cento) dos profissionais do magistério e 50% (cinquenta por cento) dos profissionais da educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontram vinculados.

15.5 - Assegurar a realização periódica de concurso público para provimento de vagas, comprovadamente, excedentes e permanentes, seguindo a lista dos concursados aprovados.

15.6 - Implantar, nas redes públicas de educação básica, acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar, com base nos programas de acompanhamento, por meio de avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório e oferecer, durante este período, curso de aprofundamento de estudos na área de atuação do professor, com destaque para os conteúdos a serem ensinados e as metodologias de ensino de cada disciplina, oferecendo esses cursos gratuitos aos professores (profissionais do magistério).

15.7 - Atualizar o plano de carreira, em acordo com as diretrizes definidas na base nacional comum de valorização dos profissionais da educação.

15.8 - Estimular a existência de comissões e fóruns permanentes de profissionais da educação de todos os sistemas públicos de ensino atuando em todas as instâncias do Município, para subsidiar os órgãos, na atualização dos plano de carreira.

15.9 - Implementar, no âmbito do Município, plano de carreira para os profissionais da educação das redes públicas de educação básica, com



implantação gradual do cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar observados os critérios estabelecidos na Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, com implantação gradual do cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar;

15.10 - Garantir, nos planos de carreira, que as escolas de educação básica ofereçam serviços de orientação educacional, supervisão e administração escolar, realizado por profissionais habilitados na área de atuação.

15.11 - Assegurar, na forma da lei, recursos financeiros para valorização dos profissionais da educação da rede pública, bem como cursos de formação na área de atuação, gratuitamente.

15.12 - Garantir o cumprimento da legislação nacional quanto à jornada de trabalho dos profissionais do magistério da rede pública de ensino.

15.13 - Acompanhar o fórum permanente nacional, para acompanhamento da atualização progressiva do valor do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica que abranja todos os níveis de graduação.

#### META 16

Garantir em legislação específica, aprovadas no âmbito do Município, condições para a efetivação da gestão democrática, na educação básica e superior públicas que evidencie o compromisso com o acesso, a permanência e o êxito na aprendizagem do estudante do Sistema Municipal de Ensino, no prazo de 1 (um) ano após a aprovação deste Plano.

#### ESTRATÉGIAS

16.1 - Aprovar legislação específica que regulamente a matéria na área de sua abrangência, respeitando a legislação nacional, considerando, conjuntamente, para a nomeação dos diretores de escola, critérios técnicos de mérito e desempenho, bem como a participação da comunidade escolar.

16.2 - Participar dos programas de apoio e formação aos conselheiros dos conselhos inerentes aos assuntos colegiados, recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções.

16.3 - Consolidar o Fórum Permanente de Educação envolvendo gestores públicos, trabalhadores da educação e organizações da sociedade civil, com o intuito de: a) coordenar o fórum municipal, bem como acompanhar e avaliar o processo de implementação de suas deliberações; b) efetuar o acompanhamento da execução do Plano municipal de educação; c) debater o financiamento da educação e as diretrizes curriculares do sistema municipal.

16.4 - Estimular, em todas as redes de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-se lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações.

16.5 - Estimular, a aprovação de leis municipais de criação de conselhos escolares.

16.6 - Garantir a participação efetiva da comunidade escolar e local na formulação e acompanhamento dos projetos políticos-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, possibilitando as condições objetivas necessárias à operacionalização desta participação.

16.7 - Garantir, em regime de colaboração, programa de formação continuada para gestores das escolas públicas.

16.8 - Estabelecer diretrizes para a gestão democrática da educação, no prazo de um ano, contado da aprovação deste Plano e assegurar condições para sua implementação.

16.9 - Aprovar dispositivo legal que dispõe sobre a implantação, execução e avaliação da gestão escolar da educação básica e profissional da rede pública, no prazo de um ano após a publicação deste Plano.

16.10 - Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas e a criação de portais eletrônicos de transparência.

16.11 - Definir critérios técnicos para o provimento dos cargos comissionados, objetivando chegar ao mínimo necessário e que estes sejam ocupados por profissionais habilitados na área da educação.

#### META 17

Solicitar a ampliação dos 25% do investimento público direto em educação (orçamento), de forma a atender as necessidades de execução do PME sempre que necessário.

#### ESTRATÉGIAS

17.1 - Fomentar a busca de convênios como fonte de financiamento permanente e sustentável para todas as etapas e modalidades da educação básica.

17.2 - Acompanhar os mecanismos de repasse e de aplicação do salário-educação.

17.3 - Acompanhar os mecanismos e os instrumentos que promovam a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação.

17.4 – Participar de capacitações anuais para os membros dos Conselhos Educacionais (FUNDEB, Conselhos Escolares, Conselhos Municipais de Educação) com a carga horária mínima de 20 horas por ano, com objetivo de qualificar sua atuação.

17.5 - Acompanhar indicadores de investimento e tipo de despesa per capita por aluno em todas as etapas da educação pública.

17.6 - Acompanhar o cumprimento das metas e estratégias deste PME com a realização do Fórum Anual de Educação.

17.7- A avaliação deste PME será de dois em dois anos, e será acompanhada pelo Fórum Municipal, Conselho Municipal de Educação pelos profissionais de Educação atuantes e Secretaria Municipal de Educação.

17.8 - Definir o custo aluno qualidade (CAQ) da Educação Básica do município à luz da ampliação do investimento público em educação.

## ANEXO II

### DIAGNÓSTICO

#### 1. ASPECTOS HISTÓRICOS, GEOGRÁFICOS, POPULACIONAIS, SOCIECONÔMICAS E EDUCACIONAIS DE BRUNÓPOLIS/SC

##### 1.1 Histórico

O município de Brunópolis tem como característica marcante em sua população a etnia cabocla, que habita o Sul do Brasil desde os primórdios da Colonização Europeia. A partir da década de 1940, migraram para esta região, famílias de origem alemã e italiana, na busca por terras mais baratas e madeira para as serrarias, onde construíram suas vidas, exploraram a terra e muito contribuíram para a história do atual município.

Sem dúvida a época da extração da madeira na região, por volta de 1950, foi de muita prosperidade e desenvolvimento local. Infelizmente toda a estrutura que se podia dizer que existia, estava sustentada na renda que o corte da madeira gerava. Sendo este um recurso natural extraído à exaustão, sua retirada por vários anos seguidos e de forma desenfreada, acarretou o esgotamento da Araucária. Nessa época a referida região era formada pelos Distritos de Palmares e Marombas, pertencentes ao município de Campos Novos.

Sendo assim, pode-se dizer que a estagnação econômica local aconteceu por dois motivos: o fechamento das serrarias e a construção da BR 470, desviando então o asfalto da estrada principal que passava dentro das comunidades de Palmares e Marombas. Esses fatos, porém, não tiram o valor e a importância dos primeiros moradores de Brunópolis, que deixaram seu suor e dedicaram os dias de suas vidas ao lugar onde viviam, já que foram agentes importantíssimos na construção da história deste local.

Na década de 1990 a ideia de Emancipação Político-Administrativa passou a fazer parte do cotidiano dos seus moradores. Após uma consulta plebiscitária e todos os trâmites legais, os distritos de Palmares e Marombas foram desmembrados do município de Campos Novos e então finalmente no dia 29 de dezembro de 1995, o então Governador Paulo Afonso Evangelista Vieira assinou a Lei nº 10.053, criando o novo município intitulado Brunópolis.

O nome Brunópolis foi dado em homenagem ao primeiro Pároco de Palmares, Padre Bruno Paris, que viveu no local por treze anos, sendo descrito por muitos como uma pessoa estimada das comunidades locais.

##### 1.2 Características Geográficas

O Município de Brunópolis está situado na região Planalto Sul Catarinense, a uma distância de 332 km da Capital, via BR 282. O principal centro urbano do município de Brunópolis localiza-se a uma latitude 27°18'21" sul e a uma longitude 50°52'06" oeste, estando a uma altitude de 843 metros em relação ao nível do mar. Os municípios limítrofes são Vargem, Campos Novos, Frei Rogério, Curitiba e São José do Cerrito.

Em sua hidrografia destaca-se os Rio Canoas e Marombas, possui uma topografia basicamente plana. O clima predominante é temperado úmido com as quatro estações bem definidas. A temperatura média anual varia de 15° C à 19° C, com frequentes temperaturas negativas e geadas, caracterizando um inverno rigoroso. A precipitação média anual varia de 1600 a 2400 mm.

Fonte: [www.brunopolis.sc.gov.br](http://www.brunopolis.sc.gov.br)

AMPLASC

##### 1.3 Aspectos Populacionais

Segundo dados do IBGE, Brunópolis possuía em 2010 uma população de 2.850 habitantes, destes 2.145 residentes na zona rural e 705 na zona urbana; 1.452 homens e 1.398 mulheres. A estimativa em 2014 era de 2.690 habitantes. A densidade demográfica é de 8,46 hab/km². A população de Brunópolis apresentou no ano de 2010, uma redução de 14,44% desde o Censo Demográfico realizado em 2000.

A estrutura etária de uma população habitualmente é dividida em três faixas: os jovens, que compreendem do nascimento até 19 anos; os adultos, dos 20 anos até 59 anos; e os idosos, dos 60 anos em diante. Segundo esta organização, no município, em 2010, os jovens representavam 32,95% (939) da população, os adultos 53,33% (1.520) e os idosos, 13,72% (391).

A taxa de analfabetismo é preocupante, jovens e adultos de 15 anos ou mais que não aprenderam a ler nem escrever, representam 13,6 % da população do município, um total de 295 pessoas.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), é uma medida resumida do progresso em longo prazo, em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. O IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Brunópolis e de 0,661 ficando na 124ª colocação no ranking entre os municípios catarinense.

ÍNDICES	2000	2010
ÍNDICES DE LONGEVIDADE (IDHM-L)	0,823	0,819
ÍNDICE DE EDUCAÇÃO (IDHM-E)	0,800	0,545
ÍNDICE DE RENDA (IDHM-R)	0,602	0,646
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDHM)	0,742	0,661

Fonte: IBGE – Censo 2010

#### 1.4 Aspectos Socioeconômicos

O setor primário é à base da economia do município. A atividade predominante no município é a agricultura, com ênfase no cultivo das lavouras de milho, soja, feijão e alho. No extrativismo, destaca-se a extração de madeira. O setor terciário cresce as margens do setor primário e secundário, não tem grande expressão, dependendo de centros maiores, mas atuando como prestador de serviços ao meio rural do município. A estrutura fundiária de Brunópolis caracteriza-se pela predominância de minifúndios e ainda predomina o trabalho familiar. A condição dos produtores é em sua maioria de proprietários. No que tange as atividades da pecuária, em Brunópolis observa-se que esta se identifica com a estrutura fundiária do município. Basicamente, a pecuária está classificada como de subsistência, fornecendo sustentação às necessidades básicas das famílias rurais e sendo comercializada a produção excedente. A produção da piscicultura tem crescido no município. A atividade industrial tem pouca expressão no município, das empresas existentes, as mais importantes atuam na área de madeira e artefatos de cimento. O desenvolvimento do setor terciário em Brunópolis está ligado ao crescimento dos demais setores, que ao desenvolverem-se aumentam a geração de renda. As atividades desse setor não são muito diversificadas. A maioria dos estabelecimentos está localizada no centro da cidade e classificam-se como micro empresas. O comércio local, por possuir forte dependência do setor primário, haja vista o setor industrial ainda ser pouco expressivo, apresenta períodos de sazonalidade: as vendas são maiores nos períodos de safras agrícolas, diminuindo na entressafra. O número de empresas prestadoras de serviços em Brunópolis também não é muito expressivo, sendo que estas estão relacionadas a atividades agrícolas, como reparação, manutenção e conservação de máquinas e equipamentos agrícolas. O Valor Adicionado por área em 2010 teve uma representação no setor da agropecuária com 41,82%, seguido pela serviço com 32,65%, a Administração Pública 17,1%, a indústria 6,71% e Impostos com 1,75%.

VALOR ADICIONADO BRUTO – VA 2000/2012					
Ano	SERVIÇOS*	INDÚSTRIA	IMPOSTOS	AGROPECUÁRIA	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
2000	R\$ 17.104.000	R\$ 3.516.000	R\$ 916.000	R\$ 21.909.000	R\$ 8.943.000
2012	R\$ 5.226.000	R\$ 671.000	R\$ 142.000	R\$ 9.212.000	R\$ 2.590.000

\*O VA do setor de prestação de serviços inclui o setor do comércio

O Produto Interno Bruto - PIB representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos no município, durante um período determinado, sendo um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia com o objetivo de mensurar a atividade econômica de uma região. A distribuição per capita a preços correntes do PIB em 2000 era de R\$ 6.946,34 tendo um aumento aproximado de 325 % no período de 12 anos, passando para de R\$ 22.642,40 em 2012. O PIB do município ficou em 43.445.000,00 em 2012. A Receita Municipal de Brunópolis é formada pelas Arrecadações Municipal, Estadual e Federal, sendo evidente a dependência dos fundos estadual e federal. O Orçamento Público, com base no PPA (2014-2017) estima uma receita de R\$11.365.000,00 de reais para o ano base de 2015. Sendo que para o setor da educação, com exclusão dos recursos vinculados com base em emendas parlamentares, este valor é de R\$ 2.816.220,00.

Fontes: [www.brunopolis.sc.gov.br](http://www.brunopolis.sc.gov.br)  
SEBRAE

## 2. EDUCAÇÃO EM BRUNÓPOLIS

### 2.1 Aspectos Educacionais

A Educação Básica, compreende a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, conforme o Artigo 21 da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional LDB Nº9394/96. E "... tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores" (Artigo 22 da LDB 9394/96). Segundo o Artigo 11, inciso V da citada Lei cabe aos municípios:

"Oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino."

O município de Brunópolis conta com algumas instituições educacionais, A Rede Estadual é responsável por duas (02) escolas que ofertam os anos finais do ensino fundamental e o ensino médio. A Rede Municipal conta com duas (02) Unidades Escolares que ofertam ensino fundamental anos iniciais e três (03) unidades que ofertam o atendimento a educação infantil.

RELAÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS DE BRUNÓPOLIS	
---	--

Unidade Educacional	Endereço	Nível de Ensino
Escola Municipal Padre Bruno	Rua Maria Jacira Becker de Goes, s/n - Bairro industrial.	Ensino Fundamental – Anos iniciais
Escola Isolada Vicente Pires	Estrada Galegos – S/N	Ensino Fundamental – Anos iniciais. Educação Infantil – Pré-escola
Centro de Educação Infantil Sossego da Mamãe	Av. Marombas, s/n - Distrito de Marombas	Educação Infantil – Creche e Pré-escola
Centro de Educação Infantil Criança Feliz	Av. Palmares – S/N - Centro	Educação Infantil – Creche e Pré-escola
EEF Prefeito Augusto Carlos Stefanos	Av. Marombas, s/n Distrito de Marombas.	Ensino Fundamental anos iniciais finais e Ensino Médio.
EEB Nadir Becker	Rua Carlota Siqueira – 1040 – Centro	Ensino Fundamental anos finais e Ensino Médio.

A participação da sociedade no controle e desenvolvimento das atividades educacionais do município esta garantindo deste a instituição dos conselhos. O Conselho Municipal de Educação foi criado em 1997, através da Lei nº 058/97 de 27 de outubro de 1997, o Conselho de Alimentação Escolar em 1997 através da Lei nº 24/97 de 22 de abril de 1997, e o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, em 2007 pela Lei nº 429 de 12 de setembro de 2007.

O transporte escolar é mantido pela Prefeitura Municipal de Brunópolis, com auxílio financeiro dos Governos Federal e Estadual.

A efetivação das políticas públicas da educação no âmbito municipal é de competência da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, órgão responsável por garantir o ingresso, a permanência e a aprendizagem dos alunos na sua formação inicial contemplando as dimensões históricas, sociais, culturais, políticas e de formação para o trabalho e para a cidadania.

## 2.2 Indicadores da Educação de Brunópolis

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado pelo Inep em 2007 com a iniciativa de reunir em um só indicador dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. Ele agrega ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações em larga escala do Inep a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do Inep.

Em Brunópolis as avaliações da Prova Brasil (IDEB) foram realizadas desde 2005 na Rede Pública Municipal, porém em algumas unidades e/ou turmas não foram aplicadas ou os resultados não foram divulgados, em virtude de que a unidade avaliada não atendia os critérios de participação e divulgação determinados pelo INEP, conforme representado nos dados abaixo. Os resultados das avaliações educacionais de Brunópolis, comparados com os resultados do Estado de Santa Catarina e do Brasil, demonstram um esforço coletivo da escola, secretaria e comunidade, porém é preciso buscar a melhoria da proficiência dos alunos.

Ao observarmos as tabelas abaixo, é imprescindível, que haja um esforço e fortalecimento do sistema SME – Escola – Classe – Aluno e Família, da rede pública municipal e estadual de ensino, em ações para que as metas do IDEB, estabelecidas pelo Ministério da Educação para o município de Brunópolis, não sejam apenas alcançadas, mas sim superadas.

### PROFICIENCIA

RESULTADOS DA PROVA BRASIL – REDE MUNICIPAL ANOS INICIAIS					
Disciplinas	2005	2007	2009	2011	2013
Matemática	ND*	189,45	ND	224,17	226,91
Língua Portuguesa	ND	173,42	ND	198,91	207,79

\* (ND) Não Divulgado ou não realizado. Número de participantes na Prova Brasil insuficiente para que os resultados sejam divulgados.

RESULTADOS DA PROVA BRASIL – REDE ESTADUAL ANOS INICIAIS					
Disciplinas	2005	2007	2009	2011	2013
Matemática	176,00	184,25	--	--	--
Língua Portuguesa	173,60	166,00	--	--	--

RESULTADOS DA PROVA BRASIL – REDE ESTADUAL ANOS FINAIS					
Disciplinas	2005	2007	2009	2011	2013
Matemática	243,50	233,13	241,39	249,47	ND
Língua Portuguesa	215,20	226,36	241,81	220,15	ND

### IDEB – BRUNÓPOLIS

RESULTADOS DA PROVA BRASIL - IDEB DE BRUNÓPOLIS – ANOS INICIAIS					
Redes de ensino médias	2005	2007	2009	2011	2013
IDEB Esc. Municipais	--	4,4		5,8	5,8
IDEB Esc. Estaduais	4,1	4,4	--	--	--

RESULTADOS DA PROVA BRASIL - IDEB DE BRUNÓPOLIS – ANOS FINAIS					
Redes de ensino médias	2005	2007	2009	2011	2013
IDEB Estaduais	3,5	3,6	4,1	4,1	ND

## BRASIL

IDEB OBSERVADO E METAS PROJETADAS – BRASIL EF Anos Iniciais										
Total	IDEB Ob-servado	Metas								
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2021
	3.8	4.2	4.6	5.0	5.2	3.9	4.2	4.6	4.9	6.0
Dependências Administrativas										
Estadual	3.9	4.3	4.9	5.1	5.4	4.0	4.3	4.7	5.0	6.1
Municipal	3.4	4.0	4.4	4.7	4.9	3.5	3.8	4.2	4.5	5.7
Privada	5.9	6.0	6.4	6.5	6.7	6.0	6.3	6.6	6.8	7.5
Pública	3.6	4.0	4.4	4.7	4.9	3.6	4.0	4.4	4.7	5.8

IDEB OBSERVADO E METAS PROJETADAS – BRASIL EF Anos Finais										
Total	IDEB Ob-servado	Metas								
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2021
	3.5	3.8	4.0	4.1	4.2	3.5	3.7	3.9	4.4	5.5
Dependências Administrativas										
Estadual	3.3	3.6	3.8	3.9	4.0	3.3	3.5	3.8	4.2	5.3
Municipal	3.1	3.4	3.6	3.8	3.8	3.1	3.3	3.5	3.9	5.1
Privada	5.8	5.8	5.9	6.0	5.9	5.8	6.0	6.2	6.5	7.3
Pública	3.2	3.5	3.7	3.9	4.0	3.3	3.4	3.7	4.1	5.2

IDEB OBSERVADO E METAS PROJETADAS – BRASIL ENSINO MÉDIO										
Total	IDEB Ob-servado	Metas								
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2021
	3.4	3.5	3.6	3.7	3.7	3.4	3.5	3.7	3.9	5.2
Dependências Administrativas										
Estadual	3.0	3.2	3.4	3.4	3.4	3.1	3.2	3.3	3.6	4.9
Privada	5.6	5.6	5.6	5.7	5.4	5.6	5.7	5.8	6.0	7.0
Pública	3.1	3.2	3.4	3.4	3.4	3.1	3.2	3.4	3.6	4.9

## SANTA CATARINA

IDEB OBSERVADO E METAS PROJETADAS – SC – Anos Iniciais													
Santa Catarina	IDEB Ob-servado	Metas											
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
	4.4	4.9	5.2	5.8	6.0	4.5	4.8	5.2	5.5	5.8	6.0	6.3	6.5



IDEB OBSERVADO E METAS PROJETADAS – SC – Anos Finais													
Santa Catarina	IDEB Observado		Metas										
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
	4.3	4.3	4.5	4.9	4.5	4.3	4.5	4.7	5.1	5.5	5.7	6.0	6.2

IDEB OBSERVADO E METAS PROJETADAS – SC – Ensino Médio													
Santa Catarina	IDEB Observado		Metas										
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
	3.8	4.0	4.1	4.3	4.0	3.8	3.9	4.1	4.4	4.7	5.2	5.4	5.6

## BRUNÓPOLIS – REDE ESTADUAL

METAS PROJETADAS			
	Metas - Anos Iniciais		
2015	2017	2019	2021
5,4	5,7	6,0	6,2
	Metas - Anos Finais		
2015	2017	2019	2021
4,7	5,0	5,2	5,5

## BRUNÓPOLIS – REDE MUNICIPAL

METAS PROJETADAS – Anos Iniciais			
	Metas		
2015	2017	2019	2021
5,5	5,8	6,0	6,3

Fonte: INEP

Observando os conhecimentos, competências e habilidades atingidos nas últimas avaliações da Prova Brasil pelos alunos da Rede Municipal de Ensino, verifica-se uma evolução na escala de proficiência, apesar do avanço o nível de conhecimento é considerado como Básico em português e Proficiente em matemática. As escolas da Rede Estadual de Brunópolis também obtiveram um crescimento significativo nas últimas avaliações, porém o nível de conhecimento foi classificado como Básico.

Identificamos que o desafio é grande para o município efetivar a aprendizagem adequada para os alunos conforme ano de estudo no Ensino Fundamental. Os fatos e dados expostos, demonstram como grandes desafios a serem vencidos, para as próximas décadas.

Os cálculos das taxas de aprovação, reprovação, evasão e abandono são baseados nas informações sobre o movimento e o desempenho dos alunos, com base nestes dados foi realizado levantamento de informações, da qual será possível analisar o rendimento escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino de Brunópolis, assim como o desempenho das escolas estaduais do município, da Rede Estadual de Santa Catarina e Nacional.

Os índices de reprovação nos anos iniciais do ensino fundamental da Rede Municipal apresentam baixo percentual, porém esta acontecendo um aumento constante no número de reprovados nos últimos anos, a necessidade de promover ações entre a SME e escolas para auxiliar os alunos com dificuldades de aprendizagem a superarem suas expectativas.

A Rede Estadual apresentam dados mais preocupantes, com muita variação entre os anos analisados, a taxa de reprovação tem oscilado com bruscas alterações de um ano para o outro, principalmente nos anos finais do ensino fundamental. A necessidade de avaliar os motivos que levam a índices tão variáveis como este. O ensino médio apresenta uma taxa muito boa comparada aos outros entes da federação, porém acima do ideal.

Cabe ressaltar, a necessidade dos principais atores da educação do município de Brunópolis tornarem o monitoramento desses resultados numa rotina, além do planejamento de ações para permanecer este indicador no percentual que se encontra.

Além disso, usar os dados sobre o aprendizado para embasar ações pedagógicas; fazer da escola um ambiente agradável e propício ao aprendizado; ganhar o apoio de atores de fora da escola e efetivar ações pedagógicas embasadas em evidências e dados de aprendizagem.

TAXA DE REPROVAÇÃO												
Em %	2010	2011	2012	2013								

	E.F anos iniciais	E.F anos finais	Ensino Médio	E.F anos iniciais	E.F anos finais	Ensino Médio	E.F anos iniciais	E.F anos finais	Ensino Médio	E.F anos iniciais	E.F anos finais	Ensino Médio
Rede Municipal	1,7	--	--	1,5	--	--	2,2	--	--	4,0	--	--
Rede Estadual	0,8	5,8	5,4	0,8	3,8	6,9	2,6	5,8	3,9	0,0	12,8	12,5
Santa Catarina	6,7	13,5	10	2,2	4,3	8,1	3,7	6,6	11	4,6	14,6	15,2
Brasil	11,9	14,4	13,5	8,1	13,4	14,2	7,7	12,8	13,1	6,9	12,3	12,7

Nos anos iniciais da Rede Municipal houve uma redução de mais de 100% da distorção idade/ano entre os anos de 2006 a 2013, chegando a taxa de 6,2% em 2013. As escolas da Rede Estadual os anos iniciais a média é de 14,72%, já nos anos finais a média é mais preocupante, chegando a 23,4%, porém tem demonstrado uma redução nos últimos anos. No ensino médio o percentual é de 9,06 %. Estes indicadores representam uma necessidade de ações e programas que visem à correção destas disparidades e traçar novas estratégias e parcerias para que este indicador seja reduzido a índices menores.

DISTORÇÃO IDADE/ANO												
Em %	2006	2011	2012	2013								
	E.F anos iniciais	E.F anos finais	Ensino Médio	E.F anos iniciais	E.F anos finais	Ensino Médio	E.F anos iniciais	E.F anos finais	Ensino Médio	E.F anos iniciais	E.F anos finais	Ensino Médio
Rede Municipal	14,1	--	--	11,9	--	--	9,4	--	--	6,2	--	--
Rede Estadual	14,1	27,9	28,0	16,1	24,3	16,2	15,5	24,0	21,1	13,2	17,4	24,1
Santa Catarina	10,6	21,5	24,7	14,2	21,7	19,1	10,1	16,7	18,3	9,1	17,7	18,4
Brasil	25,1	38,7	49,5	20,1	32	36,3	23,4	14	31,1	12,6	26,2	33

O principal fator que interfere diretamente na distorção idade/ano são os índices de reprovação, principalmente nos anos finais do ensino fundamental, que automaticamente reflete no ensino médio.

Apesar dos índices preocupantes de distorção idade/ano é possível observar que o município de Brunópolis mantém índices satisfatórios nas taxas de abandono nas escolas municipais e estadual no ensino fundamental, apresentado indicador satisfatório. Já o ensino médio vem apresentando ao longo dos anos um aumento preocupante, praticamente triplicando o número de abandonos/evasão entre 2010 e 2013.

TAXA DE ABANDONO/ EVASÃO ESCOLAR												
Em %	2010	2011	2012	2013								
	E.F anos iniciais	E.F anos finais	Ensino Médio	E.F anos iniciais	E.F anos finais	Ensino Médio	E.F anos iniciais	E.F anos finais	Ensino Médio	E.F anos iniciais	E.F anos finais	Ensino Médio
Rede Municipal	0,0	--	--	0,0	--	--	0,0	--	--	0,7	--	--
Rede Estadual	0,7	2,7	2,2	0,0	2,9	3,3	0,0	0,9	6,1	0,0	3,5	9,5
Santa Catarina	0,4	1,4	8,2	0,4	2,3	9,3	0,3	2	8,2	0,2	1,6	8,6
Brasil	3,5	7,4	14,7	1,7	4,8	10,8	1,7	4,6	10,4	1,3	4	9,2

Ao analisar a taxa de distorção por ano cursado, incluindo as escolas estaduais, verifica-se que na proporção que aumentam os anos de estudo, aumenta a distorção idade/ano cursado. Isto revela o impacto das taxas de reprovação, repetência e evasão, ao longo do processo de escolarização, bem como as dificuldades de acesso/permanência e aprendizagem do aluno na escola.

A taxa de aprovação tem em seus indicadores resultados que apresentam índices satisfatórios, principalmente nos anos iniciais da Rede Pública, onde a taxa média chega a 98,13%. Nos anos finais do ensino fundamental (90,3%) e no ensino médio (87,72%) as taxas são mais preocupantes, apesar de estar acima das taxas do estado de Santa Catarina e principalmente do Brasil, há necessidade de realizar um esforço contínuo para a melhoria desse indicador, sendo que a meta aceitável é indicadores acima de 98%.

TAXA DE APROVAÇÃO												
Em %	2010	2011	2012	2013								
	E.F anos iniciais	E.F anos finais	Ensino Médio	E.F anos iniciais	E.F anos finais	Ensino Médio	E.F anos iniciais	E.F anos finais	Ensino Médio	E.F anos iniciais	E.F anos finais	Ensino Médio
Rede Municipal	98,3	--	--	98,5	--	--	97,8	--	--	95,3	--	--

Rede Estadual	98,6	91,4	92,4	99,2	93,3	90,3	97,4	93,4	90,1	100	83,1	78,1
Santa Catarina	92,9	85,1	81,4	97,4	93,4	82,7	96	91,4	80,8	95,2	83,8	76,2
Brasil	84,6	78,2	71,8	90,2	81,8	75,2	90,6	82,6	76,5	91,8	83,7	78,1

Na tabela abaixo é possível verificar que existe alguns indicadores de rendimento que inspiram maior atenção, principalmente a taxa de reprovação e abandono. Quando o índice de abandono ou reprovação estão acima de 5%, a situação indica a necessidade de definir estratégias para conter o avanço da evasão escolar, quando esta acima de 15%, a situação indica que é preciso intervir no trabalho pedagógico o mais rápido possível, pois muitos estudantes poderão ficar fora da escola.

TAXA DE RENDIMENTO – EDUCAÇÃO PÚBLICA DE BRUNÓPOLIS												
	Reprovação	Abandono	Aprovação									
	2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
Anos Iniciais	1,1	1,1	2,4	2,6	0,4	0,0	0,0	0,4	98,5	98,9	97,6	96,9
Anos Finais	5,8	3,8	5,8	12,8	2,7	2,9	0,9	3,5	91,4	93,3	93,4	83,7
Ensino Médio	5,4	6,5	3,9	12,5	2,2	3,3	6,1	9,5	92,4	90,3	90,1	78,1

Com base nos dados apresentados em relação ao rendimento escolar dos alunos da Educação Pública de Brunópolis, observa-se que em comparação com as médias Nacional e Estadual o processo educacional esta mais equilibrado, porém a necessidade de fortalecer e aprimorar as funções atribuídas a escola.

O principal papel da escola é promover o desenvolvimento de competências cognitivas, de formação de hábitos e de convívio social. Nesse sentido é fundamental implementar práticas exitosas: diagnóstico, definição de metas e de indicadores, criação de estratégias, capacitação sistemática dos envolvidos, monitoramento permanente e avaliações sistemáticas e integração estratégica de todas as ações para que se tornem, de fato, políticas públicas para o município, garantindo dessa forma, o sucesso na aprendizagem dos alunos.

Fontes: MEC/INEP

<http://www.qedu.org.br>

### 2.3 Educação Infantil

Nos últimos anos o cenário da Educação Infantil vem passando por transformações significativas, nesse contexto, ela constitui-se como um direito social de todas as crianças até 5 anos, 11 meses e 29 dias, (0 a 5 anos) sem nenhuma distinção proveniente de origem geográfica, etnia, sexo, nacionalidade, deficiência física ou intelectual, nível socioeconômico ou classe social.

A Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA,1990), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96 com destaque para as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI,2009) define a Educação Infantil como primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social. É dever do Estado garantir a oferta de Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade, sem requisito de seleção.

Na organização político administrativa, estabelecida na Constituição Federal de 1988, compete aos municípios atuar e manter prioritariamente o Ensino Fundamental e a Educação Infantil, em regime de colaboração com o Estado, o Distrito Federal e a União, através da elaboração de políticas, implementação de ações e garantia de recursos.

Com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Infantil a criança é um sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

Os fatores históricos que determinam a demanda continuam vigentes em nossa sociedade, tornando-se cada vez mais óbvios, acrescentando-se a eles a própria oferta como motivadora da procura. Afinal a existência da possibilidade de acesso e o conhecimento dos benefícios da frequência a um centro de educação infantil de qualidade induzem um número cada vez maior de famílias a demandar uma vaga para seus filhos. Importante, nesse processo, é o cuidado na qualidade do atendimento, pois só esta justifica e produz resultados positivos.

A formação dos profissionais da educação infantil merecerá uma atenção especial, dada a relevância de sua atuação como mediadores no processo de desenvolvimento e aprendizagem. A qualificação específica para atuar na faixa de 0 a 5 anos inclui o conhecimento das bases científicas do desenvolvimento da criança, da produção de aprendizagens e a habilidade de reflexão sobre a prática, de sorte que esta se torne, cada vez mais, fonte de novos conhecimentos e habilidades na educação das crianças. Além da formação acadêmica prévia, requer-se a formação permanente, inserida no trabalho pedagógico, nutrido-se dele e renovando-o constantemente.

A norma constitucional de integração das crianças especiais no sistema regular será, na educação infantil, implementada através de programas específicos de orientação aos pais, qualificação dos professores, adaptação dos estabelecimentos quanto às condições físicas, mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos. Quando a avaliação recomendar atendimento especializado em estabelecimentos específicos, diretrizes para essa modalidade constarão do capítulo sobre educação especial.

A Rede Municipal de Ensino atende através de dois Centros de Educação Infantil crianças de zero a cinco anos e uma turma de pré-escola na Escola municipal Vicente Pires, porém, tem-se a necessidade de ampliar a oferta de atendimento.

UNIDADES EDUCACIONAIS QUE OFERTAM EDUCAÇÃO INFANTIL			
Unidade educacional	Localização	Total de matrículas	Faixa atendimento
Escola Isolada Vicente Pires	Rural	09	Pré-escola
Centro de Educação Infantil Sossego da Mamãe	Rural	52	Creche e Pré-escola
Centro de Educação Infantil Criança Feliz	Urbana	73	Creche e Pré-escola

A organização do trabalho pedagógico na escola acontece de maneira articulada com os professores. Os planejamentos e ações da rede municipal acontecem sob a orientação do SME, a realização e acompanhamento dos planejamentos e ações com os professores ficam sob a responsabilidade da coordenação pedagógica do SME. Capacitação em serviço, participação em cursos de formação continuada e fóruns de educação infantil ocorrem periodicamente, contribuindo para a oferta de uma educação de qualidade. O material didático oferecido atende às necessidades da faixa etária, sendo adquirido de acordo com a solicitação dos docentes.

O quadro de professores é composto por servidores efetivos com formação na área e por professores contratados temporariamente que também possuem formação ou estão em fase de conclusão.

QUADRO DE FORMAÇÃO – EDUCAÇÃO INFANTIL			
Cargo	Quantidade	Formação Lato Sensu	Formação Stricto Sensu
Professores Efetivos	02	02	--
Professores Contratados	14	02	--
Coordenação (diretores)	02	01	--

Nos últimos anos o atendimento a demanda de matrículas na educação infantil cresceu significativamente, apesar de não haver lista de espera, existe a necessidade de ampliação da estrutura física existente e viabilizar a construção de novo prédio adequado ao atendimento, haja visto que atualmente o atendimento à demanda é realizado em espaços adaptados e com suas capacidades de atendimento já comprometidas e o crescimento populacionais projetado é de mais de 4,1% para os próximos 10 anos.

Com esta projeção de crescimento da população que se observa e um número cada vez maior de mulheres ingressando no mercado do trabalho, inclusive as mulheres residentes do campo, e necessitam de atendimento para seus filhos a uma previsão lógica de aumento da demanda.

Face ao exposto, vale reafirmar que, na trajetória da Educação Infantil, avanços e conquistas aconteceram de maneira gradativa, mas muito se tem a melhorar, há necessidade de elaborar e implementar políticas públicas de financiamento e gestão da educação, que garantam a este segmento ampliação nas discussões e execução de ações que objetivem a melhoria da qualidade do ensino bem como, a expansão do número de vagas para todas as crianças com idade creche e pré-escola.

## 2.4 Ensino Fundamental

Sabe-se que a Constituição Federal Brasileira de 1988 em seu artigo 208, afirma que:

“o Ensino Fundamental é obrigatório e gratuito e se traduz como um direito público subjetivo de cada um e como dever do Estado e da família, abrange a população de 06 a 14 anos de idade”.

A Lei nº 4.024/1961 estabeleceu quatro anos de escolaridade obrigatória; com o Acordo de Punta Del Este e Santiago, de 1970, estendeu-se para seis anos o tempo do ensino obrigatório. A Lei 5.692/1971 determinou a extensão da obrigatoriedade para oito anos; Já a Lei 9.394/1996 sinalizou para um ensino obrigatório de nove anos de duração, a iniciar-se aos seis anos de idade, o que, por sua vez, tornou-se meta da educação nacional pela Lei nº 10.172/2001, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE). Finalmente em 06 fevereiro de 2006, a Lei nº 11.274, instituiu o ensino fundamental de nove anos de duração com a inclusão das crianças de seis anos de idade.

O Ensino Fundamental tem como objetivo primordial a formação básica do cidadão, sendo uma das condições para que alcance “o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo” constituindo-se como princípios essenciais para se relacionar na sociedade. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB Nº 9394/96 em seu artigo 32, constituem-se também como importantes conhecimentos a iniciação às ciências, a conscientização da necessidade da vivência ética e da cidadania, pela compreensão da importância da participação social e o domínio dos conhecimentos culturais, sendo estes elementos imprescindíveis nessa etapa da educação básica.

As Diretrizes Curriculares Nacionais, expressas na Resolução nº 7 de 2010 do Conselho Nacional de Educação – CNE, ressalta que o Ensino Fundamental de 9 Anos deve comprometer-se com uma educação com qualidade social igualmente entendida como direito humano. Em seus fundamentos, as diretrizes ressaltam que:

“§ 2º – A educação de qualidade como direito fundamental é, antes de tudo, relevante, pertinente e equitativa.

I – A relevância reporta-se a promoção de aprendizagens significativas do ponto de vista das exigências sociais e desenvolvimento pessoal.

II – A pertinência refere-se à possibilidade de atender às necessidades e às características dos estudantes de diversos contextos sociais e culturais e com diferentes capacidades e interesses.

III – A equidade alude à importância de tratar de forma diferenciada o que se apresenta como desigual no ponto de partida, com vistas a obter desenvolvimento e aprendizagens equiparáveis assegurando a todos a igualdade de direito à educação.”

Em Brunópolis, o Ensino Fundamental na Rede Municipal de Ensino com duração de 9 anos foi implantado de forma gradativa a partir de 2007. Atualmente está consolidado em toda a rede de ensino, organizado, segundo a Lei Federal nº 11.274 de 06 de fevereiro de 2006, que instituiu o Ensino Fundamental de nove anos de duração, com a inclusão das crianças de seis anos de idade. Sendo uma das grandes responsabilidades do Sistema Municipal de Ensino (Lei nº 275/02 de 21 de novembro de 2002) atender os anos iniciais do 1º ao 5º ano do ensino fundamental. Não há retenção dos alunos 1º ao 3º ano, etapa primordial da alfabetização, respeitando assim o tempo e o jeito de aprender de cada um.

Ressalta-se que o ingresso das crianças no Ensino Fundamental não pode constituir uma medida meramente administrativa. É preciso atenção ao processo de desenvolvimento e aprendizagem delas, o que implica conhecimento e respeito às suas características etárias, sociais, psicológicas e cognitivas.

Em Brunópolis, o Ensino Fundamental é ofertado em 02 escolas municipais e 02 escolas estaduais.

UNIDADES EDUCACIONAIS QUE OFERTAM ENSINO FUNDAMENTAL			
Unidade educacional	Localização	Total de matrículas	Responsabilidade
Escola Municipal Padre Bruno	Urbana	103	Municipal
Escola Isolada Vicente Pires	Rural	39	Municipal
EEF Prefeito Augusto Carlos Stefanos	Rural	170	Estadual
EEB Nadir Becker	Urbana	129	Estadual

Fonte: SME (2015)

As matrículas do ensino fundamental da Rede Pública de Ensino de Brunópolis nos últimos 10 anos revelam uma diminuição na demanda, sendo que em 2004 possuíamos 629 alunos regularmente matriculados, e em 2014 contávamos com 397 matrículas de alunos, uma redução de 36,88%.

Dos profissionais efetivos que atuam no ensino fundamental na rede municipal de ensino, todos possuem nível superior com pós-graduação - especialização. O município conta com 50% de professores admitidos em caráter temporário, com formação em nível superior ou com formação em curso.

QUADRO DE FORMAÇÃO – ENSINO FUNDAMENTAL			
Cargo	Quantidade	Formação Lato Sensu	Formação Stricto Sensu
Professores Efetivos	06	06	--
Professores Contratados	06	02	--
Coordenação	02	02	--

A rede municipal investe periodicamente na formação dos professores, oferecendo condições de acesso a cursos de graduação, frequência a cursos de formação continuada e capacitação em serviço, dentro e fora do município, bem como, desenvolve projetos e programas que contribuem para melhorar a qualidade da oferta do ensino fundamental.

A estrutura física para atendimento a clientela do ensino fundamental é adequada na maioria das escolas, mas necessita de manutenção constante, como: reformas e ampliações dos espaços físicos (refeitório, área coberta para a prática de educação física, salas ambientes) e adequação para atendimento de crianças portadoras de necessidades especiais. Mas também é necessário ampliar ou construir uma nova escola com a finalidade dar início ao processo de implantação da Educação em Tempo Integral. Além disso, são necessários investimentos para a melhoria dos equipamentos (mobiliário adequado para a faixa etária de 6 anos, acervo bibliográfico, parques recreativos e recursos didáticos pedagógicos).

## 2.5 Ensino Médio

O Ensino Médio revela-se como direito público subjetivo e como dever do Estado na sua oferta gratuita a todos. Os estabelecimentos escolares que ministram esta última etapa da Educação Básica, deverão estruturar seus projetos pedagógicos tendo em vista a finalidade, exposta no artigo 35º da LDBN 9394/96, que é a seguinte:

“I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;  
 II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;  
 III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;  
 IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.”

A LDB, afirma também que sendo atendida a formação geral do educando, poderá oferecer também, formação para o exercício de profissões técnicas. A articulação entre o Ensino Médio e a técnica profissionalizante pode ocorrer de forma:

- Integrada – na mesma escola em que o estudante cursa o Ensino Médio, sendo que requer uma única matrícula.
- Concomitante – pode ou não ser ministrada na mesma instituição em que o estudante cursa o Ensino Médio, sendo facultativo o convênio entre as distintas instituições.
- Subsequente – se oferecida aos estudantes que já tenham concluído o Ensino Médio.

Independente da articulação entre o Ensino Médio e o Técnico Profissionalizante, o diploma de técnico de nível médio só será emitindo ao estudante que concluir, também, o Ensino Médio.

As orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM) estabelecem os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. A publicação é composta por três volumes: Linguagem, Código e suas Tecnologias (Volume 1), Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias (Volume 2) e Ciência Humanas e suas tecnologias (Volume 3), todas disponíveis no site do MEC.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, aprovadas pela Resolução Nº 2, de 30 de Janeiro 2012 do Conselho Nacional de Educação CNE, baseia a oferta e a organização do Ensino Médio.

“Art. 5º O Ensino Médio em todas as suas formas de oferta e organização, baseia-se em:

I - formação integral do estudante;



II - trabalho e pesquisa como princípios educativos e pedagógicos, respectivamente;

III - educação em direitos humanos como princípio nacional norteador;

IV - sustentabilidade ambiental como meta universal;

V - indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos do processo educativo, bem como entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem;

VI - integração de conhecimentos gerais e, quando for o caso, técnico-profissionais realizada na perspectiva da interdisciplinaridade e da contextualização;

VII - reconhecimento e aceitação da diversidade e da realidade concreta dos sujeitos do processo educativo, das formas de produção, dos processos de trabalho e das culturas a eles subjacentes;

VIII - integração entre educação e as dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura como base da proposta e do desenvolvimento curricular.

§ 1º O trabalho é conceituado na sua perspectiva ontológica de transformação da natureza, como realização inerente ao ser humano e como mediação no processo de produção da sua existência.

§ 2º A ciência é conceituada como o conjunto de conhecimentos sistematizados, produzidos socialmente ao longo da história, na busca da compreensão e transformação da natureza e da sociedade.

§ 3º A tecnologia é conceituada como a transformação da ciência em força produtiva ou mediação do conhecimento científico e a produção, marcada, desde sua origem, pelas relações sociais que a levaram a ser produzida.

§ 4º A cultura é conceituada como o processo de produção de expressões materiais, símbolos, representações e significados que correspondem a valores éticos, políticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade.”

No Brasil, o Ensino Médio tem a duração mínima de 3 anos, apenas um terço dos jovens de 15 a 17 anos consegue chegar ao final da Educação Básica. Uma outra parte está na escola, porém ainda retida no ensino fundamental. Isso faz com que a taxa bruta de matrícula no ensino médio seja de pouco mais de 80% enquanto no ensino fundamental a taxa de escolaridade é superior a 95% da faixa de 7 a 14 anos. Em Santa Catarina, é possível observar através dos relatórios de matrículas do INEP/MEC que houve no período de 2000 a 2014, expansão da matrícula no Ensino Médio, verificou-se que em 2000 existiam 205.543 alunos regularmente matriculados no ensino médio e em 2014 foram 236.918.

Brunópolis oferta o Ensino Médio em uma escola, que é de responsabilidade do Governo Estadual, a Escola de Educação Básica Nadir Becker, que em 2014 conforme censo escolar teve um total de 168 alunos matriculados no ensino médio, com aulas nos períodos diurno e noturno.

UNIDADE EDUCACIONAL QUE OFERTA ENSINO MÉDIO			
Unidade educacional	Localização	Total de matrículas	Responsabilidade
Escola de Educação Básica Nadir Becker	Urbana	122	Estadual

#### SME (2015)

No município de Brunópolis observa-se que o número geral das matrículas do ensino médio, houve assim como no ensino fundamental uma redução, sendo que em 2004 existiam 277 alunos matriculados, e em 2014 eram 168, uma redução de 25,99%.

Inúmeras causas contribuem para que os adolescentes e jovens tenham dificuldades em concluir o ensino médio. A própria organização da escola, as metodologias utilizadas que dificultam o processo ensino-aprendizagem e as condições sociais e econômicas, induzem o jovem a ingressar muito cedo no mercado de trabalho. Aqueles alunos que conseguem chegar ao ensino médio priorizam o trabalho, prejudicando o desempenho escolar, motivado pelas ausências e cansaço.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB de Santa Catarina, para o ensino médio em 2013 foi de 3,6 ficando abaixo da meta estabelecida pelo MEC que é era de 4.0. A escola estadual que oferta o ensino médio em Brunópolis não teve seus resultados divulgados nas últimas avaliações da Prova Brasil.

Embora a Legislação Federal determine que seja responsabilidade do Estado, garantir o transporte escolar dos alunos do ensino médio, até 2007 o mesmo era oferecido pelo município de forma gratuita. Com a instituição do FUNDEB, o Estado transfere recursos para município através de convênio firmado com a Secretaria de Estado da Educação.

A necessidade dos jovens concluírem o ensino médio é preceito constitucional, o que determina a sua progressiva universalização. Contudo é necessário que sua expansão se faça com garantia de qualidade.

#### 2.6 Educação Especial

A Educação Especial insere-se na Educação Básica, abrangendo a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, sendo oferecida preferencialmente, no sistema regular de ensino para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Entende-se por deficiência e transtornos globais do desenvolvimento, aqueles relacionados às diferenças individuais dos educandos que requer uma dinâmica própria na relação ensinar-aprender. Essa modalidade da educação escolar encontra-se fundamentada na concepção dos direitos humanos e pautada pelos princípios éticos, políticos, estéticos e da equidade, de modo a assegurar o respeito da dignidade humana, a igualdade de oportunidades, a valorização das diferenças e o exercício da cidadania.

Neste contexto, o processo de inclusão vem sendo amplamente difundido e propõe que os alunos com necessidades educacionais especiais sejam incluídos na rede regular de ensino em todos os seus níveis, como é assegurado por Leis como: Constituição Federal de 88, Declaração de Salamanca, Lei de Diretrizes e Bases – LDB, Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e a Lei 10.436/02.

A inclusão como consequência de um ensino de qualidade para todos, necessita de mudanças em todo o contexto escolar, desde o espaço físico até os recursos humanos, pois a inclusão exige que a escola se prepare para receber a todos os alunos e não apenas os receba sem reconhecer e atender às suas especificidades.

Neste contexto, o município de Brunópolis, com base na LDB-Lei de Diretrizes e Bases, artigo 59, que considera a Educação Especial como “modalidade de Educação Escolar” e assegura “aos educandos com necessidades especiais currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender as suas necessidades...”, atendeu nos últimos anos diversos alunos com necessidades

educacionais especiais (transtornos e deficiências), sendo a maioria em salas regulares com acompanhamento quando necessário de equipe multiprofissional e um número menor que participa de atividades especializadas junto ao APAE- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Curitiba através de convênio, respeitando as particularidades e limitações de alguns alunos.

EDUCAÇÃO ESPECIAL			
Unidade educacional	Localização	Total de matrículas	Responsabilidade
APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Curitiba	Curitiba	17	Convênio - Poder público/privado
SAED	Urbana	8	Municipal e Estadual

Em 2014 a rede municipal de ensino de Brunópolis, atendeu alunos com necessidades especiais, além de oferecer acompanhamento individual, no horário escolar, com o auxílio do segundo professor no intuito de diminuir e/ou eliminar as barreiras entre o sistema de ensino e as particularidades do aluno com deficiência.

Apesar de todo o investimento, o déficit ainda é muito grande e constitui um desafio imenso para os sistemas de ensino, pois diversas ações devem estar articuladas entre os órgãos governamentais e não-governamentais para atender a crescente demanda dessa categoria da população.

Destaca-se ainda alguns aspectos relevantes que interferem na consolidação dos direitos adquiridos constitucionalmente:

- Pouco investimento na capacitação dos professores das classes regulares em relação a educação especial;
- Dificuldade na coleta de dados estatísticos sobre a educação especial;
- Inexistência de um serviço para atender os educandos que apresentam altas habilidades;
- Dificuldades dos professores em avaliar o educando com necessidades educacionais especiais;
- Insuficientes recursos humanos e físicos nos municípios para atendimento reabilitatório;
- Resistência e, em alguns casos, desconhecimento dos profissionais da educação sobre a política de educação inclusiva;
- Falta de sensibilização dos demais alunos e da comunidade para a inclusão dessas pessoas.

A Educação tem hoje, portanto um grande desafio: definir ações práticas e viáveis, que tenham como fundamento uma política específica, em âmbito municipal orientada para a inclusão dos serviços de educação Especial na educação regular. Operacionalizar a inclusão escolar, de que todos os alunos, independente de classe, raça, gênero, características individuais ou necessidades educacionais especiais, possam aprender juntos em uma escola de qualidade, numa clara demonstração de respeito à diferença e compromisso com a promoção dos direitos humanos.

Com base no exposto, a Secretaria Municipal de Educação, conclama a comunidade brunopolitense a buscar alternativas de melhoria na vida das crianças, adolescentes, jovens e adultos, portadores de necessidades especiais, por meio de ações no sentido de fortalecer aquilo que já ofertamos, através da implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, formação continuada e oferta de atendimento multiprofissional.

## 2.7 Educação Integral

A escola de tempo integral constitui-se em uma proposta de organização escolar que visa atender maiores resultados às necessidades dos alunos filhos das classes trabalhadoras, pois objetiva que estes permaneçam na escola durante o dia todo, que tenham acesso aos conhecimentos escolares, como também o atendimento em atividades diversificadas.

Com base no Art. 02º do Decreto Presidencial nº 7083 de 27 de janeiro de 2010, que dispõem sobre o Programa Mais Educação, são considerados como princípios da educação integral:

Art. 2º São princípios da educação integral, no âmbito do Programa Mais Educação:

- I - a articulação das disciplinas curriculares com diferentes campos de conhecimento e práticas socioculturais citadas no § 2º do art. 1º;
- II - a constituição de territórios educativos para o desenvolvimento de atividades de educação integral, por meio da integração dos espaços escolares com equipamentos públicos como centros comunitários, bibliotecas públicas, praças, parques, museus e cinemas;
- III - a integração entre as políticas educacionais e sociais, em interlocução com as comunidades escolares;
- IV - a valorização das experiências históricas das escolas de tempo integral como inspiradoras da educação integral na contemporaneidade;
- V - o incentivo à criação de espaços educadores sustentáveis com a readequação dos prédios escolares, incluindo a acessibilidade, e à gestão, à formação de professores e à inserção das temáticas de sustentabilidade ambiental nos currículos e no desenvolvimento de materiais didáticos;
- VI - a afirmação da cultura dos direitos humanos, estruturada na diversidade, na promoção da equidade étnico-racial, religiosa, cultural, territorial, geracional, de gênero, de orientação sexual, de opção política e de nacionalidade, por meio da inserção da temática dos direitos humanos na formação de professores, nos currículos e no desenvolvimento de materiais didáticos; e
- VII - a articulação entre sistemas de ensino, universidades e escolas para assegurar a produção de conhecimento, a sustentação teórico-metodológica e a formação inicial e continuada dos profissionais no campo da educação integral.

Considerando que o município atende somente os alunos de creche e pré I em tempo integral, sente-se a necessidade de ampliar gradativamente o atendimento aos alunos do pré II, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio com jornada igual ou superior a sete horas diárias, incluindo tanto atividades relativas ao currículo obrigatório como aquelas referentes aos temas transversais e outras atividades complementares.

Porém para ampliar a oferta de Educação em tempo integral se faz necessário sanar algumas dificuldades, como por exemplo a deficiência em infraestrutura (a maioria das unidades só tem a capacidade para atender as turmas regulares), a cultura local, aspectos geográficos, corpo técnico, logística de atendimento, transporte escolar e a baixo poder econômico disposto para investimento na educação no orçamento municipal.

Para maior êxito no atendimento da Educação Integral é preciso estabelecer parcerias com o governo federal e estadual, a fim de ampliar os investimentos em espaços físicos próprios com o objetivo de promover maior interação com a comunidade no entorno da escola e com outros segmentos sociais, além de profissionais da educação no desenvolvimento das ações pedagógicas necessárias.

## 2.8 Educação do Campo

O Setor primário é responsável por mais de 41% do Valor Adicionado (VA) do município de Brunópolis, o que influencia não só diretamente na economia do município, mas também na cultura e no cotidiano dos munícipes. Por este motivo reconhecemos o modo próprio de vida social e o de utilização do espaço do campo como fundamentais para garantir as comunidades rurais à preservação da sua diversidade, e também respeitando a constituição de sua identidade de população rural e de sua inserção cidadã na definição dos rumos da sociedade brasileira, e tendo em vista o disposto na Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 -LDB, na Lei nº. 9.424, de 24 de dezembro de 1996 e no Parecer CNE/CEB 36/2001, que constituem um conjunto de princípios e de procedimentos que visam adequar o projeto institucional das escolas do campo.

A educação no campo está ligada diretamente na realidade educacional do nosso município, sendo que existem 03 unidades educacionais inseridas na zona rural e grande parte da matrícula nas unidades urbanas são de alunos residentes do campo.

UNIDADES EDUCACIONAIS QUE OFERTAM EDUCAÇÃO CAMPO			
Unidade educacional	Localização	Total de matrículas	Faixa atendimento
Escola Isolada Vicente Pires	Rural	09	Pré-escola
Centro de Educação Infantil Sossego da Mamãe	Rural	52	Creche e Pré-escola
EEF Prefeito Augusto Carlos Stefanos	Rural	170	Municipal

Considerando que é de responsabilidade dos respectivos sistemas de ensino, através de seus órgãos normativos, regulamentar as estratégias específicas de atendimento escolar do campo e a flexibilização da organização do calendário escolar, salvaguardando, nos diversos espaços pedagógicos e tempos de aprendizagem, os princípios da política de igualdade, articulação entre a proposta pedagógica da instituição e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a respectiva etapa da Educação Básica.

## 2.9 Educação e Alfabetização de Jovens e Adultos

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDBN 9394/96, Parágrafo 1º, Artigo 37, afirma que os sistemas de ensino assegurarão oportunidades educacionais aos jovens e adultos, de acordo com suas características, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. Afirma ainda que deve assegurar a garantia dos direitos à continuidade e conclusão da escolaridade básica a todas as pessoas que não tiveram acesso ao ensino fundamental na idade própria, ou ainda não conseguiram alcançar o nível de formação acadêmica necessário à melhoria de sua atuação na sociedade, para o desenvolvimento de suas atividades profissionais.

A educação é um instrumento de transformação social que possibilita às pessoas a oportunidade de participar de maneira autônoma e crítica no meio em que vive, transformando-o. O conhecimento acontece por duas vias: a forma escolarizada e a forma popular, sendo estas duas ações extremamente importantes. Enquanto essa garante a oportunidade de apropriação de saberes através do cotidiano, aquela amplia os conhecimentos de maneira sistematizada, unindo as informações de mundo às científicas.

Vários fatores que permeiam a sociedade e em especial aqueles relacionados a economia contribuem para o abandono escolar. Segundo o Censo de 2010, existem aproximadamente 14 milhões de brasileiros com mais de 15 anos que, se autodeclararam analfabetos com escolaridade baixa ou de qualidade insuficiente.

Com base IBGE 2010, em Brunópolis a taxa de analfabetismo preocupa, jovens e adultos de 15 anos ou mais que não aprenderam a ler nem escrever, representam 13,6% da população do município, o que significa 295 pessoas. O maior índice de analfabetos encontra-se na faixa etária acima dos 40 anos, representando 85,08% do total de analfabetos do município.

É preciso a efetivação de políticas públicas mais eficientes, tanto sobre a demanda existente quanto sobre as futuras gerações, para minimizar essa realidade que contribui negativamente para o aumento da exclusão das pessoas no meio em que vivem. É fundamental garantir o acesso e a permanência a todas as crianças e adolescentes na escola, na idade obrigatória, até a conclusão da Educação Básica.

Atualmente o Ensino da Educação de Jovens e Adultos no município de Brunópolis é realizado em parceria com o CEJA de Campos Novos, sendo ofertada matrículas para o ensino fundamental na comunidade de Galegos.

UNIDADE EDUCACIONAL QUE OFERTA EJA			
Unidade educacional	Localização	Total de matrículas	Responsabilidade
CEJA – Centro de Educação de Jovens e Adultos	Urbana	15	Estadual e Municipal

A inserção dos jovens e adultos na escola ainda que em idade defasada é fundamental para garantir o direito de aprender, o que envolve a necessidade de incorporar na escola ações e estratégias que possibilitem a estes o desejo de continuar sua vida escolar. É imprescindível despertar no grupo que compõe essa faixa etária, o desejo pelos estudos, em face da evolução rápida dos conhecimentos em todos os campos, bem como das transformações que vem atravessando o sistema educacional e também o mundo do trabalho, que implicam na adoção de novos padrões e novos comportamentos.

Para garantir um maior acesso a educação de jovens e adultos e erradicar o analfabetismo faz-se necessário um pacto social onde todos os segmentos responsáveis pela condução dos destinos de Brunópolis, juntamente com os Governos Estadual e Federal sejam parceiros, assegurando no decênio oportunidades de atendimento a demanda existente.

## 2.10 Educação profissional e Superior

A educação profissional e superior é um direito constitucional igualitário que precisa ser desenvolvido e materializado, superando limites históricos e políticos em todos os aspectos. No Brasil pode-se afirmar que esse direito ainda é bastante reduzido e não corresponde às demandas necessárias, principalmente na população de 18 a 24 anos.

De acordo com dados do INEP-2013, apenas 30,5% desse grupo de 18 a 24 anos matriculam-se no ensino superior, porém apenas 17,3% finalizam a graduação, surgindo então alguns desafios para a nação, em especial o da ampliação de vagas.

De acordo com o Art. 45º da LDB, Lei nº 9394/96: "A educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização", tendo por finalidade garantir os seguintes direitos: o estímulo à criação

cultural, o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; a formação de diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, colaborando na sua formação contínua; o incentivo ao trabalho de pesquisa e investigação científica; a promoção e a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos; o estímulo ao conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais; a prestação de serviços especializados à comunidade e o estabelecimento com esta de uma relação de reciprocidade”.

Além disso, no artigo 44, a referida lei descreve que a educação superior deverá abranger cursos sequenciais, cursos de graduação, cursos de pós-graduação, programas de extensão e pesquisa. Entretanto, é necessário registrar que essa abrangência não é obrigatória, nem está presente em todas as instituições de ensino superior.

Diante da finalidade supracitada, a perspectiva da Rede Municipal de Ensino ao apresentar à comunidade o seu PME, reafirma seu compromisso moral e ético que permeia a concepção de educação superior como importante função social, contribuindo para a promoção das transformações necessárias, para o fortalecimento dos valores humanitários e para a formação profissional.

Apesar de não possuir nenhuma unidade de ensino superior presencial, semipresencial ou à distância no município, o Poder Executivo através da Secretaria de Educação oferece gratuitamente transporte para os acadêmicos das mais diversas instituições de ensino superior e técnico (UNC - Universidade do Contestado, UNOPAR, UNOESC, IFSC, SENAI) localizadas em outras cidades vizinhas, como Campos Novos e Curitiba.

A Educação Profissional, sob o ponto de vista operacional, é estruturada nos níveis: básico - independente do nível de escolarização do aluno, técnico - complementar ao Ensino Médio e tecnológico - superior de graduação ou de pós-graduação. Prevê-se, ainda, a integração de dois tipos de formação: a formal, adquirida em instituições especializadas, e a não-formal, adquirida por meios diversos, inclusive no trabalho. Estabelece para isso um sistema flexível de reconhecimento de créditos obtidos em qualquer uma das modalidades e certifica competências adquiridas por meio não-formal de Educação Profissional compartilhada entre o setor educacional, o Ministério do Trabalho, Secretarias do Trabalho, Serviços Sociais do Comércio, da Agricultura e da Indústria e os Sistemas Nacionais de Aprendizagem.

A política de Educação Profissional é, portanto, tarefa que exige o comprometimento de múltiplas instâncias do Poder Público e da Sociedade Civil. A Constituição Brasileira e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal 9.394/96), em sintonia com essas preocupações, situam a Educação Profissional na confluência de dois direitos fundamentais do cidadão: direito à educação e ao trabalho.

A regulamentação da educação profissional pelo Decreto 2.208/97 procurou diversificar e ampliar sua oferta. Nesse Decreto, foram definidos os objetivos que buscam qualificar, especializar, aperfeiçoar e atualizar o profissional nos níveis básico, técnico e tecnológico. O Conselho Nacional de Educação normatizou pelo Parecer CNE/CEB 16/99, Resolução CNE/CEB 04/99, Parecer CNE/CP 29/02, diretrizes nacionais para a educação profissional de nível técnico. Criou a possibilidade para que, a partir de 2005, os estudantes brasileiros possam cursar disciplinas do ensino médio junto com disciplinas do ensino técnico. Essa medida é facultativa e de livre escolha dos Estados.

Entidade como o SENAI oferece cursos profissionalizantes em nível médio e técnicos para alunos de toda a Região do Planalto Serrano através de parcerias com empresas e com o Governo Federal, a exemplo do PRONATEC. Cursos disponíveis nesta modalidades: Eletrotécnica, mecânica, bibliotecário, administração, informática e elétrica.

A oferta de ensino superior, no município e/ou na região, deve ter como intuito evitar o êxodo de estudantes do município, hoje extremamente úteis para o desenvolvimento das cidades.

## 2.11 Gestão Democrática

A Constituição Federal de 1988 declara que o Brasil é um Estado Democrático de Direito que tem dentre seus fundamentos a cidadania (art.1º, II). Em seu artigo 206, respalda o princípio da gestão democrática como norteador da educação pública. Tendo em vista esta determinação a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Nº 9394/96), no seu artigo 3º, no inciso VIII, determina: “gestão democrática do ensino público na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino”. Ainda no seu artigo 14, dois princípios importantes que não podem ser refutados nas normas estaduais e municipais que tratam da gestão: “I – participação de profissionais da educação na elaboração do projeto da escola; II – participação das comunidades escolar e local e conselhos escolares ou equivalentes.”

O Compromisso Todos pela Educação (Brasil, 2012), decreto que faz parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado em 24 de abril do ano de 2007 pelo Ministério da Educação (MEC), transformou vários temas em pautas prioritárias. Entre as vinte e oito diretrizes a serem cumpridas por todos os estados e municípios, estão os artigos “zelar pela transparência da gestão pública na área da educação, garantindo o funcionamento efetivo, autônomo e articulado dos conselhos de controle social” e “promover a gestão participativa na rede de ensino”.

A busca efetiva pela melhoria da qualidade educacional são promessas de uma gestão competente baseada na concepção democrático-participativa.

Mediante ao exposto, a SME orienta todas as escolas a incluírem em seus Projetos Político Pedagógico – PPP, a ativa participação democrática nos interesses da escola e da comunidade. Há também a participação das Associações de Pais e Professores – APPs, que cuidam da vida financeira da escola, no que diz respeito aos recursos do PDDE e atividades festivas que acontecem a comercialização de produtos ou serviços.

A preocupação e o comprometimento da SME de Brunópolis na construção do Plano Municipal de Educação (PME), 2015 a 2025, como um dos instrumentos que planeja ações para melhoria da educação, se configura como atitude no campo da gestão democrática e na direção da universalização de todos os segmentos de ensino, inclusive aqueles que ainda estão desprovidos de acesso.

## 2.12 Formação e Valorização dos Profissionais da Educação

As metas estabelecidas neste Plano Municipal de Educação, somente serão alcançadas se houver uma efetiva valorização e melhoria na formação inicial dos profissionais de educação. Uma política de valorização do magistério que inclua a formação profissional inicial, condições de trabalho, formação continuada, salário e carreira, são condições indispensáveis para que os profissionais de educação exerçam suas atividades com dignidade e entusiasmo.

A formação do educador é fundamental para garantir o direito aos professores de aprender a ensinar, o que envolve a necessidade de incorporar a formação continuada no exercício regular da profissão docente. É imprescindível continuar a formação, até mesmo após concluir o curso superior, em face da evolução rápida dos conhecimentos em todos os campos, bem como das transformações por que vem atravessando o próprio sistema educacional, que implicam na adoção de novos padrões e novos comportamentos.

A formação continuada do professor é amparada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB Nº9394/96. Os profissionais têm os seus direitos garantidos para um aperfeiçoamento educacional, os períodos reservados a estudos, planejamento e avaliação.



A LDB Nº9394/96, também destaca como princípios metodológicos que se farão presentes nos currículos de formação inicial e consequentemente nos de formação continuada:

“Art. 61. Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são:

- I – professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio;
  - II – trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas;
  - III – trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim.
- Parágrafo único. A formação dos profissionais da educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica, terá como fundamentos:
- I – a presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho;
  - II – a associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço;
  - III – o aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades.”

Os princípios orientadores da Valorização dos Profissionais da Educação, também estão descritos no Artigo 67 da LDB Nº9394/96:

“Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

- I - ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;
- II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;
- III - piso salarial profissional;
- IV - progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;
- V - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;
- VI - condições adequadas de trabalho.”

Muitos esforços e ações, ao longo desses anos foram realizadas a favor da garantia de formação inicial e continuada e valorização profissional, dentre elas, algumas de destaque: Auxílio financeiro aos professores que estão cursando o ensino superior na área da educação, Programa de Formação Continuada da SME, que oferece formação continuada de no mínimo 40 horas anuais para todos os servidores do quadro a educação, incluído os funcionários de Apoio ao Serviço Escolar; Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa – PNAIC; Além disso, a instituição de formação continuada na rede municipal de ensino, na perspectiva da construção coletiva dos conhecimentos é uma realidade efetivada no calendário municipal que tem como objetivo a valorização e socialização das práticas educativas. As melhorias na remuneração, como o avanço por progressão e promoção e garantia do pagamento do piso nacional, conforme preconiza a Lei 11.738/28 e a Lei Complementar nº 043/13 de 27 de junho de 2013 (Plano de Carreira) e suas alterações posteriores; realização periódica de concursos públicos; a garantia do tempo de trabalho do professor destinado à formação e planejamento, são algumas das principais ações da SME para garantir a valorização e o aperfeiçoamento dos servidores da educação. Muito se avançou, porém ainda há um caminho a percorrer, como garantir a revisão do Plano de Carreira do Magistério Público de brunopolitense a criação do Plano de Carreira dos Profissionais de Apoio e Serviço Escolar.

Atualmente a Rede Municipal de Ensino é composta por Diretores, Secretários, Agente de Serviços Gerais, Professores, Motoristas, Orientadores Pedagógicos, sendo subdivididos em categoria de professores e profissionais de serviço e apoio escolar.

## 2.13 Financiamento Público

Falar em aspectos educacionais que traduzem qualidade como acesso, permanência e sucesso são essenciais, assim como pensar no financiamento da Educação Básica, entender de onde provém, como devem ser utilizados os recursos disponíveis e, ainda, como eles se relacionam com as prioridades identificadas no processo de ensino e aprendizagem.

Por força constitucional, os municípios brasileiros devem investir, anualmente, no mínimo 25% dos impostos na educação:

“A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.” (Artigo 212 da Constituição Federal).

O valor arrecadado deve ser investido prioritariamente nos ensinos infantil e fundamental, com o investimento mínimo de 25% desses impostos, cujo montante é variável de um município para o outro, o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento e de Valorização dos Profissionais da Educação), criado em 2006 em substituição ao Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), é um mecanismo de financiamento da educação básica que institui um valor mínimo por aluno a ser investido em todo o país.

O Fundeb é formado, na sua quase totalidade, pelos recursos provenientes dos impostos e de transferências dos Estados, Distrito Federal e municípios, já vinculados à educação pelo disposto no art. 212 da CF e não se trata de uma única conta, mas de um fundo por Estado e um fundo pelo Distrito Federal, somando-se vinte e sete fundos no país. Cada ente federado deposita 20% de um conjunto de impostos, sendo o total distribuído pelos respectivos municípios. Caso o valor somado não permita alcançar o valor mínimo por aluno definido nacionalmente, a União repassa recursos federais a fim de complementá-lo.

Com a promulgação da Constituição de 1988, que elevou os municípios a ente federado de igual dignidade com relação aos Estados e a União e fortalecidos pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de nº. 9.394/96, os municípios passaram a ter substantivo grau de autonomia, com recursos e responsabilidades próprias e, portanto, com a liberdade e condições legais de formular políticas públicas adequadas às peculiaridades locais, integrando-as e articulando-as às políticas e planos da União e dos Estados. Entre elas, com destaque, situam-se as políticas de educação.

Entende-se que a educação, tanto no passado quanto na atualidade exige uma atenção especial, bem como habilidade e competência para



gerir tanto as ações pedagógicas quanto as financeiras. Assim, a Prefeitura Municipal de Brunópolis, através da Secretaria de Educação em parceria com o Governo Federal tem assumido o compromisso de manter a qualidade do ensino, também por meio dos Programas que ajudam melhorar a qualidade da educação: Bolsa-Família; PNLD-Programa Nacional do Livro Didático; PAR - Plano de Ações Articulada; PDDE Interativo; PNATE- Programa Nacional do Transporte Escolar; PNAE- Programa Nacional da Alimentação Escolar; PNAIC-Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa; PDDE Campo; PDDE Acessível; PDDE Sustentável; PDDE Água e Esgotamento sanitário; Caminho da Escola Campo; Mobiliário Escolar; Formação Continuada; Cota Salário Educação; Construção de Quadra Escolar, entre outros.

Também existe um convênio entre o Governo do Estado de Santa Catarina e a Prefeitura de Brunópolis, onde o estado repassa mensalmente durante o ano letivo recursos para auxílio no transporte escolar dos alunos da Rede Estadual de Educação.

O município investiu em educação nos últimos anos uma média de 31,01%.

INVESTIMENTO ANUAL DO MUNICÍPIO EM EDUCAÇÃO			
INVESTIMENTO	2012	2013	2014
%	32,71%	29,47%	30,85
R\$	2.735.850,37	2.681.355,22	3.077.005,73

Tendo em vista o exposto, considerando os dados extraídos dos demonstrativos contábeis do Município (tabela 1) compreende-se que a gestão financeira é um elemento fundante na organização e monitoramento das inúmeras necessidades que compõem o setor educacional. Vale ressaltar que apenas a existência dos recursos financeiros não são suficientes, é preciso planejar estratégias que possibilitem ações em favor do acesso, permanência e sucesso dos educandos.

#### JUSTIFICATIVA

#### PROJETO DE LEI 858/2015

Excelentíssimo Senhor Presidente;  
Senhores Vereadores;

Apresentamos o presente Projeto de Lei que visa obter aprovação ao Plano Municipal de Educação – PME, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 8º da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014.

O planejamento em questão foi coordenado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, mas teve ampla e efetiva participação da sociedade, retratando, de forma fiel, a realidade do Município e as possibilidades efetivas de se concretizarem as metas nele previstas.

Sem mais esperamos que esta Egrégia acate ao nosso pleito aprovando o presente projeto de Lei o mais breve para que a Secretaria de Educação possa regularizar a composição do Conselho.

Brunópolis, em 23 de Junho de 2015.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA  
Prefeito Municipal de Brunópolis

ANDREIA APARECIDA FONTANA DEMENECK  
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto

JOSE THIERES ALVES RIBEIRO  
Secretário de Administração, Planejamento e Fazenda

# Brusque

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 1687/2015

PORTARIA Nº 1687/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

Considerando a necessidade de profissionais do cargo ora ocupado pelo servidor, para atender a demanda do convênio 08/2013;

Considerando, que o servidor é efetivo do quadro de funcionários desta municipalidade e já desempenhou as atribuições do cargo para atender a demanda do convênio supra e que a demanda dos serviços requer a permanência de servidores com estas características;

Considerando que o servidor que se encontravam a disposição da JUCESC, não possui mais vínculo com o município;

Considerando os termos do convênio 08/2013 celebrado entre o município de Brusque e a JUCESC;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Ceder o servidor André Luis Brito Beck, matrícula nº 1929.1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Orçamento e Gestão, a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina – JUCESC, com ônus para o município, com a finalidade de praticar os atos próprios do Registro Públicos de Empresas Mercantis e atividades afins, previstos no art. 42, da Lei nº 8.934, 18 de novembro de 1994.

Parágrafo Único - A cessão de que trata o artigo 1º encontra fulcro no artigo 1, I da LC 216/2013.

Art. 2º - A avaliação de desempenho funcional anual do servidor, ficará a cargo da chefia do Órgão Cessionário, sob orientação do Departamento de Recursos Humanos, assim como o controle da carga horária.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de junho de 2015.

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

### ANEXO LEI Nº 3.887, DE 24 DE JUNHO DE 2015

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BRUSQUE/SC

2015 - 2025

Documento aprovado pela Câmara Municipal de Brusque em 23/06/2015, sancionado pelo Prefeito em 24 de junho de 2015 pela Lei 3887/2015

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito de Brusque

Ivanor de Mendonça

Secretário Municipal de Educação

COMISSÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BRUSQUE, INSTITUÍDA PELA PORTARIA Nº 003/2015/SEME

COORDENADORA DA COMISSÃO TÉCNICA MUNICIPAL

Maristela Kuneski

#### COMISSÃO TÉCNICA MUNICIPAL

Célia Ávila de Souza

Darli de Amorim Zunino

Heloisa Maria Wichern Zunino

Jaqueline Peirão dos Santos

Maicon Rodrigo Moresco

Maristela Kuneski

Monica Soares

Orlando Borchardt

Rosana Paza

Vanderleia Ana Felisbino Mannrich

#### COLABORADORES:

Marcilene Pöpper Gomes

Eliani Aparecida Busnardo Buemo

Everaldo da Silva

Heloisa Maria Wichern Zunino

Fabiani Cristini Cervi Colombi

Luiz Pedro Benvenuti

Robson Zunino

#### ORGANIZAÇÃO

Marcilene Pöpper Gomes

Rosana Paza

#### REVISÃO:

Orlando Borchardt

#### APRESENTAÇÃO

Partindo do pressuposto da Lei 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases (LDB), artigo 1º no qual reza que: “A educação abrange processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”, é nisso que o Plano Municipal de Educação de Brusque foi pensado e construído, entendendo que o objetivo maior é a contribuição para a formação integral do ser humano.

Por se tratar de um Plano de Estado e não de governo, deseja-se superar a prática tão comum na educação brasileira, que é a da descontinuidade das propostas de trabalho a cada troca de governo, começando a história sem considerar a história da educação do município e suas especificidades, desconsiderando as boas, por conseguinte, políticas educacionais. Tendo um Plano com força de lei, respeitado por todos, recupera-se o sentido da continuidade das políticas públicas.

A Constituição Federal de 1988 determina que os planos de educação se tornem leis com caráter autônomo, a partir do art. 214 que prevê:

- a) erradicação do analfabetismo;
- b) universalização do atendimento escolar;
- c) melhoria da qualidade de ensino;
- d) formação para o trabalho;
- e) promoção humanística, científica e tecnológica.

Nesse sentido, este Plano Municipal de Educação visa atender a essas exigências legais, bem como àquelas que constam na LDB. Ressalta-se que este documento foi elaborado com base no Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei 13.005 de 25 de junho de 2014, que, mais especificamente em seu Artigo 8º, determina que os estados e municípios construam seus planos de educação

articulados com as diretrizes e metas do Plano Nacional; e também se levou em consideração a versão preliminar do Plano Estadual de Educação de 2014.

O diagnóstico da realidade educacional municipal, em todos os seus níveis e modalidades, foi construído com base na legislação vigente do município, em sites oficiais, nas ações da Conferência Nacional de Educação 2010 (CONAE), bem como com o que determina o Plano de Desenvolvimento da Educação do país, instituído com base no Plano de Metas "Compromisso todos pela Educação", e ainda com a CONAE 2014, que deliberou e apresentou um conjunto de propostas que subsidiará a implementação do Plano Nacional de Educação (PNE), com o objetivo de aproximar nosso olhar investigativo entre as metas propostas do PNE com as ações de gestão que estão sendo desenvolvidas no município de Brusque. Importante destacar que o documento criado em 2014 pelo Congresso das Cidades também foi fonte de pesquisa para a realização do diagnóstico.

Para a elaboração deste documento, houve a liderança da Secretaria Municipal de Educação, envolvendo representantes que auxiliaram na articulação com todos os entes envolvidos na educação do município de Brusque, a Equipe Técnica, instituída pela Portaria Nº 003/2015/SEME.

As metas e estratégias contempladas no presente documento atendem igualmente às dez (10) diretrizes do Plano Nacional de Educação a saber:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - valorização dos (as) profissionais da educação;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Este documento foi elaborado com base em um cronograma organizado pela equipe técnica e pelos colaboradores, o qual envolveu momentos de encontros presenciais e discussões no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVEA MOODLE, bem como a respectiva disponibilização no site da Prefeitura Municipal de Brusque, para conhecimento e possíveis sugestões oriundas de toda a comunidade brusquense, oportunizando e assegurando a legitimidade deste plano por meio da consulta pública e, logo em seguida, sistematizando o documento final do PME. Após essa etapa, o documento foi encaminhado ao Executivo Municipal para elaboração do Projeto de Lei, para posterior encaminhamento à Câmara Municipal de Vereadores para ser aprovado, retornando ao executivo para a sua sanção.

O Plano Municipal de Educação de Brusque preconiza o que está posto no Plano Nacional de Educação e, de forma resumida, tem como base os principais aspectos norteadores: a universalização, a qualidade do ensino, a formação e valorização dos profissionais, a democratização da gestão e o financiamento da educação.

O Plano Municipal de Educação de Brusque aponta para uma Educação Plena, que contribua para a formação integral dos seus cidadãos, com uma visão de mundo, que dará condições para interagir na contemporaneidade de forma construtiva, solidária, participativa e sustentável.

## SUMÁRIO

## LISTA DE TABELAS

## LISTA DE QUADROS

## LISTA DE GRÁFICOS

## EXTRATO DO CONTRATO 065/2015 SAMAE

### EXTRATO DO CONTRATO 065/2015

ESPÉCIE: Aq. EPI's. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 020/2015. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.2.17.512.301.2293.3390399900.20000; VIGÊNCIA: 90 dias. DATA DA ASSINATURA: 24/06/2015; VALOR: R\$ 4.320,00. CONTRATADA: Brusfogo Extintores e Equipamentos de Segurança Ltda EPP. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 24 de junho de 2015.

PUBLIQUE-SE

Roberto Bolognini

## EXTRATO DO CONTRATO 066/2015 SAMAE

### EXTRATO DO CONTRATO 066/2015

ESPÉCIE: Aq. EPI's. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 020/2015. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.2.17.512.301.2293.3390399900.20000; VIGÊNCIA: 90 dias. DATA DA ASSINATURA: 24/06/2015; VALOR: R\$ 2.626,32. CONTRATADA: Luminare Comercio de Lustres EIRELI. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 24 de junho de 2015.

PUBLIQUE-SE

Roberto Bolognini

## EXTRATO DO CONTRATO 067/2015 SAMAE

### EXTRATO DO CONTRATO 067/2015

ESPÉCIE: Aq. EPI's. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 020/2015. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.2.17.512.301.2293.3390399900.20000; VIGÊNCIA: 90 dias. DATA DA ASSINATURA: 24/06/2015; VALOR: R\$ 2.162,50. CONTRATADA: Piatã Comercio de Peças Ltda ME. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 24 de junho de 2015.

PUBLIQUE-SE

Roberto Bolognini

**EXTRATO DO CONTRATO 068/2015 SAMAE**

EXTRATO DO CONTRATO 068/2015

ESPÉCIE: Aq. EPI's. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 020/2015. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.2.17.512.301.2293.3390399900.20000; VIGÊNCIA: 90 dias. DATA DA ASSINATURA: 24//06/2015; VALOR: R\$ 11.762,82. CONTRATADA: Foot Comercial Ltda. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 24 de junho de 2015.

PUBLIQUE-SE

Roberto Bolognini

**EXTRATO DO CONTRATO 072/2015 SAMAE**

EXTRATO DO CONTRATO 072/2015

ESPÉCIE: Aq. conexões em FoFo. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 21/2015. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.02.17.512.301.1191.4490519900000.20000; VIGÊNCIA: 60 dias. DATA DA ASSINATURA: 24//06/2015; VALOR: R\$ 7.736,00. CONTRATADA: Sul Ar e Agua Equipamentos Ltda. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 24 de junho de 2015.

PUBLIQUE-SE

Roberto Bolognini

**EXTRATO DO CONTRATO 069/2015 SAMAE**

EXTRATO DO CONTRATO 069/2015

ESPÉCIE: Aq. EPI's. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 020/2015. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.2.17.512.301.2293.3390399900.20000; VIGÊNCIA: 90 dias. DATA DA ASSINATURA: 24//06/2015; VALOR: R\$ 1.927,15. CONTRATADA: Proserpa Comercio de materiais e Equipamentos EIRELI. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 24 de junho de 2015.

PUBLIQUE-SE

Roberto Bolognini

**EXTRATO DO CONTRATO 073/2015 SAMAE**

EXTRATO DO CONTRATO 073/2015

ESPÉCIE: Aq. conexões em FoFo. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 21/2015. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.02.17.512.301.1191.4490519900000.20000; VIGÊNCIA: 60 dias. DATA DA ASSINATURA: 24//06/2015; VALOR: R\$ 726,64. CONTRATADA: Hidroluna Materiais para Saneamento Ltda. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 24 de junho de 2015.

PUBLIQUE-SE

Roberto Bolognini

**EXTRATO DO CONTRATO 070/2015 SAMAE**

EXTRATO DO CONTRATO 070/2015

ESPÉCIE: Aq. EPI's. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 020/2015. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.2.17.512.301.2293.3390399900.20000; VIGÊNCIA: 90 dias. DATA DA ASSINATURA: 24//06/2015; VALOR: R\$ 23.166,40. CONTRATADA: Adam Distribuidora Ltda. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 24 de junho de 2015.

PUBLIQUE-SE

Roberto Bolognini

**EXTRATO DO CONTRATO 074/2015 SAMAE**

EXTRATO DO CONTRATO 074/2015

ESPÉCIE: Aq. conexões em FoFo. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 21/2015. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.02.17.512.301.1191.4490519900000.20000; VIGÊNCIA: 60 dias. DATA DA ASSINATURA: 24//06/2015; VALOR: R\$ 4.696,00. CONTRATADA: Lucas Calixto Boletini de Souza Eireli ME. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 24 de junho de 2015.

PUBLIQUE-SE

Roberto Bolognini

**EXTRATO DO CONTRATO 071/2015 SAMAE**

EXTRATO DO CONTRATO 071/2015

ESPÉCIE: Aq. Papel A4. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 016/2015. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.1.17.512.301.2291.3390309900.60000; VIGÊNCIA: 30 dias. DATA DA ASSINATURA: 24//06/2015; VALOR: R\$ 7.950,00. CONTRATADA: Maria Toll EPP. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 24 de junho de 2015.

PUBLIQUE-SE

Roberto Bolognini

**EXTRATO DO CONTRATO 075/2015 SAMAE**

EXTRATO DO CONTRATO 075/2015

ESPÉCIE: Aq. conexões em FoFo. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 21/2015. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.02.17.512.301.1191.4490519900000.20000; VIGÊNCIA: 60 dias. DATA DA ASSINATURA: 24//06/2015; VALOR: R\$ 18.494,00. CONTRATADA: Starturbo Comercial EIRELI EPP. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 24 de junho de 2015.

PUBLIQUE-SE

Roberto Bolognini

**EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 010/2015 SAMAE**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 02 AO CONTRATO 010/2015

ESPÉCIE: fornecimento óleo diesel. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 053/2014. VALOR GLOBAL: R\$ 378.000,00. PRAZO EXECUÇÃO: ate 31/12/2015. DATA DA ASSINATURA: 13/02/2015; CONTRATADA: Walendowsky Distribuidora de Combustíveis Ltda. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 22 de junho de 2015.

PUBLIQUE-SE

Roberto Bolognini

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 076/2015**

PREGÃO nº 042/2015

Processo Licitatório nº 076/2015

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n. 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de ferramentas, ferragens e discos de corte diversos para a Administração Municipal.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 09/07/2015, às 08h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: [www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br). 22/06/2015

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário de Orçamento e Gestão

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 081/2015**

TOMADA DE PREÇOS nº 007/2015

Processo Licitatório nº 081/2015

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n. 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade TOMADA DE PREÇOS, destinada ao recebimento de propostas para a execução das obras de construção da Praça do Bairro Azambuja. Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 14/07/2015, às 08h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da prefeitura ou preferencialmente no site: [www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br). 19/06/2015

JOSÉ LUIZ CUNHA

Secretário de Turismo

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 058/2015**

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO nº 058/2015

Pregão nº 031/2015

OBJETO: Aquisição de veículos automotores e equipamentos para a Administração Pública.

Impugnante: SANTA PAULINA STRASBOURG LTDA.

RESULTADO DA IMPUGNAÇÃO Pelo exposto, decido NÃO CONHECER da impugnação administrativa interposta por SANTA PAULINA STRASBOURG LTDA, diante da ausência de requisito de admissibilidade.

22/06/2015

RAFAEL LUIZ PINTO

DIRETOR GERAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**LEI Nº 3.887, DE 24 DE JUNHO DE 2015**

LEI nº 3.887, DE 24 DE JUNHO DE 2015.

Institui o Plano Municipal de Educação de Brusque, em consonância com a Lei Federal n. 13.005/2014, que trata do Plano Nacional de Educação-PNE e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. A presente Lei Ordinária estabelece o Plano Municipal de Educação, com duração de 10 anos e com vigência entre 2015 a 2025.

Art. 2º O Plano Municipal de Educação foi elaborado em conformidade com os Planos Nacional de Educação-PNE e Estadual de Educação-PEE sob a coordenação da Comissão Municipal de Educação, instituída pela Portaria Nº 003/2015/SE, em parceria com Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE e também com a participação da sociedade brusquense.

Art. 3º O Plano Municipal de Educação reger-se-á pelos princípios da democracia e da autonomia, buscando atingir o que preconiza a Constituição da República, a Constituição do Estado de Santa Catarina, assim como a Lei Orgânica do Município de Brusque.

Art. 4º O Plano Municipal de Educação contém a proposta educacional do Município de Brusque, com seus respectivos diagnósticos, eixos, metas, estratégias e recursos, conforme documento anexo.

Art. 5º Compete à Secretaria de Educação do Município de Brusque realizar o acompanhamento e a avaliação da execução do PME, estabelecendo mecanismos necessários ao acompanhamento do cumprimento das metas constantes no mesmo.

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das verbas orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário, e de outros recursos captados no decorrer da execução do PME.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 24 de junho de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete



**PORTARIA Nº 10.131, DE 22 DE JUNHO DE 2015**

PORTARIA Nº 10.131, DE 22 DE JUNHO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município – LOM,

**RESOLVE:**

Art.1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, nos termos da Lei Complementar n.147/09, os candidatos habilitados em concurso público promovido por este município e realizado pela Fepese/UFSC, mediante o Edital nº 004/2013, de 19 de dezembro de 2013, homologado em 25 de abril de 2014, para provimento dos cargos efetivos de TELEFONISTA, conforme abaixo nominados:

**TELEFONISTA**

NILTON CAETANO JUNIOR
DUANE BERTOLINI
OLINDA RODRIGUES DE LIMA

Art.2º Fixar nos termos do art.16 e seguintes da Lei Complementar n.147/09, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para posse.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art.3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 22 de junho de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI  
Procurador-Geral do Município

EVANDRO CARNEIRO FLORA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 10.140, DE 24 DE JUNHO DE 2015**

PORTARIA nº 10.140, DE 24 DE JUNHO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar, a pedido, Simone Cristina de Oliveira do cargo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria de Orçamento e Gestão, do quadro de cargos de provimento efetivo da Administração Pública Municipal.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal nº 147/09.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16 de junho de 2015.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 24 de junho de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI  
Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA  
Chefe de Gabinete

**RESOLUÇÃO Nº 5, DE 23 DE JUNHO DE 2015  
LEGISLATIVO**

Resolução Nº 5, de 23 de junho de 2015.  
Concede Licença a Vereadora Marli Leandro.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica concedido à Vereadora Marli Leandro, licença por 30 (trinta) dias, a partir de 01 de julho de 2015, para tratar, sem remuneração, de interesses particulares, nos termos do que estabelece o artigo 21, III, do Regimento Interno da Câmara Municipal.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de Junho de 2015.

Jean Daniel dos Santos Pirola
Presidente

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Rogério Gamba  
Diretor Geral

# Caçador

## PREFEITURA

### PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 24- 2015 – PR – 14-2015 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 24- 2015 – PR – 14-2015 - FMS

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2015

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA COMPUTACIONAL E DE ACESSO A INTERNET DE ALTA DISPONIBILIDADE, ENGLOBANDO, HARDWARES, SOFTWARES, LICENÇAS, LINKS DE COMUNICAÇÃO E SUPORTE OPERACIONAL DESTINADO AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAÇADOR/SC.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 20/07/2015 às 14h00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 20/07/2015 às 14h10min.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site [caçador.sc.gov.br](http://caçador.sc.gov.br) no ícone licitações ou ainda por e-mail: [licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br](mailto:licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br), no horário de expediente em vigor, Não será fornecida informação por telefone

Caçador, 23 de junho de 2015.

ROSELAINE DE ALMEIDA PERICO

Secretaria de Saúde

### PROCESSO DE LICITAÇÃO – Nº 61-2015, PR – Nº 42-2015 – PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

PROCESSO DE LICITAÇÃO – Nº 61-2015, PR – Nº 42-2015 – PREFEITURA

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2015 TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA EXECUÇÃO DE PROJETO DE TRABALHO TÉCNICO SOCIAL VOLTADO A URBANIZAÇÃO, REGULARIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS – EMPREENDIMENTO HABITACIONAL - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAÇADOR - SC

ENTREGA DOS ENVELOPES: 21/07/2015 às 14h00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 21/07/2015 às 14h10min.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site [caçador.sc.gov.br](http://caçador.sc.gov.br) no ícone licitações ou ainda por e-mail: [licitacao@cacador.sc.gov.br](mailto:licitacao@cacador.sc.gov.br), no horário de expediente em vigor.

Caçador, 24 de junho de 2015

GILBERTO AMARO COMAZZETO

PREFEITO MUNICIPAL

# Camboriú

## PREFEITURA

### DECRETO N.º 2063/2015

DECRETO N.º 2.063/2015

Decreta Luto Oficial no Município de Camboriú.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pelo artigo 79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e;

CONSIDERANDO o falecimento do Sr. Leo Marco Coppi, aos 96 (noventa e seis) anos de idade, na data de 23/06/2015, o qual entristece e enluta a nossa comunidade;

CONSIDERANDO o consternamento geral da comunidade camboriuense e o sentimento de solidariedade, dor e saudade que emerge pela perda de um cidadão exemplar;

CONSIDERANDO, ainda, que o Sr. Leo Marco Coppi deixa familiares que atualmente são servidores e agentes políticos desta Municipalidade, inclusive eu, Prefeita Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado Luto Oficial em Camboriú, pelo período de 01 (um) dia (24 de junho de 2015), em sinal de pesar pelo falecimento de Sr. Leo Marco Coppi.

Art. 2º Ficam suspensas as atividades do Paço Municipal no dia 24 de junho de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 24 de junho de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa  
Secretário M. de Administração

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### ATA CONCORRÊNCIA 49/2015

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 49/2015)

Aos vinte e dois dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, na cidade de Campo Alegre, às dez horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, se reuniram em sessão pública, Lilian Terezinha Bartsch, Irineu Woitskovski Junior e Maria Cristina Marciniak Munhoz, membros da Comissão Permanente de Licitações (nomeados através do Decreto Municipal nº 8.805 de 02 de fevereiro de 2015) responsáveis pelo Processo Licitatório nº 49/2015, modalidade Concorrência, para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto a concessão de uso de espaço público à particular do Ginásio de Esportes "Amigos Aloncio Kuhnen e José Kmiecik", situado à Rua Prof. Rufino Blazkowski, nº 109, no Distrito de Bateias de Baixo, no município de Campo Alegre/SC. Inicialmente a Presidente declarou aberta a sessão, nominando os presentes, recebendo os envelopes (documentos e proposta) da única empresa proponente: Oldair José Kuschan – CNPJ: 17.047.6110001/98. Acompanhou a sessão como ouvinte o Sr. Oldair José Kuschan. O julgamento e classificação da proposta é através do critério de MAIOR VALOR MENSAL DA TAXA DE OCUPAÇÃO, que não poderá ser inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais). Procedeu-se na abertura do Envelope contendo a documentação sendo que a única empresa proponente apresentou todos os documentos conforme exigido no edital sendo considerada HABILITADA. Prosseguiu-se a abertura do envelope da Proposta, sendo que a proponente ofertou o valor de R\$ 312,00 (trezentos e doze reais) para pagamento mensal da TAXA DE OCUPAÇÃO. A comissão declarou então a licitante Oldair José Kuschan – CNPJ: 17.047.6110001/98, devidamente habilitada e vencedora do certame. Nada mais a tratar encerrou-se a sessão com a lavratura da presente ata, que vai assinada por todos os presentes:

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 81/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 81/2015

PROCESSO LICITATORIO Nº 51/2015 - Modalidade Pregão Eletrônico

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos vinte e quatro dias do mês de junho de 2015, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de sacos de lixo para Secretaria de Educação, Educação Infantil e Ensino Fundamental do município de Campo Alegre - SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA, CNPJ: 00.750.862/0001-31, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 51/2015, modalidade Pregão Eletrônico, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	200	Pacote	Sacos para lixo, 100 unidades, 15 litros, preto.	10,00	2.000,00
2	200	Pacote	Sacos para lixo, 100 unidades, 30 litros, preto.	8,65	1.730,00
VALOR TOTAL	R\$ 3.730,00				

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafoado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ

Pregoeira

DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA

Representante legal

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 82/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 82/2015

PROCESSO LICITATORIO Nº 51/2015 - Modalidade Pregão Eletrônico

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos vinte e quatro dias do mês de junho de 2015, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de sacos de lixo para Secretaria de Educação, Educação Infantil e Ensino Fundamental do município de Campo Alegre - SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa M MOBILE EIRELI, CNPJ: 15.764.033/0001-85, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 51/2015, modalidade Pregão Eletrônico, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
3	200	Pacote	Sacos para lixo, 100 unidades, 40 litros, preto.	15,64	3.128,00
VALOR TOTAL	R\$ 3.128,00				

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafoado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ

Pregoeira

M MOBILE EIRELI

Representante legal



**CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 040/2015**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 40/2013  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CONTRATADA: JOSILIANE OSSOVSKY DOS SANTOS  
OBJETO: REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES SUPLEMENTARES PARA RESTAURAR O PADRÃO INDISPENSÁVEL MÍNIMO  
VIGÊNCIA: 11 de Abril de 2013 até 19 de Dezembro de 2013.  
AMPARO LEGAL: Lei Complementar nº 006 de 19 de Setembro de 2002 e alterações.  
FUNÇÃO: ATENDENTE DE SALA  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 1.064,35 (um mil e sessenta e quatro reais, trinta e cinco centavos).

CAMPO ALEGRE/SC, 11 de Abril de 2013.  
RUBENS BLASZKOWSKI.  
Prefeito Municipal

**CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 041/2015**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 42/2013  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CONTRATADA: KELY CRISTIANE FRIEDRICH DREFAHL  
OBJETO: ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO  
VIGÊNCIA: 12 de Abril de 2013 até 11 de Outubro de 2013.  
AMPARO LEGAL: Lei Complementar nº 006 de 19 de Setembro de 2002 e alterações.  
FUNÇÃO: ATENDENTE DE SALA  
CARGA HORÁRIA: 40 horas semanais  
SALÁRIO BASE: R\$ 1.064,35 (um mil e sessenta e quatro reais, trinta e cinco centavos).

CAMPO ALEGRE/SC., 12 de Abril de 2013.  
RUBENS BLASZKOWSKI.  
Prefeito Municipal

**CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 041/2015**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 41/2013  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CONTRATADA: ROSANE JOHANSON  
OBJETO: SUBSTITUIÇÃO DE SERVIDOR TITULAR, PREVISTA NO INCISO IX ARTIGO 300 DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 006 DE 19 DE SETEMBRO DE 2002.  
VIGÊNCIA: 12 de Abril de 2013 até 11 de Outubro de 2013.  
AMPARO LEGAL: Lei Complementar nº 006 de 19 de Setembro de 2002 e alterações.  
FUNÇÃO: ATENDENTE DE SALA  
CARGA HORÁRIA: 40 Horas Semanais  
SALÁRIO BASE: R\$ 1.064,35 (um mil e sessenta e quatro reais, trinta e cinco centavos).

CAMPO ALEGRE/SC., 12 de Abril de 2013.  
RUBENS BLASZKOWSKI.  
Prefeito Municipal

**CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 043/2015**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 43/2013  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL ADMINISTRAÇÃO  
CONTRATADA: SIMONE CARDOSO BORGES BINNER  
OBJETO: REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES SUPLEMENTARES PARA RESTAURAR O PADRÃO INDISPENSÁVEL MÍNIMO  
VIGÊNCIA: 12 de Abril de 2013 até 11 de Outubro de 2013.  
AMPARO LEGAL: Lei Complementar nº 006 de 19 de Setembro de 2002 e alterações.  
FUNÇÃO: AGENTE OPERACIONAL I – AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS  
CARGA HORÁRIA: 40 horas semanais  
SALÁRIO BASE: R\$ 670,66 (seiscentos e setenta reais, sessenta e seis centavos).

CAMPO ALEGRE/SC., 12 de Abril de 2013.  
RUBENS BLASZKOWSKI.  
Prefeito Municipal

**CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 044/2015**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 40/2013  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CONTRATADA: EROTIDES URBANEK PETROCEFSKI  
OBJETO: REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES SUPLEMENTARES PARA RESTAURAR O PADRÃO INDISPENSÁVEL MÍNIMO  
VIGÊNCIA: 15 de Abril de 2013 até 15 de Outubro de 2013.  
AMPARO LEGAL: Lei Complementar nº 006 de 19 de Setembro de 2002 e alterações.  
FUNÇÃO: PROFESSOR I – EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS  
CARGA HORÁRIA: 40 horas semanais  
SALÁRIO BASE: R\$ 1.880,49 (um mil oitocentos e oitenta reais, quarenta e nove centavos).

CAMPO ALEGRE/SC., 15 de Abril de 2013.  
RUBENS BLASZKOWSKI.  
Prefeito Municipal

**CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 045/2015**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 45/2013  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CONTRATADA: MARIA NOGUEIRA DE LIMA SILVA  
OBJETO: REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES SUPLEMENTARES PARA RESTAURAR O PADRÃO INDISPENSÁVEL MÍNIMO  
VIGÊNCIA: 06 de Maio de 2013 até 19 de Dezembro de 2013.  
AMPARO LEGAL: Lei Complementar nº 006 de 19 de Setembro de 2002 e alterações.  
FUNÇÃO: PROFESSOR I – EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS  
CARGA HORÁRIA: 40 horas semanais.  
SALÁRIO BASE: R\$ 1.880,49 (um mil oitocentos e oitenta reais, quarenta e nove centavos).

CAMPO ALEGRE/SC., 06 de Maio de 2013.  
RUBENS BLASZKOWSKI.  
Prefeito Municipal



**CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 046/2015**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 46/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CONTRATADO: PAULO RICARDO DA COSTA LOPES

OBJETO: ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, PREVISTA NO INCISO VII, DO ARTIGO 300 DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 006 DE 19 DE SETEMBRO DE 2002, ATÉ A CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR MEDIANTE CURSO PÚBLICO MUNICIPAL.

VIGÊNCIA: 06 de Maio de 2013 até 06 de Novembro de 2013.

AMPARO LEGAL: Lei Complementar nº 006 de 19 de Setembro de 2002 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: MÉDICO I

CARGA HORÁRIA: 20 horas semanais.

SALÁRIO BASE: R\$ 2.767,38 (dois mil setecentos e sessenta e sete reais e trinta e oito centavos), mais 50% (cincoenta por cento) de Gratificação Especial Médica, e 20% (vinte por cento) sobre o salário mínimo vigente por serviço insalubre.

CAMPO ALEGRE/SC., 06 de Maio de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI.

Prefeito Municipal

CAMPO ALEGRE/SC, 03 de Junho de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI.

Prefeito Municipal

**CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 049/2015**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 49/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATADA: ANA RITA MEISTER

OBJETO: REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES SUPLEMENTARES PARA RESTAURAR O PADRÃO INDISPENSÁVEL MÍNIMO

VIGÊNCIA: 05 de Junho de 2013 até 19 de Dezembro de 2013.

AMPARO LEGAL: Lei Complementar nº 006 de 19 de Setembro de 2002 e alterações.

FUNÇÃO: PROFESSOR IV – INGLÊS

CARGA HORÁRIA: 20 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 783,54 (SETECENTOS E OITENTA E TRÊS REAIS E CINQUENTA E QUATRO CENTAVOS).

CAMPO ALEGRE/SC., 05 de Junho de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI.

Prefeito Municipal

**CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 047/2015**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 40/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATADA: GABRIELA TIBES BUENO

OBJETO: REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES SUPLEMENTARES PARA RESTAURAR O PADRÃO INDISPENSÁVEL MÍNIMO

VIGÊNCIA: 09 de Maio 2013 até 19 de Dezembro de 2013.

AMPARO LEGAL: Lei Complementar nº 006 de 19 de Setembro de 2002 e alterações.

FUNÇÃO: PROFESSOR IV – MATEMÁTICA

CARGA HORÁRIA: 30 HORAS SEMANAIS.

SALÁRIO BASE: R\$ 1.175,31 (um mil cento e setenta e cinco reais, trinta e um centavos).

CAMPO ALEGRE/SC., 09 de Maio de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI.

Prefeito Municipal

**CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 050/2015**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 50/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATADA: IZABEL MARQUES

OBJETO: REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES SUPLEMENTARES PARA RESTAURAR O PADRÃO INDISPENSÁVEL MÍNIMO

VIGÊNCIA: 12 de Junho de 2013 até 12 de Dezembro de 2013.

AMPARO LEGAL: Lei Complementar nº 006 de 19 de Setembro de 2002 e alterações.

FUNÇÃO: ATENDENTE DE SALA

CARGA HORÁRIA: 40 horas semanais

SALÁRIO BASE: R\$ 1.064,35 (um mil e sessenta e quatro reais, trinta e cinco centavos).

CAMPO ALEGRE/SC., 12 de Junho de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI.

Prefeito Municipal

**CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 048/2015**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 48/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATADA: EVELYN STOCKCHNEIDER

OBJETO: REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES SUPLEMENTARES PARA RESTAURAR O PADRÃO INDISPENSÁVEL MÍNIMO

VIGÊNCIA: 03 de Junho de 2013 até 19 de Dezembro de 2013.

AMPARO LEGAL: Lei Complementar nº 006 de 19 de Setembro de 2002 e alterações.

FUNÇÃO: PROFESSOR IV – INGLÊS

CARGA HORÁRIA: 20 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 940,25 (novecentos e quarenta reais, vinte cinco centavos).

**CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 051/2015**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 51/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATADA: MARILENE APARECIDA BINNER

OBJETO: REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES SUPLEMENTARES PARA RESTAURAR O PADRÃO INDISPENSÁVEL MÍNIMO

VIGÊNCIA: 20 de Junho de 2013 até 20 de Dezembro de 2013.

AMPARO LEGAL: Lei Complementar nº 006 de 19 de Setembro de 2002 e alterações.

FUNÇÃO: AGENTE OPERACIONAL I – AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

CARGA HORÁRIA: 40 horas semanais

SALÁRIO BASE: R\$ 670,66 (seiscentos e setenta reais, sessenta e

seis centavos)

CAMPO ALEGRE/SC., 20 de Junho de 2013.  
RUBENS BLASZKOWSKI.  
Prefeito Municipal

#### **CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 052/2015**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 52/2013  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CONTRATADO: RAFAEL NEGHERBON  
OBJETO: ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, PREVISTA NO INCISO VII DO ARTIGO 300 DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 006 DE 19 DE SETEMBRO DE 2002.  
VIGÊNCIA: 17 de Julho de 2013 até 17 de Janeiro de 2013.  
AMPARO LEGAL: Lei Complementar nº 006 de 19 de Setembro de 2002 e alterações.  
FUNÇÃO: MOTORISTA  
CARGA HORÁRIA: 40 horas semanais  
SALÁRIO BASE: R\$ 925,52 (novecentos e vinte cinco reais, cinquenta centavos).

CAMPO ALEGRE/SC, 17 de Julho de 2013.  
RUBENS BLASZKOWSKI.  
Prefeito Municipal

#### **CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 053/2015**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 53/2013  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
CONTRATADA: VANESSA GABRIELA SCHWARZ DA CRUZ  
OBJETO: REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES SUPLEMENTARES PARA RESTAURAR O PADRÃO INDISPENSÁVEL MÍNIMO  
VIGÊNCIA: 01 de Agosto de 2013 até 31 de Janeiro de 2014.  
AMPARO LEGAL: Lei Complementar nº 006 de 19 de Setembro de 2002 e alterações.  
FUNÇÃO: TÉCNICO EM NÍVEL MÉDIO – TÉCNICO EM PROCESSAMENTO DE DADOS  
CARGA HORÁRIA: 40 horas semanais  
SALÁRIO BASE: R\$ 1.383,67 (hum mil trezentos e oitenta e três reais, sessenta e sete centavos).

CAMPO ALEGRE/SC., 01 de Agosto de 2013.  
RUBENS BLASZKOWSKI.  
Prefeito Municipal

#### **CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 054/2015**

EXTRATO DO CONTRATO Nº: 54/2013  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
CONTRATADO: ALAN CEZAR GHISSI  
OBJETO: ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, PREVISTA NO INCISO VII DO ARTIGO 300 DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 006 DE 19 DE SETEMBRO

DE 2002, ATÉ A CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR MEDIANTE CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL. O OBJETO ESPECÍFICO DO PRESENTE CONTRATO É O CUMPRIMENTO DAS FUNÇÕES E ATRIBUIÇÕES DO CARGO DE MÉDICO IV, CONSTANTES DO ANEXO IV DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 006/02.

VIGÊNCIA: 01 de Agosto de 2013 até 31 de Janeiro 2014.

FUNÇÃO: MÉDICO IV

CARGA HORÁRIA: 12 horas semanais, realizada nos finais de semana.

SALÁRIO BASE: R\$ 34,58 (trinta e quatro reais, cinquenta e oito centavos) por hora de trabalho, R\$ 12,10 por hora de adicional noturno E 40% (quarenta por cento) de gratificação especial médica prevista no Art. 117 da L.C.M. N.º 006/02.

CAMPO ALEGRE/SC., 01 de agosto de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI.

Prefeito Municipal

#### **CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 055/2015**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 55/2013  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CONTRATADA: MARIA SOFIA CUBAS MACHADO  
OBJETO: REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES SUPLEMENTARES PARA RESTAURAR O PADRÃO INDISPENSÁVEL MÍNIMO  
VIGÊNCIA: 12 de Agosto de 2013 até 19 de Dezembro de 2013.  
AMPARO LEGAL: Lei Complementar nº 006 de 19 de Setembro de 2002 e alterações.  
FUNÇÃO: PROFESSOR VII – CIÊNCIAS  
CARGA HORÁRIA: 40 horas semanais  
SALÁRIO BASE: R\$ 1.880,49 (um mil oitocentos e oitenta reais, quarenta e nove centavos).

CAMPO ALEGRE/SC., 12 de Agosto de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI.

Prefeito Municipal

#### **CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 056/2015**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 56/2013  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
CONTRATADO: JEURI ANTONIO VARGAS PLASENCIA  
OBJETO: ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, PREVISTA NO INCISO VII DO ARTIGO 300 DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 006 DE 19 DE SETEMBRO DE 2002, ATÉ A CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR MEDIANTE CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL. O OBJETO ESPECÍFICO DO PRESENTE CONTRATO É O CUMPRIMENTO DAS FUNÇÕES E ATRIBUIÇÕES DO CARGO DE MÉDICO IV, CONSTANTES DO ANEXO IV DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 006/02.  
VIGÊNCIA: 14 de Agosto de 2013 até 14 de Fevereiro de 2014.  
AMPARO LEGAL: Lei Complementar nº 006 de 19 de Setembro de 2002 e alterações.  
FUNÇÃO: MÉDICO IV  
CARGA HORÁRIA: O HORÁRIO DE TRABALHO DO CONTRATADO É DE 24 HORAS SEMANAIS, REALIZADA NO PERÍODO NOTURNO.  
SALÁRIO BASE: R\$ 34,58 (trinta e quatro reais e cinquenta e oito centavos) por hora de trabalho, R\$ 12,10 por hora de adicional noturno e 40% (quarenta por cento) de Gratificação Especial Médica prevista no Art. 117 da L.C.M. nº 006/02.

CAMPO ALEGRE/SC, 14 de Agosto de 2013.  
RUBENS BLASZKOWSKI.  
Prefeito Municipal

CAMPO ALEGRE/SC., 09 de Setembro de 2013.  
RUBENS BLASZKOWSKI.  
Prefeito Municipal

#### **CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 057/2015**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 57/2013  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CONTRATADA: CAROLINE NEUMANN  
OBJETO: REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES SUPLEMENTARES PARA RESTAURAR O PADRÃO INDISPENSÁVEL MÍNIMO  
VIGÊNCIA: 15 de Agosto de 2013 até 19 de Dezembro de 2013.  
AMPARO LEGAL: Lei Complementar nº 006 de 19 de Setembro de 2002 e alterações.  
FUNÇÃO: PROFESSOR I – EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS  
CARGA HORÁRIA: 40 horas semanais  
SALÁRIO BASE: R\$ 1.880,49 (um mil oitocentos e oitenta reais, quarenta e nove centavos).

CAMPO ALEGRE/SC., 15 de Agosto de 2013.  
RUBENS BLASZKOWSKI.  
Prefeito Municipal

#### **CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 058/2015**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 58/2013  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CONTRATADO: OSMAR DONIZETE CAETANO DA LUZ  
OBJETO: ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO  
VIGÊNCIA: 06 de Setembro de 2013 até 19 de Dezembro de 2013.  
AMPARO LEGAL: Lei Complementar nº 006 de 19 de Setembro de 2002 e alterações.  
FUNÇÃO: MOTORISTA  
CARGA HORÁRIA: 40 horas semanais  
SALÁRIO BASE: R\$ 925,52 (novecentos e vinte cinco reais, cinquenta centavos).

CAMPO ALEGRE/SC., 06 de Setembro de 2013.  
RUBENS BLASZKOWSKI.  
Prefeito Municipal

#### **CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 059/2015**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 59/2013  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CONTRATADO: MARCIO KRUGER  
OBJETO: ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO  
VIGÊNCIA: 09 de Setembro de 2013 até 19 de Dezembro de 2013.  
AMPARO LEGAL: Lei Complementar nº 006 de 19 de Setembro de 2002 e alterações.  
FUNÇÃO: MOTORISTA  
CARGA HORÁRIA: 40 horas semanais  
SALÁRIO BASE: R\$ 925,52 (novecentos e vinte cinco reais, cinquenta centavos).

#### **CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 060/2015**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 60/2013  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CONTRATADA: KELLY MYUCHA MOES MESSIAS  
OBJETO: SUBSTITUIR SERVIDOR LICENCIADO COM REMUNERAÇÃO, ATÉ SEU RETORNO, CONFORME ARTIGO 300, INCISO IX, DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 006 DE 19 DE SETEMBRO DE 2002.  
VIGÊNCIA: 12 de Setembro de 2013 até 30 de Setembro de 2013.  
AMPARO LEGAL: Lei Complementar nº 006 de 19 de Setembro de 2002 e alterações.  
FUNÇÃO: PROFESSOR – EDUCAÇÃO FÍSICA  
CARGA HORÁRIA: 40 horas semanais  
SALÁRIO BASE: R\$ 1.880,49 (um mil oitocentos e oitenta reais, quarenta e nove centavos).

CAMPO ALEGRE/SC., 12 de Setembro de 2013.  
RUBENS BLASZKOWSKI.  
Prefeito Municipal

#### **CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 061/2015**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 61/2013  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
CONTRATADA: CHRISTINA DE MEDEIROS  
OBJETO: ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, PREVISTA NO INCISO X DO ARTIGO 300 DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 006 DE 19 DE SETEMBRO DE 2002, ATÉ A CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR MEDIANTE CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL. O OBJETO ESPECÍFICO DO PRESENTE CONTRATO É O CUMPRIMENTO DAS FUNÇÕES E ATRIBUIÇÕES DO CARGO DE MÉDICO IV, CONSTANTES DO ANEXO IV DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 006/02.  
VIGÊNCIA: 16 de Setembro de 2013 até 14 de Março de 2014.  
AMPARO LEGAL: Lei Complementar nº 006 de 19 de Setembro de 2002 e alterações.  
FUNÇÃO: MÉDICO IV  
CARGA HORÁRIA: O horário de trabalho da contratada é de 12 horas semanais, realizada nos finais de semana.  
SALÁRIO BASE: R\$ 34,58 (trinta e quatro reais, cinquenta e oito centavos) por hora de trabalho, adicionado de 40% (quarenta por cento) de Gratificação Especial Médica prevista no Art. 117 da L.C.M. N.º 006/02.

CAMPO ALEGRE/SC., 16 de Setembro de 2013.  
RUBENS BLASZKOWSKI.  
Prefeito Municipal

**CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 062/2015**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 62/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CONTRATADA: SOENI CARDOSO BORGES

OBJETO: REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES SUPLEMENTARES PARA RESTAURAR O PADRÃO INDISPENSÁVEL MÍNIMO

VIGÊNCIA: 23 de Setembro de 2013 até 21 de Março de 2014.

AMPARO LEGAL: Lei Complementar nº 006 de 19 de Setembro de 2002 e alterações.

FUNÇÃO: AGENTE OPERACIONAL I – AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

CARGA HORÁRIA: 40 horas semanais

SALÁRIO BASE: R\$ 670,66 (seiscentos e setenta reais, sessenta e seis centavos).

CAMPO ALEGRE/SC., 23 de Setembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI.

Prefeito Municipal

CAMPO ALEGRE/SC, 01 de Outubro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI.

Prefeito Municipal

**CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 065/2015**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 65/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER.

CONTRATADO: LUAN CESAR ENGELKE MOURA COSTA SABINO

OBJETO: SUBSTITUIÇÃO DE SERVIDOR TITULAR, PREVISTA NO INCISO X ARTIGO 300 DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº. 006 DE 19 DE SETEMBRO DE 2002.

VIGÊNCIA: 02 de Outubro de 2013 até 02 de Abril de 2014.

AMPARO LEGAL: Lei Complementar nº 006 de 19 de Setembro de 2002 e alterações.

FUNÇÃO: INSTRUTOR DE MÚSICA

CARGA HORÁRIA: 20 horas semanais

SALÁRIO BASE: R\$ 5,11 (cinco reais e onze centavos) a hora aula.

CAMPO ALEGRE/SC., 02 de Outubro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI.

Prefeito Municipal

**CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 063/2015**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 63/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATADO: CRISTIANO MUNHOZ

OBJETO: ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, PREVISTA NO INCISO VII DO ARTIGO 300 DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 006 DE 19 DE SETEMBRO DE 2002.

VIGÊNCIA: 01 de Outubro de 2013 até 01 de Abril de 2014.

AMPARO LEGAL: Lei Complementar nº 006 de 19 de Setembro de 2002 e alterações.

FUNÇÃO: MOTORISTA

CARGA HORÁRIA: 40 horas semanais

SALÁRIO BASE: R\$ 925,52 (novecentos e vinte cinco reais, cinquenta centavos).

CAMPO ALEGRE/SC, 01 de Outubro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI.

Prefeito Municipal

**CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 066/2015**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 66/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER.

CONTRATADO: VALÉRIO FELIPE CHICOVIS

OBJETO: SUBSTITUIÇÃO DE SERVIDOR TITULAR, PREVISTA NO INCISO X ARTIGO 300 DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº. 006 DE 19 DE SETEMBRO DE 2002

VIGÊNCIA: 04 de Outubro de 2013 até 04 de Abril de 2014.

AMPARO LEGAL: Lei Complementar nº 006 de 19 de Setembro de 2002 e alterações.

FUNÇÃO: INSTRUTOR DE MÚSICA

CARGA HORÁRIA: 20 horas semanais

SALÁRIO BASE: R\$ 5,11 (cinco reais e onze centavos) a hora aula.

CAMPO ALEGRE/SC., 04 de Outubro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI.

Prefeito Municipal

**CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 064/2015**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 64/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATADO: ALTAIR DA ROCHA

OBJETO: ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, PREVISTA NO INCISO VII DO ARTIGO 300 DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 006 DE 19 DE SETEMBRO DE 2002.

VIGÊNCIA: 01 de Outubro de 2013 até 01 de Abril de 2014.

AMPARO LEGAL: Lei Complementar nº 006 de 19 de Setembro de 2002 e alterações.

FUNÇÃO: MOTORISTA

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 925,52 (novecentos e vinte cinco reais, cinquenta centavos).

**CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 067/2015**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 67/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CONTRATADA: LUCIANE PRESTES DE SOUZA DA CRUZ

OBJETO: REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES SUPLEMENTARES PARA RESTAURAR O PADRÃO INDISPENSÁVEL MÍNIMO

VIGÊNCIA: 08 de Outubro de 2013 até 11 de Outubro de 2013.

AMPARO LEGAL: Lei Complementar nº 006 de 19 de Setembro de 2002 e alterações.

FUNÇÃO: AGENTE OPERACIONAL I – AUXILIAR DE SERVIÇOS



**GERAIS**

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 670,66 (seiscentos e setenta reais, sessenta e seis centavos)

CAMPO ALEGRE/SC., 08 de Outubro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI.

Prefeito Municipal

**CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 068/2015**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 68/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATADA: ANDRIELI CHAVES

OBJETO: REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES SUPLEMENTARES PARA RESTAURAR O PADRÃO INDISPENSÁVEL MÍNIMO, PREVISTA NO INCISO VII ARTIGO 300 DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 006 DE 19 DE SETEMBRO DE 2002.

VIGÊNCIA: 09 de Outubro de 2013 até 30 19 de Dezembro de 2013  
AMPARO LEGAL: Lei Complementar nº 006 de 19 de Setembro de 2002 e alterações.

FUNÇÃO: PROFESSOR VIII – GEOGRAFIA

CARGA HORÁRIA: 30 horas semanais

SALÁRIO BASE: R\$ 1.410,37 (um mil quatrocentos e dez reais, trinta e sete centavos).

CAMPO ALEGRE/SC., 09 de Outubro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI.

Prefeito Municipal

**CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 069/2015**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 69/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATADA: ANA MARIA CAMARGO DREVECK

OBJETO: ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, PREVISTA NO INCISO VII DO ARTIGO 300 DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 006 DE 19 DE SETEMBRO DE 2002.

VIGÊNCIA: 16 de Outubro de 2013 até 19 de Dezembro de 2013.

AMPARO LEGAL: Lei Complementar nº 006 de 19 de Setembro de 2002 e alterações.

FUNÇÃO: ATENDENTE DE SALA

CARGA HORÁRIA: 40 horas semanais

SALÁRIO BASE: R\$ 1.064,35 (um mil e sessenta e quatro reais, trinta e cinco centavos).

CAMPO ALEGRE/SC., 16 de Outubro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI.

Prefeito Municipal

**CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 070/2015**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 70/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL ADMINISTRAÇÃO

CONTRATADA: ADRIANA ROSELI MEY

OBJETO: REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES SUPLEMENTARES PARA RESTAURAR O PADRÃO INDISPENSÁVEL MÍNIMO

VIGÊNCIA: 24 de Outubro de 2013 até 11 de Outubro de 2013.

AMPARO LEGAL: Lei Complementar nº 006 de 19 de Setembro de 2002 e alterações.

FUNÇÃO: AGENTE OPERACIONAL I – AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

CARGA HORÁRIA: 40 horas semanais

SALÁRIO BASE: R\$ 670,66 (seiscentos e setenta reais, sessenta e seis centavos)

CAMPO ALEGRE/SC., 24 de Outubro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI.

Prefeito Municipal

**CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 071/2015**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 71/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CONTRATADO: ROBERTO KOCENKO DE OLIVEIRA

OBJETO: ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, PREVISTA NO INCISO VIII, X DO ARTIGO 300 DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 006 DE 19 DE SETEMBRO DE 2002, ATÉ A CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR MEDIANTE CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL.

VIGÊNCIA: 06 de Novembro de 2013 até 06 de Maio de 2014

AMPARO LEGAL: Lei Complementar nº 006 de 19 de Setembro de 2002 e alterações.

FUNÇÃO: MÉDICO II

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 5.534,76 (cinco mil quinhentos e trinta e quatro reais, setenta e seis centavos), mais 50% (cincoenta por cento) de Gratificação Especial Médica, mais 100% (cem por cento) por laborar exclusivamente no Programa Saúde na Família - ESF, conforme Lei Complementar nº 069 de 14 de Dezembro de 2009, Art. 4º, Parágrafo III, Alínea A, e 20% (vinte por cento) sobre o Salário Mínimo vigente por serviço insalubre.

CAMPO ALEGRE/SC., 06 de Novembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI.

Prefeito Municipal

**CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 072/2015**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 72/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CONTRATADA: CLAUDINEIA FERREIRA DOS SANTOS

OBJETO: REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES SUPLEMENTARES PARA RESTAURAR O PADRÃO INDISPENSÁVEL MÍNIMO

VIGÊNCIA: 11 de Novembro de 2013 até 09 de Maio de 2014

AMPARO LEGAL: Lei Complementar nº 006 de 19 de Setembro de 2002 e alterações.



FUNÇÃO: AGENTE OPERACIONAL I – AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

CARGA HORÁRIA: 40 horas semanais

SALÁRIO BASE: R\$ 670,66 (seiscentos e setenta reais e sessenta e seis centavos).

CAMPO ALEGRE/SC., 11 de Novembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI.

Prefeito Municipal

### **CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 073/2015**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 73/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CONTRATADO: PAULO RICARDO DA COSTA LOPES

OBJETO: ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, PREVISTA NO INCISO VII, DO ARTIGO 300 DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 006 DE 19 DE SETEMBRO DE 2002, ATÉ A CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR MEDIANTE CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL.

VIGÊNCIA: 22 de Novembro de 2013 até 21 de Fevereiro de 2014

AMPARO LEGAL: Lei Complementar nº 006 de 19 de Setembro de 2002 e alterações.

FUNÇÃO: MÉDICO I

CARGA HORÁRIA: 20 HORAS SEMANAIS.

SALÁRIO BASE: R\$ 2.767,38 (dois mil setecentos e sessenta e sete reais e trinta e oito centavos), mais 50% (cincoenta por cento) de Gratificação Especial Médica, e 20% (vinte por cento) sobre o salário mínimo vigente por serviço insalubre.

CAMPO ALEGRE/SC., 22 de Novembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI.

Prefeito Municipal

### **CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 074/2015**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 74/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATADA: CLAUDIANE GONÇALVES DE ABREU

OBJETO: REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES SUPLEMENTARES PARA RESTAURAR O PADRÃO INDISPENSÁVEL MÍNIMO

VIGÊNCIA: 02 DE DEZEMBRO DE 2013 ATÉ 02 DE JUNHO DE 2014.

AMPARO LEGAL: LEI Nº. 006, DE 19 DE SETEMBRO DE 2002 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

FUNÇÃO: AGENTE OPERACIONAL I – AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

CARGA HORÁRIA: 40 horas semanais

SALÁRIO BASE: R\$ 670,66 (seiscentos e setenta reais, sessenta e seis centavos)

CAMPO ALEGRE/SC., 02 de Dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI.

prefeito municipal

### **CONVOCAÇÃO Nº 081/2015**

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2015

CONVOCAÇÃO Nº 081/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Srª. DENISE APARECIDA ROCHA, inscrita no CPF/MF sob nº 694.310.869-72, aprovada em 17º lugar no Concurso Público nº 003/2015, para o cargo público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., no prazo de 03 (zero três) dias úteis a contar da publicação desta, no horário das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal sito na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 24 de Junho de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA

Secretária Municipal de Educação.

### **CONVOCAÇÃO Nº 082/2015**

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2015

CONVOCAÇÃO Nº 082/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Srª. JANETE PEREIRA DOS SANTOS MONNEY, inscrita no CPF/MF sob nº 032.643.669-32, aprovada em 18º lugar no Concurso Público nº 003/2015, para o Cargo Público de Agente Operacional I, na função de Auxiliar De Serviços Gerais, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., no prazo de 03 (zero três) dias úteis a contar da publicação desta, no horário das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal sito na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 24 de Junho de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA

Secretária Municipal de Educação.

### **CONVOCAÇÃO Nº 083/2015**

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015

CONVOCAÇÃO Nº 083/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Srª. CLEIDIANE MUNHOZ FUCKNER, inscrita no CPF/MF sob nº 044.801.769-50, aprovada em 4º lugar no Processo Seletivo nº 001/2015-/PMCA, para o Cargo Público na Função de Atendente de Sala, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., no prazo de 03 (zero três) dias úteis a contar da publicação desta, no horário das 08:00h às 12:00h e das 13:00h

às 17:00h, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal sita na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Campo Alegre/SC., 24 de Junho de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

CAROLINA DA COSTA TELMA

Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social

## **DECRETO Nº 9.069 DE 24 DE JUNHO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.069 DE 25 DE JUNHO DE 2015

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 088 de 15 de Março de 2012, em seu Artigo 22; Decreta:

Art.1º) Nomear a Srª. LUCIANE RAQUEL BRANCO CARVALHO DA SILVA, Matrícula Funcional nº 000805, Registro no Sistema sob nº 955473, ao Cargo Público de Professor I, Função Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, Categoria Funcional: Atividades de Nível Superior, com provimento de caráter efetivo, Regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de Março de 2012, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 088, é o Código P1 Nível 1, Referência A, no valor de R\$ 2.117,90 (dois mil, cento e dezessete reais e noventa centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação da Srª. JAQUELINE SORAIA AMORIM TABERT, aprovada em 26º lugar no Concurso Público Municipal nº 001/2012, homologado pelo Decreto nº 7.026 em data de 16 de maio de 2012, prorrogado pelo Decreto nº 8.356 de 14 de Maio de 2014.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,

25 de Junho de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 25/06/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe do Gabinete do Prefeito

## **PORTARIA Nº 11.946 DE 24 DE JUNHO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.946 DE 24 DE JUNHO DE 2015

AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de Junho de 2013; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, a Servidora Pública Municipal, ANA MARIA KOBUS AUGUSTIN, Matrícula Funcional nº 000526, Registro no Sistema Sob nº 954626, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 26 de Fevereiro de 2011 á 26 de Fevereiro de 2014 .

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,

24 de Junho de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 25/06/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

## **PORTARIA Nº 11.947 DE 24 DE JUNHO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.947 DE 24 DE JUNHO DE 2015

AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de Junho de 2013; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, a Servidora Pública Municipal, SILVANIRA TELMA, Matrícula Funcional nº 000226, Registro no Sistema Sob nº 102000, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 09 de Fevereiro de 2012 á 09 de Fevereiro de 2015 .

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,

24 de Junho de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 25/06/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 11.948 DE 24 DE JUNHO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.948 DE 24 DE JUNHO DE 2015

AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de Junho de 2013; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, a Servidora Pública Municipal, LÚCIA APARECIDA SMENTECOSKI LINZMEYER, Matrícula Funcional nº 000091, Registro no Sistema Sob nº 295560, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Auxiliar de Educador, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 09 de Junho de 2012 á 09 de Junho de 2015 .

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
24 de Junho de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 25/06/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 11.949 DE 24 DE JUNHO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.949 DE 24 DE JUNHO DE 2015

AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de Junho de 2013; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, a Servidora Pública Municipal, IVONETE HRUSCHKA SCHWARZ, Matrícula Funcional nº 000179, Registro no Sistema Sob nº 300310, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 01 de Abril de 2012 á 01 de Abril de 2015 .

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
24 de Junho de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 25/06/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 11.950 DE 24 DE JUNHO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.950 DE 24 DE JUNHO DE 2015

AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de Junho de 2013; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, a Servidora Pública Municipal, RITA ZEZOTKO SCHOLZE, Matrícula Funcional nº 000579, Registro no Sistema Sob nº 954768, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Administrativo III, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 13 de Julho de 2012 á 13 de Julho de 2015 .

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
24 de Junho de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 25/06/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 11.951 DE 24 DE JUNHO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.951 DE 24 DE JUNHO DE 2015

AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de Junho de 2013; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, a Servidora Pública Municipal, JANETE DRANKA, Matrícula Funcional nº 000234, Registro no Sistema Sob nº 612201, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função Gratificada de Diretora da EMEB – Bela Vista, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 21 de Fevereiro de 2009 à 21 de Fevereiro de 2012 .

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
24 de Junho de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 25/06/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 11.952 DE 24 DE JUNHO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 11.952 DE 24 DE JUNHO DE 2015  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO DIRETOR EXECUTIVO DO IPRECAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Diretor Executivo do IPRECAL, JEFFERSON JEAN DUVOISIN, Matrícula Funcional nº 337, Registro no Sistema sob nº 78, ocupante de Cargo Comissionado e exercendo suas atribuições de Diretor Executivo do IPRECAL do Município Campo Alegre/SC., lotado no referido Instituto, referente ao período aquisitivo 08 de Junho de 2014 a 07 de Junho de 2015, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O Diretor gozará as férias no período de 15 de Junho de 2015 à 24 de Junho de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de Junho de 2015.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário especialmente a Portaria nº 11.934 de 12 de Junho de 2015 .

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 24 de Junho de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 24/06/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 11.953 DE 24 DE JUNHO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 11.953 DE 24 DE JUNHO DE 2015  
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, ao Servidor Público Municipal, SANDRO BUENO FRANCO, ocupante de Cargo Público de Agente Fiscal, exercendo a Função de Fiscal de Vigilância Sanitária, Matrícula Funcional nº 274, Registro no Sistema sob nº 125720, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social do Município Campo Alegre/SC.

Parágrafo único - O abono pecuniário de que trata o caput deste Artigo refere-se ao período aquisitivo 01 de Agosto de 2013 à 31 de Junho de 2014, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
24 de Junho de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 25/06/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 11.954 DE 25 DE JUNHO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 11.954 DE 25 DE JUNHO DE 2015  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 18 (dezoito) dias de férias a Servidora Pública Municipal, CILMARA APARECIDA TSCHOEKE HÜMMELGEN, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função Atendente de Sala, Matrícula Funcional nº 000747, Registro no Sistema sob nº 955294, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Junho de 2015 à 16 de Julho de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 25 de Junho de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal



LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 25/06/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **TP 59/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE-SC  
AVISO DE LICITAÇÃO - Processo Licitatório nº 59/2015 – TP

Está aberto Processo Licitatório, na modalidade Tomada de Preços, do tipo menor preço, cujo objeto é a prestação de serviços técnicos especializados para manutenção, melhoria e ampliação do sistema de iluminação pública, com fornecimento de materiais, do município de Campo Alegre. Julgamento: menor preço global, com fixação de valor máximo unitário. Valor global estimado: R\$ 637.747,01. Os recursos são provenientes da Cosip. Data/horário/local para a realização da sessão de julgamento: 09/07/2015, 10 horas, no prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre (entregar os envelopes no protocolo até as 09h45min). Os interessados poderão obter o edital e anexos no site do Município ([www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br)). Informações: (47) 3632-2266 - Serviço de Suprimentos. Campo Alegre, 23 de junho de 2015. Lucilaine Mokfa Schwarz – Secretária Municipal de Administração.



# Campo Erê

## PREFEITURA

### **PREGÃO PRESENCIAL 18/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1143/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2015

EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, SC, representado pelo Sr. Milton C. do Nascimento – Supervisor Administrativo, TORNA PÚBLICO que até as 08hs do dia 10 de Julho de 2015, o Departamento de Licitações, estará recebendo as propostas dos interessados no objeto deste Edital para prestação de serviços de mídia institucional impressa e eletrônica para os diversos órgãos do Município de Campo Erê, conforme especificado nesse Edital, e em conformidade com a Lei 8.666/93, suas alterações e demais normas pertinentes. Demais informações, esclarecimentos ou cópias deste Edital, serão fornecidos pelo Departamento de Licitações, localizado no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua 1º de Maio, 736, Campo Erê - SC, de segunda a sexta-feira no horário das 7:30h às 11:30h e das 13:15hs às 17:15hs e no e-mail [licitacao@campoere.sc.gov.br](mailto:licitacao@campoere.sc.gov.br) - Campo Erê - SC, 24 de Junho de 2015. Milton C. do Nascimento – Supervisor Administrativo.

# Canelinha

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATOS Nº 131/2015 À Nº 141/2015 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA.

CONTRATO Nº. 131/2015. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE AQUISIÇÃO DE ROÇADEIRA HIDRAULICA ARTICULADA. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: CASA DO PICA PAU LTDA - EPP. OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição de 01 (uma) roçadeira hidráulica articulada nova, para equipar a Secretaria de Transporte, conforme características descritas no anexo II (termo de referencia) do Edital de Licitação nº. 42/2015, Pregão Presencial nº 35/2015 (processo administrativo nº 42/2015, licitação nº 35/2015-PR), parte integrante deste contrato. VALOR: R\$ 37.900,00 (trinta e sete mil novecentos reais), fixo e irrevogável. FONTE DO RECURSO: 153 06.02 1.075 4.4.90.52.40. VIGÊNCIA: O presente Contrato terá duração pelo mesmo período previsto para a garantia do equipamento, objeto deste Contrato, que a princípio é de 12 (doze) meses contados a partir da data entrega. Canelinha (SC), 19 de junho de 2015. ANTONIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº. 132/2015. contrato Administrativo de Fornecimento de MATERIAIS ESPORTIVOS. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: 3A COMÉRCIO DE MÓVEIS E REFRIGERAÇÃO LTDA - ME. OBJETO: O presente contrato tem por objeto, a aquisição de materiais esportivos, para aulas de educação física na Rede de escolas do Município de Canelinha, conforme especificações e quantidades descritas no anexo II do Edital do Processo de Licitação nº 43/2015, Pregão Presencial nº 36/2015 (processo administrativo nº 43/2015, licitação nº 36/2015-PR), especificamente os itens vencedores relacionados na ata da reunião de julgamento das propostas, que fica fazendo parte deste contrato. VALOR: R\$-3.170,00 (três mil cento e setenta reais). FONTE DO RECURSO: 022 04.01 2.004 3.3.90.30.14. VIGÊNCIA: O presente Contrato terá duração até 31 de dezembro de 2015, iniciado a partir da assinatura do contrato. Canelinha (SC), 19 de junho de 2015. ANTONIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº. 133/2015. contrato Administrativo de Fornecimento de MATERIAIS ESPORTIVOS. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: ADBX – COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME. OBJETO: O presente contrato tem por objeto, a aquisição de materiais esportivos, para aulas de educação física na Rede de escolas do Município de Canelinha, conforme especificações e quantidades descritas no anexo II do Edital do Processo de Licitação nº 43/2015, Pregão Presencial nº 36/2015 (processo administrativo nº 43/2015, licitação nº 36/2015-PR), especificamente os itens vencedores relacionados na ata da reunião de julgamento das propostas, que fica fazendo parte deste contrato. VALOR: R\$-3.910,70 (três mil novecentos e dez reais e setenta centavos). FONTE DO RECURSO: 022 04.01 2.004 3.3.90.30.14. VIGÊNCIA: O presente Contrato terá duração até 31 de dezembro de 2015, iniciado a partir da assinatura do contrato. Canelinha (SC), 19 de junho de 2015. ANTONIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº. 134/2015. contrato Administrativo de Fornecimento de MATERIAIS ESPORTIVOS. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: CELIA REGINA W. SANI ME. OBJETO: O presente contrato tem por objeto, a aquisição de materiais esportivos, para aulas de educação física na Rede de escolas do Município de Canelinha, conforme especificações e quantidades descritas

no anexo II do Edital do Processo de Licitação nº 43/2015, Pregão Presencial nº 36/2015 (processo administrativo nº 43/2015, licitação nº 36/2015-PR), especificamente os itens vencedores relacionados na ata da reunião de julgamento das propostas, que fica fazendo parte deste contrato. VALOR: R\$-1.233,16 (um mil duzentos e trinta e três reais e dezesseis centavos). FONTE DO RECURSO: 022 04.01 2.004 3.3.90.30.14. VIGÊNCIA: O presente Contrato terá duração até 31 de dezembro de 2015, iniciado a partir da assinatura do contrato. Canelinha (SC), 19 de junho de 2015. ANTONIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº. 135/2015. contrato Administrativo de Fornecimento de MATERIAIS ESPORTIVOS. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: COMERCIAL ROPAGI LTDA - ME. OBJETO: O presente contrato tem por objeto, a aquisição de materiais esportivos, para aulas de educação física na Rede de escolas do Município de Canelinha, conforme especificações e quantidades descritas no anexo II do Edital do Processo de Licitação nº 43/2015, Pregão Presencial nº 36/2015 (processo administrativo nº 43/2015, licitação nº 36/2015-PR), especificamente os itens vencedores relacionados na ata da reunião de julgamento das propostas, que fica fazendo parte deste contrato. VALOR: R\$-4.881,95 (quatro mil oitocentos e oitenta e um reais e noventa e cinco centavos). FONTE DO RECURSO: 022 04.01 2.004 3.3.90.30.14. VIGÊNCIA: O presente Contrato terá duração até 31 de dezembro de 2015, iniciado a partir da assinatura do contrato. Canelinha (SC), 19 de junho de 2015. ANTONIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº. 136/2015. contrato Administrativo de Fornecimento de MATERIAIS ESPORTIVOS. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: FOOT COMERCIAL LTDA - ME. OBJETO: O presente contrato tem por objeto, a aquisição de materiais esportivos, para aulas de educação física na Rede de escolas do Município de Canelinha, conforme especificações e quantidades descritas no anexo II do Edital do Processo de Licitação nº 43/2015, Pregão Presencial nº 36/2015 (processo administrativo nº 43/2015, licitação nº 36/2015-PR), especificamente os itens vencedores relacionados na ata da reunião de julgamento das propostas, que fica fazendo parte deste contrato. VALOR: R\$-2.349,00 (dois mil trezentos e quarenta e nove reais). FONTE DO RECURSO: 022 04.01 2.004 3.3.90.30.14. VIGÊNCIA: O presente Contrato terá duração até 31 de dezembro de 2015, iniciado a partir da assinatura do contrato. Canelinha (SC), 19 de junho de 2015. ANTONIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº. 137/2015. contrato Administrativo de Fornecimento de MATERIAIS ESPORTIVOS. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME. OBJETO: O presente contrato tem por objeto, a aquisição de materiais esportivos, para aulas de educação física na Rede de escolas do Município de Canelinha, conforme especificações e quantidades descritas no anexo II do Edital do Processo de Licitação nº 43/2015, Pregão Presencial nº 36/2015 (processo administrativo nº 43/2015, licitação nº 36/2015-PR), especificamente os itens vencedores relacionados na ata da reunião de julgamento das propostas, que fica fazendo parte deste contrato. VALOR: R\$-3.594,00 (três mil quinhentos e noventa e quatro reais). FONTE DO RECURSO: 022 04.01 2.004 3.3.90.30.14. VIGÊNCIA: O presente Contrato terá duração até 31 de dezembro de 2015, iniciado a partir da assinatura do contrato. Canelinha (SC), 19 de junho de 2015. ANTONIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

# Canoinhas

## PREFEITURA

### DECISÃO DE RECURSO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO DE RECURSO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

O Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público, Inscrição no CNPJ sob nº. 83.102.384/0001-80, com sede na Rua Felipe Schmidt, nº. 10, Centro, torna público para todos os efeitos legais, que a decisão do Processo Administrativo decorrente da notificação extrajudicial nº 19/2015 e do Processo Licitatório nº.70/2012, que a empresa CAMPINA GRANDE ENGENHARIA E COMÉRCIO com CNPJ sob nº 82.419.896/0001-02 teve seu contrato rescindido nos termos do artigo 78, inciso I e foi aplicada a sanção do art. 87, inciso III, Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores quer seja suspensão do ato do direito de licitar com esta administração pelo período de 06 (seis) meses. O inteiro teor da decisão esta disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br), no link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

### PORTARIA Nº 560/2015

PORTARIA Nº. 560/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 89 da Lei 2.305 de 03/07/1990, Lei Municipal 3.135 de 31/03/2000 e Lei Federal 8.213/1991, resolve:

#### DETERMINAR RETORNO ÀS ATIVIDADES FUNCIONAIS

Art. 1º - Fica determinado o retorno às atividades funcionais do profissional ANTONIO IRINEU CORDEIRO, efetivo no cargo de Operador de Máquinas, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, a partir de 17/06/2015, conforme comunicação interna nº 220/DP/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de junho de 2015.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 18/06/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### PORTARIA Nº 561/2015

PORTARIA Nº. 561/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990, resolve:

#### CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de férias a ROMILDA MEISTER, efetiva no cargo de Técnico em Enfermagem - CAPS, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2012/2013, a desfrutar no período de 22/06/2015 a 01/07/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de junho de 2015.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

TELMA REGINA BLEY  
Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 18/06/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### PORTARIA Nº 562/2015

PORTARIA Nº. 562/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990, resolve:

#### CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de férias a WILSON MURARA JUNIOR, efetivo no cargo de Motorista, junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Industrial, Comércio e Turismo, referente ao período aquisitivo de 2013/2014, a desfrutar no período de 22/06/2015 a 01/07/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de junho de 2015.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 18/06/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº 563/2015**

PORTARIA Nº. 563/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 13, inciso II da Lei 2.305 de 03/07/1990; resolve:

**CONCEDER AUXÍLIO FUNERAL**

Art. 1º - Fica concedido auxílio funeral a MARIO LUIS DO NASCIMENTO, pelo falecimento de sua esposa Sra. ROSANGELA MARIA DA SILVEIRA DO NASCIMENTO, efetiva no cargo de Professor, junto a Secretaria Municipal de educação, ocorrido no dia 05 de junho de 2015.

Parágrafo Único: O auxílio funeral corresponde à remuneração de 01 (um) mês, nos casos de falecimento de cônjuge, filhos, enteado ou que mantinha sob a sua guarda e por pais, quando seus dependentes.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de junho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT  
Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 18/06/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº 564/2015**

PORTARIA Nº. 564/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei Municipal nº 5.528/2015; CONSIDERANDO; a necessidade de suprir demandas decorrentes da expansão das instituições de ensino; CONSIDERANDO; a existência de servidor em processo de readaptação; CONSIDERANDO: que a educação é serviço público essencial, resolve;

**CONTRATAR**

Art. 1º - Fica contratado o profissional ALISSON POKRYVIECKI BECHEL, na função de Professor de Projetos Pedagógicos, MAG I, 20 horas semanais, para atuar no Programa Mais Educação, na EBM Severo de Andrade e no GEM Ney Pacheco de Miranda Lima, junto à Secretaria Municipal de Educação, no período de 23/06/2015 a 18/12/2015. Considerando a Lei Municipal Nº 5.528/2015, art. 2º, inciso IV, admissão de profissional para suprir demandas decorrentes da expansão de instituições de ensino, anteriormente a vaga estava ocupada por Michelle Segobria Ferreira, a qual pediu demissão, conforme comunicação interna nº 285/SME/2015.

Art. 2º - Fica contratada a profissional ANGELA MARIA PONTAROLO HACKER, na função de Orientador Educacional, MAG II, 40 horas semanais, 15% de regência, para atuar na EBM Alberto Wardenski,

no período de 23/06/2015 a 18/12/2015. Considerando a Lei Municipal Nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, parágrafo 1º, inciso III, vaga vinculada da orientadora educacional Dilecia Aparecida Bonete, a qual está em processo de readaptação, conforme comunicação interna nº 285/SME/2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de junho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 22/06/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº 565/2015**

PORTARIA Nº. 565/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990,

**CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde a MARELI LEITE, contratada no cargo de Servente - ACT, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/06/2015, conforme comunicação interna nº 227/DP/2015, sendo que a partir do 31º dia do afastamento de suas atribuições competirá ao Instituto Nacional de Seguro Social - INSS a concessão do benefício de auxílio doença ao servidor.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de junho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 22/06/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento



**PORTARIA Nº 566/2015**

PORTARIA Nº. 566/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Complementar nº 0038/2011 e da Lei Municipal nº 4.851/2011; resolve:

**NOMEAR APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL**

Art. 1º – Fica nomeada para exercer o cargo de Servente, 40 horas semanais, período vespertino e matutino, designada para o CEI Santa Bárbara, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional ALESSANDRA PADILHA, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2012 e Edital de Convocação nº 040/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 23/06/2015, conforme comunicação interna nº 312/SME/2015.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de junho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 22/06/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº 567/2015**

PORTARIA Nº. 567/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

**RETIFICAR PORTARIA**

Art. 1º - Fica retificado o Artigo 1º da Portaria nº. 391/2015, passando a vigorar da seguinte forma:

“Art. 1º – Fica nomeada para exercer o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designada para a EBM Severo de Andrade, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional RODINEIA BREY DOBRIKOPF, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2014 e Edital de Convocação nº 023/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 05/05/2015, conforme comunicação interna nº 206/SME/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de junho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 22/06/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº 568/2015**

PORTARIA Nº. 568/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, bem como, da Lei nº 2.305 de 03/07/1990, de acordo com a Lei Municipal nº 5.556/2015 e de acordo com a Lei Municipal nº5.574/2015:

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 163 da Lei Municipal 2.305/90, resolve:

**INSTAURAR COMISSÃO DE SINDICÂNCIA**

Art. 1º - Nos termos dos artigos 163 e seguintes da lei 2.305 de 03/07/1990, fica instaurada COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, composta pelos servidores públicos municipais designados pela Portaria nº 530/2015, de acordo com a Lei nº 5.556/2015 e 5.574/2015, sendo eles:

1. MARISTELA MURARA BURGARDT
2. NELSON VARELA DE OLIVEIRA
3. ROSELI DOBROSHINSKEI

Art. 2º - A referida comissão deverá apurar os fatos, conforme descrito na Comunicação Interna Nº 200/2015 e seus respectivos documentos em anexo, proveniente da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º - A Comissão nomeada pela presente Portaria, nos termos do art. 135, incisos I, II e III do supra mencionado dispositivo legal, deverá emitir parecer conclusivo no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período se as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de junho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 22/06/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento



**PORTARIA Nº 569/2015**

PORTARIA Nº. 569/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei Municipal nº 5.528/2015;

CONSIDERANDO; a necessidade de suprir demandas decorrentes da expansão das instituições de ensino;

CONSIDERANDO; a existência de servidor em licença para tratar de assuntos particulares;

CONSIDERANDO; a existência de servidor em processo de remoção temporária;

CONSIDERANDO: que a educação é serviço público essencial, resolve;

**CONTRATAR**

Art. 1º - Fica contratado o profissional SAMUEL ANTONIO RIBEIRO DE LIMA, na função de Professor de Língua Portuguesa, 20 horas semanais, 15% de regência, na EBM Maria Izabel de Lima Cubas, junto à Secretaria Municipal de Educação, no período de 23/06/2015 a 18/12/2015, na vaga vinculada da professora Angela Maria Leão Jurkiv, a qual está em remoção temporária na EBM José Grosskopf, conforme comunicação interna nº 299/SME/2015.

Art. 2º - Fica contratada a profissional CECÍLIA APARECIDA DA SILVA LUDKA, na função de Professor de Matemática, 20 horas semanais, 15% de regência, na EBM Benedito Theresio de Carvalho, junto à Secretaria Municipal de Educação, no período de 23/06/2015 a 18/12/2015, na vaga vinculada do professor Mauro Edson Jungles, o qual ocupa o cargo de Diretor na EBM Benedito Theresio de Carvalho, conforme comunicação interna nº 299/SME/2015.

Art. 3º - Fica contratada a profissional TATIANA GOGOLA LINKOWSKI, na função de Professor de Ciências, 20 horas semanais, 15% de regência, na EBM Maria Lovatel Pires, junto à Secretaria Municipal de Educação, no período de 23/06/2015 a 18/12/2015, na vaga vinculada da professora Lucimara de Paula Cordeiro, a qual está em Licença para tratar de assuntos particulares, conforme comunicação interna nº 299/SME/2015.

Art. 4º - Fica contratada a profissional CARLA ADRIANA GAN STAFIM, na função de Professor de Matemática, 10 horas semanais, 15% de regência, na EBM José Grosskopf, junto à Secretaria Municipal de Educação, no período de 23/06/2015 a 18/12/2015, na vaga vinculada da professora Suelen Schwed, a qual está em Licença para tratar de assuntos particulares, conforme comunicação interna nº 299/SME/2015.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de junho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 22/06/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº 570/2015**

PORTARIA Nº. 570/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, bem como, da Lei nº 2.305 de 03/07/1990, de acordo com a Lei Municipal nº 5.556/2015 e de acordo com a Lei Municipal nº 5.574/2015:

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 163 da Lei Municipal 2.305/90, resolve:

**INSTAURAR COMISSÃO DE SINDICÂNCIA**

Art. 1º - Nos termos dos artigos 163 e seguintes da lei 2.305 de 03/07/1990, fica instaurada COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, composta pelos servidores públicos municipais designados pela Portaria nº 530/2015, de acordo com a Lei nº 5.556/2015 e 5.574/2015, sendo eles:

1. ANDRÉIA CORREIA DA SILVA FONTANA KAUVA
2. FERNANDO LUIS TOKARSKI
3. ROSELI DOBROSHINSKEI

Art. 2º - A referida comissão deverá apurar os fatos, conforme descrito na Comunicação Interna Nº 244/2015 e seus respectivos documentos em anexo, proveniente da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º - A Comissão nomeada pela presente Portaria, nos termos do art. 135, incisos I, II e III do supra mencionado dispositivo legal, deverá emitir parecer conclusivo no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período se as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º - Fica revogado o inteiro teor da Portaria nº 267/2015.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 22 de junho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 22/06/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º FMS 02/2015**

CONTRATADO: STARMEDARTIGOSMEDICOSEHOSPITALARES LTDA  
CONTRATANTE: FUNDOMUNICIPALDESAÚDEDECANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALAR, ASEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL, CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, CENTRO INTEGRADO DE SAÚDE BUCAL, AMBULATÓRIO MUNICIPAL DE DEPENDÊNCIA DE ELABORAÇÃO DE MATERIAIS, PARA AQUISIÇÃO DE OPERIÓDIO DE 12 MESES.

VALOR DA DESPESA: R\$ 136.920,00 (cento e trinta e seis mil novecentos e sete reais)

DATA: 24/06/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

CONCORRÊNCIA Nº 2/15  
PROCESSO Nº 12.000.000/15  
HOMOLOGAÇÃO: 24/06/15

CONTRATADO:PRODUVALEPRODUTOSHOSPITALARESLTDACONTRATANTE:FUNDOMUNICIPALDESAUDEDECANOINHAS

OBJETO:REGISTRODEPREÇOSDEMATERIAISMÉDICOHOSPITALAR,ASEREMUTILIZADOSNASUNIDADES BÁSICASDESAÚDE,PRONTOATENDIMENTOMUNICIPAL,CENTRODEATENÇÃOPSICOSSOCIAL,CENTROINTEGRADODESAÚDEBUCAL,AMBULATÓRIOMUNICIPALDEEPIDEMIOLOGIAELABORATÓRIOMUNICIPAL,PARAAQUI-SIÇÃOPELOPERÍODODE12MESES.

VALORDADESPESA:R\$395.132,00(trezentosenoventaecincomilcentoetrintaadoisreais)

DATA:24/06/15-LUIZALBERTORINCOSKIFARIA-Prefeito.

CONCORRÊNCIA Nº 2/15

PROCESSOLICITATÓRIO Nº 6/15

HOMOLOGAÇÃO:24/06/15

CONTRATADO:ALTERMEDMATERIALMÉDICOHOSPITALARLTDA.

CONTRATANTE:FUNDOMUNICIPALDESAUDEDECANOINHAS

OBJETO:REGISTRODEPREÇOSDEMATERIAISMÉDICOHOSPITALAR,ASEREMUTILIZADOSNASUNIDADES BÁSICASDESAÚDE,PRONTOATENDIMENTOMUNICIPAL,CENTRODEATENÇÃOPSICOSSOCIAL,CENTROINTEGRADODESAÚDEBUCAL,AMBULATÓRIOMUNICIPALDEEPIDEMIOLOGIAELABORATÓRIOMUNICIPAL,PARAAQUI-SIÇÃOPELOPERÍODODE12MESES.

VALORDADESPESA:R\$58.984,09(cinqüentaeoitomilnovecentoseoitentaquatroreaisnovecentavos)

DATA:24/06/15-LUIZALBERTORINCOSKIFARIA-Prefeito.

CONCORRÊNCIA Nº 2/15

PROCESSOLICITATÓRIO Nº 6/15

HOMOLOGAÇÃO:24/06/15

CONTRATADO:OLIMEDMATERIALHOSPITALARLTDACONTRATANTE:FUNDOMUNICIPALDESAUDEDECANOINHAS

OBJETO:REGISTRODEPREÇOSDEMATERIAISMÉDICOHOSPITALAR,ASEREMUTILIZADOSNASUNIDADES BÁSICASDESAÚDE,PRONTOATENDIMENTOMUNICIPAL,CENTRODEATENÇÃOPSICOSSOCIAL,CENTROINTEGRADODESAÚDEBUCAL,AMBULATÓRIOMUNICIPALDEEPIDEMIOLOGIAELABORATÓRIOMUNICIPAL,PARAAQUI-SIÇÃOPELOPERÍODODE12MESES.

VALORDADESPESA:R\$18.554,00(dezoitomilquinhentosecinqüentaequatroreais)

DATA:24/06/15-LUIZALBERTORINCOSKIFARIA-Prefeito.

CONCORRÊNCIA Nº 2/15

PROCESSOLICITATÓRIO Nº 6/15

HOMOLOGAÇÃO:24/06/15

CONTRATADO:ALIANÇA HOSPITALARLTDA MECONTRATANTE:FUNDOMUNICIPALDESAUDEDECANOINHAS

OBJETO:REGISTRODEPREÇOSDEMATERIAISMÉDICOHOSPITALAR,ASEREMUTILIZADOSNASUNIDADES BÁSICASDESAÚDE,PRONTOATENDIMENTOMUNICIPAL,CENTRODEATENÇÃOPSICOSSOCIAL,CENTROINTEGRADODESAÚDEBUCAL,AMBULATÓRIOMUNICIPALDEEPIDEMIOLOGIAELABORATÓRIOMUNICIPAL,PARAAQUI-SIÇÃOPELOPERÍODODE12MESES.

VALORDADESPESA:R\$75.870,00(setentaecincomiloitocentosesetentareais)

DATA:24/06/15-LUIZALBERTORINCOSKIFARIA-Prefeito.

CONTRATADO:ISAMED-MATERIAISMÉDICOHOSPITALARESLTDA ME

CONTRATANTE:FUNDOMUNICIPALDESAUDEDECANOINHAS

OBJETO:REGISTRODEPREÇOSDEMATERIAISMÉDICOHOSPITALAR,ASEREMUTILIZADOSNASUNIDADES BÁSICASDESAÚDE,PRONTOATENDIMENTOMUNICIPAL,CENTRODEATENÇÃOPSICOSSOCIAL,CENTROINTEGRADODESAÚDEBUCAL,AMBULATÓRIOMUNICIPALDEEPIDEMIOLOGIAELABORATÓRIOMUNICIPAL,PARAAQUI-SIÇÃOPELOPERÍODODE12MESES.

CIAL,CENTROINTEGRADODESAÚDEBUCAL,AMBULATÓRIOMUNICIPALDEEPIDEMIOLOGIAELABORATÓRIOMUNICIPAL,PARAAQUI-SIÇÃOPELOPERÍODODE12MESES.

VALORDADESPESA:R\$23.771,50(vinteetrêsmilsetecentosesetentaumreaisecinqüentacentavos)

DATA:24/06/15-LUIZALBERTORINCOSKIFARIA-Prefeito.

CONCORRÊNCIA Nº 2/15

PROCESSOLICITATÓRIO Nº 6/15

HOMOLOGAÇÃO:24/06/15

CONTRATADO:DIMACI/SCMATERIALCIRURGICOLTDACONTRATANTE:FUNDOMUNICIPALDESAUDEDECANOINHAS

OBJETO:REGISTRODEPREÇOSDEMATERIAISMÉDICOHOSPITALAR,ASEREMUTILIZADOSNASUNIDADES BÁSICASDESAÚDE,PRONTOATENDIMENTOMUNICIPAL,CENTRODEATENÇÃOPSICOSSOCIAL,CENTROINTEGRADODESAÚDEBUCAL,AMBULATÓRIOMUNICIPALDEEPIDEMIOLOGIAELABORATÓRIOMUNICIPAL,PARAAQUI-SIÇÃOPELOPERÍODODE12MESES.

VALORDADESPESA:R\$40.310,75(quarentamiltrezentosedezreaissetentaecinco centavos)

DATA:24/06/15-LUIZALBERTORINCOSKIFARIA-Prefeito.

CONCORRÊNCIA Nº 2/15

PROCESSOLICITATÓRIO Nº 6/15

HOMOLOGAÇÃO:24/06/15

CONTRATADO:PLASMEDIC-COMERCIODEMATERIAISPARAUSOMEDICOE

CONTRATANTE:FUNDOMUNICIPALDESAUDEDECANOINHAS

OBJETO:REGISTRODEPREÇOSDEMATERIAISMÉDICOHOSPITALAR,ASEREMUTILIZADOSNASUNIDADES BÁSICASDESAÚDE,PRONTOATENDIMENTOMUNICIPAL,CENTRODEATENÇÃOPSICOSSOCIAL,CENTROINTEGRADODESAÚDEBUCAL,AMBULATÓRIOMUNICIPALDEEPIDEMIOLOGIAELABORATÓRIOMUNICIPAL,PARAAQUI-SIÇÃOPELOPERÍODODE12MESES.

VALORDADESPESA:R\$155.730,00(centoecinqüentaecincomilsetecentosestintareais)

DATA:24/06/15-LUIZALBERTORINCOSKIFARIA-Prefeito.

CONCORRÊNCIA Nº 2/15

PROCESSOLICITATÓRIO Nº 6/15

HOMOLOGAÇÃO:24/06/15

CONTRATADO:BIOMEDIMATERIALMÉDICOHOSPITALARLTDACONTRATANTE:FUNDOMUNICIPALDESAUDEDECANOINHAS

OBJETO:REGISTRODEPREÇOSDEMATERIAISMÉDICOHOSPITALAR,ASEREMUTILIZADOSNASUNIDADES BÁSICASDESAÚDE,PRONTOATENDIMENTOMUNICIPAL,CENTRODEATENÇÃOPSICOSSOCIAL,CENTROINTEGRADODESAÚDEBUCAL,AMBULATÓRIOMUNICIPALDEEPIDEMIOLOGIAELABORATÓRIOMUNICIPAL,PARAAQUI-SIÇÃOPELOPERÍODODE12MESES.

VALORDADESPESA:R\$157.285,50(centoecinqüentaesetemilduzentoseoitentaecincoreaisecinqüentacentavos)

DATA:24/06/15-LUIZALBERTORINCOSKIFARIA-Prefeito.

CONCORRÊNCIA Nº 2/15

PROCESSOLICITATÓRIO Nº 6/15

HOMOLOGAÇÃO:24/06/15

CONTRATADO:MLMEDICAL,IMP.EEXP.DEMATERIALMÉDICOHOSPITALA

CONTRATANTE:FUNDOMUNICIPALDESAUDEDECANOINHAS

OBJETO:REGISTRODEPREÇOSDEMATERIAISMÉDICOHOSPITALAR,ASEREMUTILIZADOSNASUNIDADES BÁSICASDESAÚDE,PRONTOATENDIMENTOMUNICIPAL,CENTRODEATENÇÃOPSICOSSOCIAL,CENTROINTEGRADODESAÚDEBUCAL,AMBULATÓRIOMUNICIPALDEEPIDEMIOLOGIAELABORATÓRIOMUNICIPAL,PARAAQUI-SIÇÃOPELOPERÍODODE12MESES.

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.890,00 (quatro mil oitocentos e noventa reais)  
DATA: 24/06/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

CONTRATADO: CAMILA APARECIDAMINARI  
CONTRATANTE: FUNDOMUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR, ASEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL, CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, CENTRO INTEGRADO DE SAÚDE BUCAL, AMBULATÓRIO MUNICIPAL DE EPIDEMIOLOGIA E LABORATÓRIO MUNICIPAL, PARA AQUISIÇÃO PELO PERÍODO DE 12 MESES.

VALOR DA DESPESA: R\$ 33.228,00 (trinta e três mil duzentos e vinte e oito reais)

DATA: 24/06/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

## **PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 05/2015**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 117/2015

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. PMC 05/2015

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 30/07/2015, às 14h15min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS DO METRO QUADRADO DE SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA DE PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até as 14h00min do dia 30/07/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Luiz Alberto Riconski Faria

Prefeito

## **PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DA PREGÃO N.º PMC 63/2015 (PRESENCIAL)**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 63/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 99/15

HOMOLOGAÇÃO: 24/06/15

CONTRATADO: JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MATERIAS DESTINADOS AO NATAL LUZ 2015.

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.573,00 (quatro mil quinhentos e setenta e três reais)

DATA: 24/06/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

## **PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO N.º PMC 56/2015 (PRESENCIAL)**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 91/2015

EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 56/2015 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 10/07/2015, às 10h05min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE RECARGA, RETESTE, PLACAS, SUPORTES E AQUISIÇÃO DE EXTINTORES DESTINADAS AS DIVERSAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS E POLÍCIA MILITAR. Recebimento de propostas até as 10h00min do dia 10/07/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Luiz Alberto Riconski Faria

Prefeito

## PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO N.º PMC 63/2015 (PRESENCIAL)

Página: 1/3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS**  
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 99/2015		Processo Administrativo:		Total dos Itens Vencedores:		4.573,00		
Licitação.....: 63/2015 - PR								
Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MATERIAS DESTINADOS AO NATAL LUZ 2015.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
<b>Item.....: 1 - 1040064 - TESOURAS MULTIUSO FORMATO ANATÔMICO PARA S/ PONTA - Unidade: UN</b>								
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
<b>Item.....: 2 - 1040063 - TESOURAS MULTIUSO FORMATO ANATÔMICOPARA SE ADEQUAR PERFEITAM - Unidade: UN</b>								
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
<b>Item.....: 3 - 27170 - ESTILETE PROFISSIONAL 18 MM - Unidade: UN</b>								
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
<b>Item.....: 4 - 13981 - APLICADOR COLA QUENTE SILICONE 11MM - Unidade: UN</b>								
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
<b>Item.....: 5 - 13984 - BASTÃO DE SILICONE PARA COLA QUENTE 11MM X 30CM - Unidade: UN</b>								
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		300,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
<b>Item.....: 6 - 37201 - FURADOR ALICATE - 01 FURO - Unidade: UN</b>								
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
<b>Item.....: 7 - 19177 - BARRA DE FERRO 6,3 MM BARRA COM 12 METROS - Unidade: UN</b>								
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	IMPORTADO	200,000	0,0000	9,9786	1,995,71	Venceu	1 *****

Página: 2/3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS**  
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

4.573,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 99/2015

Licitação.....: 63/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MATERIAS DESTINADOS AO NATAL LUZ 2015.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 8	- 29341	- BARRA DE FERRO 10MM C/ 12 MT - Unidade: UN						
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	IMPORTADO	50,000	0,0000	23,9765	1.198,83	Venceu	1 ****
Item.....: 9	- 311044102	- ARAME GALVANIZADO 20 MM - Unidade: KG						
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	IMPORTADO	20,000	0,0000	12,4782	249,56	Venceu	1 ****
Item.....: 10	- 311044103	- ARAME GALVANIZADO 22 MM - Unidade: KG						
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	IMPORTADO	50,000	0,0000	14,4779	723,90	Venceu	1 ****
Item.....: 11	- 311044105	- LUVA DE RASPA, CURTIDA AO CROMO, PUNHO COMPRIMENTO 20 CM - Unidade: PAR						
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 12	- 3698	- ELETRODO 2,0 X 46 COM 15 KG - Unidade: LAT						
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 13	- 311044104	- LUVA DE VINIL, COM RESISTENCIA A ACIDOS, BASES, GORDURAS - Unidade: CXA						
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	SUPERMAX	5,000	0,0000	19,8000	99,00	Venceu	1 ****



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 3/3

Processo / Ano: 99/2015

Licitação.....: 63/2015 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MATERIAS DESTINADOS AO NATAL LUZ 2015.

Processo Administrativo: 4.573,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 14	- 17219 - MASCARA DE SOLDA - Unidade: UN							
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	VONDER	1,000	0,0000	306,0000	306,00	Venceu	1 *****

Canoinhas, Em .....	Pregoeiro(a)
PAULO CESAR SAFANELLI - .....	EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE/PREGOEIRO
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK - .....	EQUIPE DE APOIO
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS - .....	EQUIPE DE APOIO
MARCIANO FERNANDES CORREA - .....	28.754/SC
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO - .....	CRC/SC 028524/O-0
VANESSA LANGER - .....	

# Capinzal

## PREFEITURA

### Decreto 080/2015

DECRETO No 080, DE 18 DE JUNHO DE 2015.

Concede novo prazo para o cumprimento das obrigações constantes no artigo 3o do Decreto no 025 de 9 de abril de 2009.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1o Fica concedido novo prazo para o cumprimento das obrigações constantes no artigo 3o do Decreto no 025 de 9 de abril de 2009, que aprovou o "Loteamento Bárbara Leticia", de propriedade da empresa Imobiliária Dona Alda Ltda., por mais 180 (cento e oitenta) dias, a contar desta data.

Art. 2o Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 18 de junho de 2015.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

### Decreto 081/2015

DECRETO No 081, DE 19 DE JUNHO DE 2015.

Regulamenta o art. 2o, V, da Lei no 2.486/2003, de 2 de outubro de 2003, que instituiu o "Troféu "Destaque Econômico".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, em consonância com a Lei Municipal no 2.486, de 2 de outubro de 2003,

#### DECRETA:

Art. 1o A execução do disposto no inciso V do art. 2o da Lei no 2.486, de 2 de outubro de 2003, que institui o Troféu "Destaque Econômico", no segmento Agropecuário será feito em conformidade com o presente regulamento.

Art. 2o Para os efeitos de distribuição da premiação no segmento agricultura familiar (com integração), serão consideradas as faixas de faturamento que seguem:

I - agricultura familiar com integração com receita bruta anual de R\$ 0,01 (um centavo de real) e igual ou inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais);

II - agricultura familiar com integração com receita bruta anual de R\$ 500.000,01 (quinhentos mil reais e um centavo de real) e igual ou inferior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);

III - agricultura familiar com integração com receita bruta superior a R\$ 1.000.000,01 (um milhão e um centavo de real) e igual ou inferior a R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais);

Parágrafo único. A premiação no segmento agricultura familiar com integração ocorrerá do primeiro ao quinto lugar, de acordo com o valor apurado na emissão das notas fiscais do Bloco do Produtor

Rural.

Art. 3o Para os efeitos de distribuição da premiação no segmento agricultura familiar (sem integração) serão consideradas as faixas de faturamento que seguem:

I - agricultura familiar sem integração com receita bruta anual de R\$ 0,01 (um centavo de real) e igual ou inferior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais);

II - agricultura familiar sem integração com receita bruta anual de R\$ 20.000,01 (vinte mil e um centavo de real) e igual ou inferior a R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais);

III - agricultura familiar sem integração com receita bruta anual de R\$ 40.000,01 (quarenta mil e um centavo de real) e igual ou inferior a R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais);

IV - agricultura familiar sem integração com receita bruta anual de R\$ 60.000,01 (sessenta mil e um centavo de real) e igual ou inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

V - agricultura familiar sem integração com receita bruta anual de R\$ 100.000,01 (cem mil e um centavo de real) e igual ou inferior a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais);

VI - agricultura familiar sem integração com receita bruta anual de R\$ 120.000,01 (cento e vinte mil e um centavo de real) e igual ou inferior a R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais);

VII - agricultura familiar sem integração com receita bruta anual de R\$ 140.000,01 (cento e quarenta mil e um centavo de real) e igual ou inferior a R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais);

VIII - agricultura familiar sem integração com receita bruta anual de R\$ 160.000,01 (cento e sessenta mil e um centavo de real) e igual ou inferior a R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais);

IX - agricultura familiar sem integração com receita bruta anual de R\$ 180.000,01 (cento e oitenta mil e um centavo de real) e igual ou inferior a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

Parágrafo único. A premiação no segmento agricultura familiar sem integração ocorrerá do primeiro e segundo lugar de acordo com o valor apurado na emissão das notas fiscais do Bloco do Produtor Rural.

Art. 4o A concessão do Troféu "Destaque Econômico" ocorrerá durante a realização da Festa do Agricultor de Capinzal.

Art. 5o O Poder Executivo Municipal promoverá ampla divulgação do resultado apurado, como forma de reconhecimento e incentivo à agricultura familiar que contribui para o movimento econômico de Capinzal.

Art. 6o Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 19 de junho de 2015.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

**Decreto 084/2015**

DECRETO Nº 084, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

Aprova remembramento de área na forma que especifica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, em consonância com a Lei Complementar nº 140, de 1º de junho de 2011, que dispõe sobre o Código de Parcelamento de Solo Urbano do Município de Capinzal;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aprovado o remembramento de área das matrículas a seguir relacionadas em que é requerente o proprietário Prefeitura Municipal de Capinzal, inscrito no CPNJ nº 82.939.406.0001-07:

I – Terreno urbano com área de 536,25 m² (quinhentos e trinta e seis vírgula vinte e cinco metros quadrados), situado na Rua Alexandre Thomazzoni, lote nº08, quadra nº 106, nesta cidade, registrado na Serventia de Registro de Imóveis desta Comarca, sob a matrícula nº 7.757, livro nº 2AE, folha 210;

II – Terreno urbano com área de 530,63 m² (quinhentos e trinta vírgula sessenta e seis metros quadrados), situado na Rua Alexandre Thomazzoni, lote nº09, quadra nº 106, nesta cidade, registrado na Serventia de Registro de Imóveis desta Comarca, sob a matrícula nº 7.758, livro nº 2AE, folha 211;

III – Terreno urbano com área de 517,50 m² (quinhentos e dezessete vírgula cinquenta metros quadrados), situado na Rua Alexandre Thomazzoni, lote nº10, quadra nº 106, nesta cidade, registrado na Serventia de Registro de Imóveis desta Comarca, sob a matrícula nº 7.759, livro nº 2AE, folha 212;

Art. 2º Os imóveis citados no caput do art. 1º, ficam lembrados nos termos da Planta Topográfica, Memorial Descritivo e demais documentos anexos, que fazem parte integrante do presente Decreto, mantidos os ônus eventualmente existentes e/ou constantes nas certidões representadas, na forma a seguir especificada:

I - Área do Terreno Matrícula nº 7.757. ....  
... 536,25 m²;

II - Área do Terreno Matrícula nº 7.758. ....  
... 530,63 m²;

III - Área do Terreno Matrícula nº 7.759. ....  
... 517,50 m²;

VII – A área lembrada .....  
... 1.584,38 m².

Art. 4º Toda a área lembrada, após a publicação do presente Decreto, será computada no Cadastro de Contribuintes do Município e o recolhimento de tributos, será de inteira responsabilidade do proprietário, enquanto não se proceder a baixa e a transferência em nome do comprador, mediante a apresentação da Escritura Pública, mantidos os ônus que eventualmente incidirem a área lembrada.

Art. 5º Dentro do prazo de cento e oitenta (180) dias, a contar desta data, o requerente/proprietário, pela via legal, submeterá o remembramento das áreas para registro na Serventia de Registro de Imóveis desta Comarca, na forma da legislação vigente.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal – SC, 23 de junho de 2015.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

**Decreto 085/2015**

DECRETO Nº 085, DE 24 DE JUNHO DE 2015.

Revoga o Processo Licitatório nº 100/2015, na modalidade Pregão Presencial nº 063/2015.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, em seu artigo 49, poder - dever da Administração de anular ou revogar seus próprios atos, inclusive ex officio.

CONSIDERANDO a vinculação ao princípio da legalidade e à defesa do interesse público;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 236/2015, anexo;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica revogado o Processo Licitatório nº 100/2015, na modalidade de Pregão Presencial nº 063/2015, com objeto de aquisição de veículo 0 Km.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 24 de junho de 2015.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

**Decreto 086/2015**

DECRETO Nº 086, DE 24 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre a doação de bens móveis à Secretaria de Estado da Segurança Pública – SSP - Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/SC – Polícia Militar de Santa Catarina – PMSC – CIRETRAN.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO o Convênio nº 2013TN003649, celebrado entre a Secretaria de Estado da Segurança Pública - SSP Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/SC – Polícia Militar de Santa Catarina – PMSC – CIRETRAN e o Município de Capinzal;

CONSIDERANDO o Termo de Doação - Anexo Único;

## DECRETA:

Art. 1º Ficam doados os bens móveis especificados no Termo de Doação - Anexo Único, do Município de Capinzal à Secretaria de Estado da Segurança Pública – SSP - Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/SC – Polícia Militar de Santa Catarina – PMSC, inscrito no CNPJ sob o nº 82.952.294/0001-00, destinados ao CIRETRAN de Capinzal.

Parágrafo único. O valor total dos bens móveis de que trata o presente Decreto, para fins de incorporação ao Patrimônio do CIRETRAN e baixa do Patrimônio Público Municipal é de R\$ 2.980,00 (dois mil novecentos e oitenta reais).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Capinzal, SC, 24 de junho de 2015.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

## ANEXO ÚNICO

## TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS

O MUNICÍPIO DE CAPINZAL - SC, inscrito no CNPJ sob o nº 82939406/0001-07, com endereço à Rua Carmelo Zócolli, 155, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Andevir Isganzella, considerando o interesse, eficiência e melhoria do serviço público municipal, faz a doação dos bens móveis a seguir discriminados, à Secretaria de Estado da Segurança Pública – SSP - Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/SC – Polícia Militar de Santa Catarina – PMSC, inscrito no CNPJ sob o nº 82.952.294/0001-00, destinados ao CIRETRAN de Capinzal, neste ato representado pelo seu Delegado de Polícia Civil Sr. André Luis Cembranelli Barbeto, doravante denominado representante do CIRETRAN de Capinzal.

CONVÊNIO CIRETRAN				
ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO DO BEM	NOTA FISCAL Nº	VALOR R\$
01	01	Condensadora Carrier HI-Wall 18.000 BTU S Q/F	4111	2.086,57
02	01	Evaporadora Carrier HI-Wall 18.000 BTU S Q/F	7322	893,43
	VALOR TOTAL	2.980,00		

O CIRETRAN recebe os bens acima descritos que se encontram em ótimo estado para uso imediato, devidamente conferido, através do presente TERMO DE DOAÇÃO, o qual passa a incorporar o seu patrimônio, sendo para constar, lavrado o presente Termo em três vias, assinado e datado pelo Prefeito Municipal de Capinzal e pelo representante do CIRETRAN de Capinzal.

Capinzal, em 24 de junho de 2015.

Andevir Isganzella

Prefeito Municipal de Capinzal

André Luis Cembranelli Barbeto

Delegado de Polícia Civil

**FMS PROCESSO LICITATÓRIO 0023/2015 PREGÃO PRESENCIAL 0013/2015****AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório Nº 0023/2015  
Pregão Presencial Nº 0013/2015

**OBJETO:** Contratação de Profissional Médico especialista em Pediatria, para atender no Hospital Nossa Senhora das Dores, em sistema de sobreaviso, durante o ano de 2015.

**Observação:**

**ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA:** Os envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente ser protocolados no Setor de Protocolo até às 14:05 horas do dia 08/07/2015, para abertura da Seção às 14:05 horas do mesmo dia.

**CREDENCIAMENTO:** Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

**INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:** Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, no Setor de Licitações, Rua Carmello Zócolli, 155.

No sítio: [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br)

**HORÁRIO:** Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

**TELEFONE Nº (0XX49)3555-8719, FAX Nº (0XX49)3555-8744.**

Capinzal, 25 de Junho de 2015.

ELISÂNGELA BAGNOLIN

Diretora de Compras e Licitações

**FUMREBOM PROCESSO LICITATÓRIO 0002/2015 PREGÃO PRESENCIAL 0002/2015****AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório Nº 0002/2015  
Pregão Presencial Nº 0002/2015

**OBJETO:** Aquisição de veículo tipo Caminhonete Pickup 4x4 Diesel Cabine Dupla, para uso do Quartel do Corpo de Bombeiros Militar de Capinzal/SC.

**Observação:**

**ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA:** Os envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente ser protocolados no Setor de Protocolo até às 09:05 horas do dia 08/07/2015, para abertura da Seção às 09:05 do mesmo dia.

**CREDENCIAMENTO:** Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

**INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:** Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, no Setor de Licitações, Rua Carmello Zócolli, 155.

No sítio: [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br)

**HORÁRIO:** Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

**TELEFONE Nº (0XX49)3555-8719, FAX Nº (0XX49)3555-8744.**

Capinzal, 25 de junho de 2015.

ELISÂNGELA BAGNOLIN

Diretora de Compras e Licitações

**LEI 3.178/2015**

LEI Nº 3.178, DE 24 DE JUNHO DE 2015.

Concede aumento real de 0,66% (zero vírgula sessenta e seis por cento) sobre a remuneração dos Servidores constantes do quadro Geral do Plano de Cargos e Salários e Função Gratificada do Poder Legislativo de Capinzal.

**PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL**

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º Concede aumento real de 0,66% (zero vírgula sessenta e seis por cento) sobre a remuneração dos Servidores Públicos do Poder Legislativo de Capinzal, incidentes sobre os vencimentos do mês de abril de 2015.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta das dotações previstas no orçamento do Poder Legislativo de Capinzal.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a contar de 1º de maio de 2015.

Capinzal, em 24 de junho de 2015.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças



**PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0122/2015 DISPENSA DE LICITAÇÃO 0025/2015**

Processo Licitatório Nº 0122/2015

Dispensa de Licitação Nº 0025/2015

RENATO MARCELO MARKUS, Secretário da Agricultura e Meio Ambiente, do Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o incisos abaixo citados do art. 24 da Lei Nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo Licitatório de nº 0122/2015, conforme segue:

**OBJETO**

Contratação de empresa especializada para sonorização, na modalidade show, durante Baile na XVI Festa do Agricultor, a ser realizada no dia 05 de julho de 2015, no Parque de Exposições Domingos Pelizzaro.

**FORNECEDOR**

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	1,00	UN	Contratação de empresa especializada, Banda para Sonorização Show-Baile na XVI Festa do Agricultor, que será realizada no di 05 de julho de 2015, no Parque de Exposições Domingos Pelizzaro.	PORTO SOM	7.500,00	7.500,00
Total	7.500,00					

**VALORES TOTAIS POR FORNECEDOR**

Fornecedor	Itens
PORTO DO SOM PRODUcoes MUSICAIS LTDA - ME	001
7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)	

**PREVISÃO LEGAL**

Lei 8666/93, alterada pela Lei 8883/94

Art. 24. É dispensável a Licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

**RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR**

Os fornecedores participaram de cotação de preços, e os que apresentaram menores valores foram selecionados para o fornecimento do objeto.

**JUSTIFICATIVA DO PREÇO**

Os preços relacionados foram obtidos por intermédio de ampla pesquisa de mercado, com valores máximos fixados.

**DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA**

Despesa: 44 - Apoio à realização de encontros, seminários e even

Órgão: 4 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 1 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Função: 20 - Agricultura

Subfunção: 606 - Extensão Rural

Programa: 45 - AÇÃO RURAL (PAR)

Projeto/Atividade: 2.020 - Apoio à realização de encontros, seminários e even

Elemento: 33903999000000 - Aplicacoes Diretas

Recurso: 0 - Recursos Ordinários

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Capinzal, 24 de junho de 2015

RENATO MARCELO MARKUS

SECRETÁRIO DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

**PORTARIA 039/2015**

PORTARIA Nº 039, DE 14 DE JANEIRO DE 2015

Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 32 e 33 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 101/2015, resolve:

Art. 1º Fica concedida progressão por cursos de formação, ao servidor Sergio Girioli, matrícula nº 333310/01.

Art. 2º O servidor é ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, nível 184, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 184, referência C, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 14 de janeiro de 2015.

Capinzal – SC, em 14 de janeiro de 2015  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL  
Secretário da Administração e Finanças

**PORTARIA 149/2015**

PORTARIA Nº 149, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Readapta servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no disposto no artigo 23 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica readaptada, conforme laudo médico expedido pela junta médica oficial do município, a contar de 02 de fevereiro de 2015, a servidora Luci Terezinha Tabachuk, matrícula nº 323845/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível Especial 1, classe 2, referência D, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Secretaria da Educação, Cultura e Esportes, sem alteração de classe ou referência.

Art. 2º A servidora deve exercer apenas atividades extra classe, até 31 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal – SC, em 02 de fevereiro de 2015  
WILSON LUIZ FARIAS  
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL  
Secretário da Administração e Finanças

**PORTARIA 171/2015**

PORTARIA Nº 171, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica exonerado Roberto da Silva Pinto, matrícula nº 317870/01, ocupante do cargo de Cobrador de Tarifas do Transporte Coletivo, nível 098, referência D, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2015.

Capinzal – SC, em 02 de fevereiro de 2015  
WILSON LUIZ FARIAS  
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL  
Secretário da Administração e Finanças

**PORTARIA 190/2015**

PORTARIA Nº 190, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Fica contratado, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 190/2015, Claudionor de Abreu, matrícula nº 327352/02, para exercer as funções do cargo de Professor de Informática, nível 231, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais na Escola Municipal Ernesto Hachmann, em vaga excedente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015  
WILSON LUIZ FARIAS  
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL  
Secretário da Administração e Finanças

**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL****AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº CAO/23/2015**

Aviso de Licitação

Pregão Presencial Nº CAO/23/2015

Processo Licitatório Nº CAO/0225/2015

OBJETO DA LICITAÇÃO: Aquisição de pisos, revestimentos e outros materiais, destinados à obra de ampliação (etapa 01) da sede administrativa do SIMAE.

TIPO: Menor Preço Por Item

PRAZO PARA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: Até às 09:00 horas, do dia 07 de julho de 2015.

LOCAL: Escritório do SIMAE, sito a Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000.

O edital poderá ser retirado no escritório do SIMAE, com a comissão de licitação, solicitado pelo e-mail francieli@simaecao.sc.gov.br material@simaecao.sc.gov.br ou pelo site do SIMAE [www.simaecao.sc.gov.br](http://www.simaecao.sc.gov.br).

Maiores esclarecimentos poderão ser prestados no escritório do SIMAE, sito à Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000, ou pelo fone (049) 3555-1107, com a comissão de licitação das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas.

Capinzal/SC, 25 de junho de 2015.

Francieli da Rosa

Pregoeira

**EDITAL DE RETIFICAÇÃO 02 - CONCURSO PÚBLICO SIMAE/CAO/01/2015**

CONCURSO PÚBLICO SIMAE/CAO/01/2015

**EDITAL DE RETIFICAÇÃO 02**

Sidnei Penzo, Diretor Geral do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto - SIMAE, autarquia dos municípios de Capinzal e Ouro, SC, no uso de suas atribuições, informa a todos os interessados, que no Anexo IV, item 5.1.2, do Edital de Abertura, datado de 12/06/2015, onde se lê "Portaria n.º 518 do Ministério da Saúde", deve ser considerado: Portaria n.º 2.914/11 do Ministério da Saúde, que será objeto de questões para a Prova Escrita do cargo de Técnico em Tratamento de Água e Esgoto.

Publique-se.

Capinzal, SC, 25 de junho de 2015.

Sidnei Penzo

Diretor Geral

# Catanduvas

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0048/2015 - PREGÃO Nº 0037/2015**

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0048/2015  
PREGÃO Nº 0037/2015

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios visando o desenvolvimento das atividades do Corpo de Bombeiros Militar de Catanduvas.

Abertura das Propostas: 13h45min, do dia 07 de julho de 2015.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 24 de junho de 2015, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: [www.catanduvas.sc.gov.br](http://www.catanduvas.sc.gov.br) e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, Ramal 229.

Catanduvas – SC, 24 de junho de 2015.  
GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal

# Caxambu do Sul

## PREFEITURA

### LEI 1355

LEI Nº 1.355/2015.

“APROVA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, FAZ SABER a todos os habitantes do município que o Poder Legislativo Municipal votou e aprovou, e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aprovado o Plano Municipal de Educação - PME, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo que integra a presente Lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas no Plano Nacional de Educação instituído pela Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014, com vistas ao cumprimento no disposto no art. 214 da Constituição Federal.

Art. 2º. São diretrizes do PME:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV - melhoria da qualidade da educação;
- V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica;
- VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX - valorização dos (as) profissionais da educação;
- X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º. As metas previstas no Anexo desta Lei deverão ser cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4º. A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas, realizados pelo Conselho Municipal de Educação – CME, e pelo Fórum Municipal de Educação.

§ 1º. Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:

- I - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações no sítio institucional do Município na internet;
- II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;
- III - analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§ 2º. A cada 2 (dois) anos, ao longo do período de vigência deste PME, o Conselho Municipal de Educação publicará estudos com informações organizadas e consolidadas para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Anexo desta Lei,

Art. 5º. O Município promoverá a realização de pelo menos 2 (duas) conferências Municipais de educação até o final do decênio,

articuladas e coordenadas pelo Fórum Municipal de Educação, instituído nesta Lei.

Parágrafo Único. O Fórum Municipal de Educação, além da atribuição referida no caput, acompanhará a execução do PME e o cumprimento de suas metas

Art. 6º. O Município atuará em regime de colaboração com o Estado e com a União, visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano.

§ 1º. Caberá ao gestor municipal a adoção das medidas necessárias ao alcance das metas previstas neste PME;

§ 2º. As estratégias definidas no Anexo desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação com o Estado e a União, podendo ser complementadas por mecanismos de coordenação e colaboração recíproca.

Art. 7º. O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 8º. Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PME, o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal de Vereadores, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 9º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 24 de Junho de 2015.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal



# Celso Ramos

## PREFEITURA

97 E 98/2015

Página: 1/1

### ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS Relação dos Contratos

Seq. Contrato	Nr Contrato/Aditivo	Assinatura	Vencimento	Proc/Ano	Outra Entidade	Valor do Contrato	Data Cancel.	Tipo	Fornecedor
228	21/2014-5	23/06/2015	31/12/2015	7/2014	Não	13.033,97		COLETA, TRANSPORTE LIXO	RECICLETAR RECICLAGEM LTDA
	Objeto: COLETA, TRANSPORTE E DESTINO DO LIXO								
229	36/2014-4	23/06/2015	31/12/2015	14/2014	Não	4.580,00		Prestação de Serviços	A.J.ASSESORIA E PROJETOS LTDA.
	Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA HABILITADA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE ASSESSORIA, FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS E OBRAS FIRMADAS ATRAVÉS DE CONVENIOS FEDERAIS E ESTADUAIS, CADASTRAMENTO E ACOMPANHAMENTO DE PROPOSTAS NO GOVERNO FEDERAL, SICONV, SIMEC, SIGOB, CISAMA E FUNDAM, ENVOLVENDO SERVIÇOS NA ÁREA DE ENGENHARIA CIVIL, SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS ARQUITETÔNICOS, PROJETO ESTRUTURAL, PROJETO ELÉTRICO BAIXA TENSÃO, PROJETO HIDRÁULICO E PROJETO SANITÁRIO, PROJETOS PREVENTIVOS, ETC								
230	97/2015	23/06/2015	31/12/2015	59/2015	Não	7.500,00		SERVIÇOS GEOLOGO	DESENVOLVER - GESTAO AMBIENTAL E DE NEGOCIOS LTDA
	Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EFETUAR A REGULARIZAÇÃO E O LICENCIAMENTO DO TERRENO ONDE ESTÁ SITUADA A CASCAALHEIRA MUNICIPAL.								
231	98/2015	24/06/2015	31/12/2015	60/2015	Não	7.875,00		AQUISIÇÃO DE LIXEIRAS	DISBRAPLAC LTDA.
	Objeto: AQUISIÇÃO DE 25 CESTOS DUPLOS MONOBLOCO SEXTAVADO DE PLÁSTICO VAZADO, COM CAPACIDADE DE 80 LITROS, COM AS SEGUINTES DIMENSÕES: LARGURA 365 MM, COMPRIMENTO 465 MM, ALTURA 530 MM, PESSO DE 3550 GRAMAS, CONTENDO ESPAÇO PUBLICITÁRIO CONFORME O PADRÃO DO MUNICÍPIO DE 220 MM X 290 MM, TUBO MÍNIMO DE 3 POLEGADAS E ALTURA DE 1,50 M, SENDO GALVANIZADO COM ALÇAS LATERAIS PARA A FIXAÇÃO.								

Total: 4



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

**CONTRATO 30/2015 - FMS**

Página: 1/1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CELSO RAMOS**  
Relação dos Contratos

Seq. Contrato	Nr. Contrato/Aditivo	Assinatura	Vencimento	Proc/Ano	Outra Entidade	Valor do Contrato	Data Cancel.	Tipo	Fornecedor
81	30/2015	24/06/2015	31/12/2015	11/2015	Não	5.000,00		SISTEMA SAUDE	CERTA SISTEMAS INFORMATIZADOS LTDA - EPP
Objeto: LOCAÇÃO DE SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS, SC, COMPREENDENDO, CONVERSÃO, CUSTOMIZAÇÃO, INSTALAÇÃO, IMPLANTACÃO, TREINAMENTO DE USUÁRIOS E LOCAÇÃO COM MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO OPERACIONAL - A SER EXECUTADO DE FORMA CONTINUADA, NECESSÁRIOS À MODERNIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS À POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO, CONFORME TERMO DE REFERENCIA DESTE EDITAL.									
<b>Total: 1</b>									

# Chapadão do Lageado

## PREFEITURA

### ANEXO DA LEI 0634

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
2015 -2024

JUNHO  
2015  
JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

EMERSON HOFFMANN  
Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esportes

ASSESSORIA: Marcia Dalcanale  
ELABORADORES: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes  
COMISSÃO COORDENADORA:  
Adriana Machado Correia  
Aline da Silveira  
Cleber Meurer  
Cleusa Francisco Schneider  
Dalva Passig da Silva  
Edna Aparecida Marquez  
Ednéia Bilk Passig  
Eva Aparecida Kempner Abreu  
Mauricio Jasper  
Meirelein Grach Machado  
Neusa Francisco Lukmann  
Neuza Sebold de Almeida  
Plano Municipal de Educação de Chapadão do Lageado.

Chapadão do Lageado: 2015.

123 p.

1. Educação. 2. Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes de Chapadão do Lageado (SC). I. Título. APRESENTAÇÃO

O Plano Municipal de Educação de Chapadão do Lageado constitui-se numa construção coletiva, envolvendo os segmentos educacionais do município, participando e propondo novas formas de pensar a educação a partir do contexto nacional, da legislação educacional e das inúmeras necessidades e desafios que, constantemente, são apresentados pela sociedade contemporânea.

Tendo suas origens a partir do Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº 13.005/2014, que determina que cada município construa seu Plano Municipal.

O Plano Municipal de Educação é uma proposta que beneficiará a sociedade de Chapadão do Lageado, pois foi pensado, não só por profissionais da área, como também, pelo conjunto da comunidade. Trata-se de uma proposta debatida, questionada e calcada num diagnóstico real, tornando-se a linha de ação para os gestores municipais conduzirem a educação, buscando sua melhoria, pois aponta mecanismos para corrigir distorções e responder demandas do presente, mas principalmente, enfrentar desafios do futuro.

A formulação da política educacional a ser expressa neste Plano Municipal de Educação, para a próxima década, exige que as conquistas históricas expressas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) sejam efetivadas através de objetivos reais da administração pública. Para tanto, as metas estabelecidas neste Plano Municipal de Educação em relação ao atendimento escolar, financiamento e desenvolvimento do ensino expressam as referências mínimas a partir da situação atual.

Há que se debater a educação e buscar soluções em diversos setores da sociedade, pois a co-responsabilização e participação efetiva de cada cidadão no processo de desenvolvimento do Município serão fundamentais. No processo de desenvolvimento do município.

É importante destacar que o Plano Municipal de Educação não é um documento pronto e acabado, mas sim sendo apresentado com o objetivo de receber sugestões para o seu aperfeiçoamento, pois este será o instrumento máximo na implementação da política educacional no Município.

EMERSON HOFFMANN  
Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esportes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	09
CAPÍTULO I: CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO .....	12
1.1 Histórico .....	12
1.2 Aspectos físico-geográficos .....	13
1.3 Aspectos físico-econômicos .....	14
CAPÍTULO II: NÍVEIS DE ENSINO .....	21
2.1 Educação infantil .....	21
2.1.1 Diagnóstico .....	21
2.1.2 Diretrizes .....	25
2.2 Ensino fundamental .....	26
2.2.1 Diagnóstico .....	26
2.2.2 Diretrizes .....	32
2.3 Ensino médio e profissionalizante .....	33
2.3.1 Diagnóstico .....	33
2.3.2 Diretrizes .....	36
2.4 Ensino superior e Pós Graduação .....	40
2.4.1 Diagnóstico .....	40
2.4.2 Diretrizes .....	41
CAPÍTULO III: MODALIDADES DE ENSINO .....	43
3.1 Educação de jovens e adultos (EJA) .....	43
3.1.1 Diagnóstico .....	43
3.1.2 Diretrizes .....	45
3.2 Educação à distância e tecnologias educacionais .....	46
3.2.1 Diagnóstico .....	47
3.2.2 Diretrizes .....	48
3.3 Educação especial .....	50
3.3.1 Diagnóstico .....	50
3.3.2 Diretrizes .....	53
CAPÍTULO IV: FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO .....	55
4.1 Diagnóstico .....	55
4.2 Diretrizes .....	58
CAPÍTULO V: FINANCIAMENTO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO .....	61
5.1 Diagnóstico .....	61
5.2 Diretrizes .....	65
CAPÍTULO VI: ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO .....	67
CAPÍTULO VII: METAS E ESTRATÉGIAS .....	69
LISTA DE SIGLAS .....	118
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	122

## INTRODUÇÃO

O presente Plano Municipal de Educação é fruto de uma construção coletiva, de consenso e partilhada, envolvendo todos os segmentos educacionais do Município de Chapadão do Lageado sobre, a necessidade de ampliar a autenticidade, a responsabilidade e o comprometimento participativo, para propor novas formas de rever, pensar, realizar e executar a educação de acordo com o contexto municipal e nacional. Este documento está em plena sintonia com a legislação educacional vigente e das inúmeras transformações, necessidades e desafios que se tem apresentado de maneira constante pela sociedade contemporânea.

Dessa forma, para elaboração do texto base, a Comissão constituída pela SMECE, apoia-se na Constituição da República Federativa do Brasil; na Constituição do Estado de Santa Catarina; na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; na Lei do Sistema Municipal de Ensino de Santa Catarina; na Lei nº 13.005 de 25/06/2014, Plano Nacional de Educação (PNE), publicada no Diário Oficial da União, Edição Extra de 26/06/2014; nos textos elaborados pelos Fóruns Nacional e Estadual de Educação/SC: Documento Final da Conferência Nacional de Educação – CONAE/2010, Documento CONAE/2010 – e ainda, considera as orientações do Ministério da Educação (MEC) sobre a construção/adequação e alinhamento dos planos, o Relatório de Avaliação das Políticas Nacionais da Educação – Estado de Santa Catarina, da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), as proposições de novos rumos para a qualidade da educação em Santa Catarina – Visão do CEE sobre a avaliação da OCDE, além de legislações e publicações acadêmicas relevantes sobre o assunto.

Na sua constituição, o texto base apresenta as diretrizes, metas e estratégias do Plano Municipal de Educação de Chapadão do Lageado/SC, alinhadas ao PNE, e ao PEE a serem implementadas no Decênio 2015 a 2024, respaldadas pelos fundamentos legais, o histórico dos planos

de educação e a análise situacional da educação lageadense.

A análise situacional da educação lageadense baseia-se na legislação vigente, nas políticas públicas desenvolvidas e aplicadas nos últimos anos, nos principais indicadores demográficos, socioeconômicos e educacionais. As principais fontes de pesquisa dos dados e indicadores são: o Instituto Nacional de Geografia e Estatística (IBGE), considerando os dados dos censos demográficos e das pesquisas nacionais por amostra em domicílio e estimativas populacionais; o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), considerando os dados dos censos escolares, das taxas de rendimento escolar, das taxas de distorção idade-série, do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e dos censos da Educação Superior; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), considerando os dados do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM).

A construção do PME desenvolveu-se sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, desde o segundo semestre de 2014 ao final do primeiro semestre de 2015.

Diferentes segmentos passaram a participar do processo de elaboração do plano, resultando em um conteúdo significativo e esclarecedor para a sua montagem, que inclui desde uma breve caracterização do Município, até processos necessários para acompanhamento e avaliação do mesmo.

Assim, o Plano Municipal de Educação, em consonância com o Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação, prioriza os seguintes objetivos:

a) Atender efetivamente os seguintes objetivos: elevação global do nível de escolaridade;

Melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis;

- Redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e a permanência, com sucesso, na educação pública;
- Democratização da gestão do ensino público.

b) Objetivos principais do PME:

- Oportunizar a maturidade intelectual, cognitiva e psicológica, para todos os segmentos relacionados ao sistema educacional do Município Chapadão do Lageado;
- Estabelecer a participação de entidades educacionais e/ou relacionadas as mesmas;
- Promover a integração de diferentes segmentos da sociedade ao sistema educacional do Município;
- Garantir o cumprimento da integração vertical e horizontal e a efetiva utilização dos temas transversais e a interdisciplinaridade nos planejamentos propostos pelo MEC;
- Garantir a merenda escolar de qualidade;
- Estimular a implantação de escolas de tempo integral;
- Estabelecer parcerias, promover e divulgar eventos técnicos, didáticos, pedagógicos, culturais e ambientais;
- Examinar, analisar, avaliar e promover novas propostas pertinentes ao processo educacional em sua totalidade e, especificamente ao ensino/aprendizagem;
- Realizar e proporcionar cursos de formação continuada, para aprimoramento e ampliação de conhecimentos de professores relacionados a cada segmento do sistema educacional;
- Contribuir para o aprimoramento das relações humanas, entre colegas de trabalho, entre professor/aluno, aluno/aluno, aluno/escola, família/escola, visando um ambiente harmonioso para o desenvolvimento dos trabalhos educacionais;
- Fornecer a manutenção de recursos necessários ao desenvolvimento adequado e de qualidade às atividades educacionais;
- Investir em material didático-pedagógico, tais como: recursos audiovisuais, brinquedos, jogos educativos, livros didáticos e paradidáticos, revistas, jornais, periódicos e informativos e, tantos outros quantos se fizerem necessários;
- Promover eleição de diretores de escola;
- Buscar parcerias e investir em reforma e construção de centros de educação infantil (creche) e escolas, objetivando atender a crescente demanda populacional do Município.

Salienta-se que este plano como Projeto de Lei, está sujeito à aprovação da Câmara dos Vereadores. Portanto, é de extrema importância destacar que os vários objetivos e metas propostos nos diferentes capítulos não se regulamentam por si só, mas necessitam de regulamentação própria, a ser estabelecida posteriormente.

## CAPÍTULO I - CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

### 1.1 Histórico

Por volta de 1922, pioneiros de diversas regiões do Estado de Santa Catarina, principalmente dos Municípios de Tubarão, Braço do Norte, Angelina, São José, Bom Retiro e Urubici, subiram de cargueiro a serra do Rio Lageado colonizando a região, trabalhando na agricultura, no cultivo da mandioca e do milho. A maioria de origem Germânica denominou o lugar com o nome de Chapadão do Lageado. Lageado por haver muitas lajes no rio e Chapadão por estar situado na parte alta do Rio Lageado.

Chapadão do Lageado é um Município essencialmente agrícola, possuindo aproximadamente 600 pequenas unidades de produção rural, onde são cultivados principalmente cebola, fumo, milho, feijão e soja.

Através da Lei Estadual nº 9.980, de 29/11/1995, foi criado o Município de Chapadão do Lageado, desmembrado de Ituporanga.

No início de 1995, iniciou-se uma movimentação em prol da emancipação do Distrito de Chapadão do Lageado, ainda pertencente ao Município de Ituporanga, numa iniciativa do então suplente de vereador, Antônio Bizatto, acompanhado do exvereador, Arlindo Stein, cabendo a Antônio Bizatto, a presidência da Comissão Emancipacionista e a Valmir Rosa Correia, a Secretaria. Ainda foram acompanhados das demais lideranças: o atual Prefeito, José Bráulio Inácio, Rogério Mendonça, João Batista Mattos, João Fritsche, Abel da Silva, Sálvio Herdt, Eugênio Roling, Adão Francisco, Agenor Jasper, Alair da Silva, e Nelson da Silva.

O movimento ganhou força e o apoio popular. Prova disso, foi o resultado do plebiscito, realizado de forma democrática, que apontou 874 votos a favor e apenas 73 contra. No dia 02 de junho de 1995, cinco deputados estaduais visitaram o Distrito e deram parecer favorável à assembléia para a aprovação da lei que criaria o novo município.

Finalmente, através da Lei Estadual Nº 9.980, de 29 de novembro de 1995, sancionada pelo Governador Paulo Afonso Evangelista Vieira, foi criado o Município de Chapadão do Lageado, desmembrado de Ituporanga, com sede no antigo 14 Distrito, que passou a condição de cidade.

Por intermédio da Lei Estadual Nº 10.105, de 20 de maio de 1996, foram anexados ao novo município, às localidades de Ranchinho e Serra do Tanque, desmembradas do Município de Bom Retiro, juntando-se às localidades de Alto Figueiredo, Figueiredo, Rio Lageado, Ilha Grande



Sebold, Rio do Meio, Chapadão Rio do Meio, Chapadão Florestal, Alto Rio Saltinho e Rio Saltinho, que, com a sede, formam o município de Chapadão do Lageado.

## 1.2 Aspectos físico-geográficos

Chapadão do Lageado é um Município do Estado de Santa Catarina, que está localizado na latitude 27°22' sul e na longitude 49°35' oeste, estando a uma altitude de 600 metros, o que incrementa o clima temperado, com temperatura média entre 16°C e 27°C. Encravado na região do Alto Vale do Itajaí, possui extensão territorial de 124.472 Km², fazendo limite com os municípios de Petrolândia, Bom Retiro, Alfredo Wagner e Ituporanga.

A população do Município está estimada, segundo censo de 2010, em 2.762 habitantes, tendo sua grande maioria, 2.249 habitantes na Zona Rural e 513 habitantes na Zona Urbana e uma densidade demográfica 22,19 hab/Km².

De colonização alemã possui a agricultura como sua principal atividade econômica. Chapadão do Lageado ao longo dos anos tem buscado destacar-se como uma nova alternativa de turismo rural e ecológico.

## 1.3 Aspectos físicos-econômicos

Sendo o Município mais novo da região do Alto Vale do Itajaí, emancipado de Ituporanga em 1995 e instalado em 1º de janeiro de 1997, Chapadão do Lageado foi colonizado por descendentes alemães por volta de 1929. Pioneiros de diversas regiões do estado de Santa Catarina, principalmente dos municípios de Tubarão, Braço do Norte, Angelina, São José, Bom Retiro e Urubici subiram de cargueiro a Serra do Rio Lageado, instalando-se no local. Exploraram as atividades agropecuárias da mandioca e do milho e, denominaram a localidade como Chapadão do Lageado por estar situada na parte alta do Rio Lageado.

O Município possui em seu interior antigas estufas de fumo, a maioria em atividade, com suas características originais mantidas até os dias atuais. Suas tradições e costumes estão presentes na produção de queijos artesanais e melado, fabricado em antigos engenhos de cana-de-açúcar. Entre os eventos populares, destacam-se a Festa da Padroeira do Município e a Festa do Colono, ambas nos mês de julho. Chapadão do Lageado possui sua economia baseada na agricultura com pequenas e médias propriedades rurais. O relevo do Município é constituído de superfícies onduladas, sendo rodeado pela Serra Geral. Apresenta imenso potencial turístico voltado à exploração ordenada dos recursos naturais, como o Morro da Santa com 1.333 metros, muito utilizado no turismo religioso, a Cachoeira do Rio Saltinho, o Cânion do Rio Lageado de onde se avista o Vale do Rio Lageado e por fim, o Tanque, uma depressão natural, cravada na Serra Geral. Ainda com pouca infra-estrutura para o turismo, o Município oferece aos visitantes a calorosa acolhida dos moradores.

TABELA 1: Atividades econômicas

ÁREA	PARTICIPAÇÃO
Agropecuária	88,0%
Comércio	6,6%
Indústria	3,4%
Serviços	2,0%

Fonte: AMAVI, 2015.

TABELA 2: Receitas municipais

ANO	ICMS	IPI	IPVA	FPM
2013	R\$ 2.637,198	R\$ 32.959,00	R\$ 76.843,00	R\$ 3.572,510
2014	R\$ 2.856,920	R\$ 36.103,00	R\$ 157.661,00	R\$ 2.088,397

Fonte: AMAVI, 2015.

Outros dados que caracterizam economicamente o município podem ser melhor visualizados nas tabelas a seguir:

TABELA 3: População - Faixa etária/localização/2010

IDADE	0 à 3	4 à 5	6 à 14	15 à 17	18 à 24	25 à 35	+ de 35	Total
URBANA	28	18	75	27	52	96	210	506
RURAL	125	82	411	138	236	300	957	2.249

Fonte: IBGE, 2010.

TABELA 4: PIB / IDH / Taxa de analfabetismo

PIB	IDH	IDI	TAXA DE ANALFABETISMO	
43.737	0,77	0,82	10 à 15 anos	15 anos ou mais
			0,60	9,50

Fonte: IBGE, 2010.

TABELA 5: Quadro geral de matrículas entre 2012 a 2014

ANO	CRECHE	PRÉ-ESCOLAR	E.F	EM	EJA
-----	--------	-------------	-----	----	-----

2012	57	74	482	113	22
2013	50	75	413	152	15
2014	58	84	367	182	19

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, 2015.

TABELA 6: Prova Brasil – Rede estadual

SÉRIE/ANO	Ano	Matemática	Língua Portuguesa
4ª SÉRIE / 5º ANO	2009	205,21	172,77
	2011	220,5	202,0
	2013	-	-
8ª SÉRIE / 9º ANO	2009	230,15	239,44
	2011	244,5	233,6
	2013	252,07	247,08

Fonte: INEP (Instituto Nac. de Estudos e Pesq. Educacionais Anísio Teixeira), 2015.

TABELA 7: Prova Brasil - Rede municipal

SÉRIE/ANO	Ano	Matemática	Língua Portuguesa
4ª SÉRIE / 5º ANO	2009	-	-
	2011	-	-
	2013	221,71	192,04
8ª SÉRIE / 9º ANO	2009	-	-
	2011	-	-
	2013	-	-

FONTE: INEP (Instituto Nac. de Estudos e Pesq. Educacionais Anísio Teixeira) 2015.

TABELA 8: Escolas por etapa de ensino - Rede Estadual

ANO	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio						
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
2011	00	00	00	01	00	01	01	00	01
2012	00	00	00	01	00	01	01	00	01
2013	00	00	00	01	00	01	01	00	01
2014	00	00	00	01	00	01	01	00	01

Fonte: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, 2015.

TABELA 9: Escolas por etapa de ensino - Rede municipal

ANO	Educação Infantil	Ensino Fundamental				
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
2011	01	04	05	01	04	05
2012	01	04	05	01	04	05
2013	01	01	05	01	01	02
2014	01	01	02	01	01	02

Fonte: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, 2015.

TABELA 10: Número de matrículas - Rede estadual

ETAPA	MATRÍCULAS			
	ANO _____ TOTAL			
	URBANA	RURAL		
Creche	2012	00	00	00
	2013	00	00	00
	2014	00	00	00
Pré-escola	2012	00	00	00
	2013	00	00	00
	2014	00	00	00

Anos Iniciais do Ensino Fundamental	2012	00	00	00
	2013	00	00	00
	2014	00	00	00
Anos Finais do Ensino Fundamental	2012	179	00	179
	2013	138	00	138
	2014	108	00	108
Ensino Médio	2012	113	00	113
	2013	152	00	152
	2014	182	00	182

Fonte: Escola de Educação Básica "Otília Müller", 2015.

TABELA 11: Número de matrículas - Rede municipal

ETAPA	MATRÍCULAS			
	ANO _____			TOTAL
	URBANA RURAL			
Creche	2012	57	00	57
	2013	50	00	50
	2014	58	00	58
Pré-escola	2012	42	43	85
	2013	76	26	102
	2014	60	24	84
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	2012	156	86	242
	2013	162	72	234
	2014	153	77	230
Anos Finais do Ensino Fundamental	2012	00	61	61
	2013	00	41	41
	2014	00	29	29
Ensino Médio	2012	00	00	00
	2013	00	00	00
	2014	00	00	00

Fonte: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, 2015.

TABELA 12: Formação docente - Rede estadual

ETAPA	FORMAÇÃO					
	ANO _____					
	SEM LICENCIATURA GRADUAÇÃO ENSINO NORMAL ENSINO MÉDIO MÉDIO MÉDIO					
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	2012	01	00	00	00	00
	2013	01	00	00	00	00
	2014	04	04	01	00	00
Anos Finais do Ensino Fundamental	2012	04	00	00	00	00
	2013	07	00	07	00	00
	2014	09	10	01	00	00
Ensino Médio	2012	06	00	07	00	00
	2013	12	00	04	00	00
	2014	12	11	05	00	00

Fonte: Escola de Educação Básica "Otília Müller", 2015.

TABELA 13: Formação docente - Rede municipal

ETAPA	FORMAÇÃO					
	ANO _____					
	PÓS SEM LICENCIATURA GRADUAÇÃO ENSINO ENSINO MÉDIO MAGISTÉRIO MÉDIO					
Creche	2015	-	13	-	-	-
Pré-escola	2015	-	04	-	-	-
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	2015	02	11	01	01	--
Anos Finais do Ensino Fundamental	2015	-	05	03	-	-
Ensino Médio	2015	-	-	-	-	-

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, 2015.

TABELA 14: Taxas de rendimento -Rede estadual

SÉRIE/ANO	Taxa	Taxa	Taxa	Aprovação	Reprovação	Abandono	
	Ano _____						
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	
1º Ano do EF	2012	-	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-
	2014	-	-	-	-	-	-
2º Ano do EF	2012	-	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-
	2014	-	-	-	-	-	-
3º Ano do EF	2012	-	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-
	2014	-	-	-	-	-	-
4º Ano do EF	2012	-	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-
	2014	-	-	-	-	-	-
5º Ano do EF	2012	-	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-
	2014	-	-	-	-	-	-
6º Ano do EF	2012	88%	00%	12%	-	-	-
	2013	100%	00%	00%	-	-	-
	2014	92%	00%	08%	-	-	-
7º Ano do EF	2012	00%	00%	00%	-	-	-
	2013	100%	00%	00%	-	-	-
	2014	90%	00%	10%	-	-	-
8º Ano do EF	2012	100%	00%	00%	-	-	-
	2013	00%	00%	00%	-	-	-
	2014	100%	00%	00%	-	-	-
9º Ano do EF	2012	100%	00%	00%	-	-	-
	2013	00%	00%	00%	-	-	-
	2014	100%	00%	00%	-	-	-
1º ano do EM	2012	75%	00%	09%	-	16%	-
	2013	73%	00%	27%	-	-	-
	2014	84%	00%	16%	-	-	-
2º ano do EM	2012	70%	00%	20%	-	10%	-
	2013	77%	00%	23%	-	-	-
	2014	87%	00%	04%	-	09%	-
3º ano do EM	2012	97%	00%	03%	-	-	-
	2013	100%	00%	00%	-	-	-
	2014	100%	00%	00%	-	-	-

Fonte: Escola de Educação Básica "Otília Müller", 2015.

TABELA 15: Taxas de rendimento - Rede municipal

SÉRIE/ANO	Taxa	Taxa	Taxa	Aprovação	Reprovação	Abandono	
	Ano _____						
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	
1º Ano do EF	2012	100%	100%	00%	00%	00%	00%
	2013	100%	100%	00%	00%	00%	00%
	2014	100%	100%	00%	00%	00%	00%
2º Ano do EF	2012	100%	100%	00%	00%	00%	00%
	2013	100%	100%	00%	00%	00%	00%
	2014	100%	100%	00%	00%	00%	00%
3º Ano do EF	2012	91%	94%	09%	06%	00%	00%
	2013	79%	92%	21%	08%	00%	00%
	2014	97,5%	100%	2,5%	00%	00%	00%
4º Ano do EF	2012	100%	100%	00%	00%	00%	00%
	2013	97,1%	88%	2,9%	12%	00%	00%
	2014	100%	96%	00%	04%	00%	00%
5º Ano do EF	2012	100%	100%	00%	00%	00%	00%
	2013	95%	94%	05%	06%	00%	00%
	2014	100%	100%	00%	00%	00%	00%

6º Ano do EF	2012	-	100%	-	00%	00%	00%
	2013	-	62,5%	-	37,5%	00%	00%
	2014	-	85,7%	-	14,3%	00%	00%
7º Ano do EF	2012	-	75%	-	25%	00%	00%
	2013	-	81,3%	-	18,7%	00%	00%
	2014	-	75%	-	25%	00%	00%
8º Ano do EF	2012	-	100%	-	00%	00%	00%
	2013	-	100%	-	00%	00%	00%
	2014	-	92%	-	08%	00%	00%
9º Ano do EF	2012	-	100%	-	00%	00%	00%
	2013	-	-	-	-	00%	00%
	2014	-	-	-	-	00%	00%

Fonte: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, 2015.

## CAPÍTULO II - NÍVEIS DE ENSINO

### 2.1 Educação Infantil

#### 2.1.1 Diagnóstico

A Educação Infantil no Município de Chapadão do Lageado é atendida, somente, pela Rede Municipal de Ensino. Segundo dados da Secretaria Municipal de Saúde existem no Município, aproximadamente, 186 crianças com idade de 0 à 5 anos. Dessas 143 crianças são atendidas na modalidade de Educação Infantil, onde estão distribuídas em duas Unidades de Ensino.

No curso desse plano, novas soluções deverão ser encontradas, para a realização de um trabalho dentro dos parâmetros de qualidade na Educação Infantil e, isso, inclui pensar e buscar atender as demandas, investir na qualidade do espaço físico, materiais pedagógicos adequados e a formação continuada dos profissionais.

Refletido numa proposta pedagógica voltada ao desenvolvimento integral das crianças, é essencial garantir instituições de qualidade, principalmente quando se detecta que, de forma geral, a infraestrutura das duas Unidades de Educação Infantil do Município não estão em excelentes condições, restando algumas observações:

- Nenhuma das instituições possui sanitários em número suficiente para atender a demanda;
- Nenhuma das instituições está enquadrada nos padrões de acessibilidade;
- Ambas instituições necessitam de aquisições e/ou melhorias nos mobiliários e equipamentos;

Para melhor compreensão da realidade de oferta, neste nível de ensino no Município, se faz necessário um diagnóstico mais individualizado por instituição, conforme segue:

A UEI Maria Fuck Kreusch teve sua criação autorizada por Decreto Municipal nº 10 de 14 de fevereiro de 1997, e fica renomeada pela Lei nº 0619 de 17 de setembro de 2014. Nessa unidade escolar desenvolvem-se práticas pedagógicas de concepção sóciointeracionista, fundamentada na pedagogia histórico-cultural da Proposta Curricular de Santa Catarina, tendo ainda em seu quadro de profissionais somente professores habilitados.

Está localizado em dois endereços, já que funciona em dois espaços distintos. O primeiro na Rua Antônio Ramos da Cruz, com um terreno medindo 405,16 e com uma área construída de 100m², dispõe de 04 salas de aula, 01 sala de direção, 01 sala de professores, 01 cozinha, 01 área de serviço, 01 banheiro masculino, 01 banheiro feminino, 01 banheiro para professores e funcionários e 01 depósito para merenda, 01 parque infantil composto por balanço, escorredores, carrossel, etc. Como mobiliário e demais equipamentos possui 01 aparelho telefônico, 01 freezer, 02 geladeiras, 01 fogão industrial, 03 micro-computadores, 01 impressora jato de tinta, 01 impressora a laser, 01 aparelho de som, 04 aparelhos de DVD, 04 televisores, 01 máquina de lavar roupas, 07 mesas grandes, 10 bancos, 01 balcão pia, 01 mesa composta por 8 cadeiras, 01 mesa composta de 4 cadeiras, 02 fornos elétricos, 01 balcão para forno para e microondas, 11 ventiladores, 01 bebedouro, 03 mesas para computadores, 01 balcão de cozinha, 09 armários, 01 ferro de passar, 04 espelhos grandes, 02 câmeras digital, 01 guilhotina, 01 liquidificador e 01 batedeira.

E o segundo está localizado na Rua Antonio Júlio Raymundo, com um terreno medindo 1.427,55m² e uma área construída de 266,59 m². Este espaço dispõe de 04 salas de aula; 01 sala de direção; 01 sala de professores; 01 cozinha; 01 área de serviço; 02 banheiros masculinos; 02 banheiros femininos; 01 banheiro privativo para professores e funcionários; 01 depósito de merenda; 01 refeitório, 01 parque infantil composto por balanço, escorredores, carrossel, etc. Quanto ao mobiliário e demais equipamentos a escola esta servida com 03 televisores; 01 aparelho telefônico; 02 freezers; 01 geladeira; 01 fogão industrial; 03 computadores; 02 impressoras; 02 aparelhos de som; 02 liquidificadores; 02 batedeiras; 10 ventiladores de teto; 02 fornos elétricos, 02 aparelhos DVD, 01 microondas, 01 balcão de cozinha com duas cubas, 02 balcão, 01 jogo de armários de cozinha, 01 mesa composta por 06 cadeiras, 01 máquina de lavar roupas, 06 mesas de refeitório com 12 bancos e 1 mesa de professores.

O Centro Educacional e Esportivo Valdemiro Manoel Chiquio teve sua criação autorizada por Decreto Municipal nº 11 de 01 de março de 2004. Nessa unidade escolar desenvolvem-se práticas pedagógicas de concepção sóciointeracionista, fundamentada na pedagogia histórico-cultural da Proposta Curricular de Santa Catarina, tendo ainda em seu quadro de profissionais somente professores habilitados ou em fase de formação. Está localizada na Estrada Geral - Rio Salinho. Toda a infra-instrutora escolar possui 06 salas de aula; 01 laboratório de informática; 01 sala de direção; 01 secretaria; 01 sala de professores; 01 cozinha; 01 biblioteca; 02 banheiros masculinos; 01 banheiro feminino; 01 banheiro privativo para professores e funcionários; 01 depósito de merenda; 01 pátio coberto para recreio, 01 parque infantil, 01 sala para armazenar material esportivo. Quanto ao mobiliário e demais equipamentos, a escola conta com 07 televisores; 01 aparelho telefônico; 01 freezer; 02 geladeiras; 01 fogão industrial; 02 forno elétrico, 01 microondas, 01 batedeira, 01 liquidificador, 01 máquina de lavar, 02 armários em MDF, 01 armário em inox, 04 mesas de refeitório compostas com 8 bancos, 05 aparelhos de DVD, 05 aparelho de som, 01 caixa amplificadora, 03 bebedouro, 05 mesas para professor, 16 armários de sala de aula, 170 conjuntos de carteiras escolares, 11 micro-computadores, 08 mesas para computador, 08 cadeiras, 02 mesa grande, 02 bancos, 10 cadeiras, 03 impressoras, 01 arquivo de aço, 01 notebook.



TABELA 16: Centros de Educação Infantil por rede de ensino

REDE	2011	2012	2013
MUNICIPAL	05	05	02
ESTADUAL	-	-	-
PARTICULAR	*	*	*

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, 2015.

\* Não existem instituições privadas de Educação Infantil no Município.

TABELA 17: Matrículas por rede de ensino na Educação Infantil

REDE	2011	2012	2013
MUNICIPAL	169	142	152
ESTADUAL	-	-	-
PARTICULAR	*	*	*

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, 2015.

\* Não existem instituições privadas de Educação Infantil no Município.

Entender a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica, certamente não é um movimento natural, mas histórico, passando pela própria concepção de criança dentro da sociedade brasileira e mundial. A legislação vigente vem reforçar este enfoque, quando estabelece uma idade para o ser humano ser considerado criança.

E, tão importante quanto compreender o papel da Educação Infantil, como parte do Ensino Básico, é não perder de vista que os conflitos e contradições inerentes à sociedade atual podem ser lidos como resultados de processos de mudanças, extremamente, aceleradas no campo econômico, nos meios de produção materiais e tecnológicos. No entanto, vale ressaltar que estas mudanças não se processam no campo da cultura, do conhecimento, da educação, em seu sentido mais amplo, com a mesma velocidade.

#### 2.1.2 Diretrizes

A Educação Infantil, ofertada no Município, pauta-se na Constituição Federal, artigo 205, onde é vista como um direito de todos, inclusive das crianças de zero a seis anos, conforme reforça o artigo 208: "O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de [...] atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade". E conforme o artigo 7, inciso XXV dos Direitos Sociais, todo trabalhador urbano ou rural tem direito a "assistência gratuita aos filhos e dependentes, desde o nascimento, até os seis anos de idade em creches e pré-escolas".

Conforme a Lei Orgânica Municipal, em capítulo específico é dever do Município que a educação seja efetivada em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade. Portanto, cabe ao Município atender a Educação Infantil, com a colaboração da sociedade e cooperação técnica e financeira da União e do Estado buscando o pleno desenvolvimento da pessoa.

Ainda em legislação pertinente, de acordo com o artigo 389, parágrafo 1º e 2º, da CLT "Os estabelecimentos em que trabalharem pelo menos 30 mulheres com mais de 16 anos de idade, terão local apropriado onde seja permitido deixar, sob vigilância e assistência, os seus filhos no período de amamentação". Mais ainda, a Educação Infantil, na LDB, é considerada, a primeira etapa da Educação Básica. Isto se encontra ressaltado no artigo 29, onde se lê que ela "[...] tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade".

Além da LDB, o Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA, Lei Federal nº 3.069/90, enfatiza a Educação Infantil como dever do Estado. Para garantir a Educação Infantil, é necessário o regime de cooperação entre união, estado e município. Neste sentido, a união e o estado devem exercer a ação supletiva junto aos municípios que apresentem maiores necessidades técnicas e financeiras. Contudo, a responsabilidade maior é da esfera municipal que deve cooperar com 10% dos recursos.

À instituição de Educação Infantil cabe a responsabilidade de cuidar e educar. Para este fim, cuidar e educar significa impregnar a ação pedagógica de consciência, estabelecendo uma visão integrada do desenvolvimento da criança, com base em concepções que respeitem a diversidade, o momento e a realidade peculiares à infância. Nesse sentido, cabe a Educação Infantil oportunizar a criança um desenvolvimento em todos os seus aspectos.

#### 2.2 Ensino Fundamental

##### 2.2.1 Diagnóstico

Observa-se um crescimento no número de matrículas na dependência administrativa municipal. Vários projetos e programas estaduais e municipais contribuem para a melhoria do Ensino Fundamental. Entretanto muitos investimentos se fazem necessários, pois alguns problemas ainda persistem. A aplicação do ensino de 9 anos iniciou através do Decreto Municipal nº 004 de 20 de fevereiro de 2006.

Atualmente o Ensino Fundamental no município é atendido pela rede municipal de ensino, sendo este atendimento efetivado em duas unidades, para aproximadamente, 280 alunos e, na rede estadual por uma unidade com 112 alunos, não existindo rede privada para este nível de ensino.

A rede municipal não apresenta índices significativos de exclusão, evasão e distorção idade/série devido a políticas de educação pautada em uma concepção de igualdade, respeito, democracia e segurança com diversos esforços do poder público para a melhoria contínua da educação.

Para melhor compreensão da realidade de oferta neste nível de ensino no município se faz necessário um diagnóstico mais individualizado por instituição, conforme segue:

CENTRO EDUCACIONAL E ESPORTIVO VALDEMIRO MANOEL CHIQUIO

O Centro Educacional e Esportivo Valdemiro Manoel Chiquio teve sua criação autorizada pela Lei Municipal nº 220 de 12 de março de

2001. Está localizada na Estrada Geral, Rio Saltinho, s/n, em zona rural do Município, em um terreno de 986,30m<sup>2</sup>, com área construída de 753,93m<sup>2</sup>. Nessa unidade escolar desenvolvem-se práticas pedagógicas de concepção sóciointeracionista, fundamentada na pedagogia histórico-cultural da Proposta Curricular de Santa Catarina, tendo ainda em seu quadro de profissionais somente professores habilitados ou em formação em nível superior na área da educação.

Esta Unidade Escolar oferece o Ensino Fundamental completo, onde atende, atualmente, 129 alunos, sendo que, 08 alunos estão com distorção idade/série. O funcionamento da unidade acontece no período matutino e vespertino. O corpo docente é formado por 18 Professores, sendo 12 habilitados e 06 em formação, possui também 01 Diretora de Escola, 01 Secretária de Escola e 03 Agentes de Serviços Gerais.

Neste Centro Educacional há materiais pedagógicos e jogos, para serem utilizados pelos professores e alunos no processo de ensino-aprendizagem. Também há uma sala de informática com acesso a internet, onde são atendidos os alunos, no contra turno, com professor habilitado para este fim. A Unidade Escolar, também dispõe de um microcomputador com acesso a internet e impressora para uso dos professores em pesquisas e planejamento de suas aulas.

Os mobiliários e o prédio estão em boas condições de uso, mais há alguns aspectos a serem melhorados. Sendo que, os banheiros não são suficientes para atender a demanda e algumas das salas de aulas não possuem ventilação adequada.

As instalações da cozinha são adequadas, porém precisando de melhoria nos móveis e equipamentos. Possui uma área coberta que consegue atender a demanda. Também possui um local chamado "escovódromo" para higienização bucal.

A Unidade Escolar é atendida também por outros profissionais, sendo, 01 coordenadora pedagógica, que tem como função, orientar os docentes, contribuir com material didático para melhoria da qualidade de ensino, bem como, encaminhar possíveis casos para outros profissionais, tais como, fonoaudióloga e a psicóloga, que o município oferece a todos que apresentarem dificuldades.

A merenda escolar é orientada pela nutricionista, sendo que a mesma é responsável pela elaboração de um cardápio saudável e nutritivo, visando sempre a qualidade e a boa aceitabilidade das crianças.

Toda a infra-estrutura escolar possui 06 salas de aula; 01 laboratório de informática; 01 sala de direção; 01 secretaria; 01 sala de professores; 01 cozinha; 01 biblioteca; 02 banheiros masculinos; 01 banheiro feminino; 01 banheiro privativo para professores e funcionários; 01 depósito de merenda; 01 pátio coberto para recreio, 01 parque infantil, 01 sala para armazenar material esportivo. Quanto ao mobiliário e demais equipamentos, a escola conta com 07 televisores; 01 aparelho telefônico; 01 freezer; 02 geladeiras; 01 fogão industrial; 02 forno elétrico, 01 microondas, 01 batedeira, 01 liquidificador, 01 máquina de lavar, 02 armários em MDF, 01 armário em inox, 04 mesas de refeitório compostas com 8 bancos, 05 aparelhos de DVD, 05 aparelho de som, 01 caixa amplificada, 03 bebedouro, 05 mesas para professor, 16 armários de sala de aula, 170 conjuntos de carteiras escolares, 11 micro-computadores, 08 mesas para computador, 08 cadeiras, 02 mesa grande, 02 bancos, 10 cadeiras, 03 impressoras, 01 arquivo de aço, 01 notebook.

#### CENTRO EDUCACIONAL DE ENSINO FUND. PROF. VERNY PASSIG

O Centro Educacional de Ensino Fundamental Professor Verny Passig teve sua criação autorizada pelo Decreto Municipal nº 010 de 14 de fevereiro de 1997, redenominado pela Lei nº 0619 de 17 de setembro de 2014. Nessa unidade escolar desenvolvem-se práticas pedagógicas de concepção sóciointeracionista, fundamentada na pedagogia histórico-cultural da Proposta Curricular de Santa Catarina.

Nesta Unidade de Ensino, da comunidade, está localizado na Rua Antonio Júlio Raymundo, com um terreno medindo 1.427,55m<sup>2</sup> e uma área construída de 266,59 m<sup>2</sup>. Possui atualmente 148 alunos, tendo 04 alunos com distorção idade /série. A unidade possui 11 Professores, sendo 09 habilitados e 02 em formação, 01 Diretora de Escola, 01 Auxiliar de Direção e 02 Agentes de Serviços Gerais. A unidade possui material pedagógico e micro computador com acesso a internet e impressora disponível para os professores utilizarem em seus planejamentos. A merenda escolar é orientada pela nutricionista, sendo que a mesma é responsável pela elaboração de um cardápio saudável e nutritivo, visando sempre à qualidade e aceitabilidade das crianças.

Pelo fato de a escola municipal do Centro da Cidade, ainda está em fase de construção, os alunos do ensino fundamental, estão sendo atendidos em dois espaços distintos. Em um prédio que é alugado pela prefeitura municipal e em parte da E.E.B. Otília Muller, que é a escola estadual, que sede parte de sua estrutura, para atender os alunos dos anos iniciais do ensino fundamental, desde que houve a municipalização desta parte do ensino.

A Unidade Escolar é atendida também por outros profissionais, sendo, 01 coordenadora pedagógica, que tem como função, orientar os docentes, contribuir com material didático para melhoria da qualidade de ensino, bem como, encaminhar possíveis casos para outros profissionais, tais como, fonoaudióloga e a psicóloga, que o município oferece a todos que apresentarem dificuldades.

Toda a infra-estrutura escolar dispõe de 04 salas de aula; 01 sala de direção; 01 sala de professores; 01 cozinha; 01 área de serviço; 02 banheiros masculinos; 02 banheiros femininos; 01 banheiro privativo para professores e funcionários; 01 depósito de merenda; 01 refeitório, 01 parque infantil composto por balanço, escorredores, carrossel, etc. Quanto ao mobiliário e demais equipamentos a escola esta servida com 03 televisores; 01 aparelho telefônico; 02 freezers; 01 geladeira; 01 fogão industrial; 03 computadores; 02 impressoras; 02 aparelhos de som; 02 liquidificadores; 02 batedeiras; 10 ventiladores de teto; 02 fornos elétricos, 02 aparelhos DVD, 01 microondas, 01 balcão de cozinha com duas cubas, 02 balcão, 01 jogo de armários de cozinha, 01 mesa composta por 06 cadeiras, 01 máquina de lavar roupas, 06 mesas de refeitório com 12 bancos e 1 mesa de professores.

#### ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA "OTÍLIA MÜLLER"

A EEB Otília Muller teve sua criação autorizada pelo Decreto Municipal nº 0141 de 23 de abril de 1981. Nessa unidade escolar desenvolvem-se práticas pedagógicas de concepção sóciointeracionista, fundamentada na pedagogia histórico-cultural da Proposta Curricular de Santa Catarina, tendo ainda em seu quadro de profissionais professores qualificados.

A Escola Estadual de Educação Básica Otília Müller atende atualmente 276 alunos, sendo 141 no Ensino Fundamental e 135 no Ensino Médio. Destes 22 estão hoje em distorção idade/série no Ensino Fundamental, sendo 6º ano com 03 alunos, 7º ano com 09 alunos, 8º ano com 07 alunos e 9º ano com 3 alunos. E no Ensino Médio dos 135 alunos, 39 estão em distorção idade/série, sendo 06 alunos na 1ª série, 23 alunos na 2ª série e 10 alunos na 3ª série.

O prédio desta unidade passou por uma reforma recentemente, portanto está em boas condições para receber os alunos, possui uma área coberta bem grande para brincadeiras e refeitório. A escola possui 02 agentes de serviços gerais. A merenda é tercerizada sendo servida para os alunos da rede municipal e estadual. A responsável é a empresa Nutriplus.

Está localizada na Rua 29 de novembro, 1672, no centro da cidade, situada em um terreno de 2.355m<sup>2</sup>, com área construída de 2.156m<sup>2</sup> e mais o ginásio poliesportivo. Toda a infraestrutura escolar possui 09 salas de aula; 01 laboratório de informática; 01 sala de direção; 01

secretaria, 01 sala de professores; 01 cozinha; 01 biblioteca; 02 banheiros masculinos; 02 banheiros femininos; 02 banheiros para professores e funcionários; 01 almoxarifado; 01 depósito de merenda; 01 pátio coberto para recreio.

Quanto ao mobiliário e demais equipamentos a escola está servida com 04 televisores; 03 aparelhos telefônicos; 01 freezer; 03 geladeiras; 01 fogão industrial; 20 computadores; 01 impressora jato de tinta; 04 impressoras laser; 01 scanner; 01 microscópio; 01 planetário; 01 guilhotina; 01 câmara digital; 01 microssistema com CD; 01 máquina de cortar grama; 01 condicionador de ar; 01 liquidificador industrial; 01 batedeira; 12 ventiladores de parede; 01 aparelho de DVD; 02 fornos elétricos.

Observa-se em toda a rede municipal ações para a adaptação das condições físicas para a permanência e acessibilidade para alunos portadores de necessidades especiais.

Esta unidade de ensino atende o Ensino Fundamental, séries finais do 6º ao 9º ano e Ensino Médio. Compartilha o espaço com a rede municipal, cedendo duas salas de aula onde são atendidos alunos de ensino fundamental séries iniciais. O município disponibiliza uma agente de serviços gerais para colaborar na limpeza desta unidade escolar.

Outras características quantitativas do Ensino Fundamental no município também podem ser analisadas a partir das tabelas a seguir:

TABELA 18: Número de Instituições de Ensino Fundamental

REDE	2012	2013	2014
MUNICIPAL	05	02	02
ESTADUAL	01	01	01
PARTICULAR	00	00	00
TOTAL	06	03	03

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, 2015.

TABELA 19: Número de matrículas no Ensino Fundamental por Rede de Ensino

REDE	2012	2013	2014
MUNICIPAL	297	285	259
ESTADUAL	240		
PARTICULAR	00	00	00
TOTAL	537		

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, 2015.

TABELA 20: Número de reprovação e evasão no Ensino Fundamental na Rede Estadual

	2012	2013	2014
REPROVAÇÃO	03	00	07
EVASÃO	00	00	00

Fonte: Escola de Educação Básica "Otília Müller", 2015.

TABELA 21: Número de Reprovação e Evasão no Ensino Fundamental na Rede Municipal

	2012	2013	2014
REPROVAÇÃO	06	21	07
EVASÃO	00	00	00

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, 2015.

## 2.2.2 Diretrizes

O eixo norteador do Ensino Fundamental de Chapadão do Lageado está descrito na Constituição Federal, LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais), Proposta Curricular de Santa Catarina e no Sistema Municipal de Educação (Lei nº 0055 de 08/04/98).

O Ensino de 9 anos iniciou no Município no ano de 2006, tendo sido normatizado pelo Conselho Municipal de Educação pelo Decreto nº 004 de 20 de fevereiro de 2006.

O poder público juntamente com a comunidade compromete-se com o acesso, a permanência e a qualidade da educação, oferecida às crianças de 6 a 14 anos, proporcionando-lhes as condições necessárias para que o Ensino

Fundamental forme cidadãos conscientes de suas responsabilidades e, que possa construir uma sociedade mais justa e humanitária. Cabe ao poder público criar condições para que a criança e o adolescente permaneçam na escola e garantam a sua progressão e conclusão.

Deve-se assegurar a melhoria da infraestrutura física das unidades escolares (adequação do espaço físico para portadores de necessidade especiais; área de recreação e lazer; quadra de esportes coberta; anfiteatro; refeitório; bibliotecas; sala de vídeo e sala de professores; condições para a utilização das novas tecnologias).

Criar uma escola autônoma por meio do seu Projeto Pedagógico com participação efetiva dos trabalhadores da educação e comunidade escolar tem como base os PCN's, Proposta Curricular de SC e Proposta Pedagógica do Município. As unidades escolares utilizarão desses documentos norteadores para desenvolverem uma proposta curricular que mais se aproxime da realidade socioeconômica do educando,

proporcionando desenvolvimento integral do ser.

## 2.3 Ensino Médio e profissionalizante

### 2.3.1 Diagnóstico

No que tange o Ensino Médio, dados concretos acerca da demanda a ser atendida por esse nível de ensino são obtidos diretamente na única unidade escolar existente no Município, o que indica a necessidade de manter sintonia entre poder público municipal e estadual, para identificação dessa demanda e estabelecimento de um programa de incentivo àqueles que, tendo terminado o Ensino Fundamental, por diversos motivos, não tiveram a oportunidade de prosseguir os estudos.

Com base nos dados pesquisados foi possível verificar que o Ensino Médio no Município de Chapadão do Lageado é atendido por somente uma unidade escolar da rede pública estadual. Esta possui uma clientela de aproximadamente 182 alunos, distribuídos no período diurno e noturno atendendo em uma estrutura física que se apresenta em bom estado de conservação.

A EEB Otília Müller teve sua criação autorizada pelo Decreto Municipal nº 0141 de 23 de abril de 1981. Nessa unidade escolar desenvolvem-se práticas pedagógicas de concepção sóciointeracionista, fundamentada na pedagogia histórico-cultural da Proposta Curricular de Santa Catarina, tendo ainda em seu quadro de profissionais professores qualificados.

A Escola Estadual de Educação Básica Otília Müller atende atualmente 276 alunos, sendo 141 no Ensino Fundamental e 135 no Ensino Médio. Destes 22 estão hoje em distorção idade/série no Ensino Fundamental, sendo 6º ano com 03 alunos, 7º ano com 09 alunos, 8º ano com 07 alunos e 9º ano com 3 alunos. E no Ensino Médio dos 135 alunos, 39 estão em distorção idade/série, sendo 06 alunos na 1ª série, 23 alunos na 2ª série e 10 alunos na 3ª série.

O prédio desta unidade passou por uma reforma recentemente, portanto está em boas condições para receber os alunos, possui uma área coberta bem grande para brincadeiras e refeitório. A escola possui 02 agentes de serviços gerais. A merenda é tercerizada sendo servida para os alunos da rede municipal e estadual. A responsável é a empresa Nutriplus.

Está localizada na Rua 29 de novembro, 1672, no centro da cidade, situada em um terreno de 2.355m<sup>2</sup>, com área construída de 2.156m<sup>2</sup> e mais o ginásio poliesportivo. Toda a infraestrutura escolar possui 09 salas de aula; 01 laboratório de informática; 01 sala de direção; 01 secretaria; 01 sala de professores; 01 cozinha; 01 biblioteca; 02 banheiros masculinos; 02 banheiros femininos; 02 banheiros para professores e funcionários; 01 almoxarifado; 01 depósito de merenda; 01 pátio coberto para recreio.

Quanto ao mobiliário e demais equipamentos a escola está servida com 04 televisores; 03 aparelhos telefônicos; 01 freezer; 03 geladeiras; 01 fogão industrial; 20 computadores; 01 impressora jato de tinta; 04 impressoras laser; 01 scanner; 01 microscópio; 01 planetário; 01 guilhotina; 01 câmara digital; 01 microsistema com CD; 01 máquina de cortar grama; 01 condicionador de ar; 01 liquidificador industrial; 01 batedeira; 12 ventiladores de parede; 01 aparelho de DVD; 02 fornos elétricos.

O Ensino Médio é oferecido em caráter de conhecimentos gerais e apresenta um número razoavelmente baixo de reprovação e evasão, sendo esta em razão do desinteresse dos jovens pela escola e o início no trabalho cada vez mais cedo.

Analisando os dados acerca desse problema fundamental pode-se perceber que este índice exige uma atenção especial dos órgãos competentes para a questão, no sentido de viabilizar não só o acesso, mas também a permanência dos alunos até a conclusão do Ensino Médio, com vistas à continuidade de sua preparação tanto pessoal quanto profissional.

Os dados estatísticos podem ser observados conforme tabelas abaixo utilizando os anos base de 2012, 2013 e 2014:

TABELA 22: Número de instituições de Ensino Médio

REDE	2012	2013	2014
MUNICIPAL	00	00	00
ESTADUAL	01	01	01
PARTICULAR	00	00	00
TOTAL	01	01	01

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, 2015.

TABELA 23: Número de matrículas no Ensino Médio por rede de ensino

REDE	2012	2013	2014
MUNICIPAL	-	-	-
ESTADUAL	113	152	182
PARTICULAR	-	-	-
TOTAL	113	152	182

Fonte: Escola de Educação Básica "Otília Müller", 2015.

TABELA 24: Reprovação e evasão no Ensino Médio na rede estadual

	2012	2013	2014
REPROVAÇÃO	7%	13%	8,2%
EVASÃO	8,8%	2,6%	6,6%

Fonte: Escola de Educação Básica "Otília Müller", 2015.

É importante destacar transformações operadas recentemente no mundo do trabalho que exigem de todos pensar a educação como forma estratégica de superar as deficiências no campo da educação profissional. Esta deve ir além da ideia de treinamento específico de pessoas que ocupam funções dentro de um ambiente de trabalho, devendo ser vinculado a uma estratégia de desenvolvimento humano e de inclusão social.



O ensino profissionalizante deve ser formulado, então, com o objetivo de garantir a capacitação profissional de trabalhadores tecnicamente competentes e politicamente comprometidos com toda a sociedade. Com uma população economicamente ativa em notória ascensão Chapadão do Lageado é uma cidade com demandas consideráveis no que se refere ao ensino técnico profissionalizante.

Contra estes pressupostos, o Município não conta com Ensino Profissionalizante, porém oferece à população transporte gratuito para que os mesmos possam procurar esta modalidade de ensino em municípios vizinhos,

### 2.3.2 Diretrizes

O Ensino Médio brasileiro teve como referência e objetivo, ao longo de sua existência, a preparação para o ingresso na Educação Superior, constituindo-se, historicamente, como o grau de ensino que atenderia àqueles que, vencendo a barreira da escola obrigatória, almejavam alcançar os estudos superiores, para finalizar sua formação pessoal e profissional. Porém, com o avanço das lutas pela democratização do ensino e com as novas exigências da sociedade de informação este não poderia mais ser o único objetivo a ser alcançado.

A Constituição de 1988 já prenuncia a inclusão deste nível de ensino na Educação Básica quando, no inciso II do artigo 208, garante como dever do Estado, a “progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade do Ensino Médio”. A partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Ensino Médio passa a integrar legalmente a Educação Básica.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional aponta como finalidades do Ensino Médio (segundo artigo 35 e seus incisos) “a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento dos estudos”, bem como “a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar, com flexibilidade, a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores”. Menciona também “o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico”, para o que recomenda a garantia da “compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina”.

No município, o Ensino Médio é ofertado pela rede estadual. Destaca-se que, as metas e objetivos propostos nesse plano buscam, no âmbito municipal, a articulação e a reflexão dos administradores públicos, dos gestores, dos profissionais da educação e das instituições formadoras, visando atingir uma melhor qualidade de ensino, um compromisso com a expansão da oferta e a ampliação das condições de acesso a esta etapa de ensino aos cidadãos de Chapadão do Lageado.

Assim, as ações a serem desenvolvidas pelo Município, em relação ao Ensino Médio, serão apoiadas por projetos extracurriculares que visam à melhoria da qualidade de ensino, incentivando às atividades de troca de experiência entre instituições estaduais e particulares, ao mesmo tempo em que incrementam a integração social dos alunos com a comunidade.

Assim, inclui-se como diretriz geral deste plano, também reordenar e expandir o número de vagas da escola de Ensino Médio, atendendo ao trabalhador que necessita estudar, portanto, com uma atenção especial ao ensino noturno, mas também, construir uma nova concepção curricular que se adapte à realidade sociocultural dos sujeitos, melhorando o nível de acesso, a permanência e o aproveitamento dos alunos, durante a vigência deste plano.

Tem-se como meta global, portanto, no que se refere ao Ensino Médio, implementar progressivamente uma política de gestão compartilhada, criando mecanismos de incentivo à participação da sociedade no cotidiano escolar e na construção da identidade deste nível de ensino. Outra diretriz importante para esse plano reside no incentivo às capacitações dos profissionais da educação, incentivando-os a participarem de cursos de capacitação oferecidos. O capítulo da LDB, Lei n. 9.394/96, que trata da educação profissional, não define instâncias, competências e responsabilidades, no que se refere a esse tema.

Segundo o artigo 39, a educação profissional integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. Por isso, há muito por fazer, pois apesar da expansão das matrículas na rede pública, no ensino regular, existe ainda, um grande problema, no que diz respeito às escolas técnicas públicas de nível médio.

A alta qualificação do ensino que, necessariamente, aquelas escolas devem oferecer está associada a um custo extremamente alto para instalação e manutenção. Isto torna inviável sua multiplicação além de impossibilitar o atendimento aos jovens que procuram formação profissional. Vale ressaltar que o Município tende a uma expansão no que se refere às novas profissões e, para tal, o ensino técnico profissionalizante é um elemento fundamental. É imprescindível, portanto, que todas as entidades e órgãos responsáveis, tanto públicos como privados, implementem políticas de investimentos que garantam a formação integral.

Mais do que uma educação tecnológica, será necessário que se pense em um ensino que, valorize o cidadão como profissional capaz de executar suas funções e, ao mesmo tempo, de refletir sobre a realidade social à sua volta. Há uma consciência coletiva que a baixa escolaridade constitui fator restritivo ao ingresso no mercado de trabalho.

Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Socioeconômico (DIEESE), o próprio mercado revela às pessoas que, na atual estrutura econômica, as chances de se conseguir trabalho cada vez mais dependem da educação.

Atualmente a formação para o trabalho exige níveis cada vez mais altos de educação básica, atualizada e diretamente ligada às rápidas transformações do mundo globalizado, onde a Era da Tecnologia já está sendo ultrapassada pela informação, conhecimento geral e especializado. Por isso, alguns aspectos devem ser considerados tais como: não se manter reduzida à aprendizagem a algumas habilidades técnicas; oferecer cursos de curta duração voltados para a adaptação do trabalhador às oportunidades do mercado de trabalho, associados à promoção de níveis crescente de escolarização regular; entender que o termo competência tem sido aplicado à educação profissional a partir das transformações constantes no mundo do trabalhador.

O modelo da competência sugere que a qualificação de um indivíduo está posta menos no seu conjunto de conhecimentos e habilidades, mas principalmente em sua capacidade de agir, intervir, decidir em situações nem sempre previstas ou previsíveis. O modelo de competência, atualmente, está diretamente ligado aos atributos pessoais do trabalhador.

Dentre esses atributos pessoais entende-se espírito de equipe, responsabilidade, autonomia, iniciativa, capacidade de comunicação, flexibilidade, cooperação, interesse e atenção.

Assim, fica claro que, para a formação de um profissional, a educação deve conjugar a aprendizagem de conhecimentos técnicos, com uma educação de base geral e as competências individuais.

Diante do exposto, faz-se urgente e necessário que a legislação pertinente, juntamente com os esforços dos educadores, venha permitir que a educação profissional não deva ser concebida, apenas, como uma modalidade do ensino médio, mas deva constituir-se em educação continuada, que perpassa por toda a vida do trabalhador.

### 2.4 Educação Superior e pós-graduação



#### 2.4.1 Diagnóstico

No que diz respeito à Educação Superior, o Município de Chapadão do Lageado não possui nenhuma instituição. Este nível de ensino só é oferecido nos municípios vizinhos.

A variedade de cursos de graduação procurados nos municípios vizinhos é muito grande. Estas instituições são credenciadas e aprovadas pelo MEC, tendo suas infraestruturas de acordo com as legislações existentes. Não existem dados sobre o índice de evasão destas instituições.

Aos munícipes que se deslocam para os municípios vizinhos para os cursos de graduação o poder público municipal disponibiliza o transporte, sem custo nenhum para o acadêmico. Como podemos observar na seguinte tabela:

UNIVERSIDADE	CURSO	QUANTIDADE
CLICK SOLUÇÕES	Língua Brasileira de Sinais	01
CLICK SOLUÇÕES	Administração	14
CLICK SOLUÇÕES	Ciências Contábeis	02
CLICK SOLUÇÕES	Pedagogia	07
CLICK SOLUÇÕES	Educação Física	02
CLICK SOLUÇÕES	Informática	01
CLICK SOLUÇÕES	Filosofia/Sociologia	02
CLICK SOLUÇÕES	Matemática	02
Unidavi	Direito	08
UNIDAVI	Educação Física	01
UNIDAVI	Ciências Contábeis	02
UNIDAVI	Engenharia de Produção	01
FAMESUL	Engenharia Civil	05
FAMESUL	Matemática	02
FAMESUL	Educação Física	01
FAMESUL	Gestão Ambiental	01
FAMESUL	Serviço Social	01

A Educação Superior, de acordo com a Constituição Brasileira e com o artigo 9º, inciso IX, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº. 9.394/96), é de responsabilidade da união, que deve regulamentar o referido nível de ensino, podendo suas atribuições ser delegadas aos estados e ao Distrito Federal, desde que, eles mantenham instituições de Educação Superior (IES).

Quanto à pós-graduação, atualmente no Município não é oferecido nenhum curso, ficando a critério dos interessados a procura em outros municípios.

#### 2.4.2 Diretrizes

Diante de uma sociedade cada vez mais competitiva em decorrência da industrialização, o conhecimento é primordial. Neste processo, a universidade torna-se imprescindível para a qualificação dos profissionais.

Chapadão do Lageado é um Município que vem buscando aprimoramento em diversas áreas, necessitando, para tanto, de cursos de graduação e pós-graduação que supram tal demanda. Neste contexto, os munícipes, bem como seus representantes, precisam conscientizar-se de seus respectivos papéis, na busca por investimentos para implantação e fortalecimento dos atuais cursos e na consolidação de novos cursos. Conforme o artigo 43 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Educação Superior tem por finalidade:

- estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- formar pessoas nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar na sua formação científica;
- incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e tecnologia e criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem com o meio em que vive;
- promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituam patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual, sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- estimular os conhecimentos dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- promover a extensão, aberta à participação da população, visando a difusão das conquistas e benefícios, resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica, geradas na instituição.

Para estar em consonância com a LDB, o Município norteará as políticas na graduação e pós-graduação, contribuindo, na medida de suas atribuições legais, para a melhoria da oferta da Educação Superior e Pós-graduação em regime de colaboração com as Instituições de Ensino Superior.

### CAPÍTULO III - MODALIDADES DE ENSINO

#### 3.1 Educação de Jovens e Adultos (EJA)

##### 3.1.1 Diagnóstico

Em um país como o Brasil, ainda marcado por desníveis sociais, pela situação de pobreza de parcela da população e os baixos níveis de

escolarização, fortemente associados a outras formas de exclusão econômica, social e política, presencia-se diariamente a degradação do ser humano, principalmente, daquele que não possui capital e educação formal.

Buscando resgatar estes indivíduos e devolvê-los a sua condição cidadã, entende-se que cabe ao poder público empenhar esforços na mobilização e construção coletiva do paradigma de direitos, principalmente, aos que se encontram à margem dos bens sociais produzidos pela sociedade brasileira.

Neste sentido, a Secretaria Municipal da Educação de Chapadão do Lageado em parceria com a Secretaria Estadual de Educação mantém o Programa de Educação de Jovens e Adultos para atender a todos os que não tiveram acesso ao Ensino Fundamental obrigatório e gratuito e/ou ao Ensino Médio, em idade apropriada.

A Educação de Jovens e Adultos representa uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais, na escola ou fora dela e, tenham sido força de trabalho empregada na constituição de riquezas e na elevação de obras públicas. Ser privado deste acesso é, de fato, a perda de um instrumento imprescindível para uma presença significativa na convivência social contemporânea.

É por isso que a EJA necessita ser repensada como um modelo pedagógico próprio a fim de criar situações pedagógicas e satisfazer necessidades de aprendizagem de jovens e adultos. E têm sido por meio de uma construção coletiva com os professores, a Gerência do Programa de Educação de Jovens e Adultos e a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, que as ações voltadas para a EJA vêm sendo elaboradas.

No Município, a EJA é regida administrativamente pelo Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) do município vizinho de Ituporanga, tendo sua regularização e autorização procedida pela Secretaria Estadual de Educação.

Possui concepção didático-pedagógica com a finalidade de garantir um ensino de qualidade, para que, se tenha uma sociedade voltada aos valores humanos, sociais e profissionais, tendo como base norteadora a Proposta Curricular de Santa Catarina.

É importante destacar a existência de somente uma unidade descentralizada do EJA, atendendo os alunos no centro, na Escola de Educação Básica Otilia Müller, tendo uma turma de Ensino Médio, totalizando 09.

Toda infraestrutura, é cedida pela EEB Otilia Müller, sendo uma sala de aula, sala informatizada, refeitório (merenda), ginásio de esportes. Esta unidade conta com uma professora 20 horas, que atende esta turma, divididas em quatro dias da semana, no período noturno, essa professora não possui habilitação nas disciplinas que leciona, porém escolheu as aulas no processo seletivo de ACT.

O ensino na EJA é em forma de oficinas, quatro blocos (A, B, C e D) para o ensino fundamental correspondendo de 5ª a 8ª série ou 6º ao 9º ano e para o ensino médio são três blocos (A, B e C), correspondendo ao 1º, 2º e 3º anos. Até o ano de 2010 os alunos estudavam através de módulos, a partir de 2011 o governo vem distribuindo gradativamente livros didáticos para as disciplinas.

As matrículas desde 2009 vem diminuindo gradativamente, pois muitos alunos estão se formando e outros já se formaram, evasão de alunos matriculados é quase que inexistente, porque a maioria dos alunos matriculados estudam porque, realmente, almejam.

Os processos pedagógicos desenvolvem-se com a interdisciplinaridade e sua contribuição teórico-metodológica e com o material produzido pelo MEC, mesmo que os professores não tenham capacitação em educação de jovens e adultos. As razões que fundamentam esta opção pelo material são os próprios pilares da proposta da EJA: interdisciplinaridade, unidade temática e unidade metodológica.

TABELA 25: Número matrículas EJA

ANO	NÚMERO MATRÍCULAS
2012	22
2013	15
2014	19

Fonte: Centro de Educação de Jovens e Adultos, 2015.

### 3.1.2 Diretrizes

Com o advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), a Educação de Jovens e Adultos ganhou status de modalidade de educação básica, superando-se a história e tãcanha compreensão do ensino supletivo. Esta nova acepção, não é mera formalidade, pois a EJA passou a ser considerada, não como simples suplência de um sistema, que tem provocado o fracasso escolar de milhares de brasileiros, mas como, ferramenta, de inserção político-social de uma clientela excluída e expropriada de todas as formas.

Dada as características da sua clientela, reveste-se da necessidade de construção/apropriação/socialização de conhecimentos vivos, ligados à cidadania e plenos de vitalidade social. Daí a necessária negação do currículo centrado em formas classicamente destinadas ao ensino regular de crianças de 6 a 14 anos.

É mais do que urgente centrar o currículo da EJA em conceitos e conteúdos ricos em complexidade social, que interajam com a vida dessas pessoas, cujas experiências transitam por múltiplas linguagens culturais e que permitem a compreensão do seu entorno sócio-histórico, apontando meios de ressignificação do mundo. Pois não basta que o sujeito esteja no mundo, faça parte dele, mas que ele próprio construa o mundo ou, no mínimo, que tenha condições de se indignar com ele. A EJA é precisamente, essa ferramenta.

Atualmente, para se pensar políticas públicas para educação de jovens, adultos e idosos no Brasil, torna-se significativo entender o processo que vem ganhando visibilidade, desde o início da década de noventa: a realocação das atribuições da educação básica em geral, e da EJA em particular, das esferas

federal e estadual para a esfera municipal. Esse deslocamento foi reforçado pelas novas Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que confere maior responsabilidade aos municípios no que diz respeito ao Ensino Fundamental.

Coerente com a Constituição Federal de 1988, a LDB estabelece também que os sistemas de ensino deverão assegurar gratuitamente aos jovens e adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, considerando as características do alunado, seus interesses, condições de vida e trabalho.

A lei determina ainda que os sistemas de ensino devam viabilizar e estimular o acesso e permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre as diversas esferas públicas.

O artigo 37 da LDB referente à Educação de Jovens e Adultos, estabelece que "os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas." A mudança parece mínima, já que mantém a gratuidade, mas, retira a obrigatoriedade que estava assegurada no texto da Constituição.

Nota-se que a LDB reserva os artigos 37 e 38 para a EJA e determina que o poder público viabilize e estimule o acesso e permanência do trabalhador na escola, além de reduzir a idade de acesso aos exames supletivos para quinze e dezoito anos, respectivamente, para o Ensino Fundamental e o Médio.

### 3.2 Educação à distância e tecnologias educacionais

#### 3.2.1 Diagnóstico

Para entender a análise diagnóstica do Município, é necessário primeiramente ater-se ao conceito sobre a Educação à Distância (EAD) estabelecido pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC). Segundo o Decreto 5.622, de 19/12/2005 que revoga o Decreto 2.494/98, que regulamenta o artigo 80 da Lei 9394/96, "a Educação à Distância (EAD) é a modalidade educacional na qual, a mediação didático pedagógica nos processos de ensino-aprendizagem, ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, envolvendo estudantes e professores no desenvolvimento de atividades educativas em lugares ou tempos diversos."

Diante dos novos desafios da formação profissional, principalmente, de mudanças galopantes na realidade do mundo atual, aonde as tecnologias e as informações, com a mesma velocidade que chegam, tornam-se obsoletas, além, é claro, da visível escassez de tempo, uma vez que a necessidade do trabalho tenha se ampliado também de forma, extraordinariamente, rápida e atualizada.

Isto posto, torna-se claro e premente entender que esses novos desafios requerem soluções diversificadas e criativas que possibilitam vencer tempo e distância. Para tanto, a Educação à Distância (EAD) é, sem sombra de dúvida, ferramenta que facilita e multiplica o conhecimento, cumprindo importante função social.

Em relação a Chapadão do Lageado, cabe salientar que ainda não foi atingido o nível já alcançado por outros municípios, embora se tenha a certeza de que é possível caminhar nesse sentido. Para que isso ocorra com clareza de propósitos e dentro dos requisitos exigidos pela legislação estabelecida a respeito do tema, o Município pode empenhar-se em regime de colaboração com instituições já estruturadas e bem preparadas, colocando em prática a Educação à Distância (EAD).

A rede municipal de educação não possui local adequado para o oferecimento de cursos nesta área, existindo somente a oferta de profissionais e laboratórios de informática pela Secretaria Municipal de Educação. Para este fim a Secretaria elabora projetos de informática que são analisados pelo Conselho Municipal de Educação.

Atualmente este projeto está atendendo, aproximadamente, 90 alunos.

Das três escolas do Município, apenas, uma possui espaço pedagógico informatizado, sendo utilizado junto com outros recursos tecnológicos como ferramentas pedagógicas. Estes espaços são utilizados também pela comunidade escolar.

O laboratório de informática é utilizado de acordo com o interesse dos professores(as), ficando a cargo de cada um acompanhar os alunos, tendo em vista, que não temos em nosso quadro de funcionários profissional específico para este fim. O espaço informatizado também é disponibilizado aos professores para pesquisas, digitação e outras atividades.

#### 3.2.2 Diretrizes

No Brasil, as bases legais para a modalidade de Educação à Distância foram estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, que foi regulamentada pelo Decreto nº 5.622, publicado no Diário Oficial da União de 20/12/05 (que revogou o Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998), e o Decreto nº 2.561, de 27 de abril de 1998 com normatização definida na Portaria Ministerial nº 4.361, de 2004 (que revogou a Portaria Ministerial nº 301, de 07 de abril de 1998).

Em 03 de abril de 2001, a Resolução nº 1, do Conselho Nacional de Educação estabeleceu as normas para a pós-graduação lato e stricto sensu.

Além das citadas anteriormente a Educação a Distância (EAD) está normatizada pelas seguintes legislações:

- Portaria MEC nº 4.059/04 (que trata da oferta de 20% da carga horária dos cursos superiores na modalidade semipresencial);
- Portaria MEC nº 873/06 (autoriza em caráter experimental, as Instituições Federais de Ensino Superior para a oferta de cursos superiores a distância);
- Decreto nº 5.622 (19/12/2006). Este último tendo como autoria a Presidência da República regulamenta o artigo 80 da Lei nº 9.394, caracterizando a Educação a Distância como modalidade educacional, organizada segundo metodologia, gestão e avaliação peculiares, prevendo a obrigatoriedade de momentos presenciais e os níveis e modalidades educacionais em que poderá ser ofertada. Ainda, estabelece regras de avaliação do desempenho do estudante para fins de promoção, conclusão de estudos e obtenção de diplomas e certificados, sendo que estes terão validade nacional e confere ao

MEC a competência de organizar a cooperação e integração entre os sistemas de ensino, objetivando a padronização de normas e procedimentos em credenciamentos, autorizações e reconhecimentos de cursos e instituições de ensino a distância.

Além das legislações pertinentes, existe uma consciência coletiva de que a baixa escolaridade constitui fator de extrema restrição ao ingresso no mercado e trabalho, pois durante muito tempo a aprendizagem e o ensino foram limitados ao fato das questões cognitivas serem desenvolvidas somente nas escolas, sendo um dos locais exclusivos para ocorrerem tais aprendizagens. Hoje já está claro e posto que o Ensino a Distância pode também exercer a função de ensinar e aprender, presencialmente ou não, mas qualificadamente, particularmente no que tange ao tempo e espaço.

As tecnologias de informação e de comunicação (TIC) alteraram de forma definitiva as práticas sociais nos mais diferentes setores: na economia, na cultura, no lazer, na política, na religião, na comunicação. Todas essas possibilidades certamente modificam a relação com o saber. Novas formas de assimilação, de produção, de acumulação e de transmissão do saber se apresentaram e com elas novas competências cognitivas foram sendo exigidas e desenvolvidas.

Há a exigência de um novo tipo de escola, de uma escola midiaticizada, e, portanto, de um novo tipo de ensino com novas práticas pedagógicas, com novos instrumentos de ensino. Ao invés da educação preparar para memorizar fatos e conceitos, deve possibilitar a aquisição de possibilidades para o trabalho em grupo, através de atividades que permitam o pensar e o agir crítica e criativamente, desenvolvendo a iniciativa própria.

A educação não pode mais ignorar a influência que as tecnologias exercem no processo de aprendizagem, não pode ignorá-las como ferramentas pedagógicas que possuem um apelo e um potencial muito rico para a educação. Não basta apenas introduzir novas Tecnologias de Informação e de Comunicação (TIC) no ensino, que todos os problemas educacionais estarão resolvidos. As tecnologias não modificam

por si só a prática educativa. Na verdade, elas servem como meios de realização dessa prática, como reflexo da concepção de educação que se busca.

Tendo como referência as bases legais para a modalidade à distância, o Município prima por dar continuidade no Ensino a Distância e espera-se a ampliação deste, pois a Educação a Distância, por ser utilizada mundialmente, deverá ser oferecida aos municípios, principalmente no que tange à qualidade total da educação.

### 3.3 Educação Especial

#### 3.3.1 Diagnóstico

A Educação Especial, atualmente, é entendida como uma modalidade de ensino que deve permear toda a educação, assim estabelece como uma das metas, assegurar a inclusão escolar dos alunos, que apresentam deficiência em toda a sua jornada escolar na rede regular de ensino, ou seja, desde a Educação Infantil até a Educação Superior.

Por muito tempo a Educação Especial caminhou paralelamente a educação regular, pois se considerava mais apropriada para atender todas as necessidades dos educandos. No transcorrer da história, constatou-se um processo de constantes mudanças já que para chegar até este conceito existiu diferentes concepções de época, de sociedade, de memória específica de cada grupo social e, somente, depois de muitos estudos e na garantia de direitos humanos é que vêm mudando estes conceitos.

Assim o deficiente passa a ser visto como sujeito e que deve estar incluído na sociedade, ou seja, não se refere apenas ao acesso, mas a permanência com qualidade na inclusão dos sujeitos com deficiência e daqueles que possuem padrão diferenciado até então, não aceito pela sociedade.

Partindo destes pressupostos, entende-se que a escola inclusiva é aquela que visa atender uma diversidade de pessoas. Discutir a inclusão remete, necessariamente, a possibilidade de participação efetiva de todos, para que a cidadania possa ser assumida em sua plenitude.

Deve-se pensar que muitas das deficiências não são atribuídas a problemas orgânicos, mas sim, em consequência da vida social, isto é, a deficiência mental é acentuada ou compensada de acordo com as interações sociais de que participa o sujeito acometido destes problemas. Esta postura perante o deficiente requer que os profissionais se libertem de preconceitos arraigados na sociedade e na cultura, transcender o biológico, o que está posto, e acreditar no social.

No ano de 2004 o Ministério Público Federal elaborou a Cartilha de acesso dos Alunos com Deficiência na Rede Regular de Ensino, e a partir de 2005 aumentou o número de alunos com deficiência nas escolas regulares.

No Município de Chapadão do Lageado a realidade da Educação Especial no ensino regular pode ser evidenciada nas tabelas abaixo, quanto a inserção de alunos no ensino regular.

TABELA 26: Número de alunos matriculados em 2015.

	Estadual	Municipal	Particular	TOTAL
Deficiência Visual	-	-	-	-
Deficiência Auditiva	02	01	-	03
Deficiência Física	-	-	-	-
Deficiência Intelectual	05	01	-	06
Deficiência Múltipla	-	01	-	01
Altas Habilidades	-	-	-	-
Condutas Típicas	-	-	-	-
Outras Necessidades Educativas Especiais	-	-	-	-
Autismo	-	01	-	01
TOTAL	07	04	-	11

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, 2015.

TABELA 27: Número de matrículas APAE 2012/2014

	2012	2013	2014
Deficiência Visual	-	-	-
Deficiência Auditiva	-	-	-
Deficiência Física	-	-	-
Deficiência Intelectual	01	01	02
Deficiência Múltipla	-	-	-
Altas Habilidades	-	-	-
Condutas Típicas	-	-	-
ADNPM	-	01	03
Autismo	-	01	01
Síndrome de Down	02	02	02
TOTAL	03	05	08

Fonte: Associação de Pais e Professores dos Excepcionais, 2015.

Chapadão do Lageado ainda não possui Núcleo de Atendimento Especializado da Rede Municipal de Ensino (NAEP), mas a rede estadual possui o SAED, onde são atendidos 02 alunos da rede estadual e 02 alunos da rede municipal.

Este órgão auxilia na qualificação e efetivação da educação inclusiva, propondo alternativas de mudanças que podem auxiliar na inclusão dos alunos no espaço escolar.



A Educação Especial é atendida na rede pública de ensino, porém não existe infraestrutura adequada, nem tão pouco, atividades diferenciadas. A escola da rede estadual possui uma sala multifuncional, onde são feitas atividades de raciocínio lógico, também utilizam instrumentos musicais e outros recursos de apoio pedagógico.

As escolas da rede municipal e estadual não possuem professores com habilitação em Educação especial, porém com cursos de formação continuada nesta área.

Para o atendimento fora do ensino regular, 04 alunos estão matriculados e são atendidos pela APAE do município de Ituporanga na Escola Especial da Amizade, tendo quinze professores, porém somente cinco com habilitação em educação especial. E mais 02 que frequentam SAED e 02 estimulação. O poder público municipal garante o transporte destes alunos.

### 3.3.2 Diretrizes

A inclusão no sistema escolar se faz necessária, pois para muitos alunos é o único espaço de acesso ao conhecimento organizado. Discutir a inclusão remete, necessariamente, a possibilidade de participação efetiva de todos, para que a cidadania possa ser assumida em sua plenitude.

Na maioria dos países, a legislação tem sido vista como o meio mais importante para acabar com a discriminação da sociedade de modo em geral. Nesse sentido, é necessário conhecer os movimentos sociais em prol da inclusão e toda a legislação que ampara a pessoa deficiente. Existe uma preocupação, ainda maior de como será a formação deste cidadão, apresentando ações e diretrizes para que a pessoa com deficiência tenha todo o acesso garantido às várias áreas sociais, e consequentemente a qualidade de vida.

Para este fim existe uma série de diretrizes, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); Constituição Federal (1988); Declaração de Jomtien (1990); Declaração de Salamanca (1994); Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996); Estatuto da Criança e do Adolescente (1998); Convenção de Guatemala (1999) e Cartilha de Acesso dos Portadores de Deficiência na Rede Regular de Ensino (2004). Verifica-se a partir destes documentos e, de vários outros novos conceitos em relação à aprendizagem que se necessita oportunizar aos deficientes uma melhor qualidade do processo de ensino. Porém é importante ressaltar que, apesar, da legislação amparar os deficientes há muito tempo, somente, a partir da Cartilha (2004), citando o artigo 246 do Código Penal, que trata do crime de abandono intelectual, é que foram tomadas providências em prol da permanência dos alunos com deficiência no ensino regular, ou seja, de a escola promover aprendizagem e não somente integração.

Entende-se que o processo educativo deve ser visto na sua dinamicidade, possibilitando a reflexão da prática de ensino, com a intenção de ser cada vez mais agente possibilitador de mudanças.

A partir destes conceitos, verifica-se que a deficiência não é, apenas, uma fatalidade biológica, com um fim em si mesma, mas envolve uma série de fatores, intimamente, ligados ao modo de vida, a cultura, a religião, ou seja, as interações sociais na qual o sujeito está envolvido. Desta forma, uma deficiência primária pode se transformar, ou não, em uma deficiência mental em cenários sociais, deficitários.

A aprendizagem e o ensino, por muito tempo limitou-se, apenas, a questões cognitivas a serem desenvolvidas nas escolas, tido como local exclusivo onde ocorriam as aprendizagens, onde eram desconsiderados fatores como cultura, meio social, história de vida, concepções políticas, econômicas e até mesmo as diferenças existentes entre cada sujeito.

A Educação Especial fundamentava-se em diagnósticos fechados, assumindo uma postura inatista e maturacional, que considerava que o indivíduo era definido pelo "grau de sua deficiência", os limites já estavam determinados, e a ação pedagógica era realizada de forma condicionada e com representações concretas, impossibilitando o exercício e o desenvolvimento do pensamento abstrato.

Atualmente, diante de novos conhecimentos, o desenvolvimento mental humano, é entendido como histórico e dependente das formas sociais da vida humana e, a inclusão plena em todas as esferas sociais é fator primordial para que este desenvolvimento tenha êxito. Portanto, entende-se que, quando o indivíduo não tem acessibilidade a esses espaços culturais e sociais, ele não interage com o meio em que vive, independente se possui deficiência ou não, este pode ficar a margem do processo histórico humano, consequentemente terá dificuldades de desenvolver o conhecimento significativo. Para isso, tem-se como parâmetro a construção de uma escola que não seja concebida dentro de um vazio conceitual, mas provida de um referencial teórico e ideológico, que vê na inclusão, a possibilidade concreta de construção de uma sociedade calcada na valorização humana.

Percebe-se que a atual organização do sistema educacional brasileiro não dá conta de atender com qualidade toda diversidade contida nas escolas. Subentende-se que o princípio da educação formal para deficientes acaba soando como um ato ousado e frustrante, acarretando em insegurança nos segmentos envolvidos (APAE, comunidade escolar, família e sociedade). Porém, não há dúvidas de que o movimento em prol da inclusão no Brasil é irreversível. O crescimento do número de deficientes no ensino regular não aconteceu por acaso e, sim, por direito.

## CAPÍTULO IV – FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

### 4.1 Diagnóstico

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) trata explicitamente da questão da formação de trabalhadores em educação. Por um lado, eliminando a possibilidade de formação de professores por meio de avanços progressivos e, por outro, abolindo as licenciaturas de curta duração, valorizando experiências anteriores em instituições de ensino e em outras atividades, por meio do aproveitamento de estudos. Ao mesmo tempo, a LDB 9394/96 não se manifesta quanto à formação mínima necessária aos funcionários técnico-administrativos, atuantes na área educacional. Esta característica leva a se encontrar, ainda hoje, em atividade nas redes de ensino, desde funcionários, técnico-administrativos, semi-analfabetos, a funcionários com formação em nível superior.

A LDB, em seus artigos 62, 63 e 64, define quem são os profissionais de educação, elencando-os da seguinte forma: docentes da educação infantil; docentes do ensino fundamental, docentes do ensino médio; docentes da educação profissional; administradores escolares; planejadores educacionais; inspetores de ensino e orientadores educacionais.

Nesses artigos, fica clara a omissão da lei sobre funcionários técnico-administrativos como trabalhadores em educação. Prevê-se que a formação dos professores da educação básica seja realizada em universidades, em institutos superiores de educação, em outras instituições de Ensino Superior (faculdades integradas, faculdades isoladas), desde que, devidamente credenciadas, para este fim e, em escolas normais. Embora, continuem sendo instituições credenciadas para trabalhar com a formação de professores, para a Educação Infantil e para os cinco primeiros anos do Ensino Fundamental, as escolas normais têm vida curta, haja vista, a necessidade de formação dos professores em nível de licenciatura plena para atuar na educação básica, já prevista em lei.

A formação dos trabalhadores em educação visa desenvolver a capacidade de inserção do profissional na realidade educacional,



compreendendo-a, problematizando-a e transformando-a, para produzir conhecimento. Daí a necessidade de buscar a formação de educadores capazes de mobilizar diferentes conhecimentos de diferentes naturezas, na concretização de seu trabalho, seja ele técnico ou docente. O objetivo é preparar os trabalhadores em educação para o desenvolvimento humano e social dos educandos, tendo como referencial as diferentes fases da vida, em sua diversidade.

As preocupações com um ensino de qualidade, com a valorização dos trabalhadores em educação, com a criação de condições dignas de trabalho e com a expectativa de ascensão profissional, são necessárias, para garantir melhorias no atendimento ao universo de alunos, atualmente matriculados, nas redes educacionais que atuam no Município. Quando se fala em valorização dos profissionais da educação, trata-se não apenas da questão salarial, mas também de outros eixos e políticas públicas voltadas às condições de trabalho, carreira e remuneração que são fundamentais para o professor desenvolver bem seu trabalho pedagógico.

Ao longo do levantamento de dados sobre a formação de professores e valorização do magistério, delineou-se que, o Plano de Carreira do Magistério está disposto na Lei Municipal nº 006 de dezembro de 1999.

Segundo dados da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes no Município o quadro de profissionais está assim disposto:

TABELA 28: Atual Quadro de Funcionários Municipais da Educação - 2015

FORMAÇÃO	ACT	EFETIVO	GRADUADO	PÓS GRADUADO	CURSANDO	TOTAL
Magistério	-	01	-	-	--	01
Letras	02	-	-	01	01	02
Matemática	01	-	-	-	01	01
Geografia	01	-	-	01	-	01
História	-	01	-	01	-	01
Pedagogia	18	08	01	24	01	26
Normal Superior	-	04	-	04	-	04
Ciências	01	01	01	01	-	02
Educação Física	-	02	01	01	-	02
Artes	03	-	01	-	02	03
Ensino Religioso	-	-	-	-	-	-
Ensino Médio	-	07	-	-	-	07
Ens. Fund. Concluído	-	02	-	-	-	02
Informática	01	-	-	-	01	01

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, 2015.

TABELA 29: Demais funcionários da educação e em cargos comissionados

FORMAÇÃO	PÓS GRADUAÇÃO	GRADUAÇÃO	Ensino médio	Ensino Fundamental	ACT	EFETIVO
Secretário Municipal	-	-	01	-	01	-
Diretor de Ensino	-	01	-	-	01	-
Diretor de Escola	02	01	-	-	03	-
Secretário de Escola	04	-	-	-	-	04
Chefe de Divisão de Esportes	-	-	-	01	01	-
Chefe de Divisão de Cultura	-	-	01	-	01	-
Coordenadora Pedagógica	01	-	-	-	01	-
Assessor Técnico	-	-	01	-	01	-
Coordenador Administrativo	-	-	01	-	01	-

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, 2015.

A formação continuada dos profissionais da educação, garantida pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, pela autonomia financeira prevista na legislação, é indispensável e constitui programa de formação que oferece espaço de reflexão e participação dos membros do magistério, incluindo a garantia de certificação para os participantes. A formação continuada se dá através da organização da coordenação pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, com participação dos professores da rede.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional trata, explicitamente, da questão da formação de trabalhadores em educação. Por um lado, eliminando a possibilidade de formação de professores por meio de avanços progressivos e, por outro, abolindo as licenciaturas de curta duração, valorizando experiências anteriores em instituições de ensino e em outras atividades, por meio do aproveitamento de estudos.

Ao mesmo tempo, a LDB não se manifesta quanto à formação mínima necessária aos funcionários técnico-administrativos atuantes na área educacional.

Esta característica leva a se encontrar, ainda hoje, em atividade na rede de ensino, desde funcionários técnico-administrativos, semianalfabetos à funcionários com formação em nível superior. Os profissionais da educação não possuem sindicato específico.

#### 4.2 Diretrizes

Os processos propostos neste plano visam à formação continuada dos trabalhadores em educação, no sentido, de desenvolvimento para que obtenham uma sustentação teórico-prática consistente e condições para promover um trabalho competente. Desta forma, pressupõe a construção de um projeto de formação e valorização dos trabalhadores em educação, sustentado por alguns eixos norteadores básicos. Em um primeiro eixo a abordagem na relação entre teoria e prática a ser observada e vivenciada, de modo que se possa experienciar concretamente o conceito de práxis, no cotidiano de formação dos trabalhadores em educação.

Um segundo eixo diz respeito à necessária articulação entre as agências formadoras e empregadoras, para a elaboração de políticas e programas de formação do trabalhador em educação, sintonizados com as novas tecnologias, contando com a participação de associações profissionais e organizações sindicais.

Outro trata da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, garantindo a produção e a construção do conhecimento, e não, a mera reprodução e transmissão. O perfil do profissional não deve ser o, de mero, reprodutor de condutas e procedimentos, mas sim, o de um profissional que vivencia, pensa e interfere no cotidiano educacional, de forma consciente, eficaz e competente, buscando uma práxis interdisciplinar, favorecendo a organização do trabalho pedagógico, de tal forma, que possibilite a geração de espaços institucionais de integração escola – sociedade.

A prática de ensino como quarto eixo, deverá ser pensada na perspectiva de consecução do objetivo da formação de professores. Essa prática deve ser calcada na crença, de que, a experiência forma, desde que se tenha um olhar orientado sobre ela, com a perspectiva crítica de superação dos problemas vivenciados, via reflexão-ação-reflexão. Dessa forma, a abrangência da atuação do professor deve-se basear na concepção de trabalho coletivo.

A valorização dos trabalhadores em educação, como, um dos mais importantes eixos, implica não apenas melhores salários, mas também locais apropriados para o desenvolvimento do trabalho educacional, incentivando a qualificação profissional.

Esse processo de valorização pressupõe três condições básicas: bom nível de preparo profissional, condições funcionais que possam assegurar o exercício da profissão, de forma eficaz e eficiente, e remuneração digna.

O preenchimento dessas condições é necessário, para assegurar a relação da qualidade do ensino e, da afirmação da identidade profissional com a democratização da gestão.

Outro eixo importante é o da formação inicial, definida em lei, para todos os trabalhadores em educação, sejam professores ou funcionários técnico-administrativos; e da formação continuada, considerando o acesso a novos níveis de titulação com impacto na carreira, bem como a atualização/reflexão sobre a prática pedagógica, com horário integrado à jornada de trabalho.

A criação de mecanismos para a escolarização dos funcionários técnico-administrativos da educação, em que todos cursem, no mínimo, o Ensino Fundamental, com extensão progressiva para o Ensino Médio e para o Ensino Superior, e tenham consequentemente, acesso a um projeto de profissionalização específico, é outro princípio norteador deste plano.

O próximo eixo trata da necessária definição de uma política de financiamento, com o intuito de viabilizar a valorização dos trabalhadores em educação e, melhores condições de trabalho. Os afastamentos remunerados para qualificação e para o processo formativo em serviço, e a aquisição de livros e outros materiais didático-pedagógicos. No caso da rede pública municipal, é necessário também realizar concurso público para suprir déficits e diminuir os contratos de trabalho em regime temporário.

Por fim, a avaliação se constituirá em um instrumento de construção e reconstrução do projeto de formação dos trabalhadores em educação e, da valorização desses profissionais, buscando explicitar os aspectos quantitativos e qualitativos, sobre os quais se estrutura o processo de formação. A avaliação aqui defendida é construída de forma processual, devendo, portanto, sujeitar-se a permanentes mecanismos de revisão e aperfeiçoamento, o que deve acontecer em duas vias: interna (escola) e externa (sociedade) às instituições formadoras e aos locais de trabalho.

Nessa avaliação cabe observar alguns princípios básicos, tais como: a participação coletiva; a descentralização; o respeito à identidade e às especificidades de cada campo profissional; a globalidade; as condições materiais, físicas e humanas para o desenvolvimento do projeto de formação profissional e de trabalho dos profissionais da educação.

## CAPÍTULO V - FINANCIAMENTO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO

### 5.1 Diagnóstico

A fixação de um plano de metas exige definição de custos e identificação tanto dos recursos atualmente disponíveis quanto das estratégias para sua ampliação, seja por meio de uma gestão mais eficaz, relevante e pertinente, seja por meio de criação de novas fontes, seja pela constatação da necessidade de maior investimento. Os percentuais, constitucionalmente, vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, devem representar o ponto de partida para a formulação e implementação de metas educacionais.

Estabelecidas às obrigações do Estado e as responsabilidades das autoridades, no que se refere à educação, preocupou-se o legislador constituinte em dotar o poder público de meios para cumpri-las, surgindo daí a vinculação de recursos ao financiamento do ensino. De nada valeriam as rigorosas sanções, previstas pela legislação, se permanecesse ausente o instrumento para a garantia do direito.

O artigo 212, caput, da Carta Magna, dispõe que “a União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os estados, o Distrito Federal e os municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendendo a proveniente das transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino”.

A Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado, 001 de 15 de dezembro de 1997 em seu artigo 123 dispõem que o Município aplicará à educação e ao ensino, anualmente, no mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos compreendida e proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, não incluídas as provenientes de transferências. Estes serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigido as escolas comunitárias, ou filantrópicas, definidas em lei federal.

Os recursos para a Educação Infantil e Ensino Fundamental, têm sua origem nos impostos tributários do Município e, em transferências estaduais e federais, como o Salário Educação, FUNDEB, Programa Nacional do Transporte Escolar (PNATE), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE e PNAC), Programa Brasil Carinhoso, Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Exceto os recursos da Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), os demais são calculados com base no número de alunos matriculados e informados no censo escolar do ano anterior.

Uma análise do comportamento dos principais grupos de despesas realizadas com os recursos municipais, vinculados ao financiamento do ensino permite verificar e planejar base orçamentária, para a vigência deste Plano Municipal de Educação, conforme segue:

TABELA 30: Investimento anual do município em educação

INVESTIMENTO	2012	2013	2014
%	32,52	35,39	29,62
R\$	2.608.295,05	2.978.951,98	2.696.717,34

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, 2015.

TABELA 31: Receitas do município para educação

RECEITAS (R\$)	2012	2013	2014
FUNDEB	R\$ 1.117.225,39	R\$ 1.339.933,74	R\$ 1.380.859,86
Salário Educação	R\$ 97.162,70	R\$ 123.927,26	R\$ 146.309,29
Programa Nacional do Transporte Escolar (PNATE)	R\$ 69.228,31	R\$ 60.889,37	R\$ 28.340,56
Programa de Atenção a criança Brasil Carinhoso	R\$ 4.927,20	R\$ 4.711,80	R\$ 10.399,34
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE e PNAC)	R\$ 32.856,00	R\$ 29.776,00	R\$ 27.776,00
Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	R\$ 37.224,04	R\$ 24.640,00	R\$ 5.800,00
TOTAL	R\$ 1.358.623,64	R\$ 1.583.878,17	R\$ 1.599.485,05

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, 2015.

TABELA 32: Despesa do município para educação

RECEITAS (R\$)	2012	2013	2014
Educação Infantil	R\$ 42.693,31	R\$ 300.944,21	R\$ 695.980,62
Ensino Fundamental	R\$ 2.426.132,81	R\$ 2.429.331,67	R\$ 2.000.736,72

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, 2015.

TABELA 33: Recursos públicos municipais destinados à educação

ANO	EDUCAÇÃO INFANTIL	ENSINO FUNDAMENTAL	DESPESAS EDUCAÇÃO	TOTAL
2012	R\$ 42.693,31	R\$ 2.565.601,74	-	R\$ 2.608.295,05
2013	R\$ 300.944,21	R\$ 2.678.007,77	-	R\$ 2.978.951,98
2014	R\$ 695.980,62	R\$ 2.000.736,72	-	R\$ 2.696.717,34

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, 2015.

TABELA 34: Despesas com educação por categoria econômica

ANO	PESSOAL	OUTRAS	TOTAL
2012	R\$ 1.690.453,33	R\$ 917.841,72	R\$ 2.608.295,05
2013	R\$ 1.693.176,31	R\$ 1.535.957,98	R\$ 3.229.921,72
2014	R\$ 1.800.891,35	R\$ 895.825,99	R\$ 2.696.717,34

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, 2015.

TABELA 35: Despesas de capital

ANO	OBRAS E INSTALAÇÕES	EQUIP. MATERIAL PERMANENTE	TOTAL
2012	R\$ 115.031,92	R\$ 24.784,33	R\$ 139.816,25
2013	R\$ 20.000,00	R\$ 593.533,33	R\$ 613.533,33
2014	R\$ 179.438,36	R\$ 101.376,08	R\$ 280.814,44

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, 2012.

Quanto à gestão da educação o Município está em conformidade com a legislação vigente, com relação à responsabilidade municipal, no que diz respeito aos níveis de ensino. O Município possui Sistema Municipal de Ensino, Lei Municipal nº 055 de 08 de agosto de 1998, bem como a regulamentação do ensino de nove anos através do Decreto Municipal nº 004 de 20 de fevereiro de 2006. Possui Conselho Municipal de Educação, devidamente regularizado por Lei Municipal nº 056 de 08 de abril de 1998.

O município não possui Projeto Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação, ou seja, da rede municipal, existindo somente os PP's nas unidades escolares.

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes coordena, em sua rede municipal de ensino, duas unidades de Ensino Fundamental, dois Centros de Educação Infantil. Deste total, uma instituição de Educação Infantil e uma instituição de Ensino Fundamental estão localizadas na zona rural do município.

Em regime de colaboração com a Secretaria Estadual de Educação, funciona também no Município o Centro de Educação de Jovens e Adultos (EJA) que atende ao Ensino Fundamental e Médio através de convênio com o CEJA de Ituporanga.

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes está localizada em prédio da prefeitura, necessitando de algumas melhorias em termos de ampliação de espaço físico e equipamentos adequados, bem como de recursos humanos especializados nas áreas administrativa, financeira e estatística.

Tecnologicamente, para atender o desenvolvimento dos trabalhos de gerenciamento, junto às unidades, sob a sua jurisdição, a secretaria conta com

microcomputadores, disponibilizados nos seus setores, visando a formulação de documentação específica e reprodução de atividades a serem trabalhadas pelos gestores escolares. Equipamentos como gravador, máquina fotográfica, data show, são disponibilizados ao setor,

fazendo parte de seu acervo. Outros equipamentos tecnológicos, necessários ao desempenho de atividades correlatas ao atendimento gerencial, são disponibilizados por outros setores da prefeitura.

A atual estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes está disposta na Lei Complementar nº 47 de 01 de dezembro de 2010, estando composta dos seguintes segmentos:

- Secretário Municipal;
- Diretor de Ensino;
- Chefe de Divisão de Cultura;
- Chefe de Divisão de Esportes;
- Coordenador Administrativo;
- Coordenadora Pedagógica;
- Assessor Técnico;
- Secretária de Escola.

## 5.2 Diretrizes

Determinar diretrizes na área da educação exige a quantificação dos recursos disponíveis para a manutenção e o desenvolvimento do ensino. A principal diretriz para o financiamento da educação envolve a vinculação constitucional de recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme artigo 212 da Constituição Federal.

A grande inovação trazida por legislações refere-se à vinculação de quantidade percentual nos seguintes impostos ou fundo de impostos:

- ISS (Imposto sobre Serviços);
- ITBI (Imposto de Transmissão de Bens Imóveis);
- IPTU (Imposto Predial territorial urbano);
- IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte).

Sendo estes um meio de redistribuir recursos financeiros entre o estado e seus municípios. O artigo 212 da Constituição Federal é suficientemente claro: os municípios aplicarão, anualmente, pelo menos 25% da receita de impostos, próprios e transferidos, na manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE).

A transparência na distribuição e gestão dos recursos financeiros para o Município de Chapadão do Lageado deve constituir-se numa diretriz da maior importância. O Conselho Municipal de Educação e o Conselho do FUNDEB, conforme previstos na legislação que trata do tema desempenham suas funções com total autonomia, tendo acesso não somente às informações referentes aos recursos do FUNDEB, mas a todos os demais recursos destinados à educação.

A educação é responsabilidade do Estado e da sociedade e, não apenas, de um órgão, cujo papel central refere-se à educação escolar, mas que deve reunir competência de apoio técnico ou de apoio financeiro entre as diversas áreas, destacando-se entre elas saúde e ação social. A educação não é uma preocupação isolada, deve envolver todo o governo, permeando todas as suas ações.

Para uma gestão eficiente, há que se promover um autêntico regime de colaboração entre união, estado e município, para que as competências fiquem bem definidas, como é o caso do transporte escolar, que deve envolver ações entre os entes federados.

A transparência da gestão de recursos financeiros e o exercício de controle social permitirão garantir, a efetiva, aplicação dos recursos destinados à educação. A LDB facilita amplamente essa tarefa ao estabelecer o repasse automático dos recursos vinculados ao órgão gestor e ao regulamentar quais as despesas admitidas, como gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino.

Neste sentido, é fundamental que se fortaleça e promova a efetiva desburocratização e descentralização da gestão nas dimensões pedagógicas, administrativas e normativas implantando, definitivamente, a gestão democrática.

Para tanto, é imprescindível o fortalecimento do Conselho Municipal de Educação, que reúne competência técnica e representativa dos diversos setores educacionais para atuação na gestão do sistema.

Na evolução de todo esse processo, a organização de espaços, tais como o Fórum Municipal de Educação, envolvendo toda a comunidade escolar e a sociedade organizada, é imprescindível, para a promoção de amplo debate sobre as questões da educação pública gratuita e de qualidade, para que se garanta também o cumprimento do disposto no artigo 11 da LDB, fortalecendo as ações do Município quanto a sua atuação.

## CAPÍTULO VI – ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO

O Plano Municipal de Educação de Chapadão do Lageado, pensado, discutido e elaborado de forma coletiva, pela Comissão de Elaboração, mediante discussão transparente com o conjunto da sociedade, deve ter aprovação da Câmara Municipal. Prevê o acompanhamento e avaliação que pode garantir a continuidade das ações, ao longo do tempo, e nas diversas circunstâncias em que se desenvolverão.

A implantação com sucesso, do Plano Municipal de Educação no Município de Chapadão do Lageado, depende, não somente, da mobilização e vontade política das forças sociais e institucionais, mas também de mecanismos e instrumentos de acompanhamento e avaliação nas diversas ações a serem desenvolvidas no ensino, durante os dez anos de sua vigência.

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, na figura do Gestor Municipal de Educação, e o Conselho Municipal de Educação são responsáveis pela coordenação do processo de implantação e consolidação do plano, formando um grupo de avaliação e acompanhamento. Desempenharão também, um papel essencial nessas funções, o poder legislativo, o poder judiciário e a sociedade civil organizada. Assim, sob uma ótica ampla e abrangente, o conjunto das instituições envolvidas, sejam elas governamentais ou não, assumirá o compromisso de acompanhar e avaliar as diretrizes, os objetivos e as metas aqui estabelecidas, sugerindo, sempre que necessário, as intervenções para correção ou adaptação no desenvolvimento das metas.

Os objetivos e as metas, deste plano, somente poderão ser alcançados se ele for concebido e acolhido como Plano do Município e, por isso, assumido como um compromisso da sociedade para consigo mesma. Sua aprovação pela Câmara Municipal, o acompanhamento e a avaliação pelas instituições governamentais e da sociedade civil, são fatores decisivos, para que a educação produza a grande mudança no panorama do desenvolvimento educacional da inclusão social e da cidadania plena.

Cabem, portanto, às equipes de avaliação e fiscalização o acompanhamento, a adoção de medidas judiciais e outras providências cabíveis,

para o cumprimento das diretrizes e metas deste plano. Ao poder público e à iniciativa privada cabe a responsabilidade, pela execução deste plano e, a disponibilização de todas as informações necessárias a seu acompanhamento e fiscalização, por parte da sociedade. É fundamental que a avaliação seja efetivamente realizada, de forma periódica e contínua e, que, o acompanhamento seja voltado à análise de aspectos qualitativos e quantitativos do desempenho do PME, tendo em vista possíveis ações corretivas.

## CAPITULO VII - METAS E ESTRATÉGIAS

**META 1:** Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 60% (sessenta por cento) das crianças de até 03 (três) anos até o final da vigência deste Plano.

### ESTRATÉGIAS:

1.1 Garantir que o currículo e as propostas pedagógicas da Educação Infantil atendam aos princípios estabelecidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais, para este nível de ensino;

1.2 Ampliar, a partir da aprovação deste plano, gradativamente, a oferta de atendimento à Educação Infantil, de forma a atender, em cinco anos, 60% das crianças de zero a três anos, que procuram vagas nos centros municipais de Educação Infantil;

1.3 Garantir, a partir da aprovação deste plano, a oferta de atendimento à Educação Infantil, de forma a atender, 100% das crianças da pré-escola, na faixa etária de quatro e cinco anos;

1.4 Garantir, gradativamente, durante a vigência deste plano, atendimento às crianças com necessidades educacionais especiais, nas instituições municipais de Educação Infantil, prevendo infraestrutura necessária e atendimento às especificidades com profissionais especializados, respeitando o direito ao atendimento adequado em seus diferentes aspectos;

1.5 Estabelecer, gradativamente, após a aprovação deste plano, que todas as instituições de atendimento à Educação Infantil, no Município, busquem adequar-se à legislação educacional vigente, no que trata da organização dos grupos de atendimento (número de crianças por turmas e faixa etária);

1.6 Construir, até o quinto ano de vigência deste Plano, um prédio próprio, para atendimento de crianças de até cinco anos, que atenda os padrões mínimos de infraestrutura, para o funcionamento adequado desta modalidade (conforme item 1.7);

1.7 Estabelecer, que num prazo de cinco anos, toda a unidade escolar, que possui Educação Infantil, tenha os padrões mínimos de infraestrutura para o funcionamento adequado desta modalidade, que são:

- espaço para recepção;
- sala de professores, de serviços administrativos, pedagógicos e de apoio;
- salas para atividades das crianças, com boa ventilação e iluminação, com mobiliário e equipamentos adequados.
- refeitório, instalações e equipamentos para o preparo de alimentos, que atendam as exigências de nutrição, saúde, higiene e segurança, nos casos de oferecimento de alimentação;
- instalações sanitárias completas, suficientes e próprias para o uso das crianças;
- instalações sanitárias para o uso exclusivo dos adultos;
- locais de higienização, com balcão e pia;
- área coberta para atividades externas, compatível com a capacidade de atendimento, por turno;
- parque infantil;

1.8 Autorizar, a partir da aprovação deste plano, somente, construção e funcionamento de instituições de Educação Infantil, que atendam aos padrões mínimos de infraestrutura, definidos nacionalmente e na meta anterior;

1.9 Assegurar, durante a vigência deste plano, somente a admissão de professores na Educação Infantil, que possuam a titulação ou estejam frequentando curso de licenciatura em Pedagogia;

1.10 Estabelecer, a partir do primeiro ano de vigência deste plano, que para assumir a direção das instituições municipais de Educação Infantil, o profissional possua formação em nível superior na área da educação;

1.11 Garantir, para os próximos cinco anos de vigência deste plano, nos Centros de Educação Infantil, um profissional efetivo, para atuar na coordenação pedagógica, podendo ser do quadro existente;

1.12 Promover, até o quinto ano da vigência deste plano, o processo de eleição dos diretores dos centros de Educação Infantil, regulamentado através de ato legal próprio, envolvendo toda a comunidade escolar;

1.13 Assegurar, durante a vigência deste plano, a formação continuada dos profissionais da Educação Infantil, de forma, que os mesmos atendam as necessidades reais e as peculiaridades desta etapa de ensino;

1.14 Assegurar, durante a vigência deste plano, que as instituições de Educação Infantil, reformulem seus projetos pedagógicos, contando sempre com a participação efetiva dos profissionais da educação e comunidade escolar, nelas envolvidos;

1.15 Fortalecer, a partir do primeiro ano de vigência deste plano, os mecanismos de colaboração entre os setores da educação, saúde e assistência social, para o atendimento das instituições de Educação Infantil, de acordo com as suas necessidades;



1.16 Oferecer sempre, alimentação escolar de qualidade para as crianças atendidas na Educação Infantil da rede municipal, através de recursos próprios, somados aos do estado e união;

1.17 Assegurar, durante a vigência deste plano, o fornecimento de material pedagógico adequado às faixas etárias e às necessidades do trabalho educacional, desenvolvido nas instituições municipais de Educação Infantil;

1.18 Promover, durante a vigência deste plano, formas de participação da comunidade escolar local, para apoiar a melhoria do funcionamento das instituições de Educação Infantil, ampliando a gestão democrática, proposta pela Secretaria Municipal de Educação;

1.19 Assegurar, durante a vigência deste plano, a oferta semestral de reuniões com os pais dos alunos, atendidos nas instituições de Educação Infantil, como forma de integrá-los ao processo educacional;

1.20 Garantir atendimento da Educação Infantil, na modalidade pré-escolar, nos estabelecimentos de ensino, situados na zona rural, enquanto houver demanda suficiente para manter a estrutura.

1.21 Promover, durante a vigência deste plano, discussões com as empresas sobre o direito dos trabalhadores à assistência gratuita a seus filhos e dependentes em creches e pré-escolas, conforme estabelecido na Constituição Federal e na CLT, art. 389, §1º e §2º;

1.22 Assegurar, durante a vigência deste plano, que sejam aplicados todos os recursos financeiros, previstos em lei, para esta etapa de ensino;

1.23 Promover, durante a vigência deste plano, estudos e discussões sobre as propostas pedagógicas dos estabelecimentos de ensino, a fim de que haja maior compreensão e efetivação de sua prática, pelos profissionais de cada instituição das unidades de Educação Infantil, quando necessário;

1.24 Realizar, periodicamente, o censo da Educação Infantil, visando detectar a demanda de crianças para este nível de ensino, nas diferentes localidades do Município de forma a possibilitar o atendimento neste nível de ensino;

1.25 Expandir o atendimento das crianças de 0 a 5 anos, gradativamente, em creches e pré-escolas até atingir, a meta exposta.

1.26 Garantir, a partir do primeiro ano de vigência deste Plano, que o Programa Saúde na Escola aconteça, anualmente, com o objetivo de contribuir para a formação integral dos estudantes, por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino.

META 2: Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos, para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e, garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste Plano.

#### ESTRATÉGIAS:

2.1 Garantir, o Ensino Fundamental obrigatório de nove anos, a todas as crianças e adolescentes, de 6 a 14 anos, no que tange os anos iniciais do Ensino Fundamental, assegurando o seu ingresso e permanência na escola e a conclusão desse ensino. Ação a ser realizada em regime de colaboração, com o Governo do Estado de Santa Catarina;

2.2 Assegurar, a universalização plena do ensino obrigatório, a toda clientela do Ensino Fundamental, no prazo de quatro anos, a partir da aprovação deste plano, primando pela qualidade do processo ensino-aprendizagem e, procedendo ao mapeamento da demanda escolar, como recurso diagnóstico e norteador de ações voltadas à garantia do cumprimento desta meta, feito por meio de censo educacional e populacional das crianças, adolescentes e jovens, fora da escola;

2.3 Garantir, a partir do primeiro ano de vigência deste plano, a inclusão da ampliação do atendimento do Ensino Fundamental de nove anos, no Projeto Pedagógico, prevendo recursos físicos, pedagógicos e profissionais para implantação desta proposta;

2.4 Realizar, censos periódicos do Ensino Fundamental, visando detectar a demanda por escolas nas diferentes localidades do Município;

2.5 Despender meios para a correção do fluxo escolar, reduzindo em 50% as taxas de repetência, evasão e distorção idade/série, em todas as redes de ensino, no período de quatro anos, a partir da aprovação do PME, por meio de programas e projetos que garantam aceleração nas séries/anos e a efetiva aprendizagem.

2.6 Ampliar, gradativamente a jornada escolar, com o objetivo de expandir a escola de tempo integral que abranja um período de, pelo menos, sete horas diárias, contemplando atividades que desenvolvam as múltiplas dimensões humanas e, disponibilizando infraestrutura física, humana e de material às respectivas unidades escolares;

2.7 Garantir, adequações arquitetônicas nas escolas públicas municipais, observando o atendimento às regras de acessibilidade, previstas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), com o objetivo de favorecer a igualdade de acesso e as condições de permanência aos alunos, com ou sem deficiência, em suas sedes, assegurando o direito de todos os estudantes compartilharem os espaços comuns de aprendizagem;

2.8 Ampliar e adequar, os prédios das escolas municipais hoje existentes, possibilitando a todos o uso de novas tecnologias no ensino, com a instalação de espaços, como as bibliotecas multimídia, as salas de informática e outras, conforme o projeto pedagógico da escola;

2.9 Assegurar condições, para que todas as escolas, progressivamente, no exercício de sua autonomia, executem seus projetos pedagógicos, com observância das Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental, dos Parâmetros Curriculares Nacionais, das Diretrizes Curriculares Municipais, das Matrizes Curriculares e das necessidades específicas de cada uma, considerando sua clientela, sua comunidade, seus profissionais e seu entorno;

2.10 Assegurar condições, para a melhoria do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) em escolas de Ensino Fundamental;

2.11 Dar continuidade, ao provimento de equipamentos, mobiliários e materiais didático-pedagógicos necessários e adequados ao funcionamento eficiente das escolas e do processo de aprendizagem;

2.12 Assegurar, na proposta pedagógica da escola, o atendimento das crianças e adolescentes com necessidades especiais;

2.13 Assegurar, a avaliação do desempenho das escolas de Ensino Fundamental, com a participação da comunidade e a partir dos dados de auto-avaliação e de avaliação externa, elencar propostas para solucionar os problemas elencados, essa avaliação será semestralmente em reuniões com pais e professores;

2.14 Apoiar, incentivar e assegurar a instalação de organizações estudantis, como espaço de participação democrática, formação de lideranças políticas e exercício da cidadania;

2.15 Dar continuidade, à assessoria nas escolas quanto à dinamização dos seus conselhos e outras formas de participação da comunidade escolar, para melhoria das instituições de Ensino Fundamental e enriquecimento das oportunidades educativas e dos recursos pedagógicos;

2.16 Dar continuidade a formação continuada aos profissionais da educação, visando sua total competência para atuar com alunos do Ensino Fundamental, inclusive por meio de parcerias com outras instituições;

2.17 Autorizar e incentivar, a participação dos professores das escolas municipais de Ensino Fundamental, bem como dos demais profissionais que atuam nessas escolas, em congressos, simpósios, encontros, fóruns e outros eventos relacionados à educação, dentro do Programa de Formação Continuada de Educadores;

2.18 Incrementar, com recursos próprios e em regime de colaboração com os governos federal e estadual, a oferta de transporte aos alunos matriculados no ensino público da rede municipal e, supletivamente da rede estadual, prioritariamente residentes no meio rural e em lugares distantes das unidades escolares;

2.19 Operacionalizar, um currículo que contemple a transdisciplinaridade, trabalhando as diferenças étnico-culturais, os temas transversais emanados das Diretrizes Curriculares Nacionais e Estaduais, bem como as características locais específicas;

2.20 Dotar, as escolas de infraestrutura, com recursos humanos, materiais e financeiros, para desenvolver projetos na área de educação ambiental;

2.21 Tornar viável, apoio aos professores de classes com alunos portadores de necessidades educativas especiais, mediante oferta de assessoramento e suporte pedagógico e qualificação dos mesmos, além da disponibilização de auxiliares em turmas onde se fizer necessário;

2.22 Expandir, a oferta das bibliotecas escolares com obras de literatura, textos científicos, obras básicas de referência e livros didático-pedagógicos de apoio ao professor, assim como acervo áudio-visual;

2.23 Implantar laboratórios de informática e acesso à internet, como instrumento avançado de pesquisa, informação e conhecimento, bem como, equipamentos multimídia, bibliotecas, videotecas, brinquedotecas e quadras cobertas;

2.24 Promover a participação da comunidade na gestão das escolas, criando os Conselhos Escolares ou órgãos equivalentes, para que todos assumam seu compromisso com o desenvolvimento das crianças e jovens, promovendo encontros de formação sobre: prevenção da saúde, higiene, orientação sexual, educação e limites, tecnologia, obesidade, alimentação saudável;

2.25 Construção de uma unidade escolar no centro do Município, com a finalidade de atender a maioria dos alunos matriculados no Ensino Fundamental, com maior e melhor infraestrutura física;

2.26 Assegurar que o Conselho Municipal de Educação coordene a orientação, o acompanhamento e a execução das políticas públicas, para o cumprimento da legislação das instituições públicas, garantir que o poder público estabeleça parcerias entre as varias esferas de poder e com a sociedade civil, no intuito de garantir o atendimento ao Ensino Fundamental, com base nos padrões gerais de qualidade, garantir que as instituições públicas assumam a responsabilidade de manutenção dos padrões gerais de qualidade, na vigência deste plano;

2.27 Implantar, durante a vigência deste plano, um sistema de avaliação, a fim de diagnosticar o nível de desempenho dos alunos do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, e desenvolver ações direcionadas à superação das dificuldades, apresentadas, com objetivo de melhorar a qualidade do ensino;

2.28 Desenvolver, durante a vigência deste plano, projetos de literatura nas escolas da rede municipal de ensino, disponibilizando profissionais capacitados para este trabalho;

2.29 Assegurar, enquanto houver demanda, o pleno funcionamento do Ensino Fundamental da rede municipal, na zona rural, com professores capacitados para atender as especificidades da educação no campo;

2.30 Assegurar, a partir do primeiro ano de vigência deste plano, a oferta do ensino da língua estrangeira (Inglês) para os alunos do Ensino Fundamental da rede pública municipal com professores capacitados nesta área;

2.31 Disseminar, em todas as Redes de Ensino, a cultura de valorização, conservação, segurança e manutenção do patrimônio;

2.32 Apoiar e incentivar, as organizações estudantis, reconhecendo-as como espaço de participação e exercício da cidadania.

2.33 Assegurar, durante a vigência deste plano, a oferta semestral de reuniões com os pais dos alunos, atendidos nas instituições municipais de Ensino Fundamental, como forma de integrá-los ao processo educacional;

2.34 Promover, até o quinto ano da vigência deste plano, o processo de eleição dos diretores dos centros municipais de Ensino Fundamental, regulamentado através de ato legal próprio, envolvendo toda a comunidade escolar;

2.35 Garantir, durante a vigência deste plano, um profissional que atue na coordenação pedagógica, dentro das Unidades Escolares.

2.36 Garantir que o Programa Saúde na Escola aconteça, anualmente, com o objetivo de contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e adolescentes da rede pública de ensino.

META 3: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste Plano, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%, nesta faixa etária;

#### ESTRATÉGIAS:

3.1 Ampliar o acesso escolar dos egressos do Ensino Fundamental ao Ensino Médio até o final da vigência deste plano;

3.2 Formular e implementar, progressivamente, política de gestão da infraestrutura física na educação básica pública, que assegure:

a) a expansão gradual do número de escolas públicas de Ensino Médio, de acordo com as necessidades de infraestrutura identificadas ao longo do processo de reordenamento da rede física atual;

b) no prazo de três anos, a contar da vigência deste plano, o atendimento da totalidade dos egressos do Ensino Fundamental e a inclusão dos alunos com defasagem de idade e dos que possuem necessidades especiais de aprendizagem;

3.3 Melhorar o aproveitamento dos alunos do Ensino Médio, de forma a atingir níveis satisfatórios de desempenho, definidos e avaliados pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica;

3.4 Assegurar em regime de colaboração, padrões mínimos de infraestrutura para o Ensino Médio, compatíveis com as legislações vigentes, incluindo espaço, iluminação, ventilação, instalações sanitárias e condições para a manutenção da higiene em todos os edifícios escolares, espaços para a prática da cultura corporal (danças, esportes e outros), espaço para a biblioteca, adaptação dos edifícios escolares para o atendimento dos alunos portadores de necessidades educacionais especiais, instalação para laboratórios de ciências, informática e equipamento multimídia para o ensino, atualização e ampliação do acervo das bibliotecas incluindo material bibliográfico de apoio ao professor e aos alunos, equipamento didático-pedagógico de apoio ao trabalho em sala de aula;

3.5 Criar mecanismos, como conselhos ou equivalentes, para incentivar a participação da comunidade na gestão, manutenção e melhoria das condições de funcionamento das escolas;

3.6 Adotar medidas para ampliar a oferta de vagas escolares, nos turnos diurno e noturno, de modo a garantir o atendimento adequado inclusive dos alunos que trabalham;

3.7 Associar, sempre que possível, ao Ensino Médio, para jovens e adultos, a oferta de cursos básicos de formação profissional;

3.8 Estabelecer parcerias com universidades, instituições públicas, entidades industriais, comerciais, rurais, CIEE (Centro Integrado Empresa-Escola de Santa Catarina) e instituições diversas, para o desenvolvimento de estágios remunerados;

3.9 Promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos estudantes dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem pólos de criação e difusão cultural e prática desportiva, integrada ao currículo escolar.

3.10 Contribuir com a universalização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), fundamentado em matriz de referência do conteúdo curricular do ensino médio e em técnicas estatísticas e psicométricas que permitam comparabilidade de resultados, articulando-o com o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), e promover sua utilização como instrumento de avaliação sistêmica, para subsidiar políticas públicas para a educação básica, de avaliação certificadora, possibilitando aferição de conhecimentos e habilidades adquiridos dentro e fora da escola, e de avaliação classificatória, como critério de acesso à educação superior.

3.11 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos jovens beneficiários de programas de transferência de renda, bem como dos sujeitos em situações de discriminação, preconceito e violência, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, buscando a colaboração com as famílias, de forma intersetorial.

3.12 Promover a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos fora da escola, de forma intersetorial com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude.

3.13 Implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou por quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas à exclusão.

3.14 Estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas.

3.15 Estimular e acompanhar a celebração de convênios entre empresas e escolas de educação básica, profissional e tecnológica para oportunizar estágio, possibilitando o acesso ao mundo do trabalho.

3.16 Avaliar, até o 5º (quinto) ano de vigência desse Plano, o dispositivo da Lei Complementar nº 170/1998, que trata do número de estudantes por turma.

**META 4:** Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos de idade com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais e serviços especializados, públicos ou conveniados, nos termos do Art. 208, inciso III, da Constituição Federal, do Art. 163 da Constituição Estadual e do Art. 24 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada por meio do Decreto Legislativo nº 186/2008, com status de emenda constitucional, e promulgada pelo Decreto nº 6.949/2009, e nos termos do Art. 8º do Decreto nº 7.611/2011, que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências, até o último dia de vigência desse Plano.

#### **ESTRATÉGIAS:**

4.1 Garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado.

4.2 Contribuir na contabilização, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), as matrículas dos estudantes da educação regular da rede pública que recebam atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular, e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na educação especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o Poder Público e com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei nº 11.494/2007.

4.3 Promover, no prazo de vigência deste Plano, a universalização do atendimento escolar à demanda manifestada pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos de idade com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

4.4 Implantar, implementar e manter ao longo deste Plano, Centro de Referência Multifuncional, para atender a demanda de alunos necessidades educacionais especiais e, fomentar a formação continuada de professores para o ensino regular e para o atendimento educacional especializado nas escolas regulares e nas instituições especializadas públicas e conveniadas.

4.5 Garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, preferencialmente em escolas da rede regular de ensino ou em instituições especializadas, públicas ou conveniadas, nas formas complementar ou suplementar, a todos os estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, matriculados em escolas de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o estudante.

4.6 Estimular a criação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas, conveniados com a Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE) e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia, para apoiar o trabalho dos professores da educação básica com estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação.

4.7 Manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível, da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, da alimentação escolar adequada a necessidade do estudante, garantindo a segurança alimentar e nutricional, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos estudantes com altas habilidades ou superdotação.

4.8 Garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos estudantes surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos, em escolas inclusivas, nos termos do Art. 22 do Decreto nº 5.626/2005, e dos Arts. 24 e 30, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille para cegos e surdocegos.

4.9 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação beneficiários de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e

à juventude.

4.10 Fomentar pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação.

4.11 Promover o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais que atendam as especificidades educacionais de estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação que requeiram medidas de atendimento especializado.

4.12 Promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar na educação de jovens e adultos das pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida.

4.13 Apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores do atendimento educacional especializado, segundo professor de turma, cuidadores, professores de áreas específicas, tradutores e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdocegos, professores de Libras e professores bilíngues.

4.14 Promover parcerias com instituições especializadas, conveniadas com o poder público, visando à ampliação da oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino.

4.15 Garantir que as escolas de educação básica promovam espaços para participação das famílias na elaboração do projeto pedagógico na perspectiva da educação inclusiva.

4.16 Desenvolver e consolidar políticas de produção e disseminação de materiais pedagógicos adaptados à educação inclusiva para as bibliotecas da educação básica.

4.17 Ampliar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar à escolarização de estudantes da educação especial, matriculados na rede pública de ensino, a oferta da educação bilíngue libras/língua portuguesa em contextos educacionais inclusivos e garantia da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, informações, nos materiais didáticos e nos transportes.

4.18 Disponibilizar recursos de tecnologia assistiva, serviços de acessibilidade e formação continuada de professores, para o atendimento educacional especializado complementar nas escolas.

4.19 Oferecer semestralmente cursos de capacitação aos profissionais da educação de classes comuns, como: LIBRAS, comunicação alternativa entre outros;

4.20 Oferecer serviço de apoio pedagógico no contra turno para todos os alunos que necessitam, após avaliação da equipe multiprofissional, através de laudo comprobatório, para tal atendimento;

4.21 Intermediar junto à Secretaria Municipal da Saúde ou outras instituições, o atendimento de alunos que necessitem atenção especial, como consultas médicas especiais, próteses, cadeiras de roda, aparelhos auditivos, óculos, aparelhos ortopédicos;

4.22 Organizar no Município em parceria com as áreas de saúde e assistência, programas destinados a ampliar a oferta da estimulação precoce (interação educativa adequada) para crianças com necessidades educacionais especiais, em instituições especializadas ou regulares de educação infantil, especialmente creches;

4.23 Garantir que o Programa Saúde na Escola aconteça, anualmente, com o objetivo de contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino.

4.24 Garantir, a partir do primeiro ano de vigência deste plano, que no projeto pedagógico das instituições municipais de ensino, se defina claramente o processo de inclusão escolar, nas etapas e modalidades de ensino de competência do Município, com oferta de formação continuada específica e suporte técnico;

4.25 Assegurar, durante a vigência deste plano, através do Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, a valorização do professor que possua formação específica e que esteja atuando nos diversos programas de educação especial;

4.26 Assegurar e ampliar, a partir do primeiro ano de vigência deste plano, o atendimento da equipe multiprofissional (fonoaudiólogo, psicólogo e psicopedagogo), para a realização de avaliações e acompanhamento psicopedagógico, na rede municipal de ensino;

4.27 Divulgar no Município os dias de cada deficiência.

4.28 No prazo de validade deste plano, enviar recursos administrativos, humanos e financeiros entre entidades públicas e privadas para



a implantação do SAED na rede municipal de ensino, para que as crianças e jovens não precisem se deslocar para outro município para serem atendidos.

**META 5:** Alfabetizar todas as crianças aos 6 (seis) anos de idade ou, até no máximo, aos 8 (oito) anos de idade no Ensino Fundamental.

**ESTRATÉGIAS:**

5.1 Estruturar os processos pedagógicos de alfabetização, nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos(as) professores(as) alfabetizadores, a fim de garantir a alfabetização plena, de todas as crianças, até o final do terceiro ano do ensino fundamental.

5.2 Instituir instrumentos de avaliação sistêmica, periódica e específica, para aferir a alfabetização das crianças, bem como, estimular os sistemas de ensino e as escolas a criar os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento.

5.3 Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras, que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade.

5.4 Garantir a alfabetização de crianças do campo, indígenas, quilombolas e de populações itinerantes, com a produção de materiais didáticos específicos, e desenvolver instrumentos de acompanhamento que considerem o uso da língua materna pelas comunidades indígenas e a identidade cultural das comunidades quilombolas.

5.5 Promover e estimular a formação inicial e continuada de professores para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação stricto sensu e ações de formação continuada de professores para a alfabetização.

5.6 Criar políticas para a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal.

5.7 Promover, em consonância com as Diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários e agentes da comunidade, para atuarem como mediadores da leitura.

5.8 Implantar, até o segundo ano de vigência do Plano, programas de incentivo à leitura.

5.9 Assegurar e ampliar, a partir do primeiro ano de vigência deste plano, o atendimento da equipe multiprofissional (fonoaudiólogo, psicólogo e psicopedagogo), para a realização de avaliações e acompanhamento psicopedagógico, na rede municipal de ensino.

**META 6:** Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica, até o final da vigência deste Plano;

**ESTRATÉGIAS:**

6.1 Promover, em regime de colaboração com a União e o Estado, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos estudantes na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias, durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola.

6.2 Instituir, em regime de colaboração, programa de construção e/ou adequação de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, para assim ajudar a combater o Trabalho Infantil.

6.3 Aderir, em regime de colaboração, ao programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios cobertos, depósitos adequados para armazenar gêneros alimentícios, banheiros e outros equipamentos, bem como, da produção de material didático e da formação de recursos humanos, para a educação em tempo integral.

6.4 Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas, planetários e zoológico.

6.5 Atender às escolas do campo, de comunidades indígenas e quilombolas, dos povos nômades e de comunidades tradicionais, com oferta de educação em tempo integral baseada em consulta prévia, considerando-se as peculiaridades locais.

6.6 Garantir a educação em tempo integral, para pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, na faixa etária de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos idade, assegurando atendimento educacional especializado complementar e suplementar, ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas, bem como, profissionais habilitados.

6.7 Adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos estudantes na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas, culturais e ações de educação nutricional.

6.8 Assegurar alimentação escolar que contemple a necessidade nutricional diária dos estudantes que permanecem na escola em tempo

integral, conforme legislação específica.

**META 7:** Fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias municipais no IDEB:

IDEB	2013	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do ensino fundamental	5,3	5,6	5,8	6,1	6,3
Anos finais do ensino fundamental	5,0	4,9	5,1	5,4	5,6
Ensino Médio	3,6	4,4	4,8	5,1	5,3

#### ESTRATÉGIAS:

7.1 Estabelecer e implantar, mediante pactuação Inter federativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes, para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitando-se a diversidade estadual, regional e local.

#### 7.2 Assegurar que:

- a) no quinto ano de vigência deste Plano, pelo menos, 70% (setenta por cento) dos estudantes do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado, em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo e, 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável;
- b) no último ano de vigência deste Plano, todos os estudantes do ensino fundamental e do ensino médio, tenham alcançado nível suficiente de aprendizado, em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo e, 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável.

7.3 Induzir processo contínuo de auto-avaliação das escolas da rede pública, por meio da constituição de instrumentos de avaliação, que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática.

7.4 Formalizar e executar os planos de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas, para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro, voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e, à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar.

7.5 Colaborar no desenvolvimento de indicadores específicos de avaliação da qualidade da educação especial, bem como da qualidade da educação bilíngue para surdos.

7.6 Incentivar o desenvolvimento, selecionar, referendar e divulgar tecnologias educacionais para o ensino fundamental e médio e incentivar práticas pedagógicas inovadoras, que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como, o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas.

7.7 Garantir transporte gratuito, com acessibilidade para todos os estudantes da educação do campo, na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e financiamento compartilhado, em regime de colaboração com o Estado e a União, proporcional às necessidades dos entes federados, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento, a partir de cada situação local.

7.8 Universalizar, em regime de colaboração com a União, Estado e Municípios até o quinto ano de vigência deste Plano, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e triplicar, até o final da década, a relação computador/estudante nas escolas da rede pública de ensino, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação.

7.9 Prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais, em regime de colaboração entre União, Estado e Município, para a utilização pedagógica no ambiente escolar, a todas as escolas públicas da educação básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas, nas instituições educacionais, com acesso as redes digitais de computadores, inclusive a internet.

7.10 Assegurar, a todas as escolas públicas de educação básica, o acesso à energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos, garantir o acesso dos estudantes a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e, em cada edifício escolar, garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência.

7.11 Aderir e participar, em regime de colaboração, de programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas, visando à equalização regional das oportunidades educacionais.

7.12 Aderir, colaborar e participar em regime de colaboração com a União, o Estado e os Municípios, na elaboração dos parâmetros mínimos de qualidade dos serviços da educação básica, a serem utilizados como referência para infraestrutura das escolas e para recursos pedagógicos, entre outros insumos relevantes e, como instrumento para adoção de medidas para a melhoria da qualidade do ensino.

7.13 Informatizar a gestão das escolas públicas e das secretarias de educação, bem como, manter programa de formação continuada para o pessoal técnico.

7.14 Garantir políticas de prevenção à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores, para detecção dos sinais e de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade.

7.15 Implementar políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando os princípios da Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

7.16 Garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e, implementar ações educacionais, nos termos das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com, fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil.

7.17 Consolidar a educação escolar no campo de populações tradicionais, de populações itinerantes e de comunidades indígenas e quilombolas, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários e garantindo: o desenvolvimento sustentável e a preservação da identidade cultural; a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e, de gestão das instituições, consideradas as práticas socioculturais, e as formas particulares de organização do tempo; a oferta bilíngue na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, em língua materna das comunidades indígenas e em língua portuguesa; a reestruturação e a aquisição de equipamentos; a oferta de programa para a formação inicial e continuada de profissionais da educação; e o atendimento em educação especial.

7.18 Desenvolver currículos e propostas pedagógicas nas escolas do campo e nas comunidades indígenas e quilombolas, incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades e, considerando o fortalecimento das práticas socioculturais e da língua materna de cada comunidade indígena, produzindo e disponibilizando materiais didáticos específicos, inclusive para os estudantes com deficiência.

7.19 Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, com o propósito de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais.

7.20 Promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

7.21 Universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos estudantes da rede escolar pública de educação básica, por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde.

7.22 Estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

7.23 Promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários e agentes da comunidade para atuar como mediadores da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem.

7.24 Orientar as políticas das redes e sistemas de ensino, de forma a buscar atingir as metas do IDEB, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e a média municipal, garantindo equidade da aprendizagem e reduzindo pela metade, até o último ano de vigência deste Plano, as diferenças entre as médias dos índices do Estado e dos Municípios.

7.25 Institucionalizar programas e desenvolver metodologias para acompanhamento pedagógico, recuperação paralela e progressão, priorizando estudantes com rendimento escolar defasado.

7.26 Assegurar a renovação, manutenção e criação das bibliotecas com todos os materiais e infraestrutura necessária à boa aprendizagem dos estudantes, inclusive biblioteca virtual com equipamentos, espaços, acervos bibliográficos, bem como, profissionais especializados e capacitados para a formação de leitores.

7.27 Reconhecer as práticas culturais e sociais dos estudantes e da comunidade local, como dimensões formadoras, articuladas à educação, nos projetos pedagógicos e no Plano de Desenvolvimento Institucional, na organização e gestão dos currículos, nas instâncias de participação das escolas e na produção cotidiana da cultura e do trabalho escolar.

**META 08:** Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudos no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, das localidades de menor escolaridade, no Município e dos mais pobres, bem como, igualar a escolaridade média entre negros e não negros, declarados na Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, com vistas à redução das desigualdades educacionais.

#### ESTRATÉGIAS:

8.1 Implementar programas e projetos que contemplem o desenvolvimento de Tecnologias (computadores, celular, wi-fi) para correção de fluxo, acompanhamento pedagógico individualizado, recuperação e progressão parcial, priorizando estudantes com rendimento escolar defasado.

8.2 Ampliar a oferta do Ensino Fundamental e Médio com qualificação social e profissional, aos segmentos sociais considerados que estejam fora da escola e com defasagem idade/série, de forma articulada a estratégias diversificadas que assegurem a continuidade do processo de escolarização, a essas populações.

8.3 Possibilitar a diversificação curricular, integrando a formação à preparação para o mundo do trabalho, a inter-relação entre teoria e prática, abrangendo os eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura, de modo a adequar ao tempo e à organização do espaço pedagógico da escola.

8.4 Ampliar a oferta gratuita de Educação Profissional por intermédio de parcerias com as entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculada ao sistema sindical, de forma concomitante ao ensino ofertado no sistema escolar público, para atendimento aos segmentos populacionais considerados.

8.5 Promover, em parceria com as áreas de saúde e assistência social, a busca escolar ativa, assegurando o acompanhamento e monitoramento de acesso e permanência na escola, bem como identificar causas de afastamentos e baixa frequência, estabelecendo em regime de colaboração, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses alunos no sistema público regular de ensino.

8.6 Viabilizar o uso de tecnologias educacionais e de inovação das práticas pedagógicas, que assegurem a alfabetização, a partir de realidades diferenciadas do ponto de vista lingüístico e que favoreçam a melhoria do fluxo escolar e as aprendizagens dos alunos, segundo as diversas abordagens metodológicas.

8.7 Apoiar experiências específicas de Educação do Campo e Quilombola em função das etapas e modalidades da Educação Básica e da especificidade de seu corpo discente, adotando diferentes estratégias metodológicas.

8.8 Fomentar a produção de materiais didático-pedagógicos específicos e diferenciados, contextualizados às realidades socioculturais para professores e alunos, contemplando a educação para as relações étnico-raciais, educação em direitos humanos, gênero e diversidade sexual, educação ambiental, educação fiscal, arte e cultura nas escolas para a Educação Básica, respeitando os interesses das comunidades quilombolas e povos do campo.

META 9: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2017 e erradicar, até 2024, o analfabetismo e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional;

#### ESTRATÉGIAS:

9.1 Manter parceria com Centro de Educação de Jovens e Adultos de Ituporanga, para oferecer Educação de Jovens, Adultos e Idosos no município;

9.2 Garantir, com recursos próprios e/ou em regime de colaboração com os governos federal e estadual, proporcionar transporte aos alunos matriculados no ensino público das redes estadual e municipal, prioritariamente residentes no meio rural e em lugares distantes das unidades escolares;

9.3 Promover incentivo para as unidades escolares que no final do ano letivo apresentar real superação no índice de evasão escolar e qualidade do ensino;

9.4 Incentivar o oferecimento da modalidade EJA em áreas caracterizadas pelo analfabetismo e baixa escolaridade;

9.5 Buscar dados, anualmente, sobre alfabetização de Jovens e Adultos, no município, que constituam referência no esforço da minimização dos índices de analfabetismo;

9.6 Estabelecer acordos que facilitem parcerias para o aproveitamento dos espaços ociosos existentes na comunidade para a implantação de turmas da EJA, tendo como objetivo o encaminhamento desses alunos para a continuidade dos estudos;

9.7 Realizar um censo da população iletrada, por comunidade visando localizar e induzir a demanda e programar a oferta de Jovens e Adultos para essa população;

9.8 Colaborar com a implantação ao Ensino Fundamental e Médio para Jovens e Adultos a oferta de cursos básicos de formação profissional;

9.9 Definir políticas de inclusão apropriadas a esta modalidade de ensino que, por meio de ações, garantam o atendimento adequado aos alunos com necessidades educacionais especiais;

9.10 Estabelecer parcerias efetivas com os demais segmentos da sociedade civil, para a divulgação do atendimento realizado na EJA junto aos pais e responsáveis dos alunos matriculados;

9.11 Solicitar horários flexíveis, em 10 anos, dos cursos da EJA, para algumas turmas, em período diversos, inclusive para os turnos vespertino e/ou matutino;

9.12 Divulgar o trabalho da Educação de Jovens, Adultos e Idosos no município;

9.13 Buscar parcerias com as empresas do município, para que motivem seus funcionários estudar, oferecendo para isso incentivos como melhoria de salário e gratificações, para que estes percebam a importância de concluir seus estudos.

META 10: Garantir em Regime de Colaboração, a oferta, de no mínimo, 10% (dez por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional, até ao final da vigência do Plano.

**ESTRATÉGIAS:**

10.1 Incentivar a Educação Profissional de qualidade a jovens e adultos, por meio de cursos de qualificação, habilitação e/ou atualização profissional.

10.2 Proporcionar condições às pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social, meios necessários para acesso à Educação Profissional, permanência e conclusão de sua formação.

10.3 Articular ações com os poderes públicos - federal, estadual, instituições privadas e demais segmentos da sociedade civil para integração da política de Educação Profissional, acompanhando os avanços tecnológicos, culturais, ambientais e produtivos do mundo do trabalho.

10.4 Promover ações contínuas de orientação profissional aos municípios, articuladas com a Secretaria Municipal de Assistência Social, Sindicatos e outras organizações não governamentais.

10.5 Apoiar as ações de incentivo aos programas de aprendizagem, estágio e do primeiro emprego aos jovens e adultos.

10.6 - Fortalecer parcerias entre os Governos Federal e Estadual, visando a reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional.

10.7 Articular a oferta da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial.

**META 11:** Oferecer em regime de colaboração, matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e, pelo menos, 80% (oitenta por cento) da expansão no segmento público.

**ESTRATÉGIAS:**

11.1 Incentivar a educação profissional como educação continuada, ampliando as oportunidades de ingresso no mundo do trabalho.

11.2 Intensificar o processo de integração da educação básica à educação profissional, bem como contribuir para o bom desenvolvimento dos cursos nas formas integrada, concomitante e subsequente.

11.3 Viabilizar ações de integração do ensino profissionalizante junto aos setores produtivos, visando seu aperfeiçoamento.

11.4 Apoiar programas de assistência ao estudante, articulando ações de assistência social, de apoio psicopedagógico, que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito do Ensino Médio integrado com a educação profissional.

11.5 Apoiar e divulgar as ações que visam à Educação Profissional Técnica de nível médio, por meio de parcerias com os seguintes programas: PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), instituído pelo MEC; FIES (Programa de Financiamento Estudantil- Técnico), instituído pelo Governo Federal.

11.6 Construir em regime de colaboração com a União e o Estado, espaço físico adequado, para implantação de uma escola profissionalizante;

11.7 Viabilizar através de regime de colaboração com a União e o Estado, a contratação de profissionais habilitados.

**META 12:** Articular, em regime de colaboração, com a União, e o Estado, a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 55% (cinquenta e cinco por cento) e a taxa líquida para 40% (quarenta por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos de idade, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, nas instituições de ensino superior públicas e comunitárias.

**ESTRATÉGIAS:**

12.1 Difundir, a oferta de vagas por meio da expansão da rede federal - Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC de Educação Superior, contemplando a Educação Profissional, Científica e Tecnológica e o Sistema Universidade Aberta do Brasil, considerando a oferta de vagas públicas em relação à população na idade de referência e, observadas as características territoriais definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

12.2 Incentivar a ampliação de ofertas de vagas na Educação Superior pública e, prioritariamente, para a formação de professores da educação básica, sobretudo, nas áreas de Ciências e Matemática, bem como, para atender o déficit de profissionais em áreas específicas.

12.3 Divulgar os programas especiais (acesso direto a especialização, bolsa de estágio extracurricular, bolsa de língua estrangeira), das políticas de inclusão e de assistência estudantil nas instituições públicas de Educação Superior, de modo a ampliar as taxas de acesso dos estudantes egressos do ensino médio, apoiando seu sucesso acadêmico.

12.4 Propagar, a oferta de cursos preparatórios para a Educação Superior nos turnos diurno e noturno, prioritariamente em áreas do campo e quilombolas, considerando a infraestrutura básica que possibilite o acesso, permanência e conclusão do curso.

12.5 Possibilitar, em regime de colaboração, com o Estado e a União, a instalação adequada da estrutura física das instituições públicas de educação superior, cumprindo as exigências legais, mediante ações planejadas e coordenadas, de forma a ampliar o acesso à graduação.



12.6 Fomentar a ampliação da oferta de estágio, em regime de colaboração com as Instituições de ensino superiores públicas e privadas, como parte da formação do discente.

12.7 Divulgar, no sistema de ensino médio os cursos oferecidos pelas instituições federais e estaduais, bem como as diversas formas de ingresso ao ensino superior tais como: SISU, PROUNI e FIES.

12.8 Articular com as IES (Instituição de Ensino Superior) dos municípios vizinhos a oferta de cursos de graduação e pós graduação aos munícipes;

12.9 Apoiar a realização de congressos, fóruns, simpósios, conferências e outros eventos, promovidos pelas IES, procurando firmar parceria, a fim de proporcionar a sociedade civil acesso ao conhecimento;

12.10 Buscar parcerias com a rede de ensino, para a aplicação de práticas que estimulem a pesquisa e a extensão, o aperfeiçoamento do ensino, a formação docente, a interdisciplinaridade, as inovações didático-pedagógicas e o uso das novas tecnologias no processo de ensino e de aprendizagem;

12.11 Incentivar, durante a vigência deste plano, a participação dos profissionais da educação nos eventos ofertados pelas IES (Instituição de Ensino Superior);

12.12 Dar continuidade à oferta de transporte gratuito aos munícipes, para os municípios vizinhos que possuam demanda significativa nos cursos de graduação e pós-graduação (stricto e lato sensu), bem como para a formação continuada;

12.13 Contribuir com políticas públicas que garanta a oferta de Educação Superior para a faixa etária de 18 a 24 anos, até o final da vigência deste plano;

12.14 Fomentar políticas públicas que facilitem às minorias, vítimas de discriminação, o acesso à Educação Superior e a Pós-graduação;

**META 13:** Garantir, em regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município, no prazo de um ano de vigência deste Plano, política municipal de formação inicial e continuada, com vistas à valorização dos profissionais da educação, assegurando que todos os professores da educação básica e suas modalidades possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, bem como a oportunidade, pelo poder público, de periódica participação em cursos de formação continuada.

#### ESTRATÉGIAS:

13.1 Estimular a articulação entre a pós-graduação, núcleos de pesquisa cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir elaboração de propostas pedagógicas, capazes de incorporar os avanços de pesquisas, ligadas ao processo de alfabetização de crianças e de educação de jovens e adultos.

13.2 Instituir programa de acompanhamento ao professor iniciante, supervisionado por profissional do magistério com experiência de ensino, a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada, a efetivação do professor ao final do estágio probatório.

13.3 Propiciar aos profissionais da educação básica espaço físico apropriado com salas de estudo, recursos didáticos apropriados, biblioteca e acompanhamento profissional para apoio sistemático da prática educativa.

13.4 Ampliar na infraestrutura existente das escolas, espaços de convivência adequados para os trabalhadores da educação, equipados com recursos tecnológicos e acesso à internet.

13.5 Implementar políticas de valorização profissional específicas para os especialistas em educação, contemplando a formação continuada e condições de trabalho.

13.6 Valorizar os profissionais do magistério do sistema público municipal da educação básica, através do acesso gratuito aos instrumentos tecnológicos como notebooks, tablets, data shows e outros equipamentos, com o acesso gratuito à internet aos professores em efetivo exercício.

13.7 Instituir, em regime de colaboração com as Instituições de Ensino Superior, formas de registros de projetos desenvolvidos nas escolas, para incentivo aos profissionais envolvidos em projetos, pesquisas, publicações no sentido de valorizar as produções dos profissionais.

13.8 Propor junto às Instituições de Ensino Superior a ampliação da oferta dos cursos de licenciatura em segunda graduação, em regime de colaboração com o Estado e a União, considerando aqueles que trabalham fora da área de formação.

13.9 Implementar programas específicos para formação de profissionais da educação para a educação especial.

13.10 Valorizar as práticas de ensino e os estágios nos cursos de formação superior dos profissionais da educação, visando ao trabalho sistemático de articulação entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica, em sintonia com os fundamentos legais e as Diretrizes Curriculares Nacionais;

13.11 Incentivar a oferta, de cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior, destinados à formação inicial, nas diversas áreas de atuação, dos profissionais a que se refere o inciso III do art. 61 da LDB nº 9.394/96.

**META 14:** Formar 75% (setenta e cinco por cento) dos professores da educação básica em nível de pós-graduação, até o último ano de vigência deste Plano e, garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualização dos sistemas de ensino.

**ESTRATÉGIAS:**

14.1 Promover a divulgação e incentivo junto aos profissionais da educação básica de informações sobre os cursos de Pós-Graduação;

14.2 Incentivar a criação de mecanismos promotores de intercâmbio entre os estabelecimentos de Educação Superior e as escolas públicas de educação básica do Município, visando ao desenvolvimento de pesquisa e extensão, assim como programas de formação continuada para a educação básica, considerando as demandas.

14.3 Estimular a ampliação e o desenvolvimento da Pós-Graduação e da pesquisa nas instituições de ensino superior públicas e privadas, aumentando assim o número de docentes na educação básica com maior qualificação.

**META 15:** Valorizar os profissionais do Magistério da rede pública de educação básica, assegurando no prazo de 2 (dois) anos a existência de plano de carreira, assim como a sua reestruturação, que tem como referência o piso nacional, definido em lei federal, nos termos do Inciso VIII, do Artigo 206, da Constituição Federal, a fim de equiparar o rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do 6º (sexto) ano da vigência deste Plano.

**ESTRATÉGIAS:**

15.1 Garantir, durante a vigência deste plano, a revisão periódica do Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, contemplando níveis de remuneração, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação e assegurando os seguintes itens:

- a) Cargo único de professor com funções de magistério;
- b) Funções de magistério: docência e suporte pedagógico direto à docência;
- c) Cinco tipos de habilitação: magistério (nível médio); graduação (licenciatura plena); pós-graduação (lato sensu); mestrado; e doutorado;
- d) Ingresso de acordo com a habilitação;
- e) Progressão através de avaliação de desempenho, qualificação e conhecimento (Curso de Formação Continuada realizado, somente, por instituição credenciada pelo MEC – Ministério da Educação);
- f) Hora atividade para os profissionais no exercício da docência, com um mínimo de 1/3 da carga horária, a partir do primeiro ano de vigência;
- g) Gratificações pelo exercício de sala de aula (regência de classe).
- h) Gratificações pelo exercício de coordenação pedagógica.
- i) Gratificações pelo exercício de Diretores de Escola;
- j) Garantir no mínimo 8% de diferenciação salarial do nível do magistério para o ensino superior, e de no mínimo 8% do ensino superior para pós-graduado, e de no mínimo de 30% do nível de pós-graduado para o nível de mestrado, e de no mínimo de 50% do nível de mestrado para doutorado, segundo o piso salarial dos professores do magistério.
- k) Gratificação por Assiduidade.

15.2 Garantir, a partir da aprovação deste plano, a reformulação do Plano de Carreira, sempre que se fizer necessário, para adequação à legislação e diretrizes da educação, além de dar continuidade ao pagamento de progressão vertical, por habilitação, vigorando no mês subsequente à apresentação do comprovante da nova habilitação;

15.3 Garantir, no ano subsequente à aprovação deste plano, a discussão e ajuste do Plano de Carreira para os demais servidores que atuam na educação, adequando-o às suas reais necessidades;

15.4 Admitir, a partir do primeiro ano de vigência deste plano, somente professores e demais profissionais de educação que possuam qualificações mínimas exigidas pela legislação educacional vigente;

15.5 Assegurar, durante a vigência deste plano, que os profissionais da educação, da rede municipal de ensino, que atuam na função de Coordenador Pedagógico, tenham formação na área, conforme determina a legislação educacional vigente e, que sejam do quadro próprio do magistério;

15.6 Incentivar, durante a vigência deste plano, os profissionais do magistério, da rede municipal, a realizar cursos de especialização na área de educação, em instituições credenciadas pelo MEC;

15.7 Incentivar, durante a vigência deste plano, os profissionais do magistério, da rede municipal de ensino, para que, por meio de parcerias frequentem cursos de educação especial, a fim de que possam atender, com qualidade, os alunos com necessidades educacionais especiais, inclusive nas salas regulares;

15.8 Assegurar, durante a vigência deste plano, formação continuada aos profissionais da rede municipal de ensino e demais envolvidos no processo educacional, através de seminários, palestras, cursos, conferências e grupos de estudo, garantindo uma constante discussão sobre a prática educativa;

15.9 Aprimorar, no prazo de dois anos, a partir da aprovação deste plano, o sistema de avaliação de desempenho dos profissionais da educação, visando atingir maiores índices, tanto nos aspectos qualitativos como nos quantitativos do ensino público municipal, a partir das normas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação, após discussão com as comunidades escolares;

15.10 Incentivar, a partir da aprovação deste plano, a participação dos professores da rede pública municipal, a desenvolver trabalhos, cujos resultados, contribuam com a educação municipal, buscando parcerias para que estes possam apresentar e divulgar seus projetos e publicar seus artigos e/ou livros;

15.11 Realizar, durante a vigência deste plano, seminários e/ou conferências municipais de educação para tratar de assuntos educacionais relevantes, envolvendo os profissionais da educação e a comunidade escolar;

15.12 Incentivar, durante a vigência deste plano, os professores do magistério da rede pública municipal a buscarem o conhecimento e a incorporação de novas tecnologias, possibilitando a sua utilização na implementação do planejamento e execução das suas atividades profissionais;

15.13 Assegurar, na forma da lei, recursos financeiros para valorização dos profissionais da educação da rede pública.

15.14 Proporcionar condições de trabalho, valorização dos profissionais da educação e concretização das políticas de formação, como forma de garantia da qualidade na educação.

15.15 Estabelecer ações especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

15.16 Estruturar as redes públicas de educação básica, de modo a que pelo menos 80% (oitenta por cento) dos profissionais do magistério e 50% (cinquenta por cento) dos profissionais da educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontram vinculados.

15.17 Assegurar a realização periódica de concurso público para provimento de vagas, comprovadamente, excedentes e permanentes.

15.18 Estimular a existência de comissões e fóruns permanentes de profissionais da educação de todos os sistemas públicos de ensino atuando em todas as instâncias do Estado, para subsidiar os órgãos, na atualização dos planos de carreira.

15.19 Implementar, no âmbito do Estado e dos Municípios, planos de carreira para os profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, com implantação gradual do cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar.

15.20 Garantir, nos planos de carreira, que as escolas de educação básica ofereçam serviços de orientação educacional, supervisão e administração escolar, realizado por profissionais habilitados na área de atuação.

15.21 Garantir a atualização e o cumprimento de todas as diretrizes do Estatuto Estadual e dos Estatutos Municipais do Magistério da rede pública de ensino.

15.22 Garantir o cumprimento da legislação nacional quanto a jornada de trabalho dos profissionais do magistério da rede pública de ensino.

15.23 Garantir, para os próximos cinco anos de vigência deste plano, em todas as Unidades de Ensino, um profissional efetivo, para atuar na coordenação pedagógica, podendo ser do quadro existente;

15.24 Promover, até o quinto ano da vigência deste plano, o processo de eleição dos diretores de todas as Unidades Escolares, regulamentado através de ato legal próprio, elaborado pelo Conselho Municipal de Educação, envolvendo toda a comunidade escolar;

**META 16:** Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas.

#### **ESTRATÉGIAS:**

16.1 Instituir a eleição direta para o cargo de gestor das escolas públicas do Sistema Municipal de Ensino, promovendo as condições para a efetiva participação das comunidades local e escolar.

16.2 Criar Comissão formada por técnicos da SMECE e representantes do Conselho Municipal de Educação para elaboração de critérios técnicos que fundamentem o Decreto que normatize a eleição e a profissionalização dos gestores escolares.

16.3 Criar o Fórum Municipal de Educação com representação paritária, de caráter consultivo e deliberativo para tomada de decisões a respeito da educação básica, contribuindo sobremaneira para seu fortalecimento e o controle social.

16.4 Instituir através de Decreto a criação dos Conselhos Escolares nas instituições de ensino municipais.

16.5 Garantir a gestão democrática nos Conselhos Escolares, com transparência dos recursos financeiros administrados para toda a comunidade escolar.

16.6 Garantir a efetiva participação da comunidade escolar na elaboração do Projeto Pedagógico, Currículos Escolares, Plano de Gestão Democrática, com aporte técnico e material para sua realização.

16.7 Garantir e fortalecer a gestão escolar democrática com a participação dos profissionais da educação, comunidade local e escolar no diagnóstico da escola, plano de aplicação dos recursos financeiros recebidos e a prestação de contas dos mesmos.

16.8 Garantir formação continuada em serviço na área de administração e/ou gestão escolar, bem como, em Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos, a pelo menos 80% dos gestores, coordenadores pedagógicos e demais profissionais da escola, a fim de garantir a efetivação da gestão democrática no Sistema Municipal de Ensino.

16.9 Assegurar a todas as escolas, apoio e acompanhamento na formulação dos Projetos Pedagógicos, Plano de Desenvolvimento da Escola, com observância às Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e das Matrizes Curriculares do Estado.

16.10 Garantir as escolas pessoal administrativo, pedagógico e operacional, capacitando-os para colaborar com uma gestão eficiente e democrática, favorecendo um atendimento de qualidade a toda a comunidade escolar.

**META 17:** Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto – PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

#### ESTRATÉGIAS:

17.1 Incrementar anualmente o equivalente a 0,5 % do PIB no orçamento da educação até o último ano da vigência do plano.

17.2 Definir o custo aluno-qualidade da Educação Básica do município, considerando a ampliação do investimento público em educação e o Parecer CNE/CEB nº 8 de 05/05/2010 que define normas sobre os padrões mínimos de qualidade de ensino.

17.3 Implementar política de financiamento, em regime de colaboração com a União e o Estado, para ações voltadas à solução de problemas de transporte escolar enfrentados pelo município, na zona urbana e rural, em relação ao gerenciamento e pagamento de despesas.

17.4 Aplicar os recursos financeiros permanentes a educação infantil, ensino fundamental e modalidades da educação, observando-se as políticas de colaboração entre o Estado e o município, em especial as decorrentes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos profissionais da Educação - FUNDEB (art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias) e do artigo 75 § 1º da LDB (Lei nº 9.394, de 1996), que trata da capacidade de atendimento e do esforço fiscal de cada ente federado, para atender suas demandas educacionais à luz do padrão de qualidade nacional.

17.5 Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem, nos termos do Parágrafo Único, do Art. 48, da Lei Complementar nº 101/2000, com a redação dada pela Lei Complementar nº 131/2009, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB, com a colaboração entre as Secretarias de Educação do Estado e dos Municípios, os Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios e o Ministério Público.

17.6 Desenvolver, com apoio da contabilidade geral da Secretaria Municipal da Fazenda, estudos e acompanhamento regular dos investimentos e custos por estudante da educação, em todos os níveis, etapas e modalidades.

17.7 Adotar o Custo Aluno Qualidade (CAQ) como indicador prioritário para o financiamento de todas as etapas e modalidades da educação básica.

17.8 Apoiar e defender a prorrogação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, com aperfeiçoamento que aprofundem o regime de colaboração e a participação financeira da União para garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino, nos termos do Art. 211, da Constituição Federal.

17.9 Definir critérios para distribuição dos recursos adicionais dirigidos à educação ao longo do decênio, que considerem a equalização das oportunidades educacionais, a vulnerabilidade socioeconômica e o compromisso técnico e de gestão do sistema de ensino, a serem pactuados na instância prevista no Art. 7º, da Lei nº 13.005/2014.

17.10 Buscar, junto à União, a complementação de recursos financeiros para o Estado e os Municípios que comprovadamente não atingirem o valor do Custo Aluno Qualidade inicial (CAQi) e, posteriormente, do CAQ.

17.11 Estabelecer, garantir e efetivar a articulação entre as metas deste Plano e demais instrumentos orçamentários da União, do Estado e do Município, dos planos municipais de educação e os respectivos PPAs, LDOs e LOAs, em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.

17.12 Fortalecer os conselhos de acompanhamento e fiscalização dos recursos da educação.

17.13 Garantir a aplicação dos recursos financeiros que devem ser destinados à melhoria da qualidade e gratuidade do ensino, na formação e valorização do magistério, na organização escolar, prioritariamente, em escolas públicas.

17.14 Garantir aplicação dos recursos destinados à manutenção, reforma e construção de escolas públicas com infraestrutura adequada às etapas e modalidades de ensino.

17.15 Fixar um cronograma de recursos financeiros para as escolas públicas com finalidade de aquisição, manutenção e reparos do patrimônio permanente e materiais de expediente, bem como ampliar os valores dos recursos financeiros.

#### LISTA DE SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas  
AEE – Atendimento Educacional Especializado  
AMBIAL – Educação Ambiental e Alimentar  
ANA – Avaliação Nacional da Alfabetização  
ANEB – Avaliação Nacional da Educação Básica  
ANRESC – Avaliação Nacional do Rendimento Escolar  
APAES – Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais  
CAESP – Centro de Atendimento Educacional Especializado em Educação Especial  
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CAQ – Custo Estudante Qualidade  
CAQI – Custo Estudante Qualidade Inicial  
CDE – Conselho Deliberativo Escolar  
CE – Constituição Estadual  
CEB – Câmara de Educação Básica  
CECD – Comissão de Educação, Cultura e Desporto  
CEE/SC – Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina  
CF – Constituição Federal  
CME – Conselho Municipal de Educação  
CNE – Conselho Nacional de Educação  
CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
CONAE – Conferência Nacional de Educação  
CONED – Congresso Nacional de Educação  
DCOG – Diretoria de Contabilidade Geral  
DSM – Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais  
EJA – Educação de Jovens e Adultos  
ENADE – Exame Nacional de Desempenho de Estudantes  
ENCCEJA – Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos  
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio  
EPI – Escola Pública Integrada  
FCEE – Fundação Catarinense de Educação Especial  
FIC – Formação Inicial e Continuada  
FIESC – Federação das Indústrias de Santa Catarina  
FPM – Fundo de Participação dos Municípios  
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação  
FOCEC – Fórum Catarinense de Educação do Campo  
FPE – Fundo de Participação dos Estados  
FUNAI – Fundação Nacional do Índio  
FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação  
FUNDES – Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior  
GERED – Gerência Regional de Educação  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços  
ICT – Instituição Científica e Tecnológica  
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica  
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal  
IES – Instituição de Educação Superior  
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira  
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados  
IPVA – Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores  
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte  
ITCMD – Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação  
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional  
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentária  
LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais  
LOA – Lei Orçamentária Anual  
MDE – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino  
MEC – Ministério da Educação  
NEI/SC – Núcleo de Educação Indígena de Santa Catarina  
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico  
OIT – Organização Internacional do Trabalho  
ONG – Organização Não Governamental  
ONU – Organização das Nações Unidas  
PARFOR – Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica  
PCSC – Proposta Curricular de Santa Catarina  
PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação  
PEE/SC – Plano Estadual de Educação de Santa Catarina  
PENOA – Programa Estadual de Novas Oportunidades de Aprendizagem  
PIB – Produto Interno Bruto



PISA – Programa Internacional de Avaliação de Estudantes  
PL – Projeto de Lei  
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios  
PNAIC – Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa  
PNDE – Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico  
PNE – Plano Nacional de Educação  
PNFCE – Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares  
PPA – Plano Plurianual  
ProEMI – Programa Ensino Médio Inovador  
PROESDE – Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional  
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego  
PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária  
ProUNI – Programa Universidade para Todos  
PSECD – Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto  
REUNI – Reestruturação e expansão das Universidades Federais  
SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica  
SAEDE – Serviço de Atendimento Educacional Especializado  
SC – Santa Catarina  
SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade  
SED – Secretaria de Estado da Educação  
SEF – Secretária Estadual da Fazenda  
SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior  
SINTE/SC – Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública de Ensino do Estado de Santa Catarina  
SISGESC – Sistema de Gestão Educacional de Santa Catarina  
SISU – Sistema de Seleção Unificada  
TEA – Transtorno do Espectro do Autismo  
TDAH – Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade/Impulsividade  
UAB – Universidade Aberta do Brasil  
UNIEDU – Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina  
USAID – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMAVI. Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí. Disponível em:  
<http://www.amavi.com.br>. Acessado em 05 de maio de 2015.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2003.

BRASIL. Lei n.º 9.131, de 24 de novembro de 1995. Altera dispositivos da Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências. Disponível em <http://www.mec.gov.br/cne>. Acessado em 17 de abril de 2015.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Fixa diretrizes e bases da educação nacional. In: CURY, Carlos Roberto Jamil. Legislação educacional brasileira. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 85-109.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional da Educação.

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

Parecer CEB nº.022/98 aprovado em 17 de dezembro de 1998. Relator: Regina Alcântara de Assis.

Brasília, DF, 1998. Disponível em: [www.mec.gov.br/cne/ftp/CEB/CEB022.doc](http://www.mec.gov.br/cne/ftp/CEB/CEB022.doc). Acessado em 17 de abril de 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Documento norteador para elaboração de Plano Municipal de Educação. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2014.

BRASIL. Ministério de Educação e do Desporto. Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil. Brasília: MEC, 1998.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei no. 8069 de 1990.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Orientações Curriculares do Ensino Médio. Brasília, DF, 2004.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga & Outros. Aspectos Legais e Orientação

Pedagógica. São Paulo: MEC/SEEP, 2007.

FIORI, Neide Almeida. Aspectos da Evolução do Ensino Público. Florianópolis: UFSC, 1991.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acessado em 25 de março de 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo Escolar. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/basica/censo/>. Acessado em 25 de março de 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Mapa do analfabetismo no Brasil. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/estatisticas/analfabetismo/>. Acessado em 01 de abril de 2015.

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia. Proposta Curricular de Santa Catarina. Florianópolis: IOESC, 2005.

SIMEC. Ministério da Educação. Indicadores demográficos e educacionais. Disponível em: <http://simec.mec.gov.br/cte/relatoriopublico>. Acessado em: 09 de abril de 2015.

## **LEI Nº 0633 DE 24.06.2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

LEI Nº 0633 DE 24.06.2015

Autoriza a abertura de crédito adicional especial, anula dotações orçamentárias e da outras providências.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado, por Decreto, realizar Abertura de Crédito Adicional Especial na Lei Orçamentária para o exercício de 2015, no montante de R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais), com a seguinte classificação de despesa:

Órgão	01 – Câmara de Vereadores
Unidade	01 – Câmara de Vereadores
Função	1 – Legislativo
Sub-função	31 – Ação Legislativa
Programa	1 – Processo Legislativo
Recurso	3069 – Recurso Ordinário Exercício Corrente
Projeto/Atividade	2001 – Manutenção e Funcionamento da Câmara de Vereadores
Modalidade de Aplicação	3.3.93.00.00.00.00.00 – Aplicação direta decorrente de operação de órgão, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscais e da seguridade social com consórcio público do qual o ente participe.
Valor	R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais)

Art. 2º Para atender o disposto no art.1º desta Lei, fica o Poder Executivo, por Decreto, autorizado a anular dotação parcial ou integral do orçamento fiscal de 2015, conforme discriminação abaixo, de acordo com o art.43, §1º, Inciso III, da Lei Federal nº 4320/64:

Órgão	01 – Câmara de Vereadores
Unidade	01 – Câmara de vereadores
Função	1 – Legislativo
Sub-função	31 – Ação Legislativa
Programa	1 – Processo Legislativo
Recurso	3069 – Recurso Ordinário Exercício Corrente
Projeto/Atividade	2001 – Manutenção e Funcionamento da Câmara de Vereadores
Modalidade de Aplicação	3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas.
Valor	R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO,  
24 de junho de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

### **LEI COMPLEMENTAR Nº 078 DE 24.06.2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

LEI COMPLEMENTAR Nº 078 DE 24.06.2015

Altera parcialmente o Anexo VII da Lei Complementar nº 006 de 23.12.1999, e da outras providencias.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica alterado parcialmente o Anexo VII, no que se refere ao Nível I, referências 1 e 2 e Nível II, referência 1, da Lei Complementar nº 006, de 23 de dezembro de 1999, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ANEXO VII

TABELA DE VENCIMENTO

Horizontal – 50 %

40 HORAS SEMANAIS

Classe/Referencia	1	2
Nível I	1.917,78	1.917,78
Nível II	1.917,78	

.....  
.....”

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a efetuar aos profissionais do Magistério Público Municipal, que no corrente ano perceberam vencimento abaixo do piso nacional fixado para o exercício de 2015, o pagamento da diferença retroativo ao período.

Parágrafo único. O pagamento a que se refere o caput deste artigo será efetuado em parcela única no mês subsequente a aprovação desta Lei.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão à conta de dotações do orçamento fiscal anual do Município.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 24 de junho de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

### **LEI Nº 0634 DE 24.06.2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

LEI Nº 0634 DE 24.06.2015

Aprova o Plano Municipal de Educação do Município de Chapadão do Lageado e dá outras providencias.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Educação do Município

de Chapadão do Lageado, composto pelos anexos I – metas e Estratégias e II – Diagnóstico.

§ 1º A vigência do Plano Municipal de Educação será de 10 (dez) anos, a contar da sanção desta lei.

§ 2º Os anexos citados no caput deste art. fazem parte integrante da presente lei.

Art. 2º O Poder Executivo Municipal, com a participação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, do Conselho Municipal de Educação, das instituições que integram o Sistema Municipal de Ensino, da Câmara Municipal de Vereadores e da sociedade civil, realizará o acompanhamento e a avaliação da implantação do Plano Municipal de Educação.

Art. 3º As avaliações do Plano Municipal de Educação serão realizadas através de reuniões com a Comissão de Elaboração do Plano Municipal de Educação, instituída pela Portaria nº 133/2015, através de levantamentos de dados estatísticos e pela Conferência Municipal de Educação, que será promovida a cada dois anos.

Art. 4º O Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei de Orçamento Anual serão elaborados de modo a dar suporte ao alcance dos objetivos e das metas constantes do Plano Municipal de Educação.

Art. 5º O Executivo Municipal e as instituições integrantes do Sistema Municipal de Ensino empenhar-se-ão na divulgação do Plano Municipal de Educação e da progressiva realização de seus objetivos e metas, para que a sociedade o conheça amplamente e acompanhe sua implementação.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Chapadão do Lageado, 24 de junho de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

### **Portaria 282/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIANº 282/2015

- CONSIDERANDO, a declaração/atestado médico apresentado;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art. 64, I, e §2º, da LC nº 008/99:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor público ARNO PAUL, matrícula n. 84/42, pelo período de 02.06.15 a 23.06.15, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 02.06.15.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado-SC, 24 de junho de 2015.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

**Portaria 283/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIANº 283/2015

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar n. 007, de 23.12.99, Lei Complementar n. 008, de 23.12.99 e Lei Complementar N º 047 de 01.12.2010,

## RESOLVE:

Art.1º. Exonerar, por motivo de falecimento, ARNO PAUL, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Meio Ambiente e Turismo, na condição de Agente Político, nomeado pela Portaria n. 022/2015 de 14/02/2015, a partir desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado-SC, 24 de junho de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

**Portaria 284/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 284/2015

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78, §4º da Lei Complementar nº 008/99,

## RESOLVE:

Art. 1º Convocar, por necessidade de serviço público, ROSICLEIDE SIPRIANI PEREIRA, para permanecer em pleno exercício de suas atividades, no dia 26 de junho de 2015, 01 (um) dia, das férias referentes ao período aquisitivo 2013/2014, assegurando-lhe o direito do usufruto após a cessação do período de convocação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 24 de junho de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

# Cocal do Sul

## PREFEITURA

### **RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 07/PMCS/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 38/PMCS/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/PMCS/2015

ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal, do Município de Cocal do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o incisos abaixo citados do art. 24 da Lei Nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo de Dispensa de Licitação conforme segue:

Objeto: Contratação de empresa para assessoria no setor de tributos.

Executante: IDR Consultoria e Desenvolvimento LTDA - ME

Razão da Escolha do Executante: A empresa apresenta preços compatíveis com os praticados no mercado e em outros órgãos públicos.

Valor: R\$ 7.704,00 (sete mil setecentos e quatro reais).

Justificativa do Preço: No caso em questão, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado em se tratando de produto ou serviço similar.

Previsão Legal: Artigo 24, inciso II, da lei nº 8.666/93.

Dotação Orçamentária: 05.01.2.007.3.3.90.39.05 (25).

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Cocal do Sul, 19 de junho de 2015

ADEMIR MAGAGNIN

PREFEITO MUNICIPAL



# Concórdia

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 77/2015-PMC** MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 77/2015 - PMC

Objeto: Aquisição de cestas alimentação para os servidores públicos municipais ativos e inativos com base na Lei Municipal nº 4.750, de 28 de abril de 2015 e Decreto nº 5.973 de 28 de abril de 2015, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 13/07/2015.

Abertura: dia 13/07/2015 as 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2207.

Concórdia, SC, 24 de junho de 2015.  
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

### **EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 63/2014 -FMS**

Contrato Nº : 63/2014

Aditivo Nº : 1 TA/2015

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA

Contratada : JOSE VICENTE VIVAN

Licitação : Dispensa para Compras e Serviços 12/2014

Objeto : Locação de imóvel localizado na Rua Arciso Colla, nº 416, neste Município, para a instalação do CAPS - Centro de Atenção Psicossocial.

Vigência : Início: 01/06/2015 Término: 31/05/2016

Assinatura : 01/06/2015

Valor R\$ : 31.338,00 (Trinta e Um Mil e Trezentos e Trinta e Oito Reais)

Dotação : 226 - 13.001.2103.333903615000000.01380003

### **EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 65/2014 -FMS**

Contrato Nº : 65/2014

Aditivo Nº : 1 TA/2015

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA

Contratada : PANIFICADORA E CONF. MULTI SABOR LTDA.

Licitação : Pregão Presencial 8/2014

Objeto : Contratação de empresa para o fornecimento de café aos servidores do Fundo Municipal de Saúde, quando em viagem para transporte de pacientes que realizam tratamento médico nas cidades de Joaçaba, conforme especificações constantes nos anexos ?A? e ?B? deste edital.

Vigência : Início: 02/06/2015 Término: 01/06/2016

Assinatura : 02/06/2015

Valor R\$ : 2.757,60 (Dois Mil, Setecentos e Cinquenta e Sete Reais e Sessenta Centavos)

Dotação : 224 - 13.001.2103.333903941000000.01020000

Dotação : 226 - 13.001.2103.333903941000000.01380003

### **EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 32/2015 – FUMDEAGRO**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO

DA AGROPECUÁRIA – FUMDEAGRO

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 32/2015 – FUMDEAGRO

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, pelo Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária – FUMDEAGRO, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Administrador Geral, senhor RUIVAR SCORTEGAGNA e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE LINHA GASPERINI, inscrita no CNPJ sob nº 01.690.969/0001-02, representada pelo seu Presidente, senhor OMAR TROJAN.

OBJETO: Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Gasperini e região, aumento da produção e desenvolvimento do meio rural, mediante manutenção da frota agrícola.

VALOR: R\$ 32.000.00

PRAZO: Até 31.12.2015, a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 23 de junho de 2015.

### **EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 23/2015-FUMDEAGRO**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO

ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 23/2015

ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 23/2015, firmado em 18 de junho de 2015, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, pelo Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária – FUMDEAGRO, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Administrador Geral, senhor RUIVAR SCORTEGAGNA e a ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DE TRÊS DE OUTUBRO, inscrita no CNPJ sob nº 08.199.502/0001-03, representada pelo seu Presidente, senhor VALDIR PERETTI.

OBJETO: Altera a Cláusula Terceira – Da Participação do Município.

DATA DA ASSINATURA: 22 de junho de 2015.

**PORTARIA FMC Nº 10/2015, DE 22 DE JUNHO DE 2015.**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

PORTARIA FMC Nº 10/2015, DE 22 DE JUNHO DE 2015.

O Diretor-Geral/Superintendente da Fundação Municipal de Cultura.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.288, de 20 de janeiro de 1989, c/c o disposto na Lei Complementar nº 216, de 12 de dezembro de 2001 e Decreto nº 1.021/2013, de 27 de dezembro de 2013, e considerando:

- a necessidade de adequar horário de atendimento ao público externo;
- a concordância do servidor;

RESOLVE:

Art. 1º Fixar a partir do dia 01 de Julho de 2015, horário especial de trabalho ao servidor TIAGO ROBERTO D'ÁVILA DOS SANTOS, ocupante do cargo de Técnico Artístico II, na forma abaixo:

- I – Segundas-feiras: Das 7h30 às 12h e das 14h45 às 19h15;
- II – Terça-feira: 9h às 12h, das 14h40 às 19h20 e das 20h40 às 22h;
- III – Quartas-feiras: 7h30 às 12h e das 14h45 às 19h15;
- IV – Quintas-feiras: 9h às 12h, das 14h40 às 19h20;
- V – Sextas-feiras: 13h40 às 19h.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada, a partir de 01 de julho de 2015 a Portaria nº 03/2015, de 30 de janeiro de 2015.

Fundação Municipal de Cultura de Concórdia.

GILMAR LUIZ MONTICELLI  
Diretor-Geral/Superintendente da Fundação Municipal de Cultura

**PORTARIA FMC Nº 11/2015, DE 22 DE JUNHO DE 2015.**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

PORTARIA FMC Nº 11/2015, DE 22 DE JUNHO DE 2015.

O Diretor-Geral/Superintendente da Fundação Municipal de Cultura.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.288, de 20 de janeiro de 1989, c/c o disposto na Lei Complementar nº 216, de 12 de dezembro de 2001 e Decreto nº 1.021/2013, de 27 de dezembro de 2013, e considerando

- a necessidade de adequar horário de atendimento ao público externo;
- a concordância do servidor;

RESOLVE:

Art. 1º Fixar a partir do dia 1º de Julho de 2015, horário especial de trabalho ao servidor EDIEE LUIZ RIGOTTI JUNIOR, ocupante do cargo de Técnico Artístico I, na forma abaixo:

- I – Segundas-feiras: Das 7h às 12h e das 13h30 às 18h30;
- II – Terças-feiras: Das 7h às 12h e das 13h às 18h;
- III – Quartas e sextas-feiras: Das 7h às 12h;

IV – Quintas-feiras: Das 07h às 12h e das 14h às 19h.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada, a partir de 1º de julho de 2015 a Portaria nº 21 de 29 de maio de 2013.

Fundação Municipal de Cultura de Concórdia.

GILMAR LUIZ MONTICELLI  
Diretor-Geral/Superintendente da Fundação Municipal de Cultura

**PORTARIA FMC Nº 12/2015, DE 24 DE JUNHO DE 2015.**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

PORTARIA FMC Nº 12/2015, DE 24 DE JUNHO DE 2015.

O Diretor-Geral/Superintendente da Fundação Municipal de Cultura.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.288, de 20 de janeiro de 1989, c/c o disposto na Lei Complementar nº 216, de 12 de dezembro de 2001 e Decreto nº 1.021/2013, de 27 de dezembro de 2013, e considerando;

- a necessidade de adequar horário de atendimento ao público externo;
- a concordância do servidor;

RESOLVE :

Art. 1º Fixar a partir do dia 1º de Julho de 2015, horário especial de trabalho ao servidor EDIEE LUIZ RIGOTTI, ocupante do cargo de Técnico Artístico I, na forma abaixo:

- I – Segundas, Terças e Quintas--feiras: Das 7h às 11h30 e das 13h às 18h30;
- II – Quartas e sextas-feiras: Das 7h às 12h.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada, a partir de 1º de julho de 2015 a Portaria nº 02/2015, de 30 de janeiro de 2015.

Fundação Municipal de Cultura de Concórdia.

GILMAR LUIZ MONTICELLI  
Diretor-Geral/Superintendente da Fundação Municipal de Cultura

# Cordilheira Alta

## PREFEITURA

### DECRETO N. 305/2015

DECRETO Nº 305/2015 de 22 de junho de 2015.

"DECRETO GOVERNAMENTAL QUE CONVOCA A X CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CORDILHEIRA ALTA."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais,

Considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a X Conferência Municipal de Assistência Social de Cordilheira Alta, a se realizar no dia 03 de Julho de 2015, nesta cidade, com o tema: "Consolidar o SUAS de vez rumo a 2026".

Art. 2º As despesas com a organização e realização da X Conferência Municipal de Assistência Social correrão por conta de dotação própria do orçamento do Órgão Gestor Municipal de Assistência Social.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta, SC, 22 de junho de 2015.

Alceu Mazzioni

Prefeito Municipal

### DECRETO N. 306/2015

DECRETO Nº 306 de 22 de junho de 2015

"DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 – IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei Municipal nº 1134/2014,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto no presente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 46.980,00 (quarenta e seis mil, novecentos e oitenta reais) que serão utilizados para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 15.452.2511.2.011 Manutenção das Ações e Projetos da Secretaria da Infraestrutura.

Modalidade de Aplicação: 339000 – 168

Fonte de Recursos: 10.24 – Vinculados – R\$ 46.980,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo 1º, será utilizado do provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 46.980,00 recursos provenientes do Convênio nº 2014TR002559 celebrado entre o Município e Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Chapecó.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 22 de junho de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

### DECRETO N. 307/2015

DECRETO N. 307/2015 DE 23 DE JUNHO DE 2015

"CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 04 (quatro) dias de licença para tratamento de saúde à servidora Municipal, Sra. ANDREIA LANZARINI DIDOMENICO, ocupante do cargo de Professor, lotada na Secretaria municipal de Educação, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 23 de junho de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**DECRETO N. 308/2015**

DECRETO N. 308/2015 DE 23 DE JUNHO DE 2015

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

## DECRETA

Art. 1º Concede à Servidora Municipal, Sra. LICIANE MAGNANTI PASA, ocupante do cargo de Gerente de Cultura, lotada na Secretaria Municipal de Cultura e Esporte, 10 (dez) dias de férias, relativos ao período aquisitivo de 23/01/2014 à 22/01/2015, que serão gozadas a partir do dia 20/07/2015.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será pago no mês de junho do corrente ano.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 23 de junho de 2015

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

LICIANE M. PASA Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015

# Coronel Martins

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº. 085 DE 22 DE JUNHO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 085 DE 22 DE JUNHO DE 2015.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 75 á 77 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

**CONCEDER:**

Art. 1º Férias a Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 – Para gozo de 15 (quinze) dias no período de 29/06/2015 à 13/07/2015.

Nome Cargo Referência

Rafael Pertusatti Técnico em Informática 02/06/2014 à 01/06/2015

Parágrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 22 de junho de 2015.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER

Chefe de Gabinete



# Corupá

## PREFEITURA

### **ERRATA DA PORTARIA Nº 3255 DE 16 DE MARÇO DE 2015, PUBLICADO EM 07 DE ABRIL DE 2015.**

Errata da PORTARIA Nº 3255 de 16 de março de 2015, publicado em 07 de abril de 2015.

ONDE SE LÊ: Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. NELCI DE OLIVEIRA PADILHA DOS SANTOS, a partir de 05 de fevereiro de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Setor ACT, com carga horária de 44 horas semanais, para trabalhar no Ginásio de Esportes Willy Germano Gessner, em virtude de existir demanda e ausência de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

LEIA-SE: Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. NELCI DE OLIVEIRA PADILHA DOS SANTOS, a partir de 05 de fevereiro de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais ACT, com carga horária de 44 horas semanais, para trabalhar no Ginásio de Esportes Willy Germano Gessner, em virtude de existir demanda e ausência de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

### **ERRATA DA PORTARIA Nº 3259 DE 16 DE MARÇO DE 2015, PUBLICADO EM 07 DE ABRIL DE 2015.**

Errata da PORTARIA Nº 3259 de 16 de março de 2015, publicado em 07 de abril de 2015.

ONDE SE LÊ: Art. 1º - Fica autorizada a contratação da SRA. SILVANE LEITZKE DANIEL, a partir de 04 de fevereiro de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Setor ACT, com carga horária de 44 horas semanais, para trabalhar na E.M.E.F. José Pasqualini, em virtude de existir demanda e ausência de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

LEIA-SE: Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. SILVANE LEITZKE DANIEL, a partir de 04 de fevereiro de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais ACT, com carga horária de 44 horas semanais, para trabalhar na E.M.E.F. José Pasqualini, em virtude de existir demanda e ausência de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

### **ERRATA DA PORTARIA Nº 3260 DE 16 DE MARÇO DE 2015, PUBLICADO EM 07 DE ABRIL DE 2015.**

Errata da PORTARIA Nº 3260 de 16 de março de 2015, publicado em 07 de abril de 2015.

ONDE SE LÊ: Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. VANESSA CRISTINA PRZEZDZIECKI, a partir de 04 de fevereiro de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Setor ACT, com carga horária de 44 horas semanais, para trabalhar no C.E.I. Dona Nina, em virtude de existir demanda e ausência de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

LEIA-SE: Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. VANESSA CRISTINA PRZEZDZIECKI, a partir de 04 de fevereiro de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais ACT, com carga horária de 44 horas semanais, para trabalhar no C.E.I. Dona Nina, em virtude de existir demanda e ausência de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

# Curitibanos

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 34/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 34/2015

Aos vinte e quatro dias do mês de Junho de 2015, no FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Cel. Vidal Ramos, 860, em Curitibanos SC, inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado pelo seu Presidente Sr. Kleberson Luciano Lima, doravante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, RESOLVE, tendo em vista o resultado da licitação promovida pelo Edital nº 34/2015, registrar os preços do participantes do certame, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório, na minuta de contrato e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas do Regulamento de Licitações e de Contratos da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto da presente Ata é a AQUISIÇÃO DE ITENS DE CAMA, MESA E BANHO PARA USO NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS. CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Parágrafo único – Esta Ata não obriga a PREFEITURA a firmar contratação com o fornecedor cujo preço tenha sido registrado, podendo ocorrer licitação específica para aquisição do objeto desta Ata, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência da aquisição do objeto junto ao detentor do registro, em igualdade de condições.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados dos materiais da pessoa jurídica são os seguintes:

(relação de itens e fornecedores detentores dos preços registrados)

§ 1º Os preços poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, devendo ser promovidas negociações com os fornecedores.

§ 2º Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o fornecedor será convocado, a fim de negociar a redução de seu preço, de forma a adequá-lo à média apurada.

§ 3º Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor apresentar requerimento fundamentado com comprovantes de que não pode cumprir as obrigações assumidas, o MUNICÍPIO poderá atualizar os valores registrados ou se de maior interesse público liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

§ 4º Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA OBRIGAÇÃO DO FORNECEDOR

Sem prejuízo das disposições contidas no Processo licitatório e seus anexos, o FORNECEDOR se obriga a assinar esta Ata e Instrumento de contrato, no prazo máximo fixado pelo Edital do Certame.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado no máximo, por igual

período, contados a partir da data de sua assinatura.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O gerenciamento deste instrumento, nos aspectos operacionais e contratuais, caberá ao Departamento responsável pela Gestão do Contrato, que se obriga a:

I. Efetuar controle do fornecedor, dos preços, dos serviços registrados;

II. Notificar o fornecedor para assinatura dos contratos;

III. Rever os preços registrados, a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados;

IV. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;

V. Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no Edital da licitação e na presente Ata.

VI. Coordenar, com apoio da Comissão Especial de Licitação, as formalidades de adesão a Ata por outros Órgãos ou entidades.

VII. Providenciar a publicação trimestral dos preços registrados durante o período de vigência da ATA.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO

Os preços registrados na presente Ata poderão ser cancelados de pleno direito, conforme a seguir:

I. Por iniciativa do MUNICÍPIO:

a) Quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa do contrato de fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas no Edital de Licitação e dispositivos Legais que lhe deram causa.

b) Quando o fornecedor não assinar o contrato de fornecimento, no prazo estabelecido pelo Fundo de Saúde, sem justificativa aceitável.

II. Por iniciativa do fornecedor:

a) mediante solicitação escrita, comprovando estar o fornecedor impossibilitado de cumprir os requisitos desta Ata de Registro de Preços.

§ 1º Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

§ 2º A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a este, neste caso, a aplicação das penalidades previstas no Instrumento convocatório, respeitado o direito de defesa prévia.

§ 3º Caso se abstenha de aplicar a prerrogativa de cancelar esta Ata, o MUNICÍPIO poderá, a seu exclusivo critério, suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Curitibanos, para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes contratantes assinam o presente instrumento.

Curitibanos, 24 de Junho de 2015.

Kleberson Luciano Lima  
Presidente do Fundo

Representante Empresa detentora dos preços registrados

**DECRETO Nº 4.597/2015**

DECRETO Nº 4.597/2015

HOMOLOGA EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 PARA INVESTIDURA EM CARGOS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma da lei Complementar nº 026/2002:

DECRETA

Art. 1º - Fica homologado o Edital de Concurso Público Nº 001/2015 de 08 de junho de 2015 para Concurso Público da Prefeitura Municipal de Curitiba, publicado nesta data.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 08 de junho de 2015.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto aos oito dias do mês de junho do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal.

Amaury Silva  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**DECRETO Nº 4.598/2015**

DECRETO Nº 4.598/2015

APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado e homologado nesta data o Novo Regimento Interno Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, instituído pela Lei Municipal nº 3.212 de 18 de agosto de 1997, tudo conforme consta da decisão dos membros constante da Ata nº005/2015 de 15 de Junho de 2015;

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revoga-se o Decreto nº 2.704 de 30 de dezembro de 1997, e as demais disposições em contrário.

Curitiba, 17 de Junho de 2015.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos dezessete dias do mês de junho do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Kleberson Luciano Lima  
Secretário de Educação e Cultura

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB NO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS

DA FINALIDADE E COMPETÊNCIA DO CONSELHO

Art. 1º. O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, instituído pela Lei Municipal nº 3.212 de 18 de agosto de 1997, é organizado na forma de órgão colegiado e tem como finalidade acompanhar a repartição, transferência e aplicação dos recursos financeiros do FUNDEB do Município de Curitiba.

Art. 2º. Compete ao Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB:

I. Acompanhar e controlar, em todos os níveis, a distribuição dos recursos financeiros do FUNDEB Municipal;

II. Acompanhar e controlar, junto aos órgãos competentes do Poder Executivo e ao Banco do Brasil, os valores creditados e utilizados à conta do FUNDEB;

III. Supervisionar a realização do censo escolar, no que se refere às atividades de competência do Poder Executivo Municipal, relacionadas ao preenchimento e encaminhamento dos formulários de coleta de dados, especialmente no que tange ao cumprimento dos prazos estabelecidos;

IV. Supervisionar a elaboração da proposta orçamentária anual do Município, especialmente no que se refere à adequada alocação dos recursos do FUNDEB, observando-se o cumprimento dos percentuais legais de destinação dos recursos;

V. Acompanhar, mediante verificação de demonstrativos gerenciais disponibilizados pelo Poder Executivo, o fluxo e a utilização dos recursos do FUNDEB.

VI. Requisitar ao Poder Executivo Municipal a disponibilização da prestação de contas da aplicação dos recursos do FUNDEB, em tempo hábil à análise e manifestação do Conselho no prazo regulamentar;

VII. Observar a correta aplicação do mínimo de 60% dos recursos do Fundo na remuneração dos profissionais do magistério, especialmente em relação à composição do grupo de profissionais, cujo pagamento é realizado com essa parcela mínima legal de recursos;

VIII. Exigir o fiel cumprimento do plano de carreira e remuneração do magistério da rede municipal de ensino;

IX. Apresentar à Câmara Municipal, ao Poder Executivo Municipal e ao Tribunal de Contas Estadual/Municipal, manifestação formal acerca dos registros contábeis e dos demonstrativos gerenciais do Fundo, sempre que o Conselho julgar conveniente.

X. Requisitar, junto ao Poder Executivo Municipal, a infraestrutura e as condições materiais necessárias à execução plena das competências do Conselho, com base na legislação federal ou municipal;

§ 1º - As decisões tomadas pelo Conselho deverão ser levadas ao conhecimento do Poder Público Municipal e da Comunidade.

§ 2º - Emitir parecer sobre as prestações de contas dos recursos do FUNDEB, que deverão ser disponibilizadas mensalmente pelo poder Executivo.

§ 3º - Emitir pareceres sobre prestações de contas referentes às aplicações dos recursos federais transferidos as contas do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE.

§ 4º - Elaborar e aprovar o seu Regimento Interno.

§ 5º - Dar publicidade aos seus atos.

§ 6º - Eleger o Presidente e os demais cargos previstos em seu Regimento

DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO

Art. 3º. O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB terá a seguinte composição:

I. Um representante da Secretaria Municipal de Educação ou órgão equivalente, indicado pelo Poder Executivo Municipal;

II. Um representante dos professores da educação básica pública municipal;  
III. Um representante dos diretores das escolas públicas municipais;  
IV. Um representante dos servidores técnico-administrativos das escolas públicas municipais;  
V. Um representante de pais de alunos da educação básica pública municipal;  
VI. Um representante de aluno das Escolas ou Centros de Educação Infantil, maior de dezoito anos.  
VII. Um representante do Conselho Municipal de Educação;  
§ 1º. A cada membro titular corresponderá um suplente.  
§ 2º. Os membros titulares e suplentes terão um mandato de dois anos, não sendo permitida a recondução para o mandato.  
§ 3º. A nomeação dos membros ocorrerá a partir da indicação ou eleição por parte dos segmentos ou entidades previstas neste artigo.  
§ 4º. Caberá ao membro suplente completar o mandato do titular e substituí-lo em suas ausências e impedimentos.  
§ 4º. A função de conselheiro é honorária e não é remunerada, é considerada de relevante interesse público.

VIII. São impedidos de integrar o Conselho:

I. Cônjuge e parentes consanguíneos ou afins, até terceiro grau:

- Do prefeito,
- Do vice-prefeito,
- Secretários municipais;

II. Tesoureiro, contador ou funcionário de empresa de assessoria ou consultoria que prestem serviços relacionados à administração ou controle interno dos recursos do FUNDEB, bem como cônjuges, parentes consanguíneos ou afins, até terceiro grau, desses profissionais;

III. Estudantes que não sejam emancipados; e

IV. Pais de alunos que:

- a) exerçam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração no âmbito dos órgãos do Poder Executivo Municipal; ou
- b) prestem serviços terceirizados ao Poder Executivo Municipal.

## DO FUNCIONAMENTO

### Das reuniões

Art. 4º. As reuniões ordinárias do Conselho serão realizadas mensalmente, conforme programado pelo colegiado.

Parágrafo Único. O Conselho poderá se reunir extraordinariamente por convocação do seu presidente ou de um terço dos seus membros.

Art. 5º. As reuniões serão realizadas com a presença da maioria dos membros do Conselho.

§1º. A reunião não será realizada se o quorum não se completar até 30 (trinta) minutos após a hora designada, lavrando-se termo que mencionará os conselheiros presentes e os que justificadamente não compareceram.

§2º. Quando não for obtida a composição de quorum, na forma do parágrafo anterior, será convocada nova reunião, a realizar-se dentro de dois dias, para a qual ficará dispensada a verificação de quorum.

§3º. As reuniões serão secretariadas por um dos membros, escolhido pelo presidente, a quem competirá à lavratura das atas.

### Da ordem dos trabalhos e das discussões

Art. 6º. As reuniões do Conselho obedecerão à seguinte ordem:

- I. Leitura, votação e assinatura da ata da reunião anterior;
- II. Comunicação da Presidência;
- III. Apresentação, pelos conselheiros, de comunicações de cada segmento;
- IV. Relatório das correspondências e comunicações, recebidas e

expedidas;

IV. Ordem do dia, referente às matérias constantes na pauta da reunião.

### Das decisões e votações

Art. 7º. As decisões nas reuniões serão tomadas pela maioria dos membros presentes.

Art. 8º. Cabe ao presidente o voto de desempate nas matérias em discussão e votação.

Art. 9º. As decisões do Conselho serão registradas no livro ata.

Art. 10. Todas as votações do Conselho poderão ser simbólicas ou nominais, a critério do colegiado.

§ 1º. Os resultados da votação serão comunicados pelo presidente.

§ 2º. A votação nominal será realizada pela chamada dos membros do Conselho.

### Da presidência e sua competência

Art. 11. O presidente e o vice-presidente do Conselho serão eleitos por seus pares em reunião do colegiado, sendo impedido de ocupar essas funções o representante do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo Único. O presidente será substituído pelo vice-presidente em suas ausências ou impedimentos.

Art. 12. Compete ao presidente do Conselho:

I. Convocar os membros do Conselho para as reuniões ordinárias e extraordinárias;

II. Presidir, supervisionar e coordenar os trabalhos do Conselho, promovendo as medidas necessárias à consecução das suas finalidades;

III. Coordenar as discussões e tomar os votos dos membros do Conselho;

IV. Dirimir as questões de ordem;

V. Expedir documentos decorrentes de decisões do Conselho;

VI. Aprovar "ad referendum" do Conselho, nos casos de relevância e de urgência, matérias que dependem de aprovação pelo colegiado;

VII. Representar o Conselho em juízo ou fora dele.

### Dos membros do Conselho e suas competências

Art. 13. A atuação dos membros do Conselho do FUNDEB:

I – Nenhum membro será remunerado;

II - É considerada atividade de relevante interesse social;

III - Assegura isenção da obrigatoriedade de testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício de suas atividades de conselheiro, e sobre as pessoas que lhes confiarem ou deles receberem informações; e

a) Acontecerá a exclusão do conselheiro no conselho, quando houver exoneração ou demissão do cargo ou emprego sem justa causa, ou transferência involuntária do estabelecimento de ensino em que atuam;

b) Acontecerá a exclusão do conselheiro no conselho, quando houver falta injustificada ao serviço; e

c) afastamento involuntário e injustificado da condição de conselheiro antes do término do mandato para o qual tenha sido designado.

Art. 14. Perderá o mandato o membro do Conselho que faltar a quatro reuniões consecutivas ou a seis intercaladas durante o ano.

Art. 15. Compete aos membros do Conselho:

I. Comparecer às reuniões ordinárias e extraordinárias;

II. Participar das reuniões do Conselho;

III. Estudar e relatar, nos prazos estabelecidos, as matérias que lhes forem distribuídas pelo presidente do Conselho;

IV. Sugerir normas e procedimentos para o bom desempenho e funcionamento do Conselho;



V. Exercer outras atribuições, por delegação do Conselho.

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 16. As decisões do Conselho não poderão implicar em nenhum tipo de despesa.

Art. 17. Eventuais despesas dos membros do Conselho, no exercício de suas funções, serão objeto de solicitação junto à Secretaria Municipal de Educação, comprovando-se a sua necessidade, para fins de custeio.

Art. 18. Este Regimento poderá ser alterado em reunião extraordinária, expressamente convocada para esse fim, e por deliberação de 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho.

Art. 19. O Conselho, caso julgue necessário, definirá os relatórios e os demonstrativos orçamentários e financeiros que deseja receber do Poder Executivo Municipal.

Art. 20. O Conselho, sempre que julgar conveniente e por decisão da maioria de seus membros, poderá convocar o Secretário de Educação Municipal ou servidor equivalente para prestar esclarecimentos acerca do fluxo de recursos e a execução das despesas do FUNDEB, devendo a autoridade convocada apresentar-se em prazo não superior a trinta dias.

Art. 21. Nos casos de falhas ou irregularidades, o Conselho deverá solicitar providências ao chefe do Poder Executivo e, caso a situação requeira outras providências, encaminhar representação à Câmara Municipal, ao Tribunal de Contas do Município/Estado e ao Ministério Público.

Art. 22. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação deste Regimento serão solucionados por deliberação do Conselho, em qualquer de suas reuniões, por maioria de seus membros presentes.

Curitiba, 17 Junho de 2015

#### DECRETO Nº 4.599/2015

DECRETO Nº 4.599/2015

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE NA FORMA DA LEI Nº 5.510/2015

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

#### DECRETA

Art. 1º - Ficam anuladas as dotações orçamentárias do orçamento do Fundo Municipal de Saúde na forma autorizada pela Lei nº 5.510/2015 no montante de R\$ 64.666,00 ( sessenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e seis reais) a saber :

#### ANULAÇÃO:

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.022 CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS

3.3.50.00.00.00.00.1002 TRASF. A INSTITUIÇÕES PRIVADAS  
..... R\$ 64.666,00

Art. 2º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento do Fundo Municipal de Saúde na forma autorizada pela Lei n. 5.510/2015 no montante de R\$ 64.666,00 ( sessenta e quatro

mil, seiscentos e sessenta e seis reais) a saber :

#### SUPLEMENTAÇÃO:

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.021 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.3.90.00.00.00.00.1002 APLICAÇÕES DIRETAS .....  
..... R\$ 64.666,00

Art. 3º . Para cobertura da suplementação acima ficam utilizados recursos das anulações previstas no art. 1º.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 19 de junho de 2015.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezenove dias do mês de junho do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Altamir Carvalho Goetten

Secretário de Saúde

#### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 107/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 107/2015

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA USO DA POLÍCIA MILITAR, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 08/07/2015, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitiba, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 14:00 horas do dia 08/07/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

Os inteiros teores deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba, no horário de expediente e na pagina da Prefeitura [www.curitiba.sc.gov.br](http://www.curitiba.sc.gov.br).

Curitiba, 20 de Maio de 2015.

José Antonio Guidi Diego Sebem Wordell

Prefeito Municipal Pregoeiro

#### EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº35/2015.

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº35/2015.

O Fundo Municipal de Saúde de Curitiba torna público que se encontra aberta licitação, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa para: Obra de reforma e ampliação do Laboratório da Unidade de Saúde Central num total de 209,56 m2 e construção de Lixeira no Pronto Acolhimento num total de 4,25 m2 conforme memoriais descritivos. O prazo para entrega dos envelopes encerra-se no dia 14/07/2015, às 09h30, e início da sessão do Pregão dia 14/07/2015 às 10h00. Os interessados poderão ter acesso a integral do Edital em [www.curitiba.sc.gov.br](http://www.curitiba.sc.gov.br), ou retirar pessoalmente junto ao Fundo Municipal de Saúde de Curitiba,



sito a rua Maximino de Moraes, 376, durante o horário comercial.

Curitibanos, 24 de junho de 2015.

Altamir Carvalho Goetten Gabriela Q. Almeida Martarello  
Secretário Mun. Saúde Pregoeira

### **LEI COMPLEMENTAR N. 134/2015**

LEI COMPLEMENTAR N. 134/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DESAFETAR E ALIENAR BENS IMÓVEIS DO PATRIMÔNIO MUNICIPAL

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e na forma disposta no artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Curitibanos, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover a desafetação pública dos bens imóveis abaixo relacionados e promover a sua alienação por venda, através de processo licitatório, na forma prevista no art. 17 da Lei n. 8.666/93 e na forma prevista pelo art. 103 da Lei Orgânica Municipal.

I – O terreno rural localizado neste município e Comarca de Curitibanos, no lugar denominado Fazenda da Forquilha, com área superficial de 100.000,00 m² (cem mil metros quadrados) com as descrições e confrontações constantes da matrícula imobiliária n. 22.290 do Cartório de Registro de imóveis desta comarca.

II – Emenda supressiva.

Parágrafo Único. Os imóveis referidos no caput e descritos acima ficam por esta Lei desafetados da sua natureza de uso comum do povo ou a uso especial, passando a se constituir em bens públicos dominicais, passíveis de alienação.

Art. 2º O Poder Executivo promoverá a alienação dos bens descritos acima através de procedimento licitatório na modalidade de Concorrência, tipo Maior Lance ou Oferta, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitibanos, 24 de abril de 2015.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal  
Amaury Silva  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### **LEI COMPLEMENTAR N. 138/2015**

LEI COMPLEMENTAR N. 138/2015

DECLARA LOTEAMENTO COMO ZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL – ZEIS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e na forma disposta no artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Curitibanos, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. A área de terras urbana localizada no final da Rua Dr.

Henrique Paulo Kern, no Bairro São Luiz, nesta cidade, com área de 314.093,00 m² devidamente matriculada no cartório de Registro de Imóveis desta comarca sob n. 23.777, pertencente ao Município de Curitibanos, passa a ser considerada Zona Especial de Interesse Social - ZEIS para fins de implantação de loteamento popular, cujo projeto será executado pelo Município.

Art. 2º. Fica o Município autorizado a instituir um Loteamento Popular e fazer a venda dos respectivos terrenos, para construção de habitações populares, a pessoas de baixa renda, localizado no Bairro São Luiz, na área descrita no artigo 1º e registrada sob matrícula nº 23.777 do Cartório de Registro de Imóveis desta comarca.

Art. 3º. Fica denominado de Nova Alvorada o loteamento a ser construído na área descrito no art. 1º.

Art. 4º - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 16 de junho de 2015.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezesseis dias do mês de junho do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal  
João Carlos Martins dos Santos  
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

### **LEI COMPLEMENTAR Nº 135/2015**

LEI COMPLEMENTAR Nº 135/2015

INSERE e altera dispositivos da Lei COMPLEMENTAR nº. 74 de 04 de maio de 2011 e dá outras providências.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e na forma disposta no artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Curitibanos, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º O Anexo I da Lei complementar nº 74/2011 passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO I

FUNÇÕES GRATIFICADAS

GRUPO: DIREÇÃO, ASSESSORAMENTO OU CHEFIA

Quantidade	Especificação	Valor da Gratificação
01	Chefe Divisão Tesouraria	Uma vez o menor vencimento do quadro de salários do município

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias do Poder Legislativo Municipal.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitibanos, 28 de abril de 2015.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e oito dias do mês de abril do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**LEI COMPLEMENTAR Nº 136/2015**

LEI COMPLEMENTAR Nº 136/2015

ESTENDE AOS SERVIDORES ADMITIDOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO O BENEFÍCIO DO ABONO PRODUTIVIDADE.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e na forma disposta no artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Curitiba, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a estender aos servidores Admitidos em caráter temporário – ACT, cujo prazo do contrato não seja inferior a 30 (trinta) dias o benefício do abono produtividade, de natureza indenizatória, previsto na Lei Complementar n. 131/2015 e regulamentado pelo Decreto n. 4.566/2015.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de maio de 2015.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos seis dias do mês de maio do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**LEI COMPLEMENTAR Nº 137/2015**

LEI COMPLEMENTAR Nº 137/2015

INSERE DISPOSITIVOS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 47/2006 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e na forma disposta no artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Curitiba, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º Ficam inseridas no Anexo III – Glossário – da Lei Complementar nº 47/2006 as seguintes definições:

“Resíduos de Construção Civil - são os provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulhos.

Geradores - pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, proprietárias ou responsáveis por obra que gerem o resíduo de construção civil;

Transportadores - pessoas físicas ou jurídicas, encarregadas da coleta e do transporte dos resíduos entre as fontes geradoras e as áreas de destinação.”

Art. 2º Fica inserido a Seção IV – Dos Resíduos das Obras – no Capítulo V da Lei Complementar nº 47/2006, com a seguinte redação:

“SEÇÃO IV  
DOS RESÍDUOS DAS OBRAS

Art. 38A - Os resíduos da construção civil, gerados no município de Curitiba/SC, deverão ser destinados às áreas de recepção de resíduos, constituídas por empreendimentos regulamentados públicos, operadores de triagem, reciclagem, preservação e disposição final, sendo expressamente proibido sua disposição em aterros sanitários e controlados, em lixões, encostas, corpos d'água, lotes vagos, passeios, vias e outras áreas públicas e em áreas protegidas por Lei.

Art. 38B - Os Geradores de resíduos da construção civil são responsáveis por sua correta destinação.

§ 1º No caso de contratação de transportadores ou receptores de resíduos da construção civil, passam a ser estes os responsáveis pelos resíduos após a retirada do canteiro de obras.”

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitiba, 16 de junho de 2015.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezesseis dias do mês de junho do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Lenora Elisa Borsarini  
Secretária de Planejamento

**LEI Nº 5.495/2015**

LEI Nº 5.495/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO AGUA SANTA

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Alberto José Antunes Gomes da Silva, inscrito no CPF sob n. 623.244.709-34, do lote urbano, Bairro Água Santa, com área de 310,50m² (trezentos e dez metros e cinquenta decímetros quadrados), situado no lado oeste da Rua Cel. Vidal Ramos, distando 16,50 metros ao norte da Rua João Ribas de Macedo, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, 24,00 metros com Maria Helena Ribeiro Gomes;  
Ao Sul, 22,00 metros com Leodir Sales;  
Ao Leste, 13,00 metros com a Rua Cel Vidal Ramos;  
Ao Oeste, 13,00 metros com Jose Antonio de Oliveira.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitiba, 08 de junho de 2015.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos oito dias do mês de junho do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos  
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

**LEI Nº 5.501/2015**

LEI Nº 5.501/2015

INSTITUI O DIA MUNICIPAL DOS PRODUTORES DE UVAS

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º Fica instituído no Município de Curitiba o Dia Municipal dos Produtores de Uvas, a ser comemorado anualmente no dia 1º de fevereiro, no Município de Curitiba.

§ 1º. A data tem como objetivo homenagear todos os produtores de Uvas no Município de Curitiba, bem como a promoção de ações e parcerias para a expansão da cultura, inclusive para a produção de vinhos.

§ 2º A uva poderá fazer parte do cardápio da merenda escolar na rede pública municipal de ensino.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 16 de junho de 2015.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezesseis dias do mês de junho do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Neide Terezinha Furlan

Secretaria da Agricultura, Abastecimento,  
Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural

**LEI Nº 5.502/2015**

LEI Nº 5.502/2015

DENOMINA VIA PÚBLICA DE "GRACILIANO ALVES DO SANTOS".

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º Fica denominada de "GRACILIANO ALVES DOS SANTOS" a Rua sem denominação "I", situada no Loteamento Nova Alvorada, no Município de Curitiba/SC.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Curitiba, 19 de junho de 2015.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezenove dias do mês de junho do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**LEI Nº 5.503/2015**

LEI Nº 5.503/2015

ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 2.796, DE 16 DE MAIO DE 1994, QUE "INSTITUI A COMENDA DO MÉRITO CURITIBANENSE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º O Art. 3º da Lei Municipal nº 2.796, de 16 de maio de 1994, fica acrescido de parágrafo único, e passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo único. É admitida a concessão da comenda "post mortem".

Art. 2º O Art. 4º da Lei Municipal nº 2.796, de 16 de maio de 1994, fica acrescido de parágrafo único, e passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo único. A Secretaria da Câmara de Vereadores manterá relação dos homenageados com a Comenda do Mérito Curitibanense, inclusive com divulgação em seu sítio eletrônico para consulta pública".

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 19 de junho de 2015.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezenove dias do mês de junho do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**LEI Nº 5.504/2015**

LEI Nº 5.504/2015

INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL DA ADOÇÃO.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º Fica instituída a Semana Municipal da Adoção, a ser realizada anualmente na semana que antecede o dia 25 de maio, Dia Nacional da Adoção.

Parágrafo único. A Semana Municipal da Adoção tem por finalidade a reflexão e conscientização sobre o tema.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 19 de junho de 2015.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezenove dias do mês de junho do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**LEI Nº 5.505/2015**

LEI Nº 5.505/2015

DENOMINA VIA PÚBLICA DE "OLIVA VEZARO RODRIGUES".

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º Fica denominada de "OLIVA VEZARO RODRIGUES" a Rua sem denominação "E", situada no Loteamento Nova Alvorada, no Bairro São Luís, no Município de Curitiba/SC.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Curitiba, 19 de junho de 2015.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezenove dias do mês de junho do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**LEI Nº 5.506/2015**

LEI Nº 5.506/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR CONVÊNIO DE CO-OPERAÇÃO FINANCEIRA COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS EM CURITIBANOS – APAE, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, através do Fundo Municipal de Assistência Social, autorizado a firmar convênio de cooperação financeira com a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Curitiba estabelecida neste município e que mantém serviços sociais e assistenciais às pessoas portadoras de necessidades especiais, de acordo com a ata do Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - Por este convênio fica o Poder Executivo autorizado a repassar a entidade assistencial, o valor de R\$ 53.041,20 (Cinquenta e três mil, quarenta e um reais, vinte centavos) em doze parcelas de R\$ 4.420,10, liberadas conforme repasses do Governo Federal.

Parágrafo Único: Os repasses de recursos estão vinculados ao recebimento pelo Município dos recursos vinculados ao Programa do Governo Federal – PTMC – Piso de Transição de Média Complexidade, no ano de 2015.

Art. 3º - A entidade beneficiada deverá mensalmente prestar contas da aplicação dos recursos recebidos, na forma estabelecida pela Instrução Normativa N. TC-14/2012, de 13 de junho de 2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e Decreto n. 4.449/2014 sob pena de suspensão do repasse até a efetiva apresentação.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão

por conta das seguintes dotações do orçamento vigente.

04.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.2086 – Manutenção das Ações vinculadas ao FMAS

33500000.0000.1035 – Transf. a inst. Sem fins lucrativos

..... R\$ 53.041,20

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 19 de junho de 2015.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezenove dias do mês de junho do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos

Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

TERMO DE CONVÊNIO Nº 020/2015

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CURITIBANOS–APAE ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, estabelecido à rua Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado por seu titular, sr. José Antonio Guidi Prefeito Municipal, através do Fundo Municipal de Assistência social, doravante denominado de MUNICÍPIO e de outro lado a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Curitiba estabelecida neste município à rua Prof. Juracy de Melo Schmidt, 274, inscrita no CNPJ sob nº 83.453.183/0001/28, neste ato representada por sua presidente, resolvem firmar o presente convênio de cooperação financeira sob as condições e termos aqui estabelecidos :

CLÁUSULA PRIMEIRA : O presente convênio objetiva o repasse de verbas pelo Município à APAE como forma de auxílio à entidade assistencial.

CLÁUSULA SEGUNDA : Por este convênio fica o Poder Executivo autorizado a repassar a entidade assistencial, através do Fundo Municipal de Assistência Social o valor de R\$ 53.041,20 (Cinquenta e três mil, quarenta e um reais, vinte centavos) em doze parcelas de R\$ 4.420,10, liberadas conforme repasses do Governo Federal, através da seguinte dotação orçamentária:

04.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.2086 – Manutenção das Ações vinculadas ao FMAS

33500000.0000.1035 – Transf. a inst. Sem fins lucrativos

..... R\$ 53.041,20

Parágrafo Único: Os repasses de recursos estão vinculados ao recebimento pelo Município dos recursos vinculados ao Programa do Governo Federal – PTMC – Piso de Transição de Média Complexidade,

CLÁUSULA TERCEIRA : DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICIPES;

A CONVENIENTE obriga-se a:

I – Executar o objeto do projeto aprovado pela CMDCA, conforme orçamento e cronograma de desembolso.

II – apresentar sua prestação de contas na forma estabelecida pela Instrução Normativa N. TC-14/2012, de 13 de junho de 2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e Decreto n. 4.449/2014, sob pena de suspensão do repasse até a efetiva prestação de contas.

III - viabilizar conta bancária específica onde serão movimentados



os recursos recebidos, por ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário;

IV – manter registro contábil e escrituração diária de toda a movimentação dos recursos gerados, recebidos e expedidos, resultantes do presente Convênio;

V – comprovar as despesas somente com notas fiscais ou recibos válidos, as quais devem conter a certificação do recebimento do material ou da prestação dos serviços e visto do representante legal;

VI – não repassar os recursos recebidos para outras entidades, de direito público ou privado, salvo quando expressamente autorizado pelo MUNICÍPIO.

VII - a devolver os recursos nos casos previstos no Decreto 4.449/2014.

O MUNICÍPIO compromete-se a:

I – Transferir á CONVENIENTE o valor destinado e previsto constante do projeto.

II - apreciar os relatórios das atividades realizadas pela ASSOCIAÇÃO, avaliando a aplicação das verbas destinadas.

CLÁUSULA QUARTA : Os recursos transferidos não poderão ser utilizados para pagamento de despesas de pessoal e imobilizado.

CLÁUSULA QUINTA : O presente convênio, autorizado pela lei municipal nº 5.506/2015 de 19 de junho de 2015 terá prazo determinado iniciando-se em 01 de junho de 2015 e término em 10 de dezembro de 2015 e poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações aqui previstas; pela superveniência de norma legal ou fato que o torne materialmente inexecutável; pela extinção da entidade durante a vigência do convênio, ou ainda, denunciado a qualquer tempo por ato de um dos partícipes mediante prévio aviso, daquele que se desinteressar com antecedência mínima de 30 dias.

CLÁUSULA SEXTA: Fica eleito o foro da comarca de Curitiba para dirimir dúvidas porventura decorrentes do presente termo.

Para firmeza e validade do que acima foi estabelecido, lavrou-se o presente instrumento o qual foi lido e achado conforme e vai devidamente assinado pelos convenientes e testemunhas.

Curitiba, 19 de junho de 2015.

José Antônio Guidi Prefeito Municipal	APAE
--	------

## LEI Nº 5.507/2015

LEI Nº 5.507/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA COM A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE FREI ROGÉRIO ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/FMAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, através do Fundo Municipal de Assistência Social, autorizado a firmar convênio de cooperação financeira com a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE FREI ROGÉRIO, inscrita no CNPJ sob nº 83.754.341/0001-80, estabelecida neste município e que mantém serviços sociais e assistenciais.

Art. 2º - Pelo convênio, o Poder Executivo repassará à ASSOCIAÇÃO

a importância de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) em cinco parcelas no valor de R\$ 5.000,00 a partir do mês de junho de 2015 para atendimento dos projetos aprovados pelo Conselho Municipal de assistência Social através da Ata n. 096/CMAS/2015.

Art. 3º - A entidade beneficiada deverá prestar contas da aplicação dos recursos recebidos sob pena de suspensão do repasse até a efetiva apresentação das contas.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das seguintes dotações:

04.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 – Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.0005.2014 – Manutenção das atividades do FMAS

33500000.0000.1000 – Transferências a Instituições sem fins lucrativos ..... R\$ 25.000,00

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 19 de junho de 2015.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezenove dias do mês de junho do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos

Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

TERMO DE CONVENIO Nº 021/2015

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS E ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE FREI ROGÉRIO ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS.

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, estabelecido à rua Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado por seu titular, sr. José Antonio Guidi brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n. 531,619, inscrito no CPF sob n. 352.219.259-15, Prefeito Municipal doravante denominado de MUNICÍPIO, através do Fundo Municipal de Assistência Social e de outro lado ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE FREI ROGÉRIO, inscrita no CNPJ sob nº 83.754.341/0001-80, neste ato representado por seu Presidente, com recursos do Fundo Municipal de Assistência Social, resolvem firmar o presente convênio de cooperação financeira sob as condições e termos aqui estabelecidos :

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E A FINALIDADE DO CONVÊNIO

O presente convênio objetiva o repasse de verbas á ASSOCIAÇÃO, para atendimento dos programas aprovados pelo CMAS, conforme Ata 96/CMAS/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES;

A CONVENIENTE obriga-se a:

I – Executar o objeto do projeto aprovado pelo Conselho, conforme orçamento e cronograma de desembolso.

II –Encaminhar relatório de suas atividades e prestação de contas dos recursos recebidos conforme instruções do Decreto n. 4.449/2014, sob pena de suspensão do repasse até a efetiva prestação de contas.

III - a devolver os recursos nos casos previstos no Decreto 4.449/2014.

IV - viabilizar conta bancária específica onde serão movimentados os recursos recebidos, por ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário;



V – manter registro contábil e escrituração diária de toda a movimentação dos recursos gerados, recebidos e expedidos, resultantes do presente Convênio;

VI – comprovar as despesas somente com notas fiscais ou recibos válidos, as quais devem conter a certificação do recebimento do material ou da prestação dos serviços e visto do representante legal;

VII – não repassar os recursos recebidos para outras entidades, de direito público ou privado, salvo quando expressamente autorizado pelo MUNICÍPIO.

O MUNICÍPIO compromete-se a:

I – Transferir à CONVENIENTE o valor destinado e previsto pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

II – apreciar os relatórios das atividades realizadas pela ASSOCIAÇÃO, avaliando a aplicação das verbas destinadas.

**CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR TOTAL A SER TRANSFERIDO,**  
Pelo convênio, o Poder Executivo repassará à ASSOCIAÇÃO a importância de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) em cinco parcelas no valor de R\$ 5.000,00 a partir do mês de junho de 2015, por conta de dotações próprias do orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, conforme a seguir:

04.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 – Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.0005.2014 – Manutenção das atividades do FMAS

33500000.0000.1000 – Transferências a Instituições sem fins lucrativos ..... R\$ 25.000,00

**CLÁUSULA QUARTA : DAS VEDAÇÕES**

É vedada a aplicação das verbas destinadas ao presente convênio, no mercado financeiro, ou finalidades contrárias às da CONVENIENTE sob pena de rescisão e responsabilidade de seus dirigentes, prepostos ou sucessores e os recursos transferidos não poderão ser utilizados para pagamento de despesas de pessoal, nem tampouco investimentos e material permanente.

**CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO**

O presente convênio terá prazo determinado iniciando-se na data da publicação da lei autorizativa com término em 10 dezembro de 2015.

**CLÁUSULA SEXTA – DO FUNDAMENTO E RESCISÃO**

Este convênio, fundamentado e autorizado pela lei municipal nº 5.507/2015 de 19 de junho de 2015 poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações aqui previstas; pela superveniência de norma legal ou fato que o torne materialmente inexecutável; pela extinção da entidade durante a vigência do convênio, ou ainda, denunciado a qualquer tempo por ato de um dos partícipes mediante prévio aviso, daquele que se desinteressar com antecedência mínima de 30 dias.

**CLÁUSULA OITAVA – DO FORO**

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba para dirimir dúvidas porventura decorrentes do presente termo.

Para firmeza e validade do que acima foi estabelecido, lavrou-se o presente instrumento o qual foi lido e achado conforme e vai devidamente assinado pelos convenientes e testemunhas.

Curitiba, 19 de junho de 2015.

José Antônio Guidi Prefeito Municipal	Associação Beneficente Frei Rogério
--	-------------------------------------

Presidente FMAS

## LEI Nº 5.508/2015

LEI Nº 5.508/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR CONVÊNIO DE CO-OPERAÇÃO FINANCEIRA COM O LAR NOVA ALVORADA ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/FMAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, através do Fundo Municipal de Assistência Social, autorizado a firmar convênio de cooperação financeira com o LAR NOVA ALVORADA, inscrito no CNPJ sob nº 03.036.536/0001-55, estabelecido neste município e que mantém serviços sociais e assistenciais.

Art. 2º - Pelo convênio, o Poder Executivo repassará à ASSOCIAÇÃO a importância de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais) em cinco parcelas no valor de R\$ 4.600,00 a partir do mês de junho de 2015 para atendimento dos projetos aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social através da Ata n. 096/CMAS/2015.

Art. 3º - A entidade beneficiada deverá prestar contas da aplicação dos recursos recebidos sob pena de suspensão do repasse até a efetiva apresentação das contas.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das seguintes dotações:

04.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 – Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.0005.2014 – Manutenção das atividades do FMAS

33500000.0000.1000 – Transferências a Instituições sem fins lucrativos ..... R\$ 23.000,00

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 19 de junho de 2015.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezenove dias do mês de junho do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos

Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

TERMO DE CONVÊNIO Nº 022/2015

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS E O LAR NOVA ALVORADA ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS.

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, estabelecido à rua Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado por seu titular, sr. José Antonio Guidi brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n. 531,619, inscrito no CPF sob n. 352.219.259-15, Prefeito Municipal doravante denominado de MUNICÍPIO, através do Fundo Municipal de Assistência Social e de outro lado LAR NOVA ALVORADA, inscrita no CNPJ sob nº 03.036.536/0001-55, neste ato representado por seu Presidente, com recursos do Fundo Municipal de Assistência Social, resolvem firmar o presente convênio de cooperação financeira sob as condições e termos aqui estabelecidos :

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E A FINALIDADE DO CONVÊNIO**  
O presente convênio objetiva o repasse de verbas ao LAR NOVA ALVORADA, para atendimento dos programas aprovados pelo CMAS, conforme Ata 96/CMAS/2015.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES;**

A CONVENIENTE obriga-se a:

I – Executar o objeto do projeto aprovado pelo Conselho, conforme orçamento e cronograma de desembolso.

II - Encaminhar relatório de suas atividades e prestação de contas dos recursos recebidos conforme instruções do Decreto n. 4.449/2014, sob pena de suspensão do repasse até a efetiva prestação de contas.

III - a devolver os recursos nos casos previstos no Decreto 4.449/2014.

IV - viabilizar conta bancária específica onde serão movimentados os recursos recebidos, por ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário;

V – manter registro contábil e escrituração diária de toda a movimentação dos recursos gerados, recebidos e expedidos, resultantes do presente Convênio;

VI– comprovar as despesas somente com notas fiscais ou recibos válidos, as quais devem conter a certificação do recebimento do material ou da prestação dos serviços e visto do representante legal;

VII – não repassar os recursos recebidos para outras entidades, de direito público ou privado, salvo quando expressamente autorizado pelo MUNICÍPIO.

O MUNICÍPIO compromete-se a:

I – Transferir á CONVENIENTE o valor destinado e previsto pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

II - apreciar os relatórios das atividades realizadas pela ASSOCIAÇÃO, avaliando a aplicação das verbas destinadas.

**CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR TOTAL A SER TRANSFERIDO,**

Pelo convênio, o Poder Executivo repassará à ASSOCIAÇÃO a importância 23.000,00 (vinte e três mil reais) em cinco parcelas no valor de R\$ 4.600,00 a partir do mês de junho de 2015 para atendimento dos projetos aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social através da Ata n. 096/CMAS/2015, por conta de dotações próprias do orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, conforme a seguir:

04.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 – Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.0005.2014 – Manutenção das atividades do FMAS

33500000.0000.0001 – Transferências a Instituições sem fins lucrativos ..... R\$ 23.000,00

**CLÁUSULA QUARTA : DAS VEDAÇÕES**

É vedada a aplicação das verbas destinadas ao presente convênio, no mercado financeiro, ou finalidades contrárias às da CONVENIENTE sob pena de rescisão e responsabilidade de seus dirigentes, prepostos ou sucessores e os recursos transferidos não poderão ser utilizados para pagamento de despesas de pessoal, nem tampouco investimentos e material permanente.

**CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO**

O presente convênio terá prazo determinado iniciando-se na data da publicação da lei autorizativa com término em 10 dezembro de 2015.

**CLÁUSULA SEXTA – DO FUNDAMENTO E RESCISÃO**

Este convênio, fundamentado e autorizado pela lei municipal nº 5.508/2015 de 19 de junho de 2015 poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações aqui previstas; pela superveniência de norma legal ou fato que o torne materialmente inexecutável; pela extinção da entidade durante a vigência do convênio, ou ainda, denunciado a qualquer tempo por ato de um dos partícipes mediante prévio aviso, daquele que se desinteressar com antecedência mínima de 30 dias.

**CLÁUSULA OITAVA – DO FORO**

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba para dirimir dúvidas porventura decorrentes do presente termo.

Para firmeza e validade do que acima foi estabelecido, lavrou-se o presente instrumento o qual foi lido e achado conforme e vai devidamente assinado pelos convenientes e testemunhas.

Curitiba, 19 de junho de 2015.

José Antônio Guidi Prefeito Municipal	Lar Nova Alvorada
--	-------------------

Presidente FMAS

**LEI Nº 5.509/2015**

LEI Nº 5.509/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA COM A ASSOCIAÇÃO HERDEIROS DO FUTURO ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/ FMAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, através do Fundo Municipal de Assistência Social, autorizado a firmar convênio de cooperação financeira com a ASSOCIAÇÃO DE VOLUNTÁRIOS HERDEIROS DO FUTURO, inscrita no CNPJ sob nº 06.345.463/0001-71, estabelecida neste município e que mantém serviços sociais e assistenciais.

Art. 2º - Pelo convênio, o Poder Executivo repassará à ASSOCIAÇÃO a importância de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) em cinco parcelas no valor de R\$ 2.400,00 a partir do mês de junho de 2015 para atendimento dos projetos aprovados pelo Conselho Municipal de assistência Social através da Ata n. 096/CMAS/2015.

Art. 3º - A entidade beneficiada deverá prestar contas da aplicação dos recursos recebidos sob pena de suspensão do repasse até a efetiva apresentação das contas.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das seguintes dotações:

04.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 – Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.0005.2014 – Manutenção das atividades do FMAS

33500000.0000.1000 – Transferências a Instituições sem fins lucrativos ..... R\$ 12.000,00

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 19 de junho de 2015.

José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezenove dias do mês de junho do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal  
João Carlos Martins dos Santos  
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação  
TERMO DE CONVENIO Nº 023/2015

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS E ASSOCIAÇÃO DE VOLUNTÁRIOS HERDEIROS DO FUTURO ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS.

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, estabelecido à rua Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado por seu titular, sr. José Antonio Guidi brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n. 531,619, inscrito no CPF sob n. 352.219.259-15, Prefeito Municipal doravante denominado de MUNICÍPIO, através do Fundo Municipal de Assistência Social e de outro lado ASSOCIAÇÃO DOS VOLUNTÁRIOS HERDEIROS DO FUTURO, inscrita no CNPJ sob nº 06.345.463/0001-71, neste ato representado por seu Presidente Eder Ramos dos Santos, inscrito no CPF n. 026.250.269-01, residente e domiciliado na Rua Alfredo Lenser n. 338 em Curitiba SC, com recursos do Fundo Municipal de Assistência Social, resolvem firmar o presente convênio de cooperação financeira sob as condições e termos aqui estabelecidos :

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E A FINALIDADE DO CONVÊNIO

O presente convênio objetiva o repasse de verbas à ASSOCIAÇÃO, para atendimento dos programas aprovados pelo CMAS, conforme Ata 96/CMAS/2015.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICÍPES; A CONVENIENTE obriga-se a:

I – Executar o objeto do projeto aprovado pelo Conselho, conforme orçamento e cronograma de desembolso.

II –Encaminhar relatório de suas atividades e prestação de contas dos recursos recebidos conforme instruções do Decreto n. 4.449/2014, sob pena de suspensão do repasse até a efetiva prestação de contas.

III - a devolver os recursos nos casos previstos no Decreto 4.449/2014.

IV - viabilizar conta bancária específica onde serão movimentados os recursos recebidos, por ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário;

V – manter registro contábil e escrituração diária de toda a movimentação dos recursos gerados, recebidos e expedidos, resultantes do presente Convênio;

VI– comprovar as despesas somente com notas fiscais ou recibos válidos, as quais devem conter a certificação do recebimento do material ou da prestação dos serviços e visto do representante legal;

VII – não repassar os recursos recebidos para outras entidades, de direito público ou privado, salvo quando expressamente autorizado pelo MUNICÍPIO.

O MUNICÍPIO compromete-se a:

I – Transferir à CONVENIENTE o valor destinado e previsto pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

II - apreciar os relatórios das atividades realizadas pela ASSOCIAÇÃO, avaliando a aplicação das verbas destinadas.

**CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR TOTAL A SER TRANSFERIDO,**  
Pelo convênio, o Poder Executivo repassará à ASSOCIAÇÃO a importância de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) em cinco parcelas no valor de R\$ 2.400,00 a partir do mês de junho de 2015 para atendimento dos projetos aprovados pelo Conselho Municipal de assistência Social através da Ata n. 096/CMAS/2015, por conta de dotações próprias do orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, conforme a seguir:

04.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 – Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.0005.2014 – Manutenção das atividades do FMAS

33500000.0000.1000 – Transferências a Instituições sem fins lucrativos ..... R\$ 12.000,00

#### CLÁUSULA QUARTA : DAS VEDAÇÕES

É vedada a aplicação das verbas destinadas ao presente convênio, no mercado financeiro, ou finalidades contrárias às da

CONVENIENTE sob pena de rescisão e responsabilidade de seus dirigentes, prepostos ou sucessores e os recursos transferidos não poderão ser utilizados para pagamento de despesas de pessoal, nem tampouco investimentos e material permanente.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO

O presente convênio terá prazo determinado iniciando-se na data da publicação da lei autorizativa com término em 10 dezembro de 2015.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO FUNDAMENTO E RESCISÃO

Este convênio, fundamentado e autorizado pela lei municipal nº 5.509/2015 de 19 de junho de 2015 poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações aqui previstas; pela superveniência de norma legal ou fato que o torne materialmente inexecutável; pela extinção da entidade durante a vigência do convênio, ou ainda, denunciado a qualquer tempo por ato de um dos partícipes mediante prévio aviso, daquele que se desinteressar com antecedência mínima de 30 dias.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba para dirimir dúvidas porventura decorrentes do presente termo.

Para firmeza e validade do que acima foi estabelecido, lavrou-se o presente instrumento o qual foi lido e achado conforme e vai devidamente assinado pelos convenientes e testemunhas.

Curitiba, 19 de junho de 2015

José Antônio Guidi Prefeito Municipal	Associação Voluntários Herdeiros do Futuro
--	---

Presidente FMAS

### LEI Nº 5.510/2015

LEI Nº 5.510/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ANULAR E SUPLEMENTAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a anular as dotações orçamentárias do orçamento do Fundo Municipal de Saúde na forma autorizada pela Lei n. 5.329/2014 no montante de R\$ 64.666,00 ( sessenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e seis reais) a saber :

#### ANULAÇÃO:

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.022 CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS

3.3.50.00.00.00.00.1002 TRASF. A INSTITUIÇÕES PRIVADAS ..... R\$ 64.666,00

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias do orçamento do Fundo Municipal de Saúde na forma autorizada pela Lei n. 5.329/2014 no montante de R\$ \$ 64.666,00 ( sessenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e seis reais) a saber :

#### SUPLEMENTAÇÃO:

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.021 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.3.90.00.00.00.00.1002 APLICAÇÕES DIRETAS .....  
..... R\$ 64.666,00

Curitiba, 19 de junho de 2015.  
José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

Art. 3º . Para cobertura da suplementação acima ficam utilizados recursos das anulações previstas no art. 1º.

Publicada a presente lei aos dezoito dias do mês de junho do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Altamir Carvalho Goetten  
Secretário de Saúde

## CÂMARA MUNICIPAL

### CONTRATO N. 11/2015

CONTRATO Nº 11/2015

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CURITIBANOS

CONTRATADA: MARIA CIRLEI DA VEIGA ME

Com fundamento na Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e demais normas jurídicas aplicáveis à espécie, as partes contratantes resolvem deliberadamente pactuar o presente contrato de fornecimento, no regime de execução direta, o que fazem mediante as cláusulas e condições abaixo estabelecidas e vinculadas ao processo licitatório, origem deste contrato:

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO (INSTALADO) PARA A CASA LEGISLATIVA QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA DE VEREADORES DE CURITIBANOS E MARIA CIRLEI DA VEIGA ME.

Pelo presente instrumento particular de fornecimento, fazem entre si a CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Archias Ganz, 288, em Curitiba (SC), inscrito no CNPJ sob nº 78.493.632/0001-21, neste ato representada por seu Presidente Sr. Arcílio Alves, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e de outro lado MARIA CIRLEI DA VEIGA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 20.132.097/0001-01, neste ato representada por seu representante legal, com sede na cidade de PALHOÇA/SC, na rua José Cosme Pamplona, 2350, Centro, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em conformidade com a Lei 8.666/93 e Processo Licitatório na Modalidade de Pregão N. 3/2015, têm entre si justo e contratado, o que segue:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, DA GARANTIA E DA ENTREGA

1.1 O presente contrato tem por objeto a aquisição de aparelhos de ar condicionado (INSTALADO) para a Casa Legislativa.

1.1.1 Dos itens detalhados:

Lote 01	Descrição do Material	quant	Valor unitário do aparelho.	Valor Total do aparelho/ instalação/ tubulação
01	Aparelho de ar condicionado tipo Split 18.000 btu's, Quente Frio, mão de obra, suporte unidade externa e material de fixação (instalado). (03-01-0016)  Marca: PHILCO Modelo: PH18000QFM	02	R\$ 2.692,87	R\$ 5.385,75
02	C Aparelho de ar condicionado tipo split 30.000 btu's, Quente Frio, mão de obra, suporte unidade externa e material de fixação (instalado). (03-01-0017)  Marca: KOMEKO Modelo: KOS30QC	01	R\$ 4.247,21	R\$ 4.247,21
03	Aparelho de ar condicionado tipo split 12.000 btu's, Quente Frio, mão de obra, suporte unidade externa e material de fixação (instalado). (03-01-0018)  Marca: PHILCO Modelo: PH12000QFM	01	R\$ 1.940,45	R\$ 1.940,45
04	Aparelho de ar condicionado tipo split 9.000 btu's, Quente Frio, mão de obra, suporte unidade externa e material de fixação (instalado). (03-01-0019)  Marca: PHILCO Modelo: PH9000QFM	12	R\$ 1.821,64	R\$ 21.859,78



05	Aparelho de ar condicionado tipo Split 60.000 btu's, piso-teto, Quente Frio, mão de obra, suporte unidade externa e material de fixação (instalado). (03-01- 0020)  Marca: ELGIN Modelo: PHQ60000-4	01	R\$ 7.761,80	R\$ 7.761,81
----	--	----	--------------	--------------

Valor Total do Lote: R\$ 41.195,00 (quarenta e um mil, cento e noventa e cinco reais).

1.2. De acordo com a proposta de preços vencedora, também farão parte do objeto a prestação dos seguintes serviços especializados:  
a) Transporte e montagem dos equipamentos.

1.3 – O objeto a ser entregue deverá ser de boa qualidade, dentro das especificações técnicas exigidas, das normas aplicadas ao setor pelos órgãos reguladores, assistência técnica gratuita e garantia mínima de um ano.

1.4 – O prazo de entrega será de até 60 (sessenta) dias da assinatura do contrato (podendo o mesmo ser prorrogado mediante aceite do presidente da Casa Legislativa), TENDO COMO LOCAL DE ENTREGA E INSTALAÇÃO O PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CURITIBANOS, SITO A RUA ARCHIAS GANZ, 288, CENTRO, CURITIBANOS/SC.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

O prazo de execução do presente contrato é de 60 dias, com início em 24 de junho de 2015 e com término em 23 de agosto de 2015 e vigência até 31/12/2015.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 Pela entrega do objeto deste contrato, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância de R\$ 41.195,00 (quarenta e um mil, cento e noventa e cinco reais).

3.2 Em caso de atraso nos pagamentos poderá incidir sobre o valor do objeto contratado, multa de 2% (dois por cento), mais juros de 0,030% ao dia.

3.3 Os valores contratados não serão corrigidos por período inferior a um ano.

3.4 - A Câmara efetuará o pagamento do objeto por meio de crédito em conta bancária ou via documento de pagamento (somente via eletrônica), observadas as demais disposições em até 30 dias, conforme documento de pagamento.

3.5 - Os preços serão reajustados pelo IPCA, desde que o fornecimento ultrapasse o prazo de um ano, mediante acordo entre as partes.

3.6 - O reequilíbrio econômico financeiro será executado a qualquer tempo desde que comprovado mediante documentação fiscal a época da emissão do contrato e atual, mediante também demonstração em planilhas.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VINCULAÇÃO

4.1 As despesas decorrentes da locação do Sistema objeto do presente contrato, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Entidade 10 – Câmara Municipal de Curitiba

Órgão 01.00 – Poder Legislativo

Unidade 01.01 - Câmara Municipal de Vereadores

Projeto/Atividade 1.001 – Equipamento e Material Permanente - Câmara de Vereadores

4.4.90.52.34.00.00.00 – Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos

4.2 O Presente contrato está vinculado ao Pregão Presencial nº 03/2015, cujos termos desde logo fazem parte integrante da presente avença.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1 Caberá ao CONTRATANTE:

5.1.1 Efetuar os pagamentos decorrentes da execução do objeto deste contrato em até trinta dias após a sua efetiva entrega.

5.1.2 Facultar o acesso irrestrito aos técnicos da CONTRATADA às áreas de trabalho e demais informações necessárias à fiel execução do presente contrato.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 Caberá a CONTRATADA:

6.1.1 Fornecer, transportar e realizar a montagem/instalação do objeto contratado.

6.1.2 Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.1.3 Garantir o atendimento de técnico presencial, quando requisitado, em até quatro dias úteis contados da solicitação por qualquer via para execução de serviços de atendimento in loco.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DO SUPORTE TÉCNICO

7.1. O suporte técnico pós-implantação deverá ser sempre efetuado por técnico habilitado.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

8.1 A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tornadas conhecidas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a fazer parte dele.

#### CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1 A ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93 ensejará a rescisão do contrato:

a) Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.



b) Os casos de rescisão administrativa ou amigável serão precedidos de comunicação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

c) Em caso de inadimplemento superior a noventa dias, a execução do presente contrato poderá ser suspensa.

d) A contratada reconhece os direitos da contratante, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77 da lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1 Em caso de inexecução, total ou parcial do presente contrato, serão aplicadas as penalidades dispostas no Edital, as quais se tornam parte integrante da presente minuta contratual.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DO FORO, DOS CASOS OMISSOS E DA REGULARIDADE

11.1 As partes de comum e recíproco acordo, elegem o foro da comarca de Curitiba/SC para dirimir qualquer dúvida, ação ou questão oriunda deste presente contrato.

11.2 Este contrato fica vinculado a legislações aplicáveis a execução de contratos, especialmente aos públicos nos casos omissos.

11.3 O contratado fica obrigado a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença de 2 (duas) testemunhas.

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CURITIBANOS

CONTRATADA: MARIA CIRLEI DA VEIGA ME

#### PROCURADORIA GERAL DA CÂMARA

O presente contrato cumpre as exigências legais, estando em acordo com as Leis Federais nº. 8.666/93, 8.884/94 e 9.648/98, pelo que, de acordo com o art. 38 parágrafo único da referida Lei, o dou como aprovado.

Curitiba, 24/06/2015.

Rafael Gobbi

Procurador Geral da Câmara

# Forquilha

## PREFEITURA

### CONTRATO 07/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

CAMARA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 07/2015

CONTRATANTE – CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

CONTRATADO – AMBONI CINE FOTO LTDA .ME

DO OBJETO – objeto da presente licitação é a aquisição com instalação de equipamentos para instalação da TV Câmara, para transmissão on line das sessões ordinárias e extraordinárias, destinado a Câmara Municipal de Vereadores de Forquilha, conforme descrição, anexos e especificações constantes no CONVITE - Parte integrante do Edital e documentos atinentes a este instrumento, incluindo equipamentos, instalações e treinamento dos funcionários. VALOR – R\$ 42.034,00 (Quarenta e dois mil e trinta e quatro reais). VIGÊNCIA – 18/08/2015.

DOTAÇÃO – 4.4.90 e 3.3.90

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Convite 02/2015 – Proc. Licitação 04/2015.

DATA DA ASSINATURA – 18 de maio de 2015.

RANGEL LOCH

Presidente da CMF

pela parte dos brinquedos, e também a parte de cobertura, com suas respectivas tendas, de forma que os itens fiquem especificamente localizados, gerando um ambiente apropriado às diversões que estejam disponíveis.

Sendo que a alteração do edital acima não interfere na formulação da proposta, mantém-se a data de abertura para: 26 de junho de 2015 às 09:00 horas.

Feitos a retificação e os esclarecimentos acima, ficam todos notificados para os fins legais e de direito, na forma da lei vigente. As demais cláusulas do edital de pregão permanecem inalteradas. Demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal “26 de Abril” Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 as 12:00, 13:00 às 17:00 horas, ou por email: processos@forquilha.sc.gov.br ou licitações@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha/SC, 24 de junho de 2015.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

Pregoeira

### ERRATA - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 96/PMF/2015

ERRATA - ESCLARECIMENTOS DO EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 96/PMF/2015

O Poder Executivo do Município de Forquilha, no uso das atribuições legais, vem por meio desta publicação legal, retificar e esclarecer dúvidas referente ao Edital de Pregão Presencial Nº. 96/PMF/2015 que tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para contratação de empresa especializada para locação de brinquedos para as atividades do município de Forquilha/SC para o período de 12 meses, conforme segue:

A empresa Geisiane Perola da Silva, apresentou questionamento sobre o item 7.1.5, alínea “c”, que dispõe sobre o Registro e quitação da Licitante no CREA; a empresa sugeriu também a separação dos itens em dois lotes, sendo que um para os brinquedos e outro para as tendas e pisos.

Quanto ao primeiro questionamento, a comissão vem, por meio desta nota, retificar da seguinte forma:

A retificação se dá no item 7.1.5, alínea “c” e seguintes:

Onde se lê:

“c) Prova de Registro e quitação da licitante no CREA – Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Estado de SC;”

Leia-se:

“c) Para os itens 08, 09 e 10 se faz necessária a Prova de Registro e quitação da licitante no CREA – Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Estado de SC;

c.1) .....

c.2) .....

Quanto à sugestão de separação dos itens, decidiu-se por não acatar tal sugestão, em face ao princípio da celeridade contratual, e por se tratar de itens dentro de um todo, na qual deve ser montado uma Brinquedoteca de forma propícia ao bom usufruir das crianças, desde a parte inferior, piso de madeira tipo deck, passando

# Fraiburgo

## PREFEITURA

### AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0032\_2015 PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0141/2015 – PMF

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0032/2015 – PMF

Objeto: Inexigibilidade de licitação com fulcro no art. 25 caput da lei 8.666/93, visando a despesa com 07 (sete) inscrições para os servidores (Denisia P.Mittanck, Tania F. Da Silva, Alessandra Zonta, Ângela M.R. Serafini, Gisele Cordeiro, Lilian K.T. Ribeiro e Luciane F. Didomenico para participar do Curso "Educação Infantil de 0 A 6 Anos", que será realizado no dia 26 E 27 de junho de 2015. Contratada: VM Treinamento Capacitação E Eventos Ltda ME. Valor e pagamento: R\$ 770,00 (setecentos e setenta reais) até o vencimento do boleto. Fundamento Legal: Art. 25 "CAPUT" da Lei nº 8.666/93 e alterações.

Fraiburgo(SC), 24 de junho de 2015.

Ivo Biazolo – Prefeito

### AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0081\_2015-PMF RP 0054

Aviso do Pregão Presencial nº 0081/2015 – PMF

Registro de Preços Nº 0054/2015 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: Registro de Preços para aquisições em contratações futuras de massa asfáltica CAUQ, emulsão asfáltica RM1C e massa asfáltica CAUQ com serviços de aplicação, para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e do Órgão Participante (Sanefrai), durante o período de julho a dezembro de 2015. Validade da Ata de Registro de Preços: julho a dezembro de 2015. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 09:15 horas do dia 09.07.2015. Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo (SC), 24 de junho de 2015.

Ivo Biazolo – Prefeito

### DECRETO Nº 125/2015

DECRETO Nº 125, DE 24 DE JUNHO DE 2015.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 13 da Lei Nº 2276, de 05 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo crédito adicional suplementar, para o exercício de 2015 no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

07.00 – Secretaria de Educação		
07.01 – Educação Geral		
12.361.0005.2.015 – Manutenção do ensino Fundamental		
3.3.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0300 (67)	R\$	10.000,00

12.365.0005.2.013 – Manutenção da Educação Infantil		
3.3.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0300 (90)	R\$	10.000,00
TOTAL	R\$	20.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

07.00 – Secretaria de Educação		
07.01 – Educação Geral		
12.361.0005.2.015 – Manutenção do ensino Fundamental		
4.4.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0300 (70)	R\$	10.000,00
12.365.0005.2.013 – Manutenção da Educação Infantil		
4.4.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0300 (94)	R\$	10.000,00
TOTAL	R\$	20.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 24 DE JUNHO DE 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### DECRETO Nº 126/2015

DECRETO Nº 126, DE 24 DE JUNHO DE 2015.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2296 de 23 de Junho de 2015.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo crédito adicional suplementar, para o exercício de 2015 no valor de R\$ 2.075.000,00 (dois milhões e setenta e cinco mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

02.00 – Gabinete do Prefeito		
02.01 – Gabinete do Prefeito		
04.122.0002.2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito		
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (01)	R\$	500.000,00
02.03 – Cultura		
13.392.0008.2.004 – Manutenção das Atividades Culturais		

3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (10)	R\$	100.000,00
03.00 – Procuradoria Geral do Município		
03.01 – Procuradoria Geral do Município		
04.122.0002.2.006 – Manutenção da Procuradoria Geral		
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (16)	R\$	100.000,00
05.00 – Secretaria de Administração e Planejamento		
05.01 – Secretaria de Administração e Planejamento		
04.122.0002.2.008 – Manutenção da Secretaria de Administração e Planejamento		
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (24)	R\$	305.000,00
06.00 – Secretaria de Finanças		
06.01 – Secretaria de Finanças		
04.123.0004.2.011 – Manutenção da secretaria de Finanças		
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (39)	R\$	220.000,00
10.00 – Secretaria de Infraestrutura		
10.01 – Secretaria de infraestrutura		
15.451.0017.2.040 – Manutenção da Secretaria de Infraestrutura		
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (117)	R\$	600.000,00
11.00 – Secretaria de Ação social		
11.01 – Fundo Municipal de Assistência Social		
08.244.0020.2.046 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social		
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (149)	R\$	250.000,00
TOTAL	R\$	2.075.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

03.00 – Procuradoria Geral do Município		
03.01 – Procuradoria Geral do Município		
04.122.0002.2.006 – Manutenção da Procuradoria Geral		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (18)	R\$	5.000,00
05.00 – Secretaria de Administração e Planejamento		
05.01 – Secretaria de Administração e Planejamento		
04.122.0002.1.005 – Aquisição de Veículos para Secretaria de Administração		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (22)	R\$	40.000,00

05.02 – Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social		
16.482.0003.2.010 – Regularização de Imóveis e Loteamentos		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (38)	R\$	20.000,00
06.00 – Secretaria de Finanças		
06.01 – Secretaria de Finanças		
04.123.0004.2.011 – Manutenção da Secretaria de Finanças		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (41)	R\$	30.000,00
06.02 – Encargos Gerais		
28.843.0000.0.100 – Amortização da Dívida Fundada Interna		
3.2.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (42)	R\$	500.000,00
4.6.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (43)	R\$	900.000,00
28.846.0000.0.200 – Pagamento de Precatórios		
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (44)	R\$	20.000,00
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (45)	R\$	400.000,00
09.00 – Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente		
09.01 – Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente		
18.541.0016.2.037 – Preservação de Recursos Naturais e Programas Ambientais		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (101)	R\$	25.000,00
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (103)	R\$	10.000,00
20.606.0015.1.018 – Aquisição de Máquinas, Veículos e Equipamentos Agropecuários		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (104)	R\$	20.000,00
10.00 – Secretaria de Infraestrutura		
10.01 – Secretaria de Infraestrutura		
15.451.0017.1.022 – Aquisição de Imóveis para o Cemitério Municipal		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (115)	R\$	10.000,00
15.451.0017.1.025 – Construção, Ampliação e Reforma de Obras de Infraestrutura		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (116)	R\$	5.000,00
15.452.0017.1.023 – Aquisição de Máquinas, Veículos e Equipamentos da Infraestrutura		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (120)	R\$	50.000,00
10.02 – Segurança Pública		
06.181.0017.1.024 – Sinalização Viária Horizontal e Vertical		

4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (131)	R\$	10.000,00
11.00 – Secretaria de Ação Social		
11.02 – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente		
08.243.0023.2.049 – Manutenção do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente		
3.3.50.00.00 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos – Recurso 0.1.0200 (179)	R\$	10.000,00
12.00 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico		
12.01 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico		
04.122.0024.2.050 – Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Econômico		
3.3.50.00.00 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos – Recurso 0.1.0200 (185)	R\$	20.000,00
Total	R\$	2.075.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
FRAIBURGO, 24 DE JUNHO DE 2015.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### DECRETO Nº 127/2015

DECRETO Nº 127, DE 24 DE JUNHO DE 2015.  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei 2282 de 13 de Fevereiro de 2015.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo, para o exercício de 2015 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), nas seguintes dotações:

06.00 – Secretaria de Finanças		
06.01 – Secretaria de Finanças		
04.123.0004.2.011 – Manutenção da Secretaria de Finanças		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0200 (277)	R\$	10.000,00
09.00 – Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente		
09.01 – Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente		
20.606.0015.2.034 – Manutenção da Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0200 (276)	R\$	10.000,00
Total	R\$	20.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do Superavit Financeiro

apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2014, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
FRAIBURGO, 24 DE JUNHO DE 2015.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### PORTARIA Nº 1334/2015

PORTARIA Nº 1334, DE 24 DE JUNHO DE 2015.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido, o contrato de RAQUEL VALER LOPES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº. 047.102.279-93, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 24 de junho de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de junho de 2015.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### RESOLUCAO CMAS Nº 008-2015 - MÉDIA COMPLEXIDADE

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS)  
MUNICÍPIO DE PRAIBURGO

RESOLUÇÃO Nº 008

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS de Fraiburgo.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 23 de junho de 2015, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742. de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 2140, de 12 de junho de 2012, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Fraiburgo– CMAS, e

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípuas dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS;



**RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar a partilha de recursos referentes ao cofinanciamento dos serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade proveniente do FEAS, por meio de recursos financeiros alocados no FMAS no valor de R\$76.032,00 (setenta e seis mil e trinta e dois reais), sendo que 50% destina-se para investimento e 50% para custeio.

Art. 2º Os recursos serão destinados aos seguintes Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade executados no CREAS, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, Resolução CNAS nº 109/ 2009:

I – ( Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos -PAEFI)

II – (Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade)

III - Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Dayane Aparecida Rumpel Dalagnol  
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social.  
Fraiburgo, 23 de junho de 2015.

**RESOLUÇÃO CMAS Nº 007-2015 - BÁSICA**

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS) DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

**RESOLUÇÃO Nº 007**

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de Fraiburgo.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 23 de junho de 2015, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742. de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 2140, de 12 de junho de 2012, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Fraiburgo – CMAS, e

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípua dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS

**RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar a partilha de recursos, provenientes do FEAS, para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Básica, por meio de recursos financeiros alocados no FMAS, no valor total de R\$ 26.073,65 ( Vinte e seis mil setenta e três reais e sessenta e cinco centavos), referente ao ano de 2015, para ser utilizado para custeio e investimento, conforme deliberado pelo município e aprovado pelo CMAS do percentual a seguir:  
( x)10% para custeio e 90% para investimento

Art. 2º Os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município e elencados no Instrumental de Cofinanciamento, no âmbito da Proteção Social Básica, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009).

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Dayane Aparecida Rumpel Dalagnol  
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social.  
Fraiburgo, 23 de junho de 2015.

**RESOLUÇÃO CMAS Nº 009-2015 - ALTA COMPLEXIDADE**

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS)  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

**RESOLUÇÃO Nº 009**

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS de Fraiburgo.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 23 de junho de 2015, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742. de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 2140, de 12 de junho de 2012, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Fraiburgo – CMAS, e

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípua dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS;

**RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar a partilha de recursos referentes ao cofinanciamento dos serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade proveniente do FEAS, por meio de recursos financeiros alocados no FMAS no valor de R\$ 20.897,75(vinte mil oitocentos e noventa e sete reais e setenta e cinco centavos), sendo que 10% destina-se para investimento e 90% para custeio.

Art. 2º Os recursos serão destinados para os Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, Resolução CNAS nº 109/2009, nas modalidades de: Acolhimento Institucional, dispostos da seguinte forma:

I – (Acolhimento provisório e excepcional para crianças e adolescentes o há 21 anos, de ambos os sexos, inclusive crianças e adolescentes com deficiência, sob medida de proteção e em situação de risco pessoal e social, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, sendo que 90% será para custeio e 10% para investimento).

Art. 3º O gestor da política de assistência social deve assumir o compromisso e a responsabilidade com o reordenamento da oferta de serviços para na modalidade Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Dayane Aparecida Rumpel Dalagnol  
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social.  
Fraiburgo, 23 de junho de 2015.

**RESOLUÇÃO CMAS Nº 006-2015 - BENEFÍCIOS EVENTUAIS**

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS)

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

RESOLUÇÃO Nº 006/2015

Dispõe aprovação e destinação dos recursos oriundos do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) referente aos Benefícios Eventuais.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso de suas atribuições resolve:

Art. 1º Aprovar a partilha de recursos referentes ao cofinanciamento dos Benefícios Eventuais, proveniente do FEAS, no valor de R\$19.811,62.

Parágrafo Único. Os Benefícios Eventuais referem-se às provisões suplementares e provisórias, prestadas ao cidadão e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

Art. 2º Os recursos serão destinados ao custeio de Benefícios Eventuais para a provisão de auxílio funeral, natalidade, situações de vulnerabilidade temporária.

Art. 3º Os recursos cofinanciados de que trata esta resolução não poderão ser aplicados em itens referentes à órteses e próteses, tais como aparelhos ortopédicos, dentadura, dentre outros; cadeiras de roda, muletas, óculos, e outros itens inerentes à área da saúde, como medicamentos, pagamento de exames médicos, apoio financeiro para tratamento de saúde fora do município, transporte de doentes, leite, dietas de prescrição especial e fraldas descartáveis para pessoa que tenha necessidade de uso, conforme expresso na Resolução nº 39 do CNAS.

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Dayane Aparecida Rumpel Dalagnol  
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social.

Fraiburgo, 23 de junho de 2015.

# Frei Rogério

## PREFEITURA

### LEI MUNICIPAL Nº 823/2015 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI MUNICIPAL Nº. 823/2015, DE 24 DE JUNHO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS .

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto crédito especial adicional no orçamento vigente, no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), em reforço das seguintes dotações orçamentárias.

	CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	VALOR R\$
ORGÃO	02	CHEFIA DO EXECUTIVO	
Unidade:	06	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Proj./Ativ.	2.074	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
ELEMENTO	3.3.90.00.00.00.00.00.0601	APLICAÇÕES DIRETAS	
	144	APLICAÇÕES DIRETAS	R\$ 200.000,00
	TOTAL		R\$ 200.000,00

Art. 2º - Para respaldo do crédito mencionado no artigo anterior ficam utilizados recursos do superávit financeiro do exercício de 2014 no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), da fonte do recurso próprio para a Dotação orçamentária do orçamento corrente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério, 24 de junho de 2015.

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal

# Galvão

## PREFEITURA

### LEI 819 E 820

LEI Nº 819/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER AUXÍLIO FINANCEIRO A ENTIDADE QUE MENCIONA, E DÀ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas; Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1.º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro ao GRUPO DA TERCEIRA IDADE LAÇOS DA AMIZADE, CNPJ-02.246.417/0001-64, no valor de até 2.600 (duas mil e seiscentas) UFRM – Unidade Fiscal de Referência Municipal, anual, a serem utilizados para deslocamentos de associados.

Art. 2.º - Para cobertura das despesas decorrentes da presente lei, serão utilizados recursos provenientes do Orçamento Municipal, e destinados a manutenção das entidades.

Art. 3.º - A entidade beneficiada com recursos desta lei, no prazo de 30(trinta) dias do recebimento do auxílio, deverá prestar contas junto a contabilidade do Município.

Art. 4.º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 23 de junho de 2015.

Neri Pederssetti

Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco

Secretário de Administração

LEI Nº 820/2015

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL ESPECIAL, NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial no orçamento do Município de Galvão - Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 4.501,90 (quatro mil, quinhentos e um reais e noventa centavos), na seguinte programação de despesa:

11.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Funcional/Prog.	Projeto/Atividade	Descrição	
08.244.0801	2.023	Manut. do Fundo Municipal de Assistência Social	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
3.350.00000	Transf. Inst. privadas s/ Fins Lucrativos	01.0000	4.501,90
Total	4.501,90		

Art. 2º - Para satisfazer a cobertura deste Crédito Adicional Especial, serão utilizados recursos das dotações orçamentárias conforme segue:

11.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Funcional/Prog.	Projeto/Atividade	Descrição	
08.244.0801	2.023	Manut. do Fundo Municipal de Assistência Social	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
3.390.00000	Aplicações Diretas	01.0000	4.501,90
Total	4.501,90		

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 23 de junho de 2015.

Neri Pederssetti

Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco

Secretário de Administração

# Garopaba

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 114/2015

DECRETO N.º 114, DE 24 DE JUNHO DE 2015.

DISCIPLINA O EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 011/2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Garopaba, considerando o artigo 37, IX, da Constituição Federal, e

Considerando, que as atividades da Secretaria Municipal de Saúde são serviços públicos indispensáveis, que exigem pessoal qualificado para seu pleno funcionamento;

Considerando a importância da área de Urgência e Emergência enquanto componente da assistência à saúde;

Considerando que existem serviços especializados e provenientes de programas que precisam ser providos para manter a qualidade dos serviços;

Considerando, que a Estratégia da Saúde da Família (ESF) e o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) têm por objetivo oferecer atendimento à população, realizar o trabalho preventivo, de promoção à saúde e quando necessário o trabalho curativo;

Considerando a necessidade de contratação para substituir servidores em férias, em licença prêmio, licença para tratamento de saúde entre outros tipos de afastamentos;

Considerando, que conforme previsto na Lei Municipal n. 1000/2005 e alterações, "artigo 207. Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público: (...) IX – Executar serviços provenientes de convênios ou programas, firmados ou a que o Município aderir, propostos pela União, Estados ou Municípios."

Considerando que o Município está trabalhando na reorganização de seus setores e no planejamento para realização de concurso público para suprir todas as vagas necessárias ao atendimento da população.

O Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições, torna público Processo Seletivo Simplificado para preenchimento de cargos em caráter temporário nos quadros da Administração Municipal, com fulcro no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, art. 13, inciso XLI, da Lei Orgânica do Município de Garopaba, e nos termos da Lei Municipal n. 1.000/2005.

DECRETA:

Art. 1º. Este Decreto disciplina o EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 011/2015, que objetiva a contratação por tempo determinado de servidores, para atuarem na Administração Municipal.

Art. 2º. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelo presente Edital, e coordenado por Comissão de Avaliação do Processo Seletivo, designada pelo Prefeito Municipal.

Art. 3º. O Processo Seletivo Simplificado destina-se à seleção de profissionais para contratação em caráter temporário, em contrato temporário por tempo determinado, por prazo a ser estipulado conforme a legislação vigente e interesse público.

Art. 4º. O chamamento dos candidatos obedecerá à ordem decrescente de classificação.

Art. 5º. No caso da desistência do profissional convocado o mesmo passará ao final da lista de aprovados, mediante pedido expresso.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de junho de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 25/06/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

HONORATO TIMOTEO PACHECO

Secretário de Administração

### DECRETO Nº 115/2015

DECRETO N.º 115, DE 24 DE JUNHO DE 2015.

DISCIPLINA O EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 012/2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Garopaba, considerando o artigo 37, IX, da Constituição Federal, e

Considerando o déficit no quadro de pessoal, bem como ausência de Cadastro de Reserva para reposição de vagas;

Considerando a necessidade de contratação para substituir servidores em férias, em licença prêmio, licença para tratamento de saúde entre outros tipos de afastamentos;

Considerando a necessidade de suprir as demandas crescentes de conservação e manutenção de vias e espaços públicos;

Considerando que o Município está trabalhando na reorganização de seus setores e no planejamento para realização de concurso público para suprir todas as vagas necessárias ao atendimento da população;

O Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições, torna público Processo Seletivo Simplificado para preenchimento de cargos em caráter temporário nos quadros da Administração Municipal, com fulcro no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, art. 13, inciso XLI, da Lei Orgânica do Município de Garopaba, e nos termos da Lei Municipal n. 1.000/2005.

DECRETA:

Art. 1º. Este Decreto disciplina o EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 012/2015, que objetiva a contratação por tempo determinado de servidores, para atuarem na Administração Municipal.

Art. 2º. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelo presente Edital, e coordenado por Comissão de Avaliação do Processo Seletivo, designada pelo Prefeito Municipal.



Art. 3º. O Processo Seletivo Simplificado destina-se à seleção de profissionais para contratação em caráter temporário, em contrato temporário por tempo determinado, por prazo a ser estipulado conforme a legislação vigente e interesse público.

Art. 4º. O chamamento dos candidatos obedecerá à ordem decrescente de classificação.

Art. 5º. No caso da desistência do profissional convocado o mesmo passará ao final da lista de aprovados, mediante pedido expresso.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de junho de 2015.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 25/06/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.  
HONORATO TIMOTEO PACHECO  
Secretário de Administração

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2015 COMDEMA** SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2015

A Secretária Municipal de Planejamento Territorial e Meio Ambiente de Garopaba, no uso de suas atribuições legais e principalmente atendendo o estabelecido na Lei Municipal nº 1.478 de 02 de fevereiro de 2010, que instituiu o Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMDEMA), vinculado a Secretaria de Planejamento Territorial e Meio Ambiente, esta CONVOCANDO as entidades representativas da sociedade civil para a eleição e posse dos membros titulares e suplentes do referido Conselho que acontecerá no dia 08 de julho de 2015 – quarta feira, tendo por local, Câmara Municipal de Vereadores com início as 19:00 horas.

Esclarecemos que os representantes da Prefeitura Municipal serão designados pelos respectivos Secretários Municipais, assim como os indicados pela Associação Comercial e Industrial (ACIG).

De acordo com a Lei poderão concorrer as entidades representativas de associações de profissionais liberais de nível superior com atuação no município, de associação comunitária, entidades ambientais e Órgão Público Ambiental.

Estarão habilitadas as entidades representando a Sociedade Civil que apresentarem no dia da eleição os seguintes documentos para concorrerem dentro de seu segmento social:

- ofício da entidade que representam indicando um membro titular e um suplente;
- cópia de seu Estatuto Social devidamente registrado em Cartório comprovando sua existência há pelo menos um ano;
- documento emitido pela Receita Federal comprovando que entidade está ATIVA.

Garopaba (SC), 24 de junho de 2015.  
Dilceia de Abreu Luiz Moreira  
Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 25/06/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

### **EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 011/2015**

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 011/2015

Considerando, que as atividades da Secretaria Municipal de Saúde são serviços públicos indispensáveis, que exigem pessoal qualificado para seu pleno funcionamento;

Considerando a importância da área de Urgência e Emergência enquanto componente da assistência à saúde;

Considerando que existem serviços especializados e provenientes de programas que precisam ser providos para manter a qualidade dos serviços;

Considerando, que a Estratégia da Saúde da Família (ESF) e o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) têm por objetivo oferecer atendimento à população, realizar o trabalho preventivo, de promoção à saúde e quando necessário o trabalho curativo;

Considerando a necessidade de contratação para substituir servidores em férias, em licença prêmio, licença para tratamento de saúde entre outros tipos de afastamentos;

Considerando, que conforme previsto na Lei Municipal n. 1000/2005 e alterações, "artigo 207. Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público: (...) IX – Executar serviços provenientes de convênios ou programas, firmados ou a que o Município aderir, propostos pela União, Estados ou Municípios."

Considerando que o Município está trabalhando na reorganização de seus setores e no planejamento para realização de concurso público para suprir todas as vagas necessárias ao atendimento da população.

O Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições, torna público Processo Seletivo Simplificado para preenchimento de cargos em caráter temporário nos quadros da Administração Municipal, com fulcro no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, art. 13, inciso XLI, da Lei Orgânica do Município de Garopaba, e nos termos da Lei Municipal n. 1.000/2005.

#### **1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelo presente Edital, e coordenado por Comissão de Avaliação do Processo Seletivo, designada pelo Prefeito Municipal.

1.2. O Processo Seletivo Simplificado destina-se à seleção de profissionais para contratação em caráter temporário, em contrato temporário por tempo determinado, por prazo a ser estipulado conforme a

legislação vigente e interesse público.

1.3. O chamamento dos candidatos obedecerá à ordem decrescente de classificação.

1.4. No caso da desistência do profissional convocado o mesmo passará ao final da lista de aprovados, mediante pedido expresso.

#### **2. DA INSCRIÇÃO**

2.1. As inscrições serão recebidas de 26/06/2015 à 10/07/2015, das 08h

às 13h, na Policlínica, situada na Rua Antonio José Botelho - Centro, em Garopaba/SC, fone: (48) 3254-8102, devendo o servidor responsável, proceder ao devido protocolo e autuação do formulário de inscrição Anexo

## 2.2. Documentos necessários para a inscrição originais e cópias:

*AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ESF	Carteira de Identidade (RG); Cadastro de Pessoa Física (CPF); Comprovante de escolaridade – Ensino Fundamental (1º Grau); Tempo de serviço comprovado (caso possua); Comprovante de Residência em nome do candidato, ou acompanhado de Declaração do proprietário.
ENFERMEIRO	Carteira de Identidade (RG); Cadastro de Pessoa Física (CPF); Curriculum vitae (com apresentação dos títulos originais); Registro no órgão de classe; Diploma conforme formação exigida para o cargo; Tempo de serviço comprovado (caso possua); Comprovante de Residência em nome do candidato, ou acompanhado de Declaração do proprietário.
*ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO - ESF	Carteira de Identidade (RG); Cadastro de Pessoa Física (CPF); Comprovante de escolaridade – Ensino Fundamental (1º Grau); Tempo de serviço comprovado (caso possua) Comprovante de Residência em nome do candidato, ou acompanhado de Declaração do proprietário.
*ENFERMEIRO - ESF	Carteira de Identidade (RG); Cadastro de Pessoa Física (CPF); Curriculum vitae (com apresentação dos títulos originais); Registro no órgão de Classe de Santa Catarina; Diploma conforme formação exigida para o cargo; Tempo de serviço comprovado (caso possua) Comprovante de Residência em nome do candidato, ou acompanhado de Declaração do proprietário.
PSICÓLOGO - NASF	Carteira de Identidade (RG); Cadastro de Pessoa Física (CPF); Curriculum vitae (com apresentação dos títulos originais); Registro no órgão de Classe de Santa Catarina; Diploma conforme formação exigida para o cargo; Tempo de serviço comprovado (caso possua) Comprovante de Residência em nome do candidato, ou acompanhado de Declaração do proprietário.
BIOQUIMICO	Carteira de Identidade (RG); Cadastro de Pessoa Física (CPF); Curriculum vitae (com apresentação dos títulos originais); Registro no órgão de Classe de Santa Catarina; Diploma conforme formação exigida para o cargo; Tempo de serviço comprovado (caso possua) Comprovante de Residência em nome do candidato, ou acompanhado de Declaração do proprietário.

## 3. DOS CARGOS, REQUISITOS, CARGA HORÁRIA, REMUNERAÇÃO E VAGAS:

3.1. Os cargos, os requisitos mínimos exigidos, atribuições, a carga horária semanal, remuneração e as vagas a serem preenchidas, estão indicados no quadro que se apresenta a seguir:

CARGO	REQUISITOS MÍNIMOS/ATRIBUIÇÕES	CARGA HORÁRIA SEMANAL	REMUNERAÇÃO R\$	VAGAS
<p>*AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ESF</p> <p>ÁREA 02 (AREIAS DE MACACU) Micro Área 02</p> <p>ÁREA 06 (ENCANTADA) Micro Área 04</p>	<p>Habilitação profissional: Ensino Fundamental completo (1º Grau) e residir na área da comunidade em que for atuar.</p> <p>Atribuições: Exercer atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS; utilizar instrumentos para diagnóstico demográfico e sociocultural da comunidade; promover ações de educação para a saúde individual e coletiva; registrar, para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, os nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde; estimular a participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde; realizar visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco à família; participar de ações que fortaleçam os elos entre o setor saúde e outras políticas que promovam a qualidade de vida; cadastrar as famílias e atualizar permanentemente esse cadastro; identificar indivíduos e famílias expostos a situações de risco; identificar área de risco; orientar as famílias para utilização adequada dos serviços de saúde, encaminhando-as e até agendando consultas, exames e atendimento odontológico, quando necessário; realizar ações, atividades, no nível de suas competências, nas áreas prioritárias da Atenção Básica; realizar, por meio de visita domiciliar, acompanhamento mensal de todas as famílias sob sua responsabilidade; estar sempre bem informado, e informar aos demais membros da equipe, sobre a situação das famílias acompanhadas, particularmente aquelas em situações de risco; desenvolver ações de educação e vigilância à saúde, com ênfase na promoção da saúde e na prevenção de doenças; promover a educação e a mobilização comunitária, visando desenvolver ações coletivas de saneamento e melhoria do meio ambiente, entre outras; identificar parceiros e recursos existentes na comunidade que possam ser potencializados pela equipe; executar outras atividades correlatas à função e/ou determinadas pelo superior imediato.</p>	40 horas	R\$ 803,84	02
ENFERMEIRO	<p>Habilitação profissional: Curso superior completo e registro no Conselho de Classe.</p> <p>* Experiência mínima de 1 (um) ano em atendimento de serviços de emergência ou hospitalar.</p> <p>Atribuições do cargo: Desenvolver atividades de nível superior, de natureza especializada, envolvendo atividades de enfermagem no atendimento à saúde.</p>	40 horas	1.788,57	01
*ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO - ESF	<p>Habilitação: Ensino Fundamental completo (1º Grau);</p> <p>Atribuições: Proceder à desinfecção e esterilização de materiais e instrumentos utilizados; sob supervisão do odontólogo, realizar procedimentos educativos e preventivos aos usuários, individuais ou coletivos, como evidencição de placa bacteriana, a escovação supervisionada, orientação de escovação, uso de fio dental etc.; preparar e organizar o instrumental e materiais (sugador, espelho, sonda etc.) necessários para o trabalho; instrumentalizar o cirurgião-dentista durante a realização de procedimentos clínicos (trabalho a quatro mãos); agendar o paciente e orientá-lo ao retorno e à preservação do tratamento; acompanhar e desenvolver trabalhos com a equipe de Saúde da Família no tocante à saúde bucal; executar outras atividades correlatas à função e/ou determinadas pelo superior imediato.</p>	40 horas	803,82	01

ENFERMEIRO – ESF*	Habilitação profissional: Idade mínima de 21 anos; Instrução: Curso Superior com habilitação legal para o exercício da profissão de Enfermeiro; Registro no órgão de Classe. Atribuições: Realizar cuidados diretos de enfermagem nas urgências e emergências clínicas, fazendo a indicação para a continuidade da assistência prestada; realizar consulta de enfermagem, solicitar exames complementares, prescrever/transcrever medicações, conforme protocolo estabelecidos nos programas do Ministério da Saúde e as disposições legais da profissão; planejar, gerenciar, coordenar, executar e avaliar a USF; executar ações de assistência integral em todas as fases do ciclo de vida.	40 horas	2.186,86	04
PSICÓLOGO - NASF	Habilitação profissional: Graduação em Psicologia e Registro na entidade de Classe. Atribuições: Realizar atividades clínicas pertinentes a responsabilidade profissional de psicologia e terapia ocupacional; realização de capacitações para apoiar as ESF na abordagem e no processo de trabalho referente aos casos de transtornos mentais severos e persistentes, uso abusivo de álcool e outras drogas, pacientes egressos de internações psiquiátricas, pacientes atendidos nos CAPS, tentativas de suicídio, situações de violência intrafamiliar; realizar encontros para discussão com as ESF dos casos identificados que necessitam de ampliação da clínica em relação a questões subjetivas. Realizar eventos que fomentem ações que visem à difusão de uma cultura de atenção não manicomial, diminuindo o preconceito e a segregação em relação à loucura. Realizar reunião com os conselhos tutelares, associações de bairros, grupos de auto-ajuda para desenvolver ações de mobilização de recursos comunitários, buscando construir espaços de reabilitação psicossocial na comunidade como oficinas comunitárias, destacando a relevância da articulação intersetorial. Realizar atividades de psicoterapia para grupos específicos, priorizando as abordagens coletivas, identificando os grupos estratégicos para que a atenção em saúde mental se desenvolva nas unidades de saúde e em outros espaços na comunidade. Realizar visitas domiciliares para ampliar o vínculo com as famílias, tomando-as como parceiras no tratamento e buscando constituir redes de apoio e integração.	20 horas	894,26	01
BIOQUIMICO	Habilitação: Portador do diploma de bioquímico Registro no órgão de Classe de Santa Catarina. Atribuições: Desenvolver atividades de execução qualificadas, de grande complexidade, abrangendo serviços relativos à pesquisa, montagem e implantação de novos métodos de análises clínicas, análises laboratoriais, análises biomatólogicas de produtos dietéticos e cosméticos, produção de medicamentos e controle de qualidade.	40 horas	1.788,57	01

\* Atribuições comuns a todos os Profissionais das Equipes ESF: Conhecer a realidade das famílias pelas quais são responsáveis com ênfase nas suas características sociais, econômicas, culturais, demográficas e epidemiológicas; Identificar os problemas de saúde e situações de risco mais comuns aos quais aquela população está exposta; elaborar com a participação da comunidade, um plano local para o enfrentamento dos problemas de saúde e fatores que colocam em risco a saúde; executar, de acordo com a qualificação de cada profissional, os procedimentos de vigilância epidemiológica, nas diferentes fases do ciclo de vida; valorizar a relação com o usuário e com a família para a criação de vínculo de confiança, de afeto, de respeito; realizar visitas domiciliares de acordo com o planejamento; resolver os problemas de saúde do nível de atenção básica; garantir acesso à continuidade do tratamento dentro de um sistema de referência e contra-referência para os casos de maior complexidade ou que necessitem de internação hospitalar; prestar assistência integral à população adscrita, respondendo à demanda de forma contínua e racionalista; coordenar, participar de e/ou organizar grupos de educação para a saúde; Promovendo ações intersetoriais e parcerias com organizações formais e informais existentes na comunidade para o enfrentamento conjunto dos problemas identificados; fomentar a participação popular discutindo com a comunidade conceitos de cidadania, de direitos à saúde e suas bases legais; Incentivar a formação e/ou participação ativa da comunidade nos conselhos locais de saúde e no Conselho Municipal de Saúde; auxiliar na implantação do Cartão Nacional de Saúde; identificar pessoas portadoras de hipertensão, diabetes, tuberculose, hanseníase para alimentar aos respectivos bancos de dados.

#### 4. DO PROCESSO DE SELEÇÃO

##### 4.1. O PROCESSO DE SELEÇÃO TERÁ AS SEGUINTE ETAPAS:

4.1.1. Análise dos documentos apresentados.

4.1.2. Entrevista.

4.1.3. Avaliação, conforme regras constantes do Anexo I.

#### 5. DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS

5.1. Consiste na observância da entrega dos documentos, dos títulos acadêmicos, da experiência profissional e do perfil para desempenho na atenção aos serviços de saúde.

#### 6. DA ENTREVISTA

6.1. A entrevista será realizada com os (as) candidatos (as) selecionados (as) no exame de currículos, através de Comissão de Avaliação, nomeada por Portaria, composta por profissionais da Secretaria Municipal de Saúde.

6.2. Essa etapa consiste na aplicação de entrevista visando a identificar a postura profissional, o grau de conhecimento e as perspectivas do (a) candidato (a).

6.3. A data, local e horário da entrevista serão divulgados, após finalizadas as inscrições na página oficial da Prefeitura Municipal de Garopaba ([www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br)).

#### 7. DO DESEMPATE:

7.1. Em caso de empate, será classificado (a) e posteriormente contratado (a) o (a) candidato (a) conforme os seguintes critérios hierárquicos de desempate:

a. mais idoso.

#### 8. DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA:

8.1. Os (as) candidatos (as) classificados (as) no Processo Seletivo, dada a necessidade de serviço, deverão assumir sua função no prazo imediato, após sua convocação devidamente comprovada por correio eletrônico ou carta registrada com Aviso de Recebimento – (ECT-AR).

8.2. Os candidatos serão contratados em regime administrativo, com amparo na Lei Municipal n. 1.000/2005, ficando vinculado ao Regime Geral da Previdência Social.

8.3. A contratação e o exercício da função dependerão da comprovação dos seguintes requisitos básicos (documentos originais e cópias):

a. classificação no processo seletivo simplificado;

b. idade mínima de 18 (dezoito) anos completados até a data da contratação;

c. cédula de Identidade;

d. inscrição no Cadastro Pessoa Física - CPF;

e. título de Eleitor, com comprovante de votação na última eleição;

f. certificados de quitação das obrigações relativas ao serviço militar (masculino);

g. carteira de Trabalho;

h. prova de inscrição no PIS/PASEP;

i. certidão de casamento se for casado (a); ou de nascimento;

j. certidões de nascimento dos filhos, se os tiver;

k. comprovante de Escolaridade e/ou Formação Profissional, devidamente registrado no MEC;

l. registro na Entidade de Classe de Santa Catarina e Certidão de Regularidade (para os cargos com exigência);

m. comprovante de residência;

n. folha de antecedentes judiciais (cível e criminal, expedidas pelos cartórios das Varas Cíveis e Criminais ou do Foro da Comarca em que teve residência nos últimos 5 (cinco) anos;

o. uma foto 3X4, de frente e recente;

p. declaração de acumulação ou não de cargos e de proventos de inatividade;

q. declaração de bens;

r. outros documentos que Administração julgar necessários ao cumprimento das normativas vigentes.

#### 9. DO DESLIGAMENTO DO(A) CONTRATADO(A):

9.1. O contrato por prazo determinado extinguir-se-á:

a. pelo término do prazo contratual;

b. por iniciativa do contratado;

c. por conveniência e oportunidade do serviço público;

d. pela infração por parte do contratado de dispositivos da legislação vigente.

9.2. Os candidatos(as) aprovados(as) que virem a ser contratados(as) pela Secretaria Municipal de Saúde em face do presente Processo Seletivo Simplificado, pelo princípio Constitucional da eficiência, bem como pelo interesse público, só poderá deixar suas atribuições mediante notificação prévia por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias, à Diretoria competente, sob pena de abandono de emprego, sem prejuízo das sanções disciplinares cabíveis pelo respectivo Conselho de Classe.

#### 10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1.1. A validade do Processo Seletivo será de 12 (doze) meses.

10.1.2. DOS RECURSOS Os recursos poderão ser interpostos em até 48h (quarenta e oito horas), a contar da divulgação por edital das homologações das inscrições e do resultado final.

10.1.3. Os mesmos deverão ser protocolados junto à Prefeitura Municipal de Garopaba, no setor de Protocolo, no referido prazo, devendo conter os seguintes elementos:

a. nº do Processo Seletivo;

b. cargo a que concorre;

c. sucinta exposição dos motivos, critérios adotados, certificados ou títulos que deveriam ser atribuídos maior grau ou número de pontos;

d. razões do pedido, bem como o objeto pleiteado (revisão e/ou nova classificação);



e. identificação do candidato.

10.1.4. Serão desconsiderados os recursos interpostos fora do prazo, ou em desacordo com este Edital.

10.2. A homologação das inscrições e do resultado será publicada no DOM/SC, [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

10.3. Os casos omissos deste edital e as decisões que se fizerem necessárias serão resolvidas pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado.

10.4. Fica eleito o Foro da Comarca de Garopaba para dirimir questões oriundas do presente processo seletivos.

10.5. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba (SC), 24 de junho de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

## ANEXO I

### AVALIAÇÃO CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes a função	0,5 ponto (por ano)	4 pontos
Curso de aperfeiçoamento na área de atuação - Carga Horária Mínima de 40 h.	1 ponto	2 pontos
Entrevista	4 pontos	4 pontos
Pontuação Máxima		10 pontos

\* O quesito "residência na micro área de atuação" será considerado na pontuação final para os cargos a ACS.

### AVALIAÇÃO CARGO: ENFERMEIRO

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes a função	0,5 ponto (por ano)	4 pontos
Curso de Especialização	1 ponto	2 pontos
Curso de aperfeiçoamento na área de atuação – Carga Horária Mínima 40 h.	0,5 ponto (por curso)	1 ponto
Entrevista	3 pontos	3 pontos
Pontuação Máxima		10 pontos

### AVALIAÇÃO CARGO: ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes a função	0,5 ponto (por ano)	4 pontos
Curso de aperfeiçoamento técnico em higiene bucal	1 ponto	1 ponto
Curso de aperfeiçoamento na área de atuação - Carga Horária Mínima de 40 h.	1 ponto	1 ponto
Curso de Auxiliar de Consultório Dentário	1 ponto	1 ponto
Entrevista	3 pontos	3 pontos
Pontuação Máxima		10 pontos

### AVALIAÇÃO CARGO: ENFERMEIRO- ESF

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes a função	0,5 ponto (por ano)	4 pontos
Curso de Especialização	1 ponto	2 pontos
Curso de aperfeiçoamento na área de atuação (Atenção Básica) - Carga Horária Mínima de 40 h.	0,5 ponto (por curso)	1 pontos
Entrevista	3 pontos	3 pontos
Pontuação Máxima		10 pontos

### AVALIAÇÃO CARGO: PSICÓLOGO – NASF

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes a função	0,5 ponto (por ano)	4 pontos
Curso de Especialização	1 ponto	2 pontos
Curso de aperfeiçoamento na área de atuação - Carga Horária Mínima de 20 h.	0,5 ponto (por curso)	1 ponto
Entrevista	3 pontos	3 pontos
Pontuação Máxima		10 pontos

### AVALIAÇÃO CARGO: BIOQUÍMICO

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes a farmácia	0,5 ponto (por ano)	4 pontos
Curso de Especialização	1 ponto	2 pontos
Curso de aperfeiçoamento na área de atuação - Carga Horária Mínima de 40 h.	0,5 ponto (por curso)	1 ponto
Entrevista	3 pontos	3 pontos
Pontuação Máxima		10 pontos

## ANEXO II

## FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

PREFEITURA DE GAROPABA  
PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO  
EDITAL N. 011/2015

Formulário de inscrição nº:	
Cargo:	
Nome do Candidato:	
Endereço:	
Telefone para contato:	
E-mail:	

Documentos necessários para a inscrição originais e cópias conforme item 2. do Edital de Processo Seletivo.

Garopaba – SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015

Assinatura do Candidato

Assinatura do (a) responsável pela inscrição

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 012/2015**

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 012/2015

Considerando o déficit no quadro de pessoal, bem como ausência de Cadastro de Reserva para reposição de vagas;

Considerando a necessidade de contratação para substituir servidores em férias, em licença prêmio, licença para tratamento de saúde entre outros tipos de afastamentos;

Considerando a necessidade de suprir as demandas crescentes de conservação e manutenção de vias e espaços públicos;

Considerando que o Município está trabalhando na reorganização de seus setores e no planejamento para realização de concurso público para suprir todas as vagas necessárias ao atendimento da população;

O Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições, torna público Processo Seletivo Simplificado para preenchimento de cargos em caráter temporário nos quadros da Administração Municipal, com fulcro no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, art. 13, inciso XLI, da Lei Orgânica do Município de Garopaba, e nos termos da Lei Municipal n. 1.000/2005.

**1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelo presente Edital, coordenado por Comissão do Processo Seletivo, designada pelo Prefeito Municipal.

1.2. O Processo Seletivo Simplificado destina-se à seleção de profissionais para contratação em caráter temporário, em contrato temporário por tempo determinado, por prazo a ser estipulado conforme a legislação vigente e interesse público.

1.3. O chamamento dos candidatos obedecerá à ordem decrescente de classificação.

1.4. No caso da desistência do profissional convocado o mesmo passará ao final da lista de aprovados, mediante pedido expresso.

**2. DA INSCRIÇÃO**

2.1. As inscrições serão recebidas de 26/06/2015 à 10/07/2015, das 13h às 18h, na Secretaria Municipal de Infra-Estrutura, situado na Praça Governador Ivo Silveira, 296, Centro, em Garopaba/SC, fone: (48) 3254-8100, devendo o servidor responsável, proceder ao devido protocolo e autuação do formulário de inscrição Anexo II.

2.2. Documentos necessários para a inscrição originais e cópias:

AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	Carteira de Identidade (RG); Cadastro de Pessoa Física (CPF); Comprovante de que é alfabetizado; Tempo de serviço comprovado (caso possua); Comprovante de residência em nome do candidato, ou acompanhado de declaração do proprietário.
--------------------------------------	---

### 3. DOS CARGOS, REQUISITOS, CARGA HORÁRIA, REMUNERAÇÃO E VAGAS:

3.1. Os cargos, os requisitos mínimos exigidos, atribuições, a carga horária semanal, remuneração e as vagas a serem preenchidas, estão indicados no quadro que se apresenta a seguir:

CARGO	REQUISITOS MÍNIMOS/ATRIBUIÇÕES	CARGA HORÁRIA SEMANAL	REMUNERAÇÃO R\$	VAGAS
AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	Habilitação profissional: Alfabetizado Atribuições: Executar serviços manuais ou braçais, tais como: conservação de estradas, ruas, parques, jardins, coleta de lixo, auxiliar nos serviços de calçeteiro, pedreiro, carpinteiro, bem como outros.	40 horas	R\$ 835,94	3

### 4. DO PROCESSO DE SELEÇÃO

#### 4.1. O PROCESSO DE SELEÇÃO TERÁ AS SEGUINTE ETAPAS:

4.1.1. Análise dos documentos apresentados;

4.1.2. A qualquer tempo os candidatos poderão ser convocados para entrevista estruturada visando dirimir dúvidas da comissão de avaliação.

4.1.3. Avaliação, conforme regras constantes do Anexo I.

### 5. DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS

5.1. Consiste na observância da entrega dos documentos, da experiência profissional e do perfil para desempenho da função.

### 6. DA ENTREVISTA

6.1.1. A entrevista será realizada com os(as) candidatos(as) selecionados(as), através de Comissão de Avaliação, nomeada por Portaria, composta por profissionais da Prefeitura Municipal. Essa etapa consiste na aplicação de entrevista visando a identificar a postura profissional, o grau de conhecimento e as perspectivas do(a) candidato(a);

6.2. A data, local e horário da entrevista serão divulgados, após finalizadas as inscrições na página oficial da Prefeitura Municipal de Garopaba ([www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br)).

### 7. DO DESEMPATE:

7.1. Em caso de empate, será classificado (a) e posteriormente contratado(a) o(a) candidato(a) conforme os seguintes critérios hierárquicos de desempate:

a. mais idoso;

### 8. DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA:

8.1. Os candidatos serão contratados em regime administrativo, com amparo na Lei Municipal n. 1.000/2005, ficando vinculado ao Regime Geral da Previdência Social;

8.2. A contratação e o exercício da função dependerão da comprovação dos seguintes requisitos básicos (documentos originais e cópias):

a. classificação no processo seletivo simplificado;

b. idade mínima de 18 (dezoito) anos completados até a data da contratação;

c. cédula de Identidade;

d. inscrição no Cadastro Pessoa Física - CPF;

e. título de Eleitor, com comprovante de votação na última eleição;

f. certificados de quitação das obrigações relativas ao serviço militar (masculino);

g. carteira de Trabalho;

h. prova de inscrição no PIS/PASEP;

i. certidão de casamento, se for casado (a); ou de nascimento;

j. certidões de nascimento dos filhos, se os tiver;

k. comprovante de escolaridade;

l. comprovante de residência;

m. folha de antecedentes judiciais (cível e criminal, expedidas pelos cartórios das Varas Cíveis e Criminais ou do Foro da Comarca em que teve residência nos últimos 5 (cinco) anos;

n. uma foto 3X4, de frente e recente;

o. declaração de acumulação ou não de cargos e de proventos de inatividade ;

p. declaração de bens;

q. outros documentos que Administração julgar necessários ao cumprimento das normativas vigentes.

### 9. DO DESLIGAMENTO DO(A) CONTRATADO(A):

9.1. O contrato por prazo determinado extinguir-se-á:

a. pelo término do prazo contratual;

b. por iniciativa do contratado;

- c. por conveniência e oportunidade do serviço público;
- d. pela infração por parte do contratado de dispositivos da legislação vigente.

## 10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

### 10.1. DOS RECURSOS

10.1.1. Os recursos poderão ser interpostos em até 48h (quarenta e oito horas), a contar da divulgação por edital das homologações das inscrições e do resultado final.

10.1.2. Os mesmos deverão ser protocolados junto à Prefeitura Municipal de Garopaba, no setor de Protocolo, no referido prazo, devendo conter os seguintes elementos:

a. nº do Processo Seletivo;

b. cargo a que concorre;

c. sucinta exposição dos motivos, critérios adotados, certificados ou títulos que deveriam ser atribuídos maior grau ou número de pontos;

d. razões do pedido, bem como o objeto pleiteado (revisão e/ou nova classificação);

e. identificação do candidato.

10.1.3. Serão desconsiderados os recursos interpostos fora do prazo, ou em desacordo com este Edital.

10.2. A homologação das inscrições e do resultado será publicada no DOM/SC, [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

10.3. Os casos omissos deste edital e as decisões que se fizerem

necessárias serão resolvidas pela Comissão do Processo Seletivo

Simplificado.

10.4. Fica eleito o Foro da Comarca de Garopaba para dirimir questões oriundas do presente processo seletivos.

10.5. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba (SC), 24 de junho de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

## ANEXO I

### AVALIAÇÃO DO CARGO: AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes ao cargo para o qual candidatou-se	0,5 ponto (por ano)	6 pontos
Escolaridade acima do exigido para o cargo que está concorrendo.	1 ponto	1 ponto
Entrevista	Até 3 pontos	3 pontos
Pontuação Máxima		10 pontos

## ANEXO II

### FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

PREFEITURA DE GAROPABA

PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

EDITAL N. 012/2015

Formulário de inscrição nº:	
Cargo:	
Nome do Candidato:	
Endereço:	
Telefone para contato:	
E-mail:	

Documentos necessários para a inscrição originais e cópias conforme item 2. do Edital de Processo Seletivo.

Garopaba – SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

Assinatura do Candidato

Assinatura do (a) responsável pela inscrição

**LEI Nº 1.895, DE 18 DE JUNHO DE 2015**

LEI Nº 1.895, DE 18 JUNHO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO AO NÚCLEO DE APOIO AO TOXICÔMANO E ALCOÓLATRA - NATA DE GAROPABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, uma subvenção no limite de R\$ 8.904,00 (oito mil e novecentos e quatro reais), destinados à manutenção das atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Apoio ao Toxicômano e Alcoólatra - NATA de Garopaba, CNPJ n.º 01.179.112/0001-14.

Art. 2º. A concessão de subvenção de que trata o artigo 1º, será dividida em parcelas mensais e disciplinada, através de Convênio a ser firmado com o Núcleo de Apoio ao Toxicômano e Alcoólatra - NATA de Garopaba, na forma da legislação vigente.

§ 1º. O prazo para prestação de contas dos recursos recebidos será tratado no respectivo convênio.

§ 2º. A vigência do convênio supracitado será até 31 de dezembro do presente exercício.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de junho de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 25/ 06/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

**LEI Nº 1.896, DE 18 DE JUNHO DE 2015**

LEI Nº 1.896, DE 18 JUNHO DE 2015.

EXTINGUE ESCOLA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica extinta a Escola Isolada de Cova Triste, situada na localidade de Cova Triste, reconhecida pela Lei Municipal nº 626 de 20 de outubro de 1998.

Parágrafo único – Os bens públicos (casa e terreno) ficam a cargo da Secretaria Municipal de Educação e Cultura para Projetos Educacionais.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de junho de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 25/ 06/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

**LEI Nº 1.897, DE 18 DE JUNHO DE 2015**

LEI Nº 1.897, DE 18 JUNHO DE 2015.

APROVA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - PME E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aprovado o Plano Municipal de Educação do Município de Garopaba - PME para o período 2015-2024, constante do Anexo Único integrante desta Lei, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição Federal.



Art. 2º. São diretrizes do PME:

- I – erradicação do analfabetismo;
- II – universalização do atendimento escolar;
- III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV – melhoria da qualidade da educação;
- V – formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI – promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII – promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do Município;
- VIII – aplicação de recursos públicos em educação, resultantes da receita de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental, da educação infantil e da educação inclusiva, que assegurem o atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX – valorização dos (as) profissionais da educação;
- X – promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º. As metas previstas no Anexo Único integrante desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4º. As metas previstas no Anexo Único integrante desta Lei têm como referência a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, o censo demográfico e os censos nacionais da educação básica e superior.

Parágrafo único. O Município de Garopaba contribuirá com a ampliação do escopo das pesquisas com fins estatísticos de forma a incluir informação detalhada sobre o perfil das populações de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência.

Art. 5º. A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas, realizados pelas seguintes instâncias:

- I – Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
- II – Comissão de Educação da Câmara Municipal de Vereadores;
- III – Conselho Municipal de Educação - CME;
- IV – Comissão de Monitoramento e de Avaliação a ser instituída por Lei;

§ 1º. Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:

- I – divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;
- II – analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;
- III – analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§ 2º. A cada 2 (dois) anos, ao longo do período de vigência deste PME, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP publicará estudos para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Anexo desta Lei, com informações organizadas por ente federado e consolidadas em âmbito nacional, tendo como referência os estudos e as pesquisas de que trata o art. 4º, sem prejuízo de outras fontes e informações relevantes.

§ 3º. A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência do PME e poderá ser ampliada por meio de lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

§ 4º. O investimento público em educação a que se referem o inciso VI do art. 214 da Constituição Federal e a meta 19 do anexo desta Lei engloba os recursos aplicados na forma do art. 212 da Constituição Federal

e do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como os recursos aplicados nos programas de expansão da educação profissional e superior, inclusive na forma de incentivo e isenção fiscal, as bolsas de estudos concedidas no Brasil e no exterior, os subsídios concedidos em programas de financiamento estudantil e o financiamento de creches, pré-escolas e de educação especial na forma do art. 213 da Constituição Federal.

§ 5º. O Município de Garopaba destinará à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, além de outros recursos previstos em lei, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e de gás natural, na forma de lei específica, com a finalidade de assegurar o cumprimento da meta prevista no inciso VI do art. 214 da Constituição Federal.

Art. 6º. O Município deverá promover, em colaboração com o Estado e a União, a realização de pelo menos 2 (duas) conferências municipais de educação até o final do decênio, com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar e monitorar a execução do PME - 2015-2024 e subsidiar a elaboração do próximo Plano Municipal de Educação do Município de Garopaba.

Art. 7º. Fica mantido o regime de colaboração entre o Município, o Estado de Santa Catarina e a União para a consecução das metas do PME - 2015-2024 e a implementação das estratégias a serem realizadas.

§ 1º. As estratégias definidas no Anexo Único integrante desta Lei não excluem a adoção de medidas visando formalizar a cooperação entre os entes federados.

§ 2º. O Sistema Municipal de Ensino deverá prever mecanismos de acompanhamento para a consecução das metas do PME -2015-2024.

Art. 8º. Para garantia da equidade educacional, o Município deverá considerar o atendimento às necessidades específicas da Educação Especial, assegurando um sistema inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.

Art. 9º. O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 10. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, em colaboração com o Estado e o Município constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

§ 1º. O sistema de avaliação a que se refere o caput produzirá, no máximo a cada 2 (dois) anos:

I – indicadores de rendimento escolar, referentes ao desempenho dos (as) estudantes apurado em exames nacionais de avaliação, com participação de pelo menos 80% (oitenta por cento) dos (as) alunos (as) de cada ano escolar periodicamente avaliado em cada escola, e aos dados pertinentes apurados pelo censo escolar da educação básica;

II – indicadores de avaliação institucional, relativos a características como o perfil do alunado e do corpo dos (as) profissionais da educação, as relações entre dimensão do corpo docente, do corpo técnico e do corpo discente, a infraestrutura das escolas, os recursos pedagógicos disponíveis e os processos da gestão, entre outras relevantes.

§ 2º. A elaboração e a divulgação de índices para avaliação da qualidade, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, que agreguem os indicadores mencionados no inciso I do § 1º não elidem a obrigatoriedade de divulgação, em separado, de cada um deles.

§ 3º. Os indicadores mencionados no § 1º serão estimados por etapa, estabelecimento de ensino, rede escolar, unidade da Federação e em nível agregado nacional, sendo amplamente divulgados, ressalvada a publicação de resultados individuais e indicadores por turma, que fica admitida exclusivamente para a comunidade do respectivo estabelecimento e para o órgão gestor da respectiva rede.

§ 4º. Cabem ao Inep a elaboração e o cálculo do Ideb e dos indicadores referidos no § 1º.

§ 5º. A avaliação de desempenho dos (as) estudantes em exames, referida no inciso I do § 1º, poderá ser diretamente realizada pela União ou, mediante acordo de cooperação, pelo Estado, no respectivo sistema de ensino e do seu Município, caso mantenha sistema próprio de avaliação do rendimento escolar, assegurada a compatibilidade metodológica entre esse sistema e o nacional, especialmente no que se refere às escalas de proficiência e ao calendário de aplicação.

Art. 11. Até o final do primeiro semestre do ano de 2023, o Poder Executivo encaminhará a Câmara Municipal de Vereadores, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 12. O Município deverá instituir em Lei específica, contados 4 (quatro) meses da publicação desta Lei a Comissão de Monitoramento e de Avaliação, e, contados 2 (dois) anos da publicação desta Lei o Sistema Municipal de Educação, para efetivação das diretrizes, metas e estratégias do Plano Municipal de Educação.

Art. 13. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de junho de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 25/ 06/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

ANEXO único

**METAS E ESTRATÉGIAS DO PME DE GAROPABA**

**DECÊNIO 2015 – 2024.**

**META 1:** Universalizar, até, 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 03 (três) anos até o final da vigência deste Plano.

#### **ESTRATÉGIAS**

1.1. Definir, em regime de colaboração com a União e o Estado, metas de expansão das respectivas redes públicas de educação infantil segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais.

1.2. Realizar, periodicamente, levantamento da demanda por creche para a população de até 3 (três) anos de idade, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta no município.

1.3. Estabelecer até o final de vigência deste Plano, normas, procedimentos e prazos para definição de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches.

1.4. Manter e ampliar, em regime de colaboração com a União e o Estado, programa de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil, respeitando, inclusive, as normas de acessibilidade.

1.5. Implantar, até o terceiro ano de vigência do Plano, avaliação da educação infantil a ser realizada a cada 2 (dois) anos, com base em

parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes.

1.6. Ampliar a oferta de matrículas gratuitas em creches, com a expansão da oferta na rede pública e privada, até o final da vigência desse Plano.

1.7. Estimular, em regime de colaboração com a União e o Estado, a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração e reformulação de currículos e pesquisas ligadas ao processo de ensino e aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento da população de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, conforme Diretrizes Nacionais e Estaduais, vigentes.

1.8. Estimular o atendimento às populações do campo e às comunidades quilombolas na educação infantil.

1.9. Priorizar o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos estudantes, público da educação especial, e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica.

1.10. Estimular, em regime de colaboração com a União e o Estado, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 3 (três) anos de idade.

1.11. Preservar as especificidades da educação infantil na organização das redes escolares em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade e a articulação com a etapa escolar seguinte.

1.12. Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância.

1.13. Promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à educação infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos de idade.

1.14. Estimular, o acesso à educação infantil em tempo integral, para as crianças em idade de creche, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

1.15. Implementar, buscando a parceria da União, do Estado e da iniciativa privada, espaços lúdicos de interatividade considerando a diversidade étnica, de gênero e sociocultural, tais como: brinquedoteca, ludoteca, biblioteca infantil e parque infantil.

1.16. Incentivar, a formação inicial e promover formação continuada dos(as) profissionais da educação infantil, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior.

1.17. Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre a instituição e a família.

1.18. Garantir a oferta da alimentação escolar, com segurança alimentar e nutricional, preferencialmente com produtos da região, conforme legislação vigente.

**META 2:** Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos de idade e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos estudantes conclua essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste Plano.

#### ESTRATÉGIAS

2.1. Pactuar, em regime de colaboração com a União e o Estado, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino fundamental.

2.2. Fortalecer, em regime de colaboração com o Estado e em parceria com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude, o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como o controle das situações de discriminação, preconceito e violência na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos estudantes.

2.3. Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, o acompanhamento e o monitoramento de acesso e permanência na escola, em parceria com as áreas de saúde e assistência social.

2.4. Adotar tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, à organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial, das escolas do campo e das comunidades quilombolas.

2.5. Disciplinar, no âmbito do sistema de ensino municipal, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região.

2.6. Promover o relacionamento das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades

culturais para a livre fruição dos estudantes dentro e fora dos espaços escolares, incentivando, ainda, que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural.

2.7. Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre a escola e a família.

2.8. Estimular a oferta do ensino fundamental, em especial dos anos iniciais, para as populações do campo e quilombolas, nas próprias comunidades ou próximas a elas.

2.9. Garantir, em regime de colaboração com o Estado, matrícula no ensino fundamental dos filhos de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante.

2.10. Oferecer, em regime de colaboração com o Estado, atividades extracurriculares de incentivo e de estímulo a habilidades, oportunizando a participação dos estudantes em certames e concursos de âmbito nacional, estadual e municipal.

2.11. Promover, em regime de colaboração com a União e o Estado, atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas, interligando-as a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo nacional, estadual e municipal.

2.12. Efetivar, com as áreas de saúde, ação social e cidadania, rede de apoio ao sistema estadual de ensino para atender o público da educação especial.

2.13. Garantir, em regime de colaboração com a União e o Estado, o acesso e permanência dos estudantes na educação pública, viabilizando o transporte escolar acessível com segurança, material escolar, laboratórios didáticos e biblioteca informatizada com acervo atualizado, visando a inclusão das diferentes etnias.

2.14. Garantir, com a parceria da União e do Estado, a oferta da alimentação escolar, com segurança alimentar e nutricional, preferencialmente com produtos da região.

2.15. Fomentar as tecnologias educacionais inovadoras das práticas pedagógicas que assegurem a alfabetização, favorecendo a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, segundo as diversas abordagens metodológicas.

2.16. Estimular, em parceria com a União e o Estado, a criação, a renovação e a manutenção das bibliotecas, com espaços e acervos bibliográficos e incentivar a criação de biblioteca virtual com equipamentos, espaços e acervos bibliográficos, como condição para a melhoria do processo ensino/aprendizagem.

2.17. Estimular programas educacionais que promova efetivamente o ensino aprendizagem dos estudantes que apresentam dificuldades, a fim de prevenir a distorção idade/série, como reforço escolar, encaminhamentos à equipe multidisciplinar e outros profissionais da saúde e de áreas afins.

2.18. Garantir, em parceria com a União e o Estado, a inclusão dos estudantes, público da educação especial, nas instituições escolares do ensino regular, com adaptação dos meios físicos e capacitação dos recursos humanos, assegurando o desenvolvimento de seu potencial cognitivo, emocional e social.

**META 3:** Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 90% (noventa por cento).

#### ESTRATÉGIAS

3.1. Apoiar a política e o programa estadual para o ensino médio articulado aos programas nacionais, incentivando práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura, esporte e formação continuada.

3.2. Promover, em parceria com a União, o Estado e a iniciativa privada, a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a fruição de bens e espaços culturais, de forma regular, bem como a ampliação da prática desportiva, integrada ao currículo escolar.

3.3. Apoiar a expansão das matrículas gratuitas de ensino médio integrado à educação profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo, das comunidades quilombolas e das pessoas público da educação especial.

3.4. Contribuir com o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência dos jovens beneficiários de programas de transferência de renda, no ensino médio, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e juventude.

3.5. Promover a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos de idade fora da escola, em articulação com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude.

3.6. Articular em parceria com União, Estado e iniciativa privada, programas de educação e de cultura para a população urbana e do campo,

de jovens, na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, e de adultos, visando à qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar.

3.7. Contribuir para o redimensionamento da oferta de ensino médio nos turnos diurno e noturno, de forma a atender a toda a demanda, de acordo com as necessidades específicas dos estudantes.

3.8. Contribuir com as políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou por quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas à exclusão.

3.9. Estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas.

3.10. Estimular e acompanhar a celebração de convênios entre empresas e escolas de educação básica, profissional e tecnológica para oportunizar estágio, possibilitando o acesso ao mundo do trabalho.

**META 4:** Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos de idade com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades e/ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

#### ESTRATÉGIAS

4.1. Garantir, com apoio da União e do Estado, a oferta de educação inclusiva e promover a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado.

4.2. Contribuir na contabilização, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), as matrículas dos estudantes da educação regular da rede pública que recebam atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular, e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na educação especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o Poder Público e com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei nº 11.494/2007.

4.3. Priorizar a oferta de vagas para crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos de idade, público da educação especial, observado o que dispõe a Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

4.4. Implantar, implementar e manter, em regime de colaboração com a União e o Estado, ao longo da vigência deste Plano, salas de recursos multifuncionais e promover, em parceria com a União e o Estado, a formação continuada de professores para o ensino regular e para o atendimento educacional especializado nas escolas regulares e nas instituições especializadas públicas e conveniadas.

4.5. Garantir, em parceria com a União e o Estado, atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, preferencialmente em escolas da rede regular de ensino ou em instituições especializadas, públicas ou conveniadas, nas formas complementar ou suplementar, a todos os estudantes, público da educação especial, matriculados em escolas de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o estudante.

4.6. Aprimorar o trabalho dos professores da educação básica com estudantes, público da educação especial, através de parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos estaduais e municipais, das áreas de saúde e assistência social.

4.7. Manter e ampliar, em parceria com a União e o Estado, programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos estudantes, público da educação especial, por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível, da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, da alimentação escolar adequada à necessidade do estudante, garantindo a segurança alimentar e nutricional,

assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos estudantes com altas habilidades e/ou superdotação.

4.8. Garantir, em parceria com a União e o Estado, a oferta de educação bilíngüe, em Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos estudantes surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos de idade, em escolas inclusivas, nos termos do Art. 22 do Decreto nº 5.626/2005, e dos Arts. 24 e 30, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille para cegos e surdo-cegos.

4.9. Fortalecer, com o apoio de órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude e com as famílias, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos estudantes, público da educação especial, beneficiários de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional dos mesmos.

4.10. Fomentar, com apoio da União e do Estado, pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos estudantes, público da educação especial.

4.11. Promover, em regime de colaboração com a União e o Estado, o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação



de políticas públicas intersetoriais que atendam as especificidades educacionais de estudantes, público da educação especial, que requeiram medidas de atendimento especializado.

4.12. Promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar na educação de jovens e adultos das pessoas, público da educação especial, com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida.

4.13. Apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos estudantes, público da educação especial, em regime de colaboração com a União e o Estado, garantindo a oferta de professores do atendimento educacional especializado, bidocência, professores de áreas específicas, tradutores e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdo-cegos, professores de Libras e professores bilíngües.

4.14. Definir, durante a vigência deste Plano, indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento educacional a estudantes, público da educação especial.

4.15. Promover, por iniciativa da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, junto às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, pesquisa para obtenção de informação detalhada sobre o perfil dos indivíduos, público da educação especial, de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos de idade.

4.16. Incentivar a inclusão nos cursos de licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da educação, inclusive em nível de pós-graduação, observado o disposto no caput do art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de estudantes, público da educação especial.

4.17. Promover parcerias com instituições especializadas públicas, privadas ou conveniadas com o poder público, visando à ampliação da oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes, público da educação especial, matriculados na rede pública de ensino.

4.18. Garantir que as escolas de educação básica promovam espaços para participação das famílias na elaboração do projeto político pedagógico na perspectiva da educação inclusiva.

4.19. Buscar e disseminar materiais pedagógicos adaptados à educação inclusiva para as bibliotecas da educação básica.

4.20. Ampliar, em parceria com a União e o Estado, a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar a escolarização de estudantes da educação especial, matriculados na rede pública de ensino, a oferta da educação bilíngüe, libras/língua portuguesa em contextos educacionais inclusivos e a garantia da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, informações, nos materiais didáticos e nos transportes.

4.21. Disponibilizar, buscando parceria com a União e o Estado, recursos de tecnologia assistiva, serviços de acessibilidade e formação continuada de professores, para o atendimento educacional especializado complementar nas escolas.

**META 5:** Alfabetizar todas as crianças aos 6 (seis) anos de idade ou, até no máximo, aos 8 (oito) anos de idade no ensino fundamental.

#### ESTRATÉGIAS

5.1. Estruturar os processos pedagógicos de alfabetização, nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças.

5.2. Criar, com o apoio da União e do Estado, política de alfabetização que garanta a permanência dos professores alfabetizadores para os três primeiros anos do ensino fundamental.

5.3. Incentivar a Instituição, em regime de colaboração com a União e o Estado, de instrumentos de avaliação sistêmica, periódica e específica, para aferir a alfabetização das crianças, bem como estimular os sistemas de ensino e as escolas a criar os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento.

5.4. Adotar tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, asseguradas a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como recursos educacionais abertos.

5.5. Estimular o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a

melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade.

5.6. Estimular a alfabetização de crianças do campo, quilombolas e de populações itinerantes, com a produção de materiais didáticos específicos, e desenvolver instrumentos de acompanhamento que considerem a identidade cultural das comunidades quilombolas.

5.7. Incentivar a formação inicial e promover, em regime de colaboração com a União e o Estado, formação continuada de professores para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a

articulação entre programas de pós-graduação *latu sensu* e *stricto sensu*.

5.8. Implantar, com o apoio da União e do Estado, políticas para a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngüe de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal.

5.9. Estimular, com o apoio da União e do Estado, em consonância com as Diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários e agentes da comunidade para atuarem como mediadores da leitura, implementando programas de incentivo à leitura.

**META 6:** Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 40% (quarenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 20% (vinte por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica, até o final da vigência deste Plano.

#### ESTRATÉGIAS

6.1. Promover, com o apoio da União e do Estado, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos estudantes na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo.

6.2. Instituir, em regime de colaboração com a União e o Estado, programa de construção e/ou adequação de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças em situação de vulnerabilidade social.

6.3. Aderir ao programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios cobertos, depósitos adequados para armazenar gêneros alimentícios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral.

6.4. Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques e igualmente com organizações não governamentais e privadas que oportunizem espaços de educação ambiental, cultura e bem estar.

6.5. Estimular, em parceria com a União, o Estado e iniciativa privada, a oferta de atividades para a ampliação da jornada escolar dos estudantes matriculados nas escolas de educação básica da rede pública.

6.6. Ofertar, em parceria com a União e o Estado, educação em tempo integral para pessoas, público da educação especial, na faixa etária de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos de idade, assegurando atendimento educacional especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais, bem como com profissionais habilitados.

6.7. Adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos estudantes na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas, culturais e ações de educação nutricional.

6.8. Assegurar, com o apoio da União e do Estado, alimentação escolar que contemple a necessidade nutricional diária dos estudantes que permanecem na escola em tempo integral, preferencialmente oriunda da agricultura familiar e/ou da própria horta escolar, conforme legislação vigente.

6.9. Proporcionar atividades de educação ambiental continuada e interdisciplinar para os estudantes que estão na escola em período integral promovendo a sustentabilidade dos espaços escolares e da comunidade, o consumo consciente dos recursos naturais e conservação dos ativos ambientais do município.

**META 7:** Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias municipais no IDEB:

METAS PROJETADAS PARA O IDEB - GAROPABA	2015	2017	2019	2021
ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	5,2	5,5	5,8	6,1
ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	5,0	5,2	5,5	5,7
ENSINO MÉDIO	4,7	5,2	5,4	5,6

#### ESTRATÉGIAS

7.1. Estabelecer e implantar, em regime de colaboração com a União e o Estado, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitando-se a diversidade regional e local.

7.2. Assegurar, em regime de colaboração com o Estado, que:

a) Até o quinto ano de vigência deste Plano, pelo menos, 70% (setenta por cento) dos estudantes do ensino fundamental tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável;

b) No último ano de vigência deste Plano, todos os estudantes do ensino fundamental tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável.

7.3. Instituir, em regime de colaboração com a União e o Estado, indicadores de avaliação institucional com base no perfil do estudante e dos profissionais da educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino.

7.4. Estimular processo contínuo de auto-avaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática.

7.5. Formalizar e executar, com o apoio da União e do Estado, os planos de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar.

7.6. Colaborar no desenvolvimento de indicadores específicos de avaliação da qualidade da educação especial, bem como da qualidade da educação bilíngüe para surdos.

7.7. Adotar, em parceria com instituições educacionais públicas e privadas, práticas pedagógicas que visem atingir as metas do Ideb, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e garantindo, até o último ano de vigência deste plano, a equidade da aprendizagem.

7.8. Acompanhar e divulgar bianualmente os resultados pedagógicos dos indicadores do sistema nacional de avaliação da educação básica e do Ideb, relativos às escolas do município, assegurando a contextualização desses resultados, com relação a indicadores sociais relevantes, como os de nível socioeconômico das famílias dos estudantes, e a transparência e o acesso público às informações técnicas de concepção e operação do sistema de avaliação.

7.9. Incentivar o desenvolvimento de tecnologias educacionais para o ensino fundamental e médio.

7.10. Incentivar práticas pedagógicas inovadoras que contribuam para a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas.

7.11. Garantir, com o apoio da União e do Estado, transporte gratuito, com acessibilidade para todos os estudantes na faixa etária da educação escolar obrigatória, proporcional às necessidades dos entes federados, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local.

7.12. Participar, em regime de colaboração com a União e o Estado, do desenvolvimento de pesquisas de modelos alternativos de atendimento escolar para a população do campo que considerem tanto as especificidades locais quanto as boas práticas nacionais e internacionais.

7.13. Expandir, em colaboração com a União e o Estado, durante a vigência deste Plano, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e triplicar a relação computador/estudante nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação.

7.14. Subsidiar tecnicamente as Associações de Pais e Professores - APPs - e Conselhos Escolares para aplicação e gestão responsável dos recursos visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática.

7.15. Potencializar ações de atendimento ao estudante, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde, através de parceria com a União, o Estado e a iniciativa privada.

7.16. Assegurar a todas as escolas públicas de educação básica o acesso ao abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos.

7.17. Garantir, com apoio da União e do Estado, o acesso dos estudantes a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de ciências e, em cada edifício escolar, garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência.

7.18. Aderir a programa de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas, visando à equalização regional das oportunidades educacionais.

7.19. Prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais, em regime de colaboração com a União e o Estado, para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas, nas instituições educacionais, com acesso a internet.

7.20. Participar, em regime de colaboração com a União e o Estado, na elaboração dos parâmetros mínimos de qualidade dos serviços da educação básica, a serem utilizados como referência para infraestrutura das escolas e para recursos pedagógicos, entre outros insumos relevantes, e como instrumento para adoção de medidas para a melhoria da qualidade do ensino.

7.21. Informatizar a gestão das escolas públicas e das secretarias de educação, bem como manter programa de formação continuada para os profissionais da área, visando apresentar aos educadores possibilidades de integração das tecnologias digitais ao currículo escolar.

7.22. Garantir, em parceria com a União, o Estado e Instituições Privadas, políticas de prevenção à violência na escola, inclusive pelo

desenvolvimento

de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais e de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade.

7.23. Implementar, em regime de colaboração, políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de risco, assegurando os princípios da Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

7.24. Garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil.

7.25. Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, com o propósito de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais.

7.26. Universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde.

7.27. Estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

7.28. Aderir ao Sistema Nacional e Estadual de avaliação da educação básica, para orientar as políticas públicas e as práticas pedagógicas, com o fornecimento das informações às escolas e à sociedade.

7.29. Estimular, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários e agentes da comunidade para atuar como mediadores da leitura e contadores de histórias de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem.

7.30. Estabelecer, em regime de colaboração com a União e o Estado, políticas de acompanhamento às escolas com relação ao desempenho no IDEB, de modo a valorizar o mérito do corpo docente, da direção e da comunidade escolar.

7.31. Desenvolver programas e metodologias, em regime de colaboração, para acompanhamento pedagógico, recuperação paralela e progressão, priorizando estudantes com rendimento escolar defasado.

7.32. Estimular, em parceria com a União e o Estado, a criação, a renovação e a manutenção das bibliotecas, com espaços, equipamentos e acervos bibliográficos e incentivar a criação de biblioteca virtual com acervos bibliográficos, como condição para a melhoria do processo ensino/aprendizagem.

7.33. Instituir, em regime de colaboração entre os entes federados, política de preservação da memória municipal.

7.34. Promover a regulação e supervisão da oferta da educação básica nas redes pública e privada, de forma a garantir a qualidade e o cumprimento da função social da educação.

7.35. Reconhecer as práticas culturais e sociais dos estudantes e da comunidade local, como dimensões formadoras, articuladas à educação, nos projetos político-pedagógicos, na organização e gestão dos currículos, nas instâncias de participação das escolas e na produção cotidiana da cultura e do trabalho escolar.

7.36. Acompanhar a reestruturação e o aprimoramento do ensino médio, incentivando práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares, estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares com conteúdos obrigatórios e eletivos, em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte.

7.37. Estimular a capacitação dos gestores (dirigentes e coordenadores pedagógicos) em cursos sobre Gestão Escolar, visando garantir uma cultura escolar de planejamento e observação em sala de aula.

7.38. Estruturar e equipar, com recursos materiais e humanos, em parceria com a União, o Estado e/ou iniciativa privada, até o 5º ano de vigência

deste Plano, ao menos 01 (um) Centro para teleconferências e acesso à plataformas digitais de ensino à distância, tornando o espaço referência para cursos de formação de professores e estudantes.

**META 8:** Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no município e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

#### ESTRATÉGIAS

8.1. Institucionalizar, em parceria com a União e o Estado, programas e desenvolver tecnologias para correção de fluxo, para acompanhamento

pedagógico individualizado e para recuperação e progressão parcial, priorizando estudantes com rendimento escolar defasado, atendendo as especificidades dos segmentos populacionais aqui considerados.

8.2. Estimular programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais aqui considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial.

8.3. Expandir a oferta gratuita de educação profissional por parte das entidades públicas, para os segmentos populacionais aqui considerados.

8.4. Acompanhar e monitorar a frequência dos estudantes e promover, em parceria com a União e o Estado, a ampliação da oferta deste atendimento na rede pública de ensino.

8.5. Promover o envolvimento de órgãos governamentais e não governamentais, de forma intersetorial, na busca ativa de jovens fora da escola, pertencentes aos segmentos populacionais aqui considerados.

8.6. Garantir, em regime de colaboração com a União e o Estado, a oferta pública de ensino médio e EJA, integrada à formação profissional aos jovens dos segmentos populacionais considerados nesta meta, assegurando condições de acesso e permanência.

8.7. Valorizar o desenvolvimento de conteúdos e metodologias práticas de estímulo a manutenção dos jovens no campo como agroecologia e tecnologias amigáveis associadas a edificações rurais, incentivando produção saudável de alimentos, dotando o município de autonomia na área alimentar e referencia em agricultura familiar.

META 9: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2018 e, até o final da vigência deste PME reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

#### ESTRATÉGIAS

9.1. Assegurar, em regime de colaboração com a União e o Estado, a oferta gratuita da educação de jovens e adultos, a todos que não tiveram acesso à educação básica na idade própria.

9.2. Realizar diagnóstico dos jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos

9.3. Implementar, com a parceria da União e do Estado, ações de alfabetização de jovens e adultos incentivando a continuidade da escolarização básica.

9.4. Promover, em regime de colaboração com a União e o Estado, ações de atendimento ao estudante da educação de Jovens e Adultos por meio de programas suplementares de transporte e alimentação.

9.5. Apoiar, em regime de colaboração com a União e o Estado, projetos inovadores na educação de jovens e adultos, que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses estudantes.

9.6. Estabelecer mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados, e os sistemas de ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos empregados com a oferta das ações de alfabetização e de educação de jovens e adultos.

9.7. Estimular, em regime de colaboração com a União e o Estado, programas de capacitação tecnológica da população de jovens e adultos, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal.

9.8. Garantir a distribuição de material didático, estimulando o desenvolvimento de metodologias específicas, bem como possibilitar o acesso dos estudantes da EJA aos diferentes espaços da escola.

9.9. Implementar, em regime de colaboração com a União e o Estado, currículos adequados às especificidades da EJA para promover a inserção no mercado de trabalho, inclusão digital e tecnológica e a participação social.

9.10. Promover levantamento de dados sobre a demanda por EJA, para subsidiar a formulação de política pública que garanta o acesso e a permanência a jovens, adultos e idosos a esta modalidade da educação básica.

META 10: Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional, até ao final da vigência do Plano.

#### ESTRATÉGIAS

10.1. Aderir e participar de Programa Nacional de Integração da Educação Básica à Educação Profissional na modalidade de educação de jovens e adultos, na perspectiva da educação inclusiva.

10.2. Expandir, em regime de colaboração com a União e o Estado, as matrículas na educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador.

10.3. Fomentar, em regime de colaboração com a União e o Estado, a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos e considerando as especificidades



das populações.

10.4. Ampliar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à educação de jovens e adultos articulada à educação profissional.

10.5. Aderir programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência.

10.6. Diversificar o currículo da educação de jovens e adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mercado do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógico adequando-os às características desses estudantes.

10.7. Fomentar, em regime de colaboração com a União e o Estado, a produção de material didático, o desenvolvimento de metodologias específicas, bem como os instrumentos de avaliação, garantindo o acesso a equipamentos, laboratórios e aos diferentes espaços da escola.

10.8. Fomentar, em parceria com a União e o Estado, a formação continuada e tecnológica digital de docentes das escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos articulada à educação profissional.

10.9. Garantir, em regime de colaboração com a União e o Estado, alimentação saudável e adequada e transporte para os estudantes da educação de jovens e adultos integrado à educação profissional.

**META 11:** Ampliar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 80% (oitenta por cento) da expansão no segmento público.

#### ESTRATÉGIAS

11.1. Participar da política de expansão das matrículas de educação profissional técnica de nível médio da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional.

11.2. Contribuir com a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na rede pública de ensino.

11.3. Reestruturar, por meio da parceria com a União, as escolas de educação profissional levando-se em consideração as especificidades de cada curso, a necessidade de máquinas e equipamentos, implementos didáticos e tecnológicos, bem como a capacitação dos profissionais envolvidos.

11.4. Estimular a expansão do estágio na educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do aluno, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude.

11.5. Estimular a participação em programas de reconhecimento de saberes para fins de certificação profissional.

11.6. Cooperar na institucionalização de sistema nacional de avaliação da qualidade da educação profissional técnica de nível médio das redes pública e privada.

11.7. Estimular a expansão do atendimento do ensino médio gratuito integrado à formação profissional, de acordo com interesses e necessidades dos estudantes.

11.8. Garantir, em regime de colaboração com a União e o Estado, a oferta de educação profissional para o público da educação especial.

11.9. Contribuir para o desenvolvimento de programas de assistência estudantil e mecanismos de mobilidade acadêmica, visando garantir as condições necessárias à permanência dos estudantes e à conclusão dos cursos técnicos de nível médio.

11.10. Estimular estudos e pesquisas sobre a articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais.

11.11. Expandir, em parceria com a União e o Estado, o transporte gratuito para os estudantes da educação profissional, possibilitando o acesso às instituições profissionalizantes dentro do município.

**META 12:** Garantir a oferta de, pelo menos, 300 vagas na educação superior no município até o final do quinto ano de vigência deste plano e ampliar, a partir do sexto ano, em 50% até 2024, assegurando que pelo menos 70% destas vagas sejam ofertadas no segmento público.

#### ESTRATÉGIAS

12.1. Otimizar, em parceria com a União e o Estado, a capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos das instituições públicas de educação superior, mediante ações planejadas e coordenadas, de forma a ampliar o acesso à graduação.

12.2. Ampliar, em parceria com a União e o Estado, a oferta de vagas, por meio da expansão da rede federal de educação superior, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e do sistema Universidade Aberta do Brasil, considerando a densidade populacional, a oferta de vagas públicas em relação à população na idade de referência e observadas as características regionais das micro e mesorregiões definidas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

12.3. Adotar, em parceria com a União e o Estado, políticas de assistência estudantil para assegurar à população considerada economicamente carente, bolsa de estudos de graduação, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes e indígenas e de estudantes público da educação especial.

12.4. Incentivar as instituições de educação superior a aderir e participar dos programas de apoio financeiro do Governo Federal.

12.5. Buscar parcerias públicas e privadas para a oferta de estágio como parte da formação na educação superior.

12.6. Estimular estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do Município.

12.7. Colaborar na institucionalização de programa nacional de composição de acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas público da educação especial.

12.8. Participar, com a União e o Estado, da consolidação de processos seletivos para acesso à educação superior como forma de superar exames vestibulares isolados.

12.9. Estimular mecanismos para ocupar as vagas ociosas em cada período letivo, na educação superior pública no âmbito do município.

12.10. Fortalecer, por meio de parceria com a União, as redes físicas de laboratórios multifuncionais das IES e Instituições de Ciência e Tecnologia - ICTs nas áreas estratégicas definidas pela política e estratégias nacionais de ciência, tecnologia e inovação.

12.11. Ofertar, em parceria com a União e o Estado, cursos superiores condizentes com o arranjo produtivo local, favorecendo a inserção profissional do egresso.

META 13: Articular, com a União e o Estado, de forma a garantir a qualidade da educação superior e a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior em 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

#### ESTRATÉGIAS

13.1. Acompanhar o processo contínuo de auto-avaliação das instituições de educação superior, fortalecendo a participação das comissões próprias de avaliação, bem como a aplicação de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a qualificação e a dedicação do corpo docente.

13.2. Estimular, em articulação com a União e o Estado, a formação de consórcios entre instituições de educação superior, com vistas a potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

13.3. Incentivar, de forma articulada com a União, a formação inicial e continuada dos profissionais técnico-administrativos da educação superior, bem como a formação continuada dos docentes formadores.

META 14: Fomentar, em articulação com a União e Estado, matrículas na pós-graduação, buscando a elevação gradual do número de matrículas de modo a atingir a titulação 50 mestres e doutores, até ao final da vigência do Plano.

#### ESTRATÉGIAS

14.1. Apoiar, em parceria com a União e o Estado, a oferta de cursos de pós-graduação, utilizando inclusive metodologias, recursos e tecnologias de educação à distância.

14.2. Colaborar, em articulação com a União e o Estado, na implementação de políticas de inclusão e de ação afirmativa, na forma da lei, para o acesso e permanência nos cursos de pós-graduação, lato e stricto sensu.

14.3. Colaborar, em parceria com a União e o Estado, na institucionalização de programa nacional de composição de acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de pós-graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas público da educação especial.

14.4. Estabelecer, em regime de colaboração com a União e o Estado, parcerias com os órgãos e agências oficiais de fomento nos diversos programas, projetos e ações que objetivem a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação, incentivando a atuação em rede e o fortalecimento de grupos de pesquisa.

14.5. Promover, em regime de colaboração com a União e o Estado, o intercâmbio científico e tecnológico, entre as instituições de ensino, pesquisa e extensão.

14.6. Buscar, em parceria com a União e o Estado, investimentos em pesquisas com foco em desenvolvimento e estímulo à inovação, bem como incrementar a formação de recursos humanos para a inovação, de modo a buscar o aumento da competitividade das empresas de base tecnológica.

14.7. Estimular, com a colaboração da União e do Estado, a pesquisa científica e de inovação e promover a formação de recursos humanos que valorize a biodiversidade regional.

14.8. Estimular, em regime de colaboração com a União e o Estado, a pesquisa aplicada, no âmbito das IES e das ICTs, de modo a incrementar a inovação e a produção e registro de patentes.

14.9. Estimular estudos e pesquisas em direitos humanos e inclusão, sobre gênero, orientação sexual e identidade de gênero, diversidade religiosa, relações étnico-raciais, educação ambiental, tecnologia assistiva, pedagogia da alternância, quilombola, indígena, povos do campo, comunidades tradicionais, para pessoas, público da educação especial, e em situação de privação de liberdade.

14.10. Estimular a articulação entre graduação, pós-graduação e núcleos de pesquisas, para estudos e elaboração de currículos/propostas pedagógicas que incorporem ao processo de ensino-aprendizagem, questões sobre educação especial, relações étnico-raciais, o enfrentamento a todas as formas de discriminação, a educação ambiental, quilombola, indígena, dos povos do campo e comunidades tradicionais.

14.11. Estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação básica, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais.

**META 15:** Garantir, em regime de colaboração entre a União, o Estado e Município, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PME, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

#### ESTRATÉGIAS

15.1. Estimular ações conjuntas com instituições públicas e privadas de nível superior, a fim de organizar a oferta de cursos de formação inicial, sincronizando a oferta e a demanda de formação de profissionais da Educação.

15.2. Apoiar a oferta de programas de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de graduação, a fim de aprimorar a formação dos

profissionais para atuarem no magistério da Educação Básica de acordo com a necessidade por área de conhecimento.

15.3. Estimular programas específicos de formação para profissionais que atuam nas escolas do campo, comunidades quilombolas, educação especial e extratos historicamente excluídos.

15.4. Valorizar as práticas de ensino e os estágios nos cursos de formação de nível médio e superior dos profissionais da educação, visando ao trabalho sistemático de articulação entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica, em sintonia com as recomendações legais e as diretrizes curriculares nacionais.

15.5. Fomentar, em regime de colaboração com a União e o Estado, programas de formação superior para docentes não habilitados na área de atuação em efetivo exercício nas redes públicas.

15.6. Fomentar, em regime de colaboração com a União e o Estado, a oferta de cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior destinados à formação, nas respectivas áreas de atuação, dos profissionais da educação de outros segmentos que não os do Magistério.

15.7. Acompanhar e incentivar a consolidação da política de formação continuada prevista para o Estado.

15.8. Garantir, em regime de colaboração com a União e o Estado, oferta de formação continuada a todos os profissionais da educação básica, fundamentada numa concepção político-pedagógica que assegure a articulação teórica e prática, a pesquisa e a extensão.

5.9. Ampliar o uso das tecnologias e conteúdos multimidiáticos para todos os atores envolvidos no processo educativo, garantindo, em regime de colaboração com a União e o Estado, formação específica para esse fim.

15.10. Possibilitar a participação em programa federal de concessão de bolsas de estudos para que os professores de idiomas das escolas públicas de educação básica realizem estudos de imersão e aperfeiçoamento nos países que tenham como idioma nativo as línguas que lecionam.

**META 16:** Formar, em nível de pós-graduação, 80% (oitenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PME, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

#### ESTRATÉGIAS

16.1. Realizar, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para o dimensionamento da demanda por formação em cursos de pós-graduação, para fomentar a respectiva oferta por parte das instituições públicas de educação superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação da União e do Estado.

16.2. Criar e consolidar, até o final da vigência deste plano, um programa permanente, definido em legislação específica, de afastamento remunerado dos professores e profissionais da educação básica, para cursar pós-graduação stricto sensu, considerando as necessidades mais urgentes.

16.3. Participar de programa de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas e de literatura e de dicionários, e programa

específico de acesso a bens culturais, incluindo obras e materiais produzidos em Libras e

em Braille, sem prejuízo de outros, a serem disponibilizados para os professores e as professoras da rede pública de educação básica, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação.

16.4. Ofertar, com apoio da União e do Estado, bolsas de estudo de pós-graduação stricto sensu para os professores e demais profissionais da educação básica, conforme legislação específica a ser instituída.

16.5. Estimular a articulação entre a pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de propostas pedagógicas capazes de incorporar os avanços de pesquisas ligadas ao processo de alfabetização no atendimento da população de até oito anos de idade.

**META 17:** Valorizar os profissionais do Magistério da rede pública de educação básica, reestruturando no prazo de 2 (dois) anos o plano de carreira que tem como referência o piso nacional, definido em lei federal, nos termos do Inciso VIII, do Artigo 206, da Constituição Federal, a fim de equiparar o rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do 6º (sexto) ano da vigência deste Plano.

#### ESTRATÉGIAS

17.1. Realizar, no prazo de dois anos de vigência deste plano, atualização do plano de carreira para os profissionais do magistério, tendo como referência o Piso Salarial Nacional Profissional, definido em lei federal, nos termos do Inciso VIII, do Art. 206, da Constituição Federal.

17.2. Equiparar a 80% (oitenta por cento) ao final do 6º (sexto) ano, e a igualar, até o último ano de vigência do Plano, o rendimento médio dos profissionais do magistério da rede pública municipal ao rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente.

17.3. Proporcionar, buscando a parceria da União e do Estado, condições de trabalho, valorização dos profissionais da educação e concretização das políticas de formação, como forma de garantia da qualidade na educação.

17.4. Estabelecer, em parceria com a União, o Estado e a iniciativa privada, ações especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

17.5. Realizar estudo a fim de subsidiar aprovação de lei com vistas a criação de cargos, e respectivos quantitativos de vagas, para a composição do quadro dos profissionais da educação da rede pública municipal.

17.6. Assegurar a realização periódica de concurso público para provimento de vagas, comprovadamente, excedentes e permanentes.

17.7. Estruturar a rede pública de educação básica, de modo a que pelo menos 80% (oitenta por cento) dos profissionais do magistério e 50% (cinquenta por cento) dos profissionais da educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício na escola/instituição a que se encontram vinculados.

17.8. Aperfeiçoar, na rede pública, o acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de

fundamentar, com base em avaliação documentada, a decisão pela efetivação ao término do estágio probatório e oferecer, durante esse período, curso de aprofundamento de estudos na área de atuação do professor.

17.9. Criar e implantar, até o último ano de vigência deste Plano, em âmbito municipal, plano de carreira para os profissionais da educação básica da rede pública, que não do magistério.

17.10. Assegurar, na forma da lei, recursos financeiros para valorização dos profissionais da educação da rede pública municipal.

17.11. Garantir o cumprimento da legislação nacional quanto à jornada de trabalho dos profissionais do magistério da rede pública municipal de ensino.

**META 18:** Garantir em legislação específica, aprovadas no âmbito da União, do Estado e do Município, condições para a efetivação da gestão democrática, na educação básica e superior pública.

#### ESTRATÉGIAS

18.1. Criar e aprovar legislação específica em âmbito municipal, respeitando a legislação nacional, que regule a nomeação dos diretores de escola.

18.2. Ampliar, em regime de colaboração com a União e o Estado, o apoio aos conselhos inerentes aos assuntos colegiados, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções, bem como a formação continuada aos conselheiros.

18.3. Constituir comissão de acompanhamento da execução deste PME, a fim de realizar avaliação periódica do mesmo.

18.4. Constituir o Fórum Permanente de Educação envolvendo gestores públicos, trabalhadores da educação e organizações da sociedade civil, com o intuito de coordenar as conferências municipais, debater o financiamento da educação e as diretrizes curriculares da educação

básica, bem como efetuar, em parceria com a Comissão de Avaliação do PME, o acompanhamento da execução deste e dos Planos Estadual e Nacional.

18.5. Estimular a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, incentivando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações.

18.6. Consolidar a implantação de conselhos escolares nas instituições/escolas que ainda não possuem.

18.7. Estimular a participação efetiva da comunidade escolar e local na formulação e acompanhamento dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, possibilitando as condições objetivas necessárias à operacionalização desta participação.

18.8. Garantir, em regime de colaboração com a União e o Estado, programa de formação continuada para gestores das escolas públicas.

18.9. Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação.

18.10. Fortalecer o conselho municipal de educação como órgão autônomo, constituído de forma paritária, com ampla representação social e com funções deliberativas, normativas e fiscalizadoras.

18.11. Aprimorar os mecanismos de acompanhamento dos gastos com a educação, promovendo ampla divulgação do orçamento público, efetiva transparência nas rubricas orçamentárias e o estabelecimento de ações de controle e articulação entre os órgãos responsáveis.

18.12. Criar e implantar avaliação institucional com a participação efetiva da comunidade escolar incorporando os resultados no Projeto Político Pedagógico e Plano de Gestão.

18.13. Utilizar, amplamente, os veículos de comunicação de massa objetivando a participação da sociedade na definição das prioridades educacionais e na divulgação das experiências de participação, em âmbito municipal e regional.

**META 19:** Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto (PIB) do Município no 5º (quinto) ano de vigência deste Plano e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

#### ESTRATÉGIAS

19.1. Garantir fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todas as etapas e modalidades da educação básica, observando-se as políticas de colaboração entre os entes federados, em especial as decorrentes do Art. 60, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e do § 1º, do Art. 75, da Lei nº 9.394/1996, que tratam da capacidade de atendimento e do esforço fiscal de cada ente federado, com vistas a

atender suas demandas educacionais à luz do padrão de qualidade nacional.

19.2. Cooperar, com a União, no aperfeiçoamento e ampliação dos mecanismos de acompanhamento da arrecadação da contribuição social do salário-educação.

19.3. Aplicar, na forma da lei, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural e outros recursos, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no Inciso VI, do caput do Art. 214, da Constituição Federal.

19.4. Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem, conforme a legislação em vigor, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação.

19.5. Desenvolver, com apoio da Secretaria de Orçamento e Contabilidade do município, estudos e acompanhamento regular dos investimentos e custos por estudante da educação, em todos os níveis, etapas e modalidades.

19.6. Adotar o Custo Aluno Qualidade (CAQ) como indicador prioritário para o financiamento de todas as etapas e modalidades da educação básica.

19.7. Promover a adequação da legislação municipal regulamentando o art. 14 e o art. 104 da Lei Orgânica Municipal, em conformidade com o estabelecido no parágrafo único do art. 23 e no art. 211 da Constituição Federal e no § 4, do Art. 164, da Constituição Estadual, no prazo de 2 (dois) anos, de forma a estabelecer as normas de cooperação entre a União, o Estado e o Município, em matéria educacional, e a articulação dos sistemas de educação em regime de colaboração, com o equilíbrio na repartição

das responsabilidades e dos recursos e efetivo cumprimento das funções redistributiva e supletiva da União no combate às desigualdades educacionais regionais.

19.8. Acompanhar a elaboração da Lei de Responsabilidade Educacional, a ser amplamente discutida com os diversos setores da sociedade, com os gestores da educação e com a comunidade educacional, sendo agente de implementação.

19.9. Apoiar e defender a prorrogação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, com aperfeiçoamento que aprofundem o regime de colaboração e a participação financeira da União para garantir equalização



de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino, nos termos do Art. 211, da Constituição Federal.

19.10. Definir critérios para distribuição dos recursos adicionais dirigidos à educação ao longo do decênio, que considerem a equalização das oportunidades educacionais, a vulnerabilidade socioeconômica e o compromisso técnico e de gestão do sistema de ensino, a serem pactuados na instância prevista no Art. 7º, da Lei nº 13.005/2014.

19.11. Buscar, junto à União e ao Estado, a complementação de recursos financeiros, se, comprovadamente, o município não atingir o valor do Custo Aluno Qualidade inicial (CAQi) e, posteriormente, do CAQ.

19.12. Estabelecer, garantir e efetivar a articulação entre as metas deste Plano e demais instrumentos orçamentários, PPA, LDO e LOA, em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.

19.13. Garantir, com o apoio da União e do Estado, a aplicação dos recursos financeiros que devem ser destinados à melhoria da qualidade e gratuidade do ensino, na formação e valorização do magistério, na organização escolar, prioritariamente, em escolas públicas.

19.14. Garantir, com o apoio da União e do Estado, aplicação dos recursos destinados à manutenção, reforma e construção de escolas públicas com infraestrutura adequada às etapas e modalidades de ensino, assegurados os padrões mínimos de acessibilidade.

Comissão Coordenadora para a Elaboração do Plano Municipal de Educação.

Garopaba, 18 de junho de 2015

# Gaspar

## PREFEITURA

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº105/2015**

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 105/2015

OBJETO: Registro de Preços de Gêneros Alimentícios para o Município de Gaspar. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 9h do dia 15/07/2015. ABERTURA: às 9h30min. Íntegra do Edital está disponível no Depto. de Compras, Rua Cel. Aristiliano Ramos, 435, Centro ou no site [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

Gaspar(SC), 24/06/2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº149/2015**

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 149/2015

OBJETO: Registro de Preços para futuras aquisições de caixas de concreto montáveis para jazigos (cabeceiras, laterais e tampas) - Repetição. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 13h30min do dia 07/07/2015, no Depto. de Compras, Rua Cel. Aristiliano Ramos, nº 435, Centro. ABERTURA: às 13h45min. do mesmo dia. Íntegra do Edital disponível no site [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br).

Gaspar (SC), 24/06/2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº153/2015**

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 153/2015

OBJETO: Registro de Preços para eventuais e futuras aquisições de piso vinílico para colocação em CDIs da Rede Municipal de Ensino do Município de Gaspar. DATA DE ENTREGA ENVELOPES: até 09h do dia 08/07/2015; LOCAL: Departamento de Compras, Rua Cel. Aristiliano Ramos, 435, Centro – Gaspar/SC. ABERTURA: às 9h30min. do mesmo dia A íntegra do Edital está disponível no site [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br), ou no Departamento de Compras para Consulta.

Gaspar (SC), 24 de junho de 2015

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

# Governador Celso Ramos

## PREFEITURA

### **AVISO DE SUSPENSÃO PREGÃO 30/2015**

#### AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE SUSPENDEU A LICITAÇÃO ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 030/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA EM ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA NO DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DOS PROJETOS ESPECIFICADOS NO ANEXO I DO EDITAL.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 25/06/2015 até às 14h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 25/06/2015 às 14h30min.

DEVIDO A INÚMERAS IMPUGNAÇÕES O EDITAL FOI SUSPENSO PARA ANÁLISE DAS MESMAS.

Demais informações no Setor de Licitações ou pelo e-mail: [licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com](mailto:licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com).

Governador Celso Ramos, 24 de Junho de 2015.

Mariana de Souza Fernandes

PREGOEIRA

### **AVISO DE SUSPENSÃO TOMADA DE PREÇOS 04/2015**

#### AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE FARÁ SUSPENDEU A LICITAÇÃO ABAIXO:

Tomada de Preços 004/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA OS SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO, EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE PLANO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREA DEGRADADA (PRAD) NA LOCALIDADE DO BAIRRO DA CAMBOA PARA CUMPRIMENTO DE SENTENÇA RESULTANTE DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 5011189-49.2012.404.7200/SC.

O EDITAL FOI SUSPENSO PARA READEQUAÇÃO.

Demais Informações no Setor de Licitações ou pelo e-mail: [licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com](mailto:licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com).

Governador Celso Ramos, 24 de Junho de 2015.

Mariana de Souza Fernandes

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

# Guaraciaba

## PREFEITURA

### EXTRATO ADITIVO 01.2015 CONTRATO 45.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : Ad 01/2015 - Contrato Nº: 45/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

Contratada...: CONSTRUTORA E INCORPORADORA K R LTDA - EPP

Valor ..... : 537,50 (quinhentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos)

Vigência ..... : Início: 24/06/2015 Término: 31/12/2015

Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 3/2015

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUE FORNEÇA MÃO DE OBRA PARA COLOCAÇÃO DE 25 M² DE PAVER(COMO MEIO FIO DE CONCRETO) NA CRECHE MUNICIPAL PROFESSOR ALDINO FETTER.

### EXTRATO CONTRATO 51.2015 PMGBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 51/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

Contratada...: CONSORCIO DE INFORMATICA NA GESTAO PUBLICA MUNICIP

Valor ..... : 5.130,00 (cinco mil cento e trinta reais)

Vigência ..... : Início: 24/06/2015 Término: 31/12/2015

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA APROVADO PELO CIGA ENVOLVENDO O REGIM E O SIMPLES NACIONAL CONFORME LEI MUNICIPAL 2.818/2015.

Contratada...: CONSORCIO DE INFORMATICA NA GESTAO PUBLICA

Vigência ..... : Início: 24/06/2015 Término: 31/12/2015

Recursos ..... : Dotação:

### MINUTA EDITAL DE PREGÃO 12.15 AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC,/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº12/2015.

O Município de Guaraciaba, através do Fundo Municipal de Assistência Social, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 15/15, Edital de Pregão Presencial Nº 12/15. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para Aquisição de Cestas básica nos termos da Lei municipal 2.535/2013; recebimento de propostas até às 11:00 horas do dia 07/07/15; a abertura do Edital será às 11:00 horas do dia 07/07/15, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademir de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site [www.guaraciaba.sc.gov.br](http://www.guaraciaba.sc.gov.br)

Guaraciaba em 24 de junho de 2015.

IDIONE FABBI KROTH,

Ordenadora do FMAS

# Guarujá do Sul

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO E TERMO ADITIVO - PREF 63 E 64 / TA 03 E TA 01

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 63/2015.

PROCESSO LICITATORIO Nº. 38/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 21/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: INGA VEICULOS LTDA

OBJETO: Aquisição de Caminhão e Caçamba para ser utilizada pela Secretaria Municipal de Agricultura, em execução ao Contrato de Repasse nº. 804809/2014 ( Processo nº. 2623.1019103-50/2014 ) – Ministério do Desenvolvimento Agrário ( MDA ), Caixa Econômica Federal e o município de Guarujá do Sul ( CAMINHÃO MARCA MERCEDES BEM MODELO ATEGO 1726 )

VALOR: R\$ 168.000,00

VIGENCIA: 31/12/2015

Guarujá do Sul, SC, 24 de junho de 2015..

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 64/2015.

PROCESSO LICITATORIO Nº. 38/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 21/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: CARGAOESTE IMPLEMENTOS RODOVIARIOS LTDA ME

OBJETO: Aquisição de Caminhão e Caçamba para ser utilizada pela Secretaria Municipal de Agricultura, em execução ao Contrato de Repasse nº. 804809/2014 ( Processo nº. 2623.1019103-50/2014 ) – Ministério do Desenvolvimento Agrário ( MDA ), Caixa Econômica Federal e o município de Guarujá do Sul ( CAÇAMBA MARCA LIBRELATO )

VALOR: R\$ 30.807,00

VIGENCIA: 31/12/2015

Guarujá do Sul, SC, 24 de junho de 2015..

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº. 73/2014

PROCESSO LICITATORIO Nº. 47/2014 – TOMADA DE PREÇO Nº. 03/2014

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: MACOENGE LTDA

OBJETO: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato, constante na Clausula Nona do até 31 de agosto de 2015.

Guarujá do Sul, SC, 20 de maio de 2015.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TERCEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº. 85/2014

PROCESSO LICITATORIO Nº. 64/2014 – TOMADA DE PREÇO Nº. 10/2014

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: GAIA RODOVIAS LTDA

OBJETO: Fica prorrogado o prazo de execução constante na Clausula Primeira do Primeiro Termo Aditivo para mais 90 ( noventa ) dias consecutivos, com início em 10 de junho de 2015 e término em 06 de setembro de 2015.

Guarujá do Sul, SC, 08 de junho de 2015.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal



# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### LEI Nº 3103/2015

Lei nº 3103/2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR

NO VALOR DE R\$ 3.240.000,00 (Três milhões duzentos e quarenta mil reais)

Nelson Guindani, PREFEITO MUNICIPAL de HERVAL DOESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

Lei

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar com as seguintes classificações, no orçamento do exercício de 2.015:

0400	PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO					
0401	PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO					
0401.041220003-2007	Pagamento de precatório movido contra a municipalidade					
33900000	0100	013	Outras Despesas Correntes	R\$	200.000,00	
0600	SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES					
0602	DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL					
0602.123670015-2034	Repasse Financeiro a Entidades de Educação Especial					
33500000	0100	112	Transferência a Instituições Privadas sem fins Lucrativos	R\$	40.000,00	
0800	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS					
0802	DEPARTAMENTO DE URBANISMO E SERVIÇOS PUBLICOS					
0802.175120026-1040	Expansão da rede de esgoto pluvial e sanitário					
44900000	0124	206	Investimentos	R\$	3.000.000.00	

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular as seguintes contas do orçamento vigente, para abertura do crédito suplementar do artigo 1º desta lei

0600	SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES					
0604	DEPARTAMENTO DE ESPORTES					
0604.278120018-1017	Aquisição de Imóvel, conservação, construção e Reforma de Ginásio de Esportes					
44900000	0100	135	Investimentos	R\$	240.000,00	
0800	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS					
0802	DEPARTAMENTO DE URBANISMO E SERVIÇOS PUBLICOS					
0802.154510023-1034	Construção da 4ª Ponte e/ou anel viário e/ou obras estruturantes de mobilidade urbana.					
44900000	0124	186	Investimentos	R\$	3.000.000,00	

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d' Oeste.SC, 24 de junho de 2015.

NELSON GUINDANI

Prefeito MUNICIPAL

JUSTIFICATIVA AO

PROJETO DE LEI nº 020/2015 de 17 de junho de 2015

O Projeto de Lei nº 020/15 de 17 de junho de 2015 foi elaborado para que o executivo possa manter suas atividades que não serão possíveis de executar com as dotações fixadas na ocasião do Orçamento Anual.

Os recursos para o Crédito terão origem dentro da Despesa Fixada e já autorizada para 2015. Serão utilizados recursos para complementação de dotações orçamentárias para repasse para a APAE, continuidade de convênios para saneamento básico e pagamento de precatórios. Pedimos que o projeto seja analisado com urgência para que possamos licitar as despesas com tempo de prestar conta dentro do prazo. Contamos com a colaboração deste Poder para dar andamento em nossas atividades.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos.

NELSON GUINDANI  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 744/2015**

PORTARIA Nº 744/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Conceder Progressão Funcional, ao Servidor JAIR FRANCISCO ANTUNES (Matr. 508), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, 40 horas semanais, do Nível/Referência – 3/H, para o Nível/Referência – 3/I, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao mês de junho de 2015, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 24 de Junho de 2015.  
Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 745/2015**

PORTARIA Nº 745/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Conceder Progressão Funcional, ao Servidor CLEIMAR PIOVESAN (Matr. 11), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Engenheiro Civil, 40 horas semanais, do Nível/Referência – 12/3/O, para o Nível/Referência – 12/3/P, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao mês de junho de 2015, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 24 de Junho de 2015.  
Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 746/2015**

PORTARIA Nº 746/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Conceder Progressão Funcional, ao Servidor ELTON VOLNEI MASCARELLO (Matr. 2785), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Motorista, 40 horas semanais, do Nível/Referência – 7/B, para o Nível/Referência – 7/C, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao mês de junho de 2015, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 24 de Junho de 2015.  
Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 747/2015**

PORTARIA Nº 747/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Conceder Progressão Funcional, ao Servidor IGOR FONTANA DARRONCO (Matr. 2786), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Odontólogo, 40 horas semanais, do Nível/Referência – 13/1/B, para o Nível/Referência – 13/1/C, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao mês de junho de 2015, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 24 de Junho de 2015.  
Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 748/2015**

PORTARIA Nº 748/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Conceder Progressão Funcional, à Servidora IDAMARA DE MELO (Matr. 2781), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Odontólogo, 40 horas semanais, do Nível/Referência – 13/1/B, para o Nível/Referência – 13/1/C, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao mês de junho de 2015, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 24 de Junho de 2015.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 749/2015**

PORTARIA Nº 749/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, à Servidora ANGELA MARIA FIN-GER (Matr. 2777), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, 40 horas semanais, do Nível/Referência – 8/B, para o Nível/Referência – 8/C, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao mês de junho de 2015, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 24 de Junho de 2015.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 750/2015**

PORTARIA Nº 750/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, à Servidora DANIELY CRISTINA RATTI (Matr. 2779), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, 40 horas semanais, do Nível/Referência – 8/B, para o Nível/Referência – 8/C, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao mês de junho de 2015, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 24 de Junho de 2015.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 751/2015**

PORTARIA Nº 751/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, à Servidora IVANI SIQUEIRA SCHUVAIZERSKI (Matr. 2789), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, 40 horas semanais, do Nível/Referência – 8/B, para o Nível/Referência – 8/C, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao mês de junho de 2015, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 24 de Junho de 2015.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 752/2015**

PORTARIA Nº 752/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, à Servidora JOCELI ANTUNES DA SILVA PALAVECHINI (Matr. 2780), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Saúde Bucal, 40 horas semanais, do Nível/Referência – 8/B, para o Nível/Referência – 8/C, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao mês de junho de 2015, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 24 de Junho de 2015.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 753/2015**

PORTARIA Nº 753/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, à Servidora FABIANA FABRIN POZZA (Matr. 2791), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Saúde Bucal, 40 horas semanais, do Nível/Referência – 8/B, para o Nível/Referência – 8/C, Anexo V da LC Nº 280/2011,

referente ao mês de junho de 2015, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 24 de Junho de 2015.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 754/2015**

PORTARIA Nº 754/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, à Servidora KÁTIA FÁTIMA GIANCOMELLI HACK (Matr. 1392), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Procuradora, 40 horas semanais, do Nível/Referência – 12/1/E, para o Nível/Referência – 12/1/F, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao mês de junho de 2015, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 24 de Junho de 2015.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 755/2015**

PORTARIA Nº 755/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, à Servidora BETINA CECONELLO (Matr. 391), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Saúde Bucal, 20 horas semanais, do Nível/Referência – 13/1/H, para o Nível/Referência – 13/1/I, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao mês de junho de 2015, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 24 de Junho de 2015.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 756/2015**

PORTARIA Nº 756/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DISPENSAR, a pedido conforme requerimento anexo, a Servidora LEILA TREVISOL (Matr. 4078), a contar de 24 de junho de 2015, a qual exerce a função de Professor, Nível – 1 - Referência "A", 20 horas semanais, anexo XI da LC Nº. 316/2013, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 313/2013. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 24 de Junho de 2015.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 757/2015**

PORTARIA Nº 757/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 36 (trinta e seis) dias de Licença Prêmio, à servidora PATRÍCIA DE SORDI (Matr. 2563), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível – 6, Referência "E", Anexo XI da LC Nº. 316/2013, 20 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2011 a 18 de agosto de 2014, para serem gozadas a contar de 24 de junho de 2015 a 29 de julho de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 24 de Junho de 2015.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 758/2015**

PORTARIA Nº 758/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a contar de 16 de junho de 2015, por tempo indeterminado, com fulcro nos artigos 111 a 115, da Lei Complementar Nº 281/2011, ao Servidor SEBASTIÃO PEREIRA (Matr. 454), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível/Referência – 3/G, Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme determina a Legislação Específica do Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 24 de Junho de 2015.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 759/2015**

PORTARIA Nº 759/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento, à Servidora NILCE BORTOLUZZI (Matr. 2560), nascida aos 29/04/1966, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 6/E, anexo XI, com regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, para o Nível/Referência – 7/A, anexo XI, a partir de 24 de junho de 2015, de conformidade com os artigos 25, 26 e 27 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 24 de Junho de 2015.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 760/2015**

PORTARIA Nº 760/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CESSAR OS EFEITOS da Portaria 1462/2014, a qual designava o Servidor CLEIMAR PIOVESAN, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Engenheiro Civil, Nível – 12/3, Referência "P", Anexo V da LC Nº 280/2014, 40 horas semanais, para responder interinamente como Diretor de Transportes e Obras, Nível – DAS-1, sem ônus para o erário público municipal.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 24 de Junho de 2015.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal



# Ibiam

## PREFEITURA

### LEI Nº 574/2015

LEI Nº 574 DE 24 DE JUNHO DE 2015.

“INSTITUIU PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IBIAM”

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito do Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 88, Inciso I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovado e instituído o Plano Municipal de Educação – PME, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo, parte integrante desta lei, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 8º da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014.

Art. 2º São diretrizes do PME:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV - melhoria da qualidade da educação;
- V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
- VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX - valorização dos (as) profissionais da educação;
- X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º As metas e estratégias contidas no Anexo desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4º As metas e estratégias previstas no Anexo desta Lei estão referenciadas no Diagnóstico elaborado pela Equipe Técnica (Comissão Executiva do PME) com base nos dados divulgados por Órgãos Oficiais e demais levantamentos realizados pela Secretaria Municipal de Educação e Unidade Escolares e, compondo o mesmo documento.

Art. 5º A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas realizadas pelas seguintes instâncias:

- I - Secretaria Municipal de Educação;
- II - Comissão de Educação, Saúde e Ação Social;
- III - Conselho Municipal de Educação – COMED;
- IV - Fórum Municipal de Educação;

§ 1º Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:

- I - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;
- II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;
- III - analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§ 2º Ao longo do período de vigência deste PME, observar-se-ão os resultados dos estudos publicados a cada 2 (dois) anos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas.

§ 3º A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência do PME e poderá ser ampliada por meio de lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

§ 4º O investimento público em educação a que se refere a meta 20 do Anexo desta Lei engloba os recursos aplicados na forma do art. 212 da Constituição Federal, do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como do art. 213 da Constituição Federal.

§ 5º Será destinada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, além de outros recursos previstos em lei, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e de gás natural, na forma de lei específica, com a finalidade de assegurar o cumprimento da meta prevista no inciso VI do art. 214 da Constituição Federal.

Art. 6º O Município promoverá a realização de pelo menos 2 (duas) conferências municipais de educação até o final do decênio, precedidas de amplo debate e coordenadas pelo Fórum Municipal de Educação.

§ 1º O Fórum Municipal de Educação, além da atribuição referida no caput:

I - acompanhará a execução do PME e o cumprimento de suas metas;

II - promoverá a articulação da conferência municipal com as conferências estadual e nacional de educação.

§ 2º As conferências municipais de educação realizar-se-ão com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução do Plano Nacional de Educação – PNE, do Plano Estadual de Educação – PEE, bem como deste Plano Municipal e subsidiar a elaboração dos planos de educação para o decênio subsequente.

Art. 7º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano, na forma da lei.

§ 1º Caberá aos gestores federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PME.

§ 2º As estratégias definidas no Anexodesta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

§ 3º O sistema de ensino municipal criará mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas do PME.

§ 4º Haverá regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios étnico-educacionais e a utilização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada a consulta prévia e informada a essa comunidade.

§ 5º O fortalecimento do regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município incluirá a instituição de instâncias permanentes de negociação, cooperação e pactuação.

§ 6º O fortalecimento do regime de colaboração entre os Municípios dar-se-á, inclusive, mediante a adoção de arranjos de desenvolvimento da educação.

Art. 8º O Município, no prazo de 2 (dois) anos contados da publicação da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, deverá adequar a legislação local, disciplinando a gestão democrática da educação pública em conformidade com o disposto na referida Lei, bem como neste PME.

Art. 9º O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 10. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

Art. 11. Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PME, o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo de Ibiã, 24 de Junho de 2015.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicação e Registro:

LAÉLCIO ANTONIO GASANIGA  
SEC. MUNICIPAL ADM. E FAZENDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
2015-2024

IBIAM - SC  
JUNHO 2015

PREFEITO MUNICIPAL  
CLÓVIS JOSÉ BUSATTO

VICE – PREFEITO  
GILMAR FONTANA

PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES  
Eliaz Gregório Giusti

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
LUCIANA MACEDO TREVISOL BALEN

COMISSÃO EXECUTIVA REVISORA DO PME (ANEXO)

## FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME (ANEXO)

## CONSULTORIA

## SUMÁRIO

1. HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IBIAM .....	03
2. APRESENTAÇÃO .....	05
3. EIXO I – UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA .....	
· Diagnóstico .....	06
· Universalização da Educação Infantil .....	08
· Universalização do Ensino Fundamental .....	11
· Universalização do Ensino Médio .....	14
· Educação Inclusiva .....	16
4. EIXO II – QUALIDADE DA EDUCAÇÃO .....	
· Diagnóstico .....	19
· Ciclo de Alfabetização .....	21
· Educação em Tempo Integral .....	23
· Qualidade da Educação Básica .....	25
· Escolaridade Média da População Adulta .....	31
· Taxa de Analfabetismo .....	33
5. EIXO III – FORMAÇÃO HUMANÍSTICA, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DO MUNICÍPIO .....	
· Diagnóstico .....	35
6. EIXO IV – VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO .....	
· Diagnóstico .....	38
· Qualificação dos Profissionais da Educação .....	40
· Equiparação Salarial aos demais Profissionais com Escolaridade Equivalente .....	44
· Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério .....	46
7. EIXO V – GESTÃO E FINANCIAMENTO .....	
· Gestão Democrática .....	47
· Financiamento da Educação .....	49
8. ANEXOS .....	
· Listagem de Siglas e Acrônimos .....	53
· Lista de Tabelas, Quadros e Gráficos .....	55
· Decreto de Instituição do FME .....	56
· Portaria de nomeação da Comissão Executiva do PME .....	60
· Portaria de nomeação dos Membros do FME .....	61
9. FONTES DE INFORMAÇÕES E CONSULTAS .....	64

## HISTÓRICO EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DE IBIAM

Ibiam, quando ainda era Distrito do município de Tangará, já contava no setor educacional com uma Escola Básica localizada na sede do distrito e dez Escolas Multisseriadas, localizadas nas diversas comunidades. Sendo que destas escolas sete eram mantidas pelo governo do Estado de Santa Catarina e três mantidas pelo município de Tangará. As escolas estaduais estavam situadas nas comunidades de Cerro Azul (02), São Pascoal, São Sebastião, Linha Nova, Linha União e Santo Alécio e a Escola Básica na sede do então distrito. As escolas municipais estavam localizadas nas comunidades de Linha Trevisol, Linha Gaúcha e Linha Nossa Senhora de Fátima.

Hoje a educação do município de Ibiam está estruturada por meio de três unidades escolares, sendo: a Escola de Educação Básica Estadual "Heriberto Hülse", Centro Educacional "Eliziane Titon" e Centro Municipal de Educação Infantil "José Atílio Grassi".

Após a emancipação do município de Ibiam em 1997, as escolas multisseriadas continuaram com suas atividades normais durante o corrente ano letivo e a partir do ano seguinte (1998), foram nucleadas na sede municipal. Tal medida foi adotada para proporcionar melhores condições de trabalho aos professores, um ensino de melhor qualidade aos educandos e otimização dos recursos financeiros, sendo necessária a readequação da logística do transporte escolar.

A Escola Municipal Centro Educacional de Ibiam foi criada pelo Decreto nº 074/98 de 21 de janeiro de 1998, a qual está situada no centro da cidade, na Rua Senador Wilson Kleinubing e inaugurada em 20 de julho de 1999 pelo Prefeito Municipal Martin Fontana, Secretária da Educação Fátima Fontana Gonzatto e demais autoridades. A escola iniciou suas atividades atendendo 76 alunos distribuídos na Educação infantil (Pré-escolar) e Ensino Fundamental de 1ª à 4ª Série.

A unidade escolar passou por ampliações diversas e em 2004 foi contemplada com a construção de ginásio de esportes, objetivando atender a demanda das atividades dos educandos e da comunidade.

Em 08 de outubro de 2003 a denominação da escola foi alterada pelo projeto de Lei nº 0239/03, para Centro Educacional "Eliziane Titon", em homenagem a uma adolescente, que residia no Município. Atualmente o Centro Educacional "Eliziane Titon" atende alunos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e conta atualmente com 126 alunos.

Com recursos do governo federal, oriundos do Programa Proinfância, o município foi contemplado com uma escola de Educação Infantil

(Tipo "C") para atendimento de crianças de creche e pré-escola.

A escola de Educação Infantil foi denominada Centro Municipal de Educação Infantil José Atílio Grassi, pela Lei nº. 514 de 12 de dezembro de 2012 e entrou em operacionalização no ano letivo de 2014. Atualmente são atendidas 50 crianças em turno integral e 40 em turno parcial.

#### Histórico da Escola de Educação Básica Heriberto Hülse

A Escola de Educação Básica Heriberto Hülse, foi criada em 1950 e chamava-se "Escola Reunida Machado Cubas", sendo mais tarde construída uma nova sede para a escola, a qual foi inaugurada em 20 de janeiro de 1961, no governo de Heriberto Hülse, motivo da troca de sua denominação. Localiza-se na Rua Orestes Filippi, número 60, no município de Ibiam e Estado de Santa Catarina.

Como um marco de destaque, a escola conta com uma privilegiada área verde, cercada de belas árvores, toda gramada. Espaço utilizado pelos alunos para recreação (brincadeiras e jogos).

No início a escola atendia apenas a alunos de 1ª e 4ª Série do Ensino Fundamental. Com a inauguração da nova sede e denominação de "Grupo Escolar EEB Heriberto Hülse", a escola passou a atender também de 5ª a 8ª Série do Ensino Fundamental. Em 1998 o atendimento se estendeu ao Ensino Médio. Atualmente a Escola de Educação Básica Heriberto Hülse, atende aos Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

#### APRESENTAÇÃO

A elaboração deste Plano Municipal de Educação além de ser exigência do novo PNE - Plano Nacional de Educação é uma oportunidade para subsidiar/comprometer gestores do município em consonância com as esferas Estadual e Federal. O envolvimento dos representantes de todas as entidades municipais na elaboração de políticas cabíveis e possíveis, discutidas coletivamente, que visem à educação como instrumento de cidadania e que seja garantida e ofertada às crianças, jovens e adultos, gera um compartilhamento de compromissos socialmente assumidos.

Para que haja melhor qualidade na educação é importante que se definam objetivos e se estabeleçam metas a curto, médio e longo prazo. Cientes das responsabilidades e das condições financeiras enfrentadas atualmente pelo município, reconhecemos que o desafio é muito grande para promover as melhorias indispensáveis em prol de uma educação de melhor qualidade, porém sempre há estratégias possíveis de serem implementadas em prol da melhoria contínua do ensino e da aprendizagem.

Uma educação de qualidade abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino, na cultura. Cada cidadão que se preocupa com o bem do seu município tem a tarefa de colocar a educação como princípio básico.

A trajetória para elaboração do Plano Municipal de Educação de Ibiam teve início por meio da Portaria nº 038 de 23 de fevereiro de 2015, a qual nomeou os membros da Comissão Executiva do PME. Esta comissão realizou vários encontros de estudo para realizar o diagnóstico municipal e alinhar as metas e estratégias em consonância com o Plano Nacional e Estadual de Educação.

O Decreto nº 2.764 de 05 de março de 2015, institui o Fórum Municipal de Educação - FME, que tem a finalidade de promover e realizar com colaboração da Comissão Executiva o Fórum Municipal de Educação. Sendo assim, através da Portaria nº 070 de 06 de abril de 2015, foram nomeados os representantes de classes e demais representatividades do município para comporem o Fórum Municipal de Educação. Representantes do FME foram convocados e informados quanto à construção e elaboração do PME e incumbidos de repassar a cada entidade as informações e coleta de sugestões para a Conferência Municipal do Plano Municipal de Educação (Audiência Pública).

A Conferência Municipal de Educação foi realizada no dia 14 de maio de 2015, onde foram apresentadas as Metas e diagnóstico da educação do município de Ibiam, bem como formado grupos de estudo para análise, avaliação e coleta de sugestões das 20 metas e suas respectivas estratégias para o decênio 2015-2024.

#### EIXO I – UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

#### DIAGNÓSTICO

O atendimento da demanda da Educação Básica no município de Ibiam é realizado por meio de três unidades escolares urbanas, sendo duas da Rede Municipal e uma da Rede Estadual, cujas matrículas iniciais para o Ano Letivo de 2015, por modalidade de ensino estão dispostas na tabela a seguir:

Tabela 01: Matrícula inicial da Educação Básica do município de Ibiam - 2015

Unidades Escolar	Rede	Creche	Pré-E	AI	AF	EM	Total	% Rede
EEB Heriberto Hülse	Estadual	-	-	-	123	76	199	48
Centro Educacional Eliziane Titon	Municipal	-	-	127	-	-	127	52
CEI Municipal José Atílio Grassi	Municipal	50	38	-	-	-	88	
TOTAL		50	38	127	123	76	414	100

Fonte: Unidades escolares/SEMED

Fica evidenciado, a partir do atendimento das matrículas em 2015, que o papel entre a Rede Municipal e Estadual de Ensino está bem definido, onde o município assumiu até o 5º Ano do Ensino Fundamental e o Estado responde pelos Anos Finais e Ensino Médio. Sendo assim, na Educação Básica, o Estado é responsável por 48% da demanda atendida enquanto que o Município atende 52%.

O município de Ibiam, emancipado em 1995, tem uma população estimada de 1.971 habitantes (IBGE 2014) e 146,7 km² de área territorial, com predominância da população na área rural (64,3% rural e 35,7% urbana), concentrando as matrículas na área urbana, o que exige um esforço muito grande, tanto na logística quanto em valores financeiros para realizar o transporte escolar de seus alunos. Segundo dados do cadastro do PNATE, em 2014 foram transportados 228 alunos (90 da rede municipal e 138 da rede estadual), por meio de 09 trechos/trajetos (03 próprios e 06 terceirizados), com a utilização de 09 veículos (03 próprios e 06 terceirizados).

Atualmente o transporte escolar conta com a seguinte frota ativa:

- Próprios (03 ônibus);
- Terceirizados (02 ônibus e 04 kombis).

Com base nos dados do Educacenso, no ano de 2000, logo após ter efetivamente iniciado as retenção do Fundef (atual Fundeb), o município apresentava uma matrícula de 397 alunos no Ensino Fundamental, 39% na rede municipal e 61% na rede estadual. Se compararmos com as matrículas do Ensino Fundamental em 2015, que correspondem a 250 alunos, sendo 51% na rede municipal e 49% na rede estadual, constata-se uma tendência à municipalização destas matrículas e uma redução significativa no quantitativo de alunos, ou seja, atende-se atualmente pouco menos de 2/3 do quantitativo de matrículas que havia em 2000. Vários fatores podem ter contribuído para esta redução no quantitativo de alunos, porém a mais significativa é a redução do número de filhos por família. Os gráficos a seguir, da Pirâmide Etária da população de Ibiã divulgados pelo IBGE, relativos aos censos de 2000 e 2010 comprovam as constatações acima:

Gráficos 01 e 02: Pirâmide Etária -Ibiã em 2000 e 2010

#### UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

O município de Ibiã atende a demanda da Educação Infantil nas dependências da nova Creche, inaugurada em 2012, construída com recursos do Programa Proinfância e posta em operacionalização em 2014.

Tabela 02: Atendimento da demanda na Educação Infantil 2015

Educação Infantil								
Creche (>3 meses a 3 anos)	Pré-escola (4 a 6 anos após 31/03)	Total (>3 m. a 6 a. após 31/03)						
Pop.	Matr.	%	Pop.	Matr.	%	Pop.	Matr.	%
80	50	62,5	66	38	57,6	146	88	60,3

Fonte: Siab/DataSus e Unidades Escolares/SEMED

Com base nos dados da tabela 02, o município de Ibiã atende 62,5% da população estimada para a faixa etária de creche, 57,6% da Pré-escola e 60,3% do total da Educação Infantil. Para atender a Meta 1 de universalizar o atendimento até 2016 da população de 4 a 5 anos e dos 6 anos após a data corte de 31/03, o município deverá empreender esforços significativos para localizar, atender e ajustar toda a logística de transporte e espaço físico para a demanda que os números apontam que ainda não está sendo atendida, pois nesta faixa etária não há limitação de vagas para a demanda que se apresenta. A busca ativa pelas crianças de 4 e 5 anos, especialmente na área rural, será primordial para se atingir a universalização pretendida. Vale ressaltar que o município ainda não realiza com efetividade a data corte em 31/03 para o ingresso de alunos no 1º Ano de Ensino fundamental, razão pela qual, muitas matrículas de crianças desta faixa etária não estão sendo contabilizadas na pré-escola.

Quanto ao atendimento em creche, pelo fato das estatísticas apontarem que a meta nacional de 50% para 2024 está próxima de ser alcançada, o município optou por ampliar a meta de atendimento para 70% até o final da vigência deste PME.

EIXO I – UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA – Meta 1 e Estratégias de Implementação			
Meta 1: Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 6 anos de idade (após a data corte) e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 70% das crianças de até 3 anos até o final da vigência deste PME.			
ESTRATÉGIAS	ATRIBUIÇÃO	PRAZO/ PERIODICIDADE	RECURSOS
1.1) Encontrar meios que permitam uma melhor acomodação da demanda atendida na Educação Infantil, principalmente o pré-escolar, para melhor aproveitamento de espaços, logística e qualidade do atendimento.	SEMED e UEs	Anual	Próprios e Conveniados
1.2) Maior controle e acompanhamento do Educacenso, visando recursos diretos (Fundeb, Salário Educação, Pnate, Pnae, PDDE e outros) e atendimento de demandas vinculadas.	SEMED e UEs	Anual	Próprios
1.3) Prover o quadro de pessoal da Educação Infantil, de modo a atender a demanda de matrículas, dentro dos padrões de qualidade exigidos para este nível de escolaridade.	Poder Executivo, SEMED, COMED e UEs	2015/2016	Próprios
1.4) Aprovar o novo Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, com o objetivo de contratação de mão de obra na Educação Infantil através de concurso público e/ou processo seletivo.	Poder Executivo, Legislativo, SEMED e COMED	2015/2016	Próprios
1.5) Realizar, periodicamente, em regime de colaboração com a SMSAS e agentes de saúde, levantamento da demanda por creche para a população de até 3 anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta.	UEs, SEMED, SMSAS e Agentes de Saúde	Anual	Próprios



1.6) Manter e ampliar, em regime de colaboração e respeitadas às normas de acessibilidade, programa nacional de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil.	FNDE, Estado e SEMED	2015/2024	FNDE, Estado e Próprios
1.7) Usufruir dos resultados da avaliação da educação infantil, a ser realizada a cada 2 anos pelo MEC, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes.	MEC, SEMED e UEs	2015/2024	Conveniados e Próprios
1.8) Promover a formação inicial e continuada dos profissionais da educação infantil, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior.	SEMED, UEs e MEC	2015/2024	Próprios e Conveniados
1.9) Usufruir de forma articulada entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento da população de 0 a 5 anos.	SEMED e UEs	2015/2024	Conveniados e Próprios
1.10) Melhorar as condições de segurança e qualidade do transporte escolar municipal, no atendimento da Educação Infantil, principalmente de 4 a 5 anos.	SEMED e COMED	Anual	Próprios e Conveniados
1.11) Oferecer o Atendimento Educacional Especializado-AEE, na Educação Infantil, de acordo com a demanda apresentada.	FNDE, SEMED e UEs	Anual	FNDE e Próprios
1.12) Implementar, em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 3 anos de idade.	UEs, SMSAS, CRAS e Conselho Tutelar	Anual	Próprios e Conveniados
1.13) Preservar as especificidades da educação infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 0 a 5 anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do aluno de 6 anos de idade no ensino fundamental.	SEMED e UEs	Anual	Próprios e Conveniados
1.14) Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância.	UEs, Conselho Tutelar, CRAS e SMSAS	Anual	Próprios e Conveniados
1.15) Promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à educação infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 anos.	SEMED, UEs, Conselho Tutelar, CRAS e SMSAS	Anual	Próprios e Conveniados
1.16) Viabilizar o acesso à educação infantil em tempo integral, de acordo com as condições físico-financeiras, para todas as crianças de 0 a 6 anos (data corte), conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.	SEMED, COMED e UEs	2015/2024	Conveniados e Próprios

#### UNIVERSALIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Os dados levantados em relação ao atendimento no ensino fundamental, no ano letivo de 2015 (tabela 03), apresenta taxa bruta de atendimento de 122,5%, o qual considera as matrículas totais, incluindo alunos que possam estar fora da faixa etária dos 6 aos 14 anos.

Tabela 03: Atendimento da demanda no Ensino Fundamental 2015

Ensino Fundamental (6 anos até data corte de 31/03 a 14 anos)		
População estimada (6 a 14 anos)	Matrícula total	% atendimento
204	250	122,5

Fonte: Siab/DataSus e Unidades Escolares

O superávit no atendimento pode estar ligado a inclusão de alunos com menos de seis anos completos que ingressaram no 1º Ano, em função de a Rede Municipal ainda não ter aplicado a data corte de 31 de março.

Dados coletados pelas agentes de saúde, registrados no relatório do SIAB (Consolidado das Famílias Cadastradas do Ano de 2014 da Zona Geral), indicam que 96,45% da população da faixa etária dos 7 a 14 anos estão frequentando a escola. Apesar da divergência entre os dados apontados acima, vale ressaltar que o município vem intensificando sua vigilância na universalização do atendimento no Ensino

Fundamental, ofertando vaga para toda a demanda que se apresenta.

A busca ativa por alunos fora da escola por meio dos Programas Bolsa Escola (nacional) e APOIA-Aviso por Infrequência de Aluno (estadual) vêm contribuindo sobremaneira para a permanência dos alunos na escola.

EIXO I – UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA – Meta 2 e Estratégias de Implementação			
Meta 2: Universalizar o ensino fundamental de 9 anos para toda a população de 6 anos (até a data corte) a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.			
ESTRATÉGIAS	ATRIBUIÇÃO	PRAZO/ PERIODICIDADE	RECURSOS
2.1) Pactuar com os demais entes federados, quanto à implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino fundamental.	Rede Municipal e Estadual Ensino	2016/2024	Próprios e Conveniados
2.2) Criar mecanismos para o acompanhamento individualizado dos alunos do ensino fundamental.	GERED, SEMED e UEs	2015/2024	Próprios e Conveniados
2.3) Oferecer o atendimento de Educação Especial e o Atendimento Educacional Especializado-AEE, no Ensino Fundamental Regular, de acordo com a demanda apresentada, formalizando uma Rede de Apoio com áreas da saúde, ação social e cidadania.	FNDE, SEMED e UEs	Anual	FNDE e Próprios
2.4) Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos alunos, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.	UEs, Conselho Tutelar, CRAS e SMSAS	Anual	Próprios e Conveniados
2.5) Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.	SEMED, UEs, Conselho Tutelar, CRAS e SMSAS	Anual	Próprios e Conveniados
2.6) Disciplinar, no âmbito dos sistemas de ensino, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região.	Rede Municipal e Estadual de Ensino	Anual	Próprios e Conveniados
2.7) Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias.	Rede Municipal e Estadual de Ensino, Cons. Escolar, APPs	Anual	Próprios e Conveniados
2.8) Promover estudo físico/financeiro quanto à absorção, pela Rede Municipal de Ensino, do atendimento da demanda dos Anos Finais, visto as elevadas perdas de recursos no FUNDEB.	Poder Executivo, SEMED e COMED	2015/2016	Próprios
2.9) Oferecer atividades extracurriculares de incentivo aos estudantes e de estímulo a habilidades, inclusive mediante certames e concursos nacionais.	UEs	Anual	Próprios e Conveniados
2.10) Promover atividades dedesenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas, interligadas a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo nacional.	UEs	Anual	Próprios e Conveniados
2.11) Efetuar estudo físico/financeiro quanto à oferta do transporte escolar público e/ou terceirizado, como alternativa de otimizar recursos e melhorar a qualidade em geral desta prestação de serviço aos escolares.	Poder Executivo, SEMED e COMED	2015/2017	Próprios
2.12) Maior controle e acompanhamento do Educacenso, visando recursos diretos (Fundeb, Salário Educação, Pnate, Pnae, PDDE e outros) e atendimento de demandas vinculadas.	UEs e SEMED	Anual	Próprios
2.13) Garantir a oferta da alimentação escolar, com segurança alimentar e nutricional, contemplando os percentuais relativos à aquisição de produtos da agricultura familiar.	SEMED, CAE e UEs	Anual	Próprios e PNAE
2.14) Criar mecanismos que possibilitem a melhoria do fluxo escolar nos Anos Finais do Ensino Fundamental.	GERED e Rede Estadual	Anual	Estado
2.15) Encaminhar solicitação ao COMED para normatizar, por meio de resolução, a obrigatoriedade de matrícula no 1º Ano do Ensino Fundamental para as crianças que completam 6 anos de idade até o dia 31 de março, conforme resolução do Conselho Nacional de Educação.	SEMED	2015	Próprios

UNIVERSALIZAÇÃO DO ENSINO MÉDIO

O Ensino Médio é de responsabilidade da Rede Estadual, cuja demanda é atendida na sede urbana, cabendo ao município realizar o transporte escolar para estes alunos.

Tabela 04: Atendimento da demanda no Ensino Médio 2015

Ensino Médio		
População estimada (15 aos 17 anos)	Matrícula total	% atendimento
102	76	74,5

Fonte: Siab/DataSus e Unidades Escolares

Apesar de o atendimento apontado na tabela 04 corresponder a uma taxa bruta de 74,5% da população na faixa etária dos 15 aos 17 anos, vale ressaltar que muitos jovens estão buscando ensino médio fora do município, inclusive no ensino médio profissionalizante, o qual vem ampliando sua oferta regionalmente (o município oferece transporte total ou parcial para 16 alunos do SENAI e IFC). Outro fator a se levar em consideração é a busca de trabalho e estudo em municípios próximos, por jovens desta faixa etária.

EIXO I – UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA – Meta 3 e Estratégias de Implementação			
Meta 3: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos de idade e elevar, até o final do período de vigência deste Plano, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 90%.			
ESTRATÉGIAS	ATRIBUIÇÃO	PRAZO/ PERIODICIDADE	RECURSOS
3.1) Cobrar da Rede Estadual de Ensino a institucionalização do programa nacional de renovação do ensino médio, a fim de incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte, garantindo-se a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico, a formação continuada de professores e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais.	GERED e Rede Estadual	2015/2017	Estado
3.2) Pactuar entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5o do art. 7o desta Lei, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino médio.	União e Estado	2015/2024	União e Estado
3.3) Incentivar e viabilizar a participação no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM.	SEMED e Rede Estadual	Anual	Próprios e Conveniados
3.4) Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência dos jovens beneficiários de programas de transferência de renda, no ensino médio, quanto à frequência, aproveitamento escolar e à interação com o coletivo, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e juventude.	SEMED, UEs, Conselho Tutelar, CRAS e SMSAS	Anual	Próprios e Conveniados
3.5) Promover a busca ativa da população de 15 a 17 anos fora da escola, em articulação com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude.	SEMED, UEs, Conselho Tutelar, CRAS e SMSAS	Anual	Próprios e Conveniados
3.6) Fomentar programas de educação e de cultura para a população urbana e do campo de jovens, na faixa etária de 15 a 17 anos, e de adultos, com qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar.	GERED e Rede Estadual	2015/2024	Estado
3.7) Manter a oferta de ensino médio nos turnos diurno e noturno, de forma a atender a toda a demanda, de acordo com as necessidades específicas dos alunos.	GERED e Rede Estadual	2015/2020	Estado
3.8) Apoiar a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas ofertadas regionalmente, no IFC e SENAI de Videira, de acordo com as condições financeiras do município.	SEMED e UEs	Anual	Próprios e conveniados
3.9) Buscar em regime de colaboração com a União e o Estado, a ampliação dos valores per capita aluno do transporte escolar do ensino médio local e regional.	União, Estado e Município	2015/2024	PNATE e Convênio com o Estado

## EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Neste aspecto, tanto a Rede Municipal quanto a Rede Estadual já estão promovendo ações que contemplam a perspectiva da Educação Inclusiva, com adaptações em seus PPP's, condições de atendimento, segundo professor, auxiliar e Equipe Multiprofissional.

A Escola Estadual Heriberto Hülse possui sala do SAED, porém, a Escola Municipal não possui Sala de AEE.

No Educacenso de 2014, a Rede Municipal de Ensino havia cadastrado 04 alunos de Educação Especial, sendo que nenhum deles se enquadrava no Atendimento Educacional Especializado.

O município mantém parceria com a Escola da APAE do município de Tangará, transportando 06 alunos de segunda a sexta, nos períodos matutino e vespertino.

O quadro a seguir mostra o levantamento de alunos e de suas deficiências/síndromes, por Rede de Ensino no Ano Letivo de 2015.

Rede	Nº alunos	Deficiência / Síndrome
Privada APAE (Tangará)	06	- 01 Síndrome de Down e deficiência moderada - 02 Deficiência Leve - 03 Deficiência Moderada - 01 Deficiência Grave
Municipal	04	- 01 Deficiência Física - 02 Deficiência Intelectual - 01 Deficiência Física, Intelectual e Multiplica
Estadual	04	- 04 Deficiência Intelectual

### Quadro 01: Relação de alunos atendido por Rede e Deficiência / Síndrome

Fonte: Unidades Escolares/SEMED

O município de Ibiá faz parte do Pólo Regional do SECADI de Caçador, onde profissionais da Rede Municipal buscam subsídios para os trabalhos de inclusão na Rede.

EIXO I – UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA – Meta 4 e Estratégias de Implementação			
Meta 4: Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado-AEE, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.			
ESTRATÉGIAS	ATRIBUIÇÃO	PRAZO/ PERIODICIDADE	RECURSOS
4.1) Melhorar os mecanismos de emissão de laudos dos alunos da educação básica com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, com auxílio da SMSAS e outras entidades.	SEMED, UEs, SMSAS	Anual	Próprios e Conveniados
4.2) Buscar o enquadramento dos alunos com laudos de transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, no Educacenso, como meio de enquadrá-los no Atendimento Educacional Especializado-AEE.	SEMED, UEs, Coordenadora do Educacenso	Anual	Próprios
4.3) Promover, no prazo de vigência deste plano, a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 a 3 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.	SEMED, UEs	2015/2024	Próprios e Conveniados
4.4) Implantar, ao longo deste plano, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas, mantendo a participação do município no Polo do SECADI.	Rede Municipal e Estadual de Ensino	2015/2024	FNDE/MEC, Próprios, Polo do SECADI
4.5) Garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, a todos os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o aluno.	Rede Municipal e Estadual de Ensino	2015/2024	FNDE/MEC, Próprios e Conveniados
4.6) Buscar subsídios da União e Estado quanto aos programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos alunos com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos alunos com altas habilidades/superdotação.	SEMED, UEs	2015/2024	União, Estado e Município

4.7) Buscar subsídios, em regime de colaboração com o Estado e União quanto à oferta de formação de profissionais da educação no atendimento em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, aos alunos surdos e com deficiência auditiva de 0 a 17 anos, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdos-cegos, à medida que a demanda se apresente.	SEMED, UEs, GERED	2015/2024	União, Estado e Município
4.8) Garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida à articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado.	SEMED, UEs	Anual	Próprios e Conveniados
4.9) Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação beneficiários de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude.	SEMED, UEs e CRAS	2015/2024	Próprios e Conveniados
4.10) Buscar subsídios, em regime de colaboração com o Estado e União, em relação às pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.	SEMED, UEs, GERED	2015/2024	União, Estado e Município
4.11) Rever os documentos e normativas quanto aos mecanismos de inclusão, na educação básica, na Lei do Sistema Municipal de Ensino e Projeto Político Pedagógico das unidades escolares.	SEMED, COMED, UEs	2015/2017	Próprios
4.12) Apoiar a criação de uma equipe local de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, entre outros, de acordo com a demanda que se apresente.	SEMED, COMED, Poder público municipal, UEs	2015/2024	Próprios e Conveniados
4.13) Manter e ampliar parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar integral das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculadas nas redes públicas de ensino.	SEMED, Prefeitura, UEs	2015/2024	Próprios e Conveniados
4.14) Promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, a fim de favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo.	SEMED, COMED, UEs, Poder Público local	2015/2024	Próprios e Conveniados

## EIXO II – QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

### DIAGNÓSTICO

A qualidade educacional que um município apresenta, está diretamente ligada aos seus aspectos sócio históricos, econômicos e culturais. Para o município de Ibiam, os indicadores educacionais, de ordem geral, apontam avanços com o passar dos anos.

Em se tratando especificamente da Educação Básica, a partir de 2005, o Ministério da Educação passou a aplicar avaliações externas (Prova Brasil) a cada dois anos, nos 5ºs e 9ºs Anos das redes públicas. Os resultados históricos do Ideb para a Rede Municipal e Estadual de Ibiam e seus comparativos com os resultados de Santa Catarina e do Brasil podem ser observados nos gráficos a seguir:

Gráfico 03: IDEB 2005 a 2013 – Anos Iniciais Rede Pública BR, SC e Ibiam

Fonte: INEP

Os dados apontam historicamente, para os Anos Iniciais, que o município de Ibiam apresenta um desempenho superior aos da média estadual e nacional para a Rede Pública.

Gráfico 04: IDEB 2005 a 2013 – Anos Finais Rede Pública BR, SC e Ibiam

Fonte: INEP

Para os Anos Finais, a Rede Estadual local apresenta resultados superiores aos das médias estadual e nacional para as Redes Públicas,



porém, oscilantes entre os períodos.

## CICLO DE ALFABETIZAÇÃO

Em se tratando do ciclo da alfabetização, a Secretaria Municipal de Educação sempre aderiu aos programas federais oferecidos para esta importante etapa da aprendizagem, como: PROFA-Programa de Formação de Professores Alfabetizadores, Proletramento e o recente PNAIC-Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, no qual 16 professores participaram e aguardam continuidade do programa. O resultado da avaliação externa ANA (Avaliação Nacional da Alfabetização) mostra o desempenho dos alunos dos 3ºs Anos da Rede Municipal de Ensino em 2013, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 05: Níveis de Proficiência em Leitura, Escrita e Matemática - Prova ANA2013

\s

Fonte: MEC

Depurando-se as informações da Prova ANA, é possível constatar que:

- Foi na escrita que os alunos atingiram o maior nível de desempenho, onde todos atingiram o nível máximo de aprendizagem;
- Na leitura, a grande maioria dos alunos (85,7%) atingiram nível 3 e 4, que corresponde as duas etapas de maior aprendizagem;
- Em matemática, 71,4% dos alunos atingiram o nível 4, o mais avançado da aprendizagem;
- Nenhum aluno apresentou aprendizagem insuficiente, nível 1, nos três aspectos analisados.

EIXO II – QUALIDADE DA EDUCAÇÃO – Meta 5 e Estratégias de Implementação			
Meta 5: Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3o (terceiro) ano do ensino fundamental.			
ESTRATÉGIAS	ATRIBUIÇÃO	PRAZO/ PERIODICIDADE	RECURSOS
5.1) Estruturar os processos pedagógicos de alfabetização, nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos professores alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças.	UEs, SEMED, COMED	Anual	Próprios e Conveniados
5.2) Colaborar com os instrumentos de avaliação nacional periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças (ANA), e usufruir das informações disponibilizadas, para implementar ações que melhorem o desempenho geral.	UEs, SEMED	2015/2024	Próprios e Conveniados
5.3) Apoiar a alfabetização de crianças de famílias itinerantes, com acompanhamento intensivo/reforço escolar, envolvimento da família, a fim de minimizar as defasagens de aprendizagem que estes alunos normalmente apresentam.	UEs, SEMED, Família	Anual	Próprios
5.4) Promover e estimular a formação inicial e continuada de professores para a alfabetização de crianças, em regime de colaboração, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação lato e stricto sensu e ações de formação continuada de professores para a alfabetização.	União, Estado e Município	Anual	União, Estado e Município
5.5) Aderir, colaborar e incentivar quanto à realização de programas de formação continuada para o ciclo de alfabetização, oferecidas pelo MEC.	SEMED e UEs	2015/2024	União e Município
5.6) Apoiar a alfabetização dos alunos com deficiência, considerando as suas especificidades, sem estabelecimento de terminalidade temporal, empregando os mais variados mecanismos que auxiliem na superação desta etapa cognitiva.	UEs, SEMED	Anual	Próprios e Conveniados

## EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

A Rede Municipal de Ensino formalizou adesão ao Programa Mais Educação do governo federal em 2014, razão pela qual vem atendendo 44,1% dos alunos com educação integral, no Ensino Fundamental em 2015.

Na Educação Infantil, com a instalação da nova creche o município consegue atender em período integral 57% dos alunos, principalmente na etapa de creche.

A Rede Estadual local não oferece educação integral em nenhuma das modalidades de ensino que mantém no município.

A tabela 05 a seguir, mostra o quadro geral do atendimento em Educação Integral na Educação Básica, em que a Rede Municipal consegue atender em 2015, 49,3% dos alunos, porém, quando se inclui a Rede Estadual, o índice cai para 25,6%, mesmo assim a meta foi estipulada para um atendimento mínimo de 50% até 2024.

Tabela 05: Oferta de Educação Integral por Rede – Matrículas 2015

Rede	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Total Educação Básica								

	Matrícula total	Tempo Integral	%	Matrícula total	Tempo Integral	%	Matrícula total	Tempo Integral	%	Matrícula total	Tempo Integral	%
Municipal	88	50	56,8	127	56	44,1	-	-	-	215	106	49,3
Estadual	-	-	-	123	-	-	76	-	-	199	-	-
Total	88	50	56,8	250	56	22,4	76	-	-	414	106	25,6

Fonte: Unidades Escolares e SEMED

EIXO II – QUALIDADE DA EDUCAÇÃO – Meta 6 e Estratégias de Implementação			
Meta 6: Oferecer educação em tempo integral, na maioria das unidades escolares das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 50% dos alunos da educação básica até o final da vigência deste plano.			
ESTRATÉGIAS	ATRIBUIÇÃO	PRAZO/ PERIODICIDADE	RECURSOS
6.1) Manter e ampliar a oferta de educação integral (Mais Educação), em conformidade com as condições físico/financeiras do município e auxílios repassados em regime de colaboração.	SEMED, UEs e União	2015/2024	União e Município
6.2) Pleitear, em regime de colaboração, junto ao programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, a instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral.	SEMED	2015/2024	União
6.3) Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas e planetários, em nível local e/ou regional.	SEMED, UEs, Entidades locais, demais Secretarias	Anual	Próprios e Conveniados
6.4) Adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos alunos na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas e culturais.	SEMED, UEs, Entidades locais, demais Secretarias	Anual	Próprios e Conveniados
6.5) Manter, modernizar e ampliar a frota do transporte escolar para atender a educação integral.	Prefeitura Municipal, SEMED	2015/2024	FNDE/MEC (PAR), Estado e Emendas Parlamentares
6.6) Incentivar a Rede Estadual de Ensino local a aderir e/ou implementar educação integral nos Anos Finais e Ensino Médio.	SEMED, GERED, Rede Estadual	2015/2017	Estado e Conveniados

## QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA

O principal mecanismo de avaliação da qualidade da educação básica para o Ensino Fundamental é o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) e para o Ensino Médio é o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio). A partir das primeiras avaliações realizadas pelo SAEB (INEP/MEC), foram estipuladas metas do Ideb para as Escolas e Redes.

A tabela a seguir mostra os resultados obtidos no Ideb e as metas estabelecidas para a Rede Municipal e Estadual e Pública para os Anos Iniciais e Finais.

Tabela 06: Resultados do IDEB Anos Iniciais por Rede, Indicadores e Metas Projetadas

Etapa/Rede	Indicadores	2007	2009	2011	2013
Anos Iniciais Rede Municipal	IDEB	5,1	5,3	6,0	6,0
	Proficiência X Fluxo	5,11 X 0,99	5,48 X 0,96	5,96 X 1,00	6,05 X 0,99
	Meta	-	5,2	5,6	5,8
Anos Finais Rede Estadual	IDEB	4,8	4,7	5,7	5,1
	Proficiência X Fluxo	5,25 X 0,91	5,27 X 0,89	5,73 X 0,99	5,40 X 0,94
	Meta	4,3	4,4	4,7	5,1

Fonte: INEP

Os resultados do IDEB nos Anos Iniciais e Finais mostram que tanto a Rede Municipal quanto a Rede Estadual vêm atingindo as metas estabelecidas pelo MEC, sendo que na última edição as metas se aproximaram dos resultados obtidos nos dois níveis, onde os Anos Finais apresentou uma queda de 0,6 décimos de 2011 para 2013, ficando exatamente na meta.

Para avançar de forma significativa e consistente, ambas as redes devem levar em consideração os microdados das avaliações externas e de forma especial, os níveis de proficiência. A tabela a seguir, permite avaliar e comparar o desempenho por Rede:

Tabela 07: Níveis de Proficiência Educacional dos Anos Iniciais e Finais de Ibiã por Rede – SAEB/2013

Modalidade	Rede	Insuficiente	Básico	Proficiente	Avançado				
		L. Port.	Matem.	L. Port.	Matem.	L. Port.	Matem.	L. Port.	Matem.
Anos Iniciais	Municipal	3%	20%	50%	18%	29%	55%	18%	7%
	Rede Púb. SC	13%	16%	31%	33%	35%	34%	21%	17%
Anos Finais	Estadual	22%	18%	36%	59%	34%	21%	8%	2%
	Rede Púb. SC	22%	32%	54%	57%	21%	10%	3%	1%

Fonte: QEdu

De acordo com parâmetros do SAEB, a proficiência educacional engloba os níveis proficiente e avançado, cujos resultados em 2013, apurados na tabela anterior, foram os seguintes por Rede:

Figura 01: Proficiência Educacional 2013 por Rede

Fonte: Portal QEdu/INEP

A partir dos dados da proficiência apresentados acima é possível depurar que:

- A disciplina de Matemática apresenta Proficiências superior a de Português nos Anos Iniciais na Rede Municipal e inferior nos Anos Finais na Rede Estadual;
- A Proficiência nos Anos Iniciais da Rede Municipal Local é inferior em Português e superior em Matemática a da Rede Pública Estadual;
- A Proficiência nos Anos Finais da Rede Estadual Local é superior da Rede Pública Estadual, nas duas disciplinas.

Outros indicadores que interferem direta ou indiretamente nos parâmetros de qualidade são:

- O fluxo escolar, o qual corresponde à aprovação líquida, excluídos os abandonos e reprovações;
- A distorção idade-série, a qual contabiliza atraso escolar de 2 anos ou mais.

As tabelas a seguir mostram os resultados apresentados pelo município nos indicadores de fluxo escolar e distorção idade-série.

Tabela 08: Fluxo Escolar por Rede e Modalidade de Ensino – Ibiã 2010 a 2013

	Rede	2010	2011	2012	2013
Anos Iniciais	Municipal	100,0%	100,0%	97,5%	99,0%
Anos Finais	Estadual	94,4%	99,3%	93,6%	93,5%
Ensino Médio	Estadual	97,5%	99,0%	80,8%	90,2%

Fonte: INEP/QEdu

A taxa de aprovação nos Anos Iniciais é bastante elevada. Nos Anos Finais, a aprovação caiu a partir de 2011, estabilizando-se em 93%, porém, o Ensino Médio apresentou fluxo oscilante nos últimos anos, fechando em 90,2%, onde o abandono foi a principal fator de inferência (6,5%).

Em 2013, os índices de reprovação e abandono que interferem no fluxo (aprovação), ficaram assim consolidados, com base em dados do INEP/QEdu:

- Anos Iniciais: Rede Municipal - Reprovação 1,0% e Abandono 0,0%;
- Anos Finais: Rede Estadual – Reprovação 4,9% e Abandono 1,6%;
- Ensino Médio: Reprovação 3,3% e Abandono 6,5%.

Tabela 09: Distorção Idade-Série 2013 por Rede – Ibiã, Santa Catarina e Brasil

Nível Ensino	Rede Municipal	Rede Estadual	Rede Pública						
	Ibiã	SC	Brasil	Ibiã	SC	Brasil	Ibiã	SC	Brasil
Anos Iniciais	7%	9%	19%	-	10%	13%	7%	9%	18%
Anos Finais	-	19%	36%	15%	17%	26%	15%	18%	31%
Ensino Médio	-	12%	30%	12%	19%	33%	12%	18%	33%

Fonte: INEP/QEdu

Em relação à distorção idade-série, as escolas de Ibiã, na média, se aproximam mais aos índices apresentados pelo estado e estão bem melhores que os do Brasil, em todas as etapas de ensino.

EIXO II – QUALIDADE DA EDUCAÇÃO – Meta 7 e Estratégias de Implementação				
Meta 7: Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem (proficiência) de modo a atingir as seguintes médias locais para o IDEB:				
Nível Escolaridade	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais/ Rede Municipal	6,0	6,3	6,5	6,7
Anos Finais/ Rede Estadual	5,4	5,7	5,9	6,2

ESTRATÉGIAS	ATRIBUIÇÃO	PRAZO/ PERIODICIDADE	RECURSOS
7.1) Estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local.	União, Estado e Município	2015/2024	União, Estado e Próprios
7.2) Garantir que as escolas da Rede Municipal e Estadual de Ensino, em nível local, consigam atingir as metas estabelecidas pelo INEP/MEC (IDEB), nas avaliações bianuais do SAEB (Prova Brasil) a serem efetuadas no período de 2015 a 2021, de modo a elevar os indicadores relativos aos níveis de proficiência e fluxo.	Rede Municipal e Estadual	2015/2024	Estado e Próprios
7.3) Corroborar, em regime de colaboração, que seja efetivamente implementado, um conjunto nacional de indicadores de avaliação institucional com base no perfil do alunado e do corpo de profissionais da educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino.	União, Estado e Município	2015/2024	União
7.4) Formalizar e executar o Plano de Ações Articuladas-PAR, dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar.	SEMED e Unidades Escolares	2015/2024	Próprios e Conveniados
7.5) Participar efetivamente das avaliações externas do MEC (SAEB) e outras, como meio de aferir os resultados da aprendizagem da Rede Municipal e Estadual de Ensino.	SEMED, GERED e Unidades Escolares	2015/2024	Próprios
7.6) Acompanhar e divulgar os resultados pedagógicos dos indicadores do sistema nacional de avaliação da educação básica e do Ideb, para toda a comunidade, bem como usufruir das informações disponibilizadas, para implementar ações que melhorem o desempenho geral.	SEMED, GERED e UEs	2015/2024	Estado e Próprios
7.7) Usufruir das tecnologias educacionais para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio e incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas.	Rede Municipal e Estadual	2015/2024	Próprios e Conveniados
7.8) Manter, ampliar e melhorar o transporte escolar para todos os estudantes da área rural, na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e padronização integral da frota de veículos, de acordo com especificações definidas pelo INMETRO.	SEMED	2015/2010	FNDE/PAR, Estado e Próprios
7.9) Viabilizar, em regime de colaboração, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e triplicar, até o final da década, a relação computador/aluno nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação.	GERED, SEMED e UEs	2024	FNDE, Estado e Próprios
7.10) Apoiar no planejamento, utilização e prestação de contas dos recursos financeiros repassados diretamente à escola (PDDE e outros), garantindo a participação da comunidade escolar.	SEMED, UEs e Conselho Escolar	2015/2024	FNDE, Estado e Próprios
7.11) Ampliar e aprofundar ações de atendimento aos alunos, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.	SEMED, UEs	2015/2024	FNDE, Próprios
7.12) Prover, em regime de colaboração, equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica, inclusive bibliotecas, com acesso a redes digitais de computadores e internet.	SEMED, GERED e Unidades Escolares	2015/2024	FNDE, Próprios
7.13) Informatizar integralmente a gestão das escolas públicas e das secretarias de educação, bem como manter programa nacional de formação inicial e continuada para o pessoal técnico das secretarias de educação.	GERED, SEMED e UEs	2015/2024	FNDE, Estado e Próprios

7.14) Garantir políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade.	GERED, SEMED, UEs, Conselho Tutelar, Promotoria, CRAS	2015/2024	Próprios e Conveniados
7.15) Implementar políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando os princípios da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.	GERED, SEMED, UEs, Conselho Tutelar, CRAS Promotoria, SSP/SC	2015/2024	Próprios e Conveniados
7.16) Garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nos 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e 11.645, de 10 de março de 2008, assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil.	Rede Municipal e Estadual de Ensino	Anual	Próprios e Conveniados
7.17) Articular entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde.	SEMED, UEs, SMSAS	Anual	Próprios e Conveniados
7.18) Estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional.	SEMED, UEs, SMSAS	Anual	Próprios e Conveniados
7.19) Fomentar a formação de professores e de alunos para promover e consolidar política de preservação da memória local e regional.	SEMED	2015/2024	Próprios e Conveniados
7.20) Ampliar em regime de colaboração, o programa do PNAIC (e outros que o sucederem) para as demais Anos do Ensino Fundamental, inclusive os Anos Finais.	União, Estado e Município	2015/2024	MEC
7.21) Analisar os indicadores de fluxo (abandono, reprovação e aprovação) e de proficiência da Rede Estadual de Ensino local, para garantir a obtenção das metas estabelecidas pelo MEC no IDEB.	SEMED, UE, GERED	2015/2017	Próprios e Estado

#### ESCOLARIDADE MÉDIA DA POPULAÇÃO ADULTA

Por mais lento que possa parecer, quando avaliamos por meio de uma série histórica, é significativo o avanço educacional que os indicadores apontam de década a década em relação aos aspectos educacionais da sociedade. A tabela a seguir, demonstra esses avanços, aferidos pelos censos de 1991, 2000 e 2010.

Tabela 10: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Ibiã

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Geral	0,379	0,587 (□55%)	0,725 (□24%)
IDHM Educação	0,146	0,376 (□258%)	0,631 (□68%)
% de 18 anos ou mais com Ensino Fundamental completo	13,13	20,97	41,21
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	3,63	63,01	100,0
% de 11 a 13 anos frequentando Ensino Fundamental II	34,42	71,86	95,66
% de 15 a 17 anos com Ensino Fundamental completo	20,41	48,43	73,46
% de 18 a 20 anos com Ensino Médio completo	3,0	17,80	42,77
% de 6 a 17 anos frequentando Educação Básica regular, com até 2 anos de defasagem idade-série	93,19	89,72	88,39
% de 18 a 24 anos frequentando o Ensino Superior	1,25	8,53	10,48
Expectativa de anos de estudo da população até os 18 anos	7,49	9,76	10,25

Fonte: PNUD, IPEA e FJP

O município de Ibiã apresentou um crescimento no IDHM nas últimas décadas, sendo que no IDHM-Educação, o crescimento foi ainda mais significativo (258% de 1991 a 2000 e 68% de 2000 a 2010), em função dos indicadores de qualidade educacional da população ter melhorado em todos os aspectos representados na tabela acima. A possível potencialização destes indicadores de 1991 a 2000 pode ter ocorrido pela emancipação do município, onde a autonomia gestora e proximidade das ações possibilitaram avanços significativos.

Apesar do crescimento obtido no IDHM, Ibiã ficou na 173ª posição, no ranking 2010, entre os 293 municípios pesquisados em Santa Catarina e, 1.154ª posição em relação aos 5.565 municípios pesquisados no Brasil. Em relação ao IDHM-Educação a classificação ficou 152ª em SC e, 764ª no Brasil, o que revela que a educação realmente fez a diferença, mas ainda precisa continuar avançando, para fazer frente aos indicadores econômicos e de saúde.

A tabela 11 a seguir, confirma que em comparação com a média estadual, os indicadores de escolaridade da população adulta com 25 anos ou mais (IBGE 2010), para o município de Ibiã, demonstram certas fragilidades que precisam ser melhoradas com o esforço individual e coletivo de toda a comunidade, visto que os percentuais são maiores nos níveis de menor escolaridade.



Tabela 11: Escolaridade da população com 25 anos ou mais – 2010

Indicador	SC	Ibiam
- Fundamental incompleto ou analfabeto	5,1%	7,76%
- Fundamental completo e alfabetizado	41,11%	58,67%
- Fundamental completo e Ensino Médio incompleto	16,75%	15,92%
- Ensino Médio completo e Superior incompleto	24,50%	10,65%
- Superior completo	12,53%	7,0%

Fonte: PNUD, IPEA e FJP

EIXO II – QUALIDADE DA EDUCAÇÃO – Meta 8 e Estratégias de Implementação			
Meta 8: Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos (e demais faixas etárias) de modo a alcançar, no mínimo 12 anos de estudo para a população adulta, promovendo a inclusão, com vistas à redução da desigualdade educacional, até o final da vigência deste Plano.			
ESTRATÉGIAS	ATRIBUIÇÃO	PRAZO/ PERIODICIDADE	RECURSOS
8.1) Realizar estudo do nível de formação da população, na faixa etária dos 18 a 29 anos de idade e demais faixas etárias, por meio das agentes de saúde, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.	SEMED, SMSAS, Agentes de Saúde	2015/2016	Próprios
8.2) Estudar a demanda e viabilidade na implementação de programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial.	SEMED	2015/2024	Próprios e Conveniados
8.3) Incentivar a busca pelos exames de certificação da conclusão dos ensinos fundamental e médio.	SEMED, CRAS, SMSAS	Anual	Próprios
8.4) Ampliar a oferta de transporte escolar intermunicipal de acordo com as condições físico/financeiras do município e da formalização de convênios com a União e o Estado, quanto ao acesso a Educação de Jovens e Adultos, Ensino Profissionalizante, de Qualificação Profissional e Superior.	Município, Estado e União	2015/2024	União, Estado e Município

## TAXA DE ANALFABETISMO

Apesar dos avanços educacionais, o analfabetismo absoluto ainda persiste em nossa sociedade, concentrando-se nas faixas etárias mais avançadas, as quais não tiveram oportunidades de estudo no tempo adequado. A tabela 12 a seguir, mostra que em 2010 o índice de analfabetismo era de 6,22% da população com mais de 15 anos, bem acima da média de 4,0% para o estado. Dados mais recentes coletados periodicamente pelas agentes de saúde (Siab/Datasus), apontam que 96,45% das pessoas com 15 anos ou mais são alfabetizadas. Quanto à escolaridade da população de 15 anos ou mais, o município apresenta maiores percentuais nos níveis mais baixos de escolarização (tabela 12), em comparação com o estado. Fragilidades nestes indicadores acentuam o analfabetismo funcional. Por definição o analfabetismo funcional aplica-se a indivíduos que, mesmo capazes de identificar letras e números, não conseguem interpretar textos e realizar operações matemáticas mais elaboradas. Tal condição pode dificultar a atuação destes indivíduos no fazer profissional e social.

Tabela 12: Analfabetismo e Escolaridade pessoas de 15 anos ou mais – 2010

Indicador	SC	Ibiam
- Taxa de analfabetismo 15 anos ou mais	4,0%	6,22%
- Sem instrução / 1º ciclo do fundamental incompleto	18,75%	25,54%
- 1º ciclo do fundamental completo / 2º ciclo incompleto	13,32%	17,66%
- 2º ciclo completo ou mais	58,05%	40,42%
- Não determinada	9,88%	16,38%

Fonte: IBGE

A tabela 13 a seguir, retrata a vulnerabilidade da população adulta quanto às relações de trabalho e ocupações, onde se observa a vulnerabilidade local quanto aos indicadores avaliados pelo IBGE em 2010, e sua comparação com a média estadual.

Tabela 13: Vulnerabilidade Sócio educacional do Município e Estado em 2010

Indicadores	Ibiam	Santa Catariana
% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população dessa faixa	3,53%	3,75%
% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	45,01%	26,87%

Fonte: PNUD, IPEA e FJP

EIXO II – QUALIDADE DA EDUCAÇÃO – Meta 9 e Estratégias de Implementação			
Meta 9: Diminuir gradativamente a taxa de analfabetismo absoluto residual da população de 15 anos ou mais, bem como o analfabetismo funcional.			
ESTRATÉGIAS	ATRIBUIÇÃO	PRAZO/ PERIODICIDADE	RECURSOS
9.1) Efetuar levantamento da demanda ativa para a alfabetização e nivelamento de jovens e adultos, por meio das agentes de saúde, sob coordenação da Secretaria Municipal de Educação.	SEMED, SMSAS, Agentes de Saúde	2015/2016	Próprios
9.2) Estudar possibilidades/mecanismos e parcerias quanto à implantação da Educação de Jovens e Adultos na Rede Municipal de Ensino, na etapa de alfabetização e nivelamento.	SEMED, UE	2015/2017	Próprios
9.3) Incentivar os jovens e adultos a buscarem qualificação profissional, por meio dos cursos oferecidos pelo CRAS.	SEMED, SMSAS, CRAS	Anual	Próprios e Conveniados

## EIXO III – FORMAÇÃO HUMANÍSTICA, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DO MUNICÍPIO

## DIAGNÓSTICO

Em relação à formação da população adulta, o município de Ibiá não oferece em nível local nenhuma opção, nem mesmo a Educação de Jovens e Adultos, em função da pouca demanda que se apresenta quando das tentativas para se compor uma turma.

A estratégia utilizada pelo município para atender a demanda local por Ensino Médio Profissionalizante é a oferta de transporte escolar para o SENAI em Videira, no período da tarde, onde 12 alunos estão sendo atendidos e mais 04 do IFC que retornam com o mesmo veículo (micro-ônibus próprio).

Para o Ensino Superior, a estratégia utilizada pelo município para incentivar a população a continuar sua formação, é o auxílio universitário, o qual corresponde a:

- 30% do salário mínimo para mensalidades superior a este percentual;
- 50% do valor da mensalidade, para valores inferiores a 30% do salário mínimo.

EIXO III – FORMAÇÃO HUMANÍSTICA, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DO MUNICÍPIO – Meta 10 e Estratégias de Implementação			
Meta 10: Oferecer condições de acesso às matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio regular, ou na forma integrada à educação profissional.			
ESTRATÉGIAS	ATRIBUIÇÃO	PRAZO/ PERIODICIDADE	RECURSOS
10.1) Ampliar a oferta de transporte escolar intermunicipal de acordo com as condições físico/financeiras do município e da formalização de convênios com a União e o Estado, quanto ao acesso a Educação de Jovens e Adultos no Ensino Fundamental e Médio Regular, ou na forma integrada à Educação Profissional.	Município, Estado e União	2015/2024	União, Estado e Município

EIXO III – FORMAÇÃO HUMANÍSTICA, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DO MUNICÍPIO – Meta 11 e Estratégias de Implementação			
Meta 11: Incentivar a busca pela formação profissional técnica de nível médio.			
ESTRATÉGIAS	ATRIBUIÇÃO	PRAZO/ PERIODICIDADE	RECURSOS
11.1) Manter e ampliar a oferta de transporte escolar intermunicipal de acordo com as condições físico/financeiras do município e da formalização de convênios com a União e o Estado, na busca pela formação profissional técnica de nível médio.	Município, Estado e União	2015/2024	União, Estado e Município
11.2) Incentivar a Rede Estadual local, quanto ao estudo de viabilidade de implantar o Ensino Médio Inovador.	SEMED, GERED, Escola Estadual	2015/2017	Estado e Conveniados

EIXO III – FORMAÇÃO HUMANÍSTICA, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DO MUNICÍPIO – Meta 12 e Estratégias de Implementação			
Meta 12: Incentivar o ingresso no ensino superior para a população de 18 a 24 anos, e demais faixas etárias, principalmente no segmento público.			
ESTRATÉGIAS	ATRIBUIÇÃO	PRAZO/ PERIODICIDADE	RECURSOS
12.1) Manter o auxílio (bolsa de estudo) aos universitários residentes no município, em conformidade com lei própria.	Prefeitura Municipal	Anual	Próprios

12.2) Estudar a viabilidade da oferta de transporte escolar intermunicipal de acordo com as condições físico/financeiras do município e da formalização de convênios com a União e o Estado, como meio de incentivar o ingresso no ensino superior, principalmente para o município de Campos Novos.	Município, Estado e União	2015/2024	União, Estado e Município
12.3) Incentivar a participação e a oferta de transporte aos alunos e demais pessoas interessadas em participar do exame nacional de ensino médio (ENEM), como meio de ingressar no ensino público e privado (vinculado ao PROUNI).	SEMED, Prefeitura e UEs	Anual	Próprios
12.4) Informar e estimular as pessoas a buscarem financiamento estudantil relativos às políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigidas aos estudantes de instituições públicas, bolsistas de instituições privadas de educação superior e beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, PROUNI e SISU.	SEMED, Prefeitura e UEs	Anual	Próprios

<b>EIXO III – FORMAÇÃO HUMANÍSTICA, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DO MUNICÍPIO – Meta 13 e Estratégias de Implementação</b>			
Meta 13: Elevar a qualidade da educação superior pública e privada oferecida regionalmente, utilizando o Colegiado de Educação da AMARP, UNDIME, FECAM e outras, como instrumento de cobrança da qualidade dos cursos oferecidos, com base na Avaliação do ENADE.			
<b>ESTRATÉGIAS</b>	<b>ATRIBUIÇÃO</b>	<b>PRAZO/PERIODICIDADE</b>	<b>RECURSOS</b>
13.1) Cobrar e monitorar a melhoria da qualidade dos cursos de pedagogia e licenciaturas, por meio da aplicação de instrumento próprio de avaliação aprovado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES, integrando-os às demandas e necessidades das redes de educação básica, de modo a permitir aos graduandos a aquisição das qualificações necessárias a conduzir o processo pedagógico de seus futuros alunos, combinando formação geral e específica com a prática didática, além da educação para as relações étnico-raciais, a diversidade e as necessidades das pessoas com deficiência, por meio do Colegiado da Educação da Amarp, Undime e Fecam;	SEMED, Colegiado da Educação da Amarp, Undime e Fecam	Anual	Próprios e Conveniados
13.2) Monitorar as políticas de elevação do padrão de qualidade das universidades, entre eles o ENADE, por meio do Colegiado da Educação da Amarp, Undime e Fecam;	SEMED, Colegiado da Educação da Amarp, Undime e Fecam	Anual	Próprios e Conveniados

<b>EIXO III – FORMAÇÃO HUMANÍSTICA, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DO MUNICÍPIO – Meta 14 e Estratégias de Implementação</b>			
Meta 14: Incentivar a busca pela formação na pós-graduação nas modalidades lato sensu e stricto sensu.			
<b>ESTRATÉGIAS</b>	<b>ATRIBUIÇÃO</b>	<b>PRAZO/PERIODICIDADE</b>	<b>RECURSOS</b>
14.1) Monitorar as políticas nacional e estadual de incentivo à formação nas modalidades lato sensu e stricto sensu, de incumbência da União e do Estado, por meio do Colegiado da Educação da Amarp, Undime e Fecam.	SEMED, Colegiado da Educação da Amarp, Undime e Fecam	2015/2024	Próprios e Conveniados
14.2) Incentivar que a população local busque formação em nível de pós-graduação e/ou viabilizar instalação da oferta de pós-graduação local, a partir de demanda manifesta.	SEMED, UEs, Entidades locais	2015/2024	Próprios e Conveniados

#### EIXO IV – VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

##### DIAGNÓSTICO

A partir da Lei Federal nº 9.424/1991 que criou o FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério e a posterior Lei nº 11.494/2007 que regulamentou o FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério, muitas mudanças ocorreram na estrutura organizacional e financeira da educação brasileira. A vinculação dos recursos resultantes dos impostos diretamente ao alunado e as condicionantes do seu atendimento (urbano, rural, integral, nível de escolaridade, educação especial e outros), de forma per capita, permitiu a redistribuição de recursos para onde o aluno público está sendo efetivamente atendido, havendo, por conseguinte, o compartilhamento de 20% dos impostos repassados aos municípios e estados e 18% dos impostos da União.

A lei do Fundeb aliada a LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei complementar nº 101/2000), que regulamentou obrigações frente aos recursos educacionais dos entes federados, em que, estados e municípios obrigatoriamente precisam investir, anualmente, no mínimo 25% das receitas dos impostos na educação, de acordo com a função redistributiva, e 60% dos recursos do FUNDEB com a remuneração dos profissionais do magistério, estruturaram as políticas de valorização do mesmo. Porém, têm sido a Lei Federal nº 11.738/2008 que regulamenta o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, que tem agitado e mobilizado

gestores, profissionais da educação e poder público para que a efetiva valorização do magistério possa ocorrer e virar realidade até o final da vigência do presente plano decenal, a qual dificilmente poderá se consolidar sem que a União realmente cumpra o seu papel de financiador, elevando os investimentos para 7% e posteriormente para 10% do PIB, conforme preconiza a Lei Federal nº 13.005/2014 do Plano Nacional de Educação.

Tabela 14: Evolução do Piso Nacional do Magistério Professores 40 horas (Lei nº 11.738/2008)

ANO	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Valor R\$	950,00	1.024,67	1.187,14	1.451,00	1.567,00	1.697,39	1.917,78
Crescimento	-	7,86%	15,86%	22,22%	7,97%	8,32%	13,01%

Fonte: MEC

Com base nas informações da tabela acima, o piso nacional do magistério cresceu 101,87% de 2009 para 2015, atendendo a Lei 11.494/07 que vincula o crescimento do piso ao avanço dos valores per capita do Fundeb a nível nacional.

O valor base do piso da Rede Municipal de Ensino do município de Ibiámem 2015, para professor com formação em nível superior corresponde a:

- Plano de Carreira em vigência: R\$ 3.084,85 (três mil e oitenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos), 60,9% superior ao piso nacional;
- Plano de Carreira tramitando na Câmara de Vereadores: R\$ 2.584,00 (dois mil, quinhentos e oitenta e quatro reais), 34,7% superior ao piso nacional.

A necessidade de se criar um novo Plano de Carreiras para o Magistério Público Municipal está relacionado ao comprometimento dos recursos da educação com o Plano antigo, bem como pelo pequeno número de matrículas que o município atende, em detrimento do retorno dos recursos per capita do Fundeb.

O gráfico abaixo revela o nível de comprometimento que o município enfrenta quanto a esta questão, com o pagamento dos professores em relação aos recursos do Fundeb, onde nos últimos anos praticamente 100% destes recursos são necessários.

Gráfico 06: Fundeb e a folha dos Profissionais da Educação

\s

Fonte: Contabilidade Prefeitura

#### QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Nos últimos anos a formação inicial dos docentes tem melhorado muito, em função das exigências contratuais/legais por meio de processo seletivo ou por concurso público, os quais condicionam a ocupação das vagas com formação superior na área de atuação. A Rede Municipal apresenta profissionais em caráter temporário apenas da Educação Infantil, em função da recente construção da creche e ampliação do atendimento da demanda.

O governo estadual não realiza concurso de efetivação para professores há muitos anos e, por esta razão, os contratos em caráter temporário na sua Rede têm aumentado consideravelmente ano a ano, tanto pela aposentadoria dos profissionais de carreira, quanto pela pressão ocasionada com a crescente municipalização do Ensino Fundamental, razão principal de sua prudência quanto a esta política.

A tabela 15 a seguir, apresenta aspectos da situação contratual e qualificação profissional dos profissionais da educação por rede e modalidade de ensino.

Tabela 15: Situação Contratual e Nível de Formação dos Profissionais da Educação por Rede e Modalidade de Ensino – Ano Letivo de 2015

Rede	Situação	Educação Infantil	Ensino Fundamental e Médio	Total Educação Básica								
		Sem Licenciatura	Cursando Licenciatura	Licenciatura Completa	Com Pós-grad.	Sem Licenciatura	Cursando Licenciatura	Licenciatura Completa	Com Pós-grad.	Situação: Efetivo e ACT	Com Pós-grad.	% Pós-grad.
Municipal	Efetivo	-	-	04	04	-	-	12	12	16	16	100%
	ACT	-	-	05	-	-	-	-	-	05	-	0%
	Total	-	-	09	04	-	-	12	12	21	16	76%
Estadual	Efetivo	-	-	-	-	-	-	10	09	10	09	90%
	ACT	-	-	-	-	-	07	05	-	12	-	0%
	Total	-	-	-	-	-	07	15	09	22	09	41%
Total Geral	-	-	09	04	-	07	27	21	43	25	58%	

Fonte: Unidades Escolares/SEMED

Analisando as informações da tabela acima, do total de profissionais da educação com vínculo em qualquer modalidade de ensino ou Rede

da Educação Básica, observa-se que:

1. Quanto ao nível de formação:

- 83,7% possui licenciatura completa (100% rede municipal e 68,2% rede estadual);
- 16,7% estão cursando licenciatura (07da rede estadual);

2. Quanto a Pós-graduação lato sensu:

- 58% do total dos profissionais da educação do município são pós-graduados (76% da rede municipal e 41% da rede estadual);
- 96,2% dos profissionais da educação efetivos são pós-graduados (100% da rede municipal e 90% da rede estadual);
- Nenhum dos professores ACT's que atuam na rede municipal e estadual são pós-graduados.

3. Quanto à situação contratual:

- 39,5% dos profissionais da educação possuem contrato temporário de trabalho-ACT (24% município e 55% estado);
- Dos profissionais efetivos de ambas as redes, 100% possuem licenciatura completa.

EIXO IV – VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO – Meta 15 e Estratégias de Implementação			
Meta 15: Garantir, em regime de colaboração entre a União, Estado e Município, que durante a vigência do PME, todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, bem como a oportunização de cursos de formação continuada.			
ESTRATÉGIAS	ATRIBUIÇÃO	PRAZO/ PERIODICIDADE	RECURSOS
15.1) Efetuar diagnóstico das necessidades de formação docente e demais profissionais da educação, especialmente em licenciaturas em áreas específicas.	SEMED, UEs, GERED	Anual	Próprios, Estado
15.2) Divulgar e incentivar a busca pelo programa permanente de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, a fim de aprimorar a formação de profissionais para atuar no magistério da educação básica.	SEMED, GERED, UEs	Anual	Próprios, Estado e União
15.3) Divulgar e incentivar a utilização da plataforma eletrônica para organizar a oferta e as matrículas em cursos de formação inicial e continuada de profissionais da educação, bem como para divulgar e atualizar seus currículos eletrônicos.	SEMED, GERED, UEs	Anual	Próprios
15.4) Aderir, divulgar e incentivar a participação nos programas específicos para formação de profissionais da educação para a educação especial.	SEMED, GERED, UEs	Anual	Próprios
15.5) Reivindicar da União e do Estado a reforma curricular dos cursos de licenciatura e estimular a renovação pedagógica, de forma a assegurar o foco no aprendizado do aluno, por meio do Colegiado da Educação da Amarp, Undime e Fecam.	SEMED, GERED, Colegiado da Educação da Amarp, Undime e Fecam	2015/2024	Próprios e Conveniados
15.6) Apoiar e valorizar as práticas de ensino e os estágios nos cursos de formação de nível médio e superior dos profissionais da educação, visando ao trabalho sistemático de articulação entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica.	SEMED, GERED, UEs	Anual	Próprios e Conveniados
15.7) Buscar, em regime de colaboração, com o Estado e União a viabilização de cursos e programas especiais para assegurar formação específica na educação superior, nas respectivas áreas de atuação, aos docentes com formação de nível médio na modalidade normal, não licenciados ou licenciados em área diversa da de atuação docente, em efetivo exercício.	União, Estado e Município	2015/2024	União, Estado e Município
15.8) Aderir à oferta de cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior destinados à formação, nas respectivas áreas de atuação, dos profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério.	SEMED	2015/2024	União e Estado
15.9) Participar, em regime de colaboração, perante demanda manifesta, da política nacional de formação continuada para os profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério.	União, Estado e Município	2015/2024	União, Estado e Município
15.10) Incentivar os profissionais da educação a se inscrevem na Plataforma Freire, como meio de buscar uma segunda licenciatura, bem como viabilizar ajuda de custo.	SEMED, GERED, UEs	2015/2024	Próprios
EIXO IV – VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO – Meta 16 e Estratégias de Implementação			



Meta 16: Atingir nível de pós-graduação para 75% dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PME, e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.			
ESTRATÉGIAS	ATRIBUIÇÃO	PRAZO/ PERIODICIDADE	RECURSOS
16.1) Efetuar levantamento de demanda e buscar parcerias para a oferta de formação em pós-graduação em nível local.	SEMED, GERED, UEs	2015/2024	Próprios e Conveniados
16.2) Aderir à política nacional e estadual de formação de professores da educação básica.	SEMED, GERED	2015/2024	Próprios
16.3) Garantir a oferta e certificação das formações continuadas oferecidas pela Secretaria Municipal de Educação, com carga horária mínima de 80 horas a cada dois anos ou 40 horas anual.	SEMED, UEs	Anual	Próprios e Conveniados
16.4) Divulgar e incentivar a utilização do portal eletrônico do MEC, para subsidiar a atuação dos professores da educação básica.	SEMED, GERED, UEs	Anual	Próprios
16.5) Aderir, divulgar e incentivar quanto à oferta de bolsas de estudo para pós-graduação dos professores e demais profissionais da educação básica a serem viabilizadas pela União e/ou Estado.	SEMED, GERED, UEs	2015/2024	Próprios e Conveniados

#### EQUIPARAÇÃO SALARIAL AOS DEMAIS PROFISSIONAIS COM ESCOLARIDADE EQUIVALENTE

Indubitavelmente, a equiparação salarial aos demais profissionais com escolaridade equivalente será uma das principais lutas dos defensores da valorização dos profissionais do magistério público da educação básica até o final da vigência do Plano Nacional, Estadual e Municipal de Educação em 2024.

O quadro abaixo mostra o estudo realizado pelo MEC em 2013 quanto à equiparação salarial a que se refere a presente meta. No estudo fica evidente que a defasagem salarial é praticamente de 50% em relação à equiparação pretendida.

Média salarial NACIONAL		
Rede Municipal	Rede Estadual	Demais profissionais com nível superior
R\$ 2.024,00 □ 54,0%	R\$ 2.633,00 □ 40,2%	R\$ 4.400,00*

Quadro 02: Comparativo entre a média salarial profissionais da educação e profissionais com escolaridade equivalente

\*Salário médio de profissionais com nível superior em outras áreas.

EIXO IV – VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO – Meta 17 e Estratégias de Implementação			
Meta 17: Valorizar os profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a considerar seu rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, dentro do prazo de vigência deste PME.			
ESTRATÉGIAS	ATRIBUIÇÃO	PRAZO/ PERIODICIDADE	RECURSOS
17.1) Cumprir a Lei do Piso Nacional e de valorização do magistério público municipal.	Município	Anual	FUNDEB
17.2) Promover, em regime de colaboração, estudo de viabilidade quanto à equiparação do rendimento médio dos profissionais do magistério aos demais profissionais com escolaridade equivalente, segundo parâmetros nacionais de salários a serem levantados e definidos pelo MEC e SED.	União, Estado e Município	2015/2024	Próprios e Conveniados
17.3) Mobilizar forças políticas e de interesse de classe quanto à desvinculação das políticas de valorização do magistério público municipal, dos limites estabelecidos na LRF nº 101/2000, Art. 20, inciso III, alínea "b", dos gastos com pessoal no setor público pelo poder executivo em 54%, a fim de permitir que potenciais recursos do Fundeb possam ser utilizados na efetiva valorização dos profissionais do magistério, independentemente dos limites de gastos com pessoal por parte do executivo municipal.	Poder Executivo e Legislativo Municipal, Estadual e Federal. Entidades de Classe da área educacional	2015/2024	Próprios e Conveniados
17.4) Cobrar da União à assistência financeira aos entes federados (Estado e Município), a implementação de políticas de valorização dos profissionais do magistério, em particular o piso salarial nacional profissional, equiparando aos demais profissionais com escolaridade equivalente.	SEMED, GERED, UEs, Entidades de classe	Anual	União

#### PLANO DE CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO

O município de Ibiá possui Plano de Carreira do Magistério Público Municipal aprovado em 2002, porém, um novo Plano está tramitando junto ao Legislativo Municipal visto que o Plano vigente não é sustentável financeiramente com os recursos disponíveis para a educação. Neste sentido, faz-se necessário uma avaliação contínua das possíveis estratégias para minimizar as perdas no Fundeb e de valorização do magistério, pois são estes os recursos que permitem a consolidação das políticas salariais para o setor educacional.

EIXO IV – VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO – Meta 18 e Estratégias de Implementação			
Meta 18: Assegurar existência e reformulação dos Planos de Carreira para os profissionais da educação básica de todos os sistemas de ensino e, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.			
ESTRATÉGIAS	ATRIBUIÇÃO	PRAZO/ PERIODICIDADE	RECURSOS
18.1) Estruturar a Rede Municipal de Ensino de modo que, até o final da vigência deste Plano, 80%, no mínimo, dos profissionais da educação, sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício.	Prefeitura e SEMED	2024	Próprios
18.2) Realizar, periodicamente, concurso público para efetivação dos profissionais da educação, a fim de atender a estratégia 18.1 desta meta.	Prefeitura	2015/2024	Próprios
18.3) Cumprir e reavaliar periodicamente o Plano de Carreira do Magistério Público Municipal.	Poder público municipal, SEMED e Profissionais da área	2015/2024	Próprios
18.4) Estudar a possibilidade de adesão à prova nacional, para realização de concursos públicos de admissão de profissionais do magistério da educação básica pública.	SEMED	2015/2024	Próprios
18.5) Assegurar no Plano de Carreira dos profissionais da educação do município, licenças remuneradas e incentivos para qualificação profissional, inclusive em nível de pós-graduação.	Prefeitura, SEMED, COMED	2015/2024	Próprios
18.6) Estimular a existência de comissões permanentes de profissionais da educação de todos os sistemas de ensino, para subsidiar os órgãos competentes na elaboração, reestruturação e implementação dos Planos de Carreira.	SEMED, GERED, COMED, Entidades de Classe	2015/2024	Próprios

## EIXO V – GESTÃO E FINANCIAMENTO

## DIAGNÓSTICO

## GESTÃO DEMOCRÁTICA

No tocante a gestão democrática da educação, cabe ao município implementar ações que promovam o avanço nesta perspectiva, valorizando aspectos importantes e que pouco a pouco estão fazendo parte da pauta de critérios na liberação de recursos voluntários pela União e, principalmente, no Ministério da Educação, o qual vem atuando cada vez mais na perspectiva técnica para a liberação de recursos para programas e projetos, em detrimento de questões de ordem política. Sendo assim é muito importante que o poder público municipal passe a alinhar suas ações na mesma perspectiva, contemplando a valorização e autonomia dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social (CACS), COMED, Conselhos Escolares, Fórum Municipal de Educação, entre outros, bem como a regulamentação da escolha da função de direção escolar.

Vale ressaltar que as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino não dispõe de Conselhos Escolares, apenas das tradicionais APP's, para atuarem como conselho consultivo e deliberativo das ações referentes à gestão e melhoria da qualidade educacional das escolas e do município. Outra questão que requer empenho sócio-político é uma melhor criterização (regulamentação) da escolha ao cargo de direção escolar, vez que atualmente, os diretores escolares são indicados pelo poder executivo municipal, respeitando-se o critério estabelecido no Plano de Carreira de que os mesmos devem pertencer ao quadro de profissionais efetivos do magistério público municipal.

EIXO V – GESTÃO E FINANCIAMENTO – Meta 19 e Estratégias de Implementação			
Meta 19: Assegurar condições, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar.			
ESTRATÉGIAS	ATRIBUIÇÃO	PRAZO/ PERIODICIDADE	RECURSOS
19.1) Adequar a legislação local, frente às prerrogativas de priorização no repasse de transferências voluntárias da União na área da educação para os entes federados que tenham aprovado legislação específica que regule a matéria na área de sua abrangência, respeitando-se a legislação nacional, e que considere, conjuntamente, para a nomeação dos diretores de escola, critérios técnicos de mérito e desempenho, bem como a participação da comunidade escolar.	Poder Executivo e Legislativo Municipal e COMED	2015/2018	Próprios

19.2) Aderir, incentivar e apoiar a participação dos conselheiros nos programas de formação aos conselheiros do Conselho Municipal de Educação-COMED, Conselhos Escolares-CE's, Conselhos de acompanhamento e controle social (Fundeb, CAE e outros), oferecidos pela União e/ou Estado.	SEMED, UEs	2015/2024	Próprios e Conveniados
19.3) Incentivar a participação nos Fóruns Permanentes de Educação: Nacional, Estadual e Municipal.	SEMED, COMED, UEs, GERED, Entidades representativas do FME	2015/2024	Conveniados e Próprios
19.4) Criar os Conselhos Escolares nas unidades de educação do município, em conformidade com a legislação vigente.	SEMED, UEs, APP's, GERED, Comunidade escolar	2015/2016	Próprios
19.5) Estimular, em todas as redes de educação básica, a constituição e/ou fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-se lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações.	SEMED, UEs, GERED	2015/2024	Próprios
19.6) Estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares.	SEMED, UEs, GERED, Comunidade Escolar	Anual	Próprios
19.7) Favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino.	Prefeitura, SEMED	2015/2024	Próprios
19.8) Aderir e incentivar a participação em programas de formação de diretores e gestores escolares, oferecidos em regime de colaboração pela União e Estado.	SEMED	2015/2024	Próprios e Conveniados

#### FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

Nos últimos anos a Prefeitura Municipal de Ibiam vem contabilizando em relação à participação relativa dos recursos provenientes de impostos aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino, gastos próximos ou acima de 30%, bem acima do limite mínimo de 25% exigidos pela LRF, conforme se pode visualizar no gráfico:

Gráfico 07: Recursos Aplicados na Educação de Ibiam

\s

Fonte: Contabilidade Prefeitura

A participação relativa de cada uma das despesas com ações típicas de manutenção e desenvolvimento do ensino no exercício de 2014, segundo informações contábeis dispostas no relatório resumido da execução orçamentária ficou assim integralizada:

Tabela 16: Participação relativa das despesas com ações típicas de MDE-2014

AÇÕES	DESPESAS R\$	% RELATIVA
Educação Infantil	292.382,72	14,4%
Ensino Fundamental	1.731.875,93	85,6%
Ensino Médio	-	-
Ensino Superior	-	-
Ensino Profis. não regular	-	-
Outras	-	-
Total	2.024.258,65	100%

Fonte: Relatório resumido da execução orçamentária 2014

Os dados acima permitem avaliar que no ordenamento das despesas o Ensino Fundamental recebe o grande montante dos investimentos com 85,6% e a Educação Infantil, com 14,4%. As demais ações não apresentaram, no período analisado, despesas diretas.

Os recursos diretos/não voluntários repassados pela União, em caráter continuado, no exercício de 2014 corresponderam aos seguintes valores nominais e per capita aluno:

- Salário Educação ..... R\$ 63.046,46(R\$356,19per capita aluno-ano)
- Transporte Escolar (PNATE) ..... R\$ 32.259,01 (R\$ 126,01 per capita aluno-ano)
- Alimentação Escolar (PNAE) ..... R\$ 10.704,00 (R\$ 60,47 per capita aluno-ano)
- Brasil Carinhoso ..... R\$ 0,00

O principal recurso da educação está vinculado ao FUNDEB, cujos valores restituídos estão diretamente vinculados às matrículas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental que o município contabiliza anualmente através do Educacenso.

O quadro abaixo mostra o comportamento histórico dos 20% dos recursos de impostos (federal e estadual), de direito do município, retidos automaticamente na conta estadual do Fundeb, com o princípio da função redistributiva, de 2001 a 2014:

ANO	TRANSFERÊNCIAS	DESCONTOS	DIFERENÇA	DIFERENÇA (%)
2001	111.588,01	212.228,62	-100.640,61	-90,10%
2002	139.323,30	261.198,06	-121.874,76	-87,40%
2003	154.494,43	272.474,53	-117.980,10	-76,30%
2004	185.115,60	299.795,18	-114.679,58	-61,90%
2005	195.799,85	581.553,43	-385.753,58	-197,00%
2006	206.906,06	653.103,57	-446.197,51	-215,60%
2007	259.088,56	828.279,33	-569.190,77	-219,60%
2008	328.094,32	1.137.549,90	-809.455,58	-246,70%
2009	357.129,76	1.211.698,20	-854.568,44	-239,20%
2010	417.370,82	1.376.107,73	-958.736,91	-229,70%
2011	422.100,97	1.630.011,09	-1.207.910,12	-286,10%
2012	474.410,89	1.648.180,91	-1.173.770,02	-247,40%
2013	514.669,32	1.767.007,07	-1.252.337,75	-243,30%
2014	548.587,95	1.919.916,74	-1.371.328,79	-249,90%
TOTAL	4.314.679,84	13.799.104,36	-9.484.424,52	-219,82%

### Quadro 03: Retenção e Restituição dos recursos do FUNDEB do município de Ibiã

Fonte: Portal das transferências da FECAM

Fica evidenciado que o município de Ibiã apresentou vultosas perdas no Fundeb na série histórica avaliada, em função do pequeno número de alunos que atende em sua Rede. Para o ano de 2015, contabilizados os valores de janeiro a abril, os valores retidos no Fundeb foram de R\$703.723,89e restituídos R\$216.130,37, com um saldo negativo de R\$ 487.593,52, correspondendo à perda de 69,3% em relação aos valores retidos no fundo.

EIXO V – GESTÃO E FINANCIAMENTO – Meta 20 e Estratégias de Implementação			
Meta 20: Manter e otimizar o investimento público na área educacional municipal e ampliar o regime de colaboração, na obtenção de recursos, junto ao Estado e União.			
ESTRATÉGIAS	ATRIBUIÇÃO	PRAZO/ PERIODICIDADE	RECURSOS
20.1) Garantir fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica (FUNDEB, Salário Educação, PNAE, PNATE, PDDE e outros) observando-se as políticas de colaboração entre os entes federados, com vistas a atender as demandas educacionais e o padrão de qualidade nacional.	União, Estado e Município	Anual	União, Estado e Município
20.2) Cobrar da União e do Estado, os programas e investimentos na manutenção e desenvolvimento do ensino, previstos no PNE e PEE respectivamente, durante o prazo de vigência dos mesmos.	SEMED, COMED, Poder Público Municipal	Anual	Próprios
20.3) Manter e otimizar os investimentos do município, na manutenção e desenvolvimento da educação básica, considerando a média aplicada nos períodos anteriores.	Prefeitura, SEMED, COMED	Anual	Próprios
20.4) Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem, nos termos do parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, com a colaboração entre o Ministério da Educação, as Secretarias de Educação dos Estados e dos Municípios e os Tribunais de Contas da União, dos Estados e Controle Interno dos Municípios.	União, Estado e Município	Anual	União, estado e Município
20.5) Atribuir e garantir à SEMED a função da gestão e ordenamento das despesas dos recursos da educação, nas diversas etapas e modalidades de ensino.	SEMED, COMED, Conselho do Fundeb, CAE	Anual	Próprios
20.6) Cobrar da União e do Estado à regulamentação do regime de colaboração entre as unidades federativas, previstas na Constituição Federal.	SEMED, Conselhos, GERED, Poder Público	Anual	Próprios
20.7) Manter e fazer adesão aos atuais e futuros programas e projetos do MEC/FNDE, que venham a contribuir com recursos e benefícios para a municipalidade.	SEMED, UEs, GERED	Anual	Próprios
20.8) Apoiar a aprovação e aplicação da Lei de Responsabilidade Educacional, assegurando padrão de qualidade na educação básica, em cada sistema e rede de ensino, aferida pelo processo de metas de qualidade aferidas por institutos oficiais de avaliação educacionais.	SEMED, Conselhos, Poder Público Municipal, GERED	Anual	Próprios

20.9) Reavaliar o convênio do transporte escolar com o Estado de Santa Catarina, na perspectiva de elevação dos valores per capita aluno transportado, bem como em relação a maior distância percorrida por aluno atendido da sua Rede.	Poder Público Municipal	Anual	Estado e Próprios
---	-------------------------	-------	-------------------

## ANEXOS

## LISTAGEM DE SIGLAS E ACRÔNIMOS

ACT – Admissão em Caráter Temporário  
 AEE – Atendimento Educacional Especializado  
 AI – Anos Iniciais  
 AF – Anos Finais  
 AMARP – Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe  
 ANA – Avaliação Nacional da Alfabetização  
 APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais  
 APAS – Associação de pais e Amigos dos Surdos  
 APP – Associação de Pais e Professores  
 APOIA – Aviso por Infrequência de Aluno  
 BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
 BPC – Benefício de Prestação Continuada  
 CAE – Conselho de Alimentação Escolar  
 CE – Conselho Escolar  
 CE's – Conselhos Escolares  
 CEJA – Centro de Educação de Jovens e Adultos  
 COMED – Conselho Municipal de Educação  
 CONAE – Conferência Nacional de Educação  
 CONAES – Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior  
 CRAS – Centro de Referência de Assistência Social  
 DATASUS – Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde  
 Educacenso - Sistema informatizado de levantamento de dados do Censo Escolar  
 EE – Educação Especial  
 EEB – Escola de Educação Básica  
 EJA – Educação de Jovens e Adultos  
 EM – Ensino Médio  
 ENADE – Exame Nacional de Desempenho de Estudantes  
 ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio  
 FCEE – Fundação Catarinense de Educação Especial  
 FECAM – Federação Catarinense dos Municípios  
 FIES – Fundo de Financiamento Estudantil  
 FME – Fórum Municipal de Educação  
 FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação  
 FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação  
 GERED – Gerência Regional de Educação  
 IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
 IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica  
 IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal  
 IFC – Instituto Federal Catarinense  
 INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira  
 IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
 LDB – Lei das Diretrizes e Bases da Educação  
 LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias  
 LOA – Lei Orçamentária Anual  
 LRE – Lei de Responsabilidade Educacional  
 LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal  
 MEC – Ministério da Educação e Cultura  
 PAC – Plano de Aceleração do Crescimento  
 PAR – Plano de Ações Articuladas  
 PARFOR – Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica  
 PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola  
 PEE – Plano Estadual de Educação  
 PME – Plano Municipal de Educação  
 PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar  
 PNAIC – Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa  
 PNATE – Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar  
 PNE – Plano Nacional de Educação  
 PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
 PPA – Plano Plurianual



PROFA – Programa de Formação de Professores Alfabetizadores

PROLETRAMENTO - Programa de formação continuada de professores para a melhoria da qualidade de aprendizagem da leitura/escrita e matemática nos anos/séries iniciais do ensino fundamental

PROUNI – Programa Universidade para Todos

PROINFÂNCIA - Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil

QEdu – Portal eletrônico que organiza dados da qualidade da educação brasileira a partir da Prova Brasil

SAEB – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica

SAED – Serviço de Apoio ao Estudante com Deficiência

SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

SED – Secretaria de Estado da Educação

SEMEC – Secretaria Municipal de Educação

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SIAB – Sistema de Informação da Atenção Básica

SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

Sistema “S” – São instituições/organização não públicas, do setor produtivo, ligadas a Confederação Nacional da Indústria ou a Federação do Comércio

SISU – Sistema de Seleção Unificada

SMSAS – Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social

UE – Unidade Escolar

UE's – Unidades Escolares

UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais

## LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

### 1. TABELAS:

- Tabela 01: Matrícula inicial da Educação Básica do município de Ibiam– 2015
- Tabela 02: Atendimento da demanda na Educação Infantil 2015
- Tabela 03: Atendimento da demanda no Ensino Fundamental 2015
- Tabela 04: Atendimento da demanda no Ensino Médio 2015
- Tabela 05: Oferta de Educação Integral por Rede – Matrículas 2015
- Tabela 06: Resultados do IDEB Anos Iniciais por Rede, Indicadores e Metas Projetadas
- Tabela 07: Níveis de Proficiência Educacional dos Anos Iniciais e Finais de Ibiam por Rede – SAEB/2013
- Tabela 08: Fluxo Escolar por Rede e Modalidade de Ensino – Ibiam 2010 a 2013
- Tabela 09: Distorção Idade-Série 2013 por Rede – Ibiam, Santa Catarina e Brasil
- Tabela 10: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes –Ibiam
- Tabela 11: Escolaridade da população com 25 anos ou mais – 2010
- Tabela 12: Analfabetismo e Escolaridade pessoas de 15 anos ou mais – 2010
- Tabela 13: Vulnerabilidade Sócio educacional do Município e Estado em 2010
- Tabela 14: Evolução do Piso Nacional do Magistério Professores 40 horas (Lei nº 11.738/2008)
- Tabela 15: Situação Contratual e Nível de Formação dos Profissionais da Educação por Rede e Modalidade de Ensino – Ano Letivo de 2015
- Tabela 16: Participação relativa das despesas com ações típicas de MDE-2014

### 2. QUADROS:

- Quadro 01: Relação de alunos atendido por Rede e Deficiência / Síndrome
- Quadro 02: Comparativo entre a média salarial profissionais da educação e profissionais com escolaridade equivalente
- Quadro 03: Retenção e Restituição dos recursos do FUNDEB do município de Ibiam

### 3. GRÁFICOS:

- Gráfico 01 e 02: Pirâmide Etária - Ibiam em 2000 e 2010
- Gráfico 03: IDEB 2005 a 2013 – Anos Iniciais Rede Pública BR, SC e Ibiam
- Gráfico 04: IDEB 2005 a 2013 – Anos Finais Rede Pública BR, SC e Ibiam
- Gráfico 05: Níveis de Proficiência em Leitura, Escrita e Matemática - Prova ANA 2013
- Gráfico 06: Fundeb e a folha dos Profissionais da Educação
- Gráfico 07: Recursos Aplicados na Educação de Ibiam

### 4. FIGURAS:

- Figura 01: Proficiência Educacional 2013 por Rede

## DECRETO DE INSTITUIÇÃO DO FME

DECRETO Nº 2764 DE 05 DE MARÇO DE 2015.

INSTITUI O FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IBIAM E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIAM, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Ibiam,

### RESOLVE:

Art. 1º. Instituir o Fórum Municipal de Educação, que tem por finalidade realizar a Conferência Municipal de Educação de Ibiam, para elaborar, acompanhar e avaliar o Plano Municipal de Educação, bem como, a implementação de suas deliberações e promover as articulações

necessárias entre os correspondentes do Fórum Estadual e Nacional de Educação.

Parágrafo único – O Fórum Municipal de Educação é um órgão permanente, constituído por representantes de órgão e entidades públicas governamentais e não governamentais e da sociedade civil, com atuação e abrangência no município de Ibiam.

Art. 2º. Compete ao Fórum Municipal de Educação, devidamente assessorado pela Comissão Executiva do PME, nomeado por portaria específica:

I – Participar do processo de concepção, implementação e avaliação da política municipal de educação;

II - Acompanhar, junto a Câmara Municipal, a tramitação de projetos de leis referentes à política municipal de educação, em especial a de projetos de leis dos planos decenais de educação definidos no artigo 214 da Constituição Federal, com alterações da Emenda à Constituição 59/2009;

III – Elaborar seu Regimento Interno e aprovar “ad referendum” o Regimento Interno da conferência municipal de educação;

IV- Zelar para que o fórum e a conferência de educação do Município estejam articulados à Conferência Nacional de Educação;

V - Planejar e coordenar a realização da conferência municipal de educação, bem como divulgar as suas deliberações;

VI – Colaborar na elaboração do Plano Municipal de Educação, no acompanhamento de sua implementação e na avaliação de seus processos e resultados;

VII - Convocar, planejar e coordenar a realização da Conferência Municipal de Educação e mobilizar escolas e sociedade civil no que couber, em relação à Conferência Municipal de Educação;

VIII – Oferecer suporte técnico para organização e realização da Conferência Municipal de Educação;

IX – Acompanhar indicadores educacionais, articulando-se com observatórios de monitoramento de indicadores disponíveis;

X – Planejar e organizar espaços de debates sobre as políticas de educação;

XI – Coordenar a discussão e sistematizar as contribuições sobre temáticas relevantes à educação por ocasião de reuniões do fórum, sessões especiais e outros eventos;

XII – Contribuir na organização da Conferência Municipal e na elaboração do Plano Municipal de Educação;

XIII – Acompanhar e avaliar a implementação das deliberações da Conferência Municipal de Educação;

XIV – Realizar outras ações pertinentes.

Art. 3º. O Fórum terá acesso às informações e estatísticas educacionais, necessárias para o bom desempenho de seu trabalho.

Art. 4º. O Fórum Municipal de Educação será integrado pelas seguintes representatividades:

a) Secretaria Municipal de Educação – SEMED:

- Secretário (a) Municipal de Educação;

- Diretores Escolares da Rede Municipal de Ensino;

- Secretária Escolar do CEM Eliziane Titon;

- Orientadora Educacional;

- Supervisora Educacional.

b) Câmara Municipal de Vereadores:

- Membros da Comissão de Educação.

c) Conselho Municipal de Educação:

- Três conselheiros titulares do COMED.

d) Conselho Municipal do FUNDEB:

- Três conselheiros titulares.

e) Conselho Municipal de Alimentação Escolar:

- Três membros titulares do CAE.

f) Representantes da Escola de Educação Básica Heriberto Hülse

- Três membros da equipe diretiva.

g) Associações de Pais e Mestre – APPs:

- Nomeação de três pais de alunos de cada APP (Rede Municipal e Rede Estadual)

h) Representante dos profissionais da educação:

- Nomeação de dois representantes de cada nível de escolaridade ofertado, da Rede Municipal e Estadual de Ensino (Educação Infantil, Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II e Ensino Médio).

i) Educação Especial:

- Dois pais de aluno.

j) Conselho Tutelar:

- Todos os conselheiros ativos.

k) Ensino Superior:

- Dois representantes dos alunos universitários.

l) Ensino Técnico Profissionalizante:

- Dois representantes dos alunos do ensino técnico.

m) Secretaria Municipal da Saúde:

- Um representante de coordenação dos programas de saúde da família;

- Dois representantes dos agentes de saúde.

n) Secretaria Municipal de Assistência Social:

- Dois representantes.

o) Secretaria Municipal de Administração e Finanças

- Um representante

p) (outros).

§ 1º - Demais órgãos ou entidades interessadas em participar, poderão inscrever-se, de acordo com as normas constantes no Regimento Interno.

§ 2º - Os alunos da Educação Básica, por serem menor de idade, serão convidados a fazer parte do fórum, através de mobilização a ser coordenada pela equipe de planejamento e coordenação do PME, na quantidade e representatividade a ser definida pela mesma.

Art. 5º. Os representantes de que trata o art. 4º deste Decreto, serão indicados pelos dirigentes/responsáveis dos órgãos, entidades e representatividades a que pertencem e nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 6º. Os representantes de que trata o art. 4º deste decreto não serão remunerados por sua atuação, a qualquer título, sendo o exercício de suas atividades considerado de relevante interesse público.

Art. 7º. A estrutura e os procedimentos operacionais do Fórum Municipal de Educação constarão do seu Regimento Interno, aprovado em reunião convocada para esse fim, observadas as disposições deste decreto.

Art. 8º. O cronograma de ação para realização do Fórum Municipal de Educação e de elaboração do Plano Municipal de Educação terá a seguinte organização:

ETAPA	PERÍODO DE EXECUÇÃO
I – Portaria de nomeação da Equipe de Planejamento e Coordenação	Fevereiro de 2015
II – Decreto de Instituição do Fórum Municipal de Educação	Março de 2015
III – Portaria de composição dos representantes do Fórum Municipal de Educação	Abril de 2015
IV – Trabalhos da Comissão Executiva	Março, Abril e Maio 2015
V – Assembleia do Fórum Municipal de Educação para definição das metas do Plano Municipal de Educação	Abril de 2015
VI – Trabalho de sistematização do Plano Municipal de Educação para envio ao Poder Legislativo	Abril e Maio de 2015

Art. 9º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ibiam (SC), em 05 de março de 2015.

CLOVIS JOSÉ BUSATTO  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicação e Registro:

LAÉLCIO ANTONIO GASANIGA  
SECRETÁRIO MUNICIPAL ADM. E FAZENDA

PORTARIA DE NOMEAÇÃO DA COMISSÃO EXECUTIVA DO PME

PORTARIA Nº 038 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015

“NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANOMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO(PME)”

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, bem como o artigo 8º, da lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014 (aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências),

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os membros da Comissão Executiva do Plano Municipal de Educação – PME para estruturar e coordenar os trabalhos do Fórum Municipal de Educação do município de Ibiam, sendo que a equipe terá a seguinte composição:

I – Luciana Macedo Trevisol Balen - Secretária Municipal da Educação;

II – Mônica Tragancin Holleweger – Orientadora Educacional;

III – Catarina Maria Dallabrida Borsoi – Coordenadora do Centro Municipal de Educação Infantil José Atílio Grassi;

IV – Lucila Dalcolin Ciarnoschi – Secretária do Centro educacional Elisiane Titon.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 23 DE FEVEREIRO DE 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAÉLCIO ANTONIO GASANIGA  
Sec. da Adm. e da Fazenda

PORTARIA DE NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO FME

PORTARIA Nº 070, DE 06 DE ABRIL DE 2015

**“NOMEIA REPRESENTANTES DAS ENTIDADES DE CLASSE E REPRESENTATIVIDADES PARA O FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FME)”**

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiama, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o artigo 4º do decreto municipal nº 2764, de 05 de março de 2015,

**RESOLVE:**

Art. 1º. O Fórum Municipal de Educação será integrado pelas seguintes representatividades:

a) Secretaria Municipal de Educação – SEMED

- Secretário (a) Municipal de Educação:

LUCIANA MACEDO TREVISOL BALEN

- Diretores Escolares da Rede Municipal de Ensino:

CATARINA MARIA DALLABRIDA BORSOI

- Secretária Escolar do CEM Eliziane Titon:

LUCILA DALMOLIM CIARNOSCHI

- Orientadora Educacional:

MÔNICA TRAGANCIN HOLLEWEGGER

- Supervisora Escolar:

FÁTIMA FONTANA GONZATTO

b) Câmara Municipal de Vereadores

- Representante da Câmara Municipal:

TITULAR: ADENIR ROMANATTO

SUPLENTE: MÁRCIA APARECIDA GOMES DE OLIVEIRA

c) Conselho Municipal de Educação

- Três conselheiros titulares do COMED:

ALBERTO MILTON FONTANA

OLIVO CERON

ODETE GONÇALVES WALTER WILLE

d) Conselho Municipal do FUNDEB

- Três conselheiros titulares:

CLAUDINEI PERETTI

RODRIGO FELICETTI PEROSA

EDUARDA PIVETA GOMES DE OLIVEIRA

e) Conselho Municipal de Alimentação Escolar

- Três membros titulares do CAE.

MARINÊS BOLZANI

JULIA LAIDNES

ALDA DA SILVA

f) Representantes da Escola de Educação Básica Heriberto Hülse

- Três membros da equipe diretiva:

ELTON LUIS GONZATTO

LUCIANA LORENZETTI

ROBSON SILVA

g) Associações de Pais e Mestre – APPs

- Nomeação de três pais de alunos de cada APP

Rede Municipal:

DAIANE GRUTZMANN CHIESA RAMOS

KÁTIA VANELLI

MARIA SOLANGE DA SILVA MATOS BORSOI

Rede Estadual:

WILMAR FILIPPI

IVAIR CERON

DIVAIR FERREIRA THIBES

h) Representante dos profissionais da educação

- Nomeação de dois representantes de cada nível de escolaridade ofertado, da Rede Municipal e Estadual de Ensino.

Educação Infantil:

ELIANE MARIA PIOVESAN RECALCATTI

ITAMAR ROMANATTO

Ensino Fundamental I:

CAIO MURILO TRAGANCIN RINALDI

WALDECIRA APARECIDA TRAGANCIN DE OLIVEIRA

Ensino Fundamental II:

LUCAS GONZATTO

LUCIANA DISSEGNA

Ensino Médio:

MARCOS TOMAZ

MARCELO LUIZ RINALDI

i) Educação Especial

- Dois pais de aluno:

CLEUSA EMÍLIA SUSIN BRESSAN

LAIDES CHAGAS

j) Conselho Tutelar

- Todos os conselheiros ativos:

DÉBORA ROSSATO

IVONETE TREVISOL CRACO

MARIA DE FÁTIMA FILIPPI

MARIZANI APARECIDA RAMOS

SIMARA APARECIDA TREVISOL SLOGO

k) Ensino Superior

- Dois representantes dos alunos universitários:

DIEGO DA SILVA GUINDANI

SILVANA DA COSTA TREVISOL

l) Ensino Técnico Profissionalizante

- Dois representantes dos alunos do ensino técnico:

LUCIMAR CERON

ELAINE BASEI

m) Secretaria Municipal da Saúde

- Um representante de coordenação dos programas de saúde da família:

ERICA THOMÉ LAIDNES

- Dois representantes dos agentes de saúde:

DARIANE APARECIDA GOMES RAMOS BASEI

SILVANA REGINA BLOOT

n) Secretaria Municipal de Assistência Social

- Dois representantes:

LEILA APARECIDA RAMOS ARALDI

CRISTIANE CORDEIRO DE MORAIS

o) Secretaria Municipal da Administração e da Fazenda

- Um representante:

LÁELCIO ANTONIO GASANIGA.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 06 DE ABRIL DE 2015.

CLÓVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAÉLCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

FONTES DE INFORMAÇÕES E CONSULTAS

- Controle Interno da Prefeitura Municipal
- Lei Complementar nº 101/2000 (LRF)
- Lei Federal nº 11.494/2007 (FUNDEB)
- Lei Federal nº 11.738/2008 (Piso nacional)
- Lei Federal nº 13.005/2014 (PNE)
- Lei Federal nº 9.424/1996 (FUNDEF)
- Plano Estadual de Educação-PEE: Versão preliminar
- Portal QEDu ([www.qedu.org.br/cidade/](http://www.qedu.org.br/cidade/))
- Plano Político Pedagógico das Unidades Escolares
- Secretaria Municipal da Saúde
- Secretaria Municipal de Educação
- Setor Contábil da Prefeitura Municipal
- Unidades Escolares locais
- [www.atlasbrasil.org.br/2013/](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/)
- [www.ebc.com.br/educacao/2015/01/entenda-o-piso-salarial-do-magisterio](http://www.ebc.com.br/educacao/2015/01/entenda-o-piso-salarial-do-magisterio)
- [www.fecam.org.br](http://www.fecam.org.br) (portal das transferências)
- [www.fnde.gov.br](http://www.fnde.gov.br)
- [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)
- [www.ibiam.sc.gov.br](http://www.ibiam.sc.gov.br)
- [www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br)
- [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)
- [www.observatoriodopne.org.br](http://www.observatoriodopne.org.br)
- [www.sed.sc.gov.br](http://www.sed.sc.gov.br)
- [www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0206](http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0206)



**PORTARIA Nº 111/2015**

PORTARIA Nº 111, DE 15 DE JUNHO DE 2015

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de julho de 2010, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares a servidora pública municipal vinculada a Secretaria Municipal da Educação, abaixo relacionada:

Servidores	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Catarina Maria Dallabrida Borsoi	01.01.2014 a 31.12.2014	15.06.2015 a 24.06.2015

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 15 DE JUNHO DE 2015.  
CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA  
Sec. da Adm. e da Fazenda

**PORTARIA Nº 112/2015**

PORTARIA Nº 112, DE 18 DE JUNHO DE 2015

RETIFICA PORTARIAS DE SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, em especial aquelas contidas nos incisos VII e IX, do artigo 88, da Lei Orgânica Municipal, considerando a Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008 e os requerimentos da servidora protocolados em 29 de janeiro de 2014 e 06 de junho de 2014;

Considerando que, houve equívocos no período aquisitivo da licença prêmio concedida à servidora Flávia Lenita Pelentir, uma vez que licença para tratamento de saúde e licença por motivo de doença em pessoa da família retardam a concessão da referida licença na proporção de 1 (um) dia para cada dia de licença obtida;

Considerando que a Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal declara que a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial;

RESOLVE:

Art. 1º. Retificar o período aquisitivo da licença prêmio concedida através da Portaria nº 020, de 03 de fevereiro de 2014 a servidora

Flávia Lenita Pelentir, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º. Conceder a servidora FLÁVIA LENITA PELENTIR, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo – Nível 5 – Referência E, 10 (dez) dias de Licença Prêmio a que faz jus, referente ao período aquisitivo de 22.08.2008 a 15.11.2013, retardada em 86 dias, conforme determina os §§ 2º e 3º, do artigo 96-B, da Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008.

Art. 2º. Retificar o período aquisitivo da licença prêmio concedida através da Portaria nº 136, de 24 de junho de 2014 a servidora Flávia Lenita Pelentir, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º. Conceder a servidora FLÁVIA LENITA PELENTIR, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo – Nível 5 – Referência E, 10 (dez) dias de Licença Prêmio a que faz jus, referente ao período aquisitivo de 22.08.2008 a 15.11.2013, retardada em 86 dias, conforme determina os §§ 2º e 3º, do artigo 96-B, da Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 18 DE JUNHO DE 2015.  
CLÓVIS JOSÉ BUSATTO  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA  
Sec. da Adm. e da Fazenda

**RESOLUÇÃO Nº 001/2015 - CIDOSO**  
CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DE IBIAM

RESOLUÇÃO Nº01/2015

O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº570 de Abril de 2015, que dispõe sobre o FMI, CMI e outros;

CONSIDERANDO:

- A deliberação da reunião ordinária do dia 11 de junho de 2015 e Ata de nº02/2015;

- O Estatuto do Idoso;

Resolve:

Art. 1º Aprovar Plano de Ação e Aplicação do ano de 2015;

Art. 2º Aprovar Regimento Interno do Conselho Municipal do Idoso;

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação. Registrada, Publicada, CUMpra-SE.

IBIAM, 23 de Junho de 2015.

Sandro Tonello Possera

Presidente do Conselho Municipal do Idoso

Homologada em: 24/06/2015.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO

PREFEITO MUNICIPAL DE IBIAM

**RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO PL 32/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

## RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 032/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2015

Onde se lê: locação de brinquedos, tendas, banheiros químicos e palco, para festividade em comemoração ao aniversário do Município de Ibiam, previsto para o dia 19/07/2015.

Leia-se: Contratação de empresa especializada, em organização de eventos, com fornecimento de brinquedos, tendas, banheiros químicos e palco, para festividade em comemoração ao aniversário do Município de Ibiam, previsto para o dia 19/07/2015.

O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura de Ibiam, em dias úteis, de Segunda a Sexta – feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas, na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Fone (0\*\*49)534-0044.

Ibiam, 24 de Junho de 2015.

Clovis José Busatto

Prefeito Municipal de Ibiam

# Ilhota

## PREFEITURA

### 1795

Lei nº 1795, de 23 de junho de 2015.

**AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PARA ATENDER À DOTAÇÃO CONSTANTE DO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO.**

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de ILHOTA/SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 72, IV, da Lei Orgânica do Município e conforme autorização prevista no inciso I do artigo 7º da Lei nº 4.320, de 17/03/64, e de conformidade com a arts. Lei Municipal nº 1784, de 17 de Dezembro de 2014, DECRETA:

Art.1º- Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito especial, no valor de R\$ 181.140,00(Cento e oitenta e um mil e cento e quarenta reais), para inclusão da modalidade de aplicação 71 (Aplicação Direta Consorcio Público e remanejamento de dotações, por conta de redução parcial do valor previsto nas seguintes dotações do orçamento vigente:

ENTIDADE: 01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA  
Órgão: 04 - SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO  
Unidade: 04.01 – SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO  
Atividade: 2.006 – Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Administração  
Elemento:( ) 3.3.90.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas ..  
..... R\$ 5.640,00

Órgão 07 – SECRETÁRIA DE TRANSPORTES  
Unidade: 07.01 – DEPARTAMENTO DE ESTRADA E RODAGEM - DMER  
Atividade 2.007 – Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Transporte  
Elemento:( ) 3.3.99.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas ..  
..... R\$170.500,00

Órgão 07 – SECRETÁRIA DE TRANSPORTES  
Unidade: 07.01 – DEPARTAMENTO DE ESTRADA E RODAGEM - DMER  
Atividade 2.010 – Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Transporte  
Elemento:( ) 4.4.99.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas ..  
..... R\$5.000,00

Art.2º - O resultado das anulações previstas no parágrafo único do art. 1º serão utilizadas na criação e para suplementação do seguinte item do orçamento vigente:

ENTIDADE: 01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA  
Órgão: 04 - SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO  
Unidade: 04.01 – SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO  
Atividade: 2.022 – CONSORCIO DE INFORMATICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA  
Elemento:( ) 3.3.93.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas ..  
..... R\$ 5.640,00

Órgão 07 – SECRETÁRIA DE TRANSPORTES  
Unidade: 07.01 – DEPARTAMENTO DE ESTRADA E RODAGEM - DMER  
Atividade 1.005 – Pavimentação e Drenagem de Ruas, Reurbanização e Revitalização  
Elemento:( ) 4.4.90.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas ..

..... R\$175.500,00

Art.3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Ilhota, 23 de junho de 2015.

DANIEL CHRISTIAN BOSI

Prefeito Municipal

### EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 001 - DP 001 2014 - ALUGUEL MAIS MEDICOS (DITMAR)

Extrato do Primeiro Termo Aditivo de Contrato nº 001/2014 – FMS  
Estado de Santa Catarina  
Município de Ilhota  
Setor de Compras e Licitações  
Extrato de Contrato nº 001/2014 – FMS  
Processo: Dispensa nº 001/2014

Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL SITUADO NA ESTRADA GERAL, BRAÇO DO BAÚ, ILHOTA, SC, CEP: 88.330-024, ÁREA TOTAL DE 131m² PARA SERVIR DE RESIDÊNCIA À MÉDICA ALIDA CARMENATE FERNANDEZ – PROGRAMA MAIS MÉDICO, CONFORME PT MS Nº 23/2013 – MINISTÉRIO DA SAÚDE – AO QUAL O MUNICÍPIO DE ILHOTA ADERIU POR MEIO DA LEI Nº 1763, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013, CONFORME JUSTIFICATIVA E DOCUMENTOS CONSTANTES DO PROCESSO DE DISPENSA Nº 01/2014.

Fornecedor: RITA TEREZINHA DE SOUZA KRETZER

VALOR: R\$ 15.296,88 TOTAL, R\$ 1.274,74 MENSAIS  
PRAZO: 01/01/2015 à 31/12/2015

Assinatura: 19/12/2014

Daniel Christian Bosi

Prefeito Municipal

### EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 007 - DP 004 2014 - ALUGUEL PROCON (PAULO AFONSO SCHNAIDER)

Extrato do Primeiro Termo Aditivo de Contrato nº 007/2014 – PMI  
Estado de Santa Catarina  
Município de Ilhota  
Setor de Compras e Licitações  
Extrato de Contrato nº 007/2014 – PMI  
Processo: Dispensa nº 004/2014

Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL SITUADO NA RUA 21 DE JUNHO, Nº 338, SALA 03, CENTRO, EM ILHOTA, SC, CEP: 88320-000, ÁREA TOTAL DE 48m², PARA INSTALAÇÃO E UTILIZAÇÃO DO PROCON, CONFORME JUSTIFICATIVA ANEXA AO PROCESSO.

Fornecedor: PAULO AFONSO SCHNAIDER

VALOR: R\$ 11.685,08 TOTAL, R\$ 1.062,28 MENSAIS  
PRAZO: 12/01/2015 à 12/12/2015

Assinatura: 09/01/2015

Daniel Christian Bosi

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 002 - DP 010 2013 - ALUGUEL SEC. EDUCAÇÃO (UBIRATA)**

Extrato do Segundo Termo Aditivo de Contrato nº 002/2013  
Estado de Santa Catarina  
Município de Ilhota  
Setor de Compras e Licitações  
Extrato de Contrato nº 002/2013  
Processo: Dispensa nº 010/2013

Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL SITUADO NA RUA RICARDO PAULINO MAES, Nº 420, CENTRO, EM ILHOTA, SC, CEP: 88320-000, ÁREA TOTAL DE 400m², COM DOIS PAVIMENTOS E ESTACIONAMENTO, PARA INSTALAÇÃO E UTILIZAÇÃO CONJUNTA PELAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E INDÚSTRIA E COMÉRCIO E ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO, CONFORME JUSTIFICATIVA ANEXA AO PROCESSO.

Fornecedor: UBIRATA MURILO MENDES

VALOR: R\$ 57.363,24 TOTAL, R\$ 4.780,27 MENSAIS  
PRAZO: 01/01/2015 à 31/12/2015

Assinatura: 19/12/2014  
Daniel Christian Bosi  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 005 - DP 012 2013 - ALUGUEL CONSELHO TUTELAR (LUCIMAR DAROS)**

Extrato do Segundo Termo Aditivo de Contrato nº 005/2013 – FMAS  
Estado de Santa Catarina  
Município de Ilhota  
Setor de Compras e Licitações  
Extrato de Contrato nº 005/2013 – FMAS  
Processo: Dispensa nº 012/2013

Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL SITUADO NA RUA IZIDORO MAES, Nº 237, CENTRO, EM ILHOTA, SC, EDIFICADO COM ÁREA TOTAL DE 194m², ONDE FUNCIONA O CONSELHO TUTELAR, CONFORME JUSTIFICATIVA DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, ANEXA AO PROCESSO.

Fornecedor: LUCIMAR PEREIRA DAROS

VALOR: R\$ 6.373,68 TOTAL, R\$ 531,14 MENSAIS  
PRAZO: 01/01/2015 à 31/12/2015

Assinatura: 19/12/2014  
Daniel Christian Bosi  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 006 - DP 013 2013 - ALUGUEL CRAS (LUCIMAR DAROS)**

Extrato do Segundo Termo Aditivo de Contrato nº 006/2013 – FMAS  
Estado de Santa Catarina  
Município de Ilhota  
Setor de Compras e Licitações  
Extrato de Contrato nº 006/2013 – FMAS  
Processo: Dispensa nº 013/2013

Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL SITUADO NA RUA IZIDORO MAES, Nº 257, CENTRO, EM ILHOTA, SC, EDIFICADO COM ÁREA

TOTAL DE 194m², DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS, CONFORME JUSTIFICATIVA DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, ANEXA AO PROCESSO.

Fornecedor: LUCIMAR PEREIRA DAROS

VALOR: R\$ 19.121,04 TOTAL, R\$ 1.593,42 MENSAIS  
PRAZO: 01/01/2015 à 31/12/2015

Assinatura: 19/12/2014  
Daniel Christian Bosi  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 012 - DP 028 2013 - ALUGUEL DEFESA CIVIL (MARINO MIGLIOLI)**

Extrato do Segundo Termo Aditivo de Contrato nº 012/2013  
Estado de Santa Catarina  
Município de Ilhota  
Setor de Compras e Licitações  
Extrato de Contrato nº 012/2013  
Processo: Dispensa nº 028/2013

Objeto: LOCAÇÃO DE SALA DE UM IMÓVEL SITUADO NA RUA FREI JACINTO, Nº 69, CENTRO, EM ILHOTA, SC, EDIFICADO COM ÁREA TOTAL DE 147m², UTILIZADO PARA ABRIGAR A COORDENADORIA DE DEFESA CIVIL DO MUNICÍPIO DE ILHOTA/SC.

Fornecedor: MARINO MIGLIOLI

VALOR: R\$ 15.679,32 TOTAL, R\$ 1.306,61 MENSAIS  
PRAZO: 01/01/2015 à 31/12/2015

Assinatura: 19/12/2014  
Daniel Christian Bosi  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 026 - DP 068 2013 - ALUGUEL CEI ALTO BAU (GERVASIO HENCHE)**

Extrato do Segundo Termo Aditivo de Contrato nº 026/2013  
Estado de Santa Catarina  
Município de Ilhota  
Setor de Compras e Licitações  
Extrato de Contrato nº 026/2013  
Processo: Dispensa nº 068/2013

Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL SITUADO NA RUA ESTRADA GERAL ALTO BAÚ, ALTO BAÚ, ILHOTA, SC, DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ALTO BAÚ, CONFORME JUSTIFICATIVA DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ANEXA AO PROCESSO.

Fornecedor: GERVASIO HENCHE

VALOR: R\$ 8.498,28 TOTAL, R\$ 708,19 MENSAIS  
PRAZO: 01/01/2015 à 31/12/2015

Assinatura: 19/12/2014  
Daniel Christian Bosi  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 007 - DP 016 2013 - ALUGUEL PROF. GIANNA (ARNO SOARES)**

Extrato do Terceiro Termo Aditivo de Contrato nº 007/2013 – FME  
Estado de Santa Catarina  
Município de Ilhota  
Setor de Compras e Licitações  
Extrato de Contrato nº 007/2013 – FME  
Processo: Dispensa nº 016/2013

Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL SITUADO NA RUA ANTONIO BATISTA CURBANI, Nº 125, CENTRO, EM ILHOTA, SC, DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DA EXTENSÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL VOVÔ JUCA II (ALTERADO PARA PROF. GIANNA), CONFORME JUSTIFICATIVA DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ANEXA NO PROCESSO.

Fornecedor: ARNO SOARES

VALOR: R\$ 20.397,72 TOTAL, R\$ 1.699,81 MENSAIS  
PRAZO: 01/01/2015 à 31/12/2015

Assinatura: 19/12/2014  
Daniel Christian Bosi  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 013 - DP 024 2013 - ALUGUEL NAES (IVO SCHMITZ)**

Extrato do Terceiro Termo Aditivo de Contrato nº 013/2013 – PMI  
Estado de Santa Catarina  
Município de Ilhota  
Setor de Compras e Licitações  
Extrato de Contrato nº 013/2013 – PMI  
Processo: Dispensa nº 024/2013

Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL SITUADO NA RUA FELICIANO LUIZ GONÇALVES, Nº 30, SALA 02, EM ILHOTA, SC, PRIVATIVA DE 272,37m², COM ESTACIONAMENTO, UTILIZADO PARA FUNCIONAMENTO DO NAES – NÚCLEO AVANÇADO DE ENSINO SUPLETIVO.

Fornecedor: IVO SCHMITZ

VALOR: R\$ 50.192,88 TOTAL, R\$ 4.182,74 MENSAIS  
PRAZO: 01/01/2015 à 31/12/2015

Assinatura: 19/12/2014  
Daniel Christian Bosi  
Prefeito Municipal

**LC 60 2015**

LEI COMPLEMENTAR Nº 60, de 17 de junho de 2015

NA NOVA REDAÇÃO AO ART. 1º E ACRESCENTA O PARÁGRAFO ÚNICO AO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 40/2013, QUE DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DAS REMUNERAÇÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO EXCLUÍDOS OS SERVIDORES DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 1º da lei Complementar nº 40, de 29 de julho de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º As remunerações dos servidores públicos do Município (incluindo a Administração Direta e Indireta), com exceção dos servidores ativos, inativos e pensionistas do Magistério Municipal, definidas em regra própria, serão revistas anualmente, na forma do inciso X do art. 37 da Constituição Federal, no mês de julho, sem distinção de índices, extensivos aos proventos dos inativos e pensionistas do Quadro Geral de Servidores.” NR

Art. 2º Fica acrescido o Parágrafo único ao art. 3º da lei Complementar nº 40, de 29 de julho de 2013, com a seguinte redação:

“Art. 3º (...)

Parágrafo único. Na apuração do índice do INPC, mencionado no caput, será considerada variação anual correspondente aos meses de junho do ano anterior até o mês de maio do ano da aplicação do reajuste.”

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE ILHOTA, 17 de junho de 2015.  
Daniel Christian Bosi  
Prefeito Municipal

**LEI 1794 202015**

LEI ORDINÁRIA Nº 1794/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR O PAGAMENTO COMPLETIVO DO PISO SALARIAL PROFISSIONAL NACIONAL DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DA EDUCAÇÃO BÁSICA, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

LAVINO MIGUEL NUNES, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Ilhota, no uso das atribuições conferidas pelo § 7º do Art. 54 da Lei Orgânica do Município de Ilhota, e pela letra “d” do inciso VIII do Art. 33 do Regimento Interno, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, a pagar completo do Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério Público de Educação Básica, na forma do caput do Art. 5º da Lei Federal nº 11.738/2008, que Regulamenta a alínea “e” do inciso III, do caput do art. 60, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Piso Profissional Nacional para os Profissionais do Magistério Público da Educação Básica, reajustado em 13,1% (treze vírgula um por cento).

Art. 2º Fica assegurado ao profissional do Magistério Público da Educação Básica da rede municipal de ensino, reajuste de 13,01%, conforme Tabela em Anexo que altera o Anexo XIV da Lei Complementar nº 47 de 31/10/2013.

Parágrafo Único: O reajuste contido no caput do artigo é extensível aos servidores inativos do Magistério Público da Educação Básica da Rede Municipal de Ensino

Art. 3º As despesas advindas da presente Lei serão custeadas com recursos ordinários do Orçamento Anual.

Art. 4º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ilhota, em 23 de junho de 2015.  
LAVINO MIGUEL NUNES  
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ILHOTA



# Imbituba

## PREFEITURA

**DECRETO PMI Nº 112, DE 24 DE JUNHO DE 2015.**

DECRETO PMI Nº 001, DE 14 DE JANEIRO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Trânsito de Imbituba e da outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.485, de 03 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), para novo item orçamentário, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE IMBITUBA		
Manutenção do Fundo de Trânsito		
06.181.0017-2.044		
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000 (0011)	Aplicações Diretas	80.000,00
Total	80.000,00	

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do superávit financeiro de recursos próprios apurados em exercícios anteriores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 14 de janeiro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Daniel Vinício Arantes Neto

Secretário Municipal de Governo - interino

DECRETO PMI Nº 002, DE 22 DE JANEIRO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.485, de 03 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 46.000,00 (quarenta e seis mil reais), para novo item orçamentário, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA		
Manutenção do C.R.E.A.S.		
08.243.0013-2.068		
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0785	Aplicações Diretas	46.000,00
Total	46.000,00	

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior correrão por conta do excesso de arrecadação de recursos do Cofinanciamento Social Especial de Média Complexidade do FEAS - Fundo Estadual de Assistência Social.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 22 de janeiro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Daniel Vinício Arantes Neto

Secretário Municipal de Governo - interino

DECRETO PMI Nº 003, DE 26 DE JANEIRO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.510, de 26 de janeiro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 31.000,00 (trinta e um mil reais), para reforço da dotação orçamentária, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDUC		
Constr., Reforma, Ampliação Unid. Escolares-Creches		
12.365.0009-1.037		
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0001 (0053)	Aplicações Diretas	31.000,00
Total	31.000,00	

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação total e/ou parcial da dotação orçamentária abaixo, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDUC		
Constr., Reforma, Ampliação Unid. Escolares-Fundamental		
12.361.0009-1.005		
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0001 (0029)	Aplicações Diretas	31.000,00
Total	31.000,00	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 26 de janeiro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Daniel Vinício Arantes Neto

Secretário Municipal de Governo - Interino

DECRETO PMI Nº 004, DE 26 DE JANEIRO DE 2015.

Constitui a Comissão Permanente de Licitação e dá outras providências.

O PREFEITO DO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 93, inciso VII e Artigo 94 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto pelas Leis Federais n.º 8.666/93 e alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Comissão Permanente de Licitação, composta por 05 (cinco) membros que procederá ao recebimento, análise e julgamento dos processos licitatórios e documentos relativos ao cadastramento de licitantes do Município de Imbituba.

Art. 2º Para comporem a Comissão ora constituída ficam nomeadas as Senhoras, Ana Maria Espíndola e Michelle Francine Pereira de Oliveira e os Senhores, Dilson Petrassem Júnior, Édson Romário de Oliveira e Daniel Henrique de Sá..

Parágrafo único. A referida comissão será presidida pelo Senhor Dilson Petrassem Júnior e Secretariada pela Senhora Ana Maria Espíndola.

Art. 3º À Comissão Permanente de Licitação compete privativamente:

- I – Examinar e julgar todos os documentos relativos ao cadastramento de licitantes.
- II – Deliberar sobre a conveniência de aquisições de bens e serviços.
- III – Receber as propostas dos participantes em licitações públicas.
- IV – Proceder à análise e julgamento das propostas recebidas e abertas.
- V – Encaminhar as propostas julgadas ao Prefeito Municipal de Imbituba para homologação.

Art. 4º À Comissão Permanente de Licitação fará a gerência do processo licitatório da Prefeitura, Fundos, Fundações e Autarquias Municipais nas seguintes modalidades:

- I – Concorrência Pública
- II – Tomada de Preços
- III – Convite
- IV – Leilão
- V – Dispensa de Licitação
- VI – Inexigibilidade de Licitação
- VII – Pregão presencial e eletrônico

Art. 5º O Presidente da Comissão Permanente de Licitação fica autorizado a assinar os editais e demais documentos inerentes, bem como

baixar os atos necessários para a fiel execução do processo licitatório e ainda analisar e deferir o Certificado de Registro Cadastral - CRC, ficando o Secretário incumbido de elaborar as atas e relatórios das reuniões e dos atos praticados pelos seus membros.

Art. 6º Os Membros nomeados para compor a Comissão Permanente de Licitação serão gratificados pelos serviços prestados à mesma, na forma da Lei nº 2.863, de 29 de março de 2006.

Art.7º Fica revogado o Decreto PMI nº 161, de 3 de julho de 2014.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 20 de janeiro de 2015.

Imbituba, 26 de janeiro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Daniel Vinício Arantes Neto  
Secretário Municipal de Governo - Interino

DECRETO PMI Nº 005, DE 26 DE JANEIRO DE 2015.

Designa Pregoeiro e Equipe de apoio para a realização dos Pregões da Prefeitura Municipal de Imbituba, nos termos do artigo 3º, inciso IV da lei n.º 10.520/02, de 17 de julho de 2002 e Decreto n.º 0096/2006, de 09 de fevereiro de 2006, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

DECRETA:

Art. 1º Fica DESIGNADO o Sr. DILSON PETRASSEM JÚNIOR, para atuar nos Pregões destinados a aquisição de bens e serviços comuns, no âmbito municipal com as seguintes atribuições:

- a) credenciar os participantes;
- b) receber as propostas;
- c) analisar a aceitabilidade das propostas;
- d) classificar as propostas;
- e) receber os lances;
- f) analisar a aceitabilidade dos lances;
- g) classificar os licitantes segundo o critério de menor preço;
- h) verificar os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta;
- i) declarar vencedor o licitante que atender as exigências fixadas no edital;
- j) adjudicar o objeto do certame ao licitante declarado vencedor.

Art. 2º Fica designada a Equipe de Apoio composta pelos seguintes servidores, ocupantes de cargo na Prefeitura Municipal de Imbituba:

- a) Daniel Henrique de Sá;
- b) Ana Maria Espindola;
- c) Michelle Francine Pereira de Oliveira, e
- d) Édson Romário de Oliveira

Art. 3º Fica revogado o Decreto PMI nº 162, de 3 de julho de 2014.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 20 de janeiro de 2015..

Imbituba, 26 de janeiro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Daniel Vinício Arantes Neto  
Secretário Municipal de Governo - Interino

DECRETO PMI Nº 006, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2015.

Dispõe sobre alteração da LDO 2015 e abertura de Crédito Adicional Especial para o Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.511, de 4 de fevereiro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 85.883,87 (oitenta e cinco mil e oitocentos e oitenta e três reais e oitenta e sete

centavos), no orçamento LOA 2015, conforme Lei nº 4.485/2014, de 03/12/2014, para novo item orçamentário, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA				
Manutenção do SCFV				
08.244.0013-2.152				
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0782		Aplicações Diretas	85.883,87	
Total	85.883,87			

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Especial de que trata o artigo anterior correrão por conta do excesso de arrecadação de recursos do FNAS-Fundo Nacional de Assistência Social referente ao Piso Básico Variável – SCFV.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 4 de fevereiro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Daniel Vinício Arantes Neto

Secretário Municipal de Governo - Interino

DECRETO PMI Nº 007, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Especial para o Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.512, de 4 de fevereiro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais), para novo item orçamentário, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA				
Manutenção do C.R.E.A.S				
08.243.0013-2.068				
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0785		Aplicações Diretas	32.000,00	
Total		32.000,00		

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Especial de que trata o artigo anterior correrão por conta do excesso de arrecadação de recursos do Cofinanciamento Social Especial de Média Complexidade do FEAS - Fundo Estadual de Assistência Social.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 4 de fevereiro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Daniel Vinício Arantes Neto

Secretário Municipal de Governo - Interino

DECRETO PMI Nº 008, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei da Lei nº 4.485, de 03 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), para reforço da dotação orçamentária, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA				
Manutenção do Fundo de Assistência Social				
08.244.0013-2.078				
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0706 (0026)		Aplicações Diretas	15.000,00	
Total	15.000,00			

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do Excesso de Arrecadação de

Recursos do Convênio para Benefícios Eventuais – NOB/SUAS.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 4 de fevereiro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Daniel Vinício Arantes Neto

Secretário Municipal de Governo - interino

DECRETO PMI Nº 009, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2015.

Dispõe sobre prorrogação do prazo de validade de Concurso Público e Processo Seletivo Simplificado Público.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 93, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado por mais 2(dois) anos, conforme disposto no artigo 3º do Decreto PMI nº 106, de 02 de agosto de 2007, o prazo de validade do Concurso Público Municipal n.º 01/2012 e do Processo Seletivo Simplificado nº 04/2012, homologados através do Termo de Homologação de 08 de fevereiro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 5 de fevereiro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Daniel Vinício Arantes Neto

Secretário Municipal de Governo - Interino

DECRETO PMI Nº 10, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 34, da Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Saúde, conforme disposto neste Decreto.

## CAPÍTULO I

### DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Secretaria Municipal de Saúde compete desenvolver as atividades relacionadas com:

I – saúde pública e medicina preventiva;

II – atividades médicas e odontológicas;

III – educação para a saúde;

IV – administração ambulatorial;

V – vigilância sanitária e epidemiológica;

VI – gestão de programas e ações relativas à saúde da família;

VII - assistência básica à saúde;

VIII – controle, regulação, avaliação e auditoria.

IX – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

## CAPÍTULO II

### DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Saúde, constituída pelos seguintes órgãos:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário Municipal:

a) Assessoria



## II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

## a) Diretoria de Administração, Planejamento e Atenção em Saúde

1. Gerência de Controle Administrativo
2. Gerência de Compras
3. Gerência de Logística de Suprimentos
- 3.1. Coordenadoria de Planejamento
4. Gerência do Fundo Municipal de Saúde

## b) Diretoria de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria

## 1. Auditoria Técnica

- 1.1. Supervisão de Controle da Auditoria
  - 1.2. Coordenadoria de Atenção Básica
  - 1.3. Programa de Melhoria da Atenção Básica
  - 1.4. Supervisão de Autorização de Internação Hospitalar
  2. Gerência da Estratégia de Saúde da Família
  3. Gerência de Programas e Ações Estratégicas
  4. Departamento de Controle dos Centros de Referência de Saúde
  5. Gerência de Apoio à Saúde da Família
  - 5.1. Unidade Gestora do Programa Saúde na Escola
  - 5.2. Unidade Gestora dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família-NASF
  6. Departamento de Serviços de Referência em Saúde
  - 6.1. Coordenação Executiva da Policlínica
  - 6.2. Coordenadoria do Laboratório de Análises Clínicas
  - 6.3. Coordenadoria do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO
  7. Departamento de Prevenção e Combate às Drogas
  - 7.1. Coordenadoria do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS
- c) Diretoria de Vigilância em Saúde e Assistência Farmacêutica
1. Coordenadoria de Vigilância Epidemiológica
  2. Coordenação Executiva do Programa DST/AIDS/HIV
  - 2.1 Supervisão do Programa de Combate ao Aedes Aegypti

## III – órgão colegiado:

## a) Conselho Municipal da Saúde.

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Saúde para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

## CAPÍTULO III

## DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal De Saúde ficam atribuídos os(as) seguintes:

## I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Diretor(a)	Diretor(a)	3	Remuneração	1.900,00
Chefe de Departamento	Departamento	3	Remuneração	1.300,00
Coordenador(a) Executivo(a)	Coordenação	2	Remuneração	1.600,00
Assessor(a) Especial	Assessoria	1	Remuneração	1.900,00
Assessor(a) I	Assessoria	1	Remuneração	1.600,00
Assessor(a) III	Assessoria	2	Remuneração	1.000,00
Assessor(a) IV	Assessoria	4	Remuneração	800,00

## II – Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Diretor(a)	Gratificação	1.260,00
Assessor(a) Especial	Gratificação	1.260,00
Chefe de Departamento	Gratificação	675,00
Coordenador(a) Executivo(a)	Gratificação	855,00
Assessor(a) I	Gratificação	855,00
Assessor(a) III	Gratificação	450,00

Assessor(a) IV	Gratificação	387,00
----------------	--------------	--------

## III – Funções Gratificadas:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	VAGAS	VALOR DA FG
Gerente	7	50% do salário-base do servidor de carreira
Coordenador(a)	6	33% do salário-base do servidor de carreira
Supervisor(a)	3	17% do salário-base do servidor de carreira
Gestor(a) de Unidade	2	R\$ 430,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constam do Anexo Único deste Decreto, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno.

Art. 6º Fica revogado o Decreto PMI nº 329, de 30 de dezembro de 2014.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 11 de fevereiro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Daniel Vinício Arantes Neto

Secretário Municipal de Governo - Interino

Anexo Único

(Decreto PMI nº 10/2015)

## Descrição das Atribuições Principais de Cargos e Funções

## I - Cargos em Comissão:

Denominação: Secretário(a) Municipal:

Descrição Específica:

- saúde pública e medicina preventiva;
- atividades médicas e odontológicas;
- educação para a saúde;
- administração ambulatorial e controle hospitalar;
- vigilância sanitária, epidemiológica e ambiental;
- gestão de programas e ações relativas à saúde da família;
- assistência básica à saúde;
- controle, regulação, avaliação e auditoria.

## Descrição Sumária:

- assistir ao Chefe do Poder Executivo nos assuntos relacionados à sua área de competência;
- dirigir, coordenar, orientar e fiscalizar as atividades exercidas pelas unidades organizacionais que lhe são subordinadas;
- coordenar a elaboração dos planos de ação pertinentes ao órgão sob sua gestão;
- assegurar a mais estreita colaboração das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, entre si, e destas com as demais unidades integrantes da Administração Municipal;
- determinar a realização de diligências e propor a abertura de inquérito administrativo, sempre que necessário;
- cumprir e fazer cumprir os atos baixados pelo Chefe do Poder Executivo, pertinentes à sua área de atuação ou de aplicação geral;
- implementar as ações estabelecidas em convênios, contratos e acordos, com outros órgãos ou entidades;
- cumprir e fiscalizar o exercício de normas específicas e legais, relativas à área de sua competência;
- solicitar a abertura de procedimentos licitatórios, ou sua dispensa, nos termos da legislação aplicável à matéria;
- acompanhar a execução do orçamento do órgão sob sua gestão e produzir dados para sua reformulação e aperfeiçoamento;
- promover e acompanhar a implantação de mecanismos de controle de projetos e atividades no âmbito do órgão sob sua gestão;
- designar servidores para, em paralelo as suas atividades normais, atuarem como representantes de órgãos setoriais e do órgão central do Sistema de Controle Interno, conforme disposto na legislação municipal que trata do assunto;
- designar servidores para integrar órgãos colegiados municipais;
- coordenar as atividades de divulgação dos trabalhos do órgão sob sua gestão;
- praticar todos os demais atos que se fizerem necessários ao funcionamento das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, observados os preceitos legais vigentes;
- desempenhar e cumprir as normas do Sistema de Controle Interno.

- responder a pedidos escritos de informações oriundos do Poder Legislativo Municipal, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como, a prestação de informações falsas;
- comparecer à Câmara Municipal, por iniciativa própria ou mediante convocação ou entendimentos prévios com a Mesa Diretora, para expor assuntos de relevância do órgão sob sua gestão;
- subscrever os atos e regulamentos referentes ao seu órgão de atuação;
- expedir instruções para a plena execução das normas vigentes;
- apresentar ao Chefe do Poder Executivo relatório anual dos serviços realizados pelo órgão sob sua gestão;
- responder por atos assumidos, ordenados ou praticados sob suas ordens;
- exercer responsabilidade fiscal, através do planejamento público e do equilíbrio financeiro, buscando atingir maior economicidade na realização das despesas;
- promover a modernização e inovação da gestão pública municipal de forma a evitar a fragmentação das ações e a promover a harmonia dos serviços públicos essenciais disponibilizados ao cidadão, com maior eficiência e eficácia;
- exercer a autoridade e responsabilidade, com o comprometimento dos agentes públicos na execução de atos de gestão e de governo;
- prover a transparência administrativa, permitindo a participação ativa da sociedade na definição das prioridades e na execução dos programas municipais, através dos órgãos colegiados;
- executar os planos, programas e ações, com a observância das normas que regulam a atividade específica do órgão sob sua gestão;
- controlar a aplicação dos recursos públicos e da guarda e conservação dos bens públicos municipais;
- exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos;
- abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei;
- ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.

**Denominação: Diretor(a)****Descrição Sumária:**

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Diretoria;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Diretoria;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados na Diretoria e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades da Diretoria e suas respectivas Unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior a que estiver vinculado;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

**Denominação: Chefe de Departamento****Descrição Sumária:**

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a este subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua direção, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

**Denominação: Coordenador(a) Executivo(a)****Descrição Sumária:**

- orientar e coordenar as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua coordenação, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

**Denominação: Assessor(a) Especial****Descrição Sumária:**

- assessoramento especial às unidades do órgão, de acordo com as especificidades funcionais que atendam às necessidades do órgão, demandadas pelo superior hierárquico;

- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- elaboração de estudos, análises, pareceres, laudos técnicos e notas técnicas de acordo com as normas disciplinadoras do assunto;
- pesquisar continuamente práticas de gestão e tecnologia para aprimoramento das atividades do órgão de atuação;
- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
- diagnosticar desconhecimentos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

**Denominação: Assessor(a) I****Descrição Sumária:**

- elaboração de estudos, análises, pareceres, laudos técnicos e notas técnicas de acordo com as normas disciplinadoras do assunto;
- pesquisar continuamente práticas de gestão e tecnologia para aprimoramento das atividades
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
- diagnosticar desconhecimentos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

**Denominação: Assessor(a) III****Descrição Sumária:**

- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

**Denominação: Assessor(a) IV****Descrição Sumária:**

- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

**II – Funções de Representação:****Denominação: Diretor(a)****Descrição Sumária:**

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Diretoria;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Diretoria;

- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados na Diretoria e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades da Diretoria e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior a que estiver vinculado;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua chefia, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Coordenador(a) Executivo(a)

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua coordenação, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) I

Descrição Sumária:

- elaboração de estudos, análises, pareceres, laudos técnicos e notas técnicas de acordo com as normas disciplinadoras do assunto;
- pesquisar continuamente práticas de gestão e tecnologia para aprimoramento das atividades
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
- diagnosticar desconhecimentos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao município, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) III

Descrição Sumária:

- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao município, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) IV



**Descrição Sumária:**

- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

**III – Funções Gratificadas:****Denominação: Gerente****Descrição Sumária:**

- gerenciar a execução das atividades de sua competência;
- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho do órgão sob sua gerência;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados no órgão sob sua gerência e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades do órgão sob sua gerência e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao seu superior hierárquico;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

**Denominação: Coordenador(a)****Descrição Sumária:**

- coordenar as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua coordenação, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

**Denominação: Supervisor(a)****Descrição Sumária:**

- supervisionar e controlar os serviços sob a sua subordinação;
- manter-se permanentemente informado sobre a tramitação de processos relacionados ao órgão sob sua supervisão;
- fazer cumprir as rotinas próprias das competências do órgão sob sua supervisão;
- manter contato permanente com seu superior hierárquico, assistindo-o no desempenho de suas atribuições;
- redigir ou fazer redigir atos próprios de suas atividades;
- exercer outras atribuições inerentes ao cargo ou que lhes sejam determinadas pelo superior hierárquico.
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua supervisão, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

**Denominação: Gestor(a) de Unidade****Descrição Sumária:**

- gerir as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos necessários ao desenvolvimento da unidade sob sua gestão, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

DECRETO PMI Nº 11, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2014.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Saneamento e Habitação - SEDURB, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 34 da Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Saneamento e Habitação, conforme disposto neste Decreto.

**CAPÍTULO I**

**DA ESTRUTURA REGIMENTAL**

Art. 2º À Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Saneamento e Habitação compete:

I – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de desenvolvimento urbano sustentável, especialmente:

- a) elaboração e coordenação da execução das políticas e dos planos de desenvolvimento sustentável do Município;
- b) elaboração de projetos e prospecção de projetos, programas e ações junto a organismos públicos ou privados voltados ao desenvolvimento urbano sustentável;
- c) instituir projeto visando a adequação do espaço urbano e dos edifícios às necessidades de inclusão de toda população, eliminando os obstáculos existentes ao acesso;
- d) instituir programa de conscientização da comunidade sobre a acessibilidade;
- e) coordenação do planejamento físico-territorial do município;
- f) desenvolvimento de atividades relacionadas com estudos cartográficos e estatísticos;
- g) gestão, controle e fiscalização das atividades edilícias e de empreendimentos urbanísticos;
- h) zelar pela aplicação do plano diretor do município;

II – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de saneamento, especialmente:

- a) coordenação da execução da política municipal de saneamento;
- b) elaboração de projetos e prospecção de projetos, programas, convênios e ações junto a organismos públicos ou privados voltados ao saneamento;
- c) gestão dos serviços de saneamento: resíduos sólidos e líquidos, abastecimento d'água e drenagem urbana;
- d) zelar pela aplicação do plano municipal de saneamento;

III – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de habitação, especialmente:

- a) a traçar diretrizes, metas e planejamento dos projetos de obras e edificações referentes a programas habitacionais de interesse social;
  - b) a fiscalização e acompanhamento do destino dos recursos adquiridos ao Fundo Municipal de Habitação de Imbituba;
  - c) o acompanhamento da fiscalização da execução das obras habitacionais de interesse social;
  - d) o desenvolvimento e a elaboração de projetos habitacionais de interesse social;
  - e) o desenvolvimento de projetos habitacionais, a elaboração de projetos na busca de recursos junto aos órgãos, federal e estadual;
  - f) o desenvolvimento de convênios com a finalidade de construção de moradias habitacionais de interesse social;
  - g) a seleção de famílias a serem beneficiadas, atendendo a legislação de critérios dos programas habitacionais de interesse social a serem desenvolvidos;
- IV – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

**CAPÍTULO II**

**DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Saneamento e Habitação, constituída pelos seguintes órgãos:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário Municipal:

- a) Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

- a) Departamento de Projetos Edilícios e Urbanos Sustentáveis
  - 1. Coordenadoria de Fiscalização Edilícia e Urbanística
  - 2. Unidade Gestora de Viabilidade Urbanística
- b) Gerência de Saneamento Ambiental
- c) Gerência de Desenvolvimento Habitacional
  - 1. Unidade Gestora de Habitação de Interesse Social
- d) Departamento de Monitoramento de Processos

III – órgãos colegiados:

- a) Conselho Municipal do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Imbituba;
- b) Conselho Municipal de Saneamento; e
- e) Conselho Municipal de Habitação.

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria

Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Saneamento e Habitação para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

### CAPÍTULO III

#### DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Saneamento e Habitação ficam atribuídos os(as) seguintes:

##### I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Chefe de Departamento	Departamento	2	Remuneração	1.300,00
Assessor(a) II	Assessoria	1	Remuneração	1.200,00
Assessor(a) III	Assessoria	2	Remuneração	1.000,00
Assessor(a) IV	Assessoria	1	Remuneração	800,00

##### II – Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Chefe de Departamento	Gratificação	675,00
Assessor(a) II	Gratificação	540,00
Assessor(a) III	Gratificação	450,00
Assessor(a) IV	Gratificação	387,00

##### III – Funções Gratificadas:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	VAGAS	VALOR DA FG
Gerência	2	50% do salário-base do servidor de carreira
Coordenador(a)	1	33% do salário-base do servidor de carreira
Gestor(a) de Unidade	2	R\$ 430,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constam do Anexo Único deste Decreto, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno.

Art. 6º Fica revogado o Decreto PMI nº 261, de 29 de outubro de 2014.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 11 de fevereiro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se  
Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Daniel Vinício Arantes Neto  
Secretário Municipal de Governo - Interino

Anexo Único  
(Decreto PMI nº 11 /2015)

##### Descrição das Atribuições Principais de Cargos e Funções

##### I - Cargos em Comissão:

Denominação: Secretário(a) Municipal

##### Descrição Específica:

- elaboração e coordenação da execução das políticas e dos planos de desenvolvimento sustentável do Município;
- elaboração de projetos e prospecção de projetos, programas e ações junto a organismos públicos ou privados voltados ao desenvolvimento urbano sustentável;
- coordenação do planejamento físico-territorial do município;
- desenvolvimento de atividades relacionadas com estudos cartográficos e estatísticos;

- gestão, controle e fiscalização das atividades edilícias e de empreendimentos urbanísticos;
- zelar pela aplicação do plano diretor do município;
- coordenação da execução da política municipal de saneamento;
- elaboração de projetos e prospecção de projetos, programas, convênios e ações junto a organismos públicos ou privados voltados ao saneamento;
- gestão dos serviços de saneamento: resíduos sólidos e líquidos, abastecimento d'água e drenagem urbana;
- zelar pela aplicação do plano municipal de saneamento.

**Descrição Sumária:**

- assistir ao Chefe do Poder Executivo nos assuntos relacionados à sua área de competência;
  - dirigir, coordenar, orientar e fiscalizar as atividades exercidas pelas unidades organizacionais que lhe são subordinadas;
  - coordenar a elaboração dos planos de ação pertinentes ao órgão sob sua gestão;
  - assegurar a mais estreita colaboração das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, entre si, e destas com as demais unidades integrantes da Administração Municipal;
  - determinar a realização de diligências e propor a abertura de inquérito administrativo, sempre que necessário;
  - cumprir e fazer cumprir os atos baixados pelo Chefe do Poder Executivo, pertinentes à sua área de atuação ou de aplicação geral;
  - implementar as ações estabelecidas em convênios, contratos e acordos, com outros órgãos ou entidades;
  - cumprir e fiscalizar o exercício de normas específicas e legais, relativas à área de sua competência;
  - solicitar a abertura de procedimentos licitatórios, ou sua dispensa, nos termos da legislação aplicável à matéria;
  - acompanhar a execução do orçamento do órgão sob sua gestão e produzir dados para sua reformulação e aperfeiçoamento;
  - promover e acompanhar a implantação de mecanismos de controle de projetos e atividades no âmbito do órgão sob sua gestão;
  - designar servidores para, em paralelo as suas atividades normais, atuarem como representantes de órgãos setoriais e do órgão central do Sistema de Controle Interno, conforme disposto na legislação municipal que trata do assunto;
  - designar servidores para integrar órgãos colegiados municipais;
  - coordenar as atividades de divulgação dos trabalhos do órgão sob sua gestão;
  - praticar todos os demais atos que se fizerem necessários ao funcionamento das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, observados os preceitos legais vigentes;
  - desempenhar e cumprir as normas do Sistema de Controle Interno.
- 
- responder a pedidos escritos de informações oriundos do Poder Legislativo Municipal, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como, a prestação de informações falsas;
  - comparecer à Câmara Municipal, por iniciativa própria ou mediante convocação ou entendimentos prévios com a Mesa Diretora, para expor assuntos de relevância do órgão sob sua gestão;
  - subscrever os atos e regulamentos referentes ao seu órgão de atuação;
  - expedir instruções para a plena execução das normas vigentes;
  - apresentar ao Chefe do Poder Executivo relatório anual dos serviços realizados pelo órgão sob sua gestão;
  - responder por atos assumidos, ordenados ou praticados sob suas ordens;
  - exercer responsabilidade fiscal, através do planejamento público e do equilíbrio financeiro, buscando atingir maior economicidade na realização das despesas;
  - promover a modernização e inovação da gestão pública municipal de forma a evitar a fragmentação das ações e a promover a harmonia dos serviços públicos essenciais disponibilizados ao cidadão, com maior eficiência e eficácia;
  - exercer a autoridade e responsabilidade, com o comprometimento dos agentes públicos na execução de atos de gestão e de governo;
  - prover a transparência administrativa, permitindo a participação ativa da sociedade na definição das prioridades e na execução dos programas municipais, através dos órgãos colegiados;
  - executar os planos, programas e ações, com a observância das normas que regulam a atividade específica do órgão sob sua gestão;
  - controlar a aplicação dos recursos públicos e da guarda e conservação dos bens públicos municipais;
  - exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos;
  - abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei;
  - ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.

**Denominação:** Chefe de Departamento**Descrição Sumária:**

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a este subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua direção, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

**Denominação:** Assessor(a) II

**Descrição Sumária:**

- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
- diagnosticar descompassos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.
- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

**Denominação: Assessor(a) III****Descrição Sumária:**

- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

**Denominação: Assessor(a) IV****Descrição Sumária:**

- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

**II – Funções de Representação:****Denominação: Chefe de Departamento****Descrição Sumária:**

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua chefia, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.



**Denominação: Assessor(a) II****Descrição Sumária:**

- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
- diagnosticar desconhecimentos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.
- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

**Denominação: Assessor(a) III****Descrição Sumária:**

- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

**Denominação: Assessor(a) IV****Descrição Sumária:**

- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

**III – Funções Gratificadas:****Denominação: Gerente****Descrição Sumária:**

- gerenciar a execução das atividades de sua competência;
- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho do órgão sob sua gerência;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados no órgão sob sua gerência e nas demais unidades organizacionais subordinadas;

- apresentar relatórios mensais das atividades do órgão sob sua gerência e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao seu superior hierárquico;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Coordenador(a)

Descrição Sumária:

- coordenar as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua coordenação, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Gestor(a) de Unidade

Descrição Sumária:

- gerir as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos necessários ao desenvolvimento da unidade sob sua gestão, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

DECRETO PMI Nº 12, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Procuradoria Geral do Município - PGM, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 34 da Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Procuradoria Geral do Município, conforme disposto neste Decreto.

## CAPÍTULO I DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Procuradoria-Geral do Município compete prestar assistência e assessoramento jurídico ao Chefe do Poder Executivo no desempenho de suas funções, bem como:

- I – defender em juízo e fora dele os interesses e direitos do Município;
- II – emitir pareceres nos processos que lhe são distribuídos, assim como naqueles de matéria legislativa;
- III – redigir, organizar, numerar e manter sob sua responsabilidade, os contratos e convênios que geram direitos e obrigações pelo Município.
- IV – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

## CAPÍTULO II DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Procuradoria Geral do Município, constituída pelos seguintes órgãos:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Procurador(a) Geral:

a) Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

- a) Departamento de Atos Contratuais
- b) Departamento de Defesa e Proteção do Consumidor
- c) Departamento de Registro e Acompanhamento de Feitos
- d) Procuradoria
- e) Gerência do Contencioso Trabalhista
- f) Gerência do Contencioso Tributário

III – órgão colegiado:

## a) Conselho Municipal de Defesa do Consumidor

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas, com interveniência da Controladoria Geral do Município, o Regimento Interno da Procuradoria Geral do Município para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Procuradoria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

## CAPÍTULO III

## DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Procuradoria Geral do Município ficam atribuídos os(as) seguintes:

## I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Procurador(a) Geral	Procuradoria Geral	1	Subsídio	5.200,00
Procurador(a)	Procuradoria	4	Remuneração	2.300,00
Chefe de Departamento	Departamento	3	Remuneração	1.300,00
Assessor(a) I	Assessoria	1	Remuneração	1.600,00
Assessor(a) III	Assessoria	2	Remuneração	1.000,00
Assessor(a) IV	Assessoria	2	Remuneração	800,00

## II – Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Procurador(a)	Gratificação	1.260,00
Chefe de Departamento	Gratificação	675,00
Assessor(a) I	Gratificação	855,00
Assessor(a) III	Gratificação	450,00
Assessor(a) IV	Gratificação	387,00

## III – Funções Gratificadas:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	VAGAS	VALOR DA FG
Gerente	2	50% do salário-base do servidor de carreira

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constam do Anexo Único deste Decreto, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno.

Art. 6º Fica revogado o Decreto PMI nº 292, de 28 de novembro de 2014.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 11 de fevereiro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Daniel Vinício Arantes Neto

Secretário Municipal de Governo - Interino

Anexo Único

(Decreto PMI nº 12 /2015)

## Descrição das Atribuições Principais de Cargos e Funções

## I - Cargos em Comissão:

Denominação: Procurador(a) Geral

## Descrição Específica:

- defender em juízo e fora dele os interesses e direitos do Município;
- emitir pareceres nos processos que lhe são distribuídos, assim como naqueles de matéria legislativa;
- redigir, organizar, numerar e manter sob sua responsabilidade, os contratos e convênios que geram direitos e obrigações pelo Município.

## Descrição Sumária:

- assistir ao Chefe do Poder Executivo nos assuntos relacionados à sua área de competência;
  - dirigir, coordenar, orientar e fiscalizar as atividades exercidas pelas unidades organizacionais que lhe são subordinadas;
  - coordenar a elaboração dos planos de ação pertinentes ao órgão sob sua gestão;
  - assegurar a mais estreita colaboração das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, entre si, e destas com as demais unidades integrantes da Administração Municipal;
  - determinar a realização de diligências e propor a abertura de inquérito administrativo, sempre que necessário;
  - cumprir e fazer cumprir os atos baixados pelo Chefe do Poder Executivo, pertinentes à sua área de atuação ou de aplicação geral;
  - implementar as ações estabelecidas em convênios, contratos e acordos, com outros órgãos ou entidades;
  - cumprir e fiscalizar o exercício de normas específicas e legais, relativas à área de sua competência;
  - solicitar a abertura de procedimentos licitatórios, ou sua dispensa, nos termos da legislação aplicável à matéria;
  - acompanhar a execução do orçamento do órgão sob sua gestão e produzir dados para sua reformulação e aperfeiçoamento;
  - promover e acompanhar a implantação de mecanismos de controle de projetos e atividades no âmbito do órgão sob sua gestão;
  - designar servidores para, em paralelo as suas atividades normais, atuarem como representantes de órgãos setoriais e do órgão central do Sistema de Controle Interno, conforme disposto na legislação municipal que trata do assunto;
  - designar servidores para integrar órgãos colegiados municipais;
  - coordenar as atividades de divulgação dos trabalhos do órgão sob sua gestão;
  - praticar todos os demais atos que se fizerem necessários ao funcionamento das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, observados os preceitos legais vigentes;
  - desempenhar e cumprir as normas do Sistema de Controle Interno.
  - responder a pedidos escritos de informações oriundos do Poder Legislativo Municipal, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como, a prestação de informações falsas;
  - comparecer à Câmara Municipal, por iniciativa própria ou mediante convocação ou entendimentos prévios com a Mesa Diretora, para expor assuntos de relevância do órgão sob sua gestão;
  - subscrever os atos e regulamentos referentes ao seu órgão de atuação;
  - expedir instruções para a plena execução das normas vigentes;
  - apresentar ao Chefe do Poder Executivo relatório anual dos serviços realizados pelo órgão sob sua gestão;
- 
- responder por atos assumidos, ordenados ou praticados sob suas ordens;
  - exercer responsabilidade fiscal, através do planejamento público e do equilíbrio financeiro, buscando atingir maior economicidade na realização das despesas;
  - promover a modernização e inovação da gestão pública municipal de forma a evitar a fragmentação das ações e a promover a harmonia dos serviços públicos essenciais disponibilizados ao cidadão, com maior eficiência e eficácia;
  - exercer a autoridade e responsabilidade, com o comprometimento dos agentes públicos na execução de atos de gestão e de governo;
  - prover a transparência administrativa, permitindo a participação ativa da sociedade na definição das prioridades e na execução dos programas municipais, através dos órgãos colegiados;
  - executar os planos, programas e ações, com a observância das normas que regulam a atividade específica do órgão sob sua gestão;
  - controlar a aplicação dos recursos públicos e da guarda e conservação dos bens públicos municipais;
  - exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos;
  - abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei;
  - ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.

Denominação: Procurador(a)

Descrição Sumária:

- acautelar-se em os processos judiciais ou administrativos que envolvem o Município e seus agentes públicos, nesta qualidade, seja de forma ativa, com o Município como autor das ações, seja de forma passiva, quando o Município e seus agentes integram o pólo passivo da ação judicial;
- promover todas as diligências internas e externas necessárias à instrução processual e seu controle, bem como, emitir pareceres em expedientes administrativos referentes ao discutido processualmente;
- zelar pela conservação do patrimônio do Município, à disposição do órgão sob sua gestão, estabelecendo registros e controles específicos;
- propor ao Procurador Geral novas alternativas de trabalho, quando houver necessidade de atender eventual demanda de serviço, até que este volte à normalidade;
- adotar condutas que venham a ser necessárias, em vista da dinâmica da administração e no interesse público;
- assessorar o Procurador Geral, e na sua ausência ou quando solicitado, o Chefe do Poder Executivo e os demais titulares de órgãos superiores da Administração Municipal;
- zelar pelo bom desempenho dos servidores do órgão sob sua gestão, cobrando funções e realizando treinamentos;
- promover o acompanhamento da execução física e financeira dos convênios, contratos e acordos na área de sua atuação;
- exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Procurador Geral na área de sua competência; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a este subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua direção, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor I

Descrição Sumária:

- elaboração de estudos, análises, pareceres, laudos técnicos e notas técnicas de acordo com as normas disciplinadoras do assunto;
- pesquisar continuamente práticas de gestão e tecnologia para aprimoramento das atividades do órgão de atuação;
- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
- diagnosticar descompassos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) III

Descrição Sumária:

- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) IV

Descrição Sumária:

- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

II – Funções de Representação:

Denominação: Procurador(a)

Descrição Sumária:

- acautelar-se em os processos judiciais ou administrativos que envolvem o Município e seus agentes públicos, nesta qualidade, seja de forma ativa, com o Município como autor das ações, seja de forma passiva, quando o Município e seus agentes integram o pólo passivo da ação judicial;
- promover todas as diligências internas e externas necessárias à instrução processual e seu controle, bem como, emitir pareceres em expedientes administrativos referentes ao discutido processualmente;
- zelar pela conservação do patrimônio do Município, à disposição do órgão sob sua gestão, estabelecendo registros e controles específicos;
- propor ao Procurador Geral novas alternativas de trabalho, quando houver necessidade de atender eventual demanda de serviço, até que este volte à normalidade;
- adotar condutas que venham a ser necessárias, em vista da dinâmica da administração e no interesse público;
- assessorar o Procurador Geral, e na sua ausência ou quando solicitado, o Chefe do Poder Executivo e os demais titulares de órgãos superiores da Administração Municipal;
- zelar pelo bom desempenho dos servidores do órgão sob sua gestão, cobrando funções e realizando treinamentos;



- promover o acompanhamento da execução física e financeira dos convênios, contratos e acordos na área de sua atuação;
- exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Procurador Geral na área de sua competência; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua chefia, obedecendo aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor I

Descrição Sumária:

- elaboração de estudos, análises, pareceres, laudos técnicos e notas técnicas de acordo com as normas disciplinadoras do assunto;
- pesquisar continuamente práticas de gestão e tecnologia para aprimoramento das atividades do órgão de atuação;
- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
- diagnosticar desconhecimentos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) III

Descrição Sumária:

- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) IV

Descrição Sumária:

- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

III – Funções Gratificadas:

Denominação: Gerente

Descrição Sumária:

- gerenciar a execução das atividades de sua competência;
- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;

- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho do órgão sob sua gerência;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados no órgão sob sua gerência e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades do órgão sob sua gerência e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao seu superior hierárquico;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

DECRETO PMI Nº 13, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Controladoria-Geral do Município - CGM, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 34 da Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Controladoria-Geral do Município, conforme disposto neste Decreto.

## CAPÍTULO I

### DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Controladoria-Geral do Município compete:

I – assistir direta e imediatamente o Prefeito Municipal no desempenho de suas atribuições quanto aos assuntos e providências que, no âmbito do Poder Executivo, sejam atinentes:

- a) à defesa do patrimônio público;
  - b) ao controle interno;
  - c) à auditoria pública;
  - d) à correição;
  - e) à prevenção;
  - f) ao combate à corrupção;
  - g) ao incremento da transparência da gestão no âmbito da administração pública municipal;
- IV – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

## CAPÍTULO II

### DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Controladoria-Geral do Município, constituída pelos seguintes órgãos:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Controlador Geral:

- a) Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

- a) Coordenadoria de Auditoria

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria-Geral do Município, o Regimento Interno da Controladoria-Geral para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Controladoria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

## CAPÍTULO III

### DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Controladoria-Geral do Município ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Controlador(a)-Geral	Controladoria-Geral	1	Remuneração	3.700,00
Assessor(a) III	Assessoria	1	Remuneração	1.000,00

II – Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Assessor(a) III	Gratificação	450,00

III – Funções Gratificadas:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	VAGAS	VALOR DA FG
Coordenador(a)	1	33% do salário-base do servidor de carreira

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constam do Anexo Único deste Decreto, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno.

Art. 6º Fica revogado o Decreto PMI nº 125, de 29 de maio de 2014.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 11 de fevereiro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Daniel Vinício Arantes Neto

Secretário Municipal de Governo-Interino

Anexo Único

(Decreto PMI nº13/2015)

Descrição das Atribuições Principais de Cargos e Funções

I - Cargos em Comissão:

Denominação: Controlador(a)- Geral

Descrição Específica:

À Controladoria-Geral do Município compete assistir direta e imediatamente o Prefeito Municipal no desempenho de suas atribuições quanto aos assuntos e providências que, no âmbito do Poder Executivo, sejam atinentes à defesa do patrimônio público, ao controle interno, à auditoria pública, à correição, à prevenção, ao combate à corrupção e ao incremento da transparência da gestão no âmbito da administração pública municipal.

Descrição Sumária:

- assistir ao Chefe do Poder Executivo nos assuntos relacionados à sua área de competência;
- dirigir, coordenar, orientar e fiscalizar as atividades exercidas pelas unidades organizacionais que lhe são subordinadas;
- coordenar a elaboração dos planos de ação pertinentes ao órgão sob sua gestão;
- assegurar a mais estreita colaboração das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, entre si, e destas com as demais unidades integrantes da Administração Municipal;
- determinar a realização de diligências e propor a abertura de inquérito administrativo, sempre que necessário;
- cumprir e fazer cumprir os atos baixados pelo Chefe do Poder Executivo, pertinentes à sua área de atuação ou de aplicação geral;
- implementar as ações estabelecidas em convênios, contratos e acordos, com outros órgãos ou entidades;
- cumprir e fiscalizar o exercício de normas específicas e legais, relativas à área de sua competência;
- solicitar a abertura de procedimentos licitatórios, ou sua dispensa, nos termos da legislação aplicável à matéria;
- acompanhar a execução do orçamento do órgão sob sua gestão e produzir dados para sua reformulação e aperfeiçoamento;
- promover e acompanhar a implantação de mecanismos de controle de projetos e atividades no âmbito do órgão sob sua gestão;
- designar servidores para, em paralelo as suas atividades normais, atuarem como representantes de órgãos setoriais e do órgão central do Sistema de Controle Interno, conforme disposto na legislação municipal que trata do assunto;
- designar servidores para integrar órgãos colegiados municipais;
- coordenar as atividades de divulgação dos trabalhos do órgão sob sua gestão;
- praticar todos os demais atos que se fizerem necessários ao funcionamento das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, observados os preceitos legais vigentes;
- desempenhar e cumprir as normas do Sistema de Controle Interno.
- responder a pedidos escritos de informações oriundos do Poder Legislativo Municipal, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como, a prestação de informações falsas;
- comparecer à Câmara Municipal, por iniciativa própria ou mediante convocação ou entendimentos prévios com a Mesa Diretora, para expor assuntos de relevância do órgão sob sua gestão;
- subscrever os atos e regulamentos referentes ao seu órgão de atuação;
- expedir instruções para a plena execução das normas vigentes;
- apresentar ao Chefe do Poder Executivo relatório anual dos serviços realizados pelo órgão sob sua gestão;
- responder por atos assumidos, ordenados ou praticados sob suas ordens;
- exercer responsabilidade fiscal, através do planejamento público e do equilíbrio financeiro, buscando atingir maior economicidade na realização das despesas;
- promover a modernização e inovação da gestão pública municipal de forma a evitar a fragmentação das ações e a promover a harmonia dos serviços públicos essenciais disponibilizados ao cidadão, com maior eficiência e eficácia;

- exercer a autoridade e responsabilidade, com o comprometimento dos agentes públicos na execução de atos de gestão e de governo;
- prover a transparência administrativa, permitindo a participação ativa da sociedade na definição das prioridades e na execução dos programas municipais, através dos órgãos colegiados;
- executar os planos, programas e ações, com a observância das normas que regulam a atividade específica do órgão sob sua gestão;
- controlar a aplicação dos recursos públicos e da guarda e conservação dos bens públicos municipais;
- exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos;
- abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei;
- ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.

Denominação: Assessor(a) III

Descrição Sumária:

- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

II – Funções de Representação:

Denominação: Assessor(a) III

Descrição Sumária:

- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

III – Funções Gratificadas:

Denominação: Coordenador(a)

Descrição Sumária:

- coordenar as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua coordenação, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

DECRETO PMI Nº 14, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e

Gratificadas do Gabinete do Prefeito - GAB, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 34 da Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015,  
DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas do Gabinete do Prefeito, conforme disposto neste Decreto.

## CAPÍTULO I DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º O Gabinete do Prefeito – GAB compete prestar assistência e assessoramento ao Chefe do Poder Executivo no desempenho das atividades relacionadas com:

- I – as relações político-administrativas com os munícipes e com os órgãos e entidades públicas e privadas;
- II – executar as atividades de assessoramento legislativo, acompanhando a tramitação, na Câmara, de projetos de interesse do Executivo, e manter contato com lideranças políticas, comunitárias e parlamentares do Município;
- III - assessorar o Governo Municipal na interlocução com a União, o Estado e outros Municípios;
- IV – representação, atendimento e articulação política e social;
- V – serviços de publicidade, comunicação social, de relações públicas e de campanhas institucionais;
- VI – coordenação de assuntos afins ou interdependentes que interessem a mais de um órgão da Administração Municipal;
- VII – integração do Plano de Metas de Governo aos Planos, Projetos, Ações da Administração Municipal e demais instrumentos de planejamento estratégico do governo;
- VIII - orientar e coordenar o levantamento de informações, inclusive no que se refere à aplicação do Orçamento Municipal;
- IX – constituir projetos estratégicos para o Município e buscar o meios gerenciais e financeiros para viabilizá-los, junto aos governos federal e estadual, assim como, demais organismos de fomento e apoio;
- X – edição e controle de atos normativos de cunho geral, com a respectiva publicidade legal.

## CAPÍTULO II DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional do Gabinete do Prefeito, constituída pelos seguintes órgãos:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Chefe de Gabinete:

a) Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

a) Secretaria Executiva

- 1. Departamento de Cerimonial
- 2. Departamento de Jornalismo
- 3. Gerência de Atos Normativos

III – órgãos colegiados:

a) Conselho Municipal da Medalha Henrique Lage

b) Conselho Municipal de Segurança Pública de Imbituba

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria Geral do Município, o Regimento Interno do Gabinete do Prefeito para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional do Gabinete do Prefeito, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

## CAPÍTULO III DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional do Gabinete do Prefeito ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Chefe de Gabinete	Gabinete do Prefeito	1	Remuneração	4.500,00
Secretário(a) Executivo(a)	Secretaria Executiva	1	Remuneração	2.300,00
Chefe de Departamento	Departamento	2	Remuneração	1.300,00
Assessor(a) de Imprensa	Assessoria	1	Remuneração	1.600,00
Assessor(a) IV	Assessoria	1	Remuneração	800,00

II – Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
--------------	-------------	--



	FORMA	VALOR (R\$)
Chefe de Gabinete	Gratificação	2.700,00
Secretário(a) Executivo(a)	Gratificação	1.620,00
Chefe de Departamento	Gratificação	675,00
Assessor(a) de Gabinete	Gratificação	2.700,00
Motorista Executivo	Gratificação	1.260,00
Assessor(a) de Imprensa	Gratificação	855,00
Assessor(a) IV	Gratificação	387,00

## III – Funções Gratificadas:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	VAGAS	VALOR DA FG
Gerente	1	50% do salário-base do servidor de carreira

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constam do Anexo Único deste Decreto, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno.

Art. 6º Fica revogado o Decreto PMI nº 325, de 30 de dezembro de 2014.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 11 de fevereiro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se  
Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Daniel Vinício Arantes Neto  
Secretário Municipal de Governo - Interino

Anexo Único  
(Decreto PMI nº 14 /2015)

## Descrição das Atribuições Principais de Cargos e Funções

## I - Cargos em Comissão:

Denominação: Chefe de Gabinete

## Descrição Específica:

- as relações político-administrativas com os municípios e com os órgãos e entidades públicas e privadas;
- executar as atividades de assessoramento legislativo, acompanhando a tramitação, na Câmara, de projetos de interesse do Executivo, e manter contato com lideranças políticas, comunitárias e parlamentares do Município;
- assessorar o Governo Municipal na interlocução com a União, o Estado e outros Municípios;
- representação, atendimento e articulação política e social;
- serviços de publicidade, comunicação social, de relações públicas e de campanhas institucionais;
- coordenação de assuntos afins ou interdependentes que interessem a mais de um órgão da Administração Municipal;
- integração do Plano de Metas de Governo aos Planos, Projetos, Ações da Administração Municipal e demais instrumentos de planejamento estratégico do governo;
- orientar e coordenar o levantamento de informações, inclusive no que se refere à aplicação do Orçamento Municipal;
- constituir projetos estratégicos para o Município e buscar o meios gerenciais e financeiros para viabilizá-los, junto aos governos federal e estadual, assim como, demais organismos de fomento e apoio.

## Descrição Sumária:

- assistir ao Chefe do Poder Executivo nos assuntos relacionados à sua área de competência;
- dirigir, coordenar, orientar e fiscalizar as atividades exercidas pelas unidades organizacionais que lhe são subordinadas;
- coordenar a elaboração dos planos de ação pertinentes ao órgão sob sua gestão;
- assegurar a mais estreita colaboração das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, entre si, e destas com as demais unidades integrantes da Administração Municipal;
- determinar a realização de diligências e propor a abertura de inquérito administrativo, sempre que necessário;
- cumprir e fazer cumprir os atos baixados pelo Chefe do Poder Executivo, pertinentes à sua área de atuação ou de aplicação geral;
- implementar as ações estabelecidas em convênios, contratos e acordos, com outros órgãos ou entidades;
- cumprir e fiscalizar o exercício de normas específicas e legais, relativas à área de sua competência;
- solicitar a abertura de procedimentos licitatórios, ou sua dispensa, nos termos da legislação aplicável à matéria;

- acompanhar a execução do orçamento do órgão sob sua gestão e produzir dados para sua reformulação e aperfeiçoamento;
- promover e acompanhar a implantação de mecanismos de controle de projetos e atividades no âmbito do órgão sob sua gestão;
- designar servidores para, em paralelo as suas atividades normais, atuarem como representantes de órgãos setoriais e do órgão central do Sistema de Controle Interno, conforme disposto na legislação municipal que trata do assunto;
- designar servidores para integrar órgãos colegiados municipais;
- coordenar as atividades de divulgação dos trabalhos do órgão sob sua gestão;
- praticar todos os demais atos que se fizerem necessários ao funcionamento das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, observados os preceitos legais vigentes;
- desempenhar e cumprir as normas do Sistema de Controle Interno.
- responder a pedidos escritos de informações oriundos do Poder Legislativo Municipal, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como, a prestação de informações falsas;
- comparecer à Câmara Municipal, por iniciativa própria ou mediante convocação ou entendimentos prévios com a Mesa Diretora, para expor assuntos de relevância do órgão sob sua gestão;
- subscrever os atos e regulamentos referentes ao seu órgão de atuação;
- expedir instruções para a plena execução das normas vigentes;
- apresentar ao Chefe do Poder Executivo relatório anual dos serviços realizados pelo órgão sob sua gestão;
- responder por atos assumidos, ordenados ou praticados sob suas ordens;
- exercer responsabilidade fiscal, através do planejamento público e do equilíbrio financeiro, buscando atingir maior economicidade na realização das despesas;
- promover a modernização e inovação da gestão pública municipal de forma a evitar a fragmentação das ações e a promover a harmonia dos serviços públicos essenciais disponibilizados ao cidadão, com maior eficiência e eficácia;
- exercer a autoridade e responsabilidade, com o comprometimento dos agentes públicos na execução de atos de gestão e de governo;
- prover a transparência administrativa, permitindo a participação ativa da sociedade na definição das prioridades e na execução dos programas municipais, através dos órgãos colegiados;
- executar os planos, programas e ações, com a observância das normas que regulam a atividade específica do órgão sob sua gestão;
- controlar a aplicação dos recursos públicos e da guarda e conservação dos bens públicos municipais;
- exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos;
- abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei;
- ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.

Denominação: Secretário(a) Executivo

Descrição Sumária:

- preparar a agenda diária do Chefe do Poder Executivo e coordenar o atendimento do público interno e externo;
- coordenar o trâmite de documentos levados à apreciação ou para assinatura do Chefe do Poder Executivo;
- coordenar as relações do Chefe do Poder Executivo com os órgãos superiores e colegiados;
- organizar as viagens do Chefe do Poder Executivo nos seus aspectos protocolares;
- desenvolver outras atividades de natureza administrativa, de aprimoramento da qualidade dos serviços e ações e de representação política e social determinadas pelo Chefe do Poder Executivo;
- recepcionar, marcar audiência e encaminhar as autoridades, servidores e pessoas em geral que desejarem comunicar-se com o Chefe do Poder Executivo;
- manter atualizado o registro de visitas do Chefe do Poder Executivo, bem como dos contatos por eles mantidos;
- organizar e manter atualizado o cadastro de autoridades, entidades e pessoas de relacionamento do Chefe do Poder Executivo;
- executar a redação oficial de assuntos de ordem administrativa do Chefe do Poder Executivo;
- coordenar e supervisionar o trâmite dos documentos oficiais do Chefe do Poder Executivo;
- organizar, programar e controlar a expedição de convites para as solenidades oficiais;
- controlar o registro das correspondências dirigidas ao Chefe do Poder Executivo;
- exercer outras atribuições que lhe sejam determinadas pelo Chefe do Poder Executivo.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a este subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua direção, obedecendo aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor de Imprensa

Descrição Sumária:

- supervisionar internamente as atividades governamentais de comunicação social e informações, no âmbito do órgão de atuação, fazendo cumprir os procedimentos de publicidade legal e institucional;
- atuar como unidade coletora e repassadora de informações técnicas necessárias à criação e produção de campanhas institucionais e promocionais de interesse da Administração Municipal, proporcionando os dados imprescindíveis à deflagração de procedimentos de divulgação em geral;
- transmitir aos veículos de comunicação informações de caráter jornalístico de interesse da Administração Municipal;
- elaborar estudos e projetos especiais de divulgação de interesse da Administração Municipal, submetendo-os à apreciação e aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado;
- assessorar o Chefe do Poder Executivo e os titulares dos órgãos superiores nos assuntos de sua competência;
- articular-se com os órgãos da Administração Municipal, nos limites de suas atribuições, visando à coleta de dados e informações necessárias à viabilização de suas atividades;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua direção, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor IV

Descrição Sumária:

- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

II – Funções de Representação:

Denominação: Chefe de Gabinete

Descrição Sumária:

- assistir ao Chefe do Poder Executivo nos assuntos relacionados à sua área de competência;
- dirigir, coordenar, orientar e fiscalizar as atividades exercidas pelas unidades organizacionais que lhe são subordinadas;
- coordenar a elaboração dos planos de ação pertinentes ao órgão sob sua gestão;
- assegurar a mais estreita colaboração das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, entre si, e destas com as demais unidades integrantes da Administração Municipal;
- determinar a realização de diligências e propor a abertura de inquérito administrativo, sempre que necessário;
- cumprir e fazer cumprir os atos baixados pelo Chefe do Poder Executivo, pertinentes à sua área de atuação ou de aplicação geral;
- implementar as ações estabelecidas em convênios, contratos e acordos, com outros órgãos ou entidades;
- cumprir e fiscalizar o exercício de normas específicas e legais, relativas à área de sua competência;
- solicitar a abertura de procedimentos licitatórios, ou sua dispensa, nos termos da legislação aplicável à matéria;
- acompanhar a execução do orçamento do órgão sob sua gestão e produzir dados para sua reformulação e aperfeiçoamento;
- promover e acompanhar a implantação de mecanismos de controle de projetos e atividades no âmbito do órgão sob sua gestão;
- designar servidores para, em paralelo as suas atividades normais, atuarem como representantes de órgãos setoriais e do órgão central do Sistema de Controle Interno, conforme disposto na legislação municipal que trata do assunto;
- designar servidores para integrar órgãos colegiados municipais;
- coordenar as atividades de divulgação dos trabalhos do órgão sob sua gestão;
- praticar todos os demais atos que se fizerem necessários ao funcionamento das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, observados os preceitos legais vigentes;
- desempenhar e cumprir as normas do Sistema de Controle Interno.
- responder a pedidos escritos de informações oriundos do Poder Legislativo Municipal, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como, a prestação de informações falsas;
- comparecer à Câmara Municipal, por iniciativa própria ou mediante convocação ou entendimentos prévios com a Mesa Diretora, para expor assuntos de relevância do órgão sob sua gestão;
- subscrever os atos e regulamentos referentes ao seu órgão de atuação;
- expedir instruções para a plena execução das normas vigentes;
- apresentar ao Chefe do Poder Executivo relatório anual dos serviços realizados pelo órgão sob sua gestão;
- responder por atos assumidos, ordenados ou praticados sob suas ordens;
- exercer responsabilidade fiscal, através do planejamento público e do equilíbrio financeiro, buscando atingir maior economicidade na realização das despesas;
- promover a modernização e inovação da gestão pública municipal de forma a evitar a fragmentação das ações e a promover a harmonia dos serviços públicos essenciais disponibilizados ao cidadão, com maior eficiência e eficácia;
- exercer a autoridade e responsabilidade, com o comprometimento dos agentes públicos na execução de atos de gestão e de governo;
- prover a transparência administrativa, permitindo a participação ativa da sociedade na definição das prioridades e na execução dos

programas municipais, através dos órgãos colegiados;

- executar os planos, programas e ações, com a observância das normas que regulam a atividade específica do órgão sob sua gestão;
- controlar a aplicação dos recursos públicos e da guarda e conservação dos bens públicos municipais;
- exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos;
- abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei;
- ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.

Denominação: Secretário(a) Executivo

Descrição Sumária:

- preparar a agenda diária do Chefe do Poder Executivo e coordenar o atendimento do público interno e externo;
- coordenar o trâmite de documentos levados à apreciação ou para assinatura do Chefe do Poder Executivo;
- coordenar as relações do Chefe do Poder Executivo com os órgãos superiores e colegiados;
- organizar as viagens do Chefe do Poder Executivo nos seus aspectos protocolares;
- desenvolver outras atividades de natureza administrativa, de aprimoramento da qualidade dos serviços e ações e de representação política e social determinadas pelo Chefe do Poder Executivo;
- recepcionar, marcar audiência e encaminhar as autoridades, servidores e pessoas em geral que desejarem comunicar-se com o Chefe do Poder Executivo;
- manter atualizado o registro de visitas do Chefe do Poder Executivo, bem como dos contatos por eles mantidos;
- organizar e manter atualizado o cadastro de autoridades, entidades e pessoas de relacionamento do Chefe do Poder Executivo;
- executar a redação oficial de assuntos de ordem administrativa do Chefe do Poder Executivo;
- coordenar e supervisionar o trâmite dos documentos oficiais do Chefe do Poder Executivo;
- organizar, programar e controlar a expedição de convites para as solenidades oficiais;
- controlar o registro das correspondências dirigidas ao Chefe do Poder Executivo;
- exercer outras atribuições que lhe sejam determinadas pelo Chefe do Poder Executivo.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua chefia, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) de Gabinete

Descrição Sumária:

- assistência direta e imediatamente ao Chefe do Poder Executivo no desempenho de suas atribuições e, especialmente, realizar estudos e análises que lhe sejam determinados, em assuntos que subsidiem a coordenação de ações em setores específicos da Administração Municipal;
- promover a articulação com os titulares dos órgãos superiores sobre assuntos submetidos à sua consideração pelo Chefe do Poder Executivo;
- avaliar as proposições normativas encaminhadas ao Chefe do Poder Executivo;
- assistir ao Chefe do Poder Executivo na supervisão e coordenação das atividades dos órgãos integrantes da estrutura municipal e das entidades vinculadas;
- colaborar no planejamento e coordenar as ações integradas de gestão e modernização institucional;
- contribuir na promoção e disseminação de melhores práticas de gestão e desenvolvimento institucional;
- auxiliar o Chefe do Poder Executivo na definição de diretrizes e na implementação das ações da Administração Municipal;
- exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Chefe do Poder Executivo na área de sua competência; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Motorista Executivo

Descrição Sumária:

- dirigir veículo oficial, com dedicação integral, zelando pelas normas de trânsito e segurança viária;
- aferir o funcionamento de equipamentos de sinalização sonora e luminosa;
- efetuar a prestação de contas das despesas efetuadas com o veículo;

- preencher relatórios de utilização do veículo com dados relativos a quilometragem, horário de saída e chegada e demais ocorrências durante a realização do trabalho;
- informar-se sobre o itinerário e conduzir veículo em viagens dentro e fora do território nacional;
- controlar o consumo de combustível e lubrificantes, efetuando reabastecimento e lubrificação do veículo, assim como as revisões nos prazos estabelecidos;
- zelar pela conservação e segurança do veículo e seus equipamentos, providenciando limpeza, ajustes e pequenos reparos, bem como solicitar manutenção quando necessário;
- manter-se atualizado com as normas e legislação de trânsito;
- participar de programa de treinamento, quando convocado;
- executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática específicos;
- executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função.

Denominação: Assessor(a) de Imprensa

Descrição Sumária:

- supervisionar internamente as atividades governamentais de comunicação social e informações, no âmbito do órgão de atuação, fazendo cumprir os procedimentos de publicidade legal e institucional;
- atuar como unidade coletora e repassadora de informações técnicas necessárias à criação e produção de campanhas institucionais e promocionais de interesse da Administração Municipal, proporcionando os dados imprescindíveis à deflagração de procedimentos de divulgação em geral;
- transmitir aos veículos de comunicação informações de caráter jornalístico de interesse da Administração Municipal;
- elaborar estudos e projetos especiais de divulgação de interesse da Administração Municipal, submetendo-os à apreciação e aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado;
- assessorar o Chefe do Poder Executivo e os titulares dos órgãos superiores nos assuntos de sua competência;
- articular-se com os órgãos da Administração Municipal, nos limites de suas atribuições, visando à coleta de dados e informações necessárias à viabilização de suas atividades;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua direção, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor IV

Descrição Sumária:

- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

### III – Funções Gratificadas:

Denominação: Gerente

Descrição Sumária:

- gerenciar a execução das atividades de sua competência;
- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho do órgão sob sua gerência;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados no órgão sob sua gerência e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades do órgão sob sua gerência e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao seu superior hierárquico;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

DECRETO PMI Nº 15, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - SEAGP, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 34 da Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro 2015,



**DECRETA:**

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública, conforme disposto neste Decreto.

**CAPÍTULO I****DA ESTRUTURA REGIMENTAL**

Art. 2º À Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública compete desenvolver as atividades relacionadas com:

- I – administração e normas de pessoal;
- II – gestão de materiais e do patrimônio;
- III – aquisição de bens e serviços, mediante procedimentos legais;
- IV – reprografia e digitalização de documentos públicos;
- V – elaboração, coordenação e execução das atividades relacionadas à tecnologia da informação;
- VI – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

**CAPÍTULO II****DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública, constituída pelos seguintes órgãos:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário Municipal:

a) Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

a) Diretoria de Documentação e Patrimônio

- 1. Coordenadoria do Arquivo Público Municipal - APM
- 2. Coordenadoria de Emissão de Carteira do Trabalho
- 3. Coordenadoria de Serviço Conveniados
- 3.1. Unidade Gestora do Serviço Postal Comunitário de Araçatuba
- 3.2. Unidade Gestora do Serviço de Identificação Civil do IGP/SC
- 3.3. Unidade Gestora da Secretaria da Junta do Serviço Militar

b) Diretoria de Licitações

- 1. Departamento de Análise Procedimental
- 2. Departamento de Atos Licitatórios

d) Diretoria de Suprimentos

- 1. Departamento de Recepção e Expedição de Materiais

e) Superintendência de Gestão e Inovação

- 1. Gerência de Pessoal
- 1.1. Coordenadoria de Segurança e Medicina do Trabalho
- 2. Gerência de Tecnologia da Informação
- 3. Gerência de Defesa Civil

III – órgãos colegiados:

- a) Conselho de Recursos Humanos da Administração Pública Municipal;
- b) Conselho Municipal de Defesa Civil.

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

**CAPÍTULO III****DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS**

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Superintendente	Superintendência	1	Remuneração	3.700,00
Diretor(a)	Diretoria	3	Remuneração	1.900,00
Chefe de Departamento	Departamento	3	Remuneração	1.300,00
Assessor(a) Especial	Assessoria	2	Remuneração	1.900,00
Assessor(a) II	Assessoria	5	Remuneração	1.200,00
Assessor(a) III	Assessoria	6	Remuneração	1.000,00

Assessor(a) IV	Assessoria	3	Remuneração	800,00
----------------	------------	---	-------------	--------

## II – Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Superintendente	Gratificação	2.760,00
Diretor(a)	Gratificação	1.260,00
Chefe de Departamento	Gratificação	675,00
Assessor(a) Especial	Gratificação	1.260,00
Assessor(a) II	Gratificação	540,00
Assessor(a) III	Gratificação	450,00
Assessor(a) IV	Gratificação	387,00

## III – Funções Gratificadas:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	VAGAS	VALOR DA FG
Gerente	3	50% do salário-base do servidor de carreira
Coordenador(a)	3	33% do salário-base do servidor de carreira
Gestor(a) de Unidade	3	R\$ 430,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constam do Anexo Único deste Decreto, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno.

Art. 6º Fica revogado o Decreto PMI nº 222 de 1º de outubro de 2014.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 11 de fevereiro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se  
Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Daniel Vinício Arantes Neto  
Secretário Municipal de Governo - Interino

Anexo Único  
(Decreto PMI nº15/2015)

## Descrição das Atribuições Principais de Cargos e Funções

## I - Cargos em Comissão:

Denominação: Secretário(a) Municipal

## Descrição Específica:

- administração e normas de pessoal;
- gestão de materiais e do patrimônio;
- aquisição de bens e serviços, mediante procedimentos legais;
- reprografia e digitalização de documentos públicos;
- elaboração, coordenação e execução das atividades relacionadas à tecnologia da informação;
- edição e controle de atos normativos, com a respectiva publicidade legal.

## Descrição Sumária:

- assistir ao Chefe do Poder Executivo nos assuntos relacionados à sua área de competência;
- dirigir, coordenar, orientar e fiscalizar as atividades exercidas pelas unidades organizacionais que lhe são subordinadas;
- coordenar a elaboração dos planos de ação pertinentes ao órgão sob sua gestão;
- assegurar a mais estreita colaboração das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, entre si, e destas com as demais unidades integrantes da Administração Municipal;
- determinar a realização de diligências e propor a abertura de inquérito administrativo, sempre que necessário;
- cumprir e fazer cumprir os atos baixados pelo Chefe do Poder Executivo, pertinentes à sua área de atuação ou de aplicação geral;
- implementar as ações estabelecidas em convênios, contratos e acordos, com outros órgãos ou entidades;
- cumprir e fiscalizar o exercício de normas específicas e legais, relativas à área de sua competência;
- solicitar a abertura de procedimentos licitatórios, ou sua dispensa, nos termos da legislação aplicável à matéria;

- acompanhar a execução do orçamento do órgão sob sua gestão e produzir dados para sua reformulação e aperfeiçoamento;
  - promover e acompanhar a implantação de mecanismos de controle de projetos e atividades no âmbito do órgão sob sua gestão;
  - designar servidores para, em paralelo as suas atividades normais, atuarem como representantes de órgãos setoriais e do órgão central do Sistema de Controle Interno, conforme disposto na legislação municipal que trata do assunto;
  - designar servidores para integrar órgãos colegiados municipais;
  - coordenar as atividades de divulgação dos trabalhos do órgão sob sua gestão;
  - praticar todos os demais atos que se fizerem necessários ao funcionamento das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, observados os preceitos legais vigentes;
  - desempenhar e cumprir as normas do Sistema de Controle Interno.
  - responder a pedidos escritos de informações oriundos do Poder Legislativo Municipal, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como, a prestação de informações falsas;
  - comparecer à Câmara Municipal, por iniciativa própria ou mediante convocação ou entendimentos prévios com a Mesa Diretora, para expor assuntos de relevância do órgão sob sua gestão;
  - subscrever os atos e regulamentos referentes ao seu órgão de atuação;
  - expedir instruções para a plena execução das normas vigentes;
  - apresentar ao Chefe do Poder Executivo relatório anual dos serviços realizados pelo órgão sob sua gestão;
- 
- responder por atos assumidos, ordenados ou praticados sob suas ordens;
  - exercer responsabilidade fiscal, através do planejamento público e do equilíbrio financeiro, buscando atingir maior economicidade na realização das despesas;
  - promover a modernização e inovação da gestão pública municipal de forma a evitar a fragmentação das ações e a promover a harmonia dos serviços públicos essenciais disponibilizados ao cidadão, com maior eficiência e eficácia;
  - exercer a autoridade e responsabilidade, com o comprometimento dos agentes públicos na execução de atos de gestão e de governo;
  - prover a transparência administrativa, permitindo a participação ativa da sociedade na definição das prioridades e na execução dos programas municipais, através dos órgãos colegiados;
  - executar os planos, programas e ações, com a observância das normas que regulam a atividade específica do órgão sob sua gestão;
  - controlar a aplicação dos recursos públicos e da guarda e conservação dos bens públicos municipais;
  - exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos;
  - abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei;
  - ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.

Denominação: Superintendente

Descrição Sumária:

- superintender as atividades administrativas e finalísticas do órgão superior a que estiver vinculado, em consonância com as diretrizes gerais emanadas do titular da pasta;
- promover reuniões com os demais dirigentes do órgão superior ou específico para a coordenação das atividades operacionais do órgão superior;
- substituir e representar o titular do órgão superior a que estiver vinculado em suas ausências e impedimentos legais, quando designado;
- apreciar e aprovar os programas de trabalho das unidades organizacionais subordinadas, bem como acompanhar o desenvolvimento de sua execução;
- designar e coordenar a atuação de grupos de estudos específicos de interesse do órgão superior a que estiver vinculado;
- emitir parecer final, conclusivo, sobre os assuntos submetidos à sua apreciação;
- assinar, por delegação do titular do órgão superior a que estiver vinculado, atos próprios do órgão;
- solicitar, periodicamente, a elaboração dos relatórios de atividades das unidades organizacionais subordinadas;
- articular-se com os órgãos da administração pública, nos limites de suas atribuições, visando à coleta de dados e informações necessárias à solução de assuntos submetidos à sua apreciação, coordenação ou decisão;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua direção, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Diretor(a)

Descrição Sumária:

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Diretoria;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Diretoria;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados na Diretoria e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades da Diretoria e suas respectivas Unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior a que estiver vinculado;

- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a este subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua direção, obedecendo aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor Especial

Descrição Sumária:

- assessoramento especial às unidades do órgão, de acordo com as especificidades funcionais que atendam às necessidades do órgão, demandadas pelo superior hierárquico;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- elaboração de estudos, análises, pareceres, laudos técnicos e notas técnicas de acordo com as normas disciplinadoras do assunto;
- pesquisar continuamente práticas de gestão e tecnologia para aprimoramento das atividades do órgão de atuação;
- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
- diagnosticar desconhecimentos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) II

Descrição Sumária:

- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
- diagnosticar desconhecimentos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.
- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao município, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) III

Descrição Sumária:

- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da

qualidade dos serviços prestados ao município, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;

- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) IV

Descrição Sumária:

- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao município, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

II – Funções de Representação:

Denominação: Superintendente

Descrição Sumária:

- superintender as atividades administrativas e finalísticas do órgão superior a que estiver vinculado, em consonância com as diretrizes gerais emanadas do titular da pasta;
- promover reuniões com os demais dirigentes do órgão superior ou específico para a coordenação das atividades operacionais do órgão superior;
- substituir e representar o titular do órgão superior a que estiver vinculado em suas ausências e impedimentos legais, quando designado;
- apreciar e aprovar os programas de trabalho das unidades organizacionais subordinadas, bem como acompanhar o desenvolvimento de sua execução;
- designar e coordenar a atuação de grupos de estudos específicos de interesse do órgão superior a que estiver vinculado;
- emitir parecer final, conclusivo, sobre os assuntos submetidos à sua apreciação;
- assinar, por delegação do titular do órgão superior a que estiver vinculado, atos próprios do órgão;
- solicitar, periodicamente, a elaboração dos relatórios de atividades das unidades organizacionais subordinadas;
- articular-se com os órgãos da administração pública, nos limites de suas atribuições, visando à coleta de dados e informações necessárias à solução de assuntos submetidos à sua apreciação, coordenação ou decisão;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua direção, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Diretor(a)

Descrição Sumária:

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Diretoria;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Diretoria;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados na Diretoria e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades da Diretoria e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior a que estiver vinculado;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;



- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua chefia, obedecendo aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor Especial

Descrição Sumária:

- assessoramento especial às unidades do órgão, de acordo com as especificidades funcionais que atendam às necessidades do órgão, demandadas pelo superior hierárquico;
  - assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
  - assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
  - elaboração de estudos, análises, pareceres, laudos técnicos e notas técnicas de acordo com as normas disciplinadoras do assunto;
  - pesquisar continuamente práticas de gestão e tecnologia para aprimoramento das atividades do órgão de atuação;
  - liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
  - diagnosticar desconhecimentos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.
  - exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) II

Descrição Sumária:

- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
- diagnosticar desconhecimentos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.
- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) III

Descrição Sumária:

- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) IV

Descrição Sumária:

- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da

qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;

- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

### III – Funções Gratificadas:

Denominação: Gerente:

Descrição Sumária:

- gerenciar a execução das atividades de sua competência;
- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho do órgão sob sua gerência;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados no órgão sob sua gerência e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades do órgão sob sua gerência e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao seu superior hierárquico;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Coordenador(a)

Descrição Sumária:

- coordenar as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua coordenação, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Gestor(a) de Unidade

Descrição Sumária:

- gerir as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos necessários ao desenvolvimento da unidade sob sua gestão, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

DECRETO PMI Nº 16, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura - SETEC, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 34, da Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I  
DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura, compete:

I – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de turismo, especialmente:

- a) adoção de medidas de promoção do desenvolvimento turístico sustentável e da atividade empresarial turística;
- b) promoção de medidas relativas ao desenvolvimento turístico, em articulação com as esferas federal e estadual de governo, bem como outras organizações;
- c) estímulos à implantação de infraestrutura turística;
- d) incentivo e apoio às atividades socioeconômicas vinculadas ao turismo;
- e) realização de eventos de cunho turístico;
- f) divulgação das potencialidades turísticas do Município;

II – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de esporte e lazer, especialmente:

- a) estabelecer a política esportiva e de lazer municipal;
- b) efetuar o planejamento, coordenação, supervisão e avaliação dos planos e programas de incentivo aos esportes;
- c) promover as ações de democratização da prática esportiva e inclusão social por intermédio do esporte;
- d) manter intercâmbio com organismos públicos e privados, nacionais, internacionais e estrangeiros, voltados à promoção do esporte;
- e) elaborar o calendário de competições esportivas nas diversas modalidades, com integração dos bairros;
- f) constituir projeto específico para esportes náuticos e aquáticos;
- g) promover oportunidades esportivas para pessoas com deficiência;
- h) incentivar e conscientizar sobre a importância da prática de atividades físicas, em todas as faixas etárias;

III – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de cultura, especialmente:

- a) assegurar os meios para o desenvolvimento da cultura como direito de todos os cidadãos, com plena liberdade de expressão e criação;
- b) universalizar o acesso aos bens e serviços culturais;
- c) contribuir para a construção da cidadania cultural;
- d) reconhecer, proteger, valorizar e promover a diversidade das expressões culturais presentes no município;
- e) combater a discriminação e o preconceito de qualquer espécie e natureza;
- f) promover a equidade social e territorial do desenvolvimento cultural;
- g) qualificar e garantir a transparência da gestão cultural;
- h) democratizar os processos decisórios, assegurando a participação e o controle social;
- i) estruturar e regulamentar a economia da cultura, no âmbito local;
- j) consolidar a cultura como importante vetor do desenvolvimento sustentável;
- k) intensificar as trocas, os intercâmbios e os diálogos interculturais;
- l) contribuir para a promoção da cultura da paz;
- m) preservação, proteção e promoção do patrimônio cultural, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

IV – edição de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

## CAPÍTULO II

### DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura, constituída pelos seguintes órgãos:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário Municipal:

- a) Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

- a) Diretoria de Desenvolvimento Turístico
  - 1. Departamento de Articulação e Ordenamento Turístico
- b) Diretoria de Infraestrutura Turística
- c) Superintendência de Esporte e Lazer- SESPORTE
  - 1. Diretoria de Desenvolvimento do Esporte
    - 1.1. Departamento de Esportes
      - 1.1.1. Unidade Gestora de Projetos Sócioesportivos
    - 1.2. Departamento de Infraestrutura Esportiva
    - 1.3. Departamento de Lazer e Inclusão Social
- d) Superintendência de Cultura - SECULT
  - 1. Departamento de Gestão Cultural
    - 1.1. Gerência de Fomento e Incentivo à Cultura
      - 1.1.1. Coordenadoria do Sistema Municipal de Bibliotecas, Livros, Leitura e Literatura
      - 1.1.2. Unidade Gestora do Arquivo Histórico Municipal
      - 1.1.3. Unidade Gestora do Patrimônio Cultural

III – órgãos colegiados:

- a) Conselho Municipal de Turismo
- b) Conselho Municipal de Esporte
- c) Conselho Municipal de Política Cultural

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e

Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

### CAPÍTULO III

#### DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura ficam atribuídos os(as) seguintes:

##### I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Superintendente	Superintendência	2	Remuneração	3.700,00
Diretor(a)	Diretoria	3	Remuneração	1.900,00
Assessor(a) I	Assessoria	3	Remuneração	1.600,00
Chefe de Departamento	Departamento	5	Remuneração	1.300,00
Assessor(a) II	Assessoria	5	Remuneração	1.200,00
Assessor(a) III	Assessoria	4	Remuneração	1.000,00
Assessor(a) IV	Assessoria	5	Remuneração	800,00

##### II – Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Superintendente	Gratificação	2.160,000
Diretor(a)	Gratificação	1.260,00
Assessor(a) I	Gratificação	855,00
Chefe de Departamento	Gratificação	675,00
Assessor(a) II	Gratificação	540,00
Assessor(a) III	Gratificação	450,00
Assessor(a) IV	Gratificação	387,00

##### III – Funções Gratificadas:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	VAGAS	VALOR DA FG
Gerente	1	50% do salário-base do servidor de carreira
Coordenador(a)	1	33% do salário-base do servidor de carreira
Gestor(a) de Unidade	3	R\$ 430,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constam do Anexo Único deste Decreto, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno.

Art. 6º Ficam revogados os seguintes Decretos:

Decreto PMI nº 326, de 30 de dezembro de 2014;

Decreto PMI nº 327, de 30 de dezembro de 2014, e

Decreto PMI nº 328, de 30 de dezembro de 2014.

Art.7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 11 de fevereiro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Daniel Vinício Arantes Neto

Secretário Municipal de Governo - Interino

Anexo Único

(Decreto PMI nº 16/2015)

Descrição das Atribuições Principais de Cargos e Funções

##### I - Cargos em Comissão:

Denominação: Secretário(a) Municipal:

Descrição Específica:

- adoção de medidas de promoção do desenvolvimento turístico sustentável e da atividade empresarial turística;
- promoção de medidas relativas ao desenvolvimento turístico, em articulação com as esferas federal e estadual de governo, bem como outras organizações;
- estímulos à implantação de infraestrutura turística;
- incentivo e apoio às atividades socioeconômicas vinculadas ao turismo;
- realização de eventos de cunho turístico;
- divulgação das potencialidades turísticas do Município.

Descrição Sumária:

- assistir ao Chefe do Poder Executivo nos assuntos relacionados à sua área de competência;
- dirigir, coordenar, orientar e fiscalizar as atividades exercidas pelas unidades organizacionais que lhe são subordinadas;
- coordenar a elaboração dos planos de ação pertinentes ao órgão sob sua gestão;
- assegurar a mais estreita colaboração das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, entre si, e destas com as demais unidades integrantes da Administração Municipal;
- determinar a realização de diligências e propor a abertura de inquérito administrativo, sempre que necessário;
- cumprir e fazer cumprir os atos baixados pelo Chefe do Poder Executivo, pertinentes à sua área de atuação ou de aplicação geral;
- implementar as ações estabelecidas em convênios, contratos e acordos, com outros órgãos ou entidades;
- cumprir e fiscalizar o exercício de normas específicas e legais, relativas à área de sua competência;
- solicitar a abertura de procedimentos licitatórios, ou sua dispensa, nos termos da legislação aplicável à matéria;
- acompanhar a execução do orçamento do órgão sob sua gestão e produzir dados para sua reformulação e aperfeiçoamento;
- promover e acompanhar a implantação de mecanismos de controle de projetos e atividades no âmbito do órgão sob sua gestão;
- designar servidores para, em paralelo as suas atividades normais, atuarem como representantes de órgãos setoriais e do órgão central do Sistema de Controle Interno, conforme disposto na legislação municipal que trata do assunto;
- designar servidores para integrar órgãos colegiados municipais;
- coordenar as atividades de divulgação dos trabalhos do órgão sob sua gestão;
- praticar todos os demais atos que se fizerem necessários ao funcionamento das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, observados os preceitos legais vigentes;
- desempenhar e cumprir as normas do Sistema de Controle Interno.
- responder a pedidos escritos de informações oriundos do Poder Legislativo Municipal, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como, a prestação de informações falsas;
- comparecer à Câmara Municipal, por iniciativa própria ou mediante convocação ou entendimentos prévios com a Mesa Diretora, para expor assuntos de relevância do órgão sob sua gestão;
- subscrever os atos e regulamentos referentes ao seu órgão de atuação;
- expedir instruções para a plena execução das normas vigentes;
- apresentar ao Chefe do Poder Executivo relatório anual dos serviços realizados pelo órgão sob sua gestão;
- responder por atos assumidos, ordenados ou praticados sob suas ordens;
- exercer responsabilidade fiscal, através do planejamento público e do equilíbrio financeiro, buscando atingir maior economicidade na realização das despesas;
- promover a modernização e inovação da gestão pública municipal de forma a evitar a fragmentação das ações e a promover a harmonia dos serviços públicos essenciais disponibilizados ao cidadão, com maior eficiência e eficácia;
- exercer a autoridade e responsabilidade, com o comprometimento dos agentes públicos na execução de atos de gestão e de governo;
- prover a transparência administrativa, permitindo a participação ativa da sociedade na definição das prioridades e na execução dos programas municipais, através dos órgãos colegiados;
- executar os planos, programas e ações, com a observância das normas que regulam a atividade específica do órgão sob sua gestão;
- controlar a aplicação dos recursos públicos e da guarda e conservação dos bens públicos municipais;
- exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos;
- abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei;
- ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.

Denominação: Superintendente

Descrição Sumária:

- superintender as atividades administrativas e finalísticas do órgão superior a que estiver vinculado, em consonância com as diretrizes gerais emanadas do titular da pasta;
- promover reuniões com os demais dirigentes do órgão superior ou específico para a coordenação das atividades operacionais do órgão superior;
- substituir e representar o titular do órgão superior a que estiver vinculado em suas ausências e impedimentos legais, quando designado;
- apreciar e aprovar os programas de trabalho das unidades organizacionais subordinadas, bem como acompanhar o desenvolvimento de sua execução;
- designar e coordenar a atuação de grupos de estudos específicos de interesse do órgão superior a que estiver vinculado;
- emitir parecer final, conclusivo, sobre os assuntos submetidos à sua apreciação;



- assinar, por delegação do titular do órgão superior a que estiver vinculado, atos próprios do órgão;
- solicitar, periodicamente, a elaboração dos relatórios de atividades das unidades organizacionais subordinadas;
- articular-se com os órgãos da administração pública, nos limites de suas atribuições, visando à coleta de dados e informações necessárias à solução de assuntos submetidos à sua apreciação, coordenação ou decisão;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua direção, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Diretor(a)

Descrição Sumária:

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Diretoria;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Diretoria;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados na Diretoria e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades da Diretoria e suas respectivas Unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior a que estiver vinculado;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a este subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua direção, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) I

Descrição Sumária:

- elaboração de estudos, análises, pareceres, laudos técnicos e notas técnicas de acordo com as normas disciplinadoras do assunto;
- pesquisar continuamente práticas de gestão e tecnologia para aprimoramento das atividades;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
- diagnosticar descompassos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) II

Descrição Sumária:

- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
- diagnosticar descompassos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.

- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) III

Descrição Sumária:

- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) IV

Descrição Sumária:

- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os
- melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
  - exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
  - desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

II – Funções de Representação:

Denominação: Superintendente

Descrição Sumária:

- superintender as atividades administrativas e finalísticas do órgão superior a que estiver vinculado, em consonância com as diretrizes gerais emanadas do titular da pasta;
- promover reuniões com os demais dirigentes do órgão superior ou específico para a coordenação das atividades operacionais do órgão superior;
- substituir e representar o titular do órgão superior a que estiver vinculado em suas ausências e impedimentos legais, quando designado;
- apreciar e aprovar os programas de trabalho das unidades organizacionais subordinadas, bem como acompanhar o desenvolvimento de sua execução;
- designar e coordenar a atuação de grupos de estudos específicos de interesse do órgão superior a que estiver vinculado;
- emitir parecer final, conclusivo, sobre os assuntos submetidos à sua apreciação;
- assinar, por delegação do titular do órgão superior a que estiver vinculado, atos próprios do órgão;
- solicitar, periodicamente, a elaboração dos relatórios de atividades das unidades organizacionais subordinadas;
- articular-se com os órgãos da administração pública, nos limites de suas atribuições, visando à coleta de dados e informações necessárias à solução de assuntos submetidos à sua apreciação, coordenação ou decisão;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua direção, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Diretor(a)

Descrição Sumária:

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;

- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Diretoria;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Diretoria;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados na Diretoria e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades da Diretoria e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior a que estiver vinculado;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a este subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua direção, obedecendo aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) I

Descrição Sumária:

- elaboração de estudos, análises, pareceres, laudos técnicos e notas técnicas de acordo com as normas disciplinadoras do assunto;
- pesquisar continuamente práticas de gestão e tecnologia para aprimoramento das atividades;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
- diagnosticar desconhecimentos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao município, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) II

Descrição Sumária:

- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
- diagnosticar desconhecimentos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.
- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao município, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) III

## Descrição Sumária:

- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

## Denominação: Assessor(a) IV

## Descrição Sumária:

- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

## III – Funções Gratificadas:

## Denominação: Gerente

## Descrição Sumária:

- gerenciar a execução das atividades de sua competência;
- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho do órgão sob sua gerência;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados no órgão sob sua gerência e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades do órgão sob sua gerência e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao seu superior hierárquico;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

## Denominação: Coordenador(a)

## Descrição Sumária:

- coordenar as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua coordenação, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

## Denominação: Gestor(a) de Unidade

## Descrição Sumária:

- gerir as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho;

- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos necessários ao desenvolvimento da unidade sob sua gestão, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente àquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

DECRETO PMI Nº 17, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Educação - SEDUC, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 34, da Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Educação conforme disposto neste Decreto.

## CAPÍTULO I

### DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Secretaria Municipal de Educação compete:

I – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de educação, especialmente:

- a) proporcionar nutrição adequada ao educando;
- b) prover assistência e apoio ao educando de todos os níveis;
- c) estímulo ao ensino médio, tecnológico, superior, especial e de jovens e adultos;
- d) transporte escolar;
- e) proporcionar a melhoria da qualidade do ensino, envolvendo a capacitação e a valorização dos profissionais da educação;
- f) manter, preferencialmente, uma educação integrada, no âmbito do município, associando ao ensino convencional as iniciativas científicas e tecnológicas;
- g) apoiar a educação inclusiva.

II – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

## CAPÍTULO II

### DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal da Educação, constituída pelos seguintes órgãos:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário Municipal:

- a) Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

- a) Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

1. Unidade Gestora Educacional
2. Unidade Gestora da Captação de Recursos e Prestação de Contas
3. Unidade Gestora do Material Didático
4. Unidade Gestora do Programa de Alimentação Escolar

5. Unidade Gestora do Transporte Escolar
6. Unidade Gestora do Controle Administrativo
7. Unidade Gestora Pedagógica
8. Unidade de Apoio à Gestão Escolar
9. Unidade Gestora de Projetos Educacionais
10. Unidade Gestora de Projetos Culturais
11. Unidade Gestora do Sistema de Ensino

- b) Coordenação Executiva do Ensino Fundamental

1. Unidade Gestora do Ensino Fundamental
- 1.1. Escola Básica Municipal Basileu José da Silva
- 1.2. Escola Municipal Ugero Pittigliani
- 1.3. Escola Básica Municipal Pe. Dr. Itamar Luiz da Costa
- 1.4. Escola Municipal Belarminda de Souza Pires
- 1.5. Escola Básica Municipal José Vanderlei Mayer
- 1.6. Escola Básica Municipal Deputado Joaquim Ramos
- 1.7. Escola Municipal Etelvina de Souza Pereira
- 1.8. Escola Municipal Terezinha Pinho de Souza
- 1.9. Escola Municipal Herminia de Souza Marques
- 1.10. Escola Municipal João Pedro Tavares

- c) Departamento de Educação Infantil

1. Unidade Gestora da Educação Infantil
- 1.1. Centro Municipal de Educação Infantil Raios de Sol



- 1.2. Centro Municipal de Educação Infantil Marilene Polachini
- 1.3. Centro Municipal de Educação Infantil Alceu Rochadel
- 1.4. Centro Municipal de Educação Infantil Clara Heitch Soares
- 1.5. Centro Municipal de Educação Infantil Coração de Mãe
- 1.6. Centro Municipal de Educação Infantil Altona
- 1.7. Centro Municipal de Educação Infantil Moacyr Orige
- 1.8. Centro Municipal de Educação Infantil Cidália Soares Menezes
- 1.9. Centro Municipal de Educação Infantil Menino Deus
- 1.10. Centro Municipal de Educação Infantil Laura Perfeito
- 1.11. Centro Municipal de Educação Infantil Domingos Frasson
- 1.12. Centro Municipal de Educação Infantil Juci de Souza dos Santos
- 1.13. Centro Municipal de Educação Infantil Profª Doraci da Silva Spillere
- 1.14. Centro Municipal de Educação Infantil Maria Virginia Soares

d) Departamento de Gestão do Centro Integrado de Tecnologia e Qualificação Técnica, Social e Profissional de Imbituba – CEITEC

1. Unidade Gestora da Educação Especial e Inclusão Educacional

2. Unidade Gestora da Inovação Tecnológica

e) Departamento de Manutenção Patrimonial

III – órgãos colegiados:

a) Conselho Municipal de Educação.

b) Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação;

c) Conselho Municipal de Alimentação Escolar.

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Educação, para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

### CAPÍTULO III

#### DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal da Educação, ficam atribuídos os(as) seguintes:

#### I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Chefe de Departamento	Departamento	3	Remuneração	1.300,00
Coordenador(a) Executivo(a)	Coordenação	1	Remuneração	1.600,00
Assessor(a) Especial	Assessoria	1	Remuneração	1.900,00
Assessor(a)III	Assessoria	1	Remuneração	1.000,00

#### II – Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Chefe de Departamento	Gratificação	675,00
Assessor(a) Especial	Gratificação	1.260,00
Assessor(a)III	Gratificação	450,00

#### III – Funções Gratificadas:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO		
	VAGAS	VALOR DA FG	
Coordenador(a)	1	33% do salário-base do servidor de carreira	
Diretor(a) de Escola	10	Acima de 300 alunos	R\$ 550,00
		Até 300 alunos	R\$ 450,00
Coordenador(a) de CEI	14	R\$ 450,00	
Gestor(a) de Unidade	15	R\$ 430,00	
Secretário(a) de Escola	10	Acima de 300 alunos	R\$ 420,00
		Até 300 alunos	R\$ 350,00
Secretário(a) de CEI	14		R\$ 350,00
Coordenador(a) Pedagógico(a)	10	Acima de 300 alunos	R\$ 200,00
		Até 300 alunos	R\$ 150,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constam do Anexo Único deste Decreto, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno.

Art. 6º Fica revogado o Decreto PMI nº 155, de 30 de junho de 2014.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 11 de fevereiro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Daniel Vinício Arantes Neto

Secretário Municipal de Governo-Interino

Anexo Único

(Decreto PMI nº 17 /2015)

Descrição das Atribuições Principais de Cargos e Funções

I - Cargos em Comissão:

Denominação: Secretário(a) Municipal

Descrição Específica:

- implantação e coordenação da política municipal de educação;
- proporcionar nutrição adequada ao educando;
- prover assistência e apoio ao educando de todos os níveis;
- estímulo ao ensino médio, tecnológico, superior, especial e de jovens e adultos;
- transporte escolar;
- proporcionar a melhoria da qualidade do ensino, envolvendo a capacitação e a valorização dos profissionais da educação;
- manter, preferencialmente, uma educação integrada, no âmbito do município, associando ao ensino convencional as iniciativas científicas e tecnológicas.

Descrição Sumária:

- assistir ao Chefe do Poder Executivo nos assuntos relacionados à sua área de competência;
- dirigir, coordenar, orientar e fiscalizar as atividades exercidas pelas unidades organizacionais que lhe são subordinadas;
- coordenar a elaboração dos planos de ação pertinentes ao órgão sob sua gestão;
- assegurar a mais estreita colaboração das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, entre si, e destas com as demais unidades integrantes da Administração Municipal;
- determinar a realização de diligências e propor a abertura de inquérito administrativo, sempre que necessário;
- cumprir e fazer cumprir os atos baixados pelo Chefe do Poder Executivo, pertinentes à sua área de atuação ou de aplicação geral;
- implementar as ações estabelecidas em convênios, contratos e acordos, com outros órgãos ou entidades;
- cumprir e fiscalizar o exercício de normas específicas e legais, relativas à área de sua competência;
- solicitar a abertura de procedimentos licitatórios, ou sua dispensa, nos termos da legislação aplicável à matéria;
- acompanhar a execução do orçamento do órgão sob sua gestão e produzir dados para sua reformulação e aperfeiçoamento;
- promover e acompanhar a implantação de mecanismos de controle de projetos e atividades no âmbito do órgão sob sua gestão;
- designar servidores para, em paralelo as suas atividades normais, atuarem como representantes de órgãos setoriais e do órgão central do Sistema de Controle Interno, conforme disposto na legislação municipal que trata do assunto;
- designar servidores para integrar órgãos colegiados municipais;
- coordenar as atividades de divulgação dos trabalhos do órgão sob sua gestão;
- praticar todos os demais atos que se fizerem necessários ao funcionamento das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, observados os preceitos legais vigentes;
- desempenhar e cumprir as normas do Sistema de Controle Interno.
- responder a pedidos escritos de informações oriundos do Poder Legislativo Municipal, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como, a prestação de informações falsas;
- comparecer à Câmara Municipal, por iniciativa própria ou mediante convocação ou entendimentos prévios com a Mesa Diretora, para expor assuntos de relevância do órgão sob sua gestão;
- subscrever os atos e regulamentos referentes ao seu órgão de atuação;
- expedir instruções para a plena execução das normas vigentes;
- apresentar ao Chefe do Poder Executivo relatório anual dos serviços realizados pelo órgão sob sua gestão;
- responder por atos assumidos, ordenados ou praticados sob suas ordens;
- exercer responsabilidade fiscal, através do planejamento público e do equilíbrio financeiro, buscando atingir maior economicidade na realização das despesas;
- promover a modernização e inovação da gestão pública municipal de forma a evitar a fragmentação das ações e a promover a harmonia dos serviços públicos essenciais disponibilizados ao cidadão, com maior eficiência e eficácia;
- exercer a autoridade e responsabilidade, com o comprometimento dos agentes públicos na execução de atos de gestão e de governo;
- prover a transparência administrativa, permitindo a participação ativa da sociedade na definição das prioridades e na execução dos programas municipais, através dos órgãos colegiados;
- executar os planos, programas e ações, com a observância das normas que regulam a atividade específica do órgão sob sua gestão;

- controlar a aplicação dos recursos públicos e da guarda e conservação dos bens públicos municipais;
- exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos;
- abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei;
- ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a este subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua direção, obedecendo aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Coordenador(a) Executivo(a)

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua coordenação, obedecendo aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) Especial

Descrição Sumária:

- assessoramento especial às unidades do órgão, de acordo com as especificidades funcionais que atendam às necessidades do órgão, demandadas pelo superior hierárquico;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- elaboração de estudos, análises, pareceres, laudos técnicos e notas técnicas de acordo com as normas disciplinadoras do assunto;
- pesquisar continuamente práticas de gestão e tecnologia para aprimoramento das atividades do órgão de atuação;
- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
- diagnosticar desconhecimentos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) III

Descrição Sumária:

- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao município, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;

- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

## II – Funções de Representação:

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua chefia, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) Especial

Descrição Sumária:

- assessoramento especial às unidades do órgão, de acordo com as especificidades funcionais que atendam às necessidades do órgão, demandadas pelo superior hierárquico;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- elaboração de estudos, análises, pareceres, laudos técnicos e notas técnicas de acordo com as normas disciplinadoras do assunto;
- pesquisar continuamente práticas de gestão e tecnologia para aprimoramento das atividades do órgão de atuação;
- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
- diagnosticar desconhecimentos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) III

Descrição Sumária:

- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

## III – Funções Gratificadas:

Denominação: Coordenador(a)

Descrição Sumária:

- coordenar as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua coordenação, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e

- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Diretor(a) de Escola

Descrição Específica:

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Unidade Escolar;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências relacionadas à Unidade Escolar que dirige;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Direção Escolar;
- dirigir o trabalho coletivo, tendo como funções a articulação, a proposição, a mediação, a operacionalização e o acompanhamento do pensar e do fazer pedagógico-administrativo-jurídico e financeiro da comunidade escolar, a partir das deliberações e encaminhamentos do Projeto Político Pedagógico, do Plano Escolar Anual e do Regimento Interno da Unidade Escolar, de acordo com as diretrizes da política educacional;

Descrição Sumária:

- apresentar relatórios mensais das atividades da Direção Escolar e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior a que estiver vinculado;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.
- garantir que a Unidade Escolar sob sua responsabilidade cumpra sua função social de promover a apropriação e a construção do conhecimento por parte dos alunos, preparando-os para o exercício da cidadania e o trabalho, envolvidos no contexto e na complexidade da sociedade atual;
- elaborar anualmente o Plano de Ação específico da sua área, articulado com os demais planos dos segmentos escolares;
- dirigir, juntamente com o Coordenador Pedagógico, a construção do Projeto Político Pedagógico, do Plano Escolar Anual, do Regimento Interno e do planejamento dos demais eventos e promoções da Unidade Escolar;
- convocar e coordenar reuniões de natureza administrativa e/ou pedagógica, bem como as comemorações de datas cívicas e fazer cumprir os deveres sociais;
- promover, periodicamente, a avaliação da Unidade Escolar, buscando a identificação de causas dos resultados insatisfatórios e de alternativas para superá-las;
- cumprir e fazer cumprir as disposições legais, relativas à organização didática, administrativa e disciplinar da Unidade Escolar;
- conhecer a legislação educacional e manter-se atualizado quanto às normas emitidas pelos órgãos competentes;
- promover a integração e o bom relacionamento humano entre os membros da comunidade escolar, fazendo-os sentir a importância do seu trabalho para o êxito da Unidade Escolar, dando especial atenção aos novos profissionais da equipe;
- atuar como elemento de ligação entre o Corpo Docente, funcionários, APP, Conselho Escolar, pais, comunidade local e a Secretaria Municipal de Educação;
- supervisionar e colaborar com o funcionamento das entidades (Associação de Pais e Professores – APP, Conselho Escolar, Grêmio Estudantil, Clube de Mães e outras que forem criadas), objetivando o equilíbrio entre a atuação destas e as demais atividades escolares, promovendo a aproximação e cooperação entre os mesmos, de modo a integrá-los nas atividades escolares;
- definir as responsabilidades de todos os profissionais da Unidade Escolar, reforçando a importância da ação integrada dos Especialistas em Educação Escolar (Coordenador Pedagógico Escolar, Orientador Educacional e Supervisor Escolar) para que se fortaleça o espírito de equipe, na tarefa educativa comum, principalmente na busca da gestão democrática da escola ;
- zelar pelo fiel cumprimento do horário e do calendário escolar, de modo a impedir atraso ou interrupção das atividades docentes e administrativas, determinando o controle de frequência do Corpo Docente e funcionários da Unidade Escolar, sob pena de responsabilização;
- garantir que a organização das turmas e do horário escolar seja realizada considerando as reais necessidades dos alunos;
- cuidar para que o prédio escolar e suas instalações sejam mantidos em boas condições, providenciando, diretamente junto aos órgãos competentes, a execução imediata dos reparos necessários a sua conservação, bem como propor reformas, ampliações e provimento de material necessário ao seu bom funcionamento;
- determinar a manutenção de controle do material didático, de expediente, limpeza e conservação e merenda escolar destinado a Unidade Escolar;
- administrar os recursos financeiros, em conjunto com a Associação de Pais e Professores - APP, respeitando a legislação vigente;
- representar a Unidade Escolar, responsabilizando-se pelo seu bom funcionamento, perante a comunidade escolar, aos órgãos do Poder Público e à comunidade em geral;
- supervisionar de forma direta a aplicação dos projetos e metas propostos pela Secretaria Municipal de Educação, desenvolvidos pelo Corpo Docente e Especialistas em Assuntos Educacionais;
- estimular e propiciar, na medida do possível, o aperfeiçoamento e atualização de todos os profissionais da Unidade Escolar, desde que não acarrete prejuízo aos alunos;
- ter postura ética, especialmente com as pessoas da comunidade escolar;
- incentivar o desporto e o lazer no âmbito da comunidade escolar;
- participar de congressos, seminários, palestras e conhecer outras realidades educativas, objetivando manter-se atualizado;
- participar, quando solicitado, do planejamento, coordenação e execução de programas, projetos e eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação;
- executar outras tarefas correlatas às acima descritas, de acordo com a solicitação dos superiores.

Denominação: Coordenador(a) de CEI

Descrição Específica:



- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência do respectivo CEI;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências relacionadas ao CEI que coordena;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Coordenação do CEI;
- dirigir o trabalho coletivo, tendo como funções a articulação, a proposição, a mediação, a operacionalização e o acompanhamento do pensar e do fazer pedagógico-administrativo-jurídico e financeiro da comunidade escolar, a partir das deliberações e encaminhamentos do Projeto Político Pedagógico, do Plano Escolar Anual e do Regimento Interno do CEI, de acordo com as diretrizes da política educacional;

**Descrição Sumária:**

- garantir que o CEI cumpra sua função social, tendo por finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais, complementando a ação da família e da comunidade;
- responsabilizar-se pelo processo de articulação pedagógica, implementação e dinamização da Proposta Pedagógica, levando em consideração às particularidades do desenvolvimento da criança de zero a cinco anos, cumprindo as duas funções indissociáveis desta etapa da educação básica: educar e cuidar.
- criar e otimizar condições que garantam à criança o pleno exercício de seus direitos como sujeito ativo e em processo de desenvolvimento, através da ampliação de suas experiências e de seus conhecimentos sobre a realidade local e universal.
- coordenar a construção do Projeto Político Pedagógico, do Plano Escolar Anual e do Regimento Interno do CEI, envolvendo a comunidade escolar e local na sua elaboração, promovendo a aproximação e cooperação entre os mesmos, de modo a integrá-los nas atividades escolares de forma democrática e participativa;
- convocar e coordenar reuniões de natureza administrativa e/ou pedagógica, bem como as comemorações de datas cívicas e fazer cumprir os deveres sociais;
- promover, periodicamente, junto ao corpo docente, a avaliação do CEI, buscando a identificação de causas dos resultados insatisfatórios e de alternativas para superá-las;
- conhecer a legislação educacional e manter-se atualizado quanto às normas emitidas pelos órgãos competentes, cumprindo e fazendo cumprir as disposições legais, relativas à organização didática, administrativa e disciplinar do CEI;
- atuar como elemento de ligação entre o Corpo Docente, funcionários, APP, Conselho Escolar, pais, comunidade local e a Secretaria Municipal de Educação;
- manter a higiene e a segurança no ambiente do CEI, garantindo que a organização das turmas, a rotina e os horários, considerem as reais necessidades dos alunos;
- zelar pelo fiel cumprimento do horário e do calendário escolar, de modo a impedir atraso ou interrupção das atividades docentes e administrativas, determinando o controle de frequência do corpo docente e funcionários do CEI, sob pena de responsabilização;
- cuidar para que o prédio do CEI e suas instalações sejam mantidos em boas condições, providenciando, diretamente junto aos órgãos competentes, a execução imediata dos reparos necessários a sua conservação, bem como propor reformas, ampliações e provimento de material necessário ao seu bom funcionamento;
- determinar a manutenção de controle do material didático, de expediente, limpeza e conservação e da merenda escolar destinados ao CEI;
- administrar os recursos financeiros, em conjunto com a Associação de Pais e Professores - APP, respeitando a legislação vigente;
- zelar pela imagem do CEI, mantendo conduta e postura condizentes com a função, responsabilizando-se pelo seu bom funcionamento perante a comunidade escolar, aos órgãos do Poder Público e à comunidade em geral;
- participar de congressos, seminários, palestras e conhecer outras realidades educativas, objetivando manter-se atualizado;
- participar, quando solicitado, do planejamento, coordenação e execução de programas, projetos e eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação;
- executar outras tarefas correlatas às acima descritas, de acordo com a solicitação dos superiores.

Denominação: Gestor(a) de Unidade

**Descrição Sumária:**

- gerir as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos necessários ao desenvolvimento da unidade sob sua gestão, obedecendo aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente àquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Secretário(a) de Escola

**Descrição Específica:**

- cabe ao Secretário de Escola, a execução dos trabalhos pertinentes à escrituração, correspondência e ao arquivo da Unidade Escolar, bem como participar na elaboração, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico da mesma, em acompanhamento e assessoramento ao Diretor de Escola e aos Especialistas em Assuntos Educacionais.

**Descrição Sumária:**

- participar, cooperativamente da construção do Projeto Pedagógico, do Plano Escolar Anual, e do Regimento Escolar;
- elaborar anualmente o Plano de Ação específico da sua área;

- executar e manter em dia a escrituração da Unidade Escolar, correspondência, protocolo, dossiê e arquivos passivos e ativos, efetuando matrículas, transferências, digitação e impressão de diários de classe, boletins e históricos, mantendo organizada toda a documentação;
- redigir e expedir a correspondência da Unidade Escolar, submetendo-a a assinatura do Diretor;
- manter atualizada a ficha cadastral dos alunos e profissionais da Unidade Escolar, bem como os dados dos alunos no programa informatizado realizando periodicamente backup de segurança;
- organizar e divulgar o período de matrícula pelos meios definidos pela Unidade Escolar;
- repassar para os Professores e Especialistas em Educação Escolar, as matrículas novas e transferências efetuadas no decorrer do ano letivo e demais documentos solicitados sobre a vida escolar do aluno;
- responder e encaminhar, anualmente, o Censo Escolar e arquivar cópia do documento da Unidade Escolar;
- organizar e manter atualizados regulamentos, leis, circulares e outros documentos de interesse da Unidade Escolar;
- manter controle do material didático e de expediente da Unidade Escolar, bem como do estoque de merenda escolar e materiais destinados a limpeza e conservação da unidade;
- manter controle do patrimônio da Unidade Escolar, como móveis e utensílios, através de arquivo atualizado, informando a Secretaria Municipal de Educação, sobre a aquisição, recebimento de doação ou inutilização de bens patrimoniais, para encaminhamento ao órgão de controle do patrimônio, afim de que o mesmo possa providenciar o seu registro, tombamento ou baixa ;
- encaminhar à Secretaria Municipal de Educação os documentos solicitados com exatidão, sem rasuras e nos prazos solicitados, protocolando-os em livro específico com a assinatura do receptor;
- participar das reuniões e outras atividades da Unidade Escolar nas quais for necessário, elaborando atas e demais registros;
- expedir Históricos Escolares, guias de transferências e vagas, assinando juntamente com o Diretor, cumprindo as formalidades legais;
- participar, quando solicitado, do planejamento, coordenação e execução de programas, projetos e eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação;
- participar de congressos, seminários, palestras e conhecer outras realidades educativas, objetivando manter-se atualizado no contexto de secretaria escolar;
- executar outras tarefas correlatas as acima descritas, de acordo com a solicitação dos superiores.

Denominação: Secretário(a) de CEI

Descrição Específica:

- execução dos trabalhos pertinentes à escrituração, correspondência e ao arquivo do Centro de Educação Infantil - CEI, bem como participar na elaboração, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico da mesma, em acompanhamento e assessoramento ao Coordenador do CEI e aos Especialistas em Assuntos Educacionais.

Descrição Sumária:

- participar, cooperativamente da construção do Projeto Pedagógico, do Plano Escolar Anual, e do Regimento Escolar;
- elaborar anualmente o Plano de Ação específico da sua área;
- executar e manter em dia a escrituração do CEI, correspondência, protocolo, dossiê e arquivos passivos e ativos, efetuando matrículas, transferências, digitação e impressão de diários de classe, boletins e históricos, mantendo organizada toda a documentação;
- redigir e expedir a correspondência do CEI, submetendo-a a assinatura do Diretor;
- manter atualizada a ficha cadastral dos alunos e profissionais do CEI, bem como os dados dos alunos no programa informatizado realizando periodicamente backup de segurança;
- organizar e divulgar o período de matrícula pelos meios definidos pelo CEI;
- repassar para os Professores e Especialistas em Educação Escolar, as matrículas novas e transferências efetuadas no decorrer do ano letivo e demais documentos solicitados sobre a vida escolar do aluno;
- responder e encaminhar, anualmente, o Censo Escolar e arquivar cópia do documento do CEI;
- organizar e manter atualizados regulamentos, leis, circulares e outros documentos de interesse do CEI;
- manter controle do material didático e de expediente do CEI, bem como do estoque de merenda escolar e materiais destinados a limpeza e conservação da unidade;
- manter controle do patrimônio do CEI, como móveis e utensílios, através de arquivo atualizado, informando a Secretaria Municipal de Educação, sobre a aquisição, recebimento de doação ou inutilização de bens patrimoniais, para encaminhamento ao órgão responsável pelo controle do patrimônio, afim de que o mesmo possa providenciar o seu registro, tombamento ou baixa;
- encaminhar à Secretaria Municipal de Educação os documentos solicitados com exatidão, sem rasuras e nos prazos solicitados, protocolando-os em livro específico com a assinatura do receptor;
- participar das reuniões e outras atividades do CEI nas quais for necessário, elaborando atas e demais registros;
- expedir Históricos Escolares, guias de transferências e vagas, assinando juntamente com o Diretor, cumprindo as formalidades legais;
- participar, quando solicitado, do planejamento, coordenação e execução de programas, projetos e eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação;
- participar de congressos, seminários, palestras e conhecer outras realidades educativas, objetivando manter-se atualizado no contexto de secretaria escolar;
- executar outras tarefas correlatas as acima descritas, de acordo com a solicitação dos superiores.

Denominação: Coordenador(a) Pedagógico(a)

Descrição Sumária:

- participar com a comunidade escolar da construção do Projeto Político Pedagógico, do Plano Escolar Anual e do Regimento Escolar;
- subsidiar a Direção na definição do Calendário Escolar- zelando pela sua execução, bem como na organização das classes e do horário semanal na distribuições das aulas;

- auxiliar o professor no sentido de fazer as devidas articulações curriculares, considerando suas áreas específicas de conhecimento, os alunos com quem trabalha, a realidade sociocultural em que a escola se situa e os demais aspectos das relações pedagógicas e interpessoais que se desenvolvem na sala de aula e na escola.
- participar da elaboração do planejamento curricular, objetivando que a realidade do aluno seja o ponto de partida e o redirecionador permanente do currículo;
- contribuir para que aconteça a articulação entre a teoria e a prática pedagógica;
- acompanhar o processo ensino-aprendizagem, atuando junto aos alunos, pais, professores, no sentido de propiciar a aquisição do conhecimento científico, erudito e universal, para que o aluno reelabore conhecimentos adquiridos e elabore novos conhecimentos;
- influir para que todos os profissionais da Unidade Escolar se comprometam com o atendimento às reais necessidades dos alunos, especialmente àqueles que apresentam necessidades educacionais especiais com ou sem deficiências;
- mediar eventuais situações de conflito entre alunos e professores, ou pais e Professores, de forma a resgatar as relações que primam pela qualidade na educação;
- garantir, juntamente com o Diretor, o acesso e a permanência de todos os alunos na Unidade Escolar;
- coordenar, juntamente com o Diretor, o Conselho de Classe em seu planejamento, execução, avaliação e encaminhamentos;
- contribuir para que a avaliação enfoque o processo pedagógico como um todo, visando ao (re) planejamento em benefício da aprendizagem dos alunos;
- acompanhar com o Corpo Docente o processo didático-pedagógico, garantindo a execução do currículo e a recuperação de estudos, através de novas oportunidades a serem oferecidas aos alunos, previstos na lei vigente;
- responsabilizar-se pela análise do Processo Ensino Aprendizagem, coordenando, organizando e atualizando a coleta dos dados estatísticos que possibilitem a constante avaliação do processo educacional, contribuindo para o aumento dos índices de desenvolvimento da educação da Unidade Escolar;
- promover e coordenar reuniões sistemáticas de trabalho, de estudo e discussão da proposta pedagógica da escola, objetivando o aperfeiçoamento constante de todo os envolvidos no processo de ensino aprendizagem;
- acompanhar com o corpo docente o processo didático-pedagógico, garantindo a execução do currículo e a recuperação de estudos, através de novas oportunidades a serem oferecidas aos alunos, previstos na lei vigente;
- acompanhar a adaptação de estudos, em casos de recebimento de transferências, de acordo com a legislação vigente;
- coordenar o processo de análise e seleção de livros didáticos, obedecendo as diretrizes e os critérios estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação;
- participar cooperativamente das programações e realizações da Unidade Escolar;
- participar, quando solicitado, do planejamento, coordenação e execução de programas, projetos e eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação;
- participar de congressos, seminários, palestras e conhecer outras realidades educativas objetivando manter-se atualizado;
- executar outras tarefas correlatas as acima descritas, de acordo com a solicitação dos superiores.

DECRETO PMI Nº 18, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável - SEDES, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 34, da Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015,

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável, conforme disposto neste Decreto.

#### CAPÍTULO I

##### DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável compete:

I – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de desenvolvimento econômico, especialmente:

- a) adoção de medidas de promoção do desenvolvimento econômico sustentável e da atividade empresarial;
- b) promoção de medidas relativas ao desenvolvimento econômico, em articulação com as esferas federal e estadual de governo, bem como outras organizações;
- c) estímulos à implantação de empreendimentos econômicos;
- d) incentivo e apoio à economia solidária;
- e) realização de eventos de cunho econômico e social;
- f) divulgação das potencialidades econômicas do Município;

II – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal do meio ambiente, especialmente:

- a) elaboração de projetos e prospecção de projetos, programas, convênios e ações junto a organismos públicos ou privados voltados ao meio ambiente;
- b) licenciamento, controle e fiscalização ambiental;

III – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

#### CAPÍTULO II

##### DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável, constituída pelos seguintes órgãos:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário Municipal:

a) Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

a) Gerência de Meio Ambiente

III – órgãos colegiados:

a) Conselho Municipal de Desenvolvimento

b) Conselho Municipal de Meio Ambiente

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria Geral do Município, com interveniência da Controladoria Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

### CAPÍTULO III

#### DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal De Desenvolvimento Econômico Sustentável, ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Assessor(a) IV	Assessoria	2	Remuneração	800,00

II – Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Assessor(a) IV	Gratificação	387,00

III – Funções Gratificadas:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	VAGAS	VALOR DA FG
Gerente	1	50% do salário-base do servidor de carreira

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constam do Anexo Único deste Decreto, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno.

Art. 6º Fica revogado o Decreto PMI n 171, de 15 de julho de 2014.

Art.7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 11 de fevereiro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Daniel Vinício Arantes Neto

Secretário Municipal de Governo - Interino

Anexo Único

(Decreto PMI nº 18/2015)

Descrição das Atribuições Principais de Cargos e Funções

I - Cargos em Comissão:

Denominação: Secretário(a) Municipal

Descrição Específica:

- adoção de medidas de promoção do desenvolvimento econômico sustentável e da atividade empresarial;
- promoção de medidas relativas ao desenvolvimento econômico, em articulação com as esferas federal e estadual de governo, bem como outras organizações;

- estímulos à implantação de empreendimentos econômicos;
- incentivo e apoio à economia solidária;
- realização de eventos de cunho econômico e social;
- divulgação das potencialidades econômicas do Município;
- elaboração e coordenação da execução da política e do plano municipal de meio ambiente;
- elaboração de projetos e prospecção de projetos, programas, convênios e ações junto a organismos públicos ou privados voltados ao meio ambiente;
- licenciamento, controle e fiscalização ambiental.

#### Descrição Sumária:

- assistir ao Chefe do Poder Executivo nos assuntos relacionados à sua área de competência;
  - dirigir, coordenar, orientar e fiscalizar as atividades exercidas pelas unidades organizacionais que lhe são subordinadas;
  - coordenar a elaboração dos planos de ação pertinentes ao órgão sob sua gestão;
  - assegurar a mais estreita colaboração das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, entre si, e destas com as demais unidades integrantes da Administração Municipal;
  - determinar a realização de diligências e propor a abertura de inquérito administrativo, sempre que necessário;
  - cumprir e fazer cumprir os atos baixados pelo Chefe do Poder Executivo, pertinentes à sua área de atuação ou de aplicação geral;
  - implementar as ações estabelecidas em convênios, contratos e acordos, com outros órgãos ou entidades;
  - cumprir e fiscalizar o exercício de normas específicas e legais, relativas à área de sua competência;
  - solicitar a abertura de procedimentos licitatórios, ou sua dispensa, nos termos da legislação aplicável à matéria;
  - acompanhar a execução do orçamento do órgão sob sua gestão e produzir dados para sua reformulação e aperfeiçoamento;
  - promover e acompanhar a implantação de mecanismos de controle de projetos e atividades no âmbito do órgão sob sua gestão;
  - designar servidores para, em paralelo as suas atividades normais, atuarem como representantes de órgãos setoriais e do órgão central do Sistema de Controle Interno, conforme disposto na legislação municipal que trata do assunto;
  - designar servidores para integrar órgãos colegiados municipais;
  - coordenar as atividades de divulgação dos trabalhos do órgão sob sua gestão;
  - praticar todos os demais atos que se fizerem necessários ao funcionamento das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, observados os preceitos legais vigentes;
  - desempenhar e cumprir as normas do Sistema de Controle Interno.
- 
- responder a pedidos escritos de informações oriundos do Poder Legislativo Municipal, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como, a prestação de informações falsas;
  - comparecer à Câmara Municipal, por iniciativa própria ou mediante convocação ou entendimentos prévios com a Mesa Diretora, para expor assuntos de relevância do órgão sob sua gestão;
  - subscrever os atos e regulamentos referentes ao seu órgão de atuação;
  - expedir instruções para a plena execução das normas vigentes;
  - apresentar ao Chefe do Poder Executivo relatório anual dos serviços realizados pelo órgão sob sua gestão;
  - responder por atos assumidos, ordenados ou praticados sob suas ordens;
  - exercer responsabilidade fiscal, através do planejamento público e do equilíbrio financeiro, buscando atingir maior economicidade na realização das despesas;
  - promover a modernização e inovação da gestão pública municipal de forma a evitar a fragmentação das ações e a promover a harmonia dos serviços públicos essenciais disponibilizados ao cidadão, com maior eficiência e eficácia;
  - exercer a autoridade e responsabilidade, com o comprometimento dos agentes públicos na execução de atos de gestão e de governo;
  - prover a transparência administrativa, permitindo a participação ativa da sociedade na definição das prioridades e na execução dos programas municipais, através dos órgãos colegiados;
  - executar os planos, programas e ações, com a observância das normas que regulam a atividade específica do órgão sob sua gestão;
  - controlar a aplicação dos recursos públicos e da guarda e conservação dos bens públicos municipais;
  - exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos;
  - abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei;
  - ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.

#### Denominação: Assessor(a) IV

#### Descrição Sumária:

- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;



- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

## II – Funções de Representação:

Denominação: Assessor(a) IV

### Descrição Sumária:

- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

## III – Funções Gratificadas:

Denominação: Gerente

### Descrição Sumária:

- gerenciar a execução das atividades de sua competência;
- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho do órgão sob sua gerência;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados no órgão sob sua gerência e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades do órgão sob sua gerência e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao seu superior hierárquico;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

DECRETO PMI Nº 19, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura - SEAPI e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 34, da Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015,

### DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura - SEAPI, conforme disposto neste Decreto.

## CAPÍTULO I

### DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura compete:

I – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de agricultura e pesca, especialmente:

- a) desenvolvimento rural e aprimoramento da agricultura, pecuária e pesca;
- b) preservação e conservação do solo e da água no meio rururbano;
- c) prover assistência e qualificação aos agricultores, pecuaristas e pescadores;
- d) estabelecer a política municipal para a agricultura, pecuária e pesca;
- e) estimular o desenvolvimento da aquicultura, pecuária e apicultura no município;
- f) motivar o associativismo, cooperativismo, a produção e a comercialização, a qualidade e apresentação dos produtos da agricultura familiar e da pesca artesanal;

II – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de infraestrutura e mobilidade urbana, especialmente:

- a) execução e manutenção da infraestrutura urbana, das praças, canteiros e parques;
- b) conservação e recuperação dos prédios, vias e logradouros públicos municipais;
- c) manutenção e recuperação dos equipamentos rodoviários municipais;
- d) gestão, controle e fiscalização dos serviços de transporte público, funerários e iluminação pública;

- e) estabelecer a Política Municipal de Mobilidade Urbana;
  - f) controle de toda a frota de veículos da Administração Municipal.
- III – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

## CAPÍTULO II

### DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura, constituída pelos seguintes órgãos:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário Municipal:

a) Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

a) Superintendência de Agricultura e Pesca

1. Departamento de Agricultura

2. Departamento de Pecuária

2.1. Supervisão de Inspeção Municipal

b) Gerência de Serviços Públicos

1. Coordenadoria de Execução de Obras Públicas

1.1. Supervisão de Execução de Edificações

1.2. Supervisão de Execução de Vias

2. Coordenadoria de Iluminação Pública e Eficiência Energética

3. Unidade Gestora do Serviço Público Funerário de Imbituba

3.1 Supervisão do Cemitério de Vila Nova

3.2 Supervisão do Cemitério do Mirim

4. Departamento de Praças, Parques e Jardins

5. Diretoria de Mobiliade Urbana

5.1. Departamento de Trânsito

6. Diretoria de Controle de Frota

6.1. Gerência de Manutenção e Reparo de Veículos Automotores

c) Superintendência de Infraestrutura Regional/Norte – SDR/Norte

1. Gerência de Infraestrutura Regional/Norte

d) Superintendência de Infraestrutura Regional/Sul – SDR/Sul

1. Diretoria de Infraestrutura Regional/Sul

1.1. Departamento de Infraestrutura Regional/Sul

e) Superintendência de Infraestrutura Regional/Oeste – SDR/Oeste

1. Diretoria de infraestrutura Regional/Oeste

1.1. Departamento de Infraestrutura Regional/Oeste

1.2. Departamento de Apoio Operacional/Oeste

III – órgão colegiado:

a) Conselho Municipal de Trânsito e Transporte

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

## CAPÍTULO III

### DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Superintendente	Superintendência	4	Remuneração	3.700,00
Diretor(a)	Diretoria	4	Remuneração	1.900,00
Chefe de Departamento	Departamento	7	Remuneração	1.300,00
Assessor(a) I	Assessoria	1	Remuneração	1.600,00
Assessor(a) II	Assessoria	3	Remuneração	1.200,00
Assessor(a) III	Assessoria	6	Remuneração	1.000,00

Assessor(a) IV	Assessoria	9	Remuneração	800,00
----------------	------------	---	-------------	--------

## II – Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Superintendente	Gratificação	2.160,00
Diretor(a)	Gratificação	1.260,00
Chefe de Departamento	Gratificação	675,00
Assessor(a) I	Gratificação	855,00
Assessor(a) II	Gratificação	540,00
Assessor(a) III	Gratificação	450,00
Assessor(a) IV	Gratificação	387,00

## III – Funções Gratificadas:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	VAGAS	VALOR DA FG
Gerente	3	50% do salário-base do servidor de carreira
Coordenador(a)	2	33% do salário-base do servidor de carreira
Supervisor(a)	5	17% do salário-base do servidor de carreira
Gestor(a) de Unidade	1	R\$ 430,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constam do Anexo Único deste Decreto, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno.

Art. 6º Ficam revogados os seguintes Decretos:

Decreto PMI nº 260, de 29 de outubro de 2014;  
Decreto PMI nº 117, de 29 de junho de 2014;  
Decreto PMI nº 173, de 16 de julho de 2014;  
Decreto PMI nº 128, de 29 de março de 2014;e  
Decreto PMI nº 291, de 28 de novembro de 2014.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 11 de fevereiro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Daniel Vinício Arantes Neto

Secretário Municipal de Governo - Interno

Anexo Único

(Decreto PMI nº 19/2015)

Descrição das Atribuições Principais de Cargos e Funções

I - Cargos em Comissão:

Denominação: Secretário(a) Municipal

Descrição Específica:

- execução e manutenção da infraestrutura urbana, das praças e parques;
- conservação e recuperação dos prédios, vias e logradouros públicos municipais;
- manutenção e recuperação dos equipamentos rodoviários municipais;
- gestão, controle e fiscalização dos serviços de transporte público, funerários e iluminação pública;
- estabelecer a Política Municipal de Mobilidade Urbana;
- instituir projeto visando a adequação do espaço urbano e dos edifícios às necessidades de inclusão de toda população, eliminando os obstáculos existentes ao acesso;
- a Instituir programa de conscientização da comunidade sobre a acessibilidade;
- controle de toda a frota de veículos da Administração Municipal.

Descrição Sumária:

- assistir ao Chefe do Poder Executivo nos assuntos relacionados à sua área de competência;
- dirigir, coordenar, orientar e fiscalizar as atividades exercidas pelas unidades organizacionais que lhe são subordinadas;
- coordenar a elaboração dos planos de ação pertinentes ao órgão sob sua gestão;
- assegurar a mais estreita colaboração das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, entre si, e destas com as demais unidades

integrantes da Administração Municipal;

- determinar a realização de diligências e propor a abertura de inquérito administrativo, sempre que necessário;
- cumprir e fazer cumprir os atos baixados pelo Chefe do Poder Executivo, pertinentes à sua área de atuação ou de aplicação geral;
- implementar as ações estabelecidas em convênios, contratos e acordos, com outros órgãos ou entidades;
- cumprir e fiscalizar o exercício de normas específicas e legais, relativas à área de sua competência;
- solicitar a abertura de procedimentos licitatórios, ou sua dispensa, nos termos da legislação aplicável à matéria;
- acompanhar a execução do orçamento do órgão sob sua gestão e produzir dados para sua reformulação e aperfeiçoamento;
- promover e acompanhar a implantação de mecanismos de controle de projetos e atividades no âmbito do órgão sob sua gestão;
- designar servidores para, em paralelo as suas atividades normais, atuarem como representantes de órgãos setoriais e do órgão central do Sistema de Controle Interno, conforme disposto na legislação municipal que trata do assunto;
- designar servidores para integrar órgãos colegiados municipais;
- coordenar as atividades de divulgação dos trabalhos do órgão sob sua gestão;
- praticar todos os demais atos que se fizerem necessários ao funcionamento das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, observados os preceitos legais vigentes;
- desempenhar e cumprir as normas do Sistema de Controle Interno.
- responder a pedidos escritos de informações oriundos do Poder Legislativo Municipal, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como, a prestação de informações falsas;
- comparecer à Câmara Municipal, por iniciativa própria ou mediante convocação ou entendimentos prévios com a Mesa Diretora, para expor assuntos de relevância do órgão sob sua gestão;
- subscrever os atos e regulamentos referentes ao seu órgão de atuação;
- expedir instruções para a plena execução das normas vigentes;
- apresentar ao Chefe do Poder Executivo relatório anual dos serviços realizados pelo órgão sob sua gestão;
- responder por atos assumidos, ordenados ou praticados sob suas ordens;
- exercer responsabilidade fiscal, através do planejamento público e do equilíbrio financeiro, buscando atingir maior economicidade na realização das despesas;
- promover a modernização e inovação da gestão pública municipal de forma a evitar a fragmentação das ações e a promover a harmonia dos serviços públicos essenciais disponibilizados ao cidadão, com maior eficiência e eficácia;
- exercer a autoridade e responsabilidade, com o comprometimento dos agentes públicos na execução de atos de gestão e de governo;
- prover a transparência administrativa, permitindo a participação ativa da sociedade na definição das prioridades e na execução dos programas municipais, através dos órgãos colegiados;
- executar os planos, programas e ações, com a observância das normas que regulam a atividade específica do órgão sob sua gestão;
- controlar a aplicação dos recursos públicos e da guarda e conservação dos bens públicos municipais;
- exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos;
- abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei;
- ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.

Denominação: Superintendente

Descrição Sumária:

- superintender as atividades administrativas e finalísticas do órgão superior a que estiver vinculado, em consonância com as diretrizes gerais emanadas do titular da pasta;
- promover reuniões com os demais dirigentes do órgão superior ou específico para a coordenação das atividades operacionais do órgão superior;
- substituir e representar o titular do órgão superior a que estiver vinculado em suas ausências e impedimentos legais, quando designado;
- apreciar e aprovar os programas de trabalho das unidades organizacionais subordinadas, bem como acompanhar o desenvolvimento de sua execução;
- designar e coordenar a atuação de grupos de estudos específicos de interesse do órgão superior a que estiver vinculado;
- emitir parecer final, conclusivo, sobre os assuntos submetidos à sua apreciação;
- assinar, por delegação do titular do órgão superior a que estiver vinculado, atos próprios do órgão;
- solicitar, periodicamente, a elaboração dos relatórios de atividades das unidades organizacionais subordinadas;
- articular-se com os órgãos da administração pública, nos limites de suas atribuições, visando à coleta de dados e informações necessárias à solução de assuntos submetidos à sua apreciação, coordenação ou decisão;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua direção, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Diretor(a)

Descrição Sumária:

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Diretoria;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Diretoria;

- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados na Diretoria e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades da Diretoria e suas respectivas Unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior a que estiver vinculado;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a este subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua direção, obedecendo aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.
- diagnosticar descompassos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) I

Descrição Sumária:

- elaboração de estudos, análises, pareceres, laudos técnicos e notas técnicas de acordo com as normas disciplinadoras do assunto;
- pesquisar continuamente práticas de gestão e tecnologia para aprimoramento das atividades
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
- diagnosticar descompassos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) II

Descrição Sumária:

- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
- diagnosticar descompassos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes;
- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) III

Descrição Sumária:

- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da



administração pública, na área do órgão de atuação;

- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;

- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) IV

Descrição Sumária:

- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

II – Funções de Representação:

Denominação: Superintendente

Descrição Sumária:

- superintender as atividades administrativas e finalísticas do órgão superior a que estiver vinculado, em consonância com as diretrizes gerais emanadas do titular da pasta;
- promover reuniões com os demais dirigentes do órgão superior ou específico para a coordenação das atividades operacionais do órgão superior;
- substituir e representar o titular do órgão superior a que estiver vinculado em suas ausências e impedimentos legais, quando designado;
- apreciar e aprovar os programas de trabalho das unidades organizacionais subordinadas, bem como acompanhar o desenvolvimento de sua execução;
- designar e coordenar a atuação de grupos de estudos específicos de interesse do órgão superior a que estiver vinculado;
- emitir parecer final, conclusivo, sobre os assuntos submetidos à sua apreciação;
- assinar, por delegação do titular do órgão superior a que estiver vinculado, atos próprios do órgão;
- solicitar, periodicamente, a elaboração dos relatórios de atividades das unidades organizacionais subordinadas;
- articular-se com os órgãos da administração pública, nos limites de suas atribuições, visando à coleta de dados e informações necessárias à solução de assuntos submetidos à sua apreciação, coordenação ou decisão;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua direção, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Diretor(a)

Descrição Sumária:

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Diretoria;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Diretoria;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados na Diretoria e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades da Diretoria e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior a que estiver vinculado;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;

- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua chefia, obedecendo aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) I

Descrição Sumária:

- elaboração de estudos, análises, pareceres, laudos técnicos e notas técnicas de acordo com as normas disciplinadoras do assunto;
- pesquisar continuamente práticas de gestão e tecnologia para aprimoramento das atividades
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
- diagnosticar desconhecimentos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao município, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) II

Descrição Sumária:

- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
- diagnosticar desconhecimentos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.
- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao município, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) III

Descrição Sumária:

- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao município, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) IV

Descrição Sumária:

- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os

melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;

- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;

- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;

- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

### III – Funções Gratificadas:

Denominação: Gerente

Descrição Sumária:

- gerenciar a execução das atividades de sua competência;

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;

- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;

- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho do órgão sob sua gerência;

- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;

- elaborar planilha de férias dos servidores lotados no órgão sob sua gerência e nas demais unidades organizacionais subordinadas;

- apresentar relatórios mensais das atividades do órgão sob sua gerência e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao seu superior hierárquico;

- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e

- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Coordenador(a)

Descrição Sumária:

- coordenar as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;

- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;

- propor ao superior imediato a programação de trabalho;

- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;

- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;

- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;

- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua coordenação, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e

- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Supervisor(a)

Descrição Sumária:

- supervisionar e controlar os serviços sob a sua subordinação;

- manter-se permanentemente informado sobre a tramitação de processos relacionados ao órgão sob sua supervisão;

- fazer cumprir as rotinas próprias das competências do órgão sob sua supervisão;

- manter contato permanente com seu superior hierárquico, assistindo-o no desempenho de suas atribuições;

- redigir ou fazer redigir atos próprios de suas atividades;

- exercer outras atribuições inerentes ao cargo ou que lhes sejam determinadas pelo superior hierárquico.

- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua supervisão, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e

- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Gestor(a) de Unidade

Descrição Sumária:

- gerir as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais subordinadas;

- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;

- propor ao superior imediato a programação de trabalho;

- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;

- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;

- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;

- exercer todos os atos necessários ao desenvolvimento da unidade sob sua gestão, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e

- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

DECRETO PMI Nº 20, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal da Fazenda - SEFAZ, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 34 da Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal da Fazenda conforme disposto neste Decreto.

## CAPÍTULO I

### DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Secretaria Municipal da Fazenda, compete:

I – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política fazendária municipal, especialmente:

- a) a formulação, a coordenação, a administração e a execução da política de administração tributária e fiscal do Município, bem como o aperfeiçoamento e atualização da legislação tributária municipal;
- b) a arrecadação, o lançamento e a fiscalização dos tributos e receitas municipais;
- c) a organização e a manutenção do cadastro fiscal do Município;
- d) a inscrição na dívida ativa, a promoção da sua cobrança, o controle e registro do seu pagamento;
- e) a promoção de estudos e a fixação de critérios para a concessão de incentivos fiscais e financeiros, tendo em vista o desenvolvimento econômico e social do Município, em articulação com o órgão superior responsável pelo desenvolvimento econômico;
- f) a promoção da educação fiscal da população como estratégia integradora de todas as ações da administração tributária, visando à realização da receita necessária aos objetivos do Município;
- g) a cobrança extrajudicial dos créditos inscritos na dívida ativa do Município;
- h) o assessoramento aos órgãos do Município em assuntos de finanças e tributos;
- i) o registro e controle contábeis da administração financeira e patrimonial e o registro da execução orçamentária;
- j) o planejamento econômico e a elaboração do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da proposta orçamentária, em articulação com os demais órgãos competentes;

II – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

## CAPÍTULO II

### DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal da Fazenda, constituída pelos seguintes órgãos:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário Municipal:

a) Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

a) Superintendência da Fazenda

1. Gerência de Cobrança e Dívida Ativa

1.1. Coordenadoria de Arrecadação e Lançamento

1.1.1 Unidade Gestora de Isenção e Remissão

1.2. Coordenadoria de Fiscalização Tributária

2. Gerência do Cadastro Fiscal

2.1. Departamento de Apoio Operacional

2.2. Departamento de Apoio Estratégico

3. Gerência de Mapeamento Sistemático Cadastral

4. Gerência de Atualização Cadastral Imobiliária

5. Gerência de Contabilidade Pública

5.1. Departamento de Controle Contábil

6. Gerência de Gestão, Orçamento e Planejamento

7. Gerência de Administração Fazendária

8. Diretoria de Projetos e Ações Estratégicas

8.1. Gerência de Captação de Recursos

9. Tesouraria

III – órgão colegiado:

a) Conselho Municipal de Contribuintes.

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria Geral do Município o Regimento Interno da Secretaria Municipal da Fazenda para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

**CAPÍTULO III****DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS**

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal da Fazenda ficam atribuídos os(as) seguintes:

**I - Cargos em Comissão:**

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Superintendente	Superintendência	1	Remuneração	3.700,00
Diretor(a)	Diretoria	1	Remuneração	1.900,00
Chefe de Departamento	Departamento	3	Remuneração	1.300,00
Assessor(a) II	Assessoria	2	Remuneração	1.200,00
Assessor(a) III	Assessoria	1	Remuneração	1.000,00
Assessor(a) IV	Assessoria	2	Remuneração	800,00

**II – Funções de Representação:**

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Superintendente	Gratificação	2.160,00
Tesoureiro(a)	Gratificação	1.620,00
Chefe de Departamento	Gratificação	675,00
Assessor(a) II	Gratificação	540,00
Assessor(a) III	Gratificação	450,00
Assessor(a) IV	Gratificação	387,00

**III – Funções Gratificadas:**

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	VAGAS	VALOR DA FG
Gerente	8	50% do salário-base do servidor de carreira
Coordenador(a)	2	33% do salário-base do servidor de carreira
Gestor(a) de Unidade	1	R\$ 430,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constam do Anexo Único deste Decreto, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno.

Art. 6º Fica revogado o Decreto PMI nº 223, de 1º de outubro de 2014.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 11 de fevereiro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se  
Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Daniel Vinício Arantes Neto  
Secretário Municipal de Governo - Interino

Anexo Único  
(Decreto PMI nº 20/2015)

**Descrição das Atribuições Principais de Cargos e Funções****I - Cargos em Comissão:**

Denominação: Secretário(a) Municipal

**Descrição Específica:**

– a formulação, a coordenação, a administração e a execução da política de administração tributária e fiscal do Município, bem como o aperfeiçoamento e atualização da legislação tributária municipal;



- a arrecadação, o lançamento e a fiscalização dos tributos e receitas municipais;
- a organização e a manutenção do cadastro fiscal do Município;
- a inscrição na dívida ativa, a promoção da sua cobrança, o controle e registro do seu pagamento;
- a promoção de estudos e a fixação de critérios para a concessão de incentivos fiscais e financeiros, tendo em vista o desenvolvimento econômico e social do Município, em articulação com o órgão superior responsável pelo desenvolvimento econômico;
- a promoção da educação fiscal da população como estratégia integradora de todas as ações da administração tributária, visando à realização da receita necessária aos objetivos do Município;
- a cobrança extrajudicial dos créditos inscritos na dívida ativa do Município;
- o assessoramento aos órgãos do Município em assuntos de finanças e tributos;
- o registro e controle contábeis da administração financeira e patrimonial e o registro da execução orçamentária;
- o planejamento econômico e a elaboração do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da proposta orçamentária, em articulação com os demais órgãos competentes.

#### Descrição Sumária:

- assistir ao Chefe do Poder Executivo nos assuntos relacionados à sua área de competência;
- dirigir, coordenar, orientar e fiscalizar as atividades exercidas pelas unidades organizacionais que lhe são subordinadas;
- coordenar a elaboração dos planos de ação pertinentes ao órgão sob sua gestão;
- assegurar a mais estreita colaboração das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, entre si, e destas com as demais unidades integrantes da Administração Municipal;
- determinar a realização de diligências e propor a abertura de inquérito administrativo, sempre que necessário;
- cumprir e fazer cumprir os atos baixados pelo Chefe do Poder Executivo, pertinentes à sua área de atuação ou de aplicação geral;
- implementar as ações estabelecidas em convênios, contratos e acordos, com outros órgãos ou entidades;
- cumprir e fiscalizar o exercício de normas específicas e legais, relativas à área de sua competência;
- solicitar a abertura de procedimentos licitatórios, ou sua dispensa, nos termos da legislação aplicável à matéria;
- acompanhar a execução do orçamento do órgão sob sua gestão e produzir dados para sua reformulação e aperfeiçoamento;
- promover e acompanhar a implantação de mecanismos de controle de projetos e atividades no âmbito do órgão sob sua gestão;
- designar servidores para, em paralelo as suas atividades normais, atuarem como representantes de órgãos setoriais e do órgão central do Sistema de Controle Interno, conforme disposto na legislação municipal que trata do assunto;
- designar servidores para integrar órgãos colegiados municipais;
- coordenar as atividades de divulgação dos trabalhos do órgão sob sua gestão;
- praticar todos os demais atos que se fizerem necessários ao funcionamento das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, observados os preceitos legais vigentes;
- desempenhar e cumprir as normas do Sistema de Controle Interno.
- responder a pedidos escritos de informações oriundos do Poder Legislativo Municipal, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como, a prestação de informações falsas;
- comparecer à Câmara Municipal, por iniciativa própria ou mediante convocação ou entendimentos prévios com a Mesa Diretora, para expor assuntos de relevância do órgão sob sua gestão;
- subscrever os atos e regulamentos referentes ao seu órgão de atuação;
- expedir instruções para a plena execução das normas vigentes;
- apresentar ao Chefe do Poder Executivo relatório anual dos serviços realizados pelo órgão sob sua gestão;
- responder por atos assumidos, ordenados ou praticados sob suas ordens;
- exercer responsabilidade fiscal, através do planejamento público e do equilíbrio financeiro, buscando atingir maior economicidade na realização das despesas;
- promover a modernização e inovação da gestão pública municipal de forma a evitar a fragmentação das ações e a promover a harmonia dos serviços públicos essenciais disponibilizados ao cidadão, com maior eficiência e eficácia;
- exercer a autoridade e responsabilidade, com o comprometimento dos agentes públicos na execução de atos de gestão e de governo;
- prover a transparência administrativa, permitindo a participação ativa da sociedade na definição das prioridades e na execução dos programas municipais, através dos órgãos colegiados;
- executar os planos, programas e ações, com a observância das normas que regulam a atividade específica do órgão sob sua gestão;
- controlar a aplicação dos recursos públicos e da guarda e conservação dos bens públicos municipais;
- exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos;
- abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei;
- ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.

Denominação: Superintendente

#### Descrição Sumária:

- superintender as atividades administrativas e finalísticas do órgão superior a que estiver vinculado, em consonância com as diretrizes gerais emanadas do titular da pasta;
- promover reuniões com os demais dirigentes do órgão superior ou específico para a coordenação das atividades operacionais do órgão superior;
- substituir e representar o titular do órgão superior a que estiver vinculado em suas ausências e impedimentos legais, quando designado;
- apreciar e aprovar os programas de trabalho das unidades organizacionais subordinadas, bem como acompanhar o desenvolvimento de

sua execução;

- designar e coordenar a atuação de grupos de estudos específicos de interesse do órgão superior a que estiver vinculado;
- emitir parecer final, conclusivo, sobre os assuntos submetidos à sua apreciação;
- assinar, por delegação do titular do órgão superior a que estiver vinculado, atos próprios do órgão;
- solicitar, periodicamente, a elaboração dos relatórios de atividades das unidades organizacionais subordinadas;

- articular-se com os órgãos da administração pública, nos limites de suas atribuições, visando à coleta de dados e informações necessárias à solução de assuntos submetidos à sua apreciação, coordenação ou decisão;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua direção, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Diretor(a)

Descrição Sumária:

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Diretoria;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Diretoria;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados na Diretoria e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades da Diretoria e suas respectivas Unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior a que estiver vinculado;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a este subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua direção, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) II

Descrição Sumária:

- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
- diagnosticar desconhecimentos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.
- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) III

Descrição Sumária:

- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da

administração pública, na área do órgão de atuação;

- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao município, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) IV

Descrição Sumária:

- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao município, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

II – Funções de Representação:

Denominação: Superintendente

Descrição Sumária:

- superintender as atividades administrativas e finalísticas do órgão superior a que estiver vinculado, em consonância com as diretrizes gerais emanadas do titular da pasta;
- promover reuniões com os demais dirigentes do órgão superior ou específico para a coordenação das atividades operacionais do órgão superior;
- substituir e representar o titular do órgão superior a que estiver vinculado em suas ausências e impedimentos legais, quando designado;
- apreciar e aprovar os programas de trabalho das unidades organizacionais subordinadas, bem como acompanhar o desenvolvimento de sua execução;
- designar e coordenar a atuação de grupos de estudos específicos de interesse do órgão superior a que estiver vinculado;
- emitir parecer final, conclusivo, sobre os assuntos submetidos à sua apreciação;
- assinar, por delegação do titular do órgão superior a que estiver vinculado, atos próprios do órgão;
- solicitar, periodicamente, a elaboração dos relatórios de atividades das unidades organizacionais subordinadas;
- articular-se com os órgãos da administração pública, nos limites de suas atribuições, visando à coleta de dados e informações necessárias à solução de assuntos submetidos à sua apreciação, coordenação ou decisão;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua direção, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Tesoureiro(a)

Descrição Sumária:

- assegurar a concretização das orientações financeiras definidas superiormente;
- participar em reuniões periódicas de coordenação do órgão superior;
- elaborar propostas devidamente fundamentadas que visem a melhoria do funcionamento da tesouraria e submetê-las a apreciação superior;
- efetuar os recebimentos, de acordo com os documentos próprios e dar deles o respectivo documento de quitação;
- efetuar o pagamento das despesas devidamente autorizadas;
- elaborar diariamente a folha de caixa (diário de caixa);
- elaborar o resumo diário de tesouraria;
- proceder à guarda, conferência e controlo sistemático do numerário e valores de caixa e bancos;
- controlar o movimento das contas bancárias, através do sistema informado instalado na tesouraria;
- assinar os cheques e ordens de transferência bancária e recolher as restantes assinaturas;

- efetuar os depósitos, transferências e levantamentos, tendo em atenção a rentabilização dos valores;
- assistir à verificação do estado de responsabilidade do tesoureiro, efetuado por quem for nomeado para verificar os fundos, montantes e documentos entregues à sua guarda, através de contagem física do numerário e documentos sob a sua responsabilidade;
- assegurar o depósito das receitas em instituição bancária e proceder ao seu registro no diário de caixa e no resumo de tesouraria;
- enviar, diariamente, para a contabilidade os originais e duplicados da folha de caixa (diário de tesouraria) e do resumo diário de tesouraria, acompanhados dos duplicados das guias de recebimento (guias de receita) e de todos os restantes documentos;
- recepcionar os duplicados dos diários de caixa e dos resumos de tesouraria e arquivá-los; e
- executar outras funções que lhe sejam superiormente cometidas ou impostas por lei ou regulamento em matéria financeira.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua chefia, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) II

Descrição Sumária:

- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
- diagnosticar descompassos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.
- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) III

Descrição Sumária:

- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) IV

Descrição Sumária:

- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação,

especialmente nas matérias de competência do mesmo;

- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

### III – Funções Gratificadas:

Denominação: Gerente

Descrição Sumária:

- gerenciar a execução das atividades de sua competência;
- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho do órgão sob sua gerência;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados no órgão sob sua gerência e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades do órgão sob sua gerência e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao seu superior hierárquico;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Coordenador(a)

Descrição Sumária:

- coordenar as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua coordenação, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Gestor(a) de Unidade

Descrição Sumária:

- gerir as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos necessários ao desenvolvimento da unidade sob sua gestão, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

DECRETO PMI Nº 21, 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Renda - SEAST e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 34, da Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Renda, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I



## DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Renda compete:

I – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de assistência social, especialmente:

- a) implementação das ações do Município no âmbito o Sistema Único de Assistência Social;
- b) formulação de planos e programas em sua área de competência, observadas as diretrizes gerais do governo e em articulação com os demais órgãos da Administração Municipal;
- c) elaboração e divulgação de diretrizes da política municipal de atendimento, promoção e defesa:
  1. dos direitos da criança e do adolescente e promover a execução das ações respectivas, de forma direta ou indireta;
  2. da mulher e promover a execução das ações respectivas, de forma direta ou indireta;
  3. da pessoa com deficiência e promover a execução das ações respectivas, de forma direta ou indireta;
- d) manter atividades de pesquisa e acompanhamento de cenários de direitos humanos, trabalho, emprego e renda e de territórios sociais;
- e) apoiar ações e projetos voltados para a interiorização do desenvolvimento social;
- e) promover e facilitar a intersectorialidade para a implementação das políticas públicas sob sua direção;
- f) desenvolver ações de captação de recursos para fundos sujeitos à sua gestão e para projetos específicos;

II – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de promoção do trabalho e geração de renda, especialmente:

- a) formação profissional e orientação, visando a organização dos trabalhadores;
- b) identificação de oportunidade de trabalho e emprego para inserção de trabalhadores no mercado de trabalho e melhoria das relações de trabalho;
- c) articulação com entidades de direito público interno ou externo de todas as esferas de governo e entidades de direito privado nacionais ou estrangeiras;
- d) propiciar condições e iniciativas que estimulem a promoção do trabalho decente para todos;

e) participar de atividades que estimulem o desenvolvimento sustentável, o enfrentamento da pobreza e o exercício da cidadania, como políticas de promoção do trabalhador; e

f) desenvolver ações destinadas à qualificação profissional, inclusão do trabalhador no mercado de trabalho, com a consequente geração de renda e de apoio ao trabalhador desempregado.

III – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

## CAPÍTULO II

### DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º Fica Estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Renda, constituída pelos seguintes órgãos:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário Municipal:

- a) Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

- a) Gerência de Proteção Básica
  1. Coordenadoria do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS
    - 1.1. Unidade Gestora de Transferência e Complementação de Renda
    - 1.2. Unidade Gestora de Segurança Alimentar e Nutricional
  2. Coordenadoria do Programa ACALENTO
  3. Departamento de Inclusão da Pessoa Idosa
- b) Gerência do Núcleo de Atendimento à Criança e ao Adolescente
- c) Gerência de Trabalho e Renda
  1. Unidade Gestora de Capacitação para o Emprego e Geração de Renda
- d) Departamento Administrativo-Financeiro
  1. Unidade Gestora do Controle Administrativo
  2. Unidade Gestora do Controle Social
  3. Unidade Gestora de Programas, Serviços e Projetos

III – órgãos colegiados:

- a) Conselho Municipal de Assistência Social;
- b) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- c) Conselho Gestor do Telecentro Comunitário;
- d) Conselho Municipal do Idoso;
- e) Conselho Municipal Antidrogas;
- f) Conselho Municipal da Juventude; e
- g) Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Renda para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

## CAPÍTULO III

## DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal De Assistência Social, Trabalho e Renda ficam atribuídos os(as) seguintes:

## I – Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Chefe de Departamento	Departamento	2	Remuneração	1.300,00
Assessor(a) I	Assessoria	1	Remuneração	1.600,00
Assessor (a) III	Assessoria	1	Remuneração	1.000,00
Assessor(a) IV	Assessoria	5	Remuneração	800,00

## II – Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Chefe de Departamento	Gratificação	675,00
Assessor(a) I	Gratificação	855,00
Assessor (a) III	Gratificação	450,00
Assessor(a) IV	Gratificação	387,00

## III – Funções Gratificadas:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	VAGAS	VALOR DA FG
Gerente	3	50% do salário-base do servidor de carreira
Coordenador(a)	2	33% do salário-base do servidor de carreira
Gestor(a) de Unidade	6	R\$ 430,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constam do Anexo Único deste Decreto, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno.

Art. 6º Fica revogado o Decreto PMI nº 227, de 1º de outubro de 2014.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 11 de fevereiro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito de Imbituba

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Daniel Vinício Arantes Neto

Secretário Municipal de Governo - Interino

Anexo Único

(Decreto PMI nº 21/2015)

Descrição das Atribuições Principais de Cargos e Funções

## I - Cargos em Comissão:

Denominação: Secretário(a) Municipal:

Descrição Específica:

– formulação e coordenação da política municipal de desenvolvimento social relacionada com:

a) a assistência social, apoiando e supervisionando sua execução, direta ou indireta;

b) a habitação e regularização fundiária;

– implementação das ações do Município no âmbito o Sistema Único de Assistência Social;

– formulação de planos e programas em sua área de competência, observadas as diretrizes gerais do governo e em articulação com os demais órgãos da Administração Municipal;

- elaboração e divulgação de diretrizes da política municipal de atendimento, promoção e defesa:

a) dos direitos da criança e do adolescente e promover a execução das ações respectivas, de forma direta ou indireta;

- b) da mulher e promover a execução das ações respectivas, de forma direta ou indireta;
- c) defesa da pessoa com deficiência e promover a execução das ações respectivas, de forma direta ou indireta;
- elaboração e divulgação de diretrizes da política municipal de habitação de interesse social e promover a execução das ações respectivas, de forma direta ou indireta;
- manter atividades de pesquisa e acompanhamento de cenários de direitos humanos, trabalho, emprego e renda e de territórios sociais;
- apoiar ações e projetos voltados para a interiorização do desenvolvimento social;
- promover e facilitar a intersetorialidade para a implementação das políticas públicas sob sua direção;
- desenvolver ações de captação de recursos para fundos sujeitos à sua gestão e para projetos específicos.

**Descrição Sumária:**

- assistir ao Chefe do Poder Executivo nos assuntos relacionados à sua área de competência;
- dirigir, coordenar, orientar e fiscalizar as atividades exercidas pelas unidades organizacionais que lhe são subordinadas;
- coordenar a elaboração dos planos de ação pertinentes ao órgão sob sua gestão;
- assegurar a mais estreita colaboração das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, entre si, e destas com as demais unidades integrantes da Administração Municipal;
- determinar a realização de diligências e propor a abertura de inquérito administrativo, sempre que necessário;
- cumprir e fazer cumprir os atos baixados pelo Chefe do Poder Executivo, pertinentes à sua área de atuação ou de aplicação geral;
- implementar as ações estabelecidas em convênios, contratos e acordos, com outros órgãos ou entidades;
- cumprir e fiscalizar o exercício de normas específicas e legais, relativas à área de sua competência;
- solicitar a abertura de procedimentos licitatórios, ou sua dispensa, nos termos da legislação aplicável à matéria;
- acompanhar a execução do orçamento do órgão sob sua gestão e produzir dados para sua reformulação e aperfeiçoamento;
- promover e acompanhar a implantação de mecanismos de controle de projetos e atividades no âmbito do órgão sob sua gestão;
- designar servidores para, em paralelo as suas atividades normais, atuarem como representantes de órgãos setoriais e do órgão central do Sistema de Controle Interno, conforme disposto na legislação municipal que trata do assunto;
- designar servidores para integrar órgãos colegiados municipais;
- coordenar as atividades de divulgação dos trabalhos do órgão sob sua gestão;
- praticar todos os demais atos que se fizerem necessários ao funcionamento das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, observados os preceitos legais vigentes;
- desempenhar e cumprir as normas do Sistema de Controle Interno.
- responder a pedidos escritos de informações oriundos do Poder Legislativo Municipal, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como, a prestação de informações falsas;
- comparecer à Câmara Municipal, por iniciativa própria ou mediante convocação ou entendimentos prévios com a Mesa Diretora, para expor assuntos de relevância do órgão sob sua gestão;
- subscrever os atos e regulamentos referentes ao seu órgão de atuação;
- expedir instruções para a plena execução das normas vigentes;
- apresentar ao Chefe do Poder Executivo relatório anual dos serviços realizados pelo órgão sob sua gestão;
- responder por atos assumidos, ordenados ou praticados sob suas ordens;
- exercer responsabilidade fiscal, através do planejamento público e do equilíbrio financeiro, buscando atingir maior economicidade na realização das despesas;
- promover a modernização e inovação da gestão pública municipal de forma a evitar a fragmentação das ações e a promover a harmonia dos serviços públicos essenciais disponibilizados ao cidadão, com maior eficiência e eficácia;
- exercer a autoridade e responsabilidade, com o comprometimento dos agentes públicos na execução de atos de gestão e de governo;
- prover a transparência administrativa, permitindo a participação ativa da sociedade na definição das prioridades e na execução dos programas municipais, através dos órgãos colegiados;
- executar os planos, programas e ações, com a observância das normas que regulam a atividade específica do órgão sob sua gestão;
- controlar a aplicação dos recursos públicos e da guarda e conservação dos bens públicos municipais;
- exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos;
- abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei;
- ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.

Denominação: Chefe de Departamento

**Descrição Sumária:**

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a este subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua direção, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

**Denominação: Assessor(a) I****Descrição Sumária:**

- elaboração de estudos, análises, pareceres, laudos técnicos e notas técnicas de acordo com as normas disciplinadoras do assunto;
- pesquisar continuamente práticas de gestão e tecnologia para aprimoramento das atividades;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
- diagnosticar descompassos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

**Denominação: Assessor(a) III****Descrição Sumária:**

- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

**Denominação: Assessor(a) IV****Descrição Sumária:**

- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

**II – Funções de Representação:****Denominação: Chefe de Departamento****Descrição Sumária:**

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua chefia, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

**Denominação: Assessor(a) I****Descrição Sumária:**

- elaboração de estudos, análises, pareceres, laudos técnicos e notas técnicas de acordo com as normas disciplinadoras do assunto;
- pesquisar continuamente práticas de gestão e tecnologia para aprimoramento das atividades;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
- diagnosticar desconhecimentos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

**Denominação: Assessor(a) III****Descrição Sumária:**

- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

**Denominação: Assessor(a) IV****Descrição Sumária:**

- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

**III – Funções Gratificadas:****Denominação: Gerente****Descrição Sumária:**

- gerenciar a execução das atividades de sua competência;
- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho do órgão sob sua gerência;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados no órgão sob sua gerência e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades do órgão sob sua gerência e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao seu superior hierárquico;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e



- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Coordenador(a)

Descrição Sumária:

- coordenar as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua coordenação, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Gestor(a) de Unidade

Descrição Sumária:

- gerir as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos necessários ao desenvolvimento da unidade sob sua gestão, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

DECRETO PMI Nº 022, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.417, de 19 de fevereiro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 68.479,50 (sessenta e oito mil e quatrocentos e setenta e nove reais e cinquenta centavos), para reforço da dotação orçamentária, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL – SEDES		
Aquisição de Veículo		
04.122.0007-1.046		
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0092 (0156)	Aplicações Diretas	68.479,50
Total	68.479,50	

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação total da seguinte dotação orçamentária:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL – SEDES		
Condomínio Industrial		
22.661.0007-1.045		
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0092 (0162)	Aplicações Diretas	68.479,50
Total	68.479,50	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 19 de fevereiro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se  
Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

RETIFICAÇÃO DO DECRETO PMI Nº 022, DE 19 DE JANEIRO DE 2015.

Considerando erro de digitação na publicação do DECRETO PMI Nº 022, DE 19 DE JANEIRO DE 2015, realizada no dia 23/02/2015 (Segunda-feira) DOM/SC - Edição Nº 1688 página 119, do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, retifica-se o referido Decreto

para a seguinte redação:

DECRETO PMI Nº 022, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.517, de 19 de fevereiro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 68.479,50 (sessenta e oito mil e quatrocentos e setenta e nove reais e cinquenta centavos), para reforço da dotação orçamentária, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL – SEDES		
Aquisição de Veículo		
04.122.0007-1.046		
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0092 (0156)	Aplicações Diretas	68.479,50
Total	68.479,50	

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação total da seguinte dotação orçamentária:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL – SEDES		
Condomínio Industrial		
22.661.0007-1.045		
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0092 (0162)	Aplicações Diretas	68.479,50
Total	68.479,50	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 19 de fevereiro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 023, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Especial para o Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.518, de 19 de fevereiro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para novo item orçamentário, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA		
Manutenção do Fundo de Assistência Social		
08.244.0013-2.078		
3.3.30.00.00.00.00.00.01.0000	Transferência a Estados e ao Distrito Federal	10.000,00
Total	10.000,00	

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação parcial da dotação orçamentária, conforme segue:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA		
Manutenção do Fundo de Assistência Social		
08.244.0013-2.078		
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000	Aplicações Diretas	10.000,00
Total	10.000,00	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 19 de fevereiro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se  
Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

RETIFICAÇÃO DO DECRETO PMI Nº 023, DE 19 DE JANEIRO DE 2015.

Considerando erro de digitação na publicação do DECRETO PMI Nº 023, DE 19 DE JANEIRO DE 2015, realizada no dia 23/02/2015 (Segunda-feira) DOM/SC - Edição Nº 1688 página 119, do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, retifica-se o referido Decreto para a seguinte redação:

DECRETO PMI Nº 023, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Especial para o Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.518, de 19 de fevereiro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para novo item orçamentário, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA		
Manutenção do Fundo de Assistência Social		
08.244.0013-2.078		
3.3.30.00.00.00.00.00.01.0000	Transferência a Estados e ao Distrito Federal	10.000,00
Total	10.000,00	

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação parcial da dotação orçamentária, conforme segue:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA		
Manutenção do Fundo de Assistência Social		
08.244.0013-2.078		
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000	Aplicações Diretas	10.000,00
Total	10.000,00	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 19 de fevereiro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se  
Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 024, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.485, de 03 de dezembro de 2014,

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 234.000,00 (duzentos e trinta e quatro mil reais), para novo item orçamentário, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL – SEDES			
Aquisição de Veículo			
04.122.0007-1.046			
4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0092 (0195)	Aplicações Diretas	234.000,00	
Total	234.000,00		

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será coberto por Superávit Financeiro de recursos de alienação de ativos.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 24 de fevereiro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 025, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2015.

Altera redação do DECRETO PMI Nº 126, de 24 de setembro de 2007 e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base no art. 93, VII, da Lei Orgânica do Município de Imbituba e,

Considerando a Proposição de Alteração do referido Decreto oriunda da Procuradoria do Município de Imbituba, conseqüência da análise do Processo nº 15.857/2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a redação do artigo 1º do Decreto PMI nº 126, de 24 de setembro de 2007, consubstanciada no desmembramento do inciso II com o acréscimo do inciso III, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“II - regime de dedicação integral, quando se tratar de servidores ocupantes de cargos em comissão ou função de direção, chefia e assessoramento superiores e cargos de direção.

III - regime de dedicação integral, respeitada a carga horária normal de 40 (quarenta) horas semanais, quando se tratar de servidores ocupantes de função gratificada e função de representação.”

Art. 2º O artigo 2º do Decreto PMI nº 126, de 24 de setembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Para os serviços que exigirem atividades contínuas, é facultada a adoção do regime de turno ininterrupto de revezamento ou a adoção da jornada de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso

Art. 3º O caput do artigo 3º e seu parágrafo primeiro, do Decreto PMI nº 126, de 24 de setembro de 2007, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º Quando os serviços exigirem atividades contínuas em período igual ou superior a 12 (doze) horas ininterruptas, em função de atendimento ao público ou trabalho no período noturno, é facultado ao dirigente máximo do órgão ou da fundação pública municipal autorizar os servidores a cumprir jornada de trabalho de 6 (seis) horas diárias e carga horária de 30 (trinta) horas semanais, ou implantar o regime de trabalho de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso.

§ 1º O trabalho noturno consiste na jornada que acontece entre as 22h de um dia até as 5h do dia seguinte”.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 24 de fevereiro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 026, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas do Gabinete do Prefeito - GAB, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 34 da Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovadas a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas do Gabinete do Prefeito, conforme disposto neste Decreto.

## CAPÍTULO I

### DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º O Gabinete do Prefeito – GAB compete prestar assistência e assessoramento ao Chefe do Poder Executivo no desempenho das

atividades relacionadas com:

- I – as relações político-administrativas com os municípios e com os órgãos e entidades públicas e privadas;
- II – executar as atividades de assessoramento legislativo, acompanhando a tramitação, na Câmara, de projetos de interesse do Executivo, e manter contato com lideranças políticas, comunitárias e parlamentares do Município;
- III - assessorar o Governo Municipal na interlocução com a União, o Estado e outros Municípios;
- IV – representação, atendimento e articulação política e social;
- V – serviços de publicidade, comunicação social, de relações públicas e de campanhas institucionais;
- VI – coordenação de assuntos afins ou interdependentes que interessem a mais de um órgão da Administração Municipal;
- VII – integração do Plano de Metas de Governo aos Planos, Projetos, Ações da Administração Municipal e demais instrumentos de planejamento estratégico do governo;
- VIII - orientar e coordenar o levantamento de informações, inclusive no que se refere à aplicação do Orçamento Municipal;
- IX – constituir projetos estratégicos para o Município e buscar o meios gerenciais e financeiros para viabilizá-los, junto aos governos federal e estadual, assim como, demais organismos de fomento e apoio;
- X – edição e controle de atos normativos de cunho geral, com a respectiva publicidade legal.

## CAPÍTULO II

### DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional do Gabinete do Prefeito, constituída pelos seguintes órgãos:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Chefe de Gabinete:

a) Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

a) Secretaria Executiva

1. Departamento de Cerimonial

2. Departamento de Jornalismo

3. Gerência de Atos Normativos

III – órgãos colegiados:

a) Conselho Municipal da Medalha Henrique Lage

b) Conselho Municipal de Segurança Pública de Imbituba

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria Geral do Município, o Regimento Interno do Gabinete do Prefeito para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional do Gabinete o Prefeito, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

## CAPÍTULO III

### DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional do Gabinete do Prefeito ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Chefe de Gabinete	Gabinete do Prefeito	1	Remuneração	4.500,00
Secretário(a) Executivo(a)	Secretaria Executiva	1	Remuneração	2.300,00
Chefe de Departamento	Departamento	2	Remuneração	1.300,00
Assessor(a) de Imprensa	Assessoria	1	Remuneração	1.600,00
Assessor(a) III	Assessoria	1	Remuneração	1.000,00
Assessor(a) IV	Assessoria	1	Remuneração	800,00

II – Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Chefe de Gabinete	Gratificação	2.700,00
Secretário(a) Executivo(a)	Gratificação	1.620,00
Chefe de Departamento	Gratificação	675,00
Assessor(a) de Gabinete	Gratificação	2.700,00
Motorista Executivo	Gratificação	1.260,00
Assessor(a) de Imprensa	Gratificação	855,00
Assessor(a) III	Gratificação	450,00
Assessor(a) IV	Gratificação	387,00

III – Funções Gratificadas:



NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	VAGAS	VALOR DA FG
Gerente	1	50% do salário-base do servidor de carreira

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constantes deste Decreto, serão definidas e atribuídas por ato do Chefe do Poder Executivo e, ainda, poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno deste órgão.

Art. 6º Revoga-se o Decreto PMI nº 14, de 11 de fevereiro de 2015, ressalvando-se, todavia, os atos de nomeação/designação para órgãos cujas denominações se conservarem neste ato, os quais ficam convalidados.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de 1º de Março de 2015.

Imbituba, 27 de fevereiro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 027, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Controladoria-Geral do Município - CGM, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 34 da Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovadas a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Controladoria-Geral do Município, conforme disposto neste Decreto.

#### CAPÍTULO I DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Controladoria-Geral do Município compete:

I – assistir direta e imediatamente o Prefeito Municipal no desempenho de suas atribuições quanto aos assuntos e providências que, no âmbito do Poder Executivo, sejam atinentes:

- a) à defesa do patrimônio público;
  - b) ao controle interno;
  - c) à auditoria pública;
  - d) à correição;
  - e) à prevenção;
  - f) ao combate à corrupção;
  - g) ao incremento da transparência da gestão no âmbito da administração pública municipal;
- IV – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

#### CAPÍTULO II DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Controladoria-Geral do Município, constituída pelos seguintes órgãos:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Controlador Geral:

- b) Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

- b) Coordenadoria de Auditoria

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria-Geral do Município, o Regimento Interno da Controladoria-Geral para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Controladoria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

#### CAPÍTULO III DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Controladoria-Geral do Município ficam atribuídos os(as) seguintes:

**I - Cargos em Comissão:**

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Controlador(a)-Geral	Controladoria-Geral	1	Remuneração	3.700,00
Assessor(a) III	Assessoria	1	Remuneração	1.000,00
Assessor(a) IV	Assessoria	1	Remuneração	800,00

**II – Funções de Representação:**

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Controlador(a)-Geral	Gratificação	2.160,00
Assessor(a) III	Gratificação	450,00
Assessor(a) IV	Gratificação	387,00

**III – Funções Gratificadas:**

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	VAGAS	VALOR DA FG
Coordenador(a)	1	33% do salário-base do servidor de carreira

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constantes deste Decreto, serão definidas e atribuídas por ato do Chefe do Poder Executivo e, ainda, poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno deste órgão.

Art. 6º Revoga-se o Decreto PMI nº 13, de 11 de Fevereiro de 2015, ressalvando-se, todavia, os atos de nomeação/designação para órgãos cujas denominações se conservarem neste ato, os quais ficam convalidados.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de 1º de Março de 2015.

Imbituba, 27 de fevereiro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 028, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Procuradoria Geral do Município - PGM, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 34 da Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam aprovadas a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Procuradoria Geral do Município, conforme disposto neste Decreto.

**CAPÍTULO I****DA ESTRUTURA REGIMENTAL**

Art. 2º À Procuradoria-Geral do Município compete prestar assistência e assessoramento jurídico ao Chefe do Poder Executivo no desempenho de suas funções, bem como:

I – defender em juízo e fora dele os interesses e direitos do Município;

II – emitir pareceres nos processos que lhe são distribuídos, assim como naqueles de matéria legislativa;

III – redigir, organizar, numerar e manter sob sua responsabilidade, os contratos e convênios que geram direitos e obrigações pelo Município.

IV – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

**CAPÍTULO II****DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Procuradoria Geral do Município, constituída pelos seguintes órgãos:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Procurador(a) Geral:

b) Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

- g) Departamento de Atos Contratuais
- h) Departamento de Defesa e Proteção do Consumidor
- i) Departamento de Registro e Acompanhamento de Feitos
- j) Procuradoria
- k) Gerência do Contencioso Trabalhista
- l) Gerência do Contencioso Tributário
- m) Programa do Executivo Fiscal

III – órgão colegiado:

- b) Conselho Municipal de Defesa do Consumidor

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas, com interveniência da Controladoria Geral do Município, o Regimento Interno da Procuradoria Geral do Município para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Procuradoria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

### CAPÍTULO III

#### DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Procuradoria Geral do Município ficam atribuídos os(as) seguintes:

##### I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Procurador(a) Geral	Procuradoria Geral	1	Subsídio	5.200,00
Procurador(a)	Procuradoria	4	Remuneração	2.300,00
Chefe de Departamento	Departamento	3	Remuneração	1.300,00
Assessor(a) I	Assessoria	1	Remuneração	1.600,00
Assessor(a) III	Assessoria	2	Remuneração	1.000,00
Assessor(a)IV	Assessoria	2	Remuneração	800,00

##### II – Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Procurador(a)	Gratificação	1.260,00
Chefe de Departamento	Gratificação	675,00
Assessor(a) I	Gratificação	855,00
Assessor(a) III	Gratificação	450,00
Assessor(a)IV	Gratificação	387,00

##### III – Funções Gratificadas:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO			
	VAGAS	VALOR DA FG		
Gerente	2	50% do salário-base do servidor de carreira		
Conciliador- Chefe	1	R\$ 2.100,00		
Chefe de Cartório	2	R\$ 1.900,00		
Assistente de Cartório	2	R\$ 1.500,00		
Oficial de Justiça	2	R\$ 1.500,00		
Cooperador de Dívida Ativa	1	R\$ 1.900,00		
Agente de Dívida Ativa	1	R\$ 1.500,00		

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constantes deste Decreto, serão definidas e atribuídas por ato do Chefe do Poder Executivo e, ainda, poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno deste órgão.

Art. 6º Revoga-se o Decreto PMI nº 12, de 11 de Fevereiro de 2015, ressalvando-se, todavia, os atos de nomeação/designação para órgãos cujas denominações se conservarem neste ato, os quais ficam convalidados.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de 1º de Março de 2015.

Imbituba, 27 de fevereiro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 029, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - SEAGP, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 34 da Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro 2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovadas a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública, conforme disposto neste Decreto.

#### CAPÍTULO I DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública compete desenvolver as atividades relacionadas com:

- I – administração e normas de pessoal;
- II – gestão de materiais e do patrimônio;
- III – aquisição de bens e serviços, mediante procedimentos legais;
- IV – reprografia e digitalização de documentos públicos;
- V – elaboração, coordenação e execução das atividades relacionadas à tecnologia da informação;
- VI – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

#### CAPÍTULO II DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública, constituída pelos seguintes órgãos:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário Municipal:

b) Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

a) Superintendência de Gestão e Inovação

1. Gerência de Pessoal

1.1. Coordenadoria de Segurança e Medicina do Trabalho

2. Gerência de Tecnologia da Informação

3. Gerência de Defesa Civil

b) Diretoria de Licitações

1. Departamento de Análise Procedimental

2. Departamento de Atos Licitatórios

c) Diretoria de Documentação e Patrimônio

1. Coordenadoria do Arquivo Público Municipal - APM

2. Coordenadoria de Serviço Conveniados

2.1. Unidade Gestora do Serviço Postal Comunitário de Araçatuba

2.2. Unidade Gestora do Serviço de Identificação Civil do IGP/SC

2.3. Unidade Gestora da Secretaria da Junta do Serviço Militar

d) Diretoria de Suprimentos

1. Departamento de Recepção e Expedição de Materiais

III – órgãos colegiados:

a) Conselho de Recursos Humanos da Administração Pública Municipal;

b) Conselho Municipal de Defesa Civil.

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

#### CAPÍTULO III DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Superintendente	Superintendência	1	Remuneração	3.700,00
Diretor(a)	Diretoria	3	Remuneração	1.900,00
Chefe de Departamento	Departamento	3	Remuneração	1.300,00
Assessor(a) Especial	Assessoria	2	Remuneração	1.900,00
Assessor(a) I	Assessoria	1	Remuneração	1.600,00
Assessor(a) II	Assessoria	4	Remuneração	1.200,00
Assessor(a) III	Assessoria	6	Remuneração	1.000,00
Assessor(a) IV	Assessoria	3	Remuneração	800,00

## II – Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Superintendente	Gratificação	2.760,00
Diretor(a)	Gratificação	1.260,00
Chefe de Departamento	Gratificação	675,00
Assessor(a) Especial	Gratificação	1.260,00
Assessor(a) I	Gratificação	855,00
Assessor(a) II	Gratificação	540,00
Assessor(a) III	Gratificação	450,00
Assessor(a) IV	Gratificação	387,00

## III – Funções Gratificadas:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	VAGAS	VALOR DA FG
Gerente	3	50% do salário-base do servidor de carreira
Coordenador(a)	3	33% do salário-base do servidor de carreira
Gestor(a) de Unidade	3	R\$ 430,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constantes deste Decreto, serão definidas e atribuídas por ato do Chefe do Poder Executivo e, ainda, poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno deste órgão.

Art. 6º Revoga-se o Decreto PMI nº 15, de 11 de Fevereiro de 2015, ressalvando-se, todavia, os atos de nomeação/designação para órgãos cujas denominações se conservarem neste ato, os quais ficam convalidados.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de 1º de Março de 2015.

Imbituba, 27 de fevereiro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 030, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal da Fazenda - SEFAZ, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 34 da Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovadas a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal da Fazenda conforme disposto neste Decreto.

## CAPÍTULO I DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Secretaria Municipal da Fazenda, compete:



I – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política fazendária municipal, especialmente:

- a) a formulação, a coordenação, a administração e a execução da política de administração tributária e fiscal do Município, bem como o aperfeiçoamento e atualização da legislação tributária municipal;
- b) a arrecadação, o lançamento e a fiscalização dos tributos e receitas municipais;
- c) a organização e a manutenção do cadastro fiscal do Município;
- d) a inscrição na dívida ativa, a promoção da sua cobrança, o controle e registro do seu pagamento;
- e) a promoção de estudos e a fixação de critérios para a concessão de incentivos fiscais e financeiros, tendo em vista o desenvolvimento econômico e social do Município, em articulação com o órgão superior responsável pelo desenvolvimento econômico;
- f) a promoção da educação fiscal da população como estratégia integradora de todas as ações da administração tributária, visando à realização da receita necessária aos objetivos do Município;
- g) a cobrança extrajudicial dos créditos inscritos na dívida ativa do Município;
- h) o assessoramento aos órgãos do Município em assuntos de finanças e tributos;
- i) o registro e controle contábeis da administração financeira e patrimonial e o registro da execução orçamentária;
- j) o planejamento econômico e a elaboração do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da proposta orçamentária, em articulação com os demais órgãos competentes;

II – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

## CAPÍTULO II

### DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal da Fazenda, constituída pelos seguintes órgãos:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário Municipal:

- b) Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

- a) Superintendência da Fazenda
  1. Gerência de Cobrança e Dívida Ativa
    - 1.1. Coordenadoria de Arrecadação e Lançamento
      - 1.1.1 Unidade Gestora de Isenção e Remissão Fiscal
    - 1.2. Coordenadoria de Fiscalização Tributária
  2. Gerência do Cadastro Fiscal
    - 2.1. Departamento de Apoio Operacional
    - 2.2. Departamento de Apoio Estratégico
  3. Gerência de Mapeamento Sistemático Cadastral
  4. Gerência de Atualização Cadastral Imobiliária
  5. Gerência de Contabilidade Pública
    - 5.1. Departamento de Controle Contábil
  6. Gerência de Gestão, Orçamento e Planejamento
  7. Gerência de Administração Fazendária
  8. Diretoria de Projetos e Ações Estratégicas
    - 8.1. Gerência de Captação de Recursos
  9. Tesouraria

III – órgão colegiado:

- b) Conselho Municipal de Contribuintes.

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria Geral do Município o Regimento Interno da Secretaria Municipal da Fazenda para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

## CAPÍTULO III

### DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal da Fazenda ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Superintendente	Superintendência	1	Remuneração	3.700,00
Diretor(a)	Diretoria	1	Remuneração	1.900,00
Chefe de Departamento	Departamento	3	Remuneração	1.300,00
Assessor(a) II	Assessoria	3	Remuneração	1.200,00
Assessor(a) IV	Assessoria	3	Remuneração	800,00

## II – Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Superintendente	Gratificação	2.160,00
Tesoureiro(a)	Gratificação	1.620,00
Diretor(a)	Gratificação	1.260,00
Chefe de Departamento	Gratificação	675,00
Assessor(a) II	Gratificação	540,00
Assessor(a) IV	Gratificação	387,00

## III – Funções Gratificadas:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	VAGAS	VALOR DA FG
Gerente	8	50% do salário-base do servidor de carreira
Coordenador(a)	2	33% do salário-base do servidor de carreira
Gestor(a) de Unidade	1	R\$ 430,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constantes deste Decreto, serão definidas e atribuídas por ato do Chefe do Poder Executivo e, ainda, poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno deste órgão.

Art. 6º Revoga-se o Decreto PMI nº 20, de 11 de Fevereiro de 2015, ressalvando-se, todavia, os atos de nomeação/designação para órgãos cujas denominações se conservarem neste ato, os quais ficam convalidados.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de 1º de Março de 2015.

Imbituba, 27 de fevereiro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 031, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Educação - SEDUC, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 34, da Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovadas a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Educação conforme disposto neste Decreto.

## CAPÍTULO I

## DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Secretaria Municipal de Educação compete:

I – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de educação, especialmente:

- proporcionar nutrição adequada ao educando;
- prover assistência e apoio ao educando de todos os níveis;
- estímulo ao ensino médio, tecnológico, superior, especial e de jovens e adultos;
- transporte escolar;
- proporcionar a melhoria da qualidade do ensino, envolvendo a capacitação e a valorização dos profissionais da educação;
- manter, preferencialmente, uma educação integrada, no âmbito do município, associando ao ensino convencional as iniciativas científicas e tecnológicas;
- apoiar a educação inclusiva.

II – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

## CAPÍTULO II

## DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal da Educação, constituída pelos seguintes órgãos:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário Municipal:

## b) Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

## a) Gerência Executiva da Educação Básica

5. Unidade Gestora Educacional
6. Unidade Gestora da Captação de Recursos e Prestação de Contas
7. Unidade Gestora do Material Didático
8. Unidade Gestora do Programa de Alimentação Escolar
5. Unidade Gestora do Transporte Escolar
12. Unidade Gestora do Controle Administrativo
13. Unidade Gestora Pedagógica
14. Unidade de Apoio à Gestão Escolar
15. Unidade Gestora de Projetos Educacionais
16. Unidade Gestora de Projetos Culturais
17. Unidade Gestora do Sistema de Ensino

## b) Departamento do Ensino Fundamental

1. Unidade Gestora do Ensino Fundamental
- 1.1. Escola Básica Municipal Basileu José da Silva
- 1.2. Escola Municipal Ugero Pittigliani
- 1.3. Escola Básica Municipal Pe. Dr. Itamar Luiz da Costa
- 1.4. Escola Municipal Belarminda de Souza Pires
- 1.5. Escola Básica Municipal José Vanderlei Mayer
- 1.6. Escola Básica Municipal Deputado Joaquim Ramos
- 1.7. Escola Municipal Etelvina de Souza Pereira
- 1.8. Escola Municipal Terezinha Pinho de Souza
- 1.9. Escola Municipal Herminia de Souza Marques
- 1.10. Escola Municipal João Pedro Tavares

## c) Departamento de Educação Infantil

1. Unidade Gestora da Educação Infantil
- 1.1. Centro Municipal de Educação Infantil Raios de Sol
- 1.2. Centro Municipal de Educação Infantil Marilene Polachini
- 1.3. Centro Municipal de Educação Infantil Alceu Rochadel
- 1.4. Centro Municipal de Educação Infantil Clara Heitch Soares
- 1.5. Centro Municipal de Educação Infantil Coração de Mãe
- 1.6. Centro Municipal de Educação Infantil Altona
- 1.7. Centro Municipal de Educação Infantil Moacyr Orige
- 1.8. Centro Municipal de Educação Infantil Cidália Soares Menezes
- 1.9. Centro Municipal de Educação Infantil Menino Deus
- 1.10. Centro Municipal de Educação Infantil Laura Perfeito
- 1.11. Centro Municipal de Educação Infantil Domingos Frasson
- 1.12. Centro Municipal de Educação Infantil Juci de Souza dos Santos
- 1.13. Centro Municipal de Educação Infantil Profª Doraci da Silva Spillere
- 1.14. Centro Municipal de Educação Infantil Maria Virginia Soares

## d) Departamento de Gestão do Centro Integrado de Tecnologia e Qualificação Técnica, Social e Profissional de Imbituba – CEITEC

1. Unidade Gestora da Educação Especial e Inclusão Educacional
2. Unidade Gestora da Inovação Tecnológica

## e) Departamento de Manutenção Patrimonial

III – órgãos colegiados:

- a) Conselho Municipal de Educação.
- b) Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação;
- c) Conselho Municipal de Alimentação Escolar.

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Educação, para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

## CAPÍTULO III

## DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal da Educação, ficam atribuídos os(as) seguintes:

## I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00

Chefe de Departamento	Departamento	4	Remuneração	1.300,00
Assessor(a) I	Assessoria	1	Remuneração	1.600,00
Assessor(a)III	Assessoria	1	Remuneração	1.000,00

## II – Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Chefe de Departamento	Gratificação	675,00
Assessor(a) I	Gratificação	855,00
Assessor(a)III	Gratificação	450,00

## III – Funções Gratificadas:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO		
	VAGAS	VALOR DA FG	
Gerente	1	50% do salário-base do servidor de carreira	
Diretor(a) de Escola	10	Acima de 300 alunos	R\$ 550,00
		Até 300 alunos	R\$ 450,00
Coordenador(a) de CEI	14	R\$ 450,00	
Gestor(a) de Unidade	15	R\$ 430,00	
Secretário(a) de Escola	10	Acima de 300 alunos	R\$ 420,00
		Até 300 alunos	R\$ 350,00
Secretário(a) de CEI	14		R\$ 350,00
Coordenador(a) Pedagógico(a)	10	Acima de 300 alunos	R\$ 200,00
		Até 300 alunos	R\$ 150,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constantes deste Decreto, serão definidas e atribuídas por ato do Chefe do Poder Executivo e, ainda, poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno deste órgão.

Art. 6º Revoga-se o Decreto PMI nº 17, de 11 de Fevereiro de 2015, ressaltando-se, todavia, os atos de nomeação/designação para órgãos cujas denominações se conservarem neste ato, os quais ficam convalidados.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de 1º de Março de 2015.

Imbituba, 27 de fevereiro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 032, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 34, da Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015,

## DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovadas a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Saúde, conforme disposto neste Decreto.

## CAPÍTULO I

## DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Secretaria Municipal de Saúde compete desenvolver as atividades relacionadas com:

I – saúde pública e medicina preventiva;

II – atividades médicas e odontológicas;

III – educação para a saúde;

IV – administração ambulatorial;

V – vigilância sanitária e epidemiológica;

VI – gestão de programas e ações relativas à saúde da família;

VII - assistência básica à saúde;

VIII – controle, regulação, avaliação e auditoria.

IX – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

## CAPÍTULO II

## DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Saúde, constituída pelos seguintes órgãos:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário Municipal:

a) Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

a) Diretoria de Administração, Planejamento e Atenção em Saúde

1. Gerência de Controle Administrativo

2. Gerência de Compras

3. Gerência de Logística de Suprimentos

3.1. Coordenadoria de Planejamento

4. Gerência do Fundo Municipal de Saúde

b) Diretoria de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria

1. Auditoria Técnica

1.1. Supervisão de Controle da Auditoria

1.2. Coordenadoria de Atenção Básica

1.3. Programa de Melhoria da Atenção Básica - PMAQ

1.4. Supervisão de Autorização de Internação Hospitalar

2. Gerência da Estratégia de Saúde da Família

2.1. Coordenadoria de Programas e Ações Estratégicas

3. Gerência do Centro de Referência de Saúde da Mulher

3.1. Coordenadoria de Programas do Centro de Referência de Saúde da Mulher

4. Departamento de Controle dos Centros de Referência de Saúde

5. Gerência de Apoio à Saúde da Família

5.1. Unidade Gestora do Programa Saúde na Escola

5.2. Unidade Gestora dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família-NASF

6. Departamento de Serviços de Referência em Saúde

6.1. Coordenação Executiva da Policlínica

6.2. Coordenadoria do Laboratório de Análises Clínicas

6.3. Coordenadoria do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO

7. Departamento de Prevenção e Combate às Drogas

c) Diretoria de Vigilância em Saúde e Assistência Farmacêutica

1. Coordenadoria de Vigilância Epidemiológica

1.1. Supervisão do Programa de Combate ao Aedes Aegypti

2. Coordenação Executiva do Programa DST/AIDS/HIV

III – órgão colegiado:

a) Conselho Municipal da Saúde.

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Saúde para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

### CAPÍTULO III

#### DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal De Saúde ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Diretor(a)	Diretor(a)	3	Remuneração	1.900,00
Gestor(a) Institucional	Gestor(a)	1	Remuneração	1.800,00
Chefe de Departamento	Departamento	3	Remuneração	1.300,00
Coordenador(a) Executivo(a)	Coordenação	2	Remuneração	1.600,00
Assessor(a) Especial	Assessoria	1	Remuneração	1.900,00
Assessor(a) I	Assessoria	1	Remuneração	1.600,00
Assessor(a) II	Assessoria	1	Remuneração	1.200,00
Assessor(a) III	Assessoria	2	Remuneração	1.000,00
Assessor(a) IV	Assessoria	5	Remuneração	800,00

II – Funções de Representação:



NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Diretor(a)	Gratificação	1.260,00
Gestor(a) Institucional	Gratificação	1.000,00
Assessor(a) Especial	Gratificação	1.260,00
Chefe de Departamento	Gratificação	675,00
Coordenador(a) Executivo(a)	Gratificação	855,00
Assessor(a) I	Gratificação	855,00
Assessor(a) II	Gratificação	540,00
Assessor(a) III	Gratificação	450,00
Assessor(a) IV	Gratificação	387,00

**III – Funções Gratificadas:**

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	VAGAS	VALOR DA FG
Gerente	7	50% do salário-base do servidor de carreira
Coordenador(a)	7	33% do salário-base do servidor de carreira
Supervisor(a)	3	17% do salário-base do servidor de carreira
Gestor(a) de Unidade	2	R\$ 430,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constantes deste Decreto, serão definidas e atribuídas por ato do Chefe do Poder Executivo e, ainda, poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno deste órgão.

Art. 6º Revoga-se o Decreto PMI nº 10, de 11 de Fevereiro de 2015, ressalvando-se, todavia, os atos de nomeação/designação para órgãos cujas denominações se conservarem neste ato, os quais ficam convalidados.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de 1º de Março de 2015.

Imbituba, 27 de fevereiro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se  
Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 033, 27 DE FEVEREIRO DE 2015.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Renda - SEAST e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 34, da Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Renda, conforme disposto neste Decreto.

**CAPÍTULO I  
DA ESTRUTURA REGIMENTAL**

Art. 2º À Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Renda compete:

I – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de assistência social, especialmente:

- a) implementação das ações do Município no âmbito o Sistema Único de Assistência Social;
- b) formulação de planos e programas em sua área de competência, observadas as diretrizes gerais do governo e em articulação com os demais órgãos da Administração Municipal;
- c) elaboração e divulgação de diretrizes da política municipal de atendimento, promoção e defesa:
  1. dos direitos da criança e do adolescente e promover a execução das ações respectivas, de forma direta ou indireta;
  2. da mulher e promover a execução das ações respectivas, de forma direta ou indireta;
  3. da pessoa com deficiência e promover a execução das ações respectivas, de forma direta ou indireta;
- d) manter atividades de pesquisa e acompanhamento de cenários de direitos humanos, trabalho, emprego e renda e de territórios sociais;
- e) apoiar ações e projetos voltados para a interiorização do desenvolvimento social;
- e) promover e facilitar a intersetorialidade para a implementação das políticas públicas sob sua direção;

f) desenvolver ações de captação de recursos para fundos sujeitos à sua gestão e para projetos específicos;

II – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de promoção do trabalho e geração de renda, especialmente:

a) formação profissional e orientação, visando a organização dos trabalhadores;

b) identificação de oportunidade de trabalho e emprego para inserção de trabalhadores no mercado de trabalho e melhoria das relações de trabalho;

c) articulação com entidades de direito público interno ou externo de todas as esferas de governo e entidades de direito privado nacionais ou estrangeiras;

d) propiciar condições e iniciativas que estimulem a promoção do trabalho decente para todos;

e) participar de atividades que estimulem o desenvolvimento sustentável, o enfrentamento da pobreza e o exercício da cidadania, como políticas de promoção do trabalhador; e

f) desenvolver ações destinadas à qualificação profissional, inclusão do trabalhador no mercado de trabalho, com a consequente geração de renda e de apoio ao trabalhador desempregado.

III – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

## CAPÍTULO II

### DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º Fica Estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Renda, constituída pelos seguintes órgãos:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário Municipal:

b) Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

b) Gerência de Proteção Básica

1. Coordenadoria do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS

1.1. Unidade Gestora de Transferência e Complementação de Renda

1.2. Unidade Gestora de Segurança Alimentar e Nutricional

2. Coordenadoria do Programa ACALENTO

3. Departamento de Inclusão da Pessoa Idosa

b) Gerência do Núcleo de Atendimento à Criança e ao Adolescente

c) Gerência de Trabalho e Renda

1. Unidade Gestora de Capacitação para o Emprego e Geração de Renda

d) Departamento Administrativo-Financeiro

1. Unidade Gestora do Controle Administrativo

2. Unidade Gestora do Controle Social

3. Unidade Gestora de Programas, Serviços e Projetos

III – órgãos colegiados:

h) Conselho Municipal de Assistência Social;

i) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

j) Conselho Gestor do Telecentro Comunitário;

k) Conselho Municipal do Idoso;

l) Conselho Municipal Antidrogas;

m) Conselho Municipal da Juventude; e

n) Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Renda para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

## CAPÍTULO III

### DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal De Assistência Social, Trabalho e Renda ficam atribuídos os(as) seguintes:

I – Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Chefe de Departamento	Departamento	1	Remuneração	1.300,00
Assessor (a) III	Assessoria	1	Remuneração	1.000,00
Assessor(a) IV	Assessoria	4	Remuneração	800,00

## II – Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Chefe de Departamento	Gratificação	675,00
Assessor (a) III	Gratificação	450,00
Assessor(a) IV	Gratificação	387,00

## III – Funções Gratificadas:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	VAGAS	VALOR DA FG
Gerente	3	50% do salário-base do servidor de carreira
Coordenador(a)	2	33% do salário-base do servidor de carreira
Gestor(a) de Unidade	6	R\$ 430,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constantes deste Decreto, serão definidas e atribuídas por ato do Chefe do Poder Executivo e, ainda, poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno deste órgão.

Art. 6º Revoga-se o Decreto PMI nº 21, de 11 de Fevereiro de 2015, ressalvando-se, todavia, os atos de nomeação/designação para órgãos cujas denominações se conservarem neste ato, os quais ficam convalidados.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de 1º de Março de 2015.

Imbituba, 27 de fevereiro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se  
Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 034, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Saneamento e Habitação - SEDURB, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 34 da Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015,

## DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Saneamento e Habitação, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I  
DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Saneamento e Habitação compete:

I – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de desenvolvimento urbano sustentável, especialmente:

- elaboração e coordenação da execução das políticas e dos planos de desenvolvimento sustentável do Município;
- elaboração de projetos e prospecção de projetos, programas e ações junto a organismos públicos ou privados voltados ao desenvolvimento urbano sustentável;
- instituir projeto visando a adequação do espaço urbano e dos edifícios às necessidades de inclusão de toda população, eliminando os obstáculos existentes ao acesso;
- instituir programa de conscientização da comunidade sobre a acessibilidade;
- coordenação do planejamento físico-territorial do município;
- desenvolvimento de atividades relacionadas com estudos cartográficos e estatísticos;
- gestão, controle e fiscalização das atividades edilícias e de empreendimentos urbanísticos;
- zelar pela aplicação do plano diretor do município;
- estabelecer o sistema viário oficial do município e a adequação do sistema viário existente àquele.

II – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de saneamento, especialmente:

- coordenação da execução da política municipal de saneamento;
- elaboração de projetos e prospecção de projetos, programas, convênios e ações junto a organismos públicos ou privados voltados ao

saneamento;

c) gestão dos serviços de saneamento: resíduos sólidos e líquidos, abastecimento d'água e drenagem urbana;

d) zelar pela aplicação do plano municipal de saneamento;

III – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de habitação, especialmente:

a) a traçar diretrizes, metas e planejamento dos projetos de obras e edificações referentes a programas habitacionais de interesse social;

b) a fiscalização e acompanhamento do destino dos recursos adquiridos ao Fundo Municipal de Habitação de Imbituba;

c) o acompanhamento da fiscalização da execução das obras habitacionais de interesse social;

d) o desenvolvimento e a elaboração de projetos habitacionais de interesse social;

e) o desenvolvimento de projetos habitacionais, a elaboração de projetos na busca de recursos junto aos órgãos, federal e estadual;

f) o desenvolvimento de convênios com a finalidade de construção de moradias habitacionais de interesse social;

g) a seleção de famílias a serem beneficiadas, atendendo a legislação de critérios dos programas habitacionais de interesse social a serem desenvolvidos;

IV – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

## CAPÍTULO II

### DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Saneamento e Habitação, constituída pelos seguintes órgãos:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário Municipal:

b) Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

f) Departamento de Projetos Edifícios e Urbanos Sustentáveis

1. Coordenadoria de Fiscalização Edilícia e Urbanística

2. Unidade Gestora de Viabilidade Urbanística

g) Gerência de Saneamento Ambiental

h) Gerência de Desenvolvimento Habitacional

1. Unidade Gestora de Habitação de Interesse Social

i) Departamento de Monitoramento de Processos

III – órgãos colegiados:

a) Conselho Municipal do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Imbituba;

b) Conselho Municipal de Saneamento; e

j) Conselho Municipal de Habitação.

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Saneamento e Habitação para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

## CAPÍTULO III

### DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Saneamento e Habitação ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Assessor(a) Especial	Assessoria	1	Remuneração	1.900,00
Chefe de Departamento	Departamento	2	Remuneração	1.300,00
Assessor(a) II	Assessoria	1	Remuneração	1.200,00
Assessor(a) III	Assessoria	2	Remuneração	1.000,00
Assessor(a) IV	Assessoria	1	Remuneração	800,00

II – Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Assessor(a) Especial	Gratificação	855,00
Chefe de Departamento	Gratificação	675,00
Assessor(a) II	Gratificação	540,00
Assessor(a) III	Gratificação	450,00
Assessor(a) IV	Gratificação	387,00

## III – Funções Gratificadas:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	VAGAS	VALOR DA FG
Gerência	2	50% do salário-base do servidor de carreira
Coordenador(a)	1	33% do salário-base do servidor de carreira
Gestor(a) de Unidade	2	R\$ 430,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constantes deste Decreto, serão definidas e atribuídas por ato do Chefe do Poder Executivo e, ainda, poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno deste órgão.

Art. 6º Revoga-se o Decreto PMI nº 11, de 11 de Fevereiro de 2015, ressalvando-se, todavia, os atos de nomeação/designação para órgãos cujas denominações se conservarem neste ato, os quais ficam convalidados.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de 1º de Março de 2015.

Imbituba, 27 de fevereiro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 035, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura - SEAPI e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 34, da Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015,

## DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura - SEAPI, conforme disposto neste Decreto.

## CAPÍTULO I

## DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura compete:

I – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de agricultura e pesca, especialmente:

- desenvolvimento rural e aprimoramento da agricultura, pecuária e pesca;
- preservação e conservação do solo e da água no meio rururbano;
- prover assistência e qualificação aos agricultores, pecuaristas e pescadores;
- estabelecer a política municipal para a agricultura, pecuária e pesca;
- estimular o desenvolvimento da aquicultura, pecuária e apicultura no município;
- motivar o associativismo, cooperativismo, a produção e a comercialização, a qualidade e apresentação dos produtos da agricultura familiar e da pesca artesanal;

II – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de infraestrutura e mobilidade urbana, especialmente:

- execução e manutenção da infraestrutura urbana, das praças, canteiros e parques;
- conservação e recuperação dos prédios, vias e logradouros públicos municipais;
- manutenção e recuperação dos equipamentos rodoviários municipais;
- gestão, controle e fiscalização dos serviços de transporte público, funerários e iluminação pública;
- estabelecer a Política Municipal de Mobilidade Urbana;
- controle de toda a frota de veículos da Administração Municipal.

III – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

## CAPÍTULO II

## DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura, constituída pelos seguintes órgãos:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário Municipal:

- Assessoria



## II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

## c) Superintendência de Agricultura e Pesca

## 1. Departamento de Agricultura

## 2. Departamento de Pecuária

## 2.1. Supervisão de Inspeção Municipal

## d) Gerência de Serviços Públicos

## 1. Coordenadoria de Execução de Obras Públicas

## 1.1. Supervisão de Execução de Edificações

## 1.2. Supervisão de Execução de Vias

## 2. Coordenadoria de Iluminação Pública e Eficiência Energética

## 3. Unidade Gestora do Serviço Público Funerário de Imbituba

## 3.3 Supervisão do Cemitério de Vila Nova

## 3.4 Supervisão do Cemitério do Mirim

## 4. Departamento de Praças, Parques e Jardins

## 5. Diretoria de Mobiliade Urbana

## 5.1. Coordenação Executiva de Trânsito

## 6. Diretoria de Controle de Frota

## 6.1. Gerência de Manutenção e Reparo de Veículos Automotores

## c) Superintendência de Infraestrutura Regional/Norte – SDR/Norte

## 1. Gerência de Infraestrutura Regional/Norte

## d) Superintendência de Infraestrutura Regional/Sul – SDR/Sul

## 1. Diretoria de Infraestrutura Regional/Sul

## 1.1. Departamento de Infraestrutura Regional/Sul

## e) Superintendência de Infraestrutura Regional/Oeste – SDR/Oeste

## 1. Diretoria de infraestrutura Regional/Oeste

## 1.1. Departamento de Infraestrutura Regional/Oeste

## 1.2. Departamento de Apoio Operacional/Oeste

## III – órgão colegiado:

## b) Conselho Municipal de Trânsito e Transporte

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

## CAPÍTULO III

## DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura ficam atribuídos os(as) seguintes:

## I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Superintendente	Superintendência	4	Remuneração	3.700,00
Diretor(a)	Diretoria	4	Remuneração	1.900,00
Coordenador(a)Executivo(a)	Coordenação	1	Remuneração	1.600,00
Chefe de Departamento	Departamento	6	Remuneração	1.300,00
Assessor(a) I	Assessoria	1	Remuneração	1.600,00
Assessor(a) II	Assessoria	3	Remuneração	1.200,00
Assessor(a) III	Assessoria	6	Remuneração	1.000,00
Assessor(a) IV	Assessoria	8	Remuneração	800,00

## II – Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Superintendente	Gratificação	2.160,00
Diretor(a)	Gratificação	1.260,00
Chefe de Departamento	Gratificação	675,00
Coordenador(a) Executivo(a)	Gratificação	855,00
Assessor(a) I	Gratificação	855,00
Assessor(a) II	Gratificação	540,00
Assessor(a) III	Gratificação	450,00

Assessor(a) IV	Gratificação	387,00
----------------	--------------	--------

**III – Funções Gratificadas:**

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	VAGAS	VALOR DA FG
Gerente	3	50% do salário-base do servidor de carreira
Coordenador(a)	2	33% do salário-base do servidor de carreira
Supervisor(a)	5	17% do salário-base do servidor de carreira
Gestor(a) de Unidade	1	R\$ 430,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constantes deste Decreto, serão definidas e atribuídas por ato do Chefe do Poder Executivo e, ainda, poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno deste órgão.

Art. 6º Revoga-se o Decreto PMI nº 19, de 11 de Fevereiro de 2015, ressaltando-se, todavia, os atos de nomeação/designação para órgãos cujas denominações se conservarem neste ato, os quais ficam convalidados.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de 1º de Março de 2015.

Imbituba, 27 de fevereiro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 036, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável - SEDES, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 34, da Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam aprovadas a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável, conforme disposto neste Decreto.

**CAPÍTULO I****DA ESTRUTURA REGIMENTAL**

Art. 2º À Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável compete:

I – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de desenvolvimento econômico, especialmente:

- adoção de medidas de promoção do desenvolvimento econômico sustentável e da atividade empresarial;
- promoção de medidas relativas ao desenvolvimento econômico, em articulação com as esferas federal e estadual de governo, bem como outras organizações;
- estímulos à implantação de empreendimentos econômicos;
- incentivo e apoio à economia solidária;
- realização de eventos de cunho econômico e social;
- divulgação das potencialidades econômicas do Município;

II – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal do meio ambiente, especialmente:

- elaboração de projetos e prospecção de projetos, programas, convênios e ações junto a organismos públicos ou privados voltados ao meio ambiente;
- licenciamento, controle e fiscalização ambiental;

III – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

**CAPÍTULO II****DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável, constituída pelos seguintes órgãos:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário Municipal:

- Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

- Gerência de Meio Ambiente

III – órgãos colegiados:

- Conselho Municipal de Desenvolvimento

## b) Conselho Municipal de Meio Ambiente

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria Geral do Município, com interveniência da Controladoria Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

## CAPÍTULO III

## DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal De Desenvolvimento Econômico Sustentável, ficam atribuídos os(as) seguintes:

## I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Assessor(a) IV	Assessoria	2	Remuneração	800,00

## II – Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Assessor(a) IV	Gratificação	387,00

## III – Funções Gratificadas:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	VAGAS	VALOR DA FG
Gerente	1	50% do salário-base do servidor de carreira

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constantes deste Decreto, serão definidas e atribuídas por ato do Chefe do Poder Executivo e, ainda, poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno deste órgão.

Art. 6º Revoga-se o Decreto PMI nº 18, de 11 de Fevereiro de 2015, ressalvando-se, todavia, os atos de nomeação/designação para órgãos cujas denominações se conservarem neste ato, os quais ficam convalidados.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de 1º de Março de 2015.

Imbituba, 27 de fevereiro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 037, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura - SETEC, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 34, da Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015,

## DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovadas a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura, conforme disposto neste Decreto.

## CAPÍTULO I

## DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura, compete:

I – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de turismo, especialmente:

- adoção de medidas de promoção do desenvolvimento turístico sustentável e da atividade empresarial turística;
- promoção de medidas relativas ao desenvolvimento turístico, em articulação com as esferas federal e estadual de governo, bem como outras organizações;
- estímulos à implantação de infraestrutura turística;
- incentivo e apoio às atividades socioeconômicas vinculadas ao turismo;

- e) realização de eventos de cunho turístico;
- f) divulgação das potencialidades turísticas do Município;

II – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de esporte e lazer, especialmente:

- a) estabelecer a política esportiva e de lazer municipal;
- b) efetuar o planejamento, coordenação, supervisão e avaliação dos planos e programas de incentivo aos esportes;
- c) promover as ações de democratização da prática esportiva e inclusão social por intermédio do esporte;
- d) manter intercâmbio com organismos públicos e privados, nacionais, internacionais e estrangeiros, voltados à promoção do esporte;
- e) elaborar o calendário de competições esportivas nas diversas modalidades, com integração dos bairros;
- f) constituir projeto específico para esportes náuticos e aquáticos;
- g) promover oportunidades esportivas para pessoas com deficiência;

- h) incentivar e conscientizar sobre a importância da prática de atividades físicas, em todas as faixas etárias;

III – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de cultura, especialmente:

- a) assegurar os meios para o desenvolvimento da cultura como direito de todos os cidadãos, com plena liberdade de expressão e criação;
- b) universalizar o acesso aos bens e serviços culturais;
- c) contribuir para a construção da cidadania cultural;
- d) reconhecer, proteger, valorizar e promover a diversidade das expressões culturais presentes no município;
- e) combater a discriminação e o preconceito de qualquer espécie e natureza;
- f) promover a equidade social e territorial do desenvolvimento cultural;
- g) qualificar e garantir a transparência da gestão cultural;
- h) democratizar os processos decisórios, assegurando a participação e o controle social;
- i) estruturar e regulamentar a economia da cultura, no âmbito local;
- j) consolidar a cultura como importante vetor do desenvolvimento sustentável;
- k) intensificar as trocas, os intercâmbios e os diálogos interculturais;
- l) contribuir para a promoção da cultura da paz;
- m) preservação, proteção e promoção do patrimônio cultural, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

IV – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

## CAPÍTULO II

### DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura, constituída pelos seguintes órgãos:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário Municipal:

- a) Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

- d) Diretoria de Desenvolvimento Turístico
  - 1. Departamento de Articulação e Ordenamento Turístico
- e) Diretoria de Infraestrutura Turística
- f) Superintendência de Esporte e Lazer- SESPORTE
  - 1. Diretoria de Desenvolvimento do Esporte
    - 1.1. Departamento de Esportes
      - 1.1.1. Unidade Gestora de Projetos Sócioesportivos
    - 1.2. Departamento de Infraestrutura Esportiva
    - 1.3. Departamento de Lazer e Inclusão Social
- d) Superintendência de Cultura - SECULT
  - 1. Departamento de Gestão Cultural
    - 1.1. Gerência de Fomento e Incentivo à Cultura
      - 1.1.1 Unidade Gestora do Arquivo Histórico
      - 1.1.2 Unidade Gestora do Patrimônio Cultural
  - 2. Departamento de Articulação Institucional

III – órgãos colegiados:

- a) Conselho Municipal de Turismo
- b) Conselho Municipal de Esporte
- d) Conselho Municipal de Política Cultural

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

## CAPÍTULO III

### DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Superintendente	Superintendência	2	Remuneração	3.700,00
Diretor(a)	Diretoria	3	Remuneração	1.900,00
Assessor(a) I	Assessoria	2	Remuneração	1.600,00
Chefe de Departamento	Departamento	6	Remuneração	1.300,00
Assessor(a) II	Assessoria	4	Remuneração	1.200,00
Assessor(a) III	Assessoria	4	Remuneração	1.000,00
Assessor(a) IV	Assessoria	5	Remuneração	800,00

II – Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Superintendente	Gratificação	2.160,000
Diretor(a)	Gratificação	1.260,00
Assessor(a) I	Gratificação	855,00
Chefe de Departamento	Gratificação	675,00
Assessor(a) II	Gratificação	540,00
Assessor(a) III	Gratificação	450,00
Assessor(a) IV	Gratificação	387,00

III – Funções Gratificadas:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	VAGAS	VALOR DA FG
Gerente	1	50% do salário-base do servidor de carreira
Gestor(a) de Unidade	3	R\$ 430,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constantes deste Decreto, serão definidas e atribuídas por ato do Chefe do Poder Executivo e, ainda, poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno deste órgão.

Art. 6º Revoga-se o Decreto PMI nº 16, de 11 de Fevereiro de 2015, ressalvando-se, todavia, os atos de nomeação/designação para órgãos cujas denominações se conservarem neste ato, os quais ficam convalidados.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de 1º de Março de 2015.

Imbituba, 27 de fevereiro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se  
Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 038, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.485, de 03 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), para reforço da dotação orçamentária, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS DE IMBITUBA - FUNREBOM		
Manutenção das atividades do FUNREBOM		



06.182.0012-2.086		
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 (0003)	Aplicações Diretas	200.000,00
Total	200.000,00	

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS DE IMBITUBA – FUNREBOM		
Manutenção das atividades do FUNREBOM		
06.182.0012-2.086		
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 (0002)	Aplicações Diretas	200.000,00
Total	200.000,00	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 02 de março de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 039, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

Estabelece e define as atribuições principais dos Agentes Políticos e dos ocupantes dos cargos e funções constantes da Estrutura Regimental e Organizacional dos Entes do Poder Executivo Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 34, da Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º As atribuições principais dos Agentes Políticos, são as estabelecidas e definidas pela Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015 e pelos atos de aprovação das respectivas estruturas regimental e organizacional.

Art. 2º Ficam estabelecidas e definidas as atribuições principais dos cargos e funções constantes da Estrutura Regimental e Organizacional dos Entes do Poder Executivo Municipal, na forma do Anexo Único, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno dos respectivos Órgãos.

Art. 3º As atribuições principais dos cargos e funções constantes da Estrutura Regimental e Organizacional dos Entes do Poder Executivo Municipal, que não foram objeto deste Decreto, serão, oportunamente, estabelecidas e definidas por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Imbituba, 02 de março de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

ANEXO ÚNICO

(DECRETO PMI Nº 039, DE 02 DE MARÇO DE 2015)

Denominação: Chefe de Gabinete

Descrição Específica:

- as relações político-administrativas com os municípios e com os órgãos e entidades públicas e privadas;
- executar as atividades de assessoramento legislativo, acompanhando a tramitação, na Câmara, de projetos de interesse do Executivo, e manter contato com lideranças políticas, comunitárias e parlamentares do Município;
- assessorar o Governo Municipal na interlocução com a União, o Estado e outros Municípios;
- representação, atendimento e articulação política e social;

- serviços de publicidade, comunicação social, de relações públicas e de campanhas institucionais;
- coordenação de assuntos afins ou interdependentes que interessem a mais de um órgão da Administração Municipal;
- integração do Plano de Metas de Governo aos Planos, Projetos, Ações da Administração Municipal e demais instrumentos de planejamento estratégico do governo;
- orientar e coordenar o levantamento de informações, inclusive no que se refere à aplicação do Orçamento Municipal;
- constituir projetos estratégicos para o Município e buscar os meios gerenciais e financeiros para viabilizá-los, junto aos governos federal e estadual, assim como, demais organismos de fomento e apoio.

#### Descrição Sumária:

- assistir ao Chefe do Poder Executivo nos assuntos relacionados à sua área de competência;
- dirigir, coordenar, orientar e fiscalizar as atividades exercidas pelas unidades organizacionais que lhe são subordinadas;
- coordenar a elaboração dos planos de ação pertinentes ao órgão sob sua gestão;
- assegurar a mais estreita colaboração das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, entre si, e destas com as demais unidades integrantes da Administração Municipal;
- determinar a realização de diligências e propor a abertura de inquérito administrativo, sempre que necessário;
- cumprir e fazer cumprir os atos baixados pelo Chefe do Poder Executivo, pertinentes à sua área de atuação ou de aplicação geral;
- implementar as ações estabelecidas em convênios, contratos e acordos, com outros órgãos ou entidades;
- cumprir e fiscalizar o exercício de normas específicas e legais, relativas à área de sua competência;
- solicitar a abertura de procedimentos licitatórios, ou sua dispensa, nos termos da legislação aplicável à matéria;
- acompanhar a execução do orçamento do órgão sob sua gestão e produzir dados para sua reformulação e aperfeiçoamento;
- promover e acompanhar a implantação de mecanismos de controle de projetos e atividades no âmbito do órgão sob sua gestão;
- designar servidores para, em paralelo às suas atividades normais, atuarem como representantes de órgãos setoriais e do órgão central do Sistema de Controle Interno, conforme disposto na legislação municipal que trata do assunto;
- designar servidores para integrar órgãos colegiados municipais;
- coordenar as atividades de divulgação dos trabalhos do órgão sob sua gestão;
- praticar todos os demais atos que se fizerem necessários ao funcionamento das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, observados os preceitos legais vigentes;
- desempenhar e cumprir as normas do Sistema de Controle Interno.
- responder a pedidos escritos de informações oriundos do Poder Legislativo Municipal, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como, a prestação de informações falsas;
- comparecer à Câmara Municipal, por iniciativa própria ou mediante convocação ou entendimentos prévios com a Mesa Diretora, para expor assuntos de relevância do órgão sob sua gestão;
- subscrever os atos e regulamentos referentes ao seu órgão de atuação;
- expedir instruções para a plena execução das normas vigentes;
- apresentar ao Chefe do Poder Executivo relatório anual dos serviços realizados pelo órgão sob sua gestão;
- responder por atos assumidos, ordenados ou praticados sob suas ordens;
- exercer responsabilidade fiscal, através do planejamento público e do equilíbrio financeiro, buscando atingir maior economicidade na realização das despesas;
- promover a modernização e inovação da gestão pública municipal de forma a evitar a fragmentação das ações e a promover a harmonia dos serviços públicos essenciais disponibilizados ao cidadão, com maior eficiência e eficácia;
- exercer a autoridade e responsabilidade, com o comprometimento dos agentes públicos na execução de atos de gestão e de governo;
- prover a transparência administrativa, permitindo a participação ativa da sociedade na definição das prioridades e na execução dos programas municipais, através dos órgãos colegiados;
- executar os planos, programas e ações, com a observância das normas que regulam a atividade específica do órgão sob sua gestão;
- controlar a aplicação dos recursos públicos e da guarda e conservação dos bens públicos municipais;
- exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos;
- abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei;
- ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.

Denominação: Controlador(a)- Geral

#### Descrição Específica:

À Controladoria-Geral do Município compete assistir direta e imediatamente o Prefeito Municipal no desempenho de suas atribuições quanto aos assuntos e providências que, no âmbito do Poder Executivo, sejam atinentes à defesa do patrimônio público, ao controle interno, à auditoria pública, à correição, à prevenção, ao combate à corrupção e ao incremento da transparência da gestão no âmbito da administração pública municipal.

#### Descrição Sumária:

- assistir ao Chefe do Poder Executivo nos assuntos relacionados à sua área de competência;
- dirigir, coordenar, orientar e fiscalizar as atividades exercidas pelas unidades organizacionais que lhe são subordinadas;
- coordenar a elaboração dos planos de ação pertinentes ao órgão sob sua gestão;
- assegurar a mais estreita colaboração das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, entre si, e destas com as demais unidades integrantes da Administração Municipal;

- determinar a realização de diligências e propor a abertura de inquérito administrativo, sempre que necessário;
- cumprir e fazer cumprir os atos baixados pelo Chefe do Poder Executivo, pertinentes à sua área de atuação ou de aplicação geral;
- implementar as ações estabelecidas em convênios, contratos e acordos, com outros órgãos ou entidades;
- cumprir e fiscalizar o exercício de normas específicas e legais, relativas à área de sua competência;
- solicitar a abertura de procedimentos licitatórios, ou sua dispensa, nos termos da legislação aplicável à matéria;
- acompanhar a execução do orçamento do órgão sob sua gestão e produzir dados para sua reformulação e aperfeiçoamento;
- promover e acompanhar a implantação de mecanismos de controle de projetos e atividades no âmbito do órgão sob sua gestão;
- designar servidores para, em paralelo as suas atividades normais, atuarem como representantes de órgãos setoriais e do órgão central do Sistema de Controle Interno, conforme disposto na legislação municipal que trata do assunto;
- designar servidores para integrar órgãos colegiados municipais;
- coordenar as atividades de divulgação dos trabalhos do órgão sob sua gestão;
- praticar todos os demais atos que se fizerem necessários ao funcionamento das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, observados os preceitos legais vigentes;
- desempenhar e cumprir as normas do Sistema de Controle Interno.
- responder a pedidos escritos de informações oriundos do Poder Legislativo Municipal, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como, a prestação de informações falsas;
- comparecer à Câmara Municipal, por iniciativa própria ou mediante convocação ou entendimentos prévios com a Mesa Diretora, para expor assuntos de relevância do órgão sob sua gestão;
- subscrever os atos e regulamentos referentes ao seu órgão de atuação;
- expedir instruções para a plena execução das normas vigentes;
- apresentar ao Chefe do Poder Executivo relatório anual dos serviços realizados pelo órgão sob sua gestão;
- responder por atos assumidos, ordenados ou praticados sob suas ordens;
- exercer responsabilidade fiscal, através do planejamento público e do equilíbrio financeiro, buscando atingir maior economicidade na realização das despesas;
- promover a modernização e inovação da gestão pública municipal de forma a evitar a fragmentação das ações e a promover a harmonia dos serviços públicos essenciais disponibilizados ao cidadão, com maior eficiência e eficácia;
- exercer a autoridade e responsabilidade, com o comprometimento dos agentes públicos na execução de atos de gestão e de governo;
- prover a transparência administrativa, permitindo a participação ativa da sociedade na definição das prioridades e na execução dos programas municipais, através dos órgãos colegiados;
- executar os planos, programas e ações, com a observância das normas que regulam a atividade específica do órgão sob sua gestão;
- controlar a aplicação dos recursos públicos e da guarda e conservação dos bens públicos municipais;
- exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos;
- abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei;
- ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.

Denominação: Superintendente

Descrição Sumária:

- superintender as atividades administrativas e finalísticas do órgão superior a que estiver vinculado, em consonância com as diretrizes gerais emanadas do titular da pasta;
- promover reuniões com os demais dirigentes do órgão superior ou específico para a coordenação das atividades operacionais do órgão superior;
- substituir e representar o titular do órgão superior a que estiver vinculado em suas ausências e impedimentos legais, quando designado;
- apreciar e aprovar os programas de trabalho das unidades organizacionais subordinadas, bem como acompanhar o desenvolvimento de sua execução;
- designar e coordenar a atuação de grupos de estudos específicos de interesse do órgão superior a que estiver vinculado;
- emitir parecer final, conclusivo, sobre os assuntos submetidos à sua apreciação;
- assinar, por delegação do titular do órgão superior a que estiver vinculado, atos próprios do órgão;
- solicitar, periodicamente, a elaboração dos relatórios de atividades das unidades organizacionais subordinadas;
- articular-se com os órgãos da administração pública, nos limites de suas atribuições, visando à coleta de dados e informações necessárias à solução de assuntos submetidos à sua apreciação, coordenação ou decisão;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua direção, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Tesoureiro(a)

Descrição Sumária:

- assegurar a concretização das orientações financeiras definidas superiormente;
- participar em reuniões periódicas de coordenação do órgão superior;
- elaborar propostas devidamente fundamentadas que visem a melhoria do funcionamento da tesouraria e submetê-las a apreciação superior;
- efetuar os recebimentos, de acordo com os documentos próprios e dar deles o respectivo documento de quitação;
- efetuar o pagamento das despesas devidamente autorizadas;

- elaborar diariamente a folha de caixa (diário de caixa);
- elaborar o resumo diário de tesouraria;
- proceder à guarda, conferência e controle sistemático do numerário e valores de caixa e bancos;
- controlar o movimento das contas bancárias, através do sistema informado instalado na tesouraria;
- assinar os cheques e ordens de transferência bancária e recolher as restantes assinaturas;
- efetuar os depósitos, transferências e levantamentos, tendo em atenção a rentabilização dos valores;
- assistir à verificação do estado de responsabilidade do tesoureiro, efetuado por quem for nomeado para verificar os fundos, montantes e documentos entregues à sua guarda, através de contagem física do numerário e documentos sob a sua responsabilidade;
- assegurar o depósito das receitas em instituição bancária e proceder ao seu registro no diário de caixa e no resumo de tesouraria;
- enviar, diariamente, para a contabilidade os originais e duplicados da folha de caixa (diário de tesouraria) e do resumo diário de tesouraria, acompanhados dos duplicados das guias de recebimento (guias de receita) e de todos os restantes documentos;
- receptionar os duplicados dos diários de caixa e dos resumos de tesouraria e arquivá-los; e
- executar outras funções que lhe sejam superiormente cometidas ou impostas por lei ou regulamento em matéria financeira.

Denominação: Secretário(a) Executivo(a)

Descrição Sumária:

- preparar a agenda diária do Chefe do Poder Executivo e coordenar o atendimento do público interno e externo;
- coordenar o trâmite de documentos levados à apreciação ou para assinatura do Chefe do Poder Executivo;
- coordenar as relações do Chefe do Poder Executivo com os órgãos superiores e colegiados;
- organizar as viagens do Chefe do Poder Executivo nos seus aspectos protocolares;
- desenvolver outras atividades de natureza administrativa, de aprimoramento da qualidade dos serviços e ações e de representação política e social determinadas pelo Chefe do Poder Executivo;
- recepcionar, marcar audiência e encaminhar as autoridades, servidores e pessoas em geral que desejarem comunicar-se com o Chefe do Poder Executivo;
- manter atualizado o registro de visitas do Chefe do Poder Executivo, bem como dos contatos por eles mantidos;
- organizar e manter atualizado o cadastro de autoridades, entidades e pessoas de relacionamento do Chefe do Poder Executivo;
- executar a redação oficial de assuntos de ordem administrativa do Chefe do Poder Executivo;
- coordenar e supervisionar o trâmite dos documentos oficiais do Chefe do Poder Executivo;
- organizar, programar e controlar a expedição de convites para as solenidades oficiais;
- controlar o registro das correspondências dirigidas ao Chefe do Poder Executivo;
- exercer outras atribuições que lhe sejam determinadas pelo Chefe do Poder Executivo.

Denominação: Procurador(a)

Descrição Sumária:

- acautelar-se em os processos judiciais ou administrativos que envolvem o Município e seus agentes públicos, nesta qualidade, seja de forma ativa, com o Município como autor das ações, seja de forma passiva, quando o Município e seus agentes integram o pólo passivo da ação judicial;
- promover todas as diligências internas e externas necessárias à instrução processual e seu controle, bem como, emitir pareceres em expedientes administrativos referentes ao discutido processualmente;
- zelar pela conservação do patrimônio do Município, à disposição do órgão sob sua gestão, estabelecendo registros e controles específicos;
- propor ao Procurador Geral novas alternativas de trabalho, quando houver necessidade de atender eventual demanda de serviço, até que este volte à normalidade;
- adotar condutas que venham a ser necessárias, em vista da dinâmica da administração e no interesse público;
- assessorar o Procurador Geral, e na sua ausência ou quando solicitado, o Chefe do Poder Executivo e os demais titulares de órgãos superiores da Administração Municipal;
- zelar pelo bom desempenho dos servidores do órgão sob sua gestão, cobrando funções e realizando treinamentos;
- promover o acompanhamento da execução física e financeira dos convênios, contratos e acordos na área de sua atuação;
- exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Procurador Geral na área de sua competência; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Diretor(a)

Descrição Sumária:

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
  - dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Diretoria;
  - opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
  - submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Diretoria;
  - indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
  - elaborar planilha de férias dos servidores lotados na Diretoria e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
  - apresentar relatórios mensais das atividades da Diretoria e suas respectivas
- Unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior a que estiver vinculado;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e

- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a este subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua direção, obedecendo aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) de Gabinete

Descrição Sumária:

- assistência direta e imediatamente ao Chefe do Poder Executivo no desempenho de suas atribuições e, especialmente, realizar estudos e análises que lhe sejam determinados, em assuntos que subsidiem a coordenação de ações em setores específicos da Administração Municipal;
- promover a articulação com os titulares dos órgãos superiores sobre assuntos submetidos à sua consideração pelo Chefe do Poder Executivo;
- avaliar as proposições normativas encaminhadas ao Chefe do Poder Executivo;
- assistir ao Chefe do Poder Executivo na supervisão e coordenação das atividades dos órgãos integrantes da estrutura municipal e das entidades vinculadas;
- colaborar no planejamento e coordenar as ações integradas de gestão e modernização institucional;
- contribuir na promoção e disseminação de melhores práticas de gestão e desenvolvimento institucional;
- auxiliar o Chefe do Poder Executivo na definição de diretrizes e na implementação das ações da Administração Municipal;
- exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Chefe do Poder Executivo na área de sua competência; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) de Imprensa

Descrição Sumária:

- supervisionar internamente as atividades governamentais de comunicação social e informações, no âmbito do órgão de atuação, fazendo cumprir os procedimentos de publicidade legal e institucional;
- atuar como unidade coletora e repassadora de informações técnicas necessárias à criação e produção de campanhas institucionais e promocionais de interesse da Administração Municipal, proporcionando os dados imprescindíveis à deflagração de procedimentos de divulgação em geral;
- transmitir aos veículos de comunicação informações de caráter jornalístico de interesse da Administração Municipal;
- elaborar estudos e projetos especiais de divulgação de interesse da Administração Municipal, submetendo-os à apreciação e aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado;
- assessorar o Chefe do Poder Executivo e os titulares dos órgãos superiores nos assuntos de sua competência;
- articular-se com os órgãos da Administração Municipal, nos limites de suas atribuições, visando à coleta de dados e informações necessárias à viabilização de suas atividades;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua direção, obedecendo aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) Especial

Descrição Sumária:

- assessoramento especial às unidades do órgão, de acordo com as especificidades funcionais que atendam às necessidades do órgão, demandadas pelo superior hierárquico;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- elaboração de estudos, análises, pareceres, laudos técnicos e notas técnicas de acordo com as normas disciplinadoras do assunto;
- pesquisar continuamente práticas de gestão e tecnologia para aprimoramento das atividades do órgão de atuação;
- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
- diagnosticar desconhecimentos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.

Denominação: Assessor(a) I



## Descrição Sumária:

- elaboração de estudos, análises, pareceres, laudos técnicos e notas técnicas de acordo com as normas disciplinadoras do assunto;
- pesquisar continuamente práticas de gestão e tecnologia para aprimoramento das atividades do órgão de atuação;
- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
- diagnosticar descompassos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

## Denominação: Assessor(a) II

## Descrição Sumária:

- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
- diagnosticar descompassos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.
- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

## Denominação: Assessor(a) III

## Descrição Sumária:

- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

## Denominação: Assessor(a) IV

## Descrição Sumária:

- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

## Denominação: Coordenador(a) Executivo(a)

## Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho;

- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua coordenação, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Gerente

Descrição Sumária:

- coordenar as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua coordenação, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Coordenador(a)

Descrição Sumária:

- coordenar as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua coordenação, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Supervisor(a)

Descrição Sumária:

- supervisionar e controlar os serviços sob a sua subordinação;
- manter-se permanentemente informado sobre a tramitação de processos relacionados ao órgão sob sua supervisão;
- fazer cumprir as rotinas próprias das competências do órgão sob sua supervisão;
- manter contato permanente com seu superior hierárquico, assistindo-o no desempenho de suas atribuições;
- redigir ou fazer redigir atos próprios de suas atividades;
- exercer outras atribuições inerentes ao cargo ou que lhes sejam determinadas pelo superior hierárquico.
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua supervisão, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Gestor(a) Institucional

Descrição Sumária:

- gerir as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos necessários ao desenvolvimento da unidade sob sua gestão, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente àquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Gestor(a) de Unidade

Descrição Sumária:

- gerir as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho;

- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos necessários ao desenvolvimento da unidade sob sua gestão, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente àquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Diretor(a) de Escola

Descrição Específica:

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Unidade Escolar;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências relacionadas à Unidade Escolar que dirige;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Direção Escolar;
- dirigir o trabalho coletivo, tendo como funções a articulação, a proposição, a mediação, a operacionalização e o acompanhamento do pensar e do fazer pedagógico-administrativo-jurídico e financeiro da comunidade escolar, a partir das deliberações e encaminhamentos do Projeto Político Pedagógico, do Plano Escolar Anual e do Regimento Interno da Unidade Escolar, de acordo com as diretrizes da política educacional;

Descrição Sumária:

- apresentar relatórios mensais das atividades da Direção Escolar e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior à que estiver vinculado;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.
- garantir que a Unidade Escolar sob sua responsabilidade cumpra sua função social de promover a apropriação e a construção do conhecimento por parte dos alunos, preparando-os para o exercício da cidadania e o trabalho, envolvidos no contexto e na complexidade da sociedade atual;
- elaborar anualmente o Plano de Ação específico da sua área, articulado com os demais planos dos segmentos escolares;
- dirigir, juntamente com o Coordenador Pedagógico, a construção do Projeto Político Pedagógico, do Plano Escolar Anual, do Regimento Interno e do planejamento dos demais eventos e promoções da Unidade Escolar;
- convocar e coordenar reuniões de natureza administrativa e/ou pedagógica, bem como as comemorações de datas cívicas e fazer cumprir os deveres sociais;
- promover, periodicamente, a avaliação da Unidade Escolar, buscando a identificação de causas dos resultados insatisfatórios e de alternativas para superá-las;
- cumprir e fazer cumprir as disposições legais, relativas à organização didática, administrativa e disciplinar da Unidade Escolar;
- conhecer a legislação educacional e manter-se atualizado quanto às normas emitidas pelos órgãos competentes;
- promover a integração e o bom relacionamento humano entre os membros da comunidade escolar, fazendo-os sentir a importância do seu trabalho para o êxito da Unidade Escolar, dando especial atenção aos novos profissionais da equipe;
- atuar como elemento de ligação entre o Corpo Docente, funcionários, APP, Conselho Escolar, pais, comunidade local e a Secretaria Municipal de Educação;
- supervisionar e colaborar com o funcionamento das entidades (Associação de Pais e Professores – APP, Conselho Escolar, Grêmios Estudantil, Clube de Mães e outras que forem criadas), objetivando o equilíbrio entre a atuação destas e as demais atividades escolares, promovendo a aproximação e cooperação entre os mesmos, de modo a integrá-los nas atividades escolares;
- definir as responsabilidades de todos os profissionais da Unidade Escolar, reforçando a importância da ação integrada dos Especialistas em Educação Escolar (Coordenador Pedagógico Escolar, Orientador Educacional e Supervisor Escolar) para que se fortaleça o espírito de equipe, na tarefa educativa comum, principalmente na busca da gestão democrática da escola;
- zelar pelo fiel cumprimento do horário e do calendário escolar, de modo a impedir atraso ou interrupção das atividades docentes e administrativas, determinando o controle de frequência do Corpo Docente e funcionários da Unidade Escolar, sob pena de responsabilização;
- garantir que a organização das turmas e do horário escolar seja realizada considerando as reais necessidades dos alunos;
- cuidar para que o prédio escolar e suas instalações sejam mantidos em boas condições, providenciando, diretamente junto aos órgãos competentes, a execução imediata dos reparos necessários a sua conservação, bem como propor reformas, ampliações e provimento de material necessário ao seu bom funcionamento;
- determinar a manutenção de controle do material didático, de expediente, limpeza e conservação e merenda escolar destinado a Unidade Escolar;
- administrar os recursos financeiros, em conjunto com a Associação de Pais e Professores - APP, respeitando a legislação vigente;
- representar a Unidade Escolar, responsabilizando-se pelo seu bom funcionamento, perante a comunidade escolar, aos órgãos do Poder Público e à comunidade em geral;
- supervisionar de forma direta a aplicação dos projetos e metas propostos pela Secretaria Municipal de Educação, desenvolvidos pelo Corpo Docente e Especialistas em Assuntos Educacionais;
- estimular e propiciar, na medida do possível, o aperfeiçoamento e atualização de todos os profissionais da Unidade Escolar, desde que não acarrete prejuízo aos alunos;
- ter postura ética, especialmente com as pessoas da comunidade escolar;
- incentivar o desporto e o lazer no âmbito da comunidade escolar;
- participar de congressos, seminários, palestras e conhecer outras realidades educativas, objetivando manter-se atualizado;
- participar, quando solicitado, do planejamento, coordenação e execução de programas, projetos e eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação;
- executar outras tarefas correlatas às acima descritas, de acordo com a solicitação dos superiores.

Denominação: Coordenador(a) de CEI

Descrição Específica:

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência do respectivo CEI;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências relacionadas ao CEI que coordena;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Coordenação do CEI;
- dirigir o trabalho coletivo, tendo como funções a articulação, a proposição, a mediação, a operacionalização e o acompanhamento do pensar e do fazer pedagógico-administrativo-jurídico e financeiro da comunidade escolar, a partir das deliberações e encaminhamentos do Projeto Político Pedagógico, do Plano Escolar Anual e do Regimento Interno do CEI, de acordo com as diretrizes da política educacional;

Descrição Sumária:

- garantir que o CEI cumpra sua função social, tendo por finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais, complementando a ação da família e da comunidade;
- responsabilizar-se pelo processo de articulação pedagógica, implementação e dinamização da Proposta Pedagógica, levando em consideração às particularidades do desenvolvimento da criança de zero a cinco anos, cumprindo as duas funções indissociáveis desta etapa da educação básica: educar e cuidar.
- criar e otimizar condições que garantam à criança o pleno exercício de seus direitos como sujeito ativo e em processo de desenvolvimento, através da ampliação de suas experiências e de seus conhecimentos sobre a realidade local e universal.
- coordenar a construção do Projeto Político Pedagógico, do Plano Escolar Anual e do Regimento Interno do CEI, envolvendo a comunidade escolar e local na sua elaboração, promovendo a aproximação e cooperação entre os mesmos, de modo a integrá-los nas atividades escolares de forma democrática e participativa;
- convocar e coordenar reuniões de natureza administrativa e/ou pedagógica, bem como as comemorações de datas cívicas e fazer cumprir os deveres sociais;
- promover, periodicamente, junto ao corpo docente, a avaliação do CEI, buscando a identificação de causas dos resultados insatisfatórios e de alternativas para superá-las;
- conhecer a legislação educacional e manter-se atualizado quanto às normas emitidas pelos órgãos competentes, cumprindo e fazendo cumprir as disposições legais, relativas à organização didática, administrativa e disciplinar do CEI;
- atuar como elemento de ligação entre o Corpo Docente, funcionários, APP, Conselho Escolar, pais, comunidade local e a Secretaria Municipal de Educação;
- manter a higiene e a segurança no ambiente do CEI, garantindo que a organização das turmas, a rotina e os horários, considerem as reais necessidades dos alunos;
- zelar pelo fiel cumprimento do horário e do calendário escolar, de modo a impedir atraso ou interrupção das atividades docentes e administrativas, determinando o controle de frequência do corpo docente e funcionários do CEI, sob pena de responsabilização;
- cuidar para que o prédio do CEI e suas instalações sejam mantidos em boas condições, providenciando, diretamente junto aos órgãos competentes, a execução imediata dos reparos necessários a sua conservação, bem como propor reformas, ampliações e provimento de material necessário ao seu bom funcionamento;
- determinar a manutenção de controle do material didático, de expediente, limpeza e conservação e da merenda escolar destinados ao CEI;
- administrar os recursos financeiros, em conjunto com a Associação de Pais e Professores - APP, respeitando a legislação vigente;
- zelar pela imagem do CEI, mantendo conduta e postura condizentes com a função, responsabilizando-se pelo seu bom funcionamento perante a comunidade escolar, aos órgãos do Poder Público e à comunidade em geral;
- participar de congressos, seminários, palestras e conhecer outras realidades educativas, objetivando manter-se atualizado;
- participar, quando solicitado, do planejamento, coordenação e execução de programas, projetos e eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação;
- executar outras tarefas correlatas às acima descritas, de acordo com a solicitação dos superiores.

Denominação: Secretário(a) de Escola

Descrição Específica:

- cabe ao Secretário de Escola, a execução dos trabalhos pertinentes à escrituração, correspondência e ao arquivo da Unidade Escolar, bem como participar na elaboração, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico da mesma, em acompanhamento e assessoramento ao Diretor de Escola e aos Especialistas em Assuntos Educacionais.

Descrição Sumária:

- participar, cooperativamente da construção do Projeto Pedagógico, do Plano Escolar Anual, e do Regimento Escolar;
- elaborar anualmente o Plano de Ação específico da sua área;
- executar e manter em dia a escrituração da Unidade Escolar, correspondência, protocolo, dossiê e arquivos passivos e ativos, efetuando matrículas, transferências, digitação e impressão de diários de classe, boletins e históricos, mantendo organizada toda a documentação;
- redigir e expedir a correspondência da Unidade Escolar, submetendo-a a assinatura do Diretor;
- manter atualizada a ficha cadastral dos alunos e profissionais da Unidade Escolar, bem como os dados dos alunos no programa informatizado realizando periodicamente backup de segurança;
- organizar e divulgar o período de matrícula pelos meios definidos pela Unidade Escolar;
- repassar para os Professores e Especialistas em Educação Escolar, as matrículas novas e transferências efetuadas no decorrer do ano letivo e demais documentos solicitados sobre a vida escolar do aluno;
- responder e encaminhar, anualmente, o Censo Escolar e arquivar cópia do documento da Unidade Escolar;

- organizar e manter atualizados regulamentos, leis, circulares e outros documentos de interesse da Unidade Escolar;
- manter controle do material didático e de expediente da Unidade Escolar, bem como do estoque de merenda escolar e materiais destinados a limpeza e conservação da unidade;
- manter controle do patrimônio da Unidade Escolar, como móveis e utensílios, através de arquivo atualizado, informando a Secretaria Municipal de Educação, sobre a aquisição, recebimento de doação ou inutilização de bens patrimoniais, para encaminhamento ao órgão de controle do patrimônio, afim de que o mesmo possa providenciar o seu registro, tombamento ou baixa;
- encaminhar à Secretaria Municipal de Educação os documentos solicitados com exatidão, sem rasuras e nos prazos solicitados, protocolando-os em livro específico com a assinatura do receptor;
- participar das reuniões e outras atividades da Unidade Escolar nas quais for necessário, elaborando atas e demais registros;
- expedir Históricos Escolares, guias de transferências e vagas, assinando juntamente com o Diretor, cumprindo as formalidades legais;
- participar, quando solicitado, do planejamento, coordenação e execução de programas, projetos e eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação;
- participar de congressos, seminários, palestras e conhecer outras realidades educativas, objetivando manter-se atualizado no contexto de secretaria escolar;
- executar outras tarefas correlatas as acima descritas, de acordo com a solicitação dos superiores.

Denominação: Secretário(a) de CEI

Descrição Específica:

- execução dos trabalhos pertinentes à escrituração, correspondência e ao arquivo do Centro de Educação Infantil - CEI, bem como participar na elaboração, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico da mesma, em acompanhamento e assessoramento ao Coordenador do CEI e aos Especialistas em Assuntos Educacionais.

Descrição Sumária:

- participar, cooperativamente da construção do Projeto Pedagógico, do Plano Escolar Anual, e do Regimento Escolar;
- elaborar anualmente o Plano de Ação específico da sua área;
- executar e manter em dia a escrituração do CEI, correspondência, protocolo, dossiê e arquivos passivos e ativos, efetuando matrículas, transferências, digitação e impressão de diários de classe, boletins e históricos, mantendo organizada toda a documentação;
- redigir e expedir a correspondência do CEI, submetendo-a a assinatura do Diretor;
- manter atualizada a ficha cadastral dos alunos e profissionais do CEI, bem como os dados dos alunos no programa informatizado realizando periodicamente backup de segurança;
- organizar e divulgar o período de matrícula pelos meios definidos pelo CEI;
- repassar para os Professores e Especialistas em Educação Escolar, as matrículas novas e transferências efetuadas no decorrer do ano letivo e demais documentos solicitados sobre a vida escolar do aluno;
- responder e encaminhar, anualmente, o Censo Escolar e arquivar cópia do documento do CEI;
- organizar e manter atualizados regulamentos, leis, circulares e outros documentos de interesse do CEI;
- manter controle do material didático e de expediente do CEI, bem como do estoque de merenda escolar e materiais destinados a limpeza e conservação da unidade;
- manter controle do patrimônio do CEI, como móveis e utensílios, através de arquivo atualizado, informando a Secretaria Municipal de Educação, sobre a aquisição, recebimento de doação ou inutilização de bens patrimoniais, para encaminhamento ao órgão responsável pelo controle do patrimônio, afim de que o mesmo possa providenciar o seu registro, tombamento ou baixa;
- encaminhar à Secretaria Municipal de Educação os documentos solicitados com exatidão, sem rasuras e nos prazos solicitados, protocolando-os em livro específico com a assinatura do receptor;
- participar das reuniões e outras atividades do CEI nas quais for necessário, elaborando atas e demais registros;
- expedir Históricos Escolares, guias de transferências e vagas, assinando juntamente com o Diretor, cumprindo as formalidades legais;
- participar, quando solicitado, do planejamento, coordenação e execução de programas, projetos e eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação;
- participar de congressos, seminários, palestras e conhecer outras realidades educativas, objetivando manter-se atualizado no contexto de secretaria escolar;
- executar outras tarefas correlatas as acima descritas, de acordo com a solicitação dos superiores.

Denominação: Coordenador(a) Pedagógico(a)

Descrição Sumária:

- participar com a comunidade escolar da construção do Projeto Político Pedagógico, do Plano Escolar Anual e do Regimento Escolar;
- subsidiar a Direção na definição do Calendário Escolar- zelando pela sua execução, bem como na organização das classes e do horário semanal na distribuições das aulas;
- auxiliar o professor no sentido de fazer as devidas articulações curriculares, considerando suas áreas específicas de conhecimento, os alunos com quem trabalha, a realidade sociocultural em que a escola se situa e os demais aspectos das relações pedagógicas e interpessoais que se desenvolvem na sala de aula e na escola.
- participar da elaboração do planejamento curricular, objetivando que a realidade do aluno seja o ponto de partida e o redirecionador permanente do currículo;
- contribuir para que aconteça a articulação entre a teoria e a prática pedagógica;
- acompanhar o processo ensino-aprendizagem, atuando junto aos alunos, pais, professores, no sentido de propiciar a aquisição do conhecimento científico, erudito e universal, para que o aluno reelabore conhecimentos adquiridos e elabore novos conhecimentos;
- influir para que todos os profissionais da Unidade Escolar se comprometam com o atendimento às reais necessidades dos alunos,



especialmente àqueles que apresentam necessidades educacionais especiais com ou sem deficiências;

- mediar eventuais situações de conflito entre alunos e professores, ou pais e Professores, de forma a resgatar as relações que primam pela qualidade na educação;
- garantir, juntamente com o Diretor, o acesso e a permanência de todos os alunos na Unidade Escolar;
- coordenar, juntamente com o Diretor, o Conselho de Classe em seu planejamento, execução, avaliação e encaminhamentos;
- contribuir para que a avaliação enfoque o processo pedagógico como um todo, visando ao (re) planejamento em benefício da aprendizagem dos alunos;
- acompanhar com o Corpo Docente o processo didático-pedagógico, garantindo a execução do currículo e a recuperação de estudos, através de novas oportunidades a serem oferecidas aos alunos, previstos na lei vigente;
- responsabilizar-se pela análise do Processo Ensino Aprendizagem, coordenando, organizando e atualizando a coleta dos dados estatísticos que possibilitem a constante avaliação do processo educacional, contribuindo para o aumento dos índices de desenvolvimento da educação da Unidade Escolar;
- promover e coordenar reuniões sistemáticas de trabalho, de estudo e discussão da proposta pedagógica da escola, objetivando o aperfeiçoamento constante de todo os envolvidos no processo de ensino aprendizagem;
- acompanhar com o corpo docente o processo didático-pedagógico, garantindo a execução do currículo e a recuperação de estudos, através de novas oportunidades a serem oferecidas aos alunos, previstos na lei vigente;
- acompanhar a adaptação de estudos, em casos de recebimento de transferências, de acordo com a legislação vigente;
- coordenar o processo de análise e seleção de livros didáticos, obedecendo as diretrizes e os critérios estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação;
- participar cooperativamente das programações e realizações da Unidade Escolar;
- participar, quando solicitado, do planejamento, coordenação e execução de programas, projetos e eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação;
- participar de congressos, seminários, palestras e conhecer outras realidades educativas objetivando manter-se atualizado;
- executar outras tarefas correlatas as acima descritas, de acordo com a solicitação dos superiores.

Denominação: Motorista Executivo

Descrição Sumária:

- dirigir veículo oficial, com dedicação integral, zelando pelas normas de trânsito e segurança viária;
- aferir o funcionamento de equipamentos de sinalização sonora e luminosa;
- efetuar a prestação de contas das despesas efetuadas com o veículo;
- preencher relatórios de utilização do veículo com dados relativos a quilometragem, horário de saída e chegada e demais ocorrências durante a realização do trabalho;
- informar-se sobre o itinerário e conduzir veículo em viagens dentro e fora do território nacional;
- controlar o consumo de combustível e lubrificantes, efetuando reabastecimento e lubrificação do veículo, assim como as revisões nos prazos estabelecidos;
- zelar pela conservação e segurança do veículo e seus equipamentos, providenciando limpeza, ajustes e pequenos reparos, bem como solicitar manutenção quando necessário;
- manter-se atualizado com as normas e legislação de trânsito;
- participar de programa de treinamento, quando convocado;
- executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática específicos;
- executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função.

DECRETO PMI Nº 040, DE 09 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.485, de 03 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), para novo item orçamentário, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE DE IMBITUBA		
Construindo o Futuro		
08.243.0015-2.126		
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0250 (0006)		
	Aplicações Diretas	90.000,00
Total	90.000,00	

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do Superávit Financeiro do Programa de Atenção à Criança apurados em exercícios anteriores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 09 de março de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se  
Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andrea Aguiar  
Secretária Executiva

DECRETO PMI Nº 041, DE 13 DE MARÇO DE 2015.

Estabelece horário especial de expediente da Administração Pública Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base no art. 93, VII c/c art. 32, I, da Lei Orgânica do Município de Imbituba, e

CONSIDERANDO o que dispõe o Decreto PMI nº 126, de 24 de setembro de 2007, que regulamentou a jornada de trabalho dos servidores da Administração Pública Municipal, cuja legalidade e plena aplicabilidade foram reconhecidas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região – Santa Catarina, em Acórdão firmado no julgamento do Recurso Ordinário 00767-2007-043-12-85-9, com trânsito em julgado em 22 de abril de 2014, conforme certificado pelo Tribunal Superior do Trabalho no Agravo de Instrumento AIRR – 76700-83.2007.5.12.0043;

DECRETA:

Art. 1º O expediente interno e externo da Administração Pública Municipal, a partir de 1º de abril de 2015, será das 13h (treze horas) às 19h15 (dezenove horas e quinze minutos).

Art. 2º Fica assegurado ao servidor intervalo para repouso ou alimentação de 15min (quinze minutos), a ser usufruído no período compreendido entre às 16h (dezesseis horas) e às 17h (dezessete horas).

Parágrafo único. O gozo do intervalo para repouso ou alimentação deverá ser comunicado, pelo servidor, ao seu superior hierárquico imediato, bem como, ser registrado na forma do art. 5º do Decreto PMI nº 126/2007.

Art. 3º Excetuam-se do horário fixado por este ato aqueles definidos na forma do art. 4º do Decreto PMI nº 126/2007.

Art. 4º Fica revogado o Decreto PMI nº 45, de 13 de abril de 2009.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor no dia 1º de abril de 2015.

Imbituba, 13 de março de 2015.  
Elísio Sgrott  
Prefeito em Exercício

Registre-se e Publique-se.  
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andréa Aguiar  
Secretária Executiva

DECRETO PMI Nº 042, DE 13 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de prazo de recolhimento da Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos Domiciliar do exercício de 2015.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 93, da Lei Orgânica Municipal, e pelo art. 263, § 3º, da Lei Complementar nº. 3.019 de 28 de dezembro de 2006, considerando o prazo para o contribuinte receber o documento de arrecadação municipal em tempo hábil para efetuar o pagamento:

DECRETA:

Art. 1º – Fica PRORROGADO para o dia 11 de maio de 2015 o prazo para pagamento da cota única da Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos Domiciliar referente ao exercício de 2015.

Art. 2º – Na opção por pagamento de forma parcelada, os respectivos vencimentos permanecem inalterados.

Art. 3º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 13 de março de 2015.  
Elísio Sgrott  
Prefeito em Exercício

Registre-se e Publique-se.  
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andréa Aguiar  
Secretária Executiva

DECRETO PMI Nº 043, DE 13 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de prazo de recolhimento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU – do exercício de 2015.

O PREFEITO DE IMBITUBA no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 93, da Lei Orgânica Municipal, e pelo art. 263, § 3º, da Lei Complementar nº. 3.019 de 28 de dezembro de 2006, considerando o prazo para o contribuinte receber o documento de arrecadação municipal em tempo hábil para efetuar o pagamento:

**DECRETA:**

Art. 1º – Fica PRORROGADO para o dia 11 de maio de 2015 o prazo para pagamento da cota única do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU – do exercício de 2015, com 10% (dez por cento) de desconto.

Art. 2º – Na opção por pagamento de forma parcelada, os respectivos vencimentos permanecem inalterados.

Art. 3º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 13 de março de 2015.

Elísio Sgrott

Prefeito em Exercício

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andréa Aguiar

Secretária Executiva

DECRETO PMI Nº 044, DE 13 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e da outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.485, de 03 de dezembro de 2014,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 197.783,92 (cento e noventa e sete mil e setecentos e oitenta e três reais e noventa e dois centavos), para novo item orçamentário, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDUC		
Constr. Reforma, Ampliação Unid. Escolares-Creches		
12.365.0009-1.037		
4.4.90.00.00.00.00.0.0.1.0355	Aplicações Diretas	197.783,92
Total	197.783,92	

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do excesso de arrecadação de Recursos do Convênio Estadual nº 2014/2770, firmado por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Laguna conforme processo nº SDR19 3134/2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 13 de março de 2015.

Elísio Sgrott

Prefeito em Exercício

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andréa Aguiar

Secretária Executiva

DECRETO PMI Nº 045, DE 13 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.485, de 03 de dezembro de 2014,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 244.500,00 (duzentos e quarenta e quatro mil e quinhentos reais), para nova dotação orçamentária, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDUC			
Manutenção do Transporte Escolar - Fundamental			
12.361.0009-2.012			

4.4.90.00.00.00.00.01.0786 (0196)		Aplicações Diretas	244.500,00
Total	244.500,00		

Art. 2º Os recursos para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior correrão por conta do Excesso de Arrecadação conforme TERMO DE COMPROMISSO PAR nº 201405015/2014 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 13 de março de 2015.

Elísio Sgrott

Prefeito em Exercício

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andréa Aguiar

Secretária Executiva

DECRETO PMI Nº 046, DE 13 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.485, de 03 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 22.397,80 (vinte e dois mil e trezentos e noventa e sete reais e oitenta centavos), para nova dotação orçamentária, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDUC		
Reequipamento de CEIS – Creches		
12.365.0009-1.004		
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0788 (0xxx)	Aplicações Diretas	22.397,80
Total	22.397,80	

Art. 2º Os recursos para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior correrão por conta do Excesso de Arrecadação conforme TERMO DE COMPROMISSO PAR nº 201406902/2013 e PAR nº 201401550 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 13 de março de 2015.

Elísio Sgrott

Prefeito em Exercício

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andréa Aguiar

Secretária Executiva

DECRETO PMI Nº 047, DE 18 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre o Conselho Municipal Saneamento - COMUSA e, dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Lei Complementar nº 3.893, de 03 de maio de 2011.

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados para integrarem o Conselho Municipal de Saneamento - COMUSA, os seguintes membros:

I - representantes do Poder Público Municipal:

- a) Antônio Clésio da Costa, representante das pastas de Turismo e Meio Ambiente e Paulo Juchem Sefton, suplente;
- b) Maria Martins dos Passos, representante da pasta de Saúde e Everaldo de Paula, suplente;
- c) Rui Geraldo Rodrigues, representante das pastas de Transporte, Obras e Serviços e Juliana Ignácio Miguel, suplente;
- d) Eduardo dos Passos Nunes, representante da Entidade Regulada (CASAN), e Alexandro Tolentino Pamato, suplente;
- e) Luíza Kaschy Borges, representante da Entidade Reguladora e João Junkes Coelho, suplente;

f) Daniel Vinício Arantes Neto, representante do Procon Municipal e Suélen Garcia, suplente;

g) Miguel Von Behr, representante da APA da Baleia Franca e Luciana Magnabosco de Paula, suplente;

II - da Sociedade Civil, através dos usuários efetivos e potenciais, dos trabalhadores, profissionais e organizações não-governamentais ligadas ao saneamento, sendo:

a) Aldo Rui Horvath Júnior, representante da Região I - Sul;

b) Roel Antônio Ruiz, representante da Região II - Sudeste, e Eduardo Faustino da Rosa;

c) Sérgio Florêncio Custódio, representante da Região III - Leste, e Ademir Rosa da Costa, Suplente;

d) Gelson J. Da Rosa, representante da Região IV - Oeste, e Stephan M. Sena, Suplente;

e) Pedro Silva, representante da Região V – Norte;

f) Thyago F. de Araújo, representante dos trabalhadores da área de saneamento e Elaine Alano, suplente;

g) Jean Cardoso de Souza, representante dos profissionais da área de saneamento e Hector Pacheco Siduro, suplente;

h) Camilo Carvalho Damázio, representante de entidades ambientalistas que tenham atuação nas áreas de saneamento, meio ambiente ou recursos hídricos e Jari Luiz Dalbosco, suplente.

§ 1º As vagas remanescentes para suplente representante das Regiões de Planejamento, não preenchidas na plenária regional específica, serão preenchidas em plenárias promovidas pelo Conselho da Cidade de Imbituba - CONCIDADE/IMBITUBA e informadas ao Poder Executivo Municipal.

§ 2º O Conselho Municipal de Saneamento – COMUSA é órgão colegiado autônomo, fiscalizador, de nível estratégico para o Sistema Municipal de Saneamento Básico, com a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Chefe do Poder Executivo diretrizes de políticas governamentais, também responsável por fomentar as ações de controle social dos serviços públicos de saneamento básico.

§ 3º A Presidência do COMUSA será exercida por um de seus Conselheiros Titulares, eleito pelos membros titulares do mesmo.

Art. 2º Os integrantes do Conselho Municipal de Saneamento - COMUSA serão empossados no prazo máximo de 30 (trinta) dias da edição deste Decreto.

Parágrafo único. A função do membro do COMUSA não será remunerada, sendo seu exercício considerado serviço de relevante interesse público.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 18 de março de 2015.

Elísio Sgrott

Prefeito em Exercício

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andréa Aguiar

Secretária Executiva

DECRETO PMI Nº 048, DE 18 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a constituição do Conselho da Cidade de Imbituba - CONCIDADE/IMBITUBA e, dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Lei Complementar nº 4.493, de 11 de Dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica constituído o Conselho da Cidade de Imbituba - CONCIDADE/IMBITUBA, compostos de 15 (quinze) membros titulares e respectivos suplentes, escolhidos através de eleição em plenárias, com os seguintes Conselheiros:

I – 5 (cinco) representantes do Poder Público, assim distribuídos:

a) Eduardo dos Passos Nunes, representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Saneamento e Habitação, e Jarlex Teixeira, Suplente;

b) Antônio Clésio Costa, representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável, e Hemerson Mafra, Suplente;

c) Paulo Juchem Sefton, representante da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura, e Iramaia Pittigliani, Suplente;



d) Andreza Correa Pacheco, representante da representante da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura, e Gláucia Maindra, Suplente; e

e) Daniel Vinício Arantes Neto, representante da Procuradoria Geral do Município, e Sabrina Machado Stefanos da Silva, Suplente.

II – 5 (cinco) representantes da Sociedade Civil, representando as 5 (cinco) Estratégias do PDDSI, assim distribuídos:

a) Encantos do Sul, representante da Estratégia I - Imbituba, capital do turismo diversificado, e Projeto Baleia Franca Brasil – PBF/BRASIL, Suplente;

b) Órgão de Gestão de Mão-de-Obra do Trabalho Portuário Avulso do Porto Organizado de Imbituba - OGMO, representante da Estratégia II - Imbituba, um Porto de oportunidades, e Sindicato dos Operadores Portuários de Imbituba, Suplente;

c) Loja Maçônica 15 de novembro nº 25, representante da Estratégia III - Imbituba, Identidade natural e cultural, Rotary Club de Imbituba, Suplente;

d) Associação Comercial e Industrial de Imbituba - ACIM, representante da Estratégia IV - Imbituba, Modelo de ordenamento urbano-ambiental, Associação de Moradores de Nova Brasília - AMNB, Suplente; e

e) Câmara de Dirigentes Lojistas de Imbituba - CDL, representante da Estratégia V - Imbituba, Modelo de gestão com participação, Sindicato do Comércio Varejista e Atacadista de Imbituba, Garopaba, Imaruí e Paulo Lopes - SINDILOJAS, Suplente.

III – 5 (cinco) representantes das 5 (cinco) Regiões de Planejamento, indicadas no Mapa 5, da Lei Complementar nº 2.623, de 19 de março de 2005, assim distribuídos:

a) Aldo Rui Horvath Júnior, representante da Região I - Sul;

b) Roel Antônio Ruiz, representante da Região II - Sudeste, e Eduardo Faustino da Rosa;

c) Sérgio Florêncio Custódio, representante da Região III - Leste, e Ademir Rosa da Costa, Suplente;

d) Gelson J. Da Rosa, representante da Região IV - Oeste, e Stephan M. Sena, Suplente; e

e) Pedro Silva, representante da Região V - Norte.

§ 1º As vagas remanescentes para suplente representante das Regiões de Planejamento, não preenchidas na plenária regional específica, serão preenchidas em plenárias promovidas pelo próprio Conselho da Cidade de Imbituba - CONCIDADE/IMBITUBA e informadas ao Poder Executivo Municipal.

§ 2º O Conselho da Cidade de Imbituba – CONCIDADE/IMBITUBA é um órgão colegiado, de natureza permanente, de caráter consultivo, deliberativo e propositivo, que reúne representantes do Poder Público e da Sociedade Civil, sendo componente da estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal, constituindo-se parte integrante da gestão urbana do Município e do Sistema Nacional de Política Urbana, ao qual compete:

I - propor, debater e aprovar diretrizes e normas para implantação dos programas a serem formulados pelos órgãos da Administração Pública Municipal relacionados à Política Urbana;

II - apreciar e propor diretrizes para a formulação e implementação das políticas de desenvolvimento urbano sustentável do município;

III - emitir orientações e recomendações referentes à aplicação da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e demais leis e atos normativos relacionados ao desenvolvimento urbano municipal;

IV - propor aos órgãos competentes medidas e normas para implementação, acompanhamento e avaliação da legislação urbanística;

V - promover mecanismos de cooperação entre os governos da União, Estado, municípios vizinhos, Região Metropolitana e a sociedade, na formulação e execução da política municipal e regional de desenvolvimento urbano;

VI - elaborar e aprovar seu regimento interno, sua forma de funcionamento e das suas câmaras setoriais, bem como a articulação e integração com os demais Conselhos Municipais;

VII - tornar efetiva a participação da Sociedade Civil nas diversas etapas do planejamento e gestão urbanos;

VIII - criar instrumentos e mecanismos de integração das políticas de desenvolvimento urbano;

IX - garantir a continuidade das políticas, planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano do município;

X - monitorar e fortalecer o processo de implementação do orçamento municipal em consonância com as deliberações dos processos participativos relativos às políticas setoriais de desenvolvimento urbano;

XI - convocar e organizar as Conferências da Cidade de Imbituba;

XII - encaminhar as diretrizes e instrumentos da política de desenvolvimento urbano e das políticas setoriais em consonância com as deliberações da Conferência da Cidade de Imbituba;

XIII - dar publicidade e divulgar seus trabalhos e decisões;

XIV - propor a realização de estudos, pesquisas, debates, seminários, audiências públicas ou cursos afetos à política municipal de desenvolvimento urbano;

XV - propor ações e adotar procedimentos e mecanismos, visando combater a segregação sócio-espacial no município;

XVI - acompanhar e avaliar a implementação e a gestão do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Imbituba - PDDSI, bem como a legislação correlata, zelando pelo cumprimento dos planos, programas, projetos e instrumentos a eles relacionados;

XVII - propor e opinar sobre a atualização, complementação, ajustes e alterações no PDDSI;

XVIII - promover, através de seus representantes, debates sobre os planos e projetos que incidam nas Regiões de Planejamento do PDDSI;

XIX - analisar e deliberar sobre Operações Concertadas e Projetos Especiais;

XX - aprovar o regimento interno da Conferência Municipal da Cidade;

XXI - estabelecer o regimento interno do CONCIDADE/IMBITUBA;

XXII - analisar planos, programas e projetos que, devido a sua escala, impactos ou conflitos, necessitem de parecer de dois ou mais Conselhos Municipais;

XXIII - avaliar assuntos de notório interesse público, motivado por indivíduos ou organizações sociais desde que plenamente justificados; e

XXIV - analisar e deliberar sobre demais assuntos relacionados ao desenvolvimento urbano do município.

§ 3º A Presidência do CONCIDADE/IMBITUBA será exercida por um de seus Conselheiros Titulares, eleito pelos membros titulares do mesmo.

Art. 2º Os integrantes do Conselho da Cidade de Imbituba - CONCIDADE/IMBITUBA serão empossados no prazo máximo de 30 (trinta) dias da edição deste Decreto.

Parágrafo único. A função do membro do CONCIDADE/IMBITUBA não será remunerada, sendo seu exercício considerado serviço de relevante interesse público

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 18 de março de 2015.

Elísio Sgrott

Prefeito em Exercício

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andréa Aguiar

Secretária Executiva

DECRETO PMI Nº 049, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

Altera a redação do §1º do artigo 22 do Decreto PMI nº 269, de 03 de novembro de 2014, que Institui o Procedimento de Manifestação de Interesse em projeto de Parcerias Público-Privadas, nas modalidades patrocinada e administrativa, e em projetos de concessão comum e permissão, no âmbito do Município de Imbituba e dá outras providências

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 32, inciso I, aliena "h" e art. 93, inc. VII da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a redação do §1º do artigo 22 do Decreto PMI nº 269, de 03 de novembro de 2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"§1º A Comissão Gestora de Parcerias Público-Privadas - CGPPP será presidida pelo Chefe do Gabinete e terá em sua composição, como membros efetivos, o Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública, o Chefe do Gabinete, um Procurador, representando a

Procuradoria-Geral do Município e, como membro eventual, o titular da Secretaria diretamente relacionada com o serviço ou a atividade objeto de parceria público-privado.”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 19 de março de 2015.

Elísio Sgrott

Prefeito em Exercício

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andréa Aguiar

Secretária Executiva

DECRETO PMI Nº 050, DE 20 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.517, de 19 de fevereiro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 68.479,50 (sessenta e oito mil e quatrocentos e setenta e nove reais e cinquenta centavos), para reforço da dotação orçamentária, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL – SEDES		
Aquisição de Veículo		
04.122.0007-1.046		
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0092 (0156)	Aplicações Diretas	68.479,50
Total	68.479,50	

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação total da seguinte dotação orçamentária:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL – SEDES		
Condomínio Industrial		
22.661.0007-1.045		
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0092 (0162)	Aplicações Diretas	68.479,50
Total	68.479,50	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 20 de março de 2015.

Elísio Sgrott

Prefeito em Exercício

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andréa Aguiar

Secretária Executiva

DECRETO PMI Nº 051, DE 20 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Especial para o Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.518, de 19 de fevereiro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para novo item orçamentário, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA		
Manutenção do Fundo de Assistência Social		
08.244.0013-2.078		
3.3.30.00.00.00.00.00.01.0000	Transferência a Estados e ao Distrito Federal	10.000,00
Total	10.000,00	

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação parcial da dotação orçamentária, conforme segue:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA		
Manutenção do Fundo de Assistência Social		
08.244.0013-2.078		
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000	Aplicações Diretas	10.000,00
Total	10.000,00	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 20 de março de 2015.

Elísio Sgrott

Prefeito em Exercício

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andréa Aguiar

Secretária Executiva

DECRETO PMI Nº 052, DE 20 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre alteração da LDO 2015 e abertura de Crédito Adicional Especial para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.525, de 13 de março de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no orçamento (LOA) 2015, conforme Lei nº 4.485/2014 de 03/12/2014, para novo item orçamentário, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE DE IMBITUBA									
Construindo o Futuro									
08.243.0015-2.126									
3.1.90.00.00.00.00.00.0250 (0007)		Aplicações Diretas	50.000,00						
Total	50.000,00								

Art. 2º O Crédito Adicional Especial aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do Superávit Financeiro do Programa de Atenção à Criança apurados em exercícios anteriores.

Imbituba, 20 de março de 2015.

Elísio Sgrott

Prefeito em Exercício

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andréa Aguiar

Secretária Executiva

DECRETO PMI Nº 053, DE 20 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.485, de 03 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 68.630,15 (sessenta e oito mil e seiscentos e trinta reais e quinze centavos), para nova dotação orçamentária, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDUC		
Manutenção do FUNDEB		
12.361.0009-2.007		
3.1.90.00.00.00.00.00.0.3.0019	Aplicações Diretas	68.630,15
Total	68.630,15	

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do Superávit Financeiro de exercícios anteriores de recurso do FUNDEB.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 20 de março de 2015.

Elísio Sgrott

Prefeito em exercício

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andréa Aguiar

Secretária Executiva

DECRETO PMI Nº 054, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.485, de 03 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), para reforço da dotação orçamentária, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA		
Manutenção do Fundo de Assistência Social		
08.244.0013-2.078		
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 (0030)	Aplicações Diretas	5.500,00
Total	5.500,00	

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA			
Manutenção do Fundo de Assistência Social			
08.244.0013-2.078			
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 (0023)		Aplicações Diretas	5.500,00
Total	5.500,00		

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 24 de março de 2015.

Elísio Sgrott

Prefeito em exercício

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andréa Aguiar

Secretária Executiva

DECRETO PMI Nº 055, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

Altera a representação de Conselheiro Titular do Poder Público do Decreto PMI nº 058, de 27 de maio de 2013, que nomeou os integrantes do Conselho Municipal de Política Cultural.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO a solicitação no Processo nº 16667, de 30 de outubro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Em substituição a Conselheira Titular Sra. Katiane Mello Soares representante do Poder Público, Art. 1º, inciso I, alínea “e”, do Decreto PMI nº 058, de 27 de maio de 2013, no Conselho Municipal de Política Cultural, fica nomeada a Sra. Andreza Corrêa Pacheco.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 26 de março de 2015.

Elísio Sgrott

Prefeito em exercício



Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andréa Aguiar  
Secretária Executiva

DECRETO PMI Nº 056, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.485, de 03 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), para novas dotações orçamentárias, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA		
Manutenção do Fundo de Assistência Social		
08.244.0013-2.078		
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0789 (0036)	Aplicações Diretas	29.759,20
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0789 (0037)	Aplicações Diretas	30.240,80
Total	60.000,00	

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo primeiro correrão por conta do excesso de arrecadação no valor de R\$ 29.759,20 (vinte e nove mil e setecentos e cinquenta e nove reais e vinte centavos) e do superávit financeiro no valor de R\$30.240,80 (trinta mil e duzentos e quarenta reais e oitenta centavos), referentes aos recursos do Piso de Alta Complexidade I – Criança/ Adolescente do FNAS - Fundo Nacional de Assistência Social.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 26 de março de 2015.

Elísio Sgrott  
Prefeito em exercício

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andréa Aguiar  
Secretária Executiva

DECRETO PMI Nº 057, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 34, da Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovadas a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Saúde, conforme disposto neste Decreto.

## CAPÍTULO I

### DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Secretaria Municipal de Saúde compete desenvolver as atividades relacionadas com:

I – saúde pública e medicina preventiva;

II – atividades médicas e odontológicas;

III – educação para a saúde;

IV – administração ambulatorial;

V – vigilância sanitária e epidemiológica;

VI – gestão de programas e ações relativas à saúde da família;

VII - assistência básica à saúde;

VIII – controle, regulação, avaliação e auditoria.

IX – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

## CAPÍTULO II

### DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Saúde, constituída pelos seguintes órgãos:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário Municipal:

a) Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

a) Diretoria de Administração, Planejamento e Atenção em Saúde

1. Gerência de Controle Administrativo

2. Gerência de Compras

3. Gerência de Logística de Suprimentos

3.1. Coordenadoria da Policlínica

4. Gerência do Fundo Municipal de Saúde

b) Diretoria de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria

1. Auditoria Técnica

1.1. Supervisão de Controle da Auditoria

1.2. Coordenadoria de Atenção Básica

1.3. Programa de Melhoria da Atenção Básica - PMAQ

1.4. Supervisão de Autorização de Internação Hospitalar

2. Gerência da Estratégia de Saúde da Família

2.1. Coordenadoria de Programas e Ações Estratégicas

3. Gerência do Centro de Referência de Saúde da Mulher

3.1. Gerência dos Programas do Centro de Referência de Saúde da Mulher

4. Departamento de Controle dos Centros de Referência de Saúde

5. Gerência de Apoio à Saúde da Família

5.1. Unidade Gestora do Programa Saúde na Escola

5.2. Unidade Gestora dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família-NASF

6. Departamento de Serviços de Referência em Saúde

6.1. Coordenação Executiva da Policlínica

6.2. Coordenadoria do Laboratório de Análises Clínicas

6.3. Coordenadoria do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO

7. Departamento de Prevenção e Combate às Drogas

c) Diretoria de Vigilância em Saúde e Assistência Farmacêutica

1. Coordenadoria de Vigilância Epidemiológica

1.1. Supervisão do Programa de Combate ao Aedes Aegypti

2. Coordenação Executiva do Programa DST/AIDS/HIV

III – órgão colegiado:

a) Conselho Municipal da Saúde.

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Saúde para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

### CAPÍTULO III

#### DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal De Saúde ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Diretor(a)	Diretor(a)	3	Remuneração	1.900,00
Gestor(a) Institucional	Gestor(a)	1	Remuneração	1.800,00
Chefe de Departamento	Departamento	3	Remuneração	1.300,00
Coordenador(a) Executivo(a)	Coordenação	2	Remuneração	1.600,00
Assessor(a) Especial	Assessoria	1	Remuneração	1.900,00
Assessor(a) I	Assessoria	1	Remuneração	1.600,00
Assessor(a) II	Assessoria	1	Remuneração	1.200,00
Assessor(a) III	Assessoria	2	Remuneração	1.000,00
Assessor(a) IV	Assessoria	5	Remuneração	800,00

II – Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)

Diretor(a)	Gratificação	1.260,00
Gestor(a) Institucional	Gratificação	1.000,00
Assessor(a) Especial	Gratificação	1.260,00
Chefe de Departamento	Gratificação	675,00
Coordenador(a) Executivo(a)	Gratificação	855,00
Assessor(a) I	Gratificação	855,00
Assessor(a) II	Gratificação	540,00
Assessor(a) III	Gratificação	450,00
Assessor(a) IV	Gratificação	387,00

### III – Funções Gratificadas:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	VAGAS	VALOR DA FG
Gerente	8	50% do salário-base do servidor de carreira
Coordenador(a)	6	33% do salário-base do servidor de carreira
Supervisor(a)	3	17% do salário-base do servidor de carreira
Gestor(a) de Unidade	2	R\$ 430,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constantes deste Decreto, serão definidas e atribuídas por ato do Chefe do Poder Executivo e, ainda, poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno deste órgão.

Art. 6º Revoga-se o Decreto PMI nº 32, de 27 de Fevereiro de 2015, ressalvando-se, todavia, os atos de nomeação/designação para órgãos cujas denominações se conservarem neste ato, os quais ficam convalidados.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de 1º de Abril de 2015.

Imbituba, 27 de março de 2015.

Elísio Sgrott

Prefeito em exercício

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andréa Aguiar

Secretária Executiva

DECRETO PMI Nº 058, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura - SEAPI e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 34, da Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura - SEAPI, conforme disposto neste Decreto.

## CAPÍTULO I

### DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura compete:

I – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de agricultura e pesca, especialmente:

- desenvolvimento rural e aprimoramento da agricultura, pecuária e pesca;
- preservação e conservação do solo e da água no meio rururbano;
- prover assistência e qualificação aos agricultores, pecuaristas e pescadores;
- estabelecer a política municipal para a agricultura, pecuária e pesca;
- estimular o desenvolvimento da aquicultura, pecuária e apicultura no município;
- motivar o associativismo, cooperativismo, a produção e a comercialização, a qualidade e apresentação dos produtos da agricultura familiar e da pesca artesanal;

II – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de infraestrutura e mobilidade urbana, especialmente:

- execução e manutenção da infraestrutura urbana, das praças, canteiros e parques;
- conservação e recuperação dos prédios, vias e logradouros públicos municipais;
- manutenção e recuperação dos equipamentos rodoviários municipais;
- gestão, controle e fiscalização dos serviços de transporte público, funerários e iluminação pública;

- e) estabelecer a Política Municipal de Mobilidade Urbana;  
 f) controle de toda a frota de veículos da Administração Municipal.  
 III – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

## CAPÍTULO II

## DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura, constituída pelos seguintes órgãos:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário Municipal:

a) Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

a) Superintendência de Agricultura e Pesca

1. Departamento de Agricultura

2. Departamento de Pecuária

2.1. Supervisão de Inspeção Municipal

b) Gerência de Serviços Públicos

1. Coordenadoria de Execução de Obras Públicas

1.1. Supervisão de Execução de Edificações

1.2. Supervisão de Execução de Vias

2. Coordenadoria de Iluminação Pública e Eficiência Energética

3. Unidade Gestora do Serviço Público Funerário de Imbituba

3.5 Supervisão do Cemitério de Vila Nova

3.6 Supervisão do Cemitério do Mirim

4. Departamento de Praças, Parques e Jardins

5. Diretoria de Mobiliade Urbana

5.1. Coordenação Executiva de Trânsito

6. Diretoria de Controle de Frota

6.1. Gerência de Manutenção e Reparo de Veículos Automotores

c) Superintendência de Infraestrutura Regional/Norte – SDR/Norte

1. Gerência de Infraestrutura Regional/Norte

d) Superintendência de Infraestrutura Regional/Sul – SDR/Sul

1. Diretoria de Infraestrutura Regional/Sul

1.1. Departamento de Infraestrutura Regional/Sul

e) Superintendência de Infraestrutura Regional/Oeste – SDR/Oeste

1. Diretoria de infraestrutura Regional/Oeste

1.1. Departamento de Infraestrutura Regional/Oeste

1.2. Departamento de Apoio Operacional/Oeste

2. Gerência de Infraestrutura Regional Oeste – SDR/Oeste

III – órgão colegiado:

a) Conselho Municipal de Trânsito e Transporte

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

## CAPÍTULO III

## DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Superintendente	Superintendência	4	Remuneração	3.700,00
Diretor(a)	Diretoria	4	Remuneração	1.900,00
Coordenador(a)Executivo(a)	Coordenação	1	Remuneração	1.600,00
Chefe de Departamento	Departamento	6	Remuneração	1.300,00
Assessor(a) I	Assessoria	1	Remuneração	1.600,00
Assessor(a) II	Assessoria	3	Remuneração	1.200,00

Assessor(a) III	Assessoria	6	Remuneração	1.000,00
Assessor(a) IV	Assessoria	8	Remuneração	800,00

**II – Funções de Representação:**

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Superintendente	Gratificação	2.160,00
Diretor(a)	Gratificação	1.260,00
Chefe de Departamento	Gratificação	675,00
Coordenador(a) Executivo(a)	Gratificação	855,00
Assessor(a) I	Gratificação	855,00
Assessor(a) II	Gratificação	540,00
Assessor(a) III	Gratificação	450,00
Assessor(a) IV	Gratificação	387,00

**III – Funções Gratificadas:**

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	VAGAS	VALOR DA FG
Gerente	4	50% do salário-base do servidor de carreira
Coordenador(a)	2	33% do salário-base do servidor de carreira
Supervisor(a)	5	17% do salário-base do servidor de carreira
Gestor(a) de Unidade	1	R\$ 430,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constantes deste Decreto, serão definidas e atribuídas por ato do Chefe do Poder Executivo e, ainda, poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno deste órgão.

Art. 6º Revoga-se o Decreto PMI nº 35, de 27 de Fevereiro de 2015, ressalvando-se, todavia, os atos de nomeação/designação para órgãos cujas denominações se conservarem neste ato, os quais ficam convalidados.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de 1º de Abril de 2015.

Imbituba, 27 de março de 2015.

Elísio Sgrott

Prefeito em exercício

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andréa Aguiar

Secretária Executiva

DECRETO PMI Nº 059, DE 30 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre nomeação da comissão permanente de avaliação imobiliária dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições privativas que lhe confere o art. 32, I e art. 93, VII, da Lei Orgânica do Município de Imbituba, e

CONSIDERANDO o disposto no § 1º do art. 2º da Lei nº 4.519, de 05 de março de 2015, que dispõe sobre a Comissão Permanente de Avaliação Imobiliária;

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída de acordo com o § 1º do art. 2º da lei nº 4.519, de 05 de março de 2015, Comissão Permanente de Avaliação Imobiliária, com mandato de 2(dois) anos e será composta pelos seguintes membros:

1. Titular: Cleber de Melo (presidente);  
Suplente: Cristiano Abilio João;

2. Titular: Jailson Maria;  
Suplente: Adécio Duarte de Oliveira;

3. Titular: Ricardo Luiz da Silva;  
Suplente: Flavio da Rosa;

4. Titular: Osmarina Teixeira Machado do Carmo;  
Suplente: Dalvanio Feliciano Correa;

5. Titular: Albertina da Silveira Domingos Gonçalves;  
Suplente: Luciane Falleiro Muradás;



6. Titular: Cristiane Lima;  
Suplente: Ezequiel de Souza;

7. Titular: Valmecio Manoel Flores;  
Suplente: Volnei Abreu de Araujo;

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Imbituba, 30 de março de 2015.

Elísio Sgrott

Prefeito em exercício

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 060, DE 1º DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre alteração da LDO 2015 e abertura de Crédito Adicional Especial para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.537, de 1º de abril de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 38.500,00 (trinta e oito mil e quinhentos reais), no orçamento (LOA) 2015, conforme Lei nº 4.485/2014 de 03/12/2014, para novos itens orçamentários, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA – SEAGP		
Apoio Administrativo da SEAGP		
04.122.0003-2.003		
3.1.93.00.00.00.00.0.1.000 (0...)	Aplic. Dir. Decorr. de Oper. de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos, Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público.	10.000,00
3.3.93.00.00.00.00.0.1.000 (0...)	Aplic. Dir. Decorr. de Oper. de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos, Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público.	15.000,00
4.4.93.00.00.00.00.0.1.000 (0...)	Aplic. Dir. Decorr. de Oper. de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos, Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público.	3.000,00
Subtotal	28.000,00	
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – SEFAZ		
Manutenção da Secretaria da Fazenda		
04.123.0004-2.004		
3.1.93.00.00.00.00.0.1.000 (0...)	Aplic. Dir. Decorr. de Oper. de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos, Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público.	4.500,00
3.3.93.00.00.00.00.0.1.000 (0...)	Aplic. Dir. Decorr. de Oper. de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos, Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público.	5.000,00
4.4.93.00.00.00.00.0.1.000 (0...)	Aplic. Dir. Decorr. de Oper. de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos, Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público.	1.000,00
Subtotal	10.500,00	
Total	38.500,00	

Art. 2º O Crédito Adicional Especial aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação total das dotações

orçamentárias, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA – SEAGP				
Apoio Administrativo da SEAGP				
04.122.0003-2.003				
3.1.71.00.00.00.00.00.0.1.000 (0006)	Transferência a Consórcios Públicos	10.000,00		
3.3.71.00.00.00.00.00.0.1.000 (0008)	Transferência a Consórcios Públicos	15.000,00		
4.4.71.00.00.00.00.00.0.1.000 (0011)	Transferência a Consórcios Públicos	3.000,00		
Subtotal	28.000,00			
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – SEFAZ				
Manutenção da Secretaria da Fazenda				
04.123.0004-2.004				
3.1.71.00.00.00.00.00.0.1.000 (0014)	Transferência a Consórcios Públicos	4.500,00		
3.3.71.00.00.00.00.00.0.1.000 (0017)	Transferência a Consórcios Públicos	5.000,00		
4.4.71.00.00.00.00.00.0.1.000 (0020)	Transferência a Consórcios Públicos	1.000,00		
Subtotal	10.500,00			
Total	38.500,00			

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 1º de abril de 2015.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 061, DE 1º DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre alteração do Plano Plurianual Quadriênio 2014-2017, da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do exercício de 2015, e abre Crédito Adicional Especial no Orçamento do exercício de 2015 para a Prefeitura Municipal de Imbituba e Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.539, de 1º de abril de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 5.811.182,50 (cinco milhões e oitocentos e onze mil e cento e oitenta e dois reais e cinquenta centavos) no Orçamento de 2015 para novos itens orçamentários, como segue:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA				
08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PESCA E INFRAESTRUTURA – SEAPI				
08.01 - Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura - SEAPI				
Implantação Sistema Inseminação Artificial				
20.608.0006-1.100				
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000	Aplicações Diretas	4.625,00		
Centro de Comercialização – Mercado Público				
20.608.0006-1.101				
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0354	Aplicações Diretas	800.000,00		
Patrulha Mecanizada				
20.608.0006-1.102				
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0354	Aplicações Diretas	400.000,00		
Construção de Trapiches				
20.608.0006-1.103				
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0354	Aplicações Diretas	300.000,00		
Construção, Reequip. p/ Reforma de Embarcações				
20.608.0006-1.104				
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0354	Aplicações Diretas	150.000,00		
Parceria com Outras Entidades				
20.606.0006-2.160				

3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000	Aplicações Diretas	35.000,00
Horto Florestal		
20.608.0006-2.161		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000	Aplicações Diretas	10.700,00
Correção do Solo para Agricultura		
20.608.0006-2.162		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000	Aplicações Diretas	3.250,00
SOMA	1.703.575,00	
24 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E CULTURA - SETEC		
24.01 - Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura - SETEC		
Centro Municipal de Atletismo		
27.812.0007-1.105		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000	Aplicações Diretas	13.375,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000	Aplicações Diretas	30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0354	Aplicações Diretas	120.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0355	Aplicações Diretas	120.000,00
Espaço Esportivo nas Praças		
27.813.0010-1.106		
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000	Aplicações Diretas	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0355	Aplicações Diretas	32.000,00
Construção do Centro de Multiuso		
27.813.0007-1.107		
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000	Aplicações Diretas	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0354	Aplicações Diretas	1.070.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0355	Aplicações Diretas	1.070.000,00
Implantação de Ciclovias/Ciclofaixas		
27.813.0007-1.108		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000	Aplicações Diretas	21.400,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000	Aplicações Diretas	10.000,00
Destaques no Esporte		
27.812.0010-2.163		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000	Aplicações Diretas	6.420,00
Esporte Cidadão		
27.812.0010-2.164		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000	Aplicações Diretas	33.812,00
Participa Imbituba		
27.812.0010-2.165		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000	Aplicações Diretas	13.677,50
Festivais e Campeonatos Esportivos		
27.812.0010-2.166		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000	Aplicações Diretas	23.162,50
Lazer, Direito de Todos		
27.813.0007-2.167		
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000	Aplicações Diretas	22.898,00
Centro Multimeios Usina do Saber		
13.392.0011-1.109		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000	Aplicações Diretas	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000	Aplicações Diretas	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0354	Aplicações Diretas	1.200.000,00
Resgate da Cultura Imbitubense		
13.392.0011-2.168		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000	Aplicações Diretas	5.724,50
Reequipamento da Biblioteca Municipal		
13.392.0011-2.169		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000	Aplicações Diretas	5.244,50
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000	Aplicações Diretas	5.724,50
Cultura Itinerante		
13.392.0011-2.170		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000	Aplicações Diretas	5.644,50
Eventos Culturais		
13.392.0011-2.171		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000	Aplicações Diretas	5.724,50
SOMA	3.894.807,50	
19 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA		
19.01 – Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba		

Vivendo a Melhor Idade		
13.392.0007-2.172		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000	Aplicações Diretas	72.800,00
SOMA	72.800,00	
05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDUC		
05.01 – Secretaria Municipal de Educação – SEDUC		
Apoio ao CEITEC		
12.363.0007-2.173		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000	Aplicações Diretas	140.000,00
SOMA	140.000,00	
TOTAL	5.811.182,50	

Art. 2º Os recursos para abertura do Crédito Adicional Especial de que trata o artigo anterior correrão por conta da anulação parcial dos seguintes itens orçamentários:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA			
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E PESCA			
09.01 - Secretaria Municipal da Agricultura e Pesca			
Implantação Sistema Inseminação Artificial			
20.608.0006-1.015			
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0102)	Aplicações Diretas	4.625,00	
Centro de Comercialização – Mercado Público			
20.608.0006-1.057			
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0354 (0103)	Aplicações Diretas	800.000,00	
Patrulha Mecanizada Agrícola			
20.608.0006-1.058			
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0354 (0104)	Aplicações Diretas	400.000,00	
Construção de Trapiches			
20.608.0006-1.059			
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0354 (0105)	Aplicações Diretas	300.000,00	
Construção, Reequip. p/ Reforma de Embarcações			
20.608.0006-1.060			
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0354 (0106)	Aplicações Diretas	150.000,00	
Parceria com Outras Entidades			
20.606.0006-2.020			
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0101)	Aplicações Diretas	35.000,00	
Horto Florestal			
20.608.0006-2.019			
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0107)	Aplicações Diretas	10.700,00	
Correção do Solo para Agricultura			
20.608.0006-2.022			
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0108)	Aplicações Diretas	3.250,00	
SOMA	1.703.575,00		
40 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER – SESPORTE			
40.01 - Secretaria Municipal de Esportes e Lazer – SESPORTE			
Centro Municipal de Atletismo			
27.812.0007-1.052			
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0171)	Aplicações Diretas	13.375,00	
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0172)	Aplicações Diretas	50.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0354 (0173)	Aplicações Diretas	120.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0355 (0174)	Aplicações Diretas	120.000,00	
Espaço Esportivo nas Praças			
27.813.0010-1.047			
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0175)	Aplicações Diretas	50.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0355 (0176)	Aplicações Diretas	32.000,00	
Construção do Centro de Multiuso			
27.813.0007-1.011			
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0177)	Aplicações Diretas	50.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0354 (0178)	Aplicações Diretas	1.070.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0355 (0179)	Aplicações Diretas	1.070.000,00	
Implantação de Ciclovias/Ciclofaixas			
27.813.0007-1.050			
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0180)	Aplicações Diretas	21.400,00	
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0181)	Aplicações Diretas	50.000,00	
Destaques no Esporte			

27.812.0010-2.135			
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0167)	Aplicações Diretas	6.420,00	
Esporte Cidadão			
27.812.0010-2.136			
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0168)	Aplicações Diretas	33.812,00	
Participa Imbituba			
27.812.0010-2.137			
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0169)	Aplicações Diretas	13.677,50	
Festivais e Campeonatos Esportivos			
27.812.0010-2.138			
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0170)	Aplicações Diretas	23.162,50	
Lazer, Direito de Todos			
27.813.0007-2.033			
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0182)	Aplicações Diretas	22.898,00	
SOMA	2.746.745,00		
41 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA – SECULT			
41.01 - Secretaria Municipal de Cultura – SECULT			
Centro Multimeios Usina do Saber			
13.392.0011-1.051			
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0183)	Aplicações Diretas	30.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0184)	Aplicações Diretas	30.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0354 (0185)	Aplicações Diretas	1.200.000,00	
Resgate da Cultura Imbitubense			
13.392.0011-2.140			
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0189)	Aplicações Diretas	5.724,50	
Reequipamento da Biblioteca Municipal			
13.392.0011-2.141			
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0190)	Aplicações Diretas	5.244,50	
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0191)	Aplicações Diretas	5.724,50	
Cultura Itinerante			
13.392.0011-2.142			
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0192)	Aplicações Diretas	5.644,50	
Eventos Culturais			
13.392.0011-2.143			
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0193)	Aplicações Diretas	5.724,50	
Vivendo a Melhor Idade			
13.392.0011-2.144			
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0194)	Aplicações Diretas	72.800,00	
SOMA	1.360.862,50		
TOTAL	5.811.182,50		

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 1º de abril de 2015.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 062, DE 1º DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do exercício de 2015 para a Prefeitura Municipal de Imbituba, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.544, de 1º de abril de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 4.613.500,32 (quatro milhões e seiscentos e treze mil e quinhentos reais e trinta e dois centavos) no Orçamento de 2015 para reforço de itens orçamentários, como segue:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA			
08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PESCA E INFRAESTRUTURA – SEAPI			
08.01 - Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura - SEAPI			



Manutenção da SEINFRA			
15.451.0007-2.017			
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0086)		Aplicações Diretas	2.116.794,59
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0087)		Aplicações Diretas	838.251,01
3.3.91.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0088)		Aplicações Diretas	7.420,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0089)		Aplicações Diretas	75.159,00
Manutenção das Estradas			
15.451.0007-2.018			
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0090)		Aplicações Diretas	375.228,80
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0091)		Aplicações Diretas	164.490,00
SOMA	3.577.343,40		
24 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E CULTURA – SETEC			
08.01 - Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura – SETEC			
Manutenção da SEDTUR			
23.122.0008-2.026			
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0114)		Aplicações Diretas	845.373,15
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0115)		Aplicações Diretas	172.919,27
3.3.91.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0116)		Aplicações Diretas	2.140,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0117)		Aplicações Diretas	15.724,50
SOMA	1.036.156,92		
TOTAL	4.613.500,32		

Art. 2º Os recursos para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior correrão por conta da anulação parcial dos seguintes itens orçamentários:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA			
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E PESCA			
09.01 - Secretaria Municipal da Agricultura e Pesca			
Manutenção da Secretaria de Agricultura			
20.122.0006-2.021			
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0098)		Aplicações Diretas	424.152,56
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0099)		Aplicações Diretas	239.071,69
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0100)		Aplicações Diretas	23.710,00
SOMA	686.934,25		
36 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NORTE – SDR NORTE			
36.01 - Secretaria de Desenvolvimento Regional Norte – SDR NORTE			
Manutenção da SDR/NORTE			
04.122.0007-2.041			
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0138)		Aplicações Diretas	820.139,63
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0139)		Aplicações Diretas	297.162,61
3.3.91.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0140)		Aplicações Diretas – Op. Intra. Orç.	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0141)		Aplicações Diretas	20.000,00
SOMA	1.138.302,24		
Manutenção das Estradas – SDR NORTE			
15.451.0007-2.107			
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0142)		Aplicações Diretas	100.595,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0143)		Aplicações Diretas	57.245,00
SOMA	157.840,00		
37 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUL – SDR SUL			
37.01 - Secretaria de Desenvolvimento Regional Sul – SDR SUL			
Manutenção da SDR/SUL			
04.122.0007-2.042			
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0144)		Aplicações Diretas	649.883,34
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0145)		Aplicações Diretas	174.107,84
3.3.91.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0146)		Aplicações Diretas – Op. Intra. Orç.	1.070,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0147)		Aplicações Diretas	11.449,00
Manutenção das Estradas – SDR SUL			
15.451.0007-2.108			
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0148)		Aplicações Diretas	157.808,80
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0149)		Aplicações Diretas	50.000,00
SOMA	1.044.318,98		
38 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL OESTE – SDR OESTE			
38.01 - Secretaria de Desenvolvimento Regional Oeste – SDR OESTE			
Manutenção da SDR/OESTE			
04.122.0007-2.131			

3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0150)		Aplicações Diretas	222.619,06
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0151)		Aplicações Diretas	127.908,87
3.3.91.00.00.00.00.0.1.0000 (0152)		Aplicações Diretas – Op. Intra. Orç.	5.350,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0153)		Aplicações Diretas	20.000,00
Manutenção das Estradas – SDR OESTE			
15.451.0007-2.108			
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0154)		Aplicações Diretas	116.825,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0155)		Aplicações Diretas	57.245,00
SOMA	549.947,93		
40 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER – SESPORTE			
40.01 - Secretaria Municipal de Esportes e Lazer – SESPORTE			
Manutenção da SESPORTE			
27.812.0010-1.134			
3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0163)		Aplicações Diretas	437.503,17
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0164)		Aplicações Diretas	124.765,74
3.3.91.00.00.00.00.0.1.0000 (0165)		Aplicações Diretas – Op. Intra. Orç.	2.140,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0166)		Aplicações Diretas	5.724,50
SOMA	570.133,41		
41 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA – SECULT			
41.01 - Secretaria Municipal de Cultura – SECULT			
Manutenção da SECULT			
13.392.0011-2.139			
3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0186)		Aplicações Diretas	407.869,98
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0187)		Aplicações Diretas	48.153,53
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0188)		Aplicações Diretas	10.000,00
SOMA	466.023,51		
TOTAL	4.613.500,32		

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 1º de abril de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 063, DE 6 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e da outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.485, de 03 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), para reforço da dotação orçamentária, como segue:

29 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – PGM		
Manutenção da Procuradoria Geral		
02.062.0005-2.039		
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0134)	Aplicações Diretas	9.000,00
Total	9.000,00	

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

29 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – PGM		
Manutenção da Procuradoria Geral		
02.062.0005-2.039		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0133)	Aplicações Diretas	9.000,00
Total	9.000,00	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 6 de abril de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 064, DE 7 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Trânsito de Imbituba e da outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.485, de 03 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), para reforço de dotação orçamentária, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE IMBITUBA		
Convênio Polícia Civil		
06.181.0017-2.046		
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 (0006)	Aplicações Diretas	70.000,00
Total	70.000,00	

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação parcial da dotação orçamentária, conforme segue:

FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE IMBITUBA		
Manutenção do Fundo de Trânsito		
06.181.0017-2.044		
3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 (0001)	Aplicações Diretas	70.000,00
Total	70.000,00	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 7 de abril de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 065, DE 7 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.485, de 03 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais), para reforço da dotação orçamentária, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDUC		
Manutenção do Ensino Fundamental		
12.361.0009-2.006		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0030 (0034)	Aplicações Diretas	340.000,00
Total	340.000,00	

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDUC		
Construção, Reforma, Ampliação de Unid. Escolares - Fundamental		
12.361.0009-1.005		
4.4.90.00.00.00.00.00.1.0030 (0030)	Aplicações Diretas	340.000,00
Total	340.000,00	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 7 de abril de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 066, DE 7 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Saúde de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.485, de 03 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.132.840,00 (um milhão e cento trinta e dois mil e oitocentos e quarenta reais) para novas dotações orçamentárias, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMBITUBA – FMS		
Manutenção da Vigilância em Saúde		
10.304.0014-2.057		
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0365	Aplicações Diretas	30.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0367	Aplicações Diretas	64.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0365	Aplicações Diretas	30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0367	Aplicações Diretas	100.000,00
Subtotal	224.000,00	
Assistência Ambulatorial e Hospitalar		
10.302.0014-2.061		
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0193	Aplicações Diretas	86.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0370	Aplicações Diretas	13.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0411	Aplicações Diretas	240,00
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0369	Aplicações Diretas	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0369	Aplicações Diretas	10.000,00
Subtotal	119.240,00	
Manutenção da Assistência Farmacêutica		
10.303.0014-2.120		
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0377	Aplicações Diretas	19.000,00
Subtotal	19.000,00	
Manutenção da Atenção Básica		
10.301.0014-2.120		
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0229	Aplicações Diretas	60.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0360	Aplicações Diretas	114.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0363	Aplicações Diretas	136.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.03.0378	Aplicações Diretas	50.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0379	Aplicações Diretas	170.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0362	Aplicações Diretas	44.600,00
Subtotal	574.600,00	
Manutenção da Atenção Básica		
10.301.0014-2.120		
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0229	Aplicações Diretas	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0360	Aplicações Diretas	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0378	Aplicações Diretas	17.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0379	Aplicações Diretas	29.000,00
Subtotal	196.000,00	
Total	1.132.840,00	

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do Superavit Financeiro das seguintes fontes de recursos, conforme Demonstrativo das Fontes de Recursos:

Demonstrativo das Fontes de Recursos		
Fonte de Recurso	Descrição da Fonte de Recurso	Valor total por Fonte de Recurso
00.03.0365	Vigilância Sanitária - Sus União	60.000,00
00.03.0367	Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST/AIDS	164.000,00
00.03.0193	Média e Alta Complexidade - Estado	86.000,00
00.03.0370	Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	13.000,00
00.03.0411	Compensação de Especificidades Regionais	240,00
00.03.0369	Transferências Centro de Especialidades Odontológicas - CEO	20.000,00
00.03.0377	Farmácia Básica - Estado	19.000,00
00.03.0229	Programa Melhoria Acesso Qualidade - PMAQ	110.000,00
00.03.0360	Piso de Atenção Básica - PAB	214.000,00
00.03.0363	Agentes Comunitários de Saúde - PACS	136.000,00
00.03.0378	NASF (Núcleos de Apoio à Saúde da Família)	67.000,00
00.03.0379	Cofinanciamento da Atenção Básica	199.000,00
00.03.0362	Saúde Bucal - Programa de Saúde da Família - PSF Odonto	44.600,00
	Total das fontes	1.132.840,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 7 de abril de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnini

Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 067, DE 8 DE ABRIL DE 2015.

Acrescenta Parágrafo único no art. 7º do Decreto PMI nº 80, de 02 de julho de 2013 e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação e vigor, com base no art.93,VII e art.35, IX, da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM,

DECRETA:

Art. 1º Fica acrescentado o Parágrafo único no art. 7º do Decreto PMI nº 80, de 02 de julho de 2013, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 7º (...)

Parágrafo único. A disposição contida no caput deste artigo não impede o assessoramento jurídico do advogado público a outros órgãos



desta municipalidade, quando estes assim o solicitarem.”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 8 de abril de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 068, DE 8 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.485, de 03 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 87.000,00 (oitenta e sete mil reais), para nova dotação orçamentária, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDUC		
Manutenção da Educação Infantil - creches		
12.365.0009-2.008		
3.3.90.00.00.00.00.00.3.0202 (0198)	Aplicações Diretas	87.000,00
Total	87.000,00	

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do Superávit Financeiro de recursos do Salário Educação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 8 de abril de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 069, DE 13 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.485, de 03 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para reforço da dotação orçamentária, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA		
Manutenção do Fundo de Assistência Social		
08.244.0013-2.078		
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 (0030)	Aplicações Diretas	10.000,00
Total	10.000,00	

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA			
Manutenção do Fundo de Assistência Social			
08.244.0013-2.078			
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 (0023)		Aplicações Diretas	10.000,00

Total	10.000,00		
-------	-----------	--	--

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 13 de abril de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 070, DE 13 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e da outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.485, de 03 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), para reforço da seguinte dotação orçamentária, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – SEFAZ			
Manutenção da Secretaria da Fazenda			
04.123.0004-2.004			
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0019)		Aplicações Diretas	30.000,00
Total	30.000,00		

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação parcial da dotação orçamentária abaixo, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – SEFAZ			
Manutenção da Secretaria da Fazenda			
04.123.0004-2.004			
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0021)		Aplicações Diretas	30.000,00
Total	30.000,00		

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 13 de abril de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 071, DE 16 DE ABRIL DE 2015.

Reajusta Tarifas do Serviço Regular de Transporte Coletivo Urbano e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 93 da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o permissivo legal disposto no art. 43, combinado com o art. 4º, § 1º, ambos da Lei nº 1.650, de 21 de agosto de 1995;

CONSIDERANDO, ainda, o pleito inserido no Processo Administrativo nº 1752/2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam reajustadas as Tarifas do Serviço Regular de Transporte Coletivo Urbano de Imbituba, que passam a vigorar a partir de zero hora do dia 19 de abril de 2015, com os valores correspondentes as Linhas constantes nos Anexos I e II, deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor a partir de 19 de abril de 2015.

Art. 3º Fica revogado o Decreto PMI nº 029, de 20 de março de 2012.

Imbituba, 16 de abril de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

ANEXO I.

Art. 1º do DECRETO PMI Nº 071, DE 16 DE ABRIL DE 2015

Linha: Circulares - Tarifas Curta		
TARIFAS (R\$) 3,00		
Circular Nova Brasília	R\$ 3,00	
Circular Barra / Arroio	R\$ 3,00	-
Circular Guaiúba	R\$ 3,00	2

ANEXO II

Art. 1º do DECRETO PMI Nº 071, DE 16 DE ABRIL DE 2015

Linha: Radiais – Tarifas Longas		
TARIFAS (R\$) 3,75		
507 - Radial Penha	R\$ 3,75	
508 - Radial Itapiruba/ Roça Grande	R\$ 3,75	
509 - Radial Ibiraquera / Praia do Rosa	R\$ 3,75	

DECRETO PMI Nº 072, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.485, de 03 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais), para novo item orçamentário, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDUC			
Manutenção do Ensino Fundamental			
12.361.0009-2.006			
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0803	Aplicações Diretas	63.000,00	
Total	63.000,00		

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da adesão ao Pregão Eletrônico n. 71/2013/FNDE/MEC; POSITIVO INFORMÁTICA S/A.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 23 de abril de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete  
DECRETO PMI Nº 073, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.485, de 03 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 509.086,57 (quinhentos e nove mil e oitenta e seis reais e cinquenta e sete centavos), para novo item orçamentário, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDUC		
Construção, Reforma, Ampliação de Unid. Escolares - Fundamental		
12.361.0009-1.005		
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0802	Aplicações Diretas	509.086,57
Total	509.086,57	

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do cadastro de obra PAC 2- Construção de Quadra Coberta com Vestiário – Projeto FNDE.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 23 de abril de 2015.  
Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.  
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 074, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.485, de 03 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 184.513,63 (cento e oitenta e quatro mil quinhentos e treze reais e sessenta e três centavos), para novo item orçamentário, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDUC			
Construção, Reforma, Ampliação de Unid. Escolares - Creches			
12.365.0009-1.037			
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0801	Aplicações Diretas	184.513,63	
Total	184.513,63		

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do cadastro de obra PAC 2 – Cobertura de Quadra Escolar Pequena – Projeto FNDE.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 23 de abril de 2015.  
Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.  
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 075, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

Altera a representação dos membros que compõem o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Lei nº 4.215/2013, de 13 de junho de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Em substituição aos representantes do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA ficam nomeados os seguintes membros titulares e suplentes:

I – Representando o Poder Público:

Representante da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Saneamento e Habitação:

Titular: Eduardo dos Passos Nunes

Suplente: Luciene Martins

Representante da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura:

Titular: Paulo Juchem Sefton

Suplente: Romeu Pires Filho

Representante da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura:

Titular: Juliana da Silva Ignácio

Suplente: Rui Geraldo Rodrigues

Representante da Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Everaldo de Paula

Suplente: Renata Tolentino da Rosa

Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável:

Titular: Antônio Clésio Costa

Suplente: Hemerson Mafra

Representante da Área de Proteção Ambiental – APA da Baleia Franca;

Titular: Enise Maria Bezerra Ito

Suplente: Simão Marrul Filho

II – Representando a Sociedade Civil:

Entidade representativa dos empresários: ACIM - Associação Comercial e Industrial de Imbituba:

Titular: Jaime Pacheco Alves

Suplente: Adilson Silvestre

Entidade representativa dos trabalhadores: Sindicato dos Trabalhadores da Indústria:

Titular: Claudio Souza de Ávila

Suplente: Gilberto Gonçalves Martins

Organizações não-governamentais ambientalistas: Projeto Baleia Franca:

Titular: Karina Groch

Suplente: Helder Canadas

Entidade representativa de comunidades: Associação Comunitária do Paes Leme:

Titular: Camilo Carvalho Damázio

Suplente: Ingrid Nascimento Silva

Instituição de ensino superior com atuação em Imbituba: UNISUL: Universidade do Sul de Santa Catarina:

Titular: Ezequiel de Souza

Suplente: Heitor Wensing Junior

Outras instituições ambientalistas com atuação no município: OAB - Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção Imbituba:

Titular: Orlando Gonçalves Pacheco Junior

Suplente: Fernando Moretti

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 23 de abril de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.



Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 076, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre a delegação de competência e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 94 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA :

Art. 1º Fica delegada a competência, no âmbito da Administração Direta do Poder Executivo Municipal, o Advogado Público, Jurídico Euclides de Oliveira Porto, Advogado – OAB 28613, para o recebimento de Alvarás Judiciais, junto as instituições financeiras.

Art. 2º Fica o Advogado Público citado no artigo anterior, responsável pelos atos praticados, ou pela sua inércia, em razão da delegação prevista no presente Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 23 de abril de 2015.  
Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 077, DE 24 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de prazo de recolhimento da Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos Domiciliar do exercício de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 93, da Lei Orgânica Municipal, e pelo art. 263, § 3º, da Lei Complementar nº. 3.019 de 28 de dezembro de 2006 e,

CONSIDERANDO a quantidade e o prazo estimado para confecção dos carnês e o tempo para o contribuinte receber o documento de arrecadação municipal em tempo hábil para efetuar o pagamento,

DECRETA:

Art. 1º Fica PRORROGADO para o dia 30 de junho de 2015, o prazo para pagamento da Cota Única da Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos Domiciliar referente ao Exercício de 2015.

Art. 2º Os prazos para pagamento das demais parcelas ficam prorrogados na seguinte ordem:

- I – Primeira parcela: 10 de julho de 2015;
- II – Segunda parcela: 10 de agosto de 2015;
- III – Terceira parcela: 10 de setembro de 2015;
- IV – Quarta parcela: 09 de outubro de 2015;
- V – Quinta parcela: 10 de novembro de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 24 de abril de 2015.  
Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 078, DE 24 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de prazo de recolhimento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU – do exercício de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 93, da Lei Orgânica Municipal, e pelo art. 263, § 3º, da Lei Complementar nº. 3.019 de 28 de dezembro de 2006 e,

CONSIDERANDO a quantidade e o prazo estimado para confecção dos carnês e o tempo para o contribuinte receber o documento de arrecadação municipal em tempo hábil para efetuar o pagamento:

**DECRETA:**

Art. 1º Fica PRORROGADO para o dia 30 de junho de 2015 o prazo para pagamento da Cota Única do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU – do Exercício de 2015, com 10% (dez por cento) de desconto.

Art. 2º Os prazos para pagamento das demais parcelas ficam prorrogados na seguinte ordem:

- I – Primeira parcela: 10 de julho de 2015;
- II – Segunda parcela: 10 de agosto de 2015;
- III – Terceira parcela: 10 de setembro de 2015;
- IV – Quarta parcela: 09 de outubro de 2015;
- V – Quinta parcela: 10 de novembro de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 24 de abril de 2015.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 79, DE 30 DE ABRIL DE 2015.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura - SETEC, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 34, da Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam aprovadas a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura, conforme disposto neste Decreto.

**CAPÍTULO I**

**DA ESTRUTURA REGIMENTAL**

Art. 2º À Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura, compete:

I – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de turismo, especialmente:

- a) adoção de medidas de promoção do desenvolvimento turístico sustentável e da atividade empresarial turística;
- b) promoção de medidas relativas ao desenvolvimento turístico, em articulação com as esferas federal e estadual de governo, bem como outras organizações;
- c) estímulos à implantação de infraestrutura turística;
- d) incentivo e apoio às atividades socioeconômicas vinculadas ao turismo;
- e) realização de eventos de cunho turístico;
- f) divulgação das potencialidades turísticas do Município;

II – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de esporte e lazer, especialmente:

- a) estabelecer a política esportiva e de lazer municipal;
- b) efetuar o planejamento, coordenação, supervisão e avaliação dos planos e programas de incentivo aos esportes;
- c) promover as ações de democratização da prática esportiva e inclusão social por intermédio do esporte;
- d) manter intercâmbio com organismos públicos e privados, nacionais, internacionais e estrangeiros, voltados à promoção do esporte;
- e) elaborar o calendário de competições esportivas nas diversas modalidades, com integração dos bairros;
- f) constituir projeto específico para esportes náuticos e aquáticos;
- g) promover oportunidades esportivas para pessoas com deficiência;
- h) incentivar e conscientizar sobre a importância da prática de atividades físicas, em todas as faixas etárias;

III – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de cultura, especialmente:

- a) assegurar os meios para o desenvolvimento da cultura como direito de todos os cidadãos, com plena liberdade de expressão e criação;
- b) universalizar o acesso aos bens e serviços culturais;
- c) contribuir para a construção da cidadania cultural;
- d) reconhecer, proteger, valorizar e promover a diversidade das expressões culturais presentes no município;
- e) combater a discriminação e o preconceito de qualquer espécie e natureza;

- f) promover a equidade social e territorial do desenvolvimento cultural;
- g) qualificar e garantir a transparência da gestão cultural;
- h) democratizar os processos decisórios, assegurando a participação e o controle social;
- i) estruturar e regulamentar a economia da cultura, no âmbito local;
- j) consolidar a cultura como importante vetor do desenvolvimento sustentável;
- k) intensificar as trocas, os intercâmbios e os diálogos interculturais;
- l) contribuir para a promoção da cultura da paz;
- m) preservação, proteção e promoção do patrimônio cultural, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

IV – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

## CAPÍTULO II

### DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura, constituída pelos seguintes órgãos:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário Municipal:

a) Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

a) Diretoria de Desenvolvimento Turístico

1. Departamento de Articulação e Ordenamento Turístico

b) Diretoria de Infraestrutura Turística

c) Superintendência de Esporte e Lazer- SESPORTE

1. Departamento de Esportes

1.1. Unidade Gestora de Projetos Sócioesportivos

1.2. Departamento de Infraestrutura Esportiva

1.3. Departamento de Lazer e Inclusão Social

d) Superintendência de Cultura - SECULT

1. Departamento de Gestão Cultural

1.1. Gerência de Fomento e Incentivo à Cultura

1.1.1 Unidade Gestora do Arquivo Histórico

1.1.2 Unidade Gestora do Patrimônio Cultural

2. Departamento de Articulação Institucional

3. Departamento de Museus

III – órgãos colegiados:

a) Conselho Municipal de Turismo

a) Conselho Municipal de Esporte

b) Conselho Municipal de Política Cultural

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

## CAPÍTULO III

### DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Superintendente	Superintendência	2	Remuneração	3.700,00
Diretor(a)	Diretoria	2	Remuneração	1.900,00
Assessor(a) I	Assessoria	2	Remuneração	1.600,00
Chefe de Departamento	Departamento	7	Remuneração	1.300,00
Assessor(a) II	Assessoria	4	Remuneração	1.200,00
Assessor(a) III	Assessoria	4	Remuneração	1.000,00
Assessor(a) IV	Assessoria	5	Remuneração	800,00

II – Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Superintendente	Gratificação	2.160,00
Diretor(a)	Gratificação	1.260,00
Assessor(a) I	Gratificação	855,00
Chefe de Departamento	Gratificação	675,00
Assessor(a) II	Gratificação	540,00
Assessor(a) III	Gratificação	450,00
Assessor(a) IV	Gratificação	387,00

## III – Funções Gratificadas:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	VAGAS	VALOR DA FG
Gerente	1	50% do salário-base do servidor de carreira
Gestor(a) de Unidade	3	R\$ 430,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constantes deste Decreto, serão definidas e atribuídas por ato do Chefe do Poder Executivo e, ainda, poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno deste órgão.

Art. 6º Revoga-se o Decreto PMI nº 37, de 27 de Fevereiro de 2015, ressalvando-se, todavia, os atos de nomeação/designação para órgãos cujas denominações se conservarem neste ato, os quais ficam convalidados.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de 1º de Maio de 2015.

Imbituba, 30 de abril de 2015.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se  
Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 80, DE 30 DE ABRIL DE 2015.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Procuradoria Geral do Município - PGM, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 34 da Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015,

## DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovadas a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Procuradoria Geral do Município, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I  
DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Procuradoria-Geral do Município compete prestar assistência e assessoramento jurídico ao Chefe do Poder Executivo no desempenho de suas funções, bem como:

- I – defender em juízo e fora dele os interesses e direitos do Município;
- II – emitir pareceres nos processos que lhe são distribuídos, assim como naqueles de matéria legislativa;
- III – redigir, organizar, numerar e manter sob sua responsabilidade, os contratos e convênios que geram direitos e obrigações pelo Município.
- IV – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

CAPÍTULO II  
DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Procuradoria Geral do Município, constituída pelos seguintes órgãos:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Procurador(a) Geral:

a) Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

a) Diretoria de Atos Contratuais

b) Departamento de Defesa e Proteção do Consumidor

- c) Departamento de Registro e Acompanhamento de Feitos  
 d) Procuradoria  
 e) Gerência do Contencioso Trabalhista  
 f) Gerência do Contencioso Tributário  
 g) Programa do Executivo Fiscal  
 III – órgão colegiado:  
 a) Conselho Municipal de Defesa do Consumidor

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas, com interveniência da Controladoria Geral do Município, o Regimento Interno da Procuradoria Geral do Município para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Procuradoria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

### CAPÍTULO III

#### DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Procuradoria Geral do Município ficam atribuídos os(as) seguintes:

##### I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Procurador(a) Geral	Procuradoria Geral	1	Subsídio	5.200,00
Procurador(a)	Procuradoria	4	Remuneração	2.300,00
Diretor(a)	Diretoria	1	Remuneração	1.900,00
Chefe de Departamento	Departamento	2	Remuneração	1.300,00
Assessor(a) I	Assessoria	1	Remuneração	1.600,00
Assessor(a) III	Assessoria	2	Remuneração	1.000,00
Assessor(a) IV	Assessoria	2	Remuneração	800,00

##### II – Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Procurador(a)	Gratificação	1.260,00
Diretor(a)	Gratificação	1.260,00
Chefe de Departamento	Gratificação	675,00
Assessor(a) I	Gratificação	855,00
Assessor(a) III	Gratificação	450,00
Assessor(a) IV	Gratificação	387,00

##### III – Funções Gratificadas:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO			
	VAGAS	VALOR DA FG		
Gerente	2	50% do salário-base do servidor de carreira		
Conciliador- Chefe	1	R\$ 2.100,00		
Chefe de Cartório	2	R\$ 1.900,00		
Assistente de Cartório	2	R\$ 1.500,00		
Oficial de Justiça	2	R\$ 1.500,00		
Cooperador de Dívida Ativa	1	R\$ 1.900,00		
Agente de Dívida Ativa	1	R\$ 1.500,00		

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constantes deste Decreto, serão definidas e atribuídas por ato do Chefe do Poder Executivo e, ainda, poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno deste órgão.

Art. 6º Revoga-se o Decreto PMI nº 28, de 27 de Fevereiro de 2015, ressalvando-se, todavia, os atos de nomeação/designação para órgãos cujas denominações se conservarem neste ato, os quais ficam convalidados.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de 1º de Maio de 2015.

Imbituba, 30 de abril de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete



DECRETO PMI Nº 81, DE 30 DE ABRIL DE 2015.

Anula Atos Administrativos que concederam transferência de Autorização de Serviço de Táxi, conforme descrição abaixo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 93, da Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO a decisão no Processo DEN 13/00108557, do Tribunal de Contas do Estado – SC, Acórdão nº 0114/2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam ANULADOS os Atos Administrativos, descritos abaixo, que concederam transferência de Autorização de Serviço de Táxi, por conta da decisão no Processo DEN 13/00108557, do Tribunal de Contas do Estado – SC, Acórdão nº 0114/2015:

- DECRETO PMI Nº 58/2011;
- DECRETO PMI Nº 69/2011;
- DECRETO PMI Nº 135/2010;
- DECRETO PMI Nº 69/2010;
- DECRETO PMI Nº 107/2012;
- DECRETO PMI Nº 131/2010;
- DECRETO PMI Nº 100/2010;
- DECRETO PMI Nº 99/2010;
- DECRETO PMI Nº 151/2012;
- DECRETO PMI Nº 84/2013;
- DECRETO PMI Nº 23/2014;
- DECRETO PMI Nº 114/2011;
- DECRETO PMI Nº 116/2011;
- DECRETO PMI Nº 45/2012;
- DECRETO PMI Nº 117/2011;
- DECRETO PMI Nº 115/2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de concessão dos Atos Administrativos supracitados.

Imbituba, 30 de abril de 2015.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 82, DE 30 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.485, de 03 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais), para reforço da dotação orçamentária, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA		
Manutenção do Programa Bolsa Família		
08.244.0013-2.075		
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 (0304)	Aplicações Diretas	13.000,00
Total	13.000,00	

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA			
Manutenção do Programa Bolsa Família			
08.244.0013-2.075			
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 (0304)		Aplicações Diretas	13.000,00
Total	13.000,00		

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.			
--	--	--	--

Imbituba, 30 de abril de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 83, DE 30 DE ABRIL DE 2015.

Estabelece e define as atribuições principais dos Agentes Políticos e dos ocupantes dos cargos e funções constantes da Estrutura Regimental e Organizacional dos Entes do Poder Executivo Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 34, da Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º As atribuições principais dos Agentes Políticos, são as estabelecidas e definidas pela Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015 e pelos atos de aprovação das respectivas estruturas regimental e organizacional, consolidadas no Anexo I.

Art. 2º Ficam estabelecidas e definidas as atribuições principais dos cargos e funções constantes da Estrutura Regimental e Organizacional dos Entes do Poder Executivo Municipal, na forma do Anexo II, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno dos respectivos Órgãos.

Art. 3º As atribuições principais dos cargos e funções constantes da Estrutura Regimental e Organizacional dos Entes do Poder Executivo Municipal, que não foram objeto deste Decreto, serão, oportunamente, estabelecidas e definidas por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 4º Fica revogado o Decreto PMI nº 039, de 02 de março de 2015.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 30 de abril de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

ANEXO I

Atribuições Principais dos Agentes Políticos

(Decreto PMI Nº 83, de 30 de abril de 2015)

Denominação: Secretário(a) Municipal de Administração e Gestão Pública – SEAGP

Descrição Específica:

I – administração e normas de pessoal;

II – gestão de materiais e do patrimônio;

III – aquisição de bens e serviços, mediante procedimentos legais;

IV – reprografia e digitalização de documentos públicos;

V – elaboração, coordenação e execução das atividades relacionadas à tecnologia da informação;

VI – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

Denominação: Secretário(a) Municipal da Fazenda – SEFAZ

Descrição Específica:

I – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política fazendária municipal, especialmente:

a) a formulação, a coordenação, a administração e a execução da política de administração tributária e fiscal do Município, bem como o aperfeiçoamento e atualização da legislação tributária municipal;

b) a arrecadação, o lançamento e a fiscalização dos tributos e receitas municipais;

c) a organização e a manutenção do cadastro fiscal do Município;

- d) a inscrição na dívida ativa, a promoção da sua cobrança, o controle e registro do seu pagamento;
  - e) a promoção de estudos e a fixação de critérios para a concessão de incentivos fiscais e financeiros, tendo em vista o desenvolvimento econômico e social do Município, em articulação com o órgão superior responsável pelo desenvolvimento econômico;
  - f) a promoção da educação fiscal da população como estratégia integradora de todas as ações da administração tributária, visando à realização da receita necessária aos objetivos do Município;
  - g) a cobrança extrajudicial dos créditos inscritos na dívida ativa do Município;
  - h) o assessoramento aos órgãos do Município em assuntos de finanças e tributos;
  - i) o registro e controle contábeis da administração financeira e patrimonial e o registro da execução orçamentária;
  - j) o planejamento econômico e a elaboração do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da proposta orçamentária, em articulação com os demais órgãos competentes.
- II – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

Denominação: Secretário(a) Municipal de Educação– SEDUC

Descrição Específica:

- I – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de educação, especialmente:
- a) proporcionar nutrição adequada ao educando;
  - b) prover assistência e apoio ao educando de todos os níveis;
  - c) estímulo ao ensino médio, tecnológico, superior, especial e de jovens e adultos;
  - d) transporte escolar;
- e) proporcionar a melhoria da qualidade do ensino, envolvendo a capacitação e a valorização dos profissionais da educação;
- f) manter, preferencialmente, uma educação integrada, no âmbito do município, associando ao ensino convencional as iniciativas científicas e tecnológicas;
- g) apoiar a educação inclusiva.
- II – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

Denominação: Secretário(a) Municipal de Saúde – SEMUSA

Descrição Específica:

- I – saúde pública e medicina preventiva;
- II – atividades médicas e odontológicas;
- III – educação para a saúde;
- IV – administração ambulatorial;
- V – vigilância sanitária e epidemiológica;
- VI – gestão de programas e ações relativas à saúde da família;
- VII - assistência básica à saúde;
- VIII – controle, regulação, avaliação e auditoria;
- IX – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

Denominação: Secretário(a) Municipal de Assistência Social, Trabalho e Renda – SEAST

Descrição Específica:

- I – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de assistência social, especialmente:
- a) implementação das ações do Município no âmbito o Sistema Único de Assistência Social;
  - b) formulação de planos e programas em sua área de competência, observadas as diretrizes gerais do governo e em articulação com os demais órgãos da Administração Municipal;
  - c) elaboração e divulgação de diretrizes da política municipal de atendimento, promoção e defesa:
    - 1. dos direitos da criança e do adolescente e promover a execução das ações respectivas, de forma direta ou indireta;
    - 2. da mulher e promover a execução das ações respectivas, de forma direta ou indireta;
    - 3. da pessoa com deficiência e promover a execução das ações respectivas, de forma direta ou indireta.
  - c) manter atividades de pesquisa e acompanhamento de cenários de direitos humanos, trabalho, emprego e renda e de territórios sociais;
  - d) apoiar ações e projetos voltados para a interiorização do desenvolvimento social;
  - e) promover e facilitar a intersetorialidade para a implementação das políticas públicas sob sua direção;
- f) desenvolver ações de captação de recursos para fundos sujeitos à sua gestão e para projetos específicos;
- II – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de promoção do trabalho e geração de renda, especialmente:
- a) formação profissional e orientação, visando a organização dos trabalhadores;
  - b) identificação de oportunidade de trabalho e emprego para inserção de trabalhadores no mercado de trabalho e melhoria das relações de trabalho;
  - c) articulação com entidades de direito público interno ou externo de todas as esferas de governo e entidades de direito privado nacionais ou estrangeiras;
- d) propiciar condições e iniciativas que estimulem a promoção do trabalho decente para todos;
- e) participar de atividades que estimulem o desenvolvimento sustentável, o enfrentamento da pobreza e o exercício da cidadania, como

políticas de promoção do trabalhador; e

f) desenvolver ações destinadas à qualificação profissional, inclusão do trabalhador no mercado de trabalho, com a consequente geração de renda e de apoio ao trabalhador desempregado.

III – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

Descrição: Secretário(a) Municipal de Desenvolvimento Urbano, Saneamento e Habitação – SEDURB

Descrição Específica:

I – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de desenvolvimento urbano sustentável, especialmente:

- a) elaboração e coordenação da execução das políticas e dos planos de desenvolvimento sustentável do Município;
- b) elaboração de projetos e prospecção de projetos, programas e ações junto a organismos públicos ou privados voltados ao desenvolvimento urbano sustentável;
- c) instituir projeto visando a adequação do espaço urbano e dos edifícios às necessidades de inclusão de toda população, eliminando os obstáculos existentes ao acesso;
- d) instituir programa de conscientização da comunidade sobre a acessibilidade;
- e) coordenação do planejamento físico-territorial do município;
- f) desenvolvimento de atividades relacionadas com estudos cartográficos e estatísticos;
- g) gestão, controle e fiscalização das atividades edilícias e de empreendimentos urbanísticos;
- h) zelar pela aplicação do plano diretor do município.

II – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de saneamento, especialmente:

- a) coordenação da execução da política municipal de saneamento;
- b) elaboração de projetos e prospecção de projetos, programas, convênios e ações junto a organismos públicos ou privados voltados ao saneamento;
- c) gestão dos serviços de saneamento: resíduos sólidos e líquidos, abastecimento d'água e drenagem urbana;
- d) zelar pela aplicação do plano municipal de saneamento.

III – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de habitação, especialmente:

- a) traçar diretrizes, metas e planejamento dos projetos de obras e edificações referentes a programas habitacionais de interesse social;
- b) a fiscalização e acompanhamento do destino dos recursos adquiridos ao Fundo Municipal de Habitação de Imbituba;
- c) o acompanhamento da fiscalização da execução das obras habitacionais de interesse social;
- d) o desenvolvimento e a elaboração de projetos habitacionais de interesse social;
- e) o desenvolvimento de projetos habitacionais, a elaboração de projetos na busca de recursos junto aos órgãos, federal e estadual;
- f) o desenvolvimento de convênios com a finalidade de construção de moradias habitacionais de interesse social;
- g) a seleção de famílias a serem beneficiadas, atendendo a legislação de critérios dos programas habitacionais de interesse social a serem desenvolvidos.

IV – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

Descrição: Secretário(a) Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura – SEAPI

Descrição Específica:

I – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de agricultura e pesca, especialmente:

- a) desenvolvimento rural e aprimoramento da agricultura, pecuária e pesca;
- b) preservação e conservação do solo e da água no meio rururbano;
- c) prover assistência e qualificação aos agricultores, pecuaristas e pescadores;
- d) estabelecer a política municipal para a agricultura, pecuária e pesca;
- e) estimular o desenvolvimento da aquicultura, pecuária e apicultura no município;
- f) motivar o associativismo, cooperativismo, a produção e a comercialização, a qualidade e apresentação dos produtos da agricultura familiar e da pesca artesanal;

II – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de infraestrutura e mobilidade urbana, especialmente:

- a) execução e manutenção da infraestrutura urbana, das praças, canteiros e parques;
- b) conservação e recuperação dos prédios, vias e logradouros públicos municipais;
- c) manutenção e recuperação dos equipamentos rodoviários municipais;
- d) gestão, controle e fiscalização dos serviços de transporte público, funerários e iluminação pública;
- e) estabelecer a Política Municipal de Mobilidade Urbana;
- f) controle de toda a frota de veículos da Administração Municipal.

III – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

Denominação: Secretário(a) Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável – SEDES

Denominação Específica:

I – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de desenvolvimento econômico, especialmente:

- a) adoção de medidas de promoção do desenvolvimento econômico sustentável e da atividade empresarial;
- b) promoção de medidas relativas ao desenvolvimento econômico, em articulação com as esferas federal e estadual de governo, bem como outras organizações;

- c) estímulos à implantação de empreendimentos econômicos;
  - d) incentivo e apoio à economia solidária;
  - e) realização de eventos de cunho econômico e social;
  - f) divulgação das potencialidades econômicas do Município;
- II – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal do meio ambiente, especialmente:
- a) elaboração de projetos e prospecção de projetos, programas, convênios e ações junto a organismos públicos ou privados voltados ao meio ambiente;
  - b) licenciamento, controle e fiscalização ambiental;
- III – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

Denominação: Secretário(a) Municipal de Turismo, Esporte e Cultura – SETEC

Denominação Específica:

- I – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de turismo, especialmente:
- a) adoção de medidas de promoção do desenvolvimento turístico sustentável e da atividade empresarial turística;
  - b) promoção de medidas relativas ao desenvolvimento turístico, em articulação com as esferas federal e estadual de governo, bem como outras organizações;
  - c) estímulos à implantação de infraestrutura turística;
  - d) incentivo e apoio às atividades socioeconômicas vinculadas ao turismo;
  - e) realização de eventos de cunho turístico;
  - f) divulgação das potencialidades turísticas do Município;
- II – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de esporte e lazer, especialmente:
- a) estabelecer a política esportiva e de lazer municipal;
  - b) efetuar o planejamento, coordenação, supervisão e avaliação dos planos e programas de incentivo aos esportes;
  - c) promover a ações de democratização da prática esportiva e inclusão social por intermédio do esporte;
  - d) manter intercâmbio com organismos públicos e privados, nacionais, internacionais e estrangeiros, voltados à promoção do esporte;
  - e) elaborar o calendário de competições esportivas nas diversas modalidades, com integração dos bairros;
  - f) constituir projeto específico para esportes náuticos e aquáticos;
  - g) promover oportunidades esportivas para pessoas com deficiência;
  - h) incentivar e conscientizar sobre a importância da prática de atividades físicas, em todas as faixas etárias.
- III – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de cultura, especialmente:
- a) assegurar os meios para o desenvolvimento da cultura como direito de todos os cidadãos, com plena liberdade de expressão e criação;
  - b) universalizar o acesso aos bens e serviços culturais;
  - c) contribuir para a construção da cidadania cultural;
  - d) reconhecer, proteger, valorizar e promover a diversidade das expressões culturais presentes no município;
  - e) combater a discriminação e o preconceito de qualquer espécie e natureza;
  - f) promover a equidade social e territorial do desenvolvimento cultural;
  - g) qualificar e garantir a transparência da gestão cultural;
  - h) democratizar os processos decisórios, assegurando a participação e o controle social;
  - i) estruturar e regulamentar a economia da cultura, no âmbito local;
  - j) consolidar a cultura como importante vetor do desenvolvimento sustentável;
  - k) intensificar as trocas, os intercâmbios e os diálogos interculturais;
  - l) contribuir para a promoção da cultura da paz;
  - m) preservação, proteção e promoção do patrimônio cultural, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.
- IV – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

Denominação: Procurador(a)-Geral

Descrição Específica:

- defender em juízo e fora dele os interesses e direitos do Município;
  - emitir pareceres nos processos que lhe são distribuídos, assim como naqueles de matéria legislativa;
  - redigir, organizar, numerar e manter sob sua responsabilidade, os contratos e convênios que geram direitos e obrigações ao Município.
- 
- assistir ao Chefe do Poder Executivo nos assuntos relacionados à sua área de competência;
  - dirigir, coordenar e orientar as atividades exercidas pelas unidades organizacionais da Procuradoria-Geral;
  - assegurar a mais estreita colaboração das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, entre si, e destas com as demais unidades integrantes da Administração Municipal;
  - coordenar a elaboração dos planos de ação pertinentes da Procuradoria-Geral;
  - cumprir e fazer cumprir os atos baixados pelo Chefe do Poder Executivo, pertinentes à sua área de atuação ou de aplicação geral;
  - implementar as ações estabelecidas em convênios, contratos e acordos com outros órgãos ou entidades, quando expressamente obrigado;
  - cumprir normas específicas e legais, relativas à área de sua competência;
  - solicitar a abertura de procedimentos licitatórios, ou sua dispensa, para a Procuradoria-Geral, nos termos da legislação aplicável à matéria;
  - acompanhar a execução do orçamento da Procuradoria-Geral e produzir dados para sua reformulação e aperfeiçoamento;
  - promover e acompanhar a implantação de mecanismos de controle de projetos e atividades no âmbito da Procuradoria-Geral;
  - designar servidores da Procuradoria-Geral para integrar órgãos colegiados municipais;
  - coordenar as atividades de divulgação dos trabalhos do órgão sob sua gestão;



- praticar todos os demais atos que se fizerem necessários ao funcionamento das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, observados os preceitos legais vigentes;
- responder a pedidos escritos de informações oriundos do Poder Legislativo Municipal, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como, a prestação de informações falsas;
- comparecer à Câmara Municipal, por iniciativa própria ou mediante convocação ou entendimentos prévios com a Mesa Diretora, para expor assuntos de relevância do órgão sob sua gestão;
- subscrever os atos e regulamentos referentes ao seu órgão de atuação;
- apresentar ao Chefe do Poder Executivo relatório anual dos serviços realizados pelo órgão sob sua gestão;
- responder por atos assumidos, ordenados ou praticados sob suas ordens no exercício da função;
- exercer responsabilidade fiscal, através do planejamento público e do equilíbrio financeiro do orçamento da Procuradoria-Geral, buscando atingir maior economicidade na realização das despesas;
- promover a modernização e inovação da gestão pública municipal de forma a evitar a fragmentação das ações e a promover a harmonia dos serviços públicos essenciais disponibilizados ao cidadão, com maior eficiência e eficácia;
- exercer a autoridade e responsabilidade, com o comprometimento dos agentes públicos na execução de atos de gestão e de governo;
- prover a transparência administrativa, permitindo a participação ativa da sociedade na definição das prioridades e na execução dos programas municipais, através dos órgãos colegiados;
- executar os planos, programas e ações, com a observância das normas que regulam a atividade específica do órgão sob sua gestão;
- controlar a aplicação dos recursos públicos e da guarda e conservação dos bens públicos municipais que estiverem sob sua responsabilidade;
- exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos;
- abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei;
- ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.

## ANEXO II

Atribuições Principais dos Cargos e Funções  
(Decreto PMI Nº 83, de 30 de abril de 2015)

Denominação: Chefe de Gabinete

### Descrição Específica:

- as relações político-administrativas com os municípios e com os órgãos e entidades públicas e privadas;
- executar as atividades de assessoramento legislativo, acompanhando a tramitação, na Câmara, de projetos de interesse do Executivo, e manter contato com lideranças políticas, comunitárias e parlamentares do Município;
- assessorar o Governo Municipal na interlocução com a União, o Estado e outros Municípios;
- representação, atendimento e articulação política e social;
- serviços de publicidade, comunicação social, de relações públicas e de campanhas institucionais;
- coordenação de assuntos afins ou interdependentes que interessem a mais de um órgão da Administração Municipal;
- integração do Plano de Metas de Governo aos Planos, Projetos, Ações da Administração Municipal e demais instrumentos de planejamento estratégico do governo;
- orientar e coordenar o levantamento de informações, inclusive no que se refere à aplicação do Orçamento Municipal;
- constituir projetos estratégicos para o Município e buscar os meios gerenciais e financeiros para viabilizá-los, junto aos governos federal e estadual, assim como, demais organismos de fomento e apoio.

### Descrição Sumária:

- assistir ao Chefe do Poder Executivo nos assuntos relacionados à sua área de competência;
- dirigir, coordenar, orientar e fiscalizar as atividades exercidas pelas unidades organizacionais que lhe são subordinadas;
- coordenar a elaboração dos planos de ação pertinentes ao órgão sob sua gestão;
- assegurar a mais estreita colaboração das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, entre si, e destas com as demais unidades integrantes da Administração Municipal;
- determinar a realização de diligências e propor a abertura de inquérito administrativo, sempre que necessário;
- cumprir e fazer cumprir os atos baixados pelo Chefe do Poder Executivo, pertinentes à sua área de atuação ou de aplicação geral;
- implementar as ações estabelecidas em convênios, contratos e acordos, com outros órgãos ou entidades;
- cumprir e fiscalizar o exercício de normas específicas e legais, relativas à área de sua competência;
- solicitar a abertura de procedimentos licitatórios, ou sua dispensa, nos termos da legislação aplicável à matéria;
- acompanhar a execução do orçamento do órgão sob sua gestão e produzir dados para sua reformulação e aperfeiçoamento;
- promover e acompanhar a implantação de mecanismos de controle de projetos e atividades no âmbito do órgão sob sua gestão;
- designar servidores para, em paralelo as suas atividades normais, atuarem como representantes de órgãos setoriais e do órgão central do Sistema de Controle Interno, conforme disposto na legislação municipal que trata do assunto;
- designar servidores para integrar órgãos colegiados municipais;
- coordenar as atividades de divulgação dos trabalhos do órgão sob sua gestão;
- praticar todos os demais atos que se fizerem necessários ao funcionamento das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, observados os preceitos legais vigentes;
- desempenhar e cumprir as normas do Sistema de Controle Interno.
- responder a pedidos escritos de informações oriundos do Poder Legislativo Municipal, importando crime de responsabilidade a recusa ou

o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como, a prestação de informações falsas;

- comparecer à Câmara Municipal, por iniciativa própria ou mediante convocação ou entendimentos prévios com a Mesa Diretora, para expor assuntos de relevância do órgão sob sua gestão;
- subscrever os atos e regulamentos referentes ao seu órgão de atuação;
- expedir instruções para a plena execução das normas vigentes;
- apresentar ao Chefe do Poder Executivo relatório anual dos serviços realizados pelo órgão sob sua gestão;
- responder por atos assumidos, ordenados ou praticados sob suas ordens;
- exercer responsabilidade fiscal, através do planejamento público e do equilíbrio financeiro, buscando atingir maior economicidade na realização das despesas;
- promover a modernização e inovação da gestão pública municipal de forma a evitar a fragmentação das ações e a promover a harmonia dos serviços públicos essenciais disponibilizados ao cidadão, com maior eficiência e eficácia;
- exercer a autoridade e responsabilidade, com o comprometimento dos agentes públicos na execução de atos de gestão e de governo;
- prover a transparência administrativa, permitindo a participação ativa da sociedade na definição das prioridades e na execução dos programas municipais, através dos órgãos colegiados;
- executar os planos, programas e ações, com a observância das normas que regulam a atividade específica do órgão sob sua gestão;
- controlar a aplicação dos recursos públicos e da guarda e conservação dos bens públicos municipais;
- exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos;
- abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei;
- ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.

Denominação: Controladoria-Geral – CGM

Denominação Específica:

I – assistir direta e imediatamente o Prefeito Municipal no desempenho de suas atribuições quanto aos assuntos e providências que, no âmbito do Poder Executivo, sejam atinentes:

- a) à defesa do patrimônio público;
  - b) ao controle interno;
  - c) à auditoria pública;
  - d) à correição;
  - e) à prevenção;
  - f) ao combate à corrupção;
  - g) ao incremento da transparência da gestão no âmbito da administração pública municipal.
- II – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

Denominação: Superintendente

Descrição Sumária:

- superintender as atividades administrativas e finalísticas do órgão superior a que estiver vinculado, em consonância com as diretrizes gerais emanadas do titular da pasta;
- promover reuniões com os demais dirigentes do órgão superior ou específico para a coordenação das atividades operacionais do órgão superior;
- substituir e representar o titular do órgão superior a que estiver vinculado em suas ausências e impedimentos legais, quando designado;
- apreciar e aprovar os programas de trabalho das unidades organizacionais subordinadas, bem como acompanhar o desenvolvimento de sua execução;
- designar e coordenar a atuação de grupos de estudos específicos de interesse do órgão superior a que estiver vinculado;
- emitir parecer final, conclusivo, sobre os assuntos submetidos à sua apreciação;
- assinar, por delegação do titular do órgão superior a que estiver vinculado, atos próprios do órgão;
- solicitar, periodicamente, a elaboração dos relatórios de atividades das unidades organizacionais subordinadas;
- articular-se com os órgãos da administração pública, nos limites de suas atribuições, visando à coleta de dados e informações necessárias à solução de assuntos submetidos à sua apreciação, coordenação ou decisão;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua direção, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Tesoureiro(a)

Descrição Sumária:

- assegurar a concretização das orientações financeiras definidas superiormente;
- participar em reuniões periódicas de coordenação do órgão superior;
- elaborar propostas devidamente fundamentadas que visem a melhoria do funcionamento da tesouraria e submetê-las a apreciação superior;
- efetuar os recebimentos, de acordo com os documentos próprios e dar deles o respectivo documento de quitação;
- efetuar o pagamento das despesas devidamente autorizadas;

- elaborar diariamente a folha de caixa (diário de caixa);
- elaborar o resumo diário de tesouraria;
- proceder à guarda, conferência e controle sistemático do numerário e valores de caixa e bancos;
- controlar o movimento das contas bancárias, através do sistema informado instalado na tesouraria;
- assinar os cheques e ordens de transferência bancária e recolher as restantes assinaturas;
- efetuar os depósitos, transferências e levantamentos, tendo em atenção a rentabilização dos valores;
- assistir à verificação do estado de responsabilidade do tesoureiro, efetuado por quem for nomeado para verificar os fundos, montantes e documentos entregues à sua guarda, através de contagem física do numerário e documentos sob a sua responsabilidade;
- assegurar o depósito das receitas em instituição bancária e proceder ao seu registro no diário de caixa e no resumo de tesouraria;
- enviar, diariamente, para a contabilidade os originais e duplicados da folha de caixa (diário de tesouraria) e do resumo diário de tesouraria, acompanhados dos duplicados das guias de recebimento (guias de receita) e de todos os restantes documentos;
- receptionar os duplicados dos diários de caixa e dos resumos de tesouraria e arquivá-los; e
- executar outras funções que lhe sejam superiormente cometidas ou impostas por lei ou regulamento em matéria financeira.

Denominação: Secretário(a) Executivo(a)

Descrição Sumária:

- preparar a agenda diária do Chefe do Poder Executivo e coordenar o atendimento do público interno e externo;
- coordenar o trâmite de documentos levados à apreciação ou para assinatura do Chefe do Poder Executivo;
- coordenar as relações do Chefe do Poder Executivo com os órgãos superiores e colegiados;
- organizar as viagens do Chefe do Poder Executivo nos seus aspectos protocolares;
- desenvolver outras atividades de natureza administrativa, de aprimoramento da qualidade dos serviços e ações e de representação política e social determinadas pelo Chefe do Poder Executivo;
- recepcionar, marcar audiência e encaminhar as autoridades, servidores e pessoas em geral que desejarem comunicar-se com o Chefe do Poder Executivo;
- manter atualizado o registro de visitas do Chefe do Poder Executivo, bem como dos contatos por eles mantidos;
- organizar e manter atualizado o cadastro de autoridades, entidades e pessoas de relacionamento do Chefe do Poder Executivo;
- executar a redação oficial de assuntos de ordem administrativa do Chefe do Poder Executivo;
- coordenar e supervisionar o trâmite dos documentos oficiais do Chefe do Poder Executivo;
- organizar, programar e controlar a expedição de convites para as solenidades oficiais;
- controlar o registro das correspondências dirigidas ao Chefe do Poder Executivo;
- exercer outras atribuições que lhe sejam determinadas pelo Chefe do Poder Executivo.

Denominação: Procurador(a)

Descrição Sumária:

- acautelar-se em os processos judiciais ou administrativos que envolvem o Município e seus agentes públicos, nesta qualidade, seja de forma ativa, com o Município como autor das ações, seja de forma passiva, quando o Município e seus agentes integram o pólo passivo da ação judicial;
- promover todas as diligências internas e externas necessárias à instrução processual e seu controle, bem como, emitir pareceres em expedientes administrativos referentes ao discutido processualmente;
- zelar pela conservação do patrimônio do Município, à disposição do órgão sob sua gestão, estabelecendo registros e controles específicos;
- propor ao Procurador-Geral novas alternativas de trabalho, quando houver necessidade de atender eventual demanda de serviço, até que este volte à normalidade;
- adotar condutas que venham a ser necessárias, em vista da dinâmica da administração e no interesse público;
- assessorar o Procurador-Geral, e na sua ausência ou quando solicitado, o Chefe do Poder Executivo e os demais titulares de órgãos superiores da Administração Municipal;
- zelar pelo bom desempenho dos servidores do órgão sob sua gestão, cobrando funções e realizando treinamentos;
- promover o acompanhamento da execução física e financeira dos convênios, contratos e acordos na área de sua atuação;
- exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Procurador-Geral na área de sua competência; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente àquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Diretor(a)

Descrição Sumária:

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
  - dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Diretoria;
  - opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
  - submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Diretoria;
  - indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
  - elaborar planilha de férias dos servidores lotados na Diretoria e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
  - apresentar relatórios mensais das atividades da Diretoria e suas respectivas
- Unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior a que estiver vinculado;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e

- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a este subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua direção, obedecendo aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) de Gabinete

Descrição Sumária:

- assistência direta e imediatamente ao Chefe do Poder Executivo no desempenho de suas atribuições e, especialmente, realizar estudos e análises que lhe sejam determinados, em assuntos que subsidiem a coordenação de ações em setores específicos da Administração Municipal;
- promover a articulação com os titulares dos órgãos superiores sobre assuntos submetidos à sua consideração pelo Chefe do Poder Executivo;
- avaliar as proposições normativas encaminhadas ao Chefe do Poder Executivo;
- assistir ao Chefe do Poder Executivo na supervisão e coordenação das atividades dos órgãos integrantes da estrutura municipal e das entidades vinculadas;
- colaborar no planejamento e coordenar as ações integradas de gestão e modernização institucional;
- contribuir na promoção e disseminação de melhores práticas de gestão e desenvolvimento institucional;
- auxiliar o Chefe do Poder Executivo na definição de diretrizes e na implementação das ações da Administração Municipal;
- exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Chefe do Poder Executivo na área de sua competência; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) de Imprensa

Descrição Sumária:

- supervisionar internamente as atividades governamentais de comunicação social e informações, no âmbito do órgão de atuação, fazendo cumprir os procedimentos de publicidade legal e institucional;
- atuar como unidade coletora e repassadora de informações técnicas necessárias à criação e produção de campanhas institucionais e promocionais de interesse da Administração Municipal, proporcionando os dados imprescindíveis à deflagração de procedimentos de divulgação em geral;
- transmitir aos veículos de comunicação informações de caráter jornalístico de interesse da Administração Municipal;
- elaborar estudos e projetos especiais de divulgação de interesse da Administração Municipal, submetendo-os à apreciação e aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado;
- assessorar o Chefe do Poder Executivo e os titulares dos órgãos superiores nos assuntos de sua competência;
- articular-se com os órgãos da Administração Municipal, nos limites de suas atribuições, visando à coleta de dados e informações necessárias à viabilização de suas atividades;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua direção, obedecendo aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) Especial

Descrição Sumária:

- assessoramento especial às unidades do órgão, de acordo com as especificidades funcionais que atendam às necessidades do órgão, demandadas pelo superior hierárquico;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- elaboração de estudos, análises, pareceres, laudos técnicos e notas técnicas de acordo com as normas disciplinadoras do assunto;
- pesquisar continuamente práticas de gestão e tecnologia para aprimoramento das atividades do órgão de atuação;
- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
- diagnosticar desconhecimentos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.

**Denominação: Assessor(a) I****Descrição Sumária:**

- elaboração de estudos, análises, pareceres, laudos técnicos e notas técnicas de acordo com as normas disciplinadoras do assunto;
- pesquisar continuamente práticas de gestão e tecnologia para aprimoramento das atividades do órgão de atuação;
- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
- diagnosticar descompassos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

**Denominação: Assessor(a) II****Descrição Sumária:**

- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
- diagnosticar descompassos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.
- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

**Denominação: Assessor(a) III****Descrição Sumária:**

- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

**Denominação: Assessor(a) IV****Descrição Sumária:**

- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

**Denominação: Coordenador(a) Executivo(a)****Descrição Sumária:**

- orientar e coordenar as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;



- propor ao superior imediato a programação de trabalho;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua coordenação, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Gerente

Descrição Sumária:

- coordenar as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua coordenação, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Coordenador(a)

Descrição Sumária:

- coordenar as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua coordenação, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Supervisor(a)

Descrição Sumária:

- supervisionar e controlar os serviços sob a sua subordinação;
- manter-se permanentemente informado sobre a tramitação de processos relacionados ao órgão sob sua supervisão;
- fazer cumprir as rotinas próprias das competências do órgão sob sua supervisão;
- manter contato permanente com seu superior hierárquico, assistindo-o no desempenho de suas atribuições;
- redigir ou fazer redigir atos próprios de suas atividades;
- exercer outras atribuições inerentes ao cargo ou que lhes sejam determinadas pelo superior hierárquico.
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua supervisão, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Gestor(a) Institucional

Descrição Sumária:

- gerir as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos necessários ao desenvolvimento da unidade sob sua gestão, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Gestor(a) de Unidade

Descrição Sumária:

- gerir as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;

- propor ao superior imediato a programação de trabalho;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos necessários ao desenvolvimento da unidade sob sua gestão, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente àquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Diretor(a) de Escola

Descrição Específica:

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Unidade Escolar;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências relacionadas à Unidade Escolar que dirige;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Direção Escolar;
- dirigir o trabalho coletivo, tendo como funções a articulação, a proposição, a mediação, a operacionalização e o acompanhamento do pensar e do fazer pedagógico-administrativo-jurídico e financeiro da comunidade escolar, a partir das deliberações e encaminhamentos do Projeto Político Pedagógico, do Plano Escolar Anual e do Regimento Interno da Unidade Escolar, de acordo com as diretrizes da política educacional;

Descrição Sumária:

- apresentar relatórios mensais das atividades da Direção Escolar e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior à que estiver vinculado;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.
- garantir que a Unidade Escolar sob sua responsabilidade cumpra sua função social de promover a apropriação e a construção do conhecimento por parte dos alunos, preparando-os para o exercício da cidadania e o trabalho, envolvidos no contexto e na complexidade da sociedade atual;
- elaborar anualmente o Plano de Ação específico da sua área, articulado com os demais planos dos segmentos escolares;
- dirigir, juntamente com o Coordenador Pedagógico, a construção do Projeto Político Pedagógico, do Plano Escolar Anual, do Regimento Interno e do planejamento dos demais eventos e promoções da Unidade Escolar;
- convocar e coordenar reuniões de natureza administrativa e/ou pedagógica, bem como as comemorações de datas cívicas e fazer cumprir os deveres sociais;
- promover, periodicamente, a avaliação da Unidade Escolar, buscando a identificação de causas dos resultados insatisfatórios e de alternativas para superá-las;
- cumprir e fazer cumprir as disposições legais, relativas à organização didática, administrativa e disciplinar da Unidade Escolar;
- conhecer a legislação educacional e manter-se atualizado quanto às normas emitidas pelos órgãos competentes;
- promover a integração e o bom relacionamento humano entre os membros da comunidade escolar, fazendo-os sentir a importância do seu trabalho para o êxito da Unidade Escolar, dando especial atenção aos novos profissionais da equipe;
- atuar como elemento de ligação entre o Corpo Docente, funcionários, APP, Conselho Escolar, pais, comunidade local e a Secretaria Municipal de Educação;
- supervisionar e colaborar com o funcionamento das entidades (Associação de Pais e Professores – APP, Conselho Escolar, Grêmios Estudantil, Clube de Mães e outras que forem criadas), objetivando o equilíbrio entre a atuação destas e as demais atividades escolares, promovendo a aproximação e cooperação entre os mesmos, de modo a integrá-los nas atividades escolares;
- definir as responsabilidades de todos os profissionais da Unidade Escolar, reforçando a importância da ação integrada dos Especialistas em Educação Escolar (Coordenador Pedagógico Escolar, Orientador Educacional e Supervisor Escolar) para que se fortaleça o espírito de equipe, na tarefa educativa comum, principalmente na busca da gestão democrática da escola;
- zelar pelo fiel cumprimento do horário e do calendário escolar, de modo a impedir atraso ou interrupção das atividades docentes e administrativas, determinando o controle de frequência do Corpo Docente e funcionários da Unidade Escolar, sob pena de responsabilização;
- garantir que a organização das turmas e do horário escolar seja realizada considerando as reais necessidades dos alunos;
- cuidar para que o prédio escolar e suas instalações sejam mantidos em boas condições, providenciando, diretamente junto aos órgãos competentes, a execução imediata dos reparos necessários a sua conservação, bem como propor reformas, ampliações e provimento de material necessário ao seu bom funcionamento;
- determinar a manutenção de controle do material didático, de expediente, limpeza e conservação e merenda escolar destinado a Unidade Escolar;
- administrar os recursos financeiros, em conjunto com a Associação de Pais e Professores - APP, respeitando a legislação vigente;
- representar a Unidade Escolar, responsabilizando-se pelo seu bom funcionamento, perante a comunidade escolar, aos órgãos do Poder Público e à comunidade em geral;
- supervisionar de forma direta a aplicação dos projetos e metas propostos pela Secretaria Municipal de Educação, desenvolvidos pelo Corpo Docente e Especialistas em Assuntos Educacionais;
- estimular e propiciar, na medida do possível, o aperfeiçoamento e atualização de todos os profissionais da Unidade Escolar, desde que não acarrete prejuízo aos alunos;
- ter postura ética, especialmente com as pessoas da comunidade escolar;
- incentivar o desporto e o lazer no âmbito da comunidade escolar;
- participar de congressos, seminários, palestras e conhecer outras realidades educativas, objetivando manter-se atualizado;
- participar, quando solicitado, do planejamento, coordenação e execução de programas, projetos e eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação;
- executar outras tarefas correlatas às acima descritas, de acordo com a solicitação dos superiores.

Denominação: Coordenador(a) de CEI

Descrição Específica:

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência do respectivo CEI;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências relacionadas ao CEI que coordena;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Coordenação do CEI;
- dirigir o trabalho coletivo, tendo como funções a articulação, a proposição, a mediação, a operacionalização e o acompanhamento do pensar e do fazer pedagógico-administrativo-jurídico e financeiro da comunidade escolar, a partir das deliberações e encaminhamentos do Projeto Político Pedagógico, do Plano Escolar Anual e do Regimento Interno do CEI, de acordo com as diretrizes da política educacional;

Descrição Sumária:

- garantir que o CEI cumpra sua função social, tendo por finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais, complementando a ação da família e da comunidade;
- responsabilizar-se pelo processo de articulação pedagógica, implementação e dinamização da Proposta Pedagógica, levando em consideração às particularidades do desenvolvimento da criança de zero a cinco anos, cumprindo as duas funções indissociáveis desta etapa da educação básica: educar e cuidar.
- criar e otimizar condições que garantam à criança o pleno exercício de seus direitos como sujeito ativo e em processo de desenvolvimento, através da ampliação de suas experiências e de seus conhecimentos sobre a realidade local e universal.
- coordenar a construção do Projeto Político Pedagógico, do Plano Escolar Anual e do Regimento Interno do CEI, envolvendo a comunidade escolar e local na sua elaboração, promovendo a aproximação e cooperação entre os mesmos, de modo a integrá-los nas atividades escolares de forma democrática e participativa;
- convocar e coordenar reuniões de natureza administrativa e/ou pedagógica, bem como as comemorações de datas cívicas e fazer cumprir os deveres sociais;
- promover, periodicamente, junto ao corpo docente, a avaliação do CEI, buscando a identificação de causas dos resultados insatisfatórios e de alternativas para superá-las;
- conhecer a legislação educacional e manter-se atualizado quanto às normas emitidas pelos órgãos competentes, cumprindo e fazendo cumprir as disposições legais, relativas à organização didática, administrativa e disciplinar do CEI;
- atuar como elemento de ligação entre o Corpo Docente, funcionários, APP, Conselho Escolar, pais, comunidade local e a Secretaria Municipal de Educação;
- manter a higiene e a segurança no ambiente do CEI, garantindo que a organização das turmas, a rotina e os horários, considerem as reais necessidades dos alunos;
- zelar pelo fiel cumprimento do horário e do calendário escolar, de modo a impedir atraso ou interrupção das atividades docentes e administrativas, determinando o controle de frequência do corpo docente e funcionários do CEI, sob pena de responsabilização;
- cuidar para que o prédio do CEI e suas instalações sejam mantidos em boas condições, providenciando, diretamente junto aos órgãos competentes, a execução imediata dos reparos necessários a sua conservação, bem como propor reformas, ampliações e provimento de material necessário ao seu bom funcionamento;
- determinar a manutenção de controle do material didático, de expediente, limpeza e conservação e da merenda escolar destinados ao CEI;
- administrar os recursos financeiros, em conjunto com a Associação de Pais e Professores - APP, respeitando a legislação vigente;
- zelar pela imagem do CEI, mantendo conduta e postura condizentes com a função, responsabilizando-se pelo seu bom funcionamento perante a comunidade escolar, aos órgãos do Poder Público e à comunidade em geral;
- participar de congressos, seminários, palestras e conhecer outras realidades educativas, objetivando manter-se atualizado;
- participar, quando solicitado, do planejamento, coordenação e execução de programas, projetos e eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação;
- executar outras tarefas correlatas às acima descritas, de acordo com a solicitação dos superiores.

Denominação: Secretário(a) de Escola

Descrição Específica:

- cabe ao Secretário de Escola, a execução dos trabalhos pertinentes à escrituração, correspondência e ao arquivo da Unidade Escolar, bem como participar na elaboração, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico da mesma, em acompanhamento e assessoramento ao Diretor de Escola e aos Especialistas em Assuntos Educacionais.

Descrição Sumária:

- participar, cooperativamente da construção do Projeto Pedagógico, do Plano Escolar Anual, e do Regimento Escolar;
- elaborar anualmente o Plano de Ação específico da sua área;
- executar e manter em dia a escrituração da Unidade Escolar, correspondência, protocolo, dossiê e arquivos passivos e ativos, efetuando matrículas, transferências, digitação e impressão de diários de classe, boletins e históricos, mantendo organizada toda a documentação;
- redigir e expedir a correspondência da Unidade Escolar, submetendo-a a assinatura do Diretor;
- manter atualizada a ficha cadastral dos alunos e profissionais da Unidade Escolar, bem como os dados dos alunos no programa informatizado realizando periodicamente backup de segurança;
- organizar e divulgar o período de matrícula pelos meios definidos pela Unidade Escolar;
- repassar para os Professores e Especialistas em Educação Escolar, as matrículas novas e transferências efetuadas no decorrer do ano letivo e demais documentos solicitados sobre a vida escolar do aluno;
- responder e encaminhar, anualmente, o Censo Escolar e arquivar cópia do documento da Unidade Escolar;

- organizar e manter atualizados regulamentos, leis, circulares e outros documentos de interesse da Unidade Escolar;
- manter controle do material didático e de expediente da Unidade Escolar, bem como do estoque de merenda escolar e materiais destinados a limpeza e conservação da unidade;
- manter controle do patrimônio da Unidade Escolar, como móveis e utensílios, através de arquivo atualizado, informando a Secretaria Municipal de Educação, sobre a aquisição, recebimento de doação ou inutilização de bens patrimoniais, para encaminhamento ao órgão de controle do patrimônio, afim de que o mesmo possa providenciar o seu registro, tombamento ou baixa;
- encaminhar à Secretaria Municipal de Educação os documentos solicitados com exatidão, sem rasuras e nos prazos solicitados, protocolando-os em livro específico com a assinatura do receptor;
- participar das reuniões e outras atividades da Unidade Escolar nas quais for necessário, elaborando atas e demais registros;
- expedir Históricos Escolares, guias de transferências e vagas, assinando juntamente com o Diretor, cumprindo as formalidades legais;
- participar, quando solicitado, do planejamento, coordenação e execução de programas, projetos e eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação;
- participar de congressos, seminários, palestras e conhecer outras realidades educativas, objetivando manter-se atualizado no contexto de secretaria escolar;
- executar outras tarefas correlatas as acima descritas, de acordo com a solicitação dos superiores.

Denominação: Secretário(a) de CEI

Descrição Específica:

- execução dos trabalhos pertinentes à escrituração, correspondência e ao arquivo do Centro de Educação Infantil - CEI, bem como participar na elaboração, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico da mesma, em acompanhamento e assessoramento ao Coordenador do CEI e aos Especialistas em Assuntos Educacionais.

Descrição Sumária:

- participar, cooperativamente da construção do Projeto Pedagógico, do Plano Escolar Anual, e do Regimento Escolar;
- elaborar anualmente o Plano de Ação específico da sua área;
- executar e manter em dia a escrituração do CEI, correspondência, protocolo, dossiê e arquivos passivos e ativos, efetuando matrículas, transferências, digitação e impressão de diários de classe, boletins e históricos, mantendo organizada toda a documentação;
- redigir e expedir a correspondência do CEI, submetendo-a a assinatura do Diretor;
- manter atualizada a ficha cadastral dos alunos e profissionais do CEI, bem como os dados dos alunos no programa informatizado realizando periodicamente backup de segurança;
- organizar e divulgar o período de matrícula pelos meios definidos pelo CEI;
- repassar para os Professores e Especialistas em Educação Escolar, as matrículas novas e transferências efetuadas no decorrer do ano letivo e demais documentos solicitados sobre a vida escolar do aluno;
- responder e encaminhar, anualmente, o Censo Escolar e arquivar cópia do documento do CEI;
- organizar e manter atualizados regulamentos, leis, circulares e outros documentos de interesse do CEI;
- manter controle do material didático e de expediente do CEI, bem como do estoque de merenda escolar e materiais destinados a limpeza e conservação da unidade;
- manter controle do patrimônio do CEI, como móveis e utensílios, através de arquivo atualizado, informando a Secretaria Municipal de Educação, sobre a aquisição, recebimento de doação ou inutilização de bens patrimoniais, para encaminhamento ao órgão responsável pelo controle do patrimônio, afim de que o mesmo possa providenciar o seu registro, tombamento ou baixa;
- encaminhar à Secretaria Municipal de Educação os documentos solicitados com exatidão, sem rasuras e nos prazos solicitados, protocolando-os em livro específico com a assinatura do receptor;
- participar das reuniões e outras atividades do CEI nas quais for necessário, elaborando atas e demais registros;
- expedir Históricos Escolares, guias de transferências e vagas, assinando juntamente com o Diretor, cumprindo as formalidades legais;
- participar, quando solicitado, do planejamento, coordenação e execução de programas, projetos e eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação;
- participar de congressos, seminários, palestras e conhecer outras realidades educativas, objetivando manter-se atualizado no contexto de secretaria escolar;
- executar outras tarefas correlatas as acima descritas, de acordo com a solicitação dos superiores.

Denominação: Coordenador(a) Pedagógico(a)

Descrição Sumária:

- participar com a comunidade escolar da construção do Projeto Político Pedagógico, do Plano Escolar Anual e do Regimento Escolar;
- subsidiar a Direção na definição do Calendário Escolar- zelando pela sua execução, bem como na organização das classes e do horário semanal na distribuições das aulas;
- auxiliar o professor no sentido de fazer as devidas articulações curriculares, considerando suas áreas específicas de conhecimento, os alunos com quem trabalha, a realidade sociocultural em que a escola se situa e os demais aspectos das relações pedagógicas e interpessoais que se desenvolvem na sala de aula e na escola.
- participar da elaboração do planejamento curricular, objetivando que a realidade do aluno seja o ponto de partida e o redirecionador permanente do currículo;
- contribuir para que aconteça a articulação entre a teoria e a prática pedagógica;
- acompanhar o processo ensino-aprendizagem, atuando junto aos alunos, pais, professores, no sentido de propiciar a aquisição do conhecimento científico, erudito e universal, para que o aluno reelabore conhecimentos adquiridos e elabore novos conhecimentos;
- influir para que todos os profissionais da Unidade Escolar se comprometam com o atendimento às reais necessidades dos alunos,

especialmente àqueles que apresentam necessidades educacionais especiais com ou sem deficiências;

- mediar eventuais situações de conflito entre alunos e professores, ou pais e Professores, de forma a resgatar as relações que primam pela qualidade na educação;
- garantir, juntamente com o Diretor, o acesso e a permanência de todos os alunos na Unidade Escolar;
- coordenar, juntamente com o Diretor, o Conselho de Classe em seu planejamento, execução, avaliação e encaminhamentos;
- contribuir para que a avaliação enfoque o processo pedagógico como um todo, visando ao (re) planejamento em benefício da aprendizagem dos alunos;
- acompanhar com o Corpo Docente o processo didático-pedagógico, garantindo a execução do currículo e a recuperação de estudos, através de novas oportunidades a serem oferecidas aos alunos, previstos na lei vigente;
- responsabilizar-se pela análise do Processo Ensino Aprendizagem, coordenando, organizando e atualizando a coleta dos dados estatísticos que possibilitem a constante avaliação do processo educacional, contribuindo para o aumento dos índices de desenvolvimento da educação da Unidade Escolar;
- promover e coordenar reuniões sistemáticas de trabalho, de estudo e discussão da proposta pedagógica da escola, objetivando o aperfeiçoamento constante de todo os envolvidos no processo de ensino aprendizagem;
- acompanhar com o corpo docente o processo didático-pedagógico, garantindo a execução do currículo e a recuperação de estudos, através de novas oportunidades a serem oferecidas aos alunos, previstos na lei vigente;
- acompanhar a adaptação de estudos, em casos de recebimento de transferências, de acordo com a legislação vigente;
- coordenar o processo de análise e seleção de livros didáticos, obedecendo as diretrizes e os critérios estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação;
- participar cooperativamente das programações e realizações da Unidade Escolar;
- participar, quando solicitado, do planejamento, coordenação e execução de programas, projetos e eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação;
- participar de congressos, seminários, palestras e conhecer outras realidades educativas objetivando manter-se atualizado;
- executar outras tarefas correlatas as acima descritas, de acordo com a solicitação dos superiores.

Denominação: Motorista Executivo

Descrição Sumária:

- dirigir veículo oficial, com dedicação integral, zelando pelas normas de trânsito e segurança viária;
- aferir o funcionamento de equipamentos de sinalização sonora e luminosa;
- efetuar a prestação de contas das despesas efetuadas com o veículo;
- preencher relatórios de utilização do veículo com dados relativos a quilometragem, horário de saída e chegada e demais ocorrências durante a realização do trabalho;
- informar-se sobre o itinerário e conduzir veículo em viagens dentro e fora do território nacional;
- controlar o consumo de combustível e lubrificantes, efetuando reabastecimento e lubrificação do veículo, assim como as revisões nos prazos estabelecidos;
- zelar pela conservação e segurança do veículo e seus equipamentos, providenciando limpeza, ajustes e pequenos reparos, bem como solicitar manutenção quando necessário;
- manter-se atualizado com as normas e legislação de trânsito;
- participar de programa de treinamento, quando convocado;
- executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática específicos;
- executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função.

DECRETO PMI Nº 84, DE 6 DE MAIO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.485, de 03 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), para novo item orçamentário, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA			
Manutenção do Programa Bolsa Família			
08.244.0013-2.075			
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0304	Aplicações Diretas	30.000,00	
Total	30.000,00		

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do Superávit Financeiro do Programa Bolsa Família apurados em exercícios anteriores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 6 de maio de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito



Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 85, DE 7 DE MAIO DE 2015.

Nomeia os membros do Conselho Municipal de Política Cultural e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o que dispõem os artigos 32, II e 93, VII, da Lei Orgânica do Município de Imbituba;

CONSIDERANDO o cumprimento do disposto no art. 40, da Lei Municipal nº 4.175, de 18 de abril de 2013, que instituiu o Sistema Municipal de Cultura.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os integrantes do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC para o biênio 2015/2017, a seguir designados:

**I – REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO:**

a) representantes da Secretaria Municipal de Cultura:

1. Titular: Paulo Juchen Sefton
2. Suplente: Márcia Aparecida da Silva

b) representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação:

1. Titular: Lisiane Bittencourt Vieira
2. Suplente: Augusto Martins Marques

c) representantes da Secretaria Municipal de Educação:

1. Titular: Marli Garcia
2. Suplente: Valdirene Dias Gonçalves

d) representantes do Sistema Municipal de Patrimônio Cultural:

1. Titular: Andreza Correa Pacheco
2. Suplente: Jonathan Correa Silveira

e) representantes do Sistema Municipal de Museus e/ou do Sistema Municipal de Arquivos Públicos:

1. Titular: Anderson Nascimento Guilherme
2. Suplente: Eliete Matias Medeiros

f) representantes do Sistema Municipal de Bibliotecas, Livro, Leitura e Literatura:

1. Titular: Gláucia Maindra da Silva
2. Suplente: Liliane de Souza Miguel Braun

**II – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:**

a) representantes das áreas técnico-artísticas voltadas à cultura:

1. Titular: Alessandra Aparecida dos Santos
2. Suplente: Juliana Resende Dutra
3. Titular: Isabella Torquato Melendres
4. Suplente: Ivon Carlos Patrocínio

b) representantes da área do patrimônio cultural:

1. Titular: Ronaldo Augusto Pires
2. Suplente: Katiuscia Dier Francisco
3. Titular: Letícia da Silva Rios
4. Suplente: Cássia Siqueira da Silva

c) representantes de entidades fomentadoras de atividades e/ou pesquisas na área da cultura:

1. Titular: Rodrigo de Souza Foti
2. Suplente: Rubenval Sérgio Duarte
3. Titular: Odair Ribeiro
4. Suplente: Maria Angélica Clipes da Silva

Art. 2º O mandato dos Conselheiros, com duração de 2 (dois) anos, iniciará por ocasião da posse prevista para o dia 28 de maio de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba/SC, 7 de maio de 2015.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 86, DE 8 DE MAIO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.485, de 03 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), para reforço da dotação orçamentária, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA – SEAGP				
Apoio Administrativo da SEAP				
04.122.0003-2.003				
3.3.90.00.00.00.00.01.0000 (0009)		Aplicações Diretas	250.000,00	
Total	250.000,00			

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do Excesso de Arrecadação de Recursos Próprios, referente exercício 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 08 de maio de 2015.  
Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.  
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 87, DE 8 DE MAIO DE 2015.

Dispõe sobre o recadastramento dos servidores públicos municipais ativos, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base no art. 93, VII c/c art. 32, I, da Lei Orgânica do Município de Imbituba, e

CONSIDERANDO, a necessidade de atualização dos dados cadastrais dos servidores públicos municipais em atividade;

CONSIDERANDO, a necessidade de dispor de uma base de consulta atualizada para a gestão estratégica de Recursos Humanos no âmbito da Prefeitura Municipal de Imbituba;

DECRETA:

Art.1º. Instituir, no período de 11/05/2015 a 31/08/2015, o processo de recadastramento dos servidores municipais ativos da Prefeitura Municipal de Imbituba.

Art.2º. O recadastramento de que trata o Art. 1º deverá ser realizado através da Gerência de Gestão Pessoal, por meio eletrônico/informatizado lançados no sistema de geração de folha de pagamento.

§1º Ao final do recadastramento, o sistema emitirá um comprovante/espelho cadastro/funcional para o servidor, como confirmação de participação no processo.

§2º A veracidade das informações prestadas no recadastramento é de inteira responsabilidade do servidor.

Art.3º A Gerência de Gestão Pessoal, deverá promover a ampla divulgação do presente ato e colaborar, dentro das suas competências, para seu fiel cumprimento, disponibilizando inclusive o acesso aos servidores.

Art.4º A Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública orientará a Gerência de Gestão Pessoal acerca do processo de recadastramento, bem como efetuará seu acompanhamento diário.

Art.5º A Gerência de Gestão Pessoal, que realizará o atendimento aos servidores, promoverá no momento do comparecimento do servidor ao setor, o seu recadastramento.

Art.6º Ao final do processo de cadastramento dos servidores municipais, a Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública encaminhará relação dos servidores não cadastrados, a ser submetida ao Chefe do Executivo Municipal, com o fito de desconsiderar o pagamento mensal da remuneração dos servidores que não participaram do processo de cadastramento.

Art.7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 8 de maio de 2015.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 88, DE 11 DE MAIO DE 2015.

Decreta Luto Oficial e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e de acordo a legislação em vigor,

DECRETA:

Art. 1º Luto Oficial por 3 (três) dias, pelo falecimento do Senador da República Luiz Henrique da Silveira, ocorrido em 10 de maio de 2015.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 11 de maio de 2015.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 89, DE 11 DE MAIO DE 2015.

Dispõe sobre a suspensão da conversão de um terço da Licença-Prêmio em abono pecuniário e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 93, VII, c/c art. 32, I, da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a necessidade de adotar medidas de contenção de despesas em virtude da queda de arrecadação para manter as condições de equilíbrio entre receita e despesa no âmbito das finanças municipais;

CONSIDERANDO o contingenciamento no orçamento da União efetuado pelo Governo Federal, por intermédio do Decreto;

CONSIDERANDO que a arrecadação de tributos continua estagnada comparando com o mesmo período do ano anterior;

CONSIDERANDO que as demandas impostas pelas normas federais, mormente de programas, que impactam diretamente no nível da despesa municipal, com as implicações insculpidas na Lei de Responsabilidade Fiscal;

DECRETA:

Art. 1º Fica suspensa, por prazo indeterminado, a conversão de um terço da Licença-Prêmio em abono pecuniário.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Imbituba, 11 de maio de 2015.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 90, DE 15 DE MAIO DE 2015.

Nomeia os membros do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Imbituba – COMSEA e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e, CONSIDERANDO o cumprimento do dispositivo na da Lei Municipal Nº 4.447/2014 de 12 de Setembro de 2014, que institui o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Imbituba – COMSEA.

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam nomeados os integrantes do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Imbituba – COMSEA, para um período de 02 (dois) anos, a contar da posse, os seguintes membros:

**I – REPRESENTANTES DOS PODER PÚBLICO:**

a) Representantes da Secretaria de Agricultura e Pesca - SEAPI:

Titular: José Carlos de Souza

Suplente: Evaldo de Souza

b) Representantes da Secretaria Municipal de Educação - SEDUCE:

Titular: Eliane Aparecida Moreira Silvério

Suplente: Olga Isabel De Luca

c) Representantes da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA:

Titular: Luiz Henrique Nascimento Michels

Suplente: Ana Paula do Nascimento Marques

d) Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social Trabalho e Renda - SEAST:

Titular: Rose Meri de Mendonça Beza

Suplente: Edenisi Maria Francisco

**II – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:**

a) Representantes da Cooperativa dos Produtores Familiares e Pescadores artesanais da Região dos Lagos Sul Catarinense – COOPERLAGOS:

Titular: Valmir de Souza Mendonça

Suplente: Maria Eli Costa da Rocha

b) Representantes da Pastoral da Criança:

Titular: Sonia de Souza Ávila Celestino

Suplente: Ana Maria Souza Silva da Rosa

c) Representantes da Câmara de Dirigentes Lojistas de Imbituba - CDL:

Titular: Custodio Juvenal Pacheco

Suplente: Joaquim Manoel Freitas

d) Representantes da Associação de Amigos de Orientação Alternativa - ORIALAN

Titular: Carla Lopes

Suplente: Daniela de Souza Correa

e) Representantes do Sindicato dos Pescadores de Santa Catarina – SINDPESCA

Titular: Paulo Cesar Julio

Suplente: Tiago Manoel Demétrio

f) Representantes da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI

Titular: Anderson Luiz Kangerski

Suplente: Otilia Salvador

g) Representantes da ACORDI

Titular: Marlene Borges

Suplente: Ademir Rosa da Costa

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 15 de maio de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 91, DE 18 DE MAIO DE 2015.

Cria e delimita as Zonas Especiais de Interesse Social que especifica para fins de implementação de loteamentos de interesse social na forma da Lei complementar nº 2.623, de 19 de março de 2005 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Lei Complementar nº 2.623/2005, de 19 de março de 2005,

CONSIDERANDO, o Programa de Promoção de Urbanificação de Interesse Social; e

CONSIDERANDO, também, as diretrizes do Plano de Habitação de Interesse Social;

DECRETA:

Art. 1º Para fins de implementação de loteamentos de interesse social, fica identificada, instituída, delimitada e reconhecida em Zona Especial de Interesse Social 2 - ZEIS 2, a área de 79.496,30 m<sup>2</sup> (setenta e nove mil e quatrocentos e noventa e seis vírgula trinta metros quadrados), com limites e confrontações descritos na Certidão do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Imbituba, matriculadas sob os nº 9.004, 9.005 e 1.308.

Parágrafo único. A área elencada neste artigo possui a seguinte configuração: "Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 01, de coordenadas N 6.870.863,785 m. e E 725.053,019 m., situado no limite com Área de Marinha, deste, segue com azimute de 121°35'48" e distância de 261,88 m, confrontando neste trecho com Maria da Glória Fernandes, até o vértice 02, de coordenadas N 6.870.726,578 m e E 725.276,076 m; deste, segue com azimute de 120°16'51" e distância de 268,33 m, confrontando neste trecho com Maria da Glória Fernandes, até o vértice 03, de coordenadas N 6.870.591,275 m e E 725.507,797 m; deste, segue com azimute de 209°39'15" e distância de 54,70 m, confrontando neste trecho com Congregação Cristã do Brasil, até o vértice 04, de coordenadas N 6.870.543,742 m e E 725.480,735 m; deste, segue com azimute de 115°46'02" e distância de 59,74 m, confrontando neste trecho com Congregação Cristã do Brasil, até o vértice 05, de coordenadas N 6.870.517,774 m e E 725.534,531 m; deste, segue com azimute de 171°17'40" e distância de 68,82 m, confrontando neste trecho com Rua Perso Groff, até o vértice 06, de coordenadas N 6.870.449,750 m e E 725.544,947 m; deste, segue com azimute de 264°45'14" e distância de 18,21 m, confrontando neste trecho com Luiz Paulo, até o vértice 07, de coordenadas N 6.870.448,085 m e E 725.526,813 m; deste, segue com azimute de 174°45'05" e distância de 11,22 m, confrontando neste trecho com Luiz Paulo, até o vértice 08, de coordenadas N 6.870.436,916 m e E 725.527,839 m; deste, segue com azimute de 84°15'42" e distância de 18,61 m, confrontando neste trecho com Luiz Paulo, até o vértice 09, de coordenadas N 6.870.438,777 m e E 725.546,358 m; deste, segue com azimute de 172°47'45" e distância de 54,37 m, confrontando neste trecho com Rua Perso Groff, até o vértice 10, de coordenadas N 6.870.384,838 m e E 725.553,176 m; deste, segue com azimute de 300°16'51" e distância de 559,70 m, confrontando neste trecho com Carlos Angelo da Costa Filho até o vértice 11, de coordenadas N 6.870.667,060 m e E 725.069,842 m; deste, segue com azimute de 58°57'24" e distância de 15,92 m, confrontando neste trecho com Área de Marinha, até o vértice 12, de

coordenadas N 6.870.675,268 m e E 725.083,479 m; deste, segue com azimute de 22°17'31" e distância de 70,79 m, confrontando neste trecho com Área de Marinha, até o vértice 13, de coordenadas N 6.870.740,771 m e E 725.110,333 m; deste, segue com azimute de 335°01'07" e distância de 135,71 m, confrontando neste trecho com Área de Marinha, até o vértice 01, de coordenadas N 6.870.863,785 m e E 725.053,019 m; ponto inicial da descrição deste perímetro." Todas as coordenadas aqui descritas estão geo-referenciadas no Sistema UTM, tendo como o Datum o Sirgas 2000. Todos os azimutes e distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM.

Art. 2º A área descrita no art. 1º deste Decreto, definida como Zona Especial de Interesse Social - ZEIS, fica destinada exclusivamente à implementação de loteamentos de interesse social.

Art. 3º O órgão municipal responsável pelo desenvolvimento urbano, saneamento e habitação poderá estabelecer, por ato próprio, Plano de Urbanização da Zona Especial de Interesse Social - ZEIS, para a área delimitada no art. 1º deste Decreto, observadas as normas urbanísticas em vigor.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Imbituba, 18 de maio de 2015.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 092, de 18 de maio de 2015.

Reconstitui o Conselho Municipal da Medalha Henrique Lage e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 93, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o que dispõe a Lei nº 3.334, de 27 de maio de 2008, que criou a Medalha Henrique Lage,



CONSIDERANDO a reforma administrativa decorrente da Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica reconstituído o Conselho Municipal da Medalha Henrique Lage com a seguinte composição:

I – Jaison Cardoso de Souza, Chefe do Poder Executivo Municipal;

II – Elísio Sgrott, Vice-Prefeito;

III – Titulares das Secretarias Municipais:

a) Nicolau Corsino Bento, Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública;

b) Michela da Silva Freitas, Secretária Municipal de Educação;

c) Eduardo dos Passos Nunes, Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação;

d) Paulo Juchem Sefton, Secretário Municipal de Turismo, Esporte e Cultura;

e) Rui Geraldo Rodrigues, Secretário Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura;

f) Maria Martins dos Passos Souza, Secretária Municipal de Saúde;

g) Ivan Vitorio, Secretário Municipal da Fazenda;

h) Selma Elias Westphal, Secretária Municipal de Assistência Social, Trabalho e Renda;

IV – Dr. Luiz Dário Rocha, representante da Ordem dos Advogados do Brasil, Subseção de Imbituba;

V - Representantes dos movimentos sociais juridicamente constituídos no município:

a) Sandra Leal, integrante da Indústria da Solidariedade; e

b) Jandir Silva de Aguiar, integrante da Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais.

§ 1º O Conselho Municipal da Medalha Henrique Lage será presidido pelo Chefe do Poder Executivo, que indicará o Secretário do referido colegiado.

§ 2º O Vice-Prefeito substituirá o Chefe do Poder Executivo na presidência do Conselho Municipal, nas ausências do mesmo.

§ 3º A Secretaria do Conselho Municipal Medalha Henrique Lage será exercida pela titular da Secretaria Municipal de Educação.

§ 4º Os membros do Conselho Municipal não serão remunerados pelo exercício da função.

Art. 2º Compete ao Conselho Municipal da Medalha Henrique Lage:

I - elaborar seu regimento;

II - aprovar o nome dos candidatos indicados para receber a Medalha;

III - zelar pelo prestígio da Medalha;

IV - aprovar as medidas necessárias ao bom desempenho de suas funções;

V - suspender ou cancelar o direito de uso da Medalha, nos termos do regimento;

VI - manter acervo atualizado de objetos e publicações referentes ao homenageado;

VII - manter livro de registro, em que serão inscritos, por ordem cronológica, os nomes dos agraciados com a medalha e seus dados biográficos.

§ 1º Constarão no regimento do Conselho Municipal as especificações de tamanho e desenho da Medalha e do Diploma, bem como as condições e particularidades de sua concessão.

§ 2º A concessão da Medalha será aprovada pelo voto secreto da maioria absoluta dos membros do Conselho Municipal.

§ 3º O "quorum" para deliberação do Conselho Municipal é de dois terços de seus membros.

Art. 3º O Conselho Municipal da Medalha Henrique Lage se reunirá ordinariamente, conforme determinar o regimento, e extraordinariamente, por convocação de seu Presidente.

Art. 4º Compete aos membros do Conselho Municipal da Medalha Henrique Lage a indicação dos nomes dos candidatos ao seu recebimento. Parágrafo único. A indicação conterá o nome completo e a qualificação do candidato à homenagem, seus dados biográficos, a relação de serviços por ele prestados ao desenvolvimento do município.

Art. 5º Fica revogado o Decreto PMI nº 091, de 09 de maio de 2014.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 18 de maio de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 093, DE 28 DE MAIO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e Fundo Municipal da Assistência Social e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.565, de 28 de maio de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais), para reforço do item orçamentário,

como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E CULTURA – SETEC		
Manutenção da SEDTUR		
23.122.0008-2.026		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0115)	Aplicações Diretas	38.000,00
Total	38.000,00	

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação parcial da dotação orçamentária abaixo, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS		
Vivendo a Melhor Idade		
13.392.0007-2.172		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0038)	Aplicações Diretas	38.000,00
Total	38.000,00	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 28 de maio de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 094, DE 28 DE MAIO DE 2015.

Dispõe sobre alteração da Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO 2015 e abertura de Crédito Adicional Especial para o Fundo Municipal de Assistência Social e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.566, de 28 de maio de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), no orçamento (LOA) 2015, conforme Lei nº 4.485/2014 de 03/12/2014, para novo item orçamentário, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Manutenção do Fundo da Assistência Social		
08.244.0013-2.078		
4.4.50.00.00.00.00.00.01.0000	Transferências a Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos	20.000,00
Total	20.000,00	

Art. 2º O Crédito Adicional Especial aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Manutenção do Fundo da Assistência Social		
08.244.0013-2.078		
3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000	Transferências a Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos	20.000,00
Total	20.000,00	

Art. 3º Esta Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 28 de maio de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 095, DE 29 DE MAIO DE 2015.

Dispõe sobre Convocação da V Conferência Municipal de Saúde e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo art. 93 c/c art. 32 da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988, em especial seu Artigo nº 198, que estabelece a participação da comunidade como uma das diretrizes de organização das ações e serviços públicos de saúde;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.080/90 que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.142/90 que Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde, em especial, o § 1º do Artigo 1º que dispõe sobre a Conferência de Saúde, constituindo esta como fórum máximo de deliberação da Política de Saúde no âmbito municipal;

CONSIDERANDO a plenária ordinária do Conselho Municipal de Saúde, de vinte e seis de maio de dois mil e quinze, que aprovou a convocação da Conferência Municipal de Saúde,

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada, nos termos deste decreto, a V Conferência Municipal de Saúde do Município de Imbituba, para o dia 30 de junho de 2015.

Art. 2º A Conferência Municipal de Saúde obedecerá ao temário proposto pela 15ª Conferência Nacional de Saúde, com o Tema: "Saúde Pública de Qualidade para Cuidar Bem das Pessoas: Direito do Povo Brasileiro".

Parágrafo único. Ficam os eixos temáticos definidos nos termos da 15ª Conferência Nacional de Saúde, quais sejam: "Direito à Saúde, Garantia de Acesso e Atenção de Qualidade"; "Participação Social", "Valorização do Trabalho e da Educação em Saúde", " Financiamento do SUS e Relação Público-Privado", "Gestão do SUS e Modelos de Atenção à Saúde", " Informação, Educação e Política de Comunicação do SUS, "Ciência, Tecnologia e Inovação no SUS, e " Reformas Democráticas e Populares do Estado".

Art. 3º A Conferência Municipal de Saúde realizar-se-á no Paes Leme Esporte Clube – PLEC, sito à Avenida Renato Ramos da Silva, Paes Leme, Município de Imbituba, Santa Catarina.

Parágrafo único. Em caso de impossibilidade de realização do evento no local especificado neste decreto, com justificativa abonada pelo Conselho Municipal de Saúde, caberá a este, por meio de resolução, definir o novo local para realização da mesma.

Art. 4º A Conferência Municipal de Saúde será presidida pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde e coordenada pela Secretaria Municipal de Saúde, através de comissão específica.

Art. 5º As normas de organização e funcionamento da Conferência serão elaboradas por comissão específica, deliberadas pelo Conselho Municipal de Saúde e expedidas e publicadas pela Secretaria Municipal de Saúde, através de Ato Normativo específico.

Art. 6º As despesas decorrentes da Conferência Municipal de Saúde correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente, autorizada a abertura de suplementações orçamentárias, se necessário for, à plena execução da mesma.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 29 de maio de 2015.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 096, DE 31 DE MAIO DE 2015.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - SEAGP, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 34 da Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro 2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovadas a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública, conforme disposto neste Decreto.

## CAPÍTULO I

### DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública compete desenvolver as atividades relacionadas com:

- I – administração e normas de pessoal;
- II – gestão de materiais e do patrimônio;
- III – aquisição de bens e serviços, mediante procedimentos legais;
- IV – reprografia e digitalização de documentos públicos;
- V – elaboração, coordenação e execução das atividades relacionadas à tecnologia da informação;
- VI – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

## CAPÍTULO II

### DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública, constituída pelos seguintes órgãos:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário Municipal:

a) Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

a) Superintendência de Gestão e Inovação

1. Gerência de Pessoal

1.1. Coordenadoria de Segurança e Medicina do Trabalho

2. Gerência de Atos de Pessoal

3. Gerência de Tecnologia da Informação

4. Gerência de Defesa Civil

b) Diretoria de Licitações

1. Departamento de Análise Procedimental

2. Departamento de Atos Licitatórios

c) Diretoria de Documentação e Patrimônio

1. Coordenadoria do Arquivo Público Municipal - APM

2. Coordenadoria de Serviço Conveniados

2.1. Unidade Gestora do Serviço Postal Comunitário de Araçatuba

2.2. Unidade Gestora do Serviço de Identificação Civil do IGP/SC

2.3. Unidade Gestora da Secretaria da Junta do Serviço Militar

d) Diretoria de Suprimentos

1. Departamento de Recepção e Expedição de Materiais

III – órgãos colegiados:

a) Conselho de Recursos Humanos da Administração Pública Municipal;

b) Conselho Municipal de Defesa Civil.

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

## CAPÍTULO III

### DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Superintendente	Superintendência	1	Remuneração	3.700,00
Diretor(a)	Diretoria	3	Remuneração	1.900,00
Chefe de Departamento	Departamento	3	Remuneração	1.300,00
Assessor(a) Especial	Assessoria	2	Remuneração	1.900,00
Assessor(a) I	Assessoria	1	Remuneração	1.600,00
Assessor(a) II	Assessoria	4	Remuneração	1.200,00
Assessor(a) III	Assessoria	6	Remuneração	1.000,00
Assessor(a) IV	Assessoria	3	Remuneração	800,00

II – Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)

Superintendente	Gratificação	2.760,00
Diretor(a)	Gratificação	1.260,00
Chefe de Departamento	Gratificação	675,00
Assessor(a) Especial	Gratificação	1.260,00
Assessor(a) I	Gratificação	855,00
Assessor(a) II	Gratificação	540,00
Assessor(a) III	Gratificação	450,00
Assessor(a) IV	Gratificação	387,00

## III – Funções Gratificadas:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	VAGAS	VALOR DA FG
Gerente	4	50% do salário-base do servidor de carreira
Coordenador(a)	3	33% do salário-base do servidor de carreira
Gestor(a) de Unidade	3	R\$ 430,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constantes deste Decreto, serão definidas e atribuídas por ato do Chefe do Poder Executivo e, ainda, poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno deste órgão.

Art. 6º Revoga-se o Decreto PMI nº 29, de 27 de Fevereiro de 2015, ressalvando-se, todavia, os atos de nomeação/designação para órgãos cujas denominações se conservarem neste ato, os quais ficam convalidados.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de 1º de Junho de 2015.

Imbituba, 31 de maio de 2015.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 097, DE 31 DE MAIO DE 2015.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Controladoria-Geral do Município - CGM, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 34 da Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovadas a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Controladoria-Geral do Município, conforme disposto neste Decreto.

## CAPÍTULO I

## DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Controladoria-Geral do Município compete:

I – assistir direta e imediatamente o Prefeito Municipal no desempenho de suas atribuições quanto aos assuntos e providências que, no âmbito do Poder Executivo, sejam atinentes:

- à defesa do patrimônio público;
  - ao controle interno;
  - à auditoria pública;
  - à correição;
  - à prevenção;
  - ao combate à corrupção;
  - ao incremento da transparência da gestão no âmbito da administração pública municipal;
- II – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

## CAPÍTULO II

## DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Controladoria-Geral do Município, constituída pelos seguintes órgãos:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Controlador Geral:

- Assessoria



II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

a) Coordenadoria de Auditoria

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria-Geral do Município, o Regimento Interno da Controladoria-Geral para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Controladoria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

### CAPÍTULO III

#### DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Controladoria-Geral do Município ficam atribuídos os(as) seguintes:

##### I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Controlador(a)-Geral	Controladoria-Geral	1	Remuneração	3.700,00
Assessor(a) IV	Assessoria	1	Remuneração	800,00

##### II – Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Controlador(a)-Geral	Gratificação	2.160,00
Assessor(a) IV	Gratificação	387,00

##### III – Funções Gratificadas:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	VAGAS	VALOR DA FG
Coordenador(a)	1	33% do salário-base do servidor de carreira

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constantes deste Decreto, serão definidas e atribuídas por ato do Chefe do Poder Executivo e, ainda, poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno deste órgão.

Art. 6º Revoga-se o Decreto PMI nº 27, de 27 de Fevereiro de 2015, ressalvando-se, todavia, os atos de nomeação/designação para órgãos cujas denominações se conservarem neste ato, os quais ficam convalidados.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de 1º de junho de 2015.

Imbituba, 31 de maio de 2015.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 098, DE 31 DE MAIO DE 2015.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal da Fazenda - SEFAZ, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 34 da Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015,

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovadas a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal da Fazenda conforme disposto neste Decreto.

### CAPÍTULO I

#### DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Secretaria Municipal da Fazenda, compete:

I – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política fazendária municipal, especialmente:

- a formulação, a coordenação, a administração e a execução da política de administração tributária e fiscal do Município, bem como o aperfeiçoamento e atualização da legislação tributária municipal;
- a arrecadação, o lançamento e a fiscalização dos tributos e receitas municipais;
- a organização e a manutenção do cadastro fiscal do Município;

- d) a inscrição na dívida ativa, a promoção da sua cobrança, o controle e registro do seu pagamento;
  - e) a promoção de estudos e a fixação de critérios para a concessão de incentivos fiscais e financeiros, tendo em vista o desenvolvimento econômico e social do Município, em articulação com o órgão superior responsável pelo desenvolvimento econômico;
  - f) a promoção da educação fiscal da população como estratégia integradora de todas as ações da administração tributária, visando à realização da receita necessária aos objetivos do Município;
  - g) a cobrança extrajudicial dos créditos inscritos na dívida ativa do Município;
  - h) o assessoramento aos órgãos do Município em assuntos de finanças e tributos;
  - i) o registro e controle contábeis da administração financeira e patrimonial e o registro da execução orçamentária;
  - j) o planejamento econômico e a elaboração do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da proposta orçamentária, em articulação com os demais órgãos competentes;
- II – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

## CAPÍTULO II

### DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal da Fazenda, constituída pelos seguintes órgãos:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário Municipal:

a) Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

a) Superintendência da Fazenda

1. Gerência de Cobrança e Dívida Ativa

1.1. Coordenadoria de Arrecadação e Lançamento

1.1.1 Unidade Gestora de Isenção e Remissão Fiscal

1.2. Coordenadoria de Fiscalização Tributária

2. Gerência do Cadastro Fiscal

2.1. Departamento de Apoio Operacional

2.2. Departamento de Apoio Estratégico

3. Gerência de Mapeamento Sistemático Cadastral

4. Gerência de Atualização Cadastral Imobiliária

5. Gerência de Contabilidade Pública

5.1. Departamento de Controle Contábil

6. Gerência de Gestão, Orçamento e Planejamento

7. Gerência de Administração Fazendária

8. Diretoria de Projetos e Ações Estratégicas

8.1. Gerência de Captação de Recursos

9. Tesouraria

III – órgão colegiado:

a) Conselho Municipal de Contribuintes.

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria Geral do Município o Regimento Interno da Secretaria Municipal da Fazenda para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

## CAPÍTULO III

### DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal da Fazenda ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Superintendente	Superintendência	1	Remuneração	3.700,00
Diretor(a)	Diretoria	1	Remuneração	1.900,00
Chefe de Departamento	Departamento	3	Remuneração	1.300,00
Assessor(a) II	Assessoria	3	Remuneração	1.200,00
Assessor(a) III	Assessoria	1	Remuneração	1.000,00
Assessor(a) IV	Assessoria	3	Remuneração	800,00

II – Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Superintendente	Gratificação	2.160,00
Tesoureiro(a)	Gratificação	1.620,00
Diretor(a)	Gratificação	1.260,00
Chefe de Departamento	Gratificação	675,00
Assessor(a) II	Gratificação	540,00
Assessor(a) III	Gratificação	450,00
Assessor(a) IV	Gratificação	387,00

## III – Funções Gratificadas:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	VAGAS	VALOR DA FG
Gerente	8	50% do salário-base do servidor de carreira
Coordenador(a)	2	33% do salário-base do servidor de carreira
Gestor(a) de Unidade	1	R\$ 430,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constantes deste Decreto, serão definidas e atribuídas por ato do Chefe do Poder Executivo e, ainda, poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno deste órgão.

Art. 6º Revoga-se o Decreto PMI nº 30, de 27 de Fevereiro de 2015, ressalvando-se, todavia, os atos de nomeação/designação para órgãos cujas denominações se conservarem neste ato, os quais ficam convalidados.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de 1º de junho de 2015.

Imbituba, 31 de maio de 2015.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 099, DE 31 DE MAIO DE 2015.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 34, da Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015,

## DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovadas a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Saúde, conforme disposto neste Decreto.

## CAPÍTULO I

## DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Secretaria Municipal de Saúde compete desenvolver as atividades relacionadas com:

- I – saúde pública e medicina preventiva;
- II – atividades médicas e odontológicas;
- III – educação para a saúde;
- IV – administração ambulatorial;
- V – vigilância sanitária e epidemiológica;
- VI – gestão de programas e ações relativas à saúde da família;
- VII - assistência básica à saúde;
- VIII – controle, regulação, avaliação e auditoria.
- IX – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

## CAPÍTULO II

## DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Saúde, constituída pelos seguintes órgãos:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário Municipal:

- a) Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

a) Diretoria de Administração, Planejamento e Atenção em Saúde

1. Gerência de Controle Administrativo
2. Gerência de Compras
3. Gerência de Logística de Suprimentos
- 3.1. Coordenadoria de Planejamento
- 3.2. Supervisão de Insumos e Suprimentos
4. Gerência do Fundo Municipal de Saúde

b) Diretoria de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria

1. Auditoria Técnica

- 1.1. Supervisão de Controle da Auditoria
- 1.2. Coordenadoria de Atenção Básica
- 1.3. Programa de Melhoria da Atenção Básica - PMAQ
- 1.4. Supervisão de Autorização de Internação Hospitalar
2. Gerência da Estratégia de Saúde da Família
- 2.1. Coordenadoria de Programas e Ações Estratégicas
3. Gerência do Centro de Referência de Saúde da Mulher
- 3.1. Coordenadoria de Programas do Centro de Referência de Saúde da Mulher
4. Departamento de Controle dos Centros de Referência de Saúde
5. Gerência de Apoio à Saúde da Família
- 5.1. Unidade Gestora do Programa Saúde na Escola
- 5.2. Unidade Gestora dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família-NASF
6. Departamento de Serviços de Referência em Saúde
- 6.1. Coordenação Executiva da Policlínica
- 6.2. Coordenadoria do Laboratório de Análises Clínicas
- 6.3. Coordenadoria do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO
7. Departamento de Prevenção e Combate às Drogas
- c) Diretoria de Vigilância em Saúde e Assistência Farmacêutica
1. Coordenadoria de Vigilância Epidemiológica
- 1.1. Supervisão do Programa de Combate ao Aedes Aegypti
2. Coordenação Executiva do Programa DST/AIDS/HIV

III – órgão colegiado:

a) Conselho Municipal da Saúde.

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Saúde para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

### CAPÍTULO III

#### DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal De Saúde ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	VALOR (R\$)
			FORMA	
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Diretor(a)	Diretor(a)	3	Remuneração	1.900,00
Gestor(a) Institucional	Gestor(a)	1	Remuneração	1.800,00
Chefe de Departamento	Departamento	3	Remuneração	1.300,00
Coordenador(a) Executivo(a)	Coordenação	2	Remuneração	1.600,00
Assessor(a) Especial	Assessoria	1	Remuneração	1.900,00
Assessor(a) I	Assessoria	1	Remuneração	1.600,00
Assessor(a) II	Assessoria	1	Remuneração	1.200,00
Assessor(a) III	Assessoria	2	Remuneração	1.000,00
Assessor(a) IV	Assessoria	5	Remuneração	800,00

II – Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	VALOR (R\$)
	FORMA	
Diretor(a)	Gratificação	1.260,00

Gestor(a) Institucional	Gratificação	1.000,00
Assessor(a) Especial	Gratificação	1.260,00
Chefe de Departamento	Gratificação	675,00
Coordenador(a) Executivo(a)	Gratificação	855,00
Assessor(a) I	Gratificação	855,00
Assessor(a) II	Gratificação	540,00
Assessor(a) III	Gratificação	450,00
Assessor(a) IV	Gratificação	387,00

**III – Funções Gratificadas:**

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	VAGAS	VALOR DA FG
Gerente	7	50% do salário-base do servidor de carreira
Coordenador(a)	7	33% do salário-base do servidor de carreira
Supervisor(a)	4	17% do salário-base do servidor de carreira
Gestor(a) de Unidade	2	R\$ 430,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constantes deste Decreto, serão definidas e atribuídas por ato do Chefe do Poder Executivo e, ainda, poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno deste órgão.

Art. 6º Revoga-se o Decreto PMI nº 32, de 27 de Fevereiro de 2015, ressalvando-se, todavia, os atos de nomeação/designação para órgãos cujas denominações se conservarem neste ato, os quais ficam convalidados.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de 1º de junho de 2015.

Imbituba, 31 de maio de 2015.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 100, DE 31 DE MAIO DE 2015.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Procuradoria Geral do Município - PGM, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 34 da Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam aprovadas a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Procuradoria Geral do Município, conforme disposto neste Decreto.

**CAPÍTULO I****DA ESTRUTURA REGIMENTAL**

Art. 2º À Procuradoria-Geral do Município compete prestar assistência e assessoramento jurídico ao Chefe do Poder Executivo no desempenho de suas funções, bem como:

I – defender em juízo e fora dele os interesses e direitos do Município;

II – emitir pareceres nos processos que lhe são distribuídos, assim como naqueles de matéria legislativa;

III – redigir, organizar, numerar e manter sob sua responsabilidade, os contratos e convênios que geram direitos e obrigações pelo Município.

IV – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

**CAPÍTULO II****DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Procuradoria Geral do Município, constituída pelos seguintes órgãos:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Procurador(a) Geral:

a) Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

a) Diretoria de Atos Contratuais



- b) Diretor de Defesa e Proteção do Consumidor  
 c) Departamento de Registro e Acompanhamento de Feitos  
 d) Procuradoria  
 e) Gerência do Contencioso Trabalhista  
 f) Gerência do Contencioso Tributário  
 g) Programa do Executivo Fiscal  
 III – órgão colegiado:  
 a) Conselho Municipal de Defesa do Consumidor

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas, com interveniência da Controladoria Geral do Município, o Regimento Interno da Procuradoria Geral do Município para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Procuradoria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

### CAPÍTULO III

#### DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Procuradoria Geral do Município ficam atribuídos os(as) seguintes:

##### I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Procurador(a) Geral	Procuradoria Geral	1	Subsídio	5.200,00
Procurador(a)	Procuradoria	4	Remuneração	2.300,00
Diretor(a)	Diretoria	2	Remuneração	1.900,00
Chefe de Departamento	Departamento	2	Remuneração	1.300,00
Assessor(a) I	Assessoria	1	Remuneração	1.600,00
Assessor(a) III	Assessoria	2	Remuneração	1.000,00
Assessor(a)IV	Assessoria	2	Remuneração	800,00

##### II – Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Procurador(a)	Gratificação	1.260,00
Diretor(a)	Gratificação	1.260,00
Chefe de Departamento	Gratificação	675,00
Assessor(a) I	Gratificação	855,00
Assessor(a) III	Gratificação	450,00
Assessor(a)IV	Gratificação	387,00

##### III – Funções Gratificadas:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO			
	VAGAS	VALOR DA FG		
Gerente	2	50% do salário-base do servidor de carreira		
Conciliador- Chefe	1	R\$ 2.100,00		
Chefe de Cartório	2	R\$ 1.900,00		
Assistente de Cartório	2	R\$ 1.500,00		
Oficial de Justiça	2	R\$ 1.500,00		
Cooperador de Dívida Ativa	1	R\$ 1.900,00		
Agente de Dívida Ativa	1	R\$ 1.500,00		

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constantes deste Decreto, serão definidas e atribuídas por ato do Chefe do Poder Executivo e, ainda, poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno deste órgão.

Art. 6º Revoga-se o Decreto PMI nº 80, de 30 de abril de 2015, ressalvando-se, todavia, os atos de nomeação/designação para órgãos cujas denominações se conservarem neste ato, os quais ficam convalidados.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de 1º de junho de 2015.

Imbituba, 31 de maio de 2015.

Jaison Cardoso de Souza  
 Prefeito

Registre-se e Publique-se  
 Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 101, DE 31 DE MAIO DE 2015.

Revoga o Decreto PMI nº 059, de 30 de março de 2015 e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições privativas que lhe confere o art. 32, I c/c art. 93, VII, da Lei Orgânica do Município de Imbituba, e

CONSIDERANDO que o ato administrativo apropriado para a constituição da Comissão Municipal de Avaliação Imobiliária prevista no § 1º do art. 2º da Lei nº 4.519, de 05 de março de 2015, deve ser efetuada por Portaria, conforme se depreende do disposto no art. 5º da Lei nº 4.519/2015;

CONSIDERANDO que a Administração Pública tem o poder-dever de rever seus próprios atos, anulando-os quando ilegais, em observância ao princípio da legalidade, ou, ainda, revogando-os quando se revelam inconvenientes ou inoportunos, visando sempre o interesse público, em conformidade ao princípio da autotutela previsto na Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal.

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto PMI nº 059, de 30 de março de 2015.

Parágrafo único. Ficam convalidados os atos, deveres e direitos, decorrentes do ato revogado, no período de sua vigência.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 31 de maio 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 102, DE 31 DE MAIO DE 2015.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Renda - SEAST e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 34, da Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Renda, conforme disposto neste Decreto.

## CAPÍTULO I

### DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Renda compete:

I – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de assistência social, especialmente:

- a) implementação das ações do Município no âmbito o Sistema Único de Assistência Social;
- b) formulação de planos e programas em sua área de competência, observadas as diretrizes gerais do governo e em articulação com os demais órgãos da Administração Municipal;
- c) elaboração e divulgação de diretrizes da política municipal de atendimento, promoção e defesa:
  1. dos direitos da criança e do adolescente e promover a execução das ações respectivas, de forma direta ou indireta;
  2. da mulher e promover a execução das ações respectivas, de forma direta ou indireta;
  3. da pessoa com deficiência e promover a execução das ações respectivas, de forma direta ou indireta;
- c) manter atividades de pesquisa e acompanhamento de cenários de direitos humanos, trabalho, emprego e renda e de territórios sociais;
- d) apoiar ações e projetos voltados para a interiorização do desenvolvimento social;
- e) promover e facilitar a intersetorialidade para a implementação das políticas públicas sob sua direção;
- f) desenvolver ações de captação de recursos para fundos sujeitos à sua gestão e para projetos específicos;

II – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de promoção do trabalho e geração de renda, especialmente:

- a) formação profissional e orientação, visando a organização dos trabalhadores;
- b) identificação de oportunidade de trabalho e emprego para inserção de trabalhadores no mercado de trabalho e melhoria das relações de trabalho;

c) articulação com entidades de direito público interno ou externo de todas as esferas de governo e entidades de direito privado nacionais ou estrangeiras;

- d) propiciar condições e iniciativas que estimulem a promoção do trabalho decente para todos;
- e) participar de atividades que estimulem o desenvolvimento sustentável, o enfrentamento da pobreza e o exercício da cidadania, como políticas de promoção do trabalhador; e
- f) desenvolver ações destinadas à qualificação profissional, inclusão do trabalhador no mercado de trabalho, com a consequente geração de renda e de apoio ao trabalhador desempregado.
- III – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

## CAPÍTULO II

### DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º Fica Estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Renda, constituída pelos seguintes órgãos:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário Municipal:

a) Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

a) Gerência de Proteção Básica

1. Coordenadoria do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS

1.1. Unidade Gestora de Transferência e Complementação de Renda

1.2. Unidade Gestora de Segurança Alimentar e Nutricional

2. Coordenadoria do Programa ACALENTOS

3. Departamento de Inclusão da Pessoa Idosa

b) Gerência do Núcleo de Atendimento à Criança e ao Adolescente

c) Gerência de Trabalho e Renda

1. Unidade Gestora de Capacitação para o Emprego e Geração de Renda

d) Departamento Administrativo-Financeiro

1. Unidade Gestora do Controle Administrativo

2. Unidade Gestora do Controle Social

3. Unidade Gestora de Programas, Serviços e Projetos

e) Departamento de Proteção Especial de Média e Alta Complexidade

III – órgãos colegiados:

a) Conselho Municipal de Assistência Social;

b) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

c) Conselho Gestor do Telecentro Comunitário;

d) Conselho Municipal do Idoso;

e) Conselho Municipal Antidrogas;

f) Conselho Municipal da Juventude; e

g) Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Renda para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

## CAPÍTULO III

### DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal De Assistência Social, Trabalho e Renda ficam atribuídos os(as) seguintes:

I – Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Chefe de Departamento	Departamento	2	Remuneração	1.300,00
Assessor (a) III	Assessoria	1	Remuneração	1.000,00
Assessor(a) IV	Assessoria	4	Remuneração	800,00

II – Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Chefe de Departamento	Gratificação	675,00
Assessor (a) III	Gratificação	450,00

Assessor(a) IV	Gratificação	387,00
----------------	--------------	--------

## III – Funções Gratificadas:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	VAGAS	VALOR DA FG
Gerente	3	50% do salário-base do servidor de carreira
Coordenador(a)	2	33% do salário-base do servidor de carreira
Gestor(a) de Unidade	6	R\$ 430,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constantes deste Decreto, serão definidas e atribuídas por ato do Chefe do Poder Executivo e, ainda, poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno deste órgão.

Art. 6º Revoga-se o Decreto PMI nº 33, de 27 de Fevereiro de 2015, ressalvando-se, todavia, os atos de nomeação/designação para órgãos cujas denominações se conservarem neste ato, os quais ficam convalidados.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de 1º de junho de 2015.

Imbituba, 31 de maio de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 103, DE 2 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Saúde de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.485, de 03 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), para novo item orçamentário, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMBITUBA – FMS		
Assist. Ambul. e Hospitalar		
10.302.0014-2.061		
3.3.71.00.00.00.00.00.01.0193 (0077)	Transfer. a Consórcios Públicos	100.000,00
Total	100.000,00	

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMBITUBA – FMS		
Assist. Ambul. e Hospitalar		
10.302.0014-2.061		
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0193 (0041)	Aplicações Diretas	100.000,00
Total	100.000,00	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 2 de junho de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 104, DE 2 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Saúde de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.485, de 03 de dezembro de 2014,

## DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 42.300,00 (quarenta e dois mil e trezentos reais), para novo item orçamentário, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMBITUBA – FMS		
Aquisição de Veículos		
10.301.0014-1.024		
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0708 (0076)	Aplicações Diretas	42.300,00
Total	42.300,00	

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do excesso de arrecadação decorrentes da Alienação de Bens.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 2 de junho de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 105, DE 2 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal da Procuradoria Geral e da outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.485, de 03 de dezembro de 2014,

## DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), para novo item orçamentário, como segue:

42 – FUNDO MUNICIPAL DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – FMPG		
Manutenção do Fundo da Procuradoria		
02.062.0005-2.150		
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0222 (0004)	Aplicações Diretas	25.000,00
Total	25.000,00	

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do Superávit Financeiro de Recursos Próprios apurados em exercícios anteriores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 2 de junho de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 106, DE 8 DE JUNHO DE 2015.

Homologa as Resoluções do Conselho Municipal do Idoso e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na Lei Municipal nº 4.216, de 13 de junho de 2013, que instituiu o Conselho Municipal de Idoso,

## DECRETA:

Art. 1º Ficam homologadas as seguintes resoluções, emadas Conselho Municipal do Idoso:

- I – Resolução nº 02/2015 – “Dispõe sobre a convocação da I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa e dá outras providências”;  
II – Resolução nº 03/2015 – “Cria a Comissão organizadora da I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa”.



Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 8 de junho de 2015.  
Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.  
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 107, DE 8 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Trânsito de Imbituba e da outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.485, de 03 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), para reforço de dotação orçamentária, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE IMBITUBA		
Manutenção do Fundo de Trânsito		
06.181.0017-2.044		
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 (0003)	Aplicações Diretas	50.000,00
Total	50.000,00	

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação parcial da dotação orçamentária, conforme segue:

FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE IMBITUBA		
Manutenção do Fundo de Trânsito		
06.181.0017-2.044		
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 (0002)	Aplicações Diretas	50.000,00
Total	50.000,00	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 8 de junho de 2015.  
Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.  
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 108, DE 10 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.485, de 03 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), para novos itens orçamentários, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS DE IMBITUBA - FUNREBOM			
Manutenção das atividades do FUNREBOM			
06.182.0012-2.086			
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000 (0004)	Aplicações Diretas	50.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000 (0005)	Aplicações Diretas	100.000,00	
Total	150.000,00		

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do superávit financeiro de

recursos próprios apurados em exercícios anteriores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 10 de junho de 2015.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 109, DE 10 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre PERMISSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO MUNICIPAL a título precário e gratuito a LOJA MAÇÔNICA 15 DE NOVEMBRO n.º 25, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, usando da competência privativa e atribuições que lhe confere o art. 26, § 4º da Lei Orgânica do Município de Imbituba,

DECRETA:

Art. 1º Fica permitido, por 360 (trezentos e sessenta) dias Uso de Bem Público Municipal, a título precário e gratuito, a LOJA MAÇÔNICA 15 DE NOVEMBRO nº 25, inscrita no CNPJ sob o nº 03.671.287/0001.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação.

Imbituba, 10 de junho de 2015.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 110, DE 16 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal da Procuradoria Geral e da outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.485, de 03 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), para reforço de dotação orçamentária, como segue:

42 – FUNDO MUNICIPAL DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – FMPG		
Manutenção do Fundo da Procuradoria		
02.062.0005-2.150		
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0222 (0004)	Aplicações Diretas	120.000,00
Total	120.000,00	

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do excesso de arrecadação de recursos próprios apurados no exercício de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 16 de junho de 2015.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 111, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Saúde de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.485, de 03 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 231.100,00 (duzentos e trinta e um mil e cem reais) para reforço de dotações e novas dotações orçamentárias, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMBITUBA – FMS		
Manutenção da Atenção Básica		
10.301.0014-2.121		
3.1.90.00.00.00.00.00.03.0229 (0078)	Aplicações Diretas	131.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0229 (0066)	Aplicações Diretas	46.766,00
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0229 (0072)	Aplicações Diretas	30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0195 (0079)	Aplicações Diretas	23.334,00
Total	231.100,00	

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do Superavit Financeiro das seguintes fontes de recursos, conforme Demonstrativo das Fontes de Recursos:

Demonstrativo das Fontes de Recursos		
Fonte de Recurso	Descrição da Fonte de Recurso	Valor total por Fonte de Recurso
00.03.0229	Superavit Programa Melhoria Acesso Qualidade - PMAQ	207.766,00
00.03.0195	Superavit Transferências de Convênios p/ SUS - União	23.334,00
	Total das Fontes	231.100,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 17 de junho de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 112, de 24 de junho de 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Procuradoria Geral do Município e da outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.485, de 03 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), para reforço das dotações orçamentárias, como segue:

42 – FUNDO MUNICIPAL DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – FMPG		
Manutenção do Fundo da Procuradoria		
02.062.0005-2.150		
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0222 (0004)	Aplicações Diretas	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0222 (0005)	Aplicações Diretas	20.000,00
Total	30.000,00	

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do Superávit Financeiro apurados em exercícios anteriores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 24 de junho de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 113, de 24 de junho de 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal da Procuradoria Geral e da outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.485, de 03 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), para reforço de dotação orçamentária, como segue:

42 – FUNDO MUNICIPAL DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – FMPG		
Manutenção do Fundo da Procuradoria		
02.062.0005-2.150		
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 (0002)	Aplicações Diretas	120.000,00
Total	120.000,00	

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do excesso de arrecadação de recursos próprios apurados no exercício de 2015.

Art. 3º Fica revogado o Decreto PMI n. 110, de 16 de Junho de 2015.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 24 de junho de 2015.  
Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº , DE DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre a revisão geral anual da remuneração dos servidores municipais e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 93, da Lei Orgânica Municipal, e nos termos da Lei Complementar nº 4.561, de 28 de maio de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a revisão geral anual da remuneração dos servidores municipais no percentual de 8,34% (oito inteiros e trinta e quatro avos percentuais), apurado pelo índice do INPC/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) referente ao período de 1º de maio de 2014 a 30 de abril de 2015.

§ 1º Excetua-se da revisão prevista no caput os servidores contemplados pela complementação salarial objeto da Lei Complementar nº 4.515, de 10 de fevereiro de 2015, e da Lei Federal nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011.

§ 2º Deverá ser observado o disposto no artigo 4º da Lei Complementar nº 4.515, de 10 de fevereiro de 2015, para fins de compensação.

Art. 2º Além do índice de revisão geral anual de que trata o artigo 1º é concedido aumento real no percentual de 2,5% (dois inteiros e cinco avos por cento) aos servidores do magistério público da educação básica e seus substitutos, para atendimento dos dispositivos da Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, totalizando 8,32% (oito inteiros e trinta e dois avos por cento).

Art. 3º Ficam alteradas as tabelas salariais dos Planos de Carreiras dos servidores municipais e do magistério, que passam a ter as configurações dos anexos “A” e “B” deste Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos a partir de 1º de maio de 2015.

Imbituba, de junho de 2015.  
Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

**DECRETO PMI Nº 113, DE 24 DE JUNHO DE 2015.**

DECRETO PMI Nº 113, de 24 de junho de 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal da Procuradoria Geral e da outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.485, de 03 de dezembro de 2014,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), para reforço de dotação orçamentária, como segue:

42 – FUNDO MUNICIPAL DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – FMPG		
Manutenção do Fundo da Procuradoria		
02.062.0005-2.150		
3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 (0002)	Aplicações Diretas	120.000,00
Total	120.000,00	

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do excesso de arrecadação de recursos próprios apurados no exercício de 2015.

Art. 3º Fica revogado o Decreto PMI n. 110, de 16 de Junho de 2015.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 24 de junho de 2015.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

**EDITAL SEAGP Nº 086/2015**

EDITAL SEAGP Nº 086/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 005/2015.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2015, divulgado através do Edital nº 005/2015, de 12 de março de 2015, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 05/2015, de 31 de março de 2015, que homologou os resultados do referido processo.

**RESOLVE:**

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 005/2015, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na R: Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 25 de Junho a 24 de Julho de 2015, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 25 de junho de 2015.

Andreza Barcelos Carvalho  
Gerente de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 086/2015

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Cuidador/Educador Residente

Angélica Nanci Ferreira

**EDITAL SEAGP Nº 087/2015**

EDITAL SEAGP Nº 087/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO Nº 01/2014.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 001/2014, divulgado através do Edital nº 001/2014, de 10 de outubro de 2014, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014, de 05 de Janeiro de 2015, que homologou os resultados do referido Concurso.

**RESOLVE:**

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 001/2014, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 25 de Junho a 24 de Julho de 2015, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos



documentos necessários ao processo pré admissional. Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 25 de junho de 2015.

Andreza Barcelos Carvalho  
Gerente de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 087/2015

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Atendente de Consultório Odontológico

Sabrina Teresa da Rosa  
Mirela Valim Milan

### **EDITAL SEAGP Nº 088/2015**

EDITAL SEAGP Nº 088/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2012.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2012, divulgado através do Edital nº 004/2012, de 14 de novembro de 2012, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 04/2012, de 08 de fevereiro de 2013, que homologou os resultados do referido processo.

#### **RESOLVE:**

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 004/2012, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na R: Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 25 de Junho a 24 de Julho de 2015, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o

candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 25 de junho de 2015.

Andreza Barcelos Carvalho  
Gerente de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 088/2015

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Servente Merendeira

Sandra Helena Silva Pereira

### **EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE REVOGAÇÃO DE PROC. LICITATÓRIO DE Nº. 24/2015 (SEAST)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que fica revogado o Processo Licitatório nº 24/2015, na modalidade de Pregão Presencial nº 21/2015, pois o processo foi caracterizado como deserto.

Imbituba, 25 de Junho de 2015.

Dilson Petrassem Junior  
Pregoeiro Oficial

### **EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE REVOGAÇÃO DE PROC. LICITATÓRIO DE Nº. 32/2015 (SEAST)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que fica revogado o Processo Licitatório nº 32/2015, na modalidade de Pregão Presencial, pelo Sistema de Registro de Preços, de nº 21/2015, pois o processo foi caracterizado como deserto.

Imbituba, 25 de Junho de 2015.

Dilson Petrassem Junior  
Pregoeiro Oficial

### **EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE SUSPENSÃO DA CONCORRÊNCIA DE Nº. 01/2015 (PMI)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

O Município de Imbituba por meio da Comissão Permanente de Licitação, COMUNICA a todos os interessados que de acordo com a Recomendação 0003/2015/01PJ/IMB emitida pelo Ministério Público de Santa Catarina, fica suspenso o Edital de Concorrência nº 01/2015, Processo Licitatório nº 53/2015 por tempo indeterminado.

Imbituba, 25 de Junho de 2015.

Dilson Petrassem Junior  
Presidente da CPL

**EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO 011/2015 - CDL**

MUNICÍPIO DE IMBITUBA	
<p><b>EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO</b>            Termo do Convênio nº 011/2015. PARTÍCIPIES: Município de Imbituba, através da Secretaria Municipal da fazenda e a Camara de Dirigentes Lojistas – CDL FUNDAMENTO: 4.542, de 1º de abril de 2015 OBJETO: consiste na cobertura de parte das despesas com a realização do evento “sábado Especial”, que acontecerá em 10 edições , entre os meses de abril a dezembro de 2015.VALOR DO CONVÊNIO: Para execução do presente Convênio, serão destinados recursos financeiros na importância de R\$ 14.000,00(catorze mil reais). CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO A despesa ocorrerá por conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento do município para o exercício de 2015, vinculada ao orçamento da Secretaria Municipal da fazenda.VIGÊNCIA: De 10/04/2015 a 31/12/2015. SIGNATÁRIOS: Sr. Jaison Cardoso de Souza, pelo Município de Imbituba e Srª Marilucia Soares da Luz Bergler.</p>	

**EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO 013/2015-ISO**

MUNICÍPIO DE IMBITUBA	
<p><b>EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO</b>            Termo do Convênio nº 013/2015. PARTÍCIPIES: Município de Imbituba, através da Secretaria Municipal da fazenda e a INDÚSTRIA DA SOLIDARIEDADE -ISO FUNDAMENTO: lei nº 4.549 de 24 de abril de 2015. OBJETO O objeto do presente Convênio destina-se à cobertura de parte das despesas com a manutenção das atividades da respectiva entidade. VALOR DO CONVÊNIO: Para execução do presente Convênio, serão destinados recursos financeiros na importância de R\$ 5.424,00(cinco mil ,quatrocentos e vinte e quatro reais). CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO A despesa ocorrerá por conta da Dotação vigente, vinculada ao orçamento da Secretaria Municipal da Fazenda. VIGÊNCIA: De 29/04/2015 a 31/12/2015.SIGNATÁRIOS: Sr. Ivan Vitório , pelo Município de Imbituba e Srª Sandra Mara Leal Presidente da entidade.</p>	

**EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO 014/2015 ASSIART**

MUNICÍPIO DE IMBITUBA	
<p><b>EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO</b>            Termo do Convênio nº 014/2015. PARTÍCIPIES: Município de Imbituba, através da Secretaria Municipal da fazenda e a ASSOCIAÇÃO IMBITUBENSE DE ARTESANATO- ASSIART. FUNDAMENTO: lei nº 4.523, de 13 de março de 2015.OBJETO O objeto do presente Convênio consiste na concessão de auxílio financeiro,visando à cobertura das despesas à manutenção das atividades da respectiva entidade.VALOR DO CONVÊNIO: Para execução do presente Convênio, serão destinados recursos financeiros na importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO A despesa ocorrerá por conta da Dotação vigente, vinculada ao orçamento da Secretaria Municipal da Fazenda.VIGÊNCIA: De 18/03/2015 a 31/12/2015.SIGNATÁRIOS: Sr. Ivan Vitório , pelo Município de Imbituba e Srª Maria Verônica Nascimento, Presidente da entidade</p>	

**EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO 016/2015 APAE**

MUNICÍPIO DE IMBITUBA	
<p><b>EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO</b>            Termo do Convênio nº 016/2015. PARTÍCIPIES: Município de Imbituba, através da Secretaria Municipal de Assistência Social ,Trabalho e Renda e a ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE IMBITUBA-APAE. FUNDAMENTO: 4.545, de 9 de abril de 2015. OBJETO: custear parte das despesas para aquisição de veículo “automóvel” para uso da instituição. VALOR DO CONVÊNIO: Para execução do presente Convênio, serão destinados recursos financeiros na importância de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO A despesa ocorrerá por conta da Dotação vigente, vinculada ao orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social ,Trabalho e Renda. VIGÊNCIA: De 13/04/2015 a 31/12/2015. SIGNATÁRIOS: Srª Selma Elias Westphal pelo Município de Imbituba e Sr Jandir Silva de Aguiar Presidente da Associação- APAE</p>	

**EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO 017/2015 LIGA IMBITUBENSE DE FUTEBOL**

MUNICÍPIO DE IMBITUBA	
<p><b>EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO</b>            Termo do Convênio nº 017/2015. PARTÍCIPIES: Município de Imbituba, através da Secretaria Municipal da fazenda e a Liga Imbitubense de Futebol FUNDAMENTO: lei nº 4.547, de 09 de abril de 2015 OBJETO: O objeto do presente Convênio consiste na concessão de auxílio financeiro para a realização do Campeonato Municipal de Imbituba Sub-17 e Principal e o Campeonato Municipal de Imbituba Master VALOR DO CONVÊNIO: Para execução do presente Convênio, serão destinados recursos financeiros na importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO A despesa ocorrerá por conta da Dotação vigente, vinculada ao orçamento da Secretaria Municipal da Fazenda. VIGÊNCIA: De 13/04/2015 a 31/12/2015.SIGNATÁRIOS: Sr. Jaison Cardoso de Souza, pelo Município de Imbituba e Sr Jardel Guimarães Gonçalves</p>	

**EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO 07/2015 - APAE**

MUNICÍPIO DE IMBITUBA	
<p><b>EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO</b>            Termo do Convênio nº 07/2015. PARTÍCIPIES: Município de Imbituba, através da Secretaria Municipal de Assistência Social ,Trabalho e Renda e a ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE IMBITUBA-APAE. FUNDAMENTO: 4.536, de 1º de abril de 2015.. OBJETO: auxílio financeiro, visando à cobertura de parte das despesas referentes à manutenção das atividades da respectiva Associação. VALOR DO CONVÊNIO: Para execução do presente Convênio, serão destinados recursos financeiros na importância de R\$ 18.064,20 (dezoito mil, sessenta e quatro reais e vinte centavos).CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO A despesa ocorrerá por conta da Dotação vigente, vinculada ao orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social ,Trabalho e Renda. VIGÊNCIA: De 04/05/2015 a 31/12/2015. SIGNATÁRIOS: Srª Selma Elias Westphal pelo Município de Imbituba e Sr Jandir Silva de Aguiar Presidente da Associação- APAE</p>	

**EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO 08/2015 - APAE**

MUNICÍPIO DE IMBITUBA	
EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Termo do Convênio nº 08/2015. PARTÍCIPIES: Município de Imbituba, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Renda e a ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE IMBITUBA-APAE. FUNDAMENTO: 4.541, de 1º de abril de 2015.OBJETO: auxílio financeiro, pelo município, visando à cobertura de parte das despesas referentes à manutenção das atividades das respectivas Associação. VALOR DO CONVÊNIO: Para execução do presente Convênio, serão destinados recursos financeiros na importância de R\$ 24.000,00 (vinte quatro mil reais).CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO A despesa ocorrerá por conta da Dotação vigente, vinculada ao orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Renda. VIGÊNCIA: De 06/04/2015 a 31/12/2015. SIGNATÁRIOS: Srª Selma Elias Westphal pelo Município de Imbituba e Sr Jandir Silva de Aguiar Presidente da Associação- APAE	

**LEI Nº 4.572, DE 24 DE JUNHO DE 2015.**

LEI Nº 4.572, DE 24 DE JUNHO DE 2015.

Altera dispositivos da Lei nº 4.447, de 12 de setembro de 2014, que institui o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Imbituba – COMSEA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os artigos 13 e 15 da Lei Nº 4.447, de 12 de Setembro de 2014, passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 13. O COMSEA será composto por 15 (quinze) conselheiros, sendo 04 (quatro) representantes do Poder Executivo Municipal, 01 (um) representante do Poder Executivo Estadual e 10 (dez) representantes da Sociedade Civil.

§ 1º Para cada conselheiro titular haverá um suplente.

§ 2º Os conselheiros suplentes somente poderão participar das reuniões com direito a voz e voto em substituição aos respectivos titulares”.

“Art. 15. O Poder Executivo Municipal será representado no COMSEA pelos secretários ou pelos respectivos conselheiros suplentes: I – da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Renda - SEAST;

II – da Secretaria Municipal de Educação – SEDUC;

III – da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA; e

IV – da Secretaria de Agricultura e Pesca e Infraestrutura – SEAPI. Parágrafo único. Os conselheiros suplentes dos secretários serão designados pelos respectivos titulares da pasta.

§ 1º O Poder Executivo Estadual será representado no COMSEA pela EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina ou pelo respectivo conselheiro suplente.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 24 de junho de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

**LEI Nº 4.573, DE 24 DE JUNHO DE 2015.**

LEI Nº 4.573, DE 24 DE JUNHO DE 2015.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a receber e destinar parte dos materiais que foram utilizados no canteiro de obras da construção da Ponte sobre o Canal Laranjeiras, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a receber e destinar os materiais que foram utilizados no canteiro de obras da construção da Ponte sobre o Canal Laranjeiras.

Art. 2º O Poder Executivo poderá regulamentar o disposto nesta Lei, no que couber.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 24 de junho de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA PMI/GGP Nº 371/2015**

PORTARIA PMI/GGP Nº 371, de 23 de junho de 2015.

Dispõe sobre a admissão de Servente Merendeira, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

**RESOLVE:**

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público Edital - 01/2011, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Josiane Mendonça da Silva	Servente Merendeira	055.829.959-86	24/06/2015

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 23 de junho de 2015.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

**PORTARIA PMI/GGP Nº 372/2015**

PORTARIA PMI/GGP Nº 372, de 24 de junho de 2015.

Dispõe sobre a concessão de licença sem vencimentos e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei nº 2.140, de 30 de abril de 2001, considerando ainda, o disposto no Processo Administrativo nº 9.246, de 02 de junho de 2015,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder a servidora, Sra. PAOLA LUCCHESI ACCORSI FERNANDES, inscrita no CPF sob o n.º 010.520.780-28, Professora, matrícula n.º 7987, LICENÇA SEM VENCIMENTOS, pelo prazo de 1 (um) ano, a partir de 29 de junho de 2015, ficando impossibilitado qualquer contratação para suprir o presente afastamento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 29 de junho de 2015.

Imbituba, 24 de junho de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**PORTARIA PMI/GGP Nº 373/2015**

PORTARIA PMI/GGP Nº 373, de 24 de junho de 2015.

Dispõe sobre a concessão do Adicional Sexta-Parte (ASP) e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei Complementar nº 4.492, de 11 de dezembro de 2014 e com base no Decreto PMI nº 314, de 12 de dezembro de 2014, considerando ainda a Resolução SEAGP/GGP nº 001, de 01 de junho de 2015 e o disposto no Processo Administrativo nº 3.282, de 02 de abril de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder a servidora, Sra. MARIA ELIETE PEREIRA, inscrita no CPF sob o n.º 770.034.899-53, Professora, matrícula n.º 329, o Adicional Sexta-Parte (ASP), correspondente a sexta-parte da sua remuneração, pelo cumprimento dos 25 (vinte e cinco) anos de efetivo exercício no serviço público municipal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 24 de junho de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**PORTARIA PMI/GGP Nº 374/2015**

PORTARIA PMI/GGP Nº 374, de 24 de junho de 2015.

Dispõe sobre a concessão do Adicional Sexta-Parte (ASP) e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei Complementar nº 4.492, de 11 de dezembro de 2014 e com base no Decreto PMI nº 314, de 12 de dezembro de 2014, considerando ainda a Resolução SEAGP/GGP nº 001, de 01 de junho de 2015 e o disposto no Processo Administrativo nº 3.301, de 03 de abril de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder a servidora, Sra. RAQUEL TEREZINHA DUARTE INÁCIO, inscrita no CPF sob o n.º 578.460.069-91, Professora, matrícula n.º 462, o Adicional Sexta-Parte (ASP), correspondente a sexta-parte da sua remuneração, pelo cumprimento dos 25 (vinte e cinco) anos de efetivo exercício no serviço público municipal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 24 de junho de 2015.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**PORTARIA PMI/GGP Nº 375/2015**

PORTARIA PMI/GGP Nº 375, de 24 de junho de 2015.

Dispõe sobre a concessão do Adicional Sexta-Parte (ASP) e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei Complementar nº 4.492, de 11 de dezembro de 2014 e com base no Decreto PMI nº 314, de 12 de dezembro de 2014, considerando ainda a Resolução SEAGP/GGP nº 001, de 01 de junho de 2015 e o disposto no Processo Administrativo nº 3.317, de 03 de abril de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder a servidora, Sra. VERA MÁRCIA CAMPOS CAETANO ROSA, inscrita no CPF sob o n.º 509.573.689-68, Professora, matrícula n.º 574, o Adicional Sexta-Parte (ASP), correspondente a sexta-parte da sua remuneração, pelo cumprimento dos 25 (vinte e cinco) anos de efetivo exercício no serviço público municipal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 24 de junho de 2015.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública



# Indaial

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 125/2015

MUNICIPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 125/2015.

Pregão Presencial nº 055/2015-10430

Objeto: Aquisição e instalação de piso laminado para sede da Secretaria de Planejamento.

Entrega dos envelopes: 09/07/2015 as 09:15h.

Abertura das propostas: 09/07/2015 as 09:30h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 126/2015

MUNICIPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 126/2015.

Pregão Presencial nº 056/2015-10430

Objeto: Aquisição de materiais de instalação elétrica predial para sede da Secretaria de Planejamento.

Entrega dos envelopes: 09/07/2015 as 14:15h.

Abertura das propostas: 09/07/2015 as 14:30h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

# Iomerê

## PREFEITURA

### **INEXIGIBILIDADE Nº 09/2015**

Prefeitura Municipal de Iomerê

Inexigibilidade de Licitação nº 09/2015

O Município de Iomerê torna pública a Inexigibilidade de Licitação para contratação de serviços de divulgação de evento de Aniversário Político-administrativo do Município.

Fornecedor: MOACIR NUNES DE OLIVEIRA EIRELI.

Valor: R\$ 600,00 (seiscentos reais).

Iomerê, 24 de junho de 2015.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

# Ipumirim

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº. 298/2015 DE 24 DE JUNHO DE 2015.**

CONCEDE FERIAS A SERVIDORA EFETIVA A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A IVANETE SIEBENEICHLER LOCATELLI, matrícula 1822-8, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 04/04/2014 a 03/04/2015 e gozo de 01/07/2015 a 30/07/2015 .

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 01/07/2015.

Ipumirim - SC, 24 de junho de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

**PORTARIA Nº. 299/2015 DE 24 DE JUNHO DE 2015.**

CONCEDE FERIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A DARCIMIR MONTAG, matrícula 1687-0, férias de 10 dias, relativas ao período aquisitivo de 2013 a 2014 e conforme previsto no art. 127, § 1º da Lei Complementar 01/2002, 10 dias convertidos em pecúnia.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 24/06/2015.

Ipumirim - SC, 24 de Junho de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

**PORTARIA Nº.300/2015 DE 24 DE JUNHO DE 2015.**

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, Lei Complementar nº 001/2002, de 26 de setembro de 2002, bem como nas razões contidas no parecer exarado pela Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º. INSTAURA Inquérito Administrativo contra o servidora MELITA JURACI BEDIN, nomeada por Concurso Público através da Portaria nº. 576/2007, para o cargo de Auxiliar de Creche, tendo em vista que em data de 09 de Junho do corrente ano a diretora Ivanete Locatelli encaminhou ofício para a Secretaria de Educação relatando em apertada síntese, que, após certo fato ocorrido na creche, a servidora dirigiu-se a um aluno ameaçando-o, verberou ainda que, ao levar as crianças ao refeitório, a servidora aperta as mãos das crianças, ocorrendo, inclusive, mudança de comportamento por parte de crianças que até então eram tidas como tranquilas, além de reclamação de dores na mão e braço por parte de determinada criança..

Art. 2º. DESIGNAR os servidores , IVANETE SIEBENEICHLER LOCATELLI, FABIANE FARINA E TELMA BATISTA TAVELA, para sob a Presidência do primeiro, comporem a Comissão do Inquérito Administrativo destinado a apurar o fato, fixando-se o prazo máximo de 60(Sessenta) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, para a conclusão dos trabalhos, observando-se o disposto no artigo 189 da Lei Complementar nº 001/2002.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Ipumirim - SC, aos 24 dias do mês de Junho de 2015.

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal

**RESOLUÇÃO 01/2015**

Resolução nº. 01/2015 de 23 de Junho de 2015

Dispõe sobre o deferimento das entidades habilitadas para participar como votante e/ou candidata do 1º Processo de Escolha dos Representantes da Sociedade Civil em Fórum Específico para composição do Conselho Municipal do Idoso, biênio 2015/2017.

A COMISSÃO ORGANIZADORA DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DE IPUMIRIM, no uso de suas atribuições que são conferidas através do Decreto nº. 2145 e do Edital nº. 028/2015 faz saber a todos os habitantes do Município que Ela promulga a seguinte:

**RESOLUÇÃO**

Art. 1º Fica deferida a inscrição das seguintes entidades, as quais postularam apresentar representantes candidatos para a eleição dos membros de órgãos não governamentais que comporão o Conselho Municipal do Idoso do Município de Ipumirim;

I – Clube de Idosos Sempre Alegre de Ipumirim;

II – Sociedade Ipumirinese de Auxílio Fraternal – SIAF;

III – Clube de Idosos Harmonia de Jacutinga;

IV – Câmara de Dirigentes Lojistas de Ipumirim - CDL;

V – Grupo de Idosos Saber Viver de Bom Sucesso;

VI – Igreja Pentecostal Deus é Amor;

VII - Clube de Idosos Belvedere de Serrinha;

Art. 2º Fica deferida a inscrição das seguintes entidades, as quais postularam apresentar representantes eleitores para a eleição dos membros de órgãos não governamentais que comporão o Conselho Municipal do Idoso do Município de Ipumirim;

I – Clube de Idosos Flor da Terceira Idade de São Rafael;

Art. 3º Apresente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Ipumirim/SC, 23 de Junho de 2015

Comissão De Organização do Conselho Municipal do Idoso

**RESOLUÇÃO Nº 05/2015**

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

RESOLUÇÃO Nº 05/2015 de 24 de Junho de 2015

Dispõe aprovação do Plano de Ação 2015 que se encontra disponível no sistema SUASWEB

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso de suas atribuições resolve:

ART. 1º - Realiza a análise do Plano de Ação 2015 preenchido pelo órgão Gestor de Assistência Social no sistema SUASWEB.

ART. 2º- Este conselho é de parecer favorável ao Plano de Ação 2015.

ART. 3º. - A presente Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

ART. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Ipumirim /SC, 24 de Junho de 2015

Márcia Faccin de Conto

Presidente CMAS

# Irineópolis

## PREFEITURA

### LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 106/2015

LEI COMPLEMENTAR N.º 106/2015.

“ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR N.º 007/2001 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Egrégia Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

#### LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1.º - Ficam alterados no Anexo II, da Lei Complementar n.º 007/2001, que “Dispõe sobre a reforma e modernização administrativas, quadro de pessoal, matéria correlata e dá outras providências”, o valor mensal dos vencimentos dos Cargos de Provimento em Comissão da Administração Direta do Município, composto pela Chefia de Gabinete, Diretores, Procurador Geral, Contador Geral, os quais passam a vigorar conforme quadro a seguir:

Denominação	Número de vagas	Vencimento em R\$
Chefe de Gabinete	01	5.402,45
Diretor de Departamento	23	2.900,00
Procurador Geral do Município	01	5.402,45
Contador Geral do Município	01	5,402,45
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa	01	5,402,45

Carga horária semanal: dedicação exclusiva.

Art. 4.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Irineópolis – SC, em 23 de Junho de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

### PORTARIA N.º 207/2015

PORTARIA N.º 207/2015.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDORA ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e no disposto no Título II – Capítulo III seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

#### RESOLVE:

Art 1st - PRORROGAR até a data de 18/07/2015, os efeitos da Portaria 314/2014 de 24/06/2014, que dispõe sobre a contratação em caráter Temporário da servidora CREMILDA DE SOUZA, para exercer as atividades de Auxiliar de Serviços Gerais (44h/sem), junto ao Departamento de Ensino Fundamental, visando suprir necessidades temporárias e de excepcional interesse público.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 18 de Junho de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.



# Itapiranga

## PREFEITURA

### EXTRATO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇO PREFEITURA Nº 179/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

ATAS REGISTRO DE PREÇOS – PREFEITURA

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 179/2015

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 105/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Vanderlei Melchior – ME.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 066/2015.

OBJETO: Reequilíbrio de preço do item de nº 27, do pregão para aquisição, de forma parcelada, de equipamentos, ferramentas e outros materiais destinados para manutenção das atividades do setor de urbanismo desta municipalidade.

VALOR: R\$ 41,80

VIGÊNCIA: 25 de março de 2016.

Itapiranga – SC., 22 de junho de 2015.

Milton Simon – Prefeito Municipal

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 019/2015 - FMS.

OBJETO: Aquisição de forma parcelada de materiais e equipamentos destinados para as Unidades Básicas de Saúde.

VALOR: R\$ 4.160,00

VIGÊNCIA: 19 de junho de 2016.

Itapiranga – SC., 19 de junho de 2015.

Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 058/2015 – FMS

PARTES: Município de Itapiranga e Tiago Kronbauer Fritzen - EPP.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 019/2015 - FMS.

OBJETO: Aquisição de forma parcelada de materiais e equipamentos destinados para as Unidades Básicas de Saúde.

VALOR: R\$ 14.710,00

VIGÊNCIA: 19 de junho de 2016.

Itapiranga – SC., 19 de junho de 2015.

Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

### EXTRATO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇO SAÚDE Nº 054/2015 A 058/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

ATAS REGISTRO DE PREÇOS – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 054/2015 – FMS

PARTES: Município de Itapiranga e Marcia Enxovais Ltda – ME.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 019/2015 - FMS.

OBJETO: Aquisição de forma parcelada de materiais e equipamentos destinados para as Unidades Básicas de Saúde.

VALOR: R\$ 15.939,00

VIGÊNCIA: 19 de junho de 2016.

Itapiranga – SC., 19 de junho de 2015.

Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

### EXTRATO DE CONTRATO DA SAÚDE Nº 017/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATOS CONTRATOS - SAÚDE

EXTRATO DA RESCISÃO DO CONTRATO Nº 015/2015 – FMS

PARTES: Município de Itapiranga e Comunidade Terapêutica Monte Morá

ORIGEM: Inexigibilidade de Licitação nº 018/2015

OBJETO: Rescisão do contrato para internação do paciente Adilson de Sousa, conforme decisão judicial, do processo nº 0000488-82.2015.8.24.0034. A rescisão ocorre em virtude de o paciente ter se desligado da instituição, não subsistindo motivos para a contratação.

Itapiranga – SC, 22 de junho de 2015.

Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 055/2015 – FMS

PARTES: Município de Itapiranga e Eletrosom Itapiranga Ltda EPP.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 019/2015 - FMS.

OBJETO: Aquisição de forma parcelada de materiais e equipamentos destinados para as Unidades Básicas de Saúde.

VALOR: R\$ 6.280,00

VIGÊNCIA: 19 de junho de 2016.

Itapiranga – SC., 19 de junho de 2015.

Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 056/2015 – FMS

PARTES: Município de Itapiranga e Potencia Som e Informática Ltda - ME.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 019/2015 - FMS.

OBJETO: Aquisição de forma parcelada de materiais e equipamentos destinados para as Unidades Básicas de Saúde.

VALOR: R\$ 2.840,00

VIGÊNCIA: 19 de junho de 2016.

Itapiranga – SC., 19 de junho de 2015.

Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 057/2015 – FMS

PARTES: Município de Itapiranga e Gesul Comercial Ltda - ME.

**LEI COMPLEMENTAR Nº 90, DE 23 DE JUNHO DE 2015**

LEI COMPLEMENTAR Nº 90, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

Altera a redação do art. 3 da Lei Complementar no 086/2014.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei Complementar:

Art. 1º Fica alterado de 32.91 para 40.21 o COEFICIENTE do cargo de Assessor de Comunicação, previsto no Art. 3º, da Lei Complementar nº 086/2014, ficando com a seguinte composição:

DENOMINAÇÃO	Nº DE VAGAS	COEFICIENTE
Diretor Geral	01	40.21
Assessor de Comunicação	01	40.21
Assessor Jurídico	01	64.49
Assessor de Bancada	06	23.00

Art. 2º As despesas decorrentes do presente Projeto de Lei Complementar correrão por conta do orçamento vigente em cada exercício financeiro.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de Junho de 2015.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 23 de junho de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalón

Secretario Municipal de Administração.

**PORTARIA Nº 132/2015**

Portaria nº 132 de 24 de junho de 2015.

Concede licença gestante à servidora municipal.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39 de 12/07/2011.

RESOLVE:

Art.1º. Conceder Licença Gestante à servidora municipal Salete Sausen matrícula nº 14863/03, no período de 24/6/2015 até 20/12/2015.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga-SC, 24 de junho de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

## Itapoá

## PREFEITURA

## ATA DISPENSA Nº 07/15 - II COMPLEMENTAR - CHAMADA PÚBLICA PRODUTOR RURAL

## ATA DE SESSÃO PÚBLICA COMPLEMENTAR

Data	24/06/2015	Horário início: 09h00min
Licitação /Modalidade	CHAMAMENTO PÚBLICO DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO	Nº 03/2015 Nº 07/2015 Nº 39/2015

## OBJETO:

CREDENCIAMENTO de Produtor Rural, Agricultor Familiar, Associações ou Cooperativas da Agricultura Familiar visando posterior aquisição de Gêneros e Produtos Alimentícios da agricultura familiar Rural para atender a alimentação escolar servida aos alunos da Rede Municipal de Ensino, em conformidade com Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. No dia e hora supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 2394/2015, tendo em vista um equívoco verificado no julgamento dos documentos apresentados ao Chamamento Público em epígrafe. Ocorre que já em fase de emissão dos contratos decorrentes do presente processo, verificou-se que na sessão pública para abertura de envelopes de habilitação e propostas anterior, publicada em 17/06/15, as propostas dos agricultores IVO CECCATO e NICOLAS GABRIEL CECCATO foram consideradas empatadas equivocadamente. Este fato ocorreu visto que os dois agricultores apresentaram propostas para os itens que tratam de polpa de frutas, contudo, enquanto o agricultor IVO CECCATO apresentou proposta para polpas nos sabores maracujá e uva (que correspondem respectivamente aos itens 10 e 11), o agricultor NICOLAS GABRIEL CECCATO apresentou proposta para polpas nos sabores abacaxi com hortelã e acerola (que correspondem respectivamente aos itens 08 e 09). Entendo tratar-se dos mesmos itens a CPL realizou sorteio do qual logrou vencedor o produtor rural IVO CECCATO. Deste modo, objetivando corrigir o erro verificado, e havendo o produtor rural NICOLAS GABRIEL CECCATO apresentado todos os documentos em conformidade com as exigências do edital, o mesmo foi considerado CREDENCIADO para os seguintes itens:

Item	Produtos	Un.	Quant	Valor Unitário	Valor Total	Produtor Rural
8	Polpa de abacaxi com hortelã. Polpa de fruta natural integral, congelada sabor maracujá, sem conservantes, corantes e outros aditivos, embalagens de 1kg	Kg	500	R\$ 15,00	R\$ 7.500,00	NICOLAS GABRIEL CECCATO
9	Polpa de Acerola. Polpa de fruta natural integral, congelada sabor maracujá, sem conservantes, corantes e outros aditivos, embalagens de 1kg	Kg	660	R\$ 15,00	R\$ 9.900,00	
Total	R\$ 17.400,00					

Assim sendo, resta ainda como objeto de credenciamento os seguintes produtos e quantidades:

Item	Produtos	Un.	Quant	Valor Unitário	Valor Total
3	Banana Caturra. Casca amarela, não completamente madura, sem pontos pretos ou amolecidos.	Kg	5.340	R\$ 1,95	R\$ 10.413,00
9	Polpa de Acerola. Polpa de fruta natural integral, congelada sabor maracujá, sem conservantes, corantes e outros aditivos, embalagens de 1kg	Kg	40	R\$ 16,50	R\$ 660,00

Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta ata assinada por todos os presentes.

ISABELA RAICIK DUTRA POHL  
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

FERNANDA CRISTINA ROSA  
VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

VALÉRIO PACHECO  
MEMBRO

## ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2015, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2015 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2015, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2015 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Ao vigésimo quarto dia do mês de junho de 2015, a partir das 11:00 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ - SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes o(a) Pregoeiro(a) Oficial do Município, o(a) Sr(a). FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros ROSILDA APARECIDA BOLDORI, ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL, nomeados pelo(a) Decreto nº 2438/2015, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 34/2015, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE RESTAURADOR DE PAVIMENTOS (TAPA-BURACO), PARA MANUTENÇÃO DAS VIAS PAVIMENTADAS DO NOSSO MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO V DO EDITAL. No horário definido no Edital, o(a) Pregoeiro(a) iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, os quais foram rubricados por todos os presentes, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Participantes	
Empresa	Representante
ASFALTECSUL MATERIAIS E SERVIÇOS LTDA	MARIA APARECIDA RODRIGUES
FAVA E FAVA CONSTRUTORA LTDA ME	JOSÉ OTAVIO FAVA
PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTAÇÃO LTDA	SEBASTIÃO FERREIRA DE AMARAL

Analisados os documentos foram achados conforme. Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisadas todas as propostas foram achadas conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores anexo aos autos. Verificando vencedora a empresa citada abaixo:

Empresa Vencedora	Itens/Lotes	Valor Total
ASFALTECSUL MATERIAIS E SERVIÇOS LTDA	01	R\$ 9.600,00

Encerrados os lances verbais, foi aberto o envelope de documentação da empresa ASFALTECSUL MATERIAIS E SERVIÇOS LTDA ofertante do menor preço, foi visto que a empresa apresentou o item 6.5.8.4 vencida, contudo conforme Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, é assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação da respectiva certidão. Finalizada a etapa competitiva inicia-se o prazo para a apresentação da certidão citada. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(o) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) A(s) proposta(s) da(s) empresa(s)

vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; c) Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 24 de junho de 2015.

FERNANDA CRISTINA ROSA Pregoeiro	
ROSIDA APARECIDA BOLDORI Membro	ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL Membro
ASFALTECSUL MATERIAIS E SERVIÇOS LTDA MARIA APARECIDA RODRIGUES	
PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTAÇÃO LTDA SEBASTIÃO FERREIRA DE AMARAL	FAVA E FAVA CONSTRUTORA LTDA ME JOSÉ OTAVIO FAVA

## DECRETO MUNICIPAL Nº 2480/2015 ESTABELECE ESCALA DE TRABALHO DOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE SAÚDE NO PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS.

DECRETO MUNICIPAL nº 2480/2015

Data: 22 de junho de 2015.

ESTABELECE ESCALA DE TRABALHO DOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE SAÚDE NO PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, Considerando a CI 222/15 da Secretaria Municipal de Saúde.

### DECRETA

Art.1º Fica estabelecida a Escala de Trabalho dos Servidores da Secretaria de Saúde, que atuam no Pronto Atendimento 24 horas, que trabalharão 12 horas, folgando as 48 horas seguintes à jornada de trabalho.

Art. 2º A definição da Escala de Trabalho, bem como, a distribuição de Servidores nos turnos de trabalho, ficam sob a responsabilidade da Secretária de Saúde, de forma a atender a todas as necessidades inerentes ao Pronto Atendimento 24 horas e a Secretaria de Saúde.

Art. 3º O funcionário que atua em escala no Pronto Atendimento 24 horas, não fara juz a horas extras em datas especiais em finais de semana.

Art. 4º Fica revogado o Decreto Municipal nº 953/2009.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos a partir de 01 de julho de 2015.

Itapoá (SC), 22 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

**DECRETO MUNICIPAL Nº 2481/2015 REGULAMENTA A LEI MUNICIPAL Nº 88/2002, QUE CRIA O PROGRAMA "NOSSA AGRICULTURA" DE INCENTIVO ÀS FAMÍLIAS RURÍCOLAS DE ITAPOÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO MUNICIPAL nº 2481/2015

Data: 22 de junho de 2015.

REGULAMENTA A LEI MUNICIPAL Nº 88/2002, QUE CRIA O PROGRAMA "NOSSA AGRICULTURA" DE INCENTIVO ÀS FAMÍLIAS RURÍCOLAS DE ITAPOÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais através do Inviso V do art. 68, da Lei Orgânica de Itapoá, e tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº. 88/2002, e alteração através da Lei Municipal nº. 583/2015,

**DECRETA**

Art. 1º Este Decreto regulamenta, no âmbito do Poder Executivo da Prefeitura Municipal de Itapoá, os procedimentos para fomento da Agricultura através do "Programa Nossa Agricultura de Incentivo às Famílias Rurícolas de Itapoá, conforme o disposto na Lei Municipal nº. 88/2002.

Art. 2º São objetivos do Programa Nossa Agricultura:

I – Fornecer apoio técnico exclusivamente ao agricultor, visando melhorar a produção e a qualidade de vida bem como dinamizar o setor agrícola do Município.

II – Fornecer, nos termos desta Lei, a prestação de serviços com máquinas específicas, objetivando melhorias nas condições de trabalho dos agricultores municipais.

Art. 3º Para efeitos do inciso II, do artigo anterior, o Poder Executivo Municipal criará banco de horas de no máximo de 30 (trinta) horas para cada produtor rural.

§ 1º Fica condicionado a participação do incentivo oferecido pelo Programa Nossa Agricultura, o produtor agrícola que se cadastrar na Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca e atender as exigências constantes em edital publicado semestralmente.

§ 2º Terá direito o benefício o produtor rural que possua bloco de nota de produtor rural individual, o qual deverá requerer o benefício conforme o edital.

§ 3º Não é passível de acúmulo, para o exercício seguinte ao de sua vigência, o banco de horas não utilizado pelo agricultor.

§ 4º É vedada a transferência de banco de horas, integral ou parcial, entre agricultores ou terceiros.

§ 5º A contrapartida será o equivalente o valor de 10 (dez) litros de diesel para cada hora de retro escavadeira e 07 (sete) litros de diesel para cada hora trabalhada pelo trator/pneu, e deverá ser quitada no ato do requerimento, através de guia de recolhimento.

§ 6º O valor do litro do diesel para o cálculo será o mesmo da última nota fiscal de aquisição pela Municipalidade.

§ 7º O produtor que estiver inadimplente no programa estará sujeito a sua inscrição em dívida ativa.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 22 de junho de 2015.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº36/2015- DISPENSA Nº07/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 36/2015

Contratante: Município de Itapoá-SC;

Contratado: EDIVALDO FRISANCO, residente e domiciliado à Estrada Geral do Saí Mirim, s/nº, neste município de Itapoá/SC, inscrito no CNPF sob o nº 054.971.209-70, CI.RG sob o nº 43626734 SC e DAP sob o nº SDW0054971209701106140626.

Licitação: Chamada Pública nº 03/2015 – Dispensa de licitação nº 07/2015 – Processo nº 39/2015

Objeto: Aquisição de Gêneros e Produtos Alimentícios da Agricultura Familiar Rural para atender a alimentação escolar servida aos alunos da Rede Municipal de Ensino, em conformidade com Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, ano letivo de 2015.

Valor total: R\$ 19.747,00 (dezenove mil setecentos e quarenta e sete reais)

Data da assinatura: 18/06/2015

Data vigência contratual: O contrato iniciará na data da assinatura, e o término condicionado a entrega do total do objeto, ou até 31/12/2015.

Itapoá, 22 de junho de 2015.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DO CONTRATO Nº37/2015 - DISPENSA Nº07/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 37/2015

Contratante: Município de Itapoá-SC;

Contratado: VIVIAN DOS SANTO PINHEIRO, residente e domiciliado à Estrada Geral do Saí Mirim, s/nº, neste município de Itapoá/SC, inscrita no CNPF sob o nº 047.028.579-67, CI.RG sob o nº 4336722 SC e DAP sob o nº SDW0047028579670102120320.

Licitação: CHAMADA PÚBLICA Nº 03/2015 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2015 – PROCESSO Nº 39/2015

Objeto: Aquisição de Gêneros e Produtos Alimentícios da Agricultura Familiar Rural para atender a alimentação escolar servida aos alunos da Rede Municipal de Ensino, em conformidade com Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, ano letivo de 2015.

Valor total: R\$ 18.270,00 (dezoito mil duzentos e setenta reais)

Data da assinatura: 18/06/2015

Data vigência contratual: O contrato iniciará na data da assinatura, e o término condicionado a entrega do total do objeto, ou até 31/12/2015.

Itapoá, 22 de junho de 2015.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL



**EXTRATO DO CONTRATO Nº38/2015 - DISPENSA Nº07/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 38/2015

Contratante: Município de Itapoá-SC;  
Contratado: JOSÉ DONIZETE SPECK, residente e domiciliado à Estrada Geral do Saí Mirim, s/nº, neste município de Itapoá/SC, inscrito no CNPF sob o nº 693.579.359-91, CI.RG sob o nº 3001604 SC e DAP sob o nº SDW0693579359911006100416.  
Licitação: CHAMADA PÚBLICA Nº 03/2015 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2015 – PROCESSO Nº 39/2015  
Objeto: Aquisição de Gêneros e Produtos Alimentícios da Agricultura Familiar Rural para atender a alimentação escolar servida aos alunos da Rede Municipal de Ensino, em conformidade com Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, ano letivo de 2015.  
Valor total: R\$ 19.995,00 (dezenove mil novecentos e noventa e cinco reais).  
Data da assinatura: 18/06/2015  
Data vigência contratual: O contrato iniciará na data da assinatura, e o término condicionado a entrega do total do objeto, ou até 31/12/2015.

Itapoá, 22 de junho de 2015.  
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DO CONTRATO Nº39/2015 - DISPENSA Nº07/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 39/2015

Contratante: Município de Itapoá-SC;  
Contratado: PEDRO SOUZA SPECK, residente e domiciliado à Estrada Geral do Saí Mirim, s/nº, neste município de Itapoá/SC, inscrito no CNPF sob o nº 777.724.409-44, CI.RG sob o nº 38637782 SC e DAP sob o nº SDW0777724409442201140933.  
Licitação: CHAMADA PÚBLICA Nº 03/2015 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2015 – PROCESSO Nº 39/2015  
Objeto: Aquisição de Gêneros e Produtos Alimentícios da Agricultura Familiar Rural para atender a alimentação escolar servida aos alunos da Rede Municipal de Ensino, em conformidade com Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, ano letivo de 2015.  
Valor total: R\$ 19.995,00 (dezenove mil novecentos e noventa e cinco reais).  
Data da assinatura: 18/06/2015  
Data vigência contratual: O contrato iniciará na data da assinatura, e o término condicionado a entrega do total do objeto, ou até 31/12/2015.

Itapoá, 22 de junho de 2015.  
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DO CONTRATO Nº40/2015 - DISPENSA Nº07/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 40/2015

Contratante: Município de Itapoá-SC;  
Contratado: IVO CECCATO, residente e domiciliado à Estrada Geral do Saí Mirim, s/nº, residente e domiciliado à Estrada Quiriri, P103 L12, no município de Joinville/SC inscrito no CNPF sob o nº 442.314.589-87, CI.RG sob o nº 1131511 SC e DAP sob o nº SDW044231458987080 5150903.  
Licitação: CHAMADA PÚBLICA Nº 03/2015 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2015 – PROCESSO Nº 39/2015  
Objeto: Aquisição de Gêneros e Produtos Alimentícios da Agricultura Familiar Rural para atender a alimentação escolar servida aos alunos da Rede Municipal de Ensino, em conformidade com Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, ano letivo de 2015.  
Valor total: R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais)  
Data da assinatura: 18/06/2015  
Data vigência contratual: O contrato iniciará na data da assinatura, e o término condicionado a entrega do total do objeto, ou até 31/12/2015.

Itapoá, 22 de junho de 2015.  
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
PREFEITO MUNICIPAL

**LEI MUNICIPAL Nº 592/2015 ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 007/2005, DE 30 DE MARÇO DE 2005, QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO COM ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

LEI MUNICIPAL Nº 592/2015  
Data: 23 de junho de 2015

ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 007/2005, DE 30 DE MARÇO DE 2005, QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO COM ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o caput do art. 2º da Lei Municipal nº 007/2005, de 30 de março de 2005, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º O Fundo Municipal de Educação repassará mensalmente à APAE o valor de R\$ 11.419,00 (onze mil, quatrocentos e dezenove reais), reajustados anualmente, no mês de janeiro, pelo INPC (Índice Nacional de Preço ao Consumidor).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 23 de junho de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

# **LEI MUNICIPAL Nº 593/2015 AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR ANULAÇÕES DE DOTAÇÕES.**

LEI MUNICIPAL Nº 593/2015

Data: 23 de junho de 2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR anulações de dotações.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir créditos adicionais suplementares por anulações de dotações, em conformidade com o art. 43, inciso III da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, conforme abaixo:

Suplementações

## **13.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

### **13.01 Ensino Fundamental**

012036100212091 Folha de Pagamento dos Profissionais da Secretaria

33190 Aplicações Diretas (324) DR 10100 ..... R\$ 150.000,00

012036100212095 Manutenção do Ensino Fundamental

33390 Aplicações Diretas (361) DR 23600 ..... R\$ 508.990,00

33390 Aplicações Diretas (479) DR 63600 ..... R\$ 112.860,00

012036100212096 Folha de Pagamento dos Profissionais da Educação Fundamental

33190 Aplicações Diretas (357) DR 21800 ..... R\$ 1.000.000,00

33190 Aplicações Diretas (478) DR 30100 ..... R\$ 380.000,00

33190 Aplicações Diretas (480) DR 10100 ..... R\$ 1.574.485,00

Total das Suplementações ..... R\$ 3.726.335,00

## **Anulações**

### **08.00 SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER**

#### **08.01 Departamento de Esporte**

027081200161011 Construção de Complexo de Quadra Esportiva na Av das Nações

34490 Aplicações Diretas (425) DR 30000 ..... R\$ 380.000,00

### **10.00 SECRETARIA DE TURISMO, MEIO AMBIENTE E CULTURA**

#### **10.01 Departamento de Turismo**

02306950006.1018 Construção, Ampliação e Manutenção de Estruturas Turísticas

33390 Aplicações Diretas (55) DR 10000 ..... R\$ 20.000,00

34490 Aplicações Diretas (140) DR 10000 ..... R\$ 154.790,00

02306950006.2051 Manutenção do FUNDETUR

33390 Aplicações Diretas (88) DR 10000 ..... R\$ 10.000,00

34490 Aplicações Diretas (175) DR 10000 ..... R\$ 15.000,00

02306950006.2054 Realização e Apoio a Eventos Turísticos

33390 Aplicações Diretas (90) DR 10000 ..... R\$ 22.000,00

#### **10.02 Fundo Municipal de Meio Ambiente - FMMA**

01805410007.1022 Desassoreamento e Dragagem de Rios

33390 Aplicações Diretas (57) DR 10000 ..... R\$ 4.900,00

01805410007.1044 Construção de Cerca nos Limites do Parque Carijós

34490 Aplicações Diretas (386) DR 10000 ..... R\$ 3.500,00

01805410007.2056 Manutenção do FMMA

33390 Aplicações Diretas (92) DR 10000 ..... R\$ 20.000,00

01805410007.2060 Projetos Integrados de Educação Ambiental

33390 Aplicações Diretas (94) DR 10000 ..... R\$ 7.000,00

01805410007.2065 Monitoramento e Controle da Qualidade Ambiental

33390 Aplicações Diretas (99) DR 10000 ..... R\$ 10.000,00

#### **10.03 Departamento de Cultura**

01303920008.2067 Manutenção do Departamento de Cultura

34490 Aplicações Diretas (186) DR 10000 ..... R\$ 7.900,00

01303920008.2071 Escola de Diversidade Cultural

33390 Aplicações Diretas (104) DR 10000 ..... R\$ 4.900,00

## **13.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

### **13.01 Ensino Fundamental**

012036100212056 Construção / Ampliação e Reformas

34490 Aplicações Diretas (350) DR 10100 ..... R\$ 135.655,00

34490 Aplicações Diretas (363) DR 23600 ..... R\$ 5.000,00

34490 Aplicações Diretas (428) DR 63600 ..... R\$ 112.860,00

012036100212095 Manutenção do Ensino Fundamental

33390 Aplicações Diretas (338) DR 10100 ..... R\$ 621.850,00

012036100212159 Convênio de Educação Ambiental c/ Reserva Volta Velha

33350 Transf a Inst Priv S/ Fins Luc. (331) DR 10100 ..... R\$ 100.000,00

### **13.02 Ensino Infantil**

012036500211032 Construção / Ampliação e Reformas

34490 Aplicações Diretas (352) DR 10100 ..... R\$ 304.990,00

34490 Aplicações Diretas (364) DR 23600 ..... R\$ 503.990,00

012036500212101 Folha de Pagamento dos Profissionais da Educação Infantil

33190 Aplicações Diretas (358) DR 21800 ..... R\$ 1.000.000,00

### **13.04 Ensino Médio**

012036200222163 Convênio com a APP da Escola Estadual Nereu Ramos

33350 Transf a Inst Priv S/ Fins Luc. (320) DR 10000 ..... R\$ 132.000,00

34450 Transf a Inst Priv S/ Fins Luc. (323) DR 10000 ..... R\$ 150.000,00

Total das Anulações ..... R\$ 3.726.335,00

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 23 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

# **LEI MUNICIPAL Nº 594/2015 DENOMINA O PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ COMO "JOSÉ LUIZ VIZCAYCHIPI DE AGUIAR"**

LEI MUNICIPAL Nº 594/2015

Data: 23 de junho de 2015

DENOMINA O PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ COMO "JOSÉ LUIZ VIZCAYCHIPI DE AGUIAR"

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominado como "José Luiz Vizcaychipi de Aguiar" o Pronto Atendimento 24 Horas do Município de Itapoá, localizado na Rua 960 (Mariana Michels Borges), n. 201, Bairro Itapema do Norte.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Itapoá (SC), 23 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

## **RESULTADO ANÁLISE DE PROPOSTA - PREGÃO Nº 26/15 MATERIAL DE PROCEDIMENTO**

RESULTADO DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS APRESENTADAS AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2015 - REGISTRO DE PREÇO Nº 10/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 44/2015

O Município de Itapoá torna público o resultado da análise das propostas apresentadas ao processo licitatório em epígrafe, conforme decisão da Secretaria de Saúde através da comissão composta pela farmacêutica, Sra. ELIANA FRIGO DA SILVA e os enfermeiros Sr. PAULO JOSÉ HENING e Sra. LILIAN GRAZIELLY CHIMENTÃO (conforme análise completa publicada em anexo):

Empresa	Análise
ALIANÇA HOSPITALAR LTDA	a) Não apresentou a documentação exigida no item 6.2.3 do edital, para os itens: 23, 24, 30, 44 e 61.
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	a) Não apresentou a documentação exigida no item 6.2.3 do edital, para os itens: 15 (subitens 2 e 5), 27 (subitens 2 e 3), 30, 31 (subitem 1), 36 (subitem 8) e 63. b) Anexou a documentação exigida no item 6.2.3 do edital vencida, para o item: 47. c) Anexou a documentação exigida no item 6.2.3 do edital de produto que não corresponde à descrição do item, itens: 50 e 60.
COINTER MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	a) O produto cotado no item 50 não atende ao descritivo do edital (PH 7,3 - 8,5).
METROMED COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	a) Não apresentou a documentação exigida no item 6.2.3 do edital, para os itens: 06 (subitens 5 e 6) e 30 (subitens 1 e 2). b) Os produtos cotados no item 1 não atendem ao descritivo do edital (sem recolhimento total da agulha conforme NR 32).
OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	a) Não apresentou a documentação exigida no item 6.2.3 do edital, para os itens: 27 (subitem 2), 30 (subitens 1 e 2), e 63.

PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	a) Não apresentou a documentação exigida no item 6.2.3 do edital, para os itens: 19 (subitens 1, 3, 5 e 7) e 27 (subitem 3). b) Anexou a documentação exigida no item 6.2.3 do edital vencida, para os itens: 2 (subitem 4) e 72.
--------------------------------------	--

Deste modo as empresas abaixo relacionadas foram consideradas DESCLASSIFICADAS nos seguintes itens por completo (considerando-se o item e todos os subitens que o compõem):

Empresa	Desclassificação
ALIANÇA HOSPITALAR LTDA	23, 24, 30, 44 e 61.
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	15, 27, 30, 31, 36, 47, 50, 60 e 63.
COINTER MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	50.
METROMED COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	01, 06 e 30.
OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	27, 30 e 63.
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	2, 19, 27 e 72.

Salienta-se, para conhecimento dos interessados, que os itens anulados por divergências na nomenclatura do sistema de lançamento de propostas, conforme decisão em sessão pública anterior, foram: item nº 01, nº 02, nº 03, nº 04, nº 06, nº 09, nº 11, nº 15, nº 20, nº 27, nº 31, nº 32 e nº 33. No mais, havendo a intenção de manifestação de recurso quanto a desclassificação exposta, será concedido o prazo de três dias úteis para a apresentação das razões de recurso, contados a partir da data de publicação deste. Decorrido o prazo estipulado, e, não havendo a interposição de recurso, o Setor de Licitações e Contratos publicará a classificação final das propostas e marcará a data para a Sessão Pública de Lances Verbais e Análise da Habilitação.

Itapoá, 24 de junho de 2015.

FERNANDA CRISTINA ROSA

Pregoeira

ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL Membro	JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA Membro
-------------------------------------	--

## **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: CLASSIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 038/2015**

CLASSIFICAÇÃO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 38/2015 – EDUCAÇÃO ESPECIAL

Terezinha Fávoro da Silveira, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais e considerando o artigo 36 da Lei Municipal N.º 075/01 de 24 de dezembro de 2001 torna público, pelo presente Edital, A CLASSIFICAÇÃO do Processo Seletivo de Profissionais da Educação Admitidos em Caráter Temporário (ACT) que atuarão na Educação Especial, vagas remanescentes do Edital 51/2014 para complementação do quadro de professores da Educação Básica da Rede Municipal de Itapoá, num período compreendido entre 24/06/2015 a 18/12/2015, ou até o preenchimento da vaga por meio de Concurso Público.

PROFESSOR AUXILIAR

Class.	Nome	Habilitação
1	Odnéia da Silva Azevedo Feghera	Habilitada em Pedagogia
2	Elizangela Regina da Silva Wrobel	Habilitada em Pedagogia
3	Dilma Malman	Habilitada em Pedagogia

4	Veridiana Gomes Almeida Silva	Estudante 4º período
5	Angela de Oliveira	Estudante 1º período
CURRÍCULOS INDEFERIDOS	Motivo:	
0	Elisiane de Souza Martins	Não comprovou formação nem estar cursando licenciatura na área.
0	Gabriela Inês Kummer Rezende da Silva	Não comprovou formação nem estar cursando licenciatura na área.
0	Melissa Tavares Russo	Não comprovou formação nem estar cursando licenciatura na área.

Itapoá, 23 de junho de 2015.  
Terezinha Fávoro da Silveira  
Secretária de Educação

### SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: TERMO DE CONVOCAÇÃO DO EDITAL Nº 038/2015

TERMO DE CONVOCAÇÃO 01/2015 - DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL Nº 038/2015

Terezinha Fávoro da Silveira, no uso de suas atribuições legais CONVOCA o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s):

01- ODNÉIA DA SILVA AZEVEDO FEGHERA;

Para comparecer Secretaria de Educação, cito, rua 1590, nº 430, Centro, no prazo de 02(dois) dias a fim de manifestar interesse pela nomeação e terá 05(cinco) dias para apresentação dos documentos abaixo relacionados junto ao Departamento de Recursos Humanos, a contar da publicação desta convocação:

1. Cédula de Identidade (RG) original e cópia;
2. Cadastro de Pessoa Física (CPF) original e cópia;
3. Título de Eleitor - original e cópia;
4. Certidão de Quitação Eleitoral (internet);
5. Certidão de nascimento ou casamento – original e cópia;
6. Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
7. Uma foto 3/4 recente;
8. Comprovante de residência – original e cópia;
9. Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo – original e cópia;
10. Certidão de Antecedentes Criminais (emitido pelo Fórum de Itapoá/SC);
11. Certidão de Nascimento dos Filhos – original e cópia;
12. Certidão de Regularização do CPF (internet);
13. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação pela constituição. (prefeitura fornece);
14. Declaração de bens e ou IRRF;
15. Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece);
16. Declaração de dependentes para Imposto de Renda (Prefeitura fornece);
17. Tipagem sanguínea;
18. Laudo Médico;
19. Nº Conta corrente na Caixa Econômica Federal Itapoá.

O não comparecimento junto a Secretaria de Educação ou a não apresentação de qualquer um dos itens obrigatórios acima relacionados, dentro do prazo estipulado, implicará na DESISTÊNCIA SOBRE A VAGA.

Itapoá, 23 de junho de 2015  
Terezinha Fávoro da Silveira  
Secretária da Educação

### SECRETARIA DE SAÚDE: TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 005/2015 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 013/2015 RECEPCIONISTA

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 005/2015  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 013/2015  
RECEPCIONISTA

Cristian Angelo Grassi, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais CONVOCA a candidata JULIANA CARDOSO CORBETTA para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados.

1. Cédula de Identidade (RG) ;
2. Cadastro de Pessoa Física (CPF) ;
3. Título de Eleitor;
4. Certidão de Quitação Eleitoral (internet) ;
5. Certidão de nascimento ou casamento;
6. Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
7. Uma foto recente ;
8. Comprovante de residência;
9. Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo.
10. Certidão de Antecedentes Criminais (emitido pelo Fórum de Itapoá/SC);
11. Certidão de Nascimento dos Filhos ;
12. Certidão de Regularização do CPF (internet) ;
13. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação pela constituição. (prefeitura fornece);
14. Declaração de bens e ou IRRF (prefeitura fornece) ;
15. Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece);
16. Declaração de dependentes para Imposto de Renda (Prefeitura fornece);
17. Tipagem sanguínea;
18. Laudo médico;
19. Conta corrente na Caixa Econômica Federal Itapoá. Nº: \_\_\_\_\_;

Cristian Angelo Grassi  
Secretário da Saúde  
Itapoá, 24 de Junho de 2015.



# Ituporanga

## PREFEITURA

### **EDITAL DE PREGÃO Nº 38/2015 CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO TERCEIRIZADO PARA A VENDA DE BEBIDAS NOS DIAS 25 E 26 DE JULHO DE 2015, NO PARQUE DA CEBOLA, EM COMEMORAÇÃO AO DIA DO AGRICULTOR E MOTORISTA.**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº38/2015

Processo: 55/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO TERCEIRIZADO PARA A VENDA DE BEBIDAS NOS DIAS 25 E 26 DE JULHO DE 2015, NO PARQUE DA CEBOLA, EM COMEMORAÇÃO AO DIA DO AGRICULTOR E MOTORISTA. FORMA DE JULGAMENTO: Melhor oferta. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 08 de julho de 2015 até às 09:00 horas. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 08 de julho de 2015 às 09:30 horas no setor de licitações. INICIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10:00 horas do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 08:00 às 12:00 horas e 14:00 às 17:00 horas e pelo fone (\*\*47) 3533-1211. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: [www.ituporanga.sc.gov.br](http://www.ituporanga.sc.gov.br), no link Prefeitura/Editais/Licitações.

Ituporanga, 25 de junho de 2015

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município

### **Lei Ordinária nº 2623, de 24 de junho de 2015**

Lei nº 2.623, de 24 de junho de 2015.

Aprova o Plano Municipal de Educação – PME e dá outras providências.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Educação – PME, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma dos Anexos I e II, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 8º da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014.

Art. 2º São diretrizes do PME:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - valorização dos (as) profissionais da educação;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º As metas previstas no Anexo I desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4º As metas previstas no Anexo I desta Lei deverão ter como referência o Anexo II – Diagnóstico elaborado pela Equipe Técnica com base nos dados divulgados por Órgãos Oficiais.

Art. 5º A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas de no mínimo a cada 2 anos, realizadas pelas seguintes instâncias:

I - Secretaria Municipal de Educação;

II - Comissão de Educação, Cultura e Juventude da Câmara de Vereadores;

III - Conselho Municipal de Educação – CME;

§ 1º Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:

I - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;

II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;

III - analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§ 2º Ao longo do período de vigência deste PME, observar-se-ão os resultados dos estudos publicados a cada 2 (dois) anos pelo Instituto



Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Anexo I.

§ 3o A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência do PME e poderá ser ampliada por meio de lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

§ 4o O investimento público em educação a que se refere a meta 20 do Anexo I desta Lei engloba os recursos aplicados na forma do art. 212 da Constituição Federal, do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como do art. 213 da Constituição Federal.

§ 5o Será destinada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, além de outros recursos previstos em lei, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e de gás natural, na forma de lei específica, com a finalidade de assegurar o cumprimento da meta prevista no inciso VI do art. 214 da Constituição Federal.

Art. 6o O Município promoverá a realização de pelo menos 2 (duas) conferências municipais de educação até o final do decênio, precedidas de amplo debate e coordenadas pelo Conselho Municipal de Educação.

§ 1o O Conselho Municipal de Educação, além da atribuição referida no caput:

I - acompanhará a execução do PME e o cumprimento de suas metas;

II - promoverá a articulação da conferência municipal com as conferências estadual e nacional de educação.

§ 2o As conferências municipais de educação realizar-se-ão com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução do Plano Nacional de Educação – PNE, do Plano Estadual de Educação – PEE, bem como deste Plano Municipal e subsidiar a elaboração dos planos de educação para o decênio subsequente.

Art. 7o O Município atuará em regime de colaboração com a União e o Estado, visando o alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano, na forma da lei.

§ 1o Caberá aos gestores federal, estadual, municipal a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PME.

§ 2o As estratégias definidas no Anexo I desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

§ 3o O sistema de ensino municipal criará mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas do PME.

§ 4o Haverá regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios étnico-educacionais e a utilização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada a consulta prévia e informada a essa comunidade.

§ 5o O fortalecimento do regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município incluirá a instituição de instâncias permanentes de negociação, cooperação e pactuação.

§ 6o O fortalecimento do regime de colaboração entre o Município dar-se-á, inclusive, mediante a adoção de arranjos de desenvolvimento da educação.

Art. 8o O Município deverá adequar a legislação local, disciplinando a gestão democrática da educação pública em conformidade com o disposto na referida Lei.

Art. 9o O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 10. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

Art. 11. Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PME, o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 12. Revoga-se a Lei nº 2.420 de 07 de dezembro de 2012.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA, 24 de junho de 2015.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO,

Prefeito de Ituporanga

# ANEXO I

## METAS E ESTRATÉGIAS DO PME DE ITUPORANGA/SC – 2015/2025

### META 1

Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 03 (três) anos até o final da vigência deste Plano.

#### Estratégias:

- 1.1 Definir, em regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município, metas de expansão das matrículas de educação infantil segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais.
- 1.2 Realizar, periodicamente, em regime de colaboração, levantamento da demanda por creche para a população de até 3 (três) anos de idade, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta no município.
- 1.3 Estabelecer, no primeiro ano de vigência do Plano, normas, procedimentos e prazos para definição de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches.
- 1.4 Manter e ampliar, em regime de colaboração, programa de construção e reestruturação de escolas, bem como aquisição de mobiliário e equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil, respeitando, inclusive, as normas de acessibilidade.
- 1.5 Implantar, até o segundo ano de vigência do Plano, avaliação da educação infantil articulada entre os setores da educação, a ser realizada a cada 2 (dois) anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes.
- 1.6 Promover a formação inicial e continuada dos (as) profissionais da educação infantil, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior;
- 1.7 Estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino e aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento da população de 0 (zero) a 5 (cinco) anos.
- 1.8 Fomentar o atendimento à população do campo na educação infantil nas respectivas comunidades, por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta, limitando a nucleação de escolas e o deslocamento de crianças, de forma a atender às especificidades dessas comunidades, garantido consulta prévia e informada.
- 1.9 Priorizar o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos estudantes com deficiência, transtornos do espectro do autismo, transtorno do déficit de atenção com hiperatividade e altas habilidades/superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica.
- 1.10 Implementar, em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 3 (três) anos de idade.
- 1.11 Preservar as especificidades da educação infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do (a) educando (a) de 6 (seis) anos de idade no ensino fundamental;
- 1.12 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância.
- 1.13 Promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à educação infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos de idade.
- 1.14 O Município, com a colaboração da União e do Estado, realizará e publicará, a cada ano, levantamento da demanda manifesta por educação infantil em creches e pré-escolas, como forma de planejar e verificar o atendimento.
- 1.15 Estimular o acesso à educação infantil em tempo integral, para todas as crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.
- 1.16 Assegurar a manutenção e implantação de novos espaços lúdicos de interatividade considerando a diversidade étnica, de gênero e sócio cultural tais como: brinquedoteca, cantos do faz-de-conta, salas de leituras infantis e parques infantis, considerando a idade das crianças.
- 1.17 Garantir a normatização da relação entre o número de educandos e professores, garantindo a qualidade do processo de aprendizagem, em conformidade com resolução específica expedida pelo Conselho Municipal de Educação ou Lei específica.
- 1.18 Adotar mecanismo de colaboração entre setores da educação, saúde e assistência social na manutenção, administração, controle e avaliação das instituições de atendimento às crianças de 0 a 5 anos de idade, contemplando as dimensões do educar e cuidar com participação das comunidades interessadas.
- 1.19 Avaliar e revisar a proposta curricular municipal para a Educação Infantil que respeite a cultura do campo e a diversidade étnico racial, ambiental e de gênero, bem como o ritmo, as necessidades e especificidades das crianças com deficiências, com transtornos globais de desenvolvimento ou altas habilidades/ superdotação, pautado em valores éticos, valorizando o resgate da infância.
- 1.20 Garantir a continuidade dos processos conforme os diferentes momentos de transição vividos pela criança: transição casa/instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, transição creche/pré-escola e transição pré-escola/Ensino Fundamental.
- 1.21 Garantir a contratação de equipe multidisciplinar (nutricionista, fonoaudiólogo, psicólogo, psicopedagogo, entre outros), conforme a demanda.
- 1.22 Garantir a oferta da alimentação escolar em regime de colaboração com a união, com segurança alimentar e nutricional, preferencialmente com produtos da região.
- 1.23 Garantir a aquisição de materiais didáticos e brinquedos, considerando a idade das crianças atendidas.
- 1.24 Garantir a participação dos profissionais em eventos de qualificação.
- 1.25 Promover parcerias com a comunidade, oportunizando atividades significativas que envolvam e incentivem a participação das famílias na escola.
- 1.26 Assegurar a avaliação institucional, oportunizando a gestão democrática e a construção e reconstrução do Plano Político Pedagógico (PPP), considerando a identidade da comunidade escolar.
- 1.27 Garantir a efetivação de Políticas Públicas que defina critérios técnicos para contratação de assistente técnico pedagógico, por meio de concurso público, em todas as instituições de Educação Infantil com o número superior a 150 crianças.

1.28 Garantir a aquisição, através de pactuação interfederativa, manutenção de equipamentos de informática e afins (laboratório de informática, projetor multimídia, softwares educacionais) e contratação de profissional qualificado na área.	
1.29 Assegurar a capacitação dos professores em oficinas temáticas, como recreação e ludicidade.	
1.30 Incentivar a promoção de eventos para socialização das atividades realizadas nas unidades.	
1.31 Assegurar, no prazo de um (1) ano a reformulação da Resolução da Educação Infantil que regulamente o número de Profissionais que atuam nas respectivas turmas com base no número mínimo e máximo de alunos por professor.	
1.32 Garantir a integralização no currículo de atividades de musicalização e psicomotricidade na Educação Infantil.	
1.33 Garantir a instalação de Salas de Leitura nas unidades de Educação Infantil e a contratação de profissionais capacitados para nelas exercerem sua função.	
1.34 Garantir alimentação especial para as crianças alérgicas e com intolerâncias alimentares com laudo médico nutricional.	
1.35 Criar no âmbito municipal as Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação Infantil, a luz da Diretriz Curricular Nacional.	
<b>META 2</b> Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos de idade e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos estudantes conclua essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste Plano. <b>Estratégias:</b>	
2.1 Pactuar entre União, Estado e Município, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do art. 7º da Lei 13.005/2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino fundamental.	
2.2 Criar mecanismos para o acompanhamento individualizado dos(as) educandos(as) do ensino fundamental.	
2.3 Efetivar o acompanhamento técnico e pedagógico no monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, assegurando condições adequadas para o sucesso escolar dos educandos, em colaboração com as famílias, comunidades e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.	
2.4 Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, o acompanhamento e o monitoramento de acesso e permanência na escola, em parceria com as áreas de saúde e assistência social.	
2.5 Desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial e das escolas do campo.	
2.6 Disciplinar, no âmbito dos sistemas de ensino, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local e a identidade cultural.	
2.7 Promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos(as) educandos(as) dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural.	
2.8 Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias;	
2.9 Ofertar o ensino fundamental às populações do campo, garantindo acesso, permanência, conclusão, bem como, a formação de profissionais para a atuação junto a essas populações.	
2.10 Desenvolver formas alternativas de oferta do ensino fundamental, garantindo a qualidade, para atender aos filhos de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante em parceria com outros setores da administração pública.	
2.11 Oferecer atividades extracurriculares aos estudantes de incentivo e de estímulo a habilidades, promovendo, inclusive, certames e concursos de âmbito municipal, estadual e nacional.	
2.12 Promover atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas, interligadas a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo municipal, estadual e nacional.	
2.13 Efetivar, com as áreas de saúde, ação social e cidadania, rede de apoio ao sistema municipal de ensino para atender o público da educação especial.	
2.14 Garantir o acesso e permanência dos estudantes na educação pública, viabilizando material escolar, laboratórios didáticos e sala de leitura e informatizada com acervo atualizado, visando a inclusão das diferentes etnias.	
2.15 Garantir a oferta da alimentação escolar em regime de colaboração com a união, com segurança alimentar e nutricional, preferencialmente com produtos da região.	
2.16 Fomentar as tecnologias educacionais inovadoras das práticas pedagógicas que assegurem a alfabetização, dando continuidade e favorecendo a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, segundo as diversas abordagens metodológicas.	
2.17 Assegurar a renovação, manutenção e criação de Sala de Leituras, inclusive a biblioteca virtual com equipamentos, espaços, acervos bibliográficos, bem como profissionais especializados, como condição para a melhoria do processo ensino/aprendizagem.	
2.18 Assegurar mecanismos que garantam a organização pedagógica, o currículo e as práticas pedagógicas, mantendo o vínculo das crianças do ensino fundamental do campo.	
2.19 Ampliar, em regime de colaboração, Programas de Correção de Fluxo Escolar, reduzindo as taxas de repetência, evasão e distorção idade ano, em toda a Rede Pública Municipal de Ensino.	
2.20 Definir e garantir padrões de qualidade, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, dando a igualdade de condições para acesso e permanência no ensino fundamental.	
2.21 Garantir a atualização da Proposta Curricular do Município de maneira a assegurar a formação básica comum respeitando os valores culturais e artísticos nas diferentes etapas e modalidades da educação.	
2.22 Garantir a inclusão de pessoas com deficiência nas instituições escolares do ensino regular, com adaptação dos meios físicos e capacitação dos recursos humanos, assegurando o desenvolvimento de seu potencial cognitivo, emocional e social.	
2.23 Criar até o 5º (quinto) ano de vigência desse Plano, proposta de projeto de Lei para regulamentar o número de estudantes por turma.	
2.24 Garantir que após um ano a partir da aprovação do PME, todas as escolas de Ensino Fundamental tenham reformulado seus Projetos-Político-Pedagógicos, estabelecendo metas de aprendizagem, em conformidade com a organização do currículo, com observância das Diretrizes Curriculares Nacional e Estadual.	
2.25 Definir e garantir padrões de qualidade, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, incluindo a igualdade de condições para acesso, permanência e aprendizagem de todos os educandos do Ensino Fundamental, independente de credo, etnia, religião e gênero.	

2.26 Promover, em regime de colaboração, programas de qualificação permanente para os profissionais que atuam no Ensino Fundamental.	
2.27 Garantir o transporte escolar, em regime de colaboração entre União, Estado e município atendendo aos princípios básicos de segurança exigidos pelo Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN) e as normas de acessibilidade que garantem segurança aos educandos com deficiências, levando em consideração o tempo de permanência e idade mínima dos educandos assegurando que cada ente assuma suas responsabilidades de forma a garantir a escolarização dos educandos oriundos da zona rural.	
2.28 Continuar a ofertar o Ensino Fundamental para as populações do campo nas próprias comunidades rurais.	
2.29 Garantir padrões de acessibilidade a todos os setores e espaços de estudo, esporte, lazer e convívio das unidades educacionais.	
2.30 Realizar construções, ampliações, manutenções e reformas das unidades educacionais que ofertam o ensino fundamental em regime de colaboração entre os entes federados, bem como de aquisição de mobiliários e equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas.	
2.31 Assegurar uma Política do Ensino Fundamental no município, articulada às políticas de Saúde, Assistência Social, Justiça, Direitos Humanos, Cultura e Diversidade, viabilizando um Ensino Fundamental público e privado de qualidade, socialmente referenciada.	
2.32 Assegurar, no processo de seleção e admissão de professores e demais profissionais que atuem diretamente com crianças e adolescentes nas redes públicas e privadas, a formação específica na área e mínima exigida por lei. Para aqueles que atuem nas redes públicas, a admissão deve ser por meio de concurso público e processo seletivo.	
2.33 Assegurar a qualidade no Ensino Fundamental por meio do estabelecimento de parâmetros de qualidade, pautados nas DCNs, que ofereçam subsídios para a Secretaria da Educação (SE) e Conselho Municipal de Educação para o acompanhamento, supervisão e autorização de funcionamento de instituições de Ensino Fundamental no município.	
2.34 Garantir que as propostas pedagógicas no Ensino Fundamental respeitem os princípios Éticos da Autonomia, da Responsabilidade, da Solidariedade e do Respeito ao Bem Comum; os princípios Políticos dos Direitos e Deveres de Cidadania, do Exercício da Criticidade e do Respeito à Ordem Democrática, e, também, os princípios estéticos da Sensibilidade, da Criatividade, da Ludicidade e da Diversidade de Manifestações Artísticas e Culturais.	
2.35 Assegurar que a política do Ensino Fundamental articule com os demais níveis e modalidades de ensino, garantindo a integração entre eles.	
2.36 Garantir a qualificação específica para atuar no Ensino Fundamental, incluindo o conhecimento das bases científicas do desenvolvimento da criança, do pré-adolescente e do adolescente. Além da formação acadêmica mínima por Lei, requer-se a formação permanente, inserida no trabalho pedagógico, nutrido-se dele e renovando-o constantemente.	
2.37 Assegurar aos profissionais da rede municipal de educação a participação na elaboração da proposta curricular do Ensino Fundamental.	
2.38 Garantir aos educandos, no Ensino Fundamental, o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo.	
2.39 Incentivar o fortalecimento dos vínculos familiares, dos laços de solidariedade humana e da tolerância recíproca em que se assenta a vida familiar e social.	
2.40 Garantir que a oferta do ensino religioso integre o currículo das unidades escolares do ensino fundamental nos horários normais de aula, assegurando o respeito à diversidade cultural e religiosa.	
2.41 Assegurar a formação profissional para trabalhar o ensino religioso, fundamentando o conhecimento na universalização de crenças.	
2.42 Assegurar o fornecimento de materiais didático-pedagógicos básicos e necessários para a realização do trabalho docente.	
2.43 Assegurar em regime de colaboração, investimentos em tecnologias da informação e comunicação, como lousas digitais, acesso à internet, impressoras e salas informatizadas, capacitando profissionais da área específica e professores para utilização dessas tecnologias.	
2.44 Assegurar que a gestão pedagógica das Instituições de Ensino Fundamental seja exercida por profissional graduado na área da Educação e com Especialização em Gestão Escolar.	
2.45 Assegurar currículo que contribua com a diminuição do índice de reprovação e evasão escolar.	
2.46 Garantir a reformulação do PPP das escolas com as novas Diretrizes Curriculares Nacionais e com a participação da comunidade escolar.	
2.47 Garantir a autonomia plena do PPP com o acompanhamento do Conselho Municipal de Educação e Conselhos Escolares nas metas estabelecidas no âmbito de cada unidade escolar.	
2.48 Assegurar a revisão do zoneamento para matrículas, podendo ser alterada se houver demanda maior do que o espaço físico escolar comporta ou o número máximo de educandos permitido por turma.	
2.49 Realizar a avaliação institucional que oportunize a construção do currículo levando em consideração a identidade da comunidade, os valores éticos e o resgate da infância.	
2.50 Assegurar condições adequadas para o bem-estar dos educandos do Ensino Fundamental, seu desenvolvimento físico, linguístico, emocional, cognitivo e social, de modo a promover e ampliar experiências e conhecimentos, com profissionais especializados.	
2.51 Selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, asseguradas a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como recursos educacionais abertos.	
2.52 Criar no âmbito municipal as Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação Fundamental, a luz da Diretriz Curricular Nacional.	
<b>META 3</b>	
Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).	
<b>Estratégias:</b>	
3.1 Pactuar, entre município, Estado e União, no âmbito da instância permanente de negociação e cooperação, de que trata o § 5º do Art. 7º, da Lei no 13.005/2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino médio.	
3.2 Auxiliar em regime de colaboração entre os entes federados na expansão das matrículas gratuitas de ensino médio integrado à educação profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo e das pessoas com deficiência.	
3.3 Auxiliar na busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos fora da escola, de forma inter setorial com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude. (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Tutelar e Ministério Público).	
3.4 Acompanhar os programas de educação e de cultura para a população urbana e do campo, de jovens, na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, e de adultos, visando à qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar.	

3.5 Estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas.	
3.6 Incentivar a participação dos jovens no exame nacional do ensino médio como critério de acesso a educação superior, fundamentado em matriz de referência do conteúdo curricular do Ensino Médio.	
3.7 Estabelecer ações de cooperação técnica, apoio e parcerias entre União, Estado, Município e organizações não governamentais, compartilhando responsabilidades para a universalização da oferta no ensino médio.	
3.8 Acompanhar as políticas de combate à violência na escola e a construção de cultura da paz e fortalecimento das relações interpessoais na promoção de informação e ações voltadas para o desenvolvimento das aprendizagens, da cultura, lazer, esporte e diversão, tendo como base o artigo 71 ECA – Estatuto da Criança e Adolescente.	
3.9 Efetivar anualmente convênio com os entes federados para garantir o transporte escolar dos educandos do ensino médio, seguindo todos os quesitos atendendo aos princípios básicos de segurança exigidos pelo Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN) e as normas de acessibilidade que garantem segurança aos educandos com deficiências, levando em consideração o tempo de permanência, assegurando que cada ente assuma suas responsabilidades de forma a garantir a escolarização dos educandos oriundos da zona rural.	
3.10 Auxiliar na formação e habilitação dos profissionais da educação nas diversas áreas de ensino, disponibilizando profissionais qualificados na área de atuação, conforme as disciplinas a serem desenvolvidas; bem como qualificação e desenvolvimento de habilidades para trabalhar com jovens/adolescentes e adultos, especificamente, por intermédio do oferecimento de Formação Continuada específica para trabalhar com os educandos do ensino médio, e seu perfil sócio profissional, emocional e psicológico, adequando as estratégias metodológicas a essa faixa etária.	
3.11 Auxiliar na implementação das Escolas de Ensino Médio, a Escola Jovem, melhorando o aproveitamento de espaços escolares, organização e adequação dos espaços físicos, de acordo com as diversas modalidades de ensino.	
3.12 Incentivar a parceria com Instituições de Ensino Superior públicas e privadas, de forma a realizar estudos e pesquisas nas áreas deficitárias de cunho científico, cultural, tecnológico, relacionadas à educação básica, mais especificamente, ao ensino médio.	
3.13 Incentivar a formação de profissionais nas áreas das licenciaturas, mediante adoção de políticas públicas municipais que motive a participação em cursos de graduação, qualificando e formando profissionais nas diversas áreas.	
3.14 Garantir a integridade física e moral dos profissionais de Educação no que se refere à indisciplina de educandos e responsáveis.	
3.15 Auxiliar na efetivação de ações que promovam a alfabetização científica e tecnológica no ensino médio	
3.16 Assegurar a formação de educandos autônomos, capazes de inserir-se na sociedade, despertando o desenvolvimento intelectual, moral, ético, a fim de provocar mudanças em seu contexto social.	
3.17 Promover parcerias para o oferecimento de cursos de qualificação profissional, em horários alternativos que atendam às necessidades dos participantes, nas áreas como: garçom, atendimento, comunicação, oratória, hotelaria, gastronomia, pedreiro, carpinteiro, pintor, encanador, marceneiro, mecânico, e outros a serem diagnosticados a partir de uma pesquisa de demanda na comunidade e região.	
3.18 Assegurar a oferta para a comunidade de ensino médio profissionalizante de acordo com a realidade de cada comunidade, mantendo os educandos em sua região de origem (rural – agricultura, agroindústria, piscicultura).	
3.19 Participar do processo de criação de uma comissão de estudo multidisciplinar, contemplando profissionais dos níveis de ensino fundamental e médio, para analisar e revisar o processo de avaliação, assim como o currículo oferecido, conteúdos significativos e que encontrem aplicabilidade para o educando em seu contexto histórico e de formação humana.	
3.20 Cooperar na promoção de oferta aos jovens/adolescentes de oficinas temáticas que se apresentam deficitárias no cotidiano escolar, contemplando temas relevantes para eles, despertando o interesse e a motivação.	
3.21 Pactuar com a Secretaria do Estado de Educação e setores da saúde e assistência social, a criação de uma Equipe Multidisciplinar (psicólogo, fonoaudiólogo, nutricionista, dentre outros) que possa auxiliar os professores a atender as demandas sociais que fazem parte do cotidiano escolar.	
3.22 Auxiliar na elaboração de projetos para obter recursos disponíveis em fontes da união e Organizações Não Governamentais (ONGs), viabilizando assim a pesquisa e extensão.	
3.23 Avaliar o cumprimento do limite de educandos por turmas, de acordo com a legislação vigente.	
3.24 Garantir apoio na implementação de ações de prevenção à evasão motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão.	
3.25 Estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas.	
<b>META 4</b> Garantir, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos (às) educandos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a atingir, em cinco anos, pelo menos a 50% da demanda e até o final da década a sua universalização nas escolas da rede regular de ensino, garantindo o atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, ou em Centros de Atendimento Educacional Especializado, públicos ou comunitários, confessionais ou filantrópicos sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público.	
<b>Estratégias:</b>	
4.1 Contribuir na contabilização, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), as matrículas dos estudantes da educação regular da rede pública que recebam atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular, e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na educação especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o Poder Público e com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei nº 11.494/2007.	
4.2 Promover, no prazo de vigência deste Plano, a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos de idade com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.	
4.3 Implantar, implementar e manter ao longo deste Plano em parceria com os entes federados, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores e demais profissionais da educação para o ensino regular e para o atendimento educacional especializado nas escolas regulares e nas instituições especializadas públicas e conveniadas.	



4.4 Garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, preferencialmente em escolas da rede regular de ensino ou em instituições especializadas, públicas ou conveniadas, nas formas complementar ou suplementar, a todos os estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, matriculados em escolas de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o estudante.	
4.5 Estimular a criação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas, conveniados com a Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE) e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia, para apoiar o trabalho dos professores da educação básica com estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação.	
4.6 Manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível, da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, da alimentação escolar adequada a necessidade do estudante, garantindo a segurança alimentar e nutricional, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos estudantes com altas habilidades ou superdotação.	
4.7 Garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos estudantes surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos, em escolas inclusivas, nos termos do Art. 22 do Decreto nº 5.626/2005, e dos Arts. 24 e 30, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille para cegos e surdo-cegos.	
4.8 Garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado.	
4.9 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação beneficiários de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude.	
4.10 Promover o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais que atendam as especificidades educacionais de estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação que requeiram medidas de atendimento especializado.	
4.11 Promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar na educação de jovens e adultos das pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida.	
4.12 Apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores do atendimento educacional especializado, segundo professor de turma, cuidadores, professores de áreas específicas, tradutores e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdo cegos, professores de Libras e professores bilíngues.	
4.13 Definir, no segundo ano de vigência deste Plano, indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento educacional a estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação.	
4.14 Promover, por iniciativa da Secretária de Educação, análise de dados demográficos e estatísticos a obtenção de informação detalhada sobre o perfil das pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos.	
4.15 Incentivar a inclusão nos cursos de licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da educação, inclusive em nível de pós-graduação, observado o disposto no caput do art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;	
4.16 Promover parcerias com instituições especializadas, conveniadas com o poder público, visando à ampliação da oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede municipal de ensino.	
4.17 Promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, a fim de favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo.	
4.18 Disponibilizar recursos de tecnologia assistiva, serviços de acessibilidade e formação continuada de professores, para o atendimento educacional especializado complementar nas escolas.	
4.19 Institucionalizar o atendimento educacional especializado nos Projetos Político-Pedagógicos das escolas da rede regular de ensino.	
4.20 Assegurar o atendimento escolar dos educandos, público alvo da educação especial desde a Educação Infantil até o ensino fundamental em regime de colaboração, respeitando as suas necessidades e especificidades.	
4.21 Adaptar os prédios escolares já existentes para atender as normas de acessibilidade, constantes nos dispositivos legais.	
4.22 Elaborar uma proposta de atendimento educacional especializado realizado nas salas de recursos multifuncionais da rede regular de ensino.	
4.23 Garantir a elaboração e a implantação na Rede de Ensino do município de Ituporanga uma Política de Educação Inclusiva fundamentada nos princípios da democracia, equidade, igualdade e da diversidade, de forma a garantir o acesso e a permanência na escola com qualidade a todas as crianças, adolescentes, jovens e adultos.	
4.24 Assegurar a elaboração e implementação da Proposta de Avaliação do processo de ensino e aprendizagem dos educandos com deficiência, na rede de ensino do município, mediante o parecer do Conselho Municipal de Educação, fundamentando-a nas habilidades e competências a serem desenvolvidas em cada etapa ou ciclo da vida escolar.	
4.25 Garantir a elaboração e implementação da Proposta Pedagógica articulando Educação Básica e Educação Especial, de modo transversal destacando a Educação Especial como Modalidade de Ensino Suplementar ou Complementar à Rede Regular.	

- 4.26 Promover e incentivar momentos de interação previstos no Calendário Escolar entre os pais e os educadores a fim de envolvê-los no processo de ensino e aprendizagem.
- 4.27 Favorecer a articulação do trabalho dos profissionais das salas de Recursos Multifuncionais entre os demais educadores, assegurado no PPP.
- 4.28 Assegurar a criação de Equipe Multidisciplinar de apoio pedagógico, composta de Fonoaudiólogo, Psicólogo, Fisioterapeuta, Neurologista, Psicopedagogo, Pedagogo, entre outros profissionais.
- 4.29 Garantir concurso público para profissionais habilitados em Educação Especial, mediante a necessidade das instituições de ensino.
- 4.30 Assegurar às escolas recursos tecnológicos que atendam às necessidades de todos os educandos com deficiências.

4.31

**META 5**

Alfabetizar todas as crianças aos 6 (seis) anos de idade ou no máximo até o 3º ano do ensino fundamental aos 8 anos de idade.

**Estratégias:**

- 5.1 Estruturar os processos pedagógicos de alfabetização, nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, valorizando e qualificando os professores (as) alfabetizadores garantindo a alfabetização de todas as crianças até o final do 3º ano do ensino fundamental.
- 5.2 Reformular o Sistema de Avaliação para que garanta a permanência dos professores alfabetizadores para os primeiros anos do ensino fundamental.
- 5.3 Criar e assegurar, na avaliação municipal um exame específico para a aferição da aprendizagem das crianças do ciclo de alfabetização.
- 5.4 Selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, asseguradas a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como recursos educacionais abertos.
- 5.5 Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade.
- 5.6 Garantir a alfabetização de crianças do campo, minorias étnicas e de populações itinerantes, com auxílio de materiais didáticos específicos.
- 5.7 Promover e estimular a formação inicial e continuada de professores para a alfabetização de crianças, sendo que estes professores tenham o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação stricto sensu e ações de formação continuada de professores para a alfabetização.
- 5.8 Criar políticas para a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal.
- 5.9 Promover, em consonância com as Diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários e agentes da comunidade para atuarem como mediadores da leitura.
- 5.10 Estruturar o ciclo de alfabetização de forma articulada com estratégias desenvolvidas na pré-escola obrigatória, com qualificação e valorização dos professores alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização de todas as crianças na idade determinada nos documentos legais.

**META 6**

Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) educandos (as) da educação básica, até a vigência do plano.

**Estratégias:**

- 6.1 Pactuar com a União e o Estado, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos (as) educandos (as) na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola, sempre que possível.
- 6.2 Construir em regime de colaboração com a união escolas com padrão arquitetônico e adquirir mobiliário e equipamentos adequados para atendimento em tempo integral.
- 6.3 Aderir, em regime de colaboração, ao programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio de melhorias na infraestrutura, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, sala de leituras, auditórios, cozinhas, refeitórios cobertos, depósitos adequados para armazenar gêneros alimentícios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral.
- 6.4 Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, salas de leituras, praças, parques, museus, teatros, cinemas e planetários.
- 6.5 Ofertar às escolas do campo educação em tempo integral, com base em consulta prévia e informada, considerando-se as peculiaridades locais.
- 6.6 Assegurar em regime de colaboração com os demais entes federados e com entidades filantrópicas ou conveniadas a oferta da Educação Integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou super dotação.
- 6.7 Adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos estudantes na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas, culturais e ações de educação nutricional.
- 6.8 Assegurar alimentação escolar que contemple a necessidade nutricional diária dos estudantes que permanecem na escola em tempo integral, conforme legislação específica.
- 6.9 Garantir o transporte escolar de qualidade e segurança a todos os educandos incluídos no programa em regime de colaboração com os entes federados.

**META 7**

Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias municipais e auxiliar no alcance das médias estaduais para o IDEB:

## ITUPORANGA – REDE ESTADUAL

## METAS PROJETADAS – Rede Estadual

2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais			
5,5	5,8	6,1	6,3
Anos Finais			
5,3	5,5	5,8	6,0
Ensino Médio			
4,4	4,8	5,1	5,3

## ITUPORANGA – REDE MUNICIPAL

## METAS PROJETADAS – Rede Municipal

Metas Anos Iniciais			
2015	2017	2019	2021
5,4	5,6	5,9	6,2
Metas Anos Finais			
5,5	5,7	6,0	6,2

## Estratégias:

7.1 Estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos(as) educandos(as) para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local.

## Assegurar que:

a) no quinto ano de vigência deste PME, pelo menos 70% (setenta por cento) dos(as) educandos(as) do ensino fundamental tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável.

b) no último ano de vigência deste PME, todos os (as) estudantes do ensino fundamental tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável.

7.2 Constituir, em colaboração entre a União, o Estado e o Município um conjunto nacional de indicadores de avaliação institucional com base no perfil do alunado e do corpo de profissionais da educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino.

7.3 Induzir processo contínuo de auto avaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos(as) profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática.

7.4 Formalizar e executar os Planos de Ações Articuladas (PAR) dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e professoras e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar;

7.5 Colaborar no desenvolvimento de indicadores específicos de avaliação da qualidade da educação especial, bem como da qualidade da educação bilíngue para surdos.

7.6 Contribuir para a melhoria do desempenho dos estudantes da educação básica nas avaliações da aprendizagem no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA.

7.7 Incentivar o desenvolvimento, selecionar, referendar e divulgar tecnologias educacionais para o ensino e incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas.

7.8 Garantir transporte gratuito em regime colaboração federativa com acessibilidade para todos os estudantes da educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local.

7.9 Participar do desenvolvimento de pesquisas de modelos alternativos de atendimento escolar para a população do campo que considerem tanto as especificidades locais quanto as boas práticas nacionais e internacionais.

7.10 Universalizar, em colaboração com a União e o Estado até o quinto ano de vigência deste Plano, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e triplicar, até o final da década, a relação computador/estudante nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação.

7.11 Prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais, em regime de colaboração entre União e o Estado para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das salas de leitura, nas instituições educacionais, com acesso as redes digitais de computadores, inclusive a internet.

7.12 Assegurar a todas as escolas municipais o acesso a abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos, garantir o acesso dos estudantes a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de ciências e, em cada edifício escolar, garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência.

7.13 Aderir e participar, em regime de colaboração, de programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas, visando à equalização regional das oportunidades educacionais.

7.14 Aderir, colaborar e participar em regime de colaboração com a União e o Estado na elaboração dos parâmetros mínimos de qualidade dos serviços da educação básica, a serem utilizados como referência para infraestrutura das escolas e para recursos pedagógicos, entre outros insumos relevantes, e como instrumento para adoção de medidas para a melhoria da qualidade do ensino.	
7.15 Instrumentizar a gestão das escolas públicas e da secretaria de educação, bem como manter programa de formação continuada para o pessoal técnico.	
7.16 Garantir políticas de prevenção à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais e de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade.	
7.17 Garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil.	
7.18 Consolidar a educação escolar no campo, minorias étnicas e de populações itinerantes, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários e garantindo: o desenvolvimento sustentável e a preservação da identidade cultural; a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições, consideradas as práticas socioculturais, e as formas particulares de organização do tempo; a reestruturação e a aquisição de equipamentos; a oferta de programa para a formação inicial e continuada de profissionais da educação; e o atendimento em educação especial.	
7.19 Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, com o propósito de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais.	
7.20 Promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional.	
7.21 Estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional.	
7.22 Promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários e agentes da comunidade para atuar como mediadores da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem.	
7.23 Estabelecer políticas de acompanhamento às escolas com relação ao desempenho no IDEB.	
7.24 Orientar as políticas das redes e sistemas de ensino, de forma a buscar atingir as metas do IDEB, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e a média municipal, garantindo equidade da aprendizagem e reduzindo pela metade, até o último ano de vigência deste Plano, as diferenças entre as médias dos índices do Município.	
7.25 Institucionalizar programas e desenvolver metodologias para acompanhamento pedagógico, recuperação paralela e progressão, priorizando estudantes com rendimento escolar defasado.	
7.26 Assegurar a renovação, manutenção e criação das Salas de Leituras com todos os materiais e infraestrutura necessária à boa aprendizagem dos estudantes, inclusive biblioteca virtual com equipamentos, espaços, acervos bibliográficos, bem como profissionais especializados e capacitados para a formação de leitores.	
7.27 Reconhecer as práticas culturais e sociais dos estudantes e da comunidade local, como dimensões formadoras, articuladas à educação, nos projetos políticos-pedagógico, na organização e gestão dos currículos, nas instâncias de participação das escolas e na produção cotidiana da cultura e do trabalho escolar.	
7.28 Garantir a democratização ao acesso e ao uso da informação e comunicação.	
7.29 Garantir a adesão junto ao Governo Federal aos programas oferecidos e relacionados à área de EAD e às novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC).	
7.30 Incentivar parcerias para equipar as salas de aula das Unidades Escolares da rede municipal de ensino com lousa digital.	
7.31 Promover workshops (seminários) para socialização das práticas pedagógicas que envolvam o uso de tecnologias.	
7.32 Incentivar, por meio de parcerias, a aquisição de equipamentos tecnológicos (notebooks, tablets, data shows) por meio de financiamentos ou subsídios, para os educadores.	
7.33 Assegurar às escolas a aquisição e a implementação de laboratórios de informática, com a contratação de técnico em manutenção para a Secretaria de Educação e um profissional de informática para cada unidade escolar.	
7.34 Incentivar a aquisição de equipamentos tecnológicos para os educandos e professores da rede municipal de ensino.	
7.35 Assegurar às escolas tecnologias que permitam a criação de blog, facultando aos professores.	

**META 8**

Elevar a escolaridade média da população a partir de 18 (dezoito) anos, de modo a alcançar no mínimo, 12 (doze) anos de estudos no último ano de vigência deste PME, para negros, populações do campo, comunidade em geral e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, com vistas à redução da desigualdade social.

**Estratégias:**

8.1 Institucionalizar programas e desenvolver tecnologias para correção de fluxo, para acompanhamento pedagógico individualizado e para recuperação e progressão parcial, priorizando estudantes com rendimento escolar defasado, atendendo as especificidades dos segmentos populacionais aqui considerados.	
8.2 Ampliar a oferta do Ensino Fundamental e Médio em parceria com a rede estadual de ensino com qualificação social e profissional aos segmentos sociais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade/ano, associada a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial.	
8.3 Estimular a participação em exames de certificação e conclusão dos ensinos fundamental e médio e garantir em parceria com os entes federados acesso gratuito a esses exames.	
8.4 Expandir a oferta gratuita de Educação Profissional por meio de parcerias com as entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculada ao sistema sindical, de forma concomitante ao ensino ofertado na rede escolar pública, para os segmentos populacionais considerados.	

8.5 Promover entre órgãos governamentais, de forma intersetorial, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola, específico para os segmentos populacionais considerados nesta meta, identificando motivos da evasão e garantir a frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses estudantes na rede pública regular de ensino.	
8.6 Promover o envolvimento de órgãos governamentais, de forma intersetorial, na busca ativa de jovens fora da escola, pertencentes aos segmentos populacionais aqui considerados.	
8.7 Garantir através de ações interfederativa a oferta pública de ensino médio e EJA, integrada à formação profissional aos jovens do campo, assegurando condições de acesso e permanência na sua própria comunidade.	
8.8 Efetivar políticas de educação do campo que garantam a universalização da educação básica com acesso e permanência no próprio campo.	
8.9 Articular, junto aos órgãos e poderes competentes a ampliação da oferta de educação profissional no município, em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - IFC, Escolas Profissionalizantes e Escola Técnica;	
8.10 Garantir a equidade educacional, no que tange ao acesso e à permanência do educando nos espaços educacionais com qualidade.	
8.11 Garantir a criação e implementação de programas, formação continuada e capacitação específica aos profissionais que trabalham com a Educação de Jovens, Adultos (EJA) e Idosos.	
8.12 Assegurar recursos públicos em colaboração com os entes federados, para qualificação dos processos e da infraestrutura educacional destinada à EJA.	
8.13 Garantir a implementação da modalidade da Educação de Jovens, Adultos e idosos.	
8.14 Garantir o acesso e a qualidade do ensino, visando à permanência e à conclusão dos estudos em tempo certo superando as desigualdades sociais relacionadas à defasagem educacional.	
8.15 Assegurar a divulgação dos programas relacionados à EJA e à Idosos, buscando atingir o público-alvo.	
8.16 Garantir que as práticas pedagógicas sejam condizentes e significadas pelo contexto e pela vivência dos educandos.	
8.17 Incentivar a promoção de projetos e programas de inserção do jovem, do adulto e do idoso às TICs.	
8.18 Incentivar a promoção de palestras, encontros e atividades extracurriculares, o desenvolvimento de habilidades, que signifiquem e motivem o educando de EJA e dos Idosos.	
8.19 Incentivar programas de conscientização e socialização de práticas pedagógicas, no município, que promovam o respeito à diversidade aos professores e educandos da Educação de Jovens, Adultos e Idosos.	
8.20 Assegurar transporte escolar para os educandos de comunidades mais afastadas da Educação de Jovens, Adultos e Idosos.	
8.21 Auxiliar no oferecimento de infraestrutura para elaboração de alimentação escolar às instituições que ofertam Educação de Jovens, Adultos e Idosos.	
8.22 Incentivar a criação de programas que fomentem a percepção da Educação de Jovens e Adultos e dos Idosos, não só o resgate educacional relacionado ao déficit etário, mas também como um programa continuado de desenvolvimento socioeconômico-educacional.	
8.23 Orientar expansão da oferta de educação de Jovens e Adultos articulada à educação profissional, de modo atender as pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais e de reabilitação, assegurando formação específica dos professores e implementação de Diretrizes Nacionais em regime de colaboração.	
8.24 Aderir e participar de Programa Nacional de Integração da Educação Básica a Educação Profissional na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, na perspectiva da Educação Inclusiva.	
8.25 Aderir ao Programa Nacional de Assistência ao estudante, desenvolvendo ações de Assistência Social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da Educação de Jovens e Adultos articulada a Educação Profissional.	
<b>META 9</b>	
Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais de idade para 98% (noventa e oito por cento) até 2017 e, até o final da vigência deste Plano, reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional no município.	
<b>Estratégias:</b>	
9.1 Assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos, a todos que não tiveram acesso à educação básica na idade própria.	
9.2 Realizar diagnóstico dos jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos.	
9.3 Realizar chamadas públicas regulares para educação de jovens e adultos, promovendo busca ativa em regime de colaboração entre o Estado e o Município em parceria com organizações da sociedade civil.	
9.4 Implementar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica.	
9.5 Executar através de parcerias federal, estadual e outras, atendimento ao estudante da educação de jovens e adultos por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos, em articulação com a área da saúde.	
9.6 Apoiar tecnicamente, projetos inovadores na educação de jovens e adultos, que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses estudantes.	
9.7 Estabelecer mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados, e os sistemas de ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos empregados com a oferta das ações de alfabetização e de educação de jovens e adultos.	
9.8 Proceder levantamento de dados sobre a demanda por EJA, na cidade e no campo, para subsidiar a formulação de política pública que garanta o acesso e a permanência a jovens, adultos e idosos a esta modalidade da educação básica.	
<b>META 10</b>	
Difundir a Educação Profissional pública e gratuita, auxiliando no atendimento de no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos nos ensinos fundamental e médio até o final do décimo ano de vigência do PME.	
<b>Estratégias:</b>	
10.1 Fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos considerando as especificidades da população.	



10.2 Aderir ao Programa Nacional de Assistência ao Estudante, desenvolvendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos articulada à educação profissional.	
10.3 Garantir através de parceria interfederativa alimentação saudável e adequada e transporte para os estudantes da educação de jovens e adultos integrado à educação profissional.	
10.4 Garantir o acesso e permanência a estudantes da EJA no Ensino Fundamental e Médio, em regime de colaboração, com isonomia de condições às outras modalidades de educação básica, com possibilidade de acesso à universidade pública e gratuita.	
10.5 Realizar, anualmente, em regime de colaboração com a Secretaria do Estado de Educação, a chamada pública da população de 15 a 24 anos que necessita iniciar ou concluir sua escolarização nas etapas de Ensino Fundamental e Médio.	
<b>META 11</b> Auxiliar a triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio com qualidade, preferencialmente no segmento público em regime de colaboração os entes federados.	
<b>Estratégias:</b>	
11.1 Coparticipar da política de expansão das matrículas de educação profissional técnica de nível médio da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional.	
11.2 Incentivar a expansão do estágio na educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do estudante, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude.	
11.3 Divulgar programas de reconhecimento de saberes para fins de certificação profissional em nível técnico nas instituições credenciadas.	
11.4 Implantar parcerias com os entes federados e com instituições privadas de formação a ofertar cursos profissionalizantes no município.	
11.5 Garantir a qualidade da Educação Profissional no município.	
11.6 Assegurar incentivo à pesquisa constante sobre as ocupações/profissões atuais e na região	
11.7 Garantir a divulgação para a comunidade escolar sobre as ofertas de cursos de Educação Profissional, perfis profissionais e os prós e contras das profissões.	
11.8 Assegurar por meio do Conselho Municipal de Educação a análise dos tipos de cursos, garantindo pauta de discussão sobre a Educação Profissional.	
11.9 Garantir a elaboração de Plano de implementação de cursos em curto, médio e longo prazo de diferentes tipos e níveis da Educação Profissional.	
11.10 Assegurar a qualidade da educação atendendo às necessidades da comunidade quanto ao encaminhamento de cursos de Educação Profissional em todas as suas modalidades	
11.11 Articular com conselhos, sindicatos, Clube de Diretores Lojistas (CDL), indústrias e empresas e instituições de educação profissional e outros segmentos envolvidos para a realização de palestras/reuniões sobre Educação Profissional.	
11.12 Incentivar e estimular a Educação Profissional ao professor e educando do Ensino Fundamental e Médio sobre mercado de trabalho e ocupações/profissões, por meio de palestras e projetos específicos.	
11.13 Realizar parcerias com programas educativos como jovem aprendiz, PRONATEC e outras legislações da educação profissional.	
11.14 Adotar políticas afirmativas para reduzir as desigualdades étnico raciais e regionais com acesso e permanência na educação profissional técnica de nível médio.	
<b>META 12</b> Garantir através de parcerias público/privada a melhoria na qualidade na educação superior através de ações que visem ampliar a taxa de matrícula da população de 18 a 24 anos, fomentando a qualidade da oferta, de preferência no segmento público, e proporcionar o aumento gradativo do número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a incentivar os professores municipais a buscarem titulação de mestres e doutores.	
<b>Estratégias:</b>	
12.1 Implementar política pública de oferta de bolsas de estudos para graduação, aos professores e demais profissionais que atuam na educação básica.	
12.2 Auxiliar na articulação com a União e o Estado, a expansão e a descentralização da oferta de educação superior pública e gratuita.	
12.3 Colaborar na institucionalização de programanacional de composição de acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência.	
12.4 Incentivar através de parcerias com os entes federados ou com instituições privadas/comunitárias/filantrópicas a implantação de cursos de graduação presencial, semipresencial e a distância no município considerando as necessidades locais.	
12.5 Auxiliar na articulação entre o Estado e a União, a formação de consórcios entre instituições de educação superior, com vistas a potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão.	
12.6 Promover em regime de colaboração com a União e o Estado oferta de programas de pós-graduação stricto sensu.	
12.7 Defender linhas de financiamento de apoio à pesquisa que possam contribuir com a qualificação de mestres e doutores para o avanço do ensino e da pesquisa.	
12.8 Colaborar, em articulação com a União e o Estado, na implementação de políticas de inclusão e de ação afirmativa na forma da lei, para o acesso e permanência nos cursos de pós-graduação, lato e stricto sensu, para estudantes em distinções de credos, raças, etnias e gêneros.	
12.9 Viabilizar política de incentivo financeiro e tecnológico para formação continuada, pós-graduação lato e stricto sensu para os profissionais da educação da Rede Municipal de Ensino.	
12.10 Estabelecer parcerias com Instituições de Ensino Superior - IES para a implantação de cursos stricto sensu no município;	
12.11 Promover ações, em regime de colaboração e cooperação, que possibilitem de forma compulsória a cada profissional da educação custear a sua própria especialização de modo a manter-se ativo e atuante no mercado de trabalho.	
12.12 Incentivar parcerias com a rede pública de Educação Superior para garantir o acesso e permanência dos jovens de 18 a 24 anos do município, em universidade.	

12.13 Assegurar políticas públicas municipais que busquem elevar a taxa de matrícula em cursos superiores.	
12.14 Incentivar a promoção de palestras e eventos para a conscientização da sociedade sobre a importância de os jovens ingressarem em um curso superior.	
12.15 Assegurar licença remunerada aos professores para realização de cursos de mestrado e/ou doutorado	
12.16 Garantir a criação de um polo de Universidade Aberta do Brasil no município	
12.17 Assegurar a oferta de cursos de graduação e pós-graduação na modalidade EaD com instituições de ensino credenciadas pelo MEC e de excelência comprovada	
12.18 Garantir a valorização profissional dos professores via plano de cargos e salários, de acordo com os níveis e titulação acadêmica	
12.19 Auxiliar na expansão do financiamento estudantil por meio do Fundo do Financiamento Estudantil – FIES, de que trata a Lei n. 10.260, de 12 de junho de 2001, com a Constituição de Fundo Garantidor do Financiamento, prioritariamente, para as áreas de grande pertinência social.	
12.20 Assegurar o direito para afastamento remunerado para cursos de especialização (stricto sensu), por no máximo de dois anos e sua implementação no município.	
<b>META 13</b> Garantir, em regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município no prazo de vigência deste Plano, política de formação e valorização dos profissionais da educação, assegurando que todos os professores da Educação Básica e suas modalidades possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.	
<b>Estratégias</b> 13.1 Promover, em regime de cooperação entre município, a União e o Estado, ações conjuntas a fim de organizar a oferta de cursos de formação inicial diante do diagnóstico das necessidades de formação dos profissionais da educação, envolvendo as instituições públicas de nível superior, sincronizando a oferta e a demanda de formação de profissionais da Educação. 13.2 Assegurar a todos os profissionais da educação básica formação continuada em serviços, em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos respectivos sistemas de ensino. 13.3 Fomentar a oferta de cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior destinados à formação, nas respectivas áreas de atuação, dos profissionais da educação de outros segmentos que não os do Magistério. 13.4 Garantir oferta de formação continuada a todos os profissionais da educação básica. 13.5 Ampliar o uso das tecnologias e conteúdos multimidiáticos para todos os atores envolvidos no processo educativo, garantindo formação específica para esse fim. 13.6 Criar Políticas Públicas que de em acesso ao professor para participar de formação continuada sobre as novas tecnologias. 13.7 Assegurar a oferta de cursos de capacitação para os educadores do município sobre as TICs com profissionais que tenham formação técnica e pedagógica na área.	
<b>META 14</b> Promover ações interfederativa que possibilite a formação, em nível de pós-graduação, de 80% dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PME, e garantir a todos profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.	
<b>Estratégias</b> 14.1 Realizar, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para o dimensionamento da demanda por formação em cursos de pós-graduação, para fomentar a respectiva oferta por parte das instituições públicas de educação superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação do Estado e Município. 14.2 Garantir a implementação no prazo de 1 (um) ano após a aprovação deste Plano, de política de formação em nível de pós-graduação lato e stricto sensu, de professores da educação básica municipal, definindo áreas prioritárias. 14.3 Garantir acesso a oferta em regime de colaboração de bolsa de estudos integral de pós-graduação dos professores e demais profissionais da educação básica. 14.4 Inserir no município, em regime de colaboração e cooperação, o Programa de Formação de Professores e demais profissionais da Educação Básica e suas modalidades, a oferta de cursos de pós-graduação - lato sensu e stricto sensu - vagas, acesso, condições de permanência nas IES públicas e aprendizagem. 14.5 Assegurar o direito para afastamento remunerado para cursos de especialização (stricto sensu), por no máximo de dois anos e sua implementação no município.	
<b>META 15</b> Valorizar os profissionais de ensino da rede municipal, de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PME.	
<b>Estratégias:</b> 15.1 Constituir, por iniciativa da Secretaria de Educação, até o final do primeiro ano de vigência deste PME, fórum permanente, com representação dos profissionais da educação, para acompanhamento da atualização progressiva do valor do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica; 15.2 Constituir como tarefa do fórum permanente o acompanhamento da evolução salarial por meio de indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, periodicamente divulgados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; 15.3 Avaliar periodicamente o Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério observando os critérios da Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008. 15.4 Garantir a assistência financeira específica da implementação de políticas de valorização dos(as) profissionais do magistério, em particular o piso salarial nacional profissional. 15.5 Analisar piso salarial conforme qualificação profissional, havendo diferenciação para todos os níveis, implementando esse percentual no plano de cargos e salários, evitando o achatamento salarial, bem como, revisando a remuneração e a gratificação dos diretores, secretários, assistentes pedagógicos, coordenadores pedagógicos e administrativos da escola, contemplando um percentual do piso salarial a ser definido por uma comissão representativa de todas as categorias.	

15.6 Assegurar a elaboração de política pública que garanta a aposentadoria com salário integral que o educador estiver recebendo no momento da aposentadoria, com a criação de um fundo paralelo para a garantia desse benefício.

#### META 16

Assegurar, no prazo de dois anos, a atualização do Plano de Carreira do Magistério e implantação do Plano de Carreira para os Profissionais de Serviço e Apoio Escolar da Rede Municipal de Ensino.

#### Estratégias:

16.1 Proporcionar condições de trabalho, valorização dos profissionais da educação e concretização das políticas de formação, como forma de garantia da qualidade na educação.

16.2 Estabelecer ações especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

16.3 Assegurar a realização periódica de concurso público para provimento de vagas.

16.4 Implantar, na rede municipal de ensino o acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório e oferecer, durante este período, curso de aprofundamento de estudos na área de atuação, com destaque para os conteúdos a serem ensinados por cada professor e as metodologias de ensino de cada disciplina;

16.5 Atualizar o plano de carreira e garantir sua implantação, em acordo com as diretrizes definidas na base nacional comum de valorização dos profissionais da educação por meio da comissão formada por representantes do poder público e do Conselho Municipal de Educação.

16.6 Estimular a existência de comissões e fóruns permanentes de profissionais da educação de todos os sistemas públicos de ensino atuando em todas as instâncias do Município, para subsidiar os órgãos, na atualização dos planos de carreira.

16.7 Implementar, no âmbito do Município o planos de carreira para os profissionais de serviço e apoio escolar.

16.8 Assegurar, na forma da lei, recursos financeiros para valorização dos profissionais da educação da rede pública.

16.9 Garantir, em regime de colaboração com o governo estadual e o governo federal, aos profissionais do magistério da rede pública municipal de ensino, o acesso gratuito aos instrumentos tecnológicos como notebooks, tablets, data-shows e outros equipamentos necessários aos professores em efetivo exercício.

16.10 Assegurar o cumprimento das horas-atividade, conforme a legislação vigente, garantindo material didático-pedagógico e equipamentos de Tecnologia da Informação (TI), organizando encontros pedagógicos no intuito de atualizar conteúdos, projetos coletivos, revisão de atividades, em busca da interdisciplinaridade.

16.11 Garantir através de políticas públicas gratificação do gestor escolar das Unidades Escolares da Rede Municipal pelo número de educandos e em relação à carga horária.

16.12 Assegurar através de políticas públicas gratificação aos assistentes técnicos pedagógicos, coordenadores pedagógicos e secretários escolares, e professores de carreira quando assumir um cargo de chefia na administração pública.

16.13 Assegurar a regulamentação da avaliação por desempenho para os profissionais da educação, para permanência no quadro funcional, bem como para que haja uma bonificação salarial de acordo com o desempenho. Constituir um grupo de estudos multidisciplinar para regulamentar a avaliação constante no Plano de Carreira, incluindo os ACTs.

16.14 Assegurar a criação e implementação de um plano de saúde para os servidores municipais e também o prêmio de gratificação mensal por assiduidade.

16.15 Assegurar a criação de dispositivo legal que possibilite a dedicação exclusiva em única instituição de ensino, conforme disponibilidade de vagas para os profissionais de educação, ampliando assim a qualidade de vida deles.

16.16 Incentivar a divulgação dos projetos na mídia publicitária valorizando os profissionais da educação.

16.17 Incentivar os profissionais da educação a viagens de estudos e participação em seminários e palestras, garantindo a socialização do saber adquirido.

#### META 17

Garantir em legislação específica, aprovadas no âmbito Municipal, condições para a efetivação da gestão democrática, na educação básica e públicas que evidencie o compromisso com o acesso, a permanência e o êxito na aprendizagem do estudante do Sistema municipal de Ensino, no prazo de 2 (dois) anos após a aprovação deste Plano.

#### Estratégias:

17.1 Garantir formação aos conselheiros de controle social, recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções.

17.2 Consolidar o Fórum Permanente de Educação envolvendo gestores públicos, trabalhadores da educação e organizações da sociedade civil, bem como incentivar e oferecer suporte aos Profissionais.

17.3 Estimular, em todas as redes de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-se lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações.

17.4 Estimular, em todas as instituições de educação básica e criação e/ou ativação de conselhos escolares.

17.5 Garantir a participação efetiva da comunidade escolar e local na formulação e acompanhamento dos Projetos políticos-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares possibilitando as condições objetivas necessárias à operacionalização desta participação.

17.6 Favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino;

17.7 Garantir, em regime de colaboração, programa de formação continuada para gestores das escolas públicas.

17.8 Garantir o funcionamento do mecanismo de gestão democrática nas escolas de educação básica.

17.9 Aprovar dispositivo legal que dispõe sobre a implantação, execução e avaliação da gestão escolar da educação básica e profissional da rede pública, no prazo de um ano após a publicação deste Plano.

17.10 Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas e a criação de portais eletrônicos de transparência.

- 17.11 Criar e/ou consolidar fóruns consultivos e deliberativos para o fortalecimento do conselho municipal de educação, conselhos escolares, conselhos de acompanhamento e controle do FUNDEB e da Alimentação Escolar, com representação dos setores envolvidos com a educação e com as instituições educativas.
- 17.12 Aperfeiçoar a ação do Conselho Escolar ou órgãos equivalentes, com base nos princípios democráticos.
- 17.13 Implantar avaliação institucional com a participação efetiva da comunidade escolar incorporando os resultados no Plano de Desenvolvimento da Escola, no Projeto Político Pedagógico e no Plano de Gestão.
- 17.14 Definir critérios técnicos para o provimento dos cargos comissionados, objetivando chegar ao mínimo necessário e que estes sejam ocupados por profissionais habilitados na área da educação.
- 17.15 Implantar a Gestão Democrática com base nos princípios da descentralização, participação e transparência, visando à melhoria na qualidade do ensino.
- 17.16 Assegurar o cumprimento da legislação de ensino e as leis que regem o Sistema Municipal de Educação de Ituporanga.
- 17.17 Reformular o Sistema de Ensino e as leis complementares do município após a aprovação do Plano.
- 17.18 Elaborar, em conjunto com a Secretaria de Educação, o projeto de Gestão e o Plano de Ação para as escolas.
- 17.19 Garantir a reformulação dos Estatutos das APPs e dos Regimentos dos Conselhos Escolares após a aprovação do Plano.
- 17.20 Assegurar a descentralização de recursos para as APPs.
- 17.21 Atualizar o regimento escolar de todas as escolas da Rede de Ensino Municipal.
- 17.22 Assegurar a participação da sociedade civil no Plano de Ações Articuladas (PDE-PAR).
- 17.23 Garantir a reformulação do PPP das Escolas e da Secretaria de Educação após a aprovação do Plano.

#### META 18

Garantir em regime de colaboração entre os demais entes federados e entidades público/privada do município, o atendimento educacional hospitalar à educandos afastados do ambiente escolar por enfermidades.

#### Estratégias:

- 18.1 Garantir apoio pedagógico aos alunos que necessitam de afastamento por enfermidades, apoio que deverá ser realizado pelos profissionais das escolas.
- 18.2 Garantir ao aluno que esteve afastado da escola, por problemas de saúde, um espaço e um profissional para que possa recuperar os conteúdos perdidos e sinta-se integrado na sala de aula.
- 18.3 Promover ações de conscientização das famílias sobre a corresponsabilidade da saúde e do processo de ensino e aprendizagem.
- 18.4 Fortalecer as parcerias entre a Secretaria de Saúde e a Secretaria de Educação para garantir o atendimento aos educandos afastados por enfermidades.
- 18.5 Assegurar qualidade no atendimento pedagógico em situação de internação domiciliar.
- 18.6 Incentivar projetos para a comunidade escolar, que visem ao desenvolvimento do bem-estar físico, mental e social.
- 18.7 Fortalecer parceria entre prefeitura, hospital e família durante o período de internação hospitalar da criança.
- 18.8 Incentivar a elaboração e implementação de projetos que visem à prevenção de drogas lícitas e ilícitas nas escolas.
- 18.9 Assegurar a implementação no PPP das escolas de ações educativas em saúde, com o objetivo de promover e prevenir doenças; com isso, evitar a hospitalização das crianças e consequente afastamento da escola.
- 18.10 Incentivar cursos de Primeiros Socorros aos profissionais de educação.

**META 19**

Assegurar a implementação de ações que promovam a inclusão da Educação Ambiental e a Educação Étnico-racial e Diversidade como conteúdo curricular a ser ministradas como tema transversal pelas Redes Públicas e Privada de Ensino.

**Estratégias:**

- 19.1 Elaborar projetos multidisciplinares de Educação Ambiental em parceria entre escola, órgãos públicos e privados, que envolvam a comunidade, visando ampliar a conscientização dos alunos, pais e comunidade, sobre a importância da preservação do meio ambiente.
- 19.2 Promover uma educação ambiental crítica e emancipatória nas escolas municipais, estaduais e privadas do município, tendo em vista a construção da sustentabilidade ambiental com o objetivo de repensar as relações e o modo de vida humana no meio ambiente.
- 19.3 Garantir subsídios financeiros governamentais e não governamentais para a realização de projetos na esfera ambiental (construção de estufas, captação de energia solar, cisternas, reforestamento, arborização, árvores específicas em passeios públicos, parques, etc.), como também apoio aos projetos já existentes no município.
- 19.4 Incluir no PPP, bem como no calendário escolar, projetos integradores e atividades multidisciplinares, visando evitar o desperdício dos recursos naturais, como, por exemplo, água, energia, alimentos, materiais impressos.
- 19.5 Incentivar os professores de todas as unidades escolares a participar de projetos ambientais que já existem no município (Epagri, AFUBRA, Mãe D'Água, Fucas, PESAPI entre outros).
- 19.6 Fortalecer as parcerias com as instituições promotoras de educação ambiental no município (Epagri, Afubra, Mãe D'Água, Fucas, PESAPI entre outros).
- 19.7 Auxiliar na criação de uma Fundação Municipal do Meio Ambiente, e garantir que seja disponibilizado recursos financeiros específicos para desenvolver projetos de Educação Ambiental nas escolas da rede pública e privada do município.
- 19.8 Incentivar a criação de hortas escolares, estimulando a alimentação saudável.
- 19.9 Incentivar a criação de projeto de fiscalização nas Unidades Escolas, em que os alunos serão os fiscais para manter os ambientes limpos.
- 19.10 Incentivar e melhorar a arborização e o paisagismo no município.
- 19.11 Incentivar a manutenção da cooperativa de separação seletiva e de parcerias com empresas de reciclagem.
- 19.12 Garantir a continuidade de aquisição de alimentos para a merenda escolar sem agrotóxicos.
- 19.13 Assegurar que a diversidade cultural, sendo um valioso elemento para o avanço e bem-estar da sociedade brasileira, seja valorizada, desfrutada, genuinamente aceita e adotada, como característica permanente de seu enriquecimento, considerando as dimensões de gênero, cultura e etnia.
- 19.14 Garantir o reconhecimento da liberdade de consciência e expressão cultural e religiosa, respeitando as culturas e as religiosidades de todas as matrizes étnico-raciais nas práticas educativas e escolares.
- 19.15 Assegurar a implementação de políticas de ações afirmativas, de reparação e de valorização da história, cultura e identidade das populações historicamente discriminadas, como a população afro-brasileira, os povos indígenas e as minorias étnicas.
- 19.16 Assegurar o desenvolvimento de programas direcionados às populações afro-brasileira e minorias étnicas, por meio de ações afirmativas e positivas, alocando investimentos e combinando as políticas educacionais com diferentes áreas como a Saúde, Moradia e Saneamento, Desenvolvimento e Assistência Social, Meio Ambiente, Cultura, Trabalho e Emprego.
- 19.17 Estabelecer interlocução entre os sistemas de ensino, instituições de ensino superior, agências de fomento e pesquisa e os movimentos sociais, com vistas ao aprofundamento das bases teóricas para o fortalecimento de uma educação antirracista e multirracial.
- 19.18 Assegurar que todas as crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos tenham acesso, permanência e sucesso na oferta de educação de qualidade social, sem serem submetidos a qualquer forma de discriminação.
- 19.19 Assegurar que as crianças, adolescentes, jovens, adultos, idoso, negros e indígenas tenham condições de realizar seu percurso escolar sem os históricos impedimentos, armadilhas e sobressaltos, característicos de um sistema de ensino excludente e discriminatório.
- 19.20 Assegurar a Implementação de projetos e estimular encontros (fóruns, comitês ou comissões) que abriguem organismos governamentais, da sociedade civil e instituições de ensino superior como espaço de controle social, proposição e acompanhamento das políticas de educação das relações étnico-raciais.
- 19.21 Assegurar a divulgação nas Unidades Educativas e órgãos ligados à educação do município as Leis n. 10.639/04 e n. 11.645/08, a Resolução CNE/CP n. 01/2004 e o Parecer CNE/CP n. 003/2004, mediante material impresso, audiovisual e/ou outras linguagens, incluindo estratégias de divulgação na mídia local.
- 19.22 Assegurar a aquisição, produção e distribuição de materiais didático-pedagógicos que promovam a educação das relações étnico-raciais e contemplem as especificidades culturais nas unidades educativas no município, considerando a responsabilidade administrativa e financeira das respectivas mantenedoras.
- 19.23 Regularizar, no âmbito do sistema municipal de ensino, por intermédio do Conselho Municipal de Educação, o processo de implementação das Leis n. 10.639/04 e n. 11.645/08, da Resolução CNE/CP n. 01/2004 e o Parecer CNE/CP n. 003/2004, instituindo diretrizes curriculares municipais.
- 19.24 Assegurar a inclusão no PPP nas Unidades Educativas do sistema municipal de ensino dos princípios e diretrizes norteadores da educação das relações étnico-raciais que orientem as práticas pedagógicas.



19.25 Assegurar a criação de cursos de formação continuada em serviço aos profissionais da educação nas modalidades presencial e a distância sobre a diversidade étnico-racial com foco na educação das relações étnico-raciais e no ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena.

19.26 Incentivar a criação de campanhas educativas e momentos de discussão sobre a diversidade étnico-racial com as comunidades por meio de palestras, oficinas, festivais e outros eventos, como estratégia de superação dos preconceitos e discriminações no âmbito da sociedade, potencializando a ação pedagógica das instituições educativas

19.27 Assegurar a participação de educadores nos fóruns regionais, estadual e nacional, que tratem das políticas voltadas à promoção da igualdade racial, e ao seu retorno que sejam multiplicadores de seus conhecimentos a fim de fortalecer uma rede de trabalho que possibilite a permanente qualificação do processo de implementação da educação das relações étnico-raciais.

19.28 Garantir a inclusão em todos os planos de trabalho dos profissionais da educação da abordagem da questão da diversidade étnico-racial, nos diferentes níveis e modalidades.

19.29 Assegurar, nos dispositivos legais e nas orientações pedagógicas, que a educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura africana, afro-brasileira e indígena seja compromisso e responsabilidade de todos os profissionais da educação (gestores, secretários escolares, professores, coordenadores, operacionais e outros) nos diferentes níveis e modalidades de ensino no âmbito do sistema de ensino no município.

19.30 Incentivar a criação de oficinas pedagógicas para os estudantes que tratem da música, das artes plásticas, da dança, do teatro, do movimento e de outras manifestações artístico-culturais com foco na cultura africana, afro-brasileira e indígena.

19.31 Instituir no calendário municipal, congregando a rede pública e privada, a Semana da Consciência Negra, para a realização de atividades artístico-culturais e debater sobre a história e cultura africana, afro-brasileira e indígena.

#### META 20

Ampliar o investimento público em educação pública, em regime de colaboração com a União, Estado e Município de forma a atingir em níveis municipais as proporções estabelecidas no Plano Nacional de Educação de no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto – PIB no 5º ano de vigência desta Lei e no mínimo o equivalente a 10% do PIB ao final do decênio, com vinculação de outras fontes de recursos.

#### Estratégias:

20.1 Ampliar investimentos em educação mediante esforço conjunto da união, estado e município.

20.2 Adedir o custo aluno qualidade (CAQ) da Educação Básica do município à luz da ampliação do investimento público em educação.

20.3 Garantir o cumprimento dos artigos 70 e 71 da Lei de Diretrizes e Bases, que definem os gastos admitidos como de manutenção e desenvolvimento do ensino e aqueles que não podem ser incluídos nesse tema.

20.4 Realizar anualmente a adesão aos programas do FNDE que garantem as melhorias estruturais e pedagógicas ao estudante, com vistas a garantir a melhoria da educação no município.

20.5 Desenvolver estudos que viabilizem destinar parcela maior da receita tributária para o financiamento do ensino público municipal, mediante esforço conjunto da união, estado e município.

20.6 Estabelecer parceria com o governo estadual e federal a fim de garantir a oferta de cursos de graduação e pós-graduação: especialização, mestrado e doutorado aos profissionais da educação, em parceria com as IES públicas.

20.7 Fortalecer os conselhos de acompanhamento e fiscalização dos recursos da educação.

20.8 A partir da aprovação deste plano, garantir através de fóruns, conferências, colegiados, audiências públicas entre outras formas, a participação da comunidade na gestão da educação municipal.

20.9 Cooperar com a união e estado no aperfeiçoamento e ampliação dos mecanismos de acompanhamento da arrecadação da contribuição social do salário-educação.

20.10 Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem, nos termos das legislações vigentes, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB.

20.11 Desenvolver, com apoio do setor financeiro da prefeitura, estudos e acompanhamento regular dos investimentos e custos por estudante da educação, nos níveis e modalidades oferecidos pela rede municipal de educação.

20.12 Apoiar ações que tenham como objetivos a prorrogação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, com aperfeiçoamento que aprofundem o regime de colaboração e a participação financeira da união para garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino.

20.13 Regularizar os critérios para distribuição, em âmbito municipal, dos recursos adicionais dirigidos à educação ao longo do decênio, que considerem a equalização das oportunidades educacionais, a vulnerabilidade socioeconômica e o compromisso técnico e de gestão do sistema de ensino.

20.14 Prover esforços junto à união e ao estado para a complementação de recursos financeiros para a rede municipal de educação, garantindo e efetivando a articulação entre as metas deste plano e demais instrumentos orçamentários do município.

20.15 Garantir aplicação dos recursos destinados à manutenção, reforma e construção de escolas públicas com infraestrutura adequada às etapas e modalidades de ensino

20.16 Garantir o repasse direto de recursos às Unidades Executoras (APPs), por meio de programas e projetos voltados à Educação.

20.17 Apoiar, incentivar e fortalecer a criação de Unidades Executoras em todas as Unidades Educativas, da Rede Municipal de Educação.

20.18 Assegurar a utilização dos indicadores do IDEB e a PROVINHA MUNICIPAL como parâmetro para avaliar a qualidade do ensino no município, como forma de organizar e direcionar a aplicação dos recursos do FUNDEB e outros recursos a serem aplicados na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

20.19 Aperfeiçoar o regime de colaboração entre os sistemas de ensino.

20.20 Assegurar a integração de ações e recursos técnicos, administrativos e financeiros, entre as diversas Secretarias que compõem a estrutura da Administração Municipal e áreas comuns, para aperfeiçoar os recursos e investimentos na área educacional.

20.21 Assegurar a autonomia administrativa e pedagógica das Unidades Educativas e ampliar a autonomia financeira, por meio de repasse de recurso, diretamente às Unidades Escolares para despesas de manutenção e cumprimento de seus projetos políticos pedagógicos.

20.22 Garantir a participação dos profissionais da educação na discussão do Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes e Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA).

20.23 Assegurar a formação de uma equipe de profissionais da educação, para elaborar projetos, que visem garantir recurso para a Educação da Rede Municipal.

20.24 Assegurar recursos financeiros na escola quanto à aquisição de equipamentos com uma visão democrática das necessidades pedagógicas.

## ANEXO II DIAGNÓSTICO

### 1. INTRODUÇÃO

Ituporanga dá um grande um grande salto de qualidade educacional ao reelaborar, de forma democrática e participativa, o Plano Municipal de Educação – PME, para os próximos dez anos.

Obedecendo ao princípio constitucional de gestão democrática do ensino público, preconizada na Constituição Federal Art. 206, Inciso VII, observando a gestão democrática de ensino e da educação, a garantia de princípios de transparência e impessoalidade, a autonomia e a participação, a liderança e o trabalho coletivo, a representatividade e a competência, foi construído o presente Plano Municipal de Educação, um plano decenal.

O PME preconiza o que está posto no Plano Nacional de Educação. De forma resumida, os principais aspectos norteadores abordados são: a universalização, a qualidade do ensino, a formação e valorização dos profissionais, a democratização da gestão e o financiamento da educação. Esperamos que o Plano Municipal de Educação de Ituporanga aponte para uma Educação Plena, que contribua para a formação de cidadãos, com uma nova visão de mundo, em condições para interagir na contemporaneidade de forma construtiva, solidária, participativa e sustentável.

O Plano Municipal de Educação de Ituporanga/SC, elaborado de forma democrática e participativa, trata do conjunto da educação no âmbito Municipal. É um Plano do Município e não somente um Plano de Governo. Sua elaboração está preconizada no Plano Nacional de Educação -PNE, aprovado pela Lei nº 13.005, de 24 de junho 2014, que declara:

“Art. 8º - Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE, no prazo de 1 (um) ano contado da publicação desta Lei”.

O Plano Nacional de Educação, cuja elaboração e vigência estão previstas na Constituição Federal (1988), no Artigo 214, constitui-se a principal ferramenta democrática de planejamento da Educação no país.

“Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - melhoria da qualidade do ensino;

IV - formação para o trabalho;

V - promoção humanística, científica e tecnológica do País.

VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto.” (Incluído pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei Nº 9394/96 – LDB, referindo-se ao artigo 206 da Constituição Federal, estabelece uma base de princípios para o ensino - objeto da legislação educacional - ao estabelecer:

“Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII - valorização do profissional da educação escolar;

VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

IX - garantia de padrão de qualidade;

X - valorização da experiência extraescolar;

XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

XII - consideração com a diversidade étnico-racial.” (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013).

O alinhamento das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação - PME e a organização dos sistemas de ensino, a partir do regime de colaboração e da distribuição proporcional das responsabilidades, entre as esferas federal, estadual e municipal são necessários para assegurar o cumprimento dessas metas em cada área de atuação e de responsabilidade de cada esfera governamental.

Os Municípios têm como prioridade o ensino fundamental e a educação infantil; os Estados prioritariamente na oferta do ensino fundamental e médio e a União pela organização e financiamento da educação superior.

A distribuição das responsabilidades e das competências do governo federal, dos Estados e dos Municípios, na oferta de atendimento e na organização dos sistemas de ensino é estabelecida nos artigos 8º ao 11 da LDB 9394/96, descritos abaixo:

“Art. 8º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino.

§ 1º Caberá à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função

normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais.

Art. 9º A União incumbir-se-á de:

III - prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória, exercendo sua função redistributiva e supletiva;

Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de:

II - definir, com os Municípios, formas de colaboração na oferta do ensino fundamental, as quais devem assegurar a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma dessas esferas do Poder Público;

Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de:

I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados.”

Além disso, os artigos 9º, 10 e 11, que seguem, reafirmam a colaboração e a integração entre as três esferas governamentais na elaboração dos planos de ensino, com o objetivo de assegurar a efetividade das políticas educacionais.

“Art. 9º A União incumbir-se-á de:

IV - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum;

Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de:

III - elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus Municípios;

Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de:

I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;

II – exercer ação redistributiva em relação às suas escolas;

III – baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

IV – autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V - Oferecer à educação infantil em creches e pré-escolas e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Parágrafo Único. Os Municípios poderão optar, ainda, por se integrar ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica.”

Com a responsabilidade de se instituir o Plano Municipal de Educação, com metas e estratégias projetadas para o período de 2015 a 2025, criou-se uma Comissão Coordenadora de reelaboração e sistematização do PME de Ituporanga. A Secretaria Municipal de Educação de Ituporanga, através da Equipe Técnica, teve como responsabilidade, impulsionar o processo de construção do citado Plano, viabilizando diagnosticar as necessidades a serem atendidas e a forma mais adequada de alcançar educação de qualidade para todos do município.

O PME é um documento legal estratégico que estabelece as políticas públicas para educação do município por um período de 10 anos, destacando as necessidades de uma população, definindo-se como um plano de município e não de governo. Sua tônica é a construção de maneira coletiva, com a participação da sociedade, respeitando os princípios de colaboração, da gestão democrática e as características da realidade local, assegurando a continuidade das ações, independente dos gestores e partidos à frente do governo municipal.

O texto está organizado à luz do Plano Nacional de Educação – PNE e do Plano Estadual de Educação – PEE. Disposto em evidências gerais do Município de Ituporanga e considerações sobre as modalidades do ensino público, além dos aspectos referentes à educação, desenvolvidos a partir das metas previstas para o Brasil.

## 2. ASPECTOS HISTÓRICOS, GEOGRÁFICOS, POPULACIONAIS E SOCIECONÔMICAS DE ITUPORANGA/SC

### 2.1 Histórico

Os antigos mapas da província de Santa Catarina indicavam a zona do Rio Itajaí do Sul como um lugar desconhecido e com aldeias de índios nativos e que, na época, ainda não tinham tido contato com a civilização.

Em 1853, o governo imperial determinou a criação da Colônia Militar de Santa Tereza, localizada onde hoje se situa o Distrito de Catuíra, às margens do Rio Itajaí do Sul. Nesta colônia, contratavam-se soldados e colonos, com objetivo de defenderem tropas e viajantes, que seguiam em direção aos campos de Lages.

Nos últimos meses do ano de 1890, o Governo Provisório da República havia feito contratos com o Coronel Carlos Napoleão Poeta, o Coronel Gustavo Richard e o Coronel Emílio Brum, para fundarem neste Estado, núcleos agrícolas e fixarem lugares para colonos emigrantes. Os referidos concessionários transferiram os seus contratos para a Companhia de Colonização e Indústria de Santa Catarina que tinha à sua frente o Coronel Carlos Napoleão Poeta, como diretor liquidante.

Essa empresa começou a intensificar o seu serviço de colonização em 1902, fazendo medições de lotes e abrindo estradas em suas terras.

Em 1908, o Coronel Carlos Napoleão Poeta contratou com o Governo do Estado a construção de uma estrada carroçável entre Barracão (atual Alfredo Wagner) e a barra do Rio do Oeste (hoje Rio do Sul). A estrada seguia a sinuosidade do Rio Itajaí Sul, desbravando-o, para ali admitir a localização de agricultores e fazer as bases para as futuras povoações.

A empreitada não foi das mais fáceis. Lutando contra muitos obstáculos, entre eles o perigo das matas e o ataque de índios que habitavam

a região, a finalidade do bandeirante catarinense foi conseguida dentro de regular espaço de tempo.

Encorajados por esta primeira iniciativa de colonização nesta região desconhecida, por terra e rio abaixo, em canoas improvisadas, Matias Pedro Sens e Egídio Sens se estabeleceram em pontos da atual Vila Nova, e João Steffens na barra do Rio Perimbó. Estimulados por estes moradores, Matias Gil Sens, acompanhado de esposa e filhos, após sete dias de exaustiva viagem, fixaram residência mais abaixo, em 15 de agosto de 1912, data considerada a chegada desses primeiros colonizadores, seguidos, logo depois, por mais uma leva de colonos.

Chegados ao local, tiveram que enfrentar logo de início, não somente os perigos da mata e a violência dos animais selvagens, como também o ataque de índios. O desenrolar dos dias da nova residência a família foi desbravando matas, construindo atalhos para as roças de cultura, criando aves domésticas e animais necessários à lavoura, fazendo com que o produto conhecido de seu trabalho empolgasse outras famílias a também fixar moradia nessa região.

Seguiram os passos de Matias Gil Sens e seus familiares os agricultores: Adão e Jacob Sens na sede; Fernando Sens e Leopoldo Ludwig na Barra do Rio Gabiroba; Guilherme Mohr no Rio Batalha e muitos outros, cada qual dando sua parcela de contribuição para o desenvolvimento da região.

Dos registros existentes, em relação aos primeiros anos de colonização, consta que "a 8 de maio de 1913, aproximadamente pelo meio-dia, descansando em seu ranchinho, Egídio Sens, irmão de Matias Pedro Sens, foi surpreendido pelo ataque de um bando de índios botocudos. Fazendo uso de sua espingarda, feriu um dos atacantes na cabeça e enquanto os outros recuavam, fugiu para casa de seu irmão Matias, salvando-se. Das muitas flechas que os índios atiraram em Egídio, uma lhe acertou, atravessando o seu braço direito. Ele mesmo a arrancou, em pedaços, do braço ferido, defendeu-se como pode. O curativo do ferimento foi feito pelo então capitão Rosinha (general Vieira da Rosa), que casualmente estava fazendo o levantamento da estrada de rodagem da região".

Um dia após o ataque dos índios a Egídio Sens, Sebastião Antônio Pereira atravessou as matas do então lugarejo Salto Grande, pela segunda vez, na função de estafeta (correio a cavalo) da nova linha postal entre Barracão e Bela Aliança (Rio do Sul), sem encontrar sérias ameaças dos índios que povoavam estes lados, os quais após certo tempo, perseguidos pelos colonos existentes nas redondezas do povoado, localizaram-se em Ibirama, onde o governo federal lhes reservou área de terras para caça (reserva indígena).

Martinho Bugreiro (Martinho Marcolino de Jesus era seu verdadeiro nome). Natural de Angelina residia em Taquaras, no caminho para Palhoça-Lages. Ali os índios haviam dizimado sua família, matando esposa e dois filhos. Inconformado, ele se lançou à caça implacável dos causadores dessa desgraça.

Pouco se conhece a respeito do "bugreiro", os relatos retratam um caboclo simples, um homem comum. Alto, magro e de rosto moreno. Ágil e, sobretudo, corajoso, conhecia com perfeição a mata e seus segredos. Era fechado, falava pouco. Honesto no seu viver e de extrema seriedade. Exigia que as índias aprisionadas, crianças ou adultas, fossem tratadas com maior respeito. Chegou ao extremo de liquidar um de seus companheiros porque insistia em se aproveitar de uma menina índia, muito bonita, capturada numa investida na região de Ituporanga. Presume-se que tal fato tenha acontecido na localidade de Rio Batalha, onde se acha sepultado um de seus companheiros. Sua função era espantar, aprisionar e exterminar índios. "Sem-vergonhices" não eram permitidas. Seu retorno das "caçadas" era sempre aguardado com interesse. As famílias abastadas ficavam ansiosas para adotar alguma indiazinha que fosse capturada.

Das muitas emboscadas que realizou, Martinho trazia sempre mulheres e crianças indígenas, que em Blumenau eram entregues ao Juiz de Direito da Comarca, Dr. Alves de Albuquerque Gama, que as encaminhava aos cuidados das Irmãs do Convento da Divina Providência, e algumas confiadas a famílias abastadas da cidade, que as adotavam. Além das presas, entregava ao magistrado não só os arcos e flechas e outros apetrechos, como também prestava contas, devolvendo o dinheiro que sobrava, e que era repassado pelo juiz ao convento para sustento e criação das indiazinhas. Com a pacificação dos índios e a organização de uma aldeia para eles na região do Rio Plate, Martinho, que ficara sem função, terminou seus dias, na cidade de Bom Retiro. (Dados extraídos do opúsculo de Enéas Athanázio "Martinho Bugreiro: Criminoso ou Herói")

A primeira denominação da localidade que hoje constitui a cidade de Ituporanga, nunca usada oficialmente, foi "Rio Abaixo", por razão da primeira picada aberta pelos exploradores da região, e pelo fato de a estrada carroçável construída seguir continuamente a margem direita do Rio Itajaí do Sul.

Posteriormente, devido à localização onde se estabeleceram os primeiros povoadores descendentes de imigrantes alemães, originários de São Pedro de Alcântara, no município de São José e Santo Amaro da Imperatriz, no município de Palhoça, Ituporanga passou a ser denominada Barra do Rio Gabiroba e Barra do Rio Perimbó.

Em 1919, quando foi criada a primeira escola, o local passou a ser chamado de Salto Grande, em virtude da escola e da existência de uma bela queda d'água nas suas proximidades.

Em 1923, Salto Grande foi elevado a categoria de vila com o nome de Generosópolis, dado em homenagem ao superintendente da época, senhor Generoso Domingos de Oliveira, também presidente do Diretório do Partido Republicano Catarinense, e cuja influência política que mantinha o fizeram merecedor dessa homenagem. No entanto, essa denominação somente foi usada em carimbos dos correios e documentos oficiais, continuando o local a ser conhecido denominado Salto Grande pela população.

A legislação Federal relativa à duplicidade de nomes de cidades e vilas brasileiras atingiu também o distrito de Salto Grande, que passou a chamar-se Ituporanga, que significa "Salto Grande" na língua dos índios, nome que conserva atualmente.

Pela lei nº. 1.408 de 4 de outubro de 1922, foi criado o Município de Bom Retiro e em seus novos limites foi incluída a localidade de Salto Grande, que pela lei nº 11, de 5 de novembro de 1923 era elevada à categoria de Distrito, com o nome de Generosópolis.

O crescimento do então distrito de Generosópolis e a luta de suas lideranças sensibilizaram o Governo do Estado que, através da lei nº. 247 de 30 de dezembro de 1948 elevaram o Distrito à condição de cidade, sendo criado o Município de Ituporanga, instalado solenemente em 14 de fevereiro de 1949, assumindo as funções de Prefeito Provisório o então Tenente da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, Olivério



José de Carvalho Costa, nomeado por decreto do Governo do Estado.

Em 11 de setembro de 1949, realizaram-se as eleições para prefeito e vereadores de Ituporanga, tendo sido eleito o primeiro prefeito do município, o senhor João Carlos Thiesen, e eleitos os membros da Câmara Municipal, composta por sete vereadores, os quais assumiram suas funções em 24 de setembro de 1949.

## 2.2 Histórico da educação

Tudo indica que parece ter sido em 1914, quando Ituporanga era ainda "Barra da Gabiroba", quando ainda se temiam os ataques de índios Botocudos, que pela primeira vez se ministrou qualquer instrução a alguma criança do lugar. O padre jesuíta Luís Steiner ministrava catequese para a primeira Santa Comunhão, realizada em 30 de janeiro daquele ano.

Por volta de 1915, levantou-se em Barra da Gabiroba, um pequeno prédio, que era utilizado para aulas às crianças da comunidade e onde eram também celebradas as santas missas, que até então vinham sendo rezadas na residência do Sr. Matias Gil Sens. Esta foi a primeira escola de Ituporanga, construída onde hoje temos o jardim diante da Igreja Matriz Santo Estêvão.

Em 1919, foi criada pelo município de Palhoça a primeira escola da região colonizadora com a denominação de Escola Municipal de Salto Grande, cujas aulas tiveram início em 17 de abril daquele ano, com matrícula de 17 alunos, exercendo o cargo de professor o Sr. João Carlos Thiesen, primeiro professor nomeado para aquele estabelecimento. É importante fazer referência que com a criação da nova escola, a Escola Barra da Gabiroba passou a chamar-se Salto Grande, da existência de uma bela queda d'água nas proximidades da sede.

Em 1924, foi criada a comunidade do Rio Batalha e, em seguida, foi organizada uma escola, a Escola Alemã Salto Grande, da qual se tem registros fotográficos em 1927. Seu professor foi Carlos Gassmann. Em 30 de junho de 1935, muda-se o seu nome para Escola Evangélica Paroquial, dirigida a partir de então pelo diácono George Kreutzberg, que ao mesmo tempo em que dirigia a escola, fazia o papel de pastor da Paróquia. As aulas eram ministradas em língua alemã, e era uma escola direcionada para atender os filhos dos imigrantes.

Esta primeira Escola Evangélica em Ituporanga teve, no entanto, vida curta. Com a Segunda Guerra Mundial, ela teve de ser desativada pelo fato de a nação brasileira ter se posicionado ao lado dos Estados Unidos na luta contra a Alemanha, país de origem dos imigrantes. As autoridades brasileiras tentaram erradicar todo e qualquer vestígio que lembrasse a terra e a cultura dos imigrantes, e com isso muitas escolas evangélicas foram fechadas em todo o país.

Em janeiro 1933, Frei Gabriel Zimmer, 1º pároco da Paróquia Santo Estêvão, assume a educação da juventude, construiu o primeiro Grupo Escolar "Santo Antônio", prédio de madeira, medindo 231m². Foi sob a reconhecida experiência do senhor Augusto Kirchner, o construtor do prédio, que em menos de cinco meses finalizaram-se as obras de construção para que o Grupo pudesse entrar em funcionamento.

Nas vidraças das janelas, desenhos alusivos à história de "Chapeuzinho Vermelho". Havia três grandes salas de aula, divididas por portas duplas e sanfonadas. A sala do 4º ano ficava em nível de palco. Era só dobrar aquelas portas, e feito estava o salão de festas e teatro.

No dia 1 de julho de 1933, começaram as aulas para um total de 160 alunos matriculados.

Pelo decreto nº 384 de 26 de junho de 1933, foi concedida equiparação e no dia 29 de outubro do mesmo ano aconteceu a festa de inauguração.

Frei Gabriel era o diretor. Os alunos se dirigiam às salas de aula em fila dupla, marchando ao som do piano, tocado por dona Alice Maffezolli. Os alunos usavam uniformes nas cores azul e branco.

Os primeiros anos do Grupo Escolar foram de muita harmonia, trabalho e progresso. Também de lazer. A cavalo ou de charrete, realizaram várias excursões pelos povoados de Rio Batalha, Rio Areias e Lageado.

Durante muitos anos, o Grupo Escolar Santo Antônio serviu a nossa cidade.

Dona Ângela Grams era a professora do 1º ano, numa sala a parte. Dona Johanna Hutmacher, do 2º ano. Dona Maria Alice Maffezolli, do 3º ano. e Dona Inês Guszewski do 4º ano.

Em 1939, durante o desfile cívico de 7 de setembro, foi a 1ª vez que os alunos do Grupo Escolar Santo Antônio vestiram seus uniformes azul e branco e representaram o Grupo nas solenidades.

A cidade cresceu ao redor Igreja e do Grupo Escolar Santo Antônio. O Grupo Escolar viveu muitos anos, mantido e dirigido, com o mesmo carinho e esmero da parte dos Diretores e Professores, até que um novo e mais ampliado estabelecimento viesse abrir maiores possibilidades para a questão do ensino em Ituporanga.

Os anos foram passando, a cidade crescendo e devido a necessidade de ampliação das instalações do Grupo Escolar Santo Antônio, em 5 de dezembro de 1948, era inaugurado Grupo Escolar Mont'Alverne, criado por iniciativa do Governo do Estado, dirigido inicialmente pelo senhor Guido Costa e posteriormente pelas irmãs franciscanas de São José. Em substituição a "Santo Antônio", o educandário recebeu o nome da grande figura da oratória sacra no Brasil do século XIX, Frei Francisco de Mont'Alverne.

Na solenidade de inauguração do prédio aconteceu uma grande festa na nova escola, aconteceram apresentações e demonstração de educação física para as autoridades e a comunidade. Foi contratado um professor de Florianópolis para ensaiar os alunos para a festa, que fizeram belíssimas apresentações com bastões e arcos.

No primeiro ano do Grupo Escolar foram matriculados 452 alunos e foram seus professores: Waldemar Wagner, Clara Nienkoetter, Irma Trierveiler, NéricaSens, Jandira Maciel, Teresa Prim, Elza Teresa Costa, Conceição Weseli Sá, Lucy Batschauer e Ernestina Faizer.

Nas salas de aula, havia quadro-negro de madeira, no qual os professores escreviam com giz branco, as carteiras eram duplas, de madeira,



a bancada de escrever era fixa com o banco para sentar, e no meio da carteira encontrava-se o local para colocar o tinteiro que abastecia as canetas.

No ano de 1961, foi criada a Escola Técnica de Comércio Santo Estevão, sendo da rede particular, que funcionou no prédio do Grupo Escolar Mont`Alverne, no período noturno, e este foi o primeiro curso de ensino médio de nossa cidade. A escola mudou para prédio próprio no ano de 1978.

Outra escola que também funcionou neste prédio foi o Colégio Normal Roberto Moritz, que iniciou suas atividades no ano 1967 e mudou-se para prédio próprio em 1973.

Em 1975, com o esforço da diretora da escola Terezinha Frainer, o professor José Fernando Sens, juntamente com outras pessoas da escola e da comunidade, foi organizada uma comissão, que possibilitou a realização de um sonho antigo: a fanfarra "Os Cardeais".

Os Cardeais apresentaram-se pela primeira vez com 39 integrantes e, no ano seguinte, já contava com 51 integrantes. A partir daí, foram adquiridos novos uniformes e mais instrumentos.

Inúmeras vezes, a fanfarra se apresentou, em acontecimentos cívicos e sociais da Escola, do município de Ituporanga e dentro do estado de Santa Catarina. Participou de concursos e, hoje, continua sendo orgulho para todos que passaram e que continuam na escola. A cada ano, a fanfarra se renova, e sempre tem uma grande fila de espera de alunos que querem participar e se apresentar pela fanfarra.

No ano de 1998, a Escola completou seu cinquentenário realizando uma programação especial com Festa Junina, Concurso de Redação com premiação, o desfile de 7 de setembro foi relacionado aos 50 anos da Escola, confecção de um bolo gigante, e desenvolvimento de várias atividades com o tema.

No dia 5 de dezembro, depois da apresentação da fanfarra "Os Cardeais" pelo centro da cidade, a comunidade participou de um coquetel. Neste mesmo dia, foi exposta ao público uma placa luminosa alusiva aos 50 anos do educandário.

No ano de 2000, por determinação do Governo Federal, a Escola Básica Mont`Alverne passou a denominar-se Escola de Ensino Fundamental Mont`Alverne.

Fonte: [www.ituporanga.sc.gov.br](http://www.ituporanga.sc.gov.br)

### 2.3 Características Geográficas

O Município de Ituporanga/SC, está situado no Vale do Itajaí, pertence à microrregião do Alto Vale do Itajaí. Possui uma extensão territorial de 336,95km². A distância entre a cidade de Ituporanga e a capital Florianópolis é de 164 km via SC 350 e BR 282. Limita-se com 09 municípios, Alfredo Wagner, Atalanta, Aurora, Chapadão do Lageado, Imbuia, Petrolândia, Presidente Nereu, Agrônoma e Vidal Ramos.

Fonte: Acesso da Prefeitura

O clima predominante em Ituporanga é o mesotérmico úmido, com verão quente, apresentando uma temperatura média anual de 17,58°C e o total aproximado de chuvas anual é de 1.500mm. Típico da região sul, os invernos são bastante rigorosos, com ocorrência de geadas e do vento minuano.

O principal centro urbano do Município de Ituporanga, localiza-se a uma latitude 27°24'50" sul e a uma longitude 49°36'09" oeste, estando a uma altitude de 369 metros.

Fonte: [www.ituporanga.sc.gov.br](http://www.ituporanga.sc.gov.br)

### 2.4 Aspectos Populacionais

Ituporanga, segundo dados do IBGE, possuía em 2010 uma população de 22.250 habitantes, equivalente a 0,36% da população do estado, destes 7.418 residentes na zona rural e 14.832 na zona urbana; 11.095 homens e 11.155 mulheres. A estimativa em 2014 era de 23.777 habitantes. A densidade demográfica é de 66,04 hab/km².

A população de Ituporanga apresentou, no ano de 2014, crescimento de 21,98% desde o Censo Demográfico realizado em 2000, uma taxa média de crescimento populacional da ordem de 1,57% ao ano.

A estrutura etária de uma população habitualmente é dividida em três faixas: os jovens, que compreendem do nascimento até 19 anos; os adultos, dos 20 anos até 59 anos; e os idosos, dos 60 anos em diante. Segundo esta organização, no município, em 2010, os jovens representavam 32,86% (7.311) da população, os adultos 56,01% (12.596) e os idosos, 10,53% (2.343).

A taxa de analfabetismo não é alta, porém preocupante, jovens e adultos de 15 anos ou mais que não aprenderam a ler nem escrever, representam 4,6% da população do município, um total de 794 pessoas.

ÍNDICES	2000	2010
Índices de Longevidade (IDHM-L)	0,865	0,876
Índice de Educação (IDHM-E)	0,897	0,638
Índice de Renda (IDHM-R)	0,714	0,749
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)	0,825	0,748

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), é uma medida resumida do progresso em longo prazo, em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. O IDHM –

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Ituporanga e de 0,748 ficando na 51ª colocação no ranking entre os municípios catarinenses.

Fonte: IBGE

A taxa bruta de natalidade é o número de crianças que nasce anualmente para cada mil habitantes, em uma determinada área. Em 2011, a taxa bruta de natalidade de Ituporanga era de 15,7 nascidos por mil habitantes, apresentando um decréscimo de 12,51% entre 2007 e 2010. Em 2010, a taxa bruta de mortalidade infantil de Ituporanga era de 15,2, Santa Catarina era de 11,2 e Brasil 16,1 mortos por mil nascidos vivos.

Fonte: IBGE – Censo 2010

DATASUS

## 2.5 Aspectos Socioeconômicos

O setor primário é à base da economia do município. O cultivo da cebola eleva a município de Ituporanga a ser reconhecida como a Capital Nacional da Cebola, responsável por 12% do abastecimento nacional. São mais de cento e dez mil toneladas anuais, em quatro mil e seiscentos hectares plantados (2012). São 1.100 agricultores os responsáveis por essa produção, que contam, anualmente, com a ajuda de 1.500 pessoas contratadas para plantar, colher e beneficiar as melhores cebolas do Brasil, gerando, ainda, emprego e renda. O Fumo, milho e feijão também têm destaque, sendo o milho, a cultura com maior área plantada, além da criação de aves, bovinos e suínos.

Nos últimos anos Ituporanga vem se destacando no cultivo de grãos. São áreas expressivas de milho e soja cultivadas com tecnologia de ponta, o que propicia altas produtividades. Os rendimentos do milho chegam a 12.000 kg/ha e da soja a 4.200 kg/há.

A produção industrial cresceu exponencialmente nas últimas décadas com a implantação na cidade de novas unidades principalmente indústrias de estruturas de concreto pré-moldado e metálica, alavancando a cadeia produtiva e a geração de novos empregos.

A indústria mais antiga é a de papel, desde os anos de 1940 produz celulose na cidade. A indústria de móveis também está bastante presente com tradição de excelentes marceneiros que fabricam artesanal e industrialmente móveis e esquadrias de excelência. Outros segmentos industriais também estão presentes como a indústria da confecção, ferramentas e de produtos agrícolas industrializados.

O comércio da cidade é bem variado, com destaque ao comércio de produtos para agropecuária. Grandes redes de varejo dividem espaço com pequenas lojas de eletroeletrônicos, vestuário, calçados, alimentos e informática, entre outras. O setor de telefonia também tem destaque, sendo a cidade, sede de algumas das maiores revendas de celulares da região e do estado.

Conforme dados obtidos pela Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí – AMAVI, o Valor Adicionado por área em 2010 teve uma representação no setor da agropecuária com 36%, seguida pelo comércio com 32%, a indústria 25% e serviços com 7%. Contabilizados os setores de expressão na economia do município, o VA 2013 índice 2015 corresponde ao total de R\$ 364.689.715,74.

O Produto Interno Bruto - PIB representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos no município, durante um período determinado, sendo um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia com o objetivo de mensurar a atividade econômica de uma região. A distribuição per capita a preços correntes do PIB em 2000 era de R\$ 6.868,33, tendo um aumento aproximado de 250,78% no período de 12 anos, passando para de R\$ 17.203,81 em 2012. O PIB do município ficou em 389.959.010,00 em 2012.

A Receita Municipal de Ituporanga é formada pelas Arrecadações Municipal, Estadual e Federal, sendo evidente a dependência dos fundos estadual e federal. O Orçamento Público, com base no PPA (2014-2017) estima uma receita de R\$ 182.650.510,00, sendo que para o setor da educação, com exclusão dos recursos vinculados com base em emendas parlamentares, este valor é de R\$70.748.141,02.

Segue junto aos anexos (I) uma previsão orçamentária de receitas e despesas para os próximos 10 anos no setor da educação (2015/2025), com base em cálculos realizados pela contabilidade pública e que preve em um reajuste de 2,5% por ano.

Fonte: Setor Contabilidade Prefeitura Ituporanga

Fontes: AMAVI

www.Ituporanga.sc.gov.br

SEBRAE

FECAM

## 3. EDUCAÇÃO EM ITUPORANGA

### 3.1 Aspectos Educacionais

A Educação Básica, compreende a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, conforme o Artigo 21 da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional LDB Nº9394/96. E "...tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores" (Artigo 22 da LDB 9394/96). Segundo o Artigo 11, inciso V da citada Lei cabe aos municípios:

"Oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino."

O município de Ituporanga conta com algumas instituições educacionais, a Rede Estadual é responsável por sete (07) escolas que ofertam desde os anos iniciais do ensino fundamental até a conclusão do ensino médio, além da Educação de Jovens e Adultos (EJA). A Rede

Municipal conta com treze (13) Unidades Escolares que oferecem desde a educação infantil até os anos finais do ensino fundamental. Há uma (01) instituição particular que oferta Ensino Fundamental e Ensino Médio e três (03) instituições ensino Superior.

RELAÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS DE ITUPORANGA		
Unidade Educacional	Endereço	Nível de Ensino
C.E.I. Matilde Sens	Praça Fernando Sens-Centro	Creche e Pré-escola.
C.E.I. Pequeno Príncipe	Rua 15 de Novembro-Vila Nova	Creche e Pré-escola.
C.E.I. Dr. Mário César Sens	Rua João Kniss, nº 121-Gabiroba	Creche
C.E.I. Cecília KöppThiesen	Rua Irineu Bornhausen, nº 355-Santo Antônio	Creche
C.E.I. Luciane Haverroth	Rua Leonel Thiesen, nº 251-Centro	Creche e Pré-escola.
C.E.I. Olga Schumacher Israel	Rodovia SC 427 Bela Vista	Creche e Pré-escola.
C.E.I. Irma Kempner Farias	Rodovia SC 350-Cerro Negro - Entrada Parque da Cebola	Creche e Pré-escola.
C.E. Prof.ª Bernardina F. Matos	Rodovia SC – 427-Gabiroba	Creche- Pré-escola – Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais.
C.E. Olinda Israel Laurindo	Estrada Geral Rio do Norte	Creche - Pré-escola – Ensino Fundamental Anos Iniciais
C.E. Prof.º Curt Hamm	Estrada Geral-Rio Batalha	Pré-escola – Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais.
C.E. Pedro Júlio Müller	Rua Arcendino Santos Moreira – Nossa Senhora de Fátima	Creche - Pré-escola – Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais.
C.E. Bom Pastor	Rua Carlos Jensen, 60 – Jardim América	Creche - Pré-escola – Ensino Fundamental Anos Iniciais
C.E. Leandro dos Santos	Rodovia SC 350 Km 30 – Rio Bonito	Creche - Pré-escola – Ensino Fundamental Anos Iniciais
E.E.B. Aleixo Dellagiustina	Rua 24 de setembro - nº 388- Santo Antônio	Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais e Ensino Médio
E.E.B. Vereador Paulo França	Cerro Negro nº 6788 – Rodovia SC 302 km 7	Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais e Ensino Médio
E.E.B. Mont' Alverne	Rua Frei Manoel Philippi nº 120 – Centro	Ensino Fundamental Anos Iniciais- Anos Finais
E.E.B. Roberto Moritz	Rua Lauro Mello nº 470 - Centro	Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais e Ensino Médio
E.E.F. Prof. João Carlos Thiesen	Rua Almirante Tamandaré s/n – Vila Nova	Ensino Fundamental Anos Iniciais- Anos Finais
E.E.B. Presidente Tancredo Neves	Estrada Geral Bela Vista – Bela Vista	Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais e Ensino Médio
CEJA. Educação de Jovens e Adultos	Av. Paraguai nº 187 – Jardim América	Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais e Ensino Médio
Colégio Galileu	Rua Travessa Jacob Sens – SN	Rede Particular – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio.

Fonte: Secretaria de Educação

A participação da sociedade no controle e desenvolvimento das atividades educacionais do município está garantida desde a instituição dos conselhos. O Conselho Municipal de Educação foi criado em 1997, através da Lei nº 1.752 de 04 de dezembro de 1997, o Conselho de Alimentação Escolar em 1995, através da Lei nº 1.603 de 21 de junho de 1995 e o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB em 2007, através da Lei nº 2.184 de 06 de setembro de 2007.

O transporte escolar é regulamentado pela Lei nº 2342 - 21 de dezembro de 2010, sua frota é mantida pela Prefeitura Municipal de Ituporanga, com auxílio financeiro dos Governos Federal e Estadual.

A efetivação das políticas públicas da educação no âmbito municipal é de competência da Secretaria Municipal de Educação, órgão responsável por garantir o ingresso, a permanência e a aprendizagem dos alunos na sua formação inicial contemplando as dimensões históricas, sociais, culturais, políticas e de formação para o trabalho e para a cidadania.

### 3.2 Indicadores da Educação de Ituporanga

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado pelo Inep em 2007 com a iniciativa de reunir em um só indicador dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. Ele agrega ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações em larga escala do Inep a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do Inep.

Em Ituporanga as avaliações da Prova Brasil (IDEB) foram realizadas desde 2005, porém em algumas unidades e/ou turmas não foram aplicadas ou os resultados não foram divulgados, em virtude de que a unidade avaliada não atendia os critérios de participação e divulgação determinados pelo INEP, conforme representado nos dados abaixo. Os resultados das avaliações educacionais de Ituporanga, comparados com os resultados do Estado de Santa Catarina e do Brasil, demonstram um esforço coletivo da escola, secretaria e comunidade, porém é preciso buscar a melhoria da proficiência dos alunos.

Ao observarmos as tabelas abaixo, é imprescindível, que haja um esforço e fortalecimento do sistema SME – Escola – Classe – Aluno e Família, da rede pública municipal e estadual de ensino, em ações para que as metas do IDEB, estabelecidas pelo Ministério da Educação para o município de Ituporanga, não sejam apenas alcançadas, mas sim superadas.

#### PROFICIENCIA

RESULTADOS DA PROVA BRASIL –REDE MUNICIPAL ANOS INICIAIS					
Disciplinas	2005	2007	2009	2011	2013
Matemática	178,00	221,00	210,78	196,92	256,87
Língua Portuguesa	161,60	195,21	190,60	193,42	244,75

RESULTADOS DA PROVA BRASIL– REDE MUNICIPAL ANOS FINAIS					
Disciplinas	2005	2007	2009	2011	2013
Matemática	251,00	243,13	235,82	265,67	259,15
Língua Portuguesa	236,60	230,86	225,26	244,73	260,28

RESULTADOS DA PROVA BRASIL – REDE ESTADUAL ANOS INICIAIS					
Disciplinas	2005	2007	2009	2011	2013
Matemática	188,20	195,95	205,00	209,87	227,61
Língua Portuguesa	184,60	174,78	185,87	192,56	206,04

RESULTADOS DA PROVA BRASIL – REDE ESTADUAL ANOS FINAIS					
Disciplinas	2005	2007	2009	2011	2013
Matemática	258,60	258,76	264,60	270,53	253,27
Língua Portuguesa	238,10	234,00	253,16	247,72	241,77

#### IDEB – ITUPORANGA

RESULTADOS DA PROVA BRASIL - IDEB DE ITUPORANGA– ANOS INICIAIS					
Redes de ensino médias	2005	2007	2009	2011	2013
IDEB Esc. Municipais	4,0	5,5	5,1	4,9	6,7
IDEB Esc. Estaduais	4,2	4,6	5,1	5,4	5,8

RESULTADOS DA PROVA BRASIL - IDEB DE ITUPORANGA– ANOS FINAIS					
Redes de ensino médias	2005	2007	2009	2011	2013
IDEB Esc. Municipais	4,3	4,1	3,7	4,8	4,4
IDEB Estaduais	4,1	4,4	4,5	5,0	4,0

#### BRASIL

IDEB OBSERVADO E METAS PROJETADAS – BRASIL EF Anos Iniciais										
Total	IDEB Observado	Metas								
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2021
	3.8	4.2	4.6	5.0	5.2	3.9	4.2	4.6	4.9	6.0
Dependências Administrativas										
Estadual	3.9	4.3	4.9	5.1	5.4	4.0	4.3	4.7	5.0	6.1
Municipal	3.4	4.0	4.4	4.7	4.9	3.5	3.8	4.2	4.5	5.7
Privada	5.9	6.0	6.4	6.5	6.7	6.0	6.3	6.6	6.8	7.5
Pública	3.6	4.0	4.4	4.7	4.9	3.6	4.0	4.4	4.7	5.8

IDEB OBSERVADO E METAS PROJETADAS – BRASIL EF Anos Finais										
Total	IDEB Observado	Metas								
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2021
	3.5	3.8	4.0	4.1	4.2	3.5	3.7	3.9	4.4	5.5
Dependências Administrativas										

Estadual	3.3	3.6	3.8	3.9	4.0	3.3	3.5	3.8	4.2	5.3
Municipal	3.1	3.4	3.6	3.8	3.8	3.1	3.3	3.5	3.9	5.1
Privada	5.8	5.8	5.9	6.0	5.9	5.8	6.0	6.2	6.5	7.3
Pública	3.2	3.5	3.7	3.9	4.0	3.3	3.4	3.7	4.1	5.2
IDEB OBSERVADO E METAS PROJETADAS – BRASIL ENSINO MÉDIO										
Total	IDEB Ob-servado	Metas								
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2021
	3.4	3.5	3.6	3.7	3.7	3.4	3.5	3.7	3.9	5.2
Dependências Administrativas										
Estadual	3.0	3.2	3.4	3.4	3.4	3.1	3.2	3.3	3.6	4.9
Privada	5.6	5.6	5.6	5.7	5.4	5.6	5.7	5.8	6.0	7.0
Pública	3.1	3.2	3.4	3.4	3.4	3.1	3.2	3.4	3.6	4.9

## SANTA CATARINA

IDEB OBSERVADO E METAS PROJETADAS – SC – Anos Iniciais													
Santa Catarina	IDEB Obser-vado		Metas										
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
	4.4	4.9	5.2	5.8	6.0	4.5	4.8	5.2	5.5	5.8	6.0	6.3	6.5

IDEB OBSERVADO E METAS PROJETADAS – SC – Anos Finais													
Santa Catarina	IDEB Obser-vado		Metas										
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
	4.3	4.3	4.5	4.9	4.5	4.3	4.5	4.7	5.1	5.5	5.7	6.0	6.2

IDEB OBSERVADO E METAS PROJETADAS – SC – Ensino Médio													
Santa Catarina	IDEB Obser-vado		Metas										
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
	3.8	4.0	4.1	4.3	4.0	3.8	3.9	4.1	4.4	4.7	5.2	5.4	5.6

## ITUPORANGA – REDE ESTADUAL

METAS PROJETADAS – Rede Estadual			
Metas Anos Iniciais			
2015	2017	2019	2021
5,5	5,8	6,1	6,3
Metas Anos Finais			
2015	2017	2019	2021
5,3	5,5	5,8	6,0

## ITUPORANGA – REDE MUNICIPAL

METAS PROJETADAS – Rede Municipal			
Metas Anos Iniciais			
2015	2017	2019	2021
5,4	5,6	5,9	6,2
Metas Anos Finais			
2015	2017	2019	2021
5,5	5,7	6,0	6,2

Fonte: INEP

Observando os conhecimentos, competências e habilidades atingidos nas últimas avaliações de 2005 à 2013 pelos alunos dos anos iniciais da Rede Municipal, observa-se uma evolução constante na escala de proficiência da disciplina de Matemática (2005:178,00 – 2013: 256,87), nível de conhecimento caracterizado como Proficiente (nível 3 para nível 6). Em Língua Portuguesa também houve aumento passando do nível 3 para o nível 5, de 161,60 pontos em 2005 para 244,75 pontos em 2013, aprendizado considerado como proficiente. Os anos finais



da Rede Municipal também demonstraram uma crescente evolução desde a primeira avaliação em 2005, porém em ambas as disciplinas o nível de conhecimento é considerado como básico.

ESCALA DE PROFICIÊNCIA			
Classificação	Língua Portuguesa		
	Nível	5º Ano	9º Ano
Língua Portuguesa – 5º Ano	Até o nível 1	0 – 149 pontos	_____
Insuficiente: 0 a 149 pontos	Nível 1	_____	200 – 224 pontos
Básico: 150 a 199 pontos	Nível 2	150 – 174 pontos	225 – 249 pontos
Proficiente: 200 a 249 pontos	Nível 3	175- 199 pontos	250 – 274 pontos
Avançado: Igual ou maior que 250 pontos	Nível 4	200 – 224 pontos	275 – 299 pontos
	Nível 5	225 – 249 pontos	300 – 324 pontos
Língua Portuguesa – 9º Ano	Nível 6	250 – 274 pontos	325 – 349 pontos
Insuficiente: 0 a 199 pontos	Nível 7	275 – 299 pontos	350 – 374 pontos
Básico: 200 a 274 pontos	Nível 8	300 – 324 pontos	375 – 400 pontos
Proficiente: 275 a 324 pontos	Nível 9	325 – 350 pontos	_____
Avançado: Igual ou maior que 325 pontos	Matemática		
Matemática – 5º Ano	Nível	5º Ano	9º Ano
Insuficiente: 0 a 174 pontos	Nível 1	125 – 149 pontos	200 – 224 pontos
Básico: 175 a 224 pontos	Nível 2	150 – 174 pontos	225 – 249 pontos
Proficiente: 225 a 274 pontos	Nível 3	175- 199 pontos	250 – 274 pontos
Avançado: Igual ou maior que 275 pontos	Nível 4	200 – 224 pontos	275 – 299 pontos
	Nível 5	225 – 249 pontos	300 – 324 pontos
Matemática – 9º Ano	Nível 6	250 – 274 pontos	325 – 349 pontos
Insuficiente: 0 a 224 pontos	Nível 7	275 – 299 pontos	350 – 374 pontos
Básico: 225 a 299 pontos	Nível 8	300 – 324 pontos	375 – 399 pontos
Proficiente: 300 a 349 pontos	Nível 9	325 – 350 pontos	400 – 425 pontos
Avançado: Igual ou maior que 350	Nível 10	_____	_____

Fonte: INEP

A Rede Estadual de Ituporanga também obteve crescimento significativo nos anos iniciais, quando comparado os resultados entre os anos de 2005 e 2013, evoluindo o nível de conhecimento de Básico para Proficiente. Existe uma situação preocupante que deve ser analisada com atenção na Rede Estadual que é a redução nos níveis de proficiência dos alunos dos anos finais do ensino fundamental. Nas avaliações de 2009 os valores alcançados na escala de proficiência eram maiores que praticamente todas as demais avaliações realizadas posteriormente até o ano de 2013.

Identificamos com os fatos e dados expostos que o desafio para o município em efetivar a aprendizagem adequada para os alunos do Ensino Fundamental é grande, podendo levar décadas para ser vencido.

Os cálculos das taxas de aprovação, reprovação, evasão e abandono são baseados nas informações sobre o movimento e o desempenho dos alunos. Com base nestes dados foi realizado levantamento de informações, do qual será possível analisar o rendimento escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino de Ituporanga, assim como o desempenho das escolas estaduais do município, da Rede Estadual de Santa Catarina e Nacional.

Os índices de reprovação na Rede Pública de Ensino de Ituporanga apresentam indicadores preocupantes referente ao rendimento. Nos anos iniciais do ensino fundamental da Rede Municipal a taxa de reprovação está diminuindo consideravelmente nos últimos anos, porém nos anos finais, há oscilação, apresentando aumento desproporcional no ano de 2012, com 17,3% no índice de reprovação, ou seja, de cada 100 alunos 17 ficaram retidos.

As escolas da Rede Estadual também apresentam dados preocupantes, com variação entre os anos analisados. A taxa de reprovação tem oscilado bruscamente de um ano para o outro, principalmente nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio, conforme é possível analisar no quadro abaixo.

TAXA DE RE-PROVAÇÃO												
Em %	2010	2011	2012	2013								
	E.F anos iniciais	E.F anos finais	Ensino Médio	E.F anos iniciais	E.F anos finais	Ensino Médio	E.F anos iniciais	E.F anos finais	Ensino Médio	E.F anos iniciais	E.F anos finais	Ensino Médio
Rede Municipal	8,8	12,6	--	5,9	7,5	--	4,8	17,3	--	3,9	14,2	--
Rede Estadual	4,2	10,3	12,3	1,9	5,5	8,6	4,2	8,8	7,8	4,5	23,0	29,7
Santa Catarina	6,7	13,5	10	2,2	4,3	8	3,7	6,6	11	4,6	14,6	15,2
Brasil	11,9	14,4	13,5	8,1	13,4	14	7,7	12,8	13,1	6,9	12,3	12,7

Fonte: Qedu

Cabe ressaltar a necessidade dos principais atores da educação do município de Ituporanga, realizando periodicamente o monitoramento, planejamento e ações como forma de garantir a permanência/ melhoria dos resultados.

Além disso, promover ações em conjunto (SME – Escolas – Famílias) para auxiliar os alunos com dificuldades de aprendizagem a superarem seus desafios e usar os dados sobre o aprendizado para embasar ações pedagógicas; fazer da escola um ambiente agradável e propício ao aprendizado; ganhar o apoio de atores de fora da escola e efetivar ações pedagógicas embasadas em evidências e dados de aprendizagem.

A taxa de distorção idade/ano na Rede Pública de Ituporanga é preocupante, no ensino fundamental anos iniciais nos últimos 8 anos, a média de distorção chegou a 10,1%. Nos anos finais a média é mais preocupante ainda, chegando a 21,2% e no ensino médio 18,8%. Estes indicadores representam uma necessidade urgente de ações e programas que visem a correção destas disparidades e traçar novas estratégias e parcerias para que este indicador seja reduzido a índices menores.

DISTORÇÃO IDADE/ANO												
Em %	2006	2011	2012	2013								
	E.F anos iniciais	E.F anos finais	Ensino Médio	E.F anos iniciais	E.F anos finais	Ensino Médio	E.F anos iniciais	E.F anos finais	Ensino Médio	E.F anos iniciais	E.F anos finais	Ensino Médio
Rede Municipal	7,1	25,0	--	9,8	25,2	--	9,1	25,4	--	11,0	24,1	--
Rede Estadual	11,2	18,3	16,5	14,2	20,9	18,2	9,0	15,5	21,4	9,0	15,0	19,2
Santa Catarina	10,6	21,5	24,7	14,2	21,7	19,1	10,1	16,7	18,3	9,1	17,7	18,4
Brasil	25,1	38,7	49,5	20,1	32	36,3	23,4	14	31,1	12,6	26,2	33

Fonte: Qedu

O principal fator que interfere diretamente na distorção idade/ano são os índices de reprovação, principalmente nos anos finais do ensino fundamental, que automaticamente refletem no ensino médio.

DISTORÇÃO IDADE-ANO NAS ESCOLAS DE ITUPORANGA				
Escolas Públicas	2007	2011	2012	2013
C.E. Bom Pastor	3%	2%	2%	1%
E.E.F. MontAlverne	6%	5%	10%	5%
E.E.F. Professor Joao Carlos Thiesen	14%	13%	12%	13%
E.E.F. Presidente Tancredo Neves	8%	7%	20%	9%
C.E. Professor Curt Hamm	9%	8%	5%	6%
C.E. Pedro Julio Muller	9%	11%	4%	12%
C.E. Olinda Israel Laurindo	27%	22%	27%	11%
E.E.B. Roberto Moritz	3%	7%	15%	17%
Colégio Galileu	0%	2%	3%	0%
E.E.B. Aleixo Dellagiustina	13%	9%	15%	14%
E.E.B. Vereador Paulo Franca	16%	14%	17%	8%
C.E. Professora Bernardina Farias De Matos	19%	11%	19%	14%
C.E. Leandro Dos Santos	19%	15%	14%	14%

Fonte: Qedu

Apesar dos altos índices de distorção idade/ano é possível observar que o município de Ituporanga mantém índices satisfatórios nas taxas de abandono nas escolas municipais e estaduais no ensino fundamental. Já no ensino médio, apesar dos índices ainda serem superiores ao ensino fundamental, há redução significativa de 62,23%, comparando-se os últimos 4 anos (2010 à 2013).

TAXA DE ABANDONO/EVASÃO ESCOLAR												
Em %	2010	2011	2012	2013								
	E.F anos iniciais	E.F anos finais	Ensino Médio	E.F anos iniciais	E.F anos finais	Ensino Médio	E.F anos iniciais	E.F anos finais	Ensino Médio	E.F anos iniciais	E.F anos finais	Ensino Médio
Rede Municipal	0,2	1,1	--	0,2	0,4	--	0,0	0,0	--	0,2	1,0	--
Rede Estadual	0,0	0,0	5,1	0,0	0,4	4,8	0,0	0,4	4,7	0,1	0,1	4,0
Santa Catarina	0,4	1,4	8,2	0,4	2,3	9,3	0,3	2	8,2	0,2	1,6	8,6
Brasil	3,5	7,4	14,7	1,7	4,8	10,8	1,7	4,6	10,4	1,3	4	9,2

Fonte: Qedu

Ao analisar a taxa de distorção por ano cursado, incluindo a escola estadual, verifica-se que na proporção que aumentam os anos de estudo, aumenta a distorção idade/ano cursado. Isto revela o impacto das taxas de reprovação, repetência e evasão, ao longo do processo de

escolarização, bem como as dificuldades de acesso/permanência e aprendizagem do aluno na escola.

Comparando a elevada taxa de reprovação e os índices de abandono, a taxa de aprovação não poderá apresentar bons resultados. Nos anos iniciais da Rede Pública a média de aprovação chega a 95,1%. Nos anos finais este indicador é preocupante, chegando apenas a 87,2% e no ensino médio a 80,7%. Há necessidade de realizar um esforço contínuo para a melhoria deste indicador, sendo que a meta aceitável está acima de 98%.

TAXA DE APROVAÇÃO												
Em %	2010	2011	2012	2013								
	E.F anos iniciais	E.F anos finais	Ensino Médio	E.F anos iniciais	E.F anos finais	Ensino Médio	E.F anos iniciais	E.F anos finais	Ensino Médio	E.F anos iniciais	E.F anos finais	Ensino Médio
Rede Municipal	91,0	86,2	--	93,9	92,1	--	95,2	82,7	--	95,9	84,8	--
Rede Estadual	95,8	89,7	82,5	98,1	94,2	86,6	95,8	90,8	87,5	95,4	76,9	66,3
Santa Catarina	92,9	85,1	81,4	97,4	93,4	82,7	96	91,4	80,8	95,2	83,8	76,2
Brasil	84,6	78,2	71,8	90,2	81,8	75,2	90,6	82,6	76,5	91,8	83,7	78,1

Fonte: Qedu

Na tabela abaixo é possível verificar que existem alguns indicadores de rendimento que inspiram maior atenção, principalmente a taxa de reprovação. Quando o índice de abandono ou reprovação está acima de 5%, indicando necessidade de definição de estratégias para conter o avanço da evasão escolar; quando está acima de 15%, indica que é preciso intervir no trabalho pedagógico o mais rápido possível, pois muitos estudantes poderão ficar fora da escola.

TAXA DE RENDIMENTO – EDUCAÇÃO PÚBLICA DE ITUPORANGA												
	Reprova-ção	Abando-no	Aprova-ção									
	2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
Anos Iniciais	5,9	3,2	4,3	4,1	0,1	0,1	0,0	0,1	94,1	96,7	95,7	95,8
Anos Finais	10,4	5,7	9,9	20,7	0,2	0,4	0,3	0,2	89,4	93,9	89,7	79,0
Ensino Médio	11,6	8,0	7,2	27,9	4,8	4,2	4,2	3,7	83,6	87,7	88,5	68,3

Fonte: Qedu

Com base nos dados apresentados em relação ao rendimento escolar dos alunos da Educação Pública de Ituporanga, observa-se que em comparação com as médias Nacional e Estadual o processo educacional está mais equilibrado e próximo ao aceitável, porém há necessidade de fortalecer e aprimorar as funções atribuídas à escola.

O principal papel da escola é promover o desenvolvimento de competências cognitivas, de formação de hábitos e de convívio social. Nesse sentido é fundamental implementar práticas exitosas: diagnóstico, definição de metas e de indicadores, criação de estratégias, capacitação sistemática dos envolvidos, monitoramento permanente e avaliações sistemáticas e integração estratégica de todas as ações para que se tornem políticas públicas para o município e garantam o sucesso na aprendizagem dos alunos.

Fontes: MEC/INEP

<http://www.qedu.org.br>

### 3.4 Educação Infantil

A Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96 com destaque para as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, 2009), definem a Educação Infantil como primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social. É dever do Estado garantir a oferta de Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade, sem requisito de seleção.

Na organização político administrativa, estabelecida na Constituição Federal de 1988, compete aos municípios atuar e manter prioritariamente o Ensino Fundamental e a Educação Infantil, em regime de colaboração com o Estado, o Distrito Federal e a União, através da elaboração de políticas, implementação de ações e garantia de recursos.

Com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Infantil a criança é um sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

Os fatores históricos que determinam a demanda continuam vigentes em nossa sociedade, tornando-se cada vez mais óbvios, acrescentando-se a eles a própria oferta como motivadora da procura. Afinal a existência da possibilidade de acesso e o conhecimento dos benefícios da frequência a um centro de educação infantil de qualidade induzem um número cada vez maior de famílias a demandar uma vaga para seus filhos. Importante, nesse processo, é o cuidado na qualidade do atendimento, pois só esta justifica e produz resultados positivos.

A formação dos profissionais da educação infantil merecerá atenção especial, dada a relevância de sua atuação como mediadora no

processo de desenvolvimento e aprendizagem. A qualificação específica para atuar na faixa de 0 a 5 anos inclui o conhecimento das bases científicas do desenvolvimento da criança, da produção de aprendizagens e a habilidade de reflexão sobre a prática, para que se torne fonte de novos conhecimentos e habilidades na educação das crianças. Além da formação acadêmica prévia, requer-se a formação permanente, inserida no trabalho pedagógico.

Em Ituporanga no âmbito público municipal, o segmento de Educação Infantil atende crianças com idade Creche de 3 meses a 3 anos completos e Pré-escola 4 a 5 anos completos, em tempo parcial e integral, totalizando 13 instituições, conforme dados de 2014 do EducaCim AMAVI – Sistema de Gestão Educacional, emitido pela Secretaria Municipal de Educação – SME. Existe uma Entidade Particular que oferta Educação Infantil.

RELAÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS – Educação Infantil			
Unidade Educacional	Localização	Matriculas	Nível de Ensino
C.E.I. Matilde Sens	Urbana	209	Creche e Pré-escola.
C.E.I. Pequeno Príncipe	Urbana	145	Creche e Pré-escola.
C.E.I. Dr. Mário César Sens	Urbana	82	Creche
C.E.I. Cecília KöppThiesen	Urbana	47	Creche
C.E.I. Luciane Haverroth	Urbana	282	Creche e Pré-escola.
C.E.I. Olga Schumacher Israel	Urbana	55	Creche e Pré-escola.
C.E.I. IrmaKempner Farias	Urbana	117	Creche e Pré-escola.
C.E. ProfªBernardina F. Matos	Urbana	32	Creche e Pré-escola
C.E. Olinda Israel Laurindo	Rural	15	Creche e Pré-escola
C.E. Profº Curt Hamm	Rural	16	Pré-escola
C.E. Pedro Júlio Müller	Urbana	94	Creche e Pré-escola
C.E. Bom Pastor	Urbana	134	Creche e Pré-escola
C.E. Leandro dos Santos	Rural	34	Creche e Pré-escola
Colégio Galileu	Urbano	50	Creche e Pré-escola

Fonte: Secretaria de Educação

A organização do trabalho pedagógico na escola acontece de maneira articulada com os professores. Os planejamentos e ações da rede municipal acontecem sob a orientação do SME, a realização e acompanhamento dos planejamentos e ações com os professores ficam sob a responsabilidade da coordenação pedagógica do SME. Capacitação em serviço, participação em cursos de formação continuada e fóruns de educação infantil ocorrem periodicamente, contribuindo para a oferta de uma educação de qualidade. O material didático oferecido atende às necessidades da faixa etária, sendo adquirido de acordo com a solicitação dos docentes.

O quadro de professores é composto por servidores efetivos com formação na área e por professores contratados temporariamente que também possuem formação ou estão em fase de conclusão.

QUADRO DE FORMAÇÃO – Educação Infantil			
Cargo	Quantidade	Formação Lato Sensu	Formação Stricto Sensu
Professores Efetivos	63	63	--
Professores Contratados	86	82	--
Coordenação	14	14	--

Fonte: Secretaria de Educação

Em relação à estrutura física dos prédios existentes, todos são adaptados para o atendimento à Educação Infantil, pois a construção dos prédios ocorreu anteriormente à Lei que trata dos parâmetros de infraestrutura. Salienta-se que os prédios não se encontram nos padrões de infraestrutura, necessitando de reformas. Cita-se também o aluguel de duas salas para atendimento dos alunos de uma unidade e de um prédio (CE. Bom Pastor) para o atendimento de outra unidade.

Nos últimos anos o atendimento da demanda de matriculas na educação infantil cresceu significativamente, e atualmente há lista de espera, existindo a necessidade de ampliação de estrutura física. Atualmente o atendimento à demanda é realizado em espaços adaptados e com suas capacidades de atendimento já comprometidas e o crescimento populacional projetado é de mais de 15,70% para os próximos 10 anos.

A proposta pedagógica das instituições da Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso e processo de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças.

Na trajetória da Educação Infantil, avanços e conquistas aconteceram de maneira gradativa, mas muito se tem a melhorar. Há necessidade de elaborar e implementar políticas públicas de financiamento e gestão da educação, que garantam a este segmento ampliação nas discussões e execução de ações que objetivem a melhoria da qualidade do ensino bem como, a expansão do número de vagas para todas as crianças com idade creche e pré-escola.

### 3.4 Ensino Fundamental

Sabe-se que a Constituição Federal Brasileira de 1988, em seu artigo 208, afirma que:

“O Ensino Fundamental é obrigatório e gratuito e se traduz como um direito público subjetivo de cada um e como dever do Estado e da

família, abrange a população de 06 a 14 anos de idade”.

A Lei nº 4.024/1961 estabeleceu quatro anos de escolaridade obrigatória; com o Acordo de Punta Del Este e Santiago, de 1970, estendeu-se para seis anos o tempo do ensino obrigatório. A Lei 5.692/1971 determinou a extensão da obrigatoriedade para oito anos; Já a Lei 9.394/1996 sinalizou para um ensino obrigatório de nove anos de duração, a iniciar-se aos seis anos de idade, o que, por sua vez, tornou-se meta da educação nacional pela Lei nº 10.172/2001, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE). Finalmente em 06 fevereiro de 2006, a Lei nº 11.274, instituiu o ensino fundamental de nove anos de duração com a inclusão das crianças de seis anos de idade.

O Ensino Fundamental tem como objetivo primordial a formação básica do cidadão, sendo uma das condições para que alcance “o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo” constituindo-se como princípios essenciais para se relacionar na sociedade. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB Nº 9394/96 em seu artigo 32, constituem-se também como importantes conhecimentos a iniciação às ciências, a conscientização da necessidade da vivência ética e da cidadania, pela compreensão da importância da participação social e o domínio dos conhecimentos culturais, sendo estes elementos imprescindíveis nessa etapa da educação básica.

As Diretrizes Curriculares Nacionais, expressas na Resolução nº 7 de 2010 do Conselho Nacional de Educação – CNE ressaltam que o Ensino Fundamental de 9 Anos deve comprometer-se com educação e qualidade social igualmente entendida como direito humano. Em seus fundamentos, as diretrizes ressaltam que:

“§ 2º – A educação de qualidade como direito fundamental é, antes de tudo, relevante, pertinente e equitativa.

I – A relevância reporta-se a promoção de aprendizagens significativas do ponto de vista das exigências sociais e desenvolvimento pessoal.

II – A pertinência refere-se à possibilidade de atender às necessidades e às características dos estudantes de diversos contextos sociais e culturais e com diferentes capacidades e interesses.

III – A equidade alude à importância de tratar de forma diferenciada o que se apresenta como desigual no ponto de partida, com vistas a obter desenvolvimento e aprendizagens equiparáveis assegurando a todos a igualdade de direito à educação.”

Em Ituporanga, o Ensino Fundamental na Rede Municipal de Ensino com duração de 9 anos foi implantado de forma gradativa a partir de 2007. Atualmente está consolidado em toda a rede de ensino, organizado, segundo a Lei Federal nº 11.274 de 06 de fevereiro de 2006, que instituiu o Ensino Fundamental de nove anos de duração, com a inclusão das crianças de seis anos de idade. Sendo uma das grandes responsabilidades do Sistema Municipal de Educação (Lei nº 1.760/97 de 12 de dezembro 1997), atender os anos iniciais do 1º ao 5º ano e anos finais do 6º ao 9º ano do ensino fundamental. Não há retenção dos alunos do 1º para o 2º ano, etapa primordial da alfabetização, respeitando assim o tempo e o jeito de aprender de cada um conforme apresentado na Resolução do Sistema de Avaliação nº 05 /2007.

Ressalta-se que o ingresso das crianças no Ensino Fundamental não pode constituir uma medida meramente administrativa. É preciso atenção ao processo de desenvolvimento e aprendizagem delas, o que implica conhecimento e respeito às suas características etárias, sociais, psicológicas e cognitivas.

Em Ituporanga, o Ensino Fundamental é ofertado em 06 escolas municipais e 06 escolas estaduais e uma (01) particular.

UNIDADES EDUCACIONAIS QUE OFERTAM ENSINO FUNDAMENTAL			
Unidade educacional	Localização	Total de matriculas	Responsabilidade
C.E. ProfªBernardina F. Matos	Urbana	263	Municipal
C.E. Olinda Israel Laurindo	Rural	44	Municipal
C.E. Profº Curt Hamm	Rural	101	Municipal
C.E. Pedro Júlio Müller	Urbana	134	Municipal
C.E. Bom Pastor	Urbana	272	Municipal
C.E. Leandro dos Santos	Rural	83	Municipal
E.E.B. Aleixo Dellagiustina	Urbana	223	Estadual
E.E.B. Vereador Paulo França	Urbana	379	Estadual
E.E.B. Mont' Alverne	Urbana	561	Estadual
E.E.B.Roberto Moritz	Urbana	404	Estadual
E.E.F. Prof. João Carlos Thiesen	Urbana	180	Estadual
E.E.B. Presidente Tancredo Neves	Urbana	231	Estadual
Colégio Galileu	Urbana	118	Particular

Fonte: Censo (2014)

As matrículas do ensino fundamental da Rede Pública de Ensino de Ituporanga nos últimos 10 anos revelam uma pequena diminuição na demanda, sendo que em 2004 eram 3.485 alunos regularmente matriculados, e em 2014 contamos com 2.924 alunos, uma redução de 16,06%, principal fator é a diminuição da taxa de natalidade.

Dos profissionais de educação que atuam no ensino fundamental na rede municipal de ensino, 93,63% possuem nível superior com pós-graduação em nível de especialização. O município conta com 47,91% de professores admitidos em caráter temporário, com formação em nível superior ou com formação em curso.

QUADRO DE FORMAÇÃO – Ensino Fundamental			
---	--	--	--



Cargo	Quantidade	Formação Lato Sensu	Formação Stricto Sensu
Professores Efetivos	43	42	01
Professores Contratados	38	32	--
Coordenação	*29	29	--

\*Profissionais que atuam na educação infantil estão inseridos nesta quantidade.

Fonte: Secretaria de Educação

A rede municipal investe periodicamente na formação dos professores, oferecendo condições de acesso a cursos de formação continuada e capacitação em serviço, dentro e fora do município, bem como, desenvolve projetos e programas que contribuem para melhorar a qualidade da oferta do ensino fundamental.

A estrutura física para atendimento a clientela do ensino fundamental é adequada na maioria das escolas, mas necessita de manutenção constante, como: reformas e ampliações dos espaços físicos (refeitório e cozinha, área coberta para a prática de educação física, salas ambiente, bibliotecas), construção de escolas completas (inclusive escola do campo) e adequação para atendimento de crianças portadoras de necessidades especiais. Além disso, são necessários investimentos para a melhoria dos equipamentos (mobiliário adequado para a faixa etária de 6 anos, acervo bibliográfico, parques recreativos e recursos didáticos pedagógicos) e aquisição de novos ônibus para adequação da frota do transporte escolar, garantindo assim maior segurança e conforto aos usuários.

### 3.5 Ensino Médio

O Ensino Médio revela-se como direito público subjetivo e como dever do Estado na sua oferta gratuita a todos. Os estabelecimentos escolares que ministram esta última etapa da Educação Básica, deverão estruturar seus projetos pedagógicos tendo em vista a finalidade, exposta no artigo 35º da LDBN 9394/96, que é a seguinte:

“I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;  
II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;  
III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;  
IV – a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.”

A LDB, afirma também que sendo atendida a formação geral do educando, poderá oferecer também, formação para o exercício de profissões técnicas. A articulação entre o Ensino Médio e a técnica profissionalizante pode ocorrer de forma:

- Integrada – na mesma escola em que o estudante cursa o Ensino Médio, sendo que requer uma única matrícula.
- Concomitante – pode ou não ser ministrada na mesma instituição em que o estudante cursa o Ensino Médio, sendo facultativo o convênio entre as distintas instituições.
- Subsequente – se oferecida aos estudantes que já tenham concluído o Ensino Médio.

Independente da articulação entre o Ensino Médio e o Técnico Profissionalizante, o diploma de técnico de nível médio só será emitido ao estudante que concluir, também, o Ensino Médio.

As orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM) estabelecem os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. A publicação é composta por três volumes: Linguagem, Código e suas Tecnologias (Volume 1), Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias (Volume 2) e Ciência Humanas e suas tecnologias (Volume 3), todas disponíveis no site do MEC.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, aprovadas pela Resolução Nº 2, de 30 de Janeiro 2012 do Conselho Nacional de Educação CNE, baseia a oferta e a organização do Ensino Médio.

“Art. 5º O Ensino Médio em todas as suas formas de oferta e organização, baseia-se em:

- I – formação integral do estudante;
- II – trabalho e pesquisa como princípios educativos e pedagógicos, respectivamente;
- III – educação em direitos humanos como princípio nacional norteador;
- IV – sustentabilidade ambiental como meta universal;
- V – indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos do processo educativo, bem como entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem;
- VI – integração de conhecimentos gerais e, quando for o caso, técnico-profissionais realizada na perspectiva da interdisciplinaridade e da contextualização;
- VII – reconhecimento e aceitação da diversidade e da realidade concreta dos sujeitos do processo educativo, das formas de produção, dos processos de trabalho e das culturas a eles subjacentes;
- VIII – integração entre educação e as dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura como base da proposta e do desenvolvimento curricular.

§ 1º O trabalho é conceituado na sua perspectiva ontológica de transformação da natureza, como realização inerente ao ser humano e como mediação no processo de produção da sua existência.

§ 2º A ciência é conceituada como o conjunto de conhecimentos sistematizados, produzidos socialmente ao longo da história, na busca da compreensão e transformação da natureza e da sociedade.

§ 3º A tecnologia é conceituada como a transformação da ciência em força produtiva ou mediação do conhecimento científico e a produção, marcada, desde sua origem, pelas relações sociais que a levaram a ser produzida.

§ 4º A cultura é conceituada como o processo de produção de expressões materiais, símbolos, representações e significados que correspondem a valores éticos, políticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade.”

No Brasil, o Ensino Médio tem a duração mínima de 3 anos, apenas um terço dos jovens de 15 a 17 anos consegue chegar ao final da Educação Básica. Alguns dos alunos nessa faixa etária estão retidos no ensino fundamental. Isso faz com que a taxa bruta de matrícula no ensino médio seja de pouco mais de 80% enquanto no ensino fundamental a taxa de escolaridade é superior a 95% da faixa de 6 a 14 anos.

Em Santa Catarina, é possível observar através dos relatórios de matrículas do INEP/MEC que houve no período de 2000 a 2014, expansão da matrícula no Ensino Médio. Verificou-se que em 2000 existiam 205.543 alunos regularmente matriculados no ensino médio e em 2014 foram 236.918.

Ituporanga oferta o Ensino Médio em quatro (04) escolas públicas, que são de responsabilidade do Governo Estadual e uma (01) particular, que em 2014 conforme censo escolar teve um total de 1065 alunos matriculados no ensino médio, com aulas nos períodos diurno e noturno.

UNIDADE EDUCACIONAL QUE OFERTA ENSINO MÉDIO			
Unidade educacional	Localização	Total de matrículas	Responsabilidade
E.E.B. Aleixo Dellagiustina	Urbana	124	Estadual
E.E.B. Vereador Paulo França	Urbana	153	Estadual
E.E.B. Roberto Moritz	Urbana	619	Estadual
E.E.B. Presidente Tancredo Neves	Urbana	122	Estadual
Colégio Galileu	Urbana	47	Particular

Fonte: Secretaria de Educação

No município de Ituporanga observa-se que o número geral das matrículas do ensino médio manteve-se nos mesmos índices, com pequenas variações, sendo que desde 2013 as matrículas vem apresentando significativa evolução. Em 2004 existiam 864 alunos matriculados no ensino médio e em 2014 1.080, indicando aumento de 25%. Porém ainda não se conseguiu atingir a totalidade dos alunos que a cada ano concluem o ensino fundamental.

Inúmeras causas contribuem para que os adolescentes e jovens tenham dificuldades em concluir o ensino médio. A própria organização da escola, as metodologias utilizadas que dificultam o processo ensino-aprendizagem e as condições sociais e econômicas, induzem o jovem a ingressar muito cedo no mercado de trabalho. Aqueles alunos que conseguem chegar ao ensino médio priorizam o trabalho, prejudicando o desempenho escolar, motivado pelas ausências e cansaço.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB de Santa Catarina, para o ensino médio em 2013 foi de 3,6 ficando abaixo da meta estabelecida pelo MEC que é de 4,0. As escolas estaduais que ofertam o ensino médio em Ituporanga não tiveram seus resultados divulgados nas últimas avaliações da Prova Brasil.

A necessidade dos jovens concluírem o ensino médio é preceito constitucional, o que determina a sua progressiva universalização. Contudo é necessário que sua expansão se faça com garantia de qualidade.

A criteriosa aplicação dos recursos hoje vinculados ao FUNDEB, acrescidos de recursos adicionais como o Salário Educação, poderá assegurar esta qualidade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional ao definir a responsabilidade do ensino médio para o Estado, não isenta o Poder Público Municipal da responsabilidade pela sua oferta. Cabe às autoridades municipais, mobilizar a sociedade e Governo Estadual, para garantir a qualidade da sua oferta e a sua universalização.

### 3.6 Educação de Jovens e Adultos

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDBN 9394/96, Parágrafo 1º, Artigo 37, afirma que os sistemas de ensino assegurarão oportunidades educacionais aos jovens e adultos, de acordo com suas características, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. Afirma ainda que deve assegurar a garantia dos direitos à continuidade e conclusão da escolaridade básica a todas as pessoas que não tiveram acesso ao ensino fundamental e médio na idade própria, ou ainda não conseguiram alcançar o nível de formação acadêmica necessário à melhoria de sua atuação na sociedade, para o desenvolvimento de suas atividades profissionais.

A educação é um instrumento de transformação social que possibilita às pessoas a oportunidade de participar de maneira autônoma e crítica no meio em que vive, transformando-o. O conhecimento acontece por duas vias: a forma escolarizada e a forma popular, sendo estas duas ações extremamente importantes. Enquanto essa garante a oportunidade de apropriação de saberes através do cotidiano, aquela amplia os conhecimentos de maneira sistematizada, unindo as informações de mundo às científicas.

Vários fatores que permeiam a sociedade e em especial aqueles relacionados a economia contribuem para o abandono escolar. Segundo o Censo de 2010, existem aproximadamente 14 milhões de brasileiros com mais de 15 anos que, se auto declaram analfabetos com escolaridade baixa ou de qualidade insuficiente.

Com base IBGE 2010, em Ituporanga a taxa de analfabetismo preocupa, jovens e adultos de 15 anos ou mais que não aprenderam a ler nem escrever, representam 4,6% da população do município, o que significa 794 pessoas. O maior índice de analfabetos encontra-se na faixa etária acima dos 60 anos, representando 42,06% do total de analfabetos do município.

É preciso a efetivação de políticas públicas mais eficientes, tanto sobre a demanda existente quanto sobre as futuras gerações, para minimizar essa realidade que contribui negativamente para o aumento da exclusão das pessoas no meio em que vivem. É fundamental garantir o acesso e a permanência a todas as crianças e adolescentes na escola, na idade obrigatória, até a conclusão da Educação Básica. Com o objetivo de erradicar o analfabetismo, o município atua em parceria com os demais entes federados, na busca ativa de analfabetos para participarem do Programa Brasil Alfabetizado. No ano de 2014 foram atendidos 28 adultos no programa de alfabetização.

Atualmente o Ensino da Educação de Jovens e Adultos no município de Ituporanga é realizado em parceria com o Governo Estadual, onde o município oferta o transporte escolar e local para a realização das aulas e a Secretaria do Estado de Educação com os professores e material didático, sendo ofertada matrículas para o ensino fundamental anos iniciais e finais e ensino médio.

UNIDADE EDUCACIONAL QUE OFERTA EJA			
Unidade educacional	Localização	Total de matriculas	Responsabilidade
CEJA – Centro de Educação de Jovens e Adultos	Urbana	341	Estadual e Municipal

Fonte: Secretaria de Educação

Ao analisar os últimos 5 (cinco) anos de matriculas da EJA observa-se grandes oscilações, com uma redução brusca em um curto espaço de tempo e uma retomada de atendimento, conforme é possível avaliar no gráfico ao lado.

A inserção dos jovens e adultos na escola ainda que em idade defasada é fundamental para garantir o direito de aprender, o que envolve a necessidade de incorporar na escola ações e estratégias que possibilitem a estes o desejo de continuar sua vida escolar. É imprescindível despertar no grupo que compõe essa faixa etária, o desejo pelos estudos, em face da evolução rápida dos conhecimentos em todos os campos, bem como das transformações que vem atravessando o sistema educacional e também o mundo do trabalho, que implicam na adoção de novos padrões e novos comportamentos.

Para garantir um maior acesso a educação de jovens e adultos e erradicar o analfabetismo faz-se necessário um pacto social onde todos os segmentos responsáveis pela condução dos destinos de Ituporanga, juntamente com os Governos Estadual e Federal sejam parceiros, assegurando no decênio oportunidades de atendimento a demanda existente.

### 3.7 Educação Integral

A escola de tempo integral constitui-se em uma proposta de organização escolar que visa atender maiores resultados às necessidades dos alunos filhos das classes trabalhadoras, pois objetiva que estes permaneçam na escola durante o dia todo, que tenham acesso aos conhecimentos escolares, como também o atendimento em atividades diversificadas.

Com base no Art. 02º do Decreto Presidencial nº 7083 de 27 de janeiro de 2010, que dispõem sobre o Programa Mais Educação, são considerados como princípios da educação integral:

Art. 2º São princípios da educação integral, no âmbito do Programa Mais Educação:

- I – a articulação das disciplinas curriculares com diferentes campos de conhecimento e práticas socioculturais citadas no § 2º do art. 1º;
- II – a constituição de territórios educativos para o desenvolvimento de atividades de educação integral, por meio da integração dos espaços escolares com equipamentos públicos como centros comunitários, bibliotecas públicas, praças, parques, museus e cinemas;
- III – a integração entre as políticas educacionais e sociais, em interlocução com as comunidades escolares;
- IV – a valorização das experiências históricas das escolas de tempo integral como inspiradoras da educação integral na contemporaneidade;
- V – o incentivo à criação de espaços educadores sustentáveis com a readequação dos prédios escolares, incluindo a acessibilidade, e à gestão, à formação de professores e à inserção das temáticas de sustentabilidade ambiental nos currículos e no desenvolvimento de materiais didáticos;
- VI – a afirmação da cultura dos direitos humanos, estruturada na diversidade, na promoção da equidade étnico-racial, religiosa, cultural, territorial, geracional, de gênero, de orientação sexual, de opção política e de nacionalidade, por meio da inserção da temática dos direitos humanos na formação de professores, nos currículos e no desenvolvimento de materiais didáticos; e
- VII – a articulação entre sistemas de ensino, universidades e escolas para assegurar a produção de conhecimento, a sustentação teórico-metodológica e a formação inicial e continuada dos profissionais no campo da educação integral.

As maiores dificuldades em iniciar o atendimento a Educação em tempo integral de forma integrada é a deficiência em infraestrutura, a maioria das unidades só tem a capacidade para atender as turmas regulares), a cultura local, aspectos geográficos, corpo técnico, logística de atendimento, transporte escolar e o baixo poder econômico disposto para investimento na educação no orçamento municipal.

Para maior êxito no atendimento da Educação Integral é preciso estabelecer parcerias com o governo federal e estadual, a fim de ampliar os investimentos em espaços físicos próprios com o objetivo de promover maior interação com a comunidade no entorno da escola e com outros segmentos sociais, além de profissionais da educação no desenvolvimento das ações pedagógicas necessárias.

### 3.8 Educação Especial

A Educação Especial insere-se na Educação Básica, abrangendo a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, sendo oferecida preferencialmente, no sistema regular de ensino para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Entende-se por deficiência e transtornos globais do desenvolvimento, aqueles relacionados às diferenças individuais dos educandos que requer uma dinâmica própria na relação ensinar-aprender. Essa modalidade da educação escolar encontra-se fundamentada na concepção dos direitos humanos e pautada pelos princípios éticos, políticos, estéticos e da equidade, de modo a assegurar

o respeito da dignidade humana, a igualdade de oportunidades, a valorização das diferenças e o exercício da cidadania.

Neste contexto, o processo de inclusão vem sendo amplamente difundido e propõe que os alunos com necessidades educacionais especiais sejam incluídos na rede regular de ensino em todos os seus níveis, como é assegurado por Leis como: Constituição Federal de 88, Declaração de Salamanca, Lei de Diretrizes e Bases – LDB, Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e a Lei 10.436/02.

A inclusão como consequência de um ensino de qualidade para todos, necessita de mudanças em todo o contexto escolar, desde o espaço físico até os recursos humanos, pois a inclusão exige que a escola se prepare para receber a todos os alunos e não apenas os receba sem reconhecer e atender às suas especificidades.

Neste contexto, o município de Ituporanga, com base na Resolução da Educação Especial nº 01 de 19 de outubro de 2011, na LDB-Lei de Diretrizes e Bases, artigo 59, que considera a Educação Especial como “modalidade de Educação Escolar” e assegura “aos educandos com necessidades especiais currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender as suas necessidades...”, atendeu nos últimos anos diversos alunos com necessidades educacionais especiais (transtornos e deficiências), sendo a maioria em salas regulares com acompanhamento quando necessário de Segundo Professor e crianças de 0 a 3 anos e 11 meses, quando necessário, recebem atendimento especializado junto a APAE- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.

A oferta de Atendimento Educacional Especializado no município de Ituporanga na Rede Municipal é realizado através de uma Sala Multifuncional (AEE) Atendimento Educacional Especializado, que atende todas as deficiências. Na Rede Estadual é composto por duas salas de (SAEDs) Serviço de Atendimento Educacional Especializado, as Salas Multifuncionais, Uma sala atende a modalidade, Deficientes visuais, (cegos) e baixa visão; e Deficientes Auditivos e surdos. E a outra sala atende a modalidade, Transtornos de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), Deficientes Intelectuais, e síndromes. Tanto na Rede Municipal quanto na Rede Estadual, o trabalho é realizado no contraturno do Ensino Regular e é dividido por horários de atendimento de no mínimo 90 minutos duas vezes por semana para cada aluno, sendo que os alunos são agrupados de acordo com as deficiências ou transtornos e idades.

As atividades realizadas com cada tipo de deficiência ou transtorno são planejadas de acordo com as especificidades de cada caso. Para os alunos Deficientes visuais, as atividades vão desde estimulação visual do pouco resíduo visual que a criança possui, passando pela estimulação essencial, visando a aprendizagem da leitura e escrita Braille, com um trabalho voltado para a estimulação da percepção tátil, orientação e mobilidade e treino das AVDs e a formação dos conceitos, fazendo descrições minuciosas de tudo o que há em sua volta, priorizando o desenvolvimento do indivíduo no todo. Para os alunos surdos é trabalhado a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), sua primeira língua, priorizando a alfabetização e a escrita em português a segunda língua, formando conceitos com explicações detalhadas de tudo o que é ensinado. Para os alunos com Transtornos de Déficit de Atenção e Hiperatividade, Transtorno do Espectro do Autismo e Deficiência Intelectual é trabalhado atividades que exijam concentração, atenção, memória visual, autoestima autoconfiança e autodeterminação estimulando-os a desenvolver suas habilidades para que posteriormente possam construir sua própria identidade pessoal e social, desenvolvendo-se independentemente, respeitando as limitações de cada um. O trabalho é diferenciado do Ensino regular utilizando-se de recursos pedagógicos e tecnológicos que permeiem um trabalho em que o maior beneficiado é o aluno.

EDUCAÇÃO ESPECIAL			
Unidade educacional	Localização	Atendimentos	Responsabilidade
APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais	Urbana	70	Convênio Público Privado
C.E. Roberto Moritz	Urbana	18	Estadual
CE.Mont’ Alverne	Urbana	16	Estadual
CE. Pedro Julio Muller	Urbana	18	Municipal

Fonte: Secretaria de Educação

Em 2014 a rede municipal de ensino de Ituporanga, atendeu 17 alunos com necessidades especiais, além de oferecer acompanhamento individual, no horário escolar, com o auxílio do segundo professor no intuito de diminuir e/ou eliminar as barreiras entre o sistema de ensino e as particularidades do aluno com deficiência, também existe a parceria com outros profissionais.

Apesar de todo o investimento, o déficit ainda é muito grande e constitui um desafio imenso para os sistemas de ensino, pois diversas ações devem estar articuladas entre os órgãos governamentais e não-governamentais para atender a crescente demanda dessa categoria da população.

A Educação tem hoje, portanto um grande desafio: definir ações práticas e viáveis, que tenham como fundamento uma política específica, em âmbito municipal orientada para a inclusão dos serviços de educação Especial na educação regular. Operacionalizar a inclusão escolar, de que todos os alunos, independente de classe, raça, gênero, características individuais ou necessidades educacionais especiais, possam aprender juntos em uma escola de qualidade, numa clara demonstração de respeito à diferença e compromisso com a promoção dos direitos humanos.

Com base no exposto, a Secretaria Municipal de Educação, conclama a comunidade ituporanguense a buscar alternativas de melhoria na vida das crianças, adolescentes, jovens e adultos, portadores de necessidades especiais, por meio de ações no sentido de fortalecer aquilo que já ofertamos, através da implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, formação continuada e oferta de atendimento multiprofissional.

### 3.9 Educação do Campo

O Setor primário é responsável por mais de 36% do Valor Adicionado (VA) do município de Ituporanga, o que influencia não só diretamente

na economia do município, mas também na cultura e no cotidiano dos munícipes. Por este motivo reconhecemos o modo próprio de vida social e o de utilização do espaço do campo como fundamentais para garantir as comunidades rurais à preservação da sua diversidade, e também respeitando a constituição de sua identidade de população rural e de sua inserção cidadã na definição dos rumos da sociedade brasileira, e tendo em vista o disposto na Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 –LDB, na Lei nº. 9.424, de 24 de dezembro de 1996 e no Parecer CNE/CEB 36/2001, que constituem um conjunto de princípios e de procedimentos que visam adequar o projeto institucional das escolas do campo.

A educação no campo está ligada diretamente na realidade educacional do nosso município, sendo que existem 03 unidades educacionais inseridas na zona rural.

ESCOLAS LOCALIZADAS NO CAMPO – ZONA RURAL		
Unidade educacional	Total de matriculas	Faixa atendimento
CE. Olinda Israel Laurindo	59	Creche– Pré-escola – Ensino Fundamental Anos Iniciais
CE. Profº Curt Hamm	117	Pré-escola – Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais.
CE Leandro dos Santos	117	Creche– Pré-escola – Ensino Fundamental Anos Iniciais

Fonte: Secretaria de Educação

Considerando que é de responsabilidade dos respectivos sistemas de ensino, através de seus órgãos normativos, regulamentar as estratégias específicas de atendimento escolar do campo e a flexibilização da organização do calendário escolar, salvaguardando, nos diversos espaços pedagógicos e tempos de aprendizagem, os princípios da política de igualdade, articulação entre a proposta pedagógica da instituição e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a respectiva etapa da Educação Básica.

### 3.10 Ensino Superior

O ensino superior é um direito constitucional igualitário que precisa ser desenvolvido e materializado, superando limites históricos e políticos em todos os aspectos. No Brasil pode-se afirmar que esse direito ainda é bastante reduzido e não corresponde às demandas necessárias, principalmente na população de 18 a 24 anos.

De acordo com dados do INEP-2013, apenas 30,5% desse grupo de 18 a 24 anos matriculam-se no ensino superior, porém apenas 17,3% finalizam a graduação, surgindo então alguns desafios para a nação, em especial o da ampliação de vagas.

De acordo com o Art. 45ºda LDB, Lei nº 9394/96:

“A educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização”, tendo por finalidade garantir os seguintes direitos: o estímulo à criação cultural, o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; a formação de diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, colaborando na sua formação contínua; o incentivo ao trabalho de pesquisa e investigação científica; a promoção e a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos; o estímulo ao conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais; a prestação de serviços especializados à comunidade e o estabelecimento com esta de uma relação de reciprocidade”.

Além disso, no artigo 44, a referida lei descreve que a educação superior deverá abranger cursos sequenciais, cursos de graduação, cursos de pós-graduação, programas de extensão e pesquisa. Entretanto, é necessário registrar que essa abrangência não é obrigatória, nem está presente em todas as instituições de ensino superior.

Diante da finalidade supracitada, a perspectiva da Rede Municipal de Ensino ao apresentar à comunidade o seu PME, reafirma seu compromisso moral e ético que permeia a concepção de educação superior como importante função social, contribuindo para a promoção das transformações necessárias, para o fortalecimento dos valores humanitários e para a formação profissional.

No Município de Ituporanga existem três instituições de ensino superior, a UNIASSELVI e a CESUMAR e UNIDAVI que oferecem cursos presenciais e a distância EAD.

O Poder Executivo por meio da Secretaria de Educação oferece transporte gratuito para os acadêmicos das mais diversas instituições de ensino superior (UNIDAVI – IFC – SENAI – SENAC) localizadas na cidade de Rio do Sul.

A oferta de ensino superior, no município e/ou na região, deve ter como intuito evitar o êxodo de estudantes do município, hoje extremamente úteis para o desenvolvimento das cidades.

### 3.11 Educação Profissional

A Educação Profissional, sob o ponto de vista operacional, é estruturada nos níveis: básico– independente do nível de escolarização do aluno, técnico– complementar ao Ensino Médio e tecnológico– superior de graduação ou de pós-graduação. Prevê-se, ainda, a integração de dois tipos de formação: a formal, adquirida em instituições especializadas, e a não-formal, adquirida por meios diversos, inclusive no trabalho. Estabelece para isso um sistema flexível de reconhecimento de créditos obtidos em qualquer uma das modalidades e certifica competências adquiridas por meio não-formal de Educação Profissional compartilhada entre o setor educacional, o Ministério do Trabalho, Secretarias do Trabalho, Serviços Sociais do Comércio, da Agricultura e da Indústria e os Sistemas Nacionais de Aprendizagem.

A política de Educação Profissional é, portanto, tarefa que exige o comprometimento de múltiplas instâncias do Poder Público e da Sociedade Civil. A Constituição Brasileira e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal 9.394/96), em sintonia com essas



preocupações, situam a Educação Profissional na confluência de dois direitos fundamentais do cidadão: direito à educação e ao trabalho.

A regulamentação da educação profissional pelo Decreto 2.208/97 procurou diversificar e ampliar sua oferta. Nesse Decreto, foram definidos os objetivos que buscam qualificar, especializar, aperfeiçoar e atualizar o profissional nos níveis básico, técnico e tecnológico. O Conselho Nacional de Educação normatizou pelo Parecer CNE/CEB 16/99, Resolução CNE/CEB 04/99, Parecer CNE/CP 29/02, diretrizes nacionais para a educação profissional de nível técnico. Criou a possibilidade para que, a partir de 2005, os estudantes brasileiros possam cursar disciplinas do ensino médio junto com disciplinas do ensino técnico. Essa medida é facultativa e de livre escolha dos Estados.

Em Ituporanga, entidade como o SENAI e SENAC oferecem cursos profissionalizantes em nível médio e técnico para alunos de toda a região, através de parcerias com empresas e com o Governo Federal, a exemplo do PRONATEC.

A Empresa Click Soluções Inteligentes, atualmente conta com 200 alunos matriculados em cursos profissionalizantes em várias áreas – Autocard, Design de Interiores, Fotografia, Gerenciamento e Secretariado, Informática Básica, Informática Avançada, Língua Brasileira de Sinais, Montagem e Manutenção de Computadores e Web Design.

### 3.12 Gestão Democrática

A Constituição Federal de 1988 declara que o Brasil é um Estado Democrático de Direito que tem dentre seus fundamentos a cidadania (art.1º, II). Em seu artigo 206, respalda o princípio da gestão democrática como norteador da educação pública. Tendo em vista esta determinação a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Nº 9394/96), no seu artigo 3º, no inciso VIII, determina: “gestão democrática do ensino público na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino”. Ainda no seu artigo 14, dois princípios importantes que não podem ser refutados nas normas estaduais e municipais que tratam da gestão: “I – participação de profissionais da educação na elaboração do projeto da escola; II – participação das comunidades escolar e local e conselhos escolares ou equivalentes.”

O Compromisso Todos pela Educação (Brasil, 2012), decreto que faz parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado em 24 de abril do ano de 2007 pelo Ministério da Educação (MEC), transformou vários temas em pautas prioritárias. Entre as vinte e oito diretrizes a serem cumpridas por todos os estados e municípios, estão os artigos “zelar pela transparência da gestão pública na área da educação, garantindo o funcionamento efetivo, autônomo e articulado dos conselhos de controle social” e “promover a gestão participativa na rede de ensino”.

A busca efetiva pela melhoria da qualidade educacional são promessas de uma gestão competente baseada na concepção democrático-participativa.

Mediante ao exposto, a SME orienta todas as escolas a incluírem em seus Projetos Político Pedagógico – PPP, a ativa participação democrática nos interesses da escola e da comunidade. Há também a participação das Associações de Pais e Professores – APPs, que cuidam da vida financeira da escola, no que diz respeito aos recursos do PDDE e atividades festivas que acontecem a comercialização de produtos ou serviços.

Atualmente só duas escolas da rede municipal têm Conselhos Escolares instituídos, há necessidade de tornar esta ação uma pratica efetiva em todas as unidades.

A preocupação e o comprometimento da SME de Ituporanga na construção do Plano Municipal de Educação (PME), 2015 a 2025, como um dos instrumentos que planeja ações para melhoria da educação, se configura como atitude no campo da gestão democrática e na direção da universalização de todos os segmentos de ensino, inclusive aqueles que ainda estão desprovidos de acesso.

### 3.13 Formação e Valorização dos Profissionais da Educação

As metas estabelecidas neste Plano Municipal de Educação, somente serão alcançadas se houver uma efetiva valorização e melhoria na formação inicial dos profissionais de educação. Uma política de valorização do magistério que inclua a formação profissional inicial, condições de trabalho, formação continuada, salário e carreira, são condições indispensáveis para que os profissionais de educação exerçam suas atividades com dignidade e entusiasmo.

A formação do educador é fundamental para garantir o direito aos professores de aprender a ensinar, o que envolve a necessidade de incorporar a formação continuada no exercício regular da profissão docente. É imprescindível continuar a formação, até mesmo após concluir o curso superior, em face da evolução rápida dos conhecimentos em todos os campos, bem como das transformações por que vem atravessando o próprio sistema educacional, que implicam na adoção de novos padrões e novos comportamentos.

A formação continuada do professor é amparada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB Nº9394/96. Os profissionais têm os seus direitos garantidos para um aperfeiçoamento educacional, os períodos reservados a estudos, planejamento e avaliação.

A LDB Nº9394/96, também destaca como princípios metodológicos que se farão presentes nos currículos de formação inicial e consequentemente nos de formação continuada:

“Art. 61. Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são:

I – professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio;

II – trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas;

III – trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim.

Parágrafo único. A formação dos profissionais da educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica, terá como fundamentos:

- I – a presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho;
- II – a associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço;
- III – o aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades.”

Os princípios orientadores da Valorização dos Profissionais da Educação, também estão descritos no Artigo 67 da LDB Nº9394/96:

“Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

- I – ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;
- II – aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;
- III – piso salarial profissional;
- IV – progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;
- V – período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;
- VI – condições adequadas de trabalho.”

Muitos esforços e ações, ao longo desses anos foram realizadas a favor da garantia de formação continuada e valorização profissional, dentre elas, algumas de destaque: Programa de Formação Continuada da SME, que oferece formação continuada de no mínimo 40 horas anuais para todos os servidores do quadro a educação, incluído os funcionários de Apoio ao Serviço Escolar; Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa – PNAIC; Fórum Regional de Educação Infantil Alto Vale do Itajaí – FREIAVI; Pró-Letramento; Programa de Formação de Professores 6º ao 9º ano em Área Específica em parceria com a Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí, e-Proinfo, dentre outros.

Além disso, a instituição de formação continuada na rede municipal de ensino, na perspectiva da construção coletiva dos conhecimentos é uma realidade efetivada no calendário municipal que tem como objetivo a valorização e socialização das práticas educativas. As melhorias na remuneração, como o avanço por progressão e promoção e garantia do pagamento do piso nacional, conforme preconiza a Lei nº 1819/00 de 31 de janeiro 2000(Plano de Carreira) e suas alterações posteriores; realização periódica de concursos públicos; a garantia do tempo de trabalho do professor destinado à formação e planejamento, são algumas das principais ações da SME para garantir a valorização e o aperfeiçoamento dos servidores da educação. Muito se avançou, porém ainda há um caminho a percorrer, como garantir a revisão do Plano de Carreira do Magistério Público de Ituporanga e a criação do Plano de Carreira dos Profissionais de Apoio e Serviço Escolar.

Atualmente a Rede Municipal de Ensino é composta por Diretores, Secretários, Serventes, Professores, Motoristas, ATPs(Assistente Técnico Pedagógico),sendo subdivididos em categoria de professores e profissionais de serviço e apoio escolar.

SERVIDORES MUNICIPAIS – SETOR DA EDUCAÇÃO								
Unidade Escolar	Prof. 40h	Prof. 30h	Prof. 20h	Prof.10h	Serventes	Secretária	Diretora	ATP
C.E.I. Dr Mário Cesar Sens	16				03	01	01	
C.E.I. Matilde Sens	31		01		09	01	01	01
C.E.I. Pequeno Príncipe	19				04	01	01	
C.E.I. Irma Kempner de Farias	16				04	01	01	
C.E.I. Cecília KoppThiesen	12				02	01	01	
C.E.I. Olga Schuhmacher Israel	02		01	01	02		01	
C.E.I. Luciane Haverroth	13		06		06	01	01	01
C.E. Bom Pastor	14	02	11		06	01	01	01
C.E. Olinda Israel Laurindo	03		05		02		01	
C.E. Leandro dos Santos	02	01	03		03	01	01	
C.E. Curt Hamm	03		09	01	03	01	01	01
C.E. Pedro Júlio Müller	19	03	07		10	01	01	01
C.E. Bernardina Farias de Matos	09	01	15	03	07	01	01	01
Secretaria da Educação	05		01		01			01
Motoristas	21							

Fonte: Secretaria de Educação

As escolas estaduais contam com um quadro de profissionais efetivos, contratados e terceirizados.

SERVIDORES ESTADUAIS – SETOR DA EDUCAÇÃO			
Nome Unidade Escolar	Professores	Terceirizados	Profissionais de Apoio
E.E.B. Aleixo Dellagiustina	33	03	17
E.E.B.Vereador Paulo França	27	02	8
E.E.B. Mont’ Alverne	26	02	7
E.E.B.Roberto Moritz	49	03	12
E.E.F Prof. João Carlos Thiesen	15	01	5

E.E.B. Presidente Tancredo Neves	21	04	-
CEJA. Educação de Jovens e Adultos	18	03	8

Fonte: Secretaria de Educação

### 3.14 Financiamento Público

Falar em aspectos educacionais que traduzem qualidade como acesso, permanência e sucesso são essenciais, assim como pensar no financiamento da Educação Básica, entender de onde provém, como devem ser utilizados os recursos disponíveis e, ainda, como eles se relacionam com as prioridades identificadas no processo de ensino e aprendizagem.

Por força constitucional, os municípios brasileiros devem investir, anualmente, no mínimo 25% dos impostos na educação:

"A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino." (Artigo 212 da Constituição Federal).

O município investiu em educação nos últimos anos uma média de 30,25%.

INVESTIMENTO ANUAL DO MUNICÍPIO EM EDUCAÇÃO			
INVESTIMENTO	2012	2013	2014
%	25%	35,37%	30,40%
R\$	9.756.199,67	15.259.266,00	15.033.856,01

Fonte: Contabilidade Pública de Ituporanga

O valor arrecadado deve ser investido prioritariamente nos ensinos infantil e fundamental, com o investimento mínimo de 25% desses impostos, cujo montante é variável de um município para o outro, o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento e de Valorização dos Profissionais da Educação), criado em 2006 em substituição ao Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), é um mecanismo de financiamento da educação básica que institui um valor mínimo por aluno a ser investido em todo o país.

O Fundeb é formado, na sua quase totalidade, pelos recursos provenientes dos impostos e de transferências dos Estados, Distrito Federal e municípios, já vinculados à educação pelo disposto no art. 212 da CF e não se trata de uma única conta, mas de um fundo por Estado e um fundo pelo Distrito Federal, somando-se vinte e sete fundos no país. Cada ente federado deposita 20% de um conjunto de impostos, sendo o total distribuído pelos respectivos municípios. Caso o valor somado não permita alcançar o valor mínimo por aluno definido nacionalmente, a União repassa recursos federais a fim de complementá-lo.

Com a promulgação da Constituição de 1988, que elevou os municípios a ente federado de igual dignidade com relação aos Estados e a União e fortalecidos pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de nº. 9.394/96, os municípios passaram a ter substantivo grau de autonomia, com recursos e responsabilidades próprias e, portanto, com a liberdade e condições legais de formular políticas públicas adequadas às peculiaridades locais, integrando-as e articulando-as às políticas e planos da União e dos Estados. Entre elas, com destaque, situam-se as políticas de educação.

Entende-se que a educação, tanto no passado quanto na atualidade exige uma atenção especial, bem como habilidade e competência para gerir tanto as ações pedagógicas quanto as financeiras.

Assim, a Prefeitura Municipal de Ituporanga, através da Secretaria de Educação em parceria com o Governo Federal tem assumido o compromisso de manter a qualidade do ensino, também por meio dos Programas que ajudam melhorar a qualidade da educação: Bolsa-Família; PNLD-Programa Nacional do Livro Didático; PAR - Plano de Ações Articulada; PDDE Interativo; PNATE- Programa Nacional do Transporte Escolar; PNAE- Programa Nacional da Alimentação Escolar; PNAIC-Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa; PDDE Campo; PDDE Acessível; PDDE Atleta na Escola; Caminho da Escola Campo; Mobiliário Escolar; Formação Continuada; Cota Salário Educação; Construção de Quadra Escolar, entre outros.

Também existe um convênio entre o Governo do Estado de Santa Catarina e a Prefeitura de Ituporanga, onde o estado repassa mensalmente durante o ano letivo recursos para auxílio no transporte escolar dos alunos da Rede Estadual de Educação.

Tendo em vista o exposto, considerando os dados extraídos dos demonstrativos contábeis do Município, compreende-se que a gestão financeira é um elemento fundante na organização e monitoramento das inúmeras necessidades que compõem o setor educacional. Vale ressaltar que apenas a existência dos recursos financeiros não são suficientes, é preciso planejar estratégias que possibilitem ações em favor do acesso, permanência e sucesso dos educandos.

# Jacinto Machado

## PREFEITURA

### **TERCEIRA RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 001/2014 DE CONCURSO PÚBLICO**

Ato 013/PMJM/ED001/14

#### TERCEIRA RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 001/2014 DE CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO MUNICIPAL do município de Jacinto Machado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Municipal de Concurso Público, torna público a terceira retificação do Edital n.º 001/2014, conforme segue:

1. Do cargo de FISIOTERAPEUTA
  - a) Fica alterada a carga horária do Anexo I do Edital de 40 horas para 30 horas.
2. As demais normas do edital permanecem inalteradas.

Jacinto Machado, 24 de Junho de 2015.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Prefeito Municipal

# Joaçaba

## PREFEITURA

### PORTARIA N.º 4443

PORTARIA Nº 4.443 DE 19 DE JUNHO DE 2015

“ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, a partir da data de 19/06/2015, do(a) Sr.(a) EDUARDO CAVALLI, das funções de Motorista Socorrista – SAMU, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde – SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares n.º 97 de 18 de março de 2005 e nº 119 de 26 de maio de 2006, em função da classificação no edital n.º 05/2014/FMS.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 19 de junho de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Setor de Pessoal

### TERMO DE RECLASSIFICAÇÃO

TERMO DE RECLASSIFICAÇÃO APÓS CONVOCAÇÃO

Tendo em vista correspondência enviada pelo candidato(a) Sr(a) MIRIAM GOLIN FAGUNDES, Cargo de Assistente Social, referente ao edital n.º 001/2011, classificado em 11 lugar, fica o mesmo encaminhado ao final da lista de classificação conforme disposto no referido edital.

Esta termo entra em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 24 de junho de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Setor de Pessoal

## SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA

### PORTARIA JHL 147/2015

PORTARIA SIMAE JHL Nº - 147/2015 DE 24.06.2015

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna -SC, no uso de suas atribuições legais,

#### RESOLVE:

Art. 1º- Destituir, o servidor Leandro de Paula, sob nº da CNH 03508398224 ocupante do cargo de Auxiliar de Operações, P-2, N-1, Ref. A, da Função de Condutor do veículo S-10 placa OKF 7879 conforme Portaria JHL 114/2015 e;

Art. 2º- Designar, para exercer a atividade de Condutor de Veículo da Autarquia, estando autorizado a dirigir o veículo Toyota Placa MBC 1236, a partir de 24 de junho de 2015, que será exercida cumulativamente com as atribuições de seu cargo, fazendo jus à um Adicional de 20% (vinte por cento) tendo por base de cálculo a Referência “A”, do Nível 1, do Padrão 4, cujo adicional será pago juntamente com os vencimentos de seu cargo, de acordo com Art.36 da Lei Complementar 193 de 06/09/10, proporcional aos dias trabalhados.

Art. 3º- O servidor designado como condutor é responsável pela locomoção e servidores em serviço e no transporte de materiais/equipamentos devendo observar todas as regras do Código de Trânsito Brasileiro – CTB.

Art. 4º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 24 de junho de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.





Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 24 de junho de 2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori  
Diretora Presidente

### **PORTARIA JHL 148/2015**

PORTARIA SIMAE JHL Nº - 148/2015 DE 24.06.2015

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º- Destituir, o servidor Osmar Antonio Antonelo, sob nº da CNH 01787730305 ocupante do cargo de Auxiliar de Operações, P-2, N-1, Ref. A, da Função de Condutor do veículo Toyota Placa MBC 1236 conforme Portaria JHL 59/2015 e;

Art. 2º- Designar, para exercer a atividade de Condutor de Veículo da Autarquia, estando autorizado a dirigir o veículo S-10 placa OKF 7879, no período de 24.06.2015 à 30.06.2015, que será exercida cumulativamente com as atribuições de seu cargo, fazendo jus à um Adicional de 20% (vinte por cento) tendo por base de cálculo a Referência "A", do Nível 1, do Padrão 4, cujo adicional será pago juntamente com os vencimentos de seu cargo, de acordo com Art.36 da Lei Complementar 193 de 06/09/10, proporcional aos dias trabalhados.

Art. 3º- O servidor designado como condutor é responsável pela locomoção de servidores em serviço e no transporte de materiais/equipamentos devendo observar todas as regras do Código de Trânsito Brasileiro – CTB.

Art. 4º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 24 de junho de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 24 de junho de 2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori  
Diretora Presidente

### **PORTARIA JHL 149/2015**

PORTARIA SIMAE. JHL – Nº 149/2015 25.06.2015

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna- SC, no uso de suas atribuições legais,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear de acordo com a Lei Complementar 76/2003, tendo em vista a aprovação no Concurso Público realizado conforme Edital nº 002/2015 e a classificação em primeiro lugar, na forma do Art. 4º da Lei Complementar nº 193/10 de 06 de setembro de 2010 e nos termos do § 1º, do art. 13, da LC n. 76/2003, do Município de Joaçaba-SC, o Sr.: Cesar Augusto Maciel Ribeiro, para o Cargo de Contador, Padrão-8, Nível-1, Referência-A, lotado na Diretoria Administrativa, do Quadro de Pessoal desta Autarquia, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba, com vencimentos a partir da data da tomada de Posse.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Joaçaba-SC, 25 de junho de 2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori  
Diretora Presidente

Diante da necessidade dos serviços, tendo em vista a aprovação em 1º Lugar de Cesar Augusto Maciel Ribeiro no Concurso Público de que trata o Edital SIMAE n.º 002/2015, para o Cargo de Contador de acordo com a Portaria JHL-146/2015 de 24/06/2015, que homologa resultado final do Concurso, comunicamos que V.Sª deverá comparecer ao escritório do SIMAE, sito à Rua Tiradentes, 123, em Joaçaba-SC, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da publicação desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso.

# Lages

## PREFEITURA

### DISPENSA DE LICITAÇÃO 06/2015 FMAS

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 06/2015  
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 06 /2015, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, com a Sra. MARCELINA DA SILVA RAMOS, inscrita no CPF sob n.º 489.917.089-00, para locação de imóvel, Sito na Rua: Antonio Nunes Ribas Filho, 177 CEP: 88512-110 Bairro: Santo Antonio, Lages/SC para uso do PRONATEC - GRUPO RETALHANTE ACESSUAS, pelo valor mensal de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) mensais.

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 24 de Junho de 2015.

José Amarildo Farias

Secretária Municipal de Assistência Social

### RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de José Amarildo Farias Secretário Municipal de Assistência Social, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 24 de Junho de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

### EXTRATO ARP 02/2015 PP 52/2015 PML PAULO

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2015  
PROCESSO Nº 139/205  
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES.  
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Locação de Equipamentos de Sonorização e Iluminação para eventos da Fundação Cultural de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato.

#### CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços, terá a A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (dose) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

#### CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O valor Registrado é de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais)

CONTRATADA: PAULO MARCIO CISLAGHI – ME inscrita no CNPJ 85.145.423/0001-52 Com sede a Av. Belizário Ramos, 5575 – Universitário – Lages/SC. CEP 88.511-200.

Lages/SC 13 de maio de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

### EXTRATO ARP 03/2015 PP 07/2015 FMAS AP OESTE

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2015  
PROCESSO Nº 13/205  
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES.  
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios, Materiais de Higiene e Limpeza para a Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato.

#### CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente, Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (dose) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

#### CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 07/2015.

VALOR REGISTRADO 4.626,72 (quatro mil seiscentos e vinte e seis reais e setenta e dois centavos), sendo:

CONTRATADO: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ: 05.919.156/0001-94 com sede na Rua Rodrigues Alves, 825 –D – Bairro Bela Vista, CEP 89804-084 – Chapecó/SC.

Lages/SC 08 de junho de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

### EXTRATO ARP 03/2015 PP 07/2015 FMAS CORDOVA

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2015  
PROCESSO Nº 13/205  
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES.  
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios, Materiais de Higiene e Limpeza para a Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato.

#### CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente, Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (dose) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

#### CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 07/2015.

VALOR REGISTRADO 7.898,40 (sete mil oitocentos e noventa e oito reais e quarenta centavos), sendo:

CONTRATADO: SUPER VAREJÃO CORDOVA DE ALIMENTOS LTDA - ME inscrita no CNPJ sob nº 83.197277/0001-83, estabelecida na Rua. Araci Paim, 19 – Araucária, Lages/SC – CEP. 88.512-680.

Lages/SC 08 de junho de 2015.  
Antônio Arcanjo Duarte

**EXTRATO ARP 03/2015 PP 07/2015 FMAS JULIO**

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2015  
PROCESSO Nº 13/205  
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES.  
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios, Materiais de Higiene e Limpeza para a Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato.

**CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS**

A presente, Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (dose) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

**CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS**

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 07/2015.

VALOR REGISTRADO 5.502,16 (cinco mil quinhentos e dois reais e dezesseis centavos), sendo:

CONTRATADO: JULIO CESAR RODRIGUES DELFES EPP inscrita no CNPJ sob nº 82.894.718/0001-33, estabelecida na Rua Mario Ribeiro Ramos, 248 – Universitário - Lages/SC – CEP. 88.509-340.

Lages/SC 08 de junho de 2015.  
Antônio Arcanjo Duarte

**EXTRATO ARP 03/2015 PP 07/2015 FMAS NUTRI**

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2015  
PROCESSO Nº 13/205  
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES.  
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios, Materiais de Higiene e Limpeza para a Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato.

**CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS**

A presente, Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (dose) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

**CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS**

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 07/2015.

VALOR REGISTRADO 18.804,70 (dezoito mil oitocentos e quatro reais e setenta centavos), sendo:

NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME inscrita no CNPJ nº 07.814.016/0001-87, com sede Olavo Bilac, 1842 E, B – Jardim América – Chapecó/SC CEP 89.803-426.

Lages/SC 08 de junho de 2015.  
Antônio Arcanjo Duarte

**EXTRATO ARP 03/2015 PP 07/2015 FMAS ORLEANS**

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2015  
PROCESSO Nº 13/205  
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES.  
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios, Materiais de Higiene e Limpeza para a Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato.

**CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS**

A presente, Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (dose) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

**CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS**

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 07/2015.

VALOR REGISTRADO 4.449,25 (quatro mil quatrocentos e quarenta e nove reais e vinte e cinco centavos), sendo:

CONTRATADO: ORLEANS INFORMÁTICA EIRELI EPP inscrita no CNPJ nº 02.315593/0001-00, com sede Rua Barão do Rio Branco, 312 – Centro – CEP 88.870-000 – Orleans/SC.

Lages/SC 08 de junho de 2015.  
Antônio Arcanjo Duarte

**EXTRATO ARP 04/2015 PP 04/2015 FMAS AP OESTE**

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2015  
PROCESSO Nº 10/205  
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Aquisição de Gêneros Alimentícios, Materiais de Higiene e Limpeza para os CRAS I, II, III, IV e VI da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato.

**CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS**

A presente Ata de Registro de Preços, terá a A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (dose) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

**CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS**

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 04/2015.

O VALOR TOTAL DA ARP É DE R\$ 11.901,72 (onze mil novecentos e um reais e setenta e dois centavos), sendo:

CONTRATADO: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ: 05.919.156/0001-94 com sede na Rua Rodrigues Alves, 825 -D – Bairro Bela Vista, CEP 89804-084 – Chapecó/SC

Lages/SC 26 de maio de 2015.  
Antônio Arcanjo Duarte

**EXTRATO ARP 04/2015 PP 04/2015 FMAS CORDOVA**

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2015

PROCESSO Nº 10/205

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios, Materiais de Higiene e Limpeza para os CRAS I, II, III, IV e VI da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato.

**CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS**

A presente Ata de Registro de Preços, terá a A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (dose) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

**CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS**

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 04/2015.

O VALOR TOTAL DA ARP É DE R\$ 99.329,00 (noventa e nove mil trezentos e vinte e nove reais), sendo:

CONTRATADO: SUPER VAREJÃO CORDOVA DE ALIMENTOS LTDA - ME inscrita no CNPJ sob nº 83.197277/0001-83, estabelecida na Rua. Araci Paim, 19 – Araucária, Lages/SC – CEP. 88.512-680.

Lages/SC 26 de maio de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

**EXTRATO ARP 04/2015 PP 04/2015 FMAS JULIO**

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2015

PROCESSO Nº 10/205

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios, Materiais de Higiene e Limpeza para os CRAS I, II, III, IV e VI da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato.

**CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS**

A presente Ata de Registro de Preços, terá a A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (dose) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

**CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS**

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 04/2015.

O VALOR TOTAL DA ARP É DE R\$ 69.125,08 (sessenta e nove mil cento e vinte e cinco reais e oito centavos), sendo:

CONTRATADO: JULIO CESAR RODRIGUES DELFES EPP inscrita no CNPJ sob nº 82.894.718/0001-33, estabelecida na Rua Mario Ribeiro Ramos, 248 – Universitário - Lages/SC – CEP. 88.509-340.

Lages/SC 26 de maio de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

**EXTRATO ARP 04/2015 PP 04/2015 FMAS NEW WAY**

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2015

PROCESSO Nº 10/205

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios, Materiais de Higiene e Limpeza para os CRAS I, II, III, IV e VI da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato.

**CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS**

A presente Ata de Registro de Preços, terá a A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (dose) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

**CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS**

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 04/2015.

O VALOR TOTAL DA ARP É DE R\$ 14.340,00 (catorze mil trezentos e quarenta reais), sendo:

CONTRATADO: NEW WAY COMERCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA inscrita no CNPJ n.º 14.320.137/0001-38 com sede a Rua Jose Luciano Nunes, 176 – Centro – Camboriú/SC CEP 88.340-539.

Lages/SC 26 de maio de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

**EXTRATO ARP 04/2015 PP 04/2015 FMAS NUTRI**

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2015

PROCESSO Nº 10/205

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios, Materiais de Higiene e Limpeza para os CRAS I, II, III, IV e VI da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato.

**CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS**

A presente Ata de Registro de Preços, terá a A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (dose) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

**CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS**

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 04/2015.

O VALOR TOTAL DA ARP É DE R\$ 30.669,80 (trinta mil seiscentos e sessenta e nove reais e oitenta centavos), sendo:

CONTRATADO: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA inscrita no CNPJ n.º 07.814.016/0001-87, com sede Rua Tiradentes, 342 – São Cristovão – CEP 89.804-060 – Chapecó/SC.

Lages/SC 26 de maio de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte



**EXTRATO ARP 04/2015 PP 04/2015 FMAS STORINNY**

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2015

PROCESSO Nº 10/205

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios, Materiais de Higiene e Limpeza para os CRAS I, II, III, IV e VI da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato.

**CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS**

A presente Ata de Registro de Preços, terá a A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (dose) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

**CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS**

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 04/2015.

O VALOR TOTAL DA ARP É DE R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais), sendo:

CONTRATADO: COMERCIAL STORINNY LTDA – EPP inscrita no CNPJ n.º 73.977480/0001-19, com sede Rua Otávio Quinholi, 180 – Perequê – CEP 88.210-000 – Porto Belo/SC.

Lages/SC 26 de maio de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

**EXTRATO ARP 05/2015 PP 05/2015 SMS BRUTHAN**

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2015

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2015

PROCESSO Nº 24/2015

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Leites Especiais Para Saúde da Criança, Demandas Judiciais e Programa da AIDS, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços, terá a validade de 12 (dose) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

**CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS**

O VALOR TOTAL DA ARP É DE R\$ 194.700,00 (cento e noventa e quatro mil e setecentos reais), sendo:

BRUTHAN COMERCIAL LTDA CNPJ 02.625.813/0001-00 COM SEDE A RUA FELIPE NEVES, 631 BAIRRO CANTO – CEP 88.070-760 FLORIANÓPOLIS/SC.

Lages/SC 22 de junho de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

**EXTRATO ARP 05/2015 PP 05/2015 SMS KARINE**

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2015

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2015

PROCESSO Nº 24/2015

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Leites Especiais Para Saúde da Criança, Demandas Judiciais e Programa da AIDS, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços, terá a validade de 12 (dose) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

**CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS**

O VALOR TOTAL DA ARP É DE R\$ 139.020,00 (cento e trinta e nove mil e vinte reais), sendo:

KARINE DANIELA RIBEIRO DA SILVA – ME CNPJ 19.439.542/0001-93 COM SEDE A RUA 12, 457 QUADRA L – VILA SANTOS – CEP 73.805-510 FORMOSA/GO.

Lages/SC 22 de junho de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

**EXTRATO ARP 05/2015 PP 05/2015 SMS NUTRIPORT**

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2015

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2015

PROCESSO Nº 24/2015

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Leites Especiais Para Saúde da Criança, Demandas Judiciais e Programa da AIDS, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços, terá a validade de 12 (dose) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

**CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS**

O VALOR TOTAL DA ARP É DE R\$ 209.924,00 (duzentos e nove mil e novecentos e vinte e quatro reais), sendo:

NUTRIPORT COMERCIAL LTDA CNPJ 03.612.312/0004-97 COM SEDE A RUA JUDITE MELO DOS SANTOS, S/N DISTRITO INDUSTRIAL – CEP 88.104-765 SÃO JOSÉ/SC.

Lages/SC 22 de junho de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

**EXTRATO ARP 05/2015 PP 05/2015 SMS PFG**

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2015

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2015

PROCESSO Nº 24/2015

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Leites Especiais Para Saúde da Criança, Demandas



Judiciais e Programa da AIDS, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato CLAÚSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços, terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLAÚSULA IV – DOS PREÇOS

O VALOR TOTAL DA ARP É DE R\$ 206.428,20 (duzentos e seis mil quatrocentos e vinte e oito reais e vinte centavos), sendo:

PFG COMERCIAL LTDA - ME CNPJ 20.438.684/0001-15 COM SEDE A RUA EQUADOR, 665 – BAIRRO NAÇÕES – CEP 83.823-072 FAZENDA DO RIO GRANDE/PR.

Lages/SC 22 de junho de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

### **EXTRATO ARP 05/2015 PP 06/2015 FMAS CELIA REGINA**

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2015

PROCESSO Nº 12/205

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES.

CLAÚSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Consumo, Higiene e Limpeza para a Sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência/Planilha Orçamentária, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

CLAÚSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLAÚSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 04/2015.

O VALOR TOTAL DA ARP É DE R\$ 23.507,17 (vinte e três mil quinhentos e sete reais e dezessete centavos), sendo:

CONTRATADO: CÉLIA REGINA W. SANI - ME inscrita no CNPJ n.º 04.195.853/0001-87, com sede Av. Beira Rio, 730 – Galpão Centro – CEP 88.450-000 – Alfredo Wagner/SC.

Lages/SC 03 de junho de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

### **EXTRATO ARP 05/2015 PP 06/2015 FMAS JLM**

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2015

PROCESSO Nº 12/205

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES.

CLAÚSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Consumo, Higiene e Limpeza para a Sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência/Planilha Orçamentária, que passa a fazer parte integrante

deste Edital.

CLAÚSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLAÚSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 04/2015.

O VALOR TOTAL DA ARP É DE R\$ 9.282,26 (nove mil duzentos e oitenta e dois reais e vinte e seis centavos), sendo:

CONTRATADO: JLM DISTRIBUIDORA BR LTDA - ME inscrita no CNPJ n.º 13.965.228/0001-68, com sede Av. 24 de Outubro, 1162 – Centro – CEP 88.680-000 – Bom Retiro/SC.

Lages/SC 03 de junho de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

### **EXTRATO ARP 05/2015 PP 06/2015 FMAS RICARL**

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2015

PROCESSO Nº 12/205

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES.

CLAÚSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Consumo, Higiene e Limpeza para a Sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência/Planilha Orçamentária, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

CLAÚSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLAÚSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 04/2015.

O VALOR TOTAL DA ARP É DE R\$ 20.393,52 (vinte mil trezentos e noventa e três reais e cinquenta e dois centavos), sendo:

CONTRATADO: RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME inscrita no CNPJ n.º 21.304.312/0001-69, com sede a Rua Amsterdam, 891 – Itoupavazinha – CEP 89.070-490 – Blumenau/SC.

Lages/SC 03 de junho de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

### **EXTRATO ARP 06/2015 PP 10/2015 FMAS CORDOVA**

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2015

PROCESSO Nº 16/205

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES.

CLAÚSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios, Materiais de Consumo, Higiene e Limpeza para o Acolhimento POP/ Centro POP da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações

prescritas no Anexo I do Edital Correlato.

#### CLAÚSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

#### CLAÚSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 10/2015.

O VALOR TOTAL DA ARP É DE R\$ 82.807,40 (oitenta e dois mil oitocentos e sete reais e quarenta centavos), sendo:

CONTRATADO: SUPER VAREJÃO CORDOVA DE ALIMENTOS LTDA - ME inscrita no CNPJ sob nº 83.197277/0001-83, estabelecida na Rua. Araci Paim, 19 – Araucária, Lages/SC – CEP. 88.512-680.

Lages/SC 10 de junho de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

### EXTRATO ARP 06/2015 PP 10/2015 FMAS JULIO

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2015

PROCESSO Nº 16/205

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios, Materiais de Consumo, Higiene e Limpeza para o Acolhimento POP/ Centro POP da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato.

#### CLAÚSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

#### CLAÚSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 10/2015.

O VALOR TOTAL DA ARP É DE R\$ 39.335,52 (trinta e nove mil trezentos e trinta e cinco reais e cinquenta e dois centavos), sendo:

CONTRATADO: JULIO CESAR RODRIGUES DELFES EPP inscrita no CNPJ sob nº 82.894.718/0001-33, estabelecida na Rua Mario Ribeiro Ramos, 248 – Universitário - Lages/SC – CEP. 88.509-340.

Lages/SC 10 de junho de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

### EXTRATO ARP 06/2015 PP 10/2015 FMAS MILENIO

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2015

PROCESSO Nº 16/205

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios, Materiais de Consumo, Higiene e Limpeza para o Acolhimento POP/ Centro POP da Secretaria

Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato.

#### CLAÚSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

#### CLAÚSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 10/2015.

O VALOR TOTAL DA ARP É DE R\$ 6.501,00 (seis mil quinhentos e um reais), sendo:

CONTRATADO: COMERCIAL DE ALIMENTOS MILENIO LTDA - EPP inscrita no CNPJ n.º 07.773.491/0001-52 com sede a AV. Caldas Júnior, 550 SL 01 – Santa Helena – Lages/SC CEP 88.504-420.

Lages/SC 10 de junho de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

### EXTRATO ARP 06/2015 PP 10/2015 FMAS ZAGO

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2015

PROCESSO Nº 16/205

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios, Materiais de Consumo, Higiene e Limpeza para o Acolhimento POP/ Centro POP da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato.

#### CLAÚSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

#### CLAÚSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 10/2015.

O VALOR TOTAL DA ARP É DE R\$ 732,00 (setecentos e trinta e dois reais), sendo:

CONTRATADA ZAGO FERRAGENS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA inscrita no CNPJ sob n.º 08.208.387/0001-88, com endereço a Praça Vidal Ramos,86 - Centro – CEP 88.502-005 – Lages/SC.

Lages/SC 10 de junho de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

### EXTRATO CONTRATO 281/2015 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 281/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: SERRANA ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob n. 83.073.536/0001-64, sediada a Rua Ottokar Doerffel, 841

– Bairro Atiradores – Joinville/SC, CEP 89.203-001.

Contrato, de acordo com parecer Jurídico (PROGEM) n. 920/2015, e nos termos do Art. 24, IV da Lei 8.666/93, em decorrência do Processo Licitatório nº 199/2015, correlato a Dispensa de Licitação nº 71/2015.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Contratação Emergencial de Empresa Especializada para Prestação de Serviços Públicos de Limpeza urbana do Município de Lages, Compreendendo os serviços abaixo:

a) Coleta, Transporte e descarga, de resíduos sólidos domiciliares, comerciais e públicos, no aterro sanitário do município, localizado no Distrito de Índios, distante a aproximadamente 15 Km do perímetro urbano;

b) Coleta, transporte, tratamento e disposição final em local devidamente licenciado de resíduos sólidos dos serviços de saúde (exceto resíduos químicos – grupo B; resíduos radioativos – grupo C e resíduos pertencentes ao grupo D – resíduos equiparados aos resíduos domiciliares);

c) Coleta, transporte e disposição final de resíduos sólidos dos serviços de saúde, em aterro de resíduos perigosos – Classe I, (quando se tratar de resíduos químicos sólidos não tratados – grupo B).

1.2 Resíduos de serviços de saúde característicos do grupo C, de acordo com relação do CONAMA n. 358/2005 e resolução ANVISA RDC 306/2014, resíduos da construção civil conforme resolução CONAMA n. 307/2002 e outros resíduos classe I classificados pela NBR 10.004 da ABNT, não são parte integrante deste termo;

1.3 Resíduos de serviços de saúde característicos do grupo D, por se tratarem de resíduos equiparados aos resíduos domiciliares, serão atendidos por aquele tipo de coleta.

#### 3 – DO(S) PRAZO(S) E LOCAL(IS):

3.1 De Início, em até 05 dias da(s) data(s) da(s) Ordem(ns) de Serviço(s) emitida(s) pela Secretaria de Meio Ambiente e Serviços Públicos, em locais definidos na(s) autorização(ões) delimitado(s) ao perímetro urbano e rural.

3.2 De Execução, da(s) data(s) da(s) assinatura(s) do Contrato(s) em até 180 dias, ou até a homologação do processo licitatório, o que ocorrer primeiro;

3.3 Do Contrato, fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2015. A sua validade será da data da assinatura do contrato até 180 dias, ou até a homologação do processo licitatório, o que ocorrer primeiro

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 380.692,00 (trezentos e oitenta mil seiscentos e noventa e dois reais).

Lages, 29 de Maio de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

#### EXTRATO CONTRATO 282/2015 - PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 282/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: RAMALUZ LTDA inscrita no CNPJ n.º 08.962.222/0001-05, com sede a Avenida Santa Catarina, 285 – Bairro Santo Antônio – CEP: 88512-005 – Lages/SC.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 176/2015, correlato a Carta Convite nº 02/2015.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia Referente à Prestação de Serviços de Execução de Melhoria da Infraestrutura de Iluminação, no Parque de Exposições Conta Dinheiro, onde será realizada a 27ª Festa Nacional do Pinhão, em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo e Planilha de Quantitativos/Orçamentária, copiados em CD, partes integrantes do Edital Correlato

#### 3 – DO(S) PRAZO(S) E LOCAL(IS):

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Entrega(s): conforme a solicitação, em até 05 dias da conclusão, mediante Termo Circunstancial;

2.3 De Execução: Da data da assinatura do contrato até 07/06/2015 CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 64.520,49 (sessenta e quatro mil quinhentos e vinte reais e quarenta e nove centavos).

Lages, 28 de maio de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

#### PP 12-2015 FMAS RERRATIFICADO E PP 14-2015 FMAS

##### AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 14-2015 FMAS

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios, Descartáveis, Materiais de Expediente, Consumo, Higiene e Limpeza

Tipo: Menor Preço Por Lote

Abertura: 08/07/2015 às 09:00

Valor Estimado: R\$163.535,38

Modalidade: PP 12-2015 FMAS RERRATIFICADO

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios, Materiais de Higiene e Limpeza

Tipo: Menor Preço Por Lote

Abertura: 09/07/2015 às 09:00

Valor Estimado: R\$295.026,81

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br), sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 24 de junho de 2015.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

# Laguna

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 4.410/15

DECRETO Nº 4.410 DE 22 DE JUNHO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o art. 6º, inciso II, da Lei Municipal nº 1.781 de 22/12/2014.

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e, transpostos os valores de dotação orçamentária no orçamento vigente do Município de Laguna, no valor de R\$ 72.500,00 (setenta e dois mil e quinhentos reais), na seguinte dotação:

Órgão: 09 - Poder Executivo

Unidade: 07 - Secretaria de Obras e Saneamento

Proj/Atividade: 2.017 – Manutenção dos Serviços Inerentes à Secretaria de Obras e Saneamento

Elemento da Despesa: 179 – 3.3.90.30.00.00.00.00.01 - Material de Consumo ..... R\$ 72.500,00

Art. 2º Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados recursos de igual valor da seguinte dotação:

Órgão: 09 - Poder Executivo

Unidade: 07 - Secretaria de Obras e Saneamento

Proj/Atividade: 2.017 – Manutenção dos Serviços Inerentes à Secretaria de Obras e Saneamento

Elemento da Despesa: 180 – 3.3.90.36.00.00.00.00.01 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física ..... R\$ 72.500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 4.411/15

DECRETO Nº 4.411 DE 24 DE JUNHO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o art. 6º, inciso III, da Lei Municipal nº 1.781 de 22/12/2014.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar, no orçamento vigente do Município de Laguna, com readequação de dotação orçamentária, no valor de R\$ 275.450,09 (duzentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta reais e nove centavos), na seguinte classificação:

Órgão: 09 - Poder Executivo

Unidade: 06 - Secretaria de Educação e Esporte

Função: 12 - Educação

Subfunção: 365 - Educação Infantil

Programa: 184 - Educação Básica

Fonte de Recursos: 37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE

Proj/Atividade: 2.047 – Manter e melhorar a qualidade do ensino infantil

Elemento da Despesa:

458 – 3.3.90.30.00.00.00.03.0037 - Material de Consumo ..... R\$ 213.750,00

459 – 4.4.90.52.00.00.00.03.0037 - Equipamentos e Material Permanente ..... R\$ 61.700,09

Art. 2º Para atender a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º deste Decreto, ficam utilizados recursos de igual valor total, decorrentes do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, na fonte de recursos federais 37 (Outras Transferências do Fundo Nacional Desenvolvimento da Educação - FNDE) nas suas contas bancárias a seguir identificadas:

I - R\$ 148.600,99 - APOIO A CRECHES - BANCO DO BRASIL - Agência 0345 - X - Conta 0000251321; e

II - R\$ 126.849,10 - BRASIL CARINHOSO - BANCO DO BRASIL - Agência 0345 - X - Conta 0000260878.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 4.412/15

DECRETO Nº 4.412 DE 25 DE JUNHO DE 2015.

"DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 3º DO DECRETO Nº 4.404/15".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 68 da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º O artigo do Decreto nº 4.404, de 15 de junho de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º A escala de sobreaviso deverá observar o período compreendido entre as 18:00 de um dia, às 08:00 h do dia seguinte no Conselho Tutelar e, das 18:00 de um dia, às 07:00 h do dia seguinte na Casa Lar, não se considerando sobreaviso, qualquer atendimento fora do período definido.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

### LEI 1.818/15

LEI Nº 1.818 DE 22 DE JUNHO DE 2015.

"ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI 1.719/14 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:



Art. 1º O artigo 3º da Lei 1.719 de 30 de abril de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º As vias e logradouros públicos que integram o sistema de estacionamento rotativo de Laguna são:

I- Rua Raulino Horn;  
II- Rua Gustavo Richard;  
III- Avenida Eng. Colombo Machado Salles;  
IV- Rua Oswaldo Cabral;  
V- Rua Conselheiro Gerônimo Coelho;  
VI- Rua Duque de Caxias;  
VII- Rua Voluntario Carpes;  
VIII- Rua Santo Antônio;  
IX- Contorno da Praça Republica Juliana;  
X- Contorno da Praça Vidal Ramos;  
XI- Largo da Carioca;  
XII- Rua José Johanny;  
XIII- Av. Maurilio Kfourì;  
XIV- Contorno da Praça Seival;  
XV- Contorno da Praça Moreira Netto;  
XVI- Rua Oswaldo Aranha;  
XVII- Rua Voluntario Benevides;  
XVIII- Rua Comendador Rocha;  
XIX- Travessa Manoel Pinho;  
XX- Rua Ângelo Novi;  
XXI- Travessa Luiz Neri;  
XXII- Rua XV de Novembro;  
XXIII- Rua Voluntario Fermiano;  
XXIV- Rua Bandeira Pinto;  
XXV- Rua Almirante Lamego, exclusivamente no contorno da Praça dos Agorianos;  
XXVI- Rua Jacinto Tasso;  
XXVII- Rua Celso Ramos;  
XXVIII - Contorno da Praça Jerônimo Coelho;  
XXIX - Rua 13 de Maio;  
XXX - Rua Anita Garibaldi;  
XXXI - Rua Arcângelo Bianchini;  
XXXII - Travessa Antônio Maria;  
XXXIII - Rua Antônio Maria;  
XXXIV - Contorno da Praça Monumento Domingos de Brito Peixoto;  
e  
XXXV - Rua Calheiros da Graça, no trecho compreendido entre o início e fim da Praça Ex-Combatentes.

§ 1º As vias e logradouros públicos que integram o sistema de estacionamento rotativo serão identificadas com placas.

§ 2º A inclusão de novas áreas ou a supressão de algumas daquelas identificadas nos incisos deste artigo, poderá ser realizada por Decreto do Chefe do Poder Executivo, mediante prévio estudo".

Art. 2º O artigo 4º da Lei 1.719 de 30 de abril de 2014 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º O sistema de estacionamento rotativo no município de Laguna fica dividido em área azul e área branca. A área branca fica subdividida em duas áreas, denominadas Área Branca Centro e Área Branca Praia.

§ 1º A Área Azul compreende os logradouros identificados nos seguintes logradouros: Rua Raulino Horn; Rua Gustavo Richard; Avenida Eng. Colombo Machado Salles, do seu início ao Cine Teatro Mussi; Rua Oswaldo Cabral; Rua Conselheiro Gerônimo Coelho; Rua Duque de Caxias; Rua Voluntario Carpes; Rua Santo Antônio; Contorno da Praça Republica Juliana; Contorno da Praça Vidal Ramos; Rua Oswaldo Aranha; Rua Voluntario Benevides; Rua Comendador Rocha; Travessa Manoel Pinho; Rua Ângelo Novi; Travessa Luiz Neri; Rua XV de Novembro; Rua Voluntário Fermiano; Rua

Bandeira Pinto; Rua Almirante Lamego, exclusivamente no contorno da Praça dos Agorianos; Rua Jacinto Tasso; Rua Celso Ramos; Contorno da Praça Jerônimo Coelho; Rua 13 de Maio; Rua Anita Garibaldi; Rua Arcângelo Bianchini; Travessa Antônio Maria; Rua Antonio Maria; e Contorno da Praça Monumento Domingos de Brito Peixoto.

§ 2º A Área Branca Centro compreende os seguintes logradouros: Av. Eng. Colombo Machado, do trecho compreendido entre o Cine Teatro Mussi e a Praça Ex-Combatente, Rua Calheiros da Graça, no trecho compreendido entre o início e fim da Praça Ex-Combatentes; Rua José Johanny, entre as Ruas Prof. Júlia Nascimento e Santo Antônio e Largo da Carioca..

§ 3º A Área Branca Praia compreende os seguintes logradouros: Contorno da Praça Seival, Contorno da Praça Moreira Netto e Avenida Maurilio Kfourì.

§ 4º O sistema de estacionamento rotativo nas "ÁREA AZUL" e "Área Branca Centro" funcionarão das 08h às 18h nos dias úteis e das 08h às 12h nos sábados.

§ 5º O sistema de estacionamento rotativo na Área Branca Praia funcionará todos os dias, incluindo sábados domingos e feriados, das 08h às 20h, no período compreendido de 20 de dezembro à 10 de março de cada ano.

§ 6º O estacionamento será livre e gratuito nos dias e horários não explicitados nesta Lei".

Art. 3º O artigo 6º da Lei 1.719 de 30 de abril de 2014 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º O valor da tarifa para utilização por veículos no estacionamento rotativo será:

I – de R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos) por hora, na "ÁREA AZUL", "ÁREA BRANCA CENTRO" e "ÁREA BRANCA PRAIA.

II – de R\$ 0,50 (cinquenta centavos) por uma hora para motocicletas na "ÁREA AZUL", "ÁREA BRANCA CENTRO" e "ÁREA BRANCA PRAIA.

§ 1º O valor da tarifa será atualizado anualmente pela variação da Unidade Fiscal de Referência do Município de Laguna ou revisto sempre que for necessário para a manutenção do serviço.

§ 2º O pagamento é devido por vaga, sendo a fração de hora computada como hora cheia para todos os fins.

§ 3º A tarifa do estacionamento rotativo pago poderá ser reajustada ou reequilibrada financeiramente, pelo Prefeito Municipal, conforme cálculos elaborados por órgão competente do Poder Executivo.

§ 4º O período máximo de estacionamento contínuo numa mesma vaga na "Área Azul" para veículos será de 2h (duas horas) e para motocicletas o período máximo será de 4h (quatro horas).

§ 5º O período máximo de estacionamento contínuo numa mesma vaga na "Área Branca Centro" será de 4h (quatro horas) para veículos e motos.

§ 6º O período máximo de estacionamento contínuo numa mesma vaga na "Área Branca Praia" será de 5h (cinco horas) para veículos e motos".

Art. 4º O artigo 8º da Lei 1.719 de 30 de abril de 2014 passa a vigorar acrescido dos §§ 1º a 5º, respectivamente, com a seguinte



redação:

§1º Os veículos irregularmente estacionados estarão sujeitos a receber o comunicado de aviso de irregularidade, que será aplicado pela concessionária, que de forma eletrônica deverá ser enviada para os equipamentos com software homologado pelo DETRAN, que estarão a disposição dos Guardas Municipais, que farão a constatação da irregularidade validando os dados informados, inclusive com fotos do veículo, placa e a localidade do mesmo através do georreferenciamento, ressalvado o tempo correspondente ao aviso de tolerância pelo prazo de 10 (dez) minutos para os veículos em geral e 20 (vinte) para os veículos que realizam serviços de carga e descarga.

§ 2º A notificação deverá ser regularizada no período de até 48(quarenta e oito) horas junto à concessionária, através dos monitores, parquímetros ou nos postos autorizados. O não pagamento do aviso de irregularidade dentro prazo fará com que o Departamento de Trânsito converta a notificação de irregularidade em infração de trânsito e, envie para processamento a multa consequentemente aplicada, conforme o art. 19, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro – CTB.

§ 3º O pagamento da notificação denominada “tarifa pós uso” tem caráter sócioeducativo, pois o valor pago, será revertido em crédito (bônus), para ser utilizado futuramente abatendo 1(um) período de 1 hora do mesmo.

§ 4º A tarifa pós-uso para veículo será equivalente a 10 vezes o valor da tarifa de uma hora que atualmente corresponde a R\$ 15,00 (quinze reais). No ato do pagamento da tarifa pós-uso será debitado o valor de R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos) equivalente a 01 (uma) hora de estacionamento, sendo os outros R\$ 13,50 (treze reais e cinquenta centavos) equivalente a 09 (nove) horas de estacionamento, que ficarão de crédito(bônus) para o usuário através de conta pré-paga na web ou no cartão eletrônico, neste último descontando o valor do cartão, a escolha do usuário.

§ 5º Tarifa pós-uso para moto será equivalente a 10 vezes o valor da tarifa de uma hora que atualmente corresponde a R\$ 5,00 (cinco reais) No ato do pagamento da tarifa pós-uso será debitado o valor de R\$ 0,50 (cinquenta) centavos equivalente a 01 (uma) hora de estacionamento, sendo os outros R\$ 4,50 (quatro reais e cinquenta centavos) equivalente a 09 (nove) horas de estacionamento, que ficarão de crédito(bônus) para o usuário através de conta pré-paga na web ou no cartão eletrônico, neste último descontando o valor do cartão, a escolha do usuário.

Art. 5º Fica acrescido à Lei 1.719 de 30 de abril de 2014, o art. 8º - A, com a seguinte redação:

Art. 8º- A Considerar-se-á também irregular o veículo ou motocicleta que ocupar vaga em área de estacionamento rotativo pago, nos seguintes casos:

I – carro que permanecer estacionado mesmo portando tíquete válido, na mesma vaga, por período superior a 2h (duas horas) em Área Azul, ou 4h (quatro horas) em Área Branca centro, ou 5h (cinco horas) em Área branca Praia.

II - motocicleta que permanecer estacionado mesmo portando tíquete válido, na mesma vaga, por período superior a 4h (quatro horas) em Área Azul, ou 4h (quatro horas) em Área Branca centro, ou 5h (cinco horas) em Área branca Praia.

III – permanecer estacionado portando tíquete e licença de utilização especial com período vencido;

IV – não pagamento de tarifa;

V –estacionar em local demarcado com faixas amarelas ou fora do espaço delimitado para a vaga;

VI – quando for proibido de estacionar, conforme previsões legais;

e

VII – quando estacionar em descordo com a sinalização.

Parágrafo único. A permanência do condutor ou de outra pessoa no veículo não desobriga o pagamento da tarifa através do tíquete".

Art. 6º O Poder Público Municipal, poderá utilizar dos logradouros públicos que integram o sistema de estacionamento rotativo do Município de Laguna, mesmo que tenha concedido sua exploração a terceiros, sempre que assim julgar conveniente, para realização de eventos de interesse público, sem qualquer ônus.

Art. 7º "Vetado".

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 877/2015**

PORTARIA RH Nº 877/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

EXONERAR, ETHEL MARCON MENDES do cargo em comissão de Coordenador de Processamento de Pessoal, DS 5, com lotação na Secretaria de Administração e Serviços Públicos, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Junho de 2015.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 878/2015**

PORTARIA RH Nº 878/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

EXONERAR, IVAN CÉSAR FÃO do cargo em comissão de Coordenador de Recursos Humanos e Política de Pessoal, DS 5, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Junho de 2015.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 895/2015**

PORTARIA RH Nº 895/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

**RESOLVE:**

NOMEAR, ETHEL MARCON MENDES para exercer o cargo em comissão de Assessor de Gabinete II, AS 3, com lotação no Gabinete do Prefeito, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 09 de Junho de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 896/2015**

PORTARIA RH Nº 896/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

**RESOLVE:**

NOMEAR, IVAN CÉSAR FÃO para exercer o cargo em comissão de Assessor de Gabinete II, AS 3, com lotação no Gabinete do Prefeito, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 09 de Junho de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 899/2015**

PORTARIA RH Nº 899/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

NOMEAR, TELMO RAFAEL PEDROSO PALHANO para exercer o Cargo em comissão de Coordenador de Movimentação de Protocolo, DS 5, com lotação na Secretaria de Administração e Serviços Públicos, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 09 de Junho de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 923/2015**

PORTARIA RH Nº 923/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000 e processo protocolado sob o nº 3504/2015;

**RESOLVE:**

PRORROGAR A LICENÇA SEM VENCIMENTO, pelo período de 02 anos do Servidor CARLOS ALEXANDRE DE FREITAS MARRONE ocupante do Cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria de Educação e Esportes, com base no Art. 56 da Lei Complementar nº 136/2006 e suas alterações.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 16 de Junho de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 929/2015**

PORTARIA RH Nº 929/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

NOMEAR, MARIA DE LOURDES NASCIMENTO CORREA para ocupar o cargo em comissão de Coordenador de Controle de Arrecadação de Tributos e Gestão da Dívida Ativa, DS 5, com lotação na Secretaria da Fazenda, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 16 de Junho de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 930/2015**

PORTARIA RH Nº 930/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

NOMEAR, FERNANDO CÂNDIDO MENDONÇA, para ocupar o cargo em comissão de Diretor do Departamento de Laboratório e Farmácia, DS 4, com lotação na Secretaria de Governo, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 16 de Junho de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 931/2015**

PORTARIA RH Nº 931/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

NOMEAR, HUMBERTO DA SILVA COSTA para ocupar o cargo em comissão de Assessor III, AS 3, com lotação na Secretaria de Planejamento Urbano e Habitação, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 16 de Junho de 2015.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 932/2015**

PORTARIA RH Nº 932/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, LUIS OTÁVIO PEREIRA para ocupar o cargo em comissão de Diretor do Departamento de Fiscalização de Obras, DS 4, com lotação na Secretaria de Planejamento Urbano e Habitação, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 16 de Junho de 2015.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 933/2015**

PORTARIA RH Nº 933/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, MARIANA DE FARIAS para exercer o Cargo de Secretário Adjunto de Assistência Social, NE 2, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 16 de Junho de 2015.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 934/2015**

PORTARIA RH Nº 934/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, ADRIANA SOUZA DA SILVA para ocupar o cargo em comissão de Coordenador de Serviço de Cadastro Social, DS 5, com lotação na Secretaria de Assistência Social, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 16 de Junho de 2015.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 935/2015**

PORTARIA RH Nº 935/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

EXONERAR, LAÍS COELHO DOS SANTOS do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Assistência Social, DS 4, com lotação na Secretaria de Assistência Social, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 16 de Junho de 2015.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 936/2015**

PORTARIA RH Nº 936/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, GABRIELLE SIQUEIRA DA CUNHA para exercer o cargo em comissão de Auditor de Saúde II, DS 3, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 16 de Junho de 2015.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

# Leoberto Leal

## PREFEITURA

### DECRETO N.º 067/2015

DECRETO Nº 067, DE 24 DE JUNHO DE 2015

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL”

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal n.º 1.156, de 23 de junho de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional especial no orçamento da seguridade social, nas dotações com a seguinte estrutura e valores:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	42.000,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	42.000,00
Função	10	Saúde	42.000,00
Sub-função	301	Atenção Básica	42.000,00
Programa	06	Saúde com Excelência	42.000,00
Atividade	2.016	Atenção Básica – Componente Piso de Atenção Básica Variável – PABV	18.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	18.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	18.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	18.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0038	Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS União	18.000,00
Detalhamento	43	Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF União	8.000,00
Detalhamento	13	Programa de melhoria do Acesso e da Qualidade – PMAQ	10.000,00
Atividade	2.019	Assistência Farmacêutica Básica-União/Componente Básico da Assistência Farmacêutica	24.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	24.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Despesas com pessoal e encargos sociais	24.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	24.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0038	Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS União	24.000,00
Detalhamento	28	Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica (Qualifar-SUS)	24.000,00
TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL .....	42.000,00		

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta das seguintes fontes:

#### I– PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO:

Fonte	Código Fonte	Valor
Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF União	0.1.0038.43	8.000,00
Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica (Qualifar-SUS)	0.1.0038.28	24.000,00
TOTAL DO PROVÁVEL EXCESSO UTILIZADO .....	32.000,00	

#### II– ANULAÇÃO:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	10.000,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.000,00
Função	10	Saúde	10.000,00
Sub-função	301	Atenção Básica	10.000,00
Programa	06	Saúde com Excelência	10.000,00
Atividade	2.016	Atenção Básica – Componente Piso de Atenção Básica Variável – PABV	10.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas correntes	10.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras despesas correntes	10.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	10.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0038	Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS União	10.000,00
Detalhamento	13	Programa de melhoria do Acesso e da Qualidade – PMAQ	10.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO .....,	10.000,00		

Art. 3º Fica revogado o Decreto n.º 063, de 10 de junho de 2015.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 24 de junho de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

**DECRETO N.º 068/2015**

DECRETO Nº 068, DE 24 DE JUNHO DE 2015

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal n.º 1.157, de 23 de junho de 2015,

DECRETO:

Art. 1º Ficam Suplementadas as dotações do Orçamento Fiscal Vigente, com as seguintes classificações, no valor de:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	30.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	30.000,00
Função	27	Esporte e Lazer	30.000,00
Sub-Função	812	Desporto Comunitário	30.000,00
Programa	0005	Cultura, Esporte e Turismo	30.000,00
Projeto/ Atividade	2.014	Comissão Municipal de Esportes – CME – Esporte	30.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	30.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	30.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	30.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	30.000,00
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	30.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	30.000,00
Função	26	Transporte	30.000,00
Sub-função	782	Transporte Rodoviário	30.000,00
Programa	0009	Revitalização das Estradas	30.000,00
Atividade	2.028	Funcionamento e Manutenção da STOSU	17.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	17.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	17.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	17.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	17.000,00
Atividade	2.029	Manutenção e Revitalização de Áreas Urbanas	13.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	13.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	13.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	13.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	13.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO .....	60.000,00		

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, nas seguintes dotações com a seguinte classificação e valores:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	02	GABINETE DO PREFEITO	40.000,00
Unidade Orçamentária	01	GABINETE DO PREFEITO	40.000,00
Função	04	Administração	40.000,00
Sub-Função	122	Administração Geral	40.000,00
Programa	0002	Gestão com Excelência	40.000,00
Projeto/ Atividade	2.002	Funcionamento e Manutenção do Gabinete do(a) Prefeito(a)	40.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	40.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	40.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	40.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos ordinários	40.000,00
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	20.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	20.000,00
Função	26	Transporte	20.000,00
Sub-Função	451	Infra-Estrutura Urbana	20.000,00
Programa	0010	Revitalização de Área Urbana	20.000,00
Projeto/ Atividade	1.051	Padronização de Calçadas	20.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	20.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	20.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	20.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos ordinários	20.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO .....	60.000,00		

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.



Leoberto Leal, 24 de junho de 2015.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

**DECRETO N.º 069/2015**

DECRETO Nº 069, DE 24 DE JUNHO DE 2015.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL”

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Municipal n.º 1.158, de 23 de junho de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica a aberto crédito adicional especial no orçamento da Seguridade Social, na dotação com a seguinte estrutura e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	467,17
Unidade Orçamentária	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	467,17
Função	08	Assistência Social	467,17
Sub-função	241	Assistência ao Idoso	467,17
Programa	07	Vivendo com Amor	467,17
Atividade	1.047	Construção de um Centro de Convivência da Terceira Idade	467,17
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	467,17
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras despesas Correntes	467,17
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	467,17
Fonte de Recursos	0.3.0064	Transferências de Convênios – Estado/Outros - Superávit	467,17
Detalhamento	325	Convênio Construção de um Centro de Convivência da Terceira Idade	467,17
TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL .....	467,17		

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do superávit financeiro verificado no exercício anterior na seguinte fonte:

Fonte/Detalhamento	Fonte/Detalhamento	Valor
Transferências de Convênios – Estado Outros/ Convênio Construção de um Centro de Convivência da Terceira Idade	0.1.0064/325	467,17
TOTAL DO SUPERAVIT .....	467,17	

Art. 3º Fica revogado o Decreto n.º 065, de 17 de junho de 2015.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 24 de junho de 2015.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

# Lindóia do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO N.º 2.698/2015, DE 24 DE JUNHO DE 2015

DECRETO N.º 2.698/2015, DE 24 DE JUNHO DE 2015  
REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito em Exercício do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, Lei Ordinária Nº 1.278/2015 de 24 de Junho de 2015:

#### DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade 02 – Diretoria de Esporte e Cultura

Projeto/Atividade 2.019 – Manutenção das Atividades Esportivas e Recreativas

3.3.50.00.00.00.00.00.0104 – Transferência a Inst. Priv. Sem Fins Lucrat .....R\$ 2.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade 02 – Diretoria de Esporte e Cultura

Projeto/Atividade 2.018 – Manutenção das Atividades Culturais

4.4.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas .....R\$ 2.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado,  
Em, 24 de Junho de 2015

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo

### LEI ORDINÁRIA N.º 1.278/2015, DE 24 DE JUNHO DE 2015

LEI ORDINÁRIA N.º 1.278/2015, DE 24 DE JUNHO DE 2015  
REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Ari Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a

proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade 02 – Diretoria de Esporte e Cultura

Projeto/Atividade 2.019 – Manutenção das Atividades Esportivas e Recreativas

3.3.50.00.00.00.00.00.0104 – Transferência a Inst. Priv. Sem Fins Lucrat .....R\$ 2.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade 02 – Diretoria de Esporte e Cultura

Projeto/Atividade 2.018 – Manutenção das Atividades Culturais

4.4.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas .....R\$ 2.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI

Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado,  
Em, 24 de Junho de 2015

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo

### PORTARIA Nº 159/2015, DE 22 DE JUNHO DE 2015.

PORTARIA Nº 159/2015, de 22 de Junho de 2015.

INSTAURA SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, no uso das atribuições previstas no art. 113, II, "d" da Lei Orgânica do Município de Lindóia do Sul, e tendo em vista o disposto no artigo 192 da Lei Complementar Municipal nº 50, de 10 de janeiro de 2003,

#### RESOLVE:

Art. 1º. Designar Salete Benelli, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes, matrícula funcional nº 71, como sindicante, e instaurar, por meio deste ato, a Sindicância nº 5/2015, de cunho investigativo, destinada a apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, os fatos de que trata a Comunicação Interna – C.I. nº 23/2015, datada de 14/04/2015, oriunda da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º. Irá acompanhar os trabalhos o Procurador Municipal Igor Frare Grandi, matrícula nº 161.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,  
Em, 22 de Junho de 2015.  
PEDRO ARI PARIZOTTO  
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo  
Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 160/2015, DE 22 DE JUNHO DE 2015.**

PORTARIA Nº 160/2015, de 22 de Junho de 2015.  
INSTAURA SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, no uso das atribuições previstas no art. 113, II, "d" da Lei Orgânica do Município de Lindóia do Sul, e tendo em vista o disposto no artigo 192 da Lei Complementar Municipal nº 50, de 10 de janeiro de 2003,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Designar Nério Antônio Cason, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Infraestrutura e Transportes, matrícula funcional nº 1078, como sindicante, e instaurar, por meio deste ato, a Sindicância nº 6/2015, de cunho investigativo, destinada a apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, os fatos de que trata a Comunicação Interna – C.I. nº 20/2015, datada de 22/04/2015, oriunda da Secretaria de Infraestrutura e Transportes, bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º. Irá acompanhar os trabalhos o Procurador Municipal Igor Frare Grandi, matrícula nº 161.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,  
Em, 22 de Junho de 2015.  
PEDRO ARI PARIZOTTO  
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo  
Recursos Humanos

# Luzerna

## PREFEITURA

### **CREDENCIAMENTO Nº 002/2015 - EXAMES LABORATORIAS - FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE EDITAL

Edital de Credenciamento nº 002/2015

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA (SC), representado neste ato por seu Gestor, Sr. WALMOR S. DRESCH STRÖHER, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar CREDENCIAMENTO.

OBJETO: Credenciar pessoas jurídicas para a prestação de serviços de coleta e análise de exames laboratoriais Exames Laboratoriais para a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Luzerna/SC, conforme Tabela SUS, anexo ao presente Edital.

Os interessados devem solicitar o seu credenciamento, a partir de 24 de junho de 2015, junto ao Setor de Compras e Licitações, Prefeitura Municipal de Luzerna, na Avenida 16 de fevereiro, 151, Centro, Luzerna, SC, em dias úteis, no horário das 13 horas às 19 horas, observando as condições e exigências mínimas para a prestação do serviço, as condições de pagamento e a tabela de preços que remunerará os serviços prestados, e demais requisitos fixados no presente regulamento.

O Município credenciará todos os interessados que preencherem as condições e exigências mínimas do presente regulamento, sendo que inexistirá possibilidade de discussão entre as partes acerca das cláusulas contratuais.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site [www.luzerna.sc.gov.br](http://www.luzerna.sc.gov.br)

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

### **DECRETO 2056**

DECRETO Nº 2056 de 23 de junho de 2015.

"REGULAMENTA A LEI MUNICIPAL Nº 1307 de 04 de novembro de 2014, QUE INSTITUIU O PROGRAMA BOLSA-ATLETA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art.1º- O PROGRAMA BOLSA-ATLETA, instituído pela Lei Municipal nº 1307 de 04/11/2015, será implementado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes que, com base em seu orçamento, disporá sobre os procedimentos operacionais para a concessão do benefício e distribuição que assegure o atendimento a todas as categorias de beneficiários.

Art.2º- Podem ser beneficiados com o PROGRAMA BOLSA-ATLETA os atletas amadores residentes e representantes do Município de Luzerna(SC) em competições regionais, estaduais, nacionais e internacionais e atenderá às modalidades constantes dos Programas da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Parágrafo Único - A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes elaborará e divulgará Edital de regulamento para a concessão do benefício, observados os limites previstos em lei, bem como os critérios para sua renovação.

Art.3º- Para a concessão da Bolsa-Atleta, o atleta deve preencher cumulativamente os seguintes requisitos:

- I. possuir idade mínima de 16 (dezesesseis) anos;
- II. estar em plena atividade desportiva não-profissional de rendimento, por meio de declaração da entidade;
- III. não receber salário na condição de atleta, apresentando-se como comprovante cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- IV. estar regularmente matriculado em curso de ensino público ou privado, devendo apresentar semestralmente atestado de frequência à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, com exceção do atleta que comprovadamente já concluiu o terceiro grau;
- V. apresentar plano anual de participação em competições da modalidade e de preparação ou treinamento;
- VI. apresentar autorização do pai ou responsável, no caso de atleta menor de 18 (dezoito) anos de idade;
- VII. apresentar mensalmente à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes declaração do Técnico da Modalidade, atestando que o interessado está participando dos treinos e competições periodicamente, representando o Município;
- VIII. não estar, o atleta, cumprindo punição imposta por Tribunais de Justiça Desportiva, Federação ou Confederação das modalidades correspondentes
- IX. o atleta deve também comprometer-se a representar o Município em competições e eventos promovidos ou considerados de interesse da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, cedendo os direitos de imagem ao Município de Luzerna e utilizando, obrigatoriamente, em seu uniforme, distribuído pela entidade, o brasão do Município de Luzerna.

Art.4º- As solicitações de concessão do benefício deverão ser encaminhadas pelo atleta, para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, dentro do prazo estipulado no Edital, composta de documentos que comprovem os requisitos do artigo 3º deste Decreto.

§1º- As solicitações serão encaminhadas para a Comissão Municipal de Esportes - COMEL que fará a análise técnica do mérito, liberação e decidirá quanto a sua aprovação ou rejeição, emitindo Parecer para esse fim.

§2º- As solicitações aprovadas retornarão para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes que fará a análise, levando em consideração as prioridades de atendimento à Política Municipal de Esporte, às disponibilidades orçamentárias e financeiras, e, após, será celebrado o respectivo Termo.

Art.5º - Deferido o pedido, o atleta terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação, para assinatura do termo de adesão junto à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, sob pena de perda do direito ao benefício.

Parágrafo Único - O termo de adesão será firmado com o atleta ou com o seu responsável, se menor de 18 (dezoito) anos.

Art.6º- A bolsa será paga ao beneficiário a partir do mês subsequente ao da assinatura do termo de adesão.

Art.7º- Será automaticamente desligado da Bolsa-atleta o atleta que:

- I. não apresentar a documentação comprobatória de participação nas competições previstas no calendário da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;
- II. quando convocado, não participar das competições sem justificativa convincente;
- III. não participar dos treinos sem justificativa;
- IV. passar a representar outro Município, Estado ou País;

V. for dispensado de seleções representativas de Luzerna, por indisciplina ou a seu pedido;  
VI. verificar-se o descumprimento de quaisquer das condições exigidas por esta Lei.  
VII. for transferido para outro Município, Estado ou País, após avaliação do respectivo caso pela Comissão da Bolsa-atleta;  
VIII. sofrer punição disciplinar aplicada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes e federações ou entidades nacionais considerada grave pela Comissão da Bolsa-atleta;  
IX. receber qualquer outra remuneração por prática desportiva de órgão ou entidade pública municipal, estadual ou federal.  
Parágrafo Único - A concessão da Bolsa-atleta é individual, eventual, temporária e perdurará enquanto o beneficiário atender às condições estabelecidas nos critérios de avaliação.

Art.8º- A Bolsa-Atleta será concedida pelo prazo máximo de 10 (dez) meses em cada exercício financeiro.

Art.9º- Qualquer interessado poderá impugnar a concessão da Bolsa-Atleta junto à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, mediante requerimento, o qual deverá estar instruído com os elementos comprobatórios ou com os indícios que motivem a impugnação.

Parágrafo Único - Formalizada a impugnação, será instaurado procedimento administrativo competente para aferir a responsabilidade do atleta, observados o contraditório e a ampla defesa, aplicando-se, no que couber, o disposto na lei, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal.

Art.9º- O atleta bolsista deverá apresentar à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes prestação de contas, até 30 (trinta) dias após o recebimento da última parcela.

§1º - A prestação de contas deverá conter:

I. declaração própria ou de responsável, se menor de 18 (dezoito) anos, de que os recursos recebidos a título de Bolsa-Atleta foram utilizados para custear as despesas do beneficiado com sua manutenção pessoal e desportiva;

II. declaração da respectiva entidade desportiva, ou da instituição de ensino no caso da categoria estudantil, atestando estar o atleta beneficiado em plena atividade desportiva;

III. declaração da instituição de ensino atestando a matrícula do atleta beneficiado para a categoria estudantil, bem como regular aproveitamento escolar.

§2º- Caso a prestação de contas não seja apresentada no prazo estabelecido ou, apresentada, não seja aprovada, o atleta não poderá mais ser beneficiado pelo Programa até que seja regularizada a pendência.

Art.10 - A não aprovação da prestação de contas obrigará o atleta ou seu responsável a restituir os valores recebidos indevidamente.

Art.11 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 23 de junho de 2015.

MOISES DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

## DECRETO 2057

DECRETO Nº 2057 de 24 de junho de 2015.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PARA O EXERCÍCIO DE 2015".

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo art. 19 da Lei nº 1311 de 11 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art.1º- Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no

montante de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), em favor do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA, à conta dos recursos do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO apurado até esta data, apurado até esta data, na fonte, detalhamento e rubrica abaixo especificado, já descontados os recursos utilizados pelo Decreto 2024 de 24 de abril de 2015 e 2043 de 25 de maio de 2015, conforme tabela abaixo, na fonte e detalhamento abaixo especificados, na forma do disposto no inciso II, do artigo 43 da Lei nº 4.320/64, atribuída a seguinte classificação orçamentária:

Rubrica de arrecadação:

1.3.2.5.01.03.15.00 - Rendimentos NASF

1.7.2.1.33.11.30.09 - NASF - Núcleos de Apoio à Saúde da Família.  
Detalhamento de Recursos - 209 - NASF - Núcleo de Apoio a Saúde da Família

Excesso de arrecadação até essa data: R\$ 31.295,97

Valores de Excesso já utilizados:

Decreto 2.024 - R\$ 15.205,43

Decreto 2.043 - R\$ 8.000,00

Total já utilizado por decretos anteriores: R\$ 23.205,43

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade - 13.01.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação - 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de Pessoal

Fonte 38 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União ..... R\$ 8.090,54

Detalhamento de Recursos 209 - NASF - Núcleo de Apoio a Saúde da Família

Art.2º- É parte integrante deste Decreto, o Quadro Demonstrativo do Excesso de Arrecadação.

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 24 de junho de 2015.

MOISES DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

## EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 047/2015 - PP 029/2015 - IMPRESSOS - PML

MUNICIPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório 0054/2014 - PML

Pregão nº 027/2014 - PML

O Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 0054/2014, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preço

- Objeto: A presente licitação tem por objeto o registro de preço para contratação de empresa especializada para execução, de forma parcelada, de impressos gráficos, destinados à Unidade Gestora - Prefeitura de Luzerna e os Fundos Especiais, conforme descritos em anexo.

- Proponente(s) Vencedora(s):

\* EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA

\* POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA

\* GRAFICA GUARAMIRIM LTDA ME

\* LEONIR ANTONIO HECKLER - ME

- Valor total: R\$ 31.981,00

Luzerna (SC), 25 de junho de 2015.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal



**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 050/2015 - PP 031/2015 - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS - FMAS**

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório 050/2015 - FMAS

Pregão Presencial nº 031/2015 – FMAS

O Gestor do FMAS, WALMOR S. DRESCH NETO STROHER, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 050/2015, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial

- Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para aquisição de gêneros alimentícios, de forma parcelada, destinados à manutenção das atividades e programas desenvolvidos pelo Fundo Municipal de Assistência Social, conforme as especificações em anexo.

- Proponente(s) Vencedora(s):

\* CAPINZAL CENTER LTDA

\* DOCES E SALGADOS LUZERNA LTDA

\* LUISA SALETE ZAGO CORSO ME

- Valor total: R\$ 18.905,00

Luzerna (SC), 26 de junho de 2014.

WALMOR S. DRESCH NETO STROHER

Gestor do FMAS

**PORTARIA 082/15**

PORTARIA Nº 082/15 de 18 de junho de 2015.

“ATRIBUI CARGA HORÁRIA SUPLEMENTAR A SERVIDORA QUE ESPECIFICA”.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- ATRIBUIR, temporariamente, até 13 de julho de 2015 ou o retorno da titular, CARGA HORÁRIA SUPLEMENTAR de mais 15 horas semanais a servidora CARMEM SALETE DAL SANTO GAIO, contratada para exercer as funções de Professora Não Habilitada, 20 horas semanais, sendo 28 horas de trabalho com alunos e 07 horas de trabalho pedagógico, em substituição a servidora Vivian Emilli Fallgatter Silva, em licença saúde, em conformidade com o inciso II do art. 9º, art.12, inciso III, e o §4º do art.13, da Lei Complementar nº 033/03 e alterações posteriores, a partir de 15 de junho de 2015.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 18 de junho de 2015.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 049/2015 - DL 010/2015 - AGRICULTURA FAMILIAR**

MUNICIPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório 049/2015 - PML

Dispensa nº 010/2015 – PML

Chamamento Público nº 002/2015 -PML

O Poder Público Municipal torna pública a Dispensa de Licitação referente á Contratação de grupos informais de agricultores familiares para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar para os alunos da Rede Municipal de Ensino.

Fornecedores:

\* ANTONINHO BRAGAGNOLLO

\* JOSE LUIS DEZANET E/OU SIRLENI Z. DEZANE

\* JULIO ANTONIO MARQUEZ

\* MARILDE DAGOSTIN

\* VERONICE MARCIA ALBERTI CARLESSO

\* MAURO HECKLER

\* IVETE MARIA ANDRES KAFFER

Valor homologado: R\$ 22.450,00

Fundamento legal: art. 14, §1º da Lei nº 11.947/2009.

Luzerna (SC), 23 de junho de 2015.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

# Maracajá

## PREFEITURA

### DECRETO 46/2015

DECRETO Nº 46 DE 15 DE JUNHO DE 2015.

HOMOLOGA PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ (PROVENTOS PROPORCIONAIS) AO SERVIDOR DIONÍSIO NORBERTO DA ROSA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e:

Considerando, o processo administrativo de Aposentadoria por Invalidez requerida por Dionísio Norberto da Rosa;  
Considerando, o laudo da junta médica oficial do município que invalida definitivamente para o trabalho o servidor;  
Considerando, o teor da Lei Municipal Complementar nº 28/2011;  
Considerando, o parecer administrativo nº 008/2015 do Presidente do FUMPREVI e os documentos que a instruem;  
Considerando, a decisão do Conselho administrativo do FUMPREVI que aprovou a Aposentadoria por Invalidez requerida por Dionísio Norberto da Rosa;  
Considerando, o Parecer do Controlador Interno do Município de Maracajá/SC.

#### DECRETA:

Art. 1º Homologa o processo administrativo que concedeu, em 12 de junho de 2015, a Aposentadoria por Invalidez (Proventos Proporcionais) do servidor DIONÍSIO NORBERTO DA ROSA, brasileiro, nascido em 02 de agosto de 1949, portador do CPF nº 461.204.839-34, ocupante do cargo de Operador de Tratores Agrícolas, matrícula nº 0351.

Art. 2º Com fundamento na legislação vigente, a análise técnica do Parecer Administrativo nº 008/2015 do FUMPREVI, indica a concessão do benefício de Aposentadoria por Invalidez (Proventos Proporcionais) com o valor de R\$ 486,11 (quatrocentos e oitenta e seis reais, onze centavos), com vigência na data de publicação do respectivo ato de aposentadoria do servidor, sendo os proventos reajustáveis através do critério do valor real, nos mesmos índices e na mesma data dos benefícios do regime geral de previdência, nos termos do parágrafo 8º do artigo 40 da Constituição Federal. Parágrafo Único – Os proventos de aposentadoria por Invalidez do servidor homologado no art. 1º deste decreto, não poderão ser inferiores ao valor do salário mínimo nacional.

Art. 3º Exonera o servidor DIONÍSIO NORBERTO DA ROSA, brasileiro, nascido em 02 de agosto de 1949, portador do CPF nº 461.204.839-34, ocupante do cargo de Operador de Tratores Agrícolas, matrícula nº 0351, em razão do pedido de Aposentadoria por Invalidez, homologada no art. 1º desse Decreto.

Art. 4º Este Decreto Municipal entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 15 de Junho de 2015.

Wagner da Rosa  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto Municipal, na Secretaria de Administração em 15 de Junho de 2015.

Valmir Carradore  
Secretário de Administração

### DECRETO 47/2015

DECRETO Nº 47 DE 15 DE JUNHO DE 2015.

HOMOLOGA PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ (PROVENTOS PROPORCIONAIS) AO SERVIDOR JOSÉ ROCHA FARIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e:

Considerando, o processo administrativo de Aposentadoria por Invalidez requerida por José Rocha Farias;  
Considerando, o laudo da junta médica oficial do município que invalida definitivamente para o trabalho o servidor;  
Considerando, o teor da Lei Municipal Complementar nº 28/2011;  
Considerando, o parecer administrativo nº 009/2015 do Presidente do FUMPREVI e os documentos que a instruem;  
Considerando, a decisão do Conselho administrativo do FUMPREVI que aprovou a Aposentadoria por Invalidez requerida por José Rocha Farias;  
Considerando, o Parecer do Controlador Interno do Município de Maracajá/SC.

#### DECRETA:

Art. 1º Homologa o processo administrativo que concedeu, em 12 de junho de 2015, a Aposentadoria por Invalidez (Proventos Proporcionais) do servidor JOSÉ ROCHA FARIAS, brasileiro, nascido em 19 de novembro de 1957, portador do CPF nº 594.691.299-20, ocupante do cargo de Agente de Limpeza Urbana, Obras e Serviços Gerais, matrícula nº 0327.

Art. 2º Com fundamento na legislação vigente, a análise técnica do Parecer Administrativo nº 009/2015 do FUMPREVI, indica a concessão do benefício de Aposentadoria por Invalidez (Proventos Proporcionais) com o valor de R\$ 494,39 (quatrocentos e noventa e quatro reais, trinta e nove centavos), com vigência na data de publicação do respectivo ato de aposentadoria do servidor, sendo os proventos reajustáveis através do critério do valor real, nos mesmos índices e na mesma data dos benefícios do regime geral de previdência, nos termos do parágrafo 8º do artigo 40 da Constituição Federal.

Parágrafo Único – Os proventos de aposentadoria por Invalidez do servidor homologado no art. 1º deste decreto, não poderão ser inferiores ao valor do salário mínimo nacional.

Art. 3º Exonera o servidor JOSÉ ROCHA FARIAS, brasileiro, nascido em 19 de novembro de 1957, portador do CPF nº 594.691.299-20, ocupante do cargo de Agente de Limpeza Urbana, Obras e Serviços Gerais, matrícula nº 0327, em razão do pedido de Aposentadoria por Invalidez, homologada no art. 1º desse Decreto.

Art. 4º Este Decreto Municipal entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 15 de Junho de 2015.

Wagner da Rosa  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto Municipal, na Secretaria de Administração em 15 de Junho de 2015.

Valmir Carradore  
Secretário de Administração

**DECRETO 48/2015**

DECRETO Nº 48 DE 15 DE JUNHO DE 2015.

HOMOLOGA PROCESSO ADMINISTRATIVO DE PENSÃO POR MORTE (ORIGINADA DE SERVIDOR INATIVO) DO SERVIDOR SENHOR VANDERLEI DE SOUZA A REQUERENTE EDNA REGINA DA SILVA SOUZA.

Wagner da Rosa, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e:

CONSIDERANDO, o processo administrativo de Pensão por morte (originada de inativo) requerida por Edna Regina da Silva Souza, que comprovou ser casada através de certidão de casamento com Vanderlei de Souza;

CONSIDERANDO, o teor da Lei Municipal Complementar nº 28/2011;

CONSIDERANDO, o parecer administrativo nº 007/2015 do Presidente do FUMPREVI e os documentos que a instruem;

CONSIDERANDO, a decisão do conselho administrativo do FUMPREVI, que aprovou o benefício de Pensão por Morte a requerente senhora EDNA REGINA DA SILVA SOUZA, originada pelo falecimento do servidor VANDERLEI DE SOUZA.

**DECRETA:**

Art. 1º Homologa o processo administrativo que concedeu a Pensão por Morte do servidor VANDERLEI DE SOUZA, brasileiro, nascido em 28 de março de 1966, portador do CPF nº 642.408.869-53, matrícula nº 0326, nomeado por concurso público através do decreto municipal nº 61 de 02 de março de 1998, a senhora EDNA REGINA DA SILVA, brasileira, nascida em 13 de agosto de 1972 e CPF nº 887.484.309-78.

Art. 2º Com fundamento na legislação vigente, a análise técnica do parecer administrativo nº 007/2015 do FUMPREVI, indica a concessão do benefício de Pensão por Morte com o valor de R\$ 922,63 (novecentos e vinte e dois reais, sessenta e três centavos), com vigência imediata da data do óbito do aposentado (03/05/2015).

Art. 3º O benefício da Pensão por Morte será reajustado na mesma proporção e data do reajuste para os benefícios do regime geral de previdência social – RGPS.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá, Gabinete do Prefeito, 15 de Junho de 2015.  
Wagner da Rosa  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração Municipal, em 15 de junho de 2015.

Valmir Carradore  
Secretário de Administração

**DECRETO 50/2015**

DECRETO Nº 50 DE 18 DE JUNHO DE 2015.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wagner da Rosa, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 5º, alínea 'i' e 'm', art. 6º, do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941:  
Considerando, o relevante interesse público na construção de uma escola ao lado do Centro Comunitário de Encruzo;

Considerando, o Termo de Compromisso – PAR, firmado entre o município de Maracajá/SC e o Fundo Nacional de desenvolvimento da Educação – FNDE;

Considerando, a conveniência e oportunidade no desenvolvimento do Município de Maracajá;

Considerando, o relevante interesse público,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terra e respectivas benfeitorias de domínio ou posse de pessoas do imóvel registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Araranguá:

I - Livro nº2, fls. 01 em 1985 sob a matrícula nº 26.571, com área de 8.240,50 oito mil, duzentos e quarenta metros e cinquenta e dois centímetros quadrados) de propriedade da Mitra Diocesana de Criciúma, CNPJ 02.681.642/0001-29.

Paragrafo Único - As áreas a que se refere o inciso do artigo 1º deste Decreto destina-se a construção de uma escola.

Art. 2º É declarada de urgência as desapropriações, para os fins e efeitos do artigo 15, do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941 e imissão provisória do Município de Maracajá na posse do bem referido no artigo 1º deste Decreto.

Art. 3º Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terra e respectivas benfeitorias de domínio ou posse de pessoas do imóvel registrado no 1º Tabelionato de Notas, Registro de Imóveis e Protesto da Comarca de Araranguá, Livro nº2, fls. 01 em 1985 sob a matrícula nº26.571, com área a desapropriar de 3.409,40 m² - três mil, quatrocentos e nove metros e quarenta centímetros quadrados), de propriedade da MITRA DIOCESANA DE CRICIÚMA (SC).

Art. 4º Constituem parte integrante deste Decreto o mapa de localização e delimitação das áreas relativas aos imóveis objeto do art. 1º, representada pelo anexo I e anexo II.

Art. 5º Para efeito da desapropriação constitui-se a Comissão de Avaliação e nomeia os servidores abaixo relacionados para promoção da avaliação dos imóveis e consequente indenização dos efetivos proprietários.

I – Michelini Costa Francisco – Fiscal de Tributos;

II – Francisco Demétrio da Rocha – Fiscal Geral;

III – Evânio Macalossi – Engenheiro Civil;

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 18 de junho de 2015.

Wagner da Rosa  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração em 18 de junho de 2015.

Valmir Carradore  
Secretário de Administração



**LEI 1031/2015****LEI Nº 1031 DE 22 DE JUNHO DE 2015.****APROVA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO –  
PME E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**Wagner da Rosa**, Prefeito Municipal de Maracajá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica aprovado o Plano Municipal de Educação – PME, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma dos Anexos I e II, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 8º da Lei federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

**Art. 2º** São diretrizes do PME:

- I - Erradicação do analfabetismo;
- II - Universalização do atendimento escolar;
- III - Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV - Melhoria da qualidade da educação;
- V - Formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI - Promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII - Promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
- VIII - Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX - Valorização dos profissionais da educação;
- X - Promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

**Art. 3º** As metas previstas no Anexo I desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

**Art. 4º** As metas previstas no Anexo I desta Lei deverão ter como referência o Anexo II – Diagnóstico elaborado pela Equipe Técnica com base nos dados divulgados por Órgãos Oficiais.

**Art. 5º** A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas realizados pelas seguintes instâncias:

- I - Secretaria Municipal de Educação;
- II - Câmara de Vereadores;
- III - Conselho Municipal de Educação – CME;
- IV - Fórum Municipal de Educação;

§ 1º Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:



I - Divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;

II - Analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;

III - Analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§ 2º Ao longo do período de vigência deste PME, observar-se-ão os resultados dos estudos publicados a cada 2 (dois) anos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Anexo I.

§ 3º A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência do PME e poderá ser ampliada por meio de lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

§ 4º O investimento público em educação a que se refere a meta 17 do Anexo I desta Lei engloba os recursos aplicados na forma do art. 212 da Constituição Federal, do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como do art. 213 da Constituição Federal.

§ 5º Será destinada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, além de outros recursos previstos em lei, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e de gás natural, na forma de lei específica, com a finalidade de assegurar o cumprimento da meta prevista no inciso VI do art. 214 da Constituição Federal.

**Art. 6º** O Município de Maracajá promoverá a realização de pelo menos 4 (quatro) conferências municipais de educação até o final do decênio, precedidas de amplo debate e coordenadas pelo Fórum Municipal de Educação.

§ 1º O Fórum Municipal de Educação, além da atribuição referida no caput:

I - Acompanhará a execução do PME e o cumprimento de suas metas;

II - Promoverá a articulação da conferência municipal com as conferências estadual e nacional de educação.

§ 2º As conferências municipais de educação realizar-se-ão com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução do Plano Nacional de Educação – PNE, do Plano Estadual de Educação – PEE, bem como deste Plano Municipal de Educação e subsidiar a elaboração dos planos de educação para o decênio subsequente.

**Art. 7º** A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração, visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano, na forma da lei.

§ 1º Caberá aos gestores federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PME.

§ 2º As estratégias definidas no Anexo I desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

§ 3º O sistema de ensino municipal criará mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas do PME.

§ 4º Haverá regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios étnico-educacionais e a utilização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada a consulta prévia e informada a essa comunidade.

§ 5º O fortalecimento do regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município incluirá a instituição de instâncias permanentes de negociação, cooperação e pactuação.

§ 6º O fortalecimento do regime de colaboração entre os Municípios dar-se-á, inclusive, mediante a adoção de arranjos de desenvolvimento da educação.

**Art. 8º** O Município, no prazo de 2 (dois) anos contados da publicação da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, deverá adequar a legislação local, disciplinando a gestão democrática da educação pública em conformidade com o disposto na referida Lei, bem como neste PME.

**Art. 9º** O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

**Art. 10.** O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

**Art. 11.** Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PME, o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação, a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

**Art. 12.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 13.** Revogam-se as disposições em contrário.

**Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 22 de Junho de 2015.**

*Wagner da Rosa*  
**Prefeito Municipal**

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração em 27 de Maio de 2015.

*Valmir Carradore*  
**Secretário de Administração**

## **Anexo I**

**META 1:** Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação Infantil em creches, de forma a atender no mínimo 80% (oitenta por cento) das crianças de até 03 (três) anos, até o final da vigência deste documento, em consonância com o PNE.

### **ESTRATÉGIAS:**

- 1.1. Definir, em regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município, metas de expansão das respectivas redes públicas de Educação Infantil, segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais;
- 1.2. Garantir que, ao final da vigência deste PME, seja inferior a 10% (dez por cento) a diferença entre as taxas de frequência à Educação Infantil das crianças de até 03 (três) anos, oriundas do quinto de renda familiar per capita mais elevado e as do quinto de renda familiar per capita mais baixo;
- 1.3. Criar e monitorar levantamento da demanda por creche para a população até 03 (três) anos, com base integrada no âmbito municipal, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifestada;
- 1.4. Estabelecer, no primeiro ano de vigência do PME, normas, procedimentos e prazos para definição de mecanismos de consulta pública acerca da demanda das famílias por creches;
- 1.5. Manter e ampliar, em regime de colaboração e respeitadas às normas de acessibilidade, Programa Nacional de Construção e Reestruturação de escolas, bem como a aquisição de equipamentos, objetivando a expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de Educação Infantil;
- 1.6. Apoiar e aplicar até o segundo ano de vigência deste PME, avaliação da Educação Infantil, a ser realizada a cada 02 (dois) anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir à infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, além de outros indicadores relevantes;

- 1.7. Articular a oferta de matrículas gratuitas em creches certificadas, como entidades beneficentes de Assistência Social na área de Educação, com a expansão do acesso à rede escolar pública;
- 1.8. Promover anualmente de forma articulada com as instituições formadoras, a formação inicial e continuada dos/as profissionais da Educação Infantil, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior;
- 1.9. Estimular a articulação entre Pós-Graduação, núcleos de pesquisa, PIBID (Programa de Iniciação a Docência) e cursos de formação para profissionais da Educação, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e teorias educacionais, ao atendimento da população de 0 (zero) a 05 (cinco) anos;
- 1.10. Fomentar o atendimento às populações do campo na Educação Infantil nas respectivas comunidades, por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta, limitando a nucleação de escolas e o deslocamento de crianças, de forma a atender às especificidades dessas comunidades, garantido consulta prévia e informada;
- 1.11. Priorizar o acesso à Educação Infantil e fomentar a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) complementar e suplementar, às crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para os/as surdos/as e a transversalidade da Educação Especial, nessa etapa da Educação Básica;
- 1.12. Implementar, em caráter complementar, Programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de Educação, Saúde e Assistência Social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 03 (três) anos de idade;
- 1.13. Preservar as especificidades da Educação Infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 05 (cinco)

anos em estabelecimentos que atendam aos parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do/a estudante de 06 (seis) anos de idade no Ensino Fundamental;

- 1.14. Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na Educação Infantil, em especial dos/as beneficiários/as de Programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância;
- 1.15. Promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à Educação Infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação as crianças de até 03 (três) anos;
- 1.16. O Município, com a colaboração da União e do Estado, realizará e publicará, a cada ano, levantamento da demanda manifestada por Educação Infantil em creches e pré-escolas, como forma de planejar e verificar o atendimento;
- 1.17. Estimular o acesso à Educação Infantil em tempo integral, para todas as crianças de 0 (zero) a 05 (cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil;
- 1.18. Implementar espaços lúdicos de interatividade considerando a diversidade étnica, de gênero e sociocultural, tais como: brinquedoteca, ludoteca, biblioteca infantil e parque infantil;
- 1.19. Realizar estudos com a finalidade de elaborar critérios para matrícula na Educação Infantil das crianças de até 03 (três) para o cumprimento da meta 1.2;
- 1.20. Buscar recursos junto à união com o intuito de garantir a construção, ampliação e adequação de espaços de atendimento da Educação Infantil, para a ampliação de vagas;
- 1.21. Elaborar Diretrizes Curriculares Municipais para a organização do trabalho pedagógico na Educação Infantil;



- 1.22. Assegurar medidas administrativas relacionadas a contratação de profissionais para garantir a qualidade no atendimento das especificidades da Educação Infantil;
- 1.23. Garantir o cumprimento da Lei 12.796/2013 que determina o atendimento à criança de, no mínimo, 04 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 07 (sete) horas para a jornada integral, com carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuídas por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional;
- 1.24. Ampliar a Rede de Educação Infantil no prazo máximo de cinco anos.

**META 2:** Universalizar o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 06 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos/as estudantes concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.

#### **ESTRATÉGIAS:**

- 2.1. Colaborar com a consulta pública solicitada pelo Ministério da Educação (MEC) e acompanhar a proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os/as estudantes do Ensino Fundamental, que será encaminhada ao Conselho Nacional de Educação (CNE), até o segundo ano de vigência do Plano Nacional de Educação (PNE);
- 2.2. Pactuar entre a União, o Estado e o Município, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do Art. 7º, da Lei no 13.005/2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino fundamental;
- 2.3. Aplicar e auxiliar o Ministério da Educação na elaboração dos mecanismos de acompanhamento individualizado;
- 2.4. Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de Programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na

- escola, objetivando ao estabelecimento condições adequadas para o sucesso escolar dos estudantes, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;
- 2.5. Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;
- 2.6. Desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, à organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da Educação Especial, das escolas do campo;
- 2.7. Disciplinar, no âmbito dos sistemas de ensino, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região;
- 2.8. Promover a relação das escolas entre instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos/as estudantes dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem espaços de criação e difusão cultural;
- 2.9. Incentivar a participação de pais, mães ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias;
- 2.10. Estimular a oferta do Ensino Fundamental, em especial dos anos iniciais, para as populações do campo;
- 2.11. Desenvolver formas alternativas de oferta do Ensino Fundamental, garantida a qualidade, para atender aos filhos e filhas de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante (circenses, ciganos, nômades, acampados e artistas), bem como para estudantes que necessitam de atendimento educacional domiciliar;
- 2.12. Oferecer atividades extracurriculares de incentivo aos/as estudantes e de estímulo a habilidades, inclusive mediante certames e concursos nacionais;

- 2.13. Promover atividades de desenvolvimento e estímulo em habilidades esportivas nas escolas, interligadas a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo nacional;
- 2.14. Efetivar, com as áreas de saúde, ação social e cidadania, rede de apoio ao sistema Municipal de ensino para atender o público da educação especial;
- 2.15. Garantir o acesso e permanência dos estudantes na educação pública, viabilizando transporte escolar acessível com segurança, material escolar, laboratórios didáticos e biblioteca informatizada com acervo atualizado, visando à inclusão das diferentes etnias;
- 2.16. Garantir a oferta da alimentação escolar, com segurança alimentar e nutricional, preferencialmente com produtos do município e/ou região;
- 2.17. Fomentar as tecnologias educacionais inovadoras das práticas pedagógicas que assegurem a alfabetização, a partir de realidades linguísticas diferenciadas em comunidades bilíngues ou multilíngues, favorecendo a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, segundo as diversas abordagens metodológicas;
- 2.18. Assegurar a renovação, manutenção e criação das bibliotecas, inclusive a biblioteca virtual com equipamentos, espaços, acervos bibliográficos, bem como profissionais especializados, como condição para a melhoria do processo ensino/aprendizagem;
- 2.19. Criar mecanismos que garantam a organização pedagógica, o currículo e as práticas pedagógicas, evitando o transporte de crianças dos anos iniciais do ensino fundamental do campo, para escolas nucleadas ou para a cidade;
- 2.20. Estabelecer programas educacionais que, efetivamente, promovam a correção das distorções idade/série com qualidade, promovendo ao educando condições de inserção e acompanhamento nas séries posteriores;
- 2.21. Definir e garantir padrões de qualidade, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, dando a igualdade de condições para acesso e permanência no ensino fundamental;

- 2.22. Garantir a implementação da Proposta Curricular de maneira a assegurar a formação básica comum respeitando os valores culturais e artísticos nas diferentes etapas e modalidades da educação;
- 2.23. Garantir a inclusão de pessoas com deficiência nas instituições escolares do ensino regular, com adaptação dos meios físicos e capacitação dos recursos humanos, assegurando o desenvolvimento de seu potencial cognitivo, emocional e social;
- 2.24. Atualizar a Proposta Curricular, sob a responsabilidade dos órgãos competentes, garantindo a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do Ensino Fundamental, até o segundo ano de vigência do PME;
- 2.25. Prever no Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas, mecanismos para o acompanhamento individualizado dos/as estudantes do Ensino Fundamental;

**META 3:** Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o fim do PNE, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85%.

#### **ESTRATÉGIAS:**

- 3.1. Apoiar a Rede Estadual na implantação do Programa Nacional de Renovação do Ensino Médio, a fim de incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte, garantindo-se a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico, a formação continuada de professores e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais;

- 3.2. Pactuar entre União, Estado, e Município, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do art. 7º da Lei nº13.005 de 25 de junho de 2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do Ensino Médio;
- 3.3. Promover a fruição de bens e espaços culturais, de forma regular, bem como a ampliação da prática desportiva, integrada ao currículo escolar;
- 3.4. Criar, manter e ampliar Programas e ações de correção de fluxo do Ensino Fundamental, por meio do acompanhamento individualizado do estudante com rendimento escolar defasado e pela adoção de práticas como aulas de reforço no turno complementar, estudos de recuperação e reclassificação/classificação, de forma a reposicioná-lo/a no ciclo escolar de maneira compatível com sua idade;
- 3.5. Contribuir com a universalização o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), fundamentado em matriz de referência do conteúdo curricular do Ensino Médio e em técnicas estatísticas e psicométricas que permitam comparabilidade de resultados, articulando-o com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), e promover sua utilização como instrumento de avaliação sistêmica, para subsidiar políticas públicas para a Educação Básica, de avaliação certificadora, possibilitando aferição de conhecimentos e habilidades adquiridos dentro e fora da escola, e de avaliação classificatória, como critério de acesso à Educação Superior;
- 3.6. Criar condições para a expansão das matrículas gratuitas de Ensino Médio integrado à Educação Profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo e das pessoas com deficiência;
- 3.7. Estruturar e fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência dos estudantes beneficiários de programas de transferência de renda, no ensino médio, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas e gravidez precoce, em colaboração com as famílias e



órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e juventude;

- 3.8. Promover a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos fora da escola, em articulação com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude;
- 3.9. Fomentar Programas de Educação e de Cultura para a população urbana e do campo, na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, e de adultos, com qualificação social e profissional para aqueles/as que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar;
- 3.10. Realizar estudos dos indicadores da demanda vinculados aos órgãos municipais competentes, para redimensionar a oferta de Ensino Médio nos turnos diurno e noturno, bem como a distribuição territorial das escolas de Ensino Médio, de forma a atender a toda a demanda, de acordo com as necessidades específicas dos/as estudantes;
- 3.11. Desenvolver formas alternativas de oferta do Ensino Médio, garantida a qualidade, para atender aos filhos e filhas de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante (circenses, ciganos, nômades, acampados e artistas);
- 3.12. Implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito e discriminação à identidade sexual, à identidade de gênero e à identidade étnica, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão;
- 3.13. Estimular a participação dos/as estudantes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas;
- 3.14. Estimular a expansão do estágio para estudantes da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e do Ensino Médio regular, através das Agências de Integração, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do/a estudante, visando ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento do/a estudante para a vida cidadã e para o trabalho;

- 3.15. Buscar recursos junto à união e estado para realizar as devidas melhorias e adequações arquitetônicas das escolas integrantes da rede estadual de educação existente no município;
- 3.16. Promover a utilização pedagógica das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) nas escolas da rede pública de Ensino Médio, universalizando o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e aumentar a relação computadores/estudante, nas escolas públicas de Educação Básica.

**META 4:** Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à Educação Básica e ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

#### **ESTRATÉGIAS:**

- 4.1. Assegurar que os dados relativos às matrículas dos/as estudantes da educação regular da rede pública que recebam AEE complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na Educação Básica regular e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na Educação Especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público e com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei nº11.494, de 20 de junho de 2007, sejam contabilizados de forma fidedigna dentro dos prazos estabelecidos para fins de repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB);
- 4.2. Garantir, no prazo de vigência deste PME, o atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 03 (três) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou

superdotação, observado o que dispõe a Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

- 4.3. Implantar, ao longo deste PME, salas de recursos multifuncionais e realizar a formação continuada de professores/as, profissionais de apoio e monitores/as para o AEE nas escolas urbanas e do campo da rede pública, além das escolas conveniadas;
- 4.4. Garantir AEE em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, a todos/as os/as estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de Educação Básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o/à estudante (criança, adolescente, jovem, adulto/a e idoso/a);
- 4.5. Manter e ampliar centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais das áreas de Saúde, Assistência Social, Pedagogia e Psicologia, para apoiar o trabalho dos/as professores/as da Educação Básica com os/as estudantes (crianças, adolescentes, jovens, adultos/as e idosos/as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;
- 4.6. Manter e ampliar Programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos/as estudantes com deficiência, por meio da adequação arquitetônica da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos/as estudantes (crianças, adolescentes, jovens, adultos/as e idosos/as) com altas habilidades ou superdotação;
- 4.7. Garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa

como segunda língua, aos/às estudantes surdos/as e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos, em escolas, classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto nº5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos/as e surdos/as e cegos/as;

- 4.8. Garantir a oferta de Educação Inclusiva, para todos/as os/as estudantes da Educação Especial, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o AEE;
- 4.9. Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao AEE, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos/as estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação beneficiários/as de Programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento em condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude;
- 4.10. Estabelecer parcerias com Instituições de Ensino Superior (IES) e outros órgãos, para a realização de pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos, recursos de tecnologia assistiva e formação, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos/as estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;
- 4.11. Utilizar o resultado das pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais que atendam as especificidades educacionais de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, que requeiram medidas de AEE;

- 4.12. Promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, para estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar, na Educação de Jovens e Adultos (EJA), com idade superior a faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida;
- 4.13. Ampliar as equipes de profissionais da Educação, em regime de colaboração com os entes federados, para atender à demanda do processo de escolarização dos/as estudantes (crianças, adolescentes, jovens, adultos/as e idosos/as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores/as do AEE, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores/as e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdos/as-cegos/as, professores/as de Libras prioritariamente surdos/as e professores/as bilíngues;
- 4.14. Definir, no segundo ano de vigência deste PME, indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento a estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;
- 4.15. Manter atualizados junto aos órgãos de pesquisa, demografia e estatística competentes, as informações detalhadas sobre o perfil dos/as estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos;
- 4.16. Incentivar a inclusão nos cursos de Licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da Educação, inclusive em nível de Pós-Graduação, observado o disposto no caput do art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de estudantes com



deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

- 4.17. Manter e ampliar parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando o aumento das condições de apoio ao atendimento escolar integral das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculadas nas redes públicas de ensino;
- 4.18. Manter e ampliar parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, objetivando o aumento da oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos/as estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados na rede pública de ensino;
- 4.19. Manter e ampliar parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, a fim de favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo;
- 4.20. Garantir que as escolas de educação básica promovam espaços para participação das famílias na elaboração do projeto político pedagógico na perspectiva da educação inclusiva;
- 4.21. Desenvolver e consolidar políticas de produção e disseminação de materiais pedagógicos adaptados à educação inclusiva para as bibliotecas da educação básica;
- 4.22. Ampliar a oferta de o atendimento educacional especializado complementar e suplementar à escolarização de estudantes da educação especial, matriculados na rede pública de ensino, a oferta da educação bilíngue libras/língua portuguesa em contextos educacionais inclusivos e garantia da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, informações, nos materiais didáticos e nos transportes;

- 4.23. Disponibilizar recursos de tecnologia assistiva, serviços de acessibilidade e formação continuada de professores, para o atendimento educacional especializado complementar nas escolas;
- 4.24. Construir no prazo de dois anos a política municipal de Educação Especial.

**META5:** Alfabetizar todas as crianças estudantes, no máximo, até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental.

**ESTRATÉGIAS:**

- 5.1. Assegurar, na Proposta Curricular dos órgãos competentes, os processos pedagógicos de alfabetização nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos/as professores/as alfabetizadores/as e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças estudantes;
- 5.2. Participar da prova ANA (Avaliação Nacional da Alfabetização) aplicada pelo Instituto Nacional de Estatística e Pesquisa (INEP), para aferir a alfabetização das crianças estudantes, aplicados a cada ano, bem como estimular as escolas a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todas as crianças estudantes até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental;
- 5.3. Selecionar e ampliar a aquisição de tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças estudantes, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como recursos educacionais abertos;
- 5.4. Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria

do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade;

- 5.5. Garantir, na Proposta Curricular, a alfabetização de crianças estudantes do campo, com a produção de materiais didáticos específicos, além de desenvolver instrumentos de acompanhamento que considerem o uso da língua materna pelas comunidades indígenas e a identidade cultural das comunidades quilombolas;
- 5.6. Estimular a formação inicial e promover a formação continuada de professores/as para a alfabetização de crianças estudantes, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, articuladas a Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu e ações de formação continuada de professores/as para a alfabetização;
- 5.7. Promover ações que visem a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal;
- 5.8. Criar política de alfabetização que garanta a permanência dos professores alfabetizadores para os três primeiros anos do ensino fundamental;
- 5.9. Promover, em consonância com as Diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários e agentes da comunidade para atuarem como mediadores da leitura;
- 5.10. Implantar, até o segundo ano de vigência do Plano, programas de incentivo à leitura;
- 5.11. Criar sistema municipal de avaliação anual do ciclo de alfabetização e letramento;
- 5.12. Criar e implantar no prazo de dois anos serviço de apoio e reforço pedagógico com o intuito de atingir as metas do IDEB estabelecidas pelo INEP.

**META 6:** Oferecer educação em tempo integral e atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos/as estudantes da Educação Básica.

**ESTRATÉGIAS:**

- 6.1. Promover, com o apoio da União, a oferta de Educação Básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos/as estudantes na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias, durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores/as em uma única escola e profissionais devidamente habilitados/as;
- 6.2. Instituir, em regime de colaboração, Programa de construção de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequados para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças e adolescentes estudantes, em situação de vulnerabilidade social;
- 6.3. Institucionalizar e manter, em regime de colaboração, Programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras cobertas poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral;
- 6.4. Promover a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas e planetários;
- 6.5. Estimular a oferta de atividades voltadas à ampliação da jornada escolar de estudantes matriculados nas escolas da rede pública de Educação Básica, por parte das entidades privadas de serviço social vinculada ao sistema sindical, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino;

- 6.6. Orientar a aplicação da gratuidade de que trata o art. 13 da Lei nº12.101, de 27 de novembro de 2009, em atividades de ampliação da jornada escolar de estudantes das escolas da rede pública de Educação Básica, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino;
- 6.7. Atender as escolas do campo na oferta de educação em tempo integral, com base em consulta prévia e informada, considerando as peculiaridades locais;
- 6.8. Garantir a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na faixa etária de 04 (quatro) a 17 (dezessete) anos, assegurando AEE complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas;
- 6.9. Adotar medidas para aperfeiçoar o tempo de permanência dos/as estudantes (crianças, adolescentes e jovens) na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas e culturais;
- 6.10. Assegurar alimentação escolar que contemple a necessidade nutricional diária dos estudantes que permanecem na escola em tempo integral, conforme legislação específica.

**META 7:** Fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB):

<b>IDEB</b>	<b>2015</b>	<b>2017</b>	<b>2019</b>	<b>2021</b>
<b>AI do EF</b>	<b>5,1</b>	<b>5,4</b>	<b>5,7</b>	<b>5,9</b>
<b>AF do EF</b>	<b>5,4</b>	<b>5,6</b>	<b>5,8</b>	<b>6,1</b>
<b>Ensino médio</b>	<b>4,3</b>	<b>4,7</b>	<b>5,0</b>	<b>5,2</b>

## **ESTRATÉGIAS:**



- 7.1. Estabelecer e implantar na Proposta Curricular, as diretrizes pedagógicas para a Educação Básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos/as estudantes para cada ano do Ensino Fundamental e Médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local.
- 7.2. Assegurar que:
- a) no quinto ano de vigência deste PME, pelo menos 70% (setenta por cento) dos/as estudantes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável;
  - b) no último ano de vigência deste PME, todos os/as estudantes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável.
- 7.3. Organizar indicadores de avaliação institucional com base no perfil do/a estudante e do corpo de profissionais da Educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino, com base nos Parâmetros Nacionais de Avaliação;
- 7.4. Induzir processo contínuo de auto avaliação das escolas de Educação Básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a atualização do PPP, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos/as profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática;
- 7.5. Formalizar e executar os Planos de Ações Articuladas (PAR), dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a Educação Básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da

gestão educacional, à formação de professores/as e profissionais de serviços ou apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar;

- 7.6. Pactuar com a união assistência técnica financeira à fixação de metas intermediárias, nos termos estabelecidos conforme pactuação voluntária entre os entes, priorizando sistemas e redes de ensino com IDEB abaixo da média nacional;
- 7.7. Aplicar e desenvolver indicadores específicos de avaliação da qualidade da Educação Especial, bem como da qualidade da educação bilíngue para surdos/as;
- 7.8. Orientar e monitorar as Unidades Escolares para que atinjam as metas do IDEB, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e a média municipal, garantindo equidade da aprendizagem, até o último ano de vigência deste PME;
- 7.9. Acompanhar e divulgar bienalmente os resultados pedagógicos dos indicadores do SAEB e do IDEB, relativos às escolas, planejando, a partir dos resultados, as estratégias metodológicas que assegurem a ampliação do nível de qualidade de ensino, garantindo a contextualização desses resultados, com relação a indicadores sociais relevantes, como os de nível socioeconômico das famílias dos/as estudantes, a transparência e o acesso público às informações técnicas de concepção e operação do sistema de avaliação;
- 7.10. Aderir ao PISA no intuito de contribuir para a melhoria do desempenho dos estudantes da educação básica nas avaliações da aprendizagem no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA;
- 7.11. Adquirir tecnologias educacionais para a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, incentivando práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem asseguradas à diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas;

- 7.12. Garantir transporte gratuito para todos/as os/as estudantes da educação do campo, na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e padronização integral da frota de veículos, de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, e financiamento compartilhado, com participação da União proporcional às necessidades dos entes federados, visando a redução da evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local;
- 7.13. Incentivar Programas para o desenvolvimento de pesquisas, conforme levantamento de dados de modelos alternativos de atendimento escolar para a população do campo, considerando as especificidades locais e as boas práticas nacionais e internacionais;
- 7.14. Assegurar, até o final da vigência do PME, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e ampliar a relação computador/estudante nas escolas da rede pública de Educação Básica, promovendo a utilização pedagógica das TICs;
- 7.15. Monitorar o apoio técnico e financeiro fornecido pelo MEC mediante transferência direta de recursos financeiros à escola, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática;
- 7.16. Acompanhar e monitorar a ampliação de Programas e aprofundamento de ações desenvolvidas pelo MEC de atendimento ao/à estudante, em todas as etapas da Educação Básica, por meio de Programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;
- 7.17. Assegurar, em parceria com entidades públicas e privadas, a todas as escolas públicas de Educação Básica o acesso à energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos, garantindo o acesso dos/as estudantes em espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de Ciências e, em cada edifício escolar, a acessibilidade às pessoas com deficiência;

- 7.18. Acompanhar e monitorar a institucionalização e manutenção do Programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas, fornecidos pelo MEC, visando à equalização regional das oportunidades educacionais;
- 7.19. Prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da Educação Básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet;
- 7.20. Monitorar e utilizar como referência, os parâmetros mínimos de qualidade dos serviços da Educação Básica, divulgados pelo MEC em relação à infraestrutura das escolas, recursos pedagógicos, entre outros insumos relevantes, bem como instrumento para adoção de medidas para a melhoria da qualidade do ensino;
- 7.21. Informatizar integralmente a gestão das escolas públicas e das Secretarias de Educação, bem como manter Programas de formação inicial e continuada para o pessoal técnico das referidas Secretarias;
- 7.22. Garantir políticas de combate à violência na escola, em parceria com órgãos competentes, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores/as para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção de providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade;
- 7.23. Implementar políticas de inclusão e permanência nas escolas para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando os princípios da Lei nº8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 11.525 de 24 de setembro de 2007;
- 7.24. Garantir, na Proposta Curricular e no PPP, a aplicação de conteúdos sobre o Ensino da História da África e História e Cultura Afro-Brasileira e

Indígena e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nºs 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e 11.645, de 10 de março de 2008, assegurando-se a implementação das respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de Educação para a Diversidade Étnico-Racial (ERER), conselhos escolares, equipes pedagógicas e sociedade civil;

- 7.25. Consolidar a Educação Escolar no Campo de populações tradicionais, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários e garantindo: o desenvolvimento sustentável e preservação da identidade cultural; a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições, consideradas as práticas socioculturais e as formas particulares de organização do tempo, a reestruturação e a aquisição de equipamentos; a oferta de Programa para a formação inicial e continuada de profissionais da Educação; e o atendimento em Educação Especial;
- 7.26. Desenvolver currículos e propostas pedagógicas específicas para Educação Escolar para as escolas do campo, incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades, considerando o fortalecimento das práticas socioculturais, produzindo e disponibilizando materiais didáticos específicos, inclusive para crianças estudantes, adolescentes, jovens, adultos/as e idosos/as com deficiência;
- 7.27. Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a Educação Formal com experiências de Educação Popular e Cidadã, com os propósitos de que a Educação seja assumida como responsabilidade de todos/as e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais;
- 7.28. Promover a articulação dos Programas da área da Educação, com os de outras áreas, como Saúde, Trabalho e Emprego, Assistência Social, Esporte e Cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional;
- 7.29. Assegurar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da Saúde e da Educação, o atendimento aos/às estudantes da rede escolar



pública de Educação Básica, por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde;

- 7.30. Estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos/as profissionais da Educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional;
- 7.31. Aderir ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), para orientar as políticas públicas e as práticas pedagógicas, com a divulgação das informações às escolas e à sociedade;
- 7.32. Promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e leitoras, a capacitação de professores/as, bibliotecários/as e agentes da comunidade, para atuar como mediadores/as da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem;
- 7.33. Aderir ao Programa Nacional de Formação de professores/as e de estudantes, para promover e consolidar política de preservação da memória municipal, estadual e nacional;
- 7.34. Promover a regulação da oferta da Educação Básica pela iniciativa privada, de forma a garantir a qualidade e o cumprimento da função social da educação;
- 7.35. Estabelecer, em parceria com órgãos públicos e privados, políticas de estímulo às escolas que melhorarem o desempenho no IDEB, de modo a valorizar o mérito do corpo docente, da direção e da comunidade escolar;
- 7.36. Institucionalizar programas e desenvolver metodologias para acompanhamento pedagógico, recuperação paralela e progressão, priorizando estudantes com rendimento escolar defasado;
- 7.37. Assegurar a renovação, manutenção e criação das bibliotecas com todos os materiais e infraestrutura necessária à boa aprendizagem dos estudantes, inclusive biblioteca virtual com equipamentos, espaços, acervos bibliográficos,

bem como profissionais especializados e capacitados para a formação de leitores;

- 7.38. Reconhecer as práticas culturais e sociais dos estudantes e da comunidade local, como dimensões formadoras, articuladas à educação, nos projetos políticos-pedagógico e no Plano de Desenvolvimento;
- 7.39. Apoiar a reestruturação e aprimorar o ensino médio, incentivando práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares, estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares com conteúdos obrigatórios e eletivos, em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte;
- 7.40. Estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação básica, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais;
- 7.41. Institucionalizar, na organização e gestão dos currículos, nas instâncias de participação das escolas e na produção cotidiana da cultura e do trabalho escolar;
- 7.42. Orientar e monitorar o preenchimento do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE interativo) ou outro Programa equivalente, além de acompanhar a execução das ações nas escolas de Educação Básica;
- 7.43. Monitorar a prestação de assistência técnica financeira liberada pelo MEC, priorizando as escolas com IDEB abaixo da média nacional;
- 7.44. Incentivar a participação das escolas nos processos de avaliação da qualidade da Educação Básica e utilizar os resultados das avaliações nacionais nas redes de ensino, para a melhoria das práticas pedagógicas;

**META8:** Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo, até o último ano de

vigência deste Plano, em consonância com o PNE, para as populações do campo e populações mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

### **ESTRATÉGIAS:**

- 8.1. Institucionalizar e desenvolver Programas para correção de fluxo, classificação e reclassificação, acompanhamento pedagógico individualizado e recuperação, bem como priorizar estudantes com rendimento escolar defasado, considerando as especificidades dos segmentos populacionais considerados;
- 8.2. Implementar Programas de Educação de Jovens, Adultos/as e Idosos/as para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial;
- 8.3. Garantir acesso gratuito a exames de certificação da conclusão do Ensino Fundamental e Ensino Médio;
- 8.4. Expandir a oferta gratuita de Educação Profissional por parte das entidades privadas de serviço social e de formação profissional, vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante ao ensino ofertado na rede escolar pública, para os segmentos populacionais considerados;
- 8.5. Promover, em parceria com as áreas de Saúde e Assistência Social, o acompanhamento e o monitoramento do acesso e permanência na escola, específicos para os segmentos populacionais considerados, identificando motivos de absenteísmo e colaborar com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para a garantia de frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses/as estudantes na rede pública regular de ensino;
- 8.6. Promover busca ativa de jovens, adultos/as e idosos/as fora da escola, pertencentes aos segmentos populacionais considerados, em parceria com as áreas de Assistência Social, Saúde e a iniciativa privada;

- 8.7. Garantir a oferta pública de Ensino Fundamental e Ensino Médio e EJA, integrada à formação profissional aos jovens do campo, assegurando condições de acesso e permanência na sua própria comunidade;
- 8.8. Reduzir as desigualdades regionais e étnico-raciais, garantindo o acesso igualitário e a permanência na educação profissional técnica de nível médio e superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei;
- 8.9. Efetivar políticas de educação do campo que garantam a universalização da educação básica com acesso e permanência no próprio campo;
- 8.10. Apoiar a produção de material didático, bem como o desenvolvimento de currículos, conteúdos e metodologias específicas para o desenvolvimento da educação da população considerada nessa meta;
- 8.11. Consolidar a educação escolar no campo para populações tradicionais, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários e garantindo: o desenvolvimento sustentável e preservação da identidade cultural, a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições, consideradas as práticas socioculturais e as formas particulares de organização do tempo; a reestruturação e a aquisição de equipamentos; a oferta de programa para a formação inicial e continuada de profissionais da educação.

**META 9:** Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2017 e, até o final da vigência deste PME, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

#### **ESTRATÉGIAS:**

- 9.1. Assegurar a oferta gratuita da Educação de Jovens e Adultos (EJA) a todos/as os/as que não tiveram acesso à Educação Básica na idade própria;

- 9.2. Realizar diagnóstico dos/as jovens, adultos/as e idosos/as com Ensino Fundamental e Médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na EJA;
- 9.3. Implementar ações de alfabetização de jovens, adultos/as e idosos/as, com garantia de continuidade da escolarização básica;
- 9.4. Apoiar a União na Criação de benefício adicional no Programa Nacional de transferência de renda para jovens, adultos/as e idosos/as que frequentarem cursos de Alfabetização;
- 9.5. Realizar chamadas públicas regulares para EJA, promovendo-se busca ativa em regime de colaboração entre os entes federados e em parceria com organizações da sociedade civil;
- 9.6. Realizar avaliação, por meio de exames específicos, que permita aferir o grau de alfabetização de jovens, adultos/as e idosos/as;
- 9.7. Executar ações de atendimento ao/à estudante da EJA, por meio de Programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos, em articulação com a área da Saúde e Assistência Social;
- 9.8. Apoiar tecnicamente e financeiramente projetos inovadores na EJA, que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses/as estudantes;
- 9.9. Estabelecer mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados, e os sistemas de ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos/as empregados/as e com a oferta das ações de Alfabetização e de EJA;
- 9.10. Implementar Programas de capacitação tecnológica da população jovem, adulta e idosa, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal e para os/as estudantes com deficiência, articulando os sistemas de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e



Tecnológica, as universidades, as cooperativas e as associações, por meio de ações de extensão desenvolvidas em centros vocacionais tecnológicos, com tecnologias assistivas que favoreçam a efetiva inclusão social e produtiva dessa população;

- 9.11. Considerar, nas políticas públicas de jovens e adultos/as, as necessidades dos/as idosos/as, com vistas à promoção de políticas de erradicação do analfabetismo, ao acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas, à implementação de Programas de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiência dos/as idosos/as e à inclusão dos temas do envelhecimento e da velhice nas escolas;
- 9.12. Ampliar, produzir e garantir a distribuição de material didático e o desenvolvimento de metodologias específicas, bem como garantir o acesso dos estudantes da EJA aos diferentes espaços da escola;
- 9.13. Implementar currículos adequados às especificidades da EJA para promover a inserção no mundo do trabalho, inclusão digital e tecnológica e a participação social;
- 9.14. Proceder levantamento de dados sobre a demanda por EJA, na cidade e no campo, para subsidiar a formulação de política pública que garanta o acesso e a permanência a jovens, adultos e idosos a esta modalidade da educação básica.

**META 10: Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de EJA, no Ensino Fundamental e Médio, na forma integrada à Educação Profissional.**

#### **ESTRATÉGIAS:**

- 10.1. Manter Programa Nacional de EJA voltado à conclusão do Ensino Fundamental e à formação profissional inicial, de forma a estimular a conclusão da Educação Básica;

- 10.2. Fomentar a expansão das matrículas na EJA, de forma a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores/as e a Educação Profissional, em regime de colaboração e com apoio das entidades privadas de formação profissional vinculada ao sistema sindical, objetivando a elevação do nível de escolaridade e qualificação do/a trabalhador/a;
- 10.3. Fomentar a integração da EJA com a Educação Profissional, em cursos planejados, de acordo com as características desse público, considerando as especificidades das populações itinerantes (circenses, ciganos, nômades, acampados e artistas) do campo, inclusive na modalidade de Educação a Distância (EAD);
- 10.4. Ampliar as oportunidades profissionais dos/as jovens, adultos/as e idosos/as com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à EJA, articuladas à Educação Profissional;
- 10.5. Implantar Programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na EJA integrada à Educação Profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência;
- 10.6. Estimular a diversificação curricular da EJA, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da Ciência, do Trabalho, da Tecnologia e da Cultura e Cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características desses/as estudantes;
- 10.7. Fomentar a produção de material didático, o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas, os instrumentos de avaliação, o acesso a equipamentos e laboratórios e a formação continuada de professores/as das redes públicas que atuam na EJA articulada à Educação Profissional;
- 10.8. Fomentar a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores/as articulada à EJA, em regime de colaboração e com apoio de entidades privadas de formação profissional vinculada ao sistema sindical e de

entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade;

- 10.9. Aderir ao Programa Nacional de Assistência ao Estudante, compreendendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da EJA articulada à Educação Profissional;
- 10.10. Implementar mecanismos de reconhecimento de saberes dos/as jovens e adultos/as trabalhadores, a serem considerados na articulação curricular dos cursos de formação inicial e continuada, além dos cursos técnicos de nível Médio;
- 10.11. Aderir e participar de Programa Nacional de Integração da Educação Básica à Educação Profissional na modalidade de educação de jovens e adultos, na perspectiva da educação inclusiva;
- 10.12. Garantir a formação continuada e tecnológica digital de docentes das escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;
- 10.13. Garantir alimentação saudável e adequada e transporte para os estudantes da educação de jovens e adultos integrado à educação profissional;
- 10.14. Expandir as matrículas na modalidade de educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador.

**META 11: Apoiar a expansão das matrículas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.**

**ESTRATÉGIAS:**

- 11.1. Apoiar a expansão das matrículas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia existentes na região, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, bem como a interiorização da Educação Profissional;
- 11.2. Fomentar a expansão da oferta de Educação Profissional Técnica de Nível Médio na rede pública estadual de ensino;
- 11.3. Fomentar a expansão da oferta de Educação Profissional Técnica de Nível Médio na modalidade de EAD, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso à Educação Profissional pública e gratuita, assegurado o padrão de qualidade;
- 11.4. Estimular a expansão do estágio na Educação Profissional Técnica de Nível Médio e do Ensino Médio regular, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do/a estudante, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude;
- 11.5. Apoiar e divulgar a oferta de Programas de reconhecimento de saberes, para fins da certificação profissional em nível técnico;
- 11.6. Apoiar a ampliação da oferta de matrículas gratuitas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio pelas entidades privadas de formação profissional, vinculadas ao sistema sindical e entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade;
- 11.7. Cooperar na institucionalização do sistema de avaliação da qualidade da Educação Profissional Técnica de Nível Médio das redes pública e privada;
- 11.8. Expandir o atendimento do Ensino Médio gratuito integrado à formação profissional para as populações do campo, de acordo com os seus interesses e necessidades;

- 11.9. Apoiar a oferta de Educação Profissional Técnica de Nível Médio para as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;
- 11.10. Reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais ao acesso e permanência na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da Lei;
- 11.11. Cooperar com a estruturação do sistema nacional de informação profissional, articulando a oferta de formação das instituições especializadas em Educação Profissional, aos dados do mercado de trabalho e a consultas promovidas em entidades empresariais e de trabalhadores/as;
- 11.12. Colaborar na formulação de estudos e pesquisas sobre a articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do Estado;
- 11.13. Apoiar a reestruturação das escolas de educação profissional levando-se em consideração as especificidades de cada curso, a necessidade de máquinas e equipamentos, implementos didáticos e tecnológicos, bem como a capacitação dos profissionais envolvidos.

**META 12: Apoiar a União, Estado e as Instituições de Ensino Superior no intuito de elevar a qualidade da Educação Superior Brasileiro e contribuir na garantia da elevação da taxa bruta nacional de matrícula do Ensino Superior para 50% e a taxa líquida para 33% para a população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, garantindo a expansão de 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, e a ampliação do corpo docente efetivo para 75% (setenta e cinco por cento) de mestres e doutores, sendo no mínimo 35% (trinta e cinco por cento ) doutores, elevar o número de matrículas em cursos de pós-graduação stricto sensu de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores em todo o território nacional:**

**ESTRATÉGIAS:**

- 12.1. Buscar parcerias com as instituições públicas e privadas de educação superior, com a finalidade ampliar e interiorizar o acesso a graduação na região e no município, através da otimização dos recursos humanos das instituições públicas de educação superior, mediante ações planejadas e coordenadas;
- 12.2. Apoiar a ampliação da oferta de vagas, por meio da expansão e interiorização da Rede Federal de Educação Superior, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e do Sistema Universidade Aberta do Brasil, considerando a densidade populacional, a oferta de vagas públicas em relação à população na idade de referência e observadas as características regionais das micro e mesorregiões definidas pelo IBGE, uniformizando a expansão no território nacional;
- 12.3. Realizar esforços conjunto entre os entes federados e as instituições de ensino superior pública para a elevação gradativa da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas para 90% (noventa por cento), ofertar, no mínimo, 50% das vagas em cursos noturnos e elevar a relação de estudantes por professor para 18 (dezoito), mediante estratégias de aproveitamento de créditos e inovações acadêmicas que valorizem a aquisição de competências de nível superior;
- 12.4. Fomentar por meio da Plataforma Freire e UAB a oferta de Educação Superior pública e gratuita prioritariamente para a formação de professores para a Educação Básica, bem como para atender ao déficit de profissionais em áreas específicas;
- 12.5. Apoiar e incentivar as políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigidas aos estudantes de instituições públicas, bolsistas de instituições privadas de Educação Superior e beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, na Educação Superior, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na Educação Superior de estudantes egressos da escola pública, afro-brasileiros, indígenas e de estudantes com deficiência,



transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico;

- 12.6. Divulgar e Apoiar a expansão do financiamento estudantil por meio do Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, com a constituição de fundo garantidor do financiamento, de forma a dispensar progressivamente a exigência de fiador;
- 12.7. Apoiar Programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social;
- 12.8. Ampliar, por meio de parcerias, a oferta de estágio como parte da formação na Educação Superior;
- 12.9. Colaborar e incentivar a ampliação da participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na Educação Superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da Lei;
- 12.10. Incentivar que as instituições de ensino superior tenham condições de acessibilidade na forma da legislação;
- 12.11. Buscar parcerias com as instituições de ensino superior visando à realização de estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do Município e da região;
- 12.12. Incentivar a participação em Programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional, tendo em vista o enriquecimento da formação de nível superior;
- 12.13. Contribuir com a expansão do atendimento específico a populações do campo em relação ao acesso, permanência, conclusão e formação de profissionais para atuação com essa população;
- 12.14. Colaborar com o mapeamento da demanda para a oferta de formação de pessoal de nível superior, destacadamente a que se refere à formação nas áreas de Ciências e Matemática, considerando as necessidades do desenvolvimento

da região e do município, a inovação tecnológica e a melhoria da qualidade da Educação Básica;

- 12.15. Apoiar o Programa de composição de acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de graduação e Programas de Pós-Graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência;
- 12.16. Estimular mecanismos para ocupar as vagas ociosas em cada período letivo, na educação superior pública;
- 12.17. Apoiar a expansão e reestruturação das Instituições de Educação Superior Estadual, Federal e Comunitária cujo ensino seja gratuito, por meio de apoio técnico e financeiro do Governo Federal, mediante termo de adesão ao Programa de reestruturação, na forma de regulamento, que considere a sua contribuição para a ampliação de vagas, a capacidade fiscal e as necessidades dos sistemas de ensino dos entes mantenedores na oferta e qualidade da Educação Básica;
- 12.18. Estimular a participação das mulheres nos cursos de graduação, em particular aqueles ligados às áreas de Engenharia, Matemática, Física, Química, Informática e outros no campo das Ciências;
- 12.19. Ampliar o programa municipal de apoio ao estudante de nível superior, chegando a 100% até o término deste PME o auxílio transporte universitário;
- 12.20. Colaborar com o aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, de que trata a Lei nº10.861, de 14 de abril de 2004, fortalecendo as ações de avaliação, regulação e supervisão;
- 12.21. Colaborar com a promoção da melhoria da qualidade dos cursos de Licenciaturas, por meio da aplicação de instrumento próprio de avaliação aprovado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), integrando-os às demandas e necessidades das redes de Educação Básica da região, de modo a permitir aos graduandos a aquisição das qualificações necessárias a conduzir o processo pedagógico de seus/as futuros estudantes, combinando formação geral e específica com a prática didática,

além da Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER), a diversidade e as necessidades das pessoas com deficiência;

- 12.22. Contribuir para a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas, de modo a atingir 90% (noventa por cento) e, nas instituições privadas, 75% (setenta e cinco por cento), em 2020, e fomentar a melhoria dos resultados de aprendizagem, de modo que, em 5 (cinco) anos, pelo menos 60% (sessenta por cento) dos estudantes apresentem desempenho positivo igual ou superior a 60% (sessenta por cento), no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e, no último ano de vigência, pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) dos estudantes obtenham desempenho positivo igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) nesse exame, em cada área de formação profissional;
- 12.23. Monitorar a expansão do financiamento estudantil da Pós-graduação Stricto Sensu relativa ao município e a região;
- 12.24. Incentivar a implementação de ações para reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais, para favorecer o acesso das populações do campo a Programas de mestrado e doutorado;
- 12.25. Incentivar a implementação de ações para reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais, para favorecer o acesso das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas a Programas de mestrado e doutorado;
- 12.26. Acompanhar a manutenção e expansão do Programa de acervo digital de referências bibliográficas para os cursos de Pós-Graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência;
- 12.27. Estimular a participação das mulheres nos cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu, em particular aqueles ligados às áreas de Engenharia, Matemática, Física, Química, Informática e outros no campo das Ciências;
- 12.28. Estimular a pesquisa científica e de inovação e promover a formação de recursos humanos que valorize a diversidade regional e a biodiversidade no Município;

- 12.29. Promover em regime de colaboração com os entes federados, plano de incentivo à participação de professores nos cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu na área da Educação;
- 12.30. Incentivar a implementação de Programas de Pós-Graduação Lato e Stricto Sensu que incluam a Educação para as Identidades Sexuais, Educação para as Relações de Gênero, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, Educação Especial, Educação Ambiental, Educação para os Direitos Humanos, Educação e Prevenção à Saúde, além de outras temáticas de interesse social;
- 12.31. Incentivar a formação de profissionais da educação através de bolsas de estudos de pós-graduação em Stricto Sensu com temas relacionados ao município e região.

**META 13: Garantir, em regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município, no prazo de 01 (um) ano de vigência do PNE, política nacional de formação dos profissionais da Educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os/as professores/as da Educação Básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de Licenciatura na área de conhecimento em que atuam.**

**ESTRATÉGIAS:**

- 13.1. Atuar, conjuntamente, com base em plano estratégico que apresente diagnóstico das necessidades de formação de profissionais da Educação e da capacidade de atendimento, por parte de instituições públicas e comunitárias de Educação Superior existentes nos Estados, Distrito Federal e Municípios, e defina obrigações recíprocas entre os partícipes;
- 13.2. Apoiar o financiamento estudantil a estudantes matriculados em cursos de Licenciatura com avaliação positiva pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), na forma da Lei nº 10.861, de 14 de abril de

2004, inclusive a amortização do saldo devedor pela docência efetiva na rede pública de Educação Básica;

- 13.3. Ampliar Programa permanente de iniciação à docência a estudantes matriculados/as em cursos de Licenciatura, a fim de aprimorar a formação de profissionais para atuar no Magistério da Educação Básica;
- 13.4. Apoiar a ampliação e divulgação das plataformas eletrônicas (a exemplo da Plataforma Paulo Freire), para organizar a oferta e as matrículas em cursos de formação inicial e continuada de profissionais da Educação, bem como para divulgar e atualizar seus currículos eletrônicos;
- 13.5. Incentivar a participação docente nos Programas específicos para formação de profissionais da Educação, para as escolas do campo, de comunidades indígenas ou quilombolas e para a Educação Especial;
- 13.6. Participar ativamente da reforma curricular dos cursos de Licenciatura e estimular a renovação pedagógica, de forma a assegurar o foco no aprendizado do/a graduando/a, dividindo a carga horária em formação geral, formação na área do saber e didática específica e incorporando as modernas TICs, em articulação com a base nacional comum dos currículos da Educação Básica;
- 13.7. Valorizar as práticas de ensino e os estágios nos cursos de formação de nível Médio e Superior dos/as profissionais da Educação, visando ao trabalho sistemático de articulação entre a formação acadêmica e as demandas da Educação Básica;
- 13.8. Apoiar a implementação dos cursos e Programas especiais para assegurar formação específica na Educação Superior, nas respectivas áreas de atuação, aos/as professores/as com formação de nível Médio na modalidade normal, não licenciados/as ou licenciados/as, em área diversa a de atuação docente, em efetivo exercício;
- 13.9. Apoiar a oferta de cursos técnicos de nível Médio e Tecnológicos de nível superior destinados à formação, nas respectivas áreas de atuação, dos/as profissionais da Educação de outros segmentos que não os do Magistério;

- 13.10. Apoiar a implementação de políticas de formações continuadas para os/as profissionais da Educação de outros segmentos que não os do Magistério, construída em regime de colaboração entre as IES pública e privada e demais órgãos competentes no campo do sistema educacional do Município e da região;
- 13.11. Apoiar a instituição de Programas de concessão de bolsas de estudos para que os/as professores/as de idiomas das escolas públicas de Educação Básica realizem estudos de imersão e aperfeiçoamento nos países que tenham como idioma nativo as línguas que lecionem;
- 13.12. Apoiar e participar no desenvolvimento de modelos de formação docente para a Educação Profissional, que valorizem a experiência prática por meio da oferta nas redes federal e estadual de Educação Profissional, de cursos voltados à complementação e certificação didático-pedagógica de profissionais experientes;
- 13.13. Ampliar as políticas e programas de formação inicial e continuada dos profissionais da educação, sobre gênero, diversidade e orientação sexual, para a promoção dos direitos sociais;
- 13.14. Criar e consolidar portal eletrônico para subsidiar a atuação dos profissionais da educação básica, disponibilizando gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive aqueles com formato acessível;
- 13.15. Expandir programa de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas, literárias, dicionários, obras e materiais produzidos em Libras e em Braille, e ainda, programas específicos de acesso a bens culturais, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação para os profissionais da educação básica;
- 13.16. Ampliar o uso das tecnologias e conteúdo multimidiáticos para todos os atores envolvidos no processo educativo, garantindo formação específica para esse fim;



- 13.17. Garantir oferta de formação continuada a todos os profissionais da educação básica, fundamentada numa concepção político-pedagógico que assegure a articulação teórica e prática, a pesquisa e a extensão;
- 13.18. Instituir, em regime de colaboração entre o Estado e os Municípios, forma de registro e divulgação de projetos desenvolvidos nas escolas com o objetivo de validar e valorizar as produções do profissional na ascensão funcional;
- 13.19. Fomentar a produção de material didático, a criação de metodologias específicas e a elaboração de instrumentos de avaliação, garantindo o acesso a equipamentos e laboratórios e a formação inicial e continuada de docentes da rede pública.

**META 14: Garantir, em nível de Pós-Graduação, 90% (noventa por cento) dos/as professores/as da Educação Básica, até o último ano de vigência do PNE, e garantir a todos/as os/as profissionais da Educação Básica possuam formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.**

#### **ESTRATÉGIAS:**

- 14.1. Realizar, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para dimensionamento da demanda por formação continuada e fomentar a respectiva oferta por parte das IES públicas, privadas e comunitárias, de forma orgânica e articulada às políticas de formação dos Estados e dos Municípios;
- 14.2. Consolidar, colaborativamente, política de formação de professores/as da Educação Básica, com base nas diretrizes nacionais, definindo as áreas prioritárias;
- 14.3. Criar e aplicar e ampliar a oferta de bolsas de estudo para Pós-Graduação dos/as professores/as e demais profissionais da Educação Básica;
- 14.4. Fortalecer a formação dos/as professores/as e das escolas públicas de Educação Básica, por meio da implementação das ações do Plano Nacional do

Livro e Leitura e da instituição de Programa nacional de disponibilização de recursos para acesso a bens culturais pelo Magistério Público;

- 14.5. Criar e/ou consolidar um permanente programa, definido em legislação, de afastamento remunerado dos professores e profissionais da educação básica, para cursar pós-graduação, considerando as necessidades mais urgentes;
- 14.6. Diagnosticar, consolidar e garantir políticas públicas que atendam efetivamente as demandas específicas de pós-graduação, em nível de especialização, mestrado e doutorado aos professores que lecionam nas escolas do campo;
- 14.7. Garantir no Programa Municipal de Formação de Professores e profissionais da educação básica e suas modalidades a oferta de cursos de pós-graduação – lato sensu e stricto sensu – vagas, acesso e condições de permanência nas instituições de ensino superior públicas;
- 14.8. Estimular a articulação entre a pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de propostas pedagógicas capazes de incorporar os avanços de pesquisas ligadas ao processo de alfabetização no atendimento da população de até oito anos.

**META 15: Valorizar os profissionais do Magistério da rede pública de educação básica, assegurando no prazo de 2 (dois) anos a atualização do plano de carreira, assim como a sua reestruturação, que tem como referência o piso nacional garantindo a atualização anual, definido em lei federal, nos termos do Inciso VIII, do Artigo 206, da Constituição Federal, a fim de equiparar o rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do 4º (quarto) ano da vigência deste Plano.**

**ESTRATÉGIAS:**

- 15.1. Acompanhar e garantir a atualização progressiva do valor do piso salarial nacional, inflação e ganho real calculado pelas entidades de classes e órgãos

afins para os profissionais do Magistério Público da Educação Básica do Município, tendo como atribuições do Fórum Municipal de Educação e do Conselho Municipal de Educação, com reuniões frequentes durante o ano afim de realizar cálculos referentes aos demonstrativos de gastos e aplicações na educação, assegurada a ampla representação social;

- 15.2. Constituir como tarefa do fórum permanente, o acompanhamento da evolução salarial por meio de indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, periodicamente divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);
- 15.3. Ampliar no Plano de Carreira dos profissionais do Magistério da Rede Pública de Educação Básica, observados os critérios estabelecidos na Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, com implantação gradual do cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar, assegurando este direito aos profissionais efetivos e contratados;
- 15.4. Articular a ampliação da assistência financeira específica da União aos entes federados para implementação de políticas de valorização dos profissionais do Magistério, em particular o piso salarial nacional profissional, se efetive com a fiscalização dos Fóruns Municipal, Estadual e Nacional de Educação;
- 15.5. Assegurar e garantir através de lei federal um ano após a aprovação do plano que a ampliação da assistência financeira específica da União aos entes federados para implementação de políticas de valorização dos profissionais do Magistério, em particular o piso salarial nacional profissional, se efetive com a fiscalização dos Fóruns Municipal, Estadual e Nacional de Educação;
- 15.6. Garantir por meio de lei a atualização e o cumprimento de todas as diretrizes do Estatuto Municipal do Magistério da rede pública de ensino;
- 15.7. Garantir que as escolas de educação básica ofereçam serviços de Coordenação Pedagógica (orientação educacional, supervisão e psicopedagogia) e administração escolar, na própria escola, realizado por profissionais habilitados na área de atuação, e que estes profissionais estejam contemplados

no plano de carreira e que a nomeação destes ocorra através de concurso público;

- 15.8. Aperfeiçoar o plano de carreira para os profissionais do magistério, com implantação gradual do cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar;
- 15.9. Garantir no Plano de Carreira dos Profissionais da Educação, a manutenção do mesmo em acordo com as diretrizes definidas na base nacional comum de valorização dos profissionais da educação, licenças remuneradas, incentivos para qualificação profissional, inclusive em nível de Pós-Graduação Stricto Sensu, assegurando todos os níveis de escolaridade em um único processo após o estágio probatório;
- 15.10. Garantir a atualização anual a atualização do Plano de Carreira para os profissionais da Educação Básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal;
- 15.11. Implantar, na rede pública de educação básica, acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar, com base nos programas de acompanhamento, por meio de avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório e oferecer, durante este período, curso de aprofundamento de estudos na área de atuação do professor, com destaque para os conteúdos a serem ensinados e as metodologias de ensino de cada disciplina;
- 15.12. Assegurar, garantir e incentivar a realização de concurso público, através da adesão da prova nacional realizada a cada 2 anos, a partir do segundo ano de vigência deste PME, na realização de concursos públicos de admissão de profissionais do Magistério da Educação Básica Pública;
- 15.13. Estruturar e Garantir na rede pública de educação básica, de modo a que até o início do terceiro ano de vigência deste PME pelo menos 90% (noventa por cento) dos profissionais do magistério e 70% (setenta por cento) dos profissionais da educação não docentes sejam ocupantes de cargos de

provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontram vinculados;

- 15.14. Estabelecer através de plano de saúde completo/suplementar ações especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento a saúde e integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional;
- 15.15. Proporcionar condições de trabalho, valorização dos profissionais da educação e concretização das políticas de formação, valorização salarial, condições de trabalho em ambientes adequados como forma de garantia da qualidade na educação;
- 15.16. Garantir a valorização dos profissionais do magistério da rede pública da educação básica, a fim de equiparar a 80% (oitenta por cento) ao final do primeiro ano, e a igualar até o sexto ano de vigência do Plano, o seu rendimento médio ao rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente;
- 15.17. Realizar, no primeiro ano de vigência deste PME, a atualização dos planos de carreira para os profissionais da educação básica pública tendo como referência o Piso Salarial Nacional Profissional, definido em lei federal, nos termos do Inciso VIII, do Art. 206, da Constituição Federal;
- 15.18. Participar anualmente, a partir do segundo ano de vigência deste PME, da iniciativa do MEC, em regime de colaboração, o censo dos profissionais da Educação Básica e de outros segmentos que não os do Magistério;
- 15.19. Assegurar o repasse de transferências federais voluntárias, na área de Educação, para o Município, uma vez aprovada a Lei específica estabelecendo planos de Carreira para os profissionais da Educação;
- 15.20. Instituir Comissão Permanente de profissionais da Educação do Município, para subsidiar os órgãos competentes na revisão, atualização e implementação do plano de Carreira;

- 15.21. Garantir no plano de carreira, promoção por avaliação de desempenho, gratificação por habilitação e gratificação por tempo de serviço, assegurando licenças para aperfeiçoamento profissional, vale alimentação e vale transporte;
- 15.22. Assegurar o direito do profissional da educação ao salário integral em casos de afastamento e licenças para tratamento de saúde que porventura venha a ser readaptado;
- 15.23. Implantar e garantir a partir de um ano após a aprovação do plano no plano de carreira, que as escolas de educação básica ofereçam serviços de equipe multidisciplinar, assistente social, psicopedagogo, psicólogo educacional, nutricionista educacional, fonoaudiólogo educacional, neurologista, terapeuta ocupacional, realizado por profissionais habilitados na área de atuação;
- 15.24. Implementar na Rede Pública de Ensino, o Programa de Promoção à Saúde do/a Profissional em Educação visando a melhoria da qualidade de vida;
- 15.25. Assegurar a participação efetiva das Secretarias de Assistência Social e de Saúde e outros órgãos da Administração Municipal, na execução do Programa de Promoção à Saúde do Profissional em Educação, com uma equipe de profissionais específicos da área e garantia de recursos que subsidiem vacinas (gripe A, Hepatite e outras), assim como, a implementação de ações permanentes, voltadas à prevenção da saúde física, mental e emocional visando a prevenção dos males que acometem o profissional da educação;
- 15.26. Implantar programas de apoio multidisciplinar destinado a atender os profissionais da Educação (psicólogo, nutricionista, Educador físico, fonoaudiólogo), com a finalidade de melhoria do exercício da profissão;
- 15.27. Implantar até o quinto ano de vigência deste PME em processo gradativo a criação de plano de saúde e/ou convênios, com profissionais da saúde especializados com a finalidade de proporcionar qualidade de vida aos profissionais da educação, através do subsídio de 50% da administração pública e 50% do servidor;



**META 16: Assegurar condições, no prazo de 02 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da Educação, associada a critérios técnicos de mérito, desempenho e consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União.**

**ESTRATÉGIAS:**

- 16.1. Assegurar o repasse de transferências voluntárias da União na área da Educação para o Município, uma vez aprovada legislação específica que regulamente a matéria na área de sua abrangência, respeitando-se a legislação nacional, e que considere, conjuntamente, critérios técnicos de mérito e desempenho, bem como a participação da comunidade escolar no processo de eleição, para o ato de nomeação dos/as diretores/as de escola;
- 16.2. Ampliar a participação nos Programas de apoio e formação aos/às Conselheiros/as dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), Conselho de Alimentação Escolar (CAE), dos Conselhos Regionais, do Conselho Municipal de Educação e de outros, e aos/às representantes educacionais em demais Conselhos de Acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses colegiados recursos, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções, assegurado o repasse de recursos do Estado e da União para tanto;
- 16.3. Assegurar, no âmbito do Município, as condições para o funcionamento do Fórum Municipal de Educação (FME), para que este coordene as conferências municipais e efetue o acompanhamento da execução do PNE, do PEE e do PME;
- 16.4. Estimular, em todas as redes de Educação Básica, a constituição e o fortalecimento de Grêmios Estudantis e Associações de Pais, assegurando-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e

fomentando a sua articulação orgânica com os Conselhos Escolares, por meio das respectivas representações;

- 16.5. Estimular e fortalecer os Conselhos Escolares e o CME, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de Programas de formação de Conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo;
- 16.6. Assegurar a participação e a consulta de profissionais da Educação, estudantes e seus familiares na formulação dos PPPs, currículos escolares, respeitando o currículo básico da rede, planos de gestão escolar e regimentos escolares, plano de gestão administrativa e financeira, promovendo a participação de pais, mães ou responsáveis na avaliação dos/as professores/as, diretores/as ou gestores/as escolares;
- 16.7. Assegurar processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino da Rede Pública Municipal, respeitando a legislação de responsabilidade fiscal vigente;
- 16.8. Assegurar a continuidade e aprimoramento dos Programas de formação de diretores/as e/ou gestores/as escolares e utilizar a prova nacional específica, a fim de subsidiar a definição de critérios objetivos para o provimento dos cargos de diretores/as e/ou gestores/as escolares, sem prejuízo ao processo da gestão democrática;
- 16.9. Estabelecer diretrizes para a gestão democrática da educação, no prazo de dois anos, contado da aprovação deste Plano e assegurar condições para sua implementação;
- 16.10. Aprovar dispositivo legal que dispõe sobre a implantação, execução e avaliação da gestão escolar da educação básica e profissional da rede pública, no prazo de dois anos após a publicação deste Plano;
- 16.11. Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas e a criação de portais eletrônicos de transparência;

- 16.12. Criar e/ou consolidar fóruns decisórios de políticas públicas educacionais, conselhos municipais de educação, conselhos escolares ou equivalentes, conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB e da alimentação escolar (CAE), conselho de controle social envolvendo gestores públicos, trabalhadores da educação e organizações da sociedade civil, com representação paritária dos setores envolvidos com a educação e com as instituições educativas;
- 16.13. Aperfeiçoar a ação do Conselho Escolar ou órgãos equivalentes, com base nos princípios democráticos, mediante: realização de Seminário anual para Conselho Escolar articulado com Associação de Pais e Professores (APPs) e Grêmios Estudantis e organizações afins; realização de cursos para pais, professores, funcionários e estudantes; e, fomento à integração entre os Conselhos Escolares em nível municipal, regional e estadual;
- 16.14. Criar comissões de acompanhamento do Plano de Ações Articuladas (PAR), para monitorar e dar visibilidade às ações planejadas em suas respectivas esferas;
- 16.15. Aprimorar os mecanismos de acompanhamento, fiscalização e avaliação dos gastos com educação pela sociedade, pelos Conselhos Escolares e Associação de Pais e Professores, viabilizando ou promovendo ampla divulgação do orçamento público, efetiva transparência nas rubricas orçamentárias e o estabelecimento de ações de controle e articulação entre os órgãos responsáveis, assegurando o gerenciamento e fiscalização dos recursos públicos destinados às escolares;
- 16.16. Implantar avaliação institucional com a participação efetiva da comunidade escolar incorporando os resultados no Plano de Desenvolvimento da Escola, no Projeto Político Pedagógico e no Plano de Gestão;
- 16.17. Definir critérios técnicos para o provimento dos cargos comissionados, objetivando chegar ao mínimo necessário e que estes sejam ocupados por profissionais habilitados na área da educação;

- 16.18. Utilizar, amplamente, os veículos de comunicação de massa objetivando a participação da sociedade na definição das prioridades educacionais e na divulgação das experiências emancipadoras de participação, em âmbito estadual, regional e municipal.

**META 17: Mobilizar a sociedade civil organizada para garantir a aplicação do investimento público em Educação Pública de forma a atingir, no mínimo, a nível nacional, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País, no 5º (quinto) ano de vigência da Lei Federal nº 13.005, de 25 Junho de 2014, e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.**

### **ESTRATÉGIAS**

- 17.1. Garantir fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da Educação Pública Municipal, destinando os recursos prioritariamente para a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Programa de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA);
- 17.2. Acompanhar o aperfeiçoamento e a ampliação dos mecanismos previstos no PNE, referentes à arrecadação da contribuição social do salário-educação;
- 17.3. Mobilizar a sociedade civil organizada para garantir a destinação correta dos recursos previstos nas Estratégias 20.4, 20.6, 20.7, 20.8, 20.9, 20.10, 20.11 e 20.12 do PNE;
- 17.4. Contribuir para o fortalecimento dos mecanismos e dos instrumentos que assegurem, nos termos do [parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar nº101, de 4 de maio de 2000](#), a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em Educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, com a colaboração entre o MEC, a Secretaria de Educação do Estado e do Município e os Tribunais de Contas da União e Estado;

- 17.5. Criar mecanismos de acompanhamento regular dos investimentos e custos por estudante da Educação Pública Municipal, em todas as suas etapas e modalidades;
- 17.6. Mobilizar a sociedade civil organizada e os/as representantes políticos regionais para garantir, no prazo de 02 (dois) anos da vigência do PNE, que prevê a implantação do *Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi)*, referenciado no conjunto de padrões mínimos estabelecidos na legislação educacional e cujo financiamento será calculado com base nos respectivos insumos indispensáveis ao processo de ensino-aprendizagem e será progressivamente reajustado até a implementação plena do *Custo Aluno Qualidade (CAQ)*;
- 17.7. Mobilizar a sociedade civil organizada e os/as representantes políticos regionais para garantir a implementação do *Custo Aluno Qualidade (CAQ)*, como parâmetro para o financiamento da educação de todas etapas e modalidades da Educação Básica, a partir do cálculo e do acompanhamento regular dos indicadores de gastos educacionais com investimentos em qualificação e remuneração de professores/as e dos/as demais profissionais da Educação pública, em aquisição, manutenção, construção, conservação de instalações, equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar;
- 17.8. Mobilizar a sociedade civil organizada e os/as representantes políticos regionais para garantir que o CAQ seja definido no prazo de 3 (três) anos de publicação do PNE e seja continuamente ajustado, com base em metodologia formulada pelo MEC, e acompanhado pelo Fórum Nacional de Educação (FNE), pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e pelas Comissões de Educação da Câmara dos Deputados e de Educação, Cultura e Esportes do Senado Federal;
- 17.9. Mobilizar a sociedade civil organizada e os/as representantes políticos regionais para garantir a regulamentação do parágrafo único do [art. 23](#) e o [art. 211 da Constituição Federal](#), no prazo de 02 (dois) anos, por Lei Complementar, de forma a estabelecer as normas de cooperação entre a União,

os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, em matéria educacional, e a articulação do sistema nacional de educação em regime de colaboração, com equilíbrio na repartição das responsabilidades e dos recursos, o efetivo cumprimento das funções redistributiva e supletiva da União no combate às desigualdades educacionais regionais;

17.10. Mobilizar a sociedade civil organizada e os/as representantes políticos regionais para garantir que a União, na forma da lei, complemente os recursos financeiros a todos os Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que não conseguirem atingir o valor do CAQi e, posteriormente, do CAQ;

17.11. Mobilizar a sociedade civil organizada e os/as representantes políticos regionais para garantir a aprovação, no prazo de 01 (um) ano após a publicação do PNE, da Lei de Responsabilidade Educacional, assegurando padrão de qualidade na Educação Básica, em cada sistema e rede de ensino, aferida pelo processo de metas de qualidade aferidas por institutos oficiais de avaliação educacionais;

17.12. Mobilizar a sociedade civil organizada e os/as representantes políticos regionais para garantir a definição de critérios para distribuição dos recursos adicionais dirigidos à Educação ao longo do decênio, que considerem a equalização das oportunidades educacionais, a vulnerabilidade socioeconômica e o compromisso técnico e de gestão do sistema de ensino, a serem pactuados na instância prevista no § 5º do art. 7º do PNE.

**Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 03 de Junho de 2015.**

***Wagner da Rosa***  
***Prefeito Municipal***



## **Anexo II**

### **DIAGNÓSTICO SITUACIONAL EDUCACIONAL**

Com o objetivo de identificar a realidade da educação no município de Maracajá, foi realizado o diagnóstico com todos os níveis de ensino, etapas e modalidade da educação previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. O diagnóstico também apresenta as necessidades locais, crescimento populacional, realidade social e situação educacional de Maracajá.

No decorrer do documento, será apresentada toda a legislação municipal, que regulamenta a estrutura da educação municipal e um breve histórico da rede.

#### **Histórico Educacional do Município**

O documento destaca as obrigações do município, por ser este seu espaço de governabilidade, e o que lhe compete demandar com outras instâncias de governo, para que, de forma articulada e coerente com as metas fixadas pelo PME, alcançar os objetivos estabelecidos para o país, nos próximos dez anos. O município conta com 8 (oito) instituições educacionais, compreendendo a Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial. O município oferta a educação básica na rede pública nas dependências administrativas: estadual e municipal. Na dependência privada a educação básica é oferecida na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE).

O Conselho Municipal de Educação de Maracajá foi instituído conforme lei nº 941 de 28 de agosto de 2013. O Conselho Municipal de Alimentação Escolar – CAE está em conformidade a Lei nº 934 de 02 de julho de 2013. O Conselho de Acompanhamento e Controle Social - CACS FUNDEF, foi instituído conforme a lei nº. 738 de 11 de março de 2008 e a Lei nº. 774 de 20 de maio de 2008 com nova redação aos incisos I, II, III, IV, V e VI do artigo 2º da Lei 738 de 11 de março de 2008 em

Maracajá também tem instituído a Lei do Sistema Municipal de Ensino, através da Lei 945 de 12 de setembro de 2013. O Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Municipal, está na Lei Complementar nº 6 de 22 de dezembro de 2003.

O Plano Municipal de Educação – PME tem por objetivo traçar as metas, e todas as estratégias, visando a qualidade da educação no Município. O PME de Maracajá possui 17 metas e várias estratégias a serem alcançadas nos próximos 10 (dez) anos, em todos os níveis de educação.

Na sequência, serão apresentados e analisados os principais indicadores educacionais da Educação Básica, Educação Técnica e Superior, considerando as respectivas etapas e modalidades.

## **1. Níveis, Etapas e Modalidades da Educação:**

### **1.1. Educação Básica**

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) tem passado por diversas modificações com intuito de assegurar o direito à educação para todos os brasileiros. Dentre as modificações, estão as que se referem às etapas e modalidades da Educação Básica.

A Educação Básica, atualmente está organizada da seguinte forma:

#### **a) Educação Infantil:**

- a. Creche -0 a 3 anos de idade;
- b. Pré-escola 4 a 5 anos de idade;

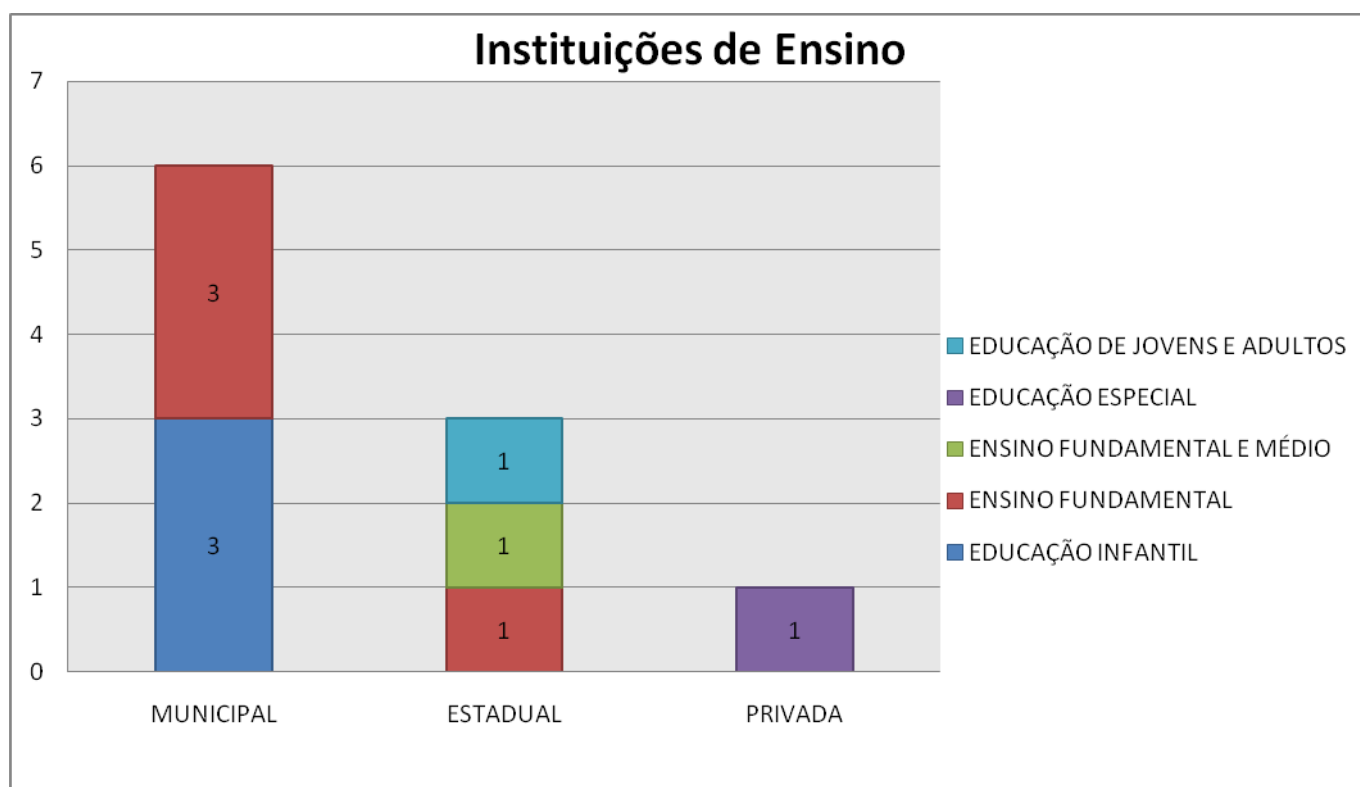
#### **b) Ensino Fundamental, com duração mínima de 9 (nove) anos;**

#### **c) Ensino Médio, com duração mínima de 3 (três) anos.**

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 torna obrigatório o ensino dos 4 aos 17 anos de idade, compreendendo a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

A Educação Básica pode corresponder em uma ou mais modalidades de ensino, quais sejam: Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional e Tecnológica, Educação do Campo, Educação Indígena, Educação Quilombola e Educação a Distância.

O município conta com 1 (uma) Instituição que atende apenas Educação Infantil, 2 (duas) atendem Educação Infantil e Ensino Fundamental, 1 (uma) atende Ensino Fundamental que fazem parte da dependência administrativa municipal. Já na dependência administrativa estadual, há 1 (uma) Instituição que atende Ensino Fundamental e Médio, 1 (uma) Ensino Fundamental, 1 (uma) Educação de Jovens e Adultos - EJA e na dependência privada 1 (uma) Instituição representada pela APAE (figura 1).



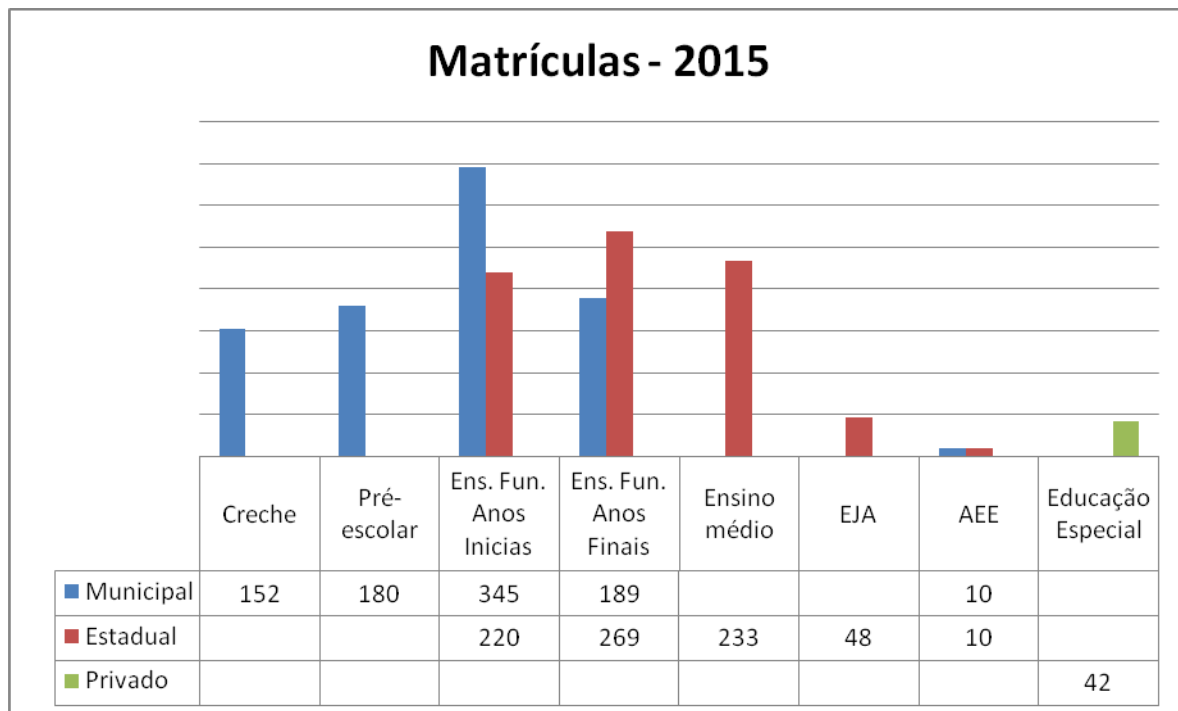
**Figura 1: Instituições de Ensino.**

### Relação de Instituições e Níveis de Ensino

Instituições de Ensino	Dependência Administrativa	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	EJA	Educação Especial
C. E. I. MARGARETH MARIA THOMASI ROCHA	Municipal	X				
E.E.B.M. ENCRUZO DO BARRO VERMELHO	Municipal	X	X			
E.E.B.M. 12 DE MAIO	Municipal	X	X			
E.E.B.M EULÁLIA OLIVEIRA DE BEM	Municipal		X			
EEB MANOEL GOMES BALTAZAR	Estadual		X	X		
EEB EUFRAZIO AVELINO ROCHA	Estadual		X			
ESCOLA ESPECIAL APAE	Privada					X
ENSINO DE JOVENS E ADULTOS - EJA	Estadual				X	

**Tabela 1: Relação de Instituições de Ensino.**

Considerando todas as etapas e modalidades da Educação Básica, em 2015, o município registrou um total de 1678 matrículas (Figura 2), sendo que 866 alunos atendidos na rede municipal, 770 atendidos na rede estadual e 42 atendidos na rede privada e Ensino (APAE).



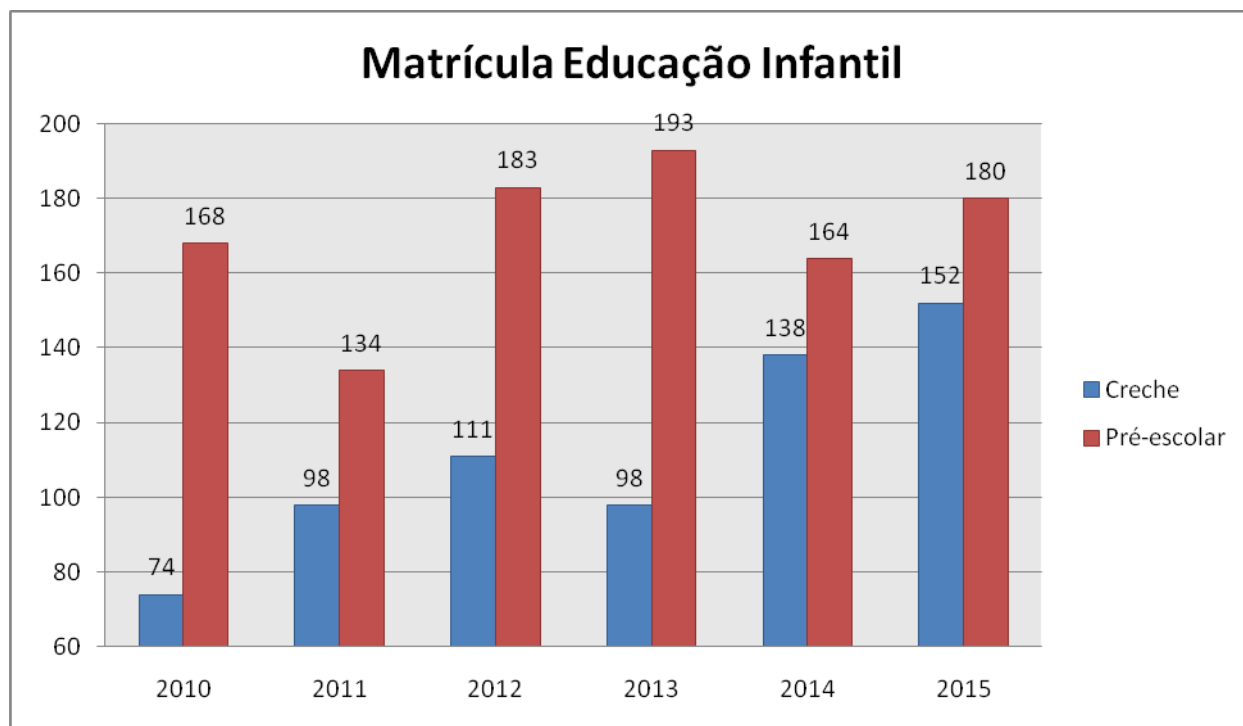
**Figura 2: Matrícula por dependência administrativa.**

#### **1.1.1. Educação Infantil:**

Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9394/96) garante a educação para todas as crianças de 0 a 5 anos de idade, preferencialmente com atendimento integral e especializado para crianças portadoras de necessidades específicas.

No Centro de Educação Infantil é realizado o atendimento de crianças a partir de 4 meses de idade até completarem 6 anos, já o atendimento nas Escolas de Educação Básica é realizado a partir de 4 anos.

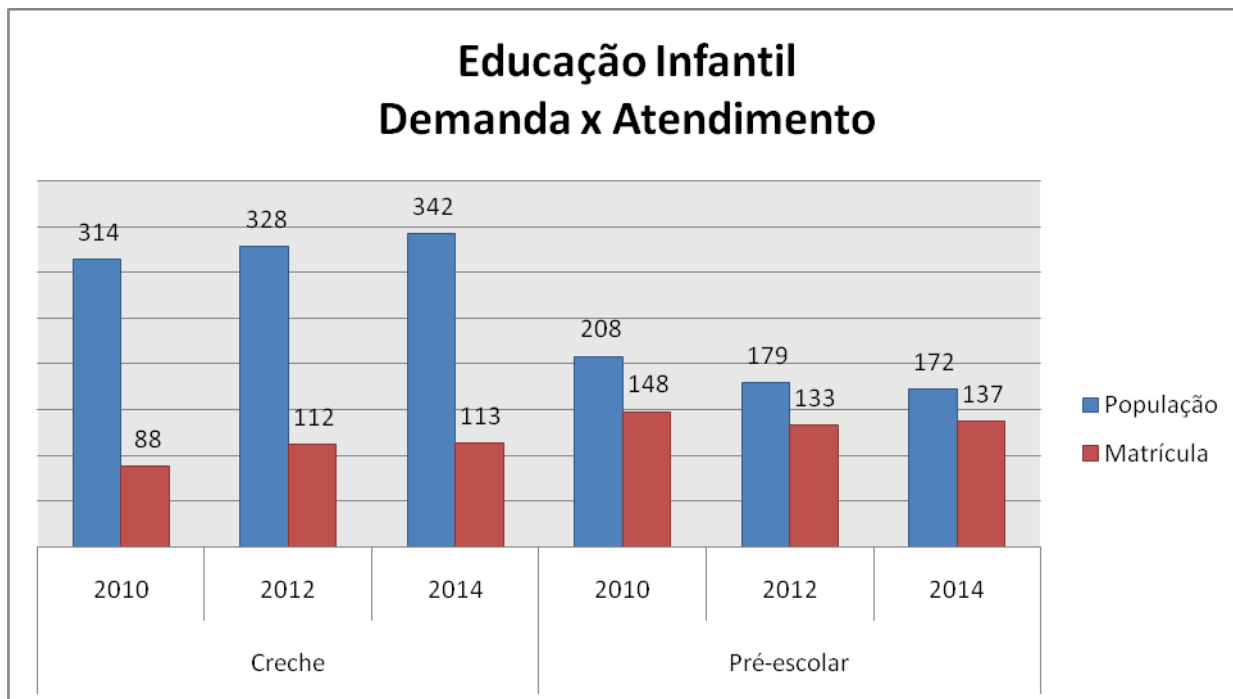
O município no ano de 2015 contabilizou 332 alunos matriculados na Educação Infantil, sendo que destes 152 são alunos de creche de 0 a 3 anos, e 180 são alunos de pré-escola de 4 a 5 anos, distribuídos em 3 instituições de ensino (figura 3).



**Figura 3: Atendimento da Educação Infantil.**

Segundo a Secretaria Municipal de Saúde através da Estratégia de Saúde da Família (ESF) o município conta com 764 crianças em idade escolar de educação infantil, sendo destes 455 de 0 a 3 anos, e 309 de 4 a 5 anos. O percentual de atendimento da população é de 48,63% sendo atendida nas instituições de Educação Infantil (Figura 4).





**Figura 4: População X atendimento.**

Analisando os gráficos de demanda e atendimento referente aos anos de 2010 a 2014 (figura 4) é possível identificar que a população de 0 a 5 anos está crescendo, o que permite concluir que necessitamos de infra estrutura adequada para atender a demanda populacional.

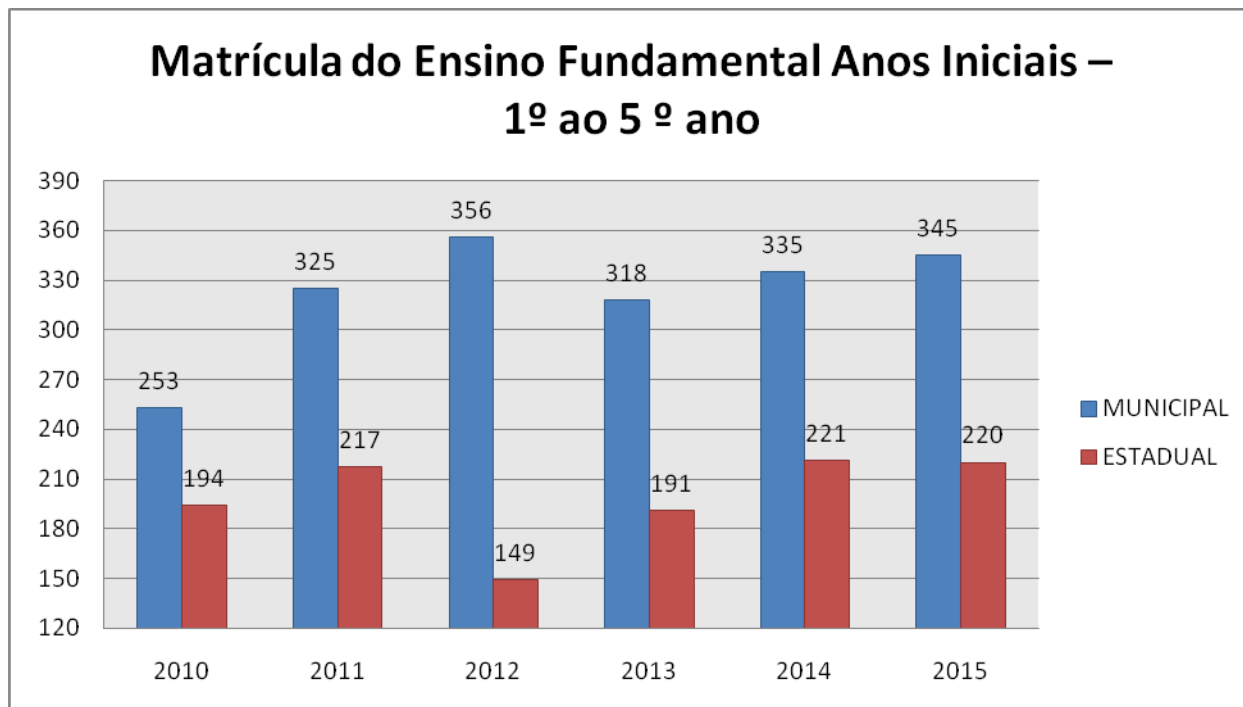
#### **1.1.2. Ensino Fundamental**

O Ensino Fundamental, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação inicia-se obrigatoriamente aos 6 (seis) anos de idade e tem duração de 9 (nove) anos, garantido o acesso a todos sem distinção.

Atualmente o município conta com 5 instituições de Ensino Fundamental, sendo duas dependências administrativas estaduais e 3 instituições municipais (tabela 1).

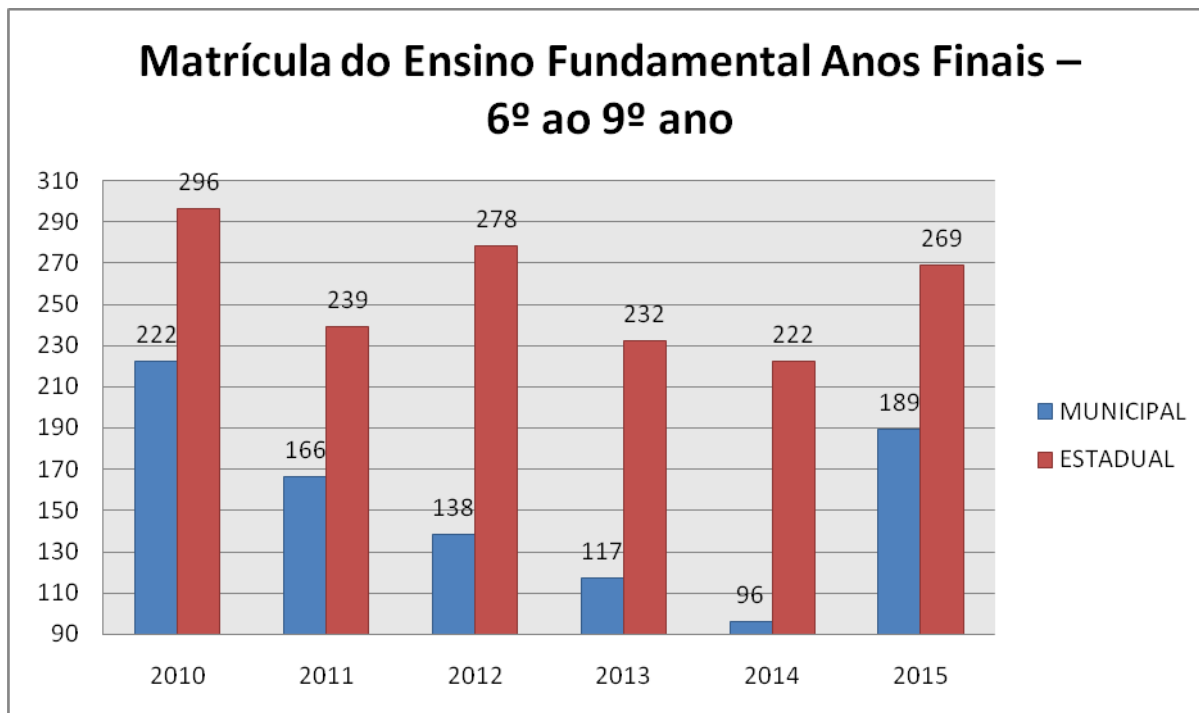
O município no ano de 2015 contabilizou 1.023 alunos matriculados no ensino fundamental, sendo que destes 565 são alunos do ensino fundamental anos iniciais e 458 são alunos do ensino fundamental anos finais. A rede municipal atende 345 alunos no ensino fundamental anos iniciais e 189 do ensino fundamental anos finais.

A Figura 5 apresenta o atendimento no ensino fundamental dos anos iniciais dos últimos 5 (cinco) anos. Neste gráfico é possível observar que a rede municipal vem ampliando o atendimento enquanto a rede estadual encontra-se estabilizada.



**Figura 5: Atendimento do Ensino Fundamental Anos Iniciais.**

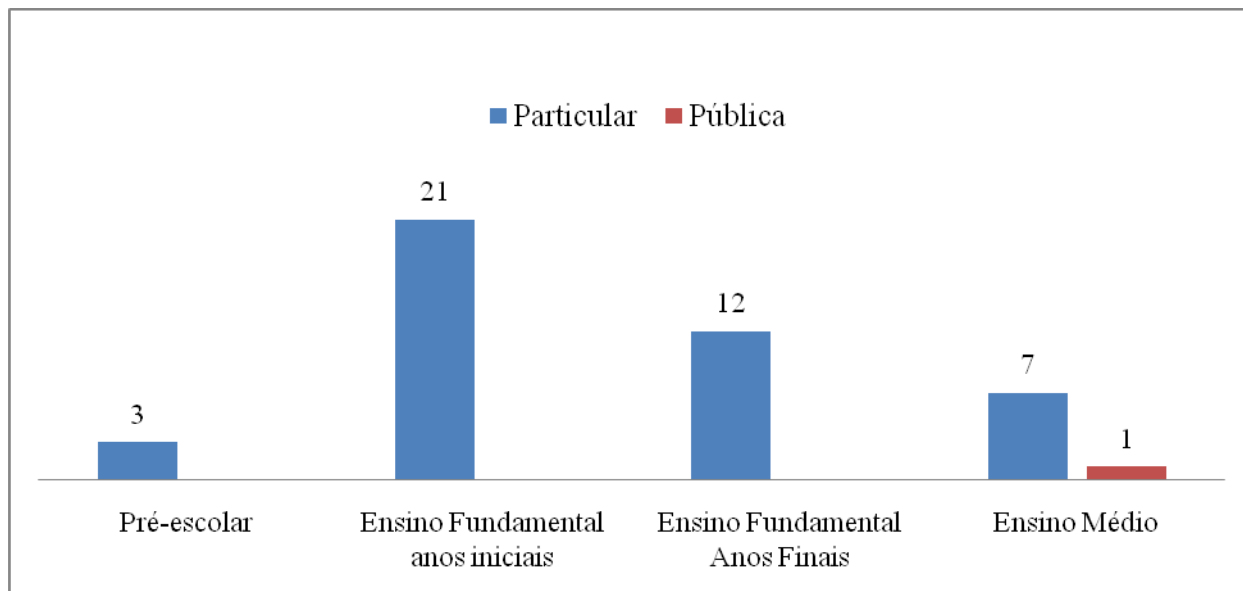
O ensino fundamental anos finais é ofertado em 4 instituições de ensino, sendo 2 estaduais e 2 municipais com um total de atendimento de 458 alunos, destes 189 alunos são atendidos em escolas municipais e 269 em escolas estaduais (Figura 6).



**Figura 6: Atendimento Ensino Fundamental Anos Finais.**

Neste gráfico podemos observar as matrículas de ensino fundamental dos últimos 5 anos e verificou-se que o município apresentou uma queda no atendimento até o ano de 2014 em que houve um avanço significativo para o ano de 2015.

O município está localizado em uma região que possui instituições de ensino privado em cidades vizinhas, portanto encontram-se matriculados 21 alunos no ensino fundamental anos iniciais e 12 alunos do município estudando no ensino fundamental anos finais em instituições de outras cidades (figura 7).

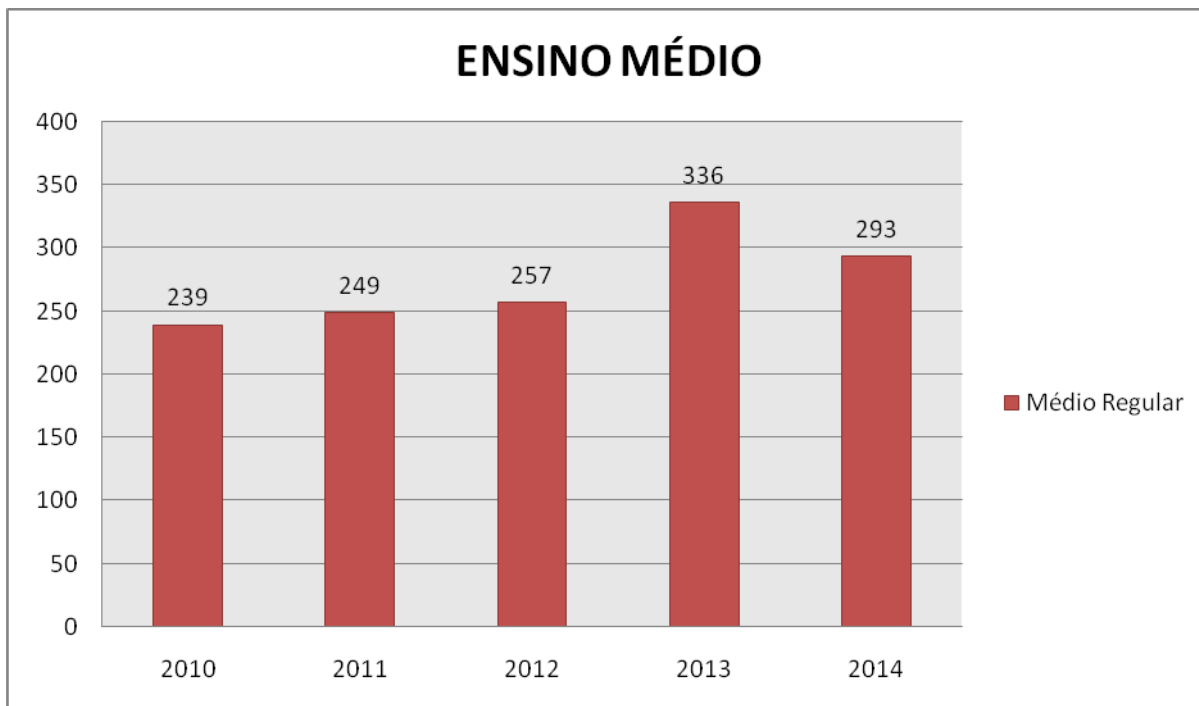


**Figura 7: Alunos matriculados em outras cidades.**

### 1.1.3. Ensino Médio

O ensino médio garantido pela Lei de Diretrizes e Bases (9394/96), de frequência obrigatório para alunos em idade de 15 a 17 anos, podendo ser ofertado ensino médio regular, ensino médio técnico ou ainda ensino médio inovador integrado.

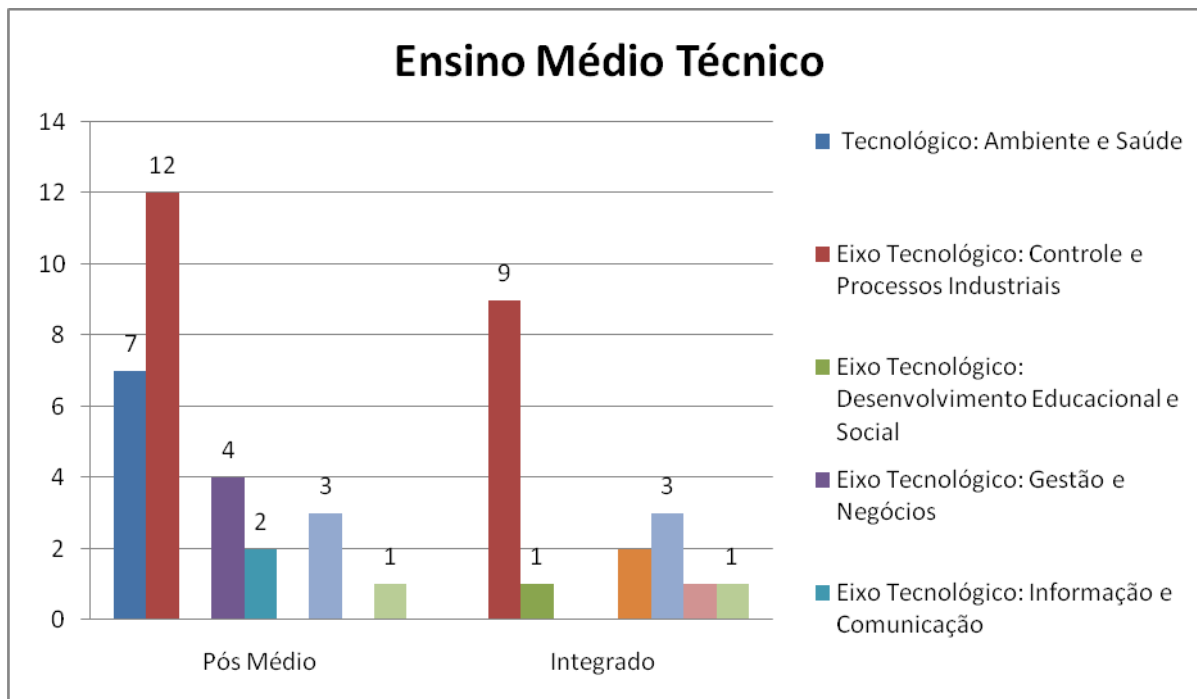
Atualmente, o município conta com uma única escola de ensino médio vinculada a rede estadual (figura 1 e Tabela 1), sendo contabilizado no ano de 2014, 293 alunos matriculados no Ensino Médio em Maracajá (Figura 8) e 8 estudantes em outras cidades (figura 7).



**Figura 8: Matrículas do Ensino Médio.**

A Figura 8 apresenta o atendimento do Ensino Médio dos últimos 5 (cinco) anos. Neste gráfico é possível analisar que há uma regularidade no quantitativo de matrículas do ensino médio.

O Município está localizado em uma região em que o Ensino Técnico é privilegiado, pois há instituições próximas (Institutos Federais de Educação, Escolas Estaduais de Educação Profissional e Escolas privadas de Educação Profissional) que oferecem essa etapa do ensino. Atualmente contamos com 16 alunos de ensino médio regular integrado com o técnico e 29 alunos de curso técnico/pós médio (Figura 9).



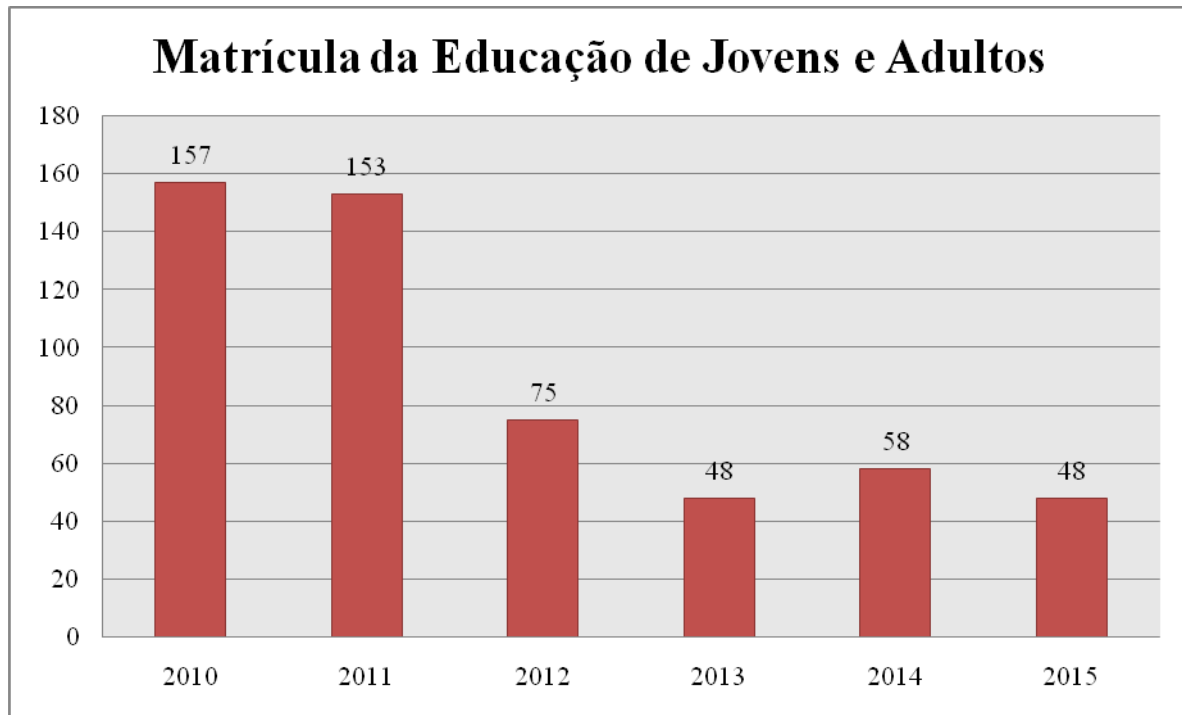
**Figura 9: Alunos que freqüentam cursos técnicos.**

#### 1.1.4. Educação de Jovens e Adultos

A lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 estabelece a Educação de Jovens e Adultos como modalidade de ensino integrante da Educação Básica, ofertada para pessoas de 15 anos ou mais, no ensino fundamental e de 18 anos ou mais, para o ensino médio. A Educação de Jovens e Adultos pode ser aliada ao Ensino profissionalizante, e à Educação Especial, podendo ser ofertada de forma presencial, semi-presencial e EaD.

Atualmente, o município atende 48 alunos, na modalidade EJA, em Ensino Fundamental e Ensino Médio na escola da rede estadual, analisando a figura 10 é possível identificar uma queda nas matrículas da educação de jovens e adultos.

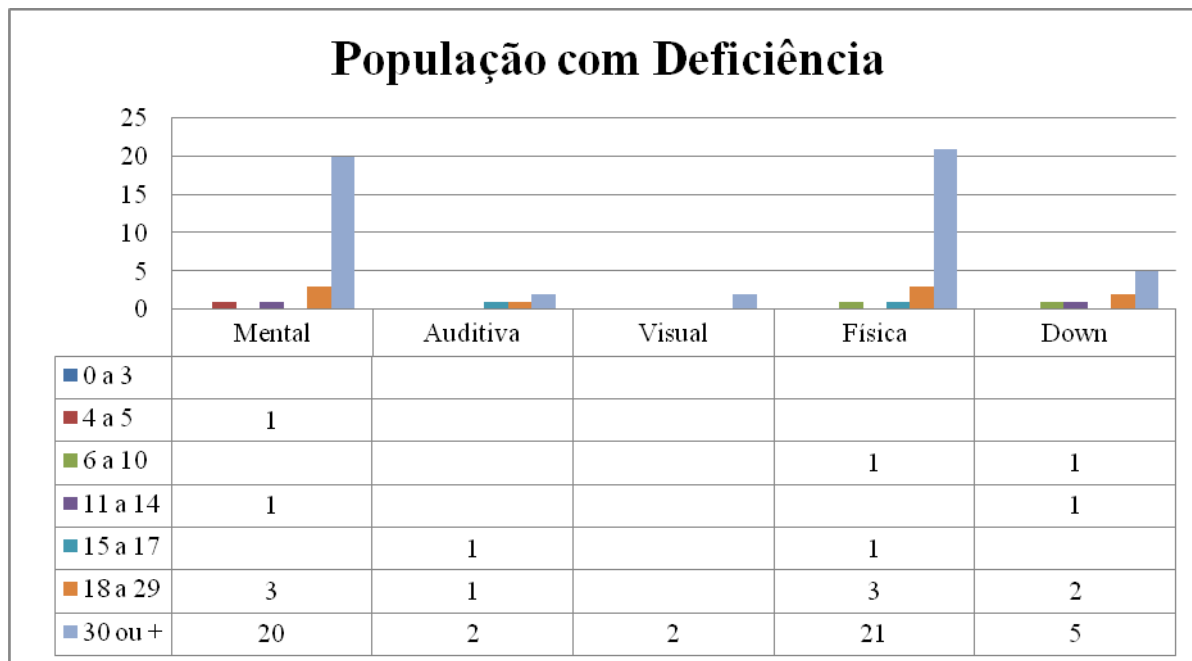




**Figura 10: Atendimento Educação de Jovens e Adultos.**

#### **1.1.5. Educação Especial**

A Educação Especial é entendida como uma modalidade da Educação que percorre toda a Educação Básica e o Ensino superior. Atualmente o município, possui uma população com necessidades especiais de aproximadamente 66 habitantes, sendo que desta população 42 estão matriculados na escola especial APAE, 23 estão na escola regular e 20 estudantes frequentam o período contra turno no atendimento educacional especializado - AEE (figura 12).



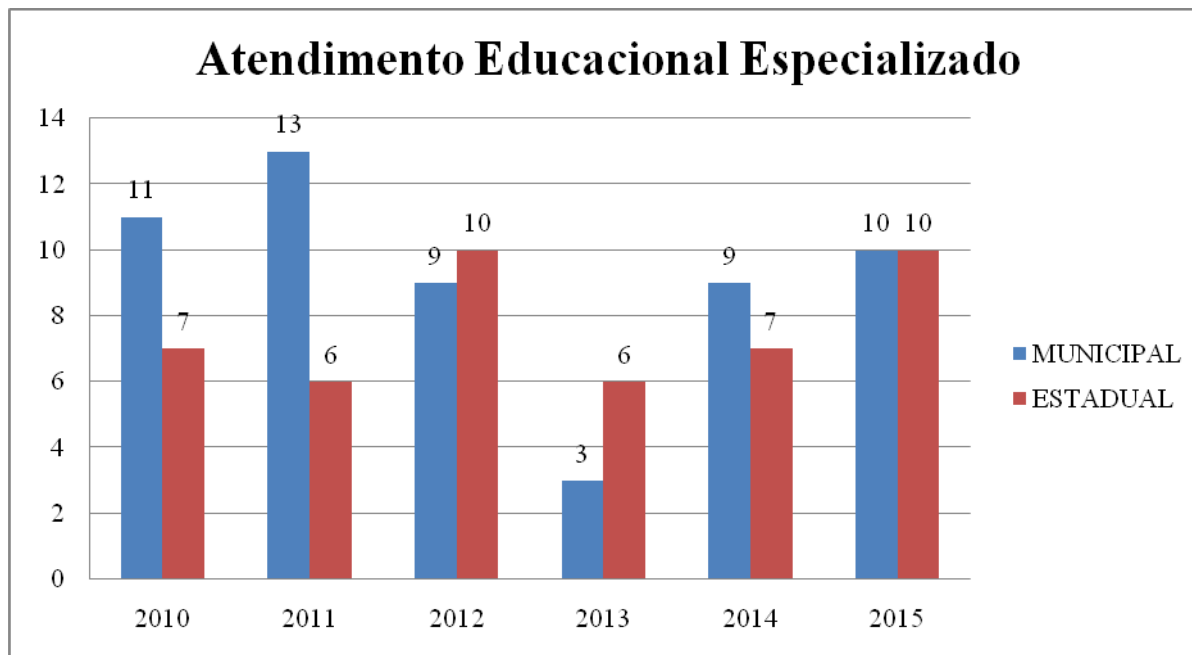
**Figura 11: População com necessidades específicas.**

O Atendimento Especializado é fornecido em escolas municipais, estaduais e filantrópica que possuem convênio com o governo municipal e estadual.

Atualmente, a rede municipal e estadual possui alunos com necessidades educacionais específicas em turmas de ensino regular e turmas de atendimento educacional especializado. O município ainda conta com escola filantrópica (particular) que possui turmas de atendimento educacional especializado e também realiza atendimento de saúde.

#### **1.1.5.1. AEE**

O Atendimento Educacional Especializado é ofertado a todos os alunos em idade escolar, de forma concomitante ao ensino regular. Atualmente, o município possui 20 alunos (figura 12) em atendimento educacional especializado, sendo 10 na rede municipal e 10 na rede estadual.



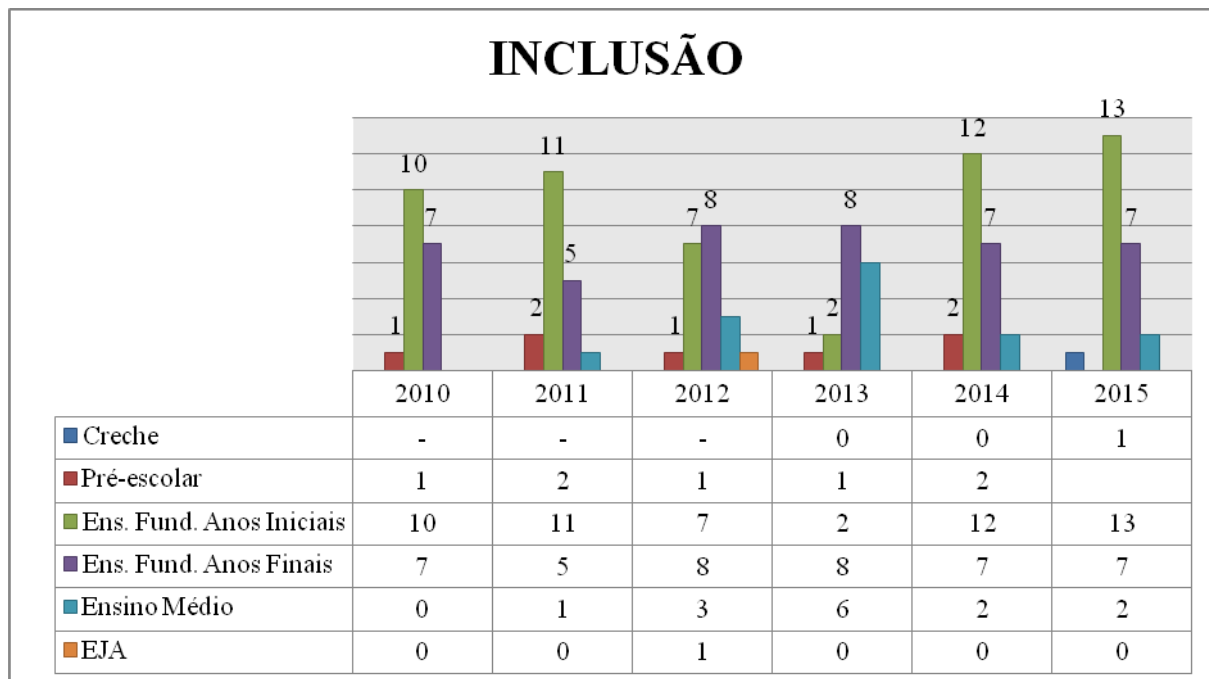
**Figura 12: Atendimento educacional especializado.**

#### **1.1.5.2. Inclusão**

A inclusão de pessoas com necessidades específicas no ensino regular e na educação de jovens e adultos é garantido na legislação federal e estadual, sendo que todas as pessoas portadoras de necessidades específicas deverão frequentar o ensino regular, tendo o governo (Federal, Estadual e Municipal) como responsável por criar estratégias para realizar o atendimento.

Na rede estadual e municipal de ensino há o segundo professor, incluído nas classes de alunos com necessidades específicas, e que o mesmo necessite de atendimento/auxílio de um profissional especializado.

No ano de 2015, o município conta com 23 alunos matriculados e que estão incluídos na rede regular de ensino (figura 13).



**Figura 13: Matrículas de Inclusão.**

#### 1.1.5.3. Atendimento de Saúde

No atendimento educacional para portadores de necessidades específicas, faz-se necessário o atendimento de saúde concomitante com o atendimento educacional, devido às especificidades e necessidades de cada educando. A Rede Municipal de Educação oferece atendimento psicológico, nutricionista e fonoaudiólogo, já a instituição privada realiza atendimento de fisioterapia, psicologia, fonoaudiologia e nutricionista etc.

#### 1.2. Mais Educação:

O município conta com uma escola integrante do Programa Mais Educação. Na escola são realizadas atividades culturais, esportivas e reforço, disponibilizadas aos estudantes no contra turno.

A Escola de Educação Básica Municipal 12 de Maio realiza atendimento com 68 alunos participantes do Programa Mais Educação que recebem Apoio Pedagógico e realizam atividades diversificadas como música, xadrez, Rádio e Coral.

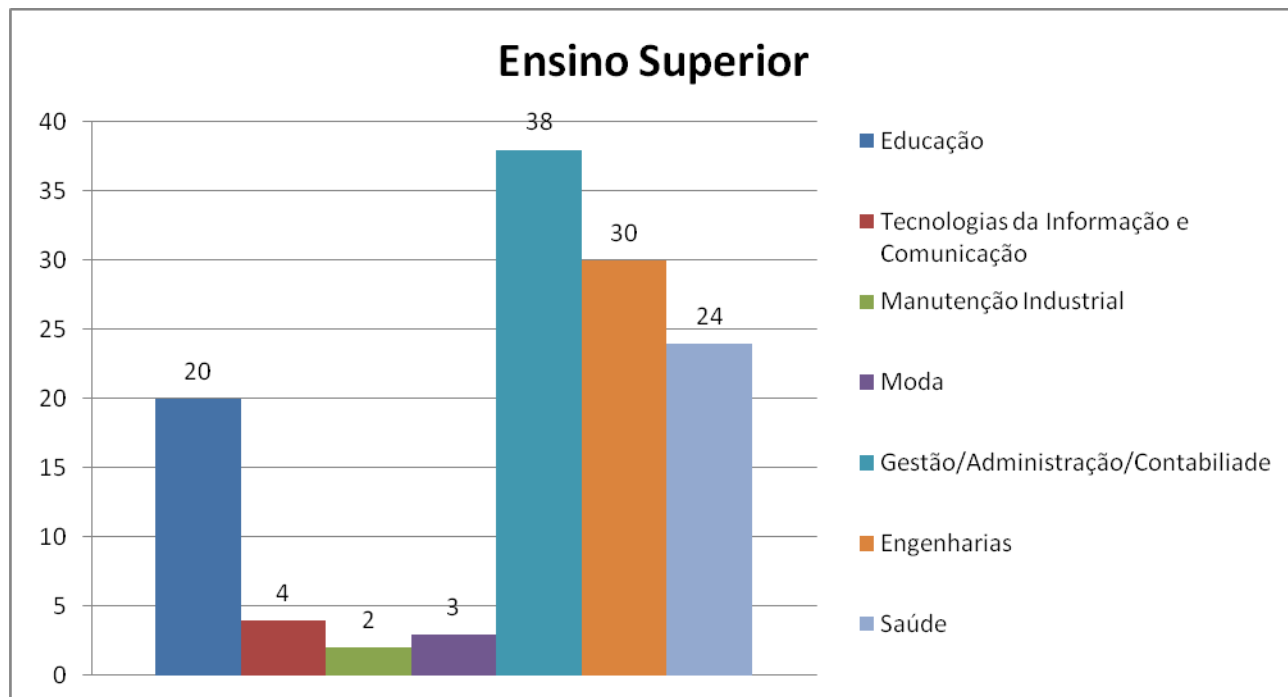
### **1.3. Ensino Superior**

O Ensino superior está previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9394/96), em que organiza o ensino superior em: cursos sequenciais por campo de saber, graduação, pós-graduação e extensão.

O município, atualmente, não conta com campus universitário no município, no entanto está localizado em uma área privilegiada para a continuidade dos estudos, pois contamos com diversas universidades públicas, privadas e comunitárias, que ofertam cursos de Graduação e Pós-graduação na modalidade presencial e EAD, cursos de todas as áreas: Administração, Gestão, Direito, Engenharias, Licenciaturas, Tecnologias da Informação e Comunicação, Saúde e etc, totalizando mais de 70 cursos de graduação. Contamos ainda com 16 cursos de pós-graduação stricto sensu, mestrado e doutorado e mais de 40 cursos de especialização das áreas da saúde, engenharias, direito, administração e educação.

O município possui uma legislação de incentivo à população para a continuidade dos estudos, através do auxílio de transporte universitário ao qual a administração concede o valor de 100% no transporte para o deslocamento da população até as instituições de Ensino Superior de toda a região.

Atualmente, o município conta com 121 adultos regularmente frequentando o ensino superior em cursos da área da educação, administração, gestão, direito, Engenharias, Arquitetura e Urbanismo, saúde, Tecnologia da Informação e Comunicação, Manutenção Industrial e Computação ( Figura 14).



**Figura 14: Ensino Superior.**

## **2. Dados Educacionais**

### **2.1. Rendimento Escolar**

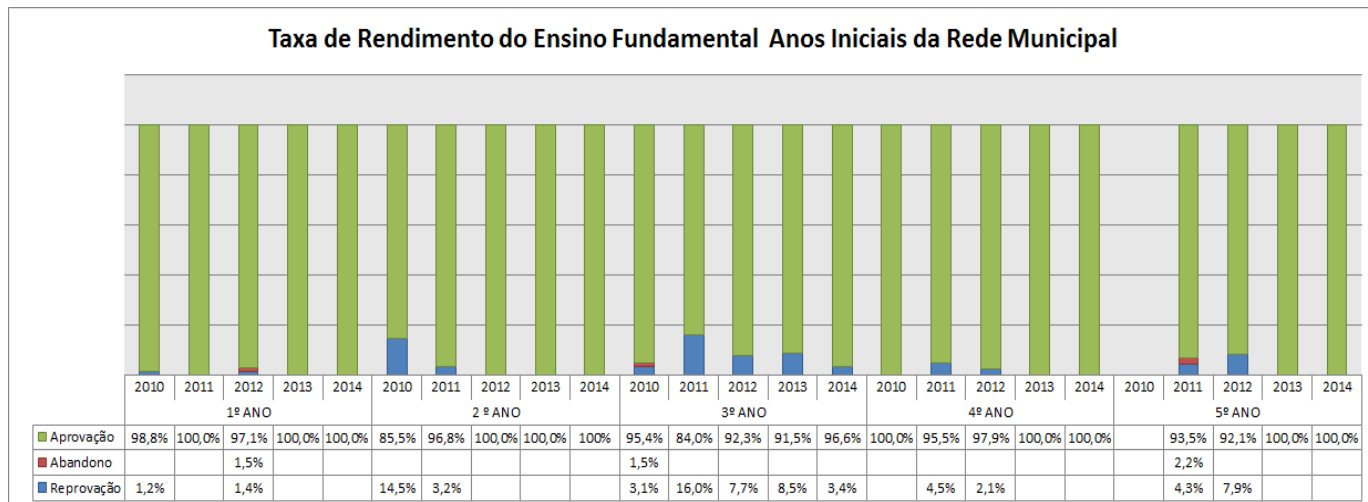
O rendimento escolar é calculado com base no número de alunos matriculados aprovados, matriculados reprovados, e matriculados com status de abandono.

Para fins de mensurar a evasão e a reprovação utilizaremos os seguintes índices:

- Acima de 5%: A situação indica a necessidade de definir estratégias para conter o avanço da evasão escolar e o avanço da reprovação, que consequentemente irá ocasionar em distorção de idade-série.
- Acima de 15%: A situação indica que é preciso intervir no trabalho pedagógico o mais rápido possível, pois muitos estudantes poderão ficar fora da escola. Índices altos de reprovação ou abandono escolar também podem aumentar a distorção idade-série.

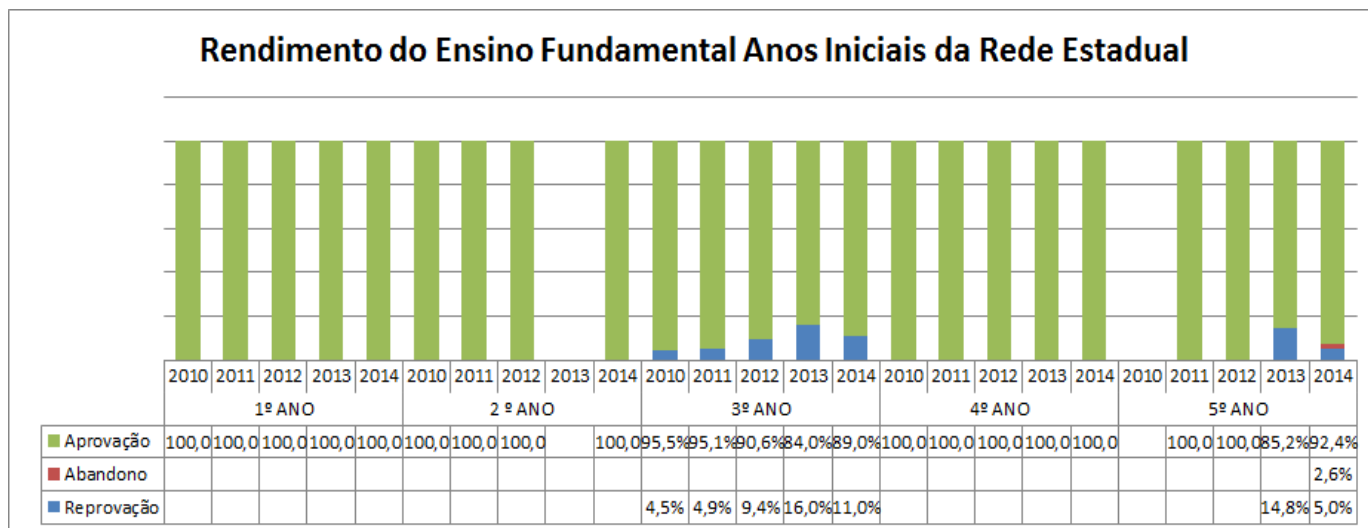


Conforme a Figura 15, no rendimento dos anos iniciais da rede municipal, há uma pequena taxa de evasão em torno de 2%. Com relação a retenção observou-se que os índices aumentam no terceiro e quinto ano do ensino fundamental Anos Iniciais.



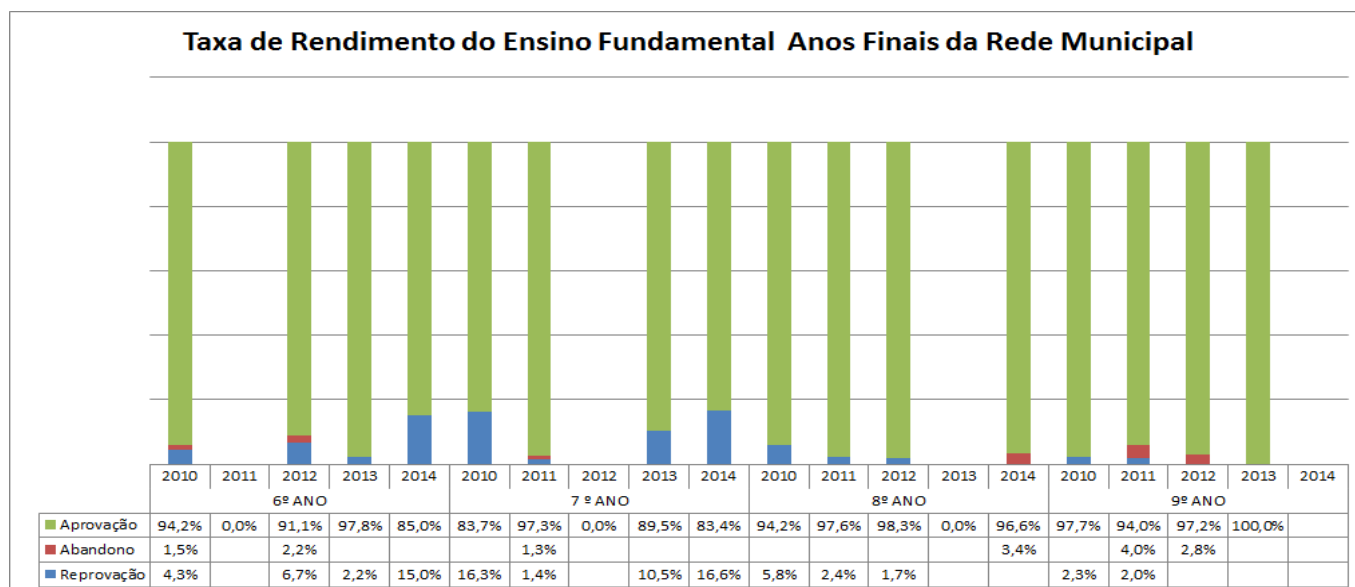
**Figura: 15 Taxa de Rendimento da Rede Municipal (Anos Iniciais).**

A figura 16 apresenta os dados de rendimento dos anos iniciais da rede estadual, neste caso, podemos observar uma taxa de evasão somente no quinto ano de 2,6%. Com relação aos índices de reprovação observou-se que manteve-se nulo até o segundo ano e é possível identificar retenção somente no terceiro e quinto ano do ensino fundamental anos iniciais.



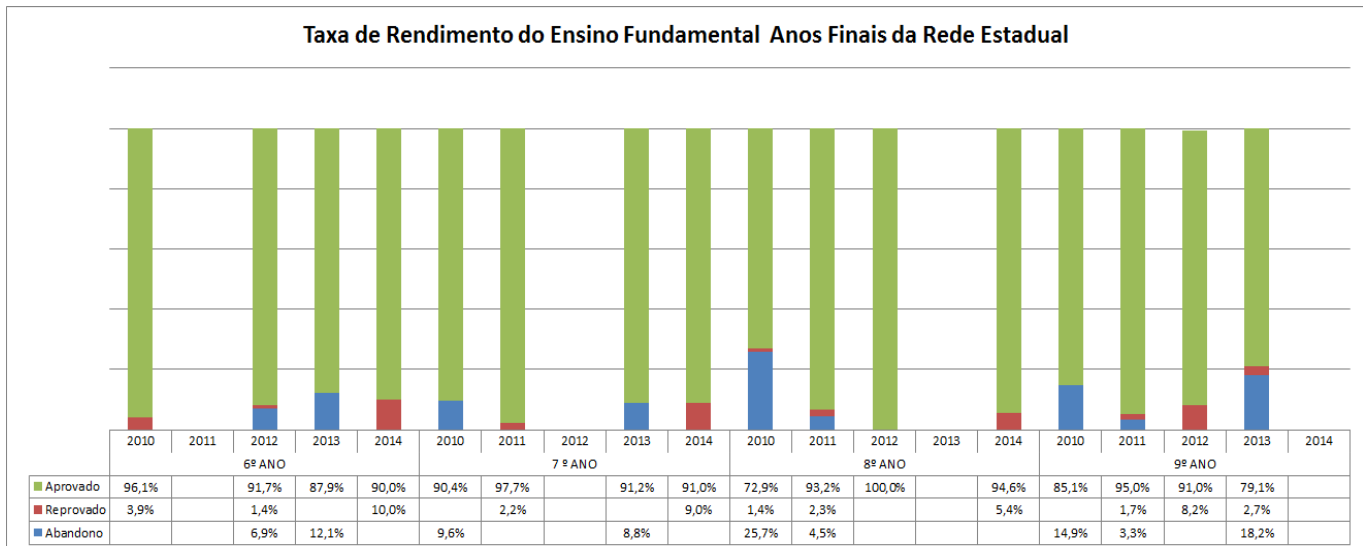
### Figura: 16 Taxa de Rendimento da Rede Estadual (Anos Iniciais).

Conforme a figura 17, no rendimento das turmas de Ensino Fundamental anos finais da rede municipal é possível identificar que já há abandono que se faz necessárias ações para identificar as possíveis causas, e altas taxas de reprovação em todas as séries, sendo necessárias estratégias urgentes para conter tais índices.



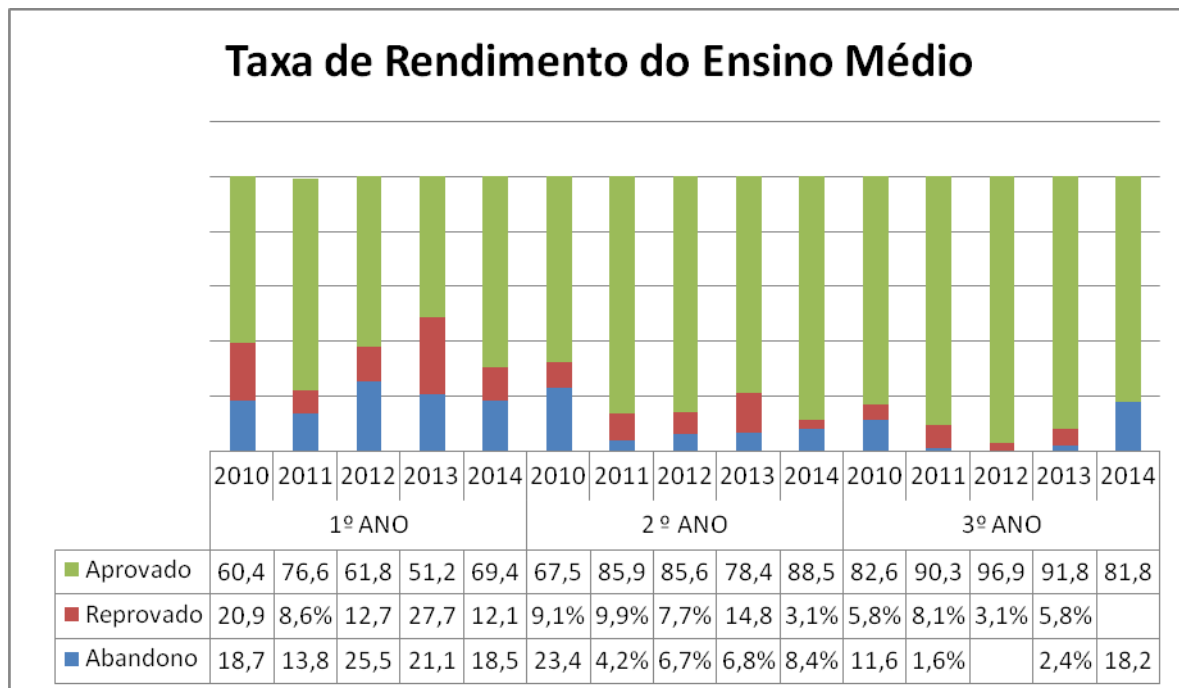
### Figura 17: Taxa de Rendimento da Rede Municipal (Anos Finais).

Ao analisarmos a figura 18, no rendimento das turmas do ensino fundamental anos finais da rede estadual, é possível identificar uma taxa de abandono maior que a da rede municipal, no entanto as taxas de retenção possuem índices melhores, mais ainda elevados.



**Figura 18: Taxa de Rendimento da Rede Estadual (Anos Finais).**

A figura 19 apresenta os dados do rendimento escolar do Ensino Médio da rede estadual de ensino, neste gráfico é possível identificar altas taxas de evasão, principalmente no 1º ano do ensino médio, que em 2014 atingiu 18,5 % e taxas de reprovação elevadas nos dois primeiros anos do ensino médio, índices elevados de abandono e retenção.

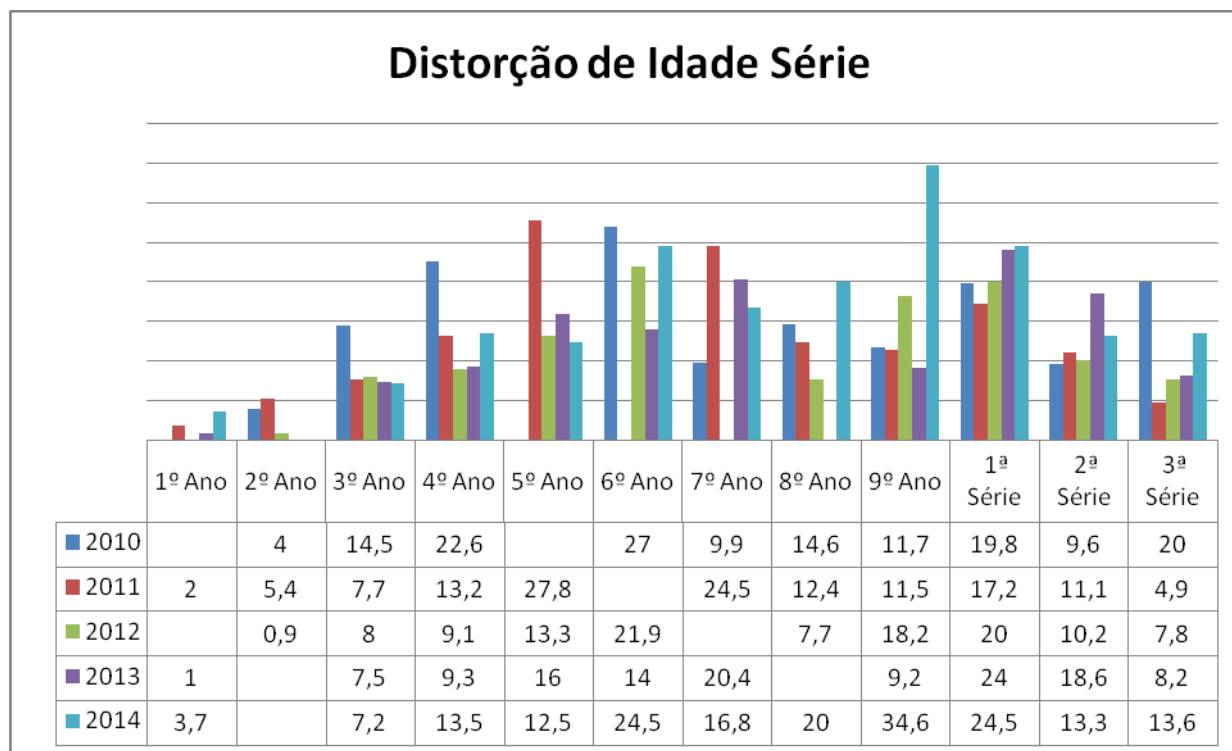


**Figura 19: Rendimento do Ensino Médio da Rede Estadual.**

## 2.2. Distorção da Idade-Série

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP, caracteriza-se como distorção de idade-série aqueles alunos que se encontram com atraso escolar de 2 anos ou mais.

Ao analisarmos a figura 20, podemos realizar uma análise em relação a distorção de idade série dos últimos 5 anos, referente às duas redes de ensino municipal e estadual. A média de distorção do município encontra-se em 15,35%, no entanto, temos grandes oscilações que variam de 3,7% a 34,6%, essas distorções são mais nas turmas de 6º, 7º, 8º e 9º ano do ensino fundamental e 1º ano do ensino médio. Estes índices demonstram a necessidade de políticas públicas educacionais voltadas para a correção da distorção, aliada à qualidade do ensino.

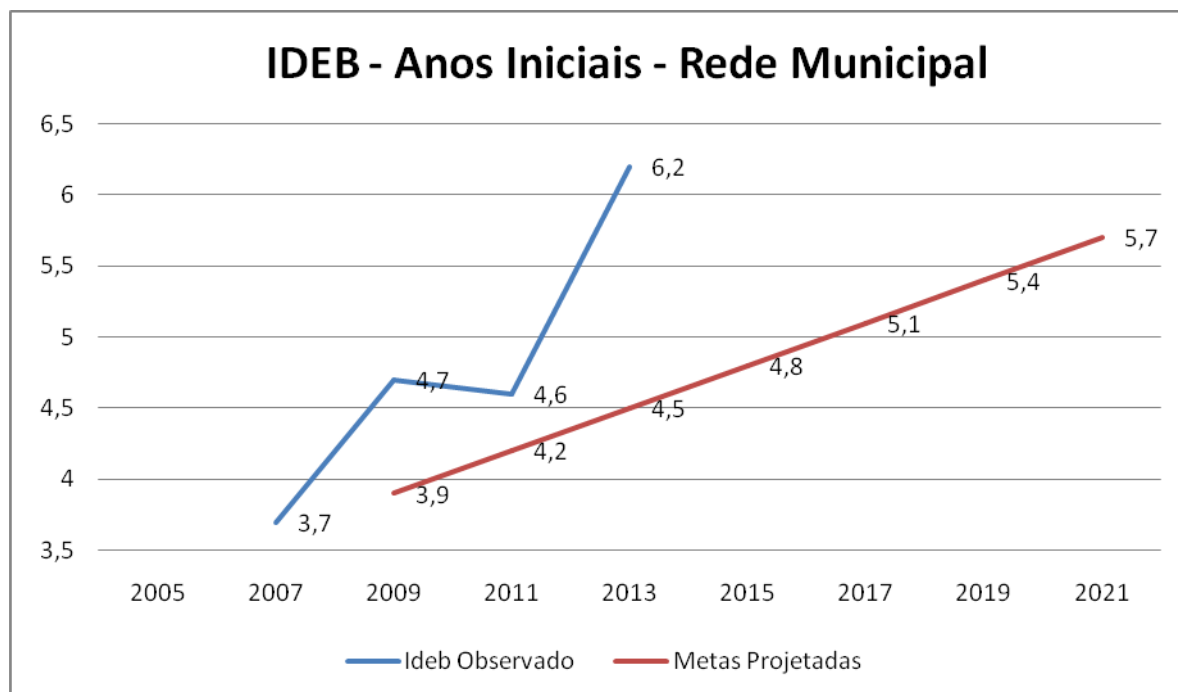


**Figura 20: Distorção de idade série.**

### 3. Índice do Desenvolvimento da Educação Básica

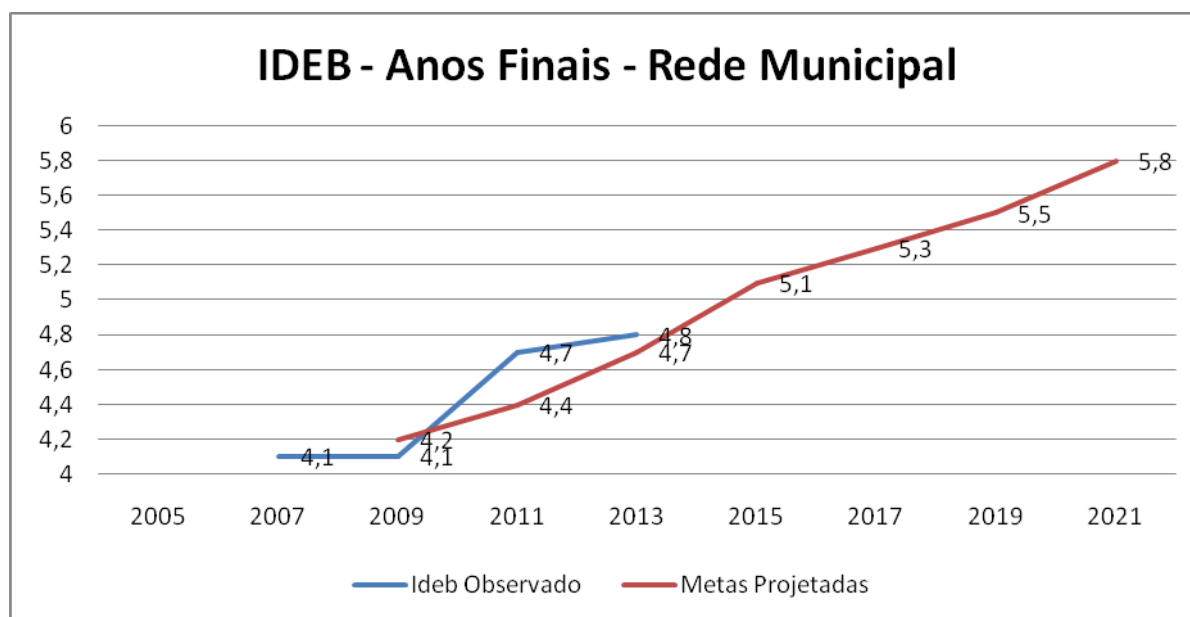
O IDEB é calculado a partir de dois componentes: taxa de rendimento escolar (aprovação) e médias de desempenho nos exames padronizados aplicados pelo Inep. Os índices de aprovação são obtidos a partir do Censo Escolar, realizado anualmente pelo Inep. As médias de desempenho utilizadas são as da Prova Brasil (para IDEBs de escolas e municípios) e do Saeb (no caso dos IDEBs dos estados e nacional).

O município possui um bom Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, chegando a estar acima da média nacional nos anos iniciais do ensino fundamental. Para alcançar esses índices o Governo Federal por meio do MEC estruturou os objetivos bianual do IDEB de cada Estado, Município, Rede e Escola. O IDEB atual do município nos anos iniciais do ensino fundamental encontra-se em 6,2, sendo que a média projetada no ano de 2013 para o município se encontra em 4,5 (Figura 21).



**Figura 21: IDEB observado e Projeção**

Já o IDEB dos anos finais o município encontra-se com média de 4,8 (figura 22), e a média projetada para o ano de 2013 pelo MEC foi de 4,7.



**Figura 22: IDEB observado e Projeção Anos Finais.**

### 3.1. Aprendizado dos Alunos



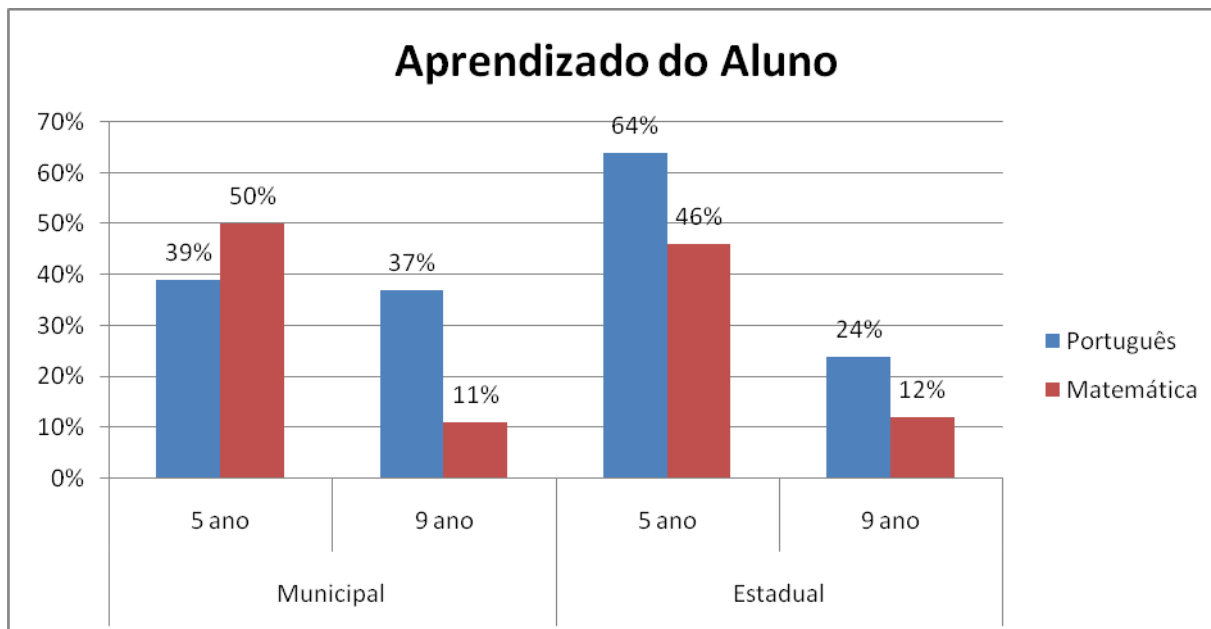
Com base nos resultados da Prova Brasil 2013, é possível calcular a proporção de alunos com aprendizado adequado a sua etapa escolar, em Língua Portuguesa e Matemática, segundo o QEDU<sup>1</sup> da Fundação Lemann, Maracajá obteve os seguintes dados:

- Português:
  - 39% dos alunos da rede municipal e 64% dos alunos da rede estadual de 5º ano do ensino fundamental aprenderam o adequado na competência de leitura e interpretação de textos.
  - 37% dos alunos da rede municipal e 24% dos alunos da rede estadual de 9º ano ou 8ª série, na disciplina de português, aprenderam o adequado na competência de leitura e interpretação de textos.
- Matemática:
  - 50% dos alunos da rede municipal e 46% dos alunos da rede estadual de 5º ano aprenderam o adequado na competência de resolução de problemas.
  - 11% dos alunos da rede municipal e 12% dos alunos da rede estadual de 9º ano ou 8ª série aprenderam o adequado na competência de resolução de problemas.

Conforme verifica-se na figura abaixo.

---

<sup>1</sup><http://www.qedu.org.br/sobre>



**Figura 23: Nível de aprendizagem dos alunos.**

#### **4. Profissionais da Educação**

O município apresenta bom índice de qualificação profissional em relação à média nacional, atualmente contamos com 40,76% dos professores com formação de nível superior, e 53,50% dos profissionais com curso de pós-graduação Lato Sensu, aproximadamente 3,26% dos profissionais com curso de pós graduação Stricto Sensu e 4,45% cursando ensino superior na área da educação (Figura 24).

Atualmente o município conta com Plano de Carreira para todos os profissionais da educação. Este plano contempla a valorização do profissional por titulação e desempenho profissional. O município aplica a lei do Piso Nacional do Magistério na carreira.

Profissionais

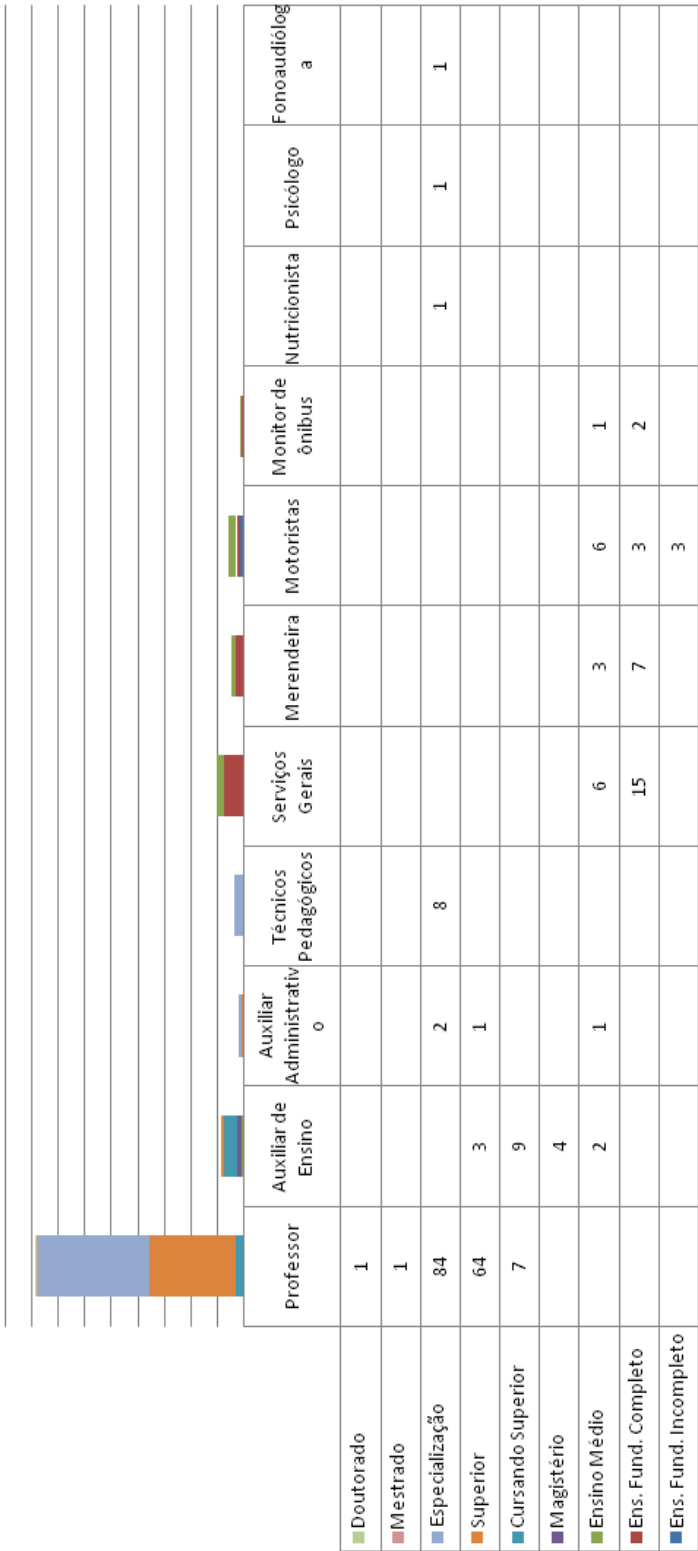
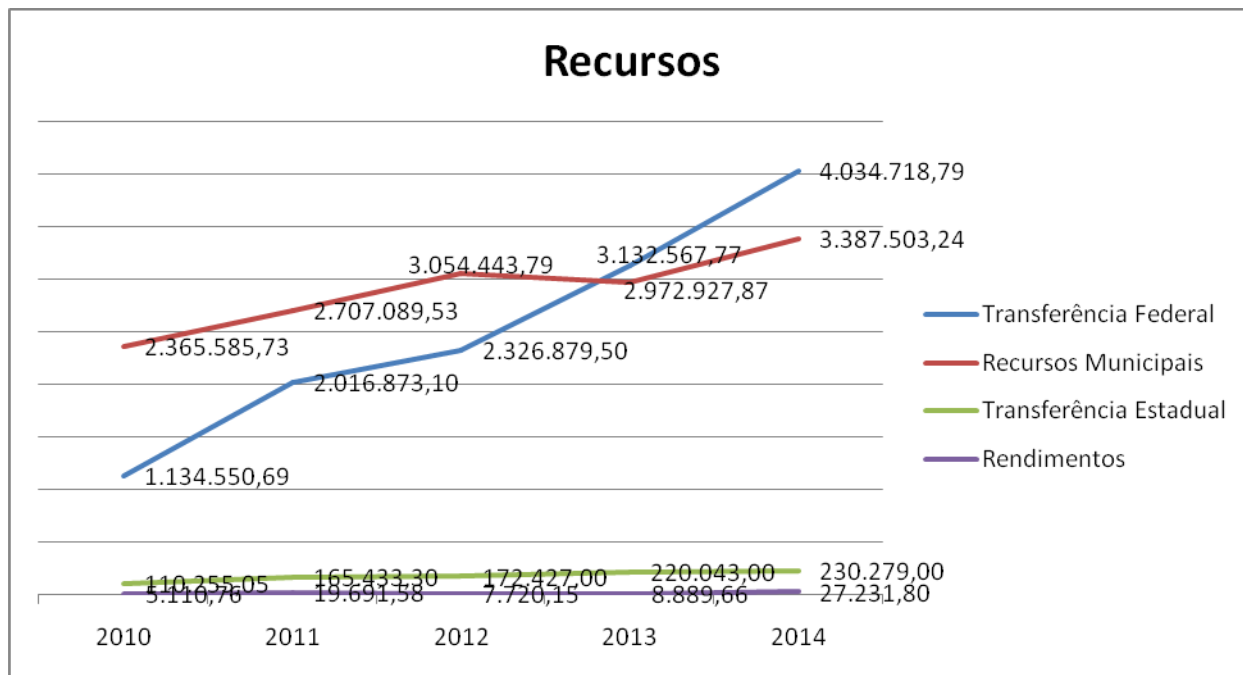


Figura 24: Profissionais da educação.

5. Financiamento Educacional

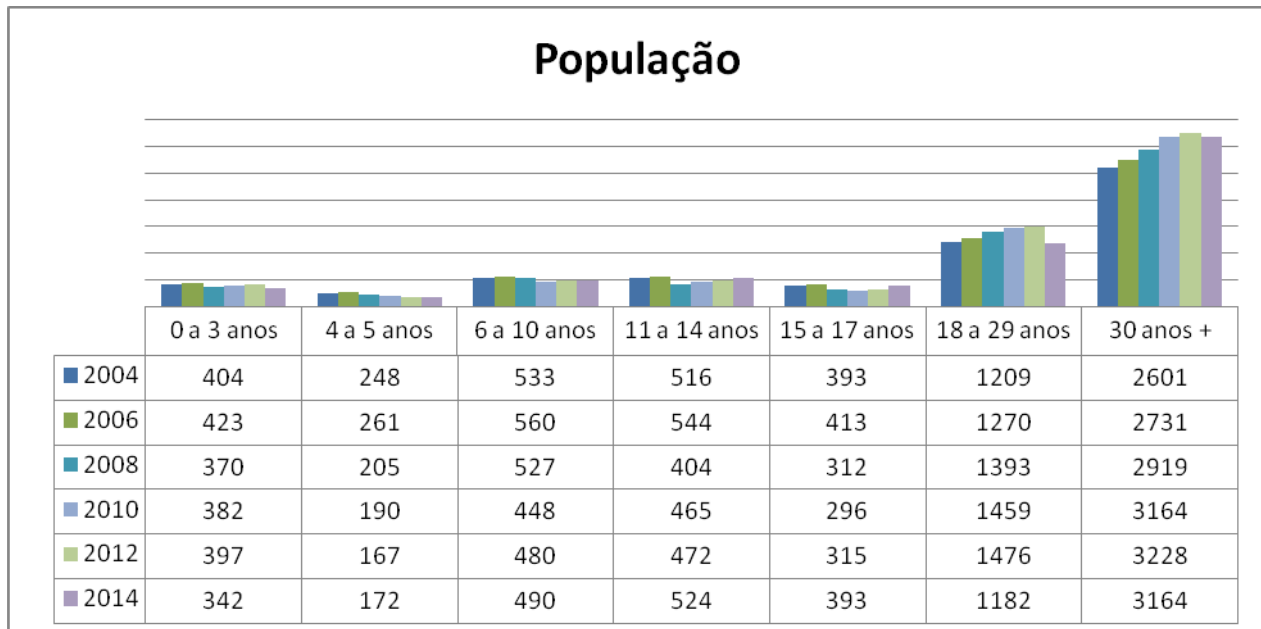
O financiamento educacional previsto na legislação federal se dá através de transferências voluntárias (FUNDEB, PNAE, PNATE, Salário Educação e PDDE), aplicação obrigatórias de 25% da arrecadação, e através de programas e projetos em colaboração com a União e Estado. A figura 25 apresenta a evolução dos recursos aplicados na educação. Há também o Programa Municipal Dinheiro Direto na Escola - PMDDE, que repassa mensalmente as Unidades Executoras recursos financeiros.



**Figura 25: Financiamento Educacional**

## 6. População

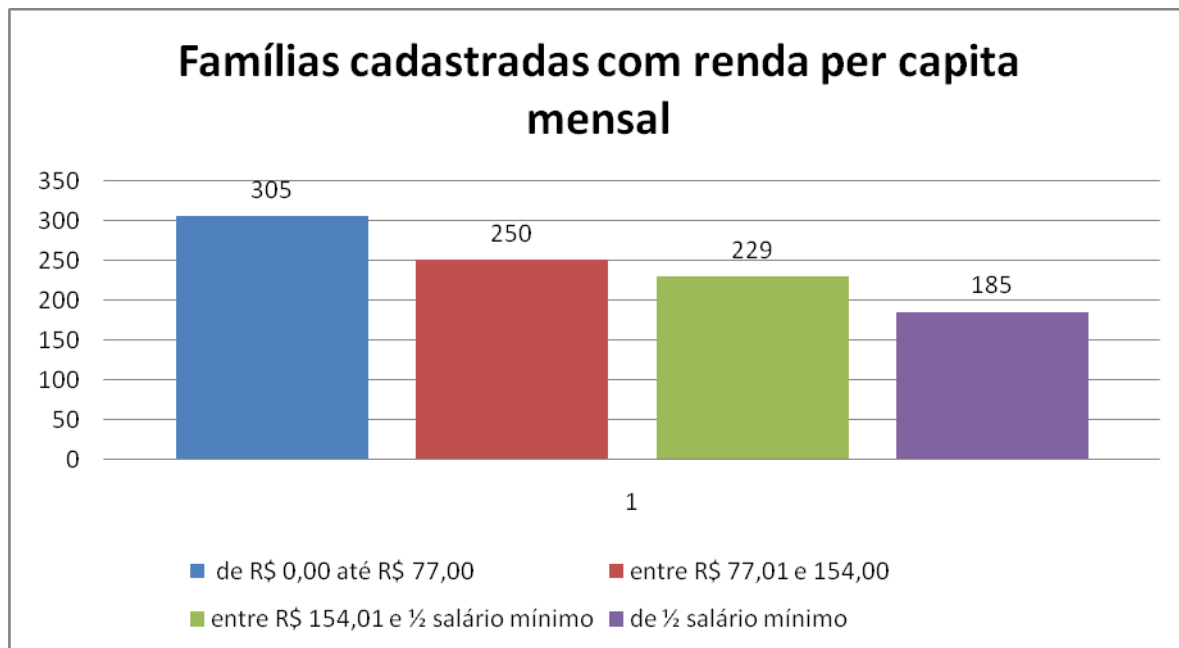
A figura 26 apresenta o crescimento populacional dos últimos 6 anos. Ao analisarmos este gráfico, podemos identificar que a população do município encontra-se em uma constante crescente populacional.



**Figura 26: População Detalhada.**

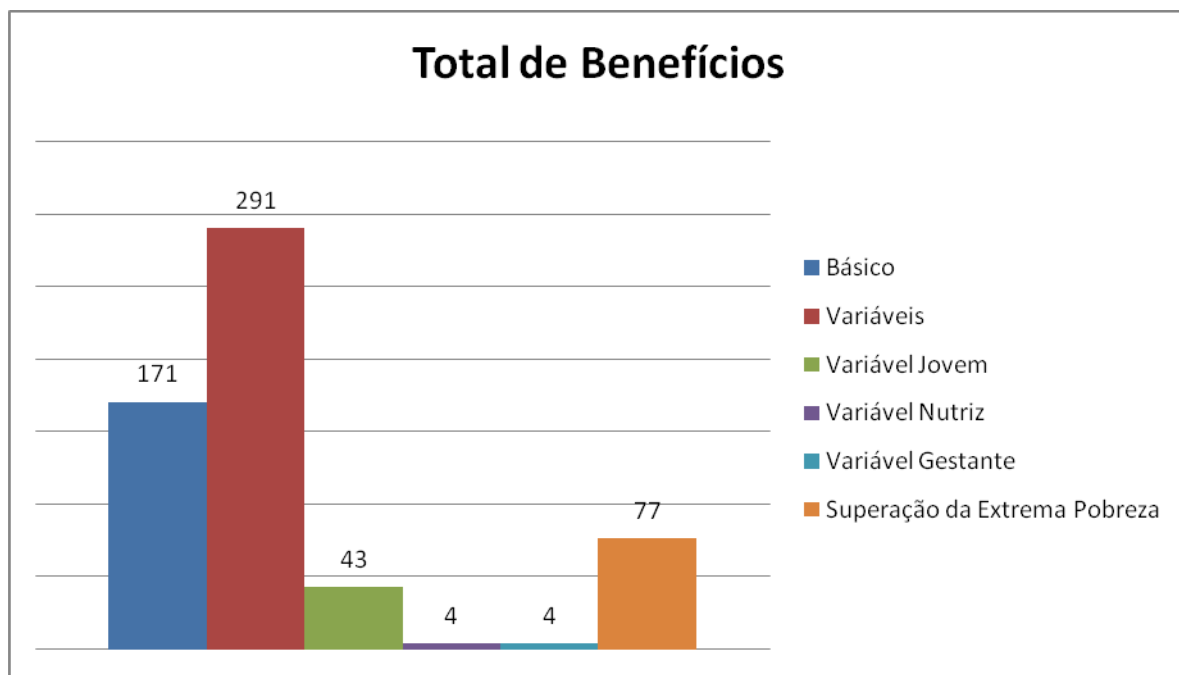
## **7. Social – Programas de Distribuição de Renda da população em Idade Escolar.**

Segundo os dados do Ministério do Desenvolvimento Social, extraídos do Cadastro Único, constante no Relatório de Informação Social, referente os dados de 2014, o município conta com 969 famílias cadastradas no Cadastro Único, sendo que 185 são consideradas em extrema pobreza (figura 27).



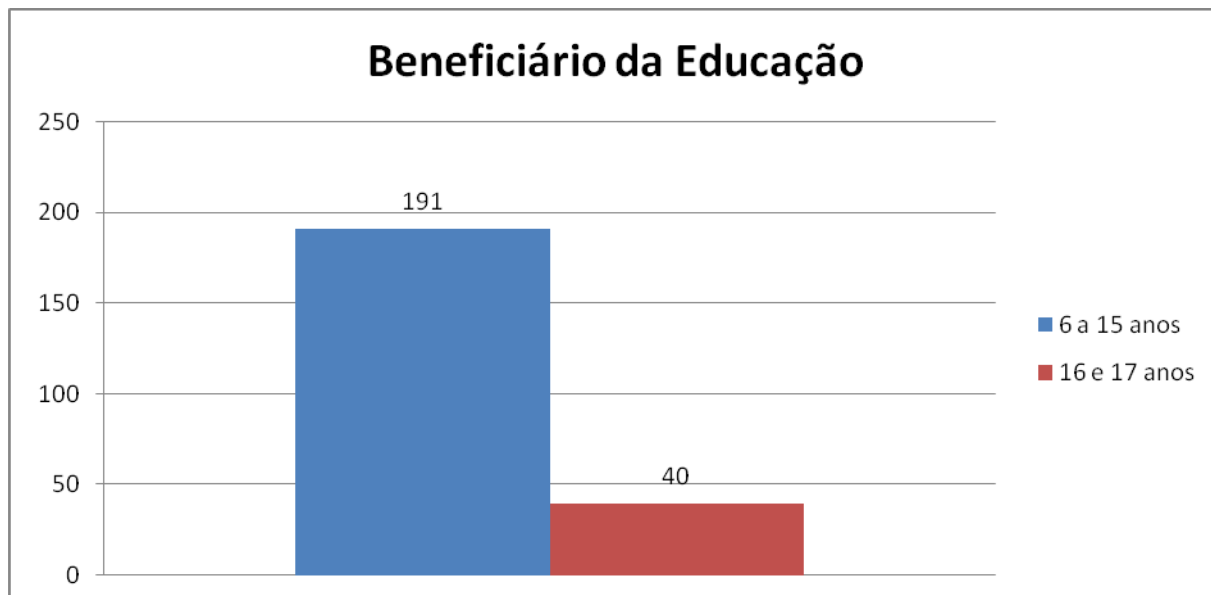
**Figura 27: Famílias Cadastradas no Cadastro Único.**

No ano de 2014 foi registrado 590 beneficiários dos programas de transferências de renda, (figura 28) destes 231 encontravam-se em idade escolar (figura 29).



**Figura 28: Beneficiários de Programas de Transferência de Renda.**





**Figura 29: Público Beneficiário em Idade Escolar.**

## **8. Alimentação Escolar:**

A alimentação escolar do é executada de acordo com a Resolução Nº 26 de 17 de junho de 2013, e possui um Responsável Técnico (nutricionista) de 20h/semanais. Os recursos financeiros são providos do PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar e de recursos próprios do município.

A alimentação escolar atende todos os alunos da rede, matriculados da educação infantil, ensino fundamental e programa Mais Educação, O município conta com auxiliares de serviços gerais, responsáveis pela limpeza e organização das escolas e cozinheiras. Todas são devidamente capacitadas pelo nutricionista.

Os cardápios são devidamente calculados de acordo com a Resolução vigente, ofertando as quantidades necessárias de macro e micronutrientes conforme as faixas etárias. O cardápio oferta alimentos diversificados, contendo produtos regionais como frutas, verduras e tubérculos, valorizando a cultura alimentar regional. Do total

dos produtos adquiridos, pelo menos 30% da aquisição dos alimentos é proveniente da agricultura familiar de acordo com a legislação federal.

A aquisição dos alimentos da alimentação escolar é realizada através de licitações como Pregão para os mercados semestralmente e Chamada Pública para a Agricultura Familiar. Anualmente os alunos da rede municipal de ensino recebem Educação Nutricional e atendimentos de nutrição individualizados pelo nutricionista responsável.

## **9. Transporte Escolar:**

O Município de Maracajá conta com uma frota de transporte escolar composta por 07 ônibus de 48 a 66 lugares e 1 micro-ônibus de 29 lugares, sendo todos semi-novos tendo um total de 08 veículos destinados a atender o transporte escolar. Todos foram adquiridos através do programa caminho da escola em parceria com a Administração Municipal.

Diariamente os veículos percorrem o trajeto escolar, atendendo os estudantes de Maracajá. O governo municipal possui convênio com o governo estadual para transportar alunos da rede estadual. E através do incentivo aos estudantes ao ensino superior o governo municipal transporta gratuitamente alunos para as universidades mais próximas.

O quadro de funcionários do serviço de transporte escolar é composto por 4 motoristas efetivos e 7 motoristas contratados, todos com carteira de habilitação específica para transporte de condutores.

## 10. Conclusões:

Ao realizar o diagnóstico situacional da Educação do município, é possível identificar algumas ações de prioridade do município como:

- Trabalho focado no ciclo de alfabetização e letramento;
- Construir novas estruturas de educação infantil para atender a demanda existente;
- Adaptar a estrutura das escolas para receber os alunos com deficiência;
- Construir a política de educação especial;
- Instituir um programa de formação de professores em novas práticas e abordagens metodológicas;
- Ampliar a estrutura das escolas através da criação de novos espaços educativos;
- Implantação do ensino integral;
- Trabalho multisetorial entre saúde, educação e assistência social no intuito de manter o aluno e evitar a evasão escolar;
- Ampliar o atendimento da educação de jovens e adultos;
- A valorização do profissional da educação;
- Programas que evitem a evasão escolar;
- Programas de correção de fluxo
- Incentivo ao ensino superior.

Esperamos que durante o período de vigência do PME seja possível realização de todas as ações com o intuito de elevar a educação aos padrões de excelência em educação.

## 11. Equipe Técnica do Plano Municipal de Educação:

**Coordenação:**

Denner Lucas Casagrande – Diretor de Educação.

Janaina Ramos – Técnica do Departamento de Educação.

**Demais componentes:**

Elder José Gonçalves - Psicólogo da Rede Municipal.

Lúcio Vânio Moraes - Presidente do Conselho Municipal de Educação.

Fátima da Iria Medeiros - Membro do Conselho Municipal de Educação.

Fátima Regina Leandro - Representante da Educação Especial

Cristiane Masieiro da Rocha - Representante da Educação Especial.

Cleiane Pereira de Souza Serafim - Representante de Diretores das Escolas Municipais.

Rosinéia Aparecida Gonçalves - Representante de Diretores das Escolas Municipais.

Simoni Laurentino Costa - Representante das Escolas Estaduais.

Dirlene da Silva Pedroso - Representante das Escolas Estaduais.

Elinéia Acordi Dodert - Representante da Educação Infantil.

Juliana Dassoler da Silva - Representante da Educação Infantil.

Daniel de Souza - Representante da Educação de Jovens e Adultos.

Karine dos Santos Marques - Representante do Departamento Social.

Fulvia Silva da Rosa - Representante do Departamento de Saúde.

Valmir Carradore - Secretário de Administração e Finanças.

**12. Equipe de Desenvolvimento do Diagnóstico:**

Claudio Junior Lima da Rocha:

**13. Fontes de Dados:**

- Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação -CNTE
- Controladoria Geral da União – CGRU
- Fórum de Educação de Jovens e Adultos de Santa Catarina – FEJA/SC

- Fórum Estadual de Educação –FEE
- Fórum Nacional da Educação – FNE
- Fundação Catarinense de Educação Especial - FCEE
- Fundação Lemann – QEDU
- Fundo das Nações Unidas para a Infância –Unicef
- Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação -FNDE
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE
- Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP;
- Ministério da Educação - MEC
- Ministério da Saúde – MS
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS
- Movimento Todos Pela Educação
- Secretaria de Estado da Educação – SED
- Secretaria de Estado da Saúde
- Secretaria Municipal de Administração - SMA
- Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS
- Secretaria Municipal de Educação - SME
- Secretaria Municipal de Saúde - SMS
- União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – SC

**Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 22 de Junho de 2015.**

***Wagner da Rosa***  
***Prefeito Municipal***

**LEI 1032/2015**

LEI Nº 1032 DE 24 DE JUNHO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ESPECIAL AO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wagner da Rosa, Prefeito Municipal de Maracajá, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Especial ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Maracajá, no valor de R\$ 35.400,00 (trinta e cinco mil, quatrocentos reais), assim classificado:

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Órgão: 14 – FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCÊNCIA

Unidade: 01 – FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCÊNCIA  
Proj. Atividade: 2.025 – Proteção das Crianças em Situação de Risco

3.3.50.00.00.00.00.00.0040 – Aplicações Diretas ..... R\$ 35.400,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão:

I – de orçamento próprio do município de Maracajá para atender a Lei Municipal nº 1017 de 08 de abril de 2015.

Art. 3º O crédito especial de que trata esta Lei terá vigência plurianual podendo ser reaberto no exercício seguinte pelos seus saldos, conforme § 2º do art.167 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 24 de Junho de 2015.

Wagner da Rosa  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração em 24 de Junho de 2015.

Valmir Carradore  
Secretário de Administração

**LEI 1033/2015**

LEI Nº 1033 DE 24 DE JUNHO DE 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A INDENIZAR IMÓVEL QUE MENCIONA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wagner da Rosa, Prefeito Municipal de Maracajá, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir por desapropriação área de terra e respectivas benfeitorias de domínio ou posse de pessoas do imóvel de propriedade da MITRA DIOCESANA DE CRICIÚMA/SC, localizado nesta cidade, a seguir descrito e caracterizado: ÁREA nº 1: imóvel registrado no 1º Tabelionato de Notas, Registro de Imóveis e Protesto da Comarca de Araranguá, Livro nº2, fls. 01 em 1985 sob a matrícula nº 26.571, com área total de 8.240,50 (oito mil, duzentos e quarenta metros e cinquenta e dois centímetros quadrados), com área a desapropriar de 3.409,40 m² (três mil, quatrocentos e nove metros e quarenta centímetros quadrados), de propriedade da Mitra Diocesana de Criciúma, inscrita no CNPJ sob o nº 02.681.642/0001-29.

§ 1º As áreas a que se refere o inciso do artigo 1º deste Decreto destina-se a construção de uma escola.

§ 2º A avaliação do Município atribuiu ao imóvel sem benfeitorias, o valor total de R\$ 15.342,30 (quinze mil, trezentos e quarenta e dois reais, trinta centavos)

Art. 2º É declarada de urgência a desapropriação, para os fins e efeitos do artigo 15, do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941 e imissão provisória do Município de Maracajá na posse do bem referido no artigo 1º deste Decreto.

Art. 3º Constituem parte integrante desta Lei Municipal o mapa de localização e delimitação das áreas relativas aos imóveis objeto do art. 1º, representada pelo anexo I e anexo II.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 22 de junho de 2015.

Wagner da Rosa  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração em 24 de Junho de 2015.

Valmir Carradore  
Secretário de Administração

**LEI COMPLEMENTAR 40/2015**

LEI COMPLEMENTAR Nº 40 DE 22 DE JUNHO DE 2015.

FIXA O VALOR MÍNIMO PARA A REALIZAÇÃO DA COBRANÇA DE DÍVIDA ATIVA DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL ATRAVÉS DE EXECUÇÃO FISCAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wagner da Rosa, Prefeito Municipal de Maracajá, faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica fixado em 01 (um) salário mínimo o valor mínimo para realização da cobrança de Dívida Ativa da Fazenda Pública Municipal através de execução fiscal.

Art. 2º Os valores da Dívida Ativa da Fazenda Pública Municipal inferiores a 01 (um) salário mínimo, ainda não objeto de ajuizamento de Execução Fiscal, serão cobrados administrativamente pelo Poder Público Municipal.

Art. 3º A adoção das medidas previstas nesta Lei Complementar não afasta a incidência de atualização monetária e juros de mora, nem elide a exigência de prova da quitação para com a Fazenda Municipal, quando prevista em Lei.

Art. 4º O Chefe do Poder Executivo Municipal expedirá instruções complementares ao disposto nesta Lei Complementar, inclusive quanto à implantação de programas administrativos específicos para a cobrança dos débitos não sujeito ao ajuizamento das execuções fiscais.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 22 de Junho de 2015.

Wagner da Rosa  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração em 27 de Maio de 2015.

Valmir Carradore  
Secretário de Administração



**LEI COMPLEMENTAR 41/2015**

LEI COMPLEMENTAR Nº 41 DE 24 DE JUNHO DE 2015.

INSTITUI A NOTA FISCAL DE SERVIÇO ELETRÔNICA - NFS-E NO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Wagner da Rosa, Prefeito Municipal de Maracajá, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada e promulgada a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I****DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e****SEÇÃO I****DA DEFINIÇÃO DA NFS-E**

Art. 1º Fica instituída a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica, que deverá ser emitida por ocasião da prestação de serviço.

Parágrafo Único - Considera-se Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e o documento emitido e armazenado eletronicamente em sistema próprio da Prefeitura do Município de Maracajá, Governo do Estado de Santa Catarina ou Governo Federal, com o objetivo de registrar as operações relativas à prestação de serviços, de existência exclusivamente digital, com validade jurídica, mediante autorização de uso fornecida pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

**SEÇÃO II****DOS CONTRIBUINTE OBRIGADOS**

Art. 2º O Poder Executivo, definirá através de Decreto os prestadores de serviço obrigados à emissão da NFS-e.

Parágrafo Único - Os contribuintes, não obrigados, que optarem espontaneamente pela emissão da NFS-e ficarão sujeitos aos dispositivos desta Lei e a sua regulamentação em caráter definitivo e irretratável.

**CAPÍTULO II****DO ACESSO AO SISTEMA DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e****SEÇÃO I****DO ACESSO PELO CONTRIBUINTE**

Art. 3º O acesso ao sistema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, que conterá dados fiscais de interesse dos contribuintes, será realizado mediante a utilização de senha de segurança.

Art. 4º Para obter acesso ao sistema de que trata essa Lei, deverá ser efetuado o cadastramento da solicitação de acesso, por meio da rede mundial de computadores (Internet), no endereço eletrônico [www.maracaja.sc.gov.br](http://www.maracaja.sc.gov.br).

Art. 5º Após a solicitação de acesso, na conformidade do artigo 4º desta Lei e comprovação, pela Secretaria Municipal de Administração, da regularidade das informações, proceder-se-á o desbloqueio do acesso e, em seguida será encaminhado, via correio eletrônico (e-mail), para o solicitante, a mensagem referente ao resultado da solicitação de acesso ao sistema da NFS-e.

§ 1º No caso de se constatar qualquer inconsistência nas informações prestadas, a pessoa física ou jurídica interessada na obtenção da senha será informada, via correio eletrônico (e-mail) fornecido no cadastramento, para, no prazo de até dez (10) dias, tomar as providências necessárias ao seu desbloqueio.

§ 2º Decorrido o prazo de que trata o parágrafo anterior, sem que

sejam tomadas as providências mencionadas, a pessoa física ou jurídica terá a solicitação de desbloqueio automaticamente rejeitada, caso em que o interessado deverá promover novo cadastramento.

Art. 6º A senha de acesso representa a assinatura eletrônica da pessoa física ou jurídica cadastrada, sendo pessoal e intransferível, podendo ser alterada a qualquer tempo pelo seu detentor.

Art. 7º Será cadastrada apenas uma senha de segurança para cada estabelecimento prestador, levando-se em consideração o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ ou número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF junto ao Ministério da Fazenda, desde que estejam em situação cadastral regular e ativa perante a Receita Federal, Estadual e Municipal.

§ 1º A liberação de acesso fornecida à pessoa jurídica, será concedida ao representante legal indicado no formulário "SOLICITAÇÃO DE ACESSO", e conterá as seguintes funções:

I - habilitar ou desabilitar usuários do sistema da NFS-e;

II - gerar, cancelar, imprimir notas fiscais eletrônicas, emitir relatórios, gerar guias de pagamento, entre outros.

§ 2º A senha de acesso será bloqueada de ofício sempre que for constatada qualquer irregularidade fiscal junto a Prefeitura do Município de Maracajá.

Art. 8º A pessoa detentora da senha de acesso será responsável por todos os atos praticados no sistema da nota fiscal eletrônica, bem como pelos usuários habilitados ou vinculados e que atuem em seu nome.

**SEÇÃO II****DO ACESSO PELA ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA**

Art. 9º O acesso ao sistema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e que conterá dados fiscais de interesse da Administração Fazendária Municipal, será realizado mediante a utilização de senha de acesso.

Art. 10 A senha de acesso prevista do artigo anterior, será outorgada aos Fiscais de Tributos, bem como, ao Gerente de Fiscalização ou a quem ele delegar por ato legal, a qual conterá as seguintes funções:

I - Habilitar e desabilitar usuários;

II - Criar ou modificar perfis de utilização do sistema;

III - Incluir e excluir informações de interesse do contribuinte e da Administração Fazendária no portal da NFS-e.

Art. 11 Aos funcionários da Administração Fazendária será permitido acesso ao sistema da NFS-e conforme o perfil habilitado levando-se em consideração a função exercida.

**CAPÍTULO III****DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-E**

Art. 12 O conteúdo da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, campos de dados e codificações necessárias serão estabelecidos mediante Decreto.

Art. 13 A NFS-e deve ser emitida "on-line", por meio da Internet, no endereço eletrônico "<http://www.maracaja.sc.gov.br>", mediante a liberação de acesso.

Parágrafo Único - A NFS-e poderá ser impressa em tantas vias quantas se fizerem necessárias, devendo inclusive ser enviada por correio eletrônico ("e-mail") ao tomador de serviços.

Art. 14 As notas fiscais eletrônicas emitidas poderão ser consultadas e impressas, nos meios eletrônicos da Secretaria Municipal, na forma do Decreto regulamentador.

Art. 15 Todo estabelecimento prestador é obrigado a gerar notas fiscais no momento da prestação de serviços, independente do recebimento do mesmo.

#### SEÇÃO I DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-E POR PESSOA FÍSICA

Art. 16 É facultada às pessoas físicas inscritas no Cadastro Mobiliário Municipal, solicitar a geração e a impressão da NFS-e na sede da Secretaria Municipal.

§ 1º A emissão da NFS-e pelo contribuinte não inscrito no Cadastro Mobiliário Municipal será condicionada ao pagamento do ISQN devido.

§ 2º Enquanto não implementada definitivamente a NFS-e, as regras do parágrafo primeiro também serão aplicadas as Nota Fiscal Avulsa emitida nas dependências da Secretaria Municipal.

Art. 17 A NFS-e na forma dos artigos anteriores será gerada por intermédio da senha específica do funcionário da Secretaria, destacado para este fim.

Parágrafo Único - A liberação para impressão da NFS-e dar-se-á mediante comprovação do recolhimento do tributo.

#### SEÇÃO II DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇO MUNICIPAL - NFS-E POR BANCOS E DEMAIS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS AUTORIZADAS A FUNCIONAR PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL

Art. 18 Os bancos e demais instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ficam dispensados de gerar notas fiscais eletrônicas de serviços municipais - NFS-e.

#### SESSÃO III DO CANCELAMENTO DA NFS-E

Art. 19 A NFS-e poderá ser cancelada pelo emitente, por meio do sistema informatizado ("online"), no endereço eletrônico <http://www.maracaja.sc.gov.br>, na rede mundial de computadores (Internet), antes do pagamento ou vencimento do imposto, seja ele por retenção ou não.

§ 1º Após o pagamento do imposto a NFS-e somente poderá ser cancelada por meio de processo administrativo fiscal regular, no qual deverão ser apresentadas as razões que motivaram o pedido.

§ 2º Havendo o cancelamento da NFS-e, o contribuinte deverá registrar eletronicamente, em campo próprio, os motivos que levaram a anulação do documento, momento em que o sistema enviará automaticamente mensagem eletrônica ao tomador do serviço noticiando a operação.

§ 3º O documento cancelado permanecerá armazenado na base do sistema da NFS-e e sobre ele deverá ser inserida marca identificando a invalidade do mesmo.

Art. 20 Não se admite cancelamento da NFS-e em razão do não recebimento do preço do serviço, sendo o imposto devido em razão da prestação do serviço.

#### CAPITULO IV DO RECIBO PROVISÓRIO DE SERVIÇO – RPS

##### SESSÃO I A DEFINIÇÃO DE RPS E SUA UTILIZAÇÃO

Art. 21 Nos casos previstos nesta Lei, a pessoa jurídica prestadora de serviços poderá emitir Recibo Provisório de Serviços - RPS, que posteriormente deverá ser substituído por NFS-e.

Parágrafo Único - Entende-se por Recibo Provisório de Serviços - RPS, o documento fiscal impresso de cunho temporário, tendente a acobertar operações desprovidas da geração regular da NFS-e, o qual terá seu conteúdo estabelecido por Decreto.

Art. 22 O Recibo Provisório de Serviços - RPS poderá ser utilizado nas seguintes hipóteses:

- I - adoção pelo contribuinte de regimes especiais;
- II - prestações de serviços efetuadas fora do estabelecimento prestador;
- III - impossibilidade de acesso à página eletrônica da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica;
- IV - para operacionalizar a atividade em caso de excesso de emissão de NFS-e;
- V - prestadores de serviços que não disponham em seus estabelecimentos de acesso à rede mundial de computadores (internet).

Art. 23 O RPS poderá ser confeccionado ou impresso em sistema próprio do contribuinte, na forma e modelo desejado, devendo conter todos os dados previstos no Decreto regulamentador.

§ 1º O RPS deverá ser emitido em 2 (duas) vias, sendo a 1ª (primeira) entregue ao tomador de serviços, ficando a 2ª (segunda) em poder do emitente.

§ 2º O RPS deve ser emitido com a data da efetiva prestação dos serviços.

§ 3º A numeração do RPS deverá iniciar a partir do número 01, quando o contribuinte iniciar suas atividade, após a implantação da NFS-e, sendo vedado repetir a numeração.

§ 4º Para quem já é emitente de nota fiscal convencional, o RPS deverá manter a seqüência numérica do último documento fiscal emitido.

§ 5º As notas fiscais convencionais já confeccionadas poderão ser utilizadas até o término dos blocos impressos ou inutilizadas pela unidade competente da Secretaria Municipal, a critério do contribuinte.

§ 6º Caso o estabelecimento tenha mais de 1 (um) equipamento emissor de RPS, a série deverá ser capaz de individualizar os equipamentos.

§ 7º Para operacionalizar o disposto neste artigo, a Secretaria Municipal de Receita e Regularização Fundiária disponibilizará o "layout" do sistema da NFS-e no portal eletrônico [www.maracaja.sc.gov.br](http://www.maracaja.sc.gov.br).

Art. 24 O RPS deverá possuir prévia Autorização de Impressão para documento fiscal - AIDF.

##### SESSÃO II DA CONVERSÃO DO RPS EM NFS-E

Art. 25 Emitido o RPS, este deverá ser convertido em Nota Fiscal de Serviços Eletrônica até o 5º (quinto) dia subsequente ao de sua emissão.

§ 1º Nos casos em que o tomador de serviços for o responsável tributário, na forma da legislação vigente, o prazo disposto no "caput" deste artigo não poderá ultrapassar o dia 5 (cinco) do mês seguinte ao da prestação de serviços.

§ 2º O prazo previsto no "caput" deste artigo inicia-se no dia útil seguinte ao da emissão do RPS, postergando-se para o próximo dia útil caso vença em dia não útil.

§ 3º A não conversão ou conversão fora do prazo do RPS em NFS-e, sujeitará o prestador de serviços às penalidades previstas no Art. 38 do Capítulo VI desta Lei.

§ 4º Também deverão ser convertidos em uma NFS-e as notas fiscais convencionais já confeccionadas.

§ 5º A não substituição do RPS pela NFS-e equipara-se à não emissão de nota fiscal convencional.

§ 6º Aplica-se o disposto neste artigo às notas fiscais convencionais já confeccionadas que venham a ser utilizadas na conformidade desta Lei.

Art. 26 Fica o prestador de serviço obrigado, após a conversão do RPS, de enviar a NFS-e impressa ou em meio magnético ao tomador dos serviços.

### SEÇÃO III DO SISTEMA DE "EMISSÃO DE CUPOM FISCAL - ECF"

Art. 27 O Cupom Fiscal para os estabelecimentos que exerçam as atividades mistas de venda de mercadorias ou bens e prestação de serviços sujeitas ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, enquadradas para utilização e emissão de seus documentos fiscais por equipamento Emissor de Cupom Fiscal - ECF, pela Legislação Estadual - RICMS/SC, deverá observar o seguinte:

I - a autorização para utilização e emissão de Cupom Fiscal - ECF será em regime especial, após comprovada a autorização de uso pelo Fisco Estadual;

II - as normas referentes ao equipamento Emissor de Cupom Fiscal - ECF e sua emissão, serão observadas segundo os dispositivos definidos na Legislação Municipal do ISS e na Legislação Estadual vigente - RICMS/SC;

III - a autorização para adoção do Cupom Fiscal não dispensa o contribuinte das demais obrigações acessórias definidas na Legislação Municipal do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN.

Art. 28 As pessoas jurídicas que emitirem Cupom Fiscal ficam dispensadas de emitir a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica.

### SEÇÃO IV DA CONVERSÃO DA NOTA FISCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM RPS

Art. 29 A partir da vigência desta Lei, todas as notas fiscais convencionais de prestação de serviços não emitidas, converter-se-ão em RPS, podendo ser utilizadas por tempo indeterminado e sua numeração seguirá o da última nota fiscal emitida de forma convencional anteriormente ao início de vigência desta Lei.

§ 1º Quando da utilização da nota fiscal equiparada a RPS, fica o prestador dos serviços obrigado a inserir no corpo do documento a seguinte mensagem: "A OPERAÇÃO CONSTANTE NESTE DOCUMENTO, SERÁ CONVERTIDA EM NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS PREVISTO NA

### LEGISLAÇÃO VIGENTE."

§ 2º As notas fiscais convencionais de prestação de serviço já emitidas deverão ser guardadas até que ocorra prescrição e ou decadência dos créditos fiscais delas decorrentes.

### CAPÍTULO V SEÇÃO I

DO RECOLHIMENTO DO ISQN RETIDO NA FONTE RELATIVO AO RPS NÃO CONVERTIDO "DECLARAÇÃO DENÚNCIA DE NÃO CONVERSÃO DE RPS - DDNC".

Art. 30 Fica instituída a "Declaração Denúncia de Não Conversão de RPS - DDNC", de acordo com o disposto nesta Seção.

Art. 31 As pessoas jurídicas tomadoras de serviços que receberem Recibos Provisórios de Serviços (RPS), ficam obrigadas a gerar a DDNC, na hipótese do prestador de serviço não converter o referido documento em NFS-e, nos prazos fixados no art. 28 desta Lei.

Art. 32 A DDNC deverá ser gerada mensalmente, antes do pagamento do imposto retido.

Parágrafo Único - O descumprimento ao disposto neste artigo implicará na incidência de multa prevista no inciso II do artigo 37 desta Lei.

Art. 33 A DDNC deverá conter todos os dados necessários para a identificação do prestador e do tomador dos serviços, tais como:

- I - CPF/CNPJ do prestador;
- II - endereço do prestador e do tomador;
- III - CPF/CNPJ do tomador;
- IV - e-mail do tomador;
- V - o valor dos serviços prestados;
- VI - o enquadramento na lista de serviços; e
- VII - número do RPS não convertido e respectiva data de emissão.

### SEÇÃO II DA INSUFICIÊNCIA OU NÃO RECOLHIMENTO DO ISQN

Art. 34 A geração da NFS-e constitui declaração de confissão de dívida do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN incidente na operação, ficando a falta ou insuficiência de seu recolhimento sujeita à cobrança administrativa ou judicial.

### CAPÍTULO VI DAS PENALIDADES

Art. 35 Nas infrações relativas à NFS-e, aplicar-se-á multa no valor igual a:

I - 160,00 (cento e sessenta reais) para cada NFS-e não emitida ou de outro documento ou declaração exigida pelo Fisco Municipal;

II - 480,00 (quatrocentos e oitenta reais) para cada emissão indevida de NFS-e tributáveis como isentos, imunes, ou não tributáveis;

III - 293,00 (Duzentos e noventa e três reais) para cada NFS-e Municipal indevidamente cancelada.

Art. 36 Nas infrações relativas à emissão de RPS, aplicar-se-á multa de valor igual a:

I - 160,00 (cento e sessenta reais) para cada RPS emitido e não convertido em NFS-e, no prazo legal;

II - 160,00 (cento e sessenta reais) para cada RPS não convertido em NFS-e e não informado pelo tomador dos serviços nos prazos regulamentados.

Parágrafo Único - A conversão espontânea do RPS realizada após o prazo estabelecido no artigo 28 da presente Lei, implicará em multa diária correspondente a 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) até atingir o máximo de 20% (dez por cento) do valor do imposto, se realizado até o 30º (trigésimo) dia de atraso.

Registrada e Publicada a presente Lei Complementar na Secretaria de Administração em 24 de Junho de 2015.

Valmir Carradore  
Secretário de Administração

Art. 37 Sem prejuízo de outras imputações fiscais e penais, configura crime de estelionato e outras fraudes, bem como de falsidade ideológica, o uso indevido do sistema de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, tendente a acobertar operações de prestação de serviços inexistentes, com o objetivo de:

I - aumentar a renda para efeito de financiamentos e congêneres;  
II - registrar despesas ou créditos indevidos a tributos federais, estaduais ou municipais.

Parágrafo Único - A infração ao presente artigo será punida com multa igual a 690,00 (seiscentos e noventa reais).

## CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 38 Para efeito desta Lei, entende-se por processo administrativo regular, todo aquele instaurado via protocolo central da Prefeitura do Município de Maracajá pelo contribuinte mediante pedido formal e fundamentado, com o objetivo de corrigir erros nos dados lançados da NFS-e.

Parágrafo Único - O processo administrativo referido neste artigo, somente se admite antes de instaurado processo regular de fiscalização.

Art. 39 A data inicial para a utilização obrigatória do sistema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) e os contribuintes abrangidos serão definidos em Decreto.

Art. 40 Fica estabelecido um período de transição de 60 (sessenta) dias a contar da data da obrigatoriedade do uso da NFS-e, para os contribuintes utilizarem o sistema sem que as operações irregulares impliquem nas penalidades previstas no Capítulo VI desta Lei.

Parágrafo Único - As irregularidades cometidas no decurso do período de transição deverão ser corrigidas pelo contribuinte em até 60 (sessenta) dias após a data de sua ocorrência, sob pena de se sujeitarem às sanções previstas no Capítulo VI desta Lei.

Art. 41 As declarações mensais dos contribuintes que utilizem notas fiscais eletrônicas NFS-e, notas fiscais eletrônicas conjugadas emitidas no sistema da Secretaria de Estado da Fazenda, e cupom fiscal (ECF), devem ser assinadas digitalmente pelo representante legal da empresa, preposto autorizado, ou pelo contador.

Parágrafo Único - Havendo viabilidade técnica, poderá ser substituída a exigência do caput quanto à notas fiscais eletrônicas NFS-e, emitidas pelo sistema do Município, pela assinatura digital em cada nota, mediante decreto regulamentador.

Art. 42 Os casos especiais de emissão de notas fiscais eletrônicas NFS-e serão dirimidos e regulados por atos do Secretário Municipal.

Art. 43 Esta Lei Complementar revoga as disposições em contrário.

Art. 44 Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 24 de Junho de 2015.

Wagner da Rosa  
Prefeito Municipal

# Maravilha

## PREFEITURA

### DECRETO N. 062/2015

DECRETO N. 062, DE 24 DE JUNHO DE 2015.

ANULA PROCESSO LICITATÓRIO N. 2.736/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita do Município de Maravilha – SC, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 77, inciso VI da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no Art. 49, da Lei Federal 8.666/1993, bem como o inserto na Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal;

Considerando a necessidade de adequar o Edital em relação ao disposto na Lei Complementar Federal n. 123/2006;

Considerando a impugnação interposta pela Empresa Santa Lúcia Produtos para Saúde EIRELI ME;

Considerando a impugnação interposta pela Empresa Dentemed Equipamentos Odontológicos Ltda;

Considerando que não existiu situação jurídica consolidada, pois, não será realizada a Sessão Pública, sendo esta marcada para o dia 26 de junho de 2015.

Considerando que a Autoridade Administrativa após fundamentar o Ato poderá decretar a anulação do procedimento licitatório,

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado o Processo Licitatório n. 2.736/2015, o qual tinha como objeto o registro de preços de consultório odontológico.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 24 de junho de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita do Município de Maravilha

Registrado e Publicado na data supra.

SANDRO DONATI

Secretário Planej., Adm. e Fazenda

### Lei nº 3.873/2015

LEI Nº 3.873, DE 24 DE JUNHO DE 2015

Institui no âmbito do Município de Maravilha, o Dia do Orquidófilo e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica instituído o Dia do Orquidófilo no âmbito do Município de Maravilha, a ser comemorado anualmente no dia 22 de junho.

Art. 2º A Prefeitura Municipal de Maravilha, através de seus órgãos e sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação, e a Câmara Municipal de Vereadores, em parceria com o CAOMA – Círculo de Amadores de Orquídeas de Maravilha promoverão atividades, programas culturais e educacionais voltados a despertar o interesse pelo cultivo de orquídeas no Município de Maravilha.

§ 1º As atividades descritas no artigo primeiro ocorrerão através de amostras e/ou exposições de orquídeas, elaboração de cursos, debates, simpósios, conferências e congressos.

§ 2º Além de atividades específicas de educação ambiental informal nas escolas do município, como concursos de desenhos ilustrativos e botânicos, poemas, peças teatrais e outras iniciativas tendo sempre como tema a ORQUÍDEA, outro objetivo desta Lei é incentivar o plantio de orquídeas nas árvores das ruas de nossa cidade.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha, 24 de junho de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado em data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda



# Massaranduba

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 3113 DE 23 DE JUNHO DE 2015

DECRETO Nº 3113 DE 23 DE JUNHO DE 2015

Convoca a 7ª Conferência Municipal de Assistência Social

O Prefeito Municipal de Massaranduba, em conjunto com o Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições e considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a Implementação da Política de Assistência Social no Município, DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a 7ª Conferência Municipal de Assistência Social, a ser realizada no dia 22 de julho de 2015, tendo como tema central: "CONSOLIDAR O SUAS DE VEZ RUMO A 2026".

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de assistência social.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 23 de junho 2015

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito de Massaranduba

DJONATHAN CISZ

Presidente do CMAS de Massaranduba

Publicado no expediente na data supra.

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

### LICITAÇÃO 39.2015 PP 31.2015 - AQUISIÇÃO DE MAT. EXPEDIENTE

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 39/2015 - MULTIENTIDADE

PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS

Nº. 31/2015

O Município de Massaranduba, torna público que de acordo com o Decreto Municipal nº. 2.051, de 11 de Outubro de 2010, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, com adjudicação por item, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de MATERIAIS DE EXPEDIENTE, novos, de primeira qualidade, certificados pelo INMETRO, para ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL, PRE-ESCOLAS, CENTROS DE EDUCACAO INFANTIL, CENTRO ESPORTIVO, ADMINISTRATIVO, FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, ao longo de 12 meses.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:00h do dia 07/07/2015

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08:30h do dia 07/07/2015. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e outras informações poderão ser obtidos na Prefeitura de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro, das 7:30h as 11:30h e das 13:00h as 17:00h ou site: [www.massaranduba.sc.gov.br](http://www.massaranduba.sc.gov.br).

Massaranduba, 24 de Junho de 2015.

MARIO FERNANDO REINKE - Prefeito Municipal

SUZANE E. F. REINKE – Secretária e Gestora da Saúde

### LICITAÇÃO 40.2015 PP 32.2015 - AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 40/2015 - MULTIENTIDADE

PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS

Nº. 32/2015

O Município de Massaranduba, torna público que de acordo com a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, com adjudicação por item, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de diversos MATERIAIS DE LIMPEZA para limpeza e higienização das Escolas de Ensino Fundamental, Pré-Escolares, Centros de Educação Infantil, Centro Esportivo Municipal, Prefeitura Municipal e Fundo Municipal de Saúde e Assistência Social, ao longo de 12 meses.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:00h do dia 08/07/2015

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08:30h do dia 08.07.2015. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e outras informações poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro, das 7:30h as 11:30h e das 13:00h as 17:00h ou site: [www.massaranduba.sc.gov.br](http://www.massaranduba.sc.gov.br).

Massaranduba, 24 de Junho de 2015.

MARIO FERNANDO REINKE - Prefeito

SUZANE E. F. REINKE – Secretária e Gestora da Saúde

ANNA K. R. FRANZ – Secretária e Gestora da Ass. Social



# Meleiro

## PREFEITURA

### PORTARIA N.º 005/2015

PORTARIA nº 005/2015

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE 1,3% (UM VÍRGULA TRÊS POR CENTO) REFERENTE AO TRIÊNIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DO SAMAE QUE RELACIONA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Complementar nº 037/2013, de 03 de dezembro de 2013, RESOLVE:

CONCEDER

Artigo 1.º Ao servidor público municipal do Samae relacionado no Anexo Único, desta Portaria, o adicional de 1,3% (um vírgula três por cento) referente ao triênio previsto no artigo 23 da Lei Complementar n.º 037/2013, de 03 de dezembro de 2013.

Parágrafo único. As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da Dotação Orçamentária 3.1.90.11.00.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – do pessoal do orçamento vigente.

Artigo 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com seus efeitos a partir de 01/06/2015.

Artigo 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 24 de Junho de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

### ANEXO ÚNICO

Nº MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR (A)	ADICIONAL %
9	JULIANO FERNANDES	1,3 %

Meleiro, 24 de Junho de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

### PORTARIA N.º 239/2015

PORTARIA nº 239/2015

TRATA DA EXONERAÇÃO DE AGENTE ADMINISTRATIVA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000 e suas alterações e Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011, RESOLVE:

EXONERAR

Art. 1.º A pedido, a Senhora JANAINA FABRIS DAL PONT, ocupante do cargo de Agente Administrativa, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 01/07/2015.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Portarias nº 078/2011 e nº 236/2015.

Meleiro, 24 de Junho de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

**PORTARIA N.º 240/2015**

PORTARIA nº 240/2015

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE 1,3% (UM VÍRGULA TRÊS POR CENTO) REFERENTE AO TRIÊNIO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE RELACIONAM.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011 e suas alterações, RESOLVE:

CONCEDER

Artigo 1.º Aos servidores públicos municipais relacionados no Anexo Único, desta Portaria, o adicional de 1,3% (um vírgula três por cento) referente ao triênio previsto no artigo 23 da Lei Complementar n.º 034/2011, de 26 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da Dotação Orçamentária 3.1.90.11.00.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – do pessoal do orçamento vigente.

Artigo 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com seus efeitos a partir de 01/06/2015.

Artigo 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 24 de Junho de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

**ANEXO ÚNICO**

Nº MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR (A)	ADICIONAL %
1226	AMARFELINA MOTA DA BOIT	1,3 %
1	DANILO FLORES DA SILVA	1,3%
725	LENIR BORDIGNON FERNANDES	1,3%
734	LUCEMAR CORAL DE SOUZA	1,3%
1236	TATIANA AMBONI	1,3 %

Meleiro, 24 de Junho de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

**PORTARIA Nº 238/2015**

PORTARIA nº 238/2015

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigos 96 e seguintes da Lei nº 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, e Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Licença saúde, ao servidor VALDEMAR MARTINS, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme atestado médico, em virtude de encaminhamento de benefício junto à Previdência Social.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 24 de Junho de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

# Modelo

## PREFEITURA

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO 01-15 AO CONTRATO 11-15

Extrato de Termo Aditivo 01/2015 ao Contrato Administrativo nº 11/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

Contratada: LIGHT NIGHT MATERIAIS ELÉTRICOS E MANUTENÇÃO LTDA

Valor: 1.834,20

O Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados que realizou termo aditivo nº 01/2015 ao contrato administrativo nº 11/2015 com o seguinte objetivo:

Fica aditado o objeto do contrato nº 11/2015 de 16/01/2015, constante da Cláusula Primeira, com ampliação do objeto, nos termos do Parágrafo Primeiro da Art. 65 da Lei 8.666/93 em 25% do valor original.

Modelo (SC), 12 de junho de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 084/2015

PORTARIA Nº 084/2015 de 22.06.2015

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO À SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e em especial de conformidade com o Art.º 95 da Lei Municipal 1.513/02, Lei Municipal nº 2.170/2014 e demais normas pertinentes, Considerando a alteração de carga horária das Servidoras Eliane Fatima Hanauer Chaves e Kátia Regina Schlosser, de acordo com os Decretos nº 034/2015 e 035/2015,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido aos Servidores Públicos Municipais relacionados abaixo, a partir de junho de 2015, Gratificação por Grau de Instrução, relativo às horas acrescidas pela alteração de carga horária, que incidirá sobre o vencimento base na seguinte forma:

SERVIDOR	PERCENTUAL	NÍVEL
Eliane Fatima Hanauer Chaves	05% (cinco por cento)	Especialização – Curso de Pós Graduação – Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental para Professores e Especialistas da Educação – registrado sob o nº 022847, folhas nº 69 do livro de registros nº 04 de Certificados de Especialização – Associação Catarinense de Ensino – Faculdade de Educação de Joinville – IBPEX Instituto Brasileiro de Pós-Graduação e Extensão.
Katia Regina Schlosser	05% (cinco por cento)	Especialização – Curso de Pós Graduação – Ação Interdisciplinar no Processo Ensino Aprendizagem com ênfase nos Paradigmas Atuais da Educação – registrado sob o nº 013 do livro nº 018, folhas nº 16 da Secretaria de Pós Graduação – Sociedade Educacional de Itapiranga – Faculdade de Itapiranga - FAI Faculdades.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),  
aos 22 de junho de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada na data supra:

Francieli Pavalicini

Chefe de Setor

### PORTARIA Nº 086/2015

PORTARIA Nº 086/2015 de 23.06.2015.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NEIVA TEREZINHA DE CAMPOS DA COSTA, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conforme Leis Municipais nºs: 971/90, Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal 1.513/2002 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

Considerando atestado médico emitido em 19.06.2015, atestando a necessidade de afastamento da Servidora para tratamento de saúde por 60 (sessenta) dias,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal NEIVA TEREZINHA DE CAMPOS DA COSTA, matrícula nº 2191-1, ocupante do cargo de Chefe de Setor, lotada no Departamento Municipal de Saúde, por motivo de doença.

Parágrafo Único: A concessão de que trata o Art. 1º desta Portaria é pelo período de 18.06.2015 a 16.08.2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 18.06.2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,  
aos 23 de junho de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra:

Francieli Pavalicini

Chefe de Setor

# Morro da Fumaça

## PREFEITURA

### **ERRATA DO REGISTRO DE PREÇO 008/2015**

Município de Morro da Fumaça. Errata do Registro de Preços 008/2015. Objeto: AQUISIÇÃO DE TECIDOS PARA DOAÇÃO AOS SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES PARA MOBILIZAÇÃO DA CAMPANHA DE COMBATE AO TRABALHO INFANTO JUVENIL. Data: 30/06/2015 às 15:00. Altera-se o a hora de abertura da Licitação para as 09:00. Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. Fernando D Teixeira – Secretário de Finanças.

### **REGISTRO DE PREÇOS 056/2015**

Município de Morro da Fumaça. Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços 056/2015. Objeto: AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES, conforme anexo. Data: 07/07/2015 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. FERNANDO D. TEIXEIRA – Secretário de Finanças.

# Navegantes

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO 86/2015 PMN -REPUBLICADO** PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES PREGÃO PRESENCIAL Nº 86/2015 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS (BOBINAS TÉRMICAS) DEVIDAMENTE PERSONALIZADAS PARA IMPRESSÃO DE FATURA DE ÁGUA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 08/07/2015 até às 13:50 hs. Abertura envelopes: 08/07/2015 às 14:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor.

Navegantes, 24 de junho de 2015.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito.

### **DECRETO Nº 354/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
[www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br)

DECRETO Nº 354 DE 24 DE JUNHO DE 2015  
DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, do art. 18, da Lei nº 2947 de 21/11/2014 e pelo inciso VI do art. 167 da Constituição Federal:

#### DECRETA:

Art. 1 º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder a anulação parcial de dotação orçamentária até o valor de R\$ 3.110,00 (Três Mil, Cento e Dez Reais), da seguinte dotação, na respectiva fonte de recursos:

Fonte de Recursos – 10000 – Recursos Ordinários  
15 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL  
01 – Diretoria de Segurança e Defesa Social  
06.182.0016-2.059 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Segurança e Defesa Social  
179 - 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes - Apl. Diretas R\$ 3.110,00

Art. 2 º Os recursos acima, suplementarão as seguintes dotações orçamentárias:

Fonte de Recursos – 10000 – Recursos Ordinários  
15 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL  
01 – Diretoria de Segurança e Defesa Social  
06.182.0016-2.059 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Segurança e Defesa Social  
180 - 4.4.90.00.00.00 – Investimentos - Apl. Diretas R\$ 3.110,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Navegantes, 24 de Junho de 2015.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de Junho de 2015.  
Benilde Perão  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **EXTRATO CONTRATUAL FME Nº 125/2015.**

EXTRATO CONTRATUAL FME Nº 125/2015.  
PROCESSO FME Nº 06/2015  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES. FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.  
OBJETO: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELATIVO À FILIAÇÃO/PAGAMENTO DE ANUIDADE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE NAVEGANTES COM A FEDERAÇÃO CATARINENSE DE ATLETISMO, CONFORME INEXIGIBILIDADE Nº 06/2015.  
Empresa/Fornecedor: FEDERAÇÃO CATARINENSE DE ATLETISMO.  
CNPJ: 75.886.689/0001-00.  
Valor: R\$ 7.000,00  
Recurso: 2.071 3.3.90.00.00.  
Licitação: DL06/2015\*  
\*Art. 25, Lei de Licitações: Lei nº 8.666/93.  
Navegantes, 11 de junho de 2015.

### **EXTRATO CONTRATUAL PMN Nº 124/2015.**

EXTRATO CONTRATUAL PMN Nº 124/2015.  
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.  
Fornecedor: ALERTE AUTOMAÇÃO E RECORTES DE DIARIOS OFICIAIS LTDA.  
CNPJ: Nº 08.689801/0001-18.  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ACOMPANHAMENTO DE PUBLICAÇÕES JUDICIAIS NO ESTADO DE SANTA CATARINA, NAS ESFERAS ESTADUAL, TRABALHISTA E FEDERAL, BEM COMO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA DA UNIÃO (TRIBUNAIS SUPERIORES - CORTESIA).  
VALOR: R\$ 3.600,00.  
VIGÊNCIA: 11/06/2015 – 11/06/2016.  
Recursos: 2.013 3.3.90.00.00.00.  
Licitação: DL081/2015.\*  
\* Art. 24, inciso II, Lei de Licitações 8.666/93.  
Navegantes, 11 de junho de 2015.

**PORTARIA 1798 CESSÃO DE SERVIDOR**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500  
CEP 88370-446 – Navegantes - SC  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 1798 DE 24 DE JUNHO DE 2015

PRORROGA CESSÃO DE SERVIDORA PARA O 25.º BATALHÃO DA PM DE NAVEGANTES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município em seu art. 60, III, combinado com a lei nº 2902 de 16/7/2014,

RESOLVE:

I PRORROGAR a cessão da servidora Rosemeri Maba, Agente de Serviços Gerais, Matrícula nº 453306, ao 25.º Batalhão da Polícia Militar de Navegantes durante o período de um ano, a contar de 22 de julho de 2015, conforme dispõe a lei nº 2902 de 16/7/2014.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 22/7/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 24 DE JUNHO DE 2015.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de junho de 2015.  
Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

**PORTARIA 1799 CESSÃO DE SERVIDOR**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500  
CEP 88370-446 – Navegantes - SC  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 1799 DE 24 DE JUNHO DE 2015

PRORROGA CESSÃO DE SERVIDOR PARA O 25.º BATALHÃO DA PM DE NAVEGANTES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município em seu art. 60, III, combinado com a lei nº 2902 de 16/7/2014,

RESOLVE:

I PRORROGAR a cessão do servidor Antônio Henrique Mendes, Agente de Serviços Gerais, Matrícula nº 189102, ao 25.º Batalhão da Polícia Militar de Navegantes durante o período de um ano, a contar de 28 de julho de 2015, conforme dispõe a lei nº 2902 de 16/7/2014.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 28/7/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 24 DE JUNHO DE 2015.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de junho de 2015.  
Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - NAVEGANTESPREV****RESOLUÇÃO Nº 01/2015 INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - NAVEGANTESPREV**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES  
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

RESOLUÇÃO NAVEGANTESPREV Nº 01, DE 12 DE JUNHO DE 2015

Dispõe sobre critérios para aplicação da Súmula Vinculante nº 33 do Supremo Tribunal Federal aos servidores públicos da Administração Direta e Indireta do Município de Navegantes vinculados ao RPPS – NavegantesPREV, e da outras providências.

O DIRETOR PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES – NAVEGANTESPREV, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 27-B da Lei Complementar nº 99 de 23 de maio de 2011 e do Art. 47, “g” da Lei Complementar nº 152 de 25 de maio de 2012, resolveu:

Art. 1º Esta Resolução regulamenta os procedimentos a serem adotados pelo Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes para dar cumprimento ao disposto na Súmula Vinculante Nº 33, do Supremo Tribunal Federal (STF), de 24 de abril de 2014.

Art. 2º A aposentadoria especial será devida ao servidor que exerceu atividades em condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, pelo período de 25 (vinte e cinco) anos de trabalho permanente, não ocasional nem intermitente.

Art. 3º A caracterização e a comprovação de atividade sob condições especiais obedecerão ao disposto na legislação em vigor na época do exercício das atribuições do servidor público, tendo como referência os artigos 3º a 6º, da Instrução Normativa MPS/SPPS Nº 1, de 22 de julho de 2010.

§ 1º O reconhecimento de tempo de serviço público exercido sob condições especiais prejudiciais à saúde ou à integridade física ficará a cargo do Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes – NavegantesPREV, e dependerá de comprovação do exercício de



atribuições do cargo público de modo permanente, não ocasional nem intermitente, nessas condições.

§ 2º Não será admitida a comprovação de tempo de serviço público sob condições especiais por meio de prova exclusivamente testemunhal ou com base no mero recebimento de adicional de insalubridade ou equivalente.

§ 3º Em se tratando de estabelecimentos de saúde, a análise da aposentadoria especial observará, ainda, o disposto no artigo 244, da Instrução Normativa INSS/PRES Nº 45, de 06 de agosto de 2010.

Art. 4º O procedimento de reconhecimento de tempo de atividade especial deverá ser requerido e instruído pelo servidor junto ao Setor de Concessão de Benefícios do NavegantesPREV com os seguintes documentos:

I - Apresentação, por parte do servidor, dos documentos a fim de comprovar a atividade exercida sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física ao órgão em que o mesmo exerceu/exerce atividade especial;

II - Requerimento para análise e concessão de aposentadoria especial prevista no art. 40, § 4º, III, da Constituição Federal de 1988.

III - Cópia do Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT), observado o disposto no artigo 6º, ou os documentos aceitos em substituição àquele, consoante o artigo 7º.

IV - Parecer médico-pericial para reconhecimento da atividade exercida sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

Art. 5º O formulário de informações sobre atividades exercidas em condições especiais de que trata o inciso I, do artigo 4º, é o modelo de documento instituído para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), segundo seu período de vigência, sob as siglas SB-40, DISESBE 5235, DSS-8030 ou DIRBEN 8030, que serão aceitos, quando emitidos até 31 de dezembro de 2003, e o Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), que é o formulário exigido a partir de 1º de janeiro de 2004.

§ 1º O formulário será emitido conforme modelo constante do Anexo XV, da Instrução Normativa Nº 45 INSS/PRES, de 06 de agosto de 2010, e a pedido do servidor, pelo órgão ou entidade responsável pelos assentamentos funcionais do servidor público no correspondente período de exercício das atribuições do cargo, que regulamentará, em cada caso, os documentos necessários para seu requerimento.

§ 2º A Administração Pública Municipal, Direta e Indireta, deverá elaborar e manter atualizado Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) abrangendo as atividades desenvolvidas pelos seus servidores.

Art. 6º O Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT) será expedido por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho que integre, de preferência, o quadro funcional da Administração Pública responsável pelo levantamento ambiental, podendo esse encargo ser atribuído a terceiro que comprove o mesmo requisito de habilitação técnica, mediante justificação e fundamentação.

§ 1º O enquadramento de atividade especial por exposição ao agente físico ruído, em qualquer época da prestação do labor, exige laudo técnico pericial.

§ 2º Em relação aos demais agentes nocivos, o laudo técnico pericial será obrigatório para os períodos laborados a partir de 14 de outubro de 1996, data de publicação da Medida Provisória Nº 1.523, posteriormente convertida na Lei Federal Nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997.

§ 3º É admitido o laudo técnico emitido em data anterior ou posterior ao exercício da atividade do servidor somente se não houve alteração no ambiente de trabalho ou em sua organização, desde que haja ratificação, nesse sentido, pelo responsável técnico a que se refere o caput.

§ 4º Não serão aceitos:

I - Laudo relativo à atividade diversa, salvo quando efetuada no mesmo órgão público;

II - Laudo relativo a órgão público ou equipamento diversos, ainda que as funções sejam similares;

III - Laudo realizado em localidade diversa daquela em que houve o exercício da atividade.

Art. 7º Poderão ser aceitos em substituição ao Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT), ou ainda de forma complementar a este, os seguintes documentos:

I - Laudos técnico-periciais emitidos por determinação da Justiça do Trabalho ou Comum, em ações trabalhistas, acordos ou dissídios coletivos;

II - Laudos emitidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), ou, ainda, pelas Delegacias Regionais do Trabalho (DRT);

III - Laudos individuais acompanhados de:

a) Autorização escrita do órgão administrativo competente, se o levantamento ambiental ficar a cargo de responsável técnico não integrante do quadro funcional da respectiva Administração;

b) Cópia do documento de habilitação profissional do engenheiro de segurança do trabalho ou médico do trabalho, indicando sua especialidade;

c) Nome e identificação do servidor da Administração responsável pelo acompanhamento do levantamento ambiental, quando a emissão do laudo ficar a cargo de profissional não pertencente ao quadro efetivo dos funcionários;

d) Data e local da realização da perícia.

IV - Demonstrações ambientais constantes dos seguintes documentos:

a) Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA);

b) Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR);

c) Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção (PCMAT);

d) Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).

Art. 8º Será de responsabilidade do segurado a obtenção junto a Administração Municipal do parecer médico-pericial para a caracterização e o enquadramento do exercício de atribuições com efetiva exposição a agentes nocivos prejudiciais à saúde ou à integridade física, devendo, neste parecer, constar a adoção dos seguintes procedimentos:

I - Análise do formulário e laudo técnico ou demais demonstrações ambientais referidas no inciso IV, do artigo 7º;

II - Inspeção de ambientes de trabalho com vistas à rerratificação das informações contidas nas demonstrações ambientais;

III - Emissão de parecer médico-pericial conclusivo, descrevendo o enquadramento por agente nocivo, indicando a codificação contida na legislação específica e o correspondente período de atividade, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, prorrogáveis por igual período sob justificativa, conforme Anexo Único, que integra o presente.

§ 1º - O parecer médico-pericial emitido conforme este artigo tem o prazo de validade de 60 (sessenta) dias úteis, a contar da emissão, para requerimento do benefício de aposentadoria especial junto ao Setor de Concessão de Benefícios do NavegantesPREV.

§ 2º - Futuramente, caso venha a ser implantado no NavegantesPREV o Setor de Perícias Médicas, a esse caberá a competência plena e exclusiva para perícias, pareceres e demais atribuições pertinentes dispostos nesta Resolução.

Art. 9º Considera-se especial a atividade exercida com exposição a ruído quando tiver sido superior a:

I - 80 dB (oitenta decibéis), até 5 de março de 1997;

II - 90 dB (noventa decibéis), a partir de 6 de março de 1997 até 18 de novembro de 2003; e

III - 85 dB (oitenta e cinco decibéis), a partir de 19 de novembro de 2003.

Parágrafo Único - O enquadramento a que se refere o inciso III será efetuado quando o Nível de Exposição Normalizado (NEN) se situar acima de 85 dB (oitenta e cinco decibéis) ou for ultrapassada a dose unitária, observados:

a) os limites de tolerância definidos no Quadro Anexo I, da NR-15, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE);

b) as metodologias e os procedimentos definidos na Norma de Higiene Ocupacional (NHO) 01 da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro).

Art. 10 Consideram-se tempo de serviço sob condições especiais, para os fins desta Resolução, desde que o servidor estivesse exercendo atividade considerada especial ao tempo das seguintes ocorrências:

I - Períodos de descanso determinados pela legislação do regime estatutário respectivo, inclusive férias e licença prêmio.

II - Licença/afastamento por motivo de acidente, doença profissional ou doença do trabalho;

III - Aposentadoria por invalidez acidentária;

IV - Licença gestante, adotante e paternidade;

V - Ausência por motivo de doação de sangue, alistamento como eleitor, participação em júri, casamento e falecimento de pessoa da família;

Art. 11 O requerimento de aposentadoria especial deverá ser efetuado pelo servidor ou procurador devidamente constituído, junto ao Setor de Concessão de Benefícios do NavegantesPREV, instruindo-o, além dos documentos especificados no art. 4º, demais documentos que poderão ser solicitados em cada caso.

Art. 12 Os proventos decorrentes da aposentadoria especial serão calculados e reajustados anualmente, conforme estabelece a Lei Ordinária Federal Nº 10.887, de 18 de junho de 2004, ou seja, pela média aritmética simples das maiores remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado, atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), correspondentes a 80% (oitenta por cento) de todo o período contributivo desde a competência de julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela, até o mês da concessão da aposentadoria e reajuste anual na mesma data e mesmos índices aplicados ao Regime Geral de Previdência Social.

Parágrafo Único - Os proventos decorrentes da aposentadoria especial não poderão ser superiores à remuneração do cargo efetivo em que se deu a aposentadoria.

Art. 13 Fica vedada, por conta do artigo 40, § 10, da Constituição Federal de 1988, a conversão do tempo especial em comum, salvo decisão judicial em contrário.

Art. 14 O reconhecimento de atividade especial deverá ser efetuado pelo órgão previdenciário em que o servidor manteve o vínculo ao tempo do exercício da atividade, através de Certidão de Tempo de Contribuição (CTC) a ser emitida por aquele órgão em conformidade com a Portaria MPS Nº 154, de 15 de maio de 2008.

Art. 15 Não é cabível a revisão de benefícios em fruição para concessão de aposentadoria especial com fundamento na Súmula Vinculante Nº 33.

Art. 16 Nos processos administrativos de pedido de aposentadoria especial protocolizados será contabilizado o passivo previdenciário, caso seja concedido o direito ao servidor interessado.

Art. 17 Aplicam-se aos órgãos da Administração Pública Municipal em referência à presente matéria, no que couber, as disposições constantes da Instrução Normativa MPS/SPPS Nº 1, de 22 de julho de 2010; o Decreto Federal Nº 83.080, de 24 de janeiro de 1979; a Instrução Normativa INSS/PRES Nº 45, de 06 de agosto de 2010; o Decreto Federal Nº 3.048, de 06 de maio de 1999; e a Lei Ordinária Federal Nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Art. 18 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Navegantes, 12 de junho de 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA	JAN ULLRICH
Prefeito Municipal	Diretor Presidente do NavegantesPREV

# Nova Trento

## PREFEITURA

### LEI Nº 2.580/2015

Lei nº 2.580, DE 24 de junho de 2015

INSTITUI O PROGRAMA DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO do agronegócio NO MUNICÍPIO de nova trento ATRAVÉS DO subsídio de HORAS-MÁQUINA nas propriedades rurais e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica instituído o programa de incentivo ao desenvolvimento do agronegócio do município de Nova Trento através de subsídio de horas-máquina na prestação de serviços em propriedades rurais, que tem como objetivo:

I - fomentar a agricultura, pecuária e meio ambiente do município;

II - incentivar a ampliação de investimentos na área rural e de programas governamentais destinados aos produtores rurais;

III - gerar empreendedorismo empresarial rural e emprego na área rural;

IV - incentivar a emissão de notas de produtor rural, visando o incremento da arrecadação de ICMS do município; e

V - organizar o produtor com as notas de produtor rural de sua propriedade, para posterior comprovação visando os benefícios previdenciários.

Art. 2º Os incentivos de que trata esta lei serão destinados aos produtores rurais que possuam o bloco de produtor rural, estejam em dia com a nota de produtor de suas respectivas propriedades, e que não se encontrem em débito com o poder público municipal.

Art. 3º Os incentivos de que trata o programa serão destinados exclusivamente às atividades produtivas do meio rural, sendo vedada a execução dos serviços em propriedades exclusivamente recreativas ou de lazer.

Parágrafo único. Os serviços a serem realizados nas propriedades, observadas as limitações das máquinas e equipamentos, consistirão:

I - manutenção e construção de estradas internas nas propriedades rurais;

II - conservação de solo;

III - construção e manutenção de bebedouros rurais;

IV - construção de silos-trincheira, esterqueiras ou lagoas de tratamento de dejetos, tanques ou lagoas destinados à piscicultura;

V - sistemas de abastecimento de água na propriedade; e

VI - cascalhamento e terraplenagem para a construção de estrebarias, galpões, casas ou outra infraestrutura relacionada à atividade rural exercida na propriedade.

Art. 4º O beneficiário do programa pagará pela prestação dos serviços o valor constante da seguinte tabela:

Tipo de Máquina	Valor equivalente a
Trator de pneus	20 litros de óleo diesel/hora
Caminhão basculante	20 litros de óleo diesel/hora
Retroescavadeira	40 litros de óleo diesel/hora
Trator de esteira	40 litros de óleo diesel/hora
Pá carregadeira	40 litros de óleo diesel/hora
Motoniveladora	50 litros de óleo diesel/hora
Escavadeira hidráulica (PC)	50 litros de óleo diesel/hora

§ 1º O valor monetário do litro de óleo diesel corresponderá ao valor pago pela Administração Municipal, para sua aquisição no mês em que for prestado o serviço de hora-máquina, observado o procedimento de licitação em vigor para aquisição de combustíveis.

§ 2º Se o tempo de utilização da máquina/veículo for inferior a uma hora, o beneficiário deverá efetuar o pagamento da hora completa.

§ 3º O pagamento será feito através do respectivo Documento de Arrecadação Municipal - DAM, emitido com base na "Autorização de Serviço" de horas-máquina elaborado pela Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Saneamento, com prazo de 30 (trinta) dias para pagamento.

§ 4º O não pagamento do valor devido pelas horas-máquina implicará na cobrança dos acréscimos de acordo com os índices aplicáveis aos tributos municipais, o qual será passível de inscrição em dívida ativa e cobrança através de execução fiscal.

§ 5º O beneficiário inadimplente perderá o direito aos benefícios da presente lei enquanto não saldar seu débito junto à fazenda municipal.

§ 6º A realização dos serviços previstos nesta lei se dará por meio de veículos, máquinas, equipamentos e implementos de propriedade do município ou contratadas de empresas através de procedimento licitatório.

Art. 5º Será concedido um desconto de até 20% (vinte por cento) no valor referente à hora-máquina constante no art. 4º aos produtores rurais, de acordo com o volume de notas de produtor rural emitidas no exercício anterior ao da solicitação dos serviços, considerando-se o período entre 1º de janeiro a 31 de dezembro, observados os valores e percentuais seguintes:

I - de 10.000,00 a 25.000,00: 5% (cinco por cento);

II - de 25.001,00 a 50.000,00: 10% (dez por cento);

III - de 50.001,00 a 75.000,00: 15% (quinze por cento);

IV - acima de 75.001,00: 20% (vinte por cento).

Parágrafo único. O produtor beneficiado exclusivamente pelos incisos I a IV do caput deste artigo, terá que apresentar o incremento anual mínimo de 10% (dez por cento) no valor total de notas de produtor rural emitidas no exercício anterior, para ter direito ao benefício no ano

do requerimento dos serviços.

Art. 6º Será concedido um desconto de 50% (cinquenta por cento) no valor referente à hora-máquina constante no art. 4º ao beneficiário do "Programa Agronova", instituído pela Lei Municipal nº 2.571, de 10 de março de 2015, enquanto estiver enquadrado no respectivo programa.

Parágrafo único. O desconto concedido no caput deste artigo será estendido aos apicultores integrantes de programas governamentais em qualquer nível (federal, estadual e municipal), enquanto estiver enquadrado no respectivo programa.

Art. 7º Os bônus dos arts. 5º e 6º não são cumulativos entre si e se aplicam ao máximo de 10 (dez) horas-máquina/ano.

Parágrafo único. Para efeito de contagem de tempo de serviços executados com veículos e máquinas de propriedade do município ou contratadas de empresas, terá início quando a mesma estiver a disposição dentro da propriedade do solicitante.

Art. 8º O produtor rural com direito ao desconto previsto nos artigos 5º e 6º, quando da execução dos serviços, poderá solicitar a permanência do equipamento pelo tempo necessário à conclusão da obra, conforme a sua disponibilidade. O valor cobrado pela hora-máquina excedente à décima será aquele previsto no art. 4º.

Parágrafo único. Terão prioridade no atendimento os beneficiários dos programas relacionados no art. 6º, cabendo à Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Saneamento a organização do cronograma de atendimento.

Art. 9º Os benefícios desta lei deverão ser solicitados através de requerimento ao Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Saneamento, acompanhado de cópia da matrícula atualizada do imóvel rural ou de qualquer outro documento legal que comprove o direito de posse ou uso do mesmo, o qual autorizará a realização do trabalho através da expedição de ordem de serviço.

§ 1º Quando os serviços solicitados exigirem licença de órgãos municipais, estaduais ou federais, as autorizações devem ser anexadas pelo usuário, juntamente com os demais documentos exigidos no ato do requerimento, sob pena de não serem executados os serviços.

§ 2º Não serão executados serviços com máquinas em áreas de preservação permanente e declividade superior a 45º (quarenta e cinco) graus.

§ 3º O beneficiário do programa deverá permitir a qualquer momento a fiscalização dos serviços pela administração pública municipal.

Art. 10. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 06 – Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Saneamento;

Unidade 01 - Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Saneamento;

Elemento de despesa – 3.3.90.00.00.00.00.00.

Art. 11. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 2.123/2006.

Prefeitura Municipal de Nova Trento , 24 de junho de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada a presente Lei Complementar nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário M. Administração e Finanças

# Palhoça

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº. 1899/2015.**

PORTARIA Nº. 1899/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de abril de 2015.

**ANEXO I**

MATRICULA	SERVIDOR	VALOR
800497-1	Alexandra Eni Moreira	R\$ 300,00
3745235-1	Elaine Cristina Medeiros	R\$ 800,00
401963-1	Imara Coelho	R\$ 300,00
800869-3	João Batista da Silva	R\$ 300,00
400008-1	Orival Graf	R\$ 300,00
402311-6	Patrícia de Medeiros Ferreira	R\$ 300,00
800562-1	Raquel Terezinha da Silva	R\$ 300,00

Palhoça, SC, em 15 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1926/2015.**

PORTARIA Nº. 1926/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para FERNANDA WEINGARTNER, matrícula nº. 801197-1, titular do cargo de ASG, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 25/04/2005 a 25/04/2010, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 04/05/2015 à 04/06/2015.

Palhoça, SC, em 15 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1938/2015.**

PORTARIA Nº. 1938/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

RETIFICAR a Portaria 2094 de 20 de julho de 2012, que Contratou por Tempo Determinado a servidora PAMELA CRISTINA DEUSCHER, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser 01/10/2014 a 31/12/2015, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 15 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1939/2015.**

PORTARIA Nº. 1939/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

RETIFICAR a Portaria 3211 de 03 de novembro de 2012, que Contratou por Tempo Determinado à servidora ANA BORGES FRANÇA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser 04/12/2013 a 31/12/2015, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 15 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1962/2015.**

PORTARIA Nº. 1962/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora ADRIANA MORSOLETO, Matrícula nº. 150103-01, ocupante da categoria funcional de Médica Veterinária, removida para a Secretaria de Saúde, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de



dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 15 de abril de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1967/2015.**

PORTARIA Nº. 1967/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 1709 de 01 de abril de 2015, que Contratou por Tempo Determinado a servidora ROSANGELA MARIA DA SILVA, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 11/04/2015 a 14/06/2015, face o impedimento do titular Kátia de Lima, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 15 de abril de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1975/2015.**

PORTARIA Nº. 1975/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, IZABELA DA SILVA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 06/05/2015.

Palhoça, SC, em 15 de abril de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**LEI Nº 4.256, DE 18 DE JUNHO DE 2015.**

LEI Nº 4.256, DE 18 DE JUNHO DE 2015.

UTILIDADE PÚBLICA. Declara de Utilidade Pública a Associação Rádio Comunitária Pinheira.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Rádio Comunitária Pinheira, associação privada, inscrita no CNPJ sob nº 05.086.023/0001-84, com sede à Rua Miguel Abel da Silva, nº 61, sobreloja, Praia de Cima, Pinheira, Município de Palhoça, Santa Catarina, CEP 88.139-379.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 18 de junho de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 1738/2015.**

PORTARIA Nº. 1738/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR PATRICIA MARTINS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Vó Laura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 16/03/2015 a 11/09/2015, face ao impedimento da titular Fernanda F. Madeira Dias, que se encontra em LG.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1739/2015.**

PORTARIA Nº. 1739/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR JHULIANE JACIARA DE SOUZA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09



de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Interação, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 16/03/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 1740/2015.**

PORTARIA Nº. 1740/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

##### **RESOLVE:**

CONTRATAR DAIANY TEREZINHA BACH, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) CEI Romeu e Julieta, com carga horária de 30(trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 31/03/2015 a 18/12/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 1741/2015.**

PORTARIA Nº. 1741/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

##### **RESOLVE:**

CONTRATAR IZABEL OLIMPIA RODRIGUES PEREIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Santa Marta, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de

20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 01/04/2015 a 27/05/2015, face ao impedimento da titular Elane N. B. Alves, que se encontra em LP.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 1742/2015.**

PORTARIA Nº. 1742/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

##### **RESOLVE:**

CONTRATAR HELLEN MARIA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Voo Livre, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 04/03/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Terezinha H. Mengarda, que se encontra exercendo suas funções junto a secretaria do CEI.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 1743/2015.**

PORTARIA Nº. 1743/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

##### **RESOLVE:**

CONTRATAR JUCIELI MARTINS SCHAFFER THIESEN, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Voo Livre, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura,

no período de 13/03/2015 a 14/06/2015, face ao impedimento da titular Roberta Otto Martins, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1744/2015.**  
PORTARIA Nº. 1744/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR ELEDIR ENERITA RAULINO LEITE, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Voo Livre, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 19/03/2015 a 20/04/2015, face ao impedimento da titular Simone Pereira, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1745/2015.**  
PORTARIA Nº. 1745/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR ARTHUR DONIZETE ROVARIS de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física, no (a) Projeto Esportes, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 20/03/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1746/2015.**  
PORTARIA Nº. 1746/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR MARIA APARECIDA DOS SANTOS ALVES de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Artes, no (a) Projeto Esportes, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 23/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1747/2015.**  
PORTARIA Nº. 1747/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR EDUARDO ESMAEL MARCELINO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Informática, no (a) Escola Reunida Olga Cerino, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 16/03/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1748/2014.**

PORTARIA Nº. 1748/2014.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR IZABEL CRISTINA COELHO DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SEMEC/2014, no cargo de Professor Artesão, disciplina Crochê e Tricô, no (a) Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 01/04/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1749/2015.**

PORTARIA Nº. 1749/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR LEONARDO GRIMAUTH LOPES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Informática, no (a) ER Isabel Botelho de Paulo, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 16/03/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1750/2015.**

PORTARIA Nº. 1750/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR VANDERLEIA SCHEIDT NEUHAUS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) ER Isabel Botelho de Paulo, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 20/03/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1890/2015.**

PORTARIA Nº. 1890/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MIRIA CONCEIÇÃO JUTTEL, matrícula nº. 800299-2, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 03/12/2000 a 03/12/2005, por 03 (três) meses e referente ao quinquênio de 03/12/2005 a 03/12/2010, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 04/05/2015 à 04/11/2015.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1891/2015.**

PORTARIA Nº. 1891/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para NELSON ROBERTO SCHEIDT, matrícula nº. 400051-1, titular do cargo de Motorista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 09/08/2001 a 09/08/2006, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 04/05/2015 à 04/06/2015.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de AdministraçãoSHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de EducaçãoMICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral**PORTARIA Nº. 1892/2015.**

PORTARIA Nº. 1892/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

AUTORIZAR o servidor abaixo relacionado, a dirigir veículos da Prefeitura Municipal de Palhoça da Administração Direta Desta Prefeitura.

SERVIDOR	CNH
Marcos Jose Coelho	978693311

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de AdministraçãoMICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral**PORTARIA Nº. 1893/2015.**

PORTARIA Nº. 1893/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

RETIFICAR a Portaria 3326 de 06 de outubro de 2014, que Averbou Tempo de Serviço da servidora ELIGIANIE LOPES SCKRICOSKI, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser 03 (três) anos, 10 (dez) meses e 16 (dezesesseis) dias, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração e Serviços CompartilhadosMICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral**PORTARIA Nº. 1894/2015.**

PORTARIA Nº. 1894/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

RETIFICAR a Portaria 1080 de 02 de março de 2015, que Averbou Tempo de Serviço do servidor VOLNEI ANTONIO PEREIRA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser:

Tempo que contribui para INSS: 06 (seis) anos, 03 (três) meses e 24 (vinte e quatro) dias;

Tempo que contribui pelo IPREV: 11 (onze) anos, 03 (três) meses e 13 (treze) dias;

Tempo que contribui pela Câmara Municipal de Palhoça: 06 (seis) anos e 09 (nove) dias;

E não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração e Serviços CompartilhadosMICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral**PORTARIA Nº. 1895/2015.**

PORTARIA Nº. 1895/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER HORA ATIVIDADE de 20% (vinte por cento), de acordo com o § 1º, II Lei nº. 2.559 de 19 de abril de 2007, para o (a) servidor (a) MARISETE TRENTIN PERTUSSATTI, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 24/03/2015.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de AdministraçãoSHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de EducaçãoMICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral



**PORTARIA Nº. 1896/2015.**

PORTARIA Nº. 1896/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CEDER para a Câmara Municipal de Palhoça, com ônus para origem, o servidor LUIZIO LAURO MARTINS, matrícula nº. 500317-3, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o artigo 74 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei 1.201, de 23 de maio de 2001 e Convênio nº. 020, de 07 de março de 2013, pelo período de 04/05/2015 a 31/12/2016.

Palhoça, SC, em 15 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1897/2015.**

PORTARIA Nº. 1897/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTABILIDADE para DANIELA MARIA APARECIDA NASCIMENTO, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de março de 2015.

Palhoça, SC, em 15 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1898/2015.**

PORTARIA Nº. 1898/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Criar a Comissão de Execução e Controle do Projeto de Informatização da Secretaria da Saúde do Município de Palhoça:

A comissão tem por objetivo coordenar e gerenciar a informatização da Secretaria Municipal de Saúde de Palhoça em todas as suas Unidades Centrais de Saúde, Almoxxarifados de Medicamento e Materiais, Farmácia Central e Unidades de Atendimento de Saúde, via Implantação do Sistema Municipal de Saúde G-MUS contratado

junto a Empresa Inovadora Sistemas Ltda.,

Compete à Comissão:

Executar as Etapas de Informatização da Secretaria da Saúde, nos prazos e procedimentos que forem programados conforme o cronograma de implantação a ser criado pela comissão ora constituída no prazo de 5 (cinco) dias uteis anexo a esta;

Realizar em conjunto com a Inovadora, Diretores e Coordenadores de Saúde, o treinamento e capacitação dos usuários do sistema, fazendo cumprir as orientações da Inovadora em relação ao Planejamento de Implantação do Sistema conforme orientações em anexo;

Implantar os módulos e ferramentas do sistema em toda a sua funcionabilidade, em relação aos serviços de Agendamento e Consultas, Prontuário Multiprofissional, Agendamento de Exames, Controle e Gestão de Estoque e de Serviços Públicos de Saúde do município de Palhoça.

Atuar em conjunto com o Secretário da Saúde, Adjunto, Diretores, Coordenadores e demais servidores na condução, comunicação, orientação e demais medidas que visem garantir o que determina o Prefeito Municipal nesta portaria.

Vistoriar, Monitorar e Avaliar o grau de execução das etapas a fim de garantir o sucesso deste Projeto de Informatização da Saúde, nos termos em que o Prefeito Municipal assim orientar.

A Comissão será composta pelos servidores abaixo:

Marcelo Adílio Pereira

Daiane Raupp Martins

Rafael Rodrigues de Freitas -

Vanderlei Hermesmeiyer

Anderson Medeiros

Esta Comissão será presidida por Marcelo Adílio Pereira

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1900/2015.**

PORTARIA Nº. 1900/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 1744 de 10 de abril de 2015, que Contratou por Tempo Determinado a servidora ELEDIR ENERITA RAULINO LEITE, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 21/04/2015 a 06/05/2015, face o impedimento do titular Simone Pereira, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 15 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1901/2015.**

PORTARIA Nº. 1901/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional Definitiva de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a DORAZETE ANA DA SILVEIRA, matrícula nº. 800250-2, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 15 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1902/2015.**

PORTARIA Nº. 1902/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora CRISTINA DA SILVA ALVES, matrícula nº. 800583-01, titular do cargo de ASG, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 01 (um) ano, a contar de 10/04/2015, de acordo com às folhas 11.

Palhoça, SC, em 15 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1903/2015.**

PORTARIA Nº. 1903/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora FABIANA DINIZ, matrícula nº. 801573-02, titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 01/04/2015, de acordo com às folhas 10.

Palhoça, SC, em 15 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1904/2015.**

PORTARIA Nº. 1904/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora ANGELA MARIA HAMANN, matrícula nº. 802356-01, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 07 (sete) meses, a contar de 16/03/2015, de acordo com às folhas 03.

Palhoça, SC, em 15 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral



**PORTARIA Nº. 1905/2015.**

PORTARIA Nº. 1905/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora VALDECI ENEDINA DOS SANTOS, matrícula nº. 800179-02, titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura. Pelo período de 90 (noventa) dias, a contar de 13/03/2015, de acordo com às folhas 04.

Palhoça, SC, em 15 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1906/2015.**

PORTARIA Nº. 1906/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora VERA DE SOUZA DA SILVA, matrícula nº. 801174-02, titular do cargo de ASG, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura. Pelo período de 90 (noventa) dias, a contar de 13/03/2015, de acordo com às folhas 42.

Palhoça, SC, em 15 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1907/2015.**

PORTARIA Nº. 1907/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, JULIANA ALCIDIA DE SOUZA SANTANA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/05/2015.

Palhoça, SC, em 15 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1908/2015.**

PORTARIA Nº. 1908/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Nomear os servidores abaixo relacionados para juntos comprem o COMED – Conselho Municipal de Educação.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor em 15 de abril de 2015.

NOME	CARGO
Devane Moura Grimaith Lopes	Presidente
Maria Aparecida Martins	Secretária
Sarah Cristina Pflieger	Consultora Técnica Pedagógico

Palhoça, SC, em 15 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1909/2015.**

PORTARIA Nº. 1909/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 2878 de 25 de agosto de 2014, que

Contratou por Tempo Determinado à servidora LUANA STEINBA-CK, titular do cargo de Assistente Social, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, a partir de 04/09/2015 a 04/09/2016.

Palhoça, SC, em 15 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 1910/2015.**

PORTARIA Nº. 1910/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO CLEMILDA DA SILVA DE SOUSA, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/05/2015.

Palhoça, SC, em 15 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 1911/2015.**

PORTARIA Nº. 1911/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 3606 de 14 de novembro de 2014, que Contratou por Tempo Determinado a servidora FLAVIA REGINA GOMES THIESEN, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser 15/02/2015 a 31/12/2015, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 15 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 1912/2015.**

PORTARIA Nº. 1912/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 3758 de 21 de novembro de 2014, que Contratou por Tempo Determinado a servidora SIMONE DE MELLO WEINGARTNER, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser 20/12/2014 a 31/12/2015, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 15 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 1913/2015.**

PORTARIA Nº. 1913/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 3760 de 21 de novembro de 2014, que Contratou por Tempo Determinado a servidora JESSICA KUHNEN, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser 20/12/2014 a 31/12/2015, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 15 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 1914/2015.**

PORTARIA Nº. 1914/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 3757 de 21 de novembro de 2014, que Contratou por Tempo Determinado a servidora MAYARA LISBOA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser 20/12/2014 a 31/12/2015, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 15 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1915/2015.**

PORTARIA Nº. 1915/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

RETIFICAR a Portaria 3759 de 21 de novembro de 2014, que Contratou por Tempo Determinado a servidora MARIA DO CARMO DO SANTOS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser 20/12/2014 a 31/12/2015, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 15 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1916/2015.**

PORTARIA Nº. 1916/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

RETIFICAR a Portaria 3750 de 21 de novembro de 2014, que Contratou por Tempo Determinado a servidora MARILDA HILARIO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser 20/12/2014 a 31/12/2015, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 15 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1917/2015.**

PORTARIA Nº. 1917/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

RETIFICAR a Portaria 1442 de 26 de setembro de 2005, que Averbou Tempo de Serviço da servidora LOURDES MINOZZO FURTADO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser:

Tempo que trabalhou pela Prefeitura Municipal de Palhoça 01 (um)

ano, 03 (três) meses e 26 (vinte e seis) dias.

E não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 15 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1918/2015.**

PORTARIA Nº. 1918/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de abril de 2015.

**ANEXO I**

MATRICULA	SERVIDOR	VALOR
3745175-1	Hariane Pagani	R\$ 730,00
3745220-1	Georgia Linhares dos Santos	R\$ 730,00

Palhoça, SC, em 15 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1919/2015.**

PORTARIA Nº. 1919/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para VILMA DE JESUS PEREIRA, matrícula nº. 800810-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 29/07/2007 a 27/07/2012, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 04/05/2015 à 04/06/2015.

Palhoça, SC, em 15 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1920/2015.**

PORTARIA Nº. 1920/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO LEONARDO DA SILVA, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 04/05/2015.

Palhoça, SC, em 15 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1921/2015.**

PORTARIA Nº. 1921/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

TORNAR SEM EFEITO as Portarias 1169/2008, 2936/2013, 1980/2014 e 1557/2015, que Averbou por Tempo de Serviço da servidora LOURDES MINOZZO FURTADO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura..

Palhoça, SC, em 15 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1922/2015.**

PORTARIA Nº. 1922/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Nomear os servidores abaixo relacionados como Conselheiros, que farão parte do COMED – Conselho Municipal de Educação na Gestão de 2015 a 2019, conforme Lei nº 4.203/2015:.

Representantes do Poder Executivo:

a) um servidor da Secretaria Municipal de Educação de Palhoça:

Titular: Bruna Gomes dos Santos Costa

Suplente: Edinalda Silveira de Souza Pires

b) um servidor representando o setor administrativo das unidades escolares da Rede Pública Municipal de Ensino:

Titular: Aline Catarina Schaden Cruz

Suplente: Sabrina de Freitas Fernades

c) um diretor/coordenador das unidades escolares da Rede Pública Municipal de Ensino:

Titular: Aldaléia Cunha Pelegrine

Suplente: Rogério Porto Alegre

d) um professor das unidades escolares da Rede Pública Municipal de Ensino:

Titular: Devane Moura Grimaux Lopes

Suplente: Cristiane Hillesheim

e) um servidor do setor de Vigilância Sanitária:

Titular: Rodrigo Tenfen Legat

Suplente: Osvaldo Ramos Maciel

f) um servidor da Secretaria Municipal de Assistência Social:

Titular: Renata Paula Garcia de Almeida Jordani

Suplente: Luana Helena de Souza

g) um representante do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Palhoça – SITRAMPA:

Titular: Artur José Candido Neto

Suplente: Alécio da Silva

h) um representante do Núcleo de Atendimento Especializado da Rede Municipal de Palhoça – NAEP:

Titular: Roseli Defreyne

Suplente: Mariza Adriana do Nascimento Schoeffer

i) um representante vinculado ao Conselho Deliberativo Escolar do Sistema Municipal de Ensino:

Titular: Alixandra Anita Isoton

Suplente: Silvia Miranda Hames

Representantes de entidades não governamentais:

a) um representante atuando no Conselho Comunitário e/ou Associações de Bairros conveniados com o Município:

Titular: Maurício Roque da Silva

Suplente: Mauro Cesar da Silva Goulart

b) um representante atuando nas organizações não governamentais (ONGs) que atuam na área educacional:

Titular: Noemi Alves

Suplente: Renata Oliveira Ikeda

c) um representante atuando nas instituições vinculadas às pessoas com deficiência, com sede no Município (APAE):

Titular: Eliane dos Santos

Suplente: Enedir Cardoso de Bona

d) um representante dos Diretores de Escolas Particulares do Sistema Municipal de Ensino, escolhido por sua entidade representativa:

Titular: Giovany Amadeo Scheidt

Suplente: Maria Beatriz Krautz

e) um representante dos professores das Escolas Particulares do Sistema Municipal de Ensino, escolhido por sua entidade representativa:

Titular: Carlos Magno da Silva Bernardo

Suplente: Moacir Pedro Rubini

f) um indígena representando sua Comunidade:

Titular: Elizer Zerar Antunes

Suplente: João Batista Gonçalves



g) um representante das Instituições de Ensino Superior Particular:  
Titular: Geane Borges  
Suplente: Karin Teichmann

h) um representante de pais vinculados as Associações de Pais e Professores (APPs) das Escolas Municipais:  
Titular: Simone Luca Bressiane  
Suplente: Clarícia Paiva

i) um representante da OAB do Município de Palhoça:  
Titular: July Cristie Medeiros Bublitz  
Suplente: Mirella Amorim

Palhoça, SC, em 15 de abril de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 1923/2015.**

PORTARIA Nº. 1923/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

##### **RESOLVE:**

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) LOURDES MINOZZO FURTADO, matrícula nº. 124826-1, ocupante da categoria funcional de Professor, lotado (a) na Secretaria de Educação, de acordo com artigo 197, 198 e 199, da Lei nº. 097/2010, com efeitos a 29/04/2015:

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, totalizando 04 (quatro) anos, 06 (seis) meses e 26 (vinte e seis) dias.

Averbar tempo que contribuiu pelo IPREV, totalizando 02 (dois) anos, 02 (dois) meses e 02 (dois) dias.

Averbar tempo que trabalhou pelo Prefeitura do Paraná, totalizando 05 (cinco) anos.

Averbar tempo que trabalhou pela Prefeitura de Urubici, totalizando 03 (três) anos, 01 (um) mês e 15 (quinze) dias.

Palhoça, SC, em 15 de abril de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 1924/2015.**

PORTARIA Nº. 1924/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

##### **RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JOÃO CÉLIO GARCIA, matrícula nº. 500015-1, titular do cargo de Fiscal de Tributos, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Receita, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/06/2003 a 01/06/2008, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 12/05/2015 à 12/06/2015.

Palhoça, SC, em 15 de abril de 2014.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 1925/2015.**

PORTARIA Nº. 1925/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

##### **RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ADRIANA GOMES GONÇALVES, matrícula nº. 800744-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 29/07/2007 a 27/07/2012, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 04/05/2015 à 04/08/2015.

Palhoça, SC, em 15 de abril de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 1927/2015.**

PORTARIA Nº. 1927/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

##### **RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIA APARECIDA MELO ALVES SCHEIDT, matrícula nº. 801112-1, titular do cargo de ASG, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 12/07/2009 a 12/07/2014, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 04/05/2015 à 04/06/2015.

Palhoça, SC, em 15 de abril de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1928/2015.**

PORTARIA Nº. 1928/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MARIA DE LOURDES MACIEL, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2013 e Convênio de Cooperação Técnica nº. 043/2013, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Indireta Desta Prefeitura, pelo período de 21/04/2015 a 31/12/2015.

Palhoça, SC, em 15 de abril de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1929/2015.**

PORTARIA Nº. 1929/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTABILIDADE para DULCE SPERBER, titular do cargo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de janeiro de 2015.

Palhoça, SC, em 15 de abril de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1930/2015.**

PORTARIA Nº. 1930/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 3603 de 14 de novembro de 2012, que Contratou por Tempo Determinado à servidora TATIANE FARIAS, titular do cargo de Assistente Social, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, a partir de 01/01/2015 a 31/12/2015.

Palhoça, SC, em 15 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1931/2015.**

PORTARIA Nº. 1931/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 3604 de 14 de novembro de 2012, que Contratou por Tempo Determinado à servidora FABIANE MACHADO, titular do cargo de Assistente Social, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, a partir de 01/01/2015 a 31/12/2015.

Palhoça, SC, em 15 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1932/2015.**

PORTARIA Nº. 1932/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 3602 de 14 de novembro de 2012, que Contratou por Tempo Determinado à servidora JULIANA ALMEIDA, titular do cargo de Psicóloga, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, a partir de 01/01/2015 a 31/12/2015.

Palhoça, SC, em 15 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral



**PORTARIA Nº. 1933/2015.**

PORTARIA Nº. 1933/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 3319 de 06 de outubro de 2014, que Contratou por Tempo Determinado à servidora SUELY JANSEN MARTINS, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, a partir de 01/01/2015 a 31/12/2015.

Palhoça, SC, em 15 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1934/2015.**

PORTARIA Nº. 1934/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 3081 de 21 de novembro de 2014, que Contratou por Tempo Determinado à servidora JESSICA FUZINATO DE SOUZA, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, a partir de 20/12/2014 a 31/12/2015.

Palhoça, SC, em 15 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1935/2015.**

PORTARIA Nº. 1935/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 3597 de 03 de novembro de 2014, que Contratou por Tempo Determinado à servidora ANDREIA LEONEL VIEIRA, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, a partir de 20/12/2014 a 31/12/2015.

Palhoça, SC, em 15 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1936/2015.**

PORTARIA Nº. 1936/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 3598 de 03 de novembro de 2014, que Contratou por Tempo Determinado à servidora ANDREIA LEONEL VIEIRA, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, a partir de 20/12/2014 a 31/12/2015.

Palhoça, SC, em 15 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1937/2015.**

PORTARIA Nº. 1937/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 3841 de 04 de dezembro de 2014, que Contratou por Tempo Determinado o servidor FELIPE DO AMARAL, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, a partir de 01/07/2015 a 01/07/2016.

Palhoça, SC, em 15 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1940/2015.**

PORTARIA Nº. 1940/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

RETIFICAR a Portaria 2098 de 14 de julho de 2012, que Contratou por Tempo Determinado à servidora CAROLINA SOARES, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser 24/07/2013 a 31/12/2015, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 15 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1941/2015.**

PORTARIA Nº. 1941/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

RETIFICAR a Portaria 3650 de 25 de novembro de 2013, que Contratou por Tempo Determinado à servidora RITA DE CASSIA DA ROSA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser 03/12/2014 a 31/12/2015, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 15 de abril de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1942/2015.**

PORTARIA Nº. 1942/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

RETIFICAR a Portaria 1604 de 21 de novembro de 2013, que Contratou por Tempo Determinado à servidora ROSILEIA NADIR ROMÃO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser 20/12/2014 a 31/12/2015, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 15 de abril de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1943/2015.**

PORTARIA Nº. 1943/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

RETIFICAR a Portaria 1605 de 21 de novembro de 2013, que Contratou por Tempo Determinado à servidora ANA ZELI GARCIA VIEIRA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser 20/12/2014 a 31/12/2015, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 15 de abril de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1944/2015.**

PORTARIA Nº. 1944/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

RETIFICAR a Portaria 1603 de 11 de abril de 2014, que Contratou por Tempo Determinado à servidora DANIELA ALVES PEREIRA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser 20/12/2014 a 31/12/2015, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 15 de abril de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1945/2015.**

PORTARIA Nº. 1945/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

RETIFICAR a Portaria 1608 de 11 de abril de 2014, que Contratou por Tempo Determinado à servidora DANIELA DE ARAUJO DE FREITAS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser 20/12/2014 a 31/12/2015, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 15 de abril de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1946/2015.**

PORTARIA Nº. 1946/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 1743 de 10 de abril de 2015, que Contratou por Tempo Determinado a servidora JUCIELI MARTINS SCHAFFER

THIESEN, no cargo de Merendeira (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 15/06/2015 a 17/07/2015.

Palhoça, SC, em 15 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 1947/2015.**

PORTARIA Nº. 1947/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

#### **RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, ANA CAROLINA XAVIER, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/05/2015.

Palhoça, SC, em 15 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 1948/2014.**

PORTARIA Nº. 1948/2014.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

#### **RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO ADRIANA APARECIDA MENDES, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde do Frei Damião, da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. Nº. 003/2013, homologado em 15/07/2013, conforme a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, com efeitos a contar de 04/05/2015.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORACIO  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 1949/2015.**

PORTARIA Nº. 1949/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

#### **RESOLVE:**

RETIFICAR a Portaria 2815 de 20 de setembro de 2011, que Averbou Tempo de Serviço da servidora ELIANE ISAURA MARTINS ABREU, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser:

Tempo que trabalhou pela Prefeitura Municipal de Palhoça Convênio da Municipalizada 01 (um) ano, 07 (sete) meses e 13 (treze) dias.

E não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 15 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 1950/2015.**

PORTARIA Nº. 1950/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

#### **RESOLVE:**

CONCEDER AGREGAÇÃO PARA CONCLUSÃO DE CURSOS REGULARES, para os servidores abaixo relacionados de acordo com o Inciso I e II, do Artigo nº. 290, da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, conceder progressão aos servidores relacionados, com efeitos a contar da data abaixo.

Matricula	Nome	Curso	Percentual	A partir de
401845-1	Elizeth Rosane da Silva Teixeira	Graduação	30%	13/04/2015
100650-1	Selma Ramalho de Paula	Pós Graduação	15%	14/04/2015

Palhoça, SC, em 15 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 1951/2015.**

PORTARIA Nº. 1951/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários

conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Cessar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo II. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 3º. Alterar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo III. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de março de 2015.

#### ANEXO I

MATRICULA	SERVIDOR	VALOR
150103-1	Adriana Morsoletto	R\$ 500,00

#### ANEXO II

MATRICULA	SERVIDOR	VALOR
129284-1	Margareth Koerich Pierri	R\$724,96

#### ANEXO III

MATRICULA	SERVIDOR	DE	PARA
370198-5	Cleiton Rafael Abreu	R\$400,00	R\$800,00

Palhoça, SC, em 15 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

#### PORTARIA Nº. 1952/2015.

PORTARIA Nº. 1952/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

#### RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1097 de 02 de março de 2015, que Contratou por Tempo Determinado a servidora JOSIANE TEREZINHA PEREIRA, no cargo de Merendeira (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 04/05/2015 a 04/07/2015, face o impedimento do titular Luci Luiza de Souza, que se encontra em LP.

Palhoça, SC, em 15 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

#### PORTARIA Nº. 1953/2015.

PORTARIA Nº. 1953/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

#### RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1707 de 01 de abril de 2015, que Contratou por Tempo Determinado a servidora DAIANE REGINA DE SOUZA SOARES, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 02/05/2015 a 24/06/2015, face o impedimento do titular Aurea Alessandra Gerlah, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 15 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

#### PORTARIA Nº. 1954/2015.

PORTARIA Nº. 1954/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

#### RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para JANE DAS DORES DA SILVA, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de dezembro de 2014.

Palhoça, SC, em 15 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

#### PORTARIA Nº. 1955/2015.

PORTARIA Nº. 1955/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

#### RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES para o servidor OLEG DAUNIS MULLER, matrícula nº. 800463, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 185 da Lei 097, de 15 de dezembro de 2010, pelo período de 36 (trinta e seis) meses, com efeitos a contar de 15/05/2015.



Palhoça, SC, em 15 de abril de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1956/2015.**

PORTARIA Nº. 1956/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para VERA LUCIA DA SILVEIRA, matrícula nº. 121810-2, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 20/06/2003 a 20/06/2008, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 04/05/2015 à 04/06/2015.

Palhoça, SC, em 15 de abril de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1957/2015.**

PORTARIA Nº. 1957/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para DEBORA LUCIANE NOVELLETO, matrícula nº. 190083-2, titular do cargo de Nutricionista, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 15/08/2001 a 15/08/2006, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 01/06/2015 à 01/07/2015.

Palhoça, SC, em 15 de abril de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1958//2015.**

PORTARIA Nº. 1958//2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para TATIANE MARIANO, matrícula nº. 801207-1, titular do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/06/2005 a 01/06/2010, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 13/05/2015 à 13/06/2015.

Palhoça, SC, em 15 de abril de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1959/2015.**

PORTARIA Nº. 1959/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, ROSEMARY APARECIDA POGGERE, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/05/2015.

Palhoça, SC, em 15 de abril de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1960/2015.**

PORTARIA Nº. 1960/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR PATRICIA DO ROSARIO DANTAS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Nível I, no (a) Escola Básica Mara Luiza Vieira Liberato, na EJA- Educação de Jovens e Adultos com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência

de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 04/05/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 1961/2015.**

PORTARIA Nº. 1961/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1060 de 02 de março de 2015, que Contratou por Tempo Determinado a servidora GILVANA DE FATIMA PEREIRA, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 03/05/2015 a 18/12/2015, face o impedimento do titular Rosemeri Silva Fonseca Werlich, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 15 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 1963/2015.**

PORTARIA Nº. 1963/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora ALINE GOMES, Matrícula nº. 300522-02, ocupante da categoria funcional de ASO, removida para a Fundação Municipal de Esportes e Cultura, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 15 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 1964/2015.**

PORTARIA Nº. 1964/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA de conformidade com o Artigo 189, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	Pelo Período de
Clemilson da Rosa	10	25	24/03/2015 a 30/04/2015
Daiane Regina de Souza Soares	20	40	10/03/2015 a 01/05/2015

Palhoça, SC, em 15 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 1965/2015.**

PORTARIA Nº. 1965/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1719 de 01 de abril de 2015, que Contratou por Tempo Determinado a servidora ANA MARCIA PEREIRA, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 25/04/2015 a 26/05/2015, face o impedimento do titular Silmara Maria Lustosa Siqueira, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 15 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral



**PORTARIA Nº. 1966/2015.**

PORTARIA Nº. 1966/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 1715 de 01 de abril de 2015, que Contratou por Tempo Determinado a servidora JOICE CRISTINA DA ROSA, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 24/04/2015 a 15/05/2015, face o impedimento do titular Márcia Oscarina de Lima Fernandes, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 15 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de AdministraçãoSHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de EducaçãoMICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral**PORTARIA Nº. 1968/2015.**

PORTARIA Nº. 1968/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, DIANA MAREGA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 06/05/2015.

Palhoça, SC, em 15 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de AdministraçãoSHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de EducaçãoMICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral**PORTARIA Nº. 1969/2015.**

PORTARIA Nº. 1969/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, SANDRA LIMA DE CARVALHO, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a

contar de 06/05/2015.

Palhoça, SC, em 15 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de AdministraçãoSHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de EducaçãoMICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral**PORTARIA Nº. 1970/2015.**

PORTARIA Nº. 1970/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, NEIDE GONÇALVES COELHO FERNANDES, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 06/05/2015.

Palhoça, SC, em 15 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de AdministraçãoSHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de EducaçãoMICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral**PORTARIA Nº. 1971/2015.**

PORTARIA Nº. 1971/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, LIZIANI LARISSA DOS SANTOS LOHN LISBOA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 06/05/2015.

Palhoça, SC, em 15 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de AdministraçãoSHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de EducaçãoMICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1972/2015.**

PORTARIA Nº. 1972/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, MARCIA MARIA SCHLEMPER DE ESPINDOLA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 06/05/2015.

Palhoça, SC, em 15 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de AdministraçãoSHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de EducaçãoMICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral**PORTARIA Nº. 1973/2015.**

PORTARIA Nº. 1973/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, GRASIELA MARIA DOS SANTOS, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 06/05/2015.

Palhoça, SC, em 15 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de AdministraçãoSHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de EducaçãoMICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral**PORTARIA Nº. 1974/2015.**

PORTARIA Nº. 1974/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, ROSELY SCHEIDT GARCIA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 06/05/2015.

Palhoça, SC, em 15 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de AdministraçãoSHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de EducaçãoMICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral**PORTARIA Nº. 1976/2015.**

PORTARIA Nº. 1976/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, RAFAELA PAMELA FERREIRA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 06/05/2015.

Palhoça, SC, em 15 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de AdministraçãoSHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de EducaçãoMICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral**RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº80/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL  
80/2015

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 80/2015, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de materiais, equipamentos operacionais e de segurança para o Corpo de Bombeiros do Município de Palhoça.

**CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:**

LOTES 1, 2, 5, 9 e 10: - S.O.S SUL RESGATE COM. E SERV. DE SEG. E SIN. LTDA foi vencedora, totalizando a importância de R\$ 65.580,00 (sessenta e cinco mil e quinhentos e oitenta reais).  
LOTE 7: - WILSON TADEU EMERIM ME foi vencedora, totalizando a importância de R\$ 3.110,00 (três mil e cento e dez reais).  
LOTES 3, 4, 6 e 8: - SERMEDICALL ARP EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA foi vencedora, totalizando a importância de R\$ 22.925,00 (vinte dois mil e novecentos e vinte cinco reais).

Palhoça, 24 de Junho de 2015.

André José Silveira  
Pregoeiro

# Passo de Torres

## PREFEITURA

### **ERRATA Nº 002/2015**

ERRATA Nº 002/2015

A Prefeitura Municipal de Passo de Torres informa para quem possa interessar que o Decreto nº 053/2015 , publicada em 23/06/2015, no DOM/SC Edição nº 1768 onde se lê : DECRETO Nº053 DE 18 DE JUNHO DE 2015AVÃO DE DESEMPENHO DO SERVIDOR PÚBLICO EFETIVO E ESTÁVEL COMO IUICA, lê-Se: DECRETO Nº053 DE 18 DE JUNHO DE 2015.

Passo de Torres, 24 de junho de 2015

Departamento Pessoal

# Paulo Lopes

## PREFEITURA

### AVISO SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO PR Nº 11/2015

AVISO SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2015

O Município de Paulo Lopes, torna público para conhecimento dos interessados que suspendeu "sine die" o edital de Pregão Presencial nº 11/2015, publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM em 15/06/2015, objetivando a contratação de empresa especializada, devidamente autorizada pela agência nacional de telecomunicações - Anatel, para prestação de serviços de telefonia móvel pessoal - SMP em sistema pós pago e fornecimento de 30 (trinta) acessos moveis, com aparelhos em comodato para uso da Administração Municipal. O referido edital foi suspenso para que se promovam as correções necessárias, visando o atendimento do interesse público da contratação.

Paulo Lopes, 24 de junho de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

### LEI Nº1642/2015

LEI Nº1642/2015

Altera o artigo 3º da Lei nº 1596/2013 e dá outras providências.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, faz saber a todos os habitantes do município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Altera o artigo 3º da Lei nº1596/2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º - A despesa desta lei correrá por conta do orçamento fiscal vigente".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicado a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios, em 25 de junho de 2015.

ALMERY ALCIDES VIEIRA  
Sec. Mun. de Administração

# Penha

## PREFEITURA

**148**

PORTARIA Nº 148/2015

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, Decreto nº 2042/2014

RESOLVE:

DESIGNAR: os servidores MARIZETE DA COSTA, JOSÉ ROBERTO DARUGNA JUNIOR, e JULIANA BUENO PERCIANI, para compor a COMISSÃO DE SINDICANCIA OU DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, para apurar o furto de uma bicicleta na Unidade de Saúde do Mariscal conforme B.O. nº 00464-2015-02073, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da edição desta Portaria, instaurando-se o processo na forma da Lei.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 24 de junho de 2015.  
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE  
Secretária da Administração

### 1º TERMO ADITIVO 104/2015-PMP AO CONTRATO 08/2015-PMP

1º Termo aditivo nº 104/2015 PMP  
Ao contrato nº 08/2015-PMP

Licitação: Processo Licitatório nº 02/2015 - PMP, modalidade Tomada de Preço nº 02/2015 - PMP

Objeto: Prestação de serviço de engenharia, com fornecimento de material e mão de obra para reforma do telhado, pintura e instalação elétrica da Escola Municipal Horacina Soares Francisco.

Pelo presente instrumento de 1º Termo aditivo nº 104/2015-PMP ao Contrato Administrativo nº 08/2015-PMP, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, Brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa TUBLOCOS ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA, com sede na cidade de Penha/SC, Rua Osório Domingos Correa, nº 62, bairro Nossa Senhora de Fátima, CEP 88385-000, inscrita no CNPJ sob o nº 10.594.845/0001-06, neste ato representada pelo Sr. Claudio Daniel Moser, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, têm entre si ajustada a construção e reforma de pontos de ônibus, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas

#### CLAUSULA PRIMEIRA

Pelos serviços presentes na cláusula sexta do contrato administrativo nº 08/2015-PMP, fica declarado um acréscimo de R\$: 39.144,38 (trinta e nove mil, cento e quarenta e quatro reais e trinta e oito centavos) no valor inicial do contrato.

#### CLAUSULA SEGUNDA

As despesas decorrentes da execução do presente contrato

correrão por conta da dotação:

10 – Secretaria de Educação e Cultura

02 – Departamento de Ensino

12.361.0304 – Ensino Fundamental

Projeto/Atividade: 1.006 – Reforma e Ampliação de Unidades Escolares

4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

CLAUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 23 de Junho de 2015.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME :GUSTAVO JOÃO DA SILVA

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**2348**

DECRETO Nº 2348/2015

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

Art.1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no art. 167, II, da Constituição Federal; de conformidade com o art. 41, I da Lei nº. 4.320/64 e Lei Municipal nº. 2734 de 10 de dezembro de 2014, autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 31.500,00 (Trinta e um mil e quinhentos reais), nas seguintes dotações orçamentárias, nos respectivos programas de governo vigente, como segue:

Órgão: 15 – Secretaria de Planejamento Urbano

Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Engenharia

Programa de Trabalho: 04.122.0016

Atividade: 2.045 – Funcionamento e manutenção do Departamento de Engenharia

Recurso: 0.1.0000 – Recursos Ordinários

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (143) – Aplicações Diretas  
.....R\$ 31.500,00

Art.2º - As suplementações das dotações decorrentes com a execução do presente Decreto correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias, como segue:

Órgão: 15 – Secretaria de Planejamento Urbano

Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Engenharia

Programa de Trabalho: 04.122.0016

Atividade: 2.045 – Funcionamento e manutenção do Departamento de Engenharia

Recurso: 0.1.0000 – Recursos Ordinários

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (144) – Aplicações Diretas  
..... R\$ 31.500,00

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha/SC, 24 de junho de 2015.  
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE  
Secretária da Administração

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº35/2015-PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 35/2015 – PMP  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2015 – PMP, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2015 – PMP  
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE AREIA MÉDIA, PARA SER UTILIZADA NO MUNICÍPIO DE PENHA/SC  
ASSINATURA DA ATA: 24/06/2015.  
VIGÊNCIA: 12 MESES A CONTAR DA DATA DA PUBLICAÇÃO.  
EMPRESA: BALNEARIO MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA M-E  
VALOR R\$: 627.750,00 (seiscentos e vinte e sete mil, setecentos e cinquenta reais)  
A ATA COM OS PREÇOS E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES ENCONTRA-SE DISPONIBILIZADA PARA CONSULTA NESTA PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, NA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SITO AVENIDA NEREU RAMOS, 190, CENTRO, PENHA/SC, OU NO SITE WWW.PENHA.SC.GOV.BR

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES  
PREFEITO MUNICIPAL

### CONTRATO Nº 360/2015 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO  
PROCESSO SELETIVO Nº 01/2014  
CONTRATO Nº 360/2015 – RH/PMP  
Contratado (A): ANA CLAUDIA COSTA MOURA, na função de Professor I, início em 24/06/2015 e término em 11/12/2015, com carga horária de 30 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 24 de Junho de 2015.  
Evandro Eredes dos Navegantes  
Prefeito Municipal

### ERRATA 01 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
ERRATA Nº 01/2015  
TERMO ADITIVO Nº 356/2015 AO CONTRATO Nº 333/2015  
Contratado (A) RAFFAEL OLIVEIRA DO PRADO, fica alterada a carga horária de trabalho do (a) CONTRATADO (A) de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na E.B.M João Batista da Cruz, no período de 15/06/2015 a 11/12/2015.  
LÊ-SE:  
Contratado (A) RAFFAEL OLIVEIRA DO PRADO, fica alterada a carga horária de trabalho do (a) CONTRATADO (A) de 20 (vinte) para

40 (quarenta) horas semanais, para atuar na E.B.M João Batista da Cruz, no período de 15/06/2015 a 06/07/2015.

Penha/SC, 24 de junho de 2015.  
Evandro Eredes dos Navegantes  
Prefeito Municipal

### ERRATA PP15/2015 - PMP

ERRATA AO EDITAL  
REGISTRO DE PREÇO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2015 - PMP  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 25/2015 - PMP

Objeto: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA SER UTILIZADOS PELA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

Onde se Lê:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNI-DADE	QUANTI-DADE	VALOR UNIT	TOTAL
(...)					
119	Mata junta beneficia- do em eucalipto – 3 metros	Dúzia	20	2,90	58,00

Leia-se:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNI-DADE	QUANTI-DADE	VALOR UNIT	TOTAL
(...)					
119	Mata junta beneficia- do em eucalipto – 3 metros	Unida- de	20	2,90	58,00

Ficam inalterados os demais itens e cláusulas do presente edital.

Penha (SC), 24 de junho de 2015.  
DANIELE S. DE S. LUNGE  
Secretária de Administração

### PP23/2015 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
AVISO DE EDITAL  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2015 – PMP

Objeto: AQUISIÇÃO DE PASSES DE TRANSPORTE COLETIVO PARA ATENDER OS ALUNOS DA E.E.B EDITH PRATES GONÇALVES NO BAIRRO DE SANTA LÍDIA EM PENHA/SC.

Recebimento dos Envelopes até: 07/07/2015 até as 17h00min, na Secretaria de Administração, Avenida Nereu Ramos, 08, Centro, Penha/SC.

Abertura do Processo: 08/07/2015 às 09h00min horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, SITE [www.penha-sc.gov.br](http://www.penha-sc.gov.br) e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro – Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23, ou (47) 3345-0200 Ramal 231. Horário de atendimento das 13h:30m às 17h:00m.

Penha/SC, 24 de junho de 2015.  
Evandro Eredes dos Navegantes  
Prefeito Municipal



**PP24/2015 - PMP**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
AVISO DE EDITAL  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2015 – PMP

Objeto: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REPAROS EM LAJOTAS E PARALELEPÍEDOS A SEREM REALIZADOS EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

Recebimento dos Envelopes até: 07/07/2015 até as 17h00min, na Secretaria de Administração, Avenida Nereu Ramos, 08, Centro, Penha/SC.

Abertura do Processo: 08/07/2015 às 14h00min horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, SITE [www.penha-sc.gov.br](http://www.penha-sc.gov.br) e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro – Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23, ou (47) 3345-0200 Ramal 231. Horário de atendimento das 13h:30m às 17h:00m.

Penha/SC, 24 de junho de 2015.  
Evandro Eredes dos Navegantes  
Prefeito Municipal

**TERMO DE RESCISAO 04/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO nº 04  
Fica rescindido o Contrato nº 55/2015 – FMS, firmado entre a Sra. LEA CATARINA COSTA e esta PREFEITURA, em 24 de abril de 2015, por interesse público, a contar desta data:

Penha/SC, 24 de junho 2015.  
Evandro Eredes dos Navegantes  
Prefeito Municipal

**TERMO DE RESCISAO 05/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO nº 05  
Fica rescindido o 5º Termo Aditivo nº 73/2015 FMS ao Contrato nº 78/2012 – FMS, firmado entre a Sra. MARIA ROSA PRESTES DE BORBA e esta PREFEITURA, em 04 de maio de 2015, por interesse próprio, a contar desta data:

Penha/SC, 24 de junho 2015.  
Evandro Eredes dos Navegantes  
Prefeito Municipal

# Peritiba

## PREFEITURA

### **AVISO DE ANULAÇÃO 07 2015 FMS**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba através do Fundo Municipal de Saúde, informa a todos os interessados que fica ANULADO o Processo de Licitação nº 07/2015 – Tomada de Preço nº 01/2015, pelo motivo de erro no projeto de engenharia faltando especificações dos serviços no memorial descritivo e na planilha orçamentária.

Peritiba/SC 24 de Junho de 2015.  
ADRIANO JOSÉ KRINDGES  
Secretário de Saúde Bem Estar Social

# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 187/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 187/2015

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato REFERENTE CONCERTO VEICULO PLACA IFF-0302 e IFE-7886 da Secretaria de Educação Cultura e Esportes.

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 095/2015.

EMPRESA CONTRATADA: AUTO ELÉTRICA LB LTDA - ME

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer a Serviços concerto no valor total de R\$ 1.024,40 (um mil e vinte e quatro reais e quarenta centavos).

DATA DO CONTRATO: 11 DE JUNHO DE 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Viecei

### CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 194/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 194/2015

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato REFERENTE AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA- SECRETARIA DE SAUDE E BEM ESTAR SOCIAL.

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 101/2015.

EMPRESA CONTRATADA: JOLIMPAC LTDA

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer o material no valor de R\$ 2.155,00 (dois mil cento e cinquenta e cinco reais).

DATA DO CONTRATO: 18 DE JUNHO DE 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Viecei

### CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 195/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 195/2015

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato referente aquisição de CONJUNTOS DE UNIFORMES ESPORTIVOS- Secretaria de Administração e finanças.

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 102/2015.

EMPRESA CONTRATADA: MALHARIA PEGORARO

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer a CONFECÇÃO no valor de R\$ 5.324,00 (cinco mil trezentos e vinte e quatro reais).

DATA DO CONTRATO: 18 DE JUNHO DE 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Viecei

### CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 196/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 196/2015

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato REFERENTE CONCERTO E PINTURA DE VEICULO PLACA IAW-3791- SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS.

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 103/2015.

EMPRESA CONTRATADA: MECÂNICA AUTO PEÇAS TRENTIN LTDA. EPP.

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

DATA DO CONTRATO: 19 DE JUNHO DE 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Viecei

### CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 197/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 197/2015

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato CONCERTO ONIBUS DO TRANSPORTE ESCOLAR -SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 104/2015.

EMPRESA CONTRATADA: MECÂNICA AUTO PEÇAS TRENTIN LTDA. EPP.

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços no valor de R\$ 1.100,34 (mil e cem reais e trinta e quatro centavos).

DATA DO CONTRATO: 19 DE JUNHO DE 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Viecei

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2015-KATIA FISCHER

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO Nº 002/2015

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e, em atendimento ao disposto no Edital Processo Seletivo n. 002/2015, CONVOCA, obedecida a ordem final de classificação, a candidata aprovada, abaixo relacionados:

IDENTIFICAÇÃO (nº do RG )	NOME DO CANDIDATO	CARGO (regime estatutário)
5.927.450	Katia Fischer	Agente Comunitária de Saúde

O candidato acima relacionado deverá no prazo máximo de 10 dias, contados do primeiro dia útil seguinte à ciência desta convocação, providenciar o exame de Saúde Admissional, expedido por médico indicado pelo município e os seguintes documentos:

- formulário de Dados Cadastrais; (anexo Modelo);
- formulário de Declaração de Dependência; (anexo Modelo);
- formulário de Declaração de Bens; (anexo Modelo);
- formulário de Declaração de Não Acumulação de Cargos, Empregos e/ou Funções pública; (anexo Modelo);
- Carteira de Identidade;
- Título de Eleitor, com confirmação da última votação, assim como, declaração emitida pelo T.R.E. que comprove o pleno gozo dos direitos civis e políticos;
- Certificado de Reservista;
- Certificado escolar (prova de que o candidato satisfaz o nível de escolaridade exigido no edital do concurso);
- Documento com o nº do PIS/PASEP, ou extrato de inexistência

de registro obtido, junto ao Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal);  
j. CPF - Cartão do Cadastro de Pessoa Física;  
k. Carteira nacional do S.U.S;  
l. Certidão de Casamento;  
m. Certidão de Nascimento do(s) filho(s);  
n. Laudo médico (obtido mediante perícia médica);  
o. Carteira de Trabalho (CTPS);  
p. Comprovante de conta corrente bancária;  
q. comprovante de residência (conta de luz ou água ou telefone não superior a 90 dias);  
r. 01 (uma) foto no tamanho 3X4 colorida atual;  
s. Documentos exigidos para cargos específicos:  
Comprovante expedida pelo conselho profissional, comprovando a inscrição e a regularidade do registro para os cargos exigidos.

A entrega da Documentação dar-se a no Setor de Recursos Humanos, sito na Av.Arthur Costa e Silva ,111, Município de Pinheiro Preto –SC, no horário das 07:30 hs as 11:30hs e das 13:30hs as 17:30hs.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 24 de Junho de 2015.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
PREFEITO MUNICIPAL

#### **PORTARIA Nº 230, DE 16 DE JUNHO DE 2015.**

PORTARIA Nº 230, DE 16 DE JUNHO DE 2015.  
SUBSTITUI MEMBROS DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO E NOMEIA PREGOEIRO INTERINO.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei 8666/93, e

CONSIDERANDO que o servidor Hadriel Dalmolin está em gozo de férias;

CONSIDERANDO a exoneração da servidora Helin Perazzoli,

RESOLVE:

Art. 1º Nomeia como pregoeiro provisório, em substituição ao servidor Hadriel Dalmolin, a servidora Bruna Bertoncello.

Art. 2º Fica nomeada como membro da comissão permanente de licitação e equipe de apoio referente o pregão, em substituição a servidora Helin Perazzoli, a servidora Luciane Renata Baseggio.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 15 de Junho de 2015.

Pinheiro Preto – SC, 16 de Junho de 2015.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 233, DE 23 DE JUNHO DE 2015**

PORTARIA Nº 233, DE 23 DE JUNHO DE 2015  
HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 035/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL, E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 035/2015, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, e adjudica o objeto licitado, à empresa ALÔ BRASIL PESQUISA E CONSULTORIA E MARKETING LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 09.185.766/0001-62, consistente na implementação de um programa de melhoria continua da Administração Municipal, pelo preço global de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais);

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 23 DE JUNHO DE 2015  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 234, DE 24 DE JUNHO DE 2015.**

PORTARIA Nº 234, DE 24 DE JUNHO DE 2015.

HOMOLOGA INSCRIÇÕES DOS CANDIDATOS INSCRITOS À PROVA DO TESTE SELETIVO Nº 003/2015, DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO (SC).

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Edital nº 003/2015,

**RESOLVE**

Art. 1º Ficam homologadas as inscrições dos candidatos inscritos à prova do teste seletivo nº 003/2015, do Município de Pinheiro Preto (SC), as quais preenchem os requisitos exigidos, aos seguintes cargo/função:

CARGO	INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO/RG			
ENFERMEIRO-PSF	001	ALESANDRA PERAZZOLI DE SOUZA	4.499.439			
TECNICA EM ENFERMAGEM-PSF	001	DEBORA CRISTINA LISBOA	5.173.165			
AUXILIAR DE HIGIENE BUCAL	001	MARISA APARECIDA NEIS	6.201.286			
AUXILIAR DE HIGIENE BUCAL-PSF	002	LIGIAN CRISTINA BADO	11.112.665-8			
AUXILIAR DE HIGIENE BUCAL-PSF	003	ARIANA FRACAZZO CIARINI	4.620.850			
AUXILIAR DE HIGIENE BUCAL-PSF	004	ELIS REGINA DELLANI	5.443.477			
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA	001	EDERSON LEOBET	3.887.344			
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA	002	VIVIANE ANTUNES DE LIMA	5.927.468			
ATENDENTE DE CRECHE I	001	LURDES OLIVO PICCININ	1.707.680			
ATENDENTE DE CRECHE I	002	NEILA REGINA BONADIMAM NORA	3.427.289			
SERVENTE	001	ELISANGELA APARECIDA ROSA	5.520.327			
SERVENTE	002	FATIMA APARECIDA DIAS DA NEVES	4.785.985			
SERVENTE	003	IVONETE ZANFERRARI	1.689.166			
SERVENTE	004	LUCIANA ZANELLA	4.059.265			
SERVENTE	005	MARLI BORGES DE OLIVEIRA	3.158.655			
SERVENTE	006	SUZANA DOS SANTOS	4.508.937			
SERVENTE	007	MARINES OLIVO BAGGIO	1.707.386			
SERVENTE	008	ROSANE RIBEIRO DA LUZ VIECELLI	3.538.730			
SERVENTE	009	ELIANA ZANON	4.499.670			
ODONTÓLOGO-PSF	001	LARISSA ZANON CORDEIRO	5.423.863-3			

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 24 de Junho de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

# Ponte Serrada

## PREFEITURA

### DECRETO 415/2015

DECRETO Nº 415/2015, DE 14 DE ABRIL DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA CASAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida licença casamento a Funcionária Pública Municipal Sra. ROBERTA MARIA WRUBEL, ocupante do cargo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 05 (cinco) dias consecutivos, nos termos do art. 106, inciso II, alínea "a" da Lei Complementar 022/2003, conforme certidão de casamento em anexo.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE ABRIL DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### DECRETO 521/2015

DECRETO Nº 521/2015, DE 16 DE JUNHO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 61, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 e Lei Municipal nº. 2.240, de 16 de Junho de 2015.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional espécie Suplementar no orçamento do exercício de 2015 no valor de R\$ 45.000,00 (Quarenta e Cinco Mil Reais) destinados a suplementar a seguintes dotações orçamentárias:

03.00 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

12.367.1201.2.018 – Apoio a Educação Especial

Modalidade de Aplicação: 33500000 – 51 – R\$ 30.000.00

Fonte de Recursos: 01.0000

Órgão: 05 Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

20.606.2001.2.021 – Manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

Modalidade de Aplicação: 33500000 – 69 - R\$ 15.000,00

Fonte de Recursos: 01.0000

Art. 2º. Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos da anulação da seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 03 – Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

12.367.1201.2.018 – Apoio ao Ensino Superior

Modalidade de Aplicação: 33500000 – 38 – R\$ 30.000.00

Fonte de Recursos: 01.0000

Órgão: 05 - Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

20.606.2001.2.021 – Manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

Modalidade de Aplicação: 33500000 – 73 - R\$ 15.000,00

Fonte de Recursos: 01.0000

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE JUNHO DE 2015

EDUARDO COPPINI

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada na data supra, na forma da lei.



**EXTRATO CONTRATO 2015**

CONTRATO Nº 0101/2015 - FMS

PROCESSO LICITATÓRIO 023/2015 - FMS

PREGÃO Nº 019/2015 - FMS

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADO: SANTA LÚCIA PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI ME

CNPJ: 21.536.580/0001-06

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA USO JUNTO DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA.

VALOR: R\$ 14.401,20 (Quatorze mil e quatrocentos e um real e vinte centavos)

VIGÊNCIA: DE 24 DE JUNHO DE 2015 À 31 DE DEZEMBRO DE 2015

CONTRATO Nº 0102/2015 - FMS

PROCESSO LICITATÓRIO 023/2015 - FMS

PREGÃO Nº 019/2015 - FMS

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADO: POSSATTO E MARCELLO LTDA ME

CNPJ: 72.150.550/0001-06

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA USO JUNTO DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA.

VALOR: R\$ 14.174,32 (Quatorze mil cento e setenta e quatro reais e trinta e dois centavos)

VIGÊNCIA: DE 24 DE JUNHO DE 2015 À 31 DE DEZEMBRO DE 2015

CONTRATO Nº 0103/2015 - FMS

PROCESSO LICITATÓRIO 023/2015 - FMS

PREGÃO Nº 019/2015 - FMS

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADO: FUSÃO COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA

CNPJ: 10.663.441/0001-84

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA USO JUNTO DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA.

VALOR: R\$ 13.895,20 (Treze mil oitocentos e noventa e cinco reais e vinte centavos)

VIGÊNCIA: DE 24 DE JUNHO DE 2015 À 31 DE DEZEMBRO DE 2015

CONTRATO Nº 0104/2015 - FMS

PROCESSO LICITATÓRIO 023/2015 - FMS

PREGÃO Nº 019/2015 - FMS

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADO: VANUSA DIAS EIRELI – EPP

CNPJ: 08.850.926/0001-88

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA USO JUNTO DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA.

VALOR: R\$ 13.202,40 (Treze mil duzentos e dois reais e quarenta centavos)

VIGÊNCIA: DE 24 DE JUNHO DE 2015 À 31 DE DEZEMBRO DE 2015

CONTRATO Nº 0105/2015 - FMS

PROCESSO LICITATÓRIO 023/2015 - FMS

PREGÃO Nº 019/2015 - FMS

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADO: ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA ME

CNPJ: 06.194.440/0001-03

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA USO JUNTO DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA.

VALOR: R\$ 25.709,50 (Vinte e cinco mil setecentos e nove reais e cinquenta centavos)

VIGÊNCIA: DE 24 DE JUNHO DE 2015 À 31 DE DEZEMBRO DE 2015

CONTRATO Nº 0106/2015 - FMS

PROCESSO LICITATÓRIO 023/2015 - FMS

PREGÃO Nº 019/2015 - FMS

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADO: DENTAL OESTE EIRELI EPP

CNPJ: 05.412.147/0001-02

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA USO JUNTO DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA.

VALOR: R\$ 13.107,56 (Treze mil cento e sete reais e cinquenta e seis centavos)

VIGÊNCIA: DE 24 DE JUNHO DE 2015 À 31 DE DEZEMBRO DE 2015

CONTRATO Nº 0107/2015 - FMS

PROCESSO LICITATÓRIO 023/2015 - FMS

PREGÃO Nº 019/2015 - FMS

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADO: CASA CIRÚRGICA CHAPECÓ LTDA ME

CNPJ: 02.756.441/0001-43

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA USO JUNTO DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA.

VALOR: R\$ 7.593,50 (Sete mil quinhentos e noventa e três reais e cinquenta centavos).

VIGÊNCIA: DE 24 DE JUNHO DE 2015 À 31 DE DEZEMBRO DE 2015

# Porto União

## PREFEITURA

### ADJUDICAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO 002/2015 - AMASPU

IMPRESS – Instituto Municipal de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos de Porto União  
AMASPU – Autarquia Municipal de Assistência à Saúde dos Funcionários Públicos de Porto União  
PORTO UNIÃO – SANTA CATARINA

#### TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Através do presente Termo, fica adjudicado o objeto constante do processo licitatório nº 004/2015, modalidade Pregão Eletrônico nº 002/2015:

- Dental Norte Gaúcho Com. Prod. e Equip. Odontológicos Ltda - valor total R\$ 953,70 (novecentos e cinquenta e três reais e setenta centavos).

Porto União SC, 24 de junho de 2015.  
ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

MARGARETH FLISSAK  
Presidente AMASPU

### ADJUDICAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 001/2015 - AMASPU

IMPRESS – Instituto Municipal de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos de Porto União  
AMASPU – Autarquia Municipal de Assistência à Saúde dos Funcionários Públicos de Porto União  
PORTO UNIÃO – SANTA CATARINA

#### TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Através do presente Termo, fica adjudicado o objeto constante do processo licitatório nº 005/2015, modalidade Pregão Presencial nº 001/2015:

Luiz Kaminski ME - valor total R\$ 4.919,30 (quatro mil novecentos e dezenove reais e trinta centavos).

Porto União SC, 23 de junho de 2015.  
ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

MARGARETH FLISSAK  
Presidente AMASPU

### EXTRATO DE CONTRATO 002/2015 - FIA

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 002/2015 - FIA  
Partes: Município de Porto União e Neuri de Souza Gonçalves Junior.  
Objeto: Contratação de um instrutor de música para compor a equipe do Centro de Referência Especializada de Assistência Social – CREAS e Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, com carga horária de 10 (dez) horas semanais.  
Valor Total: R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais).

Vigência: 12 (doze) meses.  
Base legal: Tomada de Preços 001/2015 - FIA, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 18 de junho de 2015.  
Anízio de Souza.  
Prefeito Municipal

Neuri de Souza Gonçalves Junior.  
Contratada

### EXTRATO DE CONTRATO 012/2015 - FUNREBOM

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 012/2015 - FUNREBOM  
Partes: Município de Porto União e Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda - EPP.  
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para manutenção do FUNREBOM.  
Valor Total: R\$ 6.822,69 (seis mil oitocentos e vinte e dois reais e sessenta e nove centavos).  
Vigência: 12 (doze) meses.  
Base legal: Pregão Presencial 009/2015 - FUNREBOM, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 19 de junho de 2015.  
Anízio de Souza.  
Prefeito Municipal

Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda - EPP.  
Contratada

### JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 010/2015

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Processo Licitatório n.º 079/2015  
Dispensa de Licitação n.º 010/2015

Caracterização da Situação: o Município, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Meio Ambiente necessita local o imóvel onde se encontra instalada a Associação dos Agentes Recicladores de Porto União - ASSARPU, como parte de incentivo para o programa geração de renda de reciclagem solidária.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, a locação de imóvel, barracão com área de 900,00 m2 situada na Rua Alberto Alfredo Matzembacher, s/nº, Área Industrial, neste município, inscrito sob a matrícula 15.949 do Registro de Imóveis da Comarca de Porto União SC, anexo ao processo, de propriedade da empresa Alison Omar Abbas EPP, inscrita no CNPJ 02.570.510/0001-20.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre o imóvel acima descrito, de propriedade da empresa Alison Omar Abbas EPP em razão da sua localização condicionar a escolha, bem como em razão de este estar dentro do preço praticado no mercado e a inexistência de outro lugar para acolher o projeto, uma vez que a Associação dos Agentes Recicladores de Porto União – ASSARPU já se encontra instalada no local.

Do Preço: O valor a ser pago será de R\$ 2.602,50 (dois mil seiscentos e dois reais e cinquenta centavos) mensais, pelo período de 12 (doze) meses.

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o: Órgão 0200 – Poder Executivo de Porto União  
Unidade 0212 – Sec. Mun. De Desen. Econ. Sust. e Meio Ambiente  
Atividade 2093 – Manutenção Sec. Mun. Desenv. Econ. Sustentável e meio Ambiente  
Modalidade 3390-100 – Aplicações diretas  
Cód. 153  
Complemento 33903910 – Locação de imóveis  
Da Justificativa: A presente dispensa encontra respaldo no art. 24, inciso X, da Lei 8.666/93, face os motivos já expostos.

Porto União, 15 de junho de 2015.  
VANESSA NALON DOS SANTOS  
Presidente da Comissão Permanente de Licitações  
Decreto 644/2015

### **JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 007/2015**

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
Processo Licitatório n.º 077/2015  
Inexigibilidade de Licitação n.º 007/2015

Caracterização da Situação: O município necessita contratar um artista para executar a obra artística composta de 01 (uma) "ESTÁ-TUA DE CRISTO" com 04 (quatro) metros de altura, confeccionada utilizando ferragem de cantoneira de 2", chapa metálica na base, soldas, revestimento em tela, micro tela, fibra de vidro e resina, a ser instalada no local denominado "Morro da Cruz", que comporá com a obra de infraestrutura para incrementar o turismo religioso em Porto União e toda região, contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento econômico, tanto no município como na região circunvizinha através de ampla visitação no local por turistas.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, a contratação de um artista para executar a obra artística composta de 01 (uma) imagem de "CRISTO" com 04 (quatro) metros de altura, confeccionada utilizando ferragem de cantoneira de 2", chapa metálica na base, soldas, revestimento em tela, micro tela, fibra de vidro e resina, a ser instalada no local denominado "Morro da Cruz", que comporá com a obra de infraestrutura para incrementar o turismo religioso em Porto União e toda região, contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento econômico, tanto no município como na região circunvizinha através de ampla visitação no local por turistas.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre Roque Correia - MEI, artista da região, por já possuir trabalhos relacionados na área, conforme fotos e prospectos constantes do presente processo.

Do Preço: O valor total a ser pago será de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), que será efetuado em 03 fases, conforme realização do trabalho.

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o: Órgão – 0200 – Poder Executivo de Porto União  
Unidade 0211 – Sec. Mun. De Cultura e Turismo  
Atividade 2092 – Manutenção Sec. Mun. De Cultura e Turismo  
Modalidade 4490-100 – Aplicações diretas  
Cód. 455

Complemento 44905199 – Outras obras e instalações.  
Da Justificativa: A presente dispensa encontra respaldo no art. 25, inciso III, da Lei 8.666/93.

Porto União, 12 de junho de 2015.  
VANESSA NALON DOS SANTOS  
Presidente da Comissão Permanente de Licitações  
Decreto 644/2015

### **TERMO DE ANULAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 011/2015 - SAÚDE**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Processo Licitatório 017/2015 - SAÚDE  
Pregão Presencial 011/2015  
Termo de Anulação  
Anula-se o aludido processo licitatório, com base no artigo 49 da Lei 8.666/93.

Porto União SC, 19 de junho de 2015.  
Anízio de Souza  
Prefeito Municipal

### **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO 002/2015 - AMASPU**

IMPRESS – Instituto Municipal de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos de Porto União  
AMASPU – Autarquia Municipal de Assistência à Saúde dos Funcionários Públicos de Porto União  
PORTO UNIÃO – SANTA CATARINA

#### **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

Através do presente Termo, fica HOMOLOGADO o objeto constante do processo licitatório nº 004/2015 – modalidade Pregão Eletrônico nº 002/2015.

Porto União SC, 24 de junho de 2015.  
ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

MARGARETH FLISSAK  
Presidente AMASPU

### **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO 003/2015 - SAÚDE**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Processo Licitatório 013/2015 – SAÚDE  
Pregão Eletrônico 003/2015  
Termo de Homologação  
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas  
ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA,  
BIO LÓGICA DISTRIBUIDORA EIRELI,  
CIRURGICA SANTA CRUZ COM PROD. HOSP.,  
DENTAL MED EQUIPAMENTOS E MATERIAIS,  
DENTAL MED SUL,  
ELISVANDIA MATOS DONINI – ME,  
ISMED FARMACEUTICA LTDA,  
L. A. DALLA PORTA JÚNIOR,  
MED EQUIPA LTDA EPP,  
METROMED-COM. DE MAT. MED. HOSPITALARES LTDA,  
OLIMED – MATERIAL HOSPITALAR,  
PHRODENT – COM. REPR. PROD. HOSP. DENT. LTDA,  
SILME'S COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS.

Porto União SC, 22 de junho de 2015.  
Anízio de Souza  
Prefeito Municipal

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL  
001/2015 - AMASPU**

IMPRESS – Instituto Municipal de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos de Porto União  
AMASPU – Autarquia Municipal de Assistência à Saúde dos Funcionários Públicos de Porto União  
PORTO UNIÃO – SANTA CATARINA

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

Através do presente Termo, fica HOMOLOGADO o objeto constante do processo licitatório nº 005/2015 – modalidade Pregão Presencial nº 001/2015.

Porto União SC, 23 de junho de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

MARGARETH FLISSAK

Presidente AMASPU

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL  
009/2015 - FUNREBOM**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Processo Licitatório 009/2015 – FUNREBOM  
Pregão Presencial 009/2015  
Termo de Homologação  
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda - EPP.

Porto União SC, 19 de junho de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE TOMADA DE PREÇOS  
001/2015 - FIA**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Processo Licitatório 001/2015 – FIA  
Tomada de Preços 001/2015  
Termo de Homologação  
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico  
Neuri de Souza Gonçalves Junior.

Porto União SC, 18 de junho de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

# Pouso Redondo

## PREFEITURA

### CHAMADA PÚBLICA AGRICULTURA FAMILIAR 002 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

PROCESSO Nº30/2015

CHAMADA PÚBLICA Nº02/2015

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que, até as 08:30 Horas do dia 17.07.2015, para Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar, para os alunos da rede de educação básica pública, matriculados nas escolas de Educação Infantil e Fundamental do município. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-1133.

Pouso Redondo, em 24 de Junho de 2015.

Nair Goulart

Prefeita Municipal

### LEI 2610

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

LEI Nº 2.610/2015 de 24/06/2015.

Autoriza o Poder Executivo a custear despesas com o intuito de realizar o Campeonato Municipal de Bocha e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a custear despesas no valor de até R\$ 2.915,20 (dois mil novecentos e quinze reais e vinte centavos), com a finalidade de realizar o Campeonato Municipal de Bocha 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotação própria consignada no Orçamento Anual do Município.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 24 de junho de 2015.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

# Presidente Castello Branco

## PREFEITURA

### CONTRATO NR. 107/2015

#### EXTRATO DE CONTRATO

Nr. 107/2015

CONTRATAN-TE:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	JAKSON KIRSTEN EPP
OBJETO:	A presente contratação tem por objeto a aquisição de materiais didáticos, de expediente, recreativo, de aviação, de limpeza, e utensílios diversos destinados ao "Projeto Técnico para Cofinanciamento de Serviços de Proteção Social Básica", atendendo a idosos, crianças, adolescentes e jovens do Município de Presidente Castello Branco/SC.
VALOR:	R\$ 5.934,34 (cinco mil, novecentos e trinta e quatro reais, com trinta e quatro centavos).
VIGÊNCIA:	24/06/2015 a 31/12/2015.

### CONTRATO NR. 110/2015

#### EXTRATO DE CONTRATO

Nr. 110/2015

CONTRATAN-TE:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA ME
OBJETO:	A presente contratação tem por objeto a aquisição de materiais didáticos, de expediente, recreativo, de aviação, de limpeza, e utensílios diversos destinados ao "Projeto Técnico para Cofinanciamento de Serviços de Proteção Social Básica", atendendo a idosos, crianças, adolescentes e jovens do Município de Presidente Castello Branco/SC.
VALOR:	R\$ 4.453,95 (quatro mil, quatrocentos e cinquenta e três reais, com noventa e cinco centavos).
VIGÊNCIA:	24/06/2015 a 31/12/2015.

### CONTRATO NR. 108/2015

#### EXTRATO DE CONTRATO

Nr. 108/2015

CONTRATAN-TE:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	LEO GULIANI ME
OBJETO:	A presente contratação tem por objeto a aquisição de materiais didáticos, de expediente, recreativo, de aviação, de limpeza, e utensílios diversos destinados ao "Projeto Técnico para Cofinanciamento de Serviços de Proteção Social Básica", atendendo a idosos, crianças, adolescentes e jovens do Município de Presidente Castello Branco/SC.
VALOR:	R\$ 5.120,40 (cinco mil, cento e vinte reais, com quarenta centavos).
VIGÊNCIA:	24/06/2015 a 31/12/2015.

### CONTRATO NR. 111/2015

#### EXTRATO DE CONTRATO

Nr. 111/2015

CONTRATAN-TE:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	TECIDÃO COMÉRCIO DE TECIDOS E CONFECÇÕES LTDA
OBJETO:	A presente contratação tem por objeto a aquisição de materiais didáticos, de expediente, recreativo, de aviação, de limpeza, e utensílios diversos destinados ao "Projeto Técnico para Cofinanciamento de Serviços de Proteção Social Básica", atendendo a idosos, crianças, adolescentes e jovens do Município de Presidente Castello Branco/SC.
VALOR:	R\$ 3.263,00 (três mil, duzentos e sessenta e três reais).
VIGÊNCIA:	24/06/2015 a 31/12/2015.

### CONTRATO NR. 109/2015

#### EXTRATO DE CONTRATO

Nr. 109/2015

CONTRATAN-TE:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	LUCIANE FRIGO ME
OBJETO:	A presente contratação tem por objeto a aquisição de materiais didáticos, de expediente, recreativo, de aviação, de limpeza, e utensílios diversos destinados ao "Projeto Técnico para Cofinanciamento de Serviços de Proteção Social Básica", atendendo a idosos, crianças, adolescentes e jovens do Município de Presidente Castello Branco/SC.
VALOR:	R\$ 7.545,82 (sete mil, quinhentos e quarenta e cinco reais, com oitenta e dois centavos).
VIGÊNCIA:	24/06/2015 a 31/12/2015.

### CONTRATO NR. 112/2015

#### EXTRATO DE CONTRATO

Nr. 112/2015

CONTRATAN-TE:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME
OBJETO:	A presente contratação tem por objeto a aquisição de materiais didáticos, de expediente, recreativo, de aviação, de limpeza, e utensílios diversos destinados ao "Projeto Técnico para Cofinanciamento de Serviços de Proteção Social Básica", atendendo a idosos, crianças, adolescentes e jovens do Município de Presidente Castello Branco/SC.
VALOR:	R\$ 2.454,60 (dois mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais, com sessenta centavos).
VIGÊNCIA:	24/06/2015 a 31/12/2015.



# Rio do Sul

## PREFEITURA

### ALESSANDRA SOARES MACHADO - 2º TERMO ADITIVO

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 263/2015, firmado em 23/03/2015, com término previsto para 22/06/2015. O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ALESSANDRA SOARES MACHADO, portador(a) do CPF nº 010.061.919-33, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 263/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 263/2015, iniciando-se a prorrogação em 23/06/2015 e encerrando-se em 17/07/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 19/06/2015. GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
ALESSANDRA SOARES MACHADO  
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: \_\_\_\_\_ Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 298/2015 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 298/2015

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) WALQUÍRIA KARSTEN, portador(a) do CPF nº 767.071.309-78, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Emilio Graubner, nº 615 - Bairro Vila Nova - Trombudo Central - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Enfermeiro, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) EACS, em virtude de vaga não ocupada através de Concurso Público.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 3.617,51 (três mil seiscentos e dezessete reais e cinquenta e um centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 24/06/2015 e encerrando-se em 23/07/2015, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 23 de junho de 2015.

GIVANILDO SILVA	WALQUÍRIA KARSTEN
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

### DECRETO Nº 4774, DE 24 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO Nº 4774, de 24 de junho de 2015.

"CRIA COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DA SITUAÇÃO DO MURO DE CONTENÇÃO DA AVENIDA OSCAR BARCELOS".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no inciso VI, artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul,

DECRETA:

Art. 1º- Fica criado a comissão para acompanhamento da situação do muro de contenção da Avenida Oscar Barcelos, a qual será composta pelos seguintes membros:

I – Representantes da Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente:

- a) Arlindo César Scoz, engenheiro civil, matrícula n. 71714;
- b) Fábio de Campos Freira, engenheiro civil, matrícula n. 102938;

II – Representantes da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos:

- a) Augustinho Ignácio, Diretor do Departamento de Desenvolvimento Urbano, matrícula n. 77593;
- b) Nilton Xavier, Chefe da Divisão e Manutenção das Vias Não

Pavimentadas, matrícula n. 71536.

Art. 2º- A comissão criada pelo art. 1º deste decreto se reunirá, no mínimo, 01 (uma) vez por mês, e deverá avaliar e emitir laudo técnico e/ou auto de constatação a respeito da situação do muro da Avenida Oscar Barcelos, o qual deverá ser encaminhado ao Prefeito Municipal e à Procuradoria Geral do Município para as devidas providências.

Art. 3º- A comissão deverá se reunir até a conclusão das obras de reparos do muro da Avenida Oscar Barcelos.

Art. 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO,

24 de junho de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul.

## EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 067/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 067/2015

O Município de Rio do Sul/SC, torna público, que fará realizar na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal, localizada na Praça 25 de Julho, nº 01, Centro, licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, execução por empreitada por preço unitário do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a contratação de empresa para execução da reforma no pavimento superior do quartel do Corpo de Bombeiros, localizado na Alameda Bela Aliança, 825, Bairro Jardim América em Rio do Sul, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, pelas normas, especificações e condições contidas no edital e seus anexos.

O edital e seus anexos, estarão à disposição dos interessados para verificação, na Divisão de Processos Licitatórios do Município, no endereço constante no preâmbulo deste, no horário de expediente da Prefeitura Municipal.

Os interessados em adquirir o edital e seus anexos, poderão fazê-lo junto a Recopy Fotocopiadora, localizado na Al. Aristiliano Ramos, 816, Centro, no horário comercial, fone, 47 3522-2125, sendo o custo por conta do interessado.

Os envelopes contendo as documentações de habilitação e propostas serão recebidos até as 09:00 horas do dia 14 de julho de 2015, devendo ser protocolados na Divisão de Suprimentos da Prefeitura Municipal. A abertura dos envelopes de habilitação será efetuada às 09:00 horas do dia 14 de julho de 2015, na Sala de Reuniões do Prédio Central da Prefeitura Municipal.

Rio do Sul, 22 de junho de 2015.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO

Secretária Municipal da Fazenda

## EMILIA FRUTUOSO LANGE - 2º TERMO ADITIVO

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 262/2015, firmado em 20/03/2015, com término previsto para 18/06/2015. O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) **EMILIA FRUTUOSO LANGE**, portador(a) do CPF nº 800.033.629-49, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 262/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: **Cláusula Primeira - Do Objeto** Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: **"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 262/2015, iniciando-se a prorrogação em 19/06/2015 e encerrando-se em 17/07/2015." **Cláusula Segunda - Da Ratificação** Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 17/06/2015. GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

EMILIA FRUTUOSO LANGE

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

## LEI 5.614

LEI Nº 5.614, de 23 de junho de 2015.

"APROVA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (PME) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	Fica aprovado o Plano Municipal de Educação (PME), com vigência por 10 (dez) anos, a contar da data de publicação desta Lei, na forma prevista no Anexo, com vistas ao cumprimento do dispositivo descrito no art. 8º da Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014.
----------	---

Art. 2º-	O Plano Municipal de Educação contém a proposta educacional do Município de Rio do Sul, com suas respectivas metas e estratégias, em conformidade com o Plano Nacional de Educação, estabelecido pela Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014.
----------	--

Art. 3º-	São diretrizes do Plano Municipal de Educação (PME):
	I - erradicação do analfabetismo;
	II - universalização do atendimento escolar;
	III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
	IV - melhoria da qualidade da educação;
	V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
	VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
	VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do Município;

	VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto (PIB) que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
	IX - valorização dos profissionais da educação;
	X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.
Art. 4º-	As metas previstas no Anexo desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência estipulado, desde que não haja prazo inferior definido para cada meta ou estratégia especificada.
Art. 5º-	As metas previstas no Anexo desta Lei deverão ter como referência o diagnóstico sistematizado pela equipe técnica, com base nos dados divulgados pelos órgãos oficiais e instituições integrantes do Fórum.
Art. 6º-	A execução do Plano Municipal de Educação (PME) e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas realizadas pelo Fórum Municipal de Educação, conforme Decreto nº 3346, de 22 de abril de 2013.
	Parágrafo único - Compete, ainda, o Fórum Municipal de Educação:
	I - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;
	II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;
	III - analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.
Art. 7º-	O Plano Municipal de Educação foi elaborado com participação da sociedade civil e governamental, sob a coordenação do Fórum Municipal de Educação de Rio do Sul, conforme Decreto nº 3346, de 22 de abril de 2013, e subsidiado pela Secretaria Municipal de Educação.
Art. 8º-	O Plano Municipal de Educação, apresentado em conformidade com a Constituição Federal e Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, reger-se-á pelos princípios da democracia participativa, cooperação federativa e regime de colaboração, objetivando a efetivação de políticas públicas de Educação que assegurem a implementação das estratégias e o cumprimento das metas.
	Parágrafo único - Caberá aos gestores federais, estaduais e municipais a adoção de medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas no Plano Municipal de Educação (PME).
Art. 9º-	As estratégias definidas no Anexo desta Lei não eliminam a adoção de medidas adicionais ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais, estaduais e municipais de coordenação e de colaboração recíproca.
Art. 10-	O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual do Município de Rio do Sul serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste Plano Municipal de Educação, a fim de viabilizar sua plena execução.
	§ 1º- A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência do Plano Municipal de Educação e poderá ser ampliada por meio de Lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.
	§ 2º- O investimento público em educação a que se refere a Meta 20 do Anexo desta Lei engloba os recursos aplicados na forma do art. 212 da Constituição Federal, do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como do art. 213 da Constituição Federal.

	§ 3º- Será destinada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, além de outros recursos previstos em Lei, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e de gás natural, na forma de Lei específica, com a finalidade de assegurar o cumprimento da meta prevista no inciso VI do art. 214 da Constituição Federal.
Art. 11-	As Conferências Municipais de Educação realizar-se-ão com intervalo de até 04 (quatro) anos entre elas, serão coordenadas pelo Fórum Municipal de Educação, conforme descreve o art. 6º da Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014, com o objetivo de avaliar a execução desta Plano e subsidiar a elaboração dos Planos Nacionais, Estaduais e Municipais de Educação para o decênio subsequente.
Art. 12-	Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência do Plano Municipal de Educação, o Poder Executivo Municipal encaminhará à Câmara de Vereadores de Rio do Sul, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, Projeto de Lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá o diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.
Art. 13-	Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 14-	Revogam-se as disposições em contrário.

## GABINETE DO PREFEITO

23 de junho de 2015

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

**MAURICIO MUTSCHLER - 2º TERMO ADITIVO**

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 266/2015, firmado em 31/03/2015, com término previsto para 29/06/2015. O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) **MAURICIO MUTSCHLER**, portador(a) do CPF nº 003.373.099-73, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 266/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: **Cláusula Primeira - Do Objeto** Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: **"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 266/2015, iniciando-se a prorrogação em 30/06/2015 e encerrando-se em 17/07/2015." **Cláusula Segunda - Da Ratificação** Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 26/06/2015. GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

MAURICIO MUTSCHLER

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

**PORTARIA Nº 0413/RH**

PORTARIA N. 0413/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013 e, considerando:

· As conclusões da Comissão Sindicante, de fls. 33 a 35, dos autos da Sindicância Administrativa n. 002/2014, instaurada pela Portaria n. 0068/RH de 28 de janeiro de 2014, publicada no Diário Oficial dos Municípios no dia 31 de janeiro de 2014 e, de acordo com a decisão proferida às fls. 37 dos mesmos autos, no que tange à apuração e comprovação dos fatos,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Determinar o ARQUIVAMENTO da Sindicância Administrativa n. 002/2014, instaurada para apuração da responsabilidade sobre o furto de 80 litros de óleo diesel, que seria utilizado para abastecer a frota da Secretaria Municipal de Agricultura e Secretaria de Obras, relatados no Memorando Interno CI Nº 048/2013, emitido pelo Departamento de Controle Interno, até o surgimento de novas provas quanto ao fato em questão, tendo em vista a impossibilidade de precisar a autoria dos fatos.

Art. 2º. Determinar que seja notificada a Secretaria Municipal de Agricultura, para providenciar a instalação de câmeras, objetivando mitigar as ocorrências de furtos no estabelecimento da Secretaria supracitada.

Art. 3º. Estabelecer que esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina, revogadas as disposições em contrário.

Rio do Sul, 22 de junho de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

**PORTARIA Nº 0414/RH**

PORTARIA N. 0414/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013 e, considerando:

· As conclusões da Comissão Sindicante, de fls. 29 a 33, dos autos da Sindicância Administrativa n. 005/2014, instaurada pela Portaria n. 0283/RH de 14 de março de 2014, publicada no Diário Oficial dos Municípios no dia 19 de março de 2014 e, de acordo com a decisão proferida às fls. 35 dos mesmos autos, no que tange à apuração e comprovação dos fatos,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Determinar o ARQUIVAMENTO da Sindicância Administrativa n. 005/2014, instaurada para apuração da responsabilidade pela colisão que ocorreu no dia 04 de fevereiro de 2014, entre o veículo Celta, placa MJV 9667, de propriedade do Município de Rio do Sul e parte integrante da frota da Secretaria Municipal de Administração e o veículo Towner Pickup, placa MKA 6081, de propriedade particular, na Avenida Ivo Silveira, relatados no Memorando Depto. De Patrimônio Nº 50/2014, emitido pelo Departamento de Patrimônio, tendo em vista que não há qualquer responsabilidade administrativa, por parte do servidor envolvido, em virtude de que o mesmo agiu atendendo as normas de segurança.

Art. 2º. Determinar que seja encaminhada cópia integral da presente

sindicância a Procuradoria Geral do Município, com o intuito de ingressar com demanda judicial cabível, para pleitear a reparação de danos decorrentes do acidente de trânsito.

Art. 3º. Estabelecer que esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina, revogadas as disposições em contrário.

Rio do Sul, 22 de junho de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

**PORTARIA Nº 0415/RH**

PORTARIA N. 0415/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013 e, considerando:

· As conclusões da Comissão Sindicante, de fls. 29 a 36, dos autos da Sindicância Administrativa n. 010/2014, instaurada pela Portaria n. 0377/RH de 04 de abril de 2014, publicada no Diário Oficial dos Municípios no dia 10 de abril de 2014 e, de acordo com a decisão proferida às fls. 38 dos mesmos autos, no que tange à apuração e comprovação dos fatos,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Determinar a Instauração de Processo Administrativo Disciplinar, com o intuito de garantir ao servidor João Maria dos Santos os princípios do contraditório e da ampla defesa, em relação a, em tese, violação dos deveres e proibições conferidas nos incisos I e IX do Art. 157 e nos incisos XVII e XXVI do Art. 158, ambos da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. Estabelecer que esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina, revogadas as disposições em contrário.

Rio do Sul, 22 de junho de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

**PORTARIA Nº 0419/RH**

PORTARIA N. 0419/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Com fundamento ao Art. 48, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder ao servidor SEBASTIAO DO AMARAL, matrícula n. 76139-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Caminhão, o primeiro Adicional por Formação Profissional por ter apresentado o Certificado de conclusão do Ensino Médio, no processo n. 153186/2015, e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de maio de 2015, de acordo com o Art. 49 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.



Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 de junho de 2015.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Asfj

### **Portaria Nº 0422/2015**

PORTARIA Nº. 0422/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

#### **RESOLVE:**

Art.1º Conceder auxílio-natalidade, de acordo com o Art. 241, da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010, à servidora ANA PAULA MENEGHETTI FIAMONCINI, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, conforme certidão de nascimento n.º 0045080 25 do cartório de registro civil do município e comarca de Rio do Sul, onde encontra-se o assento de LAURA MENEGHETTI FIAMONCINI.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 de junho de 2015.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Vf

### **Portaria Nº 0423/2015**

PORTARIA Nº. 0423/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

#### **RESOLVE:**

Art.1º Conceder auxílio-natalidade, de acordo com o Art. 241, da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010, à servidora CAROLINE SCHUHMACHER AMORIM, ocupante do cargo de provimento efetivo de CIRURGIÃO DENTISTA (20h), conforme certidão de nascimento n.º 0021052 49 do cartório de registro civil do município e comarca de Ituporanga, onde encontra-se o assento de HELENA AMORIM MEES.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 de junho de 2015.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Vf

### **PORTARIA Nº 0425/RH**

PORTARIA Nº. 0425/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 30 (trinta) dias,

contados a partir de 21/03/2015 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 016/2014, designada pela Portaria n. 1195/RH de 25 de novembro de 2014 (publicada em 02/12/2014), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 016/2014.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 216, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício SMA n. 008/P.A. 016/2014, de 08 de junho de 2015, em face da complexidade dos trabalhos de levantamento de dados e esclarecimentos.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 24 de junho de 2015.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Asfj

### **PORTARIA Nº 0426/RH**

PORTARIA N. 0426/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no Art. 31, inciso XIV, da Lei Complementar n. 100/2003 e suas alterações posteriores, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul e, considerando o Memorando Depto. De Patrimônio n. 076/2015, do Departamento de Patrimônio, Boletim de Acidente de Trânsito 83360442, e demais documentos em anexo,

#### **RESOLVE:**

Art.1º Instaurar a Sindicância Administrativa n. 004/2015, a fim de apurar a responsabilidade pelo acidente ocorrido no dia 28 de maio de 2015 entre o veículo modelo VW/Gol, de placa MIP 4475 de propriedade do Município de Rio do Sul e parte integrante da frota da Secretaria Municipal de Educação e o veículo Ford/Pampa placa AGH 1253 de propriedade particular.

Art.2º Designar a Comissão Permanente de Sindicância, nomeada pela Portaria n. 0116/RH, de 20 de fevereiro de 2015, publicada em 26 de fevereiro de 2015 para apurar tais fatos, eventuais irregularidades e responsabilidades.

Art.3º Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos afetos a esta Sindicância Administrativa.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 24 de junho de 2015.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Asfj

### **PORTARIA Nº 0427/RH**

PORTARIA N. 0427/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no Art. 31, inciso XIV, da Lei Complementar n. 100/2003 e suas alterações posteriores, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul e, considerando o Memorando SME/GAB n. 321/2015, da Secretaria Municipal de Educação, e demais documentos em anexo,

**RESOLVE:**

Art.1º Instaurar a Sindicância Administrativa n. 005/2015, a fim de apurar os fatos relatados no Memorando supracitado, envolvendo a servidora Maria Helena Antônio.

Art.2º Designar a Comissão Permanente de Sindicância, nomeada pela Portaria n. 0116/RH, de 20 de fevereiro de 2015, publicada em 26 de fevereiro de 2015 para apurar tais fatos, eventuais irregularidades e responsabilidades.

Art.3º Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos afetos a esta Sindicância Administrativa.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 24 de junho de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

**PORTARIA Nº 0428/RH**

PORTARIA N. 0428/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no Art. 31, inciso XIV, da Lei Complementar n. 100/2003 e suas alterações posteriores, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul e, considerando o Memorando GABSEC n.1176/2015, da Secretaria Municipal de Saúde, e demais documentos em anexo,

**RESOLVE:**

Art.1º Instaurar a Sindicância Administrativa n. 006/2015, a fim de apurar os fatos relatados no Memorando supracitado, envolvendo a servidora Eva Maria Muniz Luz.

Art.2º Designar a Comissão Permanente de Sindicância, nomeada pela Portaria n. 0116/RH, de 20 de fevereiro de 2015, publicada em 26 de fevereiro de 2015 para apurar tais fatos, eventuais irregularidades e responsabilidades.

Art.3º Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos afetos a esta Sindicância Administrativa.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 24 de junho de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

**PORTARIA Nº 0429/RH**

PORTARIA Nº. 0429/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir de 20/02/2015 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 020/2014, designada pela Portaria n. 1219/RH de 25 de novembro de 2014 (publicada em 02/12/2014), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 020/2014.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 216, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício SMA n. 005/P.A. 020/2014, de 24 de junho de 2015, em face da complexidade dos trabalhos de levantamento de dados e esclarecimentos.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 24 de junho de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

**PORTARIA Nº 0430/RH**

PORTARIA Nº. 0430/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir de 22/03/2015 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 020/2014, designada pela Portaria n. 1219/RH de 25 de novembro de 2014 (publicada em 02/12/2014), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 020/2014.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 216, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício SMA n. 006/P.A. 020/2014, de 24 de junho de 2015, em face da complexidade dos trabalhos de levantamento de dados e esclarecimentos.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 24 de junho de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

**PORTARIA Nº 0431/RH**

PORTARIA Nº. 0431/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir de 21/04/2015 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 020/2014, designada pela Portaria n. 1219/RH de 25 de novembro de 2014 (publicada em 02/12/2014), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 020/2014.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 216, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício SMA n. 007/P.A. 020/2014, de 24 de junho de 2015, em face da complexidade dos trabalhos de levantamento de dados e esclarecimentos.



Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 24 de junho de 2015.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Asfj

#### **PORTARIA Nº 0432/RH**

PORTARIA Nº. 0432/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir de 21/05/2015 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 020/2014, designada pela Portaria n. 1219/RH de 25 de novembro de 2014 (publicada em 02/12/2014), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 020/2014.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 216, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício SMA n. 008/P.A. 020/2014, de 24 de junho de 2015, em face da complexidade dos trabalhos de levantamento de dados e esclarecimentos.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 24 de junho de 2015.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Asfj

#### **PORTARIA Nº 0433/RH**

PORTARIA Nº. 0433/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir de 20/06/2015 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 020/2014, designada pela Portaria n. 1219/RH de 25 de novembro de 2014 (publicada em 02/12/2014), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 020/2014.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 216, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício SMA n. 009/P.A. 020/2014, de 24 de junho de 2015, em face da complexidade dos trabalhos de levantamento de dados e esclarecimentos.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 24 de junho de 2015.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Asfj

**CÂMARA MUNICIPAL****DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.399, 23 DE JUNHO DE 2015.**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.399, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

Homologa o Termo de Convênio nº 1 de 2015, que entre si celebram a Fundação Cultural de Rio do Sul e a Associação e Pais, Professores e Amigos da Fundação Cultural de Rio do Sul.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica homologado o Termo de Convênio nº 1 de 2015, que entre si celebram a Fundação Cultural de Rio do Sul e a Associação e Pais, Professores e Amigos da Fundação Cultural de Rio do Sul, objetivando o estabelecimento de um programa de cooperação financeira a fim de viabilizar o desenvolvimento de cursos específicos na área cultural e artística, bem como a cooperação técnica na área contábil, de recursos humanos, de design gráfico, de iluminação, sonorização e de projetos para captação de recursos.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 23 de junho de 2015.

ZELI DA SILVA

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.400, 23 DE JUNHO DE 2015.**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.400, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

Homologa Termo de Convênio nº 8 de 2015, que entre si celebram o município de Rio do Sul, através do Fundo Municipal de Assistência Social, e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica homologado o Termo de Convênio nº 8 de 2015, que entre si celebram o município de Rio do Sul, através do Fundo Municipal de Assistência Social, e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, objetivando a contratação de serviço socioassistencial de habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência, de forma descentralizada.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 23 de junho de 2015.

ZELI DA SILVA

**RESOLUÇÃO Nº 809, DE 24 DE JUNHO DE 2015**

RESOLUÇÃO Nº 809, DE 24 DE JUNHO DE 2015

Autoriza pagamento de meia diária e indenização de transporte a vereadora e assessor parlamentar.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições regimentais, etc...

Art. 1º Fica autorizado o pagamento de meia diária a Vereadora Zeli da Silva, no valor de R\$ 154,81 (cento e cinquenta e quatro reais e oitenta e um centavos), e ao Assessor Parlamentar Felipe Battisti no valor de R\$ 118, 87 (cento e dezoito reais e oitenta e sete centavos), cada, para atendendo a convite da Secretária Municipal de Assistência Social participar de audiência com a Secretária de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação de Santa Catarina, no dia 25 de junho do corrente ano, às 14:00 horas, para tratar de assuntos importantes, como a Rede da Mulher e a Regularização Fundiária.

Art. 2º A indenização de transporte, em veículo próprio, no trecho compreendido entre o município de Rio do Sul e a cidade de Florianópolis, será ressarcida de acordo com o que regulamenta a Resolução nº 588, de 05 de outubro de 2010.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 24 de junho de 2015.

ZELI DA SILVA

Presidente da Mesa em Exercício

DIONÍSIO MAÇANEIRO

1º Secretário

MÁRIO MIGUEL

2º Secretário

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL****PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 20/2015 FMS**

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 20/2015 FMS

OBJETO: Aquisição de mobiliário e equipamentos para atender as necessidades do Centro de Especialidades Odontológicas da secretaria municipal de saúde de Rio do Sul – SC.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: até o dia 07/07/2015, às 08:30 horas.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 10:00 horas do dia 07/07/2015.

LOCAL: Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, na Praça 25 de Julho, 01, Centro, Rio do Sul/SC

CONTATO: Luis Henrique Figueira de Oliveira  
e-mail: luis.oliveira@riodosul.sc.gov.br

ÁREA RESPONSÁVEL: Departamento de Compras e Licitações

ÁREA REQUISITANTE: Secretário de Saúde e Centro de Especialidades Odontológicas

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

183 - BImac – Ceo - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - União – Saúde  
233 - BImac – Ceo - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Estado - Saúde

O edital completo pode ser obtido no site [www.riodosul.sc.gov.br](http://www.riodosul.sc.gov.br) no link Portal dos Cidadão Serviços Municipais em seguida Consultas de Licitações. As empresas interessadas em participar desta Licitação deverão comunicar sua intenção ao Departamento de Compras e Licitações através do endereço rua Tuiuti, 154, Centro, Rio do Sul – SC, ou e – mail [luis.olivera@riodosul.sc.gov.br](mailto:luis.olivera@riodosul.sc.gov.br)

LUIZ CARLOS ZANIS

Secretário Municipal de saúde de Rio do Sul

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal de Rio do Sul

**TERMO ADITIVO Nº 31/2015 FMS**

TERMO ADITIVO Nº 31/2015 DE PRORROGAÇÃO DE DATA – EDITAL LICITAÇÃO Nº 11/2014 REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS E MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE NO BAIRRO RAINHA, RUA WILAND KURTH.

Aos dezessete (17) dias do mês de maio (05) do ano de dois mil e quinze (2015), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob o nº 10.469.199/0001-55, com sede na Rua Tuiuti, 154, Centro neste ato representada pela Secretária Municipal de Saúde de Rio do Sul em exercício, ora denominada CONTRATANTE, e outro lado a empresa METRO CUBICO ENGENHARIA EIRELI EPP, pessoa jurídica, inscrito no CNPJ sob nº 06.973.540/0001-38 denominado de CONTRATADA, entre si celebram o presente Contrato de prorrogação de término prestação de serviço, sob as seguintes cláusulas, condições e obrigações:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Contratação de serviços e materiais para construção de unidade básica de saúde no bairro Rainha, rua Wiland Kurth.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO**

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

**CLÁUSULA TERCEIRA– DA PRORROGAÇÃO**

Prorroga-se a vigência do contrato para prestação de serviço para 90 (noventa) dias até 17 de agosto de 2015.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS RATIFICAÇÕES**

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito.

Rio do Sul, 17 de maio de 2015.

Ivanir Schlemper Neves

Secretária Municipal de Saúde em exercício

Contratante

Eduardo Aragão Silva

METRO CÚBICO ENGENHARIA EIRELI EPP

Contratada

**TERMO ADITIVO Nº 32/2015 FMS**

TERMO ADITIVO Nº 32/2015 DE PRORROGAÇÃO DE DATA – EDITAL LICITAÇÃO Nº 15/2014 REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS E MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE NO BAIRRO PROGRESSO, ESTRADA SÃO BENTO. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL

Aos dezessete (17) dias do mês de maio (05) do ano de dois mil e quinze (2015), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob o nº 10.469.199/0001-55, com sede na Rua Tuiuti, 154, Centro neste ato representada pela Secretária Municipal de Saúde de Rio do Sul em exercício, ora denominado CONTRATANTE, e outro lado a empresa METRO CUBICO ENGENHARIA EIRELI EPP, pessoa jurídica, inscrito no CNPJ sob nº 06.973.540/0001-38 denominado de CONTRATADA, entre si celebram o presente Contrato de prorrogação de término prestação de serviço, sob as seguintes cláusulas, condições e obrigações:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Contratação de serviços e materiais para construção de unidade básica de saúde no bairro Progresso, estrada São Bento.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO**

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

**CLÁUSULA TERCEIRA– DA PRORROGAÇÃO**

Prorroga-se a vigência do contrato para prestação de serviço para

90 (noventa) dias até 17 de agosto de 2015.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito.

Rio do Sul, 17 de maio de 2015.

Ivanir Schlemper Neves  
Secretária Municipal de Saúde em exercício  
Contratante

Eduardo Aragão Silva  
METRO CÚBICO ENGENHARIA EIRELI EPP  
Contratada

#### TERMO ADITIVO Nº 33/2015 FMS

TERMO ADITIVO Nº 33/2015 DE PRORROGAÇÃO DE DATA – EDITAL LICITAÇÃO Nº 16/2014 REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS E MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE NO BAIRRO TABOÃO, RUA NILCÉIA REINERT CEOLIN. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL

Aos dezessete (17) dias do mês de maio (05) do ano de dois mil e quinze (2015), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob o nº 10.469.199/0001-55, com sede na Rua Tuiuti, 154, Centro neste ato representada pela Secretária Municipal de Saúde de Rio do Sul em exercício, ora denominado CONTRATANTE, e outro lado a empresa METRO CUBICO ENGENHARIA EIRELI EPP, pessoa jurídica, inscrito no CNPJ sob nº 06.973.540/0001-38 denominado de CONTRATADA, entre si celebram o presente Contrato de prorrogação de término prestação de serviço, sob as seguintes cláusulas, condições e obrigações:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de serviços e materiais para construção de unidade básica de saúde no bairro Taboão, rua Nilcéia Reinert Ceolin. Fundo municipal de saúde.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

#### CLÁUSULA TERCEIRA– DA PRORROGAÇÃO

Prorroga-se a vigência do contrato para prestação de serviço para 90 (noventa) dias até 17 de agosto de 2015.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito.

Rio do Sul, 17 de maio de 2015.

Ivanir Schlemper Neves  
Secretária Municipal de Saúde em exercício  
Contratante

Eduardo Aragão Silva  
METRO CÚBICO ENGENHARIA EIRELI EPP  
Contratada

#### TERMO ADITIVO Nº 34/2015 FMS

TERMO ADITIVO Nº 34/2015 DE PRORROGAÇÃO DE DATA – EDITAL LICITAÇÃO Nº 13/2014 REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS E MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE NO BAIRRO JARDIM ALEXANDRO.

Aos dezessete (17) dias do mês de maio (05) do ano de dois mil e quinze (2015), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob o nº 10.469.199/0001-55, com sede na Rua Tuiuti, 154, Centro neste ato representada pela Secretária Municipal de Saúde de Rio do Sul em exercício, ora denominado CONTRATANTE, e outro lado a empresa METRO CUBICO ENGENHARIA EIRELI EPP, pessoa jurídica, inscrito no CNPJ sob nº 06.973.540/0001-38 denominado de CONTRATADA, entre si celebram o presente Contrato de prorrogação de término prestação de serviço, sob as seguintes cláusulas, condições e obrigações:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de serviços e materiais para construção de unidade básica de saúde no bairro Jardim Alexandro.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

#### CLÁUSULA TERCEIRA– DA PRORROGAÇÃO

Prorroga-se a vigência do contrato para prestação de serviço para 90 (noventa) dias até 17 de agosto de 2015.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito.

Rio do Sul, 17 de maio de 2015.

Ivanir Schlemper Neves  
Secretária Municipal de Saúde em exercício  
Contratante

Eduardo Aragão Silva  
METRO CUBICO ENGENHARIA EIRELI EPP  
Contratada

#### TERMO ADITIVO Nº 35/2015 FMS

TERMO ADITIVO Nº 35/2015 DE PRORROGAÇÃO DE DATA – EDITAL LICITAÇÃO Nº 12/2014 REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS E MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE NO BAIRRO BELA ALIANÇA, ESTRADA BLUMENAU. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Aos dez (17) dias do mês de maio (05) do ano de dois mil e quinze (2015), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no

CNPJ sob o nº 10.469.199/0001-55, com sede na Rua Tuiuti,154, Centro neste ato representada pelo Secretária Municipal de Saúde de Rio do Sul em exercício, ora denominado CONTRATANTE, e outro lado a empresa METRO CUBICO ENGENHARIA EIRELI EPP, pessoa jurídica, inscrito no CNPJ sob nº 06.973.540/0001-38 denominado de CONTRATADA, entre si celebram o presente Contrato de prorrogação de término prestação de serviço , sob as seguintes cláusulas, condições e obrigações:

#### CLAÚSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de serviços e materiais para construção de unidade básica de saúde no bairro Bela Aliança, estrada Blumenau.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

#### CLÁUSULA TERCEIRA– DA PRORROGAÇÃO

Prorroga- se a vigência do contrato para prestação de serviço para 90 (noventa) dias até 17 agosto de 2015.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito.

Rio do Sul, 17 de maio de 2015.  
Ivanir Schlemper Neves  
Secretária Municipal de Saúde em exercício  
Contratante

Eduardo Aragão Silva  
METRO CÚBICO ENGENHARIA EIRELI EPP  
Contratada

#### TERMO ADITIVO Nº 36/2015 FMS

TERMO ADITIVO Nº 36/2015 DE PRORROGAÇÃO DE DATA – EDITAL LICITAÇÃO Nº 18/2014 REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS E MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE NO BAIRRO BUDAG.

Aos dezessete (17) dias do mês de maio (05) do ano de dois mil e quinze (2015), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob o nº 10.469.199/0001-55, com sede na Rua Tuiuti,154, Centro neste ato representada pela Secretária Municipal de Saúde de Rio do Sul em exercício, ora denominado CONTRATANTE, e outro lado a empresa METRO CUBICO ENGENHARIA EIRELI EPP, pessoa jurídica, inscrito no CNPJ sob nº 06.973.540/0001-38 denominado de CONTRATADA, entre si celebram o presente Contrato de prorrogação de término prestação de serviço , sob as seguintes cláusulas, condições e obrigações:

#### CLAÚSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de serviços e materiais para construção de unidade básica de saúde no bairro Budag, localizada na Rua Artur Siewerdt

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

#### CLÁUSULA TERCEIRA– DA PRORROGAÇÃO

Prorroga- se a vigência do contrato para prestação de serviço para 90 (noventa) dias até 17 de agosto de 2015.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito.

Rio do Sul, 17 de maio de 2015.  
IVANIR SCHLEMPER NEVES  
Secretária Municipal de Saúde em exercício  
Contratante

METRO CUBICO ENGENHARIA EIRELI EPP  
Contratada



# Rio dos Cedros

## PREFEITURA

### **EXTRATO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 54/2015 - - URBANIZAÇÃO DOS PASSEIOS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA TIRADENTES - ETAPA I**

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

Extrato do Edital de Tomada de Preço p/ Obras e Serviços de Engenharia Nº 54/2015

Tipo do Julgamento: Menor Preço

Tipo de Comparação: pelo total geral

O Município de Rio dos Cedros, estabelecido na Rua Nereu Ramos, 205, Centro – Rio dos Cedros - SC, informa que realizará licitação na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serviços de Engenharia, com a finalidade de selecionar proposta objetivando a aquisição de URBANIZAÇÃO DOS PASSEIOS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA TIRADENTES - ETAPA I, conforme especificações constantes do edital. Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº. 2.279/2007, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem: Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação: Data: 09/07/2015 - Hora: 08:45. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes de propostas: Data: 09/07/2015 - Hora: 09:00. O Edital e seus anexos poderão ser extraídos através do site [www.riodoscedros.sc.gov.br](http://www.riodoscedros.sc.gov.br) no link Licitações. As dúvidas pertinentes a presente licitação serão esclarecidas pelo Departamento de Licitações na Rua Nereu Ramos, nº 205, Centro, Rio dos Cedros – SC, pelo telefone: (47) 3386-1050 ramal 2006 ou ainda pelo e-mail: [licitacao@riodoscedros.sc.gov.br](mailto:licitacao@riodoscedros.sc.gov.br).

Rio dos Cedros, 23/06/2015.

Fernando Tomaselli

Prefeito Municipal

### **EXTRATO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 55/2015 - - URBANIZAÇÃO DOS PASSEIOS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA TIRADENTES - ETAPA II,**

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

Extrato do Edital de Tomada de Preço p/ Obras e Serviços de Engenharia Nº 55/2015

Tipo do Julgamento: Menor Preço

Tipo de Comparação: pelo total geral

O Município de Rio dos Cedros, estabelecido na Rua Nereu Ramos, 205, Centro – Rio dos Cedros - SC, informa que realizará licitação na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serviços de Engenharia, com a finalidade de selecionar proposta objetivando a aquisição de URBANIZAÇÃO DOS PASSEIOS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA TIRADENTES - ETAPA II, conforme especificações constantes do edital. Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº. 2.279/2007, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem: Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação: Data: 09/07/2015 - Hora: 13:45. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes de propostas: Data: 09/07/2015 - Hora: 14:00. O Edital e seus anexos poderão ser extraídos através do site [www.riodoscedros.sc.gov.br](http://www.riodoscedros.sc.gov.br) no link Licitações. As dúvidas pertinentes a presente licitação serão esclarecidas pelo Departamento de Licitações na Rua Nereu Ramos, nº 205, Centro, Rio dos Cedros – SC, pelo telefone: (47) 3386-1050 ramal 2006 ou ainda pelo e-mail: [licitacao@riodoscedros.sc.gov.br](mailto:licitacao@riodoscedros.sc.gov.br).

Rio dos Cedros, 23/06/2015.

Fernando Tomaselli

Prefeito Municipal



# Salto Veloso

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº. 247/2015**

PORTARIA Nº. 247/2015

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC. No uso de suas atribuições Legais e em conformidade com os artigos 71, 73 e 75 da Lei nº. 570/91 de 10/10/1991,

**RESOLVE:**

Artigo 1º. Fica concedida nos termos da Lei acima mencionada, Licença Para Tratamento de Saúde, para a Sra. TEREZINHA TERCI DOS SANTOS, pelo período de 18/06/2015 a 16/12/2015, correspondente a 182 dias, conforme atestado médico e pericia médica partes integrantes da presente portaria.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Salto Veloso-SC, em 22 de Junho de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 248/2015**

PORTARIA Nº. 248/2015

Claudemir Cesca, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o artigo 88, inciso IX e artigo 14, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Salto Veloso-SC C/C artigos 11 e 13, da Lei Ordinária Municipal 570/91.

**RESOLVE:**

Artigo 1º. Nomear e dar posse por Concurso Público, ao Srº. JOSÉ FERNANDO ESCANDIEL, nos termos do artigo 13, inciso II, da Lei Complementar Municipal nº 016/2010 e Alterações, para exercer o cargo de provimento efetivo de Motorista Classe II, 40 horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde e Assistência Social, com vencimentos referentes ao código CPE 12, do Anexo II, Tabela II, Grupo III.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 23 de Junho de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

# Santiago do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº147/2015 - DE 08 DE JUNHO DE 2015

DECRETO Nº147/2015 - DE 08 DE JUNHO DE 2015

Dispõe sobre a Comissão Especial para avaliação de bens inservíveis para os serviços municipais e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso VII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Comissão Especial de Avaliação composta pelos seguintes membros:

I – Vanderlei Paulo Backes ;

II – Carlos Saretto;

III – Valdecir Antônio Saretto.

Art. 2º O objetivo da comissão será basicamente, avaliar em moeda corrente nacional, o valor mínimo para a venda dos bens inservíveis constantes na Lei Municipal Nº 781/2015 de 08 de junho de 2015.

Parágrafo único - A comissão encaminhará ao Executivo Municipal o laudo de avaliação dos bens até o dia 26 de junho de 2015.

Art. 3º O serviço da comissão será considerado de caráter relevante, não sendo atribuído aos membros desta qualquer remuneração.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 08 de junho de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto

Diretora de Departamento/Sec. Administração

### DECRETO Nº148/2015 - DE 09 JUNHO DE 2015.

DECRETO Nº148/2015 - DE 09 JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre a convocação da VIII Conferência Municipal de Assistência Social.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, prefeito Municipal de Santiago do Sul, em conjunto com o Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no município.

#### DECRETA:

Art. 1º- Fica convocada a VIII Conferência Municipal de Assistência Social, a ser realizada no dia 15 de Junho de 2015, tendo como tema central: "CONSOLIDAR O SUAS DE VEZ RUMO A 2026".

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste decreto correrão por conta de dotação orçamentária própria do orçamento do órgão gestor municipal de assistência social.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 09 de junho de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto

Diretora de Departamento/Sec. Administração

### DECRETO Nº149/2015 - DE 11 DE JUNHO DE 2015.

Exonera a Servidora Pública Municipal MONICLEIA DE CEZARO GUEDES e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e Inciso II, do Art. 34, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

#### DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada por interesse público a partir desta data a Servidora MONICLEIA DE CEZARO GUEDES, nomeada através do Decreto Nº192/2013 de 01 de julho de 2013, ocupante do Cargo de TÉCNICA DE ENFERMAGEM, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, carga horária de 40 Horas Semanais, percebendo vencimento constante no anexo I, grupo 04, código 04.07 da Lei Municipal Nº. 782, de 09 de Junho de 2015 e alterações posteriores.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 11 de junho de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto

Diretora de Departamento/Sec. Administração

### DECRETO Nº153/2015 – DE 22 DE JUNHO DE 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº153/2015 – DE 22 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre a Anulação do Decreto Municipal nº 074/2015 de 24 de Março de 2015 e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul,

#### DECRETA:

Art. 1º Torna sem efeito o Decreto Municipal nº 074/2015 de 24 de março de 2015, que dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município, tendo em vista que o mesmo foi substituído pelo Decreto nº 116/2015 de 30 de abril de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 22 de junho de 2015.  
VOLMIR ANTONIO SOTILLE  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto  
Diretora de Departamento/Sec. Administração

### DECRETO Nº154/2015 - DE 22 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre o destino e a utilização de veículo a Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul.

CONSIDERANDO a necessidade de utilização do veículo pela Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, para realizar o transporte de Funcionários Públicos à Florianópolis-SC, nos dias 01 a 03 de julho de 2015.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica destinado para utilização pela Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, o veículo PEUGEOT 408 ALLURE BVA Placa MLZ7604, de propriedade do Município, a partir das 09:0h do dia 01 de julho de 2015 às 24:00h do dia 03 de julho de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 22 de julho de 2015.  
VOLMIR ANTONIO SOTILLE  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto  
Diretora de Departamento/Sec. Administração

### DECRETO Nº145/2015 – DE 08 DE JUNHO DE 2015

DECRETO Nº145/2015 – DE 08 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no item III do Art. 6º da Lei Municipal Nº759/2014, de 28 de novembro de 2014,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº759/2014 de 28/11/2014, no valor de R\$ 82.000,00 (Oitenta e dois mil reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 06.00 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos  
Unidade Orçamentária: 06.01 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos  
Função: 26 – Transporte  
Sub-Função: 782 – Transporte Rodoviário  
Programa: 0023 – Pró Vias  
Ação: 2.053 – Manutenção Atividades Estradas Vicinais  
Atividade: 2.053 – Manut. Atividades - Estradas Vicinais  
Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.3.00 -Aplicações Diretas  
..... R\$82.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.00 – Recursos Ordinários - Exerc. Anteriores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 08 de junho de 2015.  
VOLMIR ANTONIO SOTILLE  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto  
Diretora da Secretaria Municipal de Administração e Finanças

### DECRETO Nº146/2015 – DE 08 DE JUNHO DE 2015

DECRETO Nº146/2015 – DE 08 DE JUNHO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO E CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA DO PROCESSO SELETIVO Nº002/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal, do Município de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei e com supervisão da Comissão Especial do Processo Seletivo 002/2015.

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado, o resultado e a classificação provisória do Processo Seletivo N.º 002/2015, conforme relação a seguir:

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – HABILITADO			
INSC	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
18	CRISTINA LUIZA MARAFON MENEGUZZI	72,6	1º
11	JANICE LUCI DE MARQUI	58,8	2º
08	NAYARA PATRICIA FARESIN	33,7	3º
15	CATIANE PIVA VANZIN	31,3	4º
13	CLAUDIA BRUNETTO	27,7	5º
10	RAQUEL PASA	25,4	6º
14	LENIR JANETE PERES HENTZ	22,0	7º
01	ELIANE FERREIRA	21,5	8º
07	DEVANIR DE MORAES	16,3	9º
12	ELIEZER TECCHIO	11,5	10º
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - NÃO HABILITADO			
INSC	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
05	EDICLERI VANZIN PELINSON	23,8	1º
20	ANA PAULA ZAT	19,0	2º

02	VIVIANE LOURDES GLUZEZAK	15,9	3º
04	ANA CLAUDIA SAGAS PICOLI	13,5	4º
19	ELIZANDRA BRIZOLA DOS SANTOS	12,0	5º
09	DAIANE GEREMIA SOMAVILLA	8,0	6º
17	MARCELI REGINA ARALDI	4,0	7º
06	BRUNA CAMILA CAPELARO	4,0	8º

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA – HABILITADO**

INSC	NOME	PONTOS	CLASSIFI- CAÇÃO
16	JAISON LEANDRO LUNARDI	18,3	1º

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA – NÃO HABILITADO**

INSC	NOME	PONTOS	CLASSIFI- CAÇÃO
03	ANALICE MATTIELLO	11,5	1º

**PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA (INGLÊS) – HABILITADO**

INSC	NOME	PONTOS	CLASSIFI- CAÇÃO
	NÃO HOUVE INSCRITOS		

**PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA (INGLÊS) – NÃO HABILITADO**

INSC	NOME	PONTOS	CLASSIFI- CAÇÃO
	NÃO HOUVE INSCRITOS		

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 08 de junho de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal.

Registrada e publicada em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto

Diretora de Departamento/Sec. Administração

**DECRETO Nº150/2015 – DE 11 DE JUNHO DE 2015.**

DECRETO Nº150/2015 – DE 11 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no item III do Art. 6º da Lei Municipal Nº759/2014, de 28 de novembro de 2014,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº759/2014 de 28/11/2014, no valor de R\$ 153.000,00 (Cento e cinquenta e três mil reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 03.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. E FINANÇAS  
Unidade Orçamentária: 03.01 – Secretaria Municipal de Adm. e Finanças

Função: 04 – Administração

Sub-Função: 122 – Administração Geral

Programa: 0004 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

Ação: 2.004 – Manut. das Atividades da Administração Geral

Atividade: 2.004 – Manut. das Atividades da Administração Geral

Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.3.00–Aplicações Diretas  
..... R\$ 5.000,00

Órgão: 06.00 – SEC. MUNIC. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade Orçamentária: 06.01 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

Função: 26 – Transporte

Sub-Função: 782 – Transporte Rodoviário

Programa: 0023 – PRÓ VIAS

Ação: 2.053 – Manut. Atividades – Estradas Vicinais

Atividade: 2.053 – Manut. Atividades – Estradas Vicinais

Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.3.00–Aplicações Diretas  
..... R\$ 130.000,00

Órgão: 07.00 – SEC. MUNIC. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
Unidade Orçamentária: 07.01 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Função: 20 – Agricultura

Sub-Função: 606 – Extensão Rural

Programa: 0024 – ASSISTÊNCIA AO PRODUTOR RURAL

Ação: 2.056 – Manut. das Atividades da Agricultura

Atividade: 2.056 – Manut. das Atividades da Agricultura

Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.3.00–Aplicações Diretas  
..... R\$ 15.000,00

Órgão: 05.00 – SEC. MUNIC. DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Unidade Orçamentária: 05.02 – Fundo Munic. de Assistência Social - FMAS

Função: 08 – Assistência Social

Sub-Função: 244 – Assistência Comunitária

Programa: 0015 – GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ação: 2.038 – Manut. Atividades de Assistência Social

Atividade: 2.038 – Manut. das Atividades de Assistência Social

Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.3.00–Aplicações Diretas  
..... R\$ 3.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.00 – Recursos Ordinários - Exerc. Anteriores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 11 de Junho de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto

Diretora da Secr. de Administração e Finanças

**DECRETO Nº151/2015 – DE 11 DE JUNHO DE 2015.**

DECRETO Nº151/2015 – DE 11 DE JUNHO DE 2015.

DISPÕE SOBRE O RESULTADO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO Nº002/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal, do Município de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei e com supervisão da Comissão Especial do Processo Seletivo 002/2015.

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica homologada a classificação final e definitiva do Processo Seletivo N.º 002/2015, conforme relação a seguir:

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – HABILITADO			
INSC	NOME	PONTOS	CLASSIFI- CAÇÃO
18	CRISTINA LUIZA MARAFON MENEGUZZI	72,6	1º



11	JANICE LUCI DE MARQUI	58,8	2º
08	NAYARA PATRICIA FARESEN	33,7	3º
15	CATIANE PIVA VANZIN	31,3	4º
13	CLAUDIA BRUNETTO	27,7	5º
10	RAQUEL PASA	25,4	6º
14	LENIR JANETE PERES HENTZ	22,0	7º
01	ELIANE FERREIRA	21,5	8º
07	DEVANIR DE MORAES	16,3	9º
12	ELIEZER TECCHIO	11,5	10º

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - NÃO HABILITADO**

INSC	NOME	PONTOS	CLASSIFI- CAÇÃO
05	EDICLERI VANZIN PELINSON	23,8	1º
20	ANA PAULA ZAT	19,0	2º
02	VIVIANE LOURDES GLUZEZAK	15,9	3º
04	ANA CLAUDIA SAGAS PICOLI	13,5	4º
19	ELIZANDRA BRIZOLA DOS SANTOS	12,0	5º
09	DAIANE GEREMIA SOMAVILLA	8,0	6º
17	MARCELI REGINA ARALDI	4,0	7º
06	BRUNA CAMILA CAPELARO	4,0	8º

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA – HABILITADO**

INSC	NOME	PONTOS	CLASSIFI- CAÇÃO
16	JAISON LEANDRO LUNARDI	18,3	1º

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA – NÃO HABILITADO**

INSC	NOME	PONTOS	CLASSIFI- CAÇÃO
03	ANALICE MATTIELLO	11,5	1º

**PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA (INGLÊS) – HABILITADO**

INSC	NOME	PONTOS	CLASSIFI- CAÇÃO
	NÃO HOUVE INSCRITOS		

**PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA (INGLÊS) – NÃO HABILITADO**

INSC	NOME	PONTOS	CLASSIFI- CAÇÃO
	NÃO HOUVE INSCRITOS		

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 11 de junho de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE  
Prefeito Municipal.

Registrada e publicada em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto  
Diretora de Departamento/Sec. Administração

**DECRETO Nº152/2015 - DE 19 DE JUNHO DE 2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº152/2015 - DE 19 DE JUNHO DE 2015.

Declara Estável o Servidor Público Municipal VANDERLEI PAULO BACKES e dá Outras Providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo o Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, combinado com o § 4º, do Art. 41 da Constituição Federal, Art. 6º da Emenda Constitucional nº19 e o Art. 20, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**DECRETA:**

Art. 1º Fica Declarado estável o Servidor Público Municipal, Senhor VANDERLEI PAULO BACKES ocupante do cargo de ADVOGADO, Lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, aprovado em concurso público e nomeado através do Decreto Nº260/2012, de 01 de Junho de 2012, por ter atingido a média de pontos exigidos nas avaliações semestrais durante o período do Estágio Probatório e em cumprimento ao Disposto no Art. 19, da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 19 de junho de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto  
Diretora de Departamento/Sec. Administração

**EDITAL 64/2015**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL  
AVISO DE LICITAÇÃO  
Processo Administrativo Nº. 75/2015.  
Edital: PREGÃO Nº. 64/2015.

Objeto: Aquisição de material de higiene e limpeza em atendimento ao convênio Nº.049/2014 firmado entre Corpo de Bombeiros de Santa Catarina com o Município de Santiago do Sul - SC, a pedido da 3ª Companhia de Bombeiro Militar, 3º Grupo de Bombeiro Militar - São Domingos.

Entrega dos Envelopes: 08:00 horas do dia 07 de julho de 2015.  
Abertura dos Envelopes: 08:00 horas do dia 07 de julho de 2015.  
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site [www.santiagodosul.sc.gov.br](http://www.santiagodosul.sc.gov.br).

SANTIAGO DO SUL, 24 de junho de 2015.  
VOLMIR ANTONIO SOTILLE  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº059/2015 – DE 09 DE JUNHO DE 2015.**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL  
PORTARIA Nº059/2015 – DE 09 DE JUNHO DE 2015.

Concede Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor ODAIR JOSÉ PRATI dá Outras Providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 70 da Lei Complementar nº009/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao Servidor ODAIR JOSÉ PRATI, ocupante do cargo de TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA, Lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, pelo período de 15 (quinze) dias, conforme – CID

N43.3 – Hidrocele não especificada, ou seja, no período de 08 de Junho de 2015 a 22 de Junho de 2015, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 09 de Junho de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto

Diretora de Departamento/Sec. Administração.

#### **PORTARIA Nº060/2015 - DE 11 DE JUNHO DE 2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº060/2015 - DE 11 DE JUNHO DE 2015.

Concede férias a Servidora Pública Municipal JANETE MARIA NERVIS RISSARDO

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 62 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a Servidora Pública Municipal JANETE MARIA NERVIS RISSARDO, ocupante do Cargo de Agente Comunitária de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal Saúde e Assistência Social, 30 (Trinta) Dias de Férias Regulamentares, relativas ao Período Aquisitivo de 02 de Julho de 2014 a 01 de julho de 2015, para Gozo de 01 de Julho de 2015 até 30 de Julho de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 11 de junho de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto

Diretora de Departamento/Sec. Administração

#### **PORTARIA Nº061/2015 - DE 11 DE JUNHO DE 2015.**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº061/2015 - DE 11 DE JUNHO DE 2015.

Concede Férias ao Servidor Público Municipal VILMAR ZANIN

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 60 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao Servidor Público Municipal VILMAR ZANIN, ocupante do Cargo de Diretor de Departamento, com carga horária de 40 horas semanais Lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, 30 (Trinta) Dias de Férias Regulamentares, relativas ao Período Aquisitivo de 02 de Janeiro de 2014 a 01 de Janeiro de 2015, para Gozo de 01 de Julho de 2015 a 30 de Julho de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 11 de Junho de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto

Diretora de Departamento/Sec. Administração

#### **PORTARIA Nº062/2015 - DE 11 DE JUNHO DE 2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº062/2015 - DE 11 DE JUNHO DE 2015.

Concede Férias ao Servidor Público Municipal EDIVANDRO CARLOS CASAGRANDE.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com os Artigos 60 e 65 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao Servidor Público Municipal EDIVANDRO CARLOS CASAGRANDE, ocupante do Cargo de OPERADOR DE MÁQUINA I – TRATOR DE PNEU, com carga horária de 40 horas semanais, Lotado na Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, 30 (Trinta) Dias de Férias Regulamentares, relativas ao período aquisitivo de 03 de abril de 2013 à 02 de abril de 2015, a serem gozadas no período de 01 de Julho de 2015 à 30 de Julho de 20145

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 11 de Junho de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto

Diretora de Departamento/Sec. Administração

#### **PORTARIA Nº063/2015 - DE 11 DE JUNHO DE 2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº063/2015 - DE 11 DE JUNHO DE 2015.

Concede Férias ao Servidor Público Municipal TENILE CARLA DE LIMA.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo



60 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER a Servidora Pública Municipal TENILE CARLA DE LIMA, ocupante do Cargo de CHEFE DE SETOR, carga horária com tempo integral, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 30 (TRINTA) dias de Férias regulamentares, relativas ao período aquisitivo de 15 de maio de 2014 a 14 de maio de 2015, para Gozo de 01 de julho de 2015 até 30 de julho de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 11 de junho de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto

Diretora de Departamento/Sec. Administração

**PORTARIA Nº064/2015 - DE 12 DE JUNHO DE 2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº064/2015 - DE 12 DE JUNHO DE 2015.

Concede Licença para Tratamento de Saúde a Servidora TATIANE CRISTINA GLUZEZAK SARETTO e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 70 da Lei Complementar nº009/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a Servidora TATIANE CRISTINA GLUZEZAK SARETTO, ocupante do cargo de DIRETORA DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, nomeada através do Decreto nº117/2015, de 04 de maio de 2015, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, pelo período de 07 (sete) dias, ou seja, no período de 12 de junho de 2015 a 18 de Junho de 2015, conforme atestado médico anexo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 12 de junho de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Anderson Tissiani Vedana

Assessor Jurídico / Sec. de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº065/2015 - DE 15 DE JUNHO DE 2015.**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº065/2015 - DE 15 DE JUNHO DE 2015.

Concede Licença para Tratamento de Saúde a Servidora MARILENE PETRIKOSKI MENEGAT e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 70 da Lei Complementar nº009/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a Servidora MARILENE PETRIKOSKI MENEGAT, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, nomeada através do Decreto nº161/2006, de 11 de Agosto de 2006, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, pelo período de 05 (cinco) dias, ou seja, no período de 15 de junho de 2015 a 19 de junho de 2015, conforme atestado médico anexo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 15 de junho de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Anderson Tissiani Vedana

Assessor Jurídico / Sec. de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº066/2015 - DE 15 DE JUNHO DE 2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº066/2015 - DE 15 DE JUNHO DE 2015.

Concede Licença para Tratamento de Saúde a Servidora CLEDIANE GROLLI MARMENTINI e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 70 da Lei Complementar nº009/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a Servidora CLEDIANE GROLLI MARMENTINI, ocupante de cargo de PROFESSOR DE 1º AO 5º ANO, com carga horária de 40 horas semanais, nomeada através dos Decretos Nº024/1998 e Nº025/1998 de 07 de janeiro de 1998, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, pelo período de 02 (dois) dias, ou seja, no período de 15 de junho de 2015 a 16 de junho de 2015, conforme atestado médico anexo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 15 de junho de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Anderson Tissiani Vedana

Assessor Jurídico / Sec. de Administração e Finanças

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO 162/2015

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 162/2015  
MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 09:00 horas do dia 09 de Junho de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE PAPEL HIGIENICO E PAPEL TOALHA PARA ALMOXARIFADO CENTRAL CONFORME ANEXO.. Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 24 de Junho de 2015.  
ALCIONEI FRANÇA DA SILVA  
Secretário de Administração

SANDRA Mª SADOWSKI ANDRZEJEWSKI  
Pregoeira

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO 58/2015 FMS

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2015 - FMS

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 13:30 horas do dia 08 de julho de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA SEGURADORA PARA A REALIZAÇÃO DE SEGURO TOTAL E CONTRA TERCEIROS DOS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME RELAÇÃO DOS VEÍCULOS EM ANEXO. PERÍODO DE 12 MESES

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 23 de junho de 2015.  
DEODATO RAUL HRUSCHKA  
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS  
Pregoeiro

### DECISÃO FINAL PROCESSOS Nº 12, Nº 14, Nº 18, Nº 21, Nº 22

São Bento do Sul 15 de Junho de 2015

Decisão Final  
Processo 12/2015

Secretaria Municipal de Saúde  
Divisão de Vigilância Sanitária  
Serena Kobs Bruske  
CNPJ 82.770.439/0001-68

Penalidade de Advertência

Luciane M K Scatolon  
Diretora do Centro de Vigilância em Saúde

São Bento do Sul 17 de Junho de 2015

Decisão Final  
Processo 014/2015

Secretaria Municipal de Saúde  
Divisão de Vigilância Sanitária  
Supermercado Estrela Mares Ltda ME  
CNPJ 05.498.185/0001-20

Penalidade de Multa de 280 UFM

Luciane M K Scatolon  
Diretora do Centro de Vigilância em Saúde

São Bento do Sul 18 de Junho de 2015

Decisão Final  
Processo 18/2015

Secretaria Municipal de Saúde  
Divisão de Vigilância Sanitária  
Carmen de Andrade Kich  
CPF 662.176.440-53

Penalidade de Advertência

Luciane M K Scatolon  
Diretora do Centro de Vigilância em Saúde

São Bento do Sul 18 de Junho de 2015

Decisão Final  
Processo 21/2015

Secretaria Municipal de Saúde  
Divisão de Vigilância Sanitária  
LSM Padaria e Confeitaria Ltda ME  
CNPJ 19.778.152/0001-48

Penalidade de Interdição

Luciane M K Scatolon  
Diretora do Centro de Vigilância em Saúde

São Bento do Sul 17 de Junho de 2015

Decisão Final  
Processo 22/2015

Secretaria Municipal de Saúde  
Divisão de Vigilância Sanitária  
Escola de Ensino Médio Superior Prof. Roberto Grant  
CNPJ 83.173.633/0001-29

Penalidade de Advertência

Luciane M K Scatolon  
Diretora do Centro de Vigilância em Saúde

### **DECRETO Nº 0997/2015**

DECRETO Nº 0997, DE 23 DE JUNHO DE 2015.  
NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DA VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 2º da Lei nº 1789, de 26 de março de 2007,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB do Município de São Bento do Sul e seus respectivos suplentes:

I - Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

- a) Carla Andreia Schier - Titular
- b) Cintia Becker Cordeiro - Suplente

II - Representantes da Secretaria Municipal de Finanças:

- a) Silvia Cristina Homechen Silva - Titular
- b) Rosilane Zélia dos Santos - Suplente

III - Representantes dos Professores da Educação Básica Pública:

- a) Kátia Simone Mengue - Titular
- b) Deisi Fürst Andrade - Suplente

IV - Representantes dos Diretores das Escolas Públicas:

- a) Adriane Cavalheiro Fragozo Hable - Titular
- b) José Marcos de Oliveira - Suplente

V - Representantes dos Servidores Técnicos Administrativos das Escolas Públicas:

- a) Edenilson Grein - Titular
- b) Juliana Botana Nunes - Suplente

VI - Representantes dos Pais de Alunos da Educação Básica Pública:

- a) Cleriston Ricardo Tavares - Titular
- b) Sonia Maria Kuchan Gonçalves - Suplente
- c) Susana Patrícia Rosá Novak - Titular
- d) Valfrido Bauer - Suplente

VII - Representantes dos Estudantes da Educação Básica:

- a) José Gonçalves Pereira - Titular
- b) Suelen Kathyessa Alferes - Suplente
- c) Manoel Domingo da Silva - Titular
- d) Zulmira Cordeiro dos Santos - Suplente

VIII - Representantes do Conselho Municipal de Educação:

- a) Roseli Schmidt - Titular
- b) Cristiane Gruber Jelinsky - Suplente

IX - Representantes do Conselho Tutelar:

- a) Enerilda de Fátima Marinho Weisheimer - Titular
- b) Andrei Marcelo Brix - Suplente

Art. 2º. O mandato do Conselho, nomeado pelo presente, é de 02 (dois) anos, sendo permitida uma recondução.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 23 de junho de 2015.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

### **EXTRATO DE CONTRATO 165/2015**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 165/2015

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Empreitada que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa LN CONSTRUÇÕES LTDA EPP.

DO OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato o fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações necessárias para reforma da fachada do Prédio sede da Prefeitura Municipal, situado na Rua Jorge Lacerda, nº 75, Centro, conforme memorial descritivo e projetos anexo ao Convite nº 128/2015.

DO VALOR: R\$ 13.940,00 – Valor Total.

DA VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias, a contar desta data.

São Bento do Sul, 28 de maio de 2015.

ASS: ALCIONEI FRANÇA DA SILVA, pela Secretaria de Administração do Município.

GERSON EVERS MENDES, como Engenheiro Civil.

LN CONSTRUÇÕES LTDA EPP, como Contratada.

### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 019/2015 FMD**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 019/2015 - FMD

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços Eventuais de Cozinha, que entre si celebram a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, e a Sra. MARIA DO CARMO MARTINS RODRIGUES.

DO OBJETO: O objeto do presente Contrato consiste na Contratação de Serviços Eventuais de Cozinha para trabalhar nos alojamentos da FMD, quando de sua participação em Competições Esportivas fora de São Bento do Sul, conforme Convite nº 009/2015, de 28 de maio de 2015.

DO VALOR: R\$ 11.180,00 – Valor Total

DA VIGÊNCIA: 6 (seis) meses e 9 (nove) dias, a contar de 22 de junho de 2015 e com término em 31 de dezembro de 2015

São Bento do Sul, 22 de maio de 2015.

ASS: HÉLCIO CARLOS LIEBL, pela Fundação.

MARIA DO CARMO MARTINS RODRIGUES, como Contratada.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 032/2015 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 032/2015

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Fornecimento de Medicamentos que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa CIA LATINO AMERICANA DE MEDICAMENTOS.

DO OBJETO: O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa especializada para fornecimento de medicamentos alopáticos, éticos, similares e genéricos prescritos por médicos para pacientes do SUS deste município, conforme Revista ABC FARMA, que não façam parte da Farmácia Básica, conforme Pregão Presencial nº 37/2015.

DO VALOR: R\$ 360.000,00 - Valor Total.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar de 26/05/15.

São Bento do Sul, 21 de maio de 2015.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

CIA LATINO AMERICANA DE MEDICAMENTOS, como Contratada.

**EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº 021/2015 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DA RESCISÃO DO CONTRATO Nº 021/2015

DA ESPÉCIE: TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS DE Nº 021/2015 FIRMADO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA CIA LATINO AMERICANA DE MEDICAMENTOS, DE 09 DE MARÇO DE 2015, CONFORME EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 23/2015.

Cláusula Primeira – Fica rescindido a partir da data de 25 de maio de 2015 o Contrato de fornecimento de medicamentos de nº 021/2015 que consiste na contratação emergencial de empresa especializada para fornecimento de medicamentos alopáticos, éticos, similares e genéricos prescritos por médicos para pacientes do SUS deste município, conforme Revista ABC FARMA, que não façam parte da Farmácia Básica, conforme Dispensa de Licitação nº 23/2015 de 09 de março de 2015. O mesmo ocorre devido à homologação do Edital de Pregão Presencial nº 37/2015 no dia 21 de maio de 2015, sendo assim gerado novo Contrato.

Parágrafo Único: A rescisão de que trata o presente termo dá-se de forma amigável, na forma do art. 79, inciso II da Lei Federal n. 8.666/93, conferindo quitação dos termos contratuais, com efeitos a partir de 25 de maio de 2015.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 25 de maio de 2015.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, como Presidente do Fundo Municipal de Saúde.

CIA LATINO AMERICANA DE MEDICAMENTOS, como Contratada.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 031/2015 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 031/2015

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Fornecimento de Medicamentos nº 021/2015, firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa CIA LATINO AMERICANA DE MEDICAMENTOS, em 09 de MARÇO de 2015, conforme Edital de Dispensa de Licitação 23/2015.

Considerando o objeto de Contrato de nº 021/2015, que consiste na contratação emergencial de empresa especializada para fornecimento de medicamentos alopáticos, éticos, similares e genéricos prescritos por médicos para pacientes do SUS deste município, conforme Revista ABC FARMA, que não façam parte da Farmácia Básica, conforme Dispensa de Licitação nº 23/2015 de 09 de março de 2015;

Considerando aumento na procura de medicamentos alopáticos, éticos, similares e genéricos junto à Assistência Social do Fundo Municipal de Saúde, e a quantidade estimada ser insuficiente para suprir essa demanda, faz-se necessário aditar o referido contrato com base no Art. 65, parágrafo 1º e Cláusula Décima Primeira do mesmo, nos seguintes termos:

Fica incluso o valor total de R\$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais) para pagamentos conforme Contrato Original.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 19 de maio de 2015.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

CIA LATINO AMERICANA DE MEDICAMENTOS, como Contratada.

**PORTARIA Nº 9409/2015**

PORTARIA Nº 9409, DE 23 DE JUNHO DE 2015

Designa Servidores

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DETERMINA:

Art. 1º - Ficam designados os servidores abaixo relacionados para compor o GRUPO INTERLOCUTOR do processo participativo de revisão do Plano Diretor do Município de São Bento do Sul, conforme Resolução nº 01/2015/CONCIDADE:

I - Cássio Luiz Zschoerper;

II - Eleonice Odia;

III - Flávio Luiz Palmquist Pinheiro;

IV - Henrique Valdívio Schroeder;

V - Kelly Thiemann;

VI - Marcelo Levandowski;

VII - Marília Crispi de Moraes;

VIII - Marisa do Amaral;

IX - Paulo Roberto Schumacher;

X - Priscila Jaensch;

XI - Ricardo Callado e

XII - Schéliga Monia Foitt Poltronieri.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 23 de junho de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 9410/2015**

PORTARIA Nº 9410, DE 23 DE JUNHO DE 2015

Designa Comissão Especial para Coordenar Concurso Público Municipal nº 003/2015.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Designar Comissão Especial para coordenar o Concurso Público Municipal nº 003/2015, composta pelos servidores públicos municipais:

IVAN CLASEN SCHLINDWEIN - Representante da Procuradoria Jurídica;

EDERVAL JOSÉ NEIDERT- Representante do Departamento de Recursos Humanos;

VERA LUCIA KUZAWSKI - Representante do Departamento de Recursos Humanos;



MIRIAM TEREZINHA ROIK LOTT - Representante da Secretaria Municipal de Saúde;  
ELAINE DO PRADO - Representante da Secretaria Municipal de Saúde;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 23 de junho de 2015.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

### PORTARIA Nº 9411/2015

PORTARIA Nº 9411, DE 23 DE JUNHO DE 2015  
Conclusão de Estágio Probatório

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01,

#### RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer a estabilidade funcional, em decorrência de aprovação em estágio probatório, da servidora pública municipal JOSIANE CRISTINA STEFANES, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Enfermagem, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º A conclusão a que se refere o artigo 1º compreende o período de 17/11/2011 a 04/06/2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 23 de junho de 2015.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

### PORTARIA Nº 9412/2015

PORTARIA Nº 9412, DE 23 DE JUNHO DE 2015  
Conclusão de Estágio Probatório

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01,

#### RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer a estabilidade funcional, em decorrência de aprovação em estágio probatório, da servidora pública municipal IZABEL DE FATIMA MARTINS DE SOUZA, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º A conclusão a que se refere o artigo 1º compreende o período de 21/06/2012 a 22/06/2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 23 de junho de 2015.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

### RESOLUÇÃO Nº 04/2015 - CMAS

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 04/2015

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS RECURSOS DA UNIÃO REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2014.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal nº. 513, de 12 de dezembro de 1995; pela Lei Municipal nº 2818, de 09 de junho de 2011; pelo Decreto Municipal nº. 878, de 08 de novembro de 2011, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social e, de acordo com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária em 17 de junho de 2015, RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar a Prestação de Contas dos Recursos da União referente ao exercício de 2014 da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º – Esta Prestação de Contas compreende:

- I – Índice de Gestão Descentralizada Municipal do Programa Bolsa Família – IGD-M;
- II – Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social – IGD-SUAS;
- III – Piso Básico Fixo de Proteção Social Básica – (PAIF);
- IV – Piso Básico Variável de Proteção Social Básica – (SCFV);
- V – Piso Fixo de Média Complexidade;
- VI – Piso de Transição de Média Complexidade;
- VII – Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – ACESSUAS TRABALHO – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Trabalho – PRONATEC
- VIII – Benefício de Prestação Continuada na Escola – BPC na Escola.

Art. 3º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de junho de 2015  
Sílvia Santiago Martins  
Vice-Presidente do CMAS

### RESOLUÇÃO Nº 05/2015 - CMAS

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 05/2015

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO PARA CO-FINANCIAMENTO DO GOVERNO FEDERAL – SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ANO DE 2015.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal nº. 513, de 12 de dezembro de 1995; pela Lei Municipal nº 2818, de 09 de junho de 2011; pelo Decreto Municipal nº. 878, de 08 de novembro de 2011, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social e, de acordo com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária em 17 de junho de 2015, RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar o Plano de Ação para co-financiamento do Governo Federal – Sistema Único da Assistência Social no ano de 2015 (dois mil e quinze).

Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de junho de 2015  
Sílvia Santiago Martins  
Vice-Presidente do CMAS

### **RESOLUÇÃO Nº 06/2015 - CMAS**

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 06/2015

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO MANDATO DOS ATUAIS CONSELHEIROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO BENTO DO SUL – CMAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social de São Bento do Sul – CMAS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal nº. 513, de 12 de dezembro de 1995; pela Lei Municipal nº 2818, de 09 de junho de 2011; pelo Decreto Municipal nº. 878, de 08 de novembro de 2011, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social e,

Considerando o Parágrafo único do Art. 11 da Resolução do CNAS nº 237, de 14 de dezembro de 2006 que dispõe sobre as diretrizes para a estruturação, reformulação e funcionamento dos Conselhos de Assistência social;

Considerando a Resolução do CNAS nº 24, de 16 de fevereiro de 2006 que dispõe sobre o entendimento acerca de representantes de usuários e organizações de usuários da Assistência Social;

Considerando a Resolução do CNAS nº 6, de 21 de maio de 2015 que dispõe sobre o entendimento acerca dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;

Considerando a necessidade de melhor entender, no município, os critérios referentes a vaga no CMAS para o próximo biênio em relação aos representantes de usuários e organizações de usuários da Assistência Social e dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;

Considerando o curto espaço de tempo para organizar e estruturar os fóruns para a escolha da sociedade civil organizada do CMAS para o próximo biênio, que se encerra no dia 14 de julho de 2015;

Considerando a Portaria Municipal nº 2.717, de 15 de junho de 2013 que nomeia os membros do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS; e

Considerando a reunião plenária ordinária do CMAS realizada no dia 17 de junho de 2015, que deliberou sobre a prorrogação do mandato dos atuais conselheiros,

RESOLVE:

Art. 1º – Prorrogar o mandato dos atuais conselheiros do Conselho Municipal de Assistência Social de São Bento do Sul – CMAS por 90 (noventa) dias, a contar da data de 15 de julho de 2015.

Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de junho de 2015  
Sílvia Santiago Martins  
Vice-Presidente do CMAS

### **RESOLUÇÃO Nº 07/2015 - CMAS**

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 07/2015

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DOS PROJETOS TÉCNICOS PARA COFINANCIAMENTO DOS SERVIÇOS JUNTO AO ESTADO REFERENTE AO ANO DE 2015.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal nº. 513, de 12 de dezembro de 1995; pela Lei Municipal nº 2818, de 09 de junho de 2011; pelo Decreto Municipal nº. 878, de 08 de novembro de 2011, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social e, de acordo com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária em 17 de junho de 2015, RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar os Instrumentais para cofinanciamento de Serviços junto ao Estado referente ao ano de 2015 (dois mil e quinze), que compreende:

I – Instrumentais para cofinanciamento de Benefícios Eventuais 2015;

II – Instrumentais para cofinanciamento de Serviço da Proteção Social Básica – CRAS;

III – Instrumentais para cofinanciamento de Serviços de Média Complexidade – CREAS; e

IV – Instrumentais para cofinanciamento do Serviço da Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de junho de 2015

Sílvia Santiago Martins  
Vice-Presidente do CMAS

### **RESOLUÇÃO Nº 08/2015 - CMAS**

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 08/2015.

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO E DESTINAÇÃO DOS RECURSOS ORIUNDOS DO FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FEAS) REFERENTE AOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal nº. 513, de 12 de dezembro de 1995; pela Lei Municipal nº 2818, de 09 de junho de 2011; pelo Decreto Municipal nº. 878, de 08 de novembro de 2011, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social e, de acordo com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária em 17 de junho de 2015, RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a partilha de recursos referente ao cofinanciamento dos Benefícios Eventuais, proveniente do FEAS, no valor de R\$ 14.517,40 (Catorze mil, quinhentos e dezessete reais e quarenta centavos).

Parágrafo único. Os Benefícios Eventuais referem-se às provisões suplementares e provisórias, prestadas ao cidadão e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

Art. 2º – Os recursos serão destinados ao custeio de Benefícios Eventuais para a provisão de:

I – Auxílio-natalidade;

II – Calamidade Pública – Aluguel Social.

Art. 3º – Os recursos cofinanciados de que trata esta resolução não poderão ser aplicados em itens referentes à órteses e próteses, tais como aparelhos ortopédicos, dentadura, dentre outros; cadeiras de roda, muletas, óculos, e outros itens inerentes à área da saúde, como medicamentos, pagamento de exames médicos, apoio financeiro para tratamento de saúde fora do município, transporte de doentes, leite, dietas de prescrição especial e fraldas descartáveis para pessoa que tenha necessidade de uso, conforme expresso na Resolução nº 39 do CNAS.



Art. 4º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de junho de 2015  
Sílvia Santiago Martins  
Vice-Presidente do CMAS

### **RESOLUÇÃO Nº 09/2015 - CMAS**

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 09/2015.

DISPÕE SOBRE O COFINANCIAMENTO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, ENTRE O FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FEAS) E O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FMAS) DE SÃO BENTO DO SUL.

O Conselho Municipal de Assistência Social de São Bento do Sul – CMAS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal nº. 513, de 12 de dezembro de 1995; pela Lei Municipal nº 2818, de 09 de junho de 2011; pelo Decreto Municipal nº. 878, de 08 de novembro de 2011, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social e, de acordo com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária em 17 de junho de 2015, e

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípuas dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS.

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar a partilha de recursos, proveniente do FEAS, para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Básica, por meio de recursos financeiros alocados no FMAS no valor de R\$ 78.220,95 (setenta e oito mil, duzentos e vinte reais e noventa e cinco centavos), referente ao ano de 2015, para ser utilizado para custeio e investimento, conforme deliberação pelo município e aprovado pelo CMAS do percentual a seguir:

(X)30% (trinta por cento) para custeio e 70% (setenta por cento) para investimento.

Art. 2º – Os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município e elencados no Instrumental de cofinanciamento, no âmbito da Proteção Social Básica, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009).

Art. 3º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de junho de 2015  
Sílvia Santiago Martins  
Vice-Presidente do CMAS

### **RESOLUÇÃO Nº 10/2015 - CMAS**

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 010/2015.

DISPÕE SOBRE O COFINANCIAMENTO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE, ENTRE O FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FEAS) E O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS DE SÃO BENTO DO SUL.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal nº. 513, de 12 de dezembro de 1995; pela Lei Municipal nº 2818, de 09 de junho de 2011; pelo Decreto Municipal nº. 878, de 08 de novembro de 2011, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social e, de acordo com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária em 17 de junho de 2015, e

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que

dispõe sobre as atribuições precípuas dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS;

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar a partilha de recursos referentes ao cofinanciamento dos serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade proveniente do FEAS, por meio de recursos financeiros alocados no FMAS no valor de R\$ 114.048,00 (cento e catorze mil e quarenta e oito reais), sendo que 30% (trinta por cento) destina-se para investimento e 70% (setenta por cento) para custeio.

Art. 2º – Os recursos serão destinados aos seguintes Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade executados no CREAS, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, Resolução CNAS nº 109/2009:

I – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias – PAEFI, ficará com R\$ 30.792,96 (Trinta mil, setecentos e noventa e dois reais e noventa e seis centavos), totalizando 90% (noventa por cento) para investimento e R\$ 39.916,80 (Trinta e nove mil, novecentos e dezesseis reais e oitenta centavos), totalizando 50% (cinquenta por cento) para custeio;

II – Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade, ficará com R\$ 3.421,44 (Três mil, quatrocentos e vinte e um reais e quarenta e quatro centavos), totalizando 10% (dez por cento) para investimento e R\$ 15.966,72 (quinze mil, novecentos e sessenta e seis reais e setenta e dois centavos), totalizando 20% (vinte por cento) para custeio;

III – Serviço Especializado em Abordagem Social, ficará com R\$ 7.983,36 (Sete mil, novecentos e oitenta e três reais e trinta e seis centavos), totalizando 10% (dez por cento) para custeio; e

IV – Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias, ficará com R\$ 15.966,72 (quinze mil, novecentos e sessenta e seis reais e setenta e dois centavos), totalizando 20% (vinte por cento) para custeio.

Art. 3º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de junho de 2015  
Sílvia Santiago Martins  
Vice-Presidente do CMAS

### **RESOLUÇÃO Nº 11/2015 - CMAS**

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 011/2015

DISPÕE SOBRE O COFINANCIAMENTO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE, ENTRE O FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FEAS) E O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS DE SÃO BENTO DO SUL.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal nº. 513, de 12 de dezembro de 1995; pela Lei Municipal nº 2818, de 09 de junho de 2011; pelo Decreto Municipal nº. 878, de 08 de novembro de 2011, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social e, de acordo com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária em 17 de junho de 2015, e

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípuas dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS;

**RESOLVE:**

Art. 1º – Aprovar a partilha de recursos referentes ao cofinanciamento dos serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade proveniente do FEAS, por meio de recursos financeiros alocados no FMAS no valor de R\$ 109.007,75 (cento e nove mil e sete reais e setenta e cinco centavos), sendo que destes, 30% (trinta por cento) destina-se a investimento e 70% (setenta por cento) para custeio.

Art. 2º – Os recursos serão destinados para os Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, segundo a Tipificação Nacional de serviços Socioassistenciais, Resolução CNAS nº 109/2009, nas modalidades de: Acolhimento Institucional, Família Acolhedora, dispostos da seguinte forma:

I – Serviço de Acolhimento em Famílias Acolhedoras – Família de apoio, ficará com R\$ 19.621,40 (dezenove mil, seiscentos e vinte e um reais e quarenta centavos), totalizando 60% (sessenta por cento) do investimento e R\$ 45.783,25 (quarenta e cinco mil, setecentos e oitenta e três reais e vinte e cinco centavos) totalizando 60% (sessenta por cento) para custeio;

II – Serviço de Acolhimento Institucional – Modalidade Abrigo para crianças e adolescentes, ficará com R\$ 9.810,70 (Nove mil, oitocentos e dez reais e setenta centavos), totalizando 30% (trinta por cento) do investimento e R\$ 7.630,54 (Sete mil, seiscentos e trinta reais e cinquenta e quatro centavos), totalizando 10% (dez por cento) para custeio; e

III – Serviço de Acolhimento Institucional – Modalidade Casa Abrigo para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica, ficará com R\$ 3.270,23 (Três mil, duzentos e setenta reais e vinte e três centavos), totalizando 10% (dez por cento) do investimento e R\$ 22.891,63 (Vinte e dois mil, oitocentos e noventa e um reais e sessenta e três centavos), totalizando 30% (trinta por cento) para custeio.

Art. 3º – O gestor da política de assistência social deve assumir o compromisso e a responsabilidade com o reordenamento da oferta de serviços para na modalidade Acolhimento para Crianças,

Adolescentes e Jovens.

Art. 4º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de junho de 2015

Sílvia Santiago Martins

Vice-Presidente do CMAS

**RETIFICAÇÃO DO EDITAL PREGÃO 50/2015 FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO Nº 50/2015 - FMS

O Município de São Bento do Sul – SC, com sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, Centro, cidade de São Bento do Sul, inscrito no CNPJ sob o nº 86.051.398/0001-00, no uso de suas atribuições, vem a público RETIFICAR O EDITAL Nº 50/2015 - FMS, Na QUALIFICAÇÃO TÉCNICA da documentação de habilitação.

Onde se lê: - 4.4.4 - Cópia da carteira de trabalho e/ou ficha de registro de empregado (FRE), que comprovem que a licitante possui vínculo empregatício com os profissionais que prestarão os serviços, objetos da licitação.

Leia-se: - 4.4.4 - Cópia da carteira de trabalho e/ou ficha de registro de empregado (FRE) e/ou contrato de prestação de serviço, que comprovem que a licitante possui vínculo empregatício com os profissionais que prestarão os serviços, objetos da licitação.

E para que essa produza seus efeitos o Presidente do Fundo Municipal de Saúde resolve manter o recebimento e a abertura das propostas, para o dia 02 de julho de 2015, sendo que o recebimento dos envelopes documentação e proposta serão até as 09:00 horas e abertura as 09:30 horas.

São Bento do Sul, 24 de junho de 2015.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Presidente do fundo municipal de saúde

DEBORAH CINTIA DE QUADROS

Pregoeira

---

**SAMAE - SÃO BENTO DO SUL**

---

**EXTRATO DE CONTRATO Nº56/2015**

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 61/2013

Contrato Nº: 56/2015 3º Termo Aditivo

Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE

Contratada: Construtora Incorporadora Jaraguá LTDA

Vigência: Início: 10/06/15 - Término: 05/02/16

Recursos: Dotação:

(23) 4.4.90.51.00.00.00 – Setor de Abastecimento de Água – Exercício Vigente.

Objeto: Prestação de serviços de execução de adutora de água tratada referente a 248 m da nova descida da ETA no município de São Bento do Sul/SC.

Valor total do contato: R\$ 21.978,17 (Vinte e Um Mil Reais, Novecentos e Setenta e Oito Reais e Dezessete Centavos).

São Bento do Sul, 24 de junho de 2015.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

# São Domingos

## PREFEITURA

### **DEC 2008 DE 22 06 15 EXONERA ELIENIR TERESINHA AGNOLETTO DO CARGO COMISSIONADO DE COORDENADOR DE SERVIÇOS CONTÁBEIS**

DECRETO Nº 2008, DE 22 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre a exoneração do Cargo em Comissão a Servidora Pública Municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/90, atualizada; pela Lei Complementar Municipal nº. 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar nº. 0042, de 04/04/12 atualizada e pela Lei Complementar 0045, de 06/11/12 atualizada; e:

Considerando o disposto no art. 98 da lei Complementar 0018, de 28 de janeiro de 2008, que os cargos de provimento em comissão e funções de confiança é de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito Municipal;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a servidora pública municipal Elienir Teresinha Agnoletto, do cargo em comissão de Coordenador de Serviços Contábeis deste Município de São Domingos (SC), a partir desta data.

Art. 2º Fica revogado o Decreto nº 1302, de 27 de março 2013;

Art. 3º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

De Brasília (DF), para São Domingos (SC), 22 de junho de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária de Administração e Fazenda

### **POR 1799 DE 22 06 15 DESIGNA JUCELANE FORNARI LORENZI PARA RESPONDER TEMPORARIAMENTE PELA CONTABILIDADE**

PORTARIA Nº 1799, DE 22 DE JUNHO DE 2015.

Designa servidora para responder, temporariamente, pelo Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal, pelo Regime de Adiantamento e pela elaboração e Prestação de Contas do Município.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08; pela Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/12; e:

· Considerando a exoneração da servidora Elienir Teresinha Agnoletto, nomeada para exercer o cargo em comissão de Coordenador de Serviços Contábeis e como responsável pelo Regime de Adiantamento e pela elaboração e Prestação de Contas do Município;

· Considerando a necessidade diária e em caráter emergencial, de servidor responsável pelo Setor de Contabilidade, pelo Regime de Adiantamento e pela elaboração e prestação de contas do Município;

#### RESOLVE:

Art. 1º Fica designada a servidora Jucelane Fornari Lorenzi, ocupante do cargo de Coordenador de Controle Interno, portadora do CRC nº SC-026648/0-9, para assinar, temporariamente, como Coordenador de Serviços Contábeis e responder pelo Setor de Contabilidade, pelo Regime de Adiantamento e pela elaboração e prestação de contas do Município de São Domingos (SC), a partir desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

De Brasília (DF) para São Domingos (SC), 22 de junho de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

# São Joaquim

## PREFEITURA

**PROCESSO 72/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM  
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

COMUNICAMOS que está suspenso o Pregão nº28/2015 (contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública, com acesso simultâneo de usuários, e que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e os serviços técnicos correlatos) – Processo nº72/2015, para análise do Termo de Referência, melhor descrição da prestação do serviço a ser executado. A nova data da seção pública será informada através dos mesmos meios de divulgação utilizados anteriormente. Outras informações poderão ser obtidas no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda solicitar pelo e-mail pmsj\_licitacao@hotmail.com ou ainda pelos sites inf. (49)3233-0411.

São Joaquim, 24 de junho de 2015  
Humberto Luiz Brighenti  
Prefeito Municipal

# São José

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 063/2015 – PR 034/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 063/2015 – PR 034/2015 – Processo 092/2015 – Fornecedor: NOVA ERA CONSTRUÇÕES E PROJETOS LTDA - EPP. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA, PARA REALIZAR MANUTENÇÃO PREDIAL CORRETIVA E PREVENTIVA NA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO E DOS DEMAIS SETORES PERTENCENTES A MESMA, DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor Total: R\$ 241.660,00 (duzentos e quarenta um mil, seiscentos e sessenta reais). Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura. Data da assinatura: 11 de junho de 2015. Cláudia Schweitzer Pfleger / Diretora de Compras.

### DECRETO Nº 4665/2015

DECRETO Nº 4665/2015  
EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor FABIANO GONÇALVES do cargo de Assessor I Escolar – CCM1, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal em São José (SC), 24 de junho de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

### DECRETO Nº 4666/2015

DECRETO Nº 4666/2015

RELACIONA E NOMEIA OS MEMBROS DO COLEGIADO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE – CAC QUE ATUARÃO NO PROCESSO DE REELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal, e CONSIDERANDO que o plano diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbanos, sendo parte integrante do processo de planejamento municipal;  
CONSIDERANDO que o Poder Executivo Municipal de São José está promovendo, o Processo de Reelaboração do Plano Diretor Participativo de São José;

CONSIDERANDO a necessidade de formalizar a composição do Colegiado de Acompanhamento e Controle – CAC, que atuará no processo de reelaboração do Plano Diretor Participativo do Município de São José;

DECRETA:

Art. 1.º - Ficam nomeados como membros do Colegiado de Acompanhamento e Controle – CAC:

I - Setor 1 – Poder Executivo:

- a) Secretário de Serviços Públicos;
- b) Procurador-Geral do Município;
- c) Consultor-Geral do Município;
- d) Secretário de Planejamento;
- e) Secretário de Projetos Especiais;
- f) Secretário de Segurança, Trânsito e Defesa Social;
- g) Secretário Adjunto de Serviços Públicos;
- h) Superintendente da Fundação Municipal do Meio Ambiente.

II - Setor 2 – Poder Legislativo:

- a) 13 (treze) membros representando a Câmara Municipal, sendo exercido pelo vereador que estiver no exercício do mandato quando da prática dos respectivos atos.

III - Setor 3 – Representantes de entidades dos movimentos populares, associações populações e associações de bairros:

- a) Titular: Jandir da Rosa. Suplente: Francisco Coelho;
- b) Titular: Nilzo José Heck. Suplente: Waldir Sergio de Melo;
- c) Titular: Jane Maria Philippi. Suplente: Suely Dulce Ramos;
- d) Titular: João Luiz da Silva. Suplente: Vanderlei Godinho;
- e) Titular: Rosana Regina Marangoni. Suplente: Elizabeth Bunn Bartilotti.
- f) Titular: Rosana Machado. Suplente: Daniel Antônio Martins
- g) Titular: Jair Santilho Costa. Suplente: Iani Engelmann Gomes;
- h) Titular: em aberto. Suplente: em aberto.

IV - Setor 4 – Sindicatos de Empresários, Empregadores e Entidades de Classe:

- a) Titular: José Bitencourt Furtado. Suplente: Diocles João Vieira;
- b) Titular: Hélio Cesar Bairros. Suplente: Nazareno Magalhães;
- c) Titular: Victor Alexandre de Souza. Suplente: Gilberto João Rech.
- d) Titular: em aberto. Suplente: em aberto;
- e) Titular: em aberto. Suplente: em aberto;
- f) Titular: em aberto. Suplente: em aberto.

V - Setor 5 – Sindicatos de Empregados e Entidades de Classe:

- a) Titular: Eduardo Cordeiro. Suplente: Vânio Stelin;
- b) Titular: em aberto. Suplente: em aberto.

VI - Setor 6 – Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa:

- a) Titular: Cirineu Pereira Machado. Suplente: Manuel Souza dos Reis;
- b) Titular: Laudioni Dal Pont; Suplente: Juliano Alexandre dos Santos;
- c) Titular: Sigmar Klein Junior. Suplente: Juarez Perfeito.

VII - Setor 7 – ONGs, OSCIPS, Fóruns e Redes Formadas por cidadãos:

- a) Titular: Antônio Lemos Filho. Suplente: João Batista da Silva;
- b) Titular: Orlando Antônio Rosa Junior. Suplente: Carlos Alberto Vivian Gravi;

Art. 2.º - Os membros do Colegiado de Acompanhamento e



Controle elencados no inciso I do art. 1.º poderão ser representados por servidores lotados em suas respectivas pastas, por meio de ato formal indicando o nome completo do representante e que esteja subscrito pelo titular da pasta.

Art. 3.º - Os membros do Poder Legislativo poderão se fazer representar por assessor lotado em seu Gabinete, por meio de ato formal indicando o nome completo do representante e que esteja subscrito pelo próprio Vereador.

Art. 4.º - As eventuais alterações e complementações na composição do Colegiado de Acompanhamento e Controle, especialmente com relação às vagas em aberto referidas neste Decreto, poderão ser formalizadas por meio de Portaria, assinada pelo Coordenador Geral do processo de Reelaboração do Plano Diretor Participativo.

Parágrafo único: A Portaria decorrerá da decisão a ser tomada pelos membros do Colegiado de Acompanhamento e Controle, em reunião ordinária ou extraordinária, no qual será deliberada a exclusão e inclusão de seus membros.

Art. 5.º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 24 de junho de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

CLOVIS RENATO SQUIO Procurador-Geral do Município	MICHEL DA SILVA SCHLEMPER Secretário Municipal de Serviços Públicos
--	--

## DECRETO Nº 4667/2015

DECRETO Nº 4667/2015

EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora MARCIA DA SILVA do cargo de Assessor I Administrativo – CCM1, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de junho de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de junho de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

## PORTARIA - SA - Nº 541/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 541/2015

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). MARIA DO SOCORRO FREIRE FERNANDES BORBA, matrícula n.º 10802-2, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor (a). Readaptação

funcional por 60 (sessenta) dias, de 27.05.2015 à 25.07.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 27 de Maio de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de Junho de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

## PORTARIA - SA - Nº 542/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 542/2015

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). ELIANE CRISTINA DA LUZ DE FARIAS, matrícula n.º 39333-9, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente Comunitário de Saúde. Readaptação funcional por 60 (sessenta) dias, de 22.06.2015 à 21.08.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 22 de Junho de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de Junho de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

## PORTARIA - SA - Nº 543/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 543/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). MARIA IVONE SEMONETTI GUEDES, matrícula n.º 17027-5, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor. Licença para Tratamento de Saúde de pessoa da família, por 30 (trinta) dias, de 16.06.15 à 15.07.15.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 16 de Junho de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de Junho de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração



**PORTARIA - SA - Nº 544/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 544/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a).SILVIA MARIA BORDINHÃO, matrícula n.º 13609-3, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor. Licença para Tratamento de Saúde de pessoa da família, por 180 (cento e oitenta) dias, de 18.06.15 à 14.12.15.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 18 de Junho de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de Junho de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - Nº 545/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 545/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). LUCINETE VENTURA DA SILVA, matrícula n.º 21619-4, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor. Licença para Tratamento de Saúde de pessoa da família, por 30 (trinta) dias, de 08.06.15 à 07.07.15.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 08 de Junho de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de Junho de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - Nº 546/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 546/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). LUCIANO RANGEL BURIGO, matrícula n.º 39631-1, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Médico . Licença para Tratamento de Saúde de pessoa da família, por 30 (trinta) dias, de 08.06.15 à 06.08.15.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 08 de Junho de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de Junho de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - Nº 547/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 547/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) DAYSE MARIA MARTINS DA CRUZ, matrícula n.º 13959-9, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Orientadora Educacional. Licença para Tratamento de Saúde por 90 (noventa) dias, de 17.06.15 à 14.09.15.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 17 de Junho de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de Junho de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - Nº 548/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 548/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) ELOISA GONÇALVES TAVARES, matrícula n.º 13905-0, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor. Licença para Tratamento de Saúde por 60 (sessenta) dias, de 29.05.15 à 27.07.15.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 29 de Maio de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de Junho de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - Nº 549/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 549/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) GUILHERME DUTRA ANTUNES, matrícula n.º 35827-4, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor. Licença para Tratamento de Saúde por 90 (noventa) dias, de 08.06.15 à 05.09.15.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 08 de Junho de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de Junho de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - Nº 550/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 550/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) FABIANA MAXIMIANO, matrícula n.º 10863-4, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor. Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 15.06.15 à 14.07.15.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 15 de Junho de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de Junho de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - Nº 551/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 551/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) NIVEA APARECIDA CORREA, matrícula n.º 10866-9, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Orientador Educacional. Licença para Tratamento de Saúde por 20 (vinte) dias, de 29.05.15 à 17.06.15.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 29 de Maio de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de Junho de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - Nº 552/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 552/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) ANDREIA EDY DE ANDRADE, matrícula n.º 13963-7, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor. Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 22.05.15 à 20.06.15.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 22 de Maio de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de Junho de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - Nº 553/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 553/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). VILMA APARECIDA MARINHO, matrícula n.º 11053-1, lotado (a) na Secretaria da Saúde, no cargo de Técnico em Enfermagem. Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 28.05.2015 à 26.06.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 28 de Maio de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 22 de Junho de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - Nº 554/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 554/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). MILTON VANDERLEI SUPPI, matrícula n.º 30649-5, lotado (a) na Secretaria da Saúde, no cargo de Médico. Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 02.06.2015 à 01.07.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de Junho de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 22 de Junho de 2015.  
SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - Nº 555/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 555/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). MARCIA ONDINA DOS REIS, matrícula n.º 39160-3, lotado (a) na Secretaria da Saúde, no cargo de Agente Comunitário de Saúde. Licença para Tratamento de Saúde por 60 (sessenta) dias, de 02.06.2015 à 31.07.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de Junho de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 22 de Junho de 2015.  
SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - Nº 556/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 556/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). KELLYS CRISTINA TANCREDO NAZARIO, matrícula n.º 30717-3, lotado (a) na Secretaria da Saúde, no cargo de Técnico em Enfermagem. Licença para Tratamento de Saúde por 60 (sessenta) dias, de 25.05.2015 à 23.07.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 25 de Maio de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 22 de Junho de 2015.  
SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - Nº 557/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 557/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). PATRICIA CHRISTINA DE SOUZA, matrícula n.º 2114-8, lotado (a) na Secretaria da Saúde, no cargo de Atendente de Saúde Pública. Licença para Tratamento de Saúde por 90 (noventa) dias, de 31.05.2015 à 28.08.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 31 de Maio de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 22 de Junho de 2015.  
SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - Nº 558/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 558/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). JANINE DANIELI DA ROCHA ANDRADE, matrícula n.º 39412-2, lotado (a) na Secretaria da Saúde, no cargo de Agente Comunitário de Saúde. Licença para Tratamento de Saúde por 45 (quarenta e cinco) dias, de 22.05.2015 à 05.07.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 22 de Maio de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 22 de Junho de 2015.  
SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - Nº 559/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 559/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a).JANAINA TEREZINHA ROSA, matrícula n.º 32649-6, lotado (a) na Secretaria da Saúde, no cargo de Técnico em Enfermagem. Licença para Tratamento de Saúde por 20 (vinte) dias, de 01.06.2015 à 20.06.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de Junho de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 22 de Junho de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - Nº 560/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 560/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a).VANESSA BEATRIZ DA SILVEIRA SILVA, matrícula n.º 37502-0, lotado (a) na Secretaria da Saúde, no cargo de Enfermeira. Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 28.05.2015 à 26.06.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 28 de Maio de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 22 de Junho de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - Nº 561/2015**

PORTARIA- SA - Nº 561/2015

O Secretário da Administração, usando das atribuições que lhe confere o art. 66 parágrafo único, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.248/91 – Estatuto dos Servidores Municipais,

**RESOLVE:**

I – Conceder o gozo da licença prêmio ao (a) servidor (a) JAIRO ALDO ROSA, matrícula nº 6015-1, lotado (a) na Secretaria de Serviços Públicos, no cargo de Fiscal de Obras, entrará em Licença

Prêmio por 60 (sessenta) dias a partir de 01.06.2015, referente ao período aquisitivo 2005/2010.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de Junho de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de Junho de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretário de Administração

**PORTARIA - SA - Nº 562/2015**

PORTARIA- SA - Nº 562/2015

O Secretário da Administração, usando das atribuições que lhe confere o art. 66 parágrafo único, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.248/91 – Estatuto dos Servidores Municipais,

**RESOLVE:**

I – Conceder o gozo da licença prêmio ao (a) servidor (a) EDSON LUIZ MACEDO, matrícula nº 16254-0, lotado (a) na Secretaria de Serviços Públicos, no cargo de Agente Administrativo, entrará em Licença Prêmio por 60 (sessenta) dias a partir de 05.06.2015, referente ao período aquisitivo 2000/2005.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 05 de Junho de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de Junho de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretário de Administração

**PORTARIA - SA - Nº 563/2015**

PORTARIA- SA - Nº 563/2015

O Secretário da Administração, usando das atribuições que lhe confere o art. 66 parágrafo único, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.248/91 – Estatuto dos Servidores Municipais,

**RESOLVE:**

I – Cessar os efeitos da Portaria nº 406/15 a partir de 17.06.2015, tendo em vista o retorno do (a) servidor (a) NEY DESTRI, matrícula nº 6018-6, lotado (a) na Secretaria de Serviços Públicos, no cargo de Arquiteto, as suas atividades.

II – o servidor tem direito a usufruir em época oportuna 1 (um) mês de licença prêmio referente ao período aquisitivo 2008/2013, em virtude do cancelamento da mesma, conforme usufruto disponibilizado através da Portaria nº 406/15.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 17 de Junho de 2015.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de Junho de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - Nº 564/2015**

PORTARIA- SA – Nº 564/2015

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando despachos exarados no Processo Administrativo nº 12427/15 de 03.06.2015.

RESOLVE:

I – Conceder licença sem vencimentos, ao (a) servidor (a) Sr. (a) DIVANIR CANDIDO VELOSO FAGUNDES, matrícula nº 13871-1, lotada na Secretaria de Educação, no cargo de Professor (a), para tratar de assuntos particulares.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 15 de Junho de 2015.

III – Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de Junho de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 093/2015 - PR Nº 059/2015**

AVISO DE LICITAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 08/07/2015, às 14:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 093/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL, Nº 059/2015. OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO, CONFORME CONTRATO DE REPASSE SOB O Nº 1.022.253-72/2014/MDA/CAIXA E CONVÊNIO Nº 815267/2014, QUE SE REFERE ÀS AÇÕES RELATIVAS AO MDA PRONAT – MAQUINÁRIO, COM A FINALIDADE DE REALIZAR ATIVIDADES OPERACIONAIS INERENTES A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E AQUICULTURA DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

São Lourenço do Oeste – SC, 23 de junho de 2015.

GERALDINO CARDOSO

PREFEITO MUNICIPAL



# São Miguel da Boa Vista

## PREFEITURA

### **CREDENCIAMENTO 04/2015.**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.  
CREDENCIAMENTO Nº 04/2015

GILNEI ANTONO GUTH, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, CREDENCIAMENTO para contratação de consultas médicas especializadas, e estará recebendo envelopes da documentação a partir do dia 25 de junho de 2015. Maiores informações, bem como cópia do edital poderá ser obtida com o setor de Licitações, e setor de compras, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 07:00 às 13:00 horas. O presente credenciamento será regida pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

São Miguel da Boa Vista (SC), 24 de junho de 2015.  
GILNEI ANTONIO GUTH  
Prefeito Municipal.

### **CREDENCIAMENTO 05/2015.**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.  
CREDENCIAMENTO Nº 05/2015

GILNEI ANTONO GUTH, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, CREDENCIAMENTO para contratação de exames médicos especializados, e estará recebendo envelopes da documentação a partir do dia 25 de junho de 2015. Maiores informações, bem como cópia do edital poderá ser obtida com o setor de Licitações, e setor de compras, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 07:00 às 13:00 horas. O presente credenciamento será regida pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

São Miguel da Boa Vista  
(SC), 24 de junho de 2015.  
GILNEI ANTONIO GUTH  
Prefeito Municipal.

### **PROCESSO LICITATÓRIO 45/2015.**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 45/2015  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL-Registro de Preço

GILNEI ANTONIO GUTH, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Licitação do tipo "MENOR PREÇO", menor preço por item para contratação de serviços de Horas/Maquinas de Retro escavadeira e Escavadeira hidráulica e estará recebendo envelopes da documentação e proposta até às 08:45 horas do dia 08/07/2015. Maiores informações, bem como cópia do edital poderá ser obtida com o setor de Licitações, e setor de compras, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 07:00 às 13:00 horas. A presente licitação será regida pela Lei n. 10.520/02 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

São Miguel da Boa Vista (SC), 24 de junho de 2015.  
GILNEI ANTONIO GUTH  
Prefeito Municipal.

# São Miguel do Oeste

## PREFEITURA

**LEI Nº 7.149/2015 - AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, EM NOME DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, A FIRMAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, REPRESENTADO PELA SECRETÁRIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA CIVIL DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

LEI Nº 7.149/2015

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, EM NOME DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, A FIRMAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, REPRESENTADO PELA SECRETÁRIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA CIVIL DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, em nome do Município de São Miguel do Oeste, a firmar Convênio com o ESTADO DE SANTA CATARINA, representado pela SECRETÁRIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA CIVIL DE SANTA CATARINA, objetivando a cooperação nos serviços de Segurança Pública e preservação do Patrimônio Público Municipal.

Art. 2º O valor a ser repassado mensalmente será o equivalente a até 800 (oitocentos) litros de gasolina tipo comum, ao preço obtido pela Municipalidade através de processo licitatório geral.

Parágrafo Único. O objeto do Convênio visará o custeio das despesas de manutenção das viaturas, bem como cobrir despesas de expediente e serviços necessários a manutenção dos serviços, desde que com prévia autorização do Município e respeito as regras prescritas na Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação da presente lei, correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 23 de junho de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO

Secretário da Fazenda e Administração

Esta Lei foi publicada no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

**LEI Nº 7.150/2015 -AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, EM NOME DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, A FIRMAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, REPRESENTADO PELA POLÍCIA MILITAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

LEI Nº 7.150/2015

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, EM NOME DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, A FIRMAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, REPRESENTADO PELA POLÍCIA MILITAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, em nome do Município de São Miguel do Oeste, a firmar Convênio com o ESTADO DE SANTA CATARINA, representado pela POLÍCIA MILITAR – 11º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DE FRONTEIRA, objetivando a realização de policiamento ostensivo motorizado, com guarnições de Rádio Patrulha, executando rondas periódicas e atendimento de ocorrências no Município.

Art. 2º O valor a ser repassado mensalmente será o equivalente a até 1.100 (um mil e cem) litros de gasolina tipo comum, ao preço obtido pela Municipalidade através de processo licitatório geral.

Parágrafo Único. A partir de 1º de janeiro do ano de 2016, o repasse mensal mencionado no caput, passará a ser o equivalente a até 1.500 (um mil e quinhentos) litros de gasolina tipo comum.

Art. 3º O objeto do Convênio visará o custeio das despesas com manutenção das viaturas, bem como cobrir despesas de expediente e serviços necessários a manutenção dos serviços de policiamento motorizado, desde que com prévia autorização do Município e respeito as regras prescritas na Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação da presente lei, correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 23 de junho de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO

Secretário da Fazenda e Administração

Esta Lei foi publicada no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

**LEI Nº 7.151/2015 - AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER INCENTIVOS ECONÔMICOS À EMPRESA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

LEI Nº 7.151/2015

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER INCENTIVOS ECONÔMICOS À EMPRESA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, em nome do Município, de acordo com a faculdade que lhe foi conferida pela Lei Municipal nº 7.130, de 21 de maio de 2015, autorizado a conceder à empresa COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº. 83.305.235/0082-84, com sede no Município de São Miguel do Oeste-SC, o seguinte incentivo econômico: 125 (cento e vinte e cinco) metros de pedra tipo brita nº 01;

§1º O incentivo referido no inciso anterior deste artigo será destinado para a pavimentação do pátio do silo da Cooperativa;

§ 2º O benefício ora concedido fica sujeito às disposições do "caput" do art. 1º da Lei mencionada, a qual disciplina os incentivos econômicos e as isenções fiscais para as empresas que se instalarem ou ampliarem suas atividades no Município.

§ 3º A efetivação dos incentivos ficam vinculados a disponibilidade financeira, de equipamento, recursos humanos e materiais.

Art. 2º Os incentivos presentes estarão condicionados a capacidade de produção industrial, sem prejuízo ao desenvolvimento dos serviços de interesse do Município.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução dos incentivos de que trata a presente Lei, ocorrerão a conta do orçamento geral do Município, em conta apropriada para tal fim.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 23 de junho de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO

Secretário da Fazenda e Administração

Esta Lei foi publicada no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

**LEI Nº 7.152/2015 - AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONTRATO DE CESSÃO DE USO DE BENS IMÓVEIS LOCALIZADOS NO PARQUE DE EXPOSIÇÕES RINEU GRANSOTTO, COM ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS COM SEDE EM SÃO MIGUEL DO OESTE E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

LEI Nº 7.152/2015

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONTRATO DE CESSÃO DE USO DE BENS IMÓVEIS LOCALIZADOS NO PARQUE DE EXPOSIÇÕES RINEU GRANSOTTO, COM ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS COM SEDE EM SÃO MIGUEL DO OESTE E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Contrato de Cessão de Uso de Bem Imóvel, localizados no Parque de Exposições Rineu Gransotto, com as seguintes entidades sem fins lucrativos:

I - ASSOCIAÇÃO DE CRIADORES DE OVINOS DO EXTREMO OESTE DE SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede no Município de São Miguel do Oeste, SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 10.295.051/0001-41;

II – ASSOCIAÇÃO DE CRIADORES DE BOVINOS e BUBALINOS DO EXTREMO OESTE DE SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede no Município de São Miguel do Oeste, SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 80.622.400/0001-78;

III - CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS PORTEIRA ABERTA, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede no Município de São Miguel do Oeste, SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.824.905/0001-40;

IV – KART CLUB SÃO MIGUEL, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede no Município de São Miguel do Oeste, SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 08.432.567/0001-49;

V - CENTRO DE CONVIVÊNCIA DOS DESCENDENTES DE ITALIANOS, CECONDI, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede no Município de São Miguel do Oeste, SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 00.235.098/0001-45.

Art. 2º Às entidades descritas no art. 1º, serão cedidos as seguintes área de terras localizadas no Parque de Exposições Rineu Gransotto:

I – para a ASSOCIAÇÃO DE CRIADORES DE OVINOS DO EXTREMO OESTE DE SANTA CATARINA: uma área aproximada de terras de 2.800,00m², na forma do croqui constante do Anexo I, para o desenvolvimento de suas atividades;

II para a ASSOCIAÇÃO DE CRIADORES DE BOVINOS e BUBALINOS DO EXTREMO OESTE DE SANTA CATARINA: uma área de terras onde encontra-se edificado pavilhão de remate de gado, na forma do croqui constante do Anexo I, para o desenvolvimento de suas atividades, e uma balanço para pesagem de bovinos registrada no patrimônio municipal sob n 013013;

III – para o CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS PORTEIRA ABERTA: uma área de 3.920m², localizada junto ao Parque de Exposições Rineu Gransotto, com as seguintes conformações: ao norte com parte do lote rural 27, por linha seca de 140,00m; ao leste com mesmo lote rural 27, por linha seca de 28,00m, ao sul com parte do mesmo lote rural 27, por linha seca de 140,00m; ao oeste com o

mesmo lote rural n. 27, por linha seca de 28,00m, onde se encontra edificada uma quadra de laços e mangueiras para semovente, na forma do croqui constante do Anexo I, para o desenvolvimento de suas atividades;

IV – para o KART CLUB SÃO MIGUEL: uma área de 20.620,00m<sup>2</sup>, localizado dentro do todo maior de 141.807,90 m<sup>2</sup>, Linha Cruzinhas, junto ao Parque Rineu Gransotto – FAISMO, com as seguintes confrontações: ao norte com a estrada vicinal com destino a Linha Guamerin; ao leste, parte dos mesmos lotes rurais 28-A e 27 (Parque de Exposições Rineu Gransotto, portões de acesso), medindo 99,57m; ao sul, com parte dos mesmos lotes rurais 28-A e 27, (Parque de Exposições Rineu Gransotto) medindo 272,49m; ao oeste, com parte dos mesmos lotes rurais 28-A e 27, (Parque de Exposições Rineu Gransotto) medindo 62,27m, na forma do croqui constante do Anexo I, para o desenvolvimento de suas atividades;

V - para o CENTRO DE CONVIVÊNCIA DOS DESCENDENTES DE ITALIANOS - CECONDI: 01 (um) imóvel constituído de um terreno com construção de uma área coberta de 650,35m<sup>2</sup>, junto ao Parque de Exposições Rineu Gransotto, para o desenvolvimento de suas atividades.

Art. 2º As despesas de energia elétrica, água, e outras taxas decorrentes da presente cessão de uso, correrão à conta de cada cessionária.

Art. 3º O prazo da presente cessão de uso será de 12 (doze) anos, contados da assinatura de cada contrato de cessão de uso, podendo ser prorrogado por igual período, ou não, mediante conveniência das partes.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão a conta do orçamento municipal vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Fica revogadas as Leis Municipais ns. 7.006/2014 e seu contrato de cessão de uso, 5.862/2007 e seu contrato de cessão de uso, 4.990/2002 e seu contrato de cessão de uso, 3138/1992 e seu contrato de cessão de uso e 4020/1996 e seu contrato de cessão de uso e demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC  
Em 23 de junho de 2015.  
JOÃO CARLOS VALAR  
Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO  
Secretário da Fazenda e Administração

Esta Lei foi publicada no  
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA  
Técnico Administrativo

**LEI Nº 7.153/2015 - AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL – PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA – LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 8.520,00 (OITO MIL, QUINHENTOS E VINTE REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

LEI Nº 7.153/2015

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL – PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA – LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 8.520,00 (OITO MIL, QUINHENTOS E VINTE REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**TÍTULO I**

**CAPÍTULO I**  
**DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 7.075, de 18 de dezembro de 2014 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro e de 2015, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 8.520,00 (Oito mil, quinhentos e vinte reais), objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento das despesas constantes de contratação de Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), para a prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos Órgãos deste Ente Federado, no diário oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC).

**CAPÍTULO II**  
**DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA**

Art. 2º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder por ato próprio abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 8.520,00 (Oito mil, quinhentos e vinte reais), para execução no presente ano financeiro, em conformidade com o disposto a seguir:

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
01 – SECRETARIA DA FAZENDA  
04.129.0030.2.194 – Manutenção dos serviços do Consórcios Públicos – CIGA.  
3.3.93.00.00.00.00.00.0080 - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe R\$ 8.520,00

Art. 3º Para o atendimento do crédito constante desta Lei fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a redução total das seguintes dotações orçamentárias:

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
01 – SECRETARIA DA FAZENDA  
04.129.0030.2.455 – Transferências a Consórcios Públicos – CIGA  
63 – 3.3.71.00.00.00.00.00.0080 - Transferências a Consórcios Públicos R\$ 8.520,00

**CAPÍTULO III**  
**DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL**



Art. 4º Fica alterada a Lei nº. 7.074, de 18 de dezembro de 2014, Plano Plurianual - PPA, para execução no exercício financeiro de 2015, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Especial na ordem de R\$ 8.520,00 (Oito mil, quinhentos e vinte reais), objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento das despesas constantes de contratação de Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), para a prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos Órgãos deste Ente Federado, no diário oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC).

#### CAPÍTULO IV DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica alterada a Lei nº. 7.076, de 18 de dezembro de 2014-LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para execução no exercício financeiro de 2015, através da abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 8.520,00 (Oito mil, quinhentos e vinte reais objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento das despesas constantes de contratação de Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), para a prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos Órgãos deste Ente Federado, no diário oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC).

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC  
Em 23 de junho de 2015.  
JOÃO CARLOS VALAR  
Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO  
Secretário da Fazenda e Administração

Esta Lei foi publicada no  
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA  
Técnico Administrativo

### **LEI Nº 7.154/2015 - AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL – PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA – LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 39.000,00 (TRINTA E NOVE MIL REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

LEI Nº 7.154/2015  
AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL – PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA – LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 39.000,00 (TRINTA E NOVE MIL REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

#### TÍTULO I

##### CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 7.075, de 18 de dezembro de 2014 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2015, mais

precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 39.000,00 (Trinta e nove mil reais), objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento das despesas com as obras de conclusão do Centro Comunitário na Morada do Sol, com a participação do GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA/SDR/SMOESTE, segundo planificações aprovadas pelas partes avençadas.

#### CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder por ato próprio abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 39.000,00 (Trinta e nove mil reais), para execução no presente ano financeiro, em conformidade com o disposto a seguir:

22 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
27.812.0225.1.115 – Construção de um Centro Comunitário na Morada do Sol.  
4.4.90.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diversas R\$ 39.000,00

Art. 3º Para o atendimento do crédito determinado no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a redução da seguinte dotação abaixo discriminada e constante da mesma matéria orçamentária em execução:

22 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
01 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
27.812.0224.1.056 – Aquisição de equipamentos e matls. Permanentes.  
4 – 4.4.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 39.000,00

#### CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterada a Lei nº. 7.074, de 18 de dezembro de 2014, Plano Plurianual - PPA, para execução no exercício financeiro de 2015, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Especial na ordem de R\$ 39.000,00 (Trinta e nove mil reais), objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento das despesas com as obras de conclusão do Centro Comunitário na Morada do Sol, com a participação do GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA/SDR/SMOESTE, segundo planificações aprovadas pelas partes avençadas.

#### CAPÍTULO IV DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica alterada a Lei nº. 7.076, de 18 de dezembro de 2014-LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para execução no exercício financeiro de 2015, através da abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 39.000,00 (Trinta e nove mil reais), objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento das despesas com as obras de conclusão do Centro Comunitário na Morada do Sol, com a participação do GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA/SDR/SMOESTE, segundo planificações aprovadas pelas partes avençadas.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 23 de junho de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO

Secretário da Fazenda e Administração

Esta Lei foi publicada no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

**LEI Nº 7.155/2015 - AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER EM NOME DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, RECURSOS FINANCEIROS À ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE – ACISMO, SEDIADA NESTE ENTE FEDERADO, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

LEI Nº 7.155/2015

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER EM NOME DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, RECURSOS FINANCEIROS À ASSOCIAÇÃO COMERCIALEINDUSTRIAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE – ACISMO, SEDIADA NESTE ENTE FEDERADO, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, em nome do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, autorizado a conceder um auxílio financeiro à ASSOCIAÇÃO COMERCIALEINDUSTRIAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE -ACISMO, entidade sem fins lucrativos com sede neste Município, declarada de utilidade pública municipal pela Lei Municipal nº. 2.511, de 30 de novembro de 1988, inscrita no Ministério da Fazenda com o CNPJ nº. 86.251.428/0001-22 e na Fazenda Municipal, em conformidade com o disposto neste ato, uma contribuição financeira de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), para atendimento de despesas com a realização da Feira Agropecuária, Comercial e Industrial de São Miguel do Oeste = FAISMO., que ocorrerá nos dias 12 a 15 de novembro de 2015, a ser efetivado junto ao Parque de Exposições Rineu Gransotto.

Art. 2º É obrigatório o depósito dos recursos financeiros em conta individualizada e vinculada a Instituição bancária oficial, devendo ser movimentados por cheques nominais e individuais por credor.

Art. 3º A Entidade terá o prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data do recebimento dos recursos, para proceder à boa e regular aplicação e comprovação dos mesmos, junto a Contadoria Geral do Município.

Art. 4º A não obediência das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei acarretará à devolução integral do valor atualizado monetariamente em favor do Erário Público Municipal.

Art. 5º As despesas impugnadas pela Contadoria Geral do Município, à luz da legislação vigente, serão recolhidas e atualizadas monetariamente em última instância, a favor dos cofres da Municipalidade.

Art. 6º Os saldos não aplicados nos prazos previstos na presente

Lei, serão também obrigatoriamente recolhidos à conta do erário Público Municipal.

Art. 7º São responsáveis pela aplicação dos recursos transferidos o Ordenador Primário (Presidente) e o Ordenador Secundário (Tesoureiro).

Art. 8º A prestação de contas do recurso financeiro recebido será apresentada ao Executivo Municipal, em uma via e nos prazos previstos nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- a) ofício encaminhando a prestação de contas;
- b) balancete modelo conforme padrão;
- c) extrato bancário de conta Especial e conciliação do saldo se for o caso;
- d) fotocópia dos documentos suportes de despesas bem legíveis e sem rasuras e/ou entrelinhas; e

e) declaração de lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na receita orçamentária da Entidade.

Parágrafo único. A prestação de contas e demais documentos que comprovarem a boa e regular aplicação do recurso deverá obrigatoriamente ser assinada pelos Ordenadores Primários e Secundários.

Art. 9º Fica alterada a Lei nº. 7.075, de 18 de dezembro de 2014 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro e de 2015, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), objetivando instituir dotação suficiente ao atendimento dos determinantes desta Lei.

Art. 10. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder por ato próprio abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), para execução no presente ano financeiro, em conformidade com o disposto a seguir:

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

02 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

04.122.0031.2.207 - Transf.a instituições privadas s/fins lucrativos.  
3.3.50.00.00.00.00.00.0080 - Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos. R\$ 180.000,00

Art. 11. Para a cobertura do crédito constante desta Lei fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover a redução parcial da seguinte dotação orçamentária abaixo discriminada e constante da mesma matéria orçamentária em execução.

03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

01 – GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

16.482.0316.1.924 – Aquis.de área, construção e equipamento de  
36 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diversas R\$ 180.000,00

Art. 12. Fica alterada a Lei nº. 7.074, de 18 de dezembro de 2014, Plano Plurianual - PPA, para execução no exercício financeiro de 2015, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Especial na ordem de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), objetivando instituir dotação suficiente ao atendimento dos determinantes desta Lei.

Art. 13. Fica alterada a Lei nº. 7.076, de 18 de dezembro de 2014 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para execução no exercício financeiro de 2015, através da abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil



reais), objetivando instituir dotação suficiente ao atendimento dos determinantes desta Lei.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 23 de junho de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO

Secretário da Fazenda e Administração

Esta Lei foi publicada no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

**LEI Nº 7.156/2015 - AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL – PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA – LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 887.557,17 (OITOCENTOS E OITENTA E SETE MIL, QUINHENTOS E CINQUENTA E SETE REAIS E DEZES**

LEI Nº 7.156/2015

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL – PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA – LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 887.557,17 (OITOCENTOS E OITENTA E SETE MIL, QUINHENTOS E CINQUENTA E SETE REAIS E DEZESSETE CENTAVOS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**TÍTULO I**

**CAPÍTULO I**

**DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 7.075, de 18 de dezembro de 2014 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2015, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 887.557,17 (oitocentos e oitenta e sete mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e dezessete centavos), objetivando a instituir dotações orçamentárias suficientes ao atendimento de despesas de restituição de saldos de convênios não utilizados ao GOVERNO FEDERAL/MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO.

**CAPÍTULO II**

**DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA**

Art. 2º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder por ato próprio abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 887.557,17 (oitocentos e oitenta e sete mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e dezessete centavos), para execução no presente ano financeiro, em conformidade com o disposto a seguir:

17 – SECRETARIA MUNIC. AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE

01 – FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA

20.122.0021.2.202 – Restituição de saldo de convênio não utilizado.

4.4.90.00.00.00.00.00.1100 - Aplicações Diversas (superavit) R\$ 880.264,12

4.4.90.00.00.00.00.00.1068 - Aplicações Diversas (superavit) R\$ 7.293,05

TOTAL R\$ 887.557,17

Art. 3º Para o atendimento do crédito de que trata a presente Lei fica utilizado os recursos provenientes do Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do exercício anterior, na importância de R\$ 887.557,17 (oitocentos e oitenta e sete mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e dezessete centavos), referentes aos recursos indicados no caput do artigo anterior, oriundos de saldos de convênios não utilizados ao GOVERNO FEDERAL/MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º inciso I e § 2º, da Lei Federal nº. 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes.

**CAPÍTULO III**

**DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL**

Art. 4º Fica alterada a Lei nº. 7.074, de 18 de dezembro de 2014, Plano Plurianual - PPA, para execução no exercício financeiro de 2015, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Especial na ordem de R\$ 887.557,17 (oitocentos e oitenta e sete mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e dezessete centavos), objetivando a instituir dotações orçamentárias suficientes ao atendimento de despesas de restituição de saldos de convênios não utilizados ao GOVERNO FEDERAL/MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO.

**CAPÍTULO IV**

**DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Art. 5º Fica alterada a Lei nº. 7.076, de 18 de dezembro de 2014 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para execução no exercício financeiro de 2015, através da abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 887.557,17 (oitocentos e oitenta e sete mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e dezessete centavos), objetivando a instituir dotações orçamentárias suficientes ao atendimento de despesas de restituição de saldos de convênios não utilizados ao GOVERNO FEDERAL/MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO/INCRA.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 23 de junho de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO

Secretário da Fazenda e Administração

Esta Lei foi publicada no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

**LEI Nº 7.157/2015 - DENOMINA DE "RUA ANGELA FRIGHETTO DOS SANTOS" A RUA LOCALIZADA A LESTE DOS LOTES N.º 93-A, AO LOTE Nº 93-G DO DESMEMBRAMENTO APROVADO PELO DECRETO Nº 887 DE 18 DE ABRIL DE 1978, PODENDO TER SEGUIMENTO TANTO EM DIREÇÃO AO SUL QUANTO AO NORTE, SITUADA NO BAIRRO JARDIM PEPERI, E DÁ**

LEI Nº 7.157/2015

DENOMINA DE "RUA ANGELA FRIGHETTO DOS SANTOS" A RUA LOCALIZADA A LESTE DOS LOTES N.º 93-A, AO LOTE Nº 93-G DO DESMEMBRAMENTO APROVADO PELO DECRETO Nº 887 DE 18 DE ABRIL DE 1978, PODENDO TER SEGUIMENTO TANTO EM DIREÇÃO AO SUL QUANTO AO NORTE, SITUADA NO BAIRRO JARDIM PEPERI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de "RUA ANGELA FRIGHETTO DOS SANTOS", a Rua localizada ao norte dos Lotes N.º 93- A ao Lote Nº- 93-G, do desmembramento aprovado pelo Decreto nº 887 de 18 de Abril de 1978, podendo ter seguimento tanto em direção ao sul, quanto ao norte, situado no Bairro Jardim Peperi, Município de São Miguel do Oeste.

Art.2º As despesas decorrentes da aplicação da presente lei, correrão à conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º Ficam os setores competentes da municipalidade autorizar a procederem todos os registros necessários ao fiel cumprimento da presente lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC  
Em 23 de junho de 2015.  
JOÃO CARLOS VALAR  
Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO  
Secretário da Fazenda e Administração

Esta Lei foi publicada no  
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA  
Técnico Administrativo

**LEI Nº 7.158/2015 -AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER INCENTIVOS ECONÔMICOS AO PRODUTOR AGRÍCOLA RUBEN ODELMO HORN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

LEI Nº 7.158/2015

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER INCENTIVOS ECONÔMICOS AO PRODUTOR AGRÍCOLA RUBEN ODELMO HORN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, em nome do Município, de acordo com a faculdade que lhe foi conferida pela Lei Municipal nº 7.130, de 21 de maio de 2015, autorizado a conceder ao produtor agrícola RUBEN ODELMO HORN, inscrito no CPF sob o nº 052.124.569-91, residente na Linha Emboaba, Município de São Miguel do Oeste-SC, o seguinte incentivo econômico: Pagamento do custo do Consumidor para instalação de rede de energia elétrica trifásica;

§1º O incentivo referido no inciso anterior deste artigo será destinado para a utilização e funcionamento das câmaras frias utilizadas para armazenamento da produção agrícola da propriedade.

§ 2º O benefício ora concedido fica sujeito às disposições do "caput" do art. 1º da Lei mencionada, a qual disciplina os incentivos econômicos e as isenções fiscais para as empresas que se instalarem ou ampliarem suas atividades no Município.

§ 3º A efetivação dos incentivos fica vinculada a disponibilidade financeira.

Art. 2º Os incentivos presentes estarão condicionados a capacidade de produção industrial, sem prejuízo ao desenvolvimento dos serviços de interesse do Município.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução dos incentivos de que trata a presente Lei, ocorrerão a conta do orçamento geral do Município, em conta apropriada para tal fim.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC  
Em 23 de junho de 2015.  
JOÃO CARLOS VALAR  
Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO  
Secretário da Fazenda e Administração

Esta Lei foi publicada no  
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA  
Técnico Administrativo

# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

### 4º (QUARTO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO MÚLTIPLO Nº 9912294981 QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.

4º (QUARTO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO MÚLTIPLO Nº 9912294981 QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.

#### CONTRATANTE:

Razão Social: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA				
CNPJ: 01.613.101/0001-09	Inscrição Estadual: ISENTO			
Nome Fantasia: PREFEITURA	Ramo de Atividade: 0100 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA			
Endereço: PRAÇA LEOPOLDO FRANCISCO KRETZER				
Cidade: SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA	UF: SC	CEP: 88125-000		
Telefone: 48-3277-0122	FAX 48-3277-0122			
Endereço Eletrônico: gabinete@pmspa.sc.gov.br				
Nome do Responsável: JUCELIO KREMER				
Cargo: PREFEITO MUNICIPAL	RG: 2.083.056	CPF: 620.977.769-49		

#### CONTRATADA:

ECT – Empresa Pública, constituída nos termos do Decreto-Lei nº. 509, de 20 de março de 1969.				
Nome da Diretoria Regional: Diretoria Regional de Santa Catarina	CNPJ/MF: 34.028.316/0028-23			
Endereço: Rua Romeu José Vieira, 90 – Bloco B – 7º andar – Nossa Senhora do Rosário				
Cidade: São José	UF: SC	CEP: 88.110-923		
Telefone: (48) 3954-4211	FAX: (48) 3954-4225			
Endereço Eletrônico: scgesuv@correios.com.br				
Diretor Regional: Paulo Oliveira de Andrade				
RG: 1.723.100-0 SSP/SC	CPF: 609.711.699-34			
Coordenador Regional de Negócios: Paulo Roberto Zucco				
RG: 100.366-420-6 SSP/RS	CPF: 248.658.930-91			

As partes, acima identificadas, têm, entre si, justo e avençado e celebram por força do presente instrumento, elaborado conforme disposto no art. 62, § 3º, II, da Lei 8.666/93, o 4º (QUARTO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO MÚLTIPLO Nº 9912294981, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do Contrato original por mais 12 meses.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO

Em conformidade com o art. 57, II da Lei nº. 8.666/93 e com a cláusula sétima do contrato ora aditado, as partes acordam em prorrogar o contrato por 12 (doze) meses, de 31/05/2015 até 31/05/2016.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo terá vigência a partir da data de sua assinatura.



**CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1. Os recursos orçamentários previsto na Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária do contrato ora aditado para a cobertura das despesas decorrentes deste Contrato têm seu valor estimado em R\$ 3.000,00 (três mil reais).

4.2. A classificação destas despesas se dará da seguinte forma:

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.99.00.00.00

Projeto/Atividade: 2004

Nº. do Empenho: 1692

Data do Empenho: 08/06/2015

Valor: R\$ 3.000,00

**CLÁUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO**

Caberá à CONTRATANTE, por sua conta, a publicação resumida do presente Termo Aditivo na imprensa oficial no prazo legal.

**CLÁUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO**

Ficam mantidas e ratificadas, em seu inteiro teor, todas as demais cláusulas e condições do Contrato originário, não modificadas pelo presente instrumento.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO**

Para dirimir as questões oriundas deste Termo Aditivo, será competente o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Florianópolis/SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Por estarem justos e contratados, assinam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

São José/SC, 31 de maio de 2015.

Pela CONTRATANTE: Pela ECT:

Jucelio Kremer		Paulo Oliveira de Andrade
Prefeito Municipal		Diretor Regional
		Paulo Roberto Zucco
		Coordenador Regional de Negócios

TESTEMUNHAS:

Nome:		Nome:
CPF:		CPF:

**DECRETO N.º 045/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO n.º 045/2015

NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE DESPESAS DE EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso XVI, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Nomear os servidores Simone Moretti, Janio da Silva e Marineide Borges Scheffmacher, sob a presidência da primeira, para compor a comissão de avaliação de despesas de exercício anterior.

Art. 2º - A Comissão deverá emitir relatórios no prazo de quinze dias a contar da publicação deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 26 de maio de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

**DECRETO Nº55/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro  
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.  
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº55/2015

DELEGA PODERES A SECRETARIA DE SAÚDE E PREFEITO MUNICIPAL PARA AS MOVIMENTAÇÕES BANCÁRIAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal,

DECRETA:

Art.1º - Fica delegado os poderes a Secretária de saúde e Prefeito Municipal, conforme segue abaixo:

EMITIR CHEQUES  
ABRIR CONTAS DE DEPOSITO  
RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITACAO  
SOLICITAR SALDOS, EXTRATOS E COMPROVANTES  
REQUISITAR TALONARIOS DE CHEQUES  
AUTORIZAR DEBITO EM CONTA RELATIVO A OPERACOES  
RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS  
ENDOSSAR CHEQUE  
SUSTAR/CONTRA-ORDENAR CHEQUES  
CANCELAR CHEQUES  
BAIXAR CHEQUES  
EFETUAR RESGATES/APLICACOES FINANCEIRAS  
CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS  
EFETUAR SAQUES - CONTA CORRENTE  
EFETUAR SAQUES - POUPANCA  
EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRONICO  
EFETUAR TRANSFERENCIAS POR MEIO ELETRONICO  
CONSULTAR CONTAS/APLIC.PROGRAMAS REPASSE RECURSO  
LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS NO GER. FINANCEIRO  
SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS  
EMITIR COMPROVANTES  
EFETUAR TRANSFERENCIA P/ MESMA TITULARIDADE-  
EFETUAR TRANSF. ELETRÔNICA P/ ALIVIO DE NUMERÁRIO

FECHAR OPERACOES DE DERIVATIVOS  
ENCERRAR CONTAS DE DEPOSITO  
CONSULTAR OBRIGACOES DO DEBITO DIRETO AUTORIZADO

Art.2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 22 de junho de 2015.

JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº56/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro  
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.  
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº56/2015

DELEGA PODERES A TESOUREIRA E PREFEITO MUNICIPAL PARA AS MOVIMENTAÇÕES BANCÁRIAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal,

DECRETA:

Art.1º - Fica delegado os poderes a Tesoureira e Prefeito Municipal, conforme segue abaixo:

EMITIR CHEQUES  
ABRIR CONTAS DE DEPOSITO  
RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITACAO  
SOLICITAR SALDOS, EXTRATOS E COMPROVANTES  
REQUISITAR TALONARIOS DE CHEQUES  
AUTORIZAR DEBITO EM CONTA RELATIVO A OPERACOES  
RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS  
ENDOSSAR CHEQUE  
SUSTAR/CONTRA-ORDENAR CHEQUES  
CANCELAR CHEQUES  
BAIXAR CHEQUES  
EFETUAR RESGATES/APLICACOES FINANCEIRAS  
CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS  
EFETUAR SAQUES - CONTA CORRENTE  
EFETUAR SAQUES - POUPANCA  
EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRONICO  
EFETUAR TRANSFERENCIAS POR MEIO ELETRONICO  
CONSULTAR CONTAS/APLIC.PROGRAMAS REPASSE RECURSO  
LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS NO GER. FINANCEIRO  
SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS  
EMITIR COMPROVANTES  
EFETUAR TRANSFERENCIA P/ MESMA TITULARIDADE-  
EFETUAR TRANSF. ELETRÔNICA P/ ALIVIO DE NUMERÁRIO

FECHAR OPERACOES DE DERIVATIVOS  
ENCERRAR CONTAS DE DEPOSITO  
CONSULTAR OBRIGACOES DO DEBITO DIRETO AUTORIZADO

Art.2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 22 de junho de 2015.

JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal



**DECRETO Nº 54 , DE 22 DE JUNHO DE 2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000

Fone:

32770122 Site: www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº 54 , de 22 de junho de 2015.

Convoca a Conferência Municipal de Direitos da Pessoa Idosa.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, em conjunto com a Presidente do Conselho Municipal do Idoso, no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política Nacional do Idoso no município,

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a Conferência Municipal de Direitos da Pessoa Idosa, a ser realizada no dia 26 de junho de 2015, no São da Igreja Matriz do município situado a Rua João Carlos Clasen s/nº, no município de São Pedro de Alcântara, tendo como tema central: "Protagonismo e Empoderamento da Pessoa Idosa - Por um Brasil de todas as idades".

Art. 2º A Conferência Municipal tem como objetivo proporcionar um espaço democrático de discussões e reflexões em torno das estratégias que apontam diretrizes para as várias políticas intersectoriais que atendem a pessoa idosa, além de garantir a implantação no município e na região da Política da Pessoa Idosa.

Art. 3º A Comissão organizadora da Conferência Municipal, será composta por:

Titulares:

- a) Dayana Cristina Costa
- b) Rainildes Pitz Junckes
- c) Tatiana Cordeiro da Silva

Suplentes:

- a) Adailton Hack
- b) Simoni Moretti
- c) Michele Maia da Silva

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Pedro de Alcântara, 22 de junho de 2015.

Prefeito

Presidente do Conselho Municipal do Idoso.

**DECRETO Nº 57/15**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP:88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

DECRETO Nº 57/15

ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA.

JUCELIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a Lei 979/2015:

DECRETA:

- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir o Crédito Especial no total de R\$ 65.000,00 ( Sessenta e cinco mil reais) na dotação abaixo identificada:

08 –ENCARGOS GERAIS

08.01.28.843.11.2.085 – Amortização e Encargos da Dívida R\$ 65.000,00

3.2.90.00.00.00.00.00.0.0.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 65.000,00

Art. 2º - Para atender o artigo 1º deste Decreto , fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular no total de R\$ 65.000,00 (Sessenta e cinco mil reais ) na dotação abaixo identificada:

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.15.452.0010.1.073 – Construção de um Muro R\$ 65.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 65.000,00

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 24 de junho de 2015.

JUCELIO KREMER

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 58/15**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP:88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

DECRETO Nº 58/15

ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA.

JUCELIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a Lei 981/2015:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir o Crédito Especial no total de R\$ 85.000,00 ( Oitenta e cinco mil reais ) na dotação abaixo identificada:

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.15.452.10.1.092 – Aquisição de um Terreno R\$ 85.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.0.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 85.000,00

Art. 2º - Para atender o artigo 1º deste Decreto, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular no total de R\$ 85.000,00 (Oitenta e cinco mil reais ) na dotação abaixo identificada:

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.15.452.0010.1.073 – Construção de um Muro R\$ 85.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 85.000,00

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 24 de junho de 2015.

JUCELIO KREMER

Prefeito Municipal



**DECRETO Nº 60 /15**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro  
CEP:88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

**DECRETO Nº 60 /15**

ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE DA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA.

JUCELIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara,  
no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autori-  
zação que lhe confere a Lei 975/2015:

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a  
abrir o Crédito Especial no total de R\$ 450.000,00 ( Quatrocentos e  
cinquenta mil reais ) na dotação abaixo identificada:

**13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO**

13.03.17.512.15.1.094 – Func. e Manutenção da Secretaria  
De água e Saneamento Básico R\$ 450.000,00  
3.1.90.00.00.00.00.00.0.0.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00  
4.4.90.00.00.00.00.00.0.0.000.0 – Aplicações Diretas R\$  
400.000,00

Art. 2º - Para atender o artigo 1º deste Decreto , fica o Chefe  
do Poder Executivo Municipal autorizado a anular no total de R\$  
450.000,00 (Quatrocentos e cinquenta mil reais) na dotação abaixo  
identificada:

**03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

03.01.4.122.0003.2.009 – Aquisição de um terreno para Área  
Industrial R\$ 350.000,00  
4.4.90.00.00.00.00.00.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 350.000,00

**11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

11.01.10.301.009.2.065 – Programa de Qualidade da água R\$  
66.000,00  
4.4.90.00.00.00.00.00.2.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00  
3.3.90.00.00.00.00.00.2.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 16.000,00

11.01.10.512.0009.1.051 – Saneamento Básico R\$ 34.000,00  
4.4.90.00.00.00.00.00.0.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 34.000,00

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 24 de junho de 2015.

JUCELIO KREMER  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº53/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
SE GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO  
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro  
CEP:88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.  
DECRETO Nº53/2015

ANULA E SUPLEMENTA VERBAS NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE  
DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCANTARA .

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no  
uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização

que lhe confere a Lei 972/2015.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a  
suplementar no total de R\$ 236.200,00 (Duzentos e trinta e seis  
mil e duzentos reais ) nas dotações abaixo identificadas:

**03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

03.01.4.122.0003.2.004 – Func. e Manutenção da Secretaria  
de Administração Finanças e Plan. R\$ 40.200,00  
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 40.200,00

**08 – ENCARGOS GERAIS**

08.01.28.843.0011.2.085 – Amortização e Encargos da Dívida R\$  
116.000,00  
4.6.90.00.00.00.00.00.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 116.000,00

**07 – SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLI-  
COS**

07.01.15.452.0010.2.077 – Func. e Manutenção da Coordenadoria  
de Obras R\$ 40.000,00  
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00  
07.01.15.452.0010.2.078 Func. e Manutenção da Coordenadoria  
de Serviços Públicos R\$ 40.000,00  
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Art. 2º - Para atender o Artigo 1º deste decreto fica o Chefe do  
Poder Executivo autorizado a anular R\$ 236.200,00 (Duzentos e  
trinta e seis mil e duzentos reais ) nas dotações abaixo identificada:

**03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS  
E PLANEJAMENTO**

03.01.4.122.0003.1.010 – Aquisição de veículo R\$ 20.000,00  
4.4.90.00.00.00.00.00.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

03.01.4.122.0003.2.006 – Recadastramento Imobiliário R\$  
4.000,00  
3.3.90.00.00.00.00.00.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

**04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO**

04.01.12.361.0004.1.012– Ampliação e Ref. Escola  
Ensino Fundamental R\$ 10.000,00  
4.4.90.00.00.00.00.00.1.0161.0 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

04.01.12.365.0004.1.011– Ampliação e Ref. Escola/creches  
Ensino Infantil R\$ 30.000,00  
4.4.90.00.00.00.00.00.1.0161.0 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

04.01.27.812.0005.1.024 – Construção de uma Pista de  
Skate R\$ 20.000,00  
4.4.90.00.00.00.00.00.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

**06 – SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA**

06.02.23.695.0008.2.047 – Funcionamento e Manutenção do  
Turismo R\$ 52.200,00  
3.1.90.00.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas R\$ 52.200,00

**07 – SECRETARIA DE TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**

07.01.26.782.0010.1.074 – Aquisição de Equipamentos R\$  
50.000,00  
4.4.90.00.00.00.00.00.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

07.01.15.452.0010.1089 – Reforma e Iluminação da Praça R\$ 50.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 16 de junho de 2015.

JUCÉLIO KREMER

PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO Nº59/15

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP:88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

DECRETO Nº59/15

ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a Lei 978/2015:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir o Crédito Especial no total de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais) na dotação abaixo identificada:

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.26.782.10.1.093 – Recuperação de Ruas a Asfalto R\$ 150.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.0.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

Art. 2º - Para atender o artigo 1º deste Decreto, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular no total de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais) na dotação abaixo identificada:

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.26.782.0010.1.069 – Pavimentação de Ruas a Asfalto R\$ 112.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 112.000,00

07.01.26.782.0010.1.068 – Pavimentação de Ruas a Lajota R\$ 38.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 38.000,00

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 24 de junho de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

### PORTARIA N.º 216/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 216/2015

Concede licença para tratamento de saúde a servidora JAQUELINE PFLEGER, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde - ESF, lotada na Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde à servidora JAQUELINE PFLEGER, pelo período de 90 (noventa) dias a contar da data de 11/06/2015, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 11/06/2015.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de junho de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

### PORTARIA N.º 217/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 217/2015

Retira Gratificação do servidor EDUARDO PATRICK BELTRAN MONASTERIO.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na Lei nº. 529/2009,

RESOLVE:

Art. 1.º- Retirar do servidor EDUARDO PATRICK BELTRAN MONASTERIO, ocupante do cargo de Médico Clínico Geral, a gratificação específica de acordo com a Lei 529/2009.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de junho de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

**PORTARIA N.º 218/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 218/2015

Concede Gratificação ao servidor EDUARDO PATRICK BELTRAN MONASTERIO.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na Lei nº. 556/2010,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder ao servidor EDUARDO PATRICK BELTRAN MONASTERIO, ocupante do cargo de Médico Clínico Geral, gratificação específica por ser responsável pela Autorização de Internação Hospitalar – AIH e Autorização de Procedimentos Ambulatórios de Alta Complexidade – APAC.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de junho de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

**PORTARIA N.º 219/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 219/2015

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA IVONE LUZIA VENTURA

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Artigo 10 da Lei 19/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder progressão funcional a servidora IVONE LUZIA VENTURA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, haja vista, ter completado mais três anos de serviço prestado junto a esta Instituição:

§ IVONE LUZIA VENTURA – AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – LETRA E.

.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 22 de junho de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

# Schroeder

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 23/2015-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000  
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 23/2015-FMS  
PROCESSO Nº. 50/2015-FMS  
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de Fórmula Infantil fornecida para paciente através da Ação Civil Pública nº. 0900017-65.2015.8.24.0026; Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, conforme estabelecido pela Lei Municipal 1696/2008, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 06 de julho de 2015 às 08h45min.  
Abertura do Processo: 06 de julho de 2015 às 09h.  
Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.  
Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 23 de junho de 2015.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 3.355/2015 DE 23 DE JUNHO DE 2015

DECRETO Nº 3.355/2015 de 23 de junho de 2015  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.107/2015 de 23 de junho de 2015,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL  
04.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA  
04.02.08.244.3016.2.359 - Proteção Social Básica (CRAS)  
3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 30.000,00  
3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obrigacoes Patronais R\$ 24.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL  
04.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA  
04.02.08.244.3016.2.357 - Gestão SUAS  
3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 30.000,00  
04.03 - SETOR DE SAÚDE PÚBLICA  
04.03.08.244.3016.2.360 - Proteção Social Especial de Alta Complexidade  
3.3.40.41.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Contribuicoes R\$ 24.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 23 de junho de 2015.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicado por  
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

### DECRETO Nº 3.356/2015 DE 23 DE JUNHO DE 2015

DECRETO Nº 3.356/2015 de 23 de junho de 2015  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL - ESPECIAL - ABERTOS NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.108/2015 de 23 de junho de 2015,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 6.304,00 (seis mil trezentos e quatro reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL  
04.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA  
04.02.08.244.3016.2.358 - Proteção Social Esp de Média e Compl (CREAS)  
3.3.90.37.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Locacao de Mao-de-obra R\$ 6.304,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL  
04.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA  
04.02.08.244.3016.2.357 - Gestão SUAS  
4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 6.304,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 23 de junho de 2015.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicado por



TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

### EXTRATO DO CONTRATO Nº. 145/2015 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 145/2015 - PMS

Dispensa de Licitação nº. 51/2015-PMS

Processo nº. 113/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: REGINALDO GONÇALVES LARROZA, inscrita no CNPJ sob o nº. 17.050.768/0001-72, estabelecida na Rua 03 de Outubro 819, Bairro Braço do Sul, na cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.275-000.

Objeto: Constitui o presente contrato a contratação de empresa especializada para conserto (com fornecimento de mão de obra e peças), de maquina de lavar Consul Maré, 7,5kg da Secretaria de Planejamento, Gestao e Finanças do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDA-DE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Recanismo de lavar 7,5kg, Consul Maré	1	Unidade	225,00	225,00
02	Rolamentos para maquina de lavar 7,5kg, Consul Maré	2	Unidade	15,00	30,00
03	Bomba de água da maquina de lavar 7,5kg, Consul Maré	1	Unidade	30,00	30,00
04	Mangueira de drenagem	1	Unidade	15,00	15,00
05	Mão de obra	1	Unidade	95,00	95,00
TOTAL R\$					395,00

Valor do contrato: R\$ 395,00 (trezentos e noventa e cinco reais).

Data da Assinatura: 25/06/2015 – Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

### RESOLUÇÃO Nº. 004/2015-CMS

RESOLUÇÃO Nº. 004/2015-CMS

APROVAÇÃO DE CONTAS

REFERENTES AOS MESES DE JANEIRO E FEVEREIRO 2015

O Conselho Municipal de Saúde, por maioria dos votos dos Conselheiros presentes na reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde, de 24 de junho de 2015 RESOLVE APROVAR as contas referentes aos meses de Janeiro e Fevereiro de 2015.

Assim, o Presidente do Conselho Municipal de Saúde, em cumprimento ao que determina o Parágrafo V do Art. 18 da Lei Municipal nº 1.586 de 05 de outubro de 2007, Assina a presente Resolução do Conselho e a encaminha para que seja devidamente Publicada.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder/SC, 24 de junho de 2015.

Valmor Heins Stricker

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

### RESOLUÇÃO Nº. 005/2015-CMS

RESOLUÇÃO Nº. 005/2015-CMS

APROVAÇÃO DO RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO (ANO BASE 2014)

O Conselho Municipal de Saúde, por maioria dos votos dos Conselheiros presentes na reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde, de 24 de junho de 2015 RESOLVE APROVAR o Relatório Anual de Gestão (Ano Base 2014).

Assim, o Presidente do Conselho Municipal de Saúde, em cumprimento ao que determina o Parágrafo V do Art. 18 da Lei Municipal nº 1.586 de 05 de outubro de 2007, Assina a presente Resolução do Conselho e a encaminha para que seja devidamente Publicada.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder/SC, 24 de junho de 2015.

Valmor Heins Stricker

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

### RESOLUÇÃO Nº. 006/2015-CMS

RESOLUÇÃO Nº. 006/2015-CMS

APROVAÇÃO DO SISPACTO 2015

(PACTUAÇÃO DE DIRETRIZES, OBJETIVOS METAS E INDICADORES)

O Conselho Municipal de Saúde, por maioria dos votos dos Conselheiros presentes na reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde, de 24 de junho de 2015 RESOLVE APROVAR o SISPACTO 2015 (Pactuação de Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores).

Assim, o Presidente do Conselho Municipal de Saúde, em cumprimento ao que determina o Parágrafo V do Art. 18 da Lei Municipal nº 1.586 de 05 de outubro de 2007, Assina a presente Resolução do Conselho e a encaminha para que seja devidamente Publicada.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder/SC, 24 de junho de 2015.

Valmor Heins Stricker

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

### RESOLUÇÃO Nº. 007/2015-CMS

RESOLUÇÃO Nº. 007/2015-CMS

APROVAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE 2014/2017

O Conselho Municipal de Saúde, por maioria dos votos dos Conselheiros presentes na reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde, de 24 de junho de 2015 RESOLVE APROVAR o Plano Municipal de Saúde 2014/2017.

Assim, o Presidente do Conselho Municipal de Saúde, em cumprimento ao que determina o Parágrafo V do Art. 18 da Lei Municipal nº 1.586 de 05 de outubro de 2007, Assina a presente Resolução do Conselho e a encaminha para que seja devidamente Publicada.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder/SC, 24 de junho de 2015.

Valmor Heins Stricker

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

**ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 47\_2015-PMS**

Página: 1/3

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2015****Número do Registro de Preços: 32/2015      Data do Registro: 25/06/2015      Válido até: 25/06/2016****Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de motosserra, roçadeiras e hidrolavadora profissional para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Secretária de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Rocadeira costal - lâmina das pontas e fio , no mínimo 35 cilindradas, peso mínimo 10 Kg , rotação máxima (RPM) 12.000, mochila ergonômica e sistema anti vibratório	UN	COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	Carthen	0	949,0000	1



Página: 2/3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2015**

Número do Registro de Preços: 32/2015		Data do Registro: 25/06/2015		Válido até: 25/06/2016			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de motosserra, roçadeiras e hidrolavadora profissional para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
2	Motosserra - no mínimo 50 cilindradas, peso mínimo 5.5 Kg, potência mínima (kw/cv) 2.5/3.5, rotação máxima 14.000 (RPM)	UN	COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	Macrotop	0	1.495,0000	1

Página: 3/3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2015

Número do Registro de Preços: 32/2015		Data do Registro: 25/06/2015		Válido até: 25/06/2016			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de motosserra, rocadeiras e hidrolavadora profissional para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 32/2015  
PROCESSO Nº 106/2015  
(9073) - COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP

Schroeder, 25 de Junho de 2015.

**ATA TOMADA DE PREÇOS 01/2015-FMS (SEQUÊNCIA 01)**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 1/2015 - TP</b>  <b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação:</b> 43/2015 <b>Data do Processo:</b> 02/06/2015
	Folha: 1/2

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos) de readequação e reforma do Posto de Saúde ESF1, localizado na Rua Guaramirim, nº 560, Schroeder I, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma área de 345,71 m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convatório.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 33/2015 (Sequência: 1)**

Ao(s) 24 de Junho de 2015, às 09:00 horas, na sede da(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 60872015, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 43/2015, Licitação nº 1/2015 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** A comissão reuniu-se para abertura da licitação, conforme determinado no edital. Apresentaram envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento as empresas CÚBICA CONSTRUÇÕES LTDA. - EPP e OMVS CONSTRUTORA LTDA. - ME devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo publicado em resumo no mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), no jornal de circulação regional - O Correio do Povo, Diário Oficial do Estado e disponibilizado na íntegra no site [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br) do Município de Schroeder/SC. Após rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que os representantes das empresas CÚBICA CONSTRUÇÕES LTDA. - EPP e OMVS CONSTRUTORA LTDA. - ME, estão credenciados para a licitação. Pois apresentaram a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Foram abertos os envelopes de habilitação das empresas CÚBICA CONSTRUÇÕES LTDA. - EPP e OMVS CONSTRUTORA LTDA. - ME, cujos documentos foram rubricados pela presidente e membros da comissão e colocados à disposição dos presentes para exame e rubricação. Constatando que as empresas CÚBICA CONSTRUÇÕES LTDA. - EPP e OMVS CONSTRUTORA LTDA. - ME apresentaram a documentação de acordo como exigido no edital, resultando assim habilitadas. Sendo renunciado ao direito de recurso pronunciado diretamente na sessão de abertura dos envelopes de habilitação pelas empresas participantes, e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso do procedimento licitatório. Foram abertos os envelopes de proposta comercial das empresas CÚBICA CONSTRUÇÕES LTDA. - EPP e OMVS CONSTRUTORA LTDA. - ME. Constatou-se vencedora a empresa CÚBICA CONSTRUÇÕES LTDA. - EPP, com o valor total de R\$ 40.000,00. Diante do exposto a comissão abre prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93. Encerra-se a sessão e pede-se para ser repassada a cópia da ata aos participantes.

**Participante:** 12256 - CUBICA CONSTRUÇÕES LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos) de readequação e reforma do Posto de Saúde ESF1, localizado na Rua Guaramirim, nº 560, Schroeder 01, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma área de 345,71 m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convatório.	UN	1,00		0,0000	40.000,00	40.000,00

**Total do Participante** —————→ 40.000,00

**Total Geral** —————→ 40.000,00

<div>ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER</div> <div>CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC</div>		<div>TOMADA DE PREÇO Nr.: 1/2015 - TP</div> <div>Processo Administrativo: Processo de Licitação: 43/2015 Data do Processo: 02/06/2015</div> <div>Folha: 2/2</div>
--	--	---

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 24 de Junho de 2015

COMISSÃO:

- |                         |         |                                       |
|-------------------------|---------|---------------------------------------|
| Ivandra de Souza        | - ..... | - Presidente da Comissão de Licitação |
| Andreia Nass Friedemann | - ..... | - Membro                              |
| Gelson Stein            | - ..... | - Membro                              |
| Cezar Santos de Jesus   | - ..... | - Membro                              |
| Daniela Samulescki      | - ..... | - Secretária                          |
| Walter Egidio Mukai     | - ..... | - Membro Suplente                     |
| Eloir José Wendt        | - ..... | - Membro Suplente                     |

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

- |                        |         |                 |
|------------------------|---------|-----------------|
| ROGÉRIO SILVANO ANDRÉ  | - ..... | - Representante |
| OSMAIR ROGÉRIO MARQUEZ | - ..... | - Representante |

**DISPENSA Nº 51/2015-PMS****ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 51/2015 - DL**CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SCProcesso Nr.: 113/2015  
Data: 25/06/2015

Folha: 1/2

Fornecedor: REGINALDO GONCALVES LARROZA 51066831068

Código: 13017

Endereço: R 03 DE OUTUBRO, 819

Cidade: Schroeder - SC

CNPJ: 17.050.768/0001-72

Inscrição Estadual:

**Objeto da Compra:** Contratação de empresa especializada para conserto (com fornecimento de mão de obra e peças), de maquina de lavar Consul Maré, 7,5kg da Secretaria de Planejamento, Gestao e Finanças do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Recanismo de lavar 7,5kg, Consul Maré	UN	225,00	225,00
2	2,00	Rolamentos para maquina de lavar 7,5kg, Consul Maré	UN	15,00	30,00
3	1,00	Bomba de água da maquina de lavar 7,5kg, Consul Maré	UN	30,00	30,00
4	1,00	Mangueira de drenagem	UN	15,00	15,00
5	1,00	MÃO DE OBRA	UN	95,00	95,00

**FUNDAMENTO LEGAL:****Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**JUSTIFICATIVA**

Considerando a necessidade da utilização da maquina de lavar pelo setor de limpeza da prefeitura Schroeder e também tendo em vista o valor total da contratação.

Schroeder, 25 de Junho de 2015

-----  
OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09

RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201

C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 51/2015 - DL****Processo Nr.: 113/2015  
Data: 25/06/2015**

Folha: 2/2

17/6/2015

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 17 de Junho de 2015

**Valor da Despesa:**

395,00 (trezentos e noventa e cinco reais)

**Pagamento.....:**

15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL



# Tigrinhos

## PREFEITURA

### LEI MUNICIPAL 798/2015

LEI MUNICIPAL Nº. 798/2015, DE 24 DE JUNHO DE 2015.  
AUTORIZA A INCLUSÃO, ALTERAÇÃO E ADEQUAÇÃO DAS AÇÕES DE GOVERNO, DAS RECEITAS E DAS DESPESAS CONSTANTES NO PPA – PLANO PLURIANUAL 2014-2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica alterado o PPA – Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 720, de 23 de setembro de 2013, através da INCLUSÃO das Ações de Governo para o ano de 2016 no montante de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) descritas a seguir:

- Ação de Governo n.º 2.149 – Manutenção das Atividades dos Idosos, Meta Física: 12 Meses e Meta Financeira: R\$ 25.000,00 - Fonte de Recurso 0.1.0000 – Recursos Ordinários Livres – R\$ 10.000,00 e 0.1.0052 – Outras Transferências de Recursos p/ o FMAS – R\$ 15.000,00.

- Ação de Governo n.º 1.172 – Ampliação da Secretaria Municipal da Agricultura, Meta Física: 01 un. e Meta Financeira: R\$ 50.000,00 - Fonte de Recurso 0.1.0000 – Recursos Ordinários Livres.

Art. 2.º Fica alterado o PPA – Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 720, de 23 de setembro de 2013, através da EXCLUSÃO das Ações de Governo para o ano de 2016 no montante de R\$ 266.627,71 (duzentos e sessenta e seis mil, seiscentos e vinte e sete reais e setenta e um centavos) descritas a seguir:

- Ação de Governo n.º 1.004 – Auxílio a Associações Comunitárias, Meta Física: 01 un. e Meta Financeira: R\$ 10.000,00 - Fonte de Recurso 0.1.0000 – Recursos Ordinários Livres.

- Ação de Governo n.º 1.007 – Aquisição de Veículo Transporte Escolar, Meta Física: 01 un. e Meta Financeira: R\$ 34.347,00 - Fonte de Recurso 0.1.0087 – Alienação de Bens Destinados a Programas de Ensino.

- Ação de Governo n.º 1.026 – Criação da Banda Municipal, Meta Física: 01 un. e Meta Financeira: R\$ 3.000,00 - Fonte de Recurso 0.1.0000 – Recursos Ordinários Livres.

- Ação de Governo n.º 1.034 – Auxílio a Construção de Centros Esportivos a Entidades do Município, Meta Física: 01 un. e Meta Financeira: R\$ 40.000,00 - Fonte de Recurso 0.1.0000 – Recursos Ordinários Livres.

- Ação de Governo n.º 1.152 – Incentivo a Habitação, Meta Física: 01 un. e Meta Financeira: R\$ 40.000,00 - Fonte de Recurso 0.1.0000 – Recursos Ordinários Livres.

- Ação de Governo n.º 1.014 – Canalização de Córregos com Galerias, Meta Física: 01 un. e Meta Financeira: R\$ 11.449,00 - Fonte de Recurso 0.1.0000 – Recursos Ordinários Livres.

- Ação de Governo n.º 1.126 – Infraestrutura e Reforma de Ponte no Perímetro Urbano, Meta Física: 01 un. e Meta Financeira: R\$ 20.000,00 - Fonte de Recurso 0.1.0000 – Recursos Ordinários Livres.

- Ação de Governo n.º 1.136 – Auxílio Financeiro a Associações Comunitárias de Tigrinhos, Meta Física: 01 un. e Meta Financeira: R\$ 10.000,00 - Fonte de Recurso 0.1.0000 – Recursos Ordinários Livres.

- Ação de Governo n.º 1.161 – Aquisição de Retroescavadeira, Meta Física: 01 un. e Meta Financeira: R\$ 46.368,45 - Fonte de Recurso 0.1.0089 – Alienação de Bens Destinados a Outros Programas.

- Ação de Governo n.º 1.157 – Aquisição e Implantação de Cisternas, Meta Física: 01 un. e Meta Financeira: R\$ 11.449,00 - Fonte de Recurso 0.1.0000 – Recursos Ordinários Livres.

- Ação de Governo n.º 2.137 – Teto Municipal Rede Brasil sem Miséria, Meta Física: 12 Meses e Meta Financeira: R\$ 5.667,26 - Fonte de Recurso 0.1.0065 – Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar.

- Ação de Governo n.º 2.138 – Teto Municipal Rede Cegonha, Meta Física: 12 Meses e Meta Financeira: R\$ 10.991,04 - Fonte de Recurso 0.1.0065 – Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar.

- Ação de Governo n.º 2.134 – Compensação e Especificidades Regionais, Meta Física: 12 Meses e Meta Financeira: R\$ 23.355,96 - Fonte de Recurso 0.1.0064 – Atenção Básica.

Art. 3.º Fica autorizada a readequação e aumento do valor de R\$ 395.531,02 (trezentos e noventa e cinco mil, quinhentos e trinta e um reais e dois centavos), oriundos das alterações efetuadas na Relação Detalhada das Receitas Planejadas para o ano de 2016 que integra a presente Lei em comparação com o PPA original, sendo que o total passa de R\$ 9.964.101,54 para R\$ 10.359.632,56.

Art. 4.º Fica autorizada a readequação e aumento do valor de R\$ 395.531,02 (trezentos e noventa e cinco mil, quinhentos e trinta e um reais e dois centavos) nas despesas previstas nas Ações de Governo elencadas para o ano de 2016 em conformidade com cada "fonte de recurso" demonstrados na Relação de Despesas – Planejadas, que integra a presente Lei em comparação com o PPA original, sendo que o total passa de R\$ 9.964.101,54 para R\$ 10.359.632,56.

Art. 5.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 24 DE JUNHO DE 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

**LEI MUNICIPAL 799/2015**

LEI MUNICIPAL Nº. 799/2015, DE 24 DE JUNHO DE 2015.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I****DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício de 2016, compreendendo:

- I - as prioridades e metas da administração pública municipal;
- II - a estrutura e organização dos orçamentos;
- III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;
- V - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município, e
- VII - as disposições gerais.

**CAPÍTULO II****DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 2º A elaboração e aprovação do Projeto da Lei Orçamentária Anual de 2016 e a execução da respectiva Lei deverão ser compatíveis com as metas fiscais, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante desta Lei.

Parágrafo único. Integram à Lei de Diretrizes Orçamentárias, os Anexos de Metas Fiscais e Riscos Fiscais de que trata o art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101, de 2000:

- I - Demonstrativo I - Metas Anuais;
- II - Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- III - Demonstrativo III - Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas

nos Três Exercícios Anteriores;

- IV - Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;
- V - Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- VI - Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- VII - Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;
- VIII - Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas;
- IX - Anexo I a - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receitas;
- X - Anexo II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas - Total das Despesas;
- XI - Anexo II. a Metodologias Memória de Calculo das Principais Despesas;
- XII - Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário;
- XIII - Anexo IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal;
- XIV - Anexo V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida;
- XV - Anexo VI - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;
- XVI - Anexo VII - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;

XVII - Anexo VIII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos;

XVIII - Anexo IX - Relatório sobre Projetos em Execução e Despesas com Conservação do Patrimônio Público;

XIX- Anexo X - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações; e

XX - Anexo XI - Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas.

Art. 3º As Prioridades e Metas da Administração Pública Municipal para o

exercício de 2016 são as constantes do Anexo de Prioridades e Metas desta Lei, as

quais terão precedência na alocação dos recursos e na Lei Orçamentária de 2016 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

Parágrafo único. Fica vedada a adoção pelo Poder Executivo, durante a execução orçamentária, de categorias de prioridades que não estejam contempladas nesta Lei.

**CAPÍTULO III****DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS**

Art. 4º Para efeito desta Lei entende-se por:

- I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;
- II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;
- III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um

programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV - Operação Especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

V - Subtítulo, o menor nível de categoria de programação, sendo utilizado, especialmente, para especificar a localização física da ação;

VI - Unidade Orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - Concedente, o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive os decorrentes de descentralização de créditos orçamentários;

VIII - Conveniente, o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta dos governos federal, estaduais, municipais, e as entidades privadas, com os quais a Administração Municipal pactue a transferência de recursos financeiros, inclusive quando decorrentes de descentralização de créditos orçamentários entre órgãos e entidades federais constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

IX - Descentralização de Créditos Orçamentários, a transferência de créditos

constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, no âmbito do mesmo

órgão ou entidade ou entre estes;

X - Receita Ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

XI - Execução Física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

XII - Execução Orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa,

inclusive sua inscrição em restos a pagar; e,  
XIII - Execução Financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam na forma do anexo que integra a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

§ 3º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária e na respectiva Lei por programas e respectivos projetos, atividades ou operações especiais, com indicação do produto, da unidade de medida e da meta física.

§ 4º O produto e a unidade de medida a que se refere o § 3º deverão ser os mesmos especificados para cada ação constante do Plano Plurianual 2014/2017.

§ 5º As metas físicas serão indicadas em nível de subtítulo e agregadas segundo os respectivos projetos, atividades ou operações especiais.

§ 6º As atividades com a mesma finalidade de outras já existentes deverão

observar o mesmo código, independentemente da unidade executora.

§ 7º Cada projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um programa.

§ 8º A subfunção, nível de agregação imediatamente inferior à função, deverá evidenciar cada área da atuação governamental, ainda que esta seja viabilizada com a transferência de recursos a entidades públicas e privadas.

Art. 5º Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive especiais, e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos do Tesouro Municipal.

Art. 6º Na Lei Orçamentária Anual, que apresentará conjuntamente a programação dos orçamentos fiscal e da seguridade social, em consonância com os dispositivos da Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão e da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001, a discriminação da despesa será apresentada por unidade orçamentária, detalhada por categoria da programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, o grupo de natureza de despesa, a modalidade de aplicação, o elemento de despesa, o identificador de uso, o grupo de destinação de recursos e a especificação das destinações de recursos.

§ 1º A esfera orçamentária tem por finalidade identificar se o orçamento é fiscal (F), da seguridade social (S) ou de investimento das empresas estatais (I).

§ 2º Os grupos de natureza de despesa constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminados:

- I - pessoal e encargos sociais - 1;
- II - juros e encargos da dívida - 2;
- III - outras despesas correntes - 3;
- IV - investimentos - 4;
- V - inversões financeiras - 5; e,
- VI - amortização da dívida - 6.

§ 3º A Reserva de Contingência, prevista no art. 22 desta Lei, será identificada pelo dígito "9", no que se refere ao grupo de natureza de despesa.

§ 4º Nenhuma ação poderá conter, simultaneamente, dotações destinadas a despesas financeiras e primárias.

§ 5º A modalidade de aplicação destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

I - mediante transferência financeira;

a) outras esferas de Governo, seus órgãos, fundos ou entidades; ou,

b) diretamente a entidades privadas sem fins lucrativos e outras instituições;

II - diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário, ou por outro órgão ou entidade no âmbito do mesmo nível de Governo.

§ 6º O orçamento fiscal, da seguridade social e de investimentos discriminarão a despesa, no mínimo, por elemento de despesa, conforme art. 15 da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 7º É vedada a execução orçamentária com modalidade de aplicação indefinida.

§ 8º As receitas serão escrituradas de forma que se identifique a arrecadação segundo as naturezas de receita e o identificador de uso, o grupo de destinação de recursos e a especificação das destinações de recursos.

Art. 7º O Projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará a Câmara Municipal, será composto de:

I - texto da lei;

II - quadros orçamentários consolidados, incluindo os complementos referenciados nos artigos 2º e 22, incisos III, IV e parágrafo único da Lei nº 4.320, de 1964;

III - anexo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

IV - discriminação da legislação da receita e da despesa, referente aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social; e,

V - anexo do Orçamento de Investimento a que se refere o art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição, na forma definida nesta Lei. Parágrafo único. Integrarão a consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso II deste artigo, os seguintes demonstrativos:

I - Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas, conforme o Anexo 1, da Lei nº 4.320, de 1964;

II - Receita por Categorias Econômicas, conforme o Anexo 2, da Lei nº 4.320, de 1964;

III - Natureza da Despesa por Categorias Econômicas, conforme o Anexo 2, da Lei nº 4.320, de 1964;

IV - Funções e Subfunções de Governo, conforme o Anexo 5, da Lei nº 4.320, de 1964;

V - Programa de Trabalho de Governo, conforme o Anexo 6, da Lei nº 4.320, de 1964;

VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais, conforme o Anexo 7, da Lei nº 4.320, de 1964;

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos, conforme o Anexo 8, da Lei nº 4.320, de 1964;

VIII - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções, conforme o Anexo 9, da Lei nº 4.320, de 1964;

IX - Demonstrativo da Evolução da Receita, conforme art. 22, inciso III, da Lei nº 4.320, de 1964 e art. 12, da Lei Complementar nº 101, de 2000;

X - Demonstrativo da Evolução da Despesa, conforme art. 22, inciso III, da Lei nº 4.320, de 1964;

XI - Planilha de Identificação dos Projetos. Atividades e Operações Especiais por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica. Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento;

XII - Da descrição sucinta, para cada unidade administrativa, de suas principais finalidades com a respectiva legislação;

**XIII - Demonstrativo da aplicação dos recursos na manutenção e**

desenvolvimento do ensino nos termos dos artigos 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394, de 1996;

XIV - Demonstrativo da aplicação dos recursos referentes ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB;

XV - Demonstrativo da receita corrente líquida com base no art. 2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 101, de 2000;

XVI - Demonstrativo da despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no art. 169 da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 101, de 2000; e

XVII - Demonstrativo da aplicação dos recursos reservados à Saúde de que trata a Emenda Constitucional nº 29.

Art. 8º A Mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

I- exposição circunstanciada da situação econômico-financeira, documentada com demonstração da dívida fundada e flutuante, saldos de créditos especiais, restos a pagar e outros compromissos financeiros exigíveis; e

II- justificativa da estimativa e fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e despesa.

**CAPÍTULO IV****DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES****Seção I****Das Diretrizes Gerais**

Art. 9º A estimativa da receita e a fixação da despesa, constante do projeto de lei orçamentária, serão elaboradas a preços correntes do exercício a que se refere.

Art. 10º A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa e será precedida de justificativa do cancelamento e do reforço das dotações, nos termos da Lei nº 4.320, de 1964.

Art. 11º Na programação da despesa, não poderão ser fixadas despesas, sem que estejam definidas as fontes de recursos.

Art. 12º A Lei Orçamentária somente contemplará dotação para investimentos com duração superior a um exercício financeiro se o mesmo estiver contido no Plano Plurianual ou em lei que autorize sua inclusão.

**Seção II****Do Equilíbrio Entre Receitas e Despesas**

Art. 13º A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar superávit primário necessário a garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal.

**Seção III****Do Incentivo à Participação Popular**

Art. 14º O projeto de lei orçamentária anual, relativo ao exercício de 2016, deve assegurar o controle social e a transparência na execução do orçamento;

I - o princípio do controle social implica assegurar a todo cidadão a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento;

II - o princípio de transparência implica além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 15º Será assegurada aos cidadãos a participação no processo

de elaboração e fiscalização do orçamento, através da definição das prioridades de investimentos de interesse local, mediante regular processo de consulta.

**Seção IV****Dos Critérios e Formas de Limitação de Empenho**

Art. 16º Na ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do art. 9º, e no inciso II do § 1º do art. 31, da Lei Complementar nº 101, de 2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira. § 1º O montante da limitação a ser procedida por cada Poder referido no caput deste artigo será estabelecido de forma proporcional à participação de cada um na base contingenciável.

§ 2º Excluem-se do caput deste artigo as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do município e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

§ 3º No caso de limitação de empenhos e de movimentação financeira de que trata o caput deste artigo, buscar-se-á preservar despesas abaixo hierarquizadas:

I - com pessoal e encargos patronais; e

II - com a conservação do patrimônio público, conforme prevê o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 4º Na hipótese de ocorrência do disposto no caput deste artigo o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

**Seção V****Da Inclusão de Novos Projetos e Conservação do Patrimônio Público**

Art. 17º Observadas as prioridades a que se refere o art. 3º desta Lei, a Lei Orçamentária ou seus créditos adicionais, somente incluirão novos projetos e despesas obrigatórias de duração continuada, a cargo da Administração Direta e dos Fundos Especiais, se:

I - houverem sido adequadamente atendidos todos os que estiverem em andamento;

II - estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;

III - estiverem perfeitamente definidas suas fontes de custeio; e,

IV - os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito, com objetivo de concluir etapas de uma ação municipal.

**Seção VI****Da Definição das Despesas Consideradas Irrelevantes**

Art. 18º Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 2000, entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras.

**Seção VII****Da Destinação de Recursos para Entidades Públicas e Privadas**

Art. 19º É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de quaisquer recursos do Município, para clubes, associações de servidores e de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura ou que estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

§ 1º Para habilitar-se ao recebimento de recursos referidos no caput, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar seu



Estatuto Social, sua regular inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, além de declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos emitida no exercício de 2016 e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

§ 2º As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§ 3º Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e sua execução, dependerão, ainda de:

I - publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão de auxílios, prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade; e,

II - identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio.

§ 4º A concessão de benefício de que trata o caput deste artigo deverá estar definida em lei específica.

#### Seção VIII

Da Autorização para Custeio de Despesas de Competência da União e do Estado

Art. 20º A inclusão, na lei orçamentária anual, de transferências de recursos para o custeio de despesa de outros entes da Federação somente poderá ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, atendidos os dispositivos constantes do art., 62 da Lei Complementar de nº 101, de 2000.

#### Seção IX

Das Diretrizes Específicas do Orçamento de Investimento

Art. 21º O orçamento de investimento, previsto no art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição Federal, será representado, para cada empresa em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Parágrafo único. O detalhamento das fontes de financiamento do investimento de cada entidade referida neste artigo será de forma a evidenciar os recursos:

I - gerados pela empresa;

II - oriundos de transferências do município;

III - oriundos de operações de crédito internas e externas; e,

IV - de outras origens, que não as compreendidas nos incisos anteriores.

#### Seção X

Da Destinação de Reserva de Contingência

Art. 22º A Lei Orçamentária conterá dotação para reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, no valor de até 2% (dois por cento) da receita corrente líquida prevista para o exercício de 2016, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, constantes no Anexo VII – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Provisões, previsto no artigo 2º desta Lei.

#### Seção XI

Das Normas para Controle de Custos e Avaliação de Resultado

Art. 23º O Poder Executivo realizará estudos visando a definição de sistema de controle de custos e avaliação de resultados das ações de governo.

Parágrafo único. A alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual será feita diretamente a unidade orçamentária responsável pela sua execução, de modo a evidenciar o custo das ações e propiciar a correta avaliação dos resultados.

#### CAPÍTULO V

##### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 24º A Lei Orçamentária garantirá recursos para pagamento de despesa decorrente de débitos refinanciados, inclusive com a previdência social.

Art. 25º O projeto de Lei Orçamentária Anual poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no art. 167, inciso III, da Constituição Federal.

Parágrafo único. A Lei Orçamentária Anual deverá conter demonstrativos especificando, por operação de crédito, as dotações a nível de projetos e atividades financiados por estes recursos.

Art. 26º A Lei Orçamentária Anual poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação de receita, desde que observado o disposto no art. 38, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

#### CAPÍTULO VI

##### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 27º No exercício financeiro de 2015, as despesas com pessoal dos Poderes Executivos e Legislativo observarão as disposições contidas nos art. 18, 19 e 20, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 28º Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19, da Lei Complementar nº 101, de 2000, a adoção das medidas de que tratam os §§ 3º e 4º, do art. 169, da Constituição Federal, preservará servidores das áreas de saúde, educação e assistência social.

Art. 29º Se a despesa de pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do art. 22, da Lei Complementar nº 101, de 2000, a contratação de hora extra fica restrita às necessidades emergenciais das áreas de saúde e de saneamento.

#### CAPÍTULO VII

##### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 30º A estimativa da receita que constará do projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2016 contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão de base de tributação e consequente aumento das receitas próprias.

Art. 31º A estimativa da receita citada no artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observadas a capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda, com destaque para:

I - atualização da planta genérica de valores do município;

II - revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;

III - revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;

IV - revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza;

V - revisão da legislação aplicável ao Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos e de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;

VI - instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou posto a sua disposição;

VII - revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia; e,

VIII - revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal.

§ 1º Com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico e

cultural do Município, o Poder Executivo encaminhará projetos de lei de incentivos ou benefícios de natureza tributária, cuja renúncia de receita poderá alcançar os montantes

dimensionados no Anexo de Metas Fiscais, já considerados no cálculo do resultado primário.

§ 2º A parcela de receita orçamentária prevista no caput deste artigo, que decorrer de propostas de alterações na legislação tributária, ainda em tramitação, quando do envio do projeto de Lei Orçamentária Anual à Câmara Municipal poderá ser identificada, discriminando-se as despesas cuja execução ficará condicionada à aprovação das respectivas alterações legislativas.

#### CAPÍTULO VIII

##### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 32º É vedado consignar na Lei Orçamentária Anual créditos com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

Art. 33º Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, o Poder Executivo estabelecerá, através de decreto, a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, nos termos do disposto no art. 8º, da Lei Complementar nº 101, de 2000. Parágrafo único. Caso a Lei Orçamentária Anual for promulgada e sancionada antes do dia 15 de dezembro de 2015, fica automaticamente prorrogado o prazo a que se refere o caput para o dia 15 de janeiro de 2016, a fim de possibilitar a inclusão dos saldos patrimoniais apurados no balanço geral do exercício financeiro de 2015.

Art. 34º A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição Federal, será efetivada mediante decreto do Poder Executivo, utilizando os recursos previstos no art. 43, da Lei nº 4.320, de 1964.

Art. 35º A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá de prévia autorização legislativa e da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa, nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 1964 e da Constituição Federal.

§ 1º A lei orçamentária anual conterá autorização e disporá sobre o limite para a abertura de créditos adicionais suplementares.

§ 2º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposição de motivos circunstanciados que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos.

Art. 36º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir do dia 1º de janeiro de 2016.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 24 DE JUNHO DE 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

#### PORTARIA 128/2015

PORTARIA Nº. 128/2015.

EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA MUNICIPAL SRA. JUSINEIA CATIANE BRENTANO ALVES DA SILVA, OCUPANTE DO CARGO COMISSIONADO DE ASSESSORA DE PLANEJAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, digníssimo Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso VI do artigo 68 da lei Orgânica Municipal,

##### RESOLVE:

Art. 1º - Exonera A PEDIDO da Servidora Pública, a Sra. JUSINEIA CATIANE BRENTANO ALVES DA SILVA, do cargo Comissionado de ASSESSORA DE PLANEJAMENTO, cadastrada sob matrícula nº. 497/01, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, a partir de 24/06/2015, conforme requerimento da mesma e seu deferimento.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 24 DE JUNHO DE 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e quatro de junho de dois mil e quinze.

Maicon Bruxel

Secretário Municipal de Administração e fazenda.

#### PORTARIA 129/2015

PORTARIA Nº. 129/2015.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO PARA O SERVIDOR SR. GILBERTO CYBULSKI, SENDO CONVERTIDA EM ABONO PECUNIÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, digníssimo Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso VI do artigo 68 da lei Orgânica Municipal.

##### RESOLVE:

Art. 1º - Fica Concedida Licença Prêmio a pedido do Servidor Público, o Sr. GILBERTO CYBULSKI, efetivo no cargo de Motorista, 40 (quarenta) horas semanais, cadastrado na matrícula nº. 396/01, relativo ao período de Junho de 2008/2014, sendo convertida em Abono Pecuniário o percentual de 100%, de acordo com o Art. 126, § 3º da Lei Municipal 779/2014, conforme requerimento do mesmo e seu deferimento.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 24 DE JUNHO DE 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e quatro de junho de dois mil e quinze.

Maicon Bruxel

Secretário Municipal de Administração e Fazenda.



# Timbó

## PREFEITURA

### ATA CONVOCAÇÃO ENVELOPE PROPOSTA CONCORRÊNCIA Nº 09 2015 - FCT

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE CONVOCAÇÃO PARA SESSÃO DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTA – CONCORRÊNCIA Nº. 09/2015 - FCT

Às quatorze horas, do vigésimo quarto dia, do mês de junho de dois mil e quinze, na sala do Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ-SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria 1451/2015 (alterada pela Portaria 1479/2015), sob a presidência da Sra. Pamela A. Campregher Floriano, estando presentes os membros Andrea Taise Franz e Bárbara Luiza Poffo de Azevedo, com o objetivo de dar continuidade no procedimento licitatório – Concorrência 09/2015 - FCT, que tem por objeto a concessão de uso de espaço público para a instalação e exploração de parque de diversões junto à 25ª Festa do Imigrante que acontecerá no período de 09 a 12 de outubro, no Pavilhão Municipal de Eventos "Henry Paul", disponibilizando toda a estrutura, equipamentos, utensílios e demais objetos necessários, mão de obra (inclusive para venda de tíquetes) e limpeza do local, conforme descrição constante do Anexo I do Edital.

Tendo em vista que o prazo estabelecido na Ata de Julgamento de Habilitação de 15/06/2015 transcorreu sem a interposição de recursos, a Comissão de Licitação leva ao conhecimento dos interessados que a sessão pública de abertura dos envelopes nº 02 – Proposta de Preços das empresas habilitadas, se realizará no dia 26 de junho de 2015, às 09h00 na Sala de Licitações da Prefeitura de Timbó, Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro, Timbó.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO  
Presidente

ANDREA TAISE FRANZ  
Secretária

BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO  
Membro

### AVISO LEILÃO N.º 08 2015 SAMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
AVISO DE LEILÃO Nº 08/2015 - SAMAE

OBJETO: leilão de materiais recicláveis, presentes e futuros, procedentes do processo de coleta seletiva de resíduos sólidos domiciliares por um período de 06 (seis) meses, classificados conforme Decreto nº. 3834 de 21 de maio de 2015, conforme anexos do edital. ENTREGA DOS DOCUMENTOS e ABERTURA: dia 14 de julho de 2015 as 10h00min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br).

TIMBO (SC), 24/06/2015  
WALDIR GIRARDI  
Diretor Presidente

### EXTRATO CONTRATO 2015.90 - PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2015/90

CONTRATANTE: Município de Timbó através da Secretaria Municipal de Educação

CONTRATADO: Renata Alcoforado Lacerda da Silva Me

OBJETO: Fornecimento e instalação de persianas (incluindo materiais de instalação e fixação) para a nova sede da Secretaria Municipal de Educação (antigo BESC).

VALOR ESTIMADO: R\$ 8.590,00 (oito mil quinhentos e noventa reais)

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses

Data da Assinatura: 15/06/2015

SERGI FREDERICO MENGARDA  
Secretário Municipal de Educação

### EXTRATO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO ATA DE REGISTRO - 13.2014 FMS - CIRURGICA BELA VISTA

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA REGISTRO DE PREÇOS 13/2014

CONTRATANTE: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADO: Cirúrgica Bela Vista Comércio de Produtos Hospitalares Ltda - Me.

OBJETO: Acréscimo de 375 peças ao item 09 (Agulha hopodérmica de uso único...) e acréscimo de 75 peças ao item 36 (Coletor para perfurocortante...).

DATA DA ASSINATURA: 17/06/2015.

ALFREDO JOÃO BERRI  
Secretário de Saúde

### EXTRATO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO ATA DE REGISTRO - 13.2014 FMS - METROMED

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA REGISTRO DE PREÇOS 13/2014

CONTRATANTE: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADO: Metromed Com. De Material Médico Hospitalar Ltda.

OBJETO: Acréscimo de 25 frascos ao item 03 (Água oxigenada fr. c/ 1 litro).

DATA DA ASSINATURA: 17/06/2015.

ALFREDO JOÃO BERRI  
Secretário de Saúde

**LEI Nº 2780, DE 25 DE JUNHO DE 2015**

LEI Nº 2780, DE 25 DE JUNHO DE 2015

Dispõe sobre a realização do evento comemorativo ao "Dia do Colono", que integra o Programa de Desenvolvimento Rural.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.  
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Prefeito fica autorizado a promover despesas para a realização do evento comemorativo ao "Dia do Colono", a realizar-se no próximo dia 26 de julho de 2015, no valor de até R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Parágrafo único. A organização do evento ficará sob a responsabilidade do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR, devendo apresentar prestação de contas até 30 dias após sua realização, junto à Contabilidade deste Município.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta do Orçamento-Programa 2015, conforme segue:

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

003- DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO MUNICIPAL  
2072- MANUTENÇÃO DO SETOR DE AGRICULTURA  
33000000- OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
33900000- APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 25 de junho de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

**LEI Nº 2781, DE 25 DE JUNHO DE 2015**

LEI Nº 2781, DE 25 DE JUNHO DE 2015

Autoriza a abertura de Crédito Suplementar de valores em dotações orçamentárias, no Orçamento-Programa 2015, da Administração Direta.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.  
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Prefeito fica autorizado a proceder a anulação, no valor de até R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), do saldo existente nas dotações dos seguintes Projetos/Atividade, Operações Especiais, Modalidades de Aplicação, Crédito Especial e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2015 da Administração Direta do Município de Timbó (Lei nº 2747 de 09/12/2014):

**ADMINISTRAÇÃO DIRETA**

12.02.006.182.0049.2298.	FUNDO MUNICIPAL DE EMERGENCIA DE DEFESA CIVIL DE TIMBÓ	
12.02.006.182.0049.2298.	MANUTENÇÃO DO CONVENIO BOMBEIRO MILITAR	
12.02.006.182.0049.2298.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES – CONVENIO BOMBEIRO MILITAR	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30000	RECURSOS ORDINARIOS - SUPERAVID	75.000,00
	TOTAL	75.000,00

Art. 2º O Prefeito Municipal fica autorizado a abertura de crédito suplementar, no valor de até R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), à conta da anulação prevista no artigo 1º, obedecendo a seguinte distribuição nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2015 da Administração Direta do Município de Timbó (Lei nº 2747 de 09/12/2014):

**ADMINISTRAÇÃO DIRETA**

23.04.006.181.0048.1407.	FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO E MELHORIA DA POLÍCIA MILITAR	
23.04.006.181.0048.1407.	POLÍCIA MILITAR	
23.04.006.181.0048.1407.	OBRAS E INSTALAÇÕES - FUN-REPOM	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30000	RECURSOS ORDINARIOS - SUPERAVID	75.000,00
	TOTAL	75.000,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 25 de junho de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

**RESOLUÇÃO N.º 05/2015**

RESOLUÇÃO N.º 05/2015

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE SUPLENTE DE CONSELHO TUTELAR.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal n.º 8.069/1990, na Lei Municipal n.º 1375/1992 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na Portaria n.º 334/2013 de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Convocar e nomear a conselheira suplente Ticiane Gabrielle Schutze para que substitua o conselheiro João Donizete Callegari, no período de férias (30 dias) a contar do dia 07/07/2015 à 05/08/2015.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Timbó/SC, 19 de junho de 2015.

DEISE ADRIANA NICHOLLETTI MENDES  
Secretária de Assistência Social

**LEI Nº 2779, DE 25 DE JUNHO DE 2015****LEI Nº 2779, DE 25 DE JUNHO DE 2015**

Dispõe sobre o Plano Municipal de Educação (2015-2024).

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica aprovado e instituído o Plano Municipal de Educação de Timbó, constante do Anexo Único integrante desta lei, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição Federal, no inciso I do artigo 11 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no artigo 8º da Lei Federal nº 13.005, de 25 de Junho de 2014, com duração de dez anos, para o período 2015 – 2024.

**Art. 2º** São diretrizes do PME, além de outras de observância exigível por força de Lei Federal que trate do Plano Nacional de Educação – PNE:

**I** – erradicação do analfabetismo;

**II** – universalização do atendimento escolar;

**III** – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

**IV** – melhoria da qualidade da educação;

**V** – formação para o trabalho e para a cidadania;

**VI** – promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

**VII** – promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

**VIII** – estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

**IX** – valorização dos profissionais da educação;

**X** – promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

**Art. 3º** As metas previstas no Anexo desta Lei deverão ser cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

**Art. 4º** As metas e estratégias previstas no Anexo desta Lei deverão ter como referência a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, o censo demográfico e os censos nacionais da Educação Básica e Superior mais atualizado, disponíveis na data da publicação desta Lei.

**Art. 5º** A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas, realizados pelas seguintes instâncias, sem prejuízo da informação a outros órgãos públicos oficiais de educação do Estado de Santa Catarina ou da União:

**I** – Secretaria Municipal de Educação – SEMED;

**II** – Conselho Municipal de Educação – CME.

**Parágrafo único.** Compete, ainda, às instâncias referidas no *caput*:

**I** – divulgar, a cada dois anos, os resultados das provas aplicadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, nos respectivos sítios eletrônicos institucionais.

**II** – analisar e propor ações governamentais e políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;

**III** – analisar e propor a revisão de metas já cumpridas e respectivas estratégias, com vistas à melhoria da qualidade geral da educação pública e privada.

**Art. 6º** O Município de Timbó atenderá às deliberações do Fórum Nacional de Educação, instituído no âmbito do Ministério da Educação – MEC, articulando-se com as demais instâncias governamentais para realização de Conferências Municipais de Educação, visando ao acompanhamento da execução do PME e o cumprimento de suas metas, deliberando sobre a necessidade de revisão do Anexo desta Lei, e coletando subsídios para elaboração do PME para o próximo decênio.

**Art. 7º** A consecução das metas deste PME e a implementação das estratégias deverão ser realizadas em regime de colaboração entre a União, o Estado de Santa Catarina e o Município de Timbó.

**§ 1º** Caberá aos gestores municipais a adoção das medidas governamentais necessárias ao cumprimento das metas previstas neste PME durante a sua vigência.

**§ 2º** As estratégias definidas no Anexo desta Lei não elidem a ação política dos gestores por medidas adicionais das demais esferas governamentais ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

**§ 3º** O órgão gestor do sistema municipal de ensino deverá prever mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas deste PME e dos planos nacional e estadual de educação.

**§ 4º** O fortalecimento do regime de colaboração entre os Municípios dar-se-á, inclusive, mediante a adoção de arranjos de desenvolvimento da educação, nos moldes do que dispuser a União, no PNE ou em regulamentação própria.

**Art. 8º** Para o planejamento de ações, implementação de estratégias e cumprimento das metas deste PME, o Município, através das instâncias de que trata o artigo 5º desta Lei, atuará em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas nos planos nacional e estadual de educação, garantindo:

**I** – a articulação das políticas educacionais com as demais políticas sociais, particularmente as culturais, esportivas, de inclusão e desenvolvimento social;

**II** – a observância das necessidades específicas dos migrantes e, especialmente, dos filhos de profissionais de atividades itinerantes, asseguradas a equidade educacional e a diversidade cultural;

**III** – o atendimento das necessidades específicas na educação especial, assegurado o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades.

**Art. 9º** O Município de Timbó aprovará lei específica para seu sistema de ensino, disciplinando a gestão democrática da educação pública municipal na vigência deste plano.

**Art. 10.** O plano com as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais do Município de Timbó deverão ser formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

**Art. 11.** O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, constituirá fonte básica de informação para a avaliação da qualidade da Educação Básica e para orientação das políticas públicas necessárias no âmbito do Município, que atuará em colaboração para a mensuração e desenvolvimento dos métodos avaliativos propostos, sem prejuízo do desenvolvimento de sistema avaliativo próprio.

**§ 1º** O sistema de avaliação a que se refere o *caput* produzirá, no máximo, a cada 2 (dois) anos:

**I** – indicadores de rendimento escolar, referentes ao desempenho dos estudantes apurado em exames nacionais de avaliação, com participação de pelo menos 80% (oitenta por cento) dos

alunos de cada ano escolar periodicamente avaliado em cada escola, e aos dados pertinentes apurados pelo censo escolar da Educação Básica;

**II** – indicadores de avaliação institucional, relativos a características como o perfil do aluno e do corpo dos profissionais da educação, as relações entre dimensão do corpo docente, do corpo técnico e do corpo discente, a infraestrutura das escolas, os recursos pedagógicos disponíveis e os processos da gestão, entre outros relevantes.

**§ 2º** Quanto aos indicadores mencionados no § 1º, o Município os observará, atentando para que:

**I** – a divulgação dos resultados individuais dos alunos e dos indicadores calculados para cada turma de alunos fique restrita à comunidade da respectiva unidade escolar e à gestão da rede escolar;

**II** – os resultados referentes aos demais níveis de agregação sejam tornados públicos e recebam ampla divulgação, com as necessárias informações que permitam sua correta interpretação pelos segmentos diretamente interessados e pela sociedade.

**Art. 12.** Até o final do primeiro semestre do 9º (nono) ano de vigência deste PME, o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal de Timbó, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, projeto de lei referente ao PME, a vigorar no período subsequente ao final da vigência desta Lei, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o decênio subsequente.

**Art. 13.** O Município de Timbó envidará esforços e participará amplamente das políticas públicas que visem à melhoria da qualidade da educação pública, atuando em regime de colaboração com os demais entes federados, articulando sua rede e/ou seu sistema de ensino e sistema avaliativo, e participando ativamente da instância permanente de negociação e cooperação.

**Art. 14.** As despesas decorrentes da execução da presente Lei onerarão dotações próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

**Art. 15.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 25 de junho de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC



# ANEXO ÚNICO

## PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

### TIMBÓ

### 2015 - 2024



# **PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TIMBÓ 2015-2024**

**Timbó - 2015**

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
**Prefeito Municipal**

DARCIZIO BONA  
**Vice-prefeito**

SERGI FREDERICO MENGARDA  
**Secretario Municipal de Educação**

MARCELO LUIZ FERRARI (PT)  
**Presidente da Câmara de vereadores**

DOUGLAS EMANUEL MARCHETTI (PP)  
FABRICIO DALCASTAGNÉ (PMDB)  
GUILHERME VOIGT JUNIOR (PSDB)  
JOHN ADRIANO SCHWARTZ (PSDB)  
JORGE AUGUSTO KRUEGER (PP)  
MARCELO LUIZ FERRARI (PT)  
REIMAR RADDATZ (PSD)  
RUBENS BORCHARDT (PT)  
WALDEMAR GEBAUER (PP)

**Vereadores**

**PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME/TIMBÓ****COMISSÃO PARA SISTEMATIZAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DO PME/TIMBÓ****COORDENADOR:**

Sergi Frederico Mengarda

**SECRETARIA EXECUTIVA:**

Aline Burger  
Rubia Manuelle Campregher  
Simone Nolli

**EQUIPE DE ELABORAÇÃO:**

Sueli de Oliveira Tamanini  
**Coordenadora GT Educação Infantil**

Gladis Terezinha Longo Boaventura  
**Coordenadora GT Ensino Fundamental e Educação Especial**

Alfroh Postai  
**Coordenador GT Ensino Médio**

Luci Beatriz Schlogel  
**Coordenador GT EJA**

Marcia Witthoeft Mellies  
**Coordenadora GT Formação Permanente**

Marcia da Rocha  
**Coordenadora GT Gestão e Financiamento**

Douglas Ropelato  
Edesio Marcos Slomp  
**Coordenador GT Tecnologias de Informação**

## Consultoria

Neide de Meo Aguiar Silva(FURB)  
Palmira Sevegnani (UFPR)

### I - INTRODUÇÃO: O CAMINHO PERCORRIDO

A instituição do *Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)* e do *Índice de Desenvolvimento da Educação (IDEB)* lança para a sociedade brasileira desafios importantes no que se refere à democratização do acesso, à democratização e ao aperfeiçoamento da gestão da educação e ao desenvolvimento da qualidade da educação em todas as esferas de governo.

Visando o desenvolvimento de políticas educacionais comprometidas com o alcance das metas previstas para o país, a partir dos resultados do *IDEB*, o *Ministério da Educação* estabeleceu que todas as transferências voluntárias e assistência técnica aos Municípios, Estados e Distrito Federal estão vinculadas à adesão ao PDE e à elaboração do *Plano de Ações Articuladas (PAR)*.

O município de Timbó, nos últimos anos tem avançado em suas realizações políticas com ações diversificadas para o avanço da educação municipal, tendo como principal documento norteador o diagnóstico da educação municipal, parte constituinte do PAR (Plano de Ações Articuladas) entregue para o Ministério da Educação em dezembro de 2012.

O diagnóstico do *Plano de Ações Articuladas (PAR)* foi elaborado com o propósito central de ser um documento norteador e de referência para os gestores do Município, respeitando e considerando as singularidades e complexidades que cada unidade escolar, nível e modalidade de ensino exigem. A partir do diagnóstico, o desdobramento deste em diretrizes e metas, faz do PAR um documento de gestão e avaliação permanente do sistema de ensino municipal, tornando suas metas uma realidade no município.

Cabe ressaltar, que para a formulação do *Plano de Ações Articuladas (PAR)*, foram realizados levantamentos de todas as dimensões junto aos gestores e professores das 23

unidades de Educação Infantil, sendo 13 Unidades pré-escolares e 10 Núcleos de Educação Infantil, e 6 (seis) Escolas de Ensino Fundamental.

O processo de formação permanente dos docentes e educadores desenvolvido pelo Centro de Formação da Universidade Regional de Blumenau (FURB), implantado há mais de 10 anos, captou informações valiosas a respeito das dificuldades e avanços encontradas no processo de ensino, contemplando os resultados obtidos nas avaliações nacionais e nos parâmetros comparativos de evasão, abandono e nivelamento da aprendizagem obtida nas áreas de matemática e Língua Portuguesa.

Em face da legislação vigente que prevê a elaboração de Planos Municipais de Educação, citar e em face dos programas e planos de governo constitui-se em importante e fundamental desafio para os municípios à articulação de tais planos, cujo alcance em algumas cidades chega até dez anos, e o planejamento de objetivos e ações para os quatro anos de governo.

Para lograr a realização do plano é fundamental que não se trabalhe apenas com a elaboração de um diagnóstico e a prospecção de metas. É preciso que se discuta com a sociedade princípios de política educacional para que se supere a visão de que acesso, qualidade e democracia resultam simplesmente de medidas técnicas e ações focais.

Na medida em que cada vez mais parcelas da sociedade forem capazes de pensar criticamente, inclusive sobre a produção do conhecimento, o comprometimento com a educação e com a emancipação cultural e intelectual dos vários segmentos da população poderá ser maior, a qualidade de vida e das relações sociais poderá ser maior. Da participação da sociedade no debate sobre fundamentos e concepções sobre educação, além do compromisso com metas tangíveis, dependerá a ampliação dos horizontes sobre o desenvolvimento sustentável dos municípios e do país.

Para percorrer esse caminho cabe indicar que as intenções educadoras da sociedade civil organizada, de suas instituições e dos governos podem ser lançadas além da educação formal e envolver todos os aspectos da vida dos municípios o que implicará sempre desvendar-lhe as relações sociais, econômicas, políticas e culturais.

Por essa razão, no processo de elaboração e/ou compatibilização dos planos municipais de educação, a perspectiva do Município Educador pode ser indicada como



um caminho para transformação das relações na sociedade e entre estas e seus governos. O município é o lugar onde as pessoas nascem e vivem e, por isso, experimentam e representam relações em todos os campos.

As experiências de planejamento em políticas públicas, nos vários níveis de governo, têm, via de regra, se apoiado na ideia de que para planejar é imprescindível que seja traçado um diagnóstico da situação da área visando orientar as decisões.

Nas áreas sociais, em particular, esse diagnóstico se apoia em indicadores relativos à quantidade e qualidade do atendimento. No caso da educação os indicadores mais comuns são aqueles que indicam percentuais de atendimento em cada nível de ensino, bem como de aprovação, reprovação e evasão. Nos últimos anos a sistematização dessas informações pelo INEP tem contribuído para que se transforme a cultura de gestão educacional de maneira a que o exame dos dados e o planejamento sejam relevantes para a configuração de políticas educacionais e, portanto, para a superação de ações pontuais espetaculares.

Todavia é preciso que o país caminhe no aperfeiçoamento da produção de informações, particularmente no que se refere à dimensão relativa à qualidade da educação, questão crucial para que a educação contribua efetivamente para a ampliação das liberdades das pessoas, isto é concorra para a emancipação cultural e social dos educandos. Pretende-se com isso indicar a necessidade de que outros indicadores sejam pensados e formulados, além daqueles que indicam a condição de acesso à escola ou que demonstram os índices de aprovação ou frequência.

Vale indicar também que os indicadores produzidos pelo SAEB ainda se mostram restritivos na medida em que se referem fundamentalmente ao desempenho das áreas de língua portuguesa e matemática.

Esta questão se relaciona diretamente ao papel que atribuímos à educação: se deve contribuir para a reprodução de conhecimentos nas unidades educacionais ou para sua construção e recriação visando contribuir para que os alunos aprendam a conhecer e tenham gosto por fazê-lo ao longo da vida.

Se nos orientamos pela perspectiva de que a educação contribua para a construção de conhecimentos e valores a ideia de um diagnóstico que oriente o

planejamento a cada ano parece se mostrar insuficiente. Isso porque tal processo requer que as escolas se tornem espaços de pesquisa e criação a partir de um diálogo, profícuo e sistemático com as equipes das secretarias de educação, que permita um movimento de reflexão e elaboração permanentes sobre a política educacional, especialmente no que se refere a sua dimensão pedagógica.

O desenvolvimento de um processo dessa natureza requer mais que a formulação de um diagnóstico; requerem processos permanentes de investigação que revelem as possibilidades e dificuldades dos alunos e das unidades educacionais, experiências que as estatísticas não podem apreender.

Para tanto o planejamento não pode se constituir em ação pontual ou formal, mas em referência que deve ser gerida de maneira organizada, sistemática em espaços coletivos de discussão em cada uma das instâncias de ação podendo, por isso, captar e incorporar mudanças em função da investigação e da avaliação das iniciativas que materializem a política educacional.

Melhor explicando: o diagnóstico, em uma determinada secretaria, se constitui apenas no primeiro passo do planejamento, a ele devem ser associados os resultados dos processos de investigação necessários em todos os campos de ação, em especial ao pedagógico para que se possam produzir avaliações que realimentem o desenvolvimento ou redirecionamento do planejado.

Nesse mesmo sentido ressaltamos a importância dos processos de investigação em relação aos alunos, particularmente no campo cognitivo, de sorte a que a escola possa verdadeiramente estabelecer nexos entre os conhecimentos do educando e aqueles, em todos os campos, necessários ao seu crescimento cognitivo e intelectual.

Tais nexos importam também para a constituição de referenciais éticos a partir dos quais o conhecimento possa contribuir para a humanização da sociedade, para a proteção e valorização da natureza e do patrimônio cultural construído no tempo e nos lugares.

O Plano municipal de Educação de Timbó/SC é resultado de uma construção coletiva envolvendo todos os segmentos educacionais e a sociedade como um todo, diagnosticando a realidade educacional e propondo diretrizes e metas para a educação

do município nos próximos dez(10) anos,a partir do contexto nacional, da legislação vigente e das necessidades apresentadas pela sociedade contemporânea.

O desafio é estabelecer um Plano Municipal de Educação, flexível e aberto às inovações, que possibilite a unidade na diversidade das concepções e práticas educacionais. A educação é um fenômeno político, já que traduz interesses e objetivos dos diferentes grupos sociais e econômicos, os quais são partes integrantes dessas relações.

Partindo dessa premissa, a educação pode ser utilizada para reproduzir interesses de grupos que detenham o poder econômico, político, por outro lado é capaz de promover relações sociais mais igualitárias.

A escola que queremos é a escola universal, gratuita e Acolhedora, recebendo a todos e assegurando a cada um o desenvolvimento de suas capacidades. A escola em uma sociedade democrática é aquela que possibilita às classes populares o acesso ao conhecimento sistematizado, através dele, a participação ativa no processo de decisão político-cultural, o que leva diretamente à valorização da escola pública. Dessa forma, a instituição escola deve estar a serviço da coletividade, ou seja, seu papel é a inserção social dos indivíduos como cidadãos, utilizando como instrumento a formação cultural.

Quando se tratar de linhas de ações pedagógicas, as escolas, e, principalmente, a educação que desejamos em nosso município, faz-se necessário a partir das atuais condições concretas e históricas e do comprometimento das instituições, escolas e órgãos governamentais, com anseio de todas as camadas da população, e merecedora de uma educação de qualidade, onde sejam trabalhados conteúdos significativos que favoreçam a compreensão das relações sociais, e, ao mesmo tempo, garantam o aprofundamento do saber em seus diferentes significados.

A Constituição Federal, Art. 214, determina a elaboração de Plano Nacional de Educação, ratificada no Art. 87 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394, aprovada em dezembro de 1996, o qual institui a década da Educação. Porém somente em 9 de janeiro de 2001, por meio da Lei nº 10.172, foi aprovado o primeiro Plano Nacional de Educação que vigorou até 2010. O artigo segundo desta Lei já determinava que durante a vigência do mesmo, os Estados, o Distrito Federal e os

municípios deveriam, com base, no Plano Nacional de Educação, elaborar planos correspondentes.

A Constituição determina ainda, que na organização dos sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios estabeleçam formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório. Em seu Art. 208, inciso I, determina como dever do Estado a efetivação da educação básica, sua obrigatoriedade e gratuidade a partir dos 04 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, inclusive para os que não tiveram acesso na idade própria. A LDB, em seu Art. 32, reafirma a obrigatoriedade e o princípio da gratuidade, na escola pública, estabelecendo a duração de 09 (nove) anos, para o ensino fundamental, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade.

O projeto de lei que cria o novo Plano Nacional de Educação (PNE) para vigorar de 2014 a 2024 foi enviado pelo governo federal ao Congresso em 15 de dezembro de 2010 e aprovado na forma da Lei nº 13.005 de 25 de Junho de 2014. O novo PNE apresenta dez diretrizes objetivas e 20 metas, seguidas das estratégias específicas de concretização. As metas seguem o modelo de visão sistêmica da educação estabelecido em 2007 com a criação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Tanto as metas quanto as estratégias premiam iniciativas para todos os níveis, modalidades e etapas educacionais.

O PME originou-se da Lei nº 13.005 de 25 de Junho de 2014, a qual determina que, a partir dos pressupostos, diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação, cada município construa o seu plano de educação.

Essa elaboração cumpriu a legislação e permitiu pensar e repensar a educação de Timbó e projetá-la para um futuro próximo, atendendo os anseios do município e sendo coerente com toda conjuntura social, política e cultural do município e do país.

Durante todo o processo de construção do Plano Municipal da Educação de Timbó, nosso objetivo foi ressaltar o que é preciso para que o desenvolvimento de crianças, adolescentes e adultos ocorra de modo a ampliar cada vez mais o acesso, a permanência e obtenção de uma formação instituída nas normas constitucionais, nas leis orgânicas e ordinárias municipais e estaduais e, que obtenha resultados comparáveis aos índices

mundiais que indicam uma educação pública de qualidade.

**SERGI FREDERICO MENGARDA**  
Secretario Municipal de Educação

## **II – ASPECTOS HISTÓRICOS, GEOGRÁFICOS E POPULACIONAIS.**

### ***2.1 Aspectos Históricos e Geográficos.***

Em Santa Catarina, no sul do Brasil, encontramos uma cidade que, apesar de pequena, cerca de 40 mil habitantes, é conhecida como a Pérola do Vale, por sua riqueza, beleza e qualidade de vida. Estamos falando de Timbó. Cidade com raízes na cultura europeia (germânica e italiana) localizada no Vale Europeu, onde se pode observar rios de águas limpas e encantar-se com o verde exuberante por toda a cidade.

Consta como fundador do povoado, Frederico Donner, pois foi ele que construiu a primeira habitação, em 1868. Logo em seguida, outros imigrantes chegaram à região, tais como Christian Gottfried Benz, Gustav Milchert, Júlio Vogel, Gottfried Reif, Júlio Scheidmantel e outros.

A construção das primeiras habitações foi financiada pelo Governo Imperial, e o seu construtor foi o carpinteiro Augusto Germer. Estas construções eram de pau a pique, tendo palmito como madeira.

Em 1922, o território foi elevado a distrito com a denominação de Benedito Timbó. Em 1934, o Município foi emancipado. Timbó é classificada pela ONU como a 10º melhor cidade do país para morar.

Economicamente ocupa o 14º posto de arrecadação do estado. O índice de analfabetismo é de apenas 1,9%, sendo Timbó, em nível estadual, a 3º cidade em qualidade de ensino.

A herança dos imigrantes está presente na organização, na força do trabalho, na indústria, na limpeza das ruas, no cuidado com as casas e jardins, na hospitalidade e na simpatia do povo. Apesar de a cidade ter um apego à tradição, isto não impede a adaptação aos novos tempos, promovendo o desenvolvimento tecnológico, com melhorias em todas as áreas: um perfeito equilíbrio entre o fazer artesanal e a manufatura mecanizada.

A colonização do Município de Timbó iniciou-se em meados de 1869, tendo como marco a chegada de imigrantes alemães. 12 de outubro de 1869 é a data histórica que



caracteriza a fundação do Município de Timbó, sendo considerado fundador Frederico Donner, por ter constituído moradia e primeira casa comercial. Nos anos seguintes vieram também os imigrantes italianos, cujos descendentes atualmente correspondem à metade da população. As primeiras famílias se estabeleceram na região rural e a agricultura era basicamente de subsistência.

Algumas casas comerciais iniciaram suas atividades no centro. O início foi muito difícil para estas famílias, pois as condições de vida eram precárias. Foi necessário construir tudo: as casas, os campos para a lavoura, as estradas. As comunidades viviam bastante isoladas e, para fomentar sua vida social, começaram a erguer as igrejas, as escolas, os clubes e salões de festa<sup>1</sup>.

Sua altitude máxima é de 758m, no topo do Morro Azul, um contraforte da Serra do Mar. O município está a 70m de altitude do nível do mar e possui uma área de 161 km<sup>2</sup>.

O clima é temperado, variando entre 40°C a máxima, podendo a mínima chegar a 3°C negativos. As precipitações pluviométricas, variam de 1.400mm a 2.000mm.

Sua contornação se dá por serras formadas em partes pelos contrafortes da Serra do Mar. Não há propriamente planícies, mas sim, terras planas. Timbó, a Pérola do Vale, possuem as seguintes coordenadas geográficas: 26.49'32" de latitude sul e 49.10'18" de longitude W.Gr.

## ***2.2. Símbolos municipais***

### ***A Bandeira***

---

<sup>1</sup> Para obter informações complementares acesse a página da Fundação Cultural de Timbó. Disponível em: <http://www.culturatimbo.com.br/paginas.php?pag=000006&prod=000006>



***O Brasão***



***O Hino do município de Timbó***

Verde vale cercado de montes,  
és um mimo da mãe natureza .  
O teu solo, as tuas flores e fontes,  
És Timbó, explosão de beleza.

Contemplemos o vulto sagrado  
Dos pioneiros de sacra memória.  
Prometamos honrar o passado,  
Tradição de labor e de glória.

Os teus filhos valentes e bravos,  
pela ciência e trabalho constante,  
Com amor, prometeram, ousados,  
Fazer deste rincão, um gigante.

Nosso chão, nosso berço gentil,  
todo feito com arte e primor,  
É das terras do sul do Brasil,  
Relicário de fino labor.

A bandeira pejada de glória,  
desfraldar com ardor, a sorrir  
E entoar a canção da vitória,  
Na esperança de um grande porvir!

*Letra por Gelindo Sebastião Buzzi  
Melodia por Telmo Elias Locatelli*

### **2.3. População, Saúde e Renda.**

No decorrer desta seção, são apresentados dados populacionais de Timbó, como a evolução populacional, taxa média de crescimento, população economicamente ativa, densidade demográfica e sua distribuição segundo gênero, localização e faixa etária.

Considerando os dados disponibilizados pelo IBGE a população de Timbó apresentou em 2010 um crescimento de 25,26% desde o Censo Demográfico realizado em 2000. O comparativo dos dados dos Censos Demográficos do IBGE demonstrou que Timbó apresentou, entre 2000 e 2010, uma taxa média de crescimento populacional da ordem de 2,53% ao ano. No mesmo período o crescimento populacional de Santa Catarina somente foi de 1,66 % e do Brasil foi de 1,23 %. Isso demonstra que Timbó é um dos municípios do médio vale que, em termos de crescimento populacional, está bem acima da média nacional.

A distribuição populacional por gênero, segundo dados do IBGE extraídos do Censo Populacional 2010, apontou que, no município, os homens representavam 49,61% da população e as mulheres, 50,39%.

Considerando a concentração populacional em 2010, constata-se que 93,3% da população viviam na zona urbana e, somente 6,7% na zona rural.

A estrutura etária de uma população, habitualmente, é dividida em três faixas: os jovens, que compreendem do nascimento até 19 anos; os adultos, dos 20 anos até 59

anos; e os idosos, dos 60 anos em diante. Segundo esta organização, no município, em 2010, os jovens representavam 27,3% da população, os adultos 61,2% e os idosos 11,4%.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), é uma medida resumida do progresso em longo prazo, em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde.

A avaliação do desempenho municipal em relação aos aspectos ligados à saúde esta associada ao acompanhamento de indicadores demográficos, natalidade e mortalidade, bem como ao mapeamento dos recursos físicos e humanos disponíveis na área da saúde. A taxa bruta de natalidade é o número de crianças que nasce anualmente para cada mil habitantes, em uma determinada área. Em 2011, a taxa bruta de natalidade de Timbó era de 12,7 nascidos por mil habitantes, apresentando um acréscimo de 4,41% entre 2007 e 2010. A Taxa de Mortalidade Infantil é utilizada como um indicador para medir o desenvolvimento humano também no município de Timbó e tem se mantido relativamente próxima à mortalidade média do estado, tem como base de dados o SIM (Sistema de Informações sobre mortalidade do Ministério da Saúde). Compreende o número de óbitos de menores de um ano de idade, expresso por mil nascidos vivos, fornecido pelo SINASC.

Em 2010, a taxa bruta de mortalidade infantil de Timbó era de 11,7% por mil nascidos vivos, em Santa Catarina era de 11,2% mortos por mil nascidos vivos. Tanto no município de Timbó, bem como em Santa Catarina a taxa de mortalidade infantil era 30% menor do que no Brasil. Disponível em: <<http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>>. Acesso: 15 mar. 2015.

Os dados censitários, nos últimos anos, demonstram que Timbó teve acrescido à sua população um número expressivo de habitantes, conforme apresentado acima e, desses, um número significativo de imigrantes, vindos de outras cidades do Brasil, exigindo políticas públicas, voltadas às necessidades oriundas desta constatação. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2014 a população da cidade deveria chegar a 40.515 habitantes. Disponível em: <

[ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas\\_de\\_Populacao/Estimativas\\_2014/estimativas\\_2014\\_TCU.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2014/estimativas_2014_TCU.pdf)>. Acesso em:  
30 abr. 2015.

### III - DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, METAS E ESTRATÉGIAS:

#### 3.1 QUANTO AS MATRÍCULAS

Timbó, além de ser polo de muitas indústrias, é o município que apresenta os melhores índices de desenvolvimento humano entre as cidades do médio vale do Itajaí, incluindo índices que aponta elevada qualidade no desenvolvimento educacional.

Na educação o município de Timbó estabelece um novo paradigma para os planos de educação, a partir do momento em que, além dos investimentos realizados nos últimos anos nas estruturas das escolas e construção de novas instituições de ensino, na valorização dos profissionais da educação, através de uma constante parceria com o Governo Federal na implementação de todos os programas que buscam a melhoria constante de todas as dimensões que são contempladas no campo educacional.

A educação do município de Timbó compreende um total de 43 unidades de ensino da Educação Básica, do universo de Santa Catarina de 6.197 e do Brasil de 190.706 instituições de ensino.

**Tabela 1 – Estabelecimentos de Ensino por Dependência Administrativa**

Ano	Estabelecimentos Total	Rede Pública Total	Rede	Publica Municipal
			Privada	
2010	42	36	6	28
2011	43	37	6	29
2012	43	37	6	29
2013	43	37	6	29

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela educação

Os dados relativos a década compreendida entre 2003 e 2012, demonstram um crescimento em torno no número de matrículas na rede municipal de ensino. Em 2003 o município tinha 3.311 alunos matriculados. Quando comparado a matrícula de 2013, podemos contatar um acréscimo de mais de 20%.



Em 2013, Timbó apresentava 8.420 alunos matriculados (não inclusos os alunos do ensino superior), sendo este número resultado do Censo divulgado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INEP), conforme tabela abaixo:

**Tabela 2 – Matrículas por Dependência Administrativa**

Ano	Matriculas Total	Pública Estadual	Pública Municipal	Privado
2008	8024	3680	3718	626
2009	7675	3378	3773	524
2010	7832	3458	3843	531
2011	8143	3689	3947	507
2012	8564	3956	4063	545
2013	8420	3726	4138	556

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), Sistema de Estatísticas Educacionais (Edudata), Censo Escolar e Secretaria de Educação de Santa Catarina, 2012.

Na tabela anterior podemos observar que quando tratadas as matriculas na sua totalidade, a rede pública, estadual e municipal, respondem por mais de 94% do número de matriculados no município.

Em relação à evolução do número de alunos matriculados em Timbó, conforme dados da tabela acima, houve aumento de mais 5 % considerando o período compreendido entre 2003 e 2013.

A construção do Plano Municipal de Educação teve como ponto de partida a elaboração de um amplo diagnóstico acerca da realidade do Município. Os resultados deste diagnóstico estabelecerão a base para a discussão das estratégias para cada meta do PNE, bem como para a definição dos objetivos a serem atingidos e das consequentes metas e ações a serem propostas no campo da política educacional.

Como referência para este diagnóstico utilizou-se diversas publicações de estatísticas tanto do país como do município, tendo como principal instrumento as informações disponibilizadas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e

pelo INEP (Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais).

### **3.2 QUANTO AOS NÍVEIS DE ENSINO**

#### **a) EDUCAÇÃO INFANTIL**

A Educação Infantil está entre as prioridades do MEC, devido a importância desse período para o desenvolvimento da pessoa em todas as suas dimensões: cognitiva, afetiva, corporal e social, tendo em vista sua autonomia. Nessa fase, desenvolvem-se a capacidade da relação com o outro, a identidade, atitude de tolerância, o respeito à diversidade. Na vida das crianças essa é uma fase essencial para o acesso ao conhecimento.

Com a aprovação da Lei 11.274/2006, o ingresso obrigatório no ensino fundamental passou a ser aos 6 anos e, portanto, com duração de 9 anos. A educação infantil passou a compreender a faixa etária de 0 a 5 anos.

Nos anos de 1990 a educação infantil no Brasil passa a ser considerada a primeira etapa de escolarização, muito embora sua frequência não seja obrigatória. Pesquisas têm apontado para a grande importância dessa etapa da educação no sucesso escolar futuro da criança, especialmente das classes menos abastadas.

O artigo 211 da Constituição Federal, parágrafo segundo, dispõe sobre a responsabilidade dos municípios sobre a atuação prioritária na educação infantil fundamental e na educação fundamental. Preceitua ainda, em seu artigo 212, que a União aplicará anualmente, nunca menos que 18% e Estados, Municípios e Distrito Federal, nunca menos de 25% de suas receitas resultantes de impostos em educação. É desse montante que é constituída a fonte de financiamento da educação infantil e de outras modalidades da educação.

No que diz respeito à legislação brasileira, muitas foram as conquistas da Educação Infantil, considerando a criança como sujeito de direitos. A Constituição Federal de 1988 reconheceu a educação de crianças de zero a seis anos e será oferecido em

creches, para crianças de zero a três anos de idade, e em pré-escolas, para crianças de quatro a seis anos de idade, que anteriormente era tido como assistencial, como direito do cidadão e dever do Estado e inclui a Creche no capítulo da Educação, ressaltando seu caráter educativo. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/1990), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/1996), o Plano Nacional de Educação (PNE/2001) e o estabelecimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil pelo Conselho Nacional de Educação (CNE/1988) reafirmam o princípio da Educação Infantil como direito.

Com a determinação da LDB todas as Creches e as pré-escolas existentes devem ser integradas ao sistema de ensino e, no município de Timbó todos os Núcleos de Educação Infantil e Centros de Educação Infantil estão credenciados a Secretaria Estadual de Educação de Santa Catarina.

A lei determina também, que todos os profissionais que atuam na Educação Infantil sejam habilitados na área. Na rede municipal de Timbó todos os profissionais da Educação Infantil além de possuírem habilitação na área específica de sua atuação, a grande maioria já possui pós-graduação *latu sensu* na área da educação.

Concretizar as ações determinadas pela LDB, integrar as Creches aos sistemas educacionais e habilitar professores, é uma forma de qualificar a Educação Infantil.

Quanto trata-se da universalização do acesso à Educação Infantil, os dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística quanto a distribuição relativa da faixa etária, Timbó tinha em 2010 um percentual de 7,48% da população que pertencia a faixa etária de 0 a 4 anos.

Na tabela abaixo pode-se observar que progressivamente a matrícula na Educação Infantil da Rede Municipal apresenta um aumento expressivo, ultrapassando 16% entre 2010 e 2013.

**Tabela 3 – Matrículas Educação Infantil na Rede Pública Municipal**

	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
<b>Creches</b>	768	900	1021	1085

<b>Pré-escolas</b>	<b>805</b>	<b>788</b>	<b>736</b>	<b>738</b>
<b>Total</b>	<b>1573</b>	<b>1688</b>	<b>1757</b>	<b>1823</b>

Fonte: Inep/Mec

Quanto considerada a matrícula disponibilizada pelo Censo da Educação Básica relativa ao ano de 2013 temos um total de 1.085 crianças de 0 a 3 anos matriculados nas Creches e 738 crianças de 4 e 5 anos matriculados nas pré-escolar da rede pública municipal.

Na rede particular, em 2013, estavam matriculados 93 alunos nas creches e 96 alunos nas pré-escolas.

Esses dados por sua vez, quando comparados ao percentual da população por faixa etária divulgados pelo IBGE, comprovam que na faixa etária de 0 a 3 anos Timbó já cumpriu em 2013 a meta estabelecida pelo PNE 2014-2023 de atendimento de no mínimo 60% da população nessa faixa etária.

Quanto a população com idade entre 4 e 5 anos que deve ser atendida pelas pré-escolas na sua totalidade até 2023, Timbó já atende 100% da população nessa faixa etária.

Mesmo com o aumento da expansão de atendimento a essa clientela no município, há que se considerar que em razão do aumento do numero de mães que trabalham e não possuem condições de pagar funcionário para cuidar de seus filhos ou de efetuar matrícula em uma escola particular, será necessário que aumente o numero de vagas públicas para realizar esse atendimento.

Novas vagas devem ser abertas por meio da ampliação das instituições já existentes ou por meio da construção de novas instituições públicas na esfera municipal, envolvendo além da Secretaria de Educação, o conjunto de secretarias do poder público municipal e demais órgãos ligados à saúde, justiça, trabalho, entre outros, em cooperação com o Estado e a União através de aportes técnicos e financeiros. Além disso, a SEMED deve desenvolver suas ações em parceria com a família e a comunidade, articulando de forma coerente a demanda às condições de oferta de educação infantil no município.

**b) ENSINO FUNDAMENTAL**

Partindo da exigência legal, que diz que “o Ensino Fundamental é obrigatório e gratuito inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria”. - CF de 98, Capítulo III, Seção I , Art. 208, acredita-se que não basta o ensino ser obrigatório e gratuito, mas é preciso construir condições para que a criança tenha permanência e sucesso nessa etapa de ensino.

É preciso que o aluno adquira nesta etapa do ensino os domínios necessários à leitura, escrita, cálculos, conhecimentos e vivência de aspectos que envolvem a cidadania, adequando o currículo, a organização escolar, os calendários e os programas específicos para atrair, garantir a permanência e melhorar a qualidade do ensino aprendizagem.

É preciso respeitar o tempo de desenvolvimento do educando, com estratégias que auxiliem a criança a alfabetizar-se na idade certa, bem como, implantar e aperfeiçoar o processo de avaliação contínua e qualitativa, organizar as turmas por idade, reduzir a repetência e evasão. O espaço escolar deve ser transformado num espaço educativo, prazeroso, de pesquisas, conhecimento e socialização.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 no Capítulo III - Da Educação, da Cultura e do Desporto na Seção I - Da Educação diz no Art. 208 que é dever do Estado oferecer educação mediante a garantia de acesso ao ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria; atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando; atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

No Caderno de Orientações Gerais para o Ensino de 9 anos, elaborado pelo Ministério da Educação e publicado em julho de 2004, ressalta que o Ensino Fundamental de nove anos é um movimento mundial e, que muitos países da América do Sul já o adotam. Para o MEC, o objetivo de um maior número de anos de ensino obrigatório é

pensado para assegurar a todas as crianças um tempo mais longo de convívio escolar, maiores oportunidades de aprender e, com isso, uma aprendizagem mais ampla. (MEC, 2004)

Em se tratando da organização da estrutura do Ensino Fundamental de nove anos e a faixa etária das crianças, observa-se que o parecer nº. 06, de 08/06/2005 do CNE reexaminou a matéria visando o estabelecimento de normas nacionais para a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos de duração, indicando, além das questões acima mencionadas, que: “O(s) programa(s)/projeto(s) adotado(s) pelo órgão executivo do sistema, deverá(ão) ser regulamentado(s), necessariamente, pelo órgão normativo do sistema. As Secretarias de Educação e os Conselhos de Educação terão de se articular para a indispensável validação de sua(s) escolha(s)”.

A Resolução n. 03, de 03 de agosto de 2005, definiu as etapas, as idades e a nomenclatura do Ensino Fundamental de nove anos, com as seguintes normas nacionais:





Fonte: (<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf>)

Nesse sentido o município de Timbó vem atuando de modo estratégico, adequando a infraestrutura das escolas e mantendo um programa de formação permanente dos professores para que possam acolher com estratégias pedagógicas adequadas as crianças de 6 anos que ingressam no Ensino Fundamental.

Quando analisados as matrículas dos anos iniciais do Ensino Fundamental nas escolas públicas de Timbó, é possível observar uma elevação de 14% no crescimento das matrículas nos anos iniciais nos últimos quatro anos. Isso demonstra que a implantação do Ensino Fundamental de 9 anos tem impacto sobre as matrículas na sua totalidade.

**Tabela 4 – Matrículas Educação Infantil na Rede Pública Municipal**

	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
<b>Anos Iniciais</b>	1149	1252	1278	1306
<b>Anos Finais</b>	1091	984	988	992
<b>Total</b>	<b>2240</b>	<b>2236</b>	<b>2266</b>	<b>2298</b>

Fonte: Inep/Mec

Na tabela abaixo, pode-se observar que em relação as matrículas nos anos finais do Ensino Fundamental nas escolas da rede pública estadual constata-se um decréscimo de mais de 25% no período compreendido entre 2010 e 2013.

**Tabela 5 – Matrículas Educação Infantil na Rede Pública Estadual**

	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
<b>Anos Iniciais</b>	928	1194	1047	1050
<b>Anos Finais</b>	1181	877	907	823
<b>Total</b>	<b>2109</b>	<b>2071</b>	<b>1954</b>	<b>1873</b>

Fonte: Inep/Mec

Quanto somados as matrículas nos anos iniciais e finais do ensino fundamental na rede privada, tem-se um total de 141 alunos matriculados nas escolas particulares de Timbó.

No município de Timbó, os dados disponibilizados anteriormente apontam que a universalização está plenamente atendida. Porém, além da universalização, é de suma importância, considerar a qualidade do processo educativo como uma ferramenta de mudança social.

Se antes o objetivo era eliminar preliminarmente os alunos considerados inaptos para a escolarização, especialmente nas séries iniciais do ensino fundamental, hoje, o enfoque avaliativo possui objetivos que propõem a medir e escalonar os resultados da aprendizagem escolar visando mensurar a qualidade do ensino oferecido pelas instituições.

Para melhorar a radiografia do ensino público brasileiro por unidade escolar, o Instituto Brasileiro de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) aperfeiçoou o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), criado em 1990, incluindo a Prova Brasil, criada em 2005. A Prova Brasil e o SAEB são avaliações para diagnóstico em larga escala, desenvolvidos pelo INEP/MEC. Tem o objetivo de avaliar a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro a partir de testes padronizados e questionários socioeconômicos.

O desafio atual do ensino fundamental não se situa mais em termos de acesso à escola e sim na oferta de um ensino que atenda a padrões mínimos de qualidade. Dessa forma, o principal objetivo da educação passa a ser a promoção da permanência e da aprendizagem dos alunos, ou seja, assegurar-lhes as condições de sucesso escolar.

A partir da implantação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) novos rumos começam a ser traçados, em nível de política educacional, para se tentar alcançar níveis de qualidade de ensino mais elevados. O fato é que o próprio Decreto nº. 6.094/2007, que regulamenta o “Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação”, que integra o PDE, estabelece em seus artigos:

Art. 1o O Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (Compromisso) é a conjugação dos esforços da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, atuando em regime de colaboração, das famílias e da comunidade, em

proveito da melhoria da qualidade da educação básica.

Art. 2º A participação da União no Compromisso será pautada pela realização direta, quando couber, ou, nos demais casos, pelo incentivo e apoio à implementação, por Municípios, Distrito Federal, Estados e respectivos sistemas de ensino, das seguintes diretrizes:

[...] XIX - divulgar na escola e na comunidade os dados relativos à área da educação, com ênfase no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

- IDEB, referido no art. 3º;

Assim, a questão central passou a ser não apenas detectar onde está o problema, mas intervir técnica e financeiramente para saná-lo. Desse modo foi desenvolvido o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), que avalia os sistemas de ensino dos estados e municípios, bem como possibilita uma compreensão da qualidade do ensino oferecido em cada escola.

O IDEB é calculado a partir de dois componentes: taxa de rendimento escolar (aprovação) e a média de desempenho nos exames padronizados aplicados pelo INEP. Este índice permite traçar metas de qualidade educacional.

O IDEB foi criado em 2007 pelo INEP e resulta da combinação de dois fatores que interferem na qualidade da educação: a) indicadores de fluxo (taxas de aprovação, reprovação e evasão), medidos pelo Censo Escolar, e b) indicadores de desempenho em exames padronizados como o SAEB e Prova Brasil, realizados a cada dois anos ao final de determinada etapa da educação básica (4ª e 8ª séries do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio)<sup>2</sup>. O quadro abaixo apresenta o IDEB projetado para os anos iniciais e finais do ensino fundamental e para o ensino médio até o ano de 2021.

---

<sup>2</sup> As médias de desempenho utilizadas são as da Prova Brasil (para Idebs de escolas e municípios) e do Saeb (no caso dos Idebs dos estados e nacional). A Prova Brasil é realizada por todos os alunos da etapa avaliada, enquanto o Saeb é realizado por amostragem.

**ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO  
DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)  
ANO A ANO (2009-2021)**

<b>IDEB</b>	<b>2009</b>	<b>2011</b>	<b>2013</b>	<b>2015</b>	<b>2017</b>	<b>2019</b>	<b>2021</b>
<b>Anos iniciais do ensino fundamental</b>	4,6	4,6	4,9	5,2	5,5	5,7	6,0
<b>Anos finais do ensino fundamental</b>	4,0	3,9	4,4	4,7	5,0	5,2	5,5
<b>Ensino médio</b>	3,6	3,7	3,9	4,3	4,7	5,0	5,2

Fonte: Inep

**Tabela 6 – Timbó - IDEB Anos Iniciais**

	<b>2007</b>	<b>2009</b>	<b>2011</b>	<b>2013</b>
<b>Rede Municipal</b>	5,3	5,8	6,7	6,8
<b>Rede Estadual</b>	5,1	5,4	6,4	6,5
<b>Média</b>	<b>5,1</b>	<b>5,6</b>	<b>6,5</b>	<b>6,7</b>

Fonte: Inep/Mec

O Ideb 2013 nos anos iniciais da rede pública atingiu a meta, cresceu e alcançou 6,0, superando a meta estabelecida para o ano de 2021. Com Ideb 6,7, a rede pública municipal de Timbó atingiu a pontuação considerada referência em educação para países desenvolvidos.

Com esses resultados Timbó também ocupa o primeiro lugar no ranking dos municípios com melhores resultados em Língua Portuguesa e Matemática dentre todos os municípios do seu entorno: Indaial, Pomerode, Rio dos Cedros e Benedito Novo.

**Tabela 7 – Timbó - IDEB Anos Finais**

	<b>2007</b>	<b>2009</b>	<b>2011</b>	<b>2013</b>
--	-------------	-------------	-------------	-------------

<b>Rede Municipal</b>	<b>4,9</b>	<b>5,3</b>	<b>5,6</b>	<b>5,7</b>
<b>Rede Estadual</b>	<b>4,6</b>	<b>4,8</b>	<b>5,2</b>	<b>5,0</b>
<b>Média</b>	<b>4,7</b>	<b>5,0</b>	<b>5,3</b>	<b>5,4</b>

Fonte: Inep/Mec

Como nos mostra a tabela acima o Ideb 2013 nos anos finais da rede pública de Timbó atingiu a meta prevista para 2013 e cresceu, mas não alcançou 6,0, meta máxima prevista para 2021.

Portanto, temos que assumir que para atingir essa meta haverá de acontecer um trabalho conjunto entre a gestão educacional e o processo pedagógico, considerando que o processo educativo é um processo libertador, tornando-se imprescindível qualidade e estratégias de ensino que propicie aos educandos um caminho para o exercício da sua autonomia, pensando por si próprios e realizando livremente as escolhas que julguem mais adequadas às suas vidas e necessidades individuais e sociais.

### c) **ENSINO MÉDIO**

O Ensino Médio é uma etapa na formação do indivíduo que tem a ver com o desenvolvimento econômico e social do município. Este nível de ensino é da responsabilidade do Estado, porém, o Plano Municipal de Educação tem que acolher a atuação do Estado e articulá-la com os demais níveis de ensino e com as forças ativas do desenvolvimento do Município.

É constatado dentre a população de Timbó, que muitos alunos terminam o curso médio e não têm condições de prosseguirem seus estudos por motivos financeiros ou por decidirem que querem adentrar uma vida adulta, assumindo responsabilidades advindas do mundo do trabalho. Essa decisão, por vezes, não decorre da necessidade de ajudar a família a completar o orçamento doméstico, mas, em alguns casos, motivada pela vontade de conquistar independência financeira. Isto também tem motivação nos diversos postos de trabalho disponíveis que não exigem uma formação específica, nem tão pouco, os conhecimentos que compõem o processo formativo do Ensino Médio.

Além disso, é verificada uma pequena distorção idade-série no Ensino Médio. Esta ocorrência é resultado das taxas de repetência e evasão no Ensino Fundamental, os jovens chegam ao Ensino Médio com a idade defasada e, também, há um número significativo de adultos que estão voltando para a Escola depois de vários anos que concluíram o Ensino Fundamental. Há casos também de o aluno desistir do Ensino Médio por não dar conta de acompanhar a série que está matriculado em decorrência da pouca base que traz do Ensino Fundamental.

A Constituição Federal de 1988 no que se refere ao Ensino Médio determina:

Art. 208 - O dever do Estado com a educação será efetivado mediante garantia de:

II – Progressiva universalização do Ensino Médio gratuito.

Art. 211 – A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§ 3º - Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no Ensino Fundamental e Médio.

A Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, na seção IV, que trata do Ensino Médio tem a seguinte redação:

Art. 35 - O Ensino Médio, etapa final da Educação Básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidade:

I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV – a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Art. 36 - O currículo do Ensino Médio observará o disposto na Seção I deste Capítulo e as seguintes diretrizes:

I – destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da



ciência, das letras e das artes, o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura, a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania;

II – adotará metodologias de ensino e de avaliação que estimulem a iniciativa dos estudantes;

III – será incluída uma língua estrangeira moderna, como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das disponibilidades da instituição;

§ 1º - Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação serão organizados de tal forma que no final do Ensino Médio o educando demonstre:

I – domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna; conhecimento das formas contemporâneas de linguagem;

II – domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da cidadania.

§ 2º O Ensino Médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas.

§ 3º Os cursos do Ensino Médio terão equivalência legal e habilitarão ao prosseguimento de estudos.

§ 4º A preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional, poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de Ensino Médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional.

Atendendo plenamente o disposto na legislação, Timbó não se difere dos demais municípios do estado de Santa Catarina, visto que o atendimento do Ensino Médio é realizado pelas escolas públicas estaduais e pela rede privada de Ensino, conforme tabela abaixo:

**Tabela 8 – Matrículas Ensino Médio no Município de Timbó.**

	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
<b>Rede Estadual</b>	1199	1246	1228	1251

<b>Rede Privada</b>	140	149	168	168
<b>Total</b>	<b>1339</b>	<b>1395</b>	<b>1396</b>	<b>1419</b>

Fonte: Inep/Mec

Um dos principais dilemas da educação contemporânea é aquele que gira em torno da permanência dos alunos do ensino médio nos bancos escolares. A escola para esses adolescentes parece enfadonha, quando comparada aos inúmeros estímulos que a sociedade lhes apresenta nos demais cenários da vida midiática.

No entanto, tudo isso (experiências, relações, conhecimentos) que lhes parece fora de propósito nessa fase só irá adquirir sentido ao longo do tempo. Muitas vezes acaba por não ser percebido pelo indivíduo, por diversos motivos, entre eles o abandono da escola.

Para melhorar esse cenário, o governo federal aposta, desde 2004, em propostas que apontam para uma proposta curricular mais flexível. Uma das principais medidas adotadas foi a possibilidade de integrar o ensino regular à educação profissional, sacramentada pelo decreto 5.154/04.

Dessa maneira, instituições privadas e públicas podem oferecer as aulas regulares em um turno e podem oferecer cursos que preparem para o mercado de trabalho em outro, sob uma mesma matrícula. Porém, a consolidação dessas iniciativas depende da disposição dos Estados e das condições financeiras, estruturais e de recursos humanos capacitados para colocar o projeto em prática. As notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) também são evidência do tamanho da disparidade da qualidade do ensino difundido nos quatro cantos desse imenso país. Das 100 escolas mais bem colocadas em 2013, 93 são da rede privada, seis são federais e uma é estadual. Em Santa Catarina, das 20 melhores escolas no Enem 2013, os 20 melhores estabelecimentos de ensino são da rede privada. No município de Timbó duas escolas, uma da rede pública estadual e uma da rede privada de ensino participaram das provas do Enem em 2013.

### **3.3 QUANTO AS MODALIDADES DE ENSINO:**

#### **a) EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

A Constituição Federal prevê, no artigo 208, o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - Ensino Fundamental obrigatório e gratuito inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria.

A Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, na seção V que trata da Educação de Jovens e Adultos determina:

Art. 37 - A Educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Art. 38 - Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

- I. no nível de conclusão do Ensino Fundamental, para os maiores de quinze anos;
- II. no nível de conclusão do Ensino Médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.

Levantamentos realizados por meio das informações do Censo Demográfico e Censo Escolar apontam para cerca de inúmeras pessoas com algum tipo de deficiência na modalidade EJA, a grande maioria nas turmas de alfabetização e pós-alfabetização, levando a uma permanência sistemática nos bancos escolares. Conforme o perfil, a maior parte dos considerados analfabetos e sem o ensino fundamental completo, numa população acima de 15 anos de idade, perfaz 2,60 % do total da comunidade timboense.

Conforme o Art. 11, do Decreto nº 6.093, de 24 de abril de 2007, que dispõe sobre

a reorganização do Programa Brasil Alfabetizado, visando a universalização da alfabetização de jovens e adultos de 15 anos ou mais, os municípios que atingirem mais de noventa e seis por cento de alfabetização passam a ser considerados territórios aptos a receberem o *Selo de Município Livre do Analfabetismo*.

O município de Timbó ocupa a 13ª posição entre os 64 municípios que tem mais de 96% da população adulta alfabetizada. Na tabela abaixo apresentamos os municípios brasileiros que possuem o *Selo de Município Livre do Analfabetismo*.

**Tabela 9 – Municípios com Selo de Município Livre do Analfabetismo**

Sequência	UF	Município	Taxa de analfabetismo de jovens e adultos (%)
1	SC	São João do Oeste	0,91
2	RS	Morro Reuter	1,60
3	RS	Harmonia	1,79
4	SC	Pomerode	1,87
5	RS	Bom Princípio	1,92
6	RS	São Vendelino	1,94
7	RS	Feliz	1,94
8	RS	Lagoa dos Três Cantos	1,95
9	RS	Salvador das Missões	2,23
10	RS	Ivoti	2,29
11	PR	Quatro Pontes	2,43
12	RS	Vale Real	2,54
13	SC	Timbó	2,60
14	RS	Dois Irmãos	2,64

Fonte: Censo Demográfico 2000/IBGE.

Atualmente o município de Timbó oferta o EJA na rede pública e rede privada. O município de Timbó tem atualmente 677 estudantes matriculados na Educação de Jovens e Adultos. Desse total, 619 alunos estão matriculados na rede pública.

## **b) EDUCAÇÃO ESPECIAL**

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece:

“Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a cinco anos, durante a educação infantil.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Art. 60. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público.

Parágrafo único. “O Poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo”.

A Constituição Federal estabelece o direito das pessoas com necessidades especiais receberem educação preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208, III).

Em documento mais recente (Nota Técnica SEESP/GAB n.11/2010), verifica-se que os alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) têm direito à educação realizada em classes comuns e ao atendimento educacional especializado (AEE) complementar ou suplementar à escolarização, que deve ser realizado preferencialmente em Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) na escola onde estejam matriculados, em outra escola, ou em centros de atendimento educacional especializado, ressaltando-se que o AEE não possui caráter substitutivo à classe regular de ensino (BRASIL, 2010)<sup>3</sup>.

A diretriz atual é a plena integração dessas pessoas em todas as áreas da sociedade. Trata-se, portanto, de duas questões – o direito à educação, comum a todas as pessoas, e o direito de receber essa educação sempre que possível junto com as demais pessoas nas escolas regulares.

A Organização Mundial da Saúde estima que em torno de 10% da população têm necessidades especiais: visuais, auditivas, físicas, mentais, múltiplas, distúrbios de conduta e superdotação. No Brasil seriam 15 milhões.

Quanto à qualificação dos profissionais do magistério para a educação especial, A formação de professores é um aspecto que merece ênfase quando se aborda a

---

<sup>3</sup> BRASIL. Ministério da Educação. **Nota Técnica SEESP/GAB n. 11/2010** de 7 de maio de 2010. Apresenta orientações para a institucionalização da Oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) em Salas de Recursos Multifuncionais, implantadas nas escolas regulares. Brasília, 2010.



inclusão. A legislação brasileira prevê que todos os cursos de formação de professores, do magistério à licenciatura, devem capacitá-los para receber, em suas salas de aula, alunos com e sem necessidades educacionais especiais.

As escolas da rede pública municipal disponibilizam as Salas de Recursos Multifuncionais e contam com o trabalho de professores com formação específica ou complementar para atuar junto aos professores regentes. Desse modo, a acolhida e a integração dos alunos com necessidades educacionais especiais encontram-se em processo de aperfeiçoamento por meio da incorporação de novos recursos pedagógicos e formação permanente dos professores que atuam com a Educação Especial.

Ou seja, mais importante que a caracterização da deficiência, das dificuldades ou limitações, é preparar o professor para compreender a singularidade da história de vida de cada criança, suas necessidades, seus interesses, como interagem, como se relacionam com as pessoas, com os objetos e com o conhecimento.

Entretanto, ainda para consolidar o processo de inclusão, é desejável que exista uma colaboração entre escola e família. As famílias precisam ser ouvidas e acolhidas, se predispondo a participar mais ativamente, ou seja, a relação entre família-escola deverá ser estabelecida para que estes dois âmbitos se expressem na mesma linguagem, com os mesmos interesses e buscando caminhar na mesma direção. Deve existir uma credibilidade e confiança mútua e uma estrutura de relação aberta, flexível e direta que permita adequar tanto a família quanto a escola à realidade da criança com NEE.

### **c) EDUCAÇÃO DO CAMPO**

Após receber os diferentes movimentos sociais preocupados com a educação do campo, em 2003, o Ministério da Educação instituiu pela portaria nº 1374 de 03/06/03, um grupo permanente de trabalho com a atribuição de articular as ações do Ministério, pertinentes à Educação no Campo, para divulgar, debater e esclarecer as

Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo e a serem observadas nos projetos das instituições que integram os diversos Sistemas de Ensino, estabelecidos na Resolução - CEB nº 01, de 3 de abril de 2002, e apoiar a realização dessas ações.

O município de Timbó possui moradores nas zonas rurais e, os filhos desses moradores utilizam o transporte escolar para chegar as escolas urbanas que estão distribuídas de modo a atender todos os moradores do município da Educação Infantil aos anos finais do Ensino Fundamental.

Quanto ao acesso ao Ensino Médio, os moradores das zonas rurais, utilizam-se do transporte escolar, pois as escolas que ofertam esse nível de ensino estão localizadas nas zonas urbanas centrais do município.

Nesse sentido, a gestão da educação no município entende que, uma política de educação do campo precisa conceber que a cidade não é superior ao campo, e, a partir dessa compreensão, impõem-se novas relações baseadas na horizontalidade e solidariedade entre campo e cidade, seja nas formas de poder de gestão das políticas de produção econômica e conhecimento social.

#### **d) EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS.**

Para universalizar e democratizar o ensino no País, onde os déficits educacionais e as desigualdades regionais são elevadíssimos, os desafios educacionais existentes podem ter, na educação à distância, um meio auxiliar de indiscutível eficácia. Sem contar que, os programas educativos podem desempenhar um papel inestimável no desenvolvimento cultural da população em geral.

A estimulação dos professores de todos os níveis de ensino a organizar estratégias de recuperação de aprendizagem de caráter individualizado, através das tecnologias educacionais, com alunos em situações de eminência de evasão e repetência (principalmente aqueles em estágios críticos), esta em fase de implantação por meio de cursos de formação permanente ofertados pela rede municipal de ensino.

A ideia central, é produzir, no meio escolar, uma cultura que promova um direcionamento pedagógico efetivo das atividades didáticas nos laboratórios de informática das escolas, incentivando a comunidade escolar a entender a tecnologia como recurso de aprendizagem também como atividade lúdica e a utilizar os recursos do ensino a distância e de tecnologias educacionais junto à formação básica.

Além disso, a SEMED garante a presença de profissionais preparados para exercer suporte pedagógico e técnico nas escolas, tendo como atribuição, sistematizar e organizar os recursos de informática educativa, em conjunto com os professores das diferentes áreas do conhecimento.

### **3.4 FORMAÇÃO DE PROFESSORES E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

O Plano Municipal de Educação contemplará a valorização de todos os trabalhadores da escola, reconhecendo-os como profissionais da educação, identificados com a proposta pedagógica do município e de cada escola.

A valorização do Magistério deve ter início com uma boa formação nos Cursos de Licenciatura, seguida de boas condições de trabalho e valorização na carreira, juntamente com a formação continuada dos mesmos.

A valorização do Magistério depende do Poder Público para a garantia de condições adequadas de formação, de trabalho e de remuneração, e dos profissionais da Educação para o bom desempenho na atividade de ensino aprendizagem.

A formação continuada do Magistério é essencial para a melhoria permanente da qualidade da educação abrindo novos horizontes na atuação profissional. Nesse sentido, oferecer e garantir a adequada formação permanente é uma prioridade da gestão educacional na rede municipal.

A Secretaria Municipal de Educação em parceria com as instituições de ensino superior da região, mantém há mais de 6 anos um programa de formação permanente que disponibiliza aos profissionais da educação formação permanente no próprio local de trabalho, contemplando a vinda de profissionais com elevada experiência no

trabalho com o planejamento, conteúdo, metodologias de ensino e avaliação nas diversas disciplinas escolares.

Na escola, além da equipe gestora e dos professores, funcionários administrativos e de apoio precisam também estar em sintonia com a qualidade de seus serviços, pois afinal, é um trabalho em rede, constituindo uma equipe identificada com a proposta pedagógica.

Portanto, além da formação direcionada aos professores, os demais profissionais da educação, considerados essenciais para a manutenção da qualidade do processo formativo, seja o profissional de serviços gerais ou o profissional responsável pelo preparo da alimentação na escola, todos sem exceção, tem recebido atenção na formação permanente.

### **3.5 FINANCIAMENTO E GESTÃO DEMOCRÁTICA**

No Brasil predomina ao longo da história a gestão centralizada da educação, com avanços e recuos quanto ao processo de centralização e descentralização, que caracterizam a história política brasileira durante o período compreendido entre a colônia e a Ditadura Militar.

A tensão entre centralização e descentralização enraizada no seio do Estado brasileiro se restringem, fundamentalmente, a necessidade de transferência de responsabilidades de caráter eminentemente financeiro, sem provocar nenhum tipo de alteração na estrutura e nas relações do poder já existentes.

Obteve-se a inclusão do princípio da Gestão Democrática no ensino público, no artigo 206, inciso IV, da Constituição Federal, promulgada em 1988 e regulamentada na Lei nº 9394/96, que estabelece as diretrizes e as bases da educação Nacional, a nova LDB.

No seu artigo 211 a Constituição Federal estabelece que a “União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino”.

Quanto ao Ensino Fundamental, sua responsabilidade fica partilhada entre Estados e Municípios, com plena autonomia de estabelecer políticas de colaboração.

Quanto a Educação Básica como um todo, cabe à União redistribuir recursos e suplementar os Estados e Municípios que não dispuserem de arrecadação suficiente para financiar o acesso universal a uma educação de qualidade.

A Constituição Federal prevê, como fonte adicional de financiamento do ensino fundamental, a contribuição social do salário-educação recolhido pelas empresas, conforme artigo 212, § 5º, calculada com base na alíquota de 2,5 % sobre o total de remunerações pagas e creditadas a qualquer título aos segurados empregados (art. 15 Lei nº 9424/96).

O Plano Nacional de Educação que vigorou de 2001 a 2010, dizia que os mecanismos existentes para efeito de redistribuição das receitas tributárias federais e estaduais para Estados e Municípios e a vinculação de parte dessa receita à educação não garantiram equidade, provocando uma série de distorção entre Estados e Municípios.

Para resolver essa situação, foi criado através da Lei nº 9424/96, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério, conhecido como FUNDEF e a LEI Nº 11.494, DE 20 DE JUNHO DE 2007, regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nos 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências.

A gestão educacional do município de Timbó deve entender que educação é um direito de todos e ao mesmo tempo é um investimento, na medida em que exista uma correlação entre desenvolvimento e escolaridade dos munícipes, tanto do ponto de vista econômico e social, quanto do individual. Educação significa mais qualidade de vida, maior cuidado com a saúde, menos criminalidade, maior possibilidade de obtenção de emprego e permanência no mercado de trabalho.

O investimento na educação se caracteriza como um processo contínuo, cujos resultados aparecem a médio e longo prazo.

Por isso, devemos garantir a arrecadação e aplicação adequada dos recursos, que financiam a universalização do ensino e a melhoria de sua qualidade, nos seus diferentes níveis e modalidades.

#### **IV. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PME**

Nosso trabalho, partindo do Plano ora proposto se coloca a serviço da educação do município de Timbó. Baseado na coesão social e na participação democrática preocupa-se com o desenvolvimento humano do cidadão e a valorização do profissional da educação.

Esperamos que o nosso dia-a-dia seja um processo que requeira planejamento estratégico, atuação integrada e ações permanentes, envolvendo todas as pessoas que estão a serviço da educação em nossas escolas e no município de Timbó.

O desenvolvimento e implementação do Plano Municipal de Educação só será possível se houver determinação política e participação democrática de todos os educadores e do Poder Público Municipal, Estadual e Federal.

O detalhamento das ações propostas para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental, o Ensino Médio e Tecnológico, a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Especial, os Profissionais da Educação e Financiamento e Gestão, com definição de metas anuais, como clientela a ser atingida, escolas, período de execução, recursos humanos, materiais e financeiros necessários, será possível, a partir da elaboração compartilhada da proposta orçamentária anual, ao longo do período de execução do Plano.

As ações, ora apresentadas, compõem qualquer planejamento estratégico e, portanto, não são criadas especificamente para esse plano municipal de educação.

O acompanhamento da implementação deste PME, é um compromisso de todo cidadão timboense e, para tanto, algumas estratégias são de fundamental importância, dentre as quais, destacamos:



- *Acompanhamento*: consiste em verificar o andamento da execução física e financeira dos Projetos e Atividades em termos de resultados, tempo e custos previstos.

- *Controle*: consiste em verificar o grau de correspondência entre a programação e a execução para propor e exercer ações corretivas sobre os desvios constatados ou proceder a ajustamentos, quando necessários.

- *Avaliação*: consiste em mensurar os resultados das ações desencadeadas, segundo critérios e padrões de quantidade e qualidade preestabelecidos, principalmente nos objetivos e metas.

- *Implementação*: reforço com mais recursos nas ações – Projetos e Atividades que demonstraram resultados positivos ou satisfatórios na redução dos desequilíbrios, insuficiências, lacunas ou desvios; adoção de medidas corretivas em outras ações, quando necessário.

A sistematização do processo de acompanhamento, controle e avaliação, buscando obterem dados e informações objetivas, claras e seguras, é necessária para a realimentação do processo de planejamento e implementação de ações alternativas adequando e/ou redirecionando metas para a consecução da proposta política pedagógica consolidando o acesso, regresso, permanência com sucesso de todas as crianças, jovens e adultos, ainda não suficientemente escolarizados, em escola de qualidade.

Periodicamente podem e devem ser usados instrumentos objetivos escritos para avaliarem Planos e/ou Programas Educacionais, envolvendo diferentes segmentos sociais, especialmente os mais comprometidos com o processo educativo.

Esta análise conjunta reorientará decisões técnico-pedagógicas e administrativas, fortalecendo o processo de planejamento participativo e enriquecendo a administração educacional e municipal como um todo.

O resultado desta reflexão sobre as ações em desenvolvimento deverá intervir no processo de gestão da Educação no Município, para que a implementação seja

adequada às reais e sempre atualizadas necessidades e possibilidades existentes a cada ano, concretizando passo a passo o ideal sonhado, em consonância com as demais determinações legais vigentes.

Assim, sistematicamente, no mês de novembro a cada dois anos, o plano deverá ser avaliado por uma comissão sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

Esta Comissão terá como objetivo:

- Acompanhar, controlar e avaliar a execução do PME;
- Propor ações para correção dos pontos falhos na aplicação do Plano;
- Informar bienalmente a comunidade escolar e ao Poder Legislativo as ações realizadas pelo Plano;
- Encaminhar ao Prefeito Municipal o relatório de cada avaliação da execução do PME, contendo análise das metas alcançadas e os problemas evidenciados com as devidas propostas de solução;

Com o PME de Timbó, pretende-se, para os próximos 10 anos ampliar a valorização, a participação e o compromisso com o resgate da qualidade do Ensino Público, a ser consolidado a cada ano, com o aumento de investimentos, melhorias salariais, mas também, com um melhor desempenho por meio das parcerias entre professores e alunos, entre a gestão escolar e a comunidade local, visando a construção de um mundo um pouco mais humano com o reconhecimento de que cada indivíduo pode ser o construtor de sua própria história.

## METAS E ESTRATÉGIAS

### Meta 1

**Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade, e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 60% (sessenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PME.**

**Estratégias:**

**1.1** Em regime de colaboração e em articulação a União, universalizar, até 2016, o atendimento gratuito de crianças de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos, promovendo a criação de novas vagas nos Núcleos de Educação Infantil (NEIs) e nas Unidades Pré Escolares (UPes), em quantidade suficiente ao atendimento da demanda manifesta.

**1.2** Em regime de colaboração e em articulação com a União, garantir, até o final da vigência deste PME, o atendimento de, no mínimo, 60% (sessenta por cento) da demanda manifesta por creche para a população de até 3 (três) anos de idade.

**1.3** Manter e ampliar, em regime de colaboração e respeitadas às normas de acessibilidade, programa municipal de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e a melhoria da rede física dos Núcleos e Unidades de Educação Infantil.

**1.4** Estabelecer, no primeiro ano de vigência do PME, normas, procedimentos e prazos para definição de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches.

**1.5** Realizar, periodicamente, em regime de colaboração, levantamento da demanda por creche para a população de até 3 (três) anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta.

**1.6** Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na Educação Infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância.

**1.7** Promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à Educação Infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, cabendo a estes órgãos garantir o direito de bem-estar e pleno desenvolvimento das crianças de até 3 (três) anos.

**1.8** Implementar ações, durante a vigência deste PME, de avaliação da Educação Infantil, tendo como base os resultados dos Indicadores de Qualidade da Educação Infantil (documento de âmbito nacional) a fim de aferir à infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes.

**1.9** Implementar ações com o objetivo de garantir a aplicação de uma proposta curricular nas unidades de Educação Infantil de todas as dependências administrativas que a promovam, tendo como base as novas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil e os Referenciais Curriculares Nacionais deste segmento.

**1.10** Desenvolver todas as atividades, nos Núcleos de Educação Infantil e Unidades de pré-escolas, subsidiadas pelo quadro sugerido de rotina de trabalho semanal que tem como base as novas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil e os Referenciais Curriculares Nacionais deste segmento.

**1.11** Promover a formação inicial e continuada dos profissionais da Educação Infantil, em parceria com as Instituições de Ensino Superior localizadas na região, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais, nomeados ou contratados, com formação superior.

**1.12** Fomentar o acesso à Educação Infantil e a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação e distúrbios de

aprendizagem, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da Educação Especial nessa etapa da Educação Básica.

**1.13** Preservar as especificidades da Educação Infantil na organização da rede escolar, garantindo o atendimento da criança de até 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do aluno de seis anos de idade no Ensino Fundamental.

**1.14** Promover a conscientização de pais e responsáveis de crianças que se encontrem nesta faixa etária para a efetivação da matrícula escolar no início do ano letivo, assegurando o ingresso na Educação Básica com idade compatível a série/classe a que for matriculada.

**1.15** Adequar, a estrutura das escolas já existentes atualmente, assim como ampliar a infraestrutura para prover o atendimento da demanda manifesta.

### **Meta 2**

**Universalizar o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 99% (noventa e nove por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.**

#### **Estratégias:**

**2.1** Criar mecanismos para o acompanhamento individualizado dos alunos do Ensino Fundamental, em relação à frequência e aprendizagem, evitando dessa forma evasão e abandono.

**2.2** Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos alunos, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.

**2.3** Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e de proteção à infância, adolescência e juventude.

**2.4** Aplicar tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da Educação Especial, da Educação de Jovens e Adultos e das escolas do campo.

**2.5** Disciplinar, no âmbito da rede municipal, a organização flexível do trabalho pedagógico, promovendo a adequação do calendário escolar às especificidades da identidade cultural e condições climáticas do município de Timbó.

**2.6** Promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos alunos dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural.

**2.7** Colaborar na elaboração de uma proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os alunos do Ensino Fundamental, por meio da participação efetiva e ouvido o Conselho Municipal de Educação, em consulta pública formulada pelo Ministério da Educação, para ser encaminhado ao Conselho Nacional de Educação até o segundo ano de vigência do Plano Nacional de Educação.



**Meta 3**

**Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).**

**Estratégias:**

**3.1.** Estabelecer um diálogo permanente com o Estado, para a garantia das vagas para todos os alunos concluintes do Ensino Fundamental no Ensino Médio, nas modalidades ofertadas pela Rede Estadual, conforme as demandas identificadas, garantindo a progressiva universalização do acesso.

**3.2.** Realizar, sob responsabilidade da SMED, diagnóstico de demanda para EJA Médio e EJA Médio Profissional, buscando ampliar a escolaridade da população timboense e, especialmente, dos/as estudantes concluintes da EJA Ensino Fundamental.

**3.3.** Construir as Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação de Jovens e Adultos até 2024, assegurando e monitorando o trabalho metodológico que esta sendo desenvolvido.

**3.4.** Implementar o sistema de avaliação institucional e processual de aprendizagem para toda a rede pública municipal de educação para a modalidade EJA, aperfeiçoando os mecanismos de acompanhamento, planejamento, intervenção e gestão da política educacional.

**Meta 4**

**Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado,**

**preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.**

**Estratégias:**

**4.1.** Contabilizar, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, as matrículas dos (as) estudantes da educação regular da rede pública que recebam atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular, e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na educação especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público e com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei no 11.494, de 20 de junho de 2007.

**4.2.** Promover, no prazo de vigência deste PNE, a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

**4.3.** Implantar, ao longo deste PNE, caso haja demanda, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores e professoras para o atendimento educacional especializado.

**4.4.** Manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos (as) alunos (as) com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva,

assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos (as) alunos (as) com altas habilidades ou superdotação.

**4.5.** Garantir a oferta de educação inclusiva e promover a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado.

**4.6.** Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação beneficiários (as) de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude.

**4.7.** Promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e com as famílias, para o desenvolvimento de modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar, na educação de jovens e adultos, das pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida.

**4.8.** Apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos (das) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores (as) do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores (as) e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdos-cegos, professores de Libras, prioritariamente surdos, e professores bilíngues.

**4.9.** Promover, por iniciativa do Ministério da Educação, nos órgãos de pesquisa, demografia e estatística competentes, a obtenção de informação detalhada sobre o perfil das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos.

**4.10.** Assegurar e aperfeiçoar o serviço de Estimulação Precoce nas escolas de Educação Infantil, ampliando a oferta conforme a demanda.

**4.11.** Implantar e assegurar o funcionamento das Salas de Recursos Multifuncionais nas escolas de Educação Infantil ampliando o número de Sala de Recursos Multifuncionais existentes conforme demanda.

**4.12.** Proporcionar aos professores que atuam nas Salas de Recursos Multifuncionais a formação continuada para atendimento de alunos com altas habilidades ou superdotação e deficiência visual e/ou auditiva.

**4.13.** Garantir a redução do número de alunos nas turmas em que estão matriculados alunos com deficiência, em todos os níveis e modalidades de Ensino, de acordo com a Resolução nº 15/2012 do Conselho Municipal de Educação, até 2018.

**4.14.** Promover, quando solicitado pela família ou pela instituição da rede regular de ensino a transição, em todos as etapas, níveis e modalidades, para os alunos com deficiência oriundos das Instituições de Educação Especial.

**4.15.** Manter e ampliar programas municipais e federais que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos (as) alunos (as) com deficiência por meio de todas as dimensões de acessibilidade, até 2024.

**4.16.** Assegurar no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino a identificação e o atendimento dos (as) alunos (as) com altas habilidades ou

superdotação, através da criação de um espaço específico de atendimento dentro da própria unidade escolar.

**4.17.** Promover autonomia e funcionalidade das Pessoas com Deficiência através de Programas de inclusão ao Mundo do trabalho, através de parcerias com instituições públicas e privadas.

#### **Meta 5**

**Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3o (terceiro) ano do Ensino Fundamental.**

#### **Estratégias:**

**5.1.** Aperfeiçoar as Diretrizes Pedagógicas e Curriculares dos processos de alfabetização, considerando a continuidade da Educação Infantil, respeitando o caráter lúdico das atividades desenvolvidas.

**5.2.** Garantir a continuidade do programa de formação continuada dos professores da Pré- Escola e dos professores do Ensino Fundamental, de forma articulada.

**5.3.** Fomentar a participação das famílias, promovendo um espaço de diálogo e interação com a escola, buscando a conscientização sobre o seu papel na vida escolar.

**5.4.** Planejar e acompanhar as intervenções a partir dos resultados da Provinha Brasil, para os alunos do 2º ano, Avaliação Nacional da Alfabetização, para os alunos do 3º ano.

#### **Meta 6**

**Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento)**

**dos (as) alunos (as) da educação básica.**

**Estratégias:**

**6.1.** Adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos alunos na escola, bem como sua qualidade, direcionando a expansão da jornada para um currículo integrado, com atividades recreativas, esportivas e culturais.

**6.2.** Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças e parques.

**6.3.** Iniciar o atendimento em Tempo Integral com as turmas do 1º ano, ampliando gradativamente para os demais anos, nas comunidades com maior vulnerabilidade social.

**Meta 7**

**Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb:**

IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do ensino fundamental	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos finais do ensino fundamental	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino médio	4,3	4,7	5,0	5,2

**Estratégias:**

**7.1.** Realizar estudos e análise dos dados referentes às avaliações externas municipais



e federais de todas as escolas do ensino fundamental para subsidiar a elaboração de plano de intervenção pedagógica nas escolas que não atingiram a meta do IDEB.

**7.2.** Revisar as diretrizes curriculares municipais da Educação Infantil e Ensino Fundamental de acordo com legislação vigente com orientações metodológicas e específicas oriundas das formações continuadas oferecidas pela Secretaria Municipal de Educação de Timbó.

**7.3.** Assegurar o cumprimento do Projeto Político Pedagógico da Rede Municipal de Ensino conforme as diretrizes curriculares nacionais para a Educação Infantil e Ensino Fundamental.

**7.4.** Disponibilizar apoio pedagógico para a correção de fluxo escolar, tendo em vista a redução da desigualdade educacional dentro das escolas de ensino fundamental.

**7.5.** Qualificar o uso dos resultados das avaliações nacionais da rede pública municipal de educação, aperfeiçoando os mecanismos para o acompanhamento pedagógico dos alunos, visando torná-lo um instrumento efetivo de planejamento, intervenção, acompanhamento e gestão da política educacional.

**7.6.** Fomentar o desenvolvimento e o uso de tecnologias educacionais e de inovação das práticas pedagógicas nos sistemas de ensino, que assegurem a melhoria da aprendizagem e do fluxo escola.

**7.7.** Subsidiar a publicação das produções das experiências exitosas da educação municipal através da realização de eventos científicos, revistas impressas/digitais e publicação de livros, de acordo com a disponibilidade orçamentária.

## **Meta 8**

**Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.**

**Estratégias:**

**8.1.** Institucionalizar estratégias de ação educativa, a partir da aprovação deste PME, que desenvolvam metodologias capazes de priorizar acompanhamento aos estudantes com rendimento escolar defasado, considerando as especificidades dos segmentos populacionais apontados pela meta.

**8.2.** Aperfeiçoar os programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, garantindo a continuidade da escolarização, com acesso gratuito ao ensino fundamental, fundamental e médio integrados à educação profissional para os jovens, adultos e idosos.

**8.3.** Promover, o município, em parceria com as áreas da saúde, assistência social, conselhos tutelares e Ministério público, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola para os segmentos populacionais considerados na meta, identificando motivos de afastamentos e colaborando com o sistema e rede de ensino na garantia de frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses estudantes na rede pública.

**8.4.** Assegurar, a partir da aprovação deste PME, sob responsabilidade das redes de ensino, o apoio pedagógico aos estudantes, incluindo condições infra estruturais adequadas, bem como materiais pedagógicos, equipamentos e tecnologias da informação, laboratórios, biblioteca e áreas de lazer e desporto, em conformidade com a realidade local e as diversidades.

**8.5.** Garantir, em regime de colaboração entre as redes de ensino, formação permanente aos docentes em temas contemporâneos como os direitos humanos, os contextos sociais, culturais e ambientais, fortalecendo a função social da educação como indutora de práticas de respeito ao outro e como propulsora de ações solidárias, auxiliando a comunidade escolar no enfrentamento dos preconceitos.

**8.6.** Assegurar política de formação continuada aos segmentos escolares, ampliando os espaços para reflexão nas escolas, que envolvam as famílias, os estudantes e os profissionais da educação, docentes e não docentes, nas discussões sobre questões de direitos humanos e o combate a todas as formas de discriminação.

**8.7.** Estimular, a elaboração de propostas curriculares que incluam temas transversais, de modo a efetivar as discussões sobre formas de superar as discriminações e os preconceitos.

**8.8.** Ampliar, em regime de colaboração entre as redes de ensino, as bibliotecas escolares com acervo composto por documentos, textos, livros, revistas e recursos audiovisuais, mídias digitais, que tenham como referência os estudos sobre direitos humanos.

**8.9.** Assegurar, sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, em parceria com os Conselhos Municipal e Estadual de Educação, que sejam cumpridos os termos das “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” – Resolução 1/2004 do CNE/CP.

**8.10.** Construir, em regime de colaboração com o Estado, UNDIME, AMMVI e instituições de ensino superior, públicas e privadas, proposta para que nos currículos de graduação e pós-graduação se incluam conhecimentos e atividades curriculares que promovam o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, nos termos

da Lei nº9394/96, com a redação dada pelas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, e na Resolução CNE/CP nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 3/2004.

**8.11.** Fortalecer políticas para os alunos negros e indígenas, criando um ambiente social mais favorável e com equidade, no qual a escola seja um espaço em que as discussões sobre etnia façam parte do cotidiano de modo a minimizar toda forma de evasão ou a exclusão por motivo de discriminação racial.

**8.12.** Assegurar, que se cumpra no Sistema de ensino municipal o artigo 4º da Resolução CNE/CP 1/2004, o qual prevê o diálogo com os “grupos do Movimento Negro, grupos culturais negros, instituições formadoras de professores, núcleos de estudos e pesquisas, como os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros, com a finalidade de buscar subsídios e trocar experiências para planos institucionais, planos pedagógicos e projetos de ensino”.

#### **Meta 9**

**Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 98,5% até 2015 e, até o final da vigência deste PME, universalizar a alfabetização e reduzir em 60% (sessenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.**

#### **Estratégias:**

**9.1.** Garantir, sob coordenação da Secretaria Municipal de Educação, a oferta gratuita da educação para jovens e adultos na modalidade de EJA, fortalecendo o compromisso com a universalização da alfabetização como política de Estado, que implica em viabilizar a continuidade dos estudos a todos os estudantes que não tiveram acesso à educação básica na idade própria.

**9.2.** Promover formação de professores específica sobre inclusão e atendimento

educacional especializado para educandos da EJA com necessidades educacionais especiais.

**9.3.** Realizar diagnóstico da situação dos jovens e adultos com ensino fundamental incompleto, identificando os números e as necessidades dos estudantes para que se tenha o conhecimento da demanda ativa por vagas e se assegure o adequado planejamento da oferta, considerando a faixa etária, o turno adequado e a variabilidade didático-metodológica.

**9.4.** Implantar, sob responsabilidade da SME, programas de capacitação para a população jovem e adulta, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal, articulando os sistemas de ensino, rede federal de educação profissional e tecnológica, cooperativas e associações, por meio de ações de extensão que favoreçam a efetiva inclusão tecnológica, social e produtiva dessa população.

**9.5.** Realizar, periodicamente, chamadas públicas regulares para educação de jovens e adultos, com ampla divulgação e formas de busca ativa em regime de colaboração entre entes federados e em parceria com as organizações da sociedade civil.

**9.6.** Implementar ações de alfabetização para jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica, estabelecendo mecanismos e incentivos que integrem, em regime de colaboração, os sistemas de ensino e os segmentos empregadores, públicos e privados, no sentido de promover e compatibilizar a jornada de trabalho dos trabalhadores com a oferta das ações de alfabetização e de educação de jovens e adultos.

**9.7.** Garantir, em articulação com as demais secretarias responsáveis pelo sistema prisional, a ampliação da oferta da EJA nas etapas do ensino fundamental, às pessoas privadas de liberdade em todos os estabelecimentos penais do município, assegurando-se formação específica para os docentes e a implementação das diretrizes nacionais

referentes às pessoas privadas de liberdade, em regime de colaboração.

**9.8.** Apoiar e estimular, em parceria com as instituições de Ensino Superior, projetos inovadores nas áreas da educação de jovens e adultos que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses estudantes, realizando anualmente o levantamento e a avaliação das experiências em alfabetização de jovens e adultos, que constituam referências para os esforços nacional, estadual e municipal contra o analfabetismo.

**9.9.** Garantir nas políticas públicas de jovens e adultos, o atendimento as necessidades dos idosos, com vistas à promoção de políticas de universalização da alfabetização, ao acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas.

**9.12** Estabelecer programas permanentes, em parceria entre União, Estado e Municípios, que assegurem às escolas públicas de ensino fundamental, localizadas em áreas caracterizadas por analfabetismo e baixa escolaridade, a oferta de projetos de alfabetização, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais propostas para a Educação de Jovens e Adultos.

#### Meta 10

**Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.**

#### Estratégias:

**10.1.** Implementar programas de educação para os trabalhadores, sob coordenação da SEMED em parceria com as redes públicas federais, estaduais e municipal e instituições privadas de ensino, que garantam aos jovens e adultos uma educação integrada à



educação profissional nos diversos níveis de ensino.

**10.2.** Realizar, sob coordenação da SEMED, diagnóstico e avaliação sobre a ação pedagógica desenvolvida pelos programas de educação de jovens e adultos integrados à Educação Profissional, constituindo indicadores que serão instrumentos de verificação das políticas para o cumprimento da meta.

**10.3.** Garantir, sob coordenação da SEMED em parceria com a União, Estado e instituições de ensino superior, públicas e privadas a expansão da oferta de educação de jovens e adultos articulada à educação profissional, de modo a atender às pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos prisionais e que atendam adolescentes e jovens infratores, assegurando-se, em regime de colaboração, formação específica para os professores que atuam nessa modalidade.

**10.4.** Implementar, sob coordenação da SEMED, em parceria com as instituições de Ensino Superior, através de pesquisa, reconhecimento dos saberes dos jovens e adultos trabalhadores, a serem considerados nos diálogos pedagógicos e nas articulações com os currículos dos cursos de formação para a educação profissional e nos cursos técnicos de nível médio.

**10.5.** Prover formação continuada e permanente dos professores que atuam na Educação de Jovens e Adultos, ampliando programas de produção e fornecimento de material didático-pedagógicos adequados aos estudos nessa modalidade, sob responsabilidade da SEMED em parceria com as instituições de Ensino Superior, públicas e privadas.

### **Meta 11**

**Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.**

**Estratégias:**

**11.1.** Fortalecer a parceria com a União, Estado e instituições de ensino superior, públicas e privadas, a oferta de Educação Profissional em todos os quadrantes, conforme as demandas identificadas a partir do diagnóstico, garantindo progressivo acesso.

**Meta 12**

**Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.**

**Estratégias:**

**12.1.** Estimular a matrícula na educação superior da população de 18 a 24 anos do município de Timbó.

**12.2.** Apoiar e subsidiar a criação de cursos de preparação para o ENEN em parceria com as instituições de ensino superior da região.

**12.3.** Divulgar os programas do governo federal de financiamento do ensino superior, como PROUNI, FIES nas escolas de ensino médio do município.

**12.4.** Qualificar o ensino médio ofertado no município dando condições de acesso ao ensino superior público.

**Meta 13**

**Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de**

**educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.**

**Estratégias:**

**13.1** Estimular a criação e oferta de cursos de pós-graduação nas instituições de ensino superior da região por meio de convênios interinstitucionais.

**Meta 14**

**Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.**

**Estratégias:**

**14.1** Estimular os professores da rede municipal a ingressarem nos programas de pós-graduação stricto sensu na área de conhecimento em que atuam, a fim de que possam obter, além da titulação, conhecimento para aperfeiçoar a sua atuação profissional.

**Meta 15**

**Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência do PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.**

**Estratégias:**

**15.1** Ampliar a política pública de formação inicial e continuada em serviço, aos

profissionais da educação, sob coordenação da SEMED.

**15.2** Consolidar e ampliar parcerias com as instituições de educação superior da região, a fim de oferecer formação inicial e continuada para docentes e não docentes de acordo com a necessidade observada na rede.

**15.3** Implementar, em parceria com as Instituições de Ensino Superior, o programa de iniciação a docência (PIBID) para 50% das escolas.

**15.4** Ofertar aos docentes licenciados, conforme sua área de atuação e formação, cursos de formação complementar.

**15.6** Buscar parcerias com as instituições que possam sediar cursos de formação inicial e continuada oferecidos pela Plataforma Freire.

**15.7** Garantir o acesso à plataforma eletrônica, organizando a oferta e as matrículas em curso de formação inicial, pós-graduação e extensão, a fim de aprimorar a formação dos profissionais da educação.

**15.8** Organizar grupos de estudo, em parceria com os cursos de formação inicial e continuada das Instituições de Ensino Superior, a fim de fomentar a discussão sobre o processo pedagógico, as condições necessárias para produção de materiais pedagógicos e tecnologias educacionais.

#### **Meta 16**

**Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.**

**Estratégias:**

**16.1.** Elaborar e disponibilizar um programa em rede para interação entre as escolas, bem como para subsidiar a atuação dos professores, disponibilizando materiais, fóruns de discussão, até o último anos de vigência do PME.

**Meta 17**

**Valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.**

**Estratégias:**

**17.1** Valorizar os profissionais do magistério das redes públicas, considerando o aumento no repasse dos recursos da União e, a manutenção do pagamento do piso salarial conforme previsto na legislação vigente.

**Meta 18**

**Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.**

**Estratégias:**

**18.1** Assegurar o ingresso do funcionário do magistério, através do concurso público.

**18.2** Promover a revisão e atualização do Plano de Carreira dos profissionais da

educação, até o último ano de vigência deste Plano.

### **Meta 19**

**Assegurar condições, durante a vigência do plano, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.**

#### **Estratégias:**

**19.1** Implementar e fortalecer o Conselho do FUNDEB, Conselho de Alimentação Escolar e Conselho Municipal de Educação, a fim de garantir a sua efetividade.

**19.2** Assegurar condições, durante a vigência do plano, para a efetivação da gestão democrática nas escolas da rede municipal, promovendo o fortalecimento dos conselhos do FUNDEB, Conselho de Alimentação Escolar e Conselho Municipal de Educação, considerando a descentralização de recursos e ampliação dos mecanismos de autonomia financeira e administrativa, a participação de comunidade escolar na elaboração da Projeto Político Pedagógico e transparência das ações efetuadas nas escolas.

**19.3** Assegurar condições, no prazo de 5 anos, para fortalecimento dos conselhos Municipais de Educação, Conselho de Alimentação Escolar e do FUNDEB, disponibilizando os recursos adequados e equipamentos necessários para o funcionamento, bem como fortalecer os conselhos escolares, a fim de promover a efetivação da gestão democrática, priorizando a descentralização de recursos e ampliação dos mecanismos de autonomia financeira, administrativa e pedagógica, garantindo a participação de toda a comunidade escolar na elaboração da proposta político pedagógica.



**19.4** Utilizar os mecanismos disponibilizados pelo Ministério da Educação e Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais que podem auxiliar na avaliação interna e externa da educação básica, propiciando a participação de todos os segmentos da comunidade escolar, com a finalidade de obter dados e informações para subsidiar as escolas na promoção de melhorias nas questões administrativas, pedagógicas e financeiras.

**19.5** Fortalecer os conselhos de alimentação Escolar e do FUNDEB, garantindo recursos financeiros adequados, quadro de recursos humanos disponíveis, equipamentos e meio de transporte para a fiscalização à rede escolar com vistas ao desempenho de suas funções.

**19.6** Promover a formação dos gestores, conselhos escolares e APPs, visando a implementação e qualificação da gestão democrática.

**19.7** Apoiar os grêmios estudantis existentes e incentivar a implantação de novos grêmios estudantis nas escolas promovendo a integração com os conselhos escolares e APPs.

**19.8** Ampliar os programas de apoio e formação aos conselheiros do FUNDEB, conselho de alimentação escolar e demais conselhos municipais, recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos, meio de transporte.

**19.9** Instituir, através de ato legal, a partir da aprovação deste PME, o fórum municipal de educação, permanente, com o objetivo de monitorar e avaliar as metas deste plano, efetivando o acompanhamento da execução do PME.

**19.10** Fortalecer e estimular a participação de toda a comunidade escolar na construção do PPP das escolas, criando mecanismos de chamamento, promovendo inclusive avaliação deste documento, para reorganização.

**19.11** Criar a lei municipal de Gestão Democrática do Sistema Municipal de Ensino, a fim

de garantir finalidades e princípios da Gestão Democrática, constando três pilares: conselhos escolares, descentralização de recursos e provimento democrático da função de diretor de escola, garantindo a consulta pública à comunidade escolar, em todo o município.

### **Meta 20**

**Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5o (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.**

#### **Estratégias:**

**20.1.** Garantir os mecanismos e instrumentos que assegure a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação em audiências públicas, portais eletrônicos de transparência, capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social, do FUNDEB, em regime de colaboração com a SEMED e Conselhos Escolares Municipais.

**20.2.** Proporcionar formação para professores e gestores sobre a aplicabilidade dos recursos e verbas.

**20.3.** Elaborar no prazo do primeiro ano de vigência do PME, em regime de colaboração entre os entes federados, plano de investimentos relativos aos percentuais do PIB do município, com objetivo de aportar os recursos necessários para a composição da meta nacional.

**20.4.** Aperfeiçoar e ampliar mecanismos de acompanhamento da arrecadação e de contribuição do salário educação, possibilitando que os conselhos municipais de educação possam exercer sua função de fiscalização e de controle social na aplicação

adequada dos recursos destinados à educação.

**20.5.** Ampliar investimentos para poder atingir as metas do plano Nacional de educação no prazo estabelecido.

**20.6.** Implementar o “Custo Aluno Inicial” e “Custo Aluno Qualidade” como parâmetro para o financiamento da educação de todas etapas e modalidades da educação básica, a partir do cálculo e do acompanhamento regular dos indicadores e equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar.

## SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ

### PORTARIA Nº SAMAE -107, DE 12 DE JUNHO DE 2015

PORTARIA Nº SAMAE -107, DE 12 DE JUNHO DE 2015

Altera Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidor lotado no SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n. 212, de 21 de Dezembro de 2001, alterada pela Lei Complementar n. 234, de 12 de Dezembro de 2002, e Lei Complementar n. 425, de 20 de Dezembro de 2012, bem como amparado pela necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII e IX do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Decreto nº 3679, 01/12/2014,

#### RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a Portaria referente a data do término do período de contratação de servidores abaixo relacionados:

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ		
NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
DAVI RODRIGUES	087, de 04/05/2015	30/06/2015

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 12 de junho de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI  
Diretor Presidente

### PORTARIA Nº SAMAE -108, DE 19 DE JUNHO DE 2015

PORTARIA Nº SAMAE -108, DE 19 DE JUNHO DE 2015

Altera Portaria referente à data do término do período de contratação de Servidores lotados no SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n. 212, de 21 de Dezembro de 2001, alterada pela Lei Complementar n. 234, de 12 de Dezembro de 2002, e Lei Complementar n. 425, de 20 de Dezembro de 2012, bem como amparado pela necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII e IX do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Decreto nº 3852, de 01/06/2015,

#### RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a Portaria referente a data do término do período de contratação de servidores abaixo relacionados:

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ		
NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
ANA LUCIA KUSTER RODRIGUES	096, de 25/05/2015	31/07/2015
DIEGO FERNANDO SCHWEDER	096, de 25/05/2015	31/07/2015
ERACI STEINERT	096, de 25/05/2015	31/07/2015
GABRIEL OSS-EMER	098, de 29/05/2015	31/07/2015
JOEL OLIVEIRA	101, de 29/05/2015	31/07/2015
LENOIR LAZZAROTTO RAMOS	106, de 12/06/2015	31/07/2015
MARCIO CARDOSO	083, de 15/04/2015	31/07/2015

MICHELE CRISTIANE ERDMANN	096, de 25/05/2015	31/07/2015
ROSANGELA CANDIDO DE JESUS	096, de 25/05/2015	31/07/2015
ROSECLEIA CANDIDO DE JESUS	098, de 29/05/2015	31/07/2015

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 19 de junho de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI  
Diretor Presidente

### PORTARIA Nº SAMAE -109, DE 19 DE JUNHO DE 2015

PORTARIA Nº SAMAE -109, DE 19 DE JUNHO DE 2015

Altera Portaria referente à data do término do período de contratação de Servidores lotados no SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n. 212, de 21 de Dezembro de 2001, alterada pela Lei Complementar n. 234, de 12 de Dezembro de 2002, e Lei Complementar n. 425, de 20 de Dezembro de 2012, bem como amparado pela necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII e IX do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Decreto nº 3852, 01/06/2015,

#### RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a Portaria referente a data do término do período de contratação de servidores abaixo relacionados:

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ		
NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
ADRIANO OLIVEIRA	083, de 15/04/2015	31/08/2015
DAVI RODRIGUES	107, de 12/06/2015	31/08/2015
EDSON JOSÉ VENANCIO	098, de 29/05/2015	31/08/2015
EGON MAASS	096, de 25/05/2015	31/08/2015
FABIANO ALVES DE QUADROS	096, de 25/05/2015	31/08/2015
FABIO STEUCK	096, de 25/05/2015	31/08/2015
GILDA ANACLETO	096, de 25/05/2015	31/08/2015
IVO PIRES	096, de 25/05/2015	31/08/2015
JANETE APARECIDA COLARITES	096, de 25/05/2015	31/08/2015
JANETE BILK	096, de 25/05/2015	31/08/2015
MAICON STEFFEN	096, de 25/05/2015	31/08/2015
MARCOS STEFFEN	035, de 18/02/2015	31/08/2015
NEUSA CASTANHA	096, de 25/05/2015	31/08/2015
PAULO RICARDO DOS SANTOS	096, de 25/05/2015	31/08/2015
SANDRA DOS SANTOS MARTINEZ	096, de 25/05/2015	31/08/2015
VALDECIR ANACLETO CARDOSO	096, de 25/05/2015	31/08/2015
VANDERLEI GESSNER	083, de 15/04/2015	31/08/2015
VERA LUCIA RIBEIRO DOS SANTOS	096, de 25/05/2015	31/08/2015

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do

Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 19 de junho de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

### **PORTARIA Nº SAMAE -110, DE 19 DE JUNHO DE 2015**

PORTARIA Nº SAMAE -110, DE 19 DE JUNHO DE 2015

Altera Portaria referente à data do término do período de contratação de Servidores lotados no SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n. 212, de 21 de Dezembro de 2001, alterada pela Lei Complementar n. 234, de 12 de Dezembro de 2002, e Lei Complementar n. 425, de 20 de Dezembro de 2012, bem como amparado pela necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII e IX do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Decreto nº 3852, 01/06/2015,

#### **RESOLVE:**

Art.1º ALTERAR a Portaria referente a data do término do período de contratação de servidores abaixo relacionados:

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ		
NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
CAIO DANIEL KNOOP	096, de 25/05/2015	30/09/2015
JORGE DE OLIVEIRA JUNIOR	083, de 15/04/2015	30/09/2015
MAICON LUIZ MIRANDA	096, de 25/05/2015	30/09/2015
DANRLEI ANDERSON PEYERL	061, de 20/03/2015	30/09/2015

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 19 de junho de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

### **PORTARIA Nº SAMAE -111, DE 19 DE JUNHO DE 2015**

PORTARIA Nº SAMAE -111, DE 19 DE JUNHO DE 2015

Altera Portaria referente à data do término do período de contratação de Servidores lotados no SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n. 212, de 21 de Dezembro de 2001, alterada pela Lei Complementar n. 234, de 12 de Dezembro de 2002, e Lei Complementar n. 425, de 20 de Dezembro de 2012, bem como amparado pela necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII e IX do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Decreto nº 3852, 01/06/2015,

#### **RESOLVE:**

Art.1º ALTERAR a Portaria referente a data do término do período de contratação de servidores abaixo relacionados:

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ		
NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
ADILSON MESCH	061, de 20/03/2015	31/12/2015
ADRIANO ADAM	061, de 20/03/2015	31/12/2015
ALMIR TESTONI	061, de 20/03/2015	31/12/2015
JULIO CARLOS CIDRAL	083, de 15/04/2015	31/12/2015
MARCIA ULLER	096, de 25/05/2015	31/12/2015
WALDEMAR GIOVANELLA	035, de 18/02/2015	31/12/2015
CAMILA GONÇALVES	061, de 20/03/2015	31/12/2015
CLAUDIA SANTOS DE LIMA	035, de 18/02/2015	31/12/2015
DAYSE DIAS DE OLIVEIRA	035, de 18/02/2015	31/12/2015
GRAZIELE BORBA BELARMINO MAI	042, de 27/02/2015	31/12/2015
JEFFERSON JOÃO RESSUAGLI	061, de 20/03/2015	31/12/2015
LUIZ CARLOS BASSANI	035, de 18/02/2015	31/12/2015
TIMBERLI TATIANE WEIZ-ZENMANN	061, de 20/03/2015	31/12/2015

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 19 de junho de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

# Trombudo Central

## PREFEITURA

### **PREGÃO ELETRÔNICO 20/2015 FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

PREGÃO ELETRONICO FMS Nº 20/2015

O Município de Trombudo Central, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. Silvio Venturi, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e com aplicação subsidiária da Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO ELETRONICO FMS Nº 20/2015, tipo de licitação MENOR PREÇO, regime de execução UNITÁRIO visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO PARA A FARMACIA BASICA DO MUNICIPIO. O prazo de recebimento de propostas será a partir das 16:00h do dia 25/06/2015 até as 16:00h do dia 08/07/2015, sendo que a abertura das propostas dar-se-á as 08:30h do dia 09/07/2015 e o início da disputa as 09:00h do dia 09/07/2015, sendo feito através do endereço eletrônico: [bll.org.br](http://bll.org.br). A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 07:00 às 13:00 horas, pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através do email: [licita@trombudocentral.sc.gov.br](mailto:licita@trombudocentral.sc.gov.br) ou encontrada no site [bll.org.br](http://bll.org.br).

Trombudo Central, 24 de junho de 2015.

Silvio Venturi

Prefeito Municipal



# Tunápolis

## PREFEITURA

### **PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 17/2015 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2015**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 17/2015

Edital de Pregão Presencial nº 16/2015

O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, pelo menor preço por item que tem por objeto a aquisição de Medicamentos e material de ambulatório, destinados à manutenção e atividades da Unidade de Saúde e Farmácia Secretaria Municipal de Saúde.

Entrega dos envelopes até às 14h30min do dia 09 de julho de 2015.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: [compras@tunapolis.sc.gov.br](mailto:compras@tunapolis.sc.gov.br).

Tunápolis,SC., 24 de junho de 2015.

Bruno José Heberle

Gestor do Fundo

# Turvo

## PREFEITURA

### DECRETO 30/2015

DECRETO Nº 030/15, de 22 de Junho de 2015.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.222/14 (Lei Orçamentária Anual), de 12/12/2014.

#### DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), assim classificados:

06.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA ESPORTES

12.306.0038.2.014 – AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR

3.3.90.00.00.00.00.0060.0 (032) – Aplicações Diretas ..... R\$ 80.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta da fonte 0060 por excesso de arrecadação do FNDE no valor de R\$ 80.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo - SC, 22 de Junho de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

### PORTARIA 212/2015

PORTARIA Nº 212/15, de 23 de Junho de 2015.

FAZ EXONERAÇÃO DE CARGO PERMANENTE POR MOTIVO DE APOSENTADORIA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece os incisos "IX" e "XII" do artigo 52 da Lei Orgânica do Município de Turvo.

#### RESOLVE

Art. 1º - Exonerar a servidora GISELE NEIS, CPF nº 687.002.619-04, matrícula nº. 1088, exercendo o Cargo de Provimento Efetivo de Agente Administrativo, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, por motivo de aposentadoria.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 23 de junho de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

# Urussanga

## PREFEITURA

### AVISO DL 01/2015/PMU

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2015 - CHAMAMENTO PÚBLICO

Objeto: credenciamento e registro de preços de gêneros alimentícios destinado ao atendimento ao programa nacional de alimentação escolar, para grupos informais e formais de agricultores familiares e empreendedores familiares rurais ou suas organizações, interessados em fornecer gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, destinados à elaboração de merenda para os alunos da rede municipal de ensino de Urussanga/SC, com verba FNDE/PNAE. Recebimento dos envelopes: até às 14h do dia 15/07/2015, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 – Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: às 14h do dia 15/07/2015, no mesmo local da entrega dos envelopes. Edital: o edital estará a disposição dos interessados das 08h às 11h30 e das 13h às 17h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º12 ou poderá ser solicitado no e-mail rosane@urussanga.sc.gov.br.

JOSÉ VICENTE CANONICA  
Presidente CPLJ

### EXTRATO CONTRATO N. 171/15, 172/15, 173/15, 174/15, 175/15, 176/15, 177/15

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ

Extrato do Contrato: 171/2015  
Processo de Licitação: 38/2015/PMU  
Data de Assinatura: 18/06/2015  
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA  
Contratado: MERCADO GASTALDON LTDA - ME  
CNPJ: 72.470.628/0001-61  
Objeto: fornecimento parcelado de gêneros alimentícios  
Valor Global: R\$ 59.394,20

Extrato do Contrato: 172/2015  
Processo de Licitação: 38/2015/PMU  
Data de Assinatura: 18/06/2015  
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA  
Contratado: SUPER LÍDER ALIMENTOS LTDA  
CNPJ: 07.605.075/0001-45  
Objeto: fornecimento parcelado de gêneros alimentícios  
Valor Global: R\$ 1.875,00

Extrato do Contrato: 173/2015  
Processo de Licitação: 38/2015/PMU  
Data de Assinatura: 18/06/2015  
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA  
Contratado: COPOL – DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA. - EPP  
CNPJ: 03.976.253/0001-93  
Objeto: fornecimento parcelado de gêneros alimentícios  
Valor Global: R\$ 9.947,82

Extrato do Contrato: 174/2015  
Processo de Licitação: 38/2015/PMU  
Data de Assinatura: 18/06/2015  
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA  
Contratado: I.S. COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA  
CNPJ: 03.722.755/0003-50  
Objeto: fornecimento parcelado de gêneros alimentícios  
Valor Global: R\$ 19.004,05

Extrato do Contrato: 175/2015  
Processo de Licitação: 38/2015/PMU  
Data de Assinatura: 18/06/2015  
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA  
Contratado: DIFAPA DISTRIBUIDOR DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA  
CNPJ: 08.609.742/0001-20  
Objeto: fornecimento parcelado de gêneros alimentícios  
Valor Global: R\$ 11.980,00

Extrato do Contrato: 176/2015  
Processo de Licitação: 38/2015/PMU  
Data de Assinatura: 18/06/2015  
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA  
Contratado: CORDOVA LAUREANO & CIA LTDA ME  
CNPJ: 11.068.144/0001-04  
Objeto: fornecimento parcelado de gêneros alimentícios  
Valor Global: R\$ 73.791,90

Extrato do Contrato: 177/2015  
Processo de Licitação: 38/2015/PMU  
Data de Assinatura: 18/06/2015  
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA  
Contratado: BRUDER ALIMENTOS LTDA ME  
CNPJ: 16.839.054/0001-85  
Objeto: fornecimento parcelado de gêneros alimentícios  
Valor Global: R\$ 7.945,00

### LEI 2.717

LEI Nº 2.717, de 22 de junho de 2015.  
"Dispõe sobre as Diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária do Município de Urussanga, para o exercício de 2016".

JOHNNY FELIPPE, PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a presente lei.

### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º São estabelecidas, para a elaboração do orçamento do Município de Urussanga, relativo ao exercício financeiro de 2016, as diretrizes gerais de que trata esta Lei, os princípios estabelecidos na Constituição Federal em seu art. 165 § 2º, na Constituição Estadual no que couber, na Lei Federal 4.320 de 17/03/64 e na Lei Complementar 101 de 04/05/00, compreendendo:

- I – as prioridades e metas da administração pública do Município;
- II – a estrutura e organização do orçamento;
- III – as diretrizes para elaboração e execução do orçamento do Município e suas alterações;
- IV – as disposições relativas à dívida pública Municipal;
- V – as disposições relativas às despesas do Município com pessoal

e encargos sociais;

## CAPITULO I DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 2º Com referência as Metas Fiscais para 2016 e em observância as regras sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, serão apresentadas em anexo:

- I – Demonstrativo de Metas Anuais;
- II - Demonstrativo de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- IV – Evolução do Patrimônio Líquido;
- V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- VI – Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;
- VII – Projeção Atuarial do RPPS;
- VIII – Estimativa e Compensação de Renúncia de Receita;
- IX – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;
- X - Metas Anuais para as Receitas;
- XI - Metas Anuais para as Despesas;
- XII – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;

Art. 3º Em consonância com o art. 165 § 2º, da Constituição Federal, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2016, são as especificadas, no Anexo de Metas Fiscais que integram esta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei orçamentária de 2016, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas, elaboradas a partir dos programas e ações a serem estabelecidos no plano plurianual de 2014/2017.

§ 1º Na elaboração da proposta orçamentária para 2016, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta Lei a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas, as novas ações criadas, as correções dos valores das receitas e despesas serão incluídas e corrigidas automaticamente no Plano Plurianual para o período de 2014 a 2017.

§ 2º O anexo de prioridades e metas conterá, no que couber, o disposto no § 2º do Art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 3º As prioridades da administração, por unidade orçamentária para o exercício financeiro de 2016, são as seguintes:

### DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO.

- 01. Câmara de Vereadores.
- 02. Gabinete do Prefeito.
- 03. Gabinete do Vice-Prefeito.
- 04. Secretaria de Administração e Finanças
- 05. Secretaria de Agricultura.
- 06. Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.
- 07. Fundo Municipal de Assistência Social.
- 08. Secretaria de Infra-Estrutura e Desenvolvimento.
- 09. Fundo Municipal de Saúde.
- 10. Fundo Municipal da Infância e Adolescência.
- 11. Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.
- 12. Fundação Ambiental Municipal de Urussanga.

#### 01. CÂMARA DE VEREADORES:

- 1. Equipar e reequipar a Câmara Municipal de Vereadores;
- 2. Manutenção das atividades legislativas;
- 3. Capacitar servidores para aperfeiçoamento administrativo e acompanhamento da legislação vigente.

#### 02. GABINETE DO PREFEITO:

- 1. Manutenção do gabinete do prefeito;

#### 03. GABINETE DO VICE-PREFEITO:

- 1. Manutenção do Gabinete do Vice-Prefeito;

#### 04. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS:

- Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças;
- Reestruturar e reequipar a secretaria;
- Reforma do Paço Municipal;
- Manter assessoria jurídica nos processos administrativos;
- Contribuição para o custeio de despesas de outros entes da Federação (disponibilização de servidores);
- Promover concurso público e administrar as admissões decorrentes do mesmo;
- Gerenciar o reajuste salarial dos servidores;
- Manter atualizada a escala de férias dos servidores municipais;
- Promover programas de geração de emprego e renda no município;
- Capacitação de servidores para aperfeiçoamento administrativo e acompanhamento da legislação vigente;
- Controle geral do setor contábil e dos recursos financeiros ordinários e vinculados;
- Gerenciamento do movimento econômico do município;
- Revisão das alíquotas tributárias;
- Medidas para conter os gastos e aumento de receita;
- Manutenção do controle interno e publicações de relatórios da LRF;
- Contratação de serviços técnicos de assessoria;
- Manter atualizado o cadastro imobiliário;
- Atualização da página oficial de Urussanga na internet;
- Manutenção do Portal da Transparência de acordo com Lei Complementar nº 131/2009;
- Incrementar o sistema de elaboração de projetos e captação de recursos para investimentos no município, integrado com demais secretarias e departamentos;
- Fortalecer a representatividade dos segmentos sociais nas ações da administração a partir dos Conselhos Municipais;
- Incentivar e apoiar o movimento associativo comunitário do município;
- Controle do setor de compras e licitações;
- Controle do patrimônio público;
- Alienação dos bens inservíveis.

#### 05. SECRETARIA DE AGRICULTURA

- 1. Estruturação da Secretaria da Agricultura, contando com infraestrutura física e recursos humanos, com a contratação de equipe técnica especializada;
- 2. Manutenção dos serviços gerais da secretaria;
- 3. Aquisição de equipamentos específicos para frota mecanizada;
- 4. Criar meios para desenvolvimento da agricultura do município, priorizando a agricultura familiar;
- 5. Atuar, em parceria com entidades governamentais e não governamentais, no fomento à comercialização dos produtos agrícolas e agroindustriais da agricultura familiar;
- 6. Melhorias dos acessos às propriedades rurais e às suas áreas produtivas;
- 7. Melhoramento do rebanho leiteiro e de corte;
- 8. Apoio na viabilização de entidades associativas COOFASUL, ACGLU, PROGOETHE e demais formas representativas do segmento da agroindústria familiar;
- 9. Articulação entre as entidades representativas dos produtores rurais e da agroindústria e os gestores da merenda escolar municipal e de outros municípios para fornecimento de alimentos;
- 10. Acesso a análise de solo;
- 11. Preparação de chão para instalação de agroindústrias (estufas, granjas, etc);
- 12. Implantação do Programa Porteira Aberta
- 13. Fortalecimento do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Urussanga;
- 14. Incentivar a agregação de valor e a diversificação da produção agroindustrial;

15. Manter e Ampliar a terceirização de máquinas agrícolas;
16. Criar condições para exposição e comercialização de produtos da agricultura e pecuária no município;
17. Incentivar a telefonia e acesso a internet no meio rural;
18. Treinamento de agricultores com novas tecnologias;
19. Distribuição subsidiada de sementes, insumos e defensivos agrícolas e acompanhamento da sua utilização;
20. Avaliação na distribuição de mudas para reflorestamento e distribuição de mudas frutíferas;
21. Treinamento de servidores para aperfeiçoamento administrativo e acompanhamento da legislação vigente;
22. Incentivar e apoiar as iniciativas de agregação de valores à produção primária;
23. Apoio às missões técnicas com agricultores;
24. Manutenção do Serviço de Inspeção Municipal – SIM, e atuar em favor da busca de subsídios para adequação das propriedades rurais as normas do SIM;
25. Aquisição de veículo.

#### 06. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO:

1. Manutenção da Secretaria de Educação;
2. Construção, ampliação e reforma de espaços escolares.
3. Reequipar as Unidades Escolares com equipamentos didáticos de apoio ao ensino.
4. Manutenção da frota do Transporte Escolar.
5. Formação Continuada de todos os servidores da educação para a promoção da qualidade de educação no ensino municipal e ajuste as normas e resoluções vigentes.
6. Manutenção da Educação Básica no município.
7. Promover eventos educacionais no município.
8. Atendimento as necessidades da Política Municipal de Educação Inclusiva atuando em parceria com demais instituições e ou secretarias.
9. Aquisição de móveis, utensílios, equipamentos para as Unidades Escolares.
10. Implantação e manutenção de áreas esportivas nas Unidades Escolares.
11. Manutenção e ampliação do Programa de Alimentação Escolar para alunos da Educação Básica.
12. Manutenção do Departamento de Cultura;
13. Manutenção do Natal Encantado (Decoração da Cidade; Apresentações Culturais);
14. Gemellaggio Urussanga – Longarone: Ampliação, dinamização e estreitamento das relações que concernem o intercâmbio cultural e tecnológico das cidades gêmeas;
15. Criação, instalação e implantação de oficina de artesanato para formação de Multiplicadores: mosaico (vidro, pedra, madeira, cerâmica e outros), entalhe em madeira, modelagem em argila, gesso e congêneres, artesanato em vidro e madeira, microfusão (artesanato em metais não ferrosos), artesanato em palha, vime e cipó;
16. Parque Municipal: definir junto à Associação Amigos do Parque, aos Departamentos de Turismo e Planejamento, práticas de gerenciamento das atividades nele realizadas, elaboração do Plano Diretor de Ocupação Territorial e seu regimento interno, ações de revitalização, urbanização, paisagismo e reformas na infraestrutura atual, bem como promover maior uso comunitário através de passeio, caminhadas e ações culturais;
17. Implantação, instalação e manutenção do Arquivo Público Municipal;
18. Apoio as atividades da Orquestra Municipal;
19. Manutenção da Biblioteca Pública Municipal;
20. Manutenção e dinamização da Escola Italiana Padre Luigi Marzano;
21. Manutenção da Oficina de Música de Vinhedos: Guitarra, violão, violino, contra baixo;
22. Grupo Dança Folclórica Italiana "I Fratelli", manutenção do grupo;
23. Grupo Ballet Clássico "I Fratelli", manutenção e finalizar espaço próprio;

24. Cia teatral "Urussanga em Cena" – manutenção das atividades;
25. Acordeão – disponibilizar e equipar espaço físico para funcionamento das aulas;
26. Apoio a Restauração, revitalização e qualificação do Patrimônio Histórico Cultural do Município;
27. Elaboração de projetos de restauração e plano de conservação preventiva;
28. Criação e publicação de manuais informativos, cartilhas, guias, com indicações para conscientização da comunidade a cerca da sua relevância cultural;
29. Apoiar escritores e artistas da terra na publicação e realização de: livros, revistas, cinema, teatro, exposições e similares;
30. Criar banco de dados relacionado à imigração e cultura italiana no município de Urussanga para informação e pesquisa;
31. Promover e apoiar feiras, seminários, fóruns, encontros, confraternizações e dinâmicas afins a área cultural;
32. Realizar trabalhos nas categorias de base, visando a descoberta e formação de novos desportistas, desta forma contribuindo na formação de cidadãos;
33. Desenvolvimento dos esportes amadores, coletivos ou individuais, apoiando no que for necessário, auxiliando nos custos para sua manutenção e participação em eventos representando o município;
34. Criação e manutenção de áreas esportivas e de lazer nas comunidades;
35. Inserção de programas para incentivo à prática de exercício físico e adoção de um estilo de vida saudável;
36. Incentivo e auxílio ao aluno atleta, para dar condição necessária a sua evolução na modalidade esportiva;
37. Organizar e realizar cursos de aperfeiçoamento e reciclagem para professores e treinadores;
38. Realização de competições esportivas nas modalidades coletivas e individuais, com intuito de aumentar a participação da comunidade;
39. Aumentar o atendimento realizado pelo profissional de Educação Física nas academias populares;
40. Reformas e ampliações dos ginásios de esportes, para adequação a normas de segurança e acessibilidade;
41. Incentivar a formação de equipes esportivas de rendimento na categoria adulto, masculino e feminino, coletivas e individuais, para estimular as categorias de base e representar o município a nível estadual.

#### 07 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1. Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Assistência Social.
2. Manter e realizar convênios com entidades afins.
3. Capacitação de servidores para aperfeiçoamento administrativo e acompanhamento da legislação vigente.
4. Atendimento às famílias conforme Lei nº 1.960, de 13 de maio de 2003, que institui o Programa Municipal de Assistência nas situações de: assistência alimentar, assistência funeral, assistência a medicamentos, assistência a exames médicos complementares de alto custo, assistência a óculos, assistência a fotografia, assistência a passagem, assistência a fralda geriátrica (em parceria com a AURAS), assistência a usuários de entorpecentes (em parceria com a Secretaria de Saúde), assistência a órtese e prótese, assistência a pessoas com necessidades especiais (encaminhamentos para concessão de auxílios, empréstimos de muleta axilar, muleta canadense, cadeira de rodas, cadeira de banho, andadores, colchões especiais).
5. Atendimento emergencial as pessoas vítimas de calamidade pública.
6. Manutenção do Conselho Tutelar.
7. Acompanhar as famílias que serão beneficiadas com moradias de Interesse Social.
8. Manutenção e Ampliação dos programas e serviços do Cadastro Único.
9. Apoiar os grupos de terceira idade existentes e criar novos grupos de terceira idade.



10. Manter e apoiar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes de 06 a 15 anos de idade.
11. Aderir o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Adolescentes e Jovens de 15 a 17 anos de idade (Projovem Adolescente) com geração de emprego e renda.
12. Manutenção do CRAS e do atendimento da rede social.
13. Aquisição de veículo, móveis e equipamentos.
14. Diagnosticar famílias para ampliar o número de moradias de Interesse Social.

#### 08. SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO:

1. Manter as atividades da Secretaria de Infra-Estrutura e Desenvolvimento.
2. Implantação de drenagem e boca de lobo para a condução das águas pluviais;
3. Treinamento de servidores para aperfeiçoamento administrativo e acompanhamento da legislação vigente;
4. Ampliação e pavimentação de estradas vicinais, ruas e avenidas com o objetivo de incentivar o escoamento da produção agrícola e industrial;
5. Participação na ampliação e pavimentação da Rodovia Urussanga-Santana, divisa com o Município de Lauro Müller;
6. Implantar sistema de sinalização indicativa em todo o município;
7. Aquisição de veículos, máquinas e equipamentos para serviços municipais;
8. Manutenção e ampliação do sistema de iluminação pública;
9. Aquisição de placas indicativas e de sinalização, no centro e bairros;
10. Conservação e ampliação de pavimentação de ruas e avenidas;
11. Construção, manutenção e ampliação de pontes;
12. Construção e manutenção dos abrigos de passageiros de ônibus;
13. Manutenção, ampliação e melhorias dos prédios e espaços públicos;
14. Controle e manutenção dos veículos em apoio as Secretarias de Educação, Saúde, Administração, Esporte, Cultura, Agricultura, Assistência Social e Infraestrutura e Desenvolvimento;
15. Manutenção de roçadas e limpeza urbana;
16. Controle e manutenção dos equipamentos rodoviários;
17. Dar sequência na implantação das ações do Plano Diretor Participativo;
18. Aquisição e adequação de terrenos para instalação de novas áreas industriais;
19. Humanização do espaço urbano através do melhoramento e embelezamento da cidade;
20. Reurbanização de áreas de intervenção social;
21. Adequar os acessos aos passeios e edificações públicas obedecendo as determinações de acessibilidade para todos;
22. Fiscalização a implantação de empreendimentos urbanos e rurais;
23. Treinar e qualificar adequadamente os recursos humanos do departamento;
24. Desenvolver ações que atendam as necessidades da infraestrutura
25. Equipar, modernizar e manter o departamento de Turismo.
26. Apoio ao Departamento de Obras na ampliação e manutenção do embelezamento e limpeza pública;
27. Criação e implantação de incentivos para a produção e comercialização de artesanato com identidade cultural,
28. Gestão e a divulgação adequada do patrimônio histórico e cultural.
29. Gestão dos eventos oficiais do Município;
30. Formação e treinamento dos agentes públicos do Setor de Turismo e Eventos;
31. Qualificação de empreendedores e prestadores de serviços turísticos.
32. Revitalização e dinamização das Centrais Turísticas.
33. Revitalização e manutenção de pontos turísticos.
34. Adequação do município ao Sistema Nacional de Turismo.

35. Criação e publicação de manuais informativos, cartilhas, guias e outros ligados ao turismo local e regional integrado.
36. Apoio ao Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) e as demais entidades representativas do Setor no Município tais como Associação do Produtores da Uva e do Vinho Goethe (PROGOETHE), Associação Amigos do Parque Municipal Ado Cassetari Vieira (AAP), entre outras;
37. Implantação, promoção e apoio dos roteiros turísticos: ações promocionais, publicidade e participação em eventos que divulgam e agrega valor à imagem do destino turístico;
38. Atuar integrando atrativos e serviços dos municípios vizinhos inseridos em roteiros regionais e nacionais;

#### 09. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:

1. Manutenção da Secretaria de Saúde;
2. Aquisição de imóveis para construção de postos de saúde;
3. Construção e ampliação de unidades básicas de saúde em convênio com outras esferas de governo;
4. Equipar, reequipar, reformar e ampliar a rede física de serviços públicos de saúde;
5. Implantação de ações de saúde individual e coletiva (consulta médica, consulta odontológica), vigilância sanitária, epidemiológica, saneamento básico em quantidade e qualidade necessárias e suficientes para reduzir indicadores de morbi - mortalidade da população, promovendo à vigilância a saúde;
6. Aquisição e distribuição de medicamentos, para hipertensos, diabéticos e outros programas, satisfazendo as necessidades da população e das ações de saúde em geral;
7. Promoção e apoio à formação de recursos humanos necessários para o bom funcionamento do sistema de saúde;
8. Desenvolvimento de ações de natureza preventiva em relação a epidemias, doenças transmissíveis e erradicação das mesmas;
9. Aquisição de veículos para os serviços da saúde no município;
10. Melhoria no transporte de pacientes em tratamento fora do domicílio;
11. Manutenção do consórcio municipal e/ou intermunicipal de saúde;
12. Treinamento de servidores para aperfeiçoamento administrativo e acompanhamento da legislação vigente;
13. Manutenção e ampliação de ações preventivas odontológicas individuais e coletivas;
14. Controle e monitoramento de áreas de risco para saúde;
15. Informatização do sistema de gerenciamento da saúde do município;
16. Manutenção dos Serviços de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU;
17. Controle de Zoonoses;
18. Melhoria dos acessos e embelezamento do entorno das unidades básicas de saúde;
19. Controle populacional de caninos e felinos (cães e gatos) composto por módulos de educação, esterilização e de doação, disposto na Lei nº 2.262, de 09.07.2007;
20. Implantação e manutenção de programas instituídos pelo município e por outras esferas de governo.

#### 10. FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA:

1. Manutenção das atividades do Fundo da Infância e Adolescência;
2. Manutenção de convênios.

#### 11. SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE:

1. Manutenção do Serviço Municipal de Água e Esgoto;
2. Manutenção e Ampliação do sistema de esgoto sanitário;
3. Manutenção e Ampliação do sistema de abastecimento de água;
4. Participação no Consórcio;

#### 12 - FUNDAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL DE URUSSANGA:

1. Manutenção da Fundação Municipal do Meio Ambiente;



2. Estruturar Sistema de Logística Reversa (Lei 12.305/2010, Art. 33);
3. Incentivo para aquisição de equipamentos e ferramentas para a fiscalização e monitoramento ambiental do município;
4. Incentivo na elaboração da Cartilha Ambiental apresentando as Instruções Normativas (IN) para o Licenciamento Ambiental junto a Fundação Municipal de Meio Ambiente;
5. Incentivo na implantação da Campanha de sensibilização e conscientização ambiental na Semana do Meio Ambiente;
6. Incentivo na implantação do Programa de educação Ambiental nas comunidades do município;
7. Incentivo na implantação do Projeto de Arborização;
8. Incentivo para o Projeto de Recuperação da Mata Ciliar;
9. Incentivo ao saneamento básico no meio urbano e rural;
10. Incentivar a adoção de métodos de saneamento básico sustentável no meio rural;
11. Fortalecimento do Conselho Municipal do Meio Ambiente;
12. Fortalecimento do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Urusanga;
13. Incentivo a recuperação ambiental de áreas degradadas;
14. Incentivo a coleta de resíduo reciclável;
15. Expansão das ações junto ao Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos Urbanos da Região Sul (CIRSURES);
16. Buscar ações junto as Universidades da região catarinense para incentivar a pesquisa socioambiental;
17. Estimular a realização de campanhas de educação ambiental;

## CAPÍTULO II

### DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 4º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – Programa o instrumento de organização de ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;

II – Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo continua e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III – Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do governo;

IV – Operações Especiais, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestações diretas sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades e projetos, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função, sub-função e programa as quais se vinculam.

§ 3º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária de conformidade com a portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério de Orçamento e Gestão, que atualiza a discriminação da despesa por funções de que trata o inciso I, do § 1º do art. 2º e § 2º do art. 8º, ambos da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964, por função, sub-função, programa, projetos ou atividades, na forma dos seguintes Adendos:

I – Demonstrativo da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Anexo I);

II – Receitas Segundo a Categoria Econômica (Anexo II);

III – Natureza das Despesas Segundo as Categorias Econômicas (Anexo II);

IV – Funções e Subfunções de Governo (Anexo V);

V – Programa de Trabalho do Governo (Anexo VI);

VI – Programa de Trabalho do Governo Consolidado (Anexo VII);

VII – Demonstrativo de Funções, Sub-Funções e Programas conforme Vínculo com os Recursos (Anexo VIII);

VIII – Demonstrativo das Despesas por Órgãos e Funções (Anexo IX);

IX – Demonstrativo da Evolução das Receitas;

X – Demonstrativo da Evolução das Despesas;

Art. 5º - O orçamento discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação e fonte de recursos.

Art. 6º O orçamento do Município compreenderá a programação do Poder Legislativo, Executivo, Fundos e Fundação abaixo descrito:

- Câmara de Vereadores;

- Prefeitura Municipal

- Fundo Municipal de Saúde;

- SAMAE;

- Fundo Municipal de Assistência Social;

- Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

- Fundação Municipal de Meio Ambiente;

Art. 7º A lei orçamentária discriminará em categorias de programação específicas as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais, que constarão das unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos.

Art. 8º O projeto de Lei orçamentária que o Poder Executivo Municipal encaminhará ao Poder Legislativo Municipal e a respectiva Lei será constituída de:

I – texto de lei;

II – quadros orçamentários consolidados;

## CAPÍTULO III

### DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

#### SEÇÃO I

##### DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 9º A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2016 deverão se realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal e o equilíbrio das contas públicas, observando-se o princípio da publicidade.

Art. 10. O Poder Legislativo Municipal terá como limites as despesas conforme o disposto no art. 29-A-CF (E.C. nº 25).

Art. 11. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, à alocação dos recursos na Lei orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 12. A proposta orçamentária anual atenderá as diretrizes gerais e aos princípios de unidade, universalidade, não podendo o montante das despesas fixadas excederem a previsão da receita para o exercício.

Art. 13. As receitas e as despesas serão estimadas tomando por base o índice de inflação apurado nos últimos doze meses, a tendência e o comportamento da arrecadação municipal mês a mês, conforme dispõe as Metas Fiscais.

§ 1º Na estimativa das receitas deverão ser consideradas, ainda, as

modificações da legislação tributária, incumbindo à Administração o seguinte:

- I – a atualização dos elementos físicos das unidades imobiliárias;
- II – a edição de uma planta genérica de valores de forma a minimizar a diferença entre as alíquotas nominais e as efetivas;
- III – a expansão do número de contribuintes;
- IV – a atualização do cadastro imobiliário fiscal.

§ 2º As taxas de polícia administrativa e de serviços públicos deverão remunerar a atividade municipal de maneira a equilibrar as respectivas despesas.

§ 3º Os tributos, cujo recolhimento poderá ser efetuado em parcelas, serão corrigidos monetariamente segundo a variação estabelecida pela unidade fiscal do Município.

§ 4º Nenhum compromisso será assumido sem que exista dotação orçamentária, e recursos financeiros previstos na programação de desembolso, e a inscrição de Restos a Pagar estarão limitados ao montante das disponibilidades de caixa.

Art. 14. Se a receita estimada para 2016, comprovadamente não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá afetar o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações.

Art. 15. Na execução do orçamento, verificado que o cumprimento da receita poderá afetar o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes Legislativos e Executivos, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário para as seguintes despesas abaixo:

- I – eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores;
- II – eliminação de despesas com horas extras;
- III – redução de 20% (vinte por cento) dos gastos com combustível para a frota de veículos das secretarias;
- IV – redução dos investimentos programados.

Art. 16. É vedada a inclusão na Lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação, esporte e cultura.

Art. 17. Os projetos de Lei relativos a créditos adicionais serão apresentados com o detalhamento estabelecido na Lei orçamentária.

Art. 18. As expansões das despesas obrigatórias, de caráter continuado, não excederão no exercício de 2016, a 20% (vinte por cento) da receita apurada no exercício de 2014.

Art. 19. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do anexo XII desta Lei.

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2015.

§ 2º Sendo esses recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo a anulação de recursos alocados para investimentos, desde que não vinculados ou já comprometidos.

Art. 20. O orçamento para o exercício de 2016 contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados a 3,0% (três por cento) da Receita Corrente Líquida prevista, destinada a atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme anexo XII desta lei.

Parágrafo Único – Para efeito desta lei, entendem-se como eventos

fiscais imprevistos, as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços da Administração Pública Municipal não orçado ou orçado a menor.

Art. 21. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

Art. 22. Para atender o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal o Poder Executivo incumbir-se-á do seguinte:

I – estabelecer Programação Financeira e o Cronograma de execução mensal de desembolso;

II – emitir, até 30 (trinta) dias após o encerramento do bimestre, relatório resumido da execução orçamentária, verificando o alcance das metas, e se não atingidas deverá realizar cortes de dotações da Prefeitura, Fundos, Fundação e da Câmara;

III – o Poder Executivo emitirá até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada quadrimestre o Relatório de Gestão Fiscal, avaliando o cumprimento das Metas Fiscais, em audiência pública, perante a Câmara de Vereadores;

Art. 23. Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, serão executados a partir da assinatura do convênio.

§ 1º Os recursos de convênios não previstos nos orçamentos da receita, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de crédito suplementar ou especial por excesso de arrecadação.

Art. 24. As renúncias de receita, estimadas para o exercício financeiro de 2016, são constantes do Anexo VIII desta Lei e serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 25. A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades beneficiará somente aquelas de caráter educativo, cultural, assistencial, recreativo, esportivo e de cooperação técnica.

Art. 26. Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para a conservação do patrimônio público, salvo os projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 27. Despesas de custeio de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convenio, acordos ou ajustes previstos recursos na lei orçamentária.

Art. 28. A previsão das Receitas e a fixação das Despesas serão orçadas para 2016 a preços correntes.

Art. 29. O Poder Executivo poderá ser autorizado a:

I – realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;

II – realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;

III – abrir créditos adicionais suplementares.

IV – transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação, nos termos do inciso VI do art. 167 da Constituição Federal.

V - abrir créditos suplementares por excesso de arrecadação ou superávit financeiro do exercício de 2015.

Art. 30. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações dentro do mesmo projeto ou atividade até o limite de 50% (cinquenta por cento) da receita estimada para o Orçamento, com finalidade de atender insuficiências nas dotações orçamentárias em conformidade com o previsto no Inciso I, II, III e IV do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março 1964;

§ 1.º - Para efeito de observância do limite previsto neste artigo, na aferição do saldo para abertura de créditos adicionais, serão dedutíveis, do montante fixado, os créditos abertos por excesso de arrecadação e superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.

§ 2.º - Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 31. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de pessoal e encargos sociais entre as administrações direta e indireta, sem lhes alterar o valor global, para assegurar a execução das despesas com Folha de Pagamento.

Art. 32. Durante a execução orçamentária de 2016, o Executivo Municipal, autorizado por Lei, poderá incluir novos projetos ou atividades nos orçamentos, fiscais e no Plano Plurianual, na forma de crédito especial.

Art. 33. Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular, emitidas por autoridades locais, e comprovantes de regularidade de sua diretoria.

#### CAPÍTULO IV

##### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 34. Obedecidos os limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2016, destinado a financiar despesas de capital previstas no orçamento.

Art. 35. As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária e autorizadas por Lei específica.

Art. 36. A verificação dos limites da dívida pública será feita na forma e nos prazos estabelecidos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

#### CAPÍTULO V

##### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM O PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 37. O Executivo Municipal poderá conceder qualquer vantagem ou aumento de remuneração ou proposta a criação de cargos ou alteração da estrutura de carreiras, bem como a admissão de pessoal pelos órgãos da administração Municipal, mediante a existência de previa dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesas de pessoal e dos acréscimos dela decorrentes, observados os limites e as regras da Lei Complementar 101/2000.

§ 1º As alterações do quadro de cargos permanentes da Prefeitura, nas quantidades legalmente fixadas somente será possível nos casos de comprovada insuficiência decorrente de expansão patrimonial, incremento físico, de serviços prestados à comunidade, novas atribuições recebidas no exercício de 2015 ou no decorrer de 2016, respeitando-se os requisitos para preenchimento;

§ 2º Serão fixadas na lei orçamentária anual, despesas com pessoal específico para programas de formação de mão de obra. Treinamento, aperfeiçoamento, reciclagem, provas, concursos, tendo em vista as disposições legais e promoção, no âmbito do Município.

Art. 38. A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e legislativo não excederá em percentual os limites de 54,00% e 6,00% da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 39. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal, poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 40. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

I – eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II – eliminação das despesas com horas extras;

III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 41 – Os contratados de terceirização de mão de obra que se referirem à substituição de servidores públicos, serão contabilizados como “outras despesas de Pessoal”, sub-elemento do elemento de despesa 3.1.90.34 – outras despesas de pessoal decorrente de contratação terceirizada.

Parágrafo Único – Para efeito do disposto neste Artigo, entende-se como terceirização de mão de obra, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes da estrutura organizacional e que não envolva a utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 42. A verificação dos limites das despesas com pessoal serão feitas na forma estabelecida da Lei de Responsabilidade Fiscal.

#### CAPÍTULO VI

##### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 43. O Executivo Municipal autorizado em Lei poderá conceder benefícios fiscais aos contribuintes, devendo, nestes casos, serem considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentando estudos do seu impacto e atender ao disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 44. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em Lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 45. A lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária ou financeira, somente entrará em vigor após anulação de despesas em valor equivalente, caso produzam impacto financeiro no mesmo exercício.

#### CAPÍTULO VII

##### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 46. Caso seja necessária a limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira, essa será de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de despesas com material de consumo, serviços de terceiros e encargos, diversas despesas de custeio, investimentos e inversões financeiras, paralisação temporária de atividades caracterizadas como não essenciais; reavaliação da distribuição das cotas mensais do orçamento em cada órgão, reanálise dos custos de cada ação orçamentária em execução e seleção de prioridades a serem efetuadas até o final do exercício.

§ 1º Na hipótese de ocorrência dos dispostos no caput deste artigo, o Chefe do Poder Executivo Municipal comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 2º O Chefe do Poder Executivo Municipal, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior publicará ato estabelecendo os montantes que cada órgão do respectivo Poder terá como limite de movimentação e empenho.

Art. 47. O Poder Executivo deverá elaborar e publicar até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2016, cronograma anual

de desembolso mensal, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.

Art. 48. São vedados quaisquer procedimentos que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo Único - A Contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentária financeira efetivamente ocorrida, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivado da inobservância do caput deste artigo.

Art. 49. O Poder Executivo poderá firmar convênio com outras esferas de Governo para desenvolver programas nas áreas de educação, cultura, saúde, assistência social, transporte, obras, habitação, urbanismo, saneamento, agricultura, turismo, desenvolvimento econômico, segurança pública, assistência, e previdência.

Art. 50. O Município aplicará 25% (vinte e cinco por cento) de sua receita resultante de impostos, conforme dispõe o artigo 212 da Constituição Federal, prioritariamente na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e pré-escolar (educação infantil) e, 15% (quinze por cento) em ações de saúde, nos termos do art. 7º inciso III da Emenda Constitucional nº 29/2000.

Parágrafo Único - A aplicação dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e da valorização do magistério obedecerá ao disposto na Emenda Constitucional nº 14/96 e às Leis nº 9.924/96, de 24.12.96.

Art. 51. A Estrutura do Orçamento Anual obedecerá à estrutura organizacional aprovada por decreto, acrescida dos fundos especiais criados por Lei, que recebam recursos do Tesouro Municipal e transferências intergovernamentais.

Art. 52. O Chefe do Poder Executivo Municipal de Urussanga enviará à Câmara Municipal, até trinta e um de agosto de dois mil e quinze, a proposta orçamentária para o exercício de 2016.

§ 1º Se o projeto de Lei Orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2016 fica o Executivo Municipal autorizado a executar a Proposta Orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva Lei Orçamentária Anual.

§ 2º Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no Parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2015 o excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 53. Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação e seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016.

Paço Municipal Lydio de Brida, em Urussanga, 22 de junho de 2015.  
JOHNNY FELIPPE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria de Administração e Finanças, aos vinte e dois dias do mês de junho de 2015.

JOANINHA COPETTI  
Assistente Administrativo

## LEI 2.718

LEI Nº 2.718, de 24 de junho de 2015.

CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOHNNY FELIPPE, PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a presente lei.

Art. 1º. É concedido, a título de revisão geral anual sobre as remunerações, salários, proventos e pensões dos servidores ativos e inativos dos Poderes Executivo e Legislativo, dos servidores do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE e dos servidores da Fundação Ambiental Municipal de Urussanga – FAMU, o percentual de 8,34% (oito vírgula trinta e quatro por cento) correspondente ao acumulado do INPC do período compreendido entre maio/2014 e abril/2015, mais 0,66% (zero vírgula sessenta e seis por cento) de aumento real a incidir a partir de 1º de maio de 2015, totalizando 9,00% (nove por cento).

§1º – O reajuste previsto no caput não se aplica aos profissionais do Magistério Público Municipal, que já tiveram o reajustamento salarial concedido pela Lei n.º 2.707 de 02 de abril de 2015.

§2º - O reajuste previsto no caput não se aplica aos Agentes de Saúde e Agentes de Combates às Endemias que terão o reajuste salarial de 7,19%, correspondente ao acumulado do INPC do período compreendido entre julho a abril/15 e ganho real de 0,66%, retroativo a maio/2015.

Art. 2º. A partir de outubro de 2015, o salário base do cargo de auxiliar e/ou atendente de odontólogo passará a ser de R\$ 1.100,00 (hum mil e cem reais), adequando-se à média regional.

Art. 3º. A partir de outubro de 2015, o salário do cargo de técnico e/ou auxiliar de enfermagem será acrescido de R\$ 300,00 (trezentos reais), adequando-se à média regional.

Parágrafo único – Caso o novo Plano de Cargos e Salários preveja a mudança de amplitude de referência dos cargos previsto no caput, de 8-15 para 11-18, o acréscimo previsto no caput não será concedido se a Lei for aprovada antes de outubro de 2015, ou será revogado por ocasião de sua aprovação.

Art. 4º. O pagamento do índice de 13,01% (treze vírgula zero um por cento) incidente nos salários de janeiro e fevereiro de 2015, concedido ao Magistério através da Lei nº 2.707/15, será repassado nos meses de julho e agosto de 2015.

Art. 5º. Fica concedido o percentual de 8,34% (oito vírgula trinta e quatro por cento), a título de revisão geral anual, que corresponde o acumulado do INPC do período compreendido entre maio/2014 e abril/2015, aos agentes políticos do Município.

Art. 6º. Fica estabelecido aos servidores ativos e inativos dos Poderes Executivo e Legislativo, dos servidores do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE e dos servidores da Fundação Ambiental Municipal de Urussanga - FAMU, o piso mínimo salarial o valor de R\$888,21 (oitocentos e oitenta e oito reais e vinte e um centavos), retroativos à 1º de maio de 2015.

Art. 7º. Fica concedido abono indenizatório no valor de R\$174,00 (cento e setenta e quatro reais), a cada servidor dos Poderes Executivo e Legislativo, dos servidores do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE e dos servidores da Fundação Ambiental Municipal de Urussanga - FAMU, quando do gozo de férias, vigorando de 1º de maio de 2015 a 30 de abril de 2016, limitado a um abono por servidor.

§ 1º. Caso o servidor tenha direito ao gozo de férias no período concessivo do abono, e por necessidade imperiosa da administração não venha a gozá-la, o valor do abono deverá ser pago até abril de 2016.



§ 2º. O servidor que for demitido ou pedir demissão e não tiver direito a férias integrais fará jus ao abono de que trata esta lei de forma proporcional, na razão de 1/12 por mês trabalhado.

§3º O servidor que possuir afastamento ao serviço superior a 180 dias não fará jus ao abono de que trata o caput.

Art. 8º. Aos servidores estatutários inativos (aposentados e pensionistas), fica assegurado o recebimento de abono no valor de R\$174,00 (cento e setenta e quatro reais), a serem pagos até 30 de junho de 2016.

Art. 9º. As horas extras prestadas aos sábados, domingos e feriados, serão pagas observando o disposto na Constituição Federal.

§1º. Quando da prestação de horas extras, estas deverão ser pagas em pecúnia, podendo haver a compensação de horas mediante anuência do servidor.

§2º. Aos motoristas da Educação vinculados ao transporte escolar serão pagos 80 horas extras por mês a 50% e mais 40 horas noturnas.

Art. 10. O Plano de carreira do Magistério será reformulado pela comissão de trabalhadores, sindicato e Administração, devendo ser enviado à Câmara de Vereadores após a aprovação do novo Estatuto dos Servidores.

Art. 11. O Município deverá encaminhar ao SISERP os projetos de Lei do novo Estatuto dos Servidores e do novo Plano de Carreira até 06 de julho de 2015, para análise e aprovação em assembleia e posterior envio à Câmara de Vereadores.

Art. 12. É assegurando o pagamento de adicional noturno no percentual de 30% (trinta por cento) incidente sobre a hora normal trabalhada.

Art. 13. Fica assegurado o recebimento de regência de classe aos professores afastados da sala de aula por motivos de saúde que forem readaptados em outra função.

Art. 14. O Município deverá fornecer refeições aos servidores lotados na Secretaria de Infraestrutura e Secretaria de Agricultura, aos motoristas da Secretaria de Educação e aos motoristas de ambulância da Secretaria de Saúde.

Art. 15. Aos servidores devidamente nomeados por meio de portaria para exercerem suas atividades laborais com utilização de motocicleta ou motoneta, será pago o adicional de periculosidade no percentual de 30% sobre o salário.

Parágrafo único - Não são consideradas perigosas, para efeito do caput:

- a) a utilização de motocicleta ou motoneta exclusivamente no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela;
- b) as atividades em veículos que não necessitem de emplacamento ou que não exijam carteira nacional de habilitação para conduzi-los;
- c) as atividades em motocicleta ou motoneta em locais privados.
- d) as atividades com uso de motocicleta ou motoneta de forma eventual, assim considerado o fortuito, ou o que, sendo habitual, dá-se por tempo extremamente reduzido.

Art. 16. Fica garantido às Agentes de Saúde o gozo de férias de 02 períodos de 15 (quinze) dias consecutivos, uma vez cumprido o período aquisitivo conforme legislação.

Art. 17. O pagamento da gratificação de 20% aos "Gerentes de Equipe ESF", prevista na Lei nº 2.693/2014, será efetuado a partir de outubro de 2015.

Parágrafo único – As gratificações relativas ao período de dezembro

de 2014 a setembro de 2015 serão pagas a partir de outubro de 2015, em 10 (dez) parcelas.

Art. 18. O Município de Urussanga deverá fornecer os equipamentos de proteção, individuais ou coletivos, em conformidade com os laudos de engenharia e segurança do trabalho.

Parágrafo único – Será previsto no novo Plano de Cargos e Salários a criação de uma vaga de Técnico em Segurança do Trabalho, que deverá ser ofertada por ocasião da realização de concurso público.

Art. 19. O servidor que posterior o cumprimento de sua jornada habitual de trabalho, permanecer em sua residência aguardando a qualquer momento o chamado para o serviço, por ordem de seu superior hierárquico, fará jus ao Adicional de Sobreaviso a razão de 1/3 (um terço) da remuneração/hora normal.

Art. 20. O Município irá efetuar o pagamento da verba indenizatória de 1/3 de férias, juntamente com o respectivo vencimentos/salários, na folha de pagamento subsequente ao período de fruição.

§1º O servidor que optar por receber até dois dias antes do início do período de férias, o adiantamento do salário do período de férias acrescido de 1/3, deverá preencher requerimento no Departamento Pessoal até 15 (quinze) dias antes da fruição.

§2º Fica acordada a possibilidade de concessão de férias coletivas no período de 22/12/2015 à 21/01/2016, efetuando-se o pagamento dos vencimentos/salários do mês de dezembro/2015 até o último dia útil do mesmo mês, e o pagamento da verba indenizatória de 1/3 de férias conjuntamente com os vencimentos/salários do mês de janeiro/2016 até o último dia útil do mês de janeiro/2016.

Art. 21. Aos motoristas da Secretaria de Educação e aos motoristas de ambulância da Secretaria de Saúde que se deslocarem do Município de Urussanga, sem pernoite, terão direito a receberem:

- a) 15% da diária (R\$ 30,00) nos deslocamentos para a região a AMREC/AMESC/AMUREL;
- b) 25% (R\$50,00) nos deslocamentos para Florianópolis e demais regiões de SC não previstas na alínea anterior;

- c) 30% da diária (R\$ 60,00) nos deslocamentos para outros Estados da Federação.

Parágrafo único – Sempre que o deslocamento exigir pernoite, deverá ser seguida a regra geral do Decreto que regulamente a concessão de diárias aos servidores municipais.

Art. 22. Os motoristas da Secretaria de Educação que se deslocarem dentro do Município terão direito a abono indenizatório no valor de R\$10,00/dia aos que laborarem até 18h30min, e de R\$ 20,00/dia aos que laborarem até 23h.

Parágrafo único - O benefício concedido por este artigo não se incorpora à remuneração do servidor para qualquer efeito legal, e não comporá nenhuma base de cálculo para qualquer outra vantagem.

Art. 23. Aos motoristas da Secretaria de Educação que laborarem extraordinariamente nos finais de semana, além do direito de receberem os percentuais previstos no art. 19, terão direito as horas-extras efetivamente trabalhadas, com o acréscimo de 50% no sábado e de 100% no domingo.

Art. 24. O Município de Urussanga deverá promover concurso público para todas as secretarias até dezembro de 2015.

Art. 25. O Município de Urussanga efetuará o pagamento das remunerações de seus servidores até o último dia do mês em curso.

Art. 26. Será antecipado a todos os trabalhadores 50% (cinquenta por cento) do 13º salário, na folha de pagamento do mês de junho.

Parágrafo único - Caso o servidor não queira receber a antecipação

do seu 13º salário, deverá comunicar, por escrito, ao Departamento de Pessoal da Prefeitura até o dia 15 de junho.

Art. 27. Aos servidores que laborarem em locais insalubres ou perigosos, conforme apontado em laudo ambiental, deverá ser pago o respectivo adicional de insalubridade com base no salário-mínimo, ou o adicional de periculosidade com base no salário-base, vedado o recebimento cumulativo dos referidos adicionais.

Parágrafo único - O Município deverá fazer a revisão do Laudo Técnico Pericial com participação do sindicato, de forma que todos os trabalhadores possam ter acesso à informação correta de quais locais são insalubres ou perigosos, bem como, e o valor pago a título de adicional.

Art. 28. O Município repassará ao SISERP as verbas relativas a convênios, mensalidades e outros, até 72 (setenta e duas horas) após o pagamento das primeiras folhas aos servidores.

Art. 29. As despesas inerentes à execução desta lei correm a expensas de dotações de pessoal do orçamento vigente dos Poderes Executivo e Legislativo, do SAMAE e da FAMU.

Art. 30. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de maio de 2015 e vigência até 30 de abril de 2016.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 24 de junho de 2015.

JOHNNY FELIPPE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria de Administração e Finanças, aos vinte e quatro dias do mês de junho de 2015.

JOANINHA COPETTI  
Assistente Administrativo



# Vargeão

## PREFEITURA

**EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS AOS CONTRATOS Nº 110/2013, Nº 144/2013E Nº 168/2014.**

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS aos contratos nº 110/2013, nº 144/2013e nº 168/2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

QUINTO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: BENEFATTO CONSTRUTORA LTDA

OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 110/2013 por mais um período de 60 (sessenta) dias.

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 110/2013.

Vargeão, SC, 15 de junho de 2015.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

QUINTO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: LUHEMA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 144/2013 por mais um período de 120 (cento e vinte) dias.

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 144/2013.

Vargeão, SC, 15 de junho de 2015.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

TERCEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: AGROTER CONSTRUTORA LTDA

OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 168/2014 por mais um período de 30 (trinta) dias.

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 168/2014.

Vargeão, SC, 07 de junho de 2015.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

# Videira

## PREFEITURA

### ANULAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 81/2015-PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 81/2015-PMV

ANULAÇÃO

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que a licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 81/2015-PMV, a qual tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS GENUÍNAS E MÃO DE OBRA PARA CONserto DO MOTOR TRATOR VALMET 785 4X4, FROTA 90, DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA foi anulada. Informações na Av. Manoel Roque, nº 188, fone (49) 3566-9034 ou 3566-9012.

Videira, 23 de junho de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 043/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 043/15

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da convocação, comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir o cargo para o qual foram nomeados, em razão de aprovação no Concurso Público- Edital nº 002/2014:

CONVOCADO	CARGO	DECRETO NOMEAÇÃO
1. GRACIELA WEIMER	ASSISTENTE SOCIAL	12.099/15, DE 17/06/2015
2. SAMANTHA VANIN FELCHILCHER	PSICÓLOGO	12.100/15, DE 17/06/2015
3. CLEUSA ZANOTTI	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	12.101/15, DE 17/06/2015
4. MARILENE APARECIDA DA SILVA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	12.102/15, DE 17/06/2015
5. SIMONE CAON TURMINA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	12.103/15, DE 17/06/2015
6. LOIRI DE FATIMA DE OLIVEIRA SALGADO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	12.104/15, DE 17/06/2015
7. DEJANIR CAMPOLIM DE JESUS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	12.105/15, DE 17/06/2015
8. JOELMA FERNANDA PAZ DE OLIVEIRA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	12.106/15, DE 17/06/2015
9. SIMIONE DOS REIS BAZZAN	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	12.107/15, DE 17/06/2015
10. VITORINA VIECELI	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	12.108/15, DE 17/06/2015
11. CLAUDINO DE OLIVEIRA DO CAMPO	MOTORISTA I – VEÍCULOS DE PASSEIO, VANS E UTILITÁRIOS PEQUENOS	12.110/15, DE 17/06/2015

Os convocados deverão apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

a) Carteira de Trabalho;

b) PIS/PASEP;

c) 1 (uma) foto 3x4;

d) Comprovante de Residência;

e) Declaração de dependentes para Imposto de Renda;

f) Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;

g) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);

h) Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);

i) Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso).

Apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.

a) Avaliação Cardiológica;

b) Avaliação Neurológica;

c) RX Tórax;

d) RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;

e) Hemograma;

f) VDRL;

g) ABO RH;

h) Glicemia;

i) Ex. Quant. Urina;

j) EPF;

k) Avaliação Audiométrica;

l) Apresentar comprovante de vacina antitetânica;

m) Exame Anti-HBS.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência para possibilitar a realização da perícia médica dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da convocação.

O não atendimento a presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 23 de Junho de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 044/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 044/15

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocadas as candidatas abaixo relacionada para, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da convocação, comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir o cargo para o qual foram nomeadas, em razão de aprovação no Concurso Público - Edital nº 003/2014:

CONVOCADA	CARGO	DECRETO NOMEAÇÃO
1. ADRIANA FERLIN	PROFESSOR – ÁREA DE ATUAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL	12.111/15, DE 17/06/2015
2. FLAVIANE MARAFON BALEM CANONICA	PROFESSOR – ÁREA DE ATUAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL	12.112/15, DE 17/06/2015

As convocadas deverão apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- a) Carteira de Trabalho;
- b) PIS/PASEP;
- c) 1 (uma) foto 3x4;
- d) Comprovante de Residência;
- e) Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- f) Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- g) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);
- h) Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- i) Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso).

Apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.

- a) Avaliação Cardiológica;
- b) Avaliação Neurológica;
- c) RX Tórax;
- d) RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- e) Hemograma;
- f) VDRL;
- g) ABO RH;
- h) Glicemia;
- i) Ex. Quant. Urina;
- j) EPF;
- k) Avaliação Audiométrica;
- l) Apresentar comprovante de vacina antitetânica;
- m) Exame Anti-HBS.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência para possibilitar a realização da perícia médica dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da convocação.

O não atendimento a presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 23 de Junho de 2015.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

## EXTRATO TERMO ADITIVO DE CONVÊNIO

Extrato de Termo Aditivo ao Convênio nº 25/2010

CONCEDENTE: Município de Videira

CNPJ: 83.039.842/0001-84

CONVENIADO: Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina - Tribunal de Justiça

CNPJ: 83.845.701/0001-59

OBJETO: Aditivo ao Convênio nº 25/2010 que tem por objetivo a prorrogação de vigência do respectivo convênio firmado entre o Município de Videira e o Poder Judiciário de Santa Catarina.

PREVISÃO LEGAL: Lei Municipal 2.377/10.

VIGÊNCIA: O presente Convênio ora aditado fica prorrogado por 60 meses a partir de 29/07/2015, vencendo em 29/10/2015.

Videira, 30 de abril de 2015.

WILMAR CARELLI NELSON JULIANO SCHAEFER MARTINS  
Prefeito Municipal PRESIDENTE

## INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 11/2015 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE VIDEIRA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 11/2015 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 11/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 127/2015

HOMOLOGAÇÃO: 24/06/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM A BANDA "JOTA QUEST", NO DIA 04 DE SETEMBRO DE 2015, NA SERP, VIDEIRA/SC. PELA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA.

CONTRATADO: JOTA QUEST PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E FONOGRÁFICAS LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 133.357,00 (cento e trinta e três mil e trezentos e cinquenta e sete mil reais).

FUNDAMENTO: Art. 25, inciso III, e atentando também com o Art. 26 da Lei 8.666/93.

Videira/SC, 24 de Junho de 2015.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

### RESOLUÇÃO Nº 006/2015

RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 006/2015.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PARLAMENTAR ESPECIAL, CRIADA PELA RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 003/2015.

A Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Videira, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e o Regimento Interno.

Faço saber que a Edilidade, em Sessão Plenária, aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução Legislativa:

Art. 1º. Fica prorrogado por 90 (noventa) dias o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Parlamentar Especial, criada pela Resolução Legislativa nº 003/2015.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei nº 2.070/08, com efeitos a partir do dia 25 de junho de 2015.

Sala das Sessões, 23 de junho de 2015.

CHRISTIANE ZIMMER  
Presidente

CLARIMAR RAIMUNDO BETTONI  
Secretário

# Vitor Meireles

## PREFEITURA

### ATA DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO 017/2015

Ata de Julgamento de Documentos para habilitação do Edital nº000017/2015.

Tomada de Preço p/ Obras e Serviços de Engenharia 000001/2015

Às quatorze horas(s), do vigésimo quarto dia, do mês de junho de dois mil e quinze, nas dependências da Secretaria de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC reuniram-se os membros da comissão permanente de licitações nomeados pelo decreto nº. 002/2015, composta pelos senhores CLAUDINEI FELICIANO, Presidente, VALDELI JOSE SEBASTIAO, Secretário e JAIR WIPPEL, membro, para julgamento dos recursos apresentados pela empresa; ARAUJO CONSTRUÇÕES LTDA - EPP. Após a análise dos documentos apresentados, e consultas a jurisprudências acerca do assunto, verificou-se que a empresa estava de acordo com o Edital, ficando desta forma HABILITADA. Após a publicação do Aviso de Julgamento de Habilitação no Diário Oficial dos Municípios, deverá ser aberto o prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recursos, com a abertura dos envelopes propostas marcada para o dia 01/07/2015 as 14:00 nas dependências da Secretaria de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC.

Prosseguindo o presidente da comissão, solicitou que fosse lavrada a ata. Nada mais havendo a tratar, após ser lida e aprovada, será assinada a presente Ata do Certame.

Vitor Meireles/SC, em 24/06/2015.

CLAUDINEI FELICIANO Presidente	VALDELI JOSE SEBASTIAO Secretário	JAIR WIPPEL Membro
-----------------------------------	--------------------------------------	-----------------------

### PORTARIA Nº 110/2015

PORTARIANº 110/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009, de 23 de dezembro de 2009,

Nome: ADEMAR DOMINGOS FUSINATO  
Cargo: TECNICO EM CONTABILIDADE

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Progressão por Desempenho, equivalente a 6% (seis por cento) sobre o salário base do mês de maio de 2015, por ter obtido média 9,22 referente às três últimas avaliações, com conceito "excelente" na Avaliação de Desempenho, passando do Nível VIII-7 para o Nível VIII-8, dentro da Secretaria de Administração e Finanças.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de junho de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 24 DE JUNHO DE 2015.

LOURIVAL LUNELLI  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_/\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

### PORTARIA Nº 111/2015

PORTARIANº 111/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009, de 23 de dezembro de 2009,

Nome: ANA MARIA BERKENBROCK BOGO  
Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Progressão por Desempenho, equivalente a 6% (seis por cento) sobre o salário base do mês de maio de 2015, por ter obtido média 9,11 referente às três últimas avaliações, com conceito "excelente" na Avaliação de Desempenho, passando do Nível II-3 para o Nível II-4, dentro da Secretaria de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de junho de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 24 DE JUNHO DE 2015.

LOURIVAL LUNELLI  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_/\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

### PORTARIA Nº 112/2015

PORTARIANº 112/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009, de 23 de dezembro de 2009,

Nome: BELMIRO FRAZÃO  
Cargo: OPERADOR DE MÁQUINAS

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Progressão por Desempenho, equivalente a 6% (seis por cento) sobre o salário base do mês de maio de 2015, por ter obtido média 9,22 referente às três últimas avaliações, com conceito "excelente" na Avaliação de Desempenho, passando do Nível V-3 para o Nível V-4, dentro da Secretaria de Obras

e Serviços Públicos.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de junho de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 24 DE JUNHO DE 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

### **PORTARIA Nº 113/2015**

PORTARIANº 113/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009, de 23 de dezembro de 2009,

Nome: CÉLIO MELO DE JESUS

Cargo: MOTORISTA

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Progressão por Desempenho, equivalente a 6% (seis por cento) sobre o salário base do mês de maio de 2015, por ter obtido média 9,22 referente às três últimas avaliações, com conceito "excelente" na Avaliação de Desempenho, passando do Nível IV-4 para o Nível IV-5, dentro da Secretaria de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de junho de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 24 DE JUNHO DE 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

### **PORTARIA Nº 114/2015**

PORTARIANº 114/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009, de 23 de dezembro de 2009,

Nome: CLEITON ALEXANDRE TOSE

Cargo: MOTORISTA

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Progressão por Desempenho, equivalente a 6% (seis por cento) sobre o salário base do mês de maio de 2015, por ter obtido média 9,22 referente às três últimas avaliações, com conceito "excelente" na Avaliação de Desempenho, passando do Nível IV-3 para o Nível IV-4, dentro da Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de junho de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 24 DE JUNHO DE 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

### **PORTARIA Nº 115/2015**

PORTARIANº 115/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009, de 23 de dezembro de 2009,

Nome: EDGAR BORGES VIEIRA

Cargo: MOTORISTA

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Progressão por Desempenho, equivalente a 6% (seis por cento) sobre o salário base do mês de maio de 2015, por ter obtido média 9,22 referente às três últimas avaliações, com conceito "excelente" na Avaliação de Desempenho, passando do Nível IV-5 para o Nível IV-6, dentro da Secretaria de Saúde.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de junho de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 24 DE JUNHO DE 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.



**PORTARIA Nº 116/2015**

PORTARIANº 116/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve  
CONCEDER:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009, de 23 de dezembro de 2009,

Nome: EDSON STEUCK  
Cargo: MOTORISTA

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Progressão por Desempenho, equivalente a 6% (seis por cento) sobre o salário base do mês de maio de 2015, por ter obtido média 9,13 referente às três últimas avaliações, com conceito "excelente" na Avaliação de Desempenho, passando do Nível IV-4 para o Nível IV-5, dentro da Secretaria de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de junho de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 24 DE JUNHO DE 2015.

LOURIVAL LUNELLI  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA  
VITOR MEIRELES/SC, \_\_/\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

**PORTARIA Nº 117/2015**

PORTARIANº 117/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve  
CONCEDER:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009, de 23 de dezembro de 2009,

Nome: HERCILIO FOSSA  
Cargo: MOTORISTA

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Progressão por Desempenho, equivalente a 6% (seis por cento) sobre o salário base do mês de maio de 2015, por ter obtido média 9,21 referente às três últimas avaliações, com conceito "excelente" na Avaliação de Desempenho, passando do Nível IV-4 para o Nível IV-5, dentro da Secretaria de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de junho de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 24 DE JUNHO DE 2015.

LOURIVAL LUNELLI  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA  
VITOR MEIRELES/SC, \_\_/\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

**PORTARIA Nº 118/2015**

PORTARIANº 118/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve  
CONCEDER:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009, de 23 de dezembro de 2009,

Nome: IVO PÉTRIS  
Cargo: ALMOXARIFE

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Progressão por Desempenho, equivalente a 6% (seis por cento) sobre o salário base do mês de maio de 2015, por ter obtido média 8,76 referente às três últimas avaliações, com conceito "muito bom" na Avaliação de Desempenho, passando do Nível IV-11 para o Nível IV-12, dentro da Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de junho de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 24 DE JUNHO DE 2015.

LOURIVAL LUNELLI  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA  
VITOR MEIRELES/SC, \_\_/\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

**PORTARIA Nº 119/2015**

PORTARIANº 119/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve  
CONCEDER:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009, de 23 de dezembro de 2009,

Nome: JOSÉ CACHOEIRA  
Cargo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Progressão por Desempenho, equivalente a 6% (seis por cento) sobre o salário base do mês de maio de 2015, por ter obtido média 9,02 referente às três últimas avaliações, com conceito "excelente" na Avaliação de Desempenho, passando do Nível II-2 para o Nível II-3, dentro da Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de junho de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 24 DE JUNHO DE 2015.

LOURIVAL LUNELLI  
Prefeito Municipal



REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA  
VITOR MEIRELES/SC, \_\_/\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

**PORTARIA Nº 120/2015**

PORTARIANº 120/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009, de 23 de dezembro de 2009,

Nome: LUIS CARLOS BOING  
Cargo: CONTADOR

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Progressão por Desempenho, equivalente a 6% (seis por cento) sobre o salário base do mês de maio de 2015, por ter obtido média 9,22 referente às três últimas avaliações, com conceito "excelente" na Avaliação de Desempenho, passando do Nível XII-5 para o Nível XII-6, dentro da Secretaria de Administração e Finanças.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de junho de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 24 DE JUNHO DE 2015.  
LOURIVAL LUNELLI  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA  
VITOR MEIRELES/SC, \_\_/\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

**PORTARIA Nº 121/2015**

PORTARIANº 121/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009, de 23 de dezembro de 2009,

Nome: MARCELINO ALBERTON  
Cargo: MOTORISTA

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Progressão por Desempenho, equivalente a 6% (seis por cento) sobre o salário base do mês de maio de 2015, por ter obtido média 9,18 referente às três últimas avaliações, com conceito "excelente" na Avaliação de Desempenho, passando do Nível IV-4 para o Nível IV-5, dentro da Secretaria de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de junho de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 24 DE JUNHO DE 2015.

LOURIVAL LUNELLI  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA  
VITOR MEIRELES/SC, \_\_/\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

**PORTARIA Nº 122/2015**

PORTARIANº 122/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009, de 23 de dezembro de 2009,

Nome: OTHVIN STEUCK  
Cargo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Progressão por Desempenho, equivalente a 6% (seis por cento) sobre o salário base do mês de maio de 2015, por ter obtido média 8,19 referente às três últimas avaliações, com conceito "muito bom" na Avaliação de Desempenho, passando do Nível II-2 para o Nível II-3, dentro da Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de junho de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 24 DE JUNHO DE 2015.  
LOURIVAL LUNELLI  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA  
VITOR MEIRELES/SC, \_\_/\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

**PORTARIA Nº 123/2015**

PORTARIANº 123/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009, de 23 de dezembro de 2009,

Nome: ROSANE FERREIRA DA CRUZ  
Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Progressão por Desempenho, equivalente a 6% (seis por cento) sobre o salário base do mês de maio de 2015, por ter obtido média 8,82 referente às três últimas avaliações, com conceito "muito bom" na Avaliação de Desempenho, passando do Nível II-3 para o Nível II-4, dentro da Secretaria de

Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de junho de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 24 DE JUNHO DE 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

### **PORTARIA Nº 124/2015**

PORTARIANº 124/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009, de 23 de dezembro de 2009,

Nome: ROSANE TEREZINHA FISTAROL FRAZÃO

Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Progressão por Desempenho, equivalente a 6% (seis por cento) sobre o salário base do mês de maio de 2015, por ter obtido média 9,09 referente às três últimas avaliações, com conceito "excelente" na Avaliação de Desempenho, passando do Nível II-3 para o Nível II-4, dentro da Secretaria de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de junho de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 24 DE JUNHO DE 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

### **PORTARIA Nº 125/2015**

PORTARIANº 125/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009, de 23 de dezembro de 2009,

Nome: VILMAR CANI

Cargo: MOTORISTA

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Progressão por Desempenho, equivalente a 6% (seis por cento) sobre o salário base do mês de maio de 2015, por ter obtido média 8,87 referente às três últimas avaliações, com conceito "muito bom" na Avaliação de Desempenho, passando do Nível IV-5 para o Nível IV-6, dentro da Secretaria de Saúde.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de junho de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 24 DE JUNHO DE 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

### **TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 001/2015**

TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO A TÍTULO PRECÁRIO

Pelo presente instrumento particular de TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO A TÍTULO PRECÁRIO, de um lado o MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES, inscrito no CNPJ/MF sob nº 79.372.520/0001-85, com sede à Rua Santa Catarina, n. 2266, bairro Centro, município e Vitor Meireles (SC), neste ato representado por seu Prefeito, Sr. LOURIVAL LUNELLI, doravante denominado simplesmente de PERMITENTE, e de outro lado, a ASSOCIAÇÃO DE MÃES CANTINHO DA TERNURA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n. 22.604.442/0001-80, com sede à localidade de Alto Ribeirão Palmitos, município de Vitor Meireles (SC), doravante denominada simplesmente de PERMISSIONÁRIA, conforme preceitua o Artigo 109, inciso I, alínea "g", da Lei Orgânica do Município, tem, entre si, justos e contratados o que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** - A PERMITENTE é proprietária do terreno urbano, situado na Estrada Geral, localidade e Ribeirão Palmitos, município de Vitor Meireles, Comarca de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, a 18 km da sede do município de Vitor Meireles, formado de parte do lote de terras n. 2.187-A da linha Ribeirão dos Palmitos, contendo a área de 2.500,00 m² (dois mil e quinhentos metros quadrados), confrontando ao NORTE, com a estrada; ao SUL, com terras de Dario Rodrigues; ao LESTE, com terras de Dario Rodrigues e a, OESTE, com terras de José Gorges, edificado com uma sala de alvenaria medindo 17,5 x 5,65 metros, totalizando 98,87 m², com piso e reboco e pintura", matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Presidente Getúlio, no Livro n. 2-RG, sob n 4.956.

**CLÁUSULA SEGUNDA** - Por este Instrumento, a PERMITENTE cede para uso da PERMISSIONÁRIA, por prazo indeterminado e a título precário, o imóvel descrito na Cláusula Primeira, para ser utilizado com sede da Associação PERMISSIONÁRIA.

**CLÁUSULA TERCEIRA** - A presente permissão é realizada a título precário e gratuito, sendo de responsabilidade da PERMISSIONÁRIA a manutenção e limpeza do imóvel.

**Parágrafo Único** – Será de responsabilidade do PERMITENTE, o pagamento das taxas de água e energia elétrica.

**CLÁUSULA QUARTA** - A PERMISSIONÁRIA obriga-se a utilizar o imóvel público objeto do presente termo exclusivamente como

sede da Associação, ficando expressamente proibida a ocupação para outros fins que não seja esse.

CLÁUSULA QUINTA - A PERMISSIONÁRIA obriga-se a:

I - durante o prazo de vigência da permissão, a utilizar o local, e os benefícios nele existentes ou que venham a serem acrescentados, única e exclusivamente, para os fins constantes na cláusula segunda;

II - não efetuar no local cedido, qualquer construção ou benfeitorias, sem autorização expressa da PERMITENTE;

III - não ceder ou transferir o local a terceiros, no todo ou em parte, seja a que título for;

IV - responder, inclusive perante terceiros, por eventuais danos resultantes da utilização das áreas;

V - responsabilizar-se pela limpeza e conservação do imóvel, devendo providenciar, às suas expensas, as obras de manutenção e outras que se fizerem necessárias, bem como, zelar pelas instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias das dependências cedidas;

VI - não permitir que terceiros se apossam do imóvel, dando imediato conhecimento à PERMITENTE de qualquer turbção de posse que se verifique;

VII - arcar com todas as despesas decorrentes da permissão de uso;

VIII - devolver o imóvel e suas benfeitorias, caso deixe de utilizá-lo, sem direito de retenção ou indenização pelas benfeitorias realizadas, ainda que necessárias, às quais passarão a integrar o patrimônio municipal;

CLÁUSULA SEXTA - O não cumprimento do disposto neste instrumento de permissão implicará na revogação unilateral do presente termo, devendo a PERMISSIONÁRIA promover a desocupação imediata do imóvel e todas as benfeitorias nele contidas, mesmo aquelas realizadas pela PERMISSIONÁRIA, sejam úteis, necessárias ou voluptuárias, sem qualquer direito a ressarcimento, indenização, pagamento ou retenção.

CLÁUSULA SÉTIMA - Fica eleito o foro da sede da Comarca de Presidente Getúlio (SC), para dirimir quaisquer dúvidas que possam decorrer do presente instrumento.

E, por assim se acharem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias, para um único efeito, perante as testemunhas abaixo.

Vitor Meireles, 24 de junho de 2015.

PERMITENTE:

PREFEITURA DE VITOR MEIRELES  
LOURIVAL LUNELLI  
PREFEITO

PERMISSIONÁRIA:

ASSOCIAÇÃO DE MÃES CANTINHO DA TERNURA

TESTEMUNHAS:

NOME:  
CPF/MF. Nº.

NOME:  
CPF/MF. Nº.

# Xanxerê

## PREFEITURA

### 1 ADITIVO AO CONTRATO Nº 0117/2014

Extrato 1º Aditivo ao Contrato nº 0117/2014

Contratante: O Município de Xanxerê.

Contratado: Terramax Construções e Obras LTDA.

Objeto: Execução de Obras de Pavimentação Asfáltica, drenagem pluvial e sinalização viária sobre terra, da Rua Jorge Severo Schell, com extensão de 178,099m e o Recapeamento e qualificação da Rua Dirceu Giordani sobre calçamento existente, com extensão 888,50m.

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato originário por mais 03 meses, contados a partir de 21/07/2015 até 20/10/2015, conforme requerimento e justificativa anexos ao termo aditivo.

Xanxerê-SC, 24 de junho de 2015.

Ademir J. Gasparini

Prefeito Municipal.

### 4 ADITIVO AO CONTRATO 0095/2014

Extrato 4º Aditivo ao Contrato nº 0095/2014

Contratante: O Município de Xanxerê.

Contratado: Terramax Construções e Obras Ltda.

Objeto: Pavimentação Asfáltica, drenagem pluvial e sinalização viária sobre terra, na Rua Porto Alegre no Município de Xanxerê.

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato acima por mais 90(noventa) dias, contados a partir de 01 de julho de 2015 vigorando até 28 de setembro de 2015, conforme requerimento e justificativa anexos ao termo aditivo.

Xanxerê-SC, 24 de junho de 2015.

Ademir J. Gasparini

Pref. Municipal.

### 4 ADITIVO AO CONTRATO Nº 0001/2014

Extrato 4º Aditivo ao Contrato nº 0001/2014

Contratante: O Município de Xanxerê.

Contratado: Terramax Construções e Obras LTDA.

Objeto: Pavimentação asfáltica e calçamento, sinalização e drenagem na Rua Batista Fabrizio.

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato originário por mais 60 dias, contados a partir de 26/06/2015 até 24/08/2015, conforme requerimento e justificativa anexos ao termo aditivo.

Xanxerê-SC, 24 de junho de 2015.

Ademir J. Gasparini

Prefeito Municipal.

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGAO 0052/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0052/2015, tendo como objeto a Aquisição de Pães, Leite Integral, destinados ao Programa "Leite Pão Amigo". O recebimento das propostas será até as 13h45min, do dia 09/07/2015, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 14:00h do mesmo dia. Retirada do Edital no site [www.xanxere.sc.gov.br](http://www.xanxere.sc.gov.br).

Xanxerê-SC, 24 de junho de 2015.

Ademir J. Gasparini

Prefeito Municipal.

### DECRETO Nº AJG 124/2015

DECRETO Nº AJG 124/2015

CREDENCIA E DESCREDENCIA MONITORAS DA EMPRESADAC SERVIÇOS DE ESTACIONAMENTO LTDA-ME PARA O EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS NORMAS MUNICIPAIS ACERCA DO ESTACIONAMENTO ROTATIVO NAS ÁREAS SOB CONCESSÃO.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal, e no art. 7º da Lei Municipal nº AJG 3738/2015, de 19 de maio de 2015 e Decreto Municipal nº AJG 109/2015;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam credenciadas as monitoras da empresa DAC – Serviços de Estacionamento Rotativo Ltda. ME, concessionária dos serviços de estacionamento rotativo em Xanxerê, abaixo relacionadas, para fiscalizar o cumprimento das normas municipais acerca do estacionamento de veículos nas áreas sob concessão, emitindo os respectivos avisos de irregularidade:

NOME CPF IDENTIDADE

Darquila Gonçalves 093.133.459-43 6.567.669

Maiele de Bairros da Silva 078.949.599-60 5.955.910

Tatiane de Bairros 105.436.169-08 6.475.848

Solange de Souza 063.058.419-26 4.454.228

Suellen Cristiane Kufner 063.558.319-40 4.849.968

Art.2º. Ficam descredenciadas as seguintes monitoras da empresa DAC – Serviços de Estacionamento Rotativo Ltda. ME, concessionária dos serviços de estacionamento rotativo em Xanxerê, abaixo relacionadas:

NOME CPF IDENTIDADE

Adriana Bilek Trenstin 069.206.279-30 5.237.999

Camila Pontes 103.892.099-02 13.595.117-0

Carlisa Gonçalves da Silva 088.779.829-26 6.322.366

Jéssica Bueno 110.106.719-52 6.946.530

Leticia Pereira da Cruz 094.750.189-48 5.540.843

Marciele Pavan 092.696.339-26 6.293.738

Marilene Mendes 087.960.669-03 10.789.291-5

Sonia da Luz 048.007.769-02 4.498.966

Suelen C.R.C dos Santos 071.935.549-48 4.849.589

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 24 de junho de 2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 0047/2015

Extrato Contrato nº 0047/2015

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: Iguazu Distribuidora de Energia Elétrica LTDA.

Objeto: Execução de obras de melhorias e extensão de rede de distribuição de energia elétrica para atender a estação de tratamento de esgoto sanitário, na Linha Invernadinha.

Valor total: R\$ 26.672,95 Prazo: até 31 de outubro de 2015.

Xanxerê-SC, 24 de junho de 2015. Ademir José Gasparini- Prefeito Municipal.

**LEI COMPLEMENTAR Nº AJG 3750/2015**

LEI COMPLEMENTAR Nº AJG 3750/2015

(Origem Projeto de Lei Complementar Nº AJG 003/2015)

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA CLASSE 6 PARA A CLASSE 7 PARA O CARGO DE MARCENEIRO, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 3376/2011, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito Municipal de Xanxerê/SC, no uso das atribuições de seu cargo, FAZ SABER a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e ele sanciona a seguinte

**LEI COMPLEMENTAR**

Art. 1º. Fica alterado o cargo de Marceneiro 40 horas, grupo SAU, da classe 6, para a classe 7, constantes da Lei Complementar nº 3376/2011, de 23 de novembro de 2011.

Art. 2º. O Anexo I, da Lei Complementar Municipal nº 3376/2011, de 23 de novembro de 2011, fica substituído pelo Anexo I que acompanha a presente Lei.

Art. 3º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL**

23 de Junho de 2015

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

**LEI Nº AJG 3749/2015**

LEI Nº AJG 3749/2015

(Origem Projeto de Lei Nº AJG 024/2015)

ALTERA O NOME DE VIA PÚBLICA LOCALIZADA NO BAIRRO DOS ESPORTES, NESTA CIDADE DE XANXERÊ.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito Municipal de Xanxerê/SC, no uso das atribuições de seu cargo, FAZ SABER a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e ele sanciona a seguinte

**LEI**

Art. 1º Passa a denominar-se rua Mato Grosso, localizada no bairro dos Esportes, nesta cidade de Xanxerê, a rua cujo nome atual é Santos da Silveira, no trecho compreendido entre as ruas Maximino Leopoldo Giordani e a rua Ângelo Girardini.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a mandar confeccionar placas indicativas para a sinalização da referida rua.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o artigo 1º da Lei nº 2.528, de 19 de abril de 2000.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL**

23 de Junho de 2015

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal



# Xavantina

## PREFEITURA

### LEI 1453



## Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE XAVANTINA

**LEI Nº 1453, DE 23 DE JUNHO DE 2015**

**APROVA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME 2015/2024 E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA**, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte:

**L E I:**

**Art. 1º** Aprova o Plano Municipal de Educação – PME, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma dos Anexos I e II, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 8º da Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

**Art. 2º** São diretrizes do PME:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV - melhoria da qualidade da educação;
- V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
- VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX - valorização dos (as) profissionais da educação;
- X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

**Art. 3º** As metas previstas no Anexo I desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100





## Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE XAVANTINA

**Art. 4º** As metas previstas no Anexo I desta Lei deverão ter como referência o Anexo II – Diagnóstico elaborado pela Equipe Técnica com base nos dados divulgados por Órgãos Oficiais.

**Art. 5º** A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas realizados pelas seguintes instâncias:

I - Secretaria Municipal de Educação;

II - Conselho Municipal de Educação – CME;

III – Fórum Permanente de Educação;

§ 1º Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:

I - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet, imprensa escrita e radiodifusão;

II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;

III - analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§ 2º Ao longo do período de vigência deste PME, observar-se-ão os resultados dos estudos publicados a cada 2 (dois) anos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Anexo I.

§ 3º A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência do PME e poderá ser ampliada por meio de lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

§ 4º O investimento público em educação a que se refere à meta 15 do Anexo I desta Lei engloba os recursos aplicados na forma do [art. 212 da Constituição Federal](#), do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como do [art. 213 da Constituição Federal](#).

§ 5º Será destinada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do [art. 212 da Constituição Federal](#), além de outros recursos previstos em lei, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e de gás natural, na forma de lei específica, com a finalidade de assegurar o cumprimento da meta prevista no [inciso VI do art. 214 da Constituição Federal](#).

**Art. 6º** O Município promoverá a realização de pelo menos 2 (duas)

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



## Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE XAVANTINA

conferências municipais de educação até o final do decênio, precedidas de amplo debate e coordenadas pelo Fórum Permanente de Educação, Conselho Municipal de Educação e Secretaria de Educação.

§ 1º O Fórum Permanente de Educação e Conselho Municipal de Educação, além das atribuições referidas no caput:

I - acompanharão a execução do PME e o cumprimento de suas metas;

II - promoverão a articulação da conferência municipal com as conferências estadual e nacional de educação.

§ 2º As conferências municipais de educação realizar-se-ão com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução do Plano Nacional de Educação – PNE, do Plano Estadual de Educação – PEE, bem como deste Plano Municipal de Educação e subsidiar a elaboração dos planos de educação para o decênio subsequente.

**Art. 7º** A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano, na forma da lei.

§ 1º Caberá aos gestores federais, estaduais e municipais, a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PME.

§ 2º As estratégias definidas no Anexo I desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

§ 3º O sistema de ensino municipal criará mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas do PME.

§ 4º Haverá regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios étnico-educacionais e a utilização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada a consulta prévia e informada a essa comunidade.

§ 5º O fortalecimento do regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município incluirá a instituição de instâncias permanentes de negociação, cooperação e pactuação.

§ 6º O fortalecimento do regime de colaboração entre os Municípios dar-se-á, inclusive, mediante a adoção de arranjos de desenvolvimento da educação.

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



## Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE XAVANTINA

**Art. 8º** O Município, no prazo de 2 (dois) anos contados da publicação da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, deverá adequar a legislação local, disciplinando a gestão democrática da educação pública em conformidade com o disposto na referida Lei, bem como neste PME.

**Art. 9º** O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

**Art. 10º** O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

**Art. 11º** Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PME, o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

**Art. 12º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 13º** Fica revogada a Lei Municipal nº 1.042, de 10 de Outubro de 2008.

Xavantina (SC), 23 de Junho de 2015.

**MAURO JUNES POLETTTO**

Prefeito Municipal

*Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).*

*Tiago Brandelero*

*Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa*

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE XAVANTINA**

**ANEXO II**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,  
CULTURA E ESPORTES**



**XAVANTINA**  
**2015 / 2024**

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



**Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE XAVANTINA**

**PRESIDENTE DA COMISSÃO COLABORATIVA PERMANENTE  
DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:  
ELIANICE BATTISTON (2015)**

**CONSULTOR DA SECRETÁRIA MUNICIPAL  
DE EDUCAÇÃO**

**Coordenadora Geral:**

ELIANICE BATTISTON (2015)

SANDRA G. FERREIRA (2014)

**Assessora Técnica:**

ANA GUERINI GABIATTI

**XAVANTINA- SC  
2015 / 2024**

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



## **Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE XAVANTINA**

### **EQUIPE RESPONSÁVEL PELA SÍNTESE**

<b>Coordenadora</b>	Elianice Battiston	Coordenação Geral
<b>Sec. Executiva</b>	Thuane Gandolfi	Trabalhadores em Educação
<b>Membro</b>	José Dal Bosco	Sec. /administração/finanças
<b>Membro</b>	Edineia F.Paludo	FUNDEB
<b>Membro</b>	Adriane R. da S. Gabiatti	Educação Especial
<b>Membro</b>	Lucivane R. Ongaratto	Rede Municipal de Ensino

### **EQUIPE DE TRABALHO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

#### **Comissão De Divulgação: PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Elizandro Campagnollo; Genesio Forest; Sergio Parastchuk

#### **Comissão De Infraestrutura e Finanças:**

José Dal Bosco; Izilde Fazolo; Maira Altenhofen.

#### **Comissão do Legislativo:**

Eugênio J. Comin; Neri Trevisan.

#### **Comissão de Coordenação Pedagógica:**

Valdenir Marchioro; Saionara Caus; Rosiani Pelisson; Sandra Germenderf

Ferreira(2014); Elianice Battiston; Thuane Gandolfi, Jarbas Rosatto.

**Colaboradora:** Ana Guerini Gabiatti.

**Prefeito Municipal:** Mauro Junes Poletto

**Vice Prefeito:** José Dall Bosco

**XAVANTINA - SC  
2015**

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100





**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE XAVANTINA**

**AGRADECIMENTOS**

Desejamos expressar nossos profundos agradecimentos aos participantes, envolvidos e entrelaçados na construção deste Plano. Temos certeza de que todos – responsáveis por pequenas ou múltiplas ações e que acreditaram neste processo – são cidadãos que constroem uma cidade com orgulho e singularidade do bem maior – o ser. Os méritos passam a ser o valor do envolvimento de cada integrante deste documento.

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE XAVANTINA**

“Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar.” (Paulo Freire)

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



## Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE XAVANTINA

### APRESENTAÇÃO

O PME – Plano Municipal de Educação de XAVANTINA constitui-se instrumento organizado democraticamente por entidades civis e governamentais para planejar o decênio 2015-2024. Dispõe sobre as diretrizes e proposições para a Educação do município de Xavantina para os próximos 10 anos perpassando assim, projetos de governos, em longo prazo.

A reelaboração do PME é resultado de discussões, proposições, estudos e análise minuciosa de diagnóstico que retrata a realidade demográfica, social e econômica do município, detalhando assuntos pertinentes aos níveis e modalidades de ensino, de todas as Redes, o que resultou na definição de metas e objetivos. Destaca-se que este Plano define os rumos para o próximo decênio.

O PME tem como documento orientador o PNE – Plano Nacional da Educação, que contém 20 metas e 254 estratégias, aprovado pela Lei nº 13.005 de 25/06/2014.

O objetivo do PME é mobilizar a população do município acerca da importância de um Plano Educacional, com a participação de toda a sociedade na elaboração do documento, sedimentando uma ação democrática.

Este Plano Municipal de Educação de Xavantina, em construção, tem suas metas e estratégias alinhadas ao Plano Nacional de Educação, e, em articulação com os entes federados, propõe consolidar o Sistema Municipal de Educação de Xavantina. Expressa o compromisso político do Município que transcende governos e promove mudanças nas políticas educacionais, geradoras de avanços no processo educacional, e em consequência, na qualidade de vida da sociedade catarinense.

A versão preliminar do Texto-Base do PME de XAVANTINA é composta de 15 metas e 169 estratégias, organizada e elaborada pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Processo de Elaboração do PME, legalmente instituída para esse fim, sob o Decreto N.º 094/2014, de 05 de novembro de 2014, assinado pelo Chefe do Executivo, Prefeito Municipal Mauro Junes Poletto.

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



## Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE XAVANTINA

### SUMARIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	06
<b>INTRODUÇÃO</b>	08
<b>1 FUNDAMENTOS LEGAIS</b>	10
<b>2 DIAGNÓSTICO</b>	12
2.1 PERFIL DEMOGRÁFICO E SOCIOECONÔMICO DE XAVANTINA – SC	13
2.2 EDUCAÇÃO BÁSICA	27
2.2.1 Etapas da Educação Básica	31
2.2.1.1 Educação Infantil	31
2.2.1.2 Ensino Fundamental	36
2.2.1.3 Ensino Médio	44
2.2.2 Modalidades da Educação Básica	50
2.2.2.1 Educação Especial	50
2.2.2.2 Educação de Jovens e Adultos	52
2.2.2.3 Educação Profissional e Tecnológica	59
2.2.2.4 Educação Escolar Indígena	61
2.2.2.5 Educação Escolar Quilombola	63
2.2.2.6 Educação Escolar do Campo	64
2.2.3 Educação em Tempo Integral	68
2.3 EDUCAÇÃO SUPERIOR	71
2.4 PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	72
2.5 GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO	78
2.6 FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO	80
<b>3 METAS E ESTRATÉGIAS</b>	90
<b>LISTA DE SIGLAS</b>	112
<b>REFERÊNCIAS</b>	116

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



## **Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE XAVANTINA**

### **1 INTRODUÇÃO**

O Plano Municipal de Educação de Xavantina em cumprimento ao Artigo nº 214 da Constituição Federal e ao Artigo nº 166 da Constituição Estadual, Lei Municipal Nº 1.153/2010, materializa propostas educacionais para a melhoria da qualidade da educação e, por consequência, contribuirá efetivamente para a construção de uma sociedade menos desigual. O Plano confere materialidade ao discurso de educação como direito de todos e responsabilidade do Estado, mediante a institucionalização do Sistema Municipal de Xavantina, que integra ações em regime de colaboração com a União, Estado e o Município. Deste modo, viabiliza a democratização do acesso, a qualificação da permanência do estudante na escola e a formação de cidadãos críticos, bem como, a valorização dos profissionais da educação.

Enfim, o conteúdo deste texto base decorre do amplo debate democrático realizado nacionalmente nas CONAEs 2010 e 2013. Enriquecido pelas contribuições de participantes nas diferentes formas de mobilização realizadas nas Escolas, nas Conferências Regionais e nas Etapas Estaduais das Conferências de Educação. O debate resultou em documentos sistematizados que referendam os anseios da sociedade xavantinense com relação as políticas públicas para a Educação.

Dessa forma, para elaboração do texto base, a Comissão constituída pelo Executivo, apoia-se na Constituição da República Federativa do Brasil; na Constituição do Estado de Santa Catarina; Lei Orgânica Municipal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; na Lei do Sistema Estadual de Ensino de Santa Catarina; no Sistema Municipal de Ensino; na Lei nº 13.005 de 25/06/2014, Plano Nacional de Educação (PNE), publicada no Diário Oficial da União, Edição Extra de 26/06/2014; nos textos elaborados pelos Fóruns Nacional e Estadual de Educação/SC: Documento Final da Conferência Nacional de Educação – CONAE/2010, Documento CONAE/2010 – Etapa Estadual de Santa Catarina, Etapa Municipal de Xavantina, Documento Referência CONAE/2014, Documento Sistematizado CONAE – Etapa Municipal e Etapa Estadual 2013, Santa Catarina; e ainda, considera os objetivos e metas contidas nos textos do Plano Estadual de Educação de Santa Catarina, versões 2002 e 2004, Plano Municipal de Educação/ 2008, as orientações do Ministério da Educação (MEC) sobre a construção/adequação e alinhamento dos planos, o Relatório de Avaliação das Políticas Nacionais da Educação – Estado de Santa Catarina, da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), as proposições de novos rumos

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



## **Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE XAVANTINA**

para a qualidade da educação em Santa Catarina – Visão do CEE sobre a avaliação da OCDE, as proposições do Conselho Municipal de Educação, além de legislações e publicações acadêmicas relevantes sobre o assunto.

Na sua constituição, o texto base apresenta as diretrizes, metas e estratégias do Plano Municipal de Educação alinhadas ao Plano Estadual de Educação de Santa Catarina, alinhadas ao PNE, a serem implementadas no Decênio 2015 a 2024, respaldadas pelos fundamentos legais, o histórico dos planos de educação e a análise situacional da educação catarinense e xavantinense.

Os fundamentos legais dão ênfase à organização do Sistema Municipal de Educação, em regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município, às responsabilidades e competências de cada ente federado, à organicidade do ensino no Estado e no município.

A análise situacional da educação de Xavantina baseia-se na legislação vigente, nas políticas públicas desenvolvidas e aplicadas nos últimos anos, nos principais indicadores demográficos, socioeconômicos e educacionais. As principais fontes de pesquisa dos dados e indicadores são: o Instituto Nacional de Geografia e Estatística (IBGE), considerando os dados dos censos demográficos e das pesquisas nacionais por amostra em domicílio e estimativas populacionais; o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), considerando os dados dos censos escolares, das taxas de rendimento escolar, das taxas de distorção idade-série, do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB); Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), considerando os dados do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), secretária de administração e contábil, secretária de escolas rede estadual de ensino, Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes de xavantina - SC.

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100





## **Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE XAVANTINA**

### **1 FUNDAMENTOS LEGAIS**

A Constituição Federal, no Art. 214, estabelece que o Plano Nacional de Educação tenha duração de dez anos, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas.

A Constituição define ainda, que na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados e os Municípios estabeleçam formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório. Em seu Art. 208, inciso I, determina como dever do Estado a efetivação da educação básica, sua obrigatoriedade e gratuidade a partir dos 04 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, inclusive para os que não tiveram acesso na idade própria. A LDB, em seu Art. 32, reafirma a obrigatoriedade e o princípio da gratuidade, na escola pública, estabelecendo a duração de 09 (nove) anos, para o ensino fundamental, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade.

Deste modo, a União deverá organizar o sistema nacional de ensino e aplicar, anualmente, nunca menos de dezoito por cento da receita resultante de impostos. Cabe ao município, prioritariamente na educação infantil e no ensino fundamental, aplicar vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos. O Sistema Nacional de Educação não se resume em estabelecer responsabilidades a cada um dos entes federados, nem o quanto cada um deve aplicar em educação, visto que, está assegurado na Constituição Estadual, mas há a necessidade de estabelecer e fortalecer a interlocução entre eles, para garantir um padrão de qualidade educacional.

Em Xavantina, o Sistema Municipal de Educação, nos termos da Lei nº 1.153, de 21 de dezembro de 2010, está organizado em de todos os níveis e modalidades do ensino fundamental e da educação infantil. Os níveis se dividem em Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial suas modalidades.

A mesma Lei nº 1.153/2010 determina que a educação abranja os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino, nos movimentos sociais, nas organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais, políticas e religiosas; e, que esta deve se desenvolver, predominantemente, por meio do ensino em instituições próprias. Concebe a educação escolar

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



## **Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE XAVANTINA**

como direito de todos, dever do Estado e da família, que deve ser promovida com a colaboração da sociedade, e dentro dos princípios da democracia, da liberdade e de igualdade, nos ideais de solidariedade humana e bem-estar social e no respeito à natureza.

A legislação também estabelece que a educação escolar pública deve ser garantida pelo Estado, mediante a efetivação de políticas públicas que universalizem a educação básica, em todos os níveis e modalidades. Políticas estas, que assegurem: o acesso e a ampliação progressiva do período de permanência na escola; o atendimento do público da educação especial, dos indígenas, dos quilombolas, do campo, afrodescendentes, das comunidades tradicionais e outros extratos sociais historicamente excluídos; a oferta de ensino regular, inclusive para jovens e adultos; padrões de qualidade e insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, qualificação para o trabalho; e, a expansão das oportunidades de acesso ao ensino superior gratuito.

Certamente, com a efetivação de ações concretas, delineadas nas metas e estratégias deste Plano Municipal de Educação, enquanto política de Estado, e realizadas em regime de colaboração com a União, Estado e Município, o Município avançará no sentido de superar as desigualdades historicamente estabelecidas, promovendo uma educação de qualidade para todos os xavantinenses.

Desde 2001, aconteceram diversas tentativas de elaboração de um Plano Municipal de Educação do município de Xavantina- SC. Em 2001 foi elaborado o Plano Decenal de Educação, com metas para o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Em 2008, a partir de uma Comissão Organizadora do PME, com a reivindicação de um processo participativo para a construção do Plano e da criação de uma Comissão de Educação no município, os debates tornaram-se efetivos.

Aconteceram diversos encontros e plenárias envolvendo a comunidade escolar, poder Legislativo e Executivo Municipal, sociedade em geral, e I Conferência Municipal de Educação/2008, sobre o Plano de Educação de Xavantina, também chamando à participação de todas as instituições civis organizadas. Foram realizadas muitas atividades no processo de construção do Plano, cujas propostas foram sistematizadas por uma comissão constituída pelo prefeito municipal e assessoria contratada pela Secretária Municipal de Educação.

Em outubro de 2008, depois da audiência pública, onde toda a sociedade xavantinense se fez representar, foi aprovada a redação final do PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. A partir de então, se redigiu o Projeto de Lei e encaminhamento à Câmara de Vereadores para a aprovação do documento. O Plano foi aprovado e sancionado pelo prefeito municipal pela

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



## **Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE XAVANTINA**

Lei nº 1.042, de 10 de outubro de 2008. Dessa data em diante passou a ser executado, avaliado e revisado sempre que as condições e realidade da educação do município exigiam. Em 2012 foi realizada a II Conferência Municipal de Educação promovida pela Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes de Xavantina.

O art. 214 da Constituição Federal torna o Plano Nacional de Educação Decenal e obrigatório. Este Plano deve articular ações de todos os entes federados e os obriga a aprovarem, por seus poderes legislativos, planos estaduais (PEE) e planos municipais de educação (PME), com igual duração de dez anos. PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, Lei 13005/2014 sancionada e que abre caminhos para que cada ente federado construa ou reestruture o PME, que terá a duração de dez anos.

### **2 DIAGNÓSTICO**

O direito à educação de qualidade é assegurado pela Constituição Federal (1988) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), além disso, em diversos documentos internacionais é afirmado como um dos componentes fundamentais à realização dos direitos humanos.

A garantia plena do direito a todos os cidadãos brasileiros ainda enfrenta desafios como: melhoria do acesso, da permanência e da aprendizagem com qualidade em todos os níveis, etapas e modalidades; universalização da Educação Básica à população de 4 a 17 anos de idade; gestão democrática nos sistemas de educação e nas instituições educativas; reconhecimento e respeito à diversidade por meio da promoção de uma educação em e para os direitos humanos; valorização dos profissionais da educação pública e privada (professores(as), técnicos(as), funcionários(as) administrativos(as) e de apoio), por meio de políticas de formação inicial e continuada, planos de carreira e salário e melhoria das condições de trabalho (BRASIL, 2013c).

Para compreender este desafio em Xavantina e dimensionar os esforços para superá-los, fez-se necessária uma análise do cenário atual da educação xavantinense, com o intuito de conhecer suas defasagens, potencialidades e os fatores internos e externos que influenciam nesta realidade.

Sistematizando a análise, as discussões e deliberações das Conferências Municipais, Intermunicipais/Regionais e Estadual de Educação, na legislação vigente e nos principais

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



## Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE XAVANTINA

indicadores educacionais, demográficos e socio econômicos do Estado fundamentam e dão suporte para a reelaboração do Plano Municipal de Educação.

As conclusões obtidas a partir dessa análise contribuíram para o estabelecimento de metas e estratégias mais precisas, voltadas às prioridades de intervenção conforme a realidade apresentada, objetivando garantir o direito à educação de qualidade para todos. A seguir é exposta a síntese deste estudo.

### 2.1 Perfil Demográfico e Socio econômico de Xavantina - Santa Catarina

O início da colonização do município de Xavantina ocorreu por volta de 1920, com a vinda de famílias descendentes de italianos, poloneses e alemães, trazidas pelas empresas colonizadoras Rio Branco e Luce da Rosa. Os pioneiros chegavam entusiasmados com a extração e industrialização de plantas nativas.

Quadro 1 – Aspectos gerais e históricos do município de Xavantina

ASPECTOS GERAIS E HISTÓRICOS	
Localização Meso Região IBGE	Oeste catarinense
Coordenadoria Regional do SEBRAE/SC	Regional Oeste
Associação dos Municípios	AMAUC - Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense
S. de Desenvolvimento Regional de SC	SDR-Seara
Área territorial	215km <sup>2</sup>
Altitude (metros)	545
Distância da Capital	(km) 486
População Total 2010	4.142
Densidade demográfica	19,26
Data de fundação	02/02/1964
Colonização	Italiana, polonesa e cabocla.
Gentílico	Xavantinense
Nº Eleitores	3.342

Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2012. - Governo do Estado de Santa Catarina, Secretária de Estado do Planejamento, 2012. – Unidade de Gestão Estratégica do SEBRAE/SC (UGE), Estrutura Organizacional das Coordenadorias Regionais. - Federação Catarinense de Municípios (FECAM). - Santa Catarina Turismo S/A (SANTUR).

Distrito criado com a denominação de Xavantina, pela Lei Municipal n.º 29, de 23-08-1956, subordinado ao município de Seara. Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o

Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2012. - Governo do Estado de Santa Catarina, Secretária de Estado do Planejamento, 2012. – Unidade de Gestão Estratégica do SEBRAE/SC (UGE), Estrutura Organizacional das Coordenadorias Regionais. - Federação Catarinense de Municípios (FECAM). - Santa Catarina Turismo S/A (SANTUR).

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



## **Estado de Santa Catarina**

### **MUNICÍPIO DE XAVANTINA**

Distrito criado com a denominação de Xavantina, pela Lei Municipal n.º 29, de 23-08-1956, subordinado ao município de Seara. Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o distrito de Xavantina figura no município de Seara. Em 13 de dezembro de 1963, através da Lei Estadual n.º 945 foi criado o Município de Xavantina. No ano seguinte, em 02 de fevereiro de 1964, ocorre a instalação do Município. Foi nomeado como primeiro Prefeito, o Senhor Octávio Urbano Simon. Pela Lei Estadual n.º 946, de 13-12-1963, é criado o distrito de Linha das Palmeiras e anexado ao município de Xavantina. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído de 02 distritos: Xavantina e Linha das Palmeiras. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2003.

Principais atividades econômicas são a pecuária e a agricultura. O relevo do Município apresenta muitas saliências que o caracterizam como sendo acidentado. Apesar desta configuração física, sua ocupação é intensa (cerca de 90% de sua área) com pequenas propriedades rurais que desenvolvem atividades agrárias e criatórias. A hidrografia do Município de Xavantina resume-se basicamente nos Rios Irani e Ariranha com seus afluentes. O tipo de vegetação predominante existente antes da colonização foi o da mata dos pinhais. Atualmente existem áreas de reflorestamento com espécies nativas e exóticas.

Xavantina limita-se: ao sul: com o Município de Seara; Ao norte: com os Municípios de Xanxerê e Faxinal dos Guedes; Ao leste: com os Municípios de Seara e Ipumirim; Ao oeste: com o Município de Arvoredo.

Os eventos em destaque no município de Xavantina são o Almoço da Carne Suína; Jantar Italiano, Festa de São Cristovão, Expo Xavantina, esta realizada a cada dois anos.

A educação está inserida num contexto social, econômico e cultural, fazendo-se necessário um estudo dos principais indicadores demográficos e socioeconômicos para a realização de um diagnóstico mais preciso sobre o cenário atual da educação xavantinense.

O último censo demográfico brasileiro (2014)<sup>1</sup> revelou que Xavantina, tem uma extensão territorial de 216,688 km<sup>2</sup> e população 4.095 habitantes distribuídos 11 comunidades cuja densidade demográfica é de 19,3/hab/km<sup>2</sup>. A maioria da população reside em área rural (73%) e (27%) em área urbana. O comparativo dos dados dos Censos Demográficos do IBGE demonstrou que Xavantina apresentou, entre 2000 e 2010, uma taxa média de crescimento populacional da ordem de -0,59% ao ano, conforme gráfico a seguir.

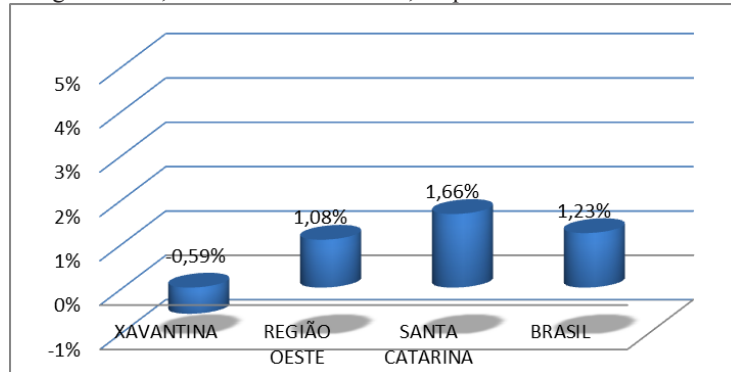
<sup>1</sup> Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais.

NOTA 1: Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2014 publicadas no Diário Oficial da União em 28/08/2014.



## Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE XAVANTINA

Gráfico 1 - Taxa de crescimento médio anual da população, segundo Xavantina, Região Oeste, Santa Catarina e Brasil, no período de 2000 a 2010.



Fonte: Resultados elaborados pelo SEBRAE/SC com base em dados do IBGE – apoiados nos Censos Demográficos, 2000 e 2010.

Tabela 1—Participação relativa da população residente por localização do domicílio e gênero, em Xavantina, no período 1980 a 2010.

ANO	GÊNERO		LOCALIDADE	
	Homens	Mulheres	Urbana	Rural
1980	2.778	2.601	710	4.669
1991	2.569	2.392	884	4.007
2000	2.302	2.102	946	3.458
2010	2.160	1.982	1.118	3.024

Fonte: IBGE, Diretoria de Estatística, Geografia e Cartografia, 2010 - Nota: Censos Demográficos 1980, 1991, 2000 e 2010.

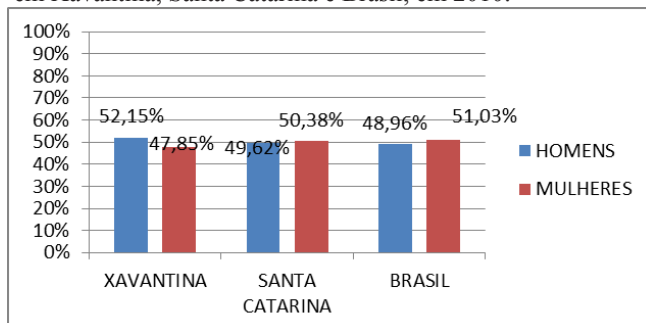
Houve êxodo da população xavantinense nas últimas décadas com relação à população rural. O crescimento populacional urbano também foi pouco significativo. A população rural vem diminuindo gradativamente (tabela 01). Além disso é relevante observar que esse incremento populacional não ocorreu em todas as faixas etárias (gráfico 2).





## Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE XAVANTINA

Gráfico 2- Participação relativa da população por gênero em Xavantina, Santa Catarina e Brasil, em 2010.

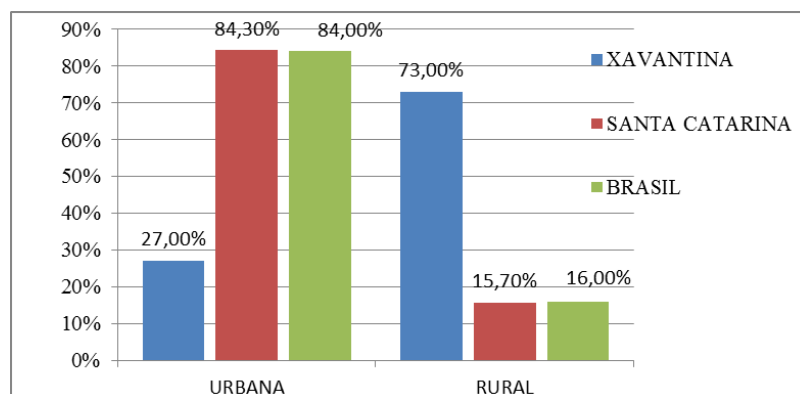


Fonte: IBGE, Diretoria de Estatística, Geografia e Cartografia 2010 - Nota: Censos Demográficos 1980, 1991, 2000 e 2010.

Conforme aponta o gráfico anterior, em 2010, o número de mulheres do município estava abaixo da média estadual em 2,53% e o de homens, 2,53% acima. O gráfico a seguir demonstra que o percentual da população urbana em Xavantina era menor em 57,0% que a concentração urbana do Estado.

O gráfico a seguir demonstra que o percentual da população urbana em Xavantina era menor em 57,0% que a concentração urbana do Estado.

Gráfico 3- Participação relativa da população por localização do domicílio, em Xavantina, Santa Catarina e Brasil, em 2010.

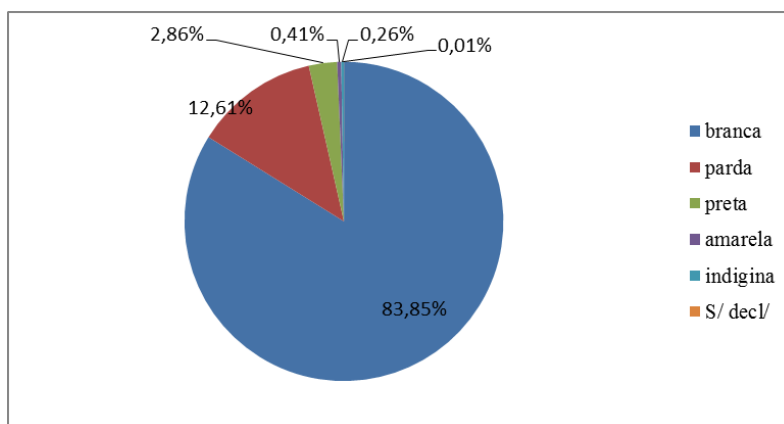


Fonte: Resultados elaborados pelo SEBRAE/SC com base em dados do IBGE, 2010.



## Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE XAVANTINA

Gráfico 4- População residente por cor e raça – Xavantina – SC – 2010.

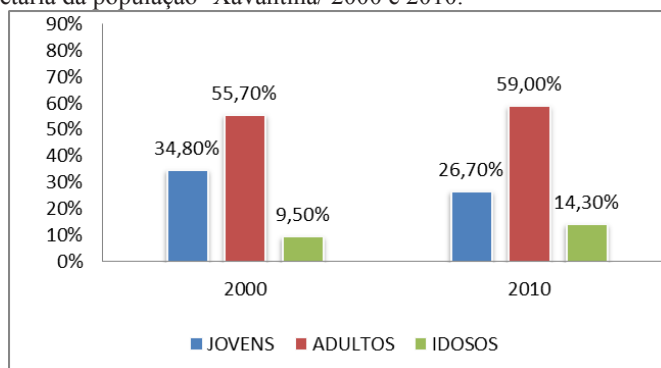


Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010.

A estrutura etária de uma população, habitualmente, é dividida em três faixas: os jovens, que compreendem do nascimento até 19 anos; os adultos, dos 20 anos até 59 anos; e os idosos, dos 60 anos em diante. Segundo esta organização, no município, em 2010, os jovens representavam 26,7% da população, os adultos 59,0% e os idosos 14,3%.

O gráfico a seguir apresenta a evolução das três faixas etárias, sendo que a maior variação é atribuída aos jovens, entre os anos de 2000 e 2010.

Gráfico 5– Evolução da distribuição relativa por faixa etária da população- Xavantina/ 2000 e 2010.



Fonte: Resultados elaborados pelo SEBRAE/SC com base em dados do IBGE, 2000 e 2010.



## Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE XAVANTINA

Tabela 2 – Comparativa da população xavantinese de 2000 e 2010, por faixa etária. %

ANO	Faixa etária 0 a 4	Faixa etária 5 a 9	Faixa etária 10 a 19	Faixa etária 20 a 29	Faixa etária 30 a 39	Faixa etária 40 a 49	Faixa etária 50 a 59	Faixa etária 60 a 69	Faixa etária 70 a 79	Faixa etária 80/+
2000:	6,49	8,31	19,98	16,42	15,04	14,80	9,22	5,22	3,45	0,82
2010:	5,53	6,13	15,07	15,02	14,00	15,11	14,88	8,14	3,80	2,27

Fonte: Resultados elaborados pelo SEBRAE/SC com base em dados do IBGE, 2000 e 2010.

Ao detalhar as faixas etárias, é possível verificar, através da Tabela acima, a evolução da distribuição relativa entre os anos de 2000 e 2010. De 2000 para 2010, houve diminuição da população de 0 a 39 anos de idade, crescimento da população de 40 anos ou mais, indicando mudança no perfil demográfico do Município, com redução dos grupos populacionais de menor idade e um incremento da população economicamente ativa e idosa. Essa mudança explica-se, em parte, pela queda da natalidade e fecundidade, pelo aumento da expectativa de vida ao nascer e pelo fluxo migratório.

A taxa bruta de natalidade é o número de crianças que nasce anualmente para cada mil habitantes, em uma determinada área. Em 2011, a taxa bruta de natalidade de Xavantina era de 9,5 nascidos por mil habitantes, apresentando um acréscimo de 18,57% entre 2007 e 2010, conforme a tabela a seguir.

Tabela 3 – Taxa bruta de natalidade por 1.000 habitantes, segundo Xavantina, Santa Catarina e Brasil, no período 2007-2011.

Ano	Xavantina	Santa Catarina	Brasil
2007	10,2	13,5	16,6
2008	8,8	14,1	16,4
2009	8,6	14,1	16,0
2010	12,1	13,8	15,8
2011	9,5	....	....
Evolução 2007/2011	18,57%	2,22%	-4,82%

Fonte : Ministério da Saúde, Departamento de Informática do SUS (DATASUS), 2011.

Nota: Sinal convencional utilizado: ... Dado numérico não disponível.

Importante denotar que a taxa de Xavantina, em 2010, foi 12,5% menor que a taxa de Santa Catarina e 23,6% menor que a do Brasil.

A mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano de idade) no município passou de 17,3 por mil nascidos vivos, em 2000, para 11,4 por mil nascidos vivos, em 2010. Em 1991, a taxa era de 23,5. Já na UF, a taxa era de 11,5, em 2010, de 16,8, em 2000 e 24,8, em 1991. Entre 2000 e 2010, a taxa de mortalidade infantil no país caiu de 30,6

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



## Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE XAVANTINA

por mil nascidos vivos para 16,7 por mil nascidos vivos. Em 1991, essa taxa era de 44,7 por mil nascidos vivos.

Com a taxa observada em 2010, o Brasil cumpre uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, segundo a qual a mortalidade infantil no país deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil em 2015.

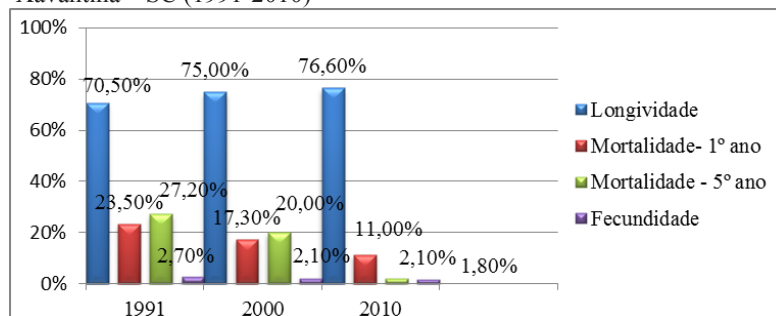
Tabela nº 4 - Longevidade, Mortalidade e Fecundidade - Xavantina - SC

Longevidade, Mortalidade e Fecundidade - Xavantina - SC			
Anos	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer (em anos)	70,5	75,0	76,6
Mortalidade até 1 ano de idade (por mil nascidos vivos)	23,5	17,3	11,4
Mortalidade até 5 anos de idade (por mil nascidos vivos)	27,2	20,0	13,4
Taxa de fecundidade total (filhos por mulher)	2,7	2,1	1,8

Fonte: PNUD, Ipea e FJP/2010

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). No município, a esperança de vida ao nascer cresceu 1,6 anos na última década, passando de 75,0 anos, em 2000, para 76,6 anos, em 2010. Em 1991, era de 70,5 anos. No Brasil, a esperança de vida ao nascer é de 73,9 anos, em 2010, de 68,6 anos, em 2000, e de 64,7 anos em 1991. (Fonte: PNUD, Ipea e FJP).

Gráfico – 6- Longevidade, Mortalidade e Fecundidade – Xavantina – SC (1991-2010)



Fonte: IBGE – Censos Demográficos/2010./ PNUD, Ipea e FJP



## Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE XAVANTINA

As estimativas do IBGE, para 2024 e 2030, para Santa Catarina, reforçam o que os dados censitários mostram sobre a população catarinense: modificação profunda na estrutura etária, com rápido envelhecimento.

Se essa tendência se confirmar para as décadas futuras, além de questões de natureza previdenciária, a mudança do perfil etário da população catarinense terá fortes impactos sobre os tipos de serviços a serem ofertados, bem como a necessidade de ampliação de postos de trabalho em ritmo suficiente para incorporar e qualificar, além dos desempregados, os novos ingressantes no mercado de trabalho, especialmente os jovens (SANTA CATARINA, 2013a). Essa realidade também se observa no município.

A ampliação da oferta e da qualidade dos serviços básicos (acesso à saúde, educação, emprego, moradia e saneamento básico, etc.), contribuiu para a melhoria da qualidade de vida da população catarinense, consequentemente, para o aumento na expectativa de vida ao nascer. Essa realidade é expressa por meio de indicadores como o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e o Índice Gini-Renda, que são utilizados para medir o bem-estar da população e as desigualdades de renda, respectivamente.

O IDHM é um indicador sintético que varia de 0 a 1 e é composto por três outros indicadores: IDHM-Longevidade, IDHM-Renda e IDHM-Educação. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano do país, dos estados ou municípios. Em 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Xavantina, apresentado na tabela a seguir, alcançou 0,769, colocando o município na 216ª posição estadual.

Tabela 5 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Xavantina - 1970/2000.

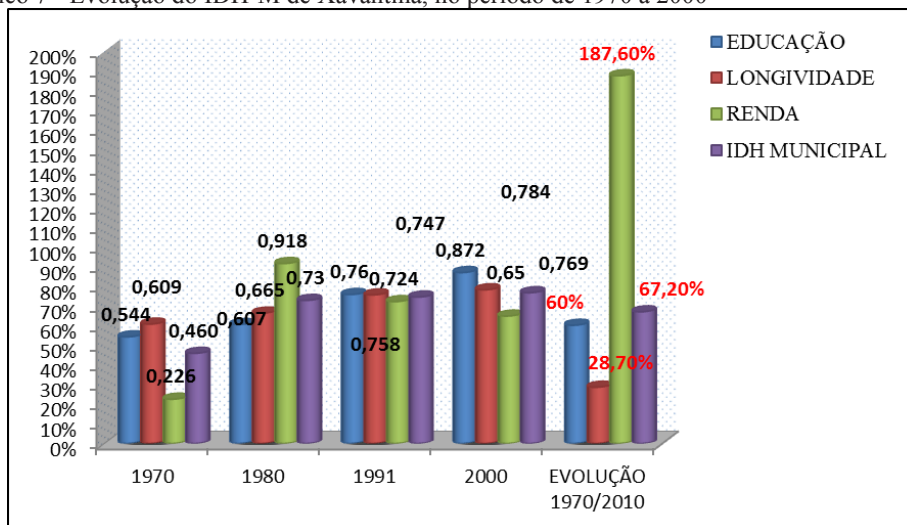
Ano	Educação	Longevidade	Renda	IDH Municipal
Ano 1970	0,544	0,609	0,226	0,460
Ano 1980	0,607	0,665	0,918	0,730
Ano 1991	0,760	0,758	0,724	0,747
Ano 2000	0,872	0,784	0,650	0,769
Evolução/período:70/2000	60,3%	28,7%	187,6%	67,2%

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.



## Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE XAVANTINA

Gráfico 7- Evolução do IDH-M de Xavantina, no período de 1970 a 2000



Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - Xavantina é 0,749, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,861, seguida de Renda, com índice de 0,772, e de Educação, com índice de 0,632.

Tabela 6 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes- Xavantina - SC

IDHM e componentes	1991	2000	2010
<b>IDHM Educação</b>	0,210	0,459	0,632
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	13,71	21,78	38,85
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	26,63	84,53	90,07
% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	45,02	82,32	97,74
% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	18,79	59,84	73,17
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	13,54	40,22	61,54
<b>IDHM Longevidade</b>	0,758	0,833	0,861
Esperança de vida ao nascer (em anos)	70,48	75,00	76,63
<b>IDHM Renda</b>	0,691	0,729	0,772
Renda per capita (em R\$)	590,50	748,39	973,81

Fonte: PNUD, Ipea e FJP/2010

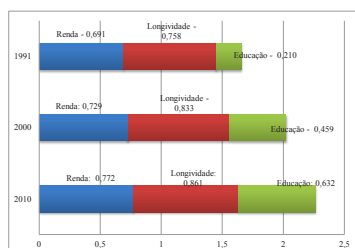




## Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE XAVANTINA

Entre 2000 e 2010, o IDHM passou de 0,653 em 2000 para 0,749 em 2010 - uma taxa de crescimento de 14,70%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distancia entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 72,33% entre 2000 e 2010. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,173), seguida por Renda e por Longevidade conforme demonstrado no gráfico a seguir.

Gráfico 8 - Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) e seus componentes – Xavantina-SC: 1991/2000/2010.



Fonte: PNUD, Ipea e FJP/2010.

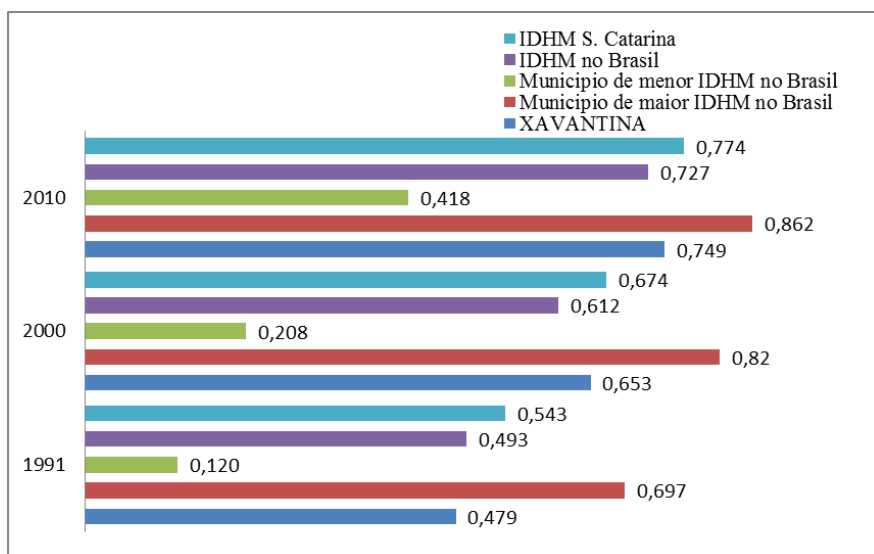
Entre 1991 e 2010, o IDHM do município passou de 0,479, em 1991, para 0,749, em 2010. Isso implica em uma taxa de crescimento de 56,37% para o município; e em uma taxa de redução do hiato de desenvolvimento humano de 48,18% para o município. No município, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,422), seguida por Longevidade e por Renda.

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



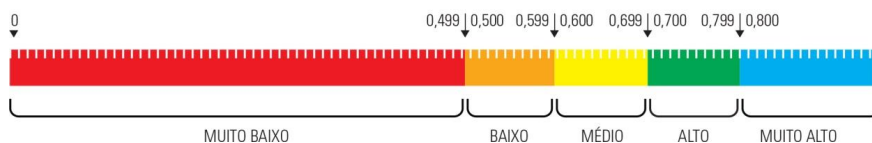
## Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE XAVANTINA

Gráfico 9 - Evolução do IDHM - Xavantina – SC



Fonte: PNUD, Ipea e FJP. Xavantina ocupa a 562ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM.

### Faixas de Desenvolvimento Humano Municipal



Fonte: [http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o\\_atlas/idhm/](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/).

Além de apresentar evolução crescente, o IDHM Total de Xavantina em 2010 é considerado alto, pois está entre 0,700 e 0,799 (gráfico 09 e figura 01). A partir da análise dos gráficos 08 e 09, observa-se que o IDHM Renda (alto) e o IDHM Longevidade (alto) contribuíram para este cenário, uma vez que o IDHM Educação ainda é considerado médio, pois está entre 0,600 e 0,699. Portanto, para o Município continuar avançando em seu IDHM Total, terá que empregar maiores esforços no campo educacional.

O Índice Gini-Renda é um indicador utilizado para medir a desigualdade de renda entre os mais ricos e os mais pobres. Este indicador varia de 0 a 1, onde o zero corresponde a completa igualdade de distribuição de renda e 1 corresponde a completa desigualdade. Portanto, quanto mais próximo de 0 melhor a distribuição de renda.



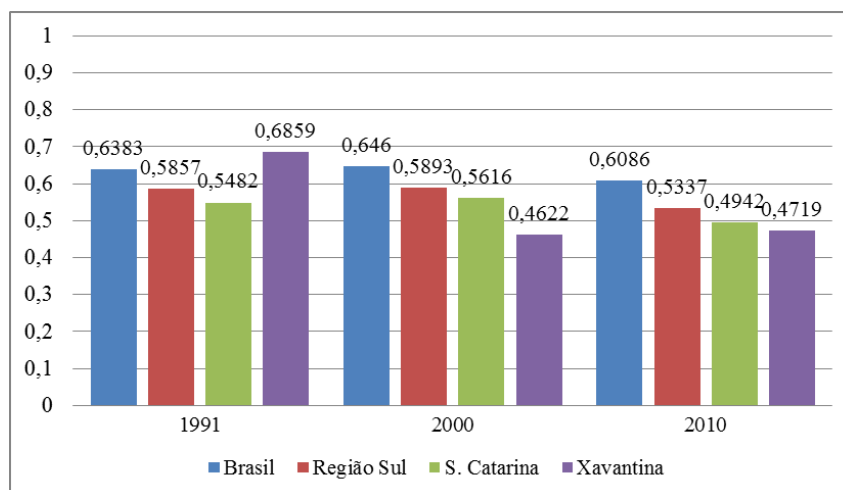
## Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE XAVANTINA

Tabela 7 – Distribuição percentual de pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal – 2010.

Classes de rendimento nominal mensal	Brasil	Região Sul	Santa Catarina
Até 1/2 salário mínimo	6,33	3,51	2,41
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	21,13	18,78	15,88
Mais de 1 a 2 salários mínimos	18,88	25,95	28,95
Mais de 2 a 5 salários mínimos	11,31	15,75	18,72
Mais de 5 a 10 salários mínimos	3,6	4,39	4,62
Mais de 10 a 20 salários mínimos	1,21	1,3	1,27
Mais de 20 salários mínimos	0,45	0,43	0,41
Sem rendimento	37,09	29,89	27,74

Fonte: IBGE, Censo Demográfico/2010. Plano Estadual de Educação – Versão Preliminar, p.20.

Gráfico 10 – Índice de Gini da renda domiciliar per capita/2010



Fonte: IBGE/Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010. DATASUS/IBGE – Censos Demográficos/2010.

Nas últimas décadas, Santa Catarina tem conseguido diminuir a desigualdade na distribuição da renda entre sua população (gráfico 12 e tabela 02), entretanto, ainda existem grandes disparidades sociais e econômicas cuja superação se dará pela busca constante da equidade e da ampliação de oportunidades. A melhora da qualidade de vida dos catarinenses, expressa pelo IDHM e o índice Gini-Renda, é reflexo do crescimento econômico vivido pelo



## Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE XAVANTINA

Estado nas últimas décadas. Embora sua população represente 3,28% da população do País em 2010, Santa Catarina participou com 4% no Produto Interno Bruto (PIB) nacional.

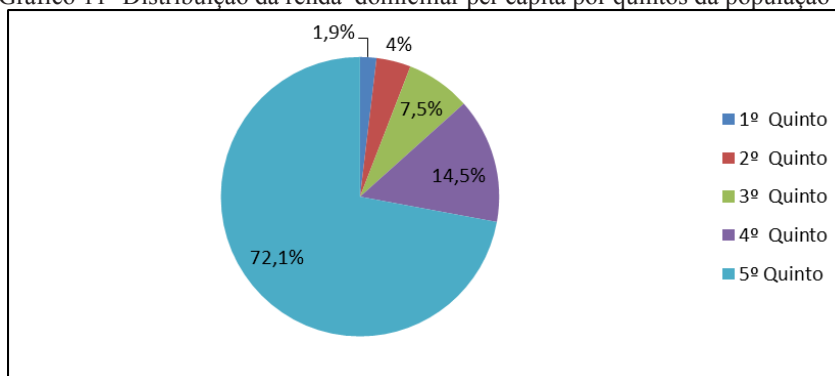
A renda per capita média de Xavantina cresceu 64,91% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 590,50, em 1991, para R\$ 748,39, em 2000, e para R\$ 973,81, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 2,67%. A taxa média anual de crescimento foi de 2,67%, entre 1991 e 2000, e 2,67%, entre 2000 e 2010. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 35,80%, em 1991, para 13,51%, em 2000, e para 3,42%, em 2010. A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita através do Índice de Gini, que passou de 0,68, em 1991, para 0,46, em 2000, e para 0,47, em 2010.

Tabela 8 - Renda, Pobreza e Desigualdade - Xavantina – SC/2010.

	1991	2000	2010
<b>Renda per capita (em R\$)</b>	590,50	748,39	973,81
<b>% de extremamente pobres</b>	14,90	6,75	0,40

Fonte: PNUD, Ipea e FJP/2010.

Gráfico 11- Distribuição da renda domiciliar per capita por quintos da população–1991.

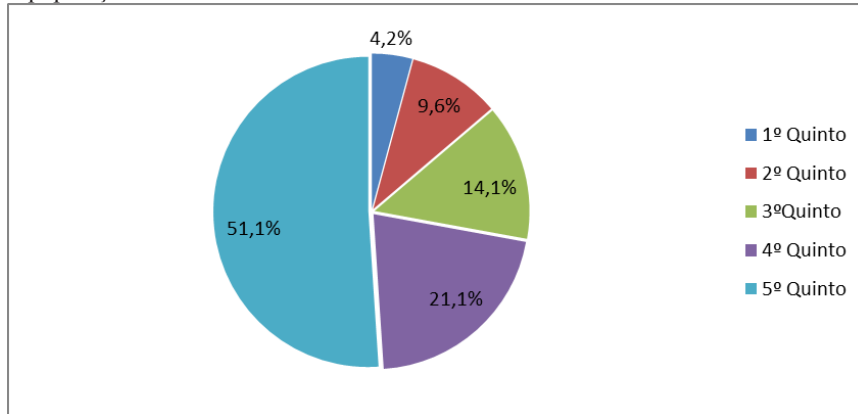


Fonte: PNUD, Ipea e FJP/2010.



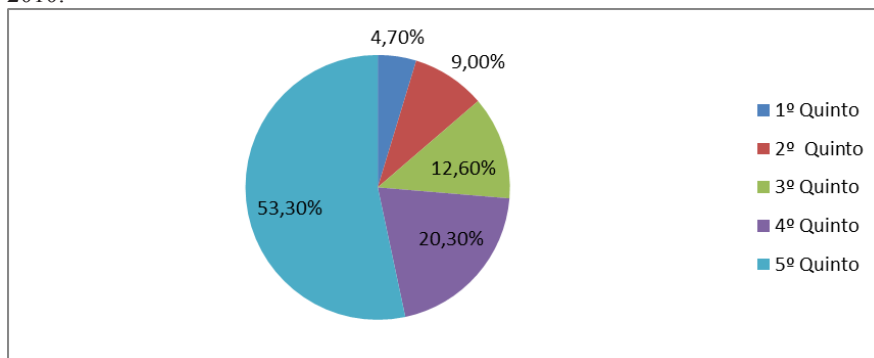
## Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE XAVANTINA

Gráfico: 12- Distribuição da renda domiciliar per capita por quintos da população– 2000.



Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Gráfico 13- Distribuição da renda domiciliar per capita por quintos da população – 2010.



Fonte: PNUD, Ipea e FJP/2010.

Os principais indicadores socioeconômicos e demográficos demonstram que Xavantina ocupa boa posição no Estado, contudo, ainda não refletem um cenário ideal, sem desigualdades sociais, com educação, saúde, segurança pública e moradia de qualidade para todos. Por isso, acima de tudo, esses indicadores servem como ponto de partida ou instrumentos auxiliares no processo de planejamento, execução e avaliação de políticas públicas voltadas à construção de uma sociedade mais justa, igualitária e com desenvolvimento sustentável.

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



## **Estado de Santa Catarina**

### **MUNICÍPIO DE XAVANTINA**

#### **2.2 EDUCAÇÃO BÁSICA**

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), em seu Artigo 21, organiza a educação escolar em dois níveis: Educação Básica e Educação Superior. Na sequência, são apresentados e analisados os principais indicadores educacionais da Educação Básica e perspectivas de auxílio ao Superior em Xavantina, considerando as respectivas etapas e modalidades.

No âmbito do contexto educacional, a frequência à escola por parte das crianças e adolescentes é analisada por intermédio da Taxa de Frequência Líquida a estabelecimentos de ensino, que permite identificar a proporção de pessoas de uma determinada faixa etária que frequenta escola na série adequada, conforme a adequação série-idade do sistema educacional brasileiro, em relação ao total de pessoas na mesma faixa etária. Segundo esse indicador, 81,5% das crianças de 6 a 14 anos de idade residentes no município estavam frequentando escola no ano de 2010 e estudavam no ensino fundamental (dados do Censo Demográfico).

Por sua vez, a Taxa de Frequência Líquida entre os adolescentes de 15 a 17 anos de idade reflete um enorme desafio para o sistema educacional brasileiro, na medida em que, no município, 54,6% estavam estudando no ensino médio, que é o nível de ensino adequado a essa faixa etária, sendo que a referida taxa era de 52,7% na média estadual e de 47,3% no conjunto do país. É necessário chamar a atenção para o fato de que esse atraso escolar compromete o futuro laboral dessa geração de adolescentes, haja vista que a conclusão do ensino médio é uma credencial educacional de suma importância para ascender a um posto de trabalho formal.

Em função dos avanços observados na alfabetização da população brasileira desde a década de 1990, o município apresentava, entre a população de 15 anos ou mais de idade, Taxa de Alfabetização de 92,6% no ano de 2010. As taxas correspondentes ao estado e ao país eram de 96,0% e de 90,6%, respectivamente. O contingente de pessoas analfabetas no município era de 248.

A Taxa de Alfabetização no município, tratando-se o índice raça/cor, apresentava em 1990, a seguinte configuração: 93,5% para os homens e 91,7% para as mulheres; 79,6% entre a população negra e 94,0% entre a população branca. Por situação do domicílio, a taxa prevalente na área urbana situava-se em 91,6%, contra 93,0% na área rural.

Em 2010, 1.983 pessoas de 15 anos ou mais de idade residentes no município (58,8% do total) figuravam no grupo de indivíduos sem instrução ou com o ensino fundamental incompleto.

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100





## Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE XAVANTINA

Vale ressaltar que pela adequação idade-série do sistema educacional brasileiro, toda a população de 15 anos ou mais de idade já deveria ter concluído o ensino fundamental. Tratando-se do nível de instrução subsequente, um contingente de 615 pessoas (18,3%) possuía o ensino fundamental completo ou médio incompleto. Com relação ao ensino médio completo ou superior incompleto, os dados do Censo 2010 apontavam que 19,9% da população municipal situavam-se nesse nível de instrução (669 pessoas). O ensino superior completo era realidade para 102 habitantes, o correspondente a 3,0% da população de 15 anos ou mais de idade.

É importante destacar que as políticas de elevação da escolaridade e de educação profissional desempenham, efetivamente, um papel estratégico no combate à pobreza e às desigualdades sociais e para as possibilidades de acesso a um Trabalho Decente. Os dados da RAIS do MTE demonstram que, ao longo dos últimos anos, enquanto diminuiu o número de vínculos empregatícios formalizados para os trabalhadores analfabetos ou que possuem até sete anos completos de estudo (ensino fundamental incompleto), cerca de 90,0% dos novos empregos surgidos exigiam pelo menos o ensino médio completo.

Do início de sua vigência até os tempos atuais, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) tem passado por diversas modificações com intuito de assegurar o direito à educação para todos os brasileiros. Dentre as modificações, estão as que se referem às etapas e modalidades da Educação Básica.

No tocante às etapas da Educação Básica, destacam-se as modificações no tempo de duração e na idade de ingresso em algumas delas que, a partir das Leis nº 11.114/2005 e nº 12.796/2013, ficam organizadas da seguinte forma:

- a) a Educação Infantil que compreende a Creche (crianças de 0 a 3 anos de idade) e a Pré-escola (crianças de 4 a 5 anos de idade);
- b) o Ensino Fundamental com duração de 9 anos e ingresso obrigatório a partir dos 6 anos de idade;
- c) o Ensino Médio com duração mínima de 3 anos.

Outra alteração significativa e de grande impacto é que a obrigatoriedade na Educação Básica deixa de ser somente no Ensino Fundamental (dos 6 aos 14 anos de idade) e passa a ser obrigatória dos 4 aos 17 anos de idade (Lei nº 12.796/2013 que modifica o Artigo. 4º da LDB), compreendendo as seguintes etapas:

- a) Pré-escola;**
- b) Ensino Fundamental;**

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



## Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE XAVANTINA

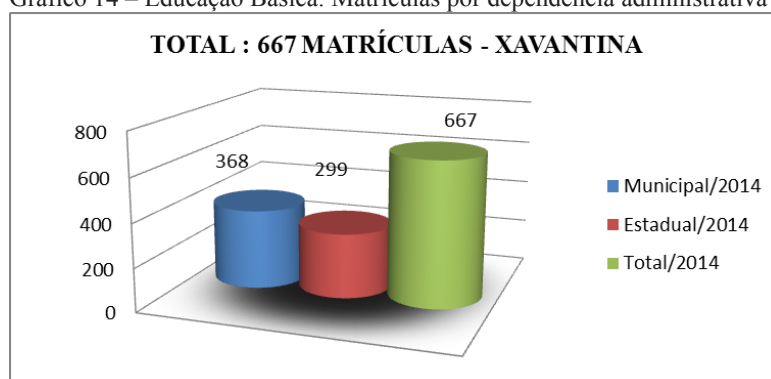
### c) Ensino Médio.

Vale lembrar que a Emenda Constitucional nº 59, de 2009, já havia alterado o Artigo 208, inciso I, da Constituição Federal que trata da Educação Básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.

Quanto as modalidades da Educação Básica, a Resolução CNE/CEB nº 04/2010, em consonância com o que preconiza a LDB e demais atos legais, afirma que a cada etapa da Educação Básica pode corresponder uma ou mais modalidades de ensino, quais sejam: Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional e Tecnológica, Educação do Campo, Educação Indígena, Educação Quilombola e Educação a Distância.

Considerando todas as etapas e modalidades da Educação Básica, em 2014, Xavantina registrou um total de 667 matrículas, gráfico 14, distribuídas em 4 estabelecimentos de ensino. Santa Catarina, em 2013, comportou 23,3% das matrículas da Região Sul e 3,03% do Brasil. O Estado oferta a Educação Básica na rede pública, cujas dependências administrativas são estadual, municipal e federal e na rede privada, cuja dependência administrativa é privada.

Gráfico 14 – Educação Básica: Matrículas por dependência administrativa – 2014.

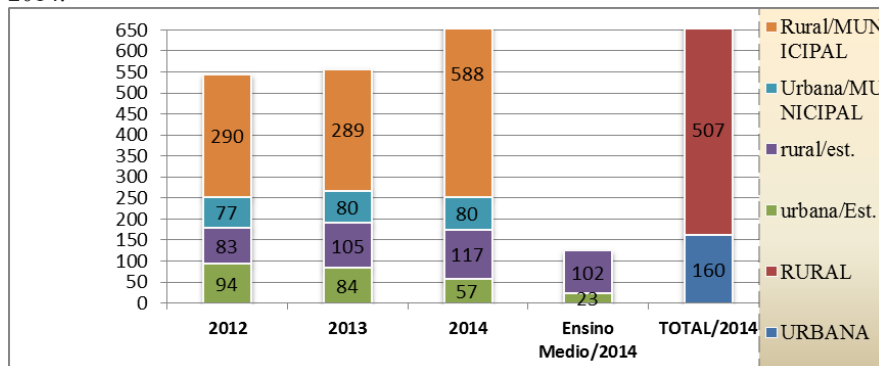


Fonte: MEC/INEP/Censo Escolar/<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-Matricula>. O município oferta a Educação Básica na rede pública cujas dependências administrativas são estadual e municipal.



## Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE XAVANTINA

Gráfico 15–Educação Básica: matrículas por zona de localização–Xavantina-SC–2012/2014.



Fonte: escola Via net: Secretaria Municipal de educação/Xavantina-SC.MEC/INEP/Censo Escolar.

As matrículas de alunos da Educação Básica estão distribuídas em estabelecimentos da rede municipal e estadual. A rede municipal de ensino ocupa dependência administrativa do Estado. No Distrito de Linha das Palmeiras, os alunos matriculados na Educação Básica são atendidos na EEF Deputado Massolini, na sede do município, os alunos da Educação Infantil possui dependência administrativa própria da rede municipal (01 prédio). As demais matrículas usam as dependências do prédio da Educação Infantil. O total de estabelecimentos escolares por dependência administrativa são em número bem reduzido, perfazendo um total de 03 estabelecimentos, sendo uma dependência administrativa municipal e duas dependências administrativas estaduais, das duas, uma em regime de colaboração. Dois estabelecimentos de ensino estão localizados na sede do município.

Os dados apresentados nesta seção foram coletados junto ao Ministério da Educação. A organização destas informações permite avaliar a evolução de diversos indicadores relacionados à educação no município de Xavantina.

Tabela 9 – Número de alunos matriculados por dependência administrativa em Xavantina, no período de 2010/2014.

Ano	Municipal	Estadual	Federal	Privada	Total
2010	177	555	-	-	732
2011	198	557	-	-	755
2012	357	296	-	-	653
2013	340	313	-	-	653
2014	368	299	-	-	667
<b>Comparando 2010 e 2014 : 1,6% de acréscimo rede municipal.</b>	91,6%	- 43,6%	-	-	-22,5%

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), Sistema de Estatísticas Educacionais (Edudata), Censo Escolar e SED de Santa Catarina, 2012.

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100

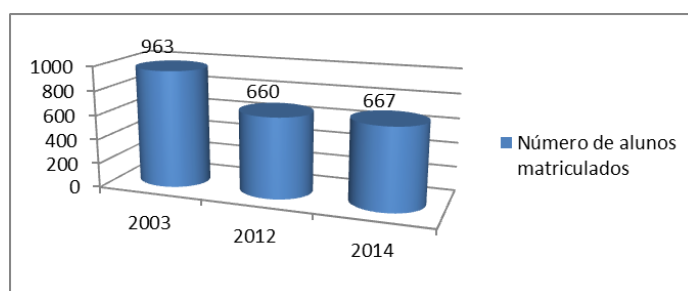


## Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE XAVANTINA

Comparando 2010 e 2014 houve acréscimo de 91,6% de matriculados na rede municipal de ensino. O acréscimo observado ocorreu pela municipalização dos anos iniciais. Houve migração dos alunos da rede estadual (anos iniciais) para a rede municipal de ensino.

Com relação à oferta destas matrículas, conforme tabela anterior, as redes municipal e estadual responderam, em 2014, por 100,0% do número de matriculados no município. Em relação à evolução do número de alunos matriculados em Xavantina, conforme gráfico a seguir, houve diminuição de 10,2% considerando o período compreendido entre 2010 e 2014.

Gráfico 16 – Matrículas rede Municipal e Estadual: 2003/2012/2014.



Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), Sistema de Estatísticas Educacionais Fonte: Ministério da Educação, Instituto (Edudata) e Censo Escolar, 2003 e 2012. Nota: Não estão computados os alunos do ensino superior.

De 2012 para 2014, houve diminuição de 0,45% no total de matrícula, no município de Xavantina. Comparando 2003 e 2014, a redução do número de matrículas foi de 30,73%. Em Santa Catarina vem registrando diminuição gradativa das matrículas na Educação Básica nos últimos anos. De 2007 a 2013, registrou queda de 3,83%, o que representa 60.250 matrículas a menos. Isso se explica, em parte, pela diminuição da população de 0 a 14 anos de idade nas últimas décadas.

### 2.2.1 Etapas Da Educação Básica

#### 2.2.1.1 Educação Infantil

Definida como a primeira etapa da Educação Básica, a Educação Infantil tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Deve ser oferecida em creches para crianças de 0 a 3 anos de idade e em pré-escolas para



## Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE XAVANTINA

crianças de 4 a 5 anos de idade, conforme a LDB - Lei n.º 9394/96, Art. 29, nos incisos I e II, Art. 30, com alterações dadas pela Lei nº 12.796/2013. Ainda, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica:

Os sujeitos do processo educativo dessa etapa da Educação Básica devem ter a oportunidade de se sentirem acolhidos, amparados e respeitados pela escola e pelos profissionais da educação, com base nos princípios da individualidade, igualdade, liberdade, diversidade e pluralidade. (BRASIL, 2013b, p. 36).

O acesso gratuito à Educação Infantil é um direito social constitucional e cabe aos municípios a expansão da oferta, com cooperação técnica e financeira da União e dos estados (Artigo 211, § 2 e Artigo 30, Inciso VI, da Constituição Federal). Santa Catarina oferece a Educação Infantil em todos os seus municípios, nas redes pública e privada. De acordo com a Lei Orgânica do Município de Xavantina, em seu artigo nº 164, (Texto original de 04.04.90 com as Emendas nº 001/92, nº 002/99 e 003/2001) e sistema municipal de ensino Lei nº 1153/2010, o município de Xavantina oferece Educação Infantil em dois estabelecimentos da rede municipal de ensino, sendo a mesma de inteira responsabilidade do município.

Mesmo que de forma morosa devido às implicações financeiras, humanas e de infraestrutura, o País segue avançando na ampliação do acesso à Educação Infantil, conforme observado no incremento de 4,04% nas matrículas de 2013 com relação a 2012, registrando 2.730.119 matrículas na creche e 4.860.481 na pré-escola, de um total de 7.590.600 matrículas. Seguindo a tendência nacional para o período, Santa Catarina teve aumento de 3,53%, registrando 296.895 matrículas na Educação Infantil em 2013, o que representa 29,68% das matrículas da Região Sul e 3,9% do Brasil nesta etapa de ensino, distribuídas em 3.755 estabelecimentos escolares. Xavantina oferece a educação infantil na rede municipal de ensino, seguindo a tendência de ampliação de oferta na pré-escola, onde em 2010 teve um total de 109 matrículas e 2014, 116 matrículas, em dois estabelecimentos de ensino da rede o que representa aumento, em 2014, de 6,8%, conforme dados da tabela nº 10, abaixo.

Tabela 10 – Educação Infantil: evolução do total de matrículas/  
Na rede municipal de ensino: Xavantina – SC – 2010 a 2014.

Ano	Ed. Total	Infantil- Creche	Pré-Escola
2010	109	-	109
2011	104	19	85
2012	108	23	80
2013	113	26	87
2014	116	30	86
Variação (%)	6,4%	57,8%	-21,1%

Fonte: Município e Mesorregião IBGE/ Censo Populacional 2010. INEP –

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100

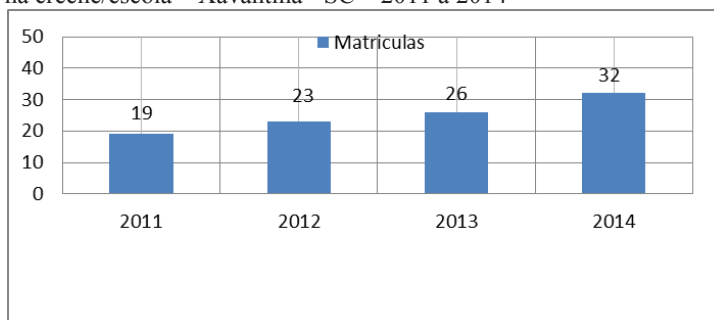


## Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE XAVANTINA

censo escolar, 2014. Secretária Municipal de Educação –Xavantina – SC, 2014.

No País, cerca de 23,5% das crianças de até 3 anos de idade frequentam a creche/escola, em Santa Catarina esse percentual sobe para 37,4%. Os dados acima são analisados a partir da estatística do IBGE/PNAD /Observatório de PNE/ Todos pela Educação. Em Xavantina o percentual demonstra que de 2011 a 2014 houve um acréscimo de 2,8%, em relação ao número total de alunos matriculados Observatório do PNE/Todos Pela Educação/IBGE/PNAD. As estimativas levaram em consideração a idade em anos completos em 30 de junho, ou idade escolar. O aumento no total de matrículas na creche confirma que município tem conseguido ampliar o acesso à educação para esta população. Isso também é perceptível no gráfico 18, que expressa, numa série histórica de 4 anos, a evolução do percentual anual de 2,8% de crianças de 0 a 3 anos de idade que frequentam a creche.

Gráfico nº 17: Número de matrículas de crianças de 0 a 3 anos de idade na creche/escola – Xavantina - SC – 2011 a 2014



Fonte: Observatório do PNE/Todos Pela Educação/IBGE/PNAD –Secretária Municipal de Educação –Xavantina – SC, 2014. As estimativas levaram em consideração a idade em anos completos em 30 de junho, ou idade escolar.

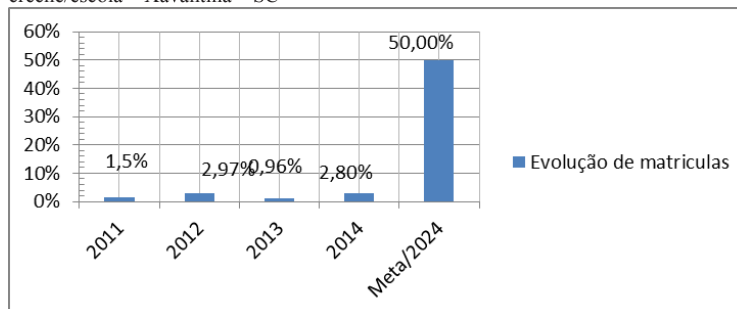
Em decorrência da responsabilidade constitucional dos municípios com a Educação Infantil, o transferência da oferta desta etapa de ensino, da rede pública estadual para a rede pública municipal, está finalizado.





## Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE XAVANTINA

Gráfico 18: Evolução do percentual de crianças de 0 a 3 anos de idade que frequentam a creche/escola – Xavantina – SC



Fonte: Observatório do PNE/Todos Pela Educação/IBGE/PNAD – Secretaria Municipal de Educação – Xavantina – SC. As estimativas levaram em consideração a idade em anos completos em 30 de junho, ou idade escolar.

Os dados acima consideram as crianças em idade escolar ou anos completos, sempre em 30 de junho de cada ano. Comparando 2014 com 2011, constata-se aumento de 1,3 pontos percentuais (p.p.), em média, no atendimento. Se repetir esse crescimento em pontos percentuais para os próximos dez anos, Xavantina tem dificuldade em atingir a meta de atender, no mínimo, 50% das crianças de 0 a 3 anos de idade na creche até o final da vigência deste Plano. Outra particularidade é com relação à população ser predominante do meio rural, onde as famílias tem condições de cuidar das crianças e seus afazeres domésticos. Porém o propósito é oferecer matrícula em creche, de acordo com a necessidade, realidade, demanda e circunstâncias local. Esforços entre os entes federados serão empenhados para o cumprimento da meta nacional, segundo padrões de qualidade em infraestrutura e recursos humanos.

Com a ampliação da obrigatoriedade da Educação Básica, a pré-escola deixa de ser facultativa e passa a ser etapa obrigatória. Isso representa um marco histórico de reconhecida importância para a educação brasileira, mas, a aprovação da lei não é garantia de criança na escola, uma vez que ainda há de 4 a 5 anos de idade fora dela, seja por falta de infraestrutura ou dificuldade de acesso, já que muitas que crianças residem no campo e os estabelecimentos de ensino concentram-se no distrito e na sede do município.

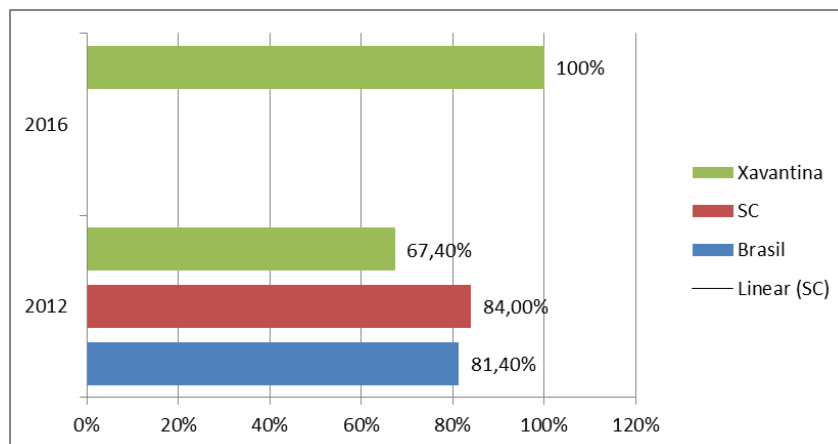
O município possui um percentual de 67,4%, de crianças de 4 a 5 anos na pré-escola/escola, segundo estatística do Município e Mesorregião IBGE/Censo Populacional 2010, para atingir a meta de universalizar a pré-escola para esta população até 2016, o crescimento tem que ser, em média, igual a 16,3% pontos percentuais ao ano, segundo dados do Observatório do PNE/Todos Pela Educação/IBGE/PNAD, 2012. O que se observa, por meio de informações da Secretaria municipal de Educação, que a taxa percentual de



## Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE XAVANTINA

matriculas está aumentando significativamente e que o município já cumpre a meta que seria prevista para 2016.

Gráfico 19 - Ampliação da obrigatoriedade da Educação Básica: Pré-escola - 2012/2016.



Fonte: Estado, Região e Brasil IBGE/ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2013./  
Fonte: Município e Mesorregião IBGE/Censo Populacional 2010. Fonte: Ministério da Educação,  
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), Censo Escolar, 2012.  
Secretaria Municipal de educação – Xavantina – SC – 2014.

Para que o desafio de universalizar o acesso das crianças de 4 a 5 anos na pré-escola seja superado, é imprescindível que a União, o estado, o município e a sociedade civil mantenham, em suas agendas prioritárias, a educação e os cuidados na primeira infância, (re)formulando e ampliando as políticas públicas, os programas, projetos e ações para que consigam dar conta de incluir todos aqueles que ainda não tiveram seu direito garantido.

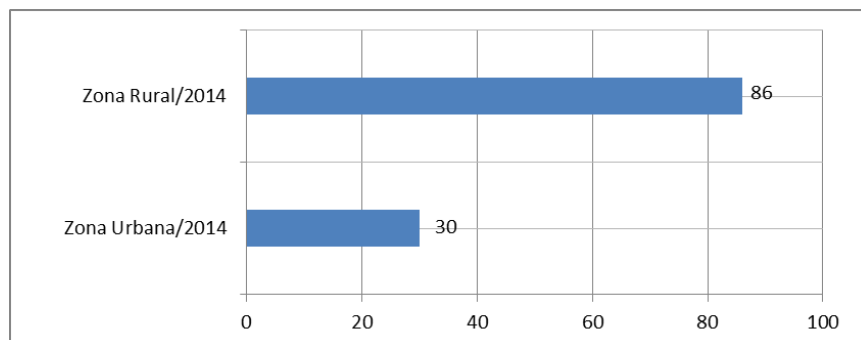
Diante deste panorama, universalizar a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos e ampliar a oferta de Educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 anos até o final da vigência deste Plano, vai demandar um esforço coletivo entre União, Estado e Municípios catarinenses, pois questões como infraestrutura e recursos humanos serão decisivos para o alcance dessa meta.

Um dado importante para o município de Xavantina que deve ser observado com muita atenção é o fato de que a maioria das crianças matriculadas na Educação Infantil são da zona rural. Na zona urbana a demanda é bem menor.



## Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE XAVANTINA

Gráfico 20: Número de Matrículas da educação Infantil por zona de localização: 2014



Fonte: Secretária Municipal de educação-Xavantina-SC/2014

Este dado é muito importante e deverá ser considerado para dimensionar meta e estratégias que atenda a população do campo, oferecendo um planejamento pedagógico que considere essa realidade.

### 2.2.1.2 Ensino Fundamental

O Ensino Fundamental, segunda etapa obrigatória da Educação Básica, passou a ter duração de nove anos a partir da Lei n. 11.274/2006, com ampliação da faixa etária recomendada (6 a 14 anos). É um direito subjetivo social garantido constitucionalmente que tem como objetivo a formação básica do indivíduo mediante:

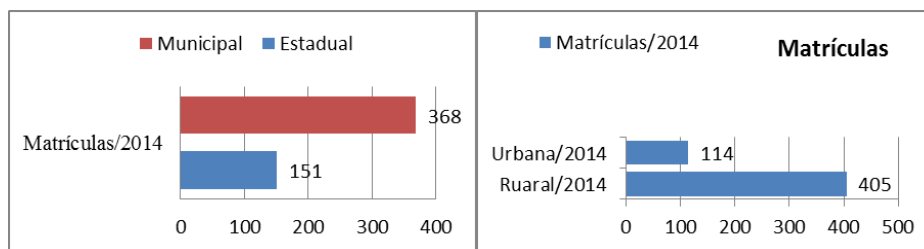
- I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. (Artigo 32 da LDB).

Gráfico 21 – Ensino Fundamental: total de matrículas por dependência administrativa – 2014.

Gráfico 22 – Ensino Fundamental: total de matrículas por zona de localização – Xavantina - SC – 2014



## Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE XAVANTINA



Fonte: MEC/INEP/Censo Escolar./Sec. Escola

Fonte: MEC/INEP/Censo Escolar / Sec. Escolas

Das 371 matrículas registradas em 2014, 231 são dos anos iniciais e 140 dos anos finais do Ensino Fundamental. Na tabela 09 e 11, observa-se que a rede pública municipal oferece todo o ensino dos anos iniciais e a rede pública estadual é majoritária na oferta dos anos finais.

Tabela 11 - Anos Iniciais do Ensino Fundamental: evolução do total das matrículas por dependência administrativa – 2010 a 2014

Dependência administrativa	Anos Iniciais					Anos Finais					Variação (%) 2014/10
	2010	2011	2012	2013	2014	2010	2011	2012	2013	2014	
Municipal	72	89	259	253	231	-	-	-	-	-	-
Estadual	147	176	-	-	-	253	199	170	189	140	- 40,12

Fonte: Censo escolar INEP/2014. Secretárias de escolas/Sec. Mun. De Educação/2014.

Analisando a tabela 11 observa-se que houve evolução de 39,88% no total de matrículas dos anos iniciais, comparando o ano de 2010/2014. Esse dado confirma-se por ter ocorrido a municipalização dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Os alunos que frequentavam a rede estadual passaram para a rede municipal de ensino. O total de matrículas dos anos finais do Ensino Fundamental, que integram a rede estadual de ensino, comparando 2013 com 2010, houve relevante redução, menos 40,12 %. O cenário nacional é de decréscimo no total de matrículas do Ensino Fundamental na última década, sendo decorrente da redução da população na faixa etária de 6 a 14 anos, da repetência, do abandono e da evasão escolar. Em Santa Catarina, no comparativo de 2013 com 2007, houve queda de 11,01% no total de matrículas do Ensino Fundamental. No município de Xavantina, o cenário não é diferente, visto que a taxa de natalidade também diminuiu, observando uma queda de 9,17% no total de matrículas, anos iniciais, em 2014.

A partir dos dados do censo escolar, o INEP calcula as taxas de rendimento escolar e as taxas de distorção idade-série. Por meio desses indicadores é possível identificar os



## **Estado de Santa Catarina**

### **MUNICIPIO DE XAVANTINA**

desafios a serem superados quanto a reprovação, o abandono e a defasagem idade-série na Educação Básica. Nas taxas de rendimento escolar estão compreendidas as taxas de aprovação, reprovação e abandono do ano observado. Em 2012, a taxa de reprovação nacional, no Ensino Fundamental, foi de 9,1%, enquanto a de Xavantina foi de 3,40%, anos finais, segundo dados do IBGE - Censo 2000 E 2010 E. Já a taxa de abandono foi de 3,30%, nos anos finais do Ensino Fundamental, em 2010. A rede pública de ensino, em Xavantina, não evidencia problemas com índices de reprovação e/ou abandono nesta etapa de ensino. No Ensino Fundamental a distorção idade-série não causa problemas no fluxo escolar.

Programas como Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), as diversas atividades curriculares complementares oferecidas pela Secretária Municipal de educação, são esforços que tem contribuído para a diminuição da reprovação e, consequentemente, da distorção idade-série em, Xavantina. No entanto, para garantir que, pelo menos, 95% dos jovens concluam o Ensino Fundamental na idade recomendada, é imprescindível continuar desenvolvendo e executando políticas públicas para manter reduzidas ou nulas, as taxas de distorção idade-série, reprovação e abandono, monitorando-as e avaliando sua eficácia para o público alvo. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2012, o percentual de jovens de 16 anos de idade que concluíram o Ensino Fundamental foi de 79,1%4 no município. Os indicadores mostram que, em Xavantina, 99,5% da população de 6 a 14 anos de idade frequentam a escola de Educação Básica, independente da etapa ou modalidade de ensino. Diante disso, pode-se afirmar que o acesso à educação para esta população pode ser universalizado. O percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o ensino fundamental concluído é de 81,0%. A meta dois, propõe que 95% do alunos concluam essa etapa na idade recomendada até o final da vigência do PNE.

O acesso à educação na etapa de ensino adequada para a população de 6 a 14 anos, uma das metas deste Plano, ainda não está universalizado. Para continuar avançando, precisa diminuir as diferenças de acesso e permanência em idade própria, viabilizando a manutenção da qualidade do processo de ensino e de aprendizagem, levando em consideração aspectos sociais, culturais e econômicos desta população e dos profissionais envolvidos.

A meta cinco, de igual importância trata da alfabetização na idade certa, uma vez que a política de alfabetização vem adquirindo, no contexto das políticas públicas em âmbito nacional, relações favoráveis às aprendizagens de todas as crianças. O processo de leitura e escrita com letramento é de responsabilidade do poder público, devendo este manter políticas que zelem pela aprendizagem das crianças. Segundo Esteban (2012), os resultados das

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



## **Estado de Santa Catarina**

### **MUNICIPIO DE XAVANTINA**

avaliações em larga escala, sejam internacionais ou nacional, tem revelado o baixo desempenho dos estudantes brasileiros nas competências de leitura e escrita, o que confirma as fragilidades do processo de alfabetização.

Embora Xavantina apresente bons resultados nas avaliações, ainda precisa se debruçar sobre este problema, porque apesar dos avanços nos estudos sobre as concepções de alfabetização e das práticas de ensino da leitura e da escrita, muitas crianças continuam a concluir o Ensino Fundamental com dificuldades para ler e escrever. Até 2013, não havia um instrumento próprio de avaliação nacional em larga escala específica para aferir a qualidade da alfabetização. A Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) foi incorporada ao Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) em 2013, por meio da Portaria Ministerial nº 482/2013, e seu objetivo principal é de avaliar os níveis de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa, Alfabetização Matemática e as condições de oferta do Ciclo de Alfabetização das redes públicas (INEP, 2014). Entretanto, os resultados da ANA de 2013 ainda não foram divulgados. Por isso, e porque Xavantina não possui um sistema próprio de avaliação, para dimensionar o tamanho deste desafio no município, foram utilizados os resultados fornecidos pela Prova ABC (Prova Brasileira do Final do Ciclo de Alfabetização) aplicada em turmas do 2º e 3º ano do Ensino Fundamental, a avaliação amostral mede habilidades em Leitura, Matemática e Escrita.

Os resultados da Prova ABC revelam que há um percentual significativo de crianças do 3º ano do Ensino Fundamental que ainda não atingiram o aprendizado considerado adequado para esta etapa de ensino: 45,73% na leitura, 61,90% na escrita e 50,99% na matemática. Essa questão demanda do poder público a adoção de estratégias para alcançar os índices desejáveis, ou seja, que todas as crianças tenham competência na leitura, na escrita e na matemática até o terceiro ano de escolaridade. A Prova ABC (Avaliação Brasileira de Final de Ciclo), o percentual de estudantes com aprendizado adequado é calculado considerando a proficiência 175 na escala SAEB<sup>2</sup>.

Em busca de possibilidades para solucionar este problema, dentre outras ações, o Município aderiu em 2012 ao Pacto Nacional da Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), em que as ações “são um conjunto integrado de programas, materiais e referências curriculares e pedagógicas que serão disponibilizados pelo Ministério da Educação e que contribuem para a alfabetização e o letramento, tendo como eixo principal a formação continuada dos professores alfabetizadores” (BRASIL, 2012b, p.11). Além disso, deverá participar de

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100





## **Estado de Santa Catarina**

### **MUNICIPIO DE XAVANTINA**

formação continuada para professores como o Pró-letramento, um programa de formação continuada de professores para a melhoria da qualidade de aprendizagem da leitura/escrita e matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Para que seja possível obter êxito no processo de alfabetização ou na redução das taxas de reprovação, abandono e distorção idade-série e melhorar o desempenho dos estudantes do Ensino Fundamental, são necessários esforços conjuntos para a concretização de todas as estratégias previstas neste Plano para as metas dois e cinco, sendo que a reestruturação do projeto Político Pedagógico deve fazer parte desse esforço.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, (IDEB), foi criado em 2007, é um indicador sintético composto por dois indicadores de extrema importância para a qualidade da educação: as taxas de aprovação escolar, obtidas do Censo Escolar, e as médias de desempenho nas avaliações do SAEB, (ANEB e ANRESC/Prova Brasil, aplicadas de dois em dois anos). É um instrumento utilizado pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que serve de parâmetro para medir a qualidade da Educação Básica em todos os estados, municípios e escolas no Brasil (BRASIL, 2008 g, p. 4).

O diferencial do IDEB está na combinação de informações sobre o rendimento escolar (representado pelas taxas de aprovação) e o desempenho em exame padronizado (ANEB/ANRESC), o que nem sempre é considerado em análises sobre qualidade educacional, embora sejam complementares. Por isso, antes de iniciar qualquer estudo referente ao IDEB é preciso ter em mente que:

Um sistema educacional que reprova sistematicamente seus estudantes, fazendo com que grande parte deles abandone a escola antes de completar a Educação Básica, não é desejável, mesmo que aqueles que concluem essa etapa de ensino atinjam elevadas pontuações nos exames padronizados. Por outro lado, um sistema em que todos os estudantes concluem o Ensino Médio no período correto não é de interesse caso os estudantes aprendam muito pouco na escola. Em suma, um sistema de ensino ideal seria aquele em que todas as crianças e adolescentes tivessem acesso à escola, não desperdiçassem tempo com repetências, não abandonassem a escola precocemente e, ao final de tudo, aprendessem. (FERNANDES, 2007, p. 5)

A educação catarinense tem apresentado resultados de destaque no cenário nacional, não sendo diferente para o município de Xavantina que sempre apresentou índices dentro da meta prevista.

O IDEB não é um indicador que se resume a uma escala de 0 a 10. Seja no Ensino Fundamental ou no Ensino Médio. A trajetória crescente do IDEB de Santa Catarina e

---

<sup>2</sup> file:///C:/Users/User/Downloads/Resultados\_Prova\_ABC%20coletiva\_vfinal.pdf.

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



## Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE XAVANTINA

Xavantina é consequência da melhora no desempenho médio dos estudantes na Prova Brasil/SAEB e no aumento das taxas de aprovação.

Para continuar avançando no IDEB e atingir resultados equivalentes aos do Estado e Países desenvolvidos, Xavantina precisa diminuir as desigualdades de aprendizagem em todas as etapas da Educação Básica, por meio de estratégias que levem em consideração as condições socioeconômicas, culturais e educacionais desses estudantes, a fim de elevá-los a patamares mais adequados de aprendizagem. Analisando a série histórica da média de desempenho na Prova Brasil/SAEB, constata-se que o município de Xavantina tem empregado esforços para superação dessas desigualdades, uma vez que, em sua maioria, os resultados se apresentam de forma crescente, em todas as etapas de ensino consideradas, de acordo com a tabela abaixo.

Tabela 12: Evolução do aprendizado nas escolas de Xavantina, segundo Prova Brasil: 2009/2011.

EEB TRINDADE 5º ano			EEF MASSOLINI 5º ano			EEF MEDIANEIRA 5º ano			XAVANTINA 5º ano		
2009/2011			2009/2011			2009/2011			2009/2011		
POR	MAT		PORT	MAT		POR	MAT		POR%	MAT%	
50%	69%	45%	79%	27%	71%	45%	51%	30%	S/D	22%	
P/P	P/P		P/P	P/P		P/P	P/P		P/P	P/P	
+ 19%	+ 34%		+ 44%	+ 6%		S/D	S/D		+16%	+6%	

EEB TRINDADE 9º ano						EEF MASSOLINI 9º ano						XAVANTINA 9º ano					
2007/009/2011						2007/2009/2011						2007/2009/2011					
POR- %			MAT- %			PORT- %			MAT- %			POR- %			MAT- %		
16	30	15	20	26	27	8	20	21	12	17	14	13	25	19	17	21	20
P/P %			P/P %			P/P %			P/P %			P/P %			P/P %		
+14	-5	+6	+1	+12	+1	+5	+1	+12	-6	+4	-1						

Legenda: S/D= Sem dados –P/P= Pontos percentuais – POR + Português/ MAT = Matemática. **Fonte:** Prova Brasil 2011, Inep. Organizado por Meritt. Classificação não oficial. <http://www.qedu.org.br/escola/223665-eeb-professor-luiz-sanches-bezerra-da-trindad/evolucao>

Evolução do aprendizado nas escolas de Xavantina, segundo Prova Brasil, verifica se os resultados melhoraram ao longo dos anos. Para cada competência e etapa escolar, observe o crescimento de 2007 para 2011. Evolução do aprendizado na escola. A Prova Brasil utiliza a mesma escala (SAEB) para mensurar o aprendizado em todas as suas edições. Por isso é possível compará-las. Vide tabelas abaixo o aprendizado nas escolas de Xavantina, segundo Prova Brasil: 2013.

Observando os resultados da Prova Brasil/SAEB por dependência administrativa, ainda há disparidade entre o desempenho da rede pública municipal e estadual. Vale observar que a rede municipal de ensino possui poucos dados da Prova Brasil. A avaliação foi aplicada a partir de 2011. Mesmo seguindo uma regularidade de bons resultados Xavantina ainda

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



## Estado de Santa Catarina

### MUNICIPIO DE XAVANTINA

precisa percorrer um longo percurso para atingir patamares ideais de qualidade de ensino e de aprendizagem.

A PROVA BRASIL tem como objetivo a produção de informações sobre os níveis de aprendizagem em Língua Portuguesa - ênfase em leitura, e em Matemática – ênfase em resolução de problemas. Apresenta, ainda, indicadores contextuais sobre as condições em que ocorre o trabalho da escola, os quais devem ser considerados na análise dos resultados.

Tabela 13: Aprendizado nas escolas de Xavantina: Prova Brasil: 2013.

Xavantina:/Escolas Municipais 5º -Anos Iniciais/Desempenho %		Xavantina:/Escolas Estaduais 8ª série/9º ano- Anos finais/ Desempenho %	
2013		2013	
POR	MAT	POR	MAT
33%	49%	24%	12%

**Fonte:** Prova Brasil 2013, Inep. Organizado por Meritt/ <http://www.qedu.org.br/cidade/780-Xavantina/aprendizado>.

A porcentagem que se observa na tabela acima, em português é a proporção de alunos que aprenderam o adequado na competência de leitura e interpretação de textos até o 5º e 9º ano na rede pública de ensino. Em Matemática demonstra a competência na resolução de problemas até o 5º e o 9º ano na rede pública de ensino.

Segundo resultados é fundamental equalizar problemas de currículo, valorização dos profissionais de educação, infraestrutura escolar e disparidades entre as redes municipal e estadual, respeitando as diversidades e as características regionais.

A meta sete orienta trabalhar para melhorar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB: 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental; 5,2 no ensino médio. Com base em dados do Ideb/Inep é possível analisar a realidade a nível municipal, anos iniciais, 2011 a rede estadual atingiu a meta, cresceu e alcançou 6,0; Tabela 14 e gráfico 23.

Tabela 14: O Ideb 2011 nos anos iniciais – rede estadual

Aprendizado	Fluxo	Ideb
6,92	1,00	6,9
<b>Quanto maior a nota, maior o aprendizado.</b>	Quanto maior o valor, maior a aprovação.	Meta / município <b>6,1</b>

**Fonte:** QEdu.org.br. Dados do Ideb/Inep (2011). Organizado por Meritt (2014)

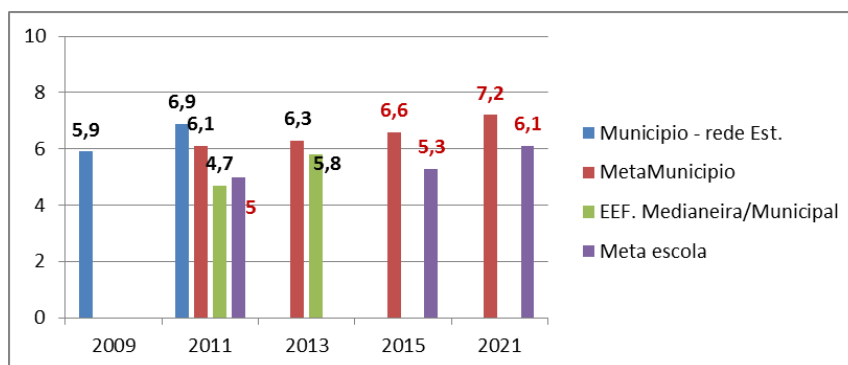
Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



## Estado de Santa Catarina MUNICIPIO DE XAVANTINA

Em 2013, o Ideb ainda não foi oficializado. A projeção de meta para o município foi de 6,3; para 2015 será de 6,6; para 2021; 7,2, segundo fonte constante na tabela e gráfico.

Gráfico 23: Ideb 2011/ anos iniciais – rede estadual e municipal.



Fonte: QEdu.org.br. Dados do Ideb/Inep (2013). Organizado por Meritt (2014).

Vale observar que a partir do ano de 2011 o Ensino Fundamental passou ser responsabilidade da rede municipal de ensino, por esse motivo a ausência de dados dos anos iniciais da rede estadual a partir de 2011. O Ideb 2013 nos anos finais da rede estadual, em Xavantina, não atingiu a meta, teve queda e não alcançou 6,0. Precisa melhorar a sua situação para garantir mais alunos aprendendo e com um fluxo escolar adequado. A meta para 2015 será de 5,8; para 2021, deverá ser alcançada a meta de 6,4.

Tabela 15: O Ideb 2013 anos Finais – rede estadual de ensino

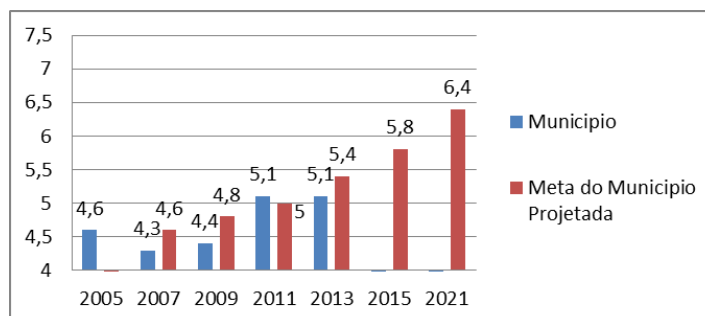
Aprendizado	Fluxo	Ideb
5,13	1,00	5,1
<b>Quanto maior a nota, maior o aprendizado.</b>	Quanto maior o valor, maior a aprovação.	Meta / município -5,4

Fonte: QEdu.org.br. Dados do Ideb/Inep (2011). Organizado por Meritt (2014)



## Estado de Santa Catarina MUNICIPIO DE XAVANTINA

Gráfico 24: IDEB 2011/2013 nos anos finais – rede estadual de ensino.



Fonte: QEdu.org.br. Dados do IDEB/Inep (2013). Organizado por Meritt (2014)

Como já foi enunciado, segundo a meta sete prevê o aprendizado adequado na idade certa. Estimular a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb:

Tabela 16: Metas projetadas: IDEB 2013/2021 – PNE.

Metas/Anos	2013	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais	4,9	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos finais	4,4	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino Médio	3,9	4,3	4,7	5,0	5,1

Fonte: <http://www.ebc.com.br/educacao/2014/07/20-metas-do-pne>

Esta é a meta do PNE que se refere de forma mais direta à qualidade da Educação. No entanto, coloca como objetivo de qualidade as metas do IDEB, indicador composto pelas notas em língua portuguesa e em matemática da Prova Brasil e pelo fluxo escolar.

### 2.2.1.3 Ensino Médio

É dever prioritário dos Estados a oferta do Ensino Médio, última etapa obrigatória da Educação Básica, para todos que demandarem inclusive àqueles que não puderam concluí-lo na idade certa, conforme Artigo 10, Inciso VI, da LDB (redação dada pela Lei nº 12.061/2009). Sua finalidade é:

I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



## **Estado de Santa Catarina**

### **MUNICIPIO DE XAVANTINA**

II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina. (Artigo 35 da LDB).

Em 2013, o País registrou 8.312.815 matrículas no Ensino Médio, com redução de 0,76% em relação a 2012, representando 64.037 a menos. Ao contrário do Brasil, neste mesmo período, Santa Catarina apresentou um incremento 6,6% no total de matrículas, registrando 271.429 matrículas distribuídas em 975 estabelecimentos escolares. Devido as suas responsabilidades legais, a rede pública estadual detém a maior parcela das matrículas nesta etapa de ensino (83,86%). No município de Xavantina a rede pública estadual financia o Ensino Médio, que funciona em um único estabelecimento estadual.

Com a substituição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) que, a partir 2007, abrange toda a Educação Básica, inclusive o atendimento escolar a jovens e adultos, Santa Catarina conseguiu ampliar os investimentos no Ensino Médio.

Nos últimos anos, em decorrência dos dispositivos legais, diversas políticas públicas para o Ensino Médio foram criadas e aplicadas com o intuito de galgar a universalização desta etapa de ensino à população de 15 a 17 anos de idade. Exemplo disso, foi a criação do Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI) e do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). As informações sobre o PRONATEC serão tratadas na modalidade de Educação Profissional e Tecnológica.

De acordo com o MEC, o Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI), instituído pela Portaria nº 971/2009, que integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), é uma estratégia do Governo Federal para induzir a reestruturação dos currículos do Ensino Médio. Este Programa tem como objetivo oportunizar ao adolescente e ao jovem a ampliação do tempo escolar, integrando à sua formação, atividades de aprendizagem voltadas à cultura, à arte, ao esporte, ao empreendedorismo, à sustentabilidade e à tecnologia, com conteúdos curriculares organizados a partir de um planejamento interdisciplinar construído

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100





## Estado de Santa Catarina MUNICIPIO DE XAVANTINA

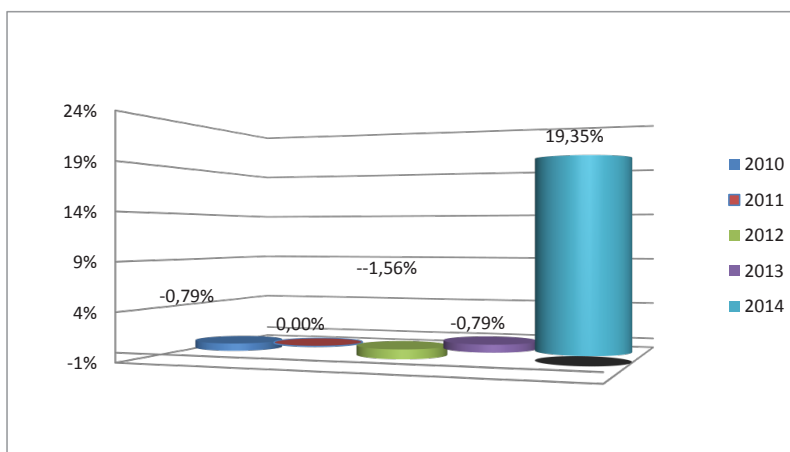
coletivamente. Xavantina aderiu ao ProEMI a partir de 2014. No comparativo de 2010 com 2014, é possível analisar o total de matrículas do Ensino Médio no Município como mostra a tabela 16.

Tabela 17: Matrículas Ensino Médio: 2010/2014.

2010	2011	2012	2013	2014
128	128	126	124	104
<b>Ensino Médio Inovador</b>				44

<http://portal.inep.gov.br/basica-censo>. Secretaria da EEB Trindade-Xavantina-SC/2014

Gráfico nº 23 Ensino Médio: Taxa de crescimento de Matrículas



FONTE: INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais /Censo Escolar Data de download: 10/10/2014 - Censo Escolar - URL:

<http://portal.inep.gov.br/basica-censo>. Secretaria da EEB Trindade- Xavantina-SC/2014

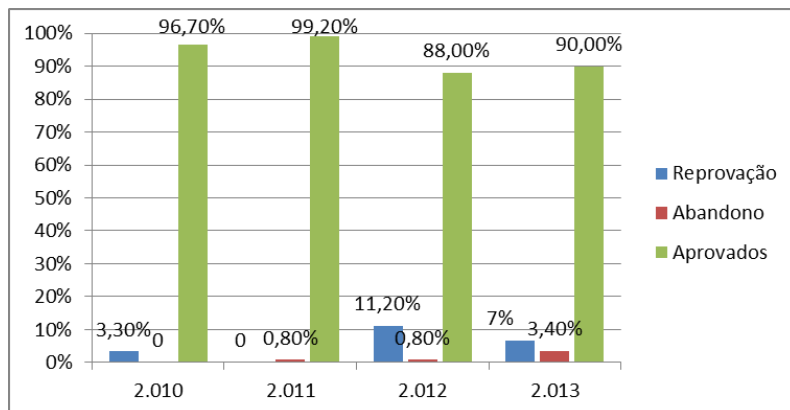
Observando a tabela nº 12 e o gráfico nº 23, houve pouca oscilação no número de matrículas do Ensino Médio a partir do ano de 2010. Em 2011, segundo dados do INEP, o número de alunos não se alterou. Em 2012 e 2013 houve um leve declínio. Em 2014, houve um acréscimo significativo. Com a implantação do Ensino Médio Inovador, houve acréscimo no número de matrículas. Certamente famílias e jovens demonstraram mais interesse por essa modalidade de ensino.

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



## Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE XAVANTINA

Gráfico 24 – Ensino Médio: Taxa de Rendimento: 2010 a 2013: Xavantina – SC.



Fonte: Inep, 2013. Organizado por Meritt, 2014.

De acordo com o gráfico nº 24, a Taxa de Rendimento, 2010 a 2013, no município de Xavantina- SC pode ser considerada ótima. Quanto a taxa de reprovados há que se rever estratégias pedagógicas para oportunizar a todos os alunos o acompanhamento dos conteúdos para alcançar o 100% de aprovações.

A Taxa de Frequência Líquida entre os adolescentes de 15 a 17 anos de idade reflete um enorme desafio para o sistema educacional brasileiro, estadual e municipal, na medida em que, no município, 54,6% estavam estudando no ensino médio, que é o nível de ensino adequado a essa faixa etária, sendo que a referida taxa era de 52,7% na média estadual e de 47,3% no conjunto do país. É necessário chamar a atenção para o fato de que esse atraso escolar compromete o futuro laboral dessa geração de adolescentes, haja vista que a conclusão do ensino médio é uma credencial educacional de suma importância para ascender a um posto de trabalho formal.

O Ensino Médio no País e, consequentemente, em Santa Catarina se apresenta de forma diversificada, compreendendo cursos como: médio (formação geral), médio integrado à educação profissional e magistério, além de sua oferta na modalidade de Educação de Jovens e Adultos que será tratada no item específico. O município de Xavantina contempla matrículas no ensino médio (formação geral) e Ensino Médio Inovador, em tempo integral. O aumento no total de matrículas é observado tanto no ensino médio (formação geral), quanto no ensino médio inovador.

Mesmo havendo vagas, estrutura física, recursos humanos, transporte escolar gratuito a matrícula no Ensino Médio, nos últimos anos, em Xavantina, ainda deixa a desejar no

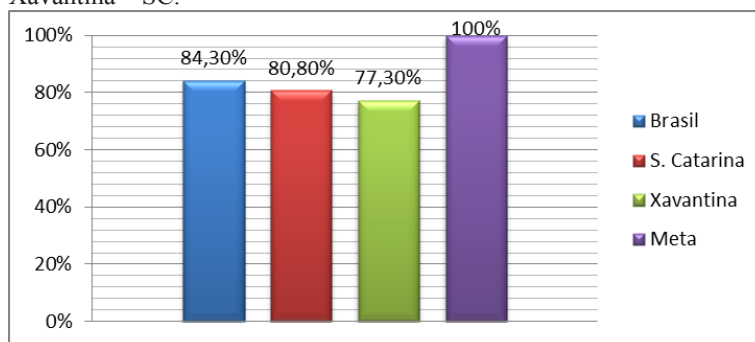
Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



## Estado de Santa Catarina MUNICIPIO DE XAVANTINA

atendimento à população de 15 a 17 anos de idade. Atualmente, em torno de 76,1% desta população frequenta a escola, independente da etapa ou modalidade de ensino da Educação Básica que estão cursando. O Estado não tem conseguido manter uma regularidade de crescimento no atendimento, apresentando frequente oscilação. Essa oscilação é, em parte, decorrente da saída dos adolescentes e jovens da escola para trabalhar, ou por mudar de cidade, conforme gráfico nº 25.

Gráfico 25 -Percentual da população de 15 a 17 anos que frequentam a escola.  
Xavantina – SC.



Fonte: Estado, Região e Brasil IBGE/ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2013.  
Fonte: Município e Mesorregião IBGE/ Censo Populacional 2010.

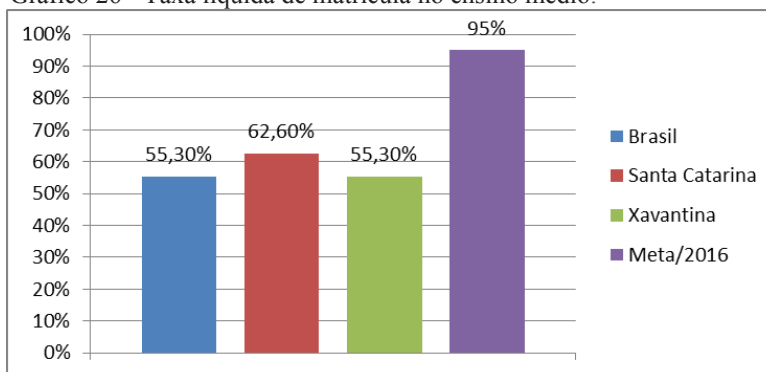
A universalização até 2016, do atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos de idade será desafiador pelo curto espaço de tempo, exigindo do Estado execução imediata das estratégias previstas no Plano Estadual para atingir tal meta. Ainda para esta meta, o Estado pretende elevar a taxa líquida de matrícula para 90% no Ensino Médio, até o final da vigência do Plano. O município de Xavantina se propõe apoiar ações que venham contribuir para elevar a taxa de matrículas, escolarização dessa demanda, bem como oferecer transporte escolar a todos os estudantes, em colaboração com o Estado, segundo acordos estabelecidos. Há uma parcela da população de 15 a 17 anos de idade fora da escola com atraso escolar. Fatores como a reprovação, o abandono, a falta de atratividade do Ensino Médio e a inserção no mundo do trabalho também contribuem para esta realidade. Quando se trata da matrícula na etapa de ensino médio adequada para a faixa etária, a situação é preocupante, porque somente 56,2% frequentam o Ensino Médio (gráfico 26), segundo dados do Estado, Região e Brasil IBGE/ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2013.

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



## Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE XAVANTINA

Gráfico 26 - Taxa líquida de matrícula no ensino médio.



Fonte: Estado, Região e Brasil IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2013. Fonte: Município e Mesorregião IBGE/Censo Populacional 2010.  
<http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php>.

Na maioria dos municípios brasileiros tem-se observado uma redução do número de matrículas. Este fato pode ser, em parte, explicado por dois fatores. O primeiro deles está relacionado ao ajuste da metodologia de contagem do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), que evita a duplicidade da contagem de matrículas, e o segundo está ligado à desaceleração do número de nascimentos, o que segundo o próprio Ministério da Educação exerce um efeito direto sobre o número de matriculados. Com relação a oferta destas matrículas, a rede estadual responde por 100% do número de matriculados no município de Xavantina. O desafio é encontrar caminho para alcançar a meta prevista até o final da vigência deste plano. Os entes federados, a sociedade civil, o corpo administrativo e docente da unidade escolar deverá inovar os conteúdos curriculares, reelaborar a Proposta Pedagógica e o Plano de Gestão com o objetivo de tornar o ambiente escolar atrativo, com ensino de qualidade e trabalhar de forma coletiva e integrada garantindo a todos o acesso ao ensino médio. Importante considerar que este problema não começa, necessariamente, no Ensino Médio. É preciso analisar tal situação desde a Educação Infantil, perpassando pelo Ensino Fundamental onde se observa reprovação significativa nos anos finais, até chegar às implicações ao Ensino Médio.

Para universalizar o atendimento escolar à população de 15 a 17 anos de idade e elevar a taxa líquida de matrículas e frequência, é necessário um olhar para a Educação Básica como um todo, com investimentos maciços na formação dos profissionais de educação, na infraestrutura e nos currículos escolares.

### 2.2.2 Modalidades Da Educação Básica

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



## Estado de Santa Catarina MUNICIPIO DE XAVANTINA

### 2.2.2.1 Educação Especial

O Município de Xavantina iniciou o atendimento ao público na área da Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva, Resolução Municipal **001/ DE 18 DE MAIO DE 2011**, com o funcionamento de sala de apoio para crianças deficientes, ou seja, salas multifuncionais, pelo programa do governo federal (MEC): salas de ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE).

O atendimento para crianças e indivíduos com deficiências era oferecido pela APAE, onde os alunos de Xavantina eram transportados para Xanxerê, buscando atendimento especializado na instituição APAE. Com a criação das salas multifuncionais, da inclusão de crianças com deficiências em salas de ensino regular, Decreto Nº 6.094, De 24 De Abril De 2007, que dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. **Decreto nº 6.571/2008**, dá diretrizes para o estabelecimento do atendimento educacional especializado no sistema regular de ensino (escolas públicas ou privadas). A **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, traz as diretrizes que fundamentam uma política pública voltada à inclusão escolar, consolidando o movimento histórico brasileiro, Decretos nº 186/2008 e nº 6.949/2009, passa a ter status de Emenda Constitucional como estabelece o § 3º do Artigo 5 da Constituição Federal de 1988, consolida-se a **EDUCAÇÃO ESPECIAL** na perspectiva inclusiva, no município de Xavantina.

A Política de Educação Especial do Estado de Santa Catarina, deflagrada dois anos antes da Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva do Governo Federal (2008), manteve alguns serviços que vinham sendo disponibilizados e inovou ao instituir as seguintes diretrizes:

- a) Público: estudantes com diagnóstico de deficiência, transtorno global do desenvolvimento, transtorno do déficit de atenção com hiperatividade e altas habilidades/superdotação;
- b) Centros de atendimento: transformação das escolas especiais mantidas pelas Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAES), em Centros de Atendimento Educacional Especializados em Educação Especial (CAESPs), o que permite a estas instancias oferecer serviços educacionais, de saúde e de assistência social;

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



## **Estado de Santa Catarina**

### **MUNICIPIO DE XAVANTINA**

- c) Atendimento: crianças e adolescentes em idade escolar com severos comprometimentos mentais podem, dependendo da manifestação de suas famílias, frequentarem exclusivamente CAESPs;
- d) Serviços: Serviço de Atendimento Educacional Especializado (SAEDE), com caráter complementar ou suplementar, disponibilizado nas suas especificidades.
- e) Atendimento em Classe: profissionais da educação especial atendendo concomitantemente a frequência do estudante na rede regular de ensino (segundo professor de turma, professor intérprete, instrutor de Libras, professor guia-intérprete, professor bilíngue e segundo professor bilíngue).

As escolas estaduais, localizadas em Xavantina mantem atendimento pelo serviço de Atendimento Educacional Especializado: SAEDE; atendimento em Classe com profissionais da educação especial (segundo professor).

As pessoas com severos comprometimentos mentais podem frequentar exclusivamente instituições especializadas por opção da família, levando em consideração que, na maioria das vezes, estes sujeitos apresentam também comprometimentos clínicos significativos o que limita a interação com o meio, sendo necessario disponibilizar- lhes apoios pervasivos. As pessoas com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, frequentam o ensino normal em classes comuns do ensino regular e/ou da EJA. A rede pública de ensino é majoritária na oferta de educação desses indivíduos. Mesmo considerando os avanços conquistados, ao propor a meta quatro – universalizar o acesso à Educação Básica e ao atendimento educacional especializado para a população de 4 a 17 anos de idade com deficiência, transtorno do espectro do autismo, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, nos termos do Artigo 208, Inciso III, da Constituição Federal, do Artigo 163 da Constituição Estadual e do Artigo 24 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, Resolução nº 01 de 1996, Lei Complementar nº. 170 de 1998, – Santa Catarina e Xavantina , Resolução Nº. 01/05/2011 reconhecem a dívida histórica da sociedade para com público que apresenta deficiência.

O atendimento para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100

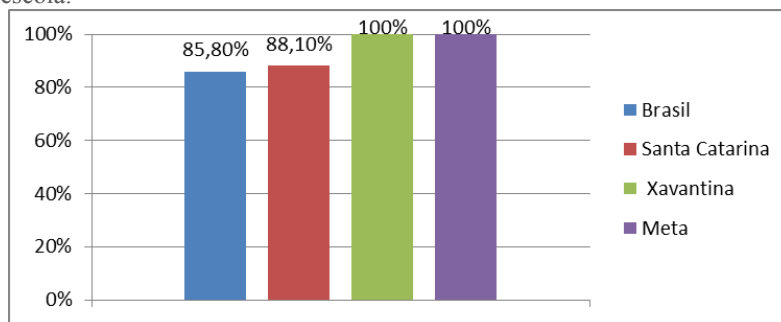




## Estado de Santa Catarina MUNICIPIO DE XAVANTINA

multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, está sendo realizado.

Gráfico 27: Percentual da população de 4 a 17 anos com deficiência que frequenta a escola.



Fonte: IBGE/Censo Populacional 2010

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, criada pelo Ministério da Educação em 2008, os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, segmentos que compõem o público alvo da Educação Especial, tem o direito a frequentar a sala de aula comum e, quando necessário, receber atendimento educacional especializado no período inverso ao da escolarização. Historicamente, essas pessoas foram excluídas do sistema educacional ou encaminhadas para escolas e classes especiais. Como resultado da implantação da referida política, entre 2007 e 2013, as matrículas desses estudantes em escolas regulares subiram de 306.136 para 648.921 (aumento de 112%). Em 2013, 76,9% desses estudantes matriculados na Educação Básica estavam estudando em salas comuns, sinalizando um rompimento com o histórico de exclusão. Os desafios implicados na ampliação desses expressivos avanços envolvem a continuidade de investimentos na formação de educadores, no aprimoramento das práticas pedagógicas, na acessibilidade arquitetônica e tecnológica, na construção de redes de aprendizagem, no estabelecimento de parcerias entre os atores da comunidade escolar e na intersetorialidade da gestão pública.

### 2.2.2.2 Educação de Jovens e Adultos

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), prevista na Constituição Federal e regulamentada pela LDB como modalidade da Educação Básica, tem se tornado um

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



## Estado de Santa Catarina MUNICIPIO DE XAVANTINA

importante instrumento para a universalização dos direitos humanos e a superação das desigualdades entre os povos.

Ainda de acordo com a LDB, em seus Artigos 37 e 38, a EJA é destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos, no Ensino Fundamental e Médio na idade própria, determinando aos sistemas de ensino a garantia de gratuidade do ensino, por meio de cursos e exames supletivos, a partir de oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características dos estudantes, seus interesses, condições de vida e de trabalho. Estabelece também, como parâmetros a viabilização, o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si. Propõe a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular. Estabelece a idade mínima de 15 anos para ingresso no Ensino Fundamental e de 18 anos para o Ensino Médio, e regulamenta da mesma forma a idade para realização de exames de certificação. Sendo assim, primeiramente cabe abordar a concepção ampliada de educação de jovens e adultos, que entende educação como direito de aprender, de ampliar conhecimentos e saberes ao longo da vida, e não apenas de se escolarizar. Em outras palavras, os adultos passam a maior parte da sua vida nesta condição, e muitas são certamente as situações de aprendizado que vivenciam em seus percursos formativos (BRASIL, 2008b, p. 1).

Neste sentido, Santa Catarina tem empregado esforços, por meio de parcerias com os municípios, empresas e a sociedade civil organizada, para garantir o direito ao acesso e/ou a conclusão dos estudos àqueles que não puderam fazê-lo na idade escolar obrigatória. Essa política de inclusão social tem como meta oportunizar a todos os cidadãos com quinze anos ou mais de idade, o acesso à escolaridade, proporcionando além do conhecimento científico, o direito à cidadania. A elevação da alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade é um indicativo de que esses esforços estão dando resultados satisfatórios. De acordo com os censos demográficos de 2000 e 2010, a população catarinense alfabetizada passou de 93,7% para 95,9%, em uma década, seguindo a tendência nacional de diminuição do analfabetismo.

Tabela nº 18: Evolução do número de pessoas alfabetizadas acima de 15 anos

ANO	ALFABETIZADOS/Nº	TOTAL DE PESSOAS/Nº
2010	3.801	3.972
2011	3.390	3.515
2012	3.378	3.515
2013	3.375	3.505

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



## Estado de Santa Catarina MUNICIPIO DE XAVANTINA

FONTE: Ministério da Saúde - DATASUS | Sistema de Informação da Atenção Básica - Cadastro Familiar. Data de download: 18/09/2013. Sistema de Informação da Atenção Básica - Cadastro Familiar. URL: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defhttm.exe?siab/cnv/SIABFbr.def>

Gráfico 28: Percentual de pessoas alfabetizadas acima de 15 anos – 2010/2013.



FONTE: INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais/ Censo Escolar.

A pesquisa baseia-se no Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB) que faz o cadastro das famílias (59,0% da população brasileira). Para cálculo da percentagem da população alfabetizada acima de 15 anos, a pesquisa divide o número de crianças na escola, pelo total de pessoas acima de 15 anos, abrangidas pelas famílias cadastradas no SIAB. Em julho de 2013, o SIAB contava com 33,1 milhões de famílias brasileiras cadastradas, abrangendo 114,4 milhões de pessoas ou aproximadamente 59,0% da população brasileira. No gráfico a seguir observa-se a EJA estadual e municipal em relação ao total de matrículas nas escolas públicas.

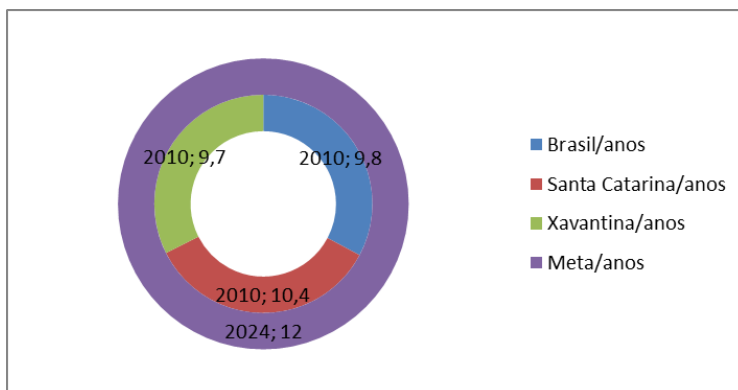
A Meta oito determina a elevação da escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE. Observando o gráfico número 29, constatamos a realidade de Xavantina.

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



## Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE XAVANTINA

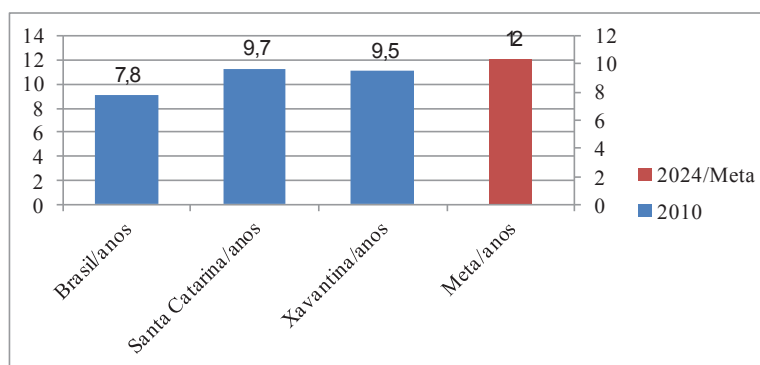
Gráfico 29: Escolaridade média da população de 18 a 29 anos.



Fonte: Estado, Região e Brasil IBGE/ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2013. Fonte: Município e Mesorregião IBGE/ Censo Populacional 2010.

Atualmente, a escolaridade média da população brasileira na faixa etária de 18 a 29 anos é de 9,8 anos de estudo. A Região Sul apresenta escolaridade média de 10,2 anos de estudo. Em Santa Catarina esse número sobe para 10,5 anos de estudo. Assim como o País, o Estado e o município tem apresentado aumento na escolaridade média da população nesta faixa etária nos últimos anos.

Gráfico 30: Escolaridade média da população de 18 a 29 anos de idade residente em área rural.



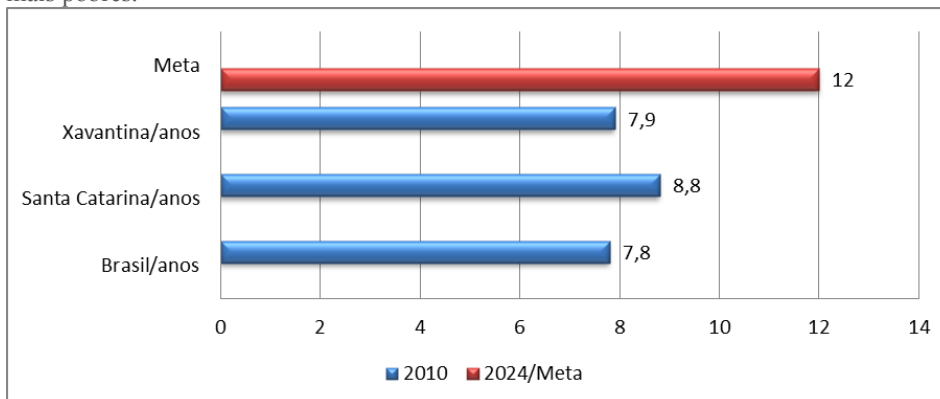
Fonte: Estado, Região e Brasil IBGE/ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2013.  
Fonte: Município e Mesorregião IBGE/ Censo Populacional 2010.  
<http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php>

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



## Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE XAVANTINA

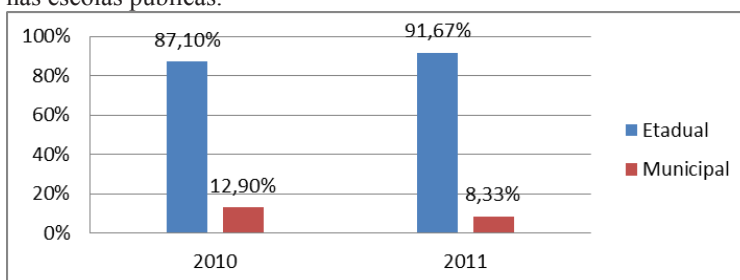
Gráfico 31: Escolaridade média da população de 18 a 29 anos de idade entre os 25% mais pobres.



FONTE: INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais | Censo Escolar.

Mesmo que a escolaridade média dessa população tenha aumentado nos últimos anos, evidenciam-se as desigualdades no acesso e no sucesso escolar dos grupos mais vulneráveis da população catarinense e de Xavantina. Diante deste cenário, para elevar a escolaridade média desta população para 12 anos de estudo, até o último ano de vigência deste Plano, é necessário o envolvimento de toda sociedade catarinense, e Xavantinense priorizando os recortes sociais de gênero, etnias, geração, territórios e culturas específicas, buscando superar as desigualdades sociais existentes e consolidar a democracia. O aumento da escolaridade pode ser obtido tanto a partir da ampliação da oferta da EJA quanto do ensino regular, garantindo, com qualidade no processo de ensino e aprendizagem, a inclusão da população de 18 a 29 anos de idade. A oferta da EJA, em Santa Catarina, representa 2% da matrícula. (Plano Estadual de Educação – Versão Preliminar).

Gráfico 32: Matrículas EJA estadual e municipal em relação ao total de matrículas nas escolas públicas.



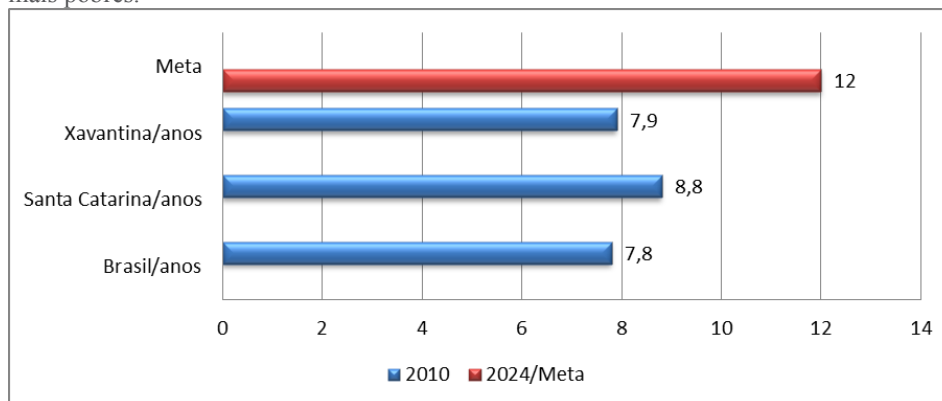
FONTE: INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais | Censo Escolar

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



## Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE XAVANTINA

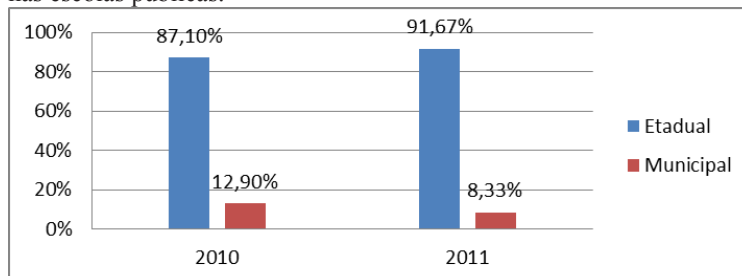
Gráfico 31: Escolaridade média da população de 18 a 29 anos de idade entre os 25% mais pobres.



FONTE: INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais | Censo Escolar.

Mesmo que a escolaridade média dessa população tenha aumentado nos últimos anos, evidenciam-se as desigualdades no acesso e no sucesso escolar dos grupos mais vulneráveis da população catarinense e de Xavantina. Diante deste cenário, para elevar a escolaridade média desta população para 12 anos de estudo, até o último ano de vigência deste Plano, é necessário o envolvimento de toda sociedade catarinense, e Xavantinense priorizando os recortes sociais de gênero, etnias, geração, territórios e culturas específicas, buscando superar as desigualdades sociais existentes e consolidar a democracia. O aumento da escolaridade pode ser obtido tanto a partir da ampliação da oferta da EJA quanto do ensino regular, garantindo, com qualidade no processo de ensino e aprendizagem, a inclusão da população de 18 a 29 anos de idade. A oferta da EJA, em Santa Catarina, representa 2% da matrícula. (Plano Estadual de Educação – Versão Preliminar).

Gráfico 32: Matrículas EJA estadual e municipal em relação ao total de matrículas nas escolas públicas.



Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100





## **Estado de Santa Catarina**

### **MUNICIPIO DE XAVANTINA**

FONTE: INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais | Censo Escolar

Não constam dados referentes a 2012 e 2013. A pesquisa mostra o número de matrículas na educação de jovens e adultos - EJA por esfera administrativa (estadual ou municipal). O levantamento foi elaborado a partir dos censos escolares disponibilizados pelo Inep - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Vale observar que o município é responsável pelo ensino EJA fundamental, o estado mantém a EJA ensino médio. No município de Xavantina a população alfabetizada apresenta pouca oscilação, conforme dados do gráfico número 28.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, (PNAD) aponta que o País, Santa Catarina e o município de Xavantina continuam avançando na redução do analfabetismo absoluto sinalizando crescimento no desenvolvimento social.

A alfabetização de jovens e adultos para a elevação de escolaridade é ofertada em Santa Catarina por meio das redes de ensino pública e privada, sendo que a rede estadual de ensino trabalha em parceria com os municípios e diferentes entidades, com turmas formadas em espaços urbanos, do campo, de privação de liberdade, indígena, quilombolas, demais comunidades e em outros espaços conforme a demanda. Em Xavantina a EJA é oferecida no espaço urbano e no campo, (campo/rural).

A partir de 2004, Santa Catarina aderiu ao Programa Federal Brasil Alfabetizado como mais uma possibilidade de oferta da alfabetização de jovens e adultos. O objetivo do Programa é de contribuir para superar o analfabetismo no Brasil e universalizar a alfabetização de jovens, adultos e idosos, bem como a progressiva continuidade dos estudos em níveis mais elevados, promovendo o acesso à educação como direito de todos, em qualquer momento da vida, por meio da responsabilidade compartilhada entre a União, os Estados, e os Municípios.

O Município ainda apresenta 6,5% da população analfabeta e 27,9% analfabeta funcional. É para essa parcela da população que se justifica o estabelecimento da Meta 9: elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais de idade para 98% até 2017 e, até o final da vigência deste Plano, reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

No que diz respeito à alfabetização, ao analfabetismo e ao analfabetismo funcional, observa-se que Santa Catarina e o município de Xavantina poderão atingir a respectiva meta nove, nos prazos estipulados basta continuar empregando, mantendo e/ou ampliando as parcerias, buscando priorizar as populações mais vulneráveis, até o final da vigência do PME. No

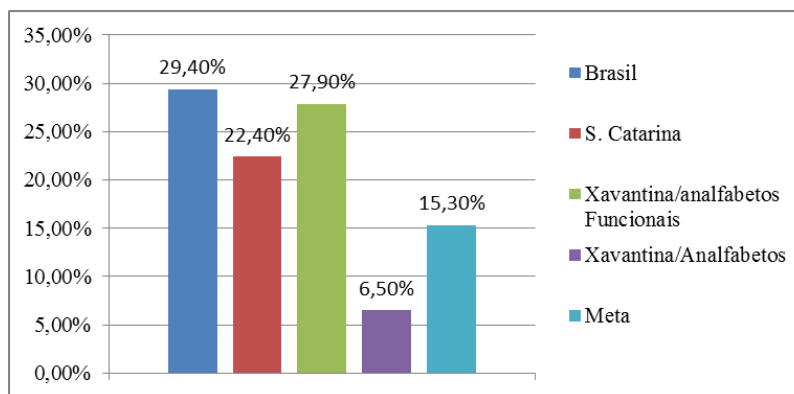
Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



## Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE XAVANTINA

gráfico abaixo é possível observar a taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade e a taxa de analfabetismo.

Gráfico 33- Taxa de Analfabetismo Funcional/ Analfabetismo/



Fonte: Estado, Região e Brasil IBGE/ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)2013/Município e Mesorregião IBGE/Censo Populacional/2010.  
<http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php>

Outro desafio a ser superado é a baixa escolaridade da população jovem ou adulta, uma vez que, historicamente, a insuficiente oferta de Educação Básica de qualidade, associada ao fracasso escolar e à necessidade de ingresso precoce no mundo do trabalho, gerou uma demanda significativa de jovens e adultos que não concluíram seus estudos. A meta é reduzir em 15,30% do analfabetismo funcional, no município de Xavantina

Até o final da vigência deste Plano, o Estado e Município tem como meta oferecer 10% das matrículas na EJA, nos Ensinos Fundamental e/ou Médio, na forma integrada à educação profissional, de acordo com a meta dez. A oferta da Educação Profissional integrada à Educação de Jovens e Adultos foi proposta em função das especificidades dos sujeitos desta modalidade de ensino: jovens, adultos e idosos.

Santa Catarina tem 0,81% das matrículas da EJA na forma integrada à Educação Profissional de nível fundamental (FIC) e médio, representando um total de 622 matrículas. Um valor extremamente baixo frente ao desafio de chegar a 10% ao final da vigência deste Plano. A série histórica mostra que não houve evolução significativa do crescimento das matrículas nessa modalidade. Será necessário empreender grandes esforços financeiros e educacionais para o alcance desta meta, buscando parcerias entre instituições públicas e privadas.

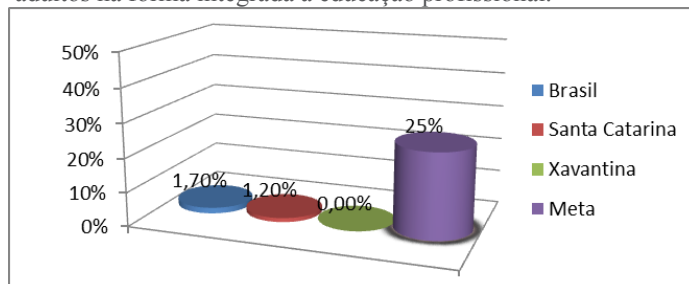
Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



## Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE XAVANTINA

Situação de estados e município em relação à meta nacional: Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

Gráfico 34: Percentual de matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional.



Fonte: INEP/Censo Escolar da Educação Básica 2013.

Este Plano propõe ações estratégicas integradas entre União, Estado e Município com o objetivo de garantir o acesso, a permanência e a qualidade da educação à população de 15 anos ou mais de idade, para a promoção efetiva do desenvolvimento social, econômico e tecnológico voltados à equidade social.

### 2.2.2.3 Educação Profissional e Tecnológica

A Educação Profissional e Tecnológica integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia, abrangendo os cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, de educação profissional técnica de nível médio e de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação (Artigo 39 da LDB, redação dada pela Lei nº 11.741/2008).

Segundo a Resolução CNE/CEB nº 04/2010, a Educação Profissional e Tecnológica articula-se com o ensino regular e com outras modalidades educacionais: Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Especial e Educação a Distância.

Na Educação Básica, especificamente, a modalidade de Educação Profissional e Tecnológica, ocorre por meio dos cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional e dos cursos de educação profissional técnica de nível médio.

Em Santa Catarina, a Educação Profissional Técnica de Nível Médio é oferecida em todas as suas formas: articulada com o Ensino Médio (integrada e concomitante) e

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



## **Estado de Santa Catarina**

### **MUNICIPIO DE XAVANTINA**

subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o Ensino Médio. Aqui serão apresentados e analisados somente os indicadores referentes ao ensino regular. Os que se referem a EJA e a Educação Especial serão tratados de acordo com o que prevê a lei nº 13.005/2014, bem como as determinações do PEE, em suas metas e estratégias.

De acordo com o censo escolar de 2013, na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, cerca de 4,2% da matrícula nacional e 25,4% da matrícula da Região Sul foram registradas em Santa Catarina, representando 60.862 matrículas, distribuídas nas redes pública e privada: 12.200 matrículas no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, 20.017 matrículas na Educação Profissional Concomitante ao Ensino Médio e 28.645 matrículas na Educação Profissional Subsequente ao Ensino Médio. É o Estado da Região Sul com menor número de matrículas nesta modalidade. A rede privada é detentora de 56,7% do total de matrículas. No município de Xavantina, o Estado não oferece Educação Profissional e Tecnológica por não comportar clientela suficiente para esta modalidade de ensino. O município disponibiliza, aos interessados em frequentar cursos técnicos e profissionalizantes, transporte escolar gratuito para instituições da região a todos os interessados.

Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), lançado em 2011, é um programa instituído para ser executado pela União, com a finalidade de ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira, envolvendo uma série de iniciativas: expansão da rede federal, Brasil profissionalizado, gratuidade dos cursos promovidos pelo Sistema S, Rede e-Tec Brasil, FIES Técnico e Empresa, e Bolsa Formação.

É preciso esforço para atingir a meta de oferecer as matrículas em cursos técnicos de nível médio, assegurando a qualidade na sua oferta. A expansão da educação profissional pública de qualidade, em diferentes modalidades e níveis, na perspectiva do trabalho como princípio educativo, com financiamento público permanente, que atenda às demandas produtivas e sociais locais, em consonância com a sustentabilidade socioambiental, com a gestão territorial e com a inclusão social, as diversidades étnico-raciais de modo a dar suporte aos arranjos produtivos locais e regionais, contribuindo com o desenvolvimento econômico-social (BRASIL, 2014a, p.72), passa ser meta da educação profissionalizante, no município de Xavantina. Para atingir essa meta, o governo local terá que buscar parcerias com os demais entes federados, com instituições privadas e públicas.

O município de Xavantina, para tanto, necessita de financiamento próprio para ampliação de vagas, infraestrutura adequada, formação de professores, valorização

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



## **Estado de Santa Catarina**

### **MUNICIPIO DE XAVANTINA**

profissional, entre outros. Isso deve ser compromisso para com a sociedade, oferecendo formação integral sustentada num currículo que se fundamenta nos conceitos de ciência, tecnologia, cultura e trabalho. Currículo, este compreendido como a base para a melhoria da qualidade do ensino técnico, considerando uma prática pedagógica significativa decorrente de uma reflexão sobre o mundo do trabalho, da cultura deste trabalho, das correlações de forças existentes e dos saberes construídos a partir do trabalho e das relações que se estabelecem nessa produção. Justifica-se estabelecimento de metas e estratégias para a Educação Profissional em Xavantina, exigindo esforços conjugados entre União, Estado, Municípios, e as diferentes redes de ensino na região para sua execução.

#### **2.2.2.4 Educação Escolar Indígena**

De acordo com o censo demográfico de 2010, o território catarinense abriga cerca de 2% da população indígena do País e 23,2% da Região Sul, correspondendo a 18.213 habitantes. Destes, 9.227 residem em terras indígenas e 8.986 residem em terras não demarcadas. A população indígena que vive em Santa Catarina é composta basicamente por três grandes etnias: Kaingang, Xoklêng15 e Guarani, sendo a Kaingang a mais populosa.

Nas terras indígenas de Santa Catarina vivem 10.937 pessoas: 9.227 índios e 471 não-índios, conforme tabela 27. Dos 6.947 indígenas com 10 anos ou mais de idade, que residem em terras indígenas, 12,3% são analfabetos (857 habitantes), sendo que a maioria se encontra na terra indígena de Xapecó. Os preceitos inscritos nos artigos 210, 215, 231 e 232 da Constituição Federal de 1988, trouxeram relevantes conquistas no tocante aos direitos dos povos indígenas, com o reconhecimento de sua identidade, organização social, costumes, línguas, crenças, tradições e direito às terras, além de lhes assegurar o ensino na língua materna e processos próprios de aprendizagem. Esses mesmos direitos são garantidos nos artigos 148, 164, 192 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Até 1991 a oferta da Educação Escolar Indígena ficava afeta à FUNAI. Com o Decreto Presidencial n.º 26/1991, essa função é atribuída às secretarias estaduais e municipais de educação e a coordenação das políticas é de responsabilidade do MEC. A partir de 1996 iniciou-se efetivamente a regulamentação da Educação Escolar Indígena, quando a LDB garante a oferta da educação escolar bilíngue e intercultural (Artigo 32, § 3º), o desenvolvimento de programas de ensino e pesquisa para oferta de educação escolar bilíngue

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



## **Estado de Santa Catarina**

### **MUNICIPIO DE XAVANTINA**

e intercultural (Artigo 78) e o apoio técnico e financeiro no provimento da educação às comunidades indígenas (Artigo 79).

Todo o aparato legal deve ser conhecido. Objetiva garantir o direito à diferença, reforçando a igualdade de direitos, a promoção das diversidades e a dignidade humana (BRASIL, 2013b). Em Santa Catarina os debates e ações acerca da Educação Escolar Indígena começam a ocupar papel de destaque a partir de 1996, com a criação do Núcleo de Educação Indígena (NEI/SC) cuja responsabilidade é de “propor diretrizes educacionais e executar ações com a finalidade de efetivar uma proposta de educação que contemple os princípios da especificidade e diferença, interculturalidade e bilinguismo” (SANTA CATARINA, 1998b, p. 85). Sua coordenação está sob responsabilidade da Secretaria de Estado da Educação.

A partir do NEI/SC, iniciam-se as ações sistemáticas para a efetivação dos objetivos e metas propostos pelo núcleo, entre eles as capacitações sistemáticas para professores que atuam nas escolas das aldeias e a formação magistério específico para os indígenas nas três etnias residentes no Estado. (Xokleng, Kaingang e Guarani), tendo como prioridade a discussão de um modelo curricular que atenda a especificidade, sem negar-lhes o conhecimento da sociedade não indígena. Ao longo da história, várias outras ações foram desencadeadas, surgiram conflitos, conquistas, avanços e retrocessos, muita discussão e aprendizagem. (VIEIRA, 2006, p. 48)

A Proposta Curricular de Santa Catarina de 1998 e 2005 inclui a educação indígena. Na Atualização da Proposta Curricular, iniciada em 2013, retomou-se os estudos acerca da necessidade de continuidade da implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais Indígenas para estas populações.

Diante deste panorama, mesmo não havendo população indígena em Xavantina, é necessário garantir “o direito de expressão de diferenças étnico-culturais, de valorização de seus modos tradicionais de conhecimento, crenças, memórias e demais formas de expressão de suas diferenças” (BRASIL, 2013b, p. 361). Cabe às escolas não indígenas desenvolver estratégias pedagógicas com o objetivo de promover e valorizar a diversidade cultural, com base no que está assegurado na LDB, em seu artigo 26, alterado pela Lei 11.645/2008: Nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e de Ensino Médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena (BRASIL, 2013b). As populações indígenas têm seus direitos assegurados nas estratégias e metas do Plano.

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100





## **Estado de Santa Catarina**

### **MUNICIPIO DE XAVANTINA**

#### **2.2.2.5 Educação Escolar Quilombola**

A Educação Escolar Quilombola faz parte de um processo educativo amplo que inclui a família, a convivência com os outros, as relações de trabalho, o sagrado, as vivências nas escolas, nos movimentos sociais e em outras organizações da comunidade. Esta educação está voltada para o etnodesenvolvimento e para o desenvolvimento sustentável das comunidades quilombolas, com a finalidade de realizar um processo educativo que respeite suas tradições e seu patrimônio cultural, que garanta sua participação, por meio de representações próprias, em todos os órgãos e espaços deliberativos, consultivos e de monitoramento das políticas públicas.

A garantia da escolarização quilombola está prevista nos seguintes documentos legais:

- a) Constituição Federal de 1988, Artigo 205;
- b) Lei nº 9.394/1996, alterada pelas Leis nº 10.639/2003, nº 11.645/2008 e nº 12.960/2014 – estas leis apresentam a possibilidade de se construir propostas de escolarização para quilombolas, pois não se pode falar de história e cultura afro-brasileira sem abordar a formação dos quilombos;
- c) Resolução CNE/CEB nº 8/2012 - define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica;
- d) Convenção 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da Organização Nacional do Trabalho (OIT), 2011.

As pesquisas oficiais ainda não dão conta de dimensionar com precisão o total de quilombolas em idade escolar que frequentam a escola, muito menos daqueles que estão fora dela. Dessa forma, a elaboração e execução de políticas públicas voltadas para essa comunidade ficam comprometidas. O censo escolar coleta as matrículas de escolas localizadas em área remanescente de quilombola. No entanto, ainda não possui um mecanismo para identificar o quilombola que estuda em escolas de outras localidades. Em 2013, registrou 5 escolas (4 municipais e 1 privada) localizadas em área remanescente de quilombola, sendo que duas estão em unidade de uso sustentável (1 municipal e 1 privada).

Os dados referentes às escolas localizadas em área remanescente de quilombola permitem fazer observações importantes quanto ao direito à Educação Básica dessa comunidade. Uma delas é o fato de que, nos últimos anos, não houve oferta de Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos para esta população, ou seja, para continuar os estudos precisam sair da comunidade, ferindo o que está previsto em legislação. Em 2009, a rede

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



## **Estado de Santa Catarina**

### **MUNICIPIO DE XAVANTINA**

estadual iniciou a oferta de Ensino Médio, no entanto, não deu continuidade. Outra observação é que o total de matrículas sofre muitas oscilações.

Diante do exposto, para que o Estado efetive os direitos educacionais das crianças, jovens e adultos quilombolas são necessárias políticas públicas que materializem tudo que está previsto em legislação. É preciso desenvolver mecanismos capazes de mapear adequadamente a população quilombola, para que seja possível dimensionar o tamanho de ações a serem realizadas nas comunidades, tais como: construção de escolas públicas; contratação de professores para a modalidade EJA; abertura e manutenção de turmas de alfabetização na modalidade EJA; compra e disponibilização de material didático-pedagógico para bibliotecas; criação de bibliotecas; formação de professores e gestores; alimentação escolar que respeite a cultura alimentar; e oferta de cursos profissionalizantes. Não há registro de população quilombola no município, mas é preciso estar atento e oferecer a todos os alunos informação e conhecimentos a respeito dessa parcela de população para que se identifique cultura, usos, costumes e contribuições desses indivíduos à sociedade. As ações para a Educação Escolar Quilombola estão explicita nas estratégias metas do Plano.

#### **2.2.2.6 Educação Escolar do campo/rural**

A Educação Escolar do Campo assegurada no Artigo 28, da LDB, deve ser oferecida pelos sistemas de ensino de modo que atenda às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: quanto aos conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos estudantes da zona rural; quanto a organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas e; quanto a adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Santa Catarina, em especial o oeste catarinense, marcou sua participação neste processo por meio de uma comissão provisória, que criou o Fórum Estadual “Por uma Educação Básica do Campo”, com o objetivo de organizar a I Conferência Estadual “Por uma Educação Básica do Campo”. Esta Conferência foi espaço de debate e reflexões em torno da temática e de escolha dos delegados que representaram o Estado na I Conferência Nacional de 1998. UNOESC campus de Chapecó atual UNOCHAPECO, Prefeitura Municipal de Chapecó SINTE, MST/SC, MMC.

Em 2004, o MEC cria a Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), entre suas ações, pode-se destacar a realização de Seminários

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



## **Estado de Santa Catarina**

### **MUNICIPIO DE XAVANTINA**

Estaduais de Educação do Campo. Os Seminários foram organizados no sentido de ampliar o debate sobre as políticas do campo e da Educação do Campo. No Seminário Estadual de Educação do Campo de Santa Catarina, em 2004, foi aprovada a Carta de Santa Catarina para a Educação do Campo, com o objetivo de sensibilizar gestores públicos e mapear demandas específicas do estado e dos municípios, para a formatação de um banco de dados das experiências locais.

No segundo semestre de 2013, em Chapecó, foi realizado o Seminário Estadual de Educação do Campo de Santa Catarina, que contou com a participação de educadores das escolas públicas do campo, militantes dos movimentos sociais e sindicais, professores e gestores da Educação Básica e Superior, estudantes, camponeses e lideranças políticas. Neste evento foi lançada a “Carta Aberta à Sociedade Catarinense e Brasileira”. A partir das mobilizações nacionais, estaduais e municipais, por meio de Fóruns, Conferências e Seminários, foram estabelecidas determinações legais e normativas acerca da Educação do Campo: Parecer CNE/CEB nº 36/2001; a Resolução CNE/CEB nº 1/2002, que instituiu as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo; o Parecer CNE/CEB nº 3/2008; a Resolução CNE/CEB nº 2/2008, que estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo; Decreto nº 7.352/2010, que dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA); Lei nº 12.960/2014 que altera a LDB, sobre o fechamento de escolas do campo, indígena e quilombola.

Santa Catarina apresenta uma diversidade de sujeitos que compõem o que hoje se entende por população do campo: os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzem suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural. Estudos chamam atenção para o êxodo rural, a masculinização e o envelhecimento no campo. Segundo Abramovay, (1998, p. 15): o êxodo rural nas regiões de predomínio da agricultura familiar atinge hoje as populações jovens com muito mais ênfase que em momentos anteriores. Ao envelhecimento acopla-se, mais recentemente, um severo processo de masculinização da juventude. As moças deixam o campo antes e numa proporção muito maior que os rapazes.

De acordo com o último censo demográfico, somente 16% da população catarinense vivem no campo, percentual que tem diminuído a cada ano. Dos 1.000.523 habitantes da zona

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



## Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE XAVANTINA

rural, 52,2% são homens. Outro dado alarmante é a redução da população em idade escolar e economicamente ativa, só houve aumento da população na faixa etária de 60 anos ou mais de idade, de acordo com os censos demográficos de 2000.

Essa realidade demonstra a necessidade de forte investimento na elevação da escolaridade, associada a uma qualificação técnica profissional da população rural e pesqueira em Santa Catarina, que permita assegurar a permanência destas famílias na atividade, com renda e qualidade de vida. Considerando o universo dos sujeitos que vivem no campo, pergunta-se quem irá suceder a atual geração de agricultores. Tal questionamento fez parte do documento debatido e produzido no II Seminário Catarinense de Educação do Campo (2010), promovido pelo Fórum Catarinense de Educação do Campo (FOCEC). No campo brasileiro a luta de classe se manifesta, de um lado, por grandes proprietários em defesa de suas riquezas, de outro, por trabalhadores rurais que lutam por um pedaço de terra para plantar e sobreviver. Nesse sentido, a educação do campo não pode ser pensada isoladamente, precisa estar vinculada ao desenvolvimento do campo (Fonte: IBGE/Censos Demográficos).

O campo precisa ser pensado a partir dos valores do campo e não do meio urbano. Arroyo & Fernandes (1999) afirmam que não basta ter escolas no campo, é necessário construir escolas do campo, ou seja, escolas com um projeto político pedagógico vinculado às causas, aos desafios, aos sonhos, à história, e à cultura do povo trabalhador do campo. O total de matrículas na zona rural de Santa Catarina segue a tendência decrescente do total de habitantes na faixa etária de escolarização. No comparativo de 2013 com 2007, o total de matrículas da Educação Básica, na zona rural, diminuiu cerca de 18,7%, representando 23.288 matrículas a menos. Atualmente, todas as dependências administrativas possuem matrículas na zona rural, contudo, a oferta majoritária da Educação Infantil e do Ensino Fundamental é da rede pública municipal, e a do Ensino Médio e da Educação Profissional é da rede pública estadual.

Tabela 19: Matrículas por localização Campo/rural-2014

<b>Matrículas/2014</b>	<b>Munic. Rural</b>	<b>Munic. Campo</b>	<b>Estadual Rural</b>	<b>Estadual Campo</b>
<b>Ed. Infantil</b>	33	53	-	-
<b>Anos Iniciais</b>	71	131		
<b>Anos Finais</b>	-	-	28	89

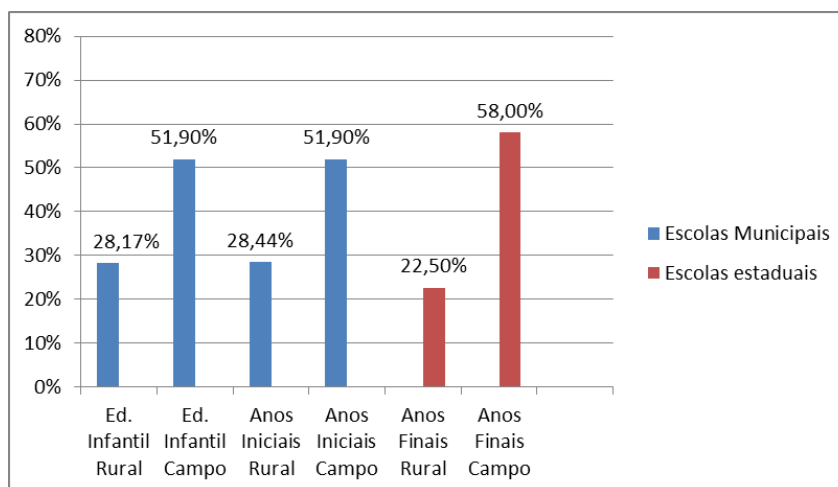
Fonte: Secretária Municipal de Educação-Xavantina-SC./ Secretaria de Educação das escolas estaduais- Xavantina-SC

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



## Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE XAVANTINA

Gráfico 35– Escolas do Campo/Rural –Matrículas /2014.



Fonte: Secretaria Municipal de Educação/Secretarias de Escolas estaduais/  
(1) IBGE - CENSO 2000/2010

O município de Xavantina, segundo dados dos Indicadores Demográficos Educacionais possui 02 estabelecimentos de ensino da rede municipal considerados escola do campo (01 estabelecimento municipal de Educação Infantil: CMEI Palmeirinha; 01 estabelecimento municipal, EEF Medianeira). De acordo com os números acima as matrículas de escola campo/rural superam as matrículas de localização urbana. Num total de 667 matrículas, 405 são de alunos do Ensino Fundamental, em zona de localização campo/rural. No Ensino médio num total de 148 matrículas, 125 são de zona de localização rural.

Uma política pública adequada à Educação do Campo/rural necessita a adoção de ações conjuntas de colaboração e cooperação entre as três esferas do Poder Público – União, Estados e Municípios, com a finalidade de se expandir a oferta de Educação Básica que viabilize a permanência das populações rurais no campo (BRASIL, 2013b, p. 268). Por isso, e diante do cenário atual, justifica-se o estabelecimento de estratégias, em todas as metas do Plano, que contemplam a Educação do Campo.

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



## **Estado de Santa Catarina**

### **MUNICIPIO DE XAVANTINA**

#### **2.2.3 Educação em Tempo Integral**

A proposição de uma política de Educação Integral transcende os objetivos da ampliação do tempo escolar, perpassando pela ressignificação da função social da escola e do currículo. O conceito de Educação Integral toma a formação humana como princípio, com um currículo da Educação Básica centrado no tempo, no espaço e no contexto em que o sujeito aprende a constituir e reconstituir a sua identidade (BRASIL, 2010 d).

Ampliar o tempo na escola não significa fazer mais do mesmo, mas garantir que a aprendizagem aconteça em modos diferentes de organização dos tempos e espaços que compõem os processos escolares, superando a maneira discursiva e abstrata presentes na prática escolar. Os ideais da Educação Integral não são novos entre os educadores brasileiros aparecem na história da educação, no período da segunda república, com o “Manifesto dos Pioneiros” no ano de 1932. O documento coloca em discussão a reconstrução da educação, bem como a organização de um sistema escolar único, laico, público e obrigatório para todos, onde todos os educandos tivessem as mesmas oportunidades de desenvolver-se integralmente.

Mesmo estando em pauta há mais de 60 anos, e sendo assegurada pela Constituição Federal de 1988 (Artigos 205, 206 e 227), pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) e pela LDB em seu Artigo 34, somente a partir de 2001, com a aprovação do Plano Nacional da Educação (PNE), Lei nº 10.172/2001, é retomada com maior ênfase à Educação Integral como possibilidade de formação da pessoa integralmente, para o Ensino Fundamental e também a Educação Infantil. O estado de Santa Catarina, na Constituição Estadual de 1989 e na Lei Complementar nº 170/1998, reafirma a importância da Educação Integral. O Sistema de Ensino de Xavantina, também considera a educação em Tempo Integral, em seu, teor, principalmente a Educação Infantil.

O Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, instituído pelo Decreto nº 6.094/2007, programa estratégico do PDE, foi aderido por Santa Catarina e pelo município de Xavantina em dezembro de 2007. Este Plano de Metas possui 28 diretrizes, dispostas em seu Artigo 2. Em relação a educação em tempo integral, a diretriz nº 7 aponta para a ampliação das possibilidades de permanência do educando sob responsabilidade da escola para além da jornada regular. Em virtude desta adesão, Santa Catarina vem elaborando Planos de Ações Articuladas estadual e municipais, cujo objetivo é angariar recursos financeiros para atender demandas prioritárias conforme diagnóstico prévio.

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100





## **Estado de Santa Catarina**

### **MUNICIPIO DE XAVANTINA**

Neste processo, é preciso mencionar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação- FUNDEB (Lei nº 11.494/2007), que assegurou percentual per capita diferenciado para estudantes em tempo integral na escola. É importante ressaltar que os Planos Nacional, Estadual e Municipal expressa o resultado dos debates sobre os rumos da educação brasileira realizados na Conferência Nacional de Educação de 2010 e em todas as etapas preparatórias estaduais, regionais e municipais para a CONAE 2014, de onde saíram proposições de metas prioritárias a serem alcançadas em um decênio. A Educação Integral foi amplamente discutida nestes espaços, fazendo com que o novo PNE, aprovado em 2014, pela Lei nº 13.005/2014, com vigência de 2011 até 2020, trouxesse meta específica para sua ampliação.

Dentre os programas do Governo Federal aderidos por Santa Catarina, que contribui para a ampliação da oferta da Educação em Tempo Integral, está o Programa Mais Educação (ampliação da jornada escolar no Ensino Fundamental e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral), a partir de 2008, e o Programa Ensino Médio Inovador, a partir de 2009, escolas estaduais participam do ProEMI. Há o Projeto Escola Pública Integrada (EPI) e o Projeto de Educação Ambiental e Alimentar (AMBIAL), para estudantes da rede estadual de ensino.

A Educação em Tempo Integral, sob o conceito de Educação Integral, possui um sólido aparato legal e diversos programas, projetos e ações para o fomento de sua ampliação. Contudo, os números ainda não representam os esforços empregados nos últimos anos pelo País, estados e municípios. Em 2013, o Brasil registrou na rede pública de ensino apenas 13,2%27 do total de matrículas da Educação Básica (Educação Infantil + Ensino Fundamental + Ensino Médio) em tempo integral (4.908.818) Santa Catarina registrou 16,2% (195.151). Esses valores revelam que será desafiador para todas as esferas administrativas atingir a meta para a Educação em Tempo Integral.

Em Santa Catarina a maior cobertura fica por conta da rede pública municipal e o maior número de matrículas em tempo integral está na Educação Infantil. Em Xavantina, a rede pública municipal não oferece ensino em tempo integral.

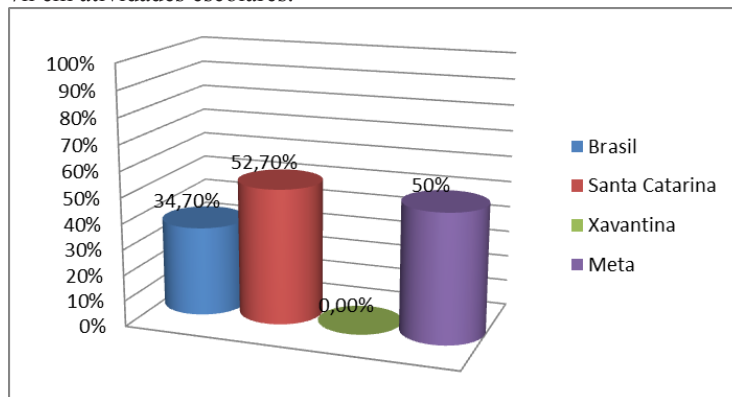
Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica, é uma meta e traçasse as estratégias para alcança-la. Atualmente a realidade do município está demonstrada no gráfico abaixo.

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



## Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE XAVANTINA

Gráfico 36: Percentual de escolas públicas com alunos que permanecem pelo menos 7h em atividades escolares.



Fonte: INEP/Censo Escolar da Educação Básica 2013/ <http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php>

A meta estipulada é a oferta da Educação em Tempo Integral em duas das escolas públicas municipais de forma a atender, pelo menos, 10% dos alunos da Educação Infantil, e Ensino Fundamental, anos iniciais até o final da vigência deste Plano, em colaboração com ente federal, para que em colaboração financeira com a união, o município possa adequar a estrutura física para viabilizar o alcance da meta estipulada.

Atender, pelo menos 20% dos estudantes da Educação Básica em tempo integral, em escolas públicas municipais, exigirá do Poder Público, definição de estratégias e ações orgânicas, sistemáticas e contínuas, uma vez que não há atendimento a alunos em Tempo Integral, considerando, principalmente, crianças e adolescentes em condições vulneráveis, conforme.

A Educação em Tempo Integral é considerada pela comunidade educacional como uma possibilidade de mudanças significativas no currículo, e segundo Sacristán (1998, p.61) “é a ligação entre a cultura e a sociedade exterior à escola e à educação; entre o conhecimento e cultura herdados e a aprendizagem dos estudantes; entre a teoria (ideias, suposições e aspirações) e a prática possível, dadas determinadas condições”. Além disso é uma possibilidade de reduzir as desigualdades sociais com promoção da inclusão educacional a partir de políticas públicas e ações pedagógicas criativas voltadas às necessidades da população catarinense.

Portanto, para que materializem os percentuais de atendimento na Educação em Tempo Integral propostos no Plano, até o final da vigência, será preciso definir políticas públicas respaldadas pelo respectivo Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



## **Estado de Santa Catarina**

### **MUNICIPIO DE XAVANTINA**

Orçamentária Anual e no Plano de Governo, contar com recursos e programas federais, com desencadeamento de busca ativa do público da Educação Básica.

### **2.3 EDUCAÇÃO SUPERIOR**

O direito à Educação Superior de qualidade está estabelecido na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996) e nos reordenamentos do Plano Nacional de Educação (PNE).

De acordo com o Artigo 44, da LDB, a Educação Superior abrange cursos e programas de graduação (bacharelado, licenciatura e tecnólogo), de pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado), de extensão e cursos sequenciais, podendo ser oferecida pelas redes de ensino público e privada, na modalidade presencial e a distância.

Fazem parte do Sistema Federal de Educação, as instituições federais criadas por decreto ou lei federal, recredenciadas periodicamente pelo Ministério da Educação (MEC), e as instituições privadas de ensino superior, credenciadas e recredenciadas periodicamente pelo MEC. As instituições públicas, municipais e estaduais de ensino superior são da competência dos Sistemas Estaduais de Educação que realizam o credenciamento e recredenciamento dessas instituições. O Censo da Educação Superior de 2012, contabilizou em Santa Catarina 75 Faculdades, 13 Universidades, 9 Centros Universitários e 2 Institutos Federais, totalizando 99. Deste total, 81,8% das IES pertence a rede privada.

O aumento no total de matrículas da graduação é um indicativo de que está ocorrendo a expansão da oferta e mais pessoas estão tendo acesso a este nível de ensino. No entanto, mesmo considerando os avanços legais, a Educação Superior assim como a Educação Básica, ainda apresenta grandes desigualdades na qualidade do ensino, no acesso e na permanência de estudantes.

Em Santa Catarina, dentre os desafios a serem alcançados está a elevação da taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 55% e a taxa líquida para 40% da população de 18 a 24 anos de idade, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público, até o final da vigência deste Plano.

A taxa bruta de matrícula na Educação Superior é igual a 37,7%, Santa Catarina supera, proporcionalmente, os percentuais do Brasil (30,2%) e da Região Sul (36,8%). Além disso, seguindo a tendência do total de matrículas, tem conseguido aumentar este percentual gradativamente. Mesmo com algumas oscilações no percurso, aumentou 12,3 pontos

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



## **Estado de Santa Catarina**

### **MUNICIPIO DE XAVANTINA**

percentuais em 12 anos (comparativo de 2012 com 2001). A responsabilidade dos entes federados é elevar a taxa de escolarização líquida ajustada na educação superior da população de 18 a 24 anos. Hoje no Brasil é de 20,1%; Santa Catarina, 28,4%. O compromisso é elevar essa taxa para 33%. O ensino superior completo era realidade para 102 habitantes, o correspondente a 3,0% da população de 15 anos ou mais de idade. Dos jovens adultos de 18 a 24 anos, 26,27% estavam cursando o ensino superior em 2010. (Fonte: PNUD, Ipea e FJP). O município deverá dispensar atenção especial a faixa etária acima dos 18 anos de idade, de modo que essa clientela busque formação superior, após completar o ensino médio. Xavantina tem um compromisso com jovens e adultos que desejam frequentar o ensino superior. É oferecido transporte gratuito para instituições de ensino, em municípios vizinhos. O transporte será oferecido para a demanda de estudantes do campo e espaço urbano, colocando carro à disposição ou em forma de subsídio financeiro.

#### **2.4 PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Dentre os princípios norteadores da Educação Básica, assegurados no Artigo 206, da Constituição Federal de 1988, estão a valorização dos profissionais de educação e a garantia do padrão de qualidade, traduzidos pela LDB em dispositivos que sinalizam para a progressiva elevação dos níveis de formação inicial e continuada desses profissionais (LDB, Título VI), assim como para a necessidade de definição de padrões mínimos de qualidade no ensino (LDB, Artigo 4, Inciso IX). A escola exitosa é aquela que “traduz a noção de que valorizar o profissional da educação é valorizar a escola, com qualidade gestorial, educativa, social, cultural, ética, estética, ambiental” (BRASIL, 2013b, p. 57).

Observa-se, nos últimos anos, o esforço nacional na (re)elaboração e aplicação de leis, diretrizes e políticas públicas voltadas à formação inicial e continuada, à carreira, à remuneração e às condições de trabalho dos profissionais de educação, com objetivo de atender suas necessidades e, conseqüentemente, melhorar a qualidade de ensino. Um exemplo disso foi o disposto na Resolução CNE/CEB nº 5/2010, que fixa as Diretrizes Nacionais para os Planos de Carreira e Remuneração dos Funcionários da Educação Básica Pública, aplicadas aos profissionais descritos no Inciso III, do Artigo 61, da LDB.

Um esforço nacional de grande impacto, cujo objetivo é de propiciar maior isonomia profissional no país, foi a aprovação da lei que institui o Piso Salarial Profissional Nacional para os Profissionais do Magistério Público da Educação Básica, Lei nº 11.738/2008. Esta lei

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



## **Estado de Santa Catarina MUNICIPIO DE XAVANTINA**

não dará conta, por si só, de solucionar questões históricas que perpassam a valorização desses profissionais, contudo, sua implantação contribui, e muito, para que retornem aos quadros da educação pública milhares de professores que se afastaram para exercerem outras profissões mais atraentes do ponto de vista salarial e das condições de trabalho (BRASIL, 2012f. p. 10). Desde 2011, Santa Catarina cumpre o piso nacional (Lei Complementar nº 539/2011), Xavantina cumpre o piso nacional, Lei nº 1.153/2010. Artigo 46, alínea III.

As leis estaduais que dispõem sobre a valorização dos profissionais da educação, em consonância com as diretrizes e legislações nacionais, são: Lei nº 6.884/1986 – Estatuto do Magistério; Lei Complementar nº 1139/1992 – Plano de Cargos e Salários; Lei Complementar nº 457/2009 – Altera o Progresso Funcional; Lei Federal nº 11.738/2008 – Institui o Piso Nacional para os profissionais do Magistério; Lei Complementar nº 455/2009 – Complemento ao Piso Nacional; Lei Complementar nº 539/2011 – Garante o pagamento do Piso Salarial para os profissionais do magistério; Decreto nº 602/2007 – Avaliação Especial de Desempenho; Decreto nº 915/2012 – Institui Política de Formação Continuada dos Profissionais da Educação. A Lei Municipal 033/2007, dispõe sobre Plano de cargos e salários dos profissionais da educação.

O poder público municipal propõe valorizar os (as) profissionais do magistério da rede pública municipal de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos(as) demais profissionais da Secretária de Educação com escolaridade equivalente. O município propõe seguir e cumprir a legislação e adequar o plano de cargos e salários, segundo condições financeiras destinadas para esse fim, até o final do de vigência deste PME, respeitando a determinação da esfera nacional e reestruturar a legislação municipal que cria o Plano de Cargos e Salários do magistério municipal.

Um avanço legal significativo está na alteração do Artigo 61 da LDB, pela Lei nº 12.014/2009, que define como profissionais da educação escolar básica: professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e no ensino fundamental e médio; trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas; trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim. A partir daí, também são considerados como profissionais da educação os funcionários de escola com formação em curso técnico ou superior, favorecendo a consolidação da identidade desta categoria. As pesquisas oficiais existentes trazem informações apenas dos profissionais que

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



## Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE XAVANTINA

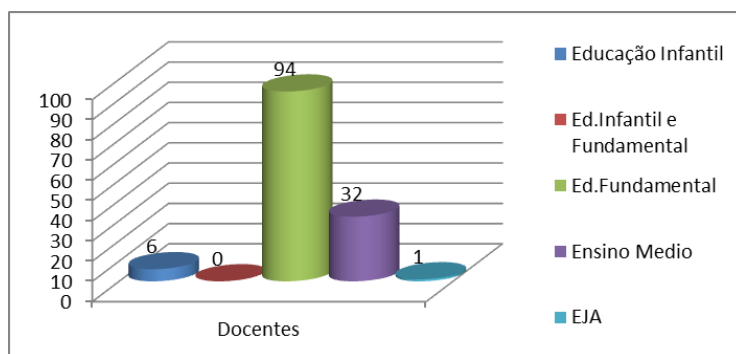
atuam em sala de aula, não dispondo, portanto, do número estatístico de todos os profissionais que atuam nas escolas municipais.

De acordo com o Sistema de Estatísticas Educacionais, 2014, Xavantina registrou 100 profissionais docentes nas modalidades da Educação Básica, Educação Fundamental e Educação de Jovens e Adultos como. A rede municipal de ensino atua com 40 professores, dos quais 11, cursando graduação; 09 professores com graduação completa e 20 professores com graduação e especialização em pós graduação. No total de 40 professores da rede municipal, 10 professores atuam na rede municipal e estadual. Atuam na área administrativa 09 profissionais.

Na rede estadual, há 23 professores efetivos; ACTs, 10 professores. 18 professores possuem graduação; 24 professores possuem especialização, (pós graduação); 01 professor possui mestrado. 05 professores atuam em mais de uma dependência administrativa. 01 professor atua em escola privada. 09 nove profissionais da educação atuam em atividades administrativas da rede estadual. Atuam em mais um estabelecimento de ensino, 10 professores. A dependência administrativa municipal, detentora do maior número de matrículas na Educação Básica, registrou 40 docentes, no ano de 2014, de acordo com dados da Secretária Municipal de Educação.

O município manteve nos últimos anos, maioria de docentes na Educação Básica com curso superior. No ano de 2014, 11 professores frequentavam graduação em pedagogia ou cursos afim. No gráfico abaixo está demonstrado os profissionais efetivos da rede municipal e estadual segundo o INEP, no ano de 2012.

Gráfico 37: Número de docentes segundo a modalidade de ensino de Xavantina, em 2012.



Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), Sistema de Estatísticas Educacionais, 2012. 1 Valor zerado não apurado pelo INEP. 2 A modalidade "Educação Infantil

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100





## Estado de Santa Catarina MUNICIPIO DE XAVANTINA

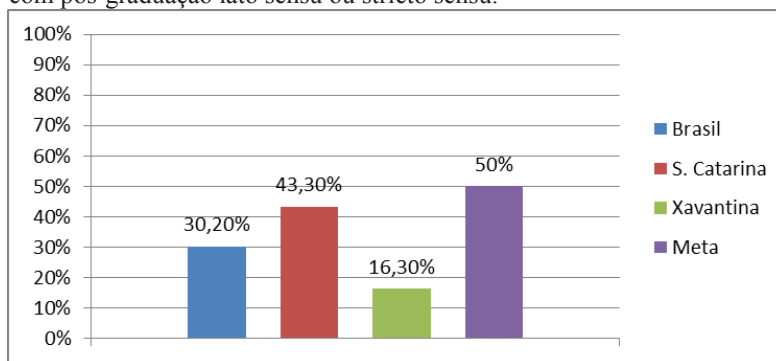
e Fundamental” refere-se aos docentes que lecionam tanto para a educação infantil quanto para a educação fundamental.

Do total de docentes, informados pela secretaria municipal de educação e secretarias de escolas estaduais, 27% possuem curso superior completo. Dos docentes atuando no município, 44% possuem Pós Graduação. Do total de docentes, 10% são professores ACTs. Os profissionais que atuam nas atividades administrativas representam o 18% dos profissionais.

O município propõe-se apoiar os programas de formação continuada e especialização, em nível de pós-graduação, para atingir a meta de 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica possuam pós graduação, até o último ano de vigência do PME, e garantir a todos (as) os(as) profissionais da educação básica municipal formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações do sistema de ensino. O município se propõe incentivar a formação continuada dos profissionais da educação, seja a nível de pós ou mestrado oferecendo ajuda de custo com o transporte para municípios da região que possuem instituições universitárias, mantendo informados os profissionais sobre os cursos oferecidos por programas federais, como o PARFOR, Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica instituído em 2009, para oportunizar a formação aos professores sem habilitação na área de atuação ou sem curso superior.

O gráfico 38: a seguir demonstra a situação em Xavantina percentual de professores da educação básica com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu, com base no Censo Escolar da Educação Básica 2013. O senso baseia-se em dados informados e contabiliza os professores efetivos.

Gráfico 38: Percentual de professores da educação básica com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu.



Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



## **Estado de Santa Catarina**

### **MUNICIPIO DE XAVANTINA**

Fonte: INEP/Censo Escolar da Educação Básica 2013

Há fatores que dificultam a criação de vínculos entre a escola e o professor, com prejuízo significativo do trabalho pedagógico. De acordo com Oliveira & Feldfeber (2006) *apud* Scheibe (2010), a baixa remuneração e a deterioração das condições de trabalho decorrente das jornadas de trabalho, do crescimento da indisciplina e da violência na escola, da dificuldade em realizar atualizações de conteúdo e metodologias, das cobranças de maior desempenho profissional, são fatores que contribuem para o desinteresse dos jovens pela carreira de professor. Em Santa Catarina, observa-se uma queda de 11,9% no total de matrículas em cursos de licenciatura, no comparativo de 2012 com 2009.

É preciso esforços do sistema de ensino, em parceria com as instituições de educação superior, para que seja possível atingir a meta da formação inicial para todos os professores da Educação Básica, dando-lhes condições de acesso e conclusão da graduação com qualidade, priorizando as áreas do conhecimento com maior defasagem. A preocupação deve ser dos entes federados tanto na oferta de vagas nas IES públicas, quanto na concessão de bolsas de estudos ou nos convênios.

Outro desafio de grande proporção está no cumprimento da meta que prevê, para o último ano do Plano, 50% dos professores da Educação Básica com cursos de pós-graduação, uma vez que na atualidade apenas 16,30% possuem este título, em se tratando da rede municipal de ensino.

Santa Catarina vem empreendendo esforços para isso, oferecendo bolsas de estudos aos profissionais que estão matriculados em cursos de pós-graduação (Artigos 170 e 171 da Constituição do Estado de Santa Catarina), assim como faz a CAPES e o CNPQ. Xavantina pensa seriamente na formação continuada dos professores e incentivar a população jovem seguir acarreira do magistério para que se possa suprir a falta de docentes, principalmente em disciplinas específicas do ensino fundamental.

Em regime de colaboração entre a União, os Estados e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste Plano, está prevista política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



## **Estado de Santa Catarina MUNICIPIO DE XAVANTINA**

O Plano de Carreira é também uma forma de valorização dos docentes. O município possui plano de carreira para os profissionais da educação básica pública. Terá como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição propõe e respeitará as determinações que a lei, inclusive a Lei Orgânica Municipal, e segundo condições financeiras do município projetará as alterações necessárias de forma gradativa até o final de vigência deste plano.

A promoção efetiva da valorização dos profissionais da educação pública não se resume na formação inicial e continuada. É fundamental criar política de formação continuada, garantir a ampliação e construção de espaços físicos, em parceria com o governo federal, por meio de programas afins, que garantam segurança para o trabalho, garantia de espaços para biblioteca escolar, laboratórios que favoreçam as atividades docentes, espaços para a recreação de acordo com a faixa etária dos alunos e garantir o que dispõe LDB o Artigo 67: o ingresso exclusivamente por concurso público de provas e título; o piso salarial profissional; progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação desempenho; período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho; e, condições adequadas de trabalho.

### **2.5 GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO**

A gestão educacional é um processo que ocorre sob determinada orientação política, cuja construção se dá a partir da dinâmica das relações que se desenvolvem nos contextos institucionais. Segundo Bordignon e Gracindo (2000), a gestão da educação, sob uma orientação democrática, implica na participação das pessoas nos processos decisórios com vistas à construção e o exercício da autonomia.

Para assegurar e materializar uma gestão educacional democrática, conta-se com conselhos, fóruns, projeto político pedagógico, entre outros, nas diversas instâncias educacionais. Em relação aos conselhos, na Educação Básica, conta-se com: Conselho Nacional de Educação (CNE); Conselho Estadual de Educação (CEE); Conselho Municipal de Educação (CME); Conselhos Escolares (CEs). Outros mecanismos são os Fóruns de Educação Nacional, Estadual e Municipal, constituídos com a participação da sociedade civil.

Para qualificar a gestão democrática, no contexto educacional da Educação Básica, são necessários o fortalecimento e a participação de todos os segmentos de instâncias colegiadas, como o conselho escolar, a Associação de Pais e Servidores, o Grêmio Estudantil, cujas ações

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



## **Estado de Santa Catarina**

### **MUNICIPIO DE XAVANTINA**

nortearão os princípios e encaminhamentos do projeto político pedagógico de cada unidade escolar, buscando a autonomia, a representatividade social e a formação da cidadania de seus componentes.

A atuação destes segmentos, no município, vem garantindo as conquistas e ampliando as responsabilidades da comunidade escolar, em sua dinâmica cotidiana. A ação responsável e integrada dos segmentos educacionais favorece a melhoria do processo de ensino e de aprendizagem, na organização escolar, contribuindo para o respeito às diversidades, formando novas lideranças e democratizando as instituições.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) trata da questão da gestão da educação, ao determinar os princípios que devem reger o ensino, indica que um deles é a gestão democrática. O (art. 14), a referida lei define que os sistemas de ensino devem estabelecer normas para o desenvolvimento da gestão democrática nas escolas públicas de educação básica e que essas normas devem, primeiro, estar de acordo com as peculiaridades de cada sistema e, segundo, garantir a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola, além da participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. Segundo esse pensamento, a gestão democrática da educação requer mais do que simples mudanças nas estruturas organizacionais; requer mudança de paradigmas que fundamentem a construção de uma proposta educacional e o desenvolvimento de uma gestão diferente da que hoje é vivenciada. Ela precisa estar para além dos padrões vigentes, comumente desenvolvidos pelas organizações burocráticas. Administrar é um fazer coletivo, permanentemente em processo, processo que é mudança contínua e continuada, mudança que está baseada nos paradigmas emergentes da nova sociedade do conhecimento, os quais, por sua vez, fundamentam a concepção de qualidade na educação e definem, também, a finalidade da escola (Políticas e Gestão na Educação, p 02.[http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4-sala\\_politica\\_gestao\\_escolar/pdf/texto2\\_1.pdf](http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4-sala_politica_gestao_escolar/pdf/texto2_1.pdf).)

Portanto, é fundamental criar e consolidar fóruns decisórios de políticas públicas educacionais, conselhos municipais de educação, conselhos escolares ou equivalentes, conselhos de acompanhamento e controle do FUNDEB e da alimentação escolar, conselhos de controle social, envolvendo gestores públicos, trabalhadores da educação e organizações da sociedade civil, com representação paritária dos setores envolvidos com a educação e com as instituições educativas.

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



## **Estado de Santa Catarina**

### **MUNICIPIO DE XAVANTINA**

Nesse sentido, políticas públicas em âmbito federal, vem de encontro à necessidade de capacitar esses segmentos como é o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares (PNFCE) e Xavantina tem participado das formações e capacitações. É uma política pública importante no que tange ao fortalecimento dos conselhos escolares, produção de material formativo, formação dos técnicos de secretárias de educação e conselheiros escolares.

O conselho deliberativo escolar, o conselho municipal de educação, o conselho do FUNDEB, CAE estão cadastrados no portal do MEC. Observa-se que ainda há muito por fazer no que se refere à consolidação de conselhos escolares, principalmente na oferta de formação continuada e a viabilidade de que a formação aconteça no município ou em região próxima.

O município oferece condições para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto. Porém prevê-se que no prazo de 2 (dois) anos, os conselhos municipais, conselhos escolares, grêmios estudantis estejam atuando em todas as unidades escolares.

Outro aspecto importante da gestão democrática está relacionado ao provimento do cargo de diretor. Xavantina, em seu sistema de ensino, Lei 1.153/2010, art. 49, inciso I a III, determina a forma de investidura desta função de diretor na rede pública municipal, mas que precisa de um olhar do governo municipal e do legislativo para ajustem que se julguem necessários.

A sugestão é criar legislação própria que trate da gestão escolar da Educação Básica na rede pública municipal, representando um avanço necessário, valorizando a participação da comunidade escolar nos processos de planejamento e decisão, no aperfeiçoamento da gestão democrática e na transparência das ações pedagógica e administrativa. Deverão ser criados mecanismos, metas e estratégias para embasar o Plano de Gestão Escolar, construindo um documento e submetê-lo a consulta pública para a apreciação da comunidade, num processo democrático de escolha de direção da escola.

A conquista do princípio constitucional da gestão democrática do ensino público municipal tem urgência em criar mecanismos para formalizar e legalizar a gestão democrática, definindo legislação específica que evidencie o compromisso com o acesso, a permanência e o êxito na aprendizagem do estudante xavantinense. É uma tarefa desafiadora para todos os responsáveis pela educação do Município. As estratégias apontam não apenas

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



## **Estado de Santa Catarina**

### **MUNICIPIO DE XAVANTINA**

onde se quer chegar em 2024, mas também a viabilidade da meta, permitindo a mobilização da sociedade civil organizada em torno da pauta de reivindicações que orientam o poder público no âmbito da educação.

#### **2.6 FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO**

O Estado, através de preceitos legais, arrecada recursos financeiros que compõem a receita que é derivada do recolhimento de tributos (impostos e taxas), juros de mora, da receita da dívida ativa e transferências de recursos federais. Assim, é a partir da otimização da aplicação destes recursos financeiros que o Estado propicia aos cidadãos a satisfação de suas necessidades. A garantia da educação como um direito está intimamente ligada ao financiamento por parte do poder público.

A vigência do Fundo é de 14 anos (2007 a 2020), e sua formação, no âmbito de cada Estado, resulta da aplicação de percentuais que se elevarão, gradualmente, de forma a atingir o percentual de 20% no ano de 2009, sobre as seguintes receitas: - Fundo de Participação dos Estados – FPE; - Fundo de Participação dos Municípios – FPM; - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS; - Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações - IPlexp; - Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA; - Imposto Territorial Rural (Quota-Parte dos Municípios) - ITRm; - Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações – ITCMD; - Ressarcimento pela desoneração de Exportações de que trata a LC nº 87/96; - Receitas da Dívida Ativa incidentes sobre estes impostos.

Na Educação, a União deve empregar nunca menos que 18% daquela receita; os Estados, o Distrito Federal e os Municípios precisam despendar taxa maior; no mínimo, 25% da aludida base de cálculo (art. 212 da CF).

Para que haja boa aplicação dos recursos financeiros, faz-se necessário a elaboração de um plano com diagnósticos, diretrizes, objetivo e metas bem definidos, assim como a identificação dos recursos atualmente disponíveis e a definição de estratégias para sua aplicação.

Os percentuais constitucionalmente vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino devem representar o ponto de partida para a formulação e implementação de metas educacionais. Há um entendimento equivocado de que os recursos preceituados na Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 212, representam valor elevado. No entanto, a vinculação é realizada em relação às receitas resultantes de impostos, e não à totalidade dos

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100





## Estado de Santa Catarina MUNICIPIO DE XAVANTINA

recursos orçamentários que abrangem também taxas e contribuições. Os recursos de impostos não constituem sequer a totalidade dos recursos tributários (que incluem taxas e contribuições de serviços e melhoria), tem-se como resultado uma diferença considerável, pois o imposto é espécie do gênero tributo.

Em função da natureza federativa do Estado brasileiro, a Constituição definiu uma divisão de responsabilidades entre União, Estados e Municípios, estabelecendo a organização dos sistemas de ensino em regime de colaboração.

Tabela 20: Natureza das receitas – Financiamento da educação Município: Xavantina - UF: SC – demonstrativo - Anos: 2012/2013/2014.

ANO	FPM	ITR	LC87/96	CIDE	FEX	FUNDEB	Total
2012	4.152.986,33	3.322,37	28441,70	12.620,90	29.966,20	518.210,00	4.745.547,62
2013	4.459.954,73	3.607,54	28.379,78	637,21	-	1.084.268,04	5.570.847,52
2014	4.773.764,06	3.610,79	25.821,72	1.289,97	30.829,21	1.131.915,95	5.967.231,70

Fonte: Natureza das receitas – Financiamento da educação Município: Xavantina - UF: SC – demonstrativo - Anos: 2012/2013/2014. [http://www3.tesouro.gov.br/estados\\_municipios/municipios\\_novosite.asp](http://www3.tesouro.gov.br/estados_municipios/municipios_novosite.asp)

Pela tabela acima se observa que entre o ano 2012 e 2014, houve aumento de receita do FUNDEB, visto a ocorrência da municipalização dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Para análise mais detalhada observar-se-á a tabela abaixo.

Tabela 21: Demonstrativo de recursos provenientes do FUNDEB/2012/2014.

Ano	2012	2013	2014
<b>FUNDEB</b>	518.210,00	1.084.268,04	1.131.915,95

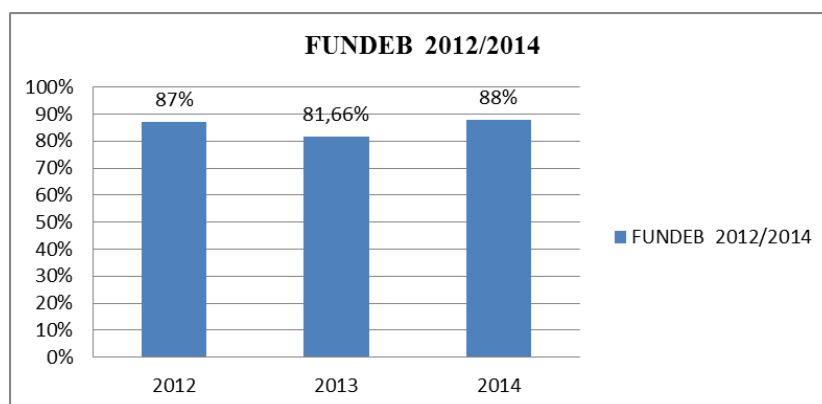
Financiamento da educação Município: Xavantina - UF: SC – demonstrativo-Anos: 2012/2013/2014. [http://www3.tesouro.gov.br/estados\\_municipios/municipios\\_novosite.asp](http://www3.tesouro.gov.br/estados_municipios/municipios_novosite.asp)

No gráfico a seguir representa-se a porcentagem dos recursos do FUNDEB aplicados em folha de pagamento dos profissionais da educação.



## Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE XAVANTINA

Gráfico 39: Demonstrativo de recursos do FUNDEB - folha dos docentes %: 2012/2014



Demonstrativo-Anos:2012/2013/2014 .Secretaria de Administração Finanças; Secretaria Municipal de educação de Xavantina- SC/2014.  
[http://www3.tesouro.gov.br/estados\\_municipios/municipios\\_novosite.asp/](http://www3.tesouro.gov.br/estados_municipios/municipios_novosite.asp/)

O Gráfico acima demonstra que a oscilação de recursos do FUNDEB aplicados na folha de pagamento mantém-se equilibrado. Quanto ao total de recursos recebidos pelo município sofre pequena variação. Os recursos do FUNDEB possibilitam a ajuda de custo do transporte escolar e o pagamento da folha dos profissionais da educação. Esse comparativo pode ser feito observando-se os anos de 2013 e 2014, quando o município passou receber os recursos de todos os alunos do Ensino Fundamental, anos iniciais.

Na tabela abaixo, está o demonstrativo do salário dos professores da rede municipal de ensino, de acordo com habilitação e carga horária.

Tabela 22: Demonstrativo do salário dos professores da rede municipal de ensino/2014

Cargo	Salario/R\$	Regência de classe 20%- R\$	Pós (01 pós na área) 8%/ R\$	2ª Pós na área) 6%/ R\$	Total/ R\$
<b>Prof. efetivo 40hs</b>	2.296,37	459,27	183,71	137,78	3.077,13
<b>Prof. /Magistério/efet.</b>	1.603,12	320,62	128,25	96,19	2.148,18
<b>Prof efetivo/20hs</b>	1.148,20	229,64	91,86	68,89	1.538,59
<b>Prof /Magisterio ACT/20hs</b>	801,56	160,31	-	-	931,87

Fonte: Departamento de recursos humanos, departamento financeiro: Prefeitura Municipal- Xavantina – SC

O piso salarial profissional para os profissionais do magistério público da educação básica é o valor mínimo que os professores em início de carreira devem receber. Foi instituído pela Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, regulamentando uma

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



## Estado de Santa Catarina

### MUNICÍPIO DE XAVANTINA

disposição já prevista na Constituição Federal (alínea 'e' do inciso III do caput do artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias) e na Lei de Diretrizes e Base da Educação – LDB (Lei nº 9.394/96). O valor do piso salarial nacional do magistério é calculado com base na comparação da previsão do valor aluno-ano do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb dos dois últimos exercícios. O valor aluno-ano é o valor que o governo federal repassa no ano aos municípios e estados por cada matrícula de aluno na Educação Básica. Ao revisar o Plano de cargos e salários, o município levará em consideração determinações da união, segundo base legal estabelecida e a LRF. A expectativa é de que até o final de vigência deste Plano, os salários dos professores da Educação Básica pública estejam equiparados aos salários dos outros profissionais da Secretária Municipal de Educação com escolaridade equivalente.

Para melhor compreensão demonstra-se as ações de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE. São ações que visam alcançar os objetivos básicos da educação nacional: educação de qualidade para todos, ou seja, são ações voltadas à obtenção dos objetivos das instituições educacionais de todos os níveis. Para melhor compreensão, é importante destacar que a Lei nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, pressupõe que o sistema educacional coloque o foco da educação na escola e no aluno, daí a necessidade de vinculação necessária dos recursos financeiros a estes objetivos básicos e as competências de cada ente governamental.

Tabela 22 – Demonstrativo de Indicadores Legais para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino: 2012/2014

Indicador	2012	2013	2014
Percentual de aplicação das receitas de impostos e transferências vinculadas à educação em MDE (mínimo de 25% para município)	27,60 %	27,16%	28,33 %
Percentual de aplicação do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério (mínimo de 60%)	87,18 %	81,66%	87,99 %
Percentual de aplicação do FUNDEB em despesas com MDE, que não remuneração do magistério (máximo de 40%)	11,61 %	18,26%	10,23 %
Percentual das receitas do FUNDEB não aplicadas no exercício (máximo de 5%)	1,20 %	0,08%	1,78 %

Fonte: relatórios de Indicadores MDE-SIOPE. Ministério da Educação

Tabela 23 - Demonstrativo de Indicadores de Gasto por Aluno: 2012/2014.

Indicador	2012	2013	2014
Gasto educacional por aluno da educação infantil	2.172,41	2.441,60	4.662,89
Gasto educacional por aluno do ensino fundamental	10.278,87	9.607,27	9.800,54
Gasto educacional por aluno da educação especial	-	-	5.000,00

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



## Estado de Santa Catarina

### MUNICIPIO DE XAVANTINA

<b>Gasto educacional por aluno da educação básica</b>	8.059,14	7.555,70	8.400,17
<b>Gasto educacional por aluno</b>	8.223,94	7.870,62	8.809,89
<b>Despesa com professores por aluno da educação básica</b>	2.315,79	3.866,11	5.011,43

Fonte: relatórios de Indicadores MDE-SIOPE. Ministério da Educação

Tabela 24: Demonstrativo do Resultado Financeiro: 2011/2014.

<b>Indicador</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
<b>Superávit/Déficit do ente federado no exercício</b>	-292.211,71	72.532,03	-64.144,87
<b>Saldo financeiro do FUNDEB no exercício atua</b>	6.269,18	816,67	20.207,66

Fonte: relatórios de Indicadores MDE-SIOPE. Ministério da Educação

É necessário que se faça um estudo minucioso com o governo municipal, departamento financeiro e administrativo em colaboração com órgãos do Estado (SDR e SED), para a definição da municipalização dos anos finais do Ensino Fundamental, no prazo de 2(dois) anos deste Plano.

Em Xavantina, a aplicação dos recursos financeiros da rede municipal de ensino apresentou variação significativa comportando-se conforme a arrecadação de impostos nos anos específicos, demonstrando um crescimento constante, superior a inflação e ao crescimento do PIB.

Tabela 25: Investimento municipal em educação e cultura e esportes: 2011 a 2014.

<b>Ano</b>	<b>EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES</b>
<b>2011</b>	2.515.794,51
<b>2012</b>	3.428.992,55
<b>2013</b>	3.098.576,86
<b>2014</b>	3.363.189,71

Fonte: IBGE e pelo DATASUS – <http://www.deepask.com/goes?page=xavantina/SC-Investimento-em-educacao-e-cultura:-Veja-o-gasto-publico-no-seu-municipio>.

Secretária de Administração e finanças- Prefeitura Municipal de Xavantina- SC/2014.

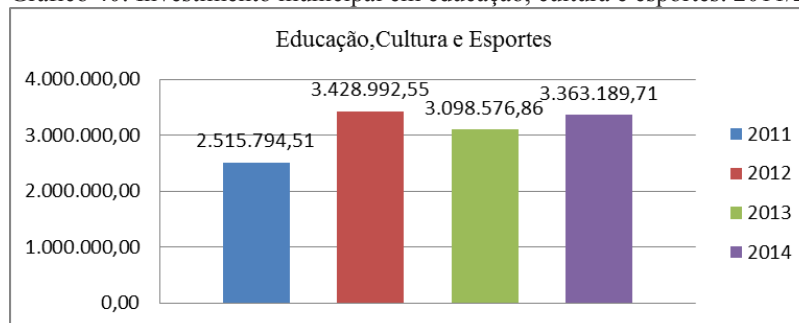
A seguir há uma série de informações que deixa claro os investimentos na área da educação e junto estão computados os investimentos com a cultura e o esporte.

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



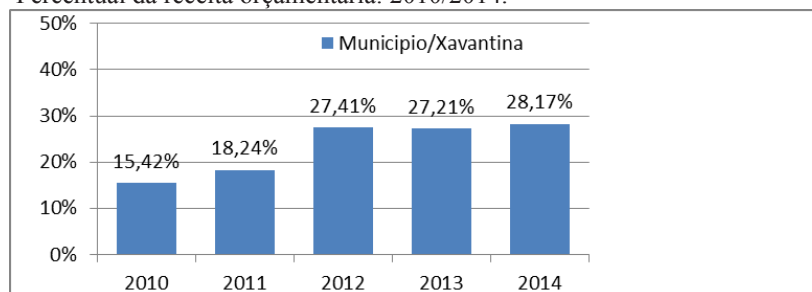
## Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE XAVANTINA

Gráfico 40: Investimento municipal em educação, cultura e esportes: 2011/2014.



**Fonte:** IBGE/DATASUS <http://www.deepask.com/goes?page=xavantina/SC-Investimento-em-educacao-e-cultura:-Veja-o-gasto-público-no-seu-município/2011>. Secretaria de Administração e Finanças/prefeitura Municipal de Xavantina-SC.

Gráfico 40: Investimento municipal em educação e cultura em relação à receita – Percentual da receita orçamentária: 2010/2014.



**Fonte:** IPEADATA -> REGIONAL -> FINANÇAS PÚBLICAS | Finanças Municipais  
Finanças Municipais/ URL: <http://www.ipeadata.gov.br/>

O levantamento foi elaborado a partir dos dados disponibilizados pelo Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, que, por sua vez, utiliza fontes do Ministério da Fazenda - Secretaria do Tesouro Nacional. A pesquisa permite consultar o investimento público em educação e cultura por município, bem como os gastos municipais per capita por habitante e em percentual do PIB. Para cálculo do gasto público com educação e cultura per capita pela população brasileira foram utilizadas as estimativas intercensitárias disponibilizadas pelo DATASUS que, por sua vez, utiliza fontes do IBGE. Para cálculo do gasto percentual em relação ao PIB, foram utilizadas as bases de dados do Produto Interno Bruto dos Municípios, também disponibilizadas pelo IBGE e pelo DATASUS.

Há o limite mínimo de 25% proveniente de impostos, compreendida a proveniente de transferências, em gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, art. 212 da Constituição Federal. Apurou-se que, em 2013, o município aplicou o montante de R\$ 3.892.889,12 em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, o que corresponde a

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



## Estado de Santa Catarina MUNICIPIO DE XAVANTINA

27,21% da receita proveniente de impostos, sendo aplicado a maior o valor de R\$ 316.623,04, representando 2,21% do mesmo parâmetro, cumprindo o disposto no artigo 212 da Constituição Federal. Em 2014 foi aplicado em educação, 28,17% da receita destinada para esse fim. A tabela abaixo demonstra as despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino no ano de 2013.

Tabela 26: Apuração das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino/2013

Componente	Valor	% Receita com Impostos
<b>Total das Despesas para efeito de Cálculo</b>	4.206.121,77	28,17
<b>Valor Mínimo de 25% das Receitas com Impostos</b>	3.732.327,59	25,00
<b>Valor acima/abaixo do Limite</b>	473.794,18	3,17

**Fonte:** e-Sfinge-Informações preliminares, antes do julgamento das contas anuais, de acordo com os dados remetidos pelo Município através do e-Sfinge./ [http://portaldocidadao.tce.sc.gov.br/home.php?idmenu=municipio&menu=limite-constitucional-educacao&nu\\_ano=2014SFI&id=421960&id\\_modalidade=0](http://portaldocidadao.tce.sc.gov.br/home.php?idmenu=municipio&menu=limite-constitucional-educacao&nu_ano=2014SFI&id=421960&id_modalidade=0)

Tabela 27: Despesas com Educação - município de Xavantina – 2014

Tipo Componente	Valor em R\$
<b>Ensino Fundamental</b>	2.446.797,21
<b>Ensino Médio</b>	110.091,00
<b>Ensino Superior</b>	139.305,00
<b>Educação Infantil</b>	398.931,15
<b>Educação de Jovens e Adultos</b>	1.913,98
<b>TOTAL DA DESPESA COM EDUCAÇÃO</b>	<b>3.097.038,34</b>

**Fonte:** e-Sfinge-Informações preliminares, antes do julgamento das contas anuais, de acordo com os dados remetidos pelo Município através do e-Sfinge./ [http://portaldocidadao.tce.sc.gov.br/home.php?idmenu=municipio&menu=limite-constitucional-educacao&nu\\_ano=2014SFI&id=421960&id\\_modalidade=0](http://portaldocidadao.tce.sc.gov.br/home.php?idmenu=municipio&menu=limite-constitucional-educacao&nu_ano=2014SFI&id=421960&id_modalidade=0)

Com relação às despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica custeadas com recursos do FUNDEB, no exercício em análise, o Município de Xavantina ampliou sua aplicação, quando comparado a exercícios anteriores.

O Limite máximo para os gastos com docentes do Município é de 60% da Receita Corrente Líquida, – art. 169 da Constituição Federal c/c o art. 19, III da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

O gráfico abaixo demonstra a porcentagem aplicada em cada componente, do município de Xavantina, SC, em 2014.

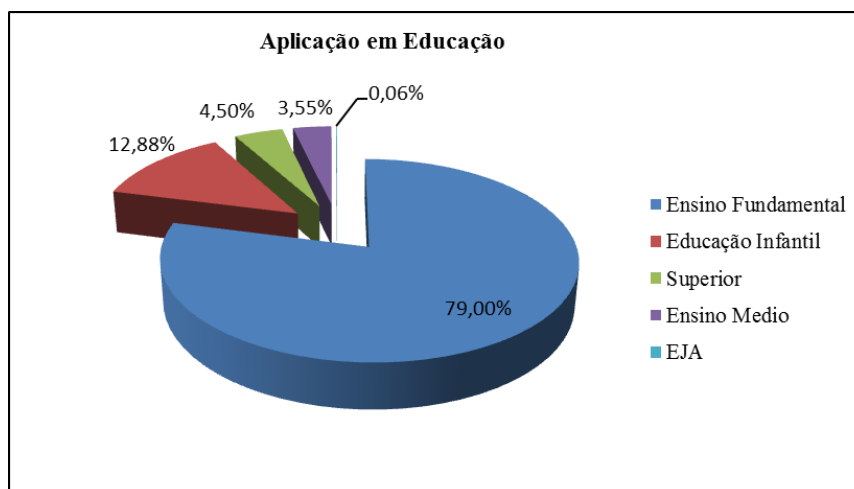
Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100





## Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE XAVANTINA

Gráfico 41: Despesas com Educação: Município de Xavantina – SC. 2014.



Fonte: Informações de acordo com os dados remetidos pelo Município através do e-Sfinge. <http://portaldocidadao.tce.sc.gov.br/home.php?id=421960&idmenu=municipio&menu=despesaeducacao>

O salário educação é uma contribuição social destinada ao financiamento de programas, projetos e ações voltados para o financiamento da educação básica pública e que também pode ser aplicada na educação especial, desde que vinculada à educação básica. A cota estadual/ municipal da contribuição social do salário-educação é integralmente redistribuída entre os estados e seus municípios, de forma proporcional ao número de alunos matriculados na educação básica das respectivas redes de ensino apurado no censo escolar do exercício anterior ao da distribuição. Xavantina, em 2012, recebeu o valor de R\$ 55.504,44; em 2013, o valor de R\$ 108.932,45; e em 2014, o valor de R\$ 121.237,45. Os recursos recebido do PENATE em 2014 foi de R\$ 51.538,82, recursos recebidos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), somaram R\$ 22.288,00.

Salienta-se, também, investimentos com recursos próprios para a Manutenção e Desenvolvimento da Educação. A tabela abaixo demonstra a aplicação de recursos financeiros com o Programa Nacional de Transporte Escolar PENATE e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Tabela 28: Investimento de recursos próprios / PENATE/PENAE- 2012/2014

Programas	2012	2013	2014
-----------	------	------	------

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



## Estado de Santa Catarina MUNICIPIO DE XAVANTINA

<b>PNATE/ R\$</b>	680.453,51	675.575,73	705.658,58
<b>PNAE/RS</b>	32.745,49	119.804,85	2.402,70

Fonte: Secretaria de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal

O município de Xavantina estabelece metas e estratégias para atender todos os alunos da rede municipal de ensino, em parceria e colaboração com a União garantindo acesso e permanência e qualidade da educação. Cabe ao Ministério da Educação implementar a política nacional de educação, cuja a missão institucional é de articular ações com o que é proposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), e o município propor ações compartilhadas com estado e união para investir em qualidade da e manutenção da Educação Básica.

Assim como o Plano Nacional de Educação, este Plano propõe que, num prazo de 10 anos, Xavantina atinja um gasto público, relação aos gastos com educação, equivalente a 10% do PIB, através do aumento contínuo e progressivo, em parceria com a União, em concomitância com as metas dos entes federados, de acordo com a base legal e Lei de responsabilidade Fiscal. Para tanto, é necessário o compromisso do Legislativo na observação das metas previstas no PME, Xavantina, SC, quando da aprovação dos planos plurianuais e orçamentos que vigorarão no período.

Em se tratando de planos de financiamento e gestão com vigência periódica, como é o Plano Plurianual de 4 anos, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei do Orçamento, ambas anuais, que tem como objetivo a realização do bem estar coletivo e a transparência no uso dos recursos públicos, não podem ser estáticos. Estes devem ser modificados, seja por meio de revisões anuais previamente estabelecidas ou por meio de leis esparsas, levadas à apreciação do Poder Legislativo sempre que necessário.

O fator importante a destacar relaciona-se às imposições trazidas no § 1º do Art. 167 da CF/1988, que exige que “nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem a prévia inclusão no Plano Plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade”. Essa regra vem afirmar a possibilidade de alteração dos planos sobreditos.

É evidente a flexibilidade do planejamento orçamentário, que pode e deve ser retificado ou emendado a qualquer tempo, para que se façam as devidas correções de rumo, desde que se respeite a iniciativa do dispositivo legal do Poder Executivo e se converta a retificação em lei.

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



## **Estado de Santa Catarina MUNICIPIO DE XAVANTINA**

A transparência da gestão de recursos financeiros e o exercício do controle social permitirão garantir a efetiva aplicação dos recursos destinados à educação. A Lei nº 9.394/1996 facilita amplamente esta tarefa, ao estabelecer, no § 5º, do Artigo 69, o repasse automático dos recursos vinculados ao órgão gestor e ao regulamentar as despesas admitidas como gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino.

Tanto o governo federal, como o governo do Estado e governo municipal vem atuando de maneira a descentralizar recursos, direcionando-os diretamente às escolas, de modo a fortalecer sua autonomia. Para viabilizar este processo foi estimulada a formação de órgãos colegiados e setores para estabelecer o controle social acerca da gestão.

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



## Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE XAVANTINA

### ANEXO I

#### 3 METAS E ESTRATÉGIAS

**3.1 Meta 01:** Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 03 (três) anos até o final da vigência deste Plano, com parceria colaboração e recursos financeiros da União e município, de acordo com a necessidade e realidade local.

##### 3.1.1 Estratégias:

3.1.1.1 Definir em regime de colaboração entre a União e o Município, ações de manutenção das redes públicas de educação infantil segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais.

3.1.1.2 Garantir que, ao final da vigência deste Plano, seja inferior a 10% (dez por cento) a diferença entre as taxas de frequência à educação infantil das crianças de até 3 (três) anos oriundas do quinto de renda familiar per capita mais elevado e as do quinto de renda familiar per capita mais baixa.

3.1.1.3 Realizar, periodicamente, em regime de colaboração, levantamento da demanda por creche para a população de até 3 (três) anos de idade, como forma de planejar a oferta e verificar a necessidade de atendimento da demanda manifesta no município.

3.1.1.4 Estabelecer, o 2º ano de vigência do Plano, normas, procedimentos e prazos para definição de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches.

3.1.1.5 Propor, definir e buscar, recursos financeiro em regime de colaboração com a união, programa de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil, respeitando, inclusive, as normas de acessibilidade.

3.1.1.6 Adotar , até o segundo ano de vigência do Plano, avaliação da educação infantil articulada entre os setores da educação da União e município, a ser realizada a cada 2 (dois) anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes.

3.1.1.7 Oferecer matrículas gratuitas, com a expansão da oferta na rede pública até 2018, e realizando a cada ano, levantamento da demanda manifesta por modalidade de ensino em creches e pré-escolas, como forma de planejar e verificar o atendimento a toda as crianças.

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



## Estado de Santa Catarina

### MUNICIPIO DE XAVANTINA

3.1.1.8 Incentivar a formação inicial e continuada dos(as) profissionais da educação infantil e demais profissionais que atuam nesse modalidade de ensino, por meio de cursos oferecidos pelo PARFOR, ou instituições próximas ao município, garantindo, progressivamente, o atendimento da educação infantil por profissionais com formação superior.

3.1.1.9 Estimular a articulação entre cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento da população de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, fomentando o atendimento às populações do campo.

3.1.1.10 Oferecer o atendimento das populações do campo na educação infantil nos núcleos, sem deixar de atender às especificidades dessa clientela.

3.1.1.11 Priorizar o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos(as) alunos(as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica.

3.1.1.12 Implementar, em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 3 (três) anos de idade.

3.1.1.13 Preservar as especificidades da educação infantil na organização da rede municipal, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade e a articulação com a etapa escolar seguinte.

3.1.1.14 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância;

3.1.1.15 Promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à educação infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos;

3.1.1.17 estimular o acesso à educação infantil em tempo integral, para 50% das crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e conforme a realidade do município, de acordo com a necessidade e condições do município, em subsidiados com recursos financeiros da União.

**3.2 Meta 02:** Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos iniciais e anos finais e garantir que 100% (cem por

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



## **Estado de Santa Catarina**

### **MUNICIPIO DE XAVANTINA**

cento) dos alunos conclua essa etapa na idade recomendada, até o segundo ano de vigência deste PME.

#### **3.2.1 Estratégias:**

3.2.1.1 Articular o Conselho Municipal de Educação, APSs, em e colaboração Conselhos escolares para, até o final do 2º (segundo) ano de vigência deste PME, elaborar e encaminhar à secretaria municipal de educação e às escolas, precedida de consulta pública a proposta municipal precedida de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os(as) alunos(as) do ensino fundamental;

3.2.1.2 Elaborar, discutir e analisar proposta para a municipalização dos anos finais do Ensino Fundamental junto a SDR e SED, formalizando parceria e convênio para gestão compartilhada, e outros acordos entre Município de Xavantina e o Estado de Santa Catarina, com repasses de recursos federais do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

3.2.1.3 Pactuar entre a União, o Estado e o Município no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do Art. 7º, da Lei no 13.005/2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino fundamental.

3.2.1.4 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como o controle das situações de discriminação, preconceito e violência na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos estudantes, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.

3.2.1.5 Promover o relacionamento das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos estudantes dentro e fora dos espaços escolares, assegurando, ainda, que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural.

3.2.1.6 Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias.

3.2.1.7 Estimular a oferta do ensino fundamental para a população do campo e urbana, atendendo anos iniciais e anos finais.

3.2.1.8 Desenvolver formas alternativas de oferta do ensino fundamental, garantindo a qualidade, para atender aos filhos de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante.

3.2.1.9 Oferecer atividades extracurriculares aos estudantes de incentivo e de estímulo a habilidades, promovendo, inclusive, certames e concursos de âmbito estadual e nacional.

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100





## Estado de Santa Catarina

### MUNICIPIO DE XAVANTINA

3.2.1.10 Promover atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas, interligando-as a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo nacional, em colaboração com todos os entes federados.

3.2.1.11 Efetivar, com as áreas de saúde, ação social e cidadania, rede de apoio ao sistema municipal de ensino para atender o público da educação especial.

3.2.1.12 Garantir o acesso e permanência dos estudantes na educação pública, viabilizando transporte escolar acessível com segurança, material escolar, laboratórios didáticos e biblioteca informatizada com acervo atualizado, visando a inclusão das diferentes etnias em colaboração e parceria com a união.

3.2.1.13 Garantir a oferta da alimentação escolar, com segurança alimentar e nutricional, preferencialmente com produtos da região, contando com programas do governo federal para a aquisição de alimentos, bem como capacitação de profissionais da área de segurança alimentar.

3.2.1.14 Assegurar e implementar a renovação, manutenção e criação das bibliotecas, inclusive a biblioteca virtual com equipamentos, espaços, acervos bibliográficos, bem como profissionais especializados, como condição para a melhoria do processo ensino/aprendizagem, por meio de convênios e programas do governo federal.

3.2.1.15 Reorganizar a prática educativa, que garanta a organização da prática pedagógica e do currículo, considerando as especificidades, características locais, tornando-a cada vez mais próxima da realidade dos sujeitos do campo, criando um sentimento de pertencimento das crianças e adolescentes, em articulação com a Secretaria da Agricultura, EPAGRI, governo Municipal, Estadual e União.

3.2.1.16 Promover a correção das distorções idade/série acompanhando a vida escolar do aluno e apoio à família, criando mecanismos para o acompanhamento individualizado dos(as) alunos(as) do ensino fundamental, para suprir defasagens que ocorrem durante o ano letivo.

3.2.1.17 Garantir a implementação da Proposta Curricular municipal em consonância com a Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina de maneira a assegurar a formação básica comum respeitando os valores culturais e artísticos nas diferentes etapas e modalidades da educação.

3.2.1.18 Garantir a inclusão de pessoas com deficiência nas instituições escolares do ensino regular, com adaptação dos meios físicos e recursos humanos, assegurando o desenvolvimento de seu potencial cognitivo, emocional e social.

**3.3 Meta 03:** Acompanhar a universalização, até 2016, do atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos de idade oferecido pelo Estado e elevar, até o final do período de vigência deste Plano, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 95% (noventa e cinco por cento) sendo que o município oferece, em parceria com o estado, o transporte a todos os estudantes.

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



## **Estado de Santa Catarina**

### **MUNICIPIO DE XAVANTINA**

#### **3.3.1 Estratégias:**

3.3.1.1 Apoiar política e programa estadual para o ensino médio articulado aos programas nacionais, com garantia dos recursos financeiros do estado, para incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, laboratório de linguagens, informática, biologia, tecnologia, cultura e esporte, garantindo-se a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico, a formação continuada em serviço de professores e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais.

3.3.1.2 Apoiar pacto entre União, Estado e Município, no âmbito da instância permanente de negociação e cooperação, de que trata o § 5º do Art. 7º, da Lei no 13.005/2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino médio.

3.3.1.3 Promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos estudantes dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural e prática desportiva, integrada ao currículo escolar.

3.3.1.4 Acompanhar a universalização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), fundamentado em matriz de referência do conteúdo curricular do ensino médio e em técnicas estatísticas e psicométricas que permitam comparabilidade de resultados, articulando-o com o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), critério de acesso à educação superior.

3.3.1.5 Participar com o Estado da continuidade das matrículas gratuitas do ensino médio integrado à educação profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo, e do público da educação especial, de acordo com programas de governo estadual.

3.3.1.6 Cooperar com o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos jovens beneficiários de programas de transferência de renda, bem como dos sujeitos em situações de discriminação, preconceito e violência, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, buscando a colaboração com as famílias, com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e juventude, em parceria com o Estado e Município.

3.3.1.7 Apoiar programas de educação e de cultura para a população urbana e do campo, de jovens, na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos, e de adultos,

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



## **Estado de Santa Catarina**

### **MUNICIPIO DE XAVANTINA**

visando à qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar, de acordo com programas oferecidos pela SED com a participação do governo municipal .

3.3.1.8 Participar de alternativas de oferta do ensino médio pelo estado em parceria com o município, garantindo a qualidade, para atender aos filhos de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante.

3.3.1.9 Compartilhar ações de prevenção à evasão motivada por preconceito ou por quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas à exclusão, oferecendo serviço social municipal.

3.3.1.10 Estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas.

**3.4 Meta 04:** Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos de idade com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais e serviços especializados, públicos ou conveniados, nos termos do Art. 208, inciso III, da Constituição Federal, do Art. 163 da Constituição Estadual e do Art. 24 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada por meio do Decreto Legislativo nº 186/2008, com status de emenda constitucional, e promulgada pelo Decreto nº 6.949/2009, e nos termos do Art. 8º do Decreto nº 7.611/2011, que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências, pela Resolução Municipal 001/05/2011, pelo Decreto Municipal 055/06/2011, até o ultimo dia de vigência desse Plano, em parceria entre União, Estado e Município.

#### **3.4.1 Estratégias:**

3.4.1.1 Garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado.

3.4.1.2 Contribuir na contabilização, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), as matrículas dos estudantes da educação regular da rede pública que recebam atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular, e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na educação especial, nos termos da Lei nº 11.494/2007, pela Resolução Municipal 001/05/2011, pelo Decreto Municipal 055/06/2011.

3.4.1.3 Manter, no prazo de vigência deste Plano, a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos de idade com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



## **Estado de Santa Catarina**

### **MUNICIPIO DE XAVANTINA**

e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

3.4.1.4 Manter ao longo deste Plano, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores para o ensino regular e para o atendimento educacional especializado nas escolas regulares e nas instituições especializadas públicas e conveniadas de acordo com programas do governo federal.

3.4.1.5 Garantir acompanhamento, monitoramento, acesso à escola e atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, preferencialmente em escolas da rede regular de ensino ou em instituições especializadas públicas ou conveniadas, de acordo com necessidade, nas formas complementar ou suplementar, a todos os estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, matriculados em escolas de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o estudante.

3.4.1.6 Viabilizar a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos estudantes surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos, em escolas inclusivas, nos termos do Art. 22 do Decreto nº 5.626/2005, e dos Arts. 24 e 30, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille para cegos e surdo-cegos, no município caso haja demanda, durante a vigência do Plano e em caso de demanda, em parceria com o estado, entidades especializadas, de acordo com necessidade e demanda.

3.4.1.7 Promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de alunos da educação de jovens e adultos das pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida, em salas do SAA, quando houver necessidade e demanda.

3.4.1.8 Apoiar as equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos estudantes com deficiência, oferecendo professores do atendimento educacional especializado, segundo professor de turma, cuidadores, conforme demanda, legislação municipal vigente e necessidade local.

3.4.1.9 Garantir que as escolas de educação básica ofereçam espaços acessíveis para participação das famílias na elaboração do projeto político pedagógico na perspectiva da educação inclusiva.

3.4.1.10 Apoiar a formação continuada de professores, para o atendimento educacional especializado complementar nas escolas, oferecendo condições de participar de formação específica.

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



## Estado de Santa Catarina

### MUNICIPIO DE XAVANTINA

3.4.1.11 Oferecer, a nível municipal, alimentação ao aluno que frequenta salas de recursos em período de contra turno do ensino regular.

3.4.1.12 Contemplar atividades de equoterapia como motivador para proporcionar ao aluno deficiente ganhos físicos, psicológicos e educacionais.

**3.5 Meta 05:** Alfabetizar e letrar todas as crianças aos 6 (seis) anos de idade e no máximo, aos 8 (oito) anos de idade do ensino fundamental.

#### 3.5.1 Estratégias:

3.5.1.1 Aperfeiçoar os processos pedagógicos a fim de garantir a alfabetização a todas as crianças até o final do 1º ano do ensino fundamental, e contemplar a plena alfabetização e letramento no máximo aos 8 anos.

3.5.1.2 Estabelecer ações a nível municipal que garanta a permanência dos professores alfabetizadores para os três primeiros anos do ensino fundamental a partir do 2º ano de vigência deste Plano.

3.5.1.3 Aderir a instrumentos de avaliação sistêmica, periódica e específica, para aferir a alfabetização das crianças, e constar no sistema de ensino as formas e as diretrizes para a avaliação dos anos iniciais do ensino fundamental da rede municipal de ensino.

3.5.1.4 Selecionar tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, asseguradas a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados, no decorrer da vigência deste Plano.

3.5.1.5 Valer-se de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade.

3.5.1.6 Garantir a alfabetização de crianças do campo, e de populações itinerantes, com a utilização de materiais didáticos específicos.

3.5.1.7 Estimular e apoiar a formação inicial e continuada de professores para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação stricto sensu e ações de formação continuada de professores para a alfabetização, oferecidos pelo MEC, ( PARFOR).

3.5.1.8 Apoiar políticas para a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, em estabelecimento de terminalidade temporal.

3.5.1.9 Promover, em consonância com as Diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a bibliotecários para atuarem como mediadores da leitura, bem como programas de incentivo à leitura.

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



## **Estado de Santa Catarina**

### **MUNICIPIO DE XAVANTINA**

**3.6 Meta 06:** Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (sessenta e cinco por cento) nas escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 40% (quarenta por cento) dos estudantes da educação básica, até o final da vigência do Plano.

#### **3.6.1 Estratégias:**

3.6.1.1 Promover com o apoio e recursos financeiros da União e em parceria com o município, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos estudantes na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com implantação gradativa, durante a vigência deste Plano, respeitando a legislação vigente.

3.6.1.2 Planejar e propor, em regime de colaboração com a União e o Município programa de construção, adequação e reformas de escolas com padrão arquitetônico e de permanência adequado para atendimento em tempo integral, prioritariamente a crianças em situação de vulnerabilidade social, até dois mil e dezessete.

3.6.1.3 Adirir a programas nacionais de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios cobertos, depósitos adequados para armazenar gêneros alimentícios, banheiros e outros equipamentos, em regime de colaboração com a união e em parceria com o município, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral.

3.6.1.4 Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas e ou outros espaços disponíveis para atividades multidisciplinares.

3.6.1.5 Estimular a oferta de atividades, por parte do serviço social local, para a ampliação da jornada escolar dos estudantes matriculados nas escolas de educação básica da rede pública municipal, definindo projetos, elaborando proposta pedagógica observada as características, necessidades e realidade dos estudantes.

3.6.1.6 Atender às escolas do campo na oferta de educação em tempo integral, com base em consulta prévia e informada, considerando-se as peculiaridades locais, até o final de vigência deste Plano, em parceria com programas do governo federal, estadual e disponibilidade de recursos financeiros da União e municipais.

3.6.1.7 Oferecer a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na faixa etária de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos idade, ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola, ou se houver necessidade encaminhar para instituições especializadas.

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100





## Estado de Santa Catarina MUNICIPIO DE XAVANTINA

3.6.1.8 Adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos estudantes na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas, culturais e ações de educação nutricional, em colaboração e parceria com a união e com prévio levantamento de condições físicas, estruturais e financeiras.

3.6.1.9 Assegurar alimentação escolar que contemple a necessidade nutricional diária dos estudantes que permanecem na escola em tempo integral, conforme legislação específica em parceria com programas do governo federal.

**3.7 Meta 07:** Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias municipais no IDEB:

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – Metas Projetadas				
IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do ensino fundamental	5,2	5,5	5,7	<b>6,0</b>
Anos finais do ensino fundamental	4,7	5,0	5,2	<b>5,5</b>
Ensino médio	4,3	4,7	5,0	<b>5,2</b>
PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO – Metas Projetadas				
IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do ensino fundamental	5,8	6,0	6,3	6,5
Anos finais do ensino fundamental	5,5	5,7	6,0	6,2
Ensino médio	4,7	5,2	5,4	5,6
PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – Metas Projetadas				
IDEB	2015	2017	2019	2021
Município	5.8	6.0	6.2	<b>6.4</b>
EEF Medianeira	5.3	5.5	5.8	<b>6.1</b>
EEF DEP. MASSOLINI	5.3	5.5	5.8	<b>6.0</b>
EEB TRINDADE	6.1	6.3	6.5	<b>6.7</b>

### 3.7.1 Estratégias

3.7.1.1 Adotar, mediante pactuação Interfederativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitando-se a diversidade estadual, regional e municipal.

3.7.1.2 Assegurar que:

a) no quinto ano de vigência deste Plano, pelo menos, 70% (setenta por cento) dos estudantes do ensino fundamental tenham alcançado nível desejável de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo;

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



## **Estado de Santa Catarina**

### **MUNICIPIO DE XAVANTINA**

b) no último ano de vigência deste Plano, todos os estudantes do ensino fundamental tenham alcançado nível desejável de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo.

3.7.1.3 Avaliar continuamente, observando a legislação em vigor, o trabalho escolar, buscando meios de superar defasagens, propondo metas e estratégias que fortaleçam as atividades docentes, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade da prática pedagógica, subsidiando a formação continuada dos profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática estendida a todos os segmentos da comunidade escolar, durante a vigência deste Plano.

3.7.1.4 Acompanhar, informar e executar o Plano de ações Articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar, em parceria com recurso financeiros conveniados com a união.

3.7.1.5 Acompanhar os indicadores específicos de avaliação da qualidade da educação especial.

7.6 Reorganizar a proposta política pedagógica, implementando ações para alcançar as metas do Ideb, garantindo aprendizagem desejável de todos os alunos durante a vigência deste Plano.

3.7.1.7 Contribuir para a melhoria do desempenho dos estudantes da educação básica nas avaliações da aprendizagem no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA.

3.7.1.8 Incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferencia para softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados no sistema de ensino, quando aplicadas.

3.7.1.9 Garantir transporte gratuito, por meio de convênio entre as Secretária Municipal de Educação, Secretaria de Estado da Educação, União, com acessibilidade para todos os estudantes da educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e financiamento compartilhado, com participação da União proporcional às necessidades dos entes federados, visando reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir da situação e realidade local.

3.7.1.10 Oferecer atendimento escolar para a população do campo que considere tanto as especificidades locais quanto as boas práticas nacionais e estaduais adequando a proposta curricular que atenda a demanda.

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



## **Estado de Santa Catarina**

### **MUNICIPIO DE XAVANTINA**

3.7.1.11 Implantar, em colaboração com a União, Estado e Município, até o final de vigência deste Plano, o acesso à rede mundial de computadores, nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação e informatizar a gestão das escolas públicas da rede municipal e da secretaria de educação.

3.7.1.12 Buscar apoio técnico e financeiro, junto ao Estado e União para garantir gestão escolar, com a participação da comunidade no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática.

3.7.1.13 Reestruturar e ampliar a rede física, mobiliário e equipamentos para escolas públicas, visando à equalização das oportunidades educacionais, em regime de colaboração e com financiamento de programas do governo federal, recursos financeiros do Município, no prazo de 3 (três) anos de vigência deste Plano.

3.7.1.14 Prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais, em regime de colaboração entre União, Estado e Município, para a utilização pedagógica no ambiente escolar nas escolas públicas da educação básica, criando condições para a implantação, de bibliotecas, nas instituições educacionais, com acesso as redes digitais de computadores, inclusive a internet.

3.7.1.15 Manter ações de atendimento ao estudante, em todas as etapas da educação básica, por meio do transporte, alimentação e assistência à saúde, em parceria com a União, Estado e Município.

3.7.1.16 Assegurar as escolas públicas de educação básica da rede municipal o acesso à energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos, garantir o acesso dos estudantes a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de ciências e, em cada edifício escolar, garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência.

3.7.1.17 Aderir e participar, em regime de colaboração, de programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas da rede municipal, aderindo a programas do governo federal.

3.7.1.18 Aderir, colaborar e participar em regime de colaboração com a União, o Estado e Município, na elaboração dos parâmetros mínimos de qualidade dos serviços da educação básica, a serem utilizados como referência para infraestrutura das escolas e para recursos pedagógicos, como instrumentos para adoção de medidas para a melhoria da qualidade do ensino.

3.7.1.19 Buscar apoio junto ao CRAS e conselho Tutelar para desenvolver ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais e de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade.

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



## **Estado de Santa Catarina**

### **MUNICIPIO DE XAVANTINA**

3.7.1.20 Assegurar inclusão e permanência na escola de adolescentes e jovens, assegurando os princípios da Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

3.7.1.21 Incluir no currículo escolar conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais.

3.7.1.22 Considerar, no currículo, especificidades da educação escolar do campo, respeitando a articulação entre o ambiente escolar e comunitário e garantindo: o desenvolvimento sustentável e a preservação da identidade cultural; a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e as práticas socioculturais locais.

3.7.1.23 Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, com o propósito de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais.

3.7.1.24 Promover, em articulação com órgãos da saúde, assistência social, esporte, cultura e da educação, o atendimento a estudantes da rede escolar pública municipal, ações de prevenção, promoção, atenção à saúde, à integridade física, mental e emocional, integrando as famílias nas atividades escolares, para melhoria da qualidade educacional.

3.7.1.25 Capacitar professores e bibliotecários para atuar como mediadores da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem, até o final da vigência do PME.

3.7.1.26 Acompanhar os resultados do IDEB, para analisar o desempenho dos alunos, garantindo equidade da aprendizagem.

3.7.1.27 Promover recuperação paralela e progressão, priorizando estudantes com rendimento escolar defasado.

3.7.1.28 Buscar recursos junto à união para a construção de espaços com todos os materiais e infraestrutura de escolas, salas de aula, quadras polivalentes, bibliotecas, dependência administrativa, refeitório, quadras esportivas necessária à boa aprendizagem dos estudantes, inclusive biblioteca virtual com equipamentos, espaços, acervos bibliográficos, bem como profissionais especializados e capacitados para a formação de leitores.

3.7.1.29 Instituir, em regime de colaboração entre os entes federados, política de preservação da memória municipal.

3.7.1.30 Apoiar a gestão democrática de escolas da rede municipal garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando a transparência na prestação de contas.

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



## **Estado de Santa Catarina**

### **MUNICIPIO DE XAVANTINA**

**3.8 Meta 08:** Participar e apoiar programas que elevam a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos de idade, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, igualando a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em parceria com o Estado e União.

#### **3.8.1 Estratégias:**

3.8.1.1 Apoiar ações do Estado que visam o acompanhamento pedagógico individualizado para recuperação e progressão parcial, priorizando estudantes com rendimento escolar defasado atendendo as especificidades dos segmentos populacionais aqui considerados.

3.8.1.2 Fomentar parceria entre Estado e município para a educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais aqui considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial.

3.8.1.3 Divulgar e estimular a participação em exames de certificação e conclusão dos ensinos fundamental e médio e garantir acesso gratuito a esses exames.

3.8.1.4 Apoiar o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola, específico para os segmentos populacionais considerados nesta meta, identificando motivos de absenteísmo e colaborando com o Estado para a garantia de frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses estudantes na rede pública regular de ensino.

8.5 Buscar, em parceria com o estado, de forma intersetorial a demanda de jovens fora da escola, pertencentes aos segmentos populacionais aqui considerados.

3.8.1.6 Apoiar e participar de políticas de educação do campo que garantam a universalização da educação básica com acesso e permanência no próprio campo de acordo a demanda, realidade local e interesse, em parceria com o Estado.

3.8.1.7 Adotar currículos, conteúdos e metodologias específicas para o desenvolvimento da educação da população considerada nessa meta, em parceria com o Estado e Município.

**3.9 Meta 09:** Contribuir para a elevação da taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais de idade para 50% (cinquenta por cento) até o final da vigência deste Plano, e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



## **Estado de Santa Catarina**

### **MUNICIPIO DE XAVANTINA**

#### **3.9.1 Estratégias:**

3.9.1.1 Oferecer matrícula gratuita na educação de jovens e adultos, a todos que não tiveram acesso à educação básica na idade própria priorizando atendimento para os anos iniciais do ensino fundamental .

3.9.1.2 Realizar diagnóstico dos jovens e adultos com ensino fundamental incompleto, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos, anos iniciais.

3.9.1.3 Realizar chamadas públicas regulares para educação de jovens e adultos, promovendo busca ativa em regime de colaboração entre o Estado e o Município, para a população considerada analfabeta e analfabeta funcional.

3.9.1.4 Implementar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica, em parceria com o Município e o Estado.

3.9.1.5 Fomentar ações de atendimento ao estudante da educação de Jovens e Adultos por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos, em articulação com a área da saúde, União, Estado e município.

3.9.1.6 Oferecer material didático a estudantes da EJA, anos iniciais e garantir acesso dos estudantes aos diferentes espaços da escola da rede municipal de ensino.

3.9.1.7 Proceder levantamento de dados sobre a demanda por EJA, na cidade e no campo, para subsidiar a formulação de ações públicas que garanta o acesso e a permanência a jovens, adultos e idosos a esta modalidade da educação básica, considerada analfabeta e analfabeta funcional.

**3.10 Meta 10:** Oferecer, no mínimo, 10% (dez por cento) das matrículas do total de adultos não alfabetizados, na educação de jovens e adultos, no ensino fundamental, anos iniciais, no decorrer da vigência desse Plano.

#### **3.10.1 Estratégias**

3.10.1.1 Aderir programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atendem a educação de jovens e adultos garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência.

3.10.1.2 Garantir a formação continuada e tecnológica digital de docentes das escolas públicas que atendem a educação de jovens e adultos anos iniciais em parceria com programas da União e do Estado.

3.10.1.3 Atender as matrículas na modalidade de educação de jovens e adultos, anos iniciais, objetivando a elevação do nível de escolaridade da população de 18 ou mais anos de idade .

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100





## **Estado de Santa Catarina**

### **MUNICIPIO DE XAVANTINA**

**3.11 Meta 11:** Garantir, em regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município, no decorrer da vigência deste Plano, ações municipais de apoio à formação inicial e continuada, com vistas à valorização dos profissionais da educação da rede pública municipal, assegurando que todos os professores da educação básica e suas modalidades possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, bem como a oportunização, pelo poder público, de periódica participação em cursos de formação continuada.

#### **3.11.1 Estratégias:**

3.11.1.1 Fomentar, em regime de cooperação entre União, o Estado e o Município, ações conjuntas a fim de apoiar a oferta de cursos de formação inicial diante do diagnóstico das necessidades de formação dos profissionais da educação, envolvendo as instituições públicas de nível superior da região, sincronizando a oferta e a demanda de formação de profissionais da Educação da rede municipal de ensino.

3.11.1.2 Apoiar o acesso ao financiamento estudantil a estudantes matriculados em cursos de licenciatura com avaliação positiva pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), na forma da Lei nº 10.861/2004.

3.11.1.3 Apoiar a formação, a nível de licenciatura, formação para profissionais não habilitados na área de atuação, em efetivo exercício na rede pública municipal: que atuam nas escolas do campo e educação especial em parceria com a União, Estado e Município.

3.11.1.4 Assegurar a todos os profissionais da educação básica formação continuada em serviços, em sua área de atuação, apoiando programas federais e estaduais, considerando as necessidades, demandas e contextualizações do respectivo sistema de ensino municipal, em parceria com a União e Município.

3.11.1.5 Garantir o acesso a equipamentos e laboratórios e a formação inicial e continuada de docentes da rede pública municipal.

3.11.1.6 Estabelecer, em regime de colaboração entre o Estado e o Município, forma de registro e apoio à divulgação de projetos desenvolvidos nas escolas com o objetivo de valorizar as produções do profissional que contribuem com a melhoria da qualidade do ensino.

3.11.1.7 Participar de programas de formação inicial e continuada dos profissionais da educação, sobre gênero, diversidade e orientação sexual, para a promoção dos direitos sociais.

3.11.1.8 Disponibilizar recursos tecnológicos e conteúdos multimídia para todos os atores envolvidos no processo educativo, acessando ao portal eletrônico para subsidiar a atuação dos profissionais da educação básica, disponibilizando gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive aqueles com formato acessível, subsidiando a atuação dos profissionais da educação básica da rede municipal de ensino.

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



## **Estado de Santa Catarina**

### **MUNICIPIO DE XAVANTINA**

**3.12 Meta 12:** Proporcionar a todos os profissionais da educação básica da rede municipal de ensino, em efetivo exercício, meios para que busquem formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualização do sistema de ensino municipal.

#### **3.12.1 Estratégias:**

3.12.1.1 Fomentar a oferta por parte das instituições públicas de educação superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação da União, do Estado e Município.

3.12.1.2 Diagnosticar demandas específicas de pós-graduação, em nível de especialização aos professores que lecionam nas escolas do campo.

3.12.1.3 Participar da elaboração de propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de alfabetização no atendimento da população de até oito anos. (PENAIIC)

**3.13 Meta 13:** Valorizar os(as) profissionais do magistério da rede pública municipal da educação básica, assegurando o plano de carreira, assim como sua reestruturação, tendo como referência o piso nacional, definido em Lei Federal, nos termos do Inciso VIII, do Artigo 206, da Constituição Federal, a fim de equiparar o rendimento médio dos demais profissionais da Secretaria de Educação, com escolaridade equivalente, até o final da vigência deste PME.

#### **3.13.1 Estratégias:**

3.13.1.1 Constituir comissão com representação dos profissionais da educação da rede municipal, para acompanhamento da atualização progressiva do valor do piso salarial bem como para revisão e redação do plano de carreira dos profissionais do magistério público da educação básica municipal, com base na legislação federal.

3.13.1.2 Atualizar, avaliar e reestruturar o Plano de Cargos e Remuneração dos Profissionais da Educação do magistério público municipal, com base, nos termos do Inciso VIII, do Art. 206, da Constituição Federal e de acordo com legislação municipal, sem inferir na LRF.

3.13.1.3 Implementar no âmbito do Município, Plano de Cargos e Remuneração dos Profissionais da Educação do magistério público da rede municipal de educação básica, observados os critérios estabelecidos na Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, com implantação gradual do cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar, de acordo com a realidade local e disponibilidade de vaga, respeitando a legislação vigente.

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



## **Estado de Santa Catarina**

### **MUNICIPIO DE XAVANTINA**

3.13.1.4 Implementar políticas de valorização dos(as) profissionais do magistério, em particular o piso salarial nacional, com assistência financeira específica da União ao município, e/ou com recursos próprios, respeitando a legislação vigente e LRF.

3.13.1.5 Definir ações especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

3.13.1.6 Assegurar a realização periódica de concurso público para provimento de vagas, comprovadamente, excedentes e permanentes, a nível municipal, desde que haja demanda de matrículas, assegurados recursos financeiros para esse fim.

3.13.1.7 Implantar, nas redes públicas de educação básica municipal, acompanhamento dos profissionais concursados, supervisionados por comissão formada pelo poder público municipal e/ou CME a fim de fundamentar, com base nos programas de acompanhamento, por meio de avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório, oportunizando durante, este período, participação em cursos de capacitação e aperfeiçoamento na área de atuação do professor.

**3.14 Meta 14:** Assegurar condições para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, nas escolas públicas municipais, criando legislação, prevendo recursos financeiro e apoio técnico da União no decorrer da vigência deste PME.

#### **3.14.1 Estratégias:**

3.14.1.1 Solicitar o repasse de transferências voluntárias da União na área da educação para o município, com legislação específica que regulamente a matéria na área de sua abrangência, respeitando-se a legislação nacional, e que considere, conjuntamente, para a nomeação dos diretores e diretoras de escola, critérios técnicos de mérito e desempenho, bem como a participação da comunidade escolar.

3.14.1.2 Adequar e validar o Fórum Permanente de Educação, envolvendo todos os segmentos da comunidade escolar e sociedade civil, com apoio técnico da União para coordenar a conferência municipal de educação; efetuar o acompanhamento da execução do Plano municipal de educação; debater o financiamento da educação e as diretrizes curriculares do sistema municipal de ensino bem como a tramitação de projetos legislativos relativos à Política Municipal de Educação.

3.14.1.3 Acompanhar, a nível municipal, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-se lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações.

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



## **Estado de Santa Catarina**

### **MUNICIPIO DE XAVANTINA**

3.14.1.4 Garantir a participação efetiva da comunidade escolar e local na formulação e acompanhamento do projeto político-pedagógico, currículo escolar, plano de gestão escolar e regimento escolar, possibilitando as condições objetivas necessárias à operacionalização desta participação.

3.14.1.5 Discutir e implementar processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino, envolvendo os conselhos escolares de acordo com o que determina a legislação em vigor.

3.14.1.6 Prever e indicar programa de formação continuada para gestores das escolas públicas municipais, em regime de colaboração com a União.

3.14.1.7 Criar e acompanhar dispositivo legal (lei municipal) que dispõe sobre a implantação, execução e avaliação da gestão da educação básica da rede municipal de ensino, no prazo de três anos de publicação deste Plano.

3.14.1.8 Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências.

3.14.1.9 Orientar conselhos municipais de educação, conselhos escolares ou equivalentes, conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB e da alimentação escolar (CAE), conselho de controle social envolvendo gestores públicos, trabalhadores da educação e organizações da sociedade civil, com representação paritária dos setores envolvidos com a educação para acompanhar as ações da educação básica municipal.

3.14.1.10 Estimular a gestão democrática da educação, por meio da participação da comunidade escolar e local, no âmbito das escolas de educação básica municipal, prevendo recursos e apoio técnico da União.

3.14.1.11 Capacitar, aderindo programas de formação oferecidos pelo MEC, o Conselho Escolar, a Associação de Pais e Servidores da Educação (APFs) e Grêmios Estudantis para fomentar a integração entre eles, a nível municipal.

3.14.1.12 Acompanhar o Plano de Ações Articuladas (PAR), para monitorar e dar visibilidade às ações planejadas em nível municipal, por meio de comissão organizada para este fim.

3.14.1.13 Adotar, a nível municipal, mecanismos de acompanhamento, fiscalização e avaliação dos gastos com educação pelos conselhos de acompanhamento e controle social, Conselhos Escolares e Associação de Pais e Servidores, viabilizando a divulgação do orçamento público, efetiva transparência nas rubricas orçamentárias e o estabelecimento de ações de controle e articulação entre os órgãos responsáveis, assegurando o gerenciamento e fiscalização dos recursos públicos destinados a escola.

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



## **Estado de Santa Catarina**

### **MUNICIPIO DE XAVANTINA**

3.14.1.14 Utilizar os meios de comunicação disponíveis objetivando a participação da sociedade na definição das prioridades educacionais.

**3.15 Meta 15:** Ampliar o investimento público em educação de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto (PIB) do Município no 5º (quinto) ano de vigência deste Plano e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio, de acordo legislação vigente, em consonância com a legislação nacional e municipal, sem inferir a LRF.

#### **3.15.1 Estratégias:**

3.15.1.1 Garantir fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica municipal, observando-se as políticas de colaboração entre os entes federados, em especial as decorrentes do Art. 60, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e do § 1º, do Art. 75, da Lei nº 9.394/1996, que tratam da capacidade de atendimento e do esforço fiscal de cada ente federado, com vistas a atender suas demandas educacionais à luz do padrão de qualidade nacional.

3.15.1.2 Cooperar, com a União no aperfeiçoamento e ampliação dos mecanismos de acompanhamento da arrecadação da contribuição social do salário-educação.

3.15.1.3 Otimizar a destinação de recursos à manutenção e o desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do Art. 212, da Constituição Federal, outros recursos, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do art. 214 da Constituição Federal; com recursos municipais previstos na LDO e em conformidade com a Lei Orgânica, artigo 162, § 1º, alínea I, em vigência.

3.15.1.1.4 Aplicar, na forma de lei específica, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural e outros recursos, Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, artigo 2º, § 3º, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no Inciso VI, do caput do Art. 214, da Constituição Federal.

3.15.1.5 Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem, nos termos do parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, com a colaboração entre o Ministério da Educação, Município e os Tribunais de Contas da União, dos Estados e dos Municípios.

3.15.1.6 Desenvolver, com apoio da contabilidade municipal, estudos e acompanhamento regular dos investimentos e custos por estudante da educação, em todos os níveis, etapas e modalidades da educação municipal.

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



## **Estado de Santa Catarina**

### **MUNICIPIO DE XAVANTINA**

3.15.1.7 Acompanhar o dispositivo da Lei Orgânica e/ou estabelecer as normas de cooperação entre os entes federados, no prazo de 2 (dois) anos, em regime de colaboração, para combater às desigualdades educacionais.

3.15.1.8 Apoiar e defender a prorrogação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, com aperfeiçoamento que aprofundem o regime de colaboração entre União e município e a participação financeira da União para garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino, nos termos do Art. 211, da Constituição Federal.

3.15.1.9 Definir critérios para distribuição dos recursos adicionais dirigidos à educação ao longo do decênio, que considerem a equalização das oportunidades educacionais, a vulnerabilidade socioeconômica e o compromisso técnico e de gestão do sistema de ensino, a serem pactuados na instância prevista no Art. 7º, da Lei nº 13.005/2014.

3.15.1.10 Firmar, com União, parceria e cooperação para complementação de recursos financeiros para o Município quando, comprovadamente, não atinge o valor do Custo Aluno, Qualidade inicial (CAQi) e, posteriormente, do CAQ.

3.15.1.11 Estabelecer, garantir e efetivar a articulação entre as metas deste Plano e demais instrumentos orçamentários da União e do Município, do plano municipal de educação e os respectivos PPA, LDO e LOA, em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.

3.15.1.12 Definir recursos provenientes da receita municipal, da União e do Estado para o financiamento público permanente da educação municipal, objetivando a expansão, com a municipalização dos anos finais.

3.15.1.13 Fortalecer e apoiar os conselhos de acompanhamento e fiscalização dos recursos da educação, de acordo com a legislação.

3.15.1.14 Garantir a aplicação dos recursos financeiros da União e do município que devem ser destinados à melhoria da qualidade e gratuidade do ensino, na formação e valorização do magistério, na organização escolar municipal.

3.15.1.15 Garantir aplicação dos recursos destinados à manutenção, reforma e construção de escolas públicas municipais com infraestrutura adequada às etapas e modalidades de ensino, com recursos financeiros da união em parceria com o município, até dois mil e dezessete.

3.15.1.16 Fixar um cronograma para a aplicação de recursos financeiros da receita municipal, de convênios com a União para as escolas públicas municipais com finalidade de construção e/ou ampliação da estrutura física aquisição, manutenção e reparos do patrimônio permanente e materiais de expediente, bem como ampliar os valores dos recursos financeiros no decorrer da vigência deste PME.

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100





## **Estado de Santa Catarina**

### **MUNICIPIO DE XAVANTINA**

#### **LISTA DE SIGLAS**

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas  
AEE – Atendimento Educacional Especializado  
ALESC – Assembleia Legislativa de Santa Catarina  
AMBIAL – Educação Ambiental e Alimentar  
ANA – Avaliação Nacional da Alfabetização  
ANEB – Avaliação Nacional da Educação Básica  
ANRESC – Avaliação Nacional do Rendimento Escolar  
APAES – Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais  
CAESP – Centro de Atendimento Educacional Especializado em Educação Especial  
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CAQ – Custo Estudante Qualidade  
CAQI – Custo Estudante Qualidade Inicial  
CDE – Conselho Deliberativo Escolar  
CE – Constituição Estadual  
CEB – Câmara de Educação Básica  
CECD – Comissão de Educação, Cultura e Desporto  
CEE/SC – Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina  
CF – Constituição Federal  
CME – Conselho Municipal de Educação  
CNE – Conselho Nacional de Educação  
CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
CONAE – Conferência Nacional de Educação  
CONED – Congresso Nacional de Educação  
DCOG – Diretoria de Contabilidade Geral  
DSM – Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais  
EJA – Educação de Jovens e Adultos  
ENADE – Exame Nacional de Desempenho de Estudantes  
ENCCEJA – Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos  
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio  
EPI – Escola Pública Integrada  
FCEE – Fundação Catarinense de Educação Especial

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



## **Estado de Santa Catarina MUNICIPIO DE XAVANTINA**

FIC – Formação Inicial e Continuada

FIESC – Federação das Indústrias de Santa Catarina

FPM – Fundo de Participação dos Municípios

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FOCEC – Fórum Catarinense de Educação do Campo

FPE – Fundo de Participação dos Estados

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Fundamental e de Valorização dos Profissionais da Educação

GERED – Gerência Regional de Educação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços

ICT – Instituição Científica e Tecnológica

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IES – Instituição de Educação Superior

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados

IPVA – Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores

IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte

ITCMD – Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentária

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

LOA – Lei Orçamentária Anual

MDE – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

MEC – Ministério da Educação

NEI/SC – Núcleo de Educação Indígena de Santa Catarina

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONG – Organização Não Governamental

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



## **Estado de Santa Catarina MUNICIPIO DE XAVANTINA**

ONU – Organização das Nações Unidas

PARFOR – Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica

PCSC – Proposta Curricular de Santa Catarina

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação

PEE/SC – Plano Estadual de Educação de Santa Catarina

PIB – Produto Interno Bruto

PISA – Programa Internacional de Avaliação de Estudantes

PL – Projeto de Lei

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNAIC – Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa

PNDE – Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico

PNE – Plano Nacional de Educação

PNFCE – Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares

PPA – Plano Plurianual

ProEMI – Programa Ensino Médio Inovador

PROESDE – Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

ProUNI – Programa Universidade para Todos

SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica

SAEDE – Serviço de Atendimento Educacional Especializado

SC – Santa Catarina

SECAD – Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

SED – Secretária de Estado da Educação

SEF – Secretária Estadual da Fazenda

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SINTE/SC – Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública de Ensino do Estado de Santa Catarina

TEA – Transtorno do Espectro do Autismo

TDAH – Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade/Impulsividade

UAB – Universidade Aberta do Brasil

UNIEDU – Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



## **Estado de Santa Catarina MUNICIPIO DE XAVANTINA**

USAID – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional Plano Estadual  
de Educação – Versão Preliminar

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



## Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE XAVANTINA

### REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. A. da S. Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2004, p.147.

BORDIGNON, G.; GRACINDO, R. V. Gestão da educação: o município e a escola. In: FERREIRA, N. S. C.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2014c. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm)>. Acesso em: 24 abr. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Estudo sobre a lei do piso salarial**. Brasília: MEC, CNE, CEB, [20--].

Brasil. Presidência da República. **Decreto nº 7.352, de 04 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Brasília: Casa Civil, 2010a. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm)>. Acesso em: abril/2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Pacto nacional pela alfabetização na idade certa. Brasília: 2012b. Disponível em: < <http://www.fe.unicamp.br/pnaic/documentos/manual-pnaic.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE /CEB nº 5, de 3 de agosto de 2010**. Fixa as Diretrizes Nacionais para os Planos de Carreira e Remuneração dos Funcionários da Educação Básica pública. Brasília: CNE/CEB, 2010c. Disponível em: < [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&id=14906&Itemid=866](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=14906&Itemid=866)>. Acesso em: 04 abr. 2015.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2011a. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm)>. Acesso em: 15 abr. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Censo escolar da educação básica: 2012 – resumo técnico**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, 2013a.

DATASUS. **Portal do Departamento de Informática do SUS**. Disponível em: <<http://datasus.saude.gov.br/>>.

ESTEBAN, Maria Teresa. Considerações sobre a política da avaliação da alfabetização: pensando a partir do cotidiano escolar. **Revista Brasileira de Educação**, Brasília, v. 17, n. 51, set./dez. 2012.

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100



## Estado de Santa Catarina MUNICIPIO DE XAVANTINA

FIESC – Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina. **Santa Catarina em Dados**. Florianópolis, v. 23, p.01 – 176, 2013.

FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **O planejamento educacional no Brasil**. Brasília: FNE, 2011. Disponível em: <[http://fne.mec.gov.br/images/pdf/planejamento\\_educacional\\_brasil.pdf](http://fne.mec.gov.br/images/pdf/planejamento_educacional_brasil.pdf)>. Acesso em: 30 abr. 2014.

HADDAD, Sergio. **Educação e exclusão no Brasil**. Ação Educativa. 2007. Disponível em: <[http://www.acaoeducativa.org.br/portal/index.php?option=com\\_content&task=view&id=1218&Itemid=149](http://www.acaoeducativa.org.br/portal/index.php?option=com_content&task=view&id=1218&Itemid=149)>. Acesso em: 25 abr. 2014.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Portal IBGE**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 3 abr. 2014.

INEP. **Portal Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Disponível em: <<http://inep.gov.br>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013**. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 26 abr. 2015.

**Investimento municipal em educação e cultura: 2011 a 2015** - <http://www.deepask.com/goes?page=xavantina/SC-Investimento-em-educacao-e-cultura:-Veja-o-gasto-publico-no-seu-municipio>

OCDE. **Avaliação de políticas nacionais de educação**: estado de Santa Catarina, Brasil. [S.L.]: OCDE, 2010.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. **Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais**. 1989. Disponível em: <[http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed\\_norm/---normes/documents/publication/wcms\\_100907.pdf](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---normes/documents/publication/wcms_100907.pdf)>. Acesso em: 13 abr. 2015.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2013/Fonte: Município e Mesorregião IBGE/Censo Populacional 2010 - <http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php>

PNE – Plano Nacional de Educação. **Portal do Observatório do PNE**. Disponível em: <<http://www.observatoriopne.org.br/>>. Acesso em: 3 abr. 2015.

DATASUS. **Portal do Departamento de Informática do SUS**. Disponível em: <<http://datasus.saude.gov.br/>>.

PNE – Plano Nacional de Educação. **Portal do Observatório do PNE**. Disponível em: <<http://www.observatoriopne.org.br/>>. Acesso em: 3 abr. 2015.

Políticas e Gestão na Educação, p 02.[http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4-sala\\_politica\\_gestao\\_escolar/pdf/texto2\\_1.pdf](http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4-sala_politica_gestao_escolar/pdf/texto2_1.pdf).

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100





## Estado de Santa Catarina MUNICIPIO DE XAVANTINA

**SEBRAE** – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas -  
<https://www.google.com.br/#q=SEBRAE+%E2%80%93+Servi%C3%A7o+de+Apoio+%C3%A0s+Micro+e+Pequenas+Empresas+Xavantina+sc>

SACRISTAN, J. Gimeno. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

Xavantina, 2015.

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100

**LEI 1454**

LEI Nº 1454, DE 23 DE JUNHO DE 2015

DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte:

LEI:

**CAPÍTULO I****Seção I**

Da natureza e da finalidade

Art. 1º. Fica instituído o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Política da Assistência Social do Município de Xavantina, de caráter permanente e de composição paritária entre o governo e a sociedade civil, observado o disposto no art. 16, parágrafo único, da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

Parágrafo único. O Conselho Municipal de Assistência Social de Xavantina é vinculado ao órgão gestor de assistência social, que deve prover a infraestrutura necessária ao seu funcionamento, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros, e arcando com despesas referentes a passagens, traslados, alimentação, hospedagens de conselheiros representantes do governo ou da sociedade civil, quando estiverem no exercício das suas atribuições.

Art. 2º. O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) tem a finalidade de deliberar, acompanhar, avaliar e exercer o controle sobre a Política de Assistência Social, em âmbito municipal.

§ 1º As ações deliberativas e reguladoras são aquelas que estabelecem, por meio de resoluções, as ações da assistência social, contribuindo para a continuação do processo de implementação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e da Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

§ 2º As ações de acompanhamento e avaliação devem ser direcionadas à execução dos serviços prestados pela Política Municipal de Assistência Social e pelas entidades e organizações de assistência social privadas, e advêm da competência de formular recomendações e orientações aos integrantes do sistema descentralizado de assistência social.

§ 3º O controle social é o exercício democrático de acompanhamento da gestão e avaliação da Política de Assistência Social, do Plano Municipal de Assistência Social e dos recursos financeiros destinados a sua implementação, sendo uma das formas de exercício desse controle zelar pela ampliação e qualidade da rede de serviços socioassistenciais para todos os destinatários desta Política.

**CAPÍTULO II****DA COMPETÊNCIA**

Art. 3º. Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS):

I - elaborar seu Regimento Interno, conjunto de normas administrativas definidas pelo Conselho, com o objetivo de orientar o seu funcionamento;

II - aprovar a Política Municipal, elaborada em consonância com a PNAS - Política Nacional de Assistência Social, na perspectiva do SUAS - Sistema Único de Assistência Social e com as diretrizes estabelecidas pelas Conferências de Assistência Social, podendo

contribuir nos diferentes estágios de sua formulação;

III - convocar, num processo articulado com a Conferência Nacional e Estadual, a Conferência Municipal de Assistência Social, bem como aprovar as normas de funcionamento das mesmas e constituir a comissão organizadora e o respectivo Regimento Interno;

IV - encaminhar as deliberações da conferência aos órgãos competentes e monitorar seus desdobramentos;

V - acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos benefícios, rendas, serviços socioassistenciais, programas e projetos aprovados na Política Municipal de Assistência Social;

VI - normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social, exercendo essas funções num relacionamento ativo e dinâmico com os órgãos gestores, resguardando-se as respectivas competências;

VII - aprovar o plano integrado de capacitação de recursos humanos para a área de assistência social, de acordo com as Normas Operacionais Básicas do Suas (NOB-SUAS) e de Recursos Humanos (NOB-RH/SUAS);

VIII - zelar pela implementação do Suas, buscando suas especificidades no âmbito do governo municipal e efetiva participação dos segmentos de representação dos conselhos;

IX - aprovar a proposta orçamentária dos recursos destinados a todas as ações de assistência social no município, tanto os recursos próprios quanto os oriundos de outras esferas de governo, alocados no respectivo fundo municipal de assistência social;

X - aprovar critérios de partilha de recursos, respeitando os parâmetros adotados na LOAS e explicitar os indicadores de acompanhamento;

XI - propor ações que favoreçam a interface e superem a sobreposição de programas, projetos, benefícios, rendas e serviços;

XII - inscrever e fiscalizar as entidades e organizações de assistência social no município;

XIII - informar ao CNAS sobre o cancelamento de inscrição de entidades e organizações de assistência social, para que este adote as medidas cabíveis;

XIV - acompanhar o processo do pacto de gestão entre as esferas nacional, estadual e municipal, efetivado na Comissão Intergestores Tripartite - CIT e Comissão Intergestores Bipartite - CIB, estabelecido na NOB/SUAS;

XV - divulgar e promover a defesa dos direitos socioassistenciais;

XVI - acionar o Ministério Público, como instância de defesa e garantia de suas prerrogativas legais;

XVII - publicar no respectivo Diário Oficial todas as suas deliberações.

Art. 4º. Para o exercício de suas competências, o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) solicitará os seguintes documentos e informações:

I - da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social:

a) o plano municipal de assistência social;

b) o plano de ação;

c) a proposta orçamentária da secretaria de assistência social para apreciação e aprovação;

d) o plano de inserção e acompanhamento de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e do Programa Bolsa Família (PBF);

e) o plano de aplicação do fundo municipal, balancete trimestral e prestação de contas ao final do exercício;

f) as informações relativas ao montante de recursos transferidos para o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), oriundos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) e do Fundo Estadual de Assistência Social, quando for o caso;

g) as informações relativas aos recursos repassados pelo Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) às entidades e organizações de assistência social;

h) a relação das contas correntes que compõem o respectivo Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS);

i) os demonstrativos das contas bancárias sob gestão do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS);

j) o relatório anual da gestão e demonstrativo sintético da execução física e financeira.

II - das entidades e organizações de assistência social:

a) o estatuto social;

b) o plano de trabalho;

c) o relatório anual de execução do plano de trabalho;

d) os documentos contábeis.

III - do Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS):

a) para conhecimento, os documentos deliberados em Assembleia Geral, principalmente as atas;

b) quando necessário, o assessoramento na aplicação de normas e resoluções fixadas pelo CNAS.

IV - do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a senha de acesso ao Sistema de Informação do Sistema Único de Assistência Social (Rede Suas).

V - da Comissão Intergestores Bipartite (CIB), para conhecimento, os documentos de pactuações publicadas no Diário Oficial do Estado.

Parágrafo único. Além dos documentos elencados nos incisos de I a V, o CMAS poderá requisitar outros que se fizerem necessários para o exercício de suas competências.

### CAPÍTULO III

#### DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO

##### Seção I

##### Da composição

Art. 5º. O Conselho de Assistência Social deverá ser composto por 50% de representantes do governo e 50% de representantes da sociedade civil pelo mandato de dois anos com o presidente eleito, entre os seus membros, em reunião plenária, com a alternância do governo e da sociedade civil na Presidência e na Vice-presidência em cada mandato, sendo permitida uma única recondução.

§ 1º Os conselheiros titulares e suplentes terão mandato de dois anos, permitida uma única recondução, por igual período.

§ 2º Quando houver vacância no cargo de presidente não poderá o vice-presidente assumir para não interromper a alternância da presidência entre governo e sociedade civil, cabendo realizar nova eleição para finalizar o mandato, conforme previsão a constar no Regimento Interno do Conselho.

§ 3º Sempre que houver vacância de um membro da Mesa Diretora ou similar, seja ele representante de um órgão governamental ou de uma entidade da sociedade civil, caberá ao plenário do Conselho decidir sobre a ocupação do cargo vago, seja por aclamação ou voto, devendo essa situação e a forma de sucessão estar contempladas no Regimento Interno.

Art. 6º. O Conselho Municipal de Assistência Social é composto de

8 (oito) membros e respectivos suplentes, nomeados pelo Prefeito Municipal, sendo:

I – 50% (cinquenta por cento) representantes da sociedade civil; e,  
II – 50% (cinquenta por cento) representantes do Poder Público.

§1º. O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) entre seus membros titulares e respectivos suplentes respeitará os seguintes critérios:

I - quatro representantes de secretarias municipais e respectivos suplentes, e que sejam servidores que detenham efetivo poder de representação e decisão no âmbito da Administração Pública, da seguinte forma:

a) dois representantes da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social;

b) um representante da Secretaria Municipal de Educação;

c) um da Secretaria Municipal de Administração.

II - quatro representantes da Sociedade Civil e respectivos suplentes, da seguinte forma:

a) um representante dos usuários ou organizações de usuários da assistência social;

b) um representante de entidades e organizações de assistência social, devidamente inscritas no CMAS;

c) dois representantes de trabalhadores do SUAS.

§ 1º Os representantes da sociedade civil e seus respectivos suplentes são eleitos foro próprio, paritariamente entre os segmentos de entidades prestadoras de serviços, trabalhadores do setor e usuários da assistência social e no caso de não haver inicialmente representação de um dos segmentos do inciso II do presente artigo, a vaga poderá ser preenchida por um dos demais segmentos, conforme Regimento Interno.

§ 2º Os representantes do Poder Público são indicados pelo Prefeito Municipal, preferencialmente, dos setores que desenvolvem ações ligadas às políticas sociais e econômicas, como: assistência social, saúde, educação, trabalho e emprego, finanças, agricultura e outras;

Art. 7º. Serão consideradas organizações de usuários aquelas juridicamente constituídas que tenham, estatutariamente, entre seus objetivos, a defesa dos direitos dos indivíduos e grupos vinculados à Política Municipal de Assistência Social, sendo caracterizado seu protagonismo na organização mediante participação efetiva nos órgãos diretivos que os representam, por meio da sua própria participação ou de seu representante legal, quando for o caso.

Art. 8º. Serão consideradas entidades de assistência social aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos pela LOAS, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos.

§ 1º As entidades e organizações de assistência social podem ser consideradas isoladas ou cumulativamente:

I - de atendimento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de proteção social básica ou especial, dirigidos às famílias e aos indivíduos em situações de vulnerabilidades ou risco social e pessoal, nos termos da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 e da Resolução do CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009;

II - de assessoramento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência

social, nos termos da Lei nº 8.742/93 e respeitadas às deliberações do CMAS;

III - de defesa e garantia de direitos: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos da Lei nº 8.742/93 e respeitadas às deliberações do CMAS.

§ 2º As entidades e organizações de assistência social deverão estar inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social para seu regular funcionamento, nos termos do art. 9º da Lei nº 8.742/93, aos quais caberá a fiscalização destas entidades e organizações independentemente do recebimento ou não de recursos públicos.

§ 3º Na hipótese de atuação em mais de um município ou estado, as entidades e organizações de assistência social deverão inscrever seus serviços, programas, projetos e benefícios no Conselho de Assistência Social do respectivo município que se pretende atingir, apresentando, para tanto, o plano ou relatório de atividades, bem como o comprovante de inscrição no Conselho Municipal de sua sede ou de onde desenvolve suas principais atividades.

Art. 9º. Serão consideradas entidades de trabalhadores do setor as associações de trabalhadores, sindicatos, federações, confederações, centrais sindicais, conselhos federais de profissões regulamentadas que organizam, defendem e representam os interesses dos trabalhadores que atuam institucionalmente na Política de Assistência Social, conforme preconizado na Lei Orgânica de Assistência Social, na Política Nacional de Assistência Social e na Norma Operacional Básica, Recursos Humanos e no Sistema Único de Assistência Social, mediante os critérios estabelecidos no Regimento Interno do CMAS.

Art. 10º. Os conselheiros não receberão qualquer remuneração por sua participação no colegiado e seus serviços prestados serão considerados, para todos os efeitos, como de interesse público e relevante valor social.

Art. 11º. A participação de representantes do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não cabe nos Conselhos de Assistência Social, sob pena de incompatibilidade de poderes.

## Seção II Da Organização

Art. 12. O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) compor-se-á dos seguintes órgãos:

- I - Assembléia Geral;
- II - Mesa Diretora;
- III - Secretaria Executiva.

Art. 13. A Assembléia Geral é órgão deliberativo e soberano do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

Art. 14. A Mesa Diretora do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), eleita pela maioria absoluta dos votos da Assembléia Geral para mandato de dois anos, deverá obedecer aos princípios da paridade e da alternância governamental e sociedade civil permitida uma única recondução, será composta pelos seguintes cargos: Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário.

Art. 15. As Comissões Temáticas serão criadas por resoluções, aprovadas em Assembléia Geral, conforme a necessidade da demanda, integradas por conselheiros(as) titulares e suplentes.

Art. 16. Fica criado a Comissão Permanente de Acompanhamento do Programa Bolsa Família que será composta de 4 conselheiros titulares paritariamente.

Art. 17. A Secretaria Executiva, órgão de apoio técnico administrativo do Conselho, será composta de, no mínimo um Secretário Executivo de nível superior, sendo graduado em serviço social, designado para o assessoramento do conselho, sendo responsável pela documentação e orientação técnica, podendo ser o assistente social responsável pelo órgão gestor.

Art. 18. O CMAS poderá instituir grupos de trabalho de caráter temporário, composto por conselheiros titulares e suplentes, destinados ao estudo e elaboração de propostas sobre temas específicos, podendo, inclusive, convidar para participar destes grupos de trabalho representantes de órgãos ou entidades públicas e privadas e de outros poderes, sem direito a voto.

## Seção III Do Funcionamento

Art. 19. A Assembleia Geral reunir-se-á, obrigatoriamente, uma vez ao mês e, extraordinariamente, sempre que necessário, e funcionará de acordo com o Regimento Interno, que definirá, também, o quorum mínimo para o caráter deliberativo das reuniões e para as questões de suplência e perda de mandato por faltas.

Art. 20. A cada nova gestão será realizado o Planejamento Estratégico do CMAS, com o objetivo de definir metas, ações e estratégias e prazos, envolvendo todos (as) os (as) Conselheiros(as), titulares e suplentes, e os(as) técnicos(as) do Conselho.

## CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21. Poderão ser convidados a participar das reuniões do CMAS, sem direito a voto, personalidades e representantes de órgãos e entidades públicas e privadas, bem como técnicos e usuários que da pauta constar temas de sua área de atuação e ou de seu interesse.

Art. 22. As Assembleias Gerais do CMAS são abertas à participação de todos os cidadãos.

Art. 23. O Regimento Interno do CMAS complementarà a estruturação, competências e atribuições definidas nesta Lei, devendo ser submetido à Assembleia Geral, submetendo-o ao Chefe do Poder Executivo para homologação mediante Decreto.

Parágrafo único. Qualquer alteração posterior ao Regimento Interno dependerá da deliberação de dois terços dos membros do CMAS e homologação, por Decreto, do Chefe do Poder Executivo.

Art. 24. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal 683/97 e suas Alterações.

Xavantina (SC), 23 de Junho de 2015.  
MAURO JUNES POLETO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero  
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

**LEI 1455**

LEI Nº 1455, DE 23 DE JUNHO DE 2015

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE XAVANTINA A RECEBER POR DOAÇÃO PARTES DE BEM IMÓVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica o Município de Xavantina autorizado a receber por doação da Cooperativa de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar de Xavantina – COPAFAX, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ nº 11.504.992.0001-00, com sede em Linha Guararapes, Município de Xavantina, o seguinte bem imóvel: PARTE DO LOTE RURAL Nº 30B, MEDINDO 785,82M², Livro 2 BP do registro de imóveis da Comarca de Seara – SC, matrícula nº 20.021, fls.221.

Art. 2º A finalidade da doação, é a construção de uma casa colonial junto às margens da SC 155, visando incentivar a agricultura familiar de nosso Município.

Art. 3º Cabe ao Município de Xavantina efetuar o respectivo desmembramento da área de terra, arcando com as devidas despesas.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 23 de Junho de 2015.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

# Xaxim

## PREFEITURA

### Decreto 218

DECRETO Nº. 218/2015.

Convoca para a VII Conferência Municipal de Assistência Social e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, em conjunto com o Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implantação da Política de Assistência Social do município.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a VII Conferência Municipal de Assistência Social, a ser realizada no dia 15 de julho de 2015, tendo como tema central: " CONSOLIDAR O SUAS DE VEZ EM 2026".

Art. 2º A despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de assistência social.

Art. 3º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 19 de junho de 2015.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Fabio Jose Dal Magro

Procurador Geral do município



# Associações

## AMURC

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO 002/2015 - CONFERÊNCIA REGIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 002/2015

CONVOCA, POR INTERMÉDIO DA AMURC, A CONFERÊNCIA REGIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DOS MUNICÍPIOS DE CURITIBANOS, FREI ROGÉRIO, SANTA CECÍLIA, PONTE ALTA DO NORTE E SÃO CRISTÓVÃO DO SUL, SOB O TEMA "PROTAGONISMO E EMPODERAMENTO DA PESSOA IDOSA - POR UM BRASIL DE TODAS AS IDADES".

José Antonio Guidi, Presidente da Associação dos Municípios da Região do Contestado (Amurc), no uso de suas atribuições legais e amparado no Estatuto do Idoso - Lei nº 10.741 de 1º de Outubro de 2003, no disposto pelo Decreto Federal nº 5.109, de 17 de junho de 2004, nos termos Resolução Nº 22, de 17 Abril de 2014 do Conselho Nacional Dos Direitos do Idoso, e nas demais portarias e determinações legais emanadas pelos órgãos federais e estaduais competentes e com apoio e parceria da SDR - Secretaria de Desenvolvimento Regional de Curitiba:

Art. 1º CONVOCA a Conferência Regional dos Direitos da Pessoa Idosa a ser realizada em plano microrregional, pelos Municípios de Curitiba, Frei Rogério, Santa Cecília, Ponte Alta do Norte e São Cristóvão do Sul.

Art. 2º A Conferência Regional dos Direitos da Pessoa Idosa será realizada no dia 01 de Julho de 2015, das 08h00' às 12h30', junto às dependências do auditório da Secretaria Municipal de Educação de Curitiba, cita a Rua Marcos Gonçalves de Farias, 427, (Antigo CESEC do Banco do Brasil) no Bairro São José em Curitiba, SC.

Art. 3º A Conferência Regional dos Direitos da Pessoa Idosa tem por objetivo proporcionar um espaço democrático de discussões e reflexões em torno das estratégias que apontam diretrizes para as políticas intersetoriais que atendem a pessoa idosa, além de garantir a implantação no município e na região das políticas tangentes aos direitos da Pessoa Idosa.

Art. 4º Programação do evento:

08h00' - Recepção e inscrições dos participantes.

08h30' - Solenidade de abertura e informações.

09h00' - Perspectivas e desafios regionais: os desafios regionais do empoderamento da pessoa idosa: lazer, qualidade de vida, políticas públicas, identidade. ". Palestrante: Sisi Blind, Prefeita de São Cristóvão do Sul, SC.

09h45' -- "Protagonismo e Empoderamento da Pessoa Idosa - Por um Brasil de Todas as Idades". Palestrante: Janice Merigo, Mestre em Serviço Social e Assistente Social da FECAM.

10h40 - Apresentação das Deliberações Municipais e definição das Deliberações da Conferência Regional.

11h30' - Definição dos Delegados da Regional da AMURC para a Conferência Estadual (10 delegados - 6 sociedade civil e 4 governo).

12h30 - Encerramento da Conferência Regional

Art. 5º Para a realização da Conferência a organização obedecerá os seguintes critérios e recomendações, ficando os municípios compromissados a enviar, no mínimo, o seguinte número de delegados que representarão a sociedade civil, conselhos comunitários, comunidade científica e poder público:

Sociedade Civil de Curitiba - 09 (nove) representantes (mínimo)

Poder Público de Curitiba - 06 (seis) representantes (mínimo)

Sociedade Civil de Santa Cecília - 07 (sete) representantes (mínimo)

Poder Público de Santa Cecília - 04 (quatro) representantes (mínimo)

Sociedade Civil de Frei Rogério, Ponte Alta do Norte e São Cristóvão do Sul

- 04 (quatro) representantes (mínimo)

Poder Público de Frei Rogério, Ponte Alta do Norte e São Cristóvão do Sul

- 03 (três) representantes (mínimo)

Art. 6º Para a realização da Conferência tomar-se-ão como referência os documentos de referência, as diretrizes e orientações emitidas pelos órgãos federais e estaduais pela política de proteção do idoso.

Art. 7º Para a condução dos trabalhos utilizar-se-á, por seqüência, o Regimento da Conferência Nacional e o Regimento da Conferência Estadual, em especial, no que tange a objetivos e metodologia de organização, resolvendo-se encaminhamentos por analogia e similaridade.

Art. 8º A Conferência Regional será presidida pelo Presidente da Associação de Municípios da Região da Amurc, ou, em sua ausência, por

integrante da Comissão Organizadora da Conferência.

Art. 9º A Comissão de Organização do evento será indicada conforme a composição abaixo, cabendo aos municípios indicar seus representantes no prazo de 05 (cinco dias):

- Por 01 (um) Secretário de Assistência Social por município;
- Por 01 (um) agente técnico de área afim de cada município;
- Pelo 01 (um) representante indicado da Amurc.

Art. 10 É obrigatória a disposição de lista de presença e relatório do evento.

Art. 11 Ao final do evento aprovar-se-á documento final a ser enviado à conferência estadual contendo resumo das discussões, proposições e indicação de delegados da região.

Art. 12 Para os devidos efeitos legais, todos os municípios integrantes da Amurc deverão ratificar a realização da Conferência Regional dos Direitos da Pessoa Idosa por intermédio de Decreto Municipal, cujo modelo será distribuído pela Amurc. O presente Edital deverá ser considerado como anexo do Decreto Municipal.

Art. 13 Os municípios integrantes da Amurc remeterão à Associação documento informando sua adesão à Conferência Regional dos Direitos da Pessoa Idosa acompanhado de cópia do Decreto Municipal e dos representantes da municipais na Comissão de Organização.

Art. 14 Os responsáveis municipais pela política de proteção aos idosos providenciarão o registro da conferência perante os órgãos competentes, assegurando as providências formais requeridas pelo Sistema.

Art. 15 Questões omissas serão resolvidas pela coordenação responsável pela organização.

Curitiba, SC, 19 de Junho de 2015.

José Antonio Guidi

Presidente da Amurc - Associação dos Municípios da Região do Contestado

Publicado o presente Edital no átrio e DOM - DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS, aos vinte e dois dias do mês de Junho de 2015.

Rui Braun

Secretário executivo da Amurc

# Consórcios

## CIGA

### EXTRATO CONTRATO - 372 - PGT - ROMELÂNDIA

Extrato de Contrato nº 372/2015

Contrato de Prestação de Serviços – Programa de Gestão Tributária – Romelândia

CONTRATANTE: Município de Romelândia

CNPJ: 82.821.182/0001-26

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 45/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C). PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: 7 parcelas mensais de R\$ 488,57 ( Quatrocentos e oitenta e oito reais e cinquenta e sete centavos )

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 21 maio de 2015.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

### EXTRATO CONTRATO - 373 - PGT - CAMBORIÚ

Extrato de Contrato nº 373/2015

Contrato de Prestação de Serviços – Programa de Gestão Tributária – Camboriú

CONTRATANTE: Município de Camboriú

CNPJ: 83.102.293/0001-45

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 36/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C). PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 820,00 ( Oitocentos e vinte reais )

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 02 junho de 2015.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

### EXTRATO CONTRATO - 374 - DOM - RIO DOS CEDROS

Extrato de Contrato nº 374/2015

Contrato de Prestação de Serviços – Diário Oficial dos Municípios – Rio dos Cedros

CONTRATANTE: Município de Rio dos Cedros

CNPJ: 83.102.806/0001-18

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 38/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

Das Alterações: O Município repassará até o último dia de cada mês o valor descrito na cláusula oitava deste instrumento, o qual será creditado na conta do CIGA .

Florianópolis, 17 junho de 2015.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

### EXTRATO CONTRATO - 377 - PGT - BELMONTE

Extrato de Contrato nº 377/2015

Contrato de Prestação de Serviços – Programa de Gestão Tributária – Belmonte

CONTRATANTE: Município de Belmonte

CNPJ: 80.912.108/0001-90

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 52/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA,

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: 6 parcelas mensais de R\$ 470,00 ( Quatrocentos e setenta reais )

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 15 junho de 2015.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

### EXTRATO CONTRATO - 379 - PGT - DONA EMMA

Extrato de Contrato nº 379/2015

Contrato de Prestação de Serviços – Programa de Gestão Tributária – Dona Emma

CONTRATANTE: Município de Dona Emma

CNPJ: 83.102.426/0001-83

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 18/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA .

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: 7 parcelas mensais de R\$ 325,70 ( Trezentos e vinte e

cinco reais e setenta centavos )  
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 17 junho de 2015.  
GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

#### **EXTRATO CONTRATO - 380 - PGT - SANTA TEREZINHA**

Extrato de Contrato nº 380/2015  
Contrato de Prestação de Serviços – Programa de Gestão Tributária – Santa Terezinha  
CONTRATANTE: Município de Santa Terezinha  
CNPJ: 95.951.323/0001-77  
CONTRATO MUNICIPAL Nº: 45/2015  
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal  
CNPJ: 09.427.503/0001-12  
OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C).  
PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.  
VALOR: 7 parcelas de R\$ 600,00 ( Seiscentos reais )  
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 19 junho de 2015.  
GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

#### **EXTRATO CONTRATO 378 - PGC - BOTUVERÁ**

Extrato de Contrato nº 378/2015  
Contrato de Prestação de Serviços – Programa de Gestão de Câmara de Vereadores – Botuverá

CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de Botuverá  
CNPJ: 12.935.074/0001-07  
CONTRATO Nº: Contrato Administrativo nº 001/2015  
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal  
CNPJ: 09.427.503/0001-12  
OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão de Câmaras de Vereadores aprovado pelo CIGA, para gestão do processo legislativo e portal na Internet.  
PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.  
VALOR: R\$.2.280,00 ( Dois mil duzentos e oitenta reais)  
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 15 de junho de 2015.  
GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

### **CIMCATARINA**

#### **AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0002/2015 - AQUISIÇÃO DE UMA CENTRAL TELEFÔNICA IP**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0002/2015, PAL Nº 0017/2015

OBJETO: Aquisição de uma Central Telefônica IP que permita geração e recepção de chamadas locais e de longa distância para telefones fixos e móveis, com controle das ligações recebidas e originadas, atendimento automático e software de gerenciamento com agenda integrada, para uso do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA; Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:00 do dia 08/07/2015. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Julgamento: Menor Preço por ITEM. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01. Fone (49) 3246 1206. Site: [www.cimcatarina.sc.gov.br](http://www.cimcatarina.sc.gov.br).

Fraiburgo (SC), 24 de junho de 2015.  
Elói Rönna  
Diretor Executivo do CIMCATARINA

**CIS/AMARP****3º ADITIVO AO CONTRATO 12 2015 HSDS**

3º TERMO ADITIVO 2015 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 12/2015 IEAS - HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR

Pelo presente instrumento de Aditivo, de um lado o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe – CISAMARP, Consórcio Público com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.023.771/0001-10, com sede à Rua Manoel Roque, 99, Alvorada, Videira S/C, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Gilberto Amaro Comazzetto, CPF 550.201.009-00 e de outro lado IEAS-HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR, CNPJ 56.552.809/0003-03, situada na Rua Coronel Fagundes, 180 – Centro – Videira - SC, neste ato representada pelo seu representante legal Flamarion da Silva Lucas, CPF 658.498.760-49, considerando a concordância e o interesse das partes, resolvem, de comum acordo, alterar o Contrato de Prestação de Serviço 12/2015 IEAS - HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR, conforme as Cláusulas a seguir especificadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

A lista de procedimentos da CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO – do Contrato de Prestação de Serviço passa a conter em sua relação os seguintes procedimentos:

PROCEDIMENTO	CODIGO SUS	VALOR CIS
ANGIOTOMOGRAFIA ARTERIAL / VENOSA ABD SUPERIOR	9016520*	490,00
ANGIOTOMOGRAFIA ARTERIAL / VENOSA Pelve	9016538*	490,00
ANGIOTOMOGRAFIA ARTERIAL / VENOSA ABD TOTAL	9016554*	490,00
ANGIOTOMOGRAFIA ARTERIAL / VENOSA AORTA TOTAL ABDOMINAL E TORÁCICA	9016562*	490,00
ANGIOTOMOGRAFIA ARTERIAL / VENOSA DE MEMBROS INFERIORES	9016597*	490,00
ANGIOTOMOGRAFIA ARTERIAL / VENOSA TORAX	9016600*	490,00
Angiotomografia arterial/ venosa de membros superiores	9016589*	490,00
Angiotomografia arterial / venosa de crânio	9016570*	490,00
Angiotomografia arterial / venosa de pescoço	9016384*	490,00
Angiotomografia arterial / venosa pulmonar	9016392*	490,00
Ultrassonografia Obstétrica Morfológica com Doppler	9016708*	180,00

\*Código próprio CISAMARP

Parágrafo único - (...)

(...):

**CLÁUSULA SEGUNDA**

O presente aditivo terá vigência a partir de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

**CLÁUSULA TERCEIRA**

Para todos os fins de direito, excetuada a modificação constante da condição acima aditada, ficam ratificadas todas as demais disposições do Contrato de prestação de serviços, firmado entre as partes.

E, por estarem justos e acertados, assinam o presente em duas (02) vias de igual teor.

Videira, 18 de junho de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto

Flamarion da Silva Lucas

**TESTEMUNHAS:**

Marcélio José Borsatti  
425.790.239-68

Vera Matheus de Castro  
033.681.689-83

**VISTO:**

Humberto Dalpizzol  
OAB/SC 15588

**3º ADITIVO CREDENCIAMENTO 12 2015 HSDD**

3º TERMO ADITIVO 2015 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO 12/2015 - IEAS - HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR .

Pelo presente instrumento de Aditivo, de um lado o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe – CISAMARP, Consórcio Público com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.023.771/0001-10, com sede à Rua Manoel Roque, 99, Alvorada, Videira S/C, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Gilberto Amaro Comazzetto CPF 550.201.009-00 e de outro lado IEAS - HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR, CNPJ 56.552.809/0003-03, situada na Rua Coronel Fagundes, 180 – Centro – Videira - SC, neste ato representado pelo seu representante legal Flamarion da Silva Lucas, CPF 658.498.760-49, considerando a concordância e o interesse das partes, resolvem, de comum acordo, alterar o Termo de Credenciamento 12/2015, conforme as Cláusulas a seguir especificadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

A lista de procedimentos da CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO – do Termo de Credenciamento 12/2015, passa a conter em sua relação os seguintes procedimentos:

PROCEDIMENTO	CODIGO SUS	VALOR CIS
ANGIOTOMOGRAFIA ARTERIAL / VENOSA ABD SUPERIOR	9016520*	490,00
ANGIOTOMOGRAFIA ARTERIAL / VENOSA Pelve	9016538*	490,00
ANGIOTOMOGRAFIA ARTERIAL / VENOSA ABD TOTAL	9016554*	490,00
ANGIOTOMOGRAFIA ARTERIAL / VENOSA AORTA TOTAL ABDOMINAL E TORÁCICA	9016562*	490,00
ANGIOTOMOGRAFIA ARTERIAL / VENOSA DE MEMBROS INFERIORES	9016597*	490,00
ANGIOTOMOGRAFIA ARTERIAL / VENOSA TORAX	9016600*	490,00
Angiotomografia arterial/ venosa de membros superiores	9016589*	490,00
Angiotomografia arterial / venosa de crânio	9016570*	490,00
Angiotomografia arterial / venosa de pescoço	9016384*	490,00
Angiotomografia arterial / venosa pulmonar	9016392*	490,00
Ultrassonografia Obstétrica Morfológica com Doppler	9016708*	180,00

(\*) Código próprio CISAMARP.

(...)”.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

O presente aditivo terá vigência a partir de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

**CLÁUSULA TERCEIRA**

Para todos os fins de direito, excetuada a modificação constante da condição acima aditada, ficam ratificadas todas as demais disposições do Termo de Credenciamento 12/2015, firmado entre as partes.

E, por estarem justos e acertados, assinam o presente em duas (02) vias de igual teor.

Videira, 18 de junho de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto

Flamarion da Silva Lucas

**TESTEMUNHAS:**

Marcélio José Borsatti

Vera Matheus de Castro

Humberto Dalpizzol

425.790.239-68

033.681.689-83

OAB/SC 15588

**CIS/AMMVI****ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - 26/06/2015****CONVOCAÇÃO:****ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

PEDRO CELSO ZUCHI, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, no uso das atribuições legais e de acordo com os Artigos 18 e 28 do Estatuto Social, CONVOCA todos os consorciados em dia com as suas obrigações estatutárias para a ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA que se realizará no dia 26 de junho de 2015, às 09h00min, em primeira (1ª) convocação com a presença da maioria qualificada e em não havendo o número, em segunda (2ª) convocação, trinta (30) minutos após, às 09h30min, com a presença da maioria simples dos consorciados.

Local: AMMVII - Associação dos Municípios do Médio Vale o Itajaí (Rua Alberto Stein, 466 – Bairro Velha – Blumenau - SC).

**ORDEM DO DIA**

1 - Aprovação do orçamento para o exercício de 2016.

2 – 1ª Parcela do 13º salário

3 – Assuntos gerais

Blumenau (SC), em 22 de junho de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Presidente do CISAMVI



**CIS/AMOSC****EXTRATOS TERMOS ADITIVOS MEDICAMENTOS**

EXTRATO TERMO ADITIVO 44/2015 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº07/2014.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 0001/2014.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2014.

FORNECEDOR: S & R DISTRIBUIDORA LTDA

CNPJ: 04.889.315-0001.92

VIGÊNCIA: De junho a dezembro de 2015.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/49824>, nesta encontram-se os preços unitários registrados. Assinam o Termo o Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente DANILO DAGA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e SERGIO JACIR PORTELA, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 45/2015 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº16/2014.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 0001/2014.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2014.

FORNECEDOR: DIMEVA - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – EPP

CNPJ: 76.386.283-0001.13

VIGÊNCIA: De junho a dezembro de 2015.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/49824>, nesta encontram-se os preços unitários registrados. Assinam o Termo o Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente DANILO DAGA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e LUIZ AUGUSTO VARNIER, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 46/2015 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº12/2014.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 0001/2014.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2014.

FORNECEDOR: A G KIENEN & CIA LTDA

CNPJ: 82.225.947-0001.65

VIGÊNCIA: De junho a dezembro de 2015.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/49824>, nesta encontram-se os preços unitários registrados. Assinam o Termo o Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente DANILO DAGA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e RICARDO AGENOR GERONIMO CALDART, doravante denominado FORNECEDOR.